



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2451

Sexta-feira - 09 de Fevereiro de 2018

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abdon Batista	3	Descanso.....	324	Lebon Regis.....	828
Água Doce.....	4	Dionísio Cerqueira	325	Leoberto Leal.....	829
Anchieta	45	Dona Emma.....	352	Lindóia do Sul	830
Angelina.....	59	Doutor Pedrinho.....	378	Lontras.....	831
Anitápolis.....	60	Ermo	379	Luiz Alves	832
Antônio Carlos	61	Faxinal dos Guedes.....	381	Luzerna	834
Apiuna.....	63	Flor do Sertão	384	Mafra	835
Arabutã	67	Formosa do Sul	389	Maracajá	836
Arroio Trinta.....	71	Forquilha.....	391	Maravilha.....	840
Ascurra.....	72	Fraiburgo.....	392	Marema.....	842
Atalanta.....	79	Frei Rogério	404	Massaranduba.....	843
Aurora	80	Garopaba.....	406	Matos Costa.....	846
Balneário Piçarras.....	81	Garuva	409	Meleiro	854
Balneário Rincão	82	Gaspar	529	Modelo	855
Bandeirante	86	Governador Celso Ramos	530	Mondaí	857
Barra Bonita.....	87	Grão Pará	537	Monte Castelo	858
Barra Velha.....	92	Guaraciaba	540	Morro da Fumaça	859
Benedito Novo	109	Guaramirim	551	Morro Grande.....	860
Biguaçu	114	Guarujá do Sul	553	Navegantes.....	861
Blumenau	120	Herval d'Oeste	554	Nova Erechim.....	872
Bom Jardim da Serra	138	Ibicaré.....	565	Nova Itaberaba	874
Bom Jesus do Oeste	139	Ibirama	567	Nova Trento	887
Botuvera.....	140	Ilhota	568	Nova Veneza	908
Braço do Trombudo	142	Imarui	602	Novo Horizonte	909
Brusque.....	204	Imbituba	603	Orleans	911
Caçador.....	206	Imbuia	619	Otacílio Costa.....	913
Caibi	210	Indaial.....	620	Paial.....	914
Camboriú.....	214	Iomerê	632	Palhoça	915
Campo Alegre	218	Iporã do Oeste.....	633	Palma Sola.....	968
Campo Erê.....	229	Ipuacú.....	691	Papanduva.....	975
Campos Novos.....	230	Ipumirim	693	Paraíso	976
Canelinha	246	Irani.....	695	Passo de Torres.....	1008
Canoinhas.....	247	Iratí.....	696	Paulo Lopes	1009
Capinzal	252	Irineópolis	697	Penha.....	1010
Catanduvas.....	274	Itá	698	Peritiba.....	1029
Celso Ramos.....	275	Itapema	700	Pescaria Brava	1030
Cerro Negro.....	277	Itapiranga.....	704	Pinheiro Preto	1031
Chapadão do Lageado	278	Itapoá	719	Piratuba.....	1039
Chapecó	281	Ituporanga	723	Planalto Alegre.....	1044
Cocal do Sul.....	288	Jaborá	725	Pomerode.....	1047
Concórdia	291	Jacinto Machado	728	Ponte Alta do Norte	1056
Cordilheira Alta	297	Jaraguá do Sul	729	Ponte Serrada	1059
Coronel Freitas.....	298	Joaçaba	763	Porto Belo.....	1063
Coronel Martins.....	299	José Boiteux	809	Porto União.....	1065
Correia Pinto.....	300	Lacerdópolis.....	810	Pouso Redondo	1066
Corupá	304	Lages	813	Princesa	1068
Cunha Porã.....	305	Laguna	814	Rancho Queimado	1074
Cunhataí.....	306	Lajeado Grande.....	817	Rio do Campo	1075
Curitibanos	309	Lauro Muller	827	Rio do Oeste.....	1083

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br





Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2451

Sexta-feira - 09 de Fevereiro de 2018

Florianópolis/SC

Sumário

Rio dos Cedros.....	1101	São Joaquim.....	1149	Timbé do Sul.....	1267
Rio do Sul.....	1093	São José.....	1155	Timbó.....	1272
Rio Fortuna.....	1110	São José do Cedro.....	1162	Três Barras.....	1277
Rio Rufino.....	1111	São Lourenço do Oeste.....	1163	Treze Tílias.....	1278
Romelândia.....	1112	São Miguel da Boa Vista.....	1175	Trombudo Central.....	1287
Salto Veloso.....	1113	São Miguel do Oeste.....	1176	Tunápolis.....	1310
Santa Helena.....	1115	São Pedro de Alcântara.....	1180	Turvo.....	1312
Santa Rosa do Sul.....	1116	Saudades.....	1198	União do Oeste.....	1332
Santa Terezinha do Progresso.....	1117	Schroeder.....	1199	Urubici.....	1341
Santiago do Sul.....	1118	Seara.....	1207	Urupema.....	1354
São Bento do Sul.....	1129	Serra Alta.....	1209	Vargem Bonita.....	1355
São Bernardino.....	1133	Siderópolis.....	1217	Videira.....	1356
São Bonifácio.....	1136	Sombrio.....	1218	Vitor Meireles.....	1362
São Carlos.....	1138	Sul Brasil.....	1221	Xanxerê.....	1363
São Domingos.....	1140	Tangará.....	1232	Xaxim.....	1365
São Francisco do Sul.....	1144	Tigrinhos.....	1259		
São João Batista.....	1147	Tijucas.....	1263		

Consórcios

ARIS.....	1366
CIGA.....	1366
CIMVI.....	1370
CIS/AMARP.....	1372
CIS/AMFRI.....	1372
CIS/AMMVI.....	1373
CIS/AMURES.....	1374
CISAM.....	1378
CITMAR.....	1379
CVC.....	1379
CIAPS.....	1402
CISAM-SUL.....	1411



Abdon Batista

PREFEITURA

PORTARIA 138 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018

Publicação Nº 1516641

Portaria nº 138/2018

Concede Férias a Servidor que Menciona

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei 420/2002,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Férias à: ODAIR ROGERIO ROSA, ocupante do cargo em provimento em comissão de Coordenador Ambiental, referente ao período aquisitivo de 09.01.2017 à 08.01.2018.

Art. 2º - O período de férias será gozado de 01 de fevereiro à 02 de março de 2018.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário esta portaria tem seus efeitos retroativos em 01 de fevereiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 05 de fevereiro de 2018.

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra mencionada

Água Doce

PREFEITURA

076/2018

Publicação Nº 1517754

PORTARIA Nº 077/2018 – DE FEVEREIRO DE 2018
“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias a servidora RAFAELA MORGANA DE OLIVEIRA, inscrita no CPF nº085.272.229-06, ocupante do cargo de Agente Comunitária e de Endemia, no período de 08/02/2018 até 06/03/2018, período 17/18.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 08 de fevereiro de 2018.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

077/2018

Publicação Nº 1517985

PORTARIA N. 077/2018 – DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018
“DESIGNA COMISSÃO ESPECIAL DE ACOMPANHAMENTO DO CONCURSO PÚBLICO 001/2018 E DO TESTE SELETIVO Nº 001/2018.”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com artigo 72 inciso VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a Comissão Especial de Acompanhamento do Concurso Público nº 001/2018 e Teste Seletivo nº 001/2018, composta pelos(as) senhores(as) abaixo relacionados, para que, sob a presidência do primeiro, acompanhem e fiscalizem os trabalhos inerentes ao concurso público e teste seletivo, a cargo da empresa GMC – Assessoria e Consultoria Ltda ME, mormente àquelas necessárias ao cumprimento e fornecimento da legislação municipal pertinente aos atos de pessoal, podendo ainda designar bancas suplementares para o fiel cumprimento de suas atribuições, quais sejam:

1. GIOVANA ROSA SARI MACAGNAN. – Presidente
2. KAREN PADILHA KLOTZ- Membro
3. MARIA ISABEL SCHULLER - Membro

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 08 de fevereiro de 2018.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 11/2018

Publicação Nº 1517129

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS N.º 11/2018 DE 01/02/2018

O Município de Água Doce, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Praça João Macagnan N.º322, inscrita no CNPJ sob n.º , representada neste ato pelo (a) Prefeito (a) Municipal, o (a) Sr. (a) ANTONIO JOSÉ BISSANI, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado FRANCISCO CARON, com sede na Linha Zona Interior, Água Doce - SC, inscrita no CPF sob n.º 195.644.229-49, DAP SDW0195644229491910110358 doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fundamentados nas disposições Lei nº 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 001/2018, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, para o exercício de 2018, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira,

todos de acordo com a Chamada Pública n.º 001/2018, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominados CONTRATADOS, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA:

O início para entrega das mercadorias será imediatamente após o recebimento da Ordem de Compra, expedida pelo Departamento de Compras, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até o encerramento do exercício de 2018.

a. A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com o cronograma de entregas da Secretaria de Educação.

b. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ 5.382,50 (Cinco mil trezentos e oitenta e dois reais e cinquenta centavos), conforme listagem anexa a seguir:

Item	Descrição	Apres.	Quantidade	R\$ Unit	R\$ Total
12	Bolacha caseira – 1 kg – tipo rosca de coco ou polvilho	KG	175	17,50	3.062,50
2	Anholine	KG	50	24,80	1.240,00
8	Macarrão caseiro	KG	135	8,00	1.080,00
TOTAL					5.382,50

CLÁUSULA SÉTIMA:

No valor mencionado na cláusula quarta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01 – DEPTO DE ENSINO

2.023 – Manutenção da Merenda Escolar

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0060/66 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/67 – Aplicações Diretas

02 – DEPTO DE ENSINO INFANTIL

2.024 – Manutenção da Merenda Escolar Educação Infantil – PRE

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0060/94 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/95 – Aplicações Diretas

2.066 – Manutenção da Merenda Escolar Educação Infantil – CRECHE

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0060/96 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/97 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA NONA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quinta, alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNACEDOR, deverá pagar multa

de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

CLÁUSULA ONZE:

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei nº 11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA DOZE:

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA TREZE:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA QUATORZE:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA QUINZE:

O CONTRATANTE em razão as supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- a) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- b) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- c) fiscalizar a execução do contrato;
- d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DEZESSEIS:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DEZESSETE:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

CLÁUSULA DEZOITO:

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública n.º 001/2018, pela Resolução CD/FNDE nº 38/2009 e pela Lei nº 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

CLÁUSULA DEZENOVE:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA VINTE:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VINTE E UM:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a. por acordo entre as partes;
- b. pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c. quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VINTE E DOIS:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até o encerramento do exercício de 2018.

A Municipalidade se reserva o direito de retirar apenas parte dos materiais desta Chamada Pública. Após o dia 31 de dezembro de 2018, os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba aos contratados, o direito a indenização e/ou reclamação de qualquer natureza.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS:

É competente o Foro da Comarca de Joaçaba, para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Água Doce, SC, 01 de fevereiro de 2018

ANTONIO JOSÉ BISSANI FRANCISCO CARON

Prefeito Municipal – Contratante Contratado

Testemunhas

CRISTIANO SAVARIS DA SILVA GLÁUCIA REGINA VARASCHIN
CPF: 005.614.419-95 CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica

CARLOS ALBERTO BRUSTOLIN

OAB/SC 19433

CONTRATO N° 12/2018

Publicação N° 1517130

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS N.º12/2018 DE 01/02/2018

O Município de Água Doce, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Praça João Macagnan, N.º 322, inscrita no CNPJ sob n.º82.939.398/0001-90, representada neste ato pelo (a) Prefeito (a) Municipal, o (a) Sr. (a) ANTONIO JOSÉ BISSANI, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado JOSÉ ALBINO KUNZLER, com sede na Linha Paiol de Telhas -Interior, Água Doce -SC, inscrita no CPF sob n.º 812.109.659-68, DAP SDW0812109659681708110426 doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fundamentados nas disposições Lei n° 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 001/2018, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, para o exercício de 2018, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a Chamada Pública n.º 001/2018, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominados CONTRATADOS, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA:

O início para entrega das mercadorias será imediatamente após o recebimento da Ordem de Compra, expedida pelo Departamento de Compras, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até o encerramento do exercício de 2018.

a. A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com o cronograma de entregas da Secretaria de Educação.

b. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ 2.200,00 (Dois mil e duzentos reais), conforme listagem anexa a seguir:

Item	Descrição	Apres.	Quantidade	R\$ Unit	R\$ Total
6	Alface	KG	400	6,70	2.680,00
7	Beterraba	KG	400	2.50	1.000,00
14	Tempero verde- salsa e cebolinha	KG	150	16,70	2.505,00
24	Chuchu	KG	100	1,99	199,00
TOTAL					2.200,00

CLÁUSULA SÉTIMA:

No valor mencionado na cláusula quarta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01 – DEPTO DE ENSINO

2.023 – Manutenção da Merenda Escolar

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0060/66 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/67 – Aplicações Diretas

02 – DEPTO DE ENSINO INFANTIL

2.024 – Manutenção da Merenda Escolar Educação Infantil – PRE

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0060/94 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/95 – Aplicações Diretas

2.066 – Manutenção da Merenda Escolar Educação Infantil – CRECHE

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0060/96 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/97 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA NONA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quinta, alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNACEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

CLÁUSULA ONZE:

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei nº 11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA DOZE:

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA TREZE:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA QUATORZE:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA QUINZE:

O CONTRATANTE em razão as supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- a) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- b) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- c) fiscalizar a execução do contrato;
- d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DEZESSEIS:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DEZESSETE:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

CLÁUSULA DEZOITO:

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública n.º001/2018, pela Resolução CD/FNDE nº 38/2009 e pela Lei nº 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

CLÁUSULA DEZENOVE:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA VINTE:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VINTE E UM:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a. por acordo entre as partes;
- b. pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c. quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VINTE E DOIS:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até o encerramento do exercício de 2018.

A Municipalidade se reserva o direito de retirar apenas parte dos materiais desta Chamada Pública. Após o dia 31 de dezembro de 2018, os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba aos contratados, o direito a indenização e/ou reclamação de qualquer natureza.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS:

É competente o Foro da Comarca de Joaçaba, para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Água Doce, SC, 01 de fevereiro de 2018

ANTONIO JOSÉ BISSANI	JOSÉ ALBINO KUNZLER
Prefeito Municipal – Contratante	Contratado

Testemunhas

CRISTIANO SAVARIS DA SILVA	GLÁUCIA REGINA VARASCHIN
CPF: 005.614.419-95	CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
CARLOS ALBERTO BRUSTOLIN
OAB/SC 19433

CONTRATO Nº 13/2018

Publicação Nº 1517131

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS N.º13/2018 DE 01/02/2018

O Município de Água Doce, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Praça João Macagnan, N.º 322, inscrita no CNPJ sob n.º82.939.398/0001-90, representada neste ato pelo (a) Prefeito (a) Municipal, o (a) Sr. (a) ANTONIO JOSÉ BISSANI, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado VALDEMAR ROVER, com sede na Linha Passo da Invernada -Interior, Água Doce -SC, inscrita no CPF sob n.º 346.109.799-34, DAP SDW346109799341709130258 doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fundamentados nas disposições Lei nº 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 001/2018, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, para o exercício de 2018, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a Chamada Pública n.º 001/2018, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominados CONTRATADOS, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA:

O início para entrega das mercadorias será imediatamente após o recebimento da Ordem de Compra, expedida pelo Departamento de Compras, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até o encerramento do exercício de 2018.

a. A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com o cronograma de entregas da Secretaria de Educação.

b. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ 2.200,00 (Dois mil e duzentos reais), conforme listagem anexa a seguir:

Item	Descrição	Apres.	Quantidade	R\$ Unit	R\$ Total
1	Aipim congelado, descascado, embalagem de 1kg	PCT	400	5,50	2.200,00
TOTAL					2.200,00

CLÁUSULA SÉTIMA:

No valor mencionado na cláusula quarta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01 – DEPTO DE ENSINO

2.023 – Manutenção da Merenda Escolar

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0060/66 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/67 – Aplicações Diretas

02 – DEPTO DE ENSINO INFANTIL

2.024 – Manutenção da Merenda Escolar Educação Infantil – PRE

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0060/94 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/95 – Aplicações Diretas

2.066 – Manutenção da Merenda Escolar Educação Infantil – CRECHE

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0060/96 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/97 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA NONA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quinta, alínea “b”, e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNECEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

CLÁUSULA ONZE:

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei nº 11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA DOZE:

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congêneres, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA TREZE:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA QUATORZE:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA QUINZE:

O CONTRATANTE em razão as supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- a) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- b) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- c) fiscalizar a execução do contrato;
- d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DEZESSEIS:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DEZESSETE:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

CLÁUSULA DEZOITO:

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública n.º001/2018, pela Resolução CD/FNDE nº 38/2009 e pela Lei nº 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

CLÁUSULA DEZENOVE:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA VINTE:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VINTE E UM:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a. por acordo entre as partes;
- b. pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c. quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VINTE E DOIS:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até o encerramento do exercício de 2018.

A Municipalidade se reserva o direito de retirar apenas parte dos materiais desta Chamada Pública. Após o dia 31 de dezembro de 2018, os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba aos contratados, o direito a indenização e/ou reclamação de qualquer natureza.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS:

É competente o Foro da Comarca de Joaçaba, para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Água Doce, SC, 01 de fevereiro de 2018

ANTONIO JOSÉ BISSANI	VALDEMAR ROVER
Prefeito Municipal – Contratante	Contratado

Testemunhas

CRISTIANO SAVARIS DA SILVA	GLÁUCIA REGINA VARASCHIN
CPF: 005.614.419-95	CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
CARLOS ALBERTO BRUSTOLIN
OAB/SC 19433

CONTRATO Nº 14/2018

Publicação Nº 1517132

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS N.º14/2018 DE 01/02/2018

O Município de Água Doce, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Praça João Macagnan, N.º 322, inscrita no CNPJ sob n.º82.939.398/0001-90, representada neste ato pelo (a) Prefeito (a) Municipal, o (a) Sr. (a) ANTONIO JOSÉ BISSANI, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado ADRIANE TONIAL, com sede na Linha Santa Catarina -Interior, Água Doce -SC, inscrita no CPF sob n.º 015.980.199-02, DAP SDW15980199021005120956 doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fundamentados nas disposições Lei nº 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 001/2018, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, para o exercício de 2018, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a Chamada Pública n.º 001/2018, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominados CONTRATADOS, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA:

O início para entrega das mercadorias será imediatamente após o recebimento da Ordem de Compra, expedida pelo Departamento de Compras, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até o encerramento do exercício de 2018.

a. A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com o cronograma de entregas da Secretaria de Educação.

b. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ 6.057,50 (Seis mil cinquenta e sete reais e cinquenta centavos), conforme listagem anexa a seguir:

Item	Descrição	Apres.	Quantidade	R\$ Unit	R\$ Total
8	Macarrão caseiro	KG	265	8.00	2.120,00
12	Bolacha caseira -1 KG, tipo rosca de coco ou polvilho	KG	225	17,50	3.937,50
TOTAL					6.057,50

CLÁUSULA SÉTIMA:

No valor mencionado na cláusula quarta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01 – DEPTO DE ENSINO

2.023 – Manutenção da Merenda Escolar

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0060/66 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/67 – Aplicações Diretas

02 – DEPTO DE ENSINO INFANTIL

2.024 – Manutenção da Merenda Escolar Educação Infantil – PRE

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0060/94 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/95 – Aplicações Diretas

2.066 – Manutenção da Merenda Escolar Educação Infantil – CRECHE

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0060/96 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/97 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA NONA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quinta, alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNACEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

CLÁUSULA ONZE:

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei nº 11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA DOZE:

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA TREZE:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA QUATORZE:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA QUINZE:

O CONTRATANTE em razão as supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- a) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- b) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- c) fiscalizar a execução do contrato;
- d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DEZESSEIS:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DEZESSETE:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

CLÁUSULA DEZOITO:

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública n.º001/2018, pela Resolução CD/FNDE nº 38/2009 e pela Lei nº 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

CLÁUSULA DEZENOVE:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA VINTE:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VINTE E UM:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a. por acordo entre as partes;
- b. pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c. quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VINTE E DOIS:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até o encerramento do exercício de 2018.

A Municipalidade se reserva o direito de retirar apenas parte dos materiais desta Chamada Pública. Após o dia 31 de dezembro de 2018, os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba aos contratados, o direito a indenização e/ou reclamação de qualquer natureza.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS:

É competente o Foro da Comarca de Joaçaba, para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Água Doce, SC, 01 de fevereiro de 2018

ANTONIO JOSÉ BISSANI

ADRIANE TONIAL

Prefeito Municipal – Contratante

Contratado

Testemunhas

CRISTIANO SAVARIS DA SILVA

GLÁUCIA REGINA VARASCHIN

CPF: 005.614.419-95

CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica

CARLOS ALBERTO BRUSTOLIN

OAB/SC 19433

CONTRATO Nº 15/2018

Publicação Nº 1517133

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS N.º15/2018 DE 01/02/2018

O Município de Água Doce, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Praça João Macagnan, N.º 322, inscrita no CNPJ sob n.º82.939.398/0001-90, representada neste ato pelo (a) Prefeito (a) Municipal, o (a) Sr. (a) ANTONIO JOSÉ BISSANI, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado CELITO GIARETTA, com sede na Linha Paiol Frio -Interior, Água Doce -SC, inscrita no CPF sob n.º 181.993.649-04, DAP SDW0181993649041207160153 doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fundamentados nas disposições Lei nº 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 001/2018, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, para o exercício de 2018, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a Chamada Pública n.º 001/2018, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominados CONTRATADOS, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA:

O início para entrega das mercadorias será imediatamente após o recebimento da Ordem de Compra, expedida pelo Departamento de Compras, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até o encerramento do exercício de 2018.

a. A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com o cronograma de entregas da Secretaria de Educação.

b. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ 1.350,00 (Um mil trezentos e cinquenta reais), conforme listagem anexa a seguir:

Item	Descrição	Apres.	Quantidade	R\$ Unit	R\$ Total
9	Repolho	KG	900	1,50	1.350,00
TOTAL					1.350,00

CLÁUSULA SÉTIMA:

No valor mencionado na cláusula quarta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01 – DEPTO DE ENSINO

2.023 – Manutenção da Merenda Escolar

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0060/66 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/67 – Aplicações Diretas

02 – DEPTO DE ENSINO INFANTIL

2.024 – Manutenção da Merenda Escolar Educação Infantil – PRE

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0060/94 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/95 – Aplicações Diretas

2.066 – Manutenção da Merenda Escolar Educação Infantil – CRECHE

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0060/96 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/97 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA NONA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quinta, alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNACEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

CLÁUSULA ONZE:

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei nº 11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA DOZE:

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA TREZE:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA QUATORZE:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA QUINZE:

O CONTRATANTE em razão as supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- fiscalizar a execução do contrato;
- aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DEZESSEIS:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DEZESSETE:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

CLÁUSULA DEZOITO:

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública n.º001/2018, pela Resolução CD/FNDE nº 38/2009 e pela Lei nº 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

CLÁUSULA DEZENOVE:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA VINTE:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VINTE E UM:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a. por acordo entre as partes;
- b. pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c. quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VINTE E DOIS:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até o encerramento do exercício de 2018.

A Municipalidade se reserva o direito de retirar apenas parte dos materiais desta Chamada Pública. Após o dia 31 de dezembro de 2018, os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba aos contratados, o direito a indenização e/ou reclamação de qualquer natureza.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS:

É competente o Foro da Comarca de Joaçaba, para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Água Doce, SC, 01 de fevereiro de 2018

ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal – Contratante

CELITO GIARETTA
Contratado

Testemunhas

CRISTIANO SAVARIS DA SILVA
CPF: 005.614.419-95

GLÁUCIA REGINA VARASCHIN
CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
CARLOS ALBERTO BRUSTOLIN
OAB/SC 19433

CONTRATO Nº 16/2018

Publicação Nº 1517135

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS N.º16/2018 DE 01/02/2018

O Município de Água Doce, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Praça João Macagnan, N.º 322, inscrita no CNPJ sob n.º82.939.398/0001-90, representada neste ato pelo (a) Prefeito (a) Municipal, o (a) Sr. (a) ANTONIO JOSÉ BISSANI, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado CLACIR SALVADOR MASSAROLO, com sede na Linha Paiol Frio -Interior, Água Doce -SC, inscrita no CPF sob n.º 560.167.519-87, DAP SDW056016719872708150505 doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fundamentados nas disposições Lei nº 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 001/2018, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, para o exercício de 2018, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira,

todos de acordo com a Chamada Pública n.º 001/2018, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominados CONTRATADOS, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA:

O início para entrega das mercadorias será imediatamente após o recebimento da Ordem de Compra, expedida pelo Departamento de Compras, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até o encerramento do exercício de 2018.

a. A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com o cronograma de entregas da Secretaria de Educação.

b. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ 2.575,00 (Dois mil quinhentos e cinco reais), conforme listagem anexa a seguir:

Item	Descrição	Apres.	Quantidade	R\$ Unit	R\$ Total
11	Ovos Vermelhos	DZ	500	5,15	2.575,00
TOTAL					2.575,00

CLÁUSULA SÉTIMA:

No valor mencionado na cláusula quarta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01 – DEPTO DE ENSINO

2.023 – Manutenção da Merenda Escolar

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0060/66 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/67 – Aplicações Diretas

02 – DEPTO DE ENSINO INFANTIL

2.024 – Manutenção da Merenda Escolar Educação Infantil – PRE

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0060/94 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/95 – Aplicações Diretas

2.066 – Manutenção da Merenda Escolar Educação Infantil – CRECHE

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0060/96 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/97 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA NONA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quinta, alínea “b”, e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNACEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

CLÁUSULA ONZE:

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei nº 11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA DOZE:

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA TREZE:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA QUATORZE:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA QUINZE:

O CONTRATANTE em razão as supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- a) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
 - b) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
 - c) fiscalizar a execução do contrato;
 - d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;
- Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DEZESSEIS:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DEZESSETE:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

CLÁUSULA DEZOITO:

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública n.º001/2018, pela Resolução CD/FNDE nº 38/2009 e pela Lei nº 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

CLÁUSULA DEZENOVE:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA VINTE:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VINTE E UM:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a. por acordo entre as partes;
- b. pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c. quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VINTE E DOIS:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até o encerramento do exercício de 2018.

A Municipalidade se reserva o direito de retirar apenas parte dos materiais desta Chamada Pública. Após o dia 31 de dezembro de 2018, os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba aos contratados, o direito a indenização e/ou reclamação de qualquer natureza.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS:

É competente o Foro da Comarca de Joaçaba, para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Água Doce, SC, 01 de fevereiro de 2018

ANTONIO JOSÉ BISSANI CLACIR SALVADOR MASSAROLO
Prefeito Municipal – Contratante Contratado

Testemunhas

CRISTIANO SAVARIS DA SILVA
CPF: 005.614.419-95

GLÁUCIA REGINA VARASCHIN
CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
CARLOS ALBERTO BRUSTOLIN
OAB/SC 19433

CONTRATO Nº 17/2018

Publicação Nº 1517137

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS N.º17/2018 DE 01/02/2018

O Município de Água Doce, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Praça João Macagnan, N.º 322, inscrita no CNPJ sob n.º82.939.398/0001-90, representada neste ato pelo (a) Prefeito (a) Municipal, o (a) Sr. (a) ANTONIO JOSÉ BISSANI, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado DONATO FORTUNATI, com sede na Linha Núcleo -Interior, Água Doce -SC, inscrita no CPF sob n.º 358.143.570-53, DAP SDW358143570532210100247 doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fundamentados nas disposições Lei nº 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 001/2018, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, para o exercício de 2018, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a Chamada Pública n.º 001/2018, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominados CONTRATADOS, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA:

O início para entrega das mercadorias será imediatamente após o recebimento da Ordem de Compra, expedida pelo Departamento de Compras, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até o encerramento do exercício de 2018.

a. A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com o cronograma de entregas da Secretaria de Educação.

b. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ 9.225,00 (Nove mil duzentos e vinte e cinco reais), conforme listagem anexa a seguir:

Item	Descrição	Apres.	Quantidade	R\$ Unit	R\$ Total
10	Queijo colonial	KG	450	20,50	9.225,00
TOTAL					9.225,00

CLÁUSULA SÉTIMA:

No valor mencionado na cláusula quarta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE**01 – DEPTO DE ENSINO****2.023 – Manutenção da Merenda Escolar**

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0060/66 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/67 – Aplicações Diretas

02 – DEPTO DE ENSINO INFANTIL**2.024 – Manutenção da Merenda Escolar Educação Infantil – PRE**

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0060/94 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/95 – Aplicações Diretas

2.066 – Manutenção da Merenda Escolar Educação Infantil – CRECHE

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0060/96 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/97 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA NONA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quinta, alínea “b”, e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNACEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

CLÁUSULA ONZE:

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei nº 11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA DOZE:

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA TREZE:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA QUATORZE:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA QUINZE:

O CONTRATANTE em razão as supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

a) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;

b) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;

c) fiscalizar a execução do contrato;

d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DEZESSEIS:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DEZESSETE:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

CLÁUSULA DEZOITO:

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública n.º001/2018, pela Resolução CD/FNDE nº 38/2009 e pela Lei nº 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissso.

CLÁUSULA DEZENOVE:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA VINTE:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VINTE E UM:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a. por acordo entre as partes;
- b. pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c. quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VINTE E DOIS:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até o encerramento do exercício de 2018.

A Municipalidade se reserva o direito de retirar apenas parte dos materiais desta Chamada Pública. Após o dia 31 de dezembro de 2018, os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba aos contratados, o direito a indenização e/ou reclamação de qualquer natureza.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS:

É competente o Foro da Comarca de Joaçaba, para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Água Doce, SC, 01 de fevereiro de 2018

ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal – Contratante

DONATO FORTUNATI
Contratado

Testemunhas

CRISTIANO SAVARIS DA SILVA
CPF: 005.614.419-95

GLÁUCIA REGINA VARASCHIN
CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica

CARLOS ALBERTO BRUSTOLIN
OAB/SC 19433

CONTRATO Nº 18/2018

Publicação Nº 1517139

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS N.º18/2018 DE 01/02/2018

O Município de Água Doce, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Praça João Macagnan, N.º 322, inscrita no CNPJ sob n.º82.939.398/0001-90, representada neste ato pelo (a) Prefeito (a) Municipal, o (a) Sr. (a) ANTONIO JOSÉ BISSANI, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado ALVADIR OLDONI, com sede na Linha Boa Esperança -Interior, Água Doce -SC, inscrita no CPF sob n.º 480.074.479-20, DAP SDW 710425989911009140152 doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fundamentados nas disposições Lei nº 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 001/2018, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, para o exercício de 2018, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a Chamada Pública n.º 001/2018, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominados CONTRATADOS, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta

disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA:

O início para entrega das mercadorias será imediatamente após o recebimento da Ordem de Compra, expedida pelo Departamento de Compras, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até o encerramento do exercício de 2018.

a. A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com o cronograma de entregas da Secretaria de Educação.

b. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ 19.680,00 (Dezenove mil seiscentos e oitenta reais), conforme listagem anexa a seguir:

Item	Descrição	Apres.	Quantidade	R\$ Unit	R\$ Total
3	Pão caseirinho	KG	1000	8,40	8.400,00
2	Anholine	KG	100	24,80	2.480,00
4	Cuca	KG	400	12,00	4.800,00
5	Pão fatiado integral	KG	500	8,00	4.000,00
TOTAL					19.680,00

CLÁUSULA SÉTIMA:

No valor mencionado na cláusula quarta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01 – DEPTO DE ENSINO

2.023 – Manutenção da Merenda Escolar

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0060/66 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/67 – Aplicações Diretas

02 – DEPTO DE ENSINO INFANTIL

2.024 – Manutenção da Merenda Escolar Educação Infantil – PRE

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0060/94 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/95 – Aplicações Diretas

2.066 – Manutenção da Merenda Escolar Educação Infantil – CRECHE

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0060/96 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/97 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA NONA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quinta, alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNACEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

CLÁUSULA ONZE:

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei nº 11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA DOZE:

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA TREZE:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para

Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA QUATORZE:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA QUINZE:

O CONTRATANTE em razão da supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- a) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- b) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- c) fiscalizar a execução do contrato;
- d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DEZESSEIS:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DEZESSETE:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

CLÁUSULA DEZOITO:

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública n.º001/2018, pela Resolução CD/FNDE nº 38/2009 e pela Lei nº 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamenta, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

CLÁUSULA DEZENOVE:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA VINTE:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VINTE E UM:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a. por acordo entre as partes;
- b. pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c. quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VINTE E DOIS:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até o encerramento do exercício de 2018.

A Municipalidade se reserva o direito de retirar apenas parte dos materiais desta Chamada Pública. Após o dia 31 de dezembro de 2018, os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba aos contratados, o direito a indenização e/ou reclamação de qualquer natureza.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS:

É competente o Foro da Comarca de Joaçaba, para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Água Doce, SC, 01 de fevereiro de 2018

ANTONIO JOSÉ BISSANI ALVADIR OLDONI
Prefeito Municipal – Contratante Contratado

Testemunhas

CRISTIANO SAVARIS DA SILVA
CPF: 005.614.419-95

GLÁUCIA REGINA VARASCHIN
CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
CARLOS ALBERTO BRUSTOLIN
OAB/SC 19433

CONTRATO Nº 19/2018

Publicação Nº 1517140

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS N.º19/2018 DE 01/02/2018

O Município de Água Doce, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Praça João Macagnan, N.º 322, inscrita no CNPJ sob n.º82.939.398/0001-90, representada neste ato pelo (a) Prefeito (a) Municipal, o (a) Sr. (a) ANTONIO JOSÉ BISSANI, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado ITACIR MASSAROLO, com sede na Linha Serra do Facão -Interior, Água Doce -SC, inscrita no CPF sob n.º 636.184.359-91, DAP SDW739391379872703150217 doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fundamentados nas disposições Lei nº 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 001/2018, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, para o exercício de 2018, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a Chamada Pública n.º 001/2018, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominados CONTRATADOS, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA:

O início para entrega das mercadorias será imediatamente após o recebimento da Ordem de Compra, expedida pelo Departamento de Compras, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até o encerramento do exercício de 2018.

a. A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com o cronograma de entregas da Secretaria de Educação.

b. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ 6.000,00 (Seis mil reais), conforme listagem anexa a seguir:

Item	Descrição	Apres.	Quantidade	R\$ Unit	R\$ Total
22	Morango	KG	400	15,00	6.000,00
TOTAL					6.000,00

CLÁUSULA SÉTIMA:

No valor mencionado na cláusula quarta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01 – DEPTO DE ENSINO

2.023 – Manutenção da Merenda Escolar

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0060/66 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/67 – Aplicações Diretas

02 – DEPTO DE ENSINO INFANTIL

2.024 – Manutenção da Merenda Escolar Educação Infantil – PRE

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0060/94 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/95 – Aplicações Diretas

2.066 – Manutenção da Merenda Escolar Educação Infantil – CRECHE

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0060/96 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/97 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA NONA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quinta, alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNACEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

CLÁUSULA ONZE:

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei nº 11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA DOZE:

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA TREZE:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA QUATORZE:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA QUINZE:

O CONTRATANTE em razão as supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- a) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- b) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- c) fiscalizar a execução do contrato;
- d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DEZESSEIS:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DEZESSETE:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

CLÁUSULA DEZOITO:

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública n.º001/2018, pela Resolução CD/FNDE nº 38/2009 e pela Lei nº 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

CLÁUSULA DEZENOVE:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA VINTE:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VINTE E UM:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a. por acordo entre as partes;
- b. pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c. quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VINTE E DOIS:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até o encerramento do exercício de 2018.

A Municipalidade se reserva o direito de retirar apenas parte dos materiais desta Chamada Pública. Após o dia 31 de dezembro de 2018, os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba aos contratados, o direito a indenização e/ou reclamação de qualquer natureza.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS:

É competente o Foro da Comarca de Joaçaba, para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Água Doce, SC, 01 de fevereiro de 2018

ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal – Contratante

ITACIR MASSAROLO
Contratado

Testemunhas

CRISTIANO SAVARIS DA SILVA
CPF: 005.614.419-95

GLÁUCIA REGINA VARASCHIN
CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
CARLOS ALBERTO BRUSTOLIN
OAB/SC 19433

CONTRATO Nº 20/2018

Publicação Nº 1517141

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS N.º20/2018 DE 01/02/2018

O Município de Água Doce, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Praça João Macagnan, N.º 322, inscrita no CNPJ sob n.º82.939.398/0001-90, representada neste ato pelo (a) Prefeito (a) Municipal, o (a) Sr. (a) ANTONIO JOSÉ BISSANI, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado JOSELITE PIAIA, com sede na Linha Cocho D'Água -Interior, Água Doce -SC, inscrita no CPF sob n.º 710.420.679-53, DAP SDW0710420679530106110946 doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fundamentados nas disposições Lei nº 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 001/2018, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, para o exercício de 2018, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a Chamada Pública n.º 001/2018, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominados CONTRATADOS, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA:

O início para entrega das mercadorias será imediatamente após o recebimento da Ordem de Compra, expedida pelo Departamento de Compras, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até o encerramento do exercício de 2018.

a. A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com o cronograma de entregas da Secretaria de Educação.

b. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ 2.100,00 (Dois mil e cem reais), conforme listagem anexa a seguir:

Item	Descrição	Apres.	Quantidade	R\$ Unit	R\$ Total
21	Doce de Fruta	KG	150	14,00	2.100,00
TOTAL					2.100,00

CLÁUSULA SÉTIMA:

No valor mencionado na cláusula quarta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01 – DEPTO DE ENSINO

2.023 – Manutenção da Merenda Escolar

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0060/66 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/67 – Aplicações Diretas

02 – DEPTO DE ENSINO INFANTIL

2.024 – Manutenção da Merenda Escolar Educação Infantil – PRE

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0060/94 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/95 – Aplicações Diretas

2.066 – Manutenção da Merenda Escolar Educação Infantil – CRECHE

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0060/96 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/97 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA NONA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quinta, alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNACEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

CLÁUSULA ONZE:

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei nº 11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA DOZE:

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA TREZE:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA QUATORZE:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA QUINZE:

O CONTRATANTE em razão as supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- a) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- b) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- c) fiscalizar a execução do contrato;
- d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DEZESSEIS:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE

ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DEZESSETE:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

CLÁUSULA DEZOITO:

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública n.º001/2018, pela Resolução CD/FNDE nº 38/2009 e pela Lei nº 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

CLÁUSULA DEZENOVE:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA VINTE:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VINTE E UM:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a. por acordo entre as partes;
- b. pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c. quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VINTE E DOIS:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até o encerramento do exercício de 2018.

A Municipalidade se reserva o direito de retirar apenas parte dos materiais desta Chamada Pública. Após o dia 31 de dezembro de 2018, os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba aos contratados, o direito a indenização e/ou reclamação de qualquer natureza.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS:

É competente o Foro da Comarca de Joaçaba, para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Água Doce, SC, 01 de fevereiro de 2018

ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal – Contratante

JOSELITE PIAIA
Contratado

Testemunhas

CRISTIANO SAVARIS DA SILVA
CPF: 005.614.419-95

GLÁUCIA REGINA VARASCHIN
CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
CARLOS ALBERTO BRUSTOLIN
OAB/SC 19433

CONTRATO Nº 21/2018

Publicação Nº 1517142

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS N.º21/2018 DE 01/02/2018

O Município de Água Doce, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Praça João Macagnan, N.º 322, inscrita no CNPJ sob n.º82.939.398/0001-90, representada neste ato pelo (a) Prefeito (a) Municipal, o (a) Sr. (a) ANTONIO JOSÉ BISSANI, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado ANA BARKI, com sede no Assentamento 1º de Agosto -Interior, Água Doce -SC, inscrita no CPF sob n.º 671.028.329-15, DAP IN-SC0351000-00015-110815 doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fundamentados nas disposições Lei nº 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 001/2018, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, para o exercício de 2018, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a Chamada Pública n.º 001/2018, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominados CONTRATADOS, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA:

O início para entrega das mercadorias será imediatamente após o recebimento da Ordem de Compra, expedida pelo Departamento de Compras, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até o encerramento do exercício de 2018.

a. A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com o cronograma de entregas da Secretaria de Educação.

b. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ 5.010,00 (Cinco mil e dez reais), conforme listagem anexa a seguir:

Item	Descrição	Apres.	Quantidade	R\$ Unit	R\$ Total
20	Couve –Flor	KG	300	3,50	1.050,00
20	Couve	KG	40	5,00	200,00
17	Abobrinha	KG	100	2,30	230,00
15	Batata salsa	KG	270	6,75	1.822,00
19	Feijão preto- embalagem 1kg	KG	100	4,70	470,00
18	Batata inglesa	KG	450	2,75	1.237,50
TOTAL					5.010,00

CLÁUSULA SÉTIMA:

No valor mencionado na cláusula quarta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01 – DEPTO DE ENSINO

2.023 – Manutenção da Merenda Escolar

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0060/66 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/67 – Aplicações Diretas

02 – DEPTO DE ENSINO INFANTIL

2.024 – Manutenção da Merenda Escolar Educação Infantil – PRE

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0060/94 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/95 – Aplicações Diretas

2.066 – Manutenção da Merenda Escolar Educação Infantil – CRECHE

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0060/96 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/97 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA NONA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quinta, alínea “b”, e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNACEDOR, deverá pagar multa

de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

CLÁUSULA ONZE:

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei nº 11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA DOZE:

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA TREZE:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA QUATORZE:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA QUINZE:

O CONTRATANTE em razão as supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- a) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- b) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- c) fiscalizar a execução do contrato;
- d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DEZESSEIS:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DEZESSETE:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

CLÁUSULA DEZOITO:

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública n.º001/2018, pela Resolução CD/FNDE nº 38/2009 e pela Lei nº 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

CLÁUSULA DEZENOVE:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA VINTE:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VINTE E UM:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a. por acordo entre as partes;
- b. pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c. quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VINTE E DOIS:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até o encerramento do exercício de 2018.

A Municipalidade se reserva o direito de retirar apenas parte dos materiais desta Chamada Pública. Após o dia 31 de dezembro de 2018, os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba aos contratados, o direito a indenização e/ou reclamação de qualquer natureza.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS:

É competente o Foro da Comarca de Joaçaba, para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Água Doce, SC, 01 de fevereiro de 2018

ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal – ContratanteANA BARKI
Contratado

Testemunhas

CRISTIANO SAVARIS DA SILVA
CPF: 005.614.419-95GLÁUCIA REGINA VARASCHIN
CPF: 006.597.239-21Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
CARLOS ALBERTO BRUSTOLIN
OAB/SC 19433**CONTRATO N° 22/2018**

Publicação N° 1517143

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS N.º22/2018 DE 01/02/2018

O Município de Água Doce, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Praça João Macagnan, N.º 322, inscrita no CNPJ sob n.º82.939.398/0001-90, representada neste ato pelo (a) Prefeito (a) Municipal, o (a) Sr. (a) ANTONIO JOSÉ BISSANI, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado AMADOR GONÇALVES DE SOUZA, com sede no Assentamento 1º de Agosto -Interior, Água Doce -SC, inscrita no CPF sob n.º 016.764.289-84, DAP IN-SC0354000-00001-130715 doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fundamentados nas disposições Lei n° 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública n° 001/2018, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, para o exercício de 2018, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a Chamada Pública n.º 001/2018, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominados CONTRATADOS, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA:

O início para entrega das mercadorias será imediatamente após o recebimento da Ordem de Compra, expedida pelo Departamento de Compras, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até o encerramento do exercício de 2018.

a. A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com o cronograma de entregas da Secretaria de Educação.

b. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ 940,00 (Novecentos e quarenta reais), conforme listagem anexa a seguir:

Item	Descrição	Apres.	Quantidade	R\$ Unit	R\$ Total
19	Feijão preto –embalagem 1kg	KG	200	4,70	940,00
TOTAL					940,00

CLÁUSULA SÉTIMA:

No valor mencionado na cláusula quarta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.



CLÁUSULA OITAVA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01 – DEPTO DE ENSINO

2.023 – Manutenção da Merenda Escolar

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0060/66 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/67 – Aplicações Diretas

02 – DEPTO DE ENSINO INFANTIL

2.024 – Manutenção da Merenda Escolar Educação Infantil – PRE

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0060/94 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/95 – Aplicações Diretas

2.066 – Manutenção da Merenda Escolar Educação Infantil – CRECHE

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0060/96 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/97 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA NONA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quinta, alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNACEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

CLÁUSULA ONZE:

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei nº 11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA DOZE:

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA TREZE:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA QUATORZE:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA QUINZE:

O CONTRATANTE em razão as supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- a) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- b) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- c) fiscalizar a execução do contrato;
- d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DEZESSEIS:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DEZESSETE:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

CLÁUSULA DEZOITO:

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública n.º001/2018, pela Resolução CD/FNDE nº 38/2009 e pela Lei nº 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

CLÁUSULA DEZENOVE:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA VINTE:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VINTE E UM:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a. por acordo entre as partes;
- b. pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c. quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VINTE E DOIS:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até o encerramento do exercício de 2018.

A Municipalidade se reserva o direito de retirar apenas parte dos materiais desta Chamada Pública. Após o dia 31 de dezembro de 2018, os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba aos contratados, o direito a indenização e/ou reclamação de qualquer natureza.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS:

É competente o Foro da Comarca de Joaçaba, para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Água Doce, SC, 01 de fevereiro de 2018

ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal – Contratante

AMADOR GONÇALVES DE SOUZA
Contratado

Testemunhas

CRISTIANO SAVARIS DA SILVA
CPF: 005.614.419-95

GLÁUCIA REGINA VARASCHIN
CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
CARLOS ALBERTO BRUSTOLIN
OAB/SC 19433

CONTRATO Nº 23/2018

Publicação Nº 1517144

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS N.º23/2018 DE 01/02/2018

O Município de Água Doce, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Praça João Macagnan, N.º 322, inscrita no CNPJ sob n.º82.939.398/0001-90, representada neste ato pelo (a) Prefeito (a) Municipal, o (a) Sr. (a) ANTONIO JOSÉ BISSANI, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado ADAIR ARALDI, com sede Na Linha Paiol de Telhas -Interior, Água Doce -SC, inscrita no CPF sob n.º 894.738.689-87, DAP SDW0894738689872807160142 doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fundamentados nas disposições Lei nº 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 001/2018, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, para o exercício de 2018, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a Chamada Pública n.º 001/2018, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominados CONTRATADOS, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA:

O início para entrega das mercadorias será imediatamente após o recebimento da Ordem de Compra, expedida pelo Departamento de Compras, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até o encerramento do exercício de 2018.

a. A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com o cronograma de entregas da Secretaria de Educação.

b. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ 2.400,00 (Dois mil e quatrocentos reais), conforme listagem anexa a seguir:

Item	Descrição	Apres.	Quantidade	R\$ Unit	R\$ Total
23	Vinagre	LT	240	10,00	2.400,00
TOTAL					2.400,00

CLÁUSULA SÉTIMA:

No valor mencionado na cláusula quarta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01 – DEPTO DE ENSINO

2.023 – Manutenção da Merenda Escolar

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0060/66 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/67 – Aplicações Diretas

02 – DEPTO DE ENSINO INFANTIL

2.024 – Manutenção da Merenda Escolar Educação Infantil – PRE

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0060/94 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/95 – Aplicações Diretas

2.066 – Manutenção da Merenda Escolar Educação Infantil – CRECHE

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0060/96 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/97 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA NONA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quinta, alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNECEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

CLÁUSULA ONZE:

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei nº 11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA DOZE:

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA TREZE:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA QUATORZE:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA QUINZE:

O CONTRATANTE em razão da supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- a) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- b) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- c) fiscalizar a execução do contrato;
- d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DEZESSEIS:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DEZESSETE:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

CLÁUSULA DEZOITO:

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública n.º001/2018, pela Resolução CD/FNDE nº 38/2009 e pela Lei nº 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamenta, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

CLÁUSULA DEZENOVE:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA VINTE:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VINTE E UM:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a. por acordo entre as partes;
- b. pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c. quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VINTE E DOIS:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até o encerramento do exercício de 2018.

A Municipalidade se reserva o direito de retirar apenas parte dos materiais desta Chamada Pública. Após o dia 31 de dezembro de 2018, os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba aos contratados, o direito a indenização e/ou reclamação de qualquer natureza.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS:

É competente o Foro da Comarca de Joaçaba, para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Água Doce, SC, 01 de fevereiro de 2018

ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal – Contratante

ADAIR ARALDI
Contratado

Testemunhas

CRISTIANO SAVARIS DA SILVA
CPF: 005.614.419-95

GLÁUCIA REGINA VARASCHIN
CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
CARLOS ALBERTO BRUSTOLIN
OAB/SC 19433

CONTRATO Nº 24/2018

Publicação Nº 1517146

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS N.º24/2018 DE 01/02/2018

O Município de Água Doce, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Praça João Macagnan, N.º 322, inscrita no CNPJ sob n.º82.939.398/0001-90, representada neste ato pelo (a) Prefeito (a) Municipal, o (a) Sr. (a) ANTONIO JOSÉ BISSANI, doravante denominada CONTRATANTE, e por outro lado INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SUCOS SÃO CARLO LTDA ME, com sede na Linha São Paulinho -Interior, Tangará -SC, CEP 89.642-000 inscrita no CNPJ sob n.º 10.780.288/0001-18, DAP SDW1078028800011703180809 doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fundamentados nas disposições Lei nº 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 001/2018, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, para o exercício de 2018, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a Chamada Pública n.º 001/2018, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominados CONTRATADOS, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA:

O início para entrega das mercadorias será imediatamente após o recebimento da Ordem de Compra, expedida pelo Departamento de Compras, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até o encerramento do exercício de 2018.

a. A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com o cronograma de entregas da Secretaria de Educação.

b. O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ 4.800,00 (Quatro mil e oitocentos reais), conforme listagem anexa a seguir:

Item	Descrição	Apres.	Quantidade	R\$ Unit	R\$ Total
13	Suco uva integral concentrado	LT	600	8,00	4.800,00
TOTAL					4.800,00

CLÁUSULA SÉTIMA:

No valor mencionado na cláusula quarta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01 – DEPTO DE ENSINO

2.023 – Manutenção da Merenda Escolar

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0060/66 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/67 – Aplicações Diretas

02 – DEPTO DE ENSINO INFANTIL

2.024 – Manutenção da Merenda Escolar Educação Infantil – PRE

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0060/94 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/95 – Aplicações Diretas

2.066 – Manutenção da Merenda Escolar Educação Infantil – CRECHE

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0060/96 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/97 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA NONA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quinta, alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNACEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

CLÁUSULA ONZE:

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei nº 11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA DOZE:

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA TREZE:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA QUATORZE:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA QUINZE:

O CONTRATANTE em razão as supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- a) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- b) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- c) fiscalizar a execução do contrato;
- d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DEZESSEIS:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DEZESSETE:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

CLÁUSULA DEZOITO:

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública n.º001/2018, pela Resolução CD/FNDE nº 38/2009 e pela Lei nº 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

CLÁUSULA DEZENOVE:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA VINTE:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VINTE E UM:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a. por acordo entre as partes;
- b. pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c. quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VINTE E DOIS:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até o encerramento do exercício de 2018.

A Municipalidade se reserva o direito de retirar apenas parte dos materiais desta Chamada Pública. Após o dia 31 de dezembro de 2018, os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba aos contratados, o direito a indenização e/ou reclamação de qualquer natureza.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS:

É competente o Foro da Comarca de Joaçaba, para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Água Doce, SC, 01 de fevereiro de 2018

ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal – Contratante

VERONICE M. ALBERTI CARLESSO
Contratado

Testemunhas

CRISTIANO SAVARIS DA SILVA
CPF: 005.614.419-95

GLÁUCIA REGINA VARASCHIN
CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
CARLOS ALBERTO BRUSTOLIN
OAB/SC 19433

CONTRATO Nº 25/2018

Publicação Nº 1517147

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 25/2018 DE 05/02/2018

O MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE/SC, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.939.398/0001-90, com sede administrativa na Praça João Macagnan, 322, em Água Doce/SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, ANTONIO JOSÉ BISSANI, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF nº 032.667.619-87, residente e domiciliado na Rua Nereu Ramos, 106, Centro, neste Município de Água Doce/SC, de ora em diante denominado CONTRATANTE e a empresa GMC ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Alvice Caldart, nº 16, na cidade de Capinzal/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 19.163.863/0001-08 representada por EDSON ANTONIO CASSIANO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Alvice Caldart, nº 16, em Capinzal/SC, portador da cédula de identidade nº 2.419.349 e inscrito no CPF/MF sob nº 816.566.539-15, denominada simplesmente CONTRATADA, celebram o presente CONTRATO, mediante cláusulas e condições que aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, tudo de acordo com o capítulo III da Lei nº 8.666/93 e alterações, e o Processo Licitatório nº 9/2018, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 9/2018, homologado em 05/02/2018, o qual é parte integrante do presente instrumento:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DA FORMA DE EXECUÇÃO

1.1. O presente Contrato tem por objeto a realização, pela CONTRATADA, de concurso público e teste seletivo, destinados à Prefeitura Municipal de Água Doce e aos Fundos Municipais, conforme especificações constantes do Anexo I que integra este Edital, para atuarem junto ao Município de Água Doce/SC.

1.2. A Contratação abrangerá todos os procedimentos referentes ao processo de realização do concurso público e teste seletivo, compreendendo:

1.2.1. Todas as etapas dos serviços, objeto do presente Edital, deverão ser totalmente executadas no prazo de até 90 (noventa) dias, contados da data da assinatura do Contrato.

1.2.2. Elaboração do edital de abertura das inscrições, incluindo todos os elementos normativos do concurso público e teste seletivo, conteúdo programático e bibliografia, em conformidade com as instruções do Tribunal de Contas, tendo a prévia aprovação do CONTRATANTE.

1.2.3. Todos os atos inerentes ao concurso público e teste seletivo deverão ser informatizados, desde as inscrições até o seu resultado final, sendo:

a) Divulgados na home page da CONTRATADA, sendo sua responsabilidade elaborar banco de dados dos candidatos, contendo no mínimo: nome do candidato e respectivo CPF, endereço, telefone fixo e celular, e-mail e nº de inscrição e fornecer para a Prefeitura de Água Doce quando da divulgação do Resultado Final.

b) A CONTRATADA deverá disponibilizar a estrutura necessária para a realização das inscrições, por meio eletrônico, que deverão ser pagas através de boleto bancário, direcionando o valor diretamente para a conta fornecida pelo Município.

c) Todo o concurso público e teste seletivo deverá ser divulgado na home page da Prefeitura de Água Doce.

1.2.4. Os valores a serem pagos pelos candidatos, para o teste seletivo e concurso público, a título de inscrição, constituir-se-ão em receita ao erário municipal, sendo:

- a) Valor de R\$ 15,00 (quinze reais), para os cargos de Nível Alfabetizado;
- b) Valor de R\$ 30,00 (trinta reais), para os cargos de Nível Fundamental;
- c) Valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais), para os cargos de Nível Médio;
- d) Valor de R\$ 80,00 (oitenta reais), para os cargos de Nível Superior.

1.2.5. As provas objetivas para o concurso público deverão conter:

a) Para os cargos de Nível Alfabetizado: 10 (dez) questões inéditas, de múltipla escolha, com 04 (quatro) alternativas (A, B, C e D), sendo 3 (três) questões de Língua Portuguesa, e 7 (sete) questões de conhecimentos gerais.

b) Para os cargos de Nível Fundamental: 20 (vinte) questões

inéditas, de múltipla escolha, com 04 (quatro) alternativas (A, B, C e D), sendo 5 (cinco) questões de Língua Portuguesa, 05 (cinco) questões de Matemática e 10 (dez) questões de conhecimentos específicos na área de atuação.

c) Para os cargos de Nível Médio: 30 (trinta) questões inéditas, de múltipla escolha, com 04 (quatro) alternativas (A, B, C e D), sendo 10 (dez) questões de Língua Portuguesa, 10 (dez) questões de Legislação e 10 (dez) questões de conhecimentos específicos na área de atuação.

d) Para o cargo de Nível Superior: 40 (quarenta) questões inéditas, de múltipla escolha, com 04 (quatro) alternativas (A, B, C e D), sendo 15 (quinze) questões de Língua Portuguesa, 10 (dez) questões de Legislação e 15 (quinze) questões de conhecimentos específicos na área de atuação.

1.1.1.6. As provas objetivas para o teste seletivo deverão conter:

a) Para os cargos de Nível Médio: 30 (trinta) questões inéditas, de múltipla escolha, com 04 (quatro) alternativas (A, B, C e D), sendo 10 (dez) questões de Língua Portuguesa, 10 (dez) questões de Legislação e 10 (dez) questões de conhecimentos específicos na área de atuação.

b) Para o cargo de Nível Superior: 30 (trinta) questões inéditas, de múltipla escolha, com 04 (quatro) alternativas (A, B, C e D), sendo 10 (dez) questões de Língua Portuguesa, 10 (dez) questões de Legislação e 10 (dez) questões de conhecimentos específicos na área de atuação.

1.2.7. Quanto às provas de títulos, quando necessário:

1.2.7.1. Os títulos deverão ser entregues em data e local estabelecido nos editais do concurso público e teste seletivo.

1.2.8. Apreciar todas as inscrições e homologação das mesmas.

1.2.9. Mapear, preparar, inspecionar e organizar os locais de provas.

1.2.10. Treinar a equipe de coordenação e fiscalização.

1.2.11. Elaborar, reproduzir, aplicar e corrigir as provas objetivas (escrita, prática, de títulos, quando necessário).

1.2.12. As provas deverão ser impressas em ambiente altamente sigiloso, em quantidade suficiente, incluindo reservas;

1.2.13. As provas deverão ser acondicionadas em envelope lacrado e indevassável e serem entregues no dia e horário estipulado para a realização do Concurso, nas salas determinadas para tal. Os envelopes deverão ser abertos na presença dos fiscais e dos candidatos. Ao término da aplicação das provas, as mesmas deverão ser lacradas novamente, na presença dos fiscais e dos 03 (três) candidatos remanescentes na sala, os quais deverão rubricar o lacre.

1.2.14. O Município disponibilizará para a realização da prova, o Centro Educacional Municipal Frei Silvano, sito à Rua Dom Daniel Hostin, 245, Bairro Vila Nova, Água Doce, SC. Se necessário outros locais para acomodar todos os candidatos, ficará a cargo da CONTRATANTE.

1.2.15. As salas destinadas à realização das provas deverão conter o número máximo de 30 (trinta) candidatos cada uma, onde deverão permanecer, no mínimo, 02 (dois) fiscais.

1.2.16. Fornecer o gabarito oficial no prazo máximo de 24 (vinte quatro) horas após o término de aplicação das provas objetivas.

1.2.17. Corrigir as provas por leitura óptica.

1.2.18. Emitir, em sistema informatizado de Relatórios Parciais em todas as fases do certame.

1.2.19. Analisar os Recursos das Inscrições, das Provas e do Resultado Final, com emissão de parecer individualizado.

1.2.20. Aplicar a Prova de Títulos, com a consequente avaliação dos títulos apresentados pelos candidatos.

1.2.21. Emitir a relação de classificados.

1.2.22. Apreciar os recursos administrativos dos candidatos sobre todas as fases e sobre o resultado, com emissão de parecer individualizado.

1.2.23. Montar do relatório (parciais e finais) com todos os atos decorrentes da realização do concurso público e teste seletivo.

1.2.24. Disponibilizar apoio técnico-jurídico em todas as etapas do concurso público e teste seletivo.

1.2.25. A CONTRATADA deverá executar seus trabalhos sobre a orientação da Comissão de Acompanhamento do concurso público e teste seletivo, composta por 3 (três) servidores efetivos do Município.

1.2.26. Os critérios de desempate deverão contar com recurso avançado de modo a não permitir empates técnicos entre candidatos.

1.2.27. O objeto da presente licitação não poderá ser cedido ou transferido, no todo ou em parte, para terceiros.

1.2.28. A CONTRATADA deverá estabelecer contato com o Município imediatamente após a homologação deste Processo de Licitação para iniciar a elaboração dos editais e adotar todas as medidas cabíveis para que as ações aconteçam dentro dos prazos previstos.

1.2.29. A CONTRATADA deverá entregar em tempo hábil os arquivos eletrônicos necessários para o cumprimento de obrigações acessórias referente ao E-Sfinge do Tribunal de Contas, nos moldes e formatos do layout da Betha Sistema.

1.2.30. A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do Contrato, conforme o disposto nas alíneas "a" e "b" do inciso I e § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo para a execução de todas as etapas dos serviços, objeto do presente Contrato, deverão ser totalmente executadas no prazo de até 90 (noventa) dias, contados da data da assinatura do Contrato.

2.2. O prazo de validade do Contrato será de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, podendo ocorrer prorrogação, observado o disposto na Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA DO VALOR

3.1. O valor total dos serviços ora contratados é de R\$ 14.800,00 (quatorze mil e oitocentos reais).

3.2. O valor pela prestação de serviços já inclui:

3.2.1. Todas as despesas com locomoção, alimentação, estadas,

encargos e obrigações tributárias, sociais trabalhistas e previdenciárias, incidentes, impostos e taxas, não sendo admitidos quaisquer outros adicionais, após a abertura dos envelopes.

3.2.2. Quaisquer outras despesas necessárias à plena execução do objeto contratado.

CLÁUSULA QUARTA DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL, DO REAJUSTE E DA REVISÃO

4.1. O pagamento será realizado em duas parcelas, sendo 50% na homologação das inscrições e 50% na homologação final do resultado.

4.1.1. O pagamento somente poderá ser efetuado após comprovação do recolhimento das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última competência vencida, compatível com o efetivo declarado, na forma do § 4º, do art. 31, da Lei nº 9.032/95 e após a apresentação de Nota Fiscal/Fatura atestada por servidor designado, conforme disposto nos artigos 67 e 73 da Lei 8.666/93.

4.1.2. O pagamento será efetuado por meio de transferência bancária, cujos dados (banco, agência, Nº da conta) deverão ser informados pela proponente na proposta de preços.

4.1.3. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

4.1.4. O CONTRATADO deverá enviar por e-mail o documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Departamento de Compras e Licitações através do e-mail: nfe@aguadoce.sc.gov.br.

4.1.5. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o CONTRATADO.

4.1.6. No valor ora contratado já estão incluídos os impostos, taxas, seguros e fretes, todas as despesas que se fizerem necessárias durante o período de execução dos serviços, despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação dos serviços, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, assim como os relativos a uniformes, crachás e EPI's, bem como os de indenização devida a terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados da qual a contratada der causa, além de quaisquer outras despesas incidentes sobre o Contrato.

4.1.7. Os preços a serem contratados serão fixos e irrevogáveis, pelo período de 12 (doze) meses a partir da data da apresentação da proposta.

4.1.8. Após os primeiros 12 (doze) meses, os preços contratuais serão reajustados de acordo com o INPC, apurados e fornecidos pela Fundação Getúlio Vargas.

4.1.9. A periodicidade do reajuste é anual, aplicado somente aos pagamentos de valores referentes a eventos físicos realizados a partir do 1º (primeiro) dia imediatamente subsequente ao término do 12º (décimo segundo) mês e, assim, sucessivamente, contado desde a data da apresentação da proposta e de acordo com a vigência do Contrato.

4.1.10. Após a aplicação do reajuste nos termos deste documento, o novo valor da parcela ou o saldo contratual passará a ser praticado, pelo próximo período de 1 (um) ano, sem reajuste adicional e,

assim, sucessivamente, durante a vigência do Contrato.

CLÁUSULA QUINTA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

5.1. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto do presente Contrato correrão a conta das seguintes dotações orçamentárias:

03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

01 – DEPTO. DE SERVIÇOS GERAIS

2.006 – Realização de Testes Seletivos / Concurso Público

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/16 – Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00 00.03.0110/184 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA SEXTA DAS RESPONSABILIDADES

6.1. Responsabilidades do CONTRATANTE:

6.1.1. Tomar todas as providências necessárias à execução do presente processo.

6.1.2. Efetuar todas as publicações legais relativas ao concurso público e teste seletivo.

6.1.3. Ceder os locais indicados para a realização das provas objetivas.

6.1.4. Receber os eventuais recursos administrativos e encaminhá-los a CONTRATADA para julgamento.

6.1.5. Designar a Comissão Coordenadora.

6.1.6. Fiscalizar a execução do Contrato.

6.1.7. Manter pessoas ou constituir Comissão Especial, visando à fiscalização da execução do Contrato.

6.1.8. Providenciar a publicação resumida do presente Contrato, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

6.1.9. Subsidiar a CONTRATADA com informações necessárias ao fiel e integral cumprimento do Contrato.

6.1.10. Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência que interfira na execução dos serviços.

6.1.11. Efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com a cláusula quarta do presente Contrato.

6.2. Responsabilidades da CONTRATADA:

6.2.1. Elaborar o edital de abertura das inscrições, incluindo todos os elementos normativos do concurso público e teste seletivo, conteúdo programático e bibliografia, prova prática, em conformidade com as instruções do Tribunal de Contas, tendo a prévia aprovação do CONTRATANTE.

6.2.2. Elaborar o modelo de todos os demais editais necessários, tais como: recursos, homologação das inscrições, divulgação de resultado das provas, julgamento de recursos, convocação para provas, homologação do resultado final e classificação dos candidatos e outros que se fizerem necessários.

6.2.3. Divulgar o concurso público e teste seletivo em home page própria, incluindo a publicação de todos os editais na íntegra, para os candidatos interessados terem acesso.

6.2.4. Disponibilizar link para acesso pela home page do Município de Água Doce.

6.2.5. Prestar informações aos candidatos em sua sede, por e-mail e por telefone, em todas as fases do concurso público e teste seletivo.

6.2.6. Fornecer o modelo de ficha de inscrição.

6.2.7. Disponibilizar a estrutura necessária para a realização das inscrições, por meio eletrônico, que deverão ser pagas através de boleto bancário, direcionando o valor diretamente para a conta fornecida pelo Município.

6.2.8. Apreçar todas as inscrições e elaborar o edital de homologação das mesmas.

6.2.9. Montar o banco de dados dos candidatos, contendo, no mínimo: nome do candidato, nº de inscrição, CPF, endereço e telefone e fornecer a Prefeitura de Água Doce quando da divulgação do Resultado Final.

6.2.10. Elaborar, digitar, proceder à revisão técnica e reproduzir as provas objetivas, que serão de responsabilidade dos profissionais técnicos, que deverão compor banca da CONTRATADA, devidamente cadastrados junto a seu órgão de classe, de acordo com o número de inscritos.

6.2.11. Imprimir as provas em ambiente altamente sigiloso, em quantidade suficiente, incluindo reservas.

6.2.12. Acondicionar as provas em envelopes lacrados e indevasíveis, os quais serão entregues nos dias e horários estipulados para a realização do concurso público e teste seletivo, nas salas determinadas para tal. Os envelopes serão abertos na presença dos fiscais e dos candidatos. Ao término da aplicação das provas, as mesmas deverão ser lacradas novamente, na presença dos fiscais e dos 03 (três) candidatos remanescentes na sala, os quais deverão rubricar o lacre.

6.2.13. Elaborar o layout e imprimir os cartões-resposta, para correção por sistema de leitura óptica.

6.2.14. Transportar e entregar as provas nos respectivos locais de aplicação sem ônus para a CONTRATANTE.

6.2.15. Elaborar atas e listas de presença em todas as fases do certame.

6.2.16. Sinalizar o espaço físico destinado à realização das provas.

6.2.17. Aplicar as provas.

6.2.18. Responsabilizar-se pela contratação e pelo pagamento dos fiscais, em número suficiente para o pleno atendimento do objeto.

6.2.19. Proceder ao devido treinamento dos fiscais designados.

6.2.20. Fornecer atendimento especializado aos portadores de deficiência de acordo com as especificidades dos casos apresentados (motora, auditiva, visual).

6.2.21. Fornecer o gabarito oficial, no primeiro dia útil após a data da aplicação das provas, disponibilizando o gabarito e o caderno de provas no site do Município e da empresa.

6.2.22. Proceder à correção das provas por sistema de leitura óptica.

6.2.23. Proceder à análise dos títulos, atribuindo à pontuação correspondente.

6.2.24. Examinar e julgar eventuais recursos relativos às provas,

com emissão de parecer individualizado.

6.2.25. Recorrer às provas e fornecer novos relatórios e ordem classificatória, por força de recursos interpostos, se for o caso.

6.2.26. Emitir relatórios em sistema informatizado, em todas as fases do certame.

6.2.27. Fornecer o banco de dados dos candidatos e dos relatórios de todas as fases do teste, em meio magnético.

6.2.28. Montar dossiê e entrega-lo ao CONTRATANTE, contemplando todos os atos decorrentes da realização do concurso público e teste seletivo.

6.2.29. Fornecer apoio técnico-jurídico em todas as etapas do concurso público e teste seletivo.

6.2.30. Cumprir o disposto no presente Contrato, obedecendo ao objeto e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

6.2.31. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.

6.2.32. Refazer, sem ônus para o CONTRATANTE, os serviços impugnados pelo mesmo.

6.2.33. Manter sigilo absoluto do conteúdo e do gabarito das provas.

6.2.34. Utilizar somente mão de obra especializada, na execução dos serviços objeto deste Contrato, responsabilizando-se integralmente pela qualidade dos mesmos.

6.2.35. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato.

6.2.36. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do Contrato.

6.2.37. A empresa vencedora deverá entregar em tempo hábil os arquivos eletrônicos necessários para o cumprimento de obrigações acessórias referente ao E-Sfinge do Tribunal de Contas, nos moldes e formatos do layout da Betha Sistema.

CLÁUSULA SÉTIMA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520/2002, se a CONTRATADA, convocada no prazo estipulado, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciada nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

7.2. O atraso injustificado no fornecimento sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, no valor de R\$ 100,00 (cem reais) por dia de atraso.

7.3. A multa aludida acima não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em Lei.

7.4. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser

efetuado à CONTRATADA:

7.4.1. Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica está obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

7.4.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

7.5. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1. O Contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

a) Por ato unilateral escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XVII, do art. 78, da Lei 8.666/93.

b) Amigavelmente, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardando-se o interesse público.

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente

8.2. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o Contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

8.3. Fica reservado ao CONTRATANTE o direito de rescindir total ou parcialmente o presente Contrato, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei 8.666/93 e alterações, sem que assista a CONTRATADA, direito algum de reclamações ou indenização, com exceção da rescisão com fulcro no art. 78, XII a XVII, em que será observado o disposto no art. 79, § 2º, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA NONA DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

9.1. O objeto do presente Contrato não poderá ser cedido ou transferido, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

10.1. Os serviços serão acompanhados e fiscalizados pela COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO CONCURSO, que anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

10.2. A Comissão de Concurso, composta por servidores designados pelo Prefeito Municipal, exercerá ampla, irrestrita e permanente fiscalização sobre a execução do presente Contrato.

10.3. A CONTRATADA aceitará integralmente todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo CONTRATANTE.

10.4. A existência e atuação da fiscalização pela CONTRATANTE, em nada restringem as responsabilidades únicas, integrais e exclusivas da CONTRATADA, no que concerne ao objeto deste Contrato.

10.5. A fiscalização poderá avaliar a atuação de qualquer empregado da CONTRATADA e exigir a sua dispensa se verificar que sua conduta é prejudicial ao bom andamento dos serviços, objeto deste

termo, devendo ser providenciada a sua substituição no prazo de vinte e quatro (24) horas, a contar da data da notificação expedida pelo CONTRATANTE, o qual ficará isento de responsabilidade se dela originar-se qualquer tipo de ação judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DAS CONDIÇÕES GERAIS

11.1. Na execução deste Contrato aplicar-se-á a Lei nº 8.666/93 e alterações, e ainda os preceitos gerais do direito público, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições de direito privado.

11.2. A declaração de nulidade deste Contrato opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

11.3. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do presente Contrato.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Água Doce, SC, 05 de fevereiro de 2018

ANTONIO JOSÉ BISSANI EDSON ANTONIO CASSIANO

Prefeito GMC

Assessoria e Consultoria Ltda ME

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

CRISTIANO SAVARIS DA SILVA
CPF: 005.614.419-95

GLÁUCIA REGINA VARASCHIN
CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
CARLOS ALBERTO BRUSTOLIN
OAB/SC 19433

DECRETO Nº 019/2018

Publicação Nº 1516607

DECRETO Nº 019/2018 – DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018
“DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE - SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no inciso VIII do artigo 72 da Lei Orgânica do Município, e demais normas legais aplicáveis,

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado Ponto Facultativo nas repartições Públicas Municipais em virtude do feriado de carnaval, no dia 12/02/2018 – Segunda-feira e no dia 14/02/2018 - Quarta-feira o expediente será das 12:00 às 18:00 horas.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam – se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 08 de fevereiro de 2018.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 020/2018

Publicação Nº 1516609

DECRETO Nº 020/2018 – DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, CRIA ELEMENTOS DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSE BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.559, de 08 de fevereiro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar, no valor R\$ 1.105.991,44 (Hum milhão e cento e cinco mil e novecentos e noventa e um reais e quarenta e quatro centavos) para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para a Manutenção do Fundo Municipal de Saúde de Água Doce

Art. 2º. Ficam criados e suplementados no orçamento vigente os elementos de despesas: Aplicações Diretas com as seguintes classificações orçamentárias:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE
10.301.0027.2.060 MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS ESTADUAIS E FEDERAIS
3.1.90.00.0.3.0704/51 Aplicações Diretas R\$ 8.822,65
3.1.90.00.0.3.0672/53 Aplicações Diretas R\$ 122.138,00
3.1.90.00.0.3.0705/54 Aplicações Diretas R\$ 127.244,00
3.3.90.00.0.3.0762/49 Aplicações DiretasR\$ 1 28.508,18
3.3.90.00.0.3.0671/55 Aplicações Diretas R\$ 388,78
3.3.90.00.0.3.0759/ 66 Aplicações Diretas R\$ 152,88
3.3.90.00.0.3.0673/44 Aplicações Diretas R\$ 99.957,78
3.3.90.00.0.3.0701/57 Aplicações Diretas R\$ 14.276,85
3.3.90.00.0.3.0672/43 Aplicações Diretas R\$ 209.386,10
3.3.90.00.0.3.0641/58 Aplicações Diretas R\$ 44.780,18
3.3.90.00.0.3.0668/59 Aplicações Diretas R\$ 6.704,05
4.4.90.00.0.3.0733/60 Aplicações Diretas R\$ 33.960,22
4.4.90.00.0.3.0673/56 Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

10.302.0027.2.060 MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS ESTADUAIS E FEDERAIS
3.3.90.00.0.3.0065/61 Aplicações Diretas R\$ 12.555,69

10.303.0027.2.061 MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CAPS/SC
3.1.90.00.0.3.0749/46 Aplicações Diretas R\$ 52.379,81
3.1.90.00.0.6.0720/62 Aplicações Diretas R\$ 95.002,52
3.1.90.00.0.3.0719/63 Aplicações Diretas R\$ 8.846,83

10.305.0027.2.063 MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA/EPIDEMIOLÓGICA
3.1.90.00.0.3.0066/52 Aplicações Diretas R\$ 12.600,00
3.3.90.00.0.3.0002/47 Aplicações Diretas R\$ 61.943,58
3.3.90.00.0.3.0066/ 64 Aplicações Diretas R\$ 8.343,34
4.4.90.00.0.3.0066/ 65 Aplicações Diretas R\$ 8.000,00
TOTAL R\$1.105.991,44

Art. 3º. Para atender as despesas decorrentes do disposto no artigo 1º deste Decreto fica utilizado o superávit financeiro do exercício

de 2017 verificado nas rubricas: 0.1.0002 - Recursos de Impostos e Transferências, 0.1.0723 Recursos C0-Financiamento, 0.1.0749 – CAPS Federal/ TFD, 0.1.0065 Recursos MAC – Alta e Média Complexidade Ambulatorial, 0.1.0064 – PAB FIXO, 0.1.0633 CAPS ESTADUO, 0.1.0627 – PMAQ e 0.1.0632 CAPS Catanduvás, 0.1.0759 - Piso de ABV –Teste Rápido de Gravidez, 0.1.0691 Programa Saúde na Escola, 0.1.0762 - Transf. Fundo a Fundo – Atenção Básica, Incentivo Implantação NASF, Transf. Estruturação Rede de Serviços, 0.1.0761 - Laboratório Mirinha, 0.1.0692 - Transf. Fortalecimento de Vínculos e 0.1.0636 - Transf. Recursos VISA.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 08 de fevereiro de 2018.

ANTONIO JOSE BISSANI

Prefeito Municipal

LEI Nº 2.559/2018

Publicação Nº 1516613

LEI Nº 2.559/2018 – DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, CRIAR ELEMENTOS DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSE BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, no valor R\$ 1.105.991,44 (Hum milhão e cento e cinco mil e novecentos e noventa e um reais e quarenta e quatro centavos) para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para a Manutenção do Fundo Municipal de Saúde de Água Doce

Art. 2º. Ficam criados e suplementados no orçamento vigente os elementos de despesas: Aplicações Diretas com as seguintes classificações orçamentárias:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE
10.301.0027.2.060 MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS ESTADUAIS E FEDERAIS
3.1.90.00.0.3.0704/51 Aplicações Diretas R\$ 8.822,65
3.1.90.00.0.3.0672/53 Aplicações Diretas R\$ 122.138,00
3.1.90.00.0.3.0705/54 Aplicações Diretas R\$ 127.244,00
3.3.90.00.0.3.0762/49 Aplicações DiretasR\$ 1 28.508,18
3.3.90.00.0.3.0671/55 Aplicações Diretas R\$ 388,78
3.3.90.00.0.3.0759/ 66 Aplicações Diretas R\$ 152,88
3.3.90.00.0.3.0673/44 Aplicações Diretas R\$ 99.957,78
3.3.90.00.0.3.0701/57 Aplicações Diretas R\$ 14.276,85
3.3.90.00.0.3.0672/43 Aplicações Diretas R\$ 209.386,10
3.3.90.00.0.3.0641/58 Aplicações Diretas R\$ 44.780,18
3.3.90.00.0.3.0668/59 Aplicações Diretas R\$ 6.704,05
4.4.90.00.0.3.0733/60 Aplicações Diretas R\$ 33.960,22
4.4.90.00.0.3.0673/56 Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

10.302.0027.2.060 MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS ESTADUAIS E FEDERAIS
3.3.90.00.0.3.0065/61 Aplicações Diretas R\$ 12.555,69

10.303.0027.2.061 MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSI-COSSOCIAL – CAPS/SC

3.1.90.00.0.3.0749/46 Aplicações Diretas R\$ 52.379,81
3.1.90.00.0.6.0720/62 Aplicações Diretas R\$ 95.002,52
3.1.90.00.0.3.0719/63 Aplicações Diretas R\$ 8.846,83

10.305.0027.2.063 MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA/EPIDEMIOLÓGICA

3.1.90.00.0.3.0066/52 Aplicações Diretas R\$ 12.600,00
3.3.90.00.0.3.0002/47 Aplicações Diretas R\$ 61.943,58
3.3.90.00.0.3.0066/ 64 Aplicações Diretas R\$ 8.343,34
4.4.90.00.0.3.0066/ 65 Aplicações Diretas R\$ 8.000,00
TOTAL R\$1.105.991,44

Art. 3º. Para atender as despesas decorrentes do disposto no artigo 1º desta Lei fica autorizado a utilização do superávit financeiro do exercício de 2017 verificado nas rubricas: 0.1.0002 - Recursos de Impostos e Transferências, 0.1.0723 Recursos C0-Financiamento, 0.1.0749 – CAPS Federal/ TFD, 0.1.0065 Recursos MAC – Alta e Média Complexidade Ambulatorial, 0.1.0064 – PAB FIXO, 0.1.0633 CAPS ESTADO, 0.1.0627 – PMAQ e 0.1.0632 CAPS Catanduvas, 0.1.0759 - Piso de ABV –Teste Rápido de Gravidez, 0.1.0691 Programa Saúde na Escola, 0.1.0762 - Transf. Fundo a Fundo – Atenção Básica, Incentivo Implantação NASF, Transf. Estruturação Rede de Serviços, 0.1.0761 - Laboratório Mirinha, 0.10692 - Transf. Fortalecimento de Vínculos e 0.1.0636 - Transf. Recursos VISA.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 08 de fevereiro de 2018.

ANTONIO JOSE BISSANI

Prefeito Municipal

Anchieta

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO

Publicação Nº 1517964

Anchieta (SC), 09 de Fevereiro de 2018.

Ilma Senhora
Marinice Machado da Silva

Assunto: CONVOCAÇÃO – Processo Seletivo nº 003/20017

Prezada Candidata,
Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADA para comparecer junto a Prefeitura Municipal de Anchieta (SC), no setor de Recursos Humanos, para contratação através do Processo Seletivo nº 003/2017 para o cargo de Professora de Educação Infantil 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

COMUNICADO

Com o presente, comunicamos que de acordo com a realização do Processo Seletivo nº 003/2017, Vossa Senhoria foi aprovada e consequentemente classificada para assumir a vaga na qual concorreu.

É necessário apresentar a relação de documentos abaixo descrita:

- Fotocópia da Certidão de nascimento ou casamento;
- Fotocópia do RG;
- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da Carteira Profissional de Trabalho com o número do PIS/PASEP;
- Fotocópia do Título de Eleitor;
- Comprovante de residência;
- Possuir bons antecedentes Judiciais (folha corrida);
- Uma fotografia 3x4 atual;
- Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos, quando for o caso;
- Conta corrente no Banco do Brasil, que será realizado o depósito dos pagamentos, sendo que não poderá ser conta poupança;
- Comprovante de Escolaridade de acordo com a exigência do Cargo e Registro no órgão competente;
- Certidão Negativa de Débito Municipal;
- Gozo dos direitos políticos (certidão retirada pela internet);
- Quitação com as obrigações militares, quando for o caso;
- Quitação com as obrigações eleitorais (comprovante de votação ou certidão de quitação da Justiça Eleitoral);
- Comprovação relativa à habilitação exigida;
- Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo servidor;
- No caso de acumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos, informar o cargo, o órgão ao qual pertence e a carga horária;
- Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;
- Declaração de bens;
- Laudo de inspeção de saúde, procedida por órgão médico oficial,

comprovando estar em gozo de saúde física e mental- ASO.
Dúvidas e esclarecimentos contatar no telefone (49) 3653 3200.

Atenciosamente,

Ivan José Canci,
Prefeito MunicipalIlma. Senhora
Marinice Machado da Silva

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO

Publicação Nº 1517976

0Anchieta (SC), 09 de Fevereiro de 2018.

Ilmo Senhor
Júlio Cesar de Oliveira

Assunto: CONVOCAÇÃO – Processo Seletivo nº 003/20017

Prezado Candidato,

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO para comparecer junto a Prefeitura Municipal de Anchieta (SC), no setor de Recursos Humanos, para contratação através do Processo Seletivo nº 003/2017 para o cargo de Motorista ACT – Transporte Escolar, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, por um período de até 180 (cento e oitenta dias) em substituição ao titular Joseandro Dala Rosa, que encontra-se afastado por motivo de procedimento cirúrgico.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

COMUNICADO

Com o presente, comunicamos que de acordo com a realização do Processo Seletivo nº 003/2017, Vossa Senhoria foi aprovado e consequentemente classificado para assumir a vaga na qual concorreu.

É necessário apresentar a relação de documentos abaixo descrita:

- Fotocópia da Certidão de nascimento ou casamento;
- Fotocópia do RG;
- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da Carteira Profissional de Trabalho com o número do PIS/PASEP;
- Fotocópia do Título de Eleitor;
- Comprovante de residência;
- Possuir bons antecedentes Judiciais (folha corrida);
- Uma fotografia 3x4 atual;
- Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos, quando for o caso;
- Conta corrente no Banco do Brasil, que será realizado o depósito dos pagamentos, sendo que não poderá ser conta poupança;
- Comprovante de Escolaridade de acordo com a exigência do

Cargo e Registro no órgão competente;
l) Certidão Negativa de Débito Municipal;
m) Gozo dos direitos políticos (certidão retirada pela internet);
o) Quitação com as obrigações militares, quando for o caso;
p) Quitação com as obrigações eleitorais (comprovante de votação ou certidão de quitação da Justiça Eleitoral);
q) Comprovação relativa à habilitação exigida;
r) Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo servidor;
s) No caso de acumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos, informar o cargo, o órgão ao qual pertence e a carga horária;
t) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;
u) Declaração de bens;
v) Laudo de inspeção de saúde, procedida por órgão médico oficial, comprovando estar em gozo de saúde física e mental- ASO.
Dúvidas e esclarecimentos contatar no telefone (49) 3653 3200.

Atenciosamente,

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Ilmo. Senhor
Júlio Cesar de Oliveira

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO

Publicação Nº 1517968

Anchieta (SC), 09 de Fevereiro de 2018.

Ilma Senhora
Jessica Andreia Presotto

Assunto: CONVOCAÇÃO – Processo Seletivo nº 003/20017

Prezada Candidata,
Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADA para comparecer junto a Prefeitura Municipal de Anchieta (SC), no setor de Recursos Humanos, para contratação através do Processo Seletivo nº 003/2017 para o cargo de Professora de Educação Infantil 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

COMUNICADO

Com o presente, comunicamos que de acordo com a realização do Processo Seletivo nº 003/2017, Vossa Senhoria foi aprovada e consequentemente classificada para assumir a vaga na qual concorreu.

É necessário apresentar a relação de documentos abaixo descrita:

- a) Fotocópia da Certidão de nascimento ou casamento;
- b) Fotocópia do RG;
- c) Fotocópia do CPF;
- d) Fotocópia da Carteira Profissional de Trabalho com o número do PIS/PASEP;
- e) Fotocópia do Título de Eleitor;
- f) Comprovante de residência;
- g) Possuir bons antecedentes Judiciais (folha corrida);

- h) Uma fotografia 3x4 atual;
- i) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos, quando for o caso;
- j) Conta corrente no Banco do Brasil, que será realizado o depósito dos pagamentos, sendo que não poderá ser conta poupança;
- k) Comprovante de Escolaridade de acordo com a exigência do Cargo e Registro no órgão competente;
- l) Certidão Negativa de Débito Municipal;
- m) Gozo dos direitos políticos (certidão retirada pela internet);
- o) Quitação com as obrigações militares, quando for o caso;
- p) Quitação com as obrigações eleitorais (comprovante de votação ou certidão de quitação da Justiça Eleitoral);
- q) Comprovação relativa à habilitação exigida;
- r) Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo servidor;
- s) No caso de acumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos, informar o cargo, o órgão ao qual pertence e a carga horária;
- t) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;
- u) Declaração de bens;
- v) Laudo de inspeção de saúde, procedida por órgão médico oficial, comprovando estar em gozo de saúde física e mental- ASO.
Dúvidas e esclarecimentos contatar no telefone (49) 3653 3200.

Atenciosamente,

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Ilma. Senhora
Jessica Andreia Presotto

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO

Publicação Nº 1517969

Anchieta (SC), 09 de Fevereiro de 2018.

Ilma Senhora
Gladis de Souza

Assunto: CONVOCAÇÃO – Processo Seletivo nº 003/20017

Prezada Candidata,
Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADA para comparecer junto a Prefeitura Municipal de Anchieta (SC), no setor de Recursos Humanos, para contratação através do Processo Seletivo nº 003/2017 para o cargo de Professora de Educação Infantil 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

COMUNICADO

Com o presente, comunicamos que de acordo com a realização do Processo Seletivo nº 003/2017, Vossa Senhoria foi aprovada e consequentemente classificada para assumir a vaga na qual concorreu.

É necessário apresentar a relação de documentos abaixo descrita:

- a) Fotocópia da Certidão de nascimento ou casamento;
- b) Fotocópia do RG;

- c) Fotocópia do CPF;
 - d) Fotocópia da Carteira Profissional de Trabalho com o número do PIS/PASEP;
 - e) Fotocópia do Título de Eleitor;
 - f) Comprovante de residência;
 - g) Possuir bons antecedentes Judiciais (folha corrida);
 - h) Uma fotografia 3x4 atual;
 - i) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos, quando for o caso;
 - j) Conta corrente no Banco do Brasil, que será realizado o depósito dos pagamentos, sendo que não poderá ser conta poupança;
 - k) Comprovante de Escolaridade de acordo com a exigência do Cargo e Registro no órgão competente;
 - l) Certidão Negativa de Débito Municipal;
 - m) Gozo dos direitos políticos (certidão retirada pela internet);
 - o) Quitação com as obrigações militares, quando for o caso;
 - p) Quitação com as obrigações eleitorais (comprovante de votação ou certidão de quitação da Justiça Eleitoral);
 - q) Comprovação relativa à habilitação exigida;
 - r) Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo servidor;
 - s) No caso de acumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos, informar o cargo, o órgão ao qual pertence e a carga horária;
 - t) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;
 - u) Declaração de bens;
 - v) Laudo de inspeção de saúde, procedida por órgão médico oficial, comprovando estar em gozo de saúde física e mental- ASO.
- Dúvidas e esclarecimentos contatar no telefone (49) 3653 3200.

Atenciosamente,

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Ilma. Senhora
Gladis de Souza

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO

Publicação Nº 1517970

Anchieta (SC), 09 de Fevereiro de 2018.

Ilma Senhora
Barbara Regina Pressotto

Assunto: CONVOCAÇÃO – Processo Seletivo nº 003/20017

Prezada Candidata,
Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADA para comparecer junto a Prefeitura Municipal de Anchieta (SC), no setor de Recursos Humanos, para contratação através do Processo Seletivo nº 003/2017 para o cargo de Professora de Educação Infantil 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

COMUNICADO

Com o presente, comunicamos que de acordo com a realização do Processo Seletivo nº 003/2017, Vossa Senhoria foi aprovada e

consequentemente classificada para assumir a vaga na qual concorreu.

É necessário apresentar a relação de documentos abaixo descrita:

- a) Fotocópia da Certidão de nascimento ou casamento;
 - b) Fotocópia do RG;
 - c) Fotocópia do CPF;
 - d) Fotocópia da Carteira Profissional de Trabalho com o número do PIS/PASEP;
 - e) Fotocópia do Título de Eleitor;
 - f) Comprovante de residência;
 - g) Possuir bons antecedentes Judiciais (folha corrida);
 - h) Uma fotografia 3x4 atual;
 - i) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos, quando for o caso;
 - j) Conta corrente no Banco do Brasil, que será realizado o depósito dos pagamentos, sendo que não poderá ser conta poupança;
 - k) Comprovante de Escolaridade de acordo com a exigência do Cargo e Registro no órgão competente;
 - l) Certidão Negativa de Débito Municipal;
 - m) Gozo dos direitos políticos (certidão retirada pela internet);
 - o) Quitação com as obrigações militares, quando for o caso;
 - p) Quitação com as obrigações eleitorais (comprovante de votação ou certidão de quitação da Justiça Eleitoral);
 - q) Comprovação relativa à habilitação exigida;
 - r) Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo servidor;
 - s) No caso de acumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos, informar o cargo, o órgão ao qual pertence e a carga horária;
 - t) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;
 - u) Declaração de bens;
 - v) Laudo de inspeção de saúde, procedida por órgão médico oficial, comprovando estar em gozo de saúde física e mental- ASO.
- Dúvidas e esclarecimentos contatar no telefone (49) 3653 3200.

Atenciosamente,

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Ilma. Senhora
Barbara Regina Pressotto

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO

Publicação Nº 1517965

Anchieta (SC), 09 de Fevereiro de 2018.

Ilma Senhora
Andreia Paula Fernandes

Assunto: CONVOCAÇÃO – Processo Seletivo nº 003/20017

Prezada Candidata,
Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADA para comparecer junto a Prefeitura Municipal de Anchieta (SC), no setor de Recursos Humanos, para contratação através do Processo Seletivo nº 003/2017 para o cargo de Professora de Educação Infantil, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,
Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

COMUNICADO

Com o presente, comunicamos que de acordo com a realização do Processo Seletivo nº 003/2017, Vossa Senhoria foi aprovada e consequentemente classificada para assumir a vaga na qual concorreu.

É necessário apresentar a relação de documentos abaixo descrita:

- a) Fotocópia da Certidão de nascimento ou casamento;
 - b) Fotocópia do RG;
 - c) Fotocópia do CPF;
 - d) Fotocópia da Carteira Profissional de Trabalho com o número do PIS/PASEP;
 - e) Fotocópia do Título de Eleitor;
 - f) Comprovante de residência;
 - g) Possuir bons antecedentes Judiciais (folha corrida);
 - h) Uma fotografia 3x4 atual;
 - i) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos, quando for o caso;
 - j) Conta corrente no Banco do Brasil, que será realizado o depósito dos pagamentos, sendo que não poderá ser conta poupança;
 - k) Comprovante de Escolaridade de acordo com a exigência do Cargo e Registro no órgão competente;
 - l) Certidão Negativa de Débito Municipal;
 - m) Gozo dos direitos políticos (certidão retirada pela internet);
 - o) Quitação com as obrigações militares, quando for o caso;
 - p) Quitação com as obrigações eleitorais (comprovante de votação ou certidão de quitação da Justiça Eleitoral);
 - q) Comprovação relativa à habilitação exigida;
 - r) Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo servidor;
 - s) No caso de acumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos, informar o cargo, o órgão ao qual pertence e a carga horária;
 - t) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;
 - u) Declaração de bens;
 - v) Laudo de inspeção de saúde, procedida por órgão médico oficial, comprovando estar em gozo de saúde física e mental- ASO.
- Dúvidas e esclarecimentos contatar no telefone (49) 3653 3200.

Atenciosamente,

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Ilma. Senhora
Andreia Paula Fernandes

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO

Publicação Nº 1517960

Anchieta (SC), 09 de Fevereiro de 2018.

Ilma Senhora
Cleusa Dominga Prior Didomenico

Assunto: CONVOCAÇÃO – Processo Seletivo nº 003/20017

Prezada Candidata,

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADA para comparecer junto a Prefeitura Municipal de Anchieta (SC), no setor de Recursos Humanos, para contratação através do Processo Seletivo nº 003/2017 para o cargo de Professora de Ensino Fundamental – 1º ao 5º ano Habilitada, com carga de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, em substituição a titular senhora Carmem Justina

Gorczeski que se encontra em Licença Tratamento de Saúde. Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

COMUNICADO

Com o presente, comunicamos que de acordo com a realização do Processo Seletivo nº 003/2017, Vossa Senhoria foi aprovada e consequentemente classificada para assumir a vaga na qual concorreu.

É necessário apresentar a relação de documentos abaixo descrita:

- a) Fotocópia da Certidão de nascimento ou casamento;
 - b) Fotocópia do RG;
 - c) Fotocópia do CPF;
 - d) Fotocópia da Carteira Profissional de Trabalho com o número do PIS/PASEP;
 - e) Fotocópia do Título de Eleitor;
 - f) Comprovante de residência;
 - g) Possuir bons antecedentes Judiciais (folha corrida);
 - h) Uma fotografia 3x4 atual;
 - i) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos, quando for o caso;
 - j) Conta corrente no Banco do Brasil, que será realizado o depósito dos pagamentos, sendo que não poderá ser conta poupança;
 - k) Comprovante de Escolaridade de acordo com a exigência do Cargo e Registro no órgão competente;
 - l) Certidão Negativa de Débito Municipal;
 - m) Gozo dos direitos políticos (certidão retirada pela internet);
 - o) Quitação com as obrigações militares, quando for o caso;
 - p) Quitação com as obrigações eleitorais (comprovante de votação ou certidão de quitação da Justiça Eleitoral);
 - q) Comprovação relativa à habilitação exigida;
 - r) Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo servidor;
 - s) No caso de acumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos, informar o cargo, o órgão ao qual pertence e a carga horária;
 - t) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;
 - u) Declaração de bens;
 - v) Laudo de inspeção de saúde, procedida por órgão médico oficial, comprovando estar em gozo de saúde física e mental- ASO.
- Dúvidas e esclarecimentos contatar no telefone (49) 3653 3200.

Atenciosamente,

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Ilma. Senhora
Cleusa Dominga Prior Didomenico

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO

Publicação Nº 1517967

Anchieta (SC), 09 de Fevereiro de 2018.

Ilma Senhora
Fabieli Pedretti Delai

Assunto: CONVOCAÇÃO – Processo Seletivo nº 003/20017

Prezada Candidata,

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADA para comparecer junto a Prefeitura Municipal de Anchieta (SC), no setor de Recursos Humanos, para contratação através do Processo Seletivo nº 003/2017 para o cargo de Professora de Educação Infantil 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

COMUNICADO

Com o presente, comunicamos que de acordo com a realização do Processo Seletivo nº 003/2017, Vossa Senhoria foi aprovada e consequentemente classificada para assumir a vaga na qual concorreu.

É necessário apresentar a relação de documentos abaixo descrita:

- a) Fotocópia da Certidão de nascimento ou casamento;
 - b) Fotocópia do RG;
 - c) Fotocópia do CPF;
 - d) Fotocópia da Carteira Profissional de Trabalho com o número do PIS/PASEP;
 - e) Fotocópia do Título de Eleitor;
 - f) Comprovante de residência;
 - g) Possuir bons antecedentes Judiciais (folha corrida);
 - h) Uma fotografia 3x4 atual;
 - i) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos, quando for o caso;
 - j) Conta corrente no Banco do Brasil, que será realizado o depósito dos pagamentos, sendo que não poderá ser conta poupança;
 - k) Comprovante de Escolaridade de acordo com a exigência do Cargo e Registro no órgão competente;
 - l) Certidão Negativa de Débito Municipal;
 - m) Gozo dos direitos políticos (certidão retirada pela internet);
 - o) Quitação com as obrigações militares, quando for o caso;
 - p) Quitação com as obrigações eleitorais (comprovante de votação ou certidão de quitação da Justiça Eleitoral);
 - q) Comprovação relativa à habilitação exigida;
 - r) Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo servidor;
 - s) No caso de acumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos, informar o cargo, o órgão ao qual pertence e a carga horária;
 - t) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;
 - u) Declaração de bens;
 - v) Laudo de inspeção de saúde, procedida por órgão médico oficial, comprovando estar em gozo de saúde física e mental- ASO.
- Dúvidas e esclarecimentos contatar no telefone (49) 3653 3200.

Atenciosamente,

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Ilma. Senhora
Fabieli Pedretti Delai

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO

Publicação Nº 1517962

Anchieta (SC), 09 de Fevereiro de 2018.

Ilma Senhora
Margarete Lourdes Garlet Bertolin

Assunto: CONVOCAÇÃO – Processo Seletivo nº 003/20017

Prezada Candidata,

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADA para comparecer junto a Prefeitura Municipal de Anchieta (SC), no setor de Recursos Humanos, para contratação através do Processo Seletivo nº 003/2017 para o cargo de Professora de Educação Infantil, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

COMUNICADO

Com o presente, comunicamos que de acordo com a realização do Processo Seletivo nº 003/2017, Vossa Senhoria foi aprovada e consequentemente classificada para assumir a vaga na qual concorreu.

É necessário apresentar a relação de documentos abaixo descrita:

- a) Fotocópia da Certidão de nascimento ou casamento;
 - b) Fotocópia do RG;
 - c) Fotocópia do CPF;
 - d) Fotocópia da Carteira Profissional de Trabalho com o número do PIS/PASEP;
 - e) Fotocópia do Título de Eleitor;
 - f) Comprovante de residência;
 - g) Possuir bons antecedentes Judiciais (folha corrida);
 - h) Uma fotografia 3x4 atual;
 - i) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos, quando for o caso;
 - j) Conta corrente no Banco do Brasil, que será realizado o depósito dos pagamentos, sendo que não poderá ser conta poupança;
 - k) Comprovante de Escolaridade de acordo com a exigência do Cargo e Registro no órgão competente;
 - l) Certidão Negativa de Débito Municipal;
 - m) Gozo dos direitos políticos (certidão retirada pela internet);
 - o) Quitação com as obrigações militares, quando for o caso;
 - p) Quitação com as obrigações eleitorais (comprovante de votação ou certidão de quitação da Justiça Eleitoral);
 - q) Comprovação relativa à habilitação exigida;
 - r) Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo servidor;
 - s) No caso de acumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos, informar o cargo, o órgão ao qual pertence e a carga horária;
 - t) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;
 - u) Declaração de bens;
 - v) Laudo de inspeção de saúde, procedida por órgão médico oficial, comprovando estar em gozo de saúde física e mental- ASO.
- Dúvidas e esclarecimentos contatar no telefone (49) 3653 3200.

Atenciosamente,

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal
Ilma. Senhora
Margaret Lourdes Garlet Bertolin

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO

Publicação Nº 1517961

Anchieta (SC), 09 de Fevereiro de 2018.

Ilma Senhora
Rubia Cristina Kosmann

Assunto: CONVOCAÇÃO – Processo Seletivo nº 003/20017

Prezada Candidata,

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADA para comparecer junto a Prefeitura Municipal de Anchieta (SC), no setor de Recursos Humanos, para contratação através do Processo Seletivo nº 003/2017 para o cargo de Professora de Ensino Fundamental – 1º ao 5º ano Habilitada., com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal**COMUNICADO**

Com o presente, comunicamos que de acordo com a realização do Processo Seletivo nº 003/2017, Vossa Senhoria foi aprovada e consequentemente classificada para assumir a vaga na qual concorreu.

É necessário apresentar a relação de documentos abaixo descrita:

- a) Fotocópia da Certidão de nascimento ou casamento;
 - b) Fotocópia do RG;
 - c) Fotocópia do CPF;
 - d) Fotocópia da Carteira Profissional de Trabalho com o número do PIS/PASEP;
 - e) Fotocópia do Título de Eleitor;
 - f) Comprovante de residência;
 - g) Possuir bons antecedentes Judiciais (folha corrida);
 - h) Uma fotografia 3x4 atual;
 - i) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos, quando for o caso;
 - j) Conta corrente no Banco do Brasil, que será realizado o depósito dos pagamentos, sendo que não poderá ser conta poupança;
 - k) Comprovante de Escolaridade de acordo com a exigência do Cargo e Registro no órgão competente;
 - l) Certidão Negativa de Débito Municipal;
 - m) Gozo dos direitos políticos (certidão retirada pela internet);
 - o) Quitação com as obrigações militares, quando for o caso;
 - p) Quitação com as obrigações eleitorais (comprovante de votação ou certidão de quitação da Justiça Eleitoral);
 - q) Comprovação relativa à habilitação exigida;
 - r) Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo servidor;
 - s) No caso de acumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos, informar o cargo, o órgão ao qual pertence e a carga horária;
 - t) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;
 - u) Declaração de bens;
 - v) Laudo de inspeção de saúde, procedida por órgão médico oficial, comprovando estar em gozo de saúde física e mental- ASO.
- Dúvidas e esclarecimentos contatar no telefone (49) 3653 3200.

Atenciosamente,

Ivan José Canci,
Prefeito MunicipalIlma. Senhora
Rubia Cristina Kosmann**CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO**

Publicação Nº 1517975

Anchieta (SC), 09 de Fevereiro de 2018.

Ilma Senhora
Roselaine Buratti

Assunto: CONVOCAÇÃO – Processo Seletivo nº 003/20017

Prezado Candidato,

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADA para comparecer junto a Prefeitura Municipal de Anchieta (SC), no setor de Recursos Humanos, para contratação através do Processo Seletivo nº 003/2017 para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais ACT, lotada na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal**COMUNICADO**

Com o presente, comunicamos que de acordo com a realização do Processo Seletivo nº 003/2017, Vossa Senhoria foi aprovada e consequentemente classificada para assumir a vaga na qual concorreu.

É necessário apresentar a relação de documentos abaixo descrita:

- a) Fotocópia da Certidão de nascimento ou casamento;
- b) Fotocópia do RG;
- c) Fotocópia do CPF;
- d) Fotocópia da Carteira Profissional de Trabalho com o número do PIS/PASEP;
- e) Fotocópia do Título de Eleitor;
- f) Comprovante de residência;
- g) Possuir bons antecedentes Judiciais (folha corrida);
- h) Uma fotografia 3x4 atual;
- i) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos, quando for o caso;
- j) Conta corrente no Banco do Brasil, que será realizado o depósito dos pagamentos, sendo que não poderá ser conta poupança;
- k) Comprovante de Escolaridade de acordo com a exigência do Cargo e Registro no órgão competente;
- l) Certidão Negativa de Débito Municipal;
- m) Gozo dos direitos políticos (certidão retirada pela internet);
- o) Quitação com as obrigações militares, quando for o caso;
- p) Quitação com as obrigações eleitorais (comprovante de votação ou certidão de quitação da Justiça Eleitoral);
- q) Comprovação relativa à habilitação exigida;
- r) Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo servidor;
- s) No caso de acumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos, informar o cargo, o órgão ao qual pertence e a carga horária;
- t) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;
- u) Declaração de bens;

v) Laudo de inspeção de saúde, procedida por órgão médico oficial, comprovando estar em gozo de saúde física e mental- ASO.
Dúvidas e esclarecimentos contatar no telefone (49) 3653 3200.

Atenciosamente,

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Ilma. Senhora
Roselaine Buratti

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO

Publicação Nº 1517963

Anchieta (SC), 09 de Fevereiro de 2018.

Ilma Senhora
Marisane dos Santos

Assunto: CONVOCAÇÃO – Processo Seletivo nº 003/20017

Prezada Candidata,
Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADA para comparecer junto a Prefeitura Municipal de Anchieta (SC), no setor de Recursos Humanos, para contratação através do Processo Seletivo nº 003/2017 para o cargo de Professora de Educação Infantil, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais lotada na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

COMUNICADO

Com o presente, comunicamos que de acordo com a realização do Processo Seletivo nº 003/2017, Vossa Senhoria foi aprovada e consequentemente classificada para assumir a vaga na qual concorreu.

É necessário apresentar a relação de documentos abaixo descrita:

- Fotocópia da Certidão de nascimento ou casamento;
- Fotocópia do RG;
- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da Carteira Profissional de Trabalho com o número do PIS/PASEP;
- Fotocópia do Título de Eleitor;
- Comprovante de residência;
- Possuir bons antecedentes Judiciais (folha corrida);
- Uma fotografia 3x4 atual;
- Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos, quando for o caso;
- Conta corrente no Banco do Brasil, que será realizado o depósito dos pagamentos, sendo que não poderá ser conta poupança;
- Comprovante de Escolaridade de acordo com a exigência do Cargo e Registro no órgão competente;
- Certidão Negativa de Débito Municipal;
- Gozo dos direitos políticos (certidão retirada pela internet);
- Quitação com as obrigações militares, quando for o caso;
- Quitação com as obrigações eleitorais (comprovante de votação ou certidão de quitação da Justiça Eleitoral);
- Comprovação relativa à habilitação exigida;
- Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo servidor;
- No caso de acumulação legal de cargos, função, emprego ou

percepção de proventos, informar o cargo, o órgão ao qual pertence e a carga horária;

t) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;

u) Declaração de bens;

v) Laudo de inspeção de saúde, procedida por órgão médico oficial, comprovando estar em gozo de saúde física e mental- ASO.
Dúvidas e esclarecimentos contatar no telefone (49) 3653 3200.

Atenciosamente,

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Ilma. Senhora
Marisane dos Santos

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO

Publicação Nº 1517966

Anchieta (SC), 09 de Fevereiro de 2018.

Ilma Senhora
Idianara Cavagnoli

Assunto: CONVOCAÇÃO – Processo Seletivo nº 003/20017

Prezada Candidata,
Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADA para comparecer junto a Prefeitura Municipal de Anchieta (SC), no setor de Recursos Humanos, para contratação através do Processo Seletivo nº 003/2017 para o cargo de Professora de Educação Infantil, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

COMUNICADO

Com o presente, comunicamos que de acordo com a realização do Processo Seletivo nº 003/2017, Vossa Senhoria foi aprovada e consequentemente classificada para assumir a vaga na qual concorreu.

É necessário apresentar a relação de documentos abaixo descrita:

- Fotocópia da Certidão de nascimento ou casamento;
- Fotocópia do RG;
- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da Carteira Profissional de Trabalho com o número do PIS/PASEP;
- Fotocópia do Título de Eleitor;
- Comprovante de residência;
- Possuir bons antecedentes Judiciais (folha corrida);
- Uma fotografia 3x4 atual;
- Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos, quando for o caso;
- Conta corrente no Banco do Brasil, que será realizado o depósito dos pagamentos, sendo que não poderá ser conta poupança;
- Comprovante de Escolaridade de acordo com a exigência do Cargo e Registro no órgão competente;
- Certidão Negativa de Débito Municipal;
- Gozo dos direitos políticos (certidão retirada pela internet);
- Quitação com as obrigações militares, quando for o caso;
- Quitação com as obrigações eleitorais (comprovante de votação

ou certidão de quitação da Justiça Eleitoral);
q) Comprovação relativa à habilitação exigida;
r) Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo servidor;
s) No caso de acumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos, informar o cargo, o órgão ao qual pertence e a carga horária;
t) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;
u) Declaração de bens;
v) Laudo de inspeção de saúde, procedida por órgão médico oficial, comprovando estar em gozo de saúde física e mental- ASO.
Dúvidas e esclarecimentos contatar no telefone (49) 3653 3200.

Atenciosamente,

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Ilma. Senhora
Idianara Cavagnoli

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO

Publicação Nº 1517974

Anchieta (SC), 09 de Fevereiro de 2018.

Ilmo Senhor
Marcos Alberto Ahlf

Assunto: CONVOCAÇÃO – Processo Seletivo nº 003/20017

Prezado Candidato,
Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO para comparecer junto a Prefeitura Municipal de Anchieta (SC), no setor de Recursos Humanos, para contratação através do Processo Seletivo nº 003/2017 para o cargo de Professor de Ciências Habilitado, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

COMUNICADO

Com o presente, comunicamos que de acordo com a realização do Processo Seletivo nº 003/2017, Vossa Senhoria foi aprovado e consequentemente classificado para assumir a vaga na qual concorreu.

É necessário apresentar a relação de documentos abaixo descrita:

- Fotocópia da Certidão de nascimento ou casamento;
- Fotocópia do RG;
- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da Carteira Profissional de Trabalho com o número do PIS/PASEP;
- Fotocópia do Título de Eleitor;
- Comprovante de residência;
- Possuir bons antecedentes Judiciais (folha corrida);
- Uma fotografia 3x4 atual;
- Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos, quando for o caso;
- Conta corrente no Banco do Brasil, que será realizado o depósito dos pagamentos, sendo que não poderá ser conta poupança;
- Comprovante de Escolaridade de acordo com a exigência do Cargo e Registro no órgão competente;

- Certidão Negativa de Débito Municipal;
- Gozo dos direitos políticos (certidão retirada pela internet);
- Quitação com as obrigações militares, quando for o caso;
- Quitação com as obrigações eleitorais (comprovante de votação ou certidão de quitação da Justiça Eleitoral);
- Comprovação relativa à habilitação exigida;
- Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo servidor;
- No caso de acumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos, informar o cargo, o órgão ao qual pertence e a carga horária;
- Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;
- Declaração de bens;
- Laudo de inspeção de saúde, procedida por órgão médico oficial, comprovando estar em gozo de saúde física e mental- ASO.
Dúvidas e esclarecimentos contatar no telefone (49) 3653 3200.

Atenciosamente,

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Ilmo. Senhor
Marcos Alberto Ahlf

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO

Publicação Nº 1517997

Anchieta (SC), 09 de Fevereiro de 2018.

Ilma Senhora
CLARISSE BOHRER

Assunto: CONVOCAÇÃO – Processo Seletivo nº 003/20017

Prezada Candidata,
Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADA para comparecer junto a Prefeitura Municipal de Anchieta (SC), no setor de Recursos Humanos, para contratação através do Processo Seletivo nº 003/2017 para o cargo de Professora de Educação Infantil 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

COMUNICADO

Com o presente, comunicamos que de acordo com a realização do Processo Seletivo nº 003/2017, Vossa Senhoria foi aprovada e consequentemente classificado para assumir a vaga na qual concorreu.

É necessário apresentar a relação de documentos abaixo descrita:

- Fotocópia da Certidão de nascimento ou casamento;
- Fotocópia do RG;
- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da Carteira Profissional de Trabalho com o número do PIS/PASEP;
- Fotocópia do Título de Eleitor;
- Comprovante de residência;
- Possuir bons antecedentes Judiciais (folha corrida);
- Uma fotografia 3x4 atual;
- Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos, quando for o caso;

j) Conta corrente no Banco do Brasil, que será realizado o depósito dos pagamentos, sendo que não poderá ser conta poupança;
k) Comprovante de Escolaridade de acordo com a exigência do Cargo e Registro no órgão competente;
l) Certidão Negativa de Débito Municipal;
m) Gozo dos direitos políticos (certidão retirada pela internet);
o) Quitação com as obrigações militares, quando for o caso;
p) Quitação com as obrigações eleitorais (comprovante de votação ou certidão de quitação da Justiça Eleitoral);
q) Comprovação relativa à habilitação exigida;
r) Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo servidor;
s) No caso de acumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos, informar o cargo, o órgão ao qual pertence

e a carga horária;
t) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;
u) Declaração de bens;
v) Laudo de inspeção de saúde, procedida por órgão médico oficial, comprovando estar em gozo de saúde física e mental- ASO.
Dúvidas e esclarecimentos contatar no telefone (49) 3653 3200.

Atenciosamente,
Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Ilma. Senhora
CLARISSE BOHRER

DECRETO Nº 031/2018

Publicação Nº 1518028

DECRETO Nº 031/2018, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018.

TORNA PÚBLICO A RELAÇÃO DOS IMÓVEIS EM QUE FORAM CONSTATADAS DIFERENÇAS DE ÁREA EDIFICADA COM O QUE CONSTA NO CADASTRO IMOBILIÁRIO DO MUNICÍPIO DE ANCHIETA, ESTABELECE PRAZO PARA RECURSOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

IVAN JOSÉ CANCI, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, em especial pela Lei Complementar nº 001/2005 – Código Tributário Municipal.

Considerando que é dever do Município fazer inspeções, vistorias, levantamentos, avaliações e auditorias nos locais e estabelecimentos onde se exerçam atividades passíveis de tributação;

Considerando que o contribuinte é obrigado a promover a inscrição ou atualização das informações no Cadastro Físico Imobiliário;

Considerando a atualização do Cadastro Imobiliário, promovida pela Gerência de Fiscalização e Tributação por meio de visita aos imóveis do perímetro urbano do Município de Anchieta;

Considerando que nas visitas realizadas constatou-se aumento da área construída de alguns imóveis do perímetro urbano em relação aos dados inseridos no Cadastro Imobiliário;

Considerando que estas mudanças podem resultar em um imposto devido maior do que aquele que vinha sendo cobrado;

DECRETA:

Art. 1º Os imóveis em que foram constatadas diferenças de área edificada do que consta no Cadastro Imobiliário Municipal, estão descritos no anexo único deste Decreto.

Parágrafo único. As informações foram obtidas após visitas promovidas nos imóveis do perímetro urbano do Município de Anchieta/SC, sob coordenação da Gerência de Tributação e Fiscalização do Município de Anchieta.

Art. 2º Os contribuintes poderão apresentar recurso quanto a área edificada, mediante requerimento para a Gerência de Tributação e Fiscalização do Município de Anchieta até dia 08 de março de 2018.

Art. 3º A Gerência de Tributação e Fiscalização analisará os recursos, por meio de visita e medição ao imóvel em até 10 (dias) da solicitação.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 06 de fevereiro de 2018.

IVAN JOSÉ CANCI
Prefeito Municipal

Publicado no Mural Municipal e no Diário Oficial dos Municípios DOM - www.diariomunicipal.sc.gov.br

Fernanda Cristina Segalin Secretária de Administração e Gestão

Anexo Único

NOME DO CONTRIBUINTE	Nº RESIDÊNCIA	RUA	ÁREA CONSTRUIDA M²
ABÍLIO ANTONIO PIACENTINI	289	13 DE MAIO	145,15
ADÃO GOLÇALVES DE AZEVEDO	S\N	OLINDA	114,8
ADELIA MARCOLIN	80	PADRE ROQUE	87,81
ADELINO SANTIN	337	BUENOS AIRES	208,02
ADENILSON LUIZ LAZZARI	S\N	IGUAÇU	129,81

ADILSON BRUGNARA	78	VER.GERALDO GARLET	402,76
ADJAMIL SOUZA DA SILVA	107	BUENOS AIRES	184,68
ALBERTO LUCIANO ZAMIN	930	BUENOS AIRES	81,48
ALDOMAR ANTONIO MOSCON	53	PADRE ROQUE	251,51
ALICEU JOSÉ PEZZARICO	S\N	VER.GERALDO GARLET	242,72
ALMERINDA GARLET	S\N	VER. GERALDO GARLET	530
ALOYSIO NICOLAU HANAUER	742	MINAS GERAIS	108,08
AMADEU RIZZOTTO	S\N	DOMINGOS DALRI	87,8
ANA GEMA ZUPPA	70	CARLOS PICCOLI	133,9
ANAIR PEZARICO DALRI	180	DOMINGOS DALRI	152,9
ANDREIA CRESTANI ROSSATO	182	TRAVESSA JOSÉ PICCOLI	182
ANDREIA PAULO CANPAGNOLO DIESEL	458	AVENIDA BRSIL	93,1
ANEDIR PRIOR	935	BUENOS AIRES	112,93
ANERI LAGO	937	BUENOS AIRES	112
ANGELO BALTAZAR SILVESTRE	191	ASSIS BRASIL	112
ANGELO BENINI	161	CARLOS PICCOLI	98,28
ANGELO CARTERI	407	MINAS GERAIS	165,99
ANSELMO STEFANELLO	790	MINAS GERAIS	111,65
ANTONIO MORAES	206	OLINDA	83,6
ANTONIO MORAES	28	OLIMPIO DAL MAGRO	110,09
ANTONIO OLIVIO PINTRO	638	AVENIDA BRASIL	188,88
ANTONIO ROSALINO DA SILVA	54	OLINDA	126
APARECIO MORAES	S\N	PADRE STEIN	100,32
AQUILES ROSSATO	587	AVENIDA ANCHIETA	565,6
ARIEL BILUCA	715	AVENDIDA BRASIL	243,17
ARTEMIO REGINATO	60	1 DE MAIO	118,15
BALDECIR BUCHI	6	RUI BARBOSA	98,01
CARLA MARINA TREMARIN	58	1 DE MAIO	98,98
CARLOS SANTIN	47	13 DE MAIO	134,01
CECILIA TONIOLO	140	VER. GERALDO GARLET	217,53
CELIO PEREIRA DA SILVA	S\N	AVENIDA BRASIL	120,18
CELIO VICENTE LAGO	S\N	HELIO WASSUN	129,06
CELSO ANTUNES RODRIGUES DA COSTA	207	BUENOS AIRES	202,92
CLAUDIO ROBERTO BARBOSA MOTA	730	OLIMPIO DAL MAGRO	195,787
CLAUDIR CARTERI	S\N	MINAS GERAIS	108,24
CLAUDIR GONÇALVES D AZEVEDO	S\N	OLINDA	88,4
CLAUDIR PIOVEZANI	S\N	HELIO WASSUN	71,23
CLEZIO MAPELLI	S\N	CAÇADOR	70,4
CRISTINO NEGRETTI	137	VER. GERALDO GARLET	283,5
DALVA GARLET PASQUALLI	221	AVENIDA BRASIL	162,99
DALVA GARLET PASQUALLI	S\N	7 DE SETEMBRO	111,6
DARCI LAGO	266	MATO GROSSO	287
DARIO DALMORO	382	RUI BARBOSA	186,64
DAVI ANGÊLO DIDOMENICO	80	RUI BARBOSA	112,35
DECIO PAULO HOFFMANN	287	OLIMPIO DAL MAGRO	154,8
DECLADIS LAGO	116	CARLOS PICCOLI	105,56
DELÇO RODAVELLI	270	1 DE MAIO	138,72
DENIS F. ZANATTA	12	GUILHERME WILDNER	226,06
DEOMIR PAVAN	127	AVENIDA ANCHIETA	168
DERICO PERIN	101	LAGUNA	130,29

DEVALDINO MENEGUETTI	S\N	MATO GROSSO	260,7
EDEMAR STEFANELLO DELLA MEIA	85	KENNEDY	101,49
EDGAR ROSSATO	S\N	TRAVESSA JOSÉ PICCOLI	129,79
EDITE DE SOUSA	945	BUENOS AIRES	107,81
EDSON ANTONIO BRAGA	S\N	CAÇADOR	87,15
EGIDIO PERONDI	S\N	AVENIDA BRASIL	212,23
ELI IRENES DALMORO	413	VER. GERALDO GARLET	262,13
ELMAR SANTIN	S\N	OLIMPIO DAL MAGRO	100
ENIO MARTINS DE LIMA	122	AVENIDA BRASIL	138,6
ERNESTO SANTIN	124	RUI BARBOSA	111,96
EUCLIDES MORÁS	S\N	ERNESTO OLIVIO GARLET	88
EUSEBIO NATALINO CELLA	54	IGUAÇU	206,62
EVANDRO SANTOS	175	MINAS GERAIS	143,64
EVERALDO LUIZ GROSBELLE	S\N	MATO GROSSO	390,64
EVERALDO MARTINS DA SILVA	901	BUENOS AIRES	121,6
FABIO BILUCA	645	AVENIDA BRASIL	188,56
FIORAVANTE MENEGHINI	450	RUI BARBOSA	108,49
FIORINDO DALA VECCHIA	301	1 DE MAIO	188,64
FIORINDO PRIOR	39	GUILHERME WILDNER	190,13
GEMA ZULMIRA MOSCOM	181	AVENIDA BRASIL	117,75
GERMANO SCHÚ	89	MINAS GERAIS	195,37
GILMAR JOSÉ HEINECK	S\N	VER. GERALDO GARLET	747,68
HELAIDE DEBORTOLLI DALLAZEN	760	MINAS GERAIS	179,04
HENRIQUE SANTA CATARINA	421	BUENOS AIRES	152,4
HILARIO ZILIO	33	AVENIDA ANCHIETA	313,75
IDES CAROLINA FRARE	126	TIRADENTES	114,4
ILARIO ALBERTON	218	RUI BARBOSA	127,07
ILARIO ALBERTON	216	1 DE MAIO	104,76
ILSO ANTONIO LAZAROTTO	110	GUILHERME LAZAROTO	90,2
IRACEMA LAINE STEFFEN	598	MINAS GERAIS	148,2
IRINEU DOMINGOS DAL WITTE	115	CARLOS PICCOLI	69,67
IVAN CARLOS BERTOLIN	50	ERNESTO GARLET\ TRAV. J. PICCOLI	140
IVANIR VAZ PINHEIRO	46	CARLOS PICCOLI	125,1
IVO JOSE SCHOLTZE	280	VER. GERALDO GARLET	163
JACIR DE FREITAS	41	OLIMPIO DAL MAGRO	79,75
JANDIR SIGNORI	72	MATO GROSSO	166,26
JANDIRA DE SOUSA	S\N	AVENIDA ANCHIETA	145,27
JANIR VIDALETTI	S\N	CAÇADOR	106,1
JOÃO JOSÉ BASSO	S\N	OLIMPIO DAL MAGRO	111,14
JOÃO LANDIN FILHO	S\N	OLINDA	81,6
JOÃO LANDIN FILHO	S\N	OLINDA	42
JOÃO MARIA RIBEIRO	S\N	OLIMPIO DAL MAGRO	106,56
JOÃO PAULO PAVAN	14	RUI BARBOSA	105,96
JOÃO ZEFERINO PUTON	570	VER. GERALDO GARLET	120,04
JOEL LUIZ LAGO	419	AVENIDA BRASIL	257,9
JOSÉ DEOCLESIO SCHENA	S\N	OLINDA	140
JOSÉ DEUCLÉSIO SCHENA	S\N	OLINDA	48
JOSE ELEMAR ELEODORO	80	MINAS GERAIS	110,9
JOSÉ ULIANA	37	PADRE ROQUE	130,7

JOSEMAR PEREIRA	75	PADRE STEIN	93,5
LAIRTON JOSÉ MELCHIOR	532	RUI BARBOSA	97,44
LAUDECI LUVISON	369	AVENIDA ANCHIETA	139,3
LEONY ANTONIO LANGER	222	OLIMPIO DAL MAGRO	146,73
LIANE SALETE SCOPEL ZILIO	216	AVENIDA ANCHIETA	433,2
LIDIA SANTANA DOS SANTOS	78	OLIMPIO DAL MAGRO	148
LIVANIR VIDORI	S\N	SANTO DUMONT	95,65
LORENE MARIA BAGIO	688	ATILIO GARLET	135,99
LORENO LUIS FORGIRINI	100	MATO GROSSO	135,5
LOURDES PICCOLI	155	BUENOS AIRES	140,1
LUCIA WERLANG	27	CARLOS PICCOLI	63,55
LUCIANO JOSÉ MICHEL	198	OLINDA	66,5
LUIS CARLOS CERVINSKI	66	LAGUNA	126,25
LUIS RONIL TEIXEIRA DA COSTA	300	MINAS GERAIS	92,37
LUIZ ALFREDO BERNARDI	87	1 DE MAIO	99,2
LUIZ ALFREDO BERNARDI	90	OLIMPIO DAL MAGRO	70,8
LUIZ AMBROZI	697	MINAS GERAIS	190,76
LUIZ BELON	126	CARLOS PICCOLI	168,05
MAICO MACIEL MANICA	S\N	RUI BARBOSA	133,92
MARCELO SARTORI	457	BUENOS AIRES	228,63
MARCOS ANTONIO ORTOLÃ	372	AVENIDA BRASIL	184,14
MARIA LORECY MARTINS PETRY	74	OLINDA	126,88
MARIA MADALENA GARLET POLIANATO	48	TIRADENTES	116,1
MARIA PAULA PAGLIOSA	S\N	SANTO DUMOND	274,14
MARILÊ TEREZINHA DO AMARAL	494	MATO GROSSO	220,5
MARILI MACHADO DE SOUSA	S\N	DOMINGOS DALRI	113,4
MARILI MACHADO DE SOUSA	411	AVENIDA BRASIL	381,8
MARINEZ SCHNEIDER	469	MINAS GERAIS	159,54
MARIVONE TEREZINHA PARISOTTO CRESTANI	34	7 DE SETEMBRO	146,36
MARLON CAMPAGNOLO	137	1 DE MAIO	287,96
NAIR BALARDIN VAZ PINHEIRO	38	CARLOS PICCOLI	78,9
NATALINO BAGGIO	101	BUENOS AIRES	164,41
NELCI DA ROSA	39	LAGUNA	170,24
NEUDIR GONÇALVES DE AZEVEDO	S\N	OLINDA	130,8
NILO JOSE COCCO	S\N	VER. GERALDO GARLET	561,72
NILO JOSE COCCO	369	AVENIDA BRASIL	262,63
NILSON JOÃO ULIANA	899	BUENOS AIRES	120,72
NORMELIA DOS SANTOS RIBEIRO	S\N	GUILHERME WILDNER	290,34
OLINDA DOS ANJOS SISSLER	S\N	ATILIO GARLET	141,98
ONORINA TEIXEIRA	S\N	OLIMPIO DAL MAGRO	129,99
OSCAR RISSOTTO	S\N	MATO GROSSO	206,73
OSNY PRESTES DE OLIVEIRA	44	PADRE ROQUE	133,71
OSVALDO ALBINO TOMAZI	39	IGUAÇU	142,22
OSVALDO ALBINO TOMAZI	317	RUI BARBOSA	110,92
OTACILIO JOSE GARLET	S\N	AVENIDA ANCHIETA	280,32
PEDRINHO ANTONIO SANTA CATARINA	S\N	OLIMPIO DAL MAGRO	83,6
PEDRO ARLINDO LUCAS	198	MINAS GERAIS	205,55
PEDRO SIMIONI	23	PAULINHO BURATTI	77,76
REALINO SIGNORI	756	OLIMPIO DAL MAGRO	125,67
REJANE MENEGHETTI	S\N	AVENIDA BRASIL	161,6

REJANE SODER	786	OLINDA	145,2
RENATO SOMAVILA	35	ERNESTO OLIVIO GARLET	123,24
RUDI ANTONIO SCHOLTZE	163	AVENIDA ANCHIETA	194,44
SANDRA MARA SANTIN GARLET	237	1 DE MAIO	123,89
SANTO ANTONELLI	S\N	7 DE SETEMBRO	96,43
SELMIRA LUCAS	67	CARLOS PICCOLI	82,18
SERGIO LUIZ ARENHART	18	PAULINHO BURATTI	120,3
SERGIO LUIZ ARENHART	S\N	PAULINHO BURATTI	72,9
SERGIO SOMAVILA	28	BUENOS AIRES	214,71
SILDO WATTE	73	GUILHERME LAZAROTO	171,7
SILDOLFREDO BECKER	145	CARLOS PICCOLI	125,06
SILVANE MARIA SCOPEL GARLET	S\N	AVENIDA ANCHIETA	121,32
SILVESTRE SWIRKE	133	RUI BARBOSA	92,11
SUELI ANTONELLI SCHWAAB	983	OLINDA	324,07
TERESINHA CARTERI	S\N	OLINDA	57,85
TEREZINHA NILDE DALMOLIM LAZZARI	37	SANTO DUMOND	109,92
TEREZINHA VIDORI	S\N	SANTO DUMONT	182,68
THEREZINHA LUIZA ROSTIROLLA	115	MINAS GERAIS	328
VALDEMAR MACHADO	611	AVENIDA BRASIL	210,8
VALDIR BERNARDI	48	PAULINHO BURATTI	155,22
VALDIR ZABOTT	200	OLINDA	126,72
VANDERLEI GEHARDT	88	ASSIS BRASIL	114,72
VANDERLI MARIA GERHARDT	61	13 DE MAIO	95,09
VENILDE DOMINGOS MENEGUETTI	18	PADRE STEIN	184,05
VENUS CENCI	50	1 DE MAIO	171,82
VILMA FRARE DA SILVA	72	ATILIO GARLET	95,32
VILMAR DOMINGOS DA COSTA	41	CARLOS PICCOLI	130,96
VITELINO FRANCISCO BASSOTO	803	BUENOS AIRES	345,6
VLADIMIR CERVINSKI	584	MINAS GERAIS	166,25
VOLMIR LUIZ STEFANELLO	506	MATO GROSSO	193,73
WALDEMAR STOBBE	S\N	DOMINGOS DALRI	128,7

PORTARIA Nº85/2018

Publicação Nº 1516684

PORTARIA N. 85/2018

De, 08 de Fevereiro de 2018.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Designar Servidora Efetiva,

Art. 1º - Fica designada a Servidora Pública Municipal senhora Neli da Costa Thums, ocupante do Cargo efetivo de Professora de Series Iniciais – Ensino Fundamental, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para a partir desta data exercer as atividades e funções junto à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC), Em 08 de Fevereiro de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Fernanda Cristina Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

PORTARIA Nº86/2018

Publicação Nº 1516686

PORTARIA nº 86/2018
De, 08 de Fevereiro de 2018.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Considerando que eventualmente há servidores, das mais diversas secretarias, que mesmo não exercendo o cargo/função de Motoristas dirigem veículos públicos;
Considerando que, para a condução dos veículos é necessário autorização do Executivo;
Considerando que o Servidor Público tem Direitos, Deveres e Responsabilidades;

RESOLVE:

Autorizar Servidora para Conduzir veículos da Municipalidade,

Art. 1º - Fica autorizada a senhora Neli da Costa Thums, ocupante do cargo de Professora de Séries Iniciais – Ensino Fundamental, designada para exercer atividades e funções junto à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes para eventualmente conduzir os veículos da municipalidade, ou seja, quando se fizer necessário.

Art. 2º - De posse da direção do veículo solicitado, é de inteira responsabilidade do servidor e o mesmo não poderá: Ceder à direção do veículo a terceiros; Utilizar o veículo em atividades particulares ou diversas daquelas que motivaram a concessão; Conduzir pessoas e/ou materiais estranhos ao serviço público prestado;

Art. 3º - Quando do retorno, findando o deslocamento, o veículo oficial deverá ser guardado no órgão detentor.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC), Em 08 de Fevereiro de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.
Fernanda Cristina Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

PREGÃO PRESENCIAL N 007/2018 - PM

Publicação Nº 1516656

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 007/2018

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93, 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial - Menor Preço Por Item, para: Contratação de empresa para prestar serviços de segurança especializada durante a 12ª Expo Anchieta e 6ª Festa Nacional das Sementes Crioulas, a se realizar nos dias 16, 17 e 18 de março de 2018, que acontecerá no salão paroquial e nas mediações da Praça Municipal Orestes Gheller, em Anchieta/SC. ESTA DESPESA ESTÁ AUTORIZADA PELA LEI Nº 2.354 DE 30/01/2018. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 09:00 horas do dia 23/02/2018. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – feira.

Anchieta, 08 de fevereiro de 2018.

IVAN JOSÉ CANCI
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL N 008/2018 - PM

Publicação Nº 1517575

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 008/2018

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93, 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial - Menor Preço Por Lote, para: Aquisição de peças e prestação de serviços de mão de obra, para a máquina Rolo Compactador CS-423-E/Caterpillar, Rolo Compactador VAP-70/Muller, Motoniveladora FG-85/Fiatallis e Motoniveladora 120-K/Caterpillar do Setor de Obras e Serviços Rodoviários do Município de Anchieta/SC. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 14:30 horas do dia 27/02/2018. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – feira.

Anchieta, 08 de fevereiro de 2018.

IVAN JOSÉ CANCI
Prefeito Municipal

Angelina

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2018

Publicação Nº 1516856

MUNICÍPIO DE ANGELINA – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2018 – MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE - O Município de Angelina torna público que as 09:00 horas, do dia 27 de fevereiro de 2018, estará recebendo propostas para aquisição de combustíveis e lubrificantes. O Edital encontra-se à disposição na Prefeitura Municipal e no endereço: www.angelina.sc.gov.br . Angelina/ SC, em 09 de fevereiro de 2018. Leonardo Hammes – Prefeito Municipal em exercício.

Anitápolis

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 003/2018 - FMS

Publicação N° 1517177

PREGAO PRESENCIAL N° 003/2018 – O Fundo Municipal de Saúde de Anitápolis torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial visando o registro de preços do objeto abaixo indicado no dia 27/02/2018, às 09:00 horas. Objeto: Constitui objeto desta licitação o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição futura, eventual e parcelada de larvicida biológico BTI (Bacillus Thuringiensis Israelensis) para o Fundo Municipal de Saúde de Anitápolis. O Edital completo estará à disposição dos interessados, a partir do dia 15/02/2018, a partir das 08:00 horas, no site: www.anitapolis.sc.gov.br ou no endereço: Prefeitura Municipal de Anitápolis, Rua Gonçalves Junior, nº 260 – CEP: 88475-000 - Centro – Anitápolis, 08/02/2018. Fone: (48) 32560131 – Email: licita@anitapolis.sc.gov.br. Adriana Motta Probst – Secretária de Saúde.

EXTRATO DO CONTRATO N° 001/2018 - FMS

Publicação N° 1517152

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANITÁPOLIS –. EXTRATO DO CONTRATO N° 001/2018. OBJETO: Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de licenças de uso, não exclusiva, mediante contratação de empresa para licenciamento do direito de uso do aplicativo de Saúde Fly com 08 usuários ativos e a manutenção legal e corretiva durante o período contratual, conforme funcionalidades descritas no Anexo I. CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Anitápolis. CONTRATADA: Betha Sistemas Ltda. Valor: R\$ 7.920,00. Data da Assinatura: 02/01/2018. Prazo de Vigência: 31/12/2018. Anitápolis, 08/02/2018. Adriana Motta Probst – Secretária Municipal de Saúde.

Antônio Carlos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2018

Publicação Nº 1516972

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 028/2018; Modalidade: Pregão Presencial nº 020/2018; Tipo: Menor Preço Por Item. Objeto: A presente licitação tem como objeto a aquisição e locação de decoração para eventos realizados pela Secretaria de Educação e Cultura do Município de Antônio Carlos/SC. Entrega dos envelopes e abertura: Dia 28 de fevereiro de 2018 as 09:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, localizado na Praça Anchieta, nº 10, Centro, Antônio Carlos/SC, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, pelo fone (48) 3272-8617, pelo e-mail licitacao@antonio-carlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 08 de fevereiro de 2018.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO - SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 163/2017

Publicação Nº 1516515

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 163/2017; Origem: Processo Licitatório n. 92/2017, Pregão Presencial n. 66/2017; Contratante: Município de Antônio Carlos/SC. Contratada: FÓRMULA PAVIMENTAÇÃO URBANA EIRELI - EPP; Objeto: O presente termo tem por objeto prorrogar o prazo do contrato, cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada em serviços de engenharia civil para empreitada por menor preço global, com fornecimento de material e mão de obra especializada para pavimentação asfáltica, terraplenagem, drenagem e sinalização da Rua 4 de Dezembro, na localidade do Rio Farias, Município de Antônio Carlos, 1ª e 4ª etapa (274,00 metros + 181,459 metros), conforme memorial descritivo, projetos, ART, cronograma físico financeiro, planilha orçamentária e anexos. Prorrogação de Prazo: 30 (trinta) dias. Novo Vencimento: Dia 13 de março de 2018.

Antônio Carlos, 08 de fevereiro de 2018.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 054/2018

Publicação Nº 1517641

PORTARIA Nº 054/2018

Exonera servidor efetivo

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - Exonerar a pedido LUANA DE OLIVEIRA do cargo efetivo de MÉDICO 20H, a partir de 10 de fevereiro de 2018.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 08 de fevereiro de 2018.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 09 de fevereiro de 2018.

PORTARIA Nº 055/2018

Publicação Nº 1517642

PORTARIA Nº 055/2018

Concede Férias a servidor.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder FÉRIAS por 30 dias a servidora MARCIA REGINA SILVA, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, a partir de 01 de março de 2018, referente ao período aquisitivo de 01/12/2015 a 30/11/2016.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 08 de fevereiro de 2018.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 09 de fevereiro de 2018.

PORTARIA Nº 056/2018

Publicação Nº 1517643

PORTARIA Nº 056/2018

Concede licença para tratar de assuntos particulares.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o a Lei nº 1225/2009;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES, sem remuneração, por 02 anos à servidora FLÁVIA DANUBIA JUNKES PETRY, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO I, a partir de 04 de março de 2018.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 08 de fevereiro de 2018.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 09 de fevereiro de 2018.

PORTARIA N 057/2018

Publicação Nº 1517644

PORTARIA Nº 057/2018

Concede licença prêmio a servidor.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder LICENÇA PRÊMIO por 30 dias a servidora IRMA RICHARTZ CONRAT, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, a partir de 05 de março de 2018, referente ao período aquisitivo de 01/07/2004 a 30/06/2009.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 08 de fevereiro de 2018.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 09 de fevereiro de 2018.

Apiuna

PREFEITURA

ATA REGISTRO DE PREÇO PP 20/2018

Publicação Nº 1517056

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 7/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM RECAUCHUTAGEM DE PNEUS.

Pelo presente instrumento o MUNICIPIO DE APIUNA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Quintino Bocaiúva, Centro, Apiuna/SC, 89.135-000, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, neste ato representado pelo Prefeito Senhor JOSE GERSON GONCALVES, considerando o julgamento do Pregão para Registro de Preço nº 20/2018, RESOLVE registrar os preços das empresas, de acordo com as classificações por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666/93 e alterações, 10.520/02, 123/2006, Decreto Municipal nº 1256/2006, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, e em conformidade com as disposições a seguir.

1 DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços visando à PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM RECAUCHUTAGEM DE PNEUS, conforme quantitativos e condições a seguir:

55778 - BONIN RECAUCHUTADORA DE PNEUS LTDA - EPP					
Item	Produto	Marca	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
1	RECAUCHUTAGEM PNEU 1000X20 RADIAL (BORRACHUDO)	TIPLER	80	R\$520,00	R\$ 41.600,00
2	RECAUCHUTAGEM PNEU 275/80 R22,5(BORRACHUUDO)	TIPLER	40	R\$540,00	R\$ 21.600,00
3	RECAPAGEM A FRIO PNEU RADIAL 750X16 BORRACHUDO	TIPLER	12	R\$290,00	R\$ 3.480,00
4	RECAUCHUTAGEM A QUENTE PNEU RADIAL 12-16.5 NHS BORRACHUDO QUENTE, COM NO MINIMO 30CM DE LARGURA DA BANDA DE RODAGEM, 2,1CM DE PROFUNDIDADE DE SULCO E 4,1CM DE LARGURA DA GARRA	TIPLER	14	R\$525,00	R\$ 7.350,00
6	RECAUCHUTAGEM A QUENTE PNEU COMUM 19.5L-24 BORRACHUDO QUENTE, COM NO MINIMO 40CM DE LARGURA DA BANDA DE RODAGEM, 3CM DE PROFUNDIDADE DE SULCO E 8CM DE LARGURA DA GARRA	TIPLER	12	R\$1.300,00	R\$ 15.600,00
8	RECAUCHUTAGEM A QUENTE DE PNEU 12.5X80 R 18, COM NO MINIMO 29,5CM DE LARGURA DA BANDA DE RODAGEM, 2,4CM DE PROFUNDIDADE DE SULCO E 4CM DE LARGURA DA GARRA	TIPLER	12	R\$725,00	R\$ 8.700,00
Total Fornecedor:			R\$ 98.330,00		
68217 - RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA ME					
Item	Produto	Marca	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
5	RECAUCHUTAGEM A QUENTE PNEU RADIAL 19.5L-24 BORRACHUDO QUENTE, COM NO MINIMO 40CM DE LARGURA DA BANDA DE RODAGEM, 3CM DE PROFUNDIDADE DE SULCO E 8CM DE LARGURA DA GARRA	AS22 PI/QBOM/VIPAL	20	R\$1.740,00	R\$ 34.800,00
7	RECAUCHUTAGEM A QUENTE DE PNEU RADIAL 17.5/25 BORRACHUDO QUENTE, COM NO MINIMO 40,5CM DE LARGURA DA BANDA DE RODAGEM E 3CM DE PROFUNDIDADE DE SULCO	AS22 PI/QBOM/VIPAL	12	R\$1.745,00	R\$ 20.940,00
Total Fornecedor:			R\$ 55.740,00		
Total Geral:			R\$ 154.070,00		

1.2 Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.3 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o item anterior não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 25% dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

2 DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- Edital de Presencial nº 20/2018 e seus anexos;
- Proposta da(s) Licitante(s).

3 VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará até 08/02/2019.

4 DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1 O serviço será prestado parceladamente, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Transportes e Obras de Apiuna. A empresa vencedora deve retirar os pneus na garagem da prefeitura, em até 02 (dois) dias úteis após a emissão da ordem de serviço emitida pela



Secretaria de Transportes e Obras, sito Rua Quintino Bocaiúva, 204, fundos, centro, Apiúna/SC, os quais devem ser entregues no mesmo local em até 03 (três) dias úteis após a retirada.

4.1.1 Se a realização dos serviços cotados não for realizada no prazo estipulado, a PREFEITURA DE APIÚNA aplicará às sanções previstas neste Edital e em Lei.

4.1.2 No ato da realização do objeto, a proponente deverá emitir Nota Fiscal correspondente aos serviços realizados, encaminhando-a posteriormente à Secretaria responsável para conferência e assinatura pelo responsável.

4.2 Os serviços que forem recusados deverão ser refeitos no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.

4.3 O recebimento dos serviços, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade e características dos serviços entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência do Contrato.

4.4 A empresa será responsável por eventuais danos havidos nos materiais, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

5 DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 O pagamento será efetuado em 30 (TRINTA) DIAS APÓS A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, mediante a aceitação do objeto e apresentação de nota fiscal, sem emendas ou rasuras que após conferidos e visados, serão encaminhados ao empenho na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

5.2 Ocorrendo erros na apresentação da nota fiscal, a mesma será devolvida à contratada para a devida correção e reapresentação.

5.3 Para a efetivação do pagamento o licitante deverá manter as mesmas condições previstas neste edital no que concerne a PROPOSTA e a HABILITAÇÃO.

5.4 As despesas provenientes do presente edital correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2018 a 2019.

Dotação
165.6.1.2060.333903917000000.1000000
165.6.1.2060.333903919000000.1000000
177.7.1.2070.333903917000000.1000000
178.4.1.2047.333903919000000.1010000
189.6.1.2060.333903917000000.1390300
189.6.1.2060.333903919000000.1390300
21.6.1.2060.333903917000000.1390100
280.5.1.2050.333903919000000.1020000
67.4.1.2049.333903919000000.1010000

6 REAJUSTAMENTO E REPACTUAÇÃO DE PREÇOS

6.1 A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

6.1.1 Reajuste de Preços:

6.1.1.1 Os preços constantes na presente ata podem ser reajustados a cada 12 (doze) meses.

6.1.2 Revisão de preços:

6.1.2.1 A Revisão de Preços, observadas as prescrições da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, poderá ser solicitada, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente contrato, para reequilíbrio econômico financeiro, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

6.1.2.1.1 A CONTRATADA deverá formular à CONTRATANTE requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações por ela contraídas;

6.1.2.1.2 A CONTRATANTE examinará o requerimento e, após análise e conferência dos valores, informará a CONTRATADA quanto ao atendimento ou não do mesmo, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.1.3 Independentemente de solicitação, a CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

6.1.4 Os efeitos financeiros da Revisão de preços serão devidos a contar da data do evento que aumentou/diminuiu os custos do contrato, cabendo à parte interessada a iniciativa e o ônus de demonstrar, de forma analítica, o aumento ou redução do custo, observando-se que não serão devidos juros de mora e/ou atualização monetária.

6.1.5 As alterações decorrentes de revisões e de reajustes de preços serão formalizadas por meio de Instrumentos Contratuais Aditivos.

7 DA FISCALIZAÇÃO

7.1 O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

7.2 À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

7.2.2 Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados

7.2.3 Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

7.2.4 Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

7.3 A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

8 RESPONSABILIDADES DAS PARTES

8.1 Compete a CONTRATADA:

a) Entregar o objeto ajustado dentro do prazo de entrega, por intermédio exclusivo de seus empregados, sem qualquer ônus para o Município;

- b) providenciar, no prazo máximo de 03 (três) dias, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos serviços prestados;
- c) manter, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;
- d) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas.

8.2 Compete a CONTRATANTE:

- a) pagar à CONTRATADA o preço estabelecido;
- b) designar servidores responsável pelo acompanhamento e entrega dos produtos adquiridos.

9 DA RESCISÃO DA ATA

9.1 Constituem motivo para rescisão da Ata:

- 9.1.1 O não cumprimento de cláusulas constantes na presente Ata, especificações e prazos;
 - 9.1.2 O cumprimento irregular de cláusulas, especificações e prazos;
 - 9.1.3 A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e na Ata;
 - 9.1.4 O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
 - 9.1.5 O cometimento reiterado de faltas na sua execução;
 - 9.1.6 A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
 - 9.1.7 A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
 - 9.1.8 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a entrega dos bens;
 - 9.1.9 Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o edital;
 - 9.1.10 A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
 - 9.1.11 O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos produtos já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
 - 9.1.12 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução.
 - 9.1.13 Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.
- #### 9.2 Decidido pela rescisão da Ata, será executada da seguinte forma:
- 9.2.1 Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE nos casos enumerados nos itens 9.1.1 à 9.1.10 e 9.1.12 à 9.1.14.
 - 9.2.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;
 - 9.2.3 Judicial, nos termos da legislação;
- #### 9.3 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
- #### 9.4 Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos 9.1.9 à 9.1.12, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.
- #### 9.5 Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

10 DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 10.1 As Licitantes participantes desta Licitação e, principalmente, a Licitante vencedora, sujeitar-se-ão, no que couber às sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
- 10.2 Pelo comportamento incorreto da Licitante no decorrer do Processo Licitatório a Licitadora poderá, garantida prévia defesa, aplicar a Licitante as seguintes penalidades:
 - 10.2.1 Advertência, no caso de faltas que não motivem a aplicação de multas.
 - 10.2.2 Multa, conforme os seguintes critérios:
 - 10.2.2.1 No valor de 1% (um por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de acumulação de 03 (três) advertências;
 - 10.2.2.2 No valor de 2% (dois por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório;
 - 10.2.2.3 No valor de 5% (cinco por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;
 - 10.2.2.4 No valor de 10% (dez por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata se der causa à Declaração de Inidoneidade;
 - 10.2.2.5 No valor de 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de inobservância de quaisquer das condições do item 02 do mesmo;
 - 10.2.2.6 No valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia no atraso injustificado, ou com justificativa não aceita pela autoridade superior competente na prestação do serviço.
 - 10.2.3 Suspensão de Participação em licitações com o Município de Apiúna, pelo prazo de 02 (dois) anos, no caso de quaisquer dos motivos expostos nos itens 10.2.2.2 à 10.2.2.5 e 10.2.4.1 à 10.2.4.2.
 - 10.2.4 Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:
 - 10.2.4.1 Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata;
 - 10.2.4.2 Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 10.2.4.3 Tenham praticado atos ilícitos e/ou a não entrega do objeto deste edital, visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 10.2.4.4 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
 - 10.2.5 Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à penalidade, o contraditório e a ampla defesa.

10.3 Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada sem que antes este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

11 DO FORO

11.1 O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de ASCURRA/SC.

E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, o presente instrumento em vias de igual teor e forma, para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinados.

Apiúna, 8 de fevereiro de 2018.

JOSE GERSON GONÇALVES

MUNICÍPIO DE APIÚNA

Prefeito de Apiúna

CONTRATANTE

EMPRESAS:

BONIN RECAUCHUTADORA DE PNEUS LTDA - EPP

RODRIGO BONIN

Contratada

RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA ME

ROGERIO JAMYR BELOTTO

Contratada

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - AUDIÊNCIA PÚBLICA

Publicação Nº 1517012

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Audiência Pública de Apresentação e Discussão das metas fiscais do 3º Quadrimestre de 2017

O Prefeito Municipal de Apiúna SC, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao princípio da transparência convoca a comunidade em geral para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA de apresentação e discussão das METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2017, a ser realizada às 15 horas do dia 28 de fevereiro de 2018 nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores situada na rua Ponta Grossa, 93 – 2º andar – Centro de Apiúna.

Apiúna, 08 de fevereiro de 2018.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

Arabutã

PREFEITURA

CONCURSO 01/2018

Publicação Nº 1518026

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARABUTÃ
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018
EDITAL Nº 001

A Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados que se acham abertas, no período de 19 de fevereiro de 2018 à 20 de março de 2018, as inscrições ao Concurso Público destinado ao provimento efetivo de vaga do cargo de Agente de Tecnologias Agropecuárias (40 horas), Instrutor de Música (40 horas) e Procurador Municipal (20 horas). A íntegra do edital e demais informações estão disponíveis na Prefeitura Municipal, telefone (49) 3448-0048 e na internet: www.arabuta.sc.gov.br, www.amauc.org.br. Arabutã/SC, em 08 de fevereiro de 2018. Leani Kapp Schmitt – Prefeita.

CONTRATO ACT 016-2018

Publicação Nº 1517113

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº. 016/2018

Por este instrumento particular, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Lauro Muller nº. 210, centro, Arabutã/SC, inscrito no CGC/MF sob o nº. 95.995.221/0001-53, neste ato denominado simplesmente CONTRATANTE e TATIANE PANISSI, inscrita no CPF/MF sob o nº. 011.149.020-04, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente Contrato de Trabalho Temporário mediante as seguintes condições:

- 1) OBJETO: A presente contratação objetiva o preenchimento para o cargo de professora Educação Infantil, na vaga vinculada a professora Dirlete Berner e para atender as necessidades temporárias do excepcional interesse público conforme Edital de Processo Seletivo nº. 004/2017, em conformidade com a Lei Municipal nº. 218, de 23 de abril de 2002;
- 2) VIGÊNCIA: de 08 de fevereiro de 2018 até 18 de dezembro de 2018;
- 3) REGIME JURIDICO: Administrativo, previsto no inc. IX, do art. 37 da Constituição Federal e Lei Complementar nº. 159/2014, cujo conteúdo o contratado declara conhecer e anuir;
- 4) VENCIMENTO: R\$ 1493,04 (um mil quatrocentos e noventa e três reais e quatro centavos) conforme Lei Complementar nº. 155, de 29 de dezembro de 2014, anexo IV;
- 5) CARGO/FUNÇÃO: Professora;
- 6) UNIDADE ADMINISTRATIVA: Secretaria Municipal de Educação – E.E.I.C.M;
- 7) CARGA HORÁRIA SEMANAL: Será de 20h, pelo turno matutino.
- 8) SEGURIDADE SOCIAL: Regime Geral da Previdência Social;
- 9) OBRIGAÇÕES: Durante a vigência do contrato, o contratado fica sujeito ao regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Municipais (LC 159/2014);

Arabutã/SC, 8 de fevereiro de 2018.

Tatiane Panissi Leani kapp Schmitt
Contratada Prefeita

Testemunhas:

Cléo Fernando Morche Glaucia Pottratz
CPF/MF nº. 069.405.499-27 CPF/MF nº. 053.825.249-98

CONTRATO ACT 017-2018

Publicação Nº 1517115

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº. 017/2018

Por este instrumento particular, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Lauro Muller nº. 210, centro, Arabutã/SC, inscrito no CGC/MF sob o nº. 95.995.221/0001-53, neste ato denominado simplesmente CONTRATANTE e ANGELICA MENDES, inscrita no CPF/MF sob o nº. 084.773.609-10, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente Contrato de Trabalho Temporário mediante as seguintes condições:

- 1) OBJETO: A presente contratação objetiva o preenchimento para o cargo de professora Educação Infantil, para atender as necessidades temporárias do excepcional interesse público conforme Edital de Processo Seletivo nº. 004/2017, em conformidade com a Lei Municipal nº. 218, de 23 de abril de 2002;
- 2) VIGÊNCIA: de 08 de fevereiro de 2018 até 18 de dezembro de 2018;
- 3) REGIME JURIDICO: Administrativo, previsto no inc. IX, do art. 37 da Constituição Federal e Lei Complementar nº. 159/2014, cujo conteúdo o contratado declara conhecer e anuir;
- 4) VENCIMENTO: R\$ 1493,04 (um mil quatrocentos e noventa e três reais e quatro centavos) conforme Lei Complementar nº. 155, de 29 de dezembro de 2014, anexo IV;
- 5) CARGO/FUNÇÃO: Professora;
- 6) UNIDADE ADMINISTRATIVA: Secretaria Municipal de Educação – E.E.I.C.M;
- 7) CARGA HORÁRIA SEMANAL: Será de 20h, pelo turno matutino e vespertino.
- 8) SEGURIDADE SOCIAL: Regime Geral da Previdência Social;
- 9) OBRIGAÇÕES: Durante a vigência do contrato, o contratado fica sujeito ao regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Municipais (LC 159/2014);

Arabutã/SC, 8 de fevereiro de 2018.

Angelica Mendes Leani kapp Schmitt
Contratada Prefeita

Testemunhas:

Cléo Fernando Morche Glaucia Pottratz
CPF/MF nº. 069.405.499-27 CPF/MF nº. 053.825.249-98

CONTRATO ACT 018-2018

Publicação Nº 1517116

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº. 018/2018

Por este instrumento particular, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Lauro Muller nº. 210, centro, Arabutã/SC, inscrito no CGC/MF sob o nº. 95.995.221/0001-53, neste ato denominado simplesmente CONTRATANTE e ELUANA SCHWERTZ, inscrita no CPF/MF sob o nº. 085.765.889-19, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente Contrato de Trabalho Temporário mediante as seguintes condições:

- 1) OBJETO: A presente contratação objetiva o preenchimento para o cargo de professora Educação Infantil, na vaga vinculada a

professora Marlise kaster e para atender as necessidades temporárias do excepcional interesse público conforme Edital de Processo Seletivo nº. 004/2017, em conformidade com a Lei Municipal nº. 218, de 23 de abril de 2002;

2) VIGÊNCIA: de 08 de fevereiro de 2018 até 18 de dezembro de 2018;

3) REGIME JURIDICO: Administrativo, previsto no inc. IX, do art. 37 da Constituição Federal e Lei Complementar nº. 159/2014, cujo conteúdo o contratado declara conhecer e anuir;

4) VENCIMENTO: R\$ 1493,04(um mil quatrocentos e noventa e três reais e quatro centavos) conforme Lei Complementar nº. 155, de 29 de dezembro de 2014, anexo IV;

5) CARGO/FUNÇÃO: Professora;

6) UNIDADE ADMINISTRATIVA: Secretaria Municipal de Educação – E.E.I.C.M;

7) CARGA HORÁRIA SEMANAL: Será de 20h, pelo turno matutino e vespertino.

8) SEGURIDADE SOCIAL: Regime Geral da Previdência Social;

9) OBRIGAÇÕES: Durante a vigência do contrato, o contratado fica sujeito ao regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Municipais (LC 159/2014);

Arabutã/SC, 8 de fevereiro de 2018.

Eluana Schwertz Leani kapp Schmitt
Contratada Prefeita

Testemunhas:

Cléo Fernando Morche Glaucia Pottratz
CPF/MFnº. 069.405.499-27 CPF/MFnº. 053.825.249-98

CONTRATO ACT 019-2018

Publicação Nº 1517119

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº. 019/2018

Por este instrumento particular, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, pessoa jurídica de direito publico interno, com sede à Avenida Lauro Muller nº. 210, centro, Arabutã/SC, inscrito no CGC/MF sob o nº. 95.995.221/0001-53, neste ato denominado simplesmente CONTRATANTE e JONATAN DA CAMPO, inscrito no CPF/MF sob o nº. 070.814.629-52, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente Contrato de Trabalho Temporário mediante as seguintes condições:

1) OBJETO: A presente contratação objetiva o preenchimento para o cargo de professor Educação Infantil, para atender as necessidades temporárias do excepcional interesse público conforme Edital de Processo Seletivo nº. 004/2017, em conformidade com a Lei Municipal nº. 218, de 23 de abril de 2002;

2) VIGÊNCIA: de 08 de fevereiro de 2018 até 18 de dezembro de 2018;

3) REGIME JURIDICO: Administrativo, previsto no inc. IX, do art. 37 da Constituição Federal e Lei Complementar nº. 159/2014, cujo conteúdo o contratado declara conhecer e anuir;

4) VENCIMENTO: R\$ 1493,04(um mil quatrocentos e noventa e três reais e quatro centavos) conforme Lei Complementar nº. 155, de 29 de dezembro de 2014, anexo IV;

5) CARGO/FUNÇÃO: Professora;

6) UNIDADE ADMINISTRATIVA: Secretaria Municipal de Educação – E.E.I.C.M;

7) CARGA HORÁRIA SEMANAL: Será de 20h, pelo turno matutino e vespertino.

8) SEGURIDADE SOCIAL: Regime Geral da Previdência Social;

9) OBRIGAÇÕES: Durante a vigência do contrato, o contratado fica sujeito ao regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Municipais (LC 159/2014);

Arabutã/SC, 8 de fevereiro de 2018.

Jonatan Da Campo Leani kapp Schmitt
Contratada Prefeita

Testemunhas:

Cléo Fernando Morche Glaucia Pottratz
CPF/MFnº. 069.405.499-27 CPF/MFnº. 053.825.249-98

CONTRATO ACT 020-2018

Publicação Nº 1517120

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº. 020/2018

Por este instrumento particular, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, pessoa jurídica de direito publico interno, com sede à Avenida Lauro Muller nº. 210, centro, Arabutã/SC, inscrito no CNPJ sob o nº. 95.995.221/0001-53, neste ato denominado simplesmente CONTRATANTE e GILCENÉIA GILNÉIA OST, inscrita no CPF/MF sob o nº. 090.230.649-92, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente Contrato de Trabalho Temporário mediante as seguintes condições:

1) OBJETO: A presente contratação objetiva o preenchimento para o cargo de Auxiliar de Sala, para atender as necessidades temporárias do excepcional interesse público conforme Edital de Processo Seletivo nº. 004/2017, em conformidade com a Lei Municipal nº. 218, de 23 de abril de 2002;

2) VIGÊNCIA: de 08 de fevereiro de 2018 até 18 de dezembro de 2018;

3) REGIME JURIDICO: Administrativo, previsto no inc. IX, do art. 37 da Constituição Federal e Lei Complementar nº. 159/2014, cujo conteúdo o contratado declara conhecer e anuir;

4) VENCIMENTO: R\$ 1.206,08(um mil duzentos e seis reais e oito centavos) conforme Lei Complementar nº. 155, de 29 de dezembro de 2014, anexo IV;

5) CARGO/FUNÇÃO: Auxiliar de Sala;

6) UNIDADE ADMINISTRATIVA: Secretaria Municipal de Educação – P.E.C

7) CARGA HORÁRIA SEMANAL: Será de 40h, pelo turno matutino e vespertino;

8) SEGURIDADE SOCIAL: Regime Geral da Previdência Social;

9) OBRIGAÇÕES: Durante a vigência do contrato, o contratado fica sujeito ao regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Municipais (LC 159/2014);

Arabutã/SC, 08 de fevereiro de 2018.

Gilcenéia Gilnéia Ost Leani kapp Schmitt
Contratada Prefeita

Testemunhas:

Cléo Fernando Morche Glaucia Pottratz
CPF/MFnº. 069.405.499-27 CPF/MFnº. 053.825.249-98

CONTRATO ACT 021-2018

Publicação Nº 1517121

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº. 021/2018

Por este instrumento particular, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, pessoa jurídica de direito publico interno, com sede à Avenida Lauro Muller nº. 210, centro, Arabutã/SC, inscrito no CNPJ sob o nº. 95.995.221/0001-53, neste ato denominado simplesmente CONTRATANTE e LUANA NORONHA, inscrita no CPF/MF sob o nº. 099.876.479-52, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente Contrato de Trabalho Temporário mediante as seguintes condições:

- 1) OBJETO: A presente contratação objetiva o preenchimento para o cargo de Auxiliar de Sala, para atender as necessidades temporárias do excepcional interesse público conforme Edital de Processo Seletivo nº. 004/2017, em conformidade com a Lei Municipal nº. 218, de 23 de abril de 2002;
- 2) VIGÊNCIA: de 08 de fevereiro de 2018 até 18 de dezembro de 2018;
- 3) REGIME JURIDICO: Administrativo, previsto no inc. IX, do art. 37 da Constituição Federal e Lei Complementar nº. 159/2014, cujo conteúdo o contratado declara conhecer e anuir;
- 4) VENCIMENTO: R\$ 1.206,08(um mil duzentos e seis reais e oito centavos) conforme Lei Complementar nº. 155, de 29 de dezembro de 2014, anexo IV;
- 5) CARGO/FUNÇÃO: Auxiliar de Sala;
- 6) UNIDADE ADMINISTRATIVA: Secretaria Municipal de Educação – P.E.C
- 7) CARGA HORÁRIA SEMANAL: Será de 40h, pelo turno matutino e vespertino;
- 8) SEGURIDADE SOCIAL: Regime Geral da Previdência Social;
- 9) OBRIGAÇÕES: Durante a vigência do contrato, o contratado fica sujeito ao regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Municipais (LC 159/2014);

Arabutã/SC, 08 de fevereiro de 2018.

Luana Noronha Leani kapp Schmitt
Contratada Prefeita

Testemunhas:

Cléo Fernando Morche Glaucia Potrattz
CPF/MFnº. 069.405.499-27 CPF/MFnº. 053.825.249-98

CONTRATO ACT 022-2018

Publicação Nº 1517123

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº. 022/2018

Por este instrumento particular, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, pessoa jurídica de direito publico interno, com sede à Avenida Lauro Muller nº. 210, centro, Arabutã/SC, inscrita no CNPJ sob o nº. 95.995.221/0001-53, neste ato denominado simplesmente CONTRATANTE e TAINARA SCHIMMELPFENNIG, inscrita no CPF/MF sob o nº. 088.494.779-37, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente Contrato de Trabalho Temporário mediante as seguintes condições:

- 1) OBJETO: A presente contratação objetiva o preenchimento para o cargo de Auxiliar de Sala, para atender as necessidades temporárias do excepcional interesse público conforme Edital de Processo Seletivo nº. 004/2017, em conformidade com a Lei Municipal nº. 218, de 23 de abril de 2002;
- 2) VIGÊNCIA: de 08 de fevereiro de 2018 até 18 de dezembro de 2018;
- 3) REGIME JURIDICO: Administrativo, previsto no inc. IX, do art. 37 da Constituição Federal e Lei Complementar nº. 159/2014, cujo conteúdo o contratado declara conhecer e anuir;
- 4) VENCIMENTO: R\$ 1.206,08(um mil duzentos e seis reais e oito centavos) conforme Lei Complementar nº. 155, de 29 de dezembro de 2014, anexo IV;
- 5) CARGO/FUNÇÃO: Auxiliar de Sala;
- 6) UNIDADE ADMINISTRATIVA: Secretaria Municipal de Educação – P.E.C
- 7) CARGA HORÁRIA SEMANAL: Será de 40h, pelo turno matutino e vespertino;
- 8) SEGURIDADE SOCIAL: Regime Geral da Previdência Social;
- 9) OBRIGAÇÕES: Durante a vigência do contrato, o contratado fica sujeito ao regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Municipais (LC 159/2014);

Arabutã/SC, 08 de fevereiro de 2018.

Tainara Schimmelpfennig Leani kapp Schmitt
Contratada Prefeita

Testemunhas:

Cléo Fernando Morche Glaucia Potrattz
CPF/MFnº. 069.405.499-27 CPF/MFnº. 053.825.249-98

CONTRATO ACT 023-2018

Publicação Nº 1517126

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº. 023/2018

Por este instrumento particular, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, pessoa jurídica de direito publico interno, com sede à Avenida Lauro Muller nº. 210, centro, Arabutã/SC, inscrita no CNPJ sob o nº. 95.995.221/0001-53, neste ato denominado simplesmente CONTRATANTE e CAROLINE CRISTINE KUSSLER, inscrita no CPF/MF sob o nº. 057.769.899-06, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente Contrato de Trabalho Temporário mediante as seguintes condições:

- 1) OBJETO: A presente contratação objetiva o preenchimento para o cargo de Auxiliar de Sala, para atender as necessidades temporárias do excepcional interesse público conforme Edital de Processo Seletivo nº. 004/2017, em conformidade com a Lei Municipal nº. 218, de 23 de abril de 2002;
- 2) VIGÊNCIA: de 08 de fevereiro de 2018 até 18 de dezembro de 2018;
- 3) REGIME JURIDICO: Administrativo, previsto no inc. IX, do art. 37 da Constituição Federal e Lei Complementar nº. 159/2014, cujo conteúdo o contratado declara conhecer e anuir;
- 4) VENCIMENTO: R\$ 1.206,08(um mil duzentos e seis reais e oito centavos) conforme Lei Complementar nº. 155, de 29 de dezembro de 2014, anexo IV;
- 5) CARGO/FUNÇÃO: Auxiliar de Sala;
- 6) UNIDADE ADMINISTRATIVA: Secretaria Municipal de Educação – P.E.C
- 7) CARGA HORÁRIA SEMANAL: Será de 40h, pelo turno matutino e vespertino;
- 8) SEGURIDADE SOCIAL: Regime Geral da Previdência Social;
- 9) OBRIGAÇÕES: Durante a vigência do contrato, o contratado fica sujeito ao regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Municipais (LC 159/2014);

Arabutã/SC, 08 de fevereiro de 2018.

Caroline Cristine Kussler Leani kapp Schmitt
Contratada Prefeita

Testemunhas:

Cléo Fernando Morche Glaucia Potrattz
CPF/MFnº. 069.405.499-27 CPF/MFnº. 053.825.249-98

PORTARIA 030-2018 CORRETA

Publicação Nº 1516830

PORTARIA Nº 030/2018

CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt, Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, à servidora LUCIANE CASSOL, inscrita no CPF sob nº. 008.287.019-54, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Odontóloga, licença maternidade conforme art.104 da Lei

Complementar nº159/2014 a partir de 26 de janeiro de 2018.
Art.2º Os efeitos desta portaria retroagem a data de 26 de janeiro de 2018

Art.3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 02 de fevereiro de 2017.
LEANI KAPP SCHMITT
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz
Responsável pela publicação.

PORTARIA 032-2018

Publicação Nº 1516629

PORTARIA Nº 032/2018
DESIGNA SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

Leani Kapp Schmitt, Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

Art. 1º. DESIGNAR com base no art.61 da Lei Complementar nº159 de 29 de dezembro de 2014 o servidor FELIPE PATZLAFF, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Contabilidade, para no período de 01 de fevereiro de 2018 à 31 de março de 2018, exercer o cargo de provimento efetivo de Contador.

Art. 2º No período de substituição, o substituto será remunerado segundo os vencimentos do cargo.

Art.3º Os efeitos desta portaria retroagem a data de 01 de fevereiro de 2018.

Art.4º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 02 de fevereiro de 2018.
LEANI KAPP SCHMITT
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz
Responsável pela publicação.

PREGÃO 11.2018

Publicação Nº 1517531

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ SC, PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 016/2018.

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 011/2018

Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento e instalação de Sistema de Alarme e Incêndio para o Posto de Saúde Municipal.

Recebimento das Propostas: até 08h45 do dia 23/02/2018.

Abertura: às 09h00 do dia 23/02/2018.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.arabuta.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Avenida Lauro Muller, 210, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3448-0048.

Arabutã SC, 08 de Fevereiro de 2018

Leani Kapp Schmitt
Prefeita

PREGÃO 12.2018

Publicação Nº 1517782

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ SC, PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 017/2018.

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 012/2018

Objeto: Aquisição de UMA CONCHA COMPLETA ESCAVADEIRA PC 130, para a Escavadeira Hidráulica Komatsu PC 130, Patrimônio 2641.

Recebimento das Propostas: até 14h45 do dia 23/02/2018.

Abertura: às 15h00 do dia 23/02/2018.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.arabuta.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Avenida Lauro Muller, 210, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3448-0048.

Arabutã SC, 08 de Fevereiro de 2018

Leani Kapp Schmitt
Prefeita

Arroio Trinta

PREFEITURA

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0006/2018 - DL

Publicação Nº 1516730

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA
CNPJ:82.826.462/0001-27
Rua XV de Novembro, 26 - Centro
CEP: 89.590-000 - Arroio Trinta - SC
Processo Administrativo Nº 0007/2018 - DL
Dispensa de Licitação Nº 0006/2018 - DL
Setor(es) Solicitante(s): SECRETARIA MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico a presente Dispensa de Licitação, com fundamento conforme Art. 24, inc. II da Lei 8.666/93, e demais legislação aplicável, tendo como OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA OS TRABALHOS DAS OFICINAS DO CRAS nestes termos.

Modalidade: Dispensa De Licitação: Nº 0006/2018 - DL

Fornecedor: CLARISSE BALDO 02825289973 (28.560.370/0001-00)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	25776 - Argila para artesanato, embalagem com 1 kg	KG		4	2,00	8,00
2	28897 - BARBANTE PARA CROCHÊ, DIVERSAS CORES Nº 06. ROLO COM NO MÍNIMO 700 MT	Un		20	15,30	306,00
3	28778 - COLA BASTÃO 40 GR	Un		20	1,75	35,00
4	28898 - FIO DE JUTA ROLO COM 100 MT COR NATURAL COM FIO DOURADO COR 102	Un		2	7,50	15,00
5	28899 - FITA DE JUTA COR NATURAL, ROLO COM 10 MT, LARG. 22 MM	Un		4	2,00	8,00
6	28900 - FITA DECORATIVA LARGURA 6,3 CM. ROLO COM 9 MT, 80% POLIESTER E 20% PET. DIVERSAS CORES E ESTAMPAS	Un		6	26,20	157,20
7	28901 - LAÇO MÁGICO PARA PRESENTES 18X36. PACOTE COM 200 UN. CORES E ESTAMPAS DIVERSAS	Un		4	39,50	158,00
8	28902 - LÁPIS DE MADEIRA 100% REFLORESTADA, SEXTAVADO, GRANDE, COR VERDE, GRAFITE TIPO 6B, CAIXA COM 12 UNIDADES	Un		1	42,00	42,00
9	28903 - LINHA PARA BORDAR, 100% ALGODÃO, DIVERSAS CORES E TONALIDADES - 8 MT	Un		100	2,20	220,00
10	25778 - Biscuit, massa pronta para biscuit, embalagem com 1kg	KG		120	17,46	2.095,20
11	28904 - PALHA TIPO RÁFIA, PACOTE COM 200 GR	Un		3	25,00	75,00
12	28905 - PALITO PARA UNHA COM 2 PONTAS, 17 CM, PACOTE COM 50 UN.	Un		2	10,40	20,80
13	7007 - Folha papel adesivo, caixa com 100 unidades	CX		2	38,00	76,00
14	28906 - PAPEL TERMO COLANTE PARA PATCH COLAGEM E APLIQUE, BOBINA COM 50 MT	Un		1	360,00	360,00
15	28907 - SACOS PARA EMBALAGEM COR TRANSPARENTE, TAMANHO 14X18 CM, PACOTE COM 500 UN	Un		2	65,00	130,00
16	28908 - SACOS PARA EMBALAGEM COR TRANSPARENTE, TAMANHO 22X34, PACOTE COM 100 UN	Un		7	23,40	163,80
17	28909 - TECIDO AUTO COLANTE, FOLHAS COM 45 CM X 70 CM, DIVERSAS CORES E ESTAMPAS	Un		50	25,00	1.250,00
18	28910 - TECIDO PARA PATCH, DIVERSAS CORES E ESTAMPAS	MT		50	24,50	1.225,00
19	7029 - Tesoura grande	Un		8	25,90	207,20
20	28911 - FIBRA SILICONADA EM MANTA, PARA TRABALHOS ARTESANAIS, ESPESSURA DE 200 MM	MT		50	5,336	266,80
Total					6.819,00	

Valor Total: R\$ R\$ 6.819,00 (seis mil e oitocentos e dezenove reais)

Regimento: Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

Publique-se,
Arroio Trinta - SC, 08/02/2018.
Claudio Spricigo.
Prefeito Municipal

Ascurra

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N. 02/2018

Publicação Nº 1517095

EDITAL Nº 002/2018- CHAMADA PÚBLICA

CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA A ÁREA DA SAÚDE EM CARÁTER TEMPORÁRIO PARA O ANO DE 2018

ENILSON ERLEY DE FREITAS, Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social de Ascurra, no uso de suas atribuições legais e considerando o art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, a Lei Complementar Municipal n. 151/2014 e, ainda:

CONSIDERANDO o esgotamento da lista de aprovados no Processo Seletivo n. 001/2016 e 001/2017, em razão da convocação de todos os aprovados para contratação em razão de excepcional necessidade e por prazo determinado;

CONSIDERANDO os afastamentos legalmente autorizados dos servidores titulares dos cargos de provimento efetivo no âmbito da Rede Municipal de Saúde, especialmente os afastamentos de serviço em razão de licença para tratamento de saúde por prazo superior a 30 (trinta) dias;

CONSIDERANDO a impossibilidade de paralisação da prestação dos serviços públicos de saúde no âmbito do SUS, em razão da ausência de Médicos, Enfermeiros e Técnicos de Enfermagem;

CONSIDERANDO o disposto no art. 2º, inciso VI, da Lei Complementar n. 151/2014, o qual considera necessidade temporária de excepcional interesse público o "suprimento de pessoal ocupante de cargo efetivo afastado do exercício em razão de licença (tratamento de saúde, gestação), por prazo superior a 30 (trinta) dias";

CONSIDERANDO que o recrutamento de pessoal temporário poderá ser realizado mediante processo seletivo simplificado, dispensado de concurso público, estando o edital sujeito à ampla e prévia divulgação, inclusive através de publicação através dos órgãos de imprensa oficial;

TORNA PÚBLICO, os procedimentos para a CHAMADA PÚBLICA destinada ao provimento de vagas temporárias para o ano de 2018, destinado à realização temporária das atribuições do cargo de ENFERMEIRO, dentro de suas habilitações.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 Os procedimentos do presente Edital de Chamada Pública serão coordenados pela Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

1.2 As publicações relativas ao presente procedimento estarão disponíveis no endereço eletrônico www.ascurra.sc.gov.br, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e nos murais públicos municipais.

1.3. O presente processo seletivo terá validade para o ano letivo de 2018.

2. DO CRONOGRAMA DA CHAMADA PÚBLICA

2.1 O presente edital de Chamada Pública desenvolver-se-á de acordo com as seguintes datas:

ETAPA	DATA
Publicação do Edital de Chamada Pública	12/02/18 (segunda-feira)
Período de recebimento das inscrições e da documentação dos candidatos	13/02/2018 (terça-feira) a 15/2/2018 (quinta-feira), até às 17h00
Publicação do resultado e da ordem preliminar de classificação	15/02/2018 (quinta-feira), após às 19h00
Prazo para interposição de recursos	16/02/2018 (sexta-feira), até às 17h00
Publicação do resultado e ordem final de classificação e Homologação do resultado final da chamada pública	19/02/2018 (segunda-feira)

3. DOS CARGOS, HABILITAÇÃO, REMUNERAÇÃO, CARGA HORÁRIA E NÚMERO DE VAGAS

3.1. Quadro de Funções Temporárias:

Função	Habilitação	Remuneração mensal	Carga horária semanal	Lotação	Período	Vagas
Enfermeiro	Portador de Certificado de Conclusão de Curso Superior na área de Enfermagem, com registro no Órgão Fiscalizador da Profissão.	R\$ 3.474,86	40 (quarenta) horas	Unidades Básicas de Saúde	Mat. E Vesp.	01 (uma) + CR*
Psicólogo	Certificado de conclusão de curso superior de Psicologia, com registro no órgão fiscalizador do exercício profissional.	R\$ 3.198,00	40 (quarenta) horas	CRAS	Mat. E Vesp.	01 (uma) + CR*

(*) Cadastro de Reserva

3.2. O Município de Ascurra oferece um Programa de Suplementação Alimentar, atualmente no valor de R\$ 329,79 (Trezentos e Vinte e

Nove Reais e Setenta e Nove Centavos) conforme disposto na Lei Municipal nº 1117/2009 e de acordo com suas regras específicas para recebimento estabelecidas no Decreto Municipal nº 2085, de 09/07/2009.

4. DATA E HORÁRIO DO CHAMAMENTO PÚBLICO

4.1. Os candidatos interessados deverão comparecer junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, entre os dias 13 de fevereiro de 2018 (terça-feira) e 15 de fevereiro de 2018 (quinta-feira), das 07h30 às 12h00 e das 13h00 às 17h00, no seguinte endereço: Rua de Lourdes, n. 47, Bairro de Lourdes, Município de Acurra/SC, munidos da documentação exigida pelo presente edital de Chamada Pública, a fim de participarem da Prova de Títulos, compreendendo a apresentação de documentos comprobatórios do nível de escolaridade, do tempo de serviço público na área da saúde e da participação em cursos de aperfeiçoamento na área de formação exigida para o cargo, devendo, para tanto, cumprirem as normas previstas no presente certame.

5. DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA PARTICIPAÇÃO NO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA

5.1. O candidato interessado deverá preencher a Ficha de Inscrição existente no anexo do presente edital e apresentar a Ficha de Inscrição devidamente preenchida, juntamente com a cópia dos seguintes documentos:

5.1.1. Cópia da Cédula de Identidade e CPF;

5.1.2. Cópia do Certificado de Conclusão do nível de escolaridade e demais habilitações exigidas para a função temporária;

5.1.3. Cópia da Declaração de Tempo de Serviço no Serviço Público Municipal, Estadual ou Federal;

5.1.4. Cópia dos Certificados dos cursos de capacitação na área de habilitação exigida para a função temporária;

5.1.5. Cópia da Certidão de Nascimento ou Cédula de Identidade dos filhos menores de 18 anos, se houver;

5.2. Os documentos deverão ser entregues com cópias e originais, a fim de verificar a autenticidade pelo servidor responsável pelo recebimento das inscrições.

5.3. Serão considerados classificados os candidatos que preencherem os requisitos mínimos estabelecidos pelo presente Edital de Chamada Pública.

6. DA PONTUAÇÃO, DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO E DOS RECURSOS

6.1. A Prova de Títulos é constituída pela análise e pontuação obtida a partir dos documentos apresentados pelos candidatos, computados mediante a análise da documentação referente ao nível de ESCOLARIDADE, ao TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO, e à carga horária referente à participação em CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO relacionados com a formação exigida para a função ou com as atribuições do cargo.

6.2. A pontuação da Prova de Títulos será de no máximo 5,0 (cinco) pontos, distribuídos da seguinte forma:

6.2.1. Escolaridade: máximo de 3,0 (três) pontos;

6.2.2. Tempo de Serviço Público na Área da Educação: máximo de 1,0 (um) ponto;

6.2.3. Cursos de Aperfeiçoamento: máximo de 1,0 (um) ponto.

6.3 A pontuação que poderá ser obtida pelo candidato na Prova de Títulos - Escolaridade será escalonada da seguinte forma:

Nível de Escolaridade	Pontuação (Máximo de 3,0 pontos)
Graduação	1
Pós-Graduação	1,5
Mestrado	2
Doutorado	3

6.3.1. A pontuação é não cumulativa e será considerado o maior nível de escolaridade comprovado pelo candidato.

6.4 Na Prova de Títulos - Tempo de Serviço Público Municipal, Estadual ou Federal na área da saúde será atribuída a pontuação de 0,05 (zero vírgula zero cinco décimos) para cada 1 (um) ano completo de termo de efetivo serviço público na área da educação, sendo a pontuação obtida da seguinte forma:

Tempo de Serviço Público Municipal, Estadual ou Federal na área da Saúde	Pontuação (Máximo de 1,0 ponto)
1 ano	0,05
2 anos	0,1
3 anos	0,15
4 anos	0,2
5 anos	0,25
6 anos	0,3
7 anos	0,35
8 anos	0,4

9 anos	0,45
10 anos	0,5
11 anos	0,55
12 anos	0,6
13 anos	0,65
14 anos	0,7
15 anos	0,75
16 anos	0,8
17 anos	0,85
18 anos	0,9
19 anos	0,95
20 anos ou mais	1

6.4.1. A pontuação é não cumulativa e serão desconsiderados as frações de tempo de serviço público na área da educação estritamente menores do que 1 (um) ano.

6.5 Na Prova de Títulos – Cursos de Aperfeiçoamento na área de formação exigida pra o cargo será atribuída a pontuação de 0,05 (zero vírgula zero cinco décimos) para cada 10 (dez) horas completas de efetiva participação em cursos de aperfeiçoamento relacionados à área das atribuições das funções públicas constantes no item 3.1 do presente Edital, sendo a pontuação obtida da seguinte forma:

Cursos de Aperfeiçoamento	Pontuação (Máximo de 1,0 ponto)
10 horas	0,05
20 horas	0,1
30 horas	0,15
40 horas	0,2
50 horas	0,25
60 horas	0,3
70 horas	0,35
80 horas	0,4
90 horas	0,45
100 horas	0,5
110 horas	0,55
120 horas	0,6
130 horas	0,65
140 horas	0,7
150 horas	0,75
160 horas	0,8
170 horas	0,85
180 horas	0,9
190 horas	0,95
200 horas ou mais	1

6.5.1. A pontuação é não cumulativa e serão desconsiderados as frações de horas de participação em cursos de aperfeiçoamento menores do que 10 (dez) horas-aula.

6.5.2. Serão considerados tão somente os certificados em cursos de aperfeiçoamento expedidos nos últimos 5 (cinco) anos, contados a partir da data de publicação do presente edital.

6.5.3. Somente serão aceitos certificados de cursos devidamente registrados pelo órgão oficial que os promoveu, devendo constar no documento o conteúdo programático, a carga horária e o período de realização.

6.6. A Nota Final da Prova de Títulos de cada candidato será obtida mediante a soma aritmética das notas de Escolaridade + Tempo de Serviço Público Municipal, Estadual ou Federal na área da saúde + Cursos de Aperfeiçoamento.

6.7. Os candidatos serão classificados em ordem decrescente, de acordo com a Nota Final obtida, conforme o item anterior.

6.8. Havendo dois ou mais candidatos empatados em cada função, serão considerados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

6.8.1. Maior Escolaridade;

6.8.2. Mais Idoso;

6.8.3. Candidato que comprovar o maior número de filhos menores de 18 (dezoito) anos.

6.9. A lista contendo os classificados será publicada no dia 15 de fevereiro de 2018, após as 19h00, no site da Prefeitura Municipal de Ascurra.

6.10. O candidato que não concordar com a ordem de classificação preliminar poderá interpor recurso escrito, dirigido à Secretaria Municipal Saúde e Assistência Social, até às 17h00 do dia 16 de fevereiro de 2018, no endereço acima indicado, mediante a apresentação fundamentada das razões do seu inconformismo.

6.11. Não havendo recursos ou decididos os recursos interpostos, será promovida a publicação da classificação final e a homologação do resultado final da chamada pública até o dia 19 de fevereiro de 2018.

7. CONDIÇÕES PARA A CONVOCAÇÃO E A CONTRATAÇÃO DOS APROVADOS

7.1. A convocação dos candidatos aprovados no presente Edital de Chamada Pública ocorrerá por meio de e-mail, telefone ou edital, devendo o candidato manter seus dados cadastrais atualizados, e será promovida de acordo com a ordem de precedência e classificação.

7.2. O candidato aprovado e convocado deverá comparecer perante o Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Ascurra para manifestar interesse em assumir a vaga, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de perda do direito de assumir a função temporária e alteração na ordem de classificação, sendo o candidato convocado desistente posicionado ao final da lista de aprovados em cada cargo.

7.3. O candidato aprovado fora do número de vagas estabelecido para carga cargo (cadastro de reserva) não possui expectativa de direito em assumir a função pública temporária, podendo, todavia ser convocado pela Administração Pública caso haja necessidade superveniente de convocação de servidores temporários para a área escolhida.

7.4. São requisitos para a contratação:

7.4.1. Nacionalidade brasileira;

7.4.2. Pleno gozo dos direitos políticos;

7.4.3. Quitação das obrigações eleitorais e militares (para os homens);

7.4.4. Comprovação do nível de habilitação específico das atribuições exigidas para a função temporária;

7.4.5. Idade mínima de 18 (dezoito) anos;

7.4.6. Aptidão física e mental adequada ao exercício do cargo.

7.5. Para a respectiva contratação temporária, o candidato aprovado e convocado deverá comparecer perante o Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal e apresentar a documentação exigida, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de perda do direito de assumir a função pública temporária.

7.6. A ausência de comprovação de qualquer um dos requisitos especificados no item acima impedirá a contratação do candidato e o mesmo será eliminado da lista de classificação.

7.7. Os candidatos que forem considerados inaptos quando da realização do exame médico pré-admissional, ou que não se sujeitarem a realização deste, serão eliminados do edital de chamada pública.

8. DO REGIME DE CONTRATAÇÃO

8.1. A contratação temporária será efetivada nos termos da Lei Complementar Municipal n. 151/2014, estando assegurado aos profissionais a vinculação ao Regime Geral da Previdência Social – INSS.

9. DISPONICÕES FINAIS

9.1. O quadro de vagas será divulgado no site www.ascura.sc.gov.br e Mural Público da Prefeitura e da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social antes da chamada dos candidatos.

9.2. O resultado final será divulgado no site www.ascura.sc.gov.br, nos Murais Públicos do Município e também no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC).

9.3. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

9.4. Dúvidas poderão ser dirimidas na Secretaria, sito à Rua de Lourdes, n. 47, De Lourdes, Município de Ascurra / SC, ou pelo Fone (47) 3383-0535, em horário comercial.

Ascurra (SC), 8 de fevereiro de 2018.

ENILSON ERLEY DE FREITAS
Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social

ANEXO I
FICHA DE INSCRIÇÃO

Número inscrição:	
Nome do Candidato:	
Endereço Completo:	
RG:	CPF:
Telefones para contato: () Celular ()	
E-mail:	
Cargo:	

Documentos anexados:

- ☐ Cópia RG
☐ Cópia CPF
☐ Cópia Comprovante de habilitação necessário para o cargo
☐ Cópia demais diplomas e certificados de Pós-Graduação, Mestrado ou Doutorado
☐ Certidão de Tempo de Serviço
☐ Cópia da Certidão Nascimento dos Filhos ou Cédula de Identidade

Observação: Eu, abaixo assinado, declaro conhecer e aceitar todas as normas do EDITAL Nº 02/2018- CHAMADA PÚBLICA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA A ÁREA DA SAÚDE EM CARÁTER TEMPORÁRIO PARA O ANO DE 2018 do Município de Ascurra/SC, bem como a legislação pertinente sobre a contratação.

Ascurra/SC, ____ de _____ de 2018.

Assinatura do Candidato

PORTARIA N. 5967/2018

Publicação Nº 1517097

PORTARIA Nº 5967, de 08 de Fevereiro de 2018.
NOMEIA COMISSÃO PARA INSTRUÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os artigos 86 a 88 da Lei Federal n. 8.666/1993 (Lei de Licitações e Contratos) e,

CONSIDERANDO a Comunicação Interna encaminhada ao Gabinete do Prefeito pelo Pregoeiro, segundo o qual relata situações ocorridas durante a execução da Ata de Registro de Preços referente ao Pregão n. 21/2017;

CONSIDERANDO a necessidade de adotar providências para instalação de comissão de processo administrativo, a fim de apurar a responsabilidade da empresa G MAIOCHI E CIA LTDA relativamente à possível inexecução e ao possível não cumprimento da Ata de Registro de Preços do Processo Licitatório de Pregão n. 21/2017, em relação ao item 13 do edital;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores membros da Comissão de Licitações, quais sejam ANTÔNIO JAIME VENDRAMI ADRIANI JÚNIOR, ANGELA MARIA MOSER, ELENICE TOMIO e THADEU BADALOTTI, para constituírem Comissão de Processo Administrativo destinada a apurar os fatos narrados de que trata a Comunicação Interna n. 2/2017, expedida pelo Pregoeiro, de 17/7/2017, bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º - A comissão, ora constituída, terá o prazo de 60 (Sessenta) dias, contados a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, admitida sua prorrogação por igual período, quando as circunstâncias assim o exigirem.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, em 08 de Fevereiro de 2018.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI
Prefeito Municipal de Ascurra/SC

Esta Portaria foi publicada na forma regulamentar e registrada na Secretaria de Administração e Planejamento nesta data.

Município de Ascurra, em 08 de Fevereiro de 2018.

Elaine Graciela Dalcegio Coelho
Supervisora de Recursos Humanos

PORTARIA N. 5968/2018

Publicação Nº 1516862

PORTARIA Nº 5968, de 08 de Fevereiro de 2018.
NOMEIA COMISSÃO PARA INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DISCIPLINAR nº 01/2018.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 197 e Art. 198, da Lei Complementar n.º 117/2011 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ascurra), e

CONSIDERANDO o art. 192 da Lei Complementar nº 117/2011, que determina a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao servidor investigado o contraditório e a ampla defesa;

CONSIDERANDO a necessidade de adotar providências para instalação de nova comissão de processo administrativo disciplinar, a fim de apurar os fatos elencados nas declarações prestadas por servidores públicos municipais encaminhadas ao Gabinete do prefeito e os fatos conexos a este;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores estáveis: ELENICE TOMIO, ocupante do cargo de Contador; THADEU BADALOTTI, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo; e IVANOR DOGNINI, ocupante do cargo de Motorista, para constituírem Comissão de Processo Administrativo Disciplinar destinada a apurar os fatos narrados nas declarações prestadas por servidores públicos municipais encaminhadas ao Gabinete do prefeito, conforme documentos de fls. 1/3, bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º - A comissão, ora constituída terá o prazo de 60 (Sessenta) dias, contados a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, admitida sua prorrogação por igual período, quando as circunstâncias assim o exigirem.

Art. 3º - Nomeio como Presidente da Comissão a servidora ELENICE TOMIO.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Município de Ascurra, em 08 de Fevereiro de 2018.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada na forma regulamentar e registrada na Secretaria de Administração e Planejamento nesta data.

Município de Ascurra, em 08 de Fevereiro de 2018.

Willy Bagatoli
Chefe de Gabinete

PORTARIA N. 5969/2018

Publicação Nº 1516863

PORTARIA Nº 5969, de 08 de Fevereiro de 2018.
NOMEIA COMISSÃO PARA INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DISCIPLINAR nº 02/2018.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 197 e Art. 198, da Lei Complementar n.º 117/2011 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ascurra), e

CONSIDERANDO o art. 192 da Lei Complementar nº 117/2011, que determina a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, a fim

de assegurar ao servidor investigado o contraditório e a ampla defesa;

CONSIDERANDO a necessidade de adotar providências para instalação de nova comissão de processo administrativo disciplinar, a fim de apurar os fatos elencados nas declarações prestadas por cidadãos/contribuintes, encaminhadas ao Gabinete do prefeito e os fatos conexos a este;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores estáveis: ELENICE TOMIO, ocupante do cargo de Contador; THADEU BADALOTTI, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo; e IVANOR DOGNINI, ocupante do cargo de Motorista, para constituírem Comissão de Processo Administrativo Disciplinar destinada a apurar os fatos narrados nas declarações prestadas por cidadãos/contribuintes encaminhadas ao Gabinete do prefeito, conforme documentos de fls. 1/3, bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º - A comissão, ora constituída terá o prazo de 60 (Sessenta) dias, contados a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, admitida sua prorrogação por igual período, quando as circunstâncias assim o exigirem.

Art. 3º - Nomeio como Presidente da Comissão a servidora ELENICE TOMIO.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Município de Ascurra, em 08 de Fevereiro de 2018.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI
Prefeito Municipal de Ascurra/SC

Esta Portaria foi publicada na forma regulamentar e registrada na Secretaria de Administração e Planejamento nesta data.
Município de Ascurra, em 08 de Fevereiro de 2018.

Willy Bagatoli
Chefe de Gabinete

PORTARIA N. 5970/2018

Publicação Nº 1516864

PORTARIA Nº 5970, de 08 de Fevereiro de 2018.
NOMEIA COMISSÃO PARA INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DISCIPLINAR nº 03/2018.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 197 e Art. 198, da Lei Complementar n.º 117/2011 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ascurra), e

CONSIDERANDO o art. 192 da Lei Complementar nº 117/2011, que determina a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, a fim de assegurar ao servidor investigado o contraditório e a ampla defesa;

CONSIDERANDO a necessidade de adotar providências para instalação de nova comissão de processo administrativo disciplinar, a fim de apurar os fatos elencados na Reclamação n. 1/2017, encaminhada ao Gabinete do Prefeito, e os fatos conexos a esta;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores estáveis: CLÁUDIA DALFOVO, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo; MERY MOSER PACHECO, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo; e SÉRGIO POSSAMAI, ocupante do cargo de Motorista, para constituírem Comissão de Processo Administrativo Disciplinar destinada a apurar os fatos narrados, a fim de apurar os fatos elencados na Reclamação n. 1/2017, encaminhada ao Gabinete do Prefeito, conforme documentos de fls. 1/4, bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º - A comissão, ora constituída terá o prazo de 60 (Sessenta)

dias, contados a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, admitida sua prorrogação por igual período, quando as circunstâncias assim o exigirem.

Art. 3º - Nomeio como Presidente da Comissão a servidora CLÁUDIA DALFOVO.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, em 08 de Fevereiro de 2018.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI
Prefeito Municipal de Ascurra/SC

Esta Portaria foi publicada na forma regulamentar e registrada na Secretaria de Administração e Planejamento nesta data.

Município de Ascurra, em 08 de Fevereiro de 2018.

Willy Bagatoli
Chefe de Gabinete

Atalanta

PREFEITURA

DECRETO Nº 004/2018

Publicação Nº 1517431

D E C R E T O Nº. 004/2018

"Estabelece Feriados e Pontos Facultativos nas Repartições Públicas Municipais para o Ano de 2018."

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado Feriados e Pontos Facultativos nas repartições públicas municipais no ano de 2018, nos seguintes dias:

Fevereiro - 12 - Ponto Facultativo;

- 13 - Carnaval;

- 14 - Quarta Feira de Cinzas;

Março - 19 - Dia do Padroeiro São José;

- 30 - Sexta Feira Santa;

Abril - 30 - Ponto Facultativo;

Maió - 01 - Dia do Trabalho;

- 31 - Corpus Christi;

Junho - 01 - Ponto Facultativo;

Setembro - 07 - Independência do Brasil;

Outubro - 12 - Nossa Senhora Aparecida;

Novembro - 02 - Dia de Finados;

- 15 - Proclamação da República;

- 16 - Ponto Facultativo;

Dezembro - 24 - Ponto Facultativo;

- 25 - Natal;

- 26 - Aniversário do Município.

Art. 2º - Decreta Feriado dia 26 de dezembro de 2018, em virtude ao dia 27 de dezembro Aniversário do Município, em prol ao comércio.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 01 de fevereiro de 2018.

CLAUDIO VOLNEI SENS

Prefeito Municipal e

Aurora

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PP 006/2018

Publicação Nº 1516878

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA
AVISO DE LICITAÇÃO

A comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Aurora, nomeada pelo Decreto Nº. 008 de 23 de Janeiro de 2017, no exercício de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados que se realizará no dia 27 de Fevereiro de 2018, às 09:00:00 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA SETOR DE LICITAÇÕES ROD. SC 350 - KM 283 - Nº 408 - CENTRO - AURORA - SC, a reunião de recebimento e abertura das propostas, conforme determina o Edital de Licitações nº. 006/2018, na modalidade de Pregão.

Informamos ainda que se encontra disponível o edital em sua íntegra nos meios de comunicação conforme o que determina a Lei 8.666/93.

Finalidade:

"AQUISIÇÃO GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA CESTA BÁSICA NO EXERCÍCIO DE 2018, CONFORME CRONOGRAMA DE ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS CONTIDOS NO EDITAL DE LICITAÇÃO".

Aurora, 08 de Fevereiro de 2018.
ALEXSANDRO KOHL
PREFEITO MUNICIPAL

Balneário Piçarras

PREFEITURA

CHAMAMENTO PUBLICO 002/2018 PMBP

Publicação Nº 1517245

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 010/2017 – MARCO REGULATÓRIO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2017

O MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS, através da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, torna público a realização de CHAMAMENTO PÚBLICO, objetivando a recepção e seleção de Planos de Trabalho de Organizações da Sociedade Civil – OSC's visando a celebração de TERMO DE COLABORAÇÃO, tendo por objeto a realização de atividades de natureza continuada, de relevante interesse público e social.

RETIRADA DO EDITAL E ANEXOS: Local e horário de expediente para retirada do Edital, esclarecimentos e informações aos licitantes: Secretaria de Administração e Fazenda, Assessoria Administrativa de Licitações e Contratos, sito Avenida Emanuel Pinto n.º 1655, Bairro Centro, Balneário Piçarras - Santa Catarina, das 8 às 12 e das 13:30 às 17:30h, telefone: (0__ 47) 3347.4709 ou através do site balneariopicarras.atende.net

ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES/DATA/HORA: O recebimento dos envelopes nº 01 e 02, respectivamente "Proposta de Parceria" e "Documentação", deverão ser entregues lacrados, na Assessoria Administrativa de Licitações e Contratos, Secretaria de Administração e Fazenda, localizada a Emanuel Pinto n.º 1655, Bairro Centro, Balneário Piçarras - Santa Catarina.

A ABERTURA DOS ENVELOPES SE DARÁ EM SESSÃO PÚBLICA REALIZADA NO DIA 12 DE MARÇO DE 2018 ÀS 14:00h.

Balneário Piçarras 08 de fevereiro de 2018. Leonel José Martins

TERMO ADITIVO 001/2018 PMBP REF. CONTRATO 007/2017

Publicação Nº 1516639

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

ADITIVO Nº 001/2018 – PMBP DE 31/01/2018

CONTRATO Nº 007/2017-PMBP DE 31/01/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2017-PMBP

O objeto desta licitação é a contratação de empresa especializada para execução de obras e serviços de engenharia para URBANIZAÇÃO DA ORLA DA PRAIA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS META 3, conforme especificações e demais elementos técnicos constantes no Projeto e demais Anexos deste Edital, mediante o regime de empreitada por preço Global. O presente contrato é decorrente do Processo Licitatório nº 3/PMBP, Pregão Presencial nº 01/2017, do qual foi vencedora a CONTRATADA, obrigando-se a CONTRATADA a fornecer serviço de Telefonia Celular, para atender as necessidades do Município de Balneário Piçarras - Diversas Secretarias, pelo período de 12 (doze) meses, prorrogável na forma da legislação vigente.

Conforme proposta anexas, fica prorrogada a vigência do presente contrato em 12 (doze) meses, passando a vigorar até o dia 31/01/2019.

O valor total deste contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de R\$89.623,20 (oitenta e nove mil, seiscentos e vinte e três reais e vinte centavos), conforme planilha de formação de preços em anexo a este instrumento, a ser(em) pago(s) em até 30 (trinta) dias após o fornecimento dos itens, mediante apresentação da Nota Fiscal. Os preços serão fixos e irrevogáveis.

Balneário Piçarras, 31 de janeiro de 2018.

TELEFONICA BRASIL S.A

Leonel José Martins – Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO 003/2018 FMS REF. CONTRATO 006/2014

Publicação Nº 1517615

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESULTADO DE LICITAÇÃO E HABILITAÇÃO

ADITIVO Nº 003/2018 DE 30/01/2018

CONTRATO Nº 006/2014/FMS de 08/04/2014.

REF. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2014 /FMS

HOMOLOGADO EM 08/04/2014

O objeto deste caracteriza-se pela obrigação da CONTRATADA, em prestar à CONTRATANTE serviços de inspeção e controle de qualidade de produtos de origem animal para atuação nas indústrias de pesca e aquicultura do Município de Balneário Piçarras, conforme especificações descritas no Termo de Referência – Anexo I e Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a Prefeitura Municipal de Balneário Piçarras-SC, documentos anexos ao Processo.

Este Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência contratual, conforme solicitação e justificativa da Secretaria Municipal de Saúde através do Ofício nº 15/2018, passando a vigorar até o dia 30 de janeiro de 2019.

O Contrato fica prorrogado por mais 12 meses, sendo o valor mensal de R\$2.164,67 (dois mil, cento e sessenta e quatro reais e sessenta e sete centavos), totalizando o valor de R\$25.970,00 (vinte e cinco mil e novecentos e setenta reais).

IVONETE MIQUELOTTI GARCIA

Balneário Piçarras(SC), 30 de janeiro de 2018.

VINICIO JOSÉ DOS SANTOS – Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Balneário Rincão

PREFEITURA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 008/PMBR/2018

Publicação Nº 1517287

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCÃO
SECRETARIA DE TURISMO ESPORTE E CULTURA

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EQUIPE DE DANÇA, PARA REALIZAÇÃO DO EVENTO "RINCAO ZUMBA FEST 2018" A SER REALIZADO NO DIA 13 DE JANEIRO DE 2018, NO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO/SC, SENDO REPRESENTADA ATRAVES DO SR. THIAGO RAMALHO SILVA.

DATA: 11/01/2018
DE: Secretaria de Cultura Esporte e Turismo
PARA: Comissão de Licitações

Conforme análise da Procuradoria, solicito dispensar licitação, por força do artigo 25, inciso III, da Lei Nº. 8.666/93, para contratar o representante: THIAGO RAMALHO SILVA, sob as seguintes motivações: "(...) Ocorre que, a NECESSIDADE, das contratações da atração fez-se necessário para contribuir e promover o Turismo da Região (...)".

Atenciosamente,

Rafael Motta Custódio
Secretário de Administração e Finanças

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCÃO

DE: Comissão de Licitações
PARA: Gabinete do Prefeito
DATA: 11/01/2018

Senhor Prefeito,

O Município de Balneário Rincão necessita contratar a seguinte atração:

Equipe de dança, para realização do evento "RINCAO ZUMBA FEST 2018" representada através do Sr. THIAGO RAMALHO SILVA, sendo que o mesmo possui carta de exclusividade da atração elencada acima, sob a seguinte motivação: tal pedido se justifica: Ocorre que, a NECESSIDADE, das contratações da atração fez-se necessário para contribuir e promover o Turismo da Região (...)".

A comissão de Licitações, por unanimidade, analisando o pedido da Secretaria de Turismo Esporte e Cultura, juntamente com o parecer da Procuradoria, constatou ser conveniente para o Poder Público Municipal a contratação da empresa para realização do Evento, depois de observado o disposto na Lei 8.666/93 com as alterações introduzidas pela Lei Nº. 8.883/94 e legislação complementar.

Portanto, devidamente justificado o ato da Inexigibilidade de licitação, bem como amparada ao artigo 25, inciso III, da Lei 8.666/93, com as alterações introduzidas pela Lei 8.883/94 e legislação complementar.

CONTRATADO: THIAGO RAMALHO SILVA, para realização do evento "RINCAO ZUMBA FEST 2018".
VALOR GLOBAL: R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais).

Rafael Motta Custódio
Presidente da Comissão de Licitações

Marcio David Ksey
Membro

Jorge Dory da Luz
Membro

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCÃO

Inexigibilidade de Licitação Nº. 008/PMBR/2018

Interessado: Secretaria de Cultura Esporte e Turismo

Reconheço a Inexigibilidade de Licitação, visando à contratação do representante: THIAGO RAMALHO SILVA, para realização do evento "RINCAO ZUMBA FEST 2018 a ser realizado no dia 13 de Janeiro de 2018, no Município de Balneário Rincão/SC., com o valor global: R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), com fundamento no inciso III, art. 25 da Lei Nº. 8.666/93 e alterações subsequentes, tendo em vista o constante do presente processo, o qual foi submetido a exame da Procuradoria Geral do Município, que emitiu parecer favorável.

A consideração do Senhor Prefeito Municipal, para ratificação.

Balneário Rincão - SC, 11 de Janeiro de 2018.

Rafael Motta Custódio
Secretário de Administração e Finanças

RATIFICO/HOMOLOGO a Inexigibilidade de Licitação, visando à contratação do representante: THIAGO RAMALHO SILVA, para realização do evento "RINCAO ZUMBA FEST 2018 a ser realizado no dia 13 de Janeiro de 2018, no Município de Balneário Rincão/SC, com o valor global: R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), com fundamento no inciso III, art. 25 da Lei Nº. 8.666/93 e alterações subsequentes.

Balneário Rincão - SC, 11 de Janeiro de 2018.
JAIRO CELOY CUSTÓDIO
PREFEITO DE BALNEARIO RINCÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCÃO
GABINETE DO PREFEITO

DATA: 11/01/2018
DE: Gabinete do Prefeito
PARA: Secretaria de Administração e Finanças
A/C
Presidente da Comissão de Licitação

Sr. Presidente,

Concordo amplamente com a decisão da Comissão Permanente de Licitações e pedido da Secretaria de Turismo Esporte e Cultura, juntamente com o Parecer da Procuradoria, razão pela qual, Ratifico e Homologo o parecer da Comissão e autorizo a Inexigibilidade de licitação, referente à contratação dos representante: THIAGO RAMALHO SILVA, realização do evento "RINCAO ZUMBA FEST 2018 a ser realizado no dia 13 de Janeiro de 2018, no Município

de Balneário Rincão/SC. Por força do artigo 25, inciso III, da Lei 8666/93, sendo que para a eficácia do ato, a presente dispensa deverá ser publicada no prazo máximo de 05 dias na Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina.

Balneário Rincão, 11 de Janeiro de 2018.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO

PREFEITO DE BALNEARIO RINCÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCÃO

SECRETARIA DE CULTURA ESPORTE E TURISMO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 008/PMBR/2018

OBJETIVO: O Município de Balneário Rincão torna público que procedeu, na forma do artigo 25, inciso III, da Lei 8.666/93, mediante processo administrativo regular de Inexigibilidade de Licitação a contratação de equipe de dança, para realização do evento "RINCAO ZUMBA FEST 2018" a ser realizado no dia 13 de janeiro de 2018, no Município De Balneário Rincão/SC, sendo representada através do Sr. THIAGO RAMALHO SILVA.

CONTRATANTE: Município de Balneário Rincão - SC, através da Secretaria de Cultura Esporte e Turismo.

CONTRATADO: THIAGO RAMALHO SILVA.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, inciso III, da Lei Nº. 8.666/93.

RECONHECIDO: em 11/01/2018, por Rafael Motta Custódio- Secretário de Administração e Finanças.

RATIFICAÇÃO: em 11/01/2018, por Jairo Celoy Custódio - Prefeito Municipal de Balneário Rincão.

Balneário Rincão, 11 de Janeiro de 2018.

Rafael Motta Custódio

Presidente da Comissão de Licitações

LEI 340/2018

Publicação Nº 1517164

LEI Nº 340, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018.

DETERMINA QUE AS CONSULTAS E EXAMES PARA PESSOAS COM MAIS DE 60 ANOS SEJAM MARCADAS, NO MÁXIMO, EM 10 (DEZ) DIAS, NO ÂMBITO DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Eu, JAIRO CELOY CUSTÓDIO, Prefeito Municipal de Balneário Rincão.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º As consultas médicas para pessoas com mais de 60 anos, deverão ser, obrigatoriamente, marcadas no prazo máximo de 10 (dez) dias, em toda a rede pública municipal de saúde.

Art. 2º O atendimento médico ambulatorial, cujo agendamento é realizado pelas Unidades Básicas de Saúde (UBS), deverá proceder no mesmo prazo de atendimento estipulado no artigo 1º desta Lei, para consultas com médicos especialistas e realização de exames.

Art. 3º A Secretaria Municipal da Saúde deverá receber as reclamações dos pacientes que não conseguirem ser atendidos no prazo legal.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, caso necessário.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 07 de fevereiro de 2018.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO

Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria de Administração e Finanças

em 07 de fevereiro de 2018.

RAFAEL MOTTA CUSTÓDIO

Secretário de Administração e Finanças Designado

LEI Nº 336/2018

Publicação Nº 1517034

LEI Nº 336, DE 30 DE JANEIRO DE 2018.

CRIA A TARIFA SOCIAL DOS SERVIÇOS DE ÁGUA FORNECIDOS PELO SAMAE DE BALNEÁRIO RINCÃO.

Eu, JAIRO CELOY CUSTÓDIO, Prefeito Municipal de Balneário Rincão.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art.1º Fica criada a Tarifa Social pela utilização dos Serviços de Água, fornecidos pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMAE) de Balneário Rincão.

§1º A Tarifa Social aplica-se unicamente as famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico.

§2º A Tarifa Social de Água e Esgoto será calculada de modo cumulativo, conforme indicado a seguir:

I. Para a parcela de consumo até 10 (dez) metros cúbicos de água por mês, o desconto será de 50% (cinquenta por cento);

II. Para a parcela de consumo acima de 10 (dez) e até 25 (vinte e cinco) metros cúbicos de água por mês, o desconto será de 40% (quarenta por cento);

III. Para a parcela de consumo superior a 25 (vinte e cinco) metros cúbicos de água por mês, não haverá desconto.

Art.2º Serão beneficiados com a Tarifa Social, os consumidores que, mediante requerimento dirigido ao SAMAE, se enquadrarem nas seguintes condições:

a) Ter rendimento familiar mensal per capita igual ou inferior a 1/4 do salário mínimo;

b) Ser Proprietário de área residencial construída não superior a 60,00m² (sessenta metros quadrados);

c) Não possuir veículo automotor com valor superior à R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), conforme Tabela Fipe.

§1º A Tarifa Social somente será concedida após o Serviço Social da Prefeitura de Balneário Rincão apresentar relatório informando as condições Sócio Econômicas da Família requerente.

§2º As condições do caput deste artigo serão provadas pelo Requerente com a apresentação dos seguintes documentos:

a) Cópia de Documento de Identidade e Cartão de Cadastro de Pessoas Físicas do requerente e do cônjuge ou companheiro;

b) Cópia da Certidão de Nascimento ou Documento de Identidade de filhos solteiros que residem com os pais;

c) Declaração de residência de terceiros que residam com a família;

d) Declaração de que o beneficiário não possua mais de 1 (um) imóvel;

e) Certidão negativa de Propriedade de Veículo Automotor, ou cópia da tabela Fipe demonstrando que o Veículo Automotor tem valor inferior a R\$ 8.000,00 (oito mil reais);

f) Certidão de Inteiro Teor do imóvel ou outro documento que comprove que a construção possui no máximo 70,00m² (setenta metros quadrados);

g) Relatório circunstanciado do Serviço Social da Prefeitura de Balneário Rincão, relatando as condições Sócio Econômicas da Família;

h) Cópia de Folha de Pagamento de todos os integrantes da família e Cópia da Carteira de Trabalho nos casos de desemprego.

Art. 3º Os requerimentos instruídos com os documentos acima deverão ter parecer do departamento Jurídico do SAMAE, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data do protocolo.

Art. 4º A Tarifa Social de Água e Esgoto será aplicada somente a

uma única unidade consumidora por família de baixa renda.

Art. 5º Ficam excluídas da aplicação da Tarifa Social, os Clientes de prédios de condomínios residenciais e de residências destinadas para veraneio.

Art. 6º Os beneficiários da Tarifa Social de Água e Esgoto, quando mudarem de residência, deverão informar, no prazo máximo de 30 dias, o seu novo endereço ao SAMAE, que fará as devidas alterações.

Parágrafo Único. O descumprimento da regra do caput deste artigo resultará na perda do benefício.

Art. 7º A tarifa social terá validade até o dia 31 de dezembro do ano em que o benefício foi concedido, salvo se o beneficiário pedir a renovação entre os dias 15 de novembro e 15 de dezembro do ano da concessão.

Art. 8º O SAMAE poderá cancelar de ofício a tarifa social se constatar que o beneficiário não preenche mais as condições do art.2º.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10º Revogam-se as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 30 de janeiro de 2018.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO

Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria de Administração e Finanças em 30 de janeiro de 2018.

RAFAEL MOTTA CUSTÓDIO

Secretário de Administração e Finanças Designado

LEI Nº 337/2018

Publicação Nº 1517035

LEI Nº 337, DE 30 DE JANEIRO DE 2018.

Autoriza a aquisição de imóvel que menciona para a construção do Centro de Convivência da terceira idade e dá outras providências.

Eu, JAIRO CELOY CUSTÓDIO, Prefeito Municipal de Balneário Rincão.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a adquirir por compra os imóveis referentes aos lotes 15 e 17 da quadra 56 do Loteamento Miramar Zona Velha, respectivamente Matriculados sob nº 24.386 e 17.285.

Art. 2º A área objeto da presente lei destina-se à construção do Centro de Convivência da Terceira Idade .

Art. 3º O valor total da aquisição é de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), conforme avaliações contratadas pela Municipalidade.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 30 de janeiro de 2018.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO

Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria de Administração e Finanças em 30 de janeiro de 2018.

RAFAEL MOTTA CUSTÓDIO

Secretário de Administração e Finanças Designado

LEI Nº 338/2018

Publicação Nº 1516950

LEI Nº 338, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018.

CRIA O PROGRAMA TRANSPORTE ESTUDANTIL COM A FINALIDADE DE PROPORCIONAR TRANSPORTE GRATUITO AOS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO MUNICIPAL ABRANGENDO O ENSINO SUPERIOR, TÉCNICO E PROFISSIONALIZANTE, RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, JAIRO CELOY CUSTÓDIO, Prefeito Municipal de Balneário Rincão.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito deste Município, o programa transporte estudantil para os alunos matriculados na rede municipal de ensino e, no ensino superior, técnico e profissionalizante, residentes e domiciliados no Município de Balneário Rincão- SC.

Art. 2º O Transporte Estudantil regulamentado por esta Lei, constitui no fornecimento de passe de estudante ou transporte realizado com a frota própria municipal ou terceirizada, para os alunos matriculados nos cursos acima mencionados, nos períodos diurno e noturno.

Art. 3º Serão beneficiados com o transporte escolar gratuito instituído por esta Lei, os estudantes que atenderem os seguintes requisitos:

I - estejam regularmente matriculados nas modalidades de ensino expressos no Artigo 1º desta Lei, e devidamente comprovada, apresentando o competente atestado de frequência escolar com cadastramento semestralmente.

II - residentes e domiciliados no Município de Balneário Rincão;

III - estejam regularmente matriculados em Instituições de Ensino localizadas fora do Município, na região metropolitana de Itajaí e Criciúma/SC;

IV - tenham cadastro efetivado e aprovado pela Secretaria Municipal de Educação, dando preferência aos alunos com famílias cadastradas no Programa Bolsa Família, no CAD Único ou com renda comprovadamente inferior a 1/4 do salário mínimo per capita, posteriormente serão atendidos os demais inscritos de acordo com a disponibilidade de vagas e recursos orçamentários.

Art. 4º Os estudantes deverão respeitar as regras do art. 3º da Lei 1069/SC que trata do zoneamento escolar a saber:

I - deve ser respeitado o zoneamento de matrícula, assegurando que o aluno estude na escola mais próxima de sua residência independentemente da rede de ensino à qual esteja vinculado;

II - o aluno deve residir no Município onde a escola está localizada;

III - o aluno deve deslocar-se até as linhas principais de circulação dos veículos destinados ao transporte escolar; e

IV - Os roteiros e paradas dos ônibus serão definidos conforme a demanda e divulgados no início de cada semestre.

Art. 5º Ante a ausência comprovada por "negativa de vagas" das escolas mais próximas de sua residência, o estudante, deverá de forma progressiva, buscar matricular-se, a partir da escola mais próxima até a mais distante e, esgotada a oferta dentro do município, o aluno poderá buscar vagas em escola imediatamente mais próxima em Itajaí ou Criciúma, mediante requerimento fundamentado e apresentação de comprovante de vaga dirigido à Secretaria Municipal de Educação e Assistência Social.

Art. 6º Fica preservado o direito de transporte ao aluno originário de escola isolada, enquanto perdurar o termo de compromisso firmado em razão de sua nucleação.

Art. 7º O Poder Público municipal elaborará e publicará anualmente o Plano Municipal de Transporte Escolar que deverá conter:

I – definição das rotas com seus horários de saída, chegada e retorno;

II – definição dos pontos de embarque e desembarque dos alunos, com previsão de horários;

III – definição da demanda a ser atendida e a capacidade de transporte escolar;

IV - previsão do número de alunos que serão contemplados com o auxílio mensal transporte escolar e seus respectivos custos;

V- previsão do número de alunos que serão contemplados com o passe transporte escolar e seus respectivos custos.

Parágrafo único Próximo aos pontos de embarque e desembarque de alunos definidos pelo Poder Público Municipal, as rodovias deverão estar sinalizadas com placas de advertência padrão de trânsito, com o dístico: "Atenção - 'CRIANÇAS' - velocidade máxima de 40 quilômetros por hora.

Art. 8º O serviço público municipal de transporte escolar atenderá alunos que residirem a partir de 3.000 metros da escola totalizando 6.000 metros, ida e volta.

Parágrafo único Para os alunos residentes às margens das vias de trânsito rápido e de tráfego intenso, desde que declarado expressamente por autoridade de trânsito, conforme Lei 1069/SC, não haverá limite de distância para prestação dos serviços previstos nesta lei.

Art. 9º O passe transporte escolar será concedido mediante despacho do Secretário Municipal de Educação ao aluno que se enquadrar como beneficiário desta lei e não puder ser atendido pelo serviço público municipal de transporte escolar.

Art. 10º Não terá direito aos benefícios instituídos por esta lei o aluno que não atingir 90% (noventa por cento) de frequência em atividade escolar e/ou de maneira não convencional preferir fazer o trajeto, por outros meios, repetidamente em função de motivos pessoais.

Art. 11º O aluno com deficiência física que apresentar dificuldade de locomoção terá direito ao transporte escolar independente de distância mínima fixada nesta lei, devendo seus responsáveis legais protocolar requerimento junto à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 12º Os estudantes que, de alguma forma, danificarem o patrimônio do transporte escolar, sejam os veículos, placas, cartazes, paradas, abrigos, ou que praticar atos de violência, de ameaças ou terror aos colegas, professores, motoristas ou monitores terão a credencial (carteirinha) confiscada pelo motorista e o seu transporte suspenso até que seus pais ou responsáveis compareçam à secretaria para tratar do assunto e na reincidência perderão o direito ao transporte.

§ 1º Os mesmos atos, que trata este artigo, receberão igual punição quando praticados pelos pais ou responsáveis.

§ 2º Os estudantes que trouxerem bebida alcoólica ou qualquer tipo de entorpecente para o interior dos veículos, ou que estiverem sob efeito dos mesmos, receberão a mesma punição previstas caput deste artigo.

Art. 13º É de uso exclusivo do serviço público municipal de transporte escolar no âmbito do seu território, os veículos adquiridos para essa finalidade, podendo empreender viagem para outro município, com alunos acompanhados do seu professor, em atividade pedagógica programada pela Secretaria da Educação, desde que devidamente autorizado pelo órgão estadual de trânsito, incumbido da fiscalização do transporte coletivo.

Art. 14º Quando as unidades escolares da rede Estadual de Ensino não cumprirem o calendário previamente estabelecido em convênio entre as partes, caberá ao Estado arcar com o transporte de seus alunos, nos dias ou períodos alterados.

Art. 15º A Secretaria Municipal de Educação providenciará a partir da publicação desta lei, a forma de melhor identificação dos alunos usuários do serviço público municipal de transporte escolar.

Art. 16º O veículo do serviço público municipal de transporte escolar deverá estar sob cobertura de seguro, caracterizado, licenciado e equipado, na forma exigida pelo Código Nacional de Trânsito e outras normas pertinentes, bem como o seu motorista deverá estar devidamente habilitado e identificado para o transporte escolar.

Art. 17º O serviço público municipal de transporte escolar poderá ser terceirizado, obedecendo às condições previstas nesta lei e na legislação de trânsito.

Art. 18º Fica o chefe do poder executivo municipal autorizado a

firmar convênio de cooperação técnica e financeira com ente público municipal e estadual, para atender alunos com transporte escolar, objetivando o atendimento aos princípios da economicidade e eficiência dos serviços públicos, mediante estudo apresentado pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 19º O Chefe do Poder Executivo poderá regulamentar a presente lei no que for necessário. Art. 20º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 21º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 22º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 06 de fevereiro de 2018.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO

Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria de Administração e Finanças em 06 de fevereiro de 2018.

RAFAEL MOTTA CUSTÓDIO

Secretário de Administração e Finanças Designado

LEI Nº 339/2018

Publicação Nº 1516951

LEI Nº 339, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018.

Autoriza o Poder Público Municipal, a receber em doação lajotas sextavadas e meio fio para a pavimentação de 1.300 metros da Rua João Teodoro Machado dá outras providências.

Eu, JAIRO CELOY CUSTÓDIO, Prefeito Municipal de Balneário Rincão.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a receber por doação lajotas sextavadas e meio fio para a pavimentação total da Rua João Teodoro Machado com uma extensão de 1.300 metros.

§1º. A pavimentação terá início na Rodovia SC 445 em direção ao norte até o limite descrito no art. 1º. (1.300 metros).

§2º O Município arcará com os demais serviços para complementação dos serviços.

Art. 2º O Poder Executivo Municipal celebrará termo de cooperação técnica com a Empresa J.S - Administração de Bens Móveis e Imóveis Ltda, inscrita no CNPJ sob nº:02.915.738/0001-04, na qual firmará compromisso para a realização da pavimentação da rodovia.

Art. 3º O termo de cooperação técnica deverá conter:

I - informações acerca da área que ocorrerá a pavimentação;

II - prazo para início e conclusão das obras;

III - os deveres relativos à manutenção do patrimônio público;

IV - os direitos, garantias e obrigações das partes;

V - as sanções;

VI - projeto;

VII - o foro e modo para solução extrajudicial das divergências contratuais.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se demais disposições em contrário.

Balneário Rincão, 06 de fevereiro de 2018.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO

Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria de Administração e Finanças em 06 de fevereiro de 2018.

RAFAEL MOTTA CUSTÓDIO

Secretário de Administração e Finanças Designado

Bandeirante

PREFEITURA

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 04/2018 FMS

Publicação Nº 1517134

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BANDEIRANTE
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 04/2018
CREDENCIAMENTO

O Fundo Municipal de Saúde de Bandeirante informa que, encontra-se aberto o CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS QUE DISPONIBILIZEM DE PROFISSIONAIS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAME MÉDICO DE ULTRASSONOGRAFIA, PARA O ANO DE 2018, conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos.

Recebimento dos envelopes de documentação a partir da publicação do presente extrato até as 09h30min do dia 02/03/2018, no Dpto de Licitações da Prefeitura Municipal, a Av. Santo Antonio.

O Edital estará disponível no endereço www.bandeirante.sc.gov.br. Informações pelo fone (049) 3626 0012, ou pelo e-mail licitacao@bandeirante.sc.gov.br

Bandeirante/SC, 08 de fevereiro de 2018.
Neuri Biazzi - Gestor do FMS.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 03/2018 FMS

Publicação Nº 1516965

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BANDEIRANTE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2018

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS COM VALIDADE DE UM ANO, PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS AMBULATORIAIS PARA USO NA UNIDADE DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, conforme informações contidas no Edital e em seus Anexos.

Recebimento dos envelopes de documentação e propostas até às 08h10min do dia 27/02/2018 no Dpto de Licitações da Prefeitura Municipal, a Av. Santo Antônio, iniciando a fase de lances às 08h30min do mesmo dia.

O Edital pode ser obtido no endereço www.bandeirante.sc.gov.br ou solicitado pelo e-mail licitacao@bandeirante.sc.gov.br. Maiores informações pelo fone (049) 3626 0012.

Bandeirante/SC, 08 de fevereiro de 2018.
Neuri Biazzi- Gestor do FMS

DECRETO Nº 007/2018

Publicação Nº 1517519

Decreto nº 007, de 09 de fevereiro de 2018.

Dispõe sobre a realização de Audiência Pública para apresentação do cumprimento das Metas Fiscais do 3º quadrimestre do exercício de 2017, do Município de Bandeirante, SC, e apresentação do Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior – RDQA, 3º quadrimestre do exercício de 2017, do Fundo Municipal de Saúde de Bandeirante SC, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

Considerando o art. 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000;

DECRETA:

Art. 1º Fica marcada a realização de Audiência Pública para apresentação do cumprimento das Metas Fiscais do 3º quadrimestre do exercício de 2017, do Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina e do Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior – RDQA, do 3º quadrimestre do exercício de 2017, do Fundo Municipal de Saúde de Bandeirante SC, ficando fixada a data, o horário e o local, a seguir:

DATA	HORÁRIO	LOCAL
28/02/2018	10:00 horas	Câmara Municipal de Vereadores Rua João Bataglin, s/n - centro Bandeirante (SC)

Art. 2º As despesas decorrentes da execução deste ato correrão à conta dos créditos orçamentários vigentes e concernentes para tal fim.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante, SC,
em 09 de fevereiro de 2018.

VOLMIR JOSÉ LAMB

Prefeito Municipal em exercício

Barra Bonita

PREFEITURA

CONTRATO Nº13/2018

Publicação Nº 1517397

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº: 13/2018
CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE BARRA BONITA/SC

CONTRATADO: BIONDO TRANSPORTE COLETIVO LTDA-ME

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte escolar de alunos do Município de Barra Bonita/SC, conforme linhas, itinerários abaixo.

VALOR: R\$ 175.800,00((cento e setenta e cinco mil e oitocentos reais)).

VIGÊNCIA: 08/02/2018 a 31/12/2018.

ASSINATURA: 08/02/2018.

FUNDAMENTO: PROCESSO DE LICITAÇÃO N.12/2018, DE ACORDO COM A LEI 8.666/93 E SUAS POSTERIORES ALTERAÇÕES.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, 31 de JANEIRO DE 2018.

MOACIR PIROCA
Prefeito Municipal

CONTRATO Nº14/2018

Publicação Nº 1517402

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº: 14/2018
CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE BARRA BONITA/SC

CONTRATADO: CASANOVA E CASANOVA LTDA ME

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte escolar de alunos do Município de Barra Bonita/SC, conforme linhas, itinerários abaixo.

VALOR: R\$ 80.472,00((oitenta mil quatrocentos e setenta e dois reais)).

VIGÊNCIA: 08/02/2018 a 31/12/2018.

ASSINATURA: 08/02/2018.

FUNDAMENTO: PROCESSO DE LICITAÇÃO N.12/2018, DE ACORDO COM A LEI 8.666/93 E SUAS POSTERIORES ALTERAÇÕES.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, 31 de JANEIRO DE 2018.

MOACIR PIROCA
Prefeito Municipal

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº13/2018 FMS

Publicação Nº 1517395

MUNICIPIO DE BARRA BONITA-SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/2017
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 18/2017

O Fundo Municipal de Saúde, Estado de Santa Catarina, torna público que se encontra aberto Edital de Credenciamento, objetivando a INTERESSADOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS EM OFTALMOLOGIA NA FORMA DE CONSULTAS MÉDICAS DESTINADOS AOS PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BARRA BONITA, CONFORME AUTORIZAÇÃO EMITIDA PELA SECRETARIA PARA O ANO DE 2017.Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 08:30 horas do dia 18 de maio de 2017. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras.Ou no site Oficial da Prefeitura.Barra Bonita, em 25 de abril de 2017.

NILVA BAU BOSS
Gestora FMS

EDITAL PREGÃO Nº21/2018

Publicação Nº 1517391

MUNICIPIO DE BARRA BONITA-SC
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº21/2018
EDITAL DE PREGÃO REGISTRO DE PREÇO Nº 21/2018

O Município de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, torna público que se encontra aberto Edital de Pregão Registro de Preço, objetivando FORNECIMENTO DE TUBOS DE CONCRETO, EM VÁRIAS BITOLAS, DESTINADOS A CONSTRUÇÃO DE BUEIROS, PONTILHOES E DEMAIS NO INTERIOR DO MUNICIPIO. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 13:30 horas do dia 26 de fevereiro de 2018. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras.Ou no site Oficial da Prefeitura.

Barra Bonita, em 8 de fevereiro de 2018.
MOACIR PIROCA
Prefeito

PORTARIA N.º 049, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018

Publicação Nº 1517520

PORTARIA N.º 049, de 08 de fevereiro de 2018.
"Admite servidora e dá outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município, combinado com as disposições da Lei Complementar nº 038/2011, de 01 de dezembro de 2011, e resultado do Processo Seletivo Edital nº003/2017.

Admitir;

Art. 1º - Em caráter temporário a senhora, Jeanice Muller, CPF nº063.288.159-30 para ocupar o cargo de Professor, Anexo II, Grupo I, nível II, do Quadro de Pessoal do Magistério, e lotação no Órgão Central da Administração, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, para atuar na Educação Infantil, com exercício E.B.M. Olavo Bilac, E.M. Águas do Araçá e C.E.I.M Pingo de Gente pelo período de 08 de fevereiro de 2018 até o término do ano letivo de 2018, sob regime estatutário e regime geral de Previdência Social e vencimentos previstos em Lei.

Art.2º. As despesas decorrentes de aplicação deste ato, correrão a conta do Orçamento Municipal vigente em cada exercício.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 08 de fevereiro de 2018.

Moacir Piroca
Prefeito Municipal

Registre-se e publica-se na forma da Lei.

PORTARIA Nº 048 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

Publicação Nº 1517100

PORTARIA Nº 048 de 07 de fevereiro de 2018.
Concede Licença-Prêmio a servidora e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o Art.nº108, da Lei Complementar Nº037, de 07 de novembro de 2011.

Resolve,

Art. 1º - Conceder Conversão em Pecúnia em 50%(cinquenta por cento) da Licença-Prêmio a servidora Gabriela Guaragni, matrícula nº335802, ocupante do Cargo de Assistente Social, com carga horária de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, com exercício na Secretaria Municipal de Assistência Social, relativo ao período de 01.06.2012 a 01.06.2017, indenizando-a no mês de fevereiro de 2018, usufruindo o restante da licença premio no período de 01 a 30 de março de 2018.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 07 de fevereiro de 2018.

Moacir Piroca
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL MUNICIPIO DE BARRA BONITA-SC Nº002/2018

Publicação Nº 1517451

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL MUNICIPIO DE BARRA BONITA-SC Nº002/2018

CONSIDERANDO que a Constituição Federal no Art. 6º assevera que dentro outros a educação é um direito social, sendo competência comum aos municípios proporcionar meios de acesso à educação;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal assegura que a Educação é direito de todos e dever do Estado e que são de relevância pública as ações e serviços de educação e que as aulas não podem ser interrompidas;

CONSIDERANDO que não há profissionais classificados a ser chamado no Processo Seletivo 003/2017, para professor de Língua Estrangeira Inglês e serviços gerais, sendo que ano letivo inicia em 15 de fevereiro de 2018;

CONSIDERANDO a necessidade licenças de saúde e demais previstas na legislação nacional e municipal de servidoras efetivas, exigindo a contratação profissional em caráter temporário.

A Prefeitura Municipal de Barra Bonita – SC realizará Processo Seletivo Simplificado Emergencial, objetivando a contratação temporária de profissional na área de Educação, visando:

Dar continuidade as atividades, ações e serviços de educação nas unidades escolares, executados pela Secretaria Municipal de Educação, ofertadas pelo sistema público Municipal de Educação, até a elaboração de Processo Seletivo.

Atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, dispensando o respectivo concurso público, consoante o dispositivo no art. 37, inciso IX, da Constituição da República, com vistas ao atendimento às necessidades de excepcional interesse público deste Município.

1- DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1- O Processo Seletivo Simplificado Emergencial será coordenado por uma Comissão Coordenadora, formada pelas servidoras Tânia de

Fátima Barbosa Stumer, professora, Fabiana Michelle Schauble Maciel, Chefe de Divisão; e Maria Ines Gritt Cecchin, Secretária Municipal de Educação; que supervisionará todas as etapas do Processo, desde a Elaboração ao Julgamento do Certame, concluindo com Relatório que apresentará ao Secretário de Gestão de Pessoas e Transparência para a devida homologação após a Publicação do Resultado Final.

1.2- Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência ou evento que lhe disser respeito.

1.3- Os candidatos que atenderem a todas as condições exigidas neste Edital serão contratados conforme o número de vagas ou ficarão em "Cadastro de Reserva" na expectativa de abertura de novas vagas.

2- DOS CARGOS

2.1 PROFESSORES HABILITADOS

Cargo	Vagas	Horas	Habilitação	Remuneração
Professor de Língua Inglesa	1 + CR	10/40 h/sem	Licenciatura em Letras – Inglês.	R\$ 2.764,50
CR: Cadastro de Reserva				40h
2.2 PROFESSORES NÃO HABILITADOS				

Cargo	Vagas	Horas	Habilitação	Remuneração
Professor de Língua Inglesa	CR	10/40 h/sem	Cursando Letras-Inglês. A partir do 5º semestre do curso. Ou curso específico de Inglês com carga mínima e 100 horas.	1.859,35

2.3 SERVIÇOS GERAIS

Cargo	Vagas	Horas	Habilitação	Remuneração
Auxiliar Serviços Gerais	1+CR	40h	Alfabetizado	1.032,80

3- DO PROCESSO SELETIVO

3.1 REQUISITOS

3.1.1 - Nacionalidade brasileira ou situação equivalente;

3.1.2 - Gozo dos direitos políticos;

3.1.3 - Quitação com as obrigações militares e eleitorais;

3.1.4 - Nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;

3.1.5 - Idade mínima de dezoito anos;

3.1.6 - Aptidão física e mental, salvo nos casos em que a Lei determine situação adversa;

3.1.7- Não se enquadrar na vedação do acúmulo de cargos públicos (art.37/ inciso XVI da CF);

3.1.8- Conhecer as exigências estabelecidas no presente Edital e estar de acordo com as mesmas.

4- DA INSCRIÇÃO

4.1- As inscrições serão gratuitas e realizadas em formulário padrão, na Secretaria Municipal de Educação de Barra Bonita, situada Avenida Buenos Aires, nº 600, Centro, Barra Bonita – SC.

4.2- As inscrições serão realizadas nos dias 09/02/2018, 14/02/2018 das 13:15 às 17:00 horas e no dia 15/02/2017 das 13:00 até às 15 horas.

4.3- A inscrição deverá ser efetuada pelo candidato ou por procurador devidamente constituído por instrumento de Procuração Pública ou Particular, sendo que neste caso, a assinatura do candidato/outorgante deverá estar reconhecida em cartório.

4.4-O candidato ou seu procurador deverá comparecer ao local da inscrição munido dos documentos exigidos no item 4.5.

4.5- No ato da inscrição o candidato deverá preencher formulário padrão, com letra legível, não podendo haver rasuras e/ou emendas, nem omissão de dados nele solicitados, e entregar cópia simples com a apresentação de original dos seguintes documentos:

- a) Documento de Identidade;
- b) CPF;
- c) Título de Eleitor, com comprovante de votação da última eleição ou certidão de quitação eleitoral;
- e) Inscrição no PIS/PASEP;
- f) Alistamento Militar;
- g) Comprovante de Residência;
- h) Comprovante de Escolaridade exigida para o cargo;

4.6- Nenhum documento poderá ser apresentado após a inscrição

4.7- A inscrição obriga o candidato a aceitar plena e integralmente as condições determinadas neste edital e legislação vigente.

4.8- Feita a inscrição não será permitida, em hipótese alguma, a sua alteração.

4.9- Será automaticamente eliminado do processo seletivo simplificado o candidato que não apresentar, na inscrição, os documentos exigidos para o cargo

5- DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

5.1- DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

O Processo Seletivo será constituído da análise da qualificação profissional e tempo de experiência realizada por Comissão constituída para este fim.

5.2- CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO PARA HABILITADOS

5.2.1- QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL:

I – Mestrado; (2,5) dois pontos e meio;

II – Pós - Graduação; (2,0) dois pontos; III – Graduação; (1,5) um ponto e meio;

IV – Cursos de Especialização na área da educação de 2014 a 2017 com carga

mínima de 20 horas, valendo (0,5) zero vírgula cinco pontos por curso, limitando-se a (2,5) dois pontos e meio;

5.2.1.1 – Serão computados a somatória da titulação mais os cursos de especialização nos termos do inciso IV do item 5.2.1.

5.2.2- TEMPO DE EXPERIÊNCIA

5.2.2.1- Serão considerados para fins de pontuação o efetivo exercício na atividade. Valendo (0,5) meio ponto por ano de atividade limitado a (5,0) cinco pontos. Devendo ser comprovado documentalmente o período apresentado.

5.2.3 – Os candidatos serão classificados pela ordem da soma da qualificação profissional e tempo de experiência.

5.3- CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO PARA NÃO HABILITADOS

5.3.1- QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL:

I – Cursos de Especialização na área da educação de 2014 a 2017 com carga mínima de 20 horas, valendo (0,5) zero vírgula cinco pontos por curso, limitando-se a (5) cinco pontos;

5.3.2- TEMPO DE EXPERIÊNCIA

5.3.2.1- Serão considerados para fins de pontuação o efetivo exercício na atividade. Valendo (0,5) meio ponto por ano de atividade limitado a (5,0) cinco pontos. Devendo ser comprovado documentalmente o período apresentado.

5.3.3 – Os candidatos serão classificados pela ordem da soma da qualificação profissional e tempo de experiência.

5.4- CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO PARA SERVIÇOS GERAIS

5.4.1- Tempo de serviço comprovada na função através de declaração de pessoa jurídica ou carteira de trabalho.

5.4.2- Cursos na Área.

5.4.3- Nível de Escolaridade, comprovado por meio de histórico escolar.

5.4.4- Critério de desempate:

- Maior idade;

- Número de filhos.

6- DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS:

6.1- O resultado deste Processo Seletivo Simplificado será Publicado no dia 15 de fevereiro de 2018 até às 17:00 horas no site www.barrabonita.sc.gov.br.

6.2- A pontuação total do candidato, utilizada para fins de classificação será o somatório da pontuação obtida na qualificação profissional e tempo de experiência, ocorrendo empate, será considerado como critério de desempate o maior tempo de atuação na área, persistindo o empate o critério para desempate será o de maior idade.

6.3- O candidato deve comprovar a qualquer tempo, quando solicitado, o atendimento a todos os requisitos e condições estabelecidos neste Edital. O candidato que não atender a este item terá sua inscrição CANCELADA, sendo ELIMINADO do Processo Seletivo Simplificado.

7- DA CONVOCAÇÃO PARA CONTRATO

7.1- A chamada dos candidatos classificados para ocuparem as vagas será feita pela Secretaria de Educação.

7.2- O candidato terá prazo de 48 horas subsequente a convocação, para comparecer no setor de Recursos Humanos com toda a documentação necessária à investidura do seu cargo. A não manifestação do candidato classificado no período implicará na sua eliminação do Processo Seletivo.

7.3- Caberá ao candidato, quando solicitado, apresentar atestado médico admissional, expedido por Médico do Trabalho.

8- DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

8.1- Nenhum candidato poderá alegar desconhecimento das instruções e exigências contidas neste Edital.

8.2- Todas as publicações oficiais referentes ao presente Processo Seletivo serão feitas no site www.barrabonita.sc.gov.br da Prefeitura Municipal de Barra Bonita.

8.3- O profissional contratado terá avaliado o seu desempenho pela chefia imediata, durante o período de vigência do contrato.

8.4- Quando for evidenciada a insuficiência de desempenho funcional, o contratado terá rescisão imediata do Contrato celebrado com o município, respeitada a legislação pertinente.

8.5- A aprovação do candidato neste Processo Seletivo Simplificado não assegura a sua contratação, mas apenas a expectativa de ser convocado seguindo rigorosamente a ordem de classificação e o preenchimento das vagas disponíveis.

8.6- É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos, editais e comunicados referentes a este edital que sejam publicados nos locais referidos no item 8.2 deste edital.

8.7- De acordo com a legislação processual civil em vigor, é a comarca de São Miguel do Oeste - SC o foro competente para julgar as demandas judiciais decorrentes do presente Processo Seletivo Simplificado.

8.8- Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Coordenadora do Processo seletivo, observados os princípios e normas que regem a Administração Pública.

8.9 – O presente Processo Seletivo será valido somente para o ano letivo de 2018.

Barra Bonita - SC, 08 de fevereiro de 2018.

Maria Ines Gritti Cecchin
Secretária Municipal de Educação

Moacir Piroca
Prefeito Municipal

Barra Velha

PREFEITURA

ATO 004/2017 DIVULGA LOCAL DE PROVA E ENSALAMENTO DOS CANDIDATOS DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017

Publicação Nº 1517712

ATO 004/2017

DIVULGA LOCAL DE PROVA E ENSALAMENTO DOS CANDIDATOS
DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017

A Presidente do IPREVE - Instituto de Previdência Social do Município de Barra Velha, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão de Concurso Público, e o Instituto o Barriga Verde, tornam público o que segue:

1. Ficam CONVOCADOS os candidatos com inscrição homologada, constantes no ensalamento do Anexo I deste ato, para comparecerem no dia 17 de dezembro de 2017, para a realização da Prova Escrita Objetiva, no seguinte local e horário:

1.1 Local/Escola:

Escola Básica Municipal Professora Antonia Gasino de Freitas
Rua João Pedro de Oliveira, Nº 440, Bairro São Cristóvão
Barra Velha – SC

1.2 Horários:

Evento	Horários
	MATUTINO
Abertura dos portões de acesso aos locais de prova.	8h15
Fechamento dos portões, não sendo permitido o acesso de candidatos, sob qualquer alegação, a partir deste horário.	8h50
Abertura dos envelopes e distribuição das provas e na sequencia início das provas.	8h52
Início da resolução da prova.	9h00
Final do prazo mínimo para entrega da prova e ou retirar-se do local de prova.	10h00
Final da prova. Entrega obrigatória do caderno de questões e cartão resposta dos cargos	12h00

Barra Velha, 14 de dezembro de 2017.

Valter Marino Zimmermann Moema Ramos Alvim Gouveia

Prefeito Municipal Presidente do IPREVE

ANEXO I – ENSALAMENTO DOS CANDIDATOS

Advogado							
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Local de Prova	Período	Fechamento Portão	Sala
1	767849	01/07/1991	Aladia Cristina Sedrez	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 5
2	776690	31/08/1988	Alan Gregory Retkva	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 5
3	739039	28/09/1981	Alexandre Velame	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 5
4	744102	07/05/1992	Alexis Thomaz Schroeder	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 5
5	739521	18/10/1993	Amanda Gabriela Souza Oliveira	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 5
6	774063	06/05/1994	Ana Flavia Rosa	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 5
7	750276	09/03/1980	Ana Maria Da Luz Quadros Pereira	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 5
8	770635	09/06/1995	Ana Paula Müller	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 5
9	765184	09/01/1995	Andressa De Souza Da Silva	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 6
10	744301	12/01/1975	Antonio Carlos Rodrigues	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 6
11	776557	02/08/1986	Antonioni Lucas Costa Magalhães	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 6
12	757795	13/10/1993	Augusto Farias Klug	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 6
13	744183	12/12/1985	Barbara Prochaska Lemos	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 6
14	744459	16/01/1995	Bianca Testoni	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 6
15	762114	01/03/1991	Bruno Petersson Pacheco	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 6
16	770644	16/06/1989	Camila Garcia	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 6
17	762097	03/06/1988	Carla Aline Dolzan	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 6

18	772807	18/08/1995	Caroline De Souza	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 6
19	752754	20/10/1987	Christiano Sell Neto	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 6
20	747084	18/03/1989	Daiane Wrobel Stella	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 6
21	775175	12/10/1987	Darlon Nogueira Martins	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 6
22	761387	21/06/1991	Dayane Cristina Pontes	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 6
23	740993	10/03/1975	Erika Valentina De Oliveira	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 6
24	776730	30/07/1984	Eurico Dos Santos Junior	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 6
25	743978	26/09/1980	Fabiano Bastos Garcia Teixeira	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 6
26	773126	20/04/1976	Fabiola Alves	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 6
27	776728	19/05/1988	Fernando Arndt	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 6
28	739664	23/12/1989	Flavia Adriana Bahnert	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 6
29	756799	01/07/1987	Gabriella Cardoso Da Silva	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 6
30	776455	23/01/1972	Gilmara Reis Censi	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 6
31	738749	12/04/1991	Giovani Teixeira Dominghini	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 6
32	767240	22/05/1992	Gustavo Da Silva Machado	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 6
33	741597	03/05/1985	Heloisa Pereira Rodrigues	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 6
34	776151	17/02/1981	Isabelle Cortes Carnasciali	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 6
35	742455	11/09/1984	Islandia da Silva Gomes	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 6
36	776797	09/12/1967	Jeane Beatriz Godoy	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 6
37	739565	22/02/1989	Jefferson Luiz Ostrowski	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 6
38	748084	27/02/1994	Jolivete Nantes Fontoura	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 6
39	738932	20/06/1990	Jonatan Braga Ribeiro	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 6
40	775323	04/06/1988	Josilaine Eliz Marchiori	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 6
41	739059	11/07/1991	Juan Felipe Berti	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 6
42	776445	27/02/1990	Juciara Reis Censi	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 6
43	758873	28/05/1969	Katia Geni Raiter Mathias	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 6
44	755292	10/02/1990	Layla Caroline Wehr	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 7
45	770363	25/03/1992	Lucas Scagliusi Miguel	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 7
46	739804	23/10/1976	Luciane Marin Da Silva Garcia Lehmkuhl	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 7
47	754841	14/05/1975	Margarete Jacques Giacomelli	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 7
48	758882	24/02/1964	Maria Aparecida Gruner	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 7
49	738939	31/05/1993	Mariana Danna Vicente	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 7
50	758330	22/07/1990	Marjorie Amanda Pinto Fogaca	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 7
51	771039	02/03/1977	Marlete De Souza	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 7
52	739434	31/03/1992	Matheus Zimmermann Freitas	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 7
53	740077	30/06/1962	Miraci Severo Vieira	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 7
54	771399	17/09/1993	Monica Heloisa Fagundes	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 7
55	743219	20/07/1992	Morgana Dos Santos	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 7
56	771314	21/08/1989	Murilo Campos Peralta	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 7
57	768113	13/04/1982	Naidi Nagila Espindola	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 7
58	771561	13/07/1987	Natalia da Silva Pavan	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 7
59	757217	02/07/1978	Patricia Pereira	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 7
60	750688	16/07/1981	Peterson Walter Scabury De Oliveira	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 7
61	775659	19/03/1985	Philip Ferraz De Abreu	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 7
62	767620	28/06/1990	Rafael Alt Santos De Chaves	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 7
63	738948	16/10/1988	Rafael Mendes Do Nascimento	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 7
64	775057	11/03/1986	Richard Delfino De Araujo	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 7
65	775320	10/10/1972	Roberto Leu	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 7
66	768766	03/11/1988	Sabrina Dorn	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 7

67	740534	08/10/1992	Tamara Suarez Rodrigues	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 7
68	775620	05/02/1992	Tasso Jardel Vilande	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 7
69	746961	01/05/1993	Thaís Bozz	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 7
70	738957	11/08/1988	Thays Mattos Melo	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 7
71	743989	27/04/1994	Theo Rocha Toscano De Lima	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 7
72	775294	26/09/1985	Thiago Alexandre	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 7
73	775658	26/10/1988	Thiago Enrique Shoda	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 7
74	765906	13/01/1990	Tiago Murilo De Souza	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 7
75	739421	30/11/1982	Valter Altemar Ortiz Dos Santos	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 7
76	744721	10/09/1993	Vinicius De Melo Silva	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 7
77	738655	14/02/1983	Vitor Casagrande Junior	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 7
78	746023	18/10/1994	Wilson Cristofolini Junior	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 7

Agente Administrativo

Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Local de Prova	Período	Fechamento Portão	Sala
1	744688	13/02/1985	Adriana Rodrigues Sanches	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 1
2	742537	09/05/1981	Alessandra Regina Lucas	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 1
3	738976	20/02/1998	Alessandro Quirino Dos Santos	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 1
4	738497	26/11/1991	Aline Arbigauss Ferreira	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 1
5	739244	13/05/1989	Aline Dalla Vecchia Souza	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 1
6	757761	02/11/1990	Amanda Da Rosa Marcelo	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 1
7	742934	18/02/1998	Amanda Moraes	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 1
8	745012	02/07/1981	Ana Carina Salvin	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 1
9	774292	25/02/1992	Anderson De Oliveira	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 1
10	747937	05/07/1982	Anderson Tavaroni Da Silva	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 1
11	768620	18/04/1996	Andre Luis Lourenco Junior	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 1
12	744577	30/03/1982	Andre Luiz Da Silva Correia	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 1
13	745642	21/02/1991	Andreia Ferreira Lourenco	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 1
14	767048	19/09/1985	Andrey Jose Benedine	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 1
15	773916	15/12/1966	Artides Rodrigues Junior	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 1
16	742918	25/07/1985	Ary Henrique Santos De Macedo	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 1
17	775640	02/05/1982	Aylla Karina Schulte	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 1
18	750647	19/01/1996	Barbara Amanda Leite Da Silva	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 1
19	761452	07/10/1991	Bruna Aparecida Da Silva Davini	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 1
20	752720	01/03/1991	Bruna Da Silveira	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 1
21	745653	01/11/1999	Bruna Motta Dos Santos	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 1
22	748227	19/01/1990	Carla Batschauer Gonçalves	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 1
23	738630	08/12/1982	Carlos Eduardo Rodrigues	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 1
24	738612	19/12/1998	Caroline Dos Santos Fagundes	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 1
25	763759	09/06/1978	Claudio Angiolletti	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 1
26	766635	04/03/1999	Claudionir Arbigauss Junior	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 1
27	741710	30/10/1991	Daniel Schiavoni	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 1
28	770104	07/10/1979	Daniela De Assis Pereira	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 1
29	775484	11/08/1980	Danielle A. Wittmann Da Costa	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 1
30	744973	20/05/1982	Diego Keske Ramos	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 1
31	740400	18/12/1977	Diogo De Oliveira Brod	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 1
32	757083	12/11/1991	Douglas Conrado Conti	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 1
33	754015	21/05/1995	Edisia De Souza	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 1
34	767700	04/09/1999	Eldaine Jacinto Da Silva	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 1
35	776735	18/11/1981	Eliana Filomena Da Silva	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 1

36	766293	05/10/1979	Eliane Da Silva	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 2
37	739705	26/04/1974	Elizangela De Andrade De Souza	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 2
38	738570	21/01/1991	Emerson Eduaudo Kuehn	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 2
39	738599	23/08/1977	Ester Reis De Franca	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 2
40	761068	22/04/1983	Etiene Cristina Checo Schicovski	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 2
41	773354	11/09/1974	Fabio Dorian Goncalves	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 2
42	739160	02/08/1986	Felipe Ferreira Alcoforado	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 2
43	776609	28/02/1992	Fernanda Andreia Regert Dos Passos	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 2
44	744570	27/09/1988	Franciele Caroline Costa Da Trindade	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 2
45	766003	10/07/1998	Gabriel Vicente Claudino	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 2
46	739152	21/08/1987	Gabriela Abaide Moretti	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 2
47	773187	23/03/1991	Gessica Franciane Pereira Sezi- nando	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 2
48	756847	06/06/1989	Giacomo Gasparelo Oliveira	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 2
49	744338	09/03/1984	Gilmara Luciano	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 2
50	741534	18/12/1968	Gisela Sonni Draeger Blahobra- zoff Grimaldi	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 2
51	741874	22/04/1995	Glaciela Paczkovski	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 2
52	773789	30/04/1994	Graziela De Fátima Candão Pereira	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 2
53	738830	14/11/1995	Heitor Dos Santos Militao Jacino	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 2
54	740994	11/10/1976	Ilane Marizete Da Silva	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 2
55	738709	28/08/1988	Imer Pereira Neto	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 2
56	776516	04/07/1988	Isabel Machado	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 2
57	745962	18/07/1985	Ismael Oliveira	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 2
58	753456	19/03/1987	Jackson Jose De Souza	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 2
59	773796	16/03/1992	Jadsman Pereira	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 2
60	751876	20/05/1992	Janaina Adelia Duarte	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 2
61	738632	22/02/1983	Janaina De Luca Da Rocha	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 2
62	743725	03/09/1993	Jeferson Siqueira Balelo	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 2
63	741671	29/06/1988	Jenniffer Ludwig Costa	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 2
64	774541	26/03/1996	Jessica Luiza Urias Bento	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 2
65	774457	10/07/1994	Jhonatan Diego Tolentino	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 2
66	738973	20/05/1997	Joao Pedro Montanari	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 2
67	770670	08/04/1967	Joao Ramos Neto	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 2
68	752879	21/02/1995	Jorge Da Veiga Neto	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 2
69	774396	28/04/1993	Josder Da Silveira Martins	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 2
70	746965	23/07/1990	Jose Joaquim Douglas Wunde- valde Tavares	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 2
71	743573	06/07/1968	Jose Ricardo Gomes	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 3
72	776217	26/04/1979	Josemar Adilson Verediana	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 3
73	740254	31/03/1979	Josi Da Silva	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 3
74	765783	01/10/1996	Julia Goetten Carvalho	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 3
75	741192	23/09/1977	Juliana Cavalcanti De Sousa	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 3
76	742650	22/03/1979	Karina Porto Goes	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 3
77	741363	05/08/1995	Karine Aparecida Gavasso	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 3
78	745051	15/08/1986	Karla Crystina Thomassen	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 3
79	739895	23/01/1981	Kelen Cristiane Pinto Soares	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 3
80	758102	01/06/1988	Kelly Cristina Do Carmo	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 3
81	775465	24/02/1995	Kethyn Da Silva	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 3
82	763355	19/06/1982	Ketlen Da Costa E Arruda	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 3

83	747720	09/02/1999	Leandro Dos Santos Zamberlan	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 3
84	745883	03/10/1975	Leandro Kraemer	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 3
85	742647	23/06/1991	Lidiane Ponchirolli	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 3
86	745049	18/01/1993	Loana Keitelin Moreira Da Silva Pereira	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 3
87	739810	12/12/1964	Lucia	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 3
88	762915	01/01/1973	Lucimara Goncalves De Oliveira	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 3
89	747451	22/03/1994	Lygia Daphne De Carvalho	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 3
90	738761	08/11/1988	Marcelo Klimke Bento	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 3
91	739203	28/01/1976	Marcelo Machado	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 3
92	776285	16/12/1980	Marcelo Policarpo	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 3
93	739950	24/11/1980	Marcelo Povoas	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 3
94	769003	21/10/1987	Marcelo Sikora	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 3
95	775597	21/06/1973	Marcio Andre Deitos	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 3
96	739418	31/10/1983	Marcos Antonio Fornari	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 3
97	773510	13/04/1990	Marcos Eduardo Körber	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 3
98	762163	08/11/1984	Maria Heloisa Becker	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 3
99	761222	02/06/1996	Marina Gabrielle Goncalves De Oliveira	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 3
100	749405	10/10/1962	Marina Tromm	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 3
101	775740	30/03/1994	Mayra Maria Souza	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 3
102	744440	24/03/1984	Paula Tatiana Santana Vechi	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 3
103	763290	16/06/1968	Pedro Ivo Schlickmann	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 3
104	739602	16/07/1986	Raquel Atanasio	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 3
105	771633	21/12/1955	Regina Prachthauser Pereira	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 3
106	775080	29/01/1980	Renata Knupp Dos Santos	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 4
107	746058	14/02/1983	Renata Sant Ana Tavares	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 4
108	739788	28/10/1989	Ricardo Carlos Ferrari	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 4
109	775223	10/08/1993	Roberto De Oliveira Junior	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 4
110	750299	25/12/1976	Robson Jose Castro Pereira	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 4
111	768548	17/09/1985	Robson Rosa Dos Santos	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 4
112	774458	06/06/1976	Rodrigo Luchesi Tichy	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 4
113	742416	20/11/1978	Rosana Dos Santos Barbosa	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 8
114	761084	15/07/1991	Rosimery De Fatima Moreira	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 4
115	775531	24/05/1991	Ruan Eduardo Da Costa	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 4
116	738659	25/12/1990	Sabrina Kunze	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 4
117	744660	16/11/1977	Sandro Mendes De Souza	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 4
118	756096	15/10/1980	Silene De Nazare Ribeiro De Souza	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 4
119	752948	04/04/1965	Silvone Spitzner	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 4
120	761897	04/09/1956	Suely De Lima	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 4
121	761280	06/07/1994	Thais Aparecida Amaro	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 4
122	739821	28/01/1989	Thais Fernanda Rodrigues De Lima Ferrari	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 4
123	775935	06/06/1992	Thays Cristini Müller	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 4
124	761492	06/11/1990	Vagner Henrique Barbosa De Morais	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 4
125	775533	15/11/1996	Valesca Ferraz Graf	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 4
126	743821	23/02/1988	Vanessa Tatiane Da Trindade	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 4
127	743138	24/06/1956	Vera Lucia De Deus Bento	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 4
128	739069	12/08/1997	Vinicius Dos Santos Da Silva	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 4
129	745015	28/10/1986	Willian John	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 4

	Contador						
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Local de Prova	Período	Fechamento Portão	Sala
1	773139	04/02/1988	Aline Souza Ramos Kraisch	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 4
2	756541	06/02/1957	Aloir Vieira Da Costa	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 4
3	755446	06/01/1988	Angela Fiori Ribeiro	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 4
4	776077	08/01/1978	Cristiane Alexandre	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 4
5	745957	10/08/1988	Deise Cristiane Oliveira	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 4
6	738961	05/09/1987	Deivite Geraldo Alves	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 4
7	752821	24/03/1987	Diego Egidio Conzati	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 4
8	775600	19/09/1992	Diogo Romario Aguiar	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 4
9	751757	23/04/1978	Estela Roberta Ramos	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 4
10	740931	12/04/1979	Evandro Jose Nogueira	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 4
11	739670	07/01/1993	Fabio Luis Da Silva De Aviz	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 4
12	745177	08/01/1995	Fernanda Arbigaus	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 5
13	751562	07/11/1982	Gilmar Sebastiao Vieira	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 5
14	769836	16/12/1952	Harri Jose Fendrich	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 5
15	747672	08/10/1980	Ivan Tibincoski	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 5
16	775131	15/05/1976	James Severien	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 5
17	774508	13/03/1955	Joaquim Fernandes De Oliveira	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 5
18	776457	28/06/1980	Jonas Nestor Da Silva	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 5
19	743705	07/11/1990	Jonize Marlene Da Silva	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 5
20	745640	31/12/1988	Juliane Da Silva Magalhaes	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 5
21	764086	19/02/1995	Katiane Ranghetti	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 5
22	771886	30/01/1972	Leandro Juca De Lima	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 5
23	750291	16/01/1986	Luciana Vieira Matias	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 5
24	764679	12/05/1996	Maira Iagla Jacques	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 5
25	738791	29/12/1976	Marcio Alexandre Dos Santos	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 5
26	746092	31/05/1992	Marcio Anderson Lima	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 5
27	739844	08/09/1973	Marcos Paulo De Souza Pousa	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 5
28	740094	14/01/1970	Maximiliano Pacheco De Freitas	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 5
29	775605	09/05/1983	Nicale Beatriz Pestana Polidoro	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 5
30	743024	28/03/1975	Otavio Augusto Mariano Meneguella	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 5
31	744602	11/03/1980	Paulo Fagundes Dos Reis Junior	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 5
32	773828	11/01/1982	Rosane Lopes De Camargo Vaz	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 5
33	776105	12/09/1981	Rubens Tives	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 5
34	754451	03/04/1987	Sheila Butzke Garcia	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 5
35	747284	05/01/1988	Sidner De Jesus Custodio	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 5
36	765343	12/12/1992	Stephanie Oliveira Dos Reis Delfino	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 5
37	739840	21/07/1990	Sueli Hermes	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 5
38	744584	03/09/1992	Taiara Bianca Salvador	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 5
39	742738	22/06/1977	Walcione Dias Goes	EBM Professora Antonia Gasino de Freitas	Matutino	17/12/2017 08:50	Sala 5

ATO 006/2017 DIVULGA JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA QUESTÕES DE PROVA E GABARITO PRELIMINAR DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017

Publicação Nº 1517717

ATO 006/2017

DIVULGA JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA QUESTÕES DE PROVA

E GABARITO PRELIMINAR

DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017

A Presidente do IPREVE - Instituto de Previdência Social do Município de Barra Velha, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão de Concurso Público, e o Instituto o Barriga Verde, tornam público o Julgamento dos Recursos Contra Questões de prova, conforme segue:

Questão 02 – Língua Portuguesa Nível Médio

Candidatos: 745642; 745049; 774458

Alegação: em síntese, candidatos alegam que o gabarito preliminar da questão 2 apontou a letra D, como correta mas deveria ser a letra C.

DEFERIDO: De fato a questão está com o gabarito inadequado, recurso deferido. O correto seria letra C. Ocorreu por erro na hora de grifar o gabarito. As Classes invariáveis são Conjunção, Interjeição, Preposição e Advérbio. Portanto, esta Banca decide pela alteração de Gabarito para letra C.

QUESTÃO MANTIDA. GABARITO ALTERADO PARA LETRA "C".

Questão 01 – Língua Portuguesa Nível Superior

Candidatos: 775620; 775620; 739521; 775620; 739521

Alegação: Candidatos alegam em síntese que o Gabarito apontou de forma equivocada a alternativa C) Eufemismo como correta e que a alternativa que corresponderia corretamente ao enunciado da questão seria a alternativa B) Metáfora, solicitam anulação da questão.

INDEFERIDO: Os recursos em análise não fazem com que a questão seja anulada, pois segundo os candidatos a figura de linguagem é uma metáfora, mas de fato temos um eufemismo.

Segundo Othon Garcia (1969) "(...) a metáfora é, em essência, uma comparação implícita, i. e., destituída de partículas conectivas (como, do que, tal qual, tal como, assim como) ou palavras que ocasionalmente exerçam essa função (parece, lembra, semelha, assemelha-se, dá a impressão de). É uma distinção puramente material e didática, que não convém aprofundar porque o "terreno" é perigoso, propício a dissertações teóricas mais ou menos inconsequentes. Limitemo-nos ao aspecto prático da questão".

Já o eufemismo tem como finalidade amenizar uma expressão com o objetivo de suavizar uma situação. No caso em tela, a frase de Machado de Assis refere-se na verdade para falar que a pessoa vive de esmola, um pedinte. É sabido que dizer que a pessoa viver de esmolas não é algo agradável, então a expressão foi amenizada com a intenção de diminuir esse fato desagradável. Além disso, a expressão não tem uma comparação para ser uma metáfora, apenas diz que vive de caridade, excluindo então a alternativa que diz que é uma metáfora e todas as outras, pois a questão referida é eufemismo.

QUESTÃO MANTIDA.

Questão 02 – Língua Portuguesa Nível Superior

Candidatos: 770363; 775620

Alegação: Candidatos alegam em síntese que a alternativa B é a correta, e ainda que a questão apresenta mais de uma alternativa correta. Solicitam anulação da questão.

INDEFERIDO: A questão em análise não deve ser anulada, pois o gabarito em si é a única opção em que não há dígrafo.

Segundo Bechara (2009) "Não há de confundir dígrafo ou digrama com encontro consonantal. Dígrafo é o emprego de duas letras

para a representação gráfica de um só fonema: passo (cf. paço), chá (cf. xá), manhã, palha, enviar, mandar".

Dessa forma, só é dígrafo quando há um só fonema, diferente de tranquilo:

Cuidados na identificação de dígrafos

"Os grupos qu, gu, sc, xc e xs nem sempre formam dígrafos."

QU e GU

"São dígrafos apenas quando seguidos de e ou i e quando não se pronuncia a vogal u:"

· queda;

· guerra;

· quitanda;

· guito;

· ...

Não são dígrafos quando seguidos de a e o ou quando a vogal u é pronunciada:

· quase;

· quadro;

· aquoso;

· cinquenta;

· frequente;

· tranquilo;

· linguça;

· aguentar;

· ...

Disponível em: <https://www.normaculta.com.br/digrafo/>

QUESTÃO MANTIDA.

Questão 03 – Língua Portuguesa Nível Superior

Candidato: 775620

Alegação: Candidato alega que A questão nº 3 traz como conhecimento necessário para resolução, matéria "não" prevista no edital do concurso público. Vejamos o que dispõe o Edital, acerca das matérias passíveis de serem cobradas: LÍNGUA PORTUGUESA. Leitura e interpretação escrita e visual. Semântica e figuras de linguagem. Fonologia: ditongos crescentes e decrescentes, orais e nasais; tritongo oral e nasal e hiato. Dígrafos e Dífono. Classes morfológicas. Sintaxe do período simples e composto. Regras da nova ortografia. Regência nominal e verbal. Concordância nominal e verbal. Colocação pronominal. Texto jornalístico e publicitário. Figuras de Linguagem e de Pensamento. Ou seja, embora haja previsão da "Colocação pronominal", nada se tem acerca de "substantivos". Diante do exposto, tal questão deve ser anulada.

INDEFERIDO: O pedido sobre a questão não procede, pois há sim a presença de substantivo no conteúdo programático. O substantivo faz parte das classes morfológicas.

1 Morfologia e Classes Morfológicas

Na língua portuguesa, a morfologia é uma parte da linguística que estuda as estruturas e/ou a formação das palavras. Do grego, a palavra morfologia corresponde a união dos termos "morfo" (forma) e "logia" (estudo).

1.1 Classes Morfológicas

De maneira geral, a morfologia estuda a origem, as derivações e as flexões das palavras, expressas, na língua portuguesa, por dez classes morfológicas ou gramaticais de acordo com a função de cada.

Elas são classificadas em:

· palavras variáveis: substantivo, adjetivo, pronome, numeral, artigo e verbo. Elas podem variar em gênero (masculino e feminino), número (singular e plural) e grau (aumentativo e diminutivo)

· palavras invariáveis: preposição, conjunção, interjeição e advérbio.

Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/morfologia-e-classes-morfologicas/>

QUESTÃO MANTIDA.

Questão 04– Língua Portuguesa Nível Superior

Candidato: 746023; 743024

Alegação: Candidatos alegam que no gabarito preliminar a resposta

apontada como correta foi alternativa d) Pleonismo, e que ao analisar o trecho citado, verifica-se que resta presente a Metáfora alternativa A. Alegam ainda que Na questão 4, existem as duas figuras de linguagens: Pleonismo (D) e Metáfora (A), portanto, há duplicidade de respostas. Solicitam anulação da questão 4 por este motivo.

INDEFERIDO: A questão em si não pode ser anulada porque de fato o enunciado pede a figura de linguagem do primeiro verso e não dos dois versos. Isto é, no primeiro há a presença do pleonismo e no segundo que vem a metáfora, quando há a comparação. O que ocorreu foi apenas erro de interpretação por parte dos candidatos.

QUESTÃO MANTIDA

Questão 05- Língua Portuguesa Nível Superior

Candidatos: 738655

Alegação: candidato alega que o gabarito preliminar da questão Número 05, considerou como correta a alternativa B, porém a questão apresenta como verdadeira também a alternativa C, pois as conjunções coordenativas recebem diferentes classificações, baseadas nas diferentes relações de sentido que elas dão às orações coordenadas, podendo ser aditivas (com valor positivo ou negativo), adversativas, alternativas, conclusivas e explicativas.

INDEFERIDO: A questão referida não pode ser anulada, visto que a conjunção "nem" tem valor aditivo, ou seja, relação de adição; que está de acordo com o que é pedido na questão, mesmo que dentro de sua classificação tenha a ideia de negativo, mas não há valor negativo e sim unidades negativas. Segundo Bechara (1999): "Conjunções aditivas – A aditiva apenas indica que as unidades que une (palavras, grupos de palavras e orações) estão marcadas por uma relação de adição. Temos dois conectores aditivos: e (para a adição das unidades positivas) e nem (para as unidades negativas)."

Portanto, o valor é sim aditivo, há uma relação de adição e não valor negativo, pois isso está dentro da classificação de adição.

QUESTÃO MANTIDA

Questão 15- Conhecimentos Gerais Nível Médio

Candidatos: 739602

Alegação: A candidata deixa de peticionar nulidade da questão, ou alteração de resultado já anunciado, resumindo seu pleito na indagação sobre os motivos pelos quais, no texto que falava sobre DETRAN, havia uma pergunta sobre meio ambiente.

INDEFERIDO: Como se depreende do enunciado da questão, havia um texto para leitura dos candidatos e com base nele, foram feitas duas questões. A manchete falava do CONTRAN e a regulamentação de legislação, que também envolve controle e combate à poluição, assunto que atualmente no Brasil, é da alçada do Ministério do Meio Ambiente.

QUESTÃO MANTIDA.

Questão 11- Conhecimentos Gerais Nível Superior

Candidatos: 739521;752188;777265;777699

Alegação: O primeiro candidato pede anulação da questão e alega que o enunciado é de informática, sendo assunto já tratado no espaço específico da prova, conforme o edital, extrapolando assim o mesmo assunto. Os demais candidatos apresentam exatamente o mesmo texto em recurso, dizendo que a questão possui duas respostas, confundindo URL com ID, desconhecendo portanto seus significados e funções.

INDEFERIDO: A banca se manifesta pela descaracterização de extrapolação de conteúdo alegado inicialmente, pois se trata de conhecimentos gerais no quesito informática, atendendo assim as exigências do edital. Fica também destacada a confusão das demais recursantes, entre ID e URL, como nos links abaixo – FICAM OS RECURSOS INDEFERIDOS E MANTIDA A QUESTÃO. Seguem os links: <http://br.ccm.net/contents/288-o-que-e-um-url>
<http://legauss.blogspot.com.br/2013/03/dica-rapida-como-obter-o-ip-partir-de.html>

<https://www.significados.com.br/url/>

QUESTÃO MANTIDA

Questão 12- Conhecimentos Gerais Nível Superior

Candidatos: 775620;746023;754451;775620;746023;754451

Alegação: Candidatos alegam em síntese que a questão deve ser anulada pois o gabarito considerou que como sendo todas as alternativas verdadeiras, contestando a veracidade de várias afirmativas.

INDEFERIDO: A questão foi elaborada e extraída inteiramente do livro "Cartas Extraordinárias, Companhia das Letras, 2015, organizado por Shaun Usher e traduzido por Hildegard Feist" e no enunciado desta questão o que se destaca é o poder da correspondência. Vamos aos recursos e contestações. 1 - A idade de Fidel Castro quando escreveu em inglês ao Presidente Americano, fundamentando no ECA, e portanto não era criança mas tinha 12 (14!) anos, vide. Pag.69, (Não há ECA nem em CUBA nem nos EUA, que surgiu no Brasil depois do fato, no caso não existe correlação); No Livro citado, (p.69), a cópia da carta, com a letra de Fidel Castro. INDEFERIDO. 2 - A Carta do Inferno, à George Lusk, chefe do comitê de vigilância na Inglaterra, está condizente com o enunciado mas o recursante, entende necessário trazer às minúcias, a área de delimitação territorial de atuação deste comitê que investigava a identificação de Jack, o que ultrapassava a ponderação lógica. INDEFERIDO. 3 - Patrick Hitler conseguiu ser aceito nas forças Armadas Americanas, como são conhecidas em todo o mundo, em todos os países, em todos os idiomas, aquelas pertencentes aos Estados Unidos da América do Norte. Conseguiu ingressar depois que sua carta foi lida pelo presidente, não existindo outro entendimento ou razão interpretativa que não seja o "Presidente Estadunidense", inclusive no enunciado da afirmativa. INDEFERIDO. 4 - Hitler não recebeu a carta que Gandhi lhe escreveu, pois este nunca existiu, e sim Mahandas Karamchand Gandhi. Ora, então podemos afirmar que o "Duce", aliado de Hitler, também não existiu e nesta mesma lógica, pode ser que o Hitler que estamos tratando seja o sobrinho de Adolfo. INDEFERIDO. 5 - Telegrama enviado do Titanic pela White Star Line para o Correio de Londres. A afirmativa é correta, conforme as páginas 294 e 295 do livro citado, que contém uma cópia fiel e colorida do telegrama. Importante esclarecer que em 14 de abril de 1912, 4 dias depois de sua viagem inaugural, o Titanic começou a afundar no meio do Atlântico e numerosos telegramas informaram sobre o desastre. O texto (SECRETARIO CORREIO GERAL LDN = SEGURADORAS TÊM MENSAGEM DE NOVAYORK QUE VIRGINIAN ESTÁ PERTO DO TITANIC E QUE NÃO HÁ PERIGO DE PERDAS HUMANAS = ISMAY) informa claramente o equívoco deste telegrama, enviado DO Titanic, PARA O Correio de Londres (do qual havia diversos funcionários a bordo, ATRAVÉS da White Star Line. Por isso a importância deste documento, pois se perderam 1517 vidas. INDEFERIDOS OS RECURSOS.

QUESTÃO MANTIDA

Questão 13- Conhecimentos Gerais Nível Superior

Candidatos: 743024; 743978 ;744641;746961;747273;749725;751417;752188;753624;764000 764010 ;770363 ;775620 ;777265 ;777699.

Alegação: Candidatos pedem em síntese, anulação da questão sob alegação de que a resposta ao enunciado está incorreta como divulgada, eis que o Rei da Suécia é chamado por nome diferente de Carlos Gustavo.

INDEFERIDO: Parece desnecessário esclarecer que a grafia correta do monarca, quando traduzida de seu idioma original sofre variações e no Brasil este soberano é chamado e conhecido por Carlos Gustavo, por toda a imprensa, canais governamentais e oficiais. INDEFERIDOS OS RECURSOS e mantida a questão. Seguem alguns links dos principais e mais respeitados meios de notícia. -

<https://www.terra.com.br/noticias/mundo/rei-da-suecia-entrega-premios-nobel-com-ausencia-marcante-de-bob-dylan,5a3cace7b-2f4f6397a668efafba16c4f8vro80f9.html>

<https://www.terra.com.br/noticias/mundo/>

rei-da-suecia-entrega-premios-nobel-com-ausencia-marcante-de-bob-dylan,5a3cace7b2f4f6397a668efafba16c4f8vro80f9.html
<https://www.efe.com/efe/brasil/cultura/rei-da-suecia-entrega-premios-nobel-com-ausencia-marcante-de-bob-dylan/50000241-3121282>

QUESTÃO MANTIDA

Questão 15- Conhecimentos Gerais Nível Médio

Candidato: 775620

Alegação: Candidato pede anulação da questão alegando que ainda faltam alguns meses para completar dois séculos da revolução pernambucana, que no seu entender, ocorrerá somente em março de 2018. Entretanto, em sua própria argumentação traz a data de 6 de março de 1817 como o início da eclosão emancipacionista.

INDEFERIDO: Como se vê, em nada muda o que já foi anunciado, em relação à produção artística (Romance) "A Noiva da Revolução", sendo seu recurso INDEFERIDO e mantida a resposta como anunciada preliminarmente. O site oficial do MEC trata da questão com detalhes. <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=48341:tv-escola-produzira-filme-sobre-revolucao-pernambucana-pela-proclamacao-da-republica>

QUESTÃO MANTIDA

Questão 20 – Advogado.

Candidatos: 750688; 775620; 738655; 750688.

Alegação: Os candidatos impetraram recurso sobre a questão mencionada, alegando, em síntese, que deve ser anulada, pois a assertiva estaria incompleta.

DEFERIDO: Assiste razão aos recorrentes ao alegar que a questão em análise merece ser anulada. Tendo em vista o erro material grosseiro na alternativa B da questão em análise, que foi considerada correta pelo gabarito preliminar, mas que apenas fez referência à palavra "orgânica", enquanto que o correto seria "lei orgânica". Para evitar qualquer prejuízo às partes interessadas, em especial aos candidatos que realizaram a prova, diante do erro material presente na assertiva divulgada como correta pelo gabarito preliminar considera-se necessário a anulação da referida questão.

QUESTÃO ANULADA

Questão 22 – Advogado.

Candidato: 775620.

ALEGAÇÃO: O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando, em síntese, que há incoerência na sua formulação, que divulgou como alternativa correta a letra B. Diz que a criação de Município, embora dependa de lei estadual, terá início mediante representação dirigida à Assembléia Legislativa, assinada por no mínimo 100 eleitores residentes e domiciliados na área a ser desmembrada, com firma reconhecida.

INDEFERIDO: Não assiste razão ao recorrente ao alegar que a questão em análise merece ser anulada. Em um primeiro momento há de se mencionar que a questão foi formulada tendo por objeto o parágrafo 4º do artigo 18 da Constituição Federal de 1988 – sendo que temas envolvendo este diploma legal, inclusive acerca da organização político-administrativa do Estado Brasileiro, foram devidamente previstos no edital de abertura deste certame.

O cabeçalho da questão foi claro e objetivo ao indagar o concursando a respeito de qual espécie de norma jurídica, lei em sentido estrito, seria necessário para a criação de um novo município. Com fundamento no supramencionado parágrafo 4º do artigo 18 da Constituição Federal, a criação de um novo município será realizada por Lei Estadual – motivo pelo qual a alternativa B da questão em análise esta correta.

Ao contrário do que foi alegado pelo autor do recurso, não há qualquer incoerência na elaboração da questão que foi formulada com matéria prevista no edital e que está de acordo com o texto de lei. Também não há qualquer dissonância entre o conteúdo da questão, que abordou apenas um dos requisitos para a criação de novos municípios, com o eventual procedimento interno da respectiva Assembléia Legislativa (lei estadual não foi objeto da prova).

Salientasse, por fim, que a questão não pediu qual seria o primeiro requisito formal a ser preenchido no processo para a criação de novos municípios, também não fez menção, em qualquer momento, que seria um único requisito a ser cumprido.

Outrossim, a Lei Complementar nº 1, de 9 de novembro de 1967, que é anterior à Carta Magna de 1988, também estabelece em seu artigo 1º que a criação de municípios dependerá de lei estadual e, sendo assim, não há qualquer incongruência ou motivos hábeis a ensejar a anulação da questão.

Referência Bibliográfica:

Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: > http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm <. Acesso em 3 de janeiro de 2018.

Lei Complementar nº 1, de 9 de novembro de 1967. Estabelece os requisitos mínimos de população e renda pública e a forma de consulta prévia as populações locais para a criação de novos municípios, e dá outras providências. Disponível em: > http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp01.htm <. Acesso em 3 de janeiro de 2018.

QUESTÃO MANTIDA

Questão 25 – Advogado.

Candidato: 775620.

Alegação: O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando, em síntese, que há incoerência na sua formulação, que divulgou como alternativa correta a letra C. Diz que a alternativa A está correta, pois em tese estaria de acordo com o disposto no artigo 2º do Decreto-Lei n. 4.657, de 4 de setembro de 1942 e que a expressão "automaticamente" deveria ser substituída por "na ausência de previsão em lei".

INDEFERIDO: Não assiste razão ao recorrente ao alegar que a questão em análise merece ser anulada. De fato, a questão foi elaborada tendo por base o Decreto-Lei n. 4.657, de 4 de setembro de 1942 – a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

A alternativa divulgada pelo gabarito preliminar de fato está correta, pois se mostra em consonância com o disposto no parágrafo 4º do artigo 1º do supramencionado texto de lei, que assim dispõe: "As correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova". Já a alternativa A está incorreta, pois, a teor do parágrafo 3º do artigo 2º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, a regra geral é a de que a lei revogada não será restaurada quando a lei revogadora perder a sua vigência.

A lei revogada somente será restaurada, em caso de a lei revogadora perder a sua vigência, quando houver expressa previsão legal neste sentido.

Diante do exposto, não havendo qualquer erro grosseiro na questão em análise não há que se falar em sua anulação.

Referência Bibliográfica

Decreto-Lei n. 4.657, de 4 de setembro de 1942. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Disponível em: > http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del4657compilado.htm <. Acesso em 3 de janeiro de 2018.

QUESTÃO MANTIDA

Questão 28 – Advogado.

Candidato: 775620.

Alegação: O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando, em síntese, que há incoerência na sua formulação, que divulgou como alternativa correta a letra B, mas que a alternativa D em tese também estaria correta. Diz que a teor do artigo 207 do Código Civil, também se aplicam à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.

INDEFERIDO: Não assiste razão ao recorrente ao alegar que a questão em análise merece ser anulada. A questão foi elaborada tendo por base as normas relativas ao instituto da Decadência, previstas no Código Civil Brasileiro. A alternativa D de fato está incorreta e, ao contrário do que alega o autor do recurso em análise, a regra geral é a de que "salvo disposição legal em contrário, não

se aplicam à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição” – grifo nosso.

Já a alternativa B realmente está correta, pois em consonância com o disposto no artigo 208 em cumulação com o artigo 195 do Código Civil, ou seja, “os relativamente incapazes e as pessoas jurídicas têm ação contra os seus assistentes ou representantes legais, que derem causa à prescrição, ou não a alegarem oportunamente” – conforme o artigo 208, a mesma regra se aplica à decadência.

Diante do exposto, não havendo qualquer erro grosseiro na questão em análise há que se falar em sua anulação.

Referência Bibliográfica

Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: > http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm <. Acesso em 3 de janeiro de 2018.

QUESTÃO MANTIDA

Questão 30 – Advogado.

Candidato: 775620.

Alegação: O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando, em síntese, que há incoerência na sua formulação, que divulgou como alternativa correta a letra C. Diz que o gabarito está equivocado, pois os itens I, III e IV estão corretos e que o erro estaria na alternativa III que ofende o disposto no artigo 37 da Constituição Federal. Alega que a alternativa B deve ser considerada correta, pois elenca os itens II e III como incorretos.

INDEFERIDO: Não assiste razão ao recorrente ao alegar que a questão em análise merece ser anulada. A questão foi elaborada tendo por base os Princípios da Administração Pública e o item III, ao contrário do que alegado pelo autor do recurso em análise realmente está correto.

Isso porque, em consideração ao Princípio da Impessoalidade, sem qualquer afronta ao artigo 37 da Carta Magna, a Administração Pública não está proibida de estabelecer discriminações, mas somente naquelas que se revelem gratuitas.

“Seguindo pela ordem apresentada no art. 37, chega-se agora ao princípio da impessoalidade, que pode ser traduzido pela obrigação atribuída ao Poder Público de manter uma posição neutra em relação aos administrados, só produzindo discriminações que se justifiquem em vista do interesse público” (SPITZCOVSKY, 2006, p. 38). Sendo assim, a assertiva presente no item III também está correta, não havendo possibilidade de troca de gabarito. Diante do exposto, não havendo qualquer erro grosseiro na questão em análise também não há que se falar em sua anulação.

Referência Bibliográfica

SPITZCOVSKY, Celso. Direito Administrativo. 8ª ed. São Paulo: Damásio de Jesus, 2006.

QUESTÃO MANTIDA

Questão 35 – Advogado.

Candidato: 775620.

Alegação: O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando, em síntese, que há incoerência na sua formulação, que divulgou como alternativa correta a letra B. Diz que não houve previsão da matéria no Edital de Abertura do Concurso Público.

INDEFERIDO: Não assiste razão ao recorrente ao alegar que a questão em análise merece ser anulada. A questão foi elaborada tendo por base o parágrafo 4º do artigo 153 da Constituição Federal de 1988. Aliás, tributos em espécie, o respectivo conceito, natureza jurídica e a respectiva classificação foi matéria devidamente prevista no edital de abertura do certame, não havendo que se falar em anulação da questão por ausência de previsão da matéria. Vejamos:

DIREITO TRIBUTÁRIO Conceito. Conteúdo. Natureza. Autonomia. Fontes. Relação com o Direito Financeiro. Sistema Constitucional Tributário: Poder de tributar. Competência tributária. Capacidade tributária. Legislação tributária: vigência no tempo e no espaço. Aplicação. Hermenêutica tributária. Interpretação e integração de legislação tributária no Código Tributário Nacional. Norma

Tributária: Incidência. Vigência. Aplicação. Interpretação. Tributos: Conceito. Natureza Jurídica. Classificação. Espécies. Princípios constitucionais do Direito Tributário: legalidade, Isonomia. Irretroatividade. Anualidade e anterioridade. Proibição de uso de tributo com efeito de confisco; Código Tributário Municipal (Lei Municipal nº 170/1983; Lei de Execuções Fiscais (Lei Federal nº 6.830/80; Lei Complementar ISS (Lei Complementar nº 116/2003);

Diante do exposto, não havendo qualquer incoerência na questão em análise não há que se falar em sua anulação pelo que deve ser mantida.

QUESTÃO MANTIDA

Questão 36 – Advogado.

Candidato: 743978.

Alegação: O candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada, alegando, em síntese, que em consideração ao disposto no artigo 109 do Código Tributário Nacional, os princípios gerais do direito privado não são vedados na interpretação da legislação tributária pela autoridade competente, motivo pela qual a alternativa D também estaria correta.

INDEFERIDO: Não assiste razão ao recorrente ao alegar que a questão em análise merece ser anulada.

A questão foi elaborada tendo por base o artigo 108 do Código Tributário Nacional. Sendo assim, tratando-se especificamente de Direito Tributário, quando o intérprete da lei, ou ainda a autoridade competente, considerar que não existe norma jurídica capaz de regulamentar determinada situação, somente neste caso poderá fazer uso de determinados meios de integração da legislação tributária.

De acordo com o artigo 108 do CTN, deve-se suprimir tais lacunas por meio da analogia (inciso I), os princípios gerais do direito tributário (inciso II), os princípios gerais de direito público (inciso III) e a equidade (inciso IV). Embora que o rol não seja taxativo, sempre que possível deve-se observar sua ordem preferencial.

Quanto ao artigo 109 do CTN, têm-se que os princípios gerais do direito privado são utilizados apenas para “pesquisa da definição, do conteúdo e do alcance de seus institutos, conceitos e formas, mas não para definição dos respectivos efeitos tributários”, ou seja, não trata-se de modalidade de analogia do direito tributário.

Referência Bibliográfica:

Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o sistema tributário nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Disponível em: > http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5172Compilado.htm <. Acesso em 3 de janeiro de 2018.

QUESTÃO MANTIDA

Barra Velha, 09 de Janeiro de 2018.

Valter Marino Zimmermann
Prefeito Municipal

Moema Ramos Alvim Gouveia
Presidente do IPREVE

ATO 007/IOBV/001/17 INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BARRA VELHA

Publicação Nº 1517723

11Osta,

GABARITO DEFINITIVO

Ensino Médio
Agente Administrativo

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	C	C	D	A	D	B	A	C	D	B	C	D	A	C	C	B	D	B	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	D	A	D	B	D	A	C	B	B	A	C	A	B	D	A	C	C	D	C

Ensino Superior
Advogado

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	D	A	D	B	A	C	B	C	D	A	D	C	B	A	D	B	C	B	X
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	B	A	D	C	B	A	B	D	C	A	B	C	C	B	D	A	D	D	A

Contador

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	D	A	D	B	A	C	B	C	D	A	D	C	B	A	D	B	C	B	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	A	D	D	B	A	C	B	A	D	D	C	A	B	B	D	A	C	B	C

Barra Velha, 09 de Janeiro de 2018.

CÂMARA MUNICIPAL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 001/2018

Publicação Nº 1517933

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Presidente da Câmara de Vereadores de Barra Velha, ALEX SANDRO CORREIA DOS SANDOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr.10.520/2002 e alteração posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo departamento jurídico, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.:	1/2018
b) Licitação Nr.:	1/2018
c) Modalidade:	Pregão Presencial
d) Data Homologação:	08/02/2018
e) Objeto da Licitação:	AQUISIÇÃO DE TONER, RECARGA, TINTA PARA IMPRESSORAS, CARIMBO, BORRACHA E REFIL DE ACORDO COM AS NECESSIDADES E CONVENIÊNCIAS DA CÂMARA DE VEREADORES DE BARRA VELHA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO AO EDITAL.

f) Fornecedores e itens declarados vencedores.

Fornecedor: 490385 - STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME – LOTE III

Item	Produto	Quantidade	Valor Total
13	RECARGA de Toner SCX4200, Preto, para impressora Samsung SCX-4200.	5	R\$152,50
14	RECARGA de Toner CE 278A, Preto, para impressora HP 1536DNF MFP.	20	R\$400,00
15	RECARGA de Toner HP CF 226X, Preto, para impressora HP LASERJET PRO MFP M426FDW.	15	R\$2.025,00
16	RECARGA de Toner HP CE 505A, Preto, para impressora HP LASERJET P2035N.	10	R\$350,00
		Valor Total:	R\$2.927,50



Valor total Lote III: R\$2.927,50 (Dois mil, novecentos e vinte e sete reais e cinquenta centavos).

Fornecedor: 490385 - STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME – LOTE IV

Item	Produto	Quantidade	Valor Total
17	Carimbo completo automático e auto-entintado, caixa plástica, dimensões aproximadas 38x14mm.	10	R\$353,00
18	Carimbo completo automático e auto-entintado, caixa plástica, dimensões aproximadas 47x18mm.	10	R\$413,00
19	Carimbo completo automático e auto-entintado, caixa plástica, dimensões aproximadas 58x22mm.	10	R\$456,30
20	Carimbo completo automático e auto-entintado, caixa plástica, dimensões aproximadas 64x26mm.	8	R\$407,76
21	Carimbo completo automático e auto-entintado, caixa plástica, dimensões aproximadas 75x38mm.	8	R\$464,00
22	Carimbo completo automático e auto-entintado, caixa plástica, dimensões aproximadas 60x40mm.	8	R\$450,40
23	Carimbo completo com datador, automático e auto-entintado, caixa plástica, dimensões aproximadas 41x24mm.	8	R\$532,00
24	Borracha para carimbo automático e autoentintado, medindo 38x14mm.	8	R\$141,36
25	Borracha para carimbo automático e autoentintado, medindo 47x18mm.	8	R\$141,36
26	Borracha para carimbo automático e autoentintado, medindo 58x22mm.	8	R\$141,36
27	Borracha para carimbo automático e autoentintado, medindo 64x26mm.	8	R\$154,64
28	Borracha para carimbo automático e autoentintado, medindo 75x38mm.	8	R\$168,00
29	Borracha para carimbo automático e autoentintado, medindo 60x40mm.	8	R\$154,64
30	Borracha para carimbo automático e autoentintado, medindo 41x24mm.	8	R\$168,00
31	Refil/almofada para carimbo automático e autoentintado, medindo 38x14mm.	5	R\$90,00
32	Refil/almofada para carimbo automático e autoentintado, medindo 47x18mm.	5	R\$90,00
33	Refil/almofada automático e autoentintado, medindo 58x22mm.	5	R\$95,00
34	Refil/almofada para carimbo automático e autoentintado, medindo 64x26mm.	5	R\$115,00
35	Refil/almofada para carimbo automático e autoentintado, medindo 75x38mm.	5	R\$116,65
36	Refil/almofada para carimbo automático e autoentintado, medindo 60x40mm.	5	R\$115,00
37	Refil/almofada para carimbo automático e autoentintado, medindo 41x24mm.	5	R\$125,00
		Valor Total	R\$4.892,47

Valor total Lote IV: R\$ 4.892,47 (Quatro mil, oitocentos e noventa e dois reais e quarenta e sete centavos)

Fornecedor: 740640 - EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME – LOTE I

Item	Produto	Quantidade	Valor Total
1	Tinta corante PRETO, cor profissional, para Bulk ink de impressora HP OFFICE JET PRO 8610. Garrafa lacrada, contendo 1000ml, tinta de primeira qualidade. Garantia mínima de 01 ano á contar da data de entrega.	3	R\$96,00
2	Tinta corante AMARELO, cor profissional, para Bulk ink de impressora HP OFFICE JET PRO 8610. Garrafa lacrada, contendo 1000ml, tinta de primeira qualidade. Garantia mínima de 01 ano á contar da data de entrega.	1	R\$32,00
3	Tinta corante CIANO, cor profissional, para Bulk ink de impressora HP OFFICE JET PRO 8610. Garrafa lacrada, contendo 1000ml, tinta de primeira qualidade. Garantia mínima de 01 ano á contar da data de entrega.	1	R\$32,00
4	Tinta corante MAGENTA, cor profissional, para Bulk ink de impressora HP OFFICE JET PRO 8610. Garrafa lacrada, contendo 1000ml, tinta de primeira qualidade. Garantia mínima de 01 ano á contar da data de entrega.	1	R\$32,00
5	Refil de tinta ORIGINAL Epson PRETO T664120 para impressora EPSON L575, embalagem 70ml. Garantia mínima de 01 ano á contar da data de entrega.	6	R\$414,00
6	Refil de tinta ORIGINAL Epson AMARELO T664420 para impressora EPSON L575, embalagem 70ml. Garantia mínima de 01 ano á contar da data de entrega.	3	R\$207,00
7	Refil de tinta ORIGINAL Epson CIANO T664220 para impressora EPSON L575, embalagem 70ml. Garantia mínima de 01 ano á contar da data de entrega.	3	R\$207,00
8	Refil de tinta ORIGINAL Epson MAGENTA T664320 para impressora EPSON L575, embalagem 70ml. Garantia mínima de 01 ano á contar da data de entrega.	3	R\$207,00
		Valor Total	R\$1.227,00

Valor total Lote I: R\$ 1.227,00 (Um mil, duzentos e vinte e sete reais).

Fornecedor: 740640 - EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME – LOTE II

Item	Produto	Quantidade	Valor Total
9	Toner compatível SCX4200 Preto, para impressora Samsung SCX-4200. Produto novo, embalado na caixa e lacrado, com rendimento médio de 3.000 (Três mil) impressões com cobertura de 5% para folhas A4. Garantia mínima de 01 ano á contar da data de entrega.	3	R\$165,00
10	Toner compatível CE 278A Preto, para Impressora HP 1536DNF MFP. Produto novo, embalado na caixa e lacrado, com rendimento médio de 2.000 (Duas mil) impressões com cobertura de 5% para folhas A4. Garantia mínima de 01 ano á contar da data de entrega.	10	R\$290,00

11	Toner compatível HP CF 226X Preto, para impressora HP LASERJET PRO MFP M426FDW. Produto novo, embalado na caixa e lacrado, com rendimento médio de 9.000 (nove mil) impressões com cobertura de 5% para folhas A4. Garantia mínima de 01 ano á contar da data de entrega.	10	R\$1.700,00
12	Toner compatível HP CE 505A Preto, para impressora HP LASERJET P2035N. Produto novo, embalado na caixa e lacrado, com rendimento médio de 2.300 (Duas mil e trezentas) impressões com cobertura de 5% para folhas A4. Garantia mínima de 01 ano á contar da data de entrega.	8	R\$304,00
		Valor Total	R\$2.459,00

Valor total Lote II: R\$2.459,00 (Dois mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais).

Barra Velha, 8 de fevereiro de 2018
ALEX SANDRO CORREIA DOS SANTOS
Presidente da Câmara

PROCON - BARRA VELHA

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Publicação Nº 1517207

RECLAMAÇÃO: FA Nº 42.004.001.17-0003134
RECLAMANTE: ALEXANDRE DE OLIVEIRA- CPF: 072.310.018-74
RECLAMADA:SEMP AMAZONAS S.A.- CNPJ: 04.400.552/0001-48

PARECER JURÍDICO

1. BREVE RELATO DOS FATOS

O Consumidor acima qualificado compareceu neste Órgão em 05.12.2017e relatou os seguintes fatos:

"Que comprou uma TV 32 LED HDTV 60HZ LE 3256 Semp Toshiba no dia 20.03.2013, no valor de R\$: 858; 90 (Oitocentos e cinquenta e oito reais e noventa centavos), realizada online junto a empresa Ricardo Eletro, porém quando a TV completou 01 (um) ano de uso apresentou defeito por falta de imagem.

Encaminhado para a assistência técnica (ELETRONICA HANG), concordou o consumidor em pagar pela mão de obra e a SEMP emfornecer a peça para reparo, nessa ocasião o aparelho foi concertado.

Porém em Setembro de 2017 o aparelho voltou a apresentar defeito, ou seja, sem cor e com imagem duplicada, e novamente retornou enviado para a mesma assistência no dia 29.09.2017 restando o fornecedor incumbido em passar o orçamento do concerto.

No dia 03.10.2017 aassistência técnica e em contato com o consumidor informando que o problema no televisor estava display do aparelho, e o seu custo sairia o valor de R\$: 1.700;00 (Mil e setecentos reais) com o prazo de entrega de 06 (seis) meses.

Na sequência, foi realizado contato com a atendente Narija e aberto o protocolo 20151111005 e encaminhado à nota fiscal do aparelho televisor para o e-mail retorno@sempocl.com.br.

Ato contínuo após a avaliação documental, a mesma atendente fez contato com este órgão alegando que, realmente o valor do concerto ficaria no valor de R\$: R\$: 1.700;00 (Mil e setecentos reais), ante ao fato de, de já ter expirado os 05 (cinco) anos de assistência, e que referida peça só existe no exterior, por isso o valor tão demasiado.

Propôs ainda que, o consumidor poderia comprar outra TV no valor de 1.040;00 (Mil e quarenta reais), porém o consumidor não aceitou, entendendo ter direito em ter seu televisor concertado sem qualquer custo, e a fabricante a obrigação de disponibilizar as peças no mercado nacional para fins de reparo e concerto.

Para comprovar o alegado o consumidor apresenta também:

*Reclamação realizada junto ao site. www.procon.sc.gov.br.

*Orçamento da Assistência Técnica (HANG ELETRÔNICA) com a

descrição do aparelho televisor no valor de R\$>1.700;00 (Mil e setecentos reais).

*Nota fiscal da TV 32 LED HDTV 60HZ LE 3256 Semp Toshiba, R\$: 858; 90 (Oitocentos e cinquenta e oito reais e noventa centavos). Em resposta a CIP (fls. 24 a 25), a empresa reclamada SEMP TOSHIBA informou que o prazo de garantia contratual de fábrica concedida pra o referido Televisor foi de 12 (doze) meses, incluídos os 90 (noventa) dias de garantia legal da compra datada em 20.03.2013, alegando ainda que a garantia de fábrica expirou no dia 20.03.2014, totalizando 365 (trezentos e sessenta e cinco dias). Alegou ainda que, o aparelho televisor foi adquirido a mais de 04 nos, e apresentado um vício de funcionalidadeno ano de 2015, a quase 02 (dois) anos da data da compra, a que a fábrica por cortesia concedeu a peça para reparo.

Em suma, pleiteou pelo reconhecimento do prazo decadencial, conforme previsão do artigo 26 do Condigo de Defesa do Consumidor. As partes foram encaminhadas para audiência conciliatória realizada neste órgão no dia 18.12.2017, onde areclamada reiterou as informações já prestadas que o prazo de garantia legal era de 12 (doze) meses qual já se findaram desde a data da compra do produto não viabilizando assim, qualquer proposta de acordo.

Ato contínuo, a Reclamada juntou Defesa Administrativa juntamente com seus anexosreiterando os fatos já articulados, e, em apertada síntesepugnou pela extinção da presente reclamatória.

O presente processo administrativo seguiu todos os ritos processuais sem a constatação de qualquer vício formal capaz de anular o presente feito e, deste feito, ascenderam os autos do processo a esta Assessoria Jurídica para análise do mérito e possível descumprimento às Leis Consumeiristas, motivo pelo qual passamos a adentrar no caso concreto e, ao final, exarar o parecer jurídico. É o breve relato. Opina-se.

DO JULGAMENTO DO MÉRITO

1.1 - Artigos Legais Infringidos da Lei 8.078/90

Art. 6º São direitos básicos do consumidor;

III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;

VI - a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos;

Art. 18. Os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com a indicações constantes do

recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, podendo o consumidor exigir a substituição das partes viciadas.

Art. 32. Os fabricantes e importadores deverão assegurar a oferta de componentes e peças de reposição enquanto não cessar a fabricação ou importação do produto.

Parágrafo único. Cessadas a produção ou importação, a oferta deverá ser mantida por período razoável de tempo, na forma da lei.

Ainda conforme no procedimento, resta mencionado que a referida prática é ofensiva ao determinado na legislação de defesa do consumidor, que preceitua:

2. DOS FUNDAMENTOS JURIDICOS

Inicialmente, cumpre destacar que é legítima a atuação do PROCON desta comarca sempre que condutas praticadas no mercado de consumo atingir diretamente o interesse de consumidores, no regular exercício do poder de polícia que lhe foi conferido pelo Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078/90)

Nessa senda, é o entendimento jurisprudencial:

[...] sempre que condutas praticadas no mercado de consumo atingirem diretamente o interesse de consumidores, é legítima a atuação do Procon para aplicar as sanções administrativas previstas em lei, no regular exercício do poder de polícia que lhe foi conferido no âmbito do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor." (STJ, REsp nº 1.138.591/RJ, Rel. Min. Castro Meira, j. em 22 de setembro de 2009).

Parece inegável que o caso em voga se sujeita às relações jurídicas de consumo, advindas da Lei nº 8.078/90, uma vez que o Reclamante é consumidor e a Reclamada é fornecedora, nos termos do que dispões os art. 2º e 3º do CDC.

Ultrapassada essa questão, passa-se a análise de mérito.

Compulsando os autos, se verifica que foram devidamente observados os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, ambos insculpidos no art. 5º, inciso LV, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Isso porque, a empresa Reclamada teve pleno conhecimento do teor da infração que lhe é imputada e fora-lhe facultado apresentar defesa para argumentar provas que demonstrassem a eventual insubsistência dos fatos narrados na reclamação.

Analizando o presente caso considerando que a televisão do consumidor começou a apresentar vícios com 01 (um) no ano em que foi adquirida. Entretanto, verifica-se dos documentos acostados, que o consumidor adquiriu o produto em 2013 e somente constatou o vício 01 (um) ano após o seu uso, tratando-se, portanto, de vício oculto.

No caso dos autos verifica-se que a autora comprou a TV 32 LED HDTV 60HZ LE 3256 Semp Toshiba em 20.03.2013 (fl. 16), sendo que o documento à fl. 15, datado em 29/09/2017, comprova a necessidade de troca de uma peça não mais fornecida pela fabricante.

O consumidor, ao adquirir um televisor de 32 polegadas, de LED, HDTV espera, por certo, uma vida útil considerável. Não é razoável que um televisor como tal dure alguns anos e, após, tenha de ser substituído diante da ausência de peças, nem tão pouco, poderia o fabricante estimular que o Consumidor adquirisse do fornecedor, um outronovo modelo de TV mais inferior, acreditando novamente na vida útil do aparelho.

A televisão é um bem durável. A opção por mudança de tecnologias e sistemas deve se dar por vontade do consumidor. Embora cada vez mais frequentes as trocas de tecnologias e funcionalidades nos diferentes aparelhos eletrônicos, as empresas devem assegurar peças para que o consumidor, querendo manter o que possui, tenha essa possibilidade. Não se mostra razoável que um televisor apresente defeito insanável com somente pouco mais de 01(um) ano de uso, sendo inviabilizado o seu reparo ante a inexistência de peça no mercado nacional.

Ademais, de modo que alega o fabricante, o mero fato de o prazo de garantia já ter expirado, quando do surgimento do vício, é irrelevante, porque o consumidor se mostrou disposta a pagar pelo conserto.

A prevalecer a tese do fabricante, terminado o exíguo prazo de garantia, que costuma ser de 1 ano, o consumidor estaria desamparado, porque não teria direito ao conserto do produto pelo fabricante e estaria impossibilitado de providenciar o reparo, por sua conta, no caso de cessação da fabricante das peças.

Apenas a título de elucidação, repisa-se, a televisão foi adquirida em 2013 e o consumidor pleiteou o reparo pouco mais de 01 (um) ano após, que, dê seu envio assistência, voltou novamente no decorrer do ano de 2017 a apresentar outro insanável.

Ora, se o aparelho tem vida útil de pelo menos 10 anos, o fabricante não pode pretender que o consumidor seja induzido a adquirir outro novo, em caso de vício surgido antes de transcorrida a metade de sua vida útil.

Assim, abusiva a conduta do fornecedor que não disponibiliza a reposição de peças em tempo razoável após a aquisição.

Ademais, as defesas apresentadas pela reclamada são genéricas e não rebateram nenhum ponto em que se baseou o reclamante para postular seu direito, singelamente anota que não existe nexo de causalidade entre o ato praticado pela reclamada e o dano experimentado pelo consumidor, ou seja, em vez de se redimir com o consumidor e providenciar a imediata substituição do bem, resolvendo o problema de maneira simples, rápida e barata, optou por obstar o direito dela de usufruir da televisão adquirida, sem apoiar a sua resistência em qualquer fundamento plausível.

A conduta da reclamada gerou frustração ao consumidor, que o desestabilizou emocionalmente, nesta senda, devidamente caracterizado desrespeito as normas consumeristas, na hipótese em tela, pois a conduta da ré se traduziu em verdadeira desconsideração com a pessoa do consumidor.

No mesmo sentido, a desídia da empresaincide na hipótese vertente, prática que deve ser considerada como infrativa capituladas nos artigos. 12, inciso I, II, IX alínea d, e artigo 13 incisoV do Decreto Federal n. 2.181/97. In verbis:

Art. 12. São consideradas práticas infrativa:

I - condicionar o fornecimento de produto ou serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos;

II - recusar atendimento às demandas dos consumidores na exata medida de sua disponibilidade de estoque e, ainda, de conformidade com os usos e costumes;

IX - colocar, no mercado de consumo, qualquer produto ou serviço: (...)

d) impróprio ou inadequado ao consumo a que se destina ou que lhe diminua o valor;

Art. 13. Serão consideradas, ainda, práticas infrativas, na forma dos dispositivos da Lei nº 8.078, de 1990:

V - deixar de empregar componentes de reposição originais, adequados e novos, ou que mantenham as especificações técnicas do fabricante, salvo se existir autorização em contrário do consumidor; Conforme se percebe de todo o aduzido, é comprovada a ocorrência da infração às normas de proteção ao consumidor, tendo em vista a prática infrativa comentada anteriormente.

Sendo assim, comprovadas as infrações cometidas pela empresa reclamada, o CDC prevê a aplicação legal da pena de multa:

Art. 56. As infrações das normas de defesa do consumidor ficam sujeitas, conforme o caso, às seguintes sanções administrativas, sem prejuízo das de natureza civil, penal e das definidas em normas específicas:

I - multa;

Art. 57. A pena de multa, graduada de acordo com a gravidade da infração, a vantagem auferida e a condição econômica do fornecedor, será aplicada mediante procedimento administrativo, revertendo para o Fundo de que trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, os valores cabíveis à União, ou para os Fundos estaduais ou municipais de proteção ao consumidor nos demais casos. (Redação dada pela Lei nº 8.656, de 21.5.1993)

Parágrafo único. A multa será em montante não inferior a duzentas

e não superior a três milhões de vezes o valor da Unidade Fiscal de Referência (Ufir), ou índice equivalente que venha a substituí-lo. (Parágrafo acrescentado pela Lei nº 8.703, de 6.9.1993);

Nesse contexto, trazemos o entendimento da Jurisprudência em casos análogos:

RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. REFRIGERADOR. AUSÊNCIA DE PEÇA DE REPOSIÇÃO. DECADÊNCIA. NÃO OCORRÊNCIA. OBRIGAÇÃO DO FABRICANTE EM MANTER PEÇAS DE REPOSIÇÃO. SENTENÇA MANTIDA. Não há falar em decadência quando a reclamação do consumidor não diz respeito a vício do produto. É obrigação do fabricante manter, por prazo razoável, a oferta de peças de reposição. Inteligência do art. 32 do CDC. Inexistência de peças apenas quatro anos após a aquisição do bem que se revela abusiva, pois um refrigerador certamente não é um bem descartável feito para durar tão pouco tempo. Obrigação de substituição por outro refrigerador mantida, considerando que sequer alegada em contestação a existência da peça reclamada na inicial, bem como a possibilidade de conserto do bem. Sentença mantida por seus próprios fundamentos. RECURSO DESPROVIDO. UNÂNIME. RECURSO INOMINADO PRIMEIRA TURMA RECURSAL CÍVEL; Nº 71004764130 (Nº CNJ: 0052751-17.2013.8.21.9000); COMARCA DE PELOTAS; BRASTEMP WHIRPOOL S/ARECORRENTE: MOISÉS STOQUETTI PEREIRA; RECORRIDO: WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA INTERESSADO;

"PROCON. RECLAMAÇÃO EFETUADA POR CONSUMIDOR. =[...] 2) IMPOSIÇÃO DE MULTA POR DANO INDIVIDUAL CAUSADO A CONSUMIDOR. POSSIBILIDADE. EXERCÍCIO REGULAR DO PODER DE POLÍCIA.

"1. A recorrente visa desconstituir título executivo extrajudicial correspondente à multa aplicada por Procon municipal à concessionária do serviço de telefonia. A referida penalidade resultou do descumprimento de determinação daquele órgão de defesa do consumidor concernente à instalação de linha telefônica no prazo de 10 (dez) dias.

[...] 5. Sempre que condutas praticadas no mercado de consumo atingirem diretamente o interesse de consumidores, é legítima a atuação do Procon para aplicar as sanções administrativas previstas em lei, no regular exercício do poder de polícia que lhe foi conferido no âmbito do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. Tal atuação, no entanto, não exclui nem se confunde com o exercício da atividade regulatória setorial realizada pelas agências criadas por lei, cuja preocupação não se restringe à tutela particular do consumidor, mas abrange a execução do serviço público em seus vários aspectos, a exemplo, da continuidade e universalização do serviço, da preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão e da modicidade tarifária." (REsp n. 1.138.591/RJ, rel. Min. Castro Meira, Segunda Turma, j. 22-9-2009) (AC n. 2012.077001-8, de Balneário Camboriú, j. 18-11-2014).

No mesmo sentido:

É possível a aplicação de multa ao fornecedor que, instado pelo PROCON a prestar informações de interesse do consumidor, em reclamação por este formulada, nada esclarece no prazo dado. Ainda mais quando há descumprimento, por parte do fornecedor, da obrigação de prestar informações sobre reclamação formulada por consumidor. Não é nula a multa fixada pelo PROCON em decisão administrativa, após cumprido o devido processo legal, com as garantias do contraditório e da ampla defesa, devendo o valor ser aplicado com razoabilidade e proporcionalidade, de acordo com a gravidade da infração, a vantagem auferida e a condição econômica da empresa infratora, dentro dos limites estabelecidos no Código de Defesa do Consumidor. (AC n. 2014.091841-8, de Chapécó, rel. Des. Jaime Ramos, Quarta Câmara de Direito Público, j. 26-3-2015). "

A propósito, do Superior Tribunal de Justiça:

"PROCESSUAL CIVIL". CONSUMIDOR. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. MULTA APLICADA PELO PROCON. COMPETÊNCIA DO PROCON.

1. O entendimento do Tribunal de origem, de que o Procon não possui competência para aplicar multa em decorrência do não atendimento de reclamação individual, não está em conformidade com a orientação do STJ.

2. A sanção administrativa prevista no art. 57 do Código de Defesa do Consumidor funda-se no Poder de Polícia - atividade administrativa de ordenação - que o Procon detém para cominar multas relacionadas à transgressão dos preceitos da Lei 8.078/1990, independentemente de a reclamação ser realizada por um único consumidor, por dez, cem ou milhares de consumidores.

3. O CDC não traz distinção quanto a isso, descabendo ao Poder Judiciário fazê-lo. Do contrário, o microsistema de defesa do consumidor seria o único a impedir o sancionamento administrativo por infração individual, de modo a legitimá-lo somente quando houver lesão coletiva.

4. Ora, há nesse raciocínio clara confusão entre legitimação para agir na Ação Civil Pública e Poder de Polícia da Administração. Este se justifica tanto nas hipóteses de violações individuais quanto nas massificadas, considerando-se a repetição simultânea ou sucessiva de ilícitos administrativos, ou o número maior ou menor de vítimas, apenas na dosimetria da pena, nunca como pressuposto do próprio Poder de Polícia do Estado.

5. Recurso Especial provido." (REsp 1.523.117/SC, rel. Ministro Herman Benjamin, j. em 21/05/2015) [grifou-se]

Outrossim, no caso em tela denota-se o cometimento de violação aos direitos do consumidor, o que converge para prática infrativa ao Código de Defesa do Consumidor.

3. CONCLUSÃO

CONSIDERANDO que a defesa do Consumidor traduz-se em direito fundamental reconhecido pela Constituição da República Federativa de 1988 (CF, art. 5,XXXII), bem como princípio geral da atividade econômica, na forma do art. 170, V, da mesma carta;

CONSIDERANDO que a Lei 8.708/90 estabelece normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social (art. 1 da Lei 8.708/90);

CONSIDERANDO Ser direito básico do consumidor a proteção contra a métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas abusivas, bem como a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos;

CONSIDERANDO que a teoria da qualidade se concentra no objeto da prestação contratual (produto ou serviço) porque visualiza o resultado da atividade dos fornecedores de modo a imputar-lhes objetivamente o dever de qualidade dos produtos que ajudam a colocar no mercado, e que o CDC assegura a proteção do consumidor, garantindo seu ressarcimento, evitando novos danos, e exigindo das partes contratantes respeito e lealdade em todas as fases do processo da relação de consumo, no intuito de garantir a segurança dos consumidores.

Ainda, dentre as responsabilidades emanadas pelo Código de Defesa do Consumidor, não se obteve êxito em reduzir o desequilíbrio entre as partes através de uma composição extrajudicial e orientada o consumidor na oportunidade que deve ser dirimida as questões de direito perante o Poder Judiciário e, nesse sentido, recomenda-se a aplicação da pena de multa como sanção sobre a conduta lesiva da reclamada às Leis Consumeristas.

Por todo o exposto, com fulcro no art. 43 do Decreto nº 2.181/97, essa assessoria Jurídica OPINA por aplicar sanção de multa à empresa Reclamada em desrespeito aos artigos 12, inciso I, II, IX alínea d, e artigo 13 inciso V do Decreto Federal n. 2.181/97.

Neste sentido, esta Assessoria Jurídica SUGERE que seja julgado procedente o processo administrativo FA Nº 42.004.001.17-0003134, em desfavor da empresa SEMPAMAZONAS S.A.e, por conseguinte, a imposição de multa por descumprimento as leis consumeiristas é medida que impõe ao caso em tela.

É o parecer.

À consideração superior.

Barra Velha, SC 08 de Fevereiro de 2018.

JOSCINEI PEDRONI

Assessor Jurídico do PROCON/Barra Velha - SC

Matrícula N. 312959

DECISÃO FINAL

Visto e examinado estes autos de procedimento administrativo FA nº 42.004.001.17-0003134, esta revestido das formalidades estabelecidas na legislação, acato o parecer da Assessoria Jurídica e verifico que existem provas suficientes da inobservância aos preceitos do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, mostrando-se necessária a intervenção deste Órgão.

Importa ainda destacar que compulsando os autos, se verifica que o presente Processo Administrativo tramitou em consonância com as normas do Decreto Federal nº 2.181 de 1997. Isso porque, não restou configurada qualquer circunstância que significasse prejuízo para a defesa de modo a acarretar qualquer tipo de nulidade (art. 48, Decreto Federal nº 2.181/97).

No tocante a penalidade de multa sugerida, destaca-se que a sanção administrativa tem o caráter disciplinar, pedagógico com vistas a coibir possíveis violações ao Código, pois como é impossível de mensurar o número de consumidores atingidos por esta prática da empresa, utiliza-se o Poder Sancionador dos Órgãos de Proteção ao consumidor.

De maneira abrangente, podemos definir que a Teoria do Valor do Desestímulo é um instituto, onde devido ao cometimento de uma conduta lesiva, seja ela no âmbito do direito moral ou material, o lesante venha a ser ademais de responsável pelo ressarcimento ou compensação de sua conduta, terá de pagar ainda uma soma a ser arbitrada pelo magistrado a título de punição, para que esta sua conduta não venha a ser tornar repetitiva, servindo assim de exemplo a toda sociedade, para que a mesma também não venha a dar ensejo à mesma ou similar conduta.

A teoria do valor do desestímulo, em seu bojo não tem toda a dimensão e sentido que tem se buscado a imputá-la. Não devendo ser combatida se corretamente empregada, com a junção de uma soma de critérios que o caso concreto venha a requerer.

TJRJ - APELACAO: APL 2776531420088190001 RJ 0277653-14.2008.8.19.0001 APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO ANULATÓRIA AUTO DE INFRAÇÃO – SANÇÃO ADMINISTRATIVA APLICADA PELO PROCON/RJ – LEGITIMIDADE – MULTA FIXADA DE CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO APLICÁVEL –LEGALIDADE. O PROCON, como órgão integrante do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, tem competência para instaurar procedimento administrativo e aplicar penalidades decorrentes do descumprimento da legislação consumeirista, conforme previsto nos artigos 55 e 56 da Lei 8.078/90.

A propósito, valiosa a lição extraída do julgado pelo c. Superior Tribunal de Justiça:

Ocorre que o entendimento do Sodalício de origem, de que o Procon não possui competência para aplicação de multa em decorrência do não atendimento de uma reclamação individual (fl. 211/STJ), não está em conformidade com a orientação desta Corte Superior. A sanção administrativa prevista no art. 57 do Código de Defesa do Consumidor funda-se no Poder de Polícia – atividade administrativa de ordenação – que o Procon detém para cominar multas relacionadas à transgressão dos preceitos da Lei n. 8.078/1990, independentemente de a reclamação ser realizada por um único consumidor, por dez, cem ou milhares de consumidores.

O CDC não traz qualquer distinção quanto a tal, descabendo ao

Poder Judiciário fazê-lo. Do contrário, o microsistema de defesa do consumidor seria o único a impedir o sancionamento administrativo por infração individual, de modo a legitimá-lo somente quando houver lesão coletiva.

Ora, há nesse raciocínio clara confusão entre legitimação para agir na Ação Civil Pública e Poder de Polícia da Administração. Este se justifica tanto nas hipóteses de violações individuais quanto nas massificadas, considerando-se a repetição simultânea ou sucessiva de ilícitos administrativos, ou o número maior ou menor de vítimas, apenas na dosimetria da pena, nunca como pressuposto do próprio Poder de Polícia do Estado (AgRg no REsp. n. 1.415.934/SC, rel. Min. Herman Benjamin, DJ de 17-10-2014).

Dentre as sanções administrativas cabíveis está a multa, com previsão no art. 56, inciso I, do Código de Defesa do Consumidor, cuja aplicação compete à autoridade administrativa, decorrente do seu poder de polícia.

A imposição da sanção deve ser norteadas pela proporcionalidade e pela razoabilidade, esta é a dicção do art. 57 da Lei n. 8.078/90 (CDC):

“Art. 57. A pena de multa, graduada de acordo com a gravidade da infração, a vantagem auferida e a condição econômica do fornecedor, será aplicada mediante procedimento administrativo, revertendo para o Fundo de que trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, os valores cabíveis à União, ou para os Fundos estaduais ou municipais de proteção ao consumidor nos demais casos.”

Vale destacar a seguinte ponderação tecida pelo eminente Desembargador Luiz César Medeiros:

O valor da multa administrativa imposta ao fornecedor por infração às normas de defesa do consumidor devem observar os critérios de quantificação de que trata o art. 57 do Código Consumerista, quais sejam, a gravidade da infração, a vantagem auferida com o ilícito e a condição econômica do fornecedor. Além disso, a multa aplicada, a par de punir o abuso, deve servir de desestímulo, pelo menos sob o prisma econômico, à repetição da prática tida por ilegal. (Apelação Cível em Mandado de Segurança n. 2004.023323-0, de Chapecó, Rel. Des. Luiz César Medeiros, j. 21.12.2004)

Assim, os fatos narrados, por si só, permitem a aplicação das sanções administrativas previstas no artigo 56 do CDC, conforme disposição do art. art. 33, I, III, do Decreto n. 2.181/97.

Em face das razões e fatos constantes da Abertura de Reclamação, e com base na manifestação técnica acima, tem-se por configurada, no Procedimento Administrativo em epígrafe, por conseguinte, julgo procedente o Processo Administrativo FA nº 42.004.001.17-0003134.

Destarte, passo a conclusão desta decisão.

CONCLUSÃO:

Ante todo o exposto, nos termos do art. 44 da Lei Federal nº 8.078/90 e art. 59 do Decreto Federal nº 2.181/97, determino que o nome da fornecedora SEMPAMAZONAS S.A.seja inscrito no cadastro no Cadastro Municipal de Reclamações Fundamentadas. Determino, ainda, que as informações relativas a este Procedimento Administrativo seja disponibilizada ao SINDEC, para formulação dos respectivos Cadastros Estadual e Nacional, nos termos do art. 62 do Decreto Federal nº 2.181/97.

Além disso, julgo a Reclamada como incurso na prática das infrações administrativas previstas nos artigos 12, inciso I, II, IX alínea d, e artigo 13 inciso V do Decreto Federal n. 2.181/97.

Levando em consideração a natureza leve das infrações, aplico à Reclamada a sanção de multa pecuniária prevista no art. 56, inciso I, do CDC.

Atento ao art. 56 do CDC e ao art. 24 e seguintes do Decreto nº 2.181/97, passo à graduação da pena administrativa:

a) A conduta da Reclamada violou norma preconizada artigos 12, inciso I, II, IX alínea d, e artigo 13 inciso V do Decreto Federal n. 2.181/97. consideradas leves;

b) A extensão do dano patrimonial causado ao consumidor foi considerada alta, vez que adquiriu um bem durável, que veio a apresentar um defeito insanável em pouco tempo de uso, e ainda, inviabilizado o seu reparo ante a inexistência de peça para reparo no mercado nacional.

c) Paralelamente, a vantagem auferida com a infração pela Reclamada foi no tocante em não disponibilizar no mercado nacional a peça para reparo, atrelado ao fato de que, a conduta do fornecedor impôs ao consumidor aborrecimento e perda de tempo, muito superiores ao que se poderia tolerar como consequência natural do vício do produto, além de frustração da legítima expectativa do consumidor;

d) A condição econômica da Reclamada não pode ser contabilizada, já que não apresentou seu faturamento bruto;

e) Retratadas a gravidade da infração, a extensão do dano patrimonial causado ao consumidor, a vantagem auferida e condição econômica da Reclamada, fixo-lhe a pena base no valor correspondente a 2.500,00 (Duas mil e quinhentos) Ufr (Unidade Fiscal de Referência), com fulcro no disposto no art. 57, parágrafo único, do CDC;

f) Considerando que a Reclamada é infratora primária (art. 25, inciso II, do Decreto Federal nº 2.181/97), atenuo a sanção em 1/3;

g) Considerando que as práticas infrativas preconizadas nos artigos 12, inciso I, II, IX alínea d, e artigo 13 inciso V do Decreto Federal nº 2.181/97, agravo a sanção em 1/9;

Desse modo, sopesadas as atenuantes e agravantes ao caso fixo a sanção definitivamente no valor correspondente a 2.314,00 (Dois mil trezentos e quatorze) Ufr que, atualizada pelo IPCA-e (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial), conforme despacho nº 571, contido do Processo nº 08012.000250/2011-83, do Ministro da Justiça em 8 de julho de 2011 que adotou - para os fins e efeitos do art. 42 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 - o Parecer nº 56/2011/CEP/CGLEG/CONJUR/MJ, corresponde ao valor de R\$: 7.622,08 (Sete mil seiscentos e vinte e dois reais e oito centavos).

Notifique-se a Reclamada na forma do artigo 42, §1º, inciso II, do Dec. 2.181/97 para que, no prazo de 10 (dez) dias, providencie o recolhimento da multa, ou apresente recurso, (artigo 46, §2º, do Dec. 2.181/97), que deverá ser revertida para o Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor (FMDC) - previsto no capítulo IV da Lei Municipal Ordinária nº 1.109, de 5 de outubro de 2011 - nos termos do artigo 57, parágrafo único, do CDC, artigo 29, caput, do Decreto Federal nº 2.181/97 e artigo 15, inciso II, da Lei Municipal Ordinária nº 1.109/2011. Não sendo recolhido o valor da multa em 30 (trinta) dias, será o débito inscrito em dívida ativa, para subsequente cobrança executiva (art. 55, do Decreto Federal nº 2.181/97).

Por fim, salienta-se que a aplicação de multa por infração ao Código de Defesa do Consumidor serve para compensar as consequências danosas do ato ilícito e também para desestimular a repetição de tal comportamento por parte de todos os fornecedores (ESPÍNOLA, Alberí, Capacitação em Direito do Consumidor, SENASP/MJ, 2009).

Notifique-se, ainda, para eventual interesse recursal (art. 49 do Decreto Federal nº 2.181/97). O recurso deverá ser interposto ao Chefe do Poder Executivo (art. 3º, parágrafo único, da Lei Municipal nº 1.109/2011), no prazo de 10 (dez) dias, contados da data da intimação da decisão, sob pena de intempestividade (art. 51 do Decreto Federal nº 2.181/97).

Salienta-se que caso a Reclamada apresente a peça via postal, deverá comprovar a data da postagem do referido Recurso junto

com a defesa escrita, para fins de certificação da tempestividade do documento.

Por fim, na ausência do recurso ou após o seu improvimento, este órgão empreenderá esforços no sentido de recolher o valor devido para o FMDC, inclusive, em caso de não pagamento, com a inscrição em Dívida Ativa e a consequente Execução Fiscal.

Registre-se. Intime-se a Reclamada, juntando-se cópia dessa decisão.

Nos termos do art. 57 do Decreto Federal nº 2.181/97, Publique-se.

Barra Velha, SC, 08 de Fevereiro de 2018.

AMANDA ELISÂNGELA PROVESI DE AGUIAR.

Coordenadora Executiva do PROCON de Barra Velha/SC.

Benedito Novo

PREFEITURA

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2018

Publicação Nº 1517585

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2018

O Município de Benedito Novo/SC, em observância ao artigo 34, parágrafo único, c/c o artigo 36, da Lei nº 8.666/93 e suas respectivas alterações, convida os atuais cadastrados a promoverem a atualização dos registros existentes e os novos interessados em fornecer bens, obras e serviços à Administração Municipal, na forma prescrita pela Lei de Licitações e Contratos, a realizarem seu cadastramento, junto ao Setor de Compras e Licitações. Maiores informações poderão ser obtidas no Setor de Compras, sito a Rua Celso Ramos, 5.070, pelo Fone: (47) 3385-0487, pelo site: www.beneditonovo.sc.gov.br e e-mail: licitacao@beneditonovo.sc.gov.br. Benedito Novo, 15 de janeiro de 2018.

JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito

DECRETO Nº 012/2018 - HOMOLOGA RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 004/2017

Publicação Nº 1517125

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO
CNPJ Nº 83.102.780/0001-08
FONE/FAX: (47) 3385-0487
Rua Celso Ramos, 5070
89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC

DECRETO Nº 012/2018, de 06 de fevereiro de 2018.

Homologa Resultado Final do
Processo Seletivo Simplificado 004/2017.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, no seu art. 70, inciso I, alínea "n", e Art. 17, III da Lei Complementar nº 004/1995;

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada, nesta data, a Classificação Final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado – Edital nº 004/2017, considerados os critérios de desempate e o julgamento dos recursos contra a Classificação Preliminar, para os cargos de: Agente Administrativo A, Auxiliar de Creche, Auxiliar de Serviços Gerais I, Auxiliar de Serviços Gerais II, Auxiliar Esportivo, Dentista, Fiscal de Posturas e Obras, Instrutor de Esportes, Médico I, Professor I-20, Professor I-40, Servente, Técnico em Enfermagem, Técnico em Enfermagem – ESF, conforme Anexo I, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Benedito Novo, aos 06 de fevereiro de 2018.
JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito de Benedito Novo

Decreto nº 012/2018 foi publicado e registrado na forma da Lei.

Benedito Novo, aos 06 de fevereiro de 2018.

Joice Aparecida Costa
Agente Administrativo

PORTARIA Nº 025/2018 - EXONERA CHEFE DA DIVISÃO DE TRANSPORTE E OBRAS

Publicação Nº 1516478

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO
CNPJ Nº 83.102.780/0001-08
FONE/FAX: (47) 3385-0487
Rua Celso Ramos, 5070
89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC

PORTARIA Nº 025/2018, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2018.
EXONERA CHEFE DA DIVISÃO DE
TRANSPORTE E OBRAS

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, nesta data, o Servidor DHEIGO SANDRE ALEXANDRE, ocupante do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Transporte e Obras, CC-10, de Cargos de provimento em Comissão, passando a ocupar o cargo efetivo de Motorista, Símbolo MO, anexo I sub anexo IV, do Quadro dos Servidores Públicos Municipal.

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 01 de fevereiro de 2018.
JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito de Benedito Novo

PORTARIA Nº 026/2018 - NOMEIA CHEFE DA DIVISÃO DE TRANSPORTE E OBRAS

Publicação Nº 1516480

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO
CNPJ Nº 83.102.780/0001-08
FONE/FAX: (47) 3385-0487
Rua Celso Ramos, 5070
89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC

PORTARIA Nº 026/2018, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2018.
NOMEIA CHEFE DA DIVISÃO DE
TRANSPORTE E OBRAS

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, em 01 de fevereiro de 2018, SIMONE SOUTO SILVA SCHRULL, para ocupar o cargo de Chefe da Divisão de

Transporte e Obras, CC-10, anexo I sub anexo I, de Cargos de provimento em Comissão, do Quadro dos Servidores Públicos Municipal.

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 01 de fevereiro de 2018.
JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito de Benedito Novo

PORTARIA Nº 027/2018 - NOMEIA MOTORISTA

Publicação Nº 1516482

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO
CNPJ Nº 83.102.780/0001-08
FONE/FAX: (47) 3385-0487
Rua Celso Ramos, 5070
89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC

PORTARIA Nº 027/2018, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2018.
NOMEIA MOTORISTA

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município; cargo criado pela Lei Complementar nº 17/2001; Regime Jurídico Lei Complementar nº 004/1995;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, nesta data, WILLIAN HERBERT DA SILVA, para ocupar o cargo de Motorista, símbolo MO, Anexo I, Sub anexo IV, do Quadro dos Servidores Públicos Municipal, aprovado no Concurso Público nº 002/2015.

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 01 de fevereiro de 2018.
JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito de Benedito Novo

PORTARIA Nº 028/2018 - PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 299/2017

Publicação Nº 1516485

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO
CNPJ Nº 83.102.780/0001-08
FONE/FAX: (47) 3385-0487
Rua Celso Ramos, 5070
89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC

PORTARIA Nº 028/2018, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.

PRORROGA PRAZO DA PORTARIA Nº 299/2017

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município; e de conformidade com o art. 1º, I e art. 2º, § 1º, da Lei nº 642/89; cargo criado pela Lei Complementar nº 17/2001; Regime Jurídico Lei Complementar nº 004/1995;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar até 06 de abril de 2018, o prazo da Portaria nº 299/2017 de 10-10-2017, que contratou a servidora ISABEL NATANA DE SOUZA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais I, ASG-I, Anexo II, I, do quadro de servidores do Município, através

do Processo Seletivo 003/2016, e considerando o posicionamento do STF – AI 804574 AgR/DF e do TRT/SC – RO – 0000329-12.2016.5.12.0060

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 05 de fevereiro de 2018.
JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito de Benedito Novo

PORTARIA Nº 029/2018 - CONCEDE DISPENSA

Publicação Nº 1516487

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO
CNPJ Nº 83.102.780/0001-08
FONE/FAX: (47) 3385-0487
Rua Celso Ramos, 5070
89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC

PORTARIA Nº 029/2018, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018.
CONCEDE DISPENSA

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 117 da Lei Complementar 004 de 22-12-1995;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder dispensa das funções, a Servidora NAIANA PAULA FINGER, ocupante do cargo de Fiscal de Posturas, símbolo FP, para realização de atendimento presenciais do curso de Direito, ministrado pela Uniasselvi, em Indaial, nos dias 01/02/18, 05/02/2018, 07/02/2018, 08/02/2018, 09/02/2018, 14/02/2018, 15/02/2018 e 16/02/2018, no período Vespertino e Prática Jurídica Trabalhista nos dias 14/03/2018, 28/03/2018, 04/04/2018, 11/04/2018, 18/04/2018, 25/04/2018, 02/05/2018, 09/05/2018 16/05/2018 e 23/05/2018 no período Vespertino.

Art. 2º - A dispensa dos dias mencionados no Art. 1º desta Portaria, estão amparados pelo Art. 117 da LC 004/1995, podendo ser compensadas as horas não laboradas com outras atividades de interesse público.

Art. 3º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 06 de fevereiro de 2018.
JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito de Benedito Novo

PORTARIA Nº 030/2018 - PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 321/2017

Publicação Nº 1516488

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO
CNPJ Nº 83.102.780/0001-08
FONE/FAX: (47) 3385-0487
Rua Celso Ramos, 5070
89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC

PORTARIA Nº 030/2018, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018.

PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 321/2017

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município; e art. 227 da Lei Complementar nº 04, de 22-12-95;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar até 05 de abril de 2018, o prazo da Portaria nº 321/2017 de 22-11-2017, que concedeu licença para tratamento de saúde a servidora ESTHER BRETZKE NEUMANN, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem ESF, em atendimento a Lei Complementar nº 057/2007, conforme a Comunicação de Decisão, Benefício nº 6206570618, Requerimento nº 183708421 de 05-02-2018 do INSS.

Art.2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 06 de fevereiro de 2018.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

PORTARIA Nº 031/2018 - DESIGNA SERVIDORES PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 128/2017, REFERENTE A OBRA DE REFORMA E IMPLANTAÇÃO DE ESTACIONAMENTO E CALÇADAS DA NOVA SEDE DA SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL EM BENEDITO NOVO/SC

Publicação Nº 1517030

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO
CNPJ Nº 83.102.780/0001-08
FONE/FAX: (47) 3385-0487
Rua Celso Ramos, 5070
89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC

PORTARIA Nº 031/2018, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018.

Designa Servidores para Acompanhar e Fiscalizar a Execução do Contrato Administrativo nº 128/2017, referente a Obra de Reforma e Implantação de Estacionamento e Calçadas da Nova Sede da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social em Benedito Novo - SC.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "d", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 8.666/1993 – Art. 67 e 73; e Considerando a importância da Municipalidade em adotar procedimentos administrativos que permitam a gestão mais eficiente e efetiva dos contratos;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os Senhores MARCO ANTONIO MAI, RONIE GILBERTO LOEWEN e ALEXANDRA GUIDARINI STORTTI, respectivamente Engenheiro Civil, Secretário de Saúde e Assistência Social e Enfermeira, para comporem a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento na execução da obra de reforma e implantação de estacionamento e calçadas da nova sede da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social em Benedito Novo - SC.

Art. 2º - Determinar que a Comissão ora designada deverá:

I – zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei.

II – avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela Contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de validade, eventualmente, propor a

autoridade superior a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO
CNPJ Nº 83.102.780/0001-08
FONE/FAX: (47) 3385-0487
Rua Celso Ramos, 5070
89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC

III – atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas aos serviços prestados, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento.

Art. 3º - Dê-se ciência aos servidores designados, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 06 de fevereiro de 2018.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

CIÊNCIA DOS SERVIDORES DESIGNADOS

Declaro que estou ciente da designação de fiscal e das funções inerentes a portaria, ora atribuídas.

MARCO ANTONIO MAI
RONIE GILBERTO LOEWEN
ALEXANDRA GUIDARINI STORTTI

PORTARIA Nº 032/2018 - DESIGNA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS NA TRANSMISSÃO INTER-VIVOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1517051

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO
CNPJ Nº 83.102.780/0001-08
FONE/FAX: (47) 3385-0487
Rua Celso Ramos, 5070
89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC

PORTARIA Nº 032/2018, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018.

DESIGNA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS NA TRANSMISSÃO INTER-VIVOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município; e

Considerando o Capítulo V – Imposto sobre a Transmissão Onerosa, de Bens Imóveis, por Ato "Inter-Vivos" do Código Tributário – Lei Complementar nº 25, de 04 de dezembro de 2002, Art. 250 a 266;

Considerando a Lei Complementar nº 153, de 11 de outubro de 2017, que Altera a redação do Art. 256 do Código Tributário; Considerando a necessidade e a obrigatoriedade de viabilizar a arrecadação do Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de Bens Imóveis/ITBI, cumpridas as exigências e formalidades legais pertinentes em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam designados os Servidores GABRIELA KNIPERS, ELISA MULLER DOEGE e LUANA GABRIELA ZICKUHR, Fiscal de Tributos, Chefe da Divisão de Serviços Gerais e Agente Administrativo,

respectivamente, para comporem a Comissão de Avaliação, para efeito do cálculo do Imposto sobre a transmissão Inter Vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de Bens Imóveis/ITBI.

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 06 de fevereiro de 2018.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

PORTARIA Nº 033/2018 - DESIGNA COMISSÃO PARA INSPEÇÃO MÉDICA

Publicação Nº 1517054

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO

CNPJ Nº 83.102.780/0001-08

FONE/FAX: (47) 3385-0487

Rua Celso Ramos, 5070

89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC

PORTARIA Nº 033/2018, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018.

DESIGNA COMISSÃO PARA INSPEÇÃO MÉDICA

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município; art. 101 da Lei Complementar 004/95 de 22-12-1995;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar as Médicas Dra. JAQUELINE FERRAREIS MENE-GASSO e Dra. CAROLINA SCHOLZ, para comporem a Comissão de Inspeção Médica, para Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, conforme art. 101 da Lei Complementar 004/95 de 22-12-1995, do Servidor VALDINHO TONOLLI, ocupante do Cargo de Professor II-40.

Art. 2º - A inspeção Médica será realizada na residência do Servidor com visita domiciliar, para a análise e elaboração do laudo.

Art. 3º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 06 de fevereiro de 2018.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

PORTARIA Nº 034/2018 - DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAMENTO SOCIAL

Publicação Nº 1517057

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO

CNPJ Nº 83.102.780/0001-08

FONE/FAX: (47) 3385-0487

Rua Celso Ramos, 5070

89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC

PORTARIA Nº 034/2018, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018.

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAMENTO SOCIAL

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município; art. 101 da Lei Complementar 004/95 de 22-12-1995;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a Servidora JOELMA CRISTA SANDRI BONETTI, ocupante do cargo de Assistente Social, AS, para fazer o acompanhamento social mensal, para a concessão do Benefício da Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, conforme art. 101 da Lei Complementar 004/95 de 22-12-1995, do Servidor VALDINHO TONOLLI, ocupante do Cargo de Professor II-40.

Art. 2º - O acompanhamento social terá início em 15 de fevereiro de 2018, e duração enquanto estiver em licença, com elaboração de laudo.

Art. 3º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 06 de fevereiro de 2018.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

PORTARIA Nº 035/2018 - DEMITE PROFESSOR I-20

Publicação Nº 1517060

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO

CNPJ Nº 83.102.780/0001-08

FONE/FAX: (47) 3385-0487

Rua Celso Ramos, 5070

89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC

PORTARIA Nº 035/2018, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018.

DEMITE PROFESSOR I-20

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "a" c/c "e", da Lei Orgânica do Município; e de conformidade com o art. 1º, I, e art. 2º, § 1º, da Lei nº 642/89, com acréscimo pela Lei nº 828/93; cargo criado pela Lei Complementar nº 18/2001; Regime Jurídico Lei Complementar nº 004/1995;

RESOLVE:

Art. 1º - Demitir, em 05 de fevereiro de 2018, a pedido, a Servidora SANDRA REGINA SCHUETZE ALVES REIS, que ocupava o cargo de Professor I-20, Símbolo P-I-20, Anexo I, do Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério, através do Processo Seletivo 001/2017.

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 06 de fevereiro de 2018.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

PORTARIA Nº 036/2018 - DEMITE PROFESSOR I-20

Publicação Nº 1517064

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO

CNPJ Nº 83.102.780/0001-08

FONE/FAX: (47) 3385-0487

Rua Celso Ramos, 5070

89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC

PORTARIA Nº 036/2018, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018.

DEMITE PROFESSOR I-20

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "a" c/c "e", da Lei Orgânica do Município; e de conformidade com o art. 1º, I, e art. 2º, § 1º, da Lei nº 642/89, com acréscimo pela Lei nº 828/93; cargo criado pela Lei Complementar nº 18/2001; Regime Jurídico Lei Complementar nº 004/1995;

RESOLVE:

Art. 1º - Demitir, em 05 de fevereiro de 2018, a pedido, a Servidora SANDRA REGINA SCHUETZE ALVES REIS, que ocupava o cargo de Professor I-20, Símbolo P-I-20, Anexo I, do Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério, através do Processo Seletivo 003/2016, para substituir a Servidora MARLIZE KONELL CARLINI que se encontra no cargo em comissão de Secretária de Educação e Cultura.

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 06 de fevereiro de 2018.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

PORTARIA Nº 037/2018 - NOMEIA PROFESSOR I-40

Publicação Nº 1517067

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO

CNPJ Nº 83.102.780/0001-08

FONE/FAX: (47) 3385-0487

Rua Celso Ramos, 5070

89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC

PORTARIA Nº 037/2018, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018.
NOMEIA PROFESSOR I-40

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município; cargo criado pela Lei Complementar nº 18/2001; Regime Jurídico Lei Complementar nº 004/1995;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, em 05 de fevereiro de 2018, ANDREIA CARLA BONA PANOCH, para ocupar o cargo de Professor I-40, Símbolo P-I-40, Anexo IV, da Lei Complementar nº 18, de 30-10-2001, Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério, aprovada no Concurso Público 002/2015.

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 06 de fevereiro de 2018.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

PORTARIA Nº 038/2018 - NOMEIA PROFESSOR I-40

Publicação Nº 1517069

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO

CNPJ Nº 83.102.780/0001-08

FONE/FAX: (47) 3385-0487

Rua Celso Ramos, 5070

89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC

PORTARIA Nº 038/2018, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018.
NOMEIA PROFESSOR I-40

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município; cargo criado pela Lei Complementar nº 18/2001; Regime Jurídico Lei Complementar nº 004/1995;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, em 06 de fevereiro de 2018, SANDRA REGINA SCHUETZE ALVES REIS, para ocupar o cargo de Professor I-40, Símbolo P-I-40, Anexo IV, da Lei Complementar nº 18, de 30-10-2001, Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério, aprovada no Concurso Público 002/2015.

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 06 de fevereiro de 2018.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

Biguaçu

PREFEITURA

ERRATA - CONVOCAÇÃO 21 EDITAL 001/2016

Publicação Nº 1517945

ERRATA - CONVOCAÇÃO Nº 21 – EDITAL 001/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 98, inciso X, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu torna público a ocorrência de equívoco na grafia dos nomes dos seguintes candidatos convocados por meio da Convocação nº 21 – Edital 001/2016, passando a vigorar da seguinte forma:

Onde se lê:

CONVOCAÇÃO Nº 21 – EDITAL 001/2016

Leia-se:

CONVOCAÇÃO Nº 20 – EDITAL 001/2016

Biguaçu, 08 de Janeiro de 2018.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal de Biguaçu

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14 DO PP 251/2017 PMB.

Publicação Nº 1517566

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14 DO PP 251/2017 PMB.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MIBILIÁRIOS EM GERAL PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE BIGUAÇU.

VENCEDOR: PAULINEIA LOTTERMANN REIS.

VALOR TOTAL: R\$ 12.034,00.

VIGÊNCIA: 09/02/2018 A 09/02/2019.

A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, www.bigua.sc.gov.br

Biguaçu, 23 de janeiro de 2018.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 30 DO PP 252/2017 PMB.

Publicação Nº 1517565

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 29 DO PP 252/2017 PMB.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MIBILIÁRIOS EM GERAL PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE BIGUAÇU.

VENCEDOR: TOP CLIMA SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO EIRELI EPP

VALOR TOTAL: R\$ 48.990,00.

VIGÊNCIA: 09/02/2018 A 09/02/2019.

A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, www.bigua.sc.gov.br

Biguaçu, 26 de janeiro de 2018.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 30 DO PP 252/2017 PMB.

Publicação Nº 1517564

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 30 DO PP 252/2017 PMB.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MIBILIÁRIOS EM GERAL PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE BIGUAÇU.

VENCEDOR: MV ELETRÔNICOS EIRELI ME.

VALOR TOTAL: R\$ 35.870,00.

VIGÊNCIA: 09/02/2018 A 09/02/2019.

A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, www.bigua.sc.gov.br

Biguaçu, 26 de janeiro de 2018.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

IL24/2018-PMB

Publicação Nº 1517315

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 24/2018-PMB

OBJETO: Contratação de profissional, para realizar palestra e debate no III SEMINÁRIO "DOENÇA MENTAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE" a ser realizado no dia 07/02/2018.

EMPRESA CONTRATADA: GESUNDHEIT CLÍNICA MÉDICA SS - EPP

VALOR: R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).

VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

11/2 2056 333903699000000

JUSTIFICATIVA: Em virtude da demanda que o Município vem apresentando de suicídio, tentativas de suicídio e automutilação de crianças e adolescentes foi levantado a necessidade de um trabalho intersectorial envolvendo as Políticas de Educação, Saúde e Assistência Social. Optou-se por processo de Inexigibilidade, com fundamento no art. 25, I:

"para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a

comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes". O valor contratado está dentro do praticado no mercado, e a empresa contratada apresentou todos os documentos de regularidade fiscal dentro de seu prazo de validade.

Biguaçu, 07 de fevereiro de 2018.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

Por delegação – Daniel Cesar da Luz
Secretário de Administração

LEI Nº 3839/2018

Publicação Nº 1516993

LEI Nº 3839/2018 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018.

AUTORIZA A PRORROGAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS A ENTIDADE QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, PRORROGAR a transferência, concedida na Lei nº 3698/2016, no valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) mensais, pelo período de 180 (cento e oitenta dias) - janeiro à junho/2018, por criança atendida, limitados ao valor da dotação orçamentária do exercício financeiro de 2018, à entidade "Associação dos Moradores da Praia João Rosa - AMPRA", CNPJ nº 01.569.993/0001-80, destinados a atender despesas de manutenção do Centro Educacional Infantil Comunitário Anjinho da Guarda, constante do objeto do seu estatuto, conforme Plano de Trabalho apresentado e aprovado pelo Município.

Art. 2º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta da Lei Orçamentária Anual com a seguinte classificação: 0901.12.365.0003.2026 – Manutenção do Ensino Infantil - Creche, através do Grupo de Natureza de Despesa: 3350.00 – Outras despesas correntes / TIPSFL.

Art. 3º A entidade beneficiada por esta lei deverá prestar contas de cada parcela no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados do seu recebimento, de acordo com as normas de controle interno, sob pena de suspensão dos pagamentos e instauração de tomada de contas especial.

Art. 4º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 07 de fevereiro de 2018.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Lei nº 3839/2018, de 07/02/2018.

Sancionada em 07/02/2018

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons
Secretária Executiva de
Legislação e Expediente

LEI Nº 3840/2018

Publicação Nº 1516997

LEI Nº 3840/2018 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018.

AUTORIZA PRORROGAR A TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS A ENTIDADE QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a PRORROGAR a transferência, concedida na Lei nº 3697/2016, no valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) mensais, pelo período de 180 dias (janeiro à junho/2018), por criança atendida, limitados ao valor da dotação orçamentária do exercício financeiro de 2018, à entidade "Associação de Moradores da Rua Júlio Teodoro Martins", CNPJ nº 06.343.144/0001-27, destinados a atender despesas de manutenção do Centro Educacional Infantil Planeta Azul, constante do objeto do seu estatuto, conforme Plano de Trabalho apresentado e aprovado pelo Município.

Art. 2º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta da Lei Orçamentária Anual com a seguinte classificação: 0901.12.365.0003.2026 – Manutenção do Ensino Infantil - Creche, através do Grupo de Natureza de Despesa: 3350.00 – Outras despesas correntes / TIPSFL(Nome da Natureza da Despesa).

Art. 3º A entidade beneficiada por esta lei deverá prestar contas de cada parcela no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados do seu recebimento, de acordo com as normas de controle interno, sob pena de suspensão dos pagamentos e instauração de tomada de contas especial.

Art. 4º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 07 de fevereiro de 2018.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Lei nº 3840/2018, de 07/02/2018.

Sancionada em 07/02/2018

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons
Secretária Executiva de
Legislação e Expediente

LEI Nº 3841/2018

Publicação Nº 1516999

LEI Nº 3841/2018 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018.

AUTORIZA A PRORROGAR A TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS A ENTIDADE QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, a PRORROGAR a transferência, concedida na Lei nº 3699/2016, no valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) mensais, pelo período de 180 dias (janeiro à junho/2018), por aluno atendido, limitados ao valor da dotação orçamentária do exercício financeiro de 2018, à entidade "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE", CNPJ nº 82.101.874/0001-08, destinados a atender despesas de manutenção da entidade, constantes do objeto do seu estatuto, conforme Plano de Aplicação apresentado e aprovado pelo Executivo Municipal.

Art. 2º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta da Lei Orçamentária Anual de 2018 com a seguinte classificação: 12- Educação; 367 – Educação Especial; 0003 – Educação: investimento com retorno garantido; 2030 – Apoio à APAE; 3.3.50.00 – Outras Despesas Correntes/Transferências a Instituições privadas sem fins lucrativos; 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários.

Art. 3º A entidade beneficiada por esta lei deverá prestar contas de cada parcela no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados do seu recebimento, de acordo com as normas de controle interno, sob pena de suspensão dos pagamentos e instauração de tomada de contas especial.

Art. 4º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 07 de fevereiro de 2018.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Lei nº 3841/2018, de 07/02/2018.
Sancionada em 07/02/2018
Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons
Secretária Executiva de
Legislação e Expediente

LEI Nº 3842/2018

Publicação Nº 1517002

LEI Nº 3842/2018 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018.

Autoriza a PRORROGAR A transferência de recursos a entidade que menciona e dá outras providências.

RAMON WOLLINGER, PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DO MUNICÍPIO, QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. – Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a PRORROGAR a transferência, concedida na Lei nº 3711/2017, no valor de R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais) mensais, pelo período de 180 dias (janeiro/2018 a junho/2018) por criança ou adolescente atendidos, a Instituição de Acolhimento Vovó Sebastiana, CNPJ – 03.860.470/0001-13, para custear despesas na manutenção de vagas para crianças e adolescentes ameaçados de seus direitos fundamentais, no serviço de acolhimento institucional na modalidade Casa Lar, constantes do objeto do seu estatuto, conforme Plano de Aplicação apresentado e aprovado pelo Executivo Municipal.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta lei correrão por conta da lei Orçamentária Anual com a seguinte classificação: Proteção Social de Alta Complexidade – Projeto Atividade: 2.057 – Código Reduzido: 225 – Fonte: 0.1.00.000000, através do Grupo de Natureza de Despesa: 3.3.50.00 – Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos.

Art. 3º - A entidade beneficiada por esta lei deverá prestar contas dos recursos no prazo de até 60 (sessenta dias), contados do seu recebimento, na forma estabelecida pela Controladoria Geral do Município, sob pena de suspensão dos pagamentos e instauração de tomada de contas especial.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 07 de fevereiro de 2018.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Lei nº 3842/2018, de 07/02/2018.
Sancionada em 07/02/2018
Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons
Secretária Executiva de
Legislação e Expediente

PORTARIA Nº 160/2018

Publicação Nº 1517166

PORTARIA Nº 160 de 08 de fevereiro de 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X, da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010 (promulgação de novo texto) e nos termos da Lei Municipal nº. 2791/2009,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, THAIS SILVA DE OLIVEIRA, brasileiro (a), para exercer o cargo de provimento efetivo de TÉCNICO EM MAGISTÉRIO (AUXILIAR DE SALA), com jornada de 30 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 08 de fevereiro de 2018.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 161/2018

Publicação Nº 1517435

PORTARIA Nº 161/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), SENALDIR DE OLIVEIRA PEDRO, ocupante do Cargo efetivo de ESCRITURÁRIO – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 566/2018 em anexo no período de 22/01/2018 a 14/07/2018.

Biguaçu, 08 de fevereiro de 2018.

DANIEL CÉSAR DA LUZ
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 162/2018

Publicação Nº 1517437

PORTARIA Nº 162/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), ALCIRENE DE SOUZA, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA) – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº

578/2018 em anexo no período de 24/01/2018 a 15/07/2018.

Biguaçu, 08 de fevereiro de 2018.
DANIEL CÉSAR DA LUZ
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 163/2018

Publicação Nº 1517441

PORTARIA Nº 163/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), LUIZ HENRIQUE VITORIO, ocupante do Cargo efetivo de VIGIA – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 737/2018 em anexo no período de 02/01/2018 a 02/03/2018.

Biguaçu, 08 de fevereiro de 2018.
DANIEL CÉSAR DA LUZ
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 164/2018

Publicação Nº 1517445

PORTARIA Nº 164/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), CESAR AUGUSTO DA SILVA, ocupante do Cargo efetivo de FISCAL DO MEIO AMBIENTE – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 299/2018 em anexo no período de 24/01/2018 a 18/07/2018.

Biguaçu, 08 de fevereiro de 2018.
DANIEL CÉSAR DA LUZ
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 165/2018

Publicação Nº 1517447

PORTARIA Nº 165/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), KELEN CRISTINA GRUDTNER, ocupante do Cargo efetivo de ESCRITURÁRIO – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 811/2018 em anexo no período de 01/02/2018 a 01/04/2018.

Biguaçu, 08 de fevereiro de 2018.

DANIEL CÉSAR DA LUZ
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 166/2018

Publicação Nº 1517453

PORTARIA Nº 166/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), MANOEL NASCIMENTO VARGAS, ocupante do Cargo efetivo de MOTORISTA III – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 966/2018 em anexo no período de 24/01/2018 a 16/07/2018.

Biguaçu, 08 de fevereiro de 2018.

DANIEL CÉSAR DA LUZ
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 167/2018

Publicação Nº 1517456

PORTARIA Nº 167/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), PRISCILA VARGAS, ocupante do Cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 912/2018 em anexo no período de 29/01/2018 a 12/02/2018.

Biguaçu, 08 de fevereiro de 2018.

DANIEL CÉSAR DA LUZ
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 168/2018

Publicação Nº 1517462

PORTARIA nº 168 de 08 de fevereiro de 2018

Concede Readaptação ao(a) servidor(a), e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Readaptação ao(a) servidor(a) Jucenir Lúcia Bender, de acordo com o art. 64 da Lei Complementar nº 53/2012, inscrito(a) na matrícula funcional nº 8841, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais IV (Merendeira), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º O(a) Servidor(a) desenvolverá suas atividades no Centro de Educação Infantil Municipal Jardim Janaína, desempenhando as seguintes funções:

I – Recebimento e conferência de alimentos e produtos de limpeza;
II – Auxiliar na direção, quando necessário;
III – Controle de estoque no depósito de produtos alimentícios;
IV – Auxiliar na confecção de murais decorativos da instituição;
V – Auxiliar no projeto refeitório.

§ 2º O período de manutenção da readaptação é de 26/01/2018 a 18/07/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 26/01/2018.

Biguaçu, 08 de fevereiro de 2018.
Daniel César da Luz
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 170/2018

Publicação Nº 1518016

PORTARIA Nº 170 de 09 de fevereiro de 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X, da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010 (promulgação de novo texto) e nos termos da Lei Municipal nº. 2791/2009,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, PABLO ADOLFO CANHETTI POSTIGO DA SILVEIRA, brasileiro (a), para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR III EDUCAÇÃO FÍSICA com jornada de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 09 de fevereiro de 2018.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 171/2018

Publicação Nº 1518050

PORTARIA nº 171 de 09 de fevereiro de 2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art.1º Fica retificada a Portaria nº 159/2018, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º. NOMEAR, LILIANE RAMOS, brasileiro (a), para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), com jornada de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 07/02/2018.

Biguaçu, 09 de fevereiro de 2018.
Daniel César da Luz
Secretário Municipal de Administração

PP20-2018-PMB

Publicação Nº 1517971

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 20/2018 PMB

OBJETO: Contratação de serviço de manutenção e aferições veiculares, Cronotacografos para ônibus escolares.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E

PROPOSTAS: até as 9:00 horas, do dia 1 março de 2018, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 9:10 horas, do dia 1 março de 2018, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.atende.net

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Biguaçu, 9 de fevereiro de 2018.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

PP21-2018-PMB

Publicação Nº 1517972

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 21/2018 PMB

OBJETO: Aquisição de medalhas e troféus para premiações de jogos e campeonatos realizados durante o ano de 2018.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 9:00 horas, do dia 2 março de 2018, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 9:10 horas, do dia 2 março de 2018, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.atende.net

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Biguaçu, 9 de fevereiro de 2018.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA 047/2018**

Publicação Nº 1517905

PORTARIA Nº 047/2018

O Presidente da Câmara Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas que lhe são conferidas no Art. 24, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder gratificação de 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento do seu cargo pelo exercício das atividades de coordenação de serviços de compras e contratos – FG-1 à servidora, CILENE LOPES RODRIGUES, ocupante do cargo EFETIVO de Assistente Administrativo desta Casa Legislativa.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos à 07/02/2018.

Biguaçu/SC, 08 de fevereiro de 2018.

Vereador Marconi Kirch

Presidente

PORTARIA Nº 046/2018

Publicação Nº 1517526

PORTARIA Nº 046/2018

ESTABELECE PONTO FACULTATIVO NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BIGUAÇU, NA FORMA A SEGUIR INDICADA:

O Presidente da Câmara Municipal de Biguaçu/SC, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o artigo 25, inciso II do Regimento Interno e o Decreto nº 11 de 05 de fevereiro de 2018 do Poder Executivo Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer ponto facultativo na Câmara Municipal de Biguaçu nos dias:

I - 12 de fevereiro, segunda-feira – Carnaval;

II - 13 de fevereiro, terça-feira – Carnaval;

III - 14 de fevereiro, quarta-feira de cinzas (ponto facultativo até às 13 horas).

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 08 de fevereiro de 2018.

Vereador Marconi Kirch

Presidente

Blumenau

PREFEITURA

DECRETO Nº 11.631/2018

Publicação Nº 1517176

DECRETO Nº 11.631, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.
ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.540, de 15 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 88.100,00 (oitenta e oito mil e cem reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

29 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

2901 – Fundo Municipal de Assistência Social

Atividade 29.01.08.243.0055.2313 – Serv. Acolhimento Inst. p/ Criança e Adol.

Modalidade 3.3.50 (4) Aplicações Diretas R\$ 65.100,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 29.01.08.244.0055.2159 – Serv. Acolhimento Inst. p/ Adultos, Idosos e Mulheres Vítimas Violência

Modalidade 3.3.50 (25) Aplicações Diretas R\$ 23.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 1º deste Decreto correrão por conta da redução das seguintes dotações orçamentárias:

29 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

2901 – Fundo Municipal de Assistência Social

Atividade 29.01.08.243.0055.2313 – Serv. Acolhimento Inst. p/ Criança e Adol.

Modalidade 3.3.90 (7) Aplicações Diretas R\$ 65.100,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 29.01.08.244.0055.2159 – Serv. Acolhimento Inst. p/ Adultos, Idosos e Mulheres Vítimas Violência

Modalidade 3.3.90 (28) Aplicações Diretas R\$ 23.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 05 de fevereiro de 2018.

NAPOLÉÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 11.632/2018

Publicação Nº 1517191

DECRETO Nº 11.632, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do

Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.540, de 15 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento do município no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

1301 – Administrativo do Gabinete

Projeto 13.01.15.451.0052.1163 – Estudo e Elaboração de Projetos Modalidade 4.4.90 (500) Aplicações Diretas R\$ 90.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo 1º deste Decreto correrá por conta da redução da seguinte dotação orçamentária:

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

1301 – Administrativo do Gabinete

Projeto 13.01.15.451.0052.1163 – Estudo e Elaboração de Projetos Modalidade 3.3.90 (499) Aplicações Diretas R\$ 90.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 05 de fevereiro de 2018.

NAPOLÉÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 11.633/2018

Publicação Nº 1517192

DECRETO Nº 11.633, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, I, §1º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, "c", da Lei Municipal nº 8.540, de 15 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento do Município por conta do superávit financeiro do exercício anterior, no valor de 5.758.402,73 (cinco milhões e setecentos e cinquenta e oito mil e quatrocentos e dois reais e setenta e três centavos), na seguinte dotação orçamentária:

14 – SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E MANUT. URBANA

1404 – Diretoria de Iluminação Pública e Sinaliz. Viária

Atividade 14.04.15.452.0094.2278 – Man. Ativ. Iluminação Pub. e Sin. Viária

Modalidade 3.3.90 (723) Aplicações Diretas R\$ 5.758.402,73

Fonte de Recursos 0308.00000

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 05 de fevereiro de 2018.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 11.634/2018

Publicação Nº 1517193

DECRETO Nº 11.634, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.

DELEGA COMPETÊNCIA A DIRETORA GERAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E TRANSPARÊNCIA - SEGT.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 59, VII, combinado com o artigo 75, I, "f", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de conformidade com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e atendendo ao pedido efetuado pelo Secretário Municipal de Gestão e Transparência:

DECRETA

Art. 1º Fica delegada competência a Diretora Geral da Secretaria Municipal de Gestão e Transparência - SEGT, SABRINA ALMEIDA, para ordenar e autorizar despesas, bem como assinar atos administrativos daquela Secretaria, no período de 05 a 08 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 05 de fevereiro de 2018.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 11.642/2018

Publicação Nº 1517194

DECRETO Nº 11.642, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, I, §1º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, "c", da Lei Municipal nº 8.540, de 15 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares por conta do superávit financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 646.515,69 (seiscentos e quarenta e seis mil, quinhentos e quinze reais e sessenta e nove centavos), nas seguintes dotações:

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

0903 – Diretoria de Educação Básica

Projeto 09.03.12.365.0047.1006 – Const/Amp/Reforma CEIs - Creches

Modalidade 4.4.90 (725) Aplicações Diretas R\$ 521.515,69

Fonte de Recursos 0337.00000

20 – SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO

2004 – Fundo Municipal de Habitação

Atividade 20.04.16.482.0063.2354 – Apoio Fin. p/ Loc. Unid. Hab. à Famílias

Modalidade 3.3.90 (724) Aplicações Diretas R\$ 125.000,00

Fonte de Recursos 0606.00000

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de fevereiro de 2018.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 11.643/2018

Publicação Nº 1517195

DECRETO Nº 11.643, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, I, 1º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, "c", da Lei Municipal nº 8.540, de 15 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, por conta do superávit financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3101 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade 31.01.10.301.0060.2177 – Qualificação/Educação na Saúde

Modalidade 3.3.90 (109) Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Fonte de Recursos 0638.00070

Modalidade 4.4.90 (114) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Fonte de Recursos 0638.00070

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 08 de fevereiro de 2018.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 21.460/2017

Publicação Nº 1517196

PORTARIA Nº 21.460, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017.

NOMEIA PAULO SÉRGIO RAMBO PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE ASSESSOR DE MEDIÇÕES, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO URBANA - SEURB.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 47, da Lei Complementar nº 1.094, de 17/02/2017 e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

NOMEAR

PAULO SÉRGIO RAMBO, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Assessor de Medições, símbolo CC-4, na Secretaria Municipal de Conservação e Manutenção Urbana - SEURB, no dia 18 de dezembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 19 de dezembro de 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

Republicado por incorreção

PORTARIA Nº 21.535/2018

Publicação Nº 1517197

PORTARIA Nº 21.535, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.

DESIGNA LIDIANE BATTISTI ARCHER PARA EXERCER A FUNÇÃO DE AUXILIAR DE CONTROLE INTERNO NO GABINETE DO VICE-PREFEITO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, VII, combinado com o art. 75, II, "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, e com fundamento na alínea "c", do inciso II, do art. 4º da Lei Complementar nº 437, de 22/12/2003, resolve:

DESIGNAR, a contar de 06 de fevereiro de 2018, para exercer a função de Auxiliar de Controle Interno, no âmbito do Gabinete do Vice-Prefeito, com as atribuições constantes no art. 1º, "c", da Lei Complementar nº 754, de 29 de abril de 2010:

LIDIANE BATTISTI ARCHER, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, em substituição a ALINE MARIA CESTARI KRUEGER, designada pela Portaria nº 20.534, de 04 de março de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 05 de fevereiro de 2018.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 21.539/2018

Publicação Nº 1517199

PORTARIA Nº 21.539, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018.

EXONERA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS OCUPANTES DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, e de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, combinado com o art. 47 da Lei Complementar nº 1.094, de 17/02/2017, e com o Decreto nº 10.567, de 13/02/2015 e atendendo ao Memorando do Chefe de Gabinete nº 022/2018, de 06/02/2018, resolve:

EXONERAR, no dia 01 de fevereiro de 2018, os servidores públicos municipais abaixo, ocupantes de cargos de provimento em comissão:

ROSANE MANSKE, ocupante do cargo de provimento em comissão de Gerente de Projetos Educacionais, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, nomeada pela Portaria nº 20.500, de 02/03/2017;

MATHEUS RAMOS DE AGUIAR, ocupante do cargo de provimento em comissão de Gerente de Administração e Legislação Escolar, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, nomeado pela Portaria nº 21.324, de 31/10/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 06 de fevereiro de 2018.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 21.540/2018

Publicação Nº 1517200

PORTARIA Nº 21.540, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018.

DISPENSA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL JOICE HELENE PASSOLD DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 42, combinado com o Anexo XXI da Lei Complementar nº 1.094, de 17 de fevereiro de 2017 e Memorando do Chefe de Gabinete nº 022/2018, de 06/02/2018, resolve:

DISPENSAR, a contar de 01 de fevereiro de 2018, a servidora pública municipal JOICE HELENE PASSOLD, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, do exercício da função gratificada de confiança de Coordenador de Serviços na Educação Infantil - FGC-50% - SEMED, concedida pela Portaria nº 20.748, de 01/03/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 06 de fevereiro de 2018.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 21.541/2018

Publicação Nº 1517201

PORTARIA Nº 21.541, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018.

NOMEIA PARA O EXERCÍCIO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 47, da Lei Complementar nº 1.094, de 17/02/2017 e no Decreto nº 10.567, de 13/02/2015, e atendendo ao Memorando nº 022, de 06/02/2018, emitido pelo Chefe de Gabinete do Prefeito, resolve:

NOMEAR, no dia 02 de fevereiro de 2018, para o exercício de cargos de provimento em comissão:

BEATRIZ VERIDIANA PASOLD, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Gerente de Projetos Educacionais, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Educação - SEMED;

JOICE HELENE PASSOLD, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Gerente de Administração e Legislação Escolar,

símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Educação – SEMED.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 06 de fevereiro de 2018.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 21.542/2018

Publicação Nº 1517205

PORTARIA Nº 21.542, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018.

NOMEIA MATHEUS RAMOS DE AGUIAR PARA O EXERCÍCIO DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E TRANSPARÊNCIA - SEGT.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 47, da Lei Complementar nº 1.094, de 17/02/2017 e no Decreto nº 10.567, de 13/02/2015, e atendendo ao Memorando nº 023, de 06/02/2018, emitido pelo Chefe de Gabinete do Prefeito, resolve:

NOMEAR, no dia 05 de fevereiro de 2018, MATHEUS RAMOS DE AGUIAR, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Gerente de Composição de Custos, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Gestão e Transparência – SEGT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 06 de fevereiro de 2018.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 21.543/2018

Publicação Nº 1517206

PORTARIA Nº 21.543, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018.

DISPENSA A PROFESSORA KARLA MARA FELICIANO TRUPEL DA FUNÇÃO DE DIRETOR ADJUNTO DA EBM "LORE SITA BOLLMANN".

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento na Lei Complementar n. 822, de 21/10/2011, e de conformidade com o Memorando n. 016/2018, de 02/02/2018, encaminhado pela Secretária Municipal de Educação, resolve:

DISPENSAR, a contar de 01 de fevereiro de 2018, a Professora KARLA MARA FELICIANO TRUPEL, do exercício da função de Diretor Adjunto da EBM "Lore Sita Bollmann", nomeada pela Portaria nº 19.248, de 18/11/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 06 de fevereiro de 2018.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 21.544/2018

Publicação Nº 1517208

PORTARIA N. 21.544, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018.

NOMEIA JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE DIRETOR ADJUNTO DA EBM "LORE SITA BOLLMANN" E CONCEDE-LHE A RESPECTIVA GRATIFICAÇÃO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento na Lei Complementar n. 822, de 21/10/2011, e em atenção ao Memorando Gabinete SEMED nº 016/2018, de 02/02/2018, resolve:

NOMEAR, a contar de 02 de fevereiro de 2018, JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA, matrícula nº 228592, servidor público municipal ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para o exercício da função de Diretor Adjunto da EBM "Lore Sita Bollmann", concedendo-lhe a gratificação de que trata o art. 1º, II, da Lei Complementar nº 822, de 21/10/2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 06 de fevereiro de 2018.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA PROGEM Nº 001/2018

Publicação Nº 1517233

PORTARIA PROGEM Nº 001, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2018.

DESIGNA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA INTEGRAREM A CÂMARA DE TRANSAÇÃO, DE CONFORMIDADE COM A LEI Nº 8.532, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

RODRIGO DIEGO JANSEN, Procurador Geral do Município, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º, I e VI, da Lei Complementar nº 701, de 29/01/2009, e de conformidade com o art. 5º da Lei nº 8.532, de 13/12/2017, resolve:

DESIGNAR os servidores públicos municipais estáveis abaixo indicados, detentores do cargo de provimento efetivo de Procurador do Município, para integrarem a Câmara de Transação, com as atribuições previstas na Lei nº 8.532, de 13 de dezembro de 2017:

CLEIDE REGINA FURLANI POMPERMAIER, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Procurador do Município, matrícula nº 199605;

ANGELA DOS SANTOS FARIAS, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Procurador do Município, matrícula nº 228774.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 01 de fevereiro de 2018.

RODRIGO DIEGO JANSEN
Procurador Geral do Município

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 003/2017

Publicação Nº 1517237

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 003/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E O
SR. EVERSON GUSTAVO EWALD.

OBJETO: LOCAÇÃO DE UMA SALA COMERCIAL DE UM PRÉDIO DE ALVENARIA, CONTENDO APROXIMADAMENTE 237,50M², SITUADO NESTA CIDADE, NA RUA FREDERICO JENSEN, Nº. 2.429, BAIRRO ITROUPAVAZINHA, DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DA

UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA (E.S.F) HAROLD EWALD.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº. 08-207/2016.

PREÇO: Renova o valor da locação que se mantém em R\$ 3.865,48 (três mil oitocentos e sessenta e cinco reais e quarenta e oito centavos) mensais, totalizando o valor de R\$ 46.385,76 (quarenta e seis mil trezentos e oitenta e cinco reais e setenta e seis centavos).

PRAZO: Prorroga o prazo de vigência contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 1º de janeiro até 31 de dezembro de 2018.

DATA: 24 de janeiro de 2018.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 027/2017

Publicação Nº 1517239

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 027/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

FUNDAÇÃO DE ENSINO E ENGENHARIA DE SANTA CATARINA - FEESC.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO ADAPTATIVA E EVOLUTIVA DO SOFTWARE DENOMINADO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA URBANA – SIATU – MÓDULO PROCON.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Inexigibilidade nº. 09-013/2017.

PREÇO: Renova o valor pago à contratada que se mantém em R\$ 2.564,87 (dois mil quinhentos e sessenta e quatro reais e oitenta e sete centavos) mensais, totalizando o valor do contrato em R\$ 30.778,44 (trinta mil setecentos e setenta e oito reais e quarenta e quatro centavos) pelo período prorrogado.

PRAZO: Prorroga o prazo de vigência contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 1º de janeiro até 31 de dezembro de 2018.

DATA: 29 de novembro de 2017.

EXTRATO CONTRATO Nº 263/2017

Publicação Nº 1517241

EXTRATO – CONTRATO Nº. 263/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA TOFFOL PRODUÇÕES LTDA ME.

OBJETO: Contratação de empresa para locação de cercas de proteção (gradil de isolamentos com encaixes), com montagem e desmontagem para os eventos: Desfile de Natal 2017 e Reveillon 2018, conforme especificações constantes no edital - PROEB.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 148/2017.

PREÇO: O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) pelo item 01 e R\$ 12.000,00 (doze mil reais) pelo item 02, totalizando R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

PRAZO: O presente contrato terá vigência a contar de 11/11/2017

até o dia 28/02/2018.

DATA: 15 de dezembro de 2017.

EXTRATO CONTRATO Nº 268/2017

Publicação Nº 1517243

EXTRATO – CONTRATO Nº. 268/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA MISERVI ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS EIRELI EPP.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para serviços de LIMPEZA, para o evento SOMMERFEST 2018, sendo aproximadamente 2.800 (duas mil e oitocentas) horas e com o mínimo de 33 (trinta e três) agentes de limpeza, conforme especificações constantes no edital e anexos – PROEB.

FUNDAMENTO LEGAL: Convite nº. 15/2017.

PREÇO: A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 66.780,00 (sessenta e seis mil setecentos e oitenta reais).

PRAZO: O prazo do contrato decorrente deste Convite será a partir da assinatura deste até o dia 28 de fevereiro de 2018.

DATA: 21 de dezembro de 2017.

PORTARIA RH Nº 158/2018 - PROEB

Publicação Nº 1517247

FUNDAÇÃO PROMOTORA EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU

INSTITUÍDA PELA LEI Nº. 1625 DE 17 DE DEZEMBRO DE 1969
CNPJ 82.665.001/0001-10

Rua Alberto Stein, 199 - Telefone: (47) 3326-6901 - Fax: (47) 3329-0336
Bairro Velha - 89036-200 - B L U M E N A U - Santa Catarina - Brasil

PORTARIA RH N.º 158

NOMEA WILLIAM DOUGLAS MENDONÇA MUNIZ
PARA EXERCÍCIO DO CARGO DE MOTORISTA NA FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU - PROEB

RICARDO STODIECK, Presidente da Fundação Promotora de Exposições de Blumenau - PROEB, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 9.º, inciso III, da Lei Complementar n. 10 de 21 de dezembro de 1990, resolve:

NOMEAR,
WILLIAM DOUGLAS MENDONÇA MUNIZ, para o exercício do cargo de provimento efetivo de Motorista, do Quadro Permanente da Fundação Promotora de Exposições de Blumenau - PROEB, do Grupo Ocupacional - GF, jornada de 40 horas semanal, Faixa de Vencimento " I ", Padrão de Vencimento A.

FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU- PROEB, em 07 de fevereiro de 2018

Ricardo Stodieck
Presidente

EDITAL NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 395/2018

Publicação Nº 1517256

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU
SECRETARIA DE GESTÃO FINANCEIRA
DIRETORIA DE RECEITA
GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

EDITAL NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 395/2017**CONTRIBUINTE : J J P EXPRESSO EIRELI ME****ENDEREÇO: RUA LOTHAR GEBIEN, 93 - SALA 01 - FORTALEZA****Nº INSCRIÇÃO:91395 CNPJ.: 12.449.967/0001-34****Processo Fiscal :370/2017****Sócios:JOÃO PACHECO**

Notifica-se o contribuinte acima identificado, com base no Art. 151 da LC 632/2007, intimando-o para, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do 1º dia útil seguinte à ciência desta notificação:

- a) recolher à Fazenda Municipal o valor abaixo discriminado, referente ao débito do ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (Art. 81 da LC 632/2007); ou
b) reclamar do lançamento em que é parte (Art. 207, caput da LC 632/2007).

DEMONSTRATIVO DOS VALORES APURADOS:	
Base de Cálculo	84.877,00
Imposto a Recolher	4.243,85
Atualização Monetária	321,15
Juros de Mora	762,86
Multa p/ infração	2.282,50
Total Geral	7.610,36

DESCRIÇÃO DOS FATOS:

1)Período Notificado:02/2016 a 11/2016; 01/2017, 02/2017, 04/2017 a 08/2017

2)Documentos examinados:Notas Fiscais emitidas (Notablu).

3)Concluído o procedimento fiscal nos termos da legislação aplicável, constatou-se que o contribuinte:

3.1)Presta serviços constante(s) da Lista de Serviços prevista na Lei Complementar Federal 116/03 e prevista no Art. 276 da LC 632/2007, item: 26.01 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.

3.2)Em 06/09/2017 emitida a Intimação Fiscal nº 142/2017 para apresentação dos comprovantes de pagamento do ISSQN em aberto no Notablu. Enviada a referida Intimação ao contribuinte no seu endereço cadastral, sito à rua Lothar Gebien, 93 – sala 01 - Fortaleza. A Intimação retornou à Prefeitura com o AR informando "Ausência de Recebedor".

3.2.1)Não obtendo êxito em localizar o contribuinte, emiti-se a Notificação dos valores de ISSQN em aberto no Notablu, enviando-a para publicação em edital no Boletim Oficial do Município de Blumenau, conforme Art. 153, III, LC 632/2007.

3.2.2)Deixou de recolher o ISSQN devido referente ao período acima indicado, conforme demonstrativo acima e mapas de apuração anexos, infringindo a legislação tributária municipal em seu artigo 295, § 1º da LC 632/2007.

4)A base de cálculo da presente notificação compõe-se:

4.1)Soma dos valores dos serviços prestados, conforme lançamentos Notas Fiscais no Notablu.

5)CÁLCULO DO VALOR A PAGAR:

5.1)Sobre o valor do imposto calculado incidiram os acréscimos legais conforme segue:

Sobre a base de cálculo apurada foi aplicada a alíquota de: 5% conforme Art. 276 LC 632/2007.

a)Atualização monetária:

- A partir de 2014 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 10223/2013.

- A partir de 2015 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 10502/2014.

- A partir de 2016 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 10820/2015.

- A partir de 2017 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 11146/2016.

- A partir de 2018 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 11580/2017.

b)Juros de Mora de 1% ao mês, com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007.

5.2)Foi aplicada multa de 50% sobre o valor atualizado conforme Art. 305 da LC 632/2007.

6)Observações:

6.1)Dentro do prazo estipulado, esta Notificação poderá ser quitada (à vista, com redução de 90% na multa) ou parcelada (em até 60 vezes), nas condições previstas nos artigos 171 e 172 da LC 632/2007.

6.2)Vencidos os prazos para pagamentos ou reclames, será o débito inscrito em Dívida Ativa e terá início o processo de cobrança amigável ou judicial.

6.3)Verificado indícios de crimes contra a ordem tributária, será formulada a representação fiscal para fins penais e remetida ao Ministério Público conforme determina a Portaria nº 01/ 2002 da Secretaria Municipal da Fazenda.

6.4)Integram a presente Notificação Fiscal os seguintes anexos: Mapas de Levantamento Fiscal e Cálculo (anuais).

6.5)A presente Notificação não inibe a fiscalização referente ao mesmo período.

Patrícia Dias

Auditora Fiscal Tributária
Matrícula nº 21554-6

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU
SECRETARIA DE GESTÃO FINANCEIRA
DIRETORIA DE RECEITA
GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

**TERMO DE FISCALIZAÇÃO
MAPA DE LEVANTAMENTO FISCAL E CÁLCULO**

ANEXO À NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº: 395/2017 – J J P EXPRESSO EIRELI ME

Ano 2016	Receita	Imp.Devido	Imp.Pago	Imp.a Pagar	Imposto	Atualização	Juros de	Vlr Total
Meses	Fat Bruto	Vlr.Histórico	Vlr.Histórico	Vlr.Histórico	Atualizado	Monetária	Mora	Apurado
Fevereiro	10.685,00	534,25	-	534,25	584,88	50,63	134,52	719,41
Março	10.828,00	541,40	-	541,40	592,71	51,31	130,40	723,11
Abril	10.077,00	503,85	-	503,85	551,60	47,75	115,84	667,44
Maio	5.958,00	297,90	-	297,90	326,13	28,23	65,23	391,36
Junho	668,00	33,40	-	33,40	36,57	3,17	6,95	43,51
Julho	10.014,00	500,70	-	500,70	548,15	47,45	98,67	646,82
Agosto	3.806,00	190,30	-	190,30	208,34	18,04	35,42	243,75
Setembro	1.228,00	61,40	-	61,40	67,22	5,82	10,76	77,97
Outubro	6.310,00	315,50	-	315,50	345,40	29,90	51,81	397,21
Novembro	3.787,00	189,35	-	189,35	207,30	17,95	29,02	236,32
Total	63.361,00	3.168,05	-	3.168,05	3.468,31	300,26	678,60	4.146,91

ANEXO À NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº: 395/2017 – J J P EXPRESSO EIRELI ME

Ano 2017	Receita	Imp.Devido	Imp.Pago	Imp.a Pagar	Imposto	Atualização	Juros de	Valor Total
Meses	Fat Bruto	Vlr.Histórico	Vlr.Histórico	Vlr.Histórico	Atualizado	Monetária	Mora	Apurado
Janeiro	1.418,00	70,90	-	70,90	72,28	1,38	8,67	80,95
Fevereiro	2.549,00	127,45	-	127,45	129,93	2,48	14,29	144,22
Abril	3.010,00	150,50	-	150,50	153,42	2,92	13,81	167,23
Maio	2.421,00	121,05	-	121,05	123,40	2,35	9,87	133,27
Junho	4.435,00	221,75	-	221,75	226,06	4,31	15,82	241,88
Julho	4.328,00	216,40	-	216,40	220,60	4,20	13,24	233,84
Agosto	3.355,00	167,75	-	167,75	171,01	3,26	8,55	179,56
Total	21.516,00	1.075,80	-	1.075,80	1.096,69	20,89	84,26	1.180,95

Patrícia Dias
Auditora Fiscal Tributária
Matrícula nº 21554-6

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 09-2201/2018 - SAMAE

Publicação Nº 1517261

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE nº 09-2201/2018 - SAMAE

Objeto: Contratação de empresa para o serviço de consultoria quanto ao reequilíbrio econômico-financeiro da concessão do serviço de esgotamento sanitário de Blumenau.

Contratada: LMDM CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA (11.985.753/0001-10)

Valor total: R\$ 125.000,00

Base legal: Artigos 25, II e 13 III da Lei nº. 8.666/93 e alterações.

Data da homologação: 07/02/2018.

Blumenau (SC), 08/02/2018.
Alexandro Eduardo Fernandes
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 10/2018 - SETERB

Publicação Nº 1517269

PORTARIA Nº 10/2018

ALTERA O VALOR DA GRATIFICAÇÃO DE CONDUÇÃO DO SERVIDOR EWANDRO RIBEIRO BELTRAMINI.

CARLOS LANGE, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau – SETERB, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º da Lei Complementar Municipal n. 703, de 29 de janeiro de 2009, resolve:

ALTERAR

o valor da Gratificação de Condução do servidor EWANDRO RIBEIRO BELTRAMINI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, de 30%(trinta por cento) para 10%(dez por cento).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de sua assinatura.

Blumenau (SC), 01 de fevereiro de 2018.

CARLOS LANGE

Diretor Presidente - SETERB

PORTARIA Nº 11/2018 - SETERB

Publicação Nº 1517278

PORTARIA Nº 11/2018

ALTERA O VALOR DA GRATIFICAÇÃO DE CONDUÇÃO DO SERVIDOR NIVALDO CESTARI.

CARLOS LANGE, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau – SETERB, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º da Lei Complementar Municipal n. 703, de 29 de janeiro de 2009, resolve:

ALTERAR

o valor da Gratificação de Condução do servidor NIVALDO CESTARI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, de 30%(trinta por cento) para 10%(dez por cento).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de sua assinatura.

Blumenau (SC), 01 de fevereiro de 2018.

CARLOS LANGE

Diretor Presidente - SETERB

PORTARIA Nº 12/2018 - SETERB

Publicação Nº 1517280

PORTARIA Nº 12/2018

ALTERA O VALOR DA GRATIFICAÇÃO DE CONDUÇÃO DO SERVIDOR SILVIO OECHSLER.

CARLOS LANGE, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau – SETERB, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º da Lei Complementar Municipal n. 703, de 29 de janeiro de 2009, resolve:

ALTERAR

o valor da Gratificação de Condução do servidor SILVIO OECHSLER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, de 30%(trinta por cento) para 10%(dez por cento).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de sua assinatura.

Blumenau (SC), 01 de fevereiro de 2018.

CARLOS LANGE

Diretor Presidente - SETERB

PORTARIA Nº 13/2018 - SETERB

Publicação Nº 1517290

PORTARIA Nº 13/2018

ALTERA O VALOR DA GRATIFICAÇÃO DE CONDUÇÃO DO SERVIDOR LUIZ DA ROSA ANTONIO.

CARLOS LANGE, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau – SETERB, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º da Lei Complementar Municipal n. 703, de 29 de janeiro de 2009, resolve:

ALTERAR

o valor da Gratificação de Condução do servidor LUIZ DA ROSA ANTONIO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, de 30%(trinta por cento) para 10%(dez por cento).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de sua assinatura.

Blumenau (SC), 01 de fevereiro de 2018.

CARLOS LANGE

Diretor Presidente - SETERB

PORTARIA Nº 14/2018 - SETERB

Publicação Nº 1517291

PORTARIA Nº 14/2018

CONCEDE EXONERAÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA AUTÁRQUICA MUNICIPAL DIRCE ROSA DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE SERVENTE DE SERVIÇOS GERAIS.

CARLOS LANGE, Diretor Presidente do SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 5º da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO,

de acordo com o artigo 45, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, à servidora pública autárquica municipal DIRCE ROSA do cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data 02 de janeiro de 2018.

Blumenau, 26 de janeiro de 2018.

CARLOS LANGE

Diretor Presidente do SETERB

PORTARIA Nº 15/2018 - SETERB

Publicação Nº 1517292

PORTARIA Nº 15/2018

CONCEDE AUXÍLIO NATALIDADE AO SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL EDER LIMA.

CARLOS LANGE, Diretor-Presidente do SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 5º da Lei complementar nº 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDER AUXÍLIO NATALIDADE

De acordo com o artigo 266, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, ao servidor:

Nome	Nº Processo	Data Processo
Eder Lima	01/2018	09/01/2018

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de sua assinatura.

Blumenau, 26 de janeiro de 2018.

CARLOS LANGE

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 16/2018 - SETERB

Publicação Nº 1517295

PORTARIA Nº 16/2018

CONCEDE CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA TOTAL AO SERVIDOR AUTARQUICO MUNICIPAL.

CARLOS LANGE, Diretor-Presidente do SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 5º da Lei complementar 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDER CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA TOTAL AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

De acordo com o artigo 146 e 151, §1º e §2º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, concedida ao seguinte servidor público municipal, de pagamento em pecúnia total, decorrente de aposentadoria:

Nome	Decênio	Nº Processo
Gilmar Ramos	2006/2016	03/2018

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de sua assinatura.

Blumenau, 26 de janeiro de 2018.

CARLOS LANGE

Diretor-Presidente-SETERB

PORTARIA Nº 17/2018 - SETERB

Publicação Nº 1517299

PORTARIA Nº 17/2018

CONCEDE CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA PARCIAL AO SERVIDOR AUTARQUICO MUNICIPAL.

CARLOS LANGE, Diretor-Presidente do SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 5º da Lei complementar 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDER CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA PARCIAL AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

De acordo com o artigo 146 e 151, §1º e §2º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, concedida ao seguinte servidor públicos municipais, dois meses de pagamento em pecúnia:

Nome	Decênio	Nº Processo
Simone Eccel Herkenhoff	2004/2015	08/2018

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo

seus efeitos a data de sua assinatura.

Blumenau, 26 de janeiro de 2018.

CARLOS LANGE

Diretor-Presidente-SETERB

PORTARIA Nº 18/2018 - SETERB

Publicação Nº 1517301

PORTARIA Nº 18/2018

CONCEDE CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA PARCIAL AO SERVIDOR AUTARQUICO MUNICIPAL.

CARLOS LANGE, Diretor-Presidente do SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 5º da Lei complementar 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDER CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA PARCIAL AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

De acordo com o artigo 146 e 151, §1º e §2º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, concedida ao seguinte servidor públicos municipais, dois meses de pagamento em pecúnia:

Nome	Decênio	Nº Processo
Ida de Cássia Macedo de Oliveira Lourenço	2007/2017	07/2018

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a data de sua assinatura.

Blumenau, 26 de janeiro de 2018.

CARLOS LANGE

Diretor-Presidente-SETERB

PORTARIA Nº 19/2018 - SETERB

Publicação Nº 1517303

PORTARIA Nº 19/2018

CONCEDE CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA PARCIAL AO SERVIDOR AUTARQUICO MUNICIPAL.

CARLOS LANGE, Diretor-Presidente do SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 5º da Lei complementar 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDER CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA PARCIAL AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

De acordo com o artigo 146 e 151, §1º e §2º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, concedida ao seguinte servidor públicos municipais, dois meses de pagamento em pecúnia:

Nome	Decênio	Nº Processo
Kátia Regina Custódio Schmidt	2004/2014	09/2018

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a data de sua assinatura.

Blumenau, 26 de janeiro de 2018.

CARLOS LANGE

Diretor-Presidente-SETERB

PORTARIA Nº 20/2018 - SETERB

Publicação Nº 1517304

PORTARIA N. 20/2018

NOMEIA ANDRÉ DA CUNHA PARA EXERCER O CARGO DE PROVI-
MENTO EM COMISSÃO DE DIRETOR JURÍDICO.

CARLOS LANGE, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º, inciso VI, da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

NOMEAR,

de acordo com o art. 13, da Lei Complementar Municipal n. 1078, de 25 de novembro de 2016, e art. 5º, inciso VI, da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009.

ANDRÉ DA CUNHA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor Jurídico, símbolo CC-2, a contar desta data.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de sua assinatura.

Blumenau, 01 de fevereiro de 2018.

CARLOS LANGE

Diretor Presidente-SETERB

EXTRATO Nº 019/2018 - FURB

Publicação Nº 1517305

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 019/2018

Inexigibilidade de Licitação nº. 031/2018

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, inexigível o procedimento em epígrafe com fundamento na Instrução Normativa nº. 003/2016/Reitoria, Artigo 25, inciso I da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 025/2018/PROGEF e demais alterações, para a PAGAMENTO DE PRÓ-LABORE AOS PROFESSORES MARLETE DOS SANTOS DACOREGGIO, JULCIANE CASTRO DA ROCHA E NELSON DE LUCA PRETTO, PALESTRANTES DO " 1º SIMPÓSIO DE DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA" PROMOVIDO PELA FURB. Contratados: MARLETE DOS SANTOS DACOREGGIO (CPF Nº 653.717.399-04), JULCIANE CASTRO DA ROCHA (CPF Nº 152.649.598-89) e NELSON DE LUCA PRETTO (CPF Nº 095-914-005-00). Forma de Pagamento: Conforme cronograma dos eventos I. Fundamento Legal: Instrução Normativa nº. 003/2016/ Reitoria, Artigo 25, Caput da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 017/2018/PROGEF. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica: R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais) / 01.30.12.364.0076.2030 (Projetos Especiais/ 3.3.90 (Outros Despesas Correntes)/3.3.90.36.06 (Serviços Técnicos Profissionais).

Blumenau, 07 de fevereiro de 2018.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado

EXTRATO Nº 020/2018 - FURB

Publicação Nº 1517309

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 020/2018

Inexigibilidade de Licitação nº. 032/2018

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, inexigível o procedimento em epígrafe com fundamento na Instrução Normativa nº. 003/2016/Reitoria, Artigo 25, inciso I da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 025/2018/PROGEF e demais alterações, para Pagamento de Inscrição da Prof.ª Carolina Krebs de Souza na "6ª Conferência Internacional sobre Biotecnologia Industrial IBIC 2018" a ser realizada de 15 a 18/04/2018 em Veneza na Itália. Contratados: AIDIC SERVIZI SRL - (ASSOCIAZIONE ITALIANA DI INGEGNERIA CHIMICA). Forma de Pagamento: Até dia 15/02/2018 para confirmação da inscrição. Fundamento Legal: Instrução Normativa nº. 003/2016/ Reitoria, Artigo 25 da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 152/2016/PROGEF. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/ Rubrica: € 690,00 (equivalente a R\$ 2.925,60 considerando a cotação do Euro Turismo em 05/02/2018) / 01.19.12.364.0076.2019 (Centro de Ciências Tecnológicas)/ 3.3.90 (Outros Despesas Correntes)/3.3.90.39.48 (Serviços de Seleção e Treinamento).

Blumenau, 07 de fevereiro de 2018.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado

EXTRATO Nº 021/2018 - FURB

Publicação Nº 1517310

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 021/2018

Dispensa de Licitação nº. 028/2018

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 24, II, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a contratação de SERVIÇOS DE LAVAGEM DE ROUPARIA, COM TRANSPORTE, PARA DIVERSOS SETORES DA FURB. Contratado: JESSICA WOZNIAK DUARTE. (CNPJ Nº 120.363.415/0001-37). Forma de Pagamento: O pagamento será efetuado até o dia 5º (quinto) dia útil do mês subsequente a prestação do serviço, desde que siga acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósito bancário (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boleto bancário (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e). Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/ Rubrica: R\$ 18.876,90 (dezoito mil e oitocentos e setenta e seis reais e noventa centavos)/ 01.23.12.362.0077.2023 (Escola Técnica Vale do Itajaí)/ 01.30.12.364.0076.2030 (Projetos Especiais)/ 01.33.10.302.0078.2033 (Hospital Universitário e Ambulatório)/ 01.14.12.364.0076.2017 (Centro de Ciências da Saúde)/ 01.15.12.364.0076.2015 (Centro de Ciências Exatas e Naturais)/ 3.3.90.39 (Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica)/ 3.3.90.39.78 (Limpeza e Conservação).

Blumenau, 07 de fevereiro de 2018.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado

Reitor da FURB

PORTARIA Nº 6243/2018 - ISSBLU

Publicação Nº 1517311

PORTARIA N.º 6243/2018

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CARLA MARIA SUSKI.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria nº 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de CARLA MARIA SUSKI, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão Nº 06/2018, de 19/01/2018, expedida pelo IPASC – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, nos períodos de 10/03/1992 a 21/12/1992, e 11/02/1993 a 31/12/1993, totalizando 611 (seiscentos e onze) dias, correspondente a 1 (um) ano, 8 (oito) meses, e 6 (seis) dias, conforme Processo n.º 03321/01/2018.

Blumenau, 26 de janeiro de 2018.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 6244/2018 - ISSBLU

Publicação Nº 1517313

PORTARIA N.º 6244/2018

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL SERGIO SOARES.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria nº 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de SERGIO SOARES, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Serviços em Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00312/14-6, em 28/12/2017, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
JSC Editora Jornal de Santa Catarina Ltda.	08/10/1979 a 06/11/1979
Contribuinte em Dobro	07/11/1979 a 25/09/1980
Rádio Jornal de Santa Catarina Ltda.	26/09/1980 a 10/02/1982
Sociedade Rádio Blumenau Ltda.	01/03/1982 a 30/07/1982
Comercial Fonográfica RGE Ltda.	01/12/1982 a 01/02/1989
Rádio Itaberá Ltda. – ME	20/11/1989 a 16/02/1990

Rádio Nereu Ramos Ltda. – EPP	02/05/1990 a 31/12/1992
Contribuinte Facultativo	01/02/1993 a 30/06/1994
FCEE Fundação Catarinense de Educação Especial	06/05/2003 a 14/03/2005 15/03/2005 a 28/05/2006
Agência de Desenvolvimento Regional de Blumenau	29/05/2006 a 31/12/2006

Totaliza o tempo de 6165 (seis mil, cento e sessenta e cinco) dias, correspondente a 16 (dezesesseis) anos, 10 (dez) meses, e 25 (vinte e cinco) dias, conforme Processo n.º 03301/01/2018.

Blumenau, 24 de janeiro de 2018.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 6245/2018 - ISSBLU

Publicação Nº 1517314

PORTARIA N.º 6245/2018

REVERTE A APOSENTADORIA POR INVALIDEZ CONCEDIDA AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL MAURILIO JOÃO MIRANDA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria nº 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, e em observância ao disposto no artigo 32, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve

REVERTER

a aposentadoria por invalidez concedida a MAURILIO JOÃO MIRANDA, pela Portaria N.º 1032/2006, de 25 de agosto de 2006, tendo em vista a insubsistência dos motivos determinantes da aposentadoria, constatada através de Exame Médico Pericial, realizado por médico perito do ISSBLU, em 18 de dezembro de 2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 5 de fevereiro de 2018.

Blumenau, 29 de janeiro de 2018.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 6242/2018 - ISSBLU

Publicação Nº 1517318

PORTARIA Nº 6242/2018

CONCEDE PROMOÇÃO HORIZONTAL AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ALESSANDRO BARASUOL LANZARIN.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso IV, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER PROMOÇÃO HORIZONTAL,

com fundamento no artigo 24, da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, a

ALESSANDRO BARASUOL LANZARIN, servidor público municipal, ocupante do cargo efetivo de Advogado, do quadro permanente de pessoal, categoria 12 do grupo ocupacional especialista, carga horária de 30 horas, faixa de vencimento "II", passando do padrão de vencimento "D", para o padrão de vencimento "E".

Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação produzindo seus efeitos a partir de 1 de fevereiro de 2018.

Blumenau, 26 de janeiro de 2018.
ELÓI BARNI
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 6222/2018 - ISSBLU

Publicação Nº 1517336

PORTARIA N.º 6222/2018
CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VALMIR KLOEPFEL.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, artigos 2º, inciso I, anexo I, 54, e 64, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, artigo 2.º, da Lei Complementar n.º 2, de 11 de julho de 1990, combinado com o artigo 94, § 1.º, da Lei Complementar n.º 1, de 4 de junho de 1990, e artigo 6.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, a

VALMIR KLOEPFEL, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 2.126,31 (Dois mil, cento e vinte e seis reais e trinta e um centavos), a partir de 1 de fevereiro de 2018, conforme Processo n.º 03226/12/2017.

Blumenau, 22 de janeiro de 2018.
ELÓI BARNI
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 6228/2018 - ISSBLU

Publicação Nº 1517343

PORTARIA N.º 6228/2018
CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL JAQUELINE FRONZA GANDIM.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, artigos 2º, inciso I, anexo I-H, 54, e 64, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, artigo 2.º, da Lei Complementar n.º 2, de 11 de julho de 1990, combinado com o artigo 94, § 1.º, da Lei Complementar n.º 1, de 4 de junho de 1990, artigo 39, inciso IV, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com o artigo 5.º, inciso I, da Lei Complementar n.º 1006, de 9 de novembro de 2015, e artigo 6.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

JAQUELINE FRONZA GANDIM, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde, sob o Regime Jurídico, com proventos integrais e mensais de R\$ 6.991,12 (Seis mil, novecentos e noventa e um reais e doze centavos), a partir de 1 de fevereiro de 2018, conforme Processo n.º 02977/11/2017.

Blumenau, 22 de janeiro de 2018.
ELÓI BARNI
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 6231/2018 - ISSBLU

Publicação Nº 1517347

PORTARIA N.º 6231/2018
CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL KARIN ANISIA SCHWARZROCK RODRIGUES.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 24 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, artigos, 99, 104, anexo I, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, artigo 39, inciso IV, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, artigo 5.º, inciso I, da Lei Complementar n.º 1006, de 9 de novembro de 2015, e artigo 6.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

KARIN ANISIA SCHWARZROCK RODRIGUES, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 3.151,97 (Três mil, cento e cinquenta e um reais e noventa e sete centavos), a partir de 1 de fevereiro de 2018, conforme Processo n.º 03160/12/2017.

Blumenau, 22 de janeiro de 2018.
ELÓI BARNI
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 6141/2018 - ISSBLU

Publicação Nº 1517355

PORTARIA N.º 6241/2018
CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LENICE LUCIA ZIMMER.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, inciso III, § 1.º, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com o artigo 7.º, § 1.º, do mesmo diploma legal, artigos 99, 104, anexo I, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, artigo

39, inciso IV, § 3º, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, artigo 5.º, inciso I, da Lei Complementar n.º 1006, de 9 de novembro de 2015, artigo 40, §§ 1.º, inciso III, alínea "a", 3.º, e 5.º, da Constituição Federal, com redações determinadas pelas Emendas Constitucionais n.º 20, de 15 de dezembro de 1998, e 41, de 19 de dezembro de 2003, à

LENICE LUCIA ZIMMER, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 2.616,96 (Dois mil, seiscentos e dezesseis reais e noventa e seis centavos), a partir de 1 de fevereiro de 2018, conforme processo n.º 03170/12/2017.

Blumenau, 25 de janeiro de 2018.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 6246/2018 - ISSBLU

Publicação Nº 1517360

PORTARIA N.º 6246/2018

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL GILBERTO DA SILVA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de GILBERTO DA SILVA, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Saneamento, lotado no SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo n.º 20021010.1.00038/17-6, em 29/01/2018, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Sérgio Rubens dos Santos	04/06/1975 a 22/07/1976
Instalações Elétricas e Hidráulicas Instalux Ltda.	01/09/1977 a 03/01/1978
Agage Distribuidora de Produtos Alimentícios Ltda.	20/02/1979 a 14/03/1980
Cia. Hering	26/01/1981 a 06/11/1981
Autônomo	11/10/1982 a 29/07/1983
ECT Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	03/01/1984 a 01/10/1984
Despachos Blumenauense Ltda.	02/01/1985 a 22/02/1988
SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto	04/03/1988 a 28/02/1997

Totaliza o tempo de 6209 (seis mil, duzentos e nove) dias, correspondente a 17 (dezessete) anos, e 4 (quatro) dias, conforme Processo n.º 03334/01/2018.

Blumenau, 29 de janeiro de 2018.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 6247/2018 - ISSBLU

Publicação Nº 1517363

PORTARIA N.º 6247/2018

DECLARA ESTÁVEL NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LETÍCIA HODECKER.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

DECLARAR ESTÁVEL NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL, com fundamento no artigo 26, § 2º, da Lei Complementar n.º 660, de 28 de novembro de 2007,

LETÍCIA HODECKER, matrícula 40063, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, do Quadro Permanente de Pessoal do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a 26 de janeiro de 2018.

Blumenau, 31 de janeiro de 2018.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 6248/2018 - ISSBLU

Publicação Nº 1517367

PORTARIA N.º 6248/2018

CONCEDE PENSÃO VITALÍCIA À MARIA DEL CARMEN RIVERA BOHN.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER PENSÃO VITALÍCIA,

De acordo com os artigos 17, §§ 1º, e 4º, e 18, inciso I, alínea "a", da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com o artigo 16, inciso I, do mesmo diploma legal, e artigo 40, § 7º, inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

MARIA DEL CARMEN RIVERA BOHN, cônjuge de HILÁRIO INÁCIO BOHN, servidor público municipal, aposentado no cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, falecido em 29 de novembro de 2017, devendo perceber mensalmente, o valor de R\$ 1.927,23 (Mil, novecentos e vinte e sete reais e vinte e três centavos), a contar da data do óbito, conforme Processo n.º 03319/01/2018.

Blumenau, 31 de janeiro de 2018.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 6249/2018 - ISSBLU

Publicação Nº 1517368

PORTARIA N.º 6249/2018

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIA DE LOURDES DOS SANTOS.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria nº 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de MARIA DE LOURDES DOS SANTOS, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00159/15-1, em 08/01/2018, prestado à Fundação Hospitalar de Blumenau, no período de 20/06/1998 a 09/03/1999, totalizando 260 (duzentos e sessenta) dias, correspondente a 8 (oito) meses, e 20 (vinte) dias, conforme Processo n.º 03345/01/2018.

Blumenau, 31 de janeiro de 2018.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 6250/2018 - ISSBLU

Publicação Nº 1517370

PORTARIA N.º 6250/2018

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIA DE FÁTIMA MARTINS.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria nº 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de MARIA DE FÁTIMA MARTINS, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão N.º 1666/2017, de 23/10/2017, expedida pelo IPREV Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina, nos períodos de 21/02/1983 a 21/05/1983, 06/06/1983 a 05/07/1983, 01/08/1983 a 01/02/1985, e 30/09/1985 a 16/05/1985, totalizando 884 (oitocentos e oitenta e quatro) dias, correspondente a 2 (dois) anos, 05 (cinco) meses, e 04 (quatro) dias, conforme Processo n.º 03344/01/2018.

Blumenau, 31 de janeiro de 2018.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 6251/2018 - ISSBLU

Publicação Nº 1517371

PORTARIA N.º 6251/2018

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL HELCIO ORLANDO SAUER.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria nº 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de HELCIO ORLANDO SAUER, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, lotado na Secretaria Municipal de Conservação e Manutenção Urbana, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00256/17-3, em 29/01/2018, prestado à Prefeitura Municipal de Blumenau, no período de 28/01/1981 a 14/02/1996, totalizando 5492 (cinco mil, quatrocentos e noventa e dois) dias, correspondente a 15 (quinze) anos, e 17 (dezesete) dias, conforme Processo n.º 03348/01/2018.

Blumenau, 31 de janeiro de 2018.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 6252/2018 - ISSBLU

Publicação Nº 1517373

PORTARIA Nº 6252/2018

CONCEDE PROMOÇÃO HORIZONTAL À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LETÍCIA HODECKER.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso IV, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER PROMOÇÃO HORIZONTAL,

com fundamento no artigo 24, da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, à

LETÍCIA HODECKER, servidora pública municipal, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Enfermagem, do quadro permanente dos profissionais da saúde do ISSBLU, categoria 5 do grupo ocupacional técnico, carga horária de 30 horas, faixa de vencimento "I", passando do padrão de vencimento "A", para o padrão de vencimento "B".

Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação produzindo seus efeitos a partir de 1 de fevereiro de 2018.

Blumenau, 1 de fevereiro de 2018.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 6253/2018 - ISSBLU

Publicação Nº 1517375

PORTARIA N.º 6253/2018

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL KATIA ELIZABETH CURTI.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria nº 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de KATIA ELIZABETH CURTI, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Fundação Cultural de Blumenau, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00084/17-8, em 25/01/2018, prestado à Fundação Cultural de Blumenau, no período de 01/07/1987 a 01/05/1990, totalizando 1031 (mil, trinta e um) dias, correspondente a 2 (dois) anos, 10 (dez) meses, e 1 (um) dia, conforme Processo n.º 03340/01/2018.

Blumenau, 1 de fevereiro de 2018.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 6254/2018 - ISSBLU

Publicação Nº 1517377

PORTARIA N.º 6254/2018

CONCEDE PENSÃO VITALÍCIA À IVONI MARIA ROLING.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria nº 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER PENSÃO VITALÍCIA,

De acordo com os artigos 17, §§ 1º, e 4º, e 18, inciso I, alínea "c", da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com o artigo 16, inciso I, do mesmo diploma legal, e artigo 40, § 7º, inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

IVONI MARIA ROLING, companheira de LUIZ CIRILO, servidor público municipal, aposentado no cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado no SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, falecido em 26 de janeiro de 2018, devendo perceber mensalmente, o valor de R\$ 5.910,07 (Cinco mil, novecentos e dez reais e sete centavos), a contar da data do óbito, conforme Processo nº 03370/02/2018.

Blumenau, 2 de fevereiro de 2018.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 6256/2018 - ISSBLU

Publicação Nº 1517380

PORTARIA N.º 6256/2018

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL LUIZ ROBERTO TIEPO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria nº 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de LUIZ ROBERTO TIEPO, servidor público municipal, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado na FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão Nº 130/17, de 15/12/2017, expedida pelo Ministério do Exército – 23º Batalhão de Infantaria, nos períodos de 15/01/1982 a 28/02/1982, e 03/03/1982 a 14/01/1983, totalizando 357 (trezentos e cinquenta e sete) dias, correspondente a 11 (onze) meses, e 27 (vinte e sete) dias, conforme Processo n.º 03378/02/2018.

Blumenau, 2 de fevereiro de 2018.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 6257/2018 - ISSBLU

Publicação Nº 1517382

PORTARIA N.º 6257/2018

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JOÃO BATISTA FORBICI.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria nº 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de JOÃO BATISTA FORBICI, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Universitário, lotado na FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00013/16-5, em 28/06/2016, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Cia. Hering	12/03/1975 a 27/11/1990
FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau	02/02/1998 a 19/09/2002

Totaliza o tempo de 7424 (sete mil, quatrocentos e vinte e quatro) dias, correspondente a 20 (vinte) anos, 4 (quatro) meses, e 4 (quatro) dias, conforme Processo n.º 03335/01/2018.

Blumenau, 2 de fevereiro de 2018.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 6258/2018 - ISSBLU

Publicação Nº 1517385

PORTARIA N.º 6258/2018

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL GILMAR DOS SANTOS.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria nº 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de GILMAR DOS SANTOS, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00053/16-7, em 26/01/2018, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Drogaria e Farmácia Catarinense S.A.	08/04/1975 a 18/04/1975
Massa Falida de Hering S.A. - Brinquedos e Instrumentos Musicais	03/06/1975 a 16/03/1979
INTECA Telecomunicações Ltda. – ME	18/06/1979 a 25/02/1983
Banco Sistema S.A.	25/12/1983 a 24/10/1985
Itaú Unibanco S.A.	25/10/1985 a 06/01/1986
Universal Leaf Tabacos Ltda.	29/01/1986 a 18/03/1986
Eletro Altimas Ltda. – EPP	25/04/1986 a 25/07/1986
SESC Serviço Social do Comércio	01/12/1987 a 31/01/1990
Prefeitura Municipal de Blumenau	20/06/1990 a 31/12/1990
	01/08/1991 a 31/12/1991
	11/02/1992 a 30/09/1992

Totaliza o tempo de 4992 (quatro mil, novecentos e noventa e dois) dias, correspondente a 13 (treze) anos, 8 (oito) meses, e 7 (sete) dias, conforme Processo n.º 03367/02/2018.

Blumenau, 2 de fevereiro de 2018.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 6259/2018 - ISSBLU

Publicação Nº 1517387

PORTARIA N.º 6259/2018

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL GILMAR DOS SANTOS.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria nº 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de GILMAR DOS SANTOS, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão N.º 1417/2016, de 18/10/2016, expedida pelo IPREV Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina, nos períodos de 09/03/1987 a 17/07/1987, 13/02/1990 a 19/06/1990, 18/02/1991 a 31/05/1991, e 10/06/1991 a 30/07/1991, totalizando 415 (quatrocentos e quinze) dias, correspondente a 1 (um) ano, 1 (um) mês, e 20 (vinte) dias, conforme Processo n.º 03367/02/2018.

Blumenau, 2 de fevereiro de 2018.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 6260/2018 - ISSBLU

Publicação Nº 1517389

PORTARIA N.º 6260/2018

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL AMIR JACINTO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria nº 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de AMIR JACINTO, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Logística, lotado no SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00127/17-9, em 02/02/2018, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Empresa de Mão de Obra Castor Ltda.	09/04/1980 a 30/06/1980
Selbetti Gestão de Documentos S.A.	13/08/1980 a 22/02/1981
Souza Cruz Ltda.	02/03/1981 a 05/05/1981
WEG Transformadores Ltda.	18/01/1982 a 23/09/1982
HOH Máquinas e Equipamentos Industriais S.A.	21/03/1983 a 18/11/1983
Empresa Santo Anjo da Guarda Ltda.	24/11/1983 a 22/02/1984
Universal Leaf Tabacos Ltda.	14/01/1985 a 26/05/1985
Instaladora Elétrica Loado Ltda. – ME	03/06/1985 a 25/02/1986
SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto	14/04/1986 a 30/09/1996

Totaliza o tempo de 5142 (cinco mil, cento e quarenta e dois) dias, correspondente a 14 (catorze) anos, 1 (um) mês, e 2 (dois) dias, conforme Processo n.º 03382/02/2018.

Blumenau, 2 de fevereiro de 2018.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 6261/2018 - ISSBLU

Publicação Nº 1517392

PORTARIA N.º 6261/2018

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A JUNTA MÉDICA OFICIAL DO INSTITUTO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR DE BLUMENAU – ISSBLU QUE SE REUNIRÁ NO DIA 9 DE FEVEREIRO DE 2018 ÀS 14 HORAS.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria nº 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

NOMEAR,

nos termos do Artigo 68 C, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

Dr. RAFAEL DE FRANCESCHI, servidor público municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde do Município de Blumenau, Dra. LETÍCIA BENITES COLVARA, servidora pública municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde do Município de Blumenau, Dra. GIOVANA ELENIR MERINI DE FRANCESCHI, servidora pública municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde do Município de Blumenau, para compor a Junta Médica Oficial do ISSBLU – Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, que se reunirá no dia 9 de fevereiro de 2018, às 14 horas.

Blumenau, 5 de fevereiro de 2018.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 6262/2018 - ISSBLU

Publicação Nº 1517394

PORTARIA N.º 6262/2018

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SANDRA REGINA PINHEIRO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria nº 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de SANDRA REGINA PINHEIRO, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00004/17-4, em 05/01/2017, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Sociedade Divina Providência	01/03/1980 a 09/12/1983
Conselho Comunitário Monte Verde	01/11/1985 a 31/05/1986

Totaliza o tempo de 1589 (mil, quinhentos e oitenta e nove) dias,

correspondente a 4 (quatro) anos, 4 (quatro) meses, e 9 (nove) dias, conforme Processo n.º 03391/02/2018.

Blumenau, 5 de fevereiro de 2018.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 7059/2018 - SAMAE

Publicação Nº 1517398

PORTARIA Nº 7059/18

RETIFICA O REPOSICIONAMENTO NA CARREIRA DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL SIDNEI DE BORBA PROMOVIDO PELA PORTARIA Nº 4426, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2008.

ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 20.357, de 04 de janeiro de 2017:

CONSIDERANDO, o disposto no Ofício n.º 141/2017, do Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, de 15 de dezembro de 2017;

CONSIDERANDO, o disposto no Relatório de Instrução DAP 1302/2017 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – Diretoria de Controle de Atos de Pessoal, do Processo Nº @PPA-16/00052212, Processo de Pensão Por Morte;

Art. 1º - Fica retificado, para o nível “G”, da tabela de vencimentos constante no Anexo VII da Lei Complementar nº 661/2007, o reposicionamento na carreira do servidor público municipal SIDNEI DE BORBA, ocupante do cargo efetivo de Agente de Logística, nomeado pela Portaria nº 1603, de 01 de agosto de 1996, integrante do Quadro Permanente de Pessoal do SAMAE, promovido pela Portaria 4426, de 27 de fevereiro de 2008.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a contar de 15 de dezembro de 2017.

Samae, 05 de fevereiro de 2018.

ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES

Diretor Presidente

CÂMARA MUNICIPAL**REPUBLICAÇÃO MD 2897**

Publicação Nº 1517026

RESOLUÇÃO MD Nº 2.897.

AUTORIZA A CÂMARA MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL PARA CESSÃO DE ESTAGIÁRIOS DO PODER LEGISLATIVO.

MARCOS DA ROSA, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica a Câmara Municipal de Blumenau, por seu Presidente, autorizada a celebrar convênio com o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, por intermédio do Juízo da 88ª Zona Eleitoral, tendo por objeto a cessão de estagiários do Poder Legislativo, em caráter excepcional e temporário, na forma do Convênio de Cooperação Técnica, anexo, que é parte integrante desta Resolução MD.

Parágrafo único. O Convênio de que trata esta Resolução MD deverá ser registrado em livro próprio, com arquivamento de cópia e documentos que o instruem, na Diretoria Geral da Câmara Municipal.

Art. 2º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 30 DE OUTUBRO DE 2017.

MARCOS DA ROSA
Presidente

ALMIR VIEIRA
Vice-Presidente

JOSÉ DE SOUZA
1º Secretário

MARCELO LANZARIN
2º Secretário

Bom Jardim da Serra

PREFEITURA

DECRETO Nº 11/2018

Publicação Nº 1517909

DECRETO Nº 11/2018

ESTABELECE PONTO FACULTATIVO NA SEMANA DE CARNAVAL, NO ANO DE 2018, PARA CUMPRIMENTO PELAS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso da atribuição que lhe confere o art. 75, incisos VII da Lei Orgânica Municipal, DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado ponto facultativo nas Secretarias da Administração Pública Municipal nos dias:

I – 12 de fevereiro de 2018, Carnaval (ponto facultativo);

II – 13 de fevereiro de 2018, Carnaval (ponto facultativo);

Art. 2º - Este decreto abrange todas as Secretarias, exceto as unidades com serviços essenciais.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Bom Jardim da Serra - SC, 08 de Fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 063/2018

Publicação Nº 1517911

PORTARIA Nº 063/2018

De 02 de fevereiro de 2018

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Prorrogar prazo por mais 60 (sessenta) dias, para a Comissão de Inquérito do Processo Administrativo conforme Portaria 549/2017, concluir a apuração dos fatos, referente a responsabilidade das multas existentes da Fundação do Meio Ambiente- FATMA.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, em 02 de fevereiro de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publique-se.

Registre-se e

Cumpra-se

PR 08/2018

Publicação Nº 1517749

Prefeitura Municipal de Bom Jardim da Serra/SC

Processo/ Ano nº 10/2018

PR 08/2018

Modalidade: pregão presencial

Forma de julgamento: menor preço por item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FRACIONADA DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA SECRETARIA DE TURISMO, AGRICULTURA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito municipal no uso de suas atribuições legais juntamente com o pregoeiro(a), participam à todos os interessados que abrirá as propostas para aquisição/contratação do objeto em epígrafe dia, 28/02/2018 às 14horas. O edital segue as Leis 10.520/02, 8.666/93, LC 123/06 , 147/14, estando em inteiro teor disponível no site www.bomjardimdaserra.sc.gov.br sem custo, ou ainda na sede da proponente.

Bom Jardim da Serra, 08 de fevereiro de 2018.

Serginho Rodrigues de Oliveira

Prefeito Municipal

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

CONTRATO Nº 020/2018 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1517298

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 020/2018 – 4º Aditivo ao Contrato nº 050/2017

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: Marteplan Terraplanagens e Serviços Ltda ME
Objeto: Quarto Termo Aditivo ao contrato nº 050/2017 - Prazo
Nova Vigência: O novo prazo de execução será até dia 08 de abril de 2018.

Bom Jesus do Oeste (SC), 08 de fevereiro de 2018.
Ronaldo Luiz Senger
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2018

Publicação Nº 1518010

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 234/2018
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 015/2018

O MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal Sr. Ronaldo Luiz Senger, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 08:30 horas do dia 23 de fevereiro de 2018, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços, tendo como objeto a Eventual contratação de serviço de arbitragem para campeonatos de futebol de salão, futebol de campo, futebol suíço e voleibol.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital. A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações do Município, sita a AV. Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste – SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: licitacao@bomjesusdoeste.sc.gov.br ou pelo site www.bomjesusdoeste.sc.gov.br.

Bom Jesus do Oeste – SC, aos 09 de Fevereiro de 2018.
Ronaldo Luiz Senger
Prefeito Municipal

Botuvera**PREFEITURA****DECRETO Nº 2.141-2018 - SUPERAVIT**

Publicação Nº 1517677

=====

D E C R E T O Nº 2.141/2017

=====

“Abre Crédito Suplementar Por Superávit Financeiro No Exercício De 2018”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art.ºº da Lei nº 1.416/2017, de 20 de dezembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor total de R\$ 2.360,00 (dois mil trezentos e sessenta reais), conforme abaixo especificado:

9000	Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico
9001	Fundo Municipal de Defesa do Meio Ambiente
18-541-021-2.44	Programas e Projetos de Preservação Ambiental
4.4.9.0.00.00	Aplicações Diretas
0.3.00(287)	Superávit - FDMA R\$ 2.360,00

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste Decreto, decorrerão do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 08 de fevereiro de 2018.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 08 de fevereiro de 2018.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

EDITAL PL 12/2018 - PP 10/2018-SRP - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECÂNICA PARA VEÍCULOS LEVES À DIESEL, GASOLINA E OU ÁLCOOL

Publicação Nº 1517148

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2018-PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº10/2018

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ torna público que se encontra aberto Processo Licitatório para contratação de serviços de mão de obra mecânica para veículos leves à diesel, gasolina e ou álcool. Recebimento da documentação e propostas: 27/02/2018, até as 14:00 Horas. Abertura da sessão na mesma data e horário. Local, Sala de Licitações da Prefeitura, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, Botuverá/SC. Edital e informações no setor de Licitações no mesmo endereço, Fone/Fax (47) 3359-1170 e e-mail licitacao1@botuvera.sc.gov.br, e site www.botuvera.sc.gov.br. Botuverá-SC, 09 de fevereiro de 2018.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

EDITAL PL 15/2018 - PP 13/2018-SRP - RECARGA DE GÁS GLP (P-13 E P-45)

Publicação Nº 1517145

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2018-PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 13/2018

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ torna público que se encontra aberto Processo Licitatório para aquisição de RECARGA DE GÁS GLP (P-13 e P-45). Recebimento da documentação e propostas: 27/02/2018, até as 09:00 Horas. Abertura da sessão na mesma data e horário. Local, Sala de Licitações da Prefeitura, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, Botuverá/SC. Edital e informações no setor de Licitações no mesmo endereço, Fone/Fax (47) 3359-1170 e e-mail licitacao1@botuvera.sc.gov.br, e site www.botuvera.sc.gov.br. Botuverá-SC, 09 de fevereiro de 2018.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

EDITAL PL Nº 14/2018 - PP Nº 12/2018-S.R.P. - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DE PADARIA EM GERAL E OUTROS

Publicação Nº 1517138

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2018

SISTEMA REGISTRO DE PREÇO

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ torna público que se encontra aberto Processo Licitatório Nº 14/2018 na Modalidade Pregão Presencial Nº 12/2018-SRP, para GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DE PADARIA EM GERAL. Recebimento da documentação e propostas: Até as 09:00 Horas do dia 23/02/2018. Abertura da sessão: dia 23/02/2018 às 09:00 horas, na Sala de Licitações da Prefeitura, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, BOTUVERÁ-SC. Edital e informações no Departamento de Licitações no mesmo endereço, Fone/Fax (47) 3359-1170 e e-mail licitacao2@botuvera.sc.gov.br, e site www.botuvera.sc.gov.br. Botuverá-SC, 09 de Fevereiro de 2018.

José Luiz Colombi

Prefeito Municipal

LEI 1423-2018 DENOMINA ESCOLA INÊS GIANESINI MERISIO

Publicação Nº 1517058

LEI Nº 1.423/2018

“Dispõe Sobre a Denominação da Escola Municipal Localizada na Rua João Colzani, no Bairro de Pedras Grandes.”

JOSÉ LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores de Botuverá aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada “Escola Municipal Inês Ganesini Merizio”, a escola localizada na Rua João Colzani, no Bairro de Pedras Grandes.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Botuverá, 08 de Fevereiro de 2018.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

DECRETO N.º 14 2018

Publicação Nº 1516831

DECRETO Nº. 014//2018.

Cria Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente.

NILDO MELMESTET, Prefeito de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0895/2017 de 15.12.2017, etc...

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 40.213,01 (Quarenta mil, duzentos e treze reais e um centavo), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

02 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO – EDUCAÇÃO INFANTIL

2.028 – Manutenção do Ensino Infantil

(144) – 3.1.90.00.00.00.00.3.0018 – Aplicações Diretas R\$ 40.213,01

TOTAL R\$ 40.213,01

Art. 2º - Utilizar-se-á como fonte de recursos o superávit financeiro de 2017 do recurso 3.0018 – Transferências do FUNDEB – Superávit.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 07 de fevereiro de 2018.

NILDO MELMESTET

Prefeito

DECRETO N.º 16 2018

Publicação Nº 1516835

DECRETO Nº. 016/2018.

Cria Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente.

NILDO MELMESTET, Prefeito de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0895/2017 de 15.12.2017, etc...

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 10.193,04 (Dez mil, cento e noventa e três reais e quatro centavos), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS

01 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS DO PERÍMETRO URBANO

2.073 – Convênio Multas de Trânsito – Parte Prefeitura

(143) – 3.3.90.00.00.00.00.3.0056 – Aplicações Diretas R\$ 10.193,04

TOTAL R\$ 10.193,04

Art. 2º - Utilizar-se-á como fonte de recursos o superávit financeiro de 2017 do recurso 3.0056 – Convênio Trânsito – Prefeitura.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 07 de fevereiro de 2018.

NILDO MELMESTET

Prefeito

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº06/2018 PMBT

Publicação Nº 1516728

Página: 1/48

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2018

Número do Registro de Preços: 6/2018 Data do Registro: 08/02/2018 Válido até: 08/02/2019
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Abacaxi, tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, frutas limpas. (8633)	PC	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	4,5000	1
2	Abacate, tamanho médio, sem machucados, bom grau de amadurecimento. (12316)	KG	MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	IN NATURA	0	4,5000	2
3	Alho grão, sem machucados e brotamentos. Não devem estar murcho. Pacote de 100 gramas. (14983)	PCT	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	KALUKE	0	2,7500	1
4	BANANA COMUM, unidades de tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, cor uniforme e limpas. (8148)	KG	MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	IN NATURA	0	2,5000	2
5	Banana Branca, Tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, cor uniforme e limpas. (8635)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	1,9900	1
6	BATATA INGLESA, unidades grandes, íntegras, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações. (8155)	KG	MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	IN NATURA	0	1,6000	2
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	2,9000	1
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	IN NATURA	0	2,0000	2
			COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	1,2600	1
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	IN NATURA	0	1,2600	2

Página: 2/48

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2018

Número do Registro de Preços: 6/2018 Data do Registro: 08/02/2018 Válido até: 08/02/2019

Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
7	BATATA DOCE ROXA, unidades grandes, íntegras, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações. (8152)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	2,1000	1
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	IN NATURA	0	2,0000	2
8	BETERRABA, unidades de tamanho médio, sem rachaduras ou perfurações, casca lisa e limpa. (8159)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	1,9000	1
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	IN NATURA	0	1,8000	2
9	Brócolis tamanho grande, unidades frescas e limpas, com cor características. (14984)	UND	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	2,2000	1
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	IN NATURA	0	2,2800	2
10	CEBOLA, unidades íntegras, frescas e limpas, sem perfurações. (8157)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	1,6000	1
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	IN NATURA	0	1,8500	2
11	Cenoura. Tamanho médio, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações. (8636)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	2,6000	1
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	IN NATURA	0	2,0000	2
12	Couve-flor, tamanho grande, unidades limpas e frescas, sem manchas, com características. (17317)	UND	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	2,2000	1
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	IN NATURA	0	2,2500	2
13	Chuchu. unidades limpas e frescas, sem brotamento e não devem ser murchos. (8637)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	1,2800	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2018

Página: 3/48

Número do Registro de Preços: 6/2018 Data do Registro: 08/02/2018 Válido até: 08/02/2019

Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	IN NATURA	0	1,2500	2
14	Feijão preto, unidades limpas e frescas sem perfurações e presença de insetos, e de bom cozimento. (14985)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	FLOR DO VAL	0	3,8000	1
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	IN NATURA	0	3,0000	2
15	Feijão vermelho, unidades limpas e frescas sem perfurações e presença de insetos, e de bom cozimento. (14986)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	FLOR DO VAL	0	5,5000	1
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	IN NATURA	0	4,0000	2
16	Laranja péra. Tamanho médio, frutas firmes, limpas e maduras, sem machucados. (8640)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	1,7000	1
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	IN NATURA	0	1,8000	2
17	Laranja lima. Tamanho médio, frutas firmes, maduras e limpas, sem machucados. (8641)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	3,2000	1
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	IN NATURA	0	2,5000	2
18	Maca gala. Tamanho médio, cor vermelha, firmes limpas e maduras, sem machucados. (8642)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	3,5000	1
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	IN NATURA	0	3,6000	2
19	Mamão formosa, tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, sem machucados. (12317)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	2,7000	1
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	IN NATURA	0	2,9500	2

Página: 4/48

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2018

Número do Registro de Preços: 6/2018 Data do Registro: 08/02/2018 Válido até: 08/02/2019

Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
20	Mamão papaia, tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, sem machucados. (12318)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	3,0000	1
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	IN NATURA	0	3,1000	2
21	Caqui café tamanho médio, frutas firmes, limpas, sem machucados. (17318)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	2,5000	1
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	IN NATURA	0	3,5000	2
22	Caqui fúgi, tamanho médio, frutas firmes, limpas, sem machucados (21371)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	2,9000	1
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	IN NATURA	0	3,5000	2
23	Tangerina comum tamanho médio, frutas firmes, limpas e maduras, sem machucados. (14987)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	2,0000	1
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	IN NATURA	0	2,4000	2
24	Tangerina poncã tamanho médio, frutas firmes, limpas e maduras, sem machucados. (14988)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	2,2500	1
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	IN NATURA	0	2,3000	2
25	Maca Argentina, tamanho médio, cor vermelha, firmes limpas e maduras, sem machucados. (12320)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	4,9900	1
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	IN NATURA	0	6,5000	2
26	Manga, unidades integrais, frescas e limpas, sem machucados e grau de amadurecimento médio. (14989)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	3,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2018

Página: 5/48

Número do Registro de Preços: 6/2018 Data do Registro: 08/02/2018 Válido até: 08/02/2019						
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8819)	IN NATURA	0	3,4000
27	Melância, unidades integrais, frescas e limpas, bom grau de amadurecimento. (8644)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	1,2600
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8819)	IN NATURA	0	1,2500
28	Maracujá, Unidades frescas e limpas, cor característica, não podem ser murchas. (8645)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	4,9000
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8819)	IN NATURA	0	8,0000
29	Uva comum, cachos médios, frescos, limpos, bom grau de amadurecimento, sem rachaduras. (21372)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	5,0000
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8819)	IN NATURA	0	6,0000
30	Melão, unidades integrais, frescas e limpas, bom grau de amadurecimento. (21373)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	4,0000
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8819)	IN NATURA	0	3,6000
31	PEPINO SALADA, unidades integrais, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações. (8165)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	1,9000
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8819)	IN NATURA	0	1,5000
32	Pimentão verde, tamanho médio, frescos e limpos, cor e formação uniforme, sendo firme sem lesões, perfurações e cortes. (12321)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	3,3000
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8819)	IN NATURA	0	4,0000

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2018

Página: 6/48

Número do Registro de Preços: 6/2018			Data do Registro: 08/02/2018			Válido até: 08/02/2019		
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
33	Vagem, unidades frescas e limpas, cor característica, não podem ser murchas. (21374)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	3,9500	1	
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	IN NATURA	0	3,4000	2	
34	TOMATE, grau médio de amadurecimento, unidades íntegras, frescas e limpas, sem perfurações. (8155)	KG	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	2,8300	1	
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	IN NATURA	0	2,6000	2	
35	Cebolinha, maço de 200 gramas, fresca, não podem ser murchas. (8648)	MÇ	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	1,6900	1	
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	IN NATURA	0	1,6500	2	
36	REPOLHO, apresentando tamanho médio, cor e com formação uniforme, devendo ser bem desenvolvida, sem danos físicos, fresco e limpo. (8154)	UND	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	1,2900	1	
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	IN NATURA	0	1,2500	2	
37	Salsa, maço de 200 gramas, fresca, não podem estar murchas. (9625)	MÇ	COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME (9001)	IN NATURA	0	1,7000	1	
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	IN NATURA	0	1,6500	2	
38	Arroz branco, tipo uma embalagem contendo 1 kg, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. (9626)	KG	APOSEITE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DELLARAZ	0	2,6867	1	
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	DELLARAZ	0	2,7610	2	
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	MINUTINHO	0	2,7760	3	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2018

Página: 7/48

Número do Registro de Preços: 6/2018 **Data do Registro: 08/02/2018** **Válido até: 08/02/2019**
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
39	Achocolatado em pó. Sem lactose, a base de cacau em pó, enriquecido com actigen E. Lata de 400 gramas, não amassadas, sem ferrugem, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega. (21375)	Lata	CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	MINUTINHO	0	2,8000	4
			LUIZ ANTONIO JUNCCKES - ME (9674)	TIO ROMÃO	0	2,8200	5
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	NESCAU	0	7,8618	1
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	NESTLE	0	7,8258	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	APTI	0	7,8837	3
40	Bicarbonato de sódio: pó branco, de primeira qualidade, isento de materiais estranhos e sujidades. Embalagem em polietileno, resistente e transparente. A embalagem deve conter 100gr do produto, informações nutricionais, data de fabricação e validade, número do lote e peso. O produto deve estar em perfeito estado de conservação, sem umidade, e sem qualquer alteração de aroma, coloração e características sensoriais. (21376)	PCT	CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	APIT	0	7,9000	4
			LUIZ ANTONIO JUNCCKES - ME (9674)	LOWCUCAR	0	7,9900	5
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	APTI	0	2,1894	1
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	CONDIMENTC	0	2,1744	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	NEIAR	0	2,1817	3
			LUIZ ANTONIO JUNCCKES - ME (9674)	KITANO	0	2,2200	4
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	NEIAR	0	2,2200	5

Página: 8/48

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2018

Número do Registro de Preços: 6/2018 Data do Registro: 08/02/2018 Válido até: 08/02/2019

Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
41	Açúcar refinado especial. Pacote de 5 kg, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. E que não contém glúten. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega. (21377)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	SABOR DOCE	0	9,4540	1
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	CARAVELAS	0	9,3929	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	SABOR DOCE	0	9,5100	3
			LUIZ ANTONIO JUNCCKES - ME (9674)	ALTO ALEGRE	0	9,5900	4
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	DOCESUCAR	0	9,5900	5
42	Açúcar de baunilha de 40gr. Validade mínima no ato da entrega de 3 meses. (21378)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	APTI	0	2,6869	1
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	CONDIMENTC	0	2,6543	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	APTI	0	2,6775	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	NEILAR	0	2,7000	4
			LUIZ ANTONIO JUNCCKES - ME (9674)	APTI	0	2,7100	5
43	Aroz parbolizado, pct de 5 kg, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega. (8707)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DELLARAZ	0	9,3545	1
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	TIO MINDO	0	9,2950	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	MINUTINHO	0	9,4109	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2018

Página: 9/48

Número do Registro de Preços: 6/2018 Data do Registro: 08/02/2018 Válido até: 08/02/2019

Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			LUIZ ANTONIO JUNCES - ME (9674)	TIO ROMÃO	0	9,4900	4
			CLETON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	SUPER 10	0	9,4900	5
44	Biscoito salgado, água e sal, tipo craker, sem gordura trans, pacotes com 800 gr, prazo de validade de no mínimo 12 meses, c/ data de fabricação não superior a 30 dias. (9628)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	PRODASA	0	7,1652	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	DIANA	0	6,9416	2
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	ISABELA	0	7,2871	3
			CLETON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	PRODASA	0	7,4000	4
			LUIZ ANTONIO JUNCES - ME (9674)	PRODASA	0	7,4400	5
45	Bolacha Maria, pacotes com 800 gr, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Prazo de validade de no mínimo 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias. (9629)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	PRODASA	0	7,1652	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	DIANA	0	7,2391	2
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	ISABELA	0	7,2869	3
			CLETON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	PRODASA	0	7,4000	4
			LUIZ ANTONIO JUNCES - ME (9674)	PRODASA	0	7,4500	5
46	Bolacha de leite, pacote com 800 gr, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Prazo de validade de no mínimo 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias. (9631)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	PRODASA	0	7,1652	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2018

Página: 10/48

Número do Registro de Preços: 6/2018 Data do Registro: 08/02/2018 Válido até: 08/02/2019

Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
47	Biscoito tipo cream cracker integral, salgada, integral, tipo água e sal. Sem gordura trans. Pacotes com 3 embalagens, embalagem de polipropileno, resistente, atóxica, lacrada, contendo 400 gramas. Validade mínima de 8 meses após a data de fabricação. (12332)	PCT	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	ORQUIDEA	0	7,1400	2
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	ISABELA	0	7,1402	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	PRODASA	0	7,2000	4
			LUIZ ANTONIO JUNCES - ME (9674)	MASPÁ	0	7,2900	5
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	COROA	0	4,9758	1
48	Bolacha tipo Maria, doce, sem leite e sem lactose, inteiros, pacotes com 360 a 400 gramas com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Prazo de validade de no mínimo 6 meses, data de fabricação não superior a 30 dias. (21379)	UND	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	DIANA	0	5,2558	2
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	ISABELA	0	5,2884	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	ORQUIDEA	0	5,3000	4
			LUIZ ANTONIO JUNCES - ME (9674)	PRODASA	0	5,3800	5
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	LIANE	0	4,4782	1
49			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	DIANA	0	4,7600	2
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	ISABELA	0	4,7699	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	PRODASA	0	4,8000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2018

Página: 11/48

Número do Registro de Preços: 6/2018		Data do Registro: 08/02/2018		Válido até: 08/02/2019			
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			LUIZ ANTONIO JUNCQUES - ME (9674)	PRODASA	0	4,8700	5
49	Bolacha Maisena, doce, tipo maisena de boa qualidade, sem leite e sem lactose, inteiros, constando identificação do produto, inclusive classificação e marca, nome e endereço do fabricante e a data de fabricação. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega. Pacote de 360 a 400gr. (21380)	PCT	APOSEITE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	LIANE	0	4,4782	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	DIANA	0	4,7600	2
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	ISABELA	0	4,7895	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	PRODASA	0	4,8000	4
			LUIZ ANTONIO JUNCQUES - ME (9674)	MASPÁ	0	4,8900	5
50	Cereal infantil, pacote de 200 gr, sabores variados, embalagem com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Prazo de validade de no mínimo 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias. (17319)	PCT	APOSEITE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	MILNUTRI	0	5,7719	1
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	NESTLÉ	0	5,7298	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	NUTRIBOM	0	5,7516	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	NUTRIBOM	0	5,8000	4
			LUIZ ANTONIO JUNCQUES - ME (9674)	JJ	0	5,8500	5
51	Café solúvel granulado, embalagem de vidro com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embarque no máximo 30 dias. Embalagem 200 g. (18967)	UND	APOSEITE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	AMIGO	0	10,5487	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2018

Página: 12/48

Número do Registro de Preços: 6/2018 Data do Registro: 08/02/2018 Válido até: 08/02/2019

Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
52	Café torrado e moído, caixa com 500 gr, embalado a vácuo, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima de 12 meses e data de embarque no máximo 30 dias. (17320)	CX	MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8819)	NESTLÉ	0	10,4017	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	OURO	0	10,4125	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	OURO	0	10,5200	4
			LUIZ ANTONIO JUNCQUES - ME (9674)	IGUAÇU	0	10,6200	5
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	RIO SUL	0	9,5535	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	OURO	0	9,4208	2
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8819)	MELITTA	0	9,4223	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	OURO	0	9,5200	4
			LUIZ ANTONIO JUNCQUES - ME (9674)	OURO	0	9,6200	5
53	Aveia em flocos finos, isenta de mofo, livre de parasitas e substâncias nocivas, acondicionadas em embalagens de 200gr, atóxica, resistente e hermeticamente vedada. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número do lote, data de validade e quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 10 meses a partir da data de entrega. (21381)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BELA	0	3,9806	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	NEILAR	0	4,1650	2
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8819)	NUTRIBOM	0	4,3086	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2018

Página: 13/48

Número do Registro de Preços: 6/2018 **Data do Registro: 08/02/2018** **Válido até: 08/02/2019**
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
54	Farinha de trigo integral, fina, de primeira qualidade, com no mínimo 50g de fibra alimentar em 50g do produto seco. Embalagem primária de 1Kg, com registro no ministério da agricultura. Possuir coloração marrom clara, com aspecto e odor característico, embalagem resistente, íntegra, sem furos ou características distintas. O produto deverá apresentar validade mínima de 10 meses a partir da data de entrega. (21382)	PCT	CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	NEILAR	0	4,3500	4
			LUIZ ANTONIO JUNCQUES - ME (9674)	YOKI	0	4,4000	5
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BELA	0	3,1845	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	ORQUIDEA	0	3,1237	2
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	NORDESTE	0	3,1440	3
55	Farinha Ládea enriquecida com vitaminas, de preparo instantâneo. Deverá apresentar aspecto e cheiro característico, livre de sujidades e substâncias nocivas. Embalagem: potes de polipropileno, atóxicas, bem vedados, de 400gr cada, prazo de validade mínimo de 6 meses a contar da data de entrega. (21383)	PCT	LUIZ ANTONIO JUNCQUES - ME (9674)	JASMINE	0	3,2100	4
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	NORDESTE	0	3,2100	5
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	NESTLE	0	11,5439	1
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	NUTRIMENTA	0	11,3812	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	NUTRIBOM	0	11,4041	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	NUTRIBOM	0	11,5500	4
			LUIZ ANTONIO JUNCQUES - ME (9674)	MAPATA	0	11,6200	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2018

Página: 14/48

Número do Registro de Preços: 6/2018 Data do Registro: 08/02/2018 Válido até: 08/02/2019

Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
56	Canela em pó, peso líquido 30 gramas. Validade mínima no ato da entrega de 3 meses. (17321)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	APTI	0	2,9855	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	NEILAR	0	3,0246	2
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	CONDIMENTC	0	3,0363	3
			CLETON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	NEILAR	0	3,0500	4
			LUIZ ANTONIO JUNCCKES - ME (9674)	KITANO	0	3,1000	5
57	Cereal matinal de milho sem açúcar, pacote contendo 200 gramas, contendo no pacote informações nutricionais e data de validade; prazo de validade mínimo de 6 meses a contar da data de entrega. (21384)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	GOLD FLAKE	0	6,8666	1
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	NESTLÉ	0	6,7778	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	NUTRIBOM	0	6,7929	3
			CLETON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	GOLD FLAKS	0	6,9000	4
			LUIZ ANTONIO JUNCCKES - ME (9674)	JJ	0	6,9200	5
58	Envinha lata de 200 gr, não amassadas, sem ferrugem, com identificação no produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, data de fabricação e validade. Validade mínima de 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias. (9641)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	PREDILECTA	0	1,6918	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	OLÉ	0	1,6858	2
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	BONARE	0	1,7238	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2018

Página: 15/48

Número do Registro de Preços: 6/2018		Data do Registro: 08/02/2018		Válido até: 08/02/2019		Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braco do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
59	Extrato de tomate, concentrado. Lata de 840 gr, não amassadas, sem fermento, com identificação no produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, data de fabricação e validade. Validade mínima de 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias. (9642)	LT	CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	LA PREFERID	0	1,7600	4
			LUIZ ANTONIO JUNCCKES - ME (9674)	STELLA DORC	0	1,7600	5
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DAJUDA	0	9,3545	1
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	ELEFANTE	0	9,2166	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	QUERO	0	9,2225	3
60	Farinha de trigo especial Tipo I. Embalagem de 5 kg, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embarque no máximo 30 dias. (17322)	PCT	CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	QUERO	0	9,3600	4
			LUIZ ANTONIO JUNCCKES - ME (9674)	STELLA DORC	0	9,4100	5
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	GARDENIA	0	8,6579	1
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	NORDESTE	0	8,6093	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	TRES COROA	0	8,6275	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	TRES COROA	0	8,7500	4
			LUIZ ANTONIO JUNCCKES - ME (9674)	BEATRIZ	0	8,7900	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2018

Página: 16/48

Número do Registro de Preços: 6/2018			Data do Registro: 08/02/2018		Válido até: 08/02/2019		
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
61	Farinha de mandioca branca. Embalagem de 1 kg, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embarque no máximo 30 dias. (17323)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BELA	0	4,9758	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	SUPER 10	0	5,8508	2
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	KANTY	0	5,8865	3
			CLETON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	SUPER 10	0	5,9900	4
			LUIZ ANTONIO JUNCOKES - ME (9674)	SUPER 10	0	6,0100	5
62	Fermento biológico instantâneo seco, embalado a vácuo, tipo soft instant ou similar. Pacote com 500 gramas, validade de no mínimo 45 dias e data de embarque não superior a 15 dias. (9645)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	APTI	0	13,2356	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	ITAQUARA	0	13,0899	2
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	FLEISCHMANI	0	13,0952	3
			CLETON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	APTI	0	13,3000	4
			LUIZ ANTONIO JUNCOKES - ME (9674)	FLEISCHMANI	0	13,3700	5
63	Açúcar Demerara, embalagem de 1kg, de origem vegetal, constituído fundamentalmente por sacarose de cana de açúcar, resultante da purgação do açúcar mascavo, com aspecto sólido, granulado, de cor amarela, odor e sabor próprio do produto, com ausência de insetos, livre de fermentação, isento de matéria terrosa, de parasitas e de detritos animais ou vegetais, em embalagem primária plástica, resistente, que garanta a integridade do produto até o consumo. Validade mínima de 10 meses a contar da data de entrega. (21385)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BELA	0	5,1748	1
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	UNIÃO	0	5,1029	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2018

Página: 17/48

Número do Registro de Preços: 6/2018 Data do Registro: 08/02/2018 Válido até: 08/02/2019

Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	UNIÃO	0	5,1071	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	UNIAO	0	5,1500	4
			LUIZ ANTONIO JUNCCKES - ME (9674)	JASMINE	0	5,2100	5
64	Pó para pudim 1kg. Sabor chocolate, embalagem de 1kg. Embalagem de polietileno, atóxica, protegida de caixa de papelão, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega. (21386)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	LEO	0	9,8521	1
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	APTI	0	9,7161	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	APTI	0	9,7183	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	NEILAR	0	9,9000	4
			LUIZ ANTONIO JUNCCKES - ME (9674)	NEILAR	0	9,9200	5
65	Pó para pudim 1kg. Sabor coco, embalagem de 1kg. Embalagem de polietileno, atóxica, protegida de caixa de papelão, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega. (21387)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	LEO	0	9,8521	1
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	APTI	0	9,7161	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	APTI	0	9,7183	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	NEILAR	0	9,9000	4

Página: 18/48

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2018

Número do Registro de Preços: 6/2018		Data do Registro: 08/02/2018		Válido até: 08/02/2019			
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			LUIZ ANTONIO JUNCCKES - ME (9674)	NEILAR	0	9,9200	5
66	Pó para pudim 1kg. Sabor morango, embalagem de 1kg. Embalagem de polietileno, atóxica, protegida de caixa de papelão, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega. (21388)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	LEO	0	9,8521	1
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	APTI	0	9,7161	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	APTI	0	9,7183	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	NEILAR	0	9,9000	4
			LUIZ ANTONIO JUNCCKES - ME (9674)	NEILAR	0	9,9200	5
67	Pó para pudim 1kg. Sabor baunilha, embalagem de 1kg. Embalagem de polietileno, atóxica, protegida de caixa de papelão, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega. (21389)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	LEO	0	9,8521	1
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	APTI	0	9,7161	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	APTI	0	9,7183	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	NEILAR	0	9,9000	4
			LUIZ ANTONIO JUNCCKES - ME (9674)	NEILAR	0	9,9200	5
68	Pó para pudim 50gr. Sabor chocolate, embalagem de 50gr. Embalagem de polietileno, atóxica, protegida de caixa de papelão, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega. (21390)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	LEO	0	1,6918	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2018

Página: 19/48

Número do Registro de Preços: 6/2018		Data do Registro: 08/02/2018		Válido até: 08/02/2019		Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braco do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
69	Pó para pudim 50gr. Sabor baunilha, embalagem de 50gr. Embalagem de polietileno, atóxica, protegida de caixa de papelão, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega. (21391)	PCT	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	NEILAR	0	1,6858	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	NEILAR	0	1,7500	3
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	APTI	0	1,7532	4
			LUIZ ANTONIO JUNCQUES - ME (9674)	NEILAR	0	1,7900	5
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	LEO	0	1,7913	1
70	Pó para pudim 50gr. Sabor morango, embalagem de 50gr. Embalagem de polietileno, atóxica, protegida de caixa de papelão, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega. (21392)	PCT	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	NEILAR	0	1,6858	2
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	APTI	0	1,7826	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	NEILAR	0	1,8000	4
			LUIZ ANTONIO JUNCQUES - ME (9674)	NEILAR	0	1,8200	5
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	LEO	0	1,7913	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	NEILAR	0	1,6858	2
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	APTI	0	1,7826	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2018

Página: 20/48

Número do Registro de Preços: 6/2018		Data do Registro: 08/02/2018		Válido até: 08/02/2019			
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

71	Pó para pudim 50gr. Sabor coco, embalagem de 50gr. Embalagem de polietileno, atóxica, protegida de caixa de papelão, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega. (21393)	PCT	CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	NEILAR	0	1,8000	4
			LUIZ ANTONIO JUNCCKES - ME (9674)	NEILAR	0	1,8200	5
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	LEO	0	1,7913	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	NEILAR	0	1,6858	2
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	APTI	0	1,7826	3
72	Fermento em pó químico, para bolo, lata de 250 gr, validade de no mínimo 12 meses e com data de embalagem não superior a 30 dias. (9646)	PCT	CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	NEILAR	0	1,8000	4
			LUIZ ANTONIO JUNCCKES - ME (9674)	NEILAR	0	1,8200	5
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	TRISANTI	0	5,4734	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	APTI	0	5,4541	2
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	ROYAL	0	5,4751	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	APTI	0	5,5000	4
			LUIZ ANTONIO JUNCCKES - ME (9674)	ROYAL	0	5,5900	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2018

Página: 21/48

Número do Registro de Preços: 6/2018 Data do Registro: 08/02/2018 Válido até: 08/02/2019

Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
73	Fubá de milho pré-cozido. Embalagem de 500 gr, com identificação do produto, data de fabricação e validade. Validade mínima de 3 meses a contar da data de entrega e com data de embarque não superior a 30 dias. (21394)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	SINHA	0	1,9903	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	SINHA	0	1,9833	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	SINHA	0	2,0000	3
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8819)	SINHA	0	2,0470	4
			LUIZ ANTONIO JUNCQUES - ME (9674)	SINHA	0	2,0900	5
74	Folha de feijão, pacote de 05 gr. Validade mínima no ato da entrega de 3 meses. (21395)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	APTI	0	1,9903	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	NELAR	0	2,0825	2
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8819)	CONDIMENTC	0	2,0960	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	NELAR	0	2,1400	4
			LUIZ ANTONIO JUNCQUES - ME (9674)	KITANO	0	2,1400	5
75	Lentilha, embalada em pacotes de 500 gramas. Validade mínima 6 meses e c/ data de embarque não superior a 30 dias. (9649)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ARBAZA	0	7,3642	1
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8819)	KANTY	0	7,3263	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	JUREIA	0	7,3383	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2018

Página: 22/48

Número do Registro de Preços: 6/2018 Data do Registro: 08/02/2018 Válido até: 08/02/2019

Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
76	Pó para gelatina, 85gr, produto constituído de gelatina em pó, açúcar, aromatizantes, podendo ser adicionada de corantes e outros ingredientes, desde que mencionados na embalagem. Embaladas em caixas de papelão reforçadas. Necessária a rotulagem nutricional obrigatória. Validade no mínimo de 12 meses a partir da data de entrega. A data de validade deverá constar na embalagem primária e na embalagem secundária. Sabor Cereja (21396)	PCT	CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	JARAGUA	0	7,4800	4
			LUIZ ANTONIO JUNCCKES - ME (9674)	YOKI	0	7,4800	5
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	LEO	0	1,6918	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	NEILAR	0	1,4875	2
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	APTI	0	1,6846	3
77	Pó para gelatina, 85gr, produto constituído de gelatina em pó, açúcar, aromatizantes, podendo ser adicionada de corantes e outros ingredientes, desde que mencionados na embalagem. Embaladas em caixas de papelão reforçadas. Necessária a rotulagem nutricional obrigatória. Validade no mínimo de 12 meses a partir da data de entrega. A data de validade deverá constar na embalagem primária e na embalagem secundária. Sabor morango (21397)	PCT	CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	NEILAR	0	1,7000	4
			LUIZ ANTONIO JUNCCKES - ME (9674)	ROYAL	0	1,7200	5
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BELA	0	1,5923	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	NEILAR	0	1,4875	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	NEILAR	0	1,6000	3
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	APTI	0	1,6063	4
			LUIZ ANTONIO JUNCCKES - ME (9674)	ROYAL	0	1,6400	5

Página: 23/48

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2018

Número do Registro de Preços: 6/2018		Data do Registro: 08/02/2018		Válido até: 08/02/2019		Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braco do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
78	Pó para gelatina, 85gr, produto constituído de gelatina em pó, açúcar, aromatizantes, podendo ser adicionada de corantes e outros ingredientes, desde que mencionados na embalagem. Embaladas em caixas de papelão reforçadas. Necessária a rotulagem nutricional obrigatória. Validade no mínimo de 12 meses a partir da data de entrega. A data de validade deverá constar na embalagem primária e na embalagem secundária. Sabor uva. (21398)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BELA	0	1,5923	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	NEILAR	0	1,4875	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	NEILAR	0	1,6000	3
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	APTI	0	1,6063	4
			LUIZ ANTONIO JUNCQUES - ME (9674)	ROYAL	0	1,6400	5
79	Pó para gelatina, 85gr, produto constituído de gelatina em pó, açúcar, aromatizantes, podendo ser adicionada de corantes e outros ingredientes, desde que mencionados na embalagem. Embaladas em caixas de papelão reforçadas. Necessária a rotulagem nutricional obrigatória. Validade no mínimo de 12 meses a partir da data de entrega. A data de validade deverá constar na embalagem primária e na embalagem secundária. Sabor framboesa. (21399)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	LEO	0	1,5923	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	NEILAR	0	1,4875	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	NEILAR	0	1,6000	3
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	APTI	0	1,6063	4
			LUIZ ANTONIO JUNCQUES - ME (9674)	ROYAL	0	1,6400	5
80	Pó para gelatina, 85gr, produto constituído de gelatina em pó, açúcar, aromatizantes, podendo ser adicionada de corantes e outros ingredientes, desde que mencionados na embalagem. Embaladas em caixas de papelão reforçadas. Necessária a rotulagem nutricional obrigatória. Validade no mínimo de 12 meses a partir da data de entrega. A data de validade deverá constar na embalagem primária e na embalagem secundária. Sabor abacaxi. (21400)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BELA	0	1,5923	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2018

Página: 24/48

Número do Registro de Preços: 6/2018 Data do Registro: 08/02/2018 Válido até: 08/02/2019

Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
81	Pó para gelatina, 85gr, produto constituído de gelatina em pó, açúcar, aromatizantes, podendo ser adicionada de corantes e outros ingredientes, desde que mencionados na embalagem. Embaladas em caixas de papelão reforçadas. Necessária a rotulagem nutricional obrigatória. Validade no mínimo de 12 meses a partir da data de entrega. A data de validade deverá constar na embalagem primária e na embalagem secundária. Sabor limão. (21401)	PCT	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	NEILAR	0	1,4875	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	NEILAR	0	1,6000	3
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	APTI	0	1,6063	4
			LUIZ ANTONIO JUNCQUES - ME (9674)	ROYAL	0	1,6400	5
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BELA	0	1,5923	1
82	Pó para gelatina, 1kg, produto constituído de gelatina em pó, açúcar, aromatizantes, podendo ser adicionada de corantes e outros ingredientes, desde que mencionados na embalagem. Embaladas em caixas de papelão reforçadas. Necessária a rotulagem nutricional obrigatória. Validade no mínimo de 12 meses a partir da data de entrega. A data de validade deverá constar na embalagem primária e na embalagem secundária. Sabor limão. (21402)	PCT	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	NEILAR	0	1,4875	2
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	NEILAR	0	1,6000	3
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	APTI	0	1,6063	4
			LUIZ ANTONIO JUNCQUES - ME (9674)	ROYAL	0	1,6400	5
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	LEO	0	10,3497	1
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	APTI	0	10,2744	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	NEILAR	0	10,3133	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2018

Página: 25/48

Número do Registro de Preços: 6/2018		Data do Registro: 08/02/2018		Válido até: 08/02/2019		Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
83	Pó para gelatina, 1kg, produto constituído de gelatina em pó, açúcar, aromatizantes, podendo ser adicionada de corantes e outros ingredientes, desde que mencionados na embalagem. Embaladas em caixas de papelão reforçadas. Necessária a rotulagem nutricional obrigatória. Validade no mínimo de 12 meses a partir da data de entrega. A data de validade deverá constar na embalagem primária e na embalagem secundária. Sabor morango. (21403)	PCT	CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	NEILAR	0	10,4000	4
			LUIZ ANTONIO JUNCCKES - ME (9674)	ROYAL	0	10,4900	5
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	LEO	0	10,3497	1
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	APTI	0	10,2744	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	NEILAR	0	10,3133	3
84	Pó para gelatina, 1kg, produto constituído de gelatina em pó, açúcar, aromatizantes, podendo ser adicionada de corantes e outros ingredientes, desde que mencionados na embalagem. Embaladas em caixas de papelão reforçadas. Necessária a rotulagem nutricional obrigatória. Validade no mínimo de 12 meses a partir da data de entrega. A data de validade deverá constar na embalagem primária e na embalagem secundária. Sabor Framboesa. (21404)	PCT	CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	NEILAR	0	10,4000	4
			LUIZ ANTONIO JUNCCKES - ME (9674)	ROYAL	0	10,4900	5
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	LEO	0	10,3497	1
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	APTI	0	10,2744	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	NEILAR	0	10,3133	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	NEILAR	0	10,4000	4
			LUIZ ANTONIO JUNCCKES - ME (9674)	ROYAL	0	10,4900	5

Página: 26/48

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2018

Número do Registro de Preços: 6/2018		Data do Registro: 08/02/2018		Válido até: 08/02/2019		Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.			
85	Pó para gelatina, 1kg, produto constituído de gelatina em pó, açúcar, aromatizantes, podendo ser adicionada de corantes e outros ingredientes, desde que mencionados na embalagem. Embaladas em caixas de papelão reforçadas. Necessária a rotulagem nutricional obrigatória. Validade no mínimo de 12 meses a partir da data de entrega. A data de validade deverá constar na embalagem primária e na embalagem secundária. Sabor abacaxi. (21405)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	LEO	0	10,3497	1			
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	APTI	0	10,2744	2			
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	NEILAR	0	10,3133	3			
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	NEILAR	0	10,4000	4			
			LUIZ ANTONIO JUNCQUES - ME (9674)	ROYAL	0	10,4900	5			
86	Pó para gelatina, 1kg, produto constituído de gelatina em pó, açúcar, aromatizantes, podendo ser adicionada de corantes e outros ingredientes, desde que mencionados na embalagem. Embaladas em caixas de papelão reforçadas. Necessária a rotulagem nutricional obrigatória. Validade no mínimo de 12 meses a partir da data de entrega. A data de validade deverá constar na embalagem primária e na embalagem secundária. Sabor uva. (21406)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	LEO	0	10,3497	1			
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	APTI	0	10,2744	2			
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	NEILAR	0	10,3133	3			
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	NEILAR	0	10,4000	4			
			LUIZ ANTONIO JUNCQUES - ME (9674)	ROYAL	0	10,4900	5			
87	Pó para gelatina, 1kg, produto constituído de gelatina em pó, açúcar, aromatizantes, podendo ser adicionada de corantes e outros ingredientes, desde que mencionados na embalagem. Embaladas em caixas de papelão reforçadas. Necessária a rotulagem nutricional obrigatória. Validade no mínimo de 12 meses a partir da data de entrega. A data de validade deverá constar na embalagem primária e na embalagem secundária. Sabor cereja. (21407)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	LEO	0	10,3497	1			

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 6/2018

Página: 27/48

Número do Registro de Preços: 6/2018		Data do Registro: 08/02/2018		Válido até: 08/02/2019		Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braco do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
88	Milho lata de 200 gr. não amassadas, sem ferrugem, com identificação no produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, data de fabricação e validade. Validade mínima de 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias. (9651)	UND	MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	APTI	0	10,2744	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	NELAR	0	10,3133	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	NELAR	0	10,4000	4
			LUIZ ANTONIO JUNCCKES - ME (9674)	ROYAL	0	10,4900	5
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	PREDILECTA	0	1,5923	1
89	Maionese. Embalagem de plástico atóxica de 500 gr. lacrada, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embaralhamento no máximo 30 dias. (9653)	PCT	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	PREDILECTA	0	1,4875	2
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	QUERO	0	1,5867	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	LA PREFERID	0	1,6200	4
			LUIZ ANTONIO JUNCCKES - ME (9674)	STELLA DORC	0	1,6200	5
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	SOYA	0	4,5777	1
89			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	SUAVIT	0	4,5000	2
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	ARISCO	0	4,5153	3
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	SOYA	0	4,5616	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º: 6/2018

www.diariomunicipal.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 6/2018

Página: 29/48

Número do Registro de Preços: 6/2018		Data do Registro: 08/02/2018		Válido até: 08/02/2019		Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braco do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
93	Massa tipo parafuso com ovos. Embalagem de 500 gr, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embarque no máximo 30 dias. (9656)	PCT	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	ORQUIDEA	0	3,1733	2
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	PARATI	0	3,1832	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	OGLIARI	0	3,2000	4
			LUIZ ANTONIO JUNCQUES - ME (9674)	NINFA	0	3,2500	5
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BORTOLINE	0	3,1845	1
94	Massa tipo gravatinha com ovos. Embalagem de 500 gr com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embarque no máximo 30 dias. (9657)	PCT	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	DIANA	0	3,1733	2
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	PARATI	0	3,1734	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	ROSANE	0	3,2000	4
			LUIZ ANTONIO JUNCQUES - ME (9674)	NINFA	0	3,2400	5
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	GERMANI	0	4,1797	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	ORQUIDEA	0	4,0658	2
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	PARATI	0	4,1724	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	ROSANE	0	4,2000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2018

Página: 30/48

Número do Registro de Preços: 6/2018 Data do Registro: 08/02/2018 Válido até: 08/02/2019						
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braco do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			LUIZ ANTONIO JUNCQUES - ME (9674)	NINFA	0	4,2600
95	Óleo de soja refinado, embalagem com 900 ml, não amassadas, com data de embalagem não superior a 30 dias. Validade mínima 12 meses. (9659)	UND	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	COAMO	0	3,3835
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	SOYA	0	3,3693
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	COAMO	0	3,4000
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	COAMO	0	3,4113
			LUIZ ANTONIO JUNCQUES - ME (9674)	COAMO	0	3,4400
96	Orégano, pacote com 06 gr. Validade mínima no ato da entrega de 3 meses. (21408)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BELA	0	1,7913
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	NEILAR	0	1,8000
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	CONDIMENTC	0	1,8316
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	APTI	0	1,8346
			LUIZ ANTONIO JUNCQUES - ME (9674)	KITANO	0	1,8700
97	Pólvilla azedo. Embalagem de 1 Kg, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalagem no máximo 30 dias. (9661)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	PRATA	0	8,4589
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	VÓ TILA	0	8,1316

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2018

Página: 31/48

Número do Registro de Preços: 6/2018 **Data do Registro: 08/02/2018** **Válido até: 08/02/2019**
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
98	Pipoca em grão. Embalagem de 500 gr, com identificação, do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embarque no máximo 30 dias. (9362)	PCT	MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	ROCHA	0	8,3743	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	CALDAO	0	8,5000	4
			LUIZ ANTONIO JUNCES - ME (9674)	LORENZ	0	8,5500	5
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DAJU	0	3,5826	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	CALDAO	0	3,5700	2
99	Pimenta em pó, unidades de 40 gr. Validade mínima no ato da entrega de 3 meses. (21409)	PCT	MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	CALDAO	0	3,5946	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	SUPER 10	0	3,6000	4
			LUIZ ANTONIO JUNCES - ME (9674)	SINHA	0	3,6700	5
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BELA	0	3,4831	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	NEILAR	0	3,4708	2
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	CONDIMENTC	0	3,5064	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	NEILAR	0	3,5500	4
			LUIZ ANTONIO JUNCES - ME (9674)	KITANO	0	3,5800	5

Página: 32/48

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2018

Número do Registro de Preços: 6/2018		Data do Registro: 08/02/2018		Válido até: 08/02/2019		Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
100	Sardinha em óleo comestível. Embalagem de 125 gr. lata não amassada, sem fermento, com identificação do produto, data de fabricação, prazo de validade, valor nutricional, peso deve constar na embalagem de registro. (12333)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	NAVE	0	3,2840	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	88	0	3,2725	2
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	PESCADOR	0	3,3203	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	88	0	3,3500	4
			LUIZ ANTONIO JUNCKES - ME (9674)	PESCADOR	0	3,3900	5
101	Sal refinado, pct de 1 kg, com identificação do produto rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (9666)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	GARCA	0	1,8908	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	MIRANAR	0	1,7850	2
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	CONDIMENTC	0	1,9393	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	ZIZO	0	1,9500	4
			LUIZ ANTONIO JUNCKES - ME (9674)	MIRANAR	0	1,9800	5
102	Vinagre, sem sabor, embalagem de 750 ml, garrafa plástica, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embarque no máximo 30 dias. (17324)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	CHEMIN	0	1,4927	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	CHEMIM	0	1,2892	2
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	HEING	0	1,5475	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2018

Página: 33/48

Número do Registro de Preços: 6/2018		Data do Registro: 08/02/2018		Válido até: 08/02/2019			
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
103	Leite em pó integral. Preparado instantâneo. Lata de 400gr. Rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 12 meses a contar da data de entrega. (21410)	Lata	CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	HEINIG	0	1,5500	4
			LUIZ ANTONIO JUNCQUES - ME (9674)	HEINIG	0	1,5800	5
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	NINHO	0	13,7332	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	PIRACANJUB	0	13,3874	2
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	NINHO	0	13,5360	3
104	Adoçante líquido a base de stévia, frascos de 80ml. A embalagem não pode estar danificada e deve conter data de fabricação e prazo de validade. Prazo mínimo de validade de 06 meses. (21411)	UND	CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	ITALAC	0	13,8000	4
			LUIZ ANTONIO JUNCQUES - ME (9674)	PIRACANJUB	0	13,8200	5
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	ADOCYL	0	6,7671	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	ADOCYL	0	6,6441	2
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	ZEROCAL	0	6,7582	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	LOW SUGAR	0	6,8500	4
			LUIZ ANTONIO JUNCQUES - ME (9674)	MARATA	0	6,9000	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2018

Página: 34/48

Número do Registro de Preços: 6/2018		Data do Registro: 08/02/2018		Válido até: 08/02/2019		Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braco do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
105	Suco concentrado de frutas, frasco de plástico transparente com o rótulo indicando as informações nutricionais, embalagem de 500 ml contendo aromatizante sintético idêntico ao natural, sabor maracujá. (19367)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	MAGUARY	0	8,8569	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	DAFRUTA	0	8,8258	2
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	MANGUARY	0	8,8836	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	IMBIARA	0	9,0000	4
			LUIZ ANTONIO JUNCCKES - ME (9674)	DA FRUTA	0	9,0700	5
106	Suco concentrado de frutas, frasco de plástico transparente com o rótulo indicando as informações nutricionais, embalagem de 500 ml contendo aromatizante sintético idêntico ao natural, sabor uva (16831)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	MAGUARY	0	8,8569	1
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	MANGUARY	0	8,7661	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	DAFRUTA	0	8,8258	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	IMBIARA	0	8,9000	4
			LUIZ ANTONIO JUNCCKES - ME (9674)	DA FRUTA	0	8,9500	5
107	Suco concentrado de frutas, frasco de plástico transparente com o rótulo indicando as informações nutricionais, embalagem de 500 ml contendo aromatizante sintético idêntico ao natural, sabor laranja. (16832)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	MAGUARY	0	8,8569	1
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	MANGUARY	0	8,7661	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	DAFRUTA	0	8,8258	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2018

Página: 35/48

Número do Registro de Preços: 6/2018 Data do Registro: 08/02/2018 Válido até: 08/02/2019

Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
108	Suco concentrado de frutas, frasco de plástico transparente com o rótulo indicando as informações nutricionais, embalagem de 500 ml contendo aromatizante sintético idêntico ao natural, sabor abacaxi. (16833)	UND	CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	IMBIARA	0	8,9000	4
			LUIZ ANTONIO JUNCCKES - ME (9674)	DA FRUTA	0	8,9500	5
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	MAGUARY	0	8,8669	1
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	MANGUARY	0	8,7661	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	DA FRUTA	0	8,8258	3
109	Chá em sachês, no sabor CHÁ VERDE, LIMÃO E ERVA DOCE, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê. (7689)	CX	CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	IMBIARA	0	8,9000	4
			LUIZ ANTONIO JUNCCKES - ME (9674)	DA FRUTA	0	8,9500	5
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	CHILENO	0	3,2840	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	NEILAR	0	3,2725	2
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	CHÁ CHINÊS	0	3,3595	3
110	Chá em sachês, no sabor CHÁ VERDE E LARANJA, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7691)	CX	CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	NEILAR	0	3,4000	4
			LUIZ ANTONIO JUNCCKES - ME (9674)	PRENDA	0	3,4300	5
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	CHILENO	0	3,2840	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2018

Página: 36/48

Número do Registro de Preços: 6/2018 Data do Registro: 08/02/2018 Válido até: 08/02/2019

Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
111	Chá em sachês, no sabor MAÇA E CANELA, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7690)	CX	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	NEILAR	0	3,2725	2
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	CHÁ CHINÊS	0	3,3595	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	NEILAR	0	3,4000	4
			LUIZ ANTONIO JUNCCKES - ME (9674)	PRENDA	0	3,4300	5
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	CHILENO	0	3,2840	1
112	Chá em sachês, no sabor AMORA SILVESTRE, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7694)	CX	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	NEILAR	0	3,2725	2
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	CHÁ CHINÊS	0	3,3595	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	NEILAR	0	3,4000	4
			LUIZ ANTONIO JUNCCKES - ME (9674)	PRENDA	0	3,4300	5
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	CHILENO	0	3,2840	1
112	Chá em sachês, no sabor AMORA SILVESTRE, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7694)	CX	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	NEILAR	0	3,2725	2
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	CHÁ CHINÊS	0	3,3595	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	NEILAR	0	3,4000	4

Página: 37/48

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2018

Número do Registro de Preços: 6/2018 Data do Registro: 08/02/2018 Válido até: 08/02/2019
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			LUIZ ANTONIO JUNCES - ME (9674)	PRENDA	0	3,4300	5
113	Chá em sachês, no sabor MAÇÃ, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7695)	CX	APOSEITE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	CHILENO	0	3,2840	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	NEILAR	0	3,2725	2
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	CHÁ CHINÊS	0	3,3595	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	NEILAR	0	3,4000	4
			LUIZ ANTONIO JUNCES - ME (9674)	PRENDA	0	3,4300	5
114	Chá em sachês, no sabor ERVA DOCE, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7699)	CX	APOSEITE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	CHILENO	0	3,2840	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	NEILAR	0	3,2725	2
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	CHÁ CHINÊS	0	3,3595	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	NEILAR	0	3,4000	4
			LUIZ ANTONIO JUNCES - ME (9674)	PRENDA	0	3,4300	5
115	Chá em sachês, no sabor CAMOMILA, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7697)	CX	APOSEITE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	CHILENO	0	3,2840	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	NEILAR	0	3,2725	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2018

Página: 38/48

Número do Registro de Preços: 6/2018 Data do Registro: 08/02/2018 Válido até: 08/02/2019

Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
116	Chá em sachês, no sabor CAPIM CIDREIRA, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7698)	CX	MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8819)	CHÁ CHINÊS	0	3,3595	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	NEILAR	0	3,4000	4
			LUIZ ANTONIO JUNCCKES - ME (9674)	PRENDA	0	3,4300	5
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	CHILENO	0	3,2840	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	NEILAR	0	3,2725	2
117	Chá em sachês, no sabor PÊSSEGO, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7699)	CX	MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8819)	CHÁ CHINÊS	0	3,3595	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	NEILAR	0	3,4000	4
			LUIZ ANTONIO JUNCCKES - ME (9674)	PRENDA	0	3,4300	5
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	CHILENO	0	3,2840	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	NEILAR	0	3,2725	2
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8819)	CHÁ CHINÊS	0	3,3595	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	NEILAR	0	3,4000	4
			LUIZ ANTONIO JUNCCKES - ME (9674)	PRENDA	0	3,4300	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2018

Página: 39/48

Número do Registro de Preços: 6/2018		Data do Registro: 08/02/2018		Válido até: 08/02/2019		Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braco do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
118	Chá em sachês, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê no sabor HORTELÃ (7700)	CX	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	CHILENO	0	3,2840	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	NEILAR	0	3,2725	2
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	CHÁ CHINÊS	0	3,3595	3
			CLETON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	NEILAR	0	3,4000	4
			LUIZ ANTONIO JUNCCKES - ME (9674)	PRENDA	0	3,4300	5
119	Bala mastigável, sabor iogurte de morango, pct com 600gr. (21412)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BUTTER TOFI	0	9,3943	1
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	DORI	0	9,2950	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	DORI	0	9,4109	3
			CLETON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	FLORESTAL	0	9,4900	4
			LUIZ ANTONIO JUNCCKES - ME (9674)	HAPPY	0	9,4900	5
120	Bala caramelo de leite, recheados com chocolate branco, pct de 600gr. (21413)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BUTTER TOFI	0	9,3943	1
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	DORI	0	9,2950	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	BUTTER TOFI	0	9,4109	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2018

Página: 40/48

Número do Registro de Preços: 6/2018 Data do Registro: 08/02/2018 Válido até: 08/02/2019
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
121	Bala caramelo de leite, recheados com creme sabor artificialmente de coco, pct de 600gr. (21414)	PCT	CLETON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	FLORESTAL	0	9,4900	4
			LUIZ ANTONIO JUNCES - ME (9674)	EMBARÉ	0	9,4900	5
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BUTTER TOFI	0	9,3943	1
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	DORI	0	9,2950	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	BUTTER TOFI	0	9,4109	3
122	Bala caramelo recheados com creme artificial de caramelo de leite, pct de 600gr. (21415)	PCT	CLETON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	FLORESTAL	0	9,4900	4
			LUIZ ANTONIO JUNCES - ME (9674)	EMBARÉ	0	9,4900	5
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BUTTER TOFI	0	9,3943	1
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	DORI	0	9,2950	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	BUTTER TOFI	0	9,4109	3
123	Bala caramelo com cacau, recheados com creme sabor trufas, pct de 600gr. (21416)	PCT	CLETON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	FLORESTAL	0	9,4900	4
			LUIZ ANTONIO JUNCES - ME (9674)	EMBARÉ	0	9,4900	5
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BUTTER TOFI	0	9,3943	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2018

Página: 41/48

Número do Registro de Preços: 6/2018 Data do Registro: 08/02/2018 Válido até: 08/02/2019

Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
124	Bala caramelo, recheados com creme sabor cappuccino, , pct de 600gr. (21417)	PCT	MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8819)	DORI	0	9,2950	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	BUTTER TOFI	0	9,4109	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	FLORESTAL	0	9,4900	4
			LUIZ ANTONIO JUNCCKES - ME (9674)	EMBARÉ	0	9,4900	5
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BUTTER TOFI	0	9,3943	1
125	Bala caramelo de leite, recheados com creme sabor artificialmente de menta, pct de 600gr. (21418)	PCT	MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8819)	DORI	0	9,2460	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	BUTTER TOFI	0	9,3613	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	FLORESTAL	0	9,4400	4
			LUIZ ANTONIO JUNCCKES - ME (9674)	EMBARÉ	0	9,4400	5
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BUTTER TOFI	0	9,3943	1
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8819)	DORI	0	9,2460	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	BUTTER TOFI	0	9,3613	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	FLORESTAL	0	9,4400	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 6/2018

Página: 42/48

Número do Registro de Preços: 6/2018 Data do Registro: 08/02/2018 Válido até: 08/02/2019

Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			LUIZ ANTONIO JUNCCKES - ME (9674)	EMBARÉ	0	9,4400	5
126	Bala de banana pct com 600 gramas (21420)	PCT	APOSEITE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	OLIVEIRA	0	11,4443	1
			MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP (8619)	DORI	0	11,5575	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	JOICE	0	11,6520	3
			CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME (9401)	OLIVEIRA	0	11,8000	4
			LUIZ ANTONIO JUNCCKES - ME (9674)	OLIVEIRA	0	11,8000	5
127	Carne ave coxa com sobre coxa de Frango. Embalagem plástica de 1 Kg, sem acúmulo de líquido em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso, fabricante e validade. (8649)	KG	ALINE RAITZ ME (9555)	MISTER	0	4,7601	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	AVE SERRA	0	4,8200	2
128	Carne bovina de 1ª, frescas e congelada. Isenta de cartilagens, osso e com no máximo 5% de gordura. Embalagem plástica de 1 Kg, sem acúmulo de líquido em seu interior, com identificação do produto tipo de carne, corte, peso, prazo de validade e selo de inspeção. Quando a carne for fracionada, o rótulo deverá ser reproduzido e fixadas nas embalagens de todas as peças. (12322)	KG	ALINE RAITZ ME (9555)	MACHADO	0	16,3420	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	AVE SERRA	0	16,5000	2
129	Carne Bovina coxa mole, frescas e congelada. Isenta de cartilagens, osso e com no máximo 5% de gordura. Embalagem plástica de 1kg, sem acúmulo de líquido em seu interior, com identificação do produto tipo de carne, corte, peso, prazo de validade e selo de inspeção. Quando a carne for fracionada, o rótulo deverá ser reproduzido e fixadas nas embalagens de todas as peças. (12323)	KG	ALINE RAITZ ME (9555)	MACHADO	0	20,2291	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2018

Página: 43/48

Número do Registro de Preços: 6/2018 Data do Registro: 08/02/2018 Válido até: 08/02/2019

Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	VERDE	0	20,4300	2
130	Carne de ave peito de frango com osso, congelado, sem acúmulo de líquido no interior da embalagem e embalagens de 1 ou 2kg, com identificação do produto e o peso. (18970)	KG	ALINE RAITZ ME (9555)	fraves	0	6,6935	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	AVE SERRA	0	6,7800	2
131	Queijo tipo mussarela, isento de bolor e mau aspecto de conservação. Embalagem de 1kg contendo a marca e data de fabricação (21421)	UND	ALINE RAITZ ME (9555)	LACTOVALE	0	19,6342	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	ODILON	0	19,8200	2
132	Salsicha. Embalagem plástica, em 1kg, congelada, rótulo com ingredientes, identificação do produto, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 3 meses a contar da data de entrega. (21422)	KG	ALINE RAITZ ME (9555)	NAT	0	7,0405	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	NOBRE	0	7,2000	2
133	Ovos de galinha. Grandes, inteiros, sem rachadura e limpos. (8656)	DZ	ALINE RAITZ ME (9555)	CENTENARIO	0	4,8094	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	LAR	0	4,8900	2
134	LEITE INTEGRAL LONGA VIDA, embalagem Tetra Pack de 1 litro, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 3 meses a contar da data da entrega. (13394)	LT	ALINE RAITZ ME (9555)	LANGUIRU	0	1,9532	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	PIRACANJUBA	0	2,0100	2
135	Leite Zero Lactose. Embalagem Tetra Pack de 1 litro, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 3 meses a contar da data da entrega. (21423)	L	ALINE RAITZ ME (9555)	LANGUIRU	0	3,3715	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2018

Página: 44/48

Número do Registro de Preços: 6/2018		Data do Registro: 08/02/2018		Válido até: 08/02/2019			
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	PIRACANJUB	2
136	Bebida Láctea com polpa de fruta. Sabores variados, embalagem de 1 litro, rótulo de identificação, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 1 mes a contar da data de entrega. (9658)	L	ALINE RAITZ ME (9555)	OLANDES	1
137	Bebida láctea zero lactose, fermentada, com polpa de fruta para dieta com restrição a lactose. Embalagem em polietileno, contendo um litro do produto. Restrição no máximo de 10° C. Prazo de validade mínima de 45 dias. Deverá constar registro no Ministério da Agricultura. (21424)	L	ALINE RAITZ ME (9555)	FRIMESA	1
138	Alpim, sem casca e congelado, pacote de 1 Kg, validade 12 meses contendo na embalagem informações nutricionais (15010)	KG	ALINE RAITZ ME (9555)	COOPERKING	1
139	Mortadela sem gordura. Embalagem plástica, 1 Kg, rótulo com ingredientes, com identificação do produto, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 3 meses a contar da data de entrega. (21425)	KG	ALINE RAITZ ME (9555)	CONFIANCA	1
140	Creme de leite, tipo nata, pote de 300 gr, fresco. (8660)	UND	ALINE RAITZ ME (9555)	LACTOVALE	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	PIRACANJUB	2

Página: 45/48

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2018

Número do Registro de Preços: 6/2018 Data do Registro: 08/02/2018 Válido até: 08/02/2019

Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
141	Margarina sem a presença de leite e derivados em sua composição, sem lactose, com sal, e sem gordura trans. A embalagem deverá ser em pote de 500gr, com data de fabricação, prazo de validade, número do lote e registro do Ministério da Agricultura, SIF/DIPOA. (21426)	UND	ALINE RAITZ ME (9555)	BECEL	0	6,4456	1
142	Requeijão cremoso tradicional, sem a presença de amido em sua composição. Constatando identificação do produto, inclusive classificação e a marca, nome e endereço do fabricante, e a data de fabricação. Validade mínima de 3 meses, a contar da data de entrega. Embalagem primária em copo plástico próprio, resistente, atóxica, com peso líquido de 220g. (21427)	UND	ALINE RAITZ ME (9555)	PIA	0	4,6606	1
143	Requeijão cremoso Zero lactose, sem leite e sem lactose, sem a presença de amido em sua composição. Constatando identificação do produto, inclusive classificação e a marca, nome e endereço do fabricante, e a data de fabricação. Validade mínima de 3 meses, a contar da data de entrega. Embalagem primária em copo plástico próprio, resistente, atóxica, com peso líquido de 220g (21428)	UND	ALINE RAITZ ME (9555)	PIA	0	4,9581	1
144	Água mineral - galão retornável 20lt (sem frasco) (7704)	UND	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	PIRACANJUB	0	4,7100	2
145	Água mineral - galão retornável 20lt (com frasco) (7705)	UND	ALINE RAITZ ME (9555)	puris	0	8,4288	1
146	Água mineral 500ml sem gás (14770)	UND	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	SANTA CATAF	0	8,7300	2
		UND	ALINE RAITZ ME (9555)	puris	0	27,7655	1
		UND	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	SANTA CATAF	0	28,4500	2
		UND	ALINE RAITZ ME (9555)	puris	0	1,0908	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2018

Página: 46/48

Número do Registro de Preços: 6/2018		Data do Registro: 08/02/2018		Válido até: 08/02/2019			
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
147	Água mineral 500ml com gás (14771)		ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	CRISTAL	0	1,1200	2
		UND	ALINE RAITZ ME (9555)	puris	0	1,5866	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2018

Página: 47/48

Número do Registro de Preços: 6/2018		Data do Registro: 08/02/2018		Válido até: 08/02/2019			
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (9399)	CRISTAL	0	1,6500	2

Página: 48/48

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2018

Número do Registro de Preços: 6/2018		Data do Registro: 08/02/2018		Válido até: 08/02/2019		
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 6/2018
PROCESSO Nº 59/2017

- (8619) - MINIMERCADO AGROLANDIA LTDA - EPP
- (9001) - COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME
- (9322) - APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
- (9399) - ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME
- (9401) - CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME
- (9555) - ALINE RAITZ ME
- (9674) - LUIZ ANTONIO JUNCQUES - ME

Braço do Trombudo, 8 de Fevereiro de 2018.

ATA JULGAMENTO DAS PROPOSTAS PREGÃO 46 2017 2

Publicação Nº 1516644

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 46/2017 - PR
CNPJ: 95.952.230/0001-67 PRACA DA INDEPENDENCIA,25 C.E.P.: 89178-000 - Braço do Trombudo - SC	Processo Administrativo: 59/2017 Processo de Licitação: 59/2017 Data do Processo: 28/12/2017
	Folha: 1/10

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 13/2018 (Sequência: 4)

Ao(s) 8 de Fevereiro de 2018, às 08:30 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 06/2017, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 59/2017, Licitação nº 46/2017 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: O Fornecedor NELSON KNAUL ME é ex-vencedor do Lote 1 do Processo 59/2017, o novo vencedor é: COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME, pelo motivo:

LOTE: 1**Participante: 9001 - COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Abacaxi, tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, frutas limpas.	PC	3.000,00	IN NATURA	0,0000	4,50	13.500,00
2	Abacate, tamanho médio, sem machucados, bom grau de amadurecimento.	KG	5.000,00	IN NATURA	0,0000	4,50	22.500,00
3	Alho grão, sem machucados e brotamentos. Não devem estar murcho. Pacote de 100 gramas.	PCT	500,00	KALUKE	0,0000	2,75	1.375,00
4	BANANA COMUM, unidades de tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, cor uniforme e limpas.	KG	10.000,00	IN NATURA	0,0000	1,99	19.900,00
5	Banana Branca. Tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, cor uniforme e limpas.	KG	2.000,00	IN NATURA	0,0000	2,90	5.800,00
6	BATATA INGLESA, unidades grandes, íntegras, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações.	KG	2.500,00	IN NATURA	0,0000	1,26	3.150,00
7	BATATA DOCE ROXA, unidades grandes, íntegras, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações.	KG	600,00	IN NATURA	0,0000	2,10	1.260,00
8	BETERRABA, unidades de tamanho médio, sem rachaduras ou perfurações, casca lisa e limpa.	KG	600,00	IN NATURA	0,0000	1,90	1.140,00
9	Brócolis tamanho grande, unidades frescas e limpas, com cor características.	UND	1.000,00	IN NATURA	0,0000	2,20	2.200,00
10	CEBOLA, unidades íntegras, frescas e limpas, sem perfurações.	KG	1.000,00	IN NATURA	0,0000	1,60	1.600,00
11	Cenoura. Tamanho médio, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações.	KG	1.000,00	IN NATURA	0,0000	2,60	2.600,00
12	Couve-flor, tamanho grande, unidades limpas e frescas, sem manchas, com características.	UND	1.000,00	IN NATURA	0,0000	2,20	2.200,00
13	Chuchu. unidades limpas e frescas, sem brotamento e não devem ser murchos.	KG	1.500,00	IN NATURA	0,0000	1,26	1.890,00
14	Feijão preto, unidades limpas e frescas sem perfurações e presença de insetos, e de bom cozimento.	KG	1.000,00	FLOR DO VALE	0,0000	3,80	3.800,00
15	Feijão vermelho, unidades limpas e frescas sem perfurações e presença de insetos, e de bom cozimento.	KG	700,00	FLOR DO VALE	0,0000	5,50	3.850,00
16	Laranja péra. Tamanho médio, frutas firmes, limpas e maduras, sem machucados.	KG	10.000,00	IN NATURA	0,0000	1,70	17.000,00
17	Laranja lima. Tamanho médio, frutas firmes, maduras e limpas, sem machucados.	KG	1.000,00	IN NATURA	0,0000	3,20	3.200,00
18	Maça gala. Tamanho médio, cor vermelha, firmes limpas e maduras, sem machucados.	KG	10.000,00	IN NATURA	0,0000	3,50	35.000,00
19	Mamão formosa, tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, sem machucados.	KG	3.000,00	IN NATURA	0,0000	2,70	8.100,00
20	Mamão papaia, tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, sem machucados.	KG	1.500,00	IN NATURA	0,0000	3,00	4.500,00
21	Caqui café tamanho médio, frutas firmes, limpas, sem machucados.	KG	1.800,00	IN NATURA	0,0000	2,50	4.500,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

CNPJ: 95.952.230/0001-67
 PRACA DA INDEPENDENCIA,25
 C.E.P.: 89178-000 - Braço do Trombudo - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 46/2017 - PR

Processo Administrativo: 59/2017
 Processo de Licitação: 59/2017
 Data do Processo: 28/12/2017

Folha: 2/10

LOTE: 1

Participante: 9001 - COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
22	Caqui fugi, tamanho médio, frutas firmes, limpas, sem machucados.	KG	1.800,00	IN NATURA	0,0000	2,90	5.220,00
23	Tangerina comum tamanho médio, frutas firmes, limpas e maduras, sem machucados.	KG	4.000,00	IN NATURA	0,0000	2,00	8.000,00
24	Tangerina poncã tamanho médio, frutas firmes, limpas e maduras, sem machucados.	KG	4.000,00	IN NATURA	0,0000	2,25	9.000,00
25	Maça Argentina, tamanho médio, cor vermelha, firmes limpas e maduras, sem machucado.	KG	1.500,00	IN NATURA	0,0000	4,99	7.485,00
26	Manga, unidades integras, frescas e limpas, sem machucados e grau de amadurecimento médio.	KG	3.000,00	IN NATURA	0,0000	3,50	10.500,00
27	Melância, unidades integras, frescas e limpas, bom grau de amadurecimento.	KG	5.000,00	IN NATURA	0,0000	1,26	6.300,00
28	Maracujá, Unidades frescas e limpas, cor característica, não podem ser murchas.	KG	1.500,00	IN NATURA	0,0000	4,90	7.350,00
29	Uva comum, cachos médios, frescos, limpos, bom grau de amadurecimento, sem machucados.	KG	1.000,00	IN NATURA	0,0000	5,00	5.000,00
30	Melão, unidades integras, frescas e limpas, bom grau de amadurecimento.	KG	2.000,00	IN NATURA	0,0000	4,00	8.000,00
31	PEPINO SALADA, unidades integras, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações.	KG	800,00	IN NATURA	0,0000	1,90	1.520,00
32	Pimentão verde, tamanho médio, frescos e limpos, cor e formação uniforme, sendo firme sem lesões, perfurações e cortes.	KG	800,00	IN NATURA	0,0000	3,30	2.640,00
33	Vagem, unidades frescas e limpas, cor característica, não podem ser murchas.	KG	800,00	IN NATURA	0,0000	3,99	3.192,00
34	TOMATE, grau médio de amadurecimento, unidades integras, frescas e limpas, sem perfurações.	KG	3.000,00	IN NATURA	0,0000	2,83	8.490,00
35	Cebolinha, maço de 200 gramas, fresca, não podem ser murchas.	MÇ	800,00	IN NATURA	0,0000	1,69	1.352,00
36	REPOLHO, apresentando tamanho médio, cor e com formação uniforme, devendo ser bem desenvolvida, sem danos físicos, fresco e limpo.	UND	800,00	IN NATURA	0,0000	1,29	1.032,00
37	Salsa, maço de 200 gramas, fresca, não podem estar murchas.	MÇ	800,00	IN NATURA	0,0000	1,70	1.360,00

Total do Participante —> 245.506,00

LOTE: 2

Participante: 9322 - APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
38	Arroz branco, tipo uma embalagem contendo 1 kg, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido.	KG	70,00	DELLARAZ	0,0000	2,6867	188,07
39	Achocolatado em pó. Sem lactose, a base de cacau em pó, enriquecido com actigen E. Lata de 400 gramas, não amassadas, sem ferrugem, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega.	Lata	1.800,00	NESCAU	0,0000	7,8618	14.151,24
40	Bicarbonato de sódio: pó branco, de primeira qualidade, isento de materiais estranhos e sujidades. Embalagem em polietileno, resistente e transparente. A embalagem deve conter 100gr do produto, informações nutricionais, data de fabricação e validade, número do lote e peso. O produto deve estar em perfeito estado de conservação, sem umidade, e sem qualquer alteração de aroma, coloração e características sensoriais.	PCT	100,00	APTI	0,0000	2,1894	218,94
41	Açúcar refinado especial. Pacote de 5 kg, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. E que não contém glúten. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega.	PCT	1.200,00	SABOR DOCE	0,0000	9,454	11.344,80
42	Açúcar de baunilha de 40gr. Validade mínima no ato da entrega de 3 meses.	UND	200,00	APTI	0,0000	2,6869	537,38
43	Arroz parbolizado, pct de 5 kg, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega.	PCT	1.000,00	DELLARAZ	0,0000	9,3545	9.354,50

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO				PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 46/2017 - PR	
CNPJ: 95.952.230/0001-67 PRACA DA INDEPENDENCIA,25 C.E.P.: 89178-000 - Braço do Trombudo - SC				Processo Administrativo: 59/2017 Processo de Licitação: 59/2017 Data do Processo: 28/12/2017	
					Folha: 3/10

LOTE: 2

Participante: 9322 - APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
44	Biscoito salgado, água e sal, tipo craker, sem gordura trans, pacotes com 800 gr, prazo de validade de no mínimo 12 meses, c/ data de fabricação não superior a 30 dias.	PCT	1.000,00	PRODASA	0,0000	7,1652	7.165,20
45	Bolacha Maria, pacotes com 800 gr, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Prazo de validade de no mínimo 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias.	PCT	700,00	PRODASA	0,0000	7,1652	5.015,64
46	Bolacha de leite, pacote com 800 gr, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Prazo de validade de no mínimo 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias.	PCT	850,00	PRODASA	0,0000	7,1652	6.090,42
47	Biscoito tipo cream cracker integral, salgada, integral, tipo água e sal. Sem gordura trans. Pacotes com 3 embalagem, embalagem de polipropileno, resistente, atóxica, lacrada, contendo 400 gramas. Validade mínima de 8 meses após a data de fabricação.	PCT	1.000,00	COROA	0,0000	4,9758	4.975,80
48	Bolacha tipo Maria, doce, sem leite e sem lactose, inteiros, pacotes com 360 a 400 gramas com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Prazo de validade de no mínimo 6 meses, data de fabricação não superior a 30 dias.	UND	700,00	LIANE	0,0000	4,4782	3.134,74
49	Bolacha Maisena, doce, tipo maisena de boa qualidade, sem leite e sem lactose, inteiros, constando identificação do produto, inclusive classificação e marca, nome e endereço do fabricante e a data de fabricação. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega. Pacote de 360 a 400gr.	PCT	1.000,00	LIANE	0,0000	4,4782	4.478,20
50	Cereal infantil, pacote de 200 gr, sabores variados, embalagem com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Prazo de validade de no mínimo 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias.	PCT	100,00	MILNUTRI	0,0000	5,7719	577,19
51	Café solúvel granulado, embalagem de vidro com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalagem no máximo 30 dias. Embalagem 200 g.	UND	300,00	AMIGO	0,0000	10,5487	3.164,61
52	Café torrado e moído, caixa com 500 gr, embalado a vácuo, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima de 12 meses e data de embalagem no máximo 30 dias.	CX	1.000,00	RIO SUL	0,0000	9,5535	9.553,50
53	Aveia em flocos finos, isenta de mofo, livre de parasitas e substâncias nocivas, acondicionadas em embalagens de 200gr, atóxica, resistente e hermeticamente vedada. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número do lote, data de validade e quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 10 meses a partir da data de entrega.	PCT	200,00	BELA	0,0000	3,9806	796,12
54	Farinha de trigo integral, fina, de primeira qualidade, com no mínimo 6gr de fibra alimentar em 50gr do produto seco. Embalagem primária de 1Kg, com registro no ministério da agricultura. Possuir coloração marrom clara, com aspecto e odor característico, embalagem resistente, íntegra, sem furos ou características distintas. O produto deverá apresentar validade mínima de 10 meses a partir da data de entrega.	PCT	200,00	BELA	0,0000	3,1845	636,90
55	Farinha Láctea enriquecida com vitaminas, de preparo instantâneo. Deverá apresentar aspecto e cheiro característico, livre de sujidades e substâncias nocivas. Embalagem: potes de polipropileno, atóxicas, bem vedados, de 400gr cada, prazo de validade mínimo de 6 meses a contar da data de entrega.	PCT	200,00	NESTLE	0,0000	11,5439	2.308,78
56	Canela em pó, peso líquido 30 gramas. Validade mínima no ato da entrega de 3 meses.	UND	300,00	APTI	0,0000	2,9855	895,65
57	Cereal matinal de milho sem açúcar, pacote contendo 200 gramas, contendo no pacote informações nutricionais e data de validade. prazo de validade mínimo de 6 meses a contar da data de entrega.	PCT	1.000,00	GOLD FLAKES	0,0000	6,8666	6.866,60

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

CNPJ: 95.952.230/0001-67
 PRACA DA INDEPENDENCIA,25
 C.E.P.: 89178-000 - Braço do Trombudo - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 46/2017 - PR

Processo Administrativo: 59/2017
 Processo de Licitação: 59/2017
 Data do Processo: 28/12/2017

Folha: 4/10

LOTE: 2

Participante: 9322 - APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
58	Ervilha lata de 200 gr, não amassadas, sem ferrugem, com identificação no produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, data de fabricação e validade. Validade mínima de 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias.	UND	200,00	PREDILECTA	0,0000	1,6918	338,36
59	Extrato de tomate, concentrado. Lata de 840 gr, não amassadas, sem ferrugem, com identificação no produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, data de fabricação e validade. Validade mínima de 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias.	LT	600,00	DAJUDA	0,0000	9,3545	5.612,70
60	Farinha de trigo especial Tipo I. Embalagem de 5 kg, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embaramento no máximo 30 dias.	PCT	1.000,00	GARDENIA	0,0000	8,6579	8.657,90
61	Farinha de mandioca branca. Embalagem de 1 kg, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embaramento no máximo 30 dias.	PCT	500,00	BELA	0,0000	4,9758	2.487,90
62	Fermento biológico instantâneo seco, embalado a vácuo, tipo soft instant ou similar. Pacote com 500 gramas, validade de no mínimo 45 dias e data de embaramento não superior a 15 dias.	UND	150,00	APTI	0,0000	13,2356	1.985,34
63	Açúcar Demerara, embalagem de 1kg, de origem vegetal, constituído fundamentalmente por sacarose de cana de açúcar, resultante da purgação do açúcar mascavo, com aspecto sólido, granulado, de cor amarela, odor e sabor próprio do produto, com ausência de insetos, livre de fermentação, isento de matéria terrosa, de parasitas e de detritos animais ou vegetais, em embalagem primária plástica, resistente, que garanta a integridade do produto até o consumo. Validade mínima de 10 meses a contar da data de entrega.	PCT	200,00	BELA	0,0000	5,1748	1.034,96
64	Pó para pudim 1kg. Sabor chocolate, embalagem de 1kg. Embalagem de polietileno, atóxica, protegida de caixa de papelão, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega.	PCT	100,00	LEO	0,0000	9,8521	985,21
65	Pó para pudim 1kg. Sabor coco, embalagem de 1kg. Embalagem de polietileno, atóxica, protegida de caixa de papelão, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega.	PCT	100,00	LEO	0,0000	9,8521	985,21
66	Pó para pudim 1kg. Sabor morango, embalagem de 1kg. Embalagem de polietileno, atóxica, protegida de caixa de papelão, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega.	PCT	100,00	LEO	0,0000	9,8521	985,21
67	Pó para pudim 1kg. Sabor baunilha, embalagem de 1kg. Embalagem de polietileno, atóxica, protegida de caixa de papelão, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega.	PCT	100,00	LEO	0,0000	9,8521	985,21
68	Pó para pudim 50gr. Sabor chocolate, embalagem de 50gr. Embalagem de polietileno, atóxica, protegida de caixa de papelão, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega.	PCT	50,00	LEO	0,0000	1,6918	84,59
69	Pó para pudim 50gr. Sabor baunilha, embalagem de 50gr. Embalagem de polietileno, atóxica, protegida de caixa de papelão, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega.	PCT	50,00	LEO	0,0000	1,7913	89,57

<p align="center">ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO</p> <p>CNPJ: 95.952.230/0001-67 PRACA DA INDEPENDENCIA,25 C.E.P.: 89178-000 - Braço do Trombudo - SC</p>	<p align="center">PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 46/2017 - PR</p> <p>Processo Administrativo: 59/2017 Processo de Licitação: 59/2017 Data do Processo: 28/12/2017</p>
	Folha: 5/10

LOTE: 2**Participante: 9322 - APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
70	Pó para pudim 50gr. Sabor morango, embalagem de 50gr. Embalagem de polietileno, atóxica, protegida de caixa de papelão, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega.	PCT	50,00	LEO	0,0000	1,7913	89,57
71	Pó para pudim 50gr. Sabor coco, embalagem de 50gr. Embalagem de polietileno, atóxica, protegida de caixa de papelão, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega.	PCT	50,00	LEO	0,0000	1,7913	89,57
72	Fermento em pó químico, para bolo, lata de 250 gr, validade de no mínimo 12 meses e com data de embalagem não superior a 30 dias.	PCT	160,00	TRISANTI	0,0000	5,4734	875,74
73	Fubá de milho pré-cozido. Embalagem de 500 gr, com identificação do produto, data de fabricação e validade. Validade mínima de 3 meses a contar da data de entrega e com data de embalagem não superior a 30 dias.	PCT	900,00	SINHA	0,0000	1,9903	1.791,27
74	Folha de louro, pacote de 05 gr. Validade mínima no ato da entrega de 3 meses.	PCT	200,00	APTI	0,0000	1,9903	398,06
75	Lentilha, embalada em pacotes de 500 gramas. Validade mínima 6 meses e c/ data de embalagem não superior a 30 dias.	PCT	100,00	ARBAZA	0,0000	7,3642	736,42
76	Pó para gelatina, 85gr, produto constituído de gelatina em pó, açúcar, aromatizantes, podendo ser adicionada de corantes e outros ingredientes, desde que mencionados na embalagem. Embaladas em caixas de papelão reforçadas. Necessária a rotulagem nutricional obrigatória. Validade no mínimo de 12 meses a partir da data de entrega. A data de validade deverá constar na embalagem primária e na embalagem secundária. Sabor Cereja	PCT	50,00	LEO	0,0000	1,6918	84,59
77	Pó para gelatina, 85gr, produto constituído de gelatina em pó, açúcar, aromatizantes, podendo ser adicionada de corantes e outros ingredientes, desde que mencionados na embalagem. Embaladas em caixas de papelão reforçadas. Necessária a rotulagem nutricional obrigatória. Validade no mínimo de 12 meses a partir da data de entrega. A data de validade deverá constar na embalagem primária e na embalagem secundária. Sabor morango	PCT	50,00	BELA	0,0000	1,5923	79,62
78	Pó para gelatina, 85gr, produto constituído de gelatina em pó, açúcar, aromatizantes, podendo ser adicionada de corantes e outros ingredientes, desde que mencionados na embalagem. Embaladas em caixas de papelão reforçadas. Necessária a rotulagem nutricional obrigatória. Validade no mínimo de 12 meses a partir da data de entrega. A data de validade deverá constar na embalagem primária e na embalagem secundária. Sabor uva.	PCT	50,00	BELA	0,0000	1,5923	79,62
79	Pó para gelatina, 85gr, produto constituído de gelatina em pó, açúcar, aromatizantes, podendo ser adicionada de corantes e outros ingredientes, desde que mencionados na embalagem. Embaladas em caixas de papelão reforçadas. Necessária a rotulagem nutricional obrigatória. Validade no mínimo de 12 meses a partir da data de entrega. A data de validade deverá constar na embalagem primária e na embalagem secundária. Sabor framboesa.	PCT	50,00	LEO	0,0000	1,5923	79,62
80	Pó para gelatina, 85gr, produto constituído de gelatina em pó, açúcar, aromatizantes, podendo ser adicionada de corantes e outros ingredientes, desde que mencionados na embalagem. Embaladas em caixas de papelão reforçadas. Necessária a rotulagem nutricional obrigatória. Validade no mínimo de 12 meses a partir da data de entrega. A data de validade deverá constar na embalagem primária e na embalagem secundária. Sabor abacaxi.	PCT	50,00	BELA	0,0000	1,5923	79,62

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO CNPJ: 95.952.230/0001-67 PRACA DA INDEPENDENCIA,25 C.E.P.: 89178-000 - Braço do Trombudo - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 46/2017 - PR	
	Processo Administrativo: 59/2017 Processo de Licitação: 59/2017 Data do Processo: 28/12/2017	Folha: 6/10

LOTE: 2**Participante: 9322 - APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
81	Pó para gelatina, 85gr, produto constituído de gelatina em pó, açúcar, aromatizantes, podendo ser adicionada de corantes e outros ingredientes, desde que mencionados na embalagem. Embaladas em caixas de papelão reforçadas. Necessária a rotulagem nutricional obrigatória. Validade no mínimo de 12 meses a partir da data de entrega. A data de validade deverá constar na embalagem primária e na embalagem secundária. Sabor limão.	PCT	50,00	BELA	0,0000	1,5923	79,62
82	Pó para gelatina, 1kg, produto constituído de gelatina em pó, açúcar, aromatizantes, podendo ser adicionada de corantes e outros ingredientes, desde que mencionados na embalagem. Embaladas em caixas de papelão reforçadas. Necessária a rotulagem nutricional obrigatória. Validade no mínimo de 12 meses a partir da data de entrega. A data de validade deverá constar na embalagem primária e na embalagem secundária. Sabor limão.	PCT	200,00	LEO	0,0000	10,3497	2.069,94
83	Pó para gelatina, 1kg, produto constituído de gelatina em pó, açúcar, aromatizantes, podendo ser adicionada de corantes e outros ingredientes, desde que mencionados na embalagem. Embaladas em caixas de papelão reforçadas. Necessária a rotulagem nutricional obrigatória. Validade no mínimo de 12 meses a partir da data de entrega. A data de validade deverá constar na embalagem primária e na embalagem secundária. Sabor morango.	PCT	200,00	LEO	0,0000	10,3497	2.069,94
84	Pó para gelatina, 1kg, produto constituído de gelatina em pó, açúcar, aromatizantes, podendo ser adicionada de corantes e outros ingredientes, desde que mencionados na embalagem. Embaladas em caixas de papelão reforçadas. Necessária a rotulagem nutricional obrigatória. Validade no mínimo de 12 meses a partir da data de entrega. A data de validade deverá constar na embalagem primária e na embalagem secundária. Sabor Framboesa.	PCT	200,00	LEO	0,0000	10,3497	2.069,94
85	Pó para gelatina, 1kg, produto constituído de gelatina em pó, açúcar, aromatizantes, podendo ser adicionada de corantes e outros ingredientes, desde que mencionados na embalagem. Embaladas em caixas de papelão reforçadas. Necessária a rotulagem nutricional obrigatória. Validade no mínimo de 12 meses a partir da data de entrega. A data de validade deverá constar na embalagem primária e na embalagem secundária. Sabor abacaxi.	PCT	200,00	LEO	0,0000	10,3497	2.069,94
86	Pó para gelatina, 1kg, produto constituído de gelatina em pó, açúcar, aromatizantes, podendo ser adicionada de corantes e outros ingredientes, desde que mencionados na embalagem. Embaladas em caixas de papelão reforçadas. Necessária a rotulagem nutricional obrigatória. Validade no mínimo de 12 meses a partir da data de entrega. A data de validade deverá constar na embalagem primária e na embalagem secundária. Sabor uva.	PCT	200,00	LEO	0,0000	10,3497	2.069,94
87	Pó para gelatina, 1kg, produto constituído de gelatina em pó, açúcar, aromatizantes, podendo ser adicionada de corantes e outros ingredientes, desde que mencionados na embalagem. Embaladas em caixas de papelão reforçadas. Necessária a rotulagem nutricional obrigatória. Validade no mínimo de 12 meses a partir da data de entrega. A data de validade deverá constar na embalagem primária e na embalagem secundária. Sabor cereja.	PCT	200,00	LEO	0,0000	10,3497	2.069,94
88	Milho lata de 200 gr, não amassadas, sem ferrugem, com identificação no produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, data de fabricação e validade. Validade mínima de 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias.	UND	100,00	PREDILECTA	0,0000	1,5923	159,23
89	Maionese. Embalagem de plástico atóxica de 500 gr, lacrada, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalagem no máximo 30 dias.	PCT	50,00	SOYA	0,0000	4,5777	228,89

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO CNPJ: 95.952.230/0001-67 PRACA DA INDEPENDENCIA,25 C.E.P.: 89178-000 - Braço do Trombudo - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 46/2017 - PR	
	Processo Administrativo: 59/2017 Processo de Licitação: 59/2017 Data do Processo: 28/12/2017	Folha: 7/10

LOTE: 2

Participante: 9322 - APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
90	Massa tipo cabelo de anjo, pacote de 500 gr, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalagem no máximo 30 dias.	PCT	600,00	ROSANE	0,0000	3,7816	2.268,96
91	Macarrão com ovos tipo letrinhas, pacote de 500 gr com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima de 12 meses e data de embalagem no máximo 30 dias.	PCT	600,00	GERMANI	0,0000	3,7816	2.268,96
92	Massa espaguete furadinho com ovos. Embalagem de 500 gr, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalagem no máximo 30 dias.	PCT	450,00	OGLIARE	0,0000	3,1845	1.433,03
93	Massa tipo parafuso com ovos. Embalagem de 500 gr, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalagem no máximo 30 dias.	PCT	900,00	BORTOLINE	0,0000	3,1845	2.866,05
94	Massa tipo gravatinha com ovos. Embalagem de 500 gr com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalagem no máximo 30 dias.	PCT	450,00	GERMANI	0,0000	4,1797	1.880,87
95	Óleo de soja refinado, embalagem com 900 ml, não amassadas, com data de embalagem não superior a 30 dias. Validade mínima 12 meses.	UND	2.200,00	COAMO	0,0000	3,3835	7.443,70
96	Orégano, pacote com 06 gr. Validade mínima no ato da entrega de 3 meses.	PCT	300,00	BELA	0,0000	1,7913	537,39
97	Polvilho azedo. Embalagem de 1 Kg, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalagem no máximo 30 dias.	PCT	1.000,00	PRATA	0,0000	8,4589	8.458,90
98	Pipoca em grão. Embalagem de 500 gr, com identificação, do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalagem no máximo 30 dias.	PCT	100,00	DAJU	0,0000	3,5826	358,26
99	Pimenta em pó, unidades de 40 gr. Validade mínima no ato da entrega de 3 meses.	PCT	150,00	BELA	0,0000	3,4831	522,47
100	Sardinha em óleo comestível. Embalagem de 125 gr, lata não amassada, sem ferrugem, com identificação do produto, data de fabricação, prazo de validade, valor nutricional, peso deve constar na embalagem de registro.	UND	900,00	NAVE	0,0000	3,284	2.955,60
101	Sal refinado, pct de 1 kg, com identificação do produto rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega.	PCT	650,00	GARCA	0,0000	1,8908	1.229,02
102	Vinagre, sem sabor, embalagem de 750 ml, garrafa plástica, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalagem no máximo 30 dias.	UND	600,00	CHEMIN	0,0000	1,4927	895,62
103	Leite em pó integral. Preparado instantâneo. Lata de 400gr. Rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 12 meses a contar da data de entrega.	Lata	10,00	NINHO	0,0000	13,7332	137,33
104	Adoçante líquido a base de stévia, frascos de 80ml. A embalagem não pode estar danificada e deve conter data de fabricação e prazo de validade. Prazo mínimo de validade de 06 meses.	UND	30,00	ADOCYL	0,0000	6,7671	203,01
105	Suco concentrado de frutas, frasco de plástico transparente com o rótulo indicando as informações nutricionais, embalagem de 500 ml contendo aromatizante sintético idêntico ao natural, sabor maracujá.	UND	10,00	MAGUARY	0,0000	8,8569	88,57
106	Suco concentrado de frutas, frasco de plástico transparente com o rótulo indicando as informações nutricionais, embalagem de 500 ml contendo aromatizante sintético idêntico ao natural, sabor uva	UND	10,00	MAGUARY	0,0000	8,8569	88,57
107	Suco concentrado de frutas, frasco de plástico transparente com o rótulo indicando as informações nutricionais, embalagem de 500 ml contendo aromatizante sintético idêntico ao natural, sabor laranja.	UND	10,00	MAGUARY	0,0000	8,8569	88,57
108	Suco concentrado de frutas, frasco de plástico transparente com o rótulo indicando as informações nutricionais, embalagem de 500 ml contendo aromatizante sintético idêntico ao natural, sabor abacaxi.	UND	10,00	MAGUARY	0,0000	8,8569	88,57

<p align="center">ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO</p> <p>CNPJ: 95.952.230/0001-67 PRACA DA INDEPENDENCIA,25 C.E.P.: 89178-000 - Braço do Trombudo - SC</p>	<p align="center">PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 46/2017 - PR</p> <p>Processo Administrativo: 59/2017 Processo de Licitação: 59/2017 Data do Processo: 28/12/2017</p>
	Folha: 8/10

LOTE: 2

Participante: 9322 - APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
109	Chá em sachês, no sabor CHÁ VERDE, LIMÃO E ERVA DOCE, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê.	CX	100,00	CHILENO	0,0000	3,284	328,40
110	Chá em sachês, no sabor CHÁ VERDE E LARANJA, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê	CX	100,00	CHILENO	0,0000	3,284	328,40
111	Chá em sachês, no sabor MAÇA E CANELA, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê	CX	100,00	CHILENO	0,0000	3,284	328,40
112	Chá em sachês, no sabor AMORA SILVESTRE, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê	CX	100,00	CHILENO	0,0000	3,284	328,40
113	Chá em sachês, no sabor MAÇA, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê	CX	100,00	CHILENO	0,0000	3,284	328,40
114	Chá em sachês, no sabor ERVA DOCE, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê	CX	100,00	CHILENO	0,0000	3,284	328,40
115	Chá em sachês, no sabor CAMOMILA, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê	CX	100,00	CHILENO	0,0000	3,284	328,40
116	Chá em sachês, no sabor CAPIM CIDREIRA, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê	CX	100,00	CHILENO	0,0000	3,284	328,40
117	Chá em sachês, no sabor PÊSSEGO, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê	CX	100,00	CHILENO	0,0000	3,284	328,40
118	Chá em sachês, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê no sabor HORTELÃ	CX	100,00	CHILENO	0,0000	3,284	328,40
119	Bala mastigável, sabor iogurte de morango, pct com 600gr.	PCT	30,00	BUTTER TOFFEES	0,0000	9,3943	281,83
120	Bala caramelo de leite, recheados com chocolate branco, pct de 600gr.	PCT	30,00	BUTTER TOFFEES	0,0000	9,3943	281,83
121	Bala caramelo de leite, recheados com creme sabor artificialmente de coco, pct de 600gr.	PCT	30,00	BUTTER TOFFEES	0,0000	9,3943	281,83
122	Bala caramelo recheados com creme artificial de caramelos de leite, pct de 600gr.	PCT	30,00	BUTTER TOFFEES	0,0000	9,3943	281,83
123	Bala caramelo com cacau, recheados com creme sabor trufas, pct de 600gr.	PCT	30,00	BUTTER TOFFEES	0,0000	9,3943	281,83
124	Bala caramelo, recheados com creme sabor cappuccino, , pct de 600gr.	PCT	30,00	BUTTER TOFFEES	0,0000	9,3943	281,83
125	Bala caramelo de leite, recheados com creme sabor artificialmente de menta, pct de 600gr.	PCT	30,00	BUTTER TOFFEES	0,0000	9,3943	281,83
126	Bala de banana pct com 600 gramas	PCT	50,00	OLIVEIRA	0,0000	11,4443	572,22

Total do Participante —> 172.600,00

LOTE: 3

Participante: 9555 - ALINE RAITZ ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
127	Came ave coxa com sobre coxa de Frango. Embalagem plástica de 1 Kg, sem acúmulo de líquido em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso, fabricante e validade.	KG	3.700,00	MISTER	0,0000	4,7601	17.612,23
128	Came bovina de 1ª, frescas e congelada. Isenta de cartilagens, osso e com máximo 5% de gordura. Embalagem plástica de 1 Kg, sem acúmulo de líquido em seu interior, com identificação do produto tipo de carne, corte, peso, prazo de validade e selo de inspeção. Quando a carne for fracionada, o rótulo deverá ser reproduzido e fixadas nas embalagens de todas as peças.	KG	2.000,00	MACHADO	0,0000	16,342	32.684,00
129	Came Bovina coxão mole, frescas e congelada. Isenta de cartilagens, osso e com no máximo 5% de gordura . Embalagem plástica de 1Kg, sem acúmulo de líquido em seu interior, com identificação do produto tipo de carne, corte, peso, prazo de validade e selo de inspeção. Quando carne for fracionada, o rótulo deverá ser reproduzido e fixadas nas embalagens de todas as peças.	KG	2.500,00	MACHADO	0,0000	20,2291	50.572,75
130	Came de ave peito de frango com osso, congelado, sem acúmulo de líquido no interior da embalagem e embalagens de 1 ou 2kg, com identificação do produto e o peso.	KG	1.800,00	friaves	0,0000	6,6935	12.048,30
131	Queijo tipo mussarela, isento de bolor e mau aspecto de conservação. Embalagem de 1Kg contendo a marca e data de fabricação	UND	1.500,00	LACTOVALE	0,0000	19,6342	29.451,30

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

CNPJ: 95.952.230/0001-67
 PRACA DA INDEPENDENCIA,25
 C.E.P.: 89178-000 - Braço do Trombudo - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 46/2017 - PR

Processo Administrativo: 59/2017
 Processo de Licitação: 59/2017
 Data do Processo: 28/12/2017

Folha: 9/10

LOTE: 3

Participante: 9555 - ALINE RAITZ ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
132	Salsicha. Embalagem plástica, em 1Kg, congelada, rótulo com ingredientes, identificação do produto, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 3 meses a contar da data de entrega.	KG	250,00	NAT	0,0000	7,0405	1.760,13
133	Ovos de galinha. Grandes, inteiros, sem rachadura e limpos.	DZ	3.000,00	CENTENARIO	0,0000	4,8094	14.428,20
134	LEITE INTEGRAL LONGA VIDA, embalagem Tetra Pack de 1 litro, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 3 meses a contar da data de entrega.	LT	18.000,00	LANGUIRU	0,0000	1,9832	35.697,60
135	Leite Zero Lactose. Embalagem Tetra Pack de 1 litro, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 3 meses a contar da data de entrega.	L	5.000,00	LANGUIRU	0,0000	3,3715	16.857,50
136	Bebida Láctea com polpa de fruta. Sabores variados, embalagem de 1 litro, rótulo de identificação, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação e validade. Validade mínima de 1 mes a contar da data de entrega.	L	6.000,00	OLANDES	0,0000	3,6194	21.716,40
137	Bebida láctea zero lactose, fermentada, com polpa de fruta para dieta com restrição a lactose. Embalagem em polietileno, contendo um litro do produto. Resfriado no máximo de 10º C. Prazo de validade mínima de 45 dias. Deverá constar registro no Ministério da Agricultura.	L	2.000,00	FRIMESA	0,0000	7,6851	15.370,20
138	Aipim, sem casca e congelado, pacote de 1 Kg, validade 12 meses contendo na embalagem informações nutricionais	KG	1.000,00	COOPERKING	0,0000	4,9581	4.958,10
139	Mortadela sem gordura. Embalagem plástica, 1 Kg, rótulo com ingredientes, com identificação do produto, fabricante, data da fabricação e validade. Validade mínima de 3 meses a contar da data de entrega.	KG	100,00	CONFIANCA	0,0000	7,4372	743,72
140	Creme de leite, tipo nata, pote de 300 gr, fresco.	UND	100,00	LACTOVALE	0,0000	5,1564	515,64
141	Margarina sem a presença de leite e derivados em sua composição, sem lactose, com sal, e sem gordura trans. A embalagem deverá ser em pote de 500gr, com data de fabricação, prazo de validade, número do lote e registro do Ministério da Agricultura, SIF/DIPOA.	UND	1.200,00	BECEL	0,0000	6,4456	7.734,72
142	Requeijão cremoso tradicional, sem a presença de amido em sua composição. Constando identificação do produto, inclusive classificação e a marca, nome e endereço do fabricante, e a data de fabricação. Validade mínima de 3 meses, a contar da data de entrega. Embalagem primária em copo plástico próprio, resistente, atóxica, com peso líquido de 220g.	UND	1.000,00	PIA	0,0000	4,6606	4.660,60
143	Requeijão cremoso Zero lactose, sem leite e sem lactose, sem a presença de amido em sua composição. Constando identificação do produto, inclusive classificação e a marca, nome e endereço do fabricante, e a data de fabricação. Validade mínima de 3 meses, a contar da data de entrega. Embalagem primária em copo plástico próprio, resistente, atóxica, com peso líquido de 220g	UND	1.000,00	PIA	0,0000	4,9581	4.958,10
144	Água mineral - galão retornável 20lt (sem frasco)	UND	200,00	puris	0,0000	8,4288	1.685,76
145	Água mineral - galão retornável 20lt (com frasco)	UND	100,00	puris	0,0000	27,7655	2.776,55
146	Água mineral 500ml sem gás	UND	2.000,00	puris	0,0000	1,0908	2.181,60
147	Água mineral 500ml com gás	UND	1.000,00	puris	0,0000	1,5866	1.586,60

Total do Participante ———> 280.000,00

Total Geral ———> 698.106,00

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO		PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 46/2017 - PR	
CNPJ: 95.952.230/0001-67 PRACA DA INDEPENDENCIA,25 C.E.P.: 89178-000 - Braço do Trombudo - SC		Processo Administrativo: 59/2017 Processo de Licitação: 59/2017 Data do Processo: 28/12/2017	Folha: 10/10

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Braço do Trombudo, 8 de Fevereiro de 2018

COMISSÃO:

Alair Franz Hein

Jean Carlos Correa da Costa Sharf

Carice Elisabeth Larsen Wolniewicz

- - Pregoeiro(a)

- - membro

- - membro

ATA JULGAMENTO PROPOSTAS PREGÃO 2 2018

Publicação Nº 1516604

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO</p> <p>CNPJ: 95.952.230/0001-67 PRACA DA INDEPENDENCIA,25 C.E.P.: 89178-000 - Braço do Trombudo - SC</p>	<p>PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 2/2018 - PR</p> <p>Processo Administrativo: 5/2018 Processo de Licitação: 5/2018 Data do Processo: 11/01/2018</p>
	Folha: 1/3

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Registro de Preços para aquisição de peças e serviços de mão de obra elétrica para manutenção da frota da prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 11/2018 (Sequência: 1)

Ao(s) 5 de Fevereiro de 2018, às 14:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 06/2017, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 5/2018, Licitação nº 2/2018 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Em seguida ao credenciamento da empresa, a Sra. Pregoeira Alair Franz Hein, deu início a sessão com a abertura do envelope contendo a proposta, sendo a mesma analisada e rubricada pelos membros da comissão e representante. O julgamento adotado foi MENOR PREÇO POR LOTE. Não houve lances verbais. A empresa não manifestou interesse em interpor recurso. Ficando vencedora a empresa conforme segue:

LOTE: 1**Participante: 8764 - XANDE AUTO CENTER LTDA ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Bateria 110 amp	UND	20,00	AMPERSUL	0,0000	507,20	10.144,00
2	Bateria 160 AMP.	UND	12,00	AMPERSUL	0,0000	612,87	7.354,44
3	Bateria 180 AMP.	UND	12,00	AMPERSUL	0,0000	686,83	8.241,96
4	Bateria 60 AMP.	UND	20,00	CRALL	0,0000	402,20	8.044,00
5	Bateria 45 AMP.	UND	22,00	CRALL	0,0000	317,00	6.974,00
6	Motor partida 24 V.	UND	10,00	EURO	0,0000	1.479,33	14.793,30
7	Motor partida 12 V.	UND	21,00	EURO	0,0000	908,73	19.083,33
8	Alternador 12 v 55 AMP.	UND	16,00	EURO	0,0000	1.597,33	25.557,28
9	Alternador 24 V 55 AMP.	UND	10,00	EURO	0,0000	1.667,00	16.670,00
10	Alternador 24 V 90 AMP.	UND	10,00	EURO	0,0000	1.585,00	15.850,00
11	Estatfor 12V 55 AMP.	UND	15,00	ARIELO	0,0000	388,57	5.828,55
12	Rotor 12 V 55 AMP.	UND	15,00	ARIELO	0,0000	441,40	6.621,00
13	Estatfor 24 V 55 AMP.	UND	10,00	ARIELO	0,0000	444,67	4.446,70
14	Rotor 24 V 65 AMP.	UND	10,00	ARIELO	0,0000	846,33	8.463,30
15	Porta escova.	UND	35,00	UNIFAP	0,0000	68,67	2.403,45
16	Jogo de Reparo Alternador.	UND	35,00	UNIFAP	0,0000	137,33	4.806,55
17	Jogo de reparo Motor de Partida.	UND	35,00	UNIFAP	0,0000	30,33	1.061,55
18	Kit buchas para motor partida	UND	35,00	UNIFAP	0,0000	33,67	1.178,45
19	Pinhão 101024.	UND	16,00	ZEM	0,0000	110,67	1.770,72
20	Pinhão 1010105.	UND	20,00	ZEM	0,0000	100,17	2.003,40
21	Pinhão 35259938.	UND	16,00	ZEM	0,0000	413,00	6.608,00
22	Bubina de Campo 12 V.	UND	18,00	BOBINAUTO	0,0000	413,00	7.434,00
23	Rolamento 6203	UND	30,00	UTO	0,0000	49,67	1.490,10
24	Rolamento 62201.	UND	30,00	UTO	0,0000	59,67	1.790,10
25	Automático 12 v.	UND	30,00	ZM	0,0000	153,50	4.605,00
26	Automático 24 v.	UND	10,00	ZM	0,0000	256,67	2.566,70
27	Lâmpada H3 12 V.	UND	70,00	HELLA	0,0000	26,00	1.820,00
28	Lâmpada H3 24 v.	UND	50,00	HELLA	0,0000	26,00	1.300,00
29	Lâmpada 1141 12 v.	UND	70,00	HELLA	0,0000	5,27	368,90
30	Lâmpada 1141 24 v.	UND	50,00	HELLA	0,0000	5,27	263,50
31	Lâmpada 1034 12 v.	UND	20,00	HELLA	0,0000	5,27	105,40
32	Lâmpada 1034 24 v.	UND	30,00	HELLA	0,0000	5,27	158,10
33	Lâmpada 67 12 v.	UND	30,00	HELLA	0,0000	5,27	158,10
34	Lâmpada 67 24 v.	UND	40,00	HELLA	0,0000	5,27	210,80
35	Lâmpada H7 64210 NBP.	UND	30,00	HELLA	0,0000	42,27	1.268,10
36	Lâmpada H4 64193 NBP.	UND	30,00	HELLA	0,0000	42,27	1.268,10
37	Rele pisca 12 v.	UND	30,00	DNI	0,0000	36,67	1.100,10
38	Rele pisca 24 v.	UND	10,00	DNI	0,0000	44,00	440,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 2/2018 - PR

CNPJ: 95.952.230/0001-67

PRACA DA INDEPENDENCIA,25

C.E.P: 89178-000 - Braço do Trombudo - SC

Processo Administrativo: 5/2018

Processo de Licitação: 5/2018

Data do Processo: 11/01/2018

Folha: 2/3

LOTE: 1

Participante: 8764 - XANDE AUTO CENTER LTDA ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
39	Farol F11 v.	UND	15,00	ZLG	0,0000	54,67	820,05
40	Farol F 13 v.	UND	15,00	ZLG	0,0000	72,33	1.084,95
41	Farol FV2107.	UND	15,00	ZLG	0,0000	126,67	1.900,05
42	Rele Farol B135.	UND	15,00	DNI	0,0000	68,50	1.027,50
43	Lanterna 15.	UND	15,00	GF	0,0000	61,17	917,55
44	Lanterna 106.	UND	20,00	GF	0,0000	31,83	636,60
45	Lanterna 163R.	UND	15,00	GF	0,0000	50,50	757,50
46	Lanterna 1748.	UND	15,00	GF	0,0000	71,33	1.069,95
47	SERVIÇO MÃO DE OBRA ELETRICA	HORA	800,00	XANDE AUTO CENTER	0,0000	68,33	54.664,00
48	INDUZIDO PERK A-123	UND	20,00	ARIELO	0,0000	491,00	9.820,00
49	INDUZIDO JF 12V A-121	UND	25,00	ARIELO	0,0000	425,67	10.641,75
50	INDUZIDO BOCHINHO A-150	UND	25,00	ARIELO	0,0000	311,33	7.783,25
51	INDUZIDO JF 24V A-122	UND	25,00	ARIELO	0,0000	395,00	9.875,00
52	SUPORTE ESCOVA PERK	UND	30,00	UNIFAP	0,0000	84,33	2.529,90
53	SUPORTE ESCOVA JF	UND	20,00	UNIFAP	0,0000	84,33	1.686,60
54	SUPORTE ESCOVA BOCHINHO	UND	20,00	UNIFAP	0,0000	63,50	1.270,00
55	REGULADOR 14V	UND	15,00	GAUS	0,0000	68,50	1.027,50
56	REGULADOR 28V	UND	25,00	GAUS	0,0000	116,00	2.900,00
57	RELE AUXILIAR 12V	UND	50,00	DNI	0,0000	37,00	1.850,00
58	RELE AUXILIAR 24V	UND	25,00	DNI	0,0000	48,53	1.213,25
59	BOTÃO TIC TAC	UND	25,00	DNI	0,0000	21,00	525,00
60	BOTÃO BUZINA IM 1036	UND	40,00	DNI	0,0000	21,00	840,00
61	LENTE GF 173	UND	40,00	GF	0,0000	21,00	840,00
62	LENTE GF 163	UND	40,00	GF	0,0000	17,03	681,20
63	bateria 70 amp	UND	7,00	HELIAR	0,0000	507,20	3.550,40
64	bateria 100 amp	UND	7,00	HELIAR	0,0000	522,83	3.659,81
65	palheta flex	UND	40,00	UTO	0,0000	45,43	1.817,20
66	fuzíveis lâmina	UND	120,00	HIKAR	0,0000	2,22	266,40
67	buzina	UND	15,00	BZN	0,0000	52,67	790,05
68	palheta universal	UND	45,00	UTO	0,0000	50,60	2.277,00
69	sensor freio MBB	UND	15,00	IGUAÇU	0,0000	190,00	2.850,00
70	lanterna dianteira sprinter MBB	UND	10,00	HT	0,0000	100,17	1.001,70
71	lanterna traseira sprinter MBB	UND	10,00	HT	0,0000	202,73	2.027,30
72	interruptor ignição MBB	UND	8,00	FACOBAS	0,0000	353,83	2.830,64
73	sensor freio GM	UND	10,00	3-RHO	0,0000	95,10	951,00
74	vela aquecedora MBB	UND	15,00	3-RHO	0,0000	205,83	3.087,45
75	Bobina de campo 24V	UND	18,00	BOBINAUTO	0,0000	489,10	8.803,80
76	Lampada H1 24V	UND	30,00	HELLA	0,0000	31,67	950,10
77	Lampada H1 12V	UND	30,00	HELLA	0,0000	26,17	785,10
78	vela ignição	UND	30,00	NGK	0,0000	29,43	882,90

Total do Participante —————> 357.143,43

Total Geral —————> 357.143,43

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO		PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 2/2018 - PR
CNPJ: 95.952.230/0001-67	Processo Administrativo: 5/2018	
PRACA DA INDEPENDENCIA,25	Processo de Licitação: 5/2018	
C.E.P.: 89178-000 - Braço do Trombudo - SC	Data do Processo: 11/01/2018	
		Folha: 3/3

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Braço do Trombudo, 5 de Fevereiro de 2018

COMISSÃO:

- | | |
|------------------------------------|------------------------|
| Alair Franz Hein | - - Pregoeiro(a) |
| Jean Carlos Correa da Costa Sharf | - - membro |
| Carice Elisabeth Larsen Wolniewicz | - - membro |

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

ALEXANDRE BENNERT - - REP. XANDE AUTO CENTER LTDA ME

Brusque

PREFEITURA

DECRETO Nº 8101-2018

Publicação Nº 1517836

DECRETO Nº 8.101, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018.

Institui a Sala de Situação Municipal para coordenação, combate e enfrentamento da dengue (Mosquito *Aedes Aegypti*), e dá outras providências.

O PREFEITO DE BRUSQUE Em Exercício, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IV do art. 82 da Lei Orgânica do Município, considerando o teor do art. 196 da Constituição Federal/1988 "saúde é direito de todos e dever do Poder Público, a quem compete garanti-la mediante adoção de políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação",

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.301, de 27 de junho de 2016, que dispõe sobre a adoção de medidas de vigilância em saúde quando verificada situação de iminente perigo à saúde pública pela presença do mosquito transmissor do vírus da dengue, do vírus chikungunya e do vírus da Zika,

CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 15.243, de 29 de junho de 2010, que dispõe sobre a obrigatoriedade de ferros-velhos, empresas de transporte de cargas, lojas de materiais de construção, borracharias, recauchutadoras e afins a adotarem medidas para evitar a existência de criadores para *Aedes aegypti* e *Aedes Albopictus*, e adota outras providências,

CONSIDERANDO que o combate eficaz à proliferação do mosquito *Aedes Aegypti*, transmissor da Dengue, do Zika Vírus e da Febre Chikungunya, depende da indispensável mobilização da sociedade e participação da população,

CONSIDERANDO que a criação da Sala de Situação Municipal deverá definir diretrizes para intensificar a mobilização e o combate ao mosquito *Aedes Aegypti* em todo o território do Município de Brusque, além de consolidar e divulgar informações sobre as ações e os resultados obtidos, também deverá coordenar ações com a disponibilização de recursos humanos, insumos, equipamentos e apoio técnico e logístico, em articulação com os órgãos estaduais e federais, e diante do relevante interesse público,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída no Município de Brusque a Sala de Situação Municipal para Coordenação, Combate e Enfrentamento da Dengue, que tem como objetivo gerenciar e monitorar a intensificação das ações de mobilização e combate ao mosquito *Aedes Aegypti*, para o enfrentamento da Dengue, do Vírus Chikungunya e do Zika Vírus.

Art. 2º A Sala de Situação Municipal manterá reuniões quinzenais ou mensais conforme necessidade do Programa de Combate à Endemias e/ou determinação do Estado de SC sendo realizada nas dependências do Gabinete do Prefeito, à Rua Praça da bandeira, nº 77, bairro Centro, com horário das 13:30 às 15:30.

Art. 3º A Sala de Situação Municipal será composta por representantes nomeados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, sendo um titular e seu respectivo suplente, dos seguintes órgãos da Estrutura Administrativa do Município de Brusque:

I - Gabinete do Prefeito;

II – Secretaria Municipal da Saúde, incluindo um representante da

Atenção Básica;

III - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos;

IV - Secretaria de Saúde – Vigilância Sanitária;

V – Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA;

VI - Secretaria Municipal de Educação;

VII - Secretaria Municipal Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda;

VIII - Secretaria de Comunicação Social;

IX - Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil;

X - Secretaria Municipal de Turismo;

XI - Serviço Municipal de Água e Esgoto - SAMAE;

XII – Representante do Cemitério "Parque da Saudade";

XIII – Guarda de Trânsito Municipal;

XIV - Tiro de Guerra;

XVI - Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

§ 1º Havendo necessidade poderá ser requisitada a participação de outros órgãos da Estrutura Administrativa do Município de Brusque.

§ 2º Poderão integrar a Sala de Situação Municipal para Coordenação, Combate e Enfrentamento da Dengue, os seguintes órgãos do Governo Estadual e Federal:

I - Batalhão do Corpo de Bombeiros de Brusque;

II - Batalhão da Polícia Militar de Brusque.

Art. 4º A participação na Sala de Situação Municipal será considerada prestação de serviço público relevante não remunerado.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de fevereiro de 2018.

JOSÉ ARI VEQUI

Prefeito Em Exercício

Dr. HUMBERTO MARTINS FORNARI

Secretário da Saúde

Dr. EDSON RISTOW

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01-2018 - CODEB

Publicação Nº 1517839

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E URBANIZAÇÃO DE BRUSQUE

CNPJ – 75.294.264/0001-02 NIRE – 423.000.18368

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 01/2018 - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os Senhores Acionistas e membros do Conselho Fiscal da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E URBANIZAÇÃO DE BRUSQUE, pessoa jurídica, sociedade de economia mista de capital fechado, inscrita no CNPJ sob o n. 75.294.264/0001-02,

instituída pela Lei Municipal n. 881/1980 - a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 6 de março, às 16:00h, na sede da Prefeitura Municipal de Brusque (nas dependências do Salão Nobre), Praça das Bandeiras n. 77, no Município de Brusque – SC, a fim de deliberar sobre a seguinte matéria constante da Ordem do dia:

- 1 – Retificação e ratificação da Ata da Assembleia Geral Extraordinária, datada de 13/12/2017;
- 2 – Ratificação dos membros titulares e suplentes do Conselho Fiscal;
- 3 – Deliberação sobre a modalidade de licitação para contratação de liquidante, uma vez que frustrada a nomeação de servidor efetivo, conforme estabelecido na Ata da Assembleia Geral Extraordinária, datada de 13/12/2017;
- 4 – Assuntos diversos.

Brusque, 7 de fevereiro de 2018.

JOSÉ ARI VEQUI

Prefeito Municipal em exercício

Caçador

PREFEITURA

DECRETO Nº 7.392

Publicação Nº 1517896

DECRETO Nº 7.392, de 24 de janeiro de 2018.

Designa servidor para exercer fiscalização de ata de registro de preços.

O VICE-PREFEITO, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º. Fica designado o Servidor GENESIO PSCHISKI para exercer a fiscalização da Ata de Registro de Preços nº 03/2018, vinculada ao Processo Licitatório nº 151/2017 – Pregão Presencial nº 90/2017, que tem por objeto a aquisição de massa asfáltica – CBUQ destinada à Secretaria de Infraestrutura.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 24 de janeiro de 2018.

ALENCAR MENDES – Prefeito Municipal em exercício.

PORTARIA Nº 28.784

Publicação Nº 1517875

PORTARIA Nº 28.784, de 18 de janeiro de 2018.

O VICE-PREFEITO, no exercício do cargo de PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 30 e seguintes da Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER aos Servidores abaixo relacionados ascensão de nível por tempo de serviço dentro do plano de carreira, a ser pago a partir do mês de janeiro de 2018, especificando código, nome, cargo e nível ascendido:

Código	Nome	Cargo	Nível ascendido
324	Aldair José de Lima	Operador de Máquina	Nível 9
7987	Alessandro Gonçalves	Guarda Municipal	Nível 5
7993	Diogo Borges Barbosa	Guarda Municipal	Nível 5
529	Edilene Terezinha de Mello Figueroa	Técnico em Administração	Nível 12
7991	Eduardo de Bittencourt	Guarda Municipal	Nível 5
205	Fernando Scolari	Técnico Tributário	Nível 13
1391	Ivanir José Pagotto	Guarda Patrimonial Municipal	Nível 10
1451	José Vândir Mroz	Auxiliar de Serviços Gerais	Nível 10
10449	Michele Adriana Baseggio	Engenheiro Agrônomo	Nível 3
10456	Paula Rafaeli Santin	Auxiliar em Saúde Bucal	Nível 3
749	Valdecir José Pereira da Silva	Motorista	Nível 13

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 18 de janeiro de 2018.

Alencar Mendes – PREFEITO MUNICIPAL em exercício.

PORTARIA Nº 28.788

Publicação Nº 1517885

PORTARIA Nº 28.788, de 19 de janeiro de 2018.

O VICE-PREFEITO, no exercício do cargo de PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na no art. 29, §1º na Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam nomeadas as Servidoras abaixo relacionadas para comporem a Comissão de Acompanhamento e Avaliação de Estágio Probatório do Servidor da Secretaria Municipal da Saúde, nomeado em virtude de aprovação em concurso público realizado pelo município de Caçador/SC, pela Portaria nº 26.172, de 11 de novembro de 2015, especificando código, nome do servidor avaliado, cargo, local de lotação e membros da comissão, conforme segue:

Código	Servidor Avaliado	Cargo	Local	Membros da Comissão
14058	Diego Garipuna	Agente de Combate às Endemias	Secretaria da Saúde	Paula Brustolin Xavier Pollyana Cibebe Gioppo Waltraud W. Zardo

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 19 de janeiro de 2018.

Alencar Mendes – PREFEITO MUNICIPAL em exercício.

PORTARIA Nº 28.789

Publicação Nº 1517886

PORTARIA Nº 28.789, de 19 de janeiro de 2018.

O VICE-PREFEITO, no exercício do cargo de PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda, o que prevê o artigo art. 29, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. SUSPENDER o estágio probatório da Servidora FRANCINE DE MATIAS, Matrícula 14599, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, nomeada pela Portaria nº 26.801, de 27 de abril de 2016, nos termos do art. 29, da Lei Complementar Municipal nº 56, de 20 de dezembro de 2004, para assumir cargo de Conselheira Tutelar suplente, de acordo com Resolução nº 34, de 05/12/2017, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Caçador.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a contar de 11 de janeiro de 2018.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 19 de janeiro de 2018.

Alencar Mendes – PREFEITO MUNICIPAL em exercício.

PORTARIA Nº 28.790

Publicação Nº 1517889

PORTARIA Nº 28.790, de 22 de janeiro de 2018.

O VICE-PREFEITO, no exercício do cargo de PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 73, inciso III, alínea "b", da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER à Servidora a seguir relacionada, lotada na Secretaria da Educação, à disposição da Secretaria Municipal da Saúde, licença para ausentar-se do serviço (nojo) pelo passamento de familiar, especificando código, nome, cargo, dias de afastamento e data do óbito, conforme atestado de óbito apresentado ao Departamento de Recursos Humanos:

Código	Nome	Cargo	Dias Afastamento	Data Óbito
8428	Roseli Bora	Servente	08	19/01/2018

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 22 de janeiro de 2018.

Alencar Mendes – PREFEITO MUNICIPAL em exercício.

TERMO DE COLABORAÇÃO 04/2018 - DISPENSA 03 - 2018 - DISPENSA DE CHAMAMENTO - BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS

Publicação Nº 1517918

Estado de Santa Catarina
Prefeitura de Caçador/SC

DISPENSA Nº 03-2018 – DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO – PROCESSO 012/2018 – A Prefeitura de Caçador/SC torna pública a Dispensa nº 03/2018 – Dispensa de Chamamento Público- Objeto: SERVIÇO DE ATENDIMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA NAS ÁREAS DE PRÉ-HOSPITALAR DE COMBATE A INCÊNDIOS, DE RESGATE VEICULAR, DE MERGULHO, DE RESGATE DE ALTURA, DE RESGATE EM MATAS E DEFESA CIVIL, ETC. Parceiro – ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE CAÇADOR – BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS – CNPJ – 82.798.653/0001-22, Com sede no Município de Caçador, valor total R\$ 1.260.000,00 (um milhão, duzentos e sessenta mil reais) com vigência até 08 de fevereiro de 2019, de conformidade com a Lei 13019 de 31 de julho de 2014. A Justificativa da Dispensa de Chamamento público encontra-se na íntegra junto a página eletrônica do município.

08 de fevereiro de 2018
SAULO SPEROTTO
Prefeito

EXTRATO CONT. 08/2018 - INEXIGIBILIDADE 04/2018 - PROC. 17/2018 - EMUVI - BANDA 4 AZES

Publicação Nº 1517759

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

Município de Caçador/SC torna pública a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04 – 2018 – PROCESSO LICITATÓRIO 017 – 2018 – PREFEITURA – CONTRATO ADMINISTRATIVO 08/2018 – Objeto – CONTRATAÇÃO DE BANDA MUSICAL COMPLETA, COMPOSTA POR 7 MÚSICOS, COM REPERTÓRIO ECLÉTICO, NOTORIEDADE E EXPERIÊNCIA COMPROVADA, PARA 05 (CINCO) APRESENTAÇÕES EM LOCAIS DISTINTOS DENTRO DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR, SOBRE O PALCO MÓVEL;

LOCADOR: EMUVI ESCOLA DE MÚSICA DE VIDEIRA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 08.946.224/0001-00 com sede na Rua XV de novembro, nº 165 – andar 2, Centro, na cidade de Videira, SC, neste ato representada pelo senhor JULIANO BATISTA DE LIMA, brasileiro, solteiro, natural de Videira – SC, comerciante, inscrito no CPF sob o nº 006.044.959-43, residente e domiciliado a Avenida Dom Pedro II, nº 684, Apto 401, bairro Centro, no Município de Videira, a contratação dos músicos custou R\$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais), parcela única. O preço a ser ajustado para a contratação, foram estabelecidos de acordo com preços praticados na região. O presente contrato tem prazo de 1 (um) mês, com vigência a partir desta data e findando dia 08 de março de 2018.

Caçador, 08 de fevereiro de 2018.

SAULO SPEROTTO
Prefeito em exercício

Caibi

PREFEITURA

DECRETO 24/2018

Publicação Nº 1516784

DECRETO Nº. 024/2018 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar por superávit financeiro e dá outras providências.

ELOI JOSÉ LIBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com parágrafo 1º. inciso II do artigo 5º. da Lei Municipal Nº. 2520/2017 de 13 de dezembro de 2017, decreta:

Art. 1º. – Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 15.887,00 (quinze mil, oitocentos e oitenta e sete reais) no orçamento do município de Caibi SC para o exercício de 2018, conforme demonstrado no Quadro I abaixo:

QUADRO I

ÓRGÃO 03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

UNIDADE 01– DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

041220003.2.003 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

3.3.93 – Transferências a Consórcios Públicos

(1325) Fonte: 3000 Superávit Recursos Ordinários R\$ 15.877,00

Art. 2º. – Para Fazer face a suplementação de que trata o artigo 1º., serão utilizados recursos do superávit financeiro do exercício de 2017 das fontes 3000 Superávit Recursos Ordinários no valor de R\$ 15.887,00.

Art. 3º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. – Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi SC, em 07 de fevereiro de 2018.

ELOI JOSE LIBANO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no diário oficial dos municípios

EDSON ANTONIO CARLESSO

Contador

DECRETO Nº 021/2018

Publicação Nº 1517101

DECRETO Nº. 021/2018 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018.

Dispõe sobre o desmembramento de Lote Urbano, e dá outras Providências.

O Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e em conformidade com Lei Municipal nº. 1522/1994, em seu Art. 39, alterada pela Lei Municipal nº 2285/2011, de 23 de setembro de 2011. DECRETA:

Art. 1º. Fica pelo presente Decreto autorizado o DESMEMBRAMENTO DO LOTE URBANO, conforme Parecer Jurídico, Declaração, Memorial descrito, Mapa e ART., anexo. Ficando a área conforme descrição abaixo:

Desmembramento de Parte central dos lotes urbanos nº 04, da

Quadra nº 01, do Loteamento Galon, com área de 99,89 m² e da parte sul do lote urbano nº 07 da quadra nº06, do loteamento Bravo, com área de 558,93 m², Matrícula nº 15.632, perfaz uma área total de 658,82 m² (seiscentos e cinquenta e dois virgula oitenta e dois metros quadrados), conforme matrícula acima citada do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Palmitos – SC. Situado na Rua do Comércio, nesta cidade de Caibi/SC.

MEMORIAL DESCRITIVO

Imóvel: MAPA PARA DESMEMBRAMENTO DA PARTE CENTRAL DO LOTE URBANO N 4 DA QUADRA N 1 E PARTE SUL DO LOTE URBANO N 7 DA QUADRA N 6 SEM BENFEITURIAS

Proprietário: OSMAR CLEMENTE BERTOL

Município: CAIBI

Comarca: PALMITOS

UF: SANTA CATARINA

Matrícula: 15.632

Área Total (m2): 1.269,75m2

Área Desmembrada (m2): 658,82m2

Área Remanescente (m2): 610,93m2

ÁREA SER DESMEMBRADA

PARTE CENTRAL DO LOTE URBANO N 4 DA QUADRA N 1 COM A ÁREA DE 99,89 m2 E PARTE SUL DO LOTE URBANO N 7 DA QUADRA N 6 COM A ÁREA DE 558,93m2. TOTALIZANDO UMA ÁREA DE 658,82 m2 SEM BENFEITURIAS

CONFRONTAÇÕES

AO SUDESTE

Segue com azimuth de 125°03'38" e distância de 36,78 m., confrontando neste trecho com o lote urbano n 1 com uma área de 300,66 m2 e com o lote urbano n 2 com uma área de 377,01 m2 e com o lote urbano n 4 com uma área de 410,00 m2 de ELI MARIA BRAVO GALON.

AO SUL

Segue com azimuth de 89°55'46" e distância de 17,16 m., confrontando neste trecho com o lote urbano n 4 com uma área de 410,00 m2 de ELI MARIA BRAVO GALON.

AO OESTE

Segue com azimuth de 179°55'34" e distância de 10,00 m., confrontando neste trecho com a RUA DO COMERCIO com uma área de 483,00 m2.

AO NORTE

Segue com azimuth de 269°55'34" e distância de 47,00 m., confrontando neste trecho com parte dos mesmos lotes urbano n 4 e 7 com uma área de 610,93m2 de OSMAR CLEMENTE BERTOL.

AO LESTE

Segue com azimuth de 359°55'03" e distância de 31,00 m., confrontando neste trecho com o lote urbano n 11 com uma área de 600,00m2 de JOSE FABONATO e com o lote urbano n 10 com uma área de 600,00 m2 WILSON ARCARI e com o lote urbano n 8 com uma área de 786,91 m2 CLAUDIOMAR ANDRIOLLI.

ÁREA REMANECENTE

PARTE NORTE DO LOTE URBANO N 4 DA QUADRA N 1 COM A ÁREA DE 2,86 m2 E PARTE NORTE DO LOTE URBANO N 7 DA QUADRA N 6 COM A ÁREA DE 608,07m2. TOTALIZANDO UMA ÁREA DE 610,93m2 COM AS BENFEITURIAS

CONFRONTAÇÕES

AO SUL

Segue com azimuth de 89°55'46" e distância de 47,00 m., confrontando neste trecho com parte dos mesmos lotes urbano n 4 e 7 com uma área de 658,82 m2 de 410,00 m2 de OSMAR CLEMENTE BERTOL.

AO OESTE

Segue com azimute de 179°55'34" e distância de 13,00 m., confrontando neste trecho com a RUA DO COMERCIO com uma área de 483,00 m2.

AO NORTE

Segue com azimute de 269°55'34" e distância de 46,99 m., confrontando neste trecho com o lote urbano n 6 com uma área de 425,00m2 de MARLEI TEREZINHA GALON BIASIBETTI e com o lote urbano n 5 com uma área de 375,00m2 de ELEANDRO POZZEBON e com o lote urbano n 4 com uma área de 375,00 m2 de MOACIR SLAVIERO.

AO LESTE

Segue com azimute de 359°55'03" e distância de 13,00 m., confrontando neste trecho com o lote urbano n 12 com uma área de 650,00m2 de JULIANE GALON ALVES.

AO NORTE - MARLEI TEREZINHA GALON BIASIBETTI

ELEANDRO POZZEBON

MOACIR SLAVIERO

AO LESTE - JULIANE GALON ALVES

JOSE FABONATO

WILSON ARCARI

CLAUDIOMAR ANDRIOLLI

AO SUDESTE e SUL _ ELI MARIA BRAVO GALON

AO OESTE _ RUA DO COMERCIO

Art. 2º - As despesas decorrentes do presente Decreto, ficarão a cargo das dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi, SC, em 06 de Fevereiro de 2018.

ELÓI JOSÉ LÍBANO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Dirlei Lemes De Almeida

Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 022/2018

Publicação Nº 1517102

DECRETO Nº. 022/2018 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018.

Dispõe sobre o desmembramento de Lote Urbano, e dá outras Providências.

O Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e em conformidade com Lei Municipal nº. 1522/1994, em seu Art. 39, alterada pela Lei Municipal nº 2285/2011, de 23 de setembro de 2011. DECRETA:

Art. 1º. Fica pelo presente Decreto autorizado o DESMEMBRAMENTO DO LOTE URBANO, conforme Parecer Jurídico, Declaração, Memorial descrito, Mapa e ART., anexo. Ficando a área conforme descrição abaixo:

Desmembramento de Parte central do lote urbano nº 265, do

loteamento Primitivo, com área de 140,00 m², de uma área total de 400,00 m², conforme Matrícula nº 8.698 para anexar á matrícula nº 6.484, conforme matrícula acima citada do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Palmitos – SC. Situado na Rua Salgado Filho, nº 669, nesta cidade de Caibi – SC, de propriedade da Sra. Juraci Domingas Capellari de Souza.

M E M O R I A L D E S C R I T I V O

Imóvel: MAPA PARA DESMEMBRAMENTO DA PARTE CENTRAL DO LOTE URBANO 265 PARA ANEXAR NA MATRICULA N 6.484

Proprietário: JURACI DOMINGAS CAPELLARI DE SOUZA

Município: CAIBI

Comarca: PALMITOS

UF: SANTA CATARINA

Matrícula: 8.698

Área (m2): 400,00 m2

ÁREA DESMEMBRADA

PARTE CENTRAL DO LOTE URBANO 265 COM A ÁREA DE 140,00m2 PARA ANEXAR NA MATRICULA N 6.484

CONFRONTAÇÕES**NORTE**

Segue com azimute de 90°00'00" e distância de 20,00 m., confrontando neste trecho com parte do mesmo lote urbano n 265 área remanescente de JURACI DOMINGAS CAPELLARI DE SOUZA com a área de 260,00 m2.

LESTE

Segue com azimute de 180°00'00" e distância de 7,00 m., confrontando neste trecho com a RUA SALGADO FILHO com a área de 400,00m2.

SUL

Segue com azimute de 270°00'00" e distância de 20,00 m., confrontando neste trecho com parte do mesmo lote urbano n 265 de SERGIO LUIZ DELAZZARI com a área de 600,00 m2.

OESTE

Segue com azimute de 000°00'00" e distância de 7,00 m., confrontando neste trecho com o lote urbano n 266 de EDRIANO BAGNARA com a área de 1.000,00 m2.

ÁREA REMANESCENTE

PARTE NORTE DO LOTE URBANO 265 COM A ÁREA DE 260,00m2

CONFRONTAÇÕES**NORTE**

Segue com azimute de 90°00'00" e distância de 20,00 m., confrontando neste trecho com o lote urbano n 244 de ILVA FURLAN DAVILA com a área de 1.000,00 m2.

LESTE

Segue com azimute de 180°00'00" e distância de 13,00 m., confrontando neste trecho com a RUA SALGADO FILHO com a área de 400,00m2.

SUL

Segue com azimute de 270°00'00" e distância de 20,00 m., confrontando neste trecho com parte do mesmo lote urbano n 265 área desmembrada de JURACI DOMINGAS CAPELLARI DE SOUZA com a área de 140,00 m2.

OESTE

Segue com azimute de 000°00'00" e distância de 13,00 m., confrontando neste trecho com o lote urbano n 266 de EDRIANO BAGNARA com a área de 1.000,00 m2.

_ ILVA FURLAN DAVILA

_ RUA SALGADO FILHO

_ SERGIO LUIZ DELAZZARI

_ EDRIANO BAGNARA

Art. 2º - As despesas decorrentes do presente Decreto, ficarão a cargo das dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi, SC, em 06 de Fevereiro de 2018.

ELÓI JOSÉ LÍBANO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Dirlei Lemes De Almeida

Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 025/2018

Publicação Nº 1517104

DECRETO Nº. 025/2018, de 08 de Fevereiro de 2018.

Dispõe sobre a unificação de área, e da outras Providências.

ELÓI JOSÉ LÍBANO Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e em conformidade com Lei Municipal nº. 1.522/1994, em seu Art. 39, alterada pela Lei Municipal nº 2.285/2011, de 23 de setembro de 2011, DECRETA:

Art. 1º - Fica pelo presente Decreto autorizado a Unificação dos lotes urbanos nº 270, 271 e 272, do Loteamento Primitivo, conforme Parecer Jurídico, Declaração, Memorial descritivo, Mapa e ART, em anexo, ficando a área conforme descrição abaixo:

Unificação de parte central dos lotes urbanos nº 270, e 271 do Loteamento Primitivo, com área de 2.000,00 m² (dois mil metros quadrados), da matrícula nº 15.551 do CRI da Comarca de Palmitos SC para unificar com o lote urbano nº 272, do Loteamento Primitivo, com área de 1.000,00 m² (mil metros quadrados), da matrícula nº 2.912 do CRI da Comarca de Palmitos/SC, totalizando uma área de 3.000,00 m² (três mil metros quadrados), de propriedade de Vânio Carlos Tomaselli.

MEMORIAL DESCRITIVO DE UNIFICAÇÃO

Trata-se de Memorial Descritivo dos Lotes Urbanos: LOTE URBANO Nº 270 e 271, com área de 2.000,00 m², com uma edificação em alvenaria (406,47 m²), coberta com telhas de fibrocimento e LOTE URBANO Nº 272, com área de 1.000,00 m² da QUADRA Nº 24, na cidade de Caibi/SC, de Vanio Carlos Tomaselli, para fins de Unificação Urbana. Esta área será unificada em uma única parte. Sendo a parte remanescente: PARTE SUDESTE DA QUADRA Nº 24 DOS LOTES URBANOS Nº 270, 271 e 272, com área de 3.000,00 m² (conforme mostra o mapa em anexo), tudo para Vanio Carlos Tomaselli – Matrículas (Nº 15.551 e Nº 2.912 do C.R.I. de Palmitos-SC).

SITUAÇÃO ANTERIOR: LOTE URBANO Nº 270 e 271 – ÁREA 2.000,00 m², COM UMA EDIFICAÇÃO EM ALVENARIA DE 406,47 m² e DO LOTE URBANO Nº 272 – ÁREA DE 1.000,00 m², DA QUADRA Nº 24 – CENTRO DA CIDADE DE CAIBI/SC, DE VANIO CARLOS TOMASELLI.

LOTE URBANO Nº 270 e 271 DA QUADRA Nº 24, com área de Dois Mil Metros Quadrados (2.000,00 m²), esquina da Rua do Comércio com e a Rua São Domingos na Cidade de Caibi/SC, com benfeitoria – casa em alvenaria com área de Quatrocentos e Seis Virgula Quarenta e Sete Metros Quadrados (406,47 m²) confrontando:

NORDESTE - com o lote urbano nº 239 e 238, com linha de 40,00 m;

SUDOESTE - com a Rua São Domingos, com linha de 40,00 m;
NOROESTE - com o lote urbano nº 272, com linha de 50,00 m;
SUDESTE - com a Rua do Comercio, com linha de 50,00 m;
LOTE URBANO Nº 272 DA QUADRA Nº 24, com área de Um Mil Metros Quadrados (1.000,00 m²), de frente com a Rua São Domingos na Cidade de Caibi/SC, sem benfeitorias, confrontando:
NORDESTE - com o lote urbano nº 237, com linha de 20,00 m;
SUDOESTE - com a Rua São Domingos, com linha de 20,00 m;
NOROESTE - com o lote urbano nº 273, com linha de 50,00 m;
SUDESTE - com o lote urbano nº "270 e 271", com linha de 50,00 m;

VÉRTICES DO LOTE ATUAL

P1: 0276968: 7003515

P2: 0276976: 7003507

P3: 0277011: 7003486

P4: 0276946: 7003473

P5: 0276950: 7003465

P6: 0276984: 7003444

Dito os imóveis acima citados, matriculados sob o nº 15.551 e 2.912 do Ofício de Registro de Imóveis de Palmitos - SC serão unificados perfazendo um único imóvel com área de 3.000,00 m², assim descrito e caracterizado:

SITUAÇÃO DE UNIFICAÇÃO:

LOTE URBANO Nº "270, 271 E 272" - PARTE SUDESTE DA QUADRA Nº 24 DOS LOTES, COM ÁREA DE 3.000,00 M², DE VANIO CARLOS TOMASELLI.

LOTE URBANO Nº "270, 271 e 272" - Situado na parte Sudeste da Quadra nº 24, esquina formada com a Rua São Domingos e Rua do Comércio, com área de Três Mil Metros Quadrados (3.000,00 m²), com uma edificação em alvenaria, com área de Quatrocentos e Seis Virgula Quarenta e Sete Metros Quadrados (406,47 m²), coberta com telhas de fibrocimento 8 mm, confrontando:

NORDESTE - com partes dos lotes urbanos nº 237, 238 e 239, com linha de 60,00 m;

SUDOESTE - com a Rua São Domingos, com linha de 60,00 m;

NOROESTE - com o lote urbano nº 273, com linha de 50,00 m;

SUDESTE - com a Rua do Comercio, com linha de 50,00 m;

VÉRTICES DO LOTE UNIFICADO

P1: 0276968: 7003515

P2: 0277011: 7003486

P3: 0276984: 7003444

P4: 0276946: 7003473

Diante do acima exposto, REQUER A ABERTURA DA RESPECTIVA MATRÍCULA, de acordo com o mapa e memorial apresentado.

Dito imóvel está localizado na parte Sudeste da Quadra nº 24, Lote Urbano nº 270, 271 e 272 - esquina com a Rua São Domingos e Rua do Comércio, tudo na cidade de Caibi/SC.

Art. 2º - As despesas decorrentes do presente Decreto, ficarão a cargo das dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em com

Prefeitura Municipal de Caibi SC, em 08 de Fevereiro de 2018.

ELÓI JOSÉ LÍBANO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no DOM.

Dirlei Lemes de Almeida

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA 142/18

Publicação Nº 1516445

PORTARIA Nº 142/18

ELOI JOSÉ LÍBANO, Prefeito Municipal de Caibi, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas,

RESOLVE:

ADMITIR a servidora CLEONICE VIEIRA CORREA , matrícula 9244-4, para atuar no cargo de PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL , no período de 05/02/2018 à 18/12/2018 , com lotação junto ao Departamento Municipal de Educação ,com carga horária de 20 horas semanais, percebendo os vencimentos correspondentes ao piso salarial da categoria.

Esta portaria entra em vigor na data de 05/02/2018.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 06 de fevereiro de 2018.

Eloi José Líbano
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

PORTARIA 143/18

Publicação Nº 1516446

PORTARIA Nº 143/18

ELOI JOSÉ LÍBANO, Prefeito Municipal de Caibi, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas,

RESOLVE:

ADMITIR a servidora DANUBIA ROSSET , matrícula 9245-2, para atuar no cargo de PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL , no período de 05/02/2018 à 18/12/2018 , com lotação junto ao Departamento Municipal de Educação ,com carga horária de 20 horas semanais, percebendo os vencimentos correspondentes ao piso salarial da categoria.

Esta portaria entra em vigor na data de 05/02/2018.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 06 de fevereiro de 2018.

Eloi José Líbano
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

PORTARIA 144/18

Publicação Nº 1516448

PORTARIA Nº 144/18

ELOI JOSÉ LÍBANO, Prefeito Municipal de Caibi, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas,

RESOLVE:

ADMITIR a servidora CRISTINA DALCERO CANAL , matrícula 9246-0, para atuar no cargo de PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL , no período de 05/02/2018 à 18/12/2018 , com lotação junto ao Departamento Municipal de Educação ,com carga horária de 20 horas semanais, percebendo os vencimentos correspondentes ao piso salarial da categoria.

Esta portaria entra em vigor na data de 05/02/2018.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 06 de fevereiro de 2018.

Eloi José Líbano
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

PORTARIA 145/18

Publicação Nº 1516510

PORTARIA Nº 145/18

ELOI JOSÉ LÍBANO, Prefeito Municipal de Caibi, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas,

RESOLVE:

ADMITIR a servidora CLEONICE VIEIRA CORREA , matrícula 9247-9, para atuar no cargo de PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL , no período de 06/02/2018 à 18/12/2018 , vinculada a vaga da servidora CLAUDIA REGINA DE MORAES FURLANETTO, que encontra-se em Licença maternidade e posteriormente em férias , com lotação junto ao Departamento Municipal de Educação ,com carga horária de 20 horas semanais, percebendo os vencimentos correspondentes ao piso salarial da categoria.

Esta portaria entra em vigor na data de 05/02/2018.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 06 de fevereiro de 2018.

Eloi José Líbano
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Camboriú

PREFEITURA

LEI N.º 3.033/2018

Publicação Nº 1517769

LEI N.º 3.033/2018

Altera a Lei Municipal n.º 2.995, de 27 de junho de 2017, que trata do Termo de Colaboração entre o Município de Camboriú/ Fundo Municipal de Assistência Social e a Associação Lar Maternal Bom Pastor.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o artigo 2º, bem como acrescidos os parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º ao mesmo artigo, da Lei Municipal n.º 2.995/2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º O objeto do presente Termo de Colaboração consiste na transferência de recursos financeiros destinados à ASSOCIAÇÃO LAR MATERNAL BOM PASTOR, com a finalidade de custear parte das despesas com a execução do Projeto "Dando Amor e Carinho a Quem Precisa", que se destina ao acolhimento institucional de até 15 (quinze) crianças entre 0 (zero) a 12 (doze) anos de idade, que se encontram em situação de abandono e/ou de rua, cujos direitos familiar e de convivência familiar e comunitária estejam sendo violados ou ameaçados, encaminhadas pelo Conselho Tutelar e/ou Poder Judiciário da Comarca de Camboriú.

§ 1º A transferência de recursos financeiros de que trata o caput deste artigo será de até R\$ 325.860,30 (trezentos e vinte e cinco mil oitocentos e sessenta reais e trinta centavos) semestral.

§ 2º O Termo de Colaboração será celebrado para vigorar por seis meses, contados a partir de janeiro de 2018, prorrogável por igual período.

§ 3º O Termo de Colaboração poderá ser rescindido ou suspenso unilateralmente pelo Município caso forem descumpridas as suas cláusulas ou pela conveniência e interesse público.

§ 4º As despesas para a execução do Termo de Colaboração correrão por conta de dotação constante no orçamento do respectivo exercício do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 2º Fica revogado o parágrafo único do artigo 2º e os artigos 3º, 4º e 5º da Lei Municipal n.º 2.995/2017.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 08 de fevereiro de 2018.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Ramon Marcides Jacob
Secretário M. de Administração

LEI N.º 3.034/2018

Publicação Nº 1517771

LEI N.º 3.034/2018

Altera a Lei Municipal n.º 2.992, de 22 de junho de 2017, que trata do Termo de Colaboração entre o Município de Camboriú/ Fundo Municipal de Assistência Social e a Fundação Lar da Terceira Idade

Padre Antônio Dias.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o artigo 2º, bem como acrescidos os parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º ao mesmo artigo, da Lei Municipal n.º 2.992/2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º O objeto do presente Termo de Colaboração consiste na transferência de recursos financeiros destinados à Fundação Lar da Terceira Idade Padre Antônio Dias, com a finalidade de auxiliar na manutenção e execução do Programa de Atendimento à Pessoa Idosa, que se destina ao acolhimento asilar de até 06 (seis) idosos, encaminhados pela Secretaria Municipal de Assistência Social e/ou pelo Poder Judiciário da Comarca de Camboriú.

§ 1º A transferência de recursos financeiros de que trata o caput deste artigo será de até R\$ 136.800,00 (cento e trinta e seis mil e oitocentos reais) anual.

§ 2º O Termo de Colaboração será celebrado para vigorar por um ano, contados a partir de janeiro de 2018, prorrogável por igual período.

§ 3º O Termo de Colaboração poderá ser rescindido ou suspenso unilateralmente pelo Município caso forem descumpridas as suas cláusulas ou pela conveniência e interesse público.

§ 4º As despesas para a execução do Termo de Colaboração correrão por conta de dotação constante no orçamento do respectivo exercício do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 2º Fica revogado o parágrafo único do artigo 2º e os artigos 3º, 4º e 5º da Lei Municipal n.º 2.992/2017.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 08 de fevereiro de 2018.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Ramon Marcides Jacob
Secretário M. de Administração

LEI N.º 3.035/2018

Publicação Nº 1517772

LEI N.º 3.035/2018

Altera a Lei Municipal n.º 2.996, de 22 de junho de 2017, que trata do Termo de Colaboração entre o Município de Camboriú/ Fundo Municipal de Assistência Social e o Lar Menino Deus.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o artigo 2º, bem como acrescidos os parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º ao mesmo artigo, da Lei Municipal n.º 2.996/2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º O objeto do presente Termo de Colaboração consiste na transferência de recursos financeiros destinados ao Lar Menino

Deus, com a finalidade de custear as despesas com o acolhimento do Sr. Roberto Silvano Schlickmann, com deficiência intelectual e múltipla, desprovido de familiares e de recursos necessários a uma vida digna, em atendimento à recomendação efetuada pelo Ministério Público da Comarca de Camboriú.

§ 1º A transferência de recursos financeiros de que trata o caput deste artigo será de até R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) anual.

§ 2º O Termo de Colaboração será celebrado para vigorar por um ano, contados a partir de janeiro de 2018, prorrogável por igual período.

§ 3º O Termo de Colaboração poderá ser rescindido ou suspenso unilateralmente pelo Município caso forem descumpridas as suas cláusulas ou pela conveniência e interesse público.

§ 4º As despesas para a execução do Termo de Colaboração correrão por conta de dotação constante no orçamento do respectivo exercício do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 2º Fica revogado o parágrafo único do artigo 2º e os artigos 3º, 4º e 5º da Lei Municipal n.º 2.996/2017.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 08 de fevereiro de 2018.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Ramon Marcides Jacob
Secretário M. de Administração

LEI N.º 3.036/2018

Publicação Nº 1517773

LEI N.º 3.036/2018

Altera a Lei Municipal n.º 2.993, de 22 de junho de 2017, que trata do Termo de Colaboração entre o Município de Camboriú/ Fundo Municipal de Assistência Social e a Comunidade Terapêutica Viver Livre.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o artigo 2º, bem como acrescidos os parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º ao mesmo artigo, da Lei Municipal n.º 2.993/2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º O objeto do presente Termo de Colaboração consiste na transferência de recursos financeiros destinados à Comunidade Terapêutica Viver Livre, com a finalidade de custear as despesas de serviço especializado, em caráter temporário, de atendimento e acolhida de pessoas em situação de rua de ambos os sexos.

§ 1º A transferência de recursos financeiros de que trata o caput deste artigo será de até R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais) anual.

§ 2º O Termo de Colaboração será celebrado para vigorar por um ano, contados a partir de janeiro de 2018, prorrogável por igual período.

§ 3º O Termo de Colaboração poderá ser rescindido ou suspenso unilateralmente pelo Município caso forem descumpridas as suas cláusulas ou pela conveniência e interesse público.

§ 4º As despesas para a execução do Termo de Colaboração correrão por conta de dotação constante no orçamento do respectivo exercício do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 2º Fica revogado o parágrafo único do artigo 2º e os artigos 3º, 4º e 5º da Lei Municipal n.º 2.995/2017.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 08 de fevereiro de 2018.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Ramon Marcides Jacob
Secretário M. de Administração

LEI N.º 3.037/2018

Publicação Nº 1517774

LEI N.º 3.037/2018

Dispõe sobre a autorização de transferência de recursos financeiros mediante a celebração de Termo de Colaboração entre o Município de Camboriú/ Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Grupo Escoteiro Terra do Vale e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Termo de Colaboração com o Grupo Escoteiro Terra do Vale, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ sob o n.º 06.287.535/0001-71, com sede na Rua Vitor Juvêncio Mafra, n.º 930, Centro, Camboriú/SC.

Art. 2º O objeto do presente Termo de Colaboração consiste na transferência de recursos financeiros destinados ao Grupo Escoteiro Terra do Vale, com a finalidade de custear as despesas com a execução do Projeto "Escotismo & Desenvolvimento Sustentável", que objetiva promover a inclusão de crianças e jovens do Município no Movimento Escoteiro, de modo a contribuir para seu desenvolvimento e formação do caráter, por meio da realização de atividades próprias do escotismo .

§ 1º A transferência de recursos financeiros de que trata o caput deste artigo será de até R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) anual.

§ 2º O Termo de Colaboração será celebrado para vigorar por um ano, contados a partir de janeiro de 2018.

§ 3º O Termo de Colaboração poderá ser rescindido ou suspenso unilateralmente pelo Município caso forem descumpridas as suas cláusulas ou pela conveniência e interesse público.

§ 4º As despesas para a execução do Termo de Colaboração correrão por conta de dotação constante no orçamento do respectivo exercício do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 08 de fevereiro de 2018.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Ramon Marcides Jacob
Secretário M. de Administração

LEI N.º 3.038/2018

Publicação Nº 1517776

LEI N.º 3.038/2018

Dispõe sobre a autorização de transferência de recursos financeiros mediante a celebração de Termo de Colaboração entre o Município de Camboriú/ Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a Associação de Pais de Atletas de Futebol de Campo da Cidade de Camboriú e Região - Guri Bom de Bola e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Termo de Colaboração com a Associação de Pais de Atletas de Futebol de Campo da Cidade de Camboriú e Região – Guri Bom de Bola, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n.º 06.369.331/0001-80, com sede na Rua Lauro Rebelo, n.º 39, Centro, Camboriú/SC.

Art. 2º O objeto do presente Termo de Colaboração consiste na transferência de recursos financeiros destinados à Associação de Pais de Atletas de Futebol de Campo da Cidade de Camboriú e Região, com a finalidade de custear as despesas com a execução do Projeto "FUTEBOL EDUCACIONAL ESPORTIVO FUTEBOL CIDADÃO", que objetiva incentivar a prática do futebol por meio de atividades de iniciação esportiva para crianças, jovens e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

§ 1º A transferência de recursos financeiros de que trata o caput deste artigo será de até R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) anual.

§ 2º O Termo de Colaboração será celebrado para vigorar a partir de sua assinatura e terá vigência por um ano, contados a partir de janeiro de 2018.

§ 3º O Termo de Colaboração poderá ser rescindido ou suspenso unilateralmente pelo Município caso forem descumpridas as suas cláusulas ou pela conveniência e interesse público.

§ 4º As despesas para a execução do Termo de Colaboração correrão por conta de dotação constante no orçamento do respectivo exercício do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 08 de fevereiro de 2018.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Ramon Marcides Jacob
Secretário M. de Administração

LEI N.º 3.039/2018

Publicação Nº 1517777

LEI N.º 3.039/2018

Altera a Lei Municipal n.º 3.024, de 20 de dezembro de 2017.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam acrescidos os incisos IX e X ao artigo 1º da Lei Municipal n.º 3.024/2017, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 1º (...)

(...)

IX - um terreno urbano, com área total de 1.620,00m², representado pela "Área Unificada 01", do Loteamento Setor Social Jardim Paraíso, situado no lugar Cedro, nesta Cidade de Camboriú/SC, registrado no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Camboriú sob a Matrícula de n.º 17840, com as seguintes medidas e confrontações: fazendo frente a LESTE com a "Rua Projetada G", onde mede 90,00m; com igual medida nos fundos a OESTE com terras de Gilvana Dalfovo da Costa; estrema ao NORTE com a "Área Verde H" e estrema ao SUL com a "Rua Projetada I", medindo em ambas as extremas 18,00m;

X - um terreno urbano, com área total de 1.728,00m², representado pela "Área Unificada 10", do Loteamento Setor Social Jardim Paraíso, situado no lugar Cedro, nesta Cidade de Camboriú/SC, registrado no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Camboriú sob a Matrícula de n.º 17893, com as seguintes medidas e confrontações: fazendo frente ao OESTE com a "Rua Projetada H", onde mede 96,00m; com igual medida nos fundos a LESTE com herdeiros de Marcelino Silvério Machado, atual Jardim Residencial Cedro; estrema ao NORTE com a "Área Verde I"; e estrema a SUL com a "Área remanescente C", medindo em ambas as extremas 18,00m."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 08 de fevereiro de 2018.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Ramon Marcides Jacob
Secretário M. de Administração

JUSTIFICATIVA

Nobres Edis,

Encaminho para a apreciação de Vossas Excelências o Projeto de Lei n. 012/2018, que "Altera a Lei Municipal n.º 3.024, de 20 de dezembro de 2017".

A presente alteração na Lei Municipal n.º 3.024/2017 (anexa) consiste na doação de mais 02 duas áreas de terras ao Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, representado pela Caixa Econômica Federal - CEF, para uso exclusivo na construção de moradias destinadas às famílias de baixa renda do Município de Camboriú, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, regido pela Lei Federal n.º 10.188, de 12/02/2001.

Conforme já explanado, quando da aprovação da Lei Municipal n.º 3.024/2017, o projeto de lei em análise tem o objetivo de combater o déficit habitacional no Município de Camboriú, visando o atendimento prioritário da população de baixa renda.

Diante do exposto, com a certeza do pronto atendimento de Vossas Excelências, colho esta mesma oportunidade para reiterar protestos da mais alta estima e elevada consideração.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 23 de janeiro de 2018.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

OFÍCIO N.º 012/2018-GP

Camboriú/SC, 23 de janeiro de 2018.

Assunto: Encaminha o Projeto de Lei n.º 012/2018.

Excelentíssima Presidente,
Nos termos do art. 25, § 3º, inciso I e art. 79, inciso XXI, da Lei Orgânica do Município c/c o art. 123, do Regimento Interno da Câmara de Vereadores do Município de Camboriú/SC, serve o presente para CONVOCAR V. Exª. e os Nobres Vereadores para sessão extraordinária, a ser realizada em data estipulada por V. Exª., para apreciação e votação do Projeto de Lei n.º 012/2018, que "Altera a Lei Municipal n.º 3.024, de 20 de dezembro de 2017", sob pena de prejuízo ao andamento das atividades da Administração, principalmente a perda de recursos, contrariando desta forma, o interesse público.

Sendo o que se apresenta para o momento, aproveito o ensejo para transmitir a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Exma. Sra.
Márcia Regina Oliveira Freitag
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores
CAMBORIÚ/SC

PREGÃO PRESENCIAL 005/2018 - PMC

Publicação Nº 1517108

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 005/2018

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MARMITAS, DESTINADAS PARA OS FUNCIONÁRIO QUE TRABALHARÃO EM REGIME DE MUTIRÃO NA RECUPERAÇÃO DAS ESTRADAS DO INTERIOR NOS PERÍODOS DE CHUVAS, E OU EM ATIVIDADES COM NECESSIDADE DE TRABALHO NO PERÍODO INTEGRAL, COM FORNECIMENTO DE ALMOÇO. CONFORME TERMO DE REFERENCIA.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 12:30 horas do dia 26 (Vinte e Seis) de Fevereiro de 2018, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 08 de Fevereiro de 2018.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

DECRETO Nº 11.118 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018

Publicação Nº 1517515

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 11.118 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE COORDENADORA PEDAGÓGICA NA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, do art. 71, da Lei Orgânica do Município, em especial ao art. 108 da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012; Decreta:

Art. 1º Nomear a Servidora Pública Municipal JAQUELINE SORAIA AMORIM TABBERT, matrícula funcional nº 000802, registro no sistema sob nº 955468, ocupante do Cargo Público de Professor I, na Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para ocupar o cargo de Coordenadora Pedagógica do EMEB – Escola Municipal de Educação Básica Bela Vista “Profª. Zilka de França Hasselmann”, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo Gratificação FG-5B, no valor de R\$ 639,91 (seiscentos e trinta e nove reais, noventa e um centavos) mensais, enquanto permanecer no exercício da Função Gratificada, a partir de 08 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 08 de fevereiro de 2018.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/02/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe do Gabinete do Prefeito

ADITIVO CONTRATUAL Nº 01/2018 IPRECAL

Publicação Nº 1517031

ADITIVO CONTRATUAL Nº 01/2018

Considerando a prorrogação do Contrato nº 6/2014, estimam-se os gastos para o exercício 2018 e prevê a reserva orçamentária.

NONO ADITIVO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMÁTICA, QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE – IPRECAL E DE OUTRO LADO A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

Pelo presente instrumento particular aditivo contratual que entre si celebram, de um lado o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE – IPRECAL, e de outro lado a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, as partes acordam o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PREVISÃO DE GASTOS PARA 2018

Parágrafo Primeiro - Previsão de gastos para JANEIRO À 15 DE MAIO DE 2018 (em decorrência a prorrogação do Contrato 6/2014):

ITEM	QT	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT. MENSAL	VALOR TOTAL
01	4,5	Mês	Locação de Sistema “Contabilidade Pública – Instituto de Previdência”	R\$ 355,23	R\$ 1.598,54
02	4,5	Mês	Locação de Sistema “Compras e Licitações - Instituto de Previdência”	R\$ 118,41	R\$ 532,85
03	4,5	Mês	Locação de Sistema “Folha Instituto de Previdência”	R\$ 213,14	R\$ 959,13
04	4,5	Mês	Locação de Sistema “Portal da Transparência”	R\$ 236,82	R\$ 1.065,69
05	4,5	Mês	Locação de Sistema “Patrimônio”	R\$ 217,28	R\$ 977,76
VALOR TOTAL					R\$ 5.133,97

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício 2018:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	94.00	IPRECAL – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre
Unidade	94.01	Divisão de Manutenção do IPRECAL
Função	9	Previdência Social
Subfunção	272	Previdência do Regime Estatutário
Programa	66	Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre
Projeto	2.113	Manutenção e Coordenação das Atividades Administrativas do IPRECAL
Elem. de Despesa	3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Esta alteração se faz nos moldes do Inciso II do Art.57, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do Contrato 6/2014 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

O presente termo é lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Campo Alegre, 02 de janeiro de 2018.

JEFFERSON JEAN DUVOISIN Diretor Executivo do IPRECAL Contratante	ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JR BETHA SISTEMAS LTDA Contratada
--	--

CONVOCAÇÃO Nº 049/2018

Publicação Nº 1517584

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017
CONVOCAÇÃO Nº 049/2018

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. SILVANE RAMOS, inscrita no CPF/MF sob nº 059.876.649-93, aprovada em 14º lugar no Processo Seletivo nº 002/2017-/PMCA, para o Cargo Público de PROFESSOR I exercendo a Função de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 15 de fevereiro de 2018, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada.

Campo Alegre/SC., 08 de fevereiro de 2018.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 11.115 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018

Publicação Nº 1516879

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 11.115 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018
DISPÕE SOBRE REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial art. 83, da Lei Complementar Municipal nº 006/02 e Art. 72 da Lei Complementar Municipal nº 088/12; Decreta:

Art. 1º Autorizar a pedido redução de jornada de trabalho (carga horária) de 40 (quarenta) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais, á Servidora Pública Municipal SILVANA CORDEIRO DA CRUZ DE FREITAS, matrícula funcional nº 000542, registro no sistema sob nº 954648, ocupante do cargo público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil, Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º A reversão da redução de carga horária de que trata o artigo anterior, deste Decreto, opção da Servidora Pública Municipal, requerimento devidamente assinado e protocolado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal, em data de 30 de novembro de 2017 sob nº 14640.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09 de fevereiro de 2018.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 08 de fevereiro de 2018.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/02/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 11.116 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018

Publicação Nº 1517136

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 11.116 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018

AUTORIZA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, DIRIGIR VEÍCULOS DA FROTA PÚBLICA MUNICIPAL EM CASO DE NECESSIDADE E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao art. 20 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado a Servidora Pública Municipal BEATRIZ KUIASKI, matrícula funcional nº 000671, registro no sistema sob nº 955102, ocupante do Cargo Público e na Função de Agente Comunitário de Saúde, atualmente ocupando a Função Gratificada de Chefe do Desenvolvimento Social, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, para dirigir de forma eventual, os veículos pertencentes a Frota da Secretaria Municipal de Assistência Social, descrito no Parágrafo 1º deste Artigo.

§ 1º – Veículo Volkswagen/Gol, Placa MKQ-7496, Registro no Patrimônio sob nº 103; Veículo Chevrolet/Corsa Sedan, Placa MLV-0526, veículo este de propriedade do Governo do Estado de Santa Catarina, cedido por Termo de Cessão de Uso ao Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.;

§2º – Os veículos mencionados no parágrafo anterior poderão ser utilizados pela Servidora Pública Municipal autorizada no caput do Artigo 1º deste Decreto, em casos de necessidade quando não houver nenhum Servidor Público Municipal ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Motorista e, que não esteja disponível para dirigi-lo;

§3º – A Servidora Pública Municipal mencionada no caput do artigo 1º deste Decreto, somente poderá dirigir os veículos da Frota Pública Municipal, descritos no § 1º do Artigo 1º deste Decreto, se estiver devidamente habilitada pelo Órgão Estadual de Trânsito.

Art. 2º Em caso de justificada necessidade, a Secretária Municipal de Assistência Social, poderá autorizar outros Servidores Públicos Municipais de sua Secretaria a dirigirem os veículos da Frota Pública Municipal, mencionados no § 1º do artigo 1º deste Decreto, observadas as condições impostas pelos §2º e 3º do artigo 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 08 de fevereiro de 2018.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/02/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 11.117 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018

Publicação Nº 1517428

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 11.117 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018

REVOGA TODAS AS DISPOSIÇÕES DO DECRETO MUNICIPAL Nº 11.102 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao inciso VII do artigo 71 da Lei Orgânica do Município; Decreta:

Art. 1º Revogar todas as disposições do Decreto Municipal nº 11.102 de 06 de fevereiro de 2018.

Parágrafo único. a Revogação de que trata o caput deste artigo em atenção a solicitação da Secretária Municipal de Educação pelo ofício nº 019/SEDUC/2018, devidamente protocolado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal nº 000562 em data de 08 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 08 de fevereiro de 2018.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCIALINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/02/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO Nº 02/2018 IPRECAL

Publicação Nº 1516405

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE – IPRECAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 02/2018 - IPRECAL

Objeto: Prestação de serviço de perícia médica para o IPRECAL, descrito na Cláusula Primeira, de acordo com o processo licitatório, modalidade Pregão Presencial, nº 05/2017.

Dotação orçamentária:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	94.00	IPRECAL – Instituto de Previdência Social
Unidade	94.01	Divisão de Manutenção do IPRECAL
Função	9	Previdência Social
Subfunção	272	Previdência do Regime Estatutário
Programa	66	Instituto de Prev. Social dos Serv. Públicos do Município de Campo Alegre
Projeto	2.113	Manutenção e Coordenação das Atividades Administrativas do IPRECAL
Elemento de Despesa	3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física
Recurso	141	Contribuição do Servidor Ativo ao RPPS

Vigência: 02/01/2018 a 31/12/2018.

Do valor total: R\$ 20.250,00 (vinte mil e duzentos e cinquenta reais)

Contratado: CARLOS SERGIO MOURA

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

Jefferson Jean Duvoisin

Gestor

EXTRATO DE CONTRATO Nº 03/2018 IPRECAL

Publicação Nº 1516407

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE – IPRECAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 03/2018 - IPRECAL

Objeto: Prestação De Serviço Técnico-Atuariais – Avaliação Atuarial 2018, ano base 2017, do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre - IPRECAL.

Dotação orçamentária: 3.3.90.39.00.00.00.00 – Manutenção e Coordenação das Atividades – Pessoa Jurídica

Vigência: 02/01/2018 a 31/12/2018.

Do valor total: R\$ 3.450,00 (três mil e quatrocentos e cinquenta reais)

Contratado: GUILHERME THADEU LORENZI WALTER - ME

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

Jefferson Jean Duvoisin

Gestor

EXTRATO DE CONTRATO N° 04/2018 IPRECAL

Publicação N° 1516411

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE – IPRECAL
EXTRATO DE CONTRATO N° 04/2018 - IPRECAL

Objeto: Serviços técnicos especializados em assessoria jurídica, descrito na Cláusula Primeira, de acordo com o processo de Dispensa de Licitação nº 01/2018.

Dotação orçamentária: 3.3.90.39.05.00.00.00 – MANUTENÇÃO E COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS – SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS

Vigência: 02/01/2018 a 31/12/2018.

Do valor total: R\$ 7.920,00 (Sete mil novecentos e vinte reais)

Contratado: Tais Cristina Heyse

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

Jefferson Jean Duvoisin
Gestor

EXTRATO DE CONTRATO N° 05/2018 IPRECAL

Publicação N° 1516415

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE – IPRECAL
EXTRATO DE CONTRATO N° 05/2018 - IPRECAL

Objeto: Prestação de serviços de consultoria financeira em contabilização de carteira de ativos, descrito na Cláusula Primeira, de acordo com o processo de Dispensa de Licitação nº 02/2018.

Dotação orçamentária: 3.3.90.39.00.00.00.00 – Manutenção e Coordenação das Atividades – Pessoa Jurídica

Vigência: 02/01/2018 a 31/12/2018.

Do valor total: R\$ 7.740,00 (sete mil e setecentos e quarenta reais).

Contratado: MAIS VALIA CONSULTORIA LTDA

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

Jefferson Jean Duvoisin
Gestor

EXTRATO DE CONTRATO N° 06/2018 IPRECAL

Publicação N° 1516418

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE – IPRECAL
EXTRATO DE CONTRATO N° 06/2018 - IPRECAL

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de assessoria para implantação e manutenção do sistema de Gestão Previdenciária SIPREV do Ministério da Previdência Social para o ano de 2018, do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre, descrito na Cláusula Primeira, de acordo com o processo de Dispensa de Licitação nº 03/2018.

Dotação orçamentária: 3.3.90.39.05.00.00.00 – MANUTENÇÃO E COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS – SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS

Vigência: 02/01/2018 a 31/12/2018.

Do valor total: R\$ 7.800,00 (sete e oitocentos reais)

Contratado: W F BORGES JUNIOR - ME

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

Jefferson Jean Duvoisin
Gestor

EXTRATO DE CONTRATO N° 07/2018 IPRECAL

Publicação N° 1516431

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE – IPRECAL
EXTRATO DE CONTRATO N° 07/2018 - IPRECAL

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de assessoria para implantação, atualização e manutenção do Sistema de Gestão de Arquivamentos Digital e Assessoria para implantação, atualização e manutenção da Página (Site) do IPRECAL para o ano de 2018, do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre - IPRECAL, descrito na Cláusula Primeira, de acordo com o processo de Dispensa de Licitação nº 04/2018.

Dotação orçamentária: 3.3.90.39.05.00.00.00 – MANUTENÇÃO E COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS – SERVIÇOS

TÉCNICOS PROFISSIONAIS

Vigência: 02/01/2018 a 31/12/2018.

Do valor total: R\$ 7.800,00 (sete e oitocentos reais)

Contratado: NOTA DIGITAL LTDA - ME

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

Jefferson Jean Duvoisin

Gestor

PREGÃO 15/2018

Publicação Nº 1517117

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2018

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL - exclusivo para participação de microempresas - ME, empresas de pequeno porte - EPP ou equiparadas

A licitação tem como objeto a REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de areia, pó de brita, brita e rachão, para utilização em atividades desempenhadas pela Secretaria de Planejamento, Transporte e Obras do município de Campo Alegre/SC e para outros setores da Administração se houver necessidade, de acordo com as condições estabelecidas no Termo de Referência, conforme descrição e valor estimado abaixo:

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
01	200	m³	Areia fina	63,00	12.600,00
02	200	m³	Areia grossa	63,00	12.600,00
03	200	m³	Areia média	63,00	12.600,00
04	200	m³	Pó de brita	63,00	12.600,00
05	200	m³	Brita nº 1	63,00	12.600,00
06	200	m³	Rachão	53,00	10.600,00

Critério julgamento: MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM.

DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA A ENTREGA DOS ENVELOPES COM A DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: ATÉ AS 09 HORAS E 45 MINUTOS DO DIA 28/02/2018, NO PROTOCOLO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, centro, em Campo Alegre - SC.

DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA INÍCIO DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

DIA: 28/02/2018

HORA: 10 HORAS

LOCAL: Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, em Campo Alegre/SC.

As despesas oriundas de eventuais contratações correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Elemento de Despesa	3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo
---------------------	--------------------	---------------------

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site www.campoalegre.sc.gov.br, no ícone "Licitação" / "Pregão" / "Pregão 15/2018".

A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre - SC, 08 de fevereiro de 2018.

Lucilaine Mokfa Schwarz

Secretária Municipal de Administração

PREGÃO Nº 14/2018

Publicação Nº 1516594

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC
 AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2018
 MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

A licitação tem como objeto REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de troféus e medalhas para campeonatos municipais e eventos esportivos realizados pela Coordenadoria de Esportes do Município de Campo Alegre/SC.

LOTE 01 - COPA DA OVELHA

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
01	01	UN	300221-PD - Troféu com 88 cm de altura, com base octogonal com 26,5 cm de largura em polímero metalizada na cor dourada. Suporte em polímero metalizado na cor dourada e cinco colunas metalizadas na cor prata. Acima um suporte em polímero metalizado na cor dourada e uma taça com 21 cm de largura a partir das alças. Esta taça é composta por cesta em polímero metalizada na cor dourada e copa em polímero metalizada na cor prata, tampa em polímero metalizada na cor dourada. Quatro estatuetas fixas de futebol metalizadas na cor dourada. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta para gravação.	362,00	362,00
02	01	UN	300222-PD - Troféu com 78 cm de altura, com base octogonal com 26,5 cm de largura em polímero metalizada na cor dourada. Suporte em polímero metalizado na cor dourada e cinco colunas metalizadas na cor prata. Acima um suporte em polímero metalizado na cor dourada e uma taça com 21 cm de largura a partir das alças. Esta taça é composta por cesta em polímero metalizada na cor dourada e copa em polímero metalizada na cor prata, tampa em polímero metalizada na cor dourada. Quatro estatuetas fixas de futebol metalizadas na cor dourada. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta para gravação.	348,00	348,00
03	01	UN	300223-PD - Troféu com 73 cm de altura, com base octogonal com 26,5 cm de largura em polímero metalizada na cor dourada. Suporte em polímero metalizado na cor dourada e cinco colunas metalizadas na cor prata. Acima um suporte em polímero metalizado na cor dourada e uma taça com 21 cm de largura a partir das alças. Esta taça é composta por cesta em polímero metalizada na cor dourada e copa em polímero metalizada na cor prata, tampa em polímero metalizada na cor dourada. Quatro estatuetas fixas de futebol metalizadas na cor dourada. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta para gravação.	335,00	335,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE					1.045,00

LOTE 02 - CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTEBOL SUIÇO LIVRE

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
04	01	UN	100101-AZE - Troféu com altura de 170 cm, base octogonal com 26,5 cm de largura em polímero na cor preta, dois estágios com bases de madeira, taça em polímero metalizada na cor prata com 44 cm de largura a partir das alças. Tampa da taça e alças em polímero metalizado na cor dourada. Colunas na cor dourada com detalhes na cor prata e azul. Duas estatuetas de honra ao mérito (deusa da Vitória) fixa no centro da base e no primeiro estágio em base de madeira contendo também quatro águias fixas nas laterais. Estatueta intercambiável. Plaqueta para gravação.	685,00	685,00
05	01	UN	100102-AZE - Troféu com altura de 130 cm, base octogonal com 26,5 cm de largura em polímero na cor preta, um estágio com base de madeira, taça em polímero metalizada na cor prata com 44 cm de largura a partir das alças. Tampa da taça e alças em polímero metalizado na cor dourada. Colunas na cor dourada com detalhes na cor prata e azul. Uma estatueta de honra ao mérito (deusa da Vitória) fixa no centro da base e quatro Águias fixas na base de madeira na lateral. Estatueta intercambiável. Plaqueta para gravação.	505,00	505,00
06	01	UN	100103-AZE - Troféu com altura de 118 cm, base octogonal com 26,5 cm de largura em polímero na cor preta, dois estágios com bases de madeira, taça em polímero metalizada na cor prata com 44 cm de largura a partir das alças. Tampa da taça e alças em polímero metalizado na cor dourada. Colunas na cor dourada com detalhes na cor prata e azul. Uma estatueta de honra ao mérito (deusa da Vitória) fixa no centro da base e quatro Águias fixas na base de madeira na lateral. Estatueta intercambiável. Plaqueta para gravação.	448,00	448,00

VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE	1.638,00
------------------------------	----------

LOTE 03 - CAMPEONATO MUNICIPAL DE SUIÇO VETERANOS

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
07	01	UN	400851-AZFA - Troféu com 81 cm de altura, com base octogonal com 17,6 cm de largura em polímero na cor preto. Cone em polímero metalizado na cor dourado, sobre este cone outro cone em polímero com frisos metalizados na cor azul acetinado com 31 cm de largura a partir das alças. Alça e tampa em polímero metalizada na cor dourada, sobre esta tampa uma coroa em polímero com 12 pontas com 15,1 cm de largura metalizada na cor dourado e uma copa em polímero interna metalizada na cor azul acetinado com tampa em polímero metalizada na cor dourado. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta para gravação.	204,00	204,00
08	01	UN	400852-AZFA - Troféu com 75 cm de altura, com base octogonal com 13,1 cm de largura em polímero na cor preto. Cone em polímero metalizado na cor dourado, sobre este cone outro cone em polímero com frisos metalizados na cor azul acetinado com 31 cm de largura a partir das alças. Alça e tampa em polímero metalizada na cor dourada, sobre esta tampa uma coroa em polímero com 12 pontas com 13,3 cm de largura metalizada na cor dourado e uma copa em polímero interna metalizada na cor azul acetinado com tampa em polímero metalizada na cor dourado. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta para gravação.	178,00	178,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE					382,00

LOTE 04 - CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTSAL MASCULINO E FEMININO

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
09	02	UN	TROFÉU DE CAMPEÃO: 200481-AZFATroféu com 120 cm de altura, com base octogonal com 21,5 cm de largura em polímero na cor preta, Quatro colunas compostas por componentes em polímero metalizado na cor dourada e cones em polímero metalizados na cor azul acetinado. Uma base em polímero octogonal na cor preta adornada com quatro estatuetas fixas de águia metalizadas na cor dourada. Na parte superior desta base um suporte e um cone com frisos e tampa em polímero metalizado na cor dourada e uma bola em polímero parte metalizada na cor dourada e parte na cor azul acetinado. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta para gravação	395,00	790,00
10	02	UN	TROFÉU DE VICE CAMPEÃO: 200482-AZFA - Troféu com 115 cm de altura, com base octogonal com 21,5 cm de largura em polímero na cor preta, Quatro colunas compostas por componentes em polímero metalizado na cor dourada e cones em polímero metalizados na cor azul acetinado. Uma base em polímero octogonal na cor preta adornada com quatro estatuetas fixas de águia metalizadas na cor dourada. Na parte superior desta base um suporte e um cone com frisos e tampa em polímero metalizado na cor dourada e uma bola em polímero parte metalizada na cor dourada e parte na cor azul acetinado. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta para gravação.	375,00	750,00
11	02	UN	200483-AZFA - Troféu com 108 cm de altura, com base octogonal com 21,5 cm de largura em polímero na cor preta, Quatro colunas compostas por componentes em polímero metalizado na cor dourada e cones em polímero metalizados na cor azul acetinado. Uma base em polímero octogonal na cor preta adornada com quatro estatuetas fixas de águia metalizadas na cor dourada. Na parte superior desta base um suporttinado. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta para gravação.	358,00	716,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE					2.256,00

LOTE 05 - CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTEBOL DE CAMPO

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
12	01	UN	200471-PT - Troféu com 120 cm de altura, com base octogonal com 21,5 cm de largura em polímero na cor preta, Quatro colunas compostas por componentes em polímero metalizados na cor dourada contendo no centro uma figura de bola de futebol em polímero metalizada na cor prata com gomos pintados na cor preta. Uma base em polímero octogonal na cor preta adornada com quatro estatuetas fixas de águia metalizadas na cor dourada. Na parte superior desta base um suporte e um cone com frisos e tampa em polímero metalizado na cor dourada e uma figura de bola de futebol em polímero metalizada na cor prata com gomos pintados na cor preta. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta para gravação.	418,00	418,00

13	01	UN	200472-PT - Troféu com 110 cm de altura, com base octogonal com 21,5 cm de largura em polímero na cor preta, Quatro colunas compostas por componentes em polímero metalizados na cor dourada contendo no centro uma figura de bola de futebol em polímero metalizada na cor prata com gomos pintados na cor preta. Uma base em polímero octogonal na cor preta adornada com quatro estatuetas fixas de águia metalizadas na cor dourada. Na parte superior desta base um suporte e um cone com frisos e tampa em polímero metalizado na cor dourada e uma figura de bola de futebol em polímero metalizada na cor prata com gomos pintados na cor preta. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta para gravação.	395,00	395,00
14	01	UN	200473-PT - Troféu com 103 cm de altura, com base octogonal com 21,5 cm de largura em polímero na cor preta, Quatro colunas compostas por componentes em polímero metalizados na cor dourada contendo no centro uma figura de bola de futebol em polímero metalizada na cor prata com gomos pintados na cor preta. Uma base em polímero octogonal na cor preta adornada com quatro estatuetas fixas de águia metalizadas na cor dourada. Na parte superior desta base um suporte e um cone com frisos e tampa em polímero metalizado na cor dourada e uma figura de bola de futebol em polímero metalizada na cor prata com gomos pintados na cor preta. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta para gravação.	378,00	378,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE					1.191,00

LOTE 06 - TROFÉU ARTILHEIRO - CAMPEONATOS MUNICIPAIS

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
15	12	UN	500520-DO-CH - Troféu com 23 cm de altura, com base oval com 22,5 cm de largura em polímero na cor preta com friso na tampa da base metalizado na cor dourada. Na parte superior desta base um suporte em polímero metalizado na cor dourada e uma estatueta fixa de chuteira de futebol metalizada na cor dourada. Plaqueta para gravação.	85,00	1.020,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE					1.020,00

LOTE 07 - TROFÉU GOLEIRO MENOS VAZADO - CAMPEONATOS MUNICIPAIS

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
16	12	UN	500520-DO-GL - Troféu com 34 cm de altura, com base oval com 22,5 cm de largura em polímero na cor preta com friso na tampa da base metalizado na cor dourada. Na parte superior desta base um suporte em polímero metalizado na cor dourada e uma estatueta fixa de goleiro de futebol metalizada na cor dourada. Plaqueta para gravação.	85,00	1.020,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE					1.020,00

LOTE 08 - TROFÉU TORNEIOS DE FUTEBOL SOCIETY E FUTSAL

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
17	02	UN	TROFÉU DE CAMPEÃO TORNEIOS FUTSAL E SOCIETY 300271-VMFA - Troféu com 92 cm de altura, com base redonda com 21 cm de largura em polímero metalizado na cor vermelha acetinada, suporte e cone com frisos e tampa em polímero metalizado na cor dourada. Acima um suporte em polímero metalizado na cor dourado e uma taça em polímero metalizada na cor vermelho acetinado com 33 cm de largura a partir das alças. Tampa e alças em polímero metalizado na cor dourada. Estatueta intercambiável. Plaqueta para gravação.	268,00	536,00
18	02	UN	TROFÉUS VICE CAMPEÃO TORNEIOS FUTSAL E SOCIETY 300272-VMFA - Troféu com 83 cm de altura, com base redonda com 21 cm de largura em polímero metalizado na cor vermelha acetinada, suporte e cone com frisos e tampa em polímero metalizado na cor dourada. Acima um suporte em polímero metalizado na cor dourado e uma taça em polímero metalizada na cor vermelho acetinado com 33 cm de largura a partir das alças. Tampa e alças em polímero metalizado na cor dourada. Estatueta intercambiável. Plaqueta para gravação.	238,00	476,00

19	02	UN	TROFÉUS DE TERCEIRO LUGAR TORNEIOS DE FUTSAL E SOCIETY 300273-VMFA - Troféu com 75 cm de altura, com base redonda com 21 cm de largura em polímero metalizado na cor vermelha acetinada, suporte e cone com frisos e tampa em polímero metalizado na cor dourada. Acima um suporte em polímero metalizado na cor dourado e uma taça em polímero metalizada na cor vermelho acetinado com 33 cm de largura a partir das alças. Tampa e alças em polímero metalizado na cor dourada. Estatueta intercambiável. Plaqueta para gravação.	225,00	450,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE					1.462,00

LOTE 09 - TORNEIOS DE BOCHA/BOLÃO E JOGOS PARAÍSO CAMPEÃO GERAL

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
20	02	UN	TROFÉU DE CAMPEÃO: 700435-DO - Troféu com 45 cm de altura, base redonda com 21 cm de largura em polímero na cor preta. Sobre esta base dois suportes em polímero metalizado na cor dourada intercalada por um anel metalizado na cor prata. Taça em polímero metalizada na parte externa na cor dourada e na parte interna com pintura dourada fosca com 33 cm de largura a partir das alças fosca na parte interna. Estatueta intercambiável. Plaqueta para gravação.	145,00	290,00
21	02	UN	TROFÉU DE VICE CAMPEÃO: 700436-DO - Troféu com 41 cm de altura, base redonda com 21 cm de largura em polímero na cor preta. Sobre esta base dois suportes em polímero metalizado na cor dourada intercalada por um anel metalizado na cor prata. Taça em polímero metalizada na parte externa UNna cor dourada e na parte interna com pintura dourada fosca com 33 cm de largura a partir das alças fosca na parte interna. Estatueta intercambiável. Plaqueta para gravação.	142,00	284,00
22	02	UN	TROFÉU TERCEIRO LUGAR: 700437-DO - Troféu com 36 cm de altura, base redonda com 21 cm de largura em polímero na cor preta. Sobre esta base dois suportes em polímero metalizado na cor dourada intercalada por um anel metalizado na cor prata. Taça em polímero metalizada na parte externa na cor dourada e na parte interna com pintura dourada fosca com 33 cm de largura a partir das alças fosca na parte interna. Estatueta intercambiável. Plaqueta para gravação.	128,00	256,00
23	02	UN	TROFÉU DE QUARTO LUGAR: 700437-DO - Troféu com 36 cm de altura, base redonda com 21 cm de largura em polímero na cor preta. Sobre esta base dois suportes em polímero metalizado na cor dourada intercalada por um anel metalizado na cor prata. Taça em polímero metalizada na parte externa na cor dourada e na parte interna com pintura dourada fosca com 33 cm de largura a partir das alças fosca na parte interna. Estatueta intercambiável. Plaqueta para gravação.	128,00	256,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE					1.086,00

LOTE 10 - TORNEIO DE BASQUETE, SKATE , E VOLEI

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
24	04	UN	500211-DO - Troféu com altura de 27 cm, base quadrada com 7,50 cm de largura em polímero na cor preta. Cone com friso em polímero metalizado na cor dourada, taça em polímero metalizada interna e externa na cor dourada, com 15,30 cm de largura a partir das alças. Plaqueta para gravação.	34,00	136,00
25	04	UN	500212-DO - Troféu com altura de 23 cm, base quadrada com 7,50 cm de largura em polímero na cor preta. Cone com friso em polímero metalizado na cor dourada, taça em polímero metalizada interna e externa na cor dourada, com 15,30 cm de largura a partir das alças. Plaqueta para gravação.	32,00	128,00
26	04	UN	500212-DO - Troféu com altura de 23 cm, base quadrada com 7,50 cm de largura em polímero na cor preta. Cone com friso em polímero metalizado na cor dourada, taça em polímero metalizada interna e externa na cor dourada, com 15,30 cm de largura a partir das alças. Plaqueta para gravação.	32,00	128,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE					392,00

LOTE 11 - TROFÉU JOGOS PARAÍSO MODALIDADES

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
27	100	UN	401034-DVRME - Troféu com 27cm de altura com placa vazada e leito personalizável para adesivo (adesivo vendido separadamente) de 80mm. Cores disponíveis para o corpo do troféu: AZME (azul metálico), PRME(prata metálico), VMME(vermelho metálico), DOME(dourado metálico), PTME(preto metálico) e VRME(verde metálico).	65,00	6.500,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE					6.500,00

LOTE 12 - MEDALHAS CAMPEONATOS MUNICIPAIS

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
------	-----	------	-----------	-------------------------	----------------------

28	1000	UN	66000-D - Medalha redonda fundida em liga metálica de Zamac, metalizada na cor dourado, com o tamanho de 65mm de diâmetro e centro de 35mm de diâmetro com gravação de "honra ao mérito", que permite também a colocação de adesivo de 35mm. Com bordas raiadas e polidas com a figura de um ramo em alto relev. Possui espessura máxima de 3,0mm. Peso aproximado de 44 gramas. Suporte para fita de até 27mm de largura. A medalha pode vir acompanhada de fita de Cetim, nas cores; azul, vermelha, amarela, branca ou verde. Também pode vir acompanhada com fita de Gorgurão, nas cores; (Vermelho + Branco + Azul), (Amarelo + Branco + Verde) e Azul. Ambos modelos de fita com 2,5 centímetros de largura por 80 centímetros de comprimento.	4,80	4.800,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE					4.800,00

LOTE - 13 MEDALHAS PARA TORNEIOS DE BOCHA, BOLÃO, BASQUETE, SKATE, JOGOS PARAÍSO, JOGOS ESCOLARES, JOGOS TERCEIRA IDADE

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
29	2.000	UN	50600-D - Medalha retangular fundida em liga metálica de Zamac, com bordas raiadas e polidas com a figura de dois ramos e uma tocha olímpica em alto relevo, metalizada na cor dourada, com o tamanho de 50mm por 60mm de diâmetro e centro liso de 35mm de diâmetro, que também permite a colocação de adesivo de 35mm. Possui espessura máxima de 2,5mm. Peso aproximado de 38 gramas. Suporte para fita de 27mm de largura. A medalha pode vir acompanhada de fita de cetim nas cores azul, vermelha, amarela, branca ou verde com 2,5 cm de largura ou fita de gorgorão nas cores azul, azul-branco-vermelha ou verde-amarela com 2,5 cm de largura.	4,60	9.200,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE					9.200,00

Recebimento das Propostas: das 0h do dia 09/02/2018 até as 09h45min do dia 26/02/2018;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 10h do dia 26/02/2018 no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br horário de Brasília - DF.

As despesas oriundas de eventuais contratações correrão por conta de dotações. As despesas oriundas de eventuais contratações correrão por conta de dotações orçamentárias na seguinte classificação:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	11.00	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer
Unidade	11.01	Coordenadoria de Cultura
Função	13	Cultura
Subfunção	392	Difusão cultural
Programa	82	Cultura descentralizada e democratizada
Projeto	1.005	Manutenção e ampliação da Banda e fanfarras
Elemento de Despesa	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

Outras informações referentes ao edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC, através do telefone (47) 3632-2266, Setor de Licitações, site: <http://www.campoalegre.sc.gov.br> e acessando o endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.

Campo Alegre, 08 de fevereiro de 2018.

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Campo Erê

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 07/2018

Publicação Nº 1517480

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 50/2018
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2018
EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, SC, representado pelo seu Prefeito Sr. ODILSON VICENTE DE LIMA, TORNA PÚBLICO que até às 14:00 horas do dia 27 de fevereiro de 2018, o Pregoeiro Oficial do Município, estará recebendo as propostas dos interessados no objeto do Processo Licitatório nº 50/2018 na modalidade de Pregão Presencial Nº 07/2018, tipo menor Menor preço - por lote para a contratação de empresa para realizar reparos, melhorias e manutenção em diversos veículos de transporte escolar (ônibus) pertencentes à frota da Secretaria Municipal de Educação de Campo Erê, com fornecimento de peças e mão-de-obra, conforme especificado neste Edital . Fundamentado na Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002, suas alterações, Decreto Municipal 703/2015, LC 147/2014, e demais normas pertinentes. Demais informações, serão fornecidas pelo Departamento de Licitações, localizado no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua 1º de Maio, 736, em Campo Erê, Estado de Santa Catarina, de segunda a sexta-feira no horário das 07:00h às 13:00h e no e-mail licitacao@campoere.sc.gov.br - Campo Erê - SC, 29 de janeiro de 2018. Matheus Bruno Poli Valgoi – Pregoeiro Oficial // ODILSON VICENTE DE LIMA - Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL 09/2018

Publicação Nº 1517488

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/2018
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2018
EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, SC, representado pelo seu Prefeito Sr. ODILSON VICENTE DE LIMA, TORNA PÚBLICO que até às 14:00 horas do dia 26 de fevereiro de 2018, o Pregoeiro Oficial do Município, estará recebendo as propostas dos interessados no objeto do Processo Licitatório nº 59/2018 na modalidade de Pregão Presencial Nº 9/2018, tipo menor Menor preço - Global para a contratação de empresa para a prestação de serviços em espaço de rádio (AM/FM) e difusão em divulgações institucional do Município de Campo Erê SC, através de informativos e veiculação de informações, avisos e recados de utilidade pública conforme especificado no objeto deste edital, conforme especificado neste Edital . Fundamentado na Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002, suas alterações, Decreto Municipal 703/2015, LC 147/2014, e demais normas pertinentes. Demais informações, serão fornecidas pelo Departamento de Licitações, localizado no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua 1º de Maio, 736, em Campo Erê, Estado de Santa Catarina, de segunda a sexta-feira no horário das 07:00h às 13:00h e no e-mail licitacao@campoere.sc.gov.br - Campo Erê - SC, 29 de janeiro de 2018. Matheus Bruno Poli Valgoi – Pregoeiro Oficial // ODILSON VICENTE DE LIMA - Prefeito Municipal.

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PP 12/2018

Publicação Nº 1517718

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE COMPRA Nº 19/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2018

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 23 de fevereiro de 2018 às 14 horas Pregão Presencial do tipo Menor Preço por Item, tendo como objeto a AQUISIÇÃO DE PEÇAS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA DA KOMBI PLACA MDC 3089, ANO 2004, DA SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E URBANISMO. O Edital que está amparado na Lei de Licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, nº 323, no horário das 13h15min às 18h00min diariamente.

Campos Novos, 09 de Fevereiro de 2018.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 7.946/2018 DE 06/02/2018 ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

Publicação Nº 1517255

DECRETO Nº 7.946/18 de 06/02/2018.
ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 4.371/17 DE 21/09/2017 (Plano Plurianual), Lei nº 4.346/17 DE 14/07/2017 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.405/17 de 22/12/2017 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementado no orçamento do município o valor de R\$ 17.000,00 (Dezessete mil reais) no projeto/ atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 19 –FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 02– MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO/ATIVIDADE: 2.064 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde

Elementos de despesa: 13- 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0002.00000– Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos
..... R\$ 17.000,00

Art.2º - Para a cobertura dos créditos previstos no Art. 1º, serão utilizados recursos e do projeto/atividade abaixo relacionado:

ÓRGÃO: 19 –FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 02– MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO/ATIVIDADE: 2.064 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde

Elementos de despesa: 38- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002.00000– Aplicações Diretas....R\$ 17.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 06 de fevereiro de 2018.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

EXTRATO DOS CONTRATOS JANEIRO 2018 - PREFEITURA

Publicação Nº 1517893

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 1/12

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Janeiro/2018.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** JOSE MILTON MACHADO 19630522934**CNPJ:** 28.225.694/0001-84**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 01/2018**Fundamento Legal:****Objeto:** BOX 1 CASA DO ARTESANATO**Data da Assinatura:** 04/01/2018**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 04/01/2018 a 31/12/2018**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 76,00**Forma de Pagamento:** 30 D**Contratado:** MACRO LIFE IMPORTADORA DE PRODUTOS MEDICOS - EIREL**CNPJ:** 05.022.486/0001-82**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 02/2018**Fundamento Legal:****Objeto:** NUMERO DE CONTRATO DESCARTADO**Data da Assinatura:** 05/01/2018**Data da Publicação no Diário Oficial:** 05/01/2018**Vigência:** 05/01/2018 a 31/12/2018**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 44.000,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Folha: 2/12

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Janeiro/2018.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** KSS COMERCIO E INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS MEDICO LT**CNPJ:** 79.805.263/0001-28**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 03/2018**Fundamento Legal:****Objeto:** NUMERO DO CONTRATO DESCARTADO**Data da Assinatura:** 05/01/2018**Data da Publicação no Diário Oficial:** 05/01/2018**Vigência:** 05/01/2018 a 31/12/2018**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 37.120,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS**Contratado:** EQUIPOS COMERCIAL LTDA - ME**CNPJ:** 11.674.540/0001-77**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 04/2018**Fundamento Legal:****Objeto:** NUMERO DE CONTRATO DESCARTADO**Data da Assinatura:** 05/01/2018**Data da Publicação no Diário Oficial:** 05/01/2018**Vigência:** 05/01/2018 a 31/12/2018**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 52.999,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Folha: 3/12

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC**Mês/Ano da Assinatura:**
Janeiro/2018.**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** ACXXUS ENGENHARIA DE MEDICOES LTDA - ME**CNPJ:** 09.416.232/0001-08**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 1/2018**Número do Processo:** 6/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 05/2018**Fundamento Legal:****Objeto:** 1.1 - Contratação de empresa especializada para apresentação de projeto de eficiência energética - diagnóstico energético do sistema de iluminação pública para projeto de eficiência energético a ser realizado no município de Campos Novos/SC, através do edital de Chamada Pública da CELESC 001/2017.**Data da Assinatura:** 12/01/2018**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 12/01/2018 a 31/12/2018**Programa de Trabalho:** 08.25 15.452.0010 2.038.4.4.90.00.00.00.00**Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 15.000,00**Forma de Pagamento:** a prazo**Contratado:** EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS**CNPJ:** 34.028.316/0028-23**Modalidade:** Inexigibilidade de Licitação**Número da Licitação:** 1/2018**Número do Processo:** 4/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 06/2018**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE POSTAGENS DE CORRESPONDÊNCIA, SEDEX, CARTA COMERCIAL, REMESSA LOCAL COM COMPROVAÇÃO DE ENTREGA, IMPRESSO ESPECIAL, SERVIÇO DE CAIXA POSTAL, CORREIO INTERNACIONAL, ENTREGA DE CARNÊS DE IPTU PARA O MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS. CONFORME LEI Nº 8.666/93, ARTIGO 25, INCISO I.**Data da Assinatura:** 15/01/2018**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 15/01/2018 a 31/12/2018**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 80.000,00**Forma de Pagamento:** À Vista

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Folha: 4/12

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Janeiro/2018.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** EDITORA POSITIVO LTDA**CNPJ:** 79.719.613/0001-33**Modalidade:** Inexigibilidade de Licitação**Número da Licitação:** 2/2018**Número do Processo:** 7/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 07/2018**Fundamento Legal:**

Objeto: AQUISIÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS PARA ALUNOS E PROFESSORES: ACESSO A AMBIENTE DIGITAL, COM SENHAS INDIVIDUAIS PARA ALUNOS, PROFESSORES, DIRETORES ALÉM DE ATENDIMENTOS PERSONALIZADOS, PARA MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS (1ª A 5ª ANO) E DO ENSINO INFANTIL - CRECHE E PRÉ ESCOLAR. CONFORME LEI Nº 8.666/93, ARTIGO 25, INCISO I.

Data da Assinatura: 16/01/2018**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 16/01/2018 a 31/12/2018**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 1.420.280,00**Forma de Pagamento:** mensal**Contratado:** MAI COMERCIO E PREST.DE SERV.ELETRÔNICO LT-ME**CNPJ:** 07.936.711/0001-11**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 39/2017**Número do Processo:** 70/2017**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 08/2018**Fundamento Legal:**

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EFETUAR SERVIÇOS DE MONITORAMENTO E ATENDIMENTO TÁTICO DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL, DO PRÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, SINE, DO CONSELHO TUTELAR, PROJETO DE OLHO NO FUTURO. CONFORME PROPOSTA E SPECIFICAÇÕES DO EDITAL.

Data da Assinatura: 16/01/2018**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 16/01/2018 a 31/12/2018**Programa de Trabalho:** 08.25 06.181.0010 2.009.3.3.90.00.00.00.00**Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2.328,00**Forma de Pagamento:** MENSAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Folha: 5/12

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Janeiro/2018.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** QUIMICAMPOS COMERCIO E MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS**CNPJ:** 15.411.229/0001-96**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 1/2018**Número do Processo:** 1/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 09/2018**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR SERVIÇO DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA E SERVIÇO DE CONTROLE DE VETORES E PRAGAS E DESRATIZAÇÃO NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**Data da Assinatura:** 24/01/2018**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 24/01/2018 a 31/12/2018**Programa de Trabalho:** 04.12 12.361.0005 2.013.3.3.90.00.00.00.00**Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 10.937,98**Forma de Pagamento:** mensal**Contratado:** CIDIMAR DA ROSA - ME**CNPJ:** 11.312.247/0001-60**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 2/2018**Número do Processo:** 2/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 10**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CERCAR A QUADRA ESPORTIVA NO CEIM PADRE ARMANDO DE COSTA.CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA.**Data da Assinatura:** 25/01/2018**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 25/01/2018 a 31/12/2018**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 6.299,00**Forma de Pagamento:** À Vista

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Folha: 6/12

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC**Mês/Ano da Assinatura:**
Janeiro/2018.**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** WESLLEN RENI MENDES MORAES**C.P.F.:** 100.811.939-39**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 2/2018**Número do Processo:** 13/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 11**Fundamento Legal:****Objeto:** DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL (CASA) DE NÓ DISTRITO DE ENCRUZILHADA PARA O FUNCIONAMENTO DO CEIM RAO DE LUZ NO ANO DE 2018, CONFORME ART. 24 INCISO X.**Data da Assinatura:** 29/01/2018**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 29/01/2018 a 31/12/2018**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 13.080,00**Forma de Pagamento:** MENSAL**Contratado:** NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME**CNPJ:** 07.814.016/0001-87**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2018**Número do Processo:** 3/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 22/2018**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS UNIDADES ESCOLARES MUNICIPAIS, LAR DOS IDOSOS, LAR DOS MENINOS, LAR DAS MENINAS, SCFV, DURANTE O ANO LETIVO DE 2018. CONFORME ESPECIFICAÇÕES.**Data da Assinatura:** 31/01/2018**Data da Publicação no Diário Oficial:** 31/01/2018**Vigência:** 31/01/2018 a 31/12/2018**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 37.690,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Folha: 7/12

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Janeiro/2018.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** INDUSTRIA E COMERCIO DE SUCOS SÃO CARLO LTDA**CNPJ:** 10.780.288/0001-18**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2018**Número do Processo:** 3/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 21/2018**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS UNIDADES ESCOLARES MUNICIPAIS, LAR DOS IDOSOS, LAR DOS MENINOS, LAR DAS MENINAS, SCFV, DURANTE O ANO LETIVO DE 2018. CONFORME ESPECIFICAÇÕES.**Data da Assinatura:** 31/01/2018**Data da Publicação no Diário Oficial:** 31/01/2018**Vigência:** 31/01/2018 a 31/12/2018**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 11.120,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS**Contratado:** GILBERTO RIBEIRO - EPP**CNPJ:** 03.005.106/0001-76**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2018**Número do Processo:** 3/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 20/2018**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS UNIDADES ESCOLARES MUNICIPAIS, LAR DOS IDOSOS, LAR DOS MENINOS, LAR DAS MENINAS, SCFV, DURANTE O ANO LETIVO DE 2018. CONFORME ESPECIFICAÇÕES.**Data da Assinatura:** 31/01/2018**Data da Publicação no Diário Oficial:** 31/01/2018**Vigência:** 31/01/2018 a 31/12/2018**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 279.975,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Folha: 8/12

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC**Mês/Ano da Assinatura:**
Janeiro/2018.**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** FRINORA FRIGORIFICO EIRELI - ME**CNPJ:** 27.586.826/0001-30**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2018**Número do Processo:** 3/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 19/2018**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS UNIDADES ESCOLARES MUNICIPAIS, LAR DOS IDOSOS, LAR DOS MENINOS, LAR DAS MENINAS, SCFV, DURANTE O ANO LETIVO DE 2018. CONFORME ESPECIFICAÇÕES.**Data da Assinatura:** 31/01/2018**Data da Publicação no Diário Oficial:** 31/01/2018**Vigência:** 31/01/2018 a 31/12/2018**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 50.000,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS**Contratado:** FIGUEIREDO E KLAUS LTDA - EPP**CNPJ:** 76.279.223/0001-00**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2018**Número do Processo:** 3/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 18/2018**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS UNIDADES ESCOLARES MUNICIPAIS, LAR DOS IDOSOS, LAR DOS MENINOS, LAR DAS MENINAS, SCFV, DURANTE O ANO LETIVO DE 2018. CONFORME ESPECIFICAÇÕES.**Data da Assinatura:** 31/01/2018**Data da Publicação no Diário Oficial:** 31/01/2018**Vigência:** 31/01/2018 a 31/12/2018**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 115.701,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Folha: 9/12

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC**Mês/Ano da Assinatura:**
Janeiro/2018.**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** MIDIA LED PAINEIS LTDA - ME**CNPJ:** 13.548.050/0001-50**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 5/2018**Número do Processo:** 8/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 12/2018**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA.**Data da Assinatura:** 31/01/2018**Data da Publicação no Diário Oficial:** 31/01/2018**Vigência:** 31/01/2018 a 31/12/2018**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 101.200,00**Forma de Pagamento:** 30 dias**Contratado:** DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS POUSO NOVO LTDA - ME**CNPJ:** 19.167.682/0001-50**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2018**Número do Processo:** 3/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 16/2018**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS UNIDADES ESCOLARES MUNICIPAIS, LAR DOS IDOSOS, LAR DOS MENINOS, LAR DAS MENINAS, SCFV, DURANTE O ANO LETIVO DE 2018. CONFORME ESPECIFICAÇÕES.**Data da Assinatura:** 31/01/2018**Data da Publicação no Diário Oficial:** 31/01/2018**Vigência:** 31/01/2018 a 31/12/2018**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 68.411,52**Forma de Pagamento:** 30 DIAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Folha: 10/12

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Janeiro/2018.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** CONFEITARIA BOM BOCADO LTDA**CNPJ:** 79.851.507/0001-09**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2018**Número do Processo:** 3/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 15/2018**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS UNIDADES ESCOLARES MUNICIPAIS, LAR DOS IDOSOS, LAR DOS MENINOS, LAR DAS MENINAS, SCFV, DURANTE O ANO LETIVO DE 2018. CONFORME ESPECIFICAÇÕES.**Data da Assinatura:** 31/01/2018**Data da Publicação no Diário Oficial:** 31/01/2018**Vigência:** 31/01/2018 a 31/12/2018**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 39.126,40**Forma de Pagamento:** 30 DIAS**Contratado:** CATARINENSE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - EPP**CNPJ:** 26.556.616/0001-37**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2018**Número do Processo:** 3/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 14/2018**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS UNIDADES ESCOLARES MUNICIPAIS, LAR DOS IDOSOS, LAR DOS MENINOS, LAR DAS MENINAS, SCFV, DURANTE O ANO LETIVO DE 2018. CONFORME ESPECIFICAÇÕES.**Data da Assinatura:** 31/01/2018**Data da Publicação no Diário Oficial:** 31/01/2018**Vigência:** 31/01/2018 a 31/12/2018**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 59.997,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Folha: 11/12

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC**Mês/Ano da Assinatura:**
Janeiro/2018.**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD**CNPJ:** 05.919.156/0001-94**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2018**Número do Processo:** 3/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 13/2018**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS UNIDADES ESCOLARES MUNICIPAIS, LAR DOS IDOSOS, LAR DOS MENINOS, LAR DAS MENINAS, SCFV, DURANTE O ANO LETIVO DE 2018. CONFORME ESPECIFICAÇÕES.**Data da Assinatura:** 31/01/2018**Data da Publicação no Diário Oficial:** 31/01/2018**Vigência:** 31/01/2018 a 31/12/2018**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 196.911,98**Forma de Pagamento:** 30 DIAS**Contratado:** PANIFICADORA THAIS LTDA - ME**CNPJ:** 07.577.555/0001-40**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2018**Número do Processo:** 3/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 23/2018**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS UNIDADES ESCOLARES MUNICIPAIS, LAR DOS IDOSOS, LAR DOS MENINOS, LAR DAS MENINAS, SCFV, DURANTE O ANO LETIVO DE 2018. CONFORME ESPECIFICAÇÕES.**Data da Assinatura:** 31/01/2018**Data da Publicação no Diário Oficial:** 31/01/2018**Vigência:** 31/01/2018 a 31/12/2018**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 43.080,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Folha: 12/12

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC**Mês/Ano da Assinatura:**
Janeiro/2018.**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** FERNANDO FABRIS 06903008918**CNPJ:** 19.677.071/0001-51**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2018**Número do Processo:** 3/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 17/2018**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS UNIDADES ESCOLARES MUNICIPAIS, LAR DOS IDOSOS, LAR DOS MENINOS, LAR DAS MENINAS, SCFV, DURANTE O ANO LETIVO DE 2018. CONFORME ESPECIFICAÇÕES.**Data da Assinatura:** 31/01/2018**Data da Publicação no Diário Oficial:** 31/01/2018**Vigência:** 31/01/2018 a 31/12/2018**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 40.240,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS**Contratado:** PIZZA.COM EIRELI - ME**CNPJ:** 17.702.130/0001-79**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2018**Número do Processo:** 3/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 24/2018**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS UNIDADES ESCOLARES MUNICIPAIS, LAR DOS IDOSOS, LAR DOS MENINOS, LAR DAS MENINAS, SCFV, DURANTE O ANO LETIVO DE 2018. CONFORME ESPECIFICAÇÕES.**Data da Assinatura:** 31/01/2018**Data da Publicação no Diário Oficial:** 31/01/2018**Vigência:** 31/01/2018 a 31/12/2018**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 19.368,50**Forma de Pagamento:** 30 DIAS

EXTRATO DOS CONTRATOS JANEIRO 2018 - SOCIAL

Publicação Nº 1517894

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 1/2

CNPJ: 01.850.671/0001-04
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Janeiro/2018.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** SINTIA MARIA WAGNER**C.P.F.:** 739.292.639-04**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 1/2018**Número do Processo:** 2/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1/2018**Fundamento Legal:**

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE UMA SALA COM 160 M2, SITUADA A RUA DANUZIA BESS, PARA FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DA ASSISTENCIA SOCIAL PELO PERIODO DE 02 MESES, CONFORME ART.24 INCISO X DA LEI 8.666/93.

Data da Assinatura: 16/01/2018**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 16/01/2018 a 28/02/2018**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 5.456,00**Forma de Pagamento:** MENSAL**Contratado:** L.A. CN INFORMATICA LTDA EPP**CNPJ:** 11.924.851/0001-47**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 1/2018**Número do Processo:** 1/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 03/2018**Fundamento Legal:**

Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS DE ESCRITÓRIO PARA EQUIPAR A NOVA INSTALAÇÃO DO CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), CONFORME ESPECIFICAÇÕES.

Data da Assinatura: 22/01/2018**Data da Publicação no Diário Oficial:** 22/01/2018**Vigência:** 22/01/2018 a 31/12/2018**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 11.083,00**Forma de Pagamento:** À Vista

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS

Folha: 2/2

CNPJ: 01.850.671/0001-04
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Janeiro/2018.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** COR E ARTE COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA**CNPJ:** 05.758.684/0001-09**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 1/2018**Número do Processo:** 1/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 02/2018**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO DE MÓVEIS DE ESCRITÓRIO PARA EQUIPAR A NOVA INSTALAÇÃO DO CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), CONFORME ESPECIFICAÇÕES.**Data da Assinatura:** 22/01/2018**Data da Publicação no Diário Oficial:** 22/01/2018**Vigência:** 22/01/2018 a 31/12/2018**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 8.330,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME**CNPJ:** 23.518.341/0001-59**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 1/2018**Número do Processo:** 1/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 04/2018**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO DE MÓVEIS DE ESCRITÓRIO PARA EQUIPAR A NOVA INSTALAÇÃO DO CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), CONFORME ESPECIFICAÇÕES.**Data da Assinatura:** 22/01/2018**Data da Publicação no Diário Oficial:** 22/01/2018**Vigência:** 22/01/2018 a 31/12/2018**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 8.635,00**Forma de Pagamento:** À Vista

SAMAE - CAMPOS NOVOS**EX CT 016/2018**

Publicação Nº 1517169

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA

TERMO DE CONTRATO CNO - 016/2018

DATA DE ASSINATURA: 08 de Fevereiro de 2018

OBJETO: Contratação Temporária de funcionário para ocupar o cargo de Operador de Máquinas.

CONTRATADO: Jacir Marcos Bortoli

VALOR: R\$ 2.111,97 (Dois mil, cento e onze reais e noventa e sete centavos), por 200 (duzentas) horas mensais.

PRAZO: 31.12.2018

Campos Novos – SC, 08 de Fevereiro de 2018.

ALEXANDRE KUNEN

DIRETOR DO SAMAE

PORTARIA 027/2018

Publicação Nº 1517162

PORTARIA SAMAE CNO 027/2018, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

CONTRATAR, em caráter temporário, JACIR MARCOS BORTOLI, para o cargo de Operador de Máquinas, Padrão 05, Nível – 1, do quadro de pessoal desta Autarquia, à contar desta data com os vencimentos de Lei.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Alexandre Kunen

Diretor do SAMAE

PREGÃO PRESENCIAL 06/2018

Publicação Nº 1517503

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA 49 35410844

AVISO LICITAÇÃO

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE de Campos Novos –SC leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com o que preceitua a Lei 8.666/93 alterada pela Lei 8.883/94 e Lei 9.648/98, fará realizar o procedimento licitatório abaixo: 1-LICITAÇÃO Nº 06/2018 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2018.

2-OBJETO:Aquisição de Cloro Gás e Hipoclorito De Cálcio Em Pastilhas.

3-DATA/HORÁRIO DE ABERTURA: As 09h00min do dia 01/03/2018, para recebimento e abertura de invólucros. O Edital encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Material e transporte do Samae, sito a rua: Caetano Carlos, 466 – Centro em Campos Novos –SC, no seguinte horário:das 08h00min às 11h00min e das 13h30min às 17h00min.

ALEXANDRE KUNEN

DIRETOR DO SAMAE

Canelinha

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº015/PMC/18

Publicação Nº 1518007

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial 015/PMC/2018

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, a aquisição parcelada, conforme necessidade de gêneros alimentícios, materiais de limpeza e higiene, materiais de copa e cozinha, para manter o refeitório da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos do Município de Canelinha SC; Especificações descritas no Anexo, parte integrante do Pregão. DATA DE ABERTURA: 27 de fevereiro de 2018, às 08:30 horas.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br. Canelinha/SC, 09 de fevereiro de 2018. MOACIR MON-TIBELER- Prefeito do Município.

Canoinhas

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO DA ATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS DE PREÇO DA TOMADA DE PREÇO Nº PMC 01/2018

Publicação Nº 1516664

ATA DA REUNIÃO RELATIVA AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº PMC 01/2018, MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº PMC 01/2018, QUE TEM POR OBJETO CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA REALIZAR O TRANSPORTE DE ALUNOS DA LOCALIDADE DE BONETES, SÍTIO DOS CORREA ATÉ AS ANTENAS (LOCAL ONDE O ONIBUS RECOLHE OS ALUNOS) E FORQUILHA, EM VIAS DE DIFÍCIL ACESSO E DE CARÁTER EXCEPCIONAL PARA ATENDER O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO.

Aos 07 (sete) dias do mês de fevereiro do ano de 2018, às 08h30min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas-SC, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pela Sra. Karina de C. Kohler Wendt, Sr. Luis Gustavo Vieira de Britto e Sra. Camila Machado dos Santos Melo, nomeados pela Portaria nº 013/2018, sob a presidência da primeira "ad doc", a fim de julgar os documentos apresentados referente a diligência aberta, para a verificação dos atestados de capacidade técnica apresentados pelas empresas LUCIAN FERREIRA 06449162902, JEAN GUSTAVO VEIGA SJABELSKI 03133023160 e TIAGO FERREIRA DOS SANTOS 10218193955. As empresas JEAN GUSTAVO VEIGA SJABELSKI 03133023160 e TIAGO FERREIRA DOS SANTOS 10218193955, apresentaram Nota Fiscal comprovando a execução do serviço, e a empresa LUCIAN FERREIRA 06449162902 não apresentou nenhum documento. Após análise dos documentos apresentados e contato com o Setor de Tributos da Prefeitura Municipal de Major Vieira e de Canoinhas, para confirmar a autenticidade das notas apresentadas, a Comissão aceitou as notas apresentadas como comprovação da execução dos serviços. Ainda, a Comissão verificou junto ao Setor de Tributos desta Prefeitura, a possibilidade da contratação de serviços de Pessoa Física ou Jurídica, tendo como tomador de serviços o Microempreendedor Individual – MEI, o qual confirmou a legalidade de tal contratação. Essa Comissão declarou HABILITADAS as empresas JEAN GUSTAVO VEIGA SJABELSKI 03133023160, TIAGO FERREIRA DOS SANTOS 10218193955, ELIO FRANCISCO CORREA – MEI e HELAUTUR TRANSPORTES LTDA e INABILITADA a empresa LUCIAN FERREIRA 06449162902 por não comprovar a execução do serviço apresentado no Atestado de Capacidade Técnica. As empresas participantes assinaram o termo de renúncia da fase da habilitação, renunciando assim expressamente o interesse em interpor recurso quanto a essa fase. Em seguida passou-se a abertura dos envelopes das propostas de preço as quais estavam acondicionadas em um envelope maior o qual estava devidamente lacrado e rubricado. Aberto o envelope maior verificou-se que no interior do mesmo encontravam-se os envelopes de propostas das empresas JEAN GUSTAVO VEIGA SJABELSKI 03133023160, TIAGO FERREIRA DOS SANTOS 10218193955, ELIO FRANCISCO CORREA – MEI, HELAUTUR TRANSPORTES LTDA e LUCIAN FERREIRA 06449162902, os quais, da mesma forma estavam devidamente lacrados e rubricados (a conferência da inviolabilidade das propostas foi acompanhada pelo servidor Sr. Luis Fernando da Cruz Vieira Magalhães, da Secretaria Municipal de Educação). Passou-se então a abertura da proposta das licitantes HABILITADAS, quais sejam: JEAN GUSTAVO VEIGA SJABELSKI 03133023160, TIAGO FERREIRA DOS SANTOS 10218193955, ELIO FRANCISCO CORREA – MEI e HELAUTUR TRANSPORTES LTDA. Abertas as propostas, ficaram os valores distribuídos da seguinte forma: Item 1 – 1º lugar Empresa JEAN GUSTAVO VEIGA SJABELSKI 03133023160, com o valor de R\$ 3,90 por km, sendo R\$ 690,30 por dia, 2º lugar, empate entre as Empresa HELAUTUR TRANSPORTES LTDA e

ELIO FRANCISCO CORREA – MEI, com o valor de R\$ 3,97 por km, sendo R\$ 702,69 por dia, 3º lugar Empresa TIAGO FERREIRA DOS SANTOS 10218193955, com o valor de R\$ 4,47 por km, sendo R\$ 791,19 por dia; Item 2 – 1º lugar Empresa ELIO FRANCISCO CORREA – MEI, com o valor de R\$ 2,97 por km, sendo R\$ 243,54 por dia, 2º lugar Empresa HELAUTUR TRANSPORTES LTDA, com o valor de R\$ 4,90 por km, sendo R\$ 401,80 por dia; Item 3 – 1º lugar Empresa TIAGO FERREIRA DOS SANTOS 10218193955, com o valor de R\$ 3,87 por km, sendo R\$ 565,02 por dia, 2º lugar Empresa HELAUTUR TRANSPORTES LTDA, com o valor de R\$ 4,17 por km, sendo R\$ 608,82 por dia e em 3º lugar Empresa JEAN GUSTAVO VEIGA SJABELSKI 03133023160, com o valor de R\$ 4,50 por km, sendo R\$ 657,00 por dia. A comissão declarou vencedora do Item 1 a empresa JEAN GUSTAVO VEIGA SJABELSKI 03133023160, com o valor de R\$ 3,90 por km, sendo R\$ 690,30 por dia, vencedora do Item 2 – a empresa ELIO FRANCISCO CORREA – MEI, com o valor com o valor de R\$ 2,97 por km, sendo R\$ 243,54 por dia e vencedora do item 3 empresa TIAGO FERREIRA DOS SANTOS 10218193955, com o valor de R\$ 3,87 por km, sendo R\$ 565,02 por dia. Todas as empresas assinaram o termo de renúncia quanto a fase das propostas, renunciando assim, expressamente o interesse em apresentar recurso quanto a fase que julgou as propostas de preços. A comissão de licitação encerrou os trabalhos, nada mais havendo a tratar, a presente ata vai assinada pela Comissão de Licitação e representantes presentes.

Karina de C. Kohler Wendt
Presidente "ad doc"

Luis Gustavo Vieira de Britto
Secretário "ad doc"

Camila Machado dos Santos Melo
Membro Suplente

Luis Fernando da Cruz Vieira Magalhães
Representante da Secretaria Municipal de Educação

JEAN GUSTAVO VEIGA SJABELSKI 03133023160
Laudemir Falkievecz

ELIO FRANCISCO CORREA – MEI
Elio Francisco Côrea

TIAGO FERREIRA DOS SANTOS
Tiago Ferreira dos Santos

PUBLICAÇÃO DA ATA DE ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO DA TOMADA DE PREÇO Nº PMC 02/2018

Publicação Nº 1517979

ATA DA REUNIÃO RELATIVA AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº PMC 12/2018, MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº PMC 02/2018, QUE TEM POR OBJETO A EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA FREI MENANDRO KAMPS – SEGMENTO BR 280 À RUA SÃO JOSÉ, COM EXTENSÃO TOTAL DE 140 M, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA.

Aos 08 (oito) dias do mês de fevereiro do ano de 2018, às 14h15min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pela Sra. Karina de C. Kohler Wendt, Sr. Luis Gustavo Vieira de Britto e Sra. Camila Machado dos Santos Melo, nomeados pela Portaria nº 013/2018, sob a presidência da primeira "ad doc", a fim de receber os invólucros de documentação e das propostas relativas ao certame conforme previsto no Edital correspondente. Abertos os trabalhos verificou-se a participação das empresas VOLPESA CONSTRUÇÕES LTDA - ME, representada pela Srta. Camila Marques dos Anjos e CAZAMUSA CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELI - EPP, representada pelo Sr. Antonio Niada Nunes. Primeiramente foram verificados todos os protocolos a fim de ser verificado o cumprimento do horário limite. Em seguida foram rubricadas as aberturas dos envelopes de propostas de preços de todas as participantes, os quais foram acondicionados em envelope maior, que foi lacrado e rubricado pela Comissão de Licitação e representantes presentes. Dando continuidade aos trabalhos foram abertos os envelopes contendo a documentação das empresas participantes a qual foi analisada e rubricada pela Comissão de Licitação e representantes presentes. Os CNPJs de todas as empresas participantes foram consultados no Portal da Transparência, onde foi constatado que nenhuma das empresas participantes consta como inidônea no referido Portal. A empresa VOLPESA CONSTRUÇÕES LTDA - ME apresentou documentação comprovando enquadramento de ME/EPP e, por este motivo, participa com os benefícios garantidos pela Lei Complementar 123/2006. Dada a palavra aos participantes, o representante da empresa Cazamusa pediu para constar que o Acerto técnico da empresa Volpesa não coincide com a data de contratação do engenheiro civil e a representante da empresa Volpesa pediu para constar sobre o data de renovação do Certificado de Registro Cadastral, que foi atualizada na data de 07/02/2018. Após análise da documentação apresentada a comissão decidiu INABILITAR as empresas CAZAMUSA CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELI - EPP por não cumprir com o item 6.2.6.1 do Edital e a empresa VOLPESA CONSTRUÇÕES LTDA - ME por apresentar a Certidão de Acervo Técnico - CAT da obra e do engenheiro civil, com datas divergentes da contratação do engenheiro civil com a data da execução da obra. O envelope contendo as propostas de preços ficará acondicionado no cofre do Município, a até a abertura das propostas. A comissão de licitação abre o prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da publicação desta ata para interposição de possíveis recursos quanto ao julgamento das propostas. A comissão de licitação encerrou os trabalhos, nada mais havendo a tratar, a presente ata vai assinada pela Comissão de Licitação e representantes presentes.

Karina de C. Kohler Wendt
Presidente "ad doc"

Luis Gustavo Vieira de Britto
Secretário "ad doc"

Camila Machado dos Santos Melo
Membro Suplente

VOLPESA CONSTRUÇÕES LTDA - ME
Camila Marques dos Anjos

CAZAMUSA CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELI - EPP
Antonio Niada Nunes

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DA TOMADA DE PREÇO N.º PMC 01/2018

Publicação Nº 1517065

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 1/2018 **Processo Administrativo:** 299.772,00

Licitação.....: 1/2018 - TP

5 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Modalidade.....: Tomada de Preço p/ Compras e Serviços

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA REALIZAR O TRANSPORTE DE ALUNOS DA LOCALIDADE DE BONETES, SÍTIO DOS CORREA ATE AS ANTENAS (LOCAL ONDE O ÔNIBUS RECOLHE OS ALUNOS) E FORQUILHA, EM VIAS DE DIFICIL ACESSO E DE CARÁTER EXCEPCIONAL PARA ATENDER O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	- 15300	- TRANSPORTE DE ALUNOS LINHA 05 BONETES, BONETES DE BAIXO. - Unidade: DIA						
17780	JEAN GUSTAVO VEIGA SJABELSKI		200,000	0,0000	690,3000	138.060,00	Venceu	1 *****
17515	HELAUTUR TRANSPORTES LTDA - ME		200,000	0,0000	702,6900	140.538,00	Perdeu	2
17125	ELIO FRANCISCO CORREA		200,000	0,0000	702,6900	140.538,00	Perdeu	3
17758	TIAGO FERREIRA DOS SANTOS		200,000	0,0000	791,1900	158.238,00	Perdeu	4
Item.....: 2	- 411047229	- TRANSPORTE DE ALUNOS - LOCALIDADE DE SÍTIO DOS CORREA - Unidade: DIA						
17125	ELIO FRANCISCO CORREA		200,000	0,0000	243,5400	48.708,00	Venceu	1 *****
17515	HELAUTUR TRANSPORTES LTDA - ME		200,000	0,0000	401,8000	80.360,00	Perdeu	2
17758	TIAGO FERREIRA DOS SANTOS		0,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
17780	JEAN GUSTAVO VEIGA SJABELSKI		0,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 3	- 15262	- TRANSPORTE DE ALUNOS DA E.B.M GUILHERMINA VEIGA FERREIRA - Unidade: DIA						
17758	TIAGO FERREIRA DOS SANTOS		200,000	0,0000	565,0200	113.004,00	Venceu	1 *****
17515	HELAUTUR TRANSPORTES LTDA - ME		200,000	0,0000	608,8200	121.764,00	Perdeu	2
17780	JEAN GUSTAVO VEIGA SJABELSKI		200,000	0,0000	657,0000	131.400,00	Perdeu	3

Processo / Ano: 1/2018

Licitação.....: 1/2018 - TP

Modalidade.....: Tomada de Preço p/ Compras e Serviços

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA REALIZAR O TRANSPORTE DE ALUNOS DA LOCALIDADE DE BONETES, SÍTIO DOS CORREA ATE AS ANTENAS (LOCAL ONDE O ONIBUS RECOLHE OS ALUNOS) E FORQUILHA, EM VIAS DE DIFÍCIL ACESSO E DE CARÁTER EXCEPCIONAL PARA ATENDER O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

Processo Administrativo: 5 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO E CULTURA

299.772,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 3	- 15262	- TRANSPORTE DE ALUNOS DA E.B.M GUILHERMINA VEIGA FERREIRA - Unidade: DIA						
17125	ELIO FRANCISCO CORREA		0,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Canoinhas, Em/...../.....

ADILSON FERNANDO RIBEIRO - - Presidente da Comissão

KARINA DE CASSIA KOHLER WENDT - - SECRETÁRIA

DIOGO CARLOS SEIDEL - - MEMBRO TITULAR

LUÍS GUSTAVO VIEIRA DE BRITO - - MEMBRO SUPLENTE

CAMILA MACHADO DOS SANTOS MELO - - MEMBRO SUPLENTE

JANICE DE FÁTIMA STEMPINHAK - - MEMBRO SUPLENTE

BIANCA ROBERTA COSER NEPPEL - - OAB/SC 21025

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 11/2018 - PONTO FACULTATIVO**

Publicação Nº 1517390

Portaria de Nº 11/2018
DISPÕE SOBRE O PONTO FACULTATIVO

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Canoinhas, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Art. 8º da Resolução 825, de 21 de dezembro de 2001;

Considerando: o Decreto Municipal Nº 022/2018 que dispõe sobre o Ponto Facultativo nas repartições públicas, e o aviso na Página do Poder Judiciário que dispõe sobre o Expediente do Poder Judiciário durante a segunda-feira de Carnaval e a quarta-feira de Cinzas;

Art. 1º - Em virtude das festividades do Carnaval e da quarta-feira de Cinzas, a Câmara de Vereadores de Canoinhas, seguirá o Ponto Facultativo nos seguintes dias:

I- 12 de fevereiro de 2018, 13 de fevereiro de 2018 e 14 de fevereiro de 2018 até as 12h00min.

Parágrafo único - O expediente vespertino do dia 14 de fevereiro de 2018 será normal, ou seja, das 13h30min às 17h30min.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 08 de fevereiro de 2018.

REGISTRA-SE.
PUBLIQUE-SE.
CUMPRA-SE.

Coronel Mário
Presidente

Paulinho Basílio Telma Bley
1º Secretário 2º Secretária

REVOGAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2017

Publicação Nº 1517599

CÂMARA DE VEREADORES DE CANOINHAS/SC
ESTADO DE SANTA CATARINA
REVOGAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 001/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017

O presidente da Câmara de Vereadores de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.528.620/0001-25 sito à Rua 03 de Maio, 150, Centro, no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a REVOGAÇÃO do edital de Licitação 001/2017, visando a contratação de empresa especializada para o fornecimento de licença de uso de sistema informatizado de Gestão Pública, com acesso simultâneo e sem limitação quanto ao número de usuários, para a Administração da Câmara Municipal, conforme detalhado no anexo VII do Edital, para que o objeto seja licitado juntamente com a prefeitura municipal. Outras informações poderão ser obtidas com a Comissão de Licitação, pelo e-mail licitação.cmvc@gmail.com.

Mário Renato Erzinger - Presidente
Canoinhas, 09 de fevereiro de 2018

Capinzal

PREFEITURA

PMC CONTRATO 0039/2018

Publicação Nº 1517577

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRA-TUAL		

Contrato Nº.: 0039/2018		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada...: SOFEC SEGURANÇA PRIVADA LTDA		
Valor : 5.800,00		
Vigência : Início: 08/02/2018 Término: 08/05/2018		
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 0004/2018 Processo_Licitatório.....: 00021 / 2018		
Recursos : Dotação:		
Objeto : Contratação de Serviços de Segurança durante as Festividades Carnavalescas 2018, nos dias 09, 10 e 12 de fevereiro de 2018, na Rua Ernesto Hachmann, centro de Capinzal/SC. Com Recursos Próprios.		
Capinzal, 8 de Fevereiro de 2018		

PMC CONTRATO 0041/2018

Publicação Nº 1517582

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRA-TUAL		

Contrato Nº.: 0041/2018		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada...: MIRIAN MEDEIROS 91519675968		
Valor : 6.700,00		
Vigência : Início: 08/02/2018 Término: 08/05/2018		
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 0006/2018 Processo_Licitatório.....: 0023 / 2018		
Recursos : Dotação:		
Objeto : Contratação de empresa especializada para locação de um Palco e Grades de Proteção para realização do Carnaval 2018, nos dias 09, 10 e 12 de Fevereiro de 2018, na Ra Ernesto Hachmann, Centro de Capinzal/SC. Com Recursos Próprios.		
Capinzal, 8 de Fevereiro de 2018		

PMC CONTRATO 0040/2018

Publicação Nº 1517580

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRA-TUAL		

Contrato Nº.: 0040/2018		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada...: MIRIAN MEDEIROS 91519675968		
Valor : 7.840,00		
Vigência : Início: 08/02/2018 Término: 08/05/2018		
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 0005/2018 Processo_Licitatório.....: 0022 / 2018		
Recursos : Dotação:		
Objeto : Contratação de empresa especializada para locação de tendas paraq as Festividades Carnavalescas 2018, nos dias 09, 10 e 12 de fevereiro de 2018, na Rua Ernesto Hachmann, e para as Festividades alusivas ao 69º Aniversário do Município de Capinzal, no dia 17 de fevereiro de 2018, na Àrea de Lazer Dr. Arnaldo Favoritto. Com Recursos Próprios.		
Capinzal, 8 de Fevereiro de 2018		

PMC CONTRATO 0042/2018

Publicação Nº 1517620

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRA-TUAL		

Contrato Nº.: 0042/2018		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada...: RAMIRO VIEIRA NETO 03228083918		
Valor : 1.100,00		
Vigência : Início: 08/02/2018 Término: 31/12/2018		
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº 0005/2018		
Processo_Licitatório.....: 0025 / 2018		
Recursos : Dotação:		
Objeto : Contratação da dupla "Allan Marcus & Matheus" cujo representante é vinculado à pessoa jurídica denominada Ramiro Vieira Neto 03228083918, inscrita no CNPJ 22.606.162/000100, com sede no município de Ipira, para animação da Matinê de Carnaval de 2018, que se realizará no dia 10 de fevereiro de 2018, sábado, no Centro Educacional Prefeito Celso Farina, Centro de Capinzal/SC. Com Recursos Próprios.		
Capinzal, 8 de Fevereiro de 2018		

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0020/2018 LEILÃO PÚBLICO 0001/2018

Publicação Nº 1517587

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0020/2018

LEILÃO PÚBLICO Nº 0001/2018

OBJETO: Leilão de bens móveis descritos no Anexo I do Edital.

O Leilão se realizará em sessão pública, de forma presencial, na seguinte data, horário e local:

DATA: 06 de março de 2018.

HORÁRIO: 08h30min

LOCAL: Câmara Municipal de Vereadores de Capinzal, localizada na Rua Alexandre Thomazoni, n. 120, centro, no Município de Capinzal-SC.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, no Setor de Compras e Licitações, com endereço na Rua Carmello Zócolli, n. 155, centro, no Município de Capinzal-SC, no endereço acima citado, em horário de expediente, de segunda a sexta-feira, das 7h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, ou por meio dos telefones n. (049) 3555-8739 ou (049) 3555-8716 ou ainda, no site oficial do Município de Capinzal (www.capinzal.sc.gov.br).

Capinzal-SC, 09 de fevereiro de 2018.

NILVO DORINI

Prefeito de Capinzal

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0021/2018 DISPENSA DE LICITAÇÃO 0004/2018

Publicação Nº 1518037

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAPINZAL

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0021/2018

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0004/2018

OBJETO: Contratação de Serviços de Segurança durante as Festividades Carnavalescas 2018, nos dias 09, 10 e 12 de fevereiro de 2018, na Rua Ernesto Hachmann, centro de Capinzal/SC.

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.800,00 (Cinco mil e oitocentos reais)

PREVISÃO LEGAL: Art. 24 inciso II, da Lei 8.666/93.

JUSTIFICATIVA: O MUNICÍPIO DE CAPINZAL, através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, em exercício, representada por seu Secretário Ivair Lopes Rodrigues, no uso de suas atribuições legais e, com fundamento no inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/93, torna público o Procedimento de Dispensa de Licitação, segundo as considerações e termos que seguem:

CONSIDERANDO a necessidade de contratação de Serviços de Segurança durante as Festividades Carnavalescas 2018, nos dias 09, 10 e 12 de fevereiro de 2018, tendo em vista ser uma das exigências dos Alvarás de funcionamento expedidos pelos órgãos competentes, tais como: Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária, Polícia Civil e Juiz de Direito da 1ª Vara - Comarca de Capinzal para expedição de Alvará de Infância e Adolescência para a realização das Festividades Carnavalescas.

CONSIDERANDO a Lei de Licitações em seu artigo 24, inciso II, prevê a dispensa de licitação, conforme depreende-se do permissivo legal abaixo transcrito:

"Lei 8666/93, alterada pela Lei 8883/94:

Art. 24. É dispensável a Licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se

refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;"

Assim, há amparo legal para contratação de Serviços de Segurança durante as Festividades Carnavalescas 2018, nos dias 09, 10 e 12 de fevereiro de 2018, por Dispensa de Licitação em razão da situação de urgência e emergência e tendo em vista que o valor orçado não ultrapassa o limite estabelecido por Lei.

Destarte, sendo lícita a contratação dos referidos serviços através da Dispensa de Licitação nas hipóteses que a Lei define, onde, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico efetuou 03 (três) cotações de preços, conforme cópias anexas.

Assim, não restam dúvidas que a escolha adequada a atender o interesse público é da empresa Sofec Segurança Privada Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 06.955.642/0001-20, que cotou o menor valor R\$ 5.800,00 (cinco mil e oitocentos reais) dos serviços a serem contratados através do Processo Licitatório, Modalidade Dispensa de Licitação, e a empresa apresentou as Certidões Negativas Municipais, Estaduais e Federais, anexas.

Capinzal/SC, 8 de Fevereiro de 2018.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário Interino de Desenvolvimento Econômico

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0022/2018 DISPENSA DE LICITAÇÃO 0005/2018

Publicação Nº 1518034

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAPINZAL

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0022/2018

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0005/2018

OBJETO: Contratação de empresa especializada para locação de tendas para as Festividades Carnavalescas 2018, nos dias 09, 10 e 12 de fevereiro de 2018, na Rua Ernesto Hachmann, e para as Festividades alusivas ao 69º Aniversário do Município de Capinzal, no dia 17 de fevereiro de 2018, na Área de Lazer Dr. Arnaldo Favorito.

VALOR DA DESPESA: R\$ 7.840,00 (Sete mil e oitocentos e quarenta reais)

PREVISÃO LEGAL: Art. 24 inciso II, da Lei 8.666/93.

JUSTIFICATIVA: O MUNICÍPIO DE CAPINZAL, através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, em exercício, representada por seu Secretário Ivair Lopes Rodrigues, no uso de suas atribuições legais e, com fundamento no inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/93, torna público o Procedimento de Dispensa de Licitação, segundo as considerações e termos que seguem:

CONSIDERANDO a necessidade de Locação de 05 (cinco) Tendões para realização do Carnaval 2018, nos dias 09, 10 e 12 de fevereiro de 2018, na Rua Ernesto Hachmann, Centro, Capinzal - SC e 02 (duas) Tendões para as festividades alusivas ao 69º (sexagésimo nono) Aniversário do Município de Capinzal, no dia 17 de fevereiro de 2018, sábado, na Área de Lazer Dr. Arnaldo Favorito, que serão montados de acordo com Laudo de Estruturas Metálicas e Inspeção de Equipamentos Eletrônicos para sonorização e respectivas ARTs, com serviço técnico acompanhado com assistência, conforme cópias anexas.

CONSIDERANDO a Lei de Licitações em seu artigo 24, inciso II, prevê a dispensa de licitação, conforme depreende-se do permissivo legal abaixo transcrito:

"Lei 8666/93, alterada pela Lei 8883/94:

Art. 24. É dispensável a Licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de

maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;"

Assim, há amparo legal para locação das Tendões por Dispensa de Licitação em razão da situação de urgência e emergência e tendo em vista que o valor orçado não ultrapassa o limite estabelecido por Lei.

Destarte, sendo lícita a locação dos referidos serviços através da Dispensa de Licitação nas hipóteses que a Lei define, onde, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico efetuou 03 (três) cotações de preços, conforme cópias anexas.

Assim, não restam dúvidas que a escolha adequada a atender o interesse público é da empresa Mirian Medeiros – Locadora de Materiais de Eventos, inscrita no CNPJ sob o nº 15.840.196/0001-08, que cotou o menor valor R\$ 7.840,00 (sete mil e oitocentos e quarenta reais) dos serviços a serem contratados através do Processo Licitatório, Modalidade Dispensa de Licitação, e a empresa apresentou as Certidões Negativas Municipais, Estaduais e Federais, anexas.

Capinzal/SC, 8 de Fevereiro de 2018.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário Interino de Desenvolvimento Econômico

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0023/2018 DISPENSA DE LICITAÇÃO 0006/2018

Publicação Nº 1518027

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAPINZAL

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0023/2018

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0006/2018

OBJETO: Contratação de empresa especializada para locação de um Palco e Grades de Proteção para realização do Carnaval 2018, nos dias 09, 10 e 12 de Fevereiro de 2018, na Ra Ernesto Hachmann, Centro de Capinzal/SC.

VALOR DA DESPESA: R\$ 6.700,00 (Seis mil e setecentos reais)

PREVISÃO LEGAL: Art. 24 inciso II, da Lei 8.666/93.

JUSTIFICATIVA: O MUNICÍPIO DE CAPINZAL, através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, em exercício, representada por seu Secretário Ivair Lopes Rodrigues, no uso de suas atribuições legais e, com fundamento no inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/93, torna público o Procedimento de Dispensa de Licitação, segundo as considerações e termos que seguem:

CONSIDERANDO a necessidade de Locação de um Palco e Grades de Proteção para realização do Carnaval 2018, nos dias 09, 10 e 12 de fevereiro de 2018, na Rua Ernesto Hachmann, Centro, Capinzal – SC, que será montado de acordo com Laudo de Estruturas Metálicas e Inspeção de Equipamentos Eletrônicos para sonorização e respectivas ARTs, com serviço técnico acompanhado com assistência, conforme cópias anexas.

CONSIDERANDO a Lei de Licitações em seu artigo 24, inciso II, prevê a dispensa de licitação, conforme depreende-se do permissivo legal abaixo transcrito:

"Lei 8666/93, alterada pela Lei 8883/94:

Art. 24. É dispensável a Licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;"

Assim, há amparo legal para locação de um Palco e Grades de Proteção para realização do Carnaval 2018, nos dias 09, 10 e 12 de fevereiro de 2018, na Rua Ernesto Hachmann, Centro, Capinzal – SC, por Dispensa de Licitação em razão da situação de urgência e

emergência e tendo em vista que o valor orçado não ultrapassa o limite estabelecido por Lei.

Destarte, sendo lícita a locação dos referidos serviços através da Dispensa de Licitação nas hipóteses que a Lei define, onde, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico efetuou 03 (três) cotações de preços, conforme cópias anexas.

Assim, não restam dúvidas que a escolha adequada a atender o interesse público é da empresa Mirian Medeiros – Locadora de Materiais de Eventos, inscrita no CNPJ sob o nº 15.840.196/0001-08, que cotou o menor valor R\$ 6.700,00 (seis mil e setecentos reais) dos serviços a serem contratados através do Processo Licitatório, Modalidade Dispensa de Licitação, e a empresa apresentou as Certidões Negativas Municipais, Estaduais e Federais, anexas.

Capinzal/SC, 8 de Fevereiro de 2018.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário Interino de Desenvolvimento Econômico

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0024/2018 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 0005/2018

Publicação Nº 1518021

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAPINZAL

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0024/2018

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0005/2018

OBJETO: Contratação da dupla "Allan Marcus & Matheus" cujo representante é vinculado à pessoa jurídica denominada Ramiro Vieira Neto 03228083918, inscrita no CNPJ 22.606.162/000100, com sede no município de Ipira, para animação da Matinê de Carnaval de 2018, que se realizará no dia 10 de fevereiro de 2018, sábado, no Centro Educacional Prefeito Celso Farina, Centro de Capinzal/SC.

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.100,00 (U m mil e cem reais)

PREVISÃO LEGAL: Art. 25 inciso III, da Lei 8.666/93.

JUSTIFICATIVA: A Administração Municipal escolheu a Dupla "Allan Marcus & Matheus", inscritos no CNPJ nº 22.606.162-0001-00, com sede no município de Capinzal – SC, para animação da Matinê de Carnaval para a 3ª Idade, durante as festividades carnavalescas do Município de Capinzal de 2018, que se realizará no dia 10 de fevereiro, no sábado, no Centro Educacional Prefeito Celso Farina, por ser uma dupla que vem se destacando em nossa região, conhecida pela população do nosso município, tendo tocado em diversos eventos do Município de Capinzal, sendo reconhecida como uma dupla de referência pelo Município de Capinzal e Região, seu repertório musical agrada o público alvo do evento e também por ser uma dupla que tem disponibilidade de agenda para o evento. Diante do exposto, neste caso constitui inexigibilidade de licitação pública, conforme preceitua o inciso III do artigo 25 da Lei nº 8.666/93, a seguir especificado, houve aceite na contratação do show com a dupla "Allan Marcus & Matheus", para animar a Matinê de Carnaval para a 3ª Idade de 2018.

"Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

(...)

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública."

Capinzal/SC, 8 de Fevereiro de 2018.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário Interino de Desenvolvimento Econômico

PORTARIA 0025/2018

Publicação Nº 1517037

PORTARIA Nº 0025, DE 15 DE JANEIRO DE 2018

Nomeia servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Fica nomeada, a contar de 15 de janeiro de 2018, Gabriela Beloto Moreira Belotto, matrícula nº 410273/01 para exercer o cargo de provimento efetivo de Escriturário, nível 153, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, com lotação na Secretaria da Assistência Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 15 de janeiro de 2018

Capinzal – SC, em 15 de janeiro de 2018
NOEMIA MARIA BONAMIGO PIZZAMIGLIO
Prefeita de Capinzal, em exercício

Registrada e publicada.

IVAIR LOPES RODRIGUES
Secretário da Assistência Social, interino

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO

Termo de Posse e Compromisso prestado por Gabriela Beloto Moreira Belotto

Aos quinze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezoito, perante o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, em exercício, Noemia Maria Bonamigo Pizzamiglio, no Gabinete do Prefeito, compareceu a Srª. Gabriela Beloto Moreira Belotto, a fim de tomar posse no cargo de provimento efetivo de Escriturário, nomeada pela Portaria nº 0025/2018.

Tomou posse e entrou em exercício, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez; cumprir

com exatidão e escrupulo os deveres inerentes à função em que foi investido, envidando neste empenho, tudo quanto couber para o bem do Município e dos Municípios.

Para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse e Compromisso que vai assinado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal e pelo empossado.

Capinzal - SC, em 15 de janeiro de 2018

Empossado
Prefeito Municipal

PORTARIA 0026/2018

Publicação Nº 1516705

PORTARIA Nº 0026, DE 16 DE JANEIRO 2018

Exonera servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar conforme requerimento protocolado sob o nº 107/2018, Josiani Cassiano, matrícula nº 330078/08, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, conforme anexo I da Lei Complementar nº 146 de 04 de maio de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 16 de janeiro de 2018.

NOEMIA MARIA BONAMIGO PIZZAMIGLIO
Prefeita de Capinzal, em exercício

Registre-se e publique-se.

ALESSANDRO BRAGA RAMOS
Secretário da Saúde, interino

PORTARIA 0028/2018

Publicação Nº 1517032

PORTARIA Nº 0028, DE 16 DE JANEIRO DE 2018

Concede férias a servidores

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 68 Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Conceder férias aos seguintes servidores:

MAT.	SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	ABONO
304530/01	ADÃO FRANCISCO CALLIARI	09/09/2015 A 08/09/2016	02 A 31/01/2018	-
304557/05	ADÃO JOCIR MARTINS	05/09/2016 A 04/09/2017	12/01 A 31/01/2018	10
304603/01	ADÃO RONI FERREIRA	05/06/2016 A 04/06/2017	12/01 A 31/01/2018	10
304778/01	ADEMIR DA LUZ	01/04/2016 A 31/03/2017	12/01 A 31/01/2018	10
304840/01	ADENIR JANE BORSOI	11/07/2016 A 10/07/2017	02 A 31/01/2018	-
172847/01	ADERLEI TEREZINHA DE A. BAZZI	15/02/2017 A 14/02/2018	02 A 31/01/2018	-
304859/01	ADILSON DO AMARAL	10/12/2016 A 09/12/2017	02 A 31/01/2018	-
304891/01	ADRIANA ANTUNES DA C. PERIN	26/02/2016 A 25/02/2017	02 A 31/01/2018	-

304972/01	ADRIANA SURDI MARTINELLI	28/02/2016 A 27/02/2017	02 A 31/01/2018	-
321281/01	ADRIANA TOALDO L. DOS SANTOS	03/02/2016 A 02/02/2017	02 A 31/01/2018	-
326020/01	ADRIANIA DA SILVA	01/02/2017 A 31/01/2018	02 A 31/01/2018	-
305073/01	AIRTON LUIZ WEISS	01/06/2016 A 31/05/2017	02 A 31/01/2018	-
305146/01	ALCEBIADES FRACARO	15/05/2016 A 14/05/2017	02 A 31/01/2018	-
321397/01	ALCIDO VALDIR KIRTS	01/08/2016 A 31/07/2017	02 A 31/01/2018	-
326160/01	ALESANDRA CABRAL	01/03/2017 A 28/02/2018	02 A 31/01/2018	-
326178/01	ALESSANDRA AP. TEIXEIRA	03/02/2017 A 02/02/2018	02 A 31/01/2018	-
326194/01	ALESSANDRA NELSI WEBER	16/01/2017 A 15/01/2018	02 A 31/01/2018	-
326283/01	ALINE LAGNI	06/02/2017 A 05/02/2018	02 A 31/01/2018	-
326321/01	ALIOMAR GIONE DOS SANTOS	23/08/2016 A 28/08/2017	02 A 31/01/2018	-
305561/01	ALTEVIR RAIMUNDO	09/10/2016 A 08/10/2017	02 A 31/01/2018	-
399167/01	ANA APARECIDA SCHMIDT	21/02/2017 A 20/02/2018	02 A 31/01/2018	-
326399/01	ANA CAROLINE GUIMARÃES	01/02/2017 A 31/01/2018	02 A 31/01/2018	-
410032/01	ANA PAULA ENDERLE	03/11/2014 A 02/11/2015	02 A 31/01/2018	-
326461/01	ANA PAULA FRANCESCHI SAVARIZ	01/02/2017 A 31/01/2018	02 A 31/01/2018	-
326488/01	ANA PAULA MELLEGARI	02/01/2017 A 31/01/2018	02 A 31/01/2018	-
326526/01	ANA PAULA TEDESCO NORA	06/02/2016 A 05/02/2017	02 A 31/01/2018	-
326542/01	ANACLETO KRAUZE	01/02/2016 A 31/01/2017	02 A 31/01/2018	-
326569/01	ANALINE BASEI	01/02/2017 A 31/01/2018	02 A 31/01/2018	-
326623/01	ANDREA AP. DE A. SCHEUERMANN	01/02/2017 A 31/01/2018	02 A 31/01/2018	-
305936/02	ANDREIA FRASSETTO BAZZO	01/02/2017 A 31/01/2018	02 A 31/01/2018	-
326712/04	ANDRESSA MANGOLT DA ROSA	01/02/2017 A 31/01/2018	02 A 31/01/2018	-
3306134/01	ANTONIA EVA DA SILVEIRA	06/08/2016 A 05/08/2017	02 A 31/01/2018	-
306339/01	ANTONIO LUIZ GOTARDO	02/08/2016 A 01/08/2017	02 A 31/01/2018	-
304158/01	ANTONIO MOACIR BECHER	02/01/2017 A 01/01/2018	02 A 31/01/2018	-
306525/01	ARI FERREIRA	12/02/2016 A 11/02/2017	12/01 A 31/01/2018	10
306657/01	ARTEMEDIO DAMETTO	09/07/2016 A 08/07/2017	02 A 31/01/2018	-
306690/01	ASSIS GIRIOLI	08/02/2016 A 07/02/2017	02 A 31/01/2018	-
321800/03	AURIDEA ARAUJO	01/02/2017 A 31/01/2018	02 A 31/01/2018	-
13285/02	BELOMI MARIA ROSSATTO	11/03/2016 A 10/03/2017	02 A 31/01/2018	-
306851/01	BELONI TERESINHA NATZIUK	16/01/2017 A 15/01/2018	02 A 31/01/2018	-
410079/01	CARLA SIMONE VIGOLO	19/02/2017 A 18/02/2018	02 A 31/01/2018	-
307050/01	CARLOS ALBERTO DA SILVA	03/02/2017 A 13/02/2018	02 A 31/01/2018	-
327131/01	CARMEM MALETZKE MARKUS	11/06/2017 A 10/06/2018	02 A 31/01/2018	-

307157/01	CASSIA MARIS WILBERT SOUZO	02/05/2016 A 01/05/2017	02 A 31/01/2018	-
121460/01	CELESTINA ALVES R. AZEVEDO	10/05/2016 A 09/05/2017	02 A 21/01/2018	10
327212/06	CHARLY MARCON	13/02/2017 A 12/02/2018	02 A 31/01/2018	-
327220/01	CHRISTIANE OLIVEIRA DE JESUS	01/02/2017 A 31/01/2018	02 A 31/01/2018	-
327239/01	CHRISTINE MARLY KAPPES	18/06/2016 A 17/06/2017	02 A 31/01/2018	-
307319/01	CIMARA MOREIRA BAÚ	21/02/2016 A 20/02/2017	02 A 31/01/2018	-
307386/01	CLAUDEMIR FERNANDES	07/02/2016 A 06/02/2017	02 A 31/01/2018	-
322059/05	CLAUDIA ANTUNES DE OLIVEIRA	01/02/2017 A 31/01/2018	02 A 31/01/2018	-
327301/01	CLAUDIA MACHADO	09/02/2017 A 08/02/2018	02 A 31/01/2018	-
410118/01	CLAUDIANE FATIMA BRUXEL	01/12/2006 A 30/11/2017	02 A 31/01/2018	-
327310/01	CLAUDIANE KLEEMANN	01/02/2017 A 31/01/2018	02 A 31/01/2018	-
327360/03	CLECI HACHMANN BOARETO	01/0/2017 A 31/01/2018	02 A 31/01/2018	-
307610/03	CLECIANE DA SILVA	01/02/2017 A 31/01/2018	02 A 31/01/2018	-
327387/01	CLEIA MARA DEMIN	01/02/2017 A 31/01/2018	02 A 31/01/2018	-
327395/01	CLEITI MARIA KRINDGES	01/02/2017 A 31/01/2018	02 A 31/01/2018	-
327409/01	CLEONI PELEGEIRO CHUMA	01/02/2017 A 31/01/2018	02 A 31/01/2018	-
327514/03	CRISTIANE DOS ANJOS DE LIMA	06/02/2017 A 05/02/2018	02 A 31/01/2018	-
400475/01	CRISTIANI J. Z. C. DA SILVA	20/03/2017 A 19/03/2018	02 A 31/01/2018	-
327557/01	DAIAM JOSE FACHIN	09/01/2017 A 08/01/2018	02 A 31/01/2018	-
327573/01	DAIANE KIELING	01/02/2017 A 31/01/2018	02 A 31/01/2018	-
307785/01	DALVA MARIA HELT MARQUES	03/05/2017 A 02/05/2018	02 A 31/01/2018	-
327590/01	DANIEL MACHADO DE MELLO	01/02/2017 A 31/01/2018	02 A 31/01/2018	-
322202/01	DANIELE APARECIDA V. DE SOUZA	01/02/2017 A 31/01/2018	02 A 31/01/2018	-
327620/03	DANIELI DO PRADO	10/02/2017 A 09/02/2018	02 A 31/01/2018	-
307971/01	DARVIN NELSON STUNPF	08/06/2016 A 07/06/2017	02 A 31/01/2018	-
308021/01	DELICI MACAGNAN DA COSTA	03/02/2016 A 02/02/2017	02 A 31/01/2018	-
308145/01	DEOCLIDES COELLI	08/01/2016 A 07/01/2017	12/01 A 31/01/2018	10
322288/01	DERCI S. S. MACHADO DE MELLO	06/02/2016 A 05/02/2017	02 A 31/01/2018	-
327743/01	DIANA CLARA KLEEMANN	02/04/2016 A 01/04/2017	02 A 31/01/2018	-
327778/01	DIONEI ANTONIO DA COSTA	02/11/2014 A 17/11/2017	02 A 31/01/2018	-
131504/01	DIVAIR DIAS DE V. BARBIERI	26/02/2016 A 25/02/2017	02 A 31/01/2018	-
398551/01	EDINA FERREIRA DA SILVA	04/02/2017 A 03/02/2018	02 A 31/01/2018	-
327930/01	EDITE BRESSAN SAVARIS	01/02/2017 A 31/01/2018	02 A 31/01/2018	-
327972/01	EDSON FRANCISCO RIBEIRO	01/02/2017 A 31/01/2018	12/01 A 31/01/2018	10
308803/01	EDUARDO TONELO	29/01/2016 A 28/01/2017	10 A 30/01/2018 19 A 29/07/2018	-

328030/01	ELENA AP. DE O. MENEGAZZO	01/02/2017 A 31/01/2018	02 A 31/01/2018	-
173983/01	ELENA CASAGRANDE RECH	01/11/2016 A 31/10/2017	02 A 31/01/2018	-
328065/01	ELIANE LASTA DE L. CORDEIRO	06/02/2016 A 05/02/2017	02 A 31/01/2018	-
57118/01	ELIANE LEAL DOS SANTOS	08/02/2017 A 07/02/2018	02 A 31/01/2018	-
309087/01	ELIANE MARIA HELT	21/02/2016 A 20/02/2017	02 A 31/01/2018	-
309095/13	ELIANE MARTINELLI	13/02/2017 A 12/02/2018	02 A 31/01/2018	-
309117/01	ELIANE ROSA GARCIA	05/04/2016 A 04/04/2017	02 A 31/01/2018	-
309133/01	ELIO GILIOLI	01/04/2016 A 31/03/2017	12/01 A 31/01/2018	10
328146/01	ELISANGELA DE FATIMA FACHIN	09/01/2017 A 08/01/2018	02 A 31/01/2018	-
322601/01	ELISANGELA JAENSCH	17/05/2017 A 16/05/2018	02 A 31/01/2018	-
328227/08	ELIZANDRA LOVATEL	10/02/2017 A 09/02/2018	02 A 31/01/2018	-
309265/03	ELIZANGELA M. WEBER	01/03/2017 A 28/02/2018	02 A 31/01/2018	-
309320/01	ELOA SALETE TOALDO GIUMBELLI	03/02/2016 A 02/02/2017	02 A 31/01/2018	-
328316/01	ENILCE MACHADO MERIB	12/03/2017 A 11/03/2018	02 A 31/01/2018	-
322709/01	EVANI MARICHEN L. RIFFEL	01/02/2017 A 31/01/2018	02 A 31/01/2018	-
328421/01	EVANIA BERNART PILATTI	03/12/2016 A 02/12/2017	02 A 31/01/2018	-
328448/01	EVERSON GABRIEL KLAUZ	01/02/2017 A 31/01/2018	12/01 A 31/01/2018	10
117480/03	FABIANE ZAMBÃO	03/02/2017 A 02/02/2018	02 A 31/01/2018	-
328553/01	FABIO CESAR DELFINO	11/01/2017 A 10/01/2018	02 A 31/01/2018	-
322768/01	FATIMA FACCIN	22/02/2016 A 21/02/2017	02 A 31/01/2018	-
328588/01	FATIMA SPIELMANN DA SILVA	01/02/2017 A 31/01/2018	02 A 31/01/2018	-
410127/02	FRANCIELI DOS S. LAZZARI	02/03/2017 A 02/03/2018	02 A 31/01/2018	-
322806/01	FRANCIELI FRANKE	01/02/2017 A 31/01/2018	02 A 31/01/2018	-
310000/02	FARNIELI RIBEIRO MARCONDES	01/02/2017 A 31/01/2018	02 A 31/01/2018	-
328804/01	FRANCIELLE CRISTINA A. THOME	09/01/2017 A 08/01/2018	02 A 31/01/2018	-
328880/01	GABRIELA SURDI	09/01/2017 A 08/01/2018	02 A 31/01/2018	-
322849/01	GECY TEREZINHA D. DAMBROS	01/02/2017 A 31/01/2018	02 A 31/01/2018	-
310204/01	GENECI DE LIMA	14/12/2016 A 13/12/2017	02 A 31/01/2018	-
310220/01	GENI DOS SANTOS	06/12/2016 A 05/12/2017	02 A 31/01/2018	-
328910/01	GENICE V. S. DOS SANTOS	01/02/2017 A 29/07/2018	02 A 31/01/2018	-
328952/01	GICELI AP. BERGAMO DAMBROS	23/04/2017 A 22/04/2018	02 A 31/01/2018	-
310310/01	GISELA NARA MARTINS	15/05/2016 A 14/05/2017	02 A 11/01/2018 19 A 28/02/2018	10
322903/01	GISELE APARECIDA SZEMANSQUI	04/02/2017 A 03/02/2018	02 A 31/01/2018	-
310344/01	GISELE DA GRAÇA MATOS	26/02/2016 A 25/02/2017	02 A 31/01/2018	-
329002/01	GISELE SIEPMANN	06/02/2016 A 05/02/2017	02 A 31/01/2018	-

322938/01	GISELI AP. BORSATI COLOMBO	01/02/2017 A 31/01/2018	02 A 31/01/2018	-
329045/01	GLAUCIA MARIA DE MORAIS	09/01/2017 A 08/01/2018	02 A 31/01/2018	-
329070/01	GRACIELI HELT TIEPO	01/02/2017 A 31/01/2018	02 A 31/01/2018	-
310450/01	HELENA DUPONT LEDER	01/04/2016 A 31/03/2017	02 A 31/01/2018	-
410145/01	HILARIO CHIAMOLERA	01/01/2017 A 31/12/2017	15 A 24/01/2018	-
322997/01	IEDA APARECIDA GRAMAZIO	22/01/2017 A 21/01/2018	02 A 31/01/2018	-
329304/01	ILENIR SCAPIM	09/01/2017 A 08/01/2018	02 A 31/01/2018	-
310743/01	ILIANE APARECIDA DOS SANTOS	18/06/2016 A 17/06/2017	02 A 31/01/2018	-
310794/01	INES ROSSETI BARON	25/01/2016 A 24/01/2017	02 A 31/01/2018	-
323063/01	IRENE MACHADO GRAUER	01/02/2017 A 31/01/2018	02 A 31/01/2018	-
323071/01	IRENE PILGER DA LUZ	08/02/2016 A 07/02/2017	02 A 31/01/2018	-
329380/01	IRENE WIRTH HORLLE	08/04/2017 A 07/04/2018	02 A 31/01/2018	-
329479/01	IVANICE WIRTH ZASTROW	01/02/2017 A 31/01/2018	02 A 31/01/2018	-
329487/01	IVANILDE INES BORSOI	03/05/2017 A 02/05/2018	02 A 31/01/2018	-
329517/01	IVANIR MARGARIDA DA LUZ LAUX	21/06/2016 A 20/09/2017	02 A 31/01/2018	-
311200/01	IVANIR MURARO DAROS	06/02/2016 A 05/02/2017	02 A 31/01/2018	-
311294/01	IVO JORGE SEGANFREDO JUNIOR	22/02/2016 A 21/02/2017	02 A 31/01/2018	-
311405/01	IVONE MARIA SLOGO	01/03/2017 A 28/02/2018	02 A 31/01/2018	-
311502/01	IZOLETE DOS SANTOS RIQUETI	03/02/2016 A 02/02/2017	02 A 11/01/2018	-
311588/01	JAIR ANTONIO DE LIMA	01/11/2016 A 31/10/2017	02 A 11/01/2018	-
311600/01	JAIR JOSE ROSSA	07/06/2016 A 06/06/2017	02 A 31/01/2018	-
329681/01	JANE REGINA CAMPIONI	01/02/2017 A 31/01/2018	02 A 31/01/2018	-
329703/01	JANETE BAZZO SPADINI	09/01/2017 A 08/01/2018	02 A 31/01/2018	-
311790/08	JANICE SALETE DA SILVA	01/02/2017 A 31/01/2018	02 A 31/01/2018	-
311847/02	JAQUELINE I. GAIDECZKA	01/02/2017 A 31/01/2018	02 A 31/01/2018	-
329762/02	JEAN CARLOS SUTIL DE OLIVEIRA	01/02/2017 A 31/01/2018	02 A 31/01/2018	-
329800/01	JESSICA ALVES	06/02/2016 A 05/02/2017	02 A 31/01/2018	-
311901/01	JOAIR ANTONIO M. RODRIGUES	13/10/2016 A 12/10/2017	02 A 31/01/2018	-
311936/01	JOÃO ALVES RODRIGUES	09/10/2016 A 08/10/2017	02 A 31/01/2018	-
311995/01	JOÃO CARLOS DOS SANTOS	08/10/2016 A 07/10/2017	02 A 21/01/2018	10
312053/01	JOÃO LUIZ DE JESUS	03/02/2017 A 02/02/2018	02 A 31/01/2018	-
312169/01	JOCELEI APARECIDA POGGERE	22/02/2017 A 21/02/2018	02 A 31/01/2018	-
323357/01	JOCIANE MOROSINI ANDREONI	06/02/2016 A 05/02/2017	02 A 31/01/2018	-
323365/01	JOCILEI DORIGON HELT	01/02/2017 A 31/01/2018	02 A 31/01/2018	-
329916/05	JOCINEIA LUKACVIZ	11/06/2016 A 10/09/2017	02 A 31/01/2018	-

329924/02	JOELICE MASCARELLO	02/09/2016 A 01/09/2017	02 A 31/01/2018	-
312240/01	JONATHAN SAVI	03/02/2017 A 02/02/2018	02 A 31/01/2018	-
398519/01	JOSE GABRIEL C. DAMBROS	04/02/2016 A 03/02/2017	02 A 31/01/2018	-
312452/01	JOSI MARY COAS	06/02/2017 A 05/02/2018	02 A 31/01/2018	-
187976/01	JOSIANE MARA ANGELI	11/04/2017 A 10/04/2018	02 A 31/01/2018	-
312509/01	JOSIMARA POGGERE	20/03/2017 A 19/03/2018	02 A 31/01/2018	-
330086/01	JOSIMARI DONDONI DO AMARAL	02/01/2017 A 01/01/2018	02 A 31/01/2018	-
312533/01	JOVANIA RECK	03/02/2017 A 02/02/2018	02 A 31/01/2018	-
398420/01	JUÇARA APARECIDA DE VARGAS	01/02/2016 A 31/01/2017	02 A 31/01/2018	-
330132/01	JUCIANE FATIMA MODENA LOPES	01/02/2017 A 31/01/2018	02 A 31/01/2018	-
330159/02	JUCIANE SANTOS TRINDADE	01/02/2017 A 31/01/2018	02 A 31/01/2018	-
177849/01	JUCILEI TENUTTI	01/02/2017 A 31/01/2018	02 A 31/01/2018	-
312657/01	JUCILENE TENUTTI SURDI	15/03/2016 A 14/03/2017	02 A 21/01/2018	10
330183/01	JUCIMARA DA LUZ	09/01/2017 A 08/01/2018	02 A 31/01/2018	-
323489/01	JULIANO DO PRADO	13/02/2017 A 12/02/2018	02 A 31/01/2018	-
330221/01	JULIANO KLOSS	13/02/2017 A 12/02/2018	02 A 31/01/2018	-
330230/04	JUREMA MARTINS GILIOLI	07/03/2017 A 06/03/2018	02 A 31/01/2018	-
312770/01	JUSSARA BIAZOTTO	01/02/2017 A 31/01/2018	02 A 31/01/2018	-
312797/01	JUVENIL FLORINDO DALVES	01/11/2016 A 31/10/2017	02 A 31/01/2018	-
323543/05	KAMILLE SARTORI BEAL	01/01/2017 A 31/12/2017	02 A 31/01/2018	-
312835/11	KAREN ALBERTI HELT	01/02/2017 A 31/01/2018	02 A 31/01/2018	-
330310/01	KARIMONE PAULA GALIO FERRARI	01/02/2017 A 31/01/2018	02 A 31/01/2018	-
323560/08	KARLA LUCIANA V. MENEGAS	01/02/2017 A 31/01/2018	02 A 31/01/2018	-
330396/01	KELI POLO	01/02/2017 A 31/01/2018	02 A 31/01/2018	-
330400/02	KELI SUZANA PERIN THUMS	14/01/2017 A 13/01/2018	02 A 31/01/2018	-
312940/01	LAERCIO CARLOS FACHIN	06/09/2016 A 05/09/2017	02 A 31/01/2018	-
313076/01	LEANDRO JACO PAZA	06/01/2016 A 05/01/2017	02 A 11/01/2018 02/03 A 21/03/2018	10
313165/01	LEILA VIEIRA K. DAMBROS	14/02/2017 A 13/02/2018	02 A 11/01/2018 19 A 28/02/2018	10
313203/01	LENI MEINE	01/03/2016 A 28/02/201	02 A 31/01/2018	-
330590/02	LEONICE DOS SANTOS BILIBIO	04/02/2017 A 03/02/2018	02 A 31/01/2018	-
410087/01	LEONIR APARECIDA MACHADO	02/03/2017 A 01/03/2018	02 A 31/01/2018	-
330639/01	LETICIA MENDES RODRIGUES	01/02/2017 A 31/01/2018	02 A 31/01/2018	-
313327/01	LIAMAR TEREZINHA G. MASSON	12/04/2016 A 11/04/2017	02 A 31/01/2018	-
330680/02	LIDIANE KOCH	05/02/2017 A 04/02/2018	02 A 31/01/2018	-
313343/01	LILIAN APARECIDA D. STIIMER	03/02/2017 A 02/02/2018	02 A 31/01/2018	-

323721/01	LILIAN MENDES M. DALAMARIA	01/02/2017 A 31/01/2018	02 A 31/01/2018	-
330787/01	LOENI AP. DA LUZ DE ANDRADE	29/01/2017 A 28/01/2018	02 A 31/01/2018	-
323799/01	LOIRE F. DE A. STEMPCOSQUI	06/02/2016 A 05/02/2017	02 A 31/01/2018	-
330809/01	LOURDES VIDI DAMBROS	01/03/2017 A 28/02/2018	02 A 31/01/2018	-
330817/01	LUANA GAZZOLA	16/01/2017 A 15/01/2018	02 A 31/01/2018	-
330833/05	LUANA SOCCOL	02/01/2017 A 01/01/2018	15/01 A 13/01/2018	-
323829/01	LUCELIA ALVES DALPOSSO	03/02/2017 A 02/02/2018	02 A 31/01/2018	-
323837/01	LUCI RAMOS FACHIN	01/02/2017 A 31/01/2018	02 A 31/01/2018	-
313599/02	LUCI SALETE FURTADO MACIEL	06/02/2016 A 05/02/2017	02 A 31/01/2018	-
323845/01	LUCI TEREZINHA TABACHUK	21/07/2016 A 20/07/2017	02 A 31/01/2018	-
313700/01	LUCIANA MILESQUI WILBERT	25/03/2016 A 24/03/2017	02 A 31/01/2018	-
313870/01	LUCIANA SILVA AMORIM	16/01/2016 A 15/01/2017	02 A 21/01/2018	10
313734/01	LUCIANE ALBINAV. THOMAZONI	03/02/2016 A 02/02/2017	02 A 31/01/2018	-
313742/02	LUCIANE DORIGON	09/01/2017 A 08/01/2018	02 A 31/01/2018	-
331023/02	LUCIELE PERI	10/02/2017 A 09/02/2018	02 A 31/01/2018	-
399710/01	LUCIMARA APARECIDA DA LUZ	06/04/2017 A 05/04/2018	02 A 31/01/2018	-
314234/01	MAÍRA FEIJÓ ALMEIDA	27/07/2017 A 26/07/2018	02 A 31/01/2018	-
331279/02	MARA FERREIRA	01/06/2017 A 31/05/2018	02 A 31/01/2018	-
331309/01	MARCELA DARGA PAZA	21/05/2017 A 20/05/2018	08/01 A 06/02/2018	-
304298/02	MARCELO SCHWAIZER	03/02/2017 A 02/02/2018	02 A 31/01/2018	-
331341/01	MARCIA AP. DE LIMA PADILHA	13/02/2017 A 12/02/2018	02 A 31/01/2018	-
314336/04	MARCIA AP. SUSIN HACK	01/02/2017 A 31/01/2018	02 A 31/01/2018	-
314447/01	MARCIA MANFREDINI	06/02/2016 A 05/02/2017	02 A 31/01/2018	-
314510/16	MARCIA MARIA B. MARQUES	02/09/2016 A 01/09/2017	02 A 31/01/2018	-
324116/01	MARCIA REGINA MELLOTO	02/05/2016 A 01/05/2017	02 A 31/01/2018	-
331392/01	MARCIA TEREZINHA H. TOSCAN	01/02/2017 A 31/01/2018	02 A 31/01/2018	-
141844/01	MACIO ANTONIO DA SILVA	03/02/2016 A 02/02/2017	02 A 31/01/2018	-
314650/01	MARCOS ANTONIO CORREA	01/08/2016 A 31/07/2017	02 A 31/01/2018	-
331414/01	MARCOS JOSE TOMAZ	01/02/2017 A 31/01/2018	02 A 31/01/2018	-
331422/01	MARCOS LAZZARINI	22/05/2017 A 21/05/2018	02 A 31/01/2018	-
171115/01	MARIA CRISTIANE WUNDER	13/02/2017 A 12/02/2018	02 A 31/01/2018	-
334766/03	MARIA CRISTINA HINZ MORESCO	16/03/2017 A 15/03/2018	02 A 31/01/2018	-
314862/01	MARIA DE FATIMA DE O. RIBEIRO	03/02/2016 A 02/02/2017	02 A 31/01/2018	-
314919/01	MARIA DE LOURDES DA COSTA	02/05/2016 A 01/05/2017	02 A 31/01/2018	-
314986/01	MARIA ELIANETE DE C. MASSON	01/09/2016 A 31/08/2017	02 A 31/01/2018	-

315010/01	MARIA ELIETE DE CAMARGO	04/04/2017 A 03/04/2018	02 A 31/01/2018	-
315117/01	MARIA IVONETE LOPES	19/08/2016 A 18/08/2017	02 A 31/01/2018	-
324280/10	MARIA REGINA L. DE C. MILESKI	01/02/2017 A 31/01/2018	02 A 31/01/2018	-
315257/01	MARIA SALETE TABACHUK	17/11/2016 A 16/11/2017	02 A 31/01/2018	-
315290/11	MARILEI DA S. P. BERGAMO	01/07/2017 A 30/06/2018	02 A 31/01/2018	-
315338/01	MARILENE BECKER	08/09/2016 A 07/09/2017	02 A 31/01/2018	-
331708/03	MARILENE MACHADO	01/03/2017 A 28/02/2018	02 A 31/01/2018	-
331716/01	MARILIA HACK	09/04/2017 A 08/01/2018	02 A 31/01/2018	-
324329/01	MARINES PEREIRA SCHU	01/02/2017 A 31/01/2018	02 A 31/01/2018	-
305626/04	MARISTELA SAVI NORA	10/08/2016 A 09/08/2017	02 A 31/01/2018	-
315613/22	MARIZA ELI DALLA Mª CASARA	01/02/2017 A 31/01/2018	01 A 31/01/2018	-
331830/05	MARIZA LUCIA SONEGO	02/09/2016 A 01/09/2016	02 A 31/01/2018	-
315702/01	MARLENE FATIMA ZINI	16/11/2016 A 15/11/2017	02 A 31/01/2018	-
324400/03	MARLI CRISTINA ALTMANN	19/02/2016 A 18/02/2017	02 A 31/01/2018	-
315745/01	MARLI DAMETTO MOROSINI	03/02/2017 A 02/02/2018	02 A 31/01/2018	-
331899/01	MARLI JUCELIA DOS ANJOS	01/02/2017 A 31/01/2018	02 A 31/01/2018	-
315966/01	MARY T. D. M. TOBALDINI	06/02/2016 A 05/02/2017	02 A 31/01/2018	-
138207/08	MAVIS CAPELETI	01/02/2017 A 31/01/2018	02 A 31/01/2018	-
316016/01	MAXIMINO VICENTE TENUTTI	01/11/2016 A 31/10/2017	02 A 31/01/2018	-
331945/04	MELANIA ALVES PEROTONI	01/02/2017 A 31/01/2018	02 A 31/01/2018	-
331953/02	MELANIA DE SOUZA	04/02/2017 A 03/02/2018	02 A 31/01/2018	-
316059/01	MERCI SURDI	06/02/2016 A 05/02/2017	02 A 31/01/2018	-
331988/01	MICHELE TEREZINHA KALSING	01/02/2017 A 31/01/2018	02 A 31/01/2018	-
331966/01	MICHELI OLIVERIO DA COSTA	01/02/2017 A 31/01/2018	02 A 31/01/2018	-
316148/01	MILTON KRUMMENAUER MAURER	16/07/2016 A 15/07/2017	02 A 31/01/2018	-
324540/01	MIRIAM DE AZEREDO E SILVA	01/02/2017 A 31/01/2018	02 A 31/01/2018	-
332011/01	MIRIAM GOLIN FAGUNDES	23/05/2016 A 22/05/2017	02 A 31/01/2018	-
324558/01	MIRIAN MARIA S. THOMAZONI	06/02/2017 A 05/02/2018	02 A 31/01/2018	-
324574/07	MIRIAN MASCARELLO FRACARO	01/05/2017 A 30/04/2018	02 A 31/01/2018	-
316199/01	MIRIAN SURDI GUBERT	22/02/2017 A 21/02/2018	02 A 31/01/2018	-
332097/01	MONICA LOPES DUARTE	09/01/2017 A 08/01/2018	02 A 31/01/2018	-
332100/04	MONICA MARTA STIIRMER	02/09/2016 A 01/09/2017	02 A 31/01/2018	-
316229/01	MONICA SALETE G. ROSSETTI	07/03/2017 A 06/03/2018	02 A 31/01/2018	-
332127/01	NADIA MARIA SUZIN	01/02/2017 A 31/01/2018	02 A 31/01/2018	-
332160/01	NALVA SUTIL DE OLIVEIRA	09/01/2017 A 08/01/2018	02 A 31/01/2018	-

316296/01	NANCY GRISNER FRANKE	07/03/2016 A 06/03/2017	02 A 31/01/2018	-
332208/01	NEIVA CRISTINA MECABÔ	01/02/2017 A 31/01/2018	02 A 31/01/2018	-
332216/01	NEIVA REBELATTO	01/02/2016 A 31/01/2017	02 A 31/01/2018	-
332224/01	NEIVA SALETE DE VARGAS BETIN	01/02/2017 A 31/01/2018	02 A 31/01/2018	-
316512/01	NELSON NORDT	28/08/2016 A 27/08/2017	02 A 31/01/2018	-
316539/02	NERCY RODRIGUES DA SILVA	06/02/2016 A 05/02/2017	02 A 31/01/2018	-
332267/01	NEUZA BERNADETE B. BRAMBILA	10/10/2016 A 09/10/2017	02 A 21/01/2018	10
332283/01	NIANE DE AZEREDO FILBERT	01/02/2017 A 31/01/2018	02 A 31/01/2018	-
316709/01	NILZA MARIA M. MURARO	28/03/2016 A 27/03/2017	02 A 31/01/2018	-
316792/01	NOEMI FRUHAUF RECK	03/02/2017 A 02/02/2018	02 A 31/01/2018	-
316822/01	NOEMI TEREZINHA A. DA L. TONINI	03/02/2016 A 02/02/2017	02 A 31/01/2018	-
324809/01	ODETE RODRIGUES	09/03/2017 A 08/03/2018	02 A 31/01/2018	-
316938/01	ODILIO LINS	08/09/2016 A 07/09/2017	02 A 21/01/2018	10
324825/01	ODILSON DA SILVA	03/10/2016 A 02/10/2017	02 A 31/01/2018	-
317101/01	OMAR FRANCISCO VARELA	11/09/2016 A 10/09/2017	02 A 31/01/2018	-
317241/05	OTAVIA MARIA SURDI	26/02/2017 A 25/02/2018	02 A 31/01/2018	-
332518/02	OTAVIO RICARDO LAMIN	10/02/2017 A 09/02/2018	02 A 31/01/2018	-
324876/04	PATRICIA APARECIDA VIEIRA	01/03/2017 A 28/02/2018	02 A 31/01/2018	-
332569/01	PATRICIA DE SIQUEIRA	01/02/2017 A 31/01/2018	02 A 31/01/2018	-
332593/01	PATRICIA OLIVERIO DA COSTA	01/11/2016 A 31/10/2017	15 A 24/01/2018 09 A 18/07/2018	-
407511/01	PATRICIA VIGANO ZANINI	14/05/2017 A 13/05/2018	02 A 31/01/2018	-
94714/01	PAULO RONALDO WAMES	20/09/2016 A 19/09/2017	08 A 17/01/2018 16 A 25/07/2018	10
332674/01	PRISCILA PREVIDE DA ROSA	29/01/2017 A 28/01/2018	02 A 31/01/2018	-
317608/01	RAFAELA DAROS MERGENER	11/07/2016 A 10/07/2016	02 A 31/01/2018	-
332720/01	REGIANE C. DE L. GIULIATO	01/02/2017 A 31/01/2018	02 A 31/01/2018	-
332747/01	REJANE LOURDES B. DURIGON	01/03/2016 A 28/02/2017	02 A 21/01/2018 18 A 27/07/2018	-
317721/01	REJANE MIRIAN B. GIONGO	01/04/216 A 31/03/2017	02 A 31/01/2018	-
317870/02	ROBERTO DA SILVA PINTO	02/02/2016 A 01/02/2017	15/01 A 03/02/2018	10
317896/01	ROBERTO REVELINO ESGANZELA	09/09/2016 A 08/09/2017	02 A 31/01/2018	-
332828/01	ROCYANA BRANDÃO	09/01/2017 A 08/01/2018	02 A 31/01/2018	-
304310/05	ROMI VILARINO LIRA	03/02/2017 A 02/02/2018	02 A 31/01/2018	-
317934/03	ROMULO GARCIA	21/02/2016 A 20/02/2017	02 A 31/01/2018	-
332879/01	ROQUE JOSE DA SILVA	02/01/2017 A 01/01/2018	02 A 31/01/2018	-
332933/01	ROSANE R. S. DE S. DUARTE	01/02/2017 a 31/01/2018	02 A 31/01/2018	-
318060/01	ROSANE SCOPEL	01/01/2016 A 31/12/2016	02 A 21/01/2018	10

407493/01	ROSANGELA RAIZER FACCIN	19/03/2017 A 18/03/2018	02 A 31/01/2018	-
324990/01	ROSANGELA V. R. SCHEUERMANN	21/02/2016 A 20/02/2017	02 A 31/01/2018	-
332984/01	ROSELAINE BEVILAQUA	02/01/2016 A 01/01/2017	02 A 11/01/2018 04 A 13/06/2018	10
333000/01	ROSELANE LANCINI GARCIA	01/02/2017 A 31/01/2018	02 A 31/01/2018	-
333026/01	ROSELI ROSALEN VAGNER	02/10/2017 A 01/10/2018	02 A 31/01/2018	-
333034/01	ROSELI VIEIRA LOPES	09/01/2016 A 08/01/2017	02 A 21/01/2018	10
318213/02	ROSELI ZANON CORDEIRO	09/01/2017 A 08/01/2018	02 A 31/01/2018	-
318256/01	ROSEMARY APARECIDA DA SILVA	03/02/2017 A 02/02/2018	02 A 31/01/2018	-
3330771/02	ROSENEI HOFFMA	11/04/2017 A 10/04/2018	02 A 31/01/2018	-
318302/01	ROSILEI ARLETE HAUS MATHANA	07/01/2017 A 06/01/2018	02 A 31/01/2018	-
318345/01	ROSILENE HAUS PAULY	22/02/2017 A 21/02/2018	02 A 31/01/2018	-
333115/01	ROSIMERI AP. M. BATISTA	06/03/2016 A 05/03/2017	02 A 31/01/2018	-
410094/01	RUBIA SAMARA FABRO	16/03/2017 A 15/03/2018	02 A 31/01/2018	-
333131/09	RUBYANY BRANDÃO SAVARIS	10/02/2017 A 09/02/2018	02 A 31/01/2018	-
318434/01	SAIONARA CRISTINA MASSON	03/02/2017 A 02/02/2018	02 A 31/01/2018	-
318493/01	SALETE LEAL DOS SANTOS	13/02/2016 A 12/02/2017	02 A 31/01/2018	-
318558/01	SALETE SAVARIS DE ARAUJO	03/02/2017 A 02/02/2018	02 A 31/01/2018	-
334782/03	SANDRA FACHIN	10/01/2016 A 09/01/2017	02 A 11/01/2018 20 A 30/07/2018	10
333174/01	SANDRA MARA TURATTO	01/02/2017 A 31/01/2018	02 A 31/01/2018	-
318620/01	SANDRA MARIA DEMIN	22/02/2017 A 21/02/2018	02 A 31/01/2018	-
333190/01	SANDRA PAULA BEDENDO	01/02/2017 A 31/01/2018	02 A 31/01/2018	-
318701/01	SAYONARA P. CREMONINI	03/02/2016 A 02/02/2017	02 A 31/01/2018	-
333328/02	SCHEILA MARA K. DE MATOS	09/01/2017 A 08/01/2018	02 A 31/01/2018	-
318809/01	SEBASTIÃO FERREIRA	12/02/2016 A 11/02/2017	02 A 21/01/2018	10
398489/01	SERGIO CLEIN	01/02/2017 A 31/01/2018	02 A 31/01/2018	-
333310/01	SERGIO GIRIOLI	02/01/2017 A 01/01/2018	02 A 31/01/2018	-
318949/01	SERGIO RODRIGUES DOS SANTOS	03/02/2017 A 02/02/2018	02 A 31/01/2018	-
318973/01	SERLI TEREZINHA R. DE FREITAS	03/02/2017 A 02/02/2018	02 A 31/01/2018	-
318949/01	SERGIO RODRIGUES DOS SANTOS	03/02/2017 A 02/02/2016	02 A 31/01/2018	-
318973/01	SERLI TEREZINHA R. DE FREITAS	13/08/2016 A 12/08/2017	02 A 31/01/2018	-
333336/01	SIDNEI LAZAROTTO	01/02/2017 A 31/01/2018	02 A 31/01/2018	-
319058/01	SIDNEI MARCOS SURDI	31/05/2016 A 30/05/2017	02 A 31/01/2018	-
333344/01	SIDNEI PEREIRA	02/01/2016 A 01/01/2017	02 A 21/01/2018	10
333352/01	SILVANA AP. ANTUNES	06/02/2016 A 05/02/2017	02 A 31/01/2018	-
333409/01	SILVIA MARIA DA ROSA	01/02/2017 A 31/01/2018	02 A 31/01/2018	-

333450/01	SIMARA AP. STOLFO DA SILVA	06/02/2016 A 05/02/2017	02 A 31/01/2018	-
410028/01	SIMONE C. ZENI CORA GODOY	03/09/2017 A 02/09/2018	02 A 31/01/2018	-
319236/04	SIMONE MANTOVANI GREZELE	01/02/2017 A 31/01/2018	02 A 31/01/2018	-
333492/01	SIMONE SALETE Z. DE O. LUZ	01/02/2017 A 31/01/2018	02 A 31/01/2018	-
319341/01	SIRLEI MARLI G. DA ROSA	02/02/2017 A 01/02/2018	02 A 31/01/2018	-
319406/01	SIRLEY MOSCHEN	13/06/2017 A 12/06/2018	02 A 31/01/2018	-
319490/01	SONIA APARECIDA LAMB	06/02/2016 A 05/02/2017	02 A 31/01/2018	-
319627/01	SUZANA ANDRADE ALVES	26/02/2016 A 25/02/2017	02 A 31/01/2018	-
325309/03	TAILA DORINHA PEREIRA	22/04/2017 A 21/04/2018	02 A 31/01/2018	-
333700/01	TAILANE NARA FACCIN	16/01/2017 A 15/01/2018	02 A 31/01/2018	-
325325/01	TAISE MARIA C. ROSTIROLA	18/02/2017 A 17/02/2018	02 A 31/01/2018	-
333778/01	TANIA CELIA DA COSTA DOS REIS	08/02/2017 A 07/02/2018	02 A 31/01/2018	-
319694/01	TANIA LUCI BAZZI ANGELI	26/06/2017 A 25/06/2018	02 A 31/01/2018	-
325368/01	TATIANE AP. DURIGON TOALDO	12/05/2016 A 11/05/2017	02 A 31/01/2018	-
319902/01	TEREZINHA AP. T. GIUMBELLI	21/02/2016 A 20/02/2017	02 A 31/01/2018	-
333867/02	TEREZINHA B. COLOMBO	09/01/2017 A 08/01/2018	02 A 31/01/2018	-
333930/01	THIARA J. SCHEUERMANN	09/01/2017 A 08/01/2018	02 A 31/01/2018	-
320188/01	VALDIR TENUTTI	01/01/2017 A 31/12/2017	02 A 31/01/2018	-
333999/01	VALERIA APARECIDA DA SILVA	01/02/2017 A 31/01/2018	02 A 31/01/2018	-
320250/01	VALMIR ANTONIO SOARES	01/10/2016 A 30/09/2017	02 A 31/01/2018	-
320340/01	VALQUIRIA M. DA S. MORESCO	03/02/2016 A 02/02/2017	02 A 31/01/2018	-
191060/01	VANESSA DA SILVA	19/02/2017 A 18/02/2018	02 A 31/01/2018	-
334120/01	VANESSA DE MATTOS	01/02/2017 A 31/01/2018	02 A 31/01/2018	-
334138/01	VANESSA SIVIERO	09/01/2017 A 08/01/2018	02 A 31/01/2018	-
334154/01	VANIA SCHWAIZER	01/02/2017 A 31/01/2018	02 A 31/01/2018	-
320510/01	VERA ALICE S. GONÇALVES	03/02/2017 A 02/02/2018	02 A 31/01/2018	-
320528/01	VERA AMALIA BAZZI	06/02/2017 A 05/02/2018	02 A 31/01/2018	-
320617/01	VERANICE MARIA LOVATEL	28/02/2016 A 27/02/2017	02 A 31/01/2018	-
100340/01	VILMA MASCARELLO RODRIGUES	22/04/2016 A 21/04/2017	02 A 21/01/2018	10
320714/01	VILMAR JOSE SOARES	23/07/2015 A 22/07/2016	02 A 31/01/2018	-
325686/01	VILMAR LEAL DA SILVA	02/01/2017 A 01/01/2018	02 A 21/01/2018	10
320870/01	VIVANDA TEREZA BORTOLI	22/02/2017 A 21/02/2018	02 A 31/01/2018	-
320897/01	VIVIAN MAFISA GOLIN	26/02/2016 A 25/02/2017	02 A 31/01/2018	-
320951/01	VIVIANE CRISTINA SITNIEWSKI	22/02/2017 A 21/02/2018	02 A 31/01/2018	-
334340/01	VOLMIR DOMINGOS PAZA	16/11/2016 A 15/11/2017	02 A 31/01/2018	-

325791/01	WANEISSA MORAES TRZCINSKI	22/02/2017 A 21/02/2018	02 A 31/01/2018	-
321095/01	ZEFERINO SCHMIDT SOARES	01/04/2016 A 31/03/2017	02 A 21/01/2018	10
321133/01	ZELI DE BARBA	01/08/2016 A 31/07/2017	02 A 31/01/2018	-
334413/01	ZIRLEI T. B. HACHMANN	13/02/2017 A 12/02/2018	02 A 31/01/2018	-

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de janeiro de 2018.

NOEMIA MARIA BONAMIGO PIZZAMIGLIO
Prefeita de Capinzal, em exercício
Registre-se e publique-se.

IVAIR LOPES RODRIGUES
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 0033/2018

Publicação Nº 1517040

PORTARIA Nº 0033, DE 19 DE JANEIRO 2018
Exonera servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar conforme requerimento protocolado sob o nº 161/2018, Sandra Eloisa Jung, matrícula nº 318604/03, ocupante do cargo de Diretor de Assistência Social, nível CC – 3, conforme anexo IV - H da Lei Complementar nº 146 de 04 de maio de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 19 de janeiro de 2018.

NOEMIA MARIA BONAMIGO PIZZAMIGLIO
Prefeita de Capinzal, em exercício

Registre-se e publique-se.

IVAIR LOPES RODRIGUES
Secretário da Assistência Social, interino

PORTARIA 0041/2018

Publicação Nº 1517045

PORTARIA Nº 0041, DE 23 DE JANEIRO 2018
Exonera servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, conforme requerimento protocolado sob o nº 0211/2018, Tailania Pereira Dias, matrícula nº 333719/04, ocupante do cargo de Enfermeiro, conforme anexo I da Lei Complementar nº 146 de 04 de maio de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 23 de janeiro de 2018.

NOEMIA MARIA BONAMIGO PIZZAMIGLIO
Prefeita de Capinzal, em exercício

Registre-se e publique-se.

ALESSANDRO BRAGA RAMOS
Secretário da Saúde, interino

PORTARIA 0043/2018

Publicação Nº 1517070

PORTARIA Nº 0043, DE 25 DE JANEIRO DE 2018
Convoca servidor na forma que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Convocar a servidora Ana Paula Enderle, matrícula nº 410032/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Escriturário, nível 153, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais.

Art. 2º A servidora deverá retornar às atividades antes do término do período de férias, por interesse da Administração Municipal.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 25 de janeiro de 2018.

NOEMIA MARIA BONAMIGO PIZZAMIGLIO
Prefeita de Capinzal, em exercício

Registrada e publicada.

IVAIR LOPES RODRIGUES
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 0044/2018

Publicação Nº 1517079

PORTARIA Nº 0044, DE 25 DE JANEIRO DE 2018
Designa servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005, alterada pela Lei Complementar nº 129, de 12 de agosto de 2009 e pela Lei Complementar nº 186, de 11 de novembro de 2015, resolve:

Art. 1º Designar Alessandro Braga Ramos, matrícula nº 305340/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Escriturário, nível 153, referência J, conforme o anexo I da lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para responder interinamente pela Secretaria da Saúde, pelo período de 02 a 31 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de janeiro de 2018.

NOEMIA MARIA BONAMIGO PIZZAMIGLIO
Prefeita de Capinazal, em exercício

Registre-se e publique-se.

IVAIR LOPES RODRIGUES
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 0048/2018

Publicação Nº 1517092

PORTARIA Nº 0048, DE 26 DE JANEIRO 2018
Exonera servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, por término de contrato, Gracielli Rossetti Giumbelli, matrícula nº 177873/07, ocupante do cargo de Enfermeiro, conforme anexo I da Lei Complementar nº 146 de 04 de maio de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 26 de janeiro de 2018.

NOEMIA MARIA BONAMIGO PIZZAMIGLIO
Prefeita de Capinzal, em exercício

Registre-se e publique-se.

ALESSANDRO BRAGA RAMOS
Secretário da Saúde, interino

PORTARIA 0051/2018

Publicação Nº 1517093

PORTARIA Nº 0051, DE 26 DE JANEIRO DE 2018
Designa servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005, alterada pela Lei Complementar nº 129, de 12 de agosto de 2009 e pela Lei Complementar nº 186, de 11 de novembro de 2015, resolve:

Art. 1º Designar Ivair Lopes Rodrigues, matrícula nº 410146/02, ocupante do cargo de provimento em comissão de Secretário da Administração e Finanças, nível CC - 5, conforme o anexo IV - A da lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para responder interinamente pela Secretaria da Assistência Social, pelo período de 02 a 31 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de janeiro de 2018.
NOEMIA MARIA BONAMIGO PIZZAMIGLIO
Prefeita de Capinzal, em exercício

Registre-se e publique-se.

PORTARIA 0052/2018

Publicação Nº 1517094

PORTARIA Nº 0052, DE 26 DE JANEIRO DE 2018
Designa servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005, alterada pela Lei Complementar nº 129, de 12 de agosto de 2009 e pela Lei Complementar nº 186, de 11 de novembro de 2015, resolve:

Art. 1º Designar Alessandro Braga Ramos, matrícula nº 305340/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Escriturário, nível 153, referência J, conforme o anexo I da lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para responder interinamente pelo Fundo Municipal de Saúde, pelo período de 02 a 31 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de janeiro de 2018.
NOEMIA MARIA BONAMIGO PIZZAMIGLIO
Prefeita de Capinzal, em exercício

Registre-se e publique-se.

IVAIR LOPES RODRIGUES
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 0053/2018

Publicação Nº 1517098

PORTARIA Nº 0053, DE 26 DE JANEIRO DE 2018
Designa servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005, alterada pela Lei Complementar nº 129, de 12 de agosto de 2009 e pela Lei Complementar nº 186, de 11 de novembro de 2015, resolve:

Art. 1º Designar Ivair Lopes Rodrigues, matrícula nº 410146/02,

ocupante do cargo de provimento em comissão de Secretário da Administração e Finanças, nível CC - 5, conforme o anexo IV - A da lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para responder interinamente pelo Fundo da Assistência Social, pelo período de 02 a 31 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de janeiro de 2018.
NOEMIA MARIA BONAMIGO PIZZAMIGLIO
Prefeita de Capinzal, em exercício

Registre-se e publique-se.

PORTARIA 0059/2018

Publicação Nº 1517106

PORTARIA Nº 0059, DE 29 DE JANEIRO 2018
Exonera servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, por término de contrato, Lucilene Pacheco dos Santos, matrícula nº 407497/03, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme anexo IV da Lei Complementar nº 146 de 04 de maio de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 29 de janeiro de 2018.
NOEMIA MARIA BONAMIGO PIZZAMIGLIO
Prefeita de Capinzal, em exercício

Registre-se e publique-se.

IVAIR LOPES RODRIGUES
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 0061/2018

Publicação Nº 1517109

PORTARIA Nº 0061, DE 29 DE JANEIRO 2018

Exonera servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, por término de contrato, Liliane Lanhi, matrícula nº 330744/05, ocupante do cargo de Enfermeiro, nível 377, referência A, conforme anexo I da Lei Complementar nº 146 de 04 de maio de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 29 de janeiro de 2018.
NOEMIA MARIA BONAMIGO PIZZAMIGLIO
Prefeita de Capinzal, em exercício

Registre-se e publique-se.

ALESSANDRO BRAGA RAMOS
Secretário da Saúde, interino

PORTARIA 0062/2018

Publicação Nº 1517110

PORTARIA Nº 0062, DE 29 DE JANEIRO 2018

Exonera servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, por término de contrato, Tailana Bazzo, matrícula nº 333689/08, ocupante do cargo de Enfermeiro, nível 377, referência A, conforme anexo I da Lei Complementar nº 146 de 04 de maio de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 29 de janeiro de 2018.
NOEMIA MARIA BONAMIGO PIZZAMIGLIO
Prefeita de Capinzal, em exercício

Registre-se e publique-se.

ALESSANDRO BRAGA RAMOS
Secretário da Saúde, interino

PORTARIA 0063/2018

Publicação Nº 1516806

PORTARIA Nº 0063, DE 29 DE JANEIRO 2018

Exonera servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, por término de contrato, Rosane Lopes Duarte, matrícula nº 332895/09, ocupante do cargo de Enfermeiro, nível 377, referência A, conforme anexo I da Lei Complementar nº 146 de 04 de maio de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 29 de janeiro de 2018.
NOEMIA MARIA BONAMIGO PIZZAMIGLIO
Prefeita de Capinzal, em exercício

Registre-se e publique-se.

ALESSANDRO BRAGA RAMOS
Secretário da Saúde, interino

PORTARIA 0065/2018

Publicação Nº 1516816

PORTARIA Nº 0065, DE 29 DE JANEIRO 2018

Exonera servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, por término de contrato, Leila Mara Ferreira, matrícula nº 407437/02, ocupante do cargo de Enfermeiro, nível 377, referência A, conforme anexo I da Lei Complementar nº 146 de 04 de maio de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 29 de janeiro de 2018.

NOEMIA MARIA BONAMIGO PIZZAMIGLIO
Prefeita de Capinzal, em exercício

Registre-se e publique-se.

ALESSANDRO BRAGA RAMOS
Secretário da Saúde, interino

PORTARIA 0066/2018

Publicação Nº 1516865

PORTARIA Nº 0066, DE 29 DE JANEIRO 2018

Exonera servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, por término de contrato, Marigil Aguiar da Silva Bevilaqua, matrícula nº 410204/01, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, nível 393, referência A, conforme anexo I da Lei Complementar nº 146 de 04 de maio de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 29 de janeiro de 2018.
NOEMIA MARIA BONAMIGO PIZZAMIGLIO
Prefeita de Capinzal, em exercício

Registre-se e publique-se.

ALESSANDRO BRAGA RAMOS
Secretário da Saúde, interino

PORTARIA 0067/2018

Publicação Nº 1516871

PORTARIA Nº 0067, DE 29 DE JANEIRO 2018

Exonera servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, por término de contrato, Bruna Maria Moresco, matrícula nº 327026/03, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, nível 393, referência A, conforme anexo I da Lei Complementar nº 146 de 04 de maio de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 29 de janeiro de 2018.
NOEMIA MARIA BONAMIGO PIZZAMIGLIO
Prefeita de Capinzal, em exercício

Registre-se e publique-se.

ALESSANDRO BRAGA RAMOS
Secretário da Saúde, interino

PORTARIA 0068/2018

Publicação Nº 1516937

PORTARIA Nº 0068, DE 29 DE JANEIRO 2018
Exonera servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, por término de contrato, Estefania Fenski Fraron, matrícula nº 328375/05, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, nível 393, referência A, conforme anexo I da Lei Complementar nº 146 de 04 de maio de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 29 de janeiro de 2018.
NOEMIA MARIA BONAMIGO PIZZAMIGLIO
Prefeita de Capinzal, em exercício

Registre-se e publique-se.
ALESSANDRO BRAGA RAMOS
Secretário da Saúde, interino

PORTARIA 0069/2018

Publicação Nº 1516939

PORTARIA Nº 0069, DE 29 DE JANEIRO 2018
Exonera servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, por término de contrato, Fatima Machado, matrícula nº 327000/02, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, nível 393, referência A, conforme anexo I da Lei Complementar nº 146 de 04 de maio de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 29 de janeiro de 2018.
NOEMIA MARIA BONAMIGO PIZZAMIGLIO
Prefeita de Capinzal, em exercício

Registre-se e publique-se.
ALESSANDRO BRAGA RAMOS
Secretário da Saúde, interino

PORTARIA 0070/2018

Publicação Nº 1516941

PORTARIA Nº 0070, DE 29 DE JANEIRO 2018
Exonera servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, por término de contrato, Scheyla Cristina Alves Schmidt de Vargas, matrícula nº 325163/09, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, nível 393, referência A, conforme anexo I da Lei Complementar nº 146 de 04 de maio de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 29 de janeiro de 2018.
NOEMIA MARIA BONAMIGO PIZZAMIGLIO
Prefeita de Capinzal, em exercício

Registre-se e publique-se.
ALESSANDRO BRAGA RAMOS
Secretário da Saúde, interino

PORTARIA 0071/2018

Publicação Nº 1516952

PORTARIA Nº 0071, DE 29 DE JANEIRO 2018
Exonera servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, por término de contrato, Ana Priscila de Oliveira Teodoro da Silva, matrícula nº 410216/01, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, nível 393, referência A, conforme anexo I da Lei Complementar nº 146 de 04 de maio de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 29 de janeiro de 2018.
NOEMIA MARIA BONAMIGO PIZZAMIGLIO
Prefeita de Capinzal, em exercício

Registre-se e publique-se.

ALESSANDRO BRAGA RAMOS
Secretário da Saúde, interino

PORTARIA 0072/2018

Publicação Nº 1517112

PORTARIA Nº 0072, DE 29 DE JANEIRO 2018
Exonera servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, conforme requerimento protocolado sob o nº 221/2018, Vanice Marlei Nora Bussacro, matrícula nº 410217/01, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, nível 393, referência A, conforme anexo I da Lei Complementar nº 146 de 04 de maio de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 29 de janeiro de 2018.
NOEMIA MARIA BONAMIGO PIZZAMIGLIO
Prefeita de Capinzal, em exercício

Registre-se e publique-se.

ALESSANDRO BRAGA RAMOS
Secretário da Saúde, interino

PORTARIA 0073/2018

Publicação Nº 1516962

PORTARIA Nº 0073, DE 29 DE JANEIRO 2018
Exonera servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, por término de contrato, Beatris de Lima, matrícula nº 321818/11, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, nível 393, referência A, conforme anexo I da Lei Complementar nº 146 de 04 de maio de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 29 de janeiro de 2018.
NOEMIA MARIA BONAMIGO PIZZAMIGLIO
Prefeita de Capinzal, em exercício

Registre-se e publique-se.

ALESSANDRO BRAGA RAMOS
Secretário da Saúde, interino

PORTARIA 0074/2018

Publicação Nº 1516968

PORTARIA Nº 0074, DE 29 DE JANEIRO 2018
Exonera servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, por término de contrato, Dirlena de Borba, matrícula nº 407476/06, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, nível 393, referência A, conforme anexo I da Lei Complementar nº 146 de 04 de maio de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 29 de janeiro de 2018.
NOEMIA MARIA BONAMIGO PIZZAMIGLIO
Prefeita de Capinzal, em exercício

Registre-se e publique-se.

ALESSANDRO BRAGA RAMOS
Secretário da Saúde, interino

PORTARIA 0075/2018

Publicação Nº 1516977

PORTARIA Nº 0075, DE 29 DE JANEIRO 2018
Exonera servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, por término de contrato, Francieli Mendes Rodrigues da Luz, matrícula nº 410231/01, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, nível 393, referência A, conforme anexo I da Lei Complementar nº 146 de 04 de maio de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 29 de janeiro de 2018.
NOEMIA MARIA BONAMIGO PIZZAMIGLIO
Prefeita de Capinzal, em exercício

Registre-se e publique-se.

ALESSANDRO BRAGA RAMOS
Secretário da Saúde, interino

PORTARIA 0076/2018

Publicação Nº 1516983

PORTARIA Nº 0076, DE 29 DE JANEIRO 2018
Exonera servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, por término de contrato, Marli Terezinha Surdi, matrícula nº 331902/08, ocupante do cargo de Técnico em

Enfermagem, nível 393, referência A, conforme anexo I da Lei Complementar nº 146 de 04 de maio de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 29 de janeiro de 2018.
NOEMIA MARIA BONAMIGO PIZZAMIGLIO
Prefeita de Capinzal, em exercício

Registre-se e publique-se.

ALESSANDRO BRAGA RAMOS
Secretário da Saúde, interino

PORTARIA 0077/2018

Publicação Nº 1516988

PORTARIA Nº 0077, DE 29 DE JANEIRO 2018
Exonera servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, por término de contrato, Grazieli Aparecida da Silveira, matrícula nº 410237/01, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, nível 393, referência A, conforme anexo I da Lei Complementar nº 146 de 04 de maio de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 29 de janeiro de 2018.
NOEMIA MARIA BONAMIGO PIZZAMIGLIO
Prefeita de Capinzal, em exercício

Registre-se e publique-se.

ALESSANDRO BRAGA RAMOS
Secretário da Saúde, interino

PORTARIA 0078/2018

Publicação Nº 1517006

PORTARIA Nº 0078, DE 29 DE JANEIRO 2018
Exonera servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, por término de contrato, Fatima Aparecida Ribeiro da Silva, matrícula nº 410236/01, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, nível 393, referência A, conforme anexo I da Lei Complementar nº 146 de 04 de maio de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 29 de janeiro de 2018.
NOEMIA MARIA BONAMIGO PIZZAMIGLIO
Prefeita de Capinzal, em exercício

Registre-se e publique-se.

ALESSANDRO BRAGA RAMOS
Secretário da Saúde, interino

PORTARIA 0079/2018

Publicação Nº 1517009

PORTARIA Nº 0079, DE 29 DE JANEIRO 2018
Exonera servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, por término de contrato, Lucimari Mendes Rodrigues Calluans, matrícula nº 313840/09, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, nível 393, referência A, conforme anexo I da Lei Complementar nº 146 de 04 de maio de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 29 de janeiro de 2018.
NOEMIA MARIA BONAMIGO PIZZAMIGLIO
Prefeita de Capinzal, em exercício

Registre-se e publique-se.

ALESSANDRO BRAGA RAMOS
Secretário da Saúde, interino

PORTARIA 0080/2018

Publicação Nº 1517010

PORTARIA Nº 0080, DE 29 DE JANEIRO 2018
Exonera servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, por término de contrato, Geni Maria Fernandes, matrícula nº 410252/01, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, nível 393, referência A, conforme anexo I da Lei Complementar nº 146 de 04 de maio de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 29 de janeiro de 2018.
NOEMIA MARIA BONAMIGO PIZZAMIGLIO
Prefeita de Capinzal, em exercício

Registre-se e publique-se.

ALESSANDRO BRAGA RAMOS
Secretário da Saúde, interino

PORTARIA 0083/2018

Publicação Nº 1517118

PORTARIA Nº 0083, DE 30 DE JANEIRO DE 2018
Altera o disposto na portaria 0936/2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Altera o período de férias da servidora Denise Costenaro Riquetti, matrícula nº 308099/01, citado na portaria 0028/2018, passando a vigorar com a seguinte redação:

308099/01	DENISE C. RIQUETTI	01/04/2016 A 31/03/2017	18 A 27/12/2017 15 A 29/01/2018 19/02 A 23/02/2018	-
-----------	--------------------	-------------------------	--	---

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 24 de janeiro de 2018.

NOEMIA MARIA BONAMIGO PIZZAMIGLIO
Prefeita de Capinzal, em exercício

Registre-se e publique-se.
IVAIR LOPES RODRIGUES
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 0084/2018

Publicação Nº 1517016

PORTARIA Nº 0084, DE 30 DE JANEIRO DE 2018
Concede licença para tratar de interesses particulares

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do artigo 71 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991 e em resposta ao requerimento protocolado sob o nº 3069/2017, resolve:

Art. 1º Conceder Licença para Tratar de Interesses Particulares à servidora Isabela Moresco Figura, matrícula nº 410256/01, ocupante do cargo de Médico, nível 178, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, pelo período de 02 a 31 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 30 de janeiro de 2018.
NOEMIA MARIA BONAMIGO PIZZAMIGLIO
Prefeita de Capinzal, em exercício

Registre-se e publique-se.

ALESSANDRO BRAGA RAMOS
Secretário da Saúde, interino

PORTARIA 0085/2018

Publicação Nº 1517019

PORTARIA Nº 0085, DE 30 DE JANEIRO DE 2018
Concede Licença Prêmio a servidor

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto na Lei Complementar nº 167, de 21 de março de 2014, resolve:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio, conforme requerimento, à servidora Daniela Bortoli, matrícula nº 327603/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fonoaudiólogo, nível 164, referência D, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, referente ao quinquênio de 01 de março de 2012 a 31 de maio de 2017, pelo período de 01 de dezembro de 2017 a 28 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de dezembro de 2017.

NOEMIA MARIA BONAMIGO PIZZAMIGLIO
Prefeita de Capinzal, em exercício

Registre-se e publique-se.

ALESSANDRO BRAGA RAMOS
Secretário da Saúde, interino

Catanduvas

PREFEITURA

AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0004/2018 - PREGÃO Nº 0003/2018

Publicação Nº 1517737

AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0004/2018
PREGÃO Nº 0003/2018

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de manutenção e reparos no sistema municipal de re-transmissores de sinais de TV.

Motivo: Por conveniência da Administração Municipal.

Informações: maiores informações, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo Telefone (49) 3525-6529.

Catanduvas – SC, 08 de fevereiro de 2018.
Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO N. 078/2018 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1517941

DECRETO LEGISLATIVO N. 078/2018 DE 8 DE FEVEREIRO DE 2018.
"Estabelece ponto facultativo e dá outras providências."

MONALISA RUARO, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Catanduvas, Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o inciso XVI e § 1º do artigo 38 da Lei Orgânica Municipal e inciso XVII do art. 29 do Regimento Interno, CONSIDERANDO, que o Carnaval é uma Festa tradicionalmente popular, comemorada em todo o país; CONSIDERANDO, que cumpre aos Poderes Públicos: promover, incentivar e facilitar todas as manifestações populares de cunho moral, religioso, cívico ou patriótico; CONSIDERANDO, que no mesmo período é decretado ponto facultativo pelos governos federal, estadual e municipal com a consequente paralisação dos expedientes nas repartições públicas e no sistema bancário nacional;

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido PONTO FACULTATIVO na Câmara Municipal de Vereadores de Catanduvas no dia 14 de fevereiro até o meio dia, retornando ao expediente normal a partir das 13h30min.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas (SC), 8 de fevereiro de 2018.
MONALISA RUARO
Presidente

Registrado e publicado por esta Secretaria, nesta data.

MONALISA RUARO
Presidente

Celso Ramos**PREFEITURA****31 AO 34/2018**

Publicação Nº 1516739

Extrato de contrato - Prefeitura Municipal de Celso Ramos

CONTRATO: 31/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS

CONTRATADA: DIMAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

AQUISIÇÃO DE UMA CARRETA AGRÍCOLA, GRADES ARADORA E UMA DISTRIBUIDORA DE CALCÁRIO, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA DESCRITO NO ANEXO I DESTE EDITAL, CONFORME CONTRATO DE REPASSE OGU NÚMERO: 847501/2017(SICONV), OPERAÇÃO 1042582-96, APOIADO PELO PROGRAMA FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO/CAIXA.

VALOR: 17940,00

OBJETO: DISTRIBUIDOR DE CALCÁRIO E FERTILIZANTES - QUANTIDADE: 05 UNIDADES

VIGÊNCIA: 08 DE FEVEREIRO A 31/12/2018.

Extrato de contrato - Prefeitura Municipal de Celso Ramos

CONTRATO: 32/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS

CONTRATADA: DELMAR KISSMANN ME

AQUISIÇÃO DE UMA CARRETA AGRÍCOLA, GRADES ARADORA E UMA DISTRIBUIDORA DE CALCÁRIO, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA DESCRITO NO ANEXO I DESTE EDITAL, CONFORME CONTRATO DE REPASSE OGU NÚMERO: 847501/2017(SICONV), OPERAÇÃO 1042582-96, APOIADO PELO PROGRAMA FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO/CAIXA.

VALOR: 17.000,00

OBJETO: GRADE ARADORA 16 DISCOS - QUANTIDADE: 05 UNIDADES

VIGÊNCIA: 08 DE FEVEREIRO A 31/12/2018.

Extrato de contrato - Prefeitura Municipal de Celso Ramos

CONTRATO: 33/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS

CONTRATADA: PORTALMAQ IND COM DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA ME

AQUISIÇÃO DE UMA CARRETA AGRÍCOLA, GRADES ARADORA E UMA DISTRIBUIDORA DE CALCÁRIO, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA DESCRITO NO ANEXO I DESTE EDITAL, CONFORME CONTRATO DE REPASSE OGU NÚMERO: 847501/2017(SICONV), OPERAÇÃO 1042582-96, APOIADO PELO PROGRAMA FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO/CAIXA.

VALOR: 13.850,00

OBJETO: CARRETA AGRÍCOLA - QUANTIDADE: 01 UNIDADE

VIGÊNCIA: 08 DE FEVEREIRO A 31/12/2018.

Extrato de contrato - Prefeitura Municipal de Celso Ramos

CONTRATO: 34/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS

CONTRATADA: METALURGICA FREITAS LTDA EPP

AQUISIÇÃO DE UMA CARRETA AGRÍCOLA, GRADES ARADORA E UMA DISTRIBUIDORA DE CALCÁRIO, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA DESCRITO NO ANEXO I DESTE EDITAL, CONFORME CONTRATO DE REPASSE OGU NÚMERO: 847501/2017(SICONV), OPERAÇÃO 1042582-96, APOIADO PELO PROGRAMA FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO/CAIXA.

VALOR: 81.245,00

OBJETO: GRADE ARADORA 14 DISCOS - QUANTIDADE: 05 UNIDADES

VIGÊNCIA: 08 DE FEVEREIRO A 31/12/2018.

ERRATA EDITAL 13/2018

Publicação Nº 1517590

ERRATA - EDITAL DE LICITAÇÃO 13/2018 PREGÃO PRESENCIAL 10/2018

ONDINO RIBEIRO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Celso Ramos no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município RETIFICA o Edital do Pregão em epígrafe nos seguintes termos:

ONDE SE LÊ:

TERMO DE REFERÊNCIA – PROPOSTA COMERCIAL

QTD	ITEM	Valor UN	Valor Total
30	TATAME 1X1 40MM	113,50	3.405,00
100	KIMONO TAM ADULTO E INFANTIL	112,00	11.200,00

Total geral: 14605,00			
--------------------------	--	--	--

LEIA-SE:

QTD	ITEM	Valor UN	Valor Total
30	TATAME 1X1 40MM MARCA:	113,50	3.405,00
100	KIMONO – CASACO E CALÇA JUDO QUI ALVEJADO EM SARJA BRIM TAMANHO -> M0,M1,M2,M3 ADULTO E INFANTIL COM CÓS ELÁSTICO, PRÉ LAVADO, PRÉ ENCOLHIDO GRAMATURA DE 250 GRAMAS POR METRO LINEAR MARCA:	112,00	11.200,00
Total geral: 14605,00			

ONDE SE LÊ:

DATA DE ABERTURA: 20 DE FEVEREIRO DE 2018 ÀS 14 HORAS.

LEIA-SE:

DATA DE ABERTURA: 26 DE FEVEREIRO DE 2018 ÀS 14 HORAS.

Celso Ramos 08 de fevereiro de 2018.

ONDINO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

REVOGAÇÃO PROCESSO 12/18

Publicação Nº 1517021

ATO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Município de Celso Ramos, pessoa jurídica de direito público, neste ao representado por seu Prefeito Municipal Ondino Ribeiro de Medeiros, no uso de suas atribuições legais, ainda, em cumprimento às disposições contidas no Art. 49 da Lei 8.666/93 e da Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal, decide REVOGAR O PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2018 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2018, que tem por objeto a OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA DESCRITO NO ANEXO I DESTE EDITAL, CONFORME CONTRATO DE REPASSE OGU NÚMERO: 851818/2017(SICONV), OPERAÇÃO 1044661-96, APOIADO PELO PROGRAMA FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO/CAIXA.

1º - CONSIDERANDO que o ato administrativo revogatório é resultante do poder discricionário no qual permite a Administração rever suas atividades para que se destinem ao seu fim específico;

2º - CONSIDERANDO que o interesse público nada mais é do que o interesse da coletividade e que cada ato da Administração Pública deve ter por escopo a satisfação e o interesse de todos os cidadãos;

3º - CONSIDERANDO que após efetuar uma análise minuciosa do texto editalício, a Administração concluiu que o Edital de Licitação necessita de alterações e correções substanciais, situação que irá modificar o conteúdo das propostas, motivo pelo qual;

REVOGA-SE O PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2018 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2018.

Celso Ramos, 07 de fevereiro de 2018.

Ondino Ribeiro de Medeiros

Prefeito Municipal

Cerro Negro

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/2018 - PROCESSO LICITATÓRIO 004/2018

Publicação Nº 1518004

MUNICIPIO DE CERRO NEGRO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/2018 - PMCN

Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de peças e a prestação de serviços de mão de obra para conserto do Ônibus Agrale - Mascarello Roma 310, Ano/Modelo 2011/2012 placas MLC-8918, Nº de patrimônio 76.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento das propostas: até às 09h45 do dia 27/02/2018.

Abertura: às 10h00 do dia 27/02/2018.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.cerronegro.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Setor de Compras deste Município, situado na Avenida Orides Delfes Furtado, 739, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone (49) 3258-0000.

Cerro Negro, SC, 09 de fevereiro de 2018.

ADEMILSON CONRADO

Prefeito Municipal

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 21/2017

Publicação Nº 1516749

Ata de Registro de Preço nº 21/2017

Vigência: 11/10/2018

Processo Licitatório nº 60/2017.

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Participante: TAYNAN TRANSPORTES E TURISMO LTDA

Valor Total: R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais).

Objeto: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços à contratação de Empresas Especializadas à realização do transporte de passageiros do Município de Chapadão do Lageado, com fornecimento pela contratada de motorista habilitado, combustível e/ou qualquer outra despesa.

DATA DA ASSINATURA: 11/10/2017.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 22/2017

Publicação Nº 1516756

Ata de Registro de Preço nº 22/2017

Vigência: 25/10/2018

Processo Licitatório nº 62/2017.

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Participante: MECANICA MIRIN LTDA- ME

Valor Total: R\$ 562.696,11.

Objeto: A presente licitação tem por objeto selecionar a proposta mais vantajosa para aquisição de peças (LOTE 1) - VW/15.190/ EOD E.HD ORE, ano/modelo 2013/2014, cor Amarela, placa MLG4860; VW/15.190/ EOD E.HD ORE, ano/modelo 2013/2013, cor Amarela, placa MLT2314; VW/15.190/ EOD E.S.ORE, ano/modelo 2010/2011, cor Amarela, placa MIO4861; (LOTE 2) - MARCOPOLLO VOLARE, ano/modelo 2003/2004, cor Branca, placa MCZ0688; (LOTE 3) - IVECO/CITYCLASS 70C16, ano/modelo 2010/2011, cor Amarela, placa MJH4889.

DATA DA ASSINATURA: 25/10/2017.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 23/2017

Publicação Nº 1516759

Ata de Registro de Preço nº 23/2017

Vigência: 07/11/2018

Processo Licitatório nº 66/2017.

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Participante: MZ PNEUS EIRELI ME, FM PNEUS LTDA e GRANDO PNEUS LTDA.

Valor Total: R\$ 297.080,00 (duzentos e noventa e sete mil e oitenta reais).

Objeto: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a contratação de serviços de recapagem, recauchutagem, dublagem e conserto de pneus dos veículos e máquinas do Município de Chapadão do Lageado-SC.

DATA DA ASSINATURA: 07/11/2017.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 24/2017

Publicação Nº 1516765

Ata de Registro de Preço nº 24/2017

Vigência: 09/11/2018.

Processo Licitatório nº 67/2017.

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Participante: SIGA BEM DIST. DE LUBRIFICANTES LTDA, MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LT e COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS VHS LTDA EPP.

Valor Total: R\$ 138.185,00 (cento e trinta e oito mil e cento e oitenta e cinco reais).

Objeto: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de lubrificantes, a serem utilizados na manutenção dos veículos lotados no Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC e nos demais órgãos do Município de Chapadão do Lageado.

DATA DA ASSINATURA: 09/11/2017.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 25/2017

Publicação Nº 1516769

Ata de Registro de Preço nº 25/2017

Vigência: 13/11/2018.

Processo Licitatório nº 68/2017.

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Participante: R.T. TRATORES COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS, FILTROSUL COMERCIO DE FILTROS E PEÇAS LT e JULIO SILVESTRE FILHO ME.

Valor Total: R\$ 85.627,10 (oitenta e cinco mil seiscentos e vinte e sete reais e dez centavos).

Objeto: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de filtro de diesel, filtro lubrificante, elemento d'água, filtro de ar, filtro de hidráulico, elemento de ar, filtro de combustível, filtro de ar compressor e filtro de óleo, para atender as necessidades dos veículos/máquinas/equipamentos lotados no Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC e nos demais órgãos do Município de Chapadão do Lageado, de acordo com os itens, quantidades e especificações.

DATA DA ASSINATURA: 13/11/2017.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 26/2017

Publicação Nº 1516773

Ata de Registro de Preço nº 26/2017

Vigência: 22/11/2018.

Processo Licitatório nº 71/2017.

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Participante: ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA;

METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA;

PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOTOLOGIA;

LA DALLA PORTA JUNIOR e

PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELLI.

Valor Total: R\$ 119.905,24 (cento e dezenove mil novecentos e

cinco reais e vinte e quatro centavos).

Objeto: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de Materiais Hospitalares e Equipamentos para atender à demanda do Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II.

DATA DA ASSINATURA: 22/11/2017.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 27/2017

Publicação Nº 1516779

Ata de Registro de Preço nº 27/2017

Vigência: 29/11/2018.

Processo Licitatório nº 74/2017.

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Participante: CLEVISON KERSBAUM ME e DILMA MARIA PADARIA E CONFEITARIA LTDA ME

Valor Total: R\$ 89.067,50 (oitenta e nove mil sessenta e sete reais e cinquenta centavos).

Objeto: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios e produtos de panificação em geral para atender a necessidade oriunda de eventos especiais, de interesse público, como cursos, seminários e encontros, promovidos pelo Município de Chapadão do Lageado.

DATA DA ASSINATURA: 29/11/2017.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 28/2017

Publicação Nº 1516782

Ata de Registro de Preço nº 28/2017

Vigência: 04/12/2018.

Processo Licitatório nº 75/2017.

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Participante: COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS VHS LTDA EPP e POSTO DE COMBUSTÍVEL FLOR DE LIZ LTDA

Valor Total: R\$ 428.750,00 (quatrocentos e vinte e oito mil setecentos e cinquenta reais).

Objeto: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de Óleo Diesel S 10 destinados ao abastecimento dos veículos lotados no Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC e nos demais órgãos do Município de Chapadão do Lageado.

DATA DA ASSINATURA: 04/12/2017.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 29/2017

Publicação Nº 1516786

Ata de Registro de Preço nº 29/2017

Vigência: 04/12/2018.

Processo Licitatório nº 76/2017.

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Participante: COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS VHS LTDA EPP

Valor Total: R\$ 175.010,00 (cento e setenta e cinco mil e dez reais).

Objeto: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de Combustível (Gasolina Comum), retirado na bomba do estabelecimento do contratado, inclusos serviços de frentista, destinados ao abastecimento dos veículos lotados no Fundo Municipal de Saúde e nos demais órgãos do Município de Chapadão do Lageado.

DATA DA ASSINATURA: 04/12/2017.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 30/2017

Publicação Nº 1516791

Ata de Registro de Preço nº 30/2017

Vigência: 05/12/2018.

Processo Licitatório nº 77/2017.

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Participante: ALEXSON MACHADO ME e MARILETE PAUL STEIN ME.

Valor Total: R\$ 466.195,50 (quatrocentos e sessenta e seis mil cento e noventa e cinco reais e cinquenta centavos).

Objeto: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de Materiais de Construção Diversos para atender à demanda do Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC e dos demais órgãos do Município de Chapadão do Lageado.

DATA DA ASSINATURA: 05/12/2017.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 31/2017

Publicação Nº 1516793

Ata de Registro de Preço nº 31/2017

Vigência: 11/12/2018.

Processo Licitatório nº 78/2017.

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Participantes: ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME;

CLEITON DE SOUZA COMERCIAL – ME e

JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA.

Valor Total: R\$ 148.723,50 (cento e quarenta e oito mil setecentos e vinte e três reais e cinquenta centavos).

Objeto: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de materiais de limpeza para atender à demanda do Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC e dos demais órgãos do Município de Chapadão do Lageado.

DATA DA ASSINATURA: 11/12/2017.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 32/2017

Publicação Nº 1516796

Ata de Registro de Preço nº 32/2017

Vigência: 12/12/2018.

Processo Licitatório nº 79/2017.

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Participantes: CELIA REGINA WAMBOMMEL ME;

JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA;
BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME;
ADL COMERCIAL EIRELI – EPP e
IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA.
Valor Total: R\$ 233.856,08 (duzentos e trinta e três mil oitocentos e cinquenta e seis reais e oito centavos).
Objeto: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de Materiais de Expediente para atender à demanda do Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC e dos demais órgãos do Município de Chapadão do Lageado.
DATA DA ASSINATURA: 12/12/2017.
MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 33/2017

Publicação Nº 1516798

Ata de Registro de Preço nº 33/2017

Vigência: 14/12/2018.
Processo Licitatório nº 80/2017.
Contratante: Município de Chapadão do Lageado.
Participantes:
AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA;
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA;
CETERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALAR e
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA.
Valor Total: R\$ 272.855,50 (duzentos e setenta e dois reais oitocentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta centavos).
Objeto: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de Medicamentos, visando atender a demanda apresentada ao Fundo Municipal de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC.
DATA DA ASSINATURA: 14/12/2017.
MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 47/2017 – PM

Publicação Nº 1516593

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 47/2017 – PM

Nº. do Contrato Administrativo: 47/2017.
Vigência: 28/11/2017 à 31/12/2017.
Processo Licitatório nº 72/2017.
Contratante: Município de Chapadão do Lageado.
Contratado/Credenciado: RT TRATORES COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA
Valor: R\$ 5.354,80 (cinco mil trezentos e cinquenta e quatro reais e oitenta centavos).
Objeto: O presente contrato tem por objeto aquisição de peças e serviços de mão de obra para conserto de máquinas (LOTE 1) - Retroescavadeira JCB 3C/2012, (LOTE 2) - Pá Carregadeira Fiat Allis 1500B/1978, utilizadas pela Secretaria Municipal de Obras do Município de Chapadão do Lageado/SC, de acordo com as quantidades e especificações constantes no Anexo II – Termo de Referência.

DATA DA ASSINATURA: 28 de novembro de 2017.
MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 48/2017 – PM

Publicação Nº 1516595

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 48/2017 – PM

Nº. do Contrato Administrativo: 48/2017.
Vigência: 28/11/2017 à 31/12/2017.
Processo Licitatório nº 72/2017.
Contratante: Município de Chapadão do Lageado.
Contratado/Credenciado: Alfredo Comércio Varejista LTDA ME
Valor: R\$ 14.541,80 (quatorze mil quinhentos e quarenta e um reais e oitenta centavos).
Objeto: O presente contrato tem por objeto a aquisição de Cestas de Natal para distribuir aos Servidores Efetivos, Comissionados, Contratados e Estagiários da Prefeitura Municipal e Câmara de Vereadores e aos Membros do Conselho Tutelar do Município de Chapadão do Lageado pela passagem do ano de 2017, de acordo com os itens, quantidades e especificações contidas no Anexo II – Termo de Referência.
DATA DA ASSINATURA: 28 de novembro de 2017.
MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA N.º 04-2018

Publicação Nº 1517111

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPADÃO DO LAGEADO-SC
PORTARIA Nº04/2018 de 06/02/2018.

ÉDSON HOFFMANN, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições regimentais e com base no que se apresenta o Decreto N.º003, de 05.02.2018 do Poder Executivo,

- Considerando as comemorações carnavalescas próximas vindouras;

- Considerando a economia do Erário Público;

RESOLVE:

Art. 1º Será facultativo o "ponto" no dia 12 (doze) de fevereiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado, 06 de fevereiro de 2018.

ÉDSON HOFFMANN
Presidente

Chapecó

PREFEITURA

EDITAL NOTIFICAÇÃO Nº 06, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1517901

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPECÓ

Secretaria de Desenvolvimento Urbano

EDITAL NOTIFICAÇÃO Nº 06, de 08 de FEVEREIRO de 2018.

O MUNICÍPIO DE CHAPECÓ, SC, representado pelo Secretário de Desenvolvimento Urbano Senhor Valmor Júnior Scolari, dando cumprimento à decisão proferida na Ação Direta de Inconstitucionalidade promovida pelo Ministério Público de Santa Catarina nº 8000056-58.2017.8.24.0000, faz saber que os contribuintes abaixo identificados, os quais se encontram em local incerto e não sabido, ficam notificados do teor do COMUNICADO descrito abaixo, conforme especificado:

COMUNICADO

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO URBANO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 79, incisos I e II da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte (Decreto 33.654 de 31/01/2017), ao suspender a exigência prévia da acessibilidade para a concessão de alvará de localização, foi questionado judicialmente pelo Ministério Público de Santa Catarina;

Considerando, que a respectiva ação judicial promovida pelo MP (nº. 8000056-58.2017.8.24.0000), foi julgada parcialmente procedente dando o prazo até 22/06/2018 para que as pequenas empresas e microempresas promovam as adequações relativas à acessibilidades em seus estabelecimentos;

COMUNICA FORMALMENTE que:

Os estabelecimentos sem ADEQUAÇÃO ÀS REGRAS DE ACESSIBILIDADE que receberam alvará de localização através do Decreto acima citado, deverão até o dia 22/06/2018, promover as medidas necessárias para cumprir a LEI DE ACESSIBILIDADE (artigos 53 ao 62 da LEI FEDERAL 13.146/2015), sob pena de CANCELAMENTO DOS ALVARÁS DE LOCALIZAÇÃO E PERMANÊNCIA, por força da aplicação do Art. 60, parágrafo primeiro da mesma Lei.

Por determinação do Tribunal de Justiça, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano deverá proceder à vistoria de todos estes estabelecimentos para averiguar o cumprimento da decisão judicial.

Os casos pontuais serão analisados pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano.

Atenciosamente,

Chapecó, 17 de Janeiro de 2018.

VALMOR JÚNIOR SCOLARI

Secretário de Desenvolvimento Urbano

CNPJ/CPF	CONTRIBUINTE
050.867.769-61	Carmelita Thais Cella

Chapecó, 08 de Fevereiro de 2018.

VALMOR JÚNIOR SCOLARI

Secretário de Desenvolvimento urbano

DECRETO Nº. 35.017, DE 31 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1517331

REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

DECRETO Nº. 35.017, DE 31 DE JANEIRO DE 2018.

Declara emergência em saúde pública.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal e observando o disposto no § 4º do artigo 2º da Lei Federal nº. 8.745, de 9 de dezembro de 1993, no § 4º do artigo 2º da Lei Complementar nº 433, de 28 de fevereiro de 2011 e observando o disposto no artigo 3º do Decreto nº. 23.875, de 28 de março de 2011 e,

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar o acesso a serviços de saúde para toda a população chapecoense;

CONSIDERANDO o Ofício GGP/SESAU 171/2017 da Secretaria de Saúde,

DECRETA :

Art. 1º. Fica declarada emergência em saúde pública, caracterizada como a necessidade de repor com urgência a força de trabalho de unidades de saúde municipais.

Art. 2º. Ficam autorizadas as Secretarias de Coordenação de Governo e Gestão e de Saúde a efetuar a contratação de servidores públicos municipais para ocupar cargos de Agente Comunitário de Saúde, de forma temporária, prescindindo de processo seletivo e por prazo não superior de 06 (deis) meses, nos termos do Decreto nº. 23.875, de 28 de março de 2011.

Art. 3º. As contratações deverão obedecer ao disposto no Decreto nº. 23.875, de 28 de março de 2011 e a Lei Complementar nº. 433/11.

Art. 4º. Este Decreto terá vigência de 06 (seis) meses, a contar de 01 de fevereiro de 2018.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01 de fevereiro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 31 de janeiro de 2018.

ÉLIO FRANCISCO CELLA

Prefeito Municipal, em exercício.

DECRETO Nº. 35.022, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1517338

DECRETO Nº. 35.022, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018.

Dispõe sobre exoneração, a pedido, de servidor público municipal ocupante de cargo de provimento efetivo e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal e observando o disposto na Lei Complementar nº. 130/01,

DECRETA :

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, a partir de 05 de fevereiro de 2018, o servidor público municipal GUSTAVO RE COLONHEZE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 06 de fevereiro de 2018.

ÉLIO FRANCISCO CELLA

Prefeito Municipal, em exercício.

DECRETO Nº. 35.023, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1517345

DECRETO Nº. 35.023, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018.

Dispõe sobre exoneração, a pedido, de servidor público municipal ocupante de cargo de provimento efetivo e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal e observando o disposto na Lei Complementar nº. 130/01,

DECRETA :

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, a partir de 01 de fevereiro de 2018, o servidor público municipal GEORGE ALLAN MARROCOS ARISTIDES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 06 de fevereiro de 2018.

ÉLIO FRANCISCO CELLA

Prefeito Municipal, em exercício.

DECRETO Nº. 35.024, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1517349

DECRETO Nº. 35.024, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018.

Dispõe sobre exoneração, a pedido, de servidor público municipal ocupante de cargo de provimento efetivo e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal e observando o disposto na Lei Complementar nº. 130/01,

DECRETA :

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, a partir de 14 de fevereiro de 2018, o servidor público municipal LEONARDO VOGLINO WINKEL-MANN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 06 de fevereiro de 2018.

ÉLIO FRANCISCO CELLA

Prefeito Municipal, em exercício.

DECRETO Nº. 35.025, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1517351

DECRETO Nº. 35.025, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018.

Dispõe sobre exoneração, a pedido, de servidora pública municipal ocupante de cargo de provimento efetivo e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso

de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal e observando o disposto na Lei Complementar nº. 130/01,

DECRETA :

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a partir de 01 de fevereiro de 2018, a servidora pública municipal CLAUDETE RODRIGUES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 06 de fevereiro de 2018.

ÉLIO FRANCISCO CELLA

Prefeito Municipal, em exercício.

DECRETO Nº. 35.026, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1517352

DECRETO Nº. 35.026, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018.

Dispõe sobre exoneração, a pedido, de servidora pública municipal ocupante de cargo de provimento efetivo e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal e observando o disposto na Lei Complementar nº. 130/01,

DECRETA :

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a partir de 15 de fevereiro de 2018, a servidora pública municipal VANESSA DE ARAUJO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Administração.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 06 de fevereiro de 2018.

ÉLIO FRANCISCO CELLA

Prefeito Municipal, em exercício.

DECRETO Nº. 35.027, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1517354

DECRETO Nº. 35.027, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018.

Dispõe sobre exoneração, a pedido, de servidor público municipal ocupante de cargo de provimento em comissão e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal e observando o disposto na Lei Complementar nº. 130/01,

DECRETA :

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, a partir de 01 de fevereiro de 2018, o servidor público municipal NILTON CELIO NUNCIO, ocupante do cargo de provimento em comissão de Gerente de Almo-xarifado Central.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 06 de fevereiro de 2018.

ÉLIO FRANCISCO CELLA

Prefeito Municipal, em exercício.

DECRETO Nº. 35.028, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1517356

DECRETO Nº. 35.028, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018.

Altera Decreto Municipal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, e,

CONSIDERANDO a decisão transitada em julgado nos autos do processo nº 018.09.008271-8.

DECRETA :

Art. 1º. O caput do artigo 1º do Decreto nº. 20.229, de 05 de março de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. Fica concedida Aposentadoria por Invalidez Permanente, ao servidor público municipal ISNAER HAGEMANN DA ROSA, ocupante do cargo efetivo de Mecânico de Manutenção de Máquinas e Veículos, matrícula 2942, lotado na Secretaria de Infra-estrutura, portador do CPF/MF n.º 460.283.749-20, e RG n.º 12R-1.490.773, com proventos no percentual de 100% da última remuneração."

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05 de março de 2009.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 06 de fevereiro de 2018.

ÉLIO FRANCISCO CELLA

Prefeito Municipal, em exercício.

DECRETO Nº. 35.029, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1517358

DECRETO Nº. 35.029, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018.

Dispõe sobre exoneração de servidor público municipal ocupante de cargo de provimento em comissão e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA :

Art. 1º. Fica exonerado, a partir de 08 de fevereiro de 2018, o servidor público municipal DOMINGOS GUARAGNI, ocupante do cargo de provimento em comissão de Chefe de Setor.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 06 de fevereiro de 2018.

ÉLIO FRANCISCO CELLA

Prefeito Municipal, em exercício.

DECRETO Nº. 35.030, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1517359

DECRETO Nº. 35.030, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018.

Dispõe sobre nomeação de servidora pública municipal para ocupar cargo de provimento em comissão e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso

de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA :

Art. 1º. Fica nomeada, a partir de 09 de fevereiro de 2018, a servidora pública municipal ESTELA SILVANA COSTA TONELO, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Chefe de Setor.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 06 de fevereiro de 2018.

ÉLIO FRANCISCO CELLA

Prefeito Municipal, em exercício.

DECRETO Nº. 35.031, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1517361

DECRETO Nº. 35.031, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018.

Cria a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos no âmbito da Prefeitura Municipal de Chapecó e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA :

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Fica criada a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD) da Prefeitura Municipal de Chapecó.

Art. 2º. A Comissão Permanente de Avaliação de Documentos tem como responsabilidade definir, orientar e realizar o processo de análise, avaliação e seleção da documentação produzida e acumulada no âmbito da Prefeitura Municipal de Chapecó, tendo em vista a identificação dos documentos para guarda permanente e a eliminação dos destituídos de valor.

CAPÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º. A CPAD será composta por:

I - Arquivista (Presidente da Comissão) lotado no Arquivo Público Municipal;

II - Dois servidores efetivos da Secretaria de Educação do município;

III - Dois servidores efetivos da Secretaria da Fazenda do município;

IV - Dois servidores efetivos da Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão e Gabinete do Prefeito do município;

V - Dois servidores efetivos da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Turismo do município;

VI - Dois servidores efetivos da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente do município;

VII - Dois servidores efetivos da Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer do município;

VIII - Dois servidores efetivos da Secretaria de Assistência Social do município;

IX - Dois servidores efetivos da Secretaria de Saúde do município;

X - Dois servidores efetivos da Secretaria de Desenvolvimento Urbano do município;

XI - Dois servidores efetivos da Secretaria de Defesa do Cidadão e Mobilidade do município;

XII - Dois servidores efetivos da Secretaria de Comunicação Social do município;

XIII - Dois servidores efetivos da Secretaria de Infraestrutura

Urbana do município;

XIV - Dois servidores efetivos da Secretaria de Cultura do município;

XV - Dois servidores efetivos da Procuradoria Geral do município;

XVI - Dois servidores efetivos da Contadoria Geral do município;

XVII - Dois servidores efetivos da Superintendência Regional da EFAPI do município;

XVIII - Dois servidores efetivos do PROCON do município;

XIX - Um servidor efetivo da Gerência de Gestão de Pessoal do município;

§ 1º. O vice-presidente e o secretário serão indicados dentre os membros anteriormente citados.

§ 2º. Os membros ficam vinculados à Comissão até o momento em que forem afastados pela Administração, a pedido ou de ofício.

§ 3º. O(a) Presidente da CPAD poderá solicitar a qualquer tempo, quando for necessário, o assessoramento de profissionais e/ou especialistas que tenham conhecimento técnico sobre matérias relevantes tratadas pela Comissão, cuja documentação esteja sendo avaliada, bem como convidar profissionais ligados ao campo do conhecimento de que trata o acervo para colaborar nos trabalhos técnicos.

CAPÍTULO III DAS COMPETÊNCIAS

Art. 4º. À Comissão Permanente de Avaliação de Documentos compete:

I - Acompanhar e orientar a aplicação da Tabela de Temporalidade de Documentos de Arquivo relativos às atividades-meio da administração pública de acordo com a Tabela do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ;

II - Propor prazos para guarda dos documentos a partir da criação de Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos em função dos valores que possam apresentar para as atividades-fim de cunho administrativo, legal, fiscal, operacional ou técnico e histórico-cultural;

III - Promover a identificação de documentos produzidos e acumulados pelos órgãos da administração pública municipal, independente da localização física, estado de conservação ou data em que foram produzidos;

IV - Auxiliar a aplicação do Plano de Destinação de Documentos (conjunto de instrumentos que visam controlar e destinar os documentos decorrentes da atividade de avaliação de documentos: tabela de temporalidade, calendário de transferência e recolhimento, relação de eliminação, ata ou termo de eliminação), visando à identificação dos documentos destinados à guarda permanente e à eliminação dos destituídos de valor;

V - Assessorar nas ações e projetos de preservação do patrimônio documental da administração pública municipal;

VI - Aplicar as alterações recomendadas pelos órgãos competentes que se fizerem necessárias na Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos;

VII - Propor critérios para seleção de amostragem dos documentos destinados à eliminação;

VIII - Orientar quanto aos procedimentos necessários para a efetiva eliminação dos documentos que forem contemplados nas Listagens de Eliminação de Documentos;

IX - Aprovar as listagens de eliminação de documentos de acordo com os prazos da Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos, submetendo posteriormente ao Arquivo Nacional para aprovação;

X - Providenciar a publicidade dos Editais de Ciência de Eliminação por meio da publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina;

XI - Designar servidor(es) para acompanhar os procedimentos necessários para a efetiva eliminação dos documentos contemplados nas listagens de eliminação, conforme Resolução nº. 40 do CONARQ, de 9 de dezembro de 2014, após a aprovação da eliminação pelo Arquivo Nacional;

XII - Garantir em suas respectivas áreas de atuação a aplicação do Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos, bem como o cumprimento do calendário de eliminações, transferências e recolhimento de documentos, nos prazos definidos pela Tabela de Temporalidade.

Art. 5º. Ao Presidente da CPAD compete dirigir, coordenar e supervisionar as atividades da Comissão e, especialmente:

I - Coordenar as reuniões e ações da Comissão;

II - Convocar e presidir as sessões ordinárias e extraordinárias;

III - Definir as prioridades dos assuntos a serem analisados;

IV - Delegar responsabilidades e tarefas aos membros permanentes;

V - Representar externamente a CPAD ou designar o respectivo suplente;

VI - Fazer cumprir as decisões tomadas na comissão, encaminhando as listagens, os termos e os editais de ciência de eliminação de documentos aos órgãos competentes;

VII - Analisar a viabilidade das proposições de alteração desta Portaria e submeter aos demais membros;

VIII - Dispor sobre os demais assuntos administrativos internos da comissão.

Art. 6º. Ao Vice-Presidente da CPAD (que será eleito na primeira reunião desta Comissão) compete substituir o presidente em suas ausências, bem como preparar relatório anual de atividades desenvolvidas por esta Comissão.

Art. 7º. Ao Secretário (que será eleito na primeira reunião desta Comissão) compete:

I - Redigir e proceder à leitura das atas das reuniões;

II - Convocar os membros para as reuniões;

III - Dar suporte à organização de eventos promovidos pela Comissão;

IV - Elaborar e emitir correspondências;

V - Encaminhar ata de reuniões para análise prévia dos membros para aprovação e assinatura na reunião seguinte.

Art. 8º. Aos demais servidores membros da CPAD compete:

I - Assessorar a comissão nos assuntos relacionados com os documentos de sua área de atuação;

II - Fornecer dados sobre a documentação;

III - Apresentar circunstâncias que justifiquem a prorrogação dos prazos de guarda dos documentos;

IV - Visitar os espaços de guarda da documentação para análise, avaliação e seleção dos documentos a serem eliminados ou recolhidos junto ao arquivo permanente.

CAPÍTULO IV DO FUNCIONAMENTO

Art. 9º. A Comissão reunir-se-á ordinariamente a cada 12 (doze) meses e, extraordinariamente, quando convocada pelo Presidente.

§ 1º. As reuniões serão coordenadas pelo Presidente da Comissão, e na sua ausência ou impedimento, pelo respectivo Vice-Presidente ou suplente.

§ 2º. A ausência de qualquer membro titular deverá ser justificada com antecedência, por escrito, cabendo ao respectivo suplente assumir as atribuições do titular.

§ 3º. O membro titular que faltar a três reuniões consecutivas, ou a cinco intercaladas, sem justificativa, será automaticamente desligado da Comissão.

Art. 10. O Presidente reunir-se-á a cada Secretaria Municipal ordinariamente duas vezes ao ano e poderá reunir-se extraordinariamente quando necessário por meio de solicitação formal da Secretaria.

Art. 11. A CPAD deliberará com a presença de maioria simples de

seus membros presentes, devendo constar em ata as deliberações.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. Os integrantes da CPAD serão nomeados pelo Secretário responsável de cada Secretaria Municipal por meio de Ofício.

Art. 13. A responsabilidade da guarda da documentação da CPAD será do Arquivo Público Municipal de Chapecó – AMPC.

Art. 14. Casos omissos serão resolvidos pela própria CPAD por meio de votação.

Art.15. Este Decreto entra em vigor na data de sua aprovação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 06 de fevereiro de 2018.

ÉLIO FRANCISCO CELLA
Prefeito Municipal, em exercício.

DECRETO Nº. 35.032, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1517362

DECRETO Nº. 35.032, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018.

Dispõe sobre alteração de dispositivo do Decreto nº. 32.929, de 18 de julho de 2016, que dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CM-DCA e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA:

Art. 1º. O item 1 da alínea "d" do inciso II do artigo 1º do Decreto nº. 32.929, de 18 de julho de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º.:

II -:

d):

1 - Titular - Déborah Cristina Amorin - Associação Profissional dos Assistentes Sociais da Região Oeste/APAS OESTE;"

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 06 de fevereiro de 2018.

ÉLIO FRANCISCO CELLA
Prefeito Municipal, em exercício.

DECRETO Nº. 35.033, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1517365

DECRETO Nº. 35.033, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018.

Dispõe sobre fixação de horários de atendimento de espaços públicos vinculados a Secretaria de Cultura - SECUL e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA :

Art. 1º. O horário de funcionamento da Escola de Artes de Chapecó, no período de 05 de fevereiro de 2018 a 16 de fevereiro de 2018, será das 13h00min às 19h00min.

Art. 2º. O horário de funcionamento da Escola de Artes de Chapecó, a partir de 19 de fevereiro de 2018, será das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 21h30min, de segunda a quinta-feira e das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 19h00min nas sextas-feiras.

Art. 3º. O horário de funcionamento do Museu da História e Arte de Chapecó e das Galerias de Exposições de Artes Visuais, no período de 05 de fevereiro de 2018 a 16 de fevereiro de 2018, será das 13h00min às 19h00min, de segundas a sextas-feiras.

Art. 4º. O horário de funcionamento do Museu da História e Arte de Chapecó e das Galerias de Exposições de Artes Visuais, na partir de 19 de fevereiro de 2018, será das 13h00min às 16h00min, de terças a sextas-feiras para atendimento externo e das 14h00min às 16h00min, aos sábados, domingos e feriados, para atendimento externo.

Art. 5º. O horário de funcionamento do Museu da História e Arte de Chapecó e das Galerias de Exposições de Artes Visuais, na partir de 19 de fevereiro de 2018, será das 08h00min às 14h00min e das 13h00min às 19h00min, de segundas a sextas-feiras, para atendimento interno.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 06 de fevereiro de 2018.

ÉLIO FRANCISCO CELLA
Prefeito Municipal, em exercício.

EDITAL DE DESCLASSIFICAÇÃO

Publicação Nº 1517899

EDITAL DE DESCLASSIFICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Chapecó, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – Diretoria de Habitação, TORNA PÚBLICA a DESCLASSIFICAÇÃO dos(as) Srs. (as) abaixo relacionados (as), pré-selecionados(as) para o Loteamento Expoente, projeto do Programa Minha Casa Minha Vida em Chapecó – SC, seguindo os critérios estabelecidos pela Portaria 140, de 05 de Março de 2010 do Ministério das Cidades, Resolução 001/09 de 02 de Junho de 2009 do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social e Edital de Chamada Pública para Sorteio de Cadastro de Reserva para Unidades Habitacionais requalificadas do Loteamento Expoente realizado em vinte e três de junho de 2016, para a efetivação no referido programa e abertura de vagas para os suplentes sorteados.

Citamos ainda, que as informações referentes às desclassificações serão repassadas junto a Diretoria de Habitação.

EXPOENTE – Cadastro de Reserva – Sorteio realizado em 23 de junho de 2016.

Class sorteio	Nome	Cód. Domiciliar
32	Lourdes Pereira	11954
36	Graziela Fernanda Alves	16307
37	Deugenio Cardosos	1978
41	Salete Alves da Silva	17072
443	Rosa de Oliveira	3114
44	Jozelia Oliveira Duarte da Roza	14459
45	Cirlene Soares de Lima	293
47	Maria Soeli Saldanha Louzada	14169
48	Luiza Prestes	14025

51	Marinez Luiza Gonçalves	12932
53	Rute Borges Vieira	13233
55	Jandira Teresinha da Silva	17455
56	Eva Caminski Machado	16785
59	Karina Veloso de Andrades	9106
64	Ivanete Fonseca Bueno	17204
65	Raquel Ferreira de Castro	16082
66	Jussara Coimbra de Araujo	17050
67	Iracema de Fatima Buenos	55516
69	Jeciane Fatima Boita	17029
70	Angela Soares do Nascimento	13183
74	Silvana Tarniowicz Sott	55560
76	Edemar dos Santos	55551
77	Lurdes Cardoso de Moura	6029
78	Angelica de Fátima Rodrigues Pereira	55505
79	Hendy Scherner da Silva	17486
83	Shirley Mota Barbosa	55610
85	Neiva Sandra Gomes dos Santos	55512
88	Ilenir da Aparecida Velho	3138
89	Ketlin Vanessa Andrade	16683
90	Helena Ferreira Dutra	12287
91	Simone Aparecida Rosa	15005
92	Flamino Carneiro	10166
94	Rosiana de Fatima Figueiro	14200
95	Ana Paula dos Santos Rodrigues	14950
96	Nelson Americo Machado	13820
97	Marisa Rodrigues de Camargo	17494
98	Maritania Salete Nogueira	13266
100	Valquiria Camilia da Fonseca Bueno	55587
101	Marisiane Teresinha Bitencourt	17124
102	Alcione Rodrigues de Freitas	12267
103	Fernanda do Nascimento Fernandes	54474
106	Tatiane Peccin	55564
107	Alice dos Santos	17463
110	Camila de Arruda Puerari	15132
111	Lauro Terres	3070
112	Karen Renata Casagrande	15451
114	Gracielli Maciel	55603
115	Jessiane Neto Ferreira	55620
116	Nelci de Lima	6510
118	Eliane da Aparecida Nogueira da Rosa	55616
119	Nelson Clup	14573
121	Vera Lucia Fernandes	8382
123	Elizangela Lacerda de Freitas	55570
125	Angelina de Fatima Holmann	12248
127	Marilei Salete Cavalheiro	8644
128	Leonara Rosa Giacomoni	16977
130	Oneide Salete Zorzi	17066

131	Fabieli da Silva	17482
132	Beatriz Aparecida da Silva	16967
134	Andreia Goulardt	16941
135	Carla Regina Bolson	17017
136	Lair Althaus	12289
137	Adriel dos Anjos	15070
138	Patricia Sampaio	14165
139	Josimar Soares dos Santos	15289
140	Sirlene Ipolito	55595
141	Janete Rodrigues Portes	643
143	Izelta Suelos da Silva Leiria	14021
144	Eliane Pedroso de Abreu	55555
145	Indiapaula de Moura Goldoni	55500
146	Andreia Rodrigues	16380
147	Volnei Antunes	15758
148	Ironete Fatima de Toledo	55542
150	Marilena Ramos	12136
151	Adriana de Oliveira	15670
153	Lindonir Antonio Barbosa	15969
155	Geovani Mateus da Silveira	16909
156	Rosimar da Silva Barcki	13525
157	Juliana dos Santos	11152
159	Vilma Alves	13088
162	José Ademar Borges Vieira	7850
163	Edson Ribeiro de Melo	14151
164	Ivanete Aparecida da Silva	325
165	Iracema Fidelis dos Santos	12237
166	Josefa Ferreira Neta Silva	7966
168	Sidiane Pedroso Ortiz	17456
169	Janete Ramos	13216
170	Nerci Serpa	17444
172	Gilso Leite	14049
174	Ana Paula Pompeo da Silva	54473
176	Suzana Antunes Dias	9998
179	Marlei Salete de Lima	11831
181	Antonio Sechet	16938
183	Allan Alex Rodrigues da Silva	55498
185	João Dorival dos Santos	15415
189	Fabiana Goulardt	55594
190	Eliane de Almeida	17360
191	Alessandra dos Anjos Pires	55559
193	Josmar dos Santos	10814
194	Sergio Batista	15716
195	Simone Aparecida Machado da Silva	55529
196	Helio Pompeo da Silva Sobrinho	7698
198	Beloni de Fatima Lemes da Silva Arruda	55539
199	Marizete do Carmo Ferron	9390
200	Neli de Lourdes de Moura Goldoni	17434

201	Katiele Rapczynski	15292
202	Jussara Gonçalves	55584
204	Vanessa Pereira da Silva	16800
208	Lucivone Alves de Souza	55617
209	Margarete Fatima Rodrigues	3599
211	Altamiro de Moura	14083
212	Bruna Eduarda Correa da Silva	17008
214	Giane Oliveira Flores	13229
216	Sandra Mara Gloria	16388
218	Adriana Cristina dos Santos Pacheco	14303
219	Marina Massi de Souza	54481
220	Miriam Regina Alves	15390
221	Rosinei Ferron	12239
222	Danieli da Silva	17472
223	Alessandra Andreia Morais	13628
224	Gilmar Rodrigues dos Santos	12521
225	Maria Lurdes V. Damaceno	12934
228	Saete Souza	2983

Chapecó - SC, 02 de fevereiro de 2018
Tatiane Cristine Bodigheimer
Diretoria de Habitação
Secretaria de Desenvolvimento Urbano

EDITAL DE DESCLASSIFICAÇÃO

Publicação Nº 1517900

EDITAL DE DESCLASSIFICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Chapecó, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – Diretoria de Habitação, TORNA

PÚBLICA a DESCLASSIFICAÇÃO dos(as) Srs. (as) abaixo relacionados(as), pré-selecionados(as) para o Loteamento Monte Castelo, projeto do programa Minha Casa Minha Vida em Chapecó – SC, seguindo os critérios estabelecidos pela Portaria 140, de 05 de Março de 2010 do Ministério das Cidades e Resolução 001/09 de 02 de Junho de 2009 do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, para a efetivação no referido programa e abertura de vagas para os suplentes sorteados. Citamos ainda, que as informações referentes à desclassificação serão repassadas junto a Diretoria de Habitação.

MONTE CASTELO 1

Nome	Usuário
Vanilde Aparecida dos Santos	2839

Chapecó - SC, 08 de fevereiro de 2018.
Tatiane Cristine Bodigheimer
Diretora de Habitação
Secretário de Desenvolvimento Urbano

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONVÊNIO Nº. 002/2017

Publicação Nº 1517903

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONVÊNIO Nº. 002/2017

CONCEDENTE – Prefeitura Municipal de Chapecó.

CONVENIADO – Universidade Comunitária da Região de Chapecó - UNOCHAPECÓ.

OBJETO – Pelo presente instrumento, prorroga-se o prazo de vigência previsto na Cláusula segunda do convênio ora aditado a partir do dia 10/02/2018, encerrando-se a vigência em 31/12/2018. DA RATIFICAÇÃO E INCORPORAÇÃO - Ficam ratificadas as demais cláusulas do Convênio nº. 002/2017, incorporando-se ao mesmo o presente aditamento para todos os efeitos legais.

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 08 de Fevereiro de 2018 – Elio Francisco Cella, Prefeito Municipal de Chapecó em Exercício e Claudio Alcides Jacoski, Reitor da Unochapecó.

CÂMARA MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO. PROCESSO 3.2018. PREGÃO 2.2018.

Publicação Nº 1517596

Estado de Santa Catarina
Câmara Municipal de Chapecó

Aviso de Licitação - Processo nº 03/2018
Pregão Presencial nº 02/2018

Objeto: Registro de preços para aquisição de produtos alimentícios
Entrega dos envelopes: até as 14h do dia 22/02/2018
Abertura dos envelopes: às 14h15min do dia 22/02/2018
A íntegra do edital poderá ser obtida no endereço da Câmara Municipal, na Rua Marechal Bormann, nº 320-E, Centro, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 13h00min às 18h00min, através de pedido pelo e-mail compras@cmc.sc.gov.br e no portal www.cmc.sc.gov.br

Chapecó, 08 de fevereiro de 2018.
Itamar Antonio Agnoletto
Presidente

PORTARIA 34/2018

Publicação Nº 1517678

Portaria Nº 34/18

Dispõe sobre posse e entrada em exercício de servidores públicos municipais, aprovados no concurso público nº 01/2014.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Que a servidora pública municipal ROBERTA CATTANI, aprovada no concurso público nº 01/2014, empossada em 08 de fevereiro de 2018, passa a exercer as suas funções Nesta Casa Legislativa, a partir de 08 de fevereiro de 2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 08 de fevereiro de 2018.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente, em 08 de fevereiro de 2018

ITAMAR ANTONIO AGNOLETTI
Presidente

Cocal do Sul

PREFEITURA

AVISO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 113/PMCS/2018 (CHAMADA PÚBLICA)

Publicação Nº 1517992

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 127/PMCS/2018
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 113/PMCS/2018 (Chamada Pública)

Objeto: Chamada para recebimento de habilitação e projeto de venda para fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar, destinados à alimentação escolar para o exercício de 2018 no Município de Cocal do Sul/SC, conforme Lei nº. 11.947/2009 de 16/06/2009, Resolução do FNDE nº. 26/2013 de 17/06/2013 e Resolução do FNDE nº. 04/2015 de 02/04/2015.

Recebimento dos envelopes: Até às 09h00min do dia 27/02/2018.
Abertura: Dia 27/02/2018, às 09h00min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cocaldosul.sc.gov.br, link "Licitações", na pasta do referido processo. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 13h00min, pelo telefone (48) 3444-6006 ou pelo e-mail licitacao@cocaldosul.sc.gov.br.

Cocal do Sul, 09 de fevereiro de 2018.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/PMCS/2018 (REGISTRO DE PREÇOS)

Publicação Nº 1516866

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 124/PMCS/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/PMCS/2018 (Registro de Preços)

Objeto: Registro de preços de equipamentos de proteção individual (EPI'S), para aquisições futuras, no atendimento ao município de Cocal do Sul.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento dos envelopes: Até às 09h15min do dia 23/02/2018.
Abertura: Dia 23/02/2018, às 09h30min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cocaldosul.sc.gov.br, link "Licitações", na pasta do referido processo. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h e das 13:00 às 16:30, pelo telefone (48) 3444-6006 ou pelo e-mail licitacao@cocaldosul.sc.gov.br.

Cocal do Sul, 08 de fevereiro de 2018.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/PMCS/2018 (REGISTRO DE PREÇOS)

Publicação Nº 1516870

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº125/PMCS/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/PMCS/2018 (Registro de Preços)

Objeto: Registro de preços para aquisição de forma parcelada de Fraldas Geriátricas e Infantis para aquisições futuras, no atendimento ao Município de Cocal do Sul.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento dos envelopes: Até às 09h15min do dia 26/02/2018.

Abertura: Dia 26/02/2018, às 09h30min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cocaldosul.sc.gov.br, link "Licitações", na pasta do referido processo. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min, pelo telefone (48) 3444-6006 ou pelo e-mail licitacao@cocaldosul.sc.gov.br.

Cocal do Sul, 08 de fevereiro de 2018.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

DECRETO SAF/N. 102/18

Publicação Nº 1516673

DECRETO SAF/Nº. 102/18, de 08 de fevereiro de 2018.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO EDITAL 002/17, PARA PREENCHIMENTO DE FUNÇÕES TEMPORÁRIAS, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL.

ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul, usando de suas atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município, a Lei Complementar nº 06/2003; Lei Complementar nº 35/2011 e Lei 1.221/2014 e suas alterações e

CONSIDERANDO a realização do Processo Seletivo para preenchimento de funções temporárias para Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, conforme Edital nº 002/17, homologado através do Decreto SAF/Nº 582/17, de 20 de dezembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os candidatos aprovados no Processo Seletivo da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, realizado de acordo com o Edital nº 002/2017, de 17 de outubro de 2017, conforme relacionado no Anexo Único deste Decreto, obedecendo à ordem de classificação.

Art. 2º O candidato têm o prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data da publicação deste Decreto, para tomar posse.

Art. 3º No ato da posse o candidato deve apresentar os seguintes documentos:

- a) comprovação da idade mínima de 18 anos;
- b) prova de quitação das obrigações eleitorais;
- c) prova de quitação das obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;

- d) comprovação da escolaridade, conforme estabelecido no edital;
 e) comprovação da capacidade técnica (qualificação para o exercício da função) conforme estabelecido no edital;
 f) declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 e seu parágrafo único da Lei nº 8.112/1990;
 g) declaração de bens, na forma da Lei nº 8.730/1993;
 h) declaração negativa de acumulação de cargo público;
 i) atestado de médico declarando aptidão para exercer o respectivo cargo;
 j) nacionalidade brasileira ou gozo das prerrogativas insertas nos Decretos nºs 70.391/1972 e 70.436/1972.

Parágrafo único. Não serão aceitos protocolos dos documentos exigidos, nem fotocópias não autenticadas.

Art. 4º Será considerado desistente e, portanto, eliminado do processo seletivo o candidato que não comparecer nas datas estabelecidas para posse, ou deixar de cumprir os requisitos exigidos.

Parágrafo único. A falta de um único documento inabilitará o candidato à posse do cargo.

Art. 5º O nomeado para posse será lotado de acordo com a conveniência da Administração, no respectivo cargo a que se inscreveu e fora considerado aprovado, conforme Edital.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 08 de fevereiro de 2018.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

ANEXO ÚNICO

MÉDICO CLÍNICO GERAL 20H

CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO
1º	150837	Túlio Cesar Oliveira Magalhães

MÉDICO VETERINÁRIO

CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO
1º	145342	Andressa Queiroz Lemunie

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 08 de fevereiro de 2018.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 103/18

Publicação Nº 1516674

DECRETO SAF/Nº. 103/18, de 08 de fevereiro de 2018.
 DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO EDITAL 003/17, PARA PREENCHIMENTO DE FUNÇÕES TEMPORÁRIAS, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE COCAL DO SUL, PARA ATUAR NO ESF's.

ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul, usando de suas atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município, a Lei nº. 773/2007 e suas alterações e

CONSIDERANDO a realização do Processo Seletivo para preenchimento de funções temporárias no Fundo Municipal de Saúde de Cocal do Sul, conforme Edital nº 003/17, homologado através do

Decreto SAF/Nº 584/17, de 20 de dezembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os candidatos aprovados no Processo Seletivo do Fundo Municipal de Saúde de Cocal do Sul, para atuar nas equipes da Estratégia Saúde da Família – ESF's, realizado de acordo com o Edital nº 003/2017, de 17 de outubro de 2017, conforme relacionado no Anexo Único deste Decreto, obedecendo à ordem de classificação.

Art. 2º O candidato têm o prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data da publicação deste Decreto, para tomar posse.

Art. 3º No ato da posse o candidato deve apresentar os seguintes documentos:

- a) comprovação da idade mínima de 18 anos;
 b) prova de quitação das obrigações eleitorais;
 c) prova de quitação das obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
 d) comprovação da escolaridade, conforme estabelecido no edital;
 e) comprovação da capacidade técnica (qualificação para o exercício da função) conforme estabelecido no edital;
 f) declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 e seu parágrafo único da Lei nº 8.112/1990;

g) declaração de bens, na forma da Lei nº 8.730/1993;

h) declaração negativa de acumulação de cargo público;

i) atestado de médico declarando aptidão para exercer o respectivo cargo;

j) nacionalidade brasileira ou gozo das prerrogativas insertas nos Decretos nºs 70.391/1972 e 70.436/1972.

Parágrafo único. Não serão aceitos protocolos dos documentos exigidos, nem fotocópias não autenticadas.

Art. 4º Será considerado desistente e, portanto, eliminado do processo seletivo o candidato que não comparecer nas datas estabelecidas para posse, ou deixar de cumprir os requisitos exigidos.

Parágrafo único. A falta de um único documento inabilitará o candidato à posse do cargo.

Art. 5º O nomeado para posse será lotado de acordo com a conveniência da Administração, no respectivo cargo a que se inscreveu e fora considerado aprovado, conforme Edital.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 08 de fevereiro de 2018.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

ANEXO ÚNICO

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO
1º	150480	Miriam Carmem Niero

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 08 de fevereiro de 2018.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 34/18

Publicação Nº 1516669

DECRETO SAF/Nº. 34/18, de 07 de fevereiro de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR

MARIA BERNADETE NANDI GUGLIELMI, portadora do CPF n. 740.515.639-87, Professor, admitida em 15 de dezembro de 1988, sob a matrícula n. 114, a partir de 05 de fevereiro de 2018.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 07 de fevereiro de 2018.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4/2018 - REPUBLICADO – PMC

Publicação Nº 1517183

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4/2018 – PMC
REPUBLICADO
EXCLUSIVO PARA ME/EPP

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição, de materiais de expediente, processamento de dados, consumo, gêneros alimentícios, copa, cozinha, acondicionamento, embalagem, elétrico, eletrônico, educativo e esportivo, aparelhos e equipamentos de comunicação, áudio, vídeo, foto, proteção, segurança e mobiliário em geral para atendimento das necessidades das Secretarias, Fundos e Fundações, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Forma de Pregão: Eletrônico -

Tipo: Menor Preço por Item

Em atendimento ao artigo 48 da Lei Complementar 123/2006 a presente licitação será EXCLUSIVA PARA ME/EPP

Recebimento das propostas: até as 08h e 15min do dia 26/02/2018. Início da Sessão: dia 26/02/2018 as 08 h e 30 min, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília - DF. Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2205.

Concórdia, SC, 08 de fevereiro de 2018.

MÁRCIA MARLI VANZO CALDEROLLI

Secretária de Educação

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 6/2018 – PMC CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

Publicação Nº 1516828

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nº 6/2018 - PMC

A Secretária Municipal de Educação, torna público que ratificou o ato do Senhor Fernando Svillen, Diretor Administrativo, que declarou dispensável a licitação, nos termos do art 24, inciso V, da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 06/02/2018, para a Contratação de empresas, para prestação de serviço de transporte coletivo de passageiros, em regime de fretamento, para transporte de aluno da rede pública municipal e estadual de ensino fundamental e professores da rede municipal, das linhas que restaram desertas no Pregão Eletrônico 3/2017 PMC.; a favor de TRANSPORTES SIDE LA LTDA - ME no valor total de R\$ 22.490,08 (vinte e dois mil, quatrocentos e noventa e oito), TRANSPORTES BALBINOT EIRELI ME no valor total de R\$ 16.820,00 (dezesesseis mil e oitocentos e vinte).

MÁRCIA MARLI VANZO CALDEROLLI

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA FMC Nº 08/2018

Publicação Nº 1517576

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

PORTARIA FMC Nº 08/2018, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.

O Diretor-Geral/Superintendente da Fundação Municipal de Cultura.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.288, de 20 de janeiro de 1989, c/c o disposto na Lei Complementar nº 216, de 12 de dezembro de 2001 e Decreto nº 05/2017, de 02 de janeiro de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeado para compor a Direção Artística dos desfiles das Escolas de Samba do Carnaval de Rua de Concórdia 2018 as pessoas abaixo mencionadas:

- I – DOMINGA SCHIAVINI ALVES;
- II – ELISABETE BÓSIO;
- III – FÁBIO JEAN D'AVILA DOS SANTOS;
- IV – FLÁVIA LUCY DE MATTOS CENTOFANTE;
- V - KAREN JÚLIA COLDEBELLA FERREIRA;
- VI – LUCAS ROMAN;
- VII - NERY DICK;
- VIII – RODRIGO ANDRÉ JACOVAIS;
- IX – SIMONE CRISTINA TALIN MELCHIOR;
- X - TIAGO ROBERTO D'AVILA DOS SANTOS.

Art. 2º Compete a Direção Artística dos desfiles das Escolas de Samba fiscalizar e aplicar o Regulamento Específico dos Desfiles das Escolas de Samba do Carnaval de Rua 2018, documento em anexo e integra o Edital de Concurso nº 01/2017 FMC.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Cultura de Concórdia.

JÚLIO GOMES

Diretor-Geral/Superintendente da Fundação Municipal de Cultura

Publicado nesta FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA
em 08 de fevereiro de 2018

JÚLIO GOMES

Diretor Geral da FMC

TERMO DE FOMENTO Nº 02/2018

Publicação Nº 1517568

TERMO DE FOMENTO Nº 02/2018

Processo nº 17/2018

Termo de Fomento que celebram entre si estabelecem o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS SURDOS - APAS para execução do serviço de proteção social básica, para pessoas com deficiência auditiva e suas famílias.

Aos 8 dias do mês de fevereiro de 2018, o MUNICÍPIO DE

CONCÓRDIA através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob nº 11.585.795/0001-63, neste ato representado pela sua Gestora, Denise Justi Lopes, doravante denominado FUNDO MUNICIPAL e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS SURDOS, inscrita no CNPJ sob nº 08.361.094/0001-36, com sede na Rua Osvaldo Valentim Zandavalli, nº 570 - Centro, neste ato representada pela sua Presidente, senhora IDAMARA ARTIFON MAGNANI, inscrita no CPF sob nº 345.867.929-49, residente e domiciliada nesta cidade, doravante denominada PARTÍCIPE, ajustam celebrar o presente Termo de Fomento, com fundamento na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações, conforme procedimentos documentados no processo administrativo n.º 17/2018, sujeitando-se, no que couber, às normas das Leis Federais nºs. 13.019/2014, de 31 de julho de 2014 e alterações e 8.666/1993, de 21 de junho de 1993 e alterações, bem como das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO PACTUADO

A presente parceria tem por objeto a conjugação de esforços no sentido de proporcionar serviços de proteção social básica para pessoas com deficiência auditiva e suas famílias – outras deficiências; através de repasse financeiro, para o PARTÍCIPE, na forma do Plano de trabalho apresentado, conforme art. 42, parágrafo único, I, da Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I – O Município obriga-se:

- a) efetuar o repasse dos recursos financeiros, de acordo com o Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho, Anexo Único deste Termo.
- b) supervisionar a execução do objeto ora pactuado neste termo, fiscalizando, acompanhando, orientando e avaliando a execução deste termo e respectivo Plano de Trabalho;
- c) examinar e aprovar, por parecer técnico, o Plano de Trabalho, inclusive sua reformulação, quando se fizer necessária, desde que não impliquem a alteração do objeto do termo;
- d) analisar e deliberar quanto à aprovação da Prestação de Contas apresentada pelo PARTÍCIPE;
- e) monitorar, avaliar e orientar a execução do objeto pactuado, através da implantação e implementação do Sistema de Monitoramento e Avaliação;
- f) receber a documentação que compõe a prestação de contas física e financeira, autenticando as cópias de documentos de acordo com os originais apresentados, avaliando a documentação comprobatória em relação ao objeto pactuado, emitindo parecer técnico e relatório financeiro;
- g) orientar o PARTÍCIPE na solução de problemas contidos na prestação de contas, visando sanar as falhas ou determinando devoluções de valores utilizados inadequadamente;
- h) encaminhar o processo de prestação de contas para análise do Sistema de Controle Interno do Município;
- i) assumir ou transferir a responsabilidade da execução do objeto pactuado, caso seja interesse da Administração Pública, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante que possa afetar a continuidade do previsto no projeto/plano de trabalho.

II – O PARTÍCIPE obriga-se:

- a) responsabilizar-se pela execução do objeto pactuado e pela correta aplicação dos recursos recebidos, os quais não poderão ser destinados a quaisquer outros fins que não estejam estabelecidos na Cláusula Primeira deste termo, sob pena de rescisão deste instrumento, responsabilidade de seus dirigentes e declaração de inidoneidade do PARTÍCIPE;
- b) ressarcir à Administração Pública os recursos recebidos através deste termo, quando comprovada sua inadequada utilização;
- c) responsabilizar-se por danos causados a terceiros e pagamento de seguros em geral, eximindo a Administração Pública de quaisquer ônus ou reivindicações, perante terceiros, em juízo ou fora dele;
- d) responsabilizar-se pelo cumprimento dos prazos estabelecidos quanto à utilização e prestação de contas dos recursos;
- e) submeter-se ao monitoramento, supervisão e orientação técnica promovida pela Administração Pública, fornecendo condições e informações necessárias à sua execução;
- f) encaminhar à Unidade Concedente dos recursos, a prestação de contas, das metas atendidas e dos recursos recebidos em período hábil;
- g) manter conta corrente específica, em instituição financeira pública para o recebimento e movimentação dos recursos provenientes deste termo;
- h) aplicar os recursos provenientes desta parceria enquanto não utilizados, em caderneta de poupança caso a previsão de utilização for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto, lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos recursos ocorrer em prazo menor que 1 (um) mês;
- i) computar, obrigatoriamente, a crédito do termo as receitas financeiras auferidas na forma do inciso anterior, as quais serão aplicadas exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do ajuste;
- j) devolver à Administração Pública, saldos financeiros remanescentes, inclusive dos provenientes das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da data da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do termo, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável providenciada pela Administração Pública;
- k) prestar gratuitamente os atendimentos relativos ao Objeto deste termo;
- l) arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos transferidos pela Administração Pública;
- m) manter em arquivo, pelo prazo de 10 (dez) anos, contando da data de aprovação das contas pela Administração Pública, o cadastro dos usuários do programa, os prontuários, as guias de encaminhamento, as fichas e relatórios individualizados, bem como os registros contábeis relativos ao exercício da concessão, com a identificação do Programa e deste termo, com vistas a permitir o acompanhamento, a supervisão e o controle dos serviços;
- n) em caso de rescisão de contrato de trabalho de pessoa vinculada ao projeto/programa/plano de ação, arcar com o pagamento da multa prevista no art. 16, §1º da Lei Federal nº 8.036, de 11 de maio de 1990 e alterações;

o) em caso de reclamações trabalhistas decorrentes de contratos de trabalho direta ou indiretamente ligados ao objeto, assumir total responsabilidade pelo contrato de trabalho, bem como expressamente arguir e defender a ilegitimidade passiva do Município de Concórdia para responder à ação;

p) inserir cláusula nos contratos que celebrar com fornecedores de bens ou serviços, com a finalidade de executar o objeto da parceria, que permita o livre acesso dos servidores ou empregados dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos públicos, bem como dos órgãos de controle, aos documentos e registros contábeis da empresa contratada, salvo quando o contrato obedecer a normas uniformes para todo e qualquer contratante.

q) prestar serviços de Proteção Social Básica, para pessoas com deficiência auditiva, suas famílias, de todas as idades que vivenciam situação de vulnerabilidade social e/ou pela fragilização de vínculos familiares e sociais como limitações para participação plena e efetiva na sociedade;

r) deverá realizar o atendimento e o acompanhamento de forma gratuita às pessoas com deficiência e suas famílias de todas as idades que vivenciam situação de vulnerabilidade social e/ou pela fragilização de vínculos familiares e sociais, com prioridade para beneficiários do BPC e famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família;

s) ter em seu quadro de recursos humanos profissionais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) conforme Resoluções CNAS Nº 17 de 20 de julho de 2011 e Nº 9, de 15 de abril de 2014.

t) o serviço deverá ter um funcionamento mínimo de 16 horas semanais, realizando planejamento conforme orientações técnicas em conjunto com os usuários e suas famílias/cuidadores delineados no Plano de Acompanhamento Familiar e/ou Plano de Desenvolvimento do Usuário e outros instrumentais técnicos;

u) oferecer na sede da entidade tecnologias assistivas necessárias para execução das atividades propostas, recepção, sala de atendimento individual, sala de atividades coletivas e comunitárias, com capacidade de no mínimo 30 pessoas; conjunto de instalações sanitárias com acessibilidade, bebedouro, espaço com adequada iluminação, ventilação, conservação, privacidade, salubridade, limpeza e acessibilidade em todos os ambientes;

v) possuir banco de dados dos usuários atendidos no serviço;

w) apresentar até o dia vinte de cada mês o relatório de execução do objeto por oferta do serviço de proteção social básica para pessoas com deficiência auditiva.

III – Ao PARTÍCIPE é vedada:

a) utilização dos recursos em finalidade alheia ao objeto da parceria;

b) realização de despesas em desacordo com o objeto e o Plano de Trabalho;

c) realização de despesas em data anterior ou posterior a vigência do termo; e

d) pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO REPASSE, CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO E CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA.

O recurso financeiro repassado ao PARTÍCIPE para execução do objeto será no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) em até 10 (dez) parcelas, podendo chegar ao valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), no prazo de até 31 de dezembro de 2018, a partir da data de assinatura do Termo de Fomento a contar do mês subsequente à prestação dos atendimentos; por meio de depósito em conta corrente do credenciado, conforme informado no Plano de Trabalho.

§ 1º O valor de que trata a Cláusula Terceira equivalerá a um auxílio financeiro do gasto do PARTÍCIPE com a execução do Plano de Trabalho.

§ 2º O Plano de Trabalho da parceria poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo ou por apostila ao Plano de Trabalho original.

§ 3º O repasse da Administração Pública ao PARTÍCIPE seguirá a dotação orçamentária nº 0008.0244.0068.2202 – Vínculo 3335000000000000 – Código Reduzido 261.

A Lei Orçamentária 5.038 de 20 de dezembro de 2017, prevê a liberação dos repasses.

§ 4º Os recursos para cobertura das despesas decorrentes deste Termo serão creditados na conta-corrente nº 110120-X, agência 410-3, do Banco do Brasil, em nome do PARTÍCIPE, conforme o Plano de Trabalho anexo e à medida que forem sendo liberados pelo Município.

§ 5º As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas em estrita conformidade com o cronograma de desembolso aprovado, exceto nos casos a seguir, nos quais ficarão retidas até o saneamento das impropriedades:

I – quando houver fundados indícios de não ter ocorrido boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, na forma da legislação aplicável, inclusive quando aferidos em procedimentos de fiscalização local, realizados periodicamente pela entidade ou órgão repassador dos recursos e pelos órgãos de controle interno e externo da administração pública;

a) será considerado irregular, caracterizará desvio de recursos e deverá ser restituído aos cofres públicos qualquer pagamento, nos termos deste artigo, de despesas não autorizadas no Plano de Trabalho, de despesas nas quais não esteja identificado o beneficiário final ou de despesas realizadas em desacordo com qualquer das condições ou restrições estabelecidas neste termo e na Lei Federal nº 13.019/2014 e alteração;

II – quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da administração pública nas contratações e demais atos praticados na execução da parceria ou o inadimplemento do PARTÍCIPE com relação a outras cláusulas básicas;

III – quando o PARTÍCIPE deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo;

IV – quando, em caso de mais de uma parcela, o PARTÍCIPE não apresentar prestação de contas da parcela anteriormente repassada;

§ 6º Caso a entidade não regularize a situação até o fim da vigência do ajuste, não serão repassadas as parcelas retidas, desobrigando a Administração de qualquer pagamento relativo ao período em que a parceria esteve em situação irregular.

CLÁUSULA QUARTA – DA REPONSABILIDADE EXCLUSIVA DO PARTÍCIPE

São responsabilidades exclusivas do PARTÍCIPE.:

I – o gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

II – a responsabilidade exclusiva do PARTÍCIPE pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência do PARTÍCIPE em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

III – a emissão do Relatório de Execução do Objeto, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do cronograma acordado;

IV – comunicar e enviar ao administrador público todas as alterações em seu Estatuto Social, bem como a relação atualizada de sua diretoria, durante a vigência do presente termo.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

A vigência do presente termo será da data de assinatura do Termo até 31 de dezembro de 2018.

§ 1º O presente termo somente produzirá efeitos jurídicos após a publicação do respectivo extrato no meio oficial de publicidade da administração pública;

§ 2º A vigência da parceria poderá ser prorrogada mediante solicitação do PARTÍCIPE, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada na administração pública em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência quando o atraso na liberação dos recursos financeiros for causado pela Administração Pública, tendo como limite o exato período do atraso verificado.

§ 3º Caso seja postulada modificação do presente termo, indicar-se-ão os créditos e empenhos para a cobertura de cada parcela da despesa a ser transferida em exercício futuro.

CLÁUSULA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas apresentada pelo PARTÍCIPE deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, considerando, para tanto, os seguintes documentos, em duas vias:

I – ofício de encaminhamento;

II – relatório de Atendimento das metas pactuadas para a parceria;

III – demonstrativo da receita e da despesa, evidenciando o saldo e quando for o caso, os rendimentos auferidos da aplicação no mercado financeiro;

IV – original e cópia do extrato da conta bancária específica;

V – originais e cópias das notas fiscais, folhas de pagamento e RPCI – Recibo de Pagamento de Contribuinte Individual;

VI – relação dos pagamentos efetuados com recursos liberados pela Administração Pública;

VII – quando houver despesas com folha de pagamento de pessoal e/ou RPCIs, a prestação de contas deverá estar acompanhada de todos os comprovantes de recolhimento dos encargos sociais (FGTS, GFIP, INSS, IRRF, PIS);

VIII – Relatório de Execução do Objeto, elaborado pelo PARTÍCIPE, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

IX – relatório de execução financeira do Termo de Fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no Plano de Trabalho;

§ 1º Os formulários para o atendimento dos incisos II e VI são padronizados pela Administração Pública.

§ 2º Somente serão aceitos como comprovante de despesa referente a impostos e contribuições, guias quitadas de pagamento, não sendo considerados documentos hábeis na prestação de contas as certidões negativas de débito.

§ 3º Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao órgão repassador dos recursos, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão titular dos recursos.

§ 4º O gestor do Termo de Fomento deverá considerar, ainda em sua análise:

I – o relatório da comissão de monitoramento e avaliação acerca do cumprimento do objeto da parceria nos termos do art. 58, Lei 13.019/14 e da Cláusula Sétima do presente Termo;

II – os valores efetivamente transferidos pela administração pública;

III – análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pelo PARTÍCIPE na prestação de contas.

§ 5º A prestação de contas, quando a liberação dos recursos ocorrer em parcela única, deverá ser apresentada a administração no prazo de até 60 (sessenta) dias a contar do término da vigência da parceria, e para o caso de liberação mensal ou parcela, deverá ser apresentada no prazo de até 30 (trinta) dias a contar do seu recebimento, ficando a liberação de cada parcela vinculada a prestação de contas da parcela anterior.

§ 6º Os documentos de despesa (faturas, notas fiscais, etc), que integram a prestação de contas, apresentados ao Município, em via original, devem ser mantidos pela OSC em arquivo próprio à disposição dos órgãos de fiscalização pelo período de 10 (dez) anos a contar da entrega da prestação de contas.

§ 7º A prestação de contas parcial deverá ser apresentada como condição para o recebimento da parcela seguinte, observando os mesmos procedimentos supra relacionados.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E AUDITORIA.

Sempre que considerar necessário e oportuno, a Administração Pública acompanhará, fiscalizará e auditará, por meio de equipe técnica, in loco, a execução do Plano de Trabalho e de Aplicação de Recursos, podendo sugerir e propor as providências consideradas necessárias para a otimização da execução do Plano de Trabalho e da utilização dos recursos transferidos.

§ 1º A administração pública emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeterá à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará após verificar:

I – a descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II – a análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no Plano de Trabalho;

III – as adequações oriundas da análise de auditorias realizadas pelo controle interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

§ 2º Sem prejuízo da fiscalização pela administração pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria poderá ser acompanhada e fiscalizada pelos conselhos de direitos e/ou políticas públicas das áreas correspondentes de atuação existentes.

§ 3º Ao perceber a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, a equipe técnica informará ao gestor da parceria, para que este exija do PARTÍCIPE providência a fim de sanar os problemas detectados.

I – persistindo a irregularidade ou a omissão, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

§ 4º Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho e com as normas da Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao o PARTÍCIPE as seguintes sanções:

I – advertência;

II – suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III – declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o PARTÍCIPE ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II desta Cláusula;

§ 5º O procedimento adotado pelo administrador público consistirá em, inicialmente, oficiar o PARTÍCIPE para que esta tome ciência da impropriedade do procedimento por ela executado, sendo que a reincidência, a omissão ou recusa em sanar o procedimento acarretará a sanção prevista no inciso I desta Cláusula; (ou utilizar os § 5º ao § 11º da Lei Federal nº 13.019/2014);

§ 6º A reincidência, omissão ou recusa em sanar o procedimento

causador da advertência, acarretará o previsto no inciso II desta Cláusula;

§ 7º A reincidência, omissão ou recusa em sanar o procedimento causador da suspensão, acarretará o previsto no inciso III desta Cláusula;

§ 8º Enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção, e não forem sanadas as impropriedades constatadas, ficam retidos os demais repasses programados à entidade;

§ 9º O prazo máximo para providências solicitadas à entidade é de 30 (trinta) dias, a contar de ciência, excetuados os casos fortuitos ou de força maior formalmente justificados e aceitos pelo Gestor da parceria.

§ 10º As penalidades previstas ao PARTÍCIPE neste Termo contemplam, além do já elencado no parágrafo 4º do mesmo, a aplicação direta de suas modalidades mediante avaliação da gravidade do fato ou conduta que as motivou, consideradas a situação e circunstâncias objetivas em que ocorreram, conforme o rol:

I – apresentação ou produção de documentação falsa ou inverídica;

II – conduta fraudulenta ou de má-fé em relação à execução do objeto pactuado;

III – duplicidade ou sobreposição de fontes de recursos no custeio de despesas já financiadas por instrumento de parceria ou contratos;

IV – imposição ao usuário de pagamento pelos serviços prestados na execução do objeto pactuado;

V – interrupção da execução do objeto pactuado sem a devida notificação ao Poder Público de forma prévia e tempestiva, no prazo de, no mínimo, 60 (sessenta) dias anteriores à efetiva interrupção ou rescisão, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior descritos no Código Civil Brasileiro em seu art. 393, parágrafo único.

VI – realização de despesa em grave desacordo ou incongruência com o objeto avençado.

CLÁUSULA OITAVA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

O presente termo poderá ser denunciado, por escrito, a qualquer tempo, e rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, por descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente, por inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas ou condições, ou pela superveniência de norma legal ou fato que o torne material ou formalmente inexecutável.

§ 1º Constituem, particularmente, motivos de rescisão a constatação das seguintes situações:

I – descumprimento do objeto descrito na cláusula primeira do presente termo;

II – descumprimento de quaisquer das exigências fixadas nas normas e diretrizes que regulam o programa ou projeto, especialmente quanto aos padrões de qualidade de atendimento;

III – cobrança aos usuários de quaisquer valores pelo atendimento realizado.

§ 2º Quando ocorrer a denúncia ou a rescisão, ficam os partícipes responsáveis pelas obrigações contraídas durante o prazo em que

vigiu o Termo, creditando-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.

§ 3º A presente parceria pode ser rescindida, de forma amigável, independente de denúncia, mediante solicitação do PARTÍCIPE, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada na administração pública em, no mínimo, 60 (sessenta) dias antes do término de sua vigência.

CLÁUSULA NONA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

O PARTÍCIPE compromete-se a restituir os valores transferidos pela Administração Pública, atualizados monetariamente e acrescidos de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda do Município, a partir da data do seu recebimento, nas hipóteses de inexecução do objeto da avença ou outra situação em que resulte prejuízo do erário, conforme exigência da Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações em seus art. 39, § 2º, 42, IX, 70, § 2º e demais dispositivos aplicáveis.

Parágrafo único. Havendo relevância e interesse público e mediante aprovação pela administração pública da alteração no Plano de Trabalho, os rendimentos das aplicações financeiras e eventuais saldos remanescentes poderão ser aplicados pelo PARTÍCIPE na ampliação de metas do objeto da parceria, desde que essa ainda esteja vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS BENS PERMANENTES E/OU REMANESCENTES

Cabe ao administrador público a titularidade dos bens e direitos permanentes e/ou remanescentes na data da conclusão ou extinção da parceria e que, em razão dessa, houverem sido adquiridos, produzidos ou transformados com recursos repassados pela administração pública.

§ 1º Caso o PARTÍCIPE adquira equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração da parceria, o bem será gravado com cláusula de inalienabilidade, e ela deverá formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

§ 2º A responsabilidade exclusiva do PARTÍCIPE pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência do PARTÍCIPE em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES

O presente termo poderá ter suas Cláusulas alteradas mediante acordo entre as partes, através de Termo Aditivo.

§ 1º O PARTÍCIPE deverá solicitar, através de ofício e com 30 (trinta) dias de antecedência, a necessidade de Aditivo, bem como a justificativa para a alteração de cláusulas.

§ 2º A solicitação de qualquer alteração deverá ser entregue ao Órgão Concedente, o qual analisará a viabilidade do pedido, recomendando ao administrador público quanto a sua pertinência, cabendo a este a decisão sobre sua efetivação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA AÇÃO PROMOCIONAL

Em toda e qualquer ação promocional, relacionada com o objeto descrito na Cláusula Primeira deste termo, será obrigatoriamente destacada a participação do Município de Concórdia, observando o

disposto na Constituição Federal nos arts. 37, § 1º.

§ 1º A publicidade ou ação promocional, quando subsidiada pela verba pública, deve estar prevista no Plano de Trabalho e diretamente vinculada ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, não apresentando nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal.

§ 2º O PARTÍCIPE deverá divulgar, na internet, e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, todas as parcerias celebradas com o poder público, bem como todas as informações listadas no parágrafo único do art. 11 da Lei Federal nº 13.019/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA

A Presidente do PARTÍCIPE, senhora IDAMARA ARTIFON MAGNANI, casada, aposentada, inscrita no CPF sob nº 345.867.929-49 e no RG sob nº 519.859, domiciliada à Rua Guilherme Lorenzetti, nº 172, na cidade de Concórdia, assume neste ato a responsabilidade solidária pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria.

Parágrafo único. O dirigente indicado no caput deverá manter a Administração Pública informada sobre suas alterações de residência ou domicílio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Concórdia para dirimir as questões decorrentes de execução do presente termo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Estabelecendo-se a obrigatoriedade de prévia tentativa de solução administrativa, com a participação de órgão encarregado de assessoramento jurídico integrante da estrutura da Administração Pública.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente termo em 3 (três) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo relacionadas.

Concórdia 8 de fevereiro de 2018.

DENISE JUSTI LOPES Secretário de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação	IDAMARA ARTIFON MAGNANI Presidente da Associação de Pais e Amigos dos Surdos - APAS
---	--

MARISTELA SCHUMACHER DOS SANTOS
Tesoureira da Associação de Pais e Amigos dos Surdos - APAS

Testemunhas:

1. Nome:	2. Nome:
CPF:	CPF:

Cordilheira Alta

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL PROC 21/2018 PPR06/2018

Publicação Nº 1517571

Estado de Santa Catarina
Município de Cordilheira Alta
Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal em Exercício, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis, conforme informações abaixo:

Processo Administrativo n.21/2018
Pregão Presencial n.06/2018
Tipo: Menor preço Global

Objeto: A presente licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PROMOÇÃO DE EVENTOS PARA PRODUZIR, ORGANIZAR E PROMOVER AS FESTIVIDADES EM COMEMORAÇÃO AO XXVI ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, de acordo com as especificações constantes no anexo "A" deste edital.

Entrega dos Envelopes: até às 08:15 horas do dia 23/02/2018.
Abertura dos Envelopes: 08:45 horas do dia 23/02/2018.

O Edital poderá ser obtido no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente, ou ainda no site www.pmcordi.sc.gov.br. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta, 08 de Fevereiro de 2018.
CARLOS ALBERTO TOZZO
Prefeito Municipal

EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PROC. 11/2018 PPR02/2018

Publicação Nº 1517405

EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, torna público o resultado da licitação conforme a baixo especifica:

MODALIDADE: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 02/2018
JULGAMENTO: Menor preço por item
PROCESSO:11/2018.

SOLICITANTE: Secretaria de Educação.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA O PREPARO DA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CORDILHEIRA ALTA, NO EXERCÍCIO DE 2018.

VALOR TOTAL DO PROCESSO: R\$384.955,20 (trezentos e oitenta e quatro mil e novecentos e cinquenta e cinco reais e vinte centavos).

ADJUDICAÇÃO: Decaído o direito de recorrer e considerada aceitável a melhor proposta, a Comissão de Licitações declara vencedoras as empresas: SUPERMERCADO SACHET LTDA EPP no valor total de R\$96.047,00, empresa SUPERMERCADO MATTANA LTDA EPP no valor total de R\$ 130.748,00, empresa ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA EPP no valor total de R\$40.672,50, SCS COMERCIO LTDA EPP, no valor total de R\$56.589,10, MERCADO KA E KA LTDA ME no valor total de R\$47.231,60 e N.N COMERCIO DE PRODUTOS LTDA ME no valor total de R\$13.667,00, adjudicado em favor das empresas o objeto da licitação em epígrafe. Após publicado este resultado no órgão oficial de publicação do Município, os autos serão caminhados para o Ordenador de Despesas para análise e homologação se assim o decidir;

Cordilheira Alta, SC, em 08 de Fevereiro de 2018.
CARLOS ALBERTO TOZZO
Prefeito

Coronel Freitas

PREFEITURA

CONTRATO Nº 13/2018

Publicação Nº 1516989

PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº13/2018
MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº13/2018
Contratado: AÇOMAQ INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - ME
Objeto: AQUISIÇÃO DE DISTRIBUIDOR DE ADUBO LÍQUIDO
Valor: R\$ 48.800,00 (quarenta e oito mil e oitocentos reais).
Vigência: 31/12/2018.

CONTRATO Nº 14/2018

Publicação Nº 1516994

PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº14/2018
MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº14/2018
Contratado: L.F. CAMINHÕES LTDA
Objeto: AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO TRUCADO E TRAÇADO
Valor: R\$ 251.500,00 (duzentos e cinquenta e um mil e quinhentos reais).
Vigência: 31/12/2018.

PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 02/2018

Publicação Nº 1517780

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Pregão Presencial FMS Nº 02/2018.
Objeto: AQUISIÇÃO DE CÂMARA DE CONSERVAÇÃO DE VACINAS E IMUNOLÓGICOS.
Tipo: menor preço por item.
Entrega dos envelopes: até as 08h30min do dia 23/02/2018.
Abertura dos envelopes: na sequência às 08h30min do dia 23/02/2018.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC) 08 fevereiro de 2018.
Izeu Jonas Tozetto
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2018

Publicação Nº 1517781

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Pregão Presencial Nº 09/2018.
Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES.
Tipo: Menor preço por item.
Entrega dos envelopes: até as 08h30min do dia 26/02/2018.
Abertura dos envelopes: na sequência às 08h30min do dia 26/02/2018.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 7h30min às 11h30min e das 13h às 17h ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC), 09 de fevereiro de 2018.
Izeu Jonas Tozetto
Prefeito Municipal

Coronel Martins

PREFEITURA

EDITAL DE LICITAÇÃO 021/2018

Publicação Nº 1517613

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICIPIO DE CORONEL MARTINS – SC
PROCESSO LICITATÓRIO N. 021/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2018
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Coronel Martins – SC comunica que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado objetivando a aquisição de combustíveis para manutenção de equipamentos rodoviários, caminhões, demais veículos automotores pertencentes a Administração Municipal e Fundos, no exercício de 2018. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 08h:30min do dia 22 de fevereiro de 2018, procedendo à abertura às 08h:45min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos no site www.coronelmartins.sc.gov.br, ou junto à sede do Município de Coronel Martins - SC, sito à Rua Porto Alegre nº 47, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Coronel Martins - SC, 08 de fevereiro de 2018.
Ademir Madella
Prefeito Municipal

ERRATA EDITAL 019/2018

Publicação Nº 1518044

ERRATA REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO 019/2018, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 011/2018.

A presente Errata consiste na alteração do teor da alínea j), item 3, do Edital de Pregão Presencial 011/2018, a qual onde lê-se:

j) O licitante deverá assegurar seu veículo com seguro total e de passageiros, conforme normas do DETER (Departamento de Transporte e Terminais), as apólices deveram ser apresentadas na secretaria da educação até um dia antes do início dos transportes.

Leia-se:

j) O licitante deverá assegurar seu veículo com seguro total e de passageiros, as apólices deverão ser apresentadas na secretaria da educação até um dia antes do início dos transportes.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 08 de Fevereiro de 2018.
ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

Correia Pinto**PREFEITURA****CHAMADA PÚBLICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO Nº 001/2018**

Publicação Nº 1517908

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2018

O Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em obediência aos Princípios Constitucionais da Impessoalidade, Publicidade e Eficiência Administrativa, tendo em vista que foram esgotados e chamados todos os classificados na área segundo a classificação final do Processo Seletivo realizado através do Edital nº 005/2017 da Secretaria Municipal de Educação, bem como pela existência temporária de vagas para o cargo de PROFESSOR, e considerando que não há tempo hábil para aplicação de novas provas objetivas, torna público pelo presente Edital, as normas para CHAMADA PÚBLICA, que será regida pela Lei Complementar nº 179/2017 e pela Lei Municipal nº 1010/2001, que trata das contratações temporárias por excepcional interesse público.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. Pelo presente edital ficam convocados os interessados em assumir as vagas temporárias existentes, para comparecerem junto à Secretaria Municipal de Educação, com sede na Rua Av. Tancredo Neves, nº 1879, Loteamento Gracílio Felipe, Município de Correia Pinto/SC – Fone: (49) 3243-1426, munidos da documentação exigida, a fim de participarem de PROVA DE TÍTULOS e TEMPO DE SERVIÇO, nos dias e horários estabelecidos abaixo:

CARGO	DATA	HORÁRIO
Professor de Língua Inglesa	16/02/2018	09:00 HRS
Professor de Apoio à Inclusão	16/02/2018	09:30 HRS
Professor de Apoio à Inclusão – Intérprete de Libras	16/02/2018	10:00 HRS

1.2. O número de vagas/aulas, os valores dos respectivos vencimentos, a jornada de trabalho são os constantes do Anexo I deste Edital.

2. Requisitos Básicos para Contratação

- 2.1. Ser brasileiro nato ou naturalizado;
- 2.2. Estar em pleno gozo dos direitos políticos;
- 2.3. Quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- 2.4. Nível de escolaridade e capacitação técnica exigida para o exercício do cargo;
- 2.5. Idade mínima de 18 anos;
- 2.6. Ter aptidão física e mental para o exercício e atribuições do cargo;
- 2.7. Apresentar, quando se tratar de profissão regulamentada, no ato da posse, o competente; registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- 2.8. Apresentar declaração firmada de não possuir acúmulo de cargo público, exceto aqueles previstos na Constituição Federal;
- 2.9. Apresentar declaração firmada pelo interessado na qual conste não haver sofrido condenação definitiva por crime doloso ou contravenção, nem penalidade disciplinar de demissão a bem do serviço público no exercício de função pública qualquer.

3. DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

- 3.1. É considerada pessoa com deficiência a que se enquadra nas categorias descritas no art.º 4º, do Decreto Federal nº. 3.298, de 20 de dezembro de 1999, comprovada através de laudo médico com data inferior a 1 (um) ano, garantida a sua participação desde que a sua deficiência não seja incompatível com as atribuições do cargo ao qual concorre.
- 3.2. Os candidatos com deficiência participarão da Chamada Pública em igualdade de condições com os demais candidatos.

4. DA PARTICIPAÇÃO NA CHAMADA PÚBLICA

- 4.1. A participação na presente Chamada Pública implica, desde logo, o conhecimento e tácita aceitação pelo candidato, das condições estabelecidas neste Edital e das demais informações que porventura venham a ser divulgadas, das quais o candidato não poderá alegar desconhecimento.
- 4.2. É de inteira responsabilidade do candidato à conferência da documentação exigida, razão pela qual deve ser atenciosamente conferida antes do horário da chamada, pois não será permitido apresentação de documentos após o encerramento do prazo.
- 4.3. Não há possibilidade de alteração/troca de cargos após a escolha.

5. TÍTULOS E TEMPO DE SERVIÇO

- 5.1. Serão atribuídos pontos, mediante comprovação de tempo de serviço e aos títulos apresentados pelos candidatos aos cargos de Professor mediante apresentação de documentação original e cópia (a ser autenticada no ato da apresentação) ou cópia autenticada em cartório.
- 5.2. Os pontos referidos no item anterior obedecerão aos critérios a seguir:
 - Formação continuada: Cursos de capacitação com certificado de conclusão com registro no MEC, Secretarias Estaduais ou Municipais, desde que sejam relacionados à área de atuação e que realizados nos anos de 2014, 2015, 2016 e 2017. Serão creditados 04 (quatro) pontos a cada 40 horas de curso. Máximo a ser considerado: 200 horas.
 - Curso de Magistério – 10 (dez) pontos.
 - Comprovante de matrícula, a partir do 2º semestre, em curso de licenciatura na área, sendo considerado 01 (um) ponto para cada período já concluído.
 - Diploma de conclusão de licenciatura na área, reconhecido pelo MEC – Ministério da Educação, ou Declaração/Atestado de conclusão de

licenciatura na área com a respectiva colação de grau: 10 (dez) pontos.

- Especialização lato sensu: reconhecido pelo MEC – Ministério da Educação, com o mínimo de 360 (trezentos e sessenta) horas/aula, desde que não seja requisito para provimento, e que seja afim a área de atuação: 15 (quinze) pontos. Somente será considerado um certificado.
- Mestrado: reconhecido pelo MEC – Ministério da Educação, desde que não seja requisito para provimento, e que seja afim a área de atuação: 20 (vinte) pontos.
- Tempo de Serviço: Certidão de tempo de serviço emitida por órgão público municipal, estadual ou federal e ou declaração firmada por estabelecimento de ensino particular, certificando o tempo de serviço no exercício de Magistério do requerente, em qualquer nível de escolaridade e ou disciplina, expresso em meses e dias, sendo considerado 01 (um) ponto por período de 12 (doze) meses completos, limitado ao máximo de 120 meses.

ü Será considerada como válida a experiência comprovada a partir do mês de janeiro de 2007.

ü O tempo de serviço será contado em meses até o dia da Chamada Pública, sendo arredondado para 01 mês quando superior a 15 dias.

ü Se duas, ou mais, certidões de tempo de serviço corresponder ao mesmo período, uma única será computada para atribuição de pontuação.

ü Não será computado o tempo de estágio ou de serviço em Secretaria, Direção ou Coordenação de qualquer natureza.

5.3. Não serão pontuados os documentos que não atenderem estritamente o disposto neste Edital, não entregues no prazo e local determinados, borrados, rasurados, riscados, incompletos ou cujo inteiro teor não seja facilmente legível ou ainda não entregues pelo próprio candidato.

6. CONTAGEM DOS PONTOS

6.1. A contagem dos pontos será obtida pela soma dos pontos atribuída aos Títulos e ao Tempo de Serviço.

6.2. Os candidatos serão classificados em ordem decrescente de acordo com a nota final obtida.

7. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

7.1. Em caso de igualdade de pontos na classificação, serão adotados, sucessivamente, os seguintes critérios para o desempate dos candidatos:

- 1º) maior número de filhos;
- 2º) maior idade;
- 3º) sorteio.

8. RECURSOS E REVISÕES

8.1. Aos candidatos serão assegurados recursos em todas as etapas do Processo de Chamada.

8.2. O candidato que se sentir prejudicado em qualquer das etapas, poderá interpor recurso, mediante requerimento individual, desde que:

a) Seja dirigido ao Presidente da Comissão de Acompanhamento e Avaliação da Chamada Pública e protocolado no setor de Recursos Humanos da Prefeitura, Avenida Duque de Caxias, 1569 - Centro horário das 8h às 11h 30 min e das 13h30min às 17h, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados após o ato que motivou a reclamação;

b) Conste obrigatoriamente do recurso nome completo do candidato, denominação do cargo o qual se candidatou, fundamentação clara e ampla dos motivos.

8.3. Será indeferido, liminarmente, o requerimento que não atender ao estabelecido no item 7.2.

8.4. Não serão aceitos recursos interpostos por telegrama, Internet ou outro meio que não seja o especificado neste Edital.

8.5. Será dada publicidade às decisões dos recursos.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. A presente Chamada Pública será processada pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação nomeada através do Decreto nº 1273/2018.

9.2. O resultado e demais atos da presente Chamada Pública será homologado pelo Prefeito e publicado no Mural da Prefeitura de Correia Pinto, no Diário Oficial dos Municípios e no site www.correiapinto.sc.gov.br.

9.3. No ato de contratação o candidato deve apresentar os documentos exigidos, bem como os exames médicos admissionais solicitados, sob pena de perda da vaga.

9.4. Os casos omissos nesse Edital serão resolvidos pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação da presente Chamada Pública.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. A contratação gerada através da presente Chamada Pública terá vigência enquanto perdurar o afastamento do titular, ou condicionado à existência de aluno especial, conforme o caso.

10.2. Serão partes integrantes deste Edital o anexo I e II.

Correia Pinto, 08 de fevereiro de 2018.

CELSON ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

ANEXO I

DOS CARGOS, VAGAS, CARGA HORÁRIA e VENCIMENTO

1.1 – Os cargos, vagas, carga horária e vencimento, estão definidos no quadro abaixo:

CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO
Professor de Língua Inglesa	01	30 h/s Matutino e Vespertino nas Escolas e CEIs	R\$ 1.724,10
Professor de Apoio à Inclusão	01	20h - Vespertino no EEB Caldas Jr.	R\$ 1.149,40

Professor de Apoio à Inclusão – Intérprete de Libras	01	20h – Matutino na EEB Olintho D'ávila Mesquita	R\$ 1.149,40
--	----	--	--------------

ANEXO II
REQUERIMENTO PARA RECURSO

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Candidato: _____
Cargo Pretendido: _____ Fone: (____) _____
E-mail: _____

À COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA
O PRESENTE RECURSO REFERE-SE À: _____

RAZÕES DO RECURSO:

_____, ____ de _____ de 2018.

Assinatura do candidato

DECRETO Nº 1271/2018

Publicação Nº 1517616

DECRETO Nº 1271/2018
DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VIII, do art. 95, da Lei Orgânica do Município de Correia Pinto. DECRETA:

“ALTERA O ART. 3º DO DECRETO Nº 1193 DE 10 DE AGOSTO DE 2017 QUE INSTITUI O RECADASTRAMENTO DE EMPRESAS, PROFISSIONAIS LIBERAIS AUTÔNOMOS E ENTIDADES EM GERAL ESTABELECIDOS NO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

Art. 1º - O art. 3º do Decreto nº 1193 de 10 de agosto de 2017, que institui o recadastramento de empresas, profissionais liberais autônomos e entidades em geral estabelecidos no município de Correia Pinto, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 3º - O formulário de solicitação de recadastramento deverá ser preenchido no período de 10 de novembro de 2017 a 29 de março de 2018, estará disponível no endereço www.correiapinto.sc.gov.br, no link “Decreto de Recadastramento e Anexo I ou II e III”.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 08 de fevereiro de 2018.
CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO
Prefeito
Registre-se e Publique-se

OLIVEIRA PIRES BURG
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1272/2018

Publicação Nº 1517757

DECRETO Nº 1272/2018
DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito Municipal de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 95, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Correia Pinto e Lei Municipal nº 109/86, com base no Requerimento nº 42/2018, DECRETA:

“ALTERA O ART. 2º DO DECRETO Nº 1241, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017, QUE RETIFICA E RATIFICA A APROVAÇÃO DO PROJETO DE PARCELAMENTO DO SOLO, NA MODALIDADE DE LOTEAMENTO DENOMINADO GRACÍLIO FELIPE, NA FORMA E CONDIÇÕES QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

Art. 1º. O caput do art. 2º e seus incisos XI e XII, do Decreto nº 1241, de 06 de dezembro de 2017, que retifica e ratifica a aprovação do projeto de parcelamento do solo, na modalidade de loteamento denominado Gracílio Felipe, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º. O projeto de loteamento é composto por 165 (cento e sessenta e cinco) unidades, todos com testada mínima de 12 (doze) metros,

definindo um total de 157.799,50 (cento e cinquenta e sete mil, setecentos e noventa e nove vírgula cinquenta metros quadrados), que correspondem a 52,21%, conforme o mapa do projeto em anexo, sendo:

(...)

XI - Quadra 12: Lotes 1 a 12 = 6.235,82m²

XII- Quadra 13: Lotes 1 a 4 = 2.206,51m² "

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 08 de fevereiro de 2018.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

Registre-se e Publique-se

OLIVEIRA PIRES BURG

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1273/2018

Publicação Nº 1517861

DECRETO Nº 1273/2018

DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 95, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, pela Lei 1010/2001 e pela Lei Complementar 179/2017;

CONSIDERANDO que a lista de candidatos aprovados através do Processo Seletivo nº 05/2017, da Secretaria Municipal de Educação, não foi suficiente para suprir a necessidade temporária de excepcional interesse público, de acordo com as vagas existentes;

CONSIDERANDO que não há tempo hábil para aplicação de novas provas objetivas, tendo em vista que o início das aulas se deu em 05/02/2018:

DECRETA:

"NOMEIA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2018, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão de Acompanhamento e Avaliação da Chamada Pública nº 001/2018, da Secretaria Municipal de Educação, composta pelos seguintes membros:

I - Cleomara Fiamoncini Rodrigues – Presidente

II - Daiane Pereira Mesquita

III - Angela Maria Goulart

IV - Dr. Julio César Pereira Furtado

V - Vilma das Graças da Silva Wolinger Costa

VI - Nilce Chaves

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 08 de fevereiro de 2018.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

Registre-se e Publique-se

OLIVEIRA PIRES BURG

Chefe de Gabinete

Corupá

PREFEITURA

ERRATA DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 001/18

Publicação Nº 1517410

ERRATA DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/18

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 001/18

A Comissão Permanente de Licitação no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados, Errata referente ao Edital de TOMADA DE PREÇOS Nº 001/18, ficando assim determinado:

ONDE SE LÊ

6. DA HABILITAÇÃO

6.1.14 Declaração de que a licitante irá dispor, para atuação constante durante toda a vigência do contrato, de equipe técnica composta, no mínimo, pelos seguintes profissionais:

- a) Geólogo;
- b) Engenheiro Ambiental e Sanitarista;
- c) Biólogo;
- d) Engenheiro Agrônomo; e
- e) Assistente Social.

LEIA-SE

6. DA HABILITAÇÃO

6.1.14 Declaração de que a licitante irá dispor, para atuação constante durante toda a vigência do contrato, de equipe técnica composta, no mínimo, pelos seguintes profissionais:

- a) Geólogo;
- b) Engenheiro Ambiental e Sanitarista;
- c) Engenheiro Agrônomo ou Engenheiro Florestal; e
- d) Geógrafo.

ONDE SE LÊ

TERMO DE REFERÊNCIA

03) – ESPECIFICAÇÃO

3.1.2 A Equipe Multidisciplinar mínima para a elaboração do EAS deverá ser composta pelos seguintes profissionais:

- a) Meio físico: Engenheiro Ambiental e Sanitarista;
- b) Meio biótico: Biólogo ou Engenheiro Agrônomo;
- c) Meio socioeconômico: Assistente Social;
- d) Meio geológico e hidrogeológico: Geólogo.

LEIA-SE

TERMO DE REFERÊNCIA

03) – ESPECIFICAÇÃO

3.1.2 A Equipe Multidisciplinar mínima para a elaboração do EAS deverá ser composta pelos seguintes profissionais:

- a) Meio físico: Engenheiro Ambiental e Sanitarista;
- b) Meio biótico: Engenheiro Agrônomo ou Engenheiro Florestal;
- c) Meio socioeconômico: Geógrafo;
- d) Meio geológico e hidrogeológico: Geólogo.

Corupá, 08 de fevereiro de 2018.

Cunha Porã

PREFEITURA

EDITAL PROCESSO SELETIVO ESTAGIARIOS

Publicação Nº 1516472

EXTRATATO: EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2018 PARA SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

Extrato: ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA O PROCESSO SELETIVO DE CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS PARA ATUAR NAS REPARTIÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE CUNHA PORÃ.

Ementa: EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2018 PARA SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

Em: 08 de fevereiro de 2018.

Jairo Ebeling

Prefeito Municipal

EDITAL PROCESSO SIMPLIFICADO CONTRATAÇÃO PRAZO DETERMINADO

Publicação Nº 1516475

EXTRATO DE CHAMADA PÚBLICA DE ENFERMEIRO ESF

Extrato: EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA A CONTRATAÇÃO POR PRAZO DETERMINADO.

0.1. Ementa: O presente Edital de Processo Seletivo Simplificado tem por finalidade o preenchimento de vaga para professor de Música no Ensino Fundamental.

Em: 08 de fevereiro de 2018.

Jairo Ebeling

Prefeito Municipal

EXTRATO PREGÃO Nº 09/2018

Publicação Nº 1511122

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2018: O Município de Cunha Porã, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará realizar processo licitatório sob nº 119/2018, na modalidade Pregão Presencial nº 09/2018, com julgamento por item, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PODAS DE ÁRVORES, COM RECOLHA E DESTINAÇÃO FINAL DE GALHOS, FOLHAS COM VEÍCULO PRÓPRIO E COM DESTINAÇÃO FINAL EM ATERRO. Os envelopes serão recebidos até dia 23/02/2018, às 08h00min. e a abertura será realizada às 08h15min. do mesmo dia, na sala do Departamento de Licitações, sito à Rua Moura Brasil, 1639, Centro, Município de Cunha Porã. Informações no Depto de Compras e Licitações. Cunha Porã/SC. JAIRO RIVELINO EBELING – Prefeito Municipal.

Cunhataí

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 04-2018

Publicação Nº 1516961

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07/2018

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2018

Aos 08 dias do mês de fevereiro do ano de 2018, O MUNICÍPIO DE CUNHATAI, ESTADO DE SANTA CATARINA, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.116/0001-44, Inscr. Est. ISENTA, estabelecido a Avenida 29 de Setembro, nº 450, Centro, Cunhataí - SC, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Exmo. Senhor Luciano Franz, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, de 18 de julho de 2002 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 04/2018, RESOLVE registrar os preços referente à aquisição de mantimentos para o preparo da merenda escolar, conforme consta abaixo, tendo sido, os referidos preços, oferecido pela empresa cuja proposta foi classificada em primeiro lugar no certame acima numerado.

Cláusula Primeira – Do objeto

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível e futura contratação entre o MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ e a empresa vencedora do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº 04/2018, cujos objetos estão descritos em anexo a esta ata.

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A Ata de Registro de Preços terá vigência de um ano a contar da homologação do processo.

Subcláusula única. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ não será obrigado a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Cláusula Terceira – Da utilização da Ata de Registro de Preços

A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada pela Secretaria de Educação do Município, desde que autorizados pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CUNHATAÍ.

Subcláusula primeira. O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado no Anexo I.

Subcláusula segunda. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente a mesma.

Subcláusula terceira. Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada pela empresa detentora da presente Ata, as quais também a integram.

Cláusula Quarta – Do local e prazo de entrega

A Contratada obriga-se a entregar os materiais solicitados pelo Departamento de Compras do Município em até 02 (dois) dias após o recebimento da Ordem de Fornecimento.

Os locais para entrega serão pré-definidos pelo responsável da Secretaria de Educação do Município.

Cláusula Quinta – Do pagamento

O pagamento será efetuado em até 20 (vinte) dias após recebimento e inspeção do objeto licitado pelo Responsável da Secretaria ou do órgão requisitante, condicionado à apresentação da Nota Fiscal, através de depósito em conta bancária indicada pelo

fornecedor.

Cláusula Sexta - Da condições de fornecimento

A entrega dos produtos só estará caracterizada mediante o recebimento da ordem de fornecimento emitida pelo Município de Cunhataí.

Subcláusula primeira. O fornecedor ficará obrigado a atender todas condições expressas no Edital de Pregão presencial nº 04/2018.

Cláusula Sétima – Das penalidades

Ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal, pelo prazo de até 02 (dois) anos, sem prejuízo das multas e das demais cominações previstas no edital e no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, no que couber, garantido o direito prévio da ampla defesa, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) Não celebrar o contrato.
- b) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa.
- c) Ensejar o retardamento da execução do objeto deste Pregão.
- d) Não mantiver a proposta, injustificadamente.
- e) Falhar ou fraudar a execução do contrato.
- f) Comportar-se de modo inidôneo.
- g) Cometer fraude fiscal.

Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços, o Município, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso na execução do contrato, tomando por base o valor total do respectivo Item;
- c) Multa compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor total do respectivo item.

O atraso injustificado na execução do contrato, por período superior a 30 (trinta) dias, poderá ensejar a rescisão do contrato.

As multas aplicadas serão descontadas dos créditos da contratada ou, na impossibilidade, recolhida no prazo de até 15 (quinze) dias, da data da comunicação oficial e, caso não cumpridas, serão cobradas judicialmente.

Cláusula Oitava – Dos reajustamentos de preços

Considerando o prazo de validade estabelecido na Cláusula II da presente Ata e, em atendimento ao §1º, art. 28, da Lei Federal 9.069, de 29.6.1995 e demais legislações aplicáveis, é vedado qualquer reajustamento de preços, exceto casos previstos na alínea "d" inciso II do Art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula única. O Município procederá o reajuste ou reequilíbrio financeiro, somente para aqueles bens tabelados por órgãos oficiais competentes, mediante comprovação do aumento.

Cláusula Nona – Do cancelamento da Ata de Registro de Preços
Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

I - Pela Administração, quando:

- a - A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- b - a detentora não assinar o contrato no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;
- c - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- d - Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de

contrato decorrente de registro de preços;
e - Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
f - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;
g - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste Edital, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.
h - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do município, considerando-se cancelado o preço registrado após a publicação.
II - Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços:
a - À solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas neste Contrato, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima – Da autorização de fornecimento
As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo Ordenador de Despesas do MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ.

Subcláusula primeira. A emissão das ordens de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, serão igualmente autorizados pelo Prefeito Municipal.

Cláusula Décima Primeira – Dos Preços Registrados

O Fornecedor, os preços, as quantidades, as especificações e a classificação registrados na presente Ata, encontram-se indicados no anexo I desta Ata.

Cláusula Décima Primeira – Das disposições finais e do foro
Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 04/2018 e as propostas das empresas acima relacionadas.

Fica eleito o foro da Comarca de SÃO CARLOS-SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 e demais normas aplicáveis.

Cunhataí, em 08 fevereiro de 2018.
LUCIANO FRANZ
Prefeito Municipal de Cunhataí

Absoluto distribuidora LTDA – EPP
CNPJ Nº 16.738.785/0001-34

Alceno João Nied -ME
CNPJ Nº 82.103.029/0001-63

SCS Comercio Ltda -EPP
CNPJ Nº 13.995.853/0001-52

Testemunhas:

PORTARIA Nº 021/2018

Publicação Nº 1516495

PORTARIA 021/2018 de 08 de fevereiro de 2018

Homologa o Resultado de Estágio Probatório e concede Estabilidade a Servidores Municipais, e dá Outras Providências.

O Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso VI do Artigo 77, c/c o inciso I do Artigo 100 da Lei Orgânica Municipal, em conformidade com o Artigo 30 do Estatuto dos Servidores Públicos (Lei Complementar nº 002/2007), e Ata da Comissão de Avaliação dos Servidores Municipais em Estágio Probatório;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica homologado resultado dos estágios probatórios cumpridos pelos Servidores Municipais aprovados no Concurso Público pelo Edital nº. 03/2013, abaixo especificados, tornando-os estabilizados, no Serviço Público Municipal de Cunhataí, sob o Regime Jurídico Estatutário, em virtude de aprovação no Estágio Probatório.

SERVIDOR	CARGO	LOTAÇÃO	CARGA HORÁRIA	DATA ESTÁVEL:	MÉDIA FINAL
LIAMARA M. H. HOFFMANN	Aux. Serviços Gerais	Sec. De Ação Social e Habitação	40 horas	05/02/2018	7,6
DOMAZIO FRANKEN	Aux. Serviços Gerais	Sec. De Infra Estrutura e Desenv. Urbano	40 horas	05/02/2018	7,78
SIMONE T. S. SCHUSTER	Agente de Saúde	Sec. Da Saúde e Saneamento	40 horas	05/02/2018	7.4

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 05/02/2018.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cunhataí – SC, 08 de fevereiro de 2018

LUCIANO FRANZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 022/2018

Publicação Nº 1517981

PORTARIA Nº. 22/2018, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

Exonera Servidores Públicos Municipais de cargo em provimento temporário – ACT, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 77, inciso VI, e artigo 100, inciso II, da Lei Orgânica Municipal, e considerando o que rege a Portaria nº 002/2018 de 09 de janeiro de 2018, e de acordo com o término do contrato dos servidores ACT's;

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam exonerados, a partir do dia 09 de fevereiro de 2018, os servidores públicos municipais de cargo em provimento temporário – ACT, conforme relação abaixo:

SERVIDOR	CARGO	DATA ADMISSÃO
Joiceline B. S. Sausen	Prof. De Educação Infantil 20h	09/01/2018
Marciane Brutscher	Prof. de Educação Infantil 20h	09/01/2018
Patricia Werlang	Prof. de Educação Infantil 20h	09/01/2018

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cunhataí, 09 de fevereiro de 2018.

Luciano Franz

Prefeito Municipal

Curitibanos

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 218/2017

Publicação Nº 1517457

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 1/8
Processo Nº.: 218/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 218/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 218/2017

No dia 8 do mês de Fevereiro do ano de 2018, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.754.044/0001-34, com sede administrativa localizada na Rua Coronel Vidal Ramos, 860, bairro Centro, CEP nº. 89520-000, nesta cidade de Curitibanos/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). JOSÉ ANTÔNIO GUIDI, inscrito no CPF sob o nº. 352.219.259-15, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 218/2017, Processo Licitatório nº. 218/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) AQUISIÇÃO EVENTUAL DE SERVIÇO DE TRANSPORTE PARA EVENTOS DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
6068	DA CAPITAL TOUR LOCAÇÃO LTDA - ME	1, 2, 3, 8
9110	MARCO ANTONIO ALVES 91054656991	5

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
DA CAPITAL TOUR LOCAÇÃO LTDA - ME	07.540.755/0001-28	MARLEI AMARAL NEVES	004.603.079-40
MARCO ANTONIO ALVES 91054656991	23.592.228/0001-13	MARCO ANTONIO ALVES	910.546.569-91

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

AQUISIÇÃO EVENTUAL DE SERVIÇO DE TRANSPORTE PARA EVENTOS DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

1.3. Em caso de Processo que não há prestação de serviço, fica facultado ao município a formalização de contrato Tendo em vista que os materiais/equipamentos serão entregues de forma imediata, após encaminhamento da Autorização de Fornecimento por parte do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6068 - DA CAPITAL TOUR LOCAÇÃO LTDA - ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE, COM A SEQUINTE DESCRIÇÃO: UM ONIBUS COM CAPACIDADE MINIMA DE 40 LUGARES, BANCOS RECLINÁVEIS, MOTORISTA COM CURSO EM TRANSPORTE COLETIVO, SEGURO DPVAT, SEGURO PARA PASSAGEIROS, REGISTRO NO DETER, DISPONIBILIDADE PARA TODOS OS DIAS DA SEMANA A QUALQUER HORA SOLICITADA PELO DEPARTAMENTO COMPETENTE. DEVERÁ POSSUIR BANHEIRO E AR CONDICIONADO.	KM		17.500,00	4,5000	78.750,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 2/8
 Processo Nº.: 218/2017
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 218/2017

Fornecedor: 6068 - DA CAPITAL TOUR LOCAÇÃO LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE, COM A SEGUINTE DESCRIÇÃO: UM ONIBUS COM CAPACIDADE MINIMA DE 30 LUGARES, BANCOS RECLINÁVEIS, MOTORISTA COM CURSO EM TRANSPORTE COLETIVO, SEGURO DPVAT, SEGURO PARA PASSAGEIROS, REGISTRO NO DETER, DISPONIBILIDADE PARA TODOS OS DIAS DA SEMANA A QUALQUER HORA SOLICITADA PELO DEPARTAMENTO COMPETENTE. O VEÍCULO DEVERÁ TER NO MÁXIMO 10 METROS DE COMPRIMENTO, TENDO EM VISTA O TRANSPORTE NO PERÍMETRO URBANO DOS MUNICÍPIOS	KM		17.000,000	2,8500	48.450,00
3	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE, COM A SEGUINTE DESCRIÇÃO: UMA VAN COM CAPACIDADE MINIMA DE 16 LUGARES, BANCOS RECLINÁVEIS, MOTORISTA COM CURSO EM TRANSPORTE COLETIVO, SEGURO DPVAT, SEGURO PARA PASSAGEIROS, REGISTRO NO DETER, DISPONIBILIDADE PARA TODOS OS DIAS DA SEMANA A QUALQUER HORA SOLICITADA PELO DEPARTAMENTO COMPETENTE.	KM		13.000,000	1,6500	21.450,00
8	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE DETENTOS - PENITENCIÁRIA SÃO CRISTÓVÃO DO SUL/CURITIBANOS - SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, DE SEGUNDA A SEXTA DA SEGUINTE FORMA: PENITENCIÁRIA (VINDA DETENTOS) - CURITIBANOS (SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS); A DISTÂNCIA TOTAL POR VIAGEM SERÁ DE 50 KM. VEÍCULO COM SEGUINTE DESCRIÇÃO: CAPACIDADE MINIMA DE 20 LUGARES, BANCOS RECLINÁVEIS, MOTORISTA COM CURSO EM TRANSPORTE COLETIVO, SEGURO DPVAT, SEGURO PARA PASSAGEIROS, REGISTRO NO DETER, DISPONIBILIDADE DE SEGUNDA A SEXTA, A QUALQUER HORA SOLICITADA PELO DEPARTAMENTO COMPETENTE.	SERV		240,000	300,0000	72.000,00

Fornecedor: 9110 - MARCO ANTONIO ALVES 91054656991

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
5	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE, COM A SEGUINTE DESCRIÇÃO: UM ONIBUS COM CAPACIDADE MINIMA DE 45 LUGARES, PARA ATENDIMENTO DE ALUNOS DO PROJETO TERCEIRA IDADE E CRAS, PARA DESLOCAMENTO DENTRO DO PERÍMETRO URBANO, O MOTORISTA DEVERÁ TER CURSO EM TRANSPORTE COLETIVO, SEGURO DPVAT, SEGURO PARA PASSAGEIROS, DISPONIBILIDADE PARA TODOS OS DIAS DA SEMANA A QUALQUER HORA SOLICITADA PELO DEPARTAMENTO COMPETENTE. O VEÍCULO DEVERÁ POSSUIR PLATAFORMA ELEVATÓRIA.	KM		21.000,000	4,4900	94.290,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 3/8
Processo N°.: 218/2017
PREGÃO PRESENCIAL N° 218/2017

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será conforme previsto em Edital, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.
- 3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.
- 3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 4/8
Processo Nº.: 218/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 218/2017

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 5/8
Processo Nº.: 218/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 218/2017

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 6/8
Processo N°.: 218/2017
PREGÃO PRESENCIAL N° 218/2017

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei n° 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 7/8
Processo N°.: 218/2017
PREGÃO PRESENCIAL N°. 218/2017

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Curitiba para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 8/8
Processo N°.: 218/2017
PREGÃO PRESENCIAL N°. 218/2017

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Curitibanos, 8 de Fevereiro de 2018.

JOSÉ ANTÔNIO GUIDI
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

DA CAPITAL TOUR LOCAÇÃO LTDA - ME

CNPJ: 07.540.755/0001-28 _____

MARCO ANTONIO ALVES 91054656991

CNPJ: 23.592.228/0001-13 _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 2224/2017

Publicação Nº 1517399

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 1/7
 Processo Nº.: 224/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 224/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 224/2017

No dia 8 do mês de Fevereiro do ano de 2018, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.754.044/0001-34, com sede administrativa localizada na Rua Coronel Vidal Ramos, 860, bairro Centro, CEP nº. 89520-000, nesta cidade de Curitiba/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). JOSÉ ANTÔNIO GUIDI, inscrito no CPF sob o nº. 352.219.259-15, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 224/2017, Processo Licitatório nº. 224/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) O REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VIDROS PARA MANUTENÇÃO DA PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS. PELO PERÍODO DE 1 ANO. CONFORME DOCUMENTOS EM ANEXO. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
8714	VW COMERCIO ATACADISTA LTDA	1, 2

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
VW COMERCIO ATACADISTA LTDA	10.573.408/0001-06	VANDERLEI BLASKOWSKI	745.817.759-49

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

O REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VIDROS PARA MANUTENÇÃO DA PREFEITURA E SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS. PELO PERÍODO DE 1 ANO. CONFORME DOCUMENTOS EM ANEXO.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

1.3. Em caso de Processo que não há prestação de serviço, fica facultado ao município a formalização de contrato Tendo em vista que os materiais/equipamentos serão entregues de forma imediata, após encaminhamento da Autorização de Fornecimento por parte do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO GLOBAL, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 8714 - VW COMERCIO ATACADISTA LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	VIDRO INCOLOR 3MM - COLOCADO/ REPOSIÇÃO	M²		485,000	79,8000	38.703,00
2	VIDRO CANELADO 4MM - COLOCADO/ REPOSIÇÃO	M²		330,000	84,9000	28.017,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 2/7
Processo Nº.: 224/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 224/2017

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será conforme previsto em Edital, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 3/7
Processo N°.: 224/2017
PREGÃO PRESENCIAL N°. 224/2017

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 4/7
Processo Nº.: 224/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 224/2017

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 5/7
Processo Nº.: 224/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 224/2017

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 6/7
Processo Nº.: 224/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 224/2017

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 7/7
Processo N°.: 224/2017
PREGÃO PRESENCIAL N°. 224/2017

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Curitiba para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Curitiba, 8 de Fevereiro de 2018.

JOSÉ ANTÔNIO GUIDI
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

VW COMERCIO ATACADISTA LTDA

CNPJ: 10.573.408/0001-06 _____

Descanso

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2018 AQUISIÇÃO DE 01 (UM) DISTRIBUIDOR DE ESTERCO LÍQUIDO, 01 (UMA) PLANTADEIRA DE ARRASTO DE 05 LINHAS, 02 (DUAS) SEMEADEIRAS DE ARRASTO 14 LINHAS E 01 (UM) ARRADO SUBSOLADOR, COM RECURSOS PROVENIENTES DO CONTRATO DE REPASSE MAPA/CAIXA 860572/2017

Publicação Nº 1518056

MUNICÍPIO DE DESCANSO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2018

Objeto: Aquisição de 01 (um) Distribuidor de Esterco líquido, 01 (uma) Plantadeira de Arrasto de 05 linhas, 02 (duas) Semeadeiras de Arrasto 14 linhas e 01 (um) Arrado Subsolador, com recursos provenientes do Contrato de Repasse OGU 860572/2017 – Programa Patrulha Agrícola Mecanizada, conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos. Recebimento dos envelopes de documentação e propostas até às 08:30 horas do dia 22/02/2018, no Departamento de Licitações e Contratos do Município de Descanso - Prefeitura, sito a Avenida Marechal Deodoro, nº 146, iniciando a fase de lances às 08:30 horas do mesmo dia. A integral do Edital encontra-se no endereço eletrônico www.descanso.sc.gov.br Informações pelo fone (049) 3623 0161.

Descanso/SC, 09 de Fevereiro de 2018.
Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2018 AQUISIÇÃO DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, COM RECURSOS PROVENIENTES DO CONTRATO DE REPASSE 848187/2017 MAPA/CAIXA

Publicação Nº 1518061

MUNICÍPIO DE DESCANSO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2018

Objeto: Aquisição de implementos agrícolas, com recursos provenientes do Contrato de Repasse 848187/2017 MAPA/CAIXA, conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos. Recebimento dos envelopes de documentação e propostas até às 10:00 horas do dia 26/02/2018, no Departamento de Licitações e Contratos do Município de Descanso - Prefeitura, sito a Avenida Marechal Deodoro, nº 146, iniciando a fase de lances às 10:00 horas do mesmo dia. A integral do Edital encontra-se no endereço eletrônico www.descanso.sc.gov.br Informações pelo fone (049) 3623 0161.

Descanso/SC, 09 de Fevereiro de 2018.
Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2018 AQUISIÇÃO DE LIXEIRAS PARA INSTALAÇÃO NO MUNICÍPIO, BAIRROS E DISTRITO DE ITAJUBÁ, PARA ATENDER A DEMANDA CONFORME NECESSÁRIO

Publicação Nº 1518045

MUNICÍPIO DE DESCANSO-PREFEITURA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2018

Objeto: Aquisição de lixeiras para instalação no Município, Bairros e Distrito de Itajubá, para atender a demanda conforme necessário, com recursos próprios, conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos. Recebimento dos envelopes de documentação e propostas até às 08:30 horas do dia 22/02/2018, no Departamento de Licitações e Contratos do Município de Descanso - Prefeitura, sito a Avenida Marechal Deodoro, nº 146, iniciando a fase de lances às 08:30 horas do mesmo dia. A integral do Edital encontra-se no endereço eletrônico www.descanso.sc.gov.br Informações pelo fone (049) 3623 0161.

Descanso/SC, 09 de Fevereiro de 2018.
Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito Municipal

Dionisio Cerqueira**PREFEITURA****PREGÃO PRESENCIAL Nº 6 E 7-2018 HOMOLOGAÇÃO - PMDC**

Publicação Nº 1516834

PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/18

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6/18

HOMOLOGAÇÃO: 07/02/18

CONTRATADO: OESTE MAQUINAS INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS DE T

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MAO-DE-OBRA PARA REALIZAR O CONserto DOS DOIS CUBOS DO TANDEM DA MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120H, UTILIZADA NO SETOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA - SC.

VALOR DA DESPESA: R\$ 23.600,00 (vinte e três mil e seiscentos reais)

DATA: 08/02/18 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO

GONÇALVES - Prefeito Municipal.

-----PREGÃO

PRESENCIAL Nº 7/18

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 7/18

HOMOLOGAÇÃO: 07/02/18

CONTRATADO: OESTE MAQUINAS INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS DE T

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MAO-DE-OBRA PARA REALIZAR O CONserto DA TRANSMISSAO DA MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, UTILIZADA NO SETOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA - SC.

VALOR DA DESPESA: R\$ 38.300,00 (trinta e oito mil e trezentos reais)

DATA: 08/02/18 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO

GONÇALVES - Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 6-2018 - CONTRATO - PMDC

Publicação Nº 1516844

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 010-2018 PMDC

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

Contratada...: OESTE MAQUINAS INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS DE T

Valor : 23.600,00 (vinte e três mil e seiscentos reais)

Vigência : Início: 07/02/2018 Término: 06/02/2019

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 6/2018

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE PEÇAS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MAO-DE-OBRA PARA REALIZAR O CONserto DOS DOIS CUBOS DO TANDEM DA MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120H, UTILIZADA NO SETOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA - SC.

Dionísio Cerqueira, 8 de Fevereiro de 2018

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

Publicação Nº 1517473

MUNICÍPIO DE DIONISIO CERQUEIRA - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 3º Quadrimestre de 2017

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente líquida	41.385.264,73	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	22.782.164,69	55,05
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	22.348.042,95	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	21.230.640,81	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	9.104.758,24	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	6.621.642,36	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	2.896.968,53	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	474.508,17	(2.025.638,76)

FONTE:

DIONISIO CERQUEIRA , 08/02/2018

THYAGO WANDERLAN G.GONÇALVES
Prefeito Municipal

KELY ELENA KAIBERS
Contadora CRC/PR 068505/O-8

CLEONIR L. WELTER
C. Interno - CRA/SC 11527

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

Publicação Nº 1517470

MUNICÍPIO DE DIONISIO CERQUEIRA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001¹	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001¹	0,00	0,00
TOTAL (I)	0,00	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	41.385.330,12	—
OPERAÇÕES VEDADAS(II)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (III) = (Ia + II)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	6.621.652,82	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	5.959.487,54	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	2.896.973,11	7,00

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

FONTE:

DIONISIO CERQUEIRA , 08/02/2018

THYAGO WANDERLAN G.GONÇALVES
Prefeito Municipal

KELY ELENA KAIBERS
Contadora CRC/PR 068505/O-8

CLEONIR L. WELTER
C. Interno - CRA/SC 11527

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

Publicação Nº 1517465

MUNICÍPIO DE DIONISIO CERQUEIRA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	6.641.264,83	6.689.524,89	6.581.950,51	6.466.521,08
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	86.331,89	82.997,29	77.370,21	73.956,38
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	86.331,89	82.997,29	77.370,21	73.956,38
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P.	2.183.733,08	2.183.733,08	2.183.733,08	2.183.733,08
Outras Dívidas	4.371.199,86	4.422.794,52	4.320.847,22	4.208.831,62
DEDUÇÕES (II)	6.048.337,18	5.588.064,61	5.737.538,90	5.155.173,49
Disponibilidade de Caixa	6.048.337,18	5.582.905,35	5.729.896,92	5.134.796,77
Disponibilidade de Caixa Bruta	7.829.498,35	7.362.447,98	7.384.038,44	8.982.602,18
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	1.781.161,17	1.779.542,63	1.654.141,52	3.847.805,41
Demais Haveres Financeiros	0,00	5.159,26	7.641,98	20.376,72
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	592.927,65	1.101.460,28	844.411,61	1.311.347,59
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	39.664.558,64	40.653.235,07	41.972.313,69	41.385.330,12
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	16,74%	16,46%	15,68%	15,63%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	1,49%	2,71%	2,01%	3,17%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	47.597.470,37	48.783.882,08	50.366.776,43	49.662.396,14
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	42.837.723,33	43.905.493,88	45.330.098,79	44.696.156,53
<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	267.524,51	194.361,41	187.712,60	403.167,44
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	13.566.939,48	13.657.811,47	12.236.039,00	7.261.180,35
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE DIONISIO CERQUEIRA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017

Continuação 2/2

DIONISIO CERQUEIRA, 08/02/2018

THYAGO WANDERLAN G.GONÇALVES
Prefeito Municipal

KELY ELENA KAIBERS
Contadora CRC/PR 068505/O-8

CLEONIR L. WELTER
C. Interno - CRA/SC 11527

FONTE:

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

Publicação Nº 1517469

MUNICÍPIO DE DIONISIO CERQUEIRA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquid. e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras					
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício							
						(b)				
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g) = (a - (b + c + d + e) - f)			
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	5.677.495,98	31.385,92	2.029.670,54	4.390.128,48	284.747,08	0,00	(1.058.436,04)	201.392,13	0,00	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB 60%	36.480,71	0,00	82.557,17	0,00	102.384,13	0,00	(148.460,59)	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB 40%	(1.386,01)	0,00	48.534,38	0,00	35.744,91	0,00	(85.665,30)	4.312,58	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Educação	787.044,19	18.488,48	78.393,95	3.199.657,28	0,00	0,00	(2.509.495,52)	34.084,89	0,00	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Saúde	1.099.203,42	6.820,31	442.175,07	8.044,50	67.861,81	0,00	574.301,73	65.650,28	0,00	0,00
Recursos Destinados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos destinados ao RPPS - Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos destinados ao RPPS - Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educação)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Destinações Vinculadas de Recursos	3.756.153,67	6.077,13	1.378.009,97	1.182.426,70	78.756,23	0,00	1.110.883,64	97.344,38	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	3.334.575,68	933.066,74	853.682,21	2.396.543,70	118.420,36	0,00	(967.137,33)	273.116,04	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Saúde	0,00	0,00	6.533,82	4.954,39	0,00	0,00	(11.488,21)	2.835,00	0,00	0,00
Recursos Ordinários	3.334.575,68	933.066,74	847.148,39	2.391.589,31	118.420,36	0,00	(955.649,12)	270.281,04	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	9.012.071,66	964.452,66	2.883.352,75	6.786.672,18	403.167,44	0,00	(2.025.573,37)	474.508,17	0,00	0,00

FONTE:

DIONISIO CERQUEIRA , 08/02/2018

THYAGO WANDERLAN G. GONÇALVES Prefeito Municipal	KELY ELENA KAIBERS Contadora CRC/PR 068505/O-8	CLEONIR L. WELTER C. Interno - CRA/SC 11527
---	---	--

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

Publicação Nº 1517467

MUNICÍPIO DE DIONISIO CERQUEIRA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	39.664.569,27	40.653.235,07	41.972.313,69	41.385.330,12
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	8.726.205,24	8.943.711,72	9.233.909,01	9.104.772,63
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	7.853.584,72	8.049.340,55	8.310.518,11	8.194.295,37

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

DIONISIO CERQUEIRA , 08/02/2018

THYAGO WANDERLAN G. GONÇALVES
Prefeito Municipal

KELY ELENA KAIBERS
Contadora CRC/PR 068505/O-8

CLEONIR L. WELTER
C. Interno - CRA/SC 11527

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

Publicação Nº 1517464

MUNICÍPIO DE DIONISIO CERQUEIRA - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2017 A DEZEMBRO/2017

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	22.782.164,69	0,00
Pessoal Ativo	22.781.459,50	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	705,19	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	22.782.164,69	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	41.385.330,12	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais(V) (§ 13, art. 166 da CF)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	41.385.330,12	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	22.782.164,69	55,05
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	22.348.078,26	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	21.230.674,35	51,30
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	20.113.270,43	48,60

FONTE:

DIONISIO CERQUEIRA , 08/02/2018

THYAGO WANDERLAN G.GONÇALVES
Prefeito Municipal

KELY ELENA KAIBERS
Contadora CRC/PR 068505/O-8

CLEONIR L. WELTER
C. Interno - CRA/SC 11527

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

Publicação Nº 1517446

Município de DIONÍSIO CERQUEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			
		Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016		
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	40.893.300,00	40.948.243,66	38.237.556,33		
Receita Tributária	4.560.000,00	4.098.203,11	3.860.793,48		
I.P.T.U.	950.000,00	669.660,43	560.260,87		
I.S.S.	1.379.500,00	1.378.667,12	1.518.076,19		
I.T.B.I.	500.000,00	737.768,82	622.735,85		
I.R.R.F.	638.000,00	931.348,52	785.371,06		
Outras Receitas Tributárias	1.092.500,00	380.758,22	374.349,51		
Receita de Contribuição	700.000,00	728.336,89	710.346,31		
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00		
Outras Contribuições	700.000,00	728.336,89	710.346,31		
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00		
Receita Patrimonial	182.700,00	437.086,46	1.427.012,94		
(-) Aplicações Financeiras	182.700,00	437.086,46	1.427.012,94		
Transferências Correntes	30.762.040,00	32.686.968,65	30.146.755,97		
F.P.M.	10.295.000,00	9.472.103,71	9.789.311,34		
I.P.V.A.	1.080.000,00	1.070.349,49	986.946,83		
I.C.M.S.	5.760.000,00	6.796.717,19	5.886.897,75		
Convênios	50.000,00	59.652,18	42.466,68		
Outras Transferências Correntes	13.577.040,00	15.288.146,08	13.441.133,37		
Demais Receitas Correntes	4.871.260,00	3.434.735,01	3.519.660,57		
Dívida Ativa	1.489.652,30	265.261,17	150.485,06		
Diversas Receitas Correntes	3.381.607,70	3.169.473,84	3.369.175,51		
RECEITAS DE CAPITAL (II)	324.000,00	4.113.235,54	11.855.590,15		
Operações de Crédito (III)	0,00	120.406,08	1.359.316,02		
Amortização de Empréstimos (IV)	20.000,00	2.768,61	7.006,68		
Alienação de Ativos (V)	250.000,00	15.480,00	785.770,00		
Transferências de Capital	54.000,00	3.974.580,85	9.703.497,45		
Convênios	28.000,00	3.948.877,32	7.515.352,90		
Outras Transferências de Capital	26.000,00	25.703,53	2.188.144,55		
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00		
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	54.000,00	3.974.580,85	9.703.497,45		
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	40.947.300,00	44.922.824,51	47.941.053,78		
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2017	Em 2016
DESPESAS CORRENTES (VIII)	43.208.014,06	39.286.038,09	38.285.498,61	37.681.348,44	604.150,17
Pessoal e Encargos Sociais	26.409.223,00	24.739.676,35	23.703.107,30	23.703.107,30	0,00

Município de DIONÍSIO CERQUEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016	Em 2017	Em 2016
DESPESAS CORRENTES (VIII)	43.208.014,06	39.286.038,09	38.285.498,61	38.824.434,35	37.681.348,44	461.603,74	604.150,17
Juros e Encargos da Dívida (IX)	170.000,00	123.550,56	69.219,67	123.225,60	69.219,67	324,96	0,00
Outras Despesas Correntes	16.628.791,06	14.422.811,18	14.513.171,64	13.961.532,40	13.909.021,47	461.278,78	604.150,17
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	43.038.014,06	39.162.487,53	38.216.278,94	38.701.208,75	37.612.128,77	461.278,78	604.150,17
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	2.611.298,35	1.390.550,40	15.631.671,66	1.377.645,97	8.208.433,35	12.904,43	7.423.238,31
Investimentos	2.313.298,35	1.094.472,16	15.433.550,00	1.082.496,14	8.010.311,69	11.976,02	7.423.238,31
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	298.000,00	296.078,24	198.121,66	295.149,83	198.121,66	928,41	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	2.313.298,35	1.094.472,16	15.433.550,00	1.082.496,14	8.010.311,69	11.976,02	7.423.238,31
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	10.000,00	-	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	45.361.312,41	40.256.959,69	53.649.828,94	39.783.704,89	45.622.440,46	473.254,80	8.027.388,48
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-4.414.012,41	4.665.864,82	-5.708.775,16	5.139.119,62	2.318.613,32	44.449.569,71	39.913.665,30
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	1.157.795,39	-	1.145.278,39	0,00	-	-
Superávit Financeiro	-	1.157.795,39	-	1.145.278,39	0,00	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	0,00	0,00	-	-
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL						VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA						0,00	

FONTE:

DIONÍSIO CERQUEIRA, 08/02/2018

THYAGO WANDERLAN G. GONÇALVES
Prefeito Municipal

CLEONIR L. WELTER
C. Interno - CRA/SC 11527

KELY ELENA KAIBERS
Contadora CRC/PR 068505/O-8

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

Publicação Nº 1517444

Município de DIONISIO CERQUEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2016 (A)	Em 31 Out 2017 (B)	Em 31 Dez 2017 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	6.641.264,83	6.525.459,03	6.466.521,08
DEDUÇÕES (II)	6.048.337,18	5.533.918,15	5.155.173,49
Disponibilidade de Caixa	6.048.337,18	5.526.182,96	5.134.796,77
Disponibilidade de Caixa Bruta	7.829.498,35	8.275.521,40	8.982.602,18
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	1.781.161,17	2.749.338,44	3.847.805,41
Demais Haveres Financeiros	0,00	7.735,19	20.376,72
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	592.927,65	991.540,88	1.311.347,59
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	592.927,65	991.540,88	1.311.347,59

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (Vlc - Vlb)	Jan a Dez 2017 (Vlc - Vla)
VALOR	319.806,71	718.419,94

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

FONTE:

DIONISIO CERQUEIRA , 08/02/2018

THYAGO WANDERLAN G.GONÇALVES
Prefeito Municipal

CLEONIR L. WELTER
C. Interno - CRA/SC 11527

KELY ELENA KAIBERS
Contadora CRC/PR 068505/O-8

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

Publicação Nº 1517461

Município de DIONISIO CERQUEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)				
ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2017		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		Até o Bimestre(b)		
		No Bimestre		

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28) R\$ 1,00

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
-----------------	--------------------	--------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

DIONISIO CERQUEIRA , 08/02/2018

THYAGO WANDERLAN G.GONÇALVES
Prefeito Municipal

CLEONIR L. WELTER
C. Interno - CRA/SC 11527

KELY ELENA KAIBERS
Contadora CRC/PR 068505/O-8

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

Publicação Nº 1517455

Município de DIONISIO CERQUEIRA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	0,00	120.406,08			-120.406,08
DESAPENAS					
DESAPENAS DE CAPITAL	2.611.298,35	1.377.645,97	12.904,43	1.220.747,95	
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESAPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	2.611.298,35	1.377.645,97	12.904,43	1.220.747,95	
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-2.611.298,35	-	-	-	-1.341.154,03

FONTE:

Notas:

¹ Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.

² Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, os termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

DIONISIO CERQUEIRA , 08/02/2018

THYAGO WANDERLAN G. GONÇALVES	CLEONIR L. WELTER	KELY ELENA KAIBERS
Prefeito Municipal	C. Interno - CRA/SC 11527	Contadora CRC/PR 068505/O-8

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

Publicação Nº 1517448

Município de DIONISIO CERQUEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES				RP NÃO PROCESSADOS						Saldo Total L=(e+h)
	Inscritos		Cancelados (d)	Pagos (c)	Saldo e = (a+b) - (c+d)	Inscritos		Liquidados (f)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g) - (i+h)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2016 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2016 (g)				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)											
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA											
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	307.293,22	1.473.867,95	7.172,96	1.421.403,52	352.584,69	5.539.551,00	8.027.388,48	6.078.506,36	5.466.608,39	701.760,94	7.398.570,15
FUNDO MUNICIPAL DA ACESSORIA JURIDICA DO I	307.263,22	1.473.867,95	7.172,96	1.421.403,52	352.554,69	5.539.551,00	8.024.838,48	6.075.966,36	5.464.058,39	701.760,94	7.398.570,15
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	159.958,56	1.021.209,98	0,00	950.734,86	230.433,68	5.300.661,03	7.353.774,91	5.371.867,51	4.762.147,36	538.485,59	7.584.236,67
FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA	1.082,54	4.753,77	0,00	4.753,75	1.082,56	0,00	30.071,87	3.941,23	3.941,23	0,00	26.130,64
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	624,00	0,00	0,00	0,00	624,00
SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E OBRAS	14.988,87	67.926,55	0,00	56.041,57	26.853,85	0,00	13.156,71	5.729,53	5.729,53	0,00	7.427,18
SEC. MUN. DE SERVIÇOS E DESENVOLVIMENTO L	0,00	2.500,00	0,00	2.500,00	0,00	0,00	17.095,78	16.993,00	16.993,00	102,78	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FI	2.653,64	8.617,55	0,00	8.617,55	0,00	0,00	456,79	342,74	342,74	0,00	114,05
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E	115.739,38	40.080,50	0,00	14.282,23	28.451,91	0,00	279.788,08	503,25	488,25	0,00	279.299,83
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTUR	495,80	13.860,14	0,00	128.315,09	1.284,43	2.086.885,08	4.187.821,07	3.857.358,88	3.267.165,23	11.520,41	2.997.304,94
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	3.012,50	528.434,68	0,00	427.779,32	101.112,16	410.464,01	1.900.619,99	1.038.748,75	1.020.805,75	468.110,00	822.168,25
HOSPITAL MUNICIPAL DR. LUIZ CARLOS BARREIR	435,88	39.975,30	0,00	37.296,81	5.690,99	0,00	22.403,17	13.044,52	11.633,52	0,00	10.769,65
LEGISLATIVO											
FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊN	21.608,95	315.061,49	0,00	271.147,67	65.522,77	2.803.311,94	901.327,30	435.205,61	435.048,11	58.752,40	3.210.838,73
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	336,39	0,00	0,00	0,00	336,39
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONISIO CERQUI	8.520,40	259.819,28	2.573,76	189.491,06	76.274,86	0,00	74.146,70	31.557,36	30.379,54	0,00	43.767,16
FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	3.616,33	0,00	2.573,76	1.042,57	1.042,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.042,57
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	4.904,07	259.819,28	0,00	189.491,06	75.232,29	0,00	74.146,70	31.557,36	30.379,54	0,00	43.767,16
HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA	138.784,26	192.838,69	4.599,20	281.177,60	45.846,15	238.889,97	596.916,87	672.531,49	671.531,49	163.275,35	1.000,00
LEGISLATIVO	30,00	192.838,69	4.599,20	281.177,60	45.846,15	238.889,97	596.916,87	672.531,49	671.531,49	163.275,35	1.000,00
FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊN	30,00	0,00	0,00	0,00	30,00	0,00	2.550,00	2.550,00	2.550,00	0,00	30,00
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)											
TOTAL (III) = (I + II):	307.293,22	1.473.867,95	7.172,96	1.421.403,52	352.584,69	5.539.551,00	8.027.388,48	6.078.506,36	5.466.608,39	701.760,94	7.398.570,15
FONTE:											
DIONISIO CERQUEIRA , 08/02/2018											
THYAGO WANDERLAN G GONÇALVES Prefeito Municipal	CLEONIR L. WELTER C. Interno - CRA/SC 11527	KELY ELENA KAIBERS Contadora CRC/PR 068505/O-8									

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

Publicação Nº 1517452

Município de DIONISIO CERQUEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2016 a 2090

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de DIONISIO CERQUEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2016 a 2090

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 31/12/2017 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

DIONISIO CERQUEIRA , 08/02/2018

THYAGO WANDERLAN G.GONÇALVES
Prefeito Municipal

CLEONIR L. WELTER
C. Interno - CRA/SC 11527

KELY ELENA KAIBERS
Contadora CRC/PR 061

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

Publicação Nº 1517433

Município de DIONÍSIO CERQUEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				R\$ 1,00
				No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	RECEITAS CORRENTES	41.400.000,00	41.400.000,00	8.933.822,91	21,58	45.498.565,66	109,90	-4.098.565,66
	RECEITA TRIBUTÁRIA	41.076.000,00	41.076.000,00	8.121.311,08	19,77	41.385.330,12	100,75	-309.330,12
	IMPOSTOS	4.560.000,00	4.560.000,00	677.777,83	14,86	4.098.203,11	89,87	461.796,89
	TAXAS	3.467.500,00	3.467.500,00	630.249,82	18,18	3.717.444,89	107,21	-249.944,89
	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	782.500,00	782.500,00	47.528,01	6,07	380.758,22	48,66	401.741,78
	CONTRIBUIÇÕES	310.000,00	310.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	310.000,00
	CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO	700.000,00	700.000,00	126.390,67	18,06	728.336,89	104,05	-28.336,89
	RECEITA PATRIMONIAL	182.700,00	182.700,00	41.086,80	22,49	437.086,46	239,24	-254.386,46
	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	182.700,00	182.700,00	41.086,80	22,49	437.086,46	239,24	-254.386,46
	RECEITA DE SERVIÇOS	3.070.000,00	3.070.000,00	697.207,27	22,71	2.925.918,55	95,31	144.081,45
	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	30.762.040,00	30.762.040,00	6.495.818,74	21,12	32.686.968,65	106,26	-1.924.928,65
	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	30.375.500,00	30.375.500,00	6.277.191,00	20,67	32.095.697,87	105,66	-1.720.197,87
	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	321.540,00	321.540,00	210.106,00	65,34	531.618,60	165,34	-210.078,60
	TRANSF. DE PESSOAS	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
	TRANSF. DE CONV.	50.000,00	50.000,00	8.521,74	17,04	59.652,18	119,30	-9.652,18
	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.801.260,00	1.801.260,00	83.029,77	4,61	508.816,46	28,25	1.292.443,54
	MULTAS E JUROS DE MORA	268.907,70	268.907,70	39.610,13	14,73	227.291,11	84,52	41.616,59
	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	1.784,52	11,90	13.215,48
	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	1.489.652,30	1.489.652,30	43.153,34	2,90	265.261,17	17,81	1.224.391,13
	RECEITAS DIVERSAS	27.700,00	27.700,00	266,30	0,96	14.479,66	52,27	13.220,34
	RECEITAS DE CAPITAL	324.000,00	324.000,00	812.511,83	250,78	4.113.235,54	1.269,52	-3.789.235,54
	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	120.406,08	0,00	-120.406,08
	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	120.406,08	0,00	-120.406,08
	ALIENAÇÃO DE BENS	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00	15.480,00	6,19	234.520,00
	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	12.080,00	6,04	187.920,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	3.400,00	6,80	46.600,00	
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	20.000,00	20.000,00	463,15	2,32	2.768,61	13,84	17.231,39	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	54.000,00	54.000,00	812.048,68	1.503,79	3.974.580,85	7.360,33	-3.920.580,85	
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	26.000,00	26.000,00	12.311,29	47,35	25.703,53	98,86	296,47	
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	28.000,00	28.000,00	799.737,39	2.856,20	3.948.877,32	14.103,13	-3.920.877,32	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—	
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	41.400.000,00	41.400.000,00	8.933.822,91	21,58	45.498.565,66	109,90	-4.098.565,66	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Continua 1/3

Município de DIONÍSIO CERQUEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de DIONISIO CERQUEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ² (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre			
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	41.400.000,00	45.829.312,41	6.373.114,71	40.676.588,49	5.152.723,92	8.368.257,37	40.202.080,32	5.627.232,09	37.318.727,57	474.508,17
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	4.821.977,17	—	—	5.296.485,34	—	8.179.838,09	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	41.400.000,00	45.829.312,41	6.373.114,71	45.498.565,66	—	8.368.257,37	45.498.565,66	—	45.498.565,66	474.508,17
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—	—

FONTE:

DIONISIO CERQUEIRA , 08/02/2018

THYAGO WANDERLAN G.GONÇALVES
Prefeito Municipal

GLEONIR L. WELTER
C. Interno - CRA/SC 11527

KELY ELENA KAIERS
Contadora CRC/PR 068505/O-8

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Publicação Nº 1517483

Município de DIONISIO CERQUEIRA - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial			41.400.000,00	
Previsão Atualizada			41.400.000,00	
Receitas Realizadas			45.498.500,27	
Déficit Orçamentário			0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)			1.145.278,39	
DESPESAS				
Dotação Inicial			41.400.000,00	
Créditos Adicionais			4.429.312,41	
Dotação Atualizada			45.829.312,41	
Despesas Empenhadas			40.676.588,49	
Despesas Liquidadas			40.202.080,32	
Despesas pagas			37.318.727,57	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados			474.508,17	
Superavit Orçamentário			5.296.419,95	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO				
Despesas Empenhadas			40.676.588,49	
Liquidadas			40.202.080,32	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados			474.508,17	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL				
Receita Corrente Líquida			41.385.264,73	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA				
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias Realizadas(I)			0,00	
Despesas Previdenciárias Empenhadas (II)			0,00	
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)			0,00	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)			0,00	
Despesas Previdenciárias Empenhadas (V)			0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)			0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	718.515,33	0,00
Resultado Primário		0,00	4.665.799,43	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	13.566.939,48	701.760,94	5.466.608,39	7.398.570,15
EXECUTIVO	13.564.389,48	701.760,94	5.464.058,39	7.398.570,15
LEGISLATIVO	2.550,00	0,00	2.550,00	0,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.781.161,17	7.172,96	1.421.403,52	352.584,69
EXECUTIVO	1.781.131,17	7.172,96	1.421.403,52	352.554,69
LEGISLATIVO	30,00	0,00	0,00	30,00
TOTAL:	15.348.100,65	708.933,90	6.888.011,91	7.751.154,84

Continua 1/2

Município de DIONISIO CERQUEIRA - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		7.053.888,20	25%	27,55
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		5.650.513,06	60%	89,87
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito			120.406,08	-120.406,08
Despesa de Capital Líquida			1.390.550,40	1.220.747,95
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2017	2025	2035	2050
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			15.480,00	234.520,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	8.070.546,96	15,00	0,00	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

DIONISIO CERQUEIRA , 08/02/2018

THYAGO WANDERLAN G.GONÇALVES
 Prefeito Municipal

CLEONIR L. WELTER
 C. Interno - CRA/SC 11527

KELY ELENA KAIBERS
 Contadora CRC/PR 068505/O-8

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

Publicação Nº 1517436

Município de DIONÍSIO CERQUEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTARIAS) (I)									
Legislativa	41.400.000,00	45.829.312,41	6.373.114,71	40.676.588,49	100,00	8.368.257,37	40.202.080,32	5.627.232,09	474.508,17
Ação Legislativa	1.565.000,00	1.335.000,00	207.499,81	1.267.708,76	3,12	262.537,94	1.267.708,76	67.291,24	0,00
Administração	1.565.000,00	1.335.000,00	207.499,81	1.267.708,76	3,12	262.537,94	1.267.708,76	67.291,24	0,00
Ação Judiciária	3.746.000,00	3.828.200,00	625.846,96	3.763.391,67	9,30	756.370,50	3.718.880,10	109.339,90	64.531,57
Planejamento e Orçamento	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	335.000,00	288.000,00	83.688,64	253.657,12	0,62	83.688,64	253.277,12	14.722,88	380,00
Administração Financeira	2.806.000,00	3.060.820,75	456.087,68	3.060.820,75	7,52	573.965,75	2.999.332,77	81.467,23	61.487,98
Controle Interno	170.000,00	120.000,00	14.432,00	117.262,00	0,29	23.962,00	117.262,00	2.738,00	0,00
Administração de Receitas	125.000,00	123.000,00	21.099,44	120.920,93	0,30	22.859,44	120.920,93	2.079,07	0,00
Promocão Industrial	197.000,00	232.000,00	50.579,20	226.385,87	0,56	5.614,13	223.722,28	8.277,72	2.663,59
Defesa Nacional	105.000,00	4.400,00	0,00	4.345,00	0,01	0,00	4.345,00	55,00	0,00
Defesa Terrestre	33.000,00	37.000,00	6.488,60	36.081,85	0,09	6.747,30	35.689,96	1.310,04	391,89
Segurança Pública	33.000,00	37.000,00	6.488,60	36.081,85	0,09	6.747,30	35.689,96	1.310,04	391,89
Policimento	380.000,00	395.500,00	27.379,95	163.748,57	0,40	231.751,43	29.829,96	240.701,77	8.950,34
Defesa Civil	120.000,00	135.500,00	17.639,14	105.680,66	0,26	19.961,09	104.294,96	31.205,04	1.385,70
Assistência Social	260.000,00	260.000,00	9.740,81	58.067,91	0,14	201.932,09	50.503,27	209.496,73	7.364,64
Assistência à Criança e ao Adolescente	2.534.692,30	2.609.092,30	368.484,16	2.190.809,04	5,39	418.283,26	2.134.873,20	474.219,10	55.935,84
Assistência Comunitária	1.832.692,30	1.980.992,30	308.884,42	1.567.919,38	3,85	361.479,53	1.515.294,54	465.697,76	52.624,84
Saúde	702.000,00	628.100,00	59.619,74	622.889,66	1,53	87.018,89	619.576,66	8.521,34	3.311,00
Atenção Básica	15.172.000,00	17.986.791,00	2.721.046,14	16.105.248,16	39,59	3.074.988,70	16.008.466,72	1.978.324,28	96.781,44
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	9.184.000,00	11.413.791,00	1.634.874,64	10.200.369,22	25,08	1.213.421,78	10.103.587,78	1.310.203,22	96.781,44
Educação	5.988.000,00	6.573.000,00	1.086.171,50	5.904.878,94	14,52	668.121,06	5.904.878,94	668.121,06	0,00
Ensino Fundamental	11.067.000,00	11.490.100,00	1.608.846,66	10.010.992,02	24,61	1.479.107,98	9.960.309,63	1.529.790,37	50.882,39
Ensino Médio	670.000,00	887.000,00	155.109,29	853.587,69	2,10	13.412,31	850.681,52	16.318,48	2.906,17
Educação de Jovens e Adultos	6.449.000,00	6.217.600,00	950.458,77	5.331.763,73	13,11	888.836,27	5.299.567,17	918.032,83	32.196,56
Educação Especial	416.000,00	403.000,00	6.956,00	313.222,64	0,77	89.777,36	303.427,94	99.572,06	9.794,70
Educação de Jovens e Adultos	3.117.000,00	3.804.500,00	541.322,60	3.389.417,96	8,33	415.082,04	3.385.133,00	419.367,00	4.284,96
Educação Especial	35.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Especial	30.000,00	18.000,00	0,00	18.000,00	0,04	3.000,00	16.500,00	1.500,00	0,00
Transporte Rodoviário	150.000,00	150.000,00	-45.000,00	105.000,00	0,26	30.000,00	105.000,00	45.000,00	0,00
Cultura	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diffusão Cultural	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Direitos da Cidadania	25.000,00	7.000,00	6.807,20	6.807,20	0,02	6.807,20	6.807,20	192,80	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	25.000,00	7.000,00	6.807,20	6.807,20	0,02	6.807,20	6.807,20	192,80	0,00
Urbanismo	2.462.307,70	2.586.480,74	342.615,92	2.264.440,05	5,57	645.896,94	2.202.463,47	384.017,27	61.976,58
Infra-Estrutura Urbana	245.000,00	396.973,04	0,00	208.838,25	0,51	113.419,41	208.838,17	188.134,87	0,08
Serviços Urbanos	1.492.307,70	1.479.507,70	228.826,47	1.445.930,67	3,55	317.862,87	1.385.267,67	94.240,03	60.663,00
Energia Elétrica	725.000,00	710.000,00	113.789,45	609.671,13	1,50	214.614,66	608.367,63	101.642,37	1.313,50
Saneamento	20.000,00	154.300,00	0,00	154.292,80	0,38	35.000,00	66.792,80	87.507,20	87.500,00
Saneamento Básico Rural	20.000,00	14.300,00	0,00	14.292,80	0,04	0,00	14.292,80	7,20	0,00
Saneamento Básico Urbano	0,00	140.000,00	0,00	140.000,00	0,34	35.000,00	52.500,00	87.500,00	87.500,00
Agricultura	950.000,00	1.847.216,94	108.675,40	1.266.128,91	3,11	492.208,49	1.255.580,09	591.636,85	10.548,82
Abastecimento	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Extensão Rural	880.000,00	1.049.500,00	108.675,40	994.866,91	2,45	220.946,49	984.318,09	65.181,91	10.548,82
Promoção da Produção Agropecuária	20.000,00	797.716,94	0,00	271.262,00	0,67	271.262,00	271.262,00	526.454,94	0,00
Indústria	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio e Serviços	25.000,00	2.600,00	0,00	2.548,82	0,01	0,00	2.548,82	51,18	0,00
Promoção Comercial	25.000,00	2.600,00	0,00	2.548,82	0,01	0,00	2.548,82	51,18	0,00

Continua 12

Continuação 2/2

Município de DIONISIO CERQUEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (d-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	41.400.000,00	45.829.312,41	6.373.114,71	40.676.588,49	5.152.723,92	8.368.257,37	40.202.080,32	5.627.232,09	474.508,17
Transporte	1.530.000,00	1.608.643,56	158.770,80	1.575.536,97	33.106,59	256.972,91	1.563.362,88	45.280,68	12.174,09
Transporte Rodoviário	1.530.000,00	1.608.643,56	158.770,80	1.575.536,97	33.106,59	256.972,91	1.563.362,88	45.280,68	12.174,09
Desporto e Lazer	385.000,00	343.387,87	35.528,16	309.224,87	34.163,00	40.203,42	305.774,63	37.613,24	3.450,24
Desporto Comunitário	385.000,00	343.387,87	35.528,16	309.224,87	34.163,00	40.203,42	305.774,63	37.613,24	3.450,24
Encargos Especiais	1.350.000,00	1.588.000,00	155.124,95	1.539.628,80	3.79	223.166,90	1.518.043,83	69.956,17	21.584,97
Serviço da Dívida Interna	1.050.000,00	1.313.000,00	180.124,95	1.264.628,80	3.11	188.823,79	1.263.375,43	49.624,57	1.253,37
Outros Encargos Especiais	300.000,00	275.000,00	-25.000,00	275.000,00	0,68	36.343,11	254.668,40	20.331,60	20.331,60
Reserva de Contingência	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
Reserva de Contingência	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	41.400.000,00	45.829.312,41	6.373.114,71	40.676.588,49	5.152.723,92	8.368.257,37	40.202.080,32	5.627.232,09	474.508,17

FONTE:

DIONISIO CERQUEIRA , 08/02/2018

THYAGO WANDERLAN G.GONÇALVES
Prefeito Municipal

CLEONIR L. WELTER
C. Interno - CRA/SC 11527

KELY ELENA KAIBERS
Contadora CRC/PR 068505/O-8

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

Publicação Nº 1517439

Município de DIONÍSIO CERQUEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2017 A DEZEMBRO/2017

ESPECIFICAÇÃO		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2017	
		Jan/2017	Fev/2017	Mar/2017	Abr/2017	Mai/2017	Jun/2017	Jul/2017	Ago/2017	Sep/2017	Out/2017	Nov/2017	Dez/2017		TOTAL (ÚLT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)		3.427.426,64	3.848.631,47	3.295.834,76	3.477.162,31	3.532.629,86	3.581.763,26	4.157.694,44	4.482.721,34	3.437.016,46	3.441.077,07	3.504.199,24	5.330.868,92	45.517.028,59	45.222.000,00
RECEITA TRIBUTÁRIA		197.091,17	259.398,89	344.187,77	352.581,88	258.405,30	319.949,96	670.327,53	401.329,54	305.135,08	312.018,16	324.370,22	353.344,12	4.098.136,62	4.950.000,00
IPTU		975,35	0,00	0,00	0,00	128,71	53.827,22	364.519,80	78.597,45	48.014,03	43.935,52	40.819,01	39.144,34	669.690,43	950.000,00
I.S.S.		106.010,33	99.229,14	118.380,05	115.393,39	101.458,60	120.897,21	123.322,05	122.361,02	116.731,82	103.480,55	134.621,02	116.981,94	1.378.667,12	1.379.500,00
ITR		27.577,05	82.714,33	80.226,11	82.246,52	69.515,97	48.233,00	56.448,00	98.289,37	46.111,91	47.406,44	49.336,00	49.662,12	737.788,82	500.000,00
IR R.F.		51.779,17	62.141,98	77.755,55	72.879,47	65.834,83	78.770,27	79.056,62	74.562,97	73.592,64	95.098,63	75.786,60	123.899,79	931.348,52	638.000,00
Outras Receitas Tributárias		10.749,27	15.313,44	67.826,06	62.060,50	21.487,19	18.422,26	47.591,06	27.518,73	20.694,68	21.597,02	23.809,59	23.655,93	380.694,73	1.092.500,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		20.679,22	99.067,69	53.512,90	66.910,67	55.075,01	61.486,84	60.496,10	61.440,57	60.142,14	63.135,08	63.551,13	62.839,54	728.336,89	700.000,00
RECEITA PATRIMONIAL		63.313,03	52.373,97	58.562,25	34.211,20	32.617,64	40.234,84	31.361,38	23.101,59	33.112,51	27.111,25	21.363,13	19.723,67	437.086,46	182.700,00
Rendimentos de Aplicação Financeira		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS		119.078,77	231.207,48	164.826,63	231.328,31	172.271,70	252.704,77	363.910,25	261.513,52	259.559,38	172.310,47	214.538,73	482.668,54	2.925.918,55	3.070.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		2.993.144,68	3.174.937,51	2.624.805,97	2.748.658,75	2.972.356,62	2.862.121,86	2.978.626,06	3.881.823,11	2.744.562,40	2.827.854,14	2.833.208,45	4.376.432,76	36.817.321,51	34.908.040,00
Cota-Parte do FPM		929.539,32	1.191.644,39	746.636,22	899.572,13	1.020.409,32	940.327,31	1.214.365,56	823.815,77	783.925,01	806.321,76	1.551.408,41	11.599.894,96	12.966.000,00	12.966.000,00
Cota-Parte do ICMS		734.265,97	653.673,40	685.515,84	711.339,08	650.814,04	683.951,92	682.197,28	718.895,11	762.199,56	733.098,40	784.038,80	8.495.895,21	7.200.000,00	7.200.000,00
Cota-Parte do IPVA		97.947,90	98.767,80	118.004,16	112.222,31	150.401,67	127.980,86	138.580,89	145.039,07	109.174,65	103.720,24	78.942,27	57.681,48	1.337.963,30	1.350.000,00
Cota-Parte do ITR		697.375,04	718.296,63	549.085,25	486.218,82	630.239,31	568.520,80	434.766,40	1.493.943,76	623.059,79	654.067,13	684.219,31	1.395.852,79	8.935.645,03	7.848.040,00
Outras Transferências Correntes		9.341,30	10.271,69	8.071,74	9.746,65	9.145,08	9.194,80	10.329,23	9.665,74	10.324,15	13.029,33	10.639,18	14.678,98	124.437,87	120.000,00
Transferências da LC 61/1989		2.504,98	2.504,98	2.504,98	2.504,98	2.504,98	2.504,98	2.504,98	2.504,98	2.504,98	2.504,98	2.504,98	30.059,76	30.000,00	30.000,00
Transferências da LC 87/1996		522.170,17	499.776,62	514.985,78	527.054,78	508.842,42	529.927,18	495.962,88	510.280,42	540.465,00	526.451,04	517.339,25	570.151,54	6.263.429,08	5.635.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		34.122,77	31.645,93	49.939,24	43.471,50	41.903,21	45.864,99	52.175,12	53.513,01	34.504,95	38.647,97	47.167,58	35.860,29	508.814,56	1.801.260,00
DEDUÇÕES (II)		354.719,68	391.372,27	312.146,73	347.076,83	368.654,76	362.756,75	312.020,51	335.519,55	316.207,34	329.466,95	326.329,77	387.492,70	4.131.763,86	4.146.000,00
Dedução de Receita Para Formação do FUNDEB		354.719,68	391.372,27	312.146,73	347.076,83	368.654,76	362.756,75	312.020,51	335.519,55	316.207,34	329.466,95	326.329,77	387.492,70	4.131.763,86	4.146.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)		3.072.709,96	3.457.259,20	2.983.688,03	3.130.085,48	3.165.974,90	3.229.006,51	3.845.673,93	4.147.201,79	3.120.809,12	3.111.610,12	3.177.869,47	4.943.376,22	41.385.264,73	41.076.000,00
NOTA:															

FONTE: DIONÍSIO CERQUEIRA - 08/02/2018

THYAGO WANDERLAN G. GONÇALVES Prefeito Municipal	CLEONIR L. WELTER C. Interno - CRA/SC 11627	KELY ELENA KAIBERS Contadora CRC/PR 068505/O-8
---	--	---

Publicação Nº 1517442

RRRO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

www.diariomunicipal.sc.gov.br

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

Publicação Nº 1517458

Município de DIONISIO CERQUEIRA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)		RECEITAS REALIZADAS					R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	Até o Bimestre (b)				SALDO (c) = (a-b)	
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)	250.000,00	15.480,00				234.520,00	
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	50.000,00	3.400,00				46.600,00	
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	200.000,00	12.080,00				187.920,00	
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO (h)=(d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2016 (i)	Em 2017 (j) = (lb - (llf + llg)				SALDO ATUAL (k) = (llli + lljj)	
Valor(III)	0,00	15.480,00				15.480,00	
FONTE:							

DIONISIO CERQUEIRA , 08/02/2018

THYAGO WANDERLAN G.GONÇALVES
Prefeito Municipal

CLEONIR L. WELTER
C. Interno - CRA/SC 11527

KELY ELENA KAIBERS
Contadora CRC/PR 068505/O-8

Dona Emma

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO Nº 4/2018

Publicação Nº 1516909



MUNICÍPIO DE DONA EMMA ESTADO DE SANTA CATARINA

CNPJ nº. 83.102.426/0001-83

Rua Alberto Koglin nº. 3493 - Centro - 89.155-000 - Dona Emma - SC

Fone/Fax: (47) 3364-2800 - E-mail: prefeitura@donaemma.sc.gov.br

Processo Licitatório nº. 06/2018 Pregão Presencial nº. 04/2018

1 – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 – O Município de Dona Emma, entidade jurídica de direito público inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.426/0001-83, estabelecida à Rua Alberto Koglin nº. 3493, Centro, Município de Dona Emma, Estado de Santa Catarina, por determinação de seu Prefeito Municipal, senhor **Nerci Barp**, com a autoridade que lhe é atribuída pela legislação em vigor, torna público para o conhecimento dos interessados que às 9 horas do dia 23 de fevereiro de 2018, na sede da Administração Municipal de Dona Emma, realizará licitação na modalidade de Pregão Presencial, de conformidade com a Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, com as prerrogativas estabelecidas pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 e Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, e com as condições constantes deste Edital e dos demais documentos que o integram.

1.2 – O Processo Licitatório proveniente deste Edital de Pregão Presencial é de interesse da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto e será julgado de conformidade com o tipo “**de menor preço**”, para execução indireta sob o regime de “**empreitada por preço unitário**”, com a fixação do preço máximo para o presente objeto, conforme previsto no subitem “6.6”, ressalvado o disposto nos incisos I e II do art. 48 da Lei Federal nº. 8.666/93.

1.3 – Os envelopes contendo a “Proposta de Preços” e a “Documentação de Habilitação” serão recebidos pelo Setor de Compras e Licitações do Município, anexo ao prédio do Paço Municipal de Dona Emma, até às 9 horas do dia 23 de fevereiro de 2018.

1.4 – A sessão pública do pregão com a abertura dos envelopes das propostas de preços terá início às 9 horas do dia 23 de fevereiro de 2018.

2 – OBJETO

2.1 – O presente Processo Licitatório visa selecionar a melhor proposta para o seguinte objeto:

“Contratação de serviço contínuo de transporte escolar público para os alunos do Município de Dona Emma, cujas especificações detalhadas encontram-se na Planilha de Itinerários contendo os trajetos, os horários e a quilometragem a ser percorrida, que faz parte integrante deste Edital como Anexo I.”

3 – DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

3.1 – As despesas decorrentes deste Processo Licitatório serão custeadas com recursos próprios do Município de Dona Emma, previstos por conta das seguintes dotações do orçamento vigente do Município:



MUNICÍPIO DE DONA EMMA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CNPJ nº. 83.102.426/0001-83

Rua Alberto Koglin nº. 3493 - Centro - 89.155-000 - Dona Emma - SC

Fone/Fax: (47) 3364-2800 - E-mail: prefeitura@donaemma.sc.gov.br

Órgão.....: 06 - Secretaria da Educação, Cultura e Desporto
Unidade....: 06.01 - Setor de Educação
Atividade.: 12.362.0005.2.507 - Apoio ao Ensino Médio
Recursos....: 0000 - Recursos Ordinários
Elemento...: 3.3.90.39.26.00.00 - Serviços de Transporte Escolar

4 – CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1 – Poderão participar deste Pregão os licitantes interessados que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à habilitação, constantes neste Edital e seus anexos e que apresentarem até às 9 horas do dia 23 de fevereiro de 2018, na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento do Município de Dona Emma, junto ao Setor de Compras e Licitações, os envelopes contendo a “Proposta de Preços” e a “Documentação de Habilitação”.

4.2 – Somente poderão participar da sessão pública do pregão, com poderes para efetuar lances e/ou manifestar intenção de recurso, os licitantes que estiverem devidamente representados e credenciados, conforme estabelece o inciso I (Credenciamento), do item “8” deste Edital.

4.2 – Será vedada a participação de empresas declaradas inidôneas por ato do Poder Público, ou que estejam temporariamente impedidas de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública ou quaisquer de seus órgãos descentralizados.

4.3 – Não poderá participar, direta ou indiretamente, servidor, agente político ou responsável pela licitação, na forma do artigo 9º, inciso III, da Lei Federal nº. 8.666/93.

4.4 – Para as empresas que desejarem usufruir dos privilégios estabelecidos pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 e Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, no tocante à regularidade fiscal e ao direito de preferência, aos microempreendedores individuais (MEI), as microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) e deverão apresentar no credenciamento, a seguinte documentação:

- a) Certidão que ateste o seu enquadramento como MEI – CCMEI emitida pelo Portal do Empreendedor e certidão que ateste o seu enquadramento como ME ou EPP, expedida pela Junta Comercial do Estado sede do licitante, de acordo com o art. 8º da Instrução Normativa nº. 103, de 30 de abril de 2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC. A certidão deve estar atualizada, ou seja, emitida a menos de 180 (cento e oitenta) dias da data marcada para a abertura da presente licitação;
- b) Declaração de enquadramento em conformidade com o art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Complementar nº 147/2014, afirmando ainda que não se enquadra em nenhuma das hipóteses do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Complementar nº 147/2014, conforme modelo constante no inciso I (Credenciamento), do item “8” deste Edital.

5 – IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

5.1 – As impugnações ao ato convocatório serão recebidas até o segundo dia útil que anteceder a sessão pública do pregão, no Setor de Compras e Licitações do Município de Dona Emma,



MUNICÍPIO DE DONA EMMA ESTADO DE SANTA CATARINA

CNPJ nº. 83.102.426/0001-83

Rua Alberto Koglin nº. 3493 - Centro - 89.155-000 - Dona Emma - SC

Fone/Fax: (47) 3364-2800 - E-mail: prefeitura@donaemma.sc.gov.br

situado à Rua Alberto Koglin nº. 3493, Centro, Município de Dona Emma, Estado de Santa Catarina.

5.2 – Caberá à Autoridade Competente decidir sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após a data e horário limite para o envio de impugnações.

5.3 – Em caso de deferimento da impugnação contra o ato convocatório, será tomada uma das seguintes providências:

- a) Anulação ou revogação do Edital;
- b) Alteração do Edital e manutenção da licitação com a republicação do ato e reabertura de novo prazo de publicidade, com alteração da data da sessão pública do pregão;
- c) Alteração do Edital e manutenção do prazo de envio de propostas e da data da sessão pública do pregão, nos casos em que, inquestionavelmente, a alteração não tenha afetado a formulação da proposta.

6 – PROPOSTA DE PREÇOS

6.1 – A proposta de preços deverá ser apresentada de forma legível, redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, em via datilografada ou informatizada, com suas páginas numeradas sequencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas, preferencialmente no formulário padrão do Município de Dona Emma, datada, carimbada e assinada em todas as suas folhas pelo representante legal do licitante, devidamente identificado, ou pelo procurador, juntando-se a procuração.

6.2 – A proposta de preços deverá indicar o prazo de validade, sendo o mínimo de **60 (sessenta) dias** contados da data de abertura da mesma, sendo este o prazo considerado em caso de omissão, ficando o licitante liberado do compromisso assumido, após decorrido o prazo estabelecido.

6.3 – Para apresentação da proposta em via informatizada o licitante deverá instalar o sistema Compras-AutoCotação, através da rede mundial de computadores (Internet), disponibilizado no site: www.betha.com.br, selecionando a opção: Produtos > Atualizações > Compras-AutoCotação > Instalação Completa; e solicitar o arquivo da proposta para cotação de preços junto ao Setor de Compras e Licitações do Município de Dona Emma.

6.4 – Quando a proposta for apresentada em via informatizada através do sistema Compras-AutoCotação, após a conclusão da digitação ela deverá ser salva em mídia removível (CD, Pendrive ou SD), impressa, carimbada e assinada em todas as suas folhas pelo representante legal do licitante, devidamente identificado, ou pelo procurador. A mídia removível deverá acompanhar a proposta de preços.

6.5 – A proposta de preços também poderá ser apresentada em papel timbrado com a razão social, endereço completo, telefone, CNPJ e Inscrição Estadual e/ou Municipal da empresa proponente.

6.6 – As propostas de preços em via informatizadas ou em papel timbrado da empresa deverão contendo os seguintes elementos:

I – O encaminhamento ao Município de Dona Emma;



MUNICÍPIO DE DONA EMMA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CNPJ nº. 83.102.426/0001-83

Rua Alberto Koglin nº. 3493 - Centro - 89.155-000 - Dona Emma - SC

Fone/Fax: (47) 3364-2800 - E-mail: prefeitura@donaemma.sc.gov.br

- II – A referência do número do Pregão Presencial deste Processo Licitatório;
- III – Descrição detalhada dos itens do objeto que o proponente vier a participar, em conformidade com o Anexo I da presente licitação, contendo a quantidade, marca, preço unitário e total por item, expresso em moeda corrente nacional, com duas casas decimais após a vírgula;
- IV – Soma dos preços totais dos itens com o resultado expresso em algarismos e por extenso;
- V – Numeração das folhas, caso contenha mais de uma;
- VI – Prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias;
- VII – Data e assinatura em todas as suas folhas pelo representante legal do licitante ou pelo procurador, devidamente identificado.

6.7 – No preço proposto deverão estar incluídas, além do lucro, todas as despesas, tributos e custos, diretos ou indiretos, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação, com a fixação do preço máximo para o presente objeto, conforme previsto no Anexo I do presente edital, respeitado o disposto nos incisos I e II do art. 48 da Lei Federal nº. 8.666/93.

6.8 – Especificações mínimas exigidas para os veículos que serão utilizados nos itinerários definidos deste edital, devendo os mesmos estar em perfeito estado de conservação, atenderem as seguintes exigências:

- a) **Registro como veículo de passageiros, classificado na categoria aluguel;**
- b) **Ter no máximo 15 (quinze) anos de fabricação;**
- c) **Faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroçaria, com o dístico ESCOLAR.**
- d) **Limitadores de abertura dos vidros corrediços, de no máximo dez centímetros;**
- e) **Todos os demais equipamentos obrigatórios, comuns aos veículos da mesma espécie, previstos no Código de Trânsito Brasileiro e resoluções do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN.**

6.9 – A proposta de preços deverá ser apresentada preferencialmente em folha de papel A4, em envelope lacrado, até às 9 horas do dia 23 de fevereiro de 2018, identificando em sua parte externa e frontal as seguintes indicações:

EMPRESA PROPONENTE: “.....”
PREFEITURA MUNICIPAL DE DONA EMMA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 06/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04/2018
ENVELOPE Nº. 01 – PROPOSTA DE PREÇOS

6.9 – Os envelopes contendo as propostas de preços dos licitantes serão abertos na sessão pública prevista no preâmbulo deste Edital, na data e horário previamente estabelecido.

7 – HABILITAÇÃO

7.1 – As empresas interessadas em participar deste Processo Licitatório deverão apresentar os seguintes documentos:



MUNICÍPIO DE DONA EMMA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CNPJ nº. 83.102.426/0001-83

Rua Alberto Koglin nº. 3493 - Centro - 89.155-000 - Dona Emma - SC

Fone/Fax: (47) 3364-2800 - E-mail: prefeitura@donaemma.sc.gov.br

7.1.1 – Habilitação Jurídica:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;
- c) No caso de sociedades por ações, o estatuto social deve estar acompanhado dos documentos referentes à eleição dos atuais administradores;
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.1.2 – Regularidade Fiscal:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste Processo Licitatório (Alvará de Licença de Localização e Funcionamento);
- c) Certidão Negativa de Débitos Relativos Aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;
- d) Certificado de Regularidade de Situação com o FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho;
- f) Certidão Negativa de Débitos Estaduais, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda do domicílio ou sede do licitante;
- f) Certidão Negativa de Débito para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante.

7.1.3 – Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social apresentados na forma da lei, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou do domicílio do licitante, com os competentes termos de abertura e encerramento, que comprovem a boa situação financeira da empresa, ou balanço de abertura para empresas constituídas no corrente exercício;
- a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede ou do domicílio do licitante.

7.1.4 – Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal:

- a) Declaração de não exploração do trabalho infantil de acordo com inciso V do art. 27 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei Federal nº. 9.854, de 27 de outubro de 1999, conforme modelo do Anexo II deste Edital;
- b) Declaração de Quadro Societário, conforme modelo do Anexo II deste Edital.

7.2 – Segundo a legislação comercial, onde o regime jurídico para a contabilidade varia em função da forma societária das empresas, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis do



MUNICÍPIO DE DONA EMMA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CNPJ nº. 83.102.426/0001-83

Rua Alberto Koglin nº. 3493 - Centro - 89.155-000 - Dona Emma - SC

Fone/Fax: (47) 3364-2800 - E-mail: prefeitura@donaemma.sc.gov.br

último exercício social (ano 2017), solicitado na alínea “a” do subitem “7.1.4 – Qualificação Econômico-Financeira”, somente será exigido a partir do quinto mês do exercício, ou seja, a partir do mês de maio de 2018. Até o final do quarto mês (abril), o requerente poderá apresentar o balanço patrimonial e demonstrações contábeis do exercício de 2016.

7.3 – Os documentos apresentados para o credenciamento dos proponentes durante a sessão pública do pregão serão dispensados de apresentação na fase de habilitação da licitação.

7.4 – A documentação exigida para a habilitação deverá ser apresentada em original, em cópia autenticada por cartório competente ou cópia acompanhada do original para autenticação do Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio, devendo constar sua validade expressa na mesma.

7.5 – O Pregoeiro juntamente com a Equipe de Apoio poderá promover a consulta ao serviço de verificação de autenticidade das certidões emitidas através da rede mundial de computadores (Internet), ficando os licitantes dispensados de autenticá-las.

7.6 – A documentação de habilitação deverá ser apresentada preferencialmente em folha de papel A4, em envelope lacrado, até às 9 horas do dia 23 de fevereiro de 2018, identificando em sua parte externa e frontal as seguintes indicações:

EMPRESA PROPONENTE: “.....”
PREFEITURA MUNICIPAL DE DONA EMMA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 06/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04/2018
ENVELOPE Nº. 02 – HABILITAÇÃO

7.7 – No caso de apresentação de documentos e/ou certidões das quais não conste o prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da emissão dos mesmos, exceto para os documentos com validade permanente.

8 – SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

8.1 – No horário e data definidos no preâmbulo do Edital, o Pregoeiro fará a abertura da sessão pública do pregão, procedendo aos seguintes atos, em sequência:

I – Credenciamento

8.2 – O proponente deverá se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro por um representante que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha a responder por sua representada, devendo identificar-se exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente.

8.3 – Para usufruírem dos privilégios estabelecidos pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 e Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, no tocante à regularidade fiscal e ao direito de preferência, os microempreendedores individuais MEI e os representantes de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) deverão apresentar junto ao credenciamento, certidão que ateste o seu enquadramento como MEI – CCMEI emitida pelo Portal do Empreendedor ou certidão que ateste o seu enquadramento como ME ou EPP, expedida pela Junta Comercial do Estado sede do licitante, de acordo com o art. 8º da Instrução



MUNICÍPIO DE DONA EMMA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CNPJ nº. 83.102.426/0001-83

Rua Alberto Koglin nº. 3493 - Centro - 89.155-000 - Dona Emma - SC

Fone/Fax: (47) 3364-2800 - E-mail: prefeitura@donaemma.sc.gov.br

Normativa nº. 103, de 30 de abril de 2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC, e declaração de enquadramento em conformidade com o art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, afirmando ainda que não se enquadra em nenhuma das hipóteses do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, conforme modelo disponível no Anexo II do presente Edital.

8.4 – O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente.

8.5 – O credenciamento também poderá ser feito por meio de “Carta de Credenciamento”, conforme modelo constante deste Edital como Anexo II.

8.6 – O instrumento de credenciamento deverá ser outorgado por representante legal da empresa proponente, com poderes para a outorga, cuja comprovação far-se-á através da apresentação de documento ou ato que comprove a investidura do outorgante como sócio ou dirigente do licitante, como exemplo, estar acompanhado de cópia autenticada do contrato social em vigor quando o mesmo for firmado por um dos sócios do licitante.

8.7 – Caso o representante presente à sessão pública do pregão seja sócio ou proprietário da empresa proponente, o mesmo deverá credenciar-se apresentando cópia autenticada do contrato social em vigor ou documento constitutivo do licitante, devendo identificar-se exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente.

8.8 – Toda a documentação relativa ao credenciamento do representante do licitante deverá ser entregue separadamente do envelope da “Documentação de Habilitação”, sob pena de participação apenas na condição de ouvinte, sem poderes para efetuar lances ou manifestar intenção de recurso.

8.9 – Não será desclassificada a proposta em função do não credenciamento do proponente, porém o mesmo ficará impedido de participar da etapa de lances ou manifestar intenção de recurso.

8.10 – Depois de encerrada a etapa de credenciamento, não serão aceitos novos representantes dos proponentes na sessão pública, salvo na condição de ouvintes, sem poderes para efetuar lances ou manifestar intenção de recurso.

II – Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação

8.11 – Os proponentes deverão apresentar junto ao credenciamento declaração de que cumprem plenamente os requisitos para habilitação, conforme modelo disponível no Anexo V do presente Edital. Não tendo sido apresentada a declaração, é facultado ao proponente credenciado manifestar a declaração oralmente na própria sessão do pregão.

8.12 – As microempresas e empresas de pequeno porte que cumprirem o disposto no subitem “8.3” deste Edital estão dispensadas de apresentar a declaração prevista no subitem anterior, porém deverão apresentar declaração de que cumprem os requisitos de habilitação, exceto quanto à regularidade fiscal, os quais serão cumpridos para fins de assinatura do contrato, caso seja declarada vencedora do certame.



MUNICÍPIO DE DONA EMMA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CNPJ nº. 83.102.426/0001-83

Rua Alberto Koglin nº. 3493 - Centro - 89.155-000 - Dona Emma - SC

Fone/Fax: (47) 3364-2800 - E-mail: prefeitura@donaemma.sc.gov.br

III – Análise preliminar de aceitabilidade das propostas

8.13 – O Pregoeiro procederá à abertura das propostas de preços e fará a análise quanto a compatibilidade do objeto ofertado em relação ao especificado no edital e quanto ao preço inexecutável, baixando diligências caso sejam necessárias, e procederá à classificação das propostas para a etapa de lances.

IV – Seleção das propostas para a etapa de lances

8.14 – O Pregoeiro selecionará as propostas para a etapa de lances obedecendo aos seguintes critérios:

8.14.1 – Primeiro Critério: Serão selecionadas a menor proposta e todas as demais que não sejam superiores a 10% do valor da menor proposta.

8.14.2 – Segundo Critério: Não havendo pelo menos três propostas selecionadas no critério anterior, serão ainda selecionadas as menores propostas, até o limite de três, para a etapa de lances.

V – Etapa de lances orais

8.15 – Tendo sido credenciado e a proposta selecionada, poderão os autores manifestar lances orais. O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

8.16 – Os lances deverão ser formulados por preço unitário, em moeda corrente nacional, com duas casas decimais, em valores distintos e decrescentes em relação ao preço do autor.

8.17 – Poderá o Pregoeiro estabelecer redução mínima em cada lance, bem como estabelecer tempo máximo para o proponente ofertar seu lance.

8.18 – A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes desse item declinarem da formulação de lances.

8.19 – Encerrada a etapa de lances, serão ordenadas as propostas selecionadas e não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado.

8.20 – Ocorrendo o empate previsto no § 2º do art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, será assegurado o direito de preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, desde que a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por MEI, ME ou EPP.

8.20.1 – Entende-se por empate as situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.



MUNICÍPIO DE DONA EMMA ESTADO DE SANTA CATARINA

CNPJ nº. 83.102.426/0001-83

Rua Alberto Koglin nº. 3493 - Centro - 89.155-000 - Dona Emma - SC

Fone/Fax: (47) 3364-2800 - E-mail: prefeitura@donaemma.sc.gov.br

8.20.2 – Para efeito do disposto no subitem “8.20”, com base no art. 44 da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

- a) A micro empresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
- b) Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem “8.20.2-a”, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem “8.20.1”, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo previsto no subitem “8.20.1”, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.20.3 – Para as situações previstas no subitem “8.20” a microempresa e empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

8.21 – O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à obtenção de proposta mais vantajosa ao interesse público.

8.22 – Após a negociação, exitosa ou não, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta, decidindo motivadamente a respeito.

VI – Habilitação

8.23 – O Pregoeiro fará a abertura do envelope dos documentos de habilitação do licitante vencedor que tenha ofertado o menor lance para o item.

8.24 – Os documentos serão rubricados pelo Pregoeiro e pela Equipe de Apoio e serão anexados ao Processo Licitatório.

8.25 – Havendo irregularidades na documentação que não permitam a habilitação, o proponente será inabilitado, procedendo o Pregoeiro à habilitação do segundo proponente classificado, e assim sucessivamente em caso de inabilitação dos proponentes.

8.26 – As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.27 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal de microempresa ou empresa de pequeno, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação.

8.28 – A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará em decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os



MUNICÍPIO DE DONA EMMA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CNPJ nº. 83.102.426/0001-83

Rua Alberto Koglin nº. 3493 - Centro - 89.155-000 - Dona Emma - SC

Fone/Fax: (47) 3364-2800 - E-mail: prefeitura@donaemma.sc.gov.br

licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

8.29 – O Pregoeiro poderá solicitar esclarecimentos a qualquer dos participantes e também promover diligências para elucidar fatos cuja comprovação seja necessária para definir a habilitação do licitante, desde que não resulte na inclusão de documento ou informação que deveria ter sido incluído no envelope da habilitação.

8.30 – Caso o Pregoeiro julgue necessário, a seu critério exclusivo, poderá suspender a sessão pública a fim de que possa apreciar minuciosamente a documentação de habilitação, marcando na oportunidade, nova data e horário em que voltará a reunir-se com os interessados, ocasião em que será apresentado o resultado final do julgamento da habilitação.

VII – Recurso

8.31 – Habilitado o proponente, o Pregoeiro solicitará aos demais credenciados se desejam manifestar interesse em interpor recurso.

8.32 – Havendo interesse, o proponente deverá manifestar motivadamente sua intenção de interpor recurso, explicitando sucintamente suas razões, cabendo ao Pregoeiro deliberar sobre o aceite do recurso.

8.33 – A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o proponente pretende que sejam revistos pelo Pregoeiro.

8.34 – O proponente que manifestar a intenção de recurso e o mesmo ter sido aceito pelo Pregoeiro, disporá do prazo de 3 (três) dias para a apresentação do mesmo, limitado às razões apresentadas durante a sessão pública, o qual deverá ser protocolado no Setor de Compras e Licitações do Município de Dona Emma, dirigido à Autoridade Competente. Os demais proponentes ficam desde logo intimados a apresentar as contra-razões no prazo de 3 (três) dias a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos. A Autoridade Competente manifestará sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis.

8.35 – A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.

8.36 – Encerrado o prazo para manifestação de recurso o Pregoeiro declarará encerrada a sessão pública do pregão.

9 – ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

9.1 – Após a declaração do(s) vencedor(es) da licitação, não havendo manifestação dos proponentes quanto à interposição de recurso, o Pregoeiro opinará sobre a adjudicação do objeto licitado, que poderá ser na própria sessão pública do pregão.

9.2 – No caso de interposição de recurso, caberá à Autoridade Competente, após decisão do recurso, opinar pela adjudicação do objeto licitado.

9.3 – Após o julgamento do respectivo processo e verificado o atendimento das normas legais, a Prefeito Municipal de Dona Emma homologará o resultado final da licitação, convocando o(s)



MUNICÍPIO DE DONA EMMA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CNPJ nº. 83.102.426/0001-83

Rua Alberto Koglin nº. 3493 - Centro - 89.155-000 - Dona Emma - SC

Fone/Fax: (47) 3364-2800 - E-mail: prefeitura@donaemma.sc.gov.br

licitante(s) vencedor(es) para o cumprimento das condições estipuladas na proposta de preços mediante a emissão da autorização de fornecimento dos serviços.

9.4 – Quando o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não mantiver as condições de habilitação ou se recusar injustificadamente a formalizar o contrato e/ou fornecer o objeto licitado, o Município de Dona Emma retomará a Sessão Pública e convidará os demais proponentes classificados na ordem determinada após a etapa de lances, dando continuidade aos procedimentos da sessão pública, adjudicação e homologação do objeto.

10 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

10.1 – O contrato administrativo reger-se-á pelas disposições da Lei Federal nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

10.2 - Sem prejuízo dos demais requisitos, a(s) empresa(s) homologada(s) vencedora(s) desta licitação deverá(o) apresentar como condição indispensável para fins de assinatura do respectivo contrato os seguintes documentos:

- a) Laudo de Segurança Veicular vigente, emitido por empresa credenciada com sede na região do Alto Vale do Itajaí, atestando as condições em que se encontram os veículos que executarão o objeto desta licitação. (Artigo 136, da Lei Federal n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997, em especial o Inciso II que prescreve "II - inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança");
- b) Certificado de registro como veículo de passageiros e licenciamento do(s) veículo(s) em nome da empresa participante do processo ou contrato de locação devidamente firmando dentro da legislação vigente, admitindo-se a apresentação de certificado do veículo financiado através de Leasing;
- c) Seguro de acidentes pessoais de passageiros na forma da legislação (APP);
- d) Carteira de habilitação do(s) motorista(s) responsável(veis) pelo transporte, sendo no mínimo a categoria "D" e comprovação de curso de especialização nos termos da Resolução 285 do CONTRAN;

10.3 – Será ainda obrigação da(s) contratada(s):

- a) Apresentar semestralmente os documentos que se referem a inspeção veicular do(s) veículo(s) utilizado(s) no transporte escolar, autorização de transporte coletivo e comprovante de curso especialização ou, sempre que haja alterações, tais como substituição de veículos e/ou condutores.
- b) Apresentar certificado de aprovação em curso especializado para condutores de veículos de transporte escolar, conforme resolução do CONTRAN nº 168/04 e certidão que comprove bons antecedentes criminais dos condutores dos veículos, conforme o artigo 329 do CTB.
- c) Apresentar, sempre que solicitadas no prazo de até 10 dias, quando houverem alterações, identificação dos condutores de ônibus, cópia dos documentos que comprovem a habilitação para condução dos veículos de transporte de alunos, dos veículos que forem substituídos ou acrescentados aos serviços prestados ao município.



MUNICÍPIO DE DONA EMMA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CNPJ nº. 83.102.426/0001-83

Rua Alberto Koglin nº. 3493 - Centro - 89.155-000 - Dona Emma - SC

Fone/Fax: (47) 3364-2800 - E-mail: prefeitura@donaemma.sc.gov.br

10.4 – O prazo de convocação para a assinatura do termo de contrato com a(s) empresa(s) vencedora(s) deste Processo Licitatório será de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data da homologação pela autoridade competente, devendo a contratada indicar pessoa pertencente ao seu quadro funcional, com a qual a Administração poderá obter quaisquer informações e/ou esclarecimentos.

10.5 – O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

10.6 – A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela Administração Municipal, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas no item “13” deste Edital.

10.7 – O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração Municipal, até o limite de 60 (sessenta) meses, ao teor do que dispõe o art. 57, inciso II, da Lei Federal nº. 8.666/93.

10.8 – Os quantitativos licitados, assim como os roteiros com suas devidas quilometragens, são uma previsão para o transporte escolar para o próximo quinquênio podendo ser suprimido ou aditado na efetivação do contrato, conforme necessidade solicitado pela Secretaria Municipal da Educação Cultura e Desporto.

10.9 – O contratado obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

11 – FORNECIMENTO E RECEBIMENTO DO OBJETO

11.1 – A execução dos serviços, objeto do presente Processo Licitatório, será realizada na forma de execução indireta e sob o regime de empreitada por preço unitário, no decorrer do exercício, após a assinatura do contrato administrativo, com uma previsão de 200 dias letivos para o calendário escolar do corrente ano, com início das atividades previsto para o dia 26 de fevereiro de 2018.

11.2 – Os serviços, objeto deste Processo Licitatório, terão seu recebimento mensal pela Administração através do Setor de Compras e Licitações do Município, mediante recibo de aceitação, após a verificação da qualidade e quantidade que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

11.3 – O Setor de Compras disporá do prazo de 5 (cinco) dias para conferir os serviços prestados e autorizar o pagamento, caso aceito, ou notificar a Contratada, no caso de não aceitação.

11.4 – O recebimento não exclui a responsabilidade do contratado pela perfeita execução do contrato, ficando o mesmo obrigado a substituir, no todo ou em parte, o objeto do contrato, se a qualquer tempo se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, conforme disposto no art. 69 da Lei Federal nº. 8.666/93, sob pena de aplicação de multa e demais cominações previstas em Lei e neste Edital.



MUNICÍPIO DE DONA EMMA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CNPJ nº. 83.102.426/0001-83

Rua Alberto Koglin nº. 3493 - Centro - 89.155-000 - Dona Emma - SC

Fone/Fax: (47) 3364-2800 - E-mail: prefeitura@donaemma.sc.gov.br

11.5 – A recusa injustificada do contratado em prestar os serviços licitados dentro do prazo estabelecido pela Administração Municipal caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

12 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTE DO PREÇO DO OBJETO

12.1 – Os pagamentos serão efetuados mensalmente, num prazo de 12 (doze) dias após a emissão e apresentação da fatura de cobrança dos serviços, de conformidade com os dias letivos e a quilometragem percorrida no mês anterior, sendo o preço convertido em moeda corrente nacional e faturado em valor fixo para a data do pagamento.

12.2 – Não haverá compensação financeira e/ou penalização por eventual atraso do pagamento bem como nenhuma antecipação será efetuada antes da prestação dos serviços.

12.3 – Os valores contratados serão reajustados somente depois de decorrido o primeiro ano contratual, tendo com parâmetro a variação anual do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, aplicada na última atualização da Unidade Fiscal Municipal – UFM do Município de Dona Emma, ou na falta dessa, pelo índice legalmente permitido à época.

13 – SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

13.1 – Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município de Dona Emma pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das seguintes multas:

- a) Multa de 0,05% (cinco centésimos por cento) do valor do contrato, se já assinado, ou estimado do contrato, se não assinado, por dia de atraso injustificado na execução do mesmo, observado o prazo máximo de 5 (cinco) dias;
- b) Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, se já assinado, ou estimado do contrato, se não assinado, pela recusa injustificada do adjudicatário em executá-lo.

13.2 – Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pelo Município de Dona Emma.

13.3 – Da aplicação das penas, caberá recurso no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

13.4 – O recurso ou o pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido à autoridade que praticou o ato, o qual decidirá o recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.



MUNICÍPIO DE DONA EMMA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CNPJ nº. 83.102.426/0001-83

Rua Alberto Koglin nº. 3493 - Centro - 89.155-000 - Dona Emma - SC

Fone/Fax: (47) 3364-2800 - E-mail: prefeitura@donaemma.sc.gov.br

14 – DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 – A apresentação de envelopes contendo a “Proposta de Preços” e a “Documentação de Habilitação” que não propiciem claramente a identificação de seu conteúdo estarão sujeitos a serem desconsiderados como participantes deste Processo Licitatório.

14.2 – Os envelopes de habilitação não abertos estarão disponíveis no Setor de Compras e Licitações do Município de Dona Emma para retirada por seus respectivos proponentes, no prazo de trinta dias após a assinatura do contrato decorrente da licitação. Caso não sejam retirados no prazo anterior, serão inutilizados.

14.3 – Nenhuma indenização será devida aos proponentes por apresentarem documentação ou proposta relativa ao presente pregão.

14.4 – A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

14.5 – O resultado desta licitação será lavrado em ata, a qual será assinada pelo Pregoeiro e pela Equipe de Apoio.

14.6 – O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

14.7 – No interesse do Município de Dona Emma, sem que caiba aos participantes qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ter:

- a) Adiada sua abertura;
- b) Alterado o Edital, com fixação de novo prazo para a realização da licitação.

14.8 – Para dirimir quaisquer questões que por ventura venham surgir com a execução do presente procedimento licitatório, fica eleito o Foro da Comarca de Presidente Getúlio – SC, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

14.9 – Qualquer informação ou esclarecimento relativo a esta licitação será fornecido pelo Setor de Compras e Licitações da Administração Municipal de Dona Emma, diariamente no horário de expediente das 7 às 13 horas, em sua sede à Rua Alberto Koglin nº. 3493, Centro, Município de Dona Emma, Estado de Santa Catarina, através do telefone (47) 3364-2828, ou pelo e-mail compras@donaemma.sc.gov.br.

14.10 – A presente licitação é regulada pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, com as prerrogativas estabelecidas pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 e Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, e pelas condições gerais constantes neste Edital.

14.11 – Constituem anexos deste Edital, dele fazendo parte integrante:

- a) Anexo I – Relação do item da licitação, com os valor unitário e total máximo;



MUNICÍPIO DE DONA EMMA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CNPJ nº. 83.102.426/0001-83

Rua Alberto Koglin nº. 3493 - Centro - 89.155-000 - Dona Emma - SC

Fone/Fax: (47) 3364-2800 - E-mail: prefeitura@donaemma.sc.gov.br

- b) Anexo II – Modelo de carta de credenciamento de representante de licitante; de declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal; de Declaração de Quadro Societário, de declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação e declaração de enquadramento como MEI, ME ou EPP;
- c) Anexo III – Minuta do Contrato.

Dona Emma (SC), 08 de fevereiro de 2018.

NERCI BARP
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE DONA EMMA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CNPJ nº. 83.102.426/0001-83

Rua Alberto Koglin nº. 3493 - Centro - 89.155-000 - Dona Emma - SC

Fone/Fax: (47) 3364-2800 - E-mail: prefeitura@donaemma.sc.gov.br

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 06/2018 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04/2018

ANEXO I

PLANILHA DE ITINERÁRIOS DO TRANSPORTE ESCOLAR

ITINERARIO 12 – Transporte de estudantes do Ensino Superior através de um veículo com lugar para no mínimo 33 (trinta e três) passageiros, equipado com condicionador de ar para passageiros e assentos com encostos reclináveis, do Bairro de Nova Esperança do Município de Dona Emma ao Polo do IFC (Instituto Federal Catarinense), localizado na cidade de Ibirama - SC, e ao Polo da Escola Agrotécnica Federal, localizado na cidade de Rio do Sul - SC, perfazendo 566,50 km semanais em trajetos de ida e volta, totalizando 22.660,0 km rodados no decorrer dos 200 dias letivos do exercício, nos seguintes trajetos e horários:

HORÁRIO	TRAJETO (Segundas-Feiras)	KM
5h30min	Bairro de Nova Esperança / Centro de Dona Emma / Ibirama (IFC) / Rio do Sul (Escola Agrotécnica Federal)	66,2
11h30min	Rio do Sul (Escola Agrotécnica Federal) / Ibirama (IFC) / Centro de Dona Emma / Bairro de Nova Esperança	66,2
16h	Centro de Dona Emma / Ibirama (IFC)	26,6
17h	Ibirama (IFC) / Centro de Dona Emma / Bairro de Nova Esperança	31,7
SUB-TOTAL.....:		190,70
HORÁRIO	TRAJETO (Terças-Feiras)	KM
6h	Bairro de Nova Esperança / Centro de Dona Emma / Ibirama (IFC)	31,7
11h30min	Ibirama (IFC) / Centro de Dona Emma	26,6
16h	Centro de Dona Emma / Ibirama (IFC)	26,6
17h	Ibirama (IFC) / Centro de Dona Emma / Bairro de Nova Esperança	31,7
SUB-TOTAL.....:		116,60
HORÁRIO	TRAJETO (Quartas-Feiras)	KM
6h	Bairro de Nova Esperança / Centro de Dona Emma / Ibirama (IFC)	31,7
11h30min	Ibirama (IFC) / Centro de Dona Emma / Bairro de Nova Esperança	31,7
SUB-TOTAL.....:		63,4
HORÁRIO	TRAJETO (Quintas-Feiras)	KM
6h	Bairro de Nova Esperança / Centro de Dona Emma / Ibirama (IFC)	31,7
17h30min	Ibirama (IFC) / Centro de Dona Emma / Bairro de Nova Esperança	31,7
SUB-TOTAL.....:		63,4
HORÁRIO	TRAJETO (Sextas-Feiras)	KM
6h	Bairro de Nova Esperança / Centro de Dona Emma / Ibirama (IFC) / Rio do Sul (Escola Agrotécnica Federal)	66,2



MUNICÍPIO DE DONA EMMA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CNPJ nº. 83.102.426/0001-83

Rua Alberto Koglin nº. 3493 - Centro - 89.155-000 - Dona Emma - SC

Fone/Fax: (47) 3364-2800 - E-mail: prefeitura@donaemma.sc.gov.br

11h30min	Rio do Sul (Escola Agrotécnica Federal) / Ibirama (IFC) / Centro de Dona Emma / Bairro de Nova Esperança	66,2
SUB-TOTAL.....:		132,40
TOTAL.....:		566,50

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DO TRANSPORTE ESCOLAR

ITINERÁRIO	QUILOMETRAGEM / ANO	VALOR UNIÁRIO MÁXIMO	VALOR TOTAL MÁXIMO
1	22.660,00	R\$ 3,13	70.925,80
TOTAL.....:			70.925,80

Dona Emma (SC), 08 de fevereiro de 2018.

NERCI BARP
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE DONA EMMA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CNPJ nº. 83.102.426/0001-83

Rua Alberto Koglin nº. 3493 - Centro - 89.155-000 - Dona Emma - SC

Fone/Fax: (47) 3364-2800 - E-mail: prefeitura@donaemma.sc.gov.br

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 06/2018 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04/2018

ANEXO II

DECLARAÇÃO

Referência: Processo Licitatório nº. 06/2018 – Pregão Presencial nº. 04/2018.

Município de Dona Emma, Estado de Santa Catarina.

A empresa, inscrita no CNPJ sob nº, por intermédio de seu(sua) representante legal, senhor(a), inscrito(a) no CPF sob nº e portador(a) da Carteira de Identidade com RG nº

CREDECIO o(a) senhor(a)..... (nacionalidade), inscrito(a) no CPF sob nº e portador(a) da Carteira de Identidade com RG nº, a participar com poderes para apresentar proposta, assinar em nome da empresa, efetuar lances de preços, manifestar a intenção de recurso, enfim, praticar todos e quaisquer atos administrativos pertinentes do Processo Licitatório referenciado acima.

DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei Federal nº. 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, cumprindo assim o que determina o inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil, salvo na condição de menor aprendiz.

DECLARA, para fins do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, que cumpre plenamente os requisitos para habilitação do Processo Licitatório.

DECLARA, que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviço prestado, inclusive consultoria, assistência técnica, ou assemelhados.

DECLARA para fins do disposto no Edital de Pregão Presencial referenciado acima, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, se enquadra como:

() Microempreendedor individual;

() Microempresa;

() Empresa de Pequeno Porte;

Conforme inciso I e II do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Declara ainda que a empresa não se enquadra em nenhuma das hipóteses do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, de 14 de dezembro de 2006.

(Local e data)

.....
Assinatura do Representante Legal da Empresa
Nome:.....

Observação: a) Esta declaração deverá ser apresentada preferencialmente em papel timbrado com a razão social, endereço completo, telefone e CNPJ da empresa proponente no ato do credenciamento da mesma junto a Comissão Permanente de Licitações.
b) Se alguma das hipóteses mencionadas não representar a realidade da empresa, deverá ser suprimida da declaração.



MUNICÍPIO DE DONA EMMA ESTADO DE SANTA CATARINA

CNPJ nº. 83.102.426/0001-83

Rua Alberto Koglin nº. 3493 - Centro - 89.155-000 - Dona Emma - SC

Fone/Fax: (47) 3364-2800 - E-mail: prefeitura@donaemma.sc.gov.br

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 06/2018 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04/2018

ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO

TERMO DE CONTRATO Nº...../2018 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE DONA EMMA E A EMPRESA

Ao(s) dia(s) do mês de do ano de dois mil e dezoito, celebram o presente Termo de Contrato, de um lado o **Município de Dona Emma**, entidade jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.426/0001-83, estabelecido à Rua Alberto Koglin nº. 3493, Centro, Município de Dona Emma, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor **Nerci Barp**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Dona Emma – SC, inscrito no CPF sob nº. 310.372.169-20 e portador da Carteira de Identidade com RG nº. 868.705, expedida pela SESP/SC, doravante simplesmente denominada **Contratante**; e de outro lado a empresa, pessoa jurídica de direito privado com sede à nº....., Bairro, Município de, Estado de, inscrita no CNPJ sob nº....., Inscrição Estadual nº., neste ato representada por seu(sua) representante legal, senhor(a), (nacionalidade), (estado civil), inscrito(a) no CPF sob nº..... e portador(a) da Carteira de Identidade com RG nº....., doravante denominada simplesmente **Contratada**; que se regerá de conformidade com as seguintes cláusulas, onde as partes se obrigam ao seu fiel cumprimento.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DOS PREÇOS

Constitui objeto do presente contrato, a contratação de serviço contínuo de transporte escolar público para os alunos do Município de Dona Emma, nos seguintes itinerários, contendo os trajetos, os horários e a quilometragem a ser percorrida.

HORÁRIO	TRAJETO (Segundas-Feiras)	KM
5h30min	Bairro de Nova Esperança / Centro de Dona Emma / Ibirama (IFC) / Rio do Sul (Escola Agrotécnica Federal)	66,2
11h30min	Rio do Sul (Escola Agrotécnica Federal) / Ibirama (IFC) / Centro de Dona Emma / Bairro de Nova Esperança	66,2
16h	Centro de Dona Emma / Ibirama (IFC)	26,6
17h	Ibirama (IFC) / Centro de Dona Emma / Bairro de Nova Esperança	31,7
SUB-TOTAL.....:		190,70
HORÁRIO	TRAJETO (Terças-Feiras)	KM
6h	Bairro de Nova Esperança / Centro de Dona Emma / Ibirama (IFC)	31,7
11h30min	Ibirama (IFC) / Centro de Dona Emma	26,6
16h	Centro de Dona Emma / Ibirama (IFC)	26,6



MUNICÍPIO DE DONA EMMA ESTADO DE SANTA CATARINA

CNPJ nº. 83.102.426/0001-83

Rua Alberto Koglin nº. 3493 - Centro - 89.155-000 - Dona Emma - SC

Fone/Fax: (47) 3364-2800 - E-mail: prefeitura@donaemma.sc.gov.br

17h	Ibirama (IFC) / Centro de Dona Emma / Bairro de Nova Esperança	31,7
SUB-TOTAL.....:		116,60
HORÁRIO	TRAJETO (Quartas-Feiras)	KM
6h	Bairro de Nova Esperança / Centro de Dona Emma / Ibirama (IFC)	31,7
11h30min	Ibirama (IFC) / Centro de Dona Emma / Bairro de Nova Esperança	31,7
SUB-TOTAL.....:		63,4
HORÁRIO	TRAJETO (Quintas-Feiras)	KM
6h	Bairro de Nova Esperança / Centro de Dona Emma / Ibirama (IFC)	31,7
17h30min	Ibirama (IFC) / Centro de Dona Emma / Bairro de Nova Esperança	31,7
SUB-TOTAL.....:		63,4
HORÁRIO	TRAJETO (Sextas-Feiras)	KM
6h	Bairro de Nova Esperança / Centro de Dona Emma / Ibirama (IFC) / Rio do Sul (Escola Agrotécnica Federal)	66,2
11h30min	Rio do Sul (Escola Agrotécnica Federal) / Ibirama (IFC) / Centro de Dona Emma / Bairro de Nova Esperança	66,2
SUB-TOTAL.....:		132,40
TOTAL.....:		566,50

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA: A Contratada declara ter examinado em detalhes a documentação atinente ao objeto do presente contrato e possuir condições de executá-lo dentro da melhor técnica.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA: Fica expressamente estabelecido que o preço constante na proposta da Contratada inclua todos os custos diretos e indiretos requeridos para a execução dos serviços ora contratados, constituindo-se na única remuneração pelo trabalho prestado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A execução dos serviços de que trata o presente contrato será realizada na forma de execução indireta e sob o regime de empreitada por preço unitário, no decorrer do exercício, conforme os itinerários estabelecidos na cláusula anterior, de acordo com os dias letivos estabelecidos no Calendário Escolar do Município de Dona Emma e do Estado de Santa Catarina, que prevê um total de 200 dias letivos por ano, com início previsto para o dia 26 de fevereiro de 2018.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA: No caso de suspensão do transporte escolar em decorrência de greve de professores ou de problemas de acesso às estradas, os serviços não realizados não serão remunerados.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA: É vedado o transporte, em veículos escolares, de qualquer outro passageiro que não seja estudante, exceto professores da rede pública, quando a quantidade de alunos a serem transportados for inferior à capacidade do veículo para passageiros sentados.



MUNICÍPIO DE DONA EMMA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CNPJ nº. 83.102.426/0001-83

Rua Alberto Koglin nº. 3493 - Centro - 89.155-000 - Dona Emma - SC

Fone/Fax: (47) 3364-2800 - E-mail: prefeitura@donaemma.sc.gov.br

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente contrato é celebrado com fundamento na Lei Federal nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e com base no Processo Licitatório nº. 06/2018, proveniente do Edital de Pregão Presencial nº. 04/2018, de 08 de fevereiro de 2018, homologado pelo Prefeito Municipal de Dona Emma emde de 2018, que fica estritamente vinculado passando a fazer parte integrante deste instrumento de contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração Municipal, até o limite de 60 (sessenta) meses, ao teor do que dispõe o art. 57, inciso II, da Lei Federal nº. 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

Os serviços, objeto deste contrato administrativo, terão seu recebimento mensal pela Administração através do Setor de Compras e Licitações do Município, mediante recibo de aceitação, após a verificação da qualidade e quantidade que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei Federal nº. 8.666/93.

SUBCLÁUSULA ÚNICA: O recebimento mensal dos serviços não exclui a responsabilidade civil nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE DOS PREÇOS

O preço unitário contratado por quilômetro rodado para a execução dos serviços, objeto deste contrato é o constante da planilha de itinerários da cláusula primeira e será reajustado somente depois de decorrido o primeiro ano contratual, tendo com parâmetro a variação anual do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, aplicada na última atualização da Unidade Fiscal Municipal – UFM do Município de Dona Emma, ou na falta dessa, pelo índice legalmente permitido à época.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento dos serviços prestados dar-se-á pela quilometragem percorrida no mês, sendo o preço convertido em moeda corrente nacional e faturado em valor fixo para pagamento até o dia 12 (doze) do mês subsequente, não incidindo reajustes nos valores das quilometragens já faturadas após o recebimento e aceitação dos serviços.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA: Caso o dia fixado caia em um sábado, domingo ou feriado, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA: Não haverá compensação financeira e/ou penalização por eventual atraso do pagamento, bem como nenhuma antecipação será efetuada antes da data prevista para o pagamento mensal dos serviços executados.



MUNICÍPIO DE DONA EMMA ESTADO DE SANTA CATARINA

CNPJ nº. 83.102.426/0001-83

Rua Alberto Koglin nº. 3493 - Centro - 89.155-000 - Dona Emma - SC

Fone/Fax: (47) 3364-2800 - E-mail: prefeitura@donaemma.sc.gov.br

CLÁUSULA OITAVA – DA ORIGEM DOS RECURSOS.

As despesas decorrentes deste contrato serão custeadas com recursos próprios do Município de Dona Emma, previstos por conta das seguintes dotações do orçamento vigente do Município:

Órgão.....: 06 - Secretaria da Educação, Cultura e Desporto
Unidade...: 06.01 - Setor de Educação
Atividade.: 12.362.0005.2.507 - Apoio ao Ensino Médio
Recursos...: 0000 - Recursos Ordinários
Elemento...: 3.3.90.39.26.00.00 - Serviços de Transporte Escolar

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da **Contratante** na vigência do presente contrato:

- Apresentar anualmente a **Contratada** o Calendário Escolar e o Plano Municipal de Transporte Escolar contendo a definição dos pontos de embarque e desembarque dos alunos com a capacidade da demanda a ser atendida pelo transporte escolar;
- Fornecer anualmente a listagem atualizada de alunos a serem transportados à **Contratada**;
- Fiscalizar e controlar o andamento dos serviços comunicando à **Contratada** qualquer irregularidade constatada;
- Efetuar a vistoria do(s) veículo(s) periodicamente quando assim entender; e
- Efetuar o pagamento dos serviços à **Contratada** na forma estipulada na cláusula sétima.

SUBCLÁUSULA ÚNICA: A **Contratante** poderá designar Comissão Especial a fim de verificar a adequação do(s) veículo(s) da **Contratada** às normas de segurança, considerando o estado geral do veículo, o atendimento às normas do Código Nacional de Trânsito e a habilitação específica do condutor para o tipo de transporte objeto desta licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da **Contratada** na vigência do presente contrato:

- Cumprir rigorosamente o roteiro e a pontualidade do horário estipulado pela **Contratante**;
- Manter o(s) veículo(s), objeto do transporte, em perfeito estado de conservação, inspecionado e adequado às normas de condução de escolares contidas no Capítulo XIII da Lei Federal nº. 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro);
- Manter a existência de cintos de segurança em número igual ao da lotação do(s) veículo(s) que realizem o transporte escolar, de modo que os mesmos sejam transportados sentados e com segurança;
- Contratar seguro de modo a indenizar o estudante sobre possíveis acidentes no decorrer do transporte;
- Não transportar qualquer outro passageiro que não seja estudante, exceto professores da rede pública;
- Não desenvolver velocidade elevada na prestação dos serviços de transporte escolar;
- Possibilitar a vistoria do(s) veículo(s) pela **Contratante** quando a mesma solicitar;
- Substituir ou revisar o(s) veículo(s) caso seja solicitado pela **Contratante**;
- Seguir rigorosamente o Plano de Transporte Escolar estabelecido pela **Contratante**;



MUNICÍPIO DE DONA EMMA ESTADO DE SANTA CATARINA

CNPJ nº. 83.102.426/0001-83

Rua Alberto Koglin nº. 3493 - Centro - 89.155-000 - Dona Emma - SC

Fone/Fax: (47) 3364-2800 - E-mail: prefeitura@donaemma.sc.gov.br

- j) Manter condutor com os requisitos destinados à condução de escolares, conforme estabelecido no art. 138 do Código de Trânsito Brasileiro; e
- k) Encaminhar a nota fiscal dos serviços prestados mensalmente à **Contratante**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS EMPREGADOS

A **Contratada** obriga-se a observar a legislação pertinente quanto ao pessoal empregado na prestação dos serviços de que tratam este contrato, especialmente as obrigações previdenciárias e trabalhistas.

SUBCLÁUSULA ÚNICA: A **Contratante** poderá exigir o afastamento de qualquer empregado cuja atuação ou permanência prejudique a prestação dos serviços, ou cujo comportamento seja julgado inconveniente, sem que fique obrigada a declarar os motivos desta decisão.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA DE RESPONSABILIDADE

I – A Contratada responderá pela solidez, segurança e perfeição dos serviços prestados, nos termos da Lei Federal nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

II – A Contratada assumirá integral responsabilidade por eventuais danos causados diretamente à **Contratante** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na prestação dos serviços ora contratados, inclusive acidentes, mortes, perdas ou destruições parciais ou totais, isentando a **Contratante** de quaisquer reclamações resultantes de atos de pessoa física ou jurídica empregada ou ajustada na execução dos mesmos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES E MULTAS

I – A Contratada fica sujeita às penalidades e multas previstas no Capítulo IV “das sanções administrativas e da tutela judicial” da Lei Federal nº. 8666/93, de 21 de junho de 1993.

II – A Contratada ficará sujeita à multa equivalente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do presente contrato, caso venha interromper o fornecimento dos serviços ora contratados sem a ocorrência de nenhum dos motivos elencados nos incisos I a VI do § 1º do art. 57 da Lei Federal nº. 8.666/93, ou estabelecidos neste contrato, cláusulas sétima, nona e décima.

III – A Contratada assiste ao direito de pedir reconsideração por escrito à **Contratante** dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data da notificação recebida, que será julgada em 3 (três) dias, relevando ou não a multa.

IV – Da aplicação de qualquer multa, será a Contratada notificada por escrito pela Contratante. A partir da notificação, terá ela o prazo de 10 (dez) dias para recolher à Contratante.

V – Nenhum pagamento será efetuado à Contratada se esta deixar de recolher qualquer multa que lhe for imposta, dentro do prazo previsto.



MUNICÍPIO DE DONA EMMA ESTADO DE SANTA CATARINA

CNPJ nº. 83.102.426/0001-83

Rua Alberto Koglin nº. 3493 - Centro - 89.155-000 - Dona Emma - SC

Fone/Fax: (47) 3364-2800 - E-mail: prefeitura@donaemma.sc.gov.br

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão com as consequências contratuais e as previstas em lei, conforme estabelecido nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº. 8.666/93, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA: Ocorrendo rescisão contratual a qualquer título, a **Contratante** pagará, no ato da assinatura do Termo da Rescisão, pelos serviços executados pela **Contratada** até o momento e ainda não faturados pela mesma, de acordo com avaliação feita pela fiscalização da **Contratante**, não cabendo à **Contratada** qualquer valor adicional a título de indenização ou qualquer outro.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA: Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da **Contratada**, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, inclusive pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão e pagamento do custo da desmobilização.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA: Fica ressalvado à **Contratante** o direito de revogar o presente contrato por razões de interesse público decorrente de fato superveniente de alta relevância, devidamente comprovado, sem o direito de indenização ou reparação à **Contratada**, exceto os pagamentos elencados na subcláusula anterior.

SUBCLÁUSULA QUARTA: Da rescisão unilateral, estabelecida no inciso I do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666/93, não caberá qualquer indenização à **Contratada**, tendo a mesma o prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da rescisão para interpor recurso da decisão da **Contratante**.

SUBCLÁUSULA QUINTA: A rescisão contratual, determinada por ato unilateral da **Contratante**, ou amigável, por acordo entre as partes, deverá ser precedida de comunicação prévia fundamentada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

SUBCLÁUSULA SEXTA: No caso de ocorrer rescisão por concordata ou falência da **Contratada**, os serviços serão paralisados na situação em que se encontrarem sendo que a **Contratante** ficará desobrigada de qualquer vínculo para com a **Contratada**, massa falida ou sucessora da Firma.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO

A Fiscalização pertinente à execução dos serviços será exercida pela Secretária Municipal de Educação Cultura e Desporto, Senhora ISOLDE JAGIELSKI ZAPPAS.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA: A fiscalização exercerá rigoroso controle em relação às quantidades e, particularmente, à qualidade dos serviços executados, a fim de possibilitar a aplicação das penalidades previstas, quando desatendidas as disposições a elas relativas.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA: A **Contratada** se obriga a permitir ao pessoal da fiscalização, livre acesso ao(s) veículo(s), objeto do transporte, para que seja verificado o seu estado de conservação e sua adequação às normas de condução de escolares contidas no Capítulo XIII da Lei Federal nº. 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro).



MUNICÍPIO DE DONA EMMA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CNPJ nº. 83.102.426/0001-83

Rua Alberto Koglin nº. 3493 - Centro - 89.155-000 - Dona Emma - SC

Fone/Fax: (47) 3364-2800 - E-mail: prefeitura@donaemma.sc.gov.br

SUBCLÁUSULA TERCEIRA: A **Contratante** poderá exigir da **Contratada**, a qualquer tempo, exibição dos documentos pertinentes ao cumprimento das obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias relacionadas com o objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA HABILITAÇÃO E DA QUALIFICAÇÃO

Fica a **Contratada** obrigada a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº. 06/2018, em especial aquelas relativas à regularidade para com a Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A execução do presente contrato administrativo reger-se-á pelo que institui a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações, e nos casos omissos consoante ao que prevê o Capítulo III da Lei Federal nº. 8.666/93, aplicar-se-á, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado previstas no Código Civil.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA FORÇA MAIOR

Se a **Contratada**, por circunstância de força maior, conforme definido legalmente, for temporariamente impedida de cumprir total ou parcialmente suas obrigações, deverá comunicar o fato à **Contratante** e ratificar por escrito até 5 (cinco) dias do início da paralisação, descrevendo as ocorrências.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA: As obrigações contratuais da **Contratada** serão suspensas enquanto perdurar a situação.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA: A **Contratante** e a **Contratada**, reciprocamente, não serão responsáveis por atrasos de qualquer natureza causados por motivos de força maior.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

A **Contratada** obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, reservando-se à **Contratante** o direito de alterar o presente contrato nos termos do art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93, pelo que abdica a **Contratada** de reclamar administrativa ou judicialmente a qualquer tempo, de qualquer indenização ou reparação, a não ser a retribuição financeira dos serviços prestados no acréscimo do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Presidente Getúlio – SC para dirimir qualquer questão contratual que por ventura venha surgir com a execução do presente contrato, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que possa vir a ser.



MUNICÍPIO DE DONA EMMA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CNPJ nº. 83.102.426/0001-83

Rua Alberto Koglin nº. 3493 - Centro - 89.155-000 - Dona Emma - SC

Fone/Fax: (47) 3364-2800 - E-mail: prefeitura@donaemma.sc.gov.br

E, por estarem as partes em pleno acordo com as cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas abaixo identificadas, para que possa surtir efeitos jurídicos e legais.

Dona Emma (SC), de de 2018.

NERCI BARP

Prefeito Municipal
Município de Dona Emma
Contratante

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1) _____ 2) _____

PABLO IDEKER DA SILVA

Assessor Jurídico
OAB/SC nº 16.044

Doutor Pedrinho

CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA

Publicação Nº 1517426

Ata da Quadragésima Terceira Sessão Ordinária da Câmara dos Vereadores de Doutor Pedrinho, na Oitava Legislatura do Município. Em seis de fevereiro de dois mil e dezoito (06/02/2018), com início às 19:30 hs, reuniu-se a Câmara dos Vereadores do Município de Doutor Pedrinho, com a presença da totalidade de seus Vereadores, tendo na Presidência o Vereador Tony Tadeu Nones; Vice-Presidência o Vereador Luiz Henrique Stollmeier; 1º Secretário o Vereador Luizinho Pereira da Silva; e 2º Secretário o Vereador Jackson Rodrigo de Castilho. Inicialmente, o Senhor Presidente cumprimentou os colegas Vereadores e demais presentes, e declarou aberta a Sessão Ordinária, com a invocação regimentalmente fixada. A seguir, no pequeno expediente, o Presidente registrou a prévia entrega das cópias das atas das Sessões Ordinária e Extraordinária realizadas no dia 19/12/2017 e Ata da Sessão Solene Preparatória realizada no dia 01/02/2018 aos Senhores Vereadores, disponibilizadas na própria sede e publicadas no Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br), colocando-as em discussão, e, não havendo manifestações, submeteu as votações, sendo as mesmas aprovadas pelos Vereadores presentes, passando-se para assinaturas. Dando continuidade, convidou o Senhor Vereador Luizinho Pereira da Silva, 1º Secretário, a fazer a leitura do expediente, assim constituído: a) Comunicados recebidos do Ministério da Educação, informando as liberações de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; b) Convite recebido para a inauguração do CIGERD Regional de Blumenau, que será realizado no dia 08 de fevereiro, às 19h, no Centro Esportivo Bernardo Werner, em Blumenau; c) Convite para a XXI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, que acontecerá nos dias 21 a 24 de maio de 2018, no Centro Internacional de Convenções do Brasil. Aberto o grande expediente em tema livre, não houve vereadores inscritos, de forma que se prosseguiu na pauta da sessão, abrindo-se espaço para "Comunicação de Lideranças", sem qualquer registro de manifestação pelos Líderes. Adentrando a Ordem do dia, sem nenhuma proposição pautada, passou-se para a "Palavra Livre" pela ordem de inscrição, onde: a) o Vereador Merquides Martins registra que recebeu alguns questionamentos sobre a veracidade de que alguns estudantes e profissionais da Universidade Regional de Blumenau – FURB estariam realizando estudos nos rios do Município, para se evitar futuras enchentes, questionando se o assunto é de conhecimento da Mesa Diretora ou de seus pares; O Senhor Presidente informa que a Câmara não foi comunicada de nenhum serviço neste sentido; O Vereador Jackson Rodrigo de Castilho informa que existe um profissional contratado pela CESARD, que faz estudos em torno dos rios, verificando, sendo então possível que esses estudantes estejam trabalhando juntamente com esse profissional; O Senhor Presidente comenta que entrará em contato com a Secretária de Meio Ambiente buscando informações concretas sobre o assunto; Prosseguindo, o Vereador Merquides faz questionamento sobre a questão da interrupção de energia na localidade do Rio Lima, se houve alguma resposta após o encaminhamento do abaixo-assinado, donde o Senhor Presidente concede a palavra a Assessora Legislativa que explica que foi recebido uma resposta da Celesc, informando que já se está realizando um estudo da situação e que em um prazo de até 30 dias, a contar do dia 02/01, a companhia estaria terminando uma obra no centro do Município que traria melhorias no fornecimento daquela região, minimizando as oscilações de energia; O Vereador Américo Nones registra que a obra em questão não interfere em nada no fornecimento daquela região, donde o Vereador Merquides concorda com a colocação do colega; O Senhor Presidente sugere aos colegas que entrem em contato com os moradores da localidade para verificarem se as situações relatadas pelos moradores continuam acontecendo, e, se acaso o problema não esteja resolvido, que a Câmara encaminhe novamente ao Ministério Público, para abertura de um inquérito, diante da reclamação encaminhada a companhia, a promessa de solução do problema, mas sem a efetividade do que fora encaminhado; b) o Vereador Luizinho Pereira da Silva parabeniza o senhor Presidente pela reforma dos móveis do Plenário. Para encerrar a palavra livre, o Senhor Presidente comunica aos Senhores Vereadores que a partir da próxima Sessão, atendendo ao disposto no art. 117 e parágrafos do Regimento Interno da Câmara, será integrado o espaço da Tribuna Livre na pauta das Sessões, em substituição as concessões de uso da palavra livre por não parlamentares, onde os interessados terão um espaço de 10 minutos antes do expediente para tratar de matéria de interesse público, observadas as imposições feitas pela Mesa Diretora, mediante inscrição com antecedência mínima de 03 dias. Na Tribuna Livre o orador não pode desviar-se do assunto em tela, tendo o prazo de 05 minutos para fazer sua explanação; O Senhor Presidente informa também que a partir da próxima Sessão, a ocorrer na terça-feira após o término do horário de verão, o horário de início dos trabalhos retornará às 19:00 hs, conforme preconiza o Regimento Interno. Concluída a "Palavra Livre", o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos, convidando para a próxima Sessão Ordinária que se realizará no dia 20 de fevereiro do ano corrente, às 19:00 horas, na sede do Poder Legislativo, e em seguida encerrou a presente Sessão na forma regimental, da qual lavrou-se esta ata que será assinada por todos e publicada na forma da Lei.

Ermo

PREFEITURA

DECRETO N.º 008, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018

Publicação Nº 1516707

DECRETO N.º 008, de 08 de fevereiro de 2018.

Determina Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 62 inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a legislação vigente;

DECRETA:

Art. 1º Ponto facultativo nas repartições públicas municipais no dia 12 de fevereiro (segunda-feira) e no dia 14 de março (quarta-feira de Cinzas) em virtude do feriado de 13/02/2018 (Carnaval).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 08 de fevereiro de 2018.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DO CONTRATO Nº 26/2018

Publicação Nº 1517270

EXTRATO DO CONTRATO nº 26/2018

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: Maapel Comércio de Embalagens LTDA EPP.

OBJETO: aquisição de materiais de limpeza para serem utilizados pela Secretaria de Administração e Finanças, Secretaria de Infra-estrutura, Agricultura e Meio Ambiente, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo e pelo Fundo Municipal de Saúde.

PRAZO: 05/02/2018 à 31/12/2018.

VALOR ESTIMADO: R\$ 11.444,95 (onze mil quatrocentos e quarenta e quatro reais e noventa e cinco centavos).

Data da assinatura: 05/02/2018.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 12/2018

Publicação Nº 1517249

EXTRATO DO CONTRATO nº 12/2018

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Ermo

CONTRATADO: Maapel Comércio de Embalagens LTDA EPP.

OBJETO: aquisição de materiais de limpeza para serem utilizados pela Secretaria de Administração e Finanças, Secretaria de Infra-estrutura, Agricultura e Meio Ambiente, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo e pelo Fundo Municipal de Saúde.

PRAZO: 05/02/2018 à 31/12/2018.

VALOR ESTIMADO: R\$ 2.299,25 (dois mil duzentos e noventa e nove reais e vinte e cinco centavos).

Data da assinatura: 05/02/2018.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 14/2018

Publicação Nº 1517253

EXTRATO DO CONTRATO nº 14/2018

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Ermo

CONTRATADO: JULIANO ROSSO TROMBIM - ME

OBJETO: Aquisição de serviços e peças automotivas novas visando a manutenção preventiva e corretiva da frota municipal de veículos, durante o exercício de 2018.

VIGÊNCIA: 07/02/2018 à 31/12/2018.

VALOR ESTIMADO: 35.129,00 (trinta e cinco mil cento e vinte nove reais).

Data da assinatura: 07/02/2018

EXTRATO DO CONTRATO Nº 16/2018

Publicação Nº 1517258

EXTRATO DO CONTRATO nº 16/2018

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: Comercial Automotiva Ltda.

OBJETO: Aquisição de pneus para serem utilizados nas máquinas e veículos da frota municipal, durante o exercício de 2018.

VIGÊNCIA: 01/02/2018 à 31/12/2018

VALOR ESTIMADO: R\$ 6.920,00 (seis mil novecentos e vinte reais).

Data da assinatura: 01/02/2018.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 17/2018

Publicação Nº 1517263

EXTRATO DO CONTRATO nº 17/2018

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: Comércio de Pneus Oenning LTDA

OBJETO: Aquisição de pneus para serem utilizados nas máquinas e veículos da frota municipal, durante o exercício de 2018.

VIGÊNCIA: 01/02/2018 à 31/12/2018

VALOR ESTIMADO: R\$ 22.260,22 (vinte e dois mil duzentos e sessenta reais e vinte e dois centavos).

Data da assinatura: 01/02/2018.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 25/2018

Publicação Nº 1517265

EXTRATO DO CONTRATO nº 25/2018

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: Caldieraro e Silva Saúde e Segurança Ltda

OBJETO: Serviços na área da medicina, especialização do "trabalho", com atividades de realização de exames admissionais, demissionais e todos os demais previstos na legislação trabalhista e previdenciária, durante o exercício de 2018.

PRAZO: 06/02/2018 à 31/12/2018.

VALOR ESTIMADO: R\$ 13.200,00 (treze mil e duzentos reais).

Data da assinatura: 06/02/2018.

EXTRATO DO CONTRATO N° 28/2018

Publicação N° 1517272

EXTRATO DO CONTRATO n° 28/2018

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: JULIANO ROSSO TROMBIM - ME

OBJETO: Aquisição de serviços e peças automotivas novas visando à manutenção preventiva e corretiva da frota municipal de veículos durante o exercício de 2018.

VIGÊNCIA: 07/02/2018 á 31/12/2018

VALOR TOTAL: R\$ 50.133,00 (cinquenta mil cento e trinta e três reais).

Data da assinatura: 07/02/2018

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 0010/2018

Publicação Nº 1517472

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 0010/2018
Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes
Contratado: COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL
Objeto: O objeto do presente instrumento contratual é GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, para o ano letivo de 2018.
Valor Global de R\$ 104.900,00 (cento e quatro mil e novecentos reais).
Prazo de vigência: 12 meses.
Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes.

Faxinal dos Guedes, SC, em 07 de Fevereiro de 2018.
CLEUSA BRUSAMARELLO
Secretária Municipal de Educação

EXTRATO DE CONTRATO 0011/2018

Publicação Nº 1517475

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 0011/2018
Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes
Contratado: COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR DE XANXERÊ E REGIÃO - CAF
Objeto: O objeto do presente instrumento contratual é GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, para o ano letivo de 2018.
Valor Global de R\$ 63.420,00 (sessenta e três mil quatrocentos e vinte reais).
Prazo de vigência: 12 meses.
Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes.

Faxinal dos Guedes, SC, em 07 de Fevereiro de 2018.
CLEUSA BRUSAMARELLO
Secretária Municipal de Educação

EXTRATO DE CONTRATO 0012/2018

Publicação Nº 1517477

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 0012/2018
Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes
Contratado: COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO AGROINDUSTRIAL DE JABORÁ - COPERJABORÁ
Objeto: O objeto do presente instrumento contratual é GÊNEROS

ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, para o ano letivo de 2018.
Valor Global de R\$ 9.730,00 (nove mil setecentos e trinta reais).
Prazo de vigência: 12 meses.
Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes.

Faxinal dos Guedes, SC, em 07 de Fevereiro de 2018.
CLEUSA BRUSAMARELLO
Secretária Municipal de Educação

EXTRATO DE CONTRATO 0013/2018

Publicação Nº 1517481

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 0013/2018
Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes
Contratado: CARLOS DE QUADROS
Objeto: O objeto do presente instrumento contratual é GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, para o ano letivo de 2018.
Valor Global de R\$ R\$ 2.636,00 (dois mil seiscentos e trinta e seis reais).
Prazo de vigência: 12 meses.
Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes.

Faxinal dos Guedes, SC, em 07 de Fevereiro de 2018.
CLEUSA BRUSAMARELLO
Secretária Municipal de Educação

EXTRATO DE CONTRATO 0014/2018

Publicação Nº 1517482

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 0014/2018
Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes
Contratado: CAROLINE CASAGRANDE CRUSARO
Objeto: O objeto do presente instrumento contratual é GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, para o ano letivo de 2018.
Valor Global de R\$ 8.037,50 (oito mil e trinta e sete reais e cinquenta centavos).
Prazo de vigência: 12 meses.
Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes.

Faxinal dos Guedes, SC, em 07 de Fevereiro de 2018.
CLEUSA BRUSAMARELLO
Secretária Municipal de Educação

EXTRATO DE CONTRATO 0015/2018

Publicação Nº 1517485

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 0015/2018
Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes
Contratado: EDA MARIA ALBRESCHT
Objeto: O objeto do presente instrumento contratual é GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, para o ano letivo de 2018.
Valor Global de R\$ 1.450,00 (um mil quatrocentos e cinquenta reais).
Prazo de vigência: 12 meses.
Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes.

Faxinal dos Guedes, SC, em 07 de Fevereiro de 2018.
CLEUSA BRUSAMARELLO
Secretária Municipal de Educação

EXTRATO DE CONTRATO 0016/2018

Publicação Nº 1517486

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 0016/2018
Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes
Contratado: EUCLIDES ANTONIO PRESTES
Objeto: O objeto do presente instrumento contratual é GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, para o ano letivo de 2018.
Valor Global de R\$ 8.610,00 (oito mil seiscentos e dez reais).
Prazo de vigência: 12 meses.
Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes.

Faxinal dos Guedes, SC, em 07 de Fevereiro de 2018.
CLEUSA BRUSAMARELLO
Secretária Municipal de Educação

EXTRATO DE CONTRATO 0017/2018

Publicação Nº 1517487

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 0017/2018
Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes
Contratado: GILMAR FRANCISCO BALDISSERA
Objeto: O objeto do presente instrumento contratual é GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, para o ano letivo de 2018.
Valor Global de R\$ 12.645,00 (doze mil seiscentos e quarenta e cinco reais).
Prazo de vigência: 12 meses.
Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes.

Faxinal dos Guedes, SC, em 07 de Fevereiro de 2018.
CLEUSA BRUSAMARELLO
Secretária Municipal de Educação

EXTRATO DE CONTRATO 0018/2018

Publicação Nº 1517491

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 0018/2018
Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes
Contratado: GEAN CARLO MAITO CRUZARO
Objeto: O objeto do presente instrumento contratual é GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, para o ano letivo de 2018.
Valor Global de R\$ 11.035,00 (onze mil e trinta e cinco reais).
Prazo de vigência: 12 meses.
Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes.

Faxinal dos Guedes, SC, em 07 de Fevereiro de 2018.
CLEUSA BRUSAMARELLO
Secretária Municipal de Educação

EXTRATO DE CONTRATO 0019/2018

Publicação Nº 1517493

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 0019/2018
Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes
Contratado: NILVETE TEREZINHA PEREIRA
Objeto: O objeto do presente instrumento contratual é GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, para o ano letivo de 2018.
Valor Global de R\$ 810,00 (oitocentos e dez reais).
Prazo de vigência: 12 meses.
Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes.

Faxinal dos Guedes, SC, em 07 de Fevereiro de 2018.
CLEUSA BRUSAMARELLO
Secretária Municipal de Educação

EXTRATO DE CONTRATO 0020/2018

Publicação Nº 1517497

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 0020/2018
Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes
Contratado: MARIANA REBELATTO FRANKIN
Objeto: O objeto do presente instrumento contratual é GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, para o ano letivo de 2018.
Valor Global de R\$ 2.535,00 (dois mil quinhentos e trinta e cinco reais).

Prazo de vigência: 12 meses.
Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes.

Faxinal dos Guedes, SC, em 07 de Fevereiro de 2018.
CLEUSA BRUSAMARELLO
Secretária Municipal de Educação

EXTRATO DE CONTRATO 0021/2018

Publicação Nº 1517500

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 0021/2018
Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes
Contratado: SIRLEI DE QUADROS
Objeto: O objeto do presente instrumento contratual é GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, para o ano letivo de 2018.
Valor Global de R\$ 810,00 (oitocentos e dez reais).
Prazo de vigência: 12 meses.
Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes.

Faxinal dos Guedes, SC, em 07 de Fevereiro de 2018.
CLEUSA BRUSAMARELLO
Secretária Municipal de Educação

EXTRATO DE CONTRATO 0022/2018

Publicação Nº 1517510

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 0022/2018
Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes
Contratado: SUELEN CIMA
Objeto: O objeto do presente instrumento contratual é GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, para o ano letivo de 2018.
Valor Global de R\$ 8.058,00 (oito mil e cinquenta e oito reais).
Prazo de vigência: 12 meses.
Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes.

Faxinal dos Guedes, SC, em 07 de Fevereiro de 2018.
CLEUSA BRUSAMARELLO
Secretária Municipal de Educação

EXTRATO DE CONTRATO 0023/2018

Publicação Nº 1517511

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 0023/2018
Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes
Contratado: VITALINO SPEROTTO
Objeto: O objeto do presente instrumento contratual é GÊNEROS

ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, para o ano letivo de 2018.

Valor Global de R\$ 5.480,00 (cinco mil quatrocentos e oitenta reais).

Prazo de vigência: 12 meses.

Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes.

Faxinal dos Guedes, SC, em 07 de Fevereiro de 2018.

CLEUSA BRUSAMARELLO

Secretária Municipal de Educação

EXTRATO DE CONTRATO 0024/2018

Publicação Nº 1517512

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 0024/2018
Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes
Contratado: JAIME FRANJIN
Objeto: O objeto do presente instrumento contratual é GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, para o ano letivo de 2018.
Valor Global de R\$ 4.727,50,00 (quatro mil setecentos e vinte e sete reais e cinquenta centavos).
Prazo de vigência: 12 meses.
Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes.

Faxinal dos Guedes, SC, em 07 de Fevereiro de 2018.

CLEUSA BRUSAMARELLO

Secretária Municipal de Educação

TERMO ADITIVO 0001 AO CONTRATO 0029/2017

Publicação Nº 1517513

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

TERMO ADITIVO N. 0001 AO

Contrato nº 0029/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes/SC
Contratado: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina -Epagri
Objeto: Prorrogar o prazo de vigência, inicialmente previsto na Cláusula Quarta do Contrato Originário que era até 31/12/2017, por mais um período de doze meses, a contar do dia 01 de Janeiro de 2018 e seu término em prorrogando 31 de Dezembro de 2018.
Valor global de R\$ 28.500,00 (Vinte e oito mil e quinhentos Reais), divididos em 08 parcelas, no importe de R\$ 3.562,50 (três mil quinhentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)

Faxinal dos Guedes, SC, em 23 de Janeiro de 2018.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

Flor do Sertão

PREFEITURA

AVISO DE LEILÃO Nº. 259/2018

Publicação Nº 1517637

MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO

AVISO DE LEILÃO

PROCESSO Nº. 259/2018

MODALIDADE: Leilão Nº. 01/2018

Critérios de julgamento: Maior preço apresentado

OBJETO. A presente licitação tem por objeto o LEILÃO DE VEÍCULOS E MAQUINAS DO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO.

A íntegra do edital estará à disposição dos interessados a partir do dia 14 dias do mês de fevereiro de 2018, em horário comercial, junto ao departamento de compras e licitações no Centro Administrativo Municipal sito a Avenida Flor do Sertão Nº. 696, centro, Flor do Sertão – SC ou no site do município – www.flordosertao.sc.gov.br ou no site da Superbid - www.superbid.net.

DATA: Os interessados poderão realizar o cadastro e efetuar os lances até o dia 01 de março de 2018 as 10:00 horas no site da empresa superbid (www.superbid.net) ou na sala do departamento de compras e licitações junto ao Centro Administrativo Municipal sito a Avenida Flor do Sertão nº. 696, centro, Flor do Sertão – SC.

LEGISLAÇÃO: A presente licitação está legalmente vinculada à Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993.

Flor do Sertão – SC, aos 08 dias do mês de fevereiro de 2018.

RENATO PERIN

Prefeito Municipal em Exercício

AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 258/2018

Publicação Nº 1517579

AVISO DE LICITAÇÃO – Pregão Presencial – Registro de Preços

PROCESSO LICITATÓRIO nº. 258/2018

MODALIDADE: Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 06/2018

CRITÉRIOS DE JULGAMENTO: Menor preço – Unitário por Item

OBJETO. A presente licitação tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE COPA E COZINHA, MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO.

A íntegra do edital estará à disposição dos interessados a partir do dia 14 de fevereiro de 2018, em horário comercial, junto ao departamento de compras no Centro Administrativo Municipal sito a Avenida Flor do Sertão nº. 696, centro, Flor do Sertão – SC ou no site do Município – www.flordosertao.sc.gov.br.

DATA: Os interessados poderão entregar a declaração de que cumprem com os requisitos de habilitação e os envelopes com os documentos e as propostas de preços na sala de licitações junto ao prédio da Prefeitura Municipal no endereço acima mencionado, até às 09:30 horas do dia 26 de fevereiro de 2018. A abertura da sessão para a realização do certame será às 09:31 horas do mesmo dia. Não havendo expediente na data marcada para realização da sessão será a mesma adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo local e horário.

LEGISLAÇÃO: A presente licitação está legalmente vinculada à Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

Flor do Sertão – SC, aos 08 dias do mês de fevereiro de 2018.

RENATO PERIN		DIOGO DE BEM
CPF: 893.665.229-04		CPF: 010.389.549-32
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO		PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

CONTRATO Nº. 14/2018

Publicação Nº 1517364

CONTRATO Nº. 14/2018
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 106/2018
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2018

O Município de Flor do Sertão – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, Sr. Renato Perin, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 893.665.229-04 e portador da Cédula de Identidade nº 3124133 SSP/SC de ora em diante denominado de contratante, e de outro lado à empresa DANIELA MARIZETE BARBOSA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.783.469/0001-11, com sede na Avenida Entre Rios , Bairro Floresta, na cidade de Maravilha - SC, neste ato representada pelo Sr. Pedro Valdecir Barbosa, inscrito no CPF sob o nº 814.043.959-20, e Cédula de Identidade nº. 2.858.917, doravante denominada de contratada, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93 complementada pela Lei 8.883/94, Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei Orgânica Municipal e Licitação nº. 106/2018 Modalidade de Pregão Presencial nº. 03/2018, resolvem contratar o objeto do presente pelas seguintes cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Este contrato tem origem no Edital do Processo Licitatório nº. 106/2018, na modalidade Pregão Presencial nº. 03/2018, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE COLETIVO PARA ACADÊMICOS DO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO ATE A CIDADE DE SÃO MIGUEL DO OESTE, conforme as especificações e quantidades abaixo descritos:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	PREÇO UNIT.
1	14.256,00	KM	SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO COM O SEGUINTE TRAJETO: INICIANDO O TRAJETO EM FRENTE A PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DO SERTÃO SEGUINDO SENTIDO A SC161 ATÉ O TREVO DE ACESSO A BR 282, SEGUINDO PELA MESMA ATÉ O TREVO DE ACESSO A SÃO MIGUEL DO OESTE SEGUINDO NA AVENIDA WILLY BARTH, ATÉ O CRUZAMENTO COM A RUA BARÃO DO RIO BRANCO NAS PROXIMIDADES DO POSTO PINHEIRINHO, PEGANDO A ESQUERDA SENTIDO A UNO-ESC, ATÉ A RUA MARECHAL FLORIANO, SEGUINDO NA MESMA (SENTIDO SENAC) ATE A RUA 7 DE SETEMBRO, SEGUINDO NESTA ATÉ O SENAC, SEGUINDO PELA AVENIDA SALGADO FILHO, ATÉ NA RUA BARÃO DO RIO BRANCO, SEGUINDO ATÉ O SENAI E UNOESC, PERCORRENDO 66Km DIÁRIOS DE SEGUNDA – FEIRA ATE O SÁBADO OU CONFORME A NECESSIDADE DO MUNICÍPIO.	R\$ 2.24
2	720,00	KM	SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO COM O SEGUINTE TRAJETO: INICIANDO O TRAJETO NA UNOESC SÃO MIGUEL DO OESTE SEGUINDO PELA RUA RAPOSO TAVARES, SEGUINDO NA MESMA ATE A RUA BARÃO DO RIO BRANCO, SEGUINDO NA MESMA ATE A AVENIDA SALGADO FILHO, NESTA SEGUINDO ATE O SENAC NO CRUZAMENTO COM A RUA 7 DE SETEMBRO, NESTA SEGUINDO ATE A RUA MARCILIO DIAS, NESTA SEGUINDO (PASSANDO A TRAZ DA RODOVIÁRIA) ATÉ A RUA 22 DE ABRIL(GARAGEM DA REUNIDAS), SEGUINDO NESTA ATE O IFISC, PERCORRENDO 8Km DIÁRIOS, SENDO NECESSÁRIO ESTE TRAJETO SOMENTE NAS TERÇAS E QUINTAS – FEIRAS OU CONFORME A NECESSIDADE DE SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.	R\$ 2.24

As quantidades descritas acima são a titulo estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

A saída para o transporte deveser realizada no Maximo ate as 18:00 horas, e retorno será após o termino das aulas.

Qualquer Custo adicional para a realização e Regularização dos Serviços Licitados, é de responsabilidade da empresa vencedora.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O contrato terá vigência ate 31 de dezembro de 2018, contados a partir da assinatura do mesmo, podendo ser renovado/prorrogado pelo limite máximo de 60 (sessenta) meses, de acordo com o estabelecido em Lei, a critério e conveniência administrativa.

CLAUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços deverão ser realizados conforme trajetos descritos no item acima, conforme normas e legislações vigentes, em datas e horários estipulados pela Secretaria de Educação do Município de Flor do Sertão.

O recebimento definitivo dar-se-á após a conferência e aceitação do setor requisitante.

A administração rejeitará o fornecimento executado em desacordo com os termos deste edital.

CLAUSULA QUARTA – DO PREÇO E DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, mediante emissão da nota fiscal correspondente.

Se a nota fiscal, for apresentado com erro, será devolvida para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item anterior os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

A critério da contratante, poderão ser utilizados parte dos pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras, de responsabilidade da contratada.

CLAUSULA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO

O Município promoverá, através da Secretaria de Administração, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços realizados em qualquer momento, não sendo necessariamente no ato da realização dos mesmos.

A fiscalização será exercida no interesse da ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou consequências que venham a ocorrer em razão do uso dos produtos e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

Caso durante a fiscalização seja verificada alguma irregularidade nos serviços o contratado prestador será notificado, sendo exigidas melhorias na realização dos mesmos.

Fica Com responsável sobre a fiscalização dos Serviços o Secretario Municipal de Educação:

Secretario de Educação – Valmir de Jesus Pinto

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato ocorrerão por conta do projeto atividade:

Nome do Projeto Atividade
APOIO AO ENSINO SUPERIOR;

Descrição do Elemento Orçamentário
SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR;

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

O valor mensal dos serviços, após o interstício de 12 meses de sua execução, poderá sofrer reajuste de acordo com a variação acumulada do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, nos termos da legislação vigente.

CLAUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A empresa vencedora obriga-se a:

A – O serviço ora contrato destina-se exclusivamente a alunos e professores, ficando vedado o transporte de outros passageiros.

B – O contratado responsabiliza-se por qualquer incidente que possa ocorrer com os alunos durante o trajeto.

C – São de inteira responsabilidade da contratada, despesas com salários, encargos sociais, trabalhistas e fiscais de seus empregados, quando da prestação dos serviços, não cabendo a Contratante, qualquer espécie de responsabilidade presente e futura.

D – Responderá a Contratada em relação a terceiros pelos danos que seus empregados possam vir causar em decorrência de negligência, imprudência e imperícia, na forma da Lei.

E – Fornecer ao Município sempre que solicitadas informações e/ou esclarecimentos sobre o andamento dos serviços.

F – É da contratada a responsabilidade pelos danos que possam afetar o Município ou terceiros em qualquer caso, durante a execução do objeto contratado bem como o custo para a reparação dos mesmos.

G – Manter o Município permanentemente informado sobre o andamento dos serviços;

H – É da contratada a obrigação do pagamento de tributos que incidiram sobre os serviços prestados, em qualquer esfera, especialmente ISS (5%) e INSS (11%).

I – A contratada deverá cumprir rigorosamente o itinerário estabelecido na cláusula primeira e adendos, levando em consideração a necessidade de alteração do trajeto e horário quando conveniente aos alunos e determinado pelo Município;

J – Manter a ordem interna do ônibus, durante as viagens, principalmente não deixando as crianças colocar a cabeça e braços para fora do ônibus;

L – Permitir que os pressupostos do contratante inspecionem a qualquer tempo e hora o andamento dos serviços e estado dos veículos colocados a disposição do transportes escolar.

M – Cumprir todas as demais obrigações constantes no Edital.

CLAUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO PODER PÚBLICO

Uma vez firmada a contratação, o Poder Público, este se obriga a:

A – Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas aos serviços do presente Edital.

B – Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado, a realização dos serviços prestados ao Município, comunicando as ocorrências de quaisquer irregularidades ao fornecedor.

C – Efetuar o pagamento à contratada, na forma e prazos estabelecidos neste Edital, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente.

D – Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

A contratada que apresentar documentação falsa, ou ensejar o retardamento da execução dos serviços contratados, ou que não mantiver os termos de sua proposta ou do edital, falhar ou fraudar na prestação dos serviços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste e das demais cominações legais.

Em caso de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, demora na execução, inadimplemento ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

A – advertência por escrito.

B – multa de 5% sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato.

C – suspensão do direito de licitar.

D – declaração de inidoneidade.

No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 5 dias úteis contados da respectiva intimação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993.

Constituem motivos para rescisão do Contrato:

A – O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, prazos e obrigações.

B – O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, prazos e obrigações.

C – A lentidão do seu cumprimento.

D – O atraso injustificado da execução do contrato sem justa causa e prévia comunicação à Administração.

E – Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento justificada e determinadas pela máxima autoridade Administrativa a que está subordinado o contrato e exaradas no processo Administrativo a que se refere o Contrato.

F – A suspensão de sua execução por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação.

G – O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes dos serviços ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salva em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

Quanto à sua forma a rescisão poderá ser:

A – Por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

B – Amigável, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo de Licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

C – Judicial, nos termos da legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº. 8.666/93, consolidada, pelo Edital do Processo Licitatório nº 106/2018 na modalidade Pregão Presencial nº. 03/2018, bem como a proposta apresentada pela contratada e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Este contrato é intransferível, não podendo a CONTRADO, de forma alguma, sem anuência da CONTRATANTE, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

A EMPRESA fica obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

Para as questões decorrentes da execução deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o inciso X do art. 29 da Constituição Federal.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Flor do Sertão - SC, aos 08 dias do mês de fevereiro de 2018.

RENATO PERIN		PEDRO VALDECIR BARBOSA
CPF: 893.665.229-04		CPF: 814.043.959-20
CONTRATANTE		CONTRATADA
DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

Formosa do Sul

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL N.º 4394/2018

Publicação Nº 1517114

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

DECRETO MUNICIPAL N.º 4394, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018.

“DECRETA PONTO FACULTATIVO NO PERÍODO DE CARNAVAL”

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 71 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado PONTO FACULTATIVO nas repartições públicas municipais no dia 12 de fevereiro de 2018 (o dia inteiro) e no dia 14 de fevereiro de 2018 (pela parte da manhã).

Art. 2º A Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, manterá seu serviço em regime de plantão.

Art. 3º Os ocupantes de cargos comissionados deverão permanecer à disposição para atendimento de eventuais necessidades do serviço público.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Formosa do Sul,
em 07 de fevereiro de 2018.

RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

DECRETO MUNICIPAL N.º 4395/2018

Publicação Nº 1517744

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL
DECRETO MUNICIPAL N.º 4395, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018.
REVOGA O DECRETO MUNICIPAL N.º 4367, DE 03 DE JANEIRO DE 2018, QUE ATRIBUI FUNÇÃO DE CONFIANÇA A SERVIDOR (A) PÚBLICO (A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto Municipal n.º 4367, de 03 de janeiro de 2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 09 de fevereiro de 2018.

RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

DECRETO MUNICIPAL N.º 4396/2018

Publicação Nº 1517747

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL
DECRETO MUNICIPAL N.º 4396, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018.
“DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO PARA O CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Complementar N.º 17, de 22 de dezembro de 2006 e Lei Complementar N.º 19, de 08 de março de 2007 e posteriores,

DECRETA:

Art.1º Fica nomeada a servidora SUZIELI PAVÃO, portadora do CPF n.º 071.122.419-60 e da CI n.º 5.198.799-6, para ocupar o Cargo em Comissão de Chefe de Setor, Nível de vencimento CC-4, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, com regime de Dedicção Integral.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 09 de fevereiro de 2018.

RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

DECRETO MUNICIPAL N.º 4397/2018

Publicação Nº 1517766

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL
DECRETO MUNICIPAL N.º 4397, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2018.
“CONCEDE FÉRIAS A MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR DE FORMOSA DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 71 Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Municipal N.º 155/97 de 05 de setembro de 1997 e posteriores, Lei Complementar N.º 17, de 22 de dezembro de 2006, Lei Complementar N.º 19, de 08 de março de 2007 e posteriores,

DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias a Conselheira Tutelar Efetiva DILVANE MORO DE CESERO, lotada no Conselho Tutelar do Município de Formosa do Sul, a serem gozadas no período de 09/02/2018 à 10/03/2018, relativas ao período aquisitivo de 10/01/2017 à 01/01/2018.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 09 de fevereiro de 2018.

RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

**EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO
Nº19/2018**

Publicação Nº 1516727

EXTRATO CONTRATUAL Nº 19/2018

OBJETO: CREDENCIAMENTO PARA PRÓTESES DENTÁRIAS
CONTRATADO: TANIA MARI FOSCHIERA - ME
VALOR: R\$ 82.550,00 (oitenta e dois mil quinhentos e cinquenta reais)
Vigência: Início: 08/02/2018 Término: 07/02/2019
Licitação: Processo Administrativo Nº.: 19/2018
Inexigibilidade de Licitação Nº.: 1/2018

Formosa Do Sul, 8 de Fevereiro de 2018
RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DE INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº
19/2018**

Publicação Nº 1516725

EXTRATO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADM. Nº.: 19/2018
Inexigibilidade de Licitação Nº.: 1/2018
OBJETO: CREDENCIAMENTO PARA PRÓTESES DENTÁRIAS
CONTRATADO: TANIA MARI FOSCHIERA - ME
VALOR: R\$ 82.550,00 (oitenta e dois mil quinhentos e cinquenta reais)
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 da Lei 8.666/93 – É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição

CAPUT: É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição

FORMOSA DO SUL, 08 de Fevereiro de 2018
RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL

Forquilha

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/PMF/2018;

Publicação Nº 1515701

AVISO DE LICITAÇÃO
REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 19/PMF/2018;

OBJETIVO: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de informática incluindo cartuchos, toners e equipamentos, através de empresas do ramo pertinente, para atender as necessidades de diversas secretarias e órgãos do Município de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 28 de fevereiro de 2018 às 08:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha, 07 de fevereiro de 2018.

TAINARA SILVEIRA REDIVO

Pregoeira Substituta

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0008_2018-RP 0007- FMS

Publicação Nº 1517081

Aviso do Pregão Presencial nº 0008/2018 – FMS

Registro de Preços Nº 0007/2018– FMS

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para Contratações futuras de café, açúcar e maçã desidratada para chá, durante os meses de fevereiro de 2018 a janeiro de 2019. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 09:00 horas do dia 23.02.2018, junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 09:15 horas junto ao Setor de Compras e Licitação do mesmo dia. Abertura: no mesmo dia às 09:15 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br. Fraiburgo (SC), 08 de fevereiro de 2018.

Idione Fantinel – Secretária Municipal de Saúde

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0004_2018 FME

Publicação Nº 1517557

Aviso do Pregão Presencial nº 0004/2018 – FME

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de um trator cortador de grama dirigível para utilização na manutenção dos gramados, principalmente dos campos de futebol e arredores utilizados pela FME. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 14:00 horas do dia 22.02.2018, deverão ser feitos junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 14:15 horas do mesmo dia, junto ao Setor de Compras e Licitação. Abertura: às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br. Fraiburgo (SC), 08 de fevereiro de 2018.

Bruno Everling Boeira– Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0009_2018-SF RP 0002

Publicação Nº 1517071

Aviso do Pregão Presencial nº 0009/2018 – SF

Registro de Preços Nº 0002/2018 – SF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratação futura de empresa do ramo para prestação de serviço de conserto de calçamento de pavimentação com paralelepípedo incluindo o material necessário (pó de pedra e pedrisco) e mão de obra. Validade da Ata de Registro de Preços: Fevereiro de 2018 a Janeiro de 2019. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 09:00 horas do dia 22.02.2018, deverão ser feitos junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 09:15 horas do mesmo dia, junto ao Setor de Compras e Licitação. Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br. Fraiburgo (SC), 08 de fevereiro de 2018.

Nivaldo José Bonaldo – Presidente da SANEFRAI

EXTRATO CONTRATUAL 2018

Publicação Nº 1517077

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT18PMF14

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: INFOTV COMUNICACOES LTDA

Valor : R\$2.640,00 (dois mil seiscentos e quarenta reais)

Vigência : Início: 01/02/2018 Término: 31/12/2018

Licitação : Dispensa de licitação p/ compras e serviços Nº.: 7/2018

Objeto : DISPENSA PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E LOCAÇÕES DE SOFTWARES , QUE SERÁ DISPONIBILIZADA NA TELEVISÃO LOCALIZADA NA RECEPÇÃO DO PAÇO MUNICIPAL, DURANTE OS MESES DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2018.

Itens : Item-Quant-Valor Unitário-Valor Total: 1-1-2.640,00-2.640,00;

Fraiburgo, 8 de fevereiro de 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

EXTRATO DA AT18FMS03

Publicação Nº 1517075

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT18FMS03
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Órgão Gerenciador: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS.

Fornecedor: MINE MERCADO PITANGA LTDA (CNPJ nº 95.759.346/0001-84).

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando aquisições futuras de gêneros alimentícios e cargas de gás GLP para preparação dos alimentos a serem oferecidos aos pacientes em tratamento médico-hospitalar e seus acompanhantes alojados na Casa de Apoio em Florianópolis, situada na Rua São Judas Tadeu, nº 20, Bairro José Mendes CEP (88.045.010), Florianópolis – SC.

Data da Ata: 07.02.2018.

Prazo de Vigência da Ata: 07.02.2018 a 30.06.2018, podendo ser prorrogado até o limite de 12 meses da sua formalização, mediante acordo entre as partes e Termo Aditivo.

Processo Administrativo Licitatório: nº 0007/2018 – FMS.

Modalidade: Pregão Presencial nº 0003/2018 – FMS.

Registro de Preços: nº 0003/2018 – FMS.

Itens Registrados:

Item	Qtde Estimada	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unit.-R\$
1	300	Und.	ALFACE: Alface crespa extra. Folhas de coloração verde, fresca, tenra, limpa e sem marcas de insetos. As folhas murchas, danificadas ou amareladas devem ser descartadas. Peso mínimo de 160 gramas. Embalagem plástica de polietileno.	**_**	1,60
2	12	Kg	ALHO: alho nacional, in natura, bulbo inteiro, boa qualidade, firme e intacto, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes. Embalagem plástica de polietileno	**_**	9,90
3	240	Kg	BANANA CATURRA: Tamanho médio, em processo de amadurecimento, sem a presença de bolor aparente.	**_**	2,49
4	300	Kg	BATATA INGLESA: Variedade monalisa, especial, de boa qualidade e tamanho médio. Embalada em plástico de polietileno.	**_**	2,49
5	150	Kg	CEBOLA: Classificação extra, branca, nacional, maquinada, tamanho médio e de primeira qualidade. Embalada em plástico de polietileno.	**_**	2,49
6	180	Kg	CENOURA: Classificação extra, tamanho médio, tipo especial, selecionada e fresca. Embalagem plástica de polietileno.	**_**	2,49
7	180	Kg	LARANJA PERA: Tamanho médio, casca de cor verde, odor agradável, doce, suculenta, sem presença de bolor aparente. Embalada em plástico de polietileno.	**_**	2,49
8	180	Kg	MAÇÃ: Variedade Gala, Categoria II, calibre 150, unidade de 120 g a 125 g. Não será permitido a entrega de frutos em estado de podridão.	**_**	4,90
9	180	Kg	MAMÃO: Variedade formosa, extra, casca fina, lisa, amarela (em processo de amadurecimento), sem manchas, polpa macia, sem a presença de bolor aparente. Embalado em plástico de polietileno.	**_**	2,90
10	120	Kg	MELANCIA: deve ter casca firme, lustrosa e resistente, de cor verde, rajada, suculenta e doce, sem imperfeições e rachaduras.	**_**	2,49
11	30	Kg	LIMÃO: limão de boa qualidade, tamanho médio, tipo especial. Embalagem plástica de polietileno.	**_**	4,90
12	120	Kg	UVA: uva comum, doce, suculenta, firme, presa ao cacho, nova e de 1ª qualidade, não deve estar murcha ou desprendendo do cacho. Embalagem plástica de polietileno.	**_**	6,90
13	90	Kg	PÊSSEGO: boa qualidade, livre de sujidades, parasitas e larvas, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida e madura; com polpa firme e intacta. Embalagem plástica de polietileno.	**_**	4,90
14	240	Kg	REPOLHO: Classificação extra, tipo branco, fresco, de primeira qualidade e selecionado.	**_**	2,90
15	132	Kg	MANGA: Classificação extra, casca fina, lisa, em processo de amadurecimento), sem manchas, polpa macia, sem a presença de bolor aparente. Embalado em plástico de polietileno.	**_**	4,90
16	300	Kg	TOMATE: Classificação extra, bem formados, lisos, livre de defeitos, cor vermelho-vivo (em ponto de maturação) e ligeiramente mole. Embalado em plástico de polietileno.	**_**	3,90
17	54	Kg	MELÃO: Melão classificação extra, casca fina, lisa, amarela (em processo de amadurecimento), sem manchas, polpa macia, sem a presença de bolor aparente. Embalado em plástico de polietileno.	**_**	4,90
18	108	Kg	POKAN: boa qualidade, tamanho médio, tipo especial. Embalagem plástica de polietileno.	**_**	2,90
19	120	Kg	PEPINO: boa qualidade, tamanho médio, tipo especial. Embalagem plástica de polietileno.	**_**	2,49

20	120	Kg	MILHO VERDE: Milho Verde em espiga, boa qualidade, tamanho médio, tipo especial. Embalagem plástica de polietileno.	**_**	3,90
21	150	Kg	AIPIIM: Aipim, boa qualidade, tamanho médio, tipo especial. Embalagem plástica de polietileno.	**_**	2,49
22	180	Kg	BETERRABA: Classificação extra, firme, tenra, razoavelmente macia, redonda, de cor vermelho-vivo e com pele lisa. Embaladas em plástico de polietileno.	**_**	2,49
23	90	Kg	ABÓBORA: Abóbora cabotiá, boa qualidade, tamanho médio, tipo especial. Embalagem plástica de polietileno.	**_**	2,49
24	120	Kg	BATATA DOCE: Batata doce roxa extra, tamanho médio, boa qualidade. Embalagem plástica de polietileno.	**_**	2,49
25	36	Unid	SALSA DESIDRATADA: tempero desidratado em pacote de 50grs.	**_**	3,50
26	180	Kg	CARNE MOÍDA TIPO ACÉM: Congelada, com no máximo 10% de gordura, isenta de ossos, cartilagem, tendões, nervos, coágulos, nódulos e aponevroses, de boa qualidade, embalada em plástico de polietileno atóxico, flexível e resistente, lacrado, isento de furos e rasgos contendo até 1 kg por embalagem. Deve constar na embalagem de forma clara e legível: identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, data de embalagem, SIF, SIE ou SIM, peso, marca e carimbos oficiais de acordo com as Portarias do Ministério da Agricultura e Vigilância Sanitária. O Transporte deverá preservar as características do alimento congelado. Sua aparência deverá ser de cor vermelho viva, com textura, odor e sabor características. Com validade mínima de 03 (três) meses a partir da data de entrega.	Açougue Central	19,90
27	270	Kg	MÚSCULO BOVINO MOLE TRASEIRO EM CUBOS: Congelada, em cubos de 4x4cm, com no máximo 10% de gordura, isenta de ossos, cartilagem, tendões, nervos, coágulos, nódulos e aponevroses, de boa qualidade, embalada em plástico de polietileno atóxico, flexível e resistente, lacrado, isento de furos e rasgos contendo até 1 kg por embalagem. Deve constar na embalagem de forma clara e legível: identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, data de embalagem, SIF, SIE ou SIM, peso, marca e carimbos oficiais de acordo com as Portarias do Ministério da Agricultura e Vigilância Sanitária. O Transporte deverá preservar as características do alimento congelado. Sua aparência deverá ser de cor vermelho viva, com textura, odor e sabor características. Com validade mínima de 03 (três) meses a partir da data de entrega.	Açougue Central	22,90
28	90	Kg	COXÃO MOLE: Carne bovina, de coxão mole, cortado em bifes, resfriada, de primeira qualidade, sem osso c/ 4% gordura e carimbo SIF, em embalagens com, no máximo, 1 kg. Embalada em PVC, transparente ou saco plástico transparente e segunda embalagem de papel ou papelão, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Saúde, DIPOA, n.304, de 22/04/96 e n.145 de 22/04/98, da Resolução da ANVISA n. 105, de 19/05/99.	Açougue Central	28,90
29	270	Kg	SOBRECOXA DE FRANGO: Congelada à temperatura de - 18 graus centígrados ou inferior, com tolerância de - 12 graus centígrados, embalagens individualizadas tipo bandeja contendo 1 Kg. O transporte deverá preservar as características do alimento congelado. Devendo constar na embalagem: identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, SIF ou SIE, peso e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Agricultura e Vigilância Sanitária. Validade mínima de 4 meses a partir da data de entrega.	Sadia	9,90
30	270	Kg	FILÉ DE PEITO DE FRANGO: Filé de peito de frango de primeira qualidade, embalada em PVC transparente ou saco plástico transparente, em embalagens com, no máximo, 1 Kg, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Saúde, DIPOA, n.304, de 22/04/96 e n.145 de 22/04/98, da Resolução da ANVISA n. 105, de 19/05/99.	Sadia	11,90
31	90	Kg	CARNE SUÍNA: Carne suína, corte tipo bisteca, resfriada, de primeira qualidade, cortada unitariamente e embalada em PVC transparente ou saco plástico transparente, em embalagens com, no máximo, 1 Kg, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Saúde, DIPOA, n.304, de 22/04/96 e n.145 de 22/04/98, da Resolução da ANVISA n. 105, de 19/05/99.	Languiru	16,90
32	12	Kg	BACON: Bacon de primeira qualidade, com fina capa de gordura, em embalagem máxima de 300 g, de PVC transparente ou saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Saúde, DIPOA, n.304, de 22/04/96 e n.145 de 22/04/98, da Resolução da ANVISA n. 105, de 19/05/99.	Friolate	35,00
33	60	Kg	SALSICHA SUÍNA: Congelada, boa qualidade, contendo no máximo 2% de amido, não sendo permitido a adição de corantes. Embalagem em plástico de polietileno transparente, atóxica, flexível e resistente, lacrado, isento de furos e rasgos com no máximo 5 Kg do produto, contendo no rótulo identificação de forma clara e legível, marca do fabricante, prazo de validade, peso, SIF e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Agricultura e Vigilância Sanitária. O transporte deverá preservar as características do alimento congelado. Validade mínima de 3 meses a partir da data de entrega do produto.	Friolate	8,90

34	420	L	LEITE UHT: Leite integral longa vida UHT acondicionado em embalagem Tetra pack contendo 1L cada, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido e SIF. Ingredientes: leite integral e estabilizante citrato de sódio. Validade mínima de 60 dias a partir da data de entrega.	Tirol	3,00
35	360	Kg	ARROZ PARBOILIZADO: Classe: longo fino – tipo 1. O produto não deve apresentar grãos disformes. Embalagem intacta, acondicionada em pacotes de 1Kg. Validade mínima 6 meses após data de entrega do produto.	Kiarroz	3,30
36	90	Pct.	CAFÉ TORRADO E MOÍDO: De boa qualidade, embalado, a vácuo, em pacotes de 500 g. Contendo no máximo 1% de impurezas. Embalagem secundária intacta apresentando selo de pureza. Não deverá conter glúten. Validade mínima 6 meses após data de entrega do produto.	3 corações	11,90
37	120	Kg	AÇÚCAR REFINADO: Produto processado da cana-de-açúcar, com moagem refinada. Não deve apresentar sujidade, umidade, bolor, rendimento insatisfatório, coloração escura, mistura e peso insatisfatório. Embalagem: deve estar intacta, em pacotes de até 5 kg, em polietileno leitoso. Validade mínima 6 meses após data de entrega do produto.	Caravelas	2,99
38	72	Kg	ALIMENTO ACHOCOLATADO EM PÓ INSTANTÂNEO: Ingredientes: açúcar, cacau em pó, sal refinado, vitaminas (vitamina C, vitamina A, vitamina B1, vitamina B2, vitamina B6, e vitamina B12) e aromatizantes. Embalagem: pacotes com 1Kg. Prazo de validade mínimo: 4 meses, após data de entrega.	Nescau	11,90
39	24	Und	DOCE DE LEITE EM PASTA CREMOSO: Ingredientes: leite pasteurizado, amido de milho, bicarbonato de sódio. Sem glúten. Potes hermeticamente fechados com lacre. Embalagens contendo no mínimo 900 g. Devendo constar na embalagem: data de validade mínima de 8 meses a partir da data entrega do produto. Registro no Ministério da Agricultura e SIF.	Tirol	9,90
40	30	Und	DOCE EM PASTA CREMOSO SORTIDO (UVA, PÊSSEGO E ABÓBORA): Potes hermeticamente fechados com lacre. Embalagem de 900 g. Registro no Ministério da Saúde. Sem glúten. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega do produto.	Sorocaba	9,90
41	60	Und	EXTRATO DE TOMATE CONCENTRADO: Deverá ser preparado com frutos maduros, escolhidos sãos, sem pele e sem sementes. Será tolerado a adição de 1% de açúcar e 5% de cloreto de sódio. Sem glúten. Embalagens contendo no mínimo 840 g. Não serão aceitas embalagens amassadas ou enferrujada. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega.	Quero	7,90
42	240	Kg	FARINHA DE TRIGO TIPO 1: Enriquecida com ferro e ácido fólico nas proporções determinadas pela ANVISA. Não deverá apresentar resíduos, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, acondicionada em pacotes de até 05 kg. Deve apresentar rotulagem com registro no Ministério da Saúde. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega.	Nita	3,50
43	120	Kg	FUBÁ DE MILHO AMARELO: Enriquecido com ácido fólico e ferro nas proporções determinadas conforme legislação federal específica vigente. Não deverá apresentar resíduos e impurezas, bolor, ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, o produto acondicionado em pacotes de polietileno transparente bem vedado, embalagem de até 1Kg. Validade mínima 3 meses a partir da data de entrega.	Sinha	3,90
44	60	Kg	MARGARINA COM SAL: Contendo óleos vegetais líquidos hidrogenados, sal, estabilizantes, conservadores e vitamina A. Embalagem de até 01 kg, resfriado até 16 graus centígrados. Registro no Ministério da Agricultura SIF/DIPOA. Validade mínima 3 meses após data de entrega do produto.	Coama	8,90
45	60	Und	ÓLEO DE SOJA REFINADO: Tipo 1. Deverá estar isento de ranço e outras características indesejáveis. Registro no Ministério da Agricultura. Embalagem padronizada – 900 ml. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega.	Soya	3,99
46	120	Und	PREPARADO SÓLIDO PARA REFRESCO DIVERSOS SABORES: Ingredientes: açúcar, polpa de fruta desidratada, acidulante ácido cítrico, aspartame, citrato de sódio, corantes artificiais a vitamina C. Embalagens individuais com 35 g do produto para diluição em 1 litro de água. Devendo constar na embalagem: data de validade, ingredientes e registro no Ministério da Agricultura. Sem glúten.	Tang	1,29
47	60	Cx	CHÁ: chá em sachês de 2 gramas, nos sabores hortelã, erva-doce, camomila, maçã, cidreira, pêssego, mate natural, caixa com 10 unidades. Deverá apresentar na embalagem data de fabricação e validade.	Prenda	3,30
48	30	Kg	SAL: Sal iodado refinado, embalagem contendo 01 Kg. Será obrigatória a adição de sais de iodo não tóxico na dosagem mínima de 10 mg e máxima de 15 mg de iodo por 1Kg de sal, de acordo com a legislação federal específica. Validade mínima 1 ano a partir da data de entrega do produto.	Salmonete	2,10
49	30	Und	VINAGRE BRANCO: Vinagre de álcool branco. Embalagem de 900mL. Deverá apresentar na embalagem Registro no Ministério da Agricultura. Ingredientes: Fermentado acético de álcool hidratado e água. Validade mínima 6 meses após data de entrega do produto.	Hening	1,75
50	120	Kg	FEIJÃO PRETO TIPO 1 – ULTIMA SAFRA: Os grãos deverão ser limpos de matéria terrosa, parasitos e detritos animais e vegetais. Embalagem de 1 kg, pacotes plásticos transparentes. Deverá constar no rótulo Registro de Ministério da Agricultura. Validade mínima de 3 meses a partir da data da entrega..	Colono	5,90

51	60	Kg	FEIJÃO CARIOCA TIPO 1 ÚLTIMA SAFRA: grãos limpos de matéria terrosa, parasitos e detritos animais e vegetais. Embalagem de 1 kg, pacotes plásticos transparentes. Deverá constar no rótulo registro do Ministério da Agricultura. Validade mínima de 3 meses a partir da data de entrega.	Colono	7,50
52	66	Pct.	BISCOITO DOCE TIPO "MARIA": EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 740G Ingredientes: farinha de trigo rica em ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal hidrogenada e sal. O produto deve ser isento de lactose, podendo conter glúten. A embalagem primária (protetora) deve revestir no mínimo 740 g de biscoito. Validade mínima 4 meses após data de entrega do produto.	Isabela	6,90
53	66	Pct.	BISCOITO SALGADO TIPO "ÁGUA E SAL": Embalagem com no mínimo 740 g Ingredientes: farinha de trigo rica em ferro e ácido fólico, extrato de malte, açúcar e sal refinados, gordura vegetal hidrogenada, fermento biológico, bicarbonato de amônio, lecitina de soja. O produto deve ser isento de lactose, podendo conter glúten. Embalagem primária (protetora) deve revestir no mínimo 740 g de biscoito. Validade mínima 4 meses após data de entrega do produto.	Isabela	6,90
54	48	Und.	CALDO DE GALINHA: Tempero caldo de galinha em tablete com 37,5 grs.	Maggi	1,50
55	240	Und	MACARRÃO ESPAGUETE DE SÊMOLA COM OVOS: Tipo espaguete. Ingredientes: sêmola de trigo, ovos, corantes naturais, urucum e púrpura, contendo glúten. Embalagem padronizada 500 g. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega.	Galo	2,99
56	30	Und.	QUEIJO RALADO: queijo ralado, pacote com 100 grs.	Parmíssi-mo	3,90
57	60	Kg	FARINHA DE MANDIOCA: Enriquecido com ácido fólico e ferro nas proporções determinadas conforme legislação federal específica vigente. Não deverá apresentar resíduos e impurezas, bolor, ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada, embalagem de até 1Kg. Validade mínima 3 meses a partir da data de entrega.	Tupã	6,90
58	42	Lta.	MILHO VERDE: milho verde em conserva em lata de 2 kg.	Predilecta	9,90
59	36	Lta.	ERVILHA: ervilha em conserva em lata de 2kg.	Olé	8,90
60	36	Pct.	ORÉGANO: tempero em pacote de 50 grs.	Edimar	3,50
61	42	Lata	FERMENTO EM PÓ QUÍMICO: Ingredientes: amido de milho ou fécula de mandioca, fosfato monocalcico, bicarbonato de sódio e carbonato de cálcio. Embalado em latas de no mínimo 250 g. Validade mínima 6 meses após data de entrega do produto.	Royal	3,30
62	120	Dz	OVOS DE GALINHA: Tipo 2, fresco, casca livre de rachaduras e sujidades.	Aurea	6,50
63	60	Kg	MACARRÃO CASEIRO: Tipo caseiro. Ingredientes: farinha de trigo, ovos, corantes naturais, urucum e púrpura, contendo glúten. Embalagem padronizada 500 g. Validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega.	Isabela	3,50
64	54	Kg	PÃO FRANCÊS: Ingredientes: farinha de trigo, fermento biológico, açúcar, sal refinado e água. Validade: 1 dia a partir da data de fabricação. Fornecimento em embalagens adequadas. Transporte em caixas de polietileno forradas com papel descartável branco. Unidade de 50 gramas cada.	Knoblauch	9,90
65	84	Und.	PÃO CASEIRO BRANCO: Ingredientes: farinha de trigo, fermento biológico, açúcar, sal refinado e água. Validade: 1 dia a partir da data de fabricação. Pacote com aproximadamente 500 gramas.	Marcia	5,50
66	84	Und.	PÃO CASEIRO DE MILHO: Ingredientes: farinha de trigo, fubá de milho, fermento biológico, açúcar, sal refinado e água. Validade: 1 dia a partir da data de fabricação. Pacote com aproximadamente 500 gramas.	Marcia	5,50
67	66	Und.	PÃO CASEIRO DE AIPIM: Ingredientes: farinha de trigo, fermento biológico, aipim, açúcar, sal refinado e água. Validade: 1 dia a partir da data de fabricação. Pacote com aproximadamente 500 gramas.	Marcia	5,50
68	66	Und.	PÃO CASEIRO DE BATATA: Ingredientes: farinha de trigo, fermento biológico, batata, açúcar, sal refinado e água. Validade: 1 dia a partir da data de fabricação. Pacote com aproximadamente 500 gramas.	Marcia	5,50
69	84	Und.	PAO CASEIRO INTEGRAL: Ingredientes: farinha de trigo, fermento biológico, cereais açúcares, sal refinado e água. Validade: 1 dia a partir da data de fabricação. Pacote com aproximadamente 500 gramas.	Marcia	5,50
70	40	Unid.	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) em carga de 13 kg.	Ultragaz	69,00

Fraiburgo (SC), 07 de fevereiro de 2018.

Idione Fantinel – Secretária Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 05712018

Publicação Nº 1517591

PORTARIA Nº 0571, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.
Nomeia Comissão do Plano Diretor Físico Territorial.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com o disposto no artigo 23, parágrafo 3º, inciso II da Lei Complementar n.º 097/2008; e em conformidade com a comunicação interna nº 023/2018, da Secretaria de Finanças;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os membros abaixo relacionados, para fazerem parte efetiva da Comissão do Plano Diretor Físico Territorial do Município de Fraiburgo:

- I – DIEGO ROBERTO WEBER;
- II – FLÁVIO ANDRÉ DE OLIVEIRA;
- III – GILMAR SILVA;
- IV – FABIANO LEONHARDT;
- V – PEDRO ADÃO RIBEIRO.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 0016, de 04 de janeiro de 2018.

Fraiburgo, 08 de fevereiro de 2018.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 05722018

Publicação Nº 1517593

PORTARIA Nº 0572, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.
Concede Função Gratificada.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 111, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores;

Em conformidade com a comunicação interna nº 00448/2018, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora MARLI DE FATIMA FERNANDES BENTO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 803.741.079-04, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR E PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA GRUPO OCUPACIONAL NÍVEL SUPERIOR LP, Função Gratificada Diretor Escolar Nível 5, por ser ter assumido a direção do CEM Macieira, a partir de 01 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2018, revogando-se as disposições em contrário em especial a portaria nº 0421 de 25 de janeiro de 2017.

Fraiburgo, 08 de fevereiro de 2018.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 05732018

Publicação Nº 1517594

PORTARIA Nº 0573, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.
Concede Função Gratificada.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 111, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores;

Em conformidade com a comunicação interna nº 00450/2018, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora ELISANGELA MARIA BARBOSA DALAGNOL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 817.035.119-72, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR E PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA GRUPO OCUPACIONAL NÍVEL SUPERIOR LP, Função Gratificada Diretor Escolar Nível 3, por ser ter assumido a direção do CEM São Cristóvão, a partir de 01 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2018, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de fevereiro de 2018.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 05742018

Publicação Nº 1517595

PORTARIA Nº 0574, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.
Concede Função Gratificada.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 111, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores;

Em conformidade com a comunicação interna nº 00443/2018, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora AYDIR FATIMA BALVEDI brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 548.611.609-87, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR E ESPECIALISTA GRUPO OCUPACIONAL PG, Função Gratificada Diretor da Coordenação Escolar, por ser ter assumido a Coordenação dos Anos Iniciais na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, a partir de 01 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2018, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de fevereiro de 2018.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 05752018

Publicação Nº 1517597

PORTARIA Nº 0575, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.
Concede Função Gratificada.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 111, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores;

Em conformidade com a comunicação interna nº 00442/2018, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora MICHELLY FERLIN HILDEBRANDO DOS SANTOS brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 032.881.489-00, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação ANOS INICIAIS, Função Gratificada Diretor da Coordenação Escolar, por ser ter assumido a Coordenação da Educação Infantil na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, a partir de 01 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2018, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de fevereiro de 2018.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 05762018

Publicação Nº 1517598

PORTARIA Nº 0576, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.
Concede Função Gratificada.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 111, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores;

Em conformidade com a comunicação interna nº 00441/2018, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora VALERIA MATHIAS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 062.013.359-78, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação EDUCAÇÃO INFANTIL, Função Gratificada Diretor da Coordenação Escolar, por ser ter assumido a Coordenação dos Anos Iniciais e Tecnologias Educacionais na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, a partir de 01 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2018, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de fevereiro de 2018.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 05772018

Publicação Nº 1517600

PORTARIA Nº 0577, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 16 de outubro de 2017, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 0511/2018, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que a contratação temporária de professor de Ensino Fundamental – Anos Iniciais visa atender a demanda temporária que pode variar durante o ano letivo, nas instituições da rede municipal de ensino de Fraiburgo;

Considerando a necessidade dos serviços de Professor para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MARINÊZ DA ROSA, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 034.719.879-16, na função de PROFESSOR – ANOS INICIAIS, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 14 de fevereiro de 2018 até 30 de abril de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de fevereiro de 2018.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 05782018

Publicação Nº 1517601

PORTARIA Nº 0578, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 16 de outubro de 2017, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 0516/2018, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foi efetivado 01 professor de Língua Inglesa;

Considerando que a contratação temporária de professor de Língua Inglesa visa atender a demanda das aulas do Ensino Fundamental – Anos Finais e Iniciais em instituições da rede municipal de ensino de Fraiburgo;

Considerando a necessidade dos serviços de Professor para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário DIANA PIRES DA SILVA SCHENA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 059.398.039-54, na função de PROFESSOR – LÍNGUA INGLESA, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 14 de fevereiro de 2018 até 30 de abril de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de fevereiro de 2018.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 05792018

Publicação Nº 1517602

PORTARIA Nº 0579, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.
Nomeia Servidor Público Municipal

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

Em conformidade com a comunicação interna nº 0500/2018 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear LARESSA GABRIELA WEBBER, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 090.866.009-05, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 14 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de fevereiro de 2018.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 05802018

Publicação Nº 1517604

PORTARIA Nº 0580, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.
Nomeia Servidor Público Municipal

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 111, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

Em conformidade com a comunicação interna nº 0501/2018 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear LAURA REGINA FATIMA MELLO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 107.732.889-37, no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DIREÇÃO ESCOLAR NÍVEL 1, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 14 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de fevereiro de 2018.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 05812018

Publicação Nº 1517606

PORTARIA Nº 0581, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 16 de outubro de 2017, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 0503/2018, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará substituindo por 40 horas semanais a professora efetiva Marcella Maria Diska, que está exercendo a função de Coordenadora de Projetos e Programas da Secretaria de Ação Social;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JOCELI DE SOUZA, brasileira, convivente em união estável, inscrita no CPF sob o n.º 042.693.399-00, na função de PROFESSOR – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 14 de fevereiro de 2018 até 30 de abril de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de fevereiro de 2018.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 05822018

Publicação Nº 1517607

PORTARIA Nº 0582, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 16 de outubro de 2017, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 0502/2018, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que a contratação temporária de professor de

Educação Infantil visa atender a demanda de matrículas da Educação Infantil, a qual compreende crianças de 0 a 5 anos, em instituições da rede municipal de ensino de Fraiburgo e que pode variar durante o ano letivo.

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário RAIANE RIBEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 085.359.719-71, na função de PROFESSOR – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 14 de fevereiro de 2018 até 30 de abril de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de fevereiro de 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 05832018

Publicação Nº 1517609

PORTARIA Nº 0583, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 16 de outubro de 2017, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 0505/2018, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que já foram efetivados 84 servidores no cargo de Auxiliar Educacional – Educação Infantil; considerando a variação histórica do número de alunos atendidos na Educação Infantil na rede municipal, visto que muitas mães conseguem empregos temporários durante as safras; e considerando a necessidade Auxiliar da Educação Infantil para completar o quadro de funcionários no CEI São Cristóvão visto que a demanda de atendimento pode variar durante o ano letivo, não sendo prudente efetivar outros servidores no cargo;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário SOLANGE PIMENTEL DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 101.195.949-60, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 14 de fevereiro de 2018 até 30 de abril de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de fevereiro de 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 05842018

Publicação Nº 1517610

PORTARIA Nº 0584, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 16 de outubro de 2017, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 0506/2018, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que já foram efetivados 84 servidores no cargo de Auxiliar Educacional – Educação Infantil; considerando a variação histórica do número de alunos atendidos na Educação Infantil na rede municipal, visto que muitas mães conseguem empregos temporários durante as safras; e considerando a necessidade Auxiliar da Educação Infantil para completar o quadro de funcionários no CEI Antonio Porto Burda visto que a demanda de atendimento pode variar durante o ano letivo, não sendo prudente efetivar outros servidores no cargo;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário DANIELE FIGUEIREDO DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 104.137.349-00, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 14 de fevereiro de 2018 até 30 de abril de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de fevereiro de 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 05852018

Publicação Nº 1517611

PORTARIA Nº 0585, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 16 de outubro de 2017, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 0507/2018, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que já foram efetivados 84 servidores no cargo de Auxiliar Educacional – Educação Infantil; considerando a variação histórica do número de alunos atendidos na Educação Infantil na rede municipal, visto que muitas mães conseguem empregos temporários durante as safras; e considerando a necessidade Auxiliar da Educação Infantil para completar o quadro de funcionários no CEI Estrelinha visto que a demanda de atendimento pode variar durante o ano letivo, não sendo prudente efetivar outros servidores no cargo;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário SILVIA REGINA BARBOSA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 001.085.199-29, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 14 de fevereiro de 2018 até 30 de abril de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de fevereiro de 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 05862018

Publicação Nº 1517625

PORTARIA Nº 0586, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 16 de outubro de 2017, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 0507/2018, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que já foram efetivados 84 servidores no cargo de Auxiliar Educacional – Educação Infantil; considerando a variação histórica do número de alunos atendidos na Educação Infantil na rede municipal, visto que muitas mães conseguem empregos temporários durante as safras; e considerando a necessidade de Auxiliar da Educação Infantil para acompanhar aluno com necessidade educativa especial na Linha 4;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ANDRÉIA APARECIDA COSTA DA ROSA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 004.046.929-82, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 14 de fevereiro de 2018 até 30 de abril de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de fevereiro de 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 05872018

Publicação Nº 1517627

PORTARIA Nº 0587, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em

conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 16 de outubro de 2017, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 0509/2018, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que já foram efetivados 84 servidores no cargo de Auxiliar Educacional – Educação Infantil; considerando a variação histórica do número de alunos atendidos na Educação Infantil na rede municipal, visto que muitas mães conseguem empregos temporários durante as safras; e considerando a necessidade Auxiliar da Educação Infantil para completar o quadro de funcionários no CEI Carlos Gomes visto que a demanda de atendimento pode variar durante o ano letivo, não sendo prudente efetivar outros servidores no cargo;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ALANA DE LARA REINALDO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 096.326.819-83, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 14 de fevereiro de 2018 até 30 de abril de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de fevereiro de 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 05882018

Publicação Nº 1517628

PORTARIA Nº 0588, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 16 de outubro de 2017, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 0510/2018, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que já foram efetivados 84 servidores no cargo de Auxiliar Educacional – Educação Infantil; considerando a variação histórica do número de alunos atendidos na Educação Infantil na rede municipal, visto que muitas mães conseguem empregos temporários durante as safras; e considerando a necessidade Auxiliar da Educação Infantil para completar o quadro de funcionários no CEI São José visto que a demanda de atendimento pode variar durante o ano letivo, não sendo prudente efetivar outros servidores no cargo;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário LUANA DOS SANTOS CAMPOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 085.654.899-57, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 14 de fevereiro de 2018 até 30 de abril de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de fevereiro de 2018.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 05892018

Publicação Nº 1517630

PORTARIA Nº 0589, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 16 de outubro de 2017, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 0518/2018, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram efetivados 3 professores de História;

Considerando que a contratação temporária de Professor de História visa atender a demanda de aulas do Ensino Fundamental – Anos Finais em instituições da rede municipal de ensino de Fraiburgo, que pode variar durante o ano letivo, não sendo prudente efetivar outros servidores no cargo;

Considerando a necessidade dos serviços de Professor, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ODAIR JOSÉ ZANELA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 983.561.279-04, na função de PROFESSOR – HISTÓRIA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 14 de fevereiro de 2018 até 30 de abril de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de fevereiro de 2018.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 05902018

Publicação Nº 1517631

PORTARIA Nº 0590, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 16 de outubro de 2017, e Contrato Administrativo, e em conformidade com a comunicação

interna nº 0513/2018, da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os classificados em Concurso Público;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário SOLANGE COSTA DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 068.512.869-55, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 14 de fevereiro de 2018 até 30 de abril de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de fevereiro de 2018.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 05912018

Publicação Nº 1517632

PORTARIA Nº 0591, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 16 de outubro de 2017, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 0514/2018, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que já foram efetivados 25 servidores no cargo de Auxiliar Educacional – Ensino Fundamental;

Considerando que a demanda de alunos da Educação Especial varia de um ano para o outro, não sendo prudente efetivar outros servidores no cargo;

Considerando a necessidade de Auxiliar Educacional de Ensino Fundamental para auxiliar aluno com necessidade educativa especial;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário RAISSA LUZIA DOS SANTOS CUSTÓDIO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 102.128.319-33, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – ENSINO FUNDAMENTAL, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 14 de fevereiro de 2018 até 30 de abril de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de fevereiro de 2018.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 05922018

Publicação Nº 1517662

PORTARIA Nº 0592, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.
Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido o contrato de ILENIR DE OLIVEIRA FADANI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 613.112.949-53, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – LÍNGUA PORTUGUESA, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 08 de fevereiro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de fevereiro de 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 05932018

Publicação Nº 1517664

PORTARIA Nº 0593, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.
Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido o contrato de DONIZETE APARECIDA MEIRELES, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o nº 799.794.679-91, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – LÍNGUA PORTUGUESA, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 08 de fevereiro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de fevereiro de 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 05942018

Publicação Nº 1517666

PORTARIA Nº 0594, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.
Nomeia Servidor Público Municipal

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

Em conformidade com comunicação interna nº 025/2018 da Secretaria de Administração e Planejamento;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ANDERSON VARGAS GRANDO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 107.591.629-13, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 09 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de fevereiro de 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Frei Rogério

PREFEITURA

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº. 030/2018

Publicação Nº 1517427

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº. 030/2018

Pelo presente instrumento de Contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Adolfo Soletti, 750 em Frei Rogério, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. JAIR DA SILVA RIBEIRO, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 528.389.789-34, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e a Sra. CARLA ALBUQUERQUE, brasileira, solteira, portadora do CPF: 092.600.639-81, residente e domiciliada no município de Frei Rogério SC, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, mediante as seguites cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, objetivando suprir necessidade temporária e de excepcional interesse público, nos termos da Lei Municipal 315/2004 e alterações, ADMITE, por tempo determinado, a Sra. CARLA ALBUQUERQUE para exercer o cargo de PROFESSORA DE ARTES, com lotação junto ao CENTRO MUNICIPAL IRMÃ FLORENTINA com carga horária de 20 (vinte) horas semanais com Vínculo Estatutário conforme resultado do Processo Seletivo n. 001/2017 e Portaria n. 036/2018.

JUSTIFICATIVA: Contratação devido ao afastamento da servidora ocupante do cargo ADRIANA SANTOS ALBERTON conforme art. 62 da Lei Complementar 08/2001.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA REMUNERAÇÃO

Pelos serviços prestados ao CONTRATANTE, a CONTRATADA auferirá remuneração mensal de R\$ 1.227,67 nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

O prazo de vigência do presente contrato será de até 12 (doze) meses, com início em 07/02/2018, até o retorno da servidora afastada, limitado ao término do ano letivo.

CLÁUSULA QUARTA – DA RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido antes de findo o prazo contratual em havendo interesse de ambas as partes, ou unilateralmente pela CONTRATANTE, caso a CONTRATADA não cumpra com as suas obrigações, ou, ainda, por razões de interesse público. Em qualquer das hipóteses, não haverá direito a indenização por rescisão antecipada.

CLÁUSULA QUARTA – DO AMPARO LEGAL

O presente contrato fundamenta-se no art. 37, inciso IX da Constituição Federal, e a Lei Municipal 315/2004 e alterações, declarando a CONTRATADA estar plenamente ciente de seu teor.

CLÁUSULA QUINTA – DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Curitiba para dirimir quaisquer questões que por ventura surgirem em razão do presente instrumento. E por estarem justos e contratados firmam o presente em duas vias de igual teor e forma.

Frei Rogério SC, 07 de fevereiro de 2018.

JAIR DA SILVA RIBEIRO

Prefeito Municipal Servidora

Contratada

TESTEMUNHAS:

1.: _____

Nome:

CPF:

2.: _____

Nome:

CPF

DECRETO Nº 960/2018

DECRETA

PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1517573

DECRETO Nº 960/2018, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.

DECRETA PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIR DA SILVA RIBEIRO, Prefeito do Município de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 87, inciso IV da Lei Orgânica do município.

DECRETA:

Art. 1º - Em virtude das comemorações de Carnaval, fica estabelecido ponto facultativo nas repartições Públicas Municipais, nos dias 12 e 14 de fevereiro de 2018, retomando as atividades normais no dia 15 de fevereiro às 8h00 no período matutino.

Art. 2º - As repartições públicas municipais, cujos serviços são considerados essenciais e não podem por sua natureza serem interrompidos, como posto de saúde, funcionarão na forma de plantão.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério SC, 08 de fevereiro de 2018

JAIR DA SILVA RIBEIRO

Prefeito Municipal

EDITAL 07-2018 PR - 04-2018 - LOCAÇÃO DE TENDAS, PALCO, MESAS E CADEIRAS

Publicação Nº 1517942

MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 07/2018

PREGÃO PRESENCIAL N.º 04/2018

O Município de Frei Rogério-SC, torna público aos interessados que fará realizar, no dia 23 de fevereiro de 2018 às 10h30min, na sede da Prefeitura Municipal, na Rua Adolfo Soletti, nº 750, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL 04/2018, sob a égide das Leis 10.520 e 8.666/93 e alterações posteriores, do tipo menor preço por lote, sendo o objeto a contratação de empresa especializada, em locação, montagem e desmontagem de tendas, palco, mesas e cadeiras para a realização da 4ª Festa dos Frutos da Paz.

Informações e a íntegra do edital poderão ser obtidos através site: www.freirogerio.sc.gov.br ou no setor de compras da Prefeitura Municipal pelo fone (49) 3257-0000. E-mail: compras@freirogerio.sc.gov.br

Jair da Silva Ribeiro
Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1.: _____

Nome:

CPF:

2.: _____

Nome:

CPF

PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº. 070/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO E VIVIANE FARIAS DE OLIVEIRA

Publicação Nº 1517429

PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº. 070/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO E VIVIANE FARIAS DE OLIVEIRA

Pelo presente Termo Aditivo ao Contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Adolfo Soletti, 750 em Frei Rogério, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. JAIR DA SILVA RIBEIRO, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 528.389.789-34, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e a Sra. VIVIANE FARIAS DE OLIVEIRA brasileira, casada, portadora do CPF: 080.564.249-89, residente e domiciliada no município de Frei Rogério SC, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem aditar o contrato em referência, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1– Alteração de lotação da servidora Sra. VIVIANE FARIAS DE OLIVEIRA que exerce o cargo de SERVENTE / MERENDEIRA com Vínculo Estatutário conforme resultado do Processo de Seleção n. 001/2017 e Portaria nº 172/2017.

1.2 - Em decorrência do retorno a titular da vaga a senhora MARGARETE FERREIRA CARVALHO ocupante do cargo SERVENTE/MERENDEIRA, lotada na C.M.E.I Meus Primeiro Passos, faz-se necessário a relocação da senhora VIVIANE FARIAS DE OLIVEIRA ocupante da referida vaga até o presente momento, tendo em vista a vacância do cargo de ORANDINA PRATES DE OLIVEIRA na Secretaria de Saúde e Desenvolvimento.

1.3 – Fica assim alterado a lotação da senhora VIVIANE FARIAS DE OLIVEIRA do C.M.E.I – Meus Primeiros Passos para a Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DEMAIS CLAUSULAS:

2.1 - As demais cláusulas do contrato que a este deu origem permanecem inalteradas.

Por estarem justas e acertadas, as partes assinam o presente instrumento em (02) duas vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente termo de aditamento, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele

Frei Rogério SC, 07 de fevereiro de 2018.

JAIR DA SILVA RIBEIRO
Prefeito Municipal

Servidora Contratada

Garopaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 021/2018

Publicação Nº 1517910

DECRETO N.º 021, DE 08 FEVEREIRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA PADRONIZAÇÃO DAS VESTIMENTAS PARA ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE E DO AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, demais legislação vigente, e

CONSIDERANDO a Política Nacional de Atenção Básica que trata do trabalho dos membros das Equipes de Atenção Básica, em que consta o Agente Comunitário de Saúde – ACS, como o elo entre a Unidade Básica de Saúde e Equipe de Estratégia de Saúde da Família e a comunidade, tendo como ponto primordial do seu trabalho a presença na comunidade e na casa da população adstrita. E que o Agente de Combate às Endemias – ACE também tem seu trabalho na comunidade nas ruas e residências.

CONSIDERANDO a Lei nº 1000/2005 que trata do Estatuto Municipal dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, que trata da manutenção da conduta compatível com a moralidade administrativa, aonde entende-se também a moralidade através das vestimentas, uma vez que o ACS tem como local de trabalho, as ruas, as Unidades de Saúde e os domicílios, suas vestimentas e comportamento devem ser de zelo e dedicação ao cargo mencionado.

CONSIDERANDO a Portaria nº 135 de 2011 que trata dos trajes que os profissionais da Prefeitura Municipal de Garopaba devem utilizar, sendo condizente com o zelo e moralidade dos serviços prestados em todos os setores da instituição.

RESOLVE:

Art.1º. Instituir um padrão de vestimentas/trajes para os Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, sendo permitidos:

I – Calçados fechados;

II – Calça jeans, ou calça azul marinho ou preta em tecido que não seja transparente;

III – Camiseta de gola redonda ou V sem decote, com manga, que não mostre a barriga e que não seja transparente, fornecidas pela instituição;

IV – Bermuda jeans, ou bermuda azul marinho ou preta em tecido que não seja transparente, bermuda na altura dos joelhos.

Parágrafo único. Os Agentes de Combate às Endemias não podem trabalhar trajando bermuda, somente calça no modelo descrito no inciso I do art. 1º.

Art. 2º. O não cumprimento deste Decreto acarretará em advertência por escrito e penalidades cabíveis de acordo com o Estatuto do Servidor Público de Garopaba.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de fevereiro de 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 09/02/2018, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

DESISTÊNCIA DA VAGA DA CONVOCAÇÃO 002/2018 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

Publicação Nº 1517167

DESISTÊNCIA DA VAGA – PROCESSO SELETIVO 001/2017

ELIS REGINA DOS SANTOS ALVES

Candidato (a): 004412

Cargo: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Classificação: 10º LUGAR

Considerando o item 15.6 do edital e termo de desistência arquivado no Setor Administrativo de Gestão de Pessoas, o candidato ELIS REGINA DOS SANTOS ALVES declarou por livre e espontânea vontade para os devidos fins que DESISTIU da vaga para qual foi aprovado no Processo Seletivo 001/2017, da Prefeitura Municipal de Garopaba.

Garopaba, 08 de Fevereiro de 2018.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DE VIGÊNCIA AO TERMO DE FOMENTO Nº 001/2017

Publicação Nº 1517857

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DE VIGÊNCIA AO TERMO DE FOMENTO Nº 001/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA/SC

Extrato do 1º Termo Aditivo ao Termo de Fomento nº 001/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba;

CNPJ: 82.836.057/0001-90

OSC: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Garopaba – Escola Renascer;

CNPJ: 79.679.940/0001-09;

Objeto: Promover atendimentos educacionais especializados aos educandos com deficiência intelectual, que não puderem se beneficiar pela inclusão em classes comuns do ensino regular e atuar sobre as condições que gerem desvantagens pessoais resultantes de deficiências ou de incapacidades, conforme Plano de Trabalho aprovado;

Base legal: Lei Municipal 2.081, de 01 de novembro de 2017 e Decreto Municipal nº 143/2017;

Início da vigência: 06/11/2017;

Termo da Vigência: 31/03/2018;

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

PREFEITO MUNICIPAL

PAUTA DE JULGAMENTO Nº 007/2018

Publicação Nº 1517898

JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS**PAUTA DE JULGAMENTO Nº 007/2018**

De ordem do Ilustríssimo Senhor Bacharel Carlos Rafael Macanho Dutra, Presidente da JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS, sito à Praça Governador Ivo Silveira, nº 296, bairro Centro, Garopaba/SC, faço saber a quem possa interessar que, no dia 20 do mês de fevereiro de 2018 (20/02/2018), terça-feira às 9h30, em sessão ordinária, serão julgados na Sala de Sessões os recursos referentes aos seguintes processos:

10270025642015 (7606/2012) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância; Participantes: VANDRO CHARLES RAMOS SOARES ME (Requerente/Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relatora: GRAZIELA SANTOS.

10270048282016 (2995/2013) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância; Participantes: MA-NOEL ARTUR PEREIRA (Requerente/Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relatora: GRAZIELA SANTOS.

10270078372017 (2246/2015) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: VOLNEI RAZINI (Requerente/Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: LUIZ OSÓRIO PEREIRA DE ALBUQUERQUE.

10260083972017 (3397/2014) – Recurso Ordinário/Reexame Necessário – Recorrente: Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Garopaba. Participantes: Huribi Alexandrina (Requerente); B.LOC COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI ME (Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: CARLOS RAFAEL MACANHÃO DUTRA.

10270073472017 (5902/2015) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: Rafaela Chula (Requerente); DOMINGOS JOSÉ DE SOUZA CHULA (Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: CARLOS RAFAEL MACANHÃO DUTRA.

Garopaba, 08 de fevereiro de 2018.

Fernando Pereira Colodel

Secretário-Geral da JARF

PERDA DA VAGA DA CONVOCAÇÃO 157/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

Publicação Nº 1517158

**PERDA DE VAGA DA CONVOCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO 001/2017**

EDUARDO PRUDENCIO DIONISSA

Candidato (a): 005114

Cargo: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO

Classificação: 43º LUGAR

CONSIDERANDO que, conforme estabelece o item 15.8 do Edital nº. 001/2017 do Processo Seletivo é obrigação do candidato manter atualizado seu endereço após a homologação do resultado final. Havendo mudanças de endereço dos candidatos classificados, após divulgação da homologação do seletivo, estas deverão ser comunicadas diretamente ao setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Garopaba.

CONSIDERANDO que foi encaminhada Convocação por correspondência registrada, postada em 08/01/2018, às 16:18 horas sob o código de rastreio JR451699375BR;

CONSIDERANDO que em 05/02/2018 a correspondência foi devolvida por motivo de não ter sido procurado.

Fica o (a) Sr(a). EDUARDO PRUDENCIO DIONISSA, Candidato sob o nº. 005114 em atenção ao item 15.8.1 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, EXCLUÍDO e conseqüentemente DESCLASSIFICADO da vaga de AGENTE DE FISCALIZAÇÃO, para a qual tinha se classificado em 43º LUGAR.

Garopaba, 05 de fevereiro de 2018.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

PERDA DA VAGA DA CONVOCAÇÃO 158/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

Publicação Nº 1517155

**PERDA DE VAGA DA CONVOCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO 001/2017**

ALEXANDRE ALVARENGA JUNIOR

Candidato (a): 004802

Cargo: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO

Classificação: 44º LUGAR

CONSIDERANDO que, conforme estabelece o item 15.8 do Edital nº. 001/2017 do Processo Seletivo é obrigação do candidato manter atualizado seu endereço após a homologação do resultado final. Havendo mudanças de endereço dos candidatos classificados, após divulgação da homologação do seletivo, estas deverão ser comunicadas diretamente ao setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Garopaba.

CONSIDERANDO que foi encaminhada Convocação por correspondência registrada, postada em 03/01/2018, às 16:09 horas sob o código de rastreio JR451696232BR;

CONSIDERANDO que em 05/02/2018 a correspondência foi devolvida por motivo de não ter sido procurado.

Fica o (a) Sr(a). ALEXANDRE ALVARENGA JUNIOR, Candidato sob o nº. 004802 em atenção ao item 15.8.1 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, EXCLUÍDO e conseqüentemente DESCLASSIFICADO da vaga de AGENTE DE FISCALIZAÇÃO, para a qual tinha se classificado em 44º LUGAR.

Garopaba, 05 de fevereiro de 2018.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

PERDA DE PRAZO DA CONVOCAÇÃO 005/2018 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

Publicação Nº 1517153

**PERDA DE PRAZO DA CONVOCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO 001/2017**

JOSUÉ HENRIQUE GUIMARÃES DE SOUZA

Candidato (a): 004629

Cargo: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO

Classificação: 47º LUGAR

CONSIDERANDO o Decreto nº. 110/2011, que estabelece que o expediente externo da Prefeitura Municipal de Garopaba é das 13:00 as 18:00 horas

CONSIDERANDO que, conforme estabelece o item 15.6 do Edital nº. 001/2017 do Processo Seletivo, o candidato deverá se dar num

prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis manifestar interesse na vaga e apresentar a documentação exigida.

CONSIDERANDO que foi entregue a pelos correios ao candidato no dia 24/01/2018 as 12:49h.

CONSIDERANDO que em 24/01/2018 foi manifestado o interesse vaga;

CONSIDERANDO que o candidato não apresentou os documentos necessários, cujo decurso se deu às 18:00 horas do dia 31/01/2018;

Fica o (a) Sr (a). JOSUE HENRIQUE GUIMARÃES DE SOUZA, Candidato sob o nº. 004629 em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 do Processo seletivo, EXCLUÍDO e conseqüentemente DESCLASSIFICADO da vaga de AGENTE DE FISCALIZAÇÃO, para a qual tinha se classificado em 47º lugar.

Garopaba, 05 de fevereiro de 2018.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 188/2018.

Publicação Nº 1517915

PORTARIA N.º 188, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, nos termos do art. 55, da Lei Municipal n.º 1000/2005, MARA SILVA, CPF n.º 059.363.169-20, do cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, do quadro de provimento efetivo da Prefeitura Municipal de Garopaba, em 15/02/2018.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 08 de fevereiro de 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 09/02/2018, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA Nº 191/2018.

Publicação Nº 1517914

PORTARIA N.º 191, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2018.

CONSTITUI COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO DE CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS EM CARÁTER TEMPORÁRIO Nº 001/2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONSTITUIR Comissão de Fiscalização, formada pelos servidores municipais: CARMEN APARECIDA DE SOUZA, mat. 0030,

LUCIANE BERNARDO, mat. 3692, ANDREA MARIA DE ARAÚJO, mat. 3690, KELLY FERNANDA DE OLIVEIRA, mat. 0746 e MARI-VALDA ARAÚJO GONÇALVES mat. 3703 para, sob a presidência da primeira, efetuarem a fiscalização do Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2018, para Contratação de Profissionais em Caráter Temporário, conforme o Art. 13 da Lei 1000/2005.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de fevereiro de 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 09/02/2018, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA Nº 192/2018.

Publicação Nº 1517912

PORTARIA N.º 192, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.

CONSTITUI COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA EXECUÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Constituir COMISSÃO TEMPORÁRIA, formada pelos servidores municipais: ROSILENE PACHECO DE LIMA, mat. 0736, MARILETE ANGELA ALBERTI DE ABREU, mat. 3679, CLEIDE DE SOUZA, mat. 0740, MARLISE GOULART DE OLIVEIRA PAES, mat. 3691 e LEANDRO IZALDO SILVA mat. 0924 para, sob a presidência da primeira, efetuarem a execução do Processo Seletivo Simplificado, nº. 001/2018, para Contratação de Profissionais em Caráter Temporário.

Parágrafo único. A Comissão de que trata o "caput" deste artigo será responsável pela preparação e elaboração do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2018, bem como da preparação, elaboração, confecção, aplicação e correção das provas, e processamento de resultados do certame (inclusive respostas a recursos e outros).

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 08 de fevereiro de 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 09/02/2018 de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Garuva


PREFEITURA

ANEXO II - DECRETO Nº 225/2017

Publicação Nº 1516931

ANEXO II – DECRETO Nº 225/2017



<div><div><div><div>PREFEITURA DE</div><div>GARUVA</div><div>SANTA CATARINA COMEÇA AQUI</div></div></div></div>										
Código CNAE 2.0	Subseções		Denominação	RISCO AMBIENTAL	RISCO SANITÁRIO	PROPORÇÃO DE RISCO (BOMBEIROS) ÁREA: A= < 200m² ÁREA: B= > 200m² < 750m² ÁREA: C= > 750m²				
LEGENDA DE CLASSIFICAÇÃO: 0 - NENHUM GRAU DE RISCO / 1 - BAIXO GRAU DE RISCO / 2 - MÉDIO GRAU DE RISCO / 3 - ALTO GRAU DE RISCO										
Seção	Divisão	Grupo	Classe	Subclasse	Atividade Econômica	CLASSIFICAÇÃO DE GRAU	CLASSIFICAÇÃO DE GRAU	A	B	C
A	01				AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA					
		01.1			Produção de lavouras temporárias					
			01.11-3		Cultivo de cereais					
				0111-3/01	Cultivo de arroz	2		0	0	0
				0111-3/02	Cultivo de milho	2		0	0	0
				0111-3/03	Cultivo de trigo	2		0	0	0
				0111-3/99	Cultivo de outros cereais não especificados anteriormente	2		0	0	0
			01.12-1		Cultivo de algodão herbáceo e de outras fibras de lavoura temporária					
				0112-1/01	Cultivo de algodão herbáceo	2		0	0	0
				0112-1/02	Cultivo de juta	2		0	0	0
				0112-1/99	Cultivo de outras fibras de lavoura temporária não especificadas anteriormente	2		0	0	0
				01.13-0		Cultivo de cana-de-açúcar				

				0113-0/00	Cultivo de cana-de-açúcar	2	0	0	0	0
			01.14-8		Cultivo de fumo		0			0
				0114-8/00	Cultivo de fumo	2	0	0	0	0
			01.15-6		Cultivo de soja					
				0115-6/00	Cultivo de soja	2	0	0	0	0
			01.16-4		Cultivo de oleaginosas de lavoura temporária, exceto soja					
				0116-4/01	Cultivo de amendoim	2	0	0	0	0
				0116-4/02	Cultivo de girassol	2	0	0	0	0
				0116-4/03	Cultivo de mamona	2	0	0	0	0
				0116-4/99	Cultivo de outras oleaginosas de lavoura temporária não especificadas anteriormente	2	0	0	0	0
			01.19-9		Cultivo de plantas de lavoura temporária não especificadas anteriormente					
				0119-9/01	Cultivo de abacaxi	2	0	0	0	0
				0119-9/02	Cultivo de alho	2	0	0	0	0
				0119-9/03	Cultivo de batata-inglesa	2	0	0	0	0
				0119-9/04	Cultivo de cebola	2	0	0	0	0
				0119-9/05	Cultivo de feijão	2	0	0	0	0
				0119-9/06	Cultivo de mandioca	2	0	0	0	0
				0119-9/07	Cultivo de melão	2	0	0	0	0
				0119-9/08	Cultivo de melancia	2	0	0	0	0
				0119-9/09	Cultivo de tomate rasteiro	2	0	0	0	0
				0119-9/99	Cultivo de outras plantas de lavoura temporária não especificadas anteriormente	2	0	0	0	0
	01.2				Horticultura e floricultura					
		01.21-1			Horticultura					
				0121-1/01	Horticultura, exceto morango	2	0	0	0	0
				0121-1/02	Cultivo de morango	2	0	0	0	0
		01.22-9			Cultivo de flores e plantas ornamentais					
				0122-9/00	Cultivo de flores e plantas ornamentais	2	0	0	0	0
	01.3				Produção de lavouras permanentes					
		01.31-8			Cultivo de laranja					
				0131-8/00	Cultivo de laranja	2	0	0	0	0

[illegible]

				0141-5/01	Produção de sementes certificadas, exceto de forrageiras para pasto	2	0	0	0	0
				0141-5/02	Produção de sementes certificadas de forrageiras para formação de pasto	2	0	0	0	0
			01.42-3		Produção de mudas e outras formas de propagação vegetal, certificadas					
				0142-3/00	Produção de mudas e outras formas de propagação vegetal, certificadas	2	0	0	0	0
		01.5			Pecuária					
			01.51-2		Criação de bovinos					
				0151-2/01	Criação de bovinos para corte	3	0	0	0	0
				0151-2/02	Criação de bovinos para leite	3	0	0	0	0
				0151-2/03	Criação de bovinos, exceto para corte e leite	3	0	0	0	0
			01.52-1		Criação de outros animais de grande porte					
				0152-1/01	Criação de bufalinos	3	0	0	0	0
				0152-1/02	Criação de eqüinos	3	0	0	0	0
				0152-1/03	Criação de asininos e muares	3	0	0	0	0
			01.53-9		Criação de caprinos e ovinos					
				0153-9/01	Criação de caprinos	3	0	0	0	0
				0153-9/02	Criação de ovinos, inclusive para produção de lã	3	0	0	0	0
			01.54-7		Criação de suínos					
				0154-7/00	Criação de suínos	3	0	0	0	0
			01.55-5		Criação de aves					
				0155-5/01	Criação de frangos para corte	3	0	0	0	0
				0155-5/02	Produção de pintos de um dia	3	0	0	0	0
				0155-5/03	Criação de outros galináceos, exceto para corte	3	0	0	0	0
				0155-5/04	Criação de aves, exceto galináceos	3	0	0	0	0
				0155-5/05	Produção de ovos	3	0	0	0	0
			01.59-8		Criação de animais não especificados anteriormente					
				0159-8/01	Apicultura	3	0	0	0	0
				0159-8/02	Criação de animais de estimação	3	0	0	0	0
				0159-8/03	Criação de escargó	3	0	0	0	0
				0159-8/04	Criação de bicho-da-seda	3	0	0	0	0

--

					0210-1/07	Extração de madeira em florestas plantadas	2	0	1	1	2
					0210-1/08	Produção de carvão vegetal - florestas plantadas	2	0	1	1	2
					0210-1/09	Produção de casca de acácia-negra - florestas plantadas	2	0	1	1	2
					0210-1/99	Produção de produtos não-madeireiros não especificados anteriormente em florestas plantadas	2	0	1	1	2
				02.2		Produção florestal - florestas nativas					
				02.20-9		Produção florestal - florestas nativas					
					0220-9/01	Extração de madeira em florestas nativas	2	0	1	1	2
					0220-9/02	Produção de carvão vegetal - florestas nativas	2	0	1	1	2
					0220-9/03	Coleta de castanha-do-pará em florestas nativas	2	0	0	0	0
					0220-9/04	Coleta de látex em florestas nativas	2	0	0	0	0
					0220-9/05	Coleta de palmito em florestas nativas	2	0	0	0	0
					0220-9/06	Conservação de florestas nativas	2	0	0	0	0
					0220-9/99	Coleta de produtos não-madeireiros não especificados anteriormente em florestas nativas	2	0	0	0	0
				02.3		Atividades de apoio à produção florestal					
				02.30-6		Atividades de apoio à produção florestal					
					0230-6/00	Atividades de apoio à produção florestal	2	0	0	0	0
03						PESCA E AQUICULTURA					
				03.1		Pesca					
				03.11-6		Pesca em água salgada					
					0311-6/01	Pesca de peixes em água salgada	0	0	0	0	0
					0311-6/02	Pesca de crustáceos e moluscos em água salgada	0	0	0	0	0
					0311-6/03	Coleta de outros produtos marinhos	0	0	0	0	0
					0311-6/04	Atividades de apoio à pesca em água salgada	0	0	0	0	0

www.diariomunicipal.sc.gov.br

			05.00-3	0500-3/01	Extração de carvão mineral	2	0	1	1	2						
					Extração de carvão mineral											
					Beneficiamento de carvão mineral											
	06				EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL											
					Extração de petróleo e gás natural											
					Extração de petróleo e gás natural											
		06.0		06.00-0	0600-0/01	3	0	2	2	3						
					0600-0/02	3	0	2	2	3						
					0600-0/03	3	0	2	2	3						
	07				EXTRAÇÃO DE MINERAIS METÁLICOS											
					Extração de minério de ferro											
					Extração de minério de ferro											
				07.10-3	0710-3/01	3	0	0	0	0						
					0710-3/02	3	0	0	0	0						
					07.2		Extração de minerais metálicos não-ferrosos									
	07.21-9	Extração de minério de alumínio	3	0	0		0							0		
	0721-9/02	Beneficiamento de minério de alumínio														
								07.22-7	0722-7/01	3	0	0	0		0	
			0722-7/02	3	0		0		0	0	0					
			07.23-5	Extração de minério de manganês	3		0									
	0723-5/01	Extração de minério de manganês	3	0		0		0						0		
	0723-5/02	Beneficiamento de minério de manganês														
							07.24-3		Extração de minério de metais preciosos							
			0724-3/01	Extração de minério de metais preciosos		3		0	0					0		0
			0724-3/02	Beneficiamento de minério de metais preciosos												
			07.25-1	0725-1/00	3		0			0	0	0				
				Extração de minerais radioativos												
				Extração de minerais radioativos												

--

--

					0990-4/01	Atividades de apoio à extração de minério de ferro	3	0	0	0	0
					0990-4/02	Atividades de apoio à extração de minerais metálicos não-ferrosos	3	0	0	0	0
					0990-4/03	Atividades de apoio à extração de minerais não-metálicos	3	0	0	0	0
						INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO					
						FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS					
						<i>Abate e fabricação de produtos de carne</i>					
						Abate de reses, exceto suínos					
				10.11-2	1011-2/01	Frigorífico - abate de bovinos	3	3	1	2	3
					1011-2/02	Frigorífico - abate de eqüinos	3	3	1	2	3
					1011-2/03	Frigorífico - abate de ovinos e caprinos	3	3	1	2	3
					1011-2/04	Frigorífico - abate de bufalinos	3	3	1	2	3
					1011-2/05	Matadouro - abate de reses sob contrato, exceto abate de suínos	3	3	1	2	3
						Abate de suínos, aves e outros pequenos animais					
				10.12-1	1012-1/01	Abate de aves	3	3	1	1	2
					1012-1/02	Abate de pequenos animais	3	3	1	1	2
					1012-1/03	Frigorífico - abate de suínos	3	3	1	2	3
					1012-1/04	Matadouro - abate de suínos sob contrato	3	3	1	2	3
						Fabricação de produtos de carne					
				10.13-9	1013-9/01	Fabricação de produtos de carne	3	3	1	2	3
					1013-9/02	Preparação de subprodutos do abate	3	3	0	0	0
						<i>Preservação do pescado e fabricação de produtos do pescado</i>					
				10.2		Preservação do pescado e fabricação de produtos do pescado					
						Preservação do pescado e fabricação de produtos do pescado					
					10.20-1	Preservação de peixes, crustáceos e moluscos	3	3	0	0	0
					10.20-1/02	Fabricação de conservas de peixes, crustáceos e moluscos	3	3	1	2	3

C

[illegible]

--

--

--

					1122-4/99	Fabricação de outras bebidas não-alcoólicas não especificadas anteriormente	3	3	1	2	3
12						FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DO FUMO					
	12.1					<i>Processamento industrial do fumo</i>					
						<i>Processamento industrial do fumo</i>					
			12.10-7		1210-7/00	<i>Processamento industrial do fumo</i>	3	3	1	2	3
	12.2					Fabricação de produtos do fumo					
			12.20-4			Fabricação de produtos do fumo					
					1220-4/01	Fabricação de cigarros	3	3	1	2	3
					1220-4/02	Fabricação de cigarilhas e charutos	3	3	1	2	3
					1220-4/03	Fabricação de filtros para cigarros	3	3	1	2	3
					1220-4/99	Fabricação de outros produtos do fumo, exceto cigarros, cigarilhas e charutos	3	3	1	2	3
13						FABRICAÇÃO DE PRODUTOS TÊXTEIS					
	13.1					<i>Preparação e fiação de fibras têxteis</i>					
			13.11-1			<i>Preparação e fiação de fibras de algodão</i>					
					1311-1/00	<i>Preparação e fiação de fibras de algodão</i>	3	0	1	2	3
			13.12-0			<i>Preparação e fiação de fibras têxteis naturais, exceto algodão</i>					
					1312-0/00	<i>Preparação e fiação de fibras têxteis naturais, exceto algodão</i>	3	0	1	2	3
			13.13-8			Fiação de fibras artificiais e sintéticas					
					1313-8/00	Fiação de fibras artificiais e sintéticas	3	0	1	2	3
			13.14-6			Fabricação de linhas para costurar e bordar					
					1314-6/00	Fabricação de linhas para costurar e bordar	3	0	1	2	3
	13.2					<i>Tecelagem, exceto malha</i>					
			13.21-9			Tecelagem de fios de algodão					
					1321-9/00	<i>Tecelagem de fios de algodão</i>	3	0	1	2	3
			13.22-7			Tecelagem de fios de fibras têxteis naturais, exceto algodão					

				1322-7/00	Tecelagem de fios de fibras têxteis naturais, exceto algodão	3	0	1	2	3
			13.23-5		Tecelagem de fios de fibras artificiais e sintéticas					
				1323-5/00	Tecelagem de fios de fibras artificiais e sintéticas	3	0	1	2	3
	13.3				Fabricação de tecidos de malha					
			13.30-8		Fabricação de tecidos de malha					
				1330-8/00	Fabricação de tecidos de malha	3	0	1	2	3
	13.4				Acabamentos em fios, tecidos e artefatos têxteis					
			13.40-5		Acabamentos em fios, tecidos e artefatos têxteis					
				1340-5/01	Estamparia e texturização em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário	3	0	1	2	3
				1340-5/02	Alvejamento, tingimento e torção em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário	3	3	1	2	3
				1340-5/99	Outros serviços de acabamento em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário	3	0	1	2	3
	13.5				Fabricação de artefatos têxteis, exceto vestuário					
			13.51-1		Fabricação de artefatos têxteis para uso doméstico					
				1351-1/00	Fabricação de artefatos têxteis para uso doméstico	3	0	1	2	3
			13.52-9		Fabricação de artefatos de tapeçaria					
				1352-9/00	Fabricação de artefatos de tapeçaria	3	0	1	2	3
			13.53-7		Fabricação de artefatos de cordoaria					
				1353-7/00	Fabricação de artefatos de cordoaria	3	0	1	2	3
			13.54-5		Fabricação de tecidos especiais, inclusive artefatos					
				1354-5/00	Fabricação de tecidos especiais, inclusive artefatos	3	0	1	2	3
			13.59-6		Fabricação de outros produtos têxteis não especificados anteriormente					

					1359-6/00	Fabricação de outros produtos têxteis não especificados anteriormente	3	0	1	2	3
14						CONFECÇÃO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS					
	14.1					<i>Confecção de artigos do vestuário e acessórios</i>					
			14.11-8			Confecção de roupas íntimas					
					1411-8/01	Confecção de roupas íntimas	2	0	1	2	3
					1411-8/02	Facção de roupas íntimas	2	0	1	2	3
			14.12-6			Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas					
					1412-6/01	Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida	2	0	1	2	3
					1412-6/02	Confecção, sob medida, de peças do vestuário, exceto roupas íntimas	2	0	1	2	3
					1412-6/03	Facção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas	2	0	1	2	3
			14.13-4			Confecção de roupas profissionais					
					1413-4/01	Confecção de roupas profissionais, exceto sob medida	2	0	1	2	3
					1413-4/02	Confecção, sob medida, de roupas profissionais	2	0	1	2	3
					1413-4/03	Facção de roupas profissionais	2	0	1	2	3
			14.14-2			Fabricação de acessórios do vestuário, exceto para segurança e proteção					
					1414-2/00	Fabricação de acessórios do vestuário, exceto para segurança e proteção	2	0	1	2	3
	14.2					Fabricação de artigos de malharia e tricotagem					
			14.21-5			Fabricação de meias					
					1421-5/00	Fabricação de meias	3	0	1	2	3
			14.22-3			Fabricação de artigos do vestuário, produzidos em malharias e tricotagens, exceto meias					
					1422-3/00	Fabricação de artigos do vestuário, produzidos em malharias e tricotagens, exceto meias	3	0	1	2	3

--

--

--

					1741-9/01	Fabricação de formulários contínuos	3		0	1	2	3
					1741-9/02	Fabricação de produtos de papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado para uso comercial e de escritório, exceto formulário contínuo	3		0	1	2	3
				17.42-7		Fabricação de produtos de papel para usos doméstico e higiênico-sanitário						
					1742-7/01	Fabricação de faldas descartáveis	3		3	1	2	3
					1742-7/02	Fabricação de absorventes higiénicos	3		3	1	2	3
					1742-7/99	Fabricação de produtos de papel para uso doméstico e higiênico-sanitário não especificados anteriormente	3		3	1	2	3
				17.49-4		Fabricação de produtos de pastas celulósicas, papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado não especificados anteriormente						
					1749-4/00	Fabricação de produtos de pastas celulósicas, papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado não especificados anteriormente	3		0	1	2	3
18						IMPRESSÃO E REPRODUÇÃO DE GRAVAÇÕES						
			18.1			<i>Atividade de impressão</i>						
			18.11-3			Impressão de jornais, livros, revistas e outras publicações periódicas						
					1811-3/01	Impressão de jornais			0	1	2	3
					1811-3/02	Impressão de livros, revistas e outras publicações periódicas			0	1	2	3
			18.12-1			Impressão de material de segurança						
					1812-1/00	Impressão de material de segurança	3		0	1	2	3
			18.13-0			Impressão de materiais para outros usos						
					1813-0/01	Impressão de material para uso publicitário	3		0	1	2	3
					1813-0/99	Impressão de material para outros usos	3		0	1	2	3

[illegible]

[illegible]

--

--

--

--

					Fabricação de embalagens de vidro	0	1	2	3
					Fabricação de artigos de vidro				
					Fabricação de artigos de vidro	0	1	2	3
					Fabricação de cimento				
					Fabricação de cimento				
					Fabricação de cimento	0	1	2	3
					Fabricação de artefatos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes				
					Fabricação de artefatos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes				
					Fabricação de estruturas pré-moldadas de concreto armado, em série e sob encomenda	3	1	2	3
					Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção	3	1	2	3
					Fabricação de artefatos de fibrocimento para uso na construção	3	1	2	3
					Fabricação de casas pré-moldadas de concreto	3	1	2	3
					Preparação de massa de concreto e argamassa para construção	3	1	2	3
					Fabricação de outros artefatos e produtos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes	3	1	2	3
					Fabricação de produtos cerâmicos refratários				
					Fabricação de produtos cerâmicos refratários				
					Fabricação de produtos cerâmicos refratários	3	1	2	3
					Fabricação de produtos cerâmicos não-refratários para uso estrutural na construção				
					Fabricação de azulejos e pisos	3	1	2	3
					Fabricação de artefatos de cerâmica e barro cozido para uso na construção, exceto azulejos e pisos	3	1	2	3

[illegible]

[illegible]

--

[illegible]

				2550-1/01	Fabricação de equipamento bélico pesado, exceto veículos militares de combate	3	0	1	2	3
				2550-1/02	Fabricação de armas de fogo e munições	3	0	1	2	3
	25.9				Fabricação de produtos de metal não especificados anteriormente					
		25.91-8			Fabricação de embalagens metálicas					
				2591-8/00	Fabricação de embalagens metálicas	3	0	1	2	3
		25.92-6			Fabricação de produtos de trefilados de metal			1	2	3
				2592-6/01	Fabricação de produtos de trefilados de metal padronizados	3	0	1	2	3
				2592-6/02	Fabricação de produtos de trefilados de metal, exceto padronizados	3	0	1	2	3
		25.93-4			Fabricação de artigos de metal para uso doméstico e pessoal					
				2593-4/00	Fabricação de artigos de metal para uso doméstico e pessoal	3	0	1	2	3
		25.99-3			Fabricação de produtos de metal não especificados anteriormente					
				2599-3/01	Serviços de confecção de armações metálicas para a construção	3	0	1	2	3
				2599-3/99	Fabricação de outros produtos de metal não especificados anteriormente	3	0	1	2	3
26					FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, PRODUTOS ELETRÔNICOS E ÓPTICOS					
	26.1				Fabricação de componentes eletrônicos					
		26.10-8			Fabricação de componentes eletrônicos					
				2610-8/00	Fabricação de componentes eletrônicos	3	0	1	2	3
	26.2				Fabricação de equipamentos de informática e periféricos					
		26.21-3			Fabricação de equipamentos de informática					

--

--

--

--

--

[illegible]

				2829-1/99	Fabricação de outras máquinas e equipamentos de uso geral não especificados anteriormente, peças e acessórios	3	0	1	2	3
	28.3				<i>Fabricação de tratores e de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária</i>					
		28.31-3			Fabricação de tratores agrícolas					
				2831-3/00	peças e acessórios	3	0	1	2	3
		28.32-1			Fabricação de equipamentos para irrigação agrícola					
				2832-1/00	Fabricação de equipamentos para irrigação agrícola, peças e acessórios	3	0	1	2	3
		28.33-0			Fabricação de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária, exceto para irrigação					
				2833-0/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária, peças e acessórios, exceto para irrigação	3	0	1	2	3
	28.4				<i>Fabricação de máquinas-ferramenta</i>					
		28.40-2			Fabricação de máquinas-ferramenta					
				2840-2/00	Fabricação de máquinas-ferramenta, peças e acessórios	3	0	1	2	3
	28.5				<i>Fabricação de máquinas e equipamentos de uso na extração mineral e na construção</i>					
		28.51-8			Fabricação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo					
				2851-8/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo, peças e acessórios	3	0	1	2	3
		28.52-6			Fabricação de outras máquinas e equipamentos para uso na extração mineral, exceto na extração de petróleo					

						Fabricação de outras máquinas e equipamentos para uso na extração mineral, peças e acessórios, exceto na extração de petróleo	3	0	1	2	3
						Fabricação de tratores, exceto agrícolas					
					2853-4/00	Fabricação de tratores, peças e acessórios, exceto agrícolas	3	0	1	2	3
						28.54-2 Fabricação de máquinas e equipamentos para terraplenagem, pavimentação e construção, exceto tratores					
					2854-2/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para terraplenagem, pavimentação e construção, peças e acessórios, exceto tratores	3	0	1	2	3
						28.6 Fabricação de máquinas e equipamentos de uso industrial específico					
						28.61-5 Fabricação de máquinas para a indústria metalúrgica, exceto máquinas-ferramenta					
					2861-5/00	Fabricação de máquinas para a indústria metalúrgica, peças e acessórios, exceto máquinas-ferramenta	3	0	1	2	3
						28.62-3 Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de alimentos, bebidas e fumo					
					2862-3/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de alimentos, bebidas e fumo, peças e acessórios	3	0	1	2	3
						28.63-1 Fabricação de máquinas e equipamentos para a indústria têxtil					
					2863-1/00	Fabricação de máquinas e equipamentos para a indústria têxtil, peças e acessórios	3	0	1	2	3

[illegible]

--

					2943-3/00	Fabricação de peças e acessórios para o sistema de freios de veículos automotores	3	0	1	2	3
				29.44-1		Fabricação de peças e acessórios para o sistema de direção e suspensão de veículos automotores					
					2944-1/00	Fabricação de peças e acessórios para o sistema de direção e suspensão de veículos automotores	3	0	1	2	3
				29.45-0		Fabricação de material elétrico e eletrônico para veículos automotores, exceto baterias					
					2945-0/00	Fabricação de material elétrico e eletrônico para veículos automotores, exceto baterias	3	0	1	2	3
				29.49-2		Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores não especificados anteriormente					
					2949-2/01	Fabricação de bancos e estofados para veículos automotores	3	0	1	2	3
					2949-2/99	Fabricação de outras peças e acessórios para veículos automotores não especificadas anteriormente	3	0	1	2	3
			29.5			Recondicionamento e recuperação de motores para veículos automotores					
				29.50-6		Recondicionamento e recuperação de motores para veículos automotores					
					2950-6/00	Recondicionamento e recuperação de motores para veículos automotores	3	0	1	2	3
30						FABRICAÇÃO DE OUTROS EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE, EXCETO VEÍCULOS AUTOMOTORES					
	30.1					Construção de embarcações					
				30.11-3		Construção de embarcações e estruturas flutuantes					
					3011-3/01	Construção de embarcações de grande porte	3	0	1	2	3

					3011-3/02	Construção de embarcações para uso comercial e para usos especiais, exceto de grande porte	3	0	1	2	3
				30.12-1		Construção de embarcações para esporte e lazer					
					3012-1/00	Construção de embarcações para esporte e lazer	3	0	1	2	3
		30.3				Fabricação de veículos ferroviários					
				30.31-8		Fabricação de locomotivas, vagões e outros materiais rodantes					
					3031-8/00	Fabricação de locomotivas, vagões e outros materiais rodantes	3	0	1	2	3
				30.32-6		Fabricação de peças e acessórios para veículos ferroviários					
					3032-6/00	Fabricação de peças e acessórios para veículos ferroviários	3	0	1	2	3
		30.4				Fabricação de aeronaves					
				30.41-5		Fabricação de aeronaves					
					3041-5/00	Fabricação de aeronaves	3	0	1	2	3
				30.42-3		Fabricação de turbinas, motores e outros componentes e peças para aeronaves					
					3042-3/00	Fabricação de turbinas, motores e outros componentes e peças para aeronaves	3	0	1	2	3
		30.5				Fabricação de veículos militares de combate					
				30.50-4		Fabricação de veículos militares de combate					
					3050-4/00	Fabricação de veículos militares de combate	3	0	1	2	3
		30.9				Fabricação de equipamentos de transporte não especificados anteriormente					
				30.91-1		Fabricação de motocicletas					
					3091-1/00	Fabricação de motocicletas, peças e acessórios	3	0	1	2	3
				30.92-0		Fabricação de bicicletas e triciclos não-motorizados					

				3092-0/00	Fabricação de bicicletas e triciclos não-motorizados, peças e acessórios	3	0	1	2	3
			30.99-7		Fabricação de equipamentos de transporte não especificados anteriormente					
				3099-7/00	Fabricação de equipamentos de transporte não especificados anteriormente	3	0	1	2	3
31					FABRICAÇÃO DE MÓVEIS					
		31.0			<i>Fabricação de móveis</i>					
			31.01-2		Fabricação de móveis com predominância de madeira					
				3101-2/00	Fabricação de móveis com predominância de madeira	3	0	1	2	3
			31.02-1		Fabricação de móveis com predominância de metal					
				3102-1/00	Fabricação de móveis com predominância de metal	3	0	1	2	3
			31.03-9		Fabricação de móveis de outros materiais, exceto madeira e metal					
				3103-9/00	Fabricação de móveis de outros materiais, exceto madeira e metal	3	0	1	2	3
			31.04-7		Fabricação de colchões					
				3104-7/00	Fabricação de colchões	3	0	1	2	3
32					FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DIVERSOS					
		32.1			<i>Fabricação de artigos de joalheria, bijuteria e semelhantes</i>					
			32.11-6		Lapidação de gemas e fabricação de artefatos de ourivesaria e joalheria					
				3211-6/01	Lapidação de gemas	3	0	1	2	3
				3211-6/02	Fabricação de artefatos de joalheria e ourivesaria	3	0	1	2	3
				3211-6/03	Cunhagem de moedas e medalhas	3	0	1	2	3
			32.12-4		Fabricação de bijuterias e artefatos semelhantes					
				3212-4/00	Fabricação de bijuterias e artefatos semelhantes	3	0	1	2	3
		32.2			<i>Fabricação de instrumentos musicais</i>					

--

www.diariomunicipal.sc.gov.br

[illegible]

--

[illegible]

C

w

			38.12-2	3812-2/00	Coleta de resíduos perigosos	3			2	2	3	
	38.2				Tratamento e disposição de resíduos							
			38.21-1		Tratamento e disposição de resíduos não-perigosos							
				3821-1/00	Tratamento e disposição de resíduos não-perigosos	3			1	1	2	
			38.22-0		Tratamento e disposição de resíduos perigosos							
				3822-0/00	Tratamento e disposição de resíduos perigosos	3			2	2	3	
	38.3				Recuperação de materiais							
			38.31-9		Recuperação de materiais metálicos							
				3831-9/01	Recuperação de sucatas de alumínio	3			1	1	2	
				3831-9/99	Recuperação de materiais metálicos, exceto alumínio	3			1	1	2	
			38.32-7		Recuperação de materiais plásticos							
				3832-7/00	Recuperação de materiais plásticos	3			1	2	3	
			38.39-4		Recuperação de materiais não especificados anteriormente							
				3839-4/01	Usinas de compostagem	3			1	2	3	
				3839-4/99	Recuperação de materiais não especificados anteriormente	3			1	2	3	
39					DESCONTAMINAÇÃO E OUTROS SERVIÇOS DE GESTÃO DE RESÍDUOS							
	39.0				Descontaminação e outros serviços de gestão de resíduos							
			39.00-5		Descontaminação e outros serviços de gestão de resíduos							
				3900-5/00	Descontaminação e outros serviços de gestão de resíduos	3			1	2	3	
					CONSTRUÇÃO							
41					CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS							
	41.1				Incorporação de empreendimentos imobiliários							
			41.10-7		Incorporação de empreendimentos imobiliários							

F

--

					4222-7/01	Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação	3	3	0	0	0	0
					4222-7/02	Obras de irrigação	3	0	0	0	0	0
				42.23-5		Construção de redes de transportes por dutos, exceto para água e esgoto						
					4223-5/00	Construção de redes de transportes por dutos, exceto para água e esgoto	3	0	0	0	0	0
		42.9				Construção de outras obras de infra-estrutura						
			42.91-0			Obras portuárias, marítimas e fluviais						
					4291-0/00	Obras portuárias, marítimas e fluviais	3	0	1	2	3	
			42.92-8			Montagem de instalações industriais e de estruturas metálicas						
					4292-8/01	Montagem de estruturas metálicas	3	0	1	2	3	
					4292-8/02	Obras de montagem industrial	3	0	1	2	3	
			42.99-5			Obras de engenharia civil não especificadas anteriormente						
					4299-5/01	Construção de instalações esportivas e recreativas	3	0	1	2	3	
					4299-5/99	Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente	3	0	1	2	3	
43						SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUÇÃO						
		43.1				Demolição e preparação do terreno						
			43.11-8			Demolição e preparação de canteiros de obras						
					4311-8/01	Demolição de edifícios e outras estruturas	0	0	0	0	0	
					4311-8/02	Preparação de canteiro e limpeza de terreno	0	0	0	0	0	
			43.12-6			Perfurações e sondagens						
					4312-6/00	Perfurações e sondagens	3	0	0	0	0	
			43.13-4			Obras de terraplenagem						
					4313-4/00	Obras de terraplenagem	2	0	0	0	0	

--



--

--

					Representantes comerciais e agentes do comércio de motocicletas e motonetas, peças e acessórios	0	0	0	0	0	0	0
					Comércio sob consignação de motocicletas e motonetas	0	0	0	0	0	0	0
				45.43-9	Manutenção e reparação de motocicletas							
					Manutenção e reparação de motocicletas e motonetas	3	0	1	2	3		
46					COMÉRCIO POR ATACADO, EXCETO VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS							
			46.1		<i>Representantes comerciais e agentes do comércio, exceto de veículos automotores e motocicletas</i>							
			46.11-7		Representantes comerciais e agentes do comércio de matérias-primas agrícolas e animais vivos							
					Representantes comerciais e agentes do comércio de matérias-primas agrícolas e animais vivos	0	0	1	2	3		
			46.12-5		Representantes comerciais e agentes do comércio de combustíveis, minerais, produtos siderúrgicos e químicos							
					Representantes comerciais e agentes do comércio de combustíveis, minerais, produtos siderúrgicos e químicos	0	0	1	2	3		
			46.13-3		Representantes comerciais e agentes do comércio de madeira, material de construção e ferragens							
					Representantes comerciais e agentes do comércio de madeira, material de construção e ferragens	0	0	1	2	3		
			46.14-1		Representantes comerciais e agentes do comércio de máquinas, equipamentos, embarcações e aeronaves							

--

				4618-4/99	Outros representantes comerciais e agentes do comércio especializado em produtos não especificados anteriormente	0	0	1	2	3
				46.19-2	Representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado					
				4619-2/00	Representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado	0	0	1	2	3
			46.2		Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas e animais vivos					
			46.21-4		Comércio atacadista de café em grão					
				4621-4/00	Comércio atacadista de café em grão	0	3	1	2	3
			46.22-2		Comércio atacadista de soja					
				4622-2/00	Comércio atacadista de soja	0	3	1	2	3
			46.23-1		Comércio atacadista de animais vivos, alimentos para animais e matérias-primas agrícolas, exceto café e soja					
				4623-1/01	Comércio atacadista de animais vivos	0	3	1	2	3
				4623-1/02	Comércio atacadista de couros, lãs, peles e outros subprodutos não-comestíveis de origem animal	0	3	1	2	3
				4623-1/03	Comércio atacadista de algodão	0	3	1	2	3
				4623-1/04	Comércio atacadista de fumo em folha não beneficiado	0	3	1	2	3
				4623-1/05	Comércio atacadista de cacau	0	3	1	2	3
				4623-1/06	Comércio atacadista de sementes, flores, plantas e gramíneas	0	3	1	2	3
				4623-1/07	Comércio atacadista de sisal	0	3	1	2	3
				4623-1/08	Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	0	3	1	2	3
				4623-1/09	Comércio atacadista de alimentos para animais	0	3	1	2	3

			4623-1/99	Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas não especificadas anteriormente	0	3	1	2	3
	46.3			Comércio atacadista especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo					
		46.31-1		Comércio atacadista de leite e laticínios					
			4631-1/00	Comércio atacadista de leite e laticínios	0	3	1	2	3
		46.32-0		Comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados, farinhas, amidos e féculas					
			4632-0/01	Comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados	0	3	1	2	3
			4632-0/02	Comércio atacadista de farinhas, amidos e féculas	0	3	1	2	3
			4632-0/03	Comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados, farinhas, amidos e féculas, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	0	3	1	2	3
		46.33-8		Comércio atacadista de hortifrutigranjeiros					
			4633-8/01	Comércio atacadista de frutas, verduras, raízes, tubérculos, hortaliças e legumes frescos	0	3	1	2	3
			4633-8/02	Comércio atacadista de aves vivas e ovos	0	3	1	2	3
			4633-8/03	Comércio atacadista de coelhos e outros pequenos animais vivos para alimentação	0	3	1	2	3
		46.34-6		Comércio atacadista de carnes, produtos da carne e pescado					
			4634-6/01	Comércio atacadista de carnes bovinas e suínas e derivados	0	3	1	2	3
			4634-6/02	Comércio atacadista de aves abatidas e derivados	0	3	1	2	3
			4634-6/03	Comércio atacadista de pescados e frutos do mar	0	3	1	2	3
			4634-6/99	Comércio atacadista de carnes e derivados de outros animais	0	3	1	2	3

[illegible]

					4639-7/02	Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	0	3	1	2	3
	46.4					Comércio atacadista de produtos de consumo não-alimentar					
		46.41-9				Comércio atacadista de tecidos, artefatos de tecidos e de armarinho					
					4641-9/01	Comércio atacadista de tecidos	0	0	1	2	3
					4641-9/02	Comércio atacadista de artigos de cama, mesa e banho	0	0	1	2	3
					4641-9/03	Comércio atacadista de artigos de armarinho	0	0	1	2	3
		46.42-7				Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios					
					4642-7/01	Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança	0	0	1	2	3
					4642-7/02	Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho	0	0	1	2	3
		46.43-5				Comércio atacadista de calçados e artigos de viagem					
					4643-5/01	Comércio atacadista de calçados	0	0	1	2	3
					4643-5/02	Comércio atacadista de bolsas, malas e artigos de viagem	0	0	1	2	3
		46.44-3				Comércio atacadista de produtos farmacêuticos para uso humano e veterinário					
					4644-3/01	Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano	0	3	1	2	3
					4644-3/02	Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso veterinário	0	3	1	2	3
		46.45-1				Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, ortopédico e odontológico					

--

--

					0	0	1	2	3
				Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças					
			46.62-1	Comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças					
				Comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças	4662-1/00	0	1	2	3
			46.63-0	Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças					
				Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças	4663-0/00	0	1	2	3
			46.64-8	Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odontológico-hospitalar; partes e peças					
				Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odontológico-hospitalar; partes e peças	4664-8/00	0	1	2	3
			46.65-6	Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso comercial; partes e peças		3			
				Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso comercial; partes e peças	4665-6/00	0	1	2	3
			46.69-9	Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças					
				Comércio atacadista de bombas e compressores; partes e peças	4669-9/01	0	1	2	3
				Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças	4669-9/99	0	1	2	3

[illegible]

--

--

--

--

					4731-8/00	Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores	3	0	1	2	3
				47.32-6		Comércio varejista de lubrificantes					
					4732-6/00	Comércio varejista de lubrificantes	3	0	1	2	3
		47.4				Comércio varejista de material de construção					
				47.41-5		Comércio varejista de tintas e materiais para pintura					
					4741-5/00	Comércio varejista de tintas e materiais para pintura	3	0	1	2	3
				47.42-3		Comércio varejista de material elétrico					
					4742-3/00	Comércio varejista de material elétrico	0	0	1	2	3
				47.43-1		Comércio varejista de vidros					
					4743-1/00	Comércio varejista de vidros	0	0	1	2	3
				47.44-0		Comércio varejista de ferragens, madeira e materiais de construção					
					4744-0/01	Comércio varejista de ferragens e ferramentas	0	0	1	2	3
					4744-0/02	Comércio varejista de madeira e artefatos	0	0	1	2	3
					4744-0/03	Comércio varejista de materiais hidráulicos	0	0	1	2	3
					4744-0/04	Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas	0	0	1	2	3
					4744-0/05	Comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente	0	0	1	2	3
					4744-0/99	Comércio varejista de materiais de construção em geral	0	0	1	2	3
		47.5				Comércio varejista de equipamentos de informática e comunicação; equipamentos e artigos de uso doméstico					
				47.51-2		Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática					
					4751-2/00	Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática	0	0	1	2	3

--

--

				4771-7/01	Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas	0	3	1	2	3
				4771-7/02	Comércio varejista de produtos farmacêuticos, com manipulação de fórmulas	0	3	1	2	3
				4771-7/03	Comércio varejista de produtos farmacêuticos homeopáticos	0	3	1	2	3
				4771-7/04	Comércio varejista de medicamentos veterinários	0	3	1	2	3
			47.72-5		Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal					
				4772-5/00	Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	0	3	1	2	3
			47.73-3		Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos					
				4773-3/00	Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos	0	3	1	2	3
			47.74-1		Comércio varejista de artigos de óptica					
				4774-1/00	Comércio varejista de artigos de óptica	0	3	1	2	3
		47.8			Comércio varejista de produtos novos não especificados anteriormente e de produtos usados					
			47.81-4		Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios					
				4781-4/00	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	0	0	1	2	3
			47.82-2		Comércio varejista de calçados e artigos de viagem					
				4782-2/01	Comércio varejista de calçados	0	0	1	2	3
				4782-2/02	Comércio varejista de artigos de viagem	0	0	1	2	3
			47.83-1		Comércio varejista de jóias e relógios					
				4783-1/01	Comércio varejista de artigos de joalheria	0	0	1	2	3

				4783-1/02	Comércio varejista de artigos de relojoaria	0	0	1	2	3
			47.84-9		Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP)					
				4784-9/00	Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP)	3	0	1	2	3
			47.85-7		Comércio varejista de artigos usados					
				4785-7/01	Comércio varejista de antiguidades	0	0	1	2	3
				4785-7/99	Comércio varejista de outros artigos usados	0	0	1	2	3
			47.89-0		Comércio varejista de outros produtos novos não especificados anteriormente					
				4789-0/01	Comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos	0	0	1	2	3
				4789-0/02	Comércio varejista de plantas e flores naturais	0	0	1	2	3
				4789-0/03	Comércio varejista de objetos de arte	0	0	1	2	3
				4789-0/04	Comércio varejista de animais vivos e de artigos e alimentos para animais de estimação	3	3	1	2	3
				4789-0/05	Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários	0	3	1	2	3
				4789-0/06	Comércio varejista de fogos de artifício e artigos pirotécnicos	3	0	1	2	3
				4789-0/07	Comércio varejista de equipamentos para escritório	0	0	1	2	3
				4789-0/08	Comércio varejista de artigos fotográficos e para filmagem	0	0	1	2	3
				4789-0/09	Comércio varejista de armas e munições	0	0	1	2	3
				4789-0/99	Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente	0	0	1	2	3
	47.9				Comércio ambulante e outros tipos de comércio varejista					
			47.90-3		Comércio ambulante e outros tipos de comércio varejista					
					TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E CORREIO					
					TRANSPORTE TERRESTRE					
H			49							

--

[illegible]

[illegible]

--

[illegible]

www.diariomunicipal.sc.gov.br

					5510-8/02	Apart-hotéis		0		3	1	2	3
					5510-8/03	Motéis		0		3	1	2	3
	55.9					Outros tipos de alojamento não especificados anteriormente							
		55.90-6				Outros tipos de alojamento não especificados anteriormente							
					5590-6/01	Albergues, exceto assistenciais		0		3	1	2	3
					5590-6/02	Campings		0		3	1	2	3
					5590-6/03	Pensões (alojamento)		0		3	1	2	3
					5590-6/99	Outros alojamentos não especificados anteriormente		0		3	1	2	3
56						ALIMENTAÇÃO							
	56.1					Restaurantes e outros serviços de alimentação e bebidas							
		56.11-2				Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas							
					5611-2/01	Restaurantes e similares		2		3	1	2	3
					5611-2/02	Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas		2		3	1	2	3
					5611-2/03	Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares		1		3	1	2	3
		56.12-1				Serviços ambulantes de alimentação							
					5612-1/00	Serviços ambulantes de alimentação		1		3	1	2	3
	56.2					Serviços de catering, bufê e outros serviços de comida preparada							
		56.20-1				Serviços de catering, bufê e outros serviços de comida preparada							
					5620-1/01	Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas		2		3	1	2	3
					5620-1/02	Serviços de alimentação para eventos e recepções - bufê		1		3	1	2	3
					5620-1/03	Cantinas - serviços de alimentação privativos		1		3	1	2	3
					5620-1/04	Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar		1		3	1	2	3
J						INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO							

--

--

60.2	60.21-7	Atividades de televisão aberta	Atividades de televisão aberta	0	1	1	2
60.22-5	60.22-5	Programadoras e atividades relacionadas à televisão por assinatura	Programadoras	0	1	1	2
61	61.1	Telecomunicações por fio	Telecomunicações por fio	0	1	1	2
61.10-8	61.10-8	Serviços de telefonia fixa comutada - STFC	Serviços de telefonia fixa comutada - STFC	0	1	1	2
61.10-8/02	61.10-8/02	Serviços de redes de transporte de telecomunicações - SRTT	Serviços de redes de transporte de telecomunicações - SRTT	0	1	1	2
61.10-8/03	61.10-8/03	Serviços de comunicação multimídia - SCM	Serviços de comunicação multimídia - SCM	0	1	1	2
61.10-8/99	61.10-8/99	Serviços de telecomunicações por fio não especificados anteriormente	Serviços de telecomunicações por fio não especificados anteriormente	0	1	1	2
61.2	61.20-5	Telecomunicações sem fio	Telecomunicações sem fio	0	1	1	2
61.20-5/01	61.20-5/01	Telefonia móvel celular	Telefonia móvel celular	0	1	1	2
61.20-5/02	61.20-5/02	Serviço móvel especializado - SME	Serviço móvel especializado - SME	0	1	1	2
61.20-5/99	61.20-5/99	Serviços de telecomunicações sem fio não especificados anteriormente	Serviços de telecomunicações sem fio não especificados anteriormente	0	1	1	2
61.3	61.30-2	Telecomunicações por satélite	Telecomunicações por satélite	0	1	1	2
61.4	61.41-8	Operadoras de televisão por assinatura	Operadoras de televisão por assinatura	0	1	1	2
61.42-6	61.42-6	Operadoras de televisão por assinatura por microondas	Operadoras de televisão por assinatura por microondas	0	1	1	2

--

					6209-1/00	Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação	0	0	1	1	2
63						ATIVIDADES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO					
	63.1					<i>Tratamento de dados, hospedagem na internet e outras atividades relacionadas</i>					
			63.11-9			Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet					
					6311-9/00	Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet	0	0	1	1	2
			63.19-4			Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet					
					6319-4/00	Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet	0	0	1	1	2
	63.9					Outras atividades de prestação de serviços de informação					
			63.91-7			Agências de notícias					
					6391-7/00	Agências de notícias	0	0	1	1	2
			63.99-2			Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente					
					6399-2/00	Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente	0	0	1	1	2
K						ATIVIDADES FINANCEIRAS, DE SEGUROS E SERVIÇOS RELACIONADOS					
	64					ATIVIDADES DE SERVIÇOS FINANCEIROS					
		64.1				<i>Banco Central</i>					
			64.10-7			<i>Banco Central</i>					
					6410-7/00	<i>Banco Central</i>	0	0	1	1	2
		64.2				<i>Intermediação monetária - depósitos à vista</i>					
			64.21-2			<i>Bancos comerciais</i>					

			64.21-2/00	Bancos comerciais		0	1	1	2
		64.22-1		Bancos múltiplos, com carteira comercial					
			6422-1/00	Bancos múltiplos, com carteira comercial	0		1	1	2
		64.23-9		Caixas econômicas					
			6423-9/00	Caixas econômicas	0		1	1	2
		64.24-7		Crédito cooperativo					
			6424-7/01	Bancos cooperativos	0		1	1	2
			6424-7/02	Cooperativas centrais de crédito	0		1	1	2
			6424-7/03	Cooperativas de crédito mútuo	0		1	1	2
			6424-7/04	Cooperativas de crédito rural	0		1	1	2
	64.3			Intermediação não-monetária - outros instrumentos de captação					
		64.31-0		Bancos múltiplos, sem carteira comercial					
			6431-0/00	Bancos múltiplos, sem carteira comercial	0		1	1	2
		64.32-8		Bancos de investimento					
			6432-8/00	Bancos de investimento	0		1	1	2
		64.33-6		Bancos de desenvolvimento					
			6433-6/00	Bancos de desenvolvimento	0		1	1	2
		64.34-4		Agências de fomento					
			6434-4/00	Agências de fomento	0		1	1	2
		64.35-2		Crédito imobiliário					
			6435-2/01	Sociedades de crédito imobiliário	0		1	1	2
			6435-2/02	Associações de poupança e empréstimo	0		1	1	2
			6435-2/03	Companhias hipotecárias	0		1	1	2
		64.36-1		Sociedades de crédito, financiamento e investimento - financeiras					
			6436-1/00	Sociedades de crédito, financiamento e investimento - financeiras	0		1	1	2
		64.37-9		Sociedades de crédito ao microempreendedor					
			6437-9/00	Sociedades de crédito ao microempreendedor	0		1	1	2
	64.4			Arrendamento mercantil					
		64.40-9		Arrendamento mercantil					

			6440-9/00	Arrendamento mercantil	0	0	1	1	2
	64.5			Sociedades de capitalização					
		64.50-6		Sociedades de capitalização					
			6450-6/00	Sociedades de capitalização	0	0	1	1	2
	64.6			Atividades de sociedades de participação					
		64.61-1		Holdings de instituições financeiras					
			6461-1/00	Holdings de instituições financeiras	0	0	1	1	2
		64.62-0		Holdings de instituições não-financeiras					
			6462-0/00	Holdings de instituições não-financeiras	0	0	1	1	2
		64.63-8		Outras sociedades de participação, exceto holdings					
			6463-8/00	Outras sociedades de participação, exceto holdings	0	0	1	1	2
	64.7			Fundos de investimento					
		64.70-1		Fundos de investimento					
			6470-1/01	Fundos de investimento, exceto previdenciários e imobiliários	0	0	1	1	2
			6470-1/02	Fundos de investimento previdenciários	0	0	1	1	2
			6470-1/03	Fundos de investimento imobiliários	0	0	1	1	2
	64.9			Atividades de serviços financeiros não especificadas anteriormente					
		64.91-3		Sociedades de fomento mercantil - factoring					
			6491-3/00	Sociedades de fomento mercantil - factoring	0	0	1	1	2
		64.92-1		Securitização de créditos					
			6492-1/00	Securitização de créditos	0	0	1	1	2
		64.93-0		Administração de consórcios para aquisição de bens e direitos					
			6493-0/00	Administração de consórcios para aquisição de bens e direitos	0	0	1	1	2
		64.99-9		Outras atividades de serviços financeiros não especificadas anteriormente					
			6499-9/01	Clubes de investimento	0	0	1	1	2
			6499-9/02	Sociedades de investimento	0	0	1	1	2

					6499-9/03	Fundo garantidor de crédito	0		1	1	2
					6499-9/04	Caixas de financiamento de corporações	0		1	1	2
					6499-9/05	Concessão de crédito pelas OSCIP	0		1	1	2
					6499-9/99	Outras atividades de serviços financeiros não especificadas anteriormente	0		1	1	2
65						SEGUROS, RESSEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E PLANOS DE SAÚDE					
	65.1					<i>Seguros de vida e não-vida</i>					
		65.11-1				Seguros de vida					
					6511-1/01	Seguros de vida	0		1	1	2
					6511-1/02	Planos de auxílio-funeral	0		1	1	2
		65.12-0				Seguros não-vida					
					6512-0/00	Seguros não-vida	0		1	1	2
	65.2					Seguros-saúde					
		65.20-1				Seguros-saúde					
					6520-1/00	Seguros-saúde	0		1	1	2
	65.3					Resseguros					
		65.30-8				Resseguros					
					6530-8/00	Resseguros	0		1	1	2
	65.4					Previdência complementar					
		65.41-3				Previdência complementar fechada					
					6541-3/00	Previdência complementar fechada	0		1	1	2
		65.42-1				Previdência complementar aberta					
					6542-1/00	Previdência complementar aberta	0		1	1	2
	65.5					Planos de saúde					
		65.50-2				Planos de saúde					
					6550-2/00	Planos de saúde	0		1	1	2
66						ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVIÇOS FINANCEIROS, SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E PLANOS DE SAÚDE					
	66.1					Atividades auxiliares dos serviços financeiros					
		66.11-8				Administração de bolsas e mercados de balcão organizados					
					6611-8/01	Bolsa de valores	0		1	1	2

					6611-8/02	Bolsa de mercadorias	0		1	1	1	2
					6611-8/03	Bolsa de mercadorias e futuros	0		1	1	1	2
					6611-8/04	Administração de mercados de balcão organizados	0		1	1	1	2
				66.12-6		Atividades de intermediários em transações de títulos, valores mobiliários e mercadorias						
					6612-6/01	Corretoras de títulos e valores mobiliários	0		1	1	1	2
					6612-6/02	Distribuidoras de títulos e valores mobiliários	0		1	1	1	2
					6612-6/03	Corretoras de câmbio	0		1	1	1	2
					6612-6/04	Corretoras de contratos de mercadorias	0		1	1	1	2
					6612-6/05	Agentes de investimentos em aplicações financeiras	0		1	1	1	2
				66.13-4		Administração de cartões de crédito						
					6613-4/00	Administração de cartões de crédito	0		1	1	1	2
				66.19-3		Atividades auxiliares dos serviços financeiros não especificadas anteriormente						
					6619-3/01	Serviços de liquidação e custódia	0		1	1	1	2
					6619-3/02	Correspondentes de instituições financeiras	0		1	1	1	2
					6619-3/03	Representações de bancos estrangeiros	0		1	1	1	2
					6619-3/04	Caixas eletrônicos	0		1	1	1	2
					6619-3/05	Operadoras de cartões de débito	0		1	1	1	2
					6619-3/99	Outras atividades auxiliares dos serviços financeiros não especificadas anteriormente	0		1	1	1	2
				66.2		Atividades auxiliares dos seguros, da previdência complementar e dos planos de saúde						
				66.21-5		Avaliação de riscos e perdas						
					6621-5/01	Peritos e avaliadores de seguros	0		1	1	1	2
					6621-5/02	Auditoria e consultoria atuarial	0		1	1	1	2
				66.22-3		Corretores e agentes de seguros, de planos de previdência complementar e de saúde						

					6622-3/00	Corretores e agentes de seguros, de planos de previdência complementar e de saúde	0	0	1	1	2
					66.29-1	Atividades auxiliares dos seguros, da previdência complementar e dos planos de saúde não especificadas anteriormente					
					6629-1/00	Atividades auxiliares dos seguros, da previdência complementar e dos planos de saúde não especificadas anteriormente	0	0	1	1	2
			66.3			Atividades de administração de fundos por contrato ou comissão					
					66.30-4	Atividades de administração de fundos por contrato ou comissão					
					6630-4/00	Atividades de administração de fundos por contrato ou comissão	0	0	1	1	2
						ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS					
	68					ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS					
		68.1				Atividades imobiliárias de imóveis próprios					
					68.10-2	Atividades imobiliárias de imóveis próprios					
					6810-2/01	Compra e venda de imóveis próprios	0	0	1	1	2
					6810-2/02	Aluguel de imóveis próprios	0	0	1	1	2
		68.2				Atividades imobiliárias por contrato ou comissão					
					68.21-8	Intermediação na compra, venda e aluguel de imóveis			1	1	2
					6821-8/01	Corretagem na compra e venda e avaliação de imóveis	0	0	1	1	2
					6821-8/02	Corretagem no aluguel de imóveis	0	0	1	1	2
					68.22-6	Gestão e administração da propriedade imobiliária					
					6822-6/00	Gestão e administração da propriedade imobiliária	0	0	1	1	2
						ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS					
	69					ATIVIDADES JURÍDICAS, DE CONTABILIDADE E DE AUDITORIA					
		69.1				Atividades jurídicas					

[illegible]

[illegible]

[illegible]

Z

--

--

--

--

--

O

د

					8591-1/00	Ensino de esportes	0	3	1	2	3
				85.92-9		Ensino de arte e cultura					
					8592-9/01	Ensino de dança	0	3	1	2	3
					8592-9/02	Ensino de artes cênicas, exceto dança	0	3	1	2	3
					8592-9/03	Ensino de música	0	3	1	2	3
					8592-9/99	Ensino de arte e cultura não especificado anteriormente	0	3	1	2	3
				85.93-7		Ensino de idiomas					
					8593-7/00	Ensino de idiomas	0	3	1	2	3
				85.99-6		Atividades de ensino não especificadas anteriormente					
					8599-6/01	Formação de condutores	0	3	1	2	3
					8599-6/02	Cursos de pilotagem	0	3	1	2	3
					8599-6/03	Treinamento em informática	0	3	1	2	3
					8599-6/04	Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial	0	3	1	2	3
					8599-6/05	Cursos preparatórios para concursos	0	3	1	2	3
					8599-6/99	Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente	0	3	1	2	3
Q						SAÚDE HUMANA E SERVIÇOS SOCIAIS					
	86					ATIVIDADES DE ATENÇÃO À SAÚDE HUMANA					
		86.1				<i>Atividades de atendimento hospitalar</i>					
				86.10-1		Atividades de atendimento hospitalar					
					8610-1/01	Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências	3	3	1	2	3
					8610-1/02	Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências	3	3	1	2	3
		86.2				Serviços móveis de atendimento a urgências e de remoção de pacientes					
				86.21-6		Serviços móveis de atendimento a urgências					
					8621-6/01	UTI móvel	0	3	1	1	2

--

--

					8650-0/07	Atividades de terapia de nutrição enteral e parenteral	0	3	1	1	2
					8650-0/99	Atividades de profissionais da área de saúde não especificadas anteriormente	0	3	1	1	2
	86.6					Atividades de apoio à gestão de saúde					
		86.60-7				Atividades de apoio à gestão de saúde					
					8660-7/00	Atividades de apoio à gestão de saúde	0	3	1	1	2
	86.9					Atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente					
		86.90-9				Atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente					
					8690-9/01	Atividades de práticas integrativas e complementares em saúde humana	0	3	1	1	2
					8690-9/02	Atividades de bancos de leite humano	2	3	1	1	2
					8690-9/99	Outras atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente	1	3	1	1	2
87						ATIVIDADES DE ATENÇÃO À SAÚDE HUMANA INTEGRADAS COM ASSISTÊNCIA SOCIAL, PRESTADAS EM RESIDÊNCIAS COLETIVAS E PARTICULARES					
	87.1					Atividades de assistência a idosos, deficientes físicos, imunodeprimidos e convalescentes, e de infraestrutura e apoio a pacientes prestadas em residências coletivas e particulares					
		87.11-5				Atividades de assistência a idosos, deficientes físicos, imunodeprimidos e convalescentes prestadas em residências coletivas e particulares					
					8711-5/01	Clínicas e residências geriátricas	2	3	1	1	2

				8711-5/02	Instituições de longa permanência para idosos	0	3	1	1	2
				8711-5/03	Atividades de assistência a deficientes físicos, imunodeprimidos e convalescentes	0	3	1	1	2
				8711-5/04	Centros de apoio a pacientes com câncer e com AIDS	0	3	1	1	2
				8711-5/05	Condomínios residenciais para idosos	0	3	1	1	2
			87.12-3		Atividades de fornecimento de infra-estrutura de apoio e assistência a paciente no domicílio					
				8712-3/00	Atividades de fornecimento de infra-estrutura de apoio e assistência a paciente no domicílio	0	3	1	1	2
		87.2			Atividades de assistência psicossocial e à saúde a portadores de distúrbios psíquicos, deficiência mental e dependência química					
			87.20-4		Atividades de assistência psicossocial e à saúde a portadores de distúrbios psíquicos, deficiência mental e dependência química					
				8720-4/01	Atividades de centros de assistência psicossocial	0	3	1	1	2
				8720-4/99	Atividades de assistência psicossocial e à saúde a portadores de distúrbios psíquicos, deficiência mental e dependência química não especificadas anteriormente	0	3	1	1	2
		87.3			Atividades de assistência social prestadas em residências coletivas e particulares					
			87.30-1		Atividades de assistência social prestadas em residências coletivas e particulares					
				8730-1/01	Orfanatos	0	3	1	1	2
				8730-1/02	Albergues assistenciais	0	3	1	1	2

					8730-1/99	Atividades de assistência social prestadas em residências coletivas e particulares não especificadas anteriormente	0	3	1	1	2
88						SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SEM ALOJAMENTO					
	88.0					<i>Serviços de assistência social sem alojamento</i>					
		88.00-6				Serviços de assistência social sem alojamento					
					8800-6/00	Serviços de assistência social sem alojamento	0	3	1	1	2
						ARTES, CULTURA, ESPORTE E RECREAÇÃO					
90						ATIVIDADES ARTÍSTICAS, CRIATIVAS E DE ESPETÁCULOS					
	90.0					<i>Atividades artísticas, criativas e de espetáculos</i>					
		90.01-9				Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares					
					9001-9/01	Produção teatral	0	0	2	2	3
					9001-9/02	Produção musical	0	0	2	2	3
					9001-9/03	Produção de espetáculos de dança	0	0	2	2	3
					9001-9/04	Produção de espetáculos circenses, de marionetes e similares	0	0	2	2	3
					9001-9/05	Produção de espetáculos de rodeios, vaquejadas e similares	0	0	2	2	3
					9001-9/06	Atividades de sonorização e de iluminação	0	0	2	2	3
					9001-9/99	Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificados anteriormente	0	0	2	2	3
		90.02-7				Criação artística					
					9002-7/01	Atividades de artistas plásticos, jornalistas independentes e escritores	0	0	2	2	3
					9002-7/02	Restauração de obras de arte	0	0	2	2	3
		90.03-5				Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas					

R

--

www.diariomunicipal.sc.gov.br

--

--

www.diariomunicipal.sc.gov.br

[illegible]

Gaspar

PREFEITURA

DECRETO Nº 7.868, DE 26 DE JANEIRO DE 2018

Publicação Nº 1507704

DECRETO Nº 7.868, DE 26 DE JANEIRO DE 2018.
EXONERA A SERVIDORA SILVIA DE AMORIM.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a partir de 14 de fevereiro de 2018, a servidora SILVIA DE AMORIM, inscrita no CPF sob o nº 056.926.389-16, do cargo efetivo de Professora DOC IV - 8, lotada com 40 horas semanais no CDI Cachinhos de Ouro, ao qual foi nomeada pelo Decreto nº 3.328/2009.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 26 de janeiro de 2018.
KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 7.900, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

Publicação Nº 1516353

DECRETO Nº 7.900, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018.
DESIGNA SERVIDOR PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica designado, a partir de 01º de fevereiro de 2018, nos termos do artigo 24 e seguintes da Lei Complementar nº 80, de 02 de agosto de 2017, o servidor efetivo TIMOTEO ANTONIO LEMOS, inscrito no CPF sob o nº 580.256.269-20, para o exercício de função gratificada de Encarregado Administrativo, nível III, da Secretaria Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01º de fevereiro de 2018.

Gaspar, 06 de fevereiro de 2018.
KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 7.906, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

Publicação Nº 1517563

DECRETO Nº 7.906, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018.
NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO – COMTUR.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com fundamento na Lei Municipal nº 1.751, de 17 de novembro de 1997,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros abaixo indicados para integrarem o Conselho Municipal de Turismo – COMTUR:

Órgãos/Entidades/Categorias	Representantes
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, renda e Turismo	Celso de Oliveira CPF 222.956.239-87
	Norberto Mette CPF 181.589.279-04
Secretaria Municipal de Planejamento Territorial	Alexandre Gevaerd CPF 433.192.709-15
Secretaria Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa	Ana Karina Schramm Matuchaki CPF 043.524.199-07
Diretoria de Cultura da Secretaria Municipal de Educação	Neida Beduschi CPF 291.133.699-20
Associação Empresarial de Gaspar - ACIG	Sergio Luis Spengler CPF 532.650.339-53
Câmara de Dirigentes Lojistas de Gaspar - CDL	Katiani Zimmermann de Oliveira CPF 007.736.489-92
Sindicato do Comércio Varejista e Atacadista de Gaspar - SINDIJOJAS	Francisco Hostins Júnior CPF 862.765.069-15
Associação dos Aquicultores de Gaspar - AQUIPAR	Ofélia Maria Campigotto CPF 466.692.219-91
Turismo receptivo e emissivo	Simone Roeder Isensee CPF 640.644.509-06
Clubes de Caça e Tiro	Maycon Joel Oechsler CPF 021.616.579-25
Roteiro Vila D'Itália	Antonio Buchmann CPF 629.124.709-78
Distrito do Belchior	Maurílio Leopoldo Schmitz CPF 059.245.619-68
Meios de hospedagem de Gaspar	Mayara Testoni CPF 070.471.989-46
Parques Aquáticos de Gaspar	João Bruno Thais CPF 069.664.729-05

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gaspar, 06 de fevereiro de 2018.
KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito Municipal de Gaspar

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

EDITAL 006/2018 - CHAMADA PÚBLICA DE PREENCHIMENTO DAS VAGAS REMANESCENTES DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 011/2017.

Publicação Nº 1517882

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 006/2018

Edital para Chamada Pública de preenchimento das vagas remanescentes do Processo Seletivo Simplificado 011/2017.

O Secretário Municipal de Educação, Esporte e Cultura de Governador Celso Ramos, Adilson Costa, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Torna público, pelo presente edital, as normas para Chamada Pública, em razão de ter sido esgotada a listagem de candidatos classificados no Processo Seletivo Simplificado 011/2017, em obediência aos princípios constitucionais da impessoalidade.

1. A comissão responsável pela operacionalização do Processo Seletivo Simplificado 011/2017, instituída pela Portaria 789/2017, deverá proceder a Chamada Pública das vagas remanescentes das chamadas anteriores, somente após esgotarem-se todas as possibilidades de ofertas aos candidatos que participaram do Processo Seletivo supracitado.

2. Os candidatos interessados deverão dirigir-se à sede da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura munidos de documentos pessoais e documentos que comprovem a área em que escolher atuar, em horário pré-estabelecido pela comissão (item 4.1);

3. A chamada de candidatos para Admissão em Caráter Temporário (ACT), referente ao Processo Seletivo 011/2017, dar-se-á havendo esgotamento da lista de classificados, por disciplina, área ou função, e será realizada mediante a Chamada Pública, a ser expedida pelo Secretário Municipal de Educação, Esporte e Cultura, sob sua jurisdição, que deverá ser publicada no hall de entrada do prédio da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura;

4. A Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura, no mesmo ato, expedirá Chamada Pública, convocando os candidatos que tiverem interesse em assumir as vagas disponíveis dentro do Processo Seletivo Simplificado 011/2017.

4.1. As vagas remanescentes serão escolhidas pelos candidatos semanalmente, nas sextas-feiras, das 14:00 às 17:00.

4.2. Havendo dois ou mais candidatos para a mesma vaga, a classificação destes obedecerá aos seguintes critérios:

I - Diploma de Licenciatura Plena na disciplina da vaga;

II - Atestado de Frequência em Curso Superior Licenciatura Plena na disciplina da vaga;

III - Diploma de Ensino Médio;

4.3. Havendo dois ou mais candidatos classificados em um mesmo item acima, serão considerados os seguintes critérios de desempate:

I - Maior tempo de atuação na disciplina da vaga;

II - Maior tempo de Serviço no Magistério;

III - Maior idade.

4.4. Esse Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário

Governador Celso Ramos, 08 de fevereiro de 2018.
PROF.º ADILSON COSTA
Secretário Municipal de Educação, Esporte e Cultura

EXTRATO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 10/2018

Publicação Nº 1517917

A Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos, comunica aos interessados, a celebração do seguinte contrato:
CONTRATO Nº: 04/2018

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 10/2018
PROCESSO Nº: 10/2018

Contratada: IMPACTA SHOW ENTRETENIMENTO LTDA-ME

Objeto: Contratação de empresa responsável pela apresentação de show musical do "BONDE DO TIGRÃO" no Carnaval de 2018 neste município, no dia 12 de fevereiro do ano em curso.

Dotação Orçamentária:

Unidade	Projeto/Atividade	Elemento de Despesa	Código Reduzido
15.01	2.053	3.3.90.39.99.00.00.00	185

Fundamento Legal: Art. 25, III da Lei 8.666/93

Valor: R\$50.000,00 (cinquenta mil reais)

Data da Homologação/ratificação: 08/02/2018

Data de assinatura do Contrato: 08/02/2018

EXTRATO DE CONTRATO Nº 04/2018

Publicação Nº 1517916

A Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos, comunica aos interessados, a celebração do seguinte contrato:

CONTRATO Nº: 04/2018

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 10/2018
PROCESSO Nº: 10/2018

Contratada: IMPACTA SHOW ENTRETENIMENTO LTDA-ME

Objeto: Contratação de empresa responsável pela apresentação de show musical do "BONDE DO TIGRÃO" no Carnaval de 2018 neste município, no dia 12 de fevereiro do ano em curso.

Dotação Orçamentária:

Unidade	Projeto/Atividade	Elemento de Despesa	Código Reduzido
15.01	2.053	3.3.90.39.99.00.00.00	185

Fundamento Legal: Art. 25, III da Lei 8.666/93

Valor: R\$50.000,00 (cinquenta mil reais)

Data da Homologação/ratificação: 08/02/2018

Data de assinatura do Contrato: 08/02/2018

SAMAE - Gov. CELSO RAMOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº02-2018

Publicação Nº 1517036

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2018

AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES PARA USO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Aos 19 dias do mês de janeiro do ano de 2018, no Estado de Santa Catarina, através do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador desta Ata de Registro de Preços, com sede na Av. Bela Vista, Km 14, Calheiros, Governador Celso Ramos/SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 74.047.341.0001-59, representada por seu Diretor, Sr. NEDISON NILDO MARTINS, são registrados os preços da (s) empresa (s) DEISE DA SILVA AMORIM – AGROPECUÁRIA ME, estabelecida à Rua GERINO BELMIRO DOS SANTOS, 649 – FAZ DA ARMAÇÃO, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o n.º 18.793.226/0001-52, neste ato representado pelo(a) DEISE DA SILVA AMORIM, brasileiro(a), SOLTEIRO, COMERCÍARIO, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 004.746.460-76, portador(a) do RG n.º 4065836985 SSP-SC, para AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES PARA USO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 26/2017, objeto do Processo 37/2017. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

LOTE – 03 TUBO PVC PREDIAL

ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
TUBO PVC SOLDAVEL 6 METROS DE 20 MM	TIGRE	BARRA	100	R\$ 7,94	R\$ 794,00
TUBO PVC SOLDAVEL 6 METROS DE 25 MM	TIGRE	BARRA	100	R\$ 9,35	R\$ 935,00
TUBO DE PVC SOLDÁVEL 6 METROS DE 32 MM	TIGRE	BARRA	200	R\$ 17,80	R\$ 3560,00

TUBO DE PVC SOLDÁVEL 6 METROS DE 40 MM	TIGRE	BARRA	100	R\$ 23,86	R\$ 2386,00
TUBO DE PVC SOLDÁVEL 6 METROS DE 50 MM	TIGRE	BARRA	100	R\$ 31,95	R\$ 3195,00
TUBO DE PVC SOLDÁVEL 6 METROS DE 60 MM	TIGRE	BARRA	200	R\$ 38,90	R\$ 7780,00
TOTAL					R\$ 18.650,00

LOTE – 08 – CONEXÃO PEAD PREDIAL

ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
ADAPTADOR PARA PEAD PN 10 DE 20 MM X 3/4	TIGRE	PÇ	700	R\$ 0,60	R\$ 420,00
ADAPTADOR PARA PEAD PN 10 DE 32 MM X 1	TIGRE	PÇ	50	R\$ 2,81	R\$ 140,50
ADAPTADOR PEAD C/ REGISTRO 20MM X 3/4	TIGRE	PÇ	300	R\$ 4,66	R\$ 1398,00
COTOVELO PARA PEAD DE 20 MM	TIGRE	PÇ	12	R\$ 4,41	R\$ 52,92
DERIVAÇÃO "T" – PP DE 20 MM	TIGRE	PÇ	100	R\$ 6,96	R\$ 696,00
UNIÃO PARA PEAD PN10 20 MM	TIGRE	PÇ	300	R\$ 1,16	R\$ 348,00
UNIÃO PARA PEAD PN10 32 MM	TIGRE	PÇ	80	R\$ 5,75	R\$ 460,00
UNIÃO PARA PEAD PN10 40 MM	TIGRE	PÇ	80	R\$ 15,36	R\$ 1228,00
UNIÃO PARA PEAD PN10 63 MM	TIGRE	PÇ	80	R\$ 25,66	R\$ 2052,80
REGISTRO PASSEIO HORIZONTAL PVC AZUL C/ MANOPLA 20 MM X 20 MM	TIGRE	PÇ	150	R\$ 5,67	R\$ 849,90
REGISTRO RÁPIDO PASSEIO HORIZONTAL PVC AZUL C/ MANOPLA 20 MM	TIGRE	PÇ	150	R\$ 5,16	R\$ 774,00
COLAR DE TOMADA C/ TRAVAS DE PVC DE 32MM X 3/4	TIGRE	PÇ	250	R\$ 2,72	R\$ 680,00
COLAR DE TOMADA C/ TRAVAS DE PVC DE 40MM X 3/4	TIGRE	PÇ	200	R\$ 2,60	R\$ 520,00
COLAR DE TOMADA C/ TRAVAS DE PVC DE 50MM X 3/4	TIGRE	PÇ	100	R\$ 4,16	R\$ 416,00
COLAR DE TOMADA C/ TRAVAS DE PVC DE 60MM X 3/4	TIGRE	PÇ	300	R\$ 3,69	R\$ 1107,00
COLAR DE TOMADA C/ TRAVAS DE PVC DE 75MM X 3/4	TIGRE	PÇ	50	R\$ 2,82	R\$ 141,00
COLAR DE TOMADA C/ TRAVAS DE PVC DE 85MM X 3/4	TIGRE	PÇ	50	R\$ 6,60	R\$ 330,00
COLAR DE TOMADA C/ TRAVAS DE PVC DE 110MM X 3/4	TIGRE	PÇ	60	R\$ 10,42	R\$ 625,00
REGISTRO DE ESFERA ROSCÁVEL C/ FECHO BORBOLETA 1/2	TIGRE	PÇ	150	R\$ 3,65	R\$ 547,50
REGISTRO ESFERA ROSCAVEL C/ BORBOLETA 3/4	TIGRE	PÇ	100	R\$ 4,73	R\$ 473,00
REGISTRO DE ESFERA ROSCA EXTERNA C/ BORBOLETA DE 1/2	TIGRE	PÇ	20	R\$ 6,55	R\$ 131,00
REGISTRO DE ESFERA ROSCA EXTERNA C/ BORBOLETA DE 3/4	TIGRE	PÇ	250	R\$ 2,55	R\$ 637,50
KIT CAVALETE DE PVC COMPLETO 3/4	TIGRE	PÇ	300	R\$ 23,90	R\$ 7170,00
LACRE PARA HIDROMETRO 3/4	TIGRE	PÇ	1000	R\$ 0,60	R\$ 600,00
TOTAL					R\$ 21.799,12

DEISE DA SILVA AMORIM
NEDISON NILDO MARTINS
Diretor Geral

Governador Celso Ramos/SC, 22 de Janeiro de 2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº03-2018

Publicação Nº 1517083

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2018

AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES PARA USO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Aos 19 dias do mês de janeiro do ano de 2018, no Estado de Santa Catarina, através do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador desta Ata de Registro de Preços, com sede na Av. Bela Vista, Km 14, Calheiros, Governador Celso Ramos/SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 74.047.341.0001-59, representada por seu Diretor, Sr. NEDISON NILDO MARTINS, são registrados os preços da (s) empresa (s) MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA, estabelecida à Rua CARLOS ESSENFELDER, 1665-BOQUEIRÃO, CEP – 81650-090, CURITIBA - PR, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o n.º 04.151.335/0001-61, neste ato representado pelo(a) MARINO PADOVAN, brasileiro(a), COMERCÍARIO, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 368.347.429-72, portador(a) do RG n.º 1.596.587-8 SSP-PR, para AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES PARA USO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 26/2017, objeto do Processo 37/2017. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

LOTE 01 – TUBO PVC INFRA ESTRUTURA

ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
TUBO PVC CLASSE 12JEI PBA 6M DE 60 NBR 5647-1	MULTILIT	BARRA	120	R\$ 35,00	R\$ 4.200,00
TUBO PVC CLASSE 12 JEI PBA 6M DE 85 NBR 5647-1	MULTILIT	BARRA	120	R\$ 68,00	R\$ 8.160,00
TUBO PVC CLASSE 12 JEI PBA 6M DE 110 NBR 5647-1	MULTILIT	BARRA	20	R\$ 100,00	R\$ 2.002,00
TUBO DEFOFO JEI 150MM NBR 7665/2007	MULTILIT	BARRA	12	R\$ 280,00	R\$ 3.360,00
TUBO DEFOFO JEI 200MM NBR 7665/2007	MULTILIT	BARRA	12	R\$ 430,00	R\$ 5.160,00
TUBO DEFOFO JEI 250MM NBR 7665/2007	MULTILIT	BARRA	6	R\$ 753,00	R\$ 4.518,00
TOTAL					R\$ 27.400,00

LOTE 05 – TUBO PEAD DISTRIBUIÇÃO
LOTE 05 – TUBO PEAD DISTRIBUIÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
TUBO PE 80 PEAD PN10 DE 63MM ROLO DE 50MM NBR15561 ISSO-4427 DIN 8074 E NTS194	POLIERG	ROLOS	20	R\$ 820,00	R\$ 16.400,00
TUBO PE 80 PEAD PN10 DE 75MM ROLO DE 50MM NBR15561 ISO-4427 DIN 8074 E NTS194	POLIERG	ROLOS	10	R\$ 1.050,00	R\$ 10.500,00
TUBO PE 80 PEAD PN10 DE 90MM ROLO DE 50MM NBR 15561 ISSO-4427 DIN 8074 E NTS194	POLIERG	ROLOS	10	R\$ 1.400,00	R\$ 14.000,00
TUBO PE 80 PEAD PN10 DE 110MM ROLO DE 50MM NBR 15561 ISSO-4427 DIN 8074 E NTS194	POLIERG	ROLOS	10	R\$ 2.410,00	R\$ 24.100,00
TOTAL					R\$ 65.000,00

LOTE 07 – CONEXÃO PVC PBA MOLDADA

ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
LUVA DE CORRER PVC JE PBA DE 75MM NBR 5647-1	C&M	PÇ	10	R\$ 10,00	R\$ 100,00
LUVA SIMPLES PVC JE PBA DE 60 NBR 5647-1	C&M	PÇ	10	R\$ 7,00	R\$ 70,00
LUVA SIMPLES PVC JE PBA DE 85 NBR 5647-1	C&M	PÇ	10	R\$ 10,00	R\$ 100,00
LUVA SIMPLES PVC JE PBA DE 110 NBR 5647-1	C&M	PÇ	10	R\$ 23,00	R\$ 230,00
TOTAL					R\$ 500,00

LOTE 09 – CONEXÃO PEAD

ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
ADAPTADOR PARA PEAD PN 10 DE 63MM X 2 NBR 15561 ISO 4427 DIN 8074 E NTS194	AGRU	PÇ	20	R\$ 20,00	R\$ 400,00
UNIÃO PARA PEAD PN 10 40MM NBR 15561 ISSO-4427 DIN 8074 E NTS194	AGRU	PÇ	80	R\$ 15,00	R\$ 1.200,00
UNIÃO PARA PEAD PN 10 63MM NBR 15561 ISO-4427 DIN 8074 E NTS194	AGRU	PÇ	80	R\$ 26,25	R\$ 2.100,00
TOTAL					R\$ 3.700,00

LOTE 10 – CONEXÃO ÁGUA PREDIAL

ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
ADAPTADOR SOLDÁVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA DE 20MM NBR 5648	PLASTILIT	PÇ	100	R\$ 0,24	R\$ 24,00
ADAPTADOR SOLDÁVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA DE 25MM NBR 5648	PLASTILIT	PÇ	1000	R\$ 0,28	R\$ 280,00
ADAPTADOR SOLDÁVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA DE 32MM NBR 5648	PLASTILIT	PÇ	100	R\$ 0,88	R\$ 88,00
ADAPTADOR SOLDÁVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA DE 40MM NBR 5648	PLASTILIT	PÇ	100	R\$ 2,14	R\$ 214,00
ADAPTADOR SOLDÁVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA DE 50MM NBR 5648	PLASTILIT	PÇ	50	R\$ 1,85	R\$ 92,50
ADAPTADOR SOLDÁVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA DE 60MM NBR 5648	PLASTILIT	PÇ	50	R\$ 3,20	R\$ 160,00
BUCHA REDUÇÃO ROSCAVEL DE ¾ X ½ NBR 5648	PLASTILIT	PÇ	120	R\$ 0,33	R\$ 39,60
BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL CURTA DE 25 X 20 NBR 5648	PLASTILIT	PÇ	120	R\$ 0,30	R\$ 36,00
BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL CURTA DE 32 X 25 NBR 5648	PLASTILIT	PÇ	100	R\$ 0,44	R\$ 44,00
BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL CURTA DE 40 X 32 NBR 5648	PLASTILIT	PÇ	100	R\$ 1,15	R\$ 115,00
CAP SOLDÁVEL DE 75MM NBR 5648	TIGRE	PÇ	20	R\$ 7,80	R\$ 156,00
CAP SOLDÁVEL DE 85MM NBR 5648	TIGRE	PÇ	20	R\$ 17,00	R\$ 340,00

CURVA 90° SOLDÁVEL DE 20MM NBR 5648	PLASTILIT	PÇ	50	R\$ 1,00	R\$ 50,00
CURVA 90° SOLDÁVEL DE 25MM NBR 5648	PLASTILIT	PÇ	50	R\$ 1,40	R\$ 70,00
CURVA 90° SOLDÁVEL DE 32MM NBR 5648	PLASTILIT	PÇ	50	R\$ 3,40	R\$ 170,00
CURVA 90° SOLDÁVEL DE 40MM NBR 5648	PLASTILIT	PÇ	50	R\$ 4,90	R\$ 245,00
CURVA 90° SOLDÁVEL DE 50MM NBR 5648	PLASTILIT	PÇ	50	R\$ 7,40	R\$ 370,00
JOELHO 90° SOLDÁVEL COM ROSCA 25 X ¾ NBR 5648	PLASTILIT	PÇ	250	R\$ 1,10	R\$ 275,00
JOELHO 90° SOLDÁVEL DE 20MM NBR 5648	PLASTILIT	PÇ	50	R\$ 0,20	R\$ 10,00
JOELHO 90° SOLDÁVEL DE 25MM NBR 5648	PLASTILIT	PÇ	250	R\$ 0,23	R\$ 57,50
JOELHO 90° SOLDÁVEL DE 32MM NBR 5648	PLASTILIT	PÇ	100	R\$ 1,05	R\$ 105,00
JOELHO 90° SOLDÁVEL DE 40MM NBR 5648	PLASTILIT	PÇ	50	R\$ 2,20	R\$ 110,00
JOELHO 90° SOLDÁVEL DE 50MM NBR 5648	PLASTILIT	PÇ	80	R\$ 1,70	R\$ 136,00
JOELHO 90° SOLDÁVEL DE 60MM NBR 5648	PLASTILIT	PÇ	50	R\$ 7,00	R\$ 350,00
JOELHO DE 90° SOLDÁVEL DE 110MM NBR 5648	TIGRE	PÇ	8	R\$ 48,01	R\$ 384,08
LUVA DE CORRER PVC SOLDÁVEL DE 20MM NBR 5648	TIGRE	PÇ	100	R\$ 1,80	R\$ 180,00
LUVA DE CORRER PVC SOLDÁVEL DE 25MM NBR 5648	TIGRE	PÇ	300	R\$ 2,30	R\$ 690,00
LUVA DE CORRER PVC SOLDÁVEL DE 32MM NBR 5648	TIGRE	PÇ	200	R\$ 2,50	R\$ 500,00
LUVA DE CORRER PVC SOLDÁVEL DE 40MM NBR 5648	TIGRE	PÇ	100	R\$ 5,50	R\$ 550,00
LUVA DE CORRER PVC SOLDÁVEL DE 50MM NBR 5648	TIGRE	PÇ	100	R\$ 6,00	R\$ 600,00
LUVA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL DE 25 X 20 NBR 5648	PLASTILIT	PÇ	200	R\$ 0,60	R\$ 120,00
LUVA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL DE 32 X 25 NBR 5648	PLASTILIT	PÇ	100	R\$ 1,20	R\$ 120,00
LUVA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL DE 40 X 32 NBR 5648	KRONA	PÇ	100	R\$ 2,00	R\$ 200,00
LUVA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL DE 60 X 50 NBR 5648	TIGRE	PÇ	100	R\$ 4,80	R\$ 480,00
LUVA SOLDÁVEL COM ROSCA DE 25 X ¾ NBR 5648	PLASTILIT	PÇ	500	R\$ 0,75	R\$ 375,00
LUVA SOLDÁVEL DE 20MM NBR 5648	PLASTILIT	PÇ	500	R\$ 0,20	R\$ 100,00
LUVA SOLDÁVEL DE 25MM NBR 5648	PLASTILIT	PÇ	500	R\$ 0,30	R\$ 150,00
LUVA SOLDÁVEL DE 32MM NBR 5648	PLASTILIT	PÇ	200	R\$ 1,00	R\$ 200,00
LUVA SOLDÁVEL DE 40MM NBR 5648	PLASTILIT	PÇ	200	R\$ 1,80	R\$ 360,00
LUVA SOLDÁVEL DE 50MM NBR 5648	PLASTILIT	PÇ	200	R\$ 1,80	R\$ 360,00
REGISTRO ESFERA C/FECHO BORBOLETA SOLDÁVEL DE 20MM NBR 5648	PLASTILIT	PÇ	120	R\$ 4,20	R\$ 504,00
REGISTRO ESFERA C/FECHO BORBOLETA SOLDÁVEL DE 25MM NBR 5648	PLASTILIT	PÇ	250	R\$ 4,50	R\$ 1.125,00
REGISTRO ESFERA C/FECHO BORBOLETA SOLDÁVEL DE 32MM NBR 5648	PLASTILIT	PÇ	100	R\$ 7,20	R\$ 720,00
REGISTRO ESFERA C/FECHO BORBOLETA SOLDÁVEL DE 40MM NBR 5648	PLASTILIT	PÇ	50	R\$ 12,49	R\$ 624,50
REGISTRO DE ESFERA C/FECHO BORBOLETA SOLDÁVEL DE 50MM NBR 5648	PLASTILIT	PÇ	80	R\$ 13,00	R\$ 1.040,00
REGISTRO ESFERA C/FECHO BORBOLETA SOLDÁVEL DE 60MM NBR 5648	PLASTILIT	PÇ	50	R\$ 19,95	R\$ 997,50
TEE SOLDÁVEL COM ROSCA DE 25 X ¾ NBR 5648	PLASTILIT	PÇ	100	R\$ 1,70	R\$ 170,00
TEE SOLDÁVEL DE 20MM NBR 5648	PLASTILIT	PÇ	80	R\$ 0,30	R\$ 24,00
TEE SOLDÁVEL DE 25MM NBR 5648	PLASTILIT	PÇ	200	R\$ 0,40	R\$ 80,00
TEE SOLDÁVEL DE 32MM NBR 5648	PLASTILIT	PÇ	100	R\$ 1,79	R\$ 179,00
TEE SOLDÁVEL DE 40MM NBR 5648	PLASTILIT	PÇ	100	R\$ 3,54	R\$ 354,00
TEE SOLDÁVEL DE 50MM NBR 5648	PLASTILIT	PÇ	30	R\$ 3,51	R\$ 105,30
ADESIVO PARA PVC BISNAGA DE 75 GRAMAS NBR 14725	PLASTILIT	PÇ	3000	R\$ 2,79	R\$ 8.370,00
FITA VEDA ROSCA 18MM X 50 M NBR 131224	MULTIFITA	PÇ	1000	R\$ 2,80	R\$ 2.800,00
TOTAL					R\$ 25.999,98

MARINO PADOVAN

NEDISON NILDO MARTINS

Diretor Geral

Governador Celso Ramos/SC, 22 de Janeiro de 2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº04-2018

Publicação Nº 1517084

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2018

AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES PARA USO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Aos 19 dias do mês de janeiro do ano de 2018, no Estado de Santa Catarina, através do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador desta Ata de Registro de Preços, com sede na Av. Bela Vista, Km 14, Calheiros, Governador Celso Ramos/SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 74.047.341.0001-59, representada por seu Diretor, Sr. NEDISON NILDO MARTINS, são registrados os preços da (s) empresa (s) G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI-ME, estabelecida à Rua CAMPOS SALLES, 893 -GLÓRIA, CEP – 89217-100, JOINVILLE - SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o Nº 05.931.197/0001-04, neste ato representado pelo(a) GABRIEL LOUREIRO FERREIRA, brasileiro(a), COMERCÍARIO, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o Nº 055.952.479-08, portador(a) do RG Nº 578.3275 SSP-, para AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES PARA USO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 26/2017, objeto do Processo 37/2017. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

LOTE – 02 – TUBO DESNORMOTIZADO

ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
TUBO PVC CLASSE 12 JEI PBA 6M DE 75	TIGRE	BARRA	30	R\$ 88,33	R\$ 2650,00
TOTAL					R\$ 2.650,00

LOTE-04- TUBO PEAD LIGAÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
TUBO PARA LIGAÇÃO PREDIAL PEAD DE 20 ROLO DE 100 M	TIGRE	ROLOS	300	R\$ 210,17	R\$ 63051,00
TUBO PARA LIGAÇÃO PREDIAL PEAD DE 32 ROLO DE 100 M	TIGRE	ROLOS	20	R\$ 367,45	R\$ 7349,00
TOTAL					R\$ 70.400,00

LOTE - 12 – CONEXÃO PVC ROSCÁVEL

ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
LUVA ROSCÁVEL 3/4	TIGRE	PÇ	60	R\$ 1,09	R\$ 63,44
LUVA ROSCÁVEL 60	TIGRE	PÇ	30	R\$ 4,28	R\$ 124,56
TOTAL					R\$ 188,00

GABRIEL LOUREIRO FERREIRA
NEDISON NILDO MARTINS
Diretor Geral

Governador Celso Ramos/SC, 22 de Janeiro de 2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº05-2018

Publicação Nº 1517086

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2018

AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES PARA USO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Aos 19 dias do mês de janeiro do ano de 2018, no Estado de Santa Catarina, através do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador desta Ata de Registro de Preços, com sede na Av. Bela Vista, Km 14, Calheiros, Governador Celso Ramos/SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 74.047.341.0001-59, representada por seu Diretor, Sr. NEDISON NILDO MARTINS, são registrados os preços da (s) empresa (s) SANEMARCK COM. E IND. DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI, estabelecida à Rua ALFREDO PINTO, 1326 – AFONSO PENA, CEP – 83050-320, SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PR, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 08.164.724/0001-82, neste ato representado pelo(a) KELLY CRISTINA DOS SANTOS POST, brasileiro(a), COMERCÍARIO, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 023.002.799-75, portador(a) do RG n.º 6.565.466-0 SSP-PR, para AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES PARA USO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, conforme especificado no

quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 26/2017, objeto do Processo 37/2017. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

LOTE 13 -

ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
TEE DE SERVIÇO INTEGRADO 60X20	HIFERSANE	PÇ	100	R\$ 16,45	R\$ 1.645,00
TEE DE SERVIÇO INTEGRADO 85X20	HIFERSANE	PÇ	100	R\$ 27,42	R\$ 2.742,00
TEE DE SERVIÇO INTEGRADO 110X20	HIFERSANE	PÇ	100	R\$ 41,13	R\$ 4.113,00
TOTAL					R\$ 8.500,00

KELLY CRISTINA DOS SANTOS POST
NEDISON NILDO MARTINS
Diretor Geral

Governador Celso Ramos/SC, 22 de Janeiro de 2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº06-2018

Publicação Nº 1517087

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2018

AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES PARA USO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Aos 19 dias do mês de janeiro do ano de 2018, no Estado de Santa Catarina, através do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador desta Ata de Registro de Preços, com sede na Av. Bela Vista, Km 14, Calheiros, Governador Celso Ramos/SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 74.047.341.0001-59, representada por seu Diretor, Sr. NEDISON NILDO MARTINS, são registrados os preços da (s) empresa (s) VIA D'ÁGUA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE MEDIÇÃO, HIDRÁULICA E SANEAMENTO LTDA, estabelecida à Rua MARQUÊS DE OLINDA, 955 – SANTO ANTONIO, CEP – 89218-252, JOINVILLE - SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o n.º 16.637.264/0001-90, neste ato representado pelo(a) TELMA ELISA CARRARO, brasileiro(a), COMERCÍARIA, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 431.601.409-97, portador(a) do RG n.º 1.401.826-3 SSP-SC, para AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES PARA USO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 26/2017, objeto do Processo 37/2017. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

LOTE 11

ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
ANEL PBA DN 50/60	TAMPELLI	PÇ	1000	R\$ 0,89	R\$ 890,00
ANEL PBA DN 65/75	TAMPELLI	PÇ	1000	R\$ 1,10	R\$ 1.100,00
ANEL PBA DN 75/85	TAMPELLI	PÇ	1000	R\$ 1,45	R\$ 1.450,00
ANEL PBA DN 125/140	TAMPELLI	PÇ	1000	R\$ 2,10	R\$ 2.100,00
TOTAL					R\$ 5.540,00

TELMA ELISA CARRARO
NEDISON NILDO MARTINS
Diretor Geral

Governador Celso Ramos/SC, 22 de Janeiro de 2018

Grão Pará

PREFEITURA

PORTARIA 04/2018 SAMAE S. TABELA

Publicação Nº 1517623

SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
Convênio: Fundação Nacional de Saúde
CNPJ: 80.489.222/0001-59
Rua:Álvaro de Oliveira Souza, 227 – Grão-Pará – SC
Fone/Fax: 3652.12.48/3652.14.32 – e-mail samaegpa@brturbo.com

GRÃO-PARÁ, SC, 08 DE FEVEREIRO DE 2018

PORTARIA Nº 04/2018

O DIRETOR DO SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de água e Esgoto de Grão-Pará, SC., no uso de suas atribuições de acordo com a lei nº 967/99, de 28 de setembro de 1999, e decreto nº 19, de 01 de novembro de 2000.

E de acordo com o parecer técnico nº 003/2018/CISAM-SUL-REG, E de sua Câmara de Regulação e Fiscalização do Saneamento Básico (CREFISBA), Senso instituída pela Resolução de nº 003/2014.

RESOLVE:

1º - As tarifas de água e esgoto, bem como os demais serviços prestados pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, passam a ser as constantes das tabelas anexas a esta portaria.

2º - Esta portaria terá validade para as contas vencíveis dia 10 de março de 2018.

ENIO JOÃO ZANELATTO BAGIO
Diretor do SAMAE

ANEXO I
TARIFAS DE ÁGUA E ESGOTO

ANEXO DA PORTARIA Nº-04/2018
SAMAE DE GRÃO-PARÁ-SC.
CATEGORIA DOMICILIAR - A
FAIXA DE CONSUMO VALORES TARIFÁRIOS

Até 10m³ 39,93

De 11m³ a 15m³ 39,93 6,69 p/m³ excedente de 10m³
De 16m³ a 20m³ 73,41 7,83 p/m³ excedente de 15m³
De 21m³ a 30m³ 112,56 8,34 p/m³ excedente de 20m³
De 31m³ a 40m³ 196,05 9,48 p/m³ excedente de 30m³
Acima de 40m³ 290,87 9,84 p/m³ excedente de 40m³

CATEGORIA DOMICILIAR - "B"- COMERCIAL E PODERES PÚBLICOS
FAIXA DE CONSUMO VALORES TARIFÁRIOS

Até 15m³ 70,90

Acima de 15m³ 70,90 9,75 p/m³ excedente de 15m³

CATEGORIA INDUSTRIAL
FAIXA DE CONSUMO VALORES TARIFÁRIOS

Até 40m³ 298,67

Acima de 40m³ 298,67 13,89 p/m³ excedente de 40m³

Observações:

1 - A tarifa referente a prestação de serviço de esgoto sanitário corresponderá a 80%(Oitenta por cento) do valor do consumo de água respectivo.

2 - Para efeito da cobrança das tarifas, as ligações provisórias, tais como para construções de qualquer natureza, feiras, circos exposições, etc, equiparam-se as de Categoria Comercial

GILSON MULLER BRATTI ENIO JOÃO ZANELATTO BAGIO Coordenador do SAMAE Diretor do SAMAE

TABELA DE TARIFAS DE ÁGUA E ESGOTO
SAMAE DE GRÃO-PARÁ-SC
ANEXO DA PORTARIA N.º 04/2018

ITEM
INFRAÇÕES
VALOR EM R\$

01

Intervenção nas instalações dos serviços públicos de água e esgoto.

R\$ 83,43

02

Ligações clandestinas.

R\$ 259,55

03

Violação ou retirada de hidrômetros ou limitador de consumo.

R\$ 259,55

04

Interconexão da inst.predial con canalizações de água ou outra procedência.

R\$ 83,43

05

Utilização da ligação de água ou esgoto para serventia de outra economia.

R\$ 83,43

06 Ligações de bombas ou ejetores na rede distribuidora ou no ramal predial

R\$ 284,25

07 Lançamento de águas pluviais na instalação de esgotos do prédio

R\$ 175,72

08

Lançamento de despejos na rede coletora que exijam tratamento prévio.

R\$ 142,94

09

Início de obras de instalação de água e /ou esgotos em loteamentos ou conjuntos de edificações sem autorização do SAMAE.

R\$ 362,65

10

Alteração de projeto de instalação de água e/ou esgotos em loteamentos ou conjunto de edificações, sem prévia autorização do SAMAE.

R\$ 381,87

11

Impontualidade no pagamento de tarifas devidas ao SAMAE.

Até 30 dias 2%

de 31 a 60 dias 5%

a partir de 61 dias ... 10%

ENIO JOÃO ZANELATTO BAGIO GILSON MULLER BRATTI

Diretor do SAMAE Coordenador do SAMAE

TABELA DE TARIFAS DE ÁGUA E ESGOTO

SAMAE DE GRÃO-PARÁ-SC

ANEXO DA PORTARIA N.º 04/2018

OUTRAS TAXAS

RESTABELECIMENTO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA

No cavalete por falta de pagamento R\$ 48,62

AFERIÇÃO DE HIDRÔMETROS:

Por solicitação do usuário até 3/4" R\$ 22,10

Por solicitação do usuário até 1" R\$ 60,65

Por solicitação do usuário até 1 1/2" R\$ 84,96

Por solicitação do usuário até 2" R\$ 117,89

DESLIGAÇÃO:

Por solicitação do usuário-temporária(art.73 letra g) R\$ 63,78

VISTORIA NA INSTALAÇÃO PREDIAL:

Por solicitação do usuário até 2 pavimentos R\$ 26,48

Por solicitação do usuário - por pavimento excedente a 2 R\$ 48,63

CONSUMO DE ÁGUA POR CIRCOS, PARQUES ETC:

Custo fixo de consumo até 15 dias R\$ 456,75

Custo fixo mensal permanencia superior a 15 dias R\$ 726,25

CUSTO POR HORA DE MÃO DE OBRA:

De encanador R\$ 15,07

De auxiliar R\$ 10,81

DESLOCAMENTO DO CAVALETE:

Por solicitação do usuário (cfe.material empregado) R\$18,80Mat.

Utilizado

AVISO DE CORTE:

(art. 72.) R\$ 8,19

TAXA DE EXPEDIENTE:

Emissão de 2.via, extrato, alteração Cadastral. etc R\$ 4,73

ANÁLISE DE ÁGUA:

Físico-químico R\$ 62,12

Bacteriologia R\$ 82,69

HIDRÔMETRO DANIFICADO PELO USUÁRIO

Valor das peças empregadas mais taxas de eferição

Hidrômetro R\$ 192,76

GILSON MULLER BRATTI ENIO JOÃO ZANELATTO BAGIO

Coordenador do SAMAE Diretor do SAMAE

TABELA DE TARIFAS DE ÁGUA E ESGOTO

SAMAE DE GRÃO-PARÁ-SC

ANEXO PORTARIA Nº 04/2018

SERVIÇO NÃO MEDIDO

CATEGORIA CONSUMO ESTIMADO M³ VALOR EM R\$

RESIDENCIAL - R1

10

39,93

- R2 20 73,41

- R3 30 112,56

- R4 40 196,05

COMERCIAL - C1 15 70,90

- C2 30 217,18

INDUSTRIAL - I1 40 314,71

- I2 50 412,23

R1 – com área até 40m²

R2 – com área de 41 à 80m²

R3 – com área de 81 à 120m²

R4 – com área acima de 120m²

C1 – Pequeno Comércio – Quando a água é utilizada em estabelecimentos comerciais ou públicos somente para fins higiênicos.

C2 – Grande Comércio – Quando a água é utilizada em estabelecimentos comerciais ou públicos para outros fins que não somente para higiênicos.

I1 – Pequena Indústria – Quando a água é utilizada em estabelecimentos industriais somente para fins higiênicos.

I2 – Grande Indústria – Quando a água é utilizada em estabelecimentos industriais para outros fins que não somente os higiênicos.

GILSON MULLER BRATTI ENIO JOÃO ZANELATTO BAGIO

Coordenador do SAMAE Diretor do SAMAE

TABELA DE TARIFAS DE ÁGUA E ESGOTO

SAMAE DE GRÃO-PARÁ-SC

ANEXO DA PORTARIA N.º 04/2018

CAIXA DE PROTEÇÃO PARA HIDRÔMETRO

CAIXA DE PROTEÇÃO PARA HIDRÔMETRO

Abrigo subterrâneo normal R\$ 106,83

Abrigo subterrâneo com ajuste de nível e profundidade R\$ 106,83

Caixa de proteção de hidrômetro para 1 medidor R\$ 106,83

Caixa de proteção de hidrômetro para 2 medidor R\$ 160,05

Caixa de proteção de hidrômetro para 3 medidor R\$ 240,04

Caixa de proteção de hidrômetro para 4 medidor R\$ 320,56

Caixa de proteção de hidrômetro para 5 medidor R\$ 399,56

GILSON MULLER BRATTI ENIO JOÃO ZANELATTO BAGIO

Coordenador do SAMAE Diretor do SAMAE

TABELA DE TARIFAS DE ÁGUA E ESGOTO

SAMAE DE GRÃO-PARÁ-SC

ANEXO PORTARIA Nº 04/2018

LIGAÇÕES DE ÁGUA

ATÉ 25mm

CONDIÇÕES VALOR DA PRESTAÇÃO VALOR TOTAL

A VISTA

-

392,40

02 pagamentos 196,20 392,40

03 pagamentos 130,80 392,40

04 pagamentos 98,10 392,40

05 pagamentos 78,48 392,40

06 pagamentos 65,40 392,40

Obs: Com diâmetro acima de 25mm será feito orçamento prévio de acordo com o diâmetro a instalar.

LIGAÇÕES DE ESGOTO

CONDIÇÕES VALOR DA PRESTAÇÃO VALOR TOTAL

A VISTA - -

02 pagamentos - -

03 pagamentos - -

04 pagamentos - -

05 pagamentos - -

06 pagamentos - -

Obs: Com diâmetro acima de 100mm será feito orçamento prévio de acordo com o diâmetro a instalar.

O primeiro pagamento deverá ser efetuado na ocasião do pedido da ligação.

GILSON MULLER BRATTI ENIO JOÃO ZANELATTO BAGIO

Coordenador do SAMAE Diretor do SAMAE

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Publicação Nº 1517735

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que OSMAR LOCH ANTUNES possui valores em haver do Município de Grão-Pará, dentro dos valores de que trata este dispositivo; e que o Município está em mora nos pagamentos pelos serviços prestados, serviços estes que vão ao encontro do interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: OSMAR LOCH ANTUNES

Restos a Pagar: 0572

Valor: R\$ 2.462,55

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 08 de fevereiro de 2018.

ADEMIR BONETTI

Prefeito Municipal em Exercício

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Publicação Nº 1517733

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa ANTUNES PRE MOLDADOS EIRELI ME possui valores em haver do Município de Grão-Pará, dentro dos valores de que trata este dispositivo; e que o Município está em mora nos pagamentos pelos produtos fornecidos, fornecimento este que vai ao encontro do interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: ANTUNES PRE MOLDADOS EIRELI ME

Restos a Pagar: 0609

Valor: R\$ 2.800,02

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 08 de fevereiro de 2018.

ADEMIR BONETTI

Prefeito Municipal em Exercício

Guaraciaba

PREFEITURA

EXTRATOS CONTRATOS 12.18 FMS.DOCX

Publicação Nº 1516422

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 12/2018
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC
Contratada.: RAIMED CLINICA DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM MARAVILHA
Valor : 15.312,50 (quinze mil trezentos e doze reais e cinquenta centavos)
Vigência : Início: 08/02/2018 Término: 31/12/2018
Licitação : Outras Modalidades Nº.: 3/2018
Recursos : Dotação:
Objeto : CREDENCIAMENTO DE INTERESSADOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE RESSONÂNCIA MAGNÉTICA, DESTINADOS AOS PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARACIABA SC, CONFORME PRESCRIÇÃO MÉDICA, AUTORIZAÇÃO EMITIDA PELA SECRETARIA E COMPROMISSO EM ANEXO PARA O ANO DE 2018

EXTRATOS CONTRATOS 30 E 31.2018.DOCX

Publicação Nº 1517984

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARACIABA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 30/2018
Contratante.: MUNICIPIO DE GUARACIABA
Contratada.: L. W. EVENTOS ESPORTIVOS LTDA - ME
Valor : 56.970,00 (cinquenta e seis mil novecentos e setenta reais)
Vigência : Início: 09/02/2018 Término: 09/02/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 23/2018
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE HORA AULA DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO COM NO MÍNIMO DOIS PROF. DE EDUCAÇÃO FÍSICA, COM BACHARELADO E HABILITADOS NO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA - CREF/SC PARA TRABALHAR COM AS ESCOLINHAS DE FUTSAL FEMININO NO MUNICÍPIO DE GUARACIABA/SC E CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA COM BACHARELADO E HABILITADOS NO CONSELHO REGIONAL EDUCAÇÃO FÍSICA - CREF/SC PARA OFICINA DE FUTSAL FEMININO E MASCULINO NAS COMUNIDADES DE LINHA OURO VERDE E SEDE FLORES.

Contrato Nº.: 31/2018
Contratante.: MUNICIPIO DE GUARACIABA
Contratada.: IRMAOS PALU LTDA - ME
Valor : 6.850,00 (seis mil oitocentos e cinquenta reais)
Vigência : Início: 09/02/2018 Término: 31/12/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 24/2018
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE PEÇAS (JOGO DE PISTÃO, JOGO DE ANÉIS, BRONZINA BIELA, , RETENTORES ENTRE OUTRAS) E MÃO DE OBRA E RETIFICA QUE SERÃO NECESSÁRIAS PARA FAZER O CONserto DO MOTOR E SUSPENSÃO DA STRADA WORKING 1,4 ANO 2013 PLACA MKX 0154, QUE APRESENTOU PROBLEMAS NO FUNCIONAMENTO DO MOTOR.

HOMOLOGAÇÃO DO DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº005/2018

Publicação Nº 1517209

DECRETO Nº 729/2018, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.
HOMOLOGAÇÃO DO DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES (ANTES DOS RECURSOS) DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº. 005/2018 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, Sr. Roque Luiz Meneghini, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos dispositivos da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com as Leis municipais nº 1.940/06, nº 1.645/01, nº 2764/2014, nº 1890/2006, nº 2489/2012 e Lei Orgânica do Município e suas atualizações,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o deferimento e indeferimento das inscrições do Concurso Público Edital nº 005/2018 da Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC, conforme segue:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – (MICRO ÁREA 10)

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	22	Ismael Carlos Vettorazzi	Deferida
2	89	Leonardo De Jesus	Deferida
3	63	Luana Catarina Back Dorigon	Deferida
4	128	Suzana Ramos	Deferida
5	105	Valdecir Luiz Wartha	Deferida

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – (MICRO ÁREA 14)

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	65	Ediana Dos Santos	Deferida
2	106	João Carlos Faccin	Deferida
3	58	João Marcos Kosmann	Deferida
4	92	Lidiane Zanette	Deferida
5	57	Rubia Cristina Kosmann	Deferida
6	141	Samara Depra	Deferida

AGENTE DE DEFESA CIVIL

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	27	Angelin Pereira	Deferida
2	151	Cleber Ortigara	Deferida
3	11	Cleitir Antonio Finger	Deferida
4	112	Cleiton Bonamigo Zilli	Deferida
5	145	Cristiane Stanga	Deferida
6	129	Fabiano Cella	Deferida
7	91	Fernando Segalin	Deferida
8	148	Giovane Luis Vogel	Deferida
9	40	Gustavo Marangon	Deferida
10	94	Jacson Simoni	Deferida
11	173	Jocemir Vincenzi	Deferida
12	4	Leomir Thums	Deferida
13	33	Leonardo Rinaldi	Deferida
14	175	Marcio Moretti	Deferida
15	144	Mario Siebeneichler De Oliveira	Deferida
16	139	Matheus Finco	Deferida
17	176	Monike Negri	Deferida
18	81	Rafael Dorigon	Deferida
19	168	Rafael Zanin	Deferida
20	134	Roberto Perin	Deferida
21	45	Rodrigo Carlos Schultz	Deferida
22	143	Simone Knob	Deferida
23	88	Tainara Stéfani Demozzi Rossetti	Deferida
24	44	Vanderlei Luiz Bortoncello	Deferida
25	104	Volnei Henrique Neumann	Deferida

ENGENHEIRO CIVIL

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	1	Adriana Pereira Barbosa	Deferida

2	120	Alan Zanella	Deferida
3	156	André Dahmer	Deferida
4	131	André Felipe Schlickmann	Deferida
5	80	Andrêssa Karlini Ludwig	Deferida
6	52	Bruno Centenaro	Deferida
7	149	Daniel Wilk Junior	Deferida
8	51	Eduardo Battaglin	Deferida
9	41	Elisa Cristina Trebien	Deferida
10	136	Ernani Couto Marczewski	Deferida
11	184	Evandro Carlos Borla	Deferida
12	78	Felipe Busnello Vieira	Deferida
13	132	Guiliann Matheus Pedron	Deferida
14	97	Gustavo Brustolin	Deferida
15	108	Ismael Brustolin	Deferida
16	180	Jean Carlos Bavaresco	Deferida
17	162	Jean Carlos Wiebbelling	Deferida
18	169	Kauin Monteiro De Pinho	Deferida
19	185	Lauderi Maronezi Junior	Deferida
20	56	Luiz Angelo Coletto	Deferida
21	179	Maico Aléx Gambatto	Deferida
22	137	Morgana De Giacometi	Deferida

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	146	Acidido Pecos Valduga	Deferida
2	19	Adriana Dimer	Deferida
3	158	Ana Paula Goncalves	Deferida
4	16	Carolina Brustolin	Deferida
5	48	Caroline Gorczveski	Deferida
6	69	Catiane Luiza Brambilla	Deferida
7	70	Diego Alencar Chechi	Deferida
8	95	Emerson Maico Baierle	Deferida
9	160	Everlin Isotton	Deferida
10	37	Fábio Alex Rost	Deferida
11	76	Fernando Cavalli	Deferida
12	153	Gabriel Feldkircher	Deferida
13	79	Gabriela Negri	Deferida
14	32	Giovani Macedo	Deferida
15	147	Jaqueline Bitner Ferronato	Deferida
16	9	Jeane Muller	Deferida
17	7	Josiani Carine Comassetto	Deferida
18	172	Juliana De Maman	Deferida
19	117	Karen Zanetti Bizotto	Deferida
20	138	Lainara Patel	Deferida
21	177	Lucas Seffrin Brambilla	Deferida
22	68	Maíse Mariga	Deferida
23	126	Marcelo Paganini	Deferida
24	67	Marcia Maria Ferronato	Deferida
25	167	Marqueli Petry Weber	Deferida
26	165	Mattias Mattioli	Deferida

27	170	Micheli Mocellin	Deferida
28	166	Natieli Borla	Deferida
29	55	Paloma Mezzomo	Deferida
30	125	Roberta Zabott	Deferida
31	73	Sabrina Priscila Simioni	Deferida
32	152	Samara Borille	Deferida
33	107	Sibeli Vettorazzi	Deferida
34	101	Sidinei Rodrigues Alves Da Silva Janowitz	Deferida
35	71	Simone Cristina Bencke	Deferida
36	157	Thiago Luis De Almeida	Deferida

TÉCNICO EM ENFERMAGEM – ESF

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	84	Elonice Fatima Tavella	Deferida
2	8	Fabiana Delevatti	Deferida
3	36	Fabiane Somera	Deferida
4	164	Geneci Rodrigues Da Silva Werlang	Deferida
5	163	Juliana Brust Cossul	Deferida
6	34	Marcio Buzatta	Deferida
7	29	Marina Luisa Tomazelli	Deferida
8	66	Marivania Severo	Deferida
9	116	Mayara Sturmer Niedermaier	Deferida
10	182	Patricia Siliandra Bauer Kinzel	Deferida
11	43	Rita De Cássia R. H. Colhado	Deferida
12	142	Sheila Carol Zanella Martinazzo	Deferida
13	25	Vanderlei Andreola	Deferida
14	113	Vanuza De Fátima Rodrigues	Deferida

Art. 2º - Por este instrumento ficam indeferidas, por não atenderem as instruções contidas no Edital de Concurso Público nº 005/2018, do Município de Guaraciaba/SC, as seguintes inscrições:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – (MICRO ÁREA 10)

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	119	Debora Da Costa	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	174	Julio Cezar Alves Da Silva	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	24	Keli Maria Pavoni	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
4	178	Vilson De Souza	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – (MICRO ÁREA 14)

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	17	Cleuza Ribeiro Da Rosa	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

AGENTE DE DEFESA CIVIL

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	59	Adilson Dorigon	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	109	Anderson Barth	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	3	Cleiton Jose Benetti	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
4	49	Daniela Alves Righi	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
5	72	Deivane Damasceno Sa	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
6	98	Eduarda Cadore	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
7	21	Eduarda Luiza Biasi	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

8	31	Fabricio Martinazzo	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
9	18	Gisela Regina Lorenzato Gomes	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
10	86	Ines Weber	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
11	85	Janete Romio Biasi	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
12	115	Janne Wilma Batista Nunes	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
13	140	Jardel Aleisson Rohsmann	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
14	2	Josiane De Fatima Kornowski	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
15	183	Juliano Negri Luvizon	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
16	110	Junior Felicete	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
17	171	Maicon Jacoski	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
18	102	Mariane Piroca Marangon	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
19	60	Michela Ramos	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
20	47	Narcisio Mangabeira Pinto	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
21	64	Natália Luana Ferreira Da Silva	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
22	82	Suzana Busnelo	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
23	83	Suzana Busnelo	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
24	5	Vinicius José Vivian	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
25	93	William Matheus Oliveira Ramos	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

ENGENHEIRO CIVIL

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	13	Alexandro Rodrigo Trampusch	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	39	Anderson Kieling	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	154	Andreza Frare	Cancelada pelo candidato
4	155	Andreza Frare	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
5	127	Carolina Gass	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
6	99	Danrley Schenkel Sturm	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
7	96	Eduarda Spironello	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
8	133	Jean Tobias Pizetta Baptistella	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
9	150	Jefferson Grasel	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
10	181	Laura Raissa Dos Santos Borges	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
11	30	Marcelo Zanrosso	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
12	77	Marcos Guidini Bernart	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
13	10	Marina Schons Brusamarello	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
14	135	Mateus Brasilino	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
15	46	Mateus Martins Da Chaga	Cancelada pelo candidato
16	74	Paulo Dionatan Steffenon	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
17	62	Priscila Cristina Henke	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
18	123	Renan Bacchi	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
19	90	Renan Ongaratto	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
20	124	Thais Mara Casagrande	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
21	114	Vinicius Schreiner	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	121	Cristiana Reichert	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	23	Dayana Aparecida Von Dentz	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	12	Eliara Bonamigo	Cancelada pelo candidato
4	15	Elizandra Fontana	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
5	130	Fabio Moacir Martinelli	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

6	38	Francielly Rodrigues De Assis	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
7	111	Gustavo Andrioli	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
8	14	Jaqueline Lazzari	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
9	42	Jovani Magro Da Silva	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
10	122	Lizabete Corá	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
11	50	Marcielly Thiago	Cancelada pelo candidato
12	20	Rosana De Moura Lisot	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
13	53	Sirlei Rubin	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM – ESF

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	103	Adriane Carla Donel	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	6	Aline Ana De Oliveira	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	161	Claudinéia Bariviera	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
4	159	Idiamara Ceni	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
5	28	Jackson De Souza	Cancelada pelo candidato
6	87	Mariza Dos Santos Alves	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
7	26	Merlin Francini Back	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
8	75	Renata Balensiefer	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
9	61	Selci Luzia Benachio	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
10	54	Vandinéia Cordeiro Rodrigues	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
11	100	Vanuza De Fátima Rodrigues	Cancelada pelo candidato
12	35	Walace Dos Santos Nascimento	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

Art. 3º - Os candidatos com inscrição indeferida terão os dias 09 a 14.02.2018 para realizar recurso, pela internet no site: www.ameosc.org.br

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA/SC
EM 08 DE FEVEREIRO DE 2018.
ROQUE LUIZ MENECHINI
Prefeito do Município de Guaraciaba-SC

HOMOLOGAÇÃO DO DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº006/2018

Publicação Nº 1517204

DECRETO Nº 730/2018, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.

HOMOLOGAÇÃO DO DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES (ANTES DOS RECURSOS) DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº. 006/2018 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, Sr. ROQUE LUIZ MENECHINI, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos dispositivos da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com as Leis municipais nº 1.645/01, nº 1.651/02, nº 1.940/06, nº 2764/2014, nº 1890/2006, nº 2489/2012, 1940 e Lei Orgânica do Município e suas atualizações

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o deferimento e indeferimento das inscrições do Processo Seletivo Edital nº 006/2018 da Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC, conforme segue:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – (MICRO ÁREA 24)			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	91	Élia Da Silva Meurer	Deferida
2	39	Hortencia Godoy	Deferida
3	84	Ismael Marcos Faust	Deferida
4	72	Jucilaine Schneider Gerevini	Deferida
5	55	Lucia Rinaldi	Deferida
6	81	Manuela Aparecida Schio	Deferida

7	51	Marinilze Juchen	Deferida
AUXILIAR DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO - ESF			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	95	Cinthia Bertolini	Deferida
2	15	Daiane Mikeli Petry	Deferida
3	47	Eduarda Luiza Biasi	Deferida
4	16	Endiara Bauer	Deferida
5	22	Franciele Cristina Berté	Deferida
6	17	Franciele De Paula Magnaguagno	Deferida
7	90	Gabriela Cristina Zorzzi	Deferida
8	56	Jislaini Vitoria De Almeida	Deferida
9	92	Monike Negri	Deferida
10	62	Sandra Regina Kinzel Neumann	Deferida
ENFERMEIRO			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	13	Alini Amabil Balbinot	Deferida
2	80	Cirlandia Raquel Da Cruz Dalbosco	Deferida
3	68	Claci Chiele Baptistella	Deferida
4	40	Cladiane Dos Santos	Deferida
5	7	Daniela Graczyk	Deferida
6	4	Danielly Ferrari Dos Santos	Deferida
7	2	Deisi Giovana Pasqualon	Deferida
8	75	Diana Fatima De Brazil	Deferida
9	63	Diandra Canei	Deferida
10	85	Édina Zanette De Biasi	Deferida
11	34	Eliamar Baranoski	Deferida
12	35	Elizane Aparecida Dos Santos	Deferida
13	45	Giseli Chiaparin	Deferida
14	94	Gracieli Bragagnolo	Deferida
15	87	Jaqueline Monize Ceconi	Deferida
16	19	Jeniffer Da Silva	Deferida
17	48	Jéssica Cristina Segstater	Deferida
18	74	Jéssica Schaurich	Deferida
19	18	Jonas Kummer	Deferida
20	53	Katiuscia Werlang	Deferida
21	67	Laysa Cristina Dreyer	Deferida
22	69	Lediane Nicloti Ludwig	Deferida
23	3	Lethielle Vanessa Goulart	Deferida
24	9	Leticia Rinaldi	Deferida
25	77	Patricia Barbieri	Deferida
26	71	Raquel Taís Lintener	Deferida
27	8	Tais Carbonara	Deferida
28	58	Taissana Dezanetti	Deferida
29	5	Talita Maria Cadona	Deferida
30	1	Thainá Monção Gasperin	Deferida
31	20	Vanilla Eloa Franceschi	Deferida
TÉCNICO EM ENFERMAGEM - ESF			

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	86	Juliana Brust Cossul	Deferida
2	76	Sandra Baratto	Deferida

Art. 2º - Por este instrumento ficam indeferidas, por não atenderem as instruções contidas no Edital de Processo Seletivo nº 006/2018, do Município de Guaraciaba/SC, as seguintes inscrições:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – (MICRO ÁREA 24)			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	46	Eduarda Luiza Biasi	Cancelada pelo candidato
2	25	Jucilaine Schneider Gerevini	Cancelada pelo candidato
3	88	Juleide Schneider	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
4	10	Magno Teste	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
5	89	Roselaine De Fátima Scain	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
6	49	Rudinei Alves De Siqueira Claro	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
AUXILIAR DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO - ESF			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	32	Carina Micheli Ruedel	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	12	Eduarda Luiza Biasi	Cancelada pelo candidato
3	83	Fabiane Neves Bariviera	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
4	37	Jaíne Devicari	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
5	43	Janete Romio Biasi	Cancelada pelo candidato
6	65	Jessica Mayara Wolfart	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
7	44	Jheini Fernanda Bauer	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
8	26	Jucilaine Schneider Gerevini	Cancelada pelo candidato
9	61	Laila Taisa Fath Thalheimer	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
10	93	Leandro Manoel Pierozan	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
11	78	Mariane Janice Ludwig	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
12	38	Natália Luana Ferreira Da Silva	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
13	28	Raquel Katiane Costa Da Silva	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
14	66	Sidiane Dos Santos Weber	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
15	52	Taise Stuari Lebens	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
16	54	Welinton Gustavo Borges Pinheiro	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
17	82	Wellington Silva Da Silva	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
ENFERMEIRO			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	60	Adriane Girelli Berwanger	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	70	Aline Barbian	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	42	Ana Paula Bianchi	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
4	57	Bruna Anzolin	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
5	11	Carine Berwig	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
6	36	Carla Regina Basso	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
7	33	Cecília Rauta	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
8	14	Debora Calza	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
9	27	Douglas Dill	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
10	30	Joyce Barbosa Welter	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
11	29	Juliana Wiebling	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
12	6	Karine Vicari	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
13	73	Maurício Führ	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

14	24	Neide Bortolini	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
15	21	Renata Balensiefer	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
16	31	Thaisi Pacheco	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
TÉCNICO EM ENFERMAGEM - ESF			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	41	Elonice Fatima Tavella	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	79	Elton Alexandre Santos Da Silva	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	23	Fabiane Somera	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
4	64	Mayara Sturmer Niedermaier	Cancelada pelo candidato
5	59	Vanuza De Fátima Rodrigues	Cancelada pelo candidato
6	50	Wallace Dos Santos Nascimento	Indeferida - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

Art. 3º - Os candidatos com inscrição indeferida terão os dias 09 a 14.02.2018 para realizar recurso, pela internet no site: www.ameosc.org.br

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA/SC

EM 08 DE FEVEREIRO DE 2018.

ROQUE LUIZ MENEGHINI

Prefeito do Município de Guaraciaba-SC

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 04.18 FMAS.DOCX

Publicação Nº 1516417

PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2018

PROCESSO Nº 4/2018 HOMOLOGAÇÃO: 08/02/2018

CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DO MUN. DE GUARACIABA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS A SEREM UTILIZADOS NO ALMOÇO DOS JASTI (JOGOS DA TERCEIRA IDADE) FASE MUNICIPAL, ANO 2018 E NA CONFEÇÃO DAS CESTAS A SEREM DISTRIBUIDAS AOS GRUPOS DE IDOSOS DE GUARACIABA PARA REALIZAÇÃO DOS LANCHES DURANTE OS ENCONTROS E AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE HIGIÊNE E LIMPEZA A SEREM UTILIZADOS NO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DOS IDOSOS DE GUARACIABA - SC.

CONTRATADO: MERCADO GABBI LTDA - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.147,60 (quatro mil cento e quarenta e sete reais e sessenta centavos)

CONTRATADO: A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.374,00 (quatro mil trezentos e setenta e quatro reais)

CONTRATADO: SCS COMERCIO LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.901,40 (dois mil novecentos e um reais e quarenta centavos)

CONTRATADO: ROBERTO LUIZ MALDANER 73666254934

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.541,40 (três mil quinhentos e quarenta e um reais e quarenta centavos)

CONTRATADO: ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.460,82 (um mil quatrocentos e sessenta reais e oitenta e dois centavos)

CONTRATADO: ELETROGAS ARPINI LTDA-ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 520,00 (quinhentos e vinte reais)

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 28 E 29.2018.DOCX

Publicação Nº 1517982

PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2018

PROCESSO Nº 28/2018 HOMOLOGAÇÃO: 09/02/2018

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE HORA AULA DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO COM NO MÍNIMO DOIS PROF. DE EDUCAÇÃO FÍSICA, COM BACHARELADO E HABILITADOS NO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA - CREF/SC PARA TRABALHAR COM AS ESCOLINHAS DE FUTSAL FEMININO NO MUNICÍPIO DE GUARACIABA/SC E CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA COM BACHARELADO E HABILITADOS NO CONSELHO REGIONAL EDUCAÇÃO FÍSICA - CREF/SC PARA OFICINA DE FUTSAL FEMININO E MASCULINO NAS COMUNIDADES DE LINHA OURO VERDE E SEDE FLORES.

CONTRATADO: L. W. EVENTOS ESPORTIVOS LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 56.970,00 (cinquenta e seis mil novecentos e setenta reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2018

PROCESSO Nº 29/2018 HOMOLOGAÇÃO: 09/02/2018

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS (JOGO DE PISTÃO, JOGO DE ANÉIS, BRONZINA BIELA, , RETENTORES ENTRE OUTRAS) E MÃO DE OBRA E RETIFICA QUE SERÃO NECESSÁRIAS PARA FAZER O CONserto DO MOTOR E SUSPENSÃO DA STRADA WORKING 1,4 ANO 2013 PLACA MKX 0154, QUE APRESENTOU PROBLEMAS NO FUNCIONAMENTO DO MOTOR.

CONTRATADO: IRMAOS PALU LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 6.850,00 (seis mil oitocentos e cinquenta reais)

HOMOLOGAÇÃO PROCESSOS 09.18 FMS SEQUENCIA 1.DOCX

Publicação Nº 1516420

OUTRAS MODALIDADES Nº 3/2018

PROCESSO Nº 9/2018 HOMOLOGAÇÃO: 08/02/2018

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARACIABA SC

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE INTERESSADOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE RESSONÂNCIA MAGNÉTICA E TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA, CONTRASTE E SEDAÇÃO, E EXAME DE ESOFAGOGASTRODUODENOSCOPIA, DESTINADOS AOS PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARACIABA SC, CONFORME PRESCRIÇÃO MÉDICA, AUTORIZAÇÃO EMITIDA PELA SECRETARIA E E COMPROMISSO EM ANEXO PARA O ANO DE 2018.

CONTRATADO: RAIMED CLINICA DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM MARAVILHA

VALOR DA DESPESA: R\$ 15.312,50 (quinze mil trezentos e doze reais e cinquenta centavos)

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 30.18 REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS.DOC

Publicação Nº 1516452

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº30/2018.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 36/18, Edital de Pregão Presencial Nº 30/18, Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES, PESADOS, ONIBUS, CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS DO MUNICÍPIO; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 26/02/18; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 26/02/18, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 08 de fevereiro de 2018.

Roque Luiz Meneghini,
Prefeito Municipal

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 31.18 REGISTRO DE PREÇOS PARA MÃO DE OBRA SERVIÇOS MECANICOS OBRAS E EDUCAÇÃO.DOC

Publicação Nº 1516980

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº31/2018.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 37/18, Edital de Pregão Presencial Nº 18/18, Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA PRESTAR SERVIÇOS MECANICOS EM ONIBUS E CAMINHÕES DO MUNICÍPIO; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 22/02/18; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 22/02/18, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 08 de fevereiro de 2018.

Roque Luiz Meneghini,
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 01/2018

Publicação Nº 1517993

RESOLUÇÃO Nº 01/2018

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO no uso das suas atribuições legais que lhe confere a Lei nº 994 de 16 de novembro de 1991 e conforme Decreto nº 04/94 que regulamenta seu funcionamento, e tendo em vista o requerimento dos professores da Educação Infantil que solicitam que seja alterada periodicidade da avaliação dos alunos;

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o pedido dos educadores para que as avaliações dos alunos da Educação Infantil sejam realizadas semestralmente, a partir do ano de 2018.

Art. 2º Os educandários devem realizar os procedimentos internos para que seus Regimentos Internos e Plano Político Pedagógico sejam alterados.

Art. 3º Essa resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Guaraciaba/SC, aos 08 de fevereiro de 2018.

Cátia Cilene Heinen Abati
Presidente do CME

Registrada, Publicada, Cumpra-se.

SEGUNDA RETIFICAÇÃO E REABERTURA DE PRAZO PROCESSO 21.2018 EDITAL PREGÃO 16.2018 TRANSPORTE PARA EQUIPES ESPORTIVAS.DOCX

Publicação Nº 1517653

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE GUARACIABA

DEPTO. DE COMPRAS, CONTRATOS E LICITAÇÕES.

Segundo Edital de Reabertura de Prazo Processo Licitatório 21/2018,
Pregão Presencial 16/2018 do Município de Guaraciaba/SC.

1º - Fica retificado o presente edital nos seguintes termos:

No Preâmbulo do Edital onde se lê "Os envelopes de n.º 01 contendo as propostas de preços e de n.º 02, contendo a documentação de habilitação serão recebidos pelo Pregoeiro, no Centro Administrativo Municipal, situado na Rua Ademar de Barros n, nº 85, Centro – Guaraciaba -SC, CEP 89920-000, até às 10:30 horas do dia 07 de fevereiro de 2018, iniciando-se a Sessão Pública às 10:30 horas do dia 07 de fevereiro de 2018."

Leia-se Os envelopes de n.º 01 contendo as propostas de preços e de n.º 02, contendo a documentação de habilitação serão recebidos pelo Pregoeiro, no Centro Administrativo Municipal, situado na Rua Ademar de Barros n, nº 85, Centro – Guaraciaba -SC, CEP 89920-000, até às 10:30 horas do dia 22 de fevereiro de 2018, iniciando-se a Sessão Pública às 10:30 horas do dia 22 de fevereiro de 2018 do mesmo dia e local.

2º - No item 7.1.6 onde se lê: Apresentar Cópia do Certificado de Propriedade e Licenciamento em nome da empresa vencedora, com quitação do seguro obrigatório, veículo este com idade não inferior a 2010, sob pena de desclassificação..

Leia-se: 7.1.6 - Apresentar Declaração assinada pelo Representante Legal da empresa que disporá de veículo na data da viagem, com quitação do seguro obrigatório, veículo este com idade não

inferior a 2010, sob pena de desclassificação.
As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Guaraciaba 07 de fevereiro de 2018.
ROQUE LUIZ MENEGUINI,
Prefeito Municipal

Guaramirim

PREFEITURA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2018 - PMG.

Publicação Nº 1516662

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2018 – PMG
PREGÃO PRESENCIAL Nº 151/2017 – PMG

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE DIVISÓRIAS PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E UNIDADES ESCOLARES.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 151/2017.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Fornecedor: ABC & MÃO DE OBRA E COMÉRCIO DE VIDROS EIRELI ME, com sede na Rua Oswaldo Meuche, nº 840, Sala 04, bairro Salto do Norte, em Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.070-210, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.180.466/0001-96.

Vigência: Início: 02/02/2018 Término: 01/02/2019.

Fornecedor: 3016102 - ABC & MAO DE OBRA E COMERCIO DE VIDROS, CALHAS E ACESSORIOS PARA VIDROS TEMP LTDA					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
01	200	M2	DIVISÓRIA NAVAL, 35MM, PAINEL CEGO, MIOLO COLMEIA, COM FERRAGENS, PERFILADO EM AÇO GALVANIZADO COM PINTURA EPÓXI. GARANTIA DE 2 ANOS (COM MÃO DE OBRA INCLUSA)	60,00	12.000,00
02	15	UN	PORTA NAVAL, 35MM, PAINEL CEGO, MIOLO COLMEIA, COM FERRAGENS, PERFILADO EM AÇO GALVANIZADO COM PINTURA EPÓXI, FECHADURA TUBULAR, GARANTIA DE 2 ANOS (COM MÃO DE OBRA INCLUSA)	230,00	3.450,00
Total				R\$15.450,00	

Guaramirim (SC), 08 de fevereiro de 2018.

LUIZ ANTONIO CHIODINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 15/2015

Publicação Nº 1517297

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO 5º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 015/2015 – PMG
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 059/2014 – PMG

Modalidade: Concorrência.

Objeto: Contratação de empresa para a construção de ponte sobre o Rio Itapocú, localizada no prolongamento da Rua João Ossowski, pertencente ao município de Guaramirim (SC).

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Contratada: Araújo Construções LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 76.599.059/0001-00, estabelecida na Rua Lourenço Zanette, nº 567 B, bairro Santo Antônio, município de Criciúma, estado de Santa Catarina.

Resumo do aditivo: O termo tem como objeto a alteração Cláusula Décima Sexta do Contrato Original em razão da solicitação de prorrogação de prazo.

b) A Cláusula Quinta tem o prazo de execução prorrogado até o dia 30 de setembro de 2018, conforme pedido em parecer técnico (fls. 894).

Data da Assinatura: 05/02/2018 Vigência: 30/09/2018.

Guaramirim (SC), 08 de fevereiro de 2018.

Luiz Antonio Chiodini
Prefeito Municipal

PROCESSO ADMINISTRATIVO 001/2016 P.L. Nº 091/2015

Publicação Nº 1517629

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
DECISÃO ADMINISTRATIVA REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO 91/2015
FORTE ROCHA CONSTRUTORA LTDA CNPJ 20.985.955/0001-52
Processo Administrativo 001/2016 P.L. nº 091/2015

Decisão

Acolho como razão de decidir os fundamentos do Parecer Jurídico nº 490/2016 e rescindo o contrato administrativo nº 091/2015.

[...]

Assim, aplicamos à contratada a pena de multa de R\$55.421,25 (cinquenta e cinco mil quatrocentos e vinte e um reais e vinte e cinco centavos), a ser recolhida no prazo de quinze dias ou descontada de saldo a receber pelo contratado.

[...]

GUARAMIRIM (SC), 30/01/2017
LUIZ ANTÔNIO CHIODINI
PREFEITO MUNICIPAL

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
DECISÃO ADMINISTRATIVA REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO 91/2015
FORTE ROCHA CONSTRUTORA LTDA CNPJ 20.985.955/0001-52
Processo Administrativo 001/2016 P.L. nº 091/2015

Decisão

Trata-se de processo administrativo instaurado para apurar responsabilidade por atraso no cumprimento do objeto do contrato oriundo da licitação em epígrafe.

[...]

Com relação ao saldo a pagar da obra, a fls. 88-94, a contratada apresentou o valor de R\$44.518,93. Manifestando-se a respeito, a fls. 96-96, o fiscal do contrato questionou a realização de alguns itens. Instado a se manifestar a respeito, exercendo seu direito de contraditório e ampla defesa, a fls. 127, a contratada limitou-se a apresentar valor reduzido, qual seja, de R\$40.084,87. De face dessa informação, o fiscal do contrato, a fls. 132-132-v, apurou que, reduzido do montante solicitado pela contratada o valor equivalente à inexecução total ou parcial dos itens apontados a fls. 96-97, o valor devido é de R\$33.877,61. Ressalto que o Município facultou à contratada prazo para produção cautelar de provas antes de reiniciar intervenções na obra, com vistas a evitar futuras interrupções judiciais na sua conclusão, prejudicando ainda mais os alunos da escola.

[...]

Assim, com amparo na lei e no contrato, fundado nos princípios da legalidade, da proporcionalidade, da motivação e de outros afetos, após regular oportunização do contraditório e ampla defesa, aplico à contratada a pena de suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal de Guaramirim pelo prazo de dois anos.

GUARAMIRIM (SC), 12/05/2017
LUIZ ANTÔNIO CHIODINI
PREFEITO MUNICIPAL

Guarujá do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREF 09/2018

Publicação Nº 1516742

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Guarujá do Sul

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 09/2018 - Pregão Presencial Nº. 05/2018

Objeto: Contratação de prestação de serviços para lavagens completa e conserto de pneus para a frota de veículos e máquinas da municipalidade de Guarujá do Sul, Polícia Civil e Polícia Militar do município de Guarujá do Sul.

Propostas e Habilitação: 26/02/2018 (13:15 Documentação - 13:30 Abertura).

Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00 de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal ou informações pelo fone 49 36420122 e site www.guarujadosul.sc.gov.br.

Guarujá do Sul, SC, 08 de fevereiro de 2018.

Adelise de Oliveira,

Prefeita Municipal em Exercício.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREF PL 10/2018

Publicação Nº 1517479

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Guarujá do Sul

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 10/2018 - Pregão Presencial Nº. 06/2018

Objeto: Aquisição de tubos pre moldados de concreto para serem utilizados pela Secretaria Municipal de Transportes e Obras do município de Guarujá do Sul. Propostas e Habilitação: 28/02/2018 (08:15 Documentação - 08:30 Abertura).

Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00 de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal ou informações pelo fone 49 36420122 e site www.guarujadosul.sc.gov.br.

Guarujá do Sul, SC, 08 de fevereiro de 2018.

Adelise de Oliveira,

Prefeita Municipal em Exercício.

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 014_2018

Publicação Nº 1517661

Decreto Administrativo 014/2018.

DECRETA PONTO FACULTATIVO, ADOTA TURNO ÚNICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal em exercício de Guarujá do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas:

DECRETA:

Art. 1º Fica Decretado Ponto Facultativo em todas as repartições públicas municipais, na data de 12/02/2018.

Parágrafo Único. A reposição da jornada de trabalho, da data de 12/02 será na proporção de 01h00min por dia, a partir da data de 15/02/2018.

Art. 2º Adota Turno Único nas repartições públicas municipais, na data de 14/02/2018, sendo que a jornada de trabalho será das 12h00min as 18h00min, para quem tem regime de trabalho de 08h diárias.

Parágrafo único. Para os Servidores com jornada inferior a 08h00min diárias, na data de 14/02/2018, o expediente terá início as 12h00min com término quando completar a sua carga horária normal de trabalho.

Art. 3º O Turno único na data de 14/02/2018 a que se refere o Artigo 2º não se aplica a Creche Municipal, que fará atendimento normal ao público.

Art. 4º O presente Decreto Administrativo entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em, 06 de fevereiro de 2018 - 66º ano da Fundação e 56º ano da Instalação

Adelise de Oliveira

Prefeita Municipal em Exercício

- Certifico que o presente Decreto foi publicado e registrado nesta Secretaria em data supra.

Julio Cesar Della Flora

Secretário de Administração e Fazenda

EXTRATO DE CONTRATO - PREF 12/2018

Publicação Nº 1517013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 12/2018

DISPENSA DE LICITAÇÃO – COMPRA DIRETA Nº. 26/2018

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: IMPACTO SISTEMAS DE INFORMAÇÕES LTDA ME
OBJETO: Contratação de serviço especializado na área de informática, para licença de uso do software Sicas Rural - para gestão do Departamento de Agricultura, bem como serviço de implantação e treinamento no referido sistema.

VALOR TOTAL: R\$ 6.500,00

VIGENCIA: 31/12/2018

Guarujá do Sul, SC, 08 de fevereiro de 2018.

Adelise de Oliveira

Prefeita Municipal em Exercício.

Herval d'Oeste

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2018

Publicação Nº 1517420

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2018

VIGÊNCIA: a presente ATA vigorará até 05 de fevereiro de 2019, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos seis dias do mês de fevereiro de 2018 na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, foram registrados os preços para prestação de serviços de impressão, com o fornecimento de equipamentos, sistema de gerenciamento de impressões efetivamente realizadas, manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, substituição de peças, componentes e materiais utilizados na manutenção, fornecimento de insumos, exceto papel, por demanda pelo período de 12 (doze) meses, conforme descrito no quadro anexo, pelo período de 12 (doze) meses, conforme descrito no relatório anexo, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, inscrita no CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo senhor AMÉRICO LORINI, Prefeito Municipal, inscrito no CPF nº 162.730.799-00 e a empresa LGCR CompServ Componentes e Serviços Ltda., inscrita no CNPJ 02.266.855/0001-94, neste ato representada pelo senhor MARCOS SMIDERLE, procurador, inscrito no CPF nº 016.073.979-94 nº em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2018, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2018, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafo, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo de servidores de cada secretaria requisitante, nos termos da IN CCI Nº 001/2015.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Herval d'Oeste, em 07 de fevereiro de 2018.

AMERICO LORINI MARCOS SMIDERLE

Prefeito Procurador

CPF: 162.730.799-00 CPF: 016.073.979-94

Pelo Município Pela Empresa

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia Neusa Aparecida Campos

CPF: 687.857.399-87 CPF: 739.392.009-30

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2018

ANEXO ÚNICO

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade Estimada	Valor unitário	Valor total
01	Serviço de impressão, com o fornecimento de equipamentos em comodato, sistema de gerenciamento de impressões efetivamente realizadas, manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, substituição de peças, componentes e materiais utilizados na manutenção, fornecimento de insumos, exceto papel. Especificações mínimas dos equipamentos: Fotocopiadora com tecnologia de impressão eletrofotográfico (laser) com velocidade máxima de no mínimo 32 ppm (páginas por minuto) monocromática; sistema de Ampliação / Redução: 400% - 25%; Sistema de Digitalização color e Monocromática, com velocidade de digitalização de aproximadamente 2 segundos por página; Fax com Velocidade do modem de aproximadamente 2 segundos (por página) sem necessidade de uso de computador.	BROTHER	CÓPIA	1.200.000	0,04	48.000,00

Herval d'Oeste, em 07 de fevereiro de 2018.

AMERICO LORINI MARCOS SMIDERLE

Prefeito Procurador

CPF: 162.730.799-00 CPF: 016.073.979-94

Pelo Município Pela Empresa

**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2017 -
REPUBLICADO**

Publicação Nº 1517732

Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0111/2017 - REPUBLICADO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2017

UNIDADE GESTORA: Prefeitura Municipal
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

OBJETO

Contratação de empresa(s) especializada(s) em engenharia sanitária, para a prestação de serviços de coleta regular e destinação final de resíduos sólidos domiciliares e comerciais urbanos, Coleta e destinação final de resíduos dos serviços de saúde e disposição final (litros) de estabelecimentos públicos e Coleta seletiva, transporte de materiais recicláveis e reutilizáveis, disposição final com responsabilidade pelos rejeitos.

ENTREGA DOS ENVELOPES

Até às 14:00 horas do dia 15/03/2018.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA

Prefeitura Municipal situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Sessões.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e demais legislação vigente e pertinente a matéria

O Edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ou no site www.hervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional. Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 08 de fevereiro de 2018.

AMÉRICO LORINI

PREFEITO MUNICIPAL

INEXIGIBILIDADE Nº 004/2018

Publicação Nº 1517425

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2018

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 004/2018

OBJETO

AQUISIÇÃO DE PASSAGENS DESTINADAS A VALE TRANSPORTE AOS ALUNOS DO INTERIOR POR EMPRESA QUE É CONCESSIONÁRIA DO TRANSPORTE COLETIVO INTERMUNICIPAL

CONTRATADO

TRANSPORTES COLETIVOS ZARPELON LTDA.

VALOR UNITÁRIO CONTRATADO

R\$ 13,19 por passagem (ida e volta)

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

CAPUT Artigo 25, da Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, atualizada.

Herval d'Oeste, 07 de fevereiro de 2018.

AMÉRICO LORINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 185/2018

Publicação Nº 1517645

PORTARIA Nº 185/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA O RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir de 07 de fevereiro de 2018, a servidora CLAUDIA MARIA SCHREIDER (MATRÍCULA 2872), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, Nível - 6/2, Referência - C, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 07 de fevereiro de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 186/2018

Publicação Nº 1517647

PORTARIA Nº 186/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER RETORNO, conforme requerimento, a servidora PATRÍCIA DE SORDI (MATRÍCULA 2563), ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, Nível - 7, Referência - B, 20 horas semanais, a qual encontrava-se em licença sem remuneração, prevista no art. 105, §5º da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 07 de fevereiro de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 187/2018

Publicação Nº 1517649

PORTARIA Nº 187/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO E DECLARAR a vacância do cargo ocupado pela servidora PATRÍCIA DE SORDI (MATRÍCULA 2563), a qual exercia as funções inerentes ao cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, Nível - 7, Referência - B, anexo XI da Lei Complementar

nº 316/2013, 20 horas semanais, constante do quadro de pessoal do magistério do poder executivo municipal, a partir de 07 de fevereiro de 2018, de conformidade com o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 281/2011. Sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 07 de fevereiro de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 188/2018

Publicação Nº 1517651

PORTARIA Nº 188/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR SIMONE APARECIDA PEREIRA (MATRÍCULA 4707), a partir de 07 de fevereiro de 2018, aprovada e classificada em 6º (sexto) lugar através do Concurso Público 001/2017, de conformidade com Decreto nº 3.397/2017, de 21 de dezembro de 2017, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível - 3, Referência - A, 40 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, para atuar junto à Secretaria Municipal de Assistência Social. Sendo que seu contrato será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste, assegurada pelo Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 07 de fevereiro de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 189/2018

Publicação Nº 1517655

PORTARIA Nº 189/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

HOMOLOGAR o estágio probatório e DECLARAR estável no serviço público municipal, no cargo de provimento efetivo de ENFERMEIRO, Nível - 12/1, Referência - A, anexo XII da Lei Complementar nº 316/2013, 40 horas semanais, o servidor EDUARDO JANIR DE SOUZA (MATRÍCULA 4054), haja vista ter cumprido o período de três anos de estágio probatório de 06 de janeiro de 2015 a 06 de janeiro de 2018, com interstício de 14 (quatorze) dias, consoante o que determina o Decreto nº 3.277 de 05 de maio de 2014, conforme formulários de avaliação constantes em sua ficha funcional.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 20 de janeiro de 2018.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 07 de fevereiro de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 190/2018

Publicação Nº 1517657

PORTARIA Nº 190/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

HOMOLOGAR o estágio probatório e DECLARAR estável no serviço público municipal, no cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, Nível - 12/1, Referência - A, anexo XII da Lei Complementar nº 316/2013, 30 horas semanais, a servidora MARLI APARECIDA CORONETTI NORA (MATRÍCULA 4049), haja vista ter cumprido o período de três anos de estágio probatório de 06 de janeiro de 2015 a 06 de janeiro de 2018, com interstício de 02 (dois) dias, consoante o que determina o Decreto nº 3.277 de 05 de maio de 2014, conforme formulários de avaliação constantes em sua ficha funcional.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 08 de janeiro de 2018.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 07 de fevereiro de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 191/2018

Publicação Nº 1517658

PORTARIA Nº 191/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

HOMOLOGAR o estágio probatório e DECLARAR estável no serviço público municipal, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS DE SAÚDE, Nível - 12/1, Referência - A, anexo XII da Lei Complementar nº 316/2013, 40 horas semanais, a servidora LUCINARA COSTA (MATRÍCULA 4050), haja vista ter cumprido o período de três anos de estágio probatório de 06 de janeiro de 2015 a 06 de janeiro de 2018, com interstício de 02 (dois) dias, consoante o que determina o Decreto nº 3.277 de 05 de maio de 2014, conforme formulários de avaliação constantes em sua ficha funcional.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 08 de janeiro de 2018.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 07 de fevereiro de 2018.

Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 192/2018

Publicação Nº 1517660

PORTARIA Nº 192/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

HOMOLOGAR o estágio probatório e DECLARAR estável no serviço público municipal, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS DE SAÚDE, Nível - 12/1, Referência - A, anexo XII da Lei Complementar nº 316/2013, 40 horas semanais, a servidora LIANA SEVERINO (MATRÍCULA 4051), haja vista ter cumprido o período de três anos de estágio probatório de 06 de janeiro de 2015 a 06 de janeiro de 2018, com interstício de 01 (um) dia, consoante o que determina o Decreto nº 3.277 de 05 de maio de 2014, conforme formulários de avaliação constantes em sua ficha funcional.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 07 de janeiro de 2018.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 07 de fevereiro de 2018.

Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 193/2018

Publicação Nº 1517663

PORTARIA Nº 193/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

HOMOLOGAR o estágio probatório e DECLARAR estável no serviço público municipal, no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS DE SAÚDE, Nível - 12/1, Referência - A, anexo XII da Lei Complementar nº 316/2013, 40 horas semanais, a servidora GERUSA LUCIAN (MATRÍCULA 4055), haja vista ter cumprido o período de três anos de estágio probatório de 06 de janeiro de 2015 a 06 de janeiro de 2018, com interstício de 06 (seis) dias, consoante o que determina o Decreto nº 3.277 de 05 de maio de 2014, conforme formulários de avaliação constantes em sua ficha funcional.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 12 de janeiro de 2018.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 07 de fevereiro de 2018.

Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 194/2018

Publicação Nº 1517665

PORTARIA Nº 194/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

PRORROGAR OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 893/2018, que contrata em caráter temporário, a senhora MARIULLY FRAGOSO (MATRÍCULA 4654), aprovada em 2º (segundo) lugar no Processo Seletivo nº 003/2017/SMS-HO, para exercer a função de AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL, Nível - 8, Referência - A, Anexo X da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, sendo que a mesma passará a exercer suas funções junto ao ESF Vila Rica, na vaga vinculada a servidora Fernanda Menegassi, a qual encontra-se afastada em licença sem remuneração, enquanto perdurar o afastamento, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de janeiro de 2018.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 07 de fevereiro de 2018.

Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 195/2018

Publicação Nº 1517668

PORTARIA Nº 195/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR GRAZIELE DE OLIVEIRA (MATRÍCULA 4708), a partir de 08 de fevereiro de 2018, aprovada e classificada em 1º (primeiro) lugar através do Concurso Público 001/2017, de conformidade com Decreto nº 3.397/2017, de 21 de dezembro de 2017, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível - 3, Referência - A, 40 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, para atuar junto à Secretaria Municipal de Educação. Sendo que seu contrato será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste, assegurada pelo Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 08 de fevereiro de 2018.

Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 196/2018

Publicação Nº 1517669

PORTARIA Nº 196/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR DEILY CRISTIANE PRUDENCIO LUVISON (MATRÍCULA 4709), a partir de 08 de fevereiro de 2018, aprovada e classificada em 4º (quarto) lugar através do Concurso Público 001/2017, de conformidade com Decreto nº 3.397/2017, de 21 de dezembro de 2017, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível - 3, Referência - A, 40 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, para atuar junto à Secretaria Municipal de Educação. Sendo que seu contrato será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste, assegurada pelo Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 08 de fevereiro de 2018.

Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 197/2018

Publicação Nº 1517670

PORTARIA Nº 197/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR E LOTAR LARISSA BEZERRA FRIO (MATRÍCULA 4710), a partir de 08 de fevereiro de 2018, aprovada e classificada em 2º (segundo) lugar através do Concurso Público 001/2017, de conformidade com Decreto nº 3.397/2017, de 21 de dezembro de 2017, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de PROFESSOR, Nível - 2, Referência - A, 40 horas semanais, turno matutino/vespertino junto ao CMEI Criança Feliz, anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, para atuar junto à Secretaria Municipal de Educação. Sendo que seu contrato será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste, assegurada pelo Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 08 de fevereiro de 2018.

Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 198/2018

Publicação Nº 1517671

PORTARIA Nº 198/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR E LOTAR MARISTELA DA SILVA MATOS (MATRÍCULA 4711), a partir de 08 de fevereiro de 2018, aprovada e classificada em 2º (segundo) lugar através do Concurso Público 001/2017, de conformidade com Decreto nº 3.397/2017, de 21 de dezembro de 2017, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de PROFESSOR, Nível - 6, Referência - A, 40 horas semanais, turno matutino/vespertino no CMEI Criança Feliz, anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, para atuar junto à Secretaria Municipal de Educação. Sendo que seu contrato será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste, assegurada pelo Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 08 de fevereiro de 2018.

Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 199/2018

Publicação Nº 1517672

PORTARIA Nº 199/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR E LOTAR NEUSA DE FÁTIMA GERVASIO (MATRÍCULA 4712), a partir de 08 de fevereiro de 2018, aprovada e classificada em 4º (quarto) lugar através do Concurso Público 001/2017, de conformidade com Decreto nº 3.397/2017, de 21 de dezembro de 2017, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de PROFESSOR, Nível - 6, Referência - A, 40 horas semanais, turno matutino/vespertino no CMEI Tânia Regina Piovesan Bortoluz, anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, para atuar junto à Secretaria Municipal de Educação. Sendo que seu contrato será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste, assegurada pelo Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 08 de fevereiro de 2018.

Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 200/2018

Publicação Nº 1517673

PORTARIA Nº 200/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR E LOTAR SILVANA SCALABRIN (MATRÍCULA 4713), a partir de 08 de fevereiro de 2018, aprovada e classificada em 5º (quinto) lugar através do Concurso Público 001/2017, de conformidade com Decreto nº 3.397/2017, de 21 de dezembro de 2017, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de PROFESSOR, Nível - 2, Referência - A, 40 horas semanais, turno matutino/vespertino no CMEI Tânia Regina Piovesan Bortoluz, anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, para atuar junto à Secretaria Municipal de Educação. Sendo que seu contrato será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste, assegurada pelo Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 08 de fevereiro de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 201/2018

Publicação Nº 1517674

PORTARIA Nº 201/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR E LOTAR PATRÍCIA DE SORDI (MATRÍCULA 4715), a partir de 08 de fevereiro de 2018, aprovada e classificada em 6º (sexto) lugar através do Concurso Público 001/2017, de conformidade com Decreto nº 3.397/2017, de 21 de dezembro de 2017, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de PROFESSOR, Nível - 6, Referência - A, 40 horas semanais, turno matutino/vespertino no CMEI Valdete Souza Nodari, anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, para atuar junto à Secretaria Municipal de Educação. Sendo que seu contrato será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste, assegurada pelo Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 08 de fevereiro de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 202/2018

Publicação Nº 1517676

PORTARIA Nº 202/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a senhora TAIZE CONTE (MATRÍCULA 4718), para exercer a função de PROFESSOR, Nível - 2, Referência - A, anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, 40 horas semanais, turno matutino, junto ao CMEI Tânia Regina Piovesan Bortoluz, em substituição a servidora Francia Talita Cyrino Ramos, a partir de 08 de fevereiro de 2018, enquanto perdurar o afastamento desta servidora, limitado ao término do ano letivo de 2018, classificada em 6º (sexto) no Processo Seletivo de que trata o Edital Nº 004/2017, homologado através do Decreto nº 3.790/2017 de 20 de dezembro de 2017, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 08 de fevereiro de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 203/2018

Publicação Nº 1517679

PORTARIA Nº 203/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a senhora FERNANDA APARECIDA CHINATO (MATRÍCULA 4716), para exercer a função de PROFESSOR, Nível - 2, Referência - A, anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, 40 horas semanais, turno matutino, junto ao CMEI Criança Feliz, em substituição a servidora Adriane Bernardo, a partir de 08 de fevereiro de 2018, enquanto perdurar o afastamento desta servidora, limitado ao término do ano letivo de 2018, classificada em 2º (segundo) no Processo Seletivo de que trata o Edital Nº 004/2017, homologado através do Decreto nº 3.790/2017 de 20 de dezembro de 2017, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 08 de fevereiro de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 204/2018

Publicação Nº 1517681

PORTARIA Nº 204/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a senhora FABIANA PARIZOTTO MOREIRA (MATRÍCULA 4717), para exercer a função de PROFESSOR, Nível - 2, Referência - A, anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, 40 horas semanais, turno vespertino, junto ao CMEI Criança Feliz, em substituição a servidora Jael Maria Ribeiro dos Santos Carletti, a partir de 08 de fevereiro de 2018, enquanto perdurar o afastamento desta servidora, limitado ao término do ano letivo de 2018, classificada em 4º (quarto) no Processo Seletivo de que trata o Edital Nº 004/2017, homologado através do Decreto nº 3.790/2017 de 20 de dezembro de 2017, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 08 de fevereiro de 2018.

Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 205/2018

Publicação Nº 1517682

PORTARIA Nº 205/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a senhora DEVILIN SOARES (MATRÍCULA 4721), para exercer a função de PROFESSOR, Nível - 2, Referência - A, anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, 40 horas semanais, turno vespertino, junto ao CMEI Criança Feliz, em substituição a servidora Rosilene Eleutério Brandalise, a partir de 08 de fevereiro de 2018, enquanto perdurar o afastamento desta servidora, limitado ao término do ano letivo de 2018, classificada em 14º (décimo quarto) no Processo Seletivo de que trata o Edital Nº 004/2017, homologado através do Decreto nº 3.790/2017 de 20 de dezembro de 2017, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 08 de fevereiro de 2018.

Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 206/2018

Publicação Nº 1517683

PORTARIA Nº 206/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a senhora GELISE CIARNOSKI (MATRÍCULA 4719), para exercer a função de PROFESSOR, Nível - 2, Referência - A, anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, 40 horas semanais, turno vespertino, junto ao CMEI Criança Feliz, em substituição a servidora Sirlanda Maria Rodrigues Pasinato, a partir de 08 de fevereiro de 2018, enquanto perdurar o afastamento desta servidora, limitado ao término do ano letivo de 2018, classificada em 14º (décimo quarto) no Processo Seletivo de que trata o Edital Nº 004/2017, homologado através do Decreto nº 3.790/2017 de 20 de dezembro de 2017, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 08 de fevereiro de 2018.

Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 207/2018

Publicação Nº 1517687

PORTARIA Nº 207/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a senhora JULIANA KUDRECK ALVES MEISTERLIN (MATRÍCULA 4720), para exercer a função de PROFESSOR, Nível - 2, Referência - A, anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, 40 horas semanais, turno vespertino, junto ao CMEI Criança Feliz, em substituição a servidora Marilene Tanello Gomes, a partir de 08 de fevereiro de 2018, enquanto perdurar o afastamento desta servidora, limitado ao término do ano letivo de 2018, classificada em 13º (décimo terceiro) no Processo Seletivo de que trata o Edital Nº 004/2017, homologado através do Decreto nº 3.790/2017 de 20 de dezembro de 2017, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 08 de fevereiro de 2018.

Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 208/2018

Publicação Nº 1517688

PORTARIA Nº 208/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a senhora MAIARA ZAMBIAZZI (MATRÍCULA 4724), para exercer a função de PROFESSOR, Nível - 2, Referência - A, anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, 40 horas semanais, turno vespertino, junto ao CMEI Valdete Souza Nodari, em substituição a servidora Fátima Aparecida Pinheiro, a partir de 08 de fevereiro de 2018, enquanto perdurar o afastamento desta servidora, limitado ao término do ano letivo de 2018, classificada em 1º (primeiro) no Processo Seletivo de que trata o Edital Nº 004/2017, homologado através do Decreto nº 3.790/2017 de 20 de dezembro de 2017, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 08 de fevereiro de 2018.

Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 209/2018

Publicação Nº 1517690

PORTARIA Nº 209/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a senhora IARA HOFMANN DOS SANTOS (MATRÍCULA 4722), para exercer a função de PROFESSOR, Nível - 2, Referência - A, anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, 40 horas semanais, turno vespertino, junto ao CMEI Valdete Souza Nodari, em substituição a servidora Eliziane Rodrigues da Silva, a partir de 08 de fevereiro de 2018, enquanto perdurar o afastamento desta servidora, limitado ao término do ano letivo de 2018, classificada em 15º (décimo quinto) no Processo Seletivo de que trata o Edital Nº 004/2017, homologado através do Decreto nº 3.790/2017 de 20 de dezembro de 2017, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 08 de fevereiro de 2018.

Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 210/2018

Publicação Nº 1517694

PORTARIA Nº 210/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a senhora MARILUCI FERREIRA DA SILVA ESPIT (MATRÍCULA 4723), para exercer a função de PROFESSOR, Nível - 2, Referência - A, anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, 40 horas semanais, turno matutino/vespertino, junto ao CMEI Valdete Souza Nodari, a partir de 08 de fevereiro de 2018, enquanto perdurar o afastamento desta servidora, limitado ao término do ano letivo de 2018, classificada na Chamada Pública de que trata o Edital Nº 004/2018/SMECE, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 08 de fevereiro de 2018.

Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 211/2018

Publicação Nº 1517696

PORTARIA Nº 211/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER RETORNO, conforme requerimento, a servidora MARIA ANGELA DE FARIAS SILVA COLLET MOREIRA (MATRÍCULA 3866), ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível - 3, Referência - A, 40 horas semanais, a qual encontrava-se em licença sem remuneração, prevista no art. 105, §5º da Lei Complementar nº 281/2011, para atuar junto ao CMEI Valdete Souza Nodari.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 08 de fevereiro de 2018.

Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 212/2018

Publicação Nº 1517697

PORTARIA Nº 212/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, a servidora MARIFATIMA CASARIN (MATRÍCULA 958), ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS DE SAÚDE, Nível - 8,

Referência - G, 40 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 08 de abril de 2016 e 12 de abril de 2017, para serem usufruídas a partir de 08 de fevereiro de 2018 a 09 de março de 2018, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.
Herval d'Oeste/SC, 08 de fevereiro de 2018.
Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 213/2018

Publicação Nº 1517699

PORTARIA Nº 213/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

HOMOLOGAR o estágio probatório e DECLARAR estável no serviço público municipal, no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, Nível - 6, Referência - A, anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, 40 horas semanais, a servidora ELIANE PAVIANI GAB (MATRÍCULA 4061), haja vista ter cumprido o período de três anos de estágio probatório de 02 de fevereiro de 2015 a 02 de fevereiro de 2018, consoante o que determina o Decreto nº 3.277 de 05 de maio de 2014, conforme formulários de avaliação constantes em sua ficha funcional.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 02 de fevereiro de 2018.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 08 de fevereiro de 2018.
Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 214/2018

Publicação Nº 1517700

PORTARIA Nº 214/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

HOMOLOGAR o estágio probatório e DECLARAR estável no serviço público municipal, no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, Nível - 2, Referência - A, anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, 20 horas semanais, a servidora ADRIANA MARIA DA SILVA XAVIER BERNARDI (MATRÍCULA 4059), haja vista ter cumprido o período de três anos de estágio probatório de 02 de fevereiro de 2015 a 02 de fevereiro de 2018, consoante o que determina o Decreto nº 3.277 de 05 de maio de 2014, conforme formulários de avaliação constantes em sua ficha funcional.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 02 de fevereiro de 2018.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 08 de fevereiro de 2018.
Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 215/2018

Publicação Nº 1517702

PORTARIA Nº 215/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

HOMOLOGAR o estágio probatório e DECLARAR estável no serviço público municipal, no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, Nível - 2, Referência - A, anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, 20 horas semanais, a servidora SILVANA MARIA MUS-SULINE (MATRÍCULA 4060), haja vista ter cumprido o período de três anos de estágio probatório de 02 de fevereiro de 2015 a 05 de fevereiro de 2018, com interstícios de 03 (três) dias, consoante o que determina o Decreto nº 3.277 de 05 de maio de 2014, conforme formulários de avaliação constantes em sua ficha funcional.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 05 de fevereiro de 2018.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 08 de fevereiro de 2018.
Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 216/2018

Publicação Nº 1517704

PORTARIA Nº 216/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR E LOTAR NEDIANE MAIER (MATRÍCULA 4714), a partir de 08 de fevereiro de 2018, aprovada e classificada em 7º (sétimo) lugar através do Concurso Público 001/2017, de conformidade com Decreto nº 3.397/2017, de 21 de dezembro de 2017, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de PROFESSOR, Nível - 2, Referência - A, 40 horas semanais, turno matutino/vespertino no CMEI Valdete Souza Nodari, anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, para atuar junto à Secretaria Municipal de Educação. Sendo que seu contrato será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste, assegurada pelo Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 08 de fevereiro de 2018.
Américo Lorini
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2018

Publicação Nº 1517418

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2018

UNIDADE GESTORA: Fundo Municipal de Saúde
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO

Contratação de empresa especializada na área de saúde, para prestação de serviços médicos psiquiátricos, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, em especial do Centro de Atenção Psicossocial com carga horária de 20 horas semanais

ENTREGA DOS ENVELOPES

Até às 09:00 horas do dia 23/02/2018.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO:

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, e Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006,

O Edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 20,35 (vinte reais e trinta e cinco centavos), ou no site www.hervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional. Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 08 de fevereiro de 2018.

AMÉRICO LORINI

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE AJUSTE Nº 001/2018

Publicação Nº 1517422

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro
CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
GEMELLI, GEMELLI & CIA LTDA.
CNPJ/MF Nº 03.556.616/0001-31
Rua Nereu Ramos, nº 352, Centro.
CONTRATADA

TERMO de ajuste Nº 001/2018 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Américo Lorini, brasileiro, casado, portador do CPF nº 162.730.799-00, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa GEMELLI, GEMELLI & CIA LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 352, – Bairro Centro – Município de Herval d'Oeste - Estado de Santa Catarina inscrita no CNPJ sob nº 03.556.616/0001-31, neste ato representado por sua sócia administradora, Senhora Idilema Gemelli Danieli, brasileira, casada, portadora do CPF nº 710.974.069/20, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo de ajuste a ata de Registro de Preços nº 010A/2017, que tem por objeto o eventual fornecimento de combustíveis para uso nos veículos, máquinas e equipamentos da Frota do município e do Corpo de Bombeiros de Herval d'Oeste pelo período de 12 meses, em decorrência do Processo Licitatório nº 027/2017, na Modalidade de Pregão Presencial nº 016/2017 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira – Do Objeto

O Presente termo tem por objeto a repactuação dos valores contratados para o fornecimento de Combustíveis.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES

Considerando o acordo entre as partes, são repactuados os valores para o fornecimento de combustíveis, conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	VALOR REGIS-TRADO	%	VALOR REAJUS-TADO
01	ÓLEO DIESEL COMUM	Litro	Petrobrás	3,28	+ 6,7 %	3,50
04	GASOLINA ADITIVADA	Litro	Petrobrás	R\$ 3,89	+ 8,23 %	R\$ 4,21

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 65, inciso II, alíneas d da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA QUARTA - Das Disposições Finais

A publicação deste Termo de ajuste não supre a necessidade de emissão de autorização escrita, para o fornecimento dos itens previstos no instrumento contratual.

Todos os demais itens e cláusulas da ARP Nº 010A/2017, que não foram modificados por força deste Termo de Ajuste, permanecem em pleno vigor sendo o presente assinado pelas partes em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 07 de fevereiro de 2018.

AMÉRICO LORINI

IDILEMA GEMELI DANIELI

Prefeito Municipal

Sócia Administradora

CPF: 162.730.799-00

CPF: 710.974.069-20

Testemunhas:

Rubens Antônio Correia

Neusa Aparecida Campos

CPF: 687.857.399-87

CPF: 739.392.009-30

CÂMARA MUNICIPAL**CONTRATO Nº 001/2018**

Publicação Nº 1517025

Contrato Nº 001/2018

Estado de Santa Catarina

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste

EXTRATO CONTRATO Nº 001/2018 DE 05/02/2018

Contratante: Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste

Contratada: Rádio Lider do Vale Ltda.

OBJETO: prestação, pela CONTRATADA, de serviços radiofônicos com frequência modulada (FM) e Amplitude Modulada (AM) e abrangência comprovada no município de Herval d'Oeste, visando à transmissão integral das sessões ordinárias e extraordinárias da Câmara de Vereadores de Herval d'Oeste; a veiculação semanal, às sextas-feiras, de um programa de 15 (quinze) minutos com os vereadores, com 3 (três) chamadas durante o dia na programação normal da emissora e; ainda, 123 (cento e vinte e três) inserções produzidas pela emissora e veiculadas nos dias de realização de sessão na Câmara de Vereadores de Herval d'Oeste.

VALOR R\$ 52.754,70

PRAZO : 11 meses

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro 2018, conforme Lei Orçamentária nº 3230/2017 de 06/12/2017. Herval d'Oeste, em 05 de fevereiro de 2018.

VALDENIR ANTONIO RODRIGUES

Pela Contratante

MAURO ROBERTO VALMORBIDA

Pela Contratada

RESOLUÇÃO Nº 0199/2018

Publicação Nº 1517763

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste

R E S O L U Ç Ã O Nº CM 0199/2018

"NOMEIA Servidor Público da Câmara Municipal de Herval d'Oeste que especifica e dá outras providências"

VALDENIR ANTONIO RODRIGUES, presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeada a partir do dia 01 de fevereiro de 2018, a servidora pública municipal: a servidora GISLAINE MIRANDA, portadora da CI n.º 5.946.376 - SSP/SC, CPF sob N.º 083.533.999-89, que responderá pelo Cargo de Assessor de Imprensa do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste – SC.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste (SC), 01 de fevereiro de 2018.

VALDENIR ANTONIO RODRIGUES

Presidente

Ibicaré

PREFEITURA

DECRETO Nº 009-2018

Publicação Nº 1517710

DECRETO Nº 009 de 01 de fevereiro de 2018.

NOMEIA COMISSÃO CENTRAL ORGANIZADORA – CCO DO EVENTO IBICARÉ RODEIO FEST E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Prefeito de Ibicaré – SC no uso de suas atribuições e, de conformidade com a Lei Orgânica do município em seu Art.96, Inciso IX,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada a Comissão Central Organizadora – CCO, para o evento IBICARÉ RODEIO FEST a ser realizado no período de 16 a 18 de março de 2018, nas dependências do Centro Integrado de Desporto e Lazer, localizado na Linha São José, neste município de Ibicaré/SC, para a deliberação, organização, implementação e desenvolvimento das festividades, com o objetivo de adotar todas as providências necessárias à sua realização, a qual será formada pelos seguintes membros, sob a presidência do primeiro:

- GIANFRANCO VOLPATO
- OLAVO BOESING
- NILSO SCHNEIDER
- MANOEL ALBERTO SILVA
- EVANDRO VOLPATO
- MÁRCIO TORTELLI
- MARCOS NORBERTO RHODEN
- ADRIANO SARTORI

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 01 de fevereiro de 2018.

GIANFRANCO VOLPATO

Prefeito

EDITAL PREGÃO 7 - 2018 COMERCIALIZAÇÃO DE ESPAÇOS FESTA RODEIO FEST

Publicação Nº 1517014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

EDITAL DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2018

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/2018

O MUNICÍPIO DE IBICARÉ (SC), representado neste ato por seu Prefeito, Sr. GIANFRANCO VOLPATO, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICARÉ - SC, torna público que realizará PREGÃO PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO POR LOTE nos termos da Lei Federal nº 10.520/02, da Lei Complementar nº 123/06, do Decreto Municipal nº 08/2006, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como de acordo com as condições estabelecidas neste edital.

Os documentos para credenciamento das empresas, os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos pelo pregoeiro no Setor de Compras e Licitações do Município de Ibicaré - SC, à Rua Dom Pedro II, 133, centro, Ibicaré, SC, até o horário estipulado abaixo, para o início da sessão pública de processamento do pregão.

Os envelopes poderão ser remetidos em correspondência registrada, por sedex e/ou despachados por intermédio de empresas que prestam este tipo de serviço, hipóteses em que o Município não se responsabilizará por extravio ou atraso.

A sessão de processamento do pregão será realizada no endereço acima mencionado, iniciando-se no dia 23 de Fevereiro de 2018, às 09h00min, e será conduzida pelo Pregoeiro ou seu substituto, com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

OBJETO: Exploração de espaços para comercialização de alimentação, e souvenirs relacionados a rodeio, ao público em geral, de 16 a 18 de março, nas dependências do Centro de Eventos, localizado na SC 465, no Município de Ibicaré – SC, durante a realização do Rodeio Fest 2018.

OBTENÇÃO DO EDITAL: Edital completo no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal através do E-mail: licitacao@ibicare.sc.gov.br, site: www.ibicare.sc.gov.br, FONE : 049-3538-0222.

Ibicaré – SC, 08 de fevereiro de 2018

Gianfranco Volpato

Prefeito

EDITAL PREGÃO 8 - 2018 MONTAGEM DA ESTRUTURA FEIRA INDUSTRIA E COMERCIO

Publicação Nº 1517159

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

EDITAL DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2018

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2018

O MUNICÍPIO DE IBICARÉ (SC), representado neste ato por seu Prefeito, Sr. GIANFRANCO VOLPATO, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICARÉ - SC, torna público que realizará PREGÃO PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO POR LOTE nos termos da Lei Federal nº 10.520/02, da Lei Complementar nº 123/06, do Decreto Municipal nº 08/2006, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como de acordo com as condições estabelecidas neste edital.

Os documentos para credenciamento das empresas, os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos pelo pregoeiro no Setor de Compras e Licitações do Município de Ibicaré - SC, à Rua Dom Pedro II, 133, centro, Ibicaré, SC, até o horário estipulado abaixo, para o início da sessão pública de processamento do pregão.

Os envelopes poderão ser remetidos em correspondência registrada, por sedex e/ou despachados por intermédio de empresas que prestam este tipo de serviço, hipóteses em que o Município não se responsabilizará por extravio ou atraso.

A sessão de processamento do pregão será realizada no endereço acima mencionado, iniciando-se no dia 23 de Fevereiro de 2018, às 14h00min, e será conduzida pelo Pregoeiro ou seu substituto, com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

OBJETO: Contratação de empresa especializada em organização, realização de feiras, objetivando a comercialização de espaços expositivos da Feira de Industria e Comércio de Ibicaré-SC 2018, de acordo com as especificações constantes no Anexo II (Termo de Referência) e demais dispositivos constantes no presente edital.

OBTENÇÃO DO EDITAL: Edital completo no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal através do E-mail: licitacao@ibicare.sc.gov.br,

site: www.ibicare.sc.gov.br, FONE : 049-3538-0222.

Ibicaré – SC, 08 de fevereiro de 2018

Gianfranco Volpato

Prefeito

EDITAL PREGÃO 9 - 2018 CONTRATAÇÃO DE SEGURANÇAS BANHEIROS LIMPEZA E ESTACINAMENTO

Publicação Nº 1517544

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE IBICARÉ

EDITAL DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2018

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2018

O MUNICÍPIO DE IBICARÉ (SC), representado neste ato por seu Prefeito, Sr. GIANFRANCO VOLPATO, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICARÉ - SC, torna público que realizará PREGÃO PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO POR LOTE nos termos da Lei Federal nº 10.520/02, da Lei Complementar nº 123/06, do Decreto Municipal nº 08/2006, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como de acordo com as condições estabelecidas neste edital.

Os documentos para credenciamento das empresas, os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos pelo pregoeiro no Setor de Compras e Licitações do Município de Ibicaré - SC, à Rua Dom Pedro II, 133, centro, Ibicaré, SC, até o horário estipulado abaixo, para o início da sessão pública de processamento do pregão.

Os envelopes poderão ser remetidos em correspondência registrada, por sedex e/ou despachados por intermédio de empresas que prestam este tipo de serviço, hipóteses em que o Município não se responsabilizará por extravio ou atraso.

A sessão de processamento do pregão será realizada no endereço acima mencionado, iniciando-se no dia 23 de Fevereiro de 2018, às 15h30min, e será conduzida pelo Pregoeiro ou seu substituto, com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação serviços de limpeza, segurança desarmada, serviço de organização de veículos (estacionamento) e locação de sanitários portáteis, junto ao Centro de Eventos de Ibicaré-SC, as margens da SC 465, por ocasião do Rodeio Fest 2018.

OBTENÇÃO DO EDITAL: Edital completo no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal através do E-mail: licitacao@ibicare.sc.gov.br, site: www.ibicare.sc.gov.br, FONE : 049-3538-0222.

Ibicaré – SC, 08 de fevereiro de 2018

Gianfranco Volpato

Prefeito

Ibirama

PREFEITURA

CONTRATO Nº: 07/2018 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAMA

Publicação Nº 1517570

MUNICIPIO DE IBIRAMA.

Contrato nº: 07/2018

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAMA

Contratada: FUNDAÇÃO OSNY JOSE GONCALVES TELEVISAO BELA ALIANCA.

Valor estimado: 35.000,00 (trinta e cinco mil reais)

Valor unitário por inserção: 300,00 (trezentos reais)

Vigência: Início 08/02/2018 Término: 31/12/2018

Licitação: Inexigibilidade nº 19/2018.

Recursos: Dotação: 04.001.2078.3339000000000000.(57). 01000000 – Manutenção do Setor de Imprensa e Publicidade.

Objeto: Credenciamento de empresa de imprensa televisiva, com abrangência no mínimo no município de Ibirama, para transmissão de programa institucional do município de Ibirama (Prefeitura Municipal e Fundo Municipal de Saúde), com inserções de 30 (trinta) segundos, abordando temas do poder executivo através de vídeos institucionais.

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 18/2018

Publicação Nº 1516910

MUNICÍPIO DE IBIRAMA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 18/2018

Objeto: Registro de Preços para eventuais execuções parceladas de serviços especializados destinados para manutenção/recuperação de pavimentação asfáltica (tapa buracos) em ruas deste município, na forma da Lei 10.520/2002.

Abertura: 23 de fevereiro de 2018, às 09:15 h - Departamento de compras e Licitações - Prefeitura Municipal de Ibirama.

Recebimento envelopes: Até 09:00 h do mesmo dia 23/02/18.

Informações: (47) 3357 8523 - www.ibirama.sc.gov.br, compras@ibirama.sc.gov.br ou na Prefeitura Municipal, no horário comercial. Ibirama, 08 de fevereiro de 2018.

Adriano Poffo – Prefeito Municipal

Ilhota

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PRG 001 - 2018 ILHOTAPREV - SERVIÇOS DE CONTABILIDADE PÚBLICA.

Publicação Nº 1516412

PROCESSO Nº. 001/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2018 – ILHOTAPREV INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ILHOTA	
SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TIPO	MENOR PREÇO - TOTAL POR ITEM
OBJETO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTABILIDADE PÚBLICA, COM PROFISSIONAL INSCRITO NO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE, PARA RESPONDER TECNICAMENTE PELA CONTABILIDADE DO ILHOTAPREV, conforme Anexo I do Edital.
ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 23/02/2018 às 09:00 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.	
ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 23/02/2018 às 09:30 horas, após o credenciamento dos representantes.	
REGIMENTO: Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto nº 3.555/2000 e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.	
MAIORES INFORMAÇÕES: O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site www.ilhota.sc.gov.br e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: licitacao3@ilhota.sc.gov.br - Telefone: (0xx47) 3343-8800 – 3343-8626 Horário de Expediente da Prefeitura: Das 08h às 12h e das 13:00h às 17:00h.	

JOÃO ROBERTO VIEIRA
DIRETOR PRESIDENTE DO ILHOTAPREV

Ilhota, 08 de fevereiro de 2018.

CADASTRO DE FORNECEDORES 01/2018

Publicação Nº 1516868

REGISTRO CADASTRAL

Estamos efetuando a atualização de Registro Cadastral de Fornecedor, conforme estabelece o artigo 34, § 1º da lei nº 8.666/93.

Solicitamos a gentileza de nos providenciarem os documentos abaixo relacionados:

- ü Certidão Conjunta de Débitos Relativos aos Tributos Federais e Dívida Ativa da União
- ü Certidão Negativa junto ao FGTS
- ü Certidão Negativa Municipal
- ü Certidão Negativa Estadual
- ü Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas
- ü Contrato Social e suas alterações ou Consolidado.
- ü Declaração de existência de conta bancária em nome da empresa contendo, banco, agência e nº da conta corrente.

Por exigência legal, os fornecedores deverão manter as Certidões acima relacionadas, atualizadas, para que a PREFEITURA

MUNICIPAL DE ILHOTA e seus Fundos possam adquirir materiais e/ou contratar serviços.

A documentação solicitada pode ser enviada para o seguinte endereço eletrônico: licitacao3@ilhota.sc.gov.br.

O Departamento de Compras e licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA se coloca a inteira disposição para quaisquer dúvidas, em loco ou pelo fone - 47- 33438826.

DECRETO 186/2018

Publicação Nº 1516688

DECRETO Nº 186, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2018.

"Nomeia membros do Conselho Municipal de Saúde e dá outras providências".

O Prefeito de Ilhota/SC, Sr. Erico de Oliveira, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no inciso IV do artigo 72 da Lei Orgânica do Município e no artigo 5º da Lei 763/97, DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros para compor o Conselho Municipal de Saúde:

Representante do Governo Municipal:

Titular: Diogo Werner;

Suplente: José Carlos Macedo.

Representantes dos Prestadores de Serviço:

Titular: Gerson Clasen;

Suplente: Elizabete Nunes.

Representantes dos Profissionais de Saúde:

1º Titular: Milena Proença Lima; 1º Suplente: Maria Aparecida Maes Mabba Quintino

2º Titular: Fernanda Aragona da Costa; 2º Suplente: Jaqueline Aparecida Ferretti.

3º Titular: Eliane Batista Simon; 3º Suplente: Viviane Soraia de Oliveira.

Representantes dos Usuários:

1º Titular: Hélia Maria Batista; 1º Suplente: Silvana Simon.

2º Titular: Fabiana Kozowski; 2º Suplente: Jailson Volnei dos Santos.

3º Titular: Angela Maria Ferretti; 3º Suplente: Augusto Ferretti.

4º Titular: Albertina Domingos Thomé; 4º Suplente: Gentil Inacio.

Art. 2º Revoga-se, em seu inteiro teor, o Decreto 39/2017.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ilhota, 8 de fevereiro de 2018.

ERICO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

DECRETO 187/2018

Publicação Nº 1517022

DECRETO Nº 187, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2018.

"Autoriza o ilhotaprev a utilizar a diretoria geral de compras e licitações do município".

O Prefeito de Ilhota/SC, Sr. Erico de Oliveira, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no inciso IV do artigo 72 da Lei Orgânica do Município e considerando a falta de estrutura técnica e pessoal do ILHOTAPREV, DECRETA:

Art. 1º Fica o Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Ilhota – ILHOTAPREV – autorizado a utilizar a estrutura pessoal e administrativa da Diretoria Geral de Compras e Licitações do Município para realizar suas licitações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ilhota, 8 de fevereiro de 2018.

ERICO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº1904/2018

Publicação Nº 1516454

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA**
ESTADO DE SANTA CATARINA**LEI ORDINÁRIA Nº 1904 /2018**

DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO QUADRO DE CARGOS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, ESTABELECE O PLANO DE CARREIRA DOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE ILHOTA/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ERICO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ilhota/SC, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, faço saber que a Câmara Municipal de Ilhota aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte **Lei**:

TÍTULO I**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º. Esta Lei dispõe sobre a reestruturação do Quadro de Cargos e salários, define suas atribuições e fixa os respectivos vencimentos, bem como estabelece o Plano de Carreira dos Servidores Públicos da Câmara Municipal de Ilhota/SC.

CAPÍTULO I**DOS OBJETIVOS**

Art. 2º. O Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Câmara Municipal de Ilhota tem como objetivos:

I - a eficácia no serviço público em atendimento à comunidade;

Rua: Dr Leoberto Leal, 160 • Centro • CEP: 88.320-000 • Telefone: (47) 3343-8800 • www.ilhota.sc.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA
ESTADO DE SANTA CATARINA

II- aprimoramento dos serviços oferecidos aos cidadãos;

III- a valorização e a profissionalização dos servidores municipais.

CAPÍTULO II
DOS CONCEITOS

Art. 3º. Para os efeitos desta Lei, considera-se:

- I - **PLANO DE CARREIRA:** o conjunto de diretrizes e normas que estabelecem a estrutura e procedimentos de cargos, remuneração e desenvolvimento dos profissionais do quadro dos Servidores municipais;
- II - **CARREIRA:** o agrupamento de cargos integrantes do Plano de Cargos e Remuneração, observadas a natureza, a complexidade das atribuições e a habilitação profissional;
- III - **CARGO:** o conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades cometidas ao Servidor, previstas no plano de carreira e remuneração, de acordo com a área de atuação e qualificação profissional;
- IV - **CATEGORIA FUNCIONAL:** o conjunto de cargos reunidos em segmentos distintos, de acordo com a área de atuação e qualificação profissional;
- V - **VENCIMENTO:** a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em Lei;
- VI - **REMUNERAÇÃO:** o vencimento do cargo de carreira, acrescido das vantagens pecuniárias, permanentes ou temporárias, estabelecidas em Lei;

Rua: Dr Leoberto Leal, 160 • Centro • CEP: 88.320-000 • Telefone: (47) 3343-8800 • www.ilhota.sc.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA
ESTADO DE SANTA CATARINA

VII - QUADRO GERAL DE SERVIDORES MUNICIPAIS: o conjunto de cargos reunidos segundo formação, qualificação, atribuições, grau de complexidade e responsabilidade;

VIII - NÍVEL: a graduação vertical ascendente, prevista para cada cargo;

IX - CLASSE: a graduação horizontal ascendente, existente em cada nível;

X - PROGRESSÃO FUNCIONAL: o deslocamento do servidor nos níveis e classes do seu cargo;

XI - ENQUADRAMENTO: a atribuição de novo cargo, grupo, nível e classe do Servidor levando-se em consideração o cargo atualmente ocupado e a implantação desta Lei.

TÍTULO II
DO QUADRO DE PESSOAL

Art. 4º. Os cargos enquadram-se nos seguintes grupos:

- I - de provimento efetivo;
- II - de provimento em comissão.

CAPÍTULO I
DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

Art. 5º. Os cargos de provimento efetivo serão providos exclusivamente por nomeação, com prévia aprovação em concurso público de provas, ou de provas e títulos.

Rua: Dr Leoberto Leal, 160 • Centro • CEP: 88.320-000 • Telefone: (47) 3343-8800 • www.ilhota.sc.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA
ESTADO DE SANTA CATARINA

CAPÍTULO II
DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Art. 6º. Os cargos de provimento em comissão são de livre nomeação e exoneração e destinam-se a atender funções de confiança, enquadradas como de direção, chefia ou assessoramento.

CAPÍTULO III
DA CARACTERIZAÇÃO, ATRIBUIÇÕES, REQUISITOS E PROVIMENTO DOS CARGOS

Art. 7º. O Plano de Carreira e Remuneração do Quadro Geral dos Servidores compreende:

- I - ANEXO I - DESCRIÇÃO DE CARGO;
- II - ANEXO II - CARGOS EM COMISSÃO - GRUPO: DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR – DAS;
- III – ANEXO III - FUNÇÃO GRATIFICADA – FG;
- IV - ANEXO IV - TABELA DE VENCIMENTOS E PROGRESSÃO FUNCIONAL.
- V- ANEXO V – ORGANOGRAMA

CAPÍTULO IV
DAS PROGRESSÕES
Seção I
DA PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL

Art. 8º. A progressão horizontal dos servidores do QUADRO DE SERVIDORES ocorrerá, após o cumprimento do estágio probatório, em cada nível, nas classes 01 a 35, observado

Rua: Dr Leoberto Leal, 160 • Centro • CEP: 88.320-000 • Telefone: (47) 3343-8800 • www.ilhota.sc.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA
ESTADO DE SANTA CATARINA

o disposto em Regulamento:

- I - pela progressão por desempenho;
- II - pela progressão por cursos de aperfeiçoamento ou capacitação.

§1º. A variação do vencimento de uma classe para outra será de 1% (um por cento), em relação à classe anterior.

§2º. A progressão horizontal por curso de aperfeiçoamento ocorrerá de forma alternada com a progressão por desempenho.

Art. 9º. O Servidor do QUADRO DE SERVIDORES fará jus à progressão por curso de aperfeiçoamento ou capacitação ao apresentar, a cada dois anos, no mínimo 80 (oitenta) horas/aula de Curso na área de atuação ou formação profissional.

Parágrafo único. Os cursos de aperfeiçoamento ou capacitação serão viabilizados ou autorizados pela Mesa Diretora da Câmara Municipal.

Art. 10. A avaliação de desempenho do servidor do QUADRO DE SERVIDORES deve medir o seu desempenho no cumprimento das suas atribuições, levando em consideração os seguintes critérios:

- I - Responsabilidade;
- II - Experiência e dedicação ao serviço;
- III - Disciplina;
- IV - Assiduidade e pontualidade;
- V - Habilidades pessoais;
- VI - Outros previstos em Regulamento.

Art. 11. A promoção através do desempenho será realizada a cada 2 (dois) anos

Rua: Dr Leoberto Leal, 160 • Centro • CEP: 88.320-000 • Telefone: (47) 3343-8800 • www.ilhota.sc.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA
ESTADO DE SANTA CATARINA

ocorrendo de forma horizontal, de uma referência para a outra imediatamente superior, alternada com a promoção por capacitação.

Art. 12. O Servidor será submetido no mínimo, a uma avaliação anual que será efetuada através de preenchimento de formulário específico, levando-se em consideração os critérios estabelecidos no artigo 10 desta Lei.

Art. 13. O Sistema de Avaliação de Desempenho Funcional, bem como a nomeação da comissão de avaliação de desempenho funcional, será implantado por ato da Mesa Diretora da Câmara.

Parágrafo único. Cabe a comissão de avaliação aplicar os critérios de avaliação do servidor com a ciência do mesmo, que servirá para progressão ou não do servidor.

Art. 14. O Servidor que não alcançar, na avaliação, os índices ou percentuais mínimos estabelecidos, deverá participar de todas as instruções e cursos de capacitação específicos, promovidos pela Câmara para melhoria do desempenho, sem prejuízo do cumprimento de suas obrigações funcionais.

Seção II
DA PROGRESSÃO FUNCIONAL VERTICAL

Art. 15. O servidor poderá progredir na carreira, automaticamente, mediante comprovação de conclusão de novo curso de habilitação oficial ou reconhecido, na forma do disposto em Regulamento.

Art. 16. A progressão funcional vertical é independente da conclusão do estágio probatório, e abrangerá os níveis I a IV, compreendendo:

Rua: Dr Leoberto Leal, 160 • Centro • CEP: 88.320-000 • Telefone: (47) 3343-8800 • www.ilhota.sc.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA
ESTADO DE SANTA CATARINA

- I - Para os cargos que exigem qualificação de nível médio;
- a) Nível I - Ensino Médio
 - b) Nível II - Nível Superior
 - c) Nível III - Especialização
 - d) Nível IV – Mestrado
- II - Para os cargos que exigem qualificação de nível fundamental:
- a) Nível I - Ensino Fundamental
 - b) Nível II - Ensino Médio
 - c) Nível III - Nível Superior
 - d) Nível IV – Especialização

Parágrafo único. O Anexo IV dispõe sobre a variação do vencimento de um nível para o outro.

CAPÍTULO V
DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS

Art. 17. A Câmara Municipal poderá conceder Gratificação de Função, destinada a remunerar servidor efetivo, designado para desempenhar função ou outros encargos de especial responsabilidade e maior complexidade técnica ou administrativa, que não justifiquem a criação de cargos, a ser concedida e livremente destituível por ato da Mesa Diretora.

TÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 18. As despesas desta Lei correrão por conta das dotações do orçamento vigente.

Art. 19. Fica instituído o organograma da Câmara Municipal de Ilhota na forma do Anexo

Rua: Dr Leoberto Leal, 160 • Centro • CEP: 88.320-000 • Telefone: (47) 3343-8800 • www.ilhota.sc.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA
ESTADO DE SANTA CATARINA

V desta Lei.

Art. 20. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 21. As Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 1785/2014.

Ilhota, 06 de fevereiro de 2018.

Erico de Oliveira

Prefeito Municipal

Rua: Dr Leoberto Leal, 160 • Centro • CEP: 88.320-000 • Telefone: (47) 3343-8800 • www.ilhota.sc.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA
ESTADO DE SANTA CATARINA

ANEXO I
DESCRIÇÃO DE CARGO

CATEGORIA FUNCIONAL: ASSESSOR JURÍDICO

GRUPO PROFISSIONAL: Direção e Assessoramento Superior

SIGLA: DAS

PROVIMENTO: Cargo em comissão

NÍVEL: DAS - 3

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 40 (quarenta).

QUANTIDADE: 01

VENCIMENTO: R\$ 4.500,00 (Quatro mil e quinhentos reais).

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Assessorar e representar juridicamente a Câmara de Vereadores, e representá-la em juízo ou fora dele, em assuntos ou ações judiciais em que for parte ou interessada, para assegurar os direitos pertinentes ou defender seus interesses.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- * Apurar ou completar informações levantadas, acompanhando o processo em todas as suas fases e representando a parte que é mandatária em juízo, para obter os elementos necessários à defesa ou acusação;
- * Assessorar juridicamente a Presidência da Câmara de Vereadores, a Mesa Diretora, as Comissões Permanentes e Temporárias, e Vereadores;
- * Atender às consultas de matéria legislativa que lhe foram encaminhadas pelos Vereadores, emitindo parecer, quando for o caso;
- * Auxiliar a Assessoria Técnica Legislativa;
- * Elaborar minutas de Projetos de Leis, Decretos Legislativos, Portarias, Resoluções e atos a serem baixados pelo Presidente, Mesa Diretora, ou Comissão Executiva;
- * Estudar ou examinar documentos jurídicos e de outra natureza, analisando seu conteúdo, com base nos códigos, leis, jurisprudências e outros documentos, para emitir

Rua: Dr Leoberto Leal, 160 • Centro • CEP: 88.320-000 • Telefone: (47) 3343-8800 • www.ilhota.sc.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA
ESTADO DE SANTA CATARINA

pareceres fundamentados na legislação vigente;

* Examinar o texto de projetos de leis e vetos que são encaminhados à Câmara de Vereadores, bem como as propostas apresentadas pelo Poder Legislativo, elaborando pareceres, quando for o caso, para garantir o cumprimento dos preceitos legais e regimentais vigentes;

* Manter controle das ações em juízo distribuídas à Assessoria Jurídica;

* Manter registro das ações cujos procuradores sejam alheios aos quadros da Câmara, de modo a possibilitar ao Presidente e aos Vereadores as posições destas ações judiciais;

* Orientar a Mesa Diretora das atitudes a serem tomadas, quando assim exigirem as normas vigentes.

* Prestar assessoramento jurídico à elaboração de contratos, leis, decretos legislativos, resoluções, emendas, proposições em geral, e editais, no exercício de suas prerrogativas;

* Prestar assistência aos setores administrativos em assuntos de natureza jurídica, elaborando e/ou emitindo pareceres nos processos administrativos, como licitações, contratos, distratos, convênios, consórcios, questões trabalhistas ligadas à administração de recursos humanos etc, visando assegurar o cumprimento de leis e regulamentos;

* Propor a aquisição de livros jurídicos;

* Redigir correspondências sujeitas a qualquer aspecto jurídico legal;

* Redigir documentos jurídicos, pronunciamentos, minutas e informações sobre questões de natureza administrativa, fiscal, civil, comercial, trabalhista, penal e outras, aplicando a legislação em questão, para utilizá-los na defesa da Câmara de Vereadores;

* Representar a Câmara de Vereadores em juízo ou fora dele, acompanhando o processo, redigindo e assinando petições, para defender os interesses da Câmara de Vereadores;

* Supervisionar a manutenção atualizada da legislação relacionada com as atividades das Assessoria Jurídica e Técnica Legislativa;

* Tomar a iniciativa de estudos, objetivando a modernização, o aperfeiçoamento e a

Rua: Dr Leoberto Leal, 160 • Centro • CEP: 88.320-000 • Telefone: (47) 3343-8800 • www.ilhota.sc.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA
ESTADO DE SANTA CATARINA

reorganização do sistema legislativo;

*Executar outras tarefas correlatas;

QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: Ter mais de 18 anos de idade, e estar devidamente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Santa Catarina.

FORMA DE RECRUTAMENTO: Livre nomeação e exoneração por parte da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Ilhota.

Rua: Dr Leoberto Leal, 160 • Centro • CEP: 88.320-000 • Telefone: (47) 3343-8800 • www.ilhota.sc.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA
ESTADO DE SANTA CATARINA

ANEXO I
DESCRIÇÃO DE CARGO

CATEGORIA FUNCIONAL: ASSESSOR TÉCNICO LEGISLATIVO

GRUPO PROFISSIONAL: Direção e Assessoramento Superior

SIGLA: DAS

PROVIMENTO: Cargo em comissão

NÍVEL: DAS - 2

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 40 (quarenta).

QUANTIDADE: 01

VENCIMENTO: R\$ 3.500,00 (Três mil e quinhentos reais).

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Assessorar os trabalhos legislativos ligados diretamente ao processo legislativo, atuando de forma direta nos trabalhos das Comissões Legislativas da Câmara de Vereadores. Executar serviços de natureza complexa na Secretaria Administrativa da Câmara de Vereadores, para atender rotinas regimentais de gerenciamento, controle e registros do processo legislativo.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- * Anotar no controle de tramitação dos processos as deliberações plenárias;
- * Atender ao expediente normal da Câmara de Vereadores, efetuando a abertura, o recebimento e o encaminhamento, registro, distribuição de projetos e proposições em geral, além das correspondências interna e externa;
- * Certificar a autenticidade de cópias de documentos e outros existentes na Câmara de Vereadores;
- * Controlar o andamento dos processos até sua fase final de tramitação;
- * Controlar os prazos de projetos enviados à sanção do Prefeito e vetos recebidos do Executivo;
- * Cuidar do assentamento individual dos servidores da Câmara de Vereadores

Rua: Dr Leoberto Leal, 160 • Centro • CEP: 88.320-000 • Telefone: (47) 3343-8800 • www.ilhota.sc.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA
ESTADO DE SANTA CATARINA

arquivando os prontuários existentes;

- * Cumprir e fazer cumprir as determinações superiores;
- * Dar, no recinto da Secretaria vista dos processos mediante autorização superior;
- * Encaminhar à Mesa Diretora dos trabalhos os expedientes a serem lidos em Plenário;
- * Estudar as questões relativas a direitos, vantagens, deveres e responsabilidades do pessoal e dar parecer a respeito;
- * Examinar a exatidão de documento, conferindo, efetuando registros, manuais e eletrônicos, observando prazos, datas, posições e outros lançamentos, para a elaboração de relatórios que geram informações para os Vereadores;
- * Manter em arquivo a cópia de editais, certidões, convocações, atestados, declarações de bens dos Vereadores, do Prefeito e do Vice-Prefeito, leis, portarias, decretos legislativos, atos, instruções e avisos, pareceres e votos em separado das Comissões Legislativas;
- * Manter fichário de todos os funcionários da Administração. Vereadores e Autoridades Federais, Estaduais e Municipais, com possível indicação de locais, bem como, do respectivo endereço para orientação do público;
- * Minutar e expedir certidões, à vista de despacho da autoridade competente;
- * Operar computador, ficando responsável pelo programa, pela inclusão, alteração e a obtenção de dados e informações, bem como pela consulta e divulgação dos registros acumulados;
- * Organizar e manter atualizado os registros de Leis, decretos, resoluções, requerimentos, indicações, projetos em geral, e seus anexos, classificando os documentos por ordem cronológica e/ou alfabética, para manter um controle sistemático dos mesmos;
- * Organizar e manter atualizados, as coleções, fichários e documentos sobre assuntos de interesse geral, especialmente: leis, decretos e outros de interesse para a elaboração legislativa, discursos proferidos na Câmara de Vereadores, pareceres das Comissões e outros órgãos;
- * Preparar os livros de registro para as sessões plenárias;

Rua: Dr Leoberto Leal, 160 • Centro • CEP: 88.320-000 • Telefone: (47) 3343-8800 • www.ilhota.sc.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA
ESTADO DE SANTA CATARINA

- * Preparar os termos de posse de Vereadores, Suplentes, Prefeito e Vice-Prefeito, e termos de compromisso e posse dos funcionários da Câmara de Vereadores;
- * Prestar atendimento ao público, fornecendo informações oficiais do Legislativo atinentes ao seu setor (unidade), visando esclarecer as solicitações;
- * Prestar esclarecimento sobre serviço de sua competência, quando solicitado;
- * Proceder aos lançamentos de tramitação do processo até a sua conclusão;
- * Protocolar toda correspondência expedida e recebida;
- * Receber e anotar documentos e demais papéis juntá-los quando for o caso, distribuí-los e controlar sua tramitação;
- * Redigir ou digitar atos administrativos rotineiros, como ofícios, memorandos, circulares e outros, utilizando impressos padronizados ou não, para dar cumprimento às rotinas administrativas;
- * Registrar, classificar, catalogar, guardar e conservar todos os livros e publicações adquiridas pela Câmara de Vereadores;
- * Reunir as informações e proceder às pesquisas que se fizerem necessárias para decisões importantes na órbita administrativa;
- * Rever, periodicamente, os processos e documentos arquivados, propondo ao Diretor Geral ou ao Presidente da Casa Legislativa a destinação conveniente;
- * Supervisionar a confecção das atas e demais dados relacionados ao processo legislativo;
- * Supervisionar a realização de tarefas na Secretaria Administrativa.

QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: Ter mais de 18 anos de idade, e estar devidamente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Santa Catarina.

FORMA DE RECRUTAMENTO: Livre nomeação e exoneração por parte Mesa Diretora da Câmara Municipal.

Rua: Dr Leoberto Leal, 160 • Centro • CEP: 88.320-000 • Telefone: (47) 3343-8800 • www.ilhota.sc.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA
ESTADO DE SANTA CATARINA

ANEXO I
DESCRIÇÃO DE CARGO

CATEGORIA FUNCIONAL: TÉCNICO EM CONTABILIDADE

CÓDIGO: 01

GRUPO PROFISSIONAL: Atividades Operacionais

SIGLA: AOP

PROVIMENTO: Efetivo

NÍVEL: I a IV Classe 01 a 35

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 40 (quarenta).

QUANTIDADE: 01

VENCIMENTO: R\$ 2.800,00 (Dois mil e oitocentos reais).

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Atividade de execução qualificada, abrangendo serviços relativos a contabilidade financeira e patrimonial, compreendendo a elaboração de balancetes, balanços, registro e demonstrações contábeis.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- * Controlar a execução orçamentária, quando solicitado, de modo que a Comissão Executiva e a Mesa * Diretora mantenham as despesas dentro dos limites estabelecidos;
- * Discutir e apresentar orçamentos de materiais e serviços;
- * Elaborar demonstrativos contábeis mensais, semestrais e anuais, relativos à execução orçamentária e financeira, em consonância com leis, regulamentos e normas vigentes, para apresentar resultados da situação patrimonial, econômica e financeira;
- * Elaborar relatórios sobre a prestação de contas da Câmara de Vereadores;
- * Elaborar, dentro dos prazos legais, a proposta orçamentária do Legislativo junto com a Mesa Diretora, assim como o expediente relativo à abertura de créditos adicionais;
- * Emitir e examinar empenhos de despesa, verificando a classificação e a existência de recursos nas dotações orçamentárias, para o pagamento dos compromissos assumidos;

Rua: Dr Leoberto Leal, 160 • Centro • CEP: 88.320-000 • Telefone: (47) 3343-8800 • www.ilhota.sc.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA
ESTADO DE SANTA CATARINA

- * Escriturar analiticamente os atos ou fatos administrativos, efetuando os correspondentes lançamentos contábeis, para possibilitar o controle contábil o orçamentário;
- * Examinar os documentos comprobatórios relativos às despesas;
- * Executar as atividades relacionadas à tesouraria da Câmara de Vereadores, como solicitação de recursos financeiros, pagamentos a fornecedores e demais obrigações de pessoal;
- * Manter em dia a escrituração dos livros contábeis referentes ao movimento financeiro patrimonial e orçamentário do Legislativo;
- * Manter guardados, para consultas, os processos de contratos e licitações, para cotejo com o montante das despesas registradas;
- * Manter registro de todos os bens patrimoniais da Câmara de Vereadores, anotando as respectivas mutações patrimoniais da Câmara em cada exercício;
- * Movimentar, guardar, solicitar os repasses, pagar ou restituir os valores pertencentes à Câmara ou sob sua guarda;
- * Organizar os registros de contabilidade e registros analíticos, das dotações atribuídas à Câmara;
- * Organizar, processar e informar todas as despesas do Legislativo;
- * Participar do controle de requisição do material de escritório, providenciando os formulários de solicitação e acompanhando o recebimento, para manter o nível de material necessário à unidade de trabalho;
- * Prestar as informações contábeis solicitadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, na forma e prazos legais;
- * Prestar, a qualquer momento, toda a informação solicitada pelo Presidente da Câmara e demais Vereadores, sobre a situação financeira do órgão Legislativo;
- * Proceder a estudos e emitir pareceres técnicos sobre matéria contábil-financeira submetida a sua apreciação, relativamente à execução do Orçamento da Câmara de Vereadores;
- * Proceder a estudos, sugerindo soluções, no que tange à implantação de rotinas de trabalho afins com a natureza do cargo;

Rua: Dr Leoberto Leal, 160 • Centro • CEP: 88.320-000 • Telefone: (47) 3343-8800 • www.ilhota.sc.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA
ESTADO DE SANTA CATARINA

- * Promover a prestação, acertos e conciliação de contas em geral, conferindo saldos, localizando e retificando possíveis erros para assegurar a correção das operações contábeis;
- * Promover, perante a Presidência da Câmara, a declaração de idoneidade de fornecedores cujo procedimento justifique essa medida;
- * Propor a compra de materiais de consumo e a realização de serviços relativos a manutenção das atividades da Câmara de Vereadores;
- * Propor a realização de licitações para aquisição ou alienação do material permanente e de consumo, ou a dispensa de licitação quando couber;
- * Realizar o exame e o controle da despesa da Câmara, dos bens da Câmara e das operações da Tesouraria da Câmara;
- * Receber o material dos fornecedores e conferir as quantidades e espécies recebidas das notas de entrega;
- * Verificar o cumprimento das metas previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA) e Plano Plurianual (PPA), indicando à Presidência da Câmara as medidas corretivas, quando couber;
- * Verificar os procedimentos quanto ao cumprimento dos limites legais dos gastos do Legislativo, especialmente os previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: Ter mais de 18 anos de idade, possuir o nível médio em técnico em contabilidade ou curso superior, ter inscrição junto CRC/SC, e experiência em contabilidade pública.

FORMA DE RECRUTAMENTO: Concurso Público.

Rua: Dr Leoberto Leal, 160 • Centro • CEP: 88.320-000 • Telefone: (47) 3343-8800 • www.ilhota.sc.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA
ESTADO DE SANTA CATARINA

ANEXO I
DESCRIÇÃO DE CARGO

CATEGORIA FUNCIONAL: TÉCNICO ADMINISTRATIVO

CÓDIGO: 01

GRUPO PROFISSIONAL: Atividades Operacionais

SIGLA: AOP

PROVIMENTO: Efetivo

NÍVEL: I a IV Classe 01 a 35

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 40 (quarenta).

QUANTIDADE: 02

VENCIMENTO: R\$ 2.000,00 (Dois mil reais).

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Executar serviços de natureza complexa na Secretaria Administrativa da Câmara de Vereadores, para atender rotinas regimentais de gerenciamento, controle e registros do processo legislativo.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- * Anotar no controle de tramitação dos processos as deliberações plenárias;
- * Atender ao expediente normal da Câmara de Vereadores, efetuando a abertura, o recebimento e o encaminhamento, registro, distribuição de projetos e proposições em geral, além das correspondências interna e externa;
- * Certificar a autenticidade de cópias de documentos e outros existentes na Câmara de Vereadores;
- * Comunicar as faltas ocorridas, bem como, sugerir a aplicação de sanções;
- * Controlar a agenda do plenário e calendário de sessões;
- * Controlar o andamento dos processos até sua fase final de tramitação;
- * Minutar e expedir certidões, á vista de despacho da autoridade competente;
- * Operar computador, ficando responsável pelo programa, pela inclusão, alteração e a

Rua: Dr Leoberto Leal, 160 • Centro • CEP: 88.320-000 • Telefone: (47) 3343-8800 • www.ilhota.sc.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA
ESTADO DE SANTA CATARINA

obtenção de dados e informações, bem como pela consulta e divulgação dos registros acumulados;

- * Organizar e manter atualizado os registros de leis, decretos, resoluções, requerimentos, indicações, projetos em geral, e seus anexos, classificando os documentos por ordem cronológica e/ou alfabética, para manter um controle sistemático dos mesmos;
- * Organizar e manter atualizados, as coleções, fichários e documentos sobre assuntos de interesse geral, especialmente: leis, decretos e outros de interesse para a elaboração legislativa, discursos proferidos na Câmara de Vereadores, pareceres das Comissões e outros órgãos;
- * Organizar e manter em arquivo, prontuário individual dos Vereadores;
- * Preencher as fichas dos processos em sua fase inicial de tramitação;
- * Preencher as pastas que formam os processos em geral;
- * Preparar a pauta dos trabalhos das sessões, elaborando a resenha do Expediente e da Ordem do Dia;
- * Preparar os livros de registro para as sessões plenárias;
- * Preparar os termos de posse de Vereadores, Suplentes, Prefeito e Vice-Prefeito, e termos de compromisso e posse dos funcionários da Câmara de Vereadores;
- * Prestar atendimento ao público, fornecendo informações oficiais do Legislativo atinentes ao seu setor (unidade), visando esclarecer as solicitações;
- * Prestar esclarecimento sobre serviço de sua competência, quando solicitado;
- * Proceder aos lançamentos de tramitação do processo até a sua conclusão;
- * Protocolar toda correspondência expedida e recebida;

QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: Ter concluído o ensino médio, e ter idade mínima de 18 anos.

FORMA DE RECRUTAMENTO: Concurso Público.

Rua: Dr Leoberto Leal, 160 • Centro • CEP: 88.320-000 • Telefone: (47) 3343-8800 • www.ilhota.sc.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA
ESTADO DE SANTA CATARINA

ANEXO I
DESCRIÇÃO DE CARGO

CATEGORIA FUNCIONAL: AUXILIAR TÉCNICO ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

CÓDIGO: 01

GRUPO PROFISSIONAL: Atividades Operacionais

SIGLA: AOP

PROVIMENTO: Efetivo

NÍVEL: I a IV Classe 01 a 35

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 40 (quarenta).

QUANTIDADE: 01

VENCIMENTO: R\$ 1.500,00 (Um mil e quinhentos reais).

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Atividade de execução qualificada, abrangendo serviços relativos a contabilidade financeira e patrimonial, compreendendo a elaboração de balancetes, balanços, registro e demonstrações contábeis.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- * Executar os serviços gerais de escritório, tais como a separação e classificação de documentos e correspondências, transcrição de dados, lançamentos, prestação de informações, participação na organização de arquivos e fichários e datilografia de cartas, minutas, e outros textos, seguindo processos e rotinas estabelecidas e valendo-se de sua experiência, para atender às necessidades administrativas;
- * Coletar dados diversos, consultando documentos, transcrições, arquivos e fichários e efetuando cálculos com o auxílio de máquinas de calcular, para obter as informações necessárias ao cumprimento da rotina administrativa;
- * Efetuar lançamentos fiscais em livros, fichários, computadores e outras formas de armazenamento de dados, registrando os comprovantes dos atos e fatos administrativos realizados, para permitir o controle da documentação e consulta da fiscalização;

Rua: Dr Leoberto Leal, 160 • Centro • CEP: 88.320-000 • Telefone: (47) 3343-8800 • www.ilhota.sc.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA
ESTADO DE SANTA CATARINA

- * Participar da atualização de fichários e arquivos, classificando os documentos por matéria ou ordem alfabética, para possibilitar um controle sistemático dos mesmos;
- * Participar do controle de requisições e recebimentos do material de escritório, providenciando os formulários de solicitação e acompanhando o recebimento, para manter o nível necessário ao setor de trabalho;
- * Datilografar, digitar, reproduzir, copiar, transcrever, por meios manuais, elétricos, eletrônicos e outros, textos diversos, transcrevendo originais, manuscritos ou impressos, utilizando planilhas eletrônicas e preenchendo formulários e fichas para atender as rotinas administrativas e financeiras;
- * Operar máquinas de duplicação de documentos tais como fotocopiadoras, mimeógrafos, scanners e outros;
- * Controlar as condições de máquinas, instalações e dependências, observando seu estado de conservação e uso, para providenciar, se necessário, reparo, manutenção ou limpeza;
- * Manejar mesa telefônica, movimentado chaves, interruptores e outros dispositivos, para estabelecer comunicações internas, externas e internacionais;
- * Registrar a duração e/ou o custo das ligações, fazendo anotações em formulários apropriados, para permitir a cobrança e/ou o controle das mesmas;
- * Recepcionar visitantes, indagando suas pretensões, para prestar-lhes informações, marcar entrevistas, receber, anotar e transmitir recados;
- * Atender as requisições por meio de equipamentos de protocolo, a fim de providenciar os andamentos dos processos administrativos e financeiros;
- * Executar outras atividades determinadas pelos superiores hierárquicos.

QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: Ensino Fundamental

FORMA DE RECRUTAMENTO: Concurso Público

Rua: Dr Leoberto Leal, 160 • Centro • CEP: 88.320-000 • Telefone: (47) 3343-8800 • www.ilhota.sc.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA
ESTADO DE SANTA CATARINA

ANEXO I
DESCRIÇÃO DE CARGO

CATEGORIA FUNCIONAL: SERVENTE

CÓDIGO: 01

GRUPO PROFISSIONAL: Atividades Operacionais

SIGLA: SAU

PROVIMENTO: Efetivo

NÍVEL: I a IV Classe 01 a 35

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 40 (quarenta).

QUANTIDADE: 01

VENCIMENTO: R\$ 1.250,00 (Um mil e duzentos e cinquenta reais).

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Preparar e servir café, chá, água e outros, zelando pela ordem e limpeza da copa, cozinha e demais dependências internas da Câmara de Vereadores.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

- * Coletar os lixos, colocando-os em recipientes apropriados;
- * Efetuar a limpeza de armários e mesas;
- * Efetuar a limpeza e higienização das dependências, para manter um bom aspecto de higiene e limpeza;
- * Lavar vidros, espelhos e persianas;
- * Limpar escadas, pisos, passadeiras, tapetes e utensílios;
- * Preparar e servir café, chá, sucos, água e lanches rápidos, para atender servidores e Vereadores;
- * Providenciar a lavagem e guarda dos utensílios para assegurar sua posterior utilização;
- * Receber, armazenar e controlar o estoque dos produtos alimentícios e de material de limpeza, requisitando a sua reposição sempre que necessário, a fim de atender ao expediente da Câmara de Vereadores;

Rua: Dr Leoberto Leal, 160 • Centro • CEP: 88.320-000 • Telefone: (47) 3343-8800 • www.ilhota.sc.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA
ESTADO DE SANTA CATARINA

* Remover o pó dos móveis e paredes, tetos, portas, janelas e equipamentos, devidamente orientado;

* Executar outras tarefas correlatas.

QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: Ser Alfabetiza e ter mais de 18 anos de idade.

FORMA DE RECRUTAMENTO: Concurso Público.

Rua: Dr Leoberto Leal, 160 • Centro • CEP: 88.320-000 • Telefone: (47) 3343-8800 • www.ilhota.sc.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA
ESTADO DE SANTA CATARINA

ANEXO II
CARGOS EM COMISSÃO

GRUPO: DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO:

CÓDIGO: DAS

Quantidade	Cargo	Nível	Vencimentos (R\$)
01	Assessor Jurídico	DAS - 3	4.500,00
01	Assessor Técnico Legislativo	DAS - 2	3.500,00

Rua: Dr Leoberto Leal, 160 • Centro • CEP: 88.320-000 • Telefone: (47) 3343-8800 • www.ilhota.sc.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA
ESTADO DE SANTA CATARINA

ANEXO III
GRUPO: FUNÇÃO GRATIFICADA:
CÓDIGO: FC

Quantidade	Cargo	Nível	Percentual sobre o vencimento
	Controle Interno da Câmara de Vereadores		
01	Função Gratificada	FG-4	50%

Rua: Dr Leoberto Leal, 160 • Centro • CEP: 88.320-000 • Telefone: (47) 3343-8800 • www.ilhota.sc.gov.br

ANEXO IV VENCIMENTOS/PROGRESSÕES

Grupo Funcional : **AOP**

Categoria Funcional : **Técnico em Contabilidade**

Crescimento Horizontal	1%	40	Horas Semanais
Salário Inicial	2.800,00		
Nível Médio (I)		0%	
Nível Superior (II)		30%	
Especialização (III)		10%	
Meistrado (IV)		20%	

Nível	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
I	2.800,00	2.828,00	2.856,28	2.884,84	2.913,69	2.942,83	2.972,26	3.001,98	3.032,00	3.062,32	3.092,94	3.123,87	3.155,11	3.186,66	3.218,53
II	3.640,00	3.676,40	3.713,16	3.750,30	3.787,80	3.825,68	3.863,93	3.902,57	3.941,60	3.981,01	4.020,82	4.061,03	4.101,64	4.142,66	4.184,09
III	4.004,00	4.044,04	4.084,48	4.125,33	4.166,58	4.208,24	4.250,33	4.292,83	4.335,76	4.379,12	4.422,91	4.467,14	4.511,81	4.556,93	4.602,49
IV	4.804,80	4.852,85	4.901,38	4.950,39	4.999,89	5.049,89	5.100,39	5.151,40	5.202,91	5.254,94	5.307,49	5.360,56	5.414,17	5.468,31	5.522,99
Nível	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
I	3.250,71	3.283,22	3.316,05	3.349,21	3.382,71	3.416,53	3.450,70	3.485,20	3.520,06	3.555,26	3.590,81	3.626,72	3.662,98	3.699,61	3.736,61
II	4.225,93	4.268,19	4.310,87	4.353,98	4.397,52	4.441,49	4.485,91	4.530,77	4.576,07	4.621,83	4.668,05	4.714,73	4.761,88	4.809,50	4.857,59
III	4.648,52	4.695,00	4.741,95	4.789,37	4.837,27	4.885,64	4.934,50	4.983,84	5.033,68	5.084,02	5.134,86	5.186,21	5.238,07	5.290,45	5.343,35
IV	5.578,22	5.634,01	5.690,35	5.747,25	5.804,72	5.862,77	5.921,40	5.980,61	6.040,42	6.100,82	6.161,83	6.223,45	6.285,68	6.348,54	6.412,02
Nível	31	32	33	34	35										
I	3.773,98	3.811,72	3.849,83	3.888,33	3.927,22										
II	4.906,17	4.955,23	5.004,78	5.054,83	5.105,38										
III	5.396,79	5.450,75	5.505,26	5.560,32	5.615,92										
IV	6.476,14	6.540,91	6.606,31	6.672,38	6.739,10										

Grupo Funcional : AOP

Categoria Funcional : Técnico Administrativo

Crescimento Horizontal	1%	40	Horas Semanais
Salário Inicial	2.000,00		

Nível Médio (I)	0%
Nível Superior (II)	30%
Especialização (III)	10%
Mestrado (IV)	20%

Classes															
Nível	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
I	2.000,00	2.020,00	2.040,20	2.060,60	2.081,21	2.102,02	2.123,04	2.144,27	2.165,71	2.187,37	2.209,24	2.231,34	2.253,65	2.276,19	2.298,95
II	2.600,00	2.626,00	2.652,26	2.678,78	2.705,57	2.732,63	2.759,95	2.787,55	2.815,43	2.843,58	2.872,02	2.900,74	2.929,75	2.959,04	2.988,63
III	2.860,00	2.888,60	2.917,49	2.946,66	2.976,13	3.005,89	3.035,95	3.066,31	3.096,97	3.127,94	3.159,22	3.190,81	3.222,72	3.254,95	3.287,50
IV	3.432,00	3.466,32	3.500,98	3.535,99	3.571,35	3.607,07	3.643,14	3.679,57	3.716,36	3.753,53	3.791,06	3.828,97	3.867,26	3.905,94	3.945,00

Classes															
Nível	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
I	2.321,94	2.345,16	2.368,61	2.392,29	2.416,22	2.440,38	2.464,78	2.489,43	2.514,33	2.539,47	2.564,86	2.590,51	2.616,42	2.642,58	2.669,01
II	3.018,52	3.048,70	3.079,19	3.109,98	3.141,08	3.172,49	3.204,22	3.236,26	3.268,62	3.301,31	3.334,32	3.367,67	3.401,34	3.435,36	3.469,71
III	3.320,37	3.353,57	3.387,11	3.420,98	3.455,19	3.489,74	3.524,64	3.559,89	3.595,49	3.631,44	3.667,76	3.704,43	3.741,48	3.778,89	3.816,68
IV	3.984,45	4.024,29	4.064,53	4.105,18	4.146,23	4.187,69	4.229,57	4.271,86	4.314,58	4.357,73	4.401,31	4.445,32	4.489,77	4.534,67	4.580,02

Classes															
Nível	31	32	33	34	35										
I	2.695,70	2.722,65	2.749,88	2.777,38	2.805,15										
II	3.504,41	3.539,45	3.574,85	3.610,59	3.646,70										
III	3.854,85	3.893,40	3.932,33	3.971,65	4.011,37										
IV	4.625,82	4.672,08	4.718,80	4.765,98	4.813,64										

Grupo Funcional :

AOP

Categoria Funcional : Auxiliar Técnico Administrativo Financeiro

Crescimento Horizontal	1%	40	Horas Semanais
Salário Inicial	1.500,00		

Nível Fundamental (I)	0%
Nível Medio (II)	30%
Nível Superior (III)	10%
Especialização (IV)	20%

Classes															
Nível	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
I	1.500,00	1.515,00	1.530,15	1.545,45	1.560,91	1.576,52	1.592,28	1.608,20	1.624,29	1.640,53	1.656,93	1.673,50	1.690,24	1.707,14	1.724,21
II	1.950,00	1.969,50	1.989,20	2.009,09	2.029,18	2.049,47	2.069,96	2.090,66	2.111,57	2.132,69	2.154,01	2.175,55	2.197,31	2.219,28	2.241,47
III	2.145,00	2.166,45	2.188,11	2.210,00	2.232,10	2.254,42	2.276,96	2.299,73	2.322,73	2.345,95	2.369,41	2.393,11	2.417,04	2.441,21	2.465,62
IV	2.574,00	2.599,74	2.625,74	2.651,99	2.678,51	2.705,30	2.732,35	2.759,68	2.787,27	2.815,15	2.843,30	2.871,73	2.900,45	2.929,45	2.958,75

Classes															
Nível	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
I	1.741,45	1.758,87	1.776,46	1.794,22	1.812,16	1.830,29	1.848,59	1.867,07	1.885,74	1.904,60	1.923,65	1.942,88	1.962,31	1.981,94	2.001,76
II	2.263,89	2.286,53	2.309,39	2.332,49	2.355,81	2.379,37	2.403,16	2.427,20	2.451,47	2.475,98	2.500,74	2.525,75	2.551,01	2.576,52	2.602,28
III	2.490,28	2.515,18	2.540,33	2.565,74	2.591,39	2.617,31	2.643,48	2.669,92	2.696,61	2.723,58	2.750,82	2.778,32	2.806,11	2.834,17	2.862,51
IV	2.988,33	3.018,22	3.048,40	3.078,88	3.109,67	3.140,77	3.172,18	3.203,90	3.235,94	3.268,30	3.300,98	3.333,99	3.367,33	3.401,00	3.435,01

Classes															
Nível	31	32	33	34	35										
I	2.021,77	2.041,99	2.062,41	2.083,04	2.103,87										
II	2.628,31	2.654,59	2.681,13	2.707,95	2.735,03										
III	2.891,14	2.920,05	2.949,25	2.978,74	3.008,53										
IV	3.469,36	3.504,06	3.539,10	3.574,49	3.610,23										

Grupo Funcional : **SAU**Categoria Funcional : **Servente**

Crescimento Horizontal	1%	40	Horas Semanais
Salário Inicial	1.250,00		

Alfabetizado (I)	0%
Ensino Fundamental (II)	15%
Ensino Médio (III)	20%
Nível Superior (IV)	40%

	Classes														
Nível	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
I	1.250,00	1.262,50	1.275,13	1.287,88	1.300,76	1.313,76	1.326,90	1.340,17	1.353,57	1.367,11	1.380,78	1.394,59	1.408,53	1.422,62	1.436,84
II	1.437,50	1.451,88	1.466,39	1.481,06	1.495,87	1.510,83	1.525,94	1.541,19	1.556,61	1.572,17	1.587,89	1.603,77	1.619,81	1.636,01	1.652,37
III	1.725,00	1.742,25	1.759,67	1.777,27	1.795,04	1.812,99	1.831,12	1.849,43	1.867,93	1.886,61	1.905,47	1.924,53	1.943,77	1.963,21	1.982,84
IV	2.415,00	2.439,15	2.463,54	2.488,18	2.513,06	2.538,19	2.563,57	2.589,21	2.615,10	2.641,25	2.667,66	2.694,34	2.721,28	2.748,50	2.775,98

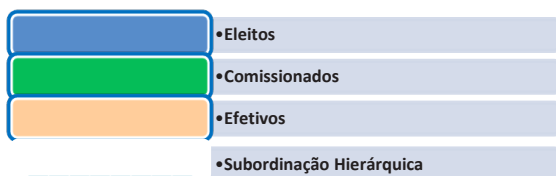
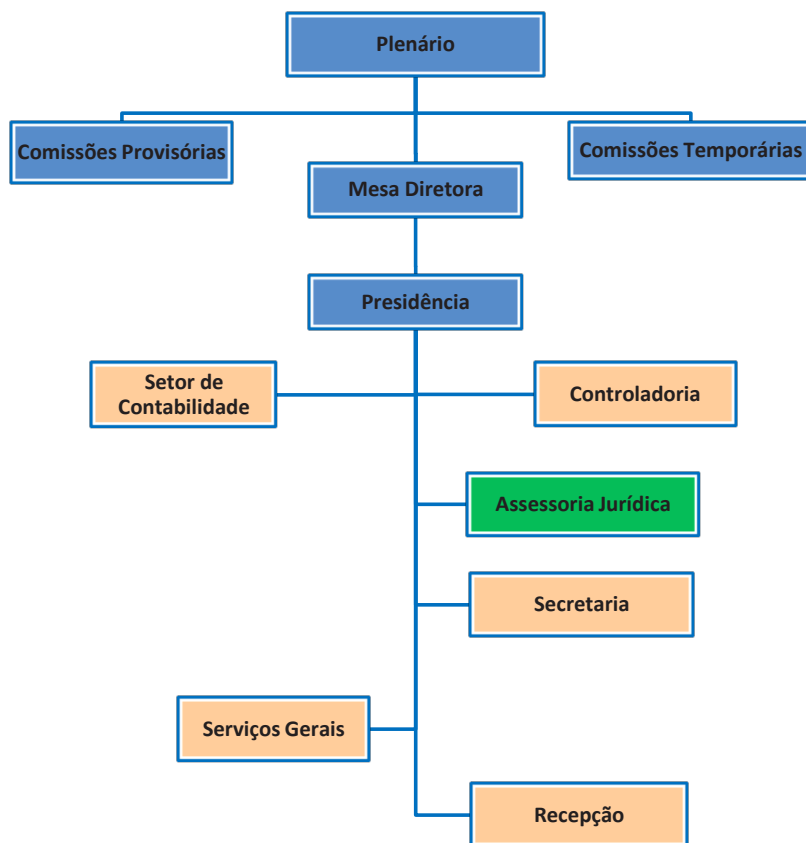
	Classes														
Nível	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
I	1.451,21	1.465,72	1.480,38	1.495,18	1.510,14	1.525,24	1.540,49	1.555,89	1.571,45	1.587,17	1.603,04	1.619,07	1.635,26	1.651,61	1.668,13
II	1.668,89	1.685,58	1.702,44	1.719,46	1.736,66	1.754,02	1.771,56	1.789,28	1.807,17	1.825,24	1.843,50	1.861,93	1.880,55	1.899,36	1.918,35
III	2.002,67	2.022,70	2.042,93	2.063,35	2.083,99	2.104,83	2.125,88	2.147,13	2.168,61	2.190,29	2.212,20	2.234,32	2.256,66	2.279,23	2.302,02
IV	2.803,74	2.831,78	2.860,10	2.888,70	2.917,58	2.946,76	2.976,23	3.005,99	3.036,05	3.066,41	3.097,07	3.128,04	3.159,32	3.190,92	3.222,83

	Classes														
Nível	31	32	33	34	35										
I	1.684,81	1.701,66	1.718,68	1.735,86	1.753,22										
II	1.937,53	1.956,91	1.976,48	1.996,24	2.016,20										
III	2.325,04	2.348,29	2.371,77	2.395,49	2.419,45										
IV	3.255,06	3.287,61	3.320,48	3.353,69	3.387,22										



PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA
ESTADO DE SANTA CATARINA

ANEXO V ORGANOGRAMA



Rua: Dr Leoberto Leal, 160 • Centro • CEP: 88.320-000 • Telefone: (47) 3343-8800 • www.ilhota.sc.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA
ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua: Dr Leoberto Leal, 160 • Centro • CEP: 88.320-000 • Telefone: (47) 3343-8800 • www.ilhota.sc.gov.br

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO MD 10/2018**

Publicação Nº 1518060

RESOLUÇÃO DE MESA Nº 10/2018
CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO À SERVIDORA CLARICE BARBIERI.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ILHOTA, com fundamento no artigo 39, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Ilhota, bem como no artigo 27, inciso I do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º. É concedida, em 09 de fevereiro de 2018, a gratificação de Assessor de Áudio e Vídeo conforme Lei nº 1903/2018 à servidora Clarice Barbieri lotada nesta Casa de Leis no cargo de Técnico Administrativo.

Art. 2º. É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º. Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.
Câmara Municipal de Ilhota, 09 de fevereiro de 2018.

Jonatas de Oliveira Jacó
Presidente da Câmara Municipal de Ilhota

Juarez Antônio da Cunha
Vice-presidente da Câmara Municipal de Ilhota

Luiz Gustavo dos Santos Fidel
1º Secretário da Câmara Municipal de Ilhota

Arnoldo Adriano
2º Secretário da Câmara Municipal de Ilhota.

Imarui

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL PMI Nº 002/2018

Publicação Nº 1516752

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL PMI Nº 002/2018

O Município de Imaruí/SC torna público aos interessados que se encontra aberto o Pregão Presencial - Registro de Preços para aquisição de Dentes e Lâminas, para uso da Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Urbanos. Entrega dos envelopes: até às 08h45min do dia 27/02/2018 no Setor de Protocolo. Sessão Pública para abertura dos envelopes: às 09h do dia 27/02/2018 no Setor de Licitação. Local: Rua José Inácio da Rocha, 109 – Centro – Imaruí/SC. O edital ficará à disposição de 2ª a 6ª feira das 07h às 13h no setor de licitação, ou pelo e-mail licitacao@imarui.sc.gov.br. Informações no fone 48 3643-0213.

Imaruí, 08 de fevereiro de 2018.

Rui José Candemil Junior

Prefeito de Imaruí

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL PMI Nº 003/2018

Publicação Nº 1516736

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL PMI Nº 003/2018

O Município de Imaruí/SC torna público aos interessados que se encontra aberto o Pregão Presencial - Registro de Preços para aquisição de um rompedor hidráulico com ponteira para escavadeira hidráulica JCB JS200, conforme convênio fundam Nº 2014TR001867. Entrega dos envelopes: até às 11h do dia 27/02/2018 no Setor de Protocolo. Sessão Pública para abertura dos envelopes: às 11h15min do dia 27/02/2018 no Setor de Licitação. Local: Rua José Inácio da Rocha, 109 – Centro – Imaruí/SC. O edital ficará à disposição de 2ª a 6ª feira das 07h às 13h no setor de licitação, ou pelo e-mail licitacao@imarui.sc.gov.br. Informações no fone 48 3643-0213.

Imaruí, 08 de fevereiro de 2018.

Rui José Candemil Junior

Prefeito de Imaruí

PRIMEIRA ERRATA - PREGÃO PRESENCIAL PMI Nº 001/2018

Publicação Nº 1516740

PRIMEIRA ERRATA - PREGÃO PRESENCIAL PMI Nº 001/2018

O Município de Imaruí/SC, torna público aos interessados que foi alterado o edital de Pregão Presencial PMI Nº 001/2018, cujo objeto é a contratação de empresa para prestar serviço de transporte escolar referente ao ano letivo de 2018. Tendo em vista que as alterações afetarão na formulação das propostas por parte dos licitantes, fica estabelecido novo prazo para entrega dos envelopes no dia 26/02/2018 às 08h45min no Setor de Protocolo, e a Sessão Pública para abertura dos envelopes no dia 26/02/2018 às 09h no Setor de Licitações, em consonância com o art. 21, § 4º, da Lei Federal nº 8.666/93. Local: Rua José Inácio da Rocha, 109 – Centro – Imaruí/SC. O edital ficará à disposição de 2ª a 6ª feira das 07h às 13h no setor de licitação, pelo e-mail licitacao@imarui.sc.gov.br ou pelo site www.imarui.sc.gov.br. Informações no fone 48 3643-0213.

Imaruí, 08 de fevereiro de 2018.

RUI JOSÉ CANDEMIL JUNIOR

Prefeito de Imaruí

Imbituba

PREFEITURA

CONTRATO PMI/SEDETUR 2018/04– A/00 PROC 15/2018

Publicação Nº 1517925

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: Contrato PMI/SEDETUR 2018/04– A/00

Contratada: EXPRESSUL ENGENHARIA E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA
CNPJ: 28.700.592/00001-73

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS PARA REALIZAÇÃO DO EVENTO DENOMINADO CARNAZIMBA 2018, NOS DIAS 10 E 12 DE FEVEREIRO DE 2018, DENTRO DO PARQUE MUNICIPAL DE EVENTOS

Prazo: 02 meses Valor Total: R\$ 48.000,00
Fundamento: Processo nº 15/2018 Pregão: 10/2018
Imbituba 08 de fevereiro de 2018.

Dorlin Nunes Junior
Secretario Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turístico
Contratante

EXPRESSUL ENGENHARIA E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA
Representante legal
Contratado

EXTRATO DE ERRATA - CONTRATO 2017/36 -A/01 PROC 87/2017 SEAD

Publicação Nº 1517251

ERRATA - ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEAD 2017/36 – A/01
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Considerando a publicação realizada no Diário Oficial dos Municípios, edição nº 2421 de 02 de janeiro de 2018, na página 104, houve um equívoco quanto ao nome do secretário responsável pelo seguinte EXTRATO: PMI SEAD 2017/36 – A/01, tendo em vista que este contrato pertence a Secretária de Administração. À vista disso:

Onde se lê
Graciela Wiemes Ribeiro
Secretária Municipal da Saúde
Contratante

Leia-se
Amilton Gonçalves de Souza
Secretária Municipal de Administração
Contratante

Michelle Felipe Hugen
Assessora de Departamento de Atos Contratuais

EXTRATO DE ERRATA - CONTRATO 179/2015 -A/03 PRO 107/2015 SEAGP

Publicação Nº 1517202

ERRATA - ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEAGP 2015/179 – A/03
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Considerando a publicação realizada no Diário Oficial dos Municípios, edição nº 2421 de 02 de janeiro de 2018 na página 99, houve um equívoco quanto ao nome do secretário responsável bem como o valor do seguinte EXTRATO: PMI SEAGP 2015/179 – A/03, tendo em vista que este contrato pertence a Secretária de Administração. À vista disso:

Onde se lê
Graciela Wiemes Ribeiro
Secretária Municipal da Saúde
Contratante
VALOR MENSAL: 1.833,33

Leia-se
Amilton Gonçalves de Souza
Secretária Municipal de Administração
Contratante
VALOR MENSAL: 9.208,03

Michelle Felipe Hugen
Assessora de Departamento de Atos Contratuais

EXTRATO DE ERRATA - CONTRATO 2014/97 -A/05 PROC 87/2014 SEAD

Publicação Nº 1517211

ERRATA - ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEAD 2014/97 – A/05
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Considerando a publicação realizada no Diário Oficial dos Municípios, edição nº 2421 de 02 de janeiro de 2017 na página 101, houve um equívoco quanto ao nome do secretário responsável pelo seguinte EXTRATO: PMI SEAD 2014/97 – A/05, tendo em vista que este contrato pertence a Secretária de Administração. À vista disso:

Onde se lê
Graciela Wiemes Ribeiro
Secretária Municipal da Saúde
Contratante

Leia-se
Amilton Gonçalves de Souza
Secretária Municipal de Administração
Contratante

Michelle Felipe Hugen
Assessora de Departamento de Atos Contratuais

**EXTRATO DE ERRATA - CONTRATO 2015/150 -A/04
PROC 81/2015 SEAGP**

Publicação Nº 1517221

ERRATA - ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEAGP 2015/150 – A/04
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Considerando a publicação realizada no Diário Oficial dos Municípios, edição nº 2421 de 02 de janeiro de 2017 na página 102, houve um equívoco quanto ao nome do secretário responsável pelo seguinte EXTRATO: PMI SEAGP 2015/150 – A/04, tendo em vista que este contrato pertence a Secretária de Administração. À vista disso:

Onde se lê
Graciela Wiemes Ribeiro
Secretária Municipal da Saúde
Contratante

Leia-se
Amilton Gonçalves de Souza
Secretária Municipal de Administração
Contratante

Michelle Felipe Hugen
Assessora de Departamento de Atos Contratuais

**EXTRATO DE ERRATA - CONTRATO 2015/177 -A/02
PROC 109/2015 SEAD**

Publicação Nº 1517230

ERRATA - ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEAD 2015/177 – A/02
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Considerando a publicação realizada no Diário Oficial dos Municípios, edição nº 2421 de 02 de janeiro de 2018, na página 102, houve um equívoco quanto ao nome do secretário responsável pelo seguinte EXTRATO: PMI SEAD 2015/177 – A/02, tendo em vista que este contrato pertence a Secretária de Administração. À vista disso:

Onde se lê
Graciela Wiemes Ribeiro
Secretária Municipal da Saúde
Contratante

Leia-se
Amilton Gonçalves de Souza
Secretária Municipal de Administração
Contratante

Michelle Felipe Hugen
Assessora de Departamento de Atos Contratuais

**EXTRATO DE ERRATA - CONTRATO 2017/06 -A/01
PROC 26/2017 SEAD**

Publicação Nº 1517235

ERRATA - ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEAD 2017/06 – A/01
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Considerando a publicação realizada no Diário Oficial dos Municípios, edição nº 2421 de 02 de janeiro de 2018, na página 103/104, houve um equívoco quanto ao nome do secretário responsável pelo seguinte EXTRATO: PMI SEAD 2017/06 – A/01, tendo em vista que este contrato pertence a Secretária de Administração. À vista disso:

Onde se lê
Graciela Wiemes Ribeiro
Secretária Municipal da Saúde
Contratante

Leia-se
Amilton Gonçalves de Souza
Secretária Municipal de Administração
Contratante

Michelle Felipe Hugen
Assessora de Departamento de Atos Contratuais

**EXTRATO DE ERRATA - CONTRATO 2017/07 -A/01
PROC 28/2017 SEAD**

Publicação Nº 1517242

ERRATA - ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEAD 2017/07 – A/01
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Considerando a publicação realizada no Diário Oficial dos Municípios, edição nº 2421 de 02 de janeiro de 2018 na página 104, houve um equívoco quanto ao nome do secretário responsável bem como o prazo do seguinte EXTRATO: PMI SEAD 2017/07 – A/01, tendo em vista que este contrato pertence a Secretária de Administração. À vista disso:

Onde se lê
Graciela Wiemes Ribeiro
Secretária Municipal da Saúde
Contratante
PRAZO: será de 07 meses

Leia-se
Amilton Gonçalves de Souza
Secretária Municipal de Administração
Contratante
PRAZO: será de 12 meses

Michelle Felipe Hugen
Assessora de Departamento de Atos Contratuais

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE REABERTURA
PROCESSO Nº 01/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº
01/2018 (PMI - DEMUTRAN)**

Publicação Nº 1517401

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUTRAN

PROCESSO Nº 01/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2018

O Pregoeiro Oficial do Município de Imbituba, torna público, o fim da suspensão do processo licitatório nº 01/2018, que tem como objeto a "AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO ZERO OKM AUTOMOTOR DA ESPÉCIE DE CARGA, COM EQUIPAMENTOS PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DEMARCAÇÃO VIÁRIA COM TINTA A FRIO A BASE DE RESINA ACRÍLICA RETRORREFLOROTIZADA".

A sessão pública para recebimento dos envelopes, referente ao objeto supracitado realizar-se-á em 26/02/2018 de fevereiro de 2018, às 14:00 horas, na Diretoria de Licitações.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 09 de fevereiro de 2018.

Fernando Melo da Silva

Pregoeiro Oficial

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO 18/2018
INEXIGIBILIDADE 05/2018 SEDUCE**

Publicação Nº 1517617

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SEDUCE

Processo Nº 18/2018 Inexigibilidade Nº 05/2018

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO PARA PLANEJAR E EXECUTAR A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA, CONTRIBUINDO PARA A ATUALIZAÇÃO DA PROPOSTA CURRICULAR DE EDUCAÇÃO DE IMBITUBA/SC, COM A FORMAÇÃO DA PROFESSORA DRA. JAQUELINE MOLL, FARÁ A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL SOBRE A EDUCAÇÃO INTEGRAL E AS IMPLICAÇÕES DA TEORIA DA ATIVIDADE NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS. ESSA DISCUSSÃO É IMPRENSCINDÍVEL PARA A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES E BASILAR A ATUALIZAÇÃO DA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL. Contratado: Professora Dra. Jaqueline Moll.

CPF: 476.456.870-53

Valor Total: 1.200,00 (Um mil e duzentos reais).

Fundamento: Artigo 25, CAPUT da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 09 de Fevereiro de 2018.

Filipe Dias Antônio

Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO 20.2018
DISPENSA 03.2018**

Publicação Nº 1517806

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 20/2017

DISPENSA Nº 03/2017

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE FRALDÁRIO EM MDF BRANCO PARA USO DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IMBITUBA/SC

Contratada: KMC Móveis LTDA ME

CNPJ: 05.110.819/0001-25

Valor Total: R\$ 6.960,00 (Seis mil e novecentos e sessenta reais).

Fundamentação Legal: Artigo 24, I da Lei 8.666/93, e suas

alterações.

Imbituba, 14 de dezembro de 2017.

Filipe Dias Antônio

Secretário da SEDUCE

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO Nº 19/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2018 (PMI -
MULTIENTIDADES)**

Publicação Nº 1517618

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

MULTIENTIDADES

PROCESSO Nº 19/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2018

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial e através da SEINFRA – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento, comunica, que realizará às 16:00 horas, do dia 26 de Fevereiro de 2018, licitação na modalidade de Pregão Presencial, pelo sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 8.538/2015 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível "AQUISIÇÃO DE ÓLEOS, FILTROS E LUBRIFICANTES, POR MEIO DE PREGÃO, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA (SEINFRA, SDR SUL, SDR NORTE, SDR OESTE, SEDETUR, SEAD, SEGAB, SEFAZ, PGM, SEDURB, SEMA, SEDSAP, DEMUTRAN, SEASTH)".

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na diretoria de licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, centro, das 13:00 às 19:00 horas, de segunda à sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link portal da transparência.

Imbituba, 09 de fevereiro de 2018.

Alex Sandro Carpes

Secretário da SEINFRA

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO Nº 22/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2018 (PMI - SEINFRA)**

Publicação Nº 1517826

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 22/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2018

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial e através da SEINFRA – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento, comunica, que realizará às 14:00 horas, do dia 28 de Fevereiro de 2018, licitação na modalidade de Pregão Presencial, pelo sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 8.538/2015 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECER E INSTALAR NOS LOCAIS DETERMINADOS LIXEIRAS DUPLAS DE METAL COM TEMA BALEIA FRANCA "CAUDA", NAS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES".

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na diretoria de licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, centro, das 13:00 às 19:00 horas, de segunda à sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link portal da transparência.

Imbituba, 09 de fevereiro de 2018.

Alex Sandro Carpes

Secretário da SEINFRA

EXTRATO PUBLICAÇÃO PROC 02 2018 PREGÃO 02 2018 CESTA BASICA

Publicação Nº 1517880

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SEASTH

PROCESSO Nº 02/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2018

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial e através do Fundo Municipal de Assistência Social Trabalho e Renda - SEASTH, comunica, que realizará às 16:00 horas, do dia 28 de fevereiro de 2018, licitação na modalidade de Pregão Presencial, pelo Sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006 e suas alterações, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível "AQUISIÇÃO DE 1.200 CESTAS BÁSICAS, PARA DISTRIBUIÇÃO ÀS PESSOAS ATENDIDAS QUE SE ENCONTRAM EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL".

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 09 de fevereiro de 2018

Camila Pires Fermino

Secretária da SEASTH

EXTRATO PUBLICAÇÃO PROC 17 2018 PREGÃO 11 2018 MAT DIDÁTICO

Publicação Nº 1517685

PREFEITURA M. DE IMBITUBA

PMI / SEDUCE

PROCESSO Nº 17/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2018

O Município de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial e através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, comunica, que realizará às 14:00 horas, do dia 27 de fevereiro de 2018, licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço por Item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS PARA USO DOS ALUNOS, PROFESSORES E SETORES ADMINISTRATIVOS DAS ESCOLAS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IMBITUBA/SC encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 09 de fevereiro de 2018

Felipe Dias Antônio

Secretário da SEDUCE

EXTRATO PUBLICAÇÃO PROC 21 2018 PREGAO 13 2018 LOUSAS

Publicação Nº 1517775

PREFEITURA M. DE IMBITUBA

PMI / SEDUCE

PROCESSO Nº 21/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2018

O Município de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial e através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, comunica, que realizará às 17:00 horas, do dia 27 de fevereiro de 2018, licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço por Item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006 e suas alterações, subsidiariamente,

pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTOS DE MAPAS E LOUSAS EM VIDRO BRANCO PARA AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DESTES MUNICÍPIO encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 09 de fevereiro de 2018

Felipe Dias Antônio

Secretário da SEDUCE

INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2018 - SEDUCE

Publicação Nº 1517874

INEXIGIBILIDADE CHAMAMENTO PÚBLICO N. 003/2018

O presente documento trata da INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO para formalização de Termo de Colaboração com a Colônia de Pescadores Z13.

O Inciso II do artigo 31 da Lei Federal nº 13.019/2014 de 31/07/2014, alterado pela Lei Federal nº 13.204/2015, regulamenta a questão da inexigibilidade do Chamamento Público: "Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:

(...) II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000."

Considerando a exposição do dispositivo legal acima descrito, defiro a formalização do Termo de Colaboração junto à entidade abaixo relacionada:

Entidade: COLÔNIA DE PESCADORES Z13

CNPJ: 82.909.227.0001/19

Endereço: Rua 03 de Outubro, 870 - Centro

Modalidade: Termo de Colaboração (com inexigibilidade de chamamento público)

Objeto: Atendimento a crianças da Educação Infantil no Centro de Educação Infantil Ângela Amim, durante o ano letivo de 2018.

Período: 07/02/2018 a 31/12/2018

Valor: até R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais).

Justificativa:

O município de Imbituba torna pública a inexigibilidade de chamamento público, nos termos do art. 31, inciso I, da Lei nº 13.019/2014, visando firmar parceria com Colônia de Pescadores Z13, para o Atendimento a Educação Infantil no Centro de Educação Infantil Ângela Amim em razão da inviabilidade de competição pela natureza singular do objeto, pelo fato desta ser a única entidade que vem a anos desenvolvendo esta parceria com o Poder Público Municipal de maneira satisfatória, que a atividade proposta no plano de trabalho é de maneira singular, que é a única entidade, sem fins lucrativos, localizada no Centro que desenvolve a atividade proposta. Sendo de grande relevância que os serviços ofertados sejam oferecidos dentro do município, uma vez que fica inviável o deslocamento das crianças, haja vista que os usuários atendidos são residentes no município. O atendimento será de até 140 crianças, sendo as despesas com folha de pagamento de profissionais e

encargos, despesas de alimentação, energia elétrica, água, telefone, internet, e eventuais gastos com manutenção, Ainda assim o ano letivo já está em curso e as crianças não poderão ficar sem atendimento, e que trata-se de serviço preponderante e essencial. O objeto de parceria envolve atividades de natureza

continuada, na própria estrutura da entidade.
Imbituba - SC, 24 de janeiro de 2018

Filipe Dias Antônio
Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esporte

PORTARIA PMI/SEAD Nº 61/2018

Publicação Nº 1517906

PORTARIA PMI/SEAD Nº 61, de 09 de fevereiro de 2018.

Dispõe sobre a admissão de Professores e Retificação da PORTARIA PMI/SEAD Nº 59, de 08 de fevereiro de 2018, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, os(as) abaixo relacionados(as), aprovados(as) no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 22/2017, para exercerem a função temporária de Professor(a), conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão	Motivo da Contratação
Amanda Borges Porto	Prof II Ed. Infantil – 20h	103.841.839-99	09/02/2018	Em substituição da Professora Sra. Geslaine Souza da Rosa Bernardo
Camila Pains Silva	Prof II Artes – 30h	055.105.516-23	09/02/2018	Em substituição do Professor Sr. Edson Luiz da Silva
Celina Veridiana Ache Rodrigues	Prof II Artes – 30h	675.202.940-72	09/02/2018	Atendimento de aumento excepcional de demanda temporária
Daniela Francisco Ramos	Prof II Ed. Infantil – 40h	060.373.079-54	09/02/2018	Em substituição da Professora Sra. Rafaela Pereira de Melo
Dejane Garcia Valginski	Prof II Ed. Infantil – 20h	888.393.469-53	09/02/2018	Em substituição da Professora Sra. Katiana da Rosa
Edimaura Vieira Marques	Prof II Ed. Infantil – 40h	320.951.848-31	09/02/2018	Em substituição da Professora Sra. Zenair da Silva
Eldiclésia Anacleto dos Santos Vitor	Prof II Artes – 30h	097.265.039-30	09/02/2018	Atendimento de aumento excepcional de demanda temporária
Fabiana Querino	Prof II Ed. Especial – 40h	841.250.989-72	09/02/2018	Atendimento de aumento excepcional de demanda temporária
Geisa Pires Pereira	Prof II Ed. Infantil – 20h	952.443.609-49	09/02/2018	Atendimento de aumento excepcional de demanda temporária
Geize Pires	Prof II Ed. Infantil – 40h	008.129.229-56	09/02/2018	Em substituição da Professora Sra. Adriana Pereira Fornasa
Guiomar Tavares de Carvalho	Prof II Ed. Infantil – 40h	205.354.648-43	09/02/2018	Atendimento de aumento excepcional de demanda temporária
Jaqueline Freitas	Prof II Língua Inglesa – 40h	754.562.579-04	09/02/2018	Em substituição da Professora Sra. Jesana Anselmo da Rosa
Josiane Natália Pacheco dos Santos	Prof II Ed. Infantil – 20h	017.914.099-03	09/02/2018	Em substituição da Professora Sra. Sinara Lazarin Marques Matias
Josué Silva Sabino	Prof II Geografia – 30h	088.042.479-67	09/02/2018	Em substituição da Professora Sra. Gabriela Rosa dos Passos
Laise Santos Silva	Prof II Ed. Infantil – 20h	056.409.159-60	09/02/2018	Atendimento de aumento excepcional de demanda temporária
Magali Preisler	Prof II Ed. Infantil – 20h	870.932.199-34	09/02/2018	Em substituição da Professora Sra. Rosiane Pacheco
Mariane de Souza Ávila	Prof II Artes – 40h	090.313.979-03	09/02/2018	Atendimento de aumento excepcional de demanda temporária
Mariane Tolentino da Rosa	Prof II Ed. Infantil – 20h	072.317.439-02	09/02/2018	Em substituição da Professora Sra. Onileida de Souza Matta Guimarães
Nádia Romagna da Rosa	Prof II Matemática – 30h	082.453.789-09	09/02/2018	Em substituição da Professora Sr. Arlei Lima
Patrícia Freitas Espezim	Prof II Ed. Infantil – 20h	067.574.709-00	09/02/2018	Em substituição da Professora Sra. Terezinha Damázio
Paula Pereira Totti	Prof II Ed. Infantil – 20h	076.007.229-92	09/02/2018	Em substituição da Professora Sra. Daniela Porsch Casagrande
Renata Martinazzo Sernajoto Ikebata	Prof II Anos Iniciais – 40h	097.781.499-84	09/02/2018	Em substituição da Professora Sra. Eliane Aparecida Moreira Silvério
Renata Silvano de Carvalho	Prof II História – 20h	054.803.959-39	09/02/2018	Em substituição da Professora Sra. Gabriela Miranda Floriano

Ricardo Kaske Freitas	Prof II Ed. Física – 40h	094.021.489-06	09/02/2018	Em substituição do Professor Sr. Matheus Cardoso Serafim
Sérgio de Jesus Almeida Júnior	Prof II Anos Iniciais – 20h	052.761.039-92	09/02/2018	Em substituição da Professora Sra. Floriza Vieira da Rosa
Sirlene Cardoso Formigoni	Prof II Ed. Especial – 20h	806.486.659-68	09/02/2018	Atendimento de aumento excepcional de demanda temporária
Talita Gisele Pereira Santos	Prof II Ed. Especial – 40h	051.965.009-36	09/02/2018	Atendimento de aumento excepcional de demanda temporária
Tamires Dias Viegas	Prof II Língua Portuguesa – 40h	058.975.009-75	09/02/2018	Em substituição da Professora Sra. Adriana Lopes Antônio
Tatiani Moraes Vieira	Prof II Língua Inglesa – 20h	036.265.599-55	09/02/2018	Em substituição da Professora Sra. Magali Aparecida Vieira

Art. 2º Retifica-se a PORTARIA PMI/SEAD Nº 59, de 08 de fevereiro de 2018, na admissão abaixo discriminada, tão-somente no item em que consta a data de admissão de professor(a) aprovado(a) no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 22/2017.

Nome	Cargo	CPF	Admissão	Motivo da Contratação
Bruna Alves Moreira Ferreira	Prof II Anos Iniciais – 20h	012.706.540-71	08/02/2018	Em substituição da Professora Sra. Ivani Garcia Alves

Art. 3º A rescisão contratual ocorrerá no dia útil seguinte ao término do ano letivo de 2018, ou se houver punição disciplinar, ou no momento em que cessar o motivo que justificou a contratação acima, o que ocorrer primeiro.

Parágrafo Único. A critério da Administração Pública, se não houver punição disciplinar ou cessação do motivo que justificou a contratação acima, tal contrato temporário pode ser prorrogado do término do ano letivo de 2018 até o término da colônia de férias.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de 09 de fevereiro de 2018.

Imbituba, 09 de fevereiro de 2018.

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 62/2018

Publicação Nº 1517423

PORTARIA PMI/SEAD Nº 62, de 09 de fevereiro de 2018.
Dispõe sobre a nomeação de Superintendente de Infraestrutura Regional/Norte, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em 09 de fevereiro de 2018, o Sr. JULIANO SOUZA DE ANDRADE, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 032.862.819-05, para exercer o cargo de Superintendente de Infraestrutura Regional/Norte, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 09 de fevereiro de 2018.

Imbituba, 09 de fevereiro de 2018.
Luiz Gonzaga Carvalho
Prefeito Municipal
(Em exercício)

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD/DDP Nº 027/2018

Publicação Nº 1516975

PORTARIA PMI/SEAD/DDP Nº 027, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.

Dispõe sobre a retificação da PORTARIA PMI/SEAD/DDP Nº 021/2018, referente a autorização temporária de uso de área pública e das outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 22 e o art. 26 § 5º, da Lei Orgânica do Município e,
Considerando a PORTARIA PMI/SEAGP Nº 338, de 03 de abril de 2017, a competência estabelecida pelo Art. 2º, II, do Decreto PMI nº 137 de 29 de julho de 2016;

Considerando as informações nos Processos nº(s) 27251; 27254/2017 e 2681/2018;

RESOLVE:

Art. 1º Fica retificada a PORTARIA PMI/SEAD/DDP Nº 021/2018, sobre a autorização de utilização da área pública, situada na Rua Antônio Manoel de Souza, Centro, Imbituba-SC, em frente ao Centro Empresarial Baleia Franca, ao Sr. FERNANDO JORGE FERNANDES, inscrito no CPF sob o nº 058.515.949-18, domiciliado na Rua Pires Silveira, nº 311, Vila Nova, Imbituba-SC, para a realização do evento carnavalesco BOTEQUIM FOLIA 2018, com a devida utilização da área, nos dias 08, 09 e 10/02/2018, a partir das 8:30h até as 02:00h (madrugada) do dia 11/02/2018.

§ 1º Fica vedada a cessão a terceiros, a qualquer título, da área pública ora autorizada.

§ 2º É vedada a destinação da área pública para finalidade diversa da estabelecida nesta Portaria.

§ 3º Não poderá a autorizatária usar o bem de que trata Portaria para propaganda, notadamente de cunho político ou religioso.

§ 4º A autorizatária deverá obter todas as licenças necessárias ao pleno desenvolvimento da atividade econômica, conforme exigir a legislação em vigor.

Art. 2º A presente autorização é outorgada para o período determinado no art. 1º da presente, a contar da edição/publicação deste ato, a título precário e de caráter gratuito e intransferível.

Parágrafo único: A responsabilidade por danos a terceiros e ao patrimônio público é exclusiva da Autorizatária.

Art. 3º O Autorizador poderá revogar a autorização objeto desta Portaria, independentemente de qualquer ato ou notificação judicial ou extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento das condições ora estabelecidas ou, ainda, quando o interesse público o exigir.

§1º No caso de revogação da autorização, a Autorizatária deverá restituir o bem público imediatamente após a edição do respectivo ato revogatório, obrigando-se, enquanto o mesmo estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

§2º A revogação desta autorização não importa em direito da Autorizatária a indenização de qualquer natureza, inclusive por benfeitorias introduzidas no bem.

Art. 4º A autorização de que trata esta portaria fica vinculada a assinatura do Termo de Autorização de Uso de Bem Público pelo autorizatário e autoridades competentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 08 de fevereiro de 2018.

AMILTON GONÇALVES DE SOUZA

Secretário Municipal de Administração

Registra-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

LUÍZA ROSTIROLA CHUKSTER

Diretora de Documentação e Patrimônio

PORTARIA PMI/UCSCI Nº 003/2018

Publicação Nº 1516891

PORTARIA PMI/UCSCI Nº 003, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.

Dispõe sobre a reinstauração de sindicância, designação dos sindicantes e dá outras providências.

A CONTROLADORA INTERNA DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, em conformidade com a Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, que institui o Regime Disciplinar dos Servidores Públicos do Município, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas municipais, e

CONSIDERANDO, ainda, a Lei nº 4.422 de 03 de julho de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º REINSTAURAR Tomada de Contas Especial constituída pela Portaria PMI/UCSCI Nº 14/2017, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 06/12/2017.

Art. 2º DESIGNAR, nos termos da LC nº 4.422, de 03 de julho de 2014, os seguintes servidores para compor a partir deste momento a

Comissão de Sindicância:

I – Ana Maria Espíndola, matrícula nº 043, Agente Administrativa, lotada na Procuradoria Geral do Município, presidente da Comissão;
II – Vera Lúcia Vieira Silveira, matrícula nº 573, Professora de anos iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação;
III – Caroline Gomes Domingos Hipólito, matrícula nº 4474, Psicóloga, lotada na Secretaria da Saúde;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 08 de fevereiro de 2018.

Bruna Martins Duarte
Controladora Interna

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

PORTARIA PMI/UCSCI Nº 004/2018

Publicação Nº 1516892

PORTARIA PMI/UCSCI Nº 004, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.

Dispõe sobre a reinstauração de sindicância, designação dos sindicantes e dá outras providências.

A CONTROLADORA INTERNA DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, em conformidade com a Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, que institui o Regime Disciplinar dos Servidores Públicos do Município, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas municipais, e

CONSIDERANDO, ainda, a Lei nº 4.422 de 03 de julho de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º REINSTAURAR Tomada de Contas Especial constituída pela Portaria PMI/UCSCI Nº 15/2017, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 06/12/2017.

Art. 2º DESIGNAR, nos termos da LC nº 4.422, de 03 de julho de 2014, os seguintes servidores para compor a partir deste momento a Comissão de Sindicância:

I – Ana Maria Espíndola, matrícula nº 043, Agente Administrativa, lotada na Procuradoria Geral do Município, presidente da Comissão;
II – Vera Lúcia Vieira Silveira, matrícula nº 573, Professora de anos iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação;
III – Caroline Gomes Domingos Hipólito, matrícula nº 4474, Psicóloga, lotada na Secretaria da Saúde;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 08 de fevereiro de 2018.

Bruna Martins Duarte
Controladora Interna

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

PORTARIA PMI/UCSCI Nº 005/2018

Publicação Nº 1516893

PORTARIA PMI/UCSCI Nº 005, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.

Dispõe sobre a reinstauração de sindicância, designação dos sindicantes e dá outras providências.

A CONTROLADORA INTERNA DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, em conformidade com a Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, que institui o Regime Disciplinar dos Servidores Públicos do Município, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas municipais, e

CONSIDERANDO, ainda, a Lei nº 4.422 de 03 de julho de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º REINSTAURAR Tomada de Contas Especial constituída pela Portaria PMI/UCSCI Nº 23/2017, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 06/12/2017.

Art. 2º DESIGNAR, nos termos da LC nº 4.422, de 03 de julho de 2014, os seguintes servidores para compor a partir deste momento a

Comissão de Sindicância:

I – Ana Maria Espíndola, matrícula nº 043, Agente Administrativa, lotada na Procuradoria Geral do Município, presidente da Comissão;
II – Vera Lúcia Vieira Silveira, matrícula nº 573, Professora de anos iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação;
III – Caroline Gomes Domingos Hipólito, matrícula nº 4474, Psicóloga, lotada na Secretaria da Saúde;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 08 de fevereiro de 2018.

Bruna Martins Duarte
Controladora Interna

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

PORTARIA PMI/UCSCI Nº 006/2018

Publicação Nº 1516894

PORTARIA PMI/UCSCI Nº 006, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.

Dispõe sobre a reinstauração de sindicância, designação dos sindicantes e dá outras providências.

A CONTROLADORA INTERNA DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, em conformidade com a Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, que institui o Regime Disciplinar dos Servidores Públicos do Município, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas municipais, e

CONSIDERANDO, ainda, a Lei nº 4.422 de 03 de julho de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º REINSTAURAR sindicância constituída pela Portaria PMI/UCSCI Nº 24/2017, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 06/12/2017.

Art. 2º DESIGNAR, nos termos da LC nº 4.422, de 03 de julho de 2014, os seguintes servidores para compor a partir deste momento a Comissão de Sindicância:

I – Ana Maria Espíndola, matrícula nº 043, Agente Administrativa, lotada na Procuradoria Geral do Município, presidente da Comissão;
II – Vera Lúcia Vieira Silveira, matrícula nº 573, Professora de anos iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação;
III – Caroline Gomes Domingos Hipólito, matrícula nº 4474, Psicóloga, lotada na Secretaria da Saúde;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 08 de fevereiro de 2018.

Bruna Martins Duarte
Controladora Interna

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

PORTARIA PMI/UCSCI Nº 007/2018

Publicação Nº 1516895

PORTARIA PMI/UCSCI Nº 007, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.

Dispõe sobre a reinstauração de sindicância, designação dos sindicantes e dá outras providências.

A CONTROLADORA INTERNA DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, em conformidade com a Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, que institui o Regime Disciplinar dos Servidores Públicos do Município, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas municipais, e

CONSIDERANDO, ainda, a Lei nº 4.422 de 03 de julho de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º REINSTAURAR sindicância constituída pela Portaria PMI/UCSCI Nº 25/2017, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 06/12/2017.

Art. 2º DESIGNAR, nos termos da LC nº 4.422, de 03 de julho de 2014, os seguintes servidores para compor a partir deste momento a Comissão de Sindicância:

I – Ana Maria Espíndola, matrícula nº 043, Agente Administrativa, lotada na Procuradoria Geral do Município, presidente da Comissão;
II – Vera Lúcia Vieira Silveira, matrícula nº 573, Professora de anos iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação;
III – Caroline Gomes Domingos Hipólito, matrícula nº 4474, Psicóloga, lotada na Secretaria da Saúde;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 08 de fevereiro de 2018.

Bruna Martins Duarte
Controladora Interna

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

PORTARIA PMI/UCSCI Nº 008/2018

Publicação Nº 1516896

PORTARIA PMI/UCSCI Nº 008, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.
Dispõe sobre a reinstauração de sindicância, designação dos sindicantes e dá outras providências.

A CONTROLADORA INTERNA DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, em conformidade com a Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, que institui o Regime Disciplinar dos Servidores Públicos do Município, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas municipais, e

CONSIDERANDO, ainda, a Lei nº 4.422 de 03 de julho de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º REINSTAURAR sindicância constituída pela Portaria PMI/UCSCI Nº 26/2017, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 06/12/2017.

Art. 2º DESIGNAR, nos termos da LC nº 4.422, de 03 de julho de 2014, os seguintes servidores para compor a partir deste momento a Comissão de Sindicância:

I – Ana Maria Espíndola, matrícula nº 043, Agente Administrativa, lotada na Procuradoria Geral do Município, presidente da Comissão;
II – Vera Lúcia Vieira Silveira, matrícula nº 573, Professora de anos iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação;
III – Caroline Gomes Domingos Hipólito, matrícula nº 4474, Psicóloga, lotada na Secretaria da Saúde;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 08 de fevereiro de 2018.

Bruna Martins Duarte
Controladora Interna

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

PORTARIA PMI/UCSCI Nº 009/2018

Publicação Nº 1516897

PORTARIA PMI/UCSCI Nº 009, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.
Dispõe sobre a reinstauração de sindicância, designação dos sindicantes e dá outras providências.

A CONTROLADORA INTERNA DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, em conformidade com a Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, que institui o Regime Disciplinar dos Servidores Públicos do Município, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas municipais, e

CONSIDERANDO, ainda, a Lei nº 4.422 de 03 de julho de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º REINSTAURAR sindicância constituída pela Portaria PMI/UCSCI Nº 27/2017, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 06/12/2017.

Art. 2º DESIGNAR, nos termos da LC nº 4.422, de 03 de julho de 2014, os seguintes servidores para compor a partir deste momento a Comissão de Sindicância:

I – Ana Maria Espíndola, matrícula nº 043, Agente Administrativa, lotada na Procuradoria Geral do Município, presidente da Comissão;
II – Vera Lúcia Vieira Silveira, matrícula nº 573, Professora de anos iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação;

III – Caroline Gomes Domingos Hipólito, matrícula nº 4474, Psicóloga, lotada na Secretaria da Saúde;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 08 de fevereiro de 2018.

Bruna Martins Duarte
Controladora Interna

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

PORTARIA PMI/UCSCI Nº 010/2018

Publicação Nº 1516899

PORTARIA PMI/UCSCI Nº 010, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.

Dispõe sobre a reinstauração de sindicância, designação dos sindicantes e dá outras providências.

A CONTROLADORA INTERNA DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, em conformidade com a Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, que institui o Regime Disciplinar dos Servidores Públicos do Município, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas municipais, e

CONSIDERANDO, ainda, a Lei nº 4.422 de 03 de julho de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º REINSTAURAR sindicância constituída pela Portaria PMI/UCSCI Nº 28/2017, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 06/12/2017.

Art. 2º DESIGNAR, nos termos da LC nº 4.422, de 03 de julho de 2014, os seguintes servidores para compor a partir deste momento a Comissão de Sindicância:

I – Ana Maria Espíndola, matrícula nº 043, Agente Administrativa, lotada na Procuradoria Geral do Município, presidente da Comissão;
II – Vera Lúcia Vieira Silveira, matrícula nº 573, Professora de anos iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação;
III – Caroline Gomes Domingos Hipólito, matrícula nº 4474, Psicóloga, lotada na Secretaria da Saúde;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 08 de fevereiro de 2018.

Bruna Martins Duarte
Controladora Interna

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

PORTARIA PMI/UCSCI Nº 011/2018

Publicação Nº 1516900

PORTARIA PMI/UCSCI Nº 011, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.

Dispõe sobre a reinstauração de sindicância, designação dos sindicantes e dá outras providências.

A CONTROLADORA INTERNA DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, em conformidade com a Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, que institui o Regime Disciplinar dos Servidores Públicos do Município, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas municipais, e

CONSIDERANDO, ainda, a Lei nº 4.422 de 03 de julho de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º REINSTAURAR sindicância constituída pela Portaria PMI/UCSCI Nº 29/2017, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 06/12/2017.

Art. 2º DESIGNAR, nos termos da LC nº 4.422, de 03 de julho de 2014, os seguintes servidores para compor a partir deste momento a Comissão de Sindicância:

I – Ana Maria Espíndola, matrícula nº 043, Agente Administrativa, lotada na Procuradoria Geral do Município, presidente da Comissão;
II – Vera Lúcia Vieira Silveira, matrícula nº 573, Professora de anos iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação;
III – Caroline Gomes Domingos Hipólito, matrícula nº 4474, Psicóloga, lotada na Secretaria da Saúde;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 08 de fevereiro de 2018.

Bruna Martins Duarte
Controladora Interna

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

PORTARIA PMI/UCSCI Nº 012/2018

Publicação Nº 1516901

PORTARIA PMI/UCSCI Nº 012, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.
Dispõe sobre a reinstauração de sindicância, designação dos sindicantes e dá outras providências.

A CONTROLADORA INTERNA DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, em conformidade com a Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, que institui o Regime Disciplinar dos Servidores Públicos do Município, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas municipais, e

CONSIDERANDO, ainda, a Lei nº 4.422 de 03 de julho de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º REINSTAURAR sindicância constituída pela Portaria PMI/UCSCI Nº 30/2017, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 06/12/2017.

Art. 2º DESIGNAR, nos termos da LC nº 4.422, de 03 de julho de 2014, os seguintes servidores para compor a partir deste momento a Comissão de Sindicância:

I – Ana Maria Espíndola, matrícula nº 043, Agente Administrativa, lotada na Procuradoria Geral do Município, presidente da Comissão;
II – Vera Lúcia Vieira Silveira, matrícula nº 573, Professora de anos iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação;
III – Caroline Gomes Domingos Hipólito, matrícula nº 4474, Psicóloga, lotada na Secretaria da Saúde;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 08 de fevereiro de 2018.

Bruna Martins Duarte
Controladora Interna

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

PORTARIA PMI/UCSCI Nº 013/2018

Publicação Nº 1516902

PORTARIA PMI/UCSCI Nº 013, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.
Dispõe sobre a reinstauração de sindicância, designação dos sindicantes e dá outras providências.

A CONTROLADORA INTERNA DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, em conformidade com a Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, que institui o Regime Disciplinar dos Servidores Públicos do Município, das autarquias, inclusive as em regime

especial, e das fundações públicas municipais, e

CONSIDERANDO, ainda, a Lei nº 4.422 de 03 de julho de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º REINSTAURAR sindicância constituída pela Portaria PMI/UCSCI Nº 31/2017, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 06/12/2017.

Art. 2º DESIGNAR, nos termos da LC nº 4.422, de 03 de julho de 2014, os seguintes servidores para compor a partir deste momento a Comissão de Sindicância:

I – Ana Maria Espíndola, matrícula nº 043, Agente Administrativa, lotada na Procuradoria Geral do Município, presidente da Comissão;
II – Vera Lúcia Vieira Silveira, matrícula nº 573, Professora de anos iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação;
III – Caroline Gomes Domingos Hipólito, matrícula nº 4474, Psicóloga, lotada na Secretaria da Saúde;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 08 de fevereiro de 2018.

Bruna Martins Duarte
Controladora Interna

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

PORTARIA PMI/UCSCI Nº 014/2018

Publicação Nº 1516903

PORTARIA PMI/UCSCI Nº 014, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.
Dispõe sobre a reinstauração de sindicância, designação dos sindicantes e dá outras providências.

A CONTROLADORA INTERNA DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, em conformidade com a Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, que institui o Regime Disciplinar dos Servidores Públicos do Município, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas municipais, e

CONSIDERANDO, ainda, a Lei nº 4.422 de 03 de julho de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º REINSTAURAR Tomada de Contas Especial constituída pela Portaria PMI/UCSCI Nº 32/2017, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 06/12/2017.

Art. 2º DESIGNAR, nos termos da LC nº 4.422, de 03 de julho de 2014, os seguintes servidores para compor a partir deste momento

a Comissão de Sindicância:

I – Ana Maria Espíndola, matrícula nº 043, Agente Administrativa, lotada na Procuradoria Geral do Município, presidente da Comissão;
II – Vera Lúcia Vieira Silveira, matrícula nº 573, Professora de anos iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação;
III – Caroline Gomes Domingos Hipólito, matrícula nº 4474, Psicóloga, lotada na Secretaria da Saúde;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 08 de fevereiro de 2018.

Bruna Martins Duarte
Controladora Interna

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

PORTARIA PMI/UCSCI Nº 015/2018

Publicação Nº 1516904

PORTARIA PMI/UCSCI Nº 015, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.
Dispõe sobre a reinstauração de sindicância, designação dos sindicantes e dá outras providências.

A CONTROLADORA INTERNA DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, em conformidade com a Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, que institui o Regime Disciplinar dos Servidores Públicos do Município, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas municipais, e

CONSIDERANDO, ainda, a Lei nº 4.422 de 03 de julho de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º REINSTAURAR sindicância constituída pela Portaria PMI/UCSCI Nº 33/2017, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 06/12/2017.

Art. 2º DESIGNAR, nos termos da LC nº 4.422, de 03 de julho de 2014, os seguintes servidores para compor a partir deste momento a Comissão de Sindicância:

I – Ana Maria Espíndola, matrícula nº 043, Agente Administrativa, lotada na Procuradoria Geral do Município, presidente da Comissão;
II – Vera Lúcia Vieira Silveira, matrícula nº 573, Professora de anos iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação;
III – Caroline Gomes Domingos Hipólito, matrícula nº 4474, Psicóloga, lotada na Secretaria da Saúde;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 08 de fevereiro de 2018.

Bruna Martins Duarte
Controladora Interna

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

PORTARIA PMI/UCSCI Nº 016/2018

Publicação Nº 1516905

PORTARIA PMI/UCSCI Nº 016, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.
Dispõe sobre a reinstauração de sindicância, designação dos sindicantes e dá outras providências.

A CONTROLADORA INTERNA DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, em conformidade com a Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, que institui o Regime Disciplinar dos Servidores Públicos do Município, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas municipais, e

CONSIDERANDO, ainda, a Lei nº 4.422 de 03 de julho de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º REINSTAURAR sindicância constituída pela Portaria PMI/UCSCI Nº 34/2017, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 06/12/2017.

Art. 2º DESIGNAR, nos termos da LC nº 4.422, de 03 de julho de 2014, os seguintes servidores para compor a partir deste momento a Comissão de Sindicância:

I – Ana Maria Espíndola, matrícula nº 043, Agente Administrativa, lotada na Procuradoria Geral do Município, presidente da Comissão;
II – Vera Lúcia Vieira Silveira, matrícula nº 573, Professora de anos iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação;
III – Caroline Gomes Domingos Hipólito, matrícula nº 4474, Psicóloga, lotada na Secretaria da Saúde;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 08 de fevereiro de 2018.

Bruna Martins Duarte
Controladora Interna

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

PORTARIA PMI/UCSCI Nº 017/2018

Publicação Nº 1516906

PORTARIA PMI/UCSCI Nº 017, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.
Dispõe sobre a reinstauração de sindicância, designação dos sindicantes e dá outras providências.

A CONTROLADORA INTERNA DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, em conformidade com a Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, que institui o Regime Disciplinar dos Servidores Públicos do Município, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas municipais, e

CONSIDERANDO, ainda, a Lei nº 4.422 de 03 de julho de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º REINSTAURAR Tomada de Contas Especial constituída pela Portaria PMI/UCSCI Nº 16/2017, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 06/12/2017.

Art. 2º DESIGNAR, nos termos da LC nº 4.422, de 03 de julho de 2014, os seguintes servidores para compor a partir deste momento a Comissão de Sindicância:

I – Ana Maria Espíndola, matrícula nº 043, Agente Administrativa, lotada na Procuradoria Geral do Município, presidente da Comissão;
II – Vera Lúcia Vieira Silveira, matrícula nº 573, Professora de anos iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação;
III – Caroline Gomes Domingos Hipólito, matrícula nº 4474, Psicóloga, lotada na Secretaria da Saúde;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 08 de fevereiro de 2018.

Bruna Martins Duarte
Controladora Interna

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

PORTARIA PMI/UCSCI Nº 018/2018

Publicação Nº 1516907

PORTARIA PMI/UCSCI Nº 018, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.

Dispõe sobre a suspensão dos trabalhos da comissão permanente de sindicância e processo administrativo disciplinar e dá outras providências.

A CONTROLADORA INTERNA DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, em conformidade com a Lei Complementar nº 4.422, de 03 de julho de 2014, que autoriza o executivo Municipal a instituir a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar no âmbito da Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências, e

CONSIDERANDO, ainda, a Lei de Regime Disciplinar nº 3.086/2007;

RESOLVE:

Art. 1º INFORMAR, que no período compreendido entre 15 e 24 de fevereiro de 2018, os trabalhos da Comissão de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar estarão suspensos, com prejuízo da remuneração aos membros.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 08 de fevereiro de 2018.

Bruna Martins Duarte
Controladora Interna

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

RESOLUÇÃO Nº001/2018-CMDCA

Publicação Nº 1517041

RESOLUÇÃO Nº001/2018 - C.M.D.C.A.

Aprova proposição que firma termo de convenio entre a Prefeitura Municipal de Imbituba através do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente com a Entidade Atlético Clube Imbituba.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA

CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE IMBITUBA – CMDCA/2018, no uso da atribuição que lhe é conferida pela Lei nº 4.110/2012, RESOLVE:

Art. 1º Aprova firmar Termo de Convenio entre Prefeitura Municipal de Imbituba através do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente (FIA) com a ENTIDADE DO ATLÉTICO CLUBE IMBITUBA, presida por Michell Nunes, com endereço a Rua José Catisano, 53, Paes Leme, CNPJ 18747069-0001-49 com recursos destinados a esta entidade por empresas diversas, através do FIA.

Art. 2º Os recursos financeiros serão utilizados pelo ATLÉTICO CLUBE IMBITUBA, para pagamento de instrutores técnicos, preparadores físicos, preparador de goleiro, massagista, fisioterapeuta, psicóloga, custos de alimentação, deslocamento de crianças, adolescentes e equipe técnica para treinamentos, torneios e campeonatos, aquisição de uniformes e material esportivo.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 01 de fevereiro de 2018.

Valéria Maciel Costa Carvalho
Presidente do CMDCA

RESOLUÇÃO Nº002/2018-CMDCA

Publicação Nº 1517043

RESOLUÇÃO Nº002/2018 - C.M.D.C.A.

Aprova o pagamento da capacitação para os Conselheiros Tutelares de Imbituba com o assunto: 12º Edição do Seminário de Acolhimento Institucional e Familiar – Etapa Sul pela Prefeitura Municipal de Imbituba através dos recursos do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE IMBITUBA – CMDCA/2018, no uso da atribuição que lhe é conferida pela Lei nº 4.110/2012, RESOLVE:

Art. 1º Aprova o pagamento da capacitação para os Conselheiros Tutelares de Imbituba com o assunto: 12º Edição do Seminário de Acolhimento Institucional e Familiar – Etapa Sul pela Prefeitura Municipal de Imbituba através dos recursos do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente.

Art. 2º Os recursos financeiros serão utilizados pelo Conselho Tutelar para pagamento de capacitação para três conselheiros, em Florianópolis, nos dias 05 a 07 de março do corrente ano, no valor de R\$ 2.550,00, incluindo hospedagem e alimentação. O seminário tem o propósito de aprimorar os conselheiros sobre suas atribuições e conhecimentos na área da infância.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação. Imbituba, 01 de fevereiro de 2018.

Valéria Maciel Costa Carvalho
Presidente do CMDCA

RESOLUÇÃO Nº003/2018-CMDCA

Publicação Nº 1517046

RESOLUÇÃO Nº003/2018 - C.M.D.C.A.

Aprova a implantação do Projeto Bem te Quero, de Entidade Executora, o Programa Acalento através da SEASTH, que consiste em Apadrinhamento Afetivo para crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE IMBITUBA – CMDCA/2018, no uso da atribuição que lhe é conferida pela Lei nº 4.110/2012, RESOLVE:

Art. 1º Aprova a implantação do Projeto Bem Te Quero, de Entidade Executora, o Programa Acalento através da SEASTH, que consiste em Apadrinhamento Afetivo para crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 01 de fevereiro de 2018.

Valéria Maciel Costa Carvalho

Presidente do CMDCA

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA CMI Nº 018/2018

Publicação Nº 1517817

PORTARIA CMI Nº 018/2018

“Concede Férias à Servidora Erica Batista Pittigliani Custódio”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º Conceder à Senhora Erica Batista Pittigliani Custódio, Controladora, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, referentes ao período aquisitivo de 16/03/2016 a 15/03/2017, a serem usufruídas entre os dias 14/02/2018 e 15/03/2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 08 de fevereiro de 2018.

Luiz Claudio Carvalho de Souza

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 08/02/2018.

PORTARIA CMI Nº 019/2018

Publicação Nº 1517824

PORTARIA CMI Nº 019/2018

“Concede Férias à Servidora Rosalba da Silveira Espíndola”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º Conceder à Senhora Rosalba da Silveira Espíndola, Auxiliar de Serviços, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, referentes ao período aquisitivo de 10/01/2017 a 09/01/2018, a serem usufruídas da seguinte forma:

I- 20 (vinte) dias no período entre 19/02/2018 e 10/03/2018;

II-10 (dez) dias a serem convertidos em abono pecuniário, conforme o Art. 143 da Consolidação das Leis do Trabalho, Decreto-Lei nº 5.452, de 1º maio de 1943.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 08 de fevereiro de 2018.

Luiz Claudio Carvalho de Souza

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 08/02/2018.

PORTARIA CMI Nº 020/2018

Publicação Nº 1517829

PORTARIA CMI Nº 020/2018

“Concede Férias ao Servidor Emerson Pacheco Custódio”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º Conceder ao Senhor Emerson Pacheco Custódio, Analista Legislativo, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, referentes ao período aquisitivo de 21/01/2017 a 20/01/2018, a serem usufruídas entre os dias 22/02/2018 e 23/03/2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 08 de fevereiro de 2018.

Luiz Claudio Carvalho de Souza

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 08/02/2018.

PORTARIA CMI Nº 021/2018

Publicação Nº 1517834

PORTARIA CMI Nº 021/2018

“Concede Férias à Servidora Sandra Pires”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º Conceder à Senhora Sandra Pires, Telefonista/Recepcionista, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, referentes ao período aquisitivo de 09/04/2016 a 08/04/2017, a serem usufruídas entre os dias 26/02/2018 e 27/03/2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 08 de fevereiro de 2018.

Luiz Claudio Carvalho de Souza

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 08/02/2018.

PORTARIA CMI Nº 022/2018

Publicação Nº 1517838

PORTARIA CMI Nº 022/2018

“Concede Licença Prêmio ao Servidor Emerson Pacheco Custódio”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo Art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º Conceder ao Senhor Emerson Pacheco Custódio, servidor efetivo da Câmara Municipal de Imbituba, 30 (trinta) dias de licença prêmio, dos 90 (noventa) dias a que tem direito, em decorrência do período aquisitivo de 21/01/2013 a 20/01/2018.

Parágrafo único. Os 30 (trinta) dias concedidos acima serão revertidos em abono pecuniário, conforme artigo 23 da Lei Complementar nº 1.145, de 15 de maio de 1991.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 08 de fevereiro 2018.

Luiz Claudio Carvalho de Souza

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 08/02/2018.

Imbuia

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO DE EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO EDITAL 10-2018

Publicação Nº 1516877

MUNICÍPIO DE IMBUIA – SC
PROCESSO LICITATORIO Nº 10/2018
TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2018

No extrato de TOMADA DE PREÇO nº 10/2018, que tem por objeto a para eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E/OU AMPLIAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E/OU EXTENSÃO DE REDE DE ENERGIA NO MUNICÍPIO DE IMBUIA. publicado no D.O.M. de 08/02/2018. Onde se lê: 23/02/2018 às 09:00hs. Leia-se: 26/02/2018 às 09:00hs, pelo motivo de problemas nas publicações. JOÃO SCHWAMBACH – Prefeito Municipal.

Indaial

PREFEITURA

DECRETO Nº 057/18

Publicação Nº 1517170

. DECRETO Nº 57/18

. De 02 de fevereiro de 2018

NOMEIA AUXILIAR DE COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL / SANDRA REGINA CESCON

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, anexo III da Lei 3.990/2009 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 01 de fevereiro de 2018, para exercer a função de Auxiliar de Coordenação de Educação Infantil (COR1), na U.E.I Bairro Tapajós – Professora Áurea Bonatti Merini, SANDRA REGINA CESCON.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de fevereiro de 2018..

Município de Indaial, em 02 de fevereiro de 2018.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

OZINIL MARTINS DE SOUZA

Secretário de Educação

MANOEL FELIPE BOAVENTURA

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 061/18

Publicação Nº 1517171

. DECRETO Nº 61/18

. De 05 de fevereiro de 2018

EXONERA AUXILIAR DE COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL / IVANIA OLINA DA ROCHA

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 3.990/90 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a partir de 01 de Fevereiro de 2018, do Cargo em Comissão de Auxiliar de Coordenação de Educação Infantil, nomeada nos termos do Decreto nº 099/17, IVANIA OLINA DA ROCHA, por assumir como Professora conforme Concurso Público nº 001/2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de fevereiro de 2018

Município de Indaial, em 05 de fevereiro de 2018.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

OZINIL MARTINS DE SOUZA

Secretário de Educação

MANOEL FELIPE BOAVENTURA

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 062/18

Publicação Nº 1517174

. DECRETO Nº 62/18

. De 05 de fevereiro de 2018

NOMEIA AUXILIAR DE DIREÇÃO / ROSA MACHADO PAUL

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, anexo III da Lei 3.990/2009, alterada pela Lei nº 5508 de 19 de dezembro de 2017 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a partir de 05 de fevereiro de 2018, para exercer o cargo em Comissão de Auxiliar de Direção (DAE2), no Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA), ROSA MACHADO PAUL, Inscrita no CPF sob o nº 904.392.289-72.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 05 de fevereiro de 2018.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

OZINIL MARTINS DE SOUZA

Secretário de Educação

MANOEL FELIPE BOAVENTURA

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 063/18

Publicação Nº 1517181

. DECRETO Nº 63/18

. De 05 de fevereiro de 2018

ALTERA CARGA HORÁRIA / BEATRIZ EWALD

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterada a carga horária da servidora Beatriz Ewald, nomeada pelo Decreto 166/17, alterada nomenclatura pelo Decreto nº 868/17, conforme LC Nº 199/17, para exercer o Cargo em Comissão de Supervisora de Atividades Esportivas (CC4), para 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 01 de fevereiro de 2018.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de fevereiro de 2018.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 49 de 2017.

Município de Indaial, em 05 de fevereiro de 2018.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO Nº 064/18

Publicação Nº 1517490

. DECRETO Nº 64/18

. De 05 de fevereiro de 2018

NOMEIA SUPERVISOR DE ATIVIDADES ESPORTIVAS / FME / WILLIAM DE BORBA

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 199, de 09 de outubro de 2017 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado, a partir de 01 de fevereiro de 2018, para exercer o Cargo em Comissão de Supervisor de Atividades Esportivas, na Fundação Municipal de Esporte (FME), Piscina, previsto na Lei Complementar nº 199/2017 (símbolo CC-4), com vencimento pertinente ao respectivo cargo, WILLIAM DE BORBA, inscrito no CPF sob o nº 061.341.199-46.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de fevereiro de 2018..

Município de Indaial, em 05 de fevereiro de 2018.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

DECRETO Nº 065/18

Publicação Nº 1517496

. DECRETO Nº 65/18

. De 06 de fevereiro de 2018

EXONERA AUXILIAR DE DIREÇÃO / LUCÉLIA BARTH

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 3.990/90 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a partir de 02 de Fevereiro de 2018, do Cargo em Comissão de Auxiliar de Direção, nomeada nos termos do Decreto nº 131/17, LUCÉLIA BARTH.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de fevereiro de 2018

Município de Indaial, em 06 de fevereiro de 2018.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

OZINIL MARTINS DE SOUZA

Secretário de Educação

MANOEL FELIPE BOAVENTURA

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 066/18

Publicação Nº 1517498

. DECRETO Nº 66/18

. De 06 de fevereiro de 2018

NOMEIA AUXILIAR DE DIREÇÃO – DAE2 / ROSECLEIA MARIS SENES

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, anexo III da Lei 3.990/2009, alterada pela Lei nº 5508 de 19 de dezembro de 2017 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 05 de fevereiro de 2018, para exercer a função de Auxiliar de Direção (DAE2), na E.B.M. Tancredo de Almeida Neves, ROSECLEIA MARIS SENES, Inscrita no CPF sob o nº 059.582.019-05.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 05 de fevereiro de 2018.

Município de Indaial, em 06 de fevereiro de 2018.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

OZINIL MARTINS DE SOUZA

Secretário de Educação

MANOEL FELIPE BOAVENTURA

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 070/18

Publicação Nº 1517502

. DECRETO Nº 70/18

. De 07 de fevereiro de 2018

HOMOLOGA EDITAL PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 01/2018/SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE /CARGOS MÉDICO CARDIOLOGISTA 10H, MÉDICO GASTROENTEROLOGISTA 10H, MÉDICO NEUROPEDIATRA 10H E MÉDICO PNEUMOLOGISTA 10H E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, o Edital do Processo Seletivo nº 01/2018, para o preenchimento de vagas temporárias existentes de Médico Cardiologista 10h, Médico Gastroenterologista 10h, Médico Neuropediatra 10h e Médico Pneumologista 10h, do quadro de pessoal da Secretaria de Saúde do Município de Indaial, Edital é parte integrante deste Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 07 de fevereiro de 2018.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

EDITAL PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2018

Dispõe sobre a abertura de Processo Seletivo Público Simplificado para contratação de pessoal por prazo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público para os cargos de Médico Cardiologista 10h, Médico Gastroenterologista 10h, Médico Neuropediatra 10h e Médico Pneumologista 10h e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, resolve tornar público o presente Edital, que estabelece instruções especiais destinadas à realização de PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2018 para a contratação de Médico Cardiologista 10h, Médico Gastroenterologista 10h, Médico Neuropediatra 10h e Médico Pneumologista 10h por prazo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público em regime especial de trabalho. A contratação de pessoal será destinada para atuar no Serviço de Atenção Integrado a Saúde, nos termos da Lei Municipal nº 4.724 de 2012, Lei Municipal nº 4.986 de 2014 e Decreto nº 28 de 30 de janeiro de 2018, que designou a Comissão Especial de realização e Acompanhamento do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2018.

1. Do Regime Jurídico e Remuneração

1.1 A contratação ocorrerá em Regime Especial, com fundamento no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, na Lei Municipal nº 4.724 de 2012 e Lei Municipal nº 4.986 de 2014.

1.2 O contrato terá a validade de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por uma única vez, conforme a Lei Municipal nº 4.724 de 2012, alterada pela Lei Municipal nº 4.986 de 2014, havendo rescisão quando da realização de concurso público pelo município, para os cargos previstos neste edital.

1.3 A remuneração será estabelecida conforme o item 2 deste edital.

1.4 O prazo de validade do Processo Seletivo é de 1 (um) ano, a contar da homologação do resultado, podendo ser prorrogado até o limite máximo de 1 (um) ano.

1.5 Os aprovados e contratados por este edital terão o horário de trabalho estabelecido de acordo com as necessidades do órgão requisitante, podendo ser no período matutino e/ou vespertino e/ou noturno, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

1.6 Todos os atos pertinentes ao presente processo seletivo serão publicados e divulgados por meio do endereço eletrônico www.saudeindaial.sc.gov.br, bem como no mural da Secretaria de Saúde do Município de Indaial.

1.7 É de inteira responsabilidade do candidato, acompanhar a publicação ou divulgação dos atos pertinentes ao PS de que trata este edital, obrigando-se a atender aos prazos e condições estipulados e que forem publicados durante a execução do Processo Seletivo.

1.8 A inscrição implicará o conhecimento das presentes instruções por parte do candidato e o compromisso tácito de aceitação das condições do Processo Seletivo Público Simplificado, tais como aqui se acham estabelecidas.

1.9 Será admitida a impugnação deste Edital, no prazo de (01) um dia útil, a contar do dia de sua publicação, o impugnante deverá preencher o anexo III, e enviá-los digitalizados em arquivo PDF ao endereço eletrônico psmedicos@saudeindaial.sc.gov.br.

1.10 Os requisitos para o exercício do cargo deverão estar concluídos e serem comprovados para contratação do convocado.

2. Dos Cargos

Cargos	Vagas	Carga horária Semanal	Escolaridade e Exigência Mínima Necessária	Salário Mensal
Médico Cardiologista	1	10h	Ensino Superior na área e registro no Conselho de Classe	R\$ 2.914,36
Médico Gastroenterologista	1	10h	Ensino Superior na área e registro no Conselho de Classe	R\$ 2.914,36
Médico Neuropediatra	1	10h	Ensino Superior na área e registro no Conselho de Classe	R\$ 2.914,36

Médico Pneumologista	1	10h	Ensino Superior na área e registro no Conselho de Classe	R\$ 2.914,36
----------------------	---	-----	--	--------------

Adicionais:

*Insalubridade: 20% do Salário Base.

*Vale Alimentação: proporcional a carga horária.

2.1 Todas as contratações ocorrerão conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, com base na pontuação alcançada de cada candidato para atuar nas Unidades de Saúde do município de Indaial.

3. Das Inscrições

3.1 As inscrições serão realizadas através de formulário eletrônico no site www.saudeindaial.sc.gov.br, menu Concurso/Processo seletivo, no período de 09/02/2018 a 25/02/2018.

3.2 Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá tomar conhecimento do disposto neste edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos e cargo pretendido.

3.3 A inscrição implica no conhecimento e na aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais o candidato não poderá alegar desconhecimento.

3.4 Não será cobrada taxa de inscrição.

3.5 O candidato deverá preencher o formulário no endereço eletrônico descrito no item 3.1 com as informações de identificação e critérios de pontuação, para comprovar a pontuação marcada o candidato deverá enviar documentação em formato PDF agrupado em um único arquivo e anexá-lo em campo específico no próprio formulário. Caso haja dificuldade em realizar este procedimento a documentação deverá ser encaminhada digitalizada ao endereço eletrônico psmedicos@saudeindaial.sc.gov.br. Após o envio do formulário o candidato receberá o comprovante da inscrição no e-mail informado.

3.6 Para candidatar-se às vagas abertas presentes neste Edital, o candidato deverá atender aos requisitos abaixo relacionados, sendo que a falta de comprovação de qualquer um deles, implicará em impedimento para a posse:

a) Ter nacionalidade brasileira ou equiparada;

b) Ter no mínimo 18 anos completos;

c) Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo (graduação, especializações).

3.7 A divulgação da lista provisória de inscritos será no dia 26/02/2018.

a) O prazo para impugnação da relação de inscritos será 01 (um) dia útil a contar da publicação, o candidato deverá preencher o anexo III, e enviá-lo digitalizado em arquivo PDF ao endereço eletrônico psmedicos@saudeindaial.sc.gov.br, até as 23h59min do dia 27/02/2018.

b) A divulgação da lista definitiva de inscritos será no dia 28/02/2018.

4. Das Obrigações**4.1 Das Obrigações Comuns**

a) Executar o serviço zelando pela qualidade das ações e serviços prestados e buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade e economicidade em suas ações.

b) Observar no transcorrer da execução de suas atividades, as orientações emanadas da Secretaria Municipal de Saúde, elaboradas com base no acompanhamento e supervisão.

c) Manter em regularidades suas obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, bem como, estar sempre em dia com o devido Conselho Regional de Medicina.

d) Registrar o ponto eletrônico digital no local de trabalho e cumprir com todas as demais normas técnicas e administrativas (preenchimentos de relatórios, referências, documentos, etc), conforme regulamentação da Secretaria Municipal de Saúde e chefia imediata.

e) Utilizar sistema eletrônico da SMS para registros dos atendimentos no Prontuário eletrônico.

f) Respeitar o número mínimo de atendimentos colocados pela Secretaria Municipal de Saúde.

g) Zelar pelo patrimônio público, bem como pela economia de recursos e materiais de consumo.

h) Respeitar hierarquia do serviço de atendimento, bem como manter boa relação no trabalho em equipe com demais médicos e equipe enfermagem.

i) Participar, conforme a política interna da instituição, de projetos, cursos, eventos, comissões, convênios e programas de ensino, pesquisa e extensão;

j) Elaborar relatórios e laudos técnicos em sua área de especialidade; Participar de programa de treinamento, quando convocado.

k) Assessorar, elaborar e participar de campanhas educativas nos campos da saúde pública e da medicina preventiva;

l) Participar, articulado com equipe multiprofissional, de programas e atividades de educação em saúde visando à melhoria de saúde do indivíduo, da família e da população em geral;

5. Das Atribuições Específicas

5.1 As atribuições específicas de cada cargo estão dispostas no Anexo III deste Edital.

6. Análise dos Critérios para Pontuação

6.1 As contratações serão realizadas de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, sendo ela a responsável pela seleção e efetivação dos profissionais. Os inscritos serão chamados respeitando-se a pontuação de cada profissional, conforme critérios estabelecidos descritos no formulário de inscrição e preenchido pelo candidato.

6.2 No quadro Critério de pontuação marque a opção correspondente à:

a) Tempo de experiência profissional, o candidato deve somar os períodos de tempo trabalhados e informar o total em anos, na opção correspondente.

b) Cursos de especialização realizados na área. O candidato deve marcar o quantitativo correspondente realizado.

c) Tempo de experiência no serviço público, o candidato deverá marcar o item correspondente a somatória dos anos exercidos em serviço público.

6.3 Todos os documentos comprobatórios utilizados para a obtenção de pontos deverão ser digitalizados e encaminhados junto com o ato de inscrição em formato PDF, unificado em um único arquivo.

6.4 Somente serão validados os itens marcados se houver documentação comprobatória equivalente.

7. Da Classificação

7.1 Os candidatos serão classificados em lista nominal, na ordem decrescente de classificação, conforme os cargos descritos neste edital.

7.2 O resultado preliminar será publicado no dia 05/03/2018 no site www.saudeindaial.sc.gov.br, bem como no mural da Secretaria de Saúde do Município.

7.3 No caso de igualdade de classificação, dar-se-á preferência respectivamente ao candidato que:

- a) Comprovar maior tempo de experiência na área a ser contratado, conforme tabela de critérios para pontuação.
- b) Apresentar maior idade, considerando-se dia, mês e ano.

7.4 O prazo para impugnação da classificação será de 01 (um) dia útil, a contar da publicação, até as 23h59min do dia 06/03/2018. O candidato deverá preencher o anexo III, e enviá-lo digitalizado em arquivo PDF ao endereço eletrônico psmedicos@saudeindaial.sc.gov.br.

7.5 Esgotado o prazo do item 7.4, a partir do dia 09/03/2018, será publicada a homologação do resultado e da classificação final.

7.6 Não haverá recurso após a homologação da classificação final dos candidatos.

8. Dos Requisitos Básicos para Contratação

8.1 São requisitos básicos para a contratação:

- a) Ser brasileiro nato ou naturalizado.
- b) Ter idade mínima de 18 (dezoito anos).
- c) Comprovar os requisitos exigidos para o exercício da função.
- d) Comprovar a escolaridade exigida.
- e) Declarar não ter sido demitido ou exonerado a bem do serviço público nos últimos 05 (cinco) anos.
- f) Declarar que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.
- g) Estar em dia com as obrigações eleitorais.
- h) Estar em dia com as obrigações militares para o sexo masculino.
- i) Estar no gozo dos direitos políticos.
- j) Ser portador de certificado de reserva ou de dispensa de incorporação, para o sexo masculino.

9. Dos Procedimentos de Contratação

9.1 O candidato aprovado e classificado, quando convocado para admissão, será submetido ao regime de contrato especial de trabalho, regido pela Lei Municipal nº 4.724 de 2012, alterada pela Lei Municipal nº 4.986 de 2014.

9.2 A contratação do Candidato fica condicionada ao atendimento dos requisitos básicos constantes deste Edital e da legislação vigente.

9.3 O prazo de contratação dar-se-á no prazo de 05 (cinco) dias corridos após a publicação da convocação no site oficial www.saudeindaial.sc.gov.br, considerando-se eliminado o candidato que deixar de comparecer no dia, horário e local aprezados, para assinar o devido contrato.

9.4 A contratação será realizada no Setor de RH da Prefeitura Municipal, Rua Presidente Getúlio Vargas, 126 centro.

10. Do Exame Admissional

10.1 O candidato aprovado, quando convocado para contratação, deverá, obrigatoriamente, submeter-se à Avaliação Médica, em caráter eliminatório, em local e horário previamente designados pelo DPRH.

10.2 O candidato receberá, após a realização do Exame Admissional, o Atestado de Saúde Ocupacional – ASO, com o resultado de apto ou inapto.

10.3 Não poderá ser contratado o candidato que:

- I) for considerado inapto no exame admissional;
- II) deixar de apresentar algum exame solicitado ou com respectivo laudo ausente ou incompleto;
- III) não comparecer na data e local agendado para as avaliações;
- IV) apresentar declaração falsa ou inexata de dados no Exame Admissional, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis;
- V) Na Avaliação Médica poderá utilizar-se de todos os recursos disponíveis para avaliação da aptidão.

11. Das Disposições Gerais

11.1 O PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 01/2018 será supervisionado, coordenado e executado por 01 (uma) Comissão Especial de Acompanhamento de PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO, devidamente designados para esta finalidade através do Decreto nº 28 de 30 de janeiro de 2018.

11.2 A Comissão Especial de Acompanhamento do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO terá como atribuição a avaliação da documentação e contabilização dos pontos de cada candidato participante da seleção.

11.3 O candidato que fizer em qualquer documento, declaração falsa ou inexata, deixar de apresentar os documentos exigidos, ou deixar de atender os requisitos exigidos por este Edital, ainda que verificado posteriormente, será excluído do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 0001/2018, com a consequente anulação do ato de contratação no cargo, pela autoridade competente, sem prejuízo das medidas de ordem administrativa, civil e criminal.

11.4 A classificação do candidato assegurará apenas a expectativa do direito à contratação, ficando a concretização desse ato condicionada às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, dentro do prazo de validade do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 0001/2018.

11.5 Os prazos fixados neste Edital poderão ser prorrogados a juízo da Secretaria de Saúde do Município de Indaial, através de publicidade prévia e ampla.

11.6 As normas deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualização ou acréscimos, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disserem respeito.

11.7 Para a contratação o candidato deverá comunicar se já possui outro cargo, emprego ou função pública e ao se encontrar na situação de acúmulo legal deverá apresentar o horário de trabalho já existente para aferição da compatibilidade de horário com a jornada de trabalho a ser assumida na Secretaria de Saúde do Município de Indaial (deverá apresentar CERTIDÃO ou DECLARAÇÃO sobre o horário de trabalho a ser apresentada no Setor de RH da Prefeitura de Indaial).

11.8 É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no art. 37, inciso XI da Constituição Federal e legislação superveniente, sendo acumulável:

- a) dois cargos ou empregos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

11.9 A proibição de acumular estende-se a empregos, funções, proventos de aposentadoria e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público (Emenda Constitucional nº. 19).

11.10 Os anexos I a III são partes integrantes deste edital.

11.11 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial do Processo Seletivo Público Simplificado nº 0001/2018, pela Secretaria Municipal de Saúde e pelo Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Indaial, em conformidade com este Edital e com a legislação vigente.

Comissão processo Seletivo

Bruna Bruzamarello

Edson Calson

Gislaine Niezer Ruthes

Mara Aparecida Tambani

Indaial, 06 de Fevereiro de 2018.

Adriane Machado Ferrari

Secretária de Saúde

ANEXO I

ATRIBUIÇÕES POR CARGO

MÉDICO CARDIOLOGISTA 10h:

Realizar atendimento na área de cardiologia; desempenhar funções da medicina preventiva e curativa; realizar atendimentos, exames, diagnóstico, terapêutica, acompanhamento dos pacientes e executar qualquer outra atividade que, por sua natureza, esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e área; Efetuar exames médicos, emitir diagnósticos, prescrever medicamentos, solicitar, analisar, interpretar diversos exames e realizar outras formas de tratamento para diversos tipos de enfermidades, aplicando recursos da medicina preventiva ou terapêutica em ambulatorios, hospitais, unidades sanitárias, escolas, setores esportivos, entre outros; Manter registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnóstica, o tratamento prescrito e a evolução da doença; Realizar atendimento individual, individual programado e individual interdisciplinar a pacientes; Efetuar a notificação compulsória de doenças; Realizar reuniões com familiares ou responsáveis de pacientes a fim de prestar informações e orientações sobre a doença e o tratamento a ser realizado; Prestar informações do processo saúde-doença aos indivíduos e a seus familiares ou responsáveis; Participar de grupos terapêuticos através de reuniões realizadas com grupos de pacientes específicos para prestar orientações e tratamentos e proporcionar a troca de experiências entre os pacientes; Participar de reuniões comunitárias em espaços públicos privados ou em comunidades, visando à divulgação de fatores de risco que favorecem enfermidades; Promover reuniões com profissionais da área para discutir conduta a ser tomada em casos clínicos mais complexos; Participar dos processos de avaliação da equipe e dos serviços prestados à população; Realizar diagnóstico da comunidade e levantar indicadores de saúde da comunidade para avaliação do impacto das ações em saúde implementadas por equipe; Representar, quando designado, a Secretaria Municipal na qual está lotado em Conselhos, Comissões, reuniões com as demais Secretarias Municipais; Participar do processo de aquisição de serviços, insumos e equipamentos relativos à sua área; Orientar e zelar pela preservação e guarda dos equipamentos, aparelhos e instrumentais utilizados em sua especialidade, observando a sua correta utilização; Utilizar equipamentos de proteção individual conforme preconizado pela ANVISA; Orientar os servidores que o auxiliam na execução das tarefas típicas do cargo; Realizar outras atribuições afins.

MÉDICO GASTROENTEROLOGISTA 10h

Realizar consultas e atendimentos médicos, levantando hipóteses diagnósticas, solicitando exames, interpretando dados clínicos e de exames, prescrevendo tratamentos, drogas e medicamentos; Executar intervenções clínicas, tratamentos com agentes químicos, físicos e biológicos, monitorar estado de saúde de pacientes, e outras atividades afins; Realizar estudos e pesquisa, levantando dados sobre as necessidades da população e suas condições sanitárias e de saúde; Orientar enfermeiros, assistentes e outras pessoas envolvidas, para o adequado atendimento, tratamento e prestação do serviço médico e de saúde; Desenvolver e atuar em programas de prevenção, promoção de saúde e qualidade de vida; Exercer outras atividades relacionadas a sua área de atuação profissional; Manter-se atualizado; Manifestar atenção seletiva, tolerância e empatia; Demonstrar rapidez de percepção, imparcialidade de julgamento; Lidar com situações adversas; Trabalhar em equipe; Interpretar linguagem verbal e não-verbal; Tomar decisões; Preservar sigilo médico. Efetuar exames médicos, emitir diagnósticos, prescrever medicamentos, solicitar, analisar, interpretar diversos exames e realizar outras formas de tratamento para diversos tipos de enfermidades, aplicando recursos da medicina preventiva ou terapêutica em ambulatorios, hospitais, unidades sanitárias, escolas, setores esportivos, entre outros; Manter registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnóstica, o tratamento prescrito e a evolução da doença; Realizar atendimento individual, individual programado e individual interdisciplinar a pacientes; Efetuar a notificação compulsória de doenças; Realizar reuniões com familiares ou responsáveis de pacientes a fim de prestar informações e orientações sobre a doença e o tratamento a ser realizado; Prestar informações do processo saúde-doença aos indivíduos e a seus familiares ou responsáveis; Participar de grupos terapêuticos através de reuniões realizadas com grupos de pacientes específicos para prestar orientações e tratamentos e proporcionar a troca de experiências entre os pacientes; Participar de reuniões comunitárias em espaços públicos privados ou em comunidades, visando à divulgação de fatores de risco que favorecem enfermidades; Promover reuniões com profissionais da área para discutir conduta a ser tomada em casos clínicos mais complexos; Participar dos processos de avaliação da equipe e dos serviços prestados à população; Realizar diagnóstico da comunidade e levantar indicadores de saúde da comunidade para avaliação do impacto das ações em saúde implementadas por equipe; Representar, quando designado, a Secretaria Municipal na qual está lotado em Conselhos, Comissões, reuniões com as demais Secretarias Municipais; Participar do processo de aquisição de serviços, insumos e equipamentos relativos à sua área; Orientar e zelar pela preservação e guarda dos equipamentos, aparelhos e instrumentais utilizados em sua especialidade, observando a sua correta utilização; Utilizar equipamentos de proteção individual conforme preconizado pela ANVISA; Orientar os servidores que o auxiliam na execução das tarefas típicas do cargo; Realizar outras atribuições afins.

MÉDICO NEUROPEDIATRA 10h

Realizar atendimento na área de neuropediatria; desempenhar funções da medicina preventiva e curativa; realizar atendimentos, exames, diagnóstico, terapêutica, acompanhamento dos pacientes e executar qualquer outra atividade que, por sua natureza, esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e área. Efetuar exames médicos, emitir diagnósticos, prescrever medicamentos, solicitar, analisar, interpretar diversos exames e realizar outras formas de tratamento para diversos tipos de enfermidades, aplicando recursos da medicina preventiva ou terapêutica em ambulatorios, hospitais, unidades sanitárias, escolas, setores esportivos, entre outros; Manter registro dos

pacientes examinados, anotando a conclusão diagnóstica, o tratamento prescrito e a evolução da doença; Realizar atendimento individual, individual programado e individual interdisciplinar a pacientes; Efetuar a notificação compulsória de doenças; Realizar reuniões com familiares ou responsáveis de pacientes a fim de prestar informações e orientações sobre a doença e o tratamento a ser realizado; Prestar informações do processo saúde-doença aos indivíduos e a seus familiares ou responsáveis; Participar de grupos terapêuticos através de reuniões realizadas com grupos de pacientes específicos para prestar orientações e tratamentos e proporcionar a troca de experiências entre os pacientes; Participar de reuniões comunitárias em espaços públicos privados ou em comunidades, visando à divulgação de fatores de risco que favorecem enfermidades; Promover reuniões com profissionais da área para discutir conduta a ser tomada em casos clínicos mais complexos; Participar dos processos de avaliação da equipe e dos serviços prestados à população; Realizar diagnóstico da comunidade e levantar indicadores de saúde da comunidade para avaliação do impacto das ações em saúde implementadas por equipe; Representar, quando designado, a Secretaria Municipal na qual está lotado em Conselhos, Comissões, reuniões com as demais Secretarias Municipais; Participar do processo de aquisição de serviços, insumos e equipamentos relativos à sua área; Orientar e zelar pela preservação e guarda dos equipamentos, aparelhos e instrumentais utilizados em sua especialidade, observando a sua correta utilização; Utilizar equipamentos de proteção individual conforme preconizado pela ANVISA; Orientar os servidores que o auxiliam na execução das tarefas típicas do cargo; Realizar outras atribuições afins.

MÉDICO PNEUMOLOGISTA 10h

Realizar atendimento na área de pneumologia; desempenhar funções da medicina preventiva e curativa; realizar atendimentos, exames, diagnóstico, terapêutica, acompanhamento dos pacientes e executar qualquer outra atividade que, por sua natureza, esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e área; Efetuar exames médicos, emitir diagnósticos, prescrever medicamentos, solicitar, analisar, interpretar diversos exames e realizar outras formas de tratamento para diversos tipos de enfermidades, aplicando recursos da medicina preventiva ou terapêutica em ambulatorios, hospitais, unidades sanitárias, escolas, setores esportivos, entre outros; Manter registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnóstica, o tratamento prescrito e a evolução da doença; Realizar atendimento individual, individual programado e individual interdisciplinar a pacientes; Efetuar a notificação compulsória de doenças; Realizar reuniões com familiares ou responsáveis de pacientes a fim de prestar informações e orientações sobre a doença e o tratamento a ser realizado; Prestar informações do processo saúde-doença aos indivíduos e a seus familiares ou responsáveis; Participar de grupos terapêuticos através de reuniões realizadas com grupos de pacientes específicos para prestar orientações e tratamentos e proporcionar a troca de experiências entre os pacientes; Participar de reuniões comunitárias em espaços públicos privados ou em comunidades, visando à divulgação de fatores de risco que favorecem enfermidades; Promover reuniões com profissionais da área para discutir conduta a ser tomada em casos clínicos mais complexos; Participar dos processos de avaliação da equipe e dos serviços prestados à população; Realizar diagnóstico da comunidade e levantar indicadores de saúde da comunidade para avaliação do impacto das ações em saúde implementadas por equipe; Representar, quando designado, a Secretaria Municipal na qual está lotado em Conselhos, Comissões, reuniões com as demais Secretarias Municipais; Participar do processo de aquisição de serviços, insumos e equipamentos relativos à sua área; Orientar e zelar pela preservação e guarda dos equipamentos, aparelhos e instrumentais utilizados em sua especialidade, observando a sua correta utilização; Utilizar equipamentos de proteção individual conforme preconizado pela ANVISA; Orientar os servidores que o auxiliam na execução das tarefas típicas do cargo; Realizar outras atribuições afins.

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS PARA EXERCÍCIO DE CARGO, FUNÇÃO OU EMPREGO PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE INDAIAL.

Tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso XVI (e suas respectivas alíneas) e inciso XVII, da Constituição da República Federativa do Brasil, de 15 de outubro de 1988, eu _____, declaro, a quem possa interessar e para os devidos fins, que não estou impedido (a) de exercer função, cargo ou emprego público.

DECLARO QUE NÃO EXERÇO e NÃO estou LICENCIADO ou APOSENTADO de qualquer cargo, emprego, ou função pública junto à administração pública direta, autarquias, fundações, empresas públicas, sociedade de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas direta ou indiretamente pelo poder público, que seja inacumulável com aquele que exerço, em consonância com os incisos XVI e XVII do art. 37, da Constituição Federal.

DECLARO estar ciente de que devo comunicar ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Indaial qualquer alteração que venha a ocorrer em meus dados pessoais e de endereço, bem como em minha vida funcional que não atenda às determinações legais vigentes relativamente à acumulação de cargos, sob pena de instaurar-se o processo administrativo disciplinar, sem prejuízo de eventuais convocações para verificação da Administração.

DECLARO não ter sido demitido ou exonerado a bem do serviço público nos últimos 05 (cinco) anos.

RESPONSABILIZO-ME pela exatidão e veracidade das informações declaradas, ciente de que, se falsas, ficarei sujeito (a) às penas previstas no art. 299 do Código Penal Brasileiro.

Indaial, ____ de _____ de 2018.

(Assinatura do Candidato)

ANEXO III

FICHA DE RECURSO DE IMPUGNAÇÃO

() EDITAL () INSCRIÇÕES () CLASSIFICAÇÃO

Assinatura do Candidato: _____
Data:

DECRETO Nº 071/18

Publicação Nº 1517505

. DECRETO Nº 71/18
. De 07 de fevereiro de 2018

ALTERA DECRETO Nº 44 DE 2018 / NOMEIA GERENTE DE EMPREGO E RENDA / SANDRA MARLENE SCHOELLER RAIESKI

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 199, de 09 de outubro de 2017 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Altera Decreto nº 44 de 2018, a data de nomeação de SANDRA MARLENE SCHOELLER RAIESKI, para exercer o cargo em comissão de Gerente de Emprego e Renda, previsto na Lei Complementar nº 199 de 2017 (Símbolo CC-5), com vencimento pertinente ao respectivo cargo, nomeada a partir de 02 de fevereiro de 2018.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de fevereiro de 2018.

Art. 4º - Revoga-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 44 de 2018.

Município de Indaial, em 07 de fevereiro de 2018.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO Nº 072/18

Publicação Nº 1517506

. DECRETO Nº 72/18
. De 07 de fevereiro de 2018

DISCIPLINA PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) PELO MUNICÍPIO NA PRESCRIÇÃO DE EXAMES E PROCEDIMENTOS DE SAÚDE E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Decreto nº 979 de 2017 que homologa a resolução nº 017 de 2017 do CMS e demais dispositivos legais em vigor,

CONSIDERANDO que o art. 196, da Constituição Federal dispõe que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário

às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação; CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 241, de 30 de junho de 2015, que Disciplina procedimentos a serem adotados pelos médicos e odontólogos servidores públicos estaduais na prescrição de medicamentos e na solicitação de exames e procedimentos de saúde e estabelece outras providências;

CONSIDERANDO a Lei nº 8.080/1990 dispõe que o dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação;

CONSIDERANDO a Portaria nº 4.279, de 30 de dezembro de 2010, que estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

CONSIDERANDO a Portaria 2.488 de 21 de outubro de 2011, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, com vistas à revisão da regulamentação de implantação e operacionalização vigentes;

CONSIDERANDO o Decreto nº 7.508, de 28 de julho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080/90 em consonância com a Atenção Básica que deve ser o contato preferencial dos usuários, a principal porta de entrada e centro de comunicação da Rede de Atenção à Saúde. Orientada pelos princípios da universalidade, da acessibilidade, do vínculo, da continuidade do cuidado, da integralidade da atenção, da responsabilização, da humanização, da equidade e da participação social.

CONSIDERANDO que as Redes de Atenção à Saúde constituem-se em arranjos organizativos formados por ações e serviços de saúde, com base territorial, e têm diversos atributos, entre eles destaca-se: a atenção básica estruturada como primeiro ponto de atenção e principal porta de entrada do sistema, constituída de equipe multidisciplinar que cobre toda a população, coordenando o cuidado, e atendendo as suas necessidades de saúde.

CONSIDERANDO a Portaria nº 2395 de 11 de outubro de 2011, que organiza o componente hospitalar e identifica as Portas de Entrada Hospitalares de Urgência como serviços instalados em uma unidade hospitalar para prestar atendimento ininterrupto ao conjunto de demandas espontâneas e referenciadas de urgências clínicas, pediátricas, cirúrgicas e/ou traumatológicas.

CONSIDERANDO a Portaria Municipal nº 0090/12 que Disciplina a Política Municipal de Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Municipal de Saúde de INDIAIAL-SC e dá outras providências.

CONSIDERANDO a portaria nº 07, de 06 de julho de 2016, que dispõe sobre a obrigatoriedade de alimentação dos sistemas eletrônicos e a utilização do prontuário eletrônico pelos profissionais da rede de serviços de saúde no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Indaial;

CONSIDERANDO que o art. 3º, da Lei nº 9.787/1999 prevê que as prescrições médicas e odontológicas de medicamentos, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, adotarão obrigatoriamente a Denominação Comum Brasileira (DCB) ou, na sua falta, a Denominação Comum Internacional (DCI);

CONSIDERANDO a necessidade dos pedidos de exames se darem de forma conscienciosa, haja vista excesso de solicitações;

CONSIDERANDO o elevado número de exames os quais os usuários não buscam nas clínicas e/ou laboratórios, caracterizando desperdício público;

CONSIDERANDO que os profissionais de saúde vinculados a este Município, servidores públicos, estão submetidos às normas que regem a Administração Pública, devendo cumpri-las, sob pena de

incorrer em violação à dever funcional, após o regular devido processo legal,

DECRETA:

Art. 1º - Os servidores públicos municipais e os prestadores de serviço para o Sistema Único de Saúde - SUS em âmbito municipal, sempre que estiverem no exercício de suas atribuições funcionais ou contratuais, deverão solicitar somente exames, medicamentos, consultas, procedimentos de saúde nos termos das políticas públicas, das listas padronizadas e dos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDTs) do Sistema Único de Saúde (SUS), qual sejam, aqueles constantes da Tabela de Procedimentos Ambulatoriais SIA /SUS e Renome Municipal;

§ 1º Os profissionais médicos, preservada a liberdade profissional, e sem prejuízo à eficiência e correção do trabalho de atenção à saúde, havendo a necessidade de solicitar exames, consultas, procedimentos e medicamentos não disponibilizados pelo SUS, deverão fazer em formulário/receituário a parte, ou seja, separadamente;

§ 2º . As deliberações do Art. 1º abarcam as solicitações oriundas de outros municípios e ou Estados, desde que vinculados ou contratados para atendimento no Sistema Único de Saúde.

Art. 2º - Utilizar, obrigatoriamente, o prontuário eletrônico, como ferramenta de trabalho para acompanhamento dos encaminhamentos e solicitações prescritas ao usuário, buscando registrar todas as informações relevantes do usuário, facilitando assim a visualização/conhecimento por outros profissionais;

Art. 3º - Os profissionais devem ter domínio e controle de todos os exames solicitados dos usuários sob seu cuidado, evitando a duplicidade de solicitações em curto espaço de tempo de um mesmo usuário. Tal controle é possível através do módulo consultório, no campo histórico de consultas/procedimentos;

Art. 4º - O pedido de exames deve observar o atendimento aos protocolos clínicos e especialmente os critérios de indicação e intervalos mínimos, de acordo com as doenças de base e complexidade de cada seguimento profissional, adotados pelo Município/Estado;

Art. 5º - Fica vedada a transcrição ou autorização de exames solicitados por profissionais da iniciativa privada ou pelo sistema suplementar de saúde;

Parágrafo único: Somente será aberto exceção os casos onde houver contrato/convênio celebrado entre prestador privado e Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 6º - Fica vedada a liberação de medicamentos solicitados por profissionais da iniciativa privada ou pelo sistema suplementar de saúde;

Parágrafo único. Para a prescrição de medicamentos, deverão ser observados os seguintes itens:

I - adotar obrigatoriamente a Denominação Comum Brasileira (DCB) ou, na sua falta, a Denominação Comum Internacional (DCI), constando o nome do princípio ativo e, quando pertinente, o nome de referência da substância;

II - emitir receita, observando a nomenclatura e o sistema de pesos e medidas oficiais; e

III - utilizar as listas padronizadas de medicamentos do SUS.

IV - Somente será aberto exceção para liberação de medicamentos em receituário externo da rede pública, os casos onde houver contrato/convênio celebrado entre prestador privado e Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 7º - São consideradas Portas de entrada do SUS, no município de Indaial, as Unidades de Estratégia de Saúde da Família; Unidades Satélite de Atenção Básica; Serviço de Atendimento Integral à Saúde (SAIS); Serviço de atendimento de urgência e emergência

pré-hospitalar (SAMU); Unidade de atendimento de urgência e emergência hospitalar (Atendimento SUS); CAPS.

Art. 8º - Não são consideradas portas de entrada para o SUS – farmácia, laboratório, transporte. Desta forma fica justificada a entrega de medicamentos pela farmácia básica, assim como realização de exames e transporte de usuários – para aqueles que entraram no SUS, ou seja, usuários com prescrição, ou encaminhamento realizado por profissional em atendimento do SUS.

Art. 9º - O preenchimento do formulário de exames deve compor:

- dados clínicos que justifiquem o pedido,
- data do pedido do exame,
- exames similares nos últimos 12 meses
- suspeita diagnóstica,

Art. 10 - No caso do profissional de saúde necessitar prescrever medicamentos, materiais e/ou insumos ou solicitar procedimentos diversos dos disponíveis nas políticas públicas, nas listas padronizadas e nos PCDTs do SUS, deverá ser apresentada justificativa técnica que demonstre a inadequação, a ineficiência ou a insuficiência da prescrição de medicamento e ou exames padronizado para o caso concreto. (anexo I)

§ 1º A justificativa técnica de que trata o caput deste artigo:

I - não eximirá o servidor público da obrigação de informar a respeito:

- a) do potencial dos serviços públicos de saúde; e
- b) da referência expressa do tratamento disponível no SUS para a patologia.

diagnosticada; e

II - poderá ser suprida por meio de relatório fundamentado, observadas as informações de que trata o § 1º deste artigo.

Art. 11 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 07 de fevereiro de 2018.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

Conselho Nacional de Justiça

Fórum Nacional do Judiciário para Monitoramento e

Resolução das Demandas de Assistência à Saúde (Res. CNJ n. 107/2010)

COMITÊ EXECUTIVO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - COMESC

**FORMULÁRIO PARA REQUERIMENTO DE MEDICAMENTO
ANEXO I**

DADOS DO REQUERENTE:

Nome:

CPF: Cartão SUS:

Contato (email/telefone):

Atendimento que originou a prescrição: () Particular () Convênio - Qual? _____

() SUS - Unidade de atendimento: _____

DADOS DA PRESCRIÇÃO:

Medicamento (DCB/DCI1): _____

Posologia: _____ Duração do Tratamento: _____

Validade da Receita: _____ Registro na ANVISA: () Sim () Não

Indicação em conformidade com a aprovada no registro: () Sim () Não

Previsto em PCDT2 da doença listada abaixo: () Sim () Não

Consta em padronização oficial (ex. REMUME, RENAME ou listas regionais ou estaduais)3: () Sim () Não

* O preenchimento do formulário deve ser feito pelo médico com LETRA LEGÍVEL, em atenção ao art. 11 do Código de Ética Médica (Resolução CFM Nº 1931/2009).

1. Qual(is) a(s) doença(s) que acomete(m) o requerente e que motivaram a prescrição?

CID: Doença:

Características da Doença:

2. Quais as opções de tratamento oferecidas pelo SUS para a doença citada?

3. As alternativas terapêuticas oferecidas pelo SUS já foram utilizadas? () sim () não. Em caso afirmativo:

3.1 Especifique o período de tratamento e a resposta do requerente:

3.2 O requerente faz uso de outro(s) tratamento(s) (farmacoterapêuticos ou não)? Qual(is)?

4. O tratamento indicado na sua prescrição pode ser substituído por alguma alternativa oferecida pelo SUS?

() sim* - Especifique qual(is):

() não - Justifique detalhadamente:

1 DCB/DCI: Denominação Comum Brasileira ou, na falta desta, Denominação Comum Internacional.

2 Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas

3 REMUME: Relação Municipal de Medicamentos / RENAME: Relação Nacional de Medicamentos Essenciais

Conselho Nacional de Justiça

Fórum Nacional do Judiciário para Monitoramento e

Resolução das Demandas de Assistência à Saúde (Res. CNJ n. 107/2010)

COMITÊ EXECUTIVO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - COMESC
FORMULÁRIO PARA REQUERIMENTO DE MEDICAMENTO

* Favor fornecer ao requerente NOVA PRESCRIÇÃO.

4.1 Se apontada inefetividade terapêutica (evento adverso) e/ou desvio de qualidade dos medicamentos (queixa técnica), ou sua suspeita, esclareça os motivos que levaram a esta conclusão:

4.1.1 Houve notificação à ANVISA - NOTIVISA4 dos eventos acima? () não () sim nº _____

5. Qual(is) a(s) consequência(s) ao requerente caso este não seja submetido ao medicamento(s) indicado(s) a curto, médio e longo prazo?

6. A não utilização imediata do(s) medicamento(s) importa em risco de morte?

() sim. Justificativa:

() não. Justificativa:

7. A não utilização imediata do(s) medicamento(s) importa em agravamento da doença?

() sim. Justificativa:

() não. Justificativa:

8. Declaro, por fim, que não possuo qualquer interesse na prescrição do medicamento/insumo, que não a saúde do paciente, bem como não mantenho qualquer vínculo com a indústria farmacêutica, de órteses, próteses e materiais especiais, distribuidores e em pesquisa clínica relacionada à esta prescrição: () Sim () Não.

Prescritor (carimbo e assinatura): _____
Data: _____

PARA PREENCHIMENTO PELO REQUERENTE:

9. O requerente possui convênio particular de saúde? () Sim. Qual: _____ () Não.

9.1. Em caso afirmativo, houve a tentativa de obter o medicamento pelo convênio? () Sim () Não.

9.2. Houve negativa? () Sim () Não. 9.3. Negativa: () Verbal () Escrita Data: _____

10. O requerente buscou obter o medicamento pelo SUS? () Sim () Não.

10.1. Houve negativa? () Sim () Não.

10.2. Em caso afirmativo:

() Município _____ () Verbal () Escrita Data: _____

() Estado _____ () Verbal () Escrita Data: _____

() União () Verbal () Escrita Data: _____

TERMO DE CONSENTIMENTO:

Declaro que estou ciente das informações fornecidas e autorizo a exposição dos dados médicos em âmbito judicial e administrativo: () Sim () Não.

Assinatura do Requerente: _____
Data: _____

4 <http://www.anvisa.gov.br/hotsite/notivisa/apresenta.htm>.

Conselho Nacional de Justiça

Fórum Nacional do Judiciário para Monitoramento e

Resolução das Demandas de Assistência à Saúde (Res. CNJ n. 107/2010)

DECRETO Nº 077/18

Publicação Nº 1517897

. DECRETO Nº 77/18

. De 08 de fevereiro de 2018

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2018 NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, PROVENIENTES DE SUPERÁVIT FINANCEIRO.

ANDRE LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5511 de 20 de dezembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 13.390,00 (Treze mil, trezentos e noventa reais) destinado a atender as despesas abaixo discriminadas:

Código	Descrição
30.003.0010.0301.0030.1461	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO EM GERAL
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
03000000	RECURSOS ORDINARIOS E.A.
	Valor: (13.390,00)

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2017.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 08 de fevereiro de 2018.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

EDITAL N° 02/2018 - PAVIMENTAÇÃO - SISTEMA MUTIRÃO DA RUA JOINVILLE - ETAPA II

Publicação N° 1516507

Indaial, 08 de fevereiro de 2018

EDITAL N° 02/2018

O Prefeito de Indaial, André Luiz Moser, torna público de acordo com o estabelecido na Lei Complementar 79/2007, Leis 4580/2011 e 4841/2013 e Decreto Municipal nº 2472/2012, orçamento contendo custos da pavimentação com lajota tijolão de concreto – Sistema Mutirão - da Rua Joinville – Etapa II, Bairro Rio Morto, totalizando 1.437,35m² de pavimentação (145,00 metros de extensão) e 295,87 metros lineares de testadas. Importando a obra em R\$ 115.563,69 (cento e quinze mil, quinhentos e sessenta e tres reais e sessenta e nove centavos). Iniciando no lote 12 do Loteamento Apolonia Moser, imóvel de propriedade de Gerson Diersmann e Luciana Diersmann e na Area Verde do Loteamento Apolonia Moser, propriedade do Município de Indaial pelo lado esquerdo; e terminando no embocamento com a Rua Içara em ambos os lados.

MEMORIAL DESCRITIVO**1. MATERIAL**

- 1.1 – Fornecimento de lajota tijolão de concreto;
- 1.2 – Fornecimento de meio-fio de concreto;
- 1.3 – Pó de brita para colchão de assentamento de lajota;
- 1.4 – Tijolos maciços para reparação de caixas coletoras;
- 1.5 – Grelha para caixa coletora;
- 1.6 – Cimento para rejunte e reparação de caixas coletoras;

2. MÃO-DE-OBRA

- 2.1 – Colocação de lajota tijolão de concreto com preparação do colchão para assentamento e rejunte das sarjetas;
- 2.2 – Colocação de meio-fio com rejunte das fugas;
- 2.3 – Preparo da cancha para colocação de lajota tijolão de concreto;
- 2.4 – Rolo compactador;
- 2.5 – Carregadeira.

DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	UNIT.	TOTAL R\$
1. MATERIAL				
1.1 – Fornecimento de lajota tijolão de concreto	m²	1.437,35	46,50	66.8369,77
1.2 – Fornecimento de meio-fio de concreto	m	295,87	28,00	8.284,36
1.3 – Colchão com pó de brita	m³	148,00	67,00	9.916,00
1.4 – Grelha reparação de caixa coletora	pç	5,00	48,00	240,00
1.5 – Tijolo comum para reparação de caixa coletora	unid	500,00	0,50	250,00
1.6 – Cimento comum para reparação de caixa coletora	saco	2,00	24,75	49,50
1.7 – Cimento para rejunte	saco	5,00	32,82	164,12
TOTAL ITEM 01 = R\$				85.441,25
2. MÃO-DE-OBRA				
2.1 – Execução de pav. com preparação de colchão	m²	1.437,35	16,00	22.997,46
2.2 – Colocação de meio-fio com rejunte de fugas	m	295,87	4,00	1.183,48
2.3 - Reparo de caixa coletora	unid	5,00	50,00	250,00
2.4- Máquina para preparação de cancha	h	15,00	240,00	3.600,00
2.5 – Rolo compactador	h	4,00	80,00	320,00
2.6- Transporte de material excedente	h	9,00	63,50	571,50
2.7- Carregadeira	h	15,00	80,00	1.200,00
TOTAL ITEM 02 = R\$				30.122,44
TOTAL GERAL ITEM 01 E 02 = R\$				115.563,69
3. CUSTOS DA OBRA				
3.1 Participações dos moradores				71.815,57
3.2 – Participações do Poder Público				
3.2.1 – Infraestrutura e melhorias				6.181,36
3.2.2 – Embocamentos e testada				37.566,76
TOTAL ITEM 03 = R\$				115.563,69
DISTRIBUIÇÃO DOS CUSTOS POR PROPRIETÁRIOS				
		TESTADA	ÁREA	
PROPRIETÁRIOS		(m)	(m²)	TOTAL - R\$

Lado Direito				Gerson Dier
Gerson Diersmann e Lucia Diersmann		16,00	80,00	6.088,00
Homero Agostinho Moser		18,60	93,00	7,077,30
Jaime Joaquim Moser		18,60	93,00	7,077,30
Condomínio Edifício Luciana		18,60	93,00	7,077,30
Alan Batista / Clenir M. Batista		18,61	92,95	7.081,10
Delamar João Cordeiro		18,60	93,00	7,077,30
Nelsa Motta Ramos		18,59	92,95	7.073,49
Marileni Westphal Dreger		0,875	8,75	665,87
Carlos Cezar Niederauer Junior		0,875	8,75	665,87
Maria da Gloria Borges dos Santos		0,875	8,75	665,87
Fabiana Lemke Gumz		0,875	8,75	665,87
Marilei Koch		0,875	8,75	665,87
Marcos Fiamoncini		0,875	8,75	665,87
Marcos Fiamoncini		0,875	8,75	665,87
Alexandra Adriano Mondini		0,875	8,75	665,87
Município de Indaial - embocamento		7,00	14,00	1.065,40
Lado Esquerdo				
Município de Indaial		93,13	465,65	35.435,96
Roque Mathiussi		16,07	80,35	6.114,63
Luciana Rauber		16,07	80,35	6.114,63
Elimar Antonio Doege		10,00	50,00	3.805,00
Evandro E. Koehler		5,00	25,00	1.902,50
Município de Indaial - embocamento		7,00	14,00	1.065,40

Ficam notificados todos os proprietários beneficiados, supramencionados, que não aderiram ao sistema mutirão para, no prazo de 30 (trinta) dias, impugnar quaisquer elementos dos custos apresentados.

1. Vencimento 30 (trinta) dias após o recebimento da notificação para pagamento total ou 1ª parcela.
2. Em 12 (doze) parcelas, conforme artigo 9º da Lei 4580/2011, com redação dada pela Lei 4841/2013, incidindo juros de 1% (um por cento) ao mês sobre o saldo devedor, conforme Art. 407 da Lei Complementar nº 079 de 18 de dezembro de 2007 (Código Tributário Municipal) e artigo 9º da Lei 4580/2011, alterado pela Lei 4841/2013.
3. O não pagamento implicará:
 - 3.1 - MULTA: conforme Art. 458 e 459 da Lei Complementar nº 079 de 18 de dezembro de 2007 (Código Tributário Municipal)
 - 3.2 - JUROS: conforme Art. 62 da Lei Complementar nº 079 de 18 de dezembro de 2007 (Código Tributário Municipal) artigo 9º da Lei 4580/2011, alterado pela Lei 4841/2013.
 - 3.3 - CORREÇÃO MONETÁRIA: conforme Lei Complementar nº 079 de 18 de dezembro de 2007 (Código Tributário Municipal).

ANDRÉ LUIZ MOSER
PREFEITO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2018

Publicação Nº 1516591

PUBLICAÇÃO DE EDITAL
MUNICÍPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 011/2018
Edital de Dispensa nº 001/2018-10430

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente,
que publica edital de licitação.
Objeto: Locação de imóvel para instalação da U.E.I. na Rua Toledo
– Bairro Encano do Norte.
Entrega dos envelopes: 08/01/2018
Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic3@
indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.
André Luiz Moser – Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2018

Publicação Nº 1516954

PUBLICAÇÃO DE EDITAL
MUNICÍPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 012/2018
Edital de Pregão Presencial nº 008/2018-10430

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.

Objeto: Licenciamento de software para controle de e-mail, navegação e antispam.

Entrega dos envelopes: 26/02/2018 - 08h45min – Horário de Brasília

Abertura das propostas: 26/02/2018 - 09h00min – Horário de Brasília

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic3@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.

André Luiz Moser – Prefeito Municipal

Iomerê

PREFEITURA

EDITAL CONVOCAÇÃO

Publicação Nº 1516930

Edital de Convocação

O Prefeito Municipal de Iomerê, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocada a Sra CRISTIANE FERNANDES THIBES DA SILVA, para o cargo de Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais – 20 horas e, que no prazo de 30(trinta) dias, contados da publicação do presente Edital compareça na Secretaria de Administração e Finanças, no Paço Municipal, a Rua João Rech nº500, no Município de Iomerê-SC, a fim de tomar posse no cargo em razão de aprovação no Concurso Público nº01/2015

O Convocado deverá apresentar na Sec. De Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Iomerê, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- a)Carteira de Trabalho;
- b)PIS/PASEP;
- c)1(uma)foto 3x4;
- d)Comprovante de Residência
- e)Declaração de dependentes para Imposto de Renda
- f)Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento dos Filhos menores de 14(quatorze) anos;
- g) Certidão de Antecedentes da 1ª e 2ª Varas(Fórum);
- h) Comprovante de rendimentos (contracheque) do mês anterior ao da nomeação (aposentado, beneficiário de pensão, empregado público ou agente político)
- i)Comprovante de Escolaridade e requisitos(conforme exigido no Edital de Concurso)
- j)Avaliação Cardiológica;
- l)Avaliação Neurológica;
- m)RX Tórax;
- n)RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- o) Hemograma;
- p)VDRL;
- q)ABO RH;
- r)Glicemia
- s)Ex. Quat. Urina
- t)EPF;
- u)Avaliação Audiométrica.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência.

O não atendimento à presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Iomerê, 08 de fevereiro de 2018

Luciano Paganini
Prefeito Municipal

Iporã do Oeste

PREFEITURA

Decreto 025/2018

Publicação Nº 1517412

DECRETO MUNICIPAL Nº 025 DE 31 DE JANEIRO DE 2018.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE POR CONTA DO REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IPORÃ DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, e o art. 10 da Lei nº 1.800/2017.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais), em conformidade com o disposto a seguir:

Órgão:	07.00	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
Unidade:	07.01	Fundo Munic. Desenvolvimento Rural - FMDR	
Proj./Ativ.	20.606.0016.2039	Manut. Ações Dpto de Agricultura e Meio Ambiente	
4.4.90.00.00.00.00.00		Aplicações Diretas	
01.00.00.00		Recursos Ordinários	44.000,00
Total			44.000,00

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, redução parcial ou total das dotações orçamentárias abaixo especificadas, com fulcro no inciso IIIº do § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes:

Órgão:	07.00	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
Unidade:	07.01	Fundo Munic. Desenvolvimento Rural - FMDR	
Proj./Ativ.	20.606.0016.2039	Manut. Ações Dpto de Agricultura e Meio Ambiente	
3.3.50.00.00.00.00.00		Transf. a Instituições privadas s/ fins lucrativos	
01.00.00.00		Recursos Ordinários	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00		Aplicações Diretas	
01.00.00.00		Recursos Ordinários	34.000,00
Total			44.000,00

Art. 3º Em consequência da abertura do crédito adicional suplementar autorizado no artigo 1º, as Tabelas e Anexos demonstrativos das respectivas despesas do PPA 2018/2021 - Lei Municipal nº 1.789/2017, da LDO 2018 - Lei Municipal nº 1.795/2017 e da LOA 2018 - Lei Municipal nº 1.800/2017, serão alterados nas importâncias correspondentes, no valor de até R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais).

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Iporã do Oeste – SC, 31 de janeiro de 2018.

Registre-se e publique-se

LÚCIO MALLMANN
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra,

NEREU JOSÉ BARTH
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 026/2018

Publicação Nº 1517414

DECRETO MUNICIPAL Nº 026 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.

"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DOS DECRETOS MUNICIPAIS Nº 099/2014 e 085/2015 QUE APROVAM o LOTEAMENTO DE GLEBA URBANA LOCALIZADA NO CENTRO, MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRIBUI DENOMINAÇÃO AO EMPREENDIMENTO, DÁ DENOMINAÇÃO AOS LOGRADOUROS PÚBLICOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE IPORÃ DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas na Lei Complementar nº086, de 18 de julho de 2012 e suas alterações, e em conformidade com os incisos XXXI e XLI do art.109, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado o Decreto nº 099/2014 e o Decreto nº 085/2015, de modo que, os lotes, ruas e dimensões do Loteamento Vila Germânica, passarão a ser nos moldes dos anexos I e II deste Decreto.

Art. 2º. A validade da aprovação de que tratam os Decretos anteriores, ficam prorrogados por cento e oitenta (180) dias, contados da data da publicação deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Iporã do Oeste – SC, 05 de fevereiro de 2018.

Registre-se e publique-se

LÚCIO MALLMANN
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra,

NEREU JOSÉ BARTH
Secretário de Administração e Finanças

ANEXO I**O Loteamento**

A chácara urbana nº 381 (trezentos e oitenta e um), com frente para a Avenida Gustavo Fetter, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, Comarca de Mondaí, de propriedade das pessoas já qualificadas neste memorial, é parcelada pela forma que doravante se especifica. O empreendimento será denominado LOTEAMENTO VILA GERMÂNICA.

Discriminação de áreas

A gleba original (171.560,00 m²) será subdividida conforme tabela a seguir:

Destinação	Área (m²)	%
251 lotes urbanos edificáveis	92.905,05	61,54392
Sistema viário	40.397,70	26,76101
8 lotes destinados a Área Verde	10.096,66	6,68842
1 lote destinado a Área Pública (institucional)	7.557,90	5,00665
TOTAL DA ÁREA LOTEADA	150.957,31	
Área de Preservação Permanente (APP)	2.571,17	
Área remanescente	18.031,52	
Área total da gleba	171.560,00	

Sistema Viário

Serão promovidos: a abertura de quatro (4) novas vias de circulação e o prolongamento de seis (6) vias de circulação já existentes ou integrantes do plano municipal de arruamento urbano; logradouros que abrangem a área total de 40.397,70m² (quarenta mil, trezentos e noventa e sete metros e setenta décimos quadrados), correspondente a 26,76101% da área loteada:

1) Rua Bernardo José Schneiders (abertura), de sentido NORDESTE-SUDOESTE, com largura de 12,00m (doze metros); absorvendo da gleba loteada uma área de 3.324,19m² (três mil, trezentos e vinte e quatro metros e dezenove décimos quadrados); margeada ao NOROESTE: pela quadra nº 242; por uma secção transversal perpendicular da Rua São Leopoldo; pela quadra nº 243; por uma secção transversal perpendicular da Rua 17 de Agosto; pela quadra nº 244; por uma secção transversal perpendicular da Rua Tancredo Neves; pela quadra nº 245; por uma secção transversal perpendicular da Rua 7 de Fevereiro, pela quadra nº 246; por uma secção transversal perpendicular da Rua Santa Cruz; e pela quadra nº 239; e margeada ao SUDESTE: pela quadra nº 304; por uma secção transversal perpendicular da Rua São Leopoldo; pela quadra nº 303; por uma secção transversal perpendicular da Rua 17 de Agosto; pela quadra nº 300; por uma secção transversal perpendicular da Rua Tancredo Neves; pela quadra nº 297; por uma secção transversal perpendicular da Rua 7 de Fevereiro; pela quadra nº 294; por uma secção transversal perpendicular da Rua Santa Cruz; e pela quadra nº 290.

2) Rua Padre André (abertura), de sentido NORDESTE-SUDOESTE, com largura de 14,00m (quatorze metros); absorvendo da gleba loteada uma área de 3.443,15m² (três mil, quatrocentos e quarenta e três metros e quinze décimos quadrados); margeada ao NOROESTE: pela quadra nº 304; por uma secção transversal perpendicular da Rua São Leopoldo; pela quadra nº 303; por uma secção transversal perpendicular da Rua 17 de Agosto; pela quadra nº 300; por uma secção transversal perpendicular da Rua Tancredo Neves; pela quadra nº 297; por

uma secção transversal perpendicular da Rua 7 de Fevereiro; pela quadra nº 294; por uma secção transversal perpendicular da Rua Santa Cruz; e pela quadra nº 290; e margeada ao SUDESTE: pela quadra nº 302; por uma secção transversal perpendicular da Rua 17 de Agosto; pela quadra nº 299; por uma secção transversal perpendicular da Rua Tancredo Neves; pela quadra nº 296; por uma secção transversal perpendicular da Rua 7 de Fevereiro; pela quadra nº 293; por uma secção transversal perpendicular da Rua Santa Cruz; e pela quadra nº 289.

3) Rua Berlim (abertura), de sentido NORDESTE-SUDOESTE, com largura de 14,00m (quatorze metros); absorvendo da gleba loteada uma área de 3.105,88m² (três mil, cento e cinco metros e oitenta e oito decímetros quadrados); margeada ao NOROESTE: pela quadra nº 302; por uma secção transversal perpendicular da Rua 17 de Agosto; pela quadra nº 299; por uma secção transversal perpendicular da Rua Tancredo Neves; pela quadra nº 296; por uma secção transversal perpendicular da Rua 7 de Fevereiro; pela quadra nº 293; por uma secção transversal perpendicular da Rua Santa Cruz; e pela quadra nº 289; e margeada ao SUDESTE: pela quadra nº 301; por uma secção transversal perpendicular da Rua 17 de Agosto; pela quadra nº 298; por uma secção transversal perpendicular da Rua Tancredo Neves; pela quadra nº 295; por uma secção transversal perpendicular da Rua 7 de Fevereiro; e pela quadra nº 292.

4) Rua Bremen (abertura), de sentido NORDESTE-SUDOESTE, com largura de 12,00m (doze metros); absorvendo da gleba loteada uma área de 632,09m² (seiscentos e trinta e dois metros e nove decímetros quadrados); margeada ao NOROESTE: pela quadra nº 292; e margeada ao SUDESTE: pela quadra nº 291.

5) Rua São Leopoldo (prolongamento), de sentido NOROESTE-SUDESTE, com largura de 12,00m (doze metros); absorvendo da gleba loteada uma área de 2.736,00m² (dois mil, setecentos e trinta e seis metros quadrados); margeada ao NORDESTE: pela quadra nº 242; por uma secção transversal perpendicular da Rua Bernardo José Schneiders; e pela quadra nº 304; e margeada ao SUDOESTE: pela quadra nº 243; por uma secção transversal perpendicular da Rua Bernardo José Schneiders; e pela quadra nº 303.

6) Rua 17 de Agosto (prolongamento), de sentido NOROESTE-SUDESTE, com largura de 12,00m (doze metros); absorvendo da gleba loteada uma área de 5.059,66m² (cinco mil e cinquenta e nove metros e sessenta e seis decímetros quadrados); margeada ao NORDESTE: pela quadra nº 243; por uma secção transversal perpendicular da Rua Bernardo José Schneiders; pela quadra nº 303; por uma secção transversal perpendicular da Rua Padre André; pela quadra nº 302; por uma secção transversal perpendicular da Rua Berlim; e pela quadra nº 301; e margeada ao SUDOESTE: pela quadra nº 244; por uma secção transversal perpendicular da Rua Bernardo José Schneiders; pela quadra nº 300; por uma secção transversal perpendicular da Rua Padre André; pela quadra nº 299; por uma secção transversal perpendicular da Rua Berlim; e pela quadra nº 295.

7) Rua Tancredo Neves (prolongamento), de sentido NOROESTE-SUDESTE, com largura de 14,00m (quatorze metros); absorvendo da gleba loteada uma área de 6.605,99m² (seis mil, seiscentos e cinco metros e noventa e nove decímetros quadrados); margeada ao NORDESTE: pela quadra nº 244; por uma secção transversal perpendicular da Rua Bernardo José Schneiders; pela quadra nº 300; por uma secção transversal perpendicular da Rua Padre André; pela quadra nº 299; por uma secção transversal perpendicular da Rua Berlim; pela quadra nº 298; e por uma parte da chácara urbana nº 382; e margeada ao SUDOESTE: pela quadra nº 245; por uma secção transversal perpendicular da Rua Bernardo José Schneiders; pela quadra nº 297; por uma secção transversal perpendicular da Rua Padre André; pela quadra nº 296; por uma secção transversal perpendicular da Rua Berlim; e pela quadra nº 295.

8) Rua 7 de Fevereiro (prolongamento), de sentido NOROESTE-SUDESTE, com largura de 14,00m (quatorze metros); absorvendo da gleba loteada uma área de 10.351,02m² (dez mil, trezentos e cinquenta e um metros e dois decímetros quadrados); margeada ao NORDESTE: pela quadra nº 245; por uma secção transversal perpendicular da Rua Bernardo José Schneiders; pela quadra nº 297; por uma secção transversal perpendicular da Rua Padre André; pela quadra nº 296; por uma secção transversal perpendicular da Rua Berlim; pela quadra nº 295; e pela área remanescente da chácara urbana nº 381; margeada ao SUDOESTE: pela quadra nº 246; por uma secção transversal perpendicular da Rua Bernardo José Schneiders; pela quadra nº 294; por uma secção transversal perpendicular da Rua Padre André; pela quadra nº 293; por uma secção transversal perpendicular da Rua Berlim; pela quadra nº 292; por uma secção transversal oblíqua da Rua Bremen; e pela quadra nº 291; e margeada ao SUL: por uma secção transversal perpendicular da Rua Elisaberta Weiss; e pela quadra nº 222.

9) Rua Santa Cruz (prolongamento), de sentido NOROESTE-SUDESTE, com largura de 12,00m (doze metros); absorvendo da gleba loteada uma área de 4.598,40m² (quatro mil, quinhentos e noventa e oito metros e quarenta decímetros quadrados); margeada ao NORDESTE: pela quadra nº 246; por uma secção transversal perpendicular da Rua Bernardo José Schneiders; pela quadra nº 294; por uma secção transversal perpendicular da Rua Padre André; e pela quadra nº 293; margeada ao SUDOESTE: pela quadra nº 239; por uma secção transversal perpendicular da Rua Bernardo José Schneiders; pela quadra nº 290; por uma secção transversal perpendicular da Rua Padre André; e pela quadra nº 289.

10) Rua Elisaberta Weiss (prolongamento), de sentido NORTE-SUL, com largura de 12,00m (doze metros); absorvendo da gleba loteada uma área de 541,32m² (quinhentos e quarenta e um metros e trinta e dois decímetros quadrados); margeada ao LESTE: pela quadra nº 222; margeada ao OESTE: pela quadra nº 292.

Resumo e classificação do sistema viário

Denominação	Largura (m)	Classificação	Área (m ²)
Bernardo José Schneiders	12,00	Local	3.324,19
Padre André	14,00	Coletora	3.443,15
Berlim	14,00	Coletora	3.105,88
Bremen	12,00	Local	632,09
São Leopoldo	12,00	Local	2.736,00
17 de Agosto	12,00	Local	5.059,66
Tancredo Neves	14,00	Coletora	6.605,99
7 de Fevereiro	14,00	Coletora	10.351,02
Santa Cruz	12,00	Local	4.598,40
Elisaberta Weiss	12,00	Local	541,32
Área total das ruas (m ²)			40.397,70

Reserva Ambiental

A reserva ambiental do empreendimento corresponde às seguintes áreas:

1 – As reservas de Área Verde correspondentes aos terrenos a seguir relacionados, que totalizam a área de 10.096,66m² (dez mil e noventa e seis metros e sessenta e seis decímetros quadrados), correspondente a 6,68842% da área loteada:

1.1 – LOTE URBANO Nº 507 (quinhentos e sete), da QUADRA Nº 239 (duzentos e trinta e nove), com frente para a Rua Bernardo José Schneiders, localizado no Loteamento Vila Germânica, com a área de 722,77m² (setecentos e vinte e dois metros e setenta e sete décimos quadrados);

1.2 – LOTE URBANO Nº 153 (cento e cinquenta e três e três), da QUADRA Nº 289 (duzentos e oitenta e nove), com frente para a Rua Santa Cruz, localizado no Loteamento Vila Germânica, com a área de 1.244,52m² (um mil, duzentos e quarenta e quatro metros e cinquenta e dois décimos quadrados);

1.3 – LOTE URBANO Nº 350 (trezentos e cinquenta), da QUADRA Nº 242 (duzentos e quarenta e dois), com frente para a Rua Bernardo José Schneiders, localizado no Loteamento Vila Germânica, com a área de 977,13m² (novecentos e setenta e sete metros e treze décimos quadrados).

1.4 – LOTE URBANO Nº 24 (vinte e quatro), da QUADRA Nº 291 (duzentos e noventa e um), com frente para a Rua Bremen, localizado no Loteamento Vila Germânica, com a área de 1.722,18m² (um mil, setecentos e vinte e dois metros e dezoito décimos quadrados).

1.5 – LOTE URBANO Nº 253 (duzentos e cinquenta e três), da QUADRA Nº 292 (duzentos e noventa e dois), com frente para a Rua Bremen, localizado no Loteamento Vila Germânica, com a área de 3.061,41m² (três mil e quarenta e um metros e quarenta e um décimos quadrados).

1.6 – LOTE URBANO Nº 91 (noventa e um), da QUADRA Nº 301 (trezentos e um), com frente para a Rua 17 de Agosto, localizado no Loteamento Vila Germânica, com a área de 1.146,64m² (um mil, cento e quarenta e seis metros e sessenta e quatro décimos quadrados).

1.7 – LOTE URBANO Nº 19 (dezenove), da QUADRA Nº 302 (trezentos e dois), com frente para a Rua Padre André, localizado no Loteamento Vila Germânica, com a área de 929,52m² (novecentos e vinte e nove metros e cinquenta e dois décimos quadrados).

1.8 – LOTE URBANO Nº 218 (duzentos e dezoito), da QUADRA Nº 304 (trezentos e quatro), com frente para a Rua Bernardo José Schneiders, localizado no Loteamento Vila Germânica, com a área de 292,49m² (duzentos e noventa e dois metros e quarenta e nove décimos quadrados).

2 – A Área de Preservação Permanente (APP) que totaliza a área de 2.571,17m² (dois mil, quinhentos e setenta e um metros e dezessete décimos quadrados), correspondente a 1,4987% da área total da gleba, localizada na QUADRA Nº 291 (duzentos e noventa e um), às margens direita e esquerda de uma sanga existente, constituída por uma faixa de 30,00m (trinta metros) de cada margem da sanga.

Resumo e classificação da Reserva Ambiental

Classificação	Lote	Quadra	Área (m ²)
Área Verde	507	239	722,77
	153	289	1.244,52
	350	242	977,13
	24	291	1.722,18
	253	292	3.061,41
	91	301	1.146,64
	19	302	929,52
	218	304	292,49
Área de Preservação Permanente (APP)	-----	291	2.571,17
Área total da reserva ambiental			12.667,83

Área Institucional

Fica reservada ao Poder Público Municipal de Iporã do Oeste uma Área Pública (Institucional) constituída pelo LOTE URBANO Nº 258 (duzentos e cinquenta e oito), da QUADRA Nº 302 (trezentos e dois), com frente para a Rua Padre André, localizado no loteamento Vila Germânica, com a área de 7.557,90m² (sete mil, quinhentos e cinquenta e sete metros e noventa décimos quadrados), correspondente a 5,00665% da área loteada.

Área Pública

Com o registro do loteamento, passarão a integrar o patrimônio público do Município de Iporã do Oeste as áreas abaixo relacionadas, que totalizam 58.052,26m² (cinquenta e oito mil e cinquenta e dois metros e vinte e seis décimos quadrados), correspondente a 38,45608% da área loteada:

- 1) As áreas correspondentes ao Sistema Viário, com 40.397,70m² (quarenta mil, trezentos e noventa e sete metros e setenta décimos quadrados), correspondente a 26,76101% da área loteada; ruas já especificadas no tópico respectivo;
- 2) Os lotes reservados como Área Verde, correspondentes aos terrenos referidos nos subitens 1.1, 1.2, 1.3, 1.4, 1.5, 1.6, 1.7 e 1.8 do tópico "Reserva Ambiental", que totalizam a área de 10.096,66m² (dez mil e noventa e seis metros e sessenta e seis décimos quadrados), correspondente a 6,68842% da área loteada;
- 3) O lote definido como Área Institucional, com a área de 7.557,90m² (sete mil, quinhentos e cinquenta e sete metros e noventa décimos quadrados), especializado no tópico respectivo, correspondente a 5,00665% da área loteada.

Quadro resumo de áreas públicas

Destinação	Área (m ²)	% sobre área loteada
Sistema viário (circulação)	40.397,70	26,76101
Área verde	10.096,66	6,68842
Área Institucional	7.557,90	5,00665
Total de área pública (m ²)	58.052,26	

I – Quadra nº 222

1) LOTE URBANO Nº 15 (quinze).

Localização: QUADRA Nº 222 (duzentos e vinte e dois), com frente para a faixa de domínio da Avenida Gustavo Fetter (rodovia SC-163), situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaiá; distante 50,00 metros da esquina da Avenida Gustavo Fetter com a Rua 7 de Fevereiro.

Zoneamento: Zona Mista Diversificada (ZMD).

Área: 551,11m² (quinhentos e cinquenta e um metros e onze decímetros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORTE, em 38,49 metros, com o lote urbano nº 30, da mesma quadra, com frente para a faixa de domínio da Avenida Gustavo Fetter (rodovia SC-163).

LESTE, em 15,00 metros, com a faixa de domínio da Avenida Gustavo Fetter (rodovia SC-163), onde faz frente.

SUL, em 38,76 metros, com parte da chácara urbana nº 237.

OESTE, em 13,74 metros, com parte do lote urbano nº 167, da mesma quadra, com frente para a Rua Elisaberta Weiss.

Área Não Edificável: A área total do lote abrange uma faixa não-edificável com 15,00m (quinze metros) de largura, localizada no flanco frontal do terreno, junto a faixa de domínio da Rodovia SC-163 (Avenida Gustavo Fetter).

2) LOTE URBANO Nº 30 (trinta).

Localização: QUADRA Nº 222 (duzentos e vinte e dois), com frente para a faixa de domínio da Avenida Gustavo Fetter (Rodovia SC-163), situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 35,00 metros da esquina da Avenida Gustavo Fetter com a Rua 7 de Fevereiro.

Zoneamento: Zona Mista Diversificada (ZMD).

Área: 549,51m² (quinhentos e quarenta e nove metros e cinquenta e um decímetros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORTE, em 38,26 metros, com o lote urbano nº 45, da mesma quadra, com frente para a faixa de domínio da Avenida Gustavo Fetter (Rodovia SC-163).

LESTE, em 15,00 metros, com a faixa de domínio da Avenida Gustavo Fetter (Rodovia SC-163), onde faz frente.

SUL, em 38,49 metros, com o lote urbano nº 15, da mesma quadra, com frente para a faixa de domínio da Avenida Gustavo Fetter (Rodovia SC-163).

OESTE, em 13,74 metros, com parte do lote urbano nº 167, da mesma quadra, com frente para a Rua Elisaberta Weiss.

Área Não Edificável: A área total do lote abrange uma faixa não-edificável com 15,00m (quinze metros) de largura, localizada no flanco frontal do terreno, junto a faixa de domínio da Rodovia SC-163 (Avenida Gustavo Fetter).

3) LOTE URBANO Nº 45 (quarenta e cinco).

Localização: QUADRA Nº 222 (duzentos e vinte e dois), com frente para a faixa de domínio da Avenida Gustavo Fetter (Rodovia SC-163), situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 20,00 metros da esquina da Avenida Gustavo Fetter com a Rua 7 de Fevereiro.

Zoneamento: Zona Mista Diversificada (ZMD).

Área: 525,20m² (quinhentos e vinte e cinco metros e vinte decímetros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORTE, em 38,05 metros, com o lote urbano nº 103, da mesma quadra, com frente para a faixa de domínio da Avenida Gustavo Fetter (Rodovia SC-163).

LESTE, em 15,00 metros, com a faixa de domínio da Avenida Gustavo Fetter (Rodovia SC-163), onde faz frente.

SUL, em 38,26 metros, com o lote urbano nº 30, da mesma quadra, com frente para a faixa de domínio da Avenida Gustavo Fetter (Rodovia SC-163).

OESTE, em 12,57 metros, com parte do lote urbano nº 148, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

Área Não Edificável: A área total do lote abrange uma faixa não-edificável com 15,00m (quinze metros) de largura, localizada no flanco frontal do terreno, junto a faixa de domínio da Rodovia SC-163 (Avenida Gustavo Fetter).

4) LOTE URBANO Nº 103 (cento e três).

Localização: QUADRA Nº 222 (duzentos e vinte e dois), com frente para a faixa de domínio da Avenida Gustavo Fetter (Rodovia SC-163), situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; situado na esquina da Avenida Gustavo Fetter com a Rua 7 de Fevereiro.

Zoneamento: Zona Mista Diversificada (ZMD).

Área: 702,54m² (setecentos e dois metros e cinquenta e quatro decímetros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORTE, em 38,00 metros, com a Rua 7 de Fevereiro.

LESTE: em 20,00 metros, com a faixa de domínio da Avenida Gustavo Fetter (Rodovia SC-163), onde faz frente.

SUL: em 38,05 metros, com o lote urbano nº 45, da mesma quadra, com frente para a faixa de domínio da Avenida Gustavo Fetter (Rodovia SC-163).

OESTE, em 17,00 metros, com parte do lote urbano nº 148, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

Área Não Edificável: A área total do lote abrange uma faixa não-edificável com 15,00m (quinze metros) de largura, localizada no flanco frontal do terreno, junto a faixa de domínio da Rodovia SC-163 (Avenida Gustavo Fetter).

5) LOTE URBANO Nº 148 (cento e quarenta e oito).

Localização: QUADRA Nº 222 (duzentos e vinte e dois), com frente para a Rua 7 de Fevereiro, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; situado na esquina da Rua 7 de Fevereiro com a Rua Elisaberta Weiss.

Zoneamento: Zona Mista Diversificada (ZMD).

Área: 576,37m² (quinhentos e setenta e seis metros e trinta e sete decímetros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORTE, em 19,54 metros, com a Rua 7 de Fevereiro, onde faz frente.

LESTE, em 29,57 metros, com os lotes urbanos nºs 103 e 45, (em 17,00m e 12,57m, respectivamente); ambos da mesma quadra, com frente para a faixa de domínio da Avenida Gustavo Fetter (Rodovia SC-163).

SUL, em 21,59 metros, com o lote urbano nº 167, da mesma quadra, com frente para a Rua Elisaberta Weiss.

OESTE, em 26,73 metros, com a Rua Elisaberta Weiss.

6) LOTE URBANO Nº 167 (cento e sessenta e sete).

Localização: QUADRA Nº 222 (duzentos e vinte e dois), com frente para a Rua Elisaberta Weiss, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 21,50 metros da esquina da Rua Elisaberta Weiss com a Rua 7 de Fevereiro.

Zoneamento: Zona Mista Diversificada (ZMD).

Área: 547,81m² (quinhentos e quarenta e sete metros e oitenta e um decímetros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORTE, em 21,59 metros: com o lote urbano nº 148, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

LESTE, em 27,48 metros, com os lotes urbanos nº 30 e 15 (em 13,74m, cada); ambos da mesma quadra, com frente para a em 29,57 metros, com os lotes urbanos nºs 103 e 45, (em 17,00m e 12,57m, respectivamente); ambos da mesma quadra, com frente para a faixa de domínio da Avenida Gustavo Fetter (Rodovia SC-163).

SUL, em 7,24+18,13 metros, com parte da chácara urbana nº 237.

OESTE, em 19,17 metros, com a Rua Elisaberta Weiss, onde faz frente.

II – Quadra nº 239

1) LOTE URBANO Nº 507 (quinhentos e sete).

Destinação: ÁREA VERDE.

Localização: QUADRA Nº 239 (duzentos e trinta e nove), com frente para a Rua Bernardo José Schneiders, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 37,50 metros da esquina da Rua Bernardo José Schneiders com a Rua Santa Cruz.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 722,77m² (setecentos e vinte e dois metros e setenta e sete decímetros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE: (a) em 28,80 metros, com os lotes urbanos nºs 600 e 586 (em 14,40m cada um), com frente para a Rua Santa Cruz; (b) em 28,80 metros, com o lote urbano nº 519, com frente para a Rua Bernardo José Schneiders; ambos da mesma quadra.

SUDESTE: (a) em 12,50 metros, com o lote urbano nº 519, da mesma quadra, com frente para a Rua Bernardo José Schneiders; (b) em 3,05 metros, com a Rua Bernardo José Schneiders, onde faz frente.

SUDOESTE, em 57,97 metros, com parte da chácara urbana nº 237.

NOROESTE, em 22,05 metros: com parte da chácara urbana nº 270 (em 17,17m); e com parte do lote urbano nº 12 (em 4,88m), da mesma quadra (localizado no Loteamento Novo Horizonte), com frente para a Rua Santa Cruz.

Coordenadas:

A ÁREA VERDE correspondente a este lote está compreendida dentro do polígono formado pelas seguintes coordenadas:

E:247884.435 - N:7010848.887

E:247907.767 - N:7010832.005

E:247900.440 - N:7010821.878

E:247923.773 - N:7010804.996

E:247921.988 - N:7010802.528

E:247871.509 - N:7010831.022

2) LOTE URBANO Nº 519 (quinhentos e dezenove).

Localização: QUADRA Nº 239 (duzentos e trinta e nove), com frente para a Rua Bernardo José Schneiders, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 25,00 metros da esquina da Rua Bernardo José Schneiders com a Rua Santa Cruz.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 28,80 metros, com os lotes urbanos nºs 572 e 558 (em 14,40m cada um), da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

SUDESTE, em 12,50 metros, com a Rua Bernardo José Schneiders, onde faz frente.

SUDOESTE, em 28,80 metros, com parte do lote urbano nº 507 (Área Verde), da mesma quadra, com frente para a Rua Bernardo José Schneiders.

NOROESTE, em 12,50 metros, com parte do lote urbano nº 507 (Área Verde), da mesma quadra, com frente para a Rua Bernardo José Schneiders.

3) LOTE URBANO Nº 558 (quinhentos e cinquenta e oito).

Localização: QUADRA Nº 239 (duzentos e trinta e nove), com frente para a Rua Santa Cruz, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; situado na esquina da Rua Santa Cruz com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua Santa Cruz, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com a Rua Bernardo José Schneiders.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com parte do lote urbano nº 519, da mesma quadra, com frente para a Rua Bernardo José Schneiders.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 572, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

4) LOTE URBANO Nº 572 (quinhentos e setenta e dois).

Localização: QUADRA Nº 239 (duzentos e trinta e nove), com frente para a Rua Santa Cruz, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 14,40 metros da esquina da Rua Santa Cruz com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua Santa Cruz, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 558, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com parte do lote urbano nº 519, da mesma quadra, com frente para a Rua Bernardo José Schneiders.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 586, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

5) LOTE URBANO Nº 586 (quinhentos e oitenta e seis).

Localização: QUADRA Nº 239 (duzentos e trinta e nove), com frente para a Rua Santa Cruz, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 28,80 metros da esquina da Rua Santa Cruz com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua Santa Cruz, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 572, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com parte do lote urbano nº 507 (Área Verde), da mesma quadra, com frente para a Rua Bernardo José Schneiders.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 600, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

6) LOTE URBANO Nº 600 (seiscentos).

Localização: QUADRA Nº 239 (duzentos e trinta e nove), com frente para a Rua Santa Cruz, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 43,20 metros da esquina da Rua Santa Cruz com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua Santa Cruz, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 586, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com parte do lote urbano nº 507 (Área Verde), da mesma quadra, com frente para a Rua Bernardo José Schneiders.

NOROESTE, em 25,00 metros, com parte do lote urbano nº 12, da mesma quadra (localizado no Loteamento Novo Horizonte), com frente para a Rua Santa Cruz.

III – Quadra nº 242

1) LOTE URBANO Nº 350 (trezentos e cinquenta).

Destinação: ÁREA VERDE.

Localização: QUADRA Nº 242 (duzentos e quarenta e dois), com frente para a Rua Bernardo José Schneiders, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 25,00 metros da esquina da Rua Bernardo José Schneiders com a Rua São Leopoldo.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 977,13m² (novecentos e setenta e sete metros e treze decímetros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 58,15 metros: com parte da chácara urbana nº 34 (em 55,50m); e com parte da chácara urbana nº 384 (em 2,65m).

SUDESTE, em 12,98 metros, com a Rua Bernardo José Schneiders, onde faz frente.

SUDOESTE, em 57,60 metros, com os lotes urbanos nºs 431, 417, 403 e 389 (em 14,40m cada um); todos da mesma quadra, com frente para a Rua São Leopoldo.

NOROESTE, em 20,95 metros, com parte da chácara urbana nº 34.

Coordenadas:

A ÁREA VERDE correspondente a este lote está compreendida dentro do polígono formado pelas seguintes coordenadas:

E:248080.777 - N:7011120.256

E:248122.770 - N:7011080.034

E:248115.162 - N:7011069.519

E:248068.496 - N:7011103.283

2) LOTE URBANO Nº 389 (trezentos e oitenta e nove).

Localização: QUADRA Nº 242 (duzentos e quarenta e dois), com frente para a Rua São Leopoldo, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; situado na esquina da Rua São Leopoldo com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com parte do lote urbano nº 350 (Área Verde), da mesma quadra, com frente para a Rua Bernardo José Schneiders.

SUDESTE, em 25,00 metros, com a Rua Bernardo José Schneiders.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua São Leopoldo, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 403, da mesma quadra, com frente para a Rua São Leopoldo.

3) LOTE URBANO Nº 403 (quatrocentos e três).

Localização: QUADRA Nº 242 (duzentos e quarenta e dois), com frente para a Rua São Leopoldo, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 14,40 metros da esquina da Rua São Leopoldo com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com parte do lote urbano nº 350 (Área Verde), da mesma quadra, com frente para a Rua Bernardo José Schneiders.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 389, da mesma quadra, com frente para a Rua São Leopoldo.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua São Leopoldo, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 417, da mesma quadra, com frente para a Rua São Leopoldo.

4) LOTE URBANO Nº 417 (quatrocentos e dezessete).

Localização: QUADRA Nº 242 (duzentos e quarenta e dois), com frente para a Rua São Leopoldo, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 28,80 metros da esquina da Rua São Leopoldo com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com parte do lote urbano nº 350 (Área Verde), da mesma quadra, com frente para a Rua Bernardo José Schneiders.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 403, da mesma quadra, com frente para a Rua São Leopoldo.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua São Leopoldo, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 431, da mesma quadra, com frente para a Rua São Leopoldo.

5) LOTE URBANO Nº 431 (quatrocentos e trinta e um).

Localização: QUADRA Nº 242 (duzentos e quarenta e dois), com frente para a Rua São Leopoldo, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 43,20 metros da esquina da Rua São Leopoldo com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com parte do lote urbano nº 350 (Área Verde), da mesma quadra, com frente para a Rua Bernardo José Schneiders.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 417, da mesma quadra, com frente para a Rua São Leopoldo.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua São Leopoldo, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros: com o lote urbano nº 14 (em 24,00m), da mesma quadra (localizado no Loteamento Novo Horizonte), com frente para a Rua São Leopoldo; e, com parte da chácara urbana nº 34 (em 1,00m).

IV – Quadra nº 243

1) LOTE URBANO Nº 195 (cento e noventa e cinco).

Localização: QUADRA Nº 243 (duzentos e quarenta e três), com frente para a Rua São Leopoldo, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 43,20 metros da esquina da Rua São Leopoldo com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua São Leopoldo, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 209, da mesma quadra, com frente para a Rua São Leopoldo.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 343, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 181, da mesma quadra (localizado no Loteamento Novo Horizonte), com frente para a Rua São Leopoldo.

2) LOTE URBANO Nº 209 (duzentos e nove).

Localização: QUADRA Nº 243 (duzentos e quarenta e três), com frente para a Rua São Leopoldo, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 28,80 metros da esquina da Rua São Leopoldo com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua São Leopoldo, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 223, da mesma quadra, com frente para a Rua São Leopoldo.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 329, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 195, da mesma quadra, com frente para a Rua São Leopoldo.

3) LOTE URBANO Nº 223 (duzentos e vinte e três).

Localização: QUADRA Nº 243 (duzentos e quarenta e três), com frente para a Rua São Leopoldo, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 14,40 metros da esquina da Rua São Leopoldo com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua São Leopoldo, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 262, da mesma quadra, com frente para a Rua São Leopoldo.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 315, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 209, da mesma quadra, com frente para a Rua São Leopoldo.

4) LOTE URBANO Nº 262 (duzentos e sessenta e dois).

Localização: QUADRA Nº 243 (duzentos e quarenta e três), com frente para a Rua São Leopoldo, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; situado na esquina da Rua São Leopoldo com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua São Leopoldo, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com a Rua Bernardo José Schneiders.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 301, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 223, da mesma quadra, com frente para a Rua São Leopoldo.

5) LOTE URBANO Nº 301 (trezentos e um).

Localização: QUADRA Nº 243 (duzentos e quarenta e três), com frente para a Rua 17 de Agosto, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; situado na esquina da Rua 17 de Agosto com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 262, da mesma quadra, com frente para a Rua São Leopoldo.

SUDESTE, em 25,00 metros, com a Rua Bernardo José Schneiders.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua 17 de Agosto, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 315, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

6) LOTE URBANO Nº 315 (trezentos e quinze).

Localização: QUADRA Nº 243 (duzentos e quarenta e três), com frente para a Rua 17 de Agosto, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 14,40 metros da esquina da Rua 17 de Agosto com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 223, da mesma quadra, com frente para a Rua São Leopoldo.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 301, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua 17 de Agosto, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 329, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

7) LOTE URBANO Nº 329 (trezentos e vinte e nove).

Localização: QUADRA Nº 243 (duzentos e quarenta e três), com frente para a Rua 17 de Agosto, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 28,80 metros da esquina da Rua 17 de Agosto com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 209, da mesma quadra, com frente para a Rua São Leopoldo.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 315, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua 17 de Agosto, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 343, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

8) LOTE URBANO Nº 343 (trezentos e quarenta e três).

Localização: QUADRA Nº 243 (duzentos e quarenta e três), com frente para a Rua 17 de Agosto, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondai; distante 43,20 metros da esquina da Rua 17 de Agosto com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 195, da mesma quadra, com frente para a Rua São Leopoldo.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 329, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua 17 de Agosto, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 14, da mesma quadra (localizado no Loteamento Novo Horizonte), com frente para a Rua 17 de Agosto.

V – Quadra nº 244

1) LOTE URBANO Nº 195 (cento e noventa e cinco).

Localização: QUADRA Nº 244 (duzentos e quarenta e quatro), com frente para a Rua 17 de Agosto, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondai; distante 43,20 metros da esquina da Rua 17 de Agosto com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua 17 de Agosto, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 209, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 343, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 181, da mesma quadra (localizado no Loteamento Novo Horizonte), com frente para a Rua 17 de Agosto.

2) LOTE URBANO Nº 209 (duzentos e nove).

Localização: QUADRA Nº 244 (duzentos e quarenta e quatro), com frente para a Rua 17 de Agosto, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondai; distante 28,80 metros da esquina da Rua 17 de Agosto com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua 17 de Agosto, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 223, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 329, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 195, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

3) LOTE URBANO Nº 223 (duzentos e vinte e três).

Localização: QUADRA Nº 244 (duzentos e quarenta e quatro), com frente para a Rua 17 de Agosto, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondai; distante 14,40 metros da esquina da Rua 17 de Agosto com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua 17 de Agosto, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 262, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 315, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 209, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

4) LOTE URBANO Nº 262 (duzentos e sessenta e dois).

Localização: QUADRA Nº 244 (duzentos e quarenta e quatro), com frente para a Rua 17 de Agosto, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondai; situado na esquina da Rua 17 de Agosto com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua 17 de Agosto, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com a Rua Bernardo José Schneiders.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 301, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 223, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

5) LOTE URBANO Nº 301 (trezentos e um).

Localização: QUADRA Nº 244 (duzentos e quarenta e quatro), com frente para a Rua Tancredo Neves, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondai; situado na esquina da Rua Tancredo Neves com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 262, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

SUDESTE, em 25,00 metros, com a Rua Bernardo José Schneiders.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua Tancredo Neves, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 315, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

6) LOTE URBANO Nº 315 (trezentos e quinze).

Localização: QUADRA Nº 244 (duzentos e quarenta e quatro), com frente para a Rua Tancredo Neves, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 14,40 metros da esquina da Rua Tancredo Neves com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 223, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 301, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua Tancredo Neves, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 329, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

7) LOTE URBANO Nº 329 (trezentos e vinte e nove).

Localização: QUADRA Nº 244 (duzentos e quarenta e quatro), com frente para a Rua Tancredo Neves, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 28,80 metros da esquina da Rua Tancredo Neves com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 209, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 315, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua Tancredo Neves, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 343, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

8) LOTE URBANO Nº 343 (trezentos e quarenta e três).

Localização: QUADRA Nº 244 (duzentos e quarenta e quatro), com frente para a Rua Tancredo Neves, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 43,20 metros da esquina da Rua Tancredo Neves com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 195, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 329, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua Tancredo Neves, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 14, da mesma quadra (localizado no Loteamento Novo Horizonte), com frente para a Rua Tancredo Neves.

VI – Quadra nº 245

1) LOTE URBANO Nº 195 (cento e noventa e cinco).

Localização: QUADRA Nº 245 (duzentos e quarenta e cinco), com frente para a Rua Tancredo Neves, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 43,20 metros da esquina da Rua 17 de Agosto com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua Tancredo Neves, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 209, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 343, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 181, da mesma quadra (localizado no Loteamento Novo Horizonte), com frente para a Rua Tancredo Neves.

2) LOTE URBANO Nº 209 (duzentos e nove).

Localização: QUADRA Nº 245 (duzentos e quarenta e cinco), com frente para a Rua Tancredo Neves, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 28,80 metros da esquina da Rua Tancredo Neves com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua Tancredo Neves, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 223, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 329, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 195, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

3) LOTE URBANO Nº 223 (duzentos e vinte e três).

Localização: QUADRA Nº 245 (duzentos e quarenta e cinco), com frente para a Rua Tancredo Neves, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 14,40 metros da esquina da Rua Tancredo Neves com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua Tancredo Neves, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 262, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 315, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 209, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

4) LOTE URBANO Nº 262 (duzentos e sessenta e dois).

Localização: QUADRA Nº 245 (duzentos e quarenta e cinco), com frente para a Rua Tancredo Neves, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; situado na esquina da Rua Tancredo Neves com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua Tancredo Neves, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com a Rua Bernardo José Schneiders.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 301, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 223, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

5) LOTE URBANO Nº 301 (trezentos e um).

Localização: QUADRA Nº 245 (duzentos e quarenta e cinco), com frente para a Rua 7 de Fevereiro, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; situado na esquina da Rua 7 de Fevereiro com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 262, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

SUDESTE, em 25,00 metros, com a Rua Bernardo José Schneiders.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua 7 de Fevereiro, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 315, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

6) LOTE URBANO Nº 315 (trezentos e quinze).

Localização: QUADRA Nº 245 (duzentos e quarenta e cinco), com frente para a Rua 7 de Fevereiro, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 14,40 metros da esquina da Rua 7 de Fevereiro com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 223, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 301, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua 7 de Fevereiro, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 329, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

7) LOTE URBANO Nº 329 (trezentos e vinte e nove).

Localização: QUADRA Nº 245 (duzentos e quarenta e cinco), com frente para a Rua 7 de Fevereiro, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 28,80 metros da esquina da Rua 7 de Fevereiro com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 209, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 315, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua 7 de Fevereiro, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 343, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

8) LOTE URBANO Nº 343 (trezentos e quarenta e três).

Localização: QUADRA Nº 245 (duzentos e quarenta e cinco), com frente para a Rua 7 de Fevereiro, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 43,20 metros da esquina da Rua 7 de Fevereiro com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 195, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 329, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua 7 de Fevereiro, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 14, da mesma quadra (localizado no Loteamento Novo Horizonte), com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

VII – Quadra nº 246

1) LOTE URBANO Nº 195 (cento e noventa e cinco).

Localização: QUADRA Nº 246 (duzentos e quarenta e seis), com frente para a Rua 7 de Fevereiro, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 43,20 metros da esquina da Rua 7 de Fevereiro com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua 7 de Fevereiro, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 209, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 343, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 181, da mesma quadra (localizado no Loteamento Novo Horizonte), com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

2) LOTE URBANO Nº 209 (duzentos e nove).

Localização: QUADRA Nº 246 (duzentos e quarenta e seis), com frente para a Rua 7 de Fevereiro, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 28,80 metros da esquina da Rua 7 de Fevereiro com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua 7 de Fevereiro, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 223, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 329, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 195, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

3) LOTE URBANO Nº 223 (duzentos e vinte e três).

Localização: QUADRA Nº 246 (duzentos e quarenta e seis), com frente para a Rua 7 de Fevereiro, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 14,40 metros da esquina da Rua 7 de Fevereiro com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua 7 de Fevereiro, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 262, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 315, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 209, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

4) LOTE URBANO Nº 262 (duzentos e sessenta e dois).

Localização: QUADRA Nº 246 (duzentos e quarenta e seis), com frente para a Rua 7 de Fevereiro, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; situado na esquina da Rua 7 de Fevereiro com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua 7 de Fevereiro, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com a Rua Bernardo José Schneiders.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 301, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 223, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

5) LOTE URBANO Nº 301 (trezentos e um).

Localização: QUADRA Nº 246 (duzentos e quarenta e seis), com frente para a Rua Santa Cruz, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; situado na esquina da Rua Santa Cruz com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 262, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDESTE, em 25,00 metros, com a Rua Bernardo José Schneiders.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua Santa Cruz, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 315, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

6) LOTE URBANO Nº 315 (trezentos e quinze).

Localização: QUADRA Nº 246 (duzentos e quarenta e seis), com frente para a Rua Santa Cruz, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 14,40 metros da esquina da Rua Santa Cruz com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 223, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 301, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua Santa Cruz, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 329, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

7) LOTE URBANO Nº 329 (trezentos e vinte e nove).

Localização: QUADRA Nº 246 (duzentos e quarenta e seis), com frente para a Rua Santa Cruz, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 28,80 metros da esquina da Rua Santa Cruz com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 209, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 315, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua Santa Cruz, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 343, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

8) LOTE URBANO Nº 343 (trezentos e quarenta e três).

Localização: QUADRA Nº 246 (duzentos e quarenta e seis), com frente para a Rua Santa Cruz, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 43,20 metros da esquina da Rua Santa Cruz com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 195, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 329, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua Santa Cruz, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 14, da mesma quadra (localizado no Loteamento Novo Horizonte), com frente para a Rua Santa Cruz.

VIII – Quadra nº 289

1) LOTE URBANO Nº 38 (trinta e oito).

Localização: QUADRA Nº 289 (duzentos e oitenta e nove), com frente para a Rua Santa Cruz, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; situado na esquina da Rua Santa Cruz com a Rua Padre André.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 363,11m² (trezentos e sessenta e três metros e onze decímetros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 19,50 metros, com a Rua Santa Cruz, onde faz frente.

SUDESTE, em 17,52 metros, com o lote urbano nº 153 (Área Verde), da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

SUDOESTE, em 19,63 metros, com parte da chácara urbana nº 237.

NOROESTE, em 19,72 metros, com a Rua Padre André.

2) LOTE URBANO Nº 153 (cento e cinquenta e três).

Destinação: ÁREA VERDE.

Localização: QUADRA Nº 289 (duzentos e oitenta e nove), com frente para a Rua Santa Cruz, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; situado na esquina da Rua Santa Cruz com a Rua Berlim.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 1.244,52m² (um mil, duzentos e quarenta e quatro metros e cinquenta e dois decímetros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 110,10 metros, com a Rua Santa Cruz, onde faz frente.

SUDESTE, em 5,09 metros, com a Rua Berlim.

SUDOESTE, em 110,80 metros, com parte da chácara urbana nº 237.

NOROESTE, em 17,52 metros, com o lote urbano nº 38, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

IX – Quadra nº 290

1) LOTE URBANO Nº 38 (trinta e oito).

Localização: QUADRA Nº 290 (duzentos e noventa), com frente para a Rua Santa Cruz, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondai; situado na esquina da Rua Santa Cruz com a Rua Padre André.
Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 380,79m² (trezentos e oitenta metros e setenta e nove decímetros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 17,10 metros, com a Rua Santa Cruz, onde faz frente.

SUDESTE, em 21,30 metros, com a Rua Padre André.

SUDOESTE, em 17,21 metros, com parte da chácara urbana nº 237.

NOROESTE, em 23,23 metros, com o lote urbano nº 54, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

2) LOTE URBANO Nº 54 (cinquenta e quatro).

Localização: QUADRA Nº 290 (duzentos e noventa), com frente para a Rua Santa Cruz, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondai; distante 17,10 metros da esquina da Rua Santa Cruz com a Rua Padre André.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 386,20m² (trezentos e oitenta e seis metros e vinte decímetros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 16,00 metros, com a Rua Santa Cruz, onde faz frente.

SUDESTE, em 23,23 metros, com o lote urbano nº 38, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

SUDOESTE, em 16,10 metros, com parte da chácara urbana nº 237.

NOROESTE, em 25,04 metros, com o lote urbano nº 70, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

3) LOTE URBANO Nº 70 (setenta).

Localização: QUADRA Nº 290 (duzentos e noventa), com frente para a Rua Santa Cruz, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondai; distante 33,10 metros da esquina da Rua Santa Cruz com a Rua Padre André.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 415,11m² (quatrocentos e quinze metros e onze decímetros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 16,00 metros, com a Rua Santa Cruz, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,04 metros, com o lote urbano nº 54, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

SUDOESTE, em 16,10 metros, com parte da chácara urbana nº 237.

NOROESTE, em 26,85 metros, com o lote urbano nº 84, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

4) LOTE URBANO Nº 84 (oitenta e quatro).

Localização: QUADRA Nº 290 (duzentos e noventa), com frente para a Rua Santa Cruz, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondai; distante 49,10 metros da esquina da Rua Santa Cruz com a Rua Padre André.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 386,94m² (trezentos e oitenta e seis metros e noventa e quatro decímetros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,00 metros, com a Rua Santa Cruz, onde faz frente.

SUDESTE, em 26,85 metros, com o lote urbano nº 70, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

SUDOESTE, em 14,09 metros, com parte da chácara urbana nº 237.

NOROESTE, em 28,43 metros, com o lote urbano nº 97, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

5) LOTE URBANO Nº 97 (noventa e sete).

Localização: QUADRA Nº 290 (duzentos e noventa), com frente para a Rua Santa Cruz, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondai; distante 63,10 metros da esquina da Rua Santa Cruz com a Rua Padre André.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 394,08m² (trezentos e noventa e quatro metros e oito decímetros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 13,50 metros, com a Rua Santa Cruz, onde faz frente.

SUDESTE, em 28,43 metros, com o lote urbano nº 84, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

SUDOESTE, em 13,59 metros, com parte da chácara urbana nº 237.

NOROESTE, em 29,95 metros, com o lote urbano nº 110, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

6) LOTE URBANO Nº 110 (cento e dez).

Localização: QUADRA Nº 290 (duzentos e noventa), com frente para a Rua Santa Cruz, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondai; distante 68,30 metros da esquina da Rua Santa Cruz com a Rua Bernardo José Schneiders (pelo flanco noroeste) e distante 76,60 metros da esquina da Rua Santa Cruz com a Rua Padre André (pelo flanco sudeste).

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 414,66m² (quatrocentos e quatorze metros e sessenta e seis decímetros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 13,50 metros, com a Rua Santa Cruz, onde faz frente.

SUDESTE, em 29,95 metros, com o lote urbano nº 97, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

SUDOESTE, em 13,59 metros, com parte da chácara urbana nº 237.

NOROESTE, em 31,48 metros, com o lote urbano nº 123, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

7) LOTE URBANO Nº 123 (cento e vinte e três).

Localização: QUADRA Nº 290 (duzentos e noventa), com frente para a Rua Santa Cruz, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 54,80 metros da esquina da Rua Santa Cruz com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 435,24m² (quatrocentos e trinta e cinco metros e vinte e quatro decímetros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 13,50 metros, com a Rua Santa Cruz, onde faz frente.

SUDESTE, em 31,48 metros, com o lote urbano nº 110, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

SUDOESTE, em 13,59 metros, com parte da chácara urbana nº 237.

NOROESTE, em 33,00 metros, com o lote urbano nº 136, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

8) LOTE URBANO Nº 136 (cento e trinta e seis).

Localização: QUADRA Nº 290 (duzentos e noventa), com frente para a Rua Santa Cruz, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 41,80 metros da esquina da Rua Santa Cruz com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 438,57m² (quatrocentos e trinta e oito metros e cinquenta e sete decímetros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 13,00 metros, com a Rua Santa Cruz, onde faz frente.

SUDESTE, em 33,00 metros, com o lote urbano nº 123, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

SUDOESTE, em 13,08 metros, com parte da chácara urbana nº 237.

NOROESTE, em 34,47 metros, com o lote urbano nº 149, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

9) LOTE URBANO Nº 149 (cento e quarenta e nove).

Localização: QUADRA Nº 290 (duzentos e noventa), com frente para a Rua Santa Cruz, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 28,80 metros da esquina da Rua Santa Cruz com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 457,66m² (quatrocentos e cinquenta e sete metros e sessenta e seis decímetros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 13,00 metros, com a Rua Santa Cruz, onde faz frente.

SUDESTE, em 34,47 metros, com o lote urbano nº 136, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

SUDOESTE, em 13,08 metros, com parte da chácara urbana nº 237.

NOROESTE, em 35,94 metros: com o lote urbano nº 163 (em 25,00m), com frente para a Rua Santa Cruz; e com o lote urbano nº 216 (em 10,94m), com frente para a Rua Bernardo José Schneiders; ambos da mesma quadra.

10) LOTE URBANO Nº 163 (cento e sessenta e três).

Localização: QUADRA Nº 290 (duzentos e noventa), com frente para a Rua Santa Cruz, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 14,40 metros da esquina da Rua Santa Cruz com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua Santa Cruz, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com parte do lote urbano nº 149, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com parte do lote urbano nº 216, da mesma quadra, com frente para a Rua Bernardo José Schneiders.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 202, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

11) LOTE URBANO Nº 202 (duzentos e dois).

Localização: QUADRA Nº 290 (duzentos e noventa), com frente para a Rua Santa Cruz, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; situado na esquina da Rua Santa Cruz com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua Santa Cruz, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 163, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com parte do lote urbano nº 216, da mesma quadra, com frente para a Rua Bernardo José Schneiders.

NOROESTE, em 25,00 metros, com a Rua Bernardo José Schneiders.

12) LOTE URBANO Nº 216 (duzentos e dezesseis).

Localização: QUADRA Nº 290 (duzentos e noventa), com frente para a Rua Bernardo José Schneiders, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 25,00 metros da esquina da Rua Bernardo José Schneiders com a Rua Santa Cruz.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 361,86m² (trezentos e sessenta e um metros e oitenta e seis décimos quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 28,80 metros, com os lotes urbanos nºs 202 e 163 (em 14,40m cada um), da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

SUDESTE, em 10,94 metros, com parte do lote urbano nº 149, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

SUDOESTE, em 28,98 metros, com parte da chácara urbana nº 237.

NOROESTE, em 14,19 metros, com a Rua Bernardo José Schneiders, onde faz frente.

X – Quadra nº 291

1) LOTE URBANO Nº 24 (vinte e quatro).

Destinação: ÁREA VERDE.

Localização: QUADRA Nº 291 (duzentos e noventa e um), com frente para a Rua Bremen, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 27,50 metros da esquina da Rua Bremen com a Rua 7 de Fevereiro.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 1.773,28m² (um mil, setecentos e setenta e três metros e vinte e oito décimos quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE: (a) em 78,60 metros, com os lotes urbanos nºs 64, 77, 90, 103, 116 e 129 (em 13,10m cada um); (b) em 9,18 metros, com o lote urbano nº 143; todos da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDESTE: (a) em 3,50 metros, com o lote urbano nº 143, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro; (b) em 13,77 metros, com a Área de Preservação Permanente (APP) existente à margem direita de uma sanga.

SUDOESTE, em 85,74 metros, com parte da chácara urbana nº 237.

NOROESTE, em 24,64 metros, com a Rua Bremen, onde faz frente.

Coordenadas:

A ÁREA VERDE correspondente a este lote está compreendida dentro do polígono formado pelas seguintes coordenadas:

E:248354.897 - N:7010586.347

E:248419.767 - N:7010541.811

E:248417.679 - N:7010538.927

E:248425.247 - N:7010533.723

E:248415.600 - N:7010523.895

E:248340.935 - N:7010566.042

2) LOTE URBANO Nº 37 (trinta e sete).

Localização: QUADRA Nº 291 (duzentos e noventa e um), com frente para a Rua 7 de Fevereiro, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 14,40 metros da esquina da Rua Bremen com a Rua 7 de Fevereiro.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,25m² (trezentos e sessenta metros e vinte e cinco décimos quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 26,20 metros, com o lote urbano nº 77, da mesma quadra, com frente para a Rua Bremen.

SUDESTE, em 13,75 metros, com parte do lote urbano nº 90, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDOESTE, em 26,20 metros, com parte do lote urbano nº 24 (Área Verde), da mesma quadra, com frente para a Rua Bremen.

NOROESTE, em 13,75 metros, com a Rua Bremen, onde faz frente.

3) LOTE URBANO Nº 77 (setenta e sete).

Localização: QUADRA Nº 291 (duzentos e noventa e um), com frente para a Rua 7 de Fevereiro, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; situado na esquina da Rua 7 de Fevereiro com a Rua Bremen.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 377,28m² (trezentos e setenta e sete metros e vinte e oito décimos quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 26,20 metros, com a Rua 7 de Fevereiro.

SUDESTE, em 14,40 metros, com parte do lote urbano nº 90, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDOESTE, em 26,20 metros, com o lote urbano nº 37, da mesma quadra, com frente para a Rua Bremen.

NOROESTE, em 14,40 metros, com a Rua Bremen, onde faz frente.

4) LOTE URBANO Nº 90 (noventa).

Localização: QUADRA Nº 291 (duzentos e noventa e um), com frente para a Rua 7 de Fevereiro, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 26,20 metros da esquina da Rua 7 de Fevereiro com a Rua Bremen.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 368,77m² (trezentos e sessenta e oito metros e setenta e sete décimos quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 13,10 metros, com a Rua 7 de Fevereiro, onde faz frente.

SUDESTE, em 28,15 metros, com o lote urbano nº 103, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDOESTE, em 13,10 metros, com parte do lote urbano nº 24 (Área Verde), da mesma quadra, com frente para a Rua Bremen.

NOROESTE, em 28,15 metros, com os lotes urbanos nºs 37 e 77 (em 13,75m e 14,40m, respectivamente); ambos da mesma quadra, com frente para a Rua Bremen.

5) LOTE URBANO Nº 103 (cento e três).

Localização: QUADRA Nº 291 (duzentos e noventa e um), com frente para a Rua 7 de Fevereiro, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 39,30 metros da esquina da Rua 7 de Fevereiro com a Rua Bremen.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 368,77m² (trezentos e sessenta e oito metros e setenta e sete decímetros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 13,10 metros, com a Rua 7 de Fevereiro, onde faz frente.

SUDESTE, em 28,15 metros, com o lote urbano nº 116, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDOESTE, em 13,10 metros, com parte do lote urbano nº 24 (Área Verde), da mesma quadra, com frente para a Rua Bremen.

NOROESTE, em 28,15 metros, com o lote urbano nº 90, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

6) LOTE URBANO Nº 116 (cento e dezesseis).

Localização: QUADRA Nº 291 (duzentos e noventa e um), com frente para a Rua 7 de Fevereiro, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 52,40 metros da esquina da Rua 7 de Fevereiro com a Rua Bremen.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 368,77m² (trezentos e sessenta e oito metros e setenta e sete decímetros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 13,10 metros, com a Rua 7 de Fevereiro, onde faz frente.

SUDESTE, em 28,15 metros, com o lote urbano nº 129, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDOESTE, em 13,10 metros, com parte do lote urbano nº 24 (Área Verde), da mesma quadra, com frente para a Rua Bremen.

NOROESTE, em 28,15 metros, com o lote urbano nº 103, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

7) LOTE URBANO Nº 129 (cento e vinte e nove).

Localização: QUADRA Nº 291 (duzentos e noventa e um), com frente para a Rua 7 de Fevereiro, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 65,50 metros da esquina da Rua 7 de Fevereiro com a Rua Bremen.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 368,77m² (trezentos e sessenta e oito metros e setenta e sete decímetros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 13,10 metros, com a Rua 7 de Fevereiro, onde faz frente.

SUDESTE, em 28,15 metros, com parte do lote urbano nº 143, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDOESTE, em 13,10 metros, com parte do lote urbano nº 24 (Área Verde), da mesma quadra, com frente para a Rua Bremen.

NOROESTE, em 28,15 metros, com o lote urbano nº 116, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

8) LOTE URBANO Nº 143 (cento e quarenta e três).

Localização: QUADRA Nº 291 (duzentos e noventa e um), com frente para a Rua 7 de Fevereiro, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 78,60 metros da esquina da Rua 7 de Fevereiro com a Rua Bremen.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 369,03m² (trezentos e sessenta e nove metros e três decímetros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,62 metros, com a Rua 7 de Fevereiro, onde faz frente.

SUDESTE, em 31,47 metros, com a Área de Preservação Permanente (APP) existente à margem direita de uma sanga.

SUDOESTE, em 9,18 metros, com parte do lote urbano nº 24 (Área Verde), da mesma quadra, com frente para a Rua Bremen.

NOROESTE, em 31,00 metros: com o lote urbano nº 129 (em 28,15m), com frente para a Rua 7 de Fevereiro; e com parte do lote urbano nº 24 (Área Verde – em 2,85m), com frente para a Rua Bremen; ambos da mesma quadra.

9) LOTE URBANO Nº 232 (duzentos e trinta e dois).

Localização: QUADRA Nº 291 (duzentos e noventa e um), com frente para a Rua 7 de Fevereiro, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; situado na esquina da Rua 7 de Fevereiro com a Rua Elisaberta Weiss.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 414,41m² (quatrocentos e quatorze metros e quarenta e um decímetros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 7,58 metros, com a Rua 7 de Fevereiro, onde faz frente.

LESTE, em 25,78 metros, com Rua Elisaberta Weiss.

SUDOESTE, em 26,13 metros, com o lote urbano nº 247, da mesma quadra, com frente para a Rua Elisaberta Weiss.

NOROESTE, em 26,91 metros, com a Área de Preservação Permanente (APP) existente à margem esquerda de uma sanga.

10) LOTE URBANO Nº 247 (duzentos e quarenta e sete).

Localização: QUADRA Nº 291 (duzentos e noventa e um), com frente para a Rua Elisaberta Weiss, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 25,78 metros da esquina da Rua Elisaberta Weiss com a Rua 7 de Fevereiro.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 414,87m² (quatrocentos e quatorze metros e oitenta e sete decímetros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 26,13 metros, com o lote urbano nº 232, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

LESTE, em 15,50 metros, com Rua Elisaberta Weiss, onde faz frente.

SUDOESTE, em 36,29 metros, com parte da chácara urbana nº 237.

NOROESTE, em 13,00 metros, com a Área de Preservação Permanente (APP) existente à margem esquerda de uma sanga.

Área de Preservação Permanente (APP)

Na quadra nº 291, na extensão compreendida entre o lado sudoeste da Rua 7 de Fevereiro e o limite sudoeste da gleba ora loteada, está contida a área de preservação permanente que se estende ao longo das margens direita e esquerda de uma sanga, cuja área é de 2.571,17m² (dois mil, quinhentos e setenta e um metros e dezessete decímetros quadrados), compreendida dentro do polígono formado pelas seguintes coordenadas:

E:248447.295 - N:7010556.185

E:248498.043 - N:7010520.963

E:248469.670 - N:7010493.374

E:248415.600 - N:7010523.895

E:248425.247 - N:7010533.723

XI – Quadra nº 292

1) LOTE URBANO Nº 14 (quatorze).

Localização: QUADRA Nº 292 (duzentos e noventa e dois), com frente para a Rua Berlim, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondai; distante 51,00 metros da esquina da Rua Berlim com a Rua 7 de Fevereiro.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 371,12m² (trezentos e setenta e um metros e doze decímetros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE: 28,80 metros, com o lote urbano nº 27, com frente para a Rua Berlim.

SUDESTE, em 11,25 metros, com parte do lote urbano nº 253 (Área Verde), da mesma quadra, com frente para a Rua Bremen.

SUDOESTE, em 28,99 metros, com parte da chácara urbana nº 237.

NOROESTE: 14,51 metros, com a Rua Berlim, onde faz frente.

2) LOTE URBANO Nº 27 (vinte e sete).

Localização: QUADRA Nº 292 (duzentos e noventa e dois), com frente para a Rua Berlim, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondai; distante 38,00 metros da esquina da Rua Berlim com a Rua 7 de Fevereiro.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 374,40m² (trezentos e setenta e quatro metros e quarenta decímetros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 28,80 metros, com o lote urbano nº 40, da mesma quadra, com frente para a Rua Berlim.

SUDESTE, em 13,00 metros: com parte do lote urbano nº 253, da mesma quadra, com frente para a Rua Bremen.

SUDOESTE, em 28,80 metros, com o lote urbano nº 14, da mesma quadra, com frente para a Rua Berlim.

NOROESTE, em 13,00 metros, com a Rua Berlim, onde faz frente.

3) LOTE URBANO Nº 40 (quarenta).

Localização: QUADRA Nº 292 (duzentos e noventa e dois), com frente para a Rua Berlim, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondai; distante 25,00 metros da esquina da Rua Berlim com a Rua 7 de Fevereiro.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 374,40m² (trezentos e setenta e quatro metros e quarenta decímetros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 28,80 metros, com os lotes urbanos nºs 78 e 92 (em 14,40m cada); ambos da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDESTE, em 13,00 metros: com parte do lote urbano nº 104 (em 4,32m), com frente para a Rua 7 de Fevereiro; e, com parte do lote urbano nº 253 (em 8,68m), com frente para a Rua Bremen; ambos da mesma quadra.

SUDOESTE, em 28,80 metros, com o lote urbano nº 27, da mesma quadra, com frente para a Rua Berlim.

NOROESTE, em 13,00 metros, com a Rua Berlim, onde faz frente.

4) LOTE URBANO Nº 78 (setenta e oito).

Localização: QUADRA Nº 292 (duzentos e noventa e dois), com frente para a Rua 7 de Fevereiro, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondai; situado na esquina da Rua 7 de Fevereiro com a Rua Berlim.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 362,38m² (trezentos e sessenta e dois metros e trinta e oito decímetros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua 7 de Fevereiro, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,34 metros, com o lote urbano nº 92, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com parte do lote urbano nº 40, da mesma quadra, com frente para a Rua Berlim.

NOROESTE, em 25,00 metros, com a Rua Berlim.

5) LOTE URBANO Nº 92 (noventa e dois).

Localização: QUADRA Nº 292 (duzentos e noventa e dois), com frente para a Rua 7 de Fevereiro, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 14,40 metros da esquina da Rua 7 de Fevereiro com a Rua Berlim.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 367,34m² (trezentos e sessenta e sete metros e trinta e quatro decímetros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua 7 de Fevereiro, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,69 metros, com parte do lote urbano nº 104, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com parte do lote urbano nº 40, da mesma quadra, com frente para a Rua Berlim.

NOROESTE, em 25,34 metros, com o lote urbano nº 78, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

6) LOTE URBANO Nº 104 (cento e quatro).

Localização: QUADRA Nº 292 (duzentos e noventa e dois), com frente para a Rua 7 de Fevereiro, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 28,80 metros da esquina da Rua 7 de Fevereiro com a Rua Berlim.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 371,96m² (trezentos e setenta e um metros e noventa e seis decímetros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 12,04 metros, com a Rua 7 de Fevereiro, onde faz frente.

SUDESTE, em 30,00 metros, com o lote urbano nº 116, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDOESTE, em 12,76 metros, com parte do lote urbano nº 253 (Área Pública), da mesma quadra, com frente para a Rua Berlim.

NOROESTE, em 30,01 metros: com parte do lote urbano nº 40 (em 4,32m), com frente para a Rua Berlim; e com o lote urbano nº 92 (em 25,69m), com frente para a Rua 7 de Fevereiro; ambos da mesma quadra.

7) LOTE URBANO Nº 116 (cento e dezesseis).

Localização: QUADRA Nº 292 (duzentos e noventa e dois), com frente para a Rua 7 de Fevereiro, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 40,84 metros da esquina da Rua 7 de Fevereiro com a Rua Berlim.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 12,00 metros, com a Rua 7 de Fevereiro, onde faz frente.

SUDESTE, em 30,00 metros, com o lote urbano nº 128, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDOESTE, em 12,00 metros, com parte do lote urbano nº 253 (Área Pública), da mesma quadra, com frente para a Rua Berlim.

NOROESTE, em 30,00 metros, com o lote urbano nº 104, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

8) LOTE URBANO Nº 128 (cento e vinte e oito).

Localização: QUADRA Nº 292 (duzentos e noventa e dois), com frente para a Rua 7 de Fevereiro, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 52,84 metros da esquina da Rua 7 de Fevereiro com a Rua Berlim.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 12,00 metros, com a Rua 7 de Fevereiro, onde faz frente.

SUDESTE, em 30,00 metros, com o lote urbano nº 140, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDOESTE, em 12,00 metros, com parte do lote urbano nº 253 (Área Verde), da mesma quadra, com frente para a Rua Bremen.

NOROESTE, em 30,00 metros, com o lote urbano nº 116, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

9) LOTE URBANO Nº 140 (cento e quarenta).

Localização: QUADRA Nº 292 (duzentos e noventa e dois), com frente para a Rua 7 de Fevereiro, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 64,84 metros da esquina da Rua 7 de Fevereiro com a Rua Berlim (pelo flanco noroeste) e distante 60,00 metros da esquina da Rua 7 de Fevereiro com a Rua Bremen (pelo flanco sudeste).

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 12,00 metros, com a Rua 7 de Fevereiro, onde faz frente.

SUDESTE, em 30,00 metros, com o lote urbano nº 152, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDOESTE, em 12,00 metros, com parte do lote urbano nº 253 (Área Verde), da mesma quadra, com frente para a Rua Bremen.

NOROESTE, em 30,00 metros, com o lote urbano nº 128, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

10) LOTE URBANO Nº 152 (cento e cinquenta e dois).

Localização: QUADRA Nº 292 (duzentos e noventa e dois), com frente para a Rua 7 de Fevereiro, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 48,00 metros da esquina da Rua 7 de Fevereiro com a Rua Bremen.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 12,00 metros, com a Rua 7 de Fevereiro, onde faz frente.

SUDESTE, em 30,00 metros, com o lote urbano nº 164, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDOESTE, em 12,00 metros, com parte do lote urbano nº 253 (Área Verde), da mesma quadra, com frente para a Rua Bremen.

NOROESTE, em 30,00 metros, com o lote urbano nº 140, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

11) LOTE URBANO Nº 164 (cento e sessenta e quatro).

Localização: QUADRA Nº 292 (duzentos e noventa e dois), com frente para a Rua 7 de Fevereiro, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 36,00 metros da esquina da Rua 7 de Fevereiro com a Rua Bremen.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 12,00 metros, com a Rua 7 de Fevereiro, onde faz frente.

SUDESTE, em 30,00 metros, com o lote urbano nº 176, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDOESTE, em 12,00 metros, com parte do lote urbano nº 253 (Área Verde), da mesma quadra, com frente para a Rua Bremen.

NOROESTE, em 30,00 metros, com o lote urbano nº 152, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

12) LOTE URBANO Nº 176 (cento e setenta e seis).

Localização: QUADRA Nº 292 (duzentos e noventa e dois), com frente para a Rua 7 de Fevereiro, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 24,00 metros da esquina da Rua 7 de Fevereiro com a Rua Bremen.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 12,00 metros, com a Rua 7 de Fevereiro, onde faz frente.

SUDESTE, em 30,00 metros, com os lotes urbanos nºs 215 e 230 (em 15,00m cada); ambos da mesma quadra, com frente para a Rua Bremen.

SUDOESTE, em 12,00 metros, com parte do lote urbano nº 253 (Área Verde), da mesma quadra, com frente para a Rua Bremen.

NOROESTE, em 30,00 metros, com o lote urbano nº 164, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

13) LOTE URBANO Nº 215 (duzentos e quinze).

Localização: QUADRA Nº 292 (duzentos e noventa e dois), com frente para a Rua Bremen, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; situado na esquina da Rua Bremen com a Rua 7 de Fevereiro

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 24,00 metros, com a Rua 7 de Fevereiro.

SUDESTE, em 15,00 metros, com a Rua Bremen, onde faz frente

SUDOESTE, em 24,00 metros, com o lote urbano nº 230, da mesma quadra, com frente para a Rua Bremen.

NOROESTE, em 15,00 metros, com parte do lote urbano nº 176, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

14) LOTE URBANO Nº 230 (duzentos e trinta).

Localização: QUADRA Nº 292 (duzentos e noventa e dois), com frente para a Rua Bremen, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 15,00 metros da esquina da Rua Bremen com a Rua 7 de Fevereiro.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 24,00 metros, com o lote urbano nº 215, da mesma quadra, com frente para a Rua Bremen.

SUDESTE, em 15,00 metros, com a Rua Bremen, onde faz frente.

SUDOESTE, em 24,00 metros, com parte do lote urbano nº 253 (Área Verde), da mesma quadra, com frente para a Rua Bremen.

NOROESTE, em 15,00 metros, com parte do lote urbano nº 176, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

15) LOTE URBANO Nº 253 (duzentos e cinquenta e três).

Destinação: ÁREA VERDE.

Localização: QUADRA Nº 292 (duzentos e noventa e dois), com frente para a Rua Bremen, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 30,00 metros da esquina da Rua Bremen com a Rua 7 de Fevereiro.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 3.061,41m² (três mil e sessenta e um metros e quarenta e um decímetros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 108,76 metros, com os lotes urbanos nºs 104, 116, 128, 140, 152, 164, 176 e 230 (em 12,76m, 12,00m, 12,00m, 12,00m, 12,00m, 12,00m e 24,00m, respectivamente); todos da mesma quadra.

SUDESTE, em 23,21 metros, com a Rua Bremen, onde faz frente.

SUDOESTE, em 109,96 metros, com parte da chácara urbana nº 237.

NOROESTE, em 32,93 metros, com os lotes urbanos nº 14 e 27 (em 11,25m e 13,00m, respectivamente), e com parte do lote urbano nº

40 (em 8,68m); todos da mesma quadra, com frente para a Rua Berlim.

XII – Quadra nº 293

1) LOTE URBANO Nº 39 (trinta e nove).

Localização: QUADRA Nº 293 (duzentos e noventa e três), com frente para a Rua Santa Cruz, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaiá; situado na esquina da Rua Santa Cruz com a Rua Berlim.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 352, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDESTE, em 25,00 metros, com a Rua Berlim.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua Santa Cruz, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 53, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

2) LOTE URBANO Nº 53 (cinquenta e três).

Localização: QUADRA Nº 293 (duzentos e noventa e três), com frente para a Rua Santa Cruz, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaiá; distante 14,40 metros da esquina da Rua Santa Cruz com a Rua Berlim.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 313, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 39, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua Santa Cruz, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 67, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

3) LOTE URBANO Nº 67 (sessenta e sete).

Localização: QUADRA Nº 293 (duzentos e noventa e três), com frente para a Rua Santa Cruz, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaiá; distante 28,80 metros da esquina da Rua Santa Cruz com a Rua Berlim.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 299, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 53, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua Santa Cruz, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 81, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

4) LOTE URBANO Nº 81 (oitenta e um).

Localização: QUADRA Nº 293 (duzentos e noventa e três), com frente para a Rua Santa Cruz, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaiá; distante 43,20 metros da esquina da Rua Santa Cruz com a Rua Berlim.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 285, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 67, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua Santa Cruz, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 95, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

5) LOTE URBANO Nº 95 (noventa e cinco).

Localização: QUADRA Nº 293 (duzentos e noventa e três), com frente para a Rua Santa Cruz, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaiá; distante 57,60 metros da esquina da Rua Santa Cruz com a Rua Padre André (pelo flanco noroeste) e distante 57,60 metros da esquina da Rua Santa Cruz com a Rua Berlim (pelo flanco sudeste).

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 271, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 81, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua Santa Cruz, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 109, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

6) LOTE URBANO Nº 109 (cento e nove).

Localização: QUADRA Nº 293 (duzentos e noventa e três), com frente para a Rua Santa Cruz, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaiá; distante 43,20 metros da esquina da Rua Santa Cruz com a Rua Padre André.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 257, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 95, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua Santa Cruz, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 123, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

7) LOTE URBANO Nº 123 (cento e vinte e três).

Localização: QUADRA Nº 293 (duzentos e noventa e três), com frente para a Rua Santa Cruz, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 28,80 metros da esquina da Rua Santa Cruz com a Rua Padre André.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 243, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 109, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua Santa Cruz, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 137, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

8) LOTE URBANO Nº 137 (cento e trinta e sete).

Localização: QUADRA Nº 293 (duzentos e noventa e três), com frente para a Rua Santa Cruz, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 14,40 metros da esquina da Rua Santa Cruz com a Rua Padre André.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 229, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 123, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua Santa Cruz, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 176, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

9) LOTE URBANO Nº 176 (cento e setenta e seis).

Localização: QUADRA Nº 293 (duzentos e noventa e três), com frente para a Rua Santa Cruz, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; situado na esquina da Rua Santa Cruz com a Rua Padre André.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 215, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 137, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua Santa Cruz, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com a Rua Padre André.

10) LOTE URBANO Nº 215 (duzentos e quinze).

Localização: QUADRA Nº 293 (duzentos e noventa e três), com frente para a Rua 7 de Fevereiro, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; situado na esquina da Rua 7 de Fevereiro com a Rua Padre André.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua 7 de Fevereiro, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 229, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 176, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

NOROESTE, em 25,00 metros, com a Rua Padre André.

11) LOTE URBANO Nº 229 (duzentos e vinte e nove).

Localização: QUADRA Nº 293 (duzentos e noventa e três), com frente para a Rua 7 de Fevereiro, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 14,40 metros da esquina da Rua 7 de Fevereiro com a Rua Padre André.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua 7 de Fevereiro, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 243, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 137, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 215, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

12) LOTE URBANO Nº 243 (duzentos e quarenta e três).

Localização: QUADRA Nº 293 (duzentos e noventa e três), com frente para a Rua 7 de Fevereiro, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 28,80 metros da esquina da Rua 7 de Fevereiro com a Rua Padre André.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua 7 de Fevereiro, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 257, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 123, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 229, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

13) LOTE URBANO Nº 257 (duzentos e cinquenta e sete).

Localização: QUADRA Nº 293 (duzentos e noventa e três), com frente para a Rua 7 de Fevereiro, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 43,20 metros da esquina da Rua 7 de Fevereiro com a Rua Padre André.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua 7 de Fevereiro, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 271, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 109, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 243, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

14) LOTE URBANO Nº 271 (duzentos e setenta e um).

Localização: QUADRA Nº 293 (duzentos e noventa e três), com frente para a Rua 7 de Fevereiro, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 57,60 metros da esquina da Rua 7 de Fevereiro com a Rua Padre André (pelo flanco noroeste) e distante 57,60 metros da esquina da Rua 7 de Fevereiro com a Rua Berlim (pelo flanco sudeste).

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua 7 de Fevereiro, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 285, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 95, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 257, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

15) LOTE URBANO Nº 285 (duzentos e oitenta e cinco).

Localização: QUADRA Nº 293 (duzentos e noventa e três), com frente para a Rua 7 de Fevereiro, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 43,20 metros da esquina da Rua 7 de Fevereiro com a Rua Berlim.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua 7 de Fevereiro, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 299, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 81, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 271, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

16) LOTE URBANO Nº 299 (duzentos e noventa e nove).

Localização: QUADRA Nº 293 (duzentos e noventa e três), com frente para a Rua 7 de Fevereiro, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 28,80 metros da esquina da Rua 7 de Fevereiro com a Rua Berlim.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua 7 de Fevereiro, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 313, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 67, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 285, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

17) LOTE URBANO Nº 313 (trezentos e treze).

Localização: QUADRA Nº 293 (duzentos e noventa e três), com frente para a Rua 7 de Fevereiro, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 14,40 metros da esquina da Rua 7 de Fevereiro com a Rua Berlim.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua 7 de Fevereiro, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 352, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 53, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 299, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

18) LOTE URBANO Nº 352 (trezentos e cinquenta e dois).

Localização: QUADRA Nº 293 (duzentos e noventa e três), com frente para a Rua 7 de Fevereiro, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; situado na esquina da Rua 7 de Fevereiro com a Rua Berlim.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua 7 de Fevereiro, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com a Rua Berlim.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 39, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 313, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

XIII – Quadra nº 294

1) LOTE URBANO Nº 39 (trinta e nove).

Localização: QUADRA Nº 294 (duzentos e noventa e quatro), com frente para a Rua Santa Cruz, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; situado na esquina da Rua Santa Cruz com a Rua Padre André.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 408, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDESTE, em 25,00 metros, com a Rua Padre André.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua Santa Cruz, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 53, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

2) LOTE URBANO Nº 53 (cinquenta e três).

Localização: QUADRA Nº 294 (duzentos e noventa e quatro), com frente para a Rua Santa Cruz, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 14,40 metros da esquina da Rua Santa Cruz com a Rua Padre André.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 369, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 39, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua Santa Cruz, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 67, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

3) LOTE URBANO Nº 67 (sessenta e sete).

Localização: QUADRA Nº 294 (duzentos e noventa e quatro), com frente para a Rua Santa Cruz, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 28,80 metros da esquina da Rua Santa Cruz com a Rua Padre André.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 355, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 53, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua Santa Cruz, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 81, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

4) LOTE URBANO Nº 81 (oitenta e um).

Localização: QUADRA Nº 294 (duzentos e noventa e quatro), com frente para a Rua Santa Cruz, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 43,20 metros da esquina da Rua Santa Cruz com a Rua Padre André.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 341, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 67, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua Santa Cruz, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 95, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

5) LOTE URBANO Nº 95 (noventa e cinco).

Localização: QUADRA Nº 294 (duzentos e noventa e quatro), com frente para a Rua Santa Cruz, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 57,60 metros da esquina da Rua Santa Cruz com a Rua Padre André.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 327, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 81, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua Santa Cruz, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 109, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

6) LOTE URBANO Nº 109 (cento e nove).

Localização: QUADRA Nº 294 (duzentos e noventa e quatro), com frente para a Rua Santa Cruz, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 72,00 metros da esquina da Rua Santa Cruz com a Rua Bernardo José Schneiders (pelo flanco noroeste) e distante 72,00 metros da esquina da Rua Santa Cruz com a Rua Padre André (pelo flanco sudeste).

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 313, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 95, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua Santa Cruz, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 123, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

7) LOTE URBANO Nº 123 (cento e vinte e três).

Localização: QUADRA Nº 294 (duzentos e noventa e quatro), com frente para a Rua Santa Cruz, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 57,60 metros da esquina da Rua Santa Cruz com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 299, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 109, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua Santa Cruz, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 137, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

8) LOTE URBANO Nº 137 (cento e trinta e sete).

Localização: QUADRA Nº 294 (duzentos e noventa e quatro), com frente para a Rua Santa Cruz, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 43,20 metros da esquina da Rua Santa Cruz com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 285, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 123, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua Santa Cruz, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 151, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

9) LOTE URBANO Nº 151 (cento e cinquenta e um).

Localização: QUADRA Nº 294 (duzentos e noventa e quatro), com frente para a Rua Santa Cruz, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 28,80 metros da esquina da Rua Santa Cruz com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 271, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 137, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua Santa Cruz, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 165, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

10) LOTE URBANO Nº 165 (cento e sessenta e cinco).

Localização: QUADRA Nº 294 (duzentos e noventa e quatro), com frente para a Rua Santa Cruz, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 14,40 metros da esquina da Rua Santa Cruz com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 257, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 151, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua Santa Cruz, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 204, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

11) LOTE URBANO Nº 204 (duzentos e quatro).

Localização: QUADRA Nº 294 (duzentos e noventa e quatro), com frente para a Rua Santa Cruz, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; situado na esquina da Rua Santa Cruz com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 243, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 165, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua Santa Cruz, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com a Rua Bernardo José Schneiders.

12) LOTE URBANO Nº 243 (duzentos e quarenta e três).

Localização: QUADRA Nº 294 (duzentos e noventa e quatro), com frente para a Rua 7 de Fevereiro, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; situado na esquina da Rua 7 de Fevereiro com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua 7 de Fevereiro, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 257, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 204, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

NOROESTE, em 25,00 metros, com a Rua Bernardo José Schneiders.

13) LOTE URBANO Nº 257 (duzentos e cinquenta e sete).

Localização: QUADRA Nº 294 (duzentos e noventa e quatro), com frente para a Rua 7 de Fevereiro, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 14,40 metros da esquina da Rua 7 de Fevereiro com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua 7 de Fevereiro, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 271, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 165, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 243, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

14) LOTE URBANO Nº 271 (duzentos e setenta e um).

Localização: QUADRA Nº 294 (duzentos e noventa e quatro), com frente para a Rua 7 de Fevereiro, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 28,80 metros da esquina da Rua 7 de Fevereiro com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua 7 de Fevereiro, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 285, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 151, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 257, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

15) LOTE URBANO Nº 285 (duzentos e oitenta e cinco).

Localização: QUADRA Nº 294 (duzentos e noventa e quatro), com frente para a Rua 7 de Fevereiro, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 43,20 metros da esquina da Rua 7 de Fevereiro com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua 7 de Fevereiro, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 299, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 137, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 271, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

16) LOTE URBANO Nº 299 (duzentos e noventa e nove).

Localização: QUADRA Nº 294 (duzentos e noventa e quatro), com frente para a Rua 7 de Fevereiro, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 57,60 metros da esquina da Rua 7 de Fevereiro com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua 7 de Fevereiro, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 313, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 123, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 285, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

17) LOTE URBANO Nº 313 (trezentos e treze).

Localização: QUADRA Nº 294 (duzentos e noventa e quatro), com frente para a Rua 7 de Fevereiro, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 72,00 metros da esquina da Rua 7 de Fevereiro com a Rua Bernardo José Schneiders (pelo flanco noroeste) e distante 72,00 metros da esquina da Rua 7 de Fevereiro com a Rua Padre André (pelo flanco sudeste).

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua 7 de Fevereiro, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 327, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 109, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 299, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

18) LOTE URBANO Nº 327 (trezentos e vinte e sete).

Localização: QUADRA Nº 294 (duzentos e noventa e quatro), com frente para a Rua 7 de Fevereiro, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 57,60 metros da esquina da Rua 7 de Fevereiro com a Rua Padre André.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua 7 de Fevereiro, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 341, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 95, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 313, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

19) LOTE URBANO Nº 341 (trezentos e quarenta e um).

Localização: QUADRA Nº 294 (duzentos e noventa e quatro), com frente para a Rua 7 de Fevereiro, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 43,20 metros da esquina da Rua 7 de Fevereiro com a Rua Padre André.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua 7 de Fevereiro, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 355, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 81, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 327, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

20) LOTE URBANO Nº 355 (trezentos e cinquenta e cinco).

Localização: QUADRA Nº 294 (duzentos e noventa e quatro), com frente para a Rua 7 de Fevereiro, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 28,80 metros da esquina da Rua 7 de Fevereiro com a Rua Padre André.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua 7 de Fevereiro, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 369, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 67, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 341, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

21) LOTE URBANO Nº 369 (trezentos e sessenta e nove).

Localização: QUADRA Nº 294 (duzentos e noventa e quatro), com frente para a Rua 7 de Fevereiro, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 14,40 metros da esquina da Rua 7 de Fevereiro com a Rua Padre André.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua 7 de Fevereiro, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 408, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 53, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 355, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

22) LOTE URBANO Nº 408 (quatrocentos e oito).

Localização: QUADRA Nº 294 (duzentos e noventa e quatro), com frente para a Rua 7 de Fevereiro, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; situado na esquina da Rua 7 de Fevereiro com a Rua Padre André.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua 7 de Fevereiro, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com a Rua Padre André.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 39, da mesma quadra, com frente para a Rua Santa Cruz.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 369, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

XIV – Quadra nº 295

1) LOTE URBANO Nº 39 (trinta e nove).

Localização: QUADRA Nº 295 (duzentos e noventa e cinco), com frente para a Rua Tancredo Neves, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 60,00 metros da esquina da Rua Tancredo Neves com a Rua Berlim.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 369,09m² (trezentos e sessenta e nove metros e nove decímetros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 15,00 metros, com a Rua Tancredo Neves, onde faz frente.

SUDESTE, em 24,40 metros, com parte da chácara urbana nº 496.

SUDOESTE, em 15,00 metros, com o lote urbano nº 224, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

NOROESTE, em 24,68 metros, com o lote urbano nº 54, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

2) LOTE URBANO Nº 54 (cinquenta e quatro).

Localização: QUADRA Nº 295 (duzentos e noventa e cinco), com frente para a Rua Tancredo Neves, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 45,00 metros da esquina da Rua Tancredo Neves com a Rua Berlim.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 372,29m² (trezentos e setenta e dois metros e vinte e nove decímetros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 15,00 metros, com a Rua Tancredo Neves, onde faz frente.

SUDESTE, em 24,68 metros, com o lote urbano nº 39, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

SUDOESTE, em 15,00 metros, com o lote urbano nº 209, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

NOROESTE, em 24,96 metros, com o lote urbano nº 69, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

3) LOTE URBANO Nº 69 (sessenta e nove).

Localização: QUADRA Nº 295 (duzentos e noventa e cinco), com frente para a Rua Tancredo Neves, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 30,00 metros da esquina da Rua Tancredo Neves com a Rua Berlim.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 378,70m² (trezentos e setenta e oito metros e setenta decímetros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 15,00 metros, com a Rua Tancredo Neves, onde faz frente.

SUDESTE, em 24,96 metros, com o lote urbano nº 54, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

SUDOESTE, em 15,00 metros, com o lote urbano nº 194, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

NOROESTE, em 25,24 metros, com o lote urbano nº 84, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

4) LOTE URBANO Nº 84 (oitenta e quatro).

Localização: QUADRA Nº 295 (duzentos e noventa e cinco), com frente para a Rua Tancredo Neves, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 15,00 metros da esquina da Rua Tancredo Neves com a Rua Berlim.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 377,76m² (trezentos e setenta e sete metros e setenta e seis decímetros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 15,00 metros, com a Rua Tancredo Neves, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,24 metros, com o lote urbano nº 69, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

SUDOESTE, em 15,00 metros, com o lote urbano nº 179, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

NOROESTE, em 25,12 metros, com o lote urbano nº 69, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

5) LOTE URBANO Nº 124 (cento e vinte e quatro).

Localização: QUADRA Nº 295 (duzentos e noventa e cinco), com frente para a Rua Tancredo Neves, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; situado na esquina da Rua Tancredo Neves com a Rua Berlim.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 375,93m² (trezentos e setenta e cinco metros e noventa e três decímetros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 15,00 metros, com a Rua Tancredo Neves, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,12 metros, com o lote urbano nº 84, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

SUDOESTE, em 15,00 metros, com o lote urbano nº 164, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

NOROESTE, em 24,00 metros, com a Rua Berlim.

6) LOTE URBANO Nº 164 (cento e sessenta e quatro).

Localização: QUADRA Nº 295 (duzentos e noventa e cinco), com frente para a Rua 7 de Fevereiro, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; situado na esquina da Rua 7 de Fevereiro com a Rua Berlim.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 372,33m² (trezentos e setenta e dois metros e trinta e três decímetros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 15,00 metros, com o lote urbano nº 124, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

SUDESTE, em 24,64 metros, com o lote urbano nº 179, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDOESTE, em 15,00 metros, com a Rua 7 de Fevereiro, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com a Rua Berlim.

7) LOTE URBANO Nº 179 (cento e sessenta e nove).

Localização: QUADRA Nº 295 (duzentos e noventa e cinco), com frente para a Rua 7 de Fevereiro, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 15,00 metros da esquina da Rua 7 de Fevereiro com a Rua Berlim.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 366,90m² (trezentos e sessenta e seis metros e noventa decímetros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 15,00 metros, com o lote urbano nº 84, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

SUDESTE, em 24,28 metros, com o lote urbano nº 194, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDOESTE, em 15,00 metros, com a Rua 7 de Fevereiro, onde faz frente.

NOROESTE, em 24,64 metros, com o lote urbano nº 184, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

8) LOTE URBANO Nº 194 (cento e noventa e quatro).

Localização: QUADRA Nº 295 (duzentos e noventa e cinco), com frente para a Rua 7 de Fevereiro, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 30,00 metros da esquina da Rua 7 de Fevereiro com a Rua Berlim.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 371,91m² (trezentos e setenta e um metros e noventa e um decímetros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 15,21 metros, com o lote urbano nº 69, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

SUDESTE, em 24,32 metros, com o lote urbano nº 209, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDOESTE, em 15,41 metros, com a Rua 7 de Fevereiro, onde faz frente.

NOROESTE, em 24,28 metros, com o lote urbano nº 179, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

9) LOTE URBANO Nº 209 (duzentos e nove).

Localização: QUADRA Nº 295 (duzentos e noventa e cinco), com frente para a Rua 7 de Fevereiro, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 45,41 metros da esquina da Rua 7 de Fevereiro com a Rua Berlim.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 365,10m² (trezentos e sessenta e cinco metros e dez decímetros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 15,00 metros, com o lote urbano nº 54, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

SUDESTE, em 24,36 metros, com o lote urbano nº 224, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDOESTE, em 15,00 metros, com a Rua 7 de Fevereiro, onde faz frente.

NOROESTE, em 24,32 metros, com o lote urbano nº 194, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

10) LOTE URBANO Nº 224 (duzentos e vinte e quatro).

Localização: QUADRA Nº 295 (duzentos e noventa e cinco), com frente para a Rua 7 de Fevereiro, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 60,41 metros da esquina da Rua 7 de Fevereiro com a Rua Berlim.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 365,70m² (trezentos e sessenta e cinco metros e setenta decímetros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 15,00 metros, com o lote urbano nº 39, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

SUDESTE, em 24,40 metros, com parte da chácara urbana 496.

SUDOESTE, em 15,00 metros, com a Rua 7 de Fevereiro, onde faz frente.

NOROESTE, em 24,36 metros, com o lote urbano nº 209, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

XV – Quadra nº 296

1) LOTE URBANO Nº 39 (trinta e nove).

Localização: QUADRA Nº 296 (duzentos e noventa e seis), com frente para a Rua 7 de Fevereiro, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; situado na esquina da Rua 7 de Fevereiro com a Rua

Berlim.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 352, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

SUDESTE, em 25,00 metros, com a Rua Berlim.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua 7 de Fevereiro, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 53, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

2) LOTE URBANO Nº 53 (cinquenta e três).

Localização: QUADRA Nº 296 (duzentos e noventa e seis), com frente para a Rua 7 de Fevereiro, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 14,40 metros da esquina da Rua 7 de Fevereiro com a Rua Berlim.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 313, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 39, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua 7 de Fevereiro, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 67, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

3) LOTE URBANO Nº 67 (sessenta e sete).

Localização: QUADRA Nº 296 (duzentos e noventa e seis), com frente para a Rua 7 de Fevereiro, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 28,80 metros da esquina da Rua 7 de Fevereiro com a Rua Berlim.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 299, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 53, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua 7 de Fevereiro, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 81, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

4) LOTE URBANO Nº 81 (oitenta e um).

Localização: QUADRA Nº 296 (duzentos e noventa e seis), com frente para a Rua 7 de Fevereiro, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 43,20 metros da esquina da Rua 7 de Fevereiro com a Rua Berlim.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 285, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 67, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua 7 de Fevereiro, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 95, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

5) LOTE URBANO Nº 95 (noventa e cinco).

Localização: QUADRA Nº 296 (duzentos e noventa e seis), com frente para a Rua 7 de Fevereiro, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 57,60 metros da esquina da Rua 7 de Fevereiro com a Rua Padre André (pelo flanco noroeste) e distante 57,60 metros da esquina da Rua 7 de Fevereiro com a Rua Berlim (pelo flanco sudeste).

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 271, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 81, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua 7 de Fevereiro, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 109, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

6) LOTE URBANO Nº 109 (cento e nove).

Localização: QUADRA Nº 296 (duzentos e noventa e seis), com frente para a Rua 7 de Fevereiro, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 43,20 metros da esquina da Rua 7 de Fevereiro com a Rua Padre André.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 257, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 95, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua 7 de Fevereiro, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 123, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

7) LOTE URBANO Nº 123 (cento e vinte e três).

Localização: QUADRA Nº 296 (duzentos e noventa e seis), com frente para a Rua 7 de Fevereiro, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 28,80 metros da esquina da Rua 7 de Fevereiro com a Rua Padre André.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 243, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 109, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua 7 de Fevereiro, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 137, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

8) LOTE URBANO Nº 137 (cento e trinta e sete).

Localização: QUADRA Nº 296 (duzentos e noventa e seis), com frente para a Rua 7 de Fevereiro, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 14,40 metros da esquina da Rua 7 de Fevereiro com a Rua Padre André.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 229, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 123, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua 7 de Fevereiro, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 176, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

9) LOTE URBANO Nº 176 (cento e setenta e seis).

Localização: QUADRA Nº 296 (duzentos e noventa e seis), com frente para a Rua 7 de Fevereiro, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; situado na esquina da Rua 7 de Fevereiro com a Rua Padre André.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 215, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 137, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua 7 de Fevereiro, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com a Rua Padre André.

10) LOTE URBANO Nº 215 (duzentos e quinze).

Localização: QUADRA Nº 296 (duzentos e noventa e seis), com frente para a Rua Tancredo Neves, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; situado na esquina da Rua Tancredo Neves com a Rua Padre André.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua Tancredo Neves, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 229, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 176, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

NOROESTE, em 25,00 metros, com a Rua Padre André.

11) LOTE URBANO Nº 229 (duzentos e vinte e nove).

Localização: QUADRA Nº 296 (duzentos e noventa e seis), com frente para a Rua Tancredo Neves, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 14,40 metros da esquina da Rua Tancredo Neves com a Rua Padre André.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua Tancredo Neves, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 243, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 137, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 215, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

12) LOTE URBANO Nº 243 (duzentos e quarenta e três).

Localização: QUADRA Nº 296 (duzentos e noventa e seis), com frente para a Rua Tancredo Neves, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 28,80 metros da esquina da Rua Tancredo Neves com a Rua Padre André.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua Tancredo Neves, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 257, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 123, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 229, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

13) LOTE URBANO Nº 257 (duzentos e cinquenta e sete).

Localização: QUADRA Nº 296 (duzentos e noventa e seis), com frente para a Rua Tancredo Neves, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 43,20 metros da esquina da Rua Tancredo Neves com a Rua Padre André.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua Tancredo Neves, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 271, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 109, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 243, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

14) LOTE URBANO Nº 271 (duzentos e setenta e um).

Localização: QUADRA Nº 296 (duzentos e noventa e seis), com frente para a Rua Tancredo Neves, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 57,60 metros da esquina da Rua Tancredo Neves com a Rua Padre André (pelo flanco noroeste) e distante 57,60 metros da esquina da Rua Tancredo Neves com a Rua Berlim (pelo flanco sudeste).

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua Tancredo Neves, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 285, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 95, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 257, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

15) LOTE URBANO Nº 285 (duzentos e oitenta e cinco).

Localização: QUADRA Nº 296 (duzentos e noventa e seis), com frente para a Rua Tancredo Neves, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 43,20 metros da esquina da Rua Tancredo Neves com a Rua Berlim.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua Tancredo Neves, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 299, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 81, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 271, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

16) LOTE URBANO Nº 299 (duzentos e noventa e nove).

Localização: QUADRA Nº 296 (duzentos e noventa e seis), com frente para a Rua Tancredo Neves, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 28,80 metros da esquina da Rua Tancredo Neves com a Rua Berlim.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua Tancredo Neves, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 313, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 67, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 285, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

17) LOTE URBANO Nº 313 (trezentos e treze).

Localização: QUADRA Nº 296 (duzentos e noventa e seis), com frente para a Rua Tancredo Neves, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 14,40 metros da esquina da Rua Tancredo Neves com a Rua Berlim.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua Tancredo Neves, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 352, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 53, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 299, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

18) LOTE URBANO Nº 352 (trezentos e cinquenta e dois).

Localização: QUADRA Nº 296 (duzentos e noventa e seis), com frente para a Rua Tancredo Neves, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; situado na esquina da Rua Tancredo Neves com a Rua Berlim.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua Tancredo Neves, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com a Rua Berlim.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 39, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 313, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

XVI – Quadra nº 297

1) LOTE URBANO Nº 39 (trinta e nove).

Localização: QUADRA Nº 297 (duzentos e noventa e sete), com frente para a Rua 7 de Fevereiro, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; situado na esquina da Rua 7 de Fevereiro com a Rua Padre André.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 408, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

SUDESTE, em 25,00 metros, com a Rua Padre André.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua 7 de Fevereiro, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 53, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

2) LOTE URBANO Nº 53 (cinquenta e três).

Localização: QUADRA Nº 297 (duzentos e noventa e sete), com frente para a Rua 7 de Fevereiro, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 14,40 metros da esquina da Rua 7 de Fevereiro com a Rua Padre André.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 369, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 39, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua 7 de Fevereiro, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 67, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

3) LOTE URBANO Nº 67 (sessenta e sete).

Localização: QUADRA Nº 297 (duzentos e noventa e sete), com frente para a Rua 7 de Fevereiro, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 28,80 metros da esquina da Rua 7 de Fevereiro com a Rua Padre André.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 355, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 53, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua 7 de Fevereiro, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 81, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

4) LOTE URBANO Nº 81 (oitenta e um).

Localização: QUADRA Nº 297 (duzentos e noventa e sete), com frente para a Rua 7 de Fevereiro, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 43,20 metros da esquina da Rua 7 de Fevereiro com a Rua Padre André.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 341, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 67, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua 7 de Fevereiro, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 95, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

5) LOTE URBANO Nº 95 (noventa e cinco).

Localização: QUADRA Nº 297 (duzentos e noventa e sete), com frente para a Rua 7 de Fevereiro, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 57,60 metros da esquina da Rua 7 de Fevereiro com a Rua Padre André.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 327, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 81, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua 7 de Fevereiro, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 109, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

6) LOTE URBANO Nº 109 (cento e nove).

Localização: QUADRA Nº 297 (duzentos e noventa e sete), com frente para a Rua 7 de Fevereiro, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 72,00 metros da esquina da Rua 7 de Fevereiro com a Rua Bernardo José Schneiders (pelo flanco noroeste) e distante 72,00 metros da esquina da Rua 7 de Fevereiro com a Rua Padre André (pelo flanco sudeste).

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 313, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 95, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua 7 de Fevereiro, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 123, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

7) LOTE URBANO Nº 123 (cento e vinte e três).

Localização: QUADRA Nº 297 (duzentos e noventa e sete), com frente para a Rua 7 de Fevereiro, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 57,60 metros da esquina da Rua 7 de Fevereiro com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 299, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 109, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua 7 de Fevereiro, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 137, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

8) LOTE URBANO Nº 137 (cento e trinta e sete).

Localização: QUADRA Nº 297 (duzentos e noventa e sete), com frente para a Rua 7 de Fevereiro, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 43,20 metros da esquina da Rua 7 de Fevereiro com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 285, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 123, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua 7 de Fevereiro, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 151, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

9) LOTE URBANO Nº 151 (cento e cinquenta e um).

Localização: QUADRA Nº 297 (duzentos e noventa e sete), com frente para a Rua 7 de Fevereiro, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 28,80 metros da esquina da Rua 7 de Fevereiro com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 271, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 137, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua 7 de Fevereiro, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 165, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

10) LOTE URBANO Nº 165 (cento e sessenta e cinco).

Localização: QUADRA Nº 297 (duzentos e noventa e sete), com frente para a Rua 7 de Fevereiro, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 14,40 metros da esquina da Rua 7 de Fevereiro com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 257, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 151, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua 7 de Fevereiro, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 204, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

11) LOTE URBANO Nº 204 (duzentos e quatro).

Localização: QUADRA Nº 297 (duzentos e noventa e sete), com frente para a Rua 7 de Fevereiro, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; situado na esquina da Rua 7 de Fevereiro com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 243, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 165, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua 7 de Fevereiro, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com a Rua Bernardo José Schneiders.

12) LOTE URBANO Nº 243 (duzentos e quarenta e três).

Localização: QUADRA Nº 297 (duzentos e noventa e sete), com frente para a Rua Tancredo Neves, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; situado na esquina da Rua Tancredo Neves com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua Tancredo Neves, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 257, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 204, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

NOROESTE, em 25,00 metros, com a Rua Bernardo José Schneiders.

13) LOTE URBANO Nº 257 (duzentos e cinquenta e sete).

Localização: QUADRA Nº 297 (duzentos e noventa e sete), com frente para a Rua Tancredo Neves, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 14,40 metros da esquina da Rua Tancredo Neves com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua Tancredo Neves, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 271, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 165, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 243, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

14) LOTE URBANO Nº 271 (duzentos e setenta e um).

Localização: QUADRA Nº 297 (duzentos e noventa e sete), com frente para a Rua Tancredo Neves, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 28,80 metros da esquina da Rua Tancredo Neves com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua Tancredo Neves, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 285, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 151, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 257, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

15) LOTE URBANO Nº 285 (duzentos e oitenta e cinco).

Localização: QUADRA Nº 297 (duzentos e noventa e sete), com frente para a Rua Tancredo Neves, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 43,20 metros da esquina da Rua Tancredo Neves com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua Tancredo Neves, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 299, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 137, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 271, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

16) LOTE URBANO Nº 299 (duzentos e noventa e nove).

Localização: QUADRA Nº 297 (duzentos e noventa e sete), com frente para a Rua Tancredo Neves, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 57,60 metros da esquina da Rua Tancredo Neves com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua Tancredo Neves, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 313, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 123, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 285, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

17) LOTE URBANO Nº 313 (trezentos e treze).

Localização: QUADRA Nº 297 (duzentos e noventa e sete), com frente para a Rua Tancredo Neves, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 72,00 metros da esquina da Rua Tancredo Neves com a Rua Bernardo José Schneiders (pelo flanco noroeste) e distante 72,00 metros da esquina da Rua Tancredo Neves com a Rua Padre André (pelo flanco sudeste).

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua Tancredo Neves, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 327, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 109, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 299, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

18) LOTE URBANO Nº 327 (trezentos e vinte e sete).

Localização: QUADRA Nº 297 (duzentos e noventa e sete), com frente para a Rua Tancredo Neves, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 57,60 metros da esquina da Rua Tancredo Neves com a Rua Padre André.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua 7 de Fevereiro Tancredo Neves, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 341, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 95, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 313, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

19) LOTE URBANO Nº 341 (trezentos e quarenta e um).

Localização: QUADRA Nº 297 (duzentos e noventa e sete), com frente para a Rua Tancredo Neves, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 43,20 metros da esquina da Rua Tancredo Neves com a Rua Padre André.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua Tancredo Neves, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 355, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 81, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 327, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

20) LOTE URBANO Nº 355 (trezentos e cinquenta e cinco).

Localização: QUADRA Nº 297 (duzentos e noventa e sete), com frente para a Rua Tancredo Neves, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 28,80 metros da esquina da Rua Tancredo Neves com a Rua Padre André.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua Tancredo Neves, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 369, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 67, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 341, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

21) LOTE URBANO Nº 369 (trezentos e sessenta e nove).

Localização: QUADRA Nº 297 (duzentos e noventa e sete), com frente para a Rua Tancredo Neves, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 14,40 metros da esquina da Rua Tancredo Neves com a Rua Padre André.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua Tancredo Neves, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 408, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 53, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 355, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

22) LOTE URBANO Nº 408 (quatrocentos e oito).

Localização: QUADRA Nº 297 (duzentos e noventa e sete), com frente para a Rua Tancredo Neves, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; situado na esquina da Rua Tancredo Neves com a Rua Padre André.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua Tancredo Neves, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com a Rua Padre André.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 39, da mesma quadra, com frente para a Rua 7 de Fevereiro.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 369, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

XVII – Quadra nº 298

1) LOTE URBANO Nº 53 (cinquenta e três).

Localização: QUADRA Nº 298 (duzentos e noventa e oito), com frente para a Rua Berlim, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; situado na esquina da Rua Berlim com a Rua 17 de Agosto.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 575,80m² (quinhentos e setenta e cinco metros e oitenta decímetros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 32,90 metros, com a Rua 17 de Agosto.

SUL, em 23,69 metros, com parte da chácara urbana nº 382.

SUDOESTE, em 21,93 metros, com o lote urbano nº 89, da mesma quadra, com frente para a Rua Berlim.

NOROESTE, em 21,00 metros, com a Rua Berlim, onde faz frente.

2) LOTE URBANO Nº 89 (oitenta e nove).

Localização: QUADRA Nº 298 (duzentos e noventa e oito), com frente para a Rua Berlim, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; situado na esquina da Rua Berlim com a Rua Tancredo Neves.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 416,24m² (quatrocentos e dezesseis metros e vinte e quatro decímetros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 21,93 metros, com o lote urbano nº 53, da mesma quadra, com frente para a Rua Berlim.

SUL, em 32,66 metros, com parte da chácara urbana nº 382.

SUDOESTE, em 6,81 metros, com a Rua Tancredo Neves.

NOROESTE, em 29,00 metros, com a Rua Berlim, onde faz frente.

XVIII – Quadra nº 299

1) LOTE URBANO Nº 39 (trinta e nove).

Localização: QUADRA Nº 299 (duzentos e noventa e nove), com frente para a Rua Tancredo Neves, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; situado na esquina da Rua Tancredo Neves com a Rua Berlim.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 352, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

SUDESTE, em 25,00 metros, com a Rua Berlim.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua Tancredo Neves, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 53, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

2) LOTE URBANO Nº 53 (cinquenta e três).

Localização: QUADRA Nº 299 (duzentos e noventa e nove), com frente para a Rua Tancredo Neves, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 14,40 metros da esquina da Rua Tancredo Neves com a Rua Berlim.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 313, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 39, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua Tancredo Neves, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 67, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

3) LOTE URBANO Nº 67 (sessenta e sete).

Localização: QUADRA Nº 299 (duzentos e noventa e nove), com frente para a Rua Tancredo Neves, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 28,80 metros da esquina da Rua Tancredo Neves com a Rua Berlim.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 299, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 53, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua Tancredo Neves, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 81, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

4) LOTE URBANO Nº 81 (oitenta e um).

Localização: QUADRA Nº 299 (duzentos e noventa e nove), com frente para a Rua Tancredo Neves, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 43,20 metros da esquina da Rua Tancredo

Neves com a Rua Berlim.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 285, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 67, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua Tancredo Neves, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 95, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

5) LOTE URBANO N° 95 (noventa e cinco).

Localização: QUADRA N° 299 (duzentos e noventa e nove), com frente para a Rua Tancredo Neves, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 57,60 metros da esquina da Rua Tancredo Neves com a Rua Padre André (pelo flanco noroeste) e distante 57,60 metros da esquina da Rua Tancredo Neves com a Rua Berlim (pelo flanco sudeste).

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 271, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 81, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua Tancredo Neves, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 109, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

6) LOTE URBANO N° 109 (cento e nove).

Localização: QUADRA N° 299 (duzentos e noventa e nove), com frente para a Rua Tancredo Neves, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 43,20 metros da esquina da Rua Tancredo Neves com a Rua Padre André.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 257, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 95, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua Tancredo Neves, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 123, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

7) LOTE URBANO N° 123 (cento e vinte e três).

Localização: QUADRA N° 299 (duzentos e noventa e nove), com frente para a Rua Tancredo Neves, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 28,80 metros da esquina da Rua Tancredo Neves com a Rua Padre André.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 243, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 109, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua Tancredo Neves, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 137, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

8) LOTE URBANO N° 137 (cento e trinta e sete).

Localização: QUADRA N° 299 (duzentos e noventa e nove), com frente para a Rua Tancredo Neves, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 14,40 metros da esquina da Rua Tancredo Neves com a Rua Padre André.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 229, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 123, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua Tancredo Neves, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 176, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

9) LOTE URBANO N° 176 (cento e setenta e seis).

Localização: QUADRA N° 299 (duzentos e noventa e nove), com frente para a Rua Tancredo Neves, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; situado na esquina da Rua Tancredo Neves com a Rua Padre André.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 215, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 137, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua Tancredo Neves, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com a Rua Padre André.

10) LOTE URBANO Nº 215 (duzentos e quinze).

Localização: QUADRA Nº 299 (duzentos e noventa e nove), com frente para a Rua 17 de Agosto, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; situado na esquina da Rua 17 de Agosto com a Rua Padre André.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua 17 de Agosto, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 229, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 176, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

NOROESTE, em 25,00 metros, com a Rua Padre André.

11) LOTE URBANO Nº 229 (duzentos e vinte e nove).

Localização: QUADRA Nº 299 (duzentos e noventa e nove), com frente para a Rua 17 de Agosto, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 14,40 metros da esquina da Rua 17 de Agosto com a Rua Padre André.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua 17 de Agosto, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 243, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 137, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 215, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

12) LOTE URBANO Nº 243 (duzentos e quarenta e três).

Localização: QUADRA Nº 299 (duzentos e noventa e nove), com frente para a Rua 17 de Agosto, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 28,80 metros da esquina da Rua 17 de Agosto com a Rua Padre André.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua 17 de Agosto, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 257, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 123, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 229, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

13) LOTE URBANO Nº 257 (duzentos e cinquenta e sete).

Localização: QUADRA Nº 299 (duzentos e noventa e nove), com frente para a Rua 17 de Agosto, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 43,20 metros da esquina da Rua 17 de Agosto com a Rua Padre André.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua 17 de Agosto, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 271, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 109, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 243, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

14) LOTE URBANO Nº 271 (duzentos e setenta e um).

Localização: QUADRA Nº 299 (duzentos e noventa e nove), com frente para a Rua 17 de Agosto, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 57,60 metros da esquina da Rua 17 de Agosto com a Rua Padre André (pelo flanco noroeste) e distante 57,60 metros da esquina da Rua 17 de Agosto com a Rua Berlim (pelo flanco sudeste).

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua 17 de Agosto, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 285, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 95, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 257, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

15) LOTE URBANO Nº 285 (duzentos e oitenta e cinco).

Localização: QUADRA Nº 299 (duzentos e noventa e nove), com frente para a Rua 17 de Agosto, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 43,20 metros da esquina da Rua 17 de Agosto com a Rua Berlim.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua 17 de Agosto, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 299, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 81, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 271, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

16) LOTE URBANO Nº 299 (duzentos e noventa e nove).

Localização: QUADRA Nº 299 (duzentos e noventa e nove), com frente para a Rua 17 de Agosto, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 28,80 metros da esquina da Rua 17 de Agosto com a Rua Berlim.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua 17 de Agosto, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 313, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 67, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 285, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

17) LOTE URBANO Nº 313 (trezentos e treze).

Localização: QUADRA Nº 299 (duzentos e noventa e nove), com frente para a Rua 17 de Agosto, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 14,40 metros da esquina da Rua 17 de Agosto com a Rua Berlim.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua 17 de Agosto, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 352, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 53, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 299, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

18) LOTE URBANO Nº 352 (trezentos e cinquenta e dois).

Localização: QUADRA Nº 299 (duzentos e noventa e nove), com frente para a Rua 17 de Agosto, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; situado na esquina da Rua 17 de Agosto com a Rua Berlim.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua 17 de Agosto, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com a Rua Berlim.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 39, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 313, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

XIX – Quadra nº 300

1) LOTE URBANO Nº 39 (trinta e nove).

Localização: QUADRA Nº 300 (trezentos), com frente para a Rua Tancredo Neves, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; situado na esquina da Rua Tancredo Neves com a Rua Padre André.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 408, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

SUDESTE, em 25,00 metros, com a Rua Padre André.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua Tancredo Neves, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 53, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

2) LOTE URBANO Nº 53 (cinquenta e três).

Localização: QUADRA Nº 300 (trezentos), com frente para a Rua Tancredo Neves, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 14,40 metros da esquina da Rua Tancredo Neves com a Rua Padre André.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 369, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 39, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua Tancredo Neves, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 67, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

3) LOTE URBANO Nº 67 (sessenta e sete).

Localização: QUADRA Nº 300 (trezentos), com frente para a Rua Tancredo Neves, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro,

da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 28,80 metros da esquina da Rua Tancredo Neves com a Rua Padre André.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 355, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 53, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua Tancredo Neves, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 81, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

4) LOTE URBANO Nº 81 (oitenta e um).

Localização: QUADRA Nº 300 (trezentos), com frente para a Rua Tancredo Neves, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 43,20 metros da esquina da Rua Tancredo Neves com a Rua Padre André.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 341, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 67, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua Tancredo Neves, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 95, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

5) LOTE URBANO Nº 95 (noventa e cinco).

Localização: QUADRA Nº 300 (trezentos), com frente para a Rua Tancredo Neves, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 57,60 metros da esquina da Rua Tancredo Neves com a Rua Padre André.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 327, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 81, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua Tancredo Neves, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 109, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

6) LOTE URBANO Nº 109 (cento e nove).

Localização: QUADRA Nº 300 (trezentos), com frente para a Rua Tancredo Neves, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 72,00 metros da esquina da Rua Tancredo Neves com a Rua Bernardo José Schneiders (pelo flanco noroeste) e distante 72,00 metros da esquina da Rua Tancredo Neves com a Rua Padre André (pelo flanco sudeste).

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 313, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 95, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua Tancredo Neves, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 123, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

7) LOTE URBANO Nº 123 (cento e vinte e três).

Localização: QUADRA Nº 300 (trezentos), com frente para a Rua Tancredo Neves, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 57,60 metros da esquina da Rua Tancredo Neves com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 299, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 109, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua Tancredo Neves, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 137, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

8) LOTE URBANO Nº 137 (cento e trinta e sete).

Localização: QUADRA Nº 300 (trezentos), com frente para a Rua Tancredo Neves, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 43,20 metros da esquina da Rua Tancredo Neves com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 285, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 123, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua Tancredo Neves, onde faz frente.
NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 151, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

9) LOTE URBANO Nº 151 (cento e cinquenta e um).

Localização: QUADRA Nº 300 (trezentos), com frente para a Rua Tancredo Neves, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 28,80 metros da esquina da Rua Tancredo Neves com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 271, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 137, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua Tancredo Neves, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 165, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

10) LOTE URBANO Nº 165 (cento e sessenta e cinco).

Localização: QUADRA Nº 300 (trezentos), com frente para a Rua Tancredo Neves, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 14,40 metros da esquina da Rua Tancredo Neves com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 257, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 151, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua Tancredo Neves, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 204, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

11) LOTE URBANO Nº 204 (duzentos e quatro).

Localização: QUADRA Nº 300 (trezentos), com frente para a Rua Tancredo Neves, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; situado na esquina da Rua Tancredo Neves com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 243, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 165, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua Tancredo Neves, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com a Rua Bernardo José Schneiders.

12) LOTE URBANO Nº 243 (duzentos e quarenta e três).

Localização: QUADRA Nº 300 (trezentos), com frente para a Rua 17 de Agosto, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; situado na esquina da Rua 17 de Agosto com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua 17 de Agosto, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 257, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 204, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

NOROESTE, em 25,00 metros, com a Rua Bernardo José Schneiders.

13) LOTE URBANO Nº 257 (duzentos e cinquenta e sete).

Localização: QUADRA Nº 300 (trezentos), com frente para a Rua 17 de Agosto, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 14,40 metros da esquina da Rua 17 de Agosto com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua 17 de Agosto, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 271, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 165, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 243, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

14) LOTE URBANO Nº 271 (duzentos e setenta e um).

Localização: QUADRA Nº 300 (trezentos), com frente para a Rua 17 de Agosto, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 28,80 metros da esquina da Rua 17 de Agosto com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua 17 de Agosto, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 285, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 151, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 257, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

15) LOTE URBANO Nº 285 (duzentos e oitenta e cinco).

Localização: QUADRA Nº 300 (trezentos), com frente para a Rua 17 de Agosto, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 43,20 metros da esquina da Rua 17 de Agosto com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua 17 de Agosto, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 299, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 137, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 271, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

16) LOTE URBANO Nº 299 (duzentos e noventa e nove).

Localização: QUADRA Nº 300 (trezentos), com frente para a Rua 17 de Agosto, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 57,60 metros da esquina da Rua 17 de Agosto com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua 17 de Agosto, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 313, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 123, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 285, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

17) LOTE URBANO Nº 313 (trezentos e treze).

Localização: QUADRA Nº 300 (trezentos), com frente para a Rua 17 de Agosto, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 72,00 metros da esquina da Rua 17 de Agosto com a Rua Bernardo José Schneiders (pelo flanco noroeste) e distante 72,00 metros da esquina da Rua 17 de Agosto com a Rua Padre André (pelo flanco sudeste).

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua 17 de Agosto, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 327, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 109, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 299, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

18) LOTE URBANO Nº 327 (trezentos e vinte e sete).

Localização: QUADRA Nº 300 (trezentos), com frente para a Rua 17 de Agosto, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 57,60 metros da esquina da Rua 17 de Agosto com a Rua Padre André.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua 17 de Agosto, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 341, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 95, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 313, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

19) LOTE URBANO Nº 341 (trezentos e quarenta e um).

Localização: QUADRA Nº 300 (trezentos), com frente para a Rua 17 de Agosto, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 43,20 metros da esquina da Rua 17 de Agosto com a Rua Padre André.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua 17 de Agosto, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 355, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 81, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 327, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

20) LOTE URBANO Nº 355 (trezentos e cinquenta e cinco).

Localização: QUADRA Nº 300 (trezentos), com frente para a Rua 17 de Agosto, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da

Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondai; distante 28,80 metros da esquina da Rua 17 de Agosto com a Rua Padre André.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua 17 de Agosto, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 369, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 67, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 341, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

21) LOTE URBANO Nº 369 (trezentos e sessenta e nove).

Localização: QUADRA Nº 300 (trezentos), com frente para a Rua 17 de Agosto, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondai; distante 14,40 metros da esquina da Rua 17 de Agosto com a Rua Padre André.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua 17 de Agosto, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 408, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 53, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 355, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

22) LOTE URBANO Nº 408 (quatrocentos e oito).

Localização: QUADRA Nº 300 (trezentos), com frente para a Rua 17 de Agosto, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondai; situado na esquina da Rua 17 de Agosto com a Rua Padre André.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua 17 de Agosto, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com a Rua Padre André.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 39, da mesma quadra, com frente para a Rua Tancredo Neves.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 369, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

XX – Quadra nº 301

1) LOTE URBANO Nº 15 (quinze).

Localização: QUADRA Nº 301 (trezentos e um), com frente para a Rua Berlim, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondai; distante 39,40 metros da esquina da Rua Berlim com a Rua 17 de Agosto.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 370,89m² (trezentos e setenta metros e oitenta e nove décimos quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 28,27 metros, com parte da chácara urbana nº 384.

SUDESTE, em 11,31 metros, com parte do lote urbano nº 91 (Área Verde), da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

SUDOESTE, em 28,00 metros, com o lote urbano nº 27, da mesma quadra, com frente para a Rua Berlim.

NOROESTE, em 15,18 metros, com a Rua Berlim, onde faz frente.

2) LOTE URBANO Nº 27 (vinte e sete).

Localização: QUADRA Nº 301 (trezentos e um), com frente para a Rua Berlim, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondai; distante 26,50 metros da esquina da Rua Berlim com a Rua 17 de Agosto.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 361,20m² (trezentos e sessenta e um metros e vinte décimos quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 28,00 metros, com o lote urbano nº 15, da mesma quadra, com frente para a Rua Berlim.

SUDESTE, em 12,90 metros, com parte do lote urbano nº 91 (Área Verde), da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

SUDOESTE, em 28,00 metros, com os lotes urbanos nºs 80 e 67 (em 13,60m e 14,40m, respectivamente), ambos da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

NOROESTE, em 12,90 metros, com a Rua Berlim, onde faz frente.

3) LOTE URBANO Nº 67 (sessenta e sete).

Localização: QUADRA Nº 301 (trezentos e um), com frente para a Rua 17 de Agosto, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondai; situado na esquina da Rua 17 de Agosto com a Rua Berlim.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 381,60m² (trezentos e oitenta e um metros e sessenta décimos quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com parte do lote urbano nº 27, da mesma quadra, com frente para a Rua Berlim.

SUDESTE, em 26,50 metros, com o lote urbano nº 80, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua 17 de Agosto, onde faz frente.
NOROESTE, em 26,50 metros, com a Rua Berlim.

4) LOTE URBANO Nº 80 (oitenta).

Localização: QUADRA Nº 301 (trezentos e um), com frente para a Rua 17 de Agosto, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 14,40 metros da esquina da Rua 17 de Agosto com a Rua Berlim.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,40m² (trezentos e sessenta metros e quarenta decímetros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 13,60 metros, com parte do lote urbano nº 27, da mesma quadra, com frente para a Rua Berlim.

SUDESTE, em 26,50 metros, com parte do lote urbano nº 91 (Área Verde), da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

SUDOESTE, em 13,60 metros, com a Rua 17 de Agosto, onde faz frente.

NOROESTE, em 26,50 metros, com o lote urbano nº 67, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

5) LOTE URBANO Nº 91 (noventa e um).

Destinação: ÁREA VERDE.

Localização: QUADRA Nº 301 (trezentos e um), com frente para a Rua 17 de Agosto, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 28,00 metros da esquina da Rua 17 de Agosto com a Rua Berlim.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 1.146,64m² (um mil, cento e quarenta e seis metros e sessenta e quatro decímetros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 35,46 metros, com parte da chácara urbana nº 384.

SUL, em 51,11 metros, com parte da chácara urbana nº 382.

SUDOESTE, em 11,17 metros, com a Rua 17 de Agosto, onde faz frente.

NOROESTE, em 50,71 metros, com o lote urbano nº 80 (em 26,50m), com frente para a Rua 17 de Agosto, e, com os lotes urbanos nºs 27 e 15 (respectivamente em 12,90m e 11,31m), com frente para a Rua Berlim; ambos da mesma quadra.

Coordenadas:

A ÁREA VERDE correspondente a este lote está compreendida dentro do polígono formado pelas seguintes coordenadas:

E:248382.312 - N:7010831.435

E:248407.919 - N:7010806.908

E:248361.640 - N:7010783.803

E:248352.588 - N:7010790.352

XXI – Quadra nº 302

1) LOTE URBANO Nº 19 (dezenove).

Destinação: ÁREA VERDE.

Localização: QUADRA Nº 302 (trezentos e dois), com frente para a Rua Padre André, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 54,50 metros da esquina da Rua Padre André com a Rua 17 de Agosto.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 929,52m² (novecentos e vinte e nove metros e cinquenta e dois decímetros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 58,96 metros, com parte da chácara urbana nº 384.

SUDESTE: em 11,00 metros, com parte do lote urbano nº 258 (Área Institucional), da mesma quadra, com frente para a Rua a Rua Berlim.

SUDOESTE: em 58,40 metros, com parte do lote urbano nº 258 (Área Institucional), da mesma quadra, com frente para a Rua a Rua Berlim.

NOROESTE: em 19,96 metros, com a Rua Padre André, onde faz frente.

2) LOTE URBANO Nº 258 (duzentos e cinquenta e oito).

Destinação: ÁREA INSTITUCIONAL.

Localização: QUADRA Nº 302 (trezentos e dois), com frente para a Rua Berlim, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; situado entre as esquinas da Rua Berlim e a Rua 17 de Agosto, e a esquina da Rua Padre André e a Rua 17 de Agosto.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 7.557,90m² (sete mil, quinhentos e cinquenta e sete metros e noventa decímetros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, (a) em 58,40 metros, com o lote urbano nº 19 (Área Verde), da mesma quadra, com frente para a Rua Padre André; e, (b) em 71,88 metros com parte da chácara urbana nº 384.

SUDESTE, em 56,52 metros, com a Rua Berlim, onde faz frente.

SUDOESTE, em 129,60 metros, com a Rua 17 de Agosto.

NOROESTE, (a) em 54,50 metros, com a Rua Padre André; e, (b) em 11,00 metros, com o lote urbano nº 19 (Área Verde), da mesma quadra, com frente para a Rua Padre André.

XXII – Quadra nº 303**1) LOTE URBANO Nº 39 (trinta e nove).**

Localização: QUADRA Nº 303 (trezentos e três), com frente para a Rua 17 de Agosto, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; situado na esquina da Rua 17 de Agosto com a Rua Padre André.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 408, da mesma quadra, com frente para a Rua São Leopoldo.

SUDESTE, em 25,00 metros, com a Rua Padre André.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua 17 de Agosto, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 53, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

2) LOTE URBANO Nº 53 (cinquenta e três).

Localização: QUADRA Nº 303 (trezentos e três), com frente para a Rua 17 de Agosto, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 14,40 metros da esquina da Rua 17 de Agosto com a Rua Padre André.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 369, da mesma quadra, com frente para a Rua São Leopoldo.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 39, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua 17 de Agosto, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 67, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

3) LOTE URBANO Nº 67 (sessenta e sete).

Localização: QUADRA Nº 303 (trezentos e três), com frente para a Rua 17 de Agosto, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 28,80 metros da esquina da Rua 17 de Agosto com a Rua Padre André.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 355, da mesma quadra, com frente para a Rua São Leopoldo.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 53, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua 17 de Agosto, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 81, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

4) LOTE URBANO Nº 81 (oitenta e um).

Localização: QUADRA Nº 303 (trezentos e três), com frente para a Rua 17 de Agosto, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 43,20 metros da esquina da Rua 17 de Agosto com a Rua Padre André.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 341, da mesma quadra, com frente para a Rua São Leopoldo.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 67, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua 17 de Agosto, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 95, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

5) LOTE URBANO Nº 95 (noventa e cinco).

Localização: QUADRA Nº 303 (trezentos e três), com frente para a Rua 17 de Agosto, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 57,60 metros da esquina da Rua 17 de Agosto com a Rua Padre André.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 327, da mesma quadra, com frente para a Rua São Leopoldo.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 81, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua 17 de Agosto, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 109, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

6) LOTE URBANO Nº 109 (cento e nove).

Localização: QUADRA Nº 303 (trezentos e três), com frente para a Rua 17 de Agosto, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 72,00 metros da esquina da Rua 17 de Agosto com a Rua Bernardo José Schneiders (pelo flanco noroeste) e distante 72,00 metros da esquina da Rua 17 de Agosto com a Rua Padre André (pelo flanco sudeste).

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 313, da mesma quadra, com frente para a Rua São Leopoldo.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 95, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua 17 de Agosto, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 123, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

7) LOTE URBANO Nº 123 (cento e vinte e três).

Localização: QUADRA Nº 303 (trezentos e três), com frente para a Rua 17 de Agosto, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 57,60 metros da esquina da Rua 17 de Agosto com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 299, da mesma quadra, com frente para a Rua São Leopoldo.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 109, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua 17 de Agosto, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 137, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

8) LOTE URBANO Nº 137 (cento e trinta e sete).

Localização: QUADRA Nº 303 (trezentos e três), com frente para a Rua 17 de Agosto, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 43,20 metros da esquina da Rua 17 de Agosto com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 285, da mesma quadra, com frente para a Rua São Leopoldo.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 123, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua 17 de Agosto, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 151, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

9) LOTE URBANO Nº 151 (cento e cinquenta e um).

Localização: QUADRA Nº 303 (trezentos e três), com frente para a Rua 17 de Agosto, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 28,80 metros da esquina da Rua 17 de Agosto com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 271, da mesma quadra, com frente para a Rua São Leopoldo.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 137, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua 17 de Agosto, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 165, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

10) LOTE URBANO Nº 165 (cento e sessenta e cinco).

Localização: QUADRA Nº 303 (trezentos e três), com frente para a Rua 17 de Agosto, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 14,40 metros da esquina da Rua 17 de Agosto com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 257, da mesma quadra, com frente para a Rua São Leopoldo.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 151, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua 17 de Agosto, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 204, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

11) LOTE URBANO Nº 204 (duzentos e quatro).

Localização: QUADRA Nº 303 (trezentos e três), com frente para a Rua 17 de Agosto, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; situado na esquina da Rua 17 de Agosto com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 243, da mesma quadra, com frente para a Rua São Leopoldo.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 165, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com a Rua 17 de Agosto, onde faz frente.

NOROESTE, em 25,00 metros, com a Rua Bernardo José Schneiders.

12) LOTE URBANO Nº 243 (duzentos e quarenta e três).

Localização: QUADRA Nº 303 (trezentos e três), com frente para a Rua São Leopoldo, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; situado na esquina da Rua São Leopoldo com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua São Leopoldo, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 257, da mesma quadra, com frente para a Rua São Leopoldo.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 204, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

NOROESTE, em 25,00 metros, com a Rua Bernardo José Schneiders.

13) LOTE URBANO Nº 257 (duzentos e cinquenta e sete).

Localização: QUADRA Nº 303 (trezentos e três), com frente para a Rua São Leopoldo, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 14,40 metros da esquina da Rua São Leopoldo com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua São Leopoldo, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 271, da mesma quadra, com frente para a Rua São Leopoldo.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 165, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 243, da mesma quadra, com frente para a Rua São Leopoldo.

14) LOTE URBANO Nº 271 (duzentos e setenta e um).

Localização: QUADRA Nº 303 (trezentos e três), com frente para a Rua São Leopoldo, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 28,80 metros da esquina da Rua São Leopoldo com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua São Leopoldo, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 285, da mesma quadra, com frente para a Rua São Leopoldo.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 151, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 257, da mesma quadra, com frente para a Rua São Leopoldo.

15) LOTE URBANO Nº 285 (duzentos e oitenta e cinco).

Localização: QUADRA Nº 303 (trezentos e três), com frente para a Rua São Leopoldo, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 43,20 metros da esquina da Rua São Leopoldo com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua São Leopoldo, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 299, da mesma quadra, com frente para a Rua São Leopoldo.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 137, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 271, da mesma quadra, com frente para a Rua São Leopoldo.

16) LOTE URBANO Nº 299 (duzentos e noventa e nove).

Localização: QUADRA Nº 303 (trezentos e três), com frente para a Rua São Leopoldo, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 57,60 metros da esquina da Rua São Leopoldo com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua São Leopoldo, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 313, da mesma quadra, com frente para a Rua São Leopoldo.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 123, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 285, da mesma quadra, com frente para a Rua São Leopoldo.

17) LOTE URBANO Nº 313 (trezentos e treze).

Localização: QUADRA Nº 303 (trezentos e três), com frente para a Rua São Leopoldo, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 72,00 metros da esquina da Rua São Leopoldo com a Rua Bernardo José Schneiders (pelo flanco noroeste) e distante 72,00 metros da esquina da Rua São Leopoldo com a Rua Padre André (pelo flanco sudeste).

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua São Leopoldo, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 327, da mesma quadra, com frente para a Rua São Leopoldo.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 109, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 299, da mesma quadra, com frente para a Rua São Leopoldo.

18) LOTE URBANO Nº 327 (trezentos e vinte e sete).

Localização: QUADRA Nº 303 (trezentos e três), com frente para a Rua São Leopoldo, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 57,60 metros da esquina da Rua São Leopoldo com a Rua Padre André.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua São Leopoldo, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 341, da mesma quadra, com frente para a Rua São Leopoldo.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 95, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 313, da mesma quadra, com frente para a Rua São Leopoldo.

19) LOTE URBANO Nº 341 (trezentos e quarenta e um).

Localização: QUADRA Nº 303 (trezentos e três), com frente para a Rua São Leopoldo, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 43,20 metros da esquina da Rua São Leopoldo com a Rua Padre André.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua São Leopoldo, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 355, da mesma quadra, com frente para a Rua São Leopoldo.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 81, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 327, da mesma quadra, com frente para a Rua São Leopoldo.

20) LOTE URBANO Nº 355 (trezentos e cinquenta e cinco).

Localização: QUADRA Nº 303 (trezentos e três), com frente para a Rua São Leopoldo, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 28,80 metros da esquina da Rua São Leopoldo com a Rua Padre André.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua São Leopoldo, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 369, da mesma quadra, com frente para a Rua São Leopoldo.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 67, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 341, da mesma quadra, com frente para a Rua São Leopoldo.

21) LOTE URBANO Nº 369 (trezentos e sessenta e nove).

Localização: QUADRA Nº 303 (trezentos e três), com frente para a Rua São Leopoldo, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 14,40 metros da esquina da Rua São Leopoldo com a Rua Padre André.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua São Leopoldo, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 408, da mesma quadra, com frente para a Rua São Leopoldo.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 53, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 355, da mesma quadra, com frente para a Rua São Leopoldo.

22) LOTE URBANO Nº 408 (quatrocentos e oito).

Localização: QUADRA Nº 303 (trezentos e três), com frente para a Rua São Leopoldo, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; situado na esquina da Rua São Leopoldo com a Rua Padre André.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,40 metros, com a Rua São Leopoldo, onde faz frente.

SUDESTE, em 25,00 metros, com a Rua Padre André.

SUDOESTE, em 14,40 metros, com o lote urbano nº 39, da mesma quadra, com frente para a Rua 17 de Agosto.

NOROESTE, em 25,00 metros, com o lote urbano nº 369, da mesma quadra, com frente para a Rua São Leopoldo.

XXIII – Quadra nº 304

1) LOTE URBANO Nº 37 (trinta e sete).

Localização: QUADRA Nº 304 (trezentos e quatro), com frente para a Rua São Leopoldo, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; situado na esquina da Rua São Leopoldo com a Rua Padre André.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 367,69m² (trezentos e sessenta e sete metros e sessenta e nove decímetros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 23,22 metros, com parte da chácara urbana nº 384.

SUDESTE, em 14,40 metros, com a Rua Padre André.

SUDOESTE, em 23,00 metros, com a Rua São Leopoldo, onde faz frente.

NOROESTE, em 17,58 metros, com o lote urbano nº 56, da mesma quadra, com frente para a Rua São Leopoldo.

2) LOTE URBANO Nº 56 (cinquenta e seis).

Localização: QUADRA Nº 304 (trezentos e quatro), com frente para a Rua São Leopoldo, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 23,00 metros da esquina da Rua São Leopoldo com a Rua Padre André.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 363,01m² (trezentos e sessenta e três metros e um decímetro quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 19,38 metros, com parte da chácara urbana nº 384.

SUDESTE, em 17,58 metros, com o lote urbano nº 37, da mesma quadra, com frente para a Rua São Leopoldo.

SUDOESTE, em 19,20 metros, com a Rua São Leopoldo, onde faz frente.

NOROESTE, em 20,24 metros, com o lote urbano nº 72, da mesma quadra, com frente para a Rua São Leopoldo.

3) LOTE URBANO Nº 72 (setenta e dois).

Localização: QUADRA Nº 304 (trezentos e quatro), com frente para a Rua São Leopoldo, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 42,20 metros da esquina da Rua São Leopoldo com a Rua Padre André.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 361,75m² (trezentos e sessenta e um metros e setenta e cinco decímetros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 17,06 metros, com parte da chácara urbana nº 384.

SUDESTE, em 20,24 metros, com o lote urbano nº 56, da mesma quadra, com frente para a Rua São Leopoldo.

SUDOESTE, em 16,90 metros, com a Rua São Leopoldo, onde faz frente.

NOROESTE, em 22,57 metros, com o lote urbano nº 87, da mesma quadra, com frente para a Rua São Leopoldo.

4) LOTE URBANO Nº 87 (oitenta e sete).

Localização: QUADRA Nº 304 (trezentos e quatro), com frente para a Rua São Leopoldo, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 59,10 metros da esquina da Rua São Leopoldo com a Rua Padre André.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 366,53m² (trezentos e sessenta e seis metros e cinquenta e três decímetros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 15,65 metros, com parte da chácara urbana nº 384.

SUDESTE, em 22,57 metros, com o lote urbano nº 72, da mesma quadra, com frente para a Rua São Leopoldo.

SUDOESTE, em 15,50 metros, com a Rua São Leopoldo, onde faz frente.

NOROESTE, em 24,72 metros, com o lote urbano nº 102, da mesma quadra, com frente para a Rua São Leopoldo.

5) LOTE URBANO Nº 102 (cento e dois).

Localização: QUADRA Nº 304 (trezentos e quatro), com frente para a Rua São Leopoldo, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 68,80 metros da esquina da Rua São Leopoldo com a Rua Bernardo José Schneiders (pelo flanco noroeste) e distante 74,60 metros da esquina da Rua São Leopoldo com a Rua Padre André (pelo flanco sudeste).

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 386,36m² (trezentos e oitenta e seis metros e trinta e seis decímetros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 15,14 metros, com parte da chácara urbana nº 384.

SUDESTE, em 24,72 metros, com o lote urbano nº 87, da mesma quadra, com frente para a Rua São Leopoldo.

SUDOESTE, em 15,00 metros, com a Rua São Leopoldo, onde faz frente.

NOROESTE, em 26,80 metros, com o lote urbano nº 116, da mesma quadra, com frente para a Rua São Leopoldo.

6) LOTE URBANO Nº 116 (cento e dezesseis).

Localização: QUADRA Nº 304 (trezentos e quatro), com frente para a Rua São Leopoldo, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 54,00 metros da esquina da Rua São Leopoldo com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 411,73m² (quatrocentos e onze metros e setenta e três decímetros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 14,94 metros, com parte da chácara urbana nº 384.

SUDESTE, em 26,80 metros, com o lote urbano nº 102, da mesma quadra, com frente para a Rua São Leopoldo.

SUDOESTE, em 14,80 metros, com a Rua São Leopoldo, onde faz frente.

NOROESTE, em 28,84 metros, com o lote urbano nº 129, da mesma quadra, com frente para a Rua São Leopoldo.

7) LOTE URBANO Nº 129 (cento e vinte e nove).

Localização: QUADRA Nº 304 (trezentos e quatro), com frente para a Rua São Leopoldo, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 41,00 metros da esquina da Rua São Leopoldo com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 386,66m² (trezentos e oitenta e seis metros e sessenta e seis decímetros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 13,12 metros, com parte da chácara urbana nº 384.

SUDESTE, em 28,84 metros, com o lote urbano nº 116, da mesma quadra, com frente para a Rua São Leopoldo.

SUDOESTE, em 13,00 metros, com a Rua São Leopoldo, onde faz frente.

NOROESTE, em 30,64 metros, com o lote urbano nº 142, da mesma quadra, com frente para a Rua São Leopoldo.

8) LOTE URBANO Nº 142 (cento e quarenta e dois).

Localização: QUADRA Nº 304 (trezentos e quatro), com frente para a Rua São Leopoldo, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 28,00 metros da esquina da Rua São Leopoldo com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,10m² (trezentos e sessenta metros e dez decímetros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 13,00 metros, com parte do lote urbano nº 218 (Área Verde), da mesma quadra, com frente para a Rua Bernardo José Schneiders.

SUDESTE, em 27,70 metros, com parte do lote urbano nº 129, da mesma quadra, com frente para a Rua São Leopoldo.

SUDOESTE, em 13,00 metros, com a Rua São Leopoldo, onde faz frente.

NOROESTE, em 27,70 metros, com o lote urbano nº 155, da mesma quadra, com frente para a Rua São Leopoldo.

9) LOTE URBANO Nº 155 (cento e cinquenta e cinco).

Localização: QUADRA Nº 304 (trezentos e quatro), com frente para a Rua São Leopoldo, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 15,00 metros da esquina da Rua São Leopoldo com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,10m² (trezentos e sessenta metros e dez decímetros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 13,00 metros, com parte do lote urbano nº 218 (Área Verde), da mesma quadra, com frente para a Rua Bernardo José Schneiders.

SUDESTE, em 27,70 metros, com o lote urbano nº 142, da mesma quadra, com frente para a Rua São Leopoldo.

SUDOESTE, em 13,00 metros, com a Rua São Leopoldo, onde faz frente.

NOROESTE, em 27,70 metros, com o lote urbano nº 206 (em 24,00m), com frente para a Rua São Leopoldo; e, em 3,70 metros, com parte do lote urbano nº 218 (Área Verde), com frente para a Rua Bernardo José Schneiders; ambos da mesma quadra.

10) LOTE URBANO Nº 206 (duzentos e seis).

Localização: QUADRA Nº 304 (trezentos e quatro), com frente para a Rua São Leopoldo, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; situado na esquina da Rua São Leopoldo com a Rua Bernardo José Schneiders.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 15,00 metros, com parte do lote urbano nº 218 (Área Verde), da mesma quadra, com frente para a Rua Bernardo José Schneiders.

SUDESTE, em 24,00 metros, com parte do lote urbano nº 155, da mesma quadra, com frente para a Rua São Leopoldo.

SUDOESTE, em 15,00 metros, com a Rua São Leopoldo, onde faz frente.

NOROESTE, em 24,00 metros, com a Rua Bernardo José Schneiders.

11) LOTE URBANO Nº 218 (duzentos e dezoito).

Destinação: ÁREA VERDE.

Localização: QUADRA Nº 304 (trezentos e quatro), com frente para a Rua Bernardo José Schneiders, situado no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; distante 24,00 metros da esquina da Rua Bernardo José Schneiders com a Rua São Leopoldo.

Zoneamento: Zona de Interesse Residencial 2 (ZIR-2).

Área: 292,49m² (duzentos e noventa e dois metros e quarenta e nove decímetros quadrados).

Edificações: Não há.

Confrontações:

NORDESTE, em 41,38 metros, com parte da chácara urbana nº 384.

SUDESTE, (a) em 2,94 metros, com parte do lote urbano nº 129; e, (b) em 3,70 metros, com parte do lote urbano nº 155; ambos da mesma quadra, com frente para a Rua São Leopoldo.

SUDOESTE, (a) em 26,00 metros, com os lotes urbanos nºs 142 e 155 (em 13,00m cada); e, (b) em 15,00 metros com o lote urbano nº 206; ambos da mesma quadra, com frente para a Rua São Leopoldo.

NOROESTE, em 12,32 metros, com a Rua Bernardo José Schneiders, onde faz frente.

XXIV – Área Remanescente

Após o registro do parcelamento, restará da área original o seguinte imóvel:

CHÁCARA URBANA Nº 496 (quatrocentos e noventa e seis).

Localização: Frente para a Avenida Gustavo Fetter, localizada no Loteamento Vila Germânica, Bairro Centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, nesta Comarca de Mondaí; situada na esquina da Avenida Gustavo Fetter com a Rua 7 de Fevereiro.

Área: 18.069,73m² (dezoito mil e sessenta e nove metros e setenta e três decímetros quadrados).

Edificações: UMA (1) CASA DE MADEIRA, medindo 10,00 x 8,00 metros; UM (1) GALPÃO, medindo 12,00 x 10,00 metros, e UM (1) CHI-QUEIRO, medindo 25,00 x 5,00 metros.

Confrontações:

NORDESTE, em 260,93 metros, com parte da chácara urbana nº 382, com frente para a Avenida Gustavo Fetter.

LESTE, em 25,00 metros, com a Avenida Gustavo Fetter, onde faz frente.

SUL, em 61,82 metros, e SUDOESTE, em 235,51 metros, com a Rua 7 de Fevereiro.

NOROESTE, em 62,80 metros: com uma secção transversal perpendicular da Rua 17 de Agosto (em 14,00m); com o lote urbano nº 39 (em 24,40m), com frente para a Rua 17 de Agosto; e com o lote urbano nº 222 (em 24,40m), com frente para a Rua 7 de Fevereiro; ambos da quadra nº 295.

ANEXO II

(Relação das quadras e lotes que compõem o Loteamento)

Quadra nº 222

Lote	Área (m ²)	Classificação
15	551,11	edificável
30	549,51	edificável
45	525,20	edificável
103	702,54	edificável
148	576,37	edificável
167	547,81	edificável
Total	3.452,54	

Quadra nº 239

Lote	Área (m ²)	Classificação
507	722,77	Área verde
519	360,00	edificável
558	360,00	edificável
572	360,00	edificável
586	360,00	edificável
600	360,00	edificável
Total	2.522,77	

Quadra nº 242

Lote	Área (m ²)	Classificação
350	977,13	Área verde
389	360,00	edificável
403	360,00	edificável
417	360,00	edificável
431	360,00	edificável
Total	2.417,13	

Quadra nº 243

Lote	Área (m ²)	Classificação
195	360,00	edificável
209	360,00	edificável
223	360,00	edificável
262	360,00	edificável
301	360,00	edificável
315	360,00	edificável
329	360,00	edificável
343	360,00	edificável
Total	2.880,00	

Quadra nº 244

Lote	Área (m ²)	Classificação
195	360,00	edificável
209	360,00	edificável
223	360,00	edificável
262	360,00	edificável
301	360,00	edificável
315	360,00	edificável
329	360,00	edificável
343	360,00	edificável

Total	2.880,00	
-------	----------	--

Quadra nº 245

Lote	Área (m²)	Classificação
195	360,00	edificável
209	360,00	edificável
223	360,00	edificável
262	360,00	edificável
301	360,00	edificável
315	360,00	edificável
329	360,00	edificável
343	360,00	edificável
Total	2.880,00	

Quadra nº 246

Lote	Área (m²)	Classificação
195	360,00	edificável
209	360,00	edificável
223	360,00	edificável
262	360,00	edificável
301	360,00	edificável
315	360,00	edificável
329	360,00	edificável
343	360,00	edificável
Total	2.880,00	

Quadra nº 289

Lote	Área (m²)	Classificação
38	363,11	edificável
153	1.244,52	Área verde
Total	1.607,63	

Quadra nº 290

Lote	Área (m²)	Classificação
38	380,79	edificável
54	386,20	edificável
70	415,11	edificável
84	386,94	edificável
97	394,08	edificável
110	414,66	edificável
123	435,24	edificável
136	438,57	edificável
149	457,66	edificável
163	360,00	edificável
202	360,00	edificável
216	361,86	edificável
Total	4.791,11	

Quadra nº 291

Lote	Área (m²)	Classificação
24	1.722,18	Área verde
37	360,25	edificável
77	377,28	edificável
90	368,77	edificável
103	368,77	edificável
116	368,77	edificável
129	368,77	edificável
143	369,03	edificável
232	414,41	edificável
247	414,87	edificável
Total dos lotes	5.133,10	
APP	2.571,17	Área de preservação permanente
Total quadra	7.704,27	

Quadra nº 292

Lote	Área (m²)	Classificação
14	371,12	edificável
27	374,40	edificável
40	374,40	edificável
78	362,38	edificável
92	367,34	edificável
104	371,96	edificável
116	360,00	edificável
128	360,00	edificável
140	360,00	edificável
152	360,00	edificável
164	360,00	edificável
176	360,00	edificável
215	360,00	edificável
230	360,00	edificável
253	3.061,41	Área verde
Total	8.163,01	

Quadra nº 293

Lote	Área (m²)	Classificação
39	360,00	edificável
53	360,00	edificável
67	360,00	edificável
81	360,00	edificável
95	360,00	edificável
109	360,00	edificável
123	360,00	edificável
137	360,00	edificável
176	360,00	edificável
215	360,00	edificável
229	360,00	edificável
243	360,00	edificável
257	360,00	edificável
271	360,00	edificável
285	360,00	edificável
299	360,00	edificável
313	360,00	edificável
352	360,00	edificável
Total	6.480,00	

Quadra nº 294

Lote	Área (m²)	Classificação
39	360,00	edificável
53	360,00	edificável
67	360,00	edificável
81	360,00	edificável
95	360,00	edificável
109	360,00	edificável
123	360,00	edificável
137	360,00	edificável
151	360,00	edificável
165	360,00	edificável
204	360,00	edificável
243	360,00	edificável
257	360,00	edificável
271	360,00	edificável
285	360,00	edificável
299	360,00	edificável
313	360,00	edificável
327	360,00	edificável
341	360,00	edificável
355	360,00	edificável
369	360,00	edificável
408	360,00	edificável

Lote	Área (m²)	Classificação
Total	7.920,00	

Quadra nº 295

Lote	Área (m²)	Classificação
39	369,09	edificável
54	372,29	edificável
69	378,70	edificável
84	377,76	edificável
124	375,93	edificável
164	372,33	edificável
179	366,90	edificável
194	371,91	edificável
209	365,10	edificável
224	365,70	edificável
Total	3.715,71	

Quadra nº 296

Lote	Área (m²)	Classificação
39	360,00	edificável
53	360,00	edificável
67	360,00	edificável
81	360,00	edificável
95	360,00	edificável
109	360,00	edificável
123	360,00	edificável
137	360,00	edificável
176	360,00	edificável
215	360,00	edificável
229	360,00	edificável
243	360,00	edificável
257	360,00	edificável
271	360,00	edificável
285	360,00	edificável
299	360,00	edificável
313	360,00	edificável
352	360,00	edificável
Total	6.480,00	

Quadra nº 297

Lote	Área (m²)	Classificação
39	360,00	edificável
53	360,00	edificável
67	360,00	edificável
81	360,00	edificável
95	360,00	edificável
109	360,00	edificável
123	360,00	edificável
137	360,00	edificável
151	360,00	edificável
165	360,00	edificável
204	360,00	edificável
243	360,00	edificável
257	360,00	edificável
271	360,00	edificável
285	360,00	edificável
299	360,00	edificável
313	360,00	edificável
327	360,00	edificável
341	360,00	edificável
355	360,00	edificável
369	360,00	edificável
408	360,00	edificável
Total	7.920,00	

Quadra nº 298

Lote	Área (m²)	Classificação
53	575,80	edificável
89	416,24	edificável
Total	992,04	

Quadra nº 299

Lote	Área (m²)	Classificação
39	360,00	edificável
53	360,00	edificável
67	360,00	edificável
81	360,00	edificável
95	360,00	edificável
109	360,00	edificável
123	360,00	edificável
137	360,00	edificável
176	360,00	edificável
215	360,00	edificável
229	360,00	edificável
243	360,00	edificável
257	360,00	edificável
271	360,00	edificável
285	360,00	edificável
299	360,00	edificável
313	360,00	edificável
352	360,00	edificável
Total	6.480,00	

Quadra nº 300

Lote	Área (m²)	Classificação
39	360,00	edificável
53	360,00	edificável
67	360,00	edificável
81	360,00	edificável
95	360,00	edificável
109	360,00	edificável
123	360,00	edificável
137	360,00	edificável
151	360,00	edificável
165	360,00	edificável
204	360,00	edificável
243	360,00	edificável
257	360,00	edificável
271	360,00	edificável
285	360,00	edificável
299	360,00	edificável
313	360,00	edificável
327	360,00	edificável
341	360,00	edificável
355	360,00	edificável
369	360,00	edificável
408	360,00	edificável
Total	7.920,00	

Quadra nº 301

Lote	Área (m²)	Classificação
15	370,89	edificável
27	361,20	edificável
67	381,60	edificável
80	360,40	edificável
91	1.146,64	Área verde
Total	2.620,73	

Quadra nº 302

Lote	Área (m²)	Classificação
19	929,52	Área verde
258	7.557,90	Área institucional
Total	8.487,42	

Quadra nº 303

Lote	Área (m²)	Classificação
39	360,00	edificável
53	360,00	edificável
67	360,00	edificável
81	360,00	edificável
95	360,00	edificável
109	360,00	edificável
123	360,00	edificável
137	360,00	edificável
151	360,00	edificável
165	360,00	edificável
204	360,00	edificável
243	360,00	edificável
257	360,00	edificável
271	360,00	edificável
285	360,00	edificável
299	360,00	edificável
313	360,00	edificável
327	360,00	edificável
341	360,00	edificável
355	360,00	edificável
369	360,00	edificável
408	360,00	edificável
Total	7.920,00	

Quadra nº 304

Lote	Área (m²)	Classificação
37	367,69	edificável
56	363,01	edificável
72	361,75	edificável
87	366,53	edificável
102	386,36	edificável
116	411,73	edificável
129	386,66	edificável
142	360,10	edificável
155	360,10	edificável
206	360,00	edificável
218	292,49	Área verde
Total	4.016,42	

Ipuaçu

PREFEITURA

DECRETO Nº 032 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018. EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Publicação Nº 1517622

DECRETO Nº 032
DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.
EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 041, de 01 de julho de 2013; Lei Complementar nº 060 de dezembro de 2016 e Lei Complementar Municipal nº. 011, de 14 de junho de 2005, especialmente artigo 40, inciso I;

DECRETA:

Art. 1º. Fica a Servidora abaixo relacionada, EXONERADA do respectivo cargo em provimento de Cargo em Comissão, conforme segue:

NOME	CARGO	DATA
RENATA PEDOT	Diretora de Desenvolvimento comunitário e habitacional	08/02/2018

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuaçu- SC, em 08 de fevereiro de 2018.
CLORI PEROZA
Prefeita de Ipuaçu

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

RAQUELI BIASOTTO
Secretária de administração e fazenda

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 001/2018 CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE IPUAÇU. CONVENIADO: ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL E CARITATIVA – HOSPITAL REGIONAL SÃO PAULO – ASSEC.

Publicação Nº 1517619

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 001/2018
CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE IPUAÇU.
CONVENIADO: ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL E CARITATIVA – HOSPITAL REGIONAL SÃO PAULO – ASSEC.

OBJETO: consiste no repasse de recursos financeiros ao Hospital Regional São Paulo – ASSEC, destinando-se ao pagamento da prestação de serviços de Plantão Médico visando o atendimento da população do Município de Ipuaçu em casos de Urgência, Emergência e ambulatorial, sete dias por semana, durante as 24 horas do dia, a ser efetuado sempre por profissional habilitado e credenciado no órgão de classe competente, além de outros serviços de atendimento à comunidade, sendo o atendimento prestado nas dependências do CONVENIADO, independentemente da quantidade/demanda exigida/ocorrida.

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA: O presente Convênio produzirá efeitos a partir de 11 de fevereiro de 2018, vigorando até 10 de fevereiro de 2019, podendo ser prorrogado através de Termo Aditivo, constando no orçamento de cada exercício dotação orçamentária para seu cumprimento.

DATA E ASSINATURAS: Ipuaçu/SC, 05 de fevereiro de 2018, Clori Peroza, Prefeita de Ipuaçu, Fábio Ivonei Lunkes, Diretor Administrativo da Associação Educacional e Caritativa – Hospital Regional São Paulo.

PL PREF 05.2018 PP PREF 03.2018

Publicação Nº 1517603

EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE IPUAÇU, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório Pref n. 05/2018, Tipo Pregão Presencial Pref n. 03/2018 – Registro de Preços (menor preço por item).

Entrega/envelopes: Até às 08h15min 27 de fevereiro de 2018.

Data/abertura: A partir das 08h30min 27 de fevereiro de 2018.

Objeto: Visa a seleção de propostas para a contratação empresa para disponibilização de profissional de dança e artes marciais (capoeira), visando a realização de cursos/aulas à alunos da rede municipal de ensino e demais munícipes vinculados a programas sociais acordo com especificações contidas no Anexo I - Termo de referência deste edital.

Fundamento legal é a Lei Federal 10520/2002 e Lei 8.666/1993, consolidada e legislação aplicável. A integral do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito à Rua Zanella n. 818, na cidade de Ipuaçu

–SC, telefone (49) 34490045. Ipuacu - SC, em 08 de fevereiro de 2018
Clori Peroza
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 042 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018. CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Publicação Nº 1517624

PORTARIA Nº 042
DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente Lei Complementar nº 015/2015 – Plano de Carreira e de Valorização do Magistério Público Municipal; e Considerando que a Servidora encontrava-se em gozo de licença maternidade, conforme Portaria 151 de 17 de agosto de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder FÉRIAS, de 30 (trinta) dias para a Servidora abaixo relacionada, no período e referência que especifica, conforme recibo de férias:

NOME	CARGO	REFERENCIA	GOZO
CATARINA PORTELLE	Professor II – 20h	05/08/2016 à 04/08/2017	12/02/2018 à 13/03/2018

Art. 2º. Esta Portaria é publicada na presente data, produzindo efeitos a contar do dia 12 de fevereiro de 2018.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu/SC, em 08 de fevereiro de 2018.
CLORI PEROZA
Prefeita de Ipuacu

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

RAQUELI BIASOTTO
Secretária de administração e fazenda

Ipumirim

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 121/2018 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1517323

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO NO CARGO DE AUXILIAR DE CRECHE PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 020/2006, que Exclui artigo 23 e parágrafo único, altera tabelas dos grupos "A", "B", "C" e "D" dos Anexos II e III, altera o anexo VI da Lei Complementar nº 002/2002, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração para os servidores do Município de Ipumirim. e considerando também a homologação do resultado do edital 010/2017.

CONTRATA

JOSEMARA OHLWEILER, sob a Matrícula 2790-1, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 3182.724 e do CPF 028.646.889-13, para ocupar o cargo em caráter temporário de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial NÍVEL CE 30, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 40 horas semanais, lotação: Creche Municipal Pedacinho do Céu, para o período de 07/02/2018 até o preenchimento da vaga por concurso publico. Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 07/02/2018.

Ipumirim - SC, 07 de fevereiro de 2018.

Volnei Antônio Schmidt

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 122/2018 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1517327

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO NO CARGO DE SECRETARIA DE ESCOLA PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 020/2006, que Exclui artigo 23 e parágrafo único, altera tabelas dos grupos "A", "B", "C" e "D" dos Anexos II e III, altera o anexo VI da Lei Complementar nº 002/2002, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração para os servidores do Município de Ipumirim. e considerando também a homologação do resultado do Processo Seletivo 010/2017.

CONTRATA

CRISTIANE TEODORO DA SILVA, sob a Matrícula 2791-0, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 309049761 e do CPF 013.964.900-00, para ocupar o cargo em caráter temporário de SECRETÁRIO DE ESCOLA, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos

previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial NÍVEL CE 50, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 40 horas semanais, lotação: NEM JOAO CANTON, para o período de 08/02/2018 até o preenchimento da vaga por concurso publico. Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 08/02/2018.

Ipumirim - SC, 08 de fevereiro de 2018.

Volnei Antônio Schmidt

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº.120/2018 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2.018

Publicação Nº 1517316

ALTERA TEMPORARIAMENTE CARGA HORARIA E NOMEIA PARA A FUNÇÃO GRATIFICADA DE DIRETORA DO NUCLEO EDUCACIONAL MUNICIPAL ORIDES ROVANI E NUCLEO EDUCACIONAL MUNICIPAL JOÃO JACOB NICODEM E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº. 072 de 16 de Dezembro de 2009.

ALTERA

Fica alterada temporariamente a carga horária da senhora ROSMERI GUERINI FALABRETTI, matricula nº. 0652, brasileira, casada, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 2.466.467 e do CPF sob o nº.690.608.359-72, no cargo de provimento efetivo de Professora, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Latu Sensu, passando temporariamente de 30 horas semanais para 40 horas semanais e concede função gratificada de diretora do Núcleo Educacional Municipal Orides Rovani de Bom Sucesso e Nucleo Educacional Municipal João Jacob Nicoden – Nível FG -02.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 07 de Fevereiro de 2018.

Ipumirim - SC, 07 de Fevereiro de 2.018.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO 03-2018-PLANO AÇÃO IGD-SUAS

Publicação Nº 1517413

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL -CMAS DE IPUMIRIM

RESOLUÇÃO Nº 03/2018

Dispõe, sobre a aprovação do Plano de Ação e Aplicação referente ao recurso do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social – IGDSUAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso de suas

atribuições resolve:

Art. 1º. Aprovar do Plano de Ação e Aplicação para o exercício de 2018 referente o recurso transferido do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS para o Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS de Ipumirim referente ao Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social – IGDSUAS.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Ipumirim/SC, 08 de fevereiro de 2018.
Claudira Andreia Kammers Costa
Presidente do CMAS

em conta para o exercício de 2018.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Ipumirim/SC, 08 de fevereiro de 2018.
Claudira Andreia Kammers Costa
Presidente do CMAS

RESOLUÇÃO Nº 01/2018-CMSA

Publicação Nº 1517407

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL -CMAS DE IPU-MIRIM

RESOLUÇÃO Nº 01/2018

Dispõe, sobre a aprovação da prestação de contas do cofinanciamento da proteção social básica do recurso transferido do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS para o Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS de Ipumirim referente pactuação realizada no ano de 2016.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso de suas atribuições resolve:

Art. 1º. Aprovar a prestação de contas do cofinanciamento da proteção social básica do recurso transferido do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS para o Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS de Ipumirim referente a pactuação do ano de 2016 valor este reprogramado para o exercício de 2017 e utilizado integralmente.

Art. 2º- Este conselho é de parecer favorável sem ressalvas quanto ao valor executado no exercício de 2017.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Ipumirim/SC, 08 de fevereiro de 2018
Claudira Andreia Kammers Costa
Presidente do CMAS

RESOLUÇÃO Nº 02/2018

Publicação Nº 1517408

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL -CMAS DE IPU-MIRIM

RESOLUÇÃO Nº 02/2018

Dispõe, sobre a reprogramação do recurso do cofinanciamento da proteção social básica transferido do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS para o Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS de Ipumirim referente à pactuação realizada no ano de 2017 a ser reprogramado para o exercício de 2018.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso de suas atribuições resolve:

Art. 1º. Aprovar a reprogramação do recurso recebido do cofinanciamento da proteção social básica recurso transferido do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS para o Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS de Ipumirim referente à pactuação realizada no ano de 2017, a ser reprogramado o valor remanescentes

Irani

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2018 - FMS

Publicação Nº 1517878

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2018 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2018 - FMS

O Fundo Municipal de Saúde torna público, que fará Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO para Aquisição eventual e futura de bilhetes de passagens rodoviárias intermunicipais e interestaduais, com linhas e horários diversificados, destinadas aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS que necessitam de tratamento fora do domicílio.

Recebimento de Envelopes: até às 13h30min do dia 26/02/2018.

Abertura: às 14h00min do dia 26/02/2018.

Informações complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal de Irani – Rua Eilírio de Gregori, 207, Centro - no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, no site www.irani.sc.gov.br, ou pelo telefone: (049) 3432-3214.

Irani, SC, 09 de fevereiro de 2018.

DILCE SALETE ZENARO – GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

RETIFICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2018

Publicação Nº 1517708

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2018

ADENDO Nº 001 AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2018

CONSIDERANDO, a publicação do Decreto Municipal nº 36/2018, que tem por objeto decretar Ponto Facultativo nas repartições públicas municipais nos dias 12, 13 e 14 de fevereiro até às 13h00min.

O MUNICÍPIO DE IRANI torna público para conhecimento dos interessados que em observância ao disposto no §4º do artigo 21 da Lei nº 8.666/93, o prazo de recebimento (protocolização) dos Envelopes nº 01 – Proposta Comercial e dos Envelopes nº 02 - Documentação dos interessados, passará para o dia 23 de fevereiro de 2018, cuja sessão pública de abertura e julgamento terá início a partir das 09h00min, e protocolo até as 08h30min, tendo em vista que a alteração inclui novo documento de habilitação.

Permanecem inalterados os demais itens do Edital.

Irani (SC), 08 de fevereiro de 2018.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES

Prefeito Municipal

Irati

PREFEITURA

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2018-FMS - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS NÃO CONSTANTES DA TABELA SUS

Publicação Nº 1517149

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRATI
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2018
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2018
EXTRATO DE EDITAL

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRATI, Estado de Santa Catarina através do seu Gestor Municipal de Saúde Senhor MARCOS HENRIQUE KEHL, TORNA PÚBLICO que a partir do dia 14 de fevereiro de 2018, a Comissão Permanente de Licitações, estará recebendo os documentos para o credenciamento de interessados no objeto do Edital de Credenciamento nº 001/2018, do Fundo Municipal de Saúde de Irati, para interessados na prestação de serviços de execução de exames laboratoriais não constantes da tabela SUS, conforme especificado neste Edital e em conformidade com a Lei 8.666/93, suas alterações e demais normas pertinentes.

Demais informações, esclarecimentos ou cópias deste Edital, serão fornecidos pelo Departamento de Licitações da Secretaria de Administração, Planejamento, Fazenda e Recursos Humanos do Município de Irati - SC, Rua João Beux Sobrinho, nº 385, fone (049) 33490010, 3349-0000 ou 3349-0143 e e-mail: irati@irati.sc.gov.br, ou pessoalmente, no horário das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas.

Irati - SC, 08 de fevereiro de 2018.

MARCOS HENRIQUE KEHL
Gestor Municipal de Saúde

Irineópolis

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2018 - PM

Publicação Nº 1517074

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2018
CREDENCIAMENTO Nº 02/2018

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no período de 15/02/2018 a 14/02/2019, Processo Licitatório na Modalidade Credenciamento, de acordo com a Lei nº 8.666/93, visando "CADASTRAMENTO DE LEILOEIROS (AS) OFICIAIS, MATRICULADOS NA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA REALIZAÇÃO DE ALIENAÇÃO EM LEILÃO PÚBLICO DE BENS PERTENCENTES A PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS". O edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados. O edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Licitações horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 15:00, sita a Rua Paraná, nº 200, Centro, Irineópolis SC, Fone 47 3625-1111 no site www.irineopolis.sc.gov.br. Irineópolis, 08 de fevereiro de 2018.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 05/2018

Publicação Nº 1517156

Portaria Nº 5/2018

"PORTARIA DE PONTO FACULTATIVO "

SERGIO ROBERTO BINDER, Presidente da Câmara Municipal de Irineópolis, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa e de conformidade com o artigo 41, inciso II da Lei Orgânica Municipal.

Art. 1º - Estabelecer Ponto Facultativo com início no dia 12 de fevereiro de 2018 retornando as atividades no dia 15 de fevereiro de 2018, no âmbito da Câmara Municipal de Irineópolis-SC.

Art. 2º - Ficam ressalvados do quanto disposto no art. 1º os serviços essenciais ao funcionamento desta Casa Legislativa, devendo os servidores lotados nas respectivas áreas, obedecerem ao escalonamento previamente estipulado pela Secretaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, em 08 de Fevereiro de 2018.

SERGIO ROBERTO BINDER
Presidente da Mesa

Itá

PREFEITURA

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2018, DISPENSA Nº 002/2018

Publicação Nº 1517346

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2018

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2018

O Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público que realizou Dispensa de Licitação nº 002/2018, em prol da EXCLUSIVA SOLUÇÕES EM SEGURANÇA LTDA EPP, CNPJ nº. 11.842.550/0001-74, visando à contratação de serviço de segurança noturno desarmado para o carnaval de rua a ser realizado no dia 09 de fevereiro de 2018. O valor a ser pago pelo serviço é de R\$ 4.290,00 (quatro mil duzentos e noventa reais), sendo pago após a realização do evento. Fundamentação legal: Art. 24, incisos II e V da Lei nº. 8.666/93. Itá SC., 08 de fevereiro de 2018.

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 005 PROCESSO SELETIVO 003/2017

Publicação Nº 1516714

CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os candidatados, conforme abaixo, classificados no PS 003/2017 para comparecer a Secretaria Municipal de Educação, no dia 09 de fevereiro às 08h para escolha de aula, conforme já publicado no Edital do Processo Seletivo 003/2017

Língua Portuguesa –Não - Habilitado

Posição	Candidato	Assinatura
2	Marines Baldin Dzingelewski	

Educação Física - Habilitado

Posição	Candidato	Assinatura
9	Erica Kátia de Oliveira	
10	Eluana Fontana	
11	Joice Cristina Marafon	
12	Miriam Minella	

Itá, 07 de fevereiro de 2018

Jairo Luiz Sartoretto

Prefeito Municipal de Itá/SC

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 006 - PROCESSO SELETIVO 003/2017

Publicação Nº 1517224

CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os candidatados, conforme abaixo, classificados no PS 003/2017 para comparecer a Secretaria Municipal de Educação, no dia 09 de fevereiro às 16h para escolha de aula, conforme já publicado no Edital do Processo Seletivo 003/2017

Pedagogia

Posição	Candidato	Assinatura
13	Micheli Gonçalves Martini	
14	Clarice Drexler	
15	Daniela Nadia Ferreira	

Itá, 08 de fevereiro de 2018

Jairo Luiz Sartoretto

Prefeito Municipal de Itá/SC

EXTRATO DE CONTRATOS 14 A 16

Publicação Nº 1516606

Contrato Nº...: 14/2018

Contratante...: MUNICIPIO DE ITA

Contratada...: BANXAP - BANHEIROS MOVEIS LTDA ME

Valor : 4.352,00 (quatro mil trezentos e cinquenta e dois reais)

Vigência : Início: 08/02/2018 Término: 30/04/2018

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 6/2018

Recursos : Dotação: 2.045.3.3.90.00.00.00.00 (221),

2.045.3.3.90.00.00.00.00 (268)

Objeto : Locação de estruturas para realização do Carnaval de Rua

a ser realizado no dia 09 de fevereiro de 2018, compreendendo Locação

de banheiro químico individual e Locação de banheiro químico para pessoas com necessidades especiais.

JAIRO LUIZ SARTORETTO- PREFEITO MUNICIPAL

Contrato Nº...: 15/2018

Contratante...: MUNICIPIO DE ITA

Contratada...: BRASIL SUL EVENTOS LTDA ME

Valor : 30.870,00 (trinta mil oitocentos e setenta reais)

Vigência : Início: 08/02/2018 Término: 30/04/2018

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 6/2018

Recursos : Dotação: 2.045.3.3.90.00.00.00.00 (221),

2.045.3.3.90.00.00.00.00 (268)

Objeto : Locação de estruturas para realização do Carnaval de Rua

a ser realizado no dia 09 de fevereiro de 2018, compreendendo Locação

de alambrado; Locação de grupo de geradores de energia 180 KVA; Locação de grupo de geradores de energia 260 KVA; Sistema de iluminação porte três; Serviço de iluminação moving light 575; Sistema de

iluminação porte um, Locação de trio elétrico com DJ.

JAIRO LUIZ SARTORETTO- PREFEITO MUNICIPAL

Contrato Nº...: 16/2018

Contratante...: MUNICIPIO DE ITA

Contratada...: PROPALARE CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA

Valor : 3.200,00 (três mil e duzentos reais)

Vigência : Início: 08/02/2018 Término: 30/04/2018

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 6/2018

Recursos : Dotação: 2.045.3.3.90.00.00.00.00 (221),

2.045.3.3.90.00.00.00.00 (268)

Objeto : Locação de estruturas para realização do Carnaval de Rua

a ser realizado no dia 09 de fevereiro de 2018, compreendendo serviço de pesquisa.

JAIRO LUIZ SARTORETTO- PREFEITO MUNICIPAL

QUADRO DE VAGAS 005 PROCESSO SELETIVO 003/2017

Publicação Nº 1516718

QUADRO DE VAGAS PS 003/2017

DISCIPLINA	QUANT.	LOTAÇÃO
Língua Portuguesa	01 vaga	20h – Contratação temporária durante a Licença Maternidade da Professora Caciana Cauduro
Educação Física	01 vagas	20h – EMEB João Henrique Pille e Pré Escola Sítio do Pica Pau Amarelo (vespertino)

Itá, 07 de fevereiro de 2018

QUADRO DE VAGAS 006 PROCESSO SELETIVO 003/2017

Publicação Nº 1517225

QUADRO DE VAGAS PS 003/2017

DISCIPLINA	QUANT.	LOTAÇÃO
Pedagogia	01 vaga	20h – EMEB Valentin Bernardi – professor alfabetizador aluno com deficiência auditiva

Itá, 08 de fevereiro de 2018

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA N. 005/2018 DETERMINA HORÁRIO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO NO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 1517558

PORTARIA N. 005/2018

determina horário de ATENDIMENTO AO PÚBLICO No poder legislativo municipal e dá outras providências

MARIO GABRIEL, Presidente da Câmara de Vereadores de Itá, Estado de Santa Catarina, com fulcro na legislação em vigor, e;

RESOLVE:

Art. 1º Fica determinado o horário de atendimento ao público no Poder Legislativo de Itá, SC, sendo: de terça-feira à sexta-feira, no período matutino das 8h às 11h30min, e no período vespertino das 13h30min às 17h.

Art. 2º Na segunda-feira, o horário de atendimento ao público se inicia às 13h30min e termina às 17h, em decorrência das sessões legislativas, que iniciam às 18h.

Parágrafo único. Quando as sessões legislativas acontecerem em outros dias da semana, igualmente o horário será o estipulado neste artigo.

Art. 3º Os horários de expediente dos servidores são aqueles definidos em atos próprios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itá, Santa Catarina, 08 de fevereiro de 2018.

MARIO GABRIEL

Presidente Câmara Vereadores

Registrado e Publicado no DOM e Mural Público

SILVANA COLOSSI

Assistente Administrativo

Itapema

PREFEITURA

DECRETO Nº 096 - REVOGA DECRETO 150-2014

Publicação Nº 1517337

DECRETO Nº 096/2018

Revoga o Decreto 150/2014 do Poder Executivo Municipal e dá outras providências.

O Senhor JOÃO LUÍS EMMEL, Prefeito do Município de Itapema, em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e Considerando que o novo projeto do sistema viário do Município de Itapema, quanto às ruas 262 e 264, não necessitarão dos imóveis declarados de utilidade pública pelo Decreto Municipal 150/2014; Considerando que nas matrículas dos imóveis não houve qualquer averbação,

DECRETA

Art. 1º Fica revogado o Decreto Municipal nº 150/2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Itapema, 07 de fevereiro de 2018.

JOÃO LUÍS EMMEL

Prefeito Municipal em exercício

EDITAL CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAPEMA Nº 001- CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA

Publicação Nº 1517867

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAPEMA -SC

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

AUDIÊNCIA PÚBLICA DE ELEIÇÃO DAS ENTIDADES E MOVIMENTOS SOCIAIS PARA O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE PARA A GESTÃO MARÇO/2018 A ABRIL/2021

O Presidente do Conselho Municipal de Saúde do Município de Itapema, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 8080/90 e a Lei nº 8.142/90, convoca Audiência Pública de Eleição das entidades e movimentos sociais para Conselho Municipal de Saúde de Itapema para o período do mês de Março de 2018 a Abril de 2021 nos seguintes termos:

Item 1- As Entidades poderão participar da Audiência Pública de Eleição do Conselho Municipal de Saúde de Itapema classificadas como Sociedade Civil Organizada;

I - 02 (duas) vagas para Titulares e 4 vagas para Suplentes, sendo representantes de entidades legalmente constituídas de representação popular, ou entidades que prestam atendimento de saúde, conveniadas ou não com município, e que tenham atividade relacionada com prestação de serviço ou atendimento em Saúde, após análise de comissão que existe para esta finalidade.

Item 2- As entidades deverão solicitar inscrição previamente até a data de 19/02/2018, na secretaria do conselho municipal de saúde; no terceiro andar do prédio do CIMS, sito a Rua 119 A nº 130 – Centro de Itapema, qualquer dia pela manhã até 19/02/2018, para a Audiência Pública de Eleição do Conselho Municipal de Saúde, apresentando, cada uma, os seguintes documentos a serem analisados pela Comissão Eleitoral:

I - ata da fundação ou estatuto da entidade, autenticados em cartório em data não superior a 06 (seis) meses, a contar da data da Audiência Pública de Eleição, atestando estar legalmente constituída com sede em Itapema. As atas de fundação ou estatuto, devidamente autenticados em cartório.

II - ata da reunião que elegeu a última Diretoria; na falta desta regularizada desde que esteja em processo de regularização comprovado por protocolos em órgãos oficiais; conforme deliberação do pleno do Conselho, será apresentada a última ata válida, e a entidade deverá apresentar em no máximo 6 meses a nova ata, e não cumprindo o prazo, perderá a representatividade automaticamente;

III - ofício da entidade, em papel timbrado que a identifique, e cuja assinatura da Autoridade Indicadora esteja claramente identificada com aposição de carimbo ou do nome digitado por extenso, endereçada ao Conselho Municipal de Saúde de Itapema, com indicação de 01 (um) representante que participará do processo de escolha na Audiência Pública de Eleição do Conselho Municipal de Saúde de Itapema, indicando, também, o respectivo enquadramento da entidade no segmento, constando nome do representante, endereço, e-mail e telefone de contato.

Item 3- As entidades presentes e regularmente participantes da Audiência Pública de Eleição do Conselho Municipal de Saúde, eleitas e homologadas, indicarão ao Conselho Municipal de Saúde 1 (um) representantes conselheiros, sendo que o mesmo concorrerá, e classificar-se como titular ou suplente para a gestão Março/2018 a Abril de 2021.

Item 3.1. A entidade poderá apresentar o referido nome quando da apresentação dos documentos de solicitação da inscrição.

Item 3.3. A indicação do representante a Conselheiro, pelas entidades deverá ser em ofício próprio e específico, em papel timbrado que identifique a entidade, cuja assinatura da Autoridade Indicadora esteja claramente identificada, com aposição de carimbo ou do nome digitado por extenso.

Item 5- A Audiência Pública de Eleição do Conselho Municipal de Saúde de Itapema será realizada no dia 21 de fevereiro de 2018, às 17:00 horas, no Auditório/Plenarinho do Paço Municipal, localizado na Avenida Nereu Ramos, nº 134 Centro - Itapema.

Item 7- As Entidades, mediante protocolo da relação de documentos solicitada, só serão consideradas inscritas após ato de homologação da Comissão Eleitoral, e informado na data da Audiência Pública.

Item 8- As Entidades terão prazo até 28/02/2018, para contestação quanto a relação de documentos credenciados e sua representatividade ou impedimento de representantes e documentação indicados;

Item 9 – Após análise da Comissão Eleitoral, será publicado em diário oficial do município até 05/03/2018 a relação final de entidades e movimentos credenciados e representantes indicados.

Item 9.1. Em eventual impedimento de entidade ou representante indicado, assumirá o suplente com maior número de votos e com a documentação regularizada sem impedimentos, impreterivelmente antes da eleição do conselho no dia 21/03/2018.

Item 10 - A inscrição da entidade, caso os dados informados não sejam confirmados, tais como situação legal vigente, endereço, diretoria atual e efetiva participação na comunidade a que pertence, e ligação com a saúde do município será anulada, bem como os efeitos dela decorrentes para a Audiência Pública de Eleição do Conselho Municipal de Saúde de Itapema que elegerá as Entidades-membro para a gestão de Março/2018 a Abril/2021, em todas as suas etapas.

Itapema, 08 de fevereiro de 2018.

INALDO MARQUES

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Itapema
(Aprovado na Reunião Ordinária de 07/02/2018)

LEI Nº 3.715, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018 - AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Publicação Nº 1517344

Lei nº 3.715, de 07 de fevereiro de 2018.

Autoriza o executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar no orçamento geral do Município.

O Prefeito Municipal em Exercício de Itapema, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 42, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Itapema faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

LEI

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito adicional suplementar até o limite de R\$ 2.646.319,40 (dois milhões seiscentos e quarenta e seis mil trezentos e dezenove reais e quarenta centavos), destinado a suplementar a seguinte dotação no orçamento municipal vigente:

Unid. Orçam.	Nome Unidade Orçamentária	Funcional Programática	Nome Projeto/Atividade	Fonte Recursos	Modalidade Aplicação	Suplementação
05.02	Secretaria de Finanças	04.122.0007.1.004	PMAT - Programa de Modernização da Adm. Tributária	1.083	4.4.90.00	2.646.319,40
TOTAL						2.646.319,40

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes de operações de crédito, em conformidade com o artigo 43, §1º, Inciso IV da Lei nº 4.320/64, na importância de R\$ 2.646.319,40 (dois milhões seiscentos e quarenta e seis mil trezentos e dezenove reais e quarenta centavos).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapema, 07 de fevereiro de 2018.

JOÃO LUÍS EMMEL

Prefeito Municipal em Exercício

LEI Nº 3.716, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018 - ALTERA OS ANEXOS DA LEI Nº 3.689, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A LEI ORÇAMENTÁRIO DE 2018

Publicação Nº 1517348

Lei nº 3.716, de 07 de fevereiro de 2018.

Altera os anexos da Lei nº 3.689, de 19 de outubro de 2017, que dispõe sobre as diretrizes para a Lei Orçamentário de 2018; e autoriza o executivo Municipal a abrir crédito adicional especial no orçamento geral do Município.

O Prefeito Municipal em Exercício de Itapema, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 42, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Itapema faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

LEI

Art. 1º O Anexo de Prioridades e Metas da LDO para 2018, aprovado pela Lei Municipal nº 3.689/2017, referente ao Programa Nº 0024 – Integralidade na Saúde, fica acrescido da Ação nº 1.038 – Edificação do Hospital Municipal de Itapema, conforme Anexo I desta Lei.

Art. 2º Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito adicional Especial até o limite de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), destinado a criar a seguinte dotação no orçamento municipal vigente:

Unid. Orçam.	Nome Unidade Orçamentária	Funcional Programática	Nome Projeto/Atividade	Fonte Recursos	Modalidade Aplicação	Suplementação
12.04	Fundo Municipal de Saúde	10.122.0024.1.038	Edificação do Hospital Municipal de Itapema	1.082	4.4.90.00	20.000.000,00
TOTAL						20.000.000,00

Art. 3º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes de operações de crédito, em conformidade com o artigo 43, §1º, Inciso IV da Lei nº 4.320/64, na importância de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapema, 07 de fevereiro de 2018.

JOÃO LUÍS EMMEL

Prefeito Municipal em Exercício

LEI Nº 3.717, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018 - MODIFICA A LEI 3.471-2015, RENUMERA SEUS ARTIGOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1517350

Lei nº 3.717, de 07 de fevereiro de 2018.

Modifica a Lei 3.471/2015, renumera seus artigos e dá outras providências.

O Prefeito Municipal em Exercício de Itapema, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 42, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Itapema faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

LEI

Art. 1º Essa Lei dá nova redação ao artigo 15, acrescenta os artigos 16, 17, 18 e renumera a redação do artigo 15 atual, da Lei 3.471/2015, passando a vigorar como segue:

Art. 15 No caso do Município não suprir o atendimento as crianças afetas a esta Lei, poderão ser compradas vagas em centros de educação infantil, da rede privada, do Município, a critério da (o) Chefe do Executivo.

Art. 16 Na compra das vagas deverá ser obedecida a regra do parágrafo primeiro, do artigo 3º.

Art. 17 O Município credenciará os centros de educação infantil da rede privada, por meio de edital e de acordo com a demanda e nos termos do parágrafo primeiro, do artigo 3º, desta Lei e se utilizando do critério menor preço.

Art. 18 No credenciamento que será feito, anualmente, deverão estar previstas as regiões que o Município precisará da disponibilidade de vagas.

Art. 19 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapema, 07 de fevereiro de 2018.

JOÃO LUÍS EMMEL

Prefeito Municipal em Exercício

LEI Nº 3.718, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018 - ALTERA OS ANEXOS II E III, DA LEI MUNICIPAL Nº 3182, DE 05 DE JUNHO DE 2013

Publicação Nº 1517353

Lei nº 3.718, de 07 de fevereiro de 2018.

Altera os anexos II e III, da Lei Municipal nº 3182, de 05 de junho de 2013, que dispõe sobre o Modelo de Gestão e a Estrutura Organizacional da Administração Pública Municipal de Itapema - SC.

O Prefeito Municipal em Exercício de Itapema, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 42, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Itapema faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

LEI

Art. 1º Esta Lei altera integralmente os Anexos II e III, da Lei Municipal nº 3182, de 05 de junho de 2013, que passa a vigorar conforme os Anexos II e III, que fazem parte desta Lei, transferindo os cargos de Diretor de Trânsito (N3 – CC3/FG3) e Assessor de Trânsito (N5 – CC5/FG5) da Secretaria Municipal de Planejamento

Urbano para a Secretaria Municipal de Obras e Transportes.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Itapema, 07 de fevereiro de 2018.

JOÃO LUÍS EMMEL

Prefeito Municipal em Exercício

TERMO DE CREDENCIAMENTO 024.2018 - PROC. 065.2017 - CREDENCIAMENTO SAÚDE 005.2017

Publicação Nº 1517923

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE ITAPEMA

EXTRATO TERMO DE CREDENCIAMENTO

024/2018

PROCESSO: 65/2017

OBJETO: Credenciamento de Pessoas físicas e jurídicas da área de Saúde, para a prestação de serviços complementares à Prefeitura Municipal de Itapema, nas seguintes especialidades da tabela SIA/SUS.

PRAZO: 12 (doze) meses.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CREDENCIADO: JULIANA CAMPIOTTO COBRA

ESPECIALIDADE: FONOAUDIOLOGIA

DATA DA ASSINATURA: 08/02/2018

Itapema, 08 de fevereiro de 2018.

NILZA NILDA SIMAS

PREFEITA MUNICIPAL

TERMO DE CREDENCIAMENTO 025.2018 - PROC. 065.2017 - CREDENCIAMENTO SAÚDE 005.2017 -

Publicação Nº 1517924

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE ITAPEMA

EXTRATO TERMO DE CREDENCIAMENTO

025/2018

PROCESSO: 65/2017

OBJETO: Credenciamento de Pessoas físicas e jurídicas da área de Saúde, para a prestação de serviços complementares à Prefeitura Municipal de Itapema, nas seguintes especialidades da tabela SIA/SUS.

PRAZO: 12 (doze) meses.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CREDENCIADO: JERUSA SCHIMIDT

ESPECIALIDADE: PSICOLOGIA

DATA DA ASSINATURA: 08/02/2018

Itapema, 08 de fevereiro de 2018.

NILZA NILDA SIMAS

PREFEITA MUNICIPAL

**TERMO DE CREDENCIAMENTO 026.2018 - PROC.
065.2017 - CREDENCIAMENTO SAÚDE 005.2017**

Publicação Nº 1517926

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ITAPEMA
EXTRATO TERMO DE CREDENCIAMENTO
026/2018

PROCESSO: 65/2017

OBJETO: Credenciamento de Pessoas físicas e jurídicas da área de
Saúde, para a prestação de serviços complementares à Prefeitura
Municipal de Itapema, nas seguintes especialidades da tabela SIA/
SUS.

PRAZO: 12 (doze) meses.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CREDENCIADO: ADRIANO ULISSES CALDART

ESPECIALIDADE: OTORRINOLARINGOLOGIA

DATA DA ASSINATURA: 08/02/2018

Itapema, 08 de fevereiro de 2018.

NILZA NILDA SIMAS
PREFEITA MUNICIPAL

Itapiranga

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 031/2018

Publicação Nº 1517706

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE ITAPIRANGA

Processo Licitatório nº 031/2018

Dispensa de Licitação nº 031/2018

Contratante: Município de Itapiranga

Objeto: Contratação das Centrais Elétricas de Santa Catarina - CE-LESC, para expansão da rede de distribuição em Linha Santa Isabel, interior de Itapiranga.

Fundamentação Legal: Artigo 24, Inciso XXIII, da Lei 8.666/93.

Contratado: Celesc Distribuição S.A.

Valor: R\$ 7.588,59

Itapiranga - SC, 05 de fevereiro de 2018.

Jorge Welter – Prefeito Municipal

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 032/2018

Publicação Nº 1517711

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE ITAPIRANGA

Processo Licitatório nº 032/2018

Inexigibilidade de Licitação nº 032/2018

Contratante: Município de Itapiranga

Objeto: Contratação da banda "Cavalinho" através de seu representante exclusivo AMUSPE – Associação dos Músicos Profissionais de Pomerode e da banda "Orquestra Continental", para animação do Baile de Aniversário do Município de Itapiranga e de escolha das Soberanas da 40ª Oktoberfest, no dia 13 de fevereiro de 2018, conforme autoriza a Lei Municipal nº 2.895/2014.

Fundamentação Legal: Artigo 25, Inciso III, da Lei 8.666/93.

Item 1 - Contratado: Associação dos Músicos Profissionais de Pomerode – AMUSPE.

Valor Global: R\$ 15.000,00.

Item 2: Contratado: Orquestra Continental de Santa Catarina Ltda – ME.

Valor Global: R\$ 5.500,00.

Itapiranga - SC, 06 de fevereiro de 2018.

Jorge Welter – Prefeito Municipal

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 034/2018

Publicação Nº 1517608

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE ITAPIRANGA

Processo Licitatório nº 034/2018

Inexigibilidade de Licitação nº 034/2018

Contratante: Município de Itapiranga

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de peça para manutenção do Trator Esteira New Holland D140 B, à disposição da Secretaria de Transportes do Município de Itapiranga.

Fundamentação Legal: Artigo 25, Inciso I, da Lei 8.666/93.

Contratado: Shark Maquinas para Construção Ltda

Valor: R\$ 8.677,58

Itapiranga - SC, 07 de fevereiro de 2018.

Jorge Welter – Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2018

Publicação Nº 1516770

MUNICIPIO DE ITAPIRANGA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 033/2018

Objeto: AQUISIÇÃO DE PORTA EM ALUMINIO COM TELA MOSQUITEIRA E OUTROS MATERIAIS PARA INSTALAÇÃO NAS COZINHAS DAS ESCOLAS E CRECHES DO MUNICÍPIO.

Modalidade: Pregão Presencial.

Tipo: Menor Preço Unitário.

Recebimento das Propostas: até as 13:30h do dia 26/02/2018.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município www.itapiranga.sc.gov.br ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00. Informações através do e-mail compras@itapiranga.sc.gov.br ou fone (49) 3678-7700.

Itapiranga, SC, 08 de fevereiro de 2018.

Nelson Klein

Secretário de Educação, Cultura e Desporto

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2018

Publicação Nº 1517168

MUNICIPIO DE ITAPIRANGA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 035/2018

Objeto: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES DESTINADOS A SERVIDORES DESTA MUNICIPALIDADE, CONFORME AUTORIZA A LEI MUNICIPAL Nº 2.410/2007.

Modalidade: Pregão Presencial.

Tipo: Menor Preço Unitário.

Recebimento das Propostas: até as 13:30h do dia 26/02/2018.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município www.itapiranga.sc.gov.br ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00. Informações através do e-mail compras@itapiranga.sc.gov.br ou fone (49) 3678-7700.

Itapiranga, SC, 08 de fevereiro de 2018.

Nelson Klein

Secretário de Educação, Cultura e Desporto

EDITAL DE CONVOCAÇÃO AUDIENCIA PUBLICA Nº 02/2018

Publicação Nº 1518042

EDITAL Nº 02/2018

CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Itapiranga – SC, torna público a todos os munícipes, que será realizada a Audiência Pública de Prestação de Contas dos relatórios de receita e despesa

e serviços prestados referente o 3º quadrimestre de 2017, no dia 26 de fevereiro de 2018, às 20 horas e 30 minutos, no auditório da Câmara Municipal, sita à Rua São Jacó, n. 211, nesta cidade, em atendimento ao disposto no artigo 36, da Lei Complementar n. 141, de 13 de janeiro de 2012.

Itapiranga – SC, 08 de fevereiro de 2018.

Davino Rauber
Secretário de Saúde

EDITAL Nº 01/2018 - CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Publicação Nº 1518039

EDITAL Nº 01/2018
CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito e o Presidente da Câmara de Vereadores de Itapiranga – SC, tornam público a todos os munícipes, que será realizada a Audiência Pública de Prestação de Contas do 3º Quadrimestre de 2017, no dia 26 de fevereiro de 2018, às 20:00horas, no auditório da Câmara Municipal, sita à Rua São Jacó, n. 211, nesta cidade, em atendimento ao disposto no § 4º do artigo 9º, da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000 (Responsabilidade Fiscal).

Itapiranga – SC - SC, 08 de fevereiro de 2018.
Jorge Welter Fábio Hahn
Prefeito Presidente Câmara Vereadores

PORTARIA Nº 35/2018

Publicação Nº 1516619

Portaria nº 35 de 7 de fevereiro de 2018

O Prefeito em Exercício de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar 39/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Suspender as férias, por motivo de Imperiosa Necessidade de Serviço Público, da servidora municipal Clair Maria Heck Heinen, matrícula nº 7709/01, devendo a servidora retornar às suas atividades laborais nesta data.

Art. 2º - O saldo das férias que corresponde a quatorze dias lhe serão concedidos em época oportuna, conforme nova programação.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 7 de fevereiro de 2018.
Jorge Welter
Prefeito

Publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

TERMO DE EXERCICIO Nº 01/2018

Publicação Nº 1516712

TERMO DE EXERCICIO 1/2018

No dia dois de fevereiro de 2018, entrou em Exercício Lidiane Altenhofen, portadora da Identidade nº 4.676.303, inscrita no CPF nº 052.710.939-80, no cargo de provimento efetivo de Professora de Matemática, em conformidade com a Portaria nº 36 de 7 de fevereiro de 2018.

Itapiranga SC, 7 de fevereiro de 2018.
Jorge Welter
Prefeito

Lidiane Altenhofen
Servidora Municipal

TERMO DE POSSE 01/2018

Publicação Nº 1516710

TERMO DE POSSE 1/2018

No dia dois de fevereiro de 2018, nas dependências da Prefeitura Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, tomou posse Lidiane Altenhofen, portadora da Identidade nº 4.676.303, inscrita no CPF nº 052.710.939-80, no cargo de provimento efetivo de Professora de Matemática, conforme disposto no Decreto nº 90 de 29 de junho de 2016 que homologa a classificação final do Concurso Público nº 02/2016 e na Portaria nº 36 de 7 de fevereiro de 2018.

Itapiranga SC, 7 de fevereiro de 2018.
Jorge Welter
Prefeito

Lidiane Altenhofen
Servidora Municipal

QUADRO DE VENCEDORES DA INEXIGIBILIDADE Nº 026/2018

Publicação Nº 1516675

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nº. do Processo: 26/2018 Licitação: 26/2018 - IL Data da Homologação: 29/01/2018									
Fornecedor: 147459 - CESAR NUNES EDUCACAO E CULTURA LTDA									
1	01-14-00700	PALESTRA PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, COM O TEMA "HUMANIZAÇÃO NO SERVIÇO PÚBLICO", A SER REALIZADA NO DIA 07 DE FEVEREIRO DE 2018.		UND	1,000	0,0000	6.650,0000	6.650,00	Venceu
					Total do Fornecedor	→	1,000	6.650,00	

Itapiranga, 8 de Fevereiro de 2018.

QUADRO DE VENCEDORES DO PREGÃO Nº 013/2018

Publicação Nº 1516682

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 13/2018									
Fornecedor: 116122		Licitação: 13/2018 - PR							
		CSM PRODUTOS QUÍMICOS LTDA							
1	01-01-78243	SODA CAUSTICA COM 99% DE NaOH, ISENTA DE FERRO, EMBALADA EM SACOS DE 25 KG	NACIONAL	KG	5,400,000	0,0000	5,9000	31.860,00	Venceu
2	01-01-78244	HIPOCLORITO DE SÓDIO DE 10 A 12%, EMBALADO EM BOMBONA COM 25 KG.	CSM	KG	40.000,000	0,0000	1,7000	68.000,00	Venceu
Total do Fornecedor					45,400,000			99,860,00	
Nr. do Processo: 13/2018									
Fornecedor: 141568		Licitação: 13/2018 - PR							
		BUSCHLE & LEPPER S.A.							
3	01-01-78245	SULFATO DE ALUMÍNIO LÍQUIDO 50% ISENTO DE FERRO, BOMBONA DE 30KG	AAVANEX	KG	100.000,000	0,0000	1,3700	137.000,00	Venceu
4	01-01-78246	ACIDO FLUOSSILICICO PARA FLUORETAÇÃO DA AGUA, CONCENTRAÇÃO MÍNIMA DE 20%, BOMBONA DE 30 KG	VALE	KG	15.000,000	0,0000	2,4000	36.000,00	Venceu
5	01-01-78247	POLÍMERO ANIÔNICO USADO NA SEPARAÇÃO LÍQUIDO/SÓLIDO NOS SISTEMAS DE DECANTAÇÃO E FLOTAÇÃO, EMBALADOS EM SACOS COM 25 KG	KEMIRA	KG	300,000	0,0000	16,8400	5.052,00	Venceu
6	01-14-00631	POLICLORETO DE ALUMÍNIO PAC (COAGULANTE) EMBALADO EM BOMBONAS DE 25 KG	AVANEX	KG	500,000	0,0000	1,8000	900,00	Venceu
Total do Fornecedor					115,800,000			178,952,00	

Itapiranga, 8 de Fevereiro de 2018.

QUADRO DE VENCEDORES DO PREGÃO Nº 019/2018

Publicação Nº 1516578

Página: 1/11

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 19/2018 Licitação: 19/2018 - PR Data da Homologação: 05/02/2018									
Fornecedor: 142968 - GESUL COMERCIAL LTDA									
22	01-14-00674	ARQUIVO, PARA PASTAS SUSPENSAS, EM CHAPA DE AÇO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 1335 X 471 X 685 MM = (A X L X P), TIPO VERTICAL, COM 4 GAVETAS. FECHADURA COM SISTEMA DE TRAVAMENTO SIMULTANEO DAS GAVETAS, COM PUXADOR EMBUTIDO EM TODA A EXTENSÃO SUPERIOR DA GAVETA ATRAVES DE UM SISTEMA DE DOBRAS, PORTA ETIQUETAS ESTAMPADO EM CADA GAVETA, TRILHOS EM METAL COM ROLAMENTOS ESFERICOS EM AÇO PARA DESLIZAMENTO DAS GAVETAS, ESTRUTURA EM AÇO, COM ESPESUR MINIMA DE 1,27 MM E GAVETAS DE 0,95 MM, COM PINTURA ELETROSTATICA EM EPOXI PO, NA COR CINZA, BASE COM SAPATAS NIVELADORAS, COM GARANTIA DE NO MINIMO 12 MESES, FABRICADO DE ACORDO COM AS NORMAS NBR/ABNT VIGENTES	RCH	UND	20,000	0,0000	727,5000	14.550,00	Venceu
					Total do Fornecedor —>		20,000	14.550,00	
Nr. do Processo: 19/2018 Licitação: 19/2018 - PR Data da Homologação: 05/02/2018									
Fornecedor: 147465 - ELISEU FLECK ME									
1	01-14-00653	ESCRIVANINHA RETA - SECRETARIA - DEVE SER CONFECCIONADO EM COR SIMILAR ÀQUELA DOS MOVEIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA, MEDINDO 2,50M DE COMPRIMENTO X 0,80M DE LARGURA X 0,80M DE ALTURA. POSSUI UM RECUO NA FRENTE DE 0,15M, HAVENDO UM DETALHE CONFORME ILUSTRADO NOS DESENHOS TÉCNICOS, EM FORMA DE CAVAS, DEVEM SER CONFECCIONADAS GAVETAS CONFORME O DESENHO TÉCNICO, ONDE SEU ACABAMENTO INTERNO DEVE SER DE COR BRANCA. TODA A ESCRIVANINHA DEVERA SER ENGROSSADA EM 0,03M, ONDE DEVERA HAVER ACABAMENTO EM TODOS OS LADOS DA MARCENARIA. AS EMENDAS DEVERAO SER EM 45º. POR FIM, DEVERA SER COLOCADO PE NIVELADOR EM TODA A EXTENSÃO DA MESA E AINDA, DEVERÁ SER FEITO FURO DE SERRACOPO JUNTO A COLOCAÇÃO DO TERMINAL PASSA CABO.		UND	1,000	0,0000	1.331,0900	1.331,09	Venceu

Página: 2/11

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Colada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
------	----------	-----------------------	------------------	---------	-------------	-----------	----------------	-------------	----------

Nr. do Processo: 19/2018 Licitação: 19/2018 - PR Data da Homologação: 05/02/2018
 Fornecedor: 147465 - ELISEU FLECK ME

2	01-14-00654	BALCÃO RETO - SECRETARIA - DEVE SER CONFECCIONADO EM COR SIMILAR ÀQUELA DOS MÓVEIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA, MEDINDO 5,02M DE COMPRIMENTO X 0,60M DE LARGURA X 1,00M DE ALTURA. APRESENTA QUATRO PORTAS DE CORRER, COM UMA SEPARAÇÃO NO MEIO DO MÓVEL, FAZENDO COM QUE CORRA NO TRILHO DUAS PORTAS EM CADA LADO. INTERNAMENTE, HAVERÁ DIVISÓRIAS CONVENCIONAIS, NA COR BRANCA, CONFORME ILUSTRADO NO PROJETO. DEVE SER REALIZADO NO LADO ESQUERDO DO MÓVEL, DIVISÓRIAS CONVENCIONAIS JUNTO COM EQUIPAMENTOS APROPRIADOS PARA INSERIR DIVISÓRIAS DE ARQUIVOS DE PASTAS SUSPENSAS, ONDE SEJA POSSÍVEL PUXA-LAS PARA FORA DO MÓVEL. TODO O BALCÃO DEVE SER ENGRASSADO EM 0,03M, ONDE DEVERÁ HAVER ACABAMENTO EM TODOS OS LADOS DA MARCENARIA, ONDE AS EMENDAS DEVERÃO SER EM 45º. POR FIM, DEVERÁ SER COLOCADO PÉ NIVELADOR EM TODAS AS EXTENSÕES DO MESMO.	UND	1,000	0,0000	2.882,6200	2.882,62	Venceu
3	01-14-00655	PRATELEIRAS ABERTAS - SALA ARQUIVOS NA SECRETARIA - DEVE SER CONFECCIONADO EM COR SIMILAR ÀQUELA DOS MÓVEIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA, MEDINDO 2,64M DE COMPRIMENTO X 0,30M DE LARGURA X 1,30M DE ALTURA. SENDO QUE AS LATERAIS DESTA, SE SOBRESSAI SOBRE OS 0,03M À FRENTE DO MÓVEL E 0,10M ACIMA DA ÚLTIMA PRATELEIRA DO MÓVEL, CONFORME PODE SER VISUALIZADO NO DESENHO TÉCNICO. O MÓVEL DISPÕE DE DIVISÓRIAS PADRÕES, AS QUAIS DEVEM SER DIVIDIDAS, JUNTAMENTE A ANÁLISE DO PROJETO. AS DIVISÓRIAS DEVERÃO HAVER ACABAMENTO EM TODOS OS LADOS DA MARCENARIA, ONDE AS EMENDAS DEVERÃO SER EM 45º. POR FIM, DEVERÁ SER COLOCADO PÉ NIVELADOR EM TODAS AS EXTENSÕES DO MÓVEL.	UND	1,000	0,0000	1.695,6600	1.695,66	Venceu

Página: 3/11

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Ctde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 19/2018 Licitação: 19/2018 - PR Data da Homologação: 05/02/2018 Fornecedor: 147465 - ELISEU FLECK ME									
4	01-14-00656	PRATELEIRAS ABERTAS - SALA DE ARQUIVOS NA SECRETARIA - DEVE SER CONFECCIONADO EM COR SIMILAR AQUELA DOS MOVEIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA, MEDINDO 1,50M DE COMPRIMENTO X 0,30M DE LARGURA X 1,30M DE ALTURA. SENDO QUE AS LATERAIS DESTA, SE SOBRESSAI SOBRE OS 0,03M/A FRENTE DO MOVEL E 0,10M ACIMA DO DA ÚLTIMA PRATELEIRA DO MOVEL, CONFORME PODE SER VISUALIZADO NO DESENHO TÉCNICO. O MOVEL DISPÕE DE DIVISÓRIAS PADRÕES, AS QUAIS DEVEM SER DIVIDIDAS JUNTAMENTE A ANÁLISE DO PROJETO. AS DIVISÓRIAS DEVERÃO CONTER ACABAMENTO EM TODOS OS LADOS DA MARCENARIA, ONDE AS EMENDAS DEVERÃO SER EM 45º. POR FIM, DEVERÁ SER COLOCADO PÉ NIVELADOR EM TODAS AS EXTENSÕES DO MOVEL.		UND	1,000	0,0000	1.186,9600	1.186,96	Venceu
5	01-14-00657	PORTA CHAVES - SECRETARIA - DEVE SER CONFECCIONADO EM COR SIMILAR AQUELA DOS MOVEIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA, MEDINDO 1,10M DE COMPRIMENTO X 0,12M DE LARGURA X 0,60M DE ALTURA, ONDE DEVERÁ SER FIXADO NA PAREDE, CONFORME ILUSTRADO NO PROJETO. NESTE, HAVERÁ DUAS PORTAS DE CORRER DE VIDRO 6MM, AS QUAIS POSSIBILITARÃO A TOTAL VISÃO DA DISTRIBUIÇÃO INTERNA. INTERNAMENTE HAVERÁ REPARTIÇÕES DE 1,00M DE COMPRIMENTO X 0,10M DE ALTURA, ONDE DEVE HAVER GANCHOS DE TAMANHOS E ESPAÇAMENTOS APROPRIADOS, PARA QUE SEJA UTILIZADO COMO SUPORTE PARA TODAS AS CHAVES. HAVERÁ ASSIM, COM ESTAS DIMENSÕES, CINCO FILEIRAS IGUAIS, DE MESMO ESPAÇAMENTO E DETALHAMENTO, QUE SERVIRÃO COMO PORTA CHAVES. DEVERÁ AINDA, HAVER ACABAMENTO EM TODOS OS LADOS DA MARCENARIA, COM AS EMENDAS EM 45º.		UND	1,000	0,0000	932,6100	932,61	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
------	----------	-----------------------	------------------	---------	-------------	-----------	----------------	-------------	----------

Data da Homologação: 05/02/2018

Nr. do Processo:	19/2018	Licitação:	19/2018 - PR
Fornecedor:	147465	- ELISEU FLECK ME	

6	01-14-00658	UN	1,000	0,0000	1,610,8800	1,610,88	Vencou
<p>ESCRIVANINHA EML - DIREÇÃO - DEVE SER CONFECCIONADO EM COR SIMILAR ÀQUELA DOS MÓVEIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA, MEDINDO 2,00M DE COMPRIMENTO X 0,80M DE LARGURA X 0,80M DE ALTURA, ONDE O A MAIOR DIMENSÃO DO L QUE É A LATERAL DA ESCRIVANINHA, POSSUI MAIS 2,00M DE COMPRIMENTO (NÃO CONTABILIZANDO OS 0,80M, SENDO ASSIM UM TOTAL DE 2,80M DE COMPRIMENTO LATERAL) X 0,60M DE LARGURA X 1,00M DE ALTURA, SENDO QUE 0,40M DESTES COMPRIMENTO FINAL FICA SOBREPOSTO A OUTRA BANCADA, HAVENDO ASSIM A NECESSIDADE DE UM PERFEITO ENCAIXE, BEM COMO UM PERFEITO ACABAMENTO, CONFORME ILUSTRADO NOS DESENHOS TÉCNICOS. NA FRENTE DESTA ESCRIVANINHA, DEVE HAVER UM RECUO DE 0,15M, HAVENDO UM DETALHE CONFORME ILUSTRADO NOS DESENHOS, EM FORMAS DE CAVAS, AINDA, DEVEM SER REALIZADAS GAVETAS, BEM COMO O DESENHO E MEDIDAS PROPOSTAS, COM SEU ACABAMENTO INTERNO EM COR BRANCA. AINDA, SALIENTA-SE QUE TODA A ESCRIVANINHA DEVERÁ SER ENGROSSADA EM 0,03M, ONDE DEVERÁ HAVER ACABAMENTO EM TODOS OS LADOS DA MARCENARIA, ONDE AS EMENDAS DEVERÃO SER EM 45º. POR FIM, DEVERÁ SER COLOCADO PÉ NIVELADOR EM TODAS AS EXTENSÕES DA MESA E AINDA, DEVERÁ SER FEITO FURO DE SERRAÇOPO JUNTO A COLOCAÇÃO DO TERMINAL PASSA CABO.</p>							

Página: 5/11

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Desccto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
------	----------	-----------------------	------------------	----------	-------------	------------	----------------	-------------	----------

Nr. do Processo: 19/2018
Fornecedor: 147465 - ELISEU FLECK ME

Licitação: 19/2018 - PR

Data da Homologação: 05/02/2018

7 01-14-00659

BALCÃO RETO - DIREÇÃO - DEVE SER CONFECCIONADO EM COR SIMILAR ÀQUELA DOS MÓVEIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA, MEDINDO 2,80M DE COMPRIMENTO X 0,40M DE PROFUNDIDADE X 0,75M DE ALTURA, ONDE DEVE HAVER UM MAIOR CUIDADO EM RELAÇÃO AO ENCAIXE PERFEITO JUNTO A SOBREPOSIÇÃO DA ESCRIVANINHA. NOS PRIMEIROS 1,20M ENCONTRA-SE DOIS NICHOS, DIVIDIDOS IGUALMENTE. APÓS ESTE, ENCONTRA-SE UM ARMÁRIO COM DUAS PORTAS DE CORRER, ONDE HÁ DIVISÕES INTERNAS DIVIDIDAS EM QUATRO PARTES IGUAIS, QUE SERÃO DE COR BRANCA, RESSALTA-SE AINDA, QUE TODO O BALCÃO DEVERÁ SER ENGROSSADO EM 0,03M, ONDE DEVERÁ HAVER ACABAMENTO EM TODOS OS LADOS DA MARCENARIA, COM AS EMENDAS DEVERÃO SER EM 45°. POR FIM, DEVERÁ SER COLOCADO PÉ NIVELADOR EM TODAS AS EXTENSÕES DO MESMO.

UND

1,000

0,0000

1,441,3100

1,441,31

Venceu

8 01-14-00660

ARMÁRIO - DIREÇÃO - DEVE SER CONFECCIONADO EM COR SIMILAR ÀQUELA DOS MÓVEIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA, MEDINDO 1,62M DE COMPRIMENTO X 0,37M DE LARGURA X 2,30M DE ALTURA, ONDE DEVERÁ SER REALIZADO UM ARMÁRIO COM DUAS PORTAS DE CORRER NA PARTE DE BAIXO DO MÓVEL, COM ALTURA DE 1,00M, ONDE HAVERÁ DIVISÕES EM QUATRO PARTES IGUAIS EM SUA PARTE INTERNA, DE COR BRANCA. ACIMA DESTES ARMÁRIOS COM PORTAS DE CORRER, HAVERÁ QUATRO DIVISÓRIAS DE TAMANHOS IGUAIS, SALENTO QUE TODO O ARMÁRIO DEVERÁ SER ENGROSSADO EM 0,03M, NO QUAL HAVERÁ UMA CAIXARIA POR FORA, VINDO A SOBRESSAIR DO RESTANTE DO MÓVEL, CONFORME O DESENHO TÉCNICO. DEVERÁ HAVER ACABAMENTO EM TODOS OS LADOS DA MARCENARIA, COM AS EMENDAS EM 45°. POR FIM, DEVERÁ SER COLOCADO PÉ NIVELADOR EM TODAS AS EXTENSÕES DO MESMO.

UND

1,000

0,0000

1,526,0900

1,526,09

Venceu

Página: 6/11

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Desccto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<p>Nr. do Processo: 19/2018 Licitação: 19/2018 - PR Data da Homologação: 05/02/2018</p> <p>Fornecedor: 147465 - ELISEU FLECK ME</p>									
9	01-14-00661	MÓVEL DE PRATELEIRAS EM L - SALA DOS PROFESSORES - DEVE SER CONFECCIONADO EM COR SIMILAR ÀQUELA DOS MÓVEIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA, MEDINDO 2,04M DE COMPRIMENTO X 0,40M DE LARGURA EM UMA LATERAL E 1,80M DE COMPRIMENTO X 0,60M DE LARGURA NA OUTRA, HAVENDO 1,00M DE ALTURA EM TODA A SUA EXTENSÃO. ESTE MÓVEL EM ESTILO ABERTO, TEM UMA FIXAÇÃO NA PAREDE, BEM COMO NO ARMÁRIO AO SEU LADO, CONFORME PODE SER ANALISADO NO DESENHO TÉCNICO. SALIENTA-SE QUE TODO O MÓVEL DEVE SER ENGRASSADO EM 0,03M. DEVERÁ HAVER AINDA, ACABAMENTO EM TODOS OS LADOS DA MARCENARIA, COM AS EMENDAS EM 45°. POR FIM, DEVERÁ SER COLOCADO PE NIVELADOR EM TODAS AS EXTENSÕES DO MESMO.		UND	1,000	0,0000	1.102,1800	1.102,18	Venceu
10	01-14-00662	ARMÁRIO - SALA DOS PROFESSORES - DEVE SER CONFECCIONADO EM COR SIMILAR ÀQUELA DOS MÓVEIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA, MEDINDO 2,44M DE COMPRIMENTO X 0,45M DE LARGURA X 2,30M DE ALTURA, ONDE DEVE HAVER UMA CAIXARIA SOBRESSAINDO 0,03M A FRENTE DE SEU INTERIOR, CONFORME ILUSTRADO NOS DESENHOS TÉCNICOS. NA PARTE DE BAIXO DO MÓVEL, DEVERÃO SER REALIZADOS QUATRO GAVETÕES COM EQUIPAMENTOS ADEQUADOS À SUSTENTACÃO DOS MESMOS, GARANTINDO A PERFEITA MOBILIDADE, INDEPENDENTE DO PESO QUE LHE FOR IMPOSTO. OS QUAIS DEVERÃO SER INTERNAMENTE DE COR BRANCA. NA PARTE DE CIMA DO MÓVEL, SERÃO REALIZADOS OITO PORTA-VOLUMES, DE DIMENSÕES IGUAIS, DE TAMANHOS PROPOSTOS NO PROJETO. OS QUAIS DEVERÃO CONTER PORTAS INDIVIDUAIS COM CHAVES. DEVERÁ HAVER ACABAMENTO EM TODOS OS LADOS DA MARCENARIA, COM AS EMENDAS EM 45°. ONDE TODO DEVERÁ SER ENGRASSADO EM 0,03M. POR FIM, DEVERÁ SER COLOCADO PE NIVELADOR EM TODAS AS EXTENSÕES DO MESMO.		UND	1,000	0,0000	2.628,2700	2.628,27	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

Página: 7/11

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 19/2018 Licitação: 19/2018 - PR Data da Homologação: 05/02/2018									
Fornecedor: 147465 - ELISEU FLECK ME									
11	01-14-00663	MESA DOS PROFESSORES - SALA DOS PROFESSORES - DEVE SER CONFECCIONADA EM COR SIMILAR ÀQUELA DOS MÓVEIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA, MEDINDO 2,00M DE COMPRIMENTO X 0,75M DE LARGURA X 0,90M DE ALTURA. TODA A MESA DEVERÁ SER ENGROSSADA 0,03M, ONDE TERÁ UM PÉ DE SUSTENTAÇÃO CENTRAL NA COR PRETA, CONFORME ILUSTRADO NO DESENHO TÉCNICO, O QUAL TERÁ 1,00M DE COMPRIMENTO X 0,10M DE LARGURA (PODENDO SER 0,20M DE LARGURA), HAVENDO PERFEITO ENCAIXE E SUSTENTAÇÃO DA MESA. DEVERÁ AINDA, HAVER ACABAMENTO EM TODOS OS LADOS DA MARCENARIA, ONDE AS EMENDAS DEVERÃO SER EM 45º, CONFORME ILUSTRADO NAS OBSERVAÇÕES DO MEMORIAL. DEVERÁ AINDA, SER COLOCADO PE NIVELADOR EM TODAS AS EXTENSÕES DA MESA. POR FIM, DEVE SER INCLUSO DOIS KIT COM CAIXA DE TOMADAS EMBUTIDOS NA MARCENARIA NA COR PRETA, DISPOSTOS DE FORMA SIMÉTRICA EM AMBOS OS LADOS.	UND	1,000	0,0000	975,0000	975,00	Venceu	
12	01-14-00673	ARMÁRIO COM GAVETAS - DEPÓSITO - DEVE SER CONFECCIONADO EM COR SIMILAR ÀQUELA DOS MÓVEIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA, MEDINDO 1,63M DE COMPRIMENTO X 0,80M DE LARGURA X 1,30M DE ALTURA, ESTANDO DIVIDIDO EM DUAS PARTES: COM CINCO GAVETAS CADA, ONDE DISPOEM DE TAMANHOS DIFERENTES, CONFORME ILUSTRADO NO DESENHO TÉCNICO. TODO O ARMÁRIO DEVERÁ SER ENGROSSADO EM 0,03M, E AS DIVISÓRIAS INTERNAS DEVERÃO SER NA COR BRANCA, BEM COMO AS EMENDAS DEVERÃO SER EM 45º. DEVERÁ AINDA, SER COLOCADO PE NIVELADOR EM TODAS AS EXTENSÕES DO ARMÁRIO.	UND	1,000	0,0000	2.204,3600	2.204,36	Venceu	

Página: 8/11

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descdo(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
------	----------	-----------------------	------------------	---------	-------------	-----------	----------------	-------------	----------

Data da Homologação: 05/02/2018

Licitação: 19/2018 - PR

Nr. do Processo: 19/2018

Fornecedor: 147465 - ELISEU FLECK ME

13 01-14-00664

PRATELEIRAS ABERTAS - DEPÓSITO - DEVE SER CONFECCIONADO EM COR SIMILAR ÀQUELA DOS MÓVEIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA, MEDINDO 2,42M DE COMPRIMENTO X 0,42M DE LARGURA X 2,10M DE ALTURA, SENDO QUE AS LATERAIS DESTA, SE SOBRESSAI SOBRE OS 0,03M A FRENTE DO MÓVEL E 0,10M ACIMA DO DA ÚLTIMA PRATELEIRA DO MÓVEL, CONFORME PODE SER VISUALIZADO NO DESENHO TÉCNICO. O MÓVEL DISPÕEM DE DIVISÓRIAS PADRÕES, AS QUAIS DEVEM SER DIVIDIDAS JUNTAMENTE A ANÁLISE DO PROJETO. AS DIVISÓRIAS DEVERÃO HAVER ACABAMENTO EM TODOS OS LADOS DA MARCENARIA, ONDE AS EMENDAS DEVERÃO SER EM 45º. POR FIM, DEVERÁ SER COLOCADO PE NIVELADOR EM TODAS AS EXTENSÕES DO MÓVEL.

UND

1,000

0,0000

1.610,8800

1.610,88

Vencou

14 01-14-00665

ARMÁRIO - BIBLIOTECA - DEVERÁ SER CONFECCIONADO EM COR BRANCA, MEDINDO 1,40M DE COMPRIMENTO X 0,80M DE LARGURA X 1,00M DE ALTURA. NESTE ARMÁRIO HAVERÁ DUAS PORTAS DE CORRER, COM O PUXADOR PADRÃO EM ANEXO. TODO O ARMÁRIO DEVERÁ SER ENGROSSADO EM 0,03M. E AS DIVISÓRIAS INTERNAS DEVERÃO SER NA COR BRANCA, BEM COMO AS EMENDAS DEVERÃO SER EM 45º. DEVERÁ AINDA, SER COLOCADO PE NIVELADOR EM TODAS AS EXTENSÕES DO ARMÁRIO.

UND

1,000

0,0000

1.059,7900

1.059,79

Vencou

15 01-14-00666

PORTA CANETÃO - BIBLIOTECA - DEVERÁ SER CONFECCIONADO EM COR BRANCA, EM UM FORMADO SIMILAR A LETRA "U", ONDE UMA HASTE É MAIOR QUE A OUTRA PARA QUE OCORRA A FIXAÇÃO DA MESMA NA PAREDE. ESTA DISPÕE DE 0,20M DE COMPRIMENTO X 0,12M DE LARGURA, TENDO 0,08M DE ALTURA NA HASTE QUE FIXARÁ NA PAREDE E 0,05M DE ALTURA NA HASTE FRONTAL. CONFORME PODE SER ANALISADO NO DESENHO TÉCNICO. ESTE DEVERÁ SER ENGROSSADO EM 0,03M E DEVERÁ TER AS EMENDAS EM 45º.

UND

1,000

0,0000

33,9100

33,91

Vencou

Página: 9/11

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Colada	Desccto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
------	----------	-----------------------	------------------	---------	-------------	------------	----------------	-------------	----------

Nr. do Processo: 19/2018 Licitação: 19/2018 - PR Data da Homologação: 05/02/2018

Fornecedor: 147465 - ELISEU FLECK ME

16	01-14-00667	ARMÁRIO - SALAS DE AULA - DEVE SER CONFECCIONADO EM COR SIMILAR ÀQUELA DOS MOVEIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA, MEDINDO 6,00M DE COMPRIMENTO, ONDE 3,35M DESTE TERÃO 0,70M DE LARGURA E 2,10M DE ALTURA. JÁ OS 2,65M DE COMPRIMENTO RESTANTES TERÃO 0,60M DE LARGURA E TAMBÉM 2,10M DE ALTURA. ASSIM, NO ESPAÇO DE 3,35M DE COMPRIMENTO, SERÃO DISPOSTOS ARMÁRIOS, OS QUAIS SERÃO DIVIDIDOS EM DUAS PARTES, COM DUAS PORTAS DE CORRER CADA, COM FOLHAS DE 0,80M DE COMPRIMENTO, CONFORME REPRESENTADO NO DESENHO TÉCNICO. JÁ NOS 2,65M DE COMPRIMENTO, SERÃO DISPOSTAS PRATELEIRAS COM DIVISÓRIAS DE TAMANHOS DEFINIDOS NO DESENHO TÉCNICO. RESSALTA-SE AINDA, QUE NO INTERIOR DO ARMÁRIO FECHADO COM PORTAS DE CORRER, HAVERÃO DIVISÕES INTERNAS, AS QUAIS DEVEM SER REALIZADAS NA COR BRANCA, POR FIM, TODO O ARMÁRIO DEVERÁ SER ENGROSSADO EM 0,03M; BEM COMO AS EMENDAS DEVERÃO SER EM 45º. DEVERÁ AINDA, SER COLOCADO PÉ NIVELADOR EM TODAS AS EXTENSÕES DO ARMÁRIO	UND	6,000	0,0000	5,086,9800	30,521,88	Venceu
17	01-14-00668	ARMÁRIO - COZINHA - DEVE SER CONFECCIONADO EM COR BRANCA, MEDINDO 2,30M DE COMPRIMENTO X 0,60M DE LARGURA X 2,10M DE ALTURA, ONDE DEVERÁ HAVER O ESPAÇO DE 0,90M DE COMPRIMENTO PARA A COLOCAÇÃO DA GELADEIRA, BEM COMO 1,35M DE COMPRIMENTO X 0,80M DE ALTURA, PARA INSERIR UM ARMÁRIO, COM DUAS PORTAS DE CORRER, ONDE HAVERÁ UMA DIVISÓRIA SIMPLES EM SEU INTERIOR DE COR BRANCA. EM CIMA DESTE, HAVERÁ QUATRO DIVISÓRIAS DIVIDIDAS IGUALMENTE COM O TAMANHO DE 0,60M DE COMPRIMENTO X 0,60M DE LARGURA X 0,60M DE ALTURA, PARA INSERIR OS ELETRODOMÉSTICOS, POR FIM, TODO O ARMÁRIO DEVERÁ SER ENGROSSADO EM 0,03M, BEM COMO AS EMENDAS DEVERÃO SER EM 45º. DEVERÁ AINDA, SER COLOCADO PÉ NIVELADOR EM TODAS AS EXTENSÕES DO ARMÁRIO.	UND	1,000	0,0000	1,356,5300	1,356,53	Venceu

Página: 10/11

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Prego Unitário	Prego Total	Situação
Nr. do Processo: 19/2018 Licitação: 19/2018 - PR Data da Homologação: 05/02/2018 Fornecedor: 147465 - ELISEU FLECK ME									
18	01-14-00669	ARMÁRIO - DEPÓSITO DA COZINHA - DEVE SER CONFECCIONADO EM COR BRANCA, MEDINDO 1,34M DE COMPRIMENTO X 0,60M DE LARGURA X 1,40M DE ALTURA. ESTE SERÁ COMPOSTO POR DUAS PORTAS, AS QUAIS SERÃO DE ABERTURAS CONVENCIONAIS. EM SEU INTERIOR, HAVERÁ DIVISÓRIAS DE TAMANHO PADRÃO, CONFORME SALIENTADO NO DESENHO TÉCNICO, TAMBÉM NA COR BRANCA. POR FIM, TODO O ARMÁRIO DEVERÁ SER ENGROSSADO EM 0,03M, BEM COMO AS EMENDAS DEVERÃO SER EM 45°. DEVERÁ AINDA, SER COLOCADO PÉ NIVELADOR EM TODAS AS EXTENSÕES DO ARMÁRIO		UND	1,000	0,0000	1.017,4000	1.017,40	Venceu
19	01-14-00670	PRATELEIRAS - DEPÓSITO DA COZINHA - DEVE SER CONFECCIONADA EM COR BRANCA, MEDINDO 1,05M DE COMPRIMENTO X 0,40M DE LARGURA X 2,10M DE ALTURA, ONDE HAVERÃO QUATRO NICHOS NO TOTAL, OS DOIS INFERIORES COM 0,50M DE ALTURA E OS DOIS SUPERIORES COM 0,43M DE ALTURA, CONFORME ADEQUADO AO ENGROSSAMENTO DA CHAPA, QUE DEVERÁ SER DE 0,03M. AS DIVISÓRIAS DEVERÃO CONTER ACABAMENTO EM TODOS OS LADOS DA MARCENARIA, ONDE AS EMENDAS DEVERÃO SER EM 45°. POR FIM, DEVERÁ SER COLOCADO PÉ NIVELADOR EM TODAS AS EXTENSÕES DO MÓVEL.		UND	1,000	0,0000	678,2600	678,26	Venceu
20	01-14-00671	ARMÁRIO - DESPENSA DA COZINHA - DEVE SER CONFECCIONADO EM COR BRANCA, MEDINDO 1,30M DE COMPRIMENTO X 0,40M DE LARGURA X 2,10M DE ALTURA, COM DUAS PORTAS DE ABERTURAS CONVENCIONAIS. EM SEU INTERIOR HAVERÃO NICHOS, CONFORME REPRESENTADO NO DESENHO TÉCNICO, OS QUAIS DEVERÃO CONTER ACABAMENTO EM TODOS OS LADOS DA MARCENARIA, ONDE AS EMENDAS DEVERÃO SER EM 45°. POR FIM, DEVERÁ SER COLOCADO PÉ NIVELADOR EM TODAS AS EXTENSÕES DO MÓVEL.		UND	1,000	0,0000	1.102,1800	1.102,18	Venceu

Página: 11/11

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
------	----------	-----------------------	------------------	---------	-------------	-----------	----------------	-------------	----------

Nr. do Processo: 19/2018 Licitação: 19/2018 - PR Data da Homologação: 05/02/2018

Fornecedor: 147465 - ELISEU FLECK ME

21	01-14-00672	ARMÁRIO - CIRCULAÇÃO DA COZINHA - DEVE SER CONFECCIONADO EM COR BRANCA, MEDINDO 0,825M DE COMPRIMENTO X 0,40M DE LARGURA X 2,30M DE ALTURA. ONDE, NOS PRIMEIROS 1,10M DE ALTURA SERÃO DESTINADOS A UM ARMÁRIO FECHADO, COM DUAS PORTAS CONVENCIONAIS DE ABERTURA, HAVENDO UMA REPARTIÇÃO INTERNA HORIZONTAL, A QUAL REPARTIRÁ O MÓVEL EM DOIS ESPAÇOS IGUAIS. JÁ ACIMA DOS 1,10M DE ALTURA, HAVERÃO TRÊS NICHOS DISTRIBUÍDOS COM A MESMA MEDIDA. SALIENTA-SE QUE TODO O ARMÁRIO DEVERÁ SER ENGROSSADO EM 0,03M, BEM COMO AS EMENDAS DEVERÃO SER EM 45°. DEVERÁ AINDA, SER COLOCADO PE NIVELADOR EM TODAS AS EXTENSÕES DO ARMÁRIO.	UND	1,000	0,0000	1.102,1800	1.102,18	Venceu
----	-------------	---	-----	-------	--------	------------	----------	--------

Total do Fornecedor ---->

26,000

58.000,04

Itapiranga, 8 de Fevereiro de 2018.

Itapoá

PREFEITURA

ATA SESSÃO PÚBLICA - PREGÃO Nº 04/2018 - COFFEE BREAK

Publicação Nº 1517384

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2018, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2018 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO.

Ao oitavo dia do mês de fevereiro de 2018, a partir das 14:30 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) Oficial do Município, o(a) Sr(a). FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros, ELASIO FRINSANCO e NICOLIE CANCELA DA CRUZ nomeados pelo (a) Decreto nº 3307/2017, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 04/2018, que tem como objeto AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O COFFEE BREAK SERVIDO NOS CURSOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA E OUTRA ATIVIDADES PROMOVIDAS PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS. No horário definido no Edital, o(a) Pregoeiro(a) iniciou a sessão informando ao representante presente os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após rubricados os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Participantes	
Empresa	Representante
MARILZA APARECIDA RICHARD ME	MARILZA APARECIDA RICHARD
A.V. COMERCIO VAREJISTA LTDA - ME	ARILSON JOSE ALVES

Analisados os documentos foram achados conforme. Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisadas as propostas foram achadas conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores em anexo aos autos. Encerrados os lances verbais, foram abertos os envelopes de habilitação das empresas ofertantes dos menores preços, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi constatada que as empresas demonstraram atender as exigências editalícias, a Empresa MARILZA APARECIDA RICHARD ME apresentou a Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União vencida, desse modo, fica estabelecido o prazo de cinco dias úteis para apresentar uma nova certidão, sendo habilitada para este certame. Verificando vencedoras, portanto, as empresas citadas abaixo:

Empresas Vencedoras	Itens/Lotes	Valor Total
MARILZA APARECIDA RICHARD ME	2, 5, 6	R\$ 15.896,86
ARILSON JOSE ALVES A.V. COMERCIO VAREJISTA LTDA - ME	1, 3, 4	R\$ 9.045,04

Finalizada a etapa competitiva e habilitada a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(o) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata. Itapoá, 08 de fevereiro de 2018.

FERNANDA CRISTINA ROSA Pregoeiro	
ELASIO FRINSANCO Membro	NICOLIE CANCELA DA CRUZ Membro

Licitantes:

MARILZA APARECIDA RICHARD ME MARILZA APARECIDA RICHARD	A.V. COMERCIO VAREJISTA LTDA - ME ARILSON JOSE ALVES
---	---

ATA SESSÃO PÚBLICA - PREGÃO Nº 06/2018 - PANIFICAÇÃO - DESERTA

Publicação Nº 1517703

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA E JULGAMENTO DE ENVELOPES DE CREDENCIAMENTO, PROPOSTAS E HABILITAÇÃO.

Data	08/02/2018	Horário: 16h:30min
Licitação /Modalidade	PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO PROCESSO	Nº 06/2018 Nº 03/2018 Nº 06/2018

OBJETO:

Aquisição de produtos de panificação para atender ao Programa de

Atendimento Integral à Família e ao serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo da Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos. No dia e hora supra mencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se a Pregoeira Oficial do Município, Sra. Fernanda Cristina Rosa, e Membros da Equipe de Apoio ao Pregão, conforme Decreto Municipal nº 3307/2017 do dia: 24/08/2017, para os procedimentos inerentes a sessão do Pregão em epígrafe, conforme edital respectivo e seus anexos. Observando que a Licitação foi publicada em Diário Oficial dos Municípios no dia 29/01/2018, site municipal no dia 26/01/2018, Diário Oficial da União em 29/01/2018, a fim de ampla divulgação. Iniciada a sessão foi constatado que não houve entrega de envelopes, desta forma o presente certame foi considerado DESERTO. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão indo esta assinada por todos os presentes exatamente às 16h:30min.

FERNANDA CRISTINA ROSA
PREGOEIRA OFICIAL DO MUNICÍPIO

RAFAEL VIDA ALMEIDA
MEMBRO

FERNANDO VITOR PERES
MEMBRO

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 10/2018

Publicação Nº 1516846

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 10/2018

Contratante: Município de Itapoá/SC.
Contratada: M.H.M. DO COUTO – COMERCIAL ME, com sede á Rua Rio Branco, nº 445, Bairro: Centro, na cidade de Apucarana/PR, CEP: 86.804-260, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 97.533.241/0001-38 e Inscrição Estadual nº 90564309-60.
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 113/2017 – PROCESSO Nº 155/2017.
Objeto: Aquisição de equipamentos antropométricos e médico-hospitalares para equipar as Unidades Básicas de Saúde do Município, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.
VALOR R\$: 21.505,51 (vinte e um mil quinhentos e cinco reais e cinquenta e um centavos).
DATA DA ASSINATURA: 07/02/2018
PRAZO DE VIGÊNCIA: 31/12/2018
BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 08 de fevereiro de 2018.

SANDRA REGINA MEDEIROS DA SILVA
Secretária de Saúde

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 11/2018

Publicação Nº 1516848

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 11/2018

Contratante: Município de Itapoá/SC.
Contratada: CIRUPAR – COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS CIRÚRGICOS LTDA - EPP, com sede á Avenida Maringá, nº 1228,

Bairro: Emiliano Pernetá, na cidade de Pinhais/PR, CEP: 83.324-442, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 79.733-572/0001-30 e Inscrição Estadual nº 10.164.441-34.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 113/2017 – PROCESSO Nº 155/2017.

Objeto: Aquisição de equipamentos antropométricos e médico-hospitalares para equipar as Unidades Básicas de Saúde do Município, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

VALOR R\$: 19.986,21 (dezenove mil novecentos e oitenta e seis reais e vinte e um centavos).

DATA DA ASSINATURA: 07/02/2018

PRAZO DE VIGÊNCIA: 31/12/2018

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 08 de fevereiro de 2018.

SANDRA REGINA MEDEIROS DA SILVA
Secretária de Saúde

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 12/2018

Publicação Nº 1516849

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 12/2018

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: CMED SERVIÇOS TÉCNICOS E DISTRIBUIDORA LTDA - ME, com sede á Avenida Flores da Cunha, nº 2460, sala nº 03, Bairro: Parque Brasília, na cidade de Cachoeirinha/RS, CEP: 94.950-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.444.829/0001-90 e Inscrição Estadual nº 177/0208221.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 113/2017 – PROCESSO Nº 155/2017.

Objeto: Aquisição de equipamentos antropométricos e médico-hospitalares para equipar as Unidades Básicas de Saúde do Município, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

VALOR R\$: 9.372,00 (nove mil trezentos e setenta e dois reais).

DATA DA ASSINATURA: 07/02/2018

PRAZO DE VIGÊNCIA: 31/12/2018

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 08 de fevereiro de 2018.

SANDRA REGINA MEDEIROS DA SILVA
Secretária de Saúde

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 13/2018

Publicação Nº 1516851

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 13/2018

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: SANIMED INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI EPP, com sede á Via Expressa Paul Fritz Kuehnrich, nº 1541, Bairro: Itoupava Norte, na cidade de Blumenau/SC, CEP: 89.052-381, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.537.945/0001-05 e Inscrição Estadual nº 257.931.589.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 113/2017 – PROCESSO Nº 155/2017.

Objeto: Aquisição de equipamentos antropométricos e médico-hospitalares para equipar as Unidades Básicas de Saúde do Município,

conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.
VALOR R\$: 5.812,12 (cinco mil oitocentos e doze reais e doze centavos).
DATA DA ASSINATURA: 07/02/2018
PRAZO DE VIGÊNCIA: 31/12/2018
BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 08 de fevereiro de 2018.

SANDRA REGINA MEDEIROS DA SILVA
Secretária de Saúde

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 14/2018

Publicação Nº 1516852

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 14/2018

Contratante: Município de Itapoá/SC.
Contratada: K.C.R.S. COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI - EPP, com sede á Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 88, sala A, Bairro: Parque Industrial, na cidade de Araçatuba/SP, CEP: 16.075-370, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.971.041/0001-03 e Inscrição Estadual nº 177.338.790.110.
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 113/2017 – PROCESSO Nº 155/2017.
Objeto: Aquisição de equipamentos antropométricos e médico-hospitalares para equipar as Unidades Básicas de Saúde do Município, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.
VALOR R\$: 4.920,00 (quatro mil novecentos e vinte reais).
DATA DA ASSINATURA: 07/02/2018
PRAZO DE VIGÊNCIA: 31/12/2018
BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 08 de fevereiro de 2018.

SANDRA REGINA MEDEIROS DA SILVA
Secretária de Saúde

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 15/2018

Publicação Nº 1516853

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 15/2018

Contratante: Município de Itapoá/SC.
Contratada: SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS EIRELI EPP, com sede á Avenida Oscar Barcelos, nº 380, sala nº 02, Bairro: Centro, na cidade de Rio do Sul/SC, CEP: 89.160-027, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.989.294/0001-87 e Inscrição Estadual nº 254793215.
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 113/2017 – PROCESSO Nº 155/2017.
Objeto: Aquisição de equipamentos antropométricos e médico-hospitalares para equipar as Unidades Básicas de Saúde do Município, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.
VALOR R\$: 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais).
DATA DA ASSINATURA: 07/02/2018
PRAZO DE VIGÊNCIA: 31/12/2018
BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 08 de fevereiro de 2018.

SANDRA REGINA MEDEIROS DA SILVA
Secretária de Saúde

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 16/2018

Publicação Nº 1516854

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 16/2018

Contratante: Município de Itapoá/SC.
Contratada: INFINITY MEDICAMENTOS EIRELI EPP, com sede á Rua Ottokar Doerffel, nº 1112, bloco A, galpão A13, Bairro: Atiradores, na cidade de Joinville/SC, CEP: 89.203-212, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.240.000/0001-64 e Inscrição Estadual nº 257.756-337.
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 113/2017 – PROCESSO Nº 155/2017.
Objeto: Aquisição de equipamentos antropométricos e médico-hospitalares para equipar as Unidades Básicas de Saúde do Município, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.
VALOR R\$: 7.207,40 (sete mil duzentos e sete reais e quarenta centavos).
DATA DA ASSINATURA: 07/02/2018
PRAZO DE VIGÊNCIA: 31/12/2018
BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 08 de fevereiro de 2018.

SANDRA REGINA MEDEIROS DA SILVA
Secretária de Saúde

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 17/2018

Publicação Nº 1516855

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 17/2018

Contratante: Município de Itapoá/SC.
Contratada: C.E. CARVALHO COMERCIAL - ME, com sede á Avenida Duque de Caxias, nº 185, Bairro: Centro, na cidade de Luanardelli/PR, CEP: 86.935-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.864.422/0001-73 e Inscrição Estadual nº 90722395-79.
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 113/2017 – PROCESSO Nº 155/2017.
Objeto: Aquisição de equipamentos antropométricos e médico-hospitalares para equipar as Unidades Básicas de Saúde do Município, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.
VALOR R\$: 7.908,00 (sete mil novecentos e oito reais).
DATA DA ASSINATURA: 07/02/2018
PRAZO DE VIGÊNCIA: 31/12/2018
BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 08 de fevereiro de 2018.

SANDRA REGINA MEDEIROS DA SILVA
Secretária de Saúde

LEI MUNICIPAL Nº 763, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1517929

LEI MUNICIPAL Nº 763, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018.

Altera a Lei Municipal nº 643, de 07 de janeiro de 2016.

LEI

Art. 1º Fica alterado o artigo 32 da Lei Municipal nº 643/2016, que passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 32. Ficam revogadas as disposições constantes no artigo 1º, 2º, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33 e 36 da Lei Municipal nº 140, de 13 de julho de 2007 e suas alterações. (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 06 de fevereiro de 2018.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

[assinado digitalmente]

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA

Chefe de Gabinete

[assinado digitalmente]

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 45, §3º e §4º, da Lei Orgânica de Itapoá, Resolução nº 14/2016, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Para consultar a autenticidade e integridade do documento, pode-se consultar o site <http://camaraitapoa.sc.gov.br/verificador>

PREGÃO Nº10/2018-TRANSPORTE DE ALUNOS E PROFESSORES

Publicação Nº 1516484

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº10/2018

PROCESSO Nº12/2018

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço global em caráter exclusivo as empresa enquadradas na Lei Complementar nº 147/2014 e Leis Municipais, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 147/2014 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 13h:30min receberá o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 14h:00min do dia 27 de fevereiro de 2018, na sala do Setor de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, realizará a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável à participação no certame para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA VIAGENS DE VISITAS TÉCNICAS DOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, E DE VIAGENS PARA OS PROFISSIONAIS DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL PARA PARTICIPAREM DE CURSOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS. O Edital poderá ser retirado através do site www.itapoa.sc.gov.br no link "pregão", ou extrato no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, ou até mesmo na Secretaria de Administração, Setor Licitações e Contratos das 13h:00m às 19h:00m.

Itapoá, 08 de fevereiro de 2018.

Angela Maria Puerari

Diretora do Dtº de Administração

Decreto Municipal nº3479/2018

LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

Ituporanga

PREFEITURA

DECRETO Nº 009, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1516748

DECRETO Nº 009, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.

Declara Anulado o Processo Licitatório nº 02/2018, Pregão Presencial nº 02/2018.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo Inciso VII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Ituporanga-SC;

Considerando a orientação que dimana das Súmulas 346 e 473 do Colendo SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, as quais afirmam, respectivamente, de modo explícito e claro que "a Administração Pública pode declarar a nulidade de seus próprios atos" e que "a Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial."

Considerando que a Lei 8.666/93 ao se referir ao tema em comento, estabelece, *ipsis verbis*, que: "A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado" (art. 49).

Considerando, que foram constatados vícios pela Comissão de Pregão, no referido processo, em que apenas uma empresa cotou o material de acordo com o edital e as demais empresas cotaram material diverso e para evitar direcionamento da licitação, bem como assegurar o interesse público e a ampla concorrência,

DECRETA:

Art. 1º- Fica ANULADO o Processo Licitatório nº 02/2018, na modalidade de Pregão Presencial nº 02/2018, para contratação de empresa para fornecimento de material primário (macadame britado) para utilização em revestimento de estradas vicinais no Município de Ituporanga/SC.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ituporanga, SC, 08 de fevereiro de 2018.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS ARNITO SARDÁ FILHO
Prefeito do Município Secretário da Fazenda

DECRETO Nº 010, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1516750

DECRETO Nº 010, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.

Declara Anulado o Processo Licitatório nº 84/2017, Tomada de Preços nº 06/2017.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo Inciso VII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município

de Ituporanga-SC;

Considerando a orientação que dimana das Súmulas 346 e 473 do Colendo SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, as quais afirmam, respectivamente, de modo explícito e claro que "a Administração Pública pode declarar a nulidade de seus próprios atos" e que "a Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial."

Considerando que a Lei 8.666/93 ao se referir ao tema em comento, estabelece, *ipsis verbis*, que: "A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado" (art. 49).

Considerando, que o presente processo licitatório não obedeceu o que dispõe o artigo 43 da Lei 8.666/93.

DECRETA:

Art. 1º- Fica ANULADO o Processo Licitatório nº 84/2017, na modalidade de Tomadas de Preço nº 06/2017, para contratação de empresa para construção de passarela na Ponte Irineu Bornhausen que liga o Centro ao Bairro Seminário e Distrito Industrial, no Município de Ituporanga/SC.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ituporanga, SC, 08 de fevereiro de 2018.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS ARNITO SARDÁ FILHO
Prefeito do Município Secretário da Fazenda

EDITAL DE CONVOCACAO CONCURSO PUBLICO 002/2018

Publicação Nº 1516681

EDITAL Nº 002/2018 DE CONVOCAÇÃO DE APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

"Dispõe sobre a convocação de candidato classificado no Concurso Público Municipal - Edital nº. 001/2014"

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere a legislação específica, dentro do interesse e conveniência da Administração e obedecendo a ordem de classificação no Concurso Público Municipal nº. 001/2014, CONVOCA os candidatos relacionados no Anexo I, da presente, para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, localizado na Rua Vereador Joaquim Boeing, n.º 40, Centro, Ituporanga, SC, do dia 09/02/2018 ao dia 10/03/2018, no horário das 8hs às 12hs e das 14hs às 17hs munidos dos documentos exigidos nos itens 1.3 e 1.4 do Edital nº. 001/2014 visando comprovar os requisitos para a investidura no cargo público.

Outrossim, fica desde já cientificado o candidato aprovado

convocado que o não comparecimento até a data indicada, implicará na perda do direito à posse e a qualquer outro direito inerente ao Concurso, conforme os termos do Edital e disposições da Lei Complementar nº. 020, de 17 de dezembro de 2008.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura do Município de Ituporanga, 08 de fevereiro de 2018.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS

Prefeito do Município de Ituporanga

ANEXO I

EDITAL Nº. 01/2014

CONVOCADO

CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO

Apresentar os documentos exigidos pelo Departamento de Recursos Humanos e os descritos nos itens, 1.3 e 1.4 do Edital nº. 001/2014.

Classificação dos candidatos

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
06	DAIANA PARMA KLAUMANN

Jaborá**PREFEITURA****ERRATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 9/2018**

Publicação Nº 1516538

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

Dispensa nº 1/2018

Chamada Pública nº 1/2018

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE.

1. OBJETO

Onde se lê:

13	Ovos de codorna contendo marcas e carimbos oficiais de acordo com as portarias do Ministério da Agricultura e Vigilância Sanitária. Deve possuir identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. A rotulagem deve estar de acordo com a legislação vigente. Acondicionado em vidros de aproximadamente 1,090kg drenado.	VIDROS	160	9,00	1.440,00
----	--	--------	-----	------	----------

1. OBJETO

Leia:

13	Ovos de codorna contendo marcas e carimbos oficiais de acordo com as portarias do Ministério da Agricultura e Vigilância Sanitária. Deve possuir identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. A rotulagem deve estar de acordo com a legislação vigente. Acondicionado em vidros de aproximadamente 1,090kg drenado.	VIDROS	160	52,00	8.320,00
----	--	--------	-----	-------	----------

Jaborá/SC, 08 de Fevereiro de 2018.

Tiago Ângelo Toigo

Presidente da Comissão

PORTARIA Nº 043/2018

Publicação Nº 1517326

"EXONERA SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ADELIR MANOEL INÁCIO, Prefeito Municipal em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e na forma da legislação em vigor:

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar por término do contrato, o servidor ORIDES DOMINGOS PARIZOTTO.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 08/02/2018.

ADELIR MANOEL INÁCIO

Prefeito Municipal em exercício

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 09/fevereiro/2018.

CLAUDIA CORRADI TONIELLO
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 044/2018

Publicação Nº 1517330

	Estado de Santa Catarina GOVERNO MUNICIPAL DE JABORÁ
--	---

PORTARIA Nº. 044, de 08 de fevereiro de 2018.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADELIR MANOEL INÁCIO, Prefeito Municipal em exercício de Jaborá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e na forma da legislação em vigor:

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido férias de 30 (trinta) dias a servidora abaixo relacionada, referente ao período aquisitivo e de gozo em anexo, parte integrante desta portaria, sendo:

- Ana Claudia da Silva Perez de Oliveira Seriacó - 08/02/2018 à 10/03/2018

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/02/201.

Art.3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 08/02/2018.
ADELIR MANOEL INÁCIO
Prefeito Municipal em exercício

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 09/fevereiro/2018.

CLAUDIA CORRADI TONIELLO
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 045/2018

Publicação Nº 1517549

	Estado de Santa Catarina GOVERNO MUNICIPAL DE JABORÁ
--	---

PORTARIA Nº. 045, de 08 de fevereiro de 2018.

ALTERA NOMEAÇÃO DE SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ADELIR MANOEL INÁCIO, Prefeito Municipal em exercício de Jaborá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso VIII do art. 102, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR a nomeação da servidora MARLENE DE FÁTIMA MAGNABOSCO DA CRUZ PICINATTO do cargo em comissão de Coordenadora do Assistente Social, para o cargo em comissão de Coordenadora de Cultura, com vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 08/02/2018.
ADELIR MANOEL INÁCIO
Prefeito Municipal em exercício

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 09/fevereiro/2018.

CLAUDIA CORRADI TONIELLO
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 046/2018

Publicação Nº 1517553

Estado de Santa Catarina GOVERNO MUNICIPAL DE JABORÁ

PORTARIA Nº. 046, de 08 de fevereiro de 2018.

ALTERA NOMEAÇÃO DE SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ADELIR MANOEL INÁCIO, Prefeito Municipal em exercício de Jaborá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso VIII do art. 102, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR a nomeação da servidora RAIANE CRISTINE TOIGO do cargo em comissão de Coordenadora de Cultura, para o cargo em comissão de Coordenadora de Assistente Social, com vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 08/02/2018.

ADELIR MANOEL INÁCIO

Prefeito Municipal em exercício

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 09/fevereiro/2018.

CLAUDIA CORRADI TONIELLO

Secretária de Administração

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO 03-2018

Publicação Nº 1516563

RESOLUÇÃO Nº 03/2018, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018.

“Dispõe sobre Ponto Facultativo da Câmara de Vereadores no feriado de Carnaval”.

Sergio Valdir Muller, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Jaborá/SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e, pelo constante do Regimento Interno desta Câmara, resolve:

Art. 1º - Estabelecer Ponto Facultativo na Câmara de Vereadores no âmbito de sua competência no feriado de carnaval:

o No dia 12 de fevereiro de 2018, segunda-feira.

o No dia 14 de março de 2017, quarta-feira na parte da manhã.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jaborá (SC), 06 de fevereiro de 2018.

Sergio Valdir Muller

Presidente da Câmara de Vereadores

Jacinto Machado

PREFEITURA

TERMO DE REVOGAÇÃO LICITAÇÃO 11/2018 PR

Publicação Nº 1516926

Estado de Santa Catarina
Município de Jacinto Machado

COMUNICADO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório nº 11/2018 – Pregão Presencial

O Município de Jacinto Machado/SC torna público para conhecimento de todos os interessados a REVOGAÇÃO do Processo Licitação nº 11/2018 – Pregão Presencial, que tem como objeto a aquisição de um rolo compactador vibratório de solo, novo, para a Secretaria de Agricultura, Irrigação e Meio Ambiente do município de Jacinto Machado, por interesse público, em razão da necessidade de readequação do objeto.

João Batista Mezzari
Prefeito Municipal

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO 001/2017.

Publicação Nº 1516938

Convocação de Processo Seletivo 001/2017.

Pelo presente, fica Vossa Senhoria JULIO CESAR QUEIROZ SULEIMAN, convocados(a) para comparecer junto a Divisão de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no prazo de 48 (Quarenta e oito) horas, a partir da ciência desta, a fim de tratar da vossa admissão no serviço público conforme Processo Seletivo 001/2017 Cargo de ADVOGADO – 40H.

DECRETO Nº 11.796/2018

Publicação Nº 1516531

D E C R E T O Nº 11.796/2018

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no inciso XVI, do artigo 6º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e alterações subsequentes,

DECRETA :

Art.1º Ficam designados os servidores públicos municipais IVAN ANDREIAS WOLTER, matrícula 8920; MARCIO BYLAARDT, matrícula 1972; e ANTÔNIO CARLOS DA LUZ, matrícula 9115, para comporem a Comissão que, sob a presidência do primeiro, procederá a abertura e julgamento das propostas chegadas à esta Prefeitura, em razão da CONCORRÊNCIA Nº 217/2017, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para pavimentação asfáltica, drenagem e execução de meio fio, incluindo aterro dos passeios e sinalização horizontal da Rua Leodato José Garcia, no bairro Braço Ribeirão Cavallo, com extensão total de 1.230,82m (hum mil, duzentos e trinta vírgula oitenta e dois metros), em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa e Minuta de Contrato que são partes integrantes do Edital.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 05 de fevereiro de 2018.
UDO WAGNER
Prefeito
em Exercício

DECRETO Nº 11.797/2018

Publicação Nº 1516533

D E C R E T O Nº 11.797/2018

Designa Fiscal e Gestor de Contrato de Execução de Obras Públicas.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 67, e seus parágrafos

primeiro e segundo, todos da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO os termos do Processo Licitatório Concorrência Nº 217/2017, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para pavimentação asfáltica, drenagem e execução de meio fio, incluindo aterro dos passeios e sinalização horizontal da Rua Leodato José Garcia, no bairro Braço Ribeirão Cavallo, com extensão total de 1.230,82m (hum mil, duzentos e trinta vírgula oitenta e dois metros);

DECRETA :

Art.1º Fica designado o servidor público municipal FELIPE EMMENDORFER SCHEUER, Engenheiro, matrícula 10967, para fiscalização, acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do Contrato firmado em decorrência da Concorrência Nº 217/2017 com os termos do ato convocatório, do instrumento do contrato, do projeto básico e executivo e demais especificações técnicas integrantes do Processo Administrativo de Licitação.

Art.2º Compete ao fiscal e gestor do contrato designado no artigo 1º a liquidação da despesa que consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, conforme artigos 2º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e 63, da Lei Federal Nº 4.320/64.

§1º Essa verificação tem por fim apurar:

I - a origem e o objeto do que se deve pagar;

II - a importância exata a pagar;

III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

§2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base:

I - o contrato, ajuste ou acordo respectivo;

II - a nota de empenho;

III - os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.

§3º O pagamento somente poderá ser efetuado quando acompanhado de termo de vistoria e de medição respectivo, observadas as formalidades dos artigos 67 e 73, inc. I, b, da Lei Federal Nº 8.666/93.

Art.3º Caberá, ainda, ao gestor e fiscal do contrato, verificar a necessidade de alteração do contrato e opinar sobre a conveniência ou não da aceitação ou imposição e enviar esforços junto à Administração Municipal para que as eventuais alterações de objeto, de prazo e de preço sejam formalizadas no devido tempo, sob pena de responsabilidade.

§1º Cabe ao fiscal e gestor do contrato o acompanhamento detalhado da execução do contrato e, quando constatar a irregularidade, promover anotações em registro próprio e determinar o necessário à sua regularização.

§2º Qualquer alteração de cronograma físico-financeiro do contrato somente poderá ser elaborado pela contratada conforme modelo

adotado pela contratante, com descrição fiel do histórico de parcelas faturadas e parcelas a readequar, e aprovado expressamente pelo fiscal e gestor do contrato.

§3º À medida que a irregularidade implique alteração contratual, rescisão do contrato ou aplicação de sanção, o fiscal e gestor do contrato deverá comunicar o Secretário Municipal da Administração e o Prefeito Municipal para promoção dos atos necessários.

Art.4º Cabe, ainda, ao fiscal e gestor do contrato:

a) Solicitar à contratada e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da obra pública;

b) Assegurar-se de que o número de empregados alocados na obra pública, por parte da contratada, é suficiente para a sua execução no prazo avençado;

c) Emitir pareceres em todos os atos da Administração relativas à execução do contrato, em especial aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato;

d) Acompanhar e fiscalizar a sua execução, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo por parâmetro os resultados previstos no contrato;

e) Exigir que a contratada apresente a fatura mensal de cobrança das prestações contratuais acompanhada da comprovação de que está em dia com o pagamento das contribuições à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, relativas à avença celebrada;

f) Notificar a contratada da rejeição, no todo ou em parte, da obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato, determinando as medidas necessárias à correção ou adequação do objeto ao contrato;

g) Comunicar à Secretaria Municipal da Administração e à Controladoria Geral da rejeição, no todo ou em parte, da obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato, informando as medidas administrativas tomadas pelo gestor, tais como, paralisação da obra, serviço ou fornecimento do bem;

h) Rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato;

i) Exigir por conta da contratada, os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato;

j) Comunicar à Procuradoria-Geral do Município a existência de possíveis condutas ilícitas previstas nos artigos 89 a 98, da Lei Federal Nº 8.666/93, por parte da contratada;

k) Notificar a contratada para reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

l) Receber a obra ou serviço, provisoriamente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

m) Receber a obra ou serviço, definitivamente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 90 (noventa) dias da comunicação escrita do contratado, respeitados os prazos contratuais de observação ou vistoria;

n) Receber, mediante recibo, obras e serviços de valor até o previsto no artigo 23, inciso II, alínea "a", da Lei Federal Nº 8.666/93, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

Art.5º É vedado à Administração e ao fiscal/gestor do contrato exercer poder de mando sobre os empregados da contratada, reportando-se somente aos prepostos e responsáveis por ela indicados.

Art.6º Caberão ao(à) Controlador(a)-Geral do Município e aos Secretários Municipais interessados na aquisição do bem ou prestação do serviço, a notificação do gestor e fiscal do contrato para prestar as informações que julgar necessárias ao acompanhamento dos contratos.

Art.7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 05 de fevereiro de 2018.

UDO WAGNER

Prefeito

em Exercício

DECRETO Nº 11.798/2018

Publicação Nº 1516535

D E C R E T O Nº 11.798/2018

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.507/2017, de 30/11/2017, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.507/2017, de 30 de novembro de 2017,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo (Semplu), a saber:

33 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
33.02 - TRÂNSITO E TRANSPORTE

33.02.06.122.04102.263 - Manutenção do Pátio de Veículos Apreendidos

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

33.02.639 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta do "Excesso de Arrecadação" do Município de Jaraguá do Sul, proveniente dos recursos vinculados Permissão/Concessão Trânsito, no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 05 de fevereiro de 2018.

UDO WAGNER

Prefeito

em Exercício

DECRETO Nº 11.799/2018

Publicação Nº 1516537

D E C R E T O Nº 11.799/2018

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.507/2017, de 30/11/2017, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei

Municipal Nº 7.507/2017, de 30 de novembro de 2017,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 270.000,00 (Duzentos e setenta mil reais), para reforço dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Fundo Rotativo Habitacional do Município de Jaraguá do Sul (Frohab), a saber:

19 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL

19.01 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL

19.01.16.482.06012.506 - Contratação de Levantamentos e Estudos Geotécnicos

e Ambientais - Urbano

4.4.00 - INVESTIMENTOS

19.01.638 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

19.01.16.481.06012.520 - Contratação de Levantamentos e Estudos Geotécnicos

e Ambientais - Rural

4.4.00 - INVESTIMENTOS

19.01.637 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

TOTAL R\$ 270.000,00

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2017, do Fundo Rotativo Habitacional do Município de Jaraguá do Sul (Frohab), proveniente de recursos vinculados Recursos de Amortização, no valor de R\$ 270.000,00 (Duzentos e setenta mil reais).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 05 de fevereiro de 2018.

UDO WAGNER

Prefeito

em Exercício

DECRETO Nº 11.800/2018

Publicação Nº 1516541

D E C R E T O Nº 11.800/2018

Altera Dispositivos do Decreto Municipal Nº 11.791/2018, de 25 de Janeiro de 2018, que Designa Membros Para a Comissão Permanente De Licitações.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

DECRETA :

Art.1º O artigo 2º, caput, do Decreto Municipal Nº 11.791/2018, de 25/01/2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.2º FICAM DESIGNADOS os servidores públicos municipais DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO, matrícula 81863; MARCIO BYLAARDT, matrícula 1972; e CAMILA SOUZA DA ROSA, matrícula 11065, para, sob a presidência do primeiro, comporem a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA, pelo período de 16 de janeiro de 2018 a 22 de janeiro de 2019, vedada a recondução da totalidade de seus membros para a mesma Comissão no período subsequente, por força do §4º, do artigo 51, da Lei Federal Nº 8.666/93.

..."

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir 16/01/2018, revogado o Decreto Municipal Nº

11.185/2017, de 13/01/2017.

Jaraguá do Sul, 05 de fevereiro de 2018.

UDO WAGNER

Prefeito

em Exercício

DECRETO Nº 11.801/2018

Publicação Nº 1516542

D E C R E T O Nº 11.801/2018

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no inciso XVI, do artigo 6º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e alterações subsequentes,

DECRETA :

Art.1º Ficam designados os servidores públicos municipais CRISTIANE GREGOLEWITSCH, matrícula 7266; SERGIO FELIPE DOS SANTOS, matrícula 8916; e LUCIMARA GABARDO TARACHUCKY, matrícula 8283, para comporem a Comissão que, sob a presidência da primeira, procederá a abertura e julgamento das propostas chegadas à esta Prefeitura, em razão da CONCORRÊNCIA Nº 219/2017, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de serventia, visando o atendimento das necessidades do Município, conforme o quantitativo estimado e descrições das atividades a serem desenvolvidas, constantes dos Anexos III e IV, partes integrantes do Edital.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 06 de fevereiro de 2018.

UDO WAGNER

Prefeito

em Exercício

DECRETO Nº 11.802/2018

Publicação Nº 1516545

D E C R E T O Nº 11.802/2018

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no inciso XVI, do artigo 6º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e alterações subsequentes,

DECRETA :

Art.1º Ficam designados os servidores públicos municipais MARCELO GUMBOSKI, matrícula 1919; MARIA CHRISTINA DA SILVEIRA MESCHESI QUINTAES, matrícula 7123; e NEWTON GILBERTO SALOMAN, matrícula 81903, para comporem a Comissão que, sob a presidência do primeiro, procederá a abertura e julgamento das propostas chegadas à esta Prefeitura, em razão da TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2018, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia com fornecimento e instalação de divisórias modulares piso-teto, destinadas ao Centro de Inovação de Jaraguá do Sul, localizado à Rua 1070 - Cesare Valentini, bairro Três Rios do Sul, em Jaraguá do Sul/SC, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa e Minuta de Contrato que são

partes integrantes do Edital.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 06 de fevereiro de 2018.

UDO WAGNER

Prefeito

em Exercício

DECRETO Nº 11.803/2018

Publicação Nº 1516548

D E C R E T O Nº 11.803/2018

Designa Fiscal e Gestor de Contrato de Execução de Obras Públicas.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 67, e seus parágrafos primeiro e segundo, todos da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO os termos do Processo Licitatório Tomada de Preços Nº 002/2018, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia com fornecimento e instalação de divisórias modulares piso-teto, destinadas ao Centro de Inovação de Jaraguá do Sul, localizado à Rua 1070 - Cesare Valentini, bairro Três Rios do Sul, em Jaraguá do Sul/SC;

DECRETA :

Art.1º Fica designado o servidor público municipal MARCELO GUMBOSKI, Engenheiro, matrícula Jou19, para fiscalização, acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do Contrato firmado em decorrência da Tomada de Preços Nº 002/2018 com os termos do ato convocatório, do instrumento do contrato, do projeto básico e executivo e demais especificações técnicas integrantes do Processo Administrativo de Licitação.

Art.2º Compete ao fiscal e gestor do contrato designado no artigo 1º a liquidação da despesa que consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, conforme artigos 2º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e 63, da Lei Federal Nº 4.320/64.

§1º Essa verificação tem por fim apurar:

I - a origem e o objeto do que se deve pagar;

II - a importância exata a pagar;

III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

§2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base:

I - o contrato, ajuste ou acordo respectivo;

II - a nota de empenho;

III - os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.

§3º O pagamento somente poderá ser efetuado quando acompanhado de termo de vistoria e de medição respectivo, observadas as formalidades dos artigos 67 e 73, inc. I, b, da Lei Federal Nº

8.666/93.

Art.3º Caberá, ainda, ao gestor e fiscal do contrato, verificar a necessidade de alteração do contrato e opinar sobre a conveniência ou não da aceitação ou imposição e envidar esforços junto à Administração Municipal para que as eventuais alterações de objeto, de prazo e de preço sejam formalizadas no devido tempo, sob pena de responsabilidade.

§1º Cabe ao fiscal e gestor do contrato o acompanhamento detalhado da execução do contrato e, quando constatar a irregularidade, promover anotações em registro próprio e determinar o necessário à sua regularização.

§2º Qualquer alteração de cronograma físico-financeiro do contrato somente poderá ser elaborado pela contratada conforme modelo adotado pela contratante, com descrição fiel do histórico de parcelas faturadas e parcelas a readequar, e aprovado expressamente pelo fiscal e gestor do contrato.

§3º À medida que a irregularidade implique alteração contratual, rescisão do contrato ou aplicação de sanção, o fiscal e gestor do contrato deverá comunicar o Secretário Municipal da Administração e o Prefeito Municipal para promoção dos atos necessários.

Art.4º Cabe, ainda, ao fiscal e gestor do contrato:

a) Solicitar à contratada e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da obra pública;

b) Assegurar-se de que o número de empregados alocados na obra pública, por parte da contratada, é suficiente para a sua execução no prazo avençado;

c) Emitir pareceres em todos os atos da Administrações relativas à execução do contrato, em especial aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato;

d) Acompanhar e fiscalizar a sua execução, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo por parâmetro os resultados previstos no contrato;

e) Exigir que a contratada apresente a fatura mensal de cobrança das prestações contratuais acompanhada da comprovação de que está em dia com o pagamento das contribuições à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, relativas à avença celebrada;

f) Notificar a contratada da rejeição, no todo ou em parte, da obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato, determinando as medidas necessárias à correção ou adequação do objeto ao contrato;

g) Comunicar à Secretaria Municipal da Administração e à Controladoria Geral da rejeição, no todo ou em parte, da obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato, informando as medidas administrativas tomadas pelo gestor, tais como, paralisação da obra, serviço ou fornecimento do bem;

h) Rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato;

i) Exigir por conta da contratada, os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato;

j) Comunicar à Procuradoria-Geral do Município a existência de possíveis condutas ilícitas previstas nos artigos 89 a 98, da Lei Federal Nº 8.666/93, por parte da contratada;

k) Notificar a contratada para reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do

contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

l) Receber a obra ou serviço, provisoriamente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

m) Receber a obra ou serviço, definitivamente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 90 (noventa) dias da comunicação escrita do contratado, respeitados os prazos contratuais de observação ou vistoria;

n) Receber, mediante recibo, obras e serviços de valor até o previsto no artigo 23, inciso II, alínea "a", da Lei Federal Nº 8.666/93, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

Art.5º É vedado à Administração e ao fiscal/gestor do contrato exercer poder de mando sobre os empregados da contratada, reportando-se somente aos prepostos e responsáveis por ela indicados.

Art.6º Caberão ao(à) Controlador(a)-Geral do Município e aos Secretários Municipais interessados na aquisição do bem ou prestação do serviço, a notificação do gestor e fiscal do contrato para prestar as informações que julgar necessárias ao acompanhamento dos contratos.

Art.7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 06 de fevereiro de 2018.

UDO WAGNER

Prefeito

em Exercício

DECRETO Nº 11.804/2018

Publicação Nº 1516549

D E C R E T O Nº 11.804/2018

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no inciso XVI, do artigo 6º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e alterações subsequentes,

DECRETA :

Art.1º Ficam designados os servidores públicos municipais FABIO ROBERTO RIBEIRO DA SILVA, matrícula 8510; MARCELO GUMBOSKI, matrícula Jou19; e MARCELO ELIAS DA SILVEIRA, matrícula 10852, para comporem a Comissão que, sob a presidência do primeiro, procederá a abertura e julgamento das propostas chegadas à esta Prefeitura, em razão da TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2018, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia com fornecimento e instalação de equipamentos de segurança e CFTV, destinado ao Centro de Inovação de Jaraguá do Sul, localizado à Rua 1070 - Cesare Valentini, bairro Três Rios do Sul, em Jaraguá do Sul/SC, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa e Minuta de Contrato que são partes integrantes do Edital.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 06 de fevereiro de 2018.

UDO WAGNER

Prefeito

em Exercício

DECRETO Nº 11.805/2018

Publicação Nº 1516554

D E C R E T O Nº 11.805/2018

Designa Fiscal e Gestor de Contrato de Execução de Obras Públicas.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 67, e seus parágrafos primeiro e segundo, todos da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO os termos do Processo Licitatório Tomada de Preços Nº 003/2018, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia com fornecimento e instalação de equipamentos de segurança e CFTV, destinado ao Centro de Inovação de Jaraguá do Sul, localizado à Rua 1070 - Cesare Valentini, bairro Três Rios do Sul, em Jaraguá do Sul/SC;

DECRETA :

Art.1º Fica designado o servidor público municipal MARCELO GUMBOSKI, Engenheiro, matrícula Jou19, para fiscalização, acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do Contrato firmado em decorrência da Tomada de Preços Nº 003/2018 com os termos do ato convocatório, do instrumento do contrato, do projeto básico e executivo e demais especificações técnicas integrantes do Processo Administrativo de Licitação.

Art.2º Compete ao fiscal e gestor do contrato designado no artigo 1º a liquidação da despesa que consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, conforme artigos 2º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e 63, da Lei Federal Nº 4.320/64.

§1º Essa verificação tem por fim apurar:

I - a origem e o objeto do que se deve pagar;

II - a importância exata a pagar;

III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

§2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base:

I - o contrato, ajuste ou acordo respectivo;

II - a nota de empenho;

III - os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.

§3º O pagamento somente poderá ser efetuado quando acompanhado de termo de vistoria e de medição respectivo, observadas as formalidades dos artigos 67 e 73, inc. I, b, da Lei Federal Nº 8.666/93.

Art.3º Caberá, ainda, ao gestor e fiscal do contrato, verificar a necessidade de alteração do contrato e opinar sobre a conveniência ou não da aceitação ou imposição e envidar esforços junto à Administração Municipal para que as eventuais alterações de objeto, de prazo e de preço sejam formalizadas no devido tempo, sob pena

de responsabilidade.

§1º Cabe ao fiscal e gestor do contrato o acompanhamento detalhado da execução do contrato e, quando constatar a irregularidade, promover anotações em registro próprio e determinar o necessário à sua regularização.

§2º Qualquer alteração de cronograma físico-financeiro do contrato somente poderá ser elaborado pela contratada conforme modelo adotado pela contratante, com descrição fiel do histórico de parcelas faturadas e parcelas a readequar, e aprovado expressamente pelo fiscal e gestor do contrato.

§3º À medida que a irregularidade implique alteração contratual, rescisão do contrato ou aplicação de sanção, o fiscal e gestor do contrato deverá comunicar o Secretário Municipal da Administração e o Prefeito Municipal para promoção dos atos necessários.

Art.4º Cabe, ainda, ao fiscal e gestor do contrato:

a) Solicitar à contratada e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da obra pública;

b) Assegurar-se de que o número de empregados alocados na obra pública, por parte da contratada, é suficiente para a sua execução no prazo avençado;

c) Emitir pareceres em todos os atos da Administrações relativas à execução do contrato, em especial aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato;

d) Acompanhar e fiscalizar a sua execução, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo por parâmetro os resultados previstos no contrato;

e) Exigir que a contratada apresente a fatura mensal de cobrança das prestações contratuais acompanhada da comprovação de que está em dia com o pagamento das contribuições à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, relativas à avença celebrada;

f) Notificar a contratada da rejeição, no todo ou em parte, da obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato, determinando as medidas necessárias à correção ou adequação do objeto ao contrato;

g) Comunicar à Secretaria Municipal da Administração e à Controladoria Geral da rejeição, no todo ou em parte, da obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato, informando as medidas administrativas tomadas pelo gestor, tais como, paralisação da obra, serviço ou fornecimento do bem;

h) Rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato;

i) Exigir por conta da contratada, os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato;

j) Comunicar à Procuradoria-Geral do Município a existência de possíveis condutas ilícitas previstas nos artigos 89 a 98, da Lei Federal Nº 8.666/93, por parte da contratada;

k) Notificar a contratada para reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

l) Receber a obra ou serviço, provisoriamente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

m) Receber a obra ou serviço, definitivamente, mediante termo

circunstanciado, assinado pelas partes em até 90 (noventa) dias da comunicação escrita do contratado, respeitados os prazos contratuais de observação ou vistoria;

n) Receber, mediante recibo, obras e serviços de valor até o previsto no artigo 23, inciso II, alínea "a", da Lei Federal Nº 8.666/93, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

Art.5º É vedado à Administração e ao fiscal/gestor do contrato exercer poder de mando sobre os empregados da contratada, reportando-se somente aos prepostos e responsáveis por ela indicados.

Art.6º Caberão ao(à) Controlador(a)-Geral do Município e aos Secretários Municipais interessados na aquisição do bem ou prestação do serviço, a notificação do gestor e fiscal do contrato para prestar as informações que julgar necessárias ao acompanhamento dos contratos.

Art.7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 06 de fevereiro de 2018.

UDO WAGNER

Prefeito

em Exercício

DECRETO Nº 11.806/2018

Publicação Nº 1516556

D E C R E T O Nº 11.806/2018

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.507/2017, de 30/11/2017, e Alterações Posteriores, Mediante a Anulação de Despesa da Mesma Categoria de Programação, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no inciso IX, do artigo 6º, da Lei Municipal Nº 7.507/2017, de 30 de novembro de 2017, e no inciso VI, do artigo 167, da Constituição Federal,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 262.500,00 (Duzentos e sessenta e dois mil e quinhentos reais), para readequação orçamentária das ações abaixo discriminadas, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer (Semcel), a saber:

39 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

39.01 - CULTURA

39.01.13.122.03014.116 - Pagamento dos Servidores da Cultura

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

39.01.506 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 105.000,00

39.04 - ESPORTE E LAZER

39.04.27.122.03014.008 - Pagamento dos Servidores do Esporte e Lazer

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

39.04.560 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 157.500,00

TOTAL R\$ 262.500,00

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta da anulação parcial das dotações orçamentárias das ações abaixo discriminadas, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer (Semcel), a saber:

39 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

39.01 - CULTURA

39.01.13.122.03014.116 - Pagamento dos Servidores da Cultura
3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
39.01.504 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 105.000,00
39.04 - ESPORTE E LAZER
39.04.27.122.03014.008 - Pagamento dos Servidores do Esporte e Lazer
3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
39.04.558 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 157.500,00
TOTAL R\$ 262.500,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 06 de fevereiro de 2018.
UDO WAGNER
Prefeito
em Exercício

DECRETO Nº 11.807/2018

Publicação Nº 1516558

D E C R E T O Nº 11.807/2018

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.507/2017, de 30/11/2017, e Alterações Posteriores, Mediante a Anulação de Despesa da Mesma Categoria de Programação, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no inciso IX, do artigo 6º, da Lei Municipal Nº 7.507/2017, de 30 de novembro de 2017, e no inciso VI, do artigo 167, da Constituição Federal,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 32.871,37 (Trinta e dois mil, oitocentos e setenta e um reais e trinta e sete centavos), para readequação orçamentária da ação abaixo discriminada, constante do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Educação (Semed), a saber:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

08.03 - EDUCAÇÃO INFANTIL

08.03.12.122.03012.128 - Pagamento dos Servidores da Educação Infantil

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

08.03.144 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 32.871,37

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta da anulação parcial da dotação orçamentária da ação abaixo discriminada, constante do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Educação (Semed), a saber:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

08.03 - EDUCAÇÃO INFANTIL

08.03.12.122.03012.128 - Pagamento dos Servidores da Educação Infantil

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

08.03.150 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 32.871,37

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 06 de fevereiro de 2018.
UDO WAGNER
Prefeito
em Exercício

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2018 - ERRATA

Publicação Nº 1517980

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2018

ERRATA

No item 3.2, considerar correto:

A inscrição no Processo Seletivo Público Simplificado deverá ser realizada na Secretaria de Educação, nos dias 08, 09 e 15 fevereiro de 2018, no horário das 8h às 11h e das 13h às 16h. No dia 14 de fevereiro de 2018, no horário das 13h às 16h.

Jaraguá do Sul, 08 de fevereiro de 2018.

ROGÉRIO JUNG

Secretário de Educação

EDITAL TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2018 - COMUNICADO DE ALTERAÇÃO II

Publicação Nº 1517973

EDITAL

TOMADA DE PREÇOS N.º 03/2018

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

COMUNICADO DE ALTERAÇÃO II

O Município de Jaraguá do Sul, através do Secretário de Administração, torna público para conhecimento dos interessados na licitação por Tomada de Preços nº 03/2018 acima, que fica excluído a exigência de placa de obra, contemplada no Anexo V, item 7.6 e item 15.1 alínea "i" do Edital, item 5.4 e item 8.1 alínea "i" do Anexo III – Minuta do contrato; e fica alterado no Anexo VI (Memorial Descrito), a Garantia contra defeitos de fabricação e instalação para 01 (um) ano. O Edital Versão III contendo a alteração e exclusão, será disponibilizado no site www.jaraguadosul.sc.gov.br até o dia 12/02/2018. Sendo assim, e por força do § 4º do art. 21 da Lei Federal n.º 8.666/93, tendo em vista as alterações modificarem a formulação das propostas, esta Administração Pública comunica aos interessados que alterando a data para a entrega e abertura do envelopes, conforme segue:

PRAZO e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: até as 13:30 horas do dia 27 de fevereiro de 2018, no Setor de Protocolo desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Walter Marquardt nº 1.111 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC. ABERTURA dos ENVELOPES: 14:00 horas do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

As demais informações permanecem inalteradas.

Jaraguá do Sul (SC), 08 de fevereiro de 2018.

ARGOS JOSE BURGARDT

Secretário Municipal de Administração

EXTRATO DE TERMOS DE COMPROMISSO DOS ALUNOS BOLSISTAS DO PROJETO INCENTIVANDO TALENTOS/SECEL

Publicação Nº 1516680

EXTRATO DE TERMOS DE COMPROMISSO DOS ALUNOS BOLSISTAS DO PROJETO INCENTIVANDO TALENTOS/SECEL

ORIGEM: Edital de Seleção de Alunos nº 004/2017-SECEL -Programa Incentivando Talentos – Bolsa de Estímulo à Cultura e Portaria nº002/2017/SECEL.

CONCEDENTE: Município de Jaraguá do Sul, por intermédio da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, neste ato representada por sua Secretária Natália Lúcia Petry.

OBJETO:Bolsas de estímulo à cultura nas áreas artístico culturais de acordo com as normas e regras do Edital supracitado e seus anexos.

ALUNOS BOLSISTAS:

Aluno	Área	Entidade	Data de Assinatura
Ida Caroline de Andrade Eichenberger	Música	Centro Cultural Neue Heimat	09/11/2017
Joacir Alves de Souza	Música	Centro Cultural Neue Heimat	13/11/2017
Willian Leonardo Werner	Música	Centro Cultural Neue Heimat	13/11/2017
Adelaide Cabral	Dança	Centro cultural Neue Heimat	13/11/2017
Almir Iunckovski	Dança	Centro Cultural Neue Heimat	09/11/2017
Carlos Brandenburg Gehm	Dança	Centro Cultural Neue Heimat	10/11/2017
Cristian Eduardo Ponstein	Dança	Centro Cultural Neue Heimat	09/11/2017
Estefani Michele Döge Krueger	Dança	Centro Cultural Neue Heimat	10/11/2017
Gabriel Kammer	Dança	Centro Cultural Neue Heimat	09/11/2017
Geovanna Layla Brandenburg	Dança	Centro Cultural Neue Heimat	23/11/2017
Leonice Funk	Dança	Centro Cultural Neue Heimat	09/11/2017
Paulo Pedro Schneider	Dança	Centro Cultural Neue Heimat	13/11/2017
Pedro Henrique da Silva Schneider	Dança	Centro Cultural Neue Heimat	09/11/2017
Rafaela Camille Zanin	Dança	Centro Cultural Neue Heimat	20/11/2017
Suzana Iunckovski	Dança	Centro Cultural Neue Heimat	09/11/2017
Zelia Krüger Iunckovski	Dança	Centro Cultural Neue Heimat	09/11/2017
Yhasmin Beatriz Bonçoli F. De Maria	Dança	Centro Cultural Neue Heimat	09/11/2017
Kamilly Vitória de Oliveira Teixeira	Música	Centro Cultural Neue Heimat	02/02/2018
Maria Inês Kroll Volpi	Artes Plásticas	Centro Cultural Neue Heimat	20/11/2017
Natália dos Santos	Artes Plásticas	Centro Cultural Neue Heimat	09/11/2017
Djenifer Amarilla	Música	Centro Cultural Neue Heimat	17/11/2017
Júlia Camile Brandenburg	Música	Centro Cultural Neue Heimat	23/11/2017
Manoela Vieira Graciano	Música	Centro Cultural Neue Heimat	10/11/2017
Sandra Helena Brandenburg	Música	Centro Cultural Neue Heimat	23/11/2017
Anderson Ponstein	Música	Centro Cultural Neue Heimat	09/11/2017
Bianca Gabrielle Pereira	Música	Centro Cultural Neue Heimat	14/11/2017
Cibele de Paulo Ponstein	Música	Centro Cultural Neue Heimat	09/11/2017
Daniel de Aguiar Júnior	Música	Centro Cultural Neue Heimat	10/11/2017
Dário de Melo	Música	Centro Cultural Neue Heimat	10/11/2017
Junior Jorge Sobrinho	Música	Centro Cultural Neue Heimat	09/11/2017
Leandro Onésio Saes	Música	Centro Cultural Neue Heimat	09/11/2017
Rogério Graciano	Música	Centro Cultural Neue Heimat	10/11/2017
André Carlos Giazsoni	Música	Centro Cultural Neue Heimat	10/11/2017
Bianca Kammer	Música	Centro Cultural Neue Heimat	09/11/2017
Clarice Vieira Graciano	Música	Centro Cultural Neue Heimat	11/11/2017
Débora Alessandra Dias Jorge	Música	Centro Cultural Neue Heimat	09/11/2017
Edson de Paula Pimentel	Música	Centro Cultural Neue Heimat	10/11/2017
Esteffany Gabrielly Zanchin Ferreira	Música	Centro Cultural Neue Heimat	09/11/2017
Gabriela Müller Souza	Música	Centro Cultural Neue Heimat	10/11/2017
Gustavo Müller Keiser	Música	Centro Cultural Neue Heimat	09/11/2017
Gustavo Thierry Maia da Silva	Música	Centro Cultural Neue Heimat	09/11/2017
Hilton Ricardo Valério	Música	Centro Cultural Neue Heimat	22/11/2017
Joyce Gabriely Teixeira dos Santos	Música	Centro Cultural Neue Heimat	23/11/2017
Jucilene Dellagiustina Frare	Música	Centro Cultural Neue Heimat	16/11/2017
Juliana Müller Keiser	Música	Centro Cultural Neue Heimat	09/11/2017
Kaynan de Lima	Música	Centro Cultural Neue Heimat	23/11/2017
Leonardo Wience Nunes de Lima	Música	Centro Cultural Neue Heimat	13/11/2017
Nathan Fuck Alves	Música	Centro Cultural Neue Heimat	23/11/2017

Quérin Marielli Caetano da Silva Rosa	Música	Centro Cultural Neue Heimat	13/11/2017
Roseli Detnerski Ferreira	Música	Centro Cultural Neue Heimat	13/11/2017
Valmir Patricio de Oliveira	Música	Centro Cultural Neue Heimat	09/11/2017
Vandelir Frare	Música	Centro Cultural Neue Heimat	16/11/2017
Willian Bonaçoli Fogaça de Maria	Música	Centro Cultural Neue Heimat	09/11/2017
Willian Douglas Gonçalves Sanches	Música	Centro Cultural Neue Heimat	09/11/2017
Ione Maria de Jesus Gomes	Música	Centro Cultural Neue Heimat	23/11/2017
Iverson Souza Silva	Música	Centro Cultural Neue Heimat	10/11/2017
Jacó Emanuel Formigari	Música	Centro Cultural Neue Heimat	09/11/2017
Maria Edilamar Dalfavo Lima	Música	Centro Cultural Neue Heimat	09/1/2017
Sabrina Faust	Música	Centro Cultural Neue Heimat	13:11:2017
Tamara dos Santos Andrade	Música	Centro Cultural Neue Heimat	23/11/2017
Amanda de Moraes	Dança	Sociedade Cultura Artística -SCAR	09/11/2017
Ana Beatriz Borges Senise	Dança	Sociedade Cultura Artística -SCAR	13/11/2017
Ana Lara de Castro Collaço	Dança	Sociedade Cultura Artística -SCAR	17/11/2017
Anara Maria Sadzinski	Dança	Sociedade Cultura Artística -SCAR	09/11/2017
Beatriz Eduarda Lafin	Dança	Sociedade Cultura Artística -SCAR	09/11/2017
Cibele Fernanda Lafin	Dança	Sociedade Cultura Artística -SCAR	09/11/2017
Djenifer Gabriela de Melo	Dança	Sociedade Cultura Artística -SCAR	09/11/2017
Djília Vitória Carvalho	Dança	Sociedade Cultura Artística -SCAR	14/11/2017
Elena Cristine Rosa Voelz	Dança	Sociedade Cultura Artística -SCAR	09/11/2017
Ellyane Rosa Persch	Dança	Sociedade Cultura Artística -SCAR	14/11/2017
Emily Mendes Gonçalves	Dança	Sociedade Cultura Artística -SCAR	16/11/2017
Emily Suzana Parno Suckow	Dança	Sociedade Cultura Artística -SCAR	09/11/2017
Ester Lizie de Andrade	Dança	Sociedade Cultura Artística -SCAR	23/11/2017
Gabriele Cristina Pinheiro	Dança	Sociedade Cultura Artística -SCAR	23/11/2017
Heloisa Nascimento Wachsmann	Dança	Sociedade Cultura Artística -SCAR	09/11/2017
Heloísa Rosa	Dança	Sociedade Cultura Artística -SCAR	13/11/2017
Isabella Slongo	Dança	Sociedade Cultura Artística -SCAR	09/11/2017
Isabelle Branco Ozório	Dança	Sociedade Cultura Artística -SCAR	09/11/2017
Joana Fagundes Alves	Dança	Sociedade Cultura Artística -SCAR	09/11/2017
Josiane Milbratz	Dança	Sociedade Cultura Artística -SCAR	09/11/2017
Júlia Kiatkowski de Souza	Dança	Sociedade Cultura Artística -SCAR	09/11/2017
Júlia Gianna Buzzi	Dança	Sociedade Cultura Artística -SCAR	10/11/2017
Kauan Elias Rosa Persch	Dança	Sociedade Cultura Artística -SCAR	14/11/2107
Laís Amanda Kammer Raulino	Dança	Sociedade Cultura Artística -SCAR	23/11/2017
Luana Caroline Cristino	Dança	Sociedade Cultura Artística -SCAR	10/11/2017

Luanda Rafaela Martini	Dança	Sociedade Cultura Artística -SCAR	09/11/2017
Letícia Gabriela Okasaki	Dança	Sociedade Cultura Artística -SCAR	21/11/2017
Maria Júlia Dellagiustina Frare	Dança	Sociedade Cultura Artística -SCAR	16/11/2017
Michelle Luísa Fuck Cerrutti	Dança	Sociedade Cultura Artística -SCAR	14/11/2017
Maria Julia Langaro Wille	Dança	Sociedade Cultura Artística -SCAR	09/11/2017
Priscila Kühn	Dança	Sociedade Cultura Artística -SCAR	09/11/2017
Sarah Maria dos Santos	Dança	Sociedade Cultura Artística -SCAR	17/11/2017
Samara Jorge	Dança	Sociedade Cultura Artística -SCAR	09/11/2017
Sibeli Jorge	Dança	Sociedade Cultura Artística -SCAR	09/11/2017
Vitória Lara Oliveira Felix	Dança	Sociedade Cultura Artística -SCAR	10/11/2017
Yanne Cecília de Jesus Gomes	Dança	Sociedade Cultura Artística -SCAR	09/11/2017
Zairah Secco Valério	Dança	Sociedade Cultura Artística -SCAR	22/11/2017
Luiza Flores Chrischon	Dança	Sociedade Cultura Artística -SCAR	23/11/2017
Catherine Marcos Franzner	Dança	Sociedade Cultura Artística -SCAR	16/11/2017
Cristhine Marcos Franzner	Dança	Sociedade Cultura Artística -SCAR	09/11/2017
Erick Branco Ozório	Dança	Sociedade Cultura Artística -SCAR	09/11/2017
Felipe Bonifácio Tonete da Silva	Dança	Sociedade Cultura Artística -SCAR	09/11/2017
Katharine Victória Gomes da Silva	Dança	Sociedade Cultura Artística -SCAR	14/11/2017
Luan Rosa Persch	Dança	Sociedade Cultura Artística -SCAR	14/11/2017
Melissa Nascimento Waschmann	Dança	Sociedade Cultura Artística -SCAR	09/11/2017
Nataniel de Moraes Garcia	Dança	Sociedade Cultura Artística -SCAR	13/11/2017
Nayla Martini Peres	Dança	Sociedade Cultura Artística -SCAR	09/11/2017
Rafaela Fietz Demarchi	Dança	Sociedade Cultura Artística -SCAR	10/11/2017
Aline Eduarda Novaski	Dança	Sociedade Cultura Artística -SCAR	09/11/2017
Ana Luísa Kammer Raulino	Dança	Sociedade Cultura Artística -SCAR	09/11/2017
Julia Caroline Zaffari Ranthunde	Dança	Sociedade Cultura Artística -SCAR	09/11/2017
Karine Fontanive	Dança	Sociedade Cultura Artística -SCAR	14/11/2017
Nathalia Souza Lopes	Dança	Sociedade Cultura Artística -SCAR	09/11/2017
Victória Rafaela Cesar de Nadai Fernandes	Dança	Sociedade Cultura Artística -SCAR	09/11/2017
Anna Carolina Goetzke Venera	Dança	Sociedade Cultura Artística -SCAR	22/11/2017
Bárbara Aparecida de Castro Collaço	Dança	Sociedade Cultura Artística -SCAR	17/11/2017
Bruna Gabrieli Werner	Dança	Sociedade Cultura Artística -SCAR	13/11/2017
Bruna dos Santos Silva	Dança	Sociedade Cultura Artística -SCAR	09/11/2017

Debora Camila Tiburski	Dança	Sociedade Cultura Artística -SCAR	13/11/2017
Dioicemeri Quilante Branco	Dança	Sociedade Cultura Artística -SCAR	09/11/2017
Francine Kienen Padilha	Dança	Sociedade Cultura Artística -SCAR	09/11/2017
Francislei Pacini da Silva	Dança	Sociedade Cultura Artística -SCAR	13/11/2017
Gabriela Helena Zaffari Ranthunde	Dança	Sociedade Cultura Artística -SCAR	09/11/2017
Grasiele de Souza Nogueira	Dança	Sociedade Cultura Artística -SCAR	22/11/2017
Julia Mara Sadzinski	Dança	Sociedade Cultura Artística -SCAR	09/11/2017
Laísa Feler	Dança	Sociedade Cultura Artística -SCAR	21/11/2017
Maria Luiza Schelbauer	Dança	Sociedade Cultura Artística -SCAR	09/11/2017
Mônica de Andrade	Dança	Sociedade Cultura Artística -SCAR	10/11/2017
Raul Victor Carneiro Rodrigues Soares	Dança	Sociedade Cultura Artística -SCAR	23/11/2017
Elisa de Souza Nutini	Teatro	Sociedade Cultura Artística - SCAR	14/11/2017
Heloísa Nogueira Costa	Teatro	Sociedade Cultura Artística - SCAR	22/11/2017
Kaillane Brenda Nogueira de Oliveira	Teatro	Sociedade Cultura Artística - SCAR	09/11/2017
Karina Tonete da Silva	Teatro	Sociedade Cultura Artística - SCAR	09/11/2017
Lucas Emanuel Gireli Cordeiro	Teatro	Sociedade Cultura Artística - SCAR	23/11/2017
Nathan da Costa Macêdo	Teatro	Sociedade Cultura Artística - SCAR	09/11/2017
Sabrina Vieira Müller	Teatro	Sociedade Cultura Artística - SCAR	13/11/2017
Samara Belivaqua Moschetta	Teatro	Sociedade Cultura Artística - SCAR	23/11/2017
Stefany Simermann	Teatro	Sociedade Cultura Artística - SCAR	23/11/2017
Júlia Carolino	Teatro	Sociedade Cultura Artística - SCAR	16/11/2017
Rafaella Camile Pincegher	Teatro	Sociedade Cultura Artística - SCAR	05/02/2018
Danilo Augusto Borges Senise	Teatro	Sociedade Cultura Artística - SCAR	13/11/2017
Emilly Schemberger Miranda Pereira	Teatro	Sociedade Cultura Artística - SCAR	09/11/2017
Felipe Schemberger Miranda Pereira	Teatro	Sociedade Cultura Artística - SCAR	09/11/2017
Jennifer Marenzani	Teatro	Sociedade Cultura Artística - SCAR	09/11/2017
Matheus Hodzinski	Teatro	Sociedade Cultura Artística - SCAR	09/11/2017
Meline Beatriz Germer	Teatro	Sociedade Cultura Artística - SCAR	09/11/2017
Murilo Henrique Borges Senise	Teatro	Sociedade Cultura Artística - SCAR	13/11/2017
Jenifer Mayara Fietz Demarchi	Teatro	Sociedade Cultura Artística - SCAR	01/02/2018
Camila Texeira	Teatro	Sociedade Cultura Artística - SCAR	09/11/2018
Evellyn Luize de Andrade	Teatro	Sociedade Cultura Artística - SCAR	23/11/2017
Fábio Júnior Borges Costa	Teatro	Sociedade Cultura Artística - SCAR	09/11/2017

Jeaneson Marenzani	Teatro	Sociedade Cultura Artística - SCAR	09/11/2017
Guilherme Meireles Gonzales	Teatro	Sociedade Cultura Artística - SCAR	09/11/2017
Júlia Candiani dos Santos	Teatro	Sociedade Cultura Artística - SCAR	10/11/2017
Ketlyn Debora Silva	Teatro	Sociedade Cultura Artística - SCAR	10/11/2017
Vanessa Fuck	Teatro	Sociedade Cultura Artística - SCAR	14/11/2017
Poliana Telles da Silva	Teatro	Sociedade Cultura Artística - SCAR	10/11/2017
Davi Luiz Stein	Música	Sociedade Cultura Artística - SCAR	14/11/2017
Pietro Mendes Gonçalves	Música	Sociedade Cultura Artística - SCAR	16/11/2017
Renan Pedro Rosa Persch	Música	Sociedade Cultura Artística - SCAR	23/11/2017
Victor Hugo Mendes Gonçalves	Música	Sociedade Cultura Artística - SCAR	16/11/2016
Anthony Jaison Wachsmann	Música	Sociedade Cultura Artística - SCAR	09/11/2017
David Guilherme de Jesus Gomes	Música	Sociedade Cultura Artística - SCAR	09/11/2017
Elizabeth da Silva Nascimento Wachsmann	Música	Sociedade Cultura Artística - SCAR	09/11/2017
François Louis	Música	Sociedade Cultura Artística - SCAR	09/11/2017
Isadora de Andrade Eichenberger	Música	Sociedade Cultura Artística - SCAR	23/11/2017
Iuryck Emanuel Bonaçoli Fogaça de Maria	Música	Sociedade Cultura Artística - SCAR	09/11/2017
Rode Keilla Tonete da Silva	Música	Sociedade Cultura Artística - SCAR	09/11/2017
Vinícius Henrique Bonaçoli Fogaça de Maria	Música	Sociedade Cultura Artística - SCAR	09/11/2017
Ana Carolina Tafner	Música	Sociedade Cultura Artística - SCAR	13/11/2017
Ana Luiza Venera da Rosa	Música	Sociedade Cultura Artística - SCAR	09/11/2017
Eduardo Henrique Petça	Música	Sociedade Cultura Artística - SCAR	23/11/2017
Gabriel Lucas Feder	Música	Sociedade Cultura Artística - SCAR	23/11/2017
Isabela de Andrade Eichenberger	Música	Sociedade Cultura Artística - SCAR	23/11/2017
Isis Caroline de Andrade Eichenberger	Música	Sociedade Cultura Artística - SCAR	09/11/2017
João Victor Dellagiustina Frare	Música	Sociedade Cultura Artística - SCAR	16/11/2017
Letícia Luana de Souza	Música	Sociedade Cultura Artística - SCAR	23/11/2017
Marcio Henrique Vieira Müller	Música	Sociedade Cultura Artística - SCAR	13/11/2017
Maria Emília Venera da Rosa	Música	Sociedade Cultura Artística - SCAR	23/11/2017
Ketlin Talmah Moreira Nascimento Teixeira	Música	Sociedade Cultura Artística - SCAR	09/11/2017
Lara Sena Moreira	Música	Sociedade Cultura Artística - SCAR	23/11/2017
Lindamara dos Santos Bonaçoli	Música	Sociedade Cultura Artística - SCAR	09/11/2017
Vitória Noemi Müller Souza	Música	Sociedade Cultura Artística - SCAR	23/11/2017
Melissa Sabina Maia da Silva	Música	Sociedade Cultura Artística - SCAR	09/11/2017

Agatha Rebelatto da Silva	Artes Plásticas	Sociedade Cultura Artística - SCAR	13/11/2017
Alícia Schiochet e Souza	Artes Plásticas	Sociedade Cultura Artística - SCAR	23/11/2017
Eduarda Jacobi da Silva	Artes Plásticas	Sociedade Cultura Artística - SCAR	17/11/2017
Eliane Jungton de Melo	Artes Plásticas	Sociedade Cultura Artística - SCAR	10/11/2017
Gilciane de Oliveira Rosa	Artes Plásticas	Sociedade Cultura Artística - SCAR	09/11/2017
João Victor Gireli Corneiro	Artes Plásticas	Sociedade Cultura Artística - SCAR	23/11/2017
Lais Schiochet e Souza	Artes Plásticas	Sociedade Cultura Artística - SCAR	23/11/2017
Luíza Alfien Bento	Artes Plásticas	Sociedade Cultura Artística - SCAR	10/11/2017
Marcilene Duranhães Francisco	Artes Plásticas	Sociedade Cultura Artística - SCAR	10/11/2017
Natália Bonatti Benner	Artes Plásticas	Sociedade Cultura Artística - SCAR	13/11/2017
Rhauana Victory Carneiro Cruz	Artes Plásticas	Sociedade Cultura Artística - SCAR	23/11/2017
Thasila Tenório Kanzler	Artes Plásticas	Sociedade Cultura Artística - SCAR	09/11/2017

VIGÊNCIA: De 05/02 à 22/12/2018

FORO: Jaraguá do Sul

Natália Lúcia Petry

Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

EXTRATO DO CONTRATO Nº 48/2018

Publicação Nº 1518030

EXTRATO DO CONTRATO Nº 48/2018

PROCESSO: DISPENSA Nº 007/2018

FUNDAMENTO: Artigo 24, inciso IV da Lei Federal Nº 8.666/93 e alterações posteriores

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADA: AUTO VIAÇÃO LUX TUR LTDA ME.

OBJETO: Contratação emergencial de 1 (um) veículo com capacidade para transportar no mínimo 45 (quarenta e cinco) passageiros sentados, (incluindo o motorista), no período matutino e vespertino, destinado para transporte escolar na EMEB SANTO ESTEVÃO, LINHA: SÃO PEDRO, neste município.

DO PRAZO: O prazo de execução desta contratação inicia 07/02/2018 e se estenderá por até 60 (sessenta) dias letivos, podendo ser rescindido a qualquer momento, após homologação do novo processo licitatório. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 30 (trinta) dias.

DO VALOR: O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA a importância de R\$ 689,00 (seiscentos e oitenta e nove reais) por dia de transporte realizado, perfazendo o total de R\$ 41.340,00 (quarenta e um mil trezentos e quarenta reais) pela totalidade da contratação.

PAGAMENTO: Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias do mês subsequente ao serviço realizado, mediante apresentação de nota fiscal à Secretaria Municipal de Educação.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS - A despesa proveniente da execução do objeto desta Dispensa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária de 2018, a saber:

Classif.Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
12.361.0350.2.110.3.3.90	Transportar alunos da rede estadual e municipal	3.3.90 – Aplicações Diretas	131	Salário Educação

DATA DA ASSINATURA: 06/02/2018

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul - SC

SIGNATÁRIOS: Argos Jose Burgardt e Valdir Lux

Argos Jose Burgardt

Secretario Municipal de Administração

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 439/2017 AO CONTRATO Nº 216/2017

Publicação Nº 1516953

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 439/2017 AO CONTRATO Nº 216/2017

PROCESSO: CONCORRÊNCIA Nº 121/2016.

FUNDAMENTO: artigo 65, §1º da Lei 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: FOTOSENSORES TECNOLOGIA ELETRÔNICA LTDA

DO OBJETO: Este contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fiscalização automática de trânsito e monitoramento estatístico, através de equipamentos e sistemas eletrônicos no Município de Jaraguá do Sul/SC, em conformidade com os Estudos Técnicos, Projeto Básico, Planilha Orçamentária/Quantitativa e Minuta de Contrato que são partes integrantes do edital de Concorrência N.º 121/2016.

DO ACRÉSCIMO: Com fundamento no artigo 65, §1º da Lei 8.666/93, fica acrescido, no item nº 02 - Equipamento/Sistema de Fiscalização Múltiplo 07 (sete) faixas em semáforos já existentes, em dois locais, conforme segue: 04 (quatro) faixas no cruzamento da Rua Epitácio Pessoa x Ponte Maria Grubba, a partir de 04/10/2017 com término em 03/07/2021, perfazendo 43 (quarenta e três) meses de prestação de serviços; 03 (três) faixas no cruzamento da José Theodoro Ribeiro esquina Rua Carlos Oeschler, a partir de 04/12/2017 com término em 03/07/2021, perfazendo em 45 (quarenta e cinco) meses de prestação de serviços. Em consequência dos acréscimos acima, o contrato original passa a contar com 98 (noventa e oito) faixas do item nº 02 - Equipamento/Sistema de Fiscalização Múltiplo – Radar Semáforo e Excesso de Velocidade com identificador automático de placas de veículos – OCR/LAP e vídeo monitoramento, conforme demonstrativo abaixo:

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unit. / Mês	Valor Total/Mês
01	Equipamento/Sistema de Fiscalização de Excesso de Velocidade – Radar Tipo Fixo, com sensor de medição de velocidade não intrusivo ao pavimento, com Display (Lombada Eletrônica) com identificador automático de placas de veículos – OCR/LAP e vídeo monitoramento.	55 faixas	3.315,20	182.336,00
02	Equipamento/Sistema de Fiscalização Múltiplo – Radar Semáforo e Excesso de Velocidade com identificador automático de placas de veículos – OCR/LAP e vídeo monitoramento.	98 faixas	2.718,76	266.438,48
03	Central de Processamento e Gerenciamento WEB	01 unidade	7.221,78	7.221,78

DO VALOR: Considerando o valor pactuado no item 5.1 da cláusula quinta do contrato original, fica acrescido o valor de R\$ 840.096,84 (oitocentos e quarenta mil noventa e seis reais e oitenta e quatro centavos). Em consequência do acréscimo acima corresponde a 4,00% (quatro por cento) de acréscimo em relação ao valor do contrato original; O valor de R\$ 40.781,40 (quarenta mil setecentos e oitenta e um reais e quarenta centavos) será pago com orçamento do exercício de 2017, o valor remanescente de R\$ 799.315,44 (setecentos e noventa e nove mil trezentos e quinze reais e quarenta e quatro centavos) correrá por conta dos exercícios posteriores. Em razão dos acréscimos supracitados o valor global total para os serviços passa de R\$ 20.974.317,12 (vinte milhões novecentos e setenta e quatro mil trezentos e dezessete reais e doze centavos) para R\$ 21.814.413,96 (vinte e um milhões, oitocentos e quatorze mil quatrocentos e treze reais e noventa e seis centavos) para o período de 48 (quarenta e oito) meses.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes da execução do objeto do presente termo aditivo, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021, a saber:

Classif. Funcional Programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
33.02.15.452.0424.2.259	Manutenção e terceirização das atividades de segurança	3.3.90 – Aplicações Diretas	228	070
33.02.15.452.0424.2.259	Manutenção e terceirização das atividades de segurança	3.3.90 – Aplicações Diretas	Exercício de 2018	070
33.02.15.452.0424.2.259	Manutenção e terceirização das atividades de segurança	3.3.90 – Aplicações Diretas	Exercício 2019	070
33.02.15.452.0424.2.259	Manutenção e terceirização das atividades de segurança	3.3.90 – Aplicações Diretas	Exercício 2020	070
33.02.15.452.0424.2.259	Manutenção e terceirização das atividades de segurança	3.3.90 – Aplicações Diretas	Exercício 2021	070

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 20/11/2017.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli e Júlio Antônio Marcelo Boffa.

Antídio Aleixo Lunelli
Prefeito Municipal

FUJAMA - PORTARIA Nº 01/2018.

Publicação Nº 1516526

PORTARIANº 01/2018.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO JARAGUAENSE DE MEIO AMBIENTE - FUJAMA, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no inciso VIII, do artigo 5º, da Lei Complementar Nº 41/2005, de 28/09/2005,

RESOLVE :

Art. 1º - INSTAURAR PROCESSO ADMINISTRATIVO para fins de reconhecer o interesse da Fundação Jaraguense de Meio Ambiente em preencher uma vaga do cargo de Fiscal Ambiental criado por meio da Lei Complementar nº 198/2017, de 19 de Julho de 2017, através do instituto da Redistribuição previsto nos artigos nº 48, 49 e 50 da Lei Complementar nº 154, de 03 de novembro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 08 de Fevereiro de 2018.

NORMANDO ZITTA JUNIOR

Presidente da Fujama

ORDEM DE PARALISAÇÃO – Nº 01/2018

Publicação Nº 1516934

ORDEM DE PARALISAÇÃO – Nº 01/2018

Determinamos por meio desta, a empresa FORTE ROCHA CONSTRUTORA LTDA ME, a paralisação dos serviços referentes a contratação de serviços de engenharia com fornecimento de materiais e mão de obra para pintura predial do CAM – Centro Administrativo Municipal de Jaraguá do Sul, situado à Rua Walter Marquardt, 1111, Bairro Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC, objeto do Edital de Tomada de Preços nº 156/2017, e formalizada pelo Contrato nº 494/2017, a partir da do dia 08/02/2018, por prazo indeterminado, até que a empresa se manifeste e regularize a situação conforme as notificações de ordem técnica, entregues nas quais o município exige o cumprimento total das obrigações contratuais e legais, sob pena das penalidades previstas.

Jaraguá do Sul, 08 de fevereiro de 2018.

RONIS ROBERTO BOSSE

Engenheiro Civil – Fiscal Designado

Recebi em, ____/____/____

FORTE ROCHA CONSTRUTORA LTDA ME
CNPJ/MF 20985955/0001-52

OBS:- Será lavrada em 3 (três) vias: a) Fiscalização; b) Empreiteira ou Contratado; c) Arquivo no Setor responsável pelas obras;
- REINÍCIO DOS SERVIÇOS deverá ser também autorizado, expressamente pelo contratante.

PORTARIA Nº 022/2018

Publicação Nº 1516561

PORTARIANº 022/2018

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e nos termos do artigo 22, da Lei

Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 169/2015, de 20/10/2015, e 211/2017, de 20/12/2017, e do parágrafo único, do artigo 45, da Lei Complementar Municipal Nº 186/2016, de 26/12/2016, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 195/2017, de 31/05/2017, 199/2017, de 26/07/2017, 205/2017, de 07/12/2017, e 208/2017, de 15/12/2017; e

CONSIDERANDO que a lotação dos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo, no âmbito da Administração Direta e Indireta, será determinada, observada a necessidade de pessoal e a qualificação, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 013/2018/Semad/DGP, de 31/01/2018, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 1º/02/2018, a servidora pública municipal ANALORES FROHLICH JAHN, matrícula 9690, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, para exercer suas funções na Secretaria Municipal da Administração.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/02/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 06 de fevereiro de 2018.

UDO WAGNER

Prefeito

em Exercício

PORTARIA Nº 023/2018

Publicação Nº 1516940

PORTARIANº 023/2018

Instaura Processo Administrativo Disciplinar em Face de JORGE EDUARDO OPPERMANN.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do artigo 71, da Lei Orgânica Municipal, e artigo 202, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014; e

CONSIDERANDO o conteúdo constante no Ofício Nº 968/2017/Semsa, datado de 28/09/2017, firmado pelo Sr. Jonas Germano Schmidt, Secretário Municipal de Saúde, no qual solicita a abertura de procedimento administrativo em face do servidor Jorge Eduardo Oppermann;

CONSIDERANDO o conteúdo constante no Check List - Instaura Procedimento Administrativo, preenchido e encaminhado pela Sra. Niura Sandra Demarchi dos Santos, Diretora de Saúde, relatando que recebeu denúncia através da Ouvidoria do SUS Nº 2306677, de que o servidor referiu-se de modo depreciativo ou desrespeitoso à cidadã e às autoridades públicas no recinto da repartição;

CONSIDERANDO o conteúdo constante no Espelho de Demanda, atendimento Nº 2306677, datado de 14/08/2017, onde cidadão relata "que o médico que atendeu sua mãe no Pama I foi extremamente grosseiro e quando foi prescrever a medicação, lhe disse que somente ia fazer a receita de um dos medicamentos e que se ela quisesse os outros, que procurasse o Gabinete do Prefeito, já que foram vocês que elegeram este desgraçado";

CONSIDERANDO o conteúdo constante no documento denominado "Registro de Conduta", subscrito pelos Srs. Joana Moreira Oreano, Enfermeira do Pama I, e Jorge Eduardo Oppermann, Clínico Geral do Pama I, onde relatam que o médico possui tom de voz alto o que pode parecer grosseiro, porém a intenção do médico foi informar que os médicos da rede pública não estão autorizados a transcrever a prescrição médica de consulta particular ou convênio. Informam também, que a medicação de uso contínuo deve ser transcrita em consulta médica clínica e não no atendimento de urgência oferecido no Pama. Finalizam lamentando o ocorrido;

CONSIDERANDO o conteúdo da solicitação da Controladoria-Geral do Município, através do Ofício Nº 1639/2017/Cogem, onde solicita que a Secretaria realize contato com o denunciante para que este se identifique, a fim de possibilitar a instrução processual;
CONSIDERANDO o conteúdo disposto no Ofício Nº 1148/2017/Semsa, no qual apresenta e-mail da Ouvidoria do SUS no qual o denunciante autoriza sua identificação e se coloca à disposição a depor contra o médico quando solicitado;

CONSIDERANDO os indícios de infração praticadas no exercício de suas atribuições, pelo servidor público municipal Jorge Eduardo Oppermann, o qual, em tese, infringiu o disposto nos incisos I, V e XV, do artigo 173, do Capítulo I - Dos Deveres, do Título IV - Do Regime Disciplinar, constantes da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Jaraguá do Sul, pertencentes à Administração Direta, às Autarquias e às Fundações Públicas;
CONSIDERANDO os indícios de infração praticadas no exercício de suas atribuições, pelo servidor público municipal Jorge Eduardo Oppermann, o qual, em tese, infringiu o disposto no inciso V, do artigo 174, do Capítulo II - Das Proibições, do Título IV - Do Regime Disciplinar, constantes da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Jaraguá do Sul, pertencentes à Administração Direta, às Autarquias e às Fundações Públicas;
CONSIDERANDO o disposto no artigo 209, do Capítulo IV - Do Processo Disciplinar, do Título V - Do Processo Administrativo, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014;
CONSIDERANDO a existência de Comissões Permanentes de Processos Administrativos Disciplinares para a tutela dos princípios da Administração Pública;
CONSIDERANDO a relevância da presente matéria para a Administração Pública Municipal;

RESOLVE :

Art.1º Instaurar o Processo Administrativo Disciplinar Nº 001/2018, em face do servidor JORGE EDUARDO OPPERMANN, devendo os trabalhos serem conduzidos pela QUARTA COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, composta pelas servidoras públicas municipais BRUNA RAULINO POMMERENING, matrícula 10306-3, ocupante do cargo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal da Administração; ALICE EFFTING, matrícula 10722-0, ocupante do cargo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal da Administração; e JOSIANE TROCATTI, matrícula 7278-8, ocupante do cargo de Fiscal Ambiental, lotada no Gabinete do Prefeito, para, sob a presidência da primeira, apurar os indícios de descumprimento das responsabilidades funcionais do servidor público municipal Jorge Eduardo Oppermann, matrícula 7823-9, ocupante do cargo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, em virtude dos fatos anteriormente relatados e, caso devidamente apurados e comprovados, configuram, em tese, infração ao disposto nos incisos I, V e XV, do artigo 173, e inciso V, do artigo 174, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, e suas alterações.

Parágrafo único. Quaisquer atos e fatos conexos que emergirem no curso dos trabalhos deverão ser devidamente apurados,

comprovados e fundamentados pela Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, devendo os mesmos serem consignados no momento da indicição.

Art.2º Publicada a presente Portaria, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar deverá, imediatamente, encaminhar cópia do documento comprobatório da publicação à Controladoria-Geral do Município e à Diretoria de Gestão de Pessoas, para tomada das providências cabíveis.

Parágrafo único. Por ocasião do comunicado à Diretoria de Gestão de Pessoas, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar solicitará a cópia da ficha funcional do servidor, seus assentamentos funcionais e sua avaliação de desempenho, se for o caso e assim entender necessário.

Art.3º A Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, ato contínuo, solicitará à Controladoria-Geral do Município a disponibilidade dos documentos que fundamentam a instauração do feito.

Parágrafo único. Os autos do Processo de Sindicância Administrativa, quando houverem, deverão integrar o Processo Administrativo Disciplinar.

Art.4º Recebida e analisada a documentação concernente ao fato objeto do Processo, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar providenciará a notificação do servidor para, querendo, apresentar defesa inicial no prazo de 10 (dez) dias consecutivos, bem como indicar provas, inclusive rol de testemunhas até o máximo de 05 (cinco), assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. A notificação do servidor investigado deverá se dar de forma pessoal ou por edital nos casos previstos na legislação vigente.

Art.5º Em fase instrutória, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar promoverá a oitiva das testemunhas arroladas, a compilação de provas, a promoção de perícia técnica, acareação e a juntada dos demais elementos que julgar necessários e convenientes para a apuração dos fatos imputados ao servidor.

§1º Todos os termos afetos ao Processo deverão ser lavrados pelo(a) Secretário(a) da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, observada a sua forma processual e resumida.

§2º A juntada de qualquer documento aos autos será feita por ordem cronológica de apresentação, devendo o(a) Secretário(a) da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar numerar e rubricar todas as folhas do Processo.

§3º A juntada de qualquer documento aos autos deverá ser antecedida de indicação da data de juntada e da indicação do documento a que se refere.

§4º As reuniões da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar deverão ser registradas em ata.

§5º Todos os atos, documentos e termos do Processo deverão ser mantidos em 02 (duas) vias ou reproduzidos em cópia para a formação dos autos suplementares.

Art.6º Em fase instrutória, após a oitiva das testemunhas arroladas, será promovido o depoimento do investigado e, sequencialmente, a indicição do servidor em termo próprio.

Art.7º Promovida a indicição do servidor investigado, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar promoverá a abertura de prazo para apresentação de Alegações Finais,

intimando o servidor ou seu representante legal para que assim proceda no prazo de 10 (dez) dias.

Art.8º Devidamente concluídas as fases de instauração e instrução, procedida a adequada indicição do servidor e apresentadas as Alegações Finais, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar deverá emitir Relatório Final.

Art.9º O Relatório Final, emitido pela Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, deverá conter a indicação dos seguintes itens:

I - da instauração do Processo Administrativo Disciplinar;

II - da instalação dos trabalhos;

III - dos apontamentos constantes da Defesa Prévia;

IV - do conteúdo constante da instrução processual;

V - da indicição;

VI - dos apontamentos constantes das Alegações Finais;

VII - da Conclusão;

VIII - das Recomendações; e

IX - do encaminhamento à autoridade instauradora.

Parágrafo único. A Conclusão deverá conter, expressamente, o nome do(a) servidor(a) indiciado(a), sua qualificação, a unidade administrativa de lotação e de exercício, a descrição e fundamentação da(s) infração(ões) incorrida(s), bem como a aplicação da penalidade sugerida.

Art.10. Para imputação das penalidades, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar deverá considerar a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes e/ou atenuantes e os antecedentes funcionais do servidor.

Art.11. Emitido o Relatório Final, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar deverá encaminhar o conteúdo diretamente à autoridade instauradora para a emissão de Decisão Administrativa, comunicando o procedimento de conclusão à Controladoria-Geral do Município para a efetivação de outras providências necessárias.

Art.12. A Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar terá o prazo de 90 (noventa) dias para conclusão dos trabalhos, a contar da sua publicação, podendo ser prorrogado, mediante justificativa, sem prejuízo dos trabalhos habituais.

Art.13. Promovida a Decisão Administrativa, para aplicação da pena, deverá ser considerado o seguinte:

I - a advertência deverá ser aplicada por escrito, em casos de violação de proibição constante do artigo 174, incisos I a XIII, e da inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamento e demais normas internas, devendo sua formalização ser procedida pela chefia imediata ou autoridade superior, conforme disposto no artigo 183, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014;

II - a suspensão deverá ser aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita à penalidade de demissão, não podendo exceder a 30 (trinta) dias, conforme disposto no artigo 184, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, ressalvado o disposto no parágrafo único do mesmo dispositivo legal;

III - a demissão deverá ser aplicada nos casos relacionados nos incisos I a VIII, do artigo 186, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014;

IV - não deverão ser consideradas para efeito de reincidência as penalidades de advertência e de suspensão após o decurso de 03 (três) e 05 (cinco) anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar;

V - a demissão ou a destituição de cargo em comissão ou função de confiança, por infringência aos incisos XV e XVII, do artigo 174, incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público municipal, pelo prazo de 05 (cinco) anos, em conformidade com o disposto no artigo 189, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014.

Art.14. As despesas decorrentes da execução da presente Portaria correrão por conta de dotação própria do Orçamento vigente.

Art.15. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 06 de fevereiro de 2018.

UDO WAGNER
Prefeito
em Exercício

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2018

Publicação Nº 1518022

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2018
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

OBJETO: Contratação emergencial de 1 (um) veículo com capacidade para transportar no mínimo 45 (quarenta e cinco) passageiros sentados, (incluindo o motorista), no período matutino e vespertino, destinado para transporte escolar na EMEB SANTO ESTEVÃO, LINHA: SÃO PEDRO.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, inciso IV da Lei Federal Nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: AUTO VIAÇÃO LUXTUR LTDA ME.

Rua Padre Horácio, 274 – Bairro Vila Lenzi – Jaraguá do Sul SC

CNPJ: 80.945.454/0001-74

VALOR: O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA a importância de R\$ 689,00 (seiscentos e oitenta e nove reais) por dia de transporte realizado, perfazendo o total de R\$ 41.340,00 (quarenta e um mil trezentos e quarenta reais) pela totalidade da contratação.

PAGAMENTO: Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias do mês subsequente ao serviço realizado, mediante apresentação de nota fiscal à Secretaria Municipal de Educação.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A despesa proveniente da execução do objeto desta Dispensa correrá por conta da seguinte dotação

orçamentária de 2018, a saber:

Classif.Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamen- tária	Recurso
12.361.0350.2.110.3.3.90	Transportar alunos da rede estadual e municipal	3.3.90 – Aplicações Diretas	131	Salário Educação

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução desta contratação inicia 07/02/2018 e se estenderá por até 60 (sessenta) dias letivos, podendo ser rescindido a qualquer momento, após homologação do novo processo licitatório. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 30 (trinta) dias.

Jaraguá do Sul (SC), 06 de fevereiro de 2018.

Udo Wagner

Prefeito Municipal em exercício

Douglas Antonio Conceição

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Decreto nº 11.800/2018

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 167/2017

Publicação Nº 1516567

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 167/2017

A Pregoeira, designada pelo Decreto nº 11.334/2017, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 167/2017, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, que teve como objeto à aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, destinados aos Centros Municipais de Educação Infantil e/ou Escolas Municipais de Ensino Fundamental e Entidades no município de Jaraguá do Sul – SC, teve o seguinte resultado:

Item	Proponente vencedora	Quant.	Unid.	Descrições dos produtos	Valor unitário do item (R\$)
01	FRONTAL DIST. EIRELI EPP	4.476	Kg	Achocolatado em pó, instantâneo, enriquecido com vitaminas e/ou nutrientes essenciais, contendo cacau em pó lecitinado. Embalagem primária de até 01 kg cada. Prazo de validade mínimo de 08 meses.	10,44
02	FRONTAL DIST. EIRELI EPP	618	Kg	Açúcar mascavo, obtido da concentração do caldo de cana natural, em cujo processo de produção não tenham sido realizados clarificação e branqueamento. Embalagem plástica de até 01 kg cada, validade mínimo de 10 meses.	11,29
03	COMERCIAL THOMEK LTDA EPP	12.600	Kg	Açúcar refinado, embalagem plástica de até 05 kg (para efeitos de entrega em Unidades Escolares em que a quantidade não seja um valor múltiplo de 5 kg, será necessário efetuar complementação da entrega em embalagem de 01 kg), 1ª qualidade, prazo de validade mínimo de 10 meses. OBS: não será aceito açúcar tipo: moído, cristal ou extra-fino).	2,44
04	COMERCIAL THOMEK LTDA EPP	1.689	Kg	Amido de milho, embalagem de até 01 kg, própria para alimentos, prazo de validade mínimo de 10 meses.	6,05
05	FRONTAL DIST. EIRELI EPP	315	Kg	Aveia, em flocos finos, 100% integral e natural, resultante da moagem de grãos de aveia. Sem adição de açúcar. Embalagem de até 01 kg cada. Validade mínima de 06 meses.	8,75
06	RFM SCHERER LTDA EPP	980	Kg	Biscoito tipo araruta, sem glúten, embalagem plástica de até 01 kg, prazo de validade mínimo de 04 meses.	20,05
07	RFM SCHERER LTDA EPP	1.460	Kg	Biscoito tipo fubá sem glúten, embalagem plástica de até 01 kg, prazo de validade mínimo de 04 meses.	20,7
08	FRONTAL DIST. EIRELI EPP	1.845	Kg	Biscoito Doce, tipo maisena, embalagem plástica de até 1 kg, com pacotes protetores internos, validade mínima de 08 meses.	8,95
09	FRONTAL DIST. EIRELI EPP	2.072	Kg	Biscoito Doce tipo Maria, embalagem plástica de até 1 kg, com pacotes protetores internos, validade mínima de 08 meses.	8,82

10	FRONTAL DIST. EIRELI EPP	2.735	Kg	Biscoito Salgado, tipo Cream Craker, embalagem plástica de até 01 kg, com protetores internos, prazo de validade mínimo de 08 meses.	9,8
11	COMERCIAL THOMEK LTDA EPP	516	Kg	Café, extra forte ou super forte, torrado, moído, alto vácuo, com selo de pureza ABIC, embalagem de 500 gr. validade mínima de 12 meses.	18,24
12	COMERCIAL THOMEK LTDA EPP	325	Kg	Cereal de arroz, produto à base de arroz pré-cozido, enriquecido com vitaminas e ferro, instantâneo. Embalagem de até 01 kg. Validade mínima de 06 meses. Com Registro no MAPA.	25,99
13	COMERCIAL THOMEK LTDA EPP	440	Kg	Cereal a base de farinha de trigo e leite em pó (farinha Láctea), adicionado de vitaminas e sais minerais, instantâneo. Embalagem de até 01 kg. Validade mínima de 06 meses. Com Registro no MAPA.	25,94
14	COMERCIAL THOMEK LTDA EPP	390	Kg	Cereal a base de trigo, cevada e aveia, em flocos, instantâneo. Embalagem de até 01 kg. Validade mínima de 06 meses. Com Registro no MAPA.	29,98
15	COMERCIAL THOMEK LTDA EPP	335	Kg	Cereal de milho, produto à base de milho pré-cozido, enriquecido com vitaminas e sais minerais, instantâneo. Embalagem de até 01 kg por unidade. Validade mínima de 06 meses. Com Registro no MAPA.	26,94
16	COMERCIAL THOMEK LTDA EPP	3.575	Kg	Cereal de milho, formato de esferas de 0,5 à 1cm de diâmetro, sabor chocolate, enriquecido com vitaminas e sais minerais. Embalagem de até 02 kg. Validade mínima de 06 meses.	15,49
17	COMERCIAL THOMEK LTDA EPP	348	Kg	Doce de fruta cremoso, embalagem em pote plástico de até 500gr, c/ tampa e lacre de proteção. Sabores para entrega: doce de Banana e doce de Morango (50% de cada sabor da quantidade total à entregar). Validade mínima de 06 meses.	7,67
18	COMERCIAL THOMEK LTDA EPP	383	Kg	Doce de Leite em pasta, embalagem em pote plástico de até 500gr, com tampa e lacre de proteção, validade mínima de 06 meses.	11,64
19	COMERCIAL THOMEK LTDA EPP	1.806	Kg	Extrato de tomate concentrado, contendo os ingredientes: tomate, açúcar e sal; embalagem íntegra (sem sinais de ferrugem, pontos danificados ou amassados), tipo lata, com tampa abre fácil, à vácuo, sem conservantes, de até 500 gramas por unidade. Prazo de validade mínimo de 12 meses.	13,32
20	COMERCIAL THOMEK LTDA EPP	2.010	Kg	Farinha de mandioca subgrupo: fina ou extra-fina, tipo 1, classe branca, com embalagem plástica de 01 kg, 1ª qualidade, validade mínima de 6 meses.	5,14
21	FRONTAL DIST. EIRELI EPP	1.411	Kg	Farinha de milho tipo biju, amarela, com embalagem plástica de até 1 kg por unidade. Prazo de validade mínima de 6 meses.	5,2
22	FRONTAL DIST. EIRELI EPP	5.303	Kg	Farinha de milho em flocos (flocos de milho pré-cozidos), com embalagem de até 1 kg, prazo de validade mínimo de 6 meses.	3,14
23	FRONTAL DIST. EIRELI EPP	6.780	Kg	Farinha de trigo especial, tipo 1, embalagem plástica de até 05 kg (para efeitos de entrega em Unidades Escolares em que a quantidade não seja um valor múltiplo de 5 kg, será necessário efetuar complementação da entrega em embalagem de 01 kg), 1ª qualidade, validade mínima de 04 meses.	2,2
24	COMERCIAL THOMEK LTDA EPP	155	Kg	Farinha de trigo para quibe, com embalagem de até 500 gr, própria para alimentos, validade mínima de 04 meses.	8,15
25	FRONTAL DIST. EIRELI EPP	8.880	Kg	Feijão preto tipo 1, grupo anão, embalagem plástica de 01 kg, umidade máxima de 17%, prazo de validade mínima de 04 meses.	5,39
26	COMERCIAL THOMEK LTDA EPP	2.880	Kg	Feijão Vermelho tipo 1, classe cores, embalagem plástica de 01 kg, umidade máxima de 15%, prazo de validade mínima de 04 meses.	6,82
27	COMERCIAL THOMEK LTDA EPP	95	Kg	Fermento biológico, seco, instantâneo, embalado à vácuo, 125 gr c/ validade mínima de 01 ano.	31,95

28	COMERCIAL THOMEK LTDA EPP	164	Kg	Fermento químico, embalagem em lata ou pote plástico, própria para alimentos, de até 250 g, à base de amido de milho ou fécula de mandioca, bicarbonato de sódio, fosfato monocalcico e carbonato de cálcio, validade mínima de 8 meses.	22,65
29	COMERCIAL THOMEK LTDA EPP	3.070	Kg	Leite em pó Integral Instantâneo, embalagem em pacote aluminizado ou sachê de até 01 kg, com registro no Ministério da Agricultura, contendo no mínimo 25% de proteína e 26% de lipídios, em conformidade com a instrução normativa nº 11 de 09/09/99 do Ministério da Agricultura e Abastecimento. Validade mínima de 09 meses.	22,89
30	FRONTAL DIST. EIRELI EPP	62.684	L	Leite esterilizado integral, caixa de 01 litro, embalagem Tetra brik c/ registro no Ministério da Agricultura e Abastecimento. Prazo de validade mínimo de 03 meses.	2,35
31	FRONTAL DIST. EIRELI EPP	9.660	Kg	Leite esterilizado integral, caixa de 01 litro, embalagem Tetra brik c/ registro no Ministério da Agricultura e Abastecimento. Prazo de validade mínimo de 03 meses.	2,35
32	COMERCIAL THOMEK LTDA EPP	1.421	Kg	Lentilha, tipo 1, classe misturada, embalagem plástica de até 01 kg, umidade máxima de 15%, prazo de validade mínima de 06 meses.	14,5
33	FRONTAL DIST. EIRELI EPP	1.160	Kg	Macarrão aletria, classe fio de cabelo de anjo, com ovos, embalagem plástica de 500 gr a 01 kg, validade mínima de 10 meses.	7,39
34	FRONTAL DIST. EIRELI EPP	3.835	Kg	Macarrão tipo espagete com ovos, embalagem plástica de 500 gr a 01 kg. Validade mínima de 10 meses.	5,93
35	FRONTAL DIST. EIRELI EPP	555	Kg	Macarrão tipo Ninhos Largos, com ovos, com embalagem plástica de 500 gr a 1 kg, validade mínima de 10 meses.	7,09
36	FRONTAL DIST. EIRELI EPP	3.088	Kg	Macarrão tipo Parafuso Integral, embalagem plástica de 500 g a 01 kg. Validade mínima de 10 meses.	7,2
37	FRONTAL DIST. EIRELI EPP	529	Kg	Mistura em pó para preparo de pão integral, à base de farinha de trigo tipo 1, farinha de trigo integral e fibra de trigo, com embalagem de até 01 kg, validade mínima de 04 meses.	4,85
38	COMERCIAL THOMEK LTDA EPP	5.659	L	Óleo de soja refinado com embalagem plástica (PET) de até 1 litro, validade mínima de 08 meses.	3,99
39	FRONTAL DIST. EIRELI EPP	700	Kg	Polvilho azedo, embalagem plástica de até 1 kg, validade mínima de 12 meses.	8,35
40	FRONTAL DIST. EIRELI EPP	163	Kg	Proteína texturizada de soja, média, escura, granulada, contendo corante natural de caramelo, SEM ADIÇÃO DE SABOR, embalagem plástica de até 500 g, própria para alimentos, validade mínima de 6 meses.	18,71
41	RFM SCHERER LTDA EPP	1.823	Kg	Rosquinha de polvilho, à base de polvilho de mandioca, ovos, sal, óleo vegetal ou gordura vegetal, contendo no máximo 500 mg de sódio em 100gr do produto, embalagem plástica de até 500 gr, própria para alimentos, validade mínima de 03 meses, diâmetro por unidade entre 5 e 8cm. Registro no órgão competente.	28,9
42	FRONTAL DIST. EIRELI EPP	1.630	Kg	Sagu de mandioca, grupo tapioca, tipo 1, classe: pérola, com embalagem plástica de 500g. Validade mínima de 12 meses.	8,55
43	COMERCIAL THOMEK LTDA EPP	4.254	Kg	Sal refinado iodado, com embalagem plástica de 01 kg. Validade mínima de 12 meses.	1,29
44	COMERCIAL THOMEK LTDA EPP	1.479	L	Vinagre de álcool, embalagem plástica de até 01 litro. Prazo de validade mínimo de 12 meses.	1,48

45	FRONTAL DIST. EIRELI EPP	1.800	Kg	Almôndega (peso médio de 15 a 30 gr por unidade de almôndega), de carne bovina congelada, contendo no máximo 20% de gordura total/100 gramas de produto; em embalagem própria para alimentos, peso de até 06 kg por embalagem, devendo constar data de fabricação, validade, rotulagem conforme legislação, inspeção sanitária do órgão competente.	16,5
46	FRONTAL DIST. EIRELI EPP	6.099	Kg	Carne bovina - corte PATINHO - moída, congelada, sem ossos, sem cartilagens e sem gorduras, 1ª qualidade, peso de 500g ou 01kg ou 2Kg por unidade especificado na embalagem própria para alimentos, de polietileno, com vedação termossoldada, devendo constar o tipo de corte de carne- patinho, data de fabricação, validade, inspeção sanitária animal do órgão competente.	15,25
47	FRONTAL DIST. EIRELI EPP	678	Kg	Carne bovina - corte PATINHO - moída, congelada, sem ossos, sem cartilagens e sem gorduras, 1ª qualidade, peso de 500g ou 01kg ou 2Kg por unidade especificado na embalagem própria para alimentos, de polietileno, com vedação termossoldada, devendo constar o tipo de corte de carne- patinho, data de fabricação, validade, inspeção sanitária animal do órgão competente.	15,25
48	FRONTAL DIST. EIRELI EPP	9.538	Kg	Coxa e Sobrecoxa de Frango, congelado individualmente (IQF), sem osso, sem tempero, 1ª qualidade, peso de 01kg por unidade, especificado na embalagem própria para alimentos, devendo constar: data da fabricação na embalagem, validade e inspeção sanitária animal do órgão competente.	7,84
49	FRONTAL DIST. EIRELI EPP	1.060	Kg	Coxa e Sobrecoxa de Frango, congelado individualmente (IQF), sem osso, sem tempero, 1ª qualidade, peso de 01kg por unidade, especificado na embalagem própria para alimentos, devendo constar: data da fabricação na embalagem, validade e inspeção sanitária animal do órgão competente.	7,84
50	FRONTAL DIST. EIRELI EPP	485	Kg	Fígado de galinha, congelado, 1ª qualidade, peso de 500gr ou 01kg por unidade especificado na embalagem, validade de 08 meses a 01 ano. Embalagem própria para alimentos, devendo constar: data da fabricação, validade e inspeção sanitária animal do órgão competente.	4,8
51	JUARPO COM. ATAC. EIRELI EPP	1.590	Kg	Músculo bovino, cortado em cubos médios de até 3x3cm, congelado, sem ossos, sem cartilagens e sem gorduras, 1ª qualidade, peso de 500gr ou 01kg ou 2 Kg por unidade, especificado na embalagem própria para alimentos, de polietileno, com vedação termossoldada, devendo constar data de fabricação, validade, tipo de corte de carne, inspeção sanitária animal do órgão competente.	16,88
52	JUARPO COM. ATAC. EIRELI EPP	6.700	Kg	Paleta bovina, cortada em iscas de até 5x2cm, congelada, sem ossos, sem cartilagens e sem gorduras, 1ª qualidade, peso de 500gr ou 01kg ou 2Kg por unidade, especificado na embalagem própria para alimentos, de polietileno, com vedação termossoldada, devendo constar: data de fabricação, validade, tipo de corte de carne, inspeção sanitária animal do órgão competente.	15,29
53	JUARPO COM. ATAC. EIRELI EPP	748	Kg	Paleta bovina, cortada em iscas de até 5x2cm, congelada, sem ossos, sem cartilagens e sem gorduras, 1ª qualidade, peso de 500gr ou 01kg ou 2Kg por unidade, especificado na embalagem própria para alimentos, de polietileno, com vedação termossoldada, devendo constar: data de fabricação, validade, tipo de corte de carne, inspeção sanitária animal do órgão competente.	15,29

54	FRONTAL DIST. EIRELI EPP	5.306	Kg	Paleta suína - cortada em cubos médios de até 2x2cm, congelada, sem ossos, sem cartilagens e sem gorduras, 1ª qualidade, peso de 500gr ou 01kg ou 2Kg por unidade, de especificado na embalagem própria para alimentos, de polietileno, com vedação termossoldada, devendo constar: data de fabricação, validade, tipo de corte de carne, inspeção sanitária animal do órgão competente.	13,9
55	FRONTAL DIST. EIRELI EPP	8.883	Kg	Filezinho de Peito de Frango congelado, tipo sassa-mi, sem pele e sem ossos, peso de 01kg por unidade, especificado na embalagem própria para alimentos, devendo constar: data da fabricação, validade e inspeção sanitária animal do órgão competente.	8,3
56	FRONTAL DIST. EIRELI EPP	988	Kg	Filezinho de Peito de Frango congelado, tipo sassa-mi, sem pele e sem ossos, peso de 01kg por unidade, especificado na embalagem própria para alimentos, devendo constar: data da fabricação, validade e inspeção sanitária animal do órgão competente.	8,3
57	COMERCIAL THOMEK LTDA EPP	1.814	Kg	Margarina vegetal, com sal, embalagem em pote plástico de 500 gr, contendo no mínimo 60% de lipídios, devendo constar: data da fabricação/validade na embalagem. Com Registro no Ministério da Agricultura e Abastecimento.	7,99
58	COMERCIAL THOMEK LTDA EPP	1.555	Kg	Queijo mussarela fatiado, interfolhado, espessura fina resfriado, 1ª qualidade, peso de até 500gr por unidade, contendo no máximo 600 mg de sódio em 100gr do produto, embalagem própria para alimentos, devendo constar: data da fabricação/validade na embalagem, validade mínima de 30 dias. Com registro no órgão competente.	26,4
59	L & E COM. VAREJ. LTDA EPP	6.608	Kg	Pão tipo "cachorro quente", 50 gr por unidade, embalagem plástica própria para alimentos contendo 20 (vinte) unidades, peso 01 kg por embalagem, com especificações de rotulagem obrigatória. Validade máxima de 5 dias.	10,3
60	L & E COM. VAREJ. LTDA EPP	852	Kg	Pão tipo "cachorro quente", 50 gr por unidade, embalagem plástica própria para alimentos contendo 20 (vinte) unidades, peso 01 kg por embalagem, com especificações de rotulagem obrigatória. Validade máxima de 5 dias.	10,3
61	FRONTAL DIST. EIRELI EPP	880	Kg	Abacate Manteiga tamanho médio a grande (entre 15 e 20 cm de comprimento) e peso entre 600 e 1200 gramas. De 1ª qualidade, coloração uniforme, devendo ser maduro e entre maduro, sem danos físicos e oriundos do manuseio e transporte.	5,4
62	COMERCIAL THOMEK LTDA EPP	3.820	Kg	Caqui fuyu*, classe 10 (diâmetro equatorial de 100 a menor do 110 mm), coloração característica da variedade no período previsto para entrega, casca sem manchas, rachaduras ou cortes. Polpa intacta e firme, sem danos físicos oriundos do manuseio e transporte. * caso não haja o gênero disponível, em virtude da entre safra,	6,33
63	FRONTAL DIST. EIRELI EPP	12.848	Kg	Cebola tipo extra, classe 4, (diâmetro maior que 70mm até 90 mm).	2,88
64	COMERCIAL THOMEK LTDA EPP	12.169	Kg	Chuchu tipo especial, tamanho médio (comprimento de 10 à 12 cm).	2,54
65	FRONTAL DIST. EIRELI EPP	2.573	Kg	Goiaba vermelha, com cerca de 8 cm de diâmetro por unidade, apresentando tamanho, cor e formação uniforme, devendo ser bem desenvolvida e madura, com polpa intacta e firme, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte.	6,39
66	FRONTAL DIST. EIRELI EPP	45.538	Kg	Laranja pêra tipo especial, classe 6, tamanho médio (diâmetro de 73 a 76mm).	1,83
67	FRONTAL DIST. EIRELI EPP	5.070	Kg	Laranja pêra tipo especial, classe 6, tamanho médio (diâmetro de 73 a 76mm).	1,83
68	FRONTAL DIST. EIRELI EPP	12.835	Kg	Laranja lima tipo especial, classe 6, tamanho médio (diâmetro de 73 a 76mm).	3,25

69	FRONTAL DIST. EIRELI EPP	5.370	Kg	Limão Taity, tamanho médio.	5,95
70	FRONTAL DIST. EIRELI EPP	29.407	Kg	Maçã fuji, tamanho médio, categoria 2 (diâmetro de 66 a 76 mm).	4,45
71	FRONTAL DIST. EIRELI EPP	3.270	Kg	Maçã fuji, tamanho médio, categoria 2 (diâmetro de 66 a 76 mm). ME/EPP	4,45
72	FRONTAL DIST. EIRELI EPP	6.395	Kg	Maçã Gala tamanho médio, categoria 2 (diâmetro de 66 à 76mm).	4,57
73	COMERCIAL THOMEK LTDA EPP	21.020	Kg	Mamão comum inteiro, cor amarelo-alaranjado, tamanho médio, com polpa firme e intacta, sem manchas ou lesões na casca.	3,39
74	COMERCIAL THOMEK LTDA EPP	4.185	Kg	Manga Tommy atkins, tamanho médio a grande, peso entre 400 e 600gr, formato oval e cor vermelho- amarelada, casca grossa e lisa.	4,26
75	FRONTAL DIST. EIRELI EPP	13.315	Kg	Melancia, tamanho médio, pesando de 08 a 12 kg cada, com polpa firme, intacta e sem sinais de apodrecimento.	1,75
76	COMERCIAL THOMEK LTDA EPP	17.101	Dz	Ovos de galinha, médios (conforme decreto nº 56.585), embalagem em bandejas de papelão padrão de 12 ou 30 unidades por embalagem. Com rótulo e especificações na embalagem. Deve conter data e validade na embalagem. Com Registro no Ministério da Agricultura e Abastecimento.	8,28
77	COMERCIAL THOMEK LTDA EPP	1.905	Kg	Ovos de galinha, médios (conforme decreto nº 56.585), embalagem em bandejas de papelão padrão de 12 ou 30 unidades por embalagem. Com rótulo e especificações na embalagem. Deve conter data e validade na embalagem. Com Registro no Ministério da Agricultura e Abastecimento.	8,28
78	FRONTAL DIST. EIRELI EPP	2.880	Kg	Pêra D'anjou Argentina, tamanho nº 120, com peso entre 100 a 200 gramas.	8,67
79	COMERCIAL THOMEK LTDA EPP	25.510	Kg	Tomate "salada" média maturação, cor laranja-avermelhado, classe médio (diâmetro maior que 65 até 80 mm).	4,17
80	COMERCIAL THOMEK LTDA EPP	2.840	Kg	Tomate "salada" média maturação, cor laranja-avermelhado, classe médio (diâmetro maior que 65 até 80 mm).	4,17
81	COMERCIAL THOMEK LTDA EPP	4.502	Kg	Vagem tamanho e espessura médios, livre de enfermidades, insetos e sujidades, não estar danificado por lesão de origem física ou mecânica que afete sua aparência.	4,3
82	COMERCIAL THOMEK LTDA EPP	4,62	Kg	Achocolatado em pó diet de 210 a 250 gramas, isento de lactose.	77
83	DESERTO	2,40	Kg	Adoçante em pó contendo edulcorantes natural glicosídeo de esteviol, embalagem de 400 a 500 gramas, para uso culinário – forno e fogão. Sem adição de outros edulcorantes.	X-X-X-X-X
84	COMERCIAL THOMEK LTDA EPP	0,72	L	Adoçante líquido contendo edulcorante natural glicosídeo de esteviol, embalagem de 50 a 100 ml. Sem adição de outros edulcorantes.	245
85	FRONTAL DIST. EIRELI EPP	16	Kg	Banha de porco, embalagem plástica de até 1kg.	8,35
86	COMERCIAL THOMEK LTDA EPP	850	L	Bebida de soja, sabor original/natural ou baunilha, à base de extrato de soja, água, açúcar; naturalmente sem lactose, sem colesterol; embalagem em caixa de 1 litro, longa vida tipo Tetra brick, com sistema que garanta fechamento seguro do produto (de consumo fracionado) após aberto (abre-fecha, de rosquear ou similar) devendo constar especificações, data de fabricação e validade. A ficha técnica do produto deverá especificar a validade do produto após aberto, caso não conste na embalagem. Com Registro no órgão competente.	3,99

87	COMERCIAL THOMEK LTDA EPP	650	L	Bebida de soja, sabor morango, tipo shake, à base de extrato de soja, água, açúcar; naturalmente sem lactose, sem colesterol; embalagem em caixa de 1 litro, longa vida tipo Tetra brick, com sistema que garanta fechamento seguro do produto (de consumo fracionado) após aberto (abre-fecha, de rosquear ou similar) devendo constar especificações, data de fabricação e validade. A ficha técnica do produto deverá especificar a validade do produto após aberto, caso não conste na embalagem. Com Registro no órgão competente.	4,32
88	FRONTAL DIST. EIRELI EPP	7	Kg	Biscoito diet, sem adição de açúcar. Embalagem até 200 gramas.	41
89	FRUSTRADOQ	17,50	Kg	Biscoito doce, isento de leite ou traços de leite, isento de glúten e ovo, embalagem plástica de até 1 kg, com pacotes protetores internos, validade mínima de 04 meses.	-X-X-X-X-
90	COMERCIAL THOMEK LTDA EPP	11,20	Kg	Biscoito salgado integral, isento de ovos, embalagem plástica de até 01 kg, com protetores internos, prazo de validade mínimo de 08 meses.	12
91	DESERTO	18,34	Kg	Bolo de caneca. Mistura para bolo de caneca com porção individual para preparo em forno micro-ondas. Isento de glúten (trigo, centeio, cevada, aveia, malte), leite, ovo e soja.	X-X-X-X-X
92	DESERTO	22	Kg	Bolo sem leite e sem glúten. Isento de glúten (trigo, centeio, cevada, aveia, malte), leite e ovo. Embalagem de até 400 g.	X-X-X-X-X
93	COMERCIAL THOMEK LTDA EPP	8	Kg	Espessante alimentar instantâneo, à base de amido de milho modificado, adicionado de gomas alimentares, elaborado para espessar alimentos; embalagem própria para alimentos (pote ou lata) de até 500 gramas/unidade; devendo constar especificações de acordo com a legislação, data de fabricação, validade, registro no órgão competente. Prazo de validade mínimo de 10 meses.	190
94	FRONTAL DIST. EIRELI EPP	3.800	L	Leite esterilizado integral ou semi-desnatado, ZERO LACTOSE, embalagem em caixa de 1 litro, longa vida tipo Tetra brick, devendo constar especificações, data de fabricação e validade. Com Registro no Ministério da Agricultura e Abastecimento.	3,2
95	FRONTAL DIST. EIRELI EPP	35	Kg	Macarrão de arroz, tipo Parafuso ou Pene, sem glúten e sem ovos, embalagem plástica de 500 gramas a 1kg; devendo constar especificações de acordo com a legislação, data de fabricação, validade. Prazo de validade mínimo de 10 meses.	5,14
96	RFM SCHERER LTDA EPP	80	Kg	Pão sem leite, sem glúten e sem ovo. Pão fatiado isento de glúten (trigo, centeio, cevada, aveia, malte), leite e ovo. Embalagem plástica de até 500 g.	29
97	DESERTO	30	Kg	Requeijão vegano. Isento de leite e glúten (trigo, centeio, cevada, aveia, malte). Sabor tradicional. Embalagem plástica de até 200 g.	X-X-X-X-X

Jaraguá do Sul, SC, 30 de janeiro de 2018.

Rosinei Ap.Gretter Dias
Pregoeira – Decreto 11.334/2017

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 208/2017

Publicação Nº 1516568

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 208/2017

A Pregoeira, designada pelo Decreto 11.334/2017, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 208/2017, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, que teve como objeto à contratação de 01 (um) veículo com capacidade para transportar no mínimo 20 (vinte) passageiros sentados, incluindo o motorista, para transporte escolar aos alunos residentes na localidade de Salto Ribeirão Cavallo até a Escola Municipal de Educação Básica Ribeirão Cavallo, localizada na Rua Francisco Gretter, nº 771, no bairro Braço Ribeirão Cavallo e Escola Municipal de Educação Básica Dom Pio de Freitas, localizada na Rodovia Municipal JGS 050, nº 4131 neste município, teve o seguinte resultado:

Item	Proponente vencedora	Quantidade	Descrição do serviço	Valor unitário por dia (R\$)
01	VALDE E CLARY TRANSPORTE E TURISMO LTDA ME	200 (duzentos) dias	Transporte de alunos em 01 (um) veículo com capacidade para transportar no mínimo 20 (vinte) passageiros sentados, incluindo o motorista, para transporte escolar aos alunos residentes na localidade de Salto Ribeirão Cavallo até a Escola Municipal de Educação Básica Ribeirão Cavallo, localizada na Rua Francisco Gretter, nº 771, no bairro Braço Ribeirão Cavallo e Escola Municipal de Educação Básica Dom Pio de Freitas, localizada na Rodovia Municipal JGS 050, nº 4131 neste município, em conformidade com o estabelecido no item I do Edital e Anexo II – Minuta de Contrato.	326,00

Jaraguá do Sul, SC, 30 de janeiro de 2018.

Rosinei Ap.Gretter Dias
Pregoeira – Decreto 11.334/2017

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 210/2017

Publicação Nº 1516571

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 210/2017

A Pregoeira, designada pelo Decreto 11.334/2017, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 210/2017, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, que teve como objeto à impressão dos carnês de IPTU/TAXA DE COLETA DE LIXO, ISS FIXO ANUAL, e TAXA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, em conformidade com as especificações e quantidade descrita no Anexo I deste Edital e Anexo VIII – Termo de Referência, teve o seguinte resultado:

ITEM	QTD	UN.	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
01	61.000	UNID	Carnês de IPTU para o exercício de 2018, formato A4, papel off set 75g/m2, impressão preto e branco, frente e verso, autoenvelopado com cola e serrilhas laterais, em conformidade com o Anexo VIII – Termo de Referência. Código do material:22537	0,63	38.430,00	OMEGA ENGENHARIA DE SOFTWARE LTDA-EPP
02	1.750	UNID	Carnês de ISQN, para o exercício de 2018, montados serrilhados, lombados, nas seguintes especificações: Capa e contracapa em papel colorido 75g com impressão a laser em preto e 15 lâminas em papel branco 75g, com impressão laser em preto simplex, no formato 99mm x 210mm, em conformidade com o Anexo VIII – Termo de Referência. Código do material:22540	2,00	3.500,00	OMEGA ENGENHARIA DE SOFTWARE LTDA-EPP
03	14.000	UNID	Carnês de Taxa de Vigilância Sanitária, para o exercício de 2018, montados, serrilhados, lombados, nas seguintes especificações: Capa e contracapa em papel colorido 75g com impressão a laser em preto e 5 lâminas em papel branco 75g, com impressão laser em preto simplex, no formato 99mm x 210mm, em conformidade com o Anexo VIII – Termo de Referência. Código do material:22541	1,50	21.000,00	OMEGA ENGENHARIA DE SOFTWARE LTDA-EPP

Jaraguá do Sul, SC, 02 de fevereiro de 2018.

Edson Willian Piotto
Pregoeiro – Decreto 11.334/2017

SEMAD - PORTARIA Nº 001/2018

Publicação Nº 1516955

PORTARIANº 001/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 30 (trinta) dias de LICENÇA-PRÊMIO gozadas, a partir de 23/01/2018 ao servidor(a) público (a) municipal LUIS CARLOS STEPHANI, matrícula nº 7662, referente ao 3º período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 23/01/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 26 de janeiro de 2018.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

SEMAD - PORTARIA Nº 002/2018

Publicação Nº 1516956

PORTARIANº 002/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 15 (quinze) dias de LICENÇA-PRÊMIO gozadas, a partir de 22/01/2018 ao servidor(a) público (a) municipal JACKIANE EYNG CANDIDO, matrícula nº 8432, referente ao 1º período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22/01/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 26 de janeiro de 2018.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

SEMAD - PORTARIA Nº 003/2018

Publicação Nº 1516958

PORTARIANº 003/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 30 (trinta) dias de LICENÇA-PRÊMIO gozadas, a partir de 22/01/2018 ao servidor(a) público (a) municipal MAXWELL JORGE DE OLIVEIRA, matrícula nº 4434, referente ao 2º período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22/01/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 26 de janeiro de 2018.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

SEMAD - PORTARIA Nº 004/2018

Publicação Nº 1516959

PORTARIANº 004/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 30 (trinta) dias de LICENÇA-PRÊMIO gozadas, a partir de 22/01/2018 ao servidor(a) público (a) municipal VLADIR MRYGLLOD, matrícula nº 8483, referente ao 2º período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22/01/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 26 de janeiro de 2018.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

SEMAD - PORTARIA Nº 005/2018

Publicação Nº 1516960

PORTARIANº 005/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 15 (quinze) dias de LICENÇA-PRÊMIO gozadas, a partir de 22/01/2018 ao servidor(a) público (a) municipal MARCELO JONAS FODI, matrícula nº 8406, referente ao 1º período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22/01/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 26 de janeiro de 2018.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

SEMAD - PORTARIA Nº 006/2018

Publicação Nº 1516963

PORTARIANº 006/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 30 (trinta) dias de LICENÇA-PRÊMIO gozadas, a partir de 22/01/2018 ao servidor(a) público (a) municipal ELISABETE COLAÇO, matrícula nº 8560, referente ao 1º período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22/01/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 05 de fevereiro de 2018.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

SEMAD - PORTARIA Nº 007/2018

Publicação Nº 1516964

PORTARIANº 007/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 15 (quinze) dias de LICENÇA-PRÊMIO gozadas, a partir de 18/01/2018 ao servidor(a) público (a) municipal REGIANE BUSARELLO, matrícula nº 8654, referente ao 1º período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18/01/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 05 de fevereiro de 2018.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

SEMAD - PORTARIA Nº 008/2018

Publicação Nº 1516966

PORTARIANº 008/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 30 (trinta) dias de LICENÇA-PRÊMIO gozadas, a partir de 08/01/2018 ao servidor(a) público (a) municipal HELIO CESAR TOMIO, matrícula nº 7959, referente ao 2º período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08/01/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 05 de fevereiro de 2018.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

SEMAD - PORTARIA Nº 009/2018

Publicação Nº 1516967

PORTARIANº 009/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 30 (trinta) dias de LICENÇA-PRÊMIO gozadas, a partir de 02/01/2018 ao servidor(a) público (a) municipal MARCOS ANTONIO CABRERA, matrícula nº 5089, referente ao 3º período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 05 de fevereiro de 2018.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

SEMAD - PORTARIA Nº 010/2018

Publicação Nº 1516969

PORTARIANº 010/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO gozadas, a partir de 02/01/2018 ao servidor(a) público (a) municipal ANA CRISTINA DE CARVALHO RUTHES, matrícula nº 8771, referente ao 1º período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 05 de fevereiro de 2018.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

SEMAD - PORTARIA Nº 011/2018

Publicação Nº 1516970

PORTARIANº 011/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 30 (trinta) dias de LICENÇA-PRÊMIO gozadas, a partir de 02/01/2018 ao servidor(a) público (a) municipal SILVIO INÁCIO, matrícula nº 7598, referente ao 3º período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 05 de fevereiro de 2018.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

SEMAD - PORTARIA Nº 012/2018

Publicação Nº 1516971

PORTARIANº 012/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 30 (trinta) dias de LICENÇA-PRÊMIO gozadas, a partir de 02/01/2018 ao servidor(a) público (a) municipal MARGUI ROSMERI RODRIGUES VELASQUE, matrícula nº 8894, referente ao 1º período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 05 de fevereiro de 2018.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

SEMAD - PORTARIA Nº 013/2018

Publicação Nº 1516973

PORTARIANº 013/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 15 (quinze) dias de LICENÇA-PRÊMIO gozadas, a partir de 02/01/2018 ao servidor(a) público (a) municipal GIRLEI CAMPESTRINI, matrícula nº 7684, referente ao 2º período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 05 de fevereiro de 2018.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

SEMAD - PORTARIA Nº 014/2018

Publicação Nº 1516976

PORTARIANº 014/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 30 (trinta) dias de LICENÇA-PRÊMIO gozadas, a partir de 02/01/2018 ao servidor(a) público (a) municipal DIANE KATIE KONELL CHIODINI, matrícula nº 7941, referente ao 4º período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 05 de fevereiro de 2018.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

SEMAD - PORTARIA Nº 015/2018

Publicação Nº 1516978

PORTARIANº 015/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 15 (quinze) dias de LICENÇA-PRÊMIO gozadas, a partir de 02/01/2018 ao servidor(a) público (a) municipal MARIA NILZA DE OLIVEIRA RODRIGUES ALVES, matrícula nº 4032, referente ao 3º período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 05 de fevereiro de 2018.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

SEMAD - PORTARIA Nº 016/2018

Publicação Nº 1516979

PORTARIANº 016/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 30 (trinta) dias de LICENÇA-PRÊMIO gozadas, a partir de 02/01/2018 ao servidor(a) público (a) municipal BEATRIZ ELIANE HORST, matrícula nº 7964, referente ao 2º período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 05 de fevereiro de 2018.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

SEMAD - PORTARIA Nº 017/2018

Publicação Nº 1516981

PORTARIANº 017/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 30 (trinta) dias de LICENÇA-PRÊMIO gozadas, a partir de 02/01/2018 ao servidor(a) público (a) municipal NIVARLI BALTAZAR DA LUZ DESCHAMPS, matrícula nº 7019, referente ao 3º período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 05 de fevereiro de 2018.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

SEMAD - PORTARIA Nº 018/2018

Publicação Nº 1516984

PORTARIANº 018/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 15 (quinze) dias de LICENÇA-PRÊMIO gozadas, a partir de 02/01/2018 ao servidor(a) público (a) municipal ROSIMERI KLUGE BUSSARELLO, matrícula nº 3872, referente ao 3º período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 05 de fevereiro de 2018.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

SEMAD - PORTARIA Nº 019/2018

Publicação Nº 1516985

PORTARIANº 019/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 15 (quinze) dias de LICENÇA-PRÊMIO gozadas, a partir de 17/01/2018 ao servidor(a) público (a) municipal ROSIMERI KLUGE BUSSARELLO, matrícula nº 3872, referente ao 4º período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 17/01/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 05 de fevereiro de 2018.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

SEMAD - PORTARIA Nº 020/2018

Publicação Nº 1516986

PORTARIANº 020/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 30 (trinta) dias de LICENÇA-PRÊMIO gozadas, a partir de 02/01/2018 ao servidor(a) público (a) municipal CRISTOVÃO JOÃO BARBOSA BAPTISTA, matrícula nº 3669, referente ao 4º período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 05 de fevereiro de 2018.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

SEMAD - PORTARIA Nº 021/2018

Publicação Nº 1516987

PORTARIANº 021/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 15 (quinze) dias de LICENÇA-PRÊMIO gozadas, a partir de 02/01/2018 ao servidor(a) público (a) municipal MARGARETE VIEIRA DALMAS JOHANN, matrícula nº 3095, referente ao 3º período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 05 de fevereiro de 2018.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

SEMAD - PORTARIA Nº 022/2018

Publicação Nº 1516990

PORTARIANº 022/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 15 (quinze) dias de LICENÇA-PRÊMIO gozadas, a partir de 17/01/2018 ao servidor(a) público (a) municipal MARGARETE VIEIRA DALMAS JOHANN, matrícula nº 3095, referente ao 4º período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 17/01/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 05 de fevereiro de 2018.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

SEMAD - PORTARIA Nº 023/2018

Publicação Nº 1516992

PORTARIANº 023/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 30 (trinta) dias de LICENÇA-PRÊMIO gozadas, a partir de 02/01/2018 ao servidor(a) público (a) municipal MARIA CARMEN LUZZANI ELIAS, matrícula nº 7651, referente ao 3º período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 05 de fevereiro de 2018.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

SEMAD - PORTARIA Nº 024/2018

Publicação Nº 1516995

PORTARIANº 024/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 30 (trinta) dias de LICENÇA-PRÊMIO gozadas, a partir de 15/01/2018 ao servidor(a) público (a) municipal MARIA NATÁLIA MACHADO, matrícula nº 7319, referente ao 3º período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15/01/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 05 de fevereiro de 2018.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

SEMAD - PORTARIA Nº 025/2018

Publicação Nº 1516996

PORTARIANº 025/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 15 (quinze) dias de LICENÇA-PRÊMIO gozadas, a partir de 02/01/2018 ao servidor(a) público (a) municipal SANDRO MEHLER, matrícula nº 8381, referente ao 2º período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 05 de fevereiro de 2018.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

SEMAD - PORTARIA Nº 026/2018

Publicação Nº 1516998

PORTARIANº 026/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 30 (trinta) dias de LICENÇA-PRÊMIO gozadas, a partir de 22/01/2018 ao servidor(a) público (a) municipal CLEUSA OLIVEIRA DE SOUZA, matrícula nº 7287, referente ao 3º período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22/01/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 05 de fevereiro de 2018.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

SEMAD - PORTARIA Nº 027/2018

Publicação Nº 1517001

PORTARIANº 027/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 30 (trinta) dias de LICENÇA-PRÊMIO gozadas, a partir de 04/01/2018 ao servidor(a) público (a) municipal LORECI GLAU, matrícula nº 8180, referente ao 2º período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04/01/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 05 de fevereiro de 2018.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

SEMAD - PORTARIA Nº 028/2018

Publicação Nº 1517003

PORTARIANº 028/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 30 (trinta) dias de LICENÇA-PRÊMIO gozadas, a partir de 15/01/2018 ao servidor(a) público (a) municipal APARECIDA DONIZETE CAVALCANTE TEIXEIRA, matrícula nº 8543, referente ao 2º período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15/01/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 05 de fevereiro de 2018.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

SEMAD - PORTARIA Nº 029/2018

Publicação Nº 1517004

PORTARIANº 029/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 15 (quinze) dias de LICENÇA-PRÊMIO gozadas, a partir de 22/01/2018 ao servidor(a) público (a) municipal SUELI PAVANELLO, matrícula nº 1918, referente ao 4º período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22/01/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 05 de fevereiro de 2018.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

SEMAD - PORTARIA Nº 031/2018

Publicação Nº 1517005

PORTARIANº 031/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 15 (quinze) dias de LICENÇA-PRÊMIO gozadas, a partir de 22/01/2018 ao servidor(a) público (a) municipal ROBERTO LUÍS ZEHNDER, matrícula nº 8070, referente ao 3º período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22/01/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 05 de fevereiro de 2018.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

SEMAD - PORTARIA Nº 032/2018

Publicação Nº 1517008

PORTARIANº 032/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 15 (quinze) dias de LICENÇA-PRÊMIO gozadas, a partir de 29/01/2018 ao servidor(a) público (a) municipal POLÍBIO ANDY RADTKE, matrícula nº 7008, referente ao 3º período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 29/01/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 05 de fevereiro de 2018.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 09/2018**

Publicação Nº 1516620

PORTARIA Nº 9/2018
Concede Férias.

ANDERSON KASSNER, Presidente da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, em atendimento ao disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder abono de férias ao servidor da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul a seguir, na seguinte forma:

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO DE FÉRIAS	PERÍODO DE FÉRIAS A SEREM GOZADAS	Nº DE DIAS DE FÉRIAS A SEREM GOZADAS	Nº DE DIAS DE FÉRIAS A CONVERTER EM ABONO PECUNIÁRIO REF. AO PERÍODO AQUISITIVO
Abigail H. Nascimento Severiano	02/01/2017 a 01/01/2018	-	-	10

Artigo 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 08 de fevereiro de 2018.

ANDERSON KASSNER
Presidente

PORTARIA Nº 10/2018

Publicação Nº 1516935

PORTARIA Nº 10/2018

Concede Férias.

ANDERSON KASSNER, Presidente da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, em atendimento ao disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder abono de férias ao servidor da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul a seguir, na seguinte forma:

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO DE FÉRIAS	PERÍODO DE FÉRIAS A SEREM GOZADAS	Nº DE DIAS DE FÉRIAS A SEREM GOZADAS	Nº DE DIAS DE FÉRIAS A CONVERTER EM ABONO PECUNIÁRIO REF. AO PERÍODO AQUISITIVO
Joel Luís Corrêa	07/02/2017 a 01/01/2018	-	-	7,5

Artigo 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 08 de fevereiro de 2018.

ANDERSON KASSNER
Presidente

Joaçaba

PREFEITURA

HOMOLOG PL 02/2018 PMJ

Publicação Nº 1517460

PREFEITURA DE JOAÇABA
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 02/2018/PMJ
PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2018/PMJ

A Secretária Municipal de Educação, Sra. Marilena Zanoello Detoni no uso de suas atribuições, resolve:

HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 02/2018/PMJ.

- Modalidade: Pregão Presencial 02/2018.

Objeto: o Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de materiais, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, equipamentos para cozinha, equipamentos de informática, mobiliário escolar e outros, destinados à manutenção das atividades das Escolas da rede municipal e Centros de Educação infantil da Rede Municipal de Ensino e Biblioteca Pública Municipal.

-Empresa Vencedora:

ARAÚJO E ABREU COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIP.

VALOR R\$ 20.800,00

BAGATOLI COM DE MOVEIS LTDA ME

VALOR R\$ 15.985,00

EDUCAR MOVEIS EIRELI

VALOR R\$ 82.690,00

HIPER BRINK COM. E REPRES. LTDA

VALOR R\$ 20.190,00

KALBRINK MAT. E EQUIP. EDUC. LTDA

VALOR R\$ 15.984,00

MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA

VALOR R\$53.650,00

ROBERTO TESSARO & CIA LTDA

VALOR R\$ 30.695,00

TECNOLAR LTDA ME

VALOR R\$ 10.580,00

TOPCLIMA SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO EIRELI EPP

VALOR R\$ 15.564,00

VW COMERCIO ATACADISTA LTDA

VALOR R\$ 18.722,00

FISCAIS: MARILENA ZANOELLO DETONI E JANETE ZANATTA

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 07 de fevereiro de 2018.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
Marilena Zanoello Detoni
Secretaria Municipal de Educação

RESOLUÇÃO Nº 001/2017 COORDENADORIA MUNICIPAL DE ESPORTES DE JOAÇABA

Publicação Nº 1516945

RESOLUÇÃO Nº 001/2017
COORDENADORIA MUNICIPAL DE ESPORTES DE JOAÇABA

“DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO DE SERVIDOR PARA CONDUZIR VEÍCULOS DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE ESPORTES”

A Coordenadora de Esportes do Município de Joaçaba(SC), no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar o servidor ALEXANDRE OLIVEIRA DA LUZ, Assessor de Esportes, matrícula nº 13136, para conduzir os veículos CHERY - CELER SD(PLACA QHN0734) e a CHEVROLET - MONTANA LS (PLACA MLU 3516), da Coordenadoria Municipal de Esportes de Joaçaba.

Parágrafo único: A Carteira Nacional de Habilitação do servidor deverá estar dentro da data de validade.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, 31 de janeiro de 2018

Ana Paula Abe Gurgacz
Coordenadora de Esportes
Prefeitura de Joaçaba

RESOLUÇÃO Nº 01/2018 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Publicação Nº 1516957

RESOLUÇÃO Nº 01/2018
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

“NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL PARA APURAÇÃO DE FATOS REFERENTE AOS MEMORANDOS INTERNOS 01/2018 E 02/2018”

A Secretária de Educação de Joaçaba (SC), no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os servidores Giceli Carvalho da Silva Marcon, Jucimara Lenhardt da Costa e Mauro Celso Bott para compor Comissão Especial para a apuração dos fatos referentes aos Memorandos Internos nº 01/2018 e 02/2018.

Art. 2º - Esta Normativa entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no parágrafo único da Lei n. 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba, 06 de Fevereiro de 2018.

Marilena Zanoello Detoni
Secretária Municipal de Educação

TP 01/2018/PMJ

Publicação Nº 1517157

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2018/PMJ
TOMADA DE PREÇO Nº 1/2018/PMJ

Objeto: contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para o cercamento do perímetro da Escola Municipal NUPERAJO, localizada na BR 282, Km 396 (acesso à Linha Abatti), neste Município. Tipo: Empreitada por Preço Unitário. Forma de Julgamento: Menor Preço Global. Data da abertura: Dia 01/03/2018, a

partir das 15h, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h30min, do dia 01/03/2018 no Setor de Protocolo da Prefeitura. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – Setor de Compras e Licitações, situada na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 08 de fevereiro 2018.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
MARILENA ZANOELLO DETONI - Secretária

08/2018 PMJ

Publicação Nº 1517468

Página: 1/15

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2018

Número do Registro de Preços: 8/2018 Data do Registro: 07/02/2018 Válido até: 07/02/2019

Objeto da Compra: O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE MATERIAIS, ELETRODOMESTICOS, ELETROELETRONICOS, EQUIPAMENTOS PARA COZINHA, EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA, MOBILIARIOESCOLAR E OUTROS, DESTINADO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNI

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desdto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	FOGÃO INDUSTRIAL - de Alta Pressão em Aço Inox - 6 bocas - queimador duplo médio de 175 mm e Grelhas em Ferro Fundido de 30 x 30 - Tamanho: Comprimento 114 cm X Profundidade com a tubulação 80 cm x Altura 80 cm COM FORNO GRANDE de baixa Pressão em aço inox, com capacidade 110 litros, com duas grades internas cromadas removíveis, temperatura máxima 320ºC, com visor de vidro temperado - Comprimento do forno 51 cm X Profundidade 81 cm X Altura interna 31 cm, (01-01-17744)	UN	ARAUJO E ABREU COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS (7765)	ARACEBA	0	2.080,0000	1
2	BATEDeira PLANETÁRIA INDUSTRIAL - Com 08 velocidades, acompanha raquete, globo e gancho, 220volts (01-01-17745)	UN	DYSSIL EQUIPAMENTOS E SERVICOS LTDA - ME (7993)	LENOXX	0	3.000,0000	2
3			VW COMERCIO ATACADISTA LTDA (7464)		0	3.071,0000	3
1		UN	TECNOLAR LTDA - ME (7995)		0	450,0000	1
2			VW COMERCIO ATACADISTA LTDA (7464)		0	453,0000	2
3			KALBRINK MAT. E EQUIP. EDUCATIVOS LTDA (4265)		0	475,0000	3
4			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA (6328)		0	476,0000	4
5			BAGATOLI COM DE MÓVEIS LDTA ME (866)		0	483,6000	5
6			HIPER BRINK COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA (7997)		0	493,0000	6
1	FORNO ELÉTRICO - Termostato de 50º a 320 ºc, 44 litros, forno autolimpante, função dourador, timer, L 580 mm x A 360 mm x P 480 - 220 volts (01-01-17746)	UN	TOPCLIMA SISTEMAS DE REFRIGERACAO EIRELI - EPP (7994)	SAFANELLI-D	0	418,0000	1
2			TECNOLAR LTDA - ME (7995)		0	419,0000	2
3			VW COMERCIO ATACADISTA LTDA (7464)		0	420,0000	3

Página: 2/15

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2018

Número do Registro de Preços: 8/2018 Data do Registro: 07/02/2018 Válido até: 07/02/2019

Objeto da Compra: O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE MATERIAIS, ELETRODOMESTICOS, ELETROELETRONICOS, EQUIPAMENTOS PARA COZINHA, EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA, MOBILIARIO ESCOLAR E OUTROS, DESTINADO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNI

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
4	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL - Corpo em aço inox, tampa em alumínio, 04 litros, potência 1/2 CV - 220 volts, (01-01-17747)	UN	BAGATOLI COM DE MÓVEIS LD TA ME (866)		0	421,9100	4
5			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA (6328)		0	429,0000	5
6			DYSSIL EQUIPAMENTOS E SERVICOS LTDA - ME (7993)		0	430,0000	6
7			KALBRINK MAT. E EQUIP. EDUCATIVOS LTDA (4265)		0	430,0000	7
1		UN	KALBRINK MAT. E EQUIP. EDUCATIVOS LTDA (4265)	USIFAZ	0	400,0000	1
2			ARAUJO E ABREU COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS (7765)		0	410,0000	2
3			DYSSIL EQUIPAMENTOS E SERVICOS LTDA - ME (7993)		0	490,0000	3
1		UN	TOPCLIMA SISTEMAS DE REFRIGERACAO EIRELI - EPP (7994)	ELETROLUX-I	0	464,0000	1
2			TECNOLAR LTDA - ME (7995)		0	469,0000	2
3			BAGATOLI COM DE MÓVEIS LD TA ME (866)		0	493,0000	3
4			KALBRINK MAT. E EQUIP. EDUCATIVOS LTDA (4265)		0	505,0000	4
5			COMERCIO E REFRIGERACAO MJ LTDA - ME (7998)		0	510,0000	5
6			VW COMERCIO ATACADISTA LTDA (7464)		0	514,0000	6

Página: 3/15

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2018

Número do Registro de Preços: 8/2018		Data do Registro: 07/02/2018		Válido até: 07/02/2019			
Objeto da Compra: O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE MATERIAIS, ELETRODOMESTICOS, ELETROELETRONICOS, EQUIPAMENTOS PARA COZINHA, EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA, MOBILIARIO ESCOLAR E OUTROS, DESTINADO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNI							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (5110)		0	520,0000	7
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA (6328)		0	525,0000	8
6	FREEZER - vertical - linha branca, 07 cestos removíveis, pés niveladores e compartimento com tampa basculante. Com botão Liga/Desliga. 220volts (01-01-17748)	UN	TOPCLIMA SISTEMAS DE REFRIGERACAO EIRELI - EPP (7994)	ELETROLUX-F	0	1,712,0000	1
			VW COMERCIO ATACADISTA LTDA (7464)		0	1,715,0000	2
			ARAUJO E ABREU COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS (7765)		0	1,730,0000	3
7	LIQUIDIFICADOR - copo de vidro, capacidade do copo 1,5 litros - potência 400 W, 02 velocidades + pulsar - 220 volts (01-01-17749)	UN	VW COMERCIO ATACADISTA LTDA (7464)	MONDIAL	0	137,0000	1
			BAGATOLI COM DE MÓVEIS LDTA ME (866)		0	138,5000	2
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA (6328)		0	140,0000	3
8	CILINDRO INDUSTRIAL - Cilindro laminador, rolo em aço inox 30 cm, possui redutor de velocidade, potência ½ CV - 220volts. (01-01-17750)	UN	KALBRINK MAT. E EQUIP. EDUCATIVOS LTDA (4265)	HIDRO	0	1,490,0000	1
			ARAUJO E ABREU COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS (7765)		0	1,500,0000	2
			GIGA1.COM EIRELI - ME (7996)		0	1,580,0000	3
9	MÁQUINA DE LAVAR ROUPA - Capacidade 15 kg - Tampa na parte superior - 4 níveis de água. Dispenser para dosagem de sabão, amaciante e alvejante. Display eletrônico- Função lava, enxágua e centrifuga - Com filtro 220 volts. (01-01-17751)	UN	BAGATOLI COM DE MÓVEIS LDTA ME (866)	COLORMAQ	0	1,484,0000	1

Página: 4/15

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2018

Número do Registro de Preços: 8/2018		Data do Registro: 07/02/2018		Válido até: 07/02/2019			
Objeto da Compra: O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE MATERIAIS, ELETRODOMESTICOS, ELETROELETRONICOS, EQUIPAMENTOS PARA COZINHA, EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA, MOBILIARIOESCOLAR E OUTROS; DESTINADO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNI							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

10	Ventilador de coluna, com 6 pás, 50 cm de diâmetro, 3 opções de velocidades reajustáveis, sistema oscilante, inclinação vertical e ajustável, grade removível, motor com carcaça de alumínio de longa durabilidade, inclinação vertical regulável, altura aproximada de 1 m. (01-01-17752)	UN	TOPCLIMA SISTEMAS DE REFRIGERACAO EIRELI - EPP (7994)		0	1.900,0000	2
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA (6328)		0	1.930,0000	3
			TECNOLAR LTDA - ME (7995)		0	1.930,0000	4
			COMERCIO E REFRIGERACAO MJ LTDA - ME (7998)		0	1.930,0000	5
			KALBRINK MAT. E EQUIP. EDUCATIVOS LTDA (4265)	VENTISOL	0	144,0000	1
11	Ventilador de mesa oscilante, com 3 pás, 40 cm de diâmetro, 3 opções de velocidades reajustáveis, sistema oscilante, inclinação vertical e ajustável, grade removível, motor com carcaça de alumínio de longa durabilidade, inclinação vertical regulável, altura aproximada de 1 m. (01-01-17753)	UN	ARAUJO E ABREU COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS (7765)		0	145,0000	2
			BAGATOLI COM DE MÓVEIS LDTA ME (866)		0	186,6200	3
			TOPCLIMA SISTEMAS DE REFRIGERACAO EIRELI - EPP (7994)		0	190,0000	4
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA (6328)		0	190,0000	5
			KALBRINK MAT. E EQUIP. EDUCATIVOS LTDA (4265)	VENTISOL	0	89,0000	1
12			ARAUJO E ABREU COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS (7765)		0	90,0000	2

Página: 5/15

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2018

Número do Registro de Preços: 8/2018		Data do Registro: 07/02/2018		Válido até: 07/02/2019			
Objeto da Compra: O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE MATERIAIS, ELETRODOMESTICOS, ELETROELETRONICOS, EQUIPAMENTOS PARA COZINHA, EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA, MOBILIARIOESCOLAR E OUTROS, DESTINADO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNI							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
12	DVD PLAYER - USB - Com Controle Remoto - Cabo AV - Pilhas - Manual de Instruções, outras especificações: - Cor: preto, Tecnologia Full HD Up-scaling- Reprodução USB- Reprodução HDD externo- Entrada USB frontal- Saída Vídeo - Composito- Saída Áudio Analógica (Par Componente) - L/R- Formatos de discos compatíveis: DivX, DVD (PAL), DVD (NTSC), Audio-CD, DVD-R/RW e DVD+R/RW- Formato AV: DivX HD, DTS, Dolby Digital, MP3, MPEG2 e VIMA. (01-01-17754)	UN	TOPCLIMA SISTEMAS DE REFRIGERACAO EIRELI - EPP (7994)		0	94,0000	3
			VW COMERCIO ATACADISTA LTDA (7464)		0	111,8000	4
			BAGATOLI COM DE MÓVEIS LDTA ME (866)		0	112,5800	5
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA (6328)		0	114,0000	6
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (5110)		0	115,0000	7
			BAGATOLI COM DE MÓVEIS LDTA ME (866)	MONDIAL	0	179,0000	1
			VW COMERCIO ATACADISTA LTDA (7464)		0	180,0000	2
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA (6328)		0	184,0000	3
			KALBRINK MAT. E EQUIP. EDUCATIVOS LTDA (4265)		0	190,0000	4
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (5110)		0	190,0000	5

Página: 6/15

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2018

Número do Registro de Preços: 8/2018 Data do Registro: 07/02/2018 Válido até: 07/02/2019

Objeto da Compra: O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE MATERIAS, ELETRDOMESTICOS, ELETRONELTRONICOS, EQUIPAMENTOS PARA COZINHA, EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA, MOBILIARIESCOLAR E OUTROS, DESTINADO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNI

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	CAIXA ACÚSTICA MULTIFUSO - Entrada para dispositivo de armazenamento de dados USB (Pendrive, Mp3-4 Player); - Auto Falante 10" - Controle de volume USB, Bluetooth; - Controle de volume para entrada MIC(microfone) P10 1/4 e microfone sem fio; - Controle de volume entrada LINE; - Chave de acionamento dos LEDs frontais da caixa (LEDs do alto-falante); - Entrada de alimentação de corrente contínua 12V (Bateria Externa); - Entrada para alimentação de fonte externa 13,5V/1,5A (Fonte de alimentação que acompanha o produto); - Chave Liga/Desliga (ON/OFF); - Número de série; - Correlta; - Alca telescópica para transporte utilizando rodízios; - Suporte para microfone (Este suporte deve ser encaixado no fuso lateral da caixa ou no lado direito ou no lado esquerdo); - Microfone sem fio (01-01-17/55)	UN	BAGATOLI COM DE MÓVEIS LDTA ME (866)	ONEAL	0	807,0000	1
14	PROJETOR, com as seguintes características mínimas: Brilho: 2600 ANSI Lumens; Contraste 2000:1; Resolução: SVGA (800x600), Suportando VGA, XGA e SXGA; Métodos de Projeção: Teto/Frontal/Traseiro; Aspecto 4:3 (suporta 16:9); Lentes Tipo Fixa - Foco Manual - Lâmpada Tipo 200 w UHE, Vida Útil 4000 h (Alto Brilho); 5000 h (Baixo Brilho); - Tela Distância 0,8 - 14 m; Tamanho 30 a 350 (polegadas); Correção Keystone; Reprodução de Cor 24 bit; 16,7 Milhões; Alto Falante 1 w Mono; Conexões de Entrada: VGA (Mini D-sub 15 pin) x 1, HDMI x 1 - Vídeo componente (compartilhado com entrada VGA) x 1 Audio (Mini Jack) x 1 - USB tipo B x 1 (vídeo de computador); Conexões de Saída: - VGA (Mini D-sub 15 pin) x 1 - Retorno para Monitor; - Audio (Estéreo Mini Jack) x 1; Compatibilidade de Sinais de vídeo NTSC / NTSC4.43 / PAL-M / PAL-N / SECAM; - Resolução de vídeo: 480 linhas (NTSC) e 560 linhas (PAL); Conexão para Controle: USB (tipo B) x 1; - Controle Remoto; Garantia mínima de 12 (doze) meses. (01-01-17/56)	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA (6328) KALBRINK MAT. E EQUIP. EDUCATIVOS LTDA (4265) CONCORDIA SISTEMAS LTDA EPP (1767) MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (5110) VW COMERCIO ATACADISTA LTDA (7464)	EPSON	0	1.790,0000	1
					0	807,5000	2
					0	811,0000	3
					0	830,0000	4
					0	832,0000	5
					0	1.990,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2018

Número do Registro de Preços: 8/2018			Data do Registro: 07/02/2018		Válido até: 07/02/2019		
Objeto da Compra: O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE MATERIAIS, ELETRODOMESTICOS, ELETROELETRONICOS, EQUIPAMENTOS PARA COZINHA, EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA, MOBILIARIOSCOLAR E OUTROS, DESTINADO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNI							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
15	NOTEBOOK - COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: PROCESSADOR: Com tecnologia 01 (um) processador de núcleo duplo, com, no mínimo, de 2.6GHz de clock por núcleo, Frequência turbo mínima de 3.0 GHz e cache de 3 MB. Deve possuir suporte a dois threads por núcleo. Deve suportar tecnologia que permita a elevação da frequência nominal de forma automática, desde que não ultrapasse os limites de consumo de energia estabelecido. PLACA MÃE E CHIPSET: Mínimo de 03 (três) interfaces USB, BIOS com interface em Português e/ou Inglês. Possuir 02 (dois) slots de que suportem o padrão de memória DDR4, permitindo a expansão de, no mínimo, 16GB. Webcam integrada ao gabinete com resolução 720p ou superior. MEMÓRIA RAM: Possuir 4GB de memória RAM instalada em 01 (um) módulo de 04 (quatro) GB DDR4. Possuir 01 (um) slot livre, para futura expansão. Deve oferecer capacidade de expansão para até 16 (dezesseis) GB. ARMAZENAMENTO: Possuir 01 (uma) unidade de 500GB instalada, interface SATA 3.0Gb/s, com velocidade de rotação mínima de 5.200RPM. Deve possuir tecnologia SMART (Self-Monitoring, Analysis and Reporting Technology). Possuir unidade leitora e gravadora de DVDs/CDs integrada ao gabinete. VIDEO/GRÁFICO: Tela plana de LED 14" ou LED 14,1" ambos os casos antirreflexo/Widescreen resolução mínima de 1366 x 768. Controlador gráfico compartilhada de 512MB que suporte monitor estendido. Possuir 01 (uma) interface VGA de saída. Possuir 01 (uma) interface HDMI ou DisplayPort de saída. Possuir 01 (uma) câmera integrada com resolução mínima de 720p. CONTROLADORA DE REDE: Possuir 01 (uma) interface RJ-45 com suporte a taxas de transferência 10/100/1000 Mbps FULL-DUPLEX. Possuir 01 (uma) interface Wireless 802.11 b/g/n com autenticação WEP, WPA e WPA2. Estar em conformidade com padrões IEEE 802.1P, 802.1Q, 802.3, 802.3ab, 802.3az e 802.3u. A placa de rede WIFI deverá ser homologada pela Anatel. ÁUDIO: Alto-falantes de alta-definição integrados. Microfone integrado. Deve possuir entrada para microfone e saída para fones de ouvido. FONTE DE ALIMENTAÇÃO/BATERIA: Fonte bivolt automática externa. Deve ser capaz de suportar a configuração máxima do equipamento. Deve acompanhar cabo de alimentação. Bateria de íon de lítio com no mínimo 04 (quatro) células. TECLADO: Teclado padrão ABNT-2 integrado. As teclas devem ter seus caracteres impressos com tratamento anti-desgaste. O teclado deve ser resistente a derramamento acidental de líquido. MOUSE: Touchpad integrado com 02 (dois) botões e área para scroll. SISTEMA OPERACIONAL: Acompanhar licença de sistema operacional Microsoft Windows 10 Pro 64 bits. O sistema operacional Microsoft Windows 10 Pro 64 bits deve estar pré-instalado, bem como, todos os drivers de adaptadores internos necessários para seu pleno funcionamento. Deverá acompanhar mídias de reinstalação do sistema 64 bits, seus respectivos drivers e softwares. SOFTWARE ADICIONAL: Deve vir instalado com o aplicativo de produtividade Microsoft Office 2013 Home and Business ou superior, na versão 64 bits, original, licenciado em nome da PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA, não sendo aceita versão Trial/Teste ou versões não comerciais; INFORMAÇÕES IMPORTANTES: Garantia mínima de 12 meses do fabricante, bem como deve vir com todas as mídias de instalação dos softwares constantes no equipamento. Não será aceita versão Trial/Teste dos softwares. Deve estar acompanhado de Maleta, para acondicionamento do notebook/cabos e CD/DVD de instalação dos sistemas/aplicativos de produtividade. (01-01-177/57)	UN	MAXIMO VES E PAPELARIA LTDA - ME (5110)	DELL	0	5,365,0000	1
			TECHNO SOLUCOES EIRELI - ME (7850)		0	5,365,0000	2
			CONCORDIA SISTEMAS LTDA EPP (1767)		0	5,370,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2018

Número do Registro de Preços: 8/2018 Data do Registro: 07/02/2018 Válido até: 07/02/2019						
Objeto da Compra: O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE MATERIAIS, ELETRODOMESTICOS, ELETROELETRONICOS, EQUIPAMENTOS PARA COZINHA, EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA, MOBILIARIOSCOLAR E OUTROS, DESTINADO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNI						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
16	CARRINHO DE BEBÊ reversível 02 em 01 (pode ser usado como berço e também para passeio). Para bebês de até 15 kg. Encosto reclinável em 04 posições. Cabo reversível. Cinto de segurança de 05 pontos. Acoplado em tecido removível e com fácil encaixe de travamento. 04 rodas dianteiras giratórias. 04 rodas traseiras fixas com duplo sistema de freios. Capota retrátil e removível, confeccionada em tecido emborrachado. Medidas aproximadas: 51 x 103,5 x 78 cm (L x A x C). Peso aproximado: 10,2 kg. (01-01-17758)	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA (6328)		0	5.470,0000
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA (6328)	TUTTY BABY	0	438,5000
			HIPER BRINK COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA (7997)		0	438,9000
			KALBRINK MAT. E EQUIP. EDUCATIVOS LTDA (4265)		0	439,9000
			VW COMERCIO ATACADISTA LTDA (7464)		0	443,0000
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (5110)		0	450,0000
			TOPCLIMA SISTEMAS DE REFRIGERACAO EIRELI - EPP (7994)		0	460,0000
			BAGATOLI COM DE MÓVEIS LDTA ME (866)		0	465,0000
			DYSSIL EQUIPAMENTOS E SERVICOS LTDA - ME (7993)		0	465,0000
			TECNOLAR LTDA - ME (7995)		0	465,6000

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2018

Página: 9/15

Número do Registro de Preços: 8/2018		Data do Registro: 07/02/2018		Válido até: 07/02/2019			
Objeto da Compra: O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE MATERIAIS, ELETRDOMESTICOS, ELETROELETRONICOS, EQUIPAMENTOS PARA COZINHA, EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA, MOBILIARIOESCOLAR E OUTROS, DESTINADO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNI							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
17	MESA REFEIÇÃO MATERNAL 04 LUGARES DE CANTO - Mesa com tampo formato em L confeccionado multilaminado de madeira MDF 18 mm de espessura, revestido na face superior em laminado melamínico de baixa pressão na cor ovo. Bordas longitudinais com acabamento em PVC ergo Soft, tipo post-forming 180º, flexível colorido. Formato do tampo arredondado modelo tipo aquarela medindo 1350x1840, com curvatura interna na parte frontal do tampo de 35º, permitindo uma melhor aproximação do professor. Com 05 assentos retangular medindo 250x360 com bordas arredondas, acabamento em PVC ergo Soft tipo post-forming flexível colorido, com distanciamento entre eles de 31 cm, dentro dos padrões de ergonomia. Em cada vâodevera conter uma cadeira. Assento e encosto confeccionado em compensado multi laminado de 6 mm, monobloco, estofada comespuma soft D 35, acabamento em PVC modelo Francis colorido, revestidaem courossimo comsuperfície emresina de PVC, com base 50% poliéster e 50% algodão de alta resistência, permitindo uma melhor manutenção de limpeza contra líquidos. Deverão conter para cada assento um cinto de fixação, confeccionado em cadarço de nylon 30 mm, permitindo que a criança permaneça acomodadode forma correta na cadeira. Estruturade sustentação das cadeiras confeccionada em tubo de aço industrial ATC 1010/1020, com seção retangular 16x30, com espessura 1,30 mm. Apresentar na proposta laudo ou relatório emitido por organismo acreditado pelo INMETRO que os processos e insumos/matéria prima utilizada estão em conformidade com as ABNT/SNBRs, NBR 15316, NBR 5841, NBR 12466 NBR 8261 garantido a qualidade e segurança do usuário. *Estrutura da mesa em tubo de aço industrial ATC 1010/1020, com seção circular 2", com espessura 1,20 mm, Topos de fechamento da tubulação com ponteiros acopladas em polipropileno 100% injetadas, com deslizadores, e regulagem de altura. Acabamento com banho desengraxante a quente e tratamento antiferruginoso de proteção. Pintura com tinta epóxi pó, híbrida, eletrostática, na cor prata ou ovo, polimerizada em estufa a 180º C, com espessura mínima da película de 40 microns. Soldagem: os componentes que formam o conjunto deverão ser ligados entre si através de solda pelo processo MIG. Cor das cadeiras e PVC de acabamento: 01 amarela, 01 verde, 01 vermelha, 01 azul e 01 laranja. Medidas: 170 x 170 0,65 cm (01-01-17759)	UN	EDUCAR MOVEIS EIRELI (2474)	LINPLAST	0	1.917,0000	1
					0	1.918,0000	2
					0	1.927,0000	3
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA (6328)				
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (5110)				

ROBERTO TESSARO & CIA LTDA (6328)

MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (5110)

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2018

Página: 10/15

Número do Registro de Preços: 8/2018		Data do Registro: 07/02/2018		Válido até: 07/02/2019			
Objeto da Compra: O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE MATERIAIS, ELETRODOMESTICOS, ELETROELETRONICOS, EQUIPAMENTOS PARA COZINHA, EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA, MOBILIAR ESCOLAR E OUTROS, DESTINADO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNI							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
18	MESA REFEIÇÃO MATERNAL 05 LUGARES - Mesa com tampo confeccionado multilaminado de madeira MDF 18 mm de espessura, revestido na face superior em laminado melamínico de baixa pressão na cor ovo. Bordas longitudinais com acabamento em PVC- ergo Soft, tipo post-forming 180º, flexível colorido. Formato do tampo arredondado modelo tipo aquarola medindo 1350x1840, com curvatura interna na parte frontal do tampo de 35º, permitindo uma melhor aproximação do professor. Com 05 assentos retangular medindo 290x360 com bordas arredondadas, acabamento em PVC ergo Soft tipo post-forming flexível colorido, com distanciamento entre eles de 31 cm, dentro dos padrões de ergonomia. Em cada vâodeveira conter uma cadeira. - Medidas: 170 x 0,65 cm Assento e encosto confeccionado em compensado multi laminado de 6 mm, monobloco, estofada com espuma soft D 35, acabamento em PVC modelo Francis colorido, revestidaem couro sintético com superfície em resina de PVC, com base 50% poliéster e 50% algodão de alta resistência, permitindo uma melhor manutenção de limpeza contra líquidos. Deverão conter para cada assento um cinto de fiação, confeccionado em cadarço de nylon 30 mm, permitindo que a criança permaneça acomodadele forma correta na cadeira. Estrutura de sustentação das cadeiras confeccionada em tubo de aço industrial ATC 10/10/1020, com seção retangular 16x30, com espessura 1,50 mm. Apresentar na proposta laudo ou relatório emitido por organismo acreditado pelo INMETRO que os processos e insumos/matéria prima utilizada estão em conformidade com as ABNTS/NBRs; NBR 15316; NBR 5841; NBR 12466 NBR 8261 garantido a qualidade e segurança do usuário. Estrutura da mesa em tubo de aço industrial ATC 10/10/1020, com seção circular 2", com espessura 1,20 mm. Topos de fechamento da tubulação com ponteiros acopladas em polipropileno 100% injetadas, com deslizador, e regulagem de altura. Acabamento com banho desengraxante a quente e tratamento antiferruginoso de proteção. Pintura com tinta epóxi pó, híbrida, eletrostática, na cor prata ou ovo, polimerizada em estufa a 180º C, com espessura mínima da película de 40 microns. Soldagem: os componentes que formam o conjunto deverão ser ligados entre si através de solda pelo processo MIG. Cor das cadeiras e PVC de acabamento: 01 amarela, 01 verde, 01 vermelha, 01 azul e 01 laranja. (01-01-17/60)	UN	EDUCAR MOVEIS EIRELI (2474)	LINPLAST	0	1.995,0000	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA (6328)		0	1.995,0000	2
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (5110)		0	1.998,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2018

Número do Registro de Preços: 8/2018

Data do Registro: 07/02/2018

Válido até: 07/02/2019

Objeto da Compra:

O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE MATERIAIS, ELETRODOMESTÍCIOS, ELETROELETRÔNICOS, EQUIPAMENTOS PARA COZINHA, EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, MOBILIÁRIO ESCOLAR E OUTROS, DESTINADO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNI

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
19	CONJUNTO CIRCULAR INFANTIL - Conjunto circular 01 mesa e 06 cadeiras e cantadeiras. Estrutura metálica das mesas e cadeiras confeccionadas em tubo 7/8"chapa 16 (1,5 mm) com reforço nos pés das mesas, cadeira confeccionada em tubo 7/8" chapa 14 (1,9 mm) com pé traseiro em formato côncavo que se une aos pés dianteiros horizontalmente num ângulo de 51° com a finalidade de proporcionar um perfeito empilhamento, acabamento com quatro pontadeiras plásticas. Gradil porta-livros com ferro maciço de 7 mm nas cantadeiras metálicas com tratamento contra ferrugem pelo processo de fosfatização, pintura epóxi prata (a pó) painéis metálicos unidos através de solda mlg, tampo das cantadeiras em MDF - 15 mm formato trapezoidal onde se une perfeitamente a cadeira e a mesa central redonda com acabamento das bordas em PVC prata, assento das cadeiras em compensado de 10 mm semi-anatómico revestidos em fórmica colorida na parte superior do assento e nas duas faces do encosto. Cores a escolher: Amarelo lima, kiwi, cerâmica, azul marinho, azul francês, rosa-choque, vermelho e uva. Apresentar na proposta certificado do INMETRO da cadeira ou laudo emitido por organismo competente e acreditado atestando que a cadeira está em conformidade com toda a ABNT 14006/08 para móveis escolares. Obs. Na aquisição de 05, 06, ou 08 conjuntos de cadeiras e cantadeiras deve acompanhar uma mesa central circular na cor branca. Idade indicada: 03 a 06 anos - Medidas da cadeira: 53 cm (a partir do tampo) - Medidas da cadeira: 31 cm (a partir do assento) - Medidas do encosto: 36 X 18 cm - Medidas do assento: 36 X 27 cm - Diâmetro total: 1,20 m (01-01-17761)	UN	EDUCAR MOVEIS EIRELI (2474)	LINPLAST	0	1.388,0000	1
20	CADEIRA INFANTIL EMPILHÁVEL - Cadeira empilhável, com estrutura metálica confeccionada em tubo cadeira confeccionada em tubo 7/8" chapa 14 (1,9 mm) com pé traseiro em formato côncavo que se une aos pés dianteiros horizontalmente num ângulo de 51° com a finalidade de proporcionar um perfeito empilhamento, acabamento com quatro pontadeiras plásticas. Metal com tratamento contra ferrugem pelo processo de fosfatização, pintura epóxi prata (a pó) acabamento com quatro pontadeiras plásticas nos pés. Apresentar na proposta certificado do INMETRO da cadeira ou laudo emitido por organismo competente e acreditado atestando que a cadeira está em conformidade com toda a ABNT 14006/08 para móveis escolares. Assento e encosto das cadeiras em compensado multilaminado com 10 mm semi-anatómico, revestidos em fórmica colorida texturizada na parte superior do assento e nas duas faces do encosto. Cores: Amarelo lima, kiwi, cerâmica, azul marinho, azul francês, rosa - choque, vermelho e uva. Altura da cadeira: 31 cm (a partir do assento) - Medidas do encosto: 36 X 18 cm - Medidas do assento: 36 X 27 cm (01-01-17762)	UN	EDUCAR MOVEIS EIRELI (2474)	LINPLAST	0	186,0000	1
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (5110)		0	1.390,0000	2
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (5110)		0	188,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2018

Página: 12/15

Número do Registro de Preços: 8/2018		Data do Registro: 07/02/2018		Válido até: 07/02/2019			
Objeto da Compra: O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE MATERIAIS, ELETRODOMESTICOS, ELETROELETRONICOS, EQUIPAMENTOS PARA COZINHA, EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA, MOBILIAR ESCOLAR E OUTROS, DESTINADO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNI							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
21	TATAME 1,02m x 1,02m x 30 mm + 3 Bordas Acabamento - produzido em E.V.A. de qualidade e densidade adequadas para garantir a segurança e o conforto do usuário em diversas aplicações; por causa do encaixe que proporciona a junção perfeita das peças, permitindo a montagem de configurações e tamanhos diversos. A textura do Tatame, além de apresentar design agradável e conforto ao contato com a pele, proporciona alta aderência, protegendo o usuário de derrapagens e escorregões. Textura Antie Derrapante - Atóxico - Impermeável - Encaixe Perfeito - Isolante Térmico - Leve e fácil de carregar - Fácil higienização - Alta durabilidade - Acompanha 3 bordas de acabamento. Medidas: 1m Comprimento X 1m Largura X 30 mm. Composição: Etileno Acetato de Vinila. Peso:3kg. (01-01-17763)	UN	KALBRINK MAT. E EQUIP. EDUCATIVOS LTDA (4265)	MUNDO DA Bx	0	56,3000	1
22	CONJUNTO REFEIÇÃO COM ENCOSTO INFANTIL - conjunto composto de 01 mesa empilhável e 02 bancos, estrutura metálica da mesa e bancos em metalon 20 x 30 chapa 16 (1,5 mm) acabamento com pontalinas plásticas, metal com tratamento contra ferrugem pelo processo de fosfatização, pintura epóxi prata (a pó), apresentar na proposta laudo ou relatório emitido por organismo acreditado pelo Inmetro que os processos e insumos/matéria prima utilizada estão em conformidade com as abnts/nbrs 5841, 8261e 12/466, tampo das mesas modl 15 mm e bancos em compensado, revestidos em fórmica colorida texturizada encoisb com revestimento em ambas as faces, acabamento com perfil de PVC cor prata. Cores da fórmica: amarelo lima, kiwi, cerâmica, azul marinho, azul francês, rosa - choque, vermelho e uva. Idade indicada: 03 a 06 anos - medidas da mesa: 200 x 80 x 54 cm - medidas do banco: 1900 x 30 x 33 cm (01-01-17764)	UN	EDUCAR MOVEIS EIRELI (2474)	LINPLAST	0	1,345,0000	1
			VW COMERCIO ATACADISTA LTDA (7464)		0	56,5000	2
			HIPER BRINK COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA (7997)		0	56,9000	3
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA (6328)		0	57,5000	4
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (5110)		0	1,350,0000	2

Página: 13/15

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2018

Número do Registro de Preços: 8/2018 Data do Registro: 07/02/2018 Válido até: 07/02/2019

Objeto da Compra: O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE MATERIAIS, ELETRODOMESTICOS, ELETROELETRONICOS, EQUIPAMENTOS PARA COZINHA, EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA, MOBILIAR ESCOLAR E OUTROS, DESTINADO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNI

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
23	CAMINHA EMPILHÁVEL - Estrutura formada por duas cabeceiras produzidas em polipropileno, com suporte para acondicionar chipelã. Possui excelente balanço de propriedades de rigidez/impacto e estabilidade térmica. Produto atóxico apresenta acabamento superficial e boa processabilidade, além de longa durabilidade. Tubos oblongos em alumínio liga 6063, espessura de 1,59mm. Esta liga oferece boa extrudatibilidade e alta qualidade de acabamento, além de boa resistência a corrosão em geral, incluindo a corrosão por tensão e umidade. Produto leve e resistente. As caminhas são compostas por um leito de rede fina, confortável e arejada. Consiste em uma tela vazada confeccionada em tecido 100% poliéster, anti fungo, anti UV, e antioxidante, com alta resistência a peso, suportando até 50 kg, antitranspirante, lavável com água e sabão. Sistema de fixação entre a cabeceira/leia através de presilhas que garantem segurança ao conjunto, sem parafusos e sem velcro. O sistema de empilhamento além de otimizar espaços evita a proliferação de ácaros, fungos e bactérias. Ponteiros de borracha antiderrapantes fundamental para que a cama não deslize. Cabeças e lápis disponíveis nas cores: verde, laranja, rosa Pink e azul. Dimensões: 1,35 x 0,60 x 0,15 (01-01-17765)	UN	HIPER BRINK COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA (7997)	HB REF 101	0	201,9000	1
24	COLCHONETE, revestido de baqui tipo napa, impermeável, preferencialmente sem zíper, nas cores: azul, amarelo, laranja, verde, vermelho, roxo e rosa. Medidas: 1,30 x 0,60 x 0,10 m (A x L x P). Densidade 23. (01-01-17766)	UN	MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (5110)	PEGASUS	0	69,8000	1
			KALBRINK MAT. E EQUIP. EDUCATIVOS LTDA (4265)		0	202,5000	3
			VW COMERCIO ATACADISTA LTDA (7464)		0	204,0000	4
			BAGATOLI COM DE MÓVEIS LDTA ME (866)		0	213,9100	5
			EDUCAR MOVEIS EIRELI (2474)		0	216,0000	6
			TECNOLAR LTDA - ME (7995)		0	69,8000	1
			HIPER BRINK COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA (7997)		0	69,9500	2
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA (6328)		0	72,0000	3
			VW COMERCIO ATACADISTA LTDA (7464)		0	72,2700	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2018

MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (5110)

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2018

Número do Registro de Preços: 8/2018		Data do Registro: 07/02/2018		Válido até: 07/02/2019			
Objeto da Compra: O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE MATERIAIS, ELETRODOMESTICOS, ELETROELETRONICOS; EQUIPAMENTOS PARA COZINHA; EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA, MOBILIARIOESCOLAR E OUTROS, DESTINADO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNI							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 8/2018
PROCESSO Nº 2/2018

- (866) - BAGATOLI COM DE MÓVEIS LDTA ME
- (1767) - CONCORDIA SISTEMAS LTDA EPP
- (2474) - EDUCAR MOVEIS EIRELI
- (4265) - KALBRINK MAT. E EQUIP. EDUCATIVOS LTDA
- (5110) - MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME
- (6328) - ROBERTO TESSARO & CIA LTDA
- (7464) - VW COMERCIO ATACADISTA LTDA
- (7765) - ARAUJO E ABREU COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS
- (7850) - TECHNO SOLUCOES EIRELI - ME
- (7993) - DYSSIL EQUIPAMENTOS E SERVICOS LTDA - ME
- (7994) - TOPCLIMA SISTEMAS DE REFRIGERACAO EIRELI - EPP
- (7995) - TECNOLAR LTDA - ME
- (7996) - GIGA1.COM EIRELI - ME
- (7997) - HIPER BRINK COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
- (7998) - COMERCIO E REFRIGERACAO MJ LTDA - ME

Joacaba, 7 de Fevereiro de 2018.

HOMOLOG PL 09/2017 FMAS

Publicação Nº 1517476

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA CNPJ: 02.247.113/0001-11 AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 378 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 6/2017 - PR Processo Administrativo: 9/2017 Processo de Licitação: 9/2017 Data do Processo: 06/11/2017
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, Dioclésio Ragnini, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 9/2017
b) Licitação Nr.: 6/2017-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 08/02/2018
e) Data da Adjudicação: 08/02/2018 Sequência: 1
f) Objeto da Licitação Contratação de seguros dos veículos da frota da Secretaria Municipal de Assistência Social, pelo período de 12 (doze) meses.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

LOTE: 1 GENTE SEGURADORA SA (3228)

1 PEUGEOT PARTNER ESCAPE PACK 1.6 ANO 2010 CHASSI 8ADGJN6AVBG529000	UN	1,0000	-	1.038,2022	1.038,20
2 RENAULT LOGAN 1.0 EXPRESSION UP HI-FLEX 16V ANO/MODELO 2012/2013 CHASSI 93YLSR76HDJ539295	UN	1,0000	-	939,3258	939,33
3 RENAULT LOGAN 1.0 AUTHENTIQUE HI-FLEX 16V ANO/MODELO 2012/2013 CHASSI 93YLSR76HDJ531637	UN	1,000	-	988,764	988,76
4 FIAT UNO MILLE FIRE ECONOMY FLEX ANO 2013 CHASSI 9BD15802AD6887417	UN	1,000	-	988,764	988,76
5 FIAT UNO EVO 1.0 VIVACE FIRE FLEX ANO 2014 CHASSI 9BD195102E0551317	UN	1,0000	-	939,3258	939,33
6 FIAT SIENA 1.0 8V FIRE FLEX 04 PORTAS ANO 2007 CHASSI 9BD17206G73317171	UN	1,000	-	988,764	988,76
7 VOLKS GOL 1.000 MI GIII 02 PORTAS ANO 2002 CHASSI 9BWCA05Y23T109559	UN	1,0000	-	939,3258	939,33
8 FIAT STRADA WORKING CELB 1.4 8V FLEX 2014/2015 CHASSI 9BD578141F7901948	UN	1,0000	-	1.038,2022	1.038,20

Joaçaba, 8 de Fevereiro de 2018.

GESTOR FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABACNPJ: 02.247.113/0001-11
AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 378
C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC**PREGÃO PRESENCIAL**

Nr.: 6/2017 - PR

Processo Administrativo: 9/2017
Processo de Licitação: 9/2017
Data do Processo: 06/11/2017

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**LOTE: 1** **GENTE SEGURADORA SA (3228)**

9 FIAT UNO MILLE F/F 04 PORTAS ANO 2009 CHASSI 9BD15822AA6351423	UN	1,0000	-	939,3258	939,33
--	----	--------	---	----------	--------

Total por Fornecedor: 8.800,00**LOTE: 2** **GENTE SEGURADORA SA (3228)**

10 RENAULT MASTER 2.3 DCI EXECUTIVE LONGO 2013/2014 CHASSI 93YMAFMCEJ860257	UN	1,00	-	5.800,00	5.800,00
---	----	------	---	----------	----------

Total por Fornecedor: 5.800,00**Total Geral: 14.600,00**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.073.3.3.90.00.00.00.00 (14), 2.073.3.3.90.00.00.00.00 (5)

Joaçaba, 8 de Fevereiro de 2018.

GESTOR FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA CNPJ: 02.247.113/0001-11 AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 378 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 6/2017 - PR Processo Administrativo: 9/2017 Processo de Licitação: 9/2017 Data do Processo: 06/11/2017
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, Dioclésio Ragnini, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 9/2017
b) Licitação Nr.: 6/2017-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 08/02/2018
e) Data da Adjudicação: 08/02/2018 Sequência: 1
f) Objeto da Licitação Contratação de seguros dos veículos da frota da Secretaria Municipal de Assistência Social, pelo período de 12 (doze) meses.

		(em Reais R\$)				
g) Fomecedores e Itens Vencedores:		Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
<u>LOTE: 1</u> <u>GENTE SEGURADORA SA (3228)</u>						
1	PEUGEOT PARTNER ESCAPE PACK 1.6 ANO 2010 CHASSI 8ADGJN6AVBG529000	UN	1,0000	-	1.038,2022	1.038,20
2	RENAULT LOGAN 1.0 EXPRESSION UP HI-FLEX 16V ANO/MODELO 2012/2013 CHASSI 93YLSR76HDJ539295	UN	1,0000	-	939,3258	939,33
3	RENAULT LOGAN 1.0 AUTHENTIQUE HI-FLEX 16V ANO/MODELO 2012/2013 CHASSI 93YLSR76HDJ531637	UN	1,000	-	988,764	988,76
4	FIAT UNO MILLE FIRE ECONOMY FLEX ANO 2013 CHASSI 9BD15802AD6887417	UN	1,000	-	988,764	988,76
5	FIAT UNO EVO 1.0 VIVACE FIRE FLEX ANO 2014 CHASSI 9BD195102E0551317	UN	1,0000	-	939,3258	939,33
6	FIAT SIENA 1.0 8V FIRE FLEX 04 PORTAS ANO 2007 CHASSI 9BD17206G73317171	UN	1,000	-	988,764	988,76
7	VOLKS GOL 1.000 MI GIII 02 PORTAS ANO 2002 CHASSI 9BWCA05Y23T109559	UN	1,0000	-	939,3258	939,33
8	FIAT STRADA WORKING CELB 1.4 8V FLEX 2014/2015 CHASSI 9BD578141F7901948	UN	1,0000	-	1.038,2022	1.038,20

Joaçaba, 8 de Fevereiro de 2018.

GESTOR FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA

CNPJ: 02.247.113/0001-11
 AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 378
 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 6/2017 - PR

Processo Administrativo: 9/2017
 Processo de Licitação: 9/2017
 Data do Processo: 06/11/2017

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 1		GENTE SEGURADORA SA (3228)				
9	FIAT UNO MILLE F/F 04 PORTAS ANO 2009 CHASSI 9BD15822AA6351423	UN	1,0000	-	939,3258	939,33
					Total por Fornecedor:	8.800,00
LOTE: 2		GENTE SEGURADORA SA (3228)				
10	RENAULT MASTER 2.3 DCI EXECUTIVE LONGO 2013/2014 CHASSI 93YMAFMCEJ860257	UN	1,00	-	5.800,00	5.800,00
					Total por Fornecedor:	5.800,00
					Total Geral:	14.600,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.073.3.3.90.00.00.00.00 (14), 2.073.3.3.90.00.00.00.00 (5)

Joaçaba, 8 de Fevereiro de 2018.

 GESTOR FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA CNPJ: 02.247.113/0001-11 AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 378 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 6/2017 - PR Processo Administrativo: 9/2017 Processo de Licitação: 9/2017 Data do Processo: 06/11/2017
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, Dioclésio Ragnini, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 9/2017
b) Licitação Nr.: 6/2017-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 08/02/2018
e) Data da Adjudicação: 08/02/2018 Sequência: 1
f) Objeto da Licitação Contratação de seguros dos veículos da frota da Secretaria Municipal de Assistência Social, pelo período de 12 (doze) meses.

		(em Reais R\$)				
g) Fornecedores e Itens Vencedores:		Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
LOTE: 1 GENTE SEGURADORA SA (3228)						
1	PEUGEOT PARTNER ESCAPE PACK 1.6 ANO 2010 CHASSI 8ADGJN6AVBG529000	UN	1,0000	-	1.038,2022	1.038,20
2	RENAULT LOGAN 1.0 EXPRESSION UP HI-FLEX 16V ANO/MODELO 2012/2013 CHASSI 93YLSR76HDJ539295	UN	1,0000	-	939,3258	939,33
3	RENAULT LOGAN 1.0 AUTHENTIQUE HI-FLEX 16V ANO/MODELO 2012/2013 CHASSI 93YLSR76HDJ531637	UN	1,000	-	988,764	988,76
4	FIAT UNO MILLE FIRE ECONOMY FLEX ANO 2013 CHASSI 9BD15802AD6887417	UN	1,000	-	988,764	988,76
5	FIAT UNO EVO 1.0 VIVACE FIRE FLEX ANO 2014 CHASSI 9BD195102E0551317	UN	1,0000	-	939,3258	939,33
6	FIAT SIENA 1.0 8V FIRE FLEX 04 PORTAS ANO 2007 CHASSI 9BD17206G73317171	UN	1,000	-	988,764	988,76
7	VOLKS GOL 1.000 MI GIII 02 PORTAS ANO 2002 CHASSI 9BWCA05Y23T109559	UN	1,0000	-	939,3258	939,33
8	FIAT STRADA WORKING CELB 1.4 8V FLEX 2014/2015 CHASSI 9BD578141F7901948	UN	1,0000	-	1.038,2022	1.038,20

Joaçaba, 8 de Fevereiro de 2018.

GESTOR FMAS

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA****CNPJ:** 02.247.113/0001-11
AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 378
C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 6/2017 - PR****Processo Administrativo:** 9/2017
Processo de Licitação: 9/2017
Data do Processo: 06/11/2017

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**LOTE: 1** **GENTE SEGURADORA SA (3228)**

9 FIAT UNO MILLE F/F 04 PORTAS ANO 2009 CHASSI 9BD15822AA6351423	UN	1,0000	-	939,3258	939,33
---	----	--------	---	----------	--------

Total por Fornecedor: 8.800,00**LOTE: 2** **GENTE SEGURADORA SA (3228)**

10 RENAULT MASTER 2.3 DCI EXECUTIVE LONGO 2013/2014 CHASSI 93YMAFMCEJ860257	UN	1,00	-	5.800,00	5.800,00
--	----	------	---	----------	----------

Total por Fornecedor: 5.800,00**Total Geral: 14.600,00**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.073.3.3.90.00.00.00.00 (14), 2.073.3.3.90.00.00.00.00 (5)

Joaçaba, 8 de Fevereiro de 2018.

GESTOR FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA CNPJ: 02.247.113/0001-11 AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 378 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 6/2017 - PR Processo Administrativo: 9/2017 Processo de Licitação: 9/2017 Data do Processo: 06/11/2017
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, Dioclésio Ragnini, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 9/2017
b) Licitação Nr.: 6/2017-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 08/02/2018
e) Data da Adjudicação: 08/02/2018 Sequência: 1
f) Objeto da Licitação Contratação de seguros dos veículos da frota da Secretaria Municipal de Assistência Social, pelo período de 12 (doze) meses.

		(em Reais R\$)				
g) Fomecedores e Itens Vencedores:		Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
<u>LOTE: 1</u> <u>GENTE SEGURADORA SA (3228)</u>						
1	PEUGEOT PARTNER ESCAPE PACK 1.6 ANO 2010 CHASSI 8ADGJN6AVBG529000	UN	1,0000	-	1.038,2022	1.038,20
2	RENAULT LOGAN 1.0 EXPRESSION UP HI-FLEX 16V ANO/MODELO 2012/2013 CHASSI 93YLSR76HDJ539295	UN	1,0000	-	939,3258	939,33
3	RENAULT LOGAN 1.0 AUTHENTIQUE HI-FLEX 16V ANO/MODELO 2012/2013 CHASSI 93YLSR76HDJ531637	UN	1,000	-	988,764	988,76
4	FIAT UNO MILLE FIRE ECONOMY FLEX ANO 2013 CHASSI 9BD15802AD6887417	UN	1,000	-	988,764	988,76
5	FIAT UNO EVO 1.0 VIVACE FIRE FLEX ANO 2014 CHASSI 9BD195102E0551317	UN	1,0000	-	939,3258	939,33
6	FIAT SIENA 1.0 8V FIRE FLEX 04 PORTAS ANO 2007 CHASSI 9BD17206G73317171	UN	1,000	-	988,764	988,76
7	VOLKS GOL 1.000 MI GIII 02 PORTAS ANO 2002 CHASSI 9BWCA05Y23T109559	UN	1,0000	-	939,3258	939,33
8	FIAT STRADA WORKING CELB 1.4 8V FLEX 2014/2015 CHASSI 9BD578141F7901948	UN	1,0000	-	1.038,2022	1.038,20

Joaçaba, 8 de Fevereiro de 2018.

GESTOR FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABACNPJ: 02.247.113/0001-11
AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 378
C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC**PREGÃO PRESENCIAL**

Nr.: 6/2017 - PR

Processo Administrativo: 9/2017
Processo de Licitação: 9/2017
Data do Processo: 06/11/2017

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**LOTE: 1** **GENTE SEGURADORA SA (3228)**

9 FIAT UNO MILLE F/F 04 PORTAS ANO 2009 CHASSI 9BD15822AA6351423	UN	1,0000	-	939,3258	939,33
--	----	--------	---	----------	--------

Total por Fornecedor: 8.800,00**LOTE: 2** **GENTE SEGURADORA SA (3228)**

10 RENAULT MASTER 2.3 DCI EXECUTIVE LONGO 2013/2014 CHASSI 93YMAFMCEJ860257	UN	1,00	-	5.800,00	5.800,00
---	----	------	---	----------	----------

Total por Fornecedor: 5.800,00**Total Geral: 14.600,00**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.073.3.3.90.00.00.00.00 (14), 2.073.3.3.90.00.00.00.00 (5)

Joaçaba, 8 de Fevereiro de 2018.

GESTOR FMAS

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA 013.18 - LICENÇA PREMIO - JEAN**

Publicação Nº 1517172

PORTARIA Nº 013/2018 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018

"AUTORIZA A CONVERSÃO EM PECUNIA DE LICENÇA-PREMIO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA."

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 34, incisos II e XXXIII do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º - CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do Servidor JEAN CARLOS DA SILVA, Recepcionista/Secretário, conforme requerimento protocolizado sob o nº 0021/18, deferido em 05 de fevereiro de 2018, referente ao período de 16 de agosto de 2015 a 16 de agosto de 2016, nos termos do art. 80 e 80-A da Lei Complementar nº 76/2003.

Art.2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, 08 de fevereiro de 2018.

ALMIR PASTORI

Presidente

CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA**BALANCETE FINANCEIRO JANEIRO/2018**

Publicação Nº 1516991

ESTADO DE SANTA CATARINA

Betha Sistemas

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOACABA

Exercício de 2018

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Liquidada

Período: Janeiro

Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	670.303,44	ORÇAMENTÁRIAS	1.470.207,61
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	59.564,86	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.362.983,21
Receita Patrimonial	2.483,16	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	954.677,61
Transferências Correntes	607.229,45	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	408.305,60
Outras Receitas Correntes	1.025,97	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	107.224,40
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	107.224,40
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	1.000.000,00		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	1.000.000,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.752.137,64	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.361.325,69
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	222.214,54	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	5.780,51
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	1.529.923,10	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	1.343.472,59
		RP PROCESSADOS PAGOS	12.072,59
SALDOS ANTERIORES	1.971.386,00	SALDOS ATUAIS	2.562.293,78
BANCO C/ MOVIMENTO	170.668,94	BANCO C/ MOVIMENTO	733.975,24
BANCOS C/ VINCULADAS	1.800.717,06	BANCOS C/ VINCULADAS	1.828.318,54
TOTAL	5.393.827,08	TOTAL	5.393.827,08

JOACABA, 08/02/2018

CELSE VILMAR BRANCHER

Ordenador de Despesa - Secretário Saúde

ELIANE APARECIDA CERON VIER

Contador CRC SC 021520/O-0

ELIZETE MARQUES

Tesoureira

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0005A/2018 - SIMAE**

Publicação Nº 1516497

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0005A/2018

Aos sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, no Setor de Compras, localizado na Sede Administrativa do SIMAE, no Município de Joaçaba, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços 0006/2018, na Ata de Registro de Preços, homologada em 07/02/2018, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir:

DETENTORAS:

1ª	RAZÃO SOCIAL:	AUTO VOLKS LTDA – ME
	ENDEREÇO:	Rua Duque de Caxias, nº1074, Centro, em Joaçaba/SC
	CNPJ/MF:	81.769.127/0001-71
	REPRESENTANTE LEGAL:	Valdir Patzlaff
	CPF:	168.129.729-91
	RG:	229896

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo o fornecimento de peças, componentes e materiais originais para os veículos e motocicletas da frota do SIMAE.

1.2 Os preços ora REGISTRADOS, de acordo a proposta apresentada pela(s) DETENTORA(S) no Processo de Licitação, correspondem à expectativa de aquisição dos seguintes itens:

2	SERVIÇO DE MECÂNICA ESPECIALIZADA - LOTE 1 – VEÍCULOS LEVES		
MÃO DE OBRA (MO) – Valor Máximo R\$ 58,00 por hora/homem	Percentual (%)	14,20	
PEÇAS (PÇ)	Percentual (%)	21,30	
PERCENTUAL DE DESCONTO		35,50	

3	SERVIÇO DE ELETRICIDADE - LOTE 1 – VEÍCULOS LEVES		
MÃO DE OBRA (MO) – Valor Máximo R\$ 60,00 por hora/homem	Percentual (%)	14,40	
PEÇAS (PÇ)	Percentual (%)	21,60	
PERCENTUAL DE DESCONTO		36,00	

5	SERVIÇO DE MECÂNICA GERAL - LOTE 2 – VEÍCULOS MÉDIOS		
MÃO DE OBRA (MO) – Valor Máximo R\$ 65,00 por hora/homem	Percentual (%)	14,40	
PEÇAS (PÇ)	Percentual (%)	21,60	
PERCENTUAL DE DESCONTO		36,00	

6	SERVIÇO DE MECÂNICA ESPECIALIZADA - LOTE 2 – VEÍCULOS MÉDIOS		
MÃO DE OBRA (MO) – Valor Máximo R\$ 68,00 por hora/homem	Percentual (%)	14,28	
PEÇAS (PÇ)	Percentual (%)	21,42	
PERCENTUAL DE DESCONTO		35,70	

7	SERVIÇO DE ELETRICIDADE - LOTE 2 – VEÍCULOS MÉDIOS		
MÃO DE OBRA (MO) – Valor Máximo R\$ 60,00 por hora/homem	Percentual (%)	14,40	
PEÇAS (PÇ)	Percentual (%)	21,60	
PERCENTUAL DE DESCONTO		36,00	

1.3 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.3.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.3.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro da Ata somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.4 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o SIMAE solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.3.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 0006/2018 e seus anexos;
- b) Proposta das Licitantes.
- c) Planilha de lances do pregão.

3. DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, após a homologação da Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

3.2 A execução do objeto deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo servidor (Rafael Giongo Burlin), que anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo e determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

4 DA FORMA DE EXECUÇÃO

4.1 Os veículos contemplados nesta contratação, estão descritos no Anexo II do Edital.

4.1.1 A quantidade de veículos indicada no Anexo II do Edital visa somente oferecer à DETENTORA elementos para avaliação potencial de serviços, sendo que tal quantitativo não constitui, sob nenhuma hipótese, garantia de volume de serviço a ser requisitado.

4.1.2 Poderá ocorrer, a critério do órgão gerenciador e dos órgãos participantes, alteração nos veículos e motocicletas descritos em cada

categoria, em virtude de novas aquisições ou supressão como inservíveis ou desnecessários.

4.2 Para esta contratação, entende-se por serviços de mecânica especializada, aqueles que envolvem a retífica e montagem de motores, caixa e diferencial, bem como, o sistema hidráulico e injeção eletrônica, conforme o caso.

4.2.1 Os serviços de mecânica geral e eletricidade, basicamente, consistirão de:

- a) Verificação corretiva ou preventiva do sistema mecânico e/ou elétrico dos veículos.
- b) Substituição de peças.
- c) Verificação da adequação e ensaio das peças a serem substituídas.
- d) Testes de funcionamento e segurança.
- e) Limpeza e lubrificação de sistemas mecânicos.
- f) Avaliação da necessidade de manutenção mecânica e/ou elétrica para a utilização eficiente e segura dos veículos.

4.2.2 Os serviços de funilaria e pintura, basicamente, consistirão de:

- a) Verificação corretiva ou preventiva da carenagem e da pintura dos veículos.
- b) Reforma ou substituição de partes.
- c) Verificação da adequação e ensaio das partes restauradas ou substituídas.
- d) Testes de funcionamento e segurança.
- e) Aplicação de proteção química nas áreas metálicas sujeitas a oxidação.
- f) Restauração da pintura das partes deterioradas ou realização de pintura integral em partes novas.
- g) Verificação da adequação e ensaio das cores nas partes restauradas ou substituídas.
- h) Testes de secagem e resistência da pintura.
- i) Aplicação de cera especial e execução de polimento nos veículos pintados.

4.3 Quaisquer serviços pertinentes a manutenção preventiva e corretiva, não elencados acima, deverão ser atendidos e estarem em conformidade com as normas e padrões de exigências da ABNT, NBR 15831:2010 e NBR 13.032, órgãos técnicos competentes, legislações correlacionadas, normas e padrões dos fabricantes.

4.4 A manutenção prevista nesta Ata consiste no conjunto de atividades com a finalidade de conservar ou recolocar o veículo em condições ideais de funcionamento, por meio de manutenção preventiva (periódica) e corretiva, sendo:

4.4.1 Manutenção preventiva (periódica): sistemática regular de revisão com o intuito de proporcionar as melhores condições de desempenho do veículo no tocante ao seu funcionamento, rendimento e segurança, contemplando a prevenção de defeitos que possam resultar na indisponibilidade do mesmo. Deverá obedecer às determinações existentes no manual de cada fabricante.

4.4.2 Manutenção corretiva: atividade que visa tornar operacional o veículo ocasionalmente desativado ou com funcionamento debilitado em razão de defeitos e desgastes originados pelo uso ou falha no processo fabril.

4.5 As peças a serem utilizadas na prestação dos serviços deverão ser novas, genuínas ou originais.

4.5.1 Considera-se, para esta contratação, peça genuína aquela fornecida por concessionária autorizada da marca do veículo e, peça original aquela comercializada com o nome do fabricante e fornecida por empresas vendedoras de autopeças.

4.7 As peças, componentes, acessórios e materiais originais e suas quantidades, bem como o número de horas e serviços a serem executados deverão corresponder ao efetivamente necessário para a realização da respectiva manutenção do veículo, devendo a DETENTORA se abster de propor peças, serviços e horas em desacordo com o realmente empregado em cada caso concreto. Tais parâmetros serão regidos pela TABELA CÍLIA.

4.8 Toda divergência será passível de negativação dos orçamentos pelo gestor da frota do órgão requisitante.

4.9 O sistema CILIA é um software de orçamentação eletrônica destinada à reparação automotiva, que permite a elaboração de orçamentos rápidos. Utilizado pela grande maioria das seguradoras do mercado, o sistema contém um completo banco de dados com preços de peças de diversas marcas e modelos de veículos, incluindo também o tempo de reparo estimado para cada tipo de troca de peça e serviço a ser realizado. Assim, com esta ferramenta, é possível a realização de um orçamento rápido, prático e justo para todas as partes envolvidas na negociação. Para maiores informações sobre o sistema CILIA, consultar

4.10 A DETENTORA, na assinatura da presente Ata, deverá possuir:

4.10.1 Browser Internet Explorer (versão 5.5, no mínimo) ou Mozilla Firefox para acesso a rede de internet.

4.10.2 Instalado e em funcionamento, equipamento de informática para acesso ao SISTEMA CÍLIA visando a comunicação entre o prestador de serviço e o órgão gerenciador.

4.10.3 Acesso ao SISTEMA CILIA, versão FULL (off-line), sendo de responsabilidade da DETENTORA o pagamento do sistema e sua manutenção.

Instalado e em funcionamento, equipamento de informática interligado à internet, para acesso ao sistema de gestão da frota de veículos do Município, visando a comunicação entre a empresa e o órgão gerenciador.

4.11 As peças e suas quantidades, bem como o número de horas e serviços a serem executados que não estiverem relacionados no SISTEMA CILIA, só terão sua execução autorizada após análise e aprovação do gestor da frota do órgão requisitante.

4.12 O Simae, por intermédio de servidor autorizado, procederá à entrega dos veículos no estabelecimento da DETENTORA, retirando-os do local logo após a execução dos serviços.

4.13 Considerando-se questões de ordem operacional e financeira na relação custo-benefício e, preservando-se o interesse público, a DETENTORA, durante a vigência da presente Ata, deverá disponibilizar, para a execução dos serviços, oficina localizada a uma distância viária inferior a:

4.13.1 -10 (dez) quilômetros do prédio sede Administrativa do Simae, localizado à Rua Tiradente , 123, centro,Joaçaba-SC para a manutenção dos veículos constantes dos lotes 1,2 e 4 do Anexo II;

4.13.2 -25 (vinte e cinco) quilômetros do garagem de veiculo pesados, localizado à Rua Carlos Gomes - Centro, para a manutenção dos veículos constantes dos lotes 3 do Anexo II.

4.14 Caso a DETENTORA não se enquadre nas condições previstas no subitem 4.13 deverá responsabilizar-se pelo transporte, através de prancha ou guincho, dos veículos ou motocicletas até o estabelecimento onde serão executados os serviços, bem como, até o local de origem no Município de Joaçaba, sem custos adicionais, observando-se os prazos estipulados.

4.15 Os procedimentos de orçamentação, autorização e acompanhamento da manutenção (preventiva ou corretiva) serão realizados via sistema.

4.16 A DETENTORA deverá fornecer ao órgão requisitante, orçamento prévio para cada serviço, incluindo peças e o tempo estimado de mão-de-obra necessária, sendo que o pedido de orçamento prévio será encaminhado à DETENTORA pelo gestor da frota do órgão requisitante.

4.17 O encaminhamento do orçamento ao gestor da frota para análise e autorização, deverá ser realizado em até 24 (vinte e quatro) horas úteis a partir da entrega do veículo, considerando-se o horário comercial.

4.18 Caso os defeitos ou imperfeições do veículo não possam ser analisados dentro do prazo estipulado, a DETENTORA deverá justificar ao gestor da frota o não atendimento do subitem acima.

4.19 O aceite do orçamento dos serviços a serem prestados se dará após a verificação, pelo gestor da frota do órgão requisitante, da conformidade com as quantidades e especificações constantes do orçamento da DETENTORA, de acordo com o registrado na presente Ata, especificações do edital e do SISTEMA CÍLIA, por intermédio da Autorização de Fornecimento.

4.20 Não sendo aprovado o orçamento dos serviços, o veículo será retirado pelo responsável do órgão requisitante, com todas as peças pertencentes ao mesmo, sem o pagamento de qualquer valor.

4.21 Os serviços, quando autorizados pelo gestor da frota do órgão requisitante, deverão ser iniciados em até 12 (doze) horas úteis, contadas a partir da Autorização de Fornecimento.

4.22 A DETENTORA deverá responsabilizar-se pelos veículos entregues para manutenção, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados ao órgão requisitante ou a terceiros, enquanto os veículos estiverem sob sua guarda e quando seus empregados ou prepostos os estiverem conduzindo.

4.23 As peças substituídas deverão ser devolvidas ao órgão requisitante após a execução dos serviços, salvo para os casos onde por lei, a oficina seja obrigada a realizar o descarte ou devolver o material ao fabricante.

4.24 O órgão requisitante reserva-se no direito de exercer ampla fiscalização do fornecimento dos materiais e serviços, verificando se estão sendo cumpridos os termos contratuais, não se excluindo a DETENTORA da responsabilidade por qualquer irregularidade. Constatado o fornecimento de materiais ou serviços de má qualidade, o órgão requisitante poderá utilizar-se do disposto na Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

4.25 A DETENTORA deverá facilitar o acesso dos servidores do órgão requisitante, aos locais em que estiverem sendo executados os serviços, para fins de acompanhamento e auditoria.

4.26 A DETENTORA deverá fornecer a garantia mínima do fabricante para as peças de reposição e de, no mínimo, 03 meses para os serviços executados.

A retífica, montagem e colocação de motor completo devem ter, no mínimo, garantia de 06 meses ou 20.000 (vinte mil) quilômetros, prevalecendo o que ocorrer primeiro.

4.27 A DETENTORA deverá fornecer, às suas expensas, as ferramentas, equipamentos e materiais de consumo de pequeno valor, necessários à execução dos serviços.

4.28 Por ocasião do recebimento dos serviços, o órgão requisitante, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, estando a DETENTORA obrigada a promover a devida regularização, observando-se os prazos contratuais.

4.29 O aceite dos serviços não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente.

4.30 Caso os serviços sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

4.31 Na execução dos serviços deverão ser observadas, de modo geral, as especificações das normas técnicas e legais vigentes e aquelas complementares e pertinentes aos respectivos serviços, bem como, as instruções, recomendações e determinações da fiscalização, dos

órgãos ambientais de controle e demais aplicáveis à espécie.

4.32 Caberá a DETENTORA obedecer ao objeto e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

4.33 Para as peças que se fizerem necessárias e que não constarem na tabela de referência o Simae realizará processo licitatório a parte para aquisição

5 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações que deles poderão advir facultando-se a realização de licitação específica para o objeto pretendido, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência na contratação em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

6. DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

6.1 A empresa registrada será responsável por eventuais danos havidos nos objetos/materiais, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

6.2 Ficam resguardados os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, na forma estabelecida no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

6.3 A empresa registrada deverá manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente à Contratante qualquer alteração que possa comprometer o objeto contratado.

6.4 O sistema de registro de preços tem como objetivo manter na entidade o registro de propostas vantajosas e, segundo sua conveniência, promover as contratações junto as DETENTORA(S) desta Ata.

6.5 A existência de preços registrados não obriga o Simae a adquirir os serviços desta Ata, sendo facultada a realização de licitação específica para a contratação total ou parcial do objeto, hipóteses em que, em igualdade de condições, a DETENTORA do registro terá sempre preferência.

6.6 Para fins deste registro de preços aplicar-se-á o disposto na Lei nº 8.666/93 e alterações, e ainda os preceitos gerais do direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

6.7 A declaração de nulidade deste instrumento opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

7. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1 A empresa registrada responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o SIMAE ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo SIMAE.

7.2. A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos materiais fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos.

7.3 A empresa registrada autoriza o SIMAE a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

7.4 A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

7.5 Constituem obrigações das empresas fornecedoras:

- a) Providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;
- b) Manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;
- c) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o material que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estiverem em desacordo com as especificações exigidas;
- d) Obedecer ao objeto e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade;
- e) Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- f) Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- g) Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;
- h) Prestar a garantia mínima do fabricante, para os produtos contratados;
- i) Executar o objeto de acordo com o disposto na cláusula quarta (Da Forma de Execução) da presente Ata.
- j) Manter, durante a execução do objeto, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas.

- k) Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto.
- m) Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do objeto.
- n) Exigir do órgão requisitante a Solicitação e a respectiva Nota de Empenho de Despesa para a efetiva execução dos serviços solicitados.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a) Designar servidor ou constituir comissão especial visando à fiscalização da execução da ata;
- b) Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o pactuado neste instrumento;
- c) Providenciar a publicação da ata de Registro de Preços conforme legislação;
- d) Promover o acompanhamento e a fiscalização dos materiais/serviços, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- e) Efetuar o pagamento em até 10 (dez) dias após a entrega a contento.

9. DA FORMA DE PAGAMENTO

9.1 O pagamento será:

9.1.1 – Efetivado de acordo com os serviços prestados mediante apresentação das notas fiscais/faturas de materiais que deverão ser emitidas em nome do SIMAE- Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, CNPJ 84.591.890/0001-43, da qual deverá constar o número da licitação, acompanhado de cópia da ordem de compra emitida pelo SIMAE de Joaçaba – SC; Devendo ser ENCAMINHANDO PARA EMAIL compras@simae.sc.gov.br.

9.1.2 - É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRONICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A;

9.1.3 Realizado através do Simae, no prazo de 10 (dez) dias úteis, após a realização dos serviços, contados da efetiva prestação dos serviço/material entregue, observado o que consta no item 4 desta ata de registro de preços.

9.2 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

9.3 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

9.4 No caso de eventuais atrasos de pagamento das faturas, por culpa do SIMAE, o valor será atualizado monetariamente nos termos do art. 117 da Constituição Estadual de Santa Catarina, acrescido da multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano, pro rata die.

9.5 - O pagamento será efetuado diretamente através de depósito bancário em Banco indicado pela proponente vencedora.

9.6 - Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da empresa registrada incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para entrega do material no SIMAE, sito Rua Tiradentes, nº 123, Centro, Joaçaba – SC, Sede Administrativa do SIMAE, constituindo-se na única remuneração devida.

10 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1 - A despesa resultante da Licitação JHL0007/2018 ocorrerá à conta de DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS do exercício de 2018, consignadas no:

ÓRGÃO/UNIDADE: 14.01

FUNÇÃO/PROGRAMA: 17.512.0028

17.122.0028

PROJETO/ATIVIDADE: 2.061 2.062 2.060

ELEMENTO: 3.3.90.39.19.00.00.00

3.3.90.30.39.00.00

11 DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DAS FORNECEDORAS

11.1 O SIMAE poderá cancelar o Registro de Preços das fornecedoras nos casos a seguir especificados:

- a) quando descumprir as exigências do Edital ou da respectiva Ata;
- b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;
- c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

11.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

12 - DAS SANÇÕES

12.1 As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas à DETENTORA, garantida a prévia defesa, são as previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, no Pregão e nesta Ata de Registro de Preços.

12.2 Penalidades que poderão ser cominadas, individual ou cumulativamente, à DETENTORA:

I – Advertência, que será aplicada:

a) no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da DETENTORA;

b) nas ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do SIMAAE, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

II – Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente, correspondente a:

a) 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação, pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de até 10 (dez) dias úteis;

b) 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia útil de atraso na entrega e/ou execução, cuja aplicação será sobre o valor total do Empenho em que ocorreu o atraso, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor total do Empenho;

c) 10% (dez por cento) sobre o saldo remanescente/parcela não executada, no caso de inexecução parcial do objeto ou desatender as condições estipuladas nesta Ata de Registro de Preços e no Edital;

d) 20% (vinte por cento) sobre o valor total desta Ata de Registro de Preços, no caso de inexecução total do objeto ou pedir a rescisão da Ata de Registro de Preços;

III – Impedimento, de acordo com o art. 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002: a Contratada, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, ficará impedida de licitar e contratar com o Simae, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, na hipótese de:

a) recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços ou a receber o Empenho, quando enviado por e-mail, dentro do prazo de validade da proposta;

b) deixar de apresentar os documentos discriminados no Edital, tendo declarado que cumpria os requisitos de habilitação;

c) apresentar documentação falsa para participar no certame, conforme registrado em ata, ou demonstrado em procedimento administrativo, mesmo que posterior ao encerramento do certame;

d) retardar a execução do certame por conduta reprovável da licitante, registrada em ata;

e) não manter a proposta após a adjudicação;

f) desistir de lance verbal realizado na fase de competição;

g) comportar-se de modo inidôneo durante a realização do certame, registrado em ata;

h) fazer declaração falsa ou cometer fraude fiscal demonstrada durante ou após a realização do certame;

i) falhar ou fraudar a execução do Contrato;

j) descumprir as obrigações decorrentes do Contrato;

k) ser considerada tecnicamente incapaz de fornecer o objeto do Contrato.

IV – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade (nas mesmas hipóteses previstas para o impedimento, sempre que julgar a necessidade de aplicação de penalidade mais grave).

12.3 As sanções de advertência, de impedimento de licitar e contratar com o SIMAE e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à DETENTORA juntamente com a de multa.

12.4 Na aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preços, o SIMAE considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da DETENTORA, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da DETENTORA, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei nº 8.666/93.

12.5 O SIMAE observará a boa-fé da DETENTORA e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao SIMAE ou a terceiros.

12.6 A reincidência da sanção de advertência, ensejará a aplicação de penalidade de suspensão.

12.7 O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à DETENTORA.

12.7.1 Se o valor a ser pago à DETENTORA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica essa obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

12.7.2 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela DETENTORA ao SIMAE, esse será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

12.7.3 O não pagamento da multa implicará na aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar com o SIMAE.

12.8 As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da DETENTORA e, quando a empresa for declarada inidônea, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS).

12.9 Nenhum pagamento será realizado à DETENTORA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

13.2 E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba- (SC), 07 de fevereiro de 2018.

Paulo Cesar Lamin

Diretor Presidente do SIMAE

Valdir Patzlaff
Representante Legal

Testemunhas:

André Francisco Fiorin Alessandra Marcon Zanchetta
Diretor Técnico Gerente SMTP Substituta

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0005B/2018 - SIMAE

Publicação Nº 1516505

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0005B/2018

Aos sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, no Setor de Compras, localizado na Sede Administrativa do SIMAE, no Município de Joaçaba, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços 0006/2018, na Ata de Registro de Preços, homologada em 07/02/2018, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir:

DETENTORAS:

1ª	RAZÃO SOCIAL:	LOCOMAQ Comércio e Locação de Máquinas e Equipamentos Ltda - ME
	ENDEREÇO:	Rua Prefeito Normelio Zilio, nº 75, Sala 02 Fundos, Distrito Industrial, em Joaçaba/SC
	CNPJ/MF:	10.527.352/0001-53
	REPRESENTANTE LEGAL:	Raul de Miranda
	CPF:	425.628.349-20
	RG:	547135

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo o fornecimento de peças, componentes e materiais originais para os veículos e motocicletas da frota do SIMAE.

1.2 Os preços ora REGISTRADOS, de acordo a proposta apresentada pela(s) DETENTORA(S) no Processo de Licitação, correspondem à expectativa de aquisição dos seguintes itens:

9	SERVIÇO DE MECÂNICA GERAL - LOTE 3 – VEICULOS PESADOS		
	MÃO DE OBRA (MO) – Valor Máximo R\$ 120,00 por hora/homem	Percentual (%)	13,64
	PEÇAS (PÇ)	Percentual (%)	20,46
	PERCENTUAL DE DESCONTO		34,10
10	SERVIÇO DE MECÂNICA ESPECIALIZADA - LOTE 3 – VEICULOS PESADOS		
	MÃO DE OBRA (MO) – Valor Máximo R\$ 140,00 por hora/homem	Percentual (%)	13,64
	PEÇAS (PÇ)	Percentual (%)	20,46
	PERCENTUAL DE DESCONTO		34,10

1.3 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.3.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.3.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro da Ata somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.4 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o SIMAE solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.3.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

a) Edital de Pregão Presencial nº 0006/2018 e seus anexos;

- b) Proposta das Licitantes.
- c) Planilha de lances do pregão.

3. DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, após a homologação da Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

3.2 A execução do objeto deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo servidor (Rafael Giongo Burlin), que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo e determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

4 DA FORMA DE EXECUÇÃO

4.1 Os veículos contemplados nesta contratação, estão descritos no Anexo II do Edital.

4.1.1 A quantidade de veículos indicada no Anexo II do Edital visa somente oferecer à DETENTORA elementos para avaliação potencial de serviços, sendo que tal quantitativo não constitui, sob nenhuma hipótese, garantia de volume de serviço a ser requisitado.

4.1.2 Poderá ocorrer, a critério do órgão gerenciador e dos órgãos participantes, alteração nos veículos e motocicletas descritos em cada categoria, em virtude de novas aquisições ou supressão como inservíveis ou desnecessários.

4.2 Para esta contratação, entende-se por serviços de mecânica especializada, aqueles que envolvem a retífica e montagem de motores, caixa e diferencial, bem como, o sistema hidráulico e injeção eletrônica, conforme o caso.

4.2.1 Os serviços de mecânica geral e eletricidade, basicamente, consistirão de:

- a) Verificação corretiva ou preventiva do sistema mecânico e/ou elétrico dos veículos.
- b) Substituição de peças.
- c) Verificação da adequação e ensaio das peças a serem substituídas.
- d) Testes de funcionamento e segurança.
- e) Limpeza e lubrificação de sistemas mecânicos.
- f) Avaliação da necessidade de manutenção mecânica e/ou elétrica para a utilização eficiente e segura dos veículos.

4.2.2 Os serviços de funilaria e pintura, basicamente, consistirão de:

- a) Verificação corretiva ou preventiva da carenagem e da pintura dos veículos.
- b) Reforma ou substituição de partes.
- c) Verificação da adequação e ensaio das partes restauradas ou substituídas.
- d) Testes de funcionamento e segurança.
- e) Aplicação de proteção química nas áreas metálicas sujeitas a oxidação.
- f) Restauração da pintura das partes deterioradas ou realização de pintura integral em partes novas.
- g) Verificação da adequação e ensaio das cores nas partes restauradas ou substituídas.
- h) Testes de secagem e resistência da pintura.
- i) Aplicação de cera especial e execução de polimento nos veículos pintados.

4.3 Quaisquer serviços pertinentes a manutenção preventiva e corretiva, não elencados acima, deverão ser atendidos e estarem em conformidade com as normas e padrões de exigências da ABNT, NBR 15831:2010 e NBR 13.032, órgãos técnicos competentes, legislações correlacionadas, normas e padrões dos fabricantes.

4.4 A manutenção prevista nesta Ata consiste no conjunto de atividades com a finalidade de conservar ou recolocar o veículo em condições ideais de funcionamento, por meio de manutenção preventiva (periódica) e corretiva, sendo:

4.4.1 Manutenção preventiva (periódica): sistemática regular de revisão com o intuito de proporcionar as melhores condições de desempenho do veículo no tocante ao seu funcionamento, rendimento e segurança, contemplando a prevenção de defeitos que possam resultar na indisponibilidade do mesmo. Deverá obedecer às determinações existentes no manual de cada fabricante.

4.4.2 Manutenção corretiva: atividade que visa tornar operacional o veículo ocasionalmente desativado ou com funcionamento debilitado em razão de defeitos e desgastes originados pelo uso ou falha no processo fabril.

4.5 As peças a serem utilizadas na prestação dos serviços deverão ser novas, genuínas ou originais.

4.5.1 Considera-se, para esta contratação, peça genuína aquela fornecida por concessionária autorizada da marca do veículo e, peça original aquela comercializada com o nome do fabricante e fornecida por empresas vendedoras de autopeças.

4.7 As peças, componentes, acessórios e materiais originais e suas quantidades, bem como o número de horas e serviços a serem executados deverão corresponder ao efetivamente necessário para a realização da respectiva manutenção do veículo, devendo a DETENTORA se abster de propor peças, serviços e horas em desacordo com o realmente empregado em cada caso concreto. Tais parâmetros serão regidos pela TABELA CÍLIA.

4.8 Toda divergência será passível de negatificação dos orçamentos pelo gestor da frota do órgão requisitante.

4.9 O sistema CÍLIA é um software de orçamentação eletrônica destinada à reparação automotiva, que permite a elaboração de orçamentos rápidos. Utilizado pela grande maioria das seguradoras do mercado, o sistema contém um completo banco de dados com preços de peças de diversas marcas e modelos de veículos, incluindo também o tempo de reparo estimado para cada tipo de troca de peça e serviço a ser realizado. Assim, com esta ferramenta, é possível a realização de um orçamento rápido, prático e justo para todas as partes envolvidas na

negociação. Para maiores informações sobre o sistema CILIA, consultar

4.10 A DETENTORA, na assinatura da presente Ata, deverá possuir:

4.10.1 Browser Internet Explorer (versão 5.5, no mínimo) ou Mozilla Firefox para acesso a rede de internet.

4.10.2 Instalado e em funcionamento, equipamento de informática para acesso ao SISTEMA CÍLIA visando a comunicação entre o prestador de serviço e o órgão gerenciador.

4.10.3 Acesso ao SISTEMA CILIA, versão FULL (off-line), sendo de responsabilidade da DETENTORA o pagamento do sistema e sua manutenção.

Instalado e em funcionamento, equipamento de informática interligado à internet, para acesso ao sistema de gestão da frota de veículos do Município, visando a comunicação entre a empresa e o órgão gerenciador.

4.11 As peças e suas quantidades, bem como o número de horas e serviços a serem executados que não estiverem relacionados no SISTEMA CILIA, só terão sua execução autorizada após análise e aprovação do gestor da frota do órgão requisitante.

4.12 O Simae, por intermédio de servidor autorizado, procederá à entrega dos veículos no estabelecimento da DETENTORA, retirando-os do local logo após a execução dos serviços.

4.13 Considerando-se questões de ordem operacional e financeira na relação custo-benefício e, preservando-se o interesse público, a DETENTORA, durante a vigência da presente Ata, deverá disponibilizar, para a execução dos serviços, oficina localizada a uma distância viária inferior a:

4.13.1 -10 (dez) quilômetros do prédio sede Administrativa do Simae, localizado à Rua Tiradente, 123, centro, Joaçaba-SC para a manutenção dos veículos constantes dos lotes 1,2 e 4 do Anexo II;

4.13.2 -25 (vinte e cinco) quilômetros do garagem de veiculo pesado, localizado à Rua Carlos Gomes - Centro, para a manutenção dos veículos constantes dos lotes 3 do Anexo II.

4.14 Caso a DETENTORA não se enquadre nas condições previstas no subitem 4.13 deverá responsabilizar-se pelo transporte, através de prancha ou guincho, dos veículos ou motocicletas até o estabelecimento onde serão executados os serviços, bem como, até o local de origem no Município de Joaçaba, sem custos adicionais, observando-se os prazos estipulados.

4.15 Os procedimentos de orçamentação, autorização e acompanhamento da manutenção (preventiva ou corretiva) serão realizados via sistema.

4.16 A DETENTORA deverá fornecer ao órgão requisitante, orçamento prévio para cada serviço, incluindo peças e o tempo estimado de mão-de-obra necessária, sendo que o pedido de orçamento prévio será encaminhado à DETENTORA pelo gestor da frota do órgão requisitante.

4.17 O encaminhamento do orçamento ao gestor da frota para análise e autorização, deverá ser realizado em até 24 (vinte e quatro) horas úteis a partir da entrega do veículo, considerando-se o horário comercial.

4.18 Caso os defeitos ou imperfeições do veículo não possam ser analisados dentro do prazo estipulado, a DETENTORA deverá justificar ao gestor da frota o não atendimento do subitem acima.

4.19 O aceite do orçamento dos serviços a serem prestados se dará após a verificação, pelo gestor da frota do órgão requisitante, da conformidade com as quantidades e especificações constantes do orçamento da DETENTORA, de acordo com o registrado na presente Ata, especificações do edital e do SISTEMA CÍLIA, por intermédio da Autorização de Fornecimento.

4.20 Não sendo aprovado o orçamento dos serviços, o veículo será retirado pelo responsável do órgão requisitante, com todas as peças pertencentes ao mesmo, sem o pagamento de qualquer valor.

4.21 Os serviços, quando autorizados pelo gestor da frota do órgão requisitante, deverão ser iniciados em até 12 (doze) horas úteis, contadas a partir da Autorização de Fornecimento.

4.22 A DETENTORA deverá responsabilizar-se pelos veículos entregues para manutenção, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados ao órgão requisitante ou a terceiros, enquanto os veículos estiverem sob sua guarda e quando seus empregados ou prepostos os estiverem conduzindo.

4.23 As peças substituídas deverão ser devolvidas ao órgão requisitante após a execução dos serviços, salvo para os casos onde por lei, a oficina seja obrigada a realizar o descarte ou devolver o material ao fabricante.

4.24 O órgão requisitante reserva-se no direito de exercer ampla fiscalização do fornecimento dos materiais e serviços, verificando se estão sendo cumpridos os termos contratuais, não se excluindo a DETENTORA da responsabilidade por qualquer irregularidade. Constatado o fornecimento de materiais ou serviços de má qualidade, o órgão requisitante poderá utilizar-se do disposto na Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

4.25 A DETENTORA deverá facilitar o acesso dos servidores do órgão requisitante, aos locais em que estiverem sendo executados os serviços, para fins de acompanhamento e auditoria.

4.26 A DETENTORA deverá fornecer a garantia mínima do fabricante para as peças de reposição e de, no mínimo, 03 meses para os serviços executados.

A retífica, montagem e colocação de motor completo devem ter, no mínimo, garantia de 06 meses ou 20.000 (vinte mil) quilômetros,

prevalecendo o que ocorrer primeiro.

4.27 A DETENTORA deverá fornecer, às suas expensas, as ferramentas, equipamentos e materiais de consumo de pequeno valor, necessários à execução dos serviços.

4.28 Por ocasião do recebimento dos serviços, o órgão requisitante, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, estando a DETENTORA obrigada a promover a devida regularização, observando-se os prazos contratuais.

4.29 O aceite dos serviços não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente.

4.30 Caso os serviços sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

4.31 Na execução dos serviços deverão ser observadas, de modo geral, as especificações das normas técnicas e legais vigentes e aquelas complementares e pertinentes aos respectivos serviços, bem como, as instruções, recomendações e determinações da fiscalização, dos órgãos ambientais de controle e demais aplicáveis à espécie.

4.32 Caberá a DETENTORA obedecer ao objeto e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

4.33 Para as peças que se fizerem necessárias e que não constarem na tabela de referência o Simae realizará processo licitatório a parte para aquisição

5 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações que deles poderão advir facultando-se a realização de licitação específica para o objeto pretendido, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência na contratação em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

6. DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

6.1 A empresa registrada será responsável por eventuais danos havidos nos objetos/materiais, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

6.2 Ficam resguardados os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, na forma estabelecida no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

6.3 A empresa registrada deverá manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente à Contratante qualquer alteração que possa comprometer o objeto contratado.

6.4 O sistema de registro de preços tem como objetivo manter na entidade o registro de propostas vantajosas e, segundo sua conveniência, promover as contratações junto as DETENTORA(S) desta Ata.

6.5 A existência de preços registrados não obriga o Simae a adquirir os serviços desta Ata, sendo facultada a realização de licitação específica para a contratação total ou parcial do objeto, hipóteses em que, em igualdade de condições, a DETENTORA do registro terá sempre preferência.

6.6 Para fins deste registro de preços aplicar-se-á o disposto na Lei nº 8.666/93 e alterações, e ainda os preceitos gerais do direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

6.7 A declaração de nulidade deste instrumento opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

7. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1 A empresa registrada responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o SIMAE ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo SIMAE.

7.2. A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos materiais fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos.

7.3 A empresa registrada autoriza o SIMAE a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

7.4 A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

7.5 Constituem obrigações das empresas fornecedoras:

- a) Providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;
- b) Manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;
- c) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o material que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estiverem em desacordo com as especificações exigidas;
- d) Obedecer ao objeto e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade;
- e) Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- f) Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- g) Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;
- h) Prestar a garantia mínima do fabricante, para os produtos contratados;
- i) Executar o objeto de acordo com o disposto na cláusula quarta (Da Forma de Execução) da presente Ata.
- j) Manter, durante a execução do objeto, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas.
- k) Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto.
- m) Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do objeto.
- n) Exigir do órgão requisitante a Solicitação e a respectiva Nota de Empenho de Despesa para a efetiva execução dos serviços solicitados.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a) Designar servidor ou constituir comissão especial visando à fiscalização da execução da ata;
- b) Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o pactuado neste instrumento;
- c) Providenciar a publicação da ata de Registro de Preços conforme legislação;
- d) Promover o acompanhamento e a fiscalização dos materiais/serviços, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- e) Efetuar o pagamento em até 10 (dez) dias após a entrega a contento.

9. DA FORMA DE PAGAMENTO

9.1 O pagamento será:

9.1.1 – Efetivado de acordo com os serviços prestados mediante apresentação das notas fiscais/faturas de materiais que deverão ser emitidas em nome do SIMAE- Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, CNPJ 84.591.890/0001-43, da qual deverá constar o número da licitação, acompanhado de cópia da ordem de compra emitida pelo SIMAE de Joaçaba – SC; Devendo ser ENCAMINHANDO PARA EMAIL compras@simae.sc.gov.br.

9.1.2 - É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRONICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A;

9.1.3 Realizado através do Simae, no prazo de 10 (dez) dias úteis, após a realização dos serviços, contados da efetiva prestação dos serviços/material entregue, observado o que consta no item 4 desta ata de registro de preços.

9.2 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

9.3 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

9.4 No caso de eventuais atrasos de pagamento das faturas, por culpa do SIMAE, o valor será atualizado monetariamente nos termos do art. 117 da Constituição Estadual de Santa Catarina, acrescido da multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano, pro rata die.

9.5 - O pagamento será efetuado diretamente através de depósito bancário em Banco indicado pela proponente vencedora.

9.6 - Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da empresa registrada incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para entrega do material no SIMAE, sito Rua Tiradentes, nº 123, Centro, Joaçaba – SC, Sede Administrativa do SIMAE, constituindo-se na única remuneração devida.

10 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1 - A despesa resultante da Licitação JHL0007/2018 ocorrerá à conta de DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS do exercício de 2018, consignadas no:

ÓRGÃO/UNIDADE: 14.01

FUNÇÃO/PROGRAMA: 17.512.0028

17.122.0028

PROJETO/ATIVIDADE: 2.061 2.062 2.060

ELEMENTO: 3.3.90.39.19.00.00.00

3.3.90.30.39.00.00

11 DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DAS FORNECEDORAS

11.1 O SIMAE poderá cancelar o Registro de Preços das fornecedoras nos casos a seguir especificados:

- a) quando descumprir as exigências do Edital ou da respectiva Ata;
- b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;
- c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

11.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

12 - DAS SANÇÕES

12.1 As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas à DETENTORA, garantida a prévia defesa, são as previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, no Pregão e nesta Ata de Registro de Preços.

12.2 Penalidades que poderão ser cominadas, individual ou cumulativamente, à DETENTORA:

I – Advertência, que será aplicada:

- a) no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da DETENTORA;
- b) nas ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do SIMAAE, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

II – Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente, correspondente a:

- a) 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação, pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de até 10 (dez) dias úteis;
- b) 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia útil de atraso na entrega e/ou execução, cuja aplicação será sobre o valor total do Empenho em que ocorreu o atraso, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor total do Empenho;
- c) 10% (dez por cento) sobre o saldo remanescente/parcela não executada, no caso de inexecução parcial do objeto ou desatender as condições estipuladas nesta Ata de Registro de Preços e no Edital;
- d) 20% (vinte por cento) sobre o valor total desta Ata de Registro de Preços, no caso de inexecução total do objeto ou pedir a rescisão da Ata de Registro de Preços;

III – Impedimento, de acordo com o art. 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002: a Contratada, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, ficará impedida de licitar e contratar com o Simae, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, na hipótese de:

- a) recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços ou a receber o Empenho, quando enviado por e-mail, dentro do prazo de validade da proposta;
- b) deixar de apresentar os documentos discriminados no Edital, tendo declarado que cumpria os requisitos de habilitação;
- c) apresentar documentação falsa para participar no certame, conforme registrado em ata, ou demonstrado em procedimento administrativo, mesmo que posterior ao encerramento do certame;
- d) retardar a execução do certame por conduta reprovável da licitante, registrada em ata;
- e) não manter a proposta após a adjudicação;
- f) desistir de lance verbal realizado na fase de competição;
- g) comportar-se de modo inidôneo durante a realização do certame, registrado em ata;
- h) fazer declaração falsa ou cometer fraude fiscal demonstrada durante ou após a realização do certame;
- i) falhar ou fraudar a execução do Contrato;
- j) descumprir as obrigações decorrentes do Contrato;
- k) ser considerada tecnicamente incapaz de fornecer o objeto do Contrato.

IV – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade (nas mesmas hipóteses previstas para o impedimento, sempre que julgar a necessidade de aplicação de penalidade mais grave).

12.3 As sanções de advertência, de impedimento de licitar e contratar com o SIMAE e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à DETENTORA juntamente com a de multa.

12.4 Na aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preços, o SIMAE considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da DETENTORA, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da DETENTORA, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei nº 8.666/93.

12.5 O SIMAE observará a boa-fé da DETENTORA e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao SIMAE ou a terceiros.

12.6 A reincidência da sanção de advertência, ensejará a aplicação de penalidade de suspensão.

12.7 O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à DETENTORA.

12.7.1 Se o valor a ser pago à DETENTORA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica essa obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

12.7.2 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela DETENTORA ao SIMAE, esse será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

12.7.3 O não pagamento da multa implicará na aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar com o SIMAE.

12.8 As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da DETENTORA e, quando a empresa for declarada inidônea, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS).

12.9 Nenhum pagamento será realizado à DETENTORA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

13.2 E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba- (SC), 07 de fevereiro de 2018.

Paulo Cesar Lamin

Diretor Presidente do SIMAE

Raul de Miranda

Representante Legal

Testemunhas:

André Francisco Fiorin Alessandra Marcon Zanchetta

Diretor Técnico Gerente SMTP Substituta

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0005C/2018 - SIMAE

Publicação Nº 1516506

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0005C/2018

Aos sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, no Setor de Compras, localizado na Sede Administrativa do SIMAE, no Município de Joaçaba, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços 0006/2018, na Ata de Registro de Preços, homologada em 07/02/2018, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir:

DETENTORAS:

1ª	RAZÃO SOCIAL:	Valtair José Motta - ME
	ENDEREÇO:	Rua Tiradentes, nº169, Centro, em Joaçaba/SC
	CNPJ/MF:	73.996.134/0001-88
	REPRESENTANTE LEGAL:	Valtair José Motta
	CPF:	596.843.309-44
	RG:	1705972 SSP/SC

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo o fornecimento de peças, componentes e materiais originais para os veículos e motocicletas da frota do SIMAE.

1.2 Os preços ora REGISTRADOS, de acordo a proposta apresentada pela(s) DETENTORA(S) no Processo de Licitação, correspondem à expectativa de aquisição dos seguintes itens:

1	SERVIÇO DE MECÂNICA GERAL - LOTE 1 – VEÍCULOS LEVES		
	MÃO DE OBRA (MO) – Valor Máximo R\$ 55,00 por hora/homem	Percentual (%)	14,16
	PEÇAS (PÇ)	Percentual (%)	21,24
	PERCENTUAL DE DESCONTO		35,40

1.3 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.3.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.3.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro da Ata somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.4 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o SIMAE solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.3.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 0006/2018 e seus anexos;
- b) Proposta das Licitantes.
- c) Planilha de lances do pregão.

3. DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, após a homologação da Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

3.2 A execução do objeto deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo servidor (Rafael Giongo Burlin), que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo e determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

4 DA FORMA DE EXECUÇÃO

4.1 Os veículos contemplados nesta contratação, estão descritos no Anexo II do Edital.

4.1.1 A quantidade de veículos indicada no Anexo II do Edital visa somente oferecer à DETENTORA elementos para avaliação potencial de serviços, sendo que tal quantitativo não constitui, sob nenhuma hipótese, garantia de volume de serviço a ser requisitado.

4.1.2 Poderá ocorrer, a critério do órgão gerenciador e dos órgãos participantes, alteração nos veículos e motocicletas descritos em cada categoria, em virtude de novas aquisições ou supressão como inservíveis ou desnecessários.

4.2 Para esta contratação, entende-se por serviços de mecânica especializada, aqueles que envolvem a retífica e montagem de motores, caixa e diferencial, bem como, o sistema hidráulico e injeção eletrônica, conforme o caso.

4.2.1 Os serviços de mecânica geral e eletricidade, basicamente, consistirão de:

- a) Verificação corretiva ou preventiva do sistema mecânico e/ou elétrico dos veículos.
- b) Substituição de peças.
- c) Verificação da adequação e ensaio das peças a serem substituídas.
- d) Testes de funcionamento e segurança.
- e) Limpeza e lubrificação de sistemas mecânicos.
- f) Avaliação da necessidade de manutenção mecânica e/ou elétrica para a utilização eficiente e segura dos veículos.

4.2.2 Os serviços de funilaria e pintura, basicamente, consistirão de:

- a) Verificação corretiva ou preventiva da carenagem e da pintura dos veículos.
- b) Reforma ou substituição de partes.
- c) Verificação da adequação e ensaio das partes restauradas ou substituídas.
- d) Testes de funcionamento e segurança.
- e) Aplicação de proteção química nas áreas metálicas sujeitas a oxidação.
- f) Restauração da pintura das partes deterioradas ou realização de pintura integral em partes novas.
- g) Verificação da adequação e ensaio das cores nas partes restauradas ou substituídas.
- h) Testes de secagem e resistência da pintura.
- i) Aplicação de cera especial e execução de polimento nos veículos pintados.

4.3 Quaisquer serviços pertinentes a manutenção preventiva e corretiva, não elencados acima, deverão ser atendidos e estarem em conformidade com as normas e padrões de exigências da ABNT, NBR 15831:2010 e NBR 13.032, órgãos técnicos competentes, legislações correlacionadas, normas e padrões dos fabricantes.

4.4 A manutenção prevista nesta Ata consiste no conjunto de atividades com a finalidade de conservar ou recolocar o veículo em condições ideais de funcionamento, por meio de manutenção preventiva (periódica) e corretiva, sendo:

4.4.1 Manutenção preventiva (periódica): sistemática regular de revisão com o intuito de proporcionar as melhores condições de desempenho do veículo no tocante ao seu funcionamento, rendimento e segurança, contemplando a prevenção de defeitos que possam resultar na indisponibilidade do mesmo. Deverá obedecer às determinações existentes no manual de cada fabricante.

4.4.2 Manutenção corretiva: atividade que visa tornar operacional o veículo ocasionalmente desativado ou com funcionamento debilitado em razão de defeitos e desgastes originados pelo uso ou falha no processo fabril.

4.5 As peças a serem utilizadas na prestação dos serviços deverão ser novas, genuínas ou originais.

4.5.1 Considera-se, para esta contratação, peça genuína aquela fornecida por concessionária autorizada da marca do veículo e, peça

original aquela comercializada com o nome do fabricante e fornecida por empresas vendedoras de autopeças.

4.7 As peças, componentes, acessórios e materiais originais e suas quantidades, bem como o número de horas e serviços a serem executados deverão corresponder ao efetivamente necessário para a realização da respectiva manutenção do veículo, devendo a DETENTORA se abster de propor peças, serviços e horas em desacordo com o realmente empregado em cada caso concreto. Tais parâmetros serão regidos pela TABELA CÍLIA.

4.8 Toda divergência será passível de negatificação dos orçamentos pelo gestor da frota do órgão requisitante.

4.9 O sistema CILIA é um software de orçamentação eletrônica destinada à reparação automotiva, que permite a elaboração de orçamentos rápidos. Utilizado pela grande maioria das seguradoras do mercado, o sistema contém um completo banco de dados com preços de peças de diversas marcas e modelos de veículos, incluindo também o tempo de reparo estimado para cada tipo de troca de peça e serviço a ser realizado. Assim, com esta ferramenta, é possível a realização de um orçamento rápido, prático e justo para todas as partes envolvidas na negociação. Para maiores informações sobre o sistema CILIA, consultar

4.10 A DETENTORA, na assinatura da presente Ata, deverá possuir:

4.10.1 Browser Internet Explorer (versão 5.5, no mínimo) ou Mozilla Firefox para acesso a rede de internet.

4.10.2 Instalado e em funcionamento, equipamento de informática para acesso ao SISTEMA CÍLIA visando a comunicação entre o prestador de serviço e o órgão gerenciador.

4.10.3 Acesso ao SISTEMA CILIA, versão FULL (off-line), sendo de responsabilidade da DETENTORA o pagamento do sistema e sua manutenção.

Instalado e em funcionamento, equipamento de informática interligado à internet, para acesso ao sistema de gestão da frota de veículos do Município, visando a comunicação entre a empresa e o órgão gerenciador.

4.11 As peças e suas quantidades, bem como o número de horas e serviços a serem executados que não estiverem relacionados no SISTEMA CILIA, só terão sua execução autorizada após análise e aprovação do gestor da frota do órgão requisitante.

4.12 O Simae, por intermédio de servidor autorizado, procederá à entrega dos veículos no estabelecimento da DETENTORA, retirando-os do local logo após a execução dos serviços.

4.13 Considerando-se questões de ordem operacional e financeira na relação custo-benefício e, preservando-se o interesse público, a DETENTORA, durante a vigência da presente Ata, deverá disponibilizar, para a execução dos serviços, oficina localizada a uma distância viária inferior a:

4.13.1 -10 (dez) quilômetros do prédio sede Administrativa do Simae, localizado à Rua Tiradente, 123, centro, Joaçaba-SC para a manutenção dos veículos constantes dos lotes 1,2 e 4 do Anexo II;

4.13.2 -25 (vinte e cinco) quilômetros do garagem de veículo pesados, localizado à Rua Carlos Gomes - Centro, para a manutenção dos veículos constantes dos lotes 3 do Anexo II.

4.14 Caso a DETENTORA não se enquadre nas condições previstas no subitem 4.13 deverá responsabilizar-se pelo transporte, através de prancha ou guincho, dos veículos ou motocicletas até o estabelecimento onde serão executados os serviços, bem como, até o local de origem no Município de Joaçaba, sem custos adicionais, observando-se os prazos estipulados.

4.15 Os procedimentos de orçamentação, autorização e acompanhamento da manutenção (preventiva ou corretiva) serão realizados via sistema.

4.16 A DETENTORA deverá fornecer ao órgão requisitante, orçamento prévio para cada serviço, incluindo peças e o tempo estimado de mão-de-obra necessária, sendo que o pedido de orçamento prévio será encaminhado à DETENTORA pelo gestor da frota do órgão requisitante.

4.17 O encaminhamento do orçamento ao gestor da frota para análise e autorização, deverá ser realizado em até 24 (vinte e quatro) horas úteis a partir da entrega do veículo, considerando-se o horário comercial.

4.18 Caso os defeitos ou imperfeições do veículo não possam ser analisados dentro do prazo estipulado, a DETENTORA deverá justificar ao gestor da frota o não atendimento do subitem acima.

4.19 O aceite do orçamento dos serviços a serem prestados se dará após a verificação, pelo gestor da frota do órgão requisitante, da conformidade com as quantidades e especificações constantes do orçamento da DETENTORA, de acordo com o registrado na presente Ata, especificações do edital e do SISTEMA CÍLIA, por intermédio da Autorização de Fornecimento.

4.20 Não sendo aprovado o orçamento dos serviços, o veículo será retirado pelo responsável do órgão requisitante, com todas as peças pertencentes ao mesmo, sem o pagamento de qualquer valor.

4.21 Os serviços, quando autorizados pelo gestor da frota do órgão requisitante, deverão ser iniciados em até 12 (doze) horas úteis, contadas a partir da Autorização de Fornecimento.

4.22 A DETENTORA deverá responsabilizar-se pelos veículos entregues para manutenção, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados ao órgão requisitante ou a terceiros, enquanto os veículos estiverem sob sua guarda e quando seus empregados ou prepostos os estiverem conduzindo.

4.23 As peças substituídas deverão ser devolvidas ao órgão requisitante após a execução dos serviços, salvo para os casos onde por lei, a

oficina seja obrigada a realizar o descarte ou devolver o material ao fabricante.

4.24 O órgão requisitante reserva-se no direito de exercer ampla fiscalização do fornecimento dos materiais e serviços, verificando se estão sendo cumpridos os termos contratuais, não se excluindo a DETENTORA da responsabilidade por qualquer irregularidade. Constatado o fornecimento de materiais ou serviços de má qualidade, o órgão requisitante poderá utilizar-se do disposto na Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

4.25 A DETENTORA deverá facilitar o acesso dos servidores do órgão requisitante, aos locais em que estiverem sendo executados os serviços, para fins de acompanhamento e auditoria.

4.26 A DETENTORA deverá fornecer a garantia mínima do fabricante para as peças de reposição e de, no mínimo, 03 meses para os serviços executados.

A retífica, montagem e colocação de motor completo devem ter, no mínimo, garantia de 06 meses ou 20.000 (vinte mil) quilômetros, prevalecendo o que ocorrer primeiro.

4.27 A DETENTORA deverá fornecer, às suas expensas, as ferramentas, equipamentos e materiais de consumo de pequeno valor, necessários à execução dos serviços.

4.28 Por ocasião do recebimento dos serviços, o órgão requisitante, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, estando a DETENTORA obrigada a promover a devida regularização, observando-se os prazos contratuais.

4.29 O aceite dos serviços não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente.

4.30 Caso os serviços sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

4.31 Na execução dos serviços deverão ser observadas, de modo geral, as especificações das normas técnicas e legais vigentes e aquelas complementares e pertinentes aos respectivos serviços, bem como, as instruções, recomendações e determinações da fiscalização, dos órgãos ambientais de controle e demais aplicáveis à espécie.

4.32 Caberá a DETENTORA obedecer ao objeto e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

4.33 Para as peças que se fizerem necessárias e que não constarem na tabela de referência o Simae realizará processo licitatório a parte para aquisição

5 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações que deles poderão advir facultando-se a realização de licitação específica para o objeto pretendido, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência na contratação em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

6. DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

6.1 A empresa registrada será responsável por eventuais danos havidos nos objetos/materiais, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

6.2 Ficam resguardados os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, na forma estabelecida no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

6.3 A empresa registrada deverá manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente à Contratante qualquer alteração que possa comprometer o objeto contratado.

6.4 O sistema de registro de preços tem como objetivo manter na entidade o registro de propostas vantajosas e, segundo sua conveniência, promover as contratações junto as DETENTORA(S) desta Ata.

6.5 A existência de preços registrados não obriga o Simae a adquirir os serviços desta Ata, sendo facultada a realização de licitação específica para a contratação total ou parcial do objeto, hipóteses em que, em igualdade de condições, a DETENTORA do registro terá sempre preferência.

6.6 Para fins deste registro de preços aplicar-se-á o disposto na Lei nº 8.666/93 e alterações, e ainda os preceitos gerais do direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

6.7 A declaração de nulidade deste instrumento opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

7. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1 A empresa registrada responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o SIMAE ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo SIMAE.

7.2. A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos materiais fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos.

7.3 A empresa registrada autoriza o SIMAE a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

7.4 A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

7.5 Constituem obrigações das empresas fornecedoras:

- a) Providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;
- b) Manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;
- c) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o material que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estiverem em desacordo com as especificações exigidas;
- d) Obedecer ao objeto e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade;
- e) Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- f) Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- g) Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;
- h) Prestar a garantia mínima do fabricante, para os produtos contratados;
- i) Executar o objeto de acordo com o disposto na cláusula quarta (Da Forma de Execução) da presente Ata.
- j) Manter, durante a execução do objeto, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas.
- k) Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto.
- m) Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do objeto.
- n) Exigir do órgão requisitante a Solicitação e a respectiva Nota de Empenho de Despesa para a efetiva execução dos serviços solicitados.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a) Designar servidor ou constituir comissão especial visando à fiscalização da execução da ata;
- b) Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o pactuado neste instrumento;
- c) Providenciar a publicação da ata de Registro de Preços conforme legislação;
- d) Promover o acompanhamento e a fiscalização dos materiais/serviços, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- e) Efetuar o pagamento em até 10 (dez) dias após a entrega a contento.

9. DA FORMA DE PAGAMENTO

9.1 O pagamento será:

9.1.1 – Efetivado de acordo com os serviços prestados mediante apresentação das notas fiscais/faturas de materiais que deverão ser emitidas em nome do SIMAE- Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, CNPJ 84.591.890/0001-43, da qual deverá constar o número da licitação, acompanhado de cópia da ordem de compra emitida pelo SIMAE de Joaçaba – SC; Devendo ser ENCAMINHANDO PARA EMAIL compras@simae.sc.gov.br.

9.1.2 - É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A;

9.1.3 Realizado através do Simae, no prazo de 10 (dez) dias úteis, após a realização dos serviços, contados da efetiva prestação dos serviços/material entregue, observado o que consta no item 4 desta ata de registro de preços.

9.2 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

9.3 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

9.4 No caso de eventuais atrasos de pagamento das faturas, por culpa do SIMAE, o valor será atualizado monetariamente nos termos do art. 117 da Constituição Estadual de Santa Catarina, acrescido da multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano, pro rata die.

9.5 - O pagamento será efetuado diretamente através de depósito bancário em Banco indicado pela proponente vencedora.

9.6 - Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da empresa registrada incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para entrega do material no SIMAE, sito Rua Tiradentes, nº 123, Centro, Joaçaba – SC, Sede Administrativa do SIMAE,

constituindo-se na única remuneração devida.

10 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1 - A despesa resultante da Licitação JHL0007/2018 ocorrerá à conta de DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS do exercício de 2018, consignadas no:

ÓRGÃO/UNIDADE: 14.01

FUNÇÃO/PROGRAMA: 17.512.0028

17.122.0028

PROJETO/ATIVIDADE: 2.061 2.062 2.060

ELEMENTO: 3.3.90.39.19.00.00.00

3.3.90.30.39.00.00

11 DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DAS FORNECEDORAS

11.1 O SIMAE poderá cancelar o Registro de Preços das fornecedoras nos casos a seguir especificados:

- a) quando descumprir as exigências do Edital ou da respectiva Ata;
- b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;
- c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

11.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

12 - DAS SANÇÕES

12.1 As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas à DETENTORA, garantida a prévia defesa, são as previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, no Pregão e nesta Ata de Registro de Preços.

12.2 Penalidades que poderão ser cominadas, individual ou cumulativamente, à DETENTORA:

I – Advertência, que será aplicada:

- a) no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da DETENTORA;
- b) nas ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do SIMAAE, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

II – Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente, correspondente a:

- a) 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação, pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de até 10 (dez) dias úteis;
- b) 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia útil de atraso na entrega e/ou execução, cuja aplicação será sobre o valor total do Empenho em que ocorreu o atraso, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor total do Empenho;
- c) 10% (dez por cento) sobre o saldo remanescente/parcela não executada, no caso de inexecução parcial do objeto ou desatender as condições estipuladas nesta Ata de Registro de Preços e no Edital;
- d) 20% (vinte por cento) sobre o valor total desta Ata de Registro de Preços, no caso de inexecução total do objeto ou pedir a rescisão da Ata de Registro de Preços;

III – Impedimento, de acordo com o art. 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002: a Contratada, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, ficará impedida de licitar e contratar com o Simae, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, na hipótese de:

- a) recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços ou a receber o Empenho, quando enviado por e-mail, dentro do prazo de validade da proposta;
- b) deixar de apresentar os documentos discriminados no Edital, tendo declarado que cumpria os requisitos de habilitação;
- c) apresentar documentação falsa para participar no certame, conforme registrado em ata, ou demonstrado em procedimento administrativo, mesmo que posterior ao encerramento do certame;
- d) retardar a execução do certame por conduta reprovável da licitante, registrada em ata;
- e) não manter a proposta após a adjudicação;
- f) desistir de lance verbal realizado na fase de competição;
- g) comportar-se de modo inidôneo durante a realização do certame, registrado em ata;
- h) fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal demonstrada durante ou após a realização do certame;
- i) falhar ou fraudar a execução do Contrato;
- j) descumprir as obrigações decorrentes do Contrato;
- k) ser considerada tecnicamente incapaz de fornecer o objeto do Contrato.

IV – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade (nas mesmas hipóteses previstas para o impedimento, sempre que julgar a necessidade de aplicação de penalidade mais grave).

12.3 As sanções de advertência, de impedimento de licitar e contratar com o SIMAE e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à DETENTORA juntamente com a de multa.

12.4 Na aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preços, o SIMAE considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da DETENTORA, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da DETENTORA, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei nº 8.666/93.

12.5 O SIMAE observará a boa-fé da DETENTORA e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao SIMAE ou a terceiros.

12.6 A reincidência da sanção de advertência, ensejará a aplicação de penalidade de suspensão.

12.7 O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à DETENTORA.

12.7.1 Se o valor a ser pago à DETENTORA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica essa obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

12.7.2 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela DETENTORA ao SIMAE, esse será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

12.7.3 O não pagamento da multa implicará na aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar com o SIMAE.

12.8 As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da DETENTORA e, quando a empresa for declarada inidônea, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS).

12.9 Nenhum pagamento será realizado à DETENTORA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

13.2 E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba- (SC), 07 de fevereiro de 2018.

Paulo Cesar Lamin

Diretor Presidente do SIMAE

Valtair José Motta

Representante Legal

Testemunhas:

André Francisco Fiorin

Diretor Técnico

Alessandra Marcon Zanchetta

Gerente SMTP Substituta

José Boiteux**PREFEITURA****PROCESSO LICITATÓRIO 13/2018 CREDENCIAMENTO DENTISTA**

Publicação Nº 1518054

MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX – SC

PROCESSO LICITATÓRIO 13/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2018

O Prefeito Municipal em Exercício de José Boiteux – SC, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna se público aos interessados, que fará realizar Processo Licitatório modalidade ENEXIGIBILIDADE credenciamento, no dia 21/02/2018, às 09:00 horas, tendo como local, a Prefeitura Municipal de José Boiteux, sito a Av 26 de Abril, nº655, O presente Chamamento Público tem como Objetivo o credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas que deverão prestar os serviços de CIRURGIÃO DENTISTA, com os valores constantes na tabela (anexo I), por tempo determinado, dia 21/02/2018 a 13/04/2018, na estrutura contratualizada pelo Município com o SESC (odontosesc) MAIORES INFORMAÇÕES NO EDITAL. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital e demais informações diariamente, das 07:30 às 16:30 horas no Departamento de Licitações da Prefeitura, no endereço acima ou pelo fone/fax (47) 3352-7111.

José Boiteux/SC, em 09 de Fevereiro de 2018.

LOURIVAL DE CARVALHO

Prefeito Municipal em Exercício

Lacerdópolis

PREFEITURA

CONTRATO 10-2018

Publicação Nº 1517726

MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO DE RATEIO

CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 10/2018

CONTRATANTE: Município de Lacerdópolis, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Rua 31 de março, n. 1050, centro, Lacerdópolis/SC, CEP 89660-000, CNPJ 82.939.471/0001 – 24, neste ato representado pela prefeita em exercício, Olides Rita Dall'Orsoletta Vetorazi.

CONTRATADO: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CISAMARP, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.023.771/0001-10, com sede à Rua Manoel Roque, 99, Alvorada, Videira SC, neste ato representado por seu Presidente, Luciano Paganini.

Aplica-se ao presente Contrato de Rateio as disposições da Legislação Federal de Licitações n. 8.666/93, e de Consórcios Públicos Lei 11.107/05, o Decreto Federal n. 6.017/07, bem como a Legislação Municipal de Ratificação do Protocolo de Intenções do CISAMARP, Lei Municipal N. 2.118 de 15 dezembro de 2017, bem como as cláusulas de Contrato de Programa n. 06/2018.

O presente contrato é celebrado com dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93, C/C art. 2, § 1º, inciso III da lei 11.107/05, c/c art. 18 do Decreto Federal nº 6.017/07.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Este Contrato de Rateio tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo CONSORCIADO/CONTRATANTE ao CONSÓRCIO/CONTRATADO para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa n. 06/2018.

CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

2.1 - Pelo fornecimento do objeto acima, o CONTRATANTE/CONSORCIADO transferirá ao CONSÓRCIO/CONTRATADO mensalmente o valor total de R\$ 1.475,00 (um mil, quatrocentos e setenta e cinco reais) que serão utilizadas para cobertura das despesas administrativas do CONSÓRCIO/CONTRATADO, compreendendo pessoal, obrigações patronais, encargos sobre movimentações financeiras e taxas bancárias, despesas de capital e despesas de consumo, todo dia 10 (dez) do mês, através de depósito ou transferência.

2.2 - O valor das parcelas será devido integralmente a partir do mês de assinatura do Contrato de Programa.

2.3 – O valor mensal a ser repassado pelo CONTRATANTE/CONSORCIADO inicia-se em fevereiro e termina em 31 de dezembro de 2018.

2.4 - O preço acima comporta todas as despesas para o fornecimento do objeto e poderá ser aditivado na forma da lei, a pedido, por conveniência ou necessidade do município.

2.5 – O recibo de pagamento deverá ser emitido para o Município de Lacerdópolis, CNPJ 82.939.471/0001 – 24.

CLÁUSULA TERCEIRA - RECURSOS

3.1 - As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do orçamento vigente:

ORGAO 04-SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

UNIDADE 01-SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Proj/At.

04.123.1003.2.063-TRANSFERÊNCIA PARA CONSÓRCIO PÚBLICO

Compl.Elem. 3.1.71.70.01.00.00.00 - Participação em Consórcio Público (21)

Compl.Elem. 3.3.71.70.01.00.00.00 - Participação em Consórcio Público (22)

Compl.Elem. 3.3.93.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (23)

Compl.Elem. 4.4.71.70.01.00.00.00 - Participação em Consórcio Público (24)

Recurso 0000-Recursos Ordinários 3.2 - Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente CONSORCIADO/CONTRATANTE que não consignar em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

CLÁUSULA QUARTA – RESPONSABILIDADES

4.1 - CONSÓRCIO/CONTRATADO:

I - Receber e Contabilizar os recursos recebidos de acordo com as normas de direito financeiro aplicável às entidades públicas, conforme estabelece o artigo 9º da Lei Federal 11.107;

II - Fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do município de Arroio Trinta, todas as despesas realizadas com os recursos ora pactuados, de forma que possam ser contabilizado nas contas do município na conformidade dos elementos econômicos e das atividades atendidos o parágrafo 4º, artigo 8º da Lei Federal 11.107.

III - Aplicar os recursos repassados pelo município exclusivamente nas ações previstas no Contrato de Programa e no Orçamento aprovado pela Assembléia Geral dos Consorciados;

IV- Disponibilizar relação atualizada dos prestadores de serviços credenciados e contratados, com identificação dos procedimentos e respectivos custos.

4.2 - CONSORCIADO/CONTRATANTE:

I - Emitir as autorizações para atendimento aos usuários;

II - Promover o controle de uso dos procedimentos pactuados para identificar o limite de uso de acordo com seu repasse;

III - Receber a prestação de contas e consolidar nas contas do município;

IV - Apresentar os resultados da execução, ao Conselho Municipal de Saúde;

V - Efetuar o repasse mensal do recurso conforme estabelecido;

VI - Manter os recursos orçamentários necessários ao desempenho das ações ora pactuadas.

CLÁUSULA QUINTA - VIGÊNCIA

O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação na imprensa oficial do Município de Lacerdópolis e vigorará até 31 de dezembro de 2018.

CLÁUSULA SEXTA – PENALIDADES

6.1 - O consorciado inadimplente com o CISAMARP será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

6.2 - Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

6.3 - Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação da Assembleia Geral.

CLÁUSULA SÉTIMA - RESCISÃO

O presente contrato programa poderá ser rescindido por:

- a) descumprimento de qualquer das obrigações para execução do objeto;
- b) superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne, formal ou materialmente, inexecutável;
- c) ato unilateral com comprovada motivação jurídica e/ou legal, mediante aviso prévio da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, obrigando-se pelos serviços já prestados.

CLÁUSULA OITAVA - DISPOSIÇÕES GERAIS

- a) Qualquer comunicação entre as partes com relação a assuntos relacionados a este contrato, serão formalizados por escrito em 02 (duas) vias, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de sua efetiva entrega;
- b) A fiscalização e o controle por parte do CONTRATANTE, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração à CONTRATADA do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas;
- c) Os casos de alteração ou rescisão contratual e os casos omissos serão regidos pela Lei 8.666/93, atualizada.

CLÁUSULA NONA – FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Lacerdópolis/SC, 05 de fevereiro de 2018.

Município de Lacerdópolis Olides Rita Dall'Orsoletta Vetorazi Prefeita em exercício CONTRATANTE	CIS-AMARP LUCIANO PAGANINI Presidente CONTRATADO
--	---

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ CPF/MF: _____

Nome: _____ CPF/MF: _____

CONTRATO 11-2018

Publicação Nº 1517728

MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 11/2018

CONTRATANTE: Município de Lacerdópolis, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Rua 31 de março, n. 1050, centro, Lacerdópolis/SC, CEP 89660-000, CNPJ 82.939.471/0001 – 24, neste ato representado pela prefeita em exercício, Olides Rita Dall'Orsoletta Vetorazi.

CONTRATADO: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CISAMARP, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.023.771/0001-10, com sede à Rua Manoel Roque, 99, Alvorada, Videira SC, neste ato representado por seu Presidente, Luciano Paganini.

Aplica-se ao presente Contrato de Rateio as disposições da Legislação Federal de Licitações n. 8.666/93, e de Consórcios Públicos Lei 11.107/05, o Decreto Federal n. 6.017/07, bem como a Legislação Municipal de Ratificação do Protocolo de Intenções do CISAMARP, Lei Municipal N. 2.118 de 15 dezembro de 2017, bem como as cláusulas de Contrato de Programa n. 06/2018.

O presente contrato é celebrado com dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93, C/C art. 2, § 1º, inciso III da lei 11.107/05, c/c art. 18 do Decreto Federal nº 6.017/07.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Este Contrato de Rateio tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo CONSORCIADO/CONTRATANTE ao CONSÓRCIO/CONTRATADO para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa n. 06/2018.

CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

2.1 - Pelo fornecimento do objeto acima, O CONTRATANTE/CONSORCIADO transferirá ao CONSÓRCIO/CONTRATADO mensalmente A importância variável de acordo com a utilização dos serviços mensais, expressa em relatório de gastos encaminhado mensalmente pelo CISAMARP e disponível no programa informatizado ao Município.

2.2 - A cota anual máxima prevista do município é de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), podendo ser utilizada fracionando-se o valor anual nos meses do ano conforme for conveniente ao município.

2.3 - O valor expresso no tópico anterior poderá ser aditivado, na forma da lei, a pedido e por conveniência ou necessidade do município.

2.4 - O município repassará ao CISAMARP a importância variável, nos meses de fevereiro a dezembro de 2018, até o dia 10 do mês subsequente ao da prestação do serviço.

CLÁUSULA TERCEIRA - RECURSOS

3.1 - As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do orçamento vigente:

ORGAO 04-SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

UNIDADE 01-SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Proj/At.

04.123.1003.2.063-TRANSFERÊNCIA PARA CONSÓRCIO PÚBLICO
Compl.Elem. 3.1.71.70.01.00.00.00 - Participação em Consórcio Público (21)

Compl.Elem. 3.3.71.70.01.00.00.00 - Participação em Consórcio Público (22)

Compl.Elem. 3.3.93.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas (23)

Compl.Elem. 4.4.71.70.01.00.00.00 - Participação em Consórcio Público (24)

Recurso 0000-Recursos Ordinários 3.2 - Para o pagamento das despesas decorrentes da prestação de serviço, poderá o município optar por utilizar recursos de Média e Alta Complexidade e/ou próprios para pagamento de valores até o limite dos valores da tabela SUS e deverá utilizar recursos próprios para a complementação dos valores que excedem os valores da tabela SUS, conforme portaria 1.606 de 11 de setembro de 2001.

3.3 - Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente CONSORCIADO/CONTRATANTE que não consignar em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

CLÁUSULA QUARTA – RESPONSABILIDADES**4.1 - CONSÓRCIO/CONTRATADO:**

I - Receber e Contabilizar os recursos recebidos de acordo com as normas de direito financeiro aplicável às entidades públicas, conforme estabelece o artigo 9º da Lei Federal 11.107;

II - Fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do município de Arroio Trinta, todas as despesas realizadas com os recursos hora pactuados, de forma que possam ser contabilizado nas contas do município na conformidade dos elementos econômicos e das atividades atendidos o parágrafo 4º, artigo 8º da Lei Federal 11.107.

III - Aplicar os recursos repassados pelo município exclusivamente nas ações previstas no Contrato de Programa e no Orçamento aprovado pela Assembléia Geral dos Consorciados;

IV- Disponibilizar relação atualizada dos prestadores de serviços credenciados e contratados, com identificação dos procedimentos e respectivos custos.

4.2 - CONSORCIADO/CONTRATANTE:

I - Emitir as autorizações para atendimento aos usuários utilizando o sistema informatizado disponibilizado pelo CONSÓRCIO/CONTRATADO;

II - Promover o controle de uso dos procedimentos pactuados para identificar o limite de uso de acordo com seu repasse;

III - Receber a prestação de contas e consolidar nas contas do município;

IV - Apresentar os resultados da execução, ao Conselho Municipal de Saúde;

V - Efetuar o repasse mensal do recurso conforme estabelecido;

VI - Manter os recursos orçamentários necessários ao desempenho das ações ora pactuadas.

CLÁUSULA QUINTA - VIGÊNCIA

O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação na imprensa oficial do Município de Lacerdópolis e vigorará até 31 de dezembro de 2018, podendo ser alterado.

CLÁUSULA SEXTA – PENALIDADES

6.1 - O consorciado inadimplente com o CISAMARP será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

6.2 - Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

6.3 - Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação da Assembleia Geral.

CLÁUSULA SÉTIMA - RESCISÃO

O presente contrato programa poderá ser rescindido por:

- a) descumprimento de qualquer das obrigações para execução do objeto;
- b) superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne, formal ou materialmente, inexecutável;
- c) ato unilateral com comprovada motivação jurídica e/ou legal, mediante aviso prévio da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, obrigando-se pelos serviços já prestados.

CLÁUSULA OITAVA - DISPOSIÇÕES GERAIS

- a) Qualquer comunicação entre as partes com relação a assuntos relacionados a este contrato, serão formalizados por escrito em 02 (duas) vias, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de sua efetiva entrega;
- b) A fiscalização e o controle por parte do CONTRATANTE, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração à CONTRATADA do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas;
- c) Os casos de alteração ou rescisão contratual e os casos omissos serão regidos pela Lei 8.666/93, atualizada.

CLÁUSULA NONA – FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Lacerdópolis/SC, 05 de fevereiro de 2018.

Município de Lacerdópolis Olides Rita Dall'Orsoletta Vetorazi Prefeito CONTRATANTE	CIS-AMARP LUCIANO PAGANINI Presidente CONTRATADO
---	---

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ CPF/MF: _____

Nome: _____ CPF/MF: _____

Lages

PREFEITURA

ATO DE DISPENSA 03/2018 PML

Publicação Nº 1517024

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 03/2018 - PML

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura de Dispensa de Licitação sob nº 03/2018 - PML, através do Município de Lages, com:

COOPERATIVA SANTA CLARA LDA., inscrita no CNPJ sob n.º 88.587.357/0066-04.

O valor total da presente Dispensa é de R\$ 283.500,00 (duzentos e oitenta e três mil e quinhentos reais).

Objeto: " Contratação de empresa especializada para o fornecimento de Leite pasteurizado integral, homogeneizado, tipo "C"."

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº 8.666/93, submeto o ato à Autoridade Superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 07 fevereiro de 2018.

Ivana Elena Michaltchuk
Secretária Municipal de Educação

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria do Exma. Sr.^a. Ivana Elena Michaltchuk, Secretária Municipal de Educação, que está em conformidade com os documentos que instruem o respectivo Processo, uma vez que preenchido todos os requisitos que a legislação exige.

Publique-se.

Lages, 07 fevereiro de 2018.
Antonio Ceron
Prefeito do Município

Laguna

PREFEITURA

DECRETO Nº. 5.000/2018

Publicação Nº 1517920

DECRETO Nº 5.000/2018, de 05 de fevereiro de 2018.

Faculta o ponto nas repartições do Poder Executivo Municipal nos dias 12 e 13 de fevereiro e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna e Considerando que cabe ao Município incentivar a valorização e a difusão de manifestações culturais, na forma do artigo 138, da Lei Orgânica;

CONSIDERANDO as festividades do Carnaval 2018 e a tradição carnavalesca do Município de Laguna,

CONSIDERANDO os costumes que envolvem as festividades do Carnaval 2018 e a tradição carnavalesca de décadas do Município de Laguna;

CONSIDERANDO a necessidade de manutenção de serviços essenciais no período carnavalesco, especialmente os destinados a segurança, higiene e limpeza.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado ponto facultativo nas Repartições Públicas Municipais de Laguna nos dias 12 e 13 de fevereiro de 2018.

Art. 2º O expediente no dia 14 de fevereiro de 2018, quarta-feira de Cinzas, terá início às 12h.

Art. 3º A declaração de ponto facultativo de que trata o artigo 1º não se aplica aos serviços considerados essenciais, especialmente: I – Serviço de Atendimento Médico de Urgência – SAMU e Ambulâncias;

II – Coleta de lixo;

III – Limpeza Pública;

IV – o Abrigo Institucional;

V – a Guarda Municipal;

VI – o Centro de Informações Turísticas;

VII -os serviços de Fiscalização a cargo do Município.

Parágrafo único. Os Secretários Municipais, mediante Portaria, poderão estabelecer escala de serviço para os servidores destinados a manter as atividades finalísticas que considerem importantes para o regular funcionamento dos serviços de sua competência.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Laguna, 05 de fevereiro de 2018.

Mauro Vargas Candemil

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 5.001/2018

Publicação Nº 1517922

DECRETO Nº 5.001/2018, de 07 de fevereiro de 2018.

REAJUSTA O VALOR DA TARIFA DO SERVIÇO DE TRANSPORTE AQUAVIÁRIO – BOTE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna e a solicitação objeto do Processo Administrativo nº. 0125.0005806/2017, DECRETA:

Art. 1º Fica fixado em R\$ 1,75 (um real e setenta e cinco centavos) para pedestres e, R\$ 2,00 (dois reais) para bicicletas, o valor da tarifa do serviço de transporte aquaviário - bote, realizado pela empresa Adilson Vieira Machado Transporte Marítimo ME, no canal

que liga os Molhes da Barra à Localidade de Ponta da Barra e vice-versa.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Mauro Vargas Candemil

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 146/2018

Publicação Nº 1517849

PORTARIA RH Nº 146/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, AMILTON MARTINS DE SOUZA para exercer o Cargo de Secretário Adjunto da Fazenda, Administração e Serviços Públicos, NE 2, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 05 de Fevereiro de 2018.

MAURO VARGAS CANDEMIL

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 147/2018

Publicação Nº 1517850

PORTARIA RH Nº 147/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, ERICK REBELO FIGUEIREDO, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Planejamento Tributário, AS 3, com lotação na Secretaria da Fazenda, Administração e Serviços Públicos, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 05 de Fevereiro de 2018.

MAURO VARGAS CANDEMIL

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 148/2018

Publicação Nº 1517852

PORTARIA RH Nº 148/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, RONALDO PACHECO BONIFÁCIO, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Planejamento da Educação, AS 3, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 05 de Fevereiro de 2018.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 149/2018

Publicação Nº 1517853

PORTARIA RH Nº 149/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO GILSON PEREIRA ocupante do Cargo de Professor, de provimento efetivo, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 05 de Fevereiro de 2018.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 150/2018

Publicação Nº 1517855

PORTARIA RH Nº 150/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO KARINA ESTERCHOTTER VIANA ocupante do Cargo de Professor de Educação Infantil, de provimento efetivo, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 05 de Fevereiro de 2018.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 151/2018

Publicação Nº 1517856

PORTARIA RH Nº 151/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR GIOVANI MACHADO MARTINS JÚNIOR para exercer o Cargo de Agente Epidemiológico, ANMS, pelo período de 01 (um)

ano, nos termos do Edital Nº 001/2017 e em conformidade com a Lei nº 217/2010, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir desta data

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 05 de Fevereiro de 2018.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 156/2018

Publicação Nº 1517887

PORTARIA RH Nº 156/2018

O SECRETÁRIO DA FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014 e processo protocolado sob o nº 0125.0000870/2018;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 05 de Fevereiro de 2018 a 05 de Maio de 2018, ao Servidor VALDIR RODRIGUES DA SILVA, Oficial de Administração, referente ao período 2010/2015, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 05 de Fevereiro de 2018.

LUCIANA FERNANDES PEREIRA
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 157/2018

Publicação Nº 1517860

PORTARIA RH Nº 157/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DESLIGAR, por motivo de aposentadoria, em conformidade com o Artigo 28 da Lei Complementar nº 136/2006, benefício nº 178.910.617.3, espécie 42, a Sra. ROSIMAR ROSA RAMOS, Professor, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 05 de Fevereiro de 2018.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 158/2018

Publicação Nº 1517888

PORTARIA RH Nº 158/2018

O SECRETÁRIO DA FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS a Servidora SILVANA AGOSTINHO MEDEIROS Auxiliar de Serviços Gerais, do dia 06.02.2018 a 07.03.2018, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 06 de Fevereiro de 2018.

LUCIANA FERNANDES PEREIRA
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 159/2018

Publicação Nº 1517863

PORTARIA RH Nº 159/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO SANDRA CUSTÓDIO VALÉRIO ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, de provimento efetivo, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 06 de Fevereiro de 2018.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 160/2018

Publicação Nº 1517865

PORTARIA RH Nº 160/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DEMITIR A PEDIDO MURILO RAMOS COSTA do Cargo de Médico, ANSS 1, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 06 de Fevereiro de 2018.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 161/2018

Publicação Nº 1517879

PORTARIA RH Nº 161/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DEMITIR A PEDIDO ANDREA ANTUNES o Cargo de Agente Comunitário de Saúde – ESF Campo de Fora, 40 horas, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 06 de Fevereiro de 2018.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 163/2018

Publicação Nº 1517883

PORTARIA RH Nº 163/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, ANDRÉ FELIPE DA ROSA, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Planejamento Tributário, AS 3, com lotação na Secretaria da Fazenda, Administração e Serviços Públicos, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 07 de Fevereiro de 2018.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

Lajeado Grande

PREFEITURA

DECRETO Nº.007/2018 DE 17/01/2018 HOMOLOGA A ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1517321

DECRETO n. 007/2018
DE 17/01/2018

"HOMOLOGA A ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Rodrigo Barela, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, e CONSIDERANDO a ata de eleição dos Membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar a escolha dos membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, composto na seguinte forma:

- Nelvi Antonio Marocco Presidente
- Ari Bertotti Vice Presidente
- Valdomira Kahler 1º Secretário
- Adilson Antonio Bianchi 2º Secretário
- Membros Representantes de Linha Navegantes
- Ivanir Trevisan Efetivo
- Deoclessio Felski Suplente
- Membros Representantes de Linha Chenet
- Adilson Antonio Bianchi Efetivo
- Rodrigo Debastiani Suplente
- Membros Representante de Linha Nova
- Dorival Oliveira da Silva Efetivo
- Claudio Matiello Suplente
- Membros Representante da Linha Marocco
- Nellvi Antonio Marocco Efetivo
- Nilson Madalosso Suplente
- Membros Representante de Linha Clovis
- Sestilio Darci Hammerich Efetivo
- Antonio Nereu Bacca Suplente
- Membros Representante de Linha Guavirova
- Ari Bartotti Efetivo
- Danilo Andolatto Suplente
- Membros Representante de Linha Pequena
- Leunir Girolodi Efetivo
- Valdomira Kalher Suplente
- Membros Representante de Linha Santin
- Ricardo Varnier Efetivo
- Eloi Pedro Bianchi Suplente
- Membros Representante de Linha Nardino
- Neide Durante Efetivo
- Nereu Moras Suplente

- Membros Representante de Linha Conte
- Valdir Biederman Efetivo
- Moacir Pedrinho Foletto Suplente
- Membros Representante de Linha Santin/Toffolo
- Antonio Carlos Toffolo Efetivo
- Valmor Angelo Brasso Suplente
- Representante da Cooperalfa, filial de Lajeado Grande
- Julio Cezar Pan Efetivo
- Daniel Moro Suplente
- Representantes da Epagri de Lajeado Grande
- Thiago Marchi Efetivo
- Marisa Coltro Bós Suplente
- Representante do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Lajeado Grande
- Ledinho Curtarelli Efetivo
- Elirio Api Suplente

- Representante do Comércio de Lajeado Grande
- Cleberson da Silva Efetivo
- Luiz Pedro Binda Suplente

- Representante da Secretaria Municipal de Agricultura de Lajeado Grande.
- Vanderlei Todero Efetivo
- Taleia Mueler Suplente

Art. 3º - O exercício da Função de Conselheiro é considerado Serviço Público Relevante e não remunerado, obedecido ao Regimento Interno.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande 18 de Janeiro de 2018.
RODRIGO BARELA
Prefeito Municipal EM Exercício

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Mariana Kahler
Servidora Designada

DECRETO Nº.010/2018 DE 23/01/2018 NOMEIA COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL DO MUNICIPIO DE LAJEADO GRANDE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1517334

DECRETO n. 010/2018
De 23/01/2018

"NOMEIA COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL DO MUNICIPIO DE LAJEADO GRANDE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

RODRIGO BARELLA, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado

de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor, especialmente com o Art. 98, inc. "I" da Lei Orgânica Municipal c/c o art. 4º da Lei Municipal n. 172/97 de 19.08.1997 c/c Art. 2º do Decreto Municipal n. 62/97 e CONSIDERANDO as Atas das reuniões: Ata nº 16/2017 de 29/09/2017 e Ata nº 17/2017 de 28/11/2017.

DECRETA:

Art. 1º - A nomeação dos membros da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC fica composta da seguinte forma:

I - Presidente – CLAUDIO MATIELLO

II - Vice-Presidente – ADILSON ANTONIO BIANCHI

III - 1º Secretário – VANDERLEI TODERO

IV - 2º Secretário – MOACIR PEDRINHO FOLETTO

V - CONSELHO TÉCNICO

- JULIO CEZAR PAN – Cooperealfa

LEDINHO CURTARELLI - Sindicato

- MARIZA COLTRO BOS - Epagri

- EROMILDES PAULO PEREIRA - Prefeitura

- TIAGO MARCHI – Epagri

- ROBERTO CANSIAN – Secretaria de Obras

- VADIS VARNIER - Secretaria da Agricultura

IV - CONSELHO COMUNITÁRIO

- Representante do Departamento de Agricultura: VANDERLEI TODERO

- Representante do Departamento de Saúde: TEREZINHA SIVIERO

- Representante do Departamento da Educação: MARIVONE XAVIER

- Representante do Departamento de Administração: EROMILDES PAULO PEREIRA

- Representante do Departamento de Assistência Social: EVANDRA MARCHETTI

- Representante do Departamento da Fazenda: EDGAR ROSA DA SILVA

- Representante do Departamento do Interior: VALDIR BRUNGNHEROTTO

- Representante da Associação Comercial: CLEBERSON DA SILVA

- Representante do Conselho Comunitário: LEOCIR SANTIN

- Representante da Associação de Moradores: ALCIDES DOS SANTOS

- Representante das APPs: SILVANA PEREIRA

- Representante das Associações Esportivas: ANTONINHO BAGGIO

- Representante Comunitário de Linha Chenet: ADILSON ANTONIO BIANCHI

- Representante Comunitário de Linha Guavirova: ARI BARTOTTI

- Representante Comunitário de Linha Nardino: NEIDE DURANTE

- Representante Comunitário de Linha Navegantes: IVANIR TREVISAN

- Representante Comunitário de Linha Conte: MOACIR FOLETTO

- Representante Comunitário de Linha Nova: CLAUDIO MATIELLO

- Representante Comunitário de Linha Pequena: VALDOMIRA KALLHER

- Representante Comunitário de Linha Marocco: NELVI ANTONIO MAROCCO

- Representante Comunitário de Linha Clóvis: SESTILIO DARCI HAMMERICH

- Representante Comunitário de Linha SAANTIN: RICARDO VARNIER

- Representante Comunitário de Linha Tóffolo: ANTONIO CARLOS TOFFOLO

Art. 2º - Fazem parte deste conselho: Representante da Cooperealfa, filial de Lajeado Grande; representantes da Epagri de Lajeado Grande; representante do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Lajeado Grande, representante do Comercio de Lajeado Grande, representante da Cooper LG e da Secretaria Municipal de Agricultura

de Lajeado Grande.

Art. 3º - Fica designado como Coordenador Geral do COMDEC o Sr. Vanderlei Todero.

Art. 4º - Os membros da comissão ora nomeados, prestarão serviços relevante ao Município, não recebendo qualquer tipo de vencimento, gratificação ou indenização pela presente nomeação, nem configurará qualquer tipo de vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 6º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Lajeado Grande, em 23 de Janeiro de 2018.

RODRIGO BARELLA

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado na data supra e local de costume

Mariana Kahler

Servidora Designada

DECRETO Nº.001/2018 DE 02/01/2018 DISPÕE SOBRE A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Publicação Nº 1517307

Decreto nº. 001/2018

De 02/01/2018

“DISPÕE SOBRE A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS”

RODRIGO BARELLA, Prefeito Municipal em exercício de Lajeado Grande, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 98, inc. I letra b da Lei Orgânica Municipal c/c inciso XVI do artigo 6º e §§ 2º, 4º artigo 51 da Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993.

DECRETA:

Art. 1º - Fica através deste Decreto nomeada a Comissão Permanente de Licitação para o período de 02 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2018, e terá função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento de licitantes.

Art. 2º - Os membros indicados para a Comissão Permanente de Licitação, deverão garantir o princípio da isonomia entre os licitantes, no julgamento das propostas deverá ser observado o princípio da legalidade, impessoalidade, imparcialidade, publicidade e moralidade, vinculando ao instrumento convocatório que lhe deu origem.

Art. 3º - Fazem parte da Comissão Permanente de Licitação;

Presidente: Clodoaldo Squina

Secretário: Mariana Kahler

Membro: Sabrina Francisca Romani Beltrão

Antoninho Baggio

Valdir Brunherotto

Parágrafo Único – Os membros da comissão ora nomeados, não perceberão qualquer tipo de remuneração, vencimento ou gratificação pela respectiva nomeação, eis que prestarão serviço relevante ao Município.

Art. 4º - Os membros da Comissão poderão ser substituídos a qualquer tempo, sendo que a investidura deverá estar de acordo com o

parágrafo 4º do artigo 51 da Lei nº 8.666/93.

Art. 5º - A Comissão poderá solicitar laudos técnicos e outros documentos, quando se fizer necessário, durante todas as fases do processo licitatório.

Art. 6º - As despesas decorrentes deste decreto correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 7º - Revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto n. 055/2017 de 01/12/2017.

Art. 8º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Lajeado Grande, 02 de Janeiro de 2018.

RODRIGO BARELA

Prefeito Municipal em exercício

Registrado e publicado na data supra e local de costume

Mariana Kahler
Servidora designada

DECRETO Nº.002/2018 DE 02/01/2018 DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Publicação Nº 1517312

Decreto nº. 002/2018
De 02/01/2018

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS”

RODRIGO BARELA, Prefeito Municipal em exercício de Lajeado Grande, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 98, inc. I letra b da Lei Orgânica Municipal c/c inciso XVI do artigo 6º e §§ 2º, 4º artigo 51 da Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 c/c Decreto Municipal n. 041/2006 de 25/05/2006. DECRETA:

Art. 1º - Fica através deste Decreto nomeado o Pregoeiro e a equipe de apoio, para realização de Licitação na Modalidade de Pregão de que trata o Decreto Municipal n. 041/2006 de 25/05/2006, para o período de 02 de Janeiro de 2018 a 31 de Dezembro de 2018, e terá função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento de licitantes, conforme segue:

Pregoeiro: Clodoaldo Squina
Equipe de Apoio : Mariana Kahler
Sabrina Francisca Romani Beltrão
Antoninho Baggio
Valdir Brunherotto

Art. 2º - O pregoeiro e a equipe de apoio deverão garantir o princípio da isonomia entre os licitantes, no julgamento das propostas deverá ser observado o princípio da legalidade, impessoalidade, imparcialidade, publicidade e moralidade, vinculando ao instrumento convocatório que lhe deu origem.

Art. 3º - O pregoeiro e a equipe de apoio não perceberão qualquer tipo de remuneração, vencimento ou gratificação pela respectiva nomeação, eis que prestarão serviços relevantes ao Município.

Art. 4º - Os membros da Comissão poderão ser substituídos a qualquer tempo, sendo que a investidura deverá estar de acordo com a legislação em vigor.

Art. 5º - O pregoeiro poderá solicitar laudos técnicos e outros documentos, quando se fizer necessário, durante todas as fases do processo licitatório.

Art. 6º - As despesas decorrentes deste decreto correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 7º - Revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto n. 054/2017 de 01/12/2017.

Art. 8º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Lajeado Grande, 02 de Janeiro de 2018.

RODRIGO BARELA

Prefeito Municipal em exercício

Registrado e publicado na data supra e local de costume

Mariana Kahler
Servidora Designada

DECRETO Nº.003/2018 DE 04/01/2018 FIXA O VALOR DA UFRM - UNIDADE FISCAL DE REFERENCIA DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1517317

Decreto nº. 003/2018
De 04/01/2018

“FIXA O VALOR DA UFRM - UNIDADE FISCAL DE REFERENCIA DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RODRIGO BARELA, Prefeito Municipal de Lajeado Grande/SC, em exercício, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Legislação em vigor, em especial o Artigo 455, da Lei Complementar 024/2012, de 08/11/2012. DECRETA:

Art. 1º - Fica fixado o valor da UFRM - Unidade Fiscal de referência do Município para o Exercício de 2018 em R\$ 22,36 (Vinte e dois reais e trinta e seis centavos).

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Lajeado Grande, em 04 de janeiro de 2018.

RODRIGO BARELA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Mariana kahler
Servidora Designada

DECRETO Nº.008/2018 DE 23/01/2018 DISPÕE SOBRE A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Publicação Nº 1517324

Decreto nº. 008/2018
De 23/01/2018

“DISPÕE SOBRE A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS”

RODRIGO BARELA, Prefeito Municipal em exercício de Lajeado Grande, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 98, inc. I letra b da Lei Orgânica Municipal c/c inciso XVI do artigo 6º e §§ 2º, 4º artigo 51 da Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993.

DECRETA:

Art. 1º - Fica através deste Decreto nomeada a Comissão Permanente de Licitação para o período de 23 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2018, e terá função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento de licitantes.

Art. 2º - Os membros indicados para a Comissão Permanente de Licitação, deverão garantir o princípio da isonomia entre os licitantes, no julgamento das propostas deverá ser observado o princípio da legalidade, impessoalidade, imparcialidade, publicidade e moralidade, vinculando ao instrumento convocatório que lhe deu origem.

Art. 3º - Fazem parte da Comissão Permanente de Licitação;

Presidente: Mariana Kahler
Secretário: Antoninho Baggio
Membro: Sabrina Francisca Romani Beltrão
Andreia Baggio
Valdir Brunherotto

Parágrafo Único – Os membros da comissão ora nomeados, não perceberão qualquer tipo de remuneração, vencimento ou gratificação pela respectiva nomeação, eis que prestarão serviço relevante ao Município.

Art. 4º - Os membros da Comissão poderão ser substituídos a qualquer tempo, sendo que a investidura deverá estar de acordo com o parágrafo 4º do artigo 51 da Lei nº 8.666/93.

Art. 5º - A Comissão poderá solicitar laudos técnicos e outros documentos, quando se fizer necessário, durante todas as fases do processo licitatório.

Art. 6º - As despesas decorrentes deste decreto correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 7º - Revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto n. 001/2018 de 02/01/2018.

Art. 8º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Lajeado Grande, 23 de Janeiro de 2018.

RODRIGO BARELA
Prefeito Municipal em exercício

Registrado e publicado na data supra e local de costume

Mariana Kahler
Servidora designada

DECRETO Nº.009/2018 DE 23/01/2018 DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1517328

Decreto nº. 009/2018
De 23/01/2018

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

RODRIGO BARELA, Prefeito Municipal em exercício de Lajeado

Grande, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 98, inc. I letra b da Lei Orgânica Municipal c/c inciso XVI do artigo 6º e §§ 2º, 4º artigo 51 da Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 c/c Decreto Municipal n. 041/2006 de 25/05/2006.

DECRETA:

Art. 1º - Fica através deste Decreto nomeado o Pregoeiro e a equipe de apoio, para realização de Licitação na Modalidade de Pregão de que trata o Decreto Municipal n. 041/2006 de 25/05/2006, para o período de 02 de Janeiro de 2018 a 31 de Dezembro de 2018, e terá função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento de licitantes, conforme segue:

Pregoeiro: Mariana Kahler
Equipe de Apoio : Antoninho Baggio
Sabrina Francisca Romani Beltrão
Andreia Baggio
Valdir Brunherotto

Art. 2º - O pregoeiro e a equipe de apoio deverão garantir o princípio da isonomia entre os licitantes, no julgamento das propostas deverá ser observado o princípio da legalidade, impessoalidade, imparcialidade, publicidade e moralidade, vinculando ao instrumento convocatório que lhe deu origem.

Art. 3º – O pregoeiro e a equipe de apoio não perceberão qualquer tipo de remuneração, vencimento ou gratificação pela respectiva nomeação, eis que prestarão serviços relevantes ao Município.

Art. 4º - Os membros da Comissão poderão ser substituídos a qualquer tempo, sendo que a investidura deverá estar de acordo com a legislação em vigor.

Art. 5º - O pregoeiro poderá solicitar laudos técnicos e outros documentos, quando se fizer necessário, durante todas as fases do processo licitatório.

Art. 6º - As despesas decorrentes deste decreto correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 7º - Revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto n. 002/2018 de 02/01/2018.

Art. 8º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Lajeado Grande, 23 de Janeiro de 2018.

RODRIGO BARELA
Prefeito Municipal em exercício

Registrado e publicado na data supra e local de costume

Mariana Kahler
Servidora Designada

DECRETO Nº.011/2018 DE 02/02/2018 DECRETA PONTO FACULTATIVO DE CARNAVAL NOS DIAS 12/02/2018 E 14/02/2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1517341

DECRETO nº 011/2018
De 02/02/2018

“DECRETA PONTO FACULTATIVO DE CARNAVAL NOS DIAS 12/02/2018 e 14/02/2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

NOELI JOSÉ DAL MAGRO Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de

conformidade com o Artigo 98 inciso I letra "c" da Lei Orgânica Municipal

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado ponto facultativo no serviço público municipal nos dias 12/02/2018, segunda-feira e no dia 14/02/2018, quarta - feira, até as 13h00min, sem prejuízos dos serviços emergenciais e urgentes.

Parágrafo Único - As secretarias municipais deverão promover escala de atendimento, para não causar nenhum prejuízo dos serviços essenciais, emergenciais e urgentes.

Art.2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 02 de fevereiro de 2018.

NOELI JOSÉ DAL MAGRO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Mariana Kahler
Servidora designada

PORTARIA Nº.019/2018 DE 26/01/2018 DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA APURAR IRREGULARIDADE, DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL RICARDO VARNIER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1517222

PORTARIA n. 019/2018

De 26.01.2018

"DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA APURAR IRREGULARIDADE, DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL RICARDO VARNIER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

RODRIGO BARELA, Prefeito Municipal de Lajeado Grande/SC, em exercício, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente a Lei Complementar n. 15/2001 de 26.11.2001 e CONSIDERANDO o auto de constatação realizado pelo Comando de Policiamento Militar Ambiental; Considerando a necessidade de verificar possível irregularidade e responsabilidade do Servidor no âmbito administrativo,

D E C I D E:

Art. 1º - Determinar a instauração de processo administrativo para apurar irregularidade e responsabilidade do Servidor Público Municipal RICARDO VARNIER, por possível infração praticada no exercício das funções do cargo, assegurando-lhe o contraditório e a ampla defesa.

Art. 2º - Fica determinado à Comissão Especial constituída no art. 3º dessa portaria, para que proceda ao registro e autuação do presente ato, devendo acompanhar cópia do prontuário do servidor e demais documentos necessários a esclarecer os fatos;

Art. 3º - Constituir comissão especial para conduzir os trabalhos de instauração de Processo administrativo do Servidor Público Municipal RICARDO VARNIER, por possível infração praticada no exercício das funções do cargo, composta pelos seguintes servidores a seguir nomeados:

1 – VANDERLEI TODERO

2 – NADIA INEZ FORESTI
3 – ANTONINHO BAGGIO

Art. 4º - A comissão deve conduzir os trabalhos, agindo com independência e imparcialidade, bem como respeitando o contraditório e a ampla defesa, indicando entre os nominado, o seu presidente e secretário.

Art. 5º - Os membros da comissão prestarão serviço relevante ao Município, não percebendo qualquer tipo de gratificação ou indenização pelos trabalhos relacionados a esta portaria.

Art.6º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 7º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, em 26 de janeiro de 2018.

RODRIGO BARELA

Prefeito Municipal em exercício

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Mariana Kahler
Servidora Designada

PORTARIA Nº.020/2018 DE 26/01/2018 DESIGNA EXERCÍCIO DE FUNÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL IEDAMAR COVATTI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1517226

PORTARIA n. 020/2018

DE 26/01/2018

"DESIGNA EXERCÍCIO DE FUNÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL IEDAMAR COVATTI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

RODRIGO BARELA - Prefeito Municipal em exercício de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, em especial o Art. 98, inciso II, letra "b" da Lei Orgânica Municipal E artigo 37 inciso I da Lei Complementar 15/2001 de 26/11/2001.

E CONSIDERANDO o ajustamento do quadro de pessoal, às necessidades do Serviço público.

CONSIDERANDO a identidade e semelhança dos cargos.

CONSIDERANDO o conhecimento e habilidade do servidor

CONSIDERANDO a preservação dos direitos adquiridos do servidor, sem prejuízo ao mesmo.

DECIDE:

Art. 1º - Designar exercício de função ao Servidor Público Municipal IEDAMAR COVATTI – Auxiliar de Manutenção e Conservação para exercer em caráter precário e concomitante, enquanto perdurar a necessidade da administração, a função de Merendeira.

Parágrafo Único – Enquanto perdurar a designação, a servidora receberá vencimento mensal do cargo de Merendeira.

Art. 2º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande 26 de janeiro de 2018.
Rodrigo Barela
Prefeito Municipal em exercício

Registrada e publicada na data supra e local de costume.
Mariana Kalher
Servidora Designada

PORTARIA Nº.021/2018 DE 30/01/2018 EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VALDEMAR BUSATTA, EM VIRTUDE DA CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO PELO INSS – INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1517236

PORTARIA n.021/2018
DE 30/01/2018

"EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VALDEMAR BUSATTA, EM VIRTUDE DA CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO PELO INSS – INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

RODRIGO BARELA - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente com o art. 33 inciso IV da Lei Complementar n. 15/01 de 26/11/2001 e CONSIDERANDO o pedido do servidor e a concessão da aposentadoria pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social.

DECIDE:

Art. 1º - Exonerar a pedido o servidor público municipal VALDEMAR BUSATTA em virtude da concessão de aposentadoria por tempo de contribuição concedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social.

Art. 2º - O pagamento do benefício ficará a cargo do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social.

Art.3º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 30 de janeiro de 2018.
Rodrigo Barela
Prefeito Municipal em exercício

Registrada e publicada na data supra e local de costume.
Mariana Kahler
Servidora Designada

PORTARIA Nº.022/2018 DE 01/02/2018 NOMEIA, THAINARA VALÉRIA BACCA PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE ASSESSOR DE ADMINISTRAÇÃO, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Publicação Nº 1517246

PORTARIA n. 022/2018
De 01.02.2018

"NOMEIA, THAINARA VALÉRIA BACCA PARA O EXERCÍCIO DO

CARGO DE ASSESSOR DE ADMINISTRAÇÃO, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS"

NOELI JOSE DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Município do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor, especialmente o Art. 98 inc. II letra "a" da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 9º inciso II da Lei Municipal Complementar n. 15/2001 de 26/11/2001. e CONSIDERANDO ser Cargo em Comissão declarado em lei, de livre nomeação e exoneração.

D E C I D E:

Art. 1º - Nomear THAINARA VALERIA BACCA, para exercer o Cargo de Assessor de Administração, Código do Cargo 06.09, junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura com vencimento constante no Plano de Cargos e Salários relativo ao respectivo cargo.

§ 1º - Com a nomeação, o respectivo Servidor passou a integrar o quadro de Cargos em Comissão de livre nomeação e exoneração, constante no Anexo II da Lei Municipal Complementar n. 054/2017 de 18/12/2017 e suas alterações, com dedicação integral.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Lajeado Grande, em 01 de fevereiro de 2018.
Noeli Jose Dal Magro
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.
Mariana Kahler
Servidora Designada

PORTARIA Nº.023/2018 DE 01/02/2018 DESIGNA RODRIGO BARELA PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Publicação Nº 1517257

PORTARIA n. 023/2018
De 01.02.2018

"DESIGNA RODRIGO BARELA PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA OUTRAS PROVIDENCIAS"

NOELI JOSE DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Município do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor, especialmente o Art. 98 inc. II letra "a" da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 9º inciso II da Lei Municipal Complementar n. 15/2001 de 26/11/2001. e CONSIDERANDO ser o Cargo de Secretário Municipal declarado em lei, de livre lei de livre nomeação e exoneração.

D E C I D E:

Art. 1º - Designar RODRIGO BARELA, para exercer a função de Secretário Municipal de Administração e Planejamento.

§ 1º - Em virtude da nomeação para Secretário, o Vice- Prefeito deverá optar entre o Subsídio de Vice- Prefeito ou o de Secretário

Municipal, o qual deverá ser oficiado junto ao departamento de pessoal do Município.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Lajeado Grande, em 01 de fevereiro de 2018.

Noeli Jose Dal Magro

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Mariana Kahler

Servidora Designada

PORTARIA Nº.024/2018 DE 01/02/2018 EXONERA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DILSEN TEREZA ZMIJEVSKI DO CARGO DE COORDENADOR DE PROGRAMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1517274

PORTARIA n. 024/2018

DE 01/02/2018

"EXONERA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DILSEN TEREZA ZMIJEVSKI DO CARGO DE COORDENADOR DE PROGRAMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSE DAL MAGRO- Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor,

E CONSIDERANDO ser Cargo em Comissão declarado em lei, de livre nomeação e exoneração

D E C I D E:

Art. 1º - Exonerar o Servidor Público Municipal DILSEN TEREZA ZMIJEVSKI, do cargo de Coordenador de Programa junto a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

Parágrafo único - com a exoneração do Cargo de Coordenador de Programa, o respectivo servidor retorna as atividades no cargo de provimento efetivo de Oficial Administrativo junto a Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 01 de fevereiro de 2018.

Noeli José Dal Magro

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Mariana Kahler

Servidora Designada

PORTARIA Nº.025/2018 DE 01/02/2018 DESIGNA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DILSEN TEREZA ZMIJEVSKI PARA EXERCER A FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE COORDENADOR DE PROGRAMAS – FC-07 JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Publicação Nº 1517277

PORTARIA n. 025/2018

de 01/02/2018

"DESIGNA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DILSEN TEREZA ZMIJEVSKI PARA EXERCER A FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE COORDENADOR DE PROGRAMAS – FC-07 JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS"

NOELI JOSÉ DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Município do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor, especialmente o Art. 98 inc. II letra "a" da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 26 da Lei Complementar n. 20/2010 de 10/06/2010.

CONSIDERANDO que as funções de confiança serão exercidas, exclusivamente, por servidores de provimento efetivo, de livre escolha e nomeação do Chefe do Poder Executivo Municipal.

D E C I D E:

Art. 1º - Designar DILSEN TEREZA ZMIJEVSKI, para exercer o Função de Confiança de Coordenador de programas – FC-07 junto a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

Parágrafo único - Em virtude do exercício da função de confiança de que trata o "caput" deste artigo, fica atribuído a FG - Função Gratificada no percentual de 25% (vinte e cinco) sobre o vencimento base do respectivo servidor, nos termos do parágrafo primeiro do art. 26º da Lei Municipal Complementar n. 054/2017 de 18/12/2017.

Art. 2º - Permanecem inalterados os Direitos Adquiridos do Cargo de Provimento Efetivo.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrario.

Art. 4º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Lajeado Grande, em 01 de fevereiro de 2018.

Noeli José Dal Magro

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Mariana Kahler

Servidora Designada

PORTARIA Nº.026/2018 DE 02/02/2018 CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NOELI LUISA BEAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1517281

PORTARIA n. 026/2018

DE 02/02/2018

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NOELI LUISA BEAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSÉ DAL MAGRO - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor,

CONSIDERANDO o atestado médico indicando a necessidade do afastamento funcional do respectivo servidor.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor público municipal NOELI LUISA BEAL pelo período de 90 dias a partir de 31/01/2018.

Parágrafo único – O período da licença poderá ser reduzido ou ampliado conforme perícias do Instituto Nacional do Seguro Social- INSS.

Art.2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4 - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, em 02 de fevereiro 2018.

Noeli José Dal Magro
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.
Mariana Kahler
Servidora Designada

PORTARIA Nº.027/2018 DE 02/02/2018 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DILSEN TEREZA ZMIJEVSKI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1517284

PORTARIA n.027/2018
DE 02/02/2018

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DILSEN TEREZA ZMIJEVSKI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSE DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I e art. 68 da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal DILSEN TEREZA ZMIJEVSKI pelo prazo de 15 dias, de 02 de fevereiro de 2018 a 16 de fevereiro de 2018, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do período de gozo.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 02 de janeiro de 2017 a 01 de janeiro de 2018.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 02 de fevereiro de 2018.
Noeli Jose Dal Magro
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.
Mariana Kahler
Servidora designada

PORTARIA Nº.028/2018 DE 02/02/2018 EXONERAR A PEDIDO O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DILEMA GIMENES, DA FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSOR PEDAGOGIA - ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1517286

PORTARIA n. 028/2018
DE 02/02/2018

"EXONERAR A PEDIDO O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DILEMA GIMENES, DA FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSOR PEDAGOGIA - ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSÉ DAL MAGRO - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor,
E CONSIDERANDO o pedido da servidora.

D E C I D E:

Art. 1º - Exonerar a pedido a Servidora Pública Municipal DILEMA GIMENES da função temporária de professor pedagogia em de 02 de fevereiro de 2018.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 02 de fevereiro de 2018.
Noeli José Dal Magro
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.
Mariana Kahler
Servidora Designada

PORTARIA Nº.029/2018 DE 05/02/2018 NOMEIA JESSICA GABOARDI FELSKI PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE CHEFE DE SETOR, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Publicação Nº 1517289

PORTARIA n. 029/2018
De 05.02.2018

"NOMEIA JESSICA GABOARDI FELSKI PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE CHEFE DE SETOR, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E DA OUTRAS PROVIDENCIAS"

NOELI JOSE DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Município do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor, especialmente o Art. 98 inc. II letra "a" da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 9º inciso II da Lei Municipal Complementar n. 15/2001 de 26/11/2001. e CONSIDERANDO ser Cargo em Comissão declarado em lei, de livre nomeação e exoneração.

D E C I D E:

Art. 1º - Nomear JESSICA GABOARDI FELSKI, para exercer o Cargo de Chefe de Setor, Código do Cargo 06.06, junto a Secretaria Municipal de Saúde com vencimento constante no Plano de Cargos e Salários relativo ao respectivo cargo.

§ 1º - Com a nomeação, o respectivo Servidor passou a integrar o

quadro de Cargos em Comissão de livre nomeação e exoneração, constante no Anexo II da Lei Municipal Complementar n. 054/2017 de 18/12/2017 e suas alterações, com dedicação integral.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Lajeado Grande, em 05 de fevereiro de 2018.
Noeli Jose Dal Magro
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.
Mariana Kahler
Servidora Designada

PORTARIA Nº.030/2018 DE 06/02/2018 DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE KADRYZZE BERNARDI DEFILTRO PARA A FUNÇÃO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO DE PROFESSOR DE PEDAGOGIA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Publicação Nº 1517293

PORTARIA n. 030/2018
DE 06/02/2018

“DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE KADRYZZE BERNARDI DEFILTRO PARA A FUNÇÃO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO DE PROFESSOR DE PEDAGOGIA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS”

NOELI JOSÉ DAL MAGRO - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com o artigo 2º, Inciso IV da Lei Complementar n. 0018/2007, de 22 de agosto de 2007e suas alterações, bem como na observância da classificação de que trata o edital de teste seletivo n. 001/2017 e
CONSIDERANDO o preenchimento de vagas no Magistério Público Municipal para atender à variação da demanda de alunos nas modalidades de educação infantil, ensino fundamental e reforço escolar, resultante do afastamento legal do professor efetivo ou do desdobramento de classe por aumento de matrícula, suprimindo a interrupção da regência de classe, que acarreta prejuízo do ensino ao aluno e impõe o dever do Município em manter e desenvolver o seu sistema Municipal de ensino.

DECIDE:

Art. 1º - Contratar em caráter temporário, KADRYZZE BERNARDI DEFILTRO, para o função de excepcional interesse público de Professor Pedagogia, com carga horária de 20 horas semanais, turno matutino nos termos previstos em lei, com duração de 06 de fevereiro de 2018 a 21 de dezembro de 2018.

Art. 2º - O prazo de contratação, havendo necessidade e/ou interesse público, poderá ser alterado.

Art.3º - As despesas referentes a aplicação desta portaria, correrão

a conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande 06 de fevereiro de 2018
Noeli José Dal Magro
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado na data supra e local de costume.
Mariana Kahler
Servidora Designada

PORTARIA Nº.018/2018 DE 23/01/2018 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VANDUIR MADALOSSO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1517210

PORTARIA Nº 018/2018
DE 23/01/2018

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VANDUIR MADALOSSO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RODRIGO BARELA, Prefeito Municipal em exercício de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I e art. 68 da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal VANDUIR MADALOSSO pelo prazo de 30 dias, de 14 de fevereiro de 2018 a 15 de março de 2018, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do período de gozo.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 14 de fevereiro de 2017 a 13 de fevereiro de 2018.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 23 de janeiro de 2018.
Rodrigo Barela
Prefeito Municipal em exercício

Registrada e publicada na data supra e local de costume.
Mariana Kahler
Servidora designada

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA N. 001/2018 DE 07/02/2018 "DETERMINA PONTO FACULTATIVO NA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE LAJEADO GRANDE NO DIA 12/02/18 E 14/02/18 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

Publicação Nº 1516566

Portaria n. 001/2018
De 07/02/2018

"DETERMINA PONTO FACULTATIVO NA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE LAJEADO GRANDE NO DIA 12/02/18 E 14/02/18 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

LEOCER ZMIJEVSKI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor, especialmente a Lei Orgânica Municipal e Regimento Interno da Câmara; e

RESOLVE:

Art. 1º Fica determinado ponto facultativo junto à Sede da Câmara de Vereadores de Lajeado Grande-SC, nos dias 12/02/2018, segunda-feira e no dia 14/02/2018, quarta-feira, até as 13h00min, em função das festividades de Carnaval.

Parágrafo único. Em função do ponto facultativo os servidores da Câmara de Vereadores retornarão às suas atividades normais de atendimento ao público no dia 14 de fevereiro, quarta-feira, até as 13h00min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara de Vereadores de Lajeado Grande-SC,
em 07 de fevereiro de 2018.

LEOCER ZMIJEVSKI

Presidente da Câmara de Vereadores

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

MARGARETE SILVA COSTA FLORES

1ª Secretária em exercício

Lauro Muller

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 25/PMLM/2018

Publicação Nº 1516720

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LAURO MULLER
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 25/PMLM/2018

Data e horário da sessão de abertura: 23/02/2018 às 09h00min.
Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Veterlly, 239, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.
Objeto: contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição lanches – salgados e doces para as atividades do grupo da terceira idade grupo Bem Viver da secretaria de Assistência Social do Município do Lauro Muller/SC, durante o ano de 2018.
Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelo telefone (48) 3464.3122, através do endereço eletrônico compraslicitacaopmlm@gmail.com e disponível em www.lauromuller.sc.gov.br.
Lauro Muller, 08 de fevereiro de 2018.
Genivaldo da Silva
Pregoeiro

terceira idade grupo Bem Viver da secretaria de Assistência Social de Lauro Muller/SC

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelo telefone (48) 3464.3122, através do endereço eletrônico compraslicitacaopmlm@gmail.com e disponível em www.lauromuller.sc.gov.br.

Lauro Muller, 08 de fevereiro de 2018.

Genivaldo da Silva

Pregoeiro

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 26/PMLM/2018

Publicação Nº 1516723

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LAURO MULLER
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 26/PMLM/2018

Data e horário da sessão de abertura: 23/02/2018 às 10h00min.
Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Veterlly, 239, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.
Objeto: contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição lanches – salgados e doces para as atividades do grupo da terceira idade grupo Bem Viver da secretaria de Assistência Social do Município do Lauro Muller/SC, durante o ano de 2018.
Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelo telefone (48) 3464.3122, através do endereço eletrônico compraslicitacaopmlm@gmail.com e disponível em www.lauromuller.sc.gov.br.
Lauro Muller, 08 de fevereiro de 2018.
Genivaldo da Silva
Pregoeiro

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/PMLM/2018

Publicação Nº 1516726

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LAURO MULLER
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/PMLM/2018

Data e horário da sessão de abertura: 23/02/2018 às 11h00min.
Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Veterlly, 239, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.
Objeto: contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de lanches – salgados e doces para as atividades do grupo da

Lebon Régis

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2018 - TOMADA DE PREÇO Nº TP02/2018

Publicação Nº 1517507

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2018 - Tomada de Preço Nº TP02/2018

O MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, através do presidente da Comissão de Licitações conforme decreto nº027/2017, torna pública a instauração de procedimento licitatório na modalidade Tomada de Preço, do tipo Por item, sob a forma de execução indireta em regime de empreitada por preço unitário. OBJETO: A presente licitação visa a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares, comerciais compactáveis e coleta seletiva dos resíduos recicláveis, conforme Termo de Referência (Anexo I) do Edital. Maiores informações e Edital disponíveis no site www.lebonregis.sc.gov.br. Os envelopes de "HABILITAÇÃO" e "PROPOSTA", deverão ser entregues no setor de Compras e Licitações, sito a Rua Artur Barth, 300, Centro, Lebon Régis/SC, até às 09:00 do dia 26/02/2018. A sessão de abertura será no mesmo dia às 09:10. Cadastramento conforme Lei 8.666/93. Maiores informações pelo e-mail: licitacoes@lebonregis.sc.gov.br ou tel.: (49) 3247-0188. Lebon Régis, 07/02/2018.

José Vanderlei de Campos—Presidente da CPL

Leoberto Leal

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N° 005/2018 - PMLL

Publicação N° 1517891

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Contratos

PROCESSO LICITATÓRIO N° 005/2018

PREGÃO PRESENCIAL N° 005/2018

TIPO: "Menor Preço por Item". OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de gêneros alimentícios, materiais de copa e cozinha a serem distribuídos aos alunos e professores da Rede Municipal de Ensino de Leoberto Leal, por ocasião do Desfile Cívico, Formatura do Pré-escolar, Formatura do PROERD, Dia da Criança e reuniões com os professores, pertencente à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, conforme Anexo I, do Edital de Pregão Presencial n° 005/2018. LEGISLAÇÃO: Lei n° 10.520/02, Decreto Municipal n° 23/2007, Lei n° 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada a Rua Mainolvo Lehmkuhl, n° 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze horas), do dia 23 de fevereiro de 2018. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado ou no site www.leobertoal.sc.gov.br. Informações fone: (48) 3268 1212. Em 08/02/2018. ARNO HASCHEL LOHN - Prefeito Municipal e.e.

Lindóia do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 3.014, DE 30 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1517494

DECRETO Nº 3.014, DE 30 DE JANEIRO DE 2018.

Remaneja recursos do exercício vigente e dá outras providências. O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município e, Considerando o disposto na Lei Nº 1.384, de 18 de Dezembro de 2017,

DECRETA

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 05: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Unidade 01 – Diretoria de Ação Social

Projeto/Atividade 2.024 – Manutenção da Oferta da Proteção Social Básica

3.3.90.00.00.00.00.00.0334 – Aplicações Diretas R\$ 1.010,79

Art. 2º. Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerão por conta do Superávit Financeiro de 2017 do Convênio ADR – CRAS Praça.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 30 de janeiro de 2018.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

..... R\$ 43.500,00

Projeto/Atividade 2.028 – Manutenção das Atividades da saúde Pública

3.1.90.00.00.00.00.00.0332 – Aplicações Diretas

..... R\$ 130.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0332 – Aplicações Diretas

..... R\$ 186.700,00

Projeto/Atividade 2.029 – Vigilância Epidemiológica

3.3.90.00.00.00.00.00.0332 – Aplicações Diretas

..... R\$ 21.000,00

Projeto/Atividade 2.039 – Vigilância Sanitária

3.3.90.00.00.00.00.00.0332 – Aplicações Diretas

..... R\$ 26.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerão por conta do excesso de arrecadação devido a mudança na Portaria nº 3992 de 28/12/2017.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 30 de janeiro de 2018.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3.015, DE 30 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1517638

DECRETO Nº 3.015, DE 30 DE JANEIRO DE 2018.

Remaneja recursos do exercício vigente e dá outras providências. O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município e, Considerando o disposto na Lei Nº 1.384, de 18 de Dezembro de 2017,

DECRETA

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LINDÓIA DO SUL

Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde Lindóia do Sul

Projeto/Atividade 2.025 – Programa Saúde da Família - ESF

3.1.90.00.00.00.00.00.0332 – Aplicações Diretas

..... R\$ 30.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0332 – Aplicações Diretas

..... R\$ 104.000,00

Projeto/Atividade 2.026 – Programa Agentes Comunitárias de Saúde - PACS

3.1.90.00.00.00.00.00.0332 – Aplicações Diretas

..... R\$ 146.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0332 – Aplicações Diretas

..... R\$ 1.000,00

Projeto/Atividade 2.027 – Programa Farmácia Básica

3.3.90.00.00.00.00.00.0332 – Aplicações Diretas

Lontras

PREFEITURA

EDITAL 11/2018

Publicação Nº 1517340

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LONTRAS

PREGÃO PRESENCIAL N.º 11/2018

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA A MERENDA ESCOLAR DESTINADA AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO (EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL), PARA O PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE). Entrega dos Envelopes: até às 08 horas e 30 minutos do dia 21/02/2018; Abertura dos Envelopes: 09 horas do dia 21/02/2018. Maiores Informações junto ao Departamento de Licitações sito a Praça Henrique Schroeder, n.º 01, Centro ou pelo site www.lontras.sc.gov.br – Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor. Lontras, 08 de fevereiro de 2018. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

RETIFICAÇÃO EDITAL 10/2018

Publicação Nº 1517509

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 10/2018

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

OBJETO: CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE NATUREZA INTELECTUAL COMO FACILITADOR, CONFORME DESCRITO NO ANEXO I. Alteração do valor do item 2 do Anexo I e data de Entrega e Abertura dos Envelopes. Entrega dos Envelopes: até às 17:00 horas do dia 08/03/2018. Ficam mantidas todas as demais condições do edital, no que não colidirem com as desta Retificação. Maiores Informações e aquisição do documento de retificação sito a Praça Henrique Schroeder, n.º 01, Centro – Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor ou através do site www.lontras.sc.gov.br. Lontras, 08 de fevereiro de 2018. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito Municipal.

Luiz Alves**PREFEITURA****DECRETO N.º 14/2018**

Publicação Nº 1517939

DECRETO N.º 14/2018

Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 167, inciso VI da Constituição Federal e pelo inciso III do artigo 12 da Lei Orçamentária para o exercício de 2018 – Lei Municipal n.º 1.704, de 23 de novembro de 2017;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar de R\$ 251.428,00 (duzentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e vinte e oito reais) ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Educação

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Educação

12.361.0020.2.057 – Manutenção do Transporte Escolar

(64) 3.3.90.00.00.00.00.00.06.0920.0 (0.6.0036) – Aplicações Diretas R\$ 95.032,00

(65) 3.3.90.00.00.00.00.00.06.0938.0 (0.6.0062) – Aplicações Diretas R\$ 95.424,00

(66) 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0488.0 (0.3.0040) – Aplicações Diretas R\$ 27.972,00

(68) 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0500.0 (0.3.0000) – Aplicações Diretas ----- R\$ 33.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do superávit financeiro apurado no exercício de 2017, por conta dos recursos ordinários, na importância de R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais), dos recursos do Salário Educação, na importância de R\$ 95.032,00 (noventa e cinco mil e trinta e dois reais), dos recursos do Transporte Escolar Estadual, na importância de R\$ 95.424,00 (noventa e cinco mil, quatrocentos e vinte e quatro reais), dos recursos dos Royalties do Petróleo - Educação 75%, na importância de R\$ 27.972,00 (vinte e sete mil, novecentos e setenta e dois reais), totalizando um montante de R\$ 251.428,00 (duzentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e vinte e oito reais).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 08 de fevereiro de 2018.

MARCOS PEDRO WEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva

Secretário Municipal de Administração

DECRETO N.º 15/2018

Publicação Nº 1517940

DECRETO N.º 15/2018

Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 167, inciso VI da Constituição Federal e pelo inciso I do artigo 12 da Lei Orçamentária para o exercício de 2018 – Lei Municipal n.º 1.704, de 23 de novembro de 2017;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar de R\$ 506.000,00 (quinhentos e seis mil reais) ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Educação

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Educação

12.361.0020.2.057 – Manutenção do Transporte Escolar

(67) 3.3.90.00.00.00.00.00.02.0822.0 (0.2.0019) – Aplicações Diretas -----R\$ 506.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com recursos proveniente do excesso de arrecadação apurado no exercício de 2018, por conta de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, na importância de R\$ 506.000,00 (quinhentos e seis mil reais).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 08 de fevereiro de 2018.

MARCOS PEDRO WEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva

Secretário Municipal de Administração

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE 02/2018 (FMS)

Publicação Nº 1517029

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUIZ ALVES

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2018

PROCESSO DE COMPRAS Nº 05/2018

Objeto: CADASTRAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS DE ANÁLISES CLÍNICAS POR LABORATÓRIO OU POSTO DE COLETA ESTABELECIDO NO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES, CONFORME TABELA SUS.

Contratado (s): JULIA ARAUJO TORRES ME (R\$ 240.000,00 – duzentos e quarenta mil reais).

Vigência: 08/02/2018 a 08/02/2019

Marcos Pedro Veber

Prefeito Municipal

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO PREGÃO Nº 06/2018 (PREFEITURA)

Publicação Nº 1517018

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2018

Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTA PARA CONTRATAÇÃO DE

EMPRESA VISANDO A REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO DESTINADO AO PROVIMENTO DE CARGOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES/SC, ATENDENDO ÀS EXIGÊNCIAS E ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

Tipo: Menor Preço Global.

Entrega da Proposta e Documentação: até às 09h00min horas do dia 27/02/2018, na Sede da Prefeitura Municipal, sito à Rua Erich Gielow, nº 35, Centro, Luiz Alves/SC.

Abertura: 09h15min horas do dia 27/02/2018.

Credenciamento: Juntamente à entrega dos envelopes supracitados.

Retirada do Edital: in loco ou no site www.luizalves.sc.gov.br, no ícone licitações.

Informações: Pelo telefone (47) 3377-8614 ou in loco das 08h00min às 12h00min horas e das 13h30min às 17h00min horas.

Luiz Alves, 09 de fevereiro de 2018.

Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA

PL 017/2018 – PP 013/2018 - SERVIÇOS DE MANUTENÇÕES - PML

Publicação Nº 1517160

MUNICIPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 017/2018 - PML

Pregão Presencial nº 013/2018 – PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para contratação de serviços diversos de reparos, com fornecimento de EPI's, ferramentas, equipamentos e mão-de-obra, necessários à manutenção e conservação de bens imóveis e vias públicas do Município de Luzerna e seus Fundos Especiais, conforme especificações constantes neste Edital e seus Anexos.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h45min do dia 26 de fevereiro de 2018.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDENCIAMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 09h do dia 26 de fevereiro de 2018.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

RETIFICAÇÃO DE EDITAL - PL 011/2018 - PP 009/2018 - MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS - PML

Publicação Nº 1517440

MUNICIPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 011/2018 - PML

Pregão Presencial nº 009/2018 – PML

AVISO DE ALTERAÇÃO:

NOVA DATA DE ABERTURA

RETIFICAÇÃO DO PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do seu Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, leva ao conhecimento de todos a RETIFICAÇÃO dos preços unitários máximos do Anexo I (proposta) do Edital PP nº 009/2018.

Os demais ditames do processo licitatório permanecem inalterados.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para aquisição de materiais de limpeza e higiene e gêneros alimentícios, de forma parcelada, destinados às atividades desenvolvidas na Unidade Gestora - Prefeitura de Luzerna e nos Fundos Especiais, em conformidade com as especificações constantes no Anexo I e demais condições estabelecidas neste Edital.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h15min do dia 23 de fevereiro de 2018.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIAMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 08h30min do dia 23 de fevereiro de 2018.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

Mafra

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 007/2018

Publicação Nº 1517406

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 007/2018

Contrato de Credenciamento nº: 007/2018

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratado: LUIZ FELIPE SALIBA

CPF: 043.979.899-07

Objeto: CREDENCIAMENTO de pessoas físicas e/ou jurídicas para prestação de serviços de consultas médicas nas seguintes especialidades: Cirurgia Geral, Ginecologia, Psicologia, Pediatria, Clínica Médica (Clínica Geral) Serviços especializados na área de saúde, destinados ao atendimento dos pacientes da Secretaria Municipal da Saúde de Mafra.

Modalidade: Processo Licitatório n.º 172/2017- Credenciamento nº 003/2017.

Valor: O valor previsto para atender as despesas referentes ao

credenciamento é de R\$ 9.066,00 (nove mil, sessenta e seis reais) mensais, pelo período da vigência do Contrato;
Data de Pagamento: 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal
Data Assinatura: 08 de fevereiro de 2018.

Prazo: O presente CONTRATO terá vigência até 31/12/2018, podendo ser renovado a critério da Administração, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações correlatas.

Dotação Orçamentária:

10302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial 103020016 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

103020016.2.089000 MAC – MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR

3.3.90.00.00.0000 Aplicações Diretas

Dotação: 549 – Fonte: 102 Receita de Impostos e Transferências

Dotação: 548 – Fonte: 165 Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial

Foro: Comarca de Mafra.

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 09/2018

Publicação Nº 1517248

PORTARIA Nº 09/2018, de 8 de fevereiro de 2018.

REVOGA A PORTARIA Nº 55, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017.

O Vereador Adilson Sabatke, Presidente da Câmara de Vereadores de Mafra/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 32, inciso XIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Portaria nº 55, de 19 de outubro de 2017, que designou a servidora PRISCILA COLAÇO TEODOROVITZ JANTSCH, matrícula 587.8, para exercer a função de compras e registro de pontos da Câmara Municipal de Mafra/SC, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra, 8 de fevereiro de 2018.

VER. ADILSON SABATKE

Presidente

PORTARIA Nº 10/2018

Publicação Nº 1517252

PORTARIA Nº 10/2018, de 8 de fevereiro de 2018.

Designa servidor para exercer a função de compras e registro de pontos, e dá outras providências.

O Vereador Adilson Sabatke, Presidente da Câmara de Vereadores de Mafra/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 32, inciso XIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora VÂNIA LÁZARO DA GUARDA, matrícula 5770-00, para exercer a função de compras e de registro de pontos

da Câmara Municipal de Mafra/SC, a partir desta data.

Art. 2º As atribuições da servidora compreenderão:

- Emitir ordens de compra ou serviço aos fornecedores de bens e materiais em prestadores de serviços;
- Cadastrar os fornecedores e prestadores de serviços;
- Preparar os contratos administrativos, convênios e similares;
- Receber comprovantes de despesa, anexando-os aos respectivos empenhos, para adequado processamento e pagamento das mesmas;
- Coletar, estocar, controlar, movimentar e distribuir materiais, conforme os procedimentos adequados;
- Controlar o Registro de Ponto; e
- Realizar o cálculo de banco de horas.

Art. 3º Pela acumulação dos cargos descritos no artigo anterior, não decorrerá ao nomeado direito de acréscimo aos seus vencimentos, continuando o mesmo a receber como Assistente de Contabilidade.

Art. 4º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra-SC, 8 de fevereiro de 2018.

VER. ADILSON SABATKE

Presidente

Maracajá

PREFEITURA

ATA N. 08 - DO EDITAL DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 059/2017

Publicação Nº 1517935

ATA 08

MUNICÍPIO DE MARACAJÁ

PODER EXECUTIVO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ATA DO EDITAL DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 059/2017

OITAVA ATA PARA PROCESSAMENTO DO EDITAL ACIMA EPIGRAFADO, QUE TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE PRESTADOS POR INTERMÉDIO DE AGÊNCIA DE PROPAGANDA, COMPREENDENDO O ESTUDO, O PLANEJAMENTO, A CONCEITUAÇÃO, A CONCEPÇÃO, A CRIAÇÃO, A EXECUÇÃO INTERNA, A INTERMEDIÇÃO E A SUPERVISÃO DA EXECUÇÃO EXTERNA E A DISTRIBUIÇÃO DE PUBLICIDADE AOS VEÍCULOS E DE MAIS MEIOS DE DIVULGAÇÃO, COM O OBJETIVO DE PROMOVER A VENDA DE BENS OU SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA, DIFUNDIR IDEIAS OU INFORMAR O PÚBLICO EM GERAL, BEM COMO, A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PERTINENTES COMPLEMENTARES, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DE COMUNICAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ/SC.

Às dezessete horas, do dia oito, do mês de fevereiro, do ano de dois mil e dezoito, na Sala de Licitações, no Prédio da Prefeitura Municipal, localizado na Avenida Getúlio Vargas, nº 530, Centro, Maracajá/SC, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações do Município, para prosseguimento do processo da Concorrência Nº. 059/2017. Aberta a sessão pelo Presidente, Sr. ADENAUER ESPINDOLA SERAFIM, o mesmo informou a Comissão que tendo passado os prazos legais de interposições de recursos e, em não havendo interposição de recurso interpostos no presente certame, permitindo assim a continuidade dos trabalhos no que concerne a abertura dos envelopes Nº 04 (proposta de preços) das empresas classificadas, há saber:

CLASSIFICAÇÃO	AGÊNCIA	PONTUAÇÃO
1ª CLASSIFICADA	ARILTON AMADOR PROPAGANDA	84,24
2ª CLASSIFICADA	CONTINENTAL ORGANIZAÇÃO PUBLICITÁRIA LTDA	81,14

Portando, desta forma, o Presidente determinou o dia 14/02/2018 (quarta-feira) às 17h00min – horário de Brasília - para abertura do envelope 04 – propostas de preços, com ou sem a presença dos representantes legais das licitantes classificadas, na sala de licitações do município de Maracajá. As empresas serão comunicadas desta decisão através da publicação desta ata no Diário Oficial Eletrônico do Município. Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Comissão deu por encerrada a reunião e lavrou-se a presente Ata, que vai assinada por mim, Grasiela Becker que a secretariei, pelo Presidente que dirigiu os trabalhos e pelos demais membros integrantes da Comissão de Licitações. Sala de Licitação, (quinta-feira), 08 de fevereiro de 2018.

ADENAUER ESPINDOLA SERAFIM	GRASIELA BECKER	ANATONI AUGUSTO PEZENTE ZILLI
Presidente	Secretária	Membro

AVISO DE REVOGAÇÃO DA LICITAÇÃO Nº 009/2018

Publicação Nº 1517934

AVISO DE REVOGAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2018

O Município de Maracajá torna público que fica revogado o edital acima epigrafado que tem como objeto aquisição de brindes para os eventos a serem realizados pelo departamento de assistência e bem estar social do Município de Maracajá/SC, por interesse público e conveniência administrativa, com fulcro no artigo 49, da Lei 8666/93 e alterações subsequentes.

Feita a revogação acima, ficam todos os interessados notificados para os fins legais e de direito, nos termos da Lei nº 8.666/93.

Maracajá, 08de fevereiro de 2018.

ANTENOR ROCHA

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO - EDITAL DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 059/2017

Publicação Nº 1517936

MUNICÍPIO DE MARACAJÁ

PODER EXECUTIVO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Maracajá-SC, 08 de fevereiro de 2018

CONVOCAÇÃO

ASSUNTO: CONCORRÊNCIA Nº. 059/2017

OBJETO: Contratação de agências de propaganda para prestação de serviços de publicidade

Prezados Licitantes: 1) ARILTON AMADOR PROPAGANDA, 2) CONTINENTAL ORGANIZAÇÃO PUBLICITÁRIA LTDA,

Nos termos dos dispositivos contidos no Edital de Concorrência Nº. 059/2017, comunicamos a realização da 3ª (segunda) sessão pública e convocamos a participar dela os representantes das empresas elencadas acima.

A sessão de que trata a presente convocação será realizada às 17h00min do dia 14 de fevereiro de 2018 (quarta-feira) – horário de Brasília, no Departamento de Licitação, localizada no edifício sede da municipalidade na Avenida Getúlio Vargas, nº 530, Centro, Maracajá/SC, e terá por finalidade o cumprimento da pauta prevista no Edital.

ADENAUER ESPINDOLA SERAFIM

Presidente da Comissão de Licitações

DECRETO 07/2018

Publicação Nº 1516850

DECRETO Nº 07 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS ORDINÁRIOS A VERIFICAR NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Arlindo Rocha, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas

atribuições legais conferidas no disposto do inciso VII, do art. 73, da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Municipal nº 1105 de 29 de Novembro de 2017 - LOA 2018 e nos termos do inciso IV, do § 3º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, e;

CONSIDERANDO, a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;
CONSIDERANDO, o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar por provável Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para suplementar no Orçamento Geral do município, conforme especificações abaixo:

ÓRGÃO	16	Secretaria de Meio Ambiente e Turismo
UNIDADE	01	Secretaria de Meio Ambiente e Turismo
PROJETO/ATIVIDADE	2.040	Manutenção do Parque Ecológico
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	198	
VALOR: R\$ 100.000,00 (cem mil reais)		

TOTAL	R\$ 100.000,00
.....	

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto, utiliza-se o provável excesso de arrecadação de recursos ordinários, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), conforme o artigo 5º, da Lei nº 1105 de 29 de novembro de 2017 - Lei Orçamentária Anual 2018 (LOA) e de acordo com o inciso IV, do § 3º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 05 de Fevereiro de 2018.

Arlindo Rocha
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração Municipal em 05 de Fevereiro de 2018.

Marluci Freitas Bitencourt
Secretária de Administração

DECRETO 08/2018

Publicação Nº 1516857

DECRETO Nº 08 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Arlindo Rocha, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do inciso VII, do art. 73, da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Municipal nº 1105 de 29 de novembro de 2017 - LOA 2018 e nos termos do inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de

março de 1964, e;

CONSIDERANDO, a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO, o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 38.500,00 (trinta e oito mil e quinhentos reais) para suplementar no Orçamento do município, conforme especificações abaixo:

ÓRGÃO	11	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Fundo Municipal de Saúde
PROJETO/ATIVIDADE	2.035	Manutenção e Assistência Médica e Odontológica
ELEMENTO	3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas
CÓDIGO REDUZIDO	22	
VALOR: R\$ 38.500,00 (trinta e oito mil e quinhentos reais)		

TOTAL	R\$ 38.500,00
.....	

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto, utiliza-se anulação parcial das dotações do Orçamento do Município, no valor de R\$ 38.500,00 (trinta e oito mil e quinhentos reais), de acordo com o previsto no Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme especificações abaixo:

ÓRGÃO	11	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Fundo Municipal de Saúde
PROJETO/ATIVIDADE	2.035	Manutenção e Assistência Médica e Odontológica
ELEMENTO	3.3.71.00	Transferências a Consórcios Públicos
CÓDIGO REDUZIDO	23	
VALOR: R\$ 38.500,00 (trinta e oito mil e quinhentos reais)		

TOTAL	R\$ 38.500,00
.....	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 05 de Fevereiro de 2018.

Arlindo Rocha
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração Municipal em 05 de Fevereiro de 2018.

Marluci Freitas Bitencourt
Secretária de Administração

DECRETO 09/2018

Publicação Nº 1516858

DECRETO Nº 09 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECAÇÃO DE RECURSOS ORDINÁRIOS A VERIFICAR NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018

E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Arlindo Rocha, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do inciso VII, do art. 73, da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Municipal nº 1105 de 29 de Novembro de 2017 - LOA 2018 e nos termos do inciso IV, do § 3º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, e;

CONSIDERANDO, a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;
CONSIDERANDO, o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar por provável Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 91.113,00 (noventa e um mil cento e treze reais) para suplementar no Orçamento Geral do município, conforme especificações abaixo:

ÓRGÃO	07	Depto. Obras, Habitação e Serv. Urbanos
UNIDADE	01	Depto. Obras, Habitação e Serv. Urbanos
PROJETO/ATIVIDADE	1.018	Construção de Abrigos de Passageiros
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	155	
VALOR: R\$ 91.113,00 (noventa e um mil cento e treze reais)		

TOTAL	R\$ 91.113,00
-------------	---------------

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto, utiliza-se o provável excesso de arrecadação de recursos ordinários, no valor de R\$ 91.113,00 (noventa e um mil cento e treze reais), conforme o artigo 5º, da Lei nº 1105 de 29 de novembro de 2017 - Lei Orçamentária Anual 2018 (LOA) e de acordo com o inciso IV, do § 3º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 05 de Fevereiro de 2018.

Arlindo Rocha
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração Municipal em 05 de Fevereiro de 2018.

Marluci Freitas Bitencourt
Secretária de Administração

DECRETO 10/2018

Publicação Nº 1516859

DECRETO Nº 10 DE 5 DE FEVEREIRO DE 2018.
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Arlindo Rocha, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do inciso VII do art. 73 da

Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Municipal nº 1105 de 29 de novembro de 2017 - LOA 2018 e nos termos do inciso I do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, e;

CONSIDERANDO, a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;
CONSIDERANDO, o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro no valor de R\$ 104.205,62 (cento e quatro mil duzentos e cinco reais e sessenta e dois centavos) para suplementar no Orçamento do exercício 2018, conforme especificações abaixo:

ÓRGÃO	04	Depto. Agricultura Indústria e Comércio
UNIDADE	01	Depto. Agricultura Indústria e Comércio
PROJETO/ATIVIDADE	2.010	Assistência ao Pequeno Produtor Rural
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	212	
VALOR: R\$ 104.205,62 (cento e quatro mil duzentos e cinco reais e sessenta e dois centavos)		

TOTAL	R\$ 104.205,62
-------------	----------------

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 5 de Fevereiro de 2018.

Arlindo Rocha
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração Municipal em 05 de Fevereiro de 2018.

Marluci Freitas Bitencourt

Secretária de Administração

DECRETO 13/2018

Publicação Nº 1516860

DECRETO Nº 13 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS ORDINÁRIOS A VERIFICAR NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Arlindo Rocha, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do inciso VII, do art. 73, da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Municipal nº 1105 de 29 de Novembro de 2017 - LOA 2018 e nos termos do inciso IV, do § 3º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, e;

CONSIDERANDO, a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;
CONSIDERANDO, o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar

por provável Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 286.220,00 (duzentos e oitenta e seis mil duzentos e vinte reais) para suplementar no Orçamento Geral do município, conforme especificações abaixo:

ÓRGÃO	05	Depto. Educação e Cultura
UNIDADE	01	Depto. Educação e Cultura
PROJETO/ATIVIDADE	1.008	Aquisição de Móv. e Equip. – Ens. Fund.
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	49	
VALOR: R\$ 286.220,00 (duzentos e oitenta e seis mil duzentos e vinte reais)		
TOTAL		R\$ 286.220,00
.....		

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto, utiliza-se o provável excesso de arrecadação de recursos ordinários, no valor de R\$ 286.220,00 (duzentos e oitenta e seis mil duzentos e vinte reais), conforme o artigo 5º, da Lei nº 1105 de 29 de novembro de 2017 - Lei Orçamentária Anual 2018 (LOA) e de acordo com o inciso IV, do § 3º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 05 de Fevereiro de 2018.

Arlindo Rocha
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração Municipal em 05 de Fevereiro de 2018.

Marluci Freitas Bitencourt
Secretária de Administração

Maravilha

PREFEITURA

Decreto nº 206/2018

Publicação Nº 1516404

DECRETO Nº 206, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2018

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A solicitação interna 088/2018 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

O Processo Seletivo Edital nº 004/2016, homologado pelo Decreto nº 76, de 30 de janeiro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 5 de fevereiro a 21 de dezembro de 2018, ROSANE JANNER, brasileira, inscrita no CPF sob nº 050.609.969-56, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, nos C.E.Is Erica Maldaner e Branca de Neve, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 5 de fevereiro de 2018.

SANDRO DONATI

Prefeito Municipal em Exercício

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

Decreto nº 207/2018

Publicação Nº 1516406

DECRETO Nº 207, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2018

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A solicitação interna 089/2018 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

O Processo Seletivo Edital nº 004/2016, homologado pelo Decreto nº 76, de 30 de janeiro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 5 de fevereiro a 21 de dezembro de 2018, MARLI JUDITE BALESTRERI, brasileira, inscrita no CPF sob nº 430.331.649-00, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no C.E.I Criança Feliz, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 5 de fevereiro de 2018.

SANDRO DONATI

Prefeito Municipal em Exercício

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

Decreto nº 208/2018

Publicação Nº 1518011

DECRETO Nº 208, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2018

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A solicitação interna 090/2018 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

O Processo Seletivo Edital nº 004/2016, homologado pelo Decreto nº 76, de 30 de janeiro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 5 de fevereiro a 21 de dezembro de 2018, JANETE DE FREITAS NORONHA, brasileira, inscrita no CPF sob nº 722.149.709-59, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no C.E.I Branca de Neve - Extensão, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 5 de fevereiro de 2018.

SANDRO DONATI

Prefeito Municipal em Exercício

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

Decreto nº 216/2018

Publicação Nº 1516450

DECRETO Nº 216, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2018
Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

O Processo Seletivo Edital nº 001/2017, homologado pelo Decreto nº 708, de 18 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 8 de fevereiro de 2018 a 7 de fevereiro de 2019, JUÇARA DA COSTA FELIPPE, brasileira, portadora do RG nº 1726518, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 8 de fevereiro de 2018.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

Decreto nº 217/2018

Publicação Nº 1516455

DECRETO Nº 217, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2018
Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

O Processo Seletivo Edital nº 001/2017, homologado pelo Decreto nº 708, de 18 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 8 de fevereiro de 2018 a 7 de fevereiro de 2019, FERNANDA WANZING, brasileira, portadora do RG nº 5333637, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal

de Educação e Cultura, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 8 de fevereiro de 2018.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 021/2018

Publicação Nº 1517260

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA - Processo Licitatório n. 021/2018 - Modalidade Pregão Presencial n. 012/2018 – Sistema de Registro de Preços – SRP.

O Senhor Diretor de Transportes, Obras e Urbanismo de Maravilha - SC, LUIZ ROBERT, juntamente com o Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, Sistema de Registro de Preço - SRP, a aquisição de contentores para acondicionamento e coleta de resíduos sólidos, conforme a necessidade para o Município de Maravilha, tipo Menor Preço por item, cujo processo licitatório é regido pela Lei 10.520/02, 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até o dia 26 de fevereiro de 2018 até às 09h, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderá ser obtida no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 07h30 às 11h30 e das 13h às 17 horas. Maravilha - SC, 08 de fevereiro de 2018. LUIZ ROBERT – Diretor de Transportes, Obras e Urbanismo de Maravilha.

Marema

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL FMS N. 01/2018

Publicação Nº 1517659

Município de Marema.

A Prefeitura Municipal de Marema – SC, através do Fundo Municipal de Saúde FAZ SABER a todos os interessados, que se encontra aberto Processo Licitatório FMS n. 02/2018 - Pregão Presencial FMS n. 01/2018 - Registro de Preço, para possível aquisição de Medicamentos. Envelopes dos interessados serão recebidos no Setor de Adm. da Prefeitura até o dia 22/02/2018, às 08h00min, e a abertura dos mesmos, a realizar-se no dia 22/02/2018 às 08h30min. Maiores informações ou a cópia da integra do edital, bem como a Minuta do Contrato, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Marema, na Rua Vidal Ramos, 357, centro, Marema, de segunda à sexta feira, das 07h30min às 11h30min das 13h00min às 17h00min, pelo telefone (0xx49)33540222 e Site www.marema.sc.gov.br

Marema, 08 de fevereiro de 2018.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL FMS N. 02/2018

Publicação Nº 1517667

Município de Marema.

A Prefeitura Municipal de Marema – SC, através do Fundo Municipal de Saúde FAZ SABER a todos os interessados, que se encontra aberto Processo Licitatório FMS n. 03/2018 - Pregão Presencial FMS n. 02/2018 - Registro de Preço, para possível Aquisição De Material Médico, Ambulatorial, Enfermagem, Odontológico E Material Permanente. Envelopes dos interessados serão recebidos no Setor de Adm. da Prefeitura até o dia 26/02/2018, às 08h00min, e a abertura dos mesmos, a realizar-se no dia 26/02/2018 às 08h30min. Maiores informações ou a cópia da integra do edital, bem como a Minuta do Contrato, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Marema, na Rua Vidal Ramos, 357, centro, Marema, de segunda à sexta feira, das 07h30min às 11h30min das 13h00min às 17h00min, pelo telefone (0xx49)33540222 e Site www.marema.sc.gov.br

Marema, 08 de fevereiro de 2018.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Massaranduba

PREFEITURA

CO 03.2018 - ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE MASSARANDUBA

Publicação Nº 1516794

PARCERIA Nº 03/2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA (SC) E A ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE MASSARANDUBA.

Ao primeiro dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, a PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, situada na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, ATRAVÉS do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, situado na Rua 11 de Novembro, número 2797, bairro Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 11.231.203/0001-05, neste ato representado pela Gestora, Sra. SUZANE ELISA FROELICH REINKE, inscrita no CPF sob o nº 468.882.339-87, no uso de suas atribuições legais, celebra A presente FORMALIZAÇÃO DE PARCERIA com a ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE MASSARANDUBA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.794.738/0001-66, estabelecida à Rua 25 de Julho, sem número, anexo ao Terminal Rodoviário, bairro Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, neste ato representada por seu Presidente, Sr. ADILSON PEDRO MAIS, inscrito no CPF sob o nº 013.032.659-31, residente à Rua Butuca, número 12, bairro Butuca, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, em que os lados ajustam celebrar o presente termo, com fundamento na Lei Federal 13.019/2014 e suas alterações, conforme procedimentos documentados no PROCESSO LICITATÓRIO 01/2018 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2018, sujeitando-se, no que couber, às normas das Leis Federais 13.019/2014 e 8.666/93 e suas alterações posteriores vigentes e pertinentes à matéria, bem como das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente termo de fomento, o repasse de recursos oriundos a subvenção para o exercício de 2018, referente à realização do atendimento e transporte emergencial de pacientes (transferências), para os hospitais de referência, cuja verba se destina aos pagamentos descritos na planilha de custos, integrante do plano de trabalho, parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1. O valor total do presente repasse é R\$ 179.850,00 (CENTO E SETENTA E NOVE MIL OITOCENTOS E CINQUENTA REAIS), que serão repassados conforme o seguinte cronograma:

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	RECURSO (R\$)	DETALHAMENTO	JUSTIFICATIVA
Salários/ Encargos (fevereiro a dezembro)	R\$ 16.350,00 (mensal)	Pagamento salário, INSS, FGTS PIS, COFINS, férias, etc. dos motoristas.	Será necessária para manter uma equipe de motoristas a disposição 24 horas.

CLÁUSULA TERCEIRA – SÃO OBRIGAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA (SC)

3.1. Prestar informações e suporte necessários ao bom andamento das atividades da organização parceira.

3.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste acordo de cooperação, observando o cumprimento dos deveres e obrigações da organização parceira, em especial, o cumprimento do projeto/plano de trabalho apresentado.

3.3 Repassar à organização parceira os recursos definidos na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2018, desde que aprovado no plano de trabalho.

3.4 Avaliar e aprovar a prestação de contas da organização parceira no que se refere à aplicação dos recursos destinados ao objeto ora em destaque, em consonância com o preconizado no edital de inexigibilidade do chamamento público e neste termo de fomento.

CLÁUSULA QUARTA – SÃO OBRIGAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO PARCEIRA

4.1. Desenvolver integralmente as atividades do projeto/plano de trabalho apresentado ao Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC), apresentando mensalmente o relatório de atendimentos efetivamente realizados.

4.2. Encaminhar ao Município a prestação de contas da aplicação dos recursos recebidos, apresentando, obrigatoriamente, comprovantes do cumprimento das obrigações fiscais, sociais e trabalhistas, no prazo de até 90 (noventa) dias contados do término de vigência da parceria, conforme art. 69 da Lei Federal 13.019/2014, para manifestação conclusiva da Gestora.

4.3. Acompanhar e fiscalizar as atividades desenvolvidas pelos profissionais de seu quadro e de empresas contratadas.

4.4. Cumprir integralmente as obrigações contidas no projeto/plano de trabalho, sem jamais transferir para o Município tais responsabilidades.

4.5. Submeter à consideração e aprovação do Município qualquer nova ação necessária ao desenvolvimento pactuado.

4.6. Apresentar, ao final do pacto, relatório pormenorizado acerca das atividades desenvolvidas, apontando os resultados obtidos.

4.7. Garantir o livre acesso dos agentes da Administração Pública, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas ao acordo de cooperação, bem como aos locais de execução do respectivo objeto.

4.8 Responsabilizar-se exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no acordo de cooperação, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.

4.9 Responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal.

4.10 Devolver aos cofres públicos qualquer saldo porventura apurado no final da vigência do presente termo de fomento.

4.11 Não utilizar o recurso recebido para pagamento de tributos e taxas municipais.

4.12 Empregar o recurso recebido estritamente nas ações do projeto apresentado e aprovado pelo instrumento de inexigibilidade de chamamento público.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1. O prazo de vigência do presente acordo de cooperação iniciará quando da assinatura do acordo de cooperação e terá vigência até 31 DE DEZEMBRO DE 2018, podendo ser prorrogado caso haja interesse e antecedente manifestação expressa pelas partes.

CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

6.1. A fiscalização do presente acordo de cooperação ficará sob responsabilidade da Suzane Elisa Froehlich Reinke, gestora do Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC).

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7.1. O presente acordo de cooperação será rescindido nos seguintes casos:

7.1.1. Deixar a organização parceira de apresentar a prestação de contas e os comprovantes exigidos.

7.1.2. Paralisação injustificada das atividades por parte da organização parceira.

7.1.3. Descumprimento injustificado pelos partícipes das obrigações contidas no presente instrumento.

7.1.4. Unilateralmente, por qualquer das partes, desde que comunicada a intenção com antecedência de no mínimo 60 (sessenta) dias, resguardado o direito de se pleitear perdas e danos gerados pela descontinuidade das atividades.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

8.1. Os casos omissos e aqueles que se tornarem controvertidos serão resolvidos através de aditivo ao presente instrumento.

8.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas deste acordo de cooperação, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim, justos e acordados, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Massaranduba (SC), 01 de fevereiro de 2018.

ARMINDO SESAR TASSI

Prefeito de Massaranduba (SC)

SUZANE ELISA FROEHLICH REINKE

Gestora do Fundo Municipal de

Saúde de Massaranduba (SC)

ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS

VOLUNTÁRIOS DE MASSARANDUBA (SC)

ADILSON PEDRO MAIS

Presidente

PROCESSO LICITATÓRIO 14.2018 TP 14.2018 - PAVIMENTAÇÃO DA RUA HELGA GUESSER

Publicação Nº 1517103

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2018
TOMADA DE PREÇOS Nº 14/2018

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, objetivando a EXECUÇÃO DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO DA RUA HELGA GUESSER (TRECHO FINAL) DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC).

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h00min do dia 01/03/2018.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h30min do dia 01/03/2018.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou através do site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 1 de fevereiro de 2018.

ARMINDO SESAR TASSI – Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5/2018**

Publicação Nº 1517151

PROCESSO LICITATÓRIO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 005/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2018

A Câmara de Vereadores de Massaranduba (SC) torna público que de acordo com o Decreto Legislativo nº 002/2011, Lei Federal nº 10.520/2002, com aplicação subsidiária na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, objetivando a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de reserva, emissão, marcação, cancelamento, remarcação e fornecimento de passagens aéreas nacionais, conforme as quantidades estimadas e condições estabelecida no Anexo II do Edital, durante o exercício de 2018.

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09h00min do dia 02/03/2018. ABERTURA DA SESSÃO: 09h30min do dia 02/03/2018.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Câmara de Vereadores de Massaranduba (SC), situada na Rua Paulo Cardoso, 166, Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou solicitado através do email: marilu@netuno.com.br

Massaranduba/SC, 08 de Fevereiro de 2018.

DJONATHAN CISZ

Presidente do Poder legislativo Municipal

Matos Costa**PREFEITURA****DECRETO 006/2018**

Publicação Nº 1516845

DECRETO Nº 006/2018, de 26 de janeiro de 2018.

Matos Costa, 26 de janeiro de 2018.

RAUL RIBAS NETO

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM	O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Dirceu Joanim de Freitas Assistente Administrativo I	Marcelo Carneiro Bleixuvehl Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

DECRETO 009/2018

Publicação Nº 1516836

DECRETO Nº 009/2018, de 5 de fevereiro de 2018.

Designa servidor para compor equipe de Pregoeiros do Município de Matos Costa

RAUL RIBAS NETO, Prefeito do município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro na Lei Orgânica Municipal, DECRETA:

Art. 1º – Fica designada a servidora Eliane Castilho para compor a equipe de pregoeiros do município de acordo com o Decreto 084/2017.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Matos Costa, 5 de fevereiro de 2018.

RAUL RIBAS NETO

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM	O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Dirceu Joanim de Freitas Assistente Administrativo I	Marcelo Carneiro Bleixuvehl Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

DECRETO 010/2018

Publicação Nº 1516839

DECRETO Nº 010/2018, de 6 de fevereiro de 2018.

ESTABELECE PONTO FACULTATIVO

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE MATOS COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido ponto facultativo nas repartições públicas municipais nos dias 12 e 14 de fevereiro de 2018, exceto os serviços considerados essenciais e por sua natureza não podem ser paralisados.

Art. 2º - O expediente retornará no seu horário normal no dia 15 de fevereiro de 2018.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se.

Matos Costa, 6 de fevereiro de 2018.

RAUL RIBAS NETO

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Dirceu Joanim de Freitas
Assistente Administrativo I

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Marcelo Carneiro Bleixuehl
Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09**EDITAL DE CONVOCAÇÃO 004/2018**

Publicação Nº 1517707

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOS COSTA

PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 004/2018

O Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, e de conformidade com o resultado final do Processo Seletivo n.º 001/2017, CONVOCA as candidatas abaixo relacionadas, para apresentar-se ao Departamento Municipal de Recursos Humanos no prazo de até 02 (dois) dias, munidos da documentação exigida, para fins de contratação/admissão no cargo para a qual foi classificada.

Cargo: PSICÓLOGO

Nº Inscrição	Nome	Nota Final	Colocação
38	FLAVIO AUGUSTO DOS SANTOS SILVA	75,0	1º

Matos Costa, 09 de Fevereiro de 2018.

RAUL RIBAS NETO
Prefeito Municipal**LEI 2.197/2018**

Publicação Nº 1516832

Lei Municipal Nº 2.197/2018 – de 6 de fevereiro de 2018.
Abre Crédito Adicional Suplementar.

RAUL RIBAS NETO, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais), no orçamento fiscal do corrente exercício financeiro, da Prefeitura Municipal de Matos Costa, que especifica:

ORGÃO	05.00	SECRET. DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	
UNIDADE	05.01	SECRET. DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	
ATIVIDADE	1.051	AMPLIAÇÃO DA PATRULHA AGRÍCOLA	
DOTAÇÃO	4.4.90.00.00.00.1100	Aplicações Diretas	35.000,00

ORGÃO	07.00	SECRET. DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO	
UNIDADE	07.01	SECRET. DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO	
ATIVIDADE	1.058	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS	
DOTAÇÃO	3.3.90.00.00.00.1100	Aplicações Diretas	90.000,00

Art. 2º - Para suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, fica autorizado a redução parcial, no valor de R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais), de dotações consignadas no orçamento fiscal do corrente exercício financeiro, da Prefeitura Municipal de Matos Costa, que especifica:

ORGÃO	05.00	SECRET. DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	
UNIDADE	05.01	SECRET. DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	
ATIVIDADE	2.009	MANUT DAS ATIV DA SECRET DE AGRIC E ABASTECIMENTO	
DOTAÇÃO	3.3.90.00.00.00.1100	Aplicações Diretas	35.000,00

ORGÃO	07.00	SECRET. DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO	
UNIDADE	07.01	SECRET. DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO	
ATIVIDADE	2.015	MANUT SECRET VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO	
DOTAÇÃO	3.3.90.00.00.00.1100	Aplicações Diretas	90.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço do Contestado, 6 de fevereiro de 2018..

RAUL RIBAS NETO
Prefeito Municipal

A presente Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Dirceu Joanim de Freitas
Assistente Administrativo I

A presente Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Marcelo Carneiro Bleixuehl
Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

PORTARIA 196/2018

Publicação Nº 1516627

PORTARIA Nº 196/2018 – De 05 de Fevereiro de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - AFASTAR a servidora GLACIA CRIMINACIO, investida no cargo de provimento em Carreira do grupo ocupacional de TECNICO na categoria funcional de AUXILIAR DE ENFERMAGEM – AMUS, junto ao INSS por ter sido concedida de aposentadoria por invalidez porém o benefício será revisto a cada 02 (dois) anos conforme determinação legal do benefício.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 05 de Fevereiro de 2018.

RAUL RIBAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DIRCEU JOANIM DE FREITAS
Assistente Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

MARCELO CARNEIRO BLEIXUEHL
Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

PORTARIA 197/2018

Publicação Nº 1516628

PORTARIA Nº 197/2018 – De 05 de Fevereiro de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ao servidor SEBASTIAO EDILSON MARSCHALK, investido no cargo de provimento em Carreira do grupo ocupacional de TECNICO na categoria funcional de INSEMINADOR ARTIFICIAL, 05 (cinco) dias de Licença Prêmio, referente ao período aquisitivo de 27.06.2012 a 26.06.2017 a serem gozados entre os dias 05.02.18 à 09.02.18, de conformidade com o insculpido no art. 131, c/c art. 134 e art. 135, da Lei Complementar nº. 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 05 de Fevereiro de 2018.

RAUL RIBAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DIRCEU JOANIM DE FREITAS
Assistente Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL
Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

PORTARIA 198/2018

Publicação Nº 1516634

PORTARIA Nº 198/2018 – De 05 de Fevereiro de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR a servidora NADIR APARECIDA MORAES, investida no cargo de provimento em Carreira do MAGISTERIO grupo ocupacional de MAGISTERIO COM HABILITAÇÃO na categoria funcional de PROFESSOR, para desempenhar suas funções na sala de recursos multifuncional – AEE, nos períodos matutino e vespertino com carga horária de 40 (quarenta) horas.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 05 de Fevereiro de 2018.

RAUL RIBAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DIRCEU JOANIM DE FREITAS
Assistente Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL
Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

PORTARIA 199/2018

Publicação Nº 1516636

PORTARIA Nº 199/2018 – De 05 de Fevereiro de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a senhorita NAARA MARIANO DA FONSECA, para ocupar o cargo de provimento em Comissão de CHEFE DE SEÇÃO.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 05 de Fevereiro de 2018.

RAUL RIBAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DIRCEU JOANIM DE FREITAS
Assistente Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL
Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

PORTARIA 200/2018

Publicação N° 1516642

PORTARIA N° 200/2018 – De 05 de Fevereiro de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR a servidora NAARA MARIANO DA FONSECA, nomeada no cargo de provimento em Comissão de CHEFE DE SEÇÃO, para desempenhar suas funções na Secretaria Municipal de Administração junto ao setor de Licitações.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 05 de Fevereiro de 2018.

RAUL RIBAS NETO

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DIRCEU JOANIM DE FREITAS
Assistente Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL
Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

PORTARIA 201/2018

Publicação N° 1516646

PORTARIA N° 201/2018 – De 05 de Fevereiro de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR por prazo determinado a Senhora MARIANE GOMES, para ocupar o cargo de provimento em Carreira do MAGISTERIO do Grupo Ocupacional do MAGISTERIO COM HABILITAÇÃO para a categoria funcional de PROFESSOR DE INGLES, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de conformidade com o Processo Seletivo nº001/2017, ficando a mesma designada para desempenhar suas funções junto as Escolas Municipais, Escola de Anos Iniciais Professora Ana Maria de Paula e no Centro de Educação Infantil Sementinha do Saber.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 05 de Fevereiro de 2018.

RAUL RIBAS NETO

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DIRCEU JOANIM DE FREITAS
Assistente Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL
Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

PORTARIA 202/2018

Publicação N° 1516690

PORTARIA N° 202/2018 – De 05 de Fevereiro de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR por prazo determinado a Senhora JOSIANE RENATA ZAIAS, para ocupar o cargo de provimento em Carreira do MAGISTERIO do Grupo Ocupacional do MAGISTERIO COM HABILITAÇÃO para a categoria funcional de PROFESSOR DE ARTES, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de conformidade com o Processo Seletivo nº001/2017, ficando a mesma designada para desempenhar suas funções junto as Escolas Municipais, Escola de Anos Iniciais Professora Ana Maria de Paula e no Centro de Educação Infantil Sementinha do Saber.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 05 de Fevereiro de 2018.

RAUL RIBAS NETO

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DIRCEU JOANIM DE FREITAS
Assistente Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL
Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

PORTARIA 203/2018

Publicação Nº 1516691

PORTARIA Nº 203/2018 – De 05 de Fevereiro de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR por prazo determinado a Senhora MARIA TRINDADE KOBER ALMEIDA, para ocupar o cargo de provimento em Carreira do MAGISTERIO do Grupo Ocupacional do MAGISTERIO COM HABILITAÇÃO para a categoria funcional de PROFESSOR, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, de conformidade com o Processo Seletivo nº001/2017, ficando a mesma designada para desempenhar suas funções junto a Escola Municipal, Escola de Anos Iniciais Professora Ana Maria de Paula.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 05 de Fevereiro de 2018.

RAUL RIBAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

PORTARIA 204/2018

Publicação Nº 1516809

PORTARIA Nº 204/2018 – De 05 de Fevereiro de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR por prazo determinado a Senhora LUCIANE SCHEFFER GOMES, para ocupar o cargo de provimento em Carreira do MAGISTERIO do Grupo Ocupacional do MAGISTERIO COM HABILITAÇÃO para a categoria funcional de PROFESSOR, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, de conformidade com o Processo Seletivo nº001/2017, ficando a mesma designada para desempenhar suas funções junto a Escola Municipal, Escola de Anos Iniciais Professora Ana Maria de Paula.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 05 de Fevereiro de 2018.

RAUL RIBAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DIRCEU JOANIM DE FREITAS
Assistente Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL
Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

PORTARIA 205/2018

Publicação Nº 1516812

PORTARIA Nº 205/2018 – De 05 de Fevereiro de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR por prazo determinado a Senhora SUELY DE JESUS BENDLIN, para ocupar o cargo de provimento em Carreira do MAGISTERIO do Grupo Ocupacional do MAGISTERIO COM HABILITAÇÃO para a categoria funcional de PROFESSOR, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, de conformidade com o Processo Seletivo nº001/2017, ficando a mesma designada para desempenhar suas funções junto a Escola Municipal, Escola de Anos Iniciais Professora Ana Maria de Paula.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 05 de Fevereiro de 2018.

RAUL RIBAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

PORTARIA 206/2018

Publicação Nº 1516815

PORTARIA Nº 206/2018 – De 05 de Fevereiro de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora MARIA IZALENE FREISLEBEN, investida no cargo de provimento em Carreira, do grupo ocupacional SERVIÇOS GERAIS, na categoria funcional de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, de conformidade com o insculpido no art. 128, da Lei Complementar n.º023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 05 de Fevereiro de 2018.

RAUL RIBAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

PORTARIA 207/2018

Publicação Nº 1516817

PORTARIA Nº 207/2018 – De 06 de Fevereiro de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR o servidor MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL, investido no cargo de provimento em Carreira do grupo ocupacional TECNICO na categoria funcional de TECNICO EM INFORMATICA, para ocupar o cargo de provimento em comissão de CHEFE DE SERVIÇOS, desempenhando suas funções na Secretaria Municipal de Viação, Obras e Urbanismo porem percebendo os proventos do cargo efetivo.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 06 de Fevereiro de 2018.

RAUL RIBAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

PORTARIA 208/2018

Publicação Nº 1516820

PORTARIA Nº 208/2018 – De 06 de Fevereiro de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR o senhor GILLIARD DE ALMEIDA TAURINHO, para ocupar o cargo de provimento em Comissão de COORDENADOR DA DIVISÃO DE ESTRADAS E RODAGEM.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 06 de Fevereiro de 2018.

RAUL RIBAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

PORTARIA 209/2018

Publicação Nº 1516824

PORTARIA Nº 209/2018 – De 06 de Fevereiro de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR o senhor JOAO BATISTA FERREIRA DOS SANTOS, para ocupar o cargo de provimento em Comissão de ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 06 de Fevereiro de 2018.

RAUL RIBAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

PORTARIA 210/2018

Publicação Nº 1516827

PORTARIA Nº 210/2018 – De 06 de Fevereiro de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ao servidor SEBASTIAO ALVIR CASTILHO GREGORIO, investido no cargo de provimento em Carreira do grupo ocupacional de SERVIÇOS GERAIS na categoria funcional de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, relativas ao período aquisitivo de 2016/2017, a serem gozadas entre os dias 06.02.18 a 07.03.18, de conformidade com o insculpido no art. 107, da Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 06 de Fevereiro de 2018.

RAUL RIBAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DIRCEU JOANIM DE FREITAS
Assistente Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL
Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

PORTARIA 211/2018

Publicação Nº 1516829

PORTARIA Nº 211/2018 – De 06 de Fevereiro de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MOARES, investida no cargo de provimento em Carreira, do grupo ocupacional TECNICO, na categoria funcional de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO I, Designada para exercer a função como responsável pelo setor de Compras, 04 (quatro) dias de licença para tratamento de saúde, de conformidade com o insculpido no art. 128, da Lei Complementar n.º023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 06 de Fevereiro de 2018.

RAUL RIBAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DIRCEU JOANIM DE FREITAS
Assistente Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL
Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

Meleiro

PREFEITURA

PORTARIA Nº 016-2018

Publicação Nº 1516847

PORTARIA n.º 016/2018

TRATA DA EXONERAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, lei nº 809/2000 e suas alterações e Lei Complementar n.º 034/2011, de 26 de Dezembro de 2011 e suas alterações, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A pedido, a Senhora SIMONE CREPALDI FENALI MAGAGNIN, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vinculada à Secretaria de Administração e Finanças.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revoga-se as disposições em contrário.

Meleiro, 08 de Fevereiro de 2018.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

Modelo

PREFEITURA

CONTRATO 033-2013 - TERMO ADITIVO 10-2017 - TUCANO - LIXO - PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Publicação Nº 1516463

TERMO ADITIVO Nº. 010/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 033/2013

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 033/2013, QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE MODELO E A EMPRESA TOS OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA, NOS TERMOS DA LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93, OBJETIVANDO A ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA QUARTA DO CONTRATO SUPRA CITADO.

Termo Aditivo Contratual, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, com sede administrativa na Rua do Comércio nº 1304, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.021.832/0001-11, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor RICARDO LUIS MALDANER, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa TOS OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Sete de Setembro, nº 211, Sala 106, Centro, na Cidade de Maravilha – SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 72.332.778/0001-09, neste ato representada pela Senhora JULEIDE INÊS D'AGOSTINI, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Processo de Licitação Nº. 024/2013 – Tomada de Preços nº 001/2013, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO

Fica aditado o contrato nº 033/2013 de 22.02.2013, constante da Cláusula Quarta, com a PRORROGAÇÃO da vigência. O prazo de vigência deste Contrato Administrativo será de mais 03 (três) meses, contado a partir do dia 1º de janeiro de 2018 e terminando em 31/03/2018, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos de acordo com o estabelecido em Lei (Art. 57, inciso II da 8.666/93), a critério e conveniência administrativa, Que inicialmente, o término estava previsto para o dia 31 de dezembro de 2013; com o Termo Aditivo nº 01/2013 de 29/11/2013, foi prorrogado por 12 (doze) meses, cujo término foi em 31/12/2014; com o Termo Aditivo nº 03/2014 de 26/11/2014, foi prorrogado por mais 12 (doze) meses, cujo término está previsto para 31/12/2015; com o Termo Aditivo nº 05/2015 de 04/12/2015, foi prorrogado por mais 12 (doze) meses, cujo término está previsto para 31/12/2016; o Termo Aditivo nº 007/2016 de 28/12/2016, prorrogou por mais 03 (três) meses, com término previsto para 31/03/2017; o Termo Aditivo nº 008/2017 de 27/03/2017, prorrogou por mais 09 (nove) meses, com término previsto para 31/12/2017; porém com este termo aditivo fica prorrogando por mais 03 (três) meses, o prazo terminará em 31 de março de 2018.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente termo aditivo decorre de autorização e justificativa do Prefeito Municipal exarada através da Justificativa Prorrogação Contratual, que faz parte integrante do presente contrato, e encontra amparo legal nos artigos 57 e 65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais Cláusulas e Condições, firmadas inicialmente no Contrato Administrativo Nº 033/2013 de 22.02.2013.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de MODELO-SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Modelo (SC), aos 27 de dezembro de 2017.

MUNICÍPIO DE MODELO Ricardo Luís Maldaner Prefeito Municipal - Contratante	TOS OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA Juleide Inês D'Agostini Sócia Administradora - Contratada
--	--

Testemunhas:

Nome:	Nome:
-------	-------

Visto

GILNEI ROBERTO VOGEL OAB/SC Nº 11.283 - Assessor Jurídico	
---	--

EXTRATO DE CONTRATO Nº 065-2018 - MEIO FIO - ARTEFATOS DE CIMENTO CESCO

Publicação Nº 1517415

Extrato de Contrato nº 065/2018
Processo Licitatório nº 1950/2018
Pregão Presencial nº 068/2018
Contratante: MUNICÍPIO DE MODELO. CNPJ nº 83.021.832/0001-11
Contratada: ARTEFATOS DE CIMENTO CESCO LTDA, CNPJ sob nº 13.079.750/0001-42
Valor: R\$ 3.780,00
Assinado em: 08/02/2018
Vigente até: 31/12/2018
OBJETO: aquisição de tubos de concreto e meio fio pré-moldado, destinados ao Departamento de Obras e Serviços Urbanos, que serão usados nas obras existentes e futuras, onde sejam necessários o emprego destes materiais.

Modelo/SC, 08 de fevereiro de 2018.

Aldecir Antonio Bolis
Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 023/2018

Publicação Nº 1516872

PORTARIA Nº 023/2018 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO PRÊMIO ASSIDUIDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CLAUDETE DA SILVA, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALDECIR ANTONIO BOLIS, Prefeito Municipal em Exercício de

Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei Municipal nº 2.296/2017 e Lei Municipal nº 1.513/2002, Seção III, Art. 93 e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

RESOLVE:

Art.1º - Fica concedido o Prêmio Assiduidade, à servidora CLAUDETE DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativa da Saúde, conforme Decreto de nomeação nº 023/2003 em 06.02.2003, correspondendo a um mês da remuneração do cargo efetivo a ser convertido em dinheiro, com pagamento na folha do mês de março de 2018, conforme requerido e a que faz jus, relativo ao período aquisitivo de 02/2013 a 02/2018, de conformidade com o disposto no artigo 93 da Lei Municipal 1.513/2002.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 08 de fevereiro de 2018.

ALDECIR ANTONIO BOLIS
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

PORTARIA Nº 024/2018

Publicação Nº 1517039

PORTARIA Nº 024/2018 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.
AUTORIZA CONCESSÃO DE FÉRIAS INDENIZADAS À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALDECIR ANTONIO BOLIS, Prefeito Municipal em Exercício de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conforme Leis Municipais nºs: 971/90, Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal 1.513/2002 e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,
Considerando o vencimento do período aquisitivo constante nesta Portaria,
Considerando a necessidade da continuidade do serviço público,
Considerando a solicitação da Servidora,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a concessão de férias indenizadas à Servidora Carla Luisa Alexius Martini, relativo ao período aquisitivo de 02.05.2015 a 01.05.2016, com pagamento na folha de fevereiro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 08 de fevereiro de 2018.

ALDECIR ANTONIO BOLIS
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

PORTARIA Nº 025/2018

Publicação Nº 1517639

PORTARIA Nº 025/2018 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALDECIR ANTONIO BOLIS, Prefeito Municipal em Exercício de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e em especial de conformidade com o Art.º 95 da Lei Municipal 1.513/02 e demais normas pertinentes,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido ao Servidor Público Municipal relacionado abaixo, a partir de fevereiro de 2018, Gratificação por Grau de Instrução, conforme requerido e a que faz jus, que incidirá sobre o vencimento base na seguinte forma:

SERVIDOR	PERCENTUAL	NÍVEL
Carla da Silva	05% (cinco por cento)	Especialização – Curso de Pós Graduação “Lato Sensu” – Educação Infantil Práticas na Sala de Aula – registrado sob o nº 174 do livro nº 250, folhas nº 174 da Secretaria Acadêmica, emissão em 23.01.2018 – Faculdade São Braz – Curitiba/PR.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 08 de fevereiro de 2018.
ALDECIR ANTONIO BOLIS
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Registrada e publicada na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

Mondaí

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO Nº 001/2018 - FMAS

Publicação Nº 1517621

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 002/2018

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2018

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, através do F.M.A.S., torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, conforme descrito a seguir: MODALIDADE: Pregão Presencial nº 001/2018 - FMAS. TIPO: Menor Preço Por Lote. OBJETO: Registro de preços para eventual e futura aquisição de materiais de expediente destinados para manutenção das atividades dos diversos setores da secretaria municipal de assistência social do Município, com entrega parcelada, conforme solicitação e de acordo com especificações e quantidades descritas no Anexo I deste Edital, para período de 06 (seis) meses após a data da homologação. ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: Até as 08h00min do dia 26 de Fevereiro de 2018. SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: às 08h15min do dia 26 de Fevereiro de 2018. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico www.mondai.sc.gov.br. Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3100 ou pelo e-mail: compras@mondai.sc.gov.br. Mondaí-SC, 08 de Fevereiro de 2018. VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal

Monte Castelo

PREFEITURA

PREGAO PRESENCIAL 009/2018 - REGISTRO DE PREÇO

Publicação Nº 1517259

MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO LICITAÇÃO – REGISTRO DE PREÇO
Modalidade Pregão Presencial nº 009/18
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR 2018 - PNAC SOB A FORMA FRACIONADA conforme o presente EDITAL, em especial ao ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA) e demais anexos.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 08h00min horas do dia 09/02/2018 às 09h00min horas do dia 26/02/2018.
INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 26/02/2018.
DATA/HORÁRIO/LOCAL DA ENTREGA DAS AMOSTRAS: 28/02/2018 – 08:30 HORAS, NO EDIFÍCIO SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SITO À RUA NEREU RAMOS, 65 – CENTRO, MONTE CASTELO-SC.
TIPO: Menor Preço por item.
INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO E DO ARQUIVO DE ÍTENS: No endereço Prefeitura Municipal de Monte Castelo – Rua Alfredo Becker, 385 - Centro e também no site <http://www.montecastelo.sc.gov.br>, link licitacoes.
HORARIO: das 08h às 12hs e das 14h às 17hs
Telefone (47) 3654-0166
Monte Castelo-SC, 09 de Fevereiro de 2018.
JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

PREGAO PRESENCIAL 011/2018 - REGISTRO DE PREÇO

Publicação Nº 1517562

MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO LICITAÇÃO – REGISTRO DE PREÇO
PROCESSO LICITATÓRIO 011/2018
Modalidade Pregão Presencial nº 011/18
OBJETO: Eventual e futura contratação sob a forma fracionada ao longo de até 12 (doze) meses de: SERVIÇOS COMUNS DE ARBITRAGEM, destinados a atender as necessidades do calendário desportivo Municipal do Departamento Municipal de Esportes, conforme o presente EDITAL, em especial ao ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA) e demais anexos.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 08h00min horas do dia 09/02/2018 até as 09h00min horas do dia 27/02/2018.
INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 27/02/2018.
TIPO: Menor Preço por item.
INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO E DO ARQUIVO DE ÍTENS: No endereço Prefeitura Municipal de Monte Castelo – Rua Alfredo Becker, 385 - Centro e também no site <http://www.montecastelo.sc.gov.br>, link licitacoes.
HORARIO: das 08h às 12hs e das 14h às 17hs
Telefone (47) 3654-0166
Monte Castelo-SC, 09 de Fevereiro de 2018.
JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

PREGAO PRESENCIAL 010/2018 - REGISTRO DE PREÇO

Publicação Nº 1517262

MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO LICITAÇÃO – REGISTRO DE PREÇO
Modalidade Pregão Presencial nº 010/18
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR 2018 - PNAE SOB A FORMA FRACIONADA conforme o presente EDITAL, em especial ao ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA) e demais anexos.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 08h00min horas do dia 09/02/2018 às 13h45min horas do dia 26/02/2018.
INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 14h00min do dia 26/02/2018.
DATA/HORÁRIO/LOCAL DA ENTREGA DAS AMOSTRAS: 28/02/2018 – 08:30 HORAS, NO EDIFÍCIO SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SITO À RUA NEREU RAMOS, 65 – CENTRO, MONTE CASTELO-SC.
TIPO: Menor Preço por item.
INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO E DO ARQUIVO DE ÍTENS: No endereço Prefeitura Municipal de Monte Castelo – Rua Alfredo Becker, 385 - Centro e também no site <http://www.montecastelo.sc.gov.br>, link licitacoes.
HORARIO: das 08h às 12hs e das 14h às 17hs
Telefone (47) 3654-0166
Monte Castelo-SC, 09 de Fevereiro de 2018.
JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

Morro da Fumaça

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO N° 001/2016 33

Publicação N° 1516717

Edital de Convocação Referente ao Processo Seletivo nº 001/2016

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece a Lei Orgânica do Município:

Convoca os aprovados no processo seletivo, referente ao edital 001/2016, conforme lista abaixo, para no prazo de 05 dias uteis a contar da data desta publicação a comparecerem a sede desta Prefeitura, situada a Rua 20 de Maio, nº 100 – Centro, no horário das 08:00h às 13:00h para início dos procedimentos relativos à contratação.

INSTRUTOR DE CURSO PROFISSIONALIZANTE

COLOCAÇÃO	NOME CANDIDATO
1º	SIRLEI MARIA LUZA DA SILVA

Morro da Fumaça, de 09 de Fevereiro de 2018.

AGENOR CORAL
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

EDUARDO GUOLLO
Secretário Interino do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO REFERENTE CONCURSO PÚBLICO EDITAL N° 001/2016 39

Publicação N° 1516715

Edital de Convocação Referente Concurso Público Edital nº 001/2016

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece a Lei Orgânica do Município:

Convoca o aprovado no Concurso Público, referente ao edital 001/2016, conforme lista abaixo, para no prazo de 30 dias a contar da data desta publicação a comparecerem a sede desta Prefeitura, situada a Rua 20 de Maio, nº 100 – Centro, no horário das 08:00h às 13:00h para início dos procedimentos relativos à nomeação.

FARMACÊUTICO

COLOCAÇÃO	NOME CANDIDATO
7º	JÉSSICA VIEIRA CROZETA

Morro da Fumaça, 09 de Fevereiro de 2018.

AGENOR CORAL
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

EDUARDO SARTOR GUOLLO
Secretário Interino do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Morro Grande

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO N° 6-2018 - PMMG

Publicação N° 1516425

Contrato nº:	6/2018
Contratante:	Prefeitura Municipal de Morro Grande
Contratada:	Jose Paulo Polla 04207380965
Valor:	R\$ 18.000,00
Data da Assinatura:	07/02/2018
Vigência Inicial:	20/02/2018
Vigência Final:	20/12/2018
Dotações:	(129) 1202.2050.33903999
Licitação:	Pregão Presencial nº 1/2018
Objeto Resumido:	Contratação de oficinairos para atendimento ao Projeto Social de Capoeira e Maculelê do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS do município de Morro Grande
Espécie:	Prestação de Serviços

Navegantes

PREFEITURA

ATA DA SESSÃO 73/2017 - FMS - PARTE 1

Publicação Nº 1517635

PREFEITURA DE NAVEGANTES /SC

ATA PREGÃO PRESENCIAL N º 73/2017 FMS

ABERTO O CERTAME NO DIA 08 DE FEVEREIRO DE 2018 COM A PRESEÇA DO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO INSTITUÍDA PELA PORTARIA 567/2018 PARA ABERTURA DOS ENVELOPES DO PREGÃO PRESENCIAL 73/2018 PMN, COM A PARTICIPAÇÃO DAS LICITANTE METROMED COMERCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALAR, SILMES COMERCIO DE PRODUTOS , LINEAR INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA, ROYAL DISTRIBUIDORA LTDA-EPP, EKOMOB COMERCIO LTDA EPP, COMP1 INFORMÁTICA LTDA, FRIMAC REFRIGERAÇÃO EIRELI-ME, PERFORM TECNOLOGIA LTDA –EPP, MICANTO MOVEIS SOB MEDIDA LTDA, OSMAR ORLANDI JUNIOR ME, JCM COMERCIO DE MOVEIS EIRELI, CIRURGICAS CERON EQUIPAMENTOS, VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI, JEFERSON DA SILVEIRA ME, PHB JUNIRO REFRIGERAÇÃO EIRELI, TOPCLIMA SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO, CMED SERVIÇOS TÉCNICOS E DISTRIBUIDORA, FARIAS E FARIAS COMÉRCIO DE MOVEIS, ALTERMED MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALAR (ENVELOPES VIA CORREIO). O PREGOEIRO COMUNICA AOS PRESENTES QUE CHAMOU O REPRESENTANTE DA EMPRESA JCM E O MESMO SE AUSENTOU DO LOCAL. (SENDO QUE O MESMO NÃO ASSINOU O CREDENCIAMENTO) AS DEMAIS EMPRESAS DEVIDAMENTE CREDENCIADAS E APENAS AS EMPRESAS METROMED COMERCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALAR E ALTERMED MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALAR NÃO SE ENQUADRAM COMO ME/EPP. APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE FORAM VISTADOS OS DOCUMENTOS DO CREDENCIAMENTO. PRESENTES NO CERTAME A DIRETORA DE ATENÇÃO INTEGRAL A SAÚDE SRª ANGELA BASTIANELLA HORVATH, A ENFERMEIRA SRª ANA LUCIA MOREIRA E O CIRURGIÃO DENTISTA SRº MARCELLO LOIS DE OLIVEIRA. APÓS FOI ABERTO O ENVELOPE RELATIVO A PROPOSTA VERIFICOU –SE QUE A EMPRESA JCM COMERCIO DE MOVEIS E PERFORM TECNOLOGIA FORAM DESCLASSIFICADAS POR NÃO ATENDEREM O ITEM 4.8 AO 4.9 DO EDITAL, A EMPRESA FARIAS E FARIAS FOI DESCLASSIFICADA POR NÃO ATENDER O ITEM 4.1 LETRA A DO EDITAL, E AS DEMAIS EMPRESAS CREDENCIADAS CUMPRIRAM COM OS REQUISITOS SOLICITADOS NO EDITAL. ATO CONTINUO O PREGOEIRO COMUNICOU AOS REPRESENTANTES DAS EMPRESAS ORAS CREDENCIADAS QUE SUSPENDERÁ O CERTAME SOB Nº 73/2017 DEVIDO AO ATENDIMENTO DA ANÁLISES DOS FOLDERS, CONVOcando AS EMPRESAS PARA ETAPA DE LANCE NO DIA 14/02/2018 AS 09:00 HRS.

EXTRATO CONTRATUAL 272/2017 FMS

Publicação Nº 1517099

PREFEITURA DE NAVEGANTES/SC

CONTRATO: 272/2017 – CONTRATO DE COMPRA E VENDA

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CONTRATADO: GIGANTE RECEM NASCIDO LTDA

CNPJ: 62.413.869/0001-15

OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL VISANDO AQUISIÇÃO DE 01 (UM) EQUIPAMENTO (CADEIRA PARA PROCEDIMENTOS CLÍNICOS) DEVIDAMENTE INSTALADA PARA REALIZAÇÃO DE PEQUENAS CIRURGIAS DERMATOLÓGICAS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CENTRO DE ESPECIALIDADES - CES, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC.

VALOR: R\$ 9.100,00

Recursos: 2.093 4.4.90.00.00

VIGENCIA: 30/10/2017 a 31/12/2017

EMÍLIO VIEIRA

Prefeito Municipal de Navegantes

EXTRATO DA ATA DO PREGÃO 201/2017 PMN

Publicação Nº 1517930

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 201/2017 PMN

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 201/2017, relativa ao Pregão Presencial nº 201/2017 PMN - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA CONFECÇÃO DE KITS - VESTUÁRIO DE UNIFORMES ESCOLARES (INVERNO E VERÃO) E MEIAS DEVIDAMENTE PERSONALIZADOS, DESTINADOS AOS ALUNOS DE REDE MUNICIPAL DE ENSINO PARA O ANO LETIVO DE 2018, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NAVEGANTES/SC, Conforme Pregão Presencial Para Registro de Preço nº 201/2017 PMN.

Fornecedor: KOA TEXTIL CONFECÇÕES LTDA EPP

CNPJ: 22.718.427/0001-62

Valor: R\$ 1.247,860

Vigência: 08/02/2018 a 08/02/2019

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 08 de fevereiro de 2017.

EXTRATO DA ATA DO PREGÃO 55/2017 FMS

Publicação Nº 1517053

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 55/2017 FMS

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 55/2017, relativa ao Pregão Presencial nº 55/2017 FMS - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL (ÓLEO DIESEL S10) CONTÍNUO E FRACIONADO, SUPRINDO AS NECESSIDADES DE ABASTECIMENTO DA FROTA DOS VEÍCULOS DO SAMU, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SEUS DEPARTAMENTOS, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES. Conforme Pregão Presencial para Registro de Preços nº 55/2017.

Fornecedor: Posto DNA Ltda – EPP

CNPJ 13.661.163/0001-67

Valor: 56.400,00

Vigência: 01/09/2017 a 01/09/2018

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 01 de setembro de 2017.

LEI 3207/2017 AUTORIZA O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, A EFETUAR CESSÃO DE USO AO ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DO FUNREBOM-FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1516716

LEI Nº 3207 DE 07 DE AGOSTO DE 2017

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, A EFETUAR CESSÃO DE USO AO ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DO FUNREBOM – FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso de suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Município de Navegantes autorizado a efetuar Cessão de Uso ao Estado de Santa Catarina, por intermédio do FUNREBOM – Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros de Navegantes, CNPJ nº 17.688.751/0001-45, e com a interveniência do Corpo de Bombeiro Militar, dos veículos abaixo descritos, adquiridos com recursos do Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros – FUNREBOM.:

I - 01 veículo; marca FORD, modelo Ka, tipo automóvel passeio, combustível: álcool/gasolina, ano de fabricação:2017, modelo:2017, cor vermelha, chassi 9BFZH55L8499249, Código RENAVAM 1119658737 – Placa QIM 3674, com todos os equipamentos obrigatórios, avaliado em R\$44.000,00 (quarenta e quatro mil reais), adquirido com recursos do FUNREBOM de Navegantes, e

II - 01 veículo; marca FORD, modelo Ka, tipo automóvel passeio, combustível: álcool/gasolina, ano de fabricação:2017, modelo:2017, cor vermelha, chassi 9BFZH55L1J8499416, Código RENAVAM 1119664826 – Placa QIM 3724, com todos os equipamentos obrigatórios, avaliado em R\$44.000,00 (quarenta e quatro mil reais), adquirido com recurso do FUNREBOM de Navegantes, e

III - 01 veículos; marca MERCEDES BENS, modelo Sprinter, tipo: furgão ambulância, combustível: diesel, ano 2016/2017, cor branca, chassi nº 8AC906633HE133535, Código RENAVAM 1121357340 – Placa QIO 7163, com todos os equipamentos obrigatórios, avaliado em R\$189.578,85 (cento e oitenta e nove mil, quinhentos e setenta e oito reais e oitenta e cinco centavos), adquirido com recursos do FUNREBOM.

Parágrafo único. Os veículos descritos no art. 1º serão utilizados exclusivamente pelo Corpo de Bombeiros Militar de Navegantes, sob pena de reversão dos bens.

Art. 2º A presente cessão terá vigência pelo prazo de 05 (cinco) anos, a contar da assinatura do respectivo Termo de Cessão, podendo ser prorrogado através de termo aditivo, ficando a cargo do CESSIONÁRIO as despesas decorrentes de sua perfeita conservação e manutenção, bem como as decorrentes de acidentes (materiais e pessoais).

Art. 3º A minuta do Termo de Cessão de Uso, a ser firmado entre as partes, na forma do Anexo I, integra a presente Lei.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2017.

DONIZETE JOSÉ DA SILVA

PREFEITO EM EXERCÍCIO

KARLILE CUGNIER

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ANEXO I**TERMO DE CESSÃO DE USO**

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.855/0001-50, com sede na Rua João Emílio, nº100, bairro Centro, neste ato representado por seu Prefeito em exercício Donizete José da Silva, doravante denominado CEDENTE e o ESTADO DE SANTA CATARINA, por intermédio do FUNREBOM – Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros de Navegantes, inscrito no CNPJ sob nº 17.688.751/0001-45, Rua Nereu Liberato Nunes, nº211, centro, Navegantes, e com a interveniência do 7º Batalhão de Bombeiro Militar de Navegantes – 2ª Companhia de Bombeiro Militar, neste ato representado pelo Comandante-Geral do Corpo de Bombeiro Militar de Santa Catarina Onir Mocellin, adiante denominado CESSIONÁRIO, firmam o presente TERMO DE CESSÃO DE USO, de conformidade com a Lei Municipal nº 45/2017, de 11 de julho de 2017 e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo tem por objeto a cedência, a título gratuito, pelo CEDENTE ao CESSIONÁRIO, para uso exclusivo na Unidade de Bombeiros de Navegantes:

- 01 veículo; marca FORD, modelo Ka, tipo automóvel passeio, combustível: álcool/gasolina, ano de fabricação:2017, modelo:2017, cor vermelha, chassi 9BFZH55L8499249, Código RENAVAM 1119658737 – Placa QIM 3674, com todos os equipamentos obrigatórios, avaliado em R\$44.000,00 (quarenta e quatro mil reais), adquirido com recursos do FUNREBOM de Navegantes, e

- 01 veículo; marca FORD, modelo Ka, tipo automóvel passeio, combustível: álcool/gasolina, ano de fabricação:2017, modelo:2017, cor vermelha, chassi 9BFZH55L1J8499416, Código RENAVAM 1119664826 – Placa QIM 3724, com todos os equipamentos obrigatórios, avaliado em R\$44.000,00 (quarenta e quatro mil reais), adquirido com recurso do FUNREBOM de Navegantes, e

– 01 veículo; marca MERCEDES BENS, modelo Sprinter, tipo: furgão ambulância, combustível: diesel, ano 2016/2017, cor branca, chassi nº 8AC906633HE133535, Código RENAVAM 1121357340 – Placa QIO 7163, com todos os equipamentos obrigatórios, avaliado em R\$189.578,85 (cento e oitenta e nove mil, quinhentos e setenta e oito reais e oitenta e cinco centavos), adquirido com recursos do FUNREBOM.

Adquiridos com recursos do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros – FUNREBOM.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FINALIDADE

Os veículos deverão ser utilizados pelo CESSIONÁRIO para a execução na esfera de sua competência dos serviços atinentes ao Corpo de Bombeiro de Navegantes, e será responsável pelo fornecimento do pessoal necessário à execução desse serviço.

Parágrafo único. Não será tolerada utilização diversa da prevista na CLÁUSULA SEGUNDA a nenhum pretexto, sob pena de imediata revogação da presente outorga de uso.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES**I – DO CESSIONÁRIO**

a) Usar os bens exclusivamente para o fim a que se destina;

b) Não transferir ou ceder os bens a terceiros;

c) Zelar pela guarda dos bens, comunicando ao CEDENTE a ocorrência de qualquer acidente;

d) Responsabilizar-se por eventuais transgressões à legislação de trânsito (ou análoga) e pelos efeitos dessas;

e) Arcar com os custos de conservação, manutenção e reposição das peças necessárias à conservação e uso dos bens, além de pagar todos os impostos e taxas incidentes sobre os bens deste

termo;

f) Adoção de todos os cuidados de manutenção e conservação dos objetos desta Cessão de Uso;

g) Restituição do bem nas mesmas condições de funcionamento que recebeu, ressalvado o desgaste natural pelo uso e os casos de força maior ou fortuitos.

II – DO CEDENTE:

a) Arcar com os custos elencados na letra “e”, do item I, da Cláusula Terceira, em casos de justificada emergência administrativo-operacional, através do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina;

b) O encargo de pagamento do seguro obrigatório anual e seguro do veículo com recursos do FUNREBOM.

CLÁUSULA QUARTA – DAS RESPONSABILIDADES DO CESSIONÁRIO

O CESSIONÁRIO assume todas as obrigações e/ou responsabilidade que possam advir do uso dos bens ora cedidos, inclusive respondendo por furto, acidentes com danos materiais ou pessoais a terceiros, isentando o CEDENTE de quaisquer despesas/ou indenizações a qualquer título, assim como da responsabilidade por infrações às Leis de Trânsito e do pagamento de multas que ocorrerão por conta do CESSIONÁRIO que prestará, sempre que solicitado, informações necessárias aos controles e registros pertinentes do CEDENTE.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros – FUNREBOM. Fonte de Recursos: 0111, Ação: 4376, Itens Orçamentários: 3.3.90.30.01 (combustíveis e lubrificantes automotivos), 3.3.90.39.19 (manutenção e conservação de veículos), 3.3.90.30.39 (material para manutenção de veículos). 3.3.90.39.69 (seguros em geral) e 3.3.90.47.10 (taxas), e nos casos de necessidade, da conta do FUNREBOM ou conta/convênio, conforme letra “e” do Item I da Cláusula Terceira.

CLÁUSULA SEXTA – DA CARACTERIZAÇÃO

Enquanto durar a presente Cessão de Uso, os bens integrarão a frota do CESSIONÁRIO, caracterizado por suas cores, símbolos e placas (licenças) específicos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo de Cessão do Uso vigorará por 5 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA OITAVA – DOS TERMOS ADITIVOS

Este Termo de Cessão de Uso poderá ser alterado e prorrogado através de Termos Aditivos, de comum acordo entre as partes.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido por acordo entre as partes a qualquer tempo, por inadimplemento de qualquer de suas cláusulas, mediante simples comunicação por escrito, com antecedência de 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONTROVERSAS E DO FORO

As questões que porventura advirem em decorrência deste instrumento serão dirimidas pelas partes administrativamente e, na impossibilidade de fazê-lo desta forma, serão resolvidas no Foro da Comarca de Navegantes/SC.

E, por estarem assim ajustados, firmam o presente Termo de Cessão de Uso em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também assinam.

NAVEGANTES - SC, 07 de agosto de 2017.

Donizete José da Silva

Prefeito Municipal em exercício

Cel BM – Onir Mocellin

Comandante- Geral do Corpo de Bombeiro

Militar de Santa Catarina

Testemunhas

Luiz Adônis Zumermann

3º Sgt BM Ch B-4 2ª/7ª BBM

CPF nº 660.449.449-72

Fabio Luiz Alves Pacheco

1º Ten. BM CMT- 2º CBM/7ªBBM

CPF nº 531.799.941-34

PORTARIA 557/2018 EXONERA

Publicação Nº 1517379

PORTARIA N º 557 DE 1º DE FEVEREIRO DE 2018

EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de CHEFE DE SEÇÃO o senhor DAVID ROBERTO ALVES BARBOSA, com a data de 1º/02/2018.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE FEVEREIRO DE 2018.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

KARLILE CUGNIER

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 558/2018 EXONERA

Publicação Nº 1517463

PORTARIA N º 558 DE 1º DE FEVEREIRO DE 2018

EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADA, da função de confiança de AGENTE PÚBLICO MUNICIPAL I a senhora MARILU PETRY, com a data de 1º/02/2018.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE FEVEREIRO DE 2018.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

KARLILE CUGNIER

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 559/2018 EXONERA

Publicação Nº 1517386

PORTARIA N º 559 DE 1º DE FEVEREIRO DE 2018
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADA, da função de confiança de CO-ORDENADORA DA SECRETARIA DE GESTÃO E CONTROLE a senhora GILÇA ONÉLIA DE JESUS, com a data de 1º/02/2018.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE FEVEREIRO DE 2018.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

KARLILE CUGNIER
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 560/2018 EXONERA

Publicação Nº 1517471

PORTARIA N º 560 DE 1º DE FEVEREIRO DE 2018
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de CHEFE DE DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA o senhor NIVALDO JOSÉ KLOPPPEL, com a data de 1º/02/2018.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE FEVEREIRO DE 2018.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

KARLILE CUGNIER
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 561/2018 EXONERA

Publicação Nº 1517438

PORTARIA N º 561 DE 1º DE FEVEREIRO DE 2018
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADA, da função de confiança de

DIRETORA DE ESCOLA - CEI EJA 1 a senhora MARIA APARECIDA DA SILVA, com a data de 1º/02/2018.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE FEVEREIRO DE 2018.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

KARLILE CUGNIER
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 572/2018 DECLARA VACANCIA

Publicação Nº 1517499

PORTARIA N º 572 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2018

DECLARA VACÂNCIA DO CARGO EM VIRTUDE DE APOSENTADORIA

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes, RESOLVE: I – DECLARAR vacância do cargo de PROFESSORA em virtude de aposentadoria da servidora SANDRA MARIA MEDEIROS, matrícula 146113, junto a NAVEGANTESPREV conforme processo administrativo 2018.04.05462P, a partir de 01/02/2018.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 01 DE FEVEREIRO DE 2018.

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 574/2018 DECLARA VACANCIA

Publicação Nº 1517396

PORTARIA N º 574 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2018

DECLARA VACÂNCIA DO CARGO EM VIRTUDE DE APOSENTADORIA

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes, RESOLVE: I – DECLARAR vacância do cargo de PROFESSORA em virtude de aposentadoria da servidora JANETE CORDEIRO GUZATTO, matrícula 268009, junto a NAVEGANTESPREV conforme processo administrativo 2018.02.05461P, a partir de 01/02/2018.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 01 DE FEVEREIRO DE 2018.

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 575/2018 DECLARA VACANCIA

Publicação Nº 1517450

PORTARIA N º 575 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2018

DECLARA VACÂNCIA DO CARGO EM VIRTUDE DE APOSENTADORIA

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes, RESOLVE:

I – DECLARAR vacância do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS em virtude de aposentadoria da servidora MARIA TEREZA DE SOUZA, matrícula 421102, junto a NAVEGANTESPREV conforme processo administrativo 2018.02.05469P, a partir de 01/02/2018.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 01 DE FEVEREIRO DE 2018.

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA**PORTARIA 576/2018 DECLARA VACANCIA**

Publicação Nº 1517434

PORTARIA N º 576 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2018

DECLARA VACÂNCIA DO CARGO EM VIRTUDE DE APOSENTADORIA

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes, RESOLVE:

I – DECLARAR vacância do cargo de PROFESSORA em virtude de aposentadoria da servidora LUCIA REGINA CARDOSO DA COSTA MULLER, matrícula 85502, junto a NAVEGANTESPREV conforme processo administrativo 2017.02.05459P, a partir de 01/02/2018.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 01 DE FEVEREIRO DE 2018.

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA**PORTARIA 578/2018 NOMEIA**

Publicação Nº 1517372

PORTARIA N º 578 DE 1º DE FEVEREIRO DE 2018
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de ASSESSOR TÉCNICO III o senhor CARLOS EDUARDO MACHADO, com a data de 1º/02/2018.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE FEVEREIRO DE 2018.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTESKARLILE CUGNIER
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA**PORTARIA 582/2018 NOMEIA**

Publicação Nº 1517404

PORTARIA N º 582 DE 1º DE FEVEREIRO DE 2018
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de ASSESSOR TÉCNICO III o senhor JOSÉ OSMAR BEZERRA NETO, com a data de 1º/02/2018.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE FEVEREIRO DE 2018.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTESKARLILE CUGNIER
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA**PORTARIA 583/2018 NOMEIA**

Publicação Nº 1517381

PORTARIA N º 583 DE 1º DE FEVEREIRO DE 2018
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de CHEFE DE SEÇÃO o senhor DEIVID JOEL DOS SANTOS, com a data de 1º/02/2018.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE FEVEREIRO DE 2018.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTESKARLILE CUGNIER
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 584/2018 NOMEIA

Publicação Nº 1517459

PORTARIA N º 584 DE 1º DE FEVEREIRO DE 2018
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de ASSESSOR TÉCNICO III a senhora MARILU PRETY, com a data de 1º/02/2018.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE FEVEREIRO DE 2018.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

KARLILE CUGNIER
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 585/2018 NOMEIA

Publicação Nº 1517489

PORTARIA N º 585 DE 1º DE FEVEREIRO DE 2018
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de DIRETORA DE ESCOLA CEI EJA 1 a senhora RENATALU MAFRA MIANES, com a data de 1º/02/2018.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE FEVEREIRO DE 2018.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

KARLILE CUGNIER
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 586/2018 NOMEIA

Publicação Nº 1517504

PORTARIA N º 586 DE 1º DE FEVEREIRO DE 2018
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de

DIRETORA DE ESCOLA - CEI EJA 1 a senhora SORAIA MARIA BALDANÇA DE RAMOS, com a data de 1º/02/2018.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE FEVEREIRO DE 2018.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

KARLILE CUGNIER
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 587/2018 NOMEIA

Publicação Nº 1517430

PORTARIA N º 587 DE 1º DE FEVEREIRO DE 2018
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de SUPERVISOR DE ATIVIDADES o senhor LUCAS MARTINS ROLIM, com a data de 1º/02/2018.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE FEVEREIRO DE 2018.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

KARLILE CUGNIER
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 588/2018 NOMEIA

Publicação Nº 1517374

PORTARIA N º 588 DE 1º DE FEVEREIRO DE 2018
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de CHEFE DE SEÇÃO o senhor CLESIO TELLES, com a data de 1º/02/2018.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE FEVEREIRO DE 2018.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

KARLILE CUGNIER
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 591/2018 EXONERA

Publicação Nº 1517478

PORTARIA N º 591 DE 1º DE FEVEREIRO DE 2018
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADA, da função de confiança de DIRETORA DE ESCOLA - CEI EJA 1 a senhora PAULA PRICILA DA SILVA KORB, com a data de 1º/02/2018.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE FEVEREIRO DE 2018.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

KARLILE CUGNIER
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 592/2018 EXONERA

Publicação Nº 1517495

PORTARIA N º 592 DE 1º DE FEVEREIRO DE 2018
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de DIRETOR ADJUNTO DE ESCOLA – CEI EJA 2 o senhor RUDY MÁRIO LEHMANN JUNIOR, com a data de 1º/02/2018.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE FEVEREIRO DE 2018.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

KARLILE CUGNIER
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 593/2018 NOMEIA

Publicação Nº 1517388

PORTARIA N º 593 DE 1º DE FEVEREIRO DE 2018
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de

CHEFE DE DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA a senhora GILÇA ONÉLIA DE JESUS, com a data de 1º/02/2018.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE FEVEREIRO DE 2018.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

KARLILE CUGNIER
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 594/2018 NOMEIA

Publicação Nº 1517474

PORTARIA N º 594 DE 1º DE FEVEREIRO DE 2018
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de DIRETOR ADMINISTRATIVO DA FUMAN o senhor NIVALDO JOSÉ KLOPPEL, com a data de 1º/02/2018.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE FEVEREIRO DE 2018.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

KARLILE CUGNIER
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 595/2018 NOMEIA

Publicação Nº 1517383

PORTARIA N º 595 DE 1º DE FEVEREIRO DE 2018
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de DIRETORA DE ESCOLA - CEI EJA 1 a senhora FRANCIELLI DE LIMA, com a data de 1º/02/2018.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE FEVEREIRO DE 2018.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

KARLILE CUGNIER
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 596/2018 DECLARA VACANCIA

Publicação Nº 1517466

PORTARIA N º 596 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2018

DECLARA VACÂNCIA DO CARGO EM VIRTUDE DE APOSENTADORIA

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes, RESOLVE:

I – DECLARAR vacância do cargo de ORIENTADORA ESCOLAR em virtude de aposentadoria da servidora MARISTELA FELÍCIO MACARINI, matrícula 48801, junto a NAVEGANTESPREV conforme processo administrativo 2018.04.05472P, a partir de 01/02/2018.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 01 DE FEVEREIRO DE 2018.

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA**PORTARIA 597/2018 NOMEIA**

Publicação Nº 1517492

PORTARIA N º 597 DE 1º DE FEVEREIRO DE 2018
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de GERENTE DE PROGRAMAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PLANOS DA EDUCAÇÃO o senhor ROSALEM ANTONIO DA LUZ, com a data de 1º/02/2018.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE FEVEREIRO DE 2018.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTESKARLILE CUGNIER
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA**PORTARIA 598/2018 NOMEIA**

Publicação Nº 1517443

PORTARIA N º 598 DE 1º DE FEVEREIRO DE 2018
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de DIRETORA DE ESCOLA – CEI EJA 1 a senhora MARIA ESTELA KUHN,

com a data de 1º/02/2018.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE FEVEREIRO DE 2018.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTESKARLILE CUGNIER
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA**PORTARIA 599/2018 NOMEIA**

Publicação Nº 1517393

PORTARIA N º 599 DE 1º DE FEVEREIRO DE 2018
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de DIRETORA DE ESCOLA – CEI EJA 2 a senhora GIOVANA SOARES DA CUNHA, com a data de 1º/02/2018.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE FEVEREIRO DE 2018.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTESKARLILE CUGNIER
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA**PORTARIA 600/2018 NOMEIA**

Publicação Nº 1517400

PORTARIA N º 600 DE 1º DE FEVEREIRO DE 2018
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de GERENTE DE PROGRAMAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PLANOS DA EDUCAÇÃO o senhor JOHNNY JOSÉ TOMELIN, com a data de 1º/02/2018.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE FEVEREIRO DE 2018.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTESKARLILE CUGNIER
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 601/2018 COLOCA SERVIDOR A DISPOSIÇÃO

Publicação Nº 1517403

PORTARIA N º 601 DE 1º DE FEVEREIRO DE 2018

COLOCA SERVIDOR À DISPOSIÇÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 196 DE 17/03/2014, RESOLVE:

I – COLOCAR, o servidor JOSÉ DOS PASSOS LEMOS, efetivo no cargo de Administrador Escolar, à disposição da Associação dos Servidores Públicos de Navegantes para ocupar o cargo de DIRETOR DE EVENTOS a partir de 1º/02/2018, conforme prevê a lei complementar nº 196 DE 17/03/2014.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE FEVEREIRO DE 2018.

Emílio Vieira

PREFEITO MUNICIPAL

Karlile Cugnier

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 604/2018 NOMEIA

Publicação Nº 1517508

PORTARIA N º 604 DE 1º DE FEVEREIRO DE 2018

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO DA EDUCAÇÃO o senhor THIAGO VANILDO DE BORBA, com a data de 1º/02/2018.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE FEVEREIRO DE 2018.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

KARLILE CUGNIER

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 605/2018 EXONERA

Publicação Nº 1517376

PORTARIA N º 605 DE 1º DE FEVEREIRO DE 2018

EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADA, da função de confiança de

DIRETORA DE ESCOLA - DESC 2 a senhora DANIELA ANTONIO PEREIRA, com a data de 1º/02/2018.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE FEVEREIRO DE 2018.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

KARLILE CUGNIER

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 606/2018 NOMEIA

Publicação Nº 1517592

PORTARIA N º 606 DE 1º DE FEVEREIRO DE 2018

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de DIRETORA DE ESCOLA - DESC 1 a senhora DANIELA ANTONIO PEREIRA, com a data de 1º/02/2018.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE FEVEREIRO DE 2018.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

KARLILE CUGNIER

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 607/2018 NOMEIA

Publicação Nº 1517300

PORTARIA N º 607 DE 1º DE FEVEREIRO DE 2018

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de AGENTE PÚBLICO MUNICIPAL I a senhora BERNADETE NARDELLI, com a data de 1º/02/2018.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE FEVEREIRO DE 2018.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

KARLILE CUGNIER

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 608/2018 NOMEIA

Publicação Nº 1517378

PORTARIA N º 608 DE 1º DE FEVEREIRO DE 2018
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de DIRETORA DE ESCOLA - DESC 1 a senhora JOSIANE PEZENTI ALBUQUERQUE, com a data de 1º/02/2018.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE FEVEREIRO DE 2018.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

KARLILE CUGNIER
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 625/2018 EXONERA A PEDIDO

Publicação Nº 1517484

PORTARIA N º 625 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018
EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,
RESOLVE:

I – EXONERAR a pedido, o (a) servidor (a) JACKSON REINICKE, do cargo de SECRETÁRIO ESCOLAR – 40 HORAS, pertencente ao quadro dos servidores públicos municipais efetivos, a partir de 05/02/2018.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua solicitação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE FEVEREIRO DE 2018.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO

Karlile Cugnier
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

CÂMARA MUNICIPAL**CONTRATO Nº 02-2016 - 3º TERMO ADITIVO - SISTEMA LEGISLADOR PORTAL**

Publicação Nº 1516654

TERCEIRO TERMO ADITIVO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SISTEMA LEGISLADOR PORTAL - CONTRATO Nº 002/2016

A CÂMARA DE VEREADORES DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público, sediada na Rua Ezequiel Antero Rocha nº 315, Centro, Navegantes/SC, CEP 88.370-410, inscrita no CNPJ nº 83.551.531/0001-08, neste ato representada por seu Presidente ALÍCIO JACOB RICOBOM FILHO, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 2.294.800, inscrito no CPF sob o nº 683.382.449-53, residente e domiciliado na Rua Orlando Ferreira, nº 778, Bairro Machados, Navegantes/SC., infra-assinado, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa LANCER SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 00.685.840/0001-35, com sede na Rua XV de Novembro, nº 1.480, sala 704, Centro, cidade de Blumenau-SC., CEP 89.010-918, representa do por Jeser Mauri Alvarenga, brasileiro, empresário, portador da cédula de identidade nº 3/R 565.335, inscrito no CPF sob o nº 291.184.769-53, residente e domiciliado na Rua São Bento, nº 328, Apto 901, Bairro Vorstadt, Blumenau/SC., a seguir denominado CONTRATADA, firmam o presente Termo Aditivo de Contrato de Prestação de Serviço, nas seguintes cláusulas e condições abaixo expostos:

CLÁUSULA PRIMEIRA- Fica prorrogado através do TERCEIRO TERMO ADITIVO o CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SISTEMA LEGISLADOR PORTAL - CONTRATO Nº 002/2016, do período de 30 de janeiro de 2018 a 29 de janeiro de 2019, conforme previsto na CLÁUSULA SEXTA do contrato originário, tendo como dispositivo legal o inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - As despesas decorrentes deste Contrato de Prestação de Serviço, ocorreram através de Disposições Orçamentárias Próprias da CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA - O presente TERMO ADITIVO deverá ser publicado na imprensa oficial, para surtir seus efeitos legais.

CLÁUSULA QUARTA - Permanece ratificada as demais cláusulas do contrato original não conflitante com o presente instrumento.

E por estarem de pleno acordo, lavrou-se o presente TERMO ADITIVO, em três vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, serão assinadas pelos representantes das partes:

Navegantes-SC, 29 de janeiro de 2018.

CÂMARA DE VEREADORES DE NAVEGANTES
CONTRATANTE

LANCER SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA.
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

VILSEMAR O. DUARTE VANILDO TELLES

DECRETO LEGISLATIVO Nº 001-2018 - PONTO FACULTATIVO

Publicação Nº 1517927

DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/2018

O Presidente da Câmara Municipal de Navegantes-SC, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei e com fulcro no artigo 38 do Regimento Interno.

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado ponto facultativo nos dias 12 e 13 de fevereiro de 2018, segunda-feira e terça-feira de carnaval, aos servidores

da Câmara de Vereadores de Navegantes-SC.

Art. 2º A partir de 14 de fevereiro de 2018, quarta-feira, o horário de expediente será normal para todos os funcionários.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Navegantes/SC, 07 de fevereiro de 2018.

Alício Jacob Ricobom Filho

Presidente da Câmara de Vereadores de Navegantes-SC.

PORTARIA LEGISLATIVA Nº 014-2018 - CONCEDE GRATIFICAÇÃO

Publicação Nº 1517919

PORTARIA LEGISLATIVA Nº 014/2018

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO A FUNCIONÁRIO EFETIVO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL CONFORME RESOLUÇÃO Nº 003/2016.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Navegantes, ALÍCIO JACOB RICOBOM FILHO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Artigo 1º Fica instituído gratificação mensal no valor de R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais), a servidora efetiva Sra. ODENIZIA REBELO, quando permanecer a serviço fora do respectivo horário de trabalho legalmente fixado nas sessões da Câmara e oportunidades em que o recinto de reuniões for utilizado nos termos do art. 9º do Regimento Interno.

Artigo 2º A gratificação desta portaria, não serve de base de cálculo de adicionais por tempo de serviço ou de outras vantagens pecuniárias percebidas pela servidora, e não se incorpora ao vencimento para nenhum efeito.

Artigo 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições anteriores e em contrário.

Navegantes, 05 de janeiro de 2018.

ALÍCIO JACOB RICOBOM FILHO

Presidente da Câmara Municipal de Navegantes/SC

PORTARIA LEGISLATIVA Nº 015-2018 - NOMEIA MEMBROS DE COMISSÃO

Publicação Nº 1517921

PORTARIA LEGISLATIVA Nº 015/2018

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DE DESLOCAMENTO E CONCESSÃO DE DIÁRIAS

O Presidente da Câmara de Vereadores de Navegantes, ALÍCIO JACOB RICOBOM FILHO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Artigo 1º Ficam nomeados como membros da COMISSÃO DE DESLOCAMENTO E CONCESSÃO DE DIÁRIAS os Senhores Solon Manoel Costa inscrito no CPF nº 557.542.289-53, funcionário efetivo e, Andre de Freitas Chaves Pacheco, inscrito no CPF sob o nº 328.842.808-39, funcionário comissionado.

Artigo 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições anteriores e em contrário.

Navegantes, 05 de janeiro de 2018.

ALÍCIO JACOB RICOBOM FILHO

Presidente da Câmara Municipal de Navegantes/SC

Nova Erechim

PREFEITURA

DECRETO 31/2018 ALTERAÇÃO DE VENCIMENTO DAS PARCELAS DO ISSQN PARA O EXERCÍCIO DE 2018

Publicação N° 1517977

DECRETO nº 031, de 08 de fevereiro de 2018.

“Dispõe sobre alteração de vencimento das parcelas do ISSQN para o exercício de 2018 e dá outras providências”.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e de conformidade com a legislação vigente,

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado o vencimento das parcelas referentes ao ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, relativos ao exercício de 2018, conforme disposto no presente Decreto e Anexo I.

Art. 2º. Os Tributos Municipais serão recolhidos diretamente na rede bancária e seus correspondentes, conveniados com o Município de Nova Erechim.

Art. 3º. Para pagamento à vista em cota única, do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, será concedido desconto de 15% (quinze por cento) para os contribuintes que realizarem o pagamento até o dia 10/05/2018 ou de 10% (dez por cento) para os contribuintes que realizarem o pagamento até o dia 11/06/2018.

Art. 4º. O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas às disposições em contrário.

Nova Erechim (SC), 08 de fevereiro de 2018.

NEDIO ANTONIO CASSOL

Prefeito Municipal

A N E X O I - DECRETO Nº. 031/2018

CALENDÁRIO FISCAL PARA O EXERCÍCIO DE 2018

TIPO DE TRIBUTO	VENCIMENTO
TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E PERMANÊNCIA NO LOCAL	20/04/2018 – Parcela Única
TAXA DE FISCALIZAÇÃO E VIGILÂNCIA SANITÁRIA	18/05/2018 – Parcela Única
IMPOSTO SOBRE SERVIÇO DE QUALQUER NATUREZA – FIXO Fundo Municipal de Habitação	1ª Parcela – 15/03/2018 2ª parcela – 29/03/2018 3ª Parcela – 16/04/2018 4ª Parcela – 15/05/2018 5ª Parcela – 15/06/2018 6ª Parcela – 16/07/2018 7ª Parcela – 15/08/2018 8ª Parcela – 17/09/2018 9ª Parcela – 15/10/2018 10ª Parcela – 16/11/2018 11ª Parcela – 17/12/2018 12ª Parcela – 18/01/2019
IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO - IPTU	Parcela Única - 10/05/2018 – 15% de desconto Parcela Única – 11/06/2018 – 10% de desconto Parcelamento sem desconto: 1ª Parcela – 10/05/2018 2ª Parcela – 11/06/2018 3ª Parcela – 10/07/2018 4ª Parcela – 10/08/2018 5ª Parcela – 10/09/2018

NEDIO ANTONIO CASSOL

Prefeito Municipal

DECRETO 32/2018 HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DEFINITIVO DOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2018 REFERENTE AOS ESTAGIÁRIOS CURSANDO DIREITO

Publicação Nº 1517089

DECRETO nº 32 , de 08 de fevereiro de 2018.

Dispõe sobre a homologação do resultado definitivo dos aprovados no Processo Seletivo nº 01/2018 referente aos estagiários cursando Direito e dá outras providências.

O Prefeito Municipal Nédio Antônio Cassol de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, e conforme dispõe o Edital do Processo Seletivo nº 01/2018, de 19 de janeiro de 2018.

DECRETA

Art. 1º - Fica homologado o Resultado definitivo do Processo Seletivo Público concernente ao Edital 01/2018 á vista do Relatório apresentado pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo Público para preenchimento do cargo de Estagiários no Serviço Público Municipal, consagrando-se como exatos e definitivos os resultados das listagens do Relatório de Conclusão em anexo.

Art. 2º - O Processo Seletivo Público terá validade de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período para atender o interesse público da administração.

Art. 3º - As vagas existentes no quadro de estagiários, ou as que vierem a existir no prazo de validade do presente Processo Seletivo Público, serão preenchidas, mediante convocação, nos termos do Edital, conforme a necessidade e a possibilidade financeira, respeitando-se rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos.

Art. 4º- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Nova Erechim, em 08 de fevereiro de 2018.

Nédio Antônio Cassol

Prefeito Municipal

Classificação Definitiva do Processo Seletivo 01/2018

Estagiários Cursando Direito

Classificação	Nome	Média geral	Tempo de Estágio	Total
1ª	Larissa Pietra Pirovano	7,4	1,6	9,0
2ª	Cauana Maria Pirovano	7,5	0	7,5
3ª	Suelen Bruna Gomes	7,2	0	7,2
4ª	André João Nardi	7,1	0	7,1

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 03/2018 ATA DE SUSPENÇÃO

Publicação Nº 1517271

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 03/2018

ATA DE SUSPENSÃO DA LICITAÇÃO

Aos 08 dias do mês fevereiro do ano de dois mil e dezoito, na sala de licitações da prefeitura municipal de Nova Erechim/SC, a pregoeira designada pelo Decreto nº 163/2017, servidora Maria Eduarda Nichetti, procedeu a SUSPENSÃO "SINE DIE" da data de abertura da licitação, marcada para as 09:15 horas do dia 15/02/2017. Tal medida foi tomada em Princípio da supremacia do interesse público em decorrência da necessidade de revisão técnica e alterações significativas acerca do edital e seus anexos. Tão logo sejam realizadas as alterações necessárias, será publicada nova data de abertura da licitação, pela mesma via em que se deu a publicação original. Nada mais havendo digno de registro, a presente ata será publicada no Mural de Publicações deste Departamento e o Aviso de Suspensão de Licitação será publicado na mesma forma em que se deu a publicação original. Nada mais havendo digno de registro encerra-se a presente ata que vai assinada pela pregoeira.

Maria Eduarda Nichetti

Pregoeira

Nova Itaberaba

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO 23/2018

Publicação Nº 1517988

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO de Nova Itaberaba
AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE NOVA ITABERABA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
SETOR DE LICITAÇÕES
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO
DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17
OBJETO: Chamamento para recebimento de propostas e habilitação para fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar, destinados à alimentação escolar para o exercício de 2017 no Município de Nova Itaberaba - SC, conforme Lei 11.947/09 e Resolução FNDE nº. 04 de 02/04/2015. Os itens de hortifrutigranjeiros serão adquiridos no ano letivo de ano 2018 Previsão de produtos e quantidades a serem adquiridos nesse período conforme listados no (Anexo I) deste edital., CONFORME LEI 11.947/09 E RESOLUÇÃO FNDE Nº. 04 DE 02/04/2015.
Município de Nova Itaberaba
NOVA ITABERABA, 08 de fevereiro de 2018
MARCIANO MAURO PAGLIARINI
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO REGISTRO DE PREÇOS 22/2018

Publicação Nº 1517987

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO de Nova Itaberaba
AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: Pregão
Processo Adm. Nº.: 22/2018
Edital: Pregão Nº.: 6/2018
Tipo: Menor preço / Global
Objeto: Contratação de empresa especializada na coleta, transporte e destinação final, incluindo o fornecimento de materiais e serviços de carcaças de animais mortos em todo o território municipal.
Entrega dos Envelopes: 08:00 horas do dia 20 de fevereiro de 2018.
Local de Entrega dos Envelopes: Sede da Prefeitura. Rua José Marocco nº 2226. Nova Itaberaba-SC.
Abertura dos Envelopes: 08:00 horas do dia 20 de fevereiro de 2018.
Local de Abertura dos Envelopes: Sede da Prefeitura. Rua José Marocco nº 2226. Nova Itaberaba-SC.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua José Marocco nº 2226, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelo fone (049) 3327 0066.

A licitação será regida pela Lei Nº 10.520/2002 e supletivamente pela Lei Nº 8.666/93.

NOVA ITABERABA, 08 de fevereiro de 2018

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

PREFEITO MUNICIPAL

CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA 01/2018

Publicação Nº 1517996

CONVITE Nº 01/2018

O Município de Nova Itaberaba, em atendimento a Lei Municipal nº 455/2001, bem como Art. 9º, § 4º da LRF – Lei Responsabilidade Fiscal convida Vossa Senhoria bem como todos os munícipes, para participar da Audiência Pública que tratará dos seguintes assuntos:

- Avaliação das Produções e Atividades do 3º Quadrimestre/2017 da Secretaria de Saúde e Avaliação - Cumprimento de Metas Fiscais do 3º Quadrimestre/2017. A audiência Pública acontecerá no dia 28 de Fevereiro de 2018 às 14h00min, junto ao Auditório do Centro Administrativo, Rua Jose Marocco, nº 2.226 – Nova Itaberaba - SC.

Marciano Mauro Pagliarini
Prefeito Municipal

Elizete Esposito Vortomann
Gestora do Fundo

DECRETO Nº 21/2018

Publicação Nº 1518036

DECRETO Nº 021/2018 DE 26 DE JANEIRO DE 2018.

“EXONERA SERVIDOR EM CONTRATO TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar 1.154/2017 de 27 de Novembro de 2017 e lei nº 540/2003.

CONSIDERANDO: O pedido de exoneração feito pela servidora;

DECRETA:

ART. 1º - Fica exonerada das funções de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas semanais, cargo ACT, lotada na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, a servidora municipal ROSELI DAGA, admitida pelo Decreto nº 201/2017.

ART. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31 de janeiro de 2018, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 201/2017.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA, SC, EM 26 DE JANEIRO DE 2018.

JOÃO ZARYCHTA

Prefeito Municipal em exercício

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS
Secretario Mun. De Administração e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS
Assessor Jurídico

DECRETO Nº 22/2018

Publicação Nº 1518032

DECRETO N.º 022/2018 DE 29 DE JANEIRO DE 2018.

“DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DOS MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

MARCIANO MAURO PAGLIARINI, Prefeito Municipal de Nova Itaberaba - SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os incisos I, II, III, IV, do artigo 15 da Lei Orgânica Municipal:

CONSIDERANDO: a abertura do Edital para o Processo Seletivo nº 002/2018, o qual tem como objeto a seleção de pessoal para atuar na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, rede municipal de ensino, em atendimento as disposições legais, faz-se necessário a nomeação de comissão para acompanhamento do referido Edital, em homenagem ao princípio da transparência.

DECRETA

Art. 1º - Ficam nomeados os membros da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo nº 002/2018 conforme segue:

I – ODENIR PETROLI – Presidente;

II – JAIMIR LUPATINI – Secretário;

III – LAIS BALLEEN, CRISTIANO PAVIN, JULIANA GILIOILLI - Membros;

Art. 2º - Os membros desta Comissão não serão remunerados pelo desempenho de suas funções e prestarão serviços considerados relevantes ao Município.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA – SC, EM 29 DE JANEIRO DE 2018.
MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS
Secret. Munic. De Adm. E Finanças

MAURO C. R. DOS SANTOS
Assessor Jurídico

DECRETO Nº 23/2018

Publicação Nº 1518029

DECRETO Nº. 023/2018 DE 29 DE JANEIRO DE 2018.

“DISPÕE SOBRE BAIXA DE BEM DO PATRIMONIO PUBLICO EM RAZÃO DE SINISTRO COM PERDA TOTAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS ”.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI, Prefeito Municipal de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto na Lei Orgânica Municipal e Constituição

Federal.

CONSIDERANDO: que o veículo Renault/Logan Exp 16 HP, placas MLI 9706, chassi nº 93YLSR76HDJ795952, inscrito no patrimônio Municipal sob o nº 4221, envolvido em acidente , na data de 22/12/2017, conforme Boletim de Ocorrência, evento no qual após análise da Seguradora, constatou-se perca total do bem, ou seja, sem possibilidade de recuperação, tendo inclusive o Processo administrativo da seguradora concluído pela indenização ao Município do valor correspondente ao bem.

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado a baixa do patrimônio municipal do veículo Renault/Logan Exp 16 HP, placas MLI 9706, chassi nº 93YLSR76HDJ795952, ano de fabricação 2013, inscrição no patrimônio nº 4221, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Reitere-se que o motivo da baixa é em virtude de acidente no qual o veículo foi considerado como de perda total.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE NOVA ITABERABA – SC, EM 29 DE JANEIRO DE 2018.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS
Assessor Jurídico

DECRETO Nº 24/2018

Publicação Nº 1518024

DECRETO Nº 024/2018 DE 30 DE JANEIRO DE 2018.

“AUTORIZA REALIZAR DESPESAS COM COMEMORAÇÃO EM HOMENAGEM AO DIA INTERNACIONAL DA MULHER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 817/2010 de 04 de março de 2010;

CONSIDERANDO: A necessidade de um Decreto para regulamentar as despesas para realização da homenagem em comemoração ao Dia Internacional de Mulher.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo de Nova Itaberaba autorizado a realizar despesas com as programações alusivas ao Dia Internacional da Mulher, que ocorre no dia 08 de março de 2018, não podendo o valor ser superior a 15 (quinze) salários mínimos vigentes.

Art. 2º - As despesas de que trata o Art. 1.º destinam-se a custear gastos com a realização de despesas para aquisição alimentação, transporte e objetos de lembrança e homenagem, sendo que o montante para o ano de 2018, que será comemorado no dia 08/03/2018, está estimado em R\$ 14.310,00 (Quatorze mil trezentos e dez reais), sendo este o teto máximo que poderá ser gasto.

Art. 3º - - As despesas correrão por conta da dotação orçamentária

do orçamento vigente, do exercício atual.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA - SC,
EM 30 DE JANEIRO DE 2018.
MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS
Secretário Mun. De Administração e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS
Assessor Jurídico

DECRETO Nº 25/2018

Publicação Nº 1518019

DECRETO N.º 25/2018 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2018

PROCESSO SELETIVO N.º 002/2018
HOMOLOGAÇÃO DAS ISENÇÕES DA TAXA DE INSCRIÇÃO

O Prefeito Municipal de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, Sr. Marciano Mauro Pagliarini, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, que não houveram candidatos inscritos ao Processo Seletivo n.º 002/2018 com pedido de isenção da taxa de inscrição.

O presente documento entra em vigor na data de sua publicação.

Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Nova Itaberaba (SC), 02 de fevereiro de 2018.
MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 37/2018

Publicação Nº 1518018

DECRETO N.º 37/2018 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

PROCESSO SELETIVO N.º 002/2018
HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

ATENÇÃO

A prova escrita/objetiva será realizada no dia 13 de fevereiro de 2018 das 09h00min às 12h00min no Núcleo de Ensino Fundamental Nova Itaberaba, sito à Rua José Marocco, s/n.º, Centro, no Município de Nova Itaberaba (SC).

O candidato deverá comparecer ao local de prova com antecedência mínima de 30 minutos, para localizar sua sala de acordo com o cargo desejado.

ÀS 08H45MIN OS PORTÕES DE ACESSO SERÃO FECHADOS e não será permitida a entrada de nenhum candidato após este horário ficando, automaticamente, excluído do certame.

O ingresso a sala de provas somente será permitido ao candidato que apresentar DOCUMENTO ORIGINAL DE IDENTIDADE COM FOTOGRAFIA e COMPROVANTE(S) DE INSCRIÇÃO (IMPRESSO(S)).

O Boleto Bancário não serve como Comprovante de Inscrição.

O Prefeito Municipal de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina,

Sr. Marciano Mauro Pagliarini, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, a Homologação das Inscrições, referente ao Processo Seletivo n.º 002/2018, destinado ao preenchimento de vagas no Quadro de Pessoal do Município.

1. Ficam homologadas as inscrições dos candidatos relativas ao Processo Seletivo n.º 002/2018, para os cargos referenciados em Edital de Abertura, conforme segue:

Legenda:

AZUL = INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS

VERMELHO = INSCRIÇÕES NÃO HOMOLOGADAS

Professor de Artes - Habilitado

Nº INSC	CANDIDATO	CPF
871336	Marciane Engster	036.618.449-03
866268	Naieli Testa	098.227.249-93
Total de Inscritos - 02		

Professor de Artes - Não Habilitado

Não há candidatos neste cargo Professor de Educação Física - Habilitado

Nº INSC	CANDIDATO	CPF
866096	Guerty Carla Bassani	075.508.119-62
871130	Junior Ortigara	080.134.909-55
868517	Valeria Cristina Fioreze	085.378.849-95
871007	Williams Carniel	087.400.259-18
Total de Inscritos - 04		

Professor de Educação Física - Não Habilitado

Não há candidatos neste cargo Professor de Educação Infantil - Habilitado

Nº INSC	CANDIDATO	CPF
865285	Andressa Rimoldi	097.869.139-30
871656	Angelica Delani Martins Dos Santos	088.297.959-09
865363	Clairia Dallacorte	868.865.929-04
867855	Elenice Fatima Tadiotto	016.048.579-78
865497	Elizane Severo	033.363.379-25
868785	Elizangela Da Silva	027.873.219-41
871885	Iliane Terezinha Detoni	907.500.129-00
865281	Ivone Salami	579.907.439-49
871774	Juliana Zeiser Mai	047.004.139-05
865885	Marcia Justina Gromoski Daniel Gromoski Daniel	030.737.319-38
865212	Maria Eloiza Cararo	087.793.039-27
865875	Marilete Fatima Ficagna Carniel	714.233.979-91
865260	Marinez Soares Da Silva	714.734.089-20
865223	Rafaela Ferrarini	096.433.869-61
872289	Sabrina Maria Riboli	057.672.519-67
868043	Samara Liston	081.239.789-44
866297	Sarah Elis Passarin	062.498.629-27
868198	Suzamara Medeiros	040.715.169-92
872010	Tainara Pirovano	089.809.819-02
872200	Teresinha Zandonai	018.664.549-00
869154	Vanessa Machado Pozzebon	077.873.419-63
Total de Inscritos - 21		

Professor de Educação Infantil - Não Habilitado

Nº INSC	CANDIDATO	CPF
870571	Aline Santin	060.997.099-24
867698	Mirian Raquel Feyh Cuppini	052.225.639-28
871019	Oticeia Coni Hartmann De Moraes	347.968.418-14
Total de Inscritos - 03		

Professor de Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano) - Habilitado

Nº INSC	CANDIDATO	CPF
870252	Adiles Risson	777.558.479-34
865286	Andressa Rimoldi	097.869.139-30
865364	Clairia Dallacorte	868.865.929-04
865498	Elizane Severo	033.363.379-25
865937	Ines Rosani Da Silva	386.213.049-53
866813	Juliana Zeiser Mai	047.004.139-05
867014	Maikeli Gatto	098.924.939-58
865213	Maria Eloiza Cararo	087.793.039-27
865261	Marinez Soares Da Silva	714.734.089-20
867648	Marli Salete Possam Possa	766.960.739-49
867029	Neiva Terezinha Ortigara Gatto	579.904.419-34
866490	Nelci Castagna Flores	005.903.039-96
866157	Priscila Nichelle	046.383.049-07
865224	Rafaela Ferrarini	096.433.869-61
872290	Sabrina Maria Riboli	057.672.519-67
866298	Sarah Elis Passarin	062.498.629-27
865661	Sionara Balen	025.160.189-75
868199	Suzamara Medeiros	040.715.169-92
872201	Teresinha Zandonai	018.664.549-00
869155	Vanessa Machado Pozzebon	077.873.419-63
Total de Inscritos - 20		

Professor de Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano) - Não Habilitado
Não há candidatos neste cargo Professor de Língua Estrangeira - Inglês - Habilitado

Nº INSC	CANDIDATO	CPF
865458	Jucelia De Souza	067.658.249-44
Total de Inscritos - 01		

Professor de Língua Estrangeira - Inglês - Não Habilitado

Nº INSC	CANDIDATO	CPF
871151	Mariana Kominkiewicz	013.121.129-30
Total de Inscritos - 01		

2. Não foram homologadas as inscrições dos candidatos relativas ao Processo Seletivo n.º 002/2018, para os cargos referenciados em Edital de Abertura, em virtude da não confirmação do pagamento da taxa de inscrição (item 4.7 do Edital de Abertura), conforme segue:

Professor de Educação Infantil - Habilitado

Nº INSC	CANDIDATO	CPF
871111	Angelica Pagliari	088.341.899-14
871902	Ines Rosani Da Silva	386.213.049-53

Total de Inscritos - 02

Professor de Educação Infantil - Não Habilitado

Nº INSC	CANDIDATO	CPF
866625	Eliane Filippini Mendes De Medeiros	020.363.839-55
872503	Pamela Rigo	110.430.969-65
Total de Inscritos - 02		

Professor de Língua Estrangeira - Inglês - Não Habilitado

Nº INSC	CANDIDATO	CPF
872597	Gilvane Dos Santos Kuhn Sbardelotto	004.076.769-88
Total de Inscritos - 01		

3. Do total de 57 inscrições no Processo Seletivo n.º 002/2018, para os cargos referenciados em Edital de Abertura, 52 inscrições foram homologadas e 05 inscrições não foram homologadas.

4. Os candidatos que não tiveram as inscrições homologadas poderão encaminhar recurso à empresa responsável pelo Processo Seletivo, Alternative Concursos, exclusivamente através do e-mail recursos@alternativeconcursos.com.br, no prazo de 07 de fevereiro de 2018, conforme Formulário de Recurso constante em Anexo V, com a estrita observância ao disposto no Capítulo 9 do Edital.

5. A publicação da HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES APÓS APRECIÇÃO DOS RECURSOS e o ENSALAMENTO serão divulgados no dia 08 de fevereiro de 2018, ambos no site www.alternativeconcursos.com.br, bem como no Mural Oficial e site do Município de Nova Itaberaba (SC), www.novaitaberaba.sc.gov.br.

6. O presente documento entra em vigor na data de sua publicação.

7. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Nova Itaberaba (SC), 06 de fevereiro de 2018.
MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 38/2018

Publicação Nº 1518015

DECRETO N.º 38/2018 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

PROCESSO SELETIVO N.º 002/2018
HOMOLOGAÇÃO DOS PEDIDOS DE CONDIÇÕES ESPECIAIS**ATENÇÃO**

A prova escrita/objetiva será realizada no dia 13 de fevereiro de 2018 das 09h00min às 12h00min no Núcleo de Ensino Fundamental Nova Itaberaba, sito à Rua José Marocco, s/n.º, Centro, no Município de Nova Itaberaba (SC).

O candidato deverá comparecer ao local de prova com antecedência mínima de 30 minutos, para localizar sua sala de acordo com o cargo desejado.

ÀS 08H45MIN OS PORTÕES DE ACESSO SERÃO FECHADOS e não será permitida a entrada de nenhum candidato após este horário ficando, automaticamente, excluído do certame.

O ingresso a sala de provas somente será permitido ao candidato que apresentar DOCUMENTO ORIGINAL DE IDENTIDADE COM FOTOGRAFIA e COMPROVANTE(S) DE INSCRIÇÃO (IMPRESSO(S)).

O Boleto Bancário não serve como Comprovante de Inscrição.

O Prefeito Municipal de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, Sr. Marciano Mauro Pagliarini, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, a Homologação dos Pedidos de Condições Especiais, referente ao Processo Seletivo n.º 002/2018, destinado ao preenchimento de vagas no Quadro de Pessoal do Município.

1. Apresentamos abaixo a Homologação dos Pedidos de Condições Especiais para Realização da Prova Escrita/Objetiva relativo ao Processo Seletivo n.º 002/2018, conforme segue:

Professor de Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano) - Habilitado

Nº INSC	CANDIDATO	CPF	Cond. Especial	Qual condição Especial?	Situação
865937	Ines Rosani Da Silva	386.213.049-53	Sim	Síndrome de Pânico	INDEFERIDO Não descreveu / Comprovou a condição
Total de Inscritos - 01					

2. Do total de 01 candidato que realizou inscrição no Processo Seletivo n.º 002/2018 com pedido de condição especial, o mesmo teve o pedido INDEFERIDO.

3. O presente documento entra em vigor na data de sua publicação.

4. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Nova Itaberaba (SC), 06 de fevereiro de 2018.
MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 39/2018

Publicação Nº 1518013

DECRETO Nº. 39/2018 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

"DISPÕE SOBRE RESTITUIÇÃO AO MUNICÍPIO DE VALORES CORRESPONDENTES AO OBJETO DA CONCESSÃO Nº 83/2011, NOS TERMOS DA LEI nº 1.110/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MARCIANO MAURO PAGLIARINI, Prefeito Municipal de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto na Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: que a empresa UNIFORMES INDUSTRIAIS LTDA - ME, possui concessão pública para utilizar imóvel do Município, conforme estabelecido no processo de concessão nº 83/2011 e contrato de concessão nº 124/2011, onde prevê a possibilidade da concessionária ressarcir ao Erário Público, adquirindo a propriedade definitiva do imóvel.

CONSIDERANDO: Requerimento da Concessionária no sentido de indenizar o imóvel, bem como a ata do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, onde se fixou o valor a ser pago pela Concessionária ao Poder Público.

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado o recebimento do valor a ser pago pela concessionária ao Município, nos termos do requerimento apresentado

pela Empresa, em parcela única, procedendo a entrada dos valores, junto a contabilidade do Município, na rubrica de alienação de bens.
Art. 2º - A Concessionária deverá adimplir os valores fixados, no prazo máximo de 15(quinze), dias contados da emissão do presente decreto, sob pena de em não o fazendo perder o direito, com a reversão do bem em favor do Município.

Art. 3º - A Concessionária deverá proceder o pagamento dentro prazo estipulado no artigo anterior, tendo como data fim o dia 21/02/2018, mediante depósito na conta corrente nº 580980-0, Banco do Brasil, Agencia 5208-6, sendo o valor definido em R\$ 83.116,87(oitenta e três mil cento e dezesseis reais e oitenta e sete centavos), devendo a Concessionária certificar-se do valor da parcela junto a Secretaria Municipal de Administração do Município antes de realizar o depósito.

Art.4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE NOVA ITABERABA – SC, EM 06 DE FEVEREIRO DE 2018.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS.
Assessor Jurídico

DECRETO Nº 41/2018

Publicação Nº 1518006

DECRETO Nº. 041/2018 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL
SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS ”

MARCIANO MAURO PAGLIARINI, Prefeito Municipal de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto na Lei Municipal nº 1.171/2017, de 15 dezembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar Adicional no Município de Nova Itaberaba no exercício 2018, no valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais), no Projeto Atividade 2.008- Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental, na modalidade de aplicação 3.3.90 – Aplicação Direta – criando a Fonte 0.3.36 - Superávit – Salário Educação, conforme programação a seguir.

Órgão: 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

Unidade Orçamentária:01 Departamento de Educação

Função: 12 Educação

Sub-Função: 361 Ensino Fundamental

Programa: 0004 EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

Projeto/Atividade: 2.008 – MANUT. DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Modalidade de Aplicação 3.3.90 – Aplicação Direta

Fonte: 0.3.36 Superávit – Salário Educação

Detalhamento: 0000 – Sem detalhamento da Destinação de Recursos R\$ 40.000,00

Art. 2º - Os recursos para Abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, decorrerá do disposto no art. 5º, inciso III da Lei Municipal nº 1.171/2017 – LOA, Superávit Financeiro do exercício de 2017, no valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais)

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE NOVA ITABERABA – SC, EM 06 DE FEVEREIRO DE 2018.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS
Assessor Jurídico

DECRETO Nº 44/2018

Publicação Nº 1518003

DECRETO Nº. 044/2018 DE 06 DE JANEIRO DE 2018

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL
SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MARCIANO MAURO PAGLIARINI, Prefeito Municipal de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto na Lei Municipal nº 1.171/2017, de 15 de dezembro de 2017.
DECRETA

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar Adicional no Orçamento do Município de Nova Itaberaba de Nova Itaberaba no exercício 2018, no valor de R\$ 13.825,10 (Treze mil, oitocentos e vinte e cinco reais e dez centavos) 2.008 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental, na modalidade de aplicação 3.1.90 - Aplicação Direta – criando a fontes 03.19 – Superávit – Recursos do Fundeb destinados ao Magistério, conforme programação a seguir.

Órgão: 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

Unidade Orçamentária: 01 Departamento de Educação

Função: 12 Educação

Sub-Função: 361 Ensino Fundamental

Programa: 0004 EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

Projeto/Atividade: 2.008 – MANUT. DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Modalidade de Aplicação 3.1.90 – Aplicação Direta

Fonte: 0.3.19 - Superávit – Recursos do Fundeb destinados ao Magistério

Detalhamento: 0000 – Sem detalhamento da Destinação de Recursos R\$ 13.825,10

Art. 2º - Os recursos para Abertura de Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será no valor de R\$ 13.825,10 (Treze mil, oitocentos e vinte e cinco reais e dez centavos), provenientes da anulação de dotação do Município de Municipal de Nova Itaberaba, conforme discriminação a seguir.

Órgão: 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

Unidade Orçamentária: 01 Departamento de Educação

Função: 12 Educação

Sub-Função: 361 Ensino Fundamental

Programa: 0004 EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

Projeto/Atividade: 2.008 – MANUT. DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Modalidade de Aplicação 3.1.90 – Aplicação Direta

Fonte: 0.3.18 - Superávit – Recursos do Fundeb destinados ao Magistério

Detalhamento: 0000 – Sem detalhamento da Destinação de Recursos R\$ 13.825,10

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE NOVA ITABERABA – SC, EM 02 DE JANEIRO DE 2018.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS

Assessor Jurídico

DECRETO Nº 45/2018

Publicação Nº 1517994

DECRETO N.º 45/2018 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018

PROCESSO SELETIVO N.º 002/2018

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

APÓS DECURSO DO PRAZO RECURSAL

ATENÇÃO

A prova escrita/objetiva será realizada no dia 13 de fevereiro de 2018 das 09h00min às 12h00min no Núcleo de Ensino Fundamental Nova Itaberaba, sito à Rua José Marocco, s/n.º, Centro, no Município de Nova Itaberaba (SC).

O candidato deverá comparecer ao local de prova com antecedência mínima de 30 minutos, para localizar sua sala de acordo com o cargo

desejado.

ÀS 08H45MIN OS PORTÕES DE ACESSO SERÃO FECHADOS e não será permitida a entrada de nenhum candidato após este horário ficando, automaticamente, excluído do certame.

O ingresso a sala de provas somente será permitido ao candidato que apresentar DOCUMENTO ORIGINAL DE IDENTIDADE COM FOTOGRAFIA e COMPROVANTE(S) DE INSCRIÇÃO (IMPRESSO(S)).

O Boleto Bancário não serve como Comprovante de Inscrição.

O Prefeito Municipal de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, Sr. Marciano Mauro Pagliarini, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, a Homologação das Inscrições Após Decurso do Prazo Recursal, referente ao Processo Seletivo n.º 002/2018, destinado ao preenchimento de vagas no Quadro de Pessoal do Município.

1. Ficam homologadas as inscrições dos candidatos relativas ao Processo Seletivo n.º 002/2018, para os cargos referenciados em Edital de Abertura, após decurso do prazo recursal, conforme segue:

Legenda:

AZUL = INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS

VERMELHO = INSCRIÇÕES NÃO HOMOLOGADAS

Professor de Artes - Habilitado

Nº INSC	CANDIDATO	CPF
871336	Marciane Engster	036.618.449-03
866268	Naieli Testa	098.227.249-93
Total de Inscritos - 02		

Professor de Artes - Não Habilitado

Não há candidatos neste cargo Professor de Educação Física - Habilitado

Nº INSC	CANDIDATO	CPF
866096	Guerty Carla Bassani	075.508.119-62
871130	Junior Ortigara	080.134.909-55
868517	Valeria Cristina Fioreze	085.378.849-95
871007	Williams Carniel	087.400.259-18
Total de Inscritos - 04		

Professor de Educação Física - Não Habilitado

Não há candidatos neste cargo Professor de Educação Infantil - Habilitado

Nº INSC	CANDIDATO	CPF
865285	Andressa Rimoldi	097.869.139-30
871656	Angelica Delani Martins Dos Santos	088.297.959-09
865363	Clairia Dallacorte	868.865.929-04
867855	Elenice Fatima Tadiotto	016.048.579-78
865497	Elizane Severo	033.363.379-25
868785	Elizangela Da Silva	027.873.219-41
871885	Iliane Terezinha Detoni	907.500.129-00
865281	Ivone Salami	579.907.439-49
871774	Juliana Zeiser Mai	047.004.139-05
865885	Marcia Justina Gromoski Daniel Gromoski Daniel	030.737.319-38
865212	Maria Eloiza Cararo	087.793.039-27
865875	Marilete Fatima Ficagna Carniel	714.233.979-91
865260	Marinez Soares Da Silva	714.734.089-20
865223	Rafaela Ferrarini	096.433.869-61
872289	Sabrina Maria Riboli	057.672.519-67
868043	Samara Liston	081.239.789-44
866297	Sarah Elis Passarin	062.498.629-27

868198	Suzamara Medeiros	040.715.169-92
872010	Tainara Pirovano	089.809.819-02
872200	Teresinha Zandonai	018.664.549-00
869154	Vanessa Machado Pozzebon	077.873.419-63
Total de Inscritos - 21		

Professor de Educação Infantil - Não Habilitado

Nº INSC	CANDIDATO	CPF
870571	Aline Santin	060.997.099-24
867698	Mirian Raquel Feyh Cuppini	052.225.639-28
871019	Oticeia Coni Hartmann De Moraes	347.968.418-14
Total de Inscritos - 03		

Professor de Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano) - Habilitado

Nº INSC	CANDIDATO	CPF
870252	Adiles Risson	777.558.479-34
865286	Andressa Rimoldi	097.869.139-30
865364	Clairia Dallacorte	868.865.929-04
865498	Elizane Severo	033.363.379-25
865937	Ines Rosani Da Silva	386.213.049-53
866813	Juliana Zeiser Mai	047.004.139-05
867014	Maikeli Gatto	098.924.939-58
865213	Maria Eloiza Cararo	087.793.039-27
865261	Marinez Soares Da Silva	714.734.089-20
867648	Marli Salete Possam Possa	766.960.739-49
867029	Neiva Terezinha Ortigara Gatto	579.904.419-34
866490	Nelci Castagna Flores	005.903.039-96
866157	Priscila Nichelle	046.383.049-07
865224	Rafaela Ferrarini	096.433.869-61
872290	Sabrina Maria Riboli	057.672.519-67
866298	Sarah Elis Passarin	062.498.629-27
865661	Sionara Balen	025.160.189-75
868199	Suzamara Medeiros	040.715.169-92
872201	Teresinha Zandonai	018.664.549-00
869155	Vanessa Machado Pozzebon	077.873.419-63
Total de Inscritos - 20		

Professor de Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano) - Não Habilitado

Não há candidatos neste cargo Professor de Língua Estrangeira - Inglês - Habilitado

Nº INSC	CANDIDATO	CPF
865458	Jucelia De Souza	067.658.249-44
Total de Inscritos - 01		

Professor de Língua Estrangeira - Inglês - Não Habilitado

Nº INSC	CANDIDATO	CPF
871151	Mariana Kominkiewicz	013.121.129-30
Total de Inscritos - 01		

2. Continuam não homologadas as inscrições dos candidatos relativas ao Processo Seletivo n.º 002/2018, para os cargos referenciados em

Edital de Abertura, em virtude da não confirmação do pagamento da taxa de inscrição (item 4.7 do Edital de Abertura), conforme segue:

Professor de Educação Infantil - Habilitado

Nº INSC	CANDIDATO	CPF
871111	Angelica Pagliari	088.341.899-14
871902	Ines Rosani Da Silva 386.213.049-53	
Total de Inscrições - 02		

Professor de Educação Infantil - Não Habilitado

Nº INSC	CANDIDATO	CPF
866625	Eliane Filippini Mendes De Medeiros	020.363.839-55
872503	Pamela Rigo	110.430.969-65
Total de Inscrições - 02		

Professor de Língua Estrangeira - Inglês - Não Habilitado

Nº INSC	CANDIDATO	CPF
872597	Gilvane Dos Santos Kuhn Sbardelotto	004.076.769-88
Total de Inscrições - 01		

3. Do total de 57 inscrições no Processo Seletivo n.º 002/2018, para os cargos referenciados em Edital de Abertura, 52 inscrições foram homologadas e 05 inscrições permaneceram não homologadas após decurso do prazo recursal.

4. O presente documento entra em vigor na data de sua publicação.

5. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Nova Itaberaba (SC), 08 de fevereiro de 2018.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

DECRETO N° 46/2018

Publicação N° 1517995

DECRETO N.º 46/2018 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018

PROCESSO SELETIVO N.º 002/2018

ENSALAMENTO

ATENÇÃO

A prova escrita/objetiva será realizada no dia 13 de fevereiro de 2018 das 09h00min às 12h00min no Núcleo de Ensino Fundamental Nova Itaberaba, sito à Rua José Marocco, s/n.º, Centro, no Município de Nova Itaberaba (SC).

O candidato deverá comparecer ao local de prova com antecedência mínima de 30 minutos, para localizar sua sala de acordo com o cargo desejado.

ÀS 08H45MIN OS PORTÕES DE ACESSO SERÃO FECHADOS e não será permitida a entrada de nenhum candidato após este horário ficando, automaticamente, excluído do certame.

O ingresso a sala de provas somente será permitido ao candidato que apresentar DOCUMENTO ORIGINAL DE IDENTIDADE COM FOTOGRAFIA e COMPROVANTE(S) DE INSCRIÇÃO (IMPRESSO(S)).

O Boleto Bancário não serve como Comprovante de Inscrição.

O Prefeito Municipal de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, Sr. Marciano Mauro Pagliarini, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, o Ensalameto, referente ao Processo Seletivo n.º 002/2018, destinado ao preenchimento de vagas no Quadro de Pessoal do Município.

1. Apresentamos o Ensalameto relativo ao Processo Seletivo n.º 002/2018, conforme segue:

Sala 1
Nova Itaberaba/SC
Núcleo de Ensino Fundamental Nova Itaberaba, Rua José Marocco, s/n.º, Centro | Matutino - 13/02/2018 09:00

Professor de Educação Infantil - Habilitado

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	CPF
1	865285	Andressa Rimoldi	097.869.139-30
2	865363	Clairia Dallacorte	868.865.929-04
3	865497	Elizane Severo	033.363.379-25
4	871774	Juliana Zeiser Mai	047.004.139-05
5	865212	Maria Eloiza Cararo	087.793.039-27
6	865260	Marinez Soares Da Silva	714.734.089-20
7	865223	Rafaela Ferrarini	096.433.869-61
8	872289	Sabrina Maria Riboli	057.672.519-67
9	866297	Sarah Elis Passarin	062.498.629-27
10	868198	Suzamara Medeiros	040.715.169-92
11	872200	Teresinha Zandonai	018.664.549-00
12	869154	Vanessa Machado Pozzebon	077.873.419-63

Professor de Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano) - Habilitado

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	CPF
1	865286	Andressa Rimoldi	097.869.139-30
2	865364	Clairia Dallacorte	868.865.929-04
3	865498	Elizane Severo	033.363.379-25
4	866813	Juliana Zeiser Mai	047.004.139-05
5	865213	Maria Eloiza Cararo	087.793.039-27
6	865261	Marinez Soares Da Silva	714.734.089-20
7	865224	Rafaela Ferrarini	096.433.869-61
8	872290	Sabrina Maria Riboli	057.672.519-67
9	866298	Sarah Elis Passarin	062.498.629-27
10	868199	Suzamara Medeiros	040.715.169-92
11	872201	Teresinha Zandonai	018.664.549-00
12	869155	Vanessa Machado Pozzebon	077.873.419-63

Sala 2
Nova Itaberaba/SC
Núcleo de Ensino Fundamental Nova Itaberaba, Rua José Marocco, s/n.º, Centro | Matutino - 13/02/2018 09:00

Professor de Artes - Habilitado

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	CPF
1	871336	Marciane Engster	036.618.449-03
2	866268	Naieli Testa	098.227.249-93

Professor de Educação Física - Habilitado

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	CPF
1	866096	Guerty Carla Bassani	075.508.119-62
2	871130	Junior Ortigara	080.134.909-55
3	868517	Valeria Cristina Fioreze	085.378.849-95
4	871007	Williams Carniel	087.400.259-18

Professor de Educação Infantil - Habilitado

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	CPF
1	871656	Angelica Delani Martins Dos Santos	088.297.959-09

2	867855	Elenice Fatima Tadiotto	016.048.579-78
3	868785	Elizangela Da Silva	027.873.219-41
4	871885	Iliane Terezinha Detoni	907.500.129-00
5	865281	Ivone Salami	579.907.439-49
6	865885	Marcia Justina Gromoski Daniel Gromoski Daniel	030.737.319-38
7	865875	Marilete Fatima Ficagna Carniel	714.233.979-91
8	868043	Samara Liston	081.239.789-44
9	872010	Tainara Pirovano	089.809.819-02

Professor de Educação Infantil - Não Habilitado

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	CPF
1	870571	Aline Santin	060.997.099-24
2	867698	Mirian Raquel Feyh Cuppini	052.225.639-28
3	871019	Oticeia Coni Hartmann De Moraes	347.968.418-14

Professor de Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano) - Habilitado

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	CPF
1	870252	Adiles Risson	777.558.479-34
2	865937	Ines Rosani Da Silva	386.213.049-53
3	867014	Maikeli Gatto	098.924.939-58
4	867648	Marli Salete Possam Possa	766.960.739-49
5	867029	Neiva Terezinha Ortigara Gatto	579.904.419-34
6	866490	Nelci Castagna Flores	005.903.039-96
7	866157	Priscila Nichelle	046.383.049-07
8	865661	Sionara Balen	025.160.189-75

Professor de Língua Estrangeira - Inglês - Habilitado

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	CPF
1	865458	Jucelia De Souza	067.658.249-44

Professor de Língua Estrangeira - Inglês - Não Habilitado

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	CPF
1	871151	Mariana Kominkiewicz	013.121.129-30

2. O presente documento entra em vigor na data de sua publicação.

3. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Nova Itaberaba (SC), 08 de fevereiro de 2018.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 47/2018

Publicação Nº 1518000

DECRETO N.º 047/2018 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.

“DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DOS MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

MARCIANO MAURO PAGLIARINI, Prefeito Municipal de Nova Itaberaba - SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os incisos I, II, III, IV, do artigo 15 da Lei Orgânica Municipal:

CONSIDERANDO: a abertura do Edital para o Concurso Público nº 001/2017, o qual tem como objeto a seleção de pessoal para atuar junto as Secretarias Municipais, em atendimento as disposições legais, faz-se necessário a nomeação de comissão para acompanhamento do referido Edital, em homenagem ao princípio da transparência.

CONSIDERANDO: a homologação das inscrições e o grau de parentesco entre candidatos e membros da comissão.

DECRETA

Art. 1º - Ficam alterados os membros da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público nº 001/2017 conforme segue:

I – LUAN MACIEL – Presidente;

II – ELIZETE E. VORTMANN – Secretária;

III – LAIS BALLEEN, FERNANDA FIOREZE, ELUDIR ZAMBONI - Membros;

Art. 2º - Os membros desta Comissão não serão remunerados pelo desempenho de suas funções e prestarão serviços considerados relevantes ao Município.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 351/2017.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA – SC, EM 08 DE FEVEREIRO DE 2018.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Secret. Munic. De Adm. E Finanças

MAURO C. R. DOS SANTOS

Assessor Jurídico

Nova Trento

PREFEITURA

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2018

Publicação Nº 1516928

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2018

"DIVULGA CLASSIFICAÇÃO FINAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2018, PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER DE URGÊNCIA DE PROFISSIONAIS PARA OCUPAREM OS CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL QUE COMPÕE A ESTRUTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO"

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO/SC, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Classificação Parcial do Chamamento Público nº 001/2018, para contratação em caráter de urgência de profissionais é a seguinte:

CARGO: PROFESSOR DE MATEMÁTICA

Nº.	INSC.	NOME COMPLETO	DATA DE NASC.	NOTA TÍTULO	NOTA CAPAC/APERFEIÇOAMENTO	NOTA TEMPO SERVIÇO	NOTA FINAL
01	003	Sueli de Fátima Rodrigues Gomes	05/03/1956	6,0	0,5	2,5	8,5

CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - LIBRAS

Nº.	INSC.	NOME COMPLETO	DATA DE NASC.	NOTA TÍTULO	NOTA CAPAC/APERFEIÇOAMENTO	NOTA TEMPO SERVIÇO	NOTA FINAL
01	002	Eliana Battisti	26/08/1990	6,0	2,0	2,0	10
02	001	Mireli Carla Ceccato	22/08/1990	6,0	2,0	0,5	8,8

Nova Trento, 08 de fevereiro de 2018.

Ivana Regina Cadore

Diretora de Recursos Humanos

DECRETO Nº 010/2018

Publicação Nº 1516508

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 010/2018

convoca aprovados no PROCESSO SELETIVO Nº 003/2017, que nomina para comparecimento E apresentação de documentação junto AO SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências. O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, LUIZ CARLOS ORSI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e demais dispositivos legais pertinentes: DECRETA: Art. 1º – Ficam convocados os candidatos classificados nominados no Anexo I, do presente Decreto para comparecer ao Setor de Recursos Humanos, do dia 07 de fevereiro de 2018 a 09 de fevereiro de 2018, no período compreendido entre 07horas e 13horas, munido da documentação abaixo relacionada (original e cópia):

I – 01 (uma) foto 3/4;

II – Carteira de Identidade;

III – CPF;

IV – CNH (Carteira Nacional de Habilitação) de acordo com a categoria exigida (se for o caso);

V – Título Eleitoral;

VI – Carteira de Trabalho e Previdência Social;

VII – Inscrição no PIS/PASEP;

VIII – Certidão de Casamento ou Atestado de Óbito (se for o caso);

IX – Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (se for o caso);

X – Comprovante de Residência atualizado;

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO

XI – Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral, custeado pelo convocado;

XII – Certidão negativa da Justiça Eleitoral comprovando sua regularidade;

XIII – Comprovante da quitação com o Serviço Militar Obrigatório, (se for o caso);

XIV – Diploma ou Histórico Escolar (Ensino Fundamental, Ensino Médio, Técnico, Graduação/Pós-Graduação/Mestrado) em conformidade com a área que irá atuar (vide Edital);

XV – Comprovante de Registro do Órgão de Classe (se for o caso);

XVI – Certidão negativa de antecedentes criminais, expedida, há no máximo 6 (seis) meses, ou dentro do prazo de validade do documento;

XVII – Declaração de bens; Declaração de acúmulos ou não de cargos; Declaração de penalidade disciplinar; Declaração de ausência de parentesco (retirar no setor de Recursos Humanos deste Órgão);

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 06 de fevereiro de 2018.

LUIZ CARLOS ORSI
Secretário Municipal de Educação

JUCELINO MARINO CHINI
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO I
(Decreto nº 010/2018)

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Classificação	Nome completo
1º	AMANDA HAMM
2º	JENEISI JÉSSEY STEINBACH
3º	CARINA SUELI NICOLODI

CARGO: MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR

Classificação	Nome completo
1º	PAULO ROBERTO RODRIGUES

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO

(Decreto nº 010/2018)

Exmo. Senhor
Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação
Prefeitura Municipal de Nova Trento - SC

DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu,
....., portador (a) do
RG nº e CPF nº
....., Candidato(a) naª posição do Processo Seletivo
- Edital nº , inscrição nº , para o cargo
de , pela Prefeitura Municipal de
Nova Trento, venho, pela presente, declarar minha DESISTÊNCIA
à vaga do referido cargo, no qual fui Convocado(a) pelo Decreto
nº , publicado no Diário Oficial dos Municípios de
...../...../.....

Nova Trento, de de 2018.

Assinatura

DECRETO Nº 012/2018

Publicação Nº 1517978

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 012/2018

convoca aprovadoS no CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2018, que
nomina para comparecimento E apresentação de documentação

junto AO SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências.
O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO
VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art.
30, I, da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do
Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes:
DECRETA:

Art. 1º – Ficam convocados os candidatos classificados nominados
no Anexo I, do presente Decreto para comparecerem no Setor Re-
cursos Humanos, no dia 14 de fevereiro de 2018, das 07h das 13h,
munidos da seguinte documentação (original e cópia),
I – 01 (uma) foto 3/4;
II – Cópia da Carteira de Identidade;
III – Cópia do CPF;
IV – Cópia da CNH (Carteira Nacional de Habilitação) de acordo
com a categoria exigida (se for o caso);
V – Cópia do Título Eleitoral;
VI – Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;
VII – Inscrição no PIS/PASEP;
VIII – Cópia da Certidão de Casamento ou Atestado de Óbito (se
for o caso);
IX – Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14
anos (se for o caso);
X – Cópia Comprovante de Residência;

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO

XI – Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da
função, mediante apresentação de atestado laboral;
XII – Certidão negativa da Justiça Eleitoral comprovando sua re-
gularidade;
XIII – Cópia do Comprovante da quitação com o Serviço Militar
Obrigatório, (se for o caso);
XIV – Cópia do Diploma ou Histórico Escolar (Ensino Fundamental,
Ensino Médio, Técnico, Graduação/Pós-Graduação/Mestrado) em
conformidade com a área que irá atuar (vide Edital);
XV – Cópia do comprovante de Registro do Órgão de Classe (se
for o caso);
XVI – Certidão negativa de antecedentes criminais, fornecida pe-
los Cartórios Judiciais Federal, Estadual ou distrital do domicílio do
candidato, expedida, há no máximo 6 (seis) meses, ou dentro do
prazo de validade do documento;
XVII – Declaração de bens; Declaração de acúmulos ou não de
cargos; Declaração de penalidade disciplinar (retirar no setor de
Recursos Humanos deste Órgão);
XVIII – Cópia e original da folha da abertura de conta do Banco
Bradesco;
XIX – Atestado laboral (atestado médico de trabalho).

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 08 de fevereiro de 2018.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

JUCELINO MARINO CHINI
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO I
(Decreto nº 012/2018)

CARGO: PROFESSOR DE MATEMÁTICA

Classificação	Nome completo
1ª	Sueli de Fátima Rodrigues Gomes

CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL – LIBRAS

Classificação	Nome completo
1ª	Eliana Battisti

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITOANEXO II – DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA
(Decreto nº 012/2018)Exmo. Senhor
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal.
Prefeitura Municipal de Nova Trento - SC

DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu,, portador (a) do
RG nº e CPF nº
....., Candidato(a) naª posição do Chamamen-
to Público - Edital nº, inscrição nº,
para o cargo de, pela Prefeitura
Municipal de Nova Trento, venho, pela presente, declarar minha
DESISTÊNCIA à vaga do referido cargo, no qual fui Convocado(a)
pelo Decreto nº, publicado no Diário Oficial dos
Municípios de/...../......

Nova Trento, de de 2017.

Assinatura

EDITAL Nº 01/2018

Publicação Nº 1516501

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL
DE NOVA TRENTO-CMDUR/NT

Edital nº: 01/2018

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ELEITORAL

O Conselho de Desenvolvimento Rural e Urbano de Nova Trento-CMDRU/NT, Criado pela Lei Municipal nº 266/2009, no qual instituiu o Plano Diretor Municipal, vem por meio deste convocar toda a população de Nova Trento para participar de importante ASSEMBLEIA GERAL ELEITORAL, que se realizara no dia 01 de março de 2016, as 18:30 em primeira chamada, na Câmara de Vereadores Municipal de Nova Trento, localizada na rua Ida Orsi Feller, bairro Bezenelo para deliberar sobre as seguintes Assuntos:

- Apresentação e aprovação do Regimento Eleitoral do CMDUR;
 - Eleição dos conselheiros territoriais do CMDUR para gestão 2018-2020;
 - Eleição da Diretoria Executiva do CMDUR para gestão 2018-2020 ;
- Obs: para legitimar a participação popular os interessados devem estar munidos de documentos de Identidade e CPF que serão apresentados no momento da inscrição da assembleia.

Por se tratar de importante fórum de debate e deliberações relacionadas ao desenvolvimento urbano e rural sustentável, a participação popular é de fundamental importância para democratização do país.

Nova Trento, 07 de fevereiro de 2018

Valmir Coelho
Presidente**PORTARIA Nº 020/2018**

Publicação Nº 1516509

PORTARIA Nº 020/2018

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37,IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014 e Decreto Nº 095 de 18 de abril de 2017,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 003/2018, de 23 de Outubro de 2017, convocada conforme Decreto nº 003/2018, ANDRIELE FERREIRA ROESLER, matrícula nº 7637, para exercer o cargo de Professor Nível III, referência A, com 40 (quarenta) horas semanais, (Educação Infantil – Creche), no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi, Município de Nova Trento Centro, a contar de 01 de fevereiro de 2018 a 19 de dezembro de 2018, por motivo de vaga excedente e bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de fevereiro de 2018

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 001/2018

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE
EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora ANDRIELE FERREIRA ROESLER, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Amélia Weber da Silva, Ribanceira do Sul, Município de São João Batista, 154, portadora do CPF nº 023.784.460.55, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado

das atribuições do cargo de Professor Nível III, Referência A, com 40 (quarenta) horas semanais (Educação Infantil – Creche), no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi - Centro do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 2.988,44 (dois mil, novecentos e oitenta e oito reais e quarenta e quatro centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 01 de fevereiro de 2018 a 19 de dezembro de 2018, data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;
- IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;
- V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
- VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de fevereiro de 2018.

Luiz Carlos Orsi
Secretário M. de Educação

Andriele Ferreira Roesler
Contratada

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de fevereiro de 2018.

TESTEMUNHA:

Gustavo Achcar
Técnico Administrativo

PORTARIA Nº 021/2018

Publicação Nº 1516511

PORTARIA Nº 021/2018

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014 e Decreto Nº 095 de 18 de abril de 2017,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 003/2017, de 23 de outubro de 2017, convocada conforme Decreto nº 003/2018, PATRICIA FAGUNDES, matrícula nº 7638, para exercer o cargo de Professor Nível III, referência A, com 40 (quarenta) horas semanais, (Educação Infantil – Creche –), na Creche Municipal Ciranda Cirandinha – Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, a contar de 01 de fevereiro de 2018 a 19 de dezembro de 2018, por motivo de vaga excedente e bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de fevereiro de 2018.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 002/2018

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora PATRICIA FAGUNDES brasileira, amasiada, residente e domiciliada na Rua Augusto Inacio Mafessoli, s/nº, Bairro Carmelo, Município de São João Batista, portadora do CPF nº 009.717.769-54 firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Nível III, referência A, com 40 (quarenta) horas semanais, (Educação Infantil – Creche –), na Creche Municipal Ciranda Cirandinha – Bairro Trinta Réis, - do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 2.988,44 (dois mil, novecentos e oitenta e quatro centavos) pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 01 de fevereiro de 2018 a 19 de dezembro de 2018, data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;
- IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;
- V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
- VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de fevereiro de 2018.

Luiz Carlos Orsi Patricia Fagundes
Secretário Municipal de Educação Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 21 de fevereiro de 2018.

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Gustavo Achcar
Técnico Administrativo

PORTARIA Nº 022/2018

Publicação Nº 1516512

PORTARIA Nº 022/2018**Admissão em Caráter Temporário**

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37,IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e Decreto Nº 095 de 18 de abril de 2017,:

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 003/2018, de 23 de outubro de 2017, convocada conforme Decreto nº 003/2018, JULIANA SGROTT VEBER, matrícula nº 7639, para exercer o cargo de Professor Nível III, referência A, com 20 (vinte) horas semanais, (Educação Infantil – Pré Escola –), no Centro Municipal de Educação Infantil Pe. Rossi, Centro, Município de Nova Trento, a contar de 01 de fevereiro de 2018 a 19 de dezembro de 2018, em substituição a Titular, Rosimar Darós, afastada conforme Portaria Nº 283/2017A.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de fevereiro de 2018.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 003/2018**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora JULIANA SGROTT VEBER, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Dona Cristina, 79 Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, portadora do CPF Nº 041.147.829.07 firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Nível III, referência A, com 20 (vinte) horas semanais, (Educação Infantil – Pré-Escola), no Centro Municipal de Educação Infantil Pe. Rossi, - Centro, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.494,22(hum mil quatrocentos e noventa e quatro reais e vinte e dois centavos) pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 01 de fevereiro de 2018 a 19 de dezembro de 2018, data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;
- IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;
- V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
- VI – pelo falecimento do contratado.

(Contrato 003/2018)

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de fevereiro de 2018.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Juliana Sgrott Veber
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de fevereiro de 2018.

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Gustavo Achcar
Técnico Administrativo

PORTARIA N° 023/2018

Publicação Nº 1516513

PORTARIA N° 023/2018

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37,IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014 e Decreto Nº 095 de 18 de abril de 2017,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 003/2017, de 23 de outubro de 2017, convocada conforme Decreto nº 003/2018, JANINI APARECIDA FANTINI CECCATO, matrícula nº 7640, para exercer o cargo de Professor Nível III, referência A, com 20 (vinte) horas semanais, (Educação Infantil –Pré - Escola), na Escola Municipal de Educação Básica Prof. Fscs João Valle, Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, a contar de 01 de fevereiro de 2018 a 19 de dezembro de 2018, em substituição a titular Lilian Cristiane Fontanelli, afastada conforme Portaria Nº 148/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de fevereiro de 2018

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 004/2018

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora JANINI APARECIDA FANTINI CECCATO brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua João Libardo, nº 29, Centro, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 952.417.879-68, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Nível III, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Educação Infantil – Pré Escola), na Escola Municipal de Educação Básica Prof. Fscs João Valle, Bairro Trinta Réis do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.494,22 (hum mil quatrocentos e noventa e dois reais e vinte e dois centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 01 de fevereiro de 2018 a 19 de dezembro de 2018, data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;
- IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

(Contrato 004/2018)

- V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
- VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de fevereiro de 2018.

Luiz Carlos Orsi Janini
Secretário M. de Educação

Aparecida Fantini Ceccato
Contratada

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de fevereiro de 2018.

TESTEMUNHA:

Gustavo Achcar
Técnico Administrativo

PORTARIA Nº 024/2018

Publicação Nº 1516516

PORTARIA Nº 024/2018**Admissão em Caráter Temporário**

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014 e Decreto Nº 095 de 18 de abril de 2017,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 003/2017, de 23 de outubro de 2017, convocada conforme Decreto nº 003/2018, EDINEIA ORLANDI CASETT, matrícula nº 7641, para exercer o cargo de Professor Nível III, referência A, com 20 (vinte) horas semanais, (Educação Infantil – Pré Escola), na Escola Municipal de Educação Básica Agutí, Distrito de Agutí, Município de Nova Trento, a contar de 01 de fevereiro de 2018 a 19 de dezembro de 2018, por motivo de vaga excedente e bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de fevereiro de 2018

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 005/2018**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e a Senhora EDINEIA ORLANDI CASETT, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Alvorada, 21, Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 047.058.349-50, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Nível III, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Educação Infantil – Pré Escola), na Escola Municipal de Educação Básica Agutí, Distrito de Agutí, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.494,22(hum mil quatrocentos e noventa e quatro e vinte e dois centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 01 de fevereiro de 2018 a 19 de dezembro de 2018, data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;
IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

(Contrato 005/2018)

- V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
VI – pelo falecimento do contratado

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de fevereiro de 2018.

Luiz Carlos Orsi
Secretário M. de Educação

Edineia Orlandi Casett
Contratada

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de fevereiro de 2018.

TESTEMUNHA:

Gustavo Achcar
Técnico Administrativo

PORTARIA N° 025/2018

Publicação Nº 1516517

PORTARIA N° 025/2018

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37,IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e Decreto Nº 095 de 18 de abril de 2017,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 003/2017, de 23 de outubro de 2017, convocada conforme Decreto nº 003/2018, LEONETE BORATI REGIS, matrícula nº 7642, para exercer o cargo de Professor Nível II, referência A, com 40 (quarenta) horas semanais, (Educação Infantil – Creche- Itinerante), no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi, Município de Nova Trento Centro, a contar de 01 de fevereiro de 2018 a 19 de dezembro de 2018, por motivo de vaga excedente e bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de fevereiro de 2018

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO N° 006/2017

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora LEONETE BORATI REGIS brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Alexandre Manoel Reinert, nº 188, Centro, Município de São João Batista, portadora do CPF nº 932.936.159-53 firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Nível III, Referência A, com 40 (quarenta) horas semanais (Educação Infantil – Creche), no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi - Centro do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.494,22 (um mil quatrocentos e noventa e quatro reais e vinte e dois centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 01 de fevereiro de 2018 a 19 de dezembro de 2018 data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;
- IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

(Contrato 006/2018)

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de fevereiro de 2018.

Luiz Carlos Orsi
Secretário M. de Educação

Leonete Borati Regis
Contratada

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de fevereiro de 2018.

TESTEMUNHA:

Gustavo Achcar
Técnico Administrativo

PORTARIA Nº 026/2018

Publicação Nº 1516518

PORTARIA Nº 026/2018**Admissão em Caráter Temporário**

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014 e Decreto Nº 095 de 18 de abril de 2017,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 003/2017, de 23 de outubro de 2017, convocada conforme Decreto nº 003/2018, WALQUÊNIA FONTINELE ALVES, matrícula nº 7643, para exercer o cargo de Professor Nível III, referência A, com 20 (vinte) horas semanais, (Educação Infantil – Creche - Itinerante), sendo 10h na Creche Municipal Santo Antonin, 05 h no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi e 05h na Creche Municipal Espraiado, Município de Nova Trento Centro, a contar de 01 de fevereiro de 2018 a 19 de dezembro de 2018, por motivo de vaga excedente e bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de fevereiro de 2018

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 007/2018**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora WALQUÊNIA FONTILE ALVES brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua José Antônio Soares, nº 1610, Ribanceiras do Sul, Município de São João Batista, portadora do CPF nº 888.398.003-44, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Nível III, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Educação Infantil – Creche Itinerante), sendo 10h na Creche Municipal Santo Antonin, 05 h no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi e 05h na Creche Municipal

Espreado, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1,494,22 (um mil quatrocentos e noventa e quatro reais e vinte e dois centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 01 de fevereiro de 2018 a 19 de dezembro de 2018 data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;
- IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

(Contrato 007/2018)

- V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
- VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de fevereiro de 2018.

Luiz Carlos Orsi
Secretário M. de Educação

Walquênia Fontinele Alves
Contratada

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de fevereiro de 2018.

TESTEMUNHA:

Gustavo Achcar
Técnico Administrativo

PORTARIA Nº 027/2018

Publicação Nº 1516519

PORTARIA Nº 027/2018

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014 e Decreto Nº 095 de 18 de abril de 2017,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 003/2017, de 23 de outubro de 2017, convocada conforme Decreto nº 003/2018, ARCILEIDE DOS SANTOS ZUNINO, matrícula nº 7644, para exercer o cargo de Professor Nível III, referência A, com 15 (quinze) horas semanais, (Educação Infantil – Creche – Itinerante), na Creche Municipal Ciranda Cirandinha, Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, a contar de 01 de fevereiro de 2018 a 19 de dezembro de 2018, por motivo de vaga excedente e bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de fevereiro de 2018

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 008/2018

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e a Senhora ARCILEIDE DOS SANTOS ZUNINO brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Antero Vicente Silva, s/nº, Bairro Tajuba II, Município de São João Batista, portadora do CPF nº 038.950.519-69, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Nível III, Referência A, com 15 (quinze) horas semanais, (Educação Infantil – Creche – Itinerante), na Creche Municipal Ciranda Cirandinha, Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.120,66 (um mil, cento e vinte reais e sessenta e seis centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 01 de fevereiro de 2018 a 19 de dezembro de 2018, data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;
- IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

(Contrato 008/2018)

- V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
- VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 03 (três) horas diárias, totalizando 15 (quinze) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de fevereiro de 2018.

Luiz Carlos Orsi
Secretário M. de Educação

Arcileide dos Santos Zunino
Contratada

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de fevereiro de 2018.

TESTEMUNHA:

Gustavo Achcar
Técnico Administrativo

PORTARIA Nº 028/2018

Publicação Nº 1516521

PORTARIA Nº 028/2018**Admissão em Caráter Temporário**

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014 e Decreto Nº 095 de 18 de abril de 2017,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 003/2017, de 23 de outubro de 2017 convocada conforme Decreto nº 003/2018, JULIANA DE SOUZA HOFF, matrícula nº 7645, para exercer o cargo de Professor Nível III, referência A, com 25 (vinte e cinco) horas semanais, (Educação Infantil – Pré/ Itinerante), sendo 15h na E.M.Ed.B.P.F.J.Valle, 05h na E.M.Ed.B.Pe. J. Poian, e 05h E.M.Ed.B.Agutí, Município de Nova Trento, a contar de 01 de fevereiro de 2018 a 19 de dezembro de 2018, por motivo de vaga excedente e bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de fevereiro de 2018.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 009/2018**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora JULIANA DE SOUZA HOFF, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Ivo Schmitt, s/nº, Bairro Ribanceira do Sul, Município de São João Batista, portadora do CPF nº 043.217.469-90, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Nível III, Referência A, com 25 (vinte e cinco) horas semanais, (Educação Infantil – Pré/ Itinerante), sendo 15h na E. M. Ed.B.P.F.J.Valle, 05h na E. M. Ed.B.Pe. J. Poian, e 05h E. M. Ed. B. Agutí, Município de Nova Trento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal,

Município de Nova Trento

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.867,77 (um mil oitocentos e sessenta e sete reais e setenta e sete centavos) pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 01 de fevereiro de 2017 a 19 de dezembro de 2018 data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

(Contrato 009/2018)

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 05 (cinco) horas diárias, totalizando 25 (vinte e cinco) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de fevereiro de 2018.

Luiz Carlos Orsi
Secretário M. de Educação

Juliana de Souza Hoff
Contratada

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de fevereiro de 2018.

TESTEMUNHA:

Gustavo Achcar
Técnico Administrativo

PORTARIA Nº 031/2018

Publicação Nº 1516522

PORTARIA Nº 031/2018

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014 e Decreto Nº095 de 18 de abril de 2017,

RESOLVE:

ADMITIR em caráter temporário através do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2017, de 23/10/2017, convocada conforme Decreto nº 003/2018 a Servidora Pública Municipal MARIA EDUARDA ECCEL, matrícula nº 7648, na função de Auxiliar de Sala - Ed. Especial - com 20 (vinte) horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica Agutí – Distrito de Agutí, Município de Nova Trento, a contar de 01 de fevereiro de 2018 a 19 de dezembro de 2018 por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de fevereiro de 2018.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 012/2018

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora MARIA EDUARDA ECCEL, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Tijucas, 136, Bairro Mato Queimado, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 087.359.229-82, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições - na função de Auxiliar de Sala - Ed. Especial, com 20 (vinte) horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica Agutí – Distrito de Agutí, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a

remuneração mensal no valor de R\$ 860,07(oitocentos e sessenta reais e sete centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 01 de fevereiro de 2018 a 19 de dezembro de 2018 por motivo de vaga excedente , bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

(Contrato 012/2018)

- IV – pela resilição unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;
V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de fevereiro de 2018.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Maria Eduarda Eccel
Contratada

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de fevereiro de 2018.

TESTEMUNHA:

Gustavo Achcar
Técnico Administrativo

PORTARIA N° 032/2018

Publicação Nº 1516523

PORTARIA N° 032/2018

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014 e Decreto Nº095 de 18 de abril de 2017,

RESOLVE:

ADMITIR em caráter temporário através do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2017, de 23/10/2017, convocada conforme Decreto nº 003/2018 a Servidora Pública Municipal NATÁLIA TOMAZONI , matrícula nº 7649, na função de Auxiliar de Sala - Ed. Especial - com 20 (vinte) horas semanais , na Escola Municipal de Educação Básica Aguti – Distrito de Aguti, Município de Nova Trento, a contar de 01 de fevereiro de 2018 a 19 de dezembro de 2018 por motivo de vaga excedente , bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de fevereiro de 2018.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 013/2018

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora Natália Tomazoni, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Antônio Tomazoni Filho, 976, - Ribeirão Bilu, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 100.161.659-69, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições - na função de Auxiliar de Sala - Ed. Especial - com 20 (vinte) horas semanais , na Escola Municipal de Educação Básica Agutí – Distrito de Agutí, , do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 860,07(oitocentos e sessenta reais

e sete centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 01 de fevereiro de 2018 a 19 de dezembro de 2018 por motivo de vaga excedente , bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

(Contrato 013/2018)

- IV – pela resilição unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;
V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de fevereiro de 2018.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Natália Tomazoni
Contratada

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de fevereiro de 2018.

TESTEMUNHA:

Gustavo Achcar
Técnico Administrativo

PORTARIA N° 035/2018

Publicação Nº 1516525

PORTARIA Nº 035/2018

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014 e Decreto Nº095 de 18 de abril de 2017,

RESOLVE:

ADMITIR em caráter temporário através do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2017, de 23/10/2017, convocada conforme Decreto nº 003/2018 a Servidora Pública Municipal MARIA INÊS CORREA, matrícula nº 7652, na função de Auxiliar de Sala - Ed. Especial - com 40 quarenta) horas semanais , na Escola Municipal de Educação Básica P.F.João Valle, Bairro - Trinta Réis, Município de Nova Trento, a contar de 01 de fevereiro de 2018 a 19 de dezembro de 2018 por motivo de vaga excedente , bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de fevereiro de 2018.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 016 /2018

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora MARIA INÊS CORREA, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Valentim Motta – 121- Bairro Trinta Réis,, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 065.730.649-50, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições - na função de Auxiliar de Sala - Ed. Especial - com 40 (quarenta) horas semanais , na Escola Municipal de Educação Básica P. F. João Valle, Bairro - Trinta Réis , do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

e oito reais e quarenta e quatro centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 01 de fevereiro de 2018 a 19 de dezembro de 2018, por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

(Contrato 017/2017)

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de fevereiro de 2018.

Luiz Carlos Orsi
Secretário M. de Educação

Graziela Alves
Contratada

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de fevereiro de 2018.

TESTEMUNHA:

Gustavo Achcar
Técnico Administrativo

PORTARIA Nº 038/2018

Publicação Nº 1516530

PORTARIA Nº 038/2018

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014 e Decreto Nº095 de 18 de abril de 2017,

RESOLVE:

ADMITIR em caráter temporário através do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2017, de 23/10/2017, convocada conforme Decreto nº 003/2018 a Servidora Pública Municipal FERNANDA KRIGER, matrícula nº 7655, na função de Instrutor de Informática - com 40 (quarenta) horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho - Claraíba, Município de Nova Trento, a contar de 01 de fevereiro de 2018 a 19 de dezembro de 2018 por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de fevereiro de 2018.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 019/2018

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora FERNANDA KRIGER, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua José do Patrocínio, 59, Morro da Bina, Município de Biguaçu, portadora do CPF nº 060.882.929-67, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições - na função de Instrutor de Informática- com 40 (quarenta) horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.719,63 (mil setecentos e dezenove

reais e sessenta e três centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 01 de fevereiro de 2018 a 19 de dezembro de 2018 por motivo de vaga excedente , bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

(Contrato 019/2018)

- IV – pela resilição unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;
V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de fevereiro de 2018.

Luiz Carlos Orsi Fernanda Kriger
Secretário Municipal de Educação Contratada

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de fevereiro de 2018.

TESTEMUNHA:

Gustavo Achcar
Técnico Administrativo

PORTARIA N° 039/2018

Publicação Nº 1516534

PORTARIA N° 039/2018

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014 e Decreto Nº095 de 18 de abril de 2017,

RESOLVE:

ADMITIR em caráter temporário através do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2017, de 23/10/2017, convocada conforme Decreto nº 003/2018 a Servidora Pública Municipal FERNANDA INGRID BATTISTI , matrícula nº 7656, na função de Instrutor de Informática - com 40 (quarenta) horas semanais , na Escola Municipal de Educação Básica Agutí – Distrito de Agutí, Município de Nova Trento, a contar de 01 de fevereiro de 2018 a 19 de dezembro de 2018 por motivo de vaga excedente , bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de fevereiro de 2018.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO N° 020/2018

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora Fernanda Ingrid Battisti, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Trombudo s/n distrito de Agutí, , Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 081.743.809-22, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições - na função de Instrutor de Informática- com 40 (quarenta) horas semanais , na Escola Municipal de Educação Básica Agutí – Distrito de Agutí , do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a

remuneração mensal no valor de R\$ 1.719,93(um mil, setecentos e dezenove reais e noventa e três centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 01 de fevereiro de 2018 a 19 de dezembro de 2018 por motivo de vaga excedente , bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

(Contrato 020/2018)

- IV – pela resilição unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;
V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de fevereiro de 2018.

Luiz Carlos Orsi	Fernanda Ingrid Battisti
Secretário Municipal de Educação	Contratada

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de fevereiro de 2018.

TESTEMUNHA:

Gustavo Achcar
Técnico Administrativo

PORTARIA N° 040/2018

Publicação Nº 1516573

PORTARIA N° 040/2018

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37,IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº2.553 de 21 de outubro de 2014 e Decreto Nº 095 de 18 de abril de 2017,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2017, de 21 de outubro de 2017, convocada conforme Decreto nº 003/2018, ISABEL MARIA BÓSIO COSTA, matrícula nº 7657, para exercer o cargo de Professor Nível III, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Ensino Fundamental – Anos Iniciais), na Escola Municipal de Educação Básica P. F. João Valle, Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, a contar de 01 de fevereiro de 2018 a 19 de dezembro de 2018, em substituição a Titular, Janína Tais Baraúna, afastada conforme Portaria Nº 426/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de fevereiro de 2018.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO N° 021/2018

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-00, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora ISABEL MARIA BÓSIO COSTA, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua dos Imigrantes, s/nº, Bairro Besenello, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 523.447.389-91, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Nível III, referência A, com 20 (vinte) horas semanais, (Ensino Fundamental – Anos Iniciais –), na Escola Municipal de Educação Básica Prof. Fscs João Valle, Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.494,22 (um mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e vinte e dois centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 01 de fevereiro de 2017 a 19 de dezembro de 2018, em substituição a Titular, Janína Taís Baraúna, afastada conforme Portaria Nº 426/2017.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração me
- IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

(Contrato 021/2018)

- V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
- VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de fevereiro de 2018.

Luiz Carlos Orsi
Secretário M. de Educação

Isabel Maria Bósio Costa
Contratada

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de fevereiro de 2018.

TESTEMUNHA:

Gustavo Achcar
Técnico Administrativo

PORTARIA Nº 044/2018

Publicação Nº 1516575

PORTARIA Nº 044/2018

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553 de 21 de outubro de 2014 e Decreto Nº 095 de 18 de abril de 2017,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2017, de 31 de outubro de 2017, convocada conforme Decreto nº 003/2018, SUELI DE FÁTIMA RODRIGUES GOMES, matrícula nº 7661, para exercer o cargo de Professor Nível III, Referência A, com 10 (dez) horas semanais (Ensino Fundamental – Anos Iniciais - Ludicidade), sendo 05h na Escola Municipal de Educação Básica Prof. Fscs JoãoValle, e 05h na Escola Municipal de Educação Básica Pe. José da Poian, Município de Nova Trento, a contar de 01 de fevereiro de 2018 a 19 de dezembro de 2018 por motivo de vaga excedente e de excepcional interesse público, consoante com o art. 2º da Lei Municipal nº 2.553 de 21 de outubro de 2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de fevereiro de 2018.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 025/2018

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora SUELI DE FÁTIMA RODRIGUES GOMES, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Sete de Setembro, 394 – Centro – Município de Lagoa Vermelha, portadora do CPF nº 281.900.410-53, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Nível III, com 10 (dez) horas semanais (Ensino Fundamental – Anos Iniciais - Ludicidade), sendo 05h na Escola Municipal de Educação Básica Prof. Fscs JoãoValle, e 05h na Escola Municipal de Educação Básica Pe. José da Poian,

sessenta e seis centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 01 de fevereiro de 2018 a 12 de março de 2018 em substituição a titular Neide Ines Boso Cadorin, afastada conforme Portaria nº248/2017.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

(Contrato 028/2018)

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 03 (três) horas diárias, totalizando 15 (quinze) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de fevereiro de 2018.

Luiz Carlos Orsi
Secretário M. de Educação

Telma Garcia
Contratada

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de fevereiro de 2018.

TESTEMUNHA:

Gustavo Achcar
Técnico Administrativo

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2018

Publicação Nº 1516927

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2018
CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES

O Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Edital de Processo Seletivo nº 001/2017, item 10 - Da validade do Processo Seletivo e das Disposições Gerais e sub-item 10.1., torna público que, pelas disposições contidas neste Edital, Resolve,

RETIFICAR o Edital de Chamamento Público nº 002/2018, que tem por objeto a contratação de servidores municipais em caráter de urgência, em atendimento as solicitações contidas nos Ofício nº 007/2018/SME, de 23 de janeiro de 2018, expedido pela Secretaria Municipal de Educação, Ofício nº 02/2018, de 07 de fevereiro de 2018, Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento e Ofício nº 06/2018, de 06 de fevereiro de 2018, da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, conforme segue:

1. Exclui do chamamento:

- 01 (um) Médico Veterinário, em caráter temporário:

a) Remuneração: R\$ 2.647,68

b) Carga Horária: 20h/ Semanais;

c) Local: Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

d) Requisitos:

- Curso superior em Medicina Veterinária, com registro no Conselho Regional de Classe.

e) Prazo do Contrato: até a Convocação dos Aprovados em Processo Seletivo, não superior a 60 (sessenta) dias;

f) Regime Jurídico: ACT;

g) Regime Previdenciário: Vinculado ao Regime Geral da Previdência Social.

h) Forma de Seleção: Títulos e Documentos.

2. Os demais termos do Edital e seus anexos permanecem inalterados, conforme a redação original.

Nova Trento, 08 de fevereiro de 2018.

Gian Francesco Voltolini

PREFEITO MUNICIPAL

Nova Veneza

PREFEITURA

DECRETO N.º 047, DE 30 DE JANEIRO DE 2018

Publicação Nº 1517569

DECRETO N.º 047, DE 30 DE JANEIRO DE 2018.

“ABRE AO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA, EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 200.000,00, POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o art. 8º, inciso IV, da Lei Municipal n.º 2.593, de 27 de outubro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto ao Orçamento Fiscal do Município de Nova Veneza (Lei Municipal n.º 2.593, de 27 de outubro de 2017), em favor da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, crédito suplementar no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) – recursos próprios –, por conta de superávit financeiro do exercício anterior, para atender a programação abaixo discriminada:

Órgão 10: SECRETARIA DE TRANSP. OBRAS E SERV. URB.
Unidade 01: Departamento de Estradas de Rodagem
Proj./Ativ.: 2.040 Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 0750 (147) Aplicações Diretas
..... R\$ 200.000,00
TOTAL:
..... R\$ 200.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o caput do art. 1º decorrem do superávit financeiro do exercício anterior (2017).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 30 de janeiro de 2018.
ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 30 de janeiro de 2018.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PREGÃO PRESENCIAL 18/2018 - REABERTURA

Publicação Nº 1516876

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2018 - AVISO DE REABERTURA DE EDITAL.

O Prefeito Municipal de Nova Veneza/SC, vem TORNAR PÚBLICO, que está reabrindo o processo de licitação supramencionado, cujo objeto é a aquisição de materiais de construção a serem utilizados pela Secretaria de Transportes e Obras do Município de Nova Veneza/SC.

Ainda, torna público aos interessados, a retificação do Anexo I

– Termo de Referência.

Nos termos do § 4º do art. 21 da Lei Federal nº 8.666/93, determina a data para entrega e abertura dos envelopes deste certame para o dia 27/02/2018 às 8:30 horas, na sala de licitações deste Município.

A retificação encontra-se disponível no site oficial do Município, www.novaveneza.sc.gov.br.

Nova Veneza, 08 de fevereiro de 2018.

Rogério José Frigo
Prefeito Municipal de Nova Veneza

PREGÃO PRESENCIAL 33/2018

Publicação Nº 1517161

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2018

Objetivo: Aquisição de peças e serviços destinados a manutenção da frota de veículos do Corpo de Bombeiros Militar de Forquilha/SC.

Abertura: às 10:30 horas do dia 26/02/2018.

Local: Trav. Oswaldo Búrigo, nº 44 – Centro - Nova Veneza/SC.

EDITAL COMPLETO NO SITE WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR.

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 horas de segunda a sexta-feira pelo fone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza (SC), 08 de fevereiro de 2018.
Rogério José Frigo
Prefeito Municipal de Nova Veneza

Novo Horizonte

PREFEITURA

DECISÃO DA IMPUGNAÇÃO AO PL Nº 008.2018 - TOMADA DE PREÇOS Nº 002

Publicação Nº 1517574

DECISÃO

Tenho em mãos pleito da empresa GS ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA ME, que apresenta impugnação ao Edital de Tomada de Preços nº 002/2018, que trata da CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA NA ÁREA ADMINISTRATIVA, PROSPECÇÃO DE FONTES DE RECURSOS, ELABORAÇÃO DE PLANOS DE TRABALHO E PROJETOS PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS NA ESFERA ESTADUAL E FEDERAL DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, para anular a exigência de apresentação de registro no Conselho Regional de Administração da empresa e do profissional e a solicitação de anulação do pedido do termo de renúncia relativo ao julgamento da fase de habilitação

Relatei. DECIDO.

Em referência aos fatos expostos e da análise dos itens impugnado, a Presidente da Comissão de Licitações e Equipe de Apoio, no uso de suas atribuições e em obediência ao disposto no Decreto Municipal, bem como, em respeito aos princípios licitatórios e PARECER JURIDICO EM ANEXO. DECIDE que as argumentações apresentadas acerca da exigência de apresentação de registro no Conselho Regional de Administração da empresa e do profissional, não demonstraram quaisquer fatos capazes de alterar as disposições editalícias, sendo então, motivo suficiente para o INDEFERIMENTO de todas as alegações constantes na Impugnação interposta.

Ressalta-se ainda que a solicitação para apresentação do termo de renúncia relativo ao julgamento da fase de habilitação, não é obrigatório e sim facultativo as empresas sendo então, motivo suficiente para o INDEFERIMENTO de todas as alegações constantes na Impugnação interposta.

Ressalta-se, ainda, que foram resguardos os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, do julgamento objetivo, da finalidade, respeitadas as normas que regem a modalidade em comento.

Diante do exposto, NÃO CONHEÇO da impugnação, mantendo-se inalteradas as disposições do edital, e RATIFICAR a data de abertura do certame para o dia 16/02/2018 às 14:00 horas

Tal decisão dever ser imediatamente comunicada à empresa Impugnante.

Intime-se.

Publique-se.

Junte-se os autos do processo administrativo.

Novo Horizonte/SC, em 08 de Fevereiro de 2.018.
IDINARA CRISTINA MASSUCCO
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

De Acordo
VANDERLEI SANAGIOTTO – Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATUAL PM Nº 023 E 025/2018

Publicação Nº 1517218

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 023/2018
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
Contratada.: FELIPE B. BOTTEGA ME
Valor : 10.850,00 (dez mil, oitocentos e cinquenta reais)

Contrato Nº.: 024/2018
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
Contratada.: LUBRIPEÇAS COMERCIO DE LUBRIFICANTES E PEÇAS LTDA
Valor : 19.765,00 (dezenove mil, setecentos e sessenta e cinco reais)

Contrato Nº.: 025/2018
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
Contratada.: MECANICA E AUTO PEÇAS ANGEVAL LTDA
Valor : 18.901,00 (dezoito mil, novecentos e um reais)

Vigência : Início: 08/02/2018 Término: 31/12/2018
Licitação : Convite Nº.: 001/2018
Recursos : Dotação:
096-50.01-26.782.0014-2.023-3.3.90.00.00.00.00-109-Manutenção do Dpto de Transportes
079-50.01-15.452.0011-2.021.3.3.90.00.00.00.00-126 – Manutenção Planejamento e Serviços Municipais
111-50.02-20.606.0015-2.028-3.3.90.00.00.00.00-109-Manutenção Dpto de Agricultura e Meio Ambiente
39-40.01-12.361.0005-2.011.3.3.90.00.00.00.00-110 – Manutenção Central da Secretaria de Educação
Objeto : É objeto desta contratação a AQUISIÇÃO DE OLEO LUBRIFICANTE E GRAXA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE CAMINHÕES E MÁQUINAS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, TRANSPORTE, OBRAS E MEIO AMBIENTE E DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC

Novo Horizonte/SC, em 08 de Fevereiro de 2018-VANDERLEI SANAGIOTTO - Prefeito

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL PM Nº 009/2018

Publicação Nº 1517215

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2018
CONVITE Nº 001/2018
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 08/02/2018
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
OBJETO: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para: AQUISIÇÃO DE OLEO LUBRIFICANTE E GRAXA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE CAMINHÕES E MÁQUINAS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, TRANSPORTE, OBRAS E MEIO AMBIENTE E DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DO

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE – SC

CONTRANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

CONTRATANTE: FELIPE B. BOTTEGA ME

VALOR DA DESPESA: 10.850,00 (dez mil, oitocentos e cinquenta reais)

CONTRATANTE: LUBRIPEÇAS COMERCIO DE LUBRIFICANTES E PEÇAS LTDA

VALOR DA DESPESA: 19.765,00 (dezenove mil, setecentos e sessenta e cinco reais)

CONTRATANTE: MECANICA E AUTO PEÇAS ANGEVAL LTDA

VALOR DA DESPESA: 18.901,00 (dezoito mil, novecentos e um reais)

DATA: 08/02/2018 - VANDERLEI SANAGIOTTO - Prefeito.

EXTRATO DO PL PM Nº 011/18-PR Nº 008/18 SRP

Publicação Nº 1517023

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC-AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 011/2018-PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2018 - Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ARBITRAGEM NAS MODALIDADES DE FUTEBOL DE CAMPO, FUTEBOL SUÍÇO E FUTEBOL DE SALÃO PARA ATENDIMENTO DAS COMPETIÇÕES ESPORTIVAS DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESPORTES DO MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE/SC. Os envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas deverão ser entregues até as 08h50min do dia 23/02/2018, na sala de Licitações, junto ao Centro Administrativo Municipal, Rua José Fabro, 01, Centro – Novo Horizonte – SC, sendo a abertura dos envelopes e a etapa de lances ocorrerão a partir das 09:00 horas, no mesmo local e data estabelecida acima. - O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, Nº 01, Centro, nos dias úteis, das 7:30h as 11:30h e 13:30h as 17:00h, pelo site www.novohorizonte.sc.gov.br e informações pelo fone (49) 3362-0024. e/ou email: licitacao@novohorizonte.sc.gov.br. Fundamentação legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal Nº 8.883 de 08 de Junho de 1994, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie. Novo Horizonte (SC) em 09 de Fevereiro de 2018. VANDERLEI SANAGIOTTO - Prefeito Municipal.

Orleans

PREFEITURA

4.229 ANULA DOTAÇÃO E ABRE CREDITO

Publicação Nº 1517528

DECRETO N. 4.229 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2018.

"ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E ABRE CREDITO SUPLEMENTAR".

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito Municipal de Orleans, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei n. 2.785 de 05 de dezembro de 2018.

DECRETA:

Art.1º Fica anulada total ou parcial a seguinte dotação orçamentária:

06.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

06.01 – Departamento de Educação

2.016 - Auxílio Financeiro e Transp. Escolar Universitário.

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

TOTAL R\$ 50.000,00

Art.2º . A conta dos recursos anteriores fica suplementada a seguinte dotação orçamentária:

06.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

06.01 – Departamento de Educação

2.016 - Auxílio Financeiro e Transp. Escolar Universitário.

3.3.50.00 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

TOTAL R\$ 50.000,00

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans/SC, em 02 de fevereiro de 2018; 134 anos da Fundação e 104 anos da Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH
Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta secretaria municipal de Administração, aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

MARIO COAN
Secretário de Administração

4.230 - ABRE CREDITO SUPLEMENTAR POR CONTA SUPERAVIT FINANCEIRO

Publicação Nº 1517525

DECRETO N. 4.230 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2018.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERAVIT FINANCEIRO"

O Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei n. 2.785 de 05 de dezembro de 2017.

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o crédito suplementar na seguinte dotação orçamentária:

06.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

06.01 – Departamento de Educação

2.016 - Auxílio Financeiro e Transp. Escolar Universitário.

F.R. – 03.0000– Tansf. Instituições Privadas sem fins lucrativos

3.3.50.00 - Aplicações Diretas R\$ 140.000,00

TOTAL R\$ 140.000,00

Art.2º Para abertura do crédito Suplementar no artigo anterior, fica utilizado o superávit financeiro, na seguinte fonte de recurso:

F.R. – 03.0000– Tansf. Instituições Privadas sem fins lucrativos R\$ 140.000,00

TOTAL R\$ 140.000,00

Art.3º Este Decreto entra em Vigor na data de sua Publicação

Orleans/SC, em 02 de fevereiro de 2018; 134 anos da Fundação e 104 anos da Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH
Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria Municipal de Administração, aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito.

MARIO COAN
Secretário de Administração

PROCESSO Nº 22/2018 PREFEITURA

Publicação Nº 1517127

PROCESSO Nº 22/2018

TOMADA DE PREÇO P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 4/2018

Tipo: Menor Preço Global.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE MURROS PARA AÇÕES DE PREVENÇÃO EM ÁREAS DE RISCO DE DESASTRE CONFORME ANEXOS.

Recebimento dos Envelopes e de Propostas: até o dia 07/03/2018 às 08h30min.

Abertura das Propostas: dia 07/03/2018, às 09h00min.

Fundamento legal: Lei Federal 8.666/93 consolidada. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000 Fone (48) 3886-0100, site www.orleans.sc.gov.br e-mail licitacao@orleans.sc.gov.br

Orleans - SC, 08 de Fevereiro de 2018.

Jorge Luiz Koch
Prefeito Municipal

PROCESSO Nº 23/2018 PREFEITURA

Publicação Nº 1517578

PROCESSO Nº 23/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2018 – REGISTRO DE PREÇOS

Tipo: Menor Preço por item

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS E ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE ORLEANS.

Recebimento dos Envelopes e de Propostas: até o dia 07/03/2018 às 14h00min. Abertura das Propostas: dia 07/03/2018, às 14h30min.

Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone (48) 3886-0100, site www.orleans.sc.gov.br e-mail licitacao@orleans.sc.gov.br

Orleans - SC, 08 de Fevereiro de 2018.

Jorge Luiz Koch

Prefeito Municipal

PROCESSO Nº 24/2018 PREFEITURA

Publicação Nº 1517583

PROCESSO Nº 24/2018

TOMADA DE PREÇO P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 5/2018

Tipo: Menor Preço Global.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁTICA DE UM TRECHO DAS RUAS GASTÃO CORDINI E MÁRIO LUIZ CARDOSO, SITO AS RUAS NOS BAIRROS CONDE D'EU E CORRIDAS RESPECTIVAMENTE, CONFORME ANEXOS E CONTRATO DE REPASSE CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ORLEANS E A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

Recebimento dos Envelopes e de Propostas: até o dia 08/03/2018 às 08h30min.

Abertura das Propostas: dia 08/03/2018, às 09h00min.

Fundamento legal: Lei Federal 8.666/93 consolidada. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000 Fone (48) 3886-0100, site www.orleans.sc.gov.br e-mail licitacao@orleans.sc.gov.br

Orleans - SC, 08 de Fevereiro de 2018.

Jorge Luiz Koch

Prefeito Municipal

Otacílio Costa**PREFEITURA****PREGÃO 010/2018**

Publicação Nº 1517869

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACÍLIO COSTA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EDITAL PREGÃO Nº 010/2018

Luiz Carlos Xavier, Prefeito Municipal de Otacílio Costa, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL para aquisição de material de expediente para Secretaria de Saúde e seus programas, SAMU, e vigilância.. O credenciamento e o recebimento dos envelopes será feito até à 01:30 h. do dia 27/02/2018 e abertura da sessão será às 01:45 h. do mesmo dia. A íntegra do Edital pode ser obtido no horário de expediente da Prefeitura, Setor de Licitações ou pelo site www.otaciliocosta.sc.gov.br. Informações pelo fone: 0xx49- 3221-8014. Otacílio Costa, 08/02/2018
Luiz Carlos Xavier – Prefeito Municipal

Paial

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2018

Publicação Nº 1516428

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAIAL

AVISO

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2018

O Prefeito Municipal de Paial - SC, torna público Edital de Chamada Pública n. 001/2018 VISANDO À CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO PARA O MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL NO ANO LETIVO DE 2018 EM RAZÃO DE RESTAR FRACASSADO O PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 003/2017. As propostas serão recebidas até às 08h30min do dia 15 de fevereiro de 2018. O inteiro teor deste Edital, os Editais de Convocação, comunicados e/ou documentos correlatos serão publicados no website www.paial.sc.gov.br, sendo obrigação dos candidatos acompanhar todas as publicações e/ou atos relativos a presente Chamada Pública. As demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Educação de Paial pelo telefone (49) 3451-0045 / 34510008. Paial - SC, 05 de Fevereiro de 2018.

NEVIO ANTONIO MORTARI
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2018 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2018

Publicação Nº 1516678

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAIAL
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2018
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2018

O Prefeito Municipal em Exercício de Paial - SC, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Dispensa de Licitação n. 002/2018, no dia 7 de fevereiro de 2018.

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE PAIAL-SC.

Contrato Nº.: 05/2018

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL

Contratada....: AUTO POSTO PAIAL EIRELI - ME

Valor : R\$ 5.990,00 (cinco mil novecentos e noventa reais).

Vigência : Início: 07/02/2012 Término até a homologação do Processo Licitatório 008/2018.

As demais informações poderão ser obtidas diariamente no Setor de Compras e Licitações do Município de Paial pelo telefone (49) 3451-0045. Paial - SC, 07 de Fevereiro de 2018.

NEVIO ANTONIO MORTARI
Prefeito Municipal

Palhoça

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO Nº 16/2018

Publicação Nº 1517770

EXTRATO CONTRATO Nº 16/2018

Termo de Contato

Espécie: Contrato de Locação Nº 16/2018, firmado em 31/01/2018, com VENDECASA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.

OBJETO: Locação de 01 (um) imóvel em alvenaria edificado em terreno próprio com área total tributada de 7.852,16 m2, situado na Av. Hilza Terezinha Pagani, 280- Parque Residencial Pagani - Centro, neste Município, inscrito no Cartório de Registro de Imóveis do município de Palhoça, matrícula nº 37.275.

AMPARO: Lei nº 8.666/93 e Lei nº 8.245/91.

PROCESSO DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nº 004/2018

VIGÊNCIA: - 01/01/2018 A 31/12/2022

COBERTURA ORÇAMENTÁRIA: "512" / 3.3.90.39.10; "176" / 3.3.90.39.10; "90" / 3.3.90.39.10.

VALOR: R\$ 139.189,18 (cento e trinta e nove mil, cento e oitenta e nove reais, e dezoito centavos), mensais.

Signatários: pelo Contratante,

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT

Secretária Municipal de Administração

Pelo Contratado,

VENDECASA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.

Horácio Figueiredo

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 001/2018 A

Publicação Nº 1516788

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PALHOÇA

ATA Nº 001/2018 do PREGÃO Nº 152/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa EONIX SUPRIMENTOS E INFORMÁTICA LTDA ME. OBJETO: Aquisição de Toner e cartuchos compatíveis para as atividades administrativas da Secretaria de Assistência Social e dos seus Programas (CRAS-CREAS, SCFV, ABRIGOS, CONSELHOS, CENTRO DO IDOSO) - Registro de Preços, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato. VALOR: R\$ 22.015,20 (vinte e dois mil quinze reais e vinte centavos). DATA: 10/01/2018 A 10/01/2019.

COMPANHIA ULTRAGAZ S A						
Fornecedor: 3582663 – EONIX SUPRIMENTOS E INFORMÁTICA LTDA ME						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
4	Toner para impressora HP Laserjet Pro MFP M476dw, preto	UN	TONER PREMIUM	10	102,00	1.020,00
5	Toner para impressora HP Laserjet Pro MFP M476dw, amarelo	UN	TONER PREMIUM	5	102,00	510,00
6	Toner para impressora HP Laserjet Pro MFP M476dw, ciano	UN	TONER PREMIUM	5	102,00	510,00
7	Toner para impressora HP Laserjet Pro MFP M476dw, magenta	UN	TONER PREMIUM	5	102,00	510,00
8	Toner Hp Original CE285A para Impressora P1102W.	UN	TONER PREMIUM	68	72,50	4.930,00
13	Cartucho para impressora HP office jet pro 8600, amarelo com 17ml	UN	SKILL	8	43,30	346,40
14	Cartucho para impressora HP office jet pro 8600, ciano com 17ml	UN	SKILL	8	43,30	346,40
15	Cartucho para impressora HP office jet pro 8600, magenta com 17ml	UN	SKILL	8	43,30	346,40

20	Toner para impressora Brother TN311 Black utilizado no modelo: DCPL8400CDN DCP-L8400 DCPL8400 8400DN, HLL8350C-DW HL-L8350 HLL8350 8350CDW, MFC-L8600 MFCL8600 MFCL8600CDW 8600CDW, MFC-L8850CDW MFCL8850CDW MFC-L8850 MFCL8850 8850CDW.	UN	CHINAMATE	46	120,50	5.543,00
21	Toner para impressora Brother TN311 Yellow utilizado no modelo: DCPL8400CDN DCP-L8400 DCPL8400 8400DN, HLL8350C-DW HL-L8350 HLL8350 8350CDW, MFC-L8600 MFCL8600 MFCL8600CDW 8600CDW, MFC-L8850CDW MFCL8850CDW MFC-L8850 MFCL8850 8850CDW.	UN	CHINAMATE	22	120,50	2.651,00
22	Toner para impressora Brother TN311 Magenta utilizado nos modelos: MFC-L8600CDW MFCL8600CDW MFCL8600 MFC-L8600 8600CDW, HLL8350CDW HLL8350 HL-L8350 8350CDW, DCPL8400CDN DCP-L8400 DCPL8400 8400CDN, MFC-L8850CDW MFCL8850CDW MFCL8850 MFC-L8850 8850CDW.	UN	CHINAMATE	22	120,50	2.651,00
23	Toner para impressora Brother TN311 Ciano utilizado no modelo: DCPL8400CDN DCP-L8400 DCPL8400 8400DN, HLL8350C-DW HL-L8350 HLL8350 8350CDW, MFC-L8600 MFCL8600 MFCL8600CDW 8600CDW, MFC-L8850CDW MFCL8850CDW MFC-L8850 MFCL8850 8850CDW.	UN	CHINAMATE	22	120,50	2.651,00
Total Geral dos Itens						R\$ 22.015,20

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 001/2018 E

Publicação Nº 1516790

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE E CULTURA DE PALHOÇA

ATA Nº 001/2018 do PREGÃO Nº 140/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa VALDELI CECILIO DOS SANTOS EIRELE – EPP. OBJETO: Aquisição de material para instalação de quadras esportivas em diversas praias do município para a temporada de verão 2017/2018 - Registro de Preços, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato. VALOR: R\$ 98.925,00 (noventa e oito mil e novecentos e vinte e cinco reais). DATA: 09/01/2018 A 09/01/2019.

COMPANHIA ULTRAGAZ S A						
Fornecedor: 3787800 – VALDELI CECILIO DOS SANTOS EIRELE – EPP						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Madeira Eucalipto Roliço Tratado com 7 metros de 23 a 25cm	PÇ		100,00000	R\$239,4000	R\$23.940,0000
2	Madeira Eucalipto Roliço Tratado com 7 metros de 20 a 22cm	PÇ		100,00000	R\$189,0000	R\$18.900,0000
3	Madeira Eucalipto Roliço Tratado de 23 a 25cm	M		675,00000	R\$34,2000	R\$23.085,0000
1	Rede de Proteção Esportiva, Fio 2 e Malha 15 na cor branca	M2		1.650,00000	R\$20,0000	R\$33.000,0000
Total Geral dos Itens						R\$ 98.925,0000

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 001/2018 P

Publicação Nº 1516729

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 001/2018 do PREGÃO Nº 144/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PAULINEIA LOTTERMANN REIS, OBJETO:

Aquisição de mobiliários para atendimento de Termos de Compromisso do Governo Federal PAR (Plano de Ações Articuladas), Unidades Educacionais e demais setores da Secretaria de Educação - Registro de Preços , em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato. VALOR: R\$ 80.930,00 (oitenta mil novecentos e trinta reais). DATA: 08/01/2018 A 08/01/2019.

COMPANHIA ULTRAGAZ S A						
Fornecedor: 3577228 – PAULINEIA LOTTERMANN REIS						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Banco retangular monobloco B1 (Modelo Proinfância) - Descrição: Banco retangular monobloco, com bordas arredondadas, medindo 1.80 x 0.40, com estruturas retangulares em aço 50x30mm parede 1,2.	UN	REIFLEX	20	213,00	4.260,00
2	Conjunto Coletivo Tamanho 01 CJC -01 (Modelo Proinfância) (Creches II, III e Sala Multiuso) Conjunto de mesa quadrada com quatro cadeiras para crianças de 1 a 4 anos. Mesa Descrição: Mesa para altura do aluno compreendida entre 0,93m a 1,16m, com tampo em MDP ou MDF, revestido na fase superior em laminado melamínico e na face inferior laminado melamínico de baixa pressão.	UN	REIFLEX	160	417,00	66.720,00
4	Cadeira fixa com braços C7 (Modelo Proinfância). Cadeira para reunião - Cadeira fixa com braços, espaldar médio, assento e encosto em compensado multilaminado anatômico, espuma de poliuretano injetada em densidade de 40 a 50kg/ m³, com apoio dorso lombar, com capa de polipropileno anti-alérgico em alta resistência a propagação de rasgos além de baixa deformação. Solidez à luz classe 5, pilling padrão 5, peso 280/290g/m, base em aço, pintura em epóxi pó na cor preta,	UN	OMP	50	199,00	9.950,00
Total Geral dos Itens						R\$ 80.930,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 002/2018 P

Publicação Nº 1516731

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 002/2018 do PREGÃO Nº 144/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa UNIMÓVEIS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS ESCOLARES. OBJETO: Aquisição de mobiliários para atendimento de Termos de Compromisso do Governo Federal PAR (Plano de Ações Articuladas), Unidades Educacionais e demais setores da Secretaria de Educação - Registro de Preços , em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato. VALOR: R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil). DATA: 08/01/2018 A 08/01/2019.

COMPANHIA ULTRAGAZ S A						
Fornecedor: 3617939 – UNIMOVEIS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MOVEIS ESCOLARES						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total

9	Conjunto Aluno Tamanho 03 CJA03 (Modelo Proinfância) - (Pré-escola). Conjunto de mesa retangular com uma cadeira para crianças de 5 a 6 anos. Mesa Descrição: Mesa para altura do aluno compreendida entre 1,19 e 1,42, com tampo retangular em MDP ou MDF, revestido na face superior em laminado melamínico de alta pressão. Estrutura tubular de aço. Dimensões: Altura da mesa: 59,4 cm; Tampo da mesa para 01 lugar: 45 x 60 cm. Características: Tampo em MDP ou MDF, com espessura de 18mm, revestido na face superior em laminado melamínico de alta pressão, 0,8mm de espessura, acabamento texturizado, na cor cinza, cantos arredondados. Apresentar certificado de conformidade do INMETRO.	UN	MOVESCO	200,00000	R\$195,0000	R\$39.000,0000
---	---	----	---------	-----------	-------------	----------------

Total Geral dos Itens	R\$ 39.000,00
-----------------------	---------------

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 003/2018 P

Publicação N° 1516732

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N° 003/2018 do PREGÃO N° 148/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA ME. OBJETO: Cumprir os cardápios propostos pelo quadro técnico de nutricionista da Diretoria de Nutrição para todas as Unidades de Ensino deste Município - Registro de Preços, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato. VALOR: R\$ 230.994,00 (duzentos e trinta mil novecentos e noventa e quatro reais). DATA: 09/01/2018 A 09/01/2019.

COMPANHIA ULTRAGAZ S A	
Fornecedor: 3578097 – SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA – ME	

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
78	Achocolatado em Pó Solúvel	kilo	CHOCOTEEN	9000	8,65	77.850,00
75	Alho Triturado sem Sal	POTE	SABORINI	7200	9,90	71.280,00
71	BISCOITO ÁGUA E SAL: Ingredientes: Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, sal, soro de leite, fermento biológico, fermento químico. Embalagem plástica de dupla proteção, contendo 740g. Rotulagem conforme legislação vigente: Data de Fabricação: Máximo de 30 dias anteriores ao ato da entrega. Pacote de 740g.	PCT	NINFA	10800	7,58	81.864,00

Total Geral dos Itens	R\$ 230.994,00
-----------------------	----------------

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 004/2018 P

Publicação N° 1516733

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N° 004/2018 do PREGÃO N° 148/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa MAYCON WILL EIRELI EPP. OBJETO: Cumprir os cardápios propostos pelo quadro técnico de nutricionista da Diretoria de Nutrição para todas as Unidades de Ensino deste Município - Registro de Preços, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato. VALOR: R\$ 209.131,00 (duzentos e nove mil cento e trinta e um reais). DATA: 09/01/2018 A 09/01/2019.

COMPANHIA ULTRAGAZ S A**Fornecedor: 3617793 - MAYCON WILL EIRELI EPP**

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Achocolatado em Pó Solúvel (10%) - Características Técnicas: Ingredientes: açúcar, cacau em pó e mistura vitamínica. Embalagem de 1 kg. Observação: Não deve conter glúten, lactose e corante artificial. Data de fabricação de no máximo 60 (sessenta) dias anteriores ao ato de entrega. Apresentar composição nutricional. Apresentar rotulagem conforme legislação vigente.	KG	CHOCOTEEN	1000	8,65	8.650,00
12	CHOCOLATE EM PÓ SOLÚVEL 50%CA-CAU - Ingredientes: Cacau (50%) e açúcar. Embalagem: 1kg a 1,05kg., devidamente rotulada, conforme legislação vigente. Data de Fabricação: Máximo de 30 dias anteriores ao ato da entrega	KG	QUALICAU	1500	21,00	31.500,00
2	ALHO TRITURADO SEM SAL (10%) - Características Técnicas: Alho triturado e acidulante ácido cítrico. Embalagem: potes de polipropileno resistente, com tampa	POTE	SABORINI	800	9,90	7.920,00
4	BISCOITO ÁGUA E SAL (10%): Ingredientes: Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, sal, soro de leite, fermento biológico, fermento químico. Embalagem plástica de dupla proteção, contendo 740g. Rotulagem conforme legislação vigente: Data de Fabricação: Máximo de 30 dias anteriores ao ato da entrega. Pacote de 740g.	PCT	NINFA	1200	7,58	9.096,00
23	BISCOITO DOCE TIPO MAISENA INTEGRAL - Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, farinha de trigo integral ou farelo de trigo, amido, açúcar, sal, emulsificante lecitina de soja, fermento químico. Embalagem: 400g. Data de Fabricação: Máxima de 30 dias anteriores ao ato da entrega. Rotulagem conforme legislação vigente	PCT	MARILAN	7500	5,20	39.000,00
26	BOLACHA DOCE TIPO MARIA CHOCOLATE Ingredientes: farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico, açúcar, cacau em pó, soro de leite em pó, sal, fermento químico. Embalagem: plástica, com dupla proteção, contendo de 370g a 400g. Data de Fabricação: Máximo de 30 dias anteriores ao ato da entrega. Rotulagem conforme legislação vigente	PCT	PARATI	4000	3,67	14.680,00
29	BISCOITO DE POLVILHO Ingredientes: Polvilho azedo, óleo vegetal, ovos e sal. Não deve conter glúten. Embalagem: plástica lacrada, devendo conter a identificação do fabricante, data de fabricação, validade do produto e tabela com informação nutricional. Validade: de no mínimo 3 meses. Embalagem: 80g a 100g. Rotulagem conforme legislação vigente.	PCT	PAULI	400	4,20	1.680,00
31	BROA DE POLVILHO Ingredientes: Amido de milho, polvilho azedo, açúcar, ovos, farinha de milho e fermento químico. Não deve conter glúten e traços de leite. Embalagem: plástica lacrada de 270g, devendo conter a identificação do fabricante, data de fabricação, validade do produto e tabela com informação nutricional Validade: de no mínimo 3 meses. Rotulagem conforme legislação vigente	PCT	PAULI	600	5,80	3.480,00

37	DOCE DE GOIABA CREMOSO ORGÂNICO - Características Técnicas: Ingredientes: Goiaba orgânica (acima de 50% de fruta), açúcar orgânico e pectina. Embalagem: Potes de polipropileno resistentes, com tampa hermeticamente fechada de alumínio laminada com filme de polietileno e lacre de proteção. Potes de 400 gramas. Observação: Não deve	POTE	PRIMOR	3000	11,50	34.500,00
38	DOCE DE BANANA CREMOSO ORGÂNICO - Características Técnicas: Ingredientes: Banana orgânica (acima de 50%) de fruta e açúcar orgânico. Embalagem: Potes de polipropileno resistentes, com tampa hermeticamente fechada de alumínio laminada com filme de polietileno e lacre de proteção. Potes de 400 gramas. Observação: Não deve conter glúten, lactose e corante artificial. Data de Fabricação: Máxima de 30 dias anteriores ao ato da entrega. Rotulagem conforme legislação vigente	POTE	PRIMOR	3000	11,50	34.500,00
42	FARINHA DE AVEIA Produto obtido pela moagem de semente de aveia (Avena sativa, L.), beneficiada. Não deve conter leite e traços de leite. Embalagem: Data de Fabricação: Máximo de 30 dias anteriores ao ato da entrega. Embalagem de 200g. Rotulagem conforme legislação vigente	EMB	QUAKER	400	5,30	2.120,00
69	CEREAL INFANTIL A BASE DE FARINHA DE ARROZ E AVEIA SEM LEITE - Ingredientes: farinha de arroz, açúcar, farinha de aveia, sais minerais e vitaminas. Embalagem de 200 gramas, devendo conter a identificação do fabricante, data de produção e validade e tabela com informação nutricional. Data de fabricação de no máximo 60 dias anteriores ao ato da entrega. NÃO DEVE CONTER TRAÇOS DE LEITE.	PCT	VITALON	1500	6,90	10.350,00
13	CEREAL INFANTIL A BASE DE FARINHA DE ARROZ SEM LEITE - Ingredientes: farinha de arroz, açúcar, sais minerais e vitaminas. Embalagem de 200 gramas, devendo conter a identificação do fabricante, data de produção e validade e tabela com informação nutricional. Data de fabricação de no máximo 60 dias anteriores ao ato da entrega. NÃO DEVE CONTER TRAÇOS DE LEITE	PCT	VITALON	1500	6,90	10.350,00
32	BISCOITO DOCE DE CACAU SEM GLÚTEN - Ingredientes: Fécula de Mandioca, Farinha de arroz, Açúcar, gordura de Palma, Cacau, Ovo e Sal. Observação: Não deve conter leite e traços de leite e Não deve conter Glúten. Embalagem: de 100g, devendo conter a identificação do fabricante, data de produção e validade e tabela com informação nutricional. Data de fabricação de no máximo 60 dias anteriores ao ato da entrega	PCT	Santulana	150	8,70	1.305,00

Total Geral dos Itens

R\$ 209.131,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 005/2018 P

Publicação Nº 1516734

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 005/2018 do PREGÃO Nº 115/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS,

ALIMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA – ME. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios – carnes para atender ao cardápio escolar proposto pelo quadro técnico da Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar para o ano de 2018 - Registro de Preços, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato. VALOR: R\$ 634.000,00 (seiscentos e trinta e quatro mil reais). DATA: 09/01/2018 A 09/01/2019.

COMPANHIA ULTRAGAZ S A						
Fornecedor: 3578097 – SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA – ME						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Sobrecoxa de Frango Com Pele e Com Osso	KG	CANÇÃO	48600	6,64	322.744,00
2	Filé de Frango do Tipo Sassami	KG	CANÇÃO	39600	7,86	311.256,00
Total Geral dos Itens						R\$ 634.000,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 006/2018 P

Publicação Nº 1516735

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 006/2018 do PREGÃO Nº 155/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa TOPCLIMA SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO EIRELI. OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de ar condicionado para atendimento do termo de compromisso do Governo Federal PAR (Plano de Ações Articuladas), para as Unidades Educacionais e demais setores da Secretaria de Educação - Registro de Preços, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato. VALOR: R\$ 90.099,00 (noventa mil e noventa e nove reais). DATA: 12/01/2018 A 12/01/2019.

COMPANHIA ULTRAGAZ S A						
Fornecedor: 4054601 – TOPCLIMA SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO EIRELI						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
2	Aparelho de Ar Condicionado Split 18000 BTU 'S - AR2 (Modelo Proinfância). Modelo Split High Wall; Tipo de ciclo Quente/Frio; Cor Branco; ENCE A; Filtro de Ar Antibactéria; Vazão de Arno mínimo 700m³/h; Controle remoto Sim; Termostato Digital; Funções Sleep Swing; Voltagem 220 V. Todos os equipamentos de ar condicionado tipo Split High Wall (tipo 1 ao 3), deverão possuir a tecnologia INVERTER. Todos os modelos dos aparelhos de ar condicionado deverão apresentar ETIQUETA NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DE ENERGIA - ENCE autorizada pelo Inmetro. Todos os aparelhos de ar condicionado deverão ser acompanhados do manual de instruções em português para uso, conservação e manutenção dos equipamentos.	UN	PHILCO	27	3.337,00	90.099,00
Total Geral dos Itens						R\$ 90.099,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 007/2018 P

Publicação Nº 1516738

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 007/2018 do PREGÃO Nº 148/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA EPP. OBJETO: Cumprir os cardápios propostos pelo quadro técnico de nutricionista da Diretoria de Nutrição para todas as Unidades de Ensino deste Município - Registro de Preços, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato. VALOR: R\$ 366.493,00 (trezentos e sessenta e seis mil quatrocentos e noventa e três reais). DATA: 12/01/2018 A 12/01/2019.

COMPANHIA ULTRAGAZ S A**Fornecedor: 3583988 – ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA EPP**

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
33	ACHOCOLATADO DIET Ingredientes: Cacau lecitinado, vitaminas, minerais, maltodextrina e edulcorantes. Embalagem: 210 gramas. Devidamente rotulado conforme legislação vigente. Validade: 12 meses.	POTE	LOWÇUCAR	300	22,78	6.834,00
11	Arroz Branco	KG	KIKA	6500	2,70	17.550,00
3	ARROZ PARBOILIZADO (10%) - Características Técnicas: Arroz parboilizado beneficiado, parboilizado, longo, fino, tipo I. Umidade máxima de 14%. Observação: Não deve conter glúten e nem lactose. Embalagem primária: Sacos de polietileno transparente, pacotes de 1 kg. Data de fabricação de no máximo 30 (trinta) dias anteriores ao do ato da entrega.	KG	KIKA	7000	2,45	17.150,00
70	Arroz Parboilizado	KG	KIKA	63000	2,45	154.350,00
50	Geléia diet Sabor Morango	POTE	RITTER	150	17,18	2.577,00
51	Geléia diet sabor uva	POTE	RITTER	150	17,18	2.577,00
52	Geléia diet sabor Goiaba	POTE	RITTER	150	17,18	2.577,00
8	MASSA ESPAGUETE SEM OVOS (10%): massa alimentícia seca sem ovos, tipo longo, contendo sêmola ou farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, e corantes naturais urucum e/ou cúrcuma. Não deverá apresentar sujidade, bolor, manchas ou fragilidade à pressão dos dedos. Embalagem primária: sacos de polipropileno, termossoldado, pacotes com capacidade de 500 gramas. Data de Fabricação: máximo de 60 dias anteriores ao ato de entrega.	PCT	ROSANE	3150	2,50	7.875,00
76	Massa Espaguete sem Ovos: massa alimentícia seca sem ovos, tipo longo, contendo sêmola ou farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, e corantes naturais urucum e/ou cúrcuma. Não deverá apresentar sujidade, bolor, manchas ou fragilidade à pressão dos dedos. Embalagem primária: sacos de polipropileno, termossoldado, pacotes com capacidade de até 500 gramas. Data de Fabricação: máximo de 60 dias anteriores ao ato de entrega.	PCT	ROSANE	28350	2,50	70.875,00
61	Macarrão Tipo LetrinhasCaracterísticas Técnicas: Ingredientes: sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico e ovos. Embalagem: plástica com 500 gramas, devendo conter a identificação do fabricante, data de fabricação de no máximo 60 dias anteriores ao ato da entrega.	PCT	RENATA	1500	3,13	4.695,00

77	Macarrão Tipo Parafuso Sem Ovos: Características Técnicas: Massa alimentícia seca sem ovos, Tipo curto, contendo Sêmola ou farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, corantes naturais urucum e/ou cúrcuma. Não deverá apresentar sujidade, bolor, machas ou fragilidade à pressão dos dedos. Embalagem primária: Sacos de polipropileno, termossoldado, pacotes com capacidade de até 500 gramas. data de fabricação de no máximo 60 dias anteriores ao ato da entrega.	PCT	ROSANE	26550	2,50	66.375,00
9	MACARRÃO TIPO PARAFUSO SEM OVOS (10%): Características Técnicas: Massa alimentícia seca sem ovos, Tipo curto, contendo Sêmola ou farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, corantes naturais urucum e/ou cúrcuma. Não deverá apresentar sujidade, bolor, machas ou fragilidade à pressão dos dedos. Embalagem primária: Sacos de polipropileno, termossoldado, pacotes com capacidade de 500 gramas. Data de fabricação de no máximo 60 dias anteriores ao ato da entrega.	PCT	ROSANE	2950	2,50	7.375,00
65	MACARRÃO PARAFUSO INTEGRAL Ingredientes: Sêmola de trigo e farelo de trigo. Embalagem: plástica de 500 gramas Validade: de no mínimo 6 meses	PCT	GALO	500	4,30	2.150,00
66	MACARRÃO ESPAGUETE INTEGRAL Ingredientes: Sêmola de trigo e farelo de trigo. Embalagem: plástica de 500 gramas	PCT	GALO	500	4,05	2.025,00
21	ROSQUINHA INTEGRAL DOCE SEM OVO E SEM LEITE Ingredientes: farinha de trigo integral, farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico, açúcar mascavo, óleos vegetais, melado, amido, flocos de banana e maçã desidratada e canela em pó. Observação: não deve conter leite e derivados, traços de leite, ovos e traços de ovos na composição. Embalagem de 150g, devendo conter a identificação do fabricante, data de produção e validade e tabela com informação nutricional. Data de fabricação de no máximo 60 dias anteriores ao ato da entrega.	PCT	JASMINE	200	7,54	1.508,00

Total Geral dos Itens	R\$ 366.493,00
-----------------------	----------------

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 008/2018 P

Publicação Nº 1516741

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 008/2018 do PREGÃO Nº 149/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa R&G REPRESENTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA – EPP. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para atender as Unidades Escolares deste Município no ano de 2018, conforme cardápios planejados pelo Quadro Técnico de nutricionistas da Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar - Registro de Preços, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato. VALOR: R\$ 392.000,00 (trezentos e noventa e dois mil reais). DATA: 12/01/2018 A 12/01/2019.

COMPANHIA ULTRAGAZ S A	
Fornecedor: 3865916 – R&G REPRESENTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA	

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
------	-----------	---------	-------	------------	----------------	-------------

1	SUCO DE LARANJA NATURAL. Ingredientes: Suco de laranja integral. Sem conservantes. Não alcoólico. Não fermentado. Pasteurizado. NÃO CONTÉM GLÚTEN. Sem conservantes e Sem Adição de Açúcar. Mantenha sempre refrigerado. Embalagem frasco PET, devidamente rotulado conforme legislação vigente rótulo manga, com data de fabricação e validade. Embalagem contendo de 02 a 03 litros	Litro	Suq	72000	4,90	352.800,00
1	SUCO DE LARANJA NATURAL (10%). Ingredientes: Suco de laranja integral. Sem conservantes. Não alcoólico. Não fermentado. Pasteurizado. NÃO CONTÉM GLÚTEN. Sem conservantes e Sem Adição de Açúcar. Mantenha sempre refrigerado. Embalagem frasco PET, devidamente rotulado conforme legislação vigente rótulo manga, com data de fabricação e validade. Embalagem contendo de 02 a 03 litros.	Litro	Suq	8000	4,90	39.200,00

Total Geral dos Itens	R\$ 392.000,00
-----------------------	----------------

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 009/2018 P

Publicação Nº 1516743

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 009/2018 do PREGÃO Nº 148/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa COSTA ESMERALDA DISTRIBUIDORA LTDA EPP. OBJETO: Cumprir os cardápios propostos pelo quadro técnico de nutricionista da Diretoria de Nutrição para todas as Unidades de Ensino deste Município - Registro de Preços, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato. VALOR: R\$ 94.070,00 (noventa e quatro mil e setenta reais). DATA: 12/01/2018 A 12/01/2019.

COMPANHIA ULTRAGAZ S A						
Fornecedor: 3577287 – COSTA ESMERALDA DISTRIBUIDORA LTDA EPP						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
72	Café Preto em Pó	PCT	JURERE	10000	8,18	81.800,00
5	CAFÉ PRETO EM PÓ (10%) - Características Técnicas: Café em pó, torrado e moído, de primeira qualidade (top de linha), tipo tradicional, com selo de pureza e qualidade ABIC. Observação: Não deve conter glúten e nem lactose. Embalagem: pacotes de poliéster metalizado, de 500 gramas. Prazo de validade: de no mínimo 12 (doze) meses. Data de Fabricação: Máxima de 30 dias anteriores ao ato da entrega. Rotulagem conforme legislação vigente	PCT	JURERE	1500	8,18	12.270,00

Total Geral dos Itens	R\$ 94.070,00
-----------------------	---------------

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 010/2018 P

Publicação Nº 1516744

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 010/2018 do PREGÃO Nº 148/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa GIZELE REGINA DA SILVA ME. OBJETO: Cumprir os cardápios propostos pelo quadro técnico de nutricionista da Diretoria de Nutrição para todas as Unidades de Ensino deste Município - Registro de Preços, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato. VALOR: R\$ 397.790,00 (trezentos e noventa e sete mil e setecentos e noventa reais). DATA: 12/01/2018 A 12/01/2019.

COMPANHIA ULTRAGAZ S A**Fornecedor: 3580741 – GIZELE REGINA DA SILVA ME**

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
45	AÇÚCAR REFINADO-Produto processado da cana-de-açúcar com moagem refinada, amorfo, isento de fermentações, de matéria terrosa, de parasitas e detritos animais ou vegetais, tendo aspecto próprio do tipo do açúcar, cor própria, cheiro próprio e sabor doce. Deve constar no rotulo: "Açúcar refinado especial" Embalagem primaria: Sacos de polietileno leitoso ou transparente, pacotes de 1 kg. Observação: Não deve conter glúten e nem lactose. Data de fabricação de no máximo 60 dias anteriores a data de entrega.	KG	DUÇULA	17500	2,85	49.875,00
22	Biscoito Doce Tipo Maisena	PCT	NINFA	3000	7,47	22.410,00
27	Biscoito Rosquinha de Chocolate	PCT	PARATI	17000	4,20	71.400,00
30	BISCOITO SALGADO INTEGRAL. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, óleo ou gordura vegetal, extrato de malte, fibra ou farelo de trigo, sal, fermentos químicos. Embalagem: 400g. Validade: no mínimo 4 meses. Rotulagem conforme legislação vigente	PCT	ORQUIDEA	400	4,20	1.680,00
43	FARINHA LÁCTEA. Instantânea. Ingredientes: farinha de trigo especial torrada, leite em pó integral e açúcar, com adição de vitaminas e sais minerais, aromatizada. Embalagem: Filme de poliéster metalizado com capacidade para 210 a 230 gramas. Data de Fabricação de no máximo 30 dias anteriores ao ato da entrega.	PCT	NUTRIMENTAL	8000	6,48	51.840,00
6	FEIJÃO PRETO COMUM (10%) - Características técnicas: Grupo I Comum - Classe Preto - Tipo 1, isento de matérias estranhas, impurezas, insetos vivos ou mortos. Umidade máxima de 18%. Observação não deve conter glúten e nem lactose. Embalagem primária: saco de polietileno transparente, atóxico, pacotes de 1 kg. Data de Fabricação de no máximo 30 dias anteriores ao ato da entrega.	KG	BIEL	2150	5,99	12.878,50
73	Feijão preto comum	KG	BIEL	19350	5,99	115.906,50
7	FEIJÃO VERMELHO (10%) - Características técnicas: Grupo I Comum - Classe Vermelho - Tipo 1, isento de matérias estranhas, impurezas, insetos vivos ou mortos. Umidade máxima de 18%. Observação não deve conter glúten e nem lactose. Embalagem primária: saco de polietileno transparente, atóxico, pacotes de 1 kg. Data de Fabricação de no máximo 30 dias anteriores ao ato da entrega.	KG	BIEL	1000	7,18	7.180,00
74	Feijão Vermelho	KG	BIEL	9000	7,18	64.620,00

Total Geral dos Itens

R\$ 397.790,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 011/2018 P

Publicação Nº 1516746

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 011/2018 do PREGÃO Nº 154/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa RP COMERCIAL LTDA ME. OBJETO: Aquisição de eletrodomésticos e eletroportáteis para atendimento do termo de compromisso do Governo Federal PAR (Plano de Ações Articuladas), para as Unidades de Ensino e demais setores da Secretaria de Educação - Registro de Preços, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato. VALOR: R\$ 66.570,00 (sessenta e seis mil quinhentos e setenta reais). DATA: 15/01/2018 A 15/01/2019.

COMPANHIA ULTRAGAZ S A**Fornecedor: 4084063 – RP COMERCIAL LTDA ME**

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
8	Exaustor industrial 30cm; tensão: 220v ;potência: 1/6cv diâmetro: 30x20cm - aço 22; vazão: 1500m3/h; 1650 rpm - 50/60hz acompanha chave de reversão;garantia de 12 meses.	UN	VENTISOL	40	123,00	4.920,00
15	Purificador de água refrigerado - PR (Modelo Proinfância). Descrição: Purificador/bebedouro de água refrigerado, com selos INMETRO, comprobatórios de conformidade com a legislação vigente. Capacidade: Armazenamento de água gelada: de 2,5 a 2,8 litros. Atendimento: mínimo de 30 pessoas. Características gerais: Constituído de: Sistema de tratamento através de elementos filtrantes que removem os particulados da água e o cloro livre. Compressor interno com gás refrigerante conforme legislação vigente. Botão de acionamento automático do tipo fluxo contínuo, com regulagem para diferentes níveis de temperatura (natural, fresca ou gelada) ou torneira. Bica telescópica ou ajustável para recipientes de diversos tamanhos. Câmara vertical de filtragem e purificação. Corpo em aço inox ou aço carbono com tratamento anticorrosivo e acabamento em pintura eletrostática a pó.Painel frontal em plástico ABS de alta resistência com proteção UV. Vazão aprox.: 40 a 60 Litros de água/ hora. Pressão de funcionamento: 3 a 40 m.c.a (0,3 kgf/cm² à 4 kgf/cm²). Temperatura de trabalho: 03 à 40º C.	UN	LATINA	40	423,00	16.920,00

21	<p>Bebedouro elétrico conjugado - Duas colunas - BB1 (Modelo Proinfância).</p> <p>Descrição: Bebedouro elétrico conjugado, tipo pressão, com 2 colunas, acessível, com capacidade aproximada de 6 litros por hora (40 pessoas/h aprox.) e certificado pelo INMETRO. Dimensões e tolerâncias: Altura: 960mm; Altura parte conjugada: 650mm; Largura: 660mm; Profundidade: 291mm; Tolerância: +/-10% Características construtivas: Pia em aço inox AISI 304 polido, bitola 24 (0,64mm de espessura), com quebrajato. Gabinete em aço inox AISI 304. Torneira: em latão cromado de suave acionamento, com regulagem de jato, sendo 2 (duas) torneiras de jato inclinado para boca e 01 (uma) torneira em haste para copo. Reservatório de água em aço inox AISI 304, bitola 20 (0,95mm de espessura, com serpentina (tubulação) em cobre (0,50mm de parede) externa, com isolamento em poliestireno expandido. Filtro de carvão ativado com vela sintetizada. Termostato com controle automático de temperatura de 4º a 15ºC Compressor de 1/10 de HP, com gás ecológico. Protetor térmico de sistema (desligamento automático em caso de superaquecimento do sistema). Dreno para limpeza da cuba. Ralo sinfonado que barra o mau cheiro proveniente do esgoto. Voltagem: compatível com todas as regiões brasileiras. Capacidade aproximada: 6 litros por hora (40 pessoas/h aprox.). Não possuir cantos vivos, arestas ou quaisquer outras saliências cortantes ou perfurantes de modo a não causar acidentes. O bebedouro deve ser acessível, em conformidade à NBR 9050/2005, no que couber. Produto de</p>	UN	LIBELL	70	639,00	44.730,00
----	---	----	--------	----	--------	-----------

Total Geral dos Itens	R\$ 66.570,00
-----------------------	---------------

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 012/2018 P

Publicação Nº 1516747

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 012/2018 do PREGÃO Nº 154/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa TOPCLIMA SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO EIRELI. OBJETO: Aquisição de eletrodomésticos e eletroportáteis para atendimento do termo de compromisso do Governo Federal PAR (Plano de Ações Articuladas), para as Unidades de Ensino e demais setores da Secretaria de Educação - Registro de Preços, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato. VALOR: R\$ 84.800,00 (oitenta e quatro mil e oitocentos e oitenta reais). DATA: 15/01/2018 A 15/01/2019.

COMPANHIA ULTRAGAZ S A						
Fornecedor: 4054601 – TOPCLIMA SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO EIRELI						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total

4	Batedeira planetária 5L - BT1 (Modelo Proinfância). Descrição: Batedeira planetária de aplicação semi-industrial, com capacidade para 5 litros, fabricada em conformidade com a Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho e Emprego, NR 12 - Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos. Dimensões e tolerância: Largura: 240mm; Profundidade: 350mm; Altura: 420mm; Tolerância: +/- 15% Características construtivas: Estrutura ou suporte para o motor em aço, com fino acabamento em pintura epóxi. Cubo em aço inox. Cabeçote basculante com trave para facilitar a remoção da cuba para higienização. Sistema de engrenagens helicoidais. Com quatro níveis de velocidade. Movimento planetário. Sistema de troca de velocidade progressiva com polia variadora. Com batedor para massas leves, massas pesadas e batedor globo. Chave liga/desliga.	UN	VENANCIO	20	1.694,00	33.880,00
27	Liquidificador com capacidade para 4 litros, copo e corpo em aço inoxidável, motor de baixa rotação, tensão elétrica bívolt, frequência de rede elétrica de 60Hz, potência de 0,5CV/ 368W	UN	Cemaf	100	510,00	51.000,00

Total Geral dos Itens

R\$ 84.800,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 013/2018 P

Publicação Nº 1516751

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 013/2018 do PREGÃO Nº 155/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa RCM AR CONDICIONADO EIRELI ME. OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de ar condicionado para atendimento do termo de compromisso do Governo Federal PAR (Plano de Ações Articuladas), para as Unidades Educacionais e demais setores da Secretaria de Educação - Registro de Preços, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato. VALOR: R\$ 10.008,00 (dez mil e oito reais). DATA: 15/01/2018 A 15/01/2019.

COMPANHIA ULTRAGAZ S A**Fornecedor: 4025075 – RCM AR CONDICIONADO EIRELI ME**

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
3	Aparelho de Ar Condicionado Split 18000 BTU 'S - AR2 (Modelo Proinfância). Modelo Split High Wall; Tipo de ciclo Quente/Frio; Cor Branco; ENCE A; Filtro de Ar Antibactéria; Vazão de Arno mínimo 700m³/h; Controle remoto Sim; Termostato Digital; Funções Sleep Swing; Voltagem 220 V. Todos os equipamentos de ar condicionado tipo Split High Wall (tipo 1 ao 3), deverão possuir a tecnologia INVERTER. Todos os modelos dos aparelhos de ar condicionado deverão apresentar ETIQUETA NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DE ENERGIA - ENCE autorizada pelo Inmetro. Todos os aparelhos de ar condicionado deverão ser acompanhados do manual de instruções em português para uso, conservação e manutenção dos equipamentos. (10%)	UN	PHILCO	3	3.336,00	10.008,00

Total Geral dos Itens

R\$ 10.008,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 014/2018 P

Publicação Nº 1516753

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 014/2018 do PREGÃO Nº 150/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ROBLO COM. DE ALIMENTOS LTDA. OBJETO: Atender a alimentação escolar no ano de 2018 conforme cardápios elaborados pelo quadro técnico de nutricionistas da Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar de Palhoça - Registro de Preços, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato. VALOR: R\$ 1.425.450,00 (um milhão quatrocentos e vinte e cinco mil e quatrocentos e cinquenta reais dez mil e oito reais). DATA: 15/01/2018 A 15/01/2019.

COMPANHIA ULTRAGAZ S A

Fornecedor: 3616843 - ROBLO COM. DE ALIMENTOS LTDA

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Abacaxi Perola (10%).Tamanho médio: pesando 1000 a 1400 gramas, a unidade. Frutos perfeitos, sadios, maduros, isentos de danos mecanicos, sem pragas ou doenças. Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, integros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade. Isento de insetos vivos ou mortos e de substancias nocivas a saúde, permitindo apenas as tolerancias previstas em Lei.	KG		3600	3,64	13.104,00
2	Abacate Manteiga (10%) Características Técnicas: casca verde escura brilhante, bem lisa, fina, e pola cremosa aveludada cor amarelo claro. De primeira qualidade, apresentando grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação, em condições adequadas para o consumo. Com ausência de	KG		1500	2,86	4.290,00
3	Abóbora Menina (10%) Deve conter de 1,5 a 2 kg.todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, integros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, Isento de insetos vivos ou mortos e de substancias nocivas a saúde, permitindo apenas a tolerâncias previstas em lei.	KG		4650	1,60	7.440,00
4	Alface (10%) Lisa, fresca, de primeira constituída de folhas verdes, sem traços de descoloração, turgescntes, intactas,firmes e bem desenvolvidas, ausentes de defeitos que alteram a sua conformação e aparência bem como de enfermidades e isentos , sem defeitos graves de origem física ou ,mecânica, oriundos do manuseio e transporte, estar livre de folhas externas sujas de terra e de fertilizantes.	KG		1050	4,00	4.200,00

5	Banana Branca - 10% : Características Técnicas: Categoria 1, classe 16 (16 a 18 cm) de conformidade com a Portaria M.A nº. 126 de 15/05/81. Deve apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade. Isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas as tolerâncias previstas em lei.	KG		8600	2,70	23.220,00
6	Batata Doce (10%) Características Técnicas: Tamanho médio, pesando de 200 a 300 gramas a unidade., na coloração rosa ou roxa. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação.	KG		1350	1,30	1.755,00
7	Batata Inglesa (10%) : suja. classe 02, tipo: especial, de conformidade com a Portaria M.A . 69 de 21/02/95 e Portaria M.A . 523 de 28/08/96. Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, Isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas à saúde, permitindo apenas as tolerâncias previstas em Lei.	KG		5400	1,63	8.802,00
8	Batata Salsa (10%) (Mandioquinha)- Grupo Amarela. Características do produto: cor amarela intensa, formato cônico, classe 9 e/ou 12 (correspondente ao Extra AAA). As raízes devem estar firmes, inteiras, livres de umidade externa, desprovidas de sabor e/ou odor estranhos ao produto, não estarem golpeadas e danificadas por quaisquer lesões de origem física,	KG		600	4,68	2.808,00
9	Brócolis Chinês (10%) Características Técnicas: Tamanho médio, pesando entre 200 a 300 gramas a unidade, isento de folhas, não florado e com talo de no máximo 3 cm. Deve apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade. Isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas as tolerâncias previstas em Lei.	KG		450	1,95	877,50

10	CEBOLA DE CABEÇA - 10% Características Técnicas: Classe 4, tipo especial (de 70 a 90mm de diâmetro transversal) pesando entre 100 a 200g a unidade, de acordo com a Portaria M. A nº 529 de 18/03/97. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação.	KG		3650	1,70	6.205,00
11	Chuchu (10%) Características Técnicas: Classe: médio - Tipo: 2 ou especial, (pesando entre 300 a 400 gramas a unidade) - Portaria M.A 412 de 07/10/86. Deve apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros, sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade. Isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas as tolerâncias previstas em lei.	KG		2550	2,00	5.100,00
12	COUVE MANTEIGA (10%)- Fresca, extra, apresentando tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, firme e intacta, isenta de enfermidade, material terroso e umidade extrema anormal, livre de resíduos e de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas, sem danos físicos e mecânicos, oriundos do manuseio.	KG		1200	3,00	3.600,00
13	Couve Flor Comum (10%) Características Técnicas: Tamanho médio, cabeça com diâmetro de 170 a 210 mm, pesando entre 700 g a 1 kg a unidade, isenta de folhas e com talo máximo de 3 cm. Deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação.	KG		1500	2,40	3.600,00
14	Laranja Lima (10%) :Classe A, firme, sem amolecimento e mofo. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidos, bem formados, limpos, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de	KG		6000	2,60	15.600,00

15	LARANJA PERA, RIO ou COROA - 10% Características Técnicas: Grupo I - Classe: 2 a 4 (de 85 a 92 mm) - Tipo: especial, Portaria MA 125 de 15/05/81. Deve apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros, sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação. Isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas as tolerâncias previstas em lei.	KG		4000	1,80	7.200,00
16	MAÇÃ GALA - 10% Características Técnicas: Grupo: rajada classe 100, tipo ou categoria 02, conforme a norma 50. Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros, sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade. Isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas as tolerâncias previstas em lei.	KG		9800	2,30	22.540,00
17	MAMÃO FORMOSA - 10% Características Técnicas: Tamanho médio - pesando entre 1000 a 1500 gramas a unidade. Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros, sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade. Isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas as tolerâncias previstas em lei.	KG		6200	3,20	19.840,00
18	Melancia (10%): Tamanho médio-pesando entre 9 a 12 Kg a unidade. Frutos perfeito, são, isento de danos mecânicos, pragas ou doenças, maturação no ponto apropriado para o consumo. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidos, bem formadas, limpas, com coloração própria, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação. Obs. Isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas as tolerâncias previstas em lei.	KG		5100	1,90	9.690,00
19	Pepino (10%) Características Técnicas: de primeira qualidade, de tamanho médio, liso, com polpa intacta e limpa; tamanho e coloração uniformes típicos da variedade, sem manchas bolores, sujidades, ferrugem sem lesões de origem física ou mecânica.	KG		3000	2,45	7.350,00

20	Repolho Verde (10%) Tamanho Médio: pesando entre 1.200 a 2.200 gramas a unidade. todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas a	KG		1050	1,30	1.365,00
21	Tangerina Mexerica, Bergamota ou Vergamota (10%) : Deve apresentar características do cultivar bem definidas, íntegras, sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade. Isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas as tolerâncias previstas em lei.	KG		4500	2,21	9.945,00
22	TOMATE - 10% Características Técnicas: Grupo Oblongo ou redondo, subgrupo rosado, classe: médio ou grande, de 50 a 60mm de diâmetro transversal do fruto, tipo especial, pesando de 100 a 200g a unidade, de conformidade com a portaria M.A nº 533 de 30/08/95. Deve apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros, sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade e estar em perfeitas condições de conservação e maturação, livre de umidade externa anormal. Isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas as tolerâncias previstas em lei.	KG		3000	2,94	8.820,00
23	Feijão de Vagem (10%): de formato retilíneo, estarem fisiologicamente desenvolvidas, crocantes, não se dobrando, nem apresentando ao lado cicatrizante fio lenhoso e permitindo serem quebradas facilmente, limpas, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças, não apresentando manchas, principalmente de antracnose e ferrugem e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação.	KG		1350	3,28	4.428,00
24	MELÃO AMARELO (10%) Características Técnicas: de primeira qualidade, consistência firme, tamanho e coloração uniforme, devendo ser bem desenvolvido e maduro, com polpas intactas e firmes, livres de resíduo de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, de acordo com a resolução 12/78 da CNNPA.	KG		900	2,84	2.560,00

25	Cebolinha (10%) :Fresca, de primeira, constituída de folhas verdes, sem traços de descoloração, turgescerem, intactas, firmes e bem desenvolvidas, ausentes de defeitos que alterem a sua conformação e aparência bem como de enfermidades e isentos ,sem defeitos graves de origem física ou mecânica oriundas do manuseio e transporte, estar livre de folhas externas sujas de terra e de fertilizantes.Pacote de 100 gramas.	PCT		4500	1,21	5.445,00
26	SALSA 10% Fresca, de primeira, constituída de folhas verdes, sem traços de descoloração, turgescerem, intactas, firmes e bem desenvolvidas, ausentes de defeitos que alterem a sua conformação e aparência bem como de enfermidades e isentos,	PCT		1800	1,21	2.178,00
27	Abobrinha (10%) Deve apresentar a casca fina e de cor verde, sempre brilhante e firme, haste aparada, peso entre 200 a 500 gramas; a polpa deverá ser amarelo claro. Não poderá apresentar a casca suja ou manchada, polpa amolecida, mofada. Deverá estar livre de enfermidades, defeitos graves que alterem a conformação e aparência, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte.	KG		1350	2,25	3.037,50
1	Abacaxi Perola. Tamanho médio: pesando 1000 a 1400 gramas, a unidade. Frutos perfeitos, sadios, maduros, isentos de danos mecânicos, sem pragas ou doenças. Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, integros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade. Isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas as tolerâncias previstas em Lei.	KG		8400	3,00	25.200,00
2	Abacate Manteiga	KG		3500	2,86	10.010,00
3	Abóbora Menina Deve conter de 1,5 a 2 kg.todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, integros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, Isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas as tolerâncias previstas em lei.	KG		10850	1,60	17.360,00
4	Alface Lisa, fresca, de primeira constituída de folhas verdes, sem traços de descoloração, turgescerem, intactas, firmes e bem desenvolvidas, ausentes de defeitos que alterem a sua conformação e aparência bem como de enfermidades e isentos , sem defeitos graves de origem física ou ,mecânica, oriundos do manuseio e transporte, estar livre de folhas externas sujas de terra e de fertilizantes.	KG		2450	4,00	9.800,00

5	Banana Branca: Categoria 1, classe 16 (16 a 18 cm) de conformidade com a Portaria M.A nº 126 de 15/05/81. Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, integros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade. Isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas as tolerâncias previstas em Lei.	KG		77400	2,75	212.850,00
6	Batata Doce	KG		3150	2,00	6.300,00
7	Batata Inglesa: suja. classe 02, tipo: especial, de conformidade com a Portaria M.A . 69 de 21/02/95 e Portaria M.A . 523 de 28/08/96.	KG		12600	1,63	20.538,00
8	Batata Salsa (Mandioquinha)-Grupo Amarela. Características do produto: cor amarela intensa, formato cônico, classe 9 e/ou 12 (correspondente ao Extra AAA). As raízes devem estar firmes, inteiras, livres de umidade externa, desprovidas de sabor e/ou odor estranhos ao produto, não estarem golpeadas e danificadas por quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica. Estarem isentas de substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa.	KG		1400	4,68	6.552,00
9	Brócolis Chinês	KG		1050	2,80	2.940,00
10	Cebola de Cabeça	KG		32850	1,86	61.101,00
11	Chuchu	KG		5950	2,00	11.900,00
12	COUVE MANTEIGA- Fresca, extra, apresentando tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, firme e intacta, isenta de enfermidade, material terroso e umidade extrema anormal, livre de resíduos e de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas, sem danos físicos e mecânicos, oriundos do manuseio.	KG		2800	3,00	8.400,00
13	Couve Flor Comum	KG		3500	2,20	7.700,00
14	Laranja Lima: Classe A, firme, sem amolecimento e mofo. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidos, bem formados, limpos, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação.	KG		14000	2,60	36.400,00
15	Laranja Pêra, Rio ou Coroa: Grupo I - Classe 2 a 4 (de 85 a 92 mm) - Tipo: especial, portaria MA 125 DE 15/05/81. Deve apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros, sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação. Isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas as tolerâncias previstas em lei.	KG		36000	1,81	65.160,00

16	Maçã gala: grupo: rajada classe 100 , tipo ou categoria 2, conforme a norma 50. todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, integros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas a tolerâncias previstas em lei.	KG		88200	2,37	209.034,00
17	Mamão Formosa: Tamanho médio - Pesando entre 1000kg à 1500 gramas a unidade. Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, integros sem	KG		55800	3,20	178.560,00
18	Melancia: Tamanho médio- pesando entre 9 a 12 Kg a unidade. Frutos perfeito, são, isento de danos mecânicos, pragas ou doenças, maturação no ponto apropriado para o consumo. Devem apresentar as características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidos, bem formadas, limpas, com coloração própria, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação. Obs. Isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas as tolerâncias previstas em lei.	KG		11900	1,40	16.660,00
19	Pepino	KG		7000	2,45	17.150,00
20	Repolho Verde Tamanho Médio: pesando entre 1.200 a 2.200 gramas a unidade. todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas a tolerâncias previstas em lei.	KG		2450	1,31	3.209,50
21	Tangerina Mexerica, Bergamota ou Vergamota: Deve apresentar características do cultivar bem definidas, íntegras, sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade. Isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas as tolerâncias previstas em lei.	KG		10500	2,21	23.205,00
22	Tomate	KG		27000	2,94	79.380,00
23	Feijão de Vagem de formato retilíneo, estarem fisiologicamente desenvolvidas, crocantes, não se dobrando, nem apresentando ao lado cicatrizante fio lenhoso e permitindo serem quebradas facilmente, limpas, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças, não apresentando manchas, principalmente de antracnose e ferrugem e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação.	KG		3150	3,27	10.300,50

24	MELÃO AMARELO Características Técnicas: de primeira qualidade, consistência firme, tamanho e coloração uniforme, devendo ser bem desenvolvido e maduro, com polpas intactas e firmes, livres de resíduo de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, de acordo com a resolução 12/78 da CNNPA.	KG		2100	2,84	5.964,00
25	Cebolinha:Fresca, de primeira, constituída de folhas verdes, sem traços de descoloração, turgescientes, intactas,- firmes e bem desenvolvidas, ausentes de defeitos	PCT		10500	1,21	12.705,00
26	Salsa:Fresca, de primeira, constituída de folhas verdes, sem traços de descoloração, turgescientes, intactas, firmes e bem desenvolvidas, ausentes de defeitos que alterem a sua conformação e aparência bem como de enfermidades e isentos, sem defeitos graves de origem física ou mecânica oriundos do manuseio e transporte, estar livre de folhas externas sujas de terra e de fertilizantes, Embalagem Pacote de 100g	PCT		16200	1,21	19.651,50
27	Abobrinha Deve apresentar a casca fina e de cor verde, sempre brilhante e firme, haste aparada, peso entre 200 a 500 gramas; a polpa deverá ser amarelo claro. Não poderá apresentar a casca suja ou manchada, polpa amolecida, mofada. Deverá estar livre de enfermidades, defeitos graves que alterem a conformação e aparência, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e trnasporte.	KG		3150	2,53	7.969,50
1	OVOS DE GALINHA - 10% Características Técnicas: Ovo de galinha, vermelho, fresco, tipo grande, pesando no mínimo 55g por unidade, conforme Decreto Lei 3748 de 12/07/93, artigo 687. Isento de sujidades, de fungos ou substâncias tóxicas, cor, odor e sabor anormais. Acondicionado em embalagem apropriada e suas condições deverão estar de acordo a RIISPOA/MA, resolução CIPOA 005 de 05/07/91. Deve ter Certificado de Inspeção Estadual ou Federal. Embalagem primária: Descartável, fechada, com capacidade para 01 dúzia, identificada com rótulo impresso conforme legislação vigente. Prazo de validade: mínimo de 15 dias do seu recebimento.	DZ	FRIOLAR	3000	4,55	13.650,00

1	Ovos de Galinha; Características Técnicas: ovo de galinha, vermelho, fresco, tipo grande, pesando no mínimo 55 g por unidade, conforme Decreto Lei 3748 de 12/07/93, artigo 687. Isento de sujidades, de fungos ou substâncias tóxicas, cor, odor e sabor anormais, acondicionado em embalagem apropriada e suas condições deverão estar de acordo a RISPOA/MA, resolução CIPOA 005 de 05/07/91. Deve ter Certificado de Inspeção Estadual ou Federal. Embalagem primária: Descartável, fechada com capacidade para 01	DZ	FRIOLAR	27000	4,47	120.800,00
Total Geral dos Itens:						R\$ 1.425.450,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 015/2018 P

Publicação Nº 1516758

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 015/2018 do PREGÃO Nº 148/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa L & M COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA ME. OBJETO: Cumprir os cardápios propostos pelo quadro técnico de nutricionista da Diretoria de Nutrição para todas as Unidades de Ensino deste Município - Registro de Preços, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato. VALOR: R\$ 342.574,50 (trezentos e quarenta e dois mil quinhentos e setenta e quatro reais e cinquenta centavos). DATA: 15/01/2018 A 15/01/2019.

COMPANHIA ULTRAGAZ S A	
Fornecedor: 3618218 – L & M COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA ME	

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
10	AMIDO DE MILHO Características técnicas: produto amiláceo extraído do milho. Pó fino, branco e puro, livre de qualquer alteração de aroma e coloração. Embalagem: Embalado em papel impermeável, limpo, não violado, resistente e acondicionado em caixas de papelão resistentes, que garantam a integridade do produto até o momento do consumo, contendo 500g do produto. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, informações nutricionais, número do lote, data de validade, quantidade do produto e atender as especificações técnicas. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Não deve conter glúten e traços de leite.	EMB	MAISENA	100	6,08	608,00
14	Arroz Integral	KG	KIARROZ	2500	3,55	8.875,00
15	Bebida a Base de Soja - Sabor original	Litro	ADES	800	10,57	8.456,00
16	Bebida à Base de Soja - Sabor Coco	Litro	ADES	500	10,08	5.040,00

17	BEBIDA À BASE DE SOJA - SABOR VITAMINA DE MORANGO - Ingredientes: grão de soja, água, açúcar, sal, vitaminas (B2, E, B6, A, ácido fólico, D, B12), minerais (cálcio e zinco). Não deve conter glúten e nem traços de leite. Embalagem: 1 litro. Validade: de no mínimo 3 meses. Rotulagem conforme legislação vigente. Embalagem: tetra pak de 1 litro.	Litro	ADES	500	10,08	5.040,00
19	BISCOITO ROSCA DE COCO: Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, óleo vegetal ou gordura vegetal, coco, sal e fermentos químicos. Embalagem primária: polipropileno ou polietileno, pacote de 300 a 400 gramas. Rotulagem conforme legislação vigente. Data de Fabricação: Máximo de 30 dias anteriores ao ato da entrega.	PCT	ZEZÉ	14000	4,60	64.400,00
24	Biscoito Levemente Salgado	PCT	ZEZÉ	4000	4,40	17.600,00
25	Bolacha Doce Tipo Maria	PCT	ZEZÉ	6000	3,84	23.040,00
28	BOLACHA DE ARROZ INTEGRAL Ingredientes: arroz integral, sal. Não deve conter glúten, leite, ovos, soja, corantes, açúcar. Embalagem: 95g a 150g. Rotulagem conforme legislação vigente. Validade: no mínimo 4 meses.	PCT	Camil	250	6,39	1.597,50
35	COLORAU - Características Técnicas: Aspecto de pó fino, cor alaranjada, odor e sabor próprios. Ingredientes: a base de fubá ou farinha de mandioca ou amido de milho, urucum e óleo comestível. Embalagem primária: saco de polietileno atóxico, resistente, termossoldado, pacotes com capacidade de 500 g. Observações: Não deve conter glúten, lactose e corante artificial. Data de Fabricação de no máximo 30 dias anteriores ao ato da entrega. Rotulagem conforme legislação vigente	PCT	EDIMAR	4500	6,50	29.250,00
39	Farinha de Mandioca:Grupo: farinha seca Subgrupo: fina Classe: branca Tipo 1. Não deveser apresentar misturas, resíduos, impurezas, odor forte e intenso não característico e coloração anormal. Embalagem : Pacotes com capacidade de 1 kg. Observação: NÃO DEVE CONTER GLÚTEN E NEM LACTOSE. Data de Fabricação de no máximo 30 dias anteriores ao ato da entrega.	KG	ARARUNA	3000	4,95	14.850,00
40	Farinha de Trigo Especial	KG	FIDALGA	7500	2,35	17.625,00
49	FERMENTO EM PÓ QUÍMICO - Formado de substancias químicas que, pela influência do calor e ou da umidade, produz desprendimento gasoso capaz de expandir massas elaboradas com farinhas, amidos ou féculas, aumentando-lhes o volume e a porosidade. Ingredientes: amido de milho ou fécula de mandioca, fosfato monocalcio, bicarbonato de sódio e carbonato de cálcio, embalagem Primária primária: pote plástico em polietileno de alta densidade	UN	FLEISCHMANN	5000	2,52	12.600,00

53	Leite em pó Ninho +1 lata 400 gr: ingredientes: leite parcialmente desnatado, maltodextrina, óleo de milho, óleo de canola, lactose, frutooligosacarídeos, olina de palma, inulina, minerais, vitaminas e emulsificante lecitina de soja. Não contém glúten. Observações: o produto deverá apresentar data de validade mínima de 10 meses a partir da data de entrega do requisitante	LATA	NESTLE NINHO 1 +	450	18,20	8.190,00
54	LEITE UHT PARA DIETAS COM RESTRIÇÃO DE LACTOSE - ZERO LACTOSE Ingredientes: Leite semi desnatado, enzima lactase e estabilizantes. Validade: de no mínimo 3 meses. Embalagem: 1 litro, cartonada, composta por polietileno, papel branco, papel pardo e alumínio. Com tampa.	Litro	AURORA	3000	4,10	12.300,00
55	LEITE DESNATADO LONGA VIDA UHT O produto deve passar pelo processo de ultrapasteurização (UHT) - caracterizado pelo aquecimento do leite a temperaturas entre 130-150°C, no período de 2 a 4 segundos, seguido de resfriamento com temperatura inferior a 32°C. Teor de gordura: máximo de 0,5%.Embalagem: longa vida de 01 litro. Validade: de no mínimo 3 meses. Rotulagem conforme legislação vigente.	Litro	AURORA	250	3,32	830,00
56	LEITE SEMI OU PARCIALMENTE DESNATADO UHT - Características técnicas: leite homogeneizado submetido, durante 2 a 4 segundos, a uma temperatura entre 130°C e 150°C, mediante um processo térmico de fluxo contínuo, imediatamente resfriado a uma temperatura inferior a 32°C e envasado sob condições assépticas em embalagens estéreis e hermeticamente fechadas. Teor de gordura: 0,6 a 2,9%. Embalagem: 1 litro, cartonada, composta por polietileno, papel e alumínio. Com tampa. Validade: de no mínimo 3 meses	Litro	AURORA	350	3,08	1.078,00
57	Macarrão Sopa Tipo Cabelo de Anjo Sem Ovos	PCT	ORQUIDEA	6000	3,55	21.300,00
58	MACARRÃO PENNE SEM OVOS - Massa alimentícia seca sem ovos, contendo sêmola ou farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico e corantes naturais urucum e/ou cúrcuma. Não deverá apresentar sujidade, bolor e manchas. Embalagem primária: sacos de polipropileno, termossoldado, pacotes com capacidade de 500 gramas. Data de Fabricação: máximo de 60 dias anteriores ao ato de entrega.	PCT	GALO	7000	2,58	18.060,00
67	ÓLEO DE SOJA REFINADO. Características Técnicas: produto obtido por prensagem mecânica e/ou extração por solvente, dos grãos de soja, isento de misturas de outros óleos, gorduras ou outras matérias estranhas ao produto e de cheiro forte. Óleo de soja refinado, 100 % natural. Embalagem primária: Garrafa "pet" com capacidade 900 ml. Observações: Não deve conter glúten e nem lactose. Data de fabricação de no máximo 60 dias anteriores ao ato da entrega.	GF	COAMO	15500	3,87	59.985,00

46	Sal Refinado de Mesa Iodado-Sal Refinado Iodado. Não deve apresentar sujeira e misturas inadequadas. Umidade máxima de 0,2%. Embalagem primária: Sacos de polietileno transparente, pacotes de 1 kg. Observações: Não deverá conter glúten nem lactose. Embalagem secundária: Sacos de polipropileno reforçados e lacrados com fitas adesivas plastificadas, identificados com o nome do fabricante, com capacidade para no Máximo 10 kg.data de fabricação de no máximo 60 dias anteriores ao ato da entrega.	KG	ZIZO	6500	1,20	7.800,00
48	Vinagre: Características Técnicas: Vinagre de álcool. Embalagem primária: Garrafa plástica de até 1 litro. Não deve conter glúten nem lactose, data de fabricação de no máximo 60 dias anteriores ao ato da entrega.	GF	HEINIG	3000	1,35	4.050,00

Total Geral dos Itens	R\$ 342.574,50
-----------------------	----------------

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 016/2018 P

Publicação Nº 1516760

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 016/2018 do PREGÃO Nº 154/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PARALELAS COM. DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA. OBJETO: Aquisição de eletrodomésticos e eletroportáteis para atendimento do termo de compromisso do Governo Federal PAR (Plano de Ações Articuladas), para as Unidades de Ensino e demais setores da Secretaria de Educação - Registro de Preços, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato. VALOR: R\$ 26.580,00 (vinte e seis mil e quinhentos e oitenta reais). DATA: 15/01/2018 A 15/01/2019.

COMPANHIA ULTRAGAZ S A	
Fornecedor: 3576264 – PARALELAS COM. DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA	

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
10	Mixer de Alimentos MX (Modelo Proinfância) - Linha Doméstica - Descrição: Mixer de alimentos, linha doméstica, com capacidade de 1 litro. Dimensões aproximadas e tolerância: Altura: 430mm; Largura: 60mm; Profundidade: 650mm; Tolerância: +/- 10% Características construtivas: Capacidade volumétrica do copo: 1 litro. Cabo (alça) ergonômico. Lâmina de dupla ação, possibilitando cortar na vertical e na horizontal. Recipiente para trituração. Tampa e lâmina do triturador removíveis. Base antirespingos. Botão turbo. Motor de 400W. Dimensionamento e robustez da fiação, plugue e conectores elétricos compatíveis com a corrente de operação. Cordão de alimentação (rabicho) certificado pelo INMETRO, com indicação da voltagem. Matérias primas, tratamentos e acabamentos: As matérias primas utilizadas na fabricação do produto devem atender às normas técnicas específicas	UN	PHILIPS	20	218,00	4.360,00

14	<p>Multiprocessador de Alimentos - MT (Modelo Proinfância). Descrição: Multiprocessador de alimentos, com lâminas multifuncionais, modelo doméstico. Capacidade: Tigela grande: aprox. 2 litros de ingredientes líquidos ou 3 kg de massa. Características construtivas: Lâminas multifuncionais fabricadas em aço inoxidável. Tigela extragrande, com capacidade aprox. para 2 litros de ingredientes líquidos ou 3kg de massa. Tampa da tigela com bocal largo para absorver frutas, legumes e verduras inteiras. Com 2 ajustes de velocidade e função pulsar que permita o controle preciso da duração e frequência do processamento. Segurança: detecção de tampa e tigela e freio mecânico de 1,5s. Cabo com armazenamento integrado. Base firme com pés antideslizantes (ventosa). Motor com potência de 700W. Voltagem: 110V e 220V. Dimensionamento e robustez da fiação, plugue e conectores elétricos compatíveis com a corrente de operação. Cordão de alimentação (rabicho) certificado pelo INMETRO, com indicação da voltagem. Os acessórios devem combinar com a cor da velocidade; e possibilitar a limpeza em lava louças. Acessórios: batedor para mistura de massas leves e pesadas; 1 faca de corte em aço inoxidável para carnes, legumes e verduras; 2 discos de metal para ralar e picar em pedaços finos e médios; liquidificador (jarra) com tampa, com capacidade para 1,5 litros para misturar, triturar e mexer ingredientes variados; 1 disco emulsificador para preparar alimentos como clara em neve e maionese. Matérias primas, tratamentos e acabamentos: As matérias primas utilizadas na fabricação do produto devem atender às normas técnicas específicas para cada material. Estrutura, pilão e botão de velocidade fabricados em ABS. Disco emulsificador fabricado em PP. Pilão interno, tigela com tampa e liquidificador fabricados em SAN. Discos e lâminas de corte fabricados em aço inoxidável. O equipamento e seus componentes devem ser isentos de rebarbas, arestas cortantes ou elementos perfurantes.</p>	UN	PHILIPS	15	364,00	5.460,00
----	--	----	---------	----	--------	----------

18	Microondas 30L - Linha Branca - MI (Modelo Proinfância). Descrição: Forno de microondas Capacidade: Volume útil mínimo de 30 litros, resultado do produto das dimensões internas da cavidade do equipamento. Características construtivas: Gabinete monobloco em aço galvanizado revestido interna e externamente com pintura eletrostática em pó, na cor branca. Iluminação interna. Pannel de controle digital com funções pré-programadas. Timer. Relógio. Porta com visor central, dotada de puxador e/ou tecla de abertura. Dispositivos e travas de segurança. Sapatas plásticas. Prato giratório em vidro. Dimensionamento da fiação, plugue e conectores elétricos compatíveis com a corrente de operação. Plugue e cordão de alimentação com certificação INMETRO. Voltagem: 110V ou 220V (conforme demanda). Indicação da voltagem no cordão de alimentação (rabicho) do aparelho. Selo de certificação INMETRO. Matérias primas, tratamentos e acabamentos: As matérias primas utilizadas na fabricação do equipamento devem atender às normas técnicas específicas para cada material. Todas as partes metálicas deverão estar isentas de rebarbas e arestas cortantes. Todas as fixações visíveis, parafusos, arruelas deverão possuir proteção adequada contra corrosão/ oxidação ou serem fabricados em aço inox. As dobradiças e vedações da porta, bem como partes associadas devem ser construídas de modo a suportar desgastes em uso normal	UN	MIDEA	40	419,00	16.760,00
----	---	----	-------	----	--------	-----------

Total Geral dos Itens	R\$ 26.580,00
-----------------------	---------------

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 017/2018 P

Publicação Nº 1516762

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 017/2018 do PREGÃO Nº 154/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa GILMAR SANI ME. OBJETO: Aquisição de eletrodomésticos e eletroportáteis para atendimento do termo de compromisso do Governo Federal PAR (Plano de Ações Articuladas), para as Unidades de Ensino e demais setores da Secretaria de Educação - Registro de Preços, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato. VALOR: R\$ 155.331,90 cento e cinquenta e cinco mil, trezentos e trinta e um reais e noventa centavos). DATA: 15/01/2018 A 15/01/2019.

COMPANHIA ULTRAGAZ S A	
Fornecedor: 3946380 – GILMAR SANI ME	

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
------	-----------	---------	-------	------------	----------------	-------------

9	Liquidificador industrial capacidade de 8L LQ1(Modelo Proinfância). - Descrição: Liquidificador industrial de 8 litros, fabricado em conformidade com a Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho e Emprego NR12 - Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos. Capacidade: Copo com capacidade útil de 8 litros. Características construtivas: Copo removível confeccionado em chapa de aço inox, em peça única, sem soldas, com espessura de 1 mm. Flange do copo em material plástico injetado, em cor clara. Alças em aço inox, espessura de chapa de 1,25mm, com bordas rebatidas para o lado interno e soldadas em toda extensão de modo a não haver retenção de resíduos. Fixação das alças ao copo com soldas lisas, uniformes e sem frestas de modo a evitar o acúmulo de resíduos. Copo com tampa com dobras estruturais que permitam a limpeza interna. Gabinete do motor	UN	JL COLOMBO	20	595,00	11.900,00
20	Espremedor de frutas cítricas - EP (Modelo Proinfância). Descrição: Espremedor/extrator de frutas cítricas, industrial, fabricado em aço inox. Dimensões e tolerância: Altura: 390mm; Largura: 360mm; Diâmetro: 205mm; Tolerância: +/- 10%. Produção média: 15 unid. minuto (aproximada) Características construtivas: Gabinete, câmara de sucos e tampa fabricados em aço inox. Copo e peneira em aço inox. Jogo de carambola composto por: 1 Castanha pequena (para limão); 1 Castanha grande (para laranja). Motor: 1/4 HP (mais potente que os motores convencionais de 1/5 e 1/6 HP). Rotação: 1740 Rpm. Frequência: 50/60 Hz. Tensão: 127/220v (Bivolt). Dimensionamento e robustez da fiação, plugue e conectores elétricos compatíveis com a corrente de operação. Cordão de alimentação (rabicho) certificado pelo INMETRO, com indicação da voltagem. Matérias-primas	UN	JL COLOMBO	40	299,00	11.960,00
22	Mesa de manipulação em aço inox sem espelho. Dimensões aproximadas: medidas (C) 100 cm x (L) 60 cm. Características do produto: 100% em aço inoxidável. Tipo do aço: austeníticos (0,08 C, CR 18%, 8% NI). Resistente à corrosão e oxidação. Altura total aproximada de 87 cm. Espessura da chapa de aço (tampa da mesa) mínimo de 1,0 mm. Contendo grade vazada na parte inferior. Terminais plásticos nos pés com regulagem de altura. Capacidade aproximada de peso da tampa: 300 quilos. Capacidade aproximada de peso da prateleira inferior: 100 quilos. Capacidade aproximada de peso total: 400 quilos. Estrutura inferior reforçada de tubo em aço inox com diâmetro aproximado de 04 cm. Peso total aproximado da mesa: 38 quilos. As matérias primas utilizadas na fabricação do equipamento devem atender às normas técnicas específicas para cada material. Garantia de fabricação de 12 meses.	UN	ECCEL	40	660,00	26.400,00

23	Mesa de manipulação em aço inox sem espelho. Dimensões aproximadas: medidas (C) 150 cm x (L) 70 cm. Características do produto: 100% em aço inoxidável. Tipo do aço: austeníticos (0,08 C, CR 18%, 8% NI). Resistente à corrosão e oxidação. Altura total aproximada de 87 cm. Espessura da chapa de aço (tampa da mesa) mínimo de 1,0 mm. Contendo grade vazada na parte inferior. Terminais plásticos nos pés com regulagem de altura. Capacidade aproximada de peso da tampa: 350 quilos. Capacidade aproximada de peso da prateleira inferior: 130 quilos. Capacidade aproximada de peso total: 480 quilos. Estrutura inferior reforçada de tubo em aço inox com diâmetro aproximado de 04 cm. Peso total aproximado da mesa: 40 quilos. As matérias primas utilizadas na fabricação do equipamento devem atender às normas técnicas específicas para cada material. Garantia de fabricação de 12 meses.	UN	ECCEL	40	725,00	29.000,00
26	Balcão em aço inoxidável com 02 cubas e com espelho. Material: aço inoxidável com espessura mínima de 1,0 mm. Tipo do aço: austeníticos (0,08 C, CR 18%, 8% NI). Resistente à corrosão e oxidação. Dimensões aproximadas do balcão: C 200 cm x 70 cm. Dimensões aproximadas do espelho: 10 cm.	UN	BRASCOL	30	2.535,73	76.071,90

Total Geral dos Itens						R\$ 155.331,90
-----------------------	--	--	--	--	--	----------------

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 018/2018 P

Publicação Nº 1516763

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 018/2018 do PREGÃO Nº 115/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA ME. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios – carnes para atender ao cardápio escolar proposto pelo quadro técnico da Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar para o ano de 2018 - Registro de Preços, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato. VALOR: R\$ 1.526.370,00 (um milhão quinhentos e vinte e seis mil e trezentos e setenta reais). DATA: 15/01/2018 A 15/01/2019.

COMPANHIA ULTRAGAZ S A	
Fornecedor: 3775330 – DUDA COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI ME	

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Carne Bovina Patinho em Iscas	KG	MM-SIE 968	29700	20,50	608.850,00
2	Carne Bovina Moída - Músculo Moído	KG	MM-SIE 968	27900	16,93	472.347,00
3	Carne Suína Sem Osso e Sem Pele - Lombo	KG	MM-SIE 968	14400	15,94	229.536,00
1	Carne Bovina Patinho em Iscas (10%)	KG	MM-SIE 968	3300	20,50	67.650,00
2	Carne Bovina Moída (10%)	KG	MM-SIE 968	3100	16,93	52.483,00
3	Carne Suína Sem Osso e Sem Pele (10%)	KG	MM-SIE 968	1600	15,94	25.504,00
1	Sobrecoxa de Frango Com Pele e Osso (10%)	KG	AGROVENETO	5400	6,53	35.262,00
2	Filé de Frango Tipo Sassami (10%)	KG	AGROVENETO	4400	7,90	34.738,00

Total Geral dos Itens

R\$ 1.526.370,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 019/2018 P

Publicação N° 1516764

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N° 019/2018 do PREGÃO N° 154/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ZIMBA COMÉRCIO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS. OBJETO: Aquisição de eletrodomésticos e eletroportáteis para atendimento do termo de compromisso do Governo Federal PAR (Plano de Ações Articuladas), para as Unidades de Ensino e demais setores da Secretaria de Educação - Registro de Preços, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato. VALOR: R\$ 69.520,00 (sessenta e nove mil e quinhentos e vinte reais). DATA: 16/01/2018 A 16/01/2019.

COMPANHIA ULTRAGAZ S A**Fornecedor: 3930629 – ZIMBA COMÉRCIO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS**

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
12	Balança de prato com capacidade para 15 kg - BL1 (Modelo Proinfância). Descrição: Balança eletrônica digital com prato em aço inoxidável com capacidade de 15 kg, fabricada e aferida de acordo com o "Regulamento Técnico Metrológico para Instrumentos de Pesagem não Automáticos" - Portaria INMETRO nº 236, de 22 de dezembro de 1994. Classificação metrológica: "Tipo III". Dimensões: Dimensões mínimas do prato: 240 x 325 mm; Peso mínimo do equipamento: 3,100 kg; Capacidade: 15 kg; Divisão: de 5g em 5g. Características construtivas e funcionais: Gabinete em ABS. Display de LCD de 5 dígitos com mínimo de 12mm de altura. Teclado de membrana composto de teclas e funções. Pés reguláveis. Nível de bolha. Desligamento automático. Temperatura de operação de -10°C a +40°C ou com redução dessa faixa de temperatura.	UN	MICHELETTI	15	568,00	8.520,00
24	Balança eletrônica de plataforma sem coluna. Capacidade: 100 quilos. Divisão: 20g. Plataforma de chapa lisa. Dimensão aproximada da plataforma: (AxLxP) 400 x400x 400 mm. Material: aço inox. Tipo do aço: austeníticos (0,08 C, CR 18%, 8% NI). Resistente a corrosão e oxidação. Características: visor móvel, com display luminoso (aproximadamente de 20 mm e 06 dígitos), cabo aproximadamente de 3 metros. Tensão elétrica: bivolt automático. Frequência da rede elétrica: 50/60 hz. Padrão de saída: RS 232. Pés reguláveis para nivelamento da balança. Garantia de assistência técnica de 12 meses.	UN	WELMY	50	1.220,00	61.000,00

Total Geral dos Itens

R\$ 69.520,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 020/2018 P

Publicação N° 1516766

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N° 020/2018 do PREGÃO N° 157/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa FLORIC. MAGIA DA FLORES-MAGIA COMERC. DE FLORES LT. OBJETO: Fornecimento de vasos para manutenção das praças, canteiros - Registro de Preços, em um prazo que se estende

12 meses a partir da assinatura do presente contrato. VALOR: R\$ 8.625,00 (oito mil e seiscentos e vinte e cinco reais). DATA: 16/01/2018 A 16/01/2019.

COMPANHIA ULTRAGAZ S A	
Fornecedor: 3571351 – FLORIC. MAGIA DAS FLORES – MAGIA COMER. DE FLORES LT	

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
4	Vaso de cimento, medidas mínimas: 54cm de altura com 50cm de boca, espessura mínima de 2,8cm e peso mínimo de 48kg CIMENTO	UN	REIN ART	75	115,00	8.625,00

Total Geral dos Itens	R\$ 8.625,00
-----------------------	--------------

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 021/2018 P

Publicação Nº 1516767

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 021/2018 do PREGÃO Nº 149/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa SATÉLITE COMERCIAL LTDA ME. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para atender as Unidades Escolares deste Município no ano de 2018, conforme cardápios planejados pelo Quadro Técnico de nutricionistas da Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar - Registro de Preços, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato. VALOR: R\$ 47.260,00 (quarenta e sete mil e duzentos e sessenta reais). DATA: 17/01/2018 A 17/01/2019.

COMPANHIA ULTRAGAZ S A	
Fornecedor: 4069633 – SATÉLITE COMERCIAL LTDA ME	

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Margarina: Características técnicas: Produto obtido de óleos vegetais líquidos e interesterificados, água, sal, leite desnatado, vitamina A e corante urucum. Observações: não deve conter glúten. Data de fabricação de no máximo 30 (trinta) dias da data de entrega. Validade de 06 (seis) meses a partir da data de fabricação, sob condições adequadas de armazenagem. Embalagem: de 500g com 65 a 80% de lipídeos.	POTE	DELICIA	4000	3,84	15.360,00
1	NATA :Características Técnicas: Creme de leite padronizado quanto ao teor de gordura. Produto lácteo relativamente rico em gordura retirada do leite, que apresenta a forma de uma emulsão de gordura em água, homogeneizado ou não, e submetido a processo de pasteurização, mediante tratamento térmico e procedimentos tecnologicamente adequados, suficientes para destruir todos os microrganismos patogênicos. Contém no mínimo 45% de gordura láctea. Embalagem contendo 300gr.	EMB	TERRA VIVA	3000	4,90	14.700,00
1	IOGURTE SEM LACTOSE SABOR MORANGO: Características Técnicas: Leite parcialmente desnatado, açúcar, preparado de morango, enzima lactase e fermento lácteo/cultura microbiana. Embalagem primária: embalagem de 165 a 170g. Prazo de validade: mínimo de 20 (vinte) dias a partir da data de entrega. Observação: não deve conter glúten e edulcorantes artificiais.	EMB	TIROL	1200	2,90	3.480,00

2	IOGURTE SEM LACTOSE SABOR COCO: Características Técnicas: Leite parcialmente desnatado, açúcar, preparado de coco, enzima lactase e fermento lácteo/cultura microbiana. Embalagem primária: embalagem de 165 a 170g. Prazo de validade: mínimo de 20 (vinte) dias a partir da data de entrega. Observação: não deve conter glúten e edulcorantes artificiais.	EMB	TIROL	1200	3,35	4.020,00
1	IOGURTE SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR SABOR MORANGO: Características Técnicas: Leite desnatado, preparado de morango, fermento lácteo e edulcorantes artificiais. Observação: não deve conter glúten e nem açúcar. Embalagem primária: embalagem de 170g. Prazo de validade: mínimo de 20 (vinte) dias a partir da data de entrega.	EMB	FRIMESA	400	3,40	1.360,00
2	IOGURTE SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR SABOR AMEIXA: Características Técnicas: Leite Desnatado, Preparado de Ameixa, Edulcorantes Artificiais, Fermento Lácteo. Observação: não deve conter glúten e nem açúcar. Embalagem primária: embalagem de 170g. Prazo de validade: mínimo de 20 (vinte) dias a partir da data de entrega.	EMB	FRIMESA	400	3,05	1.220,00
1	PÃO SEM GLÚTEN CONGELADO: Produto obtido pela cocção em condições técnicas adequadas, de massa preparada, que contenha pelo menos: farinha de arroz, fécula de mandioca, óleo vegetal, fermento biológico e sal. Não deve conter glúten, nem traços de leite e de ovos. Pacote fechado de 500 gramas, com etiqueta constando identificação do fabricante, data de fabricação e validade de no mínimo 05 (cinco) dias e tabela com informação nutricional.	PCT	Bem Nutrir	400	17,80	7.120,00

Total Geral dos Itens	R\$ 47.260,00
-----------------------	---------------

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 022/2018 P

Publicação Nº 1516768

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 022/2018 do PREGÃO Nº 155/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa E&AR EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO EIRELI EPP. OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de ar condicionado para atendimento do termo de compromisso do Governo Federal PAR (Plano de Ações Articuladas), para as Unidades Educacionais e demais setores da Secretaria de Educação - Registro de Preços, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato. VALOR: R\$ 69.960,00 (sessenta e nove mil novecentos e sessenta reais). DATA: 17/01/2018 A 17/01/2019.

COMPANHIA ULTRAGAZ S A	
Fornecedor: 3874222 – E&AR EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO EIRELI EPP	

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
------	-----------	---------	-------	------------	----------------	-------------

1	Aparelho de Ar Condicionado Split 12000 BTU 'S -AR3 (Modelo Proinfância). Modelo Split High Wall; Tipo de ciclo Quente/Frio; Cor Branco; ENCE A; Filtro de Ar Antibactéria; Vazão de Ar no mínimo 500m³/h; Controle remoto Sim; Termostato Digital; Funções Sleep e Swing; Voltagem 220 V. Todos os equipamentos de ar condicionado tipo Split High Wall (tipo 1 ao 3), deverão possuir a tecnologia INVERTER. Todos os modelos dos aparelhos de ar condicionado deverão apresentar ETIQUETA NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DE ENERGIA - ENCE autorizada pelo Inmetro. Todos os aparelhos de ar condicionado deverão ser acompanhados do manual de instruções em português para uso, conservação e manutenção dos equipamentos.	UN	ELGIN	30	2.332,00	69.960,00
---	--	----	-------	----	----------	-----------

Total Geral dos Itens	R\$ 69.960,00
-----------------------	---------------

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 023/2018 P

Publicação Nº 1516771

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 023/2018 do PREGÃO Nº 150/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PADARIA E CONFEITARIA DANIPAN LTDA. OBJETO: Atender a alimentação escolar no ano de 2018 conforme cardápios elaborados pelo quadro técnico de nutricionistas da Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar de Palhoça - Registro de Preços, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato. VALOR: R\$ 904.677,20 (novecentos e quatro mil seiscentos e setenta e sete reais e vinte centavos). DATA: 17/01/2018 A 17/01/2019.

COMPANHIA ULTRAGAZ S A

Fornecedor: 3616843 - ROBLO COM. DE ALIMENTOS LTDA

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Pão de Cachorro Quente - 10%:Ingredientes: farinha de trigo enriquecido com ferro e ácido fólico, água, sal refinado, açúcar, óleo vegetal ou gordura vegetal, fermento biológico, reforçador de massa e conservante. Contém glúten. Peso aproximado de 50 gramas. Embalagem de 1kg, plástica lacrada com etiqueta constando identificação do fabricante, data de fabricação e validade de no mínimo 07 (sete) dias e tabela com informação nutricional.	KG	Caseiros Kremer	600	14,64	8.784,00
2	PÃO AMANTEIGADO FATIADO COM GERGELIM - 10% Ingredientes: Farinha de Trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, fermento biológico, margarina ou manteiga ou óleo, essência de manteiga, gergelim e água. Contém glúten. Embalagem plástica atóxica lacrada com etiqueta constando	PCT	Caseiros Kremer	2250	8,12	18.270,00

3	<p>PÃO SOVADO FATIADO COM FIBRA 10%</p> <p>Ingredientes: Farinha de Trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, fermento biológico, margarina ou manteiga ou óleo, fibra de trigo fina e água. Contém glúten.</p> <p>Embalagem plástica atóxica lacrada com etiqueta constando identificação do fabricante, data de fabricação e validade de no mínimo 05 (cinco) dias e tabela com informação nutricional. Pacotes de 450 gramas.</p>	PCT	Caseiros Kremer	2300	9,98	22.954,00
4	<p>PÃO TIPO BISNAGUINHA 10%</p> <p>Ingredientes: Farinha de trigo enriquecida com ácido fólico e ferro, água, açúcar, sal, óleo vegetal ou gordura vegetal, fermento biológico, reforçador de massa e conservante. Contém glúten. Embalagem plástica lacrada com etiqueta constando identificação do fabricante, data de fabricação e validade de no mínimo 05 (cinco) dias e tabela com informação nutricional. Peso da embalagem de 01 Kg. Cada unidade de pão deve apresentar em média 20 gramas.</p>	KG	Caseiros Kremer	800	15,57	12.456,00
5	<p>PÃO DOGUINHO 10%</p> <p>Ingredientes: farinha de trigo enriquecido com ferro e ácido fólico, água, sal, açúcar, óleo vegetal ou gordura vegetal, fermento biológico, reforçador de massa e conservante. Contém glúten. Peso aproximado de 30 gramas por unidade. Embalagem de 01 kg, plástica lacrada com etiqueta constando identificação do fabricante, data de fabricação e validade de no mínimo 05 (cinco) dias e tabela com informação nutricional.</p>	KG	Caseiros Kremer	950	15,00	14.250,00
6	<p>MINI BROA DE MILHO 10%</p> <p>Ingredientes: Farinha da Trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, fubá, açúcar, margarina ou manteiga ou óleo vegetal, leite e fermento químico. Contém glúten. Embalagem plástica lacrada com etiqueta constando identificação do fabricante, data de fabricação e validade de no mínimo 20 (vinte) dias e tabela com informação nutricional. Peso da embalagem de 500g. Cada unidade de Minibroa deve apresentar em média 20 gramas.</p>	KG	Caseiros Kremer	700	14,80	10.360,00
7	<p>PÃO DE FATIA INTEGRAL (10%)</p> <p>Produto obtido pela cocção em condições técnicas adequadas, de massa preparada, que contenha pelo menos: farinha de trigo integral, farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, água, sal e fermento. Observação: sem adição de açúcar. Contém glúten. Embalagem plástica lacrada com etiqueta constando identificação do fabricante, data de fabricação e validade de no mínimo 07 (sete) dias e tabela com informação nutricional. Pacotes de 400gramas.</p>	PCT	Caseiros Kremer	60	7,42	445,20

7	PÃO DE FATIA INTEGRAL (10%) Produto obtido pela cocção em condições técnicas adequadas, de massa preparada, que contenha pelo menos: farinha de trigo integral, farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, água, sal e fermento. Observação: sem adição de açúcar. Contém glúten. Embalagem plástica lacrada com etiqueta constando identificação do fabricante, data de fabricação e validade de no mínimo 07 (sete) dias e tabela com informação nutricional. Pacotes de 400gramas.	PCT	Caseiros Kremer	60	7,42	445,20
1	PÃO DE CACHORRO - QUENTE Ingredientes: farinha de trigo enriquecido com ferro e ácido fólico, água, sal refinado, açúcar, óleo vegetal ou gordura vegetal, fermento biológico, reforçador de massa e conservante. Contém glúten. Peso aproximado de 50 gramas. Embalagem de 1kg, plástica lacrada com etiqueta constando identificação do fabricante, data de fabricação e validade de no mínimo 07 (sete) dias e tabela com informação nutricional.	KG	Caseiros Kremer	5400	14,64	79.056,00
2	PÃO AMANTEIGADO FATIADO COM GERGELIN : Ingredientes: Farinha de Trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, fermento biológico, margarina ou manteiga ou óleo, essência de manteiga, gergelim e água. Contém glúten. Embalagem plástica atóxica lacrada com etiqueta constando identificação do fabricante, data de fabricação e validade de no mínimo 05 (cinco) dias e tabela com informação nutricional. Pacotes de 450 gramas.	PCT	Caseiros Kremer	20250	8,12	164.430,00
3	PÃO SOVADO FATIADO COM FIBRA Ingredientes: Farinha de Trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, fermento biológico, margarina ou manteiga ou óleo, fibra de trigo fina e água. Contém glúten. Embalagem plástica atóxica lacrada com etiqueta constando identificação do fabricante, data de fabricação e validade de no mínimo 05 (cinco) dias e tabela com informação nutricional. Pacotes de 450 gramas.	PCT	Caseiros Kremer	20700	9,98	206.586,00
4	PÃO DE FATIA INTEGRAL Produto obtido pela cocção em condições técnicas adequadas, de massa preparada, que contenha pelo menos: farinha de trigo integral, farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, água, sal e fermento. Observação: sem adição de açúcar. Contém glúten. Embalagem plástica lacrada com etiqueta constando identificação do fabricante, data de fabricação e validade de no mínimo	PCT	Caseiros Kremer	540	7,24	3.909,60

5	<p>PÃO INTEGRAL SETE GRÃOS Produto obtido pela cocção em condições técnicas adequadas, de massa preparada, composto por no mínimo sete grãos diferentes e que contenha pelo menos: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, farinha de trigo integral, açúcar, fibra ou gérmen de trigo, semente de linhaça, semente de girassol, sal, melhorador de farinha e conservante (propionato de cálcio). Contém glúten. Peso aproximado da fatia de 25 gramas. Embalagem plástica transparente atóxica, lacrada com etiqueta constando identificação do fabricante, data de fabricação e validade de no mínimo 07 (sete) dias e tabela com informação nutricional. Pacote de 400 gramas.</p>	PCT	Caseiros Kremer	2700	9,86	26.622,00
6	<p>PÃO BISNAGUINHA: Ingredientes: Farinha de trigo enriquecida com ácido fólico e ferro, água, açúcar, sal, óleo vegetal ou gordura vegetal, fermento biológico, reforçador de massa e conservante. Contém glúten. Embalagem plástica lacrada com etiqueta constando identificação do fabricante, data de fabricação e validade de no mínimo 05 (cinco) dias e tabela com informação nutricional. Peso da embalagem de 01 Kg. Cada unidade de pão deve apresentar em média 20 gramas.</p>	KG	Caseiros Kremer	7200	15,57	112.104,00
7	<p>PÃO DOGUINHO: Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, água, sal, açúcar, óleo vegetal ou gordura vegetal, fermento biológico, reforçador de massa e conservante. Contém glúten. Peso aproximado de 30 gramas por unidade. Embalagem de 01 kg, plástica lacrada com etiqueta constando identificação do fabricante, data de fabricação e validade de no mínimo 05 (cinco) dias e tabela com informação nutricional.</p>	KG	Caseiros Kremer	8550	15,00	128.250,00
8	<p>MINI BROA DE MILHO: Ingredientes: Farinha da Trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, fubá, açúcar, margarina ou manteiga ou óleo vegetal, leite e fermento químico. Contém glúten. Embalagem plástica lacrada com etiqueta constando identificação do fabricante, data de fabricação e validade de no mínimo 20 (vinte) dias e tabela com informação nutricional. Peso da embalagem de 500g. Cada unidade de Minibroa deve apresentar em média 20 gramas.</p>	KG	Caseiros Kremer	6300	14,80	93.242,40
Total Geral dos Itens:						R\$ 904.677,20

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 024/2018 P

Publicação Nº 1516772

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 024/2018 do PREGÃO Nº 154/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa JEFERSON DA SILVEIRA ME. OBJETO: Aquisição de eletrodomésticos e eletroportáteis para atendimento do termo de compromisso do Governo Federal PAR (Plano de Ações Articuladas), para as Unidades de Ensino e demais setores da Secretaria de Educação - Registro de Preços, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato. VALOR: R\$ 166.210,00 (cento e sessenta e sis mil e duzentos e dez reais). DATA: 17/01/2018 A 17/01/2019.

COMPANHIA ULTRAGAZ S A

Fornecedor: 230170 – JEFERSON DA SILVEIRA ME

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Fogão industrial 06 bocas FG1 (Modelo Proinfância) - Fogão industrial 06 bocas com queimadores duplos e forno de câmara com banho maria acoplados - FG1 (Modelo Proinfância). Descrição: Fogão industrial central de 6 bocas com forno e torneiras de controle em dois lados opostos, fixadas em tubo de alimentação (gambiarra), alimentado por GLP (gás liquefeito de petróleo) ou gás natural, e com queimadores dotados de dispositivo "supervisor de chama". O tamanho das bocas será de 30x30cm e 3 queimadores simples sendo 3 queimadores duplos c/ chapa ou banho maria e c/ forno. 4 pés em perfil "L" de aço inox e sapatas reguláveis constituídas de base metálica e ponteira maciça de material polimérico, fixadas de modo que o equipamento fique a aproximadamente 50 mm do piso. Dimensões: 83x107x84 cm (AxLxP).	UN	CRISTALAÇO	40	1.554,00	62.160,00
6	Fogão industrial de 4 bocas com forno na parte inferior, perfil de 5cm, material de aço galvanizado com pintura eletrostática, bocas e grelha de ferro fundido, 2 bocas simples e 2 bocas dupla com registro em aço inox. Contendo válvula de baixa pressão.	UN	CRISTALAÇO	30	1.070,00	32.100,00
7	Aquecedor a óleo com as especificações mínimas: potência 1500 w com 3 níveis de aquecimento; material polipropileno. certificação do inmetro; bra ho 13/0111; temperatura mínima 1 acima. máxima 3 acima; portátil; controle de temperatura por termostato, sistema de segurança 360°. display analógico; porta fios alças para transporte com rodinhas ;termostato regulável;luz indicadora do dispositivo de segurança ;grade protetora; base desmontável ; direcionadores de ar horizontal; alimentação 220 volts	UN	VENTISOL	50	250,00	12.500,00
19	Máquina de lavar roupa capacidade de 8kg - Linha branca - MQ (Modelo Proinfância). Descrição: Capacidade de roupa seca: 8Kg.?Consumo de energia: 0.24 kWh (110V) / 0.25 kWh (220V).Consumo de energia mensal: 8.16 kWh/mês (110V) / 7.83 kWh/mês (220V). Cor: branca. Potência: 550.0 W (110/220V).Rotação do Motor -Centrifugação: 750 rpm. Dimensões aproximadas: 103,5x62x67cm (AxLxP). Peso aproximado: 40,5Kg.	UN	CONSUL	50	1.189,00	59.450,00

Total Geral dos Itens

R\$ 166.210,00



EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 025/2018 P

Publicação Nº 1516774

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 025/2018 do PREGÃO Nº 149/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa MAYCON WILL EIRELI EPP. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para atender as Unidades Escolares deste Município no ano de 2018, conforme cardápios planejados pelo Quadro Técnico de nutricionistas da Diretoria de Nutrição e Alimentação Escolar - Registro de Preços, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato. VALOR: R\$ 59.170,00 (cinquenta e nove mil cento e setenta reais). DATA: 17/01/2018 A 17/01/2019.

COMPANHIA ULTRAGAZ S A	
Fornecedor: 3617793 – MAYCON WILL EIRELI EPP	

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	REQUEIJÃO Características Técnicas: Creme de leite, massa coalhada/coalho, leite, fermento lácteo, sal. Embalagem primária: embalagem de 200g. Observação: não deve conter glúten. Prazo de validade: mínimo de 20 (vinte) dias a partir da data de entrega.	POTE	Tirolez	6000	3,89	23.340,00
2	REQUEIJÃO SEM LACTOSE: Ingredientes: Leite desnatado pasteurizado, creme de leite pasteurizado, cloreto de sódio, enzima lactase. Não deve conter glúten. Embalagem: pote 200g a 220g. Validade mínimo de 20 (vinte) dias a partir da data de entrega.	EMB	Tirolez	500	4,32	2.160,00
1	AIPIM DESCASCADO E CONGELADO: Características Técnicas: não deve apresentar podridão, dano profundo, defeitos provocados por doença, sem sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa, sem parasitas, larvas, sem umidade externa anormal, isento de odor e sabor estranho, descascado e congelado. Embalagem plástica a vácuo, virgem, atóxica, resistente e transparente, devidamente rotulado de acordo com a legislação vigente, especificando o peso, data de fabricação e prazo de validade.	KG	Leoni	7000	4,81	33.670,00

Total Geral dos Itens	R\$ 59.170,00
-----------------------	---------------

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 026/2018 P

Publicação Nº 1516775

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 026/2018 do PREGÃO Nº 154/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ELECTROINOX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS EIRELI EPP. OBJETO: Aquisição de eletrodomésticos e eletroportáteis para atendimento do termo de compromisso do Governo Federal PAR (Plano de Ações Articuladas), para as Unidades de Ensino e demais setores da Secretaria de Educação - Registro de Preços, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato. VALOR: R\$ 74.100,00 (setenta e quatro mil e cem reais). DATA: 22/01/2018 A 22/01/2019.

COMPANHIA ULTRAGAZ S A	
Fornecedor: 4084934 – ELECTROINOX COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS EIRELI EPP	

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
------	-----------	---------	-------	------------	----------------	-------------

11	Liquidificador semi-industrial capacidade de 2L LQ2 (Modelo Proinfância) - Descrição: Liquidificador com 2 Velocidades com Função Pulsar. Capacidade para Triturar Gelo Capacidade: Copo com capacidade útil de 2 litros. Características construtivas: Copo removível, confeccionado em chapa de aço inox, em peça única, sem soldas, com espessura de 1 mm. Flange do copo em material plástico injetado, em cor clara. Alças em aço inox, espessura de chapa de 1,25mm, com bordas rebatidas para o lado interno e soldadas em toda extensão de modo a não haver retenção de resíduos. Fixação das alças ao copo com soldas lisas, uniformes e sem frestas de modo a evitar o acúmulo de resíduos. Tampa do copo em aço inox, espessura mínima de chapa de 0,6mm, com dobras estruturais que permitam a limpeza interna. Gabinete do motor em aço inox, espessura mínima de chapa de 0,6mm, flange superior e ao da base em material plástico injetado, em cor clara. Dreno da flange posicionado de modo a não haver entrada de líquidos no gabinete do motor. Sapatas antivibratórias em material aderente. Facas, eixo, buchas, porca fixadora do eixo da faca e pino elástico de tração da faca em aço inox. O conjunto formado pelas facas, eixo e elementos de fixação deve ser removível para limpeza, sem a necessidade de utilização de ferramentas. Flange de	UN	SPOLU	20	360,00	7.200,00
----	--	----	-------	----	--------	----------

17	Freezer 500L - Linha Branca - FZ (Modelo Proinfância). Descrição: Freezer linha branca, sistema de refrigeração "frostfree". O refrigerador deverá possuir certificação do INMETRO apresentando classificação energética "A ou B, conforme estabelecido na Portaria n.º 20, de 01 de fevereiro de 2006. Capacidade: Capacidade total (volume interno): 500 litros. Características construtivas: Gabinete externo do tipo monobloco e porta revestida em chapa de aço com acabamento em pintura eletrostática (em pó), na cor branca. Sistema de isolamento térmico em espuma de poliuretano injetado no gabinete e nas portas. Partes internas revestidas com painéis plásticos. Batentes das portas dotados de sistema anti-transpirante. Dobradiças metálicas. Pés com rodízios. Sistema de controle de temperatura por meio de termostato ajustável digital externo. Sistema de refrigeração "frostfree". Gás refrigerante: Obs.1: O gás a ser utilizado no processo de refrigeração não poderá ser prejudicial à camada de ozônio, conforme protocolo de Montreal de 1987; ao Decreto Federal nº 99.280 de 07/06/90, e à Resolução Conama nº 267 de 2000. Obs. 2: O gás refrigerante deve ainda preferencialmente possuir baixo índice GWP ("Global Warming Potential" - Potencial de Aquecimento Global), conforme Protocolo de Kyoto de 1997 e Decreto Federal nº 5445 de 12/05/05. Plugue e cordão de alimentação com certificação INMETRO. Voltagem: 110V / 220V (conforme demanda). Indicação da voltagem no cordão de alimentação (rabicho) do aparelho. Certificação INMETRO apresentando classificação energética "A ou B". Requisitos de segurança: O produto deve atender os requisitos de segurança estabelecidos	UN	CONSUL	30	2.230,00	66.900,00
----	---	----	--------	----	----------	-----------

Total Geral dos Itens

R\$ 74.100,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 027/2018 P

Publicação Nº 1516777

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 027/2018 do PREGÃO Nº 154/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ALL WORK COMERCIAL EIRELI. OBJETO: Aquisição de eletrodomésticos e eletroportáteis para atendimento do termo de compromisso do Governo Federal PAR (Plano de Ações Articuladas), para as Unidades de Ensino e demais setores da Secretaria de Educação - Registro de Preços, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato. VALOR: R\$ 100.550,00 (cem mil e quinhentos e cinquenta reais). DATA: 22/01/2018 A 22/01/2019.

COMPANHIA ULTRAGAZ S A	
Fornecedor: 4085116 – ALL WORK COMERCIAL EIRELI	

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
------	-----------	---------	-------	------------	----------------	-------------

3	Batedeira planetária 20L - BT2 (Modelo Proinfância). Descrição: Batedeira planetária industrial, com capacidade para 20 litros, fabricada em conformidade com a Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho e Emprego, NR 12 - Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos. Dimensões e tolerância: Altura: 764mm; Comprimento: 517mm; Largura: 374mm; Tolerância: +/- 15% Características construtivas: Estrutura ou suporte para o motor em aço, com fino acabamento em pintura epóxi. Cuba em aço inox. Sistema de engrenagens helicoidais. Com três níveis de velocidade. Sistema de troca de velocidade progressiva com polia variadora. Com batedor espiral, batedor raquete, batedor globo e escorregador para ingredientes. Grade de segurança que desliga a máquina ao ser levantada. Protetor de recipiente que proporciona segurança operacional. Temporizador	UN	MANA	10	3.560,00	35.600,00
5	Lavadora de louças industrial - LV (Modelo Proinfância). Descrição: Lava louça industrial, tipo monocâmara. Pré-requisitos: É de inteira responsabilidade do cliente toda instalação predial, cujos procedimentos abaixo devem ser observados. Procedimentos para instalação: A instalação da máquina lava louça deve ser feita com os necessários cuidados para evitar problemas e danos ao equipamento e garantir sua plena utilização. Ao receber o equipamento verificar se o mesmo sofreu danos de transporte. Em caso de suspeita notificar imediatamente o revendedor ou a fábrica. A instalação da lava louça requer: rede elétrica (energia); rede hidráulica (água); rede sanitária (esgoto); Observações Gerais: A garantia não engloba danos resultantes do não cumprimento das presentes instruções de instalação. Requisitos para instalação: Energia elétrica Certificar-se que as características elétricas da rede predial estão de acordo com as especificações técnicas da máquina a ser adquirida. Ponto de instalação elétrica exclusivo para a lavadora, com distância máxima de 10 metros do quadro de distribuição, que atenda as características da voltagem escolhida. Potência requerida: 6,7 KW 220V bifásico: com fiação de terra; disjuntor bipolar 50ª por fase; fiação mínima de 10mm². 220V trifásico: com fiação de terra, disjuntor tripolar 30ª por fase; fiação mínima de 4mm². 380V trifásico: com fiação de terra e neutro; disjuntor tripolar 20ª por fase; fiação mínima de 4mm². 440V trifásico: com fiação de terra; disjuntor tripolar 15ª por fase; fiação mínima de 4mm². Água. Água fria; rosca 3/4" BSP, com registro de gaveta e pressão entre 1 e 3,5 bar. Recomenda-se o uso de filtro de resíduos. Esgoto (dreno). Tubulação em nível abaixo da base da lavadora, de 50mm, de material resistente para suportar a temperatura da água para enxague, prevista pela máquina. Dimensões e tolerância: Da máquina	UN	NETTER	5	12.990,00	64.950,00

Total Geral dos Itens

R\$ 100.550,00

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 028/2018 P

Publicação Nº 1516776

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 028/2018 do PREGÃO Nº 148/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA. OBJETO: Cumprir os cardápios propostos pelo quadro técnico de nutricionista da Diretoria de Nutrição para todas as Unidades de Ensino deste Município - Registro de Preços, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato. VALOR: R\$ 2.716,00 (dois mil setecentos e dezesseis reais). DATA: 24/01/2018 A 24/01/2019.

COMPANHIA ULTRAGAZ S A	
Fornecedor: 3605361 – JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA	

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
36	Cookies Integrais Diet sem Lactose e Açúcar	PCT	maspa	400	6,79	2.716,00

Total Geral dos Itens	R\$ 2.716,00	
-----------------------	--------------	--

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 029/2018 P

Publicação Nº 1516778

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 029/2018 do PREGÃO Nº 148/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ALFREDO COMÉRCIO VAREJISTA LTDA ME. OBJETO: Cumprir os cardápios propostos pelo quadro técnico de nutricionista da Diretoria de Nutrição para todas as Unidades de Ensino deste Município - Registro de Preços, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato. VALOR: R\$ 16.055,00 (dezesseis mil cinquenta e cinco reais). DATA: 30/01/2018 A 30/01/2019.

COMPANHIA ULTRAGAZ S A	
Fornecedor: 3982505 – ALFREDO COMÉRCIO VAREJISTA LTDA ME	

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
20	CHOCOLATE EM PÓ - Ingredientes: Açúcar e cacau em pó. Embalagem de 200g, devidamente rotulada, conforme legislação vigente. Data de Fabricação: Máximo de 30 dias anteriores ao ato da entrega. Não deve conter glúten e nem traços de leite.	EMB	NEILAR	200	16,30	3.260,00
47	Adoçante em Gotas	FRS	ADOCIL	25	7,30	182,50
34	CANELA EM PÓ - Características técnicas: Canela em pó, acondicionada em embalagem de polietileno atóxico transparente, aproximadamente 30g, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Isento de sujidades, parasitas, larvas e material estranho. Validade mínima de 06 (seis) meses a contar da data de entrega. Não deve conter glúten e nem traços de leite. Rotulagem conforme legislação vigente	EMB	NEILAR	800	4,10	3.280,00

41	FARINHA DE TRIGO INTEGRAL - produto elaborado com grãos de trigo (<i>Triticum aestivum</i> L.) ou outras espécies de trigo do gênero <i>Triticum</i> , ou combinações por meio de trituração ou moagem e outras tecnologias ou processos a partir do processamento completo do grão limpo, contendo ou não o gérmen. Sacos de polietileno transparente, atóxico, pacotes de 1 kg. Data de Fabricação de no máximo 30 dias anteriores ao ato da entrega. Observação: Não deve conter lactose e nem traços de leite. Rotulagem conforme legislação vigente	KG	ORQUIDEA	2000	3,80	7.600,00
68	ORÉGANO DESIDRATADO - Características técnicas: orégano desidratado, em embalagem plástica transparente resistente, contendo 50g, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Isento de sujidades, parasitas, larvas e material estranho. Validade mínima de 12 (doze) meses a contar da data de entrega. Não deve conter glúten e traços de leite.	PCT	NEILAR	550	3,15	1.732,50

Total Geral dos Itens	R\$ 16.055,00
-----------------------	---------------

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 030/2018 P

Publicação Nº 1516780

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 030/2018 do PREGÃO Nº 151/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa RODA BRASIL COMÉRCIO DE PEÇAS PARA VEÍCULOS LTDA. OBJETO: Aquisição de pneus para os veículos e máquinas pertencentes a Secretaria de Serviços Públicos – SESP e SAMAE - Registro de Preços, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato. VALOR: R\$ 146.754,00 (cento e quarenta e seis mil e setecentos e cinquenta e quatro reais). DATA: 30/01/2018 A 30/01/2019.

COMPANHIA ULTRAGAZ S A	
Fornecedor: 3578836 – RODA BRASIL COMÉRCIO DE PEÇAS PARA VEÍCULOS LTDA	

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
6	Pneu 1400x24 16L BORRACHUDO	UN	SPEEDWAYS POWERGRIP G2/L2	36	1.579,00	56.844,00
7	Pneu 275/80 R22.5, índice de carga mínimo 3000Kg, treadwear mínimo 520, radial. BORRACHUDO	UN	JK JETSTEEL	90	999,00	89.910,00

Total Geral dos Itens	R\$ 146.754,00
-----------------------	----------------

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 031/2018 P

Publicação Nº 1516783

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 031/2018 do PREGÃO Nº 151/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa TRANSPORTE E COMÉRCIO DE PNEUS OENNING LTDA EPP. OBJETO: Aquisição de pneus para os veículos e máquinas pertencentes a Secretaria de Serviços Públicos – SESP e SAMAE - Registro de Preços, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato. VALOR: R\$ 43.222,50 (quarenta e três mil duzentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos). DATA: 31/01/2018 A 31/01/2019.

COMPANHIA ULTRAGAZ S A						
Fornecedor: 4090900 – TRANSPORTE E COMÉRCIO DE PNEUS OENNING LTDA EPP						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
3	Pneu 165/70 R13 Índice de carga mínimo 425Kg, Treadwear mínimo 260, radial	UN	FIRESTONE	30	185,00	5.550,00
8	Pneu 12.5 x 8 R18 12 L	UN	ADDO	20	948,00	18.960,00
12	Pneu 1400x24 16L BORRACHUDO(10%re-servado ME/ EPP, conforme decreto n.2111/2017))	UN	SPEEDWAYS	4	1.937,50	7.750,00
13	Pneu 275x80R22,5, indicê de carga mínimo 3000Kg, treawer mínimo 520, radial, BORRACHUDO (10%reservado ME/EPP, conforme decreto n.2111/2017)	UN	GOODRIDE	10	1.096,25	10.962,50
Total Geral dos Itens						R\$ 43.222,50

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 032/2018 P

Publicação Nº 1516785

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 032/2018 do PREGÃO Nº 151/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CV TYRES EIRELI – ME. OBJETO: Aquisição de pneus para os veículos e máquinas pertencentes a Secretaria de Serviços Públicos – SESP e SAMAE - Registro de Preços, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato. VALOR: R\$ 68.960,00 (sessenta e oito mil e novecentos e sessenta reais). DATA: 31/01/2018 A 31/01/2019.

COMPANHIA ULTRAGAZ S A						
Fornecedor: 4090934 – CV TYRES EIRELI – ME						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Pneu 215x75 R17,5 liso, radial, índice de carga mínimo de 1600Kg, Treadwear mínimo 500.	UN	GOODRIDE	30	673,00	20.190,00
2	Pneu 175/70 R14 Índice de carga mínimo 710Kg, Treadwear mínimo 440, radial	UN	APOLLO	30	197,00	5.910,00
4	Pneu 185x65 R15, radial, índice de carga mínimo de 530Kg, Treadwear mínimo 420.	UN	GOODRIDE	40	179,00	7.160,00
5	Pneu 185x60 R15, radial, índice de carga mínimo de 530Kg, Treadwear mínimo 420.	UN	Xbri	30	194,00	5.820,00
9	Camara 1.400 x 24 (para pneu 1400x24 14 16L BORRACHUDO de retroescavadeira e patolas	UN	BBW	30	110,00	3.300,00
10	Camara 12.5 x 80 R 18 (Para pneu 12.5 x80 R18 12L de retroescavadeira e patolas	UN	BBW	30	62,00	1.860,00
14	Pneu 19.5 x24 12 L	UN	SUPERGUIDER	12	2.060,00	24.720,00
Total Geral dos Itens						R\$ 68.960,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 033/2018 P

Publicação Nº 1516787

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº 033/2018 do PREGÃO Nº 151/2017 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa SOMA COMÉRCIO DE TINTA LTDA – ME. OBJETO: Aquisição de pneus para os veículos e máquinas pertencentes a Secretaria de Serviços Públicos – SESP e SAMAE - Registro de Preços, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato. VALOR: R\$ 1.710,00 (um mil e setecentos e dez reais).

DATA: 31/01/2018 A 31/01/2019.

COMPANHIA ULTRAGAZ S A	
Fornecedor: 4090950 – SOMA COMÉRCIO DE TINTAS LTDA – ME	

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
11	Camara 12x16,5 (Para pneu 12x16,5 de mini carregadeira)	UN	JFF 30		57,00	1.710,00

Total Geral dos Itens	R\$ 1.710,00
-----------------------	--------------

EXTRATO DE CONTRATO N.º 001/2018

Publicação Nº 1516792

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
CONTRATO Nº 001/2018– Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa GILMAR SANI – ME. OBJETO: aquisição de MOBILIÁRIO para o Centro de Artes e Esportes Unificado – CEU’S, para funcionamento dos programas oferecidos no local através do Contrato de Repasse n.º 036352493/2001 no município de Palhoça. VALOR: R\$ 9.831,67 (nove mil oitocentos e trinta e um reais e sessenta e sete centavos). Data: 15/01/2018.

EXTRATO DE CONTRATO N.º 002/2018

Publicação Nº 1516795

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
CONTRATO Nº 002/2018– Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa L.MOHR LTDA EPP. OBJETO: aquisição de MOBILIÁRIO para o Centro de Artes e Esportes Unificado – CEU’S, para funcionamento dos programas oferecidos no local através do Contrato de Repasse n.º 036352493/2001 no município de Palhoça. VALOR: R\$ 74.684,00 (setenta e quatro mil seiscentos e oitenta e quatro reais). Data: 15/01/2018.

EXTRATO DE CONTRATO N.º 003/2018

Publicação Nº 1516797

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
CONTRATO Nº 003/2018– Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa EKOMOB COMÉRCIO LTDA EPP. OBJETO: aquisição de MOBILIÁRIO para o Centro de Artes e Esportes Unificado – CEU’S, para funcionamento dos programas oferecidos no local através do Contrato de Repasse n.º 036352493/2001 no município de Palhoça. VALOR: R\$ 16.566,94 (dezesesseis mil quinhentos e cinquenta e seis reais e noventa e quatro centavos). Data: 16/01/2018.

EXTRATO DE CONTRATO N.º 004/2018

Publicação Nº 1516799

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
CONTRATO Nº 004/2018– Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa GRANMEYER MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO PARA ESCRITÓRIO LTDA ME. OBJETO: aquisição de MOBILIÁRIO para o Centro de Artes e Esportes Unificado – CEU’S, para funcionamento dos programas oferecidos no local através do Contrato de Repasse n.º 036352493/2001 no município de Palhoça.

VALOR: R\$ 7.840,00 (sete mil oitocentos e quarenta reais). Data: 17/01/2018.

EXTRATO DE CONTRATO N.º 005/2018

Publicação Nº 1516800

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
CONTRATO Nº 005/2018– Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa JEFERSON DA SILVEIRA – ME. OBJETO: aquisição de MOBILIÁRIO para o Centro de Artes e Esportes Unificado – CEU’S, para funcionamento dos programas oferecidos no local através do Contrato de Repasse n.º 036352493/2001 no município de Palhoça. VALOR: R\$ 36.336,00 (trinta e seis mil trezentos e trinta e seis reais). Data: 17/01/2018.

EXTRATO DE CONTRATO N.º 008/2018

Publicação Nº 1516803

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
CONTRATO Nº 008/2018– Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa COMP1 INFORMÁTICA LTDA – EPP. OBJETO: aquisição de equipamentos de áudio/vídeo para o Centro de Artes Unificado – CEU’S, para funcionamento dos programas oferecidos no local através do Contrato de Repasse n.º 036352493/2001 no município de Palhoça. VALOR: R\$3.190,00(Três Mil, Cento e Noventa Reais). Data: 23/01/2018.

EXTRATO DE CONTRATO N.º 012/2018

Publicação Nº 1516804

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
CONTRATO Nº 012/2018– Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CENTRALARME EQUIP. ELETRONICOS LTDA. OBJETO: contratação de empresa especializada em Serviço de Vigilância, Segurança, Monitoramento e Sistema de Câmeras no CREAS CENTRO do município de Palhoça/SC. VALOR: R\$ 1.800,00 (hum mil e oitocentos reais). Data: 31/01/2018.

EXTRATO DE CONTRATO N.º 013/2018

Publicação Nº 1516805

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
CONTRATO Nº 013/2018– Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CENTRALARME EQUIP. ELETRONICOS LTDA. OBJETO: contratação de empresa especializada em Serviço de Vigilância,

Segurança, Monitoramento e Sistema de Câmeras no CREAS BRE-JARÚ do município de Palhoça/SC. VALOR: R\$ 1.800,00 (hum mil e oitocentos reais). Data: 31/01/2018.

EXTRATO DE CONTRATO N.º 014/2018

Publicação Nº 1516808

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO Nº 014/2018– Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CENTRALARME EQUIP. ELETRONICOS LTDA. OBJETO: contratação de empresa especializada em Serviço de Vigilância, Segurança, Monitoramento e Sistema de Câmeras no CONSELHO TUTELAR PROTEÇÃO E CONSELHO TUTELA SEMEAR do município de Palhoça/SC. VALOR: R\$ 3600,00 (três mil e seiscentos reais). Data: 31/01/2018.

EXTRATO DE CONTRATO N.º 015/2018

Publicação Nº 1516810

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO Nº 015/2018– Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CENTRALARME EQUIP. ELETRONICOS LTDA. OBJETO: contratação de empresa especializada em Serviço de Vigilância, Segurança, Monitoramento e Sistema de Câmeras no PRÉDIO DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL do município de Palhoça/SC. VALOR: R\$ 1.800,00 (hum mil e oitocentos reais). Data: 31/01/2018.

EXTRATO DE CONTRATOS N.º 006/2018

Publicação Nº 1516802

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO Nº 006/2018– Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa SCHEYLLA DE MENDONÇA – ME. OBJETO: aquisição de MOBILIÁRIO para o Centro de Artes e Esportes Unificado – CEU'S, para funcionamento dos programas oferecidos no local através do Contrato de Repasse n.º 036352493/2001 no município de Palhoça. VALOR: R\$ 9.291,00 (nove mil duzentos e noventa e um reais). Data: 19/01/2018.

EXTRATO DE CONTRATOS N.º 17/2018

Publicação Nº 1516811

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO Nº 017/2018– Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ADM INTERNET LTDA. OBJETO: contratação de empresa especializada para fornecimento de Link de Internet Empresarial para as atividades do PRONATEC para o ano de 2018. VALOR: R\$ 6.000,00 (seis mil reais). Data: 31/01/2018.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO N.º 010/2018

Publicação Nº 1516819

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 239/2017

Termo de Aditamento – INCLUSÃO

Espécie: 01º Termo de Aditamento ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS Nº 138/2017, firmado em 29/01/2018, com a empresa AUTO POSTO PUEL LTDA.

OBJETO: Fica incluído na Ata de Registro de Preços de Fornecimento

de Combustível n.º 138/2017 a Secretaria Municipal de Turismo. Relação atualizada dos Veículos Oficiais da Prefeitura Municipal de Palhoça (secretarias, fundos e autarquias):

ADMINISTRAÇÃO	
MKN-1386	RENAULT/LOGAN
AGRICULTURA	
MHC-3665	FORD/COURIER
MCD-4242	FIAT/UNO
QHO 0850	TRATOR
275	TRATOR
785	TRATOR
ROÇADEIRA LATERAL BBR43G	
ASSISTÊNCIA SOCIAL	
MFW-3209	FIAT/UNO
MLN-7892	FIAT/UNO
MGC-2879	FIAT/UNO
MGN-3213	FIAT/UNO
MGO-7589	FIAT/UNO
MGQ-2623	FIAT/UNO
MDO-9275	FIAT/UNO
MKF-0245	FIAT/UNO
OKE-5398	FIAT/DOBLO
MGZ-1073	FIAT/DOBLO
MLG-5315	FIAT/DOBLO
MKH-8247	VW/VOYAGE
MKG3599	VW/KOMBI
QHO 9439	CHERY CELER
QHO 9449	CHERY CELER
QIJ 0487	QQ LOOK
Motosserra a gasolina 50,2 cilindradas	
Soprador a gasolina p/ Jardinagem, motor 27,2	
GABINETE PREFEITO	
QHN 4882	GM SPIN
MDA 9036	FIAT UNO
MDP 0745	FIAT UNO
MHD 9626	FUSION
SAMAE	
80 R	TRATOR
RNW01	RETROESCAVADEIRA
RNW02	RETROESCAVADEIRA
QHA 5012	RETROESCAVADEIRA
QHW 7060	MOTONIVELADORA
ENW01	ESCAVADEIRA
ENW02	ESCAVADEIRA

PFM 84	MINICARREGADEIRA
PFM 89	MINICARREGADEIRA
PFM 90	MINICARREGADEIRA
CBX 05	MINIESCAVADEIRA
CBX10	MINIESCAVADEIRA
MDW 1996	CARGO
MDW 2036	CARGO
QHH 3657	HIDROJATO
QHQ 2844	HIDROJATO
QHM 8204	CAÇAMBA
MMK 7786	FORD FIESTA
MMK 8896	FORD FIESTA
MMK 8956	FORD FIESTA
MMK 8966	FORD FIESTA
EDUCAÇÃO	
MDL 0605	FIAT UNO
MDP 0715	FIAT UNO
MDP 0615	FIAT UNO
MEI 7497	FIAT DOBLO
MHA 3136	FORD TRANSITI
OKG 9717	FIESTA
OKG 9647	FIESTA
OKG 9767	FIESTA
OKG 9597	FIESTA
QHV 5425	CARGO
1525 Roçadeira lateral, profissional 2T	
1474 Roçad costal profissional kw4300	
INFRAESTRUTURA	
MML 0744	FIESTA
MML 0624	FIESTA
MHT 1347	UNO
QHO 8227	CHERY CELER
MFK 9975	TUCSON
HABITAÇÃO	
MGS 2707	FIAT UNO
MLR 0798	SIENA
RECEITA	
MDD 2195	UNO
QHO 8207	CHERY CELER
ESPORTE E CULTURA	
OKE 5488	DOBLÔ
SETUR	
MKH8175	FORD/FIESTA

FCAM	
MJC 6472	PALIO WEEKEND
MJP 6405	STRADA EMPRESTADO OBRAS
IYA 6154	SAVEIRO
PROCON	
MEN 9316	UNO
SEGURANÇA PÚBLICA	
MFB-7677	FIAT UNO
MCA-8333	FORD/RANGER
MHY-0866	FORD/RANGER DEFESA CIVIL
QHY 8729	GOL
QHY 8849	GOL
QHX 8009	ECO SPORT
MGL 2444	DOBLÔ
MJI 5642	MOTO
MJI 6212	MOTO
MFR 2324	MOTO
QIN 8195	TRICICLO
QIS 0267	F 350
QIN3348	GOL
QIN3268	GOL
SESP	
MCQ 5198	DOBLÔ
MHT 1267	SIENA
MAR 4883	UNO
MGQ 4598	UNO
MGS 5857	UNO
MDV 8906	CARGO
MDV 8946	CARGO
MDV 2766	CARGO
MIN 0289	RANGER
MML 0434	FIESTA
MGQ 4538	FIAT/UNO
MGQ 4408	FIAT/UNO
MBC 5025	FIAT/UNO
MJP6405	FIAT/STRADA
MCA8333	FORD RANGER
MNW01	MOTONIVELADORA
MNW 02	MOTONIVELADORA
JCB 4	RETROESCAVADEIRA
JCB 5	RETROESCAVADEIRA
BOB CAT 05	CARREGADEIRA
W20	CARREGADEIRA
TT4030	TRATOR
T3230	TRATOR

MOTOSERRA	1
SOPRADOR	1
ROC 01	ROÇADEIRA
ROC 03	ROÇADEIRA
ROC 05	ROÇADEIRA
ROC 12	ROÇADEIRA
ROC 11	ROÇADEIRA
Roçadeira Lateral Gasolina Branco	
SAÚDE	
QIN 0743	FORD KA
QIM 9943	FORD KA
QIM 9953	FORD KA
QIM 9923	FORD KA
QIN 0693	FORD KA
MHG 5416	KANGOO
MIH 5165	RENAULT
MKX 9666	DOBLÔ
MDT 8568	FIAT UNO
MIA 1863	UNO
MEP 8792	RENAULT
MLB 1344	GRAN SIENA
MHG 5506	KANGOO
MHF 9577	RENAULT
MEZ 7076	HONDA TWISTER
MIH 5145	RENAULT
MAR 4783	UNO
MAR 4813	UNO
MGL 2374	DOBLÔ
MDN 6796	RENAULT
MDR 1827	UNO
QHS 6233	GOL
QHN 1802	GOL
OKE 4625	GOL
QHS 6303	GOL
MHA 3847	RENAULT
MGL 9473	LOGAN
MKJ 9249	DOBLÔ
MIE 1258	NISSAN LIVINA
MLG 5978	DOBLÔ
MIH 5155	LOGAN
MKJ8689	DOBLÔ
MIV 2779	TRANSIT
MKX 1216	RANGER
MLT 0374	DUCATO
MLF 8132	RANGER
MKJ 9209	DOBLÔ
MHI 5193	SIENA
MHE 4664	SIENA

QHV 6926	UNO
QHV 6956	UNO
ILI 9301	RENAULT MASTER
MBH 7338	PEUGEOT BOXER
MAR 4843	UNO
QHF 6273	GOL
MDF 3255	HONDA 150
MEA 1879	HONDA
QHS 6323	GOL
KWC 1843	SPRINTER
QIM 9152	GOL
QIM 9102	GOL
MHQ 4037	DUCATO
QIM 9152	Novo Gol TL MCV
MEA 1899	HONDA 125
MEA 1909	HONDA 125
MDF 3335	HONDA 150
MDF 3305	HONDA 150
MDF 3355	HONDA 150
MEZ 7156	CG 150 TITAN
MEZ 7226	HONDA 150
MHT 0445	BIZ 125 ES
MHT 0415	BIZ 125 ES
MHT 0495	BIZ 125 ES
ROÇADEIRA KW 5.200 LATERAL C/ GUIDÃO	
GERADOR STAND PRIME 80/72 KM	

FUNDAMENTO LEGAL: art.57, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.

PROCESSO LICITATÓRIO DE PREGÃO – REGISTRO DE PREÇO N. 139/2017

DATA: 20/12/2017

Signatários: pelo Contratante,
CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária Municipal de Administração
Pelo Contratado,
AUTO POSTO PUEL LTDA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO N.º 11/2018

Publicação Nº 1516821

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 11/2018

Termo de Aditamento – PRAZO

Espécie: 3º Termo de Aditamento ao Contrato de Prestação de Serviços Nº 027/2015, firmado em 20/02/2015, com a empresa CERNE AMBIENTAL LTDA EPP.

OBJETO Fica prorrogado por mais 10 (DEZ) meses, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV do Contrato de Prestação de Serviços nº 027/2015, sendo o prazo de vigência com início retroagido a 20/08/2017 a 19/06/2018, conforme parecer técnico efetuado pelo setor de engenharia.

FUNDAMENTO LEGAL: art.57, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.

PROCESSO DE TOMADA DE PREÇO: Nº 209/2014

DATA: 31/01/2018.

Signatários: pelo Contratante,
EDUARDO FRECCIA
Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento

DENISE DUARTE MORO
Engenheira Sanitarista
Pelo Contratado,
CERNE AMBIENTAL LTDA EPP
Robison Fumagalli Lima

EXTRATO DE TERMO ADITIVO N.º 18/2018

Publicação Nº 1516822

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 18/2018
Termo de Aditamento – PRAZO
Espécie: 10º Termo de Aditamento ao Contrato de Execução de Obras Nº 99/2014, firmado em 14/04/2014, com a empresa STC – SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÃO LTDA.
OBJETO: Fica prorrogado por mais 180 (cento e oitenta) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula Quarta, do contrato de execução de obra nº 099/2014, conforme parecer técnico efetuado pelo setor de engenharia.
FUNDAMENTO LEGAL: art.57, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.
PROCESSO DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA: Nº 177/2013
DATA: 31/01/2018.
Signatários: pelo Contratante,
EDUARDO FRECCIA
Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento
RICARDO MATTIELLO
Engenheiro Sanitarista e Ambiental – SAMAE
Pelo Contratado,
STC – SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÃO LTDA
Valdecir Rogério Antunes Lima

EXTRATO DE TERMO ADITIVO N.º 19/2018

Publicação Nº 1516823

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 19/2018
Termo de Aditamento – PRAZO
Espécie: 3º Termo de Aditamento ao Contrato de Execução de Obras Nº 173/2016, firmado em 18/07/2016, com a empresa FÓRMULA PAVIMENTAÇÃO URBANA LTDA ME.
OBJETO: Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV, do Contrato de Execução de Obras/Serviços n.º 173/2016 do LOTE 02: Implantação de medida moderadora de tráfego (RÓTULA) na Avenida Vidal Procópio Lanh com a Avenida Rio Grande, Centro, conforme parecer técnico efetuado pelo setor de engenharia.
FUNDAMENTO LEGAL: art.57, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.
PROCESSO DE TOMADA DE PREÇO: Nº 69/2016
DATA: 31/01/2018.
Signatários: pelo Contratante,
EDUARDO FRECCIA
Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento
MÁRIO CILO VIEIRA ZAMBELLI
Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça
Pelo Contratado,
FÓRMULA PAVIMENTAÇÃO URBANA LTDA ME

EXTRATO DE TERMO ADITIVO N.º 20/2018

Publicação Nº 1516825

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 20/2018
Termo de Aditamento – PRAZO
Espécie: 3º Termo de Aditamento ao Contrato de Execução de Obras Nº 142/2017, firmado em 18/07/2016, com a empresa MAURÍCIO SAVULSKI DE MATOS ME.
OBJETO: Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV, do contrato de execução de obra nº 142/2017, conforme parecer técnico efetuado pelo setor de engenharia.
FUNDAMENTO LEGAL: art.57, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.
PROCESSO DE TOMADA DE PREÇO: Nº 47/2017
DATA: 31/01/2018.
Signatários: pelo Contratante,
EDUARDO FRECCIA
Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento
FERNANDO IRENO VIEIRA
Capitão BM Cmt FUNREBOM
MÁRIO CILO VIEIRA ZAMBELLI
Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça
VINÍCIUS CARDOSO CORRÊA
Arquiteto e Urbanista – Prefeitura Municipal de Palhoça
Pelo Contratado,
MAURÍCIO SAVULSKI DE MATOS ME

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2018

Publicação Nº 1517767

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2018
Espécie: DISPENSA DE LICITAÇÃO com fundamento no art. 24, X, da Lei n. 8.666/93 e suas posteriores alterações.
Favorecido: VENDECASA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.
Objeto: Locação de 01 (um) imóvel em alvenaria edificado em terreno próprio com área total tributada de 7.852,16 m2, situado na Av. Hilza Terezinha Pagani, 280- Parque Residencial Pagani - Centro, neste Município, inscrito no Cartório de Registro de Imóveis do município de Palhoça, matrícula nº 37.275.
Vigência do Contrato: 01/01/2018 a 31/12/2022
Processo: Dispensa de Licitação n. 004/2018.
Rubrica orçamentária: "512" / 3.3.90.39.10; "176" / 3.3.90.39.10; "90" / 3.3.90.39.10.
Valor Mensal: R\$ 139.189,18 (cento e trinta e nove mil, cento e oitenta e nove reais, e dezoito centavos).
Autorização em 31/01/2018.
Ratificada em: 31/01/2018.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA 01/18

Publicação Nº 1517333

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Palhoça
AV. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/sc – Cep: 88132-271
Fone/Fax: (48) 3279-1745 – CNPJ: 82.892.316/0001-08 – Visite Nosso Site: www.palhoca.scv.gov.br

PORTARIA Nº 01/2018.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária Municipal de

Administração, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 7º, inciso III da Lei Complementar nº. 149/2013 combinado com o artigo 227 da Lei Complementar nº. 096/2010.

Considerando o término da licença saúde da servidora A.S.,

RESOLVE

Revogar a portaria 82/2017 para dar continuidade ao processo Administrativo disciplinar 17631/2017.

Palhoça - SC, em 02 de fevereiro de 2018.

Cristina Schwinden Schmidt
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA 02/18

Publicação Nº 1516699

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Palhoça
AV. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/sc – Cep: 88132-271
Fone/Fax: (48) 3279-1745 – CNPJ: 82.892.316/0001-08 – Visite Nosso Site: www.palhoca.scv.gov.br

PORTARIA Nº 02/2018.

CRISTINA SCWINDEN SCHMIDT, Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 7º, inciso III da Lei Complementar nº. 149/2013 combinado com o artigo 227 da Lei Complementar nº. 096/2010.

Considerando o memorando nº 60.966/2017 da Secretaria Municipal de Educação

RESOLVE

1.0 Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, figurando como argüido à servidora pública R.D. nos termos do art. 231, 233 e 235 da Lei Complementar nº 96, de 15 de dezembro de 2010, haja vista que a servidora supostamente, abandonou o cargo.

2.0 Constituir, com o fim de dar cumprimento à determinação feita no item precedente, Comissão Processante que será integrada pelos membros, que vão a seguir individuados:

- A) ROSI MARIA VARELLA – mat. 800786- Presidente
- B) RENATA ANSELMO MAFRA COELHO - mat. 129290 – Secretária
- C) JOSIANE FARIAS PEREIRA - mat. 801457 – Membro

3.0 Fixar, por força do Diploma Legal, art. 237 da Lei Complementar nº 096/2010 para a conclusão dos trabalhos em 60 (sessenta) dias, contados da publicação da presente portaria, prorrogável em caso de força maior por mais 60 dias.

Palhoça - SC, em 02 de fevereiro de 2018.

Cristina Schwinden Schmidt
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA 03/18

Publicação Nº 1516708

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Palhoça
AV. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/sc – Cep: 88132-271
Fone/Fax: (48) 3279-1745 – CNPJ: 82.892.316/0001-08 – Visite Nosso Site: www.palhoca.scv.gov.br

PORTARIA Nº 03/2018.

CRISTINA SCWINDEN SCHMIDT, Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 7º, inciso III da Lei Complementar nº. 149/2013 combinado com o artigo 227 da Lei Complementar nº. 096/2010.

Considerando o memorando nº 62.876/2017 da Secretária Municipal da Saúde

RESOLVE

1.0 Determinar a instauração de Sindicância Investigatória para apurar responsabilidade pelos fatos, nos termos do art. 229, 238, 239, 241 da Lei Complementar nº 96, de 15 de dezembro de 2010.

2.0 Constituir, com o fim de dar cumprimento à determinação feita no item precedente, Presidente da Sindicância que será integrada pelo membro a seguir:

A) RENATA ANSELMO MAFRA COELHO - mat. 129290 - Presidente

3.0 Fixar, por força do Diploma Legal, art. 237 da Lei Complementar nº 096/2010 para a conclusão dos trabalhos em 60 (sessenta) dias, contados da publicação da presente portaria, prorrogável em caso de força maior por mais 60 dias.

Palhoça - SC, em 02 de fevereiro de 2018.

Cristina Schwinden Schmidt
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA 04/18

Publicação Nº 1516693

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Palhoça
AV. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/sc – Cep: 88132-271
Fone/Fax: (48) 3279-1745 – CNPJ: 82.892.316/0001-08 – Visite Nosso Site: www.palhoca.scv.gov.br

PORTARIA Nº 04/2018.

CRISTINA SCWINDEN SCHMIDT, Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 7º, inciso III da Lei Complementar nº. 149/2013 combinado com o artigo 227 da Lei Complementar nº. 096/2010.

Considerando o memorando nº 43.258/2017 da Secretaria Municipal da Assistência Social

RESOLVE

1.0 Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, figurando como argüido o servidor público Y.K.K. nos termos do art. 231, 233 e 235 da Lei Complementar nº 96, de 15 de

dezembro de 2010, haja vista que o servidor supostamente agiu com: ineficiência desidiosa no exercício de suas funções e inassiduidade habitual.

2.0 Constituir, com o fim de dar cumprimento à determinação feita no item precedente, Comissão Processante que será integrada pelos membros, que vão a seguir individuados:

- A) ROSI MARIA VARELLA – mat. 800786- Presidente
- B) RENATA ANSELMO MAFRA COELHO - mat. 129290 – Secretária
- C) JOSIANE FARIAS PEREIRA - mat. 801457 – Membro

3.0 Fixar, por força do Diploma Legal, art. 237 da Lei Complementar nº 096/2010 para a conclusão dos trabalhos em 60 (sessenta) dias, contados da publicação da presente portaria, prorrogável em caso de força maior por mais 60 dias.

Palhoça - SC, em 02 de fevereiro de 2018.

Cristina Schwinden Schmidt
Secretária Municipal de Administração

Palma Sola

PREFEITURA

DECRETO 004/2018 REGULA ACESSO À INFORMAÇÃO SIC

Publicação Nº 1516880

Decreto n. 004/2018, de 25 de janeiro de 2018.

Regula o acesso à informação no âmbito do Município de Palma Sola e dá outras providências

Moacir Sansigolo, Prefeito Municipal em exercício do Município de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os Incisos VI, XXV e XXX, do Art. 73, da Lei Orgânica do Município.

Decreta:

Art. 1º Fica regulamentado os procedimentos a serem observados pelo Município de Palma Sola, com o fim de garantir o acesso à informação previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37, no § 2º do art. 216 da Constituição da República, e na Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Art. 2º Aplicam-se as disposições deste Decreto, no que couber, às entidades privadas sem fins lucrativos que recebam, para a realização de ações de interesse público, recursos do orçamento municipal na forma de auxílios, contribuições, subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênio, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres.

Parágrafo único. A publicidade a que estão submetidas as entidades citadas no caput refere-se à parcela dos recursos públicos recebidos e à sua destinação, sem prejuízo das prestações de contas a que estejam legalmente obrigadas.

CAPÍTULO I

DO SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO - SIC

Art. 3º O acesso a informações públicas será garantido por meio do Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, vinculado à Secretaria de Administração, que deverá assegurar:

I - a gestão transparente da informação, propiciando o seu amplo acesso e a sua divulgação;

II - a proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade; e;

III - a proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, observada a sua disponibilidade, autenticidade, integridade e eventual restrição de acesso.

Art. 4º O Serviço de Informação ao Cidadão - SIC do Município compreende a atividade de prestar ou fornecer:

I - orientação sobre os procedimentos para o acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada;

II - informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, recolhidos ou não a arquivos públicos;

III - informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades, mesmo que esse vínculo já tenha cessado;

IV - informação primária, íntegra, autêntica e atualizada;

V - informação sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços;

VI - informação pertinente à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitações, contratos administrativos; e

VII - informação relativa:

a) à implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicas, bem como metas e indicadores propostos;

b) ao resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo,

incluindo prestações de contas relativas a exercícios anteriores.

Art. 5º O acesso à informação de que trata este Decreto não abrangem:

I - as hipóteses legais de sigilo e de segredo de justiça;

II - as sindicâncias investigatórias enquanto em andamento, assim classificadas pela autoridade instauradora competente como envolvendo situações de caráter sigiloso;

III - as hipóteses de segredo industrial decorrentes da exploração direta de atividade econômica pelo Poder Público ou por pessoa física ou entidade privada que tenha qualquer espécie de vínculo com ele;

IV - as negociações prévias e celebração de protocolos de intenções entre o Poder Público e particulares, relativos à instalação de empreendimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços no território municipal, de proporções econômicas e sociais e significativas para a realidade local, até a definição dos benefícios a serem concedidos no âmbito de programa de desenvolvimento econômico e a edição de lei autorizativa de instalação do empreendimento com a concessão dos incentivos públicos.

Parágrafo único. As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem em violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objetos de restrição de acesso.

Art. 6º É criado no âmbito do Poder Executivo Municipal, o Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, vinculado à Secretaria de Administração, que visa ao atendimento dos pedidos de acesso à informação pública, não excluída a obrigatoriedade dos órgãos públicos realizarem a publicidade oficial dos atos de sua competência, de forma rotineira e independentemente de qualquer requerimento, para que surtam seus efeitos jurídicos e legais, em atendimento à legislação específica.

Art. 7º A Câmara de Vereadores do Município deverá organizar e regulamentar os seus serviços por meio de norma própria, de acordo com a sua estrutura administrativa.

CAPÍTULO II

DO PROCEDIMENTO DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Seção I

Do Pedido de Acesso

Art. 8º Qualquer interessado tem legitimidade para apresentar pedido de acesso à informação aos órgãos e entidades públicas municipais, por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida, sendo vedada a exigência:

I - de dados que possam inviabilizar a solicitação de acesso; e,

II - de motivos e/ou justificativas determinantes da solicitação de acesso a informações de interesse público.

Parágrafo único. A vedação contida no inciso II do caput é excepcionada para os casos de pedido de acesso relativos a informações pessoais que potencialmente possa prejudicar a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem, bem como às liberdades e garantias individuais daqueles a quem elas se referam.

Art. 9º O pedido de acesso será protocolado junto ao Protocolo Geral do Município, autuado e numerado em expediente próprio, cabendo ao Servidor designado para atuar no serviço, deliberar sobre as providências necessárias para o seu processamento.

Parágrafo único. Compete ao Chefe do Poder Executivo, mediante Decreto, definir os meios oficiais de encaminhamento de pedidos de acesso, bem como os respectivos endereços e contatos, devendo, obrigatoriamente, disponibilizar pelo menos uma alternativa eletrônica por meio do site oficial do Município na internet.

Art. 10. O Serviço de Informação ao Cidadão - SIC deverá conceder

o acesso imediato à informação disponível.

§ 1º Não sendo possível a concessão de acesso imediato, na forma do caput deste artigo, o SIC, em prazo não superior a 20 (vinte) dias, deverá:

I - comunicar a data, local e modo para se realizar a consulta, efetuar a reprodução ou obter a certidão;

II - indicar as razões de fato ou de direito da recusa, total ou parcial, do acesso pretendido; ou,

III - comunicar que não possui a informação, indicando, se for do seu conhecimento, o órgão ou a entidade que a detém, ou, ainda, remetendo o requerimento a esse órgão ou entidade, cientificando o interessado da remessa de seu pedido de informação.

§ 2º O prazo referido no § 1º poderá ser prorrogado por mais 10 (dez) dias, mediante justificativa expressa, da qual será cientificado o requerente.

§ 3º Sem prejuízo da segurança e da proteção das informações e do cumprimento da legislação aplicável, o Serviço de Informação ao Cidadão - SIC poderá oferecer meios para que o próprio requerente possa pesquisar a informação de que necessitar.

§ 4º Quando não for autorizado o acesso por se tratar de informação total ou parcialmente sigilosa nos termos do art. 23 e seguintes de Lei Federal nº 12.527/2011, o requerente deverá ser informado sobre a possibilidade de recurso, prazos e condições para sua interposição, devendo, ainda, ser-lhe indicada a autoridade competente para sua apreciação.

§ 5º A informação armazenada em formato digital será fornecida nesse formato impresso, eletrônico ou em qualquer outro meio de acesso universal, serão informados ao requerente, por escrito, o lugar e a forma pela qual poderá consultar, obter ou reproduzir a referida informação, procedimento esse que desonerará o SIC da obrigação de seu fornecimento direto, salvo se o requerente declarar não dispor de meios para realizar por si mesmo tais procedimentos.

Art. 11. O Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, abrangendo a busca e o fornecimento direto, salvo nas hipóteses de reprodução de documentos, situação em que será cobrado do requerente o valor necessário ao ressarcimento do custo dos serviços e dos materiais utilizados, conforme definido em regulamento próprio.

Parágrafo único. Estará isento de ressarcir os custos previstos no caput o requerente cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família, declarada nos termos da Lei Federal nº 7.115/1983.

Art. 12. Quando se tratar de acesso a informação contida em documento cuja manipulação possa prejudicar sua integridade, deverá ser oferecida a consulta de cópia, com certificação de que esta confere com a original.

Parágrafo único. Na impossibilidade de obtenção de cópias, o requerente poderá solicitar que, a suas expensas e sob supervisão de servidor público, a reprodução seja feita por outro meio que não ponha em risco a conservação do documento original.

Art. 13. Em caso de indeferimento, parcial ou total, de acesso à informação, é assegurado ao requerente o direito de obter o inteiro teor da decisão prolatada pelo Serviço de Informação ao Cidadão - SIC.

§ 1º Quando não for autorizado acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa, é assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo.

§ 2º O direito do acesso aos documentos ou às informações neles contidas utilizados como fundamento da tomada de decisão e do ato administrativo será assegurado com a edição do ato decisório respectivo.

§ 3º A negativa de acesso às informações objeto de pedido formulado aos órgãos e entidades públicas municipais, quando não fundamentada, sujeitará o responsável a medidas disciplinares, nos termos da legislação aplicável.

§ 4º Quando a negativa de acesso à informação tiver como fundamento o seu extravio, poderá o interessado requerer à autoridade competente administrativo apropriado para apurar o

desaparecimento da respectiva documentação, hipótese na qual o responsável pela guarda da informação extraviada deverá, no prazo de 10 (dez) dias, justificar o fato e indicar as provas que comprovem sua alegação.

Seção II - Dos Recursos

Art. 14. No caso de indeferimento parcial ou total de acesso à informação ou às razões da negativa do acesso, o interessado poderá interpor recurso contra a decisão, no prazo de 10 (dez) dias a contar da sua ciência.

§ 1º O recurso será dirigido ao Secretário Municipal de Administração por intermédio do Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, que poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado.

§ 2º O Secretário Municipal de Administração deverá proferir a sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias contados do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

Art. 15. Indeferido o acesso a informação pelo Secretário Municipal de Administração na forma do artigo 11 deste Decreto, o requerente poderá recorrer ao Prefeito, que deliberará no prazo de 5 (cinco) dias se:

I - o acesso à informação não classificada como sigilosa for negado;

II - a decisão de negativa de acesso a informação total ou parcialmente classificada como sigilosa não indicar a autoridade classificadora ou a hierarquicamente superior a quem possa ser dirigido pedido de acesso ou desclassificação; e,

III - estiverem sendo descumpridos prazos ou outros procedimentos previstos neste Decreto.

§ 1º Verificada a procedência das razões do recurso, o Prefeito determinará ao Serviço de Informação ao Cidadão - SIC que adote as providências necessárias para dar cumprimento ao disposto neste Decreto.

§ 2º Negado o acesso à informação pelo Prefeito, cópia do expediente será encaminhada ao Sistema de Controle Interno, para acompanhamento e fiscalização da sua regularidade.

CAPÍTULO III

DA DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PARA DESEMPENHO DAS ATIVIDADES REFERENTES AO SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO - SIC E SUAS ATRIBUIÇÕES

Art. 16. O Serviço de Informação ao Cidadão - SIC será desempenhado de forma exclusiva por um servidor efetivo e estável, a ser designado pelo Prefeito Municipal.

§ 1º O servidor que vier a ser designado na forma deste artigo deverá ser submetido, de forma regular e permanente, a treinamentos e avaliações de desempenho de atividades, com o objetivo de manter-se a condição indispensável para a sua permanência no exercício da função, bem como para garantir a eficiência do Serviço de Informação ao Cidadão - SIC.

§ 2º O servidor designado para atuar no Serviço de Informação ao Cidadão - SIC deverá desempenhar com zelo, integridade e eficiência as funções deste serviço.

§ 3º A função do servidor que atuar no Serviço de Informação ao Cidadão - SIC compreende a responsabilidade pela autuação, instrução, acompanhamento e diligências relativas aos expedientes de pedidos de acesso à informação, a disponibilização de informações públicas, a deliberação sobre os pedidos de acesso em primeira instância, o recebimento, processamento e o encaminhamento à autoridade superior dos recursos interpostos das suas decisões, a articulação com outros órgãos administrativos para fins de instrução dos expedientes sob a sua responsabilidade e todas as demais tarefas administrativas relativas aos pedidos de acesso à informação formulados para os órgãos e entidades do Município, aí incluída a responsabilidade pela alimentação de programas informatizados de acompanhamento dos expedientes e a execução de tarefas auxiliares junto ao arquivo público.

§ 4º Compete ao servidor designado para atuar no Serviço de Informação ao Cidadão - SIC o dever de notificar o Secretário Municipal de Administração, o Controle Interno e a Assessoria Jurídica acerca dos casos de inobservância das diretrizes estabelecidas neste Decreto.

Art. 17. Além das atribuições previstas no § 3º do artigo anterior, cabe ainda ao servidor designado para atuar no Serviço de Informação ao Cidadão:

I - assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso à informação, de forma eficiente e adequada aos objetivos deste Decreto;

II - monitorar a implementação do disposto decreto e apresentar relatórios periódicos sobre o seu cumprimento;

III - recomendar as medidas indispensáveis à implementação e ao aperfeiçoamento das normas e procedimentos necessários ao correto cumprimento do disposto decreto; e

IV - orientar as respectivas unidades e órgãos administrativos no que se refere ao cumprimento do disposto decreto e seus regulamentos.

CAPÍTULO IV - DAS RESPONSABILIDADES

Art. 18. As condutas ilícitas que ensejarem responsabilidades ao agente público na forma do art. 32 da Lei Federal nº 12.527/2011, serão processadas em expediente administrativo próprio, com observância aos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, e serão consideradas, para fins do disposto no Regime Jurídico Único dos Servidores de que trata a Lei Municipal nº 909/91, infrações administrativas, que deverão ser apenadas segundo os critérios nela estabelecidos.

Art. 19. A pessoa física ou entidade privada que detiver informações em virtude de vínculo de qualquer natureza com o Poder Público e deixar de observar o disposto neste decreto estará sujeita às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - rescisão do vínculo com o poder público;

IV - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração pública por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

§ 1º As sanções previstas nos incisos I, II, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, assegurado o direito de defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias.

§ 2º A aplicação da sanção prevista no inciso V é de competência exclusiva do Prefeito, facultada a defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista.

§ 3º A reabilitação referida no inciso V será autorizada somente quando o interessado efetivar o ressarcimento ao órgão ou entidade dos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso IV.

Art. 20. Os órgãos e entidades públicas respondem diretamente pelos danos causados em decorrência da divulgação não autorizada ou utilização indevida de informações sigilosas ou informações pessoais, cabendo a apuração de responsabilidade funcional nos casos de dolo ou culpa, assegurado o respectivo direito de regresso.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se à pessoa física ou entidade privada que, em virtude de vínculo de qualquer natureza com órgãos ou entidades, tenha acesso a informação sigilosa ou pessoal e a submeta a tratamento indevido.

CAPÍTULO IV - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 21. Todas as unidades e órgãos administrativos deverão atender com zelo e presteza as solicitações realizadas pelo Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, no prazo assinalado pela respectiva Comissão, devendo justificar formalmente a eventual impossibilidade de disponibilizar as informações requeridas, sob pena de responsabilidade.

Parágrafo único. O Serviço de Informação ao Cidadão - SIC e o Arquivo Público Municipal deverão trabalhar em regime de cooperação, envidando esforços para a manutenção sempre atualizada das informações e registros constantes dos arquivos gerais, para o que poderão elaborar planos de trabalho conjunto, definir estratégias

organizacionais e realizar treinamentos e capacitações.

Art. 22. As adequações administrativas que se fizeram necessárias em decorrência da aplicação deste Decreto serão efetivadas por meio de atos administrativos próprios.

Art. 23. Este Decreto revoga as disposições estabelecidas no decreto 98 de 29 de agosto de 2016.

Art. 24. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola,
24 de janeiro de 2018.

Moacir Sansigolo

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e Publicado nesta data

Tiago Bianqueto

Secretário de Administração

DECRETO 005/2018 REGULAMENTA SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 1516881

Decreto n. 005, de 29 de janeiro de 2018.

REGULAMENTA O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PREVISTO NO ART. 15 DA LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

Moacir Sansigolo, Prefeito Municipal em exercício de Palma Sola, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os Incisos VI, XXV e XXX, do Art. 73, da Lei Orgânica do Município.

Decreta:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - As contratações de serviços e a aquisição de bens, quando efetuadas pelo Sistema de Registro de Preços - SRP, no âmbito da administração pública municipal direta, autárquica e fundacional e demais entidades controladas, direta ou indiretamente pelo Município, obedecerão ao disposto neste Decreto.

Art. 2º - Para os efeitos deste Decreto, são adotadas as seguintes definições:

I - Sistema de Registro de Preços - conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras;

II - ata de registro de preços - documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, em que se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas;

III - órgão gerenciador - órgão ou entidade da administração pública municipal responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da ata de registro de preços dele decorrente;

IV - órgão participante - órgão ou entidade da administração pública que participa dos procedimentos iniciais do Sistema de Registro de Preços e integra a ata de registro de preços;

V - órgão não participante - órgão ou entidade da administração pública que, não tendo participado dos procedimentos iniciais da licitação, atendidos os requisitos desta norma, faz adesão à ata de registro de preços.

Art. 3º - O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo;

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

CAPÍTULO II

DAS COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

Art. 4º - Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, e ainda o seguinte:

I - consolidar informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos termos de referência ou projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização;

II - promover atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório;

III - confirmar junto aos órgãos participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos e termo de referência ou projeto básico;

IV - conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;

V - aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório; e

VI - aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

VII - autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo, respeitado o prazo de vigência da ata, quando solicitada pelo órgão não participante.

§ 1º - A ata de registro de preços, disponibilizada no Portal da Transparência Municipal, poderá ser assinada por certificação digital.

§ 2º - O órgão gerenciador poderá solicitar auxílio técnico aos órgãos participantes para execução das atividades previstas nos incisos IV, V e VI do caput.

§ 3º - Fica delegado ao Secretário Municipal da pasta interessada o exercício da competência para assinar as atas de registros de preço.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

Art. 5º - O órgão participante será responsável pela manifestação de interesse em participar do registro de preços, providenciando o encaminhamento ao órgão gerenciador de sua estimativa de consumo, local de entrega e, quando couber, cronograma de contratação e respectivas especificações ou termo de referência ou projeto básico, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, adequado ao registro de preços do qual pretende fazer parte, devendo ainda:

I - garantir que os atos relativos a sua inclusão no registro de preços estejam formalizados e aprovados pela autoridade competente;

II - manifestar, junto ao órgão gerenciador, mediante a utilização da Intenção de Registro de Preços, sua concordância com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licitatório; e

III - tomar conhecimento da ata de registros de preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições.

§ 1º - cabe ao órgão participante aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

§ 2º - Cabe ao órgão participante aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento

das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

CAPÍTULO IV

DA LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS

Art. 6º - A licitação para registro de preços será realizada na modalidade de concorrência, do tipo menor preço, nos termos da Lei nº 8.666/1993, ou na modalidade de pregão, nos termos da Lei nº 10.520/2002, e será precedida de ampla pesquisa de mercado.

§ 1º - O julgamento por técnica e preço, na modalidade concorrência, poderá ser excepcionalmente adotado, a critério do órgão gerenciador e mediante despacho fundamentado da autoridade máxima do órgão ou entidade.

§ 2º - Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

Art. 7º - O órgão gerenciador poderá dividir a quantidade total do item em lotes, quando técnica e economicamente viável, para possibilitar maior competitividade, observada a quantidade mínima, o prazo e o local de entrega ou de prestação dos serviços.

§ 1º - No caso de serviços, a divisão considerará a unidade de medida adotada para aferição dos produtos e resultados, e será observada a demanda específica de cada órgão ou entidade participante do certame.

§ 2º - Na situação prevista no § 1º, deverá ser evitada a contratação, em um mesmo órgão ou entidade, de mais de uma empresa para a execução de um mesmo serviço, em uma mesma localidade, para assegurar a responsabilidade contratual e o princípio da padronização.

Art. 8º - O edital de licitação para registro de preços observará o disposto nas Leis nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002, e contemplará, no mínimo:

I - a especificação ou descrição do objeto, que explicitará o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para a caracterização do bem ou serviço, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;

II - estimativa de quantidades a serem adquiridas pelo órgão gerenciador e órgãos participantes;

III - estimativa de quantidades a serem adquiridas por órgãos não participantes, no caso de o órgão gerenciador admitir adesões;

IV - quantidade mínima de unidades a ser cotada, por item, no caso de bens;

V - condições quanto ao local, prazo de entrega, forma de pagamento, e nos casos de serviços, quando cabível, frequência, periodicidade, características do pessoal, materiais e equipamentos a serem utilizados, procedimentos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados;

VI - prazo de validade do registro de preço, observado o disposto no caput do art. 12;

VII - órgãos e entidades participantes do registro de preço;

VIII - modelos de planilhas de custo e minutas de contratos, quando cabível;

IX - penalidades por descumprimento das condições;

IX - minuta da ata de registro de preços como anexo; e

X - realização periódica de pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade.

§ 1º - O edital poderá admitir, como critério de julgamento, o menor preço aferido pela oferta de desconto sobre tabela de preços praticados no mercado, desde que tecnicamente justificado.

§ 2º - Quando o edital previr o fornecimento de bens ou prestação de serviços em locais diferentes, é facultada a exigência de apresentação de proposta diferenciada por região, de modo que aos preços sejam acrescidos custos variáveis por região.

§ 3º - A estimativa a que se refere o inciso III do caput não será considerada para fins de qualificação técnica e qualificação econômico-financeira na habilitação do licitante.

§ 4º - O exame e a aprovação das minutas do instrumento convocatório e do contrato serão efetuados exclusivamente pela assessoria

jurídica do órgão.

Art. 9º - Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

Parágrafo único. A apresentação de novas propostas na forma do caput não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

CAPÍTULO V

DO REGISTRO DE PREÇOS E DA VALIDADE DA ATA

Art. 10 - Após a homologação da licitação, o registro de preços observará, entre outras, as seguintes condições:

I - serão registrados na ata de registro de preços os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a fase competitiva;

II - será incluído, na respectiva ata na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666/1993;

III - o preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no Portal de Transferência Municipal e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços;

IV - a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.

§ 1º - O registro a que se refere o inciso II do caput tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21.

§ 2º - Se houver mais de um licitante na situação de que trata o inciso II do caput, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

§ 3º - A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva a que se refere o inciso II do caput será efetuada, na hipótese prevista no parágrafo único do art. 13 e quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21.

§ 4º - O anexo que trata o inciso II do caput consiste na ata de realização da sessão pública do pregão ou da concorrência, que conterá a informação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame.

Art. 11 - O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666/1993.

§ 1º - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

§ 2º - A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços será definida nos instrumentos convocatórios, observado o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

§ 3º - Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

§ 4º - O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

CAPÍTULO VI

DA ASSINATURA DA ATA E DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDORES REGISTRADOS

Art. 12 - Homologado o resultado da licitação, o fornecedor mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no instrumento convocatório, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela administração.

Parágrafo único. É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

Art. 13 - A ata de registro de preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade.

Parágrafo único. A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido neste artigo, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

Art. 14 - A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 62 da Lei nº 8.666/1993.

Art. 15 - A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

CAPÍTULO VII

DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Art. 16 - Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

Art. 17 - Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

§ 1º - Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

§ 2º - A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

Art. 18 - Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

II - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

Art. 19 - O registro do fornecedor será cancelado quando:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços;

II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666/1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

Parágrafo único. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Art. 20 - O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

CAPÍTULO VIII

DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

Art. 21 - Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

§ 1º - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

§ 2º - Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

§ 3º - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

§ 4º - O instrumento convocatório deverá prever que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

§ 5º - Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

§ 6º - Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

§ 7º - Fica admitida aos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal a adesão à ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade municipal, distrital, estadual ou federal.

§ 8º - É facultada aos órgãos ou entidades municipais, distritais, estaduais ou federais a adesão à ata de registro de preços da Administração Pública Municipal.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 22 - A Administração poderá utilizar recursos de tecnologia da informação na operacionalização do disposto neste Decreto e automatizar procedimentos de controle e atribuições dos órgãos gerenciadores e participantes.

Art. 23 - As atas de registro de preços vigentes, poderão ser utilizadas pelos órgãos gerenciadores e participantes, até o término de sua vigência.

Art. 24 - O órgão gerenciador deverá:

I - providenciar a assinatura da ata de registro de preços e o encaminhamento de sua cópia aos órgãos ou entidades participantes; e
II - providenciar a indicação dos fornecedores para atendimento às demandas, observada a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos órgãos e entidades participantes.

Art. 25 - A ata registrará os licitantes vencedores, quantitativos e respectivos preços.

Art. 26 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola,
24 de janeiro de 2018.

MOACIR SANSIGOLO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e Publicado nesta data

Tiago Bianqueto

Secretário de Administração

DECRETO 006/2018 INSTITUI TURNO ÚNICO SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO E AGRICULTURA

Publicação Nº 1516883

Decreto nº 006, de 31 de janeiro de 2018.

INSTITUI TURNO ÚNICO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MOACIR SANSIGOLO, Prefeito Municipal em Exercício de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com os incisos VI, XXV e XXX, do art. 73, da Lei Orgânica do Município, combinado com o inciso XIV, do art. 7º, mais o § 3º, do art. 39, da Constituição Federal,

CONSIDERANDO, o enxugamento das despesas, a racionalização do serviço público e o atendimento às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal no sentido de praticidade, economicidade e racionalidade no trato com verbas públicas,

DECRETA:

Art. 1º - Fica mantido TURNO ÚNICO de 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais de trabalho na Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente e Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito.

§ 1º - O horário de trabalho, para cumprimento do Turno Único instituído por este Decreto, será das 07:00 horas às 13:00 horas.

§ 2º - O Turno Único instituído por este Decreto terá vigência no período de 01 de fevereiro de 2018 a 16 de fevereiro de 2018.

Art. 2º - Ficam revogadas as disposições concernentes no caput, do art. 1º do Decreto nº 076, de 25 de Outubro de 2017, regressando as demais secretarias não dispostas nesse decreto a jornada de 8 horas diárias e 40 horas semanais.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação. Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola,

em 31 de janeiro de 2018.

Moacir Sansigolo

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e Publicado nesta data

Tiago Bianqueto

Secretário de Administração

DECRETO 007/2018 VEDAÇÃO CONCESSÃO LICENÇA PREMIO

Publicação Nº 1516884

Decreto 007/2018, de 08 de Fevereiro de 2018.

Dispõe sobre a vedação no âmbito do Poder Executivo Municipal de Palma Sola de concessão de licença-prêmio, conversão de licença-prêmio em pecúnia e conversão de 1/3 de férias em pecúnia aos servidores públicos até o final do exercício financeiro do ano de 2018.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com o fundamento na Lei Orgânica Municipal e demais legislações pertinentes, especialmente:

CONSIDERANDO que a Administração é livre para organizar o quadro de seus servidores em virtude da estrutura do Direito

Administrativo se fundar na perspectiva de que as relações mantidas entre a Administração e seus funcionários não se baseiam em qualquer vínculo puramente privado, dito contratual;

CONSIDERANDO que no âmbito da Administração todas as relações com os servidores são marcadas pela natureza institucional do vínculo, que não é produzida mediante um acordo de vontades, mas imposta unilateralmente pelo Estado e, por isso mesmo, suscetível de ser, a qualquer tempo, alterada por ele sem que o funcionário possa se opor à mudança das condições da prestação do serviço, de sistema de retribuição, de direitos e vantagens, de deveres e limitações;

CONSIDERANDO que a Administração, ao contrário do que sucede com os particulares, só pode atuar conforme a lei, nos termos do artigo 37, caput, da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO que a atuação administrativa também deve se pautar pelo respeito ao princípio da proporcionalidade (razoabilidade), mesmo não estando expresso diretamente em quaisquer dos artigos da Constituição Federal de 1988, opera como critério de interpretação inseparável da Constituição e de aplicação obrigatória pelo administrador em seu agir;

CONSIDERANDO que embora a aquisição de licença-prêmio seja um direito subjetivo do servidor, é, porém, seu gozo inserido no que se convencionou chamar de poder discricionário da Administração, não havendo prazo mínimo para sua concessão como acontece, por exemplo, com as férias;

CONSIDERANDO que a queda acentuada nos repasses da União afetou, em especial, os pequenos municípios, que são mais dependentes do Fundo de Participação dos Municípios;

CONSIDERANDO que a Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, em seus artigos 19 e 20, estabelecem que a despesa total com pessoal não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida na esfera municipal a 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo;

CONSIDERANDO que se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão: (i) concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do artigo 37 da Constituição; (ii) criação de cargo, emprego ou função; (iii) alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa; (iv) provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança; (v) contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias; tudo conforme expressamente dispõe o artigo 22, da Lei Complementar 101/2000;

CONSIDERANDO que o deferimento de licença-prêmio, conversão de licença-prêmio em pecúnia e conversão de 1/3 de férias em pecúnia causará enorme prejuízo aos cofres públicos municipais, haja vista que além de desembolsar a remuneração devida ao requerente a Administração terá que arcar com valores para o pagamento de servidor substituto;

DECRETA:

Art. 1º. Fica vedado a todos os servidores públicos, no âmbito do Poder Executivo Municipal de Palma Sola, a concessão da licença-prêmio elencada no artigo 102, da Lei 909, de 26 de novembro de 1991, bem como a conversão de licença-prêmio em pecúnia e conversão de 1/3 de férias em pecúnia até o final do exercício financeiro de 2018.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola,
08 de Fevereiro de 2018.
Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento

DECRETO 008/2018 PONTO FACULTATIVO CARNAVAL

Publicação Nº 1516885

Decreto 008/2018, de 08 de fevereiro de 2018.
Decreto Ponto Facultativo e dá outras providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Decreta:

Art.1º. Fica estabelecido Ponto Facultativo, em todas as Repartições Públicas Municipais, no dia 12 de fevereiro de 2018, 2ª feira de carnaval e 4ª feira de Cinzas, na parte da manhã, voltando-se à normalidade, no período matutino, do dia 15 de Fevereiro de 2018.

Art. 2º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 08 de fevereiro de 2018.
Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento

Papanduva

PREFEITURA

EDITAL DO PREGÃO 005/2018 - CAMINHAS EMPILHÁVEIS 2

Publicação Nº 1516585

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2018

Objeto: Aquisição de Caminhas Infantis Empilháveis, a fim de atender as necessidades dos Centros de Educação Infantil do Município de PAPANDUVA/SC. - Entrega dos envelopes: 26 de fevereiro de 2018 às 09:00hs - Início da Sessão Pública: 09:15hs - Base legal: Lei n.º 10.520/ 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 1783 de 31 de Maio de 2007, e demais legislação vigente e pertinente à matéria; O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.papanduva.sc.gov.br – pelo e-mail: compras@papanduva.sc.gov.br e diretamente na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 12:00hs e das 13:30 às 17:00hs, situada na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166. Papanduva, 08 de fevereiro de 2018.

LUIZ HENRIQUE SALIBA
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DO PREGÃO 006/2018 - EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS

Publicação Nº 1516587

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2018

Objeto: Aquisição de Implementos "Equipamentos" Agrícolas, a fim de realizar serviços de apoio á propriedades da Agricultura Familiar do Município de PAPANDUVA/SC. - Entrega dos envelopes: 26 de fevereiro de 2018 às 14:00hs - Início da Sessão Pública: 14:15hs - Base legal: Lei n.º 10.520/ 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 1783 de 31 de Maio de 2007, e demais legislação vigente e pertinente à matéria; O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.papanduva.sc.gov.br – pelo e-mail: compras@papanduva.sc.gov.br e diretamente na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 12:00hs e das 13:30 às 17:00hs, situada na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166. Papanduva, 08 de fevereiro de 2018.

LUIZ HENRIQUE SALIBA
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE PREGÃO Nº 007/2018-VEÍCULO / BOMBEIROS

Publicação Nº 1517285

ESTADO DE SANTA CATARINA.
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2018

Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR TIPO FURGÃO ZERO KM PARA TRANSFORMAÇÃO EM VEÍCULO DE AUTO – SOCORRO DE URGÊNCIA – ASU, através da Secretaria de Administração Municipal, pelo Convênio 16.522/2008-0 do FUNREBOM (Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar), conforme dispõe a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com

aplicação subsidiária da Lei 8.666/93. Os envelopes, contendo a documentação de habilitação serão recebidos pelo Pregoeiro (a), no Centro Administrativo Municipal, situado na Rua Sérgio Glevinski, 134 - Papanduva -SC, CEP 89.370.000, até as 09:00 h, do dia 23 de fevereiro de 2018, iniciando-se a Sessão Pública às 09 h 15 m do mesmo dia e local; O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.papanduva.sc.gov.br e na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166. Papanduva, 08 de Fevereiro de 2018. – LUIZ HENRIQUE QUE SALIBA – PREFEITO MUNICIPAL.

RESOLUÇÃO Nº 01-2018 - CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Publicação Nº 1517080

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA
RESOLUÇÃO Nº 01/2018

Dispõe sobre a aprovação do Plano Municipal de Assistência Social.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) em reunião ordinária realizada dia 07/02/2018, Ata Nº 01/2018, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 8742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social, Lei Municipal nº 1411 de 17/04/1996, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Papanduva – CMAS;

Resolve:

Art. 1º - Aprovar o Plano Municipal de Assistência Social para o quadriênio 2018 – 2021.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Papanduva, 07 de fevereiro de 2018.

Dagmar Alves Matioski

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Paraíso

PREFEITURA

CT 06-2018 FMS

Publicação Nº 1516438

MUNICIPIO DE PARAISO/FUNDO MUN. DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº 06/2018 FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2018

PROCESSO LICITATORIO Nº 06/2018

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S10 PARA ATENDER DEMANDA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARAÍSO/SC.

DO VALOR TOTAL: R\$ 85.000,00 (Oitenta e cinco mil reais)

A CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PARAÍSO.

DO CONTRATADO: PASINATO SCHMIDT & CIA LTDA.

DA VIGENCIA: O prazo de vigência será da assinatura até 31/12/2018.

DO FUNDAMENTO: Lei 8.666/93 e suas alterações.

DO FORO: Foro da Comarca de São Miguel do Oeste - SC

Paraíso/SC, 07 de Fevereiro de 2018.

MARINES ECKERT

GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO/SC

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2018 FMS

Publicação Nº 1516528

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO

Página: 1/6
 Processo Nº.: 6/2018
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 1/2018

No dia 7 do mês de Fevereiro do ano de 2018, compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.429.759/0001-00, com sede administrativa localizada na RUA DOS PINHEIROS 996, bairro CENTRO, CEP nº. 89906-000, nesta cidade de Paraíso/SC, representado pelo(a) GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, o Sr(a). MARINES ECKERT, inscrito no CPF sob o nº. 627.197.509-72, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 1/2018, Processo Licitatório nº. 6/2018, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S10 PARA ATENDER DEMANDA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARAISO/SC. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
6022	PASINATO, SCHMIDT & CIA LTDA	1

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. 1560 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
PASINATO, SCHMIDT & CIA LTDA	78.994.449/0001-00	IVETE SCHMIDT	430.484.399-00

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S10 PARA ATENDER DEMANDA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARAISO/SC.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6022 - PASINATO, SCHMIDT & CIA LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	OLEO DIESEL S10	LT	PETROBRAS	25.000,000	3,4000	85.000,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO

Página: 2/6
Processo Nº.: 6/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2018

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO

Página: 3/6
Processo Nº: 6/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2018

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO

Página: 4/6
Processo Nº: 6/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2018

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais impréstáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO

Página: 5/6
Processo Nº.: 6/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2018

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Paraíso para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO

Página: 6/6
Processo Nº.: 6/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2018

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Paraíso, 7 de Fevereiro de 2018.

MARINES ECKERT
GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Empresas Participantes:

PASINATO, SCHMIDT & CIA LTDA

CNPJ: 78.994.449/0001-00 _____

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO

Página: 1/6
 Processo Nº.: 6/2018
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 1/2018

No dia 7 do mês de Fevereiro do ano de 2018, compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.429.759/0001-00, com sede administrativa localizada na RUA DOS PINHEIROS 996, bairro CENTRO, CEP nº. 89906-000, nesta cidade de Paraíso/SC, representado pelo(a) GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, o Sr(a). MARINES ECKERT, inscrito no CPF sob o nº. 627.197.509-72, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 1/2018, Processo Licitatório nº. 6/2018, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S10 PARA ATENDER DEMANDA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARAÍSO/SC. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
6022	PASINATO, SCHMIDT & CIA LTDA	1

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. 1560 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
PASINATO, SCHMIDT & CIA LTDA	78.994.449/0001-00	IVETE SCHMIDT	430.484.399-00

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
 REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S10 PARA ATENDER DEMANDA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARAÍSO/SC.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6022 - PASINATO, SCHMIDT & CIA LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	OLEO DIESEL S10	LT	PETROBRAS	25.000,000	3,4000	85.000,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO

Página: 2/6
Processo Nº.: 6/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2018

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO

Página: 3/6
Processo Nº: 6/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2018

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO

Página: 4/6
Processo Nº: 6/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2018

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais impréstáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO

Página: 5/6
Processo Nº.: 6/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2018

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do prego registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Paraíso para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO

Página: 6/6
Processo Nº.: 6/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2018

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Paraíso, 7 de Fevereiro de 2018.

MARINES ECKERT
GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Empresas Participantes:

PASINATO, SCHMIDT & CIA LTDA

CNPJ: 78.994.449/0001-00 _____

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO

Página: 1/6
 Processo Nº.: 6/2018
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 1/2018

No dia 7 do mês de Fevereiro do ano de 2018, compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.429.759/0001-00, com sede administrativa localizada na RUA DOS PINHEIROS 996, bairro CENTRO, CEP nº. 89906-000, nesta cidade de Paraíso/SC, representado pelo(a) GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, o Sr(a). MARINES ECKERT, inscrito no CPF sob o nº. 627.197.509-72, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 1/2018, Processo Licitatório nº. 6/2018, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S10 PARA ATENDER DEMANDA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARAÍSO/SC. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
6022	PASINATO, SCHMIDT & CIA LTDA	1

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. 1560 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
PASINATO, SCHMIDT & CIA LTDA	78.994.449/0001-00	IVETE SCHMIDT	430.484.399-00

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
 REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S10 PARA ATENDER DEMANDA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARAÍSO/SC.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6022 - PASINATO, SCHMIDT & CIA LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	OLEO DIESEL S10	LT	PETROBRAS	25.000,000	3,4000	85.000,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO

Página: 2/6
Processo Nº.: 6/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2018

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO**

Página: 3/6
Processo Nº: 6/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2018

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO

Página: 4/6
Processo Nº: 6/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2018

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais impréstáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO

Página: 5/6
Processo Nº.: 6/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2018

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Paraíso para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO

Página: 6/6
Processo Nº.: 6/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2018

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Paraíso, 7 de Fevereiro de 2018.

MARINES ECKERT
GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Empresas Participantes:

PASINATO, SCHMIDT & CIA LTDA

CNPJ: 78.994.449/0001-00 _____

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO

Página: 1/6
 Processo Nº.: 6/2018
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 1/2018

No dia 7 do mês de Fevereiro do ano de 2018, compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.429.759/0001-00, com sede administrativa localizada na RUA DOS PINHEIROS 996, bairro CENTRO, CEP nº. 89906-000, nesta cidade de Paraíso/SC, representado pelo(a) GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, o Sr(a). MARINES ECKERT, inscrito no CPF sob o nº. 627.197.509-72, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 1/2018, Processo Licitatório nº. 6/2018, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S10 PARA ATENDER DEMANDA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARAÍSO/SC. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
6022	PASINATO, SCHMIDT & CIA LTDA	1

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. 1560 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
PASINATO, SCHMIDT & CIA LTDA	78.994.449/0001-00	IVETE SCHMIDT	430.484.399-00

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
 REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S10 PARA ATENDER DEMANDA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARAÍSO/SC.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6022 - PASINATO, SCHMIDT & CIA LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	OLEO DIESEL S10	LT	PETROBRAS	25.000,000	3,4000	85.000,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO

Página: 2/6
Processo Nº.: 6/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2018

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO**

Página: 3/6
Processo Nº: 6/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2018

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO

Página: 4/6
Processo Nº: 6/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2018

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais impréstáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO

Página: 5/6
Processo Nº.: 6/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2018

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Paraíso para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO

Página: 6/6
Processo Nº.: 6/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2018

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Paraíso, 7 de Fevereiro de 2018.

MARINES ECKERT
GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Empresas Participantes:

PASINATO, SCHMIDT & CIA LTDA

CNPJ: 78.994.449/0001-00 _____

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO

Página: 1/6
 Processo Nº.: 6/2018
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 1/2018

No dia 7 do mês de Fevereiro do ano de 2018, compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.429.759/0001-00, com sede administrativa localizada na RUA DOS PINHEIROS 996, bairro CENTRO, CEP nº. 89906-000, nesta cidade de Paraíso/SC, representado pelo(a) GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, o Sr(a). MARINES ECKERT, inscrito no CPF sob o nº. 627.197.509-72, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 1/2018, Processo Licitatório nº. 6/2018, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S10 PARA ATENDER DEMANDA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARAÍSO/SC. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
6022	PASINATO, SCHMIDT & CIA LTDA	1

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. 1560 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
PASINATO, SCHMIDT & CIA LTDA	78.994.449/0001-00	IVETE SCHMIDT	430.484.399-00

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S10 PARA ATENDER DEMANDA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARAÍSO/SC.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6022 - PASINATO, SCHMIDT & CIA LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	OLEO DIESEL S10	LT	PETROBRAS	25.000,000	3,4000	85.000,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO

Página: 2/6
Processo Nº.: 6/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2018

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO

Página: 3/6
Processo Nº: 6/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2018

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO

Página: 4/6
Processo Nº: 6/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2018

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais impréstáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO

Página: 5/6
Processo Nº.: 6/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2018

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do prego registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Paraíso para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISOPágina: 6/6
Processo Nº.: 6/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2018

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Paraíso, 7 de Fevereiro de 2018.

MARINES ECKERT
GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Empresas Participantes:

PASINATO, SCHMIDT & CIA LTDA

CNPJ: 78.994.449/0001-00

CÂMARA MUNICIPAL**PROJETO DE RESOLUÇÃO 001/2018**

Publicação Nº 1516496

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 001/2018

CONSTITUI A COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL, PARA O EXERCÍCIO LEGISLATIVO DE 2018 DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARAÍSO, ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º - Fica constituída a Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação Final, para o exercício legislativo de 2018, na Câmara Municipal de Paraíso, Estado de Santa Catarina, sendo:

- I – Presidente - Fabrício Garlet;
- II – Relator - Marcos Luiz Penz;
- III – Secretário - Flávio Irthon Lamb;

Art. 2º - Os membros que compõe a Comissão descrita no artigo 1º desta Resolução foram escolhidos pelo voto secreto em escrutínio deliberado em Plenário na 1ª Sessão Ordinária do ano legislativo.

Art. 3º - A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paraíso – SC, 07 de fevereiro de 2018.

ANTONINHO LEÃO

Presidente da Câmara Municipal

FABRICIO GARLET

1º Secretário da Mesa Diretora

PROJETO DE RESOLUÇÃO 002/2018

Publicação Nº 1516498

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 002/2018

CONSTITUI A COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTAS, PARA O EXERCÍCIO LEGISLATIVO DE 2018 DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARAÍSO, ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º - Fica constituída a Comissão Permanente de Finanças, Orçamento e Contas, para o exercício legislativo de 2018, na Câmara Municipal de Paraíso, Estado de Santa Catarina, sendo:

- I – Presidente - Marcos Luiz Penz;
- II – Relator - Valdecir Silveira Menegais.
- III - Secretário - Fabrício Garlet;

Art. 2º - Os membros que compõe a Comissão descrita no artigo 1º desta Resolução foram escolhidos pelo voto secreto em escrutínio deliberado em Plenário na 1ª Sessão Ordinária do ano legislativo.

Art. 3º - A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paraíso – SC, 07 de fevereiro de 2018.

ANTONINHO LEÃO

Presidente da Câmara Municipal

FABRICIO GARLET

1º Secretário da Mesa Diretora

PROJETO DE RESOLUÇÃO 003/2018

Publicação Nº 1516499

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 003/2018

CONSTITUI A COMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS, SERVIÇO PÚBLICO, EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA, PARA O EXERCÍCIO LEGISLATIVO DE 2018 DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARAÍSO, ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º - Fica constituída a Comissão Permanente de Obras, Serviço Público, Educação, Saúde e Assistência, para o exercício legislativo de 2018, na Câmara Municipal de Paraíso, Estado de Santa Catarina, sendo:

I - -- Presidente - Joel Antônio Gehlen

II -- - Relator -- Silene Mª Berwanger Líbero

III - - - Secretário -- Gilberto Belegante.

Art. 2º - Os membros que compõe a Comissão descrita no artigo 1º desta Resolução foram escolhidos pelo voto secreto em escrutínio deliberado em Plenário na 1ª Sessão Ordinária do ano legislativo.

Art. 3º - A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paraíso -- SC, 07 de fevereiro de 2018.

ANTONINHO LEÃO

Presidente da Câmara Municipal

FABRICIO GARLET

1º Secretário da Mesa Diretora

Passo de Torres

PREFEITURA

ERRATA 01 - PR 001-2018

Publicação Nº 1517185

ERRATA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2018

O Município de Passo de Torres/SC vem através deste, tornar pública ERRATA 01 do Edital de Pregão Presencial nº 001/2018, Processo Licitatório nº 009/2018, no Anexo I – Termo de Referência, onde se lê:

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unit. Máximo	Valor Total Máximo
75	Pão de Trigo Salgado, com em média 50g cada pão.	UN.	6000	R\$ 0,80	R\$ 4.800,00

Leia-se:

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unit. Máximo	Valor Total Máximo
75	Pão de Trigo Salgado, com em média 50g cada pão.	KG	6000	R\$ 8,90	R\$ 53.400,00

Passo de Torres/SC, 08 de Fevereiro de 2018.

Rosirene da Silva Pereira Brognoli
Pregoeira

Jonas Gomes de Souza
Prefeito Municipal

Paulo Lopes**PREFEITURA****ERRATA DA PUBLICAÇÃO Nº 1489278 DE 15 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1516430

ERRATA DA PUBLICAÇÃO Nº 1489278 DE 15 DE JANEIRO DE 2018

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA, no uso de suas atribuições torna público a seguinte correção no nome disposto na Publicação Nº 1489278, disponibilizada no DOM/SC, Edição 2431, página 759, em 15/01/2018.

Onde se lê: Juliana Aparecida da Rosa Soares – Matrícula n. 11306

Leia-se: Juliana Cristina Derner de Oliveira – Matrícula n. 808;

Paulo Lopes, 09 de fevereiro de 2018.

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA
Secretaria Municipal de Administração

Penha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº056/2018 - PMP

Publicação Nº 1516449

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2018 - PMP
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2018 - PMP
Sistema de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 056/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO PREDIAL.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Bairro Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 006.862.859-56, residente e domiciliado à Rua Bernardina da Luz Tavares, nº. 200 - Centro, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa EMPREITEIRA ROSSI LTDA ME, estabelecida à Rua Vereador Rosemiro Ferreira Santos nº_164, Bairro Jardim Ipanema na cidade de Campina Grande do Sul, Estado de Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.020.066/0001-01, Telefone: 41 3679-0414, Dados Bancários: Banco Itaú, Ag. 2774, C/C: 37.315-9, representada, neste ato pelo Sr. Fábio Duarte Rossi, CPF sob o nº_268.435.978-40, Cargo/Função Sócio Proprietário, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 005/2018-PMP para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal nº 56/1999, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para contratação de empresa especializada para futura execução de serviços para manutenção predial nas Unidades Escolares e no prédio sede da Secretaria de Educação e Cultura, conforme solicitação nº 6/2018, anexa ao Processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Decreto Municipal nº 056/1999, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os valores registrados para cada item encontram-se em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. O objeto deverá ser executado de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da execução não atenderem às referidas especificações poderão ser recusados, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de correção será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	TIPO DE UNIDADE	QTDE	PREÇO R\$ UNITÁRIO	PREÇO R\$ TOTAL
3	Serviço de vidraçaria, reparo e troca de vidros de janelas e portas de escolas, com fornecimento de vidro adequado, de mão de obra e todos os materiais, equipamentos e ferramentas necessários.	Metro Quadrado M²	1.000	R\$ 137,90	R\$ 137.900,00
TOTAL GERAL				R\$ 137.900,00	

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4. Para a efetiva execução do objeto da presente Ata, caberá a Empresa:

- executar os serviços disponibilizando profissionais conforme a necessidade dos serviços;
- responsabilizar-se pela mobilização e transporte dos profissionais até o Município de Penha (no local da prestação de serviço), bem como ao local de origem, sem custos para o Município;
- realizar os serviços de acordo com normas técnicas e legislações pertinentes e vigentes a cada tipo de serviço solicitado, bem como determinações de órgãos competentes, disponibilizando pessoal qualificado para a perfeita execução do objeto, utilizando sinalização se for necessária, bem como limpeza do local;
- as despesas com locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, se necessárias, quando do deslocamento e permanência no Município

para a prestação de serviços serão de inteira responsabilidade da Empresa Contratada.

e) executar os serviços conforme a necessidade e solicitação da Secretaria, contados a partir do recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos;

f) substituir de imediato qualquer funcionário que vier a faltar com respeito ou causar qualquer problema no local em que a empresa estiver realizando os serviços.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5. A(s) empresa(s) detentora(s) do(s) preço(s) registrado(s) poderá(ão) ser convidada(s) a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. Os serviços de reforma registrados neste instrumento serão efetuadas por meio Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;

b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;

c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - Executar o fornecimento do objeto dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - Cumprir a execução dos serviços, não sendo aceitos serviços que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - A falta de pessoal, materiais, equipamentos e ou ferramentas que sejam necessários à execução dos serviços, cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X - Indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte do serviço executado pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII – Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - Todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - Todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - Toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

IV - Toda e qualquer despesa tais como embalagens, materiais, seguros e transporte decorrentes do fornecimento do objeto.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

I - Indicar os locais e horários em que deverão ser executados os serviços;

II - Permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da execução dos serviços desde que observadas as normas de segurança;

III - Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos serviços;

IV - Fiscalizar o fornecimento dos serviços, o qual ficará sob responsabilidade do responsável requisitante. Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

V - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária, em até 30 (trinta) dias após fornecimento do objeto, mediante apresentação de Nota Fiscal eletrônica de serviços, juntamente com Declaração contendo os nomes dos funcionários que trabalharam no respectivo mês juntamente com a guia de recolhimento da GPS e da GFIP dos respectivos funcionários envolvidos no contrato, certidão negativa Federal, Estadual, Municipal e do FGTS, devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido pelo responsável da Secretaria, Fundo ou Fundação Requisitante, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.1.a. A nota fiscal eletrônica deverá ser entregue acompanhada da Declaração contendo os nomes dos funcionários que trabalharam no respectivo mês juntamente com a guia de recolhimento da GPS e da GFIP dos respectivos funcionários envolvidos no contrato, certidão negativa Federal, Estadual, Municipal e do FGTS, devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido pelo responsável da Secretaria, Fundo ou Fundação Requisitante.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;

b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;

d) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;
- b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;
- c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício de 2018 da Secretaria de Educação e Cultura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 05 de janeiro de 2018.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

PREFEITO MUNICIPAL

Contratante

EMPREITEIRA ROSSI LTDA ME

Fábio Duarte Rossi

Contratado

T E S T E M U N H A S

Nome Completo:

CPF nº.:

Nome Completo:

CPF nº.:

A presente Ata encontra-se registrada e arquivada na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicada no Diário Oficial dos Municípios.

LIAMAR MAGDA SOLER

Secretária de Administração

De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO

Procurador Jurídico - OAB/SC: 13723

Portaria nº 01/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº057/2018 - PMP

Publicação Nº 1516457

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2018 - PMP
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2018 - PMP
Sistema de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 057/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO PREDIAL.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Bairro Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 006.862.859-56, residente e domiciliado à Rua Bernardina da Luz Tavares, nº. 200 - Centro, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa IVONECI M. SALVADOR MONITORAMENTO - ME, estabelecida à Av. Prefeito Juvenal Mafra, nº 6.909 Sala 01, Bairro Gravatá, na cidade de Navegantes, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.807.971/0001-00, Telefone: 47 3342-7765, Dados Bancários: Caixa Econômica Federal, Ag. 1792, C/C: 882-0, representada, neste ato pelo Sr. Silvio Fernando Bastos Alves, CPF sob o nº 533.989.209-34, Cargo/Função Sócio Proprietário, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 005/2018-PMP para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal nº 56/1999, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para contratação de empresa especializada para futura execução de serviços para manutenção predial nas Unidades Escolares e no prédio sede da Secretaria de Educação e Cultura, conforme solicitação nº 6/2018, anexa ao Processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Decreto Municipal nº 056/1999, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os valores registrados para cada item encontram-se em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. O objeto deverá ser executado de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da execução não atenderem às referidas especificações poderão ser recusados, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de correção será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	TIPO DE UNIDADE	QTDE	PREÇO R\$ UNITÁRIO	PREÇO R\$ TOTAL
2	Serviços de roçada, jardinagem, limpeza e conservação predial, pintura de calçadas e meio fios, remoção de entulhos e paisagismo, com fornecimento de mão de obra e todos os materiais, equipamentos e ferramentas necessários. Serviço por hora/homem trabalhada.	Hora/Homem	4.000	R\$ 26,87	R\$ 107.480,00
5	Serviço de limpeza de Caixas d' água diversos tamanhos, com fornecimento de mão de obra e todos os materiais, equipamentos e ferramentas necessários.	UN	100	R\$ 199,80	R\$ 19.980,00
TOTAL GERAL				R\$ 127.460,00	

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4. Para a efetiva execução do objeto da presente Ata, caberá a Empresa:

- executar os serviços disponibilizando profissionais conforme a necessidade dos serviços;
- responsabilizar-se pela mobilização e transporte dos profissionais até o Município de Penha (no local da prestação de serviço), bem como ao local de origem, sem custos para o Município;
- realizar os serviços de acordo com normas técnicas e legislações pertinentes e vigentes a cada tipo de serviço solicitado, bem como determinações de órgãos competentes, disponibilizando pessoal qualificado para a perfeita execução do objeto, utilizando sinalização se for necessária, bem como limpeza do local;
- as despesas com locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, se necessárias, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação de serviços serão de inteira responsabilidade da Empresa Contratada.
- executar os serviços conforme a necessidade e solicitação da Secretaria, contados a partir do recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos;
- substituir de imediato qualquer funcionário que vier a faltar com respeito ou causar qualquer problema no local em que a empresa estiver

realizando os serviços.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5. A(s) empresa(s) detentora(s) do(s) preço(s) registrado(s) poderá(ão) ser convidada(s) a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. Os serviços de reforma registrados neste instrumento serão efetuadas por meio Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;

b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;

c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - Executar o fornecimento do objeto dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - Cumprir a execução dos serviços, não sendo aceitos serviços que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - Disponibilizar a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - A falta de pessoal, materiais, equipamentos e ou ferramentas que sejam necessários à execução dos serviços, cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X - Indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte do serviço executado pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII – Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - Todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - Todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - Toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

IV - Toda e qualquer despesa tais como embalagens, materiais, seguros e transporte decorrentes do fornecimento do objeto.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

I - Indicar os locais e horários em que deverão ser executados os serviços;

II - Permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da execução dos serviços desde que observadas as normas de segurança;

III - Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos serviços;

IV - Fiscalizar o fornecimento dos serviços, o qual ficará sob responsabilidade do responsável requisitante. Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

V - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária, em até 30 (trinta) dias após fornecimento do objeto, mediante apresentação de Nota Fiscal eletrônica de serviços, juntamente com Declaração contendo os nomes dos funcionários que trabalharam no respectivo mês juntamente com a guia de recolhimento da GPS e da GFIP dos respectivos funcionários envolvidos no contrato, certidão negativa Federal, Estadual, Municipal e do FGTS, devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido pelo responsável da Secretaria, Fundo ou

Fundação Requisitante, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.1.a. A nota fiscal eletrônica deverá ser entregue acompanhada da Declaração contendo os nomes dos funcionários que trabalharam no respectivo mês juntamente com a guia de recolhimento da GPS e da GFIP dos respectivos funcionários envolvidos no contrato, certidão negativa Federal, Estadual, Municipal e do FGTS, devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido pelo responsável da Secretaria, Fundo ou Fundação Requisitante.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;

b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;

d) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;
- b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para fiscais;
- c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício de 2018 da Secretaria de Educação e Cultura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 05 de janeiro de 2018.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

PREFEITO MUNICIPAL

Contratante

IVONECI M. SALVADOR MONITORAMENTO - ME

Silvio Fernando Bastos Alves

Contratado

T E S T E M U N H A S

Nome Completo:

CPF nº.:

Nome Completo:

CPF nº.:

A presente Ata encontra-se registrada e arquivada na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicada no Diário Oficial dos Municípios.

LIAMAR MAGDA SOLER

Secretária de Administração

De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO

Procurador Jurídico - OAB/SC: 13723

Portaria nº 01/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 058/2018 - PMP

Publicação Nº 1516467

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2018 - PMP
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2018 - PMP
Sistema de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 058/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO PREDIAL.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Bairro Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 006.862.859-56, residente e domiciliado à Rua Bernardina da Luz Tavares, nº. 200 - Centro, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa LUCIANE APARECIDA MIRANDA - ME, estabelecida à Rua Felipe Vitor Tavares, nº_446 Bairro São Nicolau, na cidade de Penha, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.252.788/0001-99, Telefone: 47 3167-1010, Dados Bancários: Banco Itaú, Ag. 8262, C/C: 38407-9, representada, neste ato pelo Sr. Luciane Aparecida Miranda, CPF sob o nº_008.879.109-20, Cargo/Função Proprietária, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 005/2018-PMP para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal nº 56/1999, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para contratação de empresa especializada para futura execução de serviços para manutenção predial nas Unidades Escolares e no prédio sede da Secretaria de Educação e Cultura, conforme solicitação nº 6/2018, anexa ao Processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Decreto Municipal nº 056/1999, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os valores registrados para cada item encontram-se em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. O objeto deverá ser executado de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da execução não atenderem às referidas especificações poderão ser recusados, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de correção será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	TIPO DE UNIDADE	QTDE	PREÇO R\$ UNITÁRIO	PREÇO R\$ TOTAL
1	Serviço de reforma e manutenção predial para Secretaria de Educação e Unidades Escolares Municipais, incluindo pequenos reparos, pedreiro, pintor, calheiro, calceteiro, serralheiro, vidraceiro e serviços gerais. Serviço por hora/homem trabalhada.	Hora/Homem	12.000	R\$ 28,49	R\$ 341.880,00
TOTAL GERAL				R\$ 341.880,00	

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4. Para a efetiva execução do objeto da presente Ata, caberá a Empresa:

- executar os serviços disponibilizando profissionais conforme a necessidade dos serviços;
- responsabilizar-se pela mobilização e transporte dos profissionais até o Município de Penha (no local da prestação de serviço), bem como ao local de origem, sem custos para o Município;
- realizar os serviços de acordo com normas técnicas e legislações pertinentes e vigentes a cada tipo de serviço solicitado, bem como determinações de órgãos competentes, disponibilizando pessoal qualificado para a perfeita execução do objeto, utilizando sinalização se for necessária, bem como limpeza do local;
- as despesas com locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, se necessárias, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação de serviços serão de inteira responsabilidade da Empresa Contratada.
- executar os serviços conforme a necessidade e solicitação da Secretaria, contados a partir do recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos;
- substituir de imediato qualquer funcionário que vier a faltar com respeito ou causar qualquer problema no local em que a empresa estiver realizando os serviços.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5. A(s) empresa(s) detentora(s) do(s) preço(s) registrado(s) poderá(ão) ser convidada(s) a firmar contratações de fornecimento, observadas

as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. Os serviços de reforma registrados neste instrumento serão efetuadas por meio Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - Executar o fornecimento do objeto dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - Cumprir a execução dos serviços, não sendo aceitos serviços que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - A falta de pessoal, materiais, equipamentos e ou ferramentas que sejam necessários à execução dos serviços, cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X - Indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte do serviço executado pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII – Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - Todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - Todo e qualquer tipo de atuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - Toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

IV - Toda e qualquer despesa tais como embalagens, materiais, seguros e transporte decorrentes do fornecimento do objeto.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

I - Indicar os locais e horários em que deverão ser executados os serviços;

II - Permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da execução dos serviços desde que observadas as normas de segurança;

III - Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos serviços;

IV - Fiscalizar o fornecimento dos serviços, o qual ficará sob responsabilidade do responsável requisitante. Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

V - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária, em até 30 (trinta) dias após fornecimento do objeto, mediante apresentação de Nota Fiscal eletrônica de serviços, juntamente com Declaração contendo os nomes dos funcionários que trabalharam no respectivo mês juntamente com a guia de recolhimento da GPS e da GFIP dos respectivos funcionários envolvidos no contrato, certidão negativa Federal, Estadual, Municipal e do FGTS, devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido pelo responsável da Secretaria, Fundo ou Fundação Requisitante, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.1.a. A nota fiscal eletrônica deverá ser entregue acompanhada da Declaração contendo os nomes dos funcionários que trabalharam no respectivo mês juntamente com a guia de recolhimento da GPS e da GFIP dos respectivos funcionários envolvidos no contrato, certidão negativa Federal, Estadual, Municipal e do FGTS, devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido pelo responsável da Secretaria, Fundo ou Fundação Requisitante.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;

b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;

d) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda

descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;
- b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para fiscais;
- c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício de 2018 da Secretaria de Educação e Cultura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 05 de janeiro de 2018.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

PREFEITO MUNICIPAL

Contratante

LUCIANE APARECIDA MIRANDA - ME

Luciane Aparecida Miranda

Contratada

T E S T E M U N H A S

Nome Completo:

CPF nº.:

Nome Completo:

CPF nº.:

A presente Ata encontra-se registrada e arquivada na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicada no Diário Oficial dos Municípios.

LIAMAR MAGDA SOLER

Secretária de Administração

De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO

Procurador Jurídico - OAB/SC: 13723

Portaria nº 01/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 059/2018 - PMP

Publicação Nº 1516471

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2018 - PMP
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2018 - PMP
Sistema de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 059/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO PREDIAL.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Bairro Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 006.862.859-56, residente e domiciliado à Rua Bernardina da Luz Tavares, nº. 200 - Centro, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa SOMA ENGENHARIA LTDA - ME, estabelecida à Avenida das Araçongas, nº_1295, Casa 97, Bairro Ariribá, na cidade de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.529.678/0001-66, Telefone: 47 33671483. Dados Bancários: Caixa Econômica Federal, Ag. 0921, C/C: 3244-4, representada, neste ato pelo Sr. José Rodrigues Pereira, CPF sob o nº_435.143.245-49, Cargo/Função Proprietária, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 005/2018-PMP para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal nº 56/1999, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para contratação de empresa especializada para futura execução de serviços para manutenção predial nas Unidades Escolares e no prédio sede da Secretaria de Educação e Cultura, conforme solicitação nº 6/2018, anexa ao Processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Decreto Municipal nº 056/1999, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os valores registrados para cada item encontram-se em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. O objeto deverá ser executado de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da execução não atenderem às referidas especificações poderão ser recusados, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de correção será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	TIPO DE UNIDADE	QTDE	PREÇO R\$ UNITÁRIO	PREÇO R\$ TOTAL
4	Serviço de medição, fabricação e instalação de telas de nylon com armação em alumínio para proteção contra insetos em janelas e portas de escolas, cozinhas e refeitórios com fornecimento da tela, mão de obra e todos os materiais, equipamentos e ferramentas necessários.	Metro Quadrado M²	2.000	R\$ 87,50	R\$ 175.000,00
TOTAL GERAL				R\$ 175.000,00	

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4. Para a efetiva execução do objeto da presente Ata, caberá a Empresa:

- executar os serviços disponibilizando profissionais conforme a necessidade dos serviços;
- responsabilizar-se pela mobilização e transporte dos profissionais até o Município de Penha (no local da prestação de serviço), bem como ao local de origem, sem custos para o Município;
- realizar os serviços de acordo com normas técnicas e legislações pertinentes e vigentes a cada tipo de serviço solicitado, bem como determinações de órgãos competentes, disponibilizando pessoal qualificado para a perfeita execução do objeto, utilizando sinalização se for necessária, bem como limpeza do local;
- as despesas com locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, se necessárias, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação de serviços serão de inteira responsabilidade da Empresa Contratada.
- executar os serviços conforme a necessidade e solicitação da Secretaria, contados a partir do recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos;
- substituir de imediato qualquer funcionário que vier a faltar com respeito ou causar qualquer problema no local em que a empresa estiver realizando os serviços.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5. A(s) empresa(s) detentora(s) do(s) preço(s) registrado(s) poderá(ão) ser convidada(s) a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. Os serviços de reforma registrados neste instrumento serão efetuadas por meio Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - Executar o fornecimento do objeto dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - Cumprir a execução dos serviços, não sendo aceitos serviços que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - A falta de pessoal, materiais, equipamentos e ou ferramentas que sejam necessários à execução dos serviços, cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X - Indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte do serviço executado pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII – Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - Todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - Todo e qualquer tipo de atuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - Toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

IV - Toda e qualquer despesa tais como embalagens, materiais, seguros e transporte decorrentes do fornecimento do objeto.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

I - Indicar os locais e horários em que deverão ser executados os serviços;

II - Permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da execução dos serviços desde que observadas as normas de segurança;

III - Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos serviços;

IV - Fiscalizar o fornecimento dos serviços, o qual ficará sob responsabilidade do responsável requisitante. Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

V - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária, em até 30 (trinta) dias após fornecimento do objeto, mediante apresentação de Nota Fiscal eletrônica de serviços, juntamente com Declaração contendo os nomes dos funcionários que trabalharam no respectivo mês juntamente com a guia de recolhimento da GPS e da GFIP dos respectivos funcionários envolvidos no contrato, certidão negativa Federal, Estadual, Municipal e do FGTS, devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido pelo responsável da Secretaria, Fundo ou Fundação Requisitante, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.1.a. A nota fiscal eletrônica deverá ser entregue acompanhada da Declaração contendo os nomes dos funcionários que trabalharam no respectivo mês juntamente com a guia de recolhimento da GPS e da GFIP dos respectivos funcionários envolvidos no contrato, certidão negativa Federal, Estadual, Municipal e do FGTS, devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido pelo responsável da Secretaria, Fundo ou Fundação Requisitante.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;

b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;

d) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;
- b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;
- c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício de 2018 da Secretaria de Educação e Cultura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 05 de janeiro de 2018.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

PREFEITO MUNICIPAL

Contratante

SOMA ENGENHARIA LTDA - ME

José Rodrigues Pereira

Contratada

T E S T E M U N H A S

Nome Completo:

CPF nº.:

Nome Completo:

CPF nº.:

A presente Ata encontra-se registrada e arquivada na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicada no Diário Oficial dos Municípios.

LIAMAR MAGDA SOLER

Secretária de Administração

De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO

Procurador Jurídico - OAB/SC: 13723

Portaria nº 01/2017

CONTRATO Nº002/2018 - FMT

Publicação Nº 1517730

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PENHA E A EMPRESA CDS PROMOÇÃO DE EVENTOS MUSICAIS LTDA ME PARA APRESENTAÇÃO DE SHOW MUSICAL REGIONAL DAS BANDAS S/A, COR DO SOL E TORRE DE BABEL.

CONTRATO Nº 002/2018 de 08/02/2018-FMT
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2018-FMT
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2018-FMT
HOMOLOGADO EM 08/02/2018

Através do presente instrumento de Contrato de locação firmado entre o MUNICÍPIO DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO DE PENHA, neste ato representada pelo seu Gestor, Senhor ARNALDO DIAS, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 022.747.458-97, Rua Possidonio da S. Marçal, 289, Centro, Penha/SC, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a Empresa CDS PROMOÇÃO DE EVENTOS MUSICAIS LTDA ME, estabelecida à Rua Lídia Puel Peixer, nº 506, Bairro Murta, na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.989.539/0001-18, CEP: 88.311-285, telefone para contato (47) 99627-5588, endereço eletrônico: contato@cds-producoes.com.br, representada neste ato pelo Sr. ALEXSANDRO POLIBIO MAFRA, CPF sob o nº 029.595.379-98, Sócio Administrativo, denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento mediante as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente Contrato tem por objeto a apresentação de show musical regional da Banda S/A na data de 09 de fevereiro, Banda COR DO SOL na data de 10 de fevereiro e Banda TORRE DE BABEL na data de 11 de fevereiro, para realização do evento Carnaval Folia Penha 2018 do Município de Penha, conforme solicitação nº 10/2018 da Fundação Municipal de Turismo.

CLÁUSULA SEGUNDA

2 - O valor total deste contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), sendo o valor de R\$ 5.000,00 para cada Banda.

2.1 - O pagamento será realizado após realização do evento, mediante apresentação de Nota Fiscal, devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido por responsável da Fundação Municipal de Turismo.

2.3 - A nota fiscal eletrônica deverá ser entregue acompanhada da Certidão Negativa Federal, Estadual, Municipal, FGTS.

2.4 - Os pagamentos serão realizados através de agência de rede bancária, em conta corrente da Contratada (Pessoa Jurídica).

2.5 - Caso constatada alguma irregularidade na nota fiscal, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

CLÁUSULA TERCEIRA

3 - Os preços são fixos e irredutíveis em conformidade com o que dispõe o parágrafo 1º, do artigo 28, da Lei Federal nº 9.069, de 29/06/95.

CLAUSULA QUARTA

As despesas correspondentes a este contrato correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 50 – Fundo Municipal de Turismo

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Turismo

Projeto/Atividade: 2.076 – Gestão Administrativa do Fundo

Municipal de Turismo

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas (7)

CLÁUSULA QUINTA

5 – A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por parte do CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA

6 - Todos e quaisquer encargos sociais, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto do presente, são de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA, respondendo o CONTRATANTE apenas e tão somente pelo pagamento da quantia acordada na Cláusula Segunda, desde que concluídos o serviço contratado.

CLÁUSULA SÉTIMA

7 - Caberá à CONTRATADA, a realização das apresentações das Bandas Musicais nas datas, locais e horários definidos em Cronograma do Evento Carnaval Penha Folia 2018, mediante recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos.

CLÁUSULA OITAVA

8 – O presente contrato terá vigência até o recebimento definitivo do Objeto contratado e aceito pelo MUNICÍPIO, podendo ser prorrogado por meio de solicitação, mediante Termo Aditivo entre as partes, de acordo com o Art. 57 da Lei 8.666/93 e posteriores alterações.

6.3 - Toda prorrogação de prazo, por parte da CONTRATADA, deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela Secretaria de Administração e Fazenda.

CLÁUSULA NONA

9 – São obrigações da CONTRATADA:

a) Fornecimento de locomoção, hospedagem e alimentação para os artistas e toda equipe técnica;

b) Responsabilizar-se pelo seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO, bem como a concreta aplicação da Legislação em vigor, relativo a segurança, higiene e medicina do trabalho;

c) Efetuar o pagamento de todos os seguros, impostos, taxas, obrigações trabalhistas e demais despesas e tributos pertinentes a apresentação das Bandas, inclusive o pagamento de taxa ao ECAD - Escritório Central de Arrecadação e Distribuição;

d) Manter devidamente registrada em seu quadro de pessoal, quando for o caso, todas as pessoas envolvidas nos serviços objeto da contratação;

e) Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da pontualidade e qualidade dos serviços prestados;

f) A perfeita execução do serviço contratado descrito neste Contrato;

g) Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos serviços, assim como ao cumprimento das obrigações assumidas;

h) A falta de pessoal, equipamento ou qualquer outro elemento que seja necessário à execução do objeto e que seja de responsabilidade da Contratada, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento do objeto deste contrato, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados;

i) Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

9.1 – É de responsabilidade da CONTRATANTE:

a) Fornecimento do local, palco, sonorização e iluminação para a realização do evento.

CLÁUSULA DÉCIMA

10 - As partes expressam sua sujeição às cláusulas contratuais, a Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, bem como ao Código Civil Brasileiro e demais legislações subsidiariamente aplicáveis.

10.1 - A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representá-la na execução do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

11 - Caso a CONTRATADA venha a descumprir as condições aqui estabelecidas, ficará sujeita às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa de 0,5%(cinco décimos por cento), calculados sobre o valor total do Contrato, por dia, caso exceda o prazo de início da execução dos serviços.

c) Multa de 0,5 (cinco décimos por cento), calculados sobre o valor total do Contrato, por dia, caso exceda o prazo contratual.

d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA, pelo prazo de 02(dois) anos.

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a PREFEITURA, podendo abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

12 – O fornecimento dos serviços contratados serão acompanhados e fiscalizados por responsável da Fundação Municipal de Turismo, a quem caberá fiscalizar os materiais utilizados, com poder de veto.

12.1 - Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

13 - A perícia a que se refere à cláusula anterior somente poderá ser levada a efeito por corpo técnico competente, composto, no mínimo, por 03 (três) elementos, um dos quais, obrigatoriamente indicado pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

14 - Este contrato poderá ser alterado:

I - Unilateralmente pelo CONTRATANTE:

a) Quando houver modificação do projeto ou de suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) Quando necessária à modificação do valor contratual, em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto;

II - Por acordo das partes:

a) Quando conveniente à substituição da garantia de execução, se exigida;

b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial;

c) Para restabelecer a relação, que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição do CONTRATANTE para a justa remuneração da obra e/ou serviço, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

15 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, de acordo disposto no Art. 65, II, da Lei 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

16 - Quaisquer tributos ou encargos legais, criados, alterados ou extintos após a assinatura do presente instrumento, de comprovada repercussão nos preços ora contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

17 - Havendo alteração unilateral do presente contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá restabelecer por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

18 - O presente contrato poderá ser rescindido quando da ocorrência de qualquer uma das hipóteses previstas nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, no que couber.

18.1 - Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78, da Lei nº 8.666/1993, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

18.2 - Os casos omissos a este contrato, serão tratados de acordo ao disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA

19 - As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos.

Penha/SC, 08 de fevereiro de 2018.

ARNALDO DIAS

Gestor do Fundo Municipal de Turismo
Contratante

CDS PROMOÇÃO EVENTOS MUSICAIS LTDA ME
Contratado

T E S T E M U N H A S

Nome: Nome:
C.P.F. nº C.P.F.

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretaria de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

LIAMAR MAGDA SOLER

Secretária de Administração

De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO

Procurador Jurídico - OAB/SC: 13723
Portaria nº 01/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 007/2018 - FMS

Publicação Nº 1517288

MUNICÍPIO DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2018-FMS

Objeto: O presente Edital tem por objeto o Registro de Preços para futura aquisição de recarga de gás de cozinha GLP 13kg para atender necessidades das Unidades Básicas de Saúde do Município de Penha, conforme solicitação nº 99/2018, anexa ao Processo, tudo de acordo com as condições estabelecidas no edital e Termo de Referência, parte integrante do processo.

Abertura do Processo e Entrega dos Envelopes: 26/02/2018 às 9:30 horas, no Paço da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Centro, Penha/SC (antessala do Gabinete do Prefeito).

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, e no site www.penha.sc.gov.br. Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro – Penha/SC, ou através do fone (47) 3345-0200 Ramal 215. Horário de atendimento: das 08 às 12h e das 13:30 as 17:30h.

Penha/SC, 08 de fevereiro de 2018.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 008/2018 - FMS

Publicação Nº 1517411

MUNICÍPIO DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2018-FMS

Objeto: O presente Edital tem por objeto o Registro de Preços para futura contratação de serviços de borracharia para manutenção dos veículos pertencentes à frota da Secretaria de Saúde do Município de Penha, conforme solicitação nº 104/2018, anexa ao Processo, tudo de acordo com as condições estabelecidas no edital e Termo de Referência, parte integrante do processo.

Abertura do Processo e Entrega dos Envelopes: 27/02/2018 às 9:30 horas, no Paço da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Centro, Penha/SC (antessala do Gabinete do Prefeito).

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, e no site www.penha.sc.gov.br. Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro – Penha/SC, ou através do fone (47) 3345-0200 Ramal 215. Horário de atendimento: das 08 às 12h e das 13:30 as 17:30h.

Penha/SC, 08 de fevereiro de 2018.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 009/2018 - FMS

Publicação Nº 1517589

MUNICÍPIO DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2018-FMS

Objeto: O presente Edital tem por objeto o Registro de Preços para futura aquisição de água mineral para atender demanda das

Unidades Básicas de Saúde do Município de Penha, conforme solicitação nº 103/2018, anexa ao Processo, tudo de acordo com as condições estabelecidas no edital e Termo de Referência, parte integrante do processo.

Abertura do Processo e Entrega dos Envelopes: 27/02/2018 às 14:30 horas, no Paço da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Centro, Penha/SC (antessala do Gabinete do Prefeito).

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, e no site www.penha.sc.gov.br. Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro – Penha/SC, ou através do fone (47) 3345-0200 Ramal 215. Horário de atendimento: das 08 às 12h e das 13:30 as 17:30h.

Penha/SC, 08 de fevereiro de 2018.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
Prefeito Municipal

INEXIGIBILIDADE Nº001/2018 - FMT

Publicação Nº 1517739

MUNICÍPIO DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2018 – FMT
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 001/2018 –FMT
Contrato nº: 002/2018 - FMT

Contratada: CDS PROMOÇÃO DE EVENTOS MÚSICAIS LTDA ME.
Objeto: Contratação da Empresa CDS PROMOÇÃO DE EVENTOS MÚSICAIS LTDA ME, para a apresentação de show musical regional da Banda S/A na data de 09 de fevereiro, Banda COR DO SOL na data de 10 de fevereiro e Banda TORRE DE BABEL na data de 11 de fevereiro, incluindo o fornecimento de locomoção, hospedagem e alimentação para os artistas e toda equipe técnica, para realização do evento Carnaval Folia Penha 2018 do Município de Penha, conforme solicitação nº 10/2018 da Fundação Municipal de Turismo. Valor: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Dotação Orçamentária: Órgão: 50 – Fundo Municipal de Turismo. Unidade: 01 - Fundo Municipal de Turismo. Projeto/Atividade: 2.076 – Gestão Administrativa do Fundo Municipal de Turismo. Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas (7) Vigência: Até a entrega definitiva do objeto. Fund. Legal: Art. 25, Inciso III, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Penha/SC, 08 de fevereiro de 2018.
ALEXSANDRO POLIBIO MAFRA – Sócio Administrador
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA - Prefeito Municipal

Peritiba

PREFEITURA

DECRETO 18/2018

Publicação Nº 1517122

DECRETO N.º 18/2018

PRORROGA PROCESSO SELETIVO

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso X, art. 111, da Lei Orgânica do município de Peritiba de 16 de Dezembro de 2009;

DECRETA:

Art. 1.º Fica prorrogado por 01 (um) anos, a contar de 26 de Janeiro de 2018, o Processo Seletivo realizado por meio do Edital nº 03/2016, de 27 de Agosto de 2015.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA - SC, em 22 de Janeiro de 2018.

JONAS SIMON

Prefeito em Exercício

Registrado e Publicado

Em., 22/Janerio/2018.

Francieli Schoenell

Responsável pela publicação

RESUMO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL PROCESSO DE LICITAÇÃO 20/2018 PREGÃO PRESENCIAL 08/2018

Publicação Nº 1517762

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e nas condições do edital.

Processo de Licitação 20/2018 – Pregão Presencial 08/2018.

Ficam alterados os itens: Anexo I – Relação dos itens, arquivo para proposta digital, data para apresentação das amostras 19/02/2018 e data de abertura 23/02/2018.

Informações complementares:

O edital na íntegra está disponível no site <http://www.peritiba.sc.gov.br> e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122 ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

Peritiba SC., 07 de Fevereiro de 2018

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 03/2018 - FMS

Publicação Nº 1517091

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Edital de licitação 03/2018 Credenciamento Universal nº 01/2018 e o processo de licitação 04/2018, Inexigibilidade 01/2018

Objeto: Formalização do credenciamento mediante contratação de Empresa especializada para prestação dos serviços de Fisioterapia e Auriculoterapia, para atendimento à população do Município conforme necessidade do paciente e disponibilidade do Município de Peritiba, mediante encaminhamento e autorização da Secretaria Municipal de Saúde.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 03/2018 - FMS.

Contratado: CONSULTORIO DE FISIOTERAPIA JOSEANE SS LTDA.

CNPJ: 27.565.857/0001-05

Valor: R\$ 30.600,00 (Trinta mil e seiscentos reais)

Data de Vigência: 07/02/2018 à 31/12/2018.

Município de Peritiba – SC em 07 de Fevereiro de 2018.

ADRIANO JOSÉ KRINDGES

Secretário de Saúde e Bem Estar Social

Pescaria Brava

PREFEITURA

AVISO DE RETIFICAÇÃO PR Nº 01-2018

Publicação Nº 1516814

EDITAL DE RETIFICAÇÃO Nº 001/2018

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PESCARIA BRAVA – SC torna público a Retificação nº 001/2018 ao Edital de Processo Licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 01/2018, que passa a ser assim definido:

1. Retifica-se o item nº 74 do lote nº 07 do Anexo II:
ITEM 74:
- Onde se lê: "Tira reativa para glicemia G TECH c/50", na quantidade de 1.400.
Leia-se:
- Tira reativa para glicemia c/50 unidades, na quantidade de 2.800.
Obs.: As empresas vencedoras deste item, deverão disponibilizar em comodato, para o Fundo Municipal de Saúde, a quantidade de 300 (trezentos) aparelhos de medição dos níveis de glicemia, compatíveis com as tiras reativas de glicemia para o suprimento das necessidades dos usuários cadastrados na rede do Fundo Municipal de Saúde de Pescaria Brava.
2. Fica excluído do presente Pregão Presencial o item nº 75.
3. Conforme Inciso 4º do Artigo 21 da Lei nº 8.666/93, reabre-se o prazo para apresentação e abertura do Pregão Presencial nº 01/2018 conforme segue:

DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES: ATÉ AS 09:00 H. DO DIA 23/02/2018.

DATA DE ABERTURA: 23/02/2018 ÀS 09:00 HORAS.

LOCAL: Rod. SC 437, Km 08, s/nº - Centro, Pescaria Brava/SC.

Pescaria Brava - SC, 08 de fevereiro de 2018.

EDSON DE OLIVEIRA SOUZA
Pregoeiro

Rod. SC 437, Km 8, s/n – Centro, Pescaria Brava/SC.
Pescaria Brava, 08 de fevereiro de 2018.
Deyvisonn da Silva de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº03/2018

Publicação Nº 1516920

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA – S.C.
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE –S.C
PREFEITURA DE PESCARIA BRAVA –S.C
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04/2018 – PMPB/FMS/AS
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2018 – PMPB/FMS/AS

O MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA E O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e ASSISTÊNCIA SOCIAL informam que será realizada licitação na modalidade Pregão Presencial, para Registro de Preços com a finalidade de selecionar propostas objetivando a CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA para aquisição de cascos de gás GLP-P13 E GLP-P45 e fornecimento parcelado de gás GLP-P13 E GLP-P45 para uso das diversas secretarias e os fundos municipais de Pescaria Brava no abastecimento das escolas, postos de saúde, a sede da prefeitura e o CRAS. Conforme as quantidades e especificações contidas e seus anexos. Tipo de licitação: Menor preço por item. Lei Federal nº 8.666/93 e atualizações, Lei Federal nº 10.520/02, Lei Complementar 123/06. Data de Abertura: 27/02/2018 às 09:00 horas. Informações poderão ser obtidas através do Telefone: (048) 3647-6312 no Setor de Licitações E-mail: licitacao@pescariabrava.sc.gov.br

Endereço: Prefeitura Municipal de Pescaria Brava,
Rod. SC 437, Km 8, s/n – Centro, Pescaria Brava/SC.
Pescaria Brava, 08 de fevereiro de 2018.
Deyvisonn da Silva de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL Nº TP 01/2018 FMS

Publicação Nº 1516698

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA – S.C.
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE –S.C
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2018 – FMS
TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2018 – FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE informa que será realizada licitação na modalidade tomada de preço, com a finalidade de selecionar propostas objetivando a CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA especializada em prestação de serviços de engenharia, sob o regime de empreitada global, com fornecimento de material e mão de obra, para construção de 01 (uma) unidade básica de saúde porte I, com 264,21 m2, no bairro Santiago, conforme projeto e demais anexo. Tipo de licitação: Tomada de preço. Lei Federal nº 8.666/93 e atualizações, Lei Complementar 123/06. Data de Abertura: 26/02/2018 às 09:00 horas. Informações poderão ser obtidas através do Telefone: (048) 3647-6312 no Setor de Licitações E-mail: licitacao@pescariabrava.sc.gov.br
Endereço: Prefeitura Municipal de Pescaria Brava,

Pinheiro Preto

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 026/2018

Publicação Nº 1517432

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 026/2018
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 27/02/2018, Licitação Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 026/2018, que visa o fornecimento de serviços de recauchutagem de pneus.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTAS DE PREÇOS: 27/02/2018, até às 10:00hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preços nesta mesma data, às 10:15hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562-2000, ou pelo site www.pinheiropreto.sc.gov.br.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 08 DE FEVEREIRO DE 2018.
PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

CONTRATO ADMINISTRATIVO 045/2018

Publicação Nº 1517266

CONTRATO ADMINISTRATIVO 045/2018

Termo de Contrato de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LAVAÇÃO DOS UNIFORMES DA CME celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa EDUARDA CARMINATTI DE LIMA 11165860961, autorizado através do Processo n. 040/2018, Licitação n. 017DL2018, modalidade Dispensa por Justificativa.

CONTRATANTE:
Município de Pinheiro Preto
CNPJ-MF nº 82.827.148/0001-69
Endereço: (sede): Avenida Marechal Arthur Costa e Silva, 111
Centro, Pinheiro Preto-SC.
Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA:
Empresa: EDUARDA CARMINATTI DE LIMA 11165860961
CNPJ-MF nº 27.203.301/0001-79
Endereço: Av. Costa e Silva, sn, centro ,
Pinheiro Preto-Santa Catarina – CEP 89.570-000

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Dispensa por Justificativa nº 017DL2018, datado de 30/01/2018, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1. O termo de contrato tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LAVAÇÃO DOS UNIFORMES DA CME

Item	Material/Serviço	Quantidade	Valor unitário	Valor total
1	Lavação de peças de vestuário	4.335	R\$ 1,80	R\$ 7.803,00

TOTAL CONTRATADO: R\$ 7.803,00 (sete mil e oitocentos e três reais).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

2.1. Os recursos para pagamento do objeto do termo de contrato estarão garantidos através das classificações orçamentárias:

2 - Município de Pinheiro Preto

2000 - PODER EXECUTIVO
2003 - SECRET. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
27 - Desporto e Lazer
812 - Desporto Comunitário
24 - Esporte É Vida
2.43 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS
152 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
100 - Recursos Ordinários

2.2. O pagamento do preço será efetuado por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia do recebimento definitivo, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

2.3. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente a ser indicado, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, e ainda o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta-corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

2.4. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços prestados, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO e VIGÊNCIA

3.1. A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme disposto na Lei nº 8.666/93.

3.2 O contrato terá início na data da sua assinatura e término em com a entrega total dos produtos e efetuação dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1. Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

- 4.1.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;
- 4.1.2. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;
- 4.1.3. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devam executar suas tarefas;
- 4.1.4. Efetuar com pontualidade os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;
- 4.1.5. Fornecer à CONTRATADA, todos os esclarecimentos necessários para execução dos serviços e demais informações que estes venham a solicitar para o desempenho dos serviços ora contratados.

4.2. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

4.3. O CONTRATANTE efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços por meio do Gestor/Fiscal do Contrato, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

4.4. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

4.5. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas necessárias à boa e perfeita prestação do serviço, conforme solicitado. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

5.2 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os vícios, defeitos e incorreções resultantes da execução do objeto.

CLÁUSULA SEXTA – VINCULAÇÃO DO CONTRATO

6.1 O presente contrato fica vinculado à Licitação nº 017DL2018 – modalidade Dispensa por Justificativa, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por lei.

CLÁUSULA SÉTIMA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07, e demais normas e Princípios de Direito Administrativo aplicáveis.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

9.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão.

9.2 Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3 A rescisão do contrato poderá ser:

9.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

9.3.3 Judicial, nos termos da legislação aplicável.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

10.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

10.1.1. Advertência;

10.1.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre valor total do contrato;

10.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo até 2 (dois) anos;

10.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação.

10.2. As sanções previstas nos itens 10.1.3 e 10.1.4 poderão, ainda, ser aplicadas caso a CONTRATADA:

10.2.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.2. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

11.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto-SC, 30 de janeiro de 2018.

CONTRATANTE

Município de Pinheiro Preto

PEDRO RABUSKE

CONTRATADA

EDUARDA CARMINATTI DE LIMA

REPRESENTANTE

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

CONTRATO ADMINISTRATIVO 063/2018

Publicação N° 1517554

CONTRATO ADMINISTRATIVO 063/2018

Termo de Contrato de INSPEÇÃO VEICULAR DA KOMBI - DETER celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa INSPEVIDE INSPECAO DE SEGURANCA VEICULAR LTDA, autorizado através do Processo n. 059/2018, Licitação n. 022DL2018, modalidade Dispensa por Justificativa.

CONTRATANTE:

Município de Pinheiro Preto
CNPJ-MF nº 82.827.148/0001-69
Endereço: (sede): Avenida Marechal Arthur Costa e Silva, 111
Centro, Pinheiro Preto - SC.
Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA:

Empresa: INSPEVIDE INSPECAO DE SEGURANCA VEICULAR LTDA
CNPJ-MF nº 08.953.025/0001-11
Endereço: RUA ALBERTO GRANDO, 1884, Bairro São Cristóvão
Videira – SC – CEP: 89560-000

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Dispensa por Justificativa nº 022DL2018, datado de 08/02/2018, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1. O termo de contrato tem por objeto INSPEÇÃO VEICULAR DA KOMBI - DETER

Item	Material/Serviço	Quantidade	Valor unitário	Valor total
1	INSPEÇÃO DE SEGURANÇA VEICULAR DETER	1	R\$ 350,00	R\$ 350,00

TOTAL CONTRATADO: R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

2.1. Os recursos para pagamento do objeto do termo de contrato estarão garantidos através das classificações orçamentárias:

2 - Município de Pinheiro Preto
2000 - PODER EXECUTIVO
2003 - SECRET. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
12 - Educação
361 - Ensino Fundamental
12 - Desenvolvimento Educacional
2.32 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL
225 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
337 - Outras Transferencias FNDE

2.2. O pagamento do preço será efetuado por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia do recebimento definitivo, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

2.3. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente a ser indicado, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, e ainda o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta-corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

2.4. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços prestados, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO e VIGÊNCIA

3.1. A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme disposto na Lei nº 8.666/93.

3.2 O contrato terá início na data da sua assinatura e término em com a entrega total dos produtos e efetuação dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1. Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

4.1.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;
4.1.2. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;
4.1.3. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devam executar suas tarefas;
4.1.4. Efetuar com pontualidade os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;
4.1.5. Fornecer à CONTRATADA, todos os esclarecimentos necessários para execução dos serviços e demais informações que estes venham a solicitar para o desempenho dos serviços ora contratados.

4.2. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

4.3. O CONTRATANTE efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços por meio do Gestor/Fiscal do Contrato, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

4.4. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

4.5. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas necessárias à boa e perfeita prestação do serviço, conforme solicitado. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

5.2 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os vícios, defeitos e incorreções resultantes da execução do objeto.

CLÁUSULA SEXTA – VINCULAÇÃO DO CONTRATO

6.1 O presente contrato fica vinculado à Licitação nº 022DL2018 – modalidade Dispensa por Justificativa, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por lei.

CLÁUSULA SÉTIMA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07, e demais normas e Princípios de Direito Administrativo aplicáveis.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

9.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão.

9.2 Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3 A rescisão do contrato poderá ser:

9.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

9.3.3 Judicial, nos termos da legislação aplicável.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

10.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

10.1.1. Advertência;

10.1.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre valor total do contrato;

10.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo até 2 (dois) anos;

10.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação.

10.2. As sanções previstas nos itens 11.1.3 e 11.1.4 poderão, ainda, ser aplicadas caso a CONTRATADA:

10.2.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.2. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

11.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto-SC, 8 de fevereiro de 2018.

CONTRATANTE

PREFEITO MUNICIPAL

PEDRO RABUSKE

CONTRATADA

INSPEVIDE INSPECAO DE SEGURANCA VEICULAR LTDA

REPRESENTANTE

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

PORTARIA 079/2018

Publicação Nº 1517232

PORTARIA Nº 079, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2018.

APROVA PROJETO BÁSICO DE OBRA DE ENGENHARIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e considerando disposto no inciso I do § 2º do art. 7º da Lei nº 8.666/93;

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o projeto básico de engenharia para execução do projeto de rede elétrica de distribuição para o acesso ao Loteamento Tranquilo Benjamin Guzzi, na forma dos seguintes anexos:

I – ANEXO I: Planta 01/02 – Queda de tensão e cotas – Prancha 01;

II – ANEXO II: Planta 01/02 – Queda de tensão e cotas – Prancha 01;

III – ANEXO III: Memorial Descritivo;

IV – ANEXO IV: Planilha de Orçamento Global;

V – ANEXO V: Anotação de Responsabilidade Técnica – ART;

Art. 2º Fica determinado à comissão de licitação, providências para lançar o edital competente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 02 de fevereiro de 2018.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

PORTARIA 081/2018

Publicação Nº 1517227

PORTARIA Nº 081, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2018.

APROVA PROJETO BÁSICO DE OBRA DE ENGENHARIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e considerando disposto no inciso I do § 2º do art. 7º da Lei nº 8.666/93;

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o projeto básico de engenharia para Calçamento com pedras irregulares prolongamento da Avenida Marechal Costa e Silva – Trecho 01, na forma dos seguintes anexos:

- I – ANEXO I: Planta – mapa de localização – Prancha 01;
- II – ANEXO II: Planta - mapa de localização – Prancha 02;
- III – ANEXO III: Planta – projeto geométrico - geral – Prancha 03;
- IV – ANEXO IV: Planta – projeto geométrico – Prancha 04;
- V – ANEXO V: Planta – perfil longitudinal – Prancha 05;
- VI – ANEXO VI: Planta - drenagem – Prancha 06;
- VII – ANEXO VII: Planta - sinalização – Prancha 07;
- VIII – ANEXO VIII: Planta – projeto passeios – Prancha 08;
- IX – ANEXO IX: Memorial Descritivo;
- X – ANEXO X: Planilha de Orçamento Global;
- XI – ANEXO XI: Cronograma físico-financeiro;
- XII – ANEXO XII: Quadro de Composição do Investimento - QCI;
- XIII – ANEXO XIII: Registro de Responsabilidade Técnica – RRT.

Art. 2º Fica determinado à comissão de licitação, providências para lançar o edital competente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 02 de fevereiro de 2018.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA 115

Publicação Nº 1517847

PORTARIA Nº 115, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.

EXONERA, A PEDIDO, VIVIANE MELLO DA VEIGA DA FUNÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE PROFISSIONAL DE APOIO I

PEDRO RABUSKE, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, e no disposto na Lei Complementar Municipal nº 194/2013, e ainda de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº 004/2017, e

Considerando o requerimento com pedido de exoneração da servidora;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a partir de 06 de fevereiro de 2018, VIVIANE MELLO DA VEIGA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº. 069.227.109-08, da função em caráter temporária de Profissional de Apoio I, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimento previsto em lei.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 06 de fevereiro de 2018.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 08 de fevereiro de 2018.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 20, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018**

Publicação Nº 1517449

PORTARIA Nº 20, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018.

DISPÕE DO PONTO FACULTATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PINHEIRO PRETO, NOS DIAS 12 e 13 DE FEVEREIRO DE 2018

KELVIN BROCARDO, Presidente da Câmara de Vereadores de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 49, II, da Lei Orgânica, e Art. 321 do Regimento Interno;

CONSIDERANDO que no dia 13 de fevereiro de 2018 é comemorado o carnaval;

CONSIDERANDO que o Executivo determinou através do DECRETO N.º 4.765, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018, que a referida data é ponto facultativo;

CONSIDERANDO que o Regimento Interno da nossa Casa de Leis Art. 331 determina que não haverá expediente do Legislativo nos dias de ponto facultativo decretado pelo Município.

RESOLVE:

Art. 1º Fica por esta portaria determinado ponto facultativo nos dias 12 e 13 do mês de fevereiro de 2018.

§ 1º Para os efeitos de que trata o Artigo Anterior, não haverá expediente na Câmara Municipal de Vereadores de Pinheiro Preto.

§ 2º Na segunda-feira, dia 12 de fevereiro de 2018, a Reunião Ordinária ocorre normalmente, com início às 19h:30min.

§ 3º No período descrito no caput deste Artigo, todos os funcionários da Câmara Municipal de Vereadores deverão ficar sobreaviso, sendo que os casos urgentes deverão ser tratados pelo telefone nº 49 98857 8687 com Priscila.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, devendo ser publicado no Diário Oficial dos Municípios, no site www.cm-pinheiropreto.sc.gov.br e no Mural da Câmara de Vereadores de Pinheiro Preto.

Câmara de Vereadores de Pinheiro Preto – SC, 07 de Fevereiro 2018.

KELVIN BROCARDO

Presidente

Piratuba

PREFEITURA

DECRETO N° 926/2018

Publicação N° 1516426

DECRETO N° 926/2018, 07 DE FEVEREIRO DE 2018.

Homologa Resultado Processo Seletivo n° 002/2017 da Secretaria Municipal de Educação e Esportes e Fundo Municipal de Saúde. O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, de acordo ao inciso VI do artigo 78 da Lei Orgânica Municipal e considerando a ata do resultado de classificação final por cargo/função dos candidatos inscritos ao Processo Seletivo aberto pelo Edital n° 02/2017,

DECRETA

Art. 1° Fica homologado o resultado final do da Secretaria Municipal de Educação e Esportes e Fundo Municipal de Saúde, aberto pelo Edital de Processo Seletivo n° 02/2017 cuja nominata dos candidatos aprovados por cargo/função são os constantes no Anexo Único, que passa a fazer parte integrante do presente Decreto.

§ 1° A íntegra do presente decreto será afixado no Mural Público Municipal, situado no átrio de acesso da Prefeitura Municipal de Piratuba, Rua Governador Jorge Lacerda, 133 – Centro, no Diário Oficial dos Municípios junto ao site www.diariomunicipal.sc.gov.br. E, o mesmo também poderá ser obtido junto ao site <http://www.aprender.sc.com.br> ou ainda junto à Secretaria de Administração e Finanças, estabelecida na Rua Governador Jorge Lacerda, 133 – Centro de Piratuba-SC. Outras informações complementares também poderão ser obtidas pelo telefone (49) 3553-0146.

§ 2° A contratação obedecerá à ordem rigorosa de classificação contida no presente documento e, com base neste, far-se-á a competente convocação de acordo com a necessidade e conveniência da Secretaria Municipal de Educação e Esportes e Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2° O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Piratuba-SC, 07 de fevereiro de 2018.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado no Mural Oficial Conforme Lei n° 226/93 e Lei n° 226/93 Em 07 de fevereiro de 2018.	Giovani Gelson Meneghel Secretário Municipal de Administração e Finanças
--	---

ANEXO ÚNICO AO DECRETO N° 926/2018, 07 DE FEVEREIRO DE 2018.

DIVULGA A HOMOLOGAÇÃO FINAL DOS APROVADOS DO PROCESSO SELETIVO DE N° 02 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

A PRESENTE LISTAGEM SOFREU ALTERAÇÕES DURANTE O PERÍODO RECURSAL CONFORME RESERVA O ITEM 9.5 - LETRA "E".

AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS									
Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.G	N.F	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
92	LAIS EMANUELA WEBER	3,20	2,40	1,60	0,60	7,80	APROVADO(A)	1º	23/12/1986
209	SEBASTIAN DRESSLER DE OLIVEIRA	3,20	1,80	2,00	0,80	7,80	APROVADO(A)	2º	16/10/1992
9	VANESSA CRISTINA MATSUMOTO	2,40	1,80	1,20	0,40	5,80	APROVADO(A)	3º	16/04/1990
132	JORGE LUIS ARETZ JUNIOR	2,40	1,20	1,60	0,60	5,80	APROVADO(A)	4º	20/08/1999
36	DIÂNEFER MARAISA DATSCH	2,40	1,20	1,20	1,00	5,80	APROVADO(A)	5º	04/08/1995
106	TAYNARA DA SILVA CHAVES	1,60	1,80	1,60	0,60	5,60	APROVADO(A)	6º	01/07/1999
110	IGOR GABRIEL CAVASIN PEREIRA	2,40	1,20	1,60	0,20	5,40	APROVADO(A)	7º	19/09/1998
89	WANDERLEI DE OLIVEIRA	1,60	1,80	1,20	0,80	5,40	APROVADO(A)	8º	12/03/1976
28	SILVANA SILVEIRA D"AVILA	2,40	1,20	1,20	0,40	5,20	APROVADO(A)	9º	17/01/1984

AGENTE DE SAÚDE - MICRO AREA 03									
Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.G	N.F	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
44	JAQUELINE TAINARA DA SILVA	1,60	1,20	1,20	1,00	5,00	APROVADO(A)	1º	23/02/2000

AGENTE DE SAÚDE - MICRO AREA 07									
Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.G	N.F	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
137	JESSICA BERGAMO MARTINAZZO	2,40	1,20	1,20	0,40	5,20	APROVADO(A)	1º	02/12/1998

AGENTE DE SAÚDE - MICRO AREA 08									
Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.G	N.F	Situação.	Class.	Dta. Nasc.

82	ANA PAULA HIRT	3,20	1,80	1,20	0,60	6,80	APROVADO(A)	1º	13/11/1989
233	VIVIANE APARECIDA FERREIRA STEMPCOSKI	3,20	1,20	0,80	0,40	5,60	APROVADO(A)	2º	20/10/1982

AGENTE DE SAÚDE - MICRO AREA 11

Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.G	N.F	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
155	ROSELI VALQUÍRIA ALTMANN	4,00	1,20	0,80	0,60	6,60	APROVADO(A)	1º	29/12/1975
34	ROSANGELA DA SILVA	4,00	0,60	1,20	0,40	6,20	APROVADO(A)	2º	27/01/1976
183	FRANCELENE RAQUEL LUCAS DA SILVA	2,40	1,80	1,20	0,80	6,20	APROVADO(A)	3º	08/01/1992

AGENTE DE SAÚDE - MICRO AREA 13

Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.G	N.F	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
17	CARLA SALETE ZINI	2,40	1,80	1,60	0,20	6,00	APROVADO(A)	1º	19/09/1980
156	ADRIANA MARTINS	3,20	1,20	1,20	0,20	5,80	APROVADO(A)	2º	06/11/1989
15	IVONE RODRIGUES TINOCO	2,40	1,20	0,80	0,60	5,00	APROVADO(A)	3º	19/08/1985

AGENTE DE SAÚDE - MICRO AREA 14

Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.G	N.F	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
152	MARIVANI FÁTIMA DA SILVA	4,00	1,20	0,80	0,60	6,60	APROVADO(A)	1º	27/09/1986
30	MILLA CRISTIE BEVILAQUA	3,20	1,80	1,20	0,40	6,60	APROVADO(A)	2º	12/02/1998
147	MARGARETE BRANDAO	3,20	1,20	1,60	0,40	6,40	APROVADO(A)	3º	11/04/1998
96	ANA CAROLINA DUTRA DOS SANTOS	2,40	1,80	1,20	0,60	6,00	APROVADO(A)	4º	10/08/1999
133	KARIANE DE MATOS	2,40	1,80	0,40	0,60	5,20	APROVADO(A)	5º	24/04/1999
221	GABRIELA LUZIA FRIES	2,40	1,20	0,80	0,80	5,20	APROVADO(A)	6º	01/03/1994

AGENTE DE SAÚDE - MICRO AREA 15

Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.G	N.F	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
2	VANESSA JULIANE MACENA	4,00	1,20	1,60	0,60	7,40	APROVADO(A)	1º	13/07/1985
49	ANDRESSA DA SILVA GONÇALVES DE AZEVEDO	4,00	1,20	1,60	0,40	7,20	APROVADO(A)	2º	06/08/1995
238	DAIANE DE OLIVEIRA RUHMKE	2,40	1,20	2,00	0,60	6,20	APROVADO(A)	3º	16/07/1996
131	KARINE DE MATOS	3,20	1,80	0,80	0,00	5,80	APROVADO(A)	4º	11/04/1998
182	EDINEIA PEREIRA	2,40	1,20	2,00	0,20	5,80	APROVADO(A)	5º	13/04/1996
55	FATIMA DE BORBA	2,40	1,80	0,80	0,40	5,40	APROVADO(A)	6º	07/08/1998
159	EVELIN FERNANDA GONÇALVES DA LUZ	3,20	1,20	0,80	0,00	5,20	APROVADO(A)	7º	21/10/1997

FACILITADOR INFORMÁTICA EDUCACIONAL - HABILITADO

Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.G	N.F	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
107	MARCIA SALETE MACHADO DE MELLO	3,20	1,20	1,60	0,80	6,80	APROVADO(A)	1º	26/03/1983

PROF. ANOS FINAIS - CIÊNCIAS - HABILITADO

Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.G	N.F	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
48	LAIS MACIEL	1,60	1,80	1,60	0,80	5,80	APROVADO(A)	1º	18/02/1990

PROF. ANOS FINAIS - CIÊNCIAS - NÃO HABILITADO

Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.G	N.F	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
46	EDUARDA DE AGUIAR KIRST	3,20	2,40	1,20	0,40	7,20	APROVADO(A)	1º	20/07/1944

PROF. ANOS FINAIS - ENSINO RELIGIOSO - HABILITADO

Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.G	N.F	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
207	MARGRET ROSE RICHTER	3,20	1,20	1,20	1,00	6,60	APROVADO(A)	1º	28/10/1967
6	ALINE APARECIDA FAE INOCENTI	2,40	1,20	1,20	0,40	5,20	APROVADO(A)	2º	11/10/1990

PROF. ANOS FINAIS - GEOGRAFIA - HABILITADO

Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.G	N.F	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
203	ELUANA MACHADO	2,40	1,20	1,20	0,40	5,20	APROVADO(A)	1º	10/04/1990

PROF. ANOS FINAIS - GEOGRAFIA - NÃO HABILITADO

Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.G	N.F	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
165	CARINA DOS SANTOS	2,40	1,20	1,60	0,80	6,00	APROVADO(A)	1º	10/12/1982

PROF. ANOS FINAIS - HISTORIA - HABILITADO

Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.G	N.F	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
212	VANIA REGINA KILPP STOCKMANN	2,40	1,20	1,20	0,60	5,40	APROVADO(A)	1º	16/03/1998

PROF. ANOS FINAIS - MATEMÁTICA - HABILITADO

Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.G	N.F	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
176	SIMONE MASSON	2,40	1,20	1,20	0,20	5,00	APROVADO(A)	1º	06/12/1990

PROF. ANOS FINAIS - MATEMÁTICA - NÃO HABILITADO

Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.G	N.F	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
145	NATÁLIA REGINA DE AGUIAR	2,40	1,20	2,00	1,00	6,60	APROVADO(A)	1º	13/09/1995
33	RENATO KIOSHI ANDO	2,40	0,60	2,00	1,00	6,00	APROVADO(A)	2º	04/06/1984
16	DEBORA DAHMER	2,40	1,20	1,60	0,60	5,80	APROVADO(A)	3º	22/04/1998

PROF. ANOS FINAIS - PORTUGUÊS - HABILITADO

Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.G	N.F	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
12	DEISE MARA CORTEZ	1,60	1,80	1,20	0,80	5,40	APROVADO(A)	1º	06/08/1984
88	ELAINE JORGETE CARVALHO	2,40	1,20	0,80	0,80	5,20	APROVADO(A)	2º	05/11/1989

PROF. ANOS FINAIS - PORTUGUÊS - NÃO HABILITADO

Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.G	N.F	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
198	MARINES RAMPON	2,40	3,00	1,20	0,60	7,20	APROVADO(A)	1º	30/08/1983
128	JÉSSICA DAMBRÓZ	1,60	2,40	0,80	0,60	5,40	APROVADO(A)	2º	07/10/1997
100	JULIA GRACIELA THOME TONDIN	1,60	1,80	0,80	0,80	5,00	APROVADO(A)	3º	20/02/1990

PROF. ANOS INICIAIS - HABILITADO

Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.G	N.F	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
63	JESSICA FABIANE CARVALHO	3,20	1,80	2,00	0,60	7,60	APROVADO(A)	1º	12/10/1993
229	MADELEINE STEFANIA FRIES	3,20	1,80	1,60	1,00	7,60	APROVADO(A)	2º	18/08/1981
53	REGIANE FRIES	3,20	1,80	1,60	0,40	7,00	APROVADO(A)	3º	02/05/1981
148	MARLEI JUÇARA HACHMANN	3,20	1,80	1,60	0,40	7,00	APROVADO(A)	4º	09/10/1987
224	SÉLIA REGINA KNOBLOCH	2,40	1,80	1,60	0,00	5,80	APROVADO(A)	5º	27/09/1979
144	ANA CLAUDIA MONTIPÓ	2,40	1,20	1,60	0,60	5,80	APROVADO(A)	6º	06/01/1989
225	PATRÍCIA MARINOSKI	2,40	1,20	1,20	0,60	5,40	APROVADO(A)	7º	06/10/1992
32	ELISABETE REGINA REX	2,40	1,20	0,80	0,60	5,00	APROVADO(A)	8º	04/05/1993
51	NARIELI PACHECO DOS SANTOS MACHADO	2,40	0,60	1,20	0,80	5,00	APROVADO(A)	9º	19/11/1993
192	CIRLEI TEREZINHA LUCAS DE MELLO CLOSS	1,60	1,80	1,20	0,40	5,00	APROVADO(A)	10º	19/07/1971
80	TATIANE DE AZEREDO DE SOUZA	1,60	1,80	1,20	0,40	5,00	APROVADO(A)	11º	16/05/1988
66	PATRICK DE CHANTEAU RODIGUES	0,80	1,80	1,60	0,80	5,00	APROVADO(A)	12º	02/04/1977

PROF. ANOS INICIAIS - NÃO HABILITADO

Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.G	N.F	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
195	TIAGO DE CARVALHO	2,40	1,80	1,20	0,80	6,20	APROVADO(A)	1º	09/09/1989
71	KARLA REGINA KIRST	2,40	1,80	0,80	0,60	5,60	APROVADO(A)	2º	12/08/1982
95	ANDRESSA JAINE DE OLIVEIRA SCHWINEL	1,60	1,80	1,20	0,40	5,00	APROVADO(A)	3º	30/04/1995

PROF. DE ARTES (ARTESANATO) - HABILITADO

Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.G	N.F	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
139	MARIANNE BETTINA RICHTER DIAS	2,40	1,20	0,80	0,60	5,00	APROVADO(A)	1º	27/01/1971

PROF. DE ARTES (ARTESANATO) - NÃO HABILITADO

Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.G	N.F	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
-----------	-----------	-----	-----	-----	-----	-----	-----------	--------	------------

117	MIRACI APARECIDA DE CASTRO WOLLINGER	4,00	1,20	0,80	0,60	6,60	APROVADO(A)	1º	05/09/1984
-----	--------------------------------------	------	------	------	------	------	-------------	----	------------

PROF. DE ARTES - HABILITADO

Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.G	N.F	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
69	MARA BEATRIZ SIMAS CASAGRANDE	3,20	1,80	1,20	0,60	6,80	APROVADO(A)	1º	18/12/1996

PROF. DE ARTES - NÃO HABILITADO

Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.G	N.F	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
219	ROSANGELA ELISA BREITENBACH	2,40	1,80	1,20	0,60	6,00	APROVADO(A)	1º	15/08/1983

PROF. DE EDUCAÇÃO FÍSICA - HABILITADO

Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.G	N.F	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
187	EDUARDO LEMES DA LUZ	3,20	2,40	1,20	0,60	7,40	APROVADO(A)	1º	17/05/1994
138	LUAN SCHNEIDER	3,20	1,80	1,60	0,40	7,00	APROVADO(A)	2º	08/04/1994
230	ANDRESA GABRIELA FLAMEA	2,40	1,20	2,00	0,80	6,40	APROVADO(A)	3º	14/08/1996
223	CLAIR JOSÉ DA SILVA	2,40	1,80	0,80	0,60	5,60	APROVADO(A)	4º	30/03/1973
174	FELIPE BUHL SCHNEIDER	1,60	1,80	1,60	0,60	5,60	APROVADO(A)	5º	15/12/1995

PROF. DE EDUCAÇÃO FÍSICA - NÃO HABILITADO

Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.G	N.F	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
130	JEAN RICARDO GIACOMIN	2,40	2,40	2,00	0,80	7,60	APROVADO(A)	1º	01/01/1997
181	MATHEUS AZEVEDO GENEVRO	2,40	1,80	1,20	0,40	5,80	APROVADO(A)	2º	16/03/1998
215	TAINARA CAROLINE FRIES	2,40	1,20	0,80	0,60	5,00	APROVADO(A)	3º	03/12/1997

PROF. EDUCAÇÃO INFANTIL - HABILITADO

Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.G	N.F	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
175	VANISE DE ABREU	3,20	2,40	0,80	0,40	6,80	APROVADO(A)	1º	29/08/1993
123	MARISTELA BEAL DA ROSA.	2,40	1,80	1,60	0,80	6,60	APROVADO(A)	2º	14/10/1984
178	ÉLINE JULIESSA CHAVES	2,40	1,80	1,60	0,60	6,40	APROVADO(A)	3º	18/06/1992
166	BARBARA DALPISSOL WILBERT	2,40	2,40	0,80	0,60	6,20	APROVADO(A)	4º	04/04/1988
91	ODAISA BERNARDI	2,40	1,20	2,00	0,60	6,20	APROVADO(A)	5º	18/04/1996
163	FLÁVIA BEATRIZ KOCH KELLER	2,40	1,20	2,00	0,40	6,00	APROVADO(A)	6º	02/02/1993
124	KEITTY CRISTINA RODRIGUES KOZERSKI	2,40	1,80	1,20	0,40	5,80	APROVADO(A)	7º	03/08/1987
194	GISELE SIEPMANN	2,40	1,80	0,80	0,60	5,60	APROVADO(A)	8º	26/05/1989
211	LETÍCIA DA ROSA	2,40	1,20	1,20	0,80	5,60	APROVADO(A)	9º	02/10/1994
25	DÁRLI SALETE DE MELLO DALMAGRO	1,60	1,80	1,60	0,60	5,60	APROVADO(A)	10º	14/02/1965
154	IVETE DA MOTTA DE AZEREDO	3,20	0,60	0,80	0,80	5,40	APROVADO(A)	11º	24/08/1980
200	SANDRA HORN LERNER	2,40	1,20	1,20	0,60	5,40	APROVADO(A)	12º	15/02/1988
177	CARLA REGINA SCHUMANN	1,60	1,80	1,60	0,40	5,40	APROVADO(A)	13º	12/03/1995
202	MICHELI MARIA LUVISON	1,60	1,80	1,60	0,20	5,20	APROVADO(A)	14º	23/09/1991
205	MAIARA PERI	1,60	1,80	1,20	0,40	5,00	APROVADO(A)	15º	06/11/1992

PROF. EDUCAÇÃO INFANTIL - NÃO HABILITADO

Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.G	N.F	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
189	LUCILENE PEREIRA DUARTE	3,20	1,80	1,20	0,40	6,60	APROVADO(A)	1º	26/01/1984
84	MARINETE BRUNETO	1,60	1,80	1,60	0,80	5,80	APROVADO(A)	2º	31/08/1978

PROFESSOR DE INGLÊS - HABILITADO

Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.G	N.F	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
5	SANDRA DA VEIGA	2,40	2,40	0,80	0,80	6,40	APROVADO(A)	1º	03/06/1980

MOTORISTA

Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.G	N.P.O	N.P.P	N.F	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
140	JESSÉ MACHADO	3,20	2,40	1,60	0,80	8,00	9,00	8,50	APROVADO(A)	1º	01/09/1991
24	ADECIR SERGIO SUBTIL DA TRINDADE	1,60	2,40	2,00	0,60	6,60	9,00	7,80	APROVADO(A)	2º	29/08/1976
37	VITOR HUGO KIRST	3,20	2,40	0,80	0,60	7,00	8,00	7,50	APROVADO(A)	3º	18/11/1980
94	JACKSON DA LUZ	1,60	3,00	1,60	0,80	7,00	7,00	7,00	APROVADO(A)	4º	25/04/1985

122	FABIO DE ALMEIDA	0,80	1,80	1,20	0,80	4,60	9,00	6,80	APROVADO(A)	5º	04/10/1982
153	DILNEI VIEIRA	0,80	2,40	0,80	0,40	4,40	9,00	6,70	APROVADO(A)	6º	15/04/1980
172	JEAN CARLO DE OLIVEIRA	1,60	2,40	0,80	0,60	5,40	7,00	6,20	APROVADO(A)	7º	12/09/1992
157	JEAN STOCKMANN MORAES	0,80	2,40	2,00	0,80	6,00	5,00	5,50	APROVADO(A)	8º	13/11/1991
141	LUIZ HENRIQUE BAZI	0,80	2,40	0,80	0,40	4,40	6,00	5,20	APROVADO(A)	9º	15/01/1993

Piratuba, 07 de fevereiro de 2018.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado no Mural Oficial
Conforme Lei nº 226/93 e Lei nº 226/93
Em 07 de fevereiro de 2018.

Giovani Gelson Meneghel
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Planalto Alegre

PREFEITURA

CA011_2018

Publicação Nº 1517187

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Administrativo: 11/2018

Contratante: Município de Planalto Alegre.

Contratada: PLANATERRA – TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA.

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CONCRETO BITUMINOSO QUENTE (CBUQ) E EMULSÃO ASFALTICA RR1C.

Valor do Contrato: 35.250,00 (trinta e cinco mil duzentos e cinquenta reais).

Vigência: 12 meses

Licitação: Pregão Presencial nº 07/2018

Planalto Alegre – SC, 08 de Fevereiro de 2018.

JUARES BET

Prefeito

DECRETO 4809/2018

Publicação Nº 1517028

DECRETO Nº 4809/2018 DE 12 DE JANEIRO DE 2018.

DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, REDUÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e em conformidade com a Lei Municipal nº 805/2017, etc;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar, no orçamento do MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE, no valor de R\$ 6.200,00 (seis mil e duzentos reais), para as dotações orçamentárias constantes do Anexo I deste Decreto.

Art. 2º. Os recursos para cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o Art. 1º, serão anulados dentro das categorias de programação de despesa do orçamento vigente, no valor correspondente, nas dotações constantes do Anexo I deste decreto.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre/SC, em 12 de janeiro de 2018

JUARES BET

Prefeito

ANEXO I

DECRETO Nº 4809/2018

SUPLEMENTAÇÕES

Entidade:	PREFEITURA DE PLANALTO ALEGRE						
Data da Suplementação	Mov.	Tipo Movimento	Valor R\$	Despesa	Proj/Ativ.	Elemento	Recurso
12/01/2018	1	Adicionar	6.200,00	128	2	33500000000000	1000 - Recursos Ordinários
12/01/2018	2	Subtrair	6.200,00	129	2	33900000000000	1000 - Recursos Ordinários
TOTAL DA ENTIDADE			6.200,00				

Planalto Alegre/SC, em 12 de janeiro de 2018
JUARES BET
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

EDDL012_2018

Publicação Nº 1517523

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE
EXTRATO DE EDITAL
Processo Adm. Nº. 12/2018
Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2018
Tipo: Menor Preço/Por Item
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS NAS ÁREAS SOCIOEDUCATIVAS E CULTURAIS.
Entrega dos Envelopes: 08:00hs. do dia 23 de Fevereiro de 2018.
Abertura dos Envelopes: 08:00hs. do dia 23 de Fevereiro de 2018.
O Edital e esclarecimento poderão ser obtido no seguinte endereço e horário: Av. Santa Catarina, 390 - centro-Planalto Alegre, nos dias úteis, das Segundas à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 3335-0066 e no site:www.planaltoalegre.sc.gov.br.
PLANALTO ALEGRE, 07 de Fevereiro de 2018.
JUARES BET
Prefeito

EDDL013_2018

Publicação Nº 1517561

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº DL/PM-013/2018

Contratante: MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

Contratada: FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS - FECAN

Objeto: CONTRIBUIÇÃO ASSOCIATIVA DO MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE PARA O EXERCÍCIO DE 2018, JUNTO A FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS - FECAN

Fundamento Legal: Lei 8.666/93

A) Art . 24

XXVI - na celebração de contrato de programa com ente da Federação ou com entidade de sua administração indireta, para a prestação de serviços públicos de forma associada nos termos do autorizado em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação. (Incluído pela Lei nº 11.107, de 2005).

B) Lei Municipal nº 182/1999.

Valor Total: R\$ 13.272,00 (treze mil duzentos e setenta e dois reais)

Vigência: 01/01/2018 a 31/12/2018.

Planalto Alegre- SC em 08 de Fevereiro 2018.

JUARES BET

Prefeito

Pomerode

PREFEITURA

PORTARIA 22.795

Publicação Nº 1516626

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 22.795
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR AILTON KRUGER.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, CONCEDE 30 (TRINTA) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, ao servidor AILTON KRUGER, ocupante do cargo de Ser-vente - Nível I, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Obras e Urbanismo, referente ao pe-ríodo aquisitivo de 22/05/2014 a 21/05/2017, a partir de 03 de outubro de 2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 03 de outubro de 2017.

WILHELM ZILZ	ÉRCIO KRIEK
Secretaria de Obras e Urbanismo	Prefeito Municipal

PORTARIA 22.885

Publicação Nº 1516630

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 22.885
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR LONGINO ESSER.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, CONCEDE 15 (QUINZE) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, ao servidor LONGINO ESSER, ocupante do cargo de Ro-çador, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Obras e Urbanismo, referente ao período aquisiti-vo de 05/12/2013 a 07/12/2016, a partir de 24 de outubro de 2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 24 de outubro de 2017.

WILHELM ZILZ	ÉRCIO KRIEK
Secretaria de Obras e Urbanismo	Prefeito Municipal

PORTARIA 22.991

Publicação Nº 1516667

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 22.991
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA MARLISE HOEFEL-MANN.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, CONCEDE 15 (QUINZE) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, a servidora MARLISE HOEFELMANN, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem- Nível I, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, no Posto de Saúde Alwin Klotz, da Secretaria de Saúde, referente ao período aquisitivo de 27/02/2011 a 26/02/2014, a partir de 13 de novembro de 2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 13 de novembro de 2017.	
RAFAEL RAMTHUN	ÉRCIO KRIEK
Secretaria de Saúde	Prefeito Municipal

PORTARIA 23.033

Publicação Nº 1516611

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 23.033
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR GABRIEL BEZ BATTI GOULART.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, CONCEDE 15 (QUINZE) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, ao servidor GABRIEL BEZ BATTI GOULART, ocupante do cargo de Cirurgião Dentista - Nível I, com jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, no PSF Wunderwald, da Secretaria de Saú-de, referente ao período aquisitivo de 01/08/2006 a 31/07/2009, a partir de 16 de novembro de 2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 16 de novembro de 2017.	
RAFAEL RAMTHUN	ÉRCIO KRIEK
Secretaria de Saúde	Prefeito Municipal

PORTARIA 23.041

Publicação Nº 1516618

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 23.041

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR JAIR ALBERTO SCHWEIZER

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, CONCEDE 15 (QUINZE) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, ao servidor JAIR ALBERTO SCHWEIZER, ocupante do cargo de Tratorista - Nível I, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Obras e Urbanismo, referente ao período aquisitivo de 15/02/2009 a 14/02/2012, a partir de 21 de novembro de 2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 21 de novembro de 2017.

WILHELM ZILZ

Sec. de Obras e Urbanismo

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal

PORTARIA 23.043

Publicação Nº 1516660

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 23.043

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO PAULA ZICKUHR DO CARGO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com a Lei de nº2819, de 17 de março de 2016, EXONERAR POR TÉRMINO DE CONTRATO PAULA ZICKUHR do cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no CEIM DOROTEA H. BORCHARDT, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 22 de novembro de 2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 22 de novembro de 2017.

NEUZI SCHOTTEN

Educ. e Form. Empreendedora

MARCOS A. RADÜNZ

Controladoria Municipal

GENRADO RIEMER

Sec. Gestão Adm. e Fazenda

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal

PORTARIA 23.054

Publicação Nº 1516643

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 23.054

PRORROGA PROCESSO ADMINISTRATIVO, INSTAURADO PELA PORTARIA 22.525, DE 09 DE AGOSTO DE 2017.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 29 do Decreto 2899 de 19 de dezembro de 2014, PRORROGAR o Processo Administrativo n.º 011/2017, instaurado a fim de apurar eventuais responsabilidades administrativas, bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos, praticadas pela servidora MÉLIA SCHIKORSKI, servidora pública efetiva do Município de Pomerode, atualmente investida no cargo de Motorista – Nível I, matrícula nº 500021, prorrogando-se por mais 60 (sessenta) dias, para a conclusão dos trabalhos.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 27 de novembro de 2017.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal

PORTARIA 23.119

Publicação Nº 1516652

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 23.119

EXONERA ELIANDRA NATALY DA SILVA FALK DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 49, § 2º, I, da Lei Complementar nº 269, de 05 de dezembro de 2014, cumulado com o artigo 2º, § 1º, da Lei Complementar nº 274, de 26 de fevereiro de 2015, EXONERAR ELIANDRA NATALY DA SILVA FALK do cargo em comissão de GERENTE DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, da Secretaria de Saúde, a partir de 04 de dezembro de 2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 04 de dezembro de 2017.

RAFAEL RAMTHUN
Secretaria de SaúdeÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal

PORTARIA 23.120

Publicação Nº 1516671

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 23.120
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR ALEXANDER HUBERT FECHT.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, CONCEDE 15 (QUINZE) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, ao servidor ALEXANDER HUBERT FECHT, ocupante do cargo de Cirurgião Dentista Comunitário - Nível I, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Saúde, referente ao período aquisitivo de 28/02/2011 a 27/02/2014, a partir de 04 de dezembro de 2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 04 de dezembro de 2017.

RAFAEL RAMTHUN ÉRCIO KRIEK
Secretaria de Saúde Prefeito Municipal

PORTARIA 23.149

Publicação Nº 1516564

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 23.149
NOMEIA POR CONCURSO PÚBLICO (EDITAL 001/2013) ANABELA SIZS PARA O CARGO DE PEDAGOGO – NÍVEL I.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

De acordo com o Artigo nº 17, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014;

RESOLVE:

NOMEAR, por concurso público (Edital 001/2013), ANABELA SIZS, para o cargo de PEDAGOGO – NÍVEL I, referência 001-A-500, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a disposição dos Centros de Educação Infantil, a partir de 11 de dezembro de 2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 11 de dezembro de 2017.
NEUZI SCHOTTEN ÉRCIO KRIEK
Educ. e Formação Empreendedora Prefeito Municipal

PORTARIA 23.234

Publicação Nº 1516655

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 23.234

NOMEIA MIRCO UALACE HETTERICH PARA EXERCER O CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 269, de 05 de dezembro de 2014, cumulado com o artigo 2º, §1º, da Lei Complementar nº 274, de 26 de fevereiro de 2015, NOMEAR MIRCO UALACE HETTERICH, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, para exercer o cargo em comissão de GERENTE DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO, na Secretaria de Turismo e Cultura, a partir de 18 de dezembro de 2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 18 de dezembro de 2017.

GLADYS DINAH SIEVERT ÉRCIO KRIEK
Secretaria de Turismo e Cultura Prefeito Municipal

PORTARIA 23.266

Publicação Nº 1516597

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 23.266

CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO AO SERVIDOR EFETIVO LUIZ HENRIQUE FROTSCHER.

Considerando que o servidor desempenha funções de controle e regularização da documentação da frota municipal, nos termos do inciso XXXVII, da Lei Complementar nº 296/2016;

Considerando que o Servidor Luiz Henrique realiza serviços de registros, transferência, baixa do veículo, alteração de características, licenciamentos, indicação de condutor, recursos de infração junto aos órgãos de trânsito e toda e demais situação de representatividade relacionada aos veículos da prefeitura municipal e de seus Fundos nas esferas Municipais, Estaduais e Federal, efetuando o preenchimento de formulário e posterior encaminhamento ao setor de RH da prefeitura dos débitos oriundos da imposição de penalidade gerados por funcionários.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com os Artigos 1º e 2º da Lei Complementar nº 296 de 01 de abril de 2016, inciso XXXVII, CONCEDER Gratificação de

Função de 25% (vinte e cinco por cento) da Referência 231, ao servidor efetivo Luiz Henrique Frotscher ocupante do cargo de Agente de Trânsito- Nível I, Referência 008-A-204, da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente, a partir de 09 de janeiro de 2018.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 09 de janeiro de 2018.

GLADYS DINAH SIEVERT ÉRCIO KRIEK
Sec. de Planejamento e Meio Ambiente Prefeito Municipal

PORTARIA 23.281

Publicação Nº 1516653

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

PORTARIA Nº 23.281

EXONERA KARIN RADUENZ HOEFT, EM FACE DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, PELO FAP – FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso das atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

EXONERAR, em face da concessão do benefício de Aposentadoria por Invalidez pelo FAP – Fundo de Aposentadoria e Pensões, a servidora KARIN RADUENZ HOEFT, no cargo de PROFESSOR DE DISCIPLINA ESPECÍFICA – NÍVEL II, referência 002-J-514, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na EBM Dr. Amadeu da Luz, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 11 de janeiro de 2018.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 11 de janeiro de 2018.

NEUZI SCHOTTEN ÉRCIO KRIEK
Educ. e Form. Empreendedora Prefeito Municipal

PORTARIA 23.282

Publicação Nº 1516605

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

PORTARIA Nº 23.282

CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO (PROCESSO SELETIVO 01/2017) SIMONE PATRICIA HENN PARA A FUNÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ESCOLAR - NÍVEL I.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

Contratar por prazo determinado, de acordo com a Lei Ordinária de nº 2819 de 17 de março de 2016, SIMONE PATRICIA HENN, para exercer a função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ESCOLAR – NÍVEL I, Referência 001-A-200, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas e com vaga vinculada a realização de concurso público, lotada no CEIM Profª Dorotea Hoeft Borchardt, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 11 de janeiro de 2018.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 11 de janeiro de 2018.

NEUZI SCHOTTEN ÉRCIO KRIEK
Educ. e Form. Empreendedora Prefeito Municipal

PORTARIA 23.287

Publicação Nº 1516632

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE

CNPJ: 83.102.251/0001-04

Telefone: (47) 3387-7200

Rua 15 de Novembro, 525 – Centro

89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 23.287

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR ISOLD SASSE.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, CONCEDE 15 (QUINZE) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, ao servidor ISOLD SASSE, ocupante do cargo de Operador de retro escavadeira - Nível II, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, da Secretaria de Obras e Urbanismo, referente ao período aquisitivo de 05/06/2010 a 04/06/2013, a partir de 12 de janeiro de 2018.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 12 de janeiro de 2018.

WILHELM ZILZ ÉRCIO KRIEK
Sec. de Obras e Urbanismo Prefeito Municipal

PORTARIA 23.290

Publicação Nº 1516665

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

PORTARIA Nº 23.290

CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO (PROCESSO SELETIVO 01/2017) ADRIANA NUSS PARA A FUNÇÃO DE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - NÍVEL I.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas

atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

Contratar por prazo determinado, de acordo com a Lei Ordinária de nº 2819 de 17 de março de 2016, ADRIANA NUSS, para exercer a função de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – NÍVEL I, Referência 003-A-204, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas e com vaga vinculada a matrícula, lotada no CEIM Waltrut Siewerdt, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 15 de janeiro de 2018.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 15 de janeiro de 2018.

NEUZI SCHOTTEN ÉRCIO KRIEK
Educ. e Form. Empreendedora Prefeito Municipal

PORTARIA 23.296

Publicação Nº 1516645

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 23.296

CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO (PROCESSO SELETIVO 01/2017) LIDIANE RIBEIRO DOS SANTOS PARA A FUNÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ESCOLAR - NÍVEL I.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

Contratar por prazo determinado, de acordo com a Lei Ordinária de nº 2819 de 17 de março de 2016, LIDIANE RIBEIRO DOS SANTOS, para exercer a função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ESCOLAR – NÍVEL I, Referência 001-A-200, com carga horária semanal de 30 (trinta) horas e com vaga vinculada a matrícula, lotada no CEIM Rosa Borck, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 15 de janeiro de 2018.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 15 de janeiro de 2018.

NEUZI SCHOTTEN ÉRCIO KRIEK
Educ. e Form. Empreendedora Prefeito Municipal

PORTARIA 23.297

Publicação Nº 1516600

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 23.297

CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO (PROCESSO SELETIVO 01/2017) MARGIT SCHMIDT ASSINI PARA A FUNÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ESCOLAR - NÍVEL I.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

Contratar por prazo determinado, de acordo com a Lei Ordinária de nº 2819 de 17 de março de 2016, MARGIT SCHMIDT ASSINI, para exercer a função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ESCOLAR – NÍVEL I, Referência 001-A-200, com carga horária semanal de 30 (trinta) horas e com vaga vinculada a realização de concurso público, lotada no CEIM Profº Damaris Frahm, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 15 de janeiro de 2018.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 15 de janeiro de 2018.

NEUZI SCHOTTEN ÉRCIO KRIEK
Educ. e Form. Empreendedora Prefeito Municipal

PORTARIA 23.298

Publicação Nº 1516601

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 23.298

CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO (PROCESSO SELETIVO 01/2017) MARIELI CHAVES DOS SANTOS PARA A FUNÇÃO DE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - NÍVEL I.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

Contratar por prazo determinado, de acordo com a Lei Ordinária de nº 2819 de 17 de março de 2016, MARIELI CHAVES DOS SANTOS, para exercer a função de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – NÍVEL I, Referência 003-A-204, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas e com vaga vinculada a matrícula, lotada no CEIM Ruth Koch, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 15 de janeiro de 2018.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 15 de janeiro de 2018.

NEUZI SCHOTTEN ÉRCIO KRIEK
Educ. e Form. Empreendedora Prefeito Municipal

PORTARIA 23.300

Publicação Nº 1516602

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 23.300

CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO (PROCESSO SELETIVO 01/2017) SARA BEATRIZ SCHWAEMMLE PARA A FUNÇÃO DE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - NÍVEL I.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

Contratar por prazo determinado, de acordo com a Lei Ordinária de nº 2819 de 17 de março de 2016, SARA BEATRIZ SCHWAEMMLE, para exercer a função de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – NÍVEL I, Referência 003-A-204, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas e com vaga vinculada a matrícula, lotada no CEIM Ruth Koch, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 15 de janeiro de 2018.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 15 de janeiro de 2018.

NEUZI SCHOTTEN

ÉRCIO KRIEK

Educ. e Form. Empreendedora

Prefeito Municipal

PORTARIA 23.301

Publicação Nº 1516603

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 23.301

CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO (PROCESSO SELETIVO 01/2017) SARA KLOTH CRISTOVÃO DA SILVA PARA A FUNÇÃO DE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - NÍVEL I.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

Contratar por prazo determinado, de acordo com a Lei Ordinária de nº 2819 de 17 de março de 2016, SARA KLOTH CRISTOVÃO DA SILVA, para exercer a função de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – NÍVEL I, Referência 003-A-204, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas e com vaga vinculada a matrícula, lotada no CEIM Amália Anders, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 15 de janeiro de 2018.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 15 de janeiro de 2018.

NEUZI SCHOTTEN

Educ. e Form. Empreendedora

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal

PORTARIA 23.305

Publicação Nº 1516608

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 23.305

CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO (PROCESSO SELETIVO 01/2017) VINICIUS RAFAEL VOLKMANN PARA A FUNÇÃO DE ZELADOR DE ESCOLA - NÍVEL I.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

Contratar por prazo determinado, de acordo com a Lei Ordinária de nº 2819 de 17 de março de 2016, VINICIUS RAFAEL VOLKMANN, para exercer a função de ZELADOR DE ESCOLA – NÍVEL I, Referência 001-A-200, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas e com vaga vinculada a realização de concurso público, lotada no CEIM Amália Anders e CEIM Damaris Frahm, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 17 de janeiro de 2018.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 17 de janeiro de 2018.

NEUZI SCHOTTEN

Educ. e Form. Empreendedora

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal

PORTARIA 23.320

Publicação Nº 1516635

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254
Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04
89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 23.320

CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO (PROCESSO SELETIVO 01/2017) ELIANE DE SOUZA PARA A FUNÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ESCOLAR - NÍVEL I.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

Contratar por prazo determinado, de acordo com a Lei Ordinária de nº 2819 de 17 de março de 2016, ELIANE DE SOUZA, para exercer a função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ESCOLAR – NÍVEL I, Referência 001-A-200, com carga horária semanal de 30 (trinta) horas e com vaga vinculada a servidora Cleuza Rodrigues

dos Santos (servidora readaptada), lotada no CEIM Dorotea H. Borchardt, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 19 de janeiro de 2018.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 19 de janeiro de 2018.

NEUZI SCHOTTEN ÊRCIO KRIEK
Educ. e Form. Empreendedora Prefeito Municipal

PORTARIA 23.321

Publicação Nº 1516617

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE

CNPJ: 83.102.251/0001-04

Telefone: (47) 3387-7200

Rua 15 de Novembro, 525 – Centro

89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 23.321

EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA CAROLA IRENE LESSMANN, OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL- NÍVEL I.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÊRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

EXONERA A PEDIDO de acordo com a Lei Ordinária nº 2819 de 17 de março de 2016, a servidora CAROLA IRENE LESSMANN, ocupante do cargo de Auxiliar de Educação Infantil- Nível I, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, lotada no CEIM DOROTEA H. BORCHARDT na Secretaria de Saúde, a partir de 19 de janeiro de 2018.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 19 de janeiro de 2018.

NEUZI SCHOTTEN ÊRCIO KRIEK
Educ. e Formação Empreendedora Prefeito Municipal

PORTARIA 23.322

Publicação Nº 1516638

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 23.322

EXONERA CLOTILDE GILIAM ROSTOVCEV KRAUSE, EM FACE DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, PELO FAP – FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÊRCIO KRIEK, no uso das atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

EXONERAR, em face da concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição pelo FAP – Fundo de Aposentadoria e Pensões, a servidora CLOTILDE GILIAM ROSTOVCEV KRAUSE, no

cargo de PROFESSOR ANOS INICIAIS – NÍVEL II, referência 002-C-507, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na EEBM PROF. CURT BRANDES, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 22 de janeiro de 2018.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 22 de janeiro de 2018.

NEUZI SCHOTTEN ÊRCIO KRIEK
Educ. e Formação Empreendedora Prefeito Municipal

PORTARIA 23.325

Publicação Nº 1516543

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE

CNPJ: 83.102.251/0001-04

Telefone: (47) 3387-7200

Rua 15 de Novembro, 525 – Centro

89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 23.325

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA EVANIR PFLEGER.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÊRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, CONCEDE 15 (QUINZE) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, a servidora EVANIR PFLEGER, ocupante do cargo de Secretário de Escola - Nível I, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, da Secretaria de Administração e Fazenda, referente ao período aquisitivo de 06/02/2012 a 05/02/2015, a partir de 22 de janeiro de 2018.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 22 de janeiro de 2018.

GENRADO RIEMER ÊRCIO KRIEK
Sec. de Administração e Fazenda Prefeito Municipal

PORTARIA 23.338

Publicação Nº 1516615

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

PORTARIA Nº 23.338

CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO (PROCESSO SELETIVO 01/2017) LIRIA FILBER PARA A FUNÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ESCOLAR - NÍVEL I.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÊRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

Contratar por prazo determinado, de acordo com a Lei Ordinária

de nº 2819 de 17 de março de 2016, LIRIA FILBER, para exercer a função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ESCOLAR – NÍVEL I, Referência 001-A-200, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas e com vaga vinculada a matrícula, lotada no CEIM Profª Waltrut Siewert, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 23 de janeiro de 2018.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 23 de janeiro de 2018.

NEUZI SCHOTTEN ÊRCIO KRIEK
Educ. e Form. Empreendedora Prefeito Municipal

PORTARIA 23.339

Publicação Nº 1516616

	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina</p>
--	---

PORTARIA Nº 23.339

CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO (PROCESSO SELETIVO 01/2017) LIRIA FILBER PARA A FUNÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ESCOLAR - NÍVEL I.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÊRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

Contratar por prazo determinado, de acordo com a Lei Ordinária de nº 2819 de 17 de março de 2016, LUAN ANDREY GESSNER, para exercer a função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ESCOLAR – NÍVEL I, Referência 001-A-200, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas e com vaga vinculada a realização de concurso público, lotado no CEIM Amalia Anders, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 23 de janeiro de 2018.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 23 de janeiro de 2018.

NEUZI SCHOTTEN ÊRCIO KRIEK
Educ. e Form. Empreendedora Prefeito Municipal

PORTARIA 23.369

Publicação Nº 1516657

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 23.369

EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA MARIA VITORIA DE JESUS SANTOS.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÊRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

EXONERA A PEDIDO de acordo com a Lei Complementar nº 307 de 09 de outubro de 2017 e decreto Municipal de nº 3.211/17, a servidora MARIA VITORIA DE JESUS SANTOS, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Saúde, a partir de 31 de janeiro de 2018.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 31 de janeiro de 2018.

RAFAEL RAMTHUN ÊRCIO KRIEK
Secretaria de Saúde Prefeito Municipal

PORTARIA 23.384

Publicação Nº 1516647

	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina</p>
--	---

PORTARIA Nº 23.384

RETIFICA PORTARIA Nº 23.268 DE 09 DE JANEIRO DE 2018.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÊRCIO KRIEK, no uso das atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria Nº 23.268, de 09 de janeiro 2018, referente concessão de gratificação de 40% (quarenta por cento), da referência 231 da Lei Complementar 296, de 01 de abril de 2016, ao servidor efetivo LENAR DALPIAZ, ocupante do cargo de Operador de Retro escavadeira – Nível I, com jornada de 40 (quarenta) horas semanais, lotado junto à Secretaria de Obras, a partir de 09 de janeiro de 2018, sendo que onde se lê: "O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICLODELLI ", no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei leia-se: "O Prefeito Municipal de Pomerode, ÊRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei".

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 05 de fevereiro de 2018.

ÊRCIO KRIEK
Prefeito Municipal

PORTARIA 23.457

Publicação Nº 1516666

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE
CNPJ: 83.102.251/0001-04
Telefone: (47) 3387-7200
Rua 15 de Novembro, 525 – Centro
89107-000 - Pomerode - Santa Catarina

PORTARIA Nº 23.457

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR LEOPOLDO KLUG NETO.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 120, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, CONCEDE 30 (TRINTA) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, ao servidor LEOPOLDO KLUG NETO, ocupante do cargo de Cirurgião Dentista - Nível I, com jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, no PSF Testa Alto, da Secretaria de Saúde, referente ao período aquisitivo de 15/04/2014 a 14/04/2017, a partir de 26 de fevereiro de 2018.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 26 de fevereiro de 2018.

RAFAEL RAMTHUN
Secretaria de Saúde

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL N.º 006 / 2018 - REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 1517928

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 006 / 2018 – REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 009 / 2018.

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL E LIMPEZA PARA A CRECHE DOMICILIAR DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Entrega dos envelopes: Até as 08h00min. do dia 26/02/2018.

Local: Praça do Cidadão do Município de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08h00min.do dia 26/02/2018.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Contratos do Município de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC – CEP 89.107-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07h30min. às 11h30min. e das 13h00min. às 17h00min., Fone: (47) 3387-7229 ou pelo e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br.

Pomerode / SC, 08 de Fevereiro de 2018.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal de Pomerode

Ponte Alta do Norte

PREFEITURA

DECRETO - 1733/2018

Publicação Nº 1516711

DECRETO Nº 1733/2018

REGULAMENTA O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PREVISTO NO ART. 15 DA LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Roberto Molin de Almeida, Prefeito Municipal de Ponte Alta do Norte- SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 81 inciso VI da Lei Orgânica Municipal, e nos termos do disposto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. DECRETA

Art. 1º. As contratações de serviços e a aquisição de bens, quando efetuadas pelo Sistema de Registro de Preços, no âmbito da Administração direta, autárquica e fundacional, fundos especiais, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas, direta ou indiretamente pelo Município de Curitiba, obedecerão ao disposto neste Decreto.

Parágrafo único. Para os efeitos deste Decreto, são adotadas as seguintes definições:

I - Sistema de Registro de Preços - SRP - conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras;

II - Ata de Registro de Preços - documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, onde se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas;

III - Órgão Gerenciador - órgão ou entidade da Administração Pública responsável pela condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente; e

IV - Órgão Participante - órgão ou entidade que participa dos procedimentos iniciais do SRP e integra a Ata de Registro de Preços.

Art. 2º. Será adotado, preferencialmente, o SRP nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações freqüentes;

II - quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços necessários à Administração para o desempenho de suas atribuições;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; e

IV - quando pela natureza do objeto não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Art. 3º. A licitação para registro de preços será realizada na modalidade de concorrência ou de pregão, do tipo menor preço, nos termos das Leis nº 8.666, de 21 de julho de 1993, e 10.520, de 17 de julho de 2002, e será precedida de ampla pesquisa de mercado.

§ 1º Excepcionalmente poderá ser adotado, na modalidade de concorrência, o tipo técnica e preço, a critério do órgão gerenciador e mediante despacho devidamente fundamentado da autoridade máxima do órgão ou entidade.

§ 2º Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do SRP, e ainda o seguinte:

I - convidar, mediante correspondência eletrônica ou outro meio eficaz, os órgãos e entidades para participarem do registro de preços;

II - consolidar todas as informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização;

III - promover todos os atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório pertinente, inclusive a documentação das justificativas nos casos em que a restrição à competição for admissível pela lei;

IV - realizar a necessária pesquisa de mercado com vistas à identificação dos valores a serem licitados;

V - confirmar junto aos órgãos participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos e projeto básico;

VI - realizar todo o procedimento licitatório, bem como os atos dele decorrentes, tais como a assinatura da Ata e o encaminhamento de sua cópia aos demais órgãos participantes;

VII - gerenciar a Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos participantes da Ata;

VIII - conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços; e

IX - realizar, quando necessário, prévia reunião com licitantes, visando informá-los das peculiaridades do SRP e coordenar, com os órgãos participantes, a qualificação mínima dos respectivos gestores indicados.

§ 3º O órgão participante do registro de preços será responsável pela manifestação de interesse em participar do registro de preços, providenciando o encaminhamento, ao órgão gerenciador, de sua estimativa de consumo, cronograma de contratação e respectivas especificações ou projeto básico, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, adequado ao registro de preço do qual pretende fazer parte, devendo ainda:

I - garantir que todos os atos inerentes ao procedimento para sua inclusão no registro de preços a ser realizado estejam devidamente formalizados e aprovados pela autoridade competente;

II - manifestar, junto ao órgão gerenciador, sua concordância com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licitatório; e

III - tomar conhecimento da Ata de Registros de Preços, inclusive as respectivas alterações porventura ocorridas, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições, logo após concluído o procedimento licitatório.

§ 4º Cabe ao órgão participante indicar o gestor do contrato, ao qual, além das atribuições previstas no art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, compete:

I - promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação do fornecedor, os respectivos quantitativos e os valores a serem praticados, encaminhando, posteriormente, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

II - assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem, quanto à sua utilização;

III - zelar, após receber a indicação do fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento, pelo mesmo, das obrigações contratualmente assumidas, e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais; e

IV - informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa do fornecedor em atender às condições estabelecidas em edital, firmadas na Ata de Registro de Preços, as divergências relativas à entrega, as características e origem dos bens licitados e a recusa do mesmo em assinar contrato para fornecimento ou prestação de serviços.

Art. 4. O prazo de validade da Ata de Registro de Preço não poderá ser superior a um ano, computadas neste as eventuais prorrogações.

§ 1º Os contratos decorrentes do SRP terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecido ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 2º É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, § 4º, da Lei nº 8.666, de 1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos desta norma.

Art. 5º. A Administração, quando da aquisição de bens ou contratação de serviços, poderá subdividir a quantidade total do item em lotes, sempre que comprovado técnica e economicamente viável, de forma a possibilitar maior competitividade, observado, neste caso, dentre outros, a quantidade mínima, o prazo e o local de entrega ou de prestação dos serviços.

Parágrafo único. No caso de serviços, a subdivisão se dará em função da unidade de medida adotada para aferição dos produtos e resultados esperados, e será observada a demanda específica de cada órgão ou entidade participante do certame. Nestes casos, deverá ser evitada a contratação, num mesmo órgão e entidade, de mais de uma empresa para a execução de um mesmo serviço em uma mesma localidade, com vistas a assegurar a responsabilidade contratual e o princípio da padronização.

Art. 6º. Ao preço do primeiro colocado poderão ser registrados tantos fornecedores quantos necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o item, observando-se o seguinte:

I - o preço registrado e a indicação dos respectivos fornecedores serão divulgados em órgão oficial da Administração e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

II - quando das contratações decorrentes do registro de preços deverá ser respeitada a ordem de classificação das empresas constantes da Ata; e

III - os órgãos participantes do registro de preços deverão, quando da necessidade de contratação, recorrerem ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, para que este proceda a indicação do fornecedor e respectivos preços a serem praticados.

Parágrafo único. Excepcionalmente, a critério do órgão gerenciador, quando a quantidade do primeiro colocado não for suficiente para as demandas estimadas, e as ofertas sejam em valor inferior ao máximo admitido, poderão ser registrados outros preços.

Art. 7º. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida.

Art. 8º O edital de licitação para registro de preços contemplará, no mínimo:

I - a especificação/descrição do objeto, explicitando o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para a caracterização do bem ou serviço, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;

II - a estimativa de quantidades a serem adquiridas no prazo de validade do registro;

III - a quantidade mínima de unidades a ser cotada, por item, no caso de bens;

IV - as condições quanto aos locais, prazos de entrega, forma de pagamento e, complementarmente, nos casos de serviços, quando cabíveis, a frequência, periodicidade, características do pessoal, materiais e equipamentos a serem fornecidos e utilizados, procedimentos a serem seguidos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados;

V - o prazo de validade do registro de preço;

VI - os órgãos e entidades participantes do respectivo registro de preço;

VII - os modelos de planilhas de custo, quando cabíveis, e as respectivas minutas de contratos, no caso de prestação de serviços; e

VIII - as penalidades a serem aplicadas por descumprimento das condições estabelecidas.

Parágrafo único O edital poderá admitir, como critério de classificação das propostas, a oferta de desconto sobre tabela de preços praticados no mercado, nos casos de peças de veículos, medicamentos, passagens aéreas, manutenções e outros similares.

Art. 9º. Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços que, após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

Art. 10. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador do registro de preços, será formalizada pelo órgão interessado, por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme o disposto no art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993.

Art. 11. O controle dos preços registrados será exercido com base na dinâmica do mercado, podendo caracterizar, justificadamente, redução ou elevação de seus valores.

§ 1º Independentemente de solicitação, a Administração poderá convocar o licitante fornecedor, após a assinatura da Ata de Registro de Preços, para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

§ 2º O licitante fornecedor poderá desonerar-se do compromisso contratualmente ajustado, quando, a critério da Administração, comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro, outro motivo de força maior ou caso fortuito.

I – a comprovação será feita por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de desoneração do compromisso;

II – reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, a Administração formalmente desonerará o contratado em relação ao item;

III – a Administração, simultaneamente ou após a desoneração, poderá (a) requerer aos licitantes que foram habilitados na licitação para o Registro de Preços, para o respectivo item, a apresentação de nova proposta, julgando-as de acordo com nova planilha de custos ou nova pesquisa de mercado ou (b) promover licitação convencional específica para o item.

§ 3º. As alterações decorrentes serão publicadas na Imprensa Oficial.

Art. 12. O preço registrado poderá ainda ser cancelado pela administração mediante solicitação formal de fornecedor que comprovar, na forma do artigo anterior, que está impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, ressalvadas as aquisições efetivas até a data da decisão

Parágrafo Único. Ocorrendo a hipótese desse artigo, se a solicitação for efetuada antes da requisição de compra pela Administração, ficará o fornecedor exonerado da aplicação de penalidade.

Art. 13. O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

I - descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

II - não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; e

IV - tiver presentes razões de interesse público.

§ 1º O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

Art. 14. Poderão ser utilizados recursos de tecnologia da informação na operacionalização das disposições de que trata este Decreto, bem assim na automatização dos procedimentos inerentes aos controles e atribuições dos órgãos gerenciador e participante.

Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ponte Alta do Norte, 15 de Janeiro de 2018.

Roberto Molin de Almeida

Prefeito Municipal

Ponte Serrada

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 01 DIMASA

Publicação N° 1516679

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 04/2018

PREGÃO PRESENCIAL N° 02/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 01

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: DIMASA DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS E SANITÁRIOS LTDA EPP

CNPJ: 83.411.769/0001-20

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS COM VALIDADE DE 12 MESES PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Valor contratado R\$ 150.500,00 (Cento e cinquenta mil e quinhentos reais). VIGÊNCIA: O presente contrato tem vigência de 31 de Janeiro de 2018 até 31 de Janeiro de 2019. Ponte Serrada, 09 de Fevereiro de 2018.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 02 MATIC

Publicação N° 1516683

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 04/2018

PREGÃO PRESENCIAL N° 02/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 02

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: MATIC MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP

CNPJ: 25.012.595/0001-26

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS COM VALIDADE DE 12 MESES PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Valor contratado R\$ 21.400,00 (Vinte e um mil e quatrocentos reais). VIGÊNCIA: O presente contrato tem vigência de 31 de Janeiro de 2018 até 31 de Janeiro de 2019. Ponte Serrada, 09 de Fevereiro de 2018.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 03 ALVORADA

Publicação N° 1516685

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 04/2018

PREGÃO PRESENCIAL N° 02/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 03

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: PEDREIRA ALVORADA EIRELI

CNPJ: 27.492.033/0001-52

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS COM VALIDADE DE 12 MESES PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Valor contratado R\$ 274.000,00 (Duzentos e setenta e quatro mil reais). VIGÊNCIA: O presente contrato tem vigência de 31 de Janeiro de 2018 até 31 de Janeiro de 2019. Ponte Serrada, 09 de Fevereiro de 2018.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 04 JARDEL JACOBS

Publicação Nº 1516687

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 04

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: JARDEL JACOBS PEREIRA DA SILVA - ME

CNPJ: 26.979.673/0001-29

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS COM VALIDADE DE 12 MESES PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Valor contratado R\$ 54.000,00 (Cinquenta e quatro mil reais). VIGÊNCIA: O presente contrato tem vigência de 31 de Janeiro de 2018 até 31 de Janeiro de 2019. Ponte Serrada, 09 de Fevereiro de 2018.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 05 DISK GÁS

Publicação Nº 1516692

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 05

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: DISK GÁS CASA LTDA

CNPJ: 05.853.688/001-76

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS COM VALIDADE DE 6 (SEIS) MESES PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÁS DE COZINHA P13, GÁS INDUSTRIAL P45 E AGUA MINERAL PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS SECRETARIA MUNICIPAIS E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME QUANTITATIVOS INFORMADOS NO ANEXO I. Valor contratado R\$ 23.850,00 (Vinte e três mil oitocentos e cinquenta reais). VIGÊNCIA: O presente contrato tem vigência de 30 de Janeiro de 2018 até 31 de Dezembro de 2018. Ponte Serrada, 09 de Fevereiro de 2018.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 06 GASTROL

Publicação Nº 1516696

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 06

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: GASTROL-GAS COM.TRANSP. ROSSI LTDA

CNPJ: 78.842.085/0001-42

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS COM VALIDADE DE 6 (SEIS) MESES PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÁS DE COZINHA P13, GÁS INDUSTRIAL P45 E AGUA MINERAL PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS SECRETARIA MUNICIPAIS E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME QUANTITATIVOS INFORMADOS NO ANEXO I. Valor contratado R\$ 43.249,25 (Quarenta e três mil duzentos e quarenta e nove reais e vinte e cinco centavos). VIGÊNCIA: O presente contrato tem vigência de 30 de Janeiro de 2018 até 31 de Dezembro de 2018. Ponte Serrada, 09 de Fevereiro de 2018.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal.

CONTRATO 05/2018 - FMS COBERTURAS DE POLICARBONATO POSTOS DE SAUDE

Publicação Nº 1516761

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2018 - FMS

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2018 - FMS

CONTRATO Nº 05/2018 - FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: METALURGICA NAIBO

CNPJ: 06.931.247/000108

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE COBERTURA (MATERIAL E MÃO DE OBRA) EM POLICARBONATO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DOS BAIRROS COHAB, BELA VISTA E VILA POUSO DOS TROPEIROS CONFORME SOLICITAÇÃO. Valor global de R\$ 6.979,00 (Seis mil novecentos e setenta e nove reais). VIGÊNCIA: O presente contrato tem vigência de 06 de fevereiro de 2018 até 31 de março de 2018. Ponte Serrada, 02 de Fevereiro de 2018.

Fernanda Chagas Paglia

Prefeito Municipal.

CONTRATO Nº 02/2018 FMS LABORATORIO LAIS

Publicação Nº 1516700

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2018 FMS

INEXIGIBILIDADE/CREDENCIAMENTO Nº 01/2018 FMS

CONTRATO Nº 02/2018 FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LAIS

CNPJ: 05.282.423/0001-65

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS E HABILITADOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTAS MÉDICAS, EXAMES ESPECIALIZADOS E PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS COM FINALIDADE DE SUPRIR AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE NO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO (PACIENTES) DO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC. Valor credenciado R\$ 237.379,68 (Duzentos e trinta e sete mil trezentos e setenta e nove reais e sessenta e oito centavos). VIGÊNCIA: O presente contrato tem vigência de 19 de Janeiro de 2018 até 31 de Dezembro de 2018. Ponte Serrada, 09 de Fevereiro de 2018.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal.

CONTRATO Nº 03/2018 FMS LABORATÓRIO CRUZ E BAHU

Publicação Nº 1516702

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2018 FMS

INEXIGIBILIDADE/CREDENCIAMENTO Nº 01/2018 FMS

CONTRATO Nº 03/2018 FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS CRUZ E BAHU LTDA ME

CNPJ: 07.703.881/0001-56

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS E HABILITADOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTAS MÉDICAS, EXAMES ESPECIALIZADOS E PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS COM FINALIDADE DE SUPRIR AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE NO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO (PACIENTES) DO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC. Valor credenciado R\$ 237.379,68 (Duzentos e trinta e sete mil trezentos e setenta e nove reais e sessenta e oito centavos). VIGÊNCIA: O presente contrato tem vigência de 19 de Janeiro de 2018 até 31 de Dezembro de 2018. Ponte Serrada, 09 de Fevereiro de 2018.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal.

CONTRATO Nº 04/2018 FMS

Publicação Nº 1516689

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2018 FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2018 FMS

CONTRATO Nº 04/2018 FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: CRM GASES E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP

CNPJ: 11.738.706/0001-71

OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE OXIGÊNIO MEDICINAL DE FORMA PARCELADA, PARA SER UTILIZADO CONFORME AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO. Valor contratado R\$ 86.500,00 (Oitenta e seis mil e quinhentos reais). VIGÊNCIA: O presente contrato tem vigência de 02 de Fevereiro de 2018 até 31 de Dezembro de 2018. Ponte Serrada, 09 de Fevereiro de 2018.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 001-2018

Publicação N° 1517567

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 01/2018

O Controlador Interno do Município de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, nos termos do § 4º do art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000 □ Lei de Responsabilidade Fiscal, c/c com o § 1º do art. 166 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal convida os integrantes do Poder Legislativo e a população em geral para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA, onde será demonstrado e avaliado o cumprimento das metas fiscais relativas ao TERCEIRO QUADRIMESTRE do exercício de 2017 que será realizada no dia 20 de Fevereiro de 2018, às 15h, tendo como local o gabinete do prefeito do município de Ponte Serrada.

Ponte Serrada SC, 05 de Fevereiro de 2018.

IVAN HOECKLER
CONTROLADOR INTERNO
CRC-SC 20684/O-8

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 13/2018 – PREGÃO PRESENCIAL 8/2018

Publicação N° 1517294

AVISO DE PUBLICAÇÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 13/2018 – PREGÃO PRESENCIAL 8/2018

ALCEU ALBERTO WRUBEL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 1983. A presente licitação tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE BRITADOR MÓVEL E ROLO COMPACTADOR CONFORME DESCRIÇÃO DO ANEXO I PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS E SERVIÇOS URBANOS. O julgamento será por MENOR PREÇO POR ITEM. Recebimento dos Envelopes até às 08H15 (horário de Brasília) do dia 22/02/2018. Abertura da Sessão às 08H30 horas (horário de Brasília) do dia 22/02/2018. Edital e anexos, disponíveis no site do município www.ponteserrada.sc.gov.br. Informações Complementares poderão ser obtidas de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 7h30 às 13h30 e das 13 às 17 horas, pelo e-mail comprasps01@gmail.com ou pelo telefone (49) 34350122.

Ponte Serrada, 09 de Fevereiro de 2018.

ALCEU ALBERTO WRUBEL
Prefeito Municipal.

Porto Belo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PRG 011/2018 - PMPB

Publicação Nº 1514830

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão Presencial – Registro de Preço Nº 011/2018 - PMPB

Tipo de licitação: Menor Preço por Item;

Objeto: Contratação de empresa pelo sistema de Registro de Preços para Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de reparos e construção de bocas de lobo, remoção e assentamento de lajota e paver, para atender as necessidades das Secretarias, Fundos e Fundações do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I deste Edital.

Recebimento das Propostas: Até 12:30 horas do dia 27/02/2018, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 13:00 horas do dia 27/02/2018, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações e no departamento de Compras e Licitações da PMPB – End. Av. Governador Celso Ramos, nº 2.500 – Centro–Porto Belo – SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 – ramal 211 ou pelo e-mail administracao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 09 de Fevereiro de 2018.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1761, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1517895

DECRETO Nº 1.761, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.

"Dispõe sobre a abertura de crédito suplementar e dá outras providências, conforme autorizado no artigo 17 da Lei Municipal nº 2.595/2017". O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do artigo 41 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 45.490,00 (Quarenta e cinco mil e quatrocentos e noventa reais), destinados a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 16 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 01 ☐ Fundo Municipal de Saúde

Funcional Programática: 10.305.0018

Atividade: 2.060 – Manutenção das atividades de Vigilância Epidemiológica

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 ☐ Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.3.3862 – SF SUS/UNIÃO - VS Vig. Epidemio

Valor: R\$ 45.490,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do Superávit Financeiro apurado no Exercício de 2017, por conta dos recursos SUS/UNIÃO - VS Vig. Epidemio no valor de 45.490,00 (Quarenta e cinco mil e quatrocentos e noventa reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, ao 08 de fevereiro de 2018.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA- PONTO FACULTATIVO 12/02**

Publicação Nº 1517072

PORTARIA- PONTO FACULTATIVO

PORTARIA Nº 01 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018

ESTABELECE PONTO FACULTATIVO NO ÂMBITO DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO, NA FORMA A SEGUIR INDICADA.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Regimento Interno e Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO que no dia 13 de fevereiro de 2018 (terça feira) é feriado nacional "CARNAVAL".

RESOLVE:

Art. 1º - Estabelece Ponto Facultativo no dia 12 de fevereiro de 2018 (segunda feira), no âmbito da Câmara de Vereadores do Município de Porto Belo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência da Câmara de Vereadores do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, aos 08 dias do mês de fevereiro de 2018.

JOEL ORLANDO LUCINDA
PRESIDENTE

Paço Legislativo Vereador Amadeu Serafim Raulino
" Porto Belo Capital Catarinense dos Transatlânticos"

Porto União

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 008/2018

Publicação Nº 1516491

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 008/2018

Partes: Município de Porto União e Truck Star Serviços e Acessórios para Veículos Ltda – ME.

Objeto: Contratação de empresa para realização de serviços de aferição, manutenção, reparo e limpeza de tacógrafos da frota do município.

Valor: R\$ 11.003,82 (onze mil e três reais e oitenta e dois centavos).

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Pregão Presencial 001/2018, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 25 de janeiro de 2018.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

Truck Star Serviços e Acessórios para Veículos Ltda – ME.

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 013/2018 - EDUCAÇÃO

Publicação Nº 1516493

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 013/2018 - EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e Truck Star Serviços e Acessórios para Veículos Ltda – ME.

Objeto: Contratação de empresa para realização de serviços de aferição, manutenção, reparo e limpeza de tacógrafos da frota.

Valor: R\$ 7.603,20 (sete mil seiscentos e três reais e vinte centavos).

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Pregão Presencial 001/2018, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 25 de janeiro de 2018.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

Truck Star Serviços e Acessórios para Veículos Ltda – ME.

Contratada.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 001/2018 - MULTIENTIDADE

Publicação Nº 1516494

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 003/2018 - MULTIENTIDADE

Pregão Presencial 001/2018

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa

Truck Star Serviços e Acessórios para Veículos Ltda – ME.

Porto União SC, 25 de janeiro de 2018.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

Pouso Redondo

PREFEITURA

DECRETO Nº 007/2018 de 02/02/2018. Determina devolução de valores pagos indevidamente por erro de sistema, procede sua baixa por restituição, e dá outras providências.

Publicação Nº 1517369

MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO
CNPJ 83.102.681/0001-26
Rua Antonio Carlos Thiesen, 74
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina
www.pousoredondo.sc.gov.br

DECRETO Nº 007/2018 de 02/02/2018.

Determina devolução de valores pagos indevidamente por erro de sistema, procede sua baixa por restituição, e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO que os próprios beneficiários (Prefeito e Vice-Prefeito) constataram que receberam indevidamente o pagamento de décimo terceiro salário no ano de 2017;

CONSIDERANDO que se tratou de erro gerado pelo sistema operado pelo Departamento de Recursos Humanos quando gerou os arquivos de pagamento relativos ao décimo terceiro salário dos servidores públicos municipais;

CONSIDERANDO que após referido fato constatou-se que se tratou de prática já operacionalizada em anos anteriores, sendo, portanto, informado os beneficiários do pagamento indevido;

CONSIDERANDO a justificativa apresentada pela responsável da operação, que utilizou a opção inadequada ao gerar o pagamento da verba para todos os cadastrados, resultando no pagamento indevido ao Prefeito e Vice-Prefeito;

CONSIDERANDO que o Município não possui lei autorizadora do pagamento de décimo terceiro salário para agentes políticos;

CONSIDERANDO que tão logo constatado o equívoco foi efetuado o levantamento dos valores pagos indevidamente a Prefeito e Vice-Prefeito, a qual efetuaram a devolução imediatamente;

DECRETA:

Art. 1º. Fica determinado o ressarcimento aos cofres públicos dos valores pagos indevidamente pelo 13º salário relativo ao ano 2017 na forma que segue abaixo:

ANO	NOME	VALOR ORIGINAL	DATA DO PAGAMENTO	DATA DA DEVOLUÇÃO	VALOR CORRIGIDO IPCA
2017	Oscar Gutz	12.028,24	11/12/2017	12/12/2017	12.028,24
2017	Ruy Marcos Fritsche	6.228,24	11/12/2017	11/12/2017	6.228,24

Art. 2º. Proceda-se a baixa dos valores corrigidos ressarcidos e aportados junto ao departamento contábil e financeiro de acordo com tabela indicativa do artigo anterior.

Parágrafo Único. A comprovação do ressarcimento deverá ser averiguada pelo departamento de financeiro, para que não haja imprecisão de informações, bem como, deverá constituir parte integrante deste decreto.

Art. 3º. Esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 02 de fevereiro de 2018.

OSCAR GUTZ
Prefeito Municipal

PROCESSO 099 2017 RETIFICAÇÃO

Publicação Nº 1517150

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO
RETIFICAÇÃO DO EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 83 /2017/ PROCESSO Nº099/2017

A Prefeitura Municipal de Pouso Redondo, através de seu prefeito municipal o Sr. Oscar Gutz, torna público a prorrogação do Edital de Pregão Presencial nº 83/2017, DE OBJETO: A presente licitação tem por objetivo, Registro de REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE FORMA PARCELADA DE PESSOA JURIDICA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MAQUINAS E OUTROS EQUIPAMENTOS, CONFORME DESCRIÇÃO COMPLETA NO ANEXO I DO EDITAL., devido a alterações no objeto do edital, fica o anexo I retificado, conforme segue:

Item	Quantidade	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
01	1.000,00	HORA		SERVIÇO DE CAÇAMBA TRAÇADA DE NO MINIMO 12M³	100,00	100.000,00
02	500,00	HORA		SERVIÇOS DE CAMINHÃO PARA HIDROJATEAMENTO.	280,00	140.000,00
03	1.000,00	KM		SERVIÇOS DE CAMINHÃO PRANCHA PARA TRANSPORTE DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, COM CAPACIDADE DE CARGA ACIMA DE 12 TONELADAS.	4,50	4.500,00
04	1.000,00	KM		SERVIÇOS DE CAMINHÃO TOCO, COM PLATAFORMA PARA TRANSPORTE DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS, COM CAPACIDADE DE CARGA ACIMA DE 3 TONELADAS.	3,00	3.000,00
05	1.000,00	KM		SERVIÇOS DE CAMINHÃO TRUCK, COM PLATAFORMA PARA TRANSPORTE DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS, COM CAPACIDADE DE CARGA ACIMA DE 12 TONELADAS.	4,50	4.500,00
06	1.000,00	HORA		SERVIÇO DE MAQUINA ESCAVADEIRA HIDRAULICA SOBRE ESTEIRAS, COM PESO OPERACIONAL SUPERIOR A 14 TON.	180,00	180.000,00
07	1.000,00	HORA		SERVIÇO DE MÁQUINA RETROESCAVADEIRA TRAÇADA	120,00	120.000,00
08	500	HORA		SERVIÇO DE MINI CARREGADEIRA COM CAPINADEIRA E VASSOURA	158,00	79.000,00
09	1.000,00	HORA		SERVIÇO DE MINI ESCAVADEIRA HIDRAULICA DE ATÉ 4 TON.	120,00	120.000,00
10	1.000,00	HORA		SERVIÇOS DE MOTONIVELADORA EQUIPADA COM RIPPER, LÂMINA COM DESLOCAMENTO LATERAL, COM PESO OPERACIONAL ACIMA DE 12 TONELADAS.	220,00	220.000,00
11	1.000,00	HORA		SERVIÇOS DE ROLO COMPACTADOR AUTO PROPELIDO, COM PESO OPERACIONAL SUPERIOR A 10 TONELADAS, EQUIPADO COM TAMBOR LISO MAIS CINTA COM PATAS.	145,00	145.000,00
12	1.000,00	HORA		ROLO COMPACTADOR COMBINADO CHAPA PNEU PESO SUPERIOR A 7,5 TONELADAS.	145,00	145.000,00
13	1.000,00	HORA		SERVIÇO DE TRATOR AGRÍCOLA DE PNEUS COM POTÊNCIA MINÍMA DE 50 CV.	50	50.000,00
14	1.000,00	HORA		SERVIÇO DE TRATOR AGRÍCOLA DE PNEUS COM TRAÇÃO 4X4 E POTÊNCIA MINÍMA DE 75 CV.	75	75.000,00
15	1.000,00	HORA		SERVIÇO DE TRATOR SOBRE ESTEIRAS ACIMA DE 12 TON.	180,00	180.000,00
Total						1.556.000,00

OBS: 1) PARA OS ITENS 03,04 E 05 SERÁ PAGO VALOR FIXO DE SAÍDA DE R\$50,00 (CINQUENTA REAIS) E QUILOMETRO RODADO.
2) PARA OS DEMAIS ITENS, SERÁ CONSIDERADO PARA FINS DE PAGAMENTO AS HORAS EFETIVAMENTE TRABALHADAS, CASO HAJA INCOERÊNCIA COM A MARCAÇÃO DO HORIMETRO DO EQUIPAMENTO.

As demais Clausulas, inclusive a data de abertura permanecem inalteradas, na sala de licitações nas dependências da Prefeitura Municipal de Pouso Redondo, Rua Antonio Carlos Thiesen, nº74, Independencia, Pouso Redondo/SC. Os interessados deverão retirar novo edital com as devidas alterações na Prefeitura, no mesmo endereço, no site www.pousoredondo.sc.gov.br, e maiores informações pelo telefone (47) 3534-8700.

Pouso Redondo, 08 de Fevereiro de 2018.
Oscar Gutz
Prefeito Municipal

Princesa

PREFEITURA

DECRETO Nº. 43 DE 08.02.2018

Publicação Nº 1516599

DECRETO Nº. 43, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.

“TRANSFERE PATRIMÔNIO ENTRE SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL”.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente as contidas no inciso art. 9º, e incisos IX, X e XXIX do artigo 69 da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO, a grande demanda de serviços na Secretaria de Infraestrutura, de obras, urbanismo e dos transportes e a necessidade de aumento da frota de veículos, para atendimento eficaz de seus trabalhos;

CONSIDERANDO, que a Secretaria acima mencionada, manifestou interesse em responsabilizar-se pelo veículo;

DECRETA:

Art. 1º. Fica transferido mediante cessão, por período indeterminado, da SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FAZENDA para a SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, DE OBRAS, URBANISMO E DOS TRANSPORTES o veículo KOMBI, Placa MDF 7514, a qual passará a responder pelo seu uso e manutenção.

Art. 2º. Providenciem-se as alterações com averbações necessárias no Patrimônio do Município.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigência da data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PRINCESA, SC, 8 de Fevereiro de 2018.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 44 DE 08.02.2018

Publicação Nº 1516661

DECRETO Nº. 44, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.

Contrata Temporariamente Servidor Público Municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o parágrafo 3º do Artigo 102 da Lei Orgânica do Município e, Lei Complementar nº. 021 de 30 de dezembro de 2015, Edital de Processo Seletivo nº. 002.2017 de 19 de Julho de 2017, homologado o resultado através do Decreto nº. 268 de 01 de Novembro de 2017 e Ata nº. 007/2018.

CONSIDERANDO, o interesse público na manutenção dos serviços da Educação;

CONSIDERANDO, a previsão da Lei Federal 8.745 de 1993, aplicada supletivamente ao caso de contratações temporárias, precedida de Processo Seletivo;

CONSIDERANDO, a falta de profissionais efetivos para suprir as necessidades educacionais para o ano letivo de 2018;

CONSIDERANDO, o número máximo de alunos permitido para cada Profissional da educação;

CONSIDERANDO, a proteção Constitucional dada a Educação e, que a oferta ou não oferta irregular do ensino implica em responsabilidade da autoridade municipal, nos termos do §2º, artigo 208 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a continuidade dos trabalhos relativos à educação, bem como o comprimento do calendário do ano letivo, sem prejuízo aos alunos.

DECRETA

Art. 1º. Fica contratada CLEUSA DE FÁTIMA TELLES FANTINELLI, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Nalcino Dellavecchia, Bairro Santa Rita, Município de São José do Cedro, portadora do CPF nº. 026.388.239-02, professora habilitada, classificada em 5º lugar no Edital de Processo Seletivo nº 002/2017, para atuar no cargo e função de Professor de Educação Fundamental, Escola Pública Municipal Renascer, 5º. ano, turno matutino e vespertino, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, assumindo a vaga a partir de 14 de Fevereiro de 2018 até perdurar a vaga.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão a conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14.02.2018.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, SC, em,

08 de Fevereiro de 2018.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 45 DE 08.02.2018

Publicação Nº 1516701

DECRETO Nº. 45, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.

Contrata Temporariamente Servidor Público Municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o parágrafo 3º do Artigo 102 da Lei Orgânica do Município e, Lei Complementar nº. 021 de 30 de dezembro de 2015, Edital de Processo Seletivo nº. 002.2017 de 19 de Julho de 2017, homologado o resultado através do Decreto nº. 268 de 01 de Novembro de 2017 e Ata nº. 006/2018.

CONSIDERANDO, o interesse público na manutenção dos serviços da Educação;
CONSIDERANDO, a previsão da Lei Federal 8.745 de 1993, aplicada supletivamente ao caso de contratações temporárias, precedida de Processo Seletivo;
CONSIDERANDO, a falta de profissionais efetivos para suprir as necessidades educacionais para o ano letivo de 2018;
CONSIDERANDO, o número máximo de alunos permitido para cada Profissional da educação;
CONSIDERANDO, a proteção Constitucional dada a Educação e, que a oferta ou não oferta irregular do ensino implica em responsabilidade da autoridade municipal, nos termos do §2º, artigo 208 da Constituição Federal;
CONSIDERANDO a continuidade dos trabalhos relativos à educação, bem como o comprimento do calendário do ano letivo, sem prejuízo aos alunos.

DECRETA

Art. 1º. Fica contratada, IVANETE DA SILVA, brasileira, convivente, residente e domiciliada na Rua Romilda Beckenkamp, nº. 175, Bairro São Luiz, Município de São José do Cedro, portadora do CPF nº. 028.293.429-41, professora habilitada, classificada em 4º lugar no Edital de Processo Seletivo nº 002/2017, para atuar no cargo e função de Professor de Educação Fundamental, Escola Pública Municipal Renascer, 3º. ano, turno matutino e vespertino, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, assumindo a vaga a partir de 14 de Fevereiro de 2018 até perdurar a vaga.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão a conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14.02.2018.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, SC, em,
08 de Fevereiro de 2018.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 46 DE 08.02.2018

Publicação Nº 1516982

DECRETO Nº. 46, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.

APROVA O DESDOBRAMENTO DE LOTES INDUSTRIAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRINCESA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL:

DECRETA

ART. 1º. O PRESENTE MEMORIAL DESCRITIVO REFERE-SE AO DESDOBRAMENTO DOS LOTES INDUSTRIAIS Nº. 03 (MATRÍCULA 10.784), 04 (MATRÍCULA 10.785), E 05 (MATRÍCULA 10.786), AMBOS DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, SC, SITUADOS NA RUA ANNA RIFFEL E RUA JUREMA WINTER, N OPARQUE INDUSTRIAL, NESTA CIDADE DE PRINCESA, SC.

ÁREA PRIMITIVA

LOTE INDUSTRIAL Nº. 03 (MATRÍCULA 10.784), COM ÁREA DE 7.142,00 M², SEM ACESSÕES, SITUADO NA RUA ANNA RIFFEL, PARQUE INDUSTRIAL, NO MUNICÍPIO DE PRINCESA – SC, COM AS SEGUINTE MEDIDAS E CONFRONTAÇÕES:

NOROESTE: COM A CHÁCARA RURAL Nº 01, MEDINDO 50,00 METROS;

NORDESTE: COM O LOTE INDUSTRIAL Nº 06, MEDINDO 97,84 METROS;

SUDESTE: COM O LOTE INDUSTRIAL Nº 04, MEDINDO 125,00 METROS;

SUDOESTE: COM O LOTE INDUSTRIAL Nº 04, MEDINDO 20,00 METROS;

NOROESTE: COM A RUA ANNA RIFFEL, MEDINDO 25,00 METROS;

SUDOESTE: COM A RUA ANNA RIFFEL, MEDINDO 15,00 METROS;

NOROESTE: COM O LOTE INDUSTRIAL Nº 02, MEDINDO 50,00 METROS;

SUDOESTE: COM O LOTE INDUSTRIAL Nº 02, MEDINDO 62,84 METROS; E FECHANDO ASSIM O PERÍMETRO.

LOTE INDUSTRIAL Nº. 04 (MATRÍCULA 10.785), COM ÁREA DE 4.875,00 M², POSSUI A EDIFICAÇÃO DE UM ANEXO ADMINISTRATIVO, COM ÁREA DE 85,83 M², SITUADO NA RUA ANNA RIFFEL ESQUINA COM A RUA JUREMA WINTER, PARQUE INDUSTRIAL, NO MUNICÍPIO DE PRINCESA – SC, COM AS SEGUINTE MEDIDAS E CONFRONTAÇÕES:

NOROESTE: COM A RUA ANNA RIFFEL, MEDINDO 35,00 METROS;
NORDESTE: COM A RUA ANNA RIFFEL E COM O LOTE INDUSTRIAL Nº 03, MEDINDO 25,00 METROS;
NOROESTE: COM O LOTE INDUSTRIAL Nº 03, MEDINDO 125,00 METROS;
NORDESTE: COM O LOTE INDUSTRIAL Nº 06, MEDINDO 25,00 METROS;
SUDESTE: COM O LOTE INDUSTRIAL Nº 05, MEDINDO 160,00 METROS;
SUDOESTE: COM A RUA JUREMA WINTER, MEDINDO 50,00 METROS; E FECHANDO ASSIM O PERÍMETRO.

LOTE INDUSTRIAL Nº. 05 (MATRÍCULA 10.786), COM ÁREA DE 5.447,44 M², POSSUI A EDIFICAÇÃO DE UM GALPÃO INDUSTRIAL, COM ÁREA DE 200,40 M², SITUADO NA RUA JUREMA WINTER, PARQUE INDUSTRIAL, NO MUNICÍPIO DE PRINCESA – SC, COM AS SEGUINTE MEDIDAS E CONFRONTAÇÕES:

NOROESTE: COM O LOTE INDUSTRIAL Nº 04, MEDINDO 160,00 METROS;
NORDESTE: COM O LOTE INDUSTRIAL Nº 06, MEDINDO 27,43 METROS;
SUDESTE: COM O LOTE RURAL Nº 03, MEDINDO 160,55 METROS;
SUDOESTE: COM A RUA JUREMA WINTER, MEDINDO 40,66 METROS; E FECHANDO ASSIM O PERÍMETRO.

ÁREA APÓS O DESDOBRIO

PARTE DO LOTE URBANO Nº. 03 A, COM ÁREA DE 3.017,00 M², SEM ACESSÕES, SITUADO NA RUA ANNA RIFFEL A UMA DISTÂNCIA DE 110,00 M DA ESQUINA FORMADA PELAS RUAS ANNA RIFFEL E A RUA JUREMA WINTER, PARQUE INDUSTRIAL, NO MUNICÍPIO DE PRINCESA – SC, COM AS SEGUINTE MEDIDAS E CONFRONTAÇÕES:

NOROESTE: COM A CHÁCARA RURAL Nº 01, MEDINDO 50,00 METROS;
NORDESTE: COM O LOTE INDUSTRIAL Nº 06, MEDINDO 57,84 METROS;
SUDESTE: COM A RUA ANNA RIFFEL, MEDINDO 25,00 METROS;
NORDESTE: COM A RUA ANNA RIFFEL, MEDINDO 5,00 METROS;
SUDESTE: COM A RUA ANNA RIFFEL, MEDINDO 25,00 METROS;
SUDOESTE: COM O LOTE INDUSTRIAL Nº 02, MEDINDO 62,84 METROS; E FECHANDO ASSIM O PERÍMETRO.

PARTE DO LOTE URBANO Nº. 03 B, COM ÁREA DE 1.750,00 M², SEM ACESSÕES, SITUADO NA ANNA RIFFEL, PARQUE INDUSTRIAL, NO MUNICÍPIO DE PRINCESA – SC, COM AS SEGUINTE MEDIDAS E CONFRONTAÇÕES:

NOROESTE: COM O LOTE INDUSTRIAL Nº 02 E PARTE DO LOTE INDUSTRIAL 03A, MEDINDO 75,00 METROS;
SUDOESTE: COM PARTE DO LOTE INDUSTRIAL Nº 03 A, MEDINDO 5,00 METROS;
NOROESTE: COM PARTE DO LOTE INDUSTRIAL Nº 03 A, MEDINDO 25,00 METROS;
NORDESTE: COM O LOTE INDUSTRIAL Nº 06, MEDINDO 25,00 METROS;
SUDESTE: COM PARTE DO LOTE INDUSTRIAL Nº 03 C, MEDINDO 25,00 METROS;
SUDOESTE: COM PARTE DO LOTE INDUSTRIAL Nº 03 C, MEDINDO 5,00 METROS;
SUDESTE: COM PARTE DO LOTE INDUSTRIAL Nº 03 C, MEDINDO 18,59 METROS;
SUDESTE: COM PARTE DO LOTE INDUSTRIAL Nº 03 D, MEDINDO 43,89 METROS;
SUDESTE: COM PARTE DO LOTE INDUSTRIAL Nº 03 E, MEDINDO 12,52 METROS;
SUDOESTE: COM A RUA ANNA RIFFEL, MEDINDO 15,00 METROS; E FECHANDO ASSIM O PERÍMETRO.

OBS: Á ÁREA DESMEMBRADA PARTE DO LOTE URBANO Nº. 03 B, COM ÁREA DE 1.750,00 M² SERÁ DESTINADA A ÁREA PÚBLICA PARA O PROLONGAMENTO DA RUA ANNA RIFFEL.

PARTE DO LOTE URBANO Nº. 03 C, COM ÁREA DE 746,83 M², PARTE DO LOTE URBANO Nº. 04 A, COM ÁREA DE 1.089,79 M² E PARTE DO LOTE URBANO Nº. 05 A, COM ÁREA DE 1.274,34 M², JUNTOS PERFAZENDO A ÁREA TOTAL DE 3.110,96 M², SEM ACESSÕES, SITUADO NA ANNA RIFFEL, A UMA DISTÂNCIA DE 116,41 M DA ESQUINA FORMADA PELAS RUAS ANNA RIFFEL E A RUA JUREMA WINTER, PARQUE INDUSTRIAL, NO MUNICÍPIO DE PRINCESA – SC, COM AS SEGUINTE MEDIDAS E CONFRONTAÇÕES:

NOROESTE: COM A RUA ANNA RIFFEL, MEDINDO 18,59 METROS;
NORDESTE: COM A RUA ANNA RIFFEL, MEDINDO 5,00 METROS;
NOROESTE: COM A RUA ANNA RIFFEL, MEDINDO 25,00 METROS;
NORDESTE: COM O LOTE INDUSTRIAL Nº06, MEDINDO 67,43 METROS;
SUDESTE: COM O LOTE RURAL Nº 03, MEDINDO 43,74 METROS;
SUDOESTE: COM PARTE DOS LOTES INDUSTRIAIS Nº. 03 D, 04 B E 05 B, MEDINDO 76,04 METROS; E FECHANDO ASSIM O PERÍMETRO.

PARTE DO LOTE URBANO Nº. 03 D, COM ÁREA DE 858,34 M², PARTE DO LOTE URBANO Nº. 04 B, COM ÁREA DE 1.018,29 M² E PARTE DO LOTE URBANO Nº. 05 B, COM ÁREA DE 1.234,33 M², JUNTOS PERFAZENDO A ÁREA TOTAL DE 3.110,96 M², SEM ACESSÕES, SITUADO NA ANNA RIFFEL, A UMA DISTÂNCIA DE 72,52 M DA ESQUINA FORMADA PELAS RUAS ANNA RIFFEL E A RUA JUREMA WINTER, PARQUE INDUSTRIAL, NO MUNICÍPIO DE PRINCESA – SC, COM AS SEGUINTE MEDIDAS E CONFRONTAÇÕES:

NOROESTE: COM A RUA ANNA RIFFEL, MEDINDO 43,89 METROS;
NORDESTE: COM PARTE DOS LOTES INDUSTRIAIS NºS 03 C, 04 A E 05 A, MEDINDO 76,04 METROS;
SUDESTE: COM O LOTE RURAL Nº 03, MEDINDO 36,34 METROS;
SUDOESTE: COM PARTE DOS LOTES INDUSTRIAIS NºS 03 E, 04 C E 05 C, MEDINDO 79,40 METROS; E FECHANDO ASSIM O PERÍMETRO.

PARTE DO LOTE URBANO Nº. 03 E, COM ÁREA DE 769,83 M² E PARTE DO LOTE URBANO Nº. 04 C, COM ÁREA DE 2.766,92 M², JUNTOS PERFAZENDO A ÁREA TOTAL DE 3.536,75 M², POSSUI A EDIFICAÇÃO DE UM ANEXO ADMINISTRATIVO, COM ÁREA DE 85,83 M², SITUADO NA ANNA RIFFEL ESQUINA COM A RUA JUREMA WINTER, PARQUE INDUSTRIAL, NO MUNICÍPIO DE PRINCESA – SC, COM AS SEGUINTE MEDIDAS E CONFRONTAÇÕES:

NOROESTE: COM A RUA ANNA RIFFEL, MEDINDO 35,00 METROS;
NORDESTE: COM A RUA ANNA RIFFEL, MEDINDO 5,00 METROS;

NOROESTE: COM A RUA ANNA RIFFEL, MEDINDO 37,52 METROS;
NORDESTE: COM PARTE DOS LOTES INDUSTRIAIS NºS 03 D E 04 B, MEDINDO 45,21 METROS
SUDESTE: COM PARTE DO LOTE INDUSTRIAL Nº 05 C, MEDINDO 76,89 METROS;
SUDOESTE: COM A RUA JUREMA WINTER, MEDINDO 50,00 METROS; E FECHANDO ASSIM O PERÍMETRO.

PARTE DO LOTE URBANO Nº. 05 C, COM ÁREA DE 2.938,77 M², POSSUI A EDIFICAÇÃO DE UM GALPÃO INDUSTRIAL, COM ÁREA DE 200,40 M², SITUADO NA RUA JUREMA WINTER, A UMA DISTÂNCIA DE 50,00 M DA ESQUINA FORMADA PELAS RUAS JUREMA WINTER E A RUA ANNA RIFFEL, PARQUE INDUSTRIAL, NO MUNICÍPIO DE PRINCESA – SC, COM AS SEGUINTE MEDIDAS E CONFRONTAÇÕES:

NOROESTE: COM PARTE DO LOTE INDUSTRIAL Nº 4 C, MEDINDO 76,89 METROS;
NORDESTE: COM PARTE DO LOTE INDUSTRIAL Nº 5 B, MEDINDO 34,19 METROS;
SUDESTE: COM O LOTE RURAL Nº 03, MEDINDO 80,47 METROS;
SUDOESTE: COM A RUA JUREMA WINTER, MEDINDO 40,66 METROS; E FECHANDO ASSIM O PERÍMETRO.
ART. 2º. ESTE DECRETO ENTRA EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO.

ART. 3º. FICAM REVOGADAS AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PRINCESA, SC, EM, 08 DE FEVEREIRO DE 2018.

EDÍLSON MIGUEL VOLKWEIS

DECRETO Nº. 47 DE 08.02.2018

Publicação Nº 1517282

DECRETO Nº. 47, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.

"REGULAMENTA MATRÍCULA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL. "

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente as contidas no inciso IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município e de acordo com os Parâmetros Nacionais Curriculares do Ministério da Educação e Cultura,

DECRETA:

Art. 1º. A matrícula da Rede Municipal de Ensino no Ensino Fundamental e Educação Infantil deverá ser realizada pelos pais ou responsáveis.
Parágrafo Único - O aluno que tiver 18 (dezoito) anos de idade completos poderá realizá-la pessoalmente.

Art. 2º. No ato de renovação da matrícula serão exigidos documentos pessoais atualizados, não será cobrado qualquer valor de taxa de matrícula.

Parágrafo Único - os documentos como certidão de nascimento e histórico escolar, serão exigidos para alunos novos, transferidos ou que não possuam a documentação escolar em dia.

Art. 3º. A matrícula no 1º ano do ensino fundamental será obrigatória para crianças a partir dos seis anos de idade completos, até 31 de Março.

Art. 4º. As matrículas na Educação Infantil serão oferecidas:

I - Jardim de Infância, para as crianças de quatro anos completos até 31 de Março;

II –Pré-escola, para as crianças de cinco anos completos até 31 de Março.

Art. 5º. As matrículas serão realizadas anualmente em períodos definidos pela Unidades Escolares.

Art. 6º. Encerrada a matrícula, a unidade escolar procederá a Organização, reestruturação e desdobramento de turmas por profissional, respeitados os seguintes critérios, desde que o número de alunos permaneça estável pelo período de 06 meses.

I - 1º ao 5º ano -30 alunos por profissional;

II – Reforço - 20 alunos por profissional;

III - Pré-Escola - 25 alunos por profissional;

IV- Jardim de infância - 25 alunos por profissional;

V – Centro de Educação Infantil Pequenos Anjos:

Berçário I -06 alunos por profissional;

Berçário II -08 alunos por profissional;

Maternal I -15 alunos por profissional;

Maternal II -24 alunos por profissional.

Art. 7º. O responsável pela secretaria Municipal terá autonomia, consultado o Conselho Municipal de Educação, para efetuar o desdobramento quando a Unidade escolar apresentar a matrícula conforme consta no Artigo 6º deste Decreto.

§ 1º - Para que haja desdobramento deverá haver disponibilidade na área física da unidade escolar que não implique na implantação de terceiro turno.

§ 2º- Desdobramentos fora do período estabelecido no parágrafo anterior só poderão ser realizados para atender a excepcional interesse público.

§ 3º - No caso de haver redução no número de alunos na unidade escolar, deverá ser suspenso o desdobramento conforme consta no Artigo 6º deste Decreto.

§ 4º - No caso de fechamento de turmas o professor poderá ser remanejado e quando for contratado pelo regime de Admitido em Caráter Temporário, seu contrato será rescindido.

Art. 8º. Este Decreto é parte integrante do Sistema Municipal de Ensino e segue as normas contidas nos Parâmetros Nacionais Curriculares do Ministério da Educação e Cultura.

Art. 9º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial as contidas no Decreto número 36 de 03 de Fevereiro de 2017.

GABINETE DO PREFEITO, SC, EM 08 DE FEVEREIRO DE 2018.

Edilson Miguel Volkweis,

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 48 DE 08.02.2018

Publicação Nº 1517636

DECRETO Nº. 48, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.

Contrata Temporariamente Servidor Público Municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o parágrafo 3º do Artigo 102 da Lei Orgânica do Município e, Lei Complementar nº. 021 de 30 de dezembro de 2015, Edital de Processo Seletivo nº. 002.2017 de 19 de Julho de 2017, homologado o resultado através do Decreto nº. 268 de 01 de Novembro de 2017 e Ata nº. 11/2018.

CONSIDERANDO, o interesse público na manutenção dos serviços da Educação;

CONSIDERANDO, a previsão da Lei Federal 8.745 de 1993, aplicada supletivamente ao caso de contratações temporárias, precedida de Processo Seletivo;

CONSIDERANDO, a falta de profissionais efetivos para suprir as necessidades educacionais para o ano letivo de 2018;

CONSIDERANDO, o número máximo de alunos permitido para cada Profissional da educação;

CONSIDERANDO, a proteção Constitucional dada a Educação e, que a oferta ou não oferta irregular do ensino implica em responsabilidade da autoridade municipal, nos termos do §2º, artigo 208 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a continuidade dos trabalhos relativos à educação, bem como o comprimento do calendário do ano letivo, sem prejuízo aos alunos.

DECRETA

Art. 1º. Fica contratado, JOSSIEL BECKER, brasileiro, convivente, residente e domiciliado na Rua Mato Grosso, nº. 959, Centro, Município de Princesa, portador do CPF nº. 043.718.489-74, professor habilitado, classificada em 3º lugar no Edital de Processo Seletivo nº 002/2017, para atuar no cargo e função de Professor de Educação Física, Escola Pública Municipal Renascer, turno matutino e vespertino, carga horária de 10 (dez) horas semanais, assumindo a vaga a partir de 14 de Fevereiro de 2018 até perdurar a vaga.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão a conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14.02.2018.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, SC, em,
08 de Fevereiro de 2018.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS

Prefeito Municipal

EXTRATO DO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 03/2018-FMS, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2018 FMS.

Publicação Nº 1517760

MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC

Processo Licitatório 03/2018-FMS

Pregão Presencial 03/2018-FMS

O Município de PRINCESA/SC, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, torna público que realizará licitação, na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por ITEM, cujo objeto é "REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura aquisição de MEDICAMENTOS que compõem a FARMÁCIA BÁSICA, a LISTA MUNICIPAL e a LISTA REGIONALIZADA DO EXTREMO OESTE, para serem distribuídos gratuitamente à população do Município.". A realização da sessão pública ocorrerá na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro – Princesa/SC no dia 23 de fevereiro de 2018, às 08h30min. Cópia do edital e maiores informações podem ser obtidas/solicitadas no endereço citado, pelo telefone (49) 3641.0059, pelo e-mail compras@princesa.sc.gov.br ou no endereço eletrônico www.princesa.sc.gov.br. Princesa/SC, 07 de fevereiro de 2018. Andreia Epping de Lima – Gestora do FMS.

LEI Nº. 917 DE 08.02.2018

Publicação Nº 1516623

LEI Nº. 917, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.

"AUTORIZA O MUNICÍPIO DE PRINCESA A ADQUIRIR POR USUCAPÃO E REGISTRAR IMÓVEL URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRINCESA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHES FOREM CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL VOTOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica o Município de Princesa, Estado de Santa Catarina, autorizado a adquirir por usucapião o imóvel descrito na ação nº 0300287.55-2014.8.24.0065 que tramita na Comarca de São José do Cedro, julgada procedente com trânsito em julgado em 17.11.2017, conforme planta de localização, memorial descritivo e sentença que integram a presente Lei.

Parágrafo único. Para efeitos contábeis e patrimoniais a parte do lote é avaliada em R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

Art. 2º. Fica o Prefeito Municipal autorizado a assinar os atos cartoriais referentes a presente aquisição e a proceder aos lançamentos patrimoniais pertinentes.

Art. 3º. As despesas decorrentes do cumprimento desta Lei correrão a conta do orçamento geral do Município.

Art. 4º. Fica concedido o prazo de 90 (noventa) dias para a sociedade Esportiva 1º de Maio de Diversões, inscrita no CNPJ sob nº 82.823.972/0001-40, retirar do local as traves, cercado e eucaliptos por ela cultivados.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PRINCESA, SC, 08 DE FEVEREIRO DE 2018.

EDÍLSON MIGUEL VOLKWEIS

PREFEITO MUNICIPAL

PREGÃO 06.2018 - EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS

Publicação Nº 1517535

MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC

Processo Licitatório 10/2018-PM

Pregão Presencial 06/2018-PM

O Município de PRINCESA/SC torna público que realizará licitação, na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por ITEM, cujo objeto é "Aquisição de TRATOR DE PNEUS e MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS". A realização da sessão pública ocorrerá na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro – Princesa/SC no dia 26 de fevereiro de 2018, às 08h30min. Cópia do edital e maiores informações podem ser obtidas/solicitadas no endereço citado, pelo telefone (49) 3641.0059, pelo e-mail compras@princesa.sc.gov.br ou no endereço eletrônico www.princesa.sc.gov.br. Princesa/SC, 07 de fevereiro de 2018. Edilson Miguel Volkweis – Prefeito Municipal.

Rancho Queimado

PREFEITURA

DECRETO 2419-2018-RETIFICA DECRETO PONTO FACULTATIVO

Publicação Nº 1517720

DECRETO Nº 2419/2018

RETIFICA DECRETO Nº 2418/2018
PONTO FACULTATIVO

A Prefeita Municipal de Rancho Queimado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

CONSIDERANDO as festas de carnaval,

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado ponto facultativo nas repartições públicas municipais nos dias 12 e 13, e dia 14 até as 13h00min horas do mês de fevereiro de 2018.

Art. 2º - O Art. 1º não inclui as repartições vinculadas a Secretaria de Saúde do município, no qual será ponto facultativo somente no dia 13 de fevereiro de 2018.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Rancho Queimado, em 08 de fevereiro de 2018.

CLECI APARECIDA VERONEZI

Prefeita Municipal

Rio do Campo

PREFEITURA

091 PORTARIA Nº 091 CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA ANGELITA TAMBOSI DIAS DA SILVA

Publicação Nº 1518035

Portaria nº. 091, de 08 de Fevereiro de 2018.

“Concede Férias a Servidora ANGELITA TAMBOSI DIAS DA SILVA”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o artigo 98 da Lei nº 960, de 09 de setembro de 1994,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora ANGELITA TAMBOSI DIAS DA SILVA, matrícula 33423, 30 (trinta) dias de férias em gozo, referente ao período aquisitivo de 07 de fevereiro de 2016 a 06 de fevereiro de 2017, tendo como período de gozo: 07 de fevereiro de 2018 a 08 de março de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos para 07 de fevereiro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 08 de fevereiro de 2018.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp
Secretário de Administração e Finanças

092 PORTARIA Nº 092 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR WILLIAN BALDO

Publicação Nº 1518038

Portaria nº. 092, de 08 de Fevereiro de 2018.

“Concede Férias ao Servidor WILLIAN BALDO”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o artigo 98 da Lei nº 960, de 09 de setembro de 1994,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao servidor WILLIAN BALDO, matrícula 34201, 10 (dez) dias de férias em gozo, referente ao período aquisitivo de 19 de fevereiro de 2016 a 19 de fevereiro de 2017, tendo como período de gozo: 14 de fevereiro de 2018 a 23 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos em 14 de fevereiro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 08 de fevereiro de 2018.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp
Secretário de Administração e Finanças

093 PORTARIA Nº 093 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR ALMIR BONMANN

Publicação Nº 1518040

Portaria nº. 093, de 08 de Fevereiro de 2018.

“Concede Férias ao Servidor ALMIR BONMANN”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o artigo 98 da Lei nº 960, de 09 de setembro de 1994,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao servidor ALMIR BONMANN, matrícula 33822, 30 (trinta) dias de férias em gozo, referente ao período aquisitivo de 17

de Novembro de 2016 a 16 de novembro de 2017, tendo como período de gozo: 14 de fevereiro de 2018 a 15 de março de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos em 14 de fevereiro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 08 de fevereiro de 2018.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp
Secretário de Administração e Finanças

84 PORTARIA Nº 084 NOMEIA COMISSÃO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA APRESENTADA PELA APAE

Publicação Nº 1517998

Portaria nº. 084, de 07 de fevereiro de 2018.

“Nomeia Comissão de Julgamento de Proposta Apresentada pela APAE de Rio do Campo, com base no Decreto 3.791/2017.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear comissão de julgamento da Proposta apresentada pela APAE de Rio do Campo, para o exercício de 2018, com base no Decreto 3.791/2017. A comissão é composta como segue:

Eliane Semkowski Schorner - Presidente
Sven Sebold - Secretário
Micheli Janaína Fernandes - Membro
Marcia Roseli Back Zickuhr - Membro
Maristela Estevão Krenzlin - Membro

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 07 de fevereiro de 2018.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp
Secretário de Administração e Finanças

85 PORTARIA Nº 085 DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE ELISABETH SCHORNER MANIESKI

Publicação Nº 1518005

Portaria nº. 085, de 08 de Fevereiro de 2018.

“Dispõe sobre a contratação de ELISABETH SCHORNER MANIESKI, Admissão em Caráter Temporário - ACT”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, com fulcro no artigo 75, da Lei Municipal Complementar nº. 01/2009, de 16 de dezembro de 2009, Lei Municipal Complementar nº. 10/2011, de 11 de julho de 2011, e considerando o Processo Seletivo, Objeto do Edital nº. 04/2017, e Protocolo de Nomeação da Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, ELISABETH SCHORNER MANIESKI, a partir de 14 de fevereiro de 2018, Admissão de Caráter Temporário, para exercer o cargo de Professor, Educação Infantil, Nível Básico 2 – ACT Habilitado, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Anexo III – Quadro Permanente de Pessoal e Anexo IV – Tabela de Vencimentos para Admissão em Caráter Temporário do Estatuto e Plano de Carreira dos Servidores do Magistério do Município de Rio do Campo, Lei Complementar nº. 10/2011, de 11 de julho de 2011, para desempenhar suas funções no CEI campinas, com vigência para o ano letivo de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 08 de fevereiro de 2018.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp
Secretário de Administração e Finanças

86 PORTARIA Nº 086 DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE MARIA ROSELINDE TEXEIRA

Publicação Nº 1518008

Portaria nº. 086, de 08 de Fevereiro de 2018.

“Dispõe sobre a contratação de MARIA ROSELINDE TEXEIRA, Admissão em Caráter Temporário - ACT”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, com fulcro no artigo 75, da Lei Municipal Complementar nº. 01/2009, de 16 de dezembro de 2009, Lei Municipal Complementar nº. 10/2011, de 11 de julho de 2011, e considerando o Processo Seletivo, Objeto do Edital nº. 04/2017, e Protocolo de Nomeação da Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, MARIA ROSELINDE TEXEIRA, a partir de 14 de fevereiro de 2018, Admissão de Caráter Temporário, para exercer o cargo de Professor, Educação Infantil, Nível Básico 2 – ACT Habilitado, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Anexo III – Quadro Permanente de Pessoal e Anexo IV – Tabela de Vencimentos para Admissão em Caráter Temporário do Estatuto e Plano de Carreira dos Servidores do Magistério do Município de Rio do Campo, Lei Complementar nº. 10/2011, de 11 de julho de 2011, para desempenhar suas funções no CRAS (Centro de Referência a Assistência Social), com vigência para o ano letivo de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 08 de fevereiro de 2018.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp
Secretário de Administração e Finanças

87 PORTARIA Nº 087 DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE ANGELITA ODORIZZI KRUCZKIEWICZ

Publicação Nº 1518020

Portaria nº. 087, de 08 de Fevereiro de 2018.

“Dispõe sobre a contratação de ANGELITA ODORIZZI KRUCZKIEWICZ, Admissão em Caráter Temporário - ACT”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, com fulcro no artigo 75, da Lei Municipal Complementar nº. 01/2009, de 16 de dezembro de 2009, Lei Municipal Complementar nº. 10/2011, de 11 de julho de 2011, e considerando o Processo Seletivo, Objeto do Edital nº. 04/2017, e Protocolo de Nomeação da Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, ANGELITA ODORIZZI KRUCZKIEWICZ, a partir de 14 de fevereiro de 2018, Admissão de Caráter Temporário, para exercer o cargo de Professor, Educação Infantil, Nível Básico 2 – ACT Habilitado, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Anexo III – Quadro Permanente de Pessoal e Anexo IV – Tabela de Vencimentos para Admissão em Caráter Temporário do Estatuto e Plano de Carreira dos Servidores do Magistério do Município de Rio do Campo, Lei Complementar nº. 10/2011, de 11 de julho de 2011, para desempenhar suas funções no CEI Fritz Faller, com vigência para o ano letivo de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 08 de fevereiro de 2018.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp
Secretário de Administração e Finanças

88 PORTARIA Nº 088 DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE NEUZETE DO CARMO DA CUNHA VENDRAMIN

Publicação Nº 1518025

Portaria nº. 088, de 08 de Fevereiro de 2018.

“Dispõe sobre a contratação de NEUZETE DO CARMO DA CUNHA VENDRAMIN, Admissão em Caráter Temporário - ACT”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, com fulcro no artigo 75, da Lei Municipal Complementar nº. 01/2009, de 16 de dezembro de 2009, Lei Municipal Complementar nº. 10/2011, de 11 de julho de 2011, e considerando o Processo Seletivo, Objeto do Edital nº. 04/2017, e Protocolo de Nomeação da Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, NEUZETE DO CARMO DA CUNHA VENDRAMIN, a partir de 14 de fevereiro de 2018, Admissão de Caráter Temporário, para exercer o cargo de Professor, Educação Infantil, Nível Básico 2 – ACT Habilitado, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Anexo III – Quadro Permanente de Pessoal e Anexo IV – Tabela de Vencimentos para Admissão em Caráter Temporário do Estatuto e Plano de Carreira dos Servidores do Magistério do Município de Rio do Campo, Lei Complementar nº. 10/2011, de 11 de julho de 2011, para desempenhar suas funções no CEI Andorinha, com vigência para o ano letivo de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 08 de fevereiro de 2018.

Rodrigo Preis

Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp

Secretário de Administração e Finanças

89 PORTARIA Nº 089 DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE MICHELI RECH

Publicação Nº 1518031

Portaria nº. 089, de 08 de Fevereiro de 2018.

“Dispõe sobre a contratação de MICHELI RECH, Admissão em Caráter Temporário - ACT”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, com fulcro no artigo 75, da Lei Municipal Complementar nº. 01/2009, de 16 de dezembro de 2009, Lei Municipal Complementar nº. 10/2011, de 11 de julho de 2011, e considerando o Processo Seletivo, Objeto do Edital nº. 04/2017, e Protocolo de Nomeação da Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, MICHELI RECH, a partir de 14 de fevereiro de 2018, Admissão de Caráter Temporário, para exercer o cargo de Professor, Educação Infantil, Nível Básico 2 – ACT Habilitado, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Anexo III – Quadro Permanente de Pessoal e Anexo IV – Tabela de Vencimentos para Admissão em Caráter Temporário do Estatuto e Plano de Carreira dos Servidores do Magistério do Município de Rio do Campo, Lei Complementar nº. 10/2011, de 11 de julho de 2011, para desempenhar suas funções no CEI Gente Miuda, com vigência para o ano letivo de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 08 de fevereiro de 2018.

Rodrigo Preis

Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp

Secretário de Administração e Finanças

90 PORTARIA Nº 090 DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE NEIVA KUCHLER CARARA

Publicação Nº 1518033

Portaria nº. 090, de 08 de Fevereiro de 2018.

“Dispõe sobre a contratação de NEIVA KUCHLLER CARARA, Admissão em Caráter Temporário - ACT”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, com fulcro no artigo 75, da Lei Municipal Complementar nº. 01/2009, de 16 de dezembro de 2009, Lei Municipal

Complementar nº. 10/2011, de 11 de julho de 2011, e considerando o Processo Seletivo, Objeto do Edital nº. 04/2017, e Protocolo de Nomeação da Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, NEIVA KUCHLLER CARARA, a partir de 14 de fevereiro de 2018, Admissão de Caráter Temporário, para exercer o cargo de Professor, Educação Infantil, Nível Básico 2 – ACT Habilitado, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Anexo III – Quadro Permanente de Pessoal e Anexo IV – Tabela de Vencimentos para Admissão em Caráter Temporário do Estatuto e Plano de Carreira dos Servidores do Magistério do Município de Rio do Campo, Lei Complementar nº. 10/2011, de 11 de julho de 2011, para desempenhar suas funções no CEI Andorinha, com vigência para o ano letivo de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 08 de fevereiro de 2018.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp
Secretário de Administração e Finanças

94 PORTARIA Nº 094 NOMEIA JOVITA SAVICKI WOLLINGER PARA EXERCER O CARGO EFETIVO DE PROFESSORA

Publicação Nº 1518041

Portaria nº. 094, de 08 de Fevereiro de 2018.

“Nomeia Jovita Savicki Wollinger para exercer o cargo efetivo de Professora”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e em razão de aprovação obtida no Concurso Público aberto pelo Edital nº 01/2015 e homologado pelo Decreto nº. 3.196, de 10 de junho de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, JOVITA SAVICKI WOLLINGER, inscrição nº 1127, do Concurso Público nº 001/2015, RG nº 6.033.592 SSP/SC, CPF nº 108.479.179-08, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professora – Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, Nível 1 Superior, referência “A”, do Anexo I, da Lei Complementar nº 10/2011, de 11 de julho de 2011 e da Lei Complementar 01/2009 de 16 de dezembro de 2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos em 14 de fevereiro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 08 de fevereiro de 2018.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp
Secretário de Administração e Finanças

95 PORTARIA Nº 095 NOMEIA MARCIA REGINA MORATELLI PARA EXERCER O CARGO EFETIVO DE PROFESSORA

Publicação Nº 1518043

Portaria nº. 095, de 08 de Fevereiro de 2018.

“Nomeia Marcia Regina Moratelli para exercer o cargo efetivo de Professora”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e em razão de aprovação obtida no Concurso Público aberto pelo Edital nº 01/2015 e homologado pelo Decreto nº. 3.196, de 10 de junho de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, MARCIA REGINA MORATELLI, inscrição nº 110, do Concurso Público nº 001/2015, RG nº 2.623.902 SSP/SC, CPF nº 868.399.009-59, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professora – Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, Nível 1 Superior, referência “A”, do Anexo I, da Lei Complementar nº 10/2011, de 11 de julho de 2011 e da Lei Complementar 01/2009 de 16 de dezembro de 2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos em 14 de fevereiro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 08 de fevereiro de 2018.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp
Secretário de Administração e Finanças

96 PORTARIA Nº 096 DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE BRUNA MANFRINI

Publicação Nº 1518047

Portaria nº. 096, de 08 de fevereiro de 2018.

“Dispõe sobre a contratação de BRUNA MANFRINI, para o cargo temporário de Agente de Serviços Gerais”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e em razão de aprovação em Processo Seletivo, Objeto do Edital nº. 001/2017.

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, a partir de 14 de fevereiro de 2018, BRUNA MANFRINI, CPF Nº104.752.729-43, para exercer o cargo TEMPORÁRIO de Agente de Serviços Gerais, Grupo IV, nível I, do Quadro Geral de Cargos de Provimento Efetivo, Anexo III, da Lei nº 1.570, de 02 de janeiro de 2007.

.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos em 14 de fevereiro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 08 de fevereiro de 2018.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp
Secretário de Administração e Finanças

CONTRATO NR 11 2018 - CIGA

Publicação Nº 1516610

Contrato Nº : 11/2018

Contratante : MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO

Contratada : CONSORCIO DE INFORMATICA NA GESTAO PUBLICA MUNICIPAL - CIGA

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DURANTE O EXERCÍCIO DE 2018.

Vigência : Início: 08/02/2018 Término: 31/12/2018

Assinatura : 08/02/2018

Valor R\$: 5.355,00 (Cinco Mil e Trezentos e Cinquenta e Cinco Reais)

DECRETO 3.909

Publicação Nº 1516924

DECRETO Nº. 3.909, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018

“Concede o benefício de pensão por morte da servidora municipal Valece Ignaczuk”

RODRIGO PREIS, Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições de seu cargo, especialmente aquelas contidas na Lei Municipal nº 1.646, de 28 de outubro de 2008,

Considerando que a servidora pública municipal ativa Valece Ignaczuk, falecido no dia 27 de dezembro de 2017, era segurada no Regime Próprio de Previdência Social do Município de Rio do Campo;

Considerando que são seus dependentes legais: ANTONIO ALVES e ANA FRANCISCA ALVES, sendo a segunda apresentada pelo primeiro;

Considerando os pareceres da Assessoria Jurídica, sugerindo o deferimento do direito ao exercício do benefício da pensão por morte aos dependentes do segurado em questão;

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedido o benefício de pensão por morte, com um percentual de 50 % do valor dos vencimentos da servidora para cada um

dos dependentes: ANTONIO ALVES, viúvo de Valece Ignaczuk e ANA FRANCISCA, filha de Antonio Alves e Valece Ignaczuk, em virtude do falecimento da Sra. Valece Ignaczuk, segurada do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Rio do Campo (SC).

§ 1º A pensão será no valor total de R\$ 1.000,41, será dividida entre os dois dependentes, em partes iguais, contabilizando um valor de R\$ 500,21 a cada um dos dependentes, sendo que o mesmo será reajustado pela paridade dos servidores da ativa.

§ 2º A pensão será devida a contar do dia do óbito e seu valor será igual ao valor dos proventos da servidora falecida, com as devidas reposições salariais.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos à 27 de dezembro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 08 de fevereiro de 2018.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp
Secretário de Administração e Finanças

CONTRATO NR 09 2018 PORTABILIS

Publicação Nº 1518063

Contrato N° : 09/2018
Contratante : MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO
Contratada : PORTABILIS TECNOLOGIA LTDA - EPP
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE
SISTEMA DE GESTÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL TOTALMENTE ON-LINE
Vigência : Início: 07/02/2018 Término: 31/12/2018
Assinatura : 07/02/2018
Valor R\$: 7.920,00 (Sete Mil e Novecentos e Vinte Reais)

Rio do Oeste

PREFEITURA

PORTARIA 8015

Publicação Nº 1516546

PORTARIA Nº 8015 DE 08 DE JANEIRO DE 2018

"Prorroga Prazo de Contrato Temporário de Professora"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e tendo em vista os dispostos no Art. 2º, IV, c/c Art. 7º, II, Parágrafo Único da Lei Municipal nº 1371/2002 e alterações,

CONSIDERANDO comunicação interna nº 107/2017 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

RESOLVE

Art. 1º PRORROGAR o prazo de contrato da servidora CHARLINE MELLO LEDRA, matrícula 116801-00, ocupante do cargo temporário de Professora na Secretaria de Educação e Cultura, até a data de 14 de fevereiro de 2018.

Art. 2º ALTERAR sua carga horária para 40 horas semanais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Rio do Oeste, 08 de janeiro de 2018.

HUMBERTO PESSATTI

Prefeito Municipal

A presente portaria foi registrada e publicada em 08/01/2018

FLAVIO MALIKOSKI

Chefe de Gabinete

CIENTE:

CHARLINE MELLO LEDRA

PORTARIA 8016

Publicação Nº 1516551

PORTARIA Nº 8016 DE 08 DE JANEIRO DE 2018

"Prorroga Prazo de Contrato Temporário de Professora"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e tendo em vista os dispostos no Art. 2º, IV, c/c Art. 7º, II, Parágrafo Único da Lei Municipal nº 1371/2002 e alterações,

CONSIDERANDO comunicação interna nº 107/2017 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

RESOLVE

Art. 1º PRORROGAR o prazo de contrato da servidora TEREZINHA MARIA GIRARDI ROSSA, matrícula 1210-11, ocupante do cargo temporário de Professora na Secretaria de Educação e Cultura, até a data de 14 de fevereiro de 2018.

Art. 2º ALTERAR sua carga horária para 40 horas semanais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Rio do Oeste, 08 de janeiro de 2018.

HUMBERTO PESSATTI

Prefeito Municipal

A presente portaria foi registrada e publicada em 08/01/2018

FLAVIO MALIKOSKI
Chefe de Gabinete

CIENTE:

TEREZINHA MARIA GIRARDI ROSSA

PORTARIA 8017

Publicação Nº 1516553

PORTARIA Nº 8017 DE 08 DE JANEIRO DE 2018

“Transfere Lotação de Servidor”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 244 da Lei Complementar nº 21/2006 – Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Rio do Oeste,

RESOLVE

Art. 1º TRANSFERE de lotação o servidor ADEMIR GIACOMOZZI, matrícula 4073-02, ocupante do cargo efetivo de Guarda do Patrimônio Público, para a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Esta portaria entra vigor na data de sua publicação.

Rio do Oeste, 08 de janeiro de 2018.

HUMBERTO PESSATTI
Prefeito Municipal

A presente portaria foi registrada e publicada em 08/01/2018

FLAVIO MALIKOSKI
Chefe de Gabinete

CIENTE:

ADEMIR GIACOMOZZI

PORTARIA 8018

Publicação Nº 1516555

PORTARIA Nº 8018 DE 08 DE JANEIRO DE 2018

“Transfere Lotação de Servidor”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 244 da Lei Complementar nº 21/2006 – Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Rio do Oeste,

RESOLVE

Art. 1º TRANSFERE de lotação o servidor CELIO LEANDRO ROCHA, matrícula 21385-00, ocupante do cargo efetivo de Operário, para a Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo e Esporte.

Art. 2º Esta portaria entra vigor na data de sua publicação.

Rio do Oeste, 08 de janeiro de 2018.

HUMBERTO PESSATTI
Prefeito Municipal

A presente portaria foi registrada e publicada em 08/01/2018

FLAVIO MALIKOSKI
Chefe de Gabinete

CIENTE:

CELIO LEANDRO ROCHA

PORTARIA 8019

Publicação Nº 1516557

PORTARIA Nº 8019 DE 08 DE JANEIRO DE 2018

"Transfere Lotação de Servidor"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 244 da Lei Complementar nº 21/2006 – Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Rio do Oeste,

RESOLVE

Art. 1º TRANSFERE de lotação o servidor FABIANO GONCALVES, matrícula 66974-00, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas e Veículos, para a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º Esta portaria entra vigor na data de sua publicação.

Rio do Oeste, 08 de janeiro de 2018.

HUMBERTO PESSATTI

Prefeito Municipal

A presente portaria foi registrada e publicada em 08/01/2018

FLAVIO MALIKOSKI

Chefe de Gabinete

CIENTE:

FABIANO GONCALVES

PORTARIA 8020

Publicação Nº 1516559

PORTARIA Nº 8020 DE 10 DE JANEIRO DE 2018

"Concede Licenças para Tratamento de Saúde e por Motivo de Doença em Pessoa da Família"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e os Incisos I e III do Art. 137 da Lei Complementar nº 21/2006,

CONSIDERANDO atestados Médicos,

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER Licenças para Tratamento de Saúde, aos servidores:

I – ANA PAULA SPENGLER, matrícula 85502-00, Agente Comunitária de Saúde, por 07 dias a partir de 27 de novembro de 2017, e por 90 dias a partir de 07 de dezembro de 2017, encaminha perícia após o 15º dia;

II – ROSETE CRISTINA MOSER EGER, matrícula 85111-01, Professora, por 01 dia em, 29 de novembro de 2017;

III – CLEISE MORAES, matrícula 52329-00, Agente Comunitária de Saúde, por 05 dias a partir de, 04 de dezembro de 2017;

IV – CARLA REGINA BECKER, matrícula 89583-00, Agente Comunitária de Saúde, por 05 dias a partir de, 05 de dezembro de 2017, por 01 dia em, 08 de janeiro de 2018, e, por 02 dias a partir de 10 de janeiro de 2018;

V – LECI TERESINHA DE ALMEIDA, matrícula 98590-00, Técnica em Enfermagem, em 05 de dezembro de 2017, no período vespertino, e em 07 de dezembro de 2017, no período matutino;

VI – CLAUDIA REGINA DUARTE, matrícula 94749-04, Professora, por 01 dia em, 05 de dezembro de 2017, e por 01 dia em, 06 de dezembro de 2017;

VII – JANETE APARECIDA BORGES MICHELS, matrícula 116806-00, Auxiliar de Serviços Gerais, em 05 de dezembro de 2017, no período vespertino, em 06 de dezembro de 2017, no período vespertino e em 12 de dezembro de 2017, no período vespertino;

VIII – DANIEL MELO, matrícula 15687-01, Operário, por 01 dia em, 06 de dezembro de 2017, e por 01 dia em 07 de dezembro de 2017;

IX – JANIR GONCALVES FONTANIVE, matrícula 56715-00, Auxiliar em Enfermagem, por 01 dia em, 06 de dezembro de 2017;

X – SANDRA APARECIDA NEGHERBON LUIZ, matrícula 53821-05, Diretora Escolar, por 01 dia em, 06 de dezembro de 2017;

XI – ANA PAULA DE JESUS, matrícula 89877-00, Auxiliar de Serviços Gerais, por 01 dia a partir de 06 de dezembro de 2017;

XII – ANALICE LEOPOLDINA MORATELLI BERTOLDI, matrícula 22870-03, em 08 de dezembro de 2017, no período matutino;

XIII – MARIELA MENDES DE CARVALHO PAESE, matrículas 98434-02 e 98434-03, Médica, por 01 dia em 11 de dezembro de 2017;

XIV – ANTONIO CESAR PADILHA, matrícula 42072-02, Engenheiro Agrônomo, por 01 dia em, 11 de dezembro de 2017;

XV – LEDA RAQUEL CATONI TRENTINI, matrícula 94080-01, Diretora Escolar, em 13 de dezembro de 2017, no período matutino;

XVI – DEISE DAMORI FERRARI, matrícula 101257-05, Professora, por 01 dia em, 13 de dezembro de 2017;

XVII – JACIARA CAETANO, matrícula 89575-00, Professora, em 13 de dezembro de 2017, no período matutino;

XVIII – IVANI MARGARETE PEREIRA, matrícula 33529-01, Agente Comunitária de Saúde, por 03 dias a partir de 13 de dezembro de 2017;

XIX – SIMONE PISETTA, matrícula 22497-00, Professora, por 01 dia em, 14 de dezembro de 2017, e por 02 dias a partir de, 18 de dezembro

de 2017;

XX – ELIANE TERESINHA SCHMITZ, matrícula 32239-00, Auxiliar de Serviços Gerais, por 01 dia em, 14 de dezembro de 2017;

XXI – CLEBER RICARDO EISELER, matrícula 112798-00, Professor, por 01 dia em, 15 de dezembro de 2017;

XXII – SOLANGE APARECIDA DE NEZ, matrícula 89559-00, Enfermeira, por 01 dia em, 15 de dezembro de 2017;

XXIII – ALINE MACHADO DE MATOS, matrícula 98280-02 e 98280-03, Médica, por 01 dia em, 18 de dezembro de 2017;

XXIV – FATIMA BONI CIPRIANI, matrícula 49611-00, Técnica em Enfermagem, por 01 dia em, 18 de dezembro de 2017;

XXV – NAIR MAGNESKI FELTRIN, matrícula 63401-00, Auxiliar de Serviços Gerais, por 01 dia em, 05 de janeiro de 2018;

XXVI – JAQUELINE ESSIG, matrícula 112143-01, Auxiliar de Serviços Gerais, por 02 dias a partir de, 10 de janeiro de 2018;

Art. 2º CONCEDER Licenças por Motivo de Doença em Pessoa da Família, aos servidores:

I – ALVARO BERTOLDI, matrícula 2941-00, Operador de Máquinas e Veículos, em 08 de dezembro de 2017, no período matutino;

II – IVANI MARGARETE PEREIRA, matrícula 33529-01, Agente Comunitária de Saúde, por 02 dia a partir de, 11 de dezembro de 2017;

III – ALCI LEIA DALMONICO PADILHA, matrícula 38954-00, Fiscal Sanitário Sênior, em 13 de dezembro de 2017, no período vespertino, por 01 dia em, 20 de dezembro de 2017;

IV – ESTER NARDELLI VRONSKI DIRKSEN, matrícula 16853-00, Professora, em 18 de dezembro de 2017, no período vespertino;

V – VERA LUCIA SOUZA-00, matrícula 116800-00, Auxiliar de Serviços Gerais, em 19 de dezembro de 2017, no período vespertino;

VI – ANTONIO CESAR PADILHA, matrícula 42072-02, Engenheiro Agrônomo, por 01 dia em, 20 de dezembro de 2017;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Oeste, 10 de janeiro de 2018.

HUMBERTO PESSATTI

Prefeito Municipal

A presente portaria foi registrada e publicada em 10/01/2018.

FLAVIO MALIKOSKI

Chefe de Gabinete

PORTARIA 8021

Publicação Nº 1516560

PORTARIA Nº 8021 DE 17 DE JANEIRO DE 2018

“NOMEIA CANDIDATA APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Regime Jurídico dos Servidores Públicos, instituído pela Lei Complementar nº 21/2006,

CONSIDERANDO a aprovação no Concurso Público nº 004/2015,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear TAYTA CRISTINA GOETTEN, CPF 041.388.519-41, para o cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, nível X, referência 001, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º A servidora nomeada deverá tomar posse em até 15 (quinze) dias contados da data da publicação do presente ato, devendo neste prazo, apresentar os elementos legais e necessários ao seu registro funcional, sob pena de ser tornada sem efeito sua nomeação e declarado extinto seu direito.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Oeste, 17 de janeiro de 2018.

HUMBERTO PESSATTI

Prefeito Municipal

A presente portaria foi registrada e publicada em 17/01/2018

FLAVIO MALIKOSKI

Chefe de Gabinete

CIENTE

TAYTA CRISTINA GOETTEN

PORTARIA 8022

Publicação Nº 1516562

PORTARIA Nº 8022 DE 20 DE JANEIRO DE 2018

"Prorroga Prazo de Contrato Temporário de Professora"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e tendo em vista os dispostos no Art. 2º, IV, c/c Art. 7º, II, Parágrafo Único da Lei Municipal nº 1371/2002 e alterações,

CONSIDERANDO comunicação interna nº da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

RESOLVE

Art. 1º PRORROGAR o prazo de contrato da servidora VANDERLEIA LUZIA PINCEGER BATISTA, matrícula 116785-00, ocupante do cargo temporário de Professora na Secretaria de Educação e Cultura, até a data de 14 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Rio do Oeste, 20 de janeiro de 2018.

HUMBERTO PESSATTI

Prefeito Municipal

A presente portaria foi registrada e publicada em 20/01/2018

FLAVIO MALIKOSKI

Chefe de Gabinete

CIENTE:

VANDERLEIA LUZIA PINCEGER BATISTA

PORTARIA 8023

Publicação Nº 1516565

PORTARIA Nº 8023 DE 20 DE JANEIRO DE 2018

"Prorroga Prazo de Contrato Temporário de Professora"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e tendo em vista os dispostos no Art. 2º, IV, c/c Art. 7º, II, Parágrafo Único da Lei Municipal nº 1371/2002 e alterações,

CONSIDERANDO comunicação interna nº 107/2017 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

RESOLVE

Art. 1º PRORROGAR o prazo de contrato da servidora ELAINE CRISTINA DA ROCHA, matrícula 116798 -00, ocupante do cargo temporário de Professora na Secretaria de Educação e Cultura, até a data de 14 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Rio do Oeste, 20 de janeiro de 2018.

HUMBERTO PESSATTI

Prefeito Municipal

A presente portaria foi registrada e publicada em 20/01/2018

FLAVIO MALIKOSKI

Chefe de Gabinete

CIENTE:

ELAINE CRISTINA DA ROCHA

PORTARIA 8024

Publicação Nº 1516569

PORTARIA Nº 8024 DE 26 DE JANEIRO DE 2018

"Prorroga Prazo de Contrato Temporário de Professora"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e tendo em vista os dispostos no Art. 2º, IV, c/c Art. 7º, II, Parágrafo Único da Lei Municipal nº 1371/2002 e alterações,

CONSIDERANDO comunicação interna nº 010/2018 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

RESOLVE

Art. 1º PRORROGAR o prazo de contrato da servidora MARGARETE APARECIDA SCHELEIDER, matrícula 116805-00, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Serviços Gerais na Secretaria de Educação e Cultura, até a data de 06 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Rio do Oeste, 26 de janeiro de 2018.

HUMBERTO PESSATTI

Prefeito Municipal

A presente portaria foi registrada e publicada em 26/01/2018

FLAVIO MALIKOSKI

Chefe de Gabinete

CIENTE:

MARGARETE APARECIDA SCHELEIDER

PORTARIA 8025

Publicação Nº 1516570

PORTARIA Nº 8025 DE 29 DE JANEIRO DE 2018

"Reduz Carga Horária de Servidor"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 32 do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Rio do Oeste,

CONSIDERANDO requerimento protocolado sob nº 100/2018 de 29 de janeiro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º REDUZ a carga horária do servidor ADILSON POSSAMAI, matrícula 22861-04, ocupante do cargo efetivo de Professor, lotado na Secretaria de Educação e Cultura, de 30 horas semanais para 10 horas semanais, com proporcional redução dos vencimentos, a partir de 01 de janeiro de 2018 até a data de 31 de dezembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Rio do Oeste, 29 de janeiro de 2018.

HUMBERTO PESSATTI

Prefeito Municipal

A presente Portaria foi registrada e publicada em 29/01/2018.

FLAVIO MALIKOSKI

Chefe de Gabinete

CIENTE:

ADILSON POSSAMAI

PORTARIA 8026

Publicação Nº 1516572

PORTARIA Nº 8026 DE 29 DE JANEIRO DE 2018

"Concede Licença Para Repouso à Servidora Gestante"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e de acordo com o art. 146, § 1º do Regime Jurídico dos Servidores Públicos, instituído pela Lei Complementar nº 21/2006 e suas alterações,

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER Licença Para Repouso a Gestante, à servidora CLEIDE MARIA MANIESKI, matrícula 89788-02, ocupante do cargo efetivo de Professora, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, pelo prazo de 180 dias, de 22 de janeiro de 2018 até 20 de julho de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Oeste, 29 de janeiro de 2018

HUMBERTO PESSATTI

Prefeito Municipal

A presente portaria foi registrada e publicada em 29/01/2018

FLAVIO MALIKOSKI

Chefe de Gabinete

PORTARIA 8027

Publicação Nº 1516574

PORTARIA Nº 8027 DE 31 DE JANEIRO DE 2018.

"EXONERA SERVIDOR A PEDIDO"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE

Art. 1º EXONERAR a pedido da servidora CARLA BERTOLDI POSSAMAI, matrícula 31950-02, do cargo efetivo de Professora, a partir de 31 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra vigor a partir da data de sua publicação.

Rio do Oeste, 31 de janeiro de 2018

HUMBERTO PESSATTI

Prefeito Municipal

A presente portaria foi registrada e publicada em 31/01/2018

FLAVIO MALIKOSKI

Chefe de Gabinete

CIENTE:

CARLA BERTOLDI POSSAMAI

PORTARIA 8028

Publicação Nº 1516576

PORTARIA Nº 8028 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2018

"NOMEIA CANDIDATO APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Regime Jurídico dos Servidores Públicos, instituído pela Lei Complementar nº 21/2006,

CONSIDERANDO a aprovação no Concurso Público nº 001/2015,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear CESAR HILLESHEIM, CPF 007.628.749-10, para o cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas e Veículos, nível V,

referência 001, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º O servidor nomeado deverá tomar posse em até 15 (quinze) dias contados da data da publicação do presente ato, devendo neste prazo, apresentar os elementos legais e necessários ao seu registro funcional, sob pena de ser tornada sem efeito sua nomeação e declarado extinto seu direito.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Oeste, 01 de fevereiro de 2018.

HUMBERTO PESSATTI

Prefeito Municipal

A presente portaria foi registrada e publicada em 01/02/2018

FLAVIO MALIKOSKI

Chefe de Gabinete

CIENTE

CESAR HILLESHEIM

PORTARIA 8029

Publicação Nº 1516579

PORTARIA Nº 8029 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2018

“ ESTABELECE O INÍCIO DO EXERCÍCIO A SERVIDOR EMPOSSADA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e de acordo com o art. 19 do Regime Jurídico dos Servidores Públicos, instituído pela Lei Complementar nº 21/2006,

CONSIDERANDO a portaria de nomeação nº 8021 de 17 de janeiro de 2018,

CONSIDERANDO a posse da servidora na data de 17 de janeiro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer o início do exercício das suas atribuições, deveres e responsabilidades no cargo de Assistente Social, da servidora TAYTA CRISTINA GOETTEN, CPF 041.388.519-41, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º Designar para exercer suas atividades na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, no CRAS do município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Oeste, 01 de fevereiro de 2018.

HUMBERTO PESSATTI

Prefeito Municipal

A presente portaria foi registrada e publicada em 01/02/2018

FLAVIO MALIKOSKI

Chefe de Gabinete

CIENTE

TAYTA CRISTINA GOETTEN

PORTARIA 8030

Publicação Nº 1516582

PORTARIA Nº 8030 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018

“Contrata Auxiliar de Serviços Gerais em Caráter Temporário”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e tendo em vista os dispostos no art. 2º, IV, c/c art. 7º, II, § 1º da Lei nº 1371/2002 e suas alterações,

CONSIDERANDO comunicação interna nº 014/2018 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

CONSIDERANDO o Processo Seletivo nº 001/2017,

CONSIDERANDO o disposto no art. 41, II da Lei 1729/2007,

RESOLVE

Art. 1º CONTRATA LUCILENE FLORIANI, CPF 715.579.469-49, para ocupar o cargo temporário de Auxiliar de Serviços Gerais, na EEB Ve-reador Alfredo Scottini, lotada na Secretaria de Educação e Cultura, pelo período de 05 de fevereiro de 2018 a 20 de dezembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Rio do Oeste, 05 de fevereiro de 2018.

HUMBERTO PESSATTI

Prefeito Municipal

A presente portaria foi registrada e publicada em 05/02/2018

FLAVIO MALIKOSKI

Chefe de Gabinete

CIENTE:

LUCILENE FLORIANI

PORTARIA 8031

Publicação Nº 1516583

PORTARIA Nº 8031 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

“ESTABELECE O INÍCIO DO EXERCÍCIO AO SERVIDOR EMPOSSADO”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e de acordo com o art. 19 do Regime Jurídico dos Servidores Públicos, instituído pela Lei Complementar nº 21/2006,

CONSIDERANDO a portaria de nomeação nº 8082 de 01 de fevereiro de 2018,

CONSIDERANDO a posse do servidor na data de 01 de fevereiro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer o início do exercício das suas atribuições, deveres e responsabilidades no cargo de Operador de Máquinas e Veículos, do servidor CESAR HILLESHEIM, CPF 007.628.749-10, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º Designar para exercer suas atividades na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Oeste, 07 de fevereiro de 2018.

HUMBERTO PESSATTI

Prefeito Municipal

A presente portaria foi registrada e publicada em 07/02/2018

FLAVIO MALIKOSKI

Chefe de Gabinete

CIENTE

CESAR HILLESHEIM

PROCESSO N. 015/2018

Publicação Nº 1517551

MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE / SC - DISPENSA Nº 003/2018 – PROCESSO Nº 015/2018. O Prefeito de Rio do Oeste/SC torna público a Dispensa de Licitação cujo Objeto é a Contratação de serviços de veículo de comunicação de radiodifusão. Contratado: RADIO MIRADOR LTDA. CNPJ nº 85.776.094/0001-48. Valor Global de R\$ 7.999,97 (sete mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e sete centavos). Fundamento Jurídico: Artigo 24, inciso II da Lei nº 8.666/93. Dotação Orçamentária: 02.201.2010.33903988.01000001. – Orçamento de 2018. A íntegra do Edital está no site: riodooeste.atende.net, no link “consulta de licitações”. Mais informações através do telefone (47) 3543 – 0261.

Rio do Oeste/SC, 08 de fevereiro de 2018.
HUMBERTO PESSATTI
Prefeito

PROCESSO N. 016/2018 _ ENDOCRINOLOGIA

Publicação Nº 1517765

ESTADO DE SANTA CATARINA – PREFEITURA DE RIO DO OESTE – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2018 – INEXIGIBILIDADE Nº 005/2018 – CREDENCIAMENTO Nº 003/2018. OBJETO: Credenciamento para Prestação dos Serviços Médicos de Endocrinologia. As inscrições para o Credenciamento terão início a partir das 09:00 horas do dia 09/02/2018, onde deverá ser protocolado na sede da Prefeitura no setor de protocolos. A íntegra do Edital está no site: riodooste.atende.net, no link "consulta de licitações". Mais informações através do telefone (47) 3543 – 0261.

Rio do Oeste, 08 de fevereiro de 2018.
HUMBERTO PESSATTI
Prefeito

PROCESSO N. 017/2018 _ FONAUDIOLOGIA

Publicação Nº 1517768

ESTADO DE SANTA CATARINA – PREFEITURA DE RIO DO OESTE – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/2018 – INEXIGIBILIDADE Nº 006/2018 – CREDENCIAMENTO Nº 004/2018. OBJETO: Credenciamento para Prestação dos Serviços de Fonoaudiologia. As inscrições para o Credenciamento terão início a partir das 09:00 horas do dia 09/02/2018, onde deverá ser protocolado na sede da Prefeitura no setor de protocolos. A íntegra do Edital está no site: riodooste.atende.net, no link "consulta de licitações". Mais informações através do telefone (47) 3543 – 0261.

Rio do Oeste, 08 de fevereiro de 2018.
HUMBERTO PESSATTI
Prefeito

Rio do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 6896, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1517296

DECRETO Nº 6896, de 06 de fevereiro de 2018

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária nº 5.894 de 18/12/2017.

DECRETA

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no corrente exercício financeiro no montante de R\$ 38.264,01 (trinta e oito mil, duzentos e sessenta e quatro reais e um centavo), por conta do Superávit Financeiro verificado no exercício anterior, visando a suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

80.00	SECRETARIA DE GESTÃO DE GOVERNO		
80.01	DIRETORIA EXECUTIVA DE GOVERNO		
2.004	Manutenção de Trânsito – Polícia Militar		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
03802100	FUNPOM - Superávit	R\$	28.264,01
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
03802100	FUNPOM - Superávit	R\$	10.000,00
	TOTAL	R\$	38.264,01

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

06 de fevereiro de 2018

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 6897, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1517302

DECRETO Nº 6897, de 06 de fevereiro de 2018.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária nº 5.894 de 18/12/2017.

DECRETA

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no corrente exercício financeiro no montante de R\$ 21.700,00 (vinte e um mil e setecentos reais), por conta do Superávit Financeiro verificado no exercício anterior, visando a suplementação da seguinte dotação orçamentária:

81.00	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		
81.01	PROCURADORIA GERAL		
2.086	FUNPRO – Fundo de Manutenção, Reaparelhamento e Modernização da Procuradoria Geral		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
03802500	FUNPRO	R\$	21.700,00
	TOTAL	R\$	21.700,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO
06 de fevereiro de 2018
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul
Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 6898, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1517308

DECRETO Nº 6898, de 06 de fevereiro de 2018.

“REVOGA O PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA CARTA CONVITE Nº 049/2017/FMS, de 21.11.2017.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, e com o artigo 49, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º- Fica revogado o processo licitatório representado pela carta convite nº 049/2017/FMS, de 21 de novembro de 2017.

Parágrafo único - A revogação decidida no caput, ato motivado na etapa de habilitação, na modalidade de carta convite a necessidade de participação de pelo menos 3 (três) convidados, conforme visto no artigo 22, Inc. 3º da Lei 8.666. Desta forma revoga-se o processo licitatório, realizando um novo procedimento.

Art. 2º- Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 6798, de 04 de outubro de 2017.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.
06 de fevereiro de 2018.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 6902, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1517320

DECRETO Nº 6902, de 06 de fevereiro de 2018.

“ FIXA NÚMERO DE VAGAS PARA ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no inciso VI, artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e na Lei Municipal n. 5.516, de 28/10/2014,

DECRETA:

Art. 1º-	Em cumprimento a determinação contida no artigo 5º da Lei Municipal n. 5.516, de 28 de outubro de 2014, fica definido o número de vagas para estágio não obrigatório nas Unidades Administrativas da Administração Pública Municipal a seguir identificadas:
	I - Secretaria Municipal de Administração e Fazenda 16 vagas, das quais:
	a) 07 a Companhia do Corpo de Bombeiros;
	b) 09 aos departamentos vinculados a Secretaria;
	II – Secretaria de Gestão de Governo – 21 vagas, das quais:
	a) 08 destinam-se à Delegacia Regional de Polícia Civil;
	b) 13 aos departamentos vinculados a Secretaria;
	III - Procuradoria Geral do Município – 01 vaga;
	IV – Secretaria de Desenvolvimento Econômico – 02 vagas;
	V – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – 09 vagas;
	VI - Secretaria Municipal de Educação:182 vagas
	VII - Secretaria Municipal de Infraestrutura: 10 vagas;
	VIII - Secretaria Municipal de Saúde: 20 vagas
	IX - Fundação Municipal de Desporto: 01 vaga;
	X - Fundação Cultural: 04 vagas.

Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º-	Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto n. 6855, de 22 de janeiro de 2018, publicado em 23 de janeiro de 2018.

GABINETE DO PREFEITO.
06 de fevereiro de 2018.
JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 6903, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1517322

DECRETO Nº 6903, de 06 de fevereiro de 2018.

“DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA CONTENÇÃO DE DESPESAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, previstas no inciso VI, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município e no disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal n. 101/2000,

DECRETA:

Art. 1º - Fica implantado o programa de contenção de despesas, no sentido de equilibrar as contas públicas, na execução orçamentária de 2018, evitando o déficit financeiro e o orçamentário, durante os meses de fevereiro a dezembro de 2018.

Art. 2º - Para a redução das despesas ficam determinadas as seguintes ações:

I – Fica definido sistema de cotas mensais para a gestão dos orçamentos de custeio e de investimento das Secretarias Municipais, Fundações e Fundos, por meio do sistema informatizado de gestão.

a) As liberações além das cotas serão efetivadas mediante análise das necessidades demandadas por cada secretaria, com aprovação do Secretário Municipal de Administração e Fazenda, de acordo com a arrecadação.

b) Os Secretários Municipais são responsáveis pela gestão e controle de gastos de sua secretaria.

Parágrafo Primeiro: Os pagamentos de compras efetuadas em desacordo com o presente inciso serão de exclusiva responsabilidade de quem as efetuar;

II – As despesas com diárias e adiantamentos de servidores municipais somente serão efetivadas mediante autorização do Secretário Municipal de Administração e Fazenda, exceto no caso daquelas com pagamento por meio de recursos vinculados e de motoristas da Secretaria Municipal de Saúde, quando se tratar de transporte de pacientes;

III – Ficam suspensas as designações de substitutos de ocupantes de cargos em comissão e diretores de centros educacionais, fundos, fundações, demais secretarias municipais, órgãos e entidades, em virtude de afastamento por férias, baseados nos

Arts. 46 e 47 da Lei Complementar n. 309/2015; exceto nos casos com prévia autorização por escrito do Secretário Municipal de Administração e Fazenda;

IV – A Secretaria Municipal de Administração e Fazenda procedam a revisão em todos os contratos de prestação de serviços continuados, visando racionalizações, ajustes ou cortes de despesas;

V – Ficam limitados os pagamentos de licenças-prêmio em R\$ 100.000,00 (cem mil reais) mensais, devendo os protocolos serem efetivados no mês de vencimento da licença em questão, sendo concedidas prioritariamente nos casos de despesas decorrentes de doenças, seguida de despesas decorrentes de desastres naturais e dos demais servidores, conforme segue:

a) Despesas decorrentes de tratamento de saúde do servidor ou de doença em pessoa da família, caracterizadas no Art. 5º, inciso III da Lei Complementar n. 73/2001: tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira posterior ao ingresso no serviço público, hanseníase, cardiopatia grave, doença de Parkinson, paralisia irreversível e incapacitante, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estados avançados do mal de Paget (osteíte deformante), doença e Alzheimer, Síndrome de Imunodeficiência Adquirida -AIDS e outras que a lei federal especificar, com base na medicina especializada;

b) No caso de necessidade pessoal, urgente e grave, decorrente de desastre natural causado por chuvas ou inundações que tenham atingido a área de residência do trabalhador, quando a situação de emergência ou o estado de calamidade pública, desde que o desastre natural tenha ocorrido em período que o servidor já fazia jus à licença-prêmio.

c) Os demais servidores por ordem de entrada no protocolo.

Parágrafo Único: A regra de prioridade será aplicada para os pedidos protocolados dentro do mês de competência, sendo que o excesso de pedidos prioritários será pago no mês subsequente, respeitado o limite estabelecido de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) mensais.

VI – Ficam cancelados todos os atos que autorizam o pagamento de adicional de aulas excedentes.

Parágrafo Único: Havendo necessidade imprescindível da realização das mesmas, o secretário titular da pasta de educação deverá encaminhar previamente uma solicitação ao Secretário Municipal de Administração e Fazenda, em um único documento, justificando individualmente e abrangendo a necessidade da secretaria dentro de um planejamento, com respectivo impacto financeiro e fonte de recursos;

Art. 3º - Os casos não contemplados neste Decreto serão submetidos à apreciação do Prefeito do Município.

Art. 4º-	Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto n. 6099, de 16 de março de 2017 e o Decreto n. 6080, de 31 de agosto de 2017.
----------	--

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

GABINETE DO PREFEITO.

06 de fevereiro de 2018.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 6904, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1517325

DECRETO Nº 6904 de 07 de fevereiro de 2018

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária nº 5.894 de 18/12/2017

DECRETA

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no corrente exercício financeiro no montante de R\$ 70.305,09 (setenta mil, trezentos e cinco reais e nove centavos), por conta do Superávit Financeiro verificado no exercício anterior, visando a suplementação da seguinte dotação orçamentária:

80.00	SECRETARIA DE GESTÃO DE GOVERNO		
80.01	DIRETORIA EXECUTIVA DE GOVERNO		
2.007	Manutenção do Fundo de Defesa Civil		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
03345402	Transferências de Convênios - União - Gabinete do Prefeito	R\$	70.305,09
	TOTAL	R\$	70.305,09

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

07 de fevereiro de 2018.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 6906, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1517342

DECRETO Nº 6906, de 07 de fevereiro de 2018.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária nº 5.894 de 18/12/2017

DECRETA

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no corrente exercício financeiro no montante de R\$ 951.165,59 (novecentos e cinquenta e um mil, cento de sessenta e cinco reais e cinquenta e nove centavos), por conta do Superávit Financeiro verificado no

exercício anterior, visando a suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

90.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
90.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
2.080	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
03000000	Recursos Ordinários - Superávit	R\$	37.587,64
90.02	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA FEDERAL		
1.002	Pbf – Piso Básico Fixo		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
03355450	Transferência do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	R\$	1.000,00
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.91.00	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos		
03355450	Transferência do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	R\$	1.000,00
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
03355450	Transferência do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	R\$	238.000,00
1.003	Pbv – Piso Básico Variável		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
03355450	Transferência do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	R\$	73.775,14
1.004	Igdbf – Bolsa Família		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
03355450	Transferência do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	R\$	8.074,20
1.005	Igdsuas – Índice de Gestão Descentralizada		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
03355450	Transferência do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	R\$	26.869,71
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
03355450	Transferência do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	R\$	4.000,00
1.006	BPC na Escola		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
03355450	Transferência do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	R\$	3.685,35
1.017	Acessuas – Incentivo à inclusão de Pessoas com Deficiência - BPC		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
03355450	Transferência do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	R\$	38,53
90.03	PROTEÇÃO ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE FEDERAL		
1.008	Pfmc – Piso Fixo de Média Complexidade		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
03355450	Transferência do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	R\$	159.832,27
1.009	Ptmc – Piso de Transição de Média Complexidade		

3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos		
03355450	Transferência do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	R\$	40.693,50
90.04	PROTEÇÃO ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE FEDERAL		
1.010	Pac – Piso de Alta Complexidade		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos		
03355450	Transferência do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	R\$	123.835,09
90.05	CO-FINANCIAMENTO ESTADUAL		
2.085	Proteção Especial de Média Complexidade Estadual		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
03610000	Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social	R\$	64.159,16
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
03610000	Transferências de Convênios – Estado/Assistência Social	R\$	7.019,55
2.087	Proteção Social Básica Estadual		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
03610000	Transferências de Convênios – Estado/Assistência Social	R\$	25.772,92
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
03610000	Transferências de Convênios – Estado/Assistência Social	R\$	28.281,56
90.06	PROGRAMAS FEDERAIS		
1.014	Programa Aprimora Rede		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
03355450	Transferência do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	R\$	367,59
1.015	Aepeti – Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
03355450	Transferência do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	R\$	1.000,00
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.91.00	Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos		
03355450	Transferência do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	R\$	1.000,00
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
03355450	Transferência do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	R\$	105.173,38
	TOTAL	R\$	951.165,59

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

07 de fevereiro de 2018

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 6907, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1517357

DECRETO Nº 6907, de 08 de fevereiro de 2018.

"DECLARA LUTO OFICIAL NO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito Município do de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições asseguradas pelo Art. 37, Inciso VI da Lei Orgânica do Município;

DECLARA:

Art. 1º - Fica declarado Luto Oficial no Município de Rio do Sul, nos dias, 08,09 e 10 de fevereiro de 2018, em virtude do falecimento do Senhor Júlio Cesar de Moraes Carneiro, líder comunitário e ex-Diretor do Presídio Regional de Rio do Sul.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

08 de fevereiro de 2018.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

PORTARIA Nº 066/DGP

Publicação Nº 1516598

PORTARIA Nº 066/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder auxílio-funeral, a VILMA RENGEL LONGO, (Protocolo 170429/2018), em virtude do falecimento ocorrido no dia 31/01/2018, do servidor público municipal HEITOR LONGO, conforme Certidão de óbito nº 105262 01 55 2018 4 00051 250 0018754 71, de acordo com o Art. 275, da Lei Complementar nº. 309/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de Fevereiro de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Prh

RESOLUÇÃO Nº 007 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018

Publicação Nº 1517273

RESOLUÇÃO Nº 007, de 05 de Fevereiro de 2018.

"HOMOLOGA APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A SRA. FLORENTINA STUPP SILVA".

O Presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensões – FAP, no uso de suas atribuições especificadas no inciso II do artigo 54 e inciso VIII do artigo 55 da Lei Complementar nº. 73 de novembro de 2001 e inciso II do artigo 79 e inciso VIII do artigo 80 do Decreto nº 119 de 21 de março de 2002.

RESOLVE:

Art.1º-Homologar a aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição a Sra. FLORENTINA STUPP SILVA, brasileira, casada, funcionária pública, portadora do RG n. 1.676.102 - SSP/SC e inscrita no CPF n. 528.658.279-68 residente e domiciliada na Rua Leorindo A. dos Santos, 47, Centro, Aurora, SC., baseando-se no disposto no artigo 3º da Emenda Constitucional n. 47/05 (Fórmula 85/95), no cargo Professor, nível D-3, com proventos integrais e paridade a partir de 01/02/2018.

Art.2º- A aposentadoria é concedida em conformidade com o disposto no artigo 253 da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, com o artigo 4º e seguintes da Lei Complementar nº 308 de 30/11/2015, artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119 de 21/01/2002, e artigo 3º, da Emenda Constitucional n. 47/05 (Fórmula 85/95).

Art.3º- A aprovação de que trata o artigo 1º desta resolução é decorrente da deliberação do Conselho de Administração do FAP, na reunião realizada no dia 24 de Janeiro de 2018 e após análise do pedido de aposentadoria em questão, os Conselheiros em sua unanimidade foram de parecer favorável ao mesmo.

Art.4º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul/SC, 05 de Fevereiro de 2018.

RAMIRO DE LIZ E SOUZA

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO FAP

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 939, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2018

Publicação Nº 1517572

RESOLUÇÃO Nº 939 DE 8 DE FEVEREIRO DE 2018

Autoriza pagamento de meia diária e indenização de transporte a vereador membro suplente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Itajaí.

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Faço saber que no uso de suas atribuições regimentais, a Câmara Municipal decreta e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica autorizado o pagamento de ½ (meia) diária ao Vereador Francisco Goetten de Lima, no valor de R\$ 188,71 (cento e oitenta e oito reais e setenta e um centavos), para participar da 38ª Assembléia Geral Ordinária do Comitê do Itajaí, conforme Convocação do Presidente do Comitê do Itajaí Cleber Andrei Seemann Stassum, a ser realizada no dia 15 de fevereiro do corrente ano, às 12h45min, em 1ª convocação, às 13h15min, em 2ª convocação e às 13:30h em 3ª convocação, no Auditório Professor Padre Orlando Maria Murphy, na Biblioteca da FURB, situado na Rua Antônio da Veiga, 140 – Itoupava Seca, na cidade de Blumenau - SC, uma vez que o vereador é membro suplente que representa a Câmara de Vereadores de Rio do Sul no Comitê do Itajaí.

Art. 2º A indenização de transporte, em veículo próprio, no trecho compreendido entre o município de Rio do Sul e a cidade de Blumenau, será ressarcida de acordo com o que regulamenta a Resolução nº 588, de 05 de outubro de 2010.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 8 de fevereiro de 2018.

JAMES RIDES DA SILVA FERNANDO CÉSAR SOUZA

Presidente da Mesa Vice-Presidente

MAICON COELHO ZELI DA SILVA

1º Secretário 2º Secretário

Rio dos Cedros

PREFEITURA

1º TA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 29/2017 DE 09/02/2017 DATA: 05/02/2018 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1/2017. MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO – CREDENCIAMENTO FUNDO DE SAÚDE Nº 001/2017 CONTRATO: ANÁLISE LABORATÓRIO CLÍNICO LTDA OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA

Publicação Nº 1517868

1º TA ao CONTRATO ADMINISTRATIVO nº. 29/2017 DE 09/02/2017

DATA: 05/02/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1/2017. MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO – CREDENCIAMENTO FUNDO DE SAÚDE Nº 001/2017

CONTRATO: ANÁLISE LABORATÓRIO CLÍNICO LTDA

OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA

INÍCIO: 09/02/2018

TÉRMINO: 09/02/2019

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 1/2017

1º TA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 019/2017 03/02/2017 DATA: 01/02/2018 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6/2017. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: POR LOTE JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: LUIZ BERNARDO ROPELATO ME, OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA

Publicação Nº 1517866

1º TA ao CONTRATO ADMINISTRATIVO nº. 019/2017 03/02/2017

DATA: 01/02/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6/2017. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: Por Lote JULGAMENTO: Menor Preço

CONTRATO: LUIZ BERNARDO ROPELATO ME,

OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA

INÍCIO: 01/02/2018

TÉRMINO: 30/04/2018

1º TA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 30/2017 DE 09/02/2017 DATA: 05/02/2018 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1/2017. MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO – CREDENCIAMENTO FUNDO DE SAÚDE Nº 001/2017 CONTRATO: JOSÉ CESLAU FRAGA LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA ME OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊN

Publicação Nº 1517870

1º TA ao CONTRATO ADMINISTRATIVO nº. 30/2017 DE 09/02/2017

DATA: 05/02/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1/2017. MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO – CREDENCIAMENTO FUNDO DE SAÚDE Nº 001/2017

CONTRATO: JOSÉ CESLAU FRAGA LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA ME

OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA

INÍCIO: 09/02/2018

TÉRMINO: 09/02/2019

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 1/2017

1º TA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 31/2017 DE 09/02/2017 DATA: 05/02/2018 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1/2017. MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO – CREDENCIAMENTO FUNDO DE SAÚDE Nº 001/2017 CONTRATO: PATHOLOGY DIAGNOSTICO EM MEDICINA LTDA OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA

Publicação Nº 1517871

1º TA ao CONTRATO ADMINISTRATIVO nº. 31/2017 DE 09/02/2017

DATA: 05/02/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1/2017. MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO – CREDENCIAMENTO FUNDO DE SAÚDE Nº 001/2017

CONTRATO: PATHOLOGY DIAGNOSTICO EM MEDICINA LTDA

OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA

INÍCIO: 09/02/2018

TÉRMINO: 09/02/2019

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 1/2017

1º TA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 32/2017 DE 09/02/2017 DATA: 05/02/2018 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1/2017. MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO – CREDENCIAMENTO FUNDO DE SAÚDE Nº 001/2017 CONTRATO: LABORATÓRIO SEIBEL S/S LTDA OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA

Publicação Nº 1517873

1º TA ao CONTRATO ADMINISTRATIVO nº. 32/2017 DE 09/02/2017

DATA: 05/02/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1/2017. MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO – CREDENCIAMENTO FUNDO DE SAÚDE Nº 001/2017

CONTRATO: LABORATÓRIO SEIBEL S/S LTDA

OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA

INÍCIO: 09/02/2018

TÉRMINO: 09/02/2019

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 1/2017

1º TA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 33/2017 DE 13/02/2017 DATA: 07/02/2018 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 9/2017. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - TIPO COMPARAÇÃO: POR ITEM - JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: EMPREITEIRA KJ LTDA EPP OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA

Publicação Nº 1517876

1º TA ao CONTRATO ADMINISTRATIVO nº. 33/2017 de 13/02/2017

DATA: 07/02/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 9/2017. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - TIPO COMPARAÇÃO: Por Item - JULGAMENTO: Menor Preço

CONTRATO: EMPREITEIRA KJ LTDA EPP

OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA

INÍCIO: 13/02/2018

TÉRMINO: 13/02/2019

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 9/2017

2º TA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 019/2017 03/02/2017 DATA: 07/02/2018 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6/2017. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: POR LOTE JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: LUIZ BERNARDO ROPELATO ME, OBJETO: ACRÉSCIMOS: LOTE 3 - ITEM 1 ; LOTE 6 - ITENS 1-2- ADD; LO

Publicação Nº 1517877

2º TA ao CONTRATO ADMINISTRATIVO nº. 019/2017 03/02/2017

DATA: 07/02/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6/2017. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: Por Lote JULGAMENTO: Menor Preço

CONTRATO: LUIZ BERNARDO ROPELATO ME,

OBJETO: ACRÉSCIMOS: Lote 3 - Item 1 ; Lote 6 - Itens 1-2- ADD; Lote 7 – Item 1

INÍCIO: 12/02/2018

TÉRMINO: 30/04/2018

VALOR: R\$ 36.407,60 (trinta e seis mil, quatrocentos e sete reais e sessenta centavos)

3º TA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 020/2017 DE 03/02/2017 DATA: 01/02/2018 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6/2017. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: POR LOTE JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: TRANSPORTE TURISTICO RO & SI TOUR LTDA OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA

Publicação Nº 1517881

3º TA ao CONTRATO ADMINISTRATIVO nº. 020/2017 de 03/02/2017

DATA: 01/02/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6/2017. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: Por Lote JULGAMENTO: Menor Preço

CONTRATO: TRANSPORTE TURISTICO RO & SI TOUR LTDA

OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA

INÍCIO: 01/02/2018

TÉRMINO: 30/04/2018

4º TA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 020/2017 DE 03/02/2017 DATA: 07/02/2018 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6/2017. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: POR LOTE JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: TRANSPORTE TURISTICO RO & SI TOUR LTDA OBJETO: ACRÉSCIMOS: LOTE 1 - ITENS 1-2-3-4 ; LOTE

Publicação Nº 1517884

4º TA ao CONTRATO ADMINISTRATIVO nº. 020/2017 de 03/02/2017

DATA: 07/02/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6/2017. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL TIPO COMPARAÇÃO: Por Lote JULGAMENTO: Menor Preço

CONTRATO: TRANSPORTE TURISTICO RO & SI TOUR LTDA

OBJETO: ACRÉSCIMOS: Lote 1 - Itens 1-2-3-4 ; Lote 2 - Itens 1 e 2; Lote 8- Item 1 ADD; Lote 9 – Item 1

INÍCIO: 12/02/2018

TÉRMINO: 30/04/2018

VALOR: R\$ 51.127,25 (cinquenta e um mil, cento e vinte e sete reais e vinte e cinco centavos)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 010/2018 DATA: 05/02/2018 CONTRATAÇÃO DIRETA MEDIANTE DISPENSA DE LICITAÇÃO FUNDAMENTO: LEI 8.666/93, ART.24, II CONTRATO: ASSOCIAÇÃO DE AMPARO À TERCEIRA IDADE OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E CUIDADOS A PESSOAS DE TERCEIRA IDADE DE AMBOS OS SEXOS, COM GRAU DE DEPENDÊNC

Publicação Nº 1517862

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 010/2018

DATA: 05/02/2018

CONTRATAÇÃO DIRETA MEDIANTE DISPENSA DE LICITAÇÃO FUNDAMENTO: LEI 8.666/93, Art.24, II

CONTRATO: ASSOCIAÇÃO DE AMPARO À TERCEIRA IDADE

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E CUIDADOS A PESSOAS DE TERCEIRA IDADE DE AMBOS OS SEXOS, COM GRAU DE DEPENDÊNCIA I E II, DANDO UM SUPORTE PARA O IDOSO E PARA OS FAMILIARES

INÍCIO: 05/02/2018

TÉRMINO: 05/04/2018

VALOR: R\$ 5.342,00 (cinco mil, trezentos e quarenta e dois reais)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 011/2018 DATA: 07/02/2018 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2018 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº009/2018 - DISPOSITIVO LEGAL: ART.24, IV, DA LEI 8.666/93 CONTRATO: DALLA'S TOUR TRANSPORTES LTDA OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR

Publicação Nº 1517864

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 011/2018

DATA: 07/02/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2018 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº009/2018 - DISPOSITIVO LEGAL: ART.24, IV, DA LEI 8.666/93

CONTRATO: DALLA'S TOUR TRANSPORTES LTDA

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR

INÍCIO: 12/02/2018

TÉRMINO: 30/04/2018

VALOR: R\$ 32.208,60 (Trinta e dois mil, duzentos e oito reais e sessenta centavos)

DECRETO DE 11 DE JANEIRO DE 2018. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

Publicação Nº 1517858

DECRETO DE 11 DE JANEIRO DE 2018.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º Inciso III da Lei Municipal nº 1.971 de 21 de novembro de 2017.

DECRETA:

Art.1º. Fica suplementada por conta do Superávit financeiro apurado no exercício anterior a dotação orçamentária abaixo relacionada até o limite de:

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Rio dos Cedros

10 – Secretaria de Saúde e Bem Estar Social

001 – Fundo Municipal de Saúde de Rio dos Cedros

0010.0301.0150.2014 – Manutenção dos Serviços Gerais de Saúde

3319000000000000 – Aplic. Diretas (3.386.400 – Transf. Sus/União PAB) 25,44

Total 25,44

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 11 de janeiro de 2018.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 11 de janeiro de 2018.

Margaret Silvia Gretter

Diretora de Gabinete

DECRETO DE 11 DE JANEIRO DE 2018. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR – REMANEJAMENTO

Publicação Nº 1517854

DECRETO DE 11 DE JANEIRO DE 2018.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR – REMANEJAMENTO

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 7º da Lei Municipal nº 1.971 de 21 de novembro de 2017.

DECRETA:

Art.1º. Ficam remanejados dentro dos respectivos projetos/atividades os valores das dotações abaixo relacionadas até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

De:

04 – Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

003 – Diretoria de Obras e Serviços Urbanos

0015.0452.0020.2006 – Manutenção dos Serviços Urbanos

3339000000000000 – Aplic. Diretas (3.120.000 – Convênio de Trânsito Prefeitura) 30,89

Para:

04 – Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

003 – Diretoria de Obras e Serviços Urbanos

0015.0452.0020.2006 – Manutenção dos Serviços Urbanos

3319000000000000 – Aplic. Diretas (3.120.000 – Convênio de Trânsito Prefeitura) 30,89

Total 30,89

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 11 de janeiro de 2018.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 11 de janeiro de 2018.

Margaret Silvia Gretter

Diretora de Gabinete

DECRETO DE 15 DE JANEIRO DE 2018. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR – REMANEJAMENTO

Publicação Nº 1517859

DECRETO DE 15 DE JANEIRO DE 2018.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR – REMANEJAMENTO

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 7º da Lei Municipal nº 1.971 de 21 de novembro de 2017.

DECRETA:

Art.1º. Ficam remanejados dentro dos respectivos projetos/atividades os valores das dotações abaixo relacionadas até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

De:

10 – Secretaria de Saúde e Bem Estar Social

002 – Fundo Municipal de Assistência Social de Rio dos Cedros

0008.0244.0140.2041 – Manutenção da Casa da Cidadania

33390000000000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários) 1.209,00

Para:

10 – Secretaria de Saúde e Bem Estar Social

002 – Fundo Municipal de Assistência Social de Rio dos Cedros

0008.0244.0140.2041 – Manutenção da Casa da Cidadania

34490000000000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Rec. Ordinários) 1.209,00

Total 1.209,00

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 15 de janeiro de 2018.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 15 de janeiro de 2018.

PARECER PROCURADORIA GERAL, PROCESSO ADMINISTRATIVO, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2018, REQUERENTE: SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, OBJETO: CONTRATAÇÃO DIRETA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR

Publicação Nº 1517846

MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS

PROCURADORIA GERAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2018

REQUERENTE: SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DIRETA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR

PARECER

A Ilma. Srª. Secretária Municipal de Educação formulou requisição ao Chefe do Poder Executivo pleiteando, contratação direta de pessoas jurídicas para realização dos serviços de transporte escolar, nos seguintes termos:

“Considerando que necessidade premente de contratação dos serviços de transporte escolar para o ano de 2018, tendo em vista que:

1) O início do ano letivo está programado para o dia 12/02/2018;

2) Os contratos de transporte escolar CT nº 019 de 03.02.2017, firmado com LUIZ BERNARDO ROPELATO ME e CT nº 020 de 03.02.2017, firmado com TRANSPORTE TURISTICO RO & SI TOUR LTDA, foram prorrogados até 30/04/2017;

3) A impossibilidade de prorrogação do contrato CT nº 021 de 03.02.2017, firmado com VALDEMAR GONÇALVES DA LUZ - ME (RV TRANSPORTES) em razão de que o mesmo não mantém os requisitos de habilitação em desconformidade com o que dispõe o artigo 55, XIII da Lei 8.666/93 diante da existências de pendências com a receita federal;

4) A existência de processo licitatório em tramite sem que sua conclusão possa operar-se e serem adotados os procedimentos regulares para contratação até a data de início do ano letivo.

Considerando que é dever do município prestar tais serviços;

Considerando o prejuízo à Administração bem como o interesse público;

É que se faz necessário a contratação em caráter emergencial e de urgência de serviços de transporte escolar dos trajetos abaixo mencionados, observados os valores de mercado que vem sendo praticados pela municipalidade:

Item	Produto	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	TRANSPORTE ESCOLAR NO PERCURSO RIO DO NORTE/ALTO PALMEIRAS/RIO ROSINA - ESCOLA JOÃO FLORIANI, VICE-VERSA, PERÍODO VESPERTINO. NA ESCOLA: CHEGADA: 13:10H E SAÍDA: 17:15H. VEÍCULOS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 26 PASSAGEIROS. PERCURSO COM 76 KM/DIA [IDA E VOLTA] A R\$ 4,00 AO KM.	KM	4.180	4,00	16.720,00
2	TRAJETO ESCOLAR NO PERCURSO RIO MERGULHÃO (BOTA BRANCA)/ ESTRADA GERAL RIO MERGULHÃO/ ALTO CEDROS - PONTE LINDNERHOF (BALDEAÇÃO PARA A LANÇATUR AS 06:30H) E VICE-VERSA, MATUTINO. PERCURSO COM 45,3 KM/DIA, COM INÍCIO DO PERCURSO AS 05:30H E DEVOLUÇÃO AS 12:30H COM VEÍCULOS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 08 PASSAGEIROS A R\$ 2,15 AO KM.	KM	2.582	2,15	5.551,30

3	TRAJETO ESCOLAR NO PERCURSO ESTRADA GERAL BARRA DO AVENCAL (SOMENTE ATÉ A ENTRADA DA FAZENDA MARCHETTI)/ RIO MERGULHÃO (BOTA BRANCA)/ ESTRADA GERAL RIO MERGULHÃO/ ALTO CEDROS - PONTE LINDNERHOF (BALDEAÇÃO PARA O ÔNIBUS DA PREFEITURA AS 12:30H) E VICE-VERSA, VESPERTINO. PERCURSO COM 60,1 KM/DIA, COM INICIO DO PERCURSO AS 11:00H E DEVOLUÇÃO AS 17:30H COM VEICULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 08 PASSAGEIROS A 2,15 AO KM.	KM	3.425	2,15	7.363,75
4	TRANSPORTE ESCOLAR NO PERCURSO ESTRADA GERAL BARRA DO AVENCAL (APENAS NA ESTRADA GERAL DA ENTRADA DA FAZENDA DO LANDOLINO)/ (SOMENTE ATÉ A ENTRADA DA FAZENDA MARCHETTI)/ RIO MERGULHÃO (BOTA BRANCA)/ ESTRADA GERAL RIO MERGULHÃO/ALTO CEDROS PONTE DO LINDNER (BALDEAÇÃO PARA A LANCATUR AS 06:30H) E VICE-VERSA, MATUTINO A R\$2,15 AO KM	KM	1.197	2,15	2.573,55

Requisito a Vossa Excelência a contratação direta de pessoas jurídicas para prestar os serviços de transporte escolar, mantidas as condições preestabelecidas.

Tendo em vista os motivos acima levantados, requisita-se a tomada de providências em caráter de URGÊNCIA.”

Sustentou o dever do município na prestação de tais serviços, a necessidade premente de contratação bem como o prejuízo à Administração. Vierem os autos para parecer.

Justifica-se a dispensa de licitação para a contratação de locação do mencionado imóvel, nos termos do art.24, IV, da Lei 8.666/93, que conta com a seguinte redação:

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

o artigo 26 do mesmo diploma reza:

“ Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2o e 4o do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8o desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos. (Redação dada pela Lei nº 11.107, de 2005)

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do prego.

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)”

Sobre a matéria Petrônio Braz, leciona que:

“A dispensa ocorre quando se verifica situações onde a licitação, embora possível em face de viabilidade de competição, não se justifica, em presença do interesse público. Em qualquer caso há necessidade de justificação através de parecer jurídico, com comunicação à autoridade superior, no prazo de três dias, para a necessária satisfação, sob pena de ineficácia do ato.

Os casos de dispensa de licitação vêm elencados no art.24, do Estatuto das Licitações. No caso de obras, serviços de engenharia, compras e outros serviços, os incisos I e II, do artigo referido, definem os limites vinculados aos valores vigentes e devidamente reajustados, constantes do art.23, I e II, da Lei em referência.

Também fica dispensada a licitação nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem pública (art.24,III), disposição que se complementa com a ocorrência de casos de emergência ou de calamidade pública, constantes do inc. IV do mesmo artigo.

Como esclarece TOSHIO MUKAI, a novidade é que tais contratações somente poderão ser efetuadas para bens necessários ao atendimento de situação de urgência, e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180(cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência, vedada a prorrogação dos contratos decorrentes. (in Manual de Direito Administrativo, 2001, p.287).

A Constituição Federal de 1998, no capítulo que trata das disposições gerais acerca da Administração Pública, estabelece no Art. 37, inciso XXI que as obras, serviços, compras e alienações, ressalvados os casos específicos em lei, serão contratados mediante prévio processo de licitação pública, em que seja assegurado o atendimento ao princípio da igualdade de condições a todos os concorrentes, prevendo cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos expressos em lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensável à garantia de cumprimento das obrigações.

Ocorre que, como toda regra não pode possuir uma caráter absoluto, também não é diferente no caso das licitações, cuja lei 8.666/93 em seus artigos 24 e 25 fixam algumas situações que viabilizariam a contratação direta, haja vista razões de relevante interesse público e/ou outras circunstâncias expressamente contempladas pela lei como ensejadoras de dispensa ou de inexigibilidade.

Esta é a lição de Vera Lúcia Machado D´Avila sobre o tema:

“O enfoque, portanto, delimitador da definição de emergência e urgência, parece convergir ao aspecto ‘tempo’, ou seja, à verificação de que a via normal de decurso de um procedimento licitatório, sem que medidas efetivas sejam imediatamente adotadas pelo administrador,

pode transforma-se em resultado danoso às coisas e pessoas, comprometendo a segurança das mesmas.”(DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. D’AVILA, Vera Lucia Machado. Temas Polêmicos sobre Licitações e Contratos. 3 ed. 1998. São Paulo. Malheiros, p. 91).

A dispensa de licitação por emergência somente será admissível se a contratação direta for meio hábil e suficiente para debelar o risco de dano. Nesse sentido, nasce a obrigação de a Administração compor o nexo de causalidade entre a contratação pretendida e a supressão do risco de prejuízos a bens e pessoas.

Assim aduz Maçal Justen Filho com clareza de verbo:

“Em última análise, aplica-se o princípio da proporcionalidade. A contratação deverá ser o instrumento satisfatório de eliminação do risco de sacrifício dos interesses envolvidos. Mas não haverá cabimento em promover contratações que ultrapassem a dimensão e os limites da preservação e realização dos valores em risco.”(Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 11ª ed., São Paulo: Dialética, 2005, p. 239).

Como dito acima, a contratação nestes casos necessita de prévia e ampla justificativa, não apenas sobre a emergência, mas também acerca da plena viabilidade do meio pretendido para atendimento da necessidade pública. A Administração deve proceder à solução compatível com a real necessidade que conduz à contratação.

Com maior rigor, mas na mesma linha de entendimento acerca dos pressupostos necessários à contratação direta por emergência, o Tribunal de Contas da União mantém o entendimento exarado conforme decisão do Plenário nº 347/94, de relatoria do Ministro Carlos Átila, abaixo transcrito:

“Calamidade pública. Emergência. Dispensa de licitação. Lei nº 8.666/93, art. 24, IV. Pressupostos para aplicação. 1 – que a situação adversa, dada como de emergência ou de calamidade pública, não se tenha originado, total ou parcialmente, da falta de planejamento, da desídia administrativa ou da má gestão dos recursos disponíveis, ou seja, que ela não possa, em alguma medida, ser atribuída a culpa ou dolo do agente público que tinha o dever de agir para prevenir a ocorrência de tal situação; 2 – que exista urgência concreta e efetiva do atendimento a situação decorrente do estado emergencial ou calamitoso, visando afastar risco de danos a bens ou à saúde ou vida de pessoas; 3 – que o risco, além de concreto e efetivamente provável, se mostre iminente e especialmente gravoso; 4 – que a imediata efetivação, por meio de contratação com terceiro, de determinadas obras, serviços ou compras, segundo as especificações e quantitativos tecnicamente apurados, seja o meio adequado, efetivo e eficiente de afastar o risco iminente detectado.”

Isto posto, os argumentos e teses ora esposados conduzem a conclusão de que a contratação direta com base na dispensa de licitação por emergência terá assegurada sua legalidade e licitude, uma vez cabalmente demonstrados a potencialidade do dano o qual pretende combater, bem como a comprovação técnica de que o objeto a ser adquirido por meio da dispensa é essencial para a diminuição ou inoccorrência do prejuízo.

Por oportuno cabe ressaltar que o subscritor desta peça não detém habilitação técnica capaz de aferir quais são os meios mais adequados para o enfrentamento do problema, com o conseqüente afastamento do risco causado.

Todavia, a requisitante é Secretária de Educação sendo que tal órgão deve possuir profissionais técnicos habilitados a confirmar a decisão do agente político, não competindo a este órgão de assessoramento jurídico a análise de tais misteres, inclusive no que se refere ao preço orçado.

De outro norte, as informações prestadas, dão conta mais do que evidente da gravidade da situação já que o início do ano letivo está previsto para o dia 12/02/2018, existe licitação em curso cujo desenlace poderá tomar tempo considerável até a efetiva homologação e posterior adoção dos trâmites para confecção, subscrição e publicação dos respectivos contratos administrativos.

Assim, diante das informações prestadas, tenho que na situação vertente acodem todos os requisitos mencionados acima, estando se perfeitamente adequada a hipótese em tela ao dispositivo da lei de licitação autorizador da dispensa de licitação, desde que, é claro, observado o que acima foi dito.

Ante o exposto, é o PARECER, s.m.j, pela contratação direta de serviços de transporte escolar requisitados nos moldes preconizados acima. Ao Ilmo. Sr. Prefeito de Rio dos Cedros para que, querendo, ratifique as razões da justificativa, e proceda a contratação direta mediante dispensa de licitação.

Rio dos Cedros, 07 de Fevereiro de 2018.

Ricardo Augusto de Oliveira Xavier Araujo

Advogado

OAB/SC 17.721

Portaria de Nomeação n.679/08

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2018 CONSIDERANDO QUE É FATO VEICULADO EM TODAS AS MÍDIAS DO MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS QUE A EMPRESA LICITANTE VALDEMAR GONÇALVES DA LUZ ME (CNPJ: 11.664.269/0001-99) FOI VÍTIMA DE UM INCÊNDIO QUE ATINGIU SEUS ÔNIBUS E CONSIDERANDO A NECESSIDADE DE SE GARANTIR

Publicação Nº 1517105

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2018

Considerando que é fato veiculado em todas as mídias do município de Rio dos Cedros que a empresa licitante VALDEMAR GONÇALVES DA LUZ ME (CNPJ: 11.664.269/0001-99) foi vítima de um incêndio que atingiu seus ônibus e considerando a necessidade de se garantir a efetiva disponibilidade dos bens que irão servir para o transporte escolar e também as exigências contidas no item 6.4. do Edital, utilizando-se das prerrogativas do §3º do artigo 43 da Lei 8.666/93 (É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou

informação que deveria constar originariamente da proposta) determina-se a intimação da licitante VALDEMAR GONÇALVES DA LUZ ME para que informe se algum dos veículos apresentados na licitação foram atingidos pelo incêndio e, diante do acúmulo de serviço, designar o dia 20/03/2017, às 09:30 para que sejam apresentados os veículos no pátio da garagem da municipalidade, situado aos fundos do Prédio da Prefeitura, na rua Nereu Ramos, nº 205, Centro, e Rio dos Cedros, Santa Catarina. Posteriormente a diligência aprazada, retornem os autos para análise e decisão acerca dos demais procedimentos em curso neste certame. P.R.I.C.-se.

Rio dos Cedros, 08 de Fevereiro de 2017.

Mikael F. Spiess Paula Wackernagel
Pregoeiro Equipe de Apoio

Pedro Claudino dos Santos Júnior
Equipe de Apoio

RATIFICAÇÃO-PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.009/2018, DISPENSA DE LICITAÇÃO, REQUERENTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Publicação Nº 1517848

MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS
GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.009/2018
DISPENSA DE LICITAÇÃO
REQUERENTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

RATIFICAÇÃO

Analisando os documentos constantes do processo administrativo nro.009/2018 constatei a presença de interesse público na contratação direta dos serviços de transporte conforme requisitado pela Srª. Roseli Samagaia, Ddª. Secretária Municipal de Educação para manutenção dos serviços de educação.

O parecer jurídico acostado aos autos dá conta da legalidade e viabilidade do procedimento, mediante dispensa de licitação (art.24, IV, da Lei 8.666/93), razão pela qual convalido suas razões utilizando das mesmas como fundamento desta ratificação.

Destarte, promova-se a contratação direta, nos termos legais esposados no parecer jurídico, considerando-se ratificado o processo a partir da data de publicação da minuta do contrato (art.26 da Lei 8.666/93) a qual deverá fazer expressa menção a esta justificativa e seu fundamento legal.

P.R.I.A.-se.

Atente-se ao disposto no art.2º. da Lei Ordinária Municipal nro.1.489/06.

Rio dos Cedros, 07 de Fevereiro de 2018.
Marildo Domingos Felippi
Prefeito de Rio dos Cedros

REQUISIÇÃO, SECRETARIA DE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO, PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 009/201, CONTRATAÇÃO DIRETA DE TRANSPORTE ESCOLAR

Publicação Nº 1517851

MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS
SECRETARIA DE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 009/2018
CONTRATAÇÃO DIRETA DE TRANSPORTE ESCOLAR

REQUISIÇÃO

Ilmo. Sr. Prefeito de Rio dos Cedros,

Considerando que necessidade premente de contratação dos serviços de transporte escolar para o ano de 2018, tendo em vista que:

- 1) O início do ano letivo está programado para o dia 12/02/2018;
- 2) Os contratos de transporte escolar CT nº 019 de 03.02.2017, firmado com LUIZ BERNARDO ROPELATO ME e CT nº 020 de 03.02.2017, firmado com TRANSPORTE TURISTICO RO & SI TOUR LTDA, foram prorrogados até 30/04/2017;
- 3) A impossibilidade de prorrogação do contrato CT nº 021 de 03.02.2017, firmado com VALDEMAR GONÇALVES DA LUZ - ME (RV TRANSPORTES) em razão de que o mesmo não mantém os requisitos de habilitação em desconformidade com o que dispõe o artigo 55, XIII da Lei 8.666/93 diante da existências de pendências com a receita federal;
- 4) A existência de processo licitatório em trâmite sem que sua conclusão possa operar-se e serem adotados os procedimentos regulares para contratação até a data de início do ano letivo.

Considerando que é dever do município prestar tais serviços;
Considerando o prejuízo à Administração bem como o interesse público;
É que se faz necessário a contratação em caráter emergencial e de urgência de serviços de transporte escolar dos trajetos abaixo mencionados, observados os valores de mercado que vem sendo praticados pela municipalidade:

Item	Produto	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	TRANSPORTE ESCOLAR NO PERCURSO RIO DO NORTE/ALTO PALMEIRAS/RIO ROSINA - ESCOLA JOÃO FLORIANI, VICE-VERSA, PERÍODO VESPERTINO. NA ESCOLA: CHEGADA: 13:10H E SAÍDA: 17:15H. VEÍCULOS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 26 PASSAGEIROS. PERCURSO COM 76 KM/DIA [IDA E VOLTA] A R\$ 4,00 AO KM.	KM	4.180	4,00	16.720,00
2	TRAJETO ESCOLAR NO PERCURSO RIO MERGULHÃO (BOTA BRANCA)/ ESTRADA GERAL RIO MERGULHÃO/ ALTO CEDROS - PONTE LINDNERHOF (BALDEAÇÃO PARA A LANCATUR AS 06:30H) E VICE-VERSA, MATUTINO. PERCURSO COM 45,3 KM/DIA, COM INÍCIO DO PERCURSO AS 05:30H E DEVOLUÇÃO AS 12:30H COM VEÍCULOS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 08 PASSAGEIROS A R\$ 2,15 AO KM.	KM	2.582	2,15	5.551,30
3	TRAJETO ESCOLAR NO PERCURSO ESTRADA GERAL BARRA DO AVENCAL (SOMENTE ATÉ A ENTRADA DA FAZENDA MARCHETTI)/ RIO MERGULHÃO (BOTA BRANCA)/ ESTRADA GERAL RIO MERGULHÃO/ ALTO CEDROS - PONTE LINDNERHOF (BALDEAÇÃO PARA O ÔNIBUS DA PREFEITURA AS 12:30H) E VICE-VERSA, VESPERTINO. PERCURSO COM 60,1 KM/DIA, COM INÍCIO DO PERCURSO AS 11:00H E DEVOLUÇÃO AS 17:30H COM VEÍCULO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 08 PASSAGEIROS A 2,15 AO KM.	KM	3.425	2,15	7.363,75
4	TRANSPORTE ESCOLAR NO PERCURSO ESTRADA GERAL BARRA DO AVENCAL (APENAS NA ESTRADA GERAL DA ENTRADA DA FAZENDA DO LANDOLINO)/ (SOMENTE ATÉ A ENTRADA DA FAZENDA MARCHETTI)/ RIO MERGULHÃO (BOTA BRANCA)/ ESTRADA GERAL RIO MERGULHÃO/ALTO CEDROS PONTE DO LINDNER (BALDEAÇÃO PARA A LANCATUR AS 06:30H) E VICE-VERSA, MATUTINO A R\$2,15 AO KM	KM	1.197	2,15	2.573,55

Requisito a Vossa Excelência a contratação direta de pessoas jurídicas para prestar os serviços de transporte escolar, mantidas as condições preestabelecidas.

Tendo em vista os motivos acima levantados, requisita-se a tomada de providências em caráter de URGÊNCIA.

Rio dos Cedros, 07 de Fevereiro de 2018.

Roseli Samagaia
Secretária Municipal de Educação de Rio dos Cedros

Rio Fortuna

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 011/2018

Publicação Nº 1516882

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL

O Prefeito Municipal de Rio Fortuna, Sr. Lindomar Ballmann, torna público, a todos os interessados, a retificação do Edital de Pregão Presencial nº 008/2018, Processo Licitatório nº 011/2018, com a alteração dos itens 1.1., 6.1. e Anexo VI Minuta do Contrato e inclusão dos itens 1.6., 1.7. e Anexo VII Termo de Referência no referido Edital, e alterar a data de abertura do mesmo para o dia 26 de fevereiro de 2018, no mesmo local e horário. A Retificação Completa encontra-se disponível no Setor de Licitações do Município ou no site: www.riofortuna.sc.gov.br.

Rio Fortuna, 07 de fevereiro de 2018.

Lindomar Ballmann

Prefeito Municipal

Rio Rufino

PREFEITURA

PREGAO PRESENCIAL Nº 04/2018

Publicação Nº 1517366

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO RUFINO
Processo Administrativo Nº 05/2018
PREGÃO PRESENCIAL 04/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO RUFINO, Estado de Santa Catarina, tornam público, de acordo com o que estabelece o art. 34, §1º, da Lei nº 8.666/93, que realizarão licitação na modalidade Pregão Presencial, tipo menor preço por item, no dia 12/03/2018 às 10:00 horas, para AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO NAS ESCOLAS E CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

Esclarecimentos fone 49 32790000
www.riorufino.sc.gov.br
Rio Rufino, 08 de Fevereiro de 2018.
THIAGO COSTA
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2018

Publicação Nº 1517213

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO RUFINO
Processo Administrativo Nº 04/2018
PREGÃO PRESENCIAL 03/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO RUFINO, Estado de Santa Catarina, tornam público, de acordo com o que estabelece o art. 34, §1º, da Lei nº 8.666/93, que realizarão licitação na modalidade Pregão Presencial, tipo menor preço por item, no dia 22/02/2018 às 10:00 horas, para AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA MERENDA ESCOLAR NAS ESCOLAS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ANO DE 2018.

Esclarecimentos fone 49 32790000
www.riorufino.sc.gov.br
Rio Rufino, 08 de Fevereiro de 2018.
THIAGO COSTA
Prefeito Municipal

Romelândia

PREFEITURA

EDITAL 002/2018

Publicação Nº 1517254

EDITAL 002/2018

CHAMADA PÚBLICA PARA CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR DE LINGUA ESTRANGEIRA

A Secretaria de Educação do Município de Romelândia – Santa Catarina, abre Chamada Pública para Professores interessados em atuar na disciplina de língua estrangeira (inglês).

I - A Chamada Pública destina-se a Professores com habilitação em Língua Estrangeira.

II - Carga horária de 20 horas semanais no Ensino Fundamental e Educação Infantil.

III - A Inscrição deverá ser efetuada na Secretaria de Educação no período de 09 de fevereiro de 2018, das 7:30hs às 11:30hs e 13:30hs às 17:30hs, mediante preenchimento de formulário próprio fornecido pela secretaria, com assinatura do candidato, sendo que as informações prestadas no formulário de inscrição são de exclusiva responsabilidade do candidato.

IV – A escolha se dará no dia 14 de fevereiro de 2018 horas 8:00 horas na Secretaria de Educação.

V - O candidato selecionado que no momento da convocação conforme edital não aceitar a vaga ou não comparecer será desclassificado da Chamada Pública.

VI – A classificação se dará:

- 1º - Habilitação na área específica
- 2º - Cursando disciplina específica
- 3º - Período de frequência
- 4º - Tempo serviço no Município de Romelândia/SC.

Romelândia – SC, 08 de fevereiro de 2018.

Sérgio Dorindo Meneghini
Secretário da Educação

Salto Veloso

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 004/2018

Publicação Nº 1516504

DECRETO nº 004, DE FEVEREIRO DE 2018.
DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com base nos poderes que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado Ponto Facultativo Municipal nos dias 12 E 13 DE FEVEREIRO, em todas as repartições públicas municipais, inclusive na Rede Municipal de Ensino e no Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º No dia 16 DE FEVEREIRO é feriado municipal, dia da Padroeira do Município, conforme estabelece a Lei nº 166 de 07 de dezembro de 1976.

Art. 3º. Os serviços essenciais não serão totalmente paralisados, funcionando em regime de plantão.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso/SC, 07 de fevereiro de 2018.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE AVISO DE LICITAÇÃO

Publicação Nº 1516416

Extrato de Aviso de Licitação

CÂMARA DE VEREADORES DE SALTO VELOSO

CNPJ: 08.607.626/0001-72

PROCESSO LICITATÓRIO N. 001/2018

PREGÃO PRESENCIAL N. 001/2018

OBJETO:

A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para divulgação de atos Oficiais da Câmara de Vereadores do Município de Salto Veloso – SC, em programa semanal aos sábados entre 12h00min e 13h00min horas com duração de até 10 minutos, acompanhamento semanal das sessões ordinárias e extraordinárias por profissional da emissora com recepção de sinal e transmissão em todo o município, devendo ocorrer produção, edição e programação dos programas conforme especificações do anexo I do edital, incluindo também a realização de retrospectiva de final do ano com a presença dos vereadores e servidores do Poder Legislativo Municipal.

PRAZO:

A contratação será de 01 de março de 2018 a 31 de dezembro de 2018, podendo ser renovada em acordo de ambas as partes até o limite conforme determina a Lei de Licitações n. 8.666/93.

VALOR:

O valor máximo que a Câmara de Vereadores de Salto Veloso se propõe a pagar pelos serviços mensais referentes ao objeto licitado é de R\$1.550,00(um mil e quinhentos e cinquenta reais)

DATA DE ABERTURA E CREDENCIAMENTO

A data de abertura e credenciamento será no dia 22 de fevereiro de 2018 às 08h30min.

EDITAL:

O edital na íntegra poderá ser retirado no site: www.camarasaltoveloso.sc.gov.br ou também junto à sede da Câmara Municipal de Vereadores de Salto Veloso – SC no Endereço: Rua Padre Agostinho Rombaldi, 170, centro, Salto Veloso – SC, telefone (49)3536-0035, nos seguintes horários: segundas-feiras das 13h00min às 18h00min, demais dias da semana das 07h00min às 13h00min.

CÂMARA DE VEREADORES DE SALTO VELOSO

CNPJ: 08.607.626/0001-72

Repr. por Rogério Vuelma

Presidente da Câmara de Vereadores

PORTARIA 005/2018

Publicação Nº 1516432

PORTARIA N.005, de 07 de fevereiro de 2018.

“Nomeia Assessora Executiva Parlamentar”.

ROGÉRIO VUELMA, Presidente da Câmara Municipal de Salto Veloso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Complementar n. 001/2013, Anexo I, Quadro de Pessoal do Poder Legislativo.

RESOLVE:

Art. 1.º - Fica nomeada para o cargo de Assessora Executiva Parlamentar, cargo em comissão, com 30 horas semanais, a partir de 01 de fevereiro de 2018, a Srta. Josiane Untenberger.

Art. 2.º - As despesas decorrentes com a execução da presente portaria serão por conta de dotações próprias consignadas no Orçamento vigente.

Art. 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso – SC, 07 de fevereiro de 2018

ROGÉRIO VUELMA

Presidente

PORTARIA 006/2018

Publicação Nº 1516434

PORTARIA N. 006 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

Dispõe sobre a nomeação de Leiloeiro Oficial do Município, para atuar no Processo Licitatório n. 001/2018, Pregão presencial n. 001/2018 da Câmara de Vereadores do Município de Salto Veloso.

ROGÉRIO VUELMA, Presidente da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Salto Veloso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e tendo em vista o disposto no art. 3º inciso IV, da Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002, RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Sr. ZURIEL BUSSI, leiloeiro oficial do município, para atuar, sem prejuízos de suas atribuições, no PREGÃO PRESENCIAL N. 001/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 07 de fevereiro de 2018.

ROGÉRIO VUELMA

Presidente da Mesa Diretora

Santa Helena

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2018

Publicação Nº 1517581

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTA HELENA - PREFEITURA

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 08/2018 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2018

O Município de Santa Helena - Prefeitura, Estado de Santa Catarina, por intermédio do Prefeito em Exercício Sr. Ademilson Antonio Dalmolin, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório de nº 08/2018, na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 08/2018, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, para aquisição de peças originais novas de primeira qualidade para conserto dos veículos de diversas secretarias do Município de Santa Helena – SC. Recebimento dos envelopes até as 08h30min do dia 23 de fevereiro de 2018. Abertura das propostas as 08h45min do dia 23 de fevereiro de 2018, na Prefeitura Municipal de Santa Helena, situada na Rua Dom Feliciano, nº 476, Santa Helena – SC. Retirada do Edital no mesmo endereço acima ou pelo site www.santahelena.sc.gov.br e informações pelo fone (49) 3633 0009. Santa Helena (SC), 08 de fevereiro de 2018.

ADEMILSON ANTONIO DALMOLIN

Prefeito em Exercício

Santa Rosa do Sul

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 02/2018

Publicação Nº 1517038

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL S/C
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 02/2018

CONTRATANTE: Câmara de Vereadores Santa Rosa do Sul S/C

CONTRATADA: Softcam Soluções LTDA-ME

OBJETO: Locação de sistemas para Legislação pública compreendendo, GERENCIADOR DE DOCUMENTOS, PORTAL WEB CÂMARA E PROTOCOLO, e a prestação de serviços técnicos especializados.

Base Legal: Lei 8.666/93

VALOR: R\$6.215,04 (Seis mil duzentos e quinze reais e quatro centavos)

VIGÊNCIA: 02/01/2018 a 31/12/2018.

PORTARIA PL Nº 02/2018

Publicação Nº 1517033

Portaria PL nº 02/2018

REVOGA PORTARIA QUE MENCIONA.

O Presidente da Câmara Municipal de Santa Sul, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Portaria PL nº 0007/2016, que concede Função Gratificada de Assessora do Gabinete da Presidência a servidora Ramone Raupp de Souza Lopes, ocupante do cargo permanente de Agente de Atendimento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 1º de fevereiro de 2018.

Santa Rosa do Sul, em 08 de fevereiro de 2018.

Ver. Matias Naor da Cunha Cardoso

Presidente

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

Ver. Joelson Farias Pereira

1º Secretário

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

TERMO DE CANCELAMENTO DE PREGÃO PRESENCIAL 03/2018

Publicação Nº 1517986

TERMO DE CANCELAMENTO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2018

Processo Licitatório nº 08/2018

Pregão Presencial nº 03/2018

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS, CRAS E ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA O ANO DE 2018

O Prefeito Municipal em exercício do Município de Santa Terezinha do Progresso, Sr. Cristiano Batista Machado, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica CANCELADO o Processo Licitatório supra para readequação dos itens licitados. Sendo assim, será publicado novo edital oportunamente e divulgado através do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM SC).

Santa Terezinha do Progresso/SC, 09 de fevereiro de 2018.

CRISTIANO BATISTA MACHADO

Prefeito Municipal em exercício

Santiago do Sul

PREFEITURA

PORTARIA Nº 029/2018 - DE 29 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1517082

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº 029/2018 - DE 29 DE JANEIRO DE 2018.
Concede férias a Conselheira Tutelar Municipal ANA PAULA ZAT.

VANILDO VALCARENGHI, Prefeito Municipal em exercício de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 70 Inciso II da Lei Municipal Nº 725/2014, de 02 de Junho de 2014 (Política Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Santiago do Sul),

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a ANA PAULA ZAT, Conselheira Tutelar Municipal, Lotada no Gabinete do Prefeito, 30 (Trinta) Dias de Férias Regulamentares, relativas ao Período Aquisitivo de 03 de Janeiro de 2017 a 02 de Janeiro de 2018, para Gozo de 01 de fevereiro de 2018 até 02 de março de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 29 de janeiro de 2018.

VANILDO VALCARENGHI Prefeito Municipal em exercício

Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº031/2018 - DE 31 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1517088

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº031/2018 - DE 31 DE JANEIRO DE 2018.
Concede Licença para Tratamento de Saúde ao servidor JURACI PIVA, e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 59 da Lei Federal nº 8.213/91,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao Servidor JURACI PIVA, ocupante do Cargo de VIGIA, Lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, pelo período de 90(Noventa) dias, ou seja, do dia 31 de janeiro de 2018 até 30 de abril de 2018, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 31 de janeiro de 2018.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº032/2018 - DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1517090

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº032/2018 - DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora IVETE TERESINHA PIAIA TOAZZA e da outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 59 da Lei Federal nº 8.213/91,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a Servidora Pública Municipal IVETE TERESINHA PIAIA TOAZZA, ocupante do Cargo de AGENTE DE SAÚDE PÚBLICA, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, pelo período de 04 (quatro) dias, ou seja, do dia 06 de fevereiro de 2018 até 09 de fevereiro de 2018, conforme atestado médico

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 06 de fevereiro de 2018.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi
Assessor Jurídico

AVISO PREGÃO 12-2018 - MATERIAL PEDAGOGICO

Publicação Nº 1516889

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 20/2018.
Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº.12/2018.
Objeto: Aquisição de material didático para uso na Secretarias Municipal de Educação, Cultura e Esportes de Santiago do Sul.
Entrega dos Envelopes: 08:15 horas do dia 27 de fevereiro de 2018.
Abertura dos Envelopes: 08:15 horas do dia 27 de fevereiro de 2018.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br .
SANTIAGO DO SUL, 06 de Janeiro de 2018.
JULCIMAR LORENZETTI
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO PREGÃO 13-2018 - MATERIAL E SERVIÇO ESCAVADEIRA

Publicação Nº 1518014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 21/2018.
Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº.13/2018.
Objeto: Aquisição de material e serviço para recuperação da Escavadeira Hidráulica Caterpillar 312 nº 058, da Secretaria de Obras de Santiago do Sul.
Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 26 de fevereiro de 2018.
Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 26 de fevereiro de 2018.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br .
SANTIAGO DO SUL, 09 de Fevereiro de 2018.
JULCIMAR LORENZETTI
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 041/2018 - DE 01 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1517042

DECRETO Nº 041/2018 - DE 01 DE FEVEREIRO DE 2018.

Exonera a Servidora Pública Municipal ERONITA ESTEVES DA SILVEIRA e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal em exercício de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e Inciso I, do Art. 34, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica exonera da pedido a Servidora ERONITA ESTEVES DA SILVEIRA, ocupante do Cargo Temporário de ORIENTADOR SOCIAL – SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (HABILITADO), com lotação na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social - CRÁS, carga horária de 40 Horas Semanais, conforme Lei Municipal 756/2014 de 21 de novembro de 2014.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 01 de fevereiro de 2018.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi
Assessor Jurídico

DECRETO Nº 042/2018 - DE 01 DE FEVEREIRO DE 2018

Publicação Nº 1517047

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 042/2018 - DE 01 DE FEVEREIRO DE 2018.

Dispõe sobre a Nomeação de AISLAN KERLI CENI, aprovada em Concurso Público.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, o Inciso I do Art. 9º, da Lei Complementar nº009/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), Lei Municipal nº782/2015 de 09 de junho de 2015 (Plano de Carreira dos Servidores Públicos Municipais), 793/2015, de 21 de agosto de 2015 e considerando o resultado do Concurso Público nº001/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a partir desta data, AISLAN KERLI CENI para ocupar o cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, Grupo 03 (Serviços Auxiliares - SAU), Nível 38, Código 01.03, da Lei Municipal Nº782/2015, de 09 de junho de 2015 e alterações posteriores e conforme Edital do Concurso Público nº 01/2015, Carga horária de 40 horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 01 de fevereiro de 2018.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.
Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi
Assessor Jurídico

DECRETO Nº 044/2018 - DE 01 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1517050

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 044/2018 - DE 01 DE FEVEREIRO DE 2018.

Dispõe sobre a Nomeação da Servidora Municipal PATRICIA FIORELI BRUNETTO, aprovada em Processo Seletivo.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, de conformidade com a Lei Municipal Nº677/2013 de 16 de Maio de 2013 e Edital de Processo Seletivo Nº003/2017.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a partir desta data, PATRICIA FIORELI BRUNETTO, para desempenhar as atribuições do Cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO FÍSICA (HABILITADA), com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, carga horária de 20 Horas Semanais, no período compreendido entre 01 de fevereiro de 2018 a 19 de dezembro de 2018, percebendo vencimento constante no anexo III, código 07.02 da Lei Municipal Nº549/2011, de 15 de Abril de 2011 e alterações posteriores.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

De Florianópolis/SC para Santiago do Sul/SC
Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 01 de fevereiro de 2018.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.
Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi
Assessor Jurídico

DECRETO Nº 045/2018 - DE 01 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1517052

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 045/2018 - DE 01 DE FEVEREIRO DE 2018.

Dispõe sobre a Nomeação da Servidora Municipal ELIEZER TECCHIO BRUNETTO, aprovada em Processo Seletivo.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, de conformidade com a Lei Municipal N°677/2013 de 16 de Maio de 2013 e Edital de Processo Seletivo N°003/2017.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a partir desta data, ELIEZER TECCHIO BRUNETTO, para desempenhar as atribuições do Cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL (HABILITADA), com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, carga horária de 20 Horas Semanais, no período compreendido entre 01 de fevereiro de 2018 a 31 de janeiro de 2019, percebendo vencimento constante no anexo III, código 07.02 da Lei Municipal N°549/2011, de 15 de Abril de 2011 e alterações posteriores.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

De Florianópolis/SC para Santiago do Sul/SC
Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 01 de fevereiro de 2018.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.
Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi
Assessor Jurídico

DECRETO N° 046/2018 - DE 01 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação N° 1517055

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO N° 046/2018 - DE 01 DE FEVEREIRO DE 2018.
Dispõe sobre a Nomeação da Servidora Municipal JANICE LUCI DE MARQUI, aprovada em Processo Seletivo.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, de conformidade com a Lei Municipal N°677/2013 de 16 de Maio de 2013 e Edital de Processo Seletivo N°003/2017.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a partir de 15 de fevereiro de 2018, JANICE LUCI DE MARQUI, para desempenhar as atribuições do Cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL (HABILITADA), com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, carga horária de 20 Horas Semanais, no período compreendido entre 15 de fevereiro de 2018 a 19 de dezembro de 2018, percebendo vencimento constante no anexo III, código 07.02 da lei Municipal N°549/2011, de 15 de Abril de 2011 e alterações posteriores.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

De Florianópolis/SC para Santiago do Sul/SC
Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 01 de fevereiro de 2018.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.
Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi
Assessor Jurídico

DECRETO Nº 047/2018 - DE 01 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1517059

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 047/2018 - DE 01 DE FEVEREIRO DE 2018.

Dispõe sobre a Nomeação da Servidora Municipal CATIANE PIVA VANZIN, aprovada em Processo Seletivo.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, de conformidade com a Lei Municipal Nº677/2013 de 16 de Maio de 2013 e Edital de Processo Seletivo Nº003/2017.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a partir desta data, CATIANE PIVA VANZIN, para desempenhar as atribuições do Cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL (HABILITADA), com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, carga horária de 20 Horas Semanais, no período compreendido entre 01 de fevereiro de 2018 a 31 de janeiro de 2019, percebendo vencimento constante no anexo III, código 07.02 da lei Municipal Nº549/2011, de 15 de Abril de 2011 e alterações posteriores.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

De Florianópolis/SC para Santiago do Sul/SC
Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 01 de fevereiro de 2018.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.
Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi
Assessor Jurídico

DECRETO Nº 048/2018 - DE 01 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1517062

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 048/2018 - DE 01 DE FEVEREIRO DE 2018.

Dispõe sobre a Nomeação da Servidora Municipal ÂNGELA KARINA MARTINS, aprovada em Processo Seletivo.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, de conformidade com a Lei Municipal Nº677/2013 de 16 de Maio de 2013 e Edital de Processo Seletivo Nº003/2017.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a partir desta data, ÂNGELA KARINA MARTINS, para desempenhar as atribuições do Cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL (HABILITADA), com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, carga horária de 20 Horas Semanais, no período compreendido entre 01 de fevereiro de 2018 a 19 de dezembro de 2018, percebendo vencimento constante no anexo III, código 07.02 da Lei Municipal Nº549/2011, de 15 de Abril de 2011 e alterações posteriores.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

De Florianópolis/SC para Santiago do Sul/SC
Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 01 de fevereiro de 2018.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.
Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi
Assessor Jurídico

DECRETO Nº 052/2018 - DE 02 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1517073

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 052/2018 - DE 02 DE FEVEREIRO DE 2018.

Decreta Ponto Facultativo em todo o território municipal e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal em Exercício de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul,

Considerando, o feriado bancário e o Ponto Facultativo nos Órgãos Públicos Estaduais e Federais em decorrência do Carnaval e quarta-feira de cinzas:

DECRETA:

Art. 1º Fica Decretado PONTO FACULTATIVO em todo território Municipal nos dias 12 e 13 de fevereiro durante todo o dia e 14 de fevereiro até às 12:00h.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 02 de fevereiro de 2018.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi
Assessor Jurídico

DECRETO Nº043/2018 - DE 01 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1517049

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº043/2018 - DE 01 DE FEVEREIRO DE 2018.

Dispõe sobre a Nomeação de SAMUEL CORREA, aprovado em Concurso Público.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, o Inciso I do Art. 9º, da Lei Complementar nº009/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), Lei Municipal nº782/2015 de 09 de junho de 2015 (Plano de Carreira dos Servidores Públicos Municipais) e considerando o resultado do Concurso Público nº001/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado a partir desta data, SAMUEL CORREA, para ocupar o cargo efetivo de MÉDICO, Grupo 05 (TÉCNICO CIENTÍFICO-TEC), Nível 60, Código 05.02, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, da Lei Municipal Nº782/2015, de 09 de junho de 2015 e alterações posteriores e conforme Edital do Concurso Público nº 001/2017, Carga horária de 40 Horas Semanais.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 01 de fevereiro de 2018.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.
Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi
Assessor Jurídico

DECRETO Nº049/2018 - DE 1º DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1517063

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº049/2018 - DE 1º DE FEVEREIRO DE 2018.

Dispõe sobre a alteração da jornada de trabalho do Servidor Público Municipal LEIMAR GENTILINI e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul.

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a jornada de trabalho do Servidor Público Municipal LEIMAR GENTILINI, ocupante do cargo de MOTORISTA, Grupo 2 (Serviços Operacionais -SOP), nível 26, código 02.06, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, por necessidade da Administração, o qual passará a desempenhar suas funções no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com vigência até 31 de maio de 2018.

Art. 4º Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

De Florianópolis/SC para Santiago do Sul/SC
Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 01 de fevereiro de 2018.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.
Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi
Assessor Jurídico

DECRETO Nº051/2018 - DE 1º DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1517068

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº051/2018 - DE 1º DE FEVEREIRO DE 2018.

Dispõe sobre a alteração da jornada de trabalho do Servidor Público Municipal VALDECIR ANTONIO SARETTO e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul.

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a jornada de trabalho do Servidor Público Municipal VALDECIR ANTONIO SARETTO, ocupante do cargo de MOTORISTA, Grupo 2 (Serviços Operacionais -SOP), nível 26, código 02.06, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, por necessidade da Administração, o qual passará a desempenhar suas funções no horário das 14h00min às 19h00min e das 21h00min às 24h00min.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com vigência até 31 de maio de 2018.

Art. 4º Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

De Florianópolis/SC para Santiago do Sul/SC
Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 01 de fevereiro de 2018.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.
Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi
Assessor Jurídico

DECRETO Nº053/2018 - DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1517076

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº053/2018 - DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.
Dispõe sobre a Nomeação de EMANUEL ANTONIO BORDIGNON para Cargo em Comissão.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, combinado com o Inciso II do Art. 9º, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos),

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, EMANUEL ANTONIO BORDIGNON para o Cargo em Comissão de CHEFE DE SETOR, Grupo 6, Código 06.06, Nível CC-1, da Lei Municipal Nº782/2015, de 09 de junho de 2015 e alterações posteriores com lotação na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, carga horária com dedicação integral.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 05 de fevereiro de 2018.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi
Assessor Jurídico

DECRETO Nº050/2018 - DE 1º DE FEVEREIRO DE 2018

Publicação Nº 1517066

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº050/2018 - DE 1º DE FEVEREIRO DE 2018
Dispõe sobre a alteração de valores fixados da Inseminação Artificial e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem o Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, combinado com o Art. 2º, da Lei Municipal nº237/2003, de 11 de dezembro de 2003,

DECRETA:

Art. 1º Ficam alterados os valores a serem cobrados pela dose de sêmen para melhorar a genética do gado leiteiro, programa implantado através da Lei Municipal nº237/2003, de 11 de dezembro de 2003, beneficiando todos os agricultores residentes no Município de Santiago do Sul que possuam matrizes bovinas de gado leiteiro, conforme especificado abaixo:

I - Sêmen JERSEY IMPORTADO - Adquirido pelo Município R\$25,00

II - Sêmen HOLANDÊS IMPORTADO - Adquirido pelo Município R\$24,00
III - Sêmen JERSEY MELHORADO - Adquirido pelo Município R\$37,00
IV - Sêmen GIR LEITEIRO - Adquirido pelo Município R\$25,00
V - Sêmen RED ANGUS - Adquirido pelo Município R\$26,00
VI- Sêmen HOLANDÊS MELHORADO - Adquirido pelo Município R\$35,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 139/2017, e Decreto nº 026/2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 01 de fevereiro de 2018.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi

Assessor Jurídico

DECRETO Nº054/2018 – DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018

Publicação Nº 1517078

DECRETO Nº054/2018 – DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal Nº.883/2017, de 05 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº.883/2017 de 05/12/2017, no valor de R\$ 9.466,80 (Nove mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e oitenta centavos), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 04.00 – Secr. Munic. Educação, Cultura e Esportes
Unidade Orçamentária: 04.01 – Secr. Munic. Educação, Cultura e Esportes
Função: 12 – Educação
Sub-Função: 306 – Alimentação e Nutrição
Programa: 0007 – TODA CRIANÇA NA ESCOLA
Ação: 2.012 – Programa Alimentação Escolar – Educação Infantil
Atividade: 2.012 – Programa Alimentação Escolar – Educação Infantil
Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.3.37–Aplicações Diretas.(199).....R\$1.491,97

Órgão: 04.00 – Secr. Munic. Educação, Cultura e Esportes
Unidade Orçamentária: 04.01 – Secr. Munic. Educação, Cultura e Esportes
Função: 12 – Educação
Sub-Função: 306 – Alimentação e Nutrição
Programa: 0007 – TODA CRIANÇA NA ESCOLA
Ação: 2.017 – Programa Alimentação Escolar – Ensino Fundamental
Atividade: 2.017 – Programa Alimentação Escolar – Ensino Fundamental
Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.3.37–Aplicações Diretas.(200).....R\$ 3.593,60

Órgão: 04.00 – Secr. Munic. Educação, Cultura e Esportes
Unidade Orçamentária: 04.01 – Secr. Munic. Educação, Cultura e Esportes
Função: 12 – Educação
Sub-Função: 306 – Alimentação e Nutrição
Programa: 0007 – TODA CRIANÇA NA ESCOLA
Ação: 2.069 – Programa Alimentação Escolar – Creche
Atividade: 2.069 – Programa Alimentação Escolar – Creche
Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.3.37–Aplicações Diretas.(198).....R\$ 4.381,23

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.37 – Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE – Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE - Exercícios Anteriores, disponíveis na Conta Corrente 21.549-X junto à agência 1393-5 – Banco do Brasil S/A.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,

em 05 de fevereiro de 2018.
Registrado e Publicado em data supra. JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
Prefeito Municipal

Wagner Douglas Franzosi
Assessor Jurídico

EXTRATO CONTRATO 20-2018 - ADITIVO CONCESSÃO CENTRO DE LAZER E SAÚDE

Publicação Nº 1516410

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
CONTRATO ADMINISTRATIVO nº.20/2018
Processo licitatório nº.107/2017
Concorrência nº.01/2017
Empresa: RESTAURANTE GUERRA LTDA - ME
Alteração de Clausula: A correção e os juros de mora ocorridos entre a data fixada para o pagamento (vencimento da obrigação) até o efetivo pagamento, será calculada tomando-se por base o que disciplina o Código Tributário Municipal.
A correção e os juros de mora ocorridos entre a data fixada para o pagamento (vencimento da obrigação) até o efetivo pagamento, será calculada tomando-se por base o que disciplina o Código Tributário Municipal.
Validade de contrato até 04/12/2022
SANTIAGO DO SUL, 06 de fevereiro de 2018.
JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº030/2018 – DE 31 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1517085

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº030/2018 – DE 31 DE JANEIRO DE 2018.

Interromper férias do Servidor Público Municipal JULIANO JOÃO SOMAVILLA e da outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 60 e seguintes da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º INTERROMPER, a partir desta data, as férias do Servidor Público Municipal JULIANO JOÃO SOMAVILLA, ocupante do Cargo de Secretário Municipal, Lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, para dar andamento aos serviços pertinentes a Secretaria.

Parágrafo Único. Fica o servidor autorizado a gozar os dias de férias restantes concedidas pela Portaria Nº 267/2017 quando desejar, mediante emissão de nova Portaria para complementação do período de gozo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 31 de janeiro de 2018.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
Prefeito Municipal
Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi
Assessor Jurídico

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2018

Publicação Nº 1517283

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2018

MENOR PREÇO

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL.

O Município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, através da Secretária de Assistência Social, torna público, para quem interessar possa, conforme preceitua as Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e suas alterações, art. 48, I da Lei Complementar 123/2006, com redação dada pela LC nº 147/2014, que receberá até as 08h30min horas do dia 26/02/2018, na sede da municipalidade, na Rua Jorge Lacerda nº 75, propostas para:

OBJETO: GAVETA MORTUÁRIA PRÉ-MOLDADA PARA SEPULTURAS, CONFECCIONADA EM CONCRETO COMPOSTA POR 09 PEÇAS, SENDO 02 DENOMINADAS DE CABECEIRAS, MEDINDO 0,78 X 0,54M; 02 DENOMINADAS DE LATERAIS MEDINDO 2,20 X 0,54 M; 05 DENOMINADAS TAMPAS MEDINDO 0,78 X 0,42M. COM ESPESSURA DE 0,3 MM CADA PEÇA.

Os interessados poderão retirar o Edital completo, no site da Prefeitura: saobentodosul.atende.net e obter maiores informações na Secretaria de Administração – Departamento de Compras, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 12h00 e das 13h00 às 16h00.

São Bento do Sul, 01 de fevereiro de 2018.

Edemilson B. de Assis
Pregoeiro Municipal

Fabia Alessandra Mengarda Belarmino
Secretária de Assistência Social

REPUBLICAÇÃO DECRETO Nº 848/2018

Publicação Nº 1516974

DECRETO Nº 0848, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2018.

HOMOLOGA RESOLUÇÃO Nº 002/2018 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica homologada a Resolução nº 002, de 1º de fevereiro de 2018, do Conselho Municipal de Saúde, parte integrante do presente.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 6 de fevereiro de 2018.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

RESOLUÇÃO n.º 002/2018

São Bento do Sul, 01 de Fevereiro de 2018

Dispõe sobre a Aprovação da prorrogação de vigência do contrato 084/2013 com o Hospital e Maternidade Sagrada Família até 31/05/2018. Aprovar a alteração da Ficha de Programação Orçamentaria - FPO do Núcleo de Especialidades Cirúrgicas e Clínicas de São Bento do Sul. Aprovar a alteração da Ficha de Programação Orçamentaria -FPO de Fisioterapias, utilizada para todas as clínicas contratualizadas com o Fundo Municipal de Saúde.

O Conselho Municipal de Saúde, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei 8080 de 19 de setembro de 1990 e pela Lei 8142 de 28 de dezembro de 1990,

RESOLVE:

Art.1º Aprovar a prorrogação de vigência do contrato 084/2013 com o Hospital e Maternidade Sagrada Família até 31/05/2018.

Art. 2º Aprovar a alteração da Ficha de Programação Orçamentaria - FPO do Núcleo de Especialidades Cirúrgicas e Clínicas de São Bento do Sul. (Anexo 1)

Art. 3º Aprovar a alteração da Ficha de Programação Orçamentaria - FPO de Fisioterapias, utilizada para todas as clínicas contratualizadas

com o Fundo Municipal de Saúde. (Anexo 2)

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO

Presidente

Conselho Municipal de Saúde de São Bento do Sul

ANEXO I

Código SUS	Especificação do Serviço	Valor	Valor	FPO ANUAL				
		Unitário	Unitário	TOTAL	Quantidade	Valor SUS	Valor Complemento	VALOR TOTAL
		SUS	Complemento					
030101007-2	Consulta – Vascular	R\$ 10,00	R\$ 45,00	R\$ 55,00	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
020501004-0	U.S Doppler Colorido de até 3 vasos (por membro)	R\$ 39,60	R\$ 172,40	R\$ 212,00	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
-	Escleroterapia com Espuma Unilateral	R\$ 0,00	R\$ 330,00	R\$ 330,00	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
-	Escleroterapia com Espuma Bilateral	R\$ 0,00	R\$ 440,00	R\$ 440,00	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
030101007-2	Consulta – Neurologia	R\$ 10,00	R\$ 52,00	R\$ 62,00	2.136	R\$ 21.360,00	R\$ 111.072,00	R\$ 132.432,00
021105002-4	EEG em vigília com ou sem foto estímulo	R\$ 11,34	R\$ 94,66	R\$ 106,00	110	R\$ 1.247,40	R\$ 10.412,60	R\$ 11.660,00
021105003-2	EEG com sono induzido com ou sem medicamento	R\$ 25,00	R\$ 95,00	R\$ 120,00	82	R\$ 2.050,00	R\$ 7.790,00	R\$ 9.840,00
030101007-2	Consulta – Ortopedia	R\$ 10,00	R\$ 45,00	R\$ 55,00	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
03001007-2	Consulta – Proctologia	R\$ 10,00	R\$ 52,00	R\$ 55,00	168	R\$ 1.680,00	R\$ 8.736,00	R\$ 10.416,00
020901002-9	Colonoscopia	R\$ 112,66	R\$ 287,34	R\$ 400,00	180	R\$ 20.278,80	R\$ 51.721,20	R\$ 72.000,00
020901005-3	Retossigmoidoscopia Rígida	R\$ 23,13	R\$ 109,87	R\$ 133,00	8	R\$ 185,04	R\$ 878,96	R\$ 1.064,00
020901005-3	Retossigmoidoscopia Flexível	R\$ 23,13	R\$ 216,87	R\$ 240,00	1	R\$ 23,13	R\$ 216,87	R\$ 240,00
TOTAL						R\$ 46.824,37	R\$ 190.827,63	R\$ 237.652,00
VALOR MENSAL						R\$ 4.256,76	R\$ 17.347,97	R\$ 21.604,73

ANEXO II FPO – Ficha de Programação orçamentária

TABELA SUS MUNICIPAL (FISIOTERAPIA) FISIOTERAPIA POR SESSÃO							REALIZA	
ÍTEM	Cód SUS	PROCEDIMENTO	R\$ SUS	Complem	TOTAL	SIM	NÃO	
1	302050019	Atendimento Fisioterapêutico Em Pacientes No Pre e Pos-Operatorio Nas Disfunções Músculo Esqueléticas	6,35	3,65	10	X		
2	302060022	Atendimento Fisioterapêutico Em Pacientes com distúrbios Neuro Cinético funcionais com complicações sistêmicas	6,35	3,65	10	X		
3	302050027	Atendimento Fisioterapêutico nas alterações motoras	4,67	5,33	10	X		
4	302060057	Atendimento Fisioterapêutico Em Pacientes No Pre e Pos-Operatorio de Neurocirurgia	6,35	3,65	10	X		
5	302010025	Atendimento Fisioterapêutico Em Pacientes C/ disfunções Uroginecológicas	4,67	5,33	10	X		
6	302060030	Atendimento Fisioterapêutico Nas Desordens do Desenvolvimento Neuro Motor	4,67	5,33	10	X		
7	302020020	Atendimento Fisioterapêutico Em Paciente Oncológico Clínico	4,67	5,33	10	X		
8	302010017	Atendimento Fisioterapêutico Em Paciente No Pre/Pos Cirurgias Uroginecológicas	6,35	3,65	10	X		
9	302040030	Atendimento Fisioterapêutico Em Paciente Com Transtorno Clínico Cardiovascular	4,67	5,33	10	X		
10	302060049	Atendimento Fisioterapêutico Em Paciente C/Comprometimento Cognitivo	6,35	3,65	10	X		
11	302020012	Atendimento Fisioterapêutico Em Paciente Com Cuidados Paliativos	6,35	3,65	10	X		
12	302030026	Atendimento Fisioterapêutico Em Paciente Com Alterações Oculomotoras Periféricas	4,67	5,33	10	X		

13	302040013	Atendimento Fisioterapêutico Em Paciente Com transtorno Respiratório Com Complicações Sistêmicas	6,35	3,65	10	X	
14	302040021	Atendimento Fisioterapêutico Em Paciente Com Transtorno Respiratório Sem Complicações Sistêmicas	4,67	5,33	10	X	
15	302070010	Atendimento Fisioterapêutico Em Paciente Médio Queimado	4,67	5,33	10	X	
16	302020039	Atendimento Fisioterapêutico Em Paciente No Pré E Pós Cirurgia Oncologica	6,35	3,65	10	X	
17	302040048	Atendimento Fisioterapêutico Em Paciente Pre/Pós Cirurgia Vascular	6,35	3,65	10	X	
18	302030018	Atendimento Fisioterapêutico Em Paciente Com Alterações Oculomotoras Centrais C/Comprometimento Sistêmico	6,35	3,65	10	X	
19	302060014	Atendimento Fisioterapêutico Em Paciente Com Alterações Oculomotoras Centrais Sem Complicações Sistêmicas	4,67	5,33	10	X	
20	302040056	Atendimento Fisioterapêutico Nas Disfunções Vasculares Periféricas	4,6	5,4	10	X	
21	x.x.x.x.x.x	Hidroterapia	0				X

OBS : o procedimento de Hidroterapia (item 21) só será autorizado requisição solicitado por médico especialista e justificado pelo médico a solicitação, autorizado por médico autorizador da SEMUS, exceto casos judiciais.

CÂMARA MUNICIPAL

AVISO DE SORTEIO E COMPOSIÇÃO DA SUBCOMISSÃO TÉCNICA EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº. 001/2018

Publicação Nº 1516890

AVISO DE SORTEIO E COMPOSIÇÃO DA SUBCOMISSÃO TÉCNICA EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº. 001/2018

O presidente da Comissão Permanente de Licitações da Câmara Municipal de São Bento do Sul torna público que realizará no dia 22 de fevereiro de 2018, às 09 horas, na sede desta casa de leis, a sessão pública para o sorteio dos profissionais que irão compor a Subcomissão Técnica responsável pela análise e julgamento das propostas técnicas no âmbito do Edital de Concorrência nº. 001/2018, cujo objeto é a contratação de agência de publicidade e propaganda.

Serão sorteados 03 (três) titulares e 02 (dois) suplentes dentre os profissionais listados:

- Luciane Nagorski Augustin;
- Fabiano Kutach;
- Luzardo Chaves;
- Pedro Alberto Skiba;
- Vilmar Bueno Lima;
- Joberth Krause;
- Cezar Lisboa de Miranda Neto;
- Evaldo Cemin;
- Viviane Angela de Vargas Miranda;
- Fabiane Pickusch Costa.

Em até 48 (quarenta e oito) horas antes da sessão pública destinada ao sorteio, qualquer interessado poderá impugnar pessoa integrante da relação supra, nos termos do art. 10, § 5º, da lei 12.232/2010 e do respectivo Edital.

São Bento do Sul, 08 de fevereiro de 2018.

TEODOMIRO KRZESINSKI

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DE SÃO BENTO DO SUL**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2018 - F.M.D.**

Publicação Nº 1517943

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2018 - F.M.D.

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2018

OBJETO: Aquisição de 34.000 (trinta e quatro mil) Passes Transporte para os Atletas das diversas Escolinhas de várias Modalidades Esportivas da Fundação Municipal de Desportos, para o período de Fevereiro à Dezembro de 2018.
CONTRATADO: Nivaldo Stoeberl & Cia Ltda

VALOR: R\$ 108.800,00 (cento e oito mil e oitocentos reais)

SÃO BENTO DO SUL, 08 de fevereiro de 2018.
SYLVIO ROBERTO MUNHOZ
DIRETOR PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2018 – F.M.D.

Publicação Nº 1518002

JUSTIFICATIVA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2018 – F.M.D.
JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com Inexigibilidade de Licitação.

I – Objeto: aquisição de 34.000 (trinta e quatro mil) passes TRANSPORTE para os atletas dAS diversas escolinhas de várias modalidades esportivas da Fundação Municipal de Desportos, para o período de fevereiro à dezembro de 2018.

II – Contratado: NIVALDO STOEBERL & CIA LTDA

III - Caracterização da Situação que Justifica a Inexigibilidade: A Inexigibilidade de Licitação para a Aquisição dos Passes Transporte se funda no caput do art. 25 da Lei 8.666/93, e se justifica, pois a empresa contratada é Concessionária dos Serviços de Transporte Coletivo Urbano Municipal, sendo, portanto, inviável a competição. A aquisição dos passes transporte faz-se necessária, pois a Fundação Municipal de Desportos atende diariamente Atletas através das suas diversas Escolinhas de várias Modalidades Esportivas, os quais representam a Fundação Municipal de Desportos em várias Competições Esportivas durante todo o ano, e os passes transporte adquiridos serão repassados aos Atletas para que estes possam ir e voltar dos treinos.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa Nivaldo Stoeberl & Cia Ltda é a Concessionária dos Serviços de Transporte Coletivo Urbano Municipal.

V - Justificativa do Preço: O preço contratado de R\$ 3,20 (três reais e vinte centavos) por passe transporte fornecido justifica-se, pois este foi instituído pelo Decreto Municipal nº 42 de 19 de janeiro de 2017, sendo, portanto impraticável pesquisa de mercado, pois o valor cobrado está de acordo com a normativa citada.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 05 dias para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

SYLVIO ROBERTO MUNHOZ
Diretor Presidente da Fundação

São Bernardino

PREFEITURA

DECRETO Nº 30/2018

Publicação Nº 1516458

DECRETO Nº 30/2018 DE 05/02/2018

	DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO FINANCEIRO DE 2018 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	O Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial a letra "b" Art. 5º da Lei nº 1.220/2017 de 05/12/2017;

DECRETA:

Art. 1º - Fica remanejado o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), do Orçamento Financeiro de 2018 do Município de São Bernardino-SC, conforme fica a seguir demonstrado:

DE:

ÓRGÃO: 05.00 – Secretaria da Saúde

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde

10.000.0000.0.000.000 – Saúde

10.301.0000.0.000.000 – Atenção Básica

10.301.0012.0.000.000 – Saúde é Vida

10.301.0012.2.008.000 – Manutenção da Saúde Pública

4.0.00.00.00.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00.00.00.00 – Investimentos

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – F. 1002 – Rec. Do Imp. Transf. Saúde 15% ... R\$ 20.000,00

PARA:

ÓRGÃO: 05.00 – Secretaria da Saúde

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde

10.000.0000.0.000.000 – Saúde

10.301.0000.0.000.000 – Atenção Básica

10.301.0012.0.000.000 – Saúde é Vida

10.301.0012.2.008.000 – Manutenção da Saúde Pública

3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – F. 1002 – Rec. Do Imp. Transf. Saúde 15% ... R\$ 20.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 05 de Fevereiro de 2018.
--	--

ADELI JOSÉ RIFFEL

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER

Resp. Sec. da Adm. e Fazenda

DECRETO Nº 31/2018

Publicação Nº 1516461

DECRETO Nº 31/2018 DE 05/02/2018

	DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO PLANO PLURIANUAL – PPA 2018/2021, INCLUI NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO/2017 E NO ORÇAMENTO 2018 DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	O Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o inciso I do § 1º, do Art. 43 da Lei 4.320/64 e inciso III da letra "C", do Art. 5º da Lei nº 1.220/2017 de 05/12/2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica realizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) no Plano Plurianual – PPA 2018/2021, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.205/2017 de 06/09/2017 e em suas alterações posteriores, conforme fica a seguir demonstrado:

PROGRAMA ==> Assistência ao Produtor Rural
AÇÃO =====> Manutenção da Agricultura
VALOR =====> R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)

Art. 2º - Para Abertura do Crédito Adicional Suplementar, no Plano Plurianual – PPA 2018/2021, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.205/2017 de 06/09/2017 e em suas alterações posteriores, no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), serão utilizados recursos proveniente do superávit financeiro de 2017 do Município de São Bernardino - SC.

Art. 3º - Fica realizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2017, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.214/2017 de 24/10/2017 e em suas alterações posteriores, conforme fica a seguir demonstrado:

PROGRAMA ==> Assistência ao Produtor Rural
AÇÃO =====> Manutenção da Agricultura
VALOR =====> R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)

Art. 4º - Para abertura do Crédito Adicional Suplementar, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2017, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.214/2017 de 24/10/2017 e em suas alterações posteriores, no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), serão utilizados recursos proveniente do Município de São Bernardino - SC.

Art. 5º - Fica realizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), no Orçamento Financeiro de 2018, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.220/2017 de 05/12/2017, conforme fica a seguir demonstrado:

ÓRGÃO: 08.00 – Secretaria da Infraestrutura
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 08.01 – Departamento de Estradas e Rodagens
26.000.0000.0.000.000 – Transporte
26.782.0000.0.000.000 – Transporte Rodoviário
26.782.0017.0.000.000 – Estradas Vicinais
26.782.0017.2.036.000 – Manutenção da Infraestrutura
4.0.00.00.00.00.00 – Despesas de Capital
4.4.00.00.00.00.00 – Investimentos
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – F. 3890 – Sup. Alienação de Bens R\$ 6.000,00

Art. 6º - Para Abertura do Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Financeiro de 2018, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.220/2017 de 05/12/2017, na ordem de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), serão utilizados recursos proveniente do superávit financeiro de 2017 do Município de São Bernardino - SC.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 05 de Fevereiro de 2018.

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Resp. Sec. Adm. e Fazenda

DECRETO Nº 32/2018

Publicação Nº 1516474

DECRETO Nº 032/2018 DE 09/02/2018

DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que determina o Art. 57 da Lei Orgânica do Município e;
--

CONSIDERANDO:

· As festividades alusivas ao Carnaval;

- Que estão programados diversos eventos relativos á data;
- Que há necessidade de valorizar a classe folclórica;
- Que muitos Servidores aproveitam a data para viajarem a outras regiões em visitas a familiares e participar dos eventos culturais;

DECRETA:

Art. 1º - Fica Decretado ponto facultativo nas repartições públicas municipais, em decorrência da Semana de Carnaval o período compreendido entre as 00h01min as 24h00min do dia 12 de Fevereiro de 2018 e as 00h01min as 12h00min do dia 14 de Fevereiro de 2018.

Art. 2º - A Secretaria Municipal de Saúde, por ser atividade fim, manterá o atendimento a população em regime de plantão.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, em 09 de Fevereiro de 2018.
--	---

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

EDILAINE GIMES WERNER
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 32/2018

Publicação Nº 1516489

PORTARIA Nº 032/2018 DE 09/02/2018

	DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Inciso III Artigo 106 da Lei Municipal nº 004/97 de 06/01/97 e Lei Complementar 1099 de 06/03/2015..

RESOLVE:

Art. 1º - Fica CONCEDIDO Licença Maternidade a Servidora Pública Municipal ROSANGELA DE ALMEIDA LARA, matrícula nº 516/01, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, pelo período de 07/02/2018 a 06/06/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 09 de Fevereiro de 2018.
--	--

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal em exercício

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Sec. Adm. e Fazenda

São Bonifácio

PREFEITURA

CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2018

Publicação Nº 1517250

O MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A CHAMADA PÚBLICA NA FORMA ABAIXO:

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR Nº 01/2018.

O Município de São Bonifácio, no uso de suas prerrogativas legais e, considerando o disposto no art. 14 da Lei nº 11.947/2009, na Resolução CD/FNDE nº26/2013 e na Resolução CD/FNDE nº04/2015 comunica aos interessados que vem realizar CHAMADA PÚBLICA para aquisição de alimentos da Agricultura Familiar, que tem como finalidade atender a Educação Infantil e o Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de São Bonifácio, em conformidade com o Programa Nacional de Alimentação Escolar, durante o ano letivo de 2018.

Os interessados deverão retirar o edital na sede da Prefeitura de segunda a sexta-feira, das 13:00 as 17:00hs no Setor de Licitações localizado à Avenida 29 de Dezembro, 12, bairro: Centro, São Bonifácio/SC. A entrega dos envelopes de Habilitação e da Proposta de Preços (Projeto de Venda) deverá ser realizada no setor de Licitações, no mesmo endereço supracitado, até o dia 19 de Fevereiro de 2018.

São Bonifácio, 08 de fevereiro de 2018.

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 317/2018

Publicação Nº 1517229

Portaria nº 0317/2018

Exonera Auxiliar de Manutenção e Conservação II (a pedido).

GRAZIELA VANROO, Prefeita Municipal de São Bonifácio, em Exercício,

- considerando a concessão da aposentadoria por Invalidez pelo Regime Geral da Previdência Social - RGPS;
- considerando o requerimento da parte interessada, protocolado sob nº 4732/2018, deferido em 07/02/2018; e,
- no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR (a pedido) RUDINEI JOSÉ DERRO, brasileiro, solteiro, ocupante do cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação II, nível 6.2-A, contados a partir do dia 12 de fevereiro de 2018.

São Bonifácio, 07 de fevereiro de 2018.

Graziela Vanroo

Prefeita Municipal em Exercício

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 318/2018

Publicação Nº 1517240

Portaria nº 0318/2018

Nomeia Professor de Educação Infantil.

GRAZIELA VANROO, Prefeita Municipal de São Bonifácio, em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o resultado do Concurso Público nº 001/2016 e de acordo com o requerimento da parte interessada, protocolado sob nº 4733/2018, deferido em 07/02/2018, RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO, RAQUEL MOENSTER HILLESHEIM, brasileira, casada, Professora, residente e domiciliada a Rua Angelberto Kirchner Neto, s/nº – Bairro: Santa Cruz da Figueira – Águas Mornas/SC, para exercer o cargo da categoria funcional de Professor de Educação Infantil, nível 813-A, do Quadro de Pessoal Permanente da Prefeitura Municipal de São Bonifácio, a partir do dia 08 de fevereiro de 2018.

São Bonifácio, 07 de fevereiro de 2018.

Graziela Vanroo

Prefeita Municipal em Exercício

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A.S. Nienkoetter
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 319/2018

Publicação Nº 1517244

Portaria n º 0319/2018

Nomeia Professor de Educação Infantil.

GRAZIELA VANROO, Prefeita Municipal de São Bonifácio, em Exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o resultado do Concurso Público nº 001/2016 e de acordo com o requerimento da parte interessada, protocolado sob nº 4734/2018, deferido em 07/02/2018, RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO, HELAINE ELISA GERVIN SCHMIDT, brasileira, casada, Professora, residente e domiciliada a Estrada Geral Rio Sete Alto, S/Nº – São Bonifácio/SC, para exercer o cargo da categoria funcional de Professor de Educação Infantil, nível 813-A, do Quadro de Pessoal Permanente da Prefeitura Municipal de São Bonifácio, a partir do dia 08 de fevereiro de 2018.

São Bonifácio, 07 de fevereiro de 2018.

Graziela Vanroo

Prefeita Municipal em Exercício

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A.S. Nienkoetter
Chefe de Gabinete

São Carlos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 024/2018 - ADM

Publicação Nº 1517198

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE SÃO CARLOS

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 24/2018 - ADM

Processo ADM. nº 24/2018 - ADM
Tomada de Preços para Compras e Serviços de Engenharia nº 01/2018 - ADM
Tipo: Menor Preço Global

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PRELIMINARES COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAIS NAS RUAS GOIÁS, AMAZONAS E MINAS GERAIS JUNTO AO BALNEÁRIO DE PRATAS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO E PROJETOS - META 02, CONTRATO DE REPASSE Nº 1030923-93/2016 – CAIXA.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: até as 08:00 horas – dia 23 de fevereiro de 2018.
Abertura dos Envelopes: 08:30 horas – dia 23 de fevereiro de 2018.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49) 3325-3096. www.saocarlos.sc.gov.br

SAO CARLOS, 07 de fevereiro de 2018.
RUDI MIGUEL SANDER
PREFEITO

AVISO DE LICITAÇÃO 026/2018 - ADM

Publicação Nº 1518062

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE SÃO CARLOS

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 026/2018 - ADM

Processo ADM. nº 26/2018 - ADM
Pregão Presencial nº 21/2018 - ADM
Tipo: Menor Preço por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS A SEREM OFERTADOS EM EVENTOS PROMOVIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: Inicio as 13:30 horas até as 14:00 horas – dia 23 de fevereiro de 2018.
Abertura dos Envelopes: 14:30 horas – dia 23 de fevereiro de 2018.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49) 3325-3096. www.saocarlos.sc.gov.br

SAO CARLOS/SC, 09 de fevereiro de 2018.
RUDI MIGUEL SANDER
PREFEITO

DISPENSA DE LICITAÇÃO 002/2018 - ADM

Publicação Nº 1517203

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº. 025/2018 - ADM
Dispensa de Licitação nº 002/2018 - ADM

Objeto: EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAIS NAS RUAS GOIÁS, AMAZONAS E MINAS GERAIS JUNTO AO BALNEÁRIO DE PRATAS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO E PROJETOS - META 01, CONTRATO DE REPASSE Nº 1030923-93/2016 – CAIXA.

Contratado: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA – CIDIR
Valor: R\$ 221.647,93 (duzentos e vinte e um mil seiscentos e quarenta e sete reais e noventa e três centavos)
Justificativa: Fundamentada no art. 24 inciso XXVI da Lei n.8.666/93
Dotação Orçamentária: 1.008-4490.51.91 – PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E PEDRAS IRREGULARES – DOSU.
Vigência: 31/12/2018

SAO CARLOS, 08 de fevereiro de 2018.
RUDI MIGUEL SANDER
PREFEITO

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 002/2018

Publicação Nº 1516659

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2018

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS, Estado de Santa Catarina, Sr. Rudi Miguel Sander, no uso de suas atribuições legais, torna público, pelo presente Edital, que todos os inscritos no processo seletivo nº 002/2017 estão convocados a comparecer no dia 08 de fevereiro de 2018, às 16 horas, no Auditório da Educação de São Carlos, para uma nova escolha de aulas dos ACT's para ano letivo de 2018. Todas as escolhas serão documentadas com lista de presença e ata.

Informa, também, que as escolhas de aulas dos dias 31 de janeiro e 05 de fevereiro de 2018 estão revogadas, exceto as das estagiárias. A escolha ocorrida em 20 de dezembro de 2017 permanece, sendo que estes que escolheram não precisam comparecer.

Fica revogado o edital de chamada pública nº 001/2018 de 02 de fevereiro de 2018, exceto o que abrange a contratação de estagiárias.

As novas convocações serão realizadas via chamada pública, sendo que os interessados inscritos e classificados deverão comparecer em local e data divulgados, conforme edital específico.

Este Edital entra em vigor na data de publicação.

São Carlos (SC), 07 de Fevereiro de 2018.
RUDI MIGUEL SANDER SADI BARON
Prefeito Municipal Secretário de Educação

São Domingos

PREFEITURA

2018-004 - RESULTADO DOS RECURSOS DAS PROVAS OBJETIVA E DE TÍTULOS E HOMOLOGAÇÃO FINAL (4)

Publicação Nº 1517626

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR PRAZO DETERMINADO

EDITAL Nº 004/2018

REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2017

O MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS, representado pela Prefeita Municipal, a Excelentíssima Senhora ELIZE COMACHIO, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e emendas, com fulcro no Art. 37, da Constituição Federal, visando à contratação de pessoal, por prazo determinado, para atender a necessidade temporária, amparado em excepcional interesse público, TORNA PÚBLICO o presente Edital para divulgar o que segue:

1. HOMOLOGAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2017, regido pelo Edital nº 001/2017, para as Funções de Agente Educativo; Auxiliar de Serviços Gerais Feminino; Professor de Educação Infantil - Graduado; Professor de Educação Infantil - Não Graduado; Professor do Ensino Fundamental Séries Iniciais - Graduado; Professor do Ensino Fundamental Séries Iniciais - Não Graduado; Professor Ensino Fundamental - Artes - Graduado; Professor Ensino Fundamental - Artes - Não Graduado; Professor Ensino Fundamental - Educação Física - Graduado e Professor Ensino Fundamental - Educação Física - Não Graduado. O Anexo deste Edital contém o Relatório de Notas das Provas Objetiva e de Títulos e a respectiva Classificação Final, após análise dos recursos interpostos. Os pareceres encontram-se disponíveis na Prefeitura Municipal de São Domingos e no site www.objetivas.com.br, na área do candidato.

2. O Anexo deste Edital encontra-se divulgado no Mural Público Municipal e nos sites www.objetivas.com.br e www.saodomingos.sc.gov.br. São Domingos, 09 de fevereiro de 2018.

ELIZE COMACHIO,

Prefeita Municipal.

Registre-se e publique-se.

DEC 296 DE 08 02 17 NOMEIA SERVIDORA APROVADA CONCURSO PUBLICO ALINE DANIEL DOS SANTOS PARA O CARGO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Publicação Nº 1516837

DECRETO Nº 296, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.

Nomeia servidora aprovada em concurso público para serviço público municipal.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04 de abril de 2012; e Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06 de novembro de 2012, atualizada e;

- Considerando a solicitação da Secretária Municipal de Educação Cultura e Esportes Ivanete Rodrigues Hennerich;
- Considerando o Edital do Concurso Público nº 001/2016, de 29 de fevereiro de 2016;
- Considerando o Decreto nº 2275, de 05 de maio de 2016, que homologa o resultado final do Concurso Público edital nº 001/2016;
- Considerando o princípio da legalidade e o princípio do interesse público dos atos da administração;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada para o Serviço Público Municipal a Senhora Aline Daniel dos Santos, para exercer o cargo de Professor PD/C-III (Educação Infantil), deste Município de São Domingos (SC), a partir desta data.

§ 1º A servidora integrará o Quadro Próprio do Magistério, Função – Serviço: Magistério, Cargo: Professor – PD, Símbolo: PD/C-III Denominação: Professora com Licenciatura Graduação Plena, Classe: C, Nível de Vencimento: III, com 40 (quarenta) horas semanais, nos termos do Anexo VI, Quadro de Vagas da Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998, atualizada.

§ 2º Este cargo será regido pelo Regime Jurídico Estatutário, enquadrado na Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998, atualizada; nas Leis Complementares Municipais nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; e nº 0045, de 06/11/2012, atualizada; no que couber e demais legislações pertinentes à matéria.

Art. 2º As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações constantes no Orçamento Geral do Município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 08 de fevereiro de 2018.

Elieze Comachio

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária de Administração e Fazenda designada

DEC 297 DE 08 02 17 NOMEIA SERVIDORA APROVADA CONCURSO PUBLICO IVANILDE FÁTIMA BERTUZZI BOTH PARA O CARGO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Publicação Nº 1516840

DECRETO Nº 297, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.

Nomeia servidora aprovada em concurso público para serviço público municipal.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04 de abril de 2012; e Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06 de novembro de 2012, atualizada e;

- Considerando a solicitação da Secretária Municipal de Educação Cultura e Esportes Ivanete Rodrigues Hennerich;
- Considerando o Edital do Concurso Público nº 001/2016, de 29 de fevereiro de 2016;
- Considerando o Decreto nº 2275, de 05 de maio de 2016, que homologa o resultado final do Concurso Público edital nº 001/2016;
- Considerando o princípio da legalidade e o princípio do interesse público dos atos da administração;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada para o Serviço Público Municipal a Senhora Ivanilde Fátima Bertuzzi Both, para exercer o cargo de Professor PD/C-III (Educação Infantil), deste Município de São Domingos (SC), a partir desta data.

§ 1º A servidora integrará o Quadro Próprio do Magistério, Função – Serviço: Magistério, Cargo: Professor – PD, Símbolo: PD/C-III Denominação: Professora com Licenciatura Graduação Plena, Classe: C, Nível de Vencimento: III, com 40 (quarenta) horas semanais, nos termos do Anexo VI, Quadro de Vagas da Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998, atualizada.

§ 2º Este cargo será regido pelo Regime Jurídico Estatutário, enquadrado na Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998, atualizada; nas Leis Complementares Municipais nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; e nº 0045, de 06/11/2012, atualizada; no que couber e demais legislações pertinentes à matéria.

Art. 2º As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações constantes no Orçamento Geral do Município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 08 de fevereiro de 2018.

Elieze Comachio

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária de Administração e Fazenda designada

DEC 298 DE 08 02 17 NOMEIA SERVIDORA APROVADA CONCURSO PUBLICO JULIANA DOS SANTOS RODRIGUES PARA O CARGO DE PROFESSOR DO ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS

Publicação Nº 1516842

DECRETO Nº 298, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.

Nomeia servidora aprovada em concurso público para serviço público municipal.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04 de abril de 2012; e Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06 de novembro de 2012, atualizada e;

- Considerando a solicitação da Secretária Municipal de Educação Cultura e Esportes Ivanete Rodrigues Hennerich;
- Considerando o Edital do Concurso Público nº 001/2016, de 29 de fevereiro de 2016;
- Considerando o Decreto nº 2275, de 05 de maio de 2016, que homologa o resultado final do Concurso Público edital nº 001/2016;
- Considerando o princípio da legalidade e o princípio do interesse público dos atos da administração;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada para o Serviço Público Municipal a Senhora Juliana dos Santos Rodrigues, para exercer o cargo de Professor PD/C-III (Séries Iniciais), deste Município de São Domingos (SC), a partir desta data.

§ 1º A servidora integrará o Quadro Próprio do Magistério, Função – Serviço: Magistério, Cargo: Professor – PD, Símbolo: PD/C-III Denominação: Professora com Licenciatura Graduação Plena, Classe: C, Nível de Vencimento: III, com 20 (vinte) horas semanais, nos termos do Anexo VI, Quadro de Vagas da Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998, atualizada.

§ 2º Este cargo será regido pelo Regime Jurídico Estatutário, enquadrado na Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998, atualizada; nas Leis Complementares Municipais nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; e nº 0045, de 06/11/2012, atualizada; no que couber e demais legislações pertinentes à matéria.

Art. 2º As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações constantes no Orçamento Geral do Município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 08 de fevereiro de 2018.

Elieze Comachio

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária de Administração e Fazenda designada

DEC 299 DE 08 02 17 NOMEIA SERVIDORA APROVADA CONCURSO PUBLICO NATALIA AUGUSTA TEIXEIRA PERUZZO PARA O CARGO DE PROFESSOR DO ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS

Publicação Nº 1516843

DECRETO Nº 299, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.

Nomeia servidora aprovada em concurso público para serviço público municipal.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04 de abril de 2012; e Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06 de novembro de 2012, atualizada e;

- Considerando a solicitação da Secretária Municipal de Educação Cultura e Esportes Ivanete Rodrigues Hennerich;
- Considerando o Edital do Concurso Público nº 001/2016, de 29 de fevereiro de 2016;
- Considerando o Decreto nº 2275, de 05 de maio de 2016, que homologa o resultado final do Concurso Público edital nº 001/2016;
- Considerando o princípio da legalidade e o princípio do interesse público dos atos da administração;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada para o Serviço Público Municipal a Senhora Natalia Augusta Teixeira Peruzzo, para exercer o cargo de Professor PD/C-III (Séries Iniciais), deste Município de São Domingos (SC), a partir desta data.

§ 1º A servidora integrará o Quadro Próprio do Magistério, Função – Serviço: Magistério, Cargo: Professor – PD, Símbolo: PD/C-III Denominação: Professora com Licenciatura Graduação Plena, Classe: C, Nível de Vencimento: III, com 20 (vinte) horas semanais, nos termos do Anexo VI, Quadro de Vagas da Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998, atualizada.

§ 2º Este cargo será regido pelo Regime Jurídico Estatutário, enquadrado na Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998, atualizada; nas Leis Complementares Municipais nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; e nº 0045, de 06/11/2012, atualizada; no que couber e demais legislações pertinentes à matéria.

Art. 2º As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações constantes no Orçamento Geral do Município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 08 de fevereiro de 2018.

Elieze Comachio

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária de Administração e Fazenda designada

DECRETO Nº 300, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1517937

DECRETO Nº 300, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.

DECRETA PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI do artigo 100 da Lei Orgânica Municipal;

· Considerando que os dias 12 e 13 de fevereiro foram estabelecidos pontos facultativos, conforme Portaria nº 468 de 22 de dezembro de 2018, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, em virtude da tradicional festa popular de Carnaval;

- Considerando a necessidade de preservação do patrimônio público;
- Considerando a demanda de serviços para a confecção de silagem aos agricultores de nosso município;
- Considerando o direito essencial de acesso à saúde pública de qualidade;
- Considerando que não haverá nenhum prejuízo ao interesse público, pois os serviços essenciais continuarão a ser realizados;

DECRETA:

Art. 1º Fica facultado o ponto dos servidores públicos municipais no dia 12 de fevereiro de 2018 (segunda-feira), durante todo o período de expediente, nos órgãos públicos municipais, à exceção dos vigias que deverão cumprir a escala normal de trabalho e dos servidores ocupantes do cargo de operador de máquinas lotados na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Parágrafo único. Caso não haja condições climáticas para a prestação de serviço da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, fica facultado o ponto de seus operadores no dia 12 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Fica facultado o ponto dos servidores públicos municipais no dia 13 de fevereiro de 2018 (terça-feira), durante todo o período de expediente, nos órgãos públicos municipais, à exceção dos vigias que deverão cumprir a escala normal de trabalho.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Saúde deverá garantir o atendimento adequado à toda população junto ao Centro de Saúde Santa Paulina, devendo apresentar escala de trabalho para os dias 12 e 13 de fevereiro de 2018.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 08 de fevereiro de 2018.

Elieze Comachio

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio
Secretária de Administração e Fazenda designada

PROCESSO LICITATÓRIO FMS N. 006/2018

Publicação Nº 1516713

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC
PROCESSO LICITATÓRIO FMS N. 006/2018
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS FMS N. 003/2018

A Pregoeira Oficial do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 23 de fevereiro de 2018, estará recebendo as propostas dos interessados para eventuais futuras AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E ARTIGOS DESCARTÁVEIS ODONTOLÓGICOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, Decreto Municipal 480/2010, Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 (Ramal 205) e e-mail:licitacao@saodomingos.sc.gov.br. São Domingos, SC, 06 de fevereiro de 2018.
Paula Natana Comachio - Pregoeira Oficial.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 013/2018 - INEXIGIBILIDADE N. 004/2018

Publicação Nº 1516677

TERMO DE RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N. 013/2018 - INEXIGIBILIDADE N. 004/2018

Objeto: contratação direta de show com o grupo Chiquito e Bordoneio, a ser realizado no dia 07 de abril de 2018, nesta cidade de São Domingos para realização da 6ª FAIC São Domingos e festividades em comemoração ao 55º aniversário do Município. Valor e pagamento: R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais) a ser pago em uma única parcela.

Com base nas informações constantes no Processo Licitatório n. 013/2018, referente à inexigibilidade n. 004/2018, bem como no parecer emitido pela Assessoria Jurídica e em cumprimento aos termos do artigo 26, caput, da Lei n. 8.666/93, e alterações posteriores, ACO-LHO O RELATÓRIO e RATIFICO a inexigibilidade 004/2018, em favor da empresa grupo Chiquito e Bordoneio LTDA., inscrita no CNPJ n. 07.778.490/0001-09, com o valor total de R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais), fundamentada no Art. 25, III, da Lei n. 8.666/93 e suas alterações.

Publique-se e cumpra-se.

São Domingos, 08 de fevereiro de 2018.
Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

São Francisco do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.790/2018

Publicação Nº 1516577

DECRETO Nº 2.790, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2018.

ALTERA O DECRETO Nº 2.789, DE 30 DE JANEIRO DE 2018, QUE DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE EXPEDIENTE DAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, PARA ESTABELECE O HORÁRIO DE EXPEDIENTE NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SEUS EQUIPAMENTOS.

O Prefeito do Município de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso VI, e art. 84, inciso I, alínea "o", ambos da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o art. 3º do Decreto nº 2.789, de 30 de fevereiro de 2018, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º O horário de expediente no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde e de seus equipamentos passará a ser o seguinte:

I - Centro de Atendimento Especializado e Prevenção a Saúde (CAEPS), Premir, Tratamento Fora de Domicílio (TFD), Controle de Avaliação e Auditoria (autorização de exames), Central de Regulação, Setor de Informática, Setor de Transporte, Farmácia, e Laboratório Municipal, de segunda à sexta-feira, das 07h30min às 16h30min, sem fechar para almoço, sendo garantido aos servidores o intervalo de uma hora e meia para almoço, o qual será realizado em regime de escala, a ser definida pela Secretária de Saúde;

II – as Unidades Básicas de Saúde da Família do Ervino, Vila da Glória, Miranda e Majorca, de segunda à sexta-feira, das 08h00 às 17h00, sem fechar para almoço, sendo garantido aos servidores o intervalo de uma hora para almoço, e as demais Unidades Básicas de Saúde da Família, Núcleo de Apoio a Estratégia Saúde da Família (NASF) e o Centro de Especializada Odontológica (CEO) de segunda à sexta-feira, das 07h30min às 16h30min, sem fechar para almoço, sendo garantido aos servidores destas unidades o intervalo de uma hora para almoço, devendo todos os intervalos serem realizado em regime de escala, a ser definida pela Secretária de Saúde;

III – Centro Atendimento Psicossocial I (CAPS I), de segunda à sexta-feira, das 08h00 às 18h00, sem fechar para almoço, sendo garantido aos servidores o intervalo de duas horas para almoço, o qual será realizado em regime de escala, a ser definida pela Secretária de Saúde; (De acordo com o determinado na Portaria do Ministério da Saúde nº 336/2012);

V – demais setores e equipamentos, incluindo a Vigilância Sanitária, seguirão o horário estabelecido pela Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul.

Parágrafo único. Os servidores que exercem suas funções nos equipamentos que não fecham para o almoço deverão registrar o intervalo do mesmo."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos a partir de 9 de fevereiro de 2018

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 6 de fevereiro de 2018.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

NÁDIA MOREIRA RAPOSO

Secretária Municipal de Saúde

JULIO ELOI DA SILVA

Secretário Municipal de Administração,
Finanças e Gestão de Pessoas

DECRETO Nº 2.791/2018

Publicação Nº 1516592

DECRETO Nº 2.791, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

O Prefeito do Município de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.936, de 20 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil Reais), ao orçamento do corrente exercício, de conformidade com o Art. 6º e inciso I do Art. 7º da Lei Municipal nº 1.936, de 20 de dezembro de 2017, que aprovou o orçamento para o exercício de 2018, combinado com o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, nas seguintes dotações orçamentárias:

07.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS

07.005 – COORDENADORIA DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

2031 - Manutenção das Atividades Administrativas da Coordenadoria de Tributação e fiscalização

3000000.000 – Despesas Correntes

3300000.000 – Outras despesas correntes

3393000.000 – Aplicações Diretas decorrentes de operações entre Órgãos

Fonte de Recurso: 010.0000 – Recursos Ordinários R\$ 8.000,00

09.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

09.004 – GERÊNCIA DE AGRICULTURA

2047 – Manutenção das Atividades da Gerência de Agricultura

4000000.000 – Despesas de Capital

4400000.000 – Investimentos

449000.000 – Aplicações diretas

Fonte de Recurso: 010.0000 – Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 28.000,00

Art. 2º Como fonte de recursos para abertura do Crédito Suplementar que trata o art. 1º, deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes de anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

07.00 – SEC. MUNIC. DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS

07.005 – COORDENADORIA DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

2031 - Manutenção das Atividades Administrativas da Coordenadoria de Tributação e fiscalização

3000000.000 – Despesas Correntes

3300000.000 – Outras despesas correntes

339000.000 – Aplicação direta

Fonte de Recurso: 010.00000 – Recursos Ordinários R\$ 8.000,00

09.00 – SECRETARIA MUNIC. DE DESENVOLVIMENTO EC. SUSTENTÁVEL

10.004 – GERÊNCIA DE AGRICULTURA

2047 – Manutenção das Atividades da Gerência de Agricultura

3000000.000 – Despesas Correntes

3300000.000 – Outras despesas correntes

339000.000 – Aplicação direta

Fonte de Recurso: 010.00000 – Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 28.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 7 de fevereiro de 2018.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

JULIO ELOI DA SILVA

Secretário Municipal de Administração,

Finanças e Gestão de Pessoas

JOEL SOUZA

Secretário Municipal de Desenvolvimento

Econômico Sustentável

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**DECRETO Nº 2.791, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018.**

A presente suplementação tem por finalidade adequar o orçamento da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável, na Gerência de Agricultura, com o reforço da dotação orçamentária para a aquisição de equipamentos agrícolas.

Este Decreto visa atender, também, as despesas com os serviços de tecnologia da informação, no âmbito do programa de gestão tributária da Coordenação de Tributação e Fiscalização com a adesão ao Consórcio de Informática na Gestão Pública – CIGA.

São Francisco do Sul – SC, 7 de fevereiro de 2018.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

JULIO ELOI DA SILVA

Secretário Municipal de Administração,

Finanças e Gestão de Pessoas

JOEL SOUZA

Secretário Municipal de Desenvolvimento

Econômico Sustentável

DECRETO Nº 2.792/2018

Publicação Nº 1517231

DECRETO Nº 2.792, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2018.**INSTITUI PONTO FACULTATIVO EM VIRTUDE DAS FESTIVIDADES DE CARNAVAL.**

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 59, inciso VI, e artigo 84, inciso I, alínea "o", da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído Ponto Facultativo, em virtude das festividades de Carnaval, nos dias 12, 13 e 14 de Fevereiro de 2018, nas Repartições Públicas Municipais, Autarquias e Fundações mantidas pelo Poder Público Municipal, ressalvados os serviços considerados de caráter essencial, tais como: coleta de lixo e plantão da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

§1º São também considerados serviços de caráter essencial os Centros de Atendimento ao Turista, localizados no Centro Histórico, Enseada e Rocío Grande, Museu Histórico, Museu de Arte Sacra e o Parque Ecológico Municipal 'Celso Amorim Salazar Pessoa'.

§2º No dia 14 de fevereiro de 2018, quarta-feira, o ponto facultativo fica limitado até às 12h00, devendo os servidores públicos das repartições públicas municipais, autarquias e fundações do Município, retomarem suas atividades para cumprir normalmente o expediente a partir das 13h30min.

Art. 2º Os órgãos administrativos responsáveis pelos serviços considerados de caráter essencial deverão manter escalas de modo que seja assegurada a prestação ininterrupta dos mesmos.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul – SC, 8 de fevereiro de 2018.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

JULIO ELOI DA SILVA

Secretário Municipal de Administração,

Finanças e Gestão de Pessoas

São João Batista

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/PMSJB/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/PMSJB/2018

Publicação Nº 1516621

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO LICITATÓRIO 012/PMSJB/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/PMSJB/2018 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ 82.925.652/0001-00, com Prefeitura à Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93, por determinação de Augusto Correia Junior, Pregoeiro, torna público que se acha aberto o Processo Licitatório 012/PMSJB/2018 - Pregão Presencial 008/PMSJB/2018, para o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS E MATERIAIS DE LIMPEZA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO IPRESJB, FUNDO DE REEQUIPAMENTOS DO CORPO DE BOMBEIROS, CONSELHO TUTELAR, SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E SECRETARIA DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Entrega dos envelopes: até às 8h45min do dia 05/03/2018. Abertura dos envelopes: 9h do dia 05/03/2018. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos, no endereço supracitado, pelo tel: (48) 3265-0195 – ramal: 206, pelo e-mail: licita@sjbatista.sc.gov.br ou licita02@sjbatista.sc.gov.br, no horário das 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min, em dias úteis ou através do site www.sjbatista.sc.gov.br. São João Batista, 08 de fevereiro de 2018. Augusto Correia Junior – Pregoeiro Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/PMSJB/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/PMSJB/2018

Publicação Nº 1516922

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO LICITATÓRIO 013/PMSJB/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/PMSJB/2018 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ 82.925.652/0001-00, com Prefeitura à Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93, por determinação de Augusto Correia Junior, Pregoeiro, torna público que se acha aberto o Processo Licitatório 013/PMSJB/2018 - Pregão Presencial 009/PMSJB/2018, para o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO IPRESJB, FUNDO DE REEQUIPAMENTOS DO CORPO DE BOMBEIROS, CONSELHO TUTELAR, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR, SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E SECRETARIA DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Entrega dos envelopes: até às 8h45min do dia 06/03/2018. Abertura dos envelopes: 9h do dia 06/03/2018. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos, no endereço supracitado, pelo tel: (48) 3265-0195 – ramal: 206, pelo e-mail: licita@sjbatista.sc.gov.br ou licita02@sjbatista.sc.gov.br, no horário das 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min, em dias úteis ou através do site www.sjbatista.sc.gov.br. São João Batista, 08 de fevereiro de 2018. Augusto Correia Junior – Pregoeiro Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/PMSJB/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/PMSJB/2018

Publicação Nº 1517128

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/PMSJB/2018 - PREGÃO PRESENCIAL 010/PMSJB/2018

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ 82.925.652/0001-00, com Prefeitura à Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93, por determinação de Augusto Correia Junior, Pregoeiro Municipal, torna público que se acha aberto o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/PMSJB/2018 - PREGÃO PRESENCIAL 010/PMSJB/2018, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPRESSÃO DE 12.000 (DOZE MIL) CÓPIAS DE REVISTA, PARA O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Entrega dos envelopes: até às 15h45min do dia 27/02/2018. Abertura dos envelopes: 16h do dia 27/02/2018. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos, no endereço supracitado, pelo tel: (48) 3265-0195 – ramal: 206, ou pelos e-mails: licita@sjbatista.sc.gov.br, licita02@sjbatista.sc.gov.br, no horário das 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min, em dias úteis. São João Batista, 08 de fevereiro de 2018. Augusto Correia Junior - Pregoeiro Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/PMSJB/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/PMSJB/2018

Publicação Nº 1517517

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/PMSJB/2018 - PREGÃO PRESENCIAL 011/PMSJB/2018

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ 82.925.652/0001-00, com Prefeitura à Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93, por determinação de Augusto Correia Junior, Pregoeiro Municipal, torna público que se acha aberto o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/PMSJB/2018 - PREGÃO PRESENCIAL 011/PMSJB/2018, para a AQUISIÇÃO DE 3 CAIXAS REEFER PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FUNDAÇÃO BATISTENSE DE ESPORTES E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Entrega dos envelopes: até às 13h45min do dia 02/03/2018. Abertura dos envelopes: 14h do dia 02/03/2018. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos, no endereço supracitado, pelo tel: (48) 3265-0195 – ramal: 206, ou pelos e-mails: licita@sjbatista.sc.gov.br, licita02@sjbatista.sc.gov.br, no horário das 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min, em dias úteis. São João Batista, 08 de fevereiro de 2018. Augusto Correia Junior - Pregoeiro Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/PMSJB/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/PMSJB/2018

Publicação Nº 1517713

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/PMSJB/2018 - PREGÃO PRESENCIAL 012/PMSJB/2018

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ 82.925.652/0001-00, com Prefeitura à Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93, por determinação de Augusto Correia Junior, Pregoeiro Municipal, torna público que se acha aberto o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/PMSJB/2018 - PREGÃO PRESENCIAL 012/PMSJB/2018, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA NO RAMO DA CONSTRUÇÃO/REFORMA CIVIL, DESTINADO A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, INCLUINDO AUTARQUIA, FUNDAÇÃO E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Entrega dos envelopes: até às 13h45min do dia 01/03/2018. Abertura dos envelopes: 14h do dia 01/03/2018. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos, no endereço supracitado, pelo tel: (48) 3265-0195 – ramal: 206, ou pelos e-mails: licita@sjbatista.sc.gov.br, licita02@sjbatista.sc.gov.br, no horário das 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min, em dias úteis. São João Batista, 08 de fevereiro de 2018. Augusto Correia Junior - Pregoeiro Municipal

São Joaquim

PREFEITURA

ATUALIZAÇÃO DA FROTA MUNICIPAL NO PROCESSO 67/2017

Publicação Nº 1517048

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM
ATUALIZAÇÃO DA FROTA MUNICIPAL NO PROCESSO 67/2017

Processo Nº 67/2017 - Multientidade

Pregão Presencial Nº: 48/2017 - Registro de preços

Objeto: Contratação de empresa(s) para manutenção preventiva e corretiva de veículos, incluindo mão de obra, peças e assessorios genuínos ou originais para atendimento da frota municipal e órgãos conveniados.

Conforme prevê o item 6.11 do termo de referência deste processo "(...)A frota municipal poderá ser reduzida ou ampliada, hipótese em que será modificada a listagem de veículos vinculados a este Edital e comunicada a alteração às empresas contratadas. A manutenção dos veículos que forem integrados à frota será feita pela contratada que atenda a veículos da mesma montadora e cujo lote tenha o menor valor global.(...)"

NO ANEXO III

LOTE 10

Acrescenta-se ao lote 10 o veículo Caminhonete Nissan Frontier Xe 25 x 4 ano de fabricação 2009, placa JGH 5882 (1º Pelotão da 2ª Companhia da Polícia Militar).

As peças necessárias à manutenção deste veículo serão adquiridas pelo contratado e fornecidas à contratante pelo valor unitário médio cotado por, no mínimo três fornecedores.

São Joaquim, 08 de fevereiro de 2018
Raquel Moreira Henrique Fernandes
Diretora de compras

DECRETO Nº 048/2018

Publicação Nº 1516529

DECRET O Nº 048/2018

"QUE ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO VERIFICADO EM 31/12/2017, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2018, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 4.524/2017, DE 12/12/2017"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

02 – PODER EXECUTIVO

02.12 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

(43)3.1.90.00.00.00.00.00.2.038-5118 Transferências do FUNDEB - remuneração dos profissionais do Magistério 934.415,17

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 934.415,17

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro verificado em 31/12/2017 na fonte de Recursos Transferências do FUNDEB - remuneração dos profissionais do Magistério.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 06 de Fevereiro de 2018.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 049/2018

Publicação Nº 1516532

DECRET O Nº 049/2018

"QUE CONCEDE EXONERAÇÃO A FUNCIONÁRIA
FERNANDA PEREIRA MATTOS"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido EXONERAÇÃO a pedido a senhora FERNANDA PEREIRA MATTOS, ocupante do Cargo Efetivo de Agente de Serviços Gerais, para a qual havia sido Nomeada através do Decreto Nº 150/2014, de 18/06/2014. A referida exoneração é a contar do dia 05/02/2018.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 05 de Fevereiro de 2018, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 06 de Fevereiro de 2018.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 050/2018

Publicação Nº 1516539

DECRETO Nº 050/2018

"DISPÕE SOBRE O FECHAMENTO DO C.E.I PAULINO
GONÇALVES DE LIZ"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica FECHADO TEMPORARIAMENTE o C.E.I. PAULINO GONÇALVES DE LIZ, código do Inep 42041996, situado na Localidade de São Sebastião da Várzea, pois o mesmo não possui demanda de alunos. Sendo que a mesma já encontra-se fechada temporariamente desde o ano letivo de 2016.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 07 de Fevereiro de 2018.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 051/2018

Publicação Nº 1516540

DECRETO Nº 051/2018

"DISPÕE SOBRE O FECHAMENTO DA E.I. M.
ENCRUZILHADA DO CRUZEIRO"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica FECHADA TEMPORARIAMENTE a E.I.M. ENCRUZILHADA DO CRUZEIRO, código do Inep 42033365, situada na Localidade de Cruzeiro, pois a mesma não possui demanda de alunos.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 07 de Fevereiro de 2018.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 052/2018

Publicação Nº 1516544

DECRETO Nº 052/2018

“DISPÕE SOBRE O FECHAMENTO DO C.E.I GRACI MARIA REDUGÉRIO DA SILVA E REVOGA OS EFEITOS DO DECRETO Nº 016/2014”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica FECHADO TEMPORARIAMENTE o C.E.I. GRACI MARIA REDUGÉRIO DA SILVA, código do Inep 42042020, situado na Localidade de Invernadinha, pois o mesmo não possui demanda de alunos.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 07 de Fevereiro de 2018.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 053/2018

Publicação Nº 1516547

DECRET O Nº 053/2018

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam NOMEADAS as seguintes pessoas: – MORGANA SÁ PEREIRA HOSOI, para ocupar o Cargo Comissionado de Chefe de Secretaria Particular da Administração – CC-1, sendo que a mesma irá desempenhar suas funções na Secretaria Municipal da Fazenda, momentaneamente. – SILVANA SANTOS ROSA, para ocupar o Cargo Comissionado de Assessor de Diretoria do Gabinete do Prefeito – CC-3.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 07 de Fevereiro de 2018.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 054/2018

Publicação Nº 1516550

DECRETO Nº 054/2018

“QUE CONCEDE PONTO FACULTATIVO E ESTABELECE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS DURANTE O PERÍODO DE CARNAVAL”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica Decretado PONTO FACULTATIVO nas Repartições Públicas Municipais, no dia 12/02/2018 (Segunda-feira), voltando ao expediente normal no dia 14/02/2018 (Quarta-feira).

Parágrafo Único – Excetuam-se das disposições do artigo 1º os serviços considerados de natureza especial das Secretarias Municipais de Obras e Viação e Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, e produzirá os seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 07 de Fevereiro de 2018.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 071/2018

Publicação Nº 1516580

PORTARIANº 071/2018

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Comunicado Interno – 007/2018, datado de 02/02/2018; Fica TRANSFERIDA a funcionária: - LUCIANE PADILHA MACEDO, ocupante do Cargo de Agente Administrativo na Secretaria Municipal de Administração, no setor do PROCON, para desempenhar suas funções na Secretaria Municipal de Administração - Sala do Empreendedor, tendo em vista que a mesma precisará passar por alguma capacitação sobre MEI, ME, EPP e junta comercial para que possa iniciar os atendimentos na Sala do Empreendedor.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de Fevereiro de 2018.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 072/2018

Publicação Nº 1516584

PORTARIANº 072/2018

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: – EDNA NUNES DE BRIDA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 30/01/2018. – LUSIANE ZANDONADI NUNES, ocupante do Cargo de Assistente Social, por 01 (um) dia, no dia 30/01/2018. – DAYANE OLIVEIRA DE BRIDA, ocupante do Cargo de Assistente Social, por ½ (meio) dia, no período matutino do dia 30/01/2018. – IEDA MARIA PEREIRA DA ROSA, ocupante da Função de Agente Comunitário de Saúde, por ½ (meio) dia, no dia 30/01/2018, acompanhamento de pessoa da família. – JAMILE MARIA DE ANDRADE SANTOS, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 01 (um) dia, no dia 31/01/2018. – LISLIANE PAULINA MENDES SOUZA, ocupante da Função de Agente Comunitário de Saúde, por 03 (três) dias, a contar do dia 31/01/2018, para tratamento de saúde de seu filho. – RAFAELA SAMARA FARIAS SILVA, ocupante da Função de Técnica em Enfermagem (ESF), por 01 (um) dia, no dia 01/02/2018. – DAIANE HUGEN THOMAZ, ocupante do Cargo de Assistente Social, por 14 (quatro) dias, a contar do dia 01/02/2018. – TAMARA RODRIGUES CASSÃO, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais, por 03 (três) dias, a contar do dia 02/02/2018. – TATIANE APARECIDA DE ANDRADE, ocupante da Função de Agente Comunitário de Saúde, por 01 (um) dia, no dia 02/02/2018, para tratamento de saúde de seu esposo. – DAIANE NUNES DE SOUZA, ocupante do Cargo de Professora – 30 horas, por 07 (sete) dias, a contar do dia 02/02/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 06 de Fevereiro de 2018.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 073/2018

Publicação Nº 1516586

PORTARIANº 073/2018

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS ao funcionário: - JOÃO ALEXANDRE COSTA DOS SANTOS, ocupante do Cargo de Vigia, referente ao exercício de 2016/2017, a contar do dia 06/02/2018 à 07/03/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 06 de Fevereiro de 2018.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 074/2018

Publicação Nº 1516588

PORTARIANº 074/2018

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com Ofício SMECD Nº 012/2018, datado de 07/02/2018; Ficam REMOVIDAS TEMPORARIAMENTE as seguintes funcionárias: - LEIA DE SOUZA SANTOS, ocupante do Cargo de Professora, matrícula 8354, lotada na E.I.M. Encruzilhada do Cruzeiro, Localidade de Cruzeiro, período matutino 20 horas semanais (vaga vinculada), para desempenhar suas funções na E.B.M. Aristides Ribeiro de Medeiros, Bairro São José, período vespertino 20 horas. A referida remoção dá-se pelo fechamento temporário da E.I.M. Encruzilhada do Cruzeiro. – MARIA TERESA MENDES, ocupante do Cargo de Professora, matrícula 8470, lotada na E.I.M. Encruzilhada do Cruzeiro, Localidade de Cruzeiro, período matutino 20 horas semanais (vaga vinculada), para desempenhar suas funções na E.B.M. Jarbas Amarante Ferreira, Localidade de Boava, período vespertino 20 horas. A referida remoção dá-se pelo fechamento temporário da E.I.M. Encruzilhada do Cruzeiro. – SUZIANE DA ROSA SOUZA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, matrícula 8471, lotada na E.I.M. Encruzilhada do Cruzeiro, Localidade de Cruzeiro, 40 horas semanais, para desempenhar suas funções na E.B.M. José Saturnino de Souza e Oliveira, Localidade de Pericó, 40 horas. A referida remoção dá-se pelo fechamento temporário da E.I.M. Encruzilhada do Cruzeiro.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 07 de Fevereiro de 2018.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PP 06/2018

Publicação Nº 1517011

Processo Nº 07/2018

Pregão Presencial Nº 06/2018

Objeto: Aquisição de artigos de cama, mesa e banho, para os Centros de Educação Infantil da rede Municipal de Ensino.

Tipo: Menor preço por item – registro de preços

Abertura: 27/02/2018 – 13h30min

Valor estimado: R\$ 105.160,00

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-6400 R-6456

São Joaquim, 08 de fevereiro de 2018

Raquel Moreira Henrique Fernandes

Diretora de compras

PROCESSO 08/2018 FMS

Publicação Nº 1516614

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 08/2018

Pregão Presencial 05/2018

Objeto: Aquisição de Equipamentos de Enfermagem e Mobiliários para o Posto de Saúde Martorano.

Tipo: Menor preço por item

Data: 26/02/2018 13h30min.

Valor estimado: 68.684,56

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de

Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-6400.

São Joaquim, de 07 de fevereiro 2018.

Giovani Nunes

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

TERMO DE CONVÊNIO 01/2017 - CMSJ

Publicação Nº 1517409

TERMO DE CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO PLANALTO SERRANO SICOOB CREDISERRA SC E CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOAQUIM

Termo de Convênio que celebram entre si de um lado a Câmara Municipal de Vereadores de São Joaquim - CNPJ: 78.493.731/0001-03, e a COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DO PLANALTO SERRANO -SICOOB CREDISERRA SC - CNPJ: 01.692.448/0001-86, sito na Avenida Manoel Pereira de Medeiros, nº 289, Centro, Urupema – SC, para concessão de empréstimos e outras linhas de recursos financeiros, sob garantia de consignação em folha de pagamento, aos servidores e vereadores efetivos pertencentes ao quadro de pessoal da conveniente, com vigência até 31/12/2020, contados de sua assinatura, podendo ser denunciado unilateralmente e a qualquer tempo por qualquer uma das partes, mediante aviso expresse com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

Urupema, 18 de dezembro de 2017.

Sérgio Oliveira de Souza

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Joaquim

São José

PREFEITURA

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS - CONCORRÊNCIA Nº 012/2017

Publicação Nº 1517783

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

CONCORRÊNCIA 012/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6518/2017
PROCESSO DE COMPRAS Nº 458/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO EM VIAS COM PAVIMENTAÇÃO A LAJOTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC, COM APROVEITAMENTO DE LAJOTAS REMOVIDAS.

A Comissão Permanente de Licitações (CPL) reuniu-se para análise e julgamento das propostas de preços apresentadas pelas empresas abaixo, habilitadas no processo em epígrafe.

EMPRESAS HABILITADAS

- ALBUQUERQUE CONSTRUÇÕES LTDA;
- AMVT CONSTRUÇÕES LTDA;
- ANDERSON JOSÉ CRESTANI EIRELI – ME;
- DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA;
- EDIFICAR PAVIMENTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA – EPP;
- ETEC CONSTRUÇÃO E TERRAPLANAGEM EIRELI – ME;
- FÓRMULA PAVIMENTAÇÃO URBANA EIRELI – ME;
- KS CONSTRUÇÕES LTDA ME;
- EMPREITEIRA PAVICON;
- VANDER INCORPORADORA E ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA – ME;
- VINICIUS GOEDERT ME;

É o relatório.

ANÁLISE DA COMISSÃO

Em análise às propostas apresentadas pelas empresas habilitadas, a Comissão Permanente de Licitações concluiu que as exigências contidas no edital e nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações foram plenamente observadas, decidindo assim:

CLASSIFICAR AS PROPOSTAS DAS EMPRESAS PARA OS LOTES:

LOTE I

1ª Classificada: KS CONSTRUÇÕES LTDA ME: R\$ 402.243,97 (quatrocentos e dois mil, duzentos e quarenta e três reais e noventa e sete centavos).

2ª Classificada: PAVICON CONSTRUÇÕES LTDA EPP: R\$ 427.240,78 (quatrocentos e vinte e sete mil, duzentos e quarenta reais e setenta e oito centavos);

3ª Classificada: VANDER INCORPORADORA E ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA: R\$ 530.312,58 (quinhentos e trinta mil, trezentos e doze reais e cinquenta e oito centavos);

4ª Classificada: VINICIUS GOEDERT ME: R\$ 537.654,75 (quinhentos e trinta e sete mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e setenta e cinco centavos);

5ª Classificada: EDIFICAR PAVIMENTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA EPP: R\$ 544.878,78 (quinhentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e setenta e oito reais e setenta e oito centavos);

LOTE II

1ª Classificada: ACS ALBUQUERQUE CONSTRUÇÕES LTDA: R\$ 490.025,24 (quatrocentos e noventa mil, vinte e cinco reais e vinte e quatro centavos).

2ª Classificada: PAVICON CONSTRUÇÕES LTDA EPP: R\$ 568.354,22 (quinhentos e sessenta e oito mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e vinte e dois centavos);

3ª Classificada: VANDER INCORPORADORA E ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA: R\$ 705.757,26 (setecentos e cinco mil, setecentos e cinqüenta e sete reais e vinte e seis centavos);

4ª Classificada: EDIFICAR PAVIMENTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA EPP: R\$ 710.148,22 (setecentos e dez mil, cento e quarenta e oito reais e vinte e dois centavos);

5ª Classificada: VINICIUS GOEDERT ME: R\$ 715.944,57 (setecentos e quinze mil, novecentos e quarenta e quatro reais e cinqüenta e sete centavos);

LOTE III

1ª Classificada: ACS ALBUQUERQUE CONSTRUÇÕES LTDA: R\$ 367.639,36 (trezentos e sessenta e sete mil, seiscentos e trinta e nove reais e trinta e seis centavos).

2ª Classificada: PAVICON CONSTRUÇÕES LTDA EPP: R\$ 427.240,78 (quatrocentos e vinte e sete mil, duzentos e quarenta reais e setenta e oito centavos);

3ª Classificada: FÓRMULA PAVIMENTAÇÃO URBANA LTDA ME: R\$ 490.052,15 (quatrocentos e noventa mil, cinqüenta e dois reais e quinze centavos);

4ª Classificada: ANDERSON JOSÉ CRESTANI EIRELI - ME: R\$ 522.688,53 (quinhentos e vinte e dois mil, seiscentos e oitenta e oito reais e cinqüenta e três centavos);

5ª Classificada: VANDER INCORPORADORA E ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA: R\$ 530.312,58 (quinhentos e trinta mil, trezentos e doze reais e cinqüenta e oito centavos);

6ª Classificada: EDIFICAR PAVIMENTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA EPP: R\$ 533.808,78 (quinhentos e trinta e três mil, oitocentos e oito reais e setenta e oito centavos);

7ª Classificada: VINICIUS GOEDERT ME: R\$ 538.041,75 (quinhentos e trinta e oito mil, quarenta e um reais e setenta e cinco centavos);

LOTE IV

1ª Classificada: KS CONSTRUÇÕES LTDA ME: R\$ 536.577,51 (quinhentos e trinta e seis mil, quinhentos e setenta e sete reais e cinqüenta e um centavos).

2ª Classificada: PAVICON CONSTRUÇÕES LTDA EPP: R\$ 568.354,22 (quinhentos e sessenta e oito mil, trezentos e cinqüenta e quatro reais e vinte e dois centavos);

3ª Classificada: AMVT CONSTRUÇÕES LTDA: R\$ 599.943,14 (quinhentos e noventa e nove mil, novecentos e quarenta e três reais e quatorze centavos);

4ª Classificada: FÓRMULA PAVIMENTAÇÃO URBANA LTDA ME: R\$ 652.250,03 (seiscentos e cinqüenta e dois mil, duzentos e cinqüenta reais e três centavos);

5ª Classificada: VANDER INCORPORADORA E ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - ME: R\$ 705.757,26 (setecentos e cinco mil, setecentos e cinqüenta e sete reais e vinte e seis centavos);

6ª Classificada: EDIFICAR PAVIMENTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA EPP: R\$ 710.748,22 (setecentos e dez mil, setecentos e quarenta e oito reais e vinte e dois centavos);

7ª Classificada: ETEC CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM EIRELI ME: R\$ 797.972,88 (setecentos e noventa e sete mil, novecentos e setenta e dois reais e oitenta e oito centavos);

8ª Classificada: DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA: R\$ 946.467,22 (novecentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e vinte e dois centavos);

O resultado deste julgamento será publicado no Diário Oficial do Município (DOM/SC), contando-se a partir dessa data, prazo para eventual recurso. Não ocorrendo manifestação por parte dos licitantes, a sessão pública para abertura das propostas de preços, ocorrerá no dia 21/02/2018, às 14h30min, no Centro Administrativo do Município de São José.

São José, 08 de fevereiro de 2018.

Claudia Schweitzer	Paulo Dutra	
Presidente da CPL	Membro da CPL	
Iriberto Antônio M. Júnior	Humberto Alcino da Silva	
Membro da CPL	Membro da CPL	

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE Nº 001/2017/SEPAE

Publicação Nº 1517890

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE Nº 001/2017/SEPAE**

Processo administrativo 11.212/2017 - Processo de compras 845/2017 - Chamamento 001/2017-SEPAE - IN 031/17

REFERÊNCIA: CHAMAMENTO PÚBLICO DE PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE PARA APRESENTAÇÃO DE ESTUDOS DE MODELAGEM OPERACIONAL, ECONÔMICO-FINANCEIRO, JURÍDICO E DE ENGENHARIA E ARQUITETURA PARA A REQUALIFICAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E GESTÃO DO CENTRO MULTIUSO, ESTACIONAMENTO E ADJACÊNCIAS, LOCALIZADOS NA AVENIDA ACIONI SOUZA FILHO, S/N, CAMPINAS, SÃO JOSÉ/SC.

A Comissão Especial de Avaliação ao Procedimento de Manifestação de Interesse, reuniu-se para análise e julgamento dos documentos apresentados pelas empresas abaixo:

EMPRESAS PARTICIPANTES

- INGRESSO FÁCIL PRÉ-VENDA E VENDA DE INGRESSOS LDTA;
- UNIQUE SPORTS E MARKETING LDTA;

2 - ANÁLISE DA COMISSÃO

A Comissão Especial, por meio do seu Presidente concluiu que as exigências contidas no edital foram plenamente atendidas pela empresa INGRESSO FÁCIL PRÉ-VENDA E VENDA DE INGRESSOS LDTA, E UNIQUE SPORTS E MARKETING LDTA.

Em vista do exposto acima e à luz da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e no regramento contido no Edital, a Comissão Especial RESOLVE:

HABILITAR AS EMPRESAS

- INGRESSO FÁCIL PRÉ-VENDA E VENDA DE INGRESSOS LDTA;
- UNIQUE SPORTS E MARKETING LDTA;

O resultado deste julgamento será publicado no Diário Oficial do Município (DOM/SC), contando-se a partir dessa data, prazo para eventual recurso.

São José/SC, 08 de fevereiro de 2018.

WALDEMAR BORNAUSEN	LOICE PORTO LUCCA	
Membro	Membro	

RODRIGO DE ANDRADE
Presidente da Comissão

DECRETO 9587/2018

Publicação Nº 1517892

DECRETO Nº 9587/2018**NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.**

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que o parágrafo único do artigo 46 da resolução CONSUNI 007/2017 dispõe que a escolha do novo Reitor será realizada pela Chefe do Poder Executivo com base em lista tríplice, e;

Considerando os Planos de Gestão apresentados pelos candidatos e a Listra Tríplice encaminhada por meio do Memorando N.º 002/2018/USJ, da FUNDESJ,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado RENATO BRITTES para exercer o cargo Reitor do Centro Universitário Municipal- SMA, com lotação na Fundação Educacional de São José, nos termos da Lei Complementar nº 075, de 27 de abril de 2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de fevereiro de 2018.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DEFINITIVO DE SELEÇÃO DE ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL REFERENTE AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2017 - SDEI

Publicação Nº 1517812

DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DEFINITIVO DE SELEÇÃO DE ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL
REFERENTE AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2017 - SDEI

A Comissão Permanente de Seleção, instituída pela portaria 002/2017, de 30 de novembro de 2017, com fundamento nos item 6.1.2 do Edital de Chamamento Público n. 001/2017, considerando que não houveram recursos ao resultado preliminar, divulga através do presente, o resultado definitivo de classificação das Organizações da Sociedade Civil habilitadas e o total de pontos:

1º SINDICATO RURAL DE SÃO JOSÉ E REGIÃO. TOTAL DE PONTOS: 7,5 (SENTE PONTOS E CINCO DÉCIMOS).

Contra essa decisão não cabe recurso administrativo, conforme previsão editalícia item 6.4.1

São José, 09 de fevereiro de 2018.
Silvana Silva
Presidente
Matrícula 4282248-1

Cintia Luciane de Quadros Fagundes
Secretária
Matrícula 2272001-1

Sidart Gaia
Membro
Matrícula 228591-1

MANDADO DE INTIMAÇÃO Nº 018/2018

Publicação Nº 1517807

MANDADO DE INTIMAÇÃO Nº 018/2018

Ante a frustração de tentativa de intimação pessoal, encontrando-se o autuado em local incerto e não sabido, em Processo Administrativo nº 4814/2015, instaurado para apuração de infração ambiental, junto à Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – FMADS, situada na Rua Cauassú, s/nº, loteamento Jardim Botânico, Potecas, São José/SC, NOTIFIQUE-SE o autuado ANÉLIO BATISTA, inscrito no CPF sob o nº 028.432.469-89, para que tome conhecimento da Decisão Administrativa prolatada no referido Processo Administrativo Ambiental, qual seja:

“Ante o exposto, vimos intimá-lo da decisão colegiada proferida pela Junta Administrativa de Recursos de Infrações Ambientais – JARIA, nos autos do processo 4814/2015, que decidiu-o por conhecer o recurso interposto e julgar-lhe improcedente, mantendo a penalidade de Multa simples no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais).”

São José, 07 de fevereiro de 2018.
Agostinho Mignoni Junior
Diretor Operacional da FMADS-SJ
Decreto Municipal – 8019/2017

MANDADO DE INTIMAÇÃO Nº 019/2018

Publicação Nº 1517809

MANDADO DE INTIMAÇÃO Nº 019/2018

Ante a frustração de tentativa de intimação pessoal, encontrando-se o autuado em local incerto e não sabido, em Processo Administrativo nº 05678/2015, instaurado para apuração de infração ambiental, junto à Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – FMADS, situada na Rua Cauassú, s/nº, loteamento Jardim Botânico, Potecas, São José/SC, NOTIFIQUE-SE o autuado ARTEMIR JOSÉ PROVENSI, inscrito no CPF sob o nº 585.217.479-34, para que tome conhecimento da Decisão Administrativa prolatada no referido Processo Administrativo Ambiental, qual seja:

“Com fundamento no artigo 11 e no parágrafo único do artigo 123, ambos do decreto 6514/2018, NOTIFICA V.S.^a que em decorrência da verificação de infração praticada anteriormente, há a indicação de hipótese de agravamento de sanção no processo administrativo 05678/2015, conforme certidão anexa).”

Salienta-se que da referida que V.S.^a dispõe do prazo de 10 (dez) dias, contados da ciência desta, para impugnar a reincidência apontada.

São José, 07 de fevereiro de 2018.

FERNANDA VIEIRA DINIZ FARIAS
Superintendente da FMADS/SJ
Decreto Municipal n.º 6214/2016

PREGÃO PRESENCIAL 002/2018 – ALTERAÇÃO DE DATA DE ABERTURA

Publicação Nº 1517027

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 002/2018 – ALTERAÇÃO DE DATA DE ABERTURA – Processo nº 002/2018 – Proc. Adm. 045/2018. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TRANSPORTE ESCOLAR ACESSÍVEL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA, COM DIFICULDADE SEVERA DE LOCOMOÇÃO E/OU DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA COM BAIXA FUNCIONALIDADE, MATRICULADOS NA REDE PÚBLICA DE ENSINO OU INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ. Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 23/02/2018 às 14h00min. Sessão de abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 23/02/2018 às 14h30min. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002 ou (48) 3381-0445.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2018/000999 - EXTRATO DE JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Publicação Nº 1517845

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2018/000999 - EXTRATO DE JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO

OBJETO: Dispensa de Chamamento Público com fundamento na Lei Federal Nº 13.019, de 2014 e no Decreto Municipal Nº 8623/2017, Art. 12.

Destinada à promoção da inclusão à vida comunitária da pessoa com deficiência a partir de atendimento com transporte acessível para pessoas com deficiência física do Município de São José, na condição de cadeirantes com a finalidade de participarem de atividades e serviços de assistência social, habilitação e reabilitação. Ofertado pela Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos (AFLODEF), para que a mesma possa dar continuidade no ano de 2018.

CONTRATANTE: Município de São José / Fundo Municipal de Assistência Social

CONTRATADA: Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos (AFLODEF)

CNPJ: 78.827.177/0001-53

ENDEREÇO DA SEDE CONTRATADA: Rua Rui Barbosa n.º 708, bairro Agrônômica, Florianópolis, CEP: 88025-301

VIGÊNCIA: de 09 de fevereiro de 2018 à 31 de dezembro de 2018. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal Nº 13.019, de 2014 e Decreto Municipal Nº 8623/2017, Art. 12 "Poderá ser dispensável a realização do chamamento público: IV – no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas no/pelo órgão gestor da respectiva política pública.

JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO/RAZÕES PARA ESCOLHA DO FORNECEDOR

O Serviço de tem como objetivo principal ofertar atendimentos mensais relacionadas as atividades e serviços de assistência social (habilitação e reabilitação), através de acesso ao transporte adaptado para até 20 (vinte) pessoas com deficiência física como forma de inclusão familiar e comunitária e acesso a direitos.

O serviço já é realizado pela AFLODEF, na qual sempre demonstrou uma de serviço de excelência, atingindo o objetivo de atendimento social as pessoas com deficiência física.

§2º A hipótese de dispensa de chamamento público de que trata o inciso VI do art. 30 da Lei nº 13.019, de 2014, se aplicará àquelas entidades ou organizações de assistência social que cumprem cumulativamente os requisitos constantes nos incisos do art. 2º desta Resolução,

quando: I – o objeto do plano de trabalho for a prestação de serviços socioassistenciais regulamentados; e II – a descontinuidade da oferta pela entidade apresentar dano mais gravoso à integridade do usuário, que deverá ser fundamentada em parecer técnico, exarado por profissionais de nível superior das categorias reconhecidas na Resolução nº 17, 20 de junho de 2011, do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS. (RESOLUÇÃO Nº 21, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016).

São serviços, que exigem oferta qualificada e dispensa de licitação, uma vez que as pessoas já acolhidas possuem vínculos firmados com os demais acolhidos e funcionários da instituição, sendo assim, romper com estes vínculos e com o trabalho da instituição, poderia comprometer o principal objetivo do serviço: inclusão à vida comunitária da pessoa com deficiência a partir de atendimento com transporte acessível.

Tal justificativa de dispensa para fins de compactuar termo de colaboração com a entidade AFLODEF justifica-se mediante o fato da referida instituição já atuar a anos no Município de São José, na prestação de serviço do caso em tela.

DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para a execução do objeto desta parceria, os recursos somam o valor mensal de R\$ 26.746,36 (vinte e seis mil com setecentos e quarenta e seis reais com trinta e seis centavos), e total anual de R\$ \$ 294.210,00 (duzentos e noventa e quatro mil com duzentos e dez reais)

PARÁGRAFO ÚNICO – Correção as despesas à conta de dotação consignada ao Fundo Municipal de Assistência Social, no Orçamento Fiscal do Município para o ano de 2018, observadas as características abaixo discriminadas:

Órgão/Unidade Orçamentária: 2801

Projeto/Atividade: 2.426

Elementos de despesa: 3.3.50.43.00.00.00.00.0023, 3.3.50.43.00.00.00.00.0022 e 3.3.50.43.00.00.00.00.0080

São José, 08 de fevereiro de 2017.

Rosemeri Bartucheski
Secretária Municipal de Assistência Social

CÂMARA MUNICIPAL**AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO - 11/2017**

Publicação Nº 1517902

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 11/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 152/2017

A LICITAÇÃO TEM COMO OBJETO O REGISTRO DE PREÇOS DE FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO VEICULAR, PREVENTIVA E CORRETIVA, INCLUINDO FORNECIMENTO DE PEÇAS, PARA OS VEÍCULOS PERTENCENTES À FROTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, CONFORME DISPOSTO NO QUADRO DE QUANTIDADES E CUSTOS (ANEXO I) E NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO II).

Ultrapassado o prazo legal, sem interposição de recurso pela empresa Comércio de Auto Peças PH - Ltda. inscrita no CNPJ n.º 85.376.119/0001-16, contra o ato a afastou do certame, a Pregoeira da Câmara Municipal de São José objetivando a continuidade da licitação, CONVOCA as empresas licitantes, cujos representantes pretendam efetuar lances verbais e praticar os atos inerentes à licitação, para comparecem à sessão pública de reabertura designada para às 14h:00m, do dia 15/02/2018.

No intento de aferir a aceitabilidade da proposta entregue, ponderando os elevados descontos oferecidos, solicito que a empresa CAMILA DUTRA PINHEIRO - ME, inscrita no CNPJ n.º 23.347.723/0001-67, até a data e hora previstas para a realização da sessão pública, apresente documento que demonstre a praticabilidade de sua proposta, elencando custos, lucro e outros elementos que entenda necessários, capazes de afastar de imediato contestável exequibilidade, sem prejuízo de que a mesma exigência seja feita para quaisquer licitantes, após o encerramento da etapa de lances havendo oferta de supostamente inexecutable.

Informações e esclarecimentos poderão ser obtidos junto a Diretoria de Administração, Pregoeira e Equipe de Apoio, das 13h00min às 19h00min, ou através dos telefones: (48) 3029-1380, (48) 3029-1355 e (48) 3029-1327.

São José/SC, 09 de fevereiro de 2018.

KAREN EDLEIA SIGOUNAS DE LIMA VIEIRA
Pregoeira

São José do Cedro

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.08/2018 FMS

Publicação Nº 1516453

PREFEITURA MUN. DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº08/2018 – Registro de Preço

O Fundo Municipal de Saúde, do Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº 08/2018, Edital de Pregão Nº 08/2018, Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL AMBULATORIAL, PARA USO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DA REDE MUNICIPAL. Recebimento das propostas até às 10:00 horas do dia 28/02/2018. Abertura dos envelopes na mesma hora, dia e local, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, www.prefcedro.sc.gov.br, e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, telefone: 0xx49-3643-6300, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30. São José do Cedro. Fernando Julio Will – Responsável pelo FMS.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.11/2018 FMS

Publicação Nº 1517044

PREFEITURA MUN. DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº11/2018

O Fundo Municipal de Saúde, do Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013 promove Processo Licitatório nº 11/2018, Edital de Pregão Nº 11/2018. REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE TONERS PARA IMPRESSORAS UTILIZADAS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO. Recebimento do credenciamento, envelope de proposta e habilitação até às 09:00 horas do dia 02/03/2018. Abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 02/03/2018, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, telefone: 0xx49-36436300, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30. São José do Cedro. Fernando Julio Will – Responsável pelo FMS.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.26/2018

Publicação Nº 1517692

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº26/2018

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº26/2018, Edital de Pregão Nº26/2018, Objeto: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS A SEREM UTILIZADOS NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. Recebimento, abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 05 de Março de 2018, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, ou telefone: 0xx49-36436300, no Depto de Compras, das 07:45hrs às 11:45hrs das 13:30hrs às 17:30hrs, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC www.prefcedro.sc.gov.br. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2018- DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2018

Publicação Nº 1517000

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2018

DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ OBRAS E SERV. DE ENG. Nº 002/2018

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE RECONSTRUÇÃO DE PONTES EM CONCRETO ARMADO E MURO DE CONTENÇÃO EM CONCRETO CICLÓPICO, TODOS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC, CONFORME PROJETOS ANEXOS DE ACORDO PROCESSO Nº59053.001221/2017-89 DO PLANO DE TRABALHO ANALISADO PELA SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC, CNPJ: 83.021.873/0001-08

CONTRATADA: PANDINI CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA – EPP, CNPJ: 03.210.836/0001-09.

VALOR TOTAL: R\$ 871.118,11 (oitocentos e setenta e um mil, cento e dezoito reais e onze centavos)

RECURSO ORÇAMENTÁRIO: Os pagamentos decorrentes da execução do contrato relativo a presente dispensa serão realizados com Recursos advindos da União por intermédio da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, conforme Portaria 624 de 23/11/2017 do Ministério da Integração Nacional e Processo nº59053.001221/2017-89 analisado pelo Departamento de Reabilitação e Reconstrução da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2018, com a seguinte rubrica orçamentária: D – 158/2018 – 10.01.20.606.4507.2.025.4.4.90.00.00.00.00.00.01.0034 – Manutenção da Secretaria de Agricultura e Aquicultura – Secretaria de Agricultura.

PERÍODO DE VIGÊNCIA: Da data de assinatura do Contrato até 03/05/2018.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93.

São Lourenço do Oeste – SC, 08 de fevereiro de 2018.

RAFAEL CALEFFI
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2018 - SRP - PR Nº 012/2018

Publicação Nº 1517715

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 26/02/2018, às 08h15min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2018. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2018. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA ARTESANATO A SEREM UTILIZADOS DURANTE O EXERCÍCIO DE 2018 EM PROGRAMAS E PROJETOS DESENVOLVIDOS PELO CRAS – CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, NÚCLEO DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE (NACA) PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV), E CLUBES DE MÃES, TODOS VINCULADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saoulourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 09 de fevereiro de 2018.

RAFAEL CALEFFI
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2018.

Publicação Nº 1517540

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2018.

ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO E EXCEPCIONAL PARA O ANO LETIVO DE 2018, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, inciso IX da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei Federal nº 11.788 de 25 de setembro 2008 e Lei Municipal nº 2.316, de 27 de março de 2017 e demais disposições legais aplicáveis à espécie, resolve baixar normas para realização de PROCESSO SELETIVO

PÚBLICO DE TÍTULOS, destinado a admissão de estagiários, na modalidade de estágio não obrigatório, e formação de CADASTRO DE RESERVA para o ano letivo de 2018, da Rede Municipal de Ensino, regendo-se pelas seguintes regras:

1. DAS INSCRIÇÕES

1.1 DOS REQUISITOS INDISPENSÁVEIS PARA A INSCRIÇÃO

1.1.1 - O estagiário não poderá se inscrever neste processo seletivo para vaga temporária quando tiver sido dispensado em contrato anterior, nos últimos 03 (três) anos, resultante de processo disciplinar.

1.2 - As inscrições serão realizadas gratuitamente, on-line, pelo próprio candidato, no endereço eletrônico: www.saolourenco.sc.gov.br, da rede mundial de computadores - Internet, no período de 14 a 15 de fevereiro de 2018.

1.3 - O candidato, ao realizar a sua inscrição on-line, deverá imprimir o protocolo de pré-inscrição, analisar o protocolo (comprovante) e verificar a exatidão das informações nele contidas, tornando-se responsável pelas mesmas.

1.4 - Após a inscrição on-line, o candidato deverá dirigir-se à Secretaria Municipal de Educação, localizada na rua Nereu Ramos, nº 703, centro, Município de São Lourenço do Oeste, para efetuar a validação de sua inscrição no processo seletivo, entregando seus documentos, em data de 16 de fevereiro de 2018, no horário das 08 às 11 horas e das 14 às 17 horas.

1.5 - Cada candidato opta, automaticamente, por ambas as áreas básicas de atuação da Educação, dentre as relacionadas: Educação Infantil, Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental.

1.6 - A validação da inscrição será realizada pela Comissão responsável pelo processo seletivo, após analisados os documentos.

1.7 - Em hipótese alguma admitir-se-á a validação da inscrição condicional ou por correspondência, aceitando-se, no entanto, por procuração, onde conste obrigatoriamente a menção a este Edital, que deverá ser apresentada juntamente com a documentação.

2. DA DOCUMENTAÇÃO

2.1. Quanto à validação da inscrição, o candidato deverá apresentar na Secretaria Municipal de Educação o recibo da Pré-Inscrição (inscrição on-line) juntamente com cópia e originais dos seguintes documentos:

2.1.1 Obrigatoriamente:

- a) Carteira de Identidade (cópia);
- b) CPF (cópia);
- g) Comprovante de estar cursando ensino superior ou médio, na área de atuação (cópia);

2.1.2. Necessários à comprovação da qualificação do candidato:

- a) Certificados de cursos de aperfeiçoamento na área da educação realizados nos anos de 2015, 2016 e 2017, até a quantidade máxima de 200 horas;

3. DA CLASSIFICAÇÃO

3.1 - A classificação dar-se-á em ordem decrescente, obedecidos os seguintes critérios e a somatória dos pontos referenciados nas alíneas "a" e "b":

- a) Frequência mais adiantada no período/fase/semestre em que esteja cursando, de acordo com a grade curricular da respectiva instituição de ensino, de acordo com o seguinte critério de pontuação:

ENSINO MÉDIO

I - a cada período/fase/semestre: 06 pontos;

ENSINO SUPERIOR

II - a cada período/fase/semestre: 10 pontos;

- b) Cursos/Horas de Aperfeiçoamento na área da Educação: a cada 10h, 01 ponto.

3.2 Para fins do cálculo da pontuação prevista na alínea "a", do item 3.1, será levado em consideração o critério de proporcionalidade de número de período/fase/semestre do respectivo curso, de modo a garantir a isonomia entre os candidatos.

4. DO DESEMPATE

4.1 - Verificada a ocorrência, de empate na pontuação obtida nos moldes do item 3, o desempate será feito a partir do critério maior idade.

5. DA PUBLICAÇÃO E DIVULGAÇÃO

5.1 - As listas classificatórias serão divulgadas no Mural do Centro Administrativo Municipal, sito a rua Duque de Caxias, nº 789, a partir do dia 20 de fevereiro de 2018, no site oficial do Município: www.saolourenco.sc.gov.br e no Diário Oficial dos Municípios: www.diariomunicipal.sc.gov.br.

6. DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

6.1 - O candidato terá os dias 21 e 22 de fevereiro de 2018, para entrar com pedido de reconsideração, exclusivamente para sua classificação,

junto à Comissão do Processo Seletivo, por meio de requerimento.

6.2 - Após analisados eventuais pedidos de reconsideração, o resultado final será divulgado, a partir do dia 23 de fevereiro de 2018, por meio de Edital, a ser publicado no mural do Centro Administrativo, no Diário Oficial dos Municípios - DOM (site: www.diariomunicipal.sc.gov.br), e no site oficial do Município: www.saolourenco.sc.gov.br.

7. DAS VAGAS

7.1 - A escolha de vagas será feita de acordo com a ordem de classificação dos candidatos no Processo Seletivo, e conforme consta do quadro abaixo:

Nº Vagas	Área	Escolaridade
CR*	Estagiário do Ensino Superior -30 h – Informática ou sistemas de informação	Comprovante de frequência a partir da primeira fase e/ou semestre de cursos de graduação.
CR*	Estagiário do Ensino Superior -30 h - Licenciaturas	Comprovante de frequência a partir da primeira fase e/ou semestre de cursos de graduação.
CR*	Estagiário do Ensino Superior -20 h - Licenciaturas	Comprovante de frequência a partir da primeira fase e/ou semestre de cursos de graduação.
CR*	Estagiários do Ensino Médio – 20h	Cursando Ensino Médio da Educação Básica
CR*	Estagiários do Ensino Médio – 30h	Cursando Ensino Médio da Educação Básica

*Cadastro de reserva.

7.7 - As vagas serão preenchidas pelo número de candidatos necessários, sendo estes responsáveis pelo deslocamento até as Unidades Escolares nas quais prestarão serviço.

7.8 - A escolha de vagas realizar-se-á no dia 26 de fevereiro de 2018, no período matutino, a partir das 9 horas, na Secretaria Municipal de Educação, para as vagas em licenciatura e às 14 horas para as demais vagas.

7.9 - Se o candidato não aceitar a vaga a que tem direito será chamado o próximo da lista, permanecendo a sua classificação.

7.10 - O candidato poderá fazer a escolha de vaga pessoalmente ou por procuração.

7.11 - O candidato que não comparecer no dia da escolha, ou seu procurador legal, perderá o direito de optar pelas vagas existentes.

7.12 - No decorrer do ano letivo, o estagiário convocado para preenchimento de vaga deverá manifestar sua aceitação pessoalmente ou por telefone, no prazo de 08 horas, sendo que a ausência de manifestação neste período implicará desistência da vaga.

7.13 - O estagiário que escolher e desistir da vaga, não será mais chamado no decorrer do ano letivo.

8. DA ADMISSÃO:

8.1 - Para fins de admissão, o candidato quando convocado para o preenchimento de vaga deverá, no prazo de 01 (um) dia, apresentar ao setor competente desta Municipalidade (Gerência de Recursos Humanos e Capacitação), os documentos descritos no subitem abaixo, sob pena de perder a vaga.

8.2.1 - Cópias e originais:

I - Carteira de Identidade;

II - CPF em situação regular perante a Receita Federal;

III - Endereço atualizado (conta de água, luz ou telefone);

IV - Número de Telefone para contato;

V - Nº da Conta Bancária na Caixa Econômica Federal (operação 013 ou 023);

VI - Comprovante de Frequência da Instituição de Ensino

VII - Histórico escolar da instituição de ensino

VIII - Comprovante de Cursos na área de Educação, quando existente.

8.3 - O estagiário será admitido por um período máximo de dois anos; podendo ser demitido a qualquer tempo, a critério da Municipalidade e a bem do interesse público.

8.4 - Os professores admitidos por meio do presente processo seletivo receberão o vencimento constante da tabela abaixo:

Estágio Superior com carga horária de 30 horas semanais	R\$ 612,70
Estágio Superior com carga horária de 20 horas semanais	R\$ 398,20

Estágio Ensino Médio com carga horária de 30 horas semanais	R\$ 557,70
Estágio Ensino Médio com carga horária de 20 horas semanais	R\$ 360,80

8.5 - Será acrescido ao valor do vencimento, o vale transporte no valor de R\$ 77,00 para todas as vagas.

9. DISPOSIÇÕES FINAIS:

9.1 - Este processo seletivo terá validade para o ano letivo de 2018 e 2019.

9.2 - No que tange ao Cadastro de Reserva este constitui somente e tão somente, como uma expectativa de direito do candidato selecionado, portanto, não obrigando o Município à convocação deste último.

9.3 - O estagiário contratado e que solicitar sua exoneração deverá aguardar o deferimento em exercício, cujo pedido será analisado e decidido no prazo de 07(sete) dias.

9.3.1 - O não cumprimento do disposto no item 9.3 deste edital, implica no pagamento de multa equivalente a 07 (sete) dias de trabalho, cujo valor será descontado no saldo rescisório.

9.4 - O estagiário será dispensado a qualquer tempo, quando não atender às exigências pedagógicas.

9.5 - O Prefeito Municipal, antes de qualquer nomeação, a bem do interesse público, se reserva no direito de anular o Processo Seletivo.

9.6 - Os candidatos inscritos declaram que aceitam os termos deste edital.

9.7 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão responsável pelo processo seletivo, de forma a não prejudicar o nível de habilitação dos docentes, mantidas, em qualquer caso, as condições estabelecidas neste edital.

São Lourenço do Oeste - SC, 08 de fevereiro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 184/2017

Publicação Nº 1516648

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 184/2017

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 184/2017 – Concorrência para Alienação Nº 004/2017.

OBJETO: DOAÇÃO COM ENCARGOS E CLÁUSULA DE REVERSÃO DOS IMÓVEIS: LOTE INDUSTRIAL Nº 04 (QUATRO), COM ÁREA DE 2.730,46M², SITUADO NA ZONA INDUSTRIAL SÃO PAULINHO; LOTE INDUSTRIAL Nº 09 (NOVE), COM ÁREA DE 10.446,59M², SITUADO NA ZONA INDUSTRIAL SÃO PAULINHO; LOTE INDUSTRIAL Nº 08 (OITO), COM ÁREA DE 1.854,24M², SITUADO NA ZONA INDUSTRIAL SÃO PAULINHO; LOTE INDUSTRIAL Nº 07 (SETE), COM ÁREA DE 3.088,92M², SITUADO NA ZONA INDUSTRIAL SÃO PAULINHO; LOTE URBANO Nº 04 (QUATRO), QUADRA "A", COM ÁREA DE 1.134,69M², SITUADO NO CONDOMÍNIO INDUSTRIAL EFAISLO; PARTE DO LOTE INDUSTRIAL Nº 02 (DOIS), COM ÁREA DE 5.225,34M², SITUADO NA ZONA INDUSTRIAL SÃO PAULINHO, TODOS A TÍTULO DE INCENTIVO ECONÔMICO.

FORNECEDOR: METALFER ESTRUTURAS METALICAS LTDA ME - CNPJ: 24.563.990/0001-34.

VALOR: R\$ 120.525,60 (cento e vinte mil, quinhentos e vinte e cinco reais e sessenta centavos).

TOTAL: R\$ 120.525,60 (cento e vinte mil, quinhentos e vinte e cinco reais e sessenta centavos).

DATA DE ASSINATURA: 02/02/2018.

VIGÊNCIA: 02/02/2018 à 31/12/2018.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 193/2017

Publicação Nº 1516649

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 193/2017

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 193/2017 – Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia Nº 019/2017.

OBJETO: CONT. DE EMP. ESP, BEM COMO O FORNEC. DE MAT. DE M.O., PARA EXEC. DA OBRA DE PAV. ASFÁLTICA EM CBUQ SOBRE PAV. EM PEDRAS IRREG., DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZ. VIÁRIA DA R. NEREU RAMOS ENTRE A R. CORONEL BERTASO E A R. PEDRO ÁLVARES CABRAL DO MUN. DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, COM ÁREA TOTAL DE 5.085,40M², CONF. PROJ. EM ANEXO E CONT. DE REP. DO MIN. DAS CIDADES/CAIXA, REF. À EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO PLANEJ. URBANO - CONT. DE REP. Nº 2623.1041859-62/2017, CONV. Nº 848433/2017.

FORNECEDOR: OESTE LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA – ME - CNPJ: 11.504.898/0001-51.

VALOR: R\$ 349.257,95 (trezentos e quarenta e nove mil, duzentos e cinquenta e sete reais e noventa e cinco centavos).

TOTAL: R\$ R\$ 349.257,95 (trezentos e quarenta e nove mil, duzentos e cinquenta e sete reais e noventa e cinco centavos).

DATA DE ASSINATURA: 11/01/2018.

VIGÊNCIA: 11/01/2018 à 31/12/2018.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 197/2017

Publicação Nº 1516650

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 197/2017

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 197/2017 – Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia Nº 020/2017.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL DE MÃO DE OBRA, PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE MURO DE CONTENÇÃO EM CONCRETO ARMADO NA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL SANTA MARIA GORETTI E NO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL MUNDO COLORIDO, AMBAS VINCULADAS À SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, COM ÁREA TOTAL DE 168,41M², CONFORME PROJETOS EM ANEXO.

FORNECEDOR: VISOLI CONSTRUTORA LTDA EPP - CNPJ: 02.131.315/0001-01.

VALOR: R\$ 107.940,25 (cento e sete mil, novecentos e quarenta reais e vinte e cinco centavos).

TOTAL: R\$ 107.940,25 (cento e sete mil, novecentos e quarenta reais e vinte e cinco centavos).

DATA DE ASSINATURA: 11/01/2018.

VIGÊNCIA: 11/01/2018 à 31/12/2018.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 202/2017

Publicação Nº 1516651

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 202/2017

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 202/2017 – Pregão Presencial Nº 151/2017.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SOCIEDADE DE ADVOGADOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA JURÍDICA AO GABINETE DO PREFEITO E AOS SERVIDORES MUNICIPAIS, VISANDO À CORRETA EXECUÇÃO DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS, CONSISTINDO NO TREINAMENTO DE PESSOAL MEDIANTE ORIENTAÇÃO E/OU CONFEÇÃO DE MINUTAS REFERENTES: AO PROCESSO LEGISLATIVO, ATOS ADMINISTRATIVOS, DECRETOS, PARECERES E ESTUDOS TÉCNICOS, PROCESSO LICITATÓRIO, ÁREA DE PESSOAL E TRIBUTAÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES A SEGUIR EXPOSTAS.

FORNECEDOR: MATIOTTI E MATTIOTTI ADVOGADOS ASSOCIADOS - CNPJ: 07.530.911/0001-70.

VALOR: R\$ 78.000,00 (setenta e oito mil reais).

TOTAL: R\$ 78.000,00 (setenta e oito mil reais).

DATA DE ASSINATURA: 17/01/2018.

VIGÊNCIA: 17/01/2018 à 31/12/2018.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 003/2018, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018 - FMS.

Publicação Nº 1511402

EXTRATO DO CONTRATO Nº 003/2018, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018 - FMS.

Origem: Processo Licitatório nº 037/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 034/2017.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.359.214/0001-75.

Contratada: Everton Fuzinatto ME, CNPJ nº 11.290.271-0001-45.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO E CONSERTO DOS EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E CEO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, NO ANO DE 2018.

Valor: R\$ 6.649,00 (seis mil e seiscentos e quarenta e nove reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados à Contratada através dos recursos próprios, de acordo com a ordem cronológica estabelecida no Decreto nº 5.811, de 15 de dezembro de 2017, que poderá ser de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá ter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução deste Contrato serão custeadas através de recursos próprios do Fundo Municipal de Saúde, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2018.

Dotação Orçamentária: D - 8/2018 - 13.01.10.301.4506.2.019.3.3.90.00.00.00.00.00 - Atenção Básica - Manutenção da Saúde Pública; e D - 20/2018 - 13.01.10.302.4506.2.021.3.3.90.00.00.00.00.00 - Bloco Média e Alta Complexidade - MAC - CEO - SAMU - CAPS.

Data de Assinatura: 05/02/2018.

Vigência: de 05/02/2018 a 31/12/2018.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Ivan Carlos Pilatti - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 004/2018, DE 05 DE JANEIRO DE 2018 - FMS.

Publicação Nº 1511404

EXTRATO DO CONTRATO Nº 004/2018, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018 - FMS.

Origem: Processo Licitatório nº 212/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 157/2017.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.359.214/0001-75.

Contratada: Claudemir Ribeiro dos Santos 08561784970, CNPJ nº 23.107.898/0001-05.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA REALIZAR SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA A

SEREM EXECUTADOS NOS PRÉDIOS E/OU LOCAIS PÚBLICOS INDICADOS PELO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, NO ANO DE 2018.

Valor: R\$ 3.390,00 (três mil e trezentos e noventa reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados com recursos próprios do Município, e de acordo com a ordem cronológica estabelecida no Decreto nº 5.811, de 15 de dezembro de 2017, que poderá ser de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do presente Contrato serão custeadas através de recursos próprios do município, por conta dos orçamentos do exercício financeiro de 2018.

Dotação Orçamentária: D - 27/2018 - 13.01.10.301.4506.2.047.3.3.90.00.00.00.00.00 - Bloco Atenção Básica; e D - 8/2018 - 13.01.10.301.4506.2.019.3.3.90.00.00.00.00.00 - Atenção Básica - Manutenção da Saúde Pública.

Data de Assinatura: 05/02/2018.

Vigência: de 05/02/2018 a 31/12/2018.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Claudemir Ribeiro dos Santos - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 005/2018, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018 - FMS.

Publicação Nº 1511408

EXTRATO DO CONTRATO Nº 005/2018, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018 - FMS.

Origem: Processo Licitatório nº 212/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 157/2017.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.359.214/0001-75.

Contratada: Projetel Materiais Elétricos Ltda. EPP, CNPJ nº 82.095.456/0001-47.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA REALIZAR SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA A SEREM EXECUTADOS NOS PRÉDIOS E/OU LOCAIS PÚBLICOS INDICADOS PELO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, NO ANO DE 2018.

Valor: R\$ 1.080,00 (um mil e oitenta reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados com recursos próprios do Município, e de acordo com a ordem cronológica estabelecida no Decreto nº 5.811, de 15 de dezembro de 2017, que poderá ser de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do presente Contrato serão custeadas através de recursos próprios do município, por conta dos orçamentos do exercício financeiro de 2018.

Dotação Orçamentária: D - 27/2018 - 13.01.10.301.4506.2.047.3.3.90.00.00.00.00.00 - Bloco Atenção Básica; e D - 8/2018 - 13.01.10.301.4506.2.019.3.3.90.00.00.00.00.00 - Atenção Básica - Manutenção da Saúde Pública.

Data de Assinatura: 05/02/2018.

Vigência: de 05/02/2018 a 31/12/2018.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Márcia Regina Feuser Suzin - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 031/2018, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1509832

EXTRATO DO CONTRATO Nº 031/2018, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2018.

Origem: Processo Licitatório nº 202/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 151/2017.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: MATIOTTI E MATIOTTI ADVOGADOS ASSOCIADOS, CNPJ nº 07.530.911/0001-70.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SOCIEDADE DE ADVOGADOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA JURÍDICA AO GABINETE DO PREFEITO E AOS SERVIDORES MUNICIPAIS, VISANDO À CORRETA EXECUÇÃO DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS, CONSISTINDO NO TREINAMENTO DE PESSOAL MEDIANTE ORIENTAÇÃO E/OU CONFEÇÃO DE MINUTAS REFERENTES: AO PROCESSO LEGISLATIVO, ATOS ADMINISTRATIVOS, DECRETOS, PARECERES E ESTUDOS TÉCNICOS, PROCESSO LICITATÓRIO, ÁREA DE PESSOAL E TRIBUTAÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES A SEGUIR EXPOSTAS: a) Consultoria ao Gabinete do Prefeito, nos requerimentos a ele direcionados e na elaboração de pareceres escritos, visando fixar a interpretação governamental de leis ou atos administrativos; b) Consultoria e assessoramento ao Gabinete dos Secretários e dos demais ocupantes de cargos e funções de direção, chefia e assessoramento, nas consultas a eles direcionadas e na elaboração de pareceres e despachos escritos; c) Consultoria aos procuradores municipais, nas consultas a eles direcionadas e na elaboração de peças processuais pertinentes aos processos judiciais de maior complexidade, especialmente aqueles onde haja conflito de interesses entre servidores municipais e a fazenda pública municipal; d) Consultoria e assessoria referente ao processo legislativo, compreendendo os atos relativos à elaboração de projetos de lei de média e alta complexidade projetos de Resolução e de Decreto Legislativo, incluindo o acompanhamento técnico dos procedimentos normativos; e) Consultoria jurídica administrativa em âmbito geral, de modo presencial diário na sede do Contratante, pelo menos 02 (duas) horas por dia (compreendidas dentro do horário de expediente da Administração Pública Municipal), compreendendo a administração pública municipal e os demais setores, órgãos, autarquias e departamentos, e, ainda assessoramento pessoal aos órgãos e agentes municipais, através de orientações pareceres e respostas a consultorias previamente formuladas, o que deverá ocorrer em modo verbal ou impresso, conforme a necessidade, cujas condições e prazos serão fixados pelo requerente quando da formulação do questionamento; f) Consultoria e assessoria referente à revisão, análise e elaboração de pareceres escritos inerentes ao Plano Diretor Participativo, à Estrutura Administrativa, à Lei que regulamenta o Transporte Público Municipal de Passageiros, à Lei que dispõe sobre o Código De Edificações Do Município, às Leis que dispõem sobre o IPTU e Planta Básica de Valores dos Imóveis.

Valor: R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais) mensais, totalizando o montante de R\$ 71.500,00 (setenta e um mil e quinhentos reais) para o exercício de 2018.

Pagamento: Os pagamentos serão realizados de acordo com a ordem cronológica estabelecida no Decreto nº 5.811, de 15 de dezembro de 2017, que será de no máximo 30 (trinta) dias, mediante a apresentação da nota fiscal, relatórios dos serviços prestados, a folha de

pagamento quitada dos empregados que atuaram na sociedade no período, GFIP quitada do mesmo período e pagamento da Previdência do período correspondente.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do presente Contrato serão custeadas através de recursos próprios do município, por conta dos orçamentos do exercício financeiro de 2018.

Rubrica Orçamentária: D - 17/2018 - 06.01.04.122.4503.2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 - Manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda.

Data de Assinatura: 02/02/2018.

Vigência: de 02/02/2018 a 31/12/2018.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Jorge Mاتيotti Neto - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 032/2018, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1509833

EXTRATO DO CONTRATO Nº 032/2018, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2018.

Origem: Processo Licitatório nº 061/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 052/2017.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Cruzeiro Terraplanagem Ltda. ME, CNPJ nº 12.608.383/0001-64.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAR SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, TRATOR DE ESTEIRA, MOTONIVELADORA E ROLO VIBROCOMPACTADOR A SEREM EXECUTADOS NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC NO ANO DE 2017.

Valor: R\$ 18.688,68 (dezoito mil, seiscentos e oitenta e oito reais e sessenta e oito centavos).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados, de acordo com a ordem cronológica disposta no Decreto nº 5.811, de 15 de dezembro de 2017, que será de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução deste Contrato serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do exercício financeiro de 2018.

Rubrica Orçamentária: D - 114/2018 - 10.01.20.606.4507.2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 - Manutenção da Secretaria Municipal de Agricultura.

Data de Assinatura: 02/02/2018.

Vigência: de 02/02/2018 a 31/12/2018.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Joelson Miglioretto Jeremias - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 033/2018, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1509834

EXTRATO DO CONTRATO Nº 033/2018, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2018.

Origem: Processo Licitatório nº 165/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 126/2017.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Construtora R.S.R. Ltda. ME, CNPJ nº 02.445.944/0001-06.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO E/OU MANUTENÇÃO DE: MEIO-FIO, PAVER, TUBULAÇÃO, BOCA DE LOBO, PAVIMENTAÇÃO DE PEDRAS IRREGULARES, ROTATÓRIA E CANTEIRO CENTRAL, PARA CONSERVAÇÃO DAS OBRAS E VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO CONFORME DEMANDA DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 4.981,09 (quatro mil, novecentos e oitenta e um reais e nove centavos).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados à Contratada de acordo com a ordem cronológica disposta no Decreto nº 5.811, de 15 de dezembro de 2017, que será de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do presente Contrato serão custeadas através de recursos próprios do município por conta do exercício financeiro de 2018.

Rubrica Orçamentária: D - 97/2018 - 09.01.15.451.4511.2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 - Manutenção da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

Data de Assinatura: 02/02/2018.

Vigência: de 02/02/2018 a 31/12/2018.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Roque Sadi Ribeiro - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 034/2018, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1509838

EXTRATO DO CONTRATO Nº 034/2018, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2018.

Origem: Processo Licitatório nº 165/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 126/2017.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Urbanização Nelson Vieira ME, CNPJ nº 27.281.305/0001-75.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO E/OU MANUTENÇÃO DE: MEIO-FIO, PAVER, TUBULAÇÃO, BOCA DE LOBO, PAVIMENTAÇÃO DE PEDRAS IRREGULARES, ROTATÓRIA E CANTEIRO CENTRAL, PARA CONSERVAÇÃO DAS OBRAS E VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO CONFORME DEMANDA DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 21.200,82 (vinte e um mil, duzentos reais e oitenta e dois centavos).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados à Contratada de acordo com a ordem cronológica disposta no Decreto nº 5.811, de 15 de

dezembro de 2017, que será de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do presente Contrato serão custeadas através de recursos próprios do município por conta do exercício financeiro de 2018.

Rubrica Orçamentária: D - 97/2018 - 09.01.15.451.4511.2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 - Manutenção da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

Data de Assinatura: 02/02/2018.

Vigência: de 02/02/2018 a 31/12/2018.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Nelson Vieira - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 035/2018, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1511822

EXTRATO DO CONTRATO Nº 035/2018, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.

Origem: Processo Licitatório nº 161/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 123/2017.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Flach Ambientes Comércio de Acabamentos e Revestimentos Ltda. ME, CNPJ nº 12.112.325/0001-45.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO DE DIVISÓRIAS NAS SECRETARIAS E ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 25.331,37 (vinte e cinco mil, trezentos e trinta e um reais e trinta e sete centavos).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados à Contratada de acordo com a ordem cronológica disposta no Decreto nº 5.586, de 03 de janeiro de 2017, que será de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do presente Contrato serão custeadas através de recursos próprios do município por conta do exercício financeiro de 2018.

Rubrica Orçamentária: D - 48/2018 - 08.01.12.361.4505.2.012.3.3.90.00.00.00.00.00 - Manutenção da Secretaria Municipal de Educação.

Data de Assinatura: 05/02/2018.

Vigência: de 05/02/2018 a 31/12/2018.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Alceu João Bamberg e Artemio José Flach - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 036/2018, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1514027

EXTRATO DO CONTRATO Nº 036/2018, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018.

Origem: Processo Licitatório nº 208/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 155/2017.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Belink & Souza Ltda. ME, CNPJ nº 08.831.603/0001-47.

Objeto: AQUISIÇÃO DE CARTUCHOS, REFIS E TONERS COMPATÍVEIS A SEREM UTILIZADOS DURANTE O ANO DE 2018 PARA AS IMPRESSORAS DE VÁRIOS MODELOS E MARCAS DE PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 2.592,12 (dois mil, quinhentos e noventa e dois reais e doze centavos).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados com recursos próprios do Município, e de acordo com a ordem cronológica estabelecida no Decreto nº 5.811, de 15 de dezembro de 2017, que poderá ser de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do presente Contrato serão custeadas através de recursos próprios do município, por conta dos orçamentos do exercício financeiro de 2018.

Rubrica Orçamentária: D - 17/2018 - 06.01.04.122.4503.2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 - Manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda.

Data de Assinatura: 06/02/2018.

Vigência: de 06/02/2018 a 31/12/2018.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Paulo Rodrigo de Souza - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 037/2018, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1514028

EXTRATO DO CONTRATO Nº 037/2018, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018.

Origem: Processo Licitatório nº 208/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 155/2017.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Belink & Souza Ltda. ME, CNPJ nº 08.831.603/0001-47.

Objeto: AQUISIÇÃO DE CARTUCHOS, REFIS E TONERS COMPATÍVEIS A SEREM UTILIZADOS DURANTE O ANO DE 2018 PARA AS IMPRESSORAS DE VÁRIOS MODELOS E MARCAS DE PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 84.465,92 (oitenta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e noventa e dois centavos).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados com recursos próprios do Município, e de acordo com a ordem cronológica estabelecida no Decreto nº 5.811, de 15 de dezembro de 2017, que poderá ser de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do presente Contrato serão custeadas através de recursos próprios do município, por conta dos orçamentos do exercício financeiro de 2018.

Rubrica Orçamentária: D - 52/2018 - 08.01.12.361.4505.2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 - Manutenção do Ensino Fundamental.

Data de Assinatura: 06/02/2018.

Vigência: de 06/02/2018 a 31/12/2018.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Paulo Rodrigo de Souza - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 038/2018, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1514031

EXTRATO DO CONTRATO Nº 038/2018, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018.

Origem: Processo Licitatório nº 208/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 155/2017.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: D. G. LAZARIN EPP, CNPJ nº 05.874.059/0001-22.

Objeto: AQUISIÇÃO DE CARTUCHOS, REFIS E TONERS COMPATÍVEIS A SEREM UTILIZADOS DURANTE O ANO DE 2018 PARA AS IMPRESSORAS DE VÁRIOS MODELOS E MARCAS DE PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 14.054,20 (catorze mil, cinquenta e quatro reais e vinte centavos).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados com recursos próprios do Município, e de acordo com a ordem cronológica estabelecida no Decreto nº 5.811, de 15 de dezembro de 2017, que poderá ser de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do presente Contrato serão custeadas através de recursos próprios do município, por conta dos orçamentos do exercício financeiro de 2018.

Rubrica Orçamentária: D - 52/2018 - 08.01.12.361.4505.2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 - Manutenção do Ensino Fundamental.

Data de Assinatura: 06/02/2018.

Vigência: de 06/02/2018 a 31/12/2018.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Diana Galvagni Lazarin - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 039/2018, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1515829

EXTRATO DO CONTRATO Nº 039/2018, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018.

Origem: Processo Licitatório nº 142/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 110/2017.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Projetal Materiais Elétricos Ltda. EPP, CNPJ nº 82.095.456/0001-47.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA IMPLANTAÇÃO E REPAROS NAS REDES DE TELEFONIA, ELÉTRICA E COMUNICAÇÃO DE DADOS DAS ESCOLAS BÁSICAS MUNICIPAIS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 12.687,06 (doze mil, seiscentos e oitenta e sete reais e seis centavos).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados, de acordo com a ordem cronológica disposta no Decreto nº 5.811, de 15 de dezembro de 2017, que será de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução deste Contrato serão custeadas através de recursos próprios do município, por conta do exercício financeiro de 2018.

Rubrica Orçamentária: D - 60/2018 - 08.01.12.365.4505.2.015.3.3.90.00.00.00.00.00 - Manutenção da Educação Infantil; e D - 53/2018 - 08.01.12.361.4505.2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 - Manutenção do Ensino Fundamental.

Data de Assinatura: 07/02/2018.

Vigência: de 07/02/2018 a 31/12/2018.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Márcia Regina Feuser Suzin - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 040/2018, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1515832

EXTRATO DO CONTRATO Nº 040/2018, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018.

Origem: Processo Licitatório nº 211/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 156/2017.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Disul Transportes e Turismo Ltda. ME, CNPJ nº 09.535.096/0001-67.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR TRANSPORTE DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DO PERÍMETRO URBANO VINCULADAS À SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados com recursos próprios do Município, e de acordo com a ordem cronológica estabelecida no Decreto nº 5.811, de 15 de dezembro de 2017, que poderá ser de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do presente Contrato serão custeadas através de recursos próprios do município, por conta dos orçamentos do exercício financeiro de 2018.

Rubrica Orçamentária: D - 79/2018 - 08.01.12.365.4505.2.065.3.3.90.00.00.00.00.00 - Alimentação Escolar - Educação Infantil; e D - 81/2018 - 08.01.12.361.4505.2.066.3.3.90.00.00.00.00.00 - Alimentação Escolar - Ensino Fundamental.

Data de Assinatura: 07/02/2018.

Vigência: de 07/02/2018 a 31/12/2018.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Dilmar Bauer - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 041/2018, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018 - FMS.

Publicação Nº 1516703

EXTRATO DO CONTRATO Nº 041/2018, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018 - FMS.

Origem: Processo Licitatório nº 212/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 157/2017.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Claudemir Ribeiro dos Santos 08561784970, CNPJ nº 23.107.898/0001-05.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA REALIZAR SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA A SEREM EXECUTADOS NOS PRÉDIOS E/OU LOCAIS PÚBLICOS INDICADOS PELO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, NO ANO DE 2018.

Valor: R\$ 7.013,00 (sete mil e treze reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados com recursos próprios do Município, e de acordo com a ordem cronológica estabelecida no Decreto nº 5.811, de 15 de dezembro de 2017, que poderá ser de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do presente Contrato serão custeadas através de recursos próprios do município, por conta dos orçamentos do exercício financeiro de 2018.

Dotação Orçamentária: D - 52/2018 - 08.01.12.361.4505.2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 - Manutenção do Ensino Fundamental.

Data de Assinatura: 08/02/2018.

Vigência: de 08/02/2018 a 31/12/2018.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Claudemir Ribeiro dos Santos - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 042/2018, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018 - FMS.

Publicação Nº 1516704

EXTRATO DO CONTRATO Nº 042/2018, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018 - FMS.

Origem: Processo Licitatório nº 212/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 157/2017.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Projetel Materiais Elétricos Ltda. EPP, CNPJ nº 82.095.456/0001-47.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA REALIZAR SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA A SEREM EXECUTADOS NOS PRÉDIOS E/OU LOCAIS PÚBLICOS INDICADOS PELO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, NO ANO DE 2018.

Valor: R\$ 114,75 (cento e catorze vírgula setenta e cinco reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados com recursos próprios do Município, e de acordo com a ordem cronológica estabelecida no Decreto nº 5.811, de 15 de dezembro de 2017, que poderá ser de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do presente Contrato serão custeadas através de recursos próprios do município, por conta dos orçamentos do exercício financeiro de 2018.

Dotação Orçamentária: D - 26/2018 - 06.01.06.181.4503.2.008.3.3.90.00.00.00.00.00 - Manutenção dos serviços de segurança Pública.

Data de Assinatura: 08/02/2018.

Vigência: de 08/02/2018 a 31/12/2018.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Márcia Regina Feuser Suzin - pela Contratada.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 1 AO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 001/2018.

Publicação Nº 1516503

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 1 AO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 001/2018.

Origem: Lei Municipal nº 2.219, de 22 de maio de 2015; Decreto nº 5.677, de 31 maio de 2017; e Decreto nº 5.844, de 02 de fevereiro de 2018.

Permitente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Permissionário: Erivelto Luiz Hertz; CPF/MF nº 040.379.539-78.

Objeto: alterar a forma de pagamento para depósito em conta do Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste, referente a utilização do Teatro Professor Arno Ignácio Etges, ante a inexistência de convênio atual com a Caixa Econômica Federal que possibilite o recolhimento em forma de Documento de Arrecadação Municipal;

Data de Assinatura: 07/02/2018.

Vigência: de 09 a 14 de fevereiro de 2018.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pelo Permitente e Erivelto Luiz Hertz - pela permissionária.

EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 001/2018, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1516435

EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 001/2018, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2018.

Origem: Lei Municipal nº 2.219, de 22 de maio de 2015; Decreto nº 5.677, de 31 maio de 2017; e Decreto nº 5.844, de 02 de fevereiro de 2018.

Permitente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Permissionário: Erivelto Luiz Hertz; CPF/MF nº 040.379.539-78.

Objeto: Permissão de Uso Onerosa do Centro de Eventos Governador Luiz Henrique da Silveira, situado na rua Via Parque, s/nº, bairro Cruzeiro, em São Lourenço do Oeste/SC, com relação ao(s) seguinte(s) espaço(s): cozinha, praça de alimentação e Teatro Professor Arno Ignácio Etges, a ser promovido nas datas de 10 a 12 de fevereiro de 2018, pela Permissionária.

Valor: R\$ 425,31 (quatrocentos e vinte e cinco reais e trinta e um centavos) referente ao Teatro Professor Arno Ignácio Etges; e R\$ 191,05 (cento e noventa e um reais e cinco centavos) com relação aos demais espaços, totalizando o montante de R\$ 616,36 (seiscentos e dezesseis reais e trinta e seis centavos), correspondendo a 5,42 (cinco vírgula quarenta e dois) UFRMs - Unidades Fiscais de Referência Municipal, conforme estabelecido no Decreto nº 5.844/2018.

Pagamento: Em parcela única, por meio de DAMs - Documento de Arrecadação Municipal, com vencimento até o dia 08 de fevereiro de 2018.

Data de Assinatura: 02/02/2018.

Vigência: de 09 a 14 de fevereiro de 2018.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pelo Permitente e Erivelto Luiz Hertz - pela permissionária.

RESOLUÇÃO Nº 001/2018/CACS-FUNDEB/SLO.

Publicação Nº 1515252

RESOLUÇÃO Nº 001/2018/CACS-FUNDEB/SLO.

Dá parecer favorável e aprova a prestação de contas do PNATE referente ao ano de 2017.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO, nomeada pelo Decreto Municipal nº 5.714, de 25 de agosto de 2017, e no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar nº 1.660, de 08 de maio de 2007 e reformulada pela Lei nº 1.766 de 15 de outubro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, na data de 07 de fevereiro de 2018, após análise de Notas Fiscais, Notas de Empenhos e documentos necessários a aplicação do Programa, referente ao uso dos recursos do PNATE, relativo ao período de 2017, a prestação de contas, verificando-se estar tudo em boa ordem e de acordo com a legislação vigente.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, 07 de fevereiro de 2018.

ALINI CRISTINA CADORIM BONETTI

Presidente do CACS-FUNDEB

IVONE GORETTI BONFIM DA LUZ

Representante do Conselho Municipal de Educação

EDISSON ARI PILETTI

Representante do Poder Executivo Municipal

AGUSTINHO AMADORI

Representante de Pais de Alunos das Escolas Públicas Municipais

RESOLUÇÃO Nº 002/2018/CACS-FUNDEB/SLO.

Publicação Nº 1515253

RESOLUÇÃO Nº 002/2018/CACS-FUNDEB/SLO.

Dá parecer favorável e aprova a prestação de contas do FUNDEB referente ao ano de 2017.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, nomeada pelo Decreto Municipal nº 5.714, de 25 de agosto de 2017, e no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar nº 1.660, de 08 de maio de 2007 e reformulada pela Lei nº 1.766 de 15 de outubro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, na data de 07 de fevereiro de 2018, a prestação de contas referente a aplicação dos recursos do FUNDEB relativo ao período de 2017, verificando-se que os recursos recebidos no exercício, foram aplicados em conformidade com o que estabelece a Lei 11.494/2007, não encontrando nenhuma irregularidade;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, 07 de fevereiro de 2018.

ALINI CRISTINA CADORIM BONETTI

Presidente do CACS-FUNDEB

IVONE GORETTI BONFIM DA LUZ

Representante do Conselho Municipal de Educação

EDISSON ARI PILETTI

Representante do Poder Executivo Municipal

AGUSTINHO AMADORI

Representante de Pais de Alunos das Escolas Públicas Municipais

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

MINUTA 06/2018

Publicação Nº 1518012

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2018.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL- Registro de Preço

VILMAR SCHMAEDECKE, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Licitação do tipo "MENOR PREÇO", por item para aquisição de produtos alimentícios, de higiene, limpeza, copa e cozinha, para as Secretarias Municipais, nas quantidades estimadas, para entrega no período de 12 meses e estará recebendo envelopes da documentação e proposta até às 08:30 horas do dia 27/02/2018. Maiores informações, bem como cópia do edital poderá ser obtida com o setor de Licitações, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei Federal nº. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e suas atualizações, Lei Geral nº123/2006, Lei Complementa 147/2014, e Decreto Municipal nº. 105/2014. São Miguel da Boa Vista (SC), 09 de Fevereiro de 2018. VILMAR SCHMAEDECKE – Prefeito Municipal.

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

PROC 09/2018 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

Publicação Nº 1517648

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2018

O Fundo Municipal de Assistência Social através de sua Gestora, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de leite destinado para o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, e para o Abrigo Institucional Cantinho Acolhedor, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 09h45min do dia 28 de fevereiro de 2018.

Abertura: às 10h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº

1199, fone (0xx49) 3631 2006 e o edital na íntegra no pelo site:

www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 08 de fevereiro de 2018.

MARTA REGINA SOTILLI

GESTORA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROC 54/2018 - PREFEITURA

Publicação Nº 1517279

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2018

A Prefeitura Municipal, a partir do Secretário Municipal de Administração e Finanças, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de 01(um) veículo novo, zero km destinado para uso junto a Secretaria Municipal de Obras do Município de São Miguel do Oeste – SC, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 01 de março de 2018.

Abertura: às 14h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº

1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site:

www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 08 de fevereiro de 2018.

ALFREDO SPIER

SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PROC 55/2018 - PREFEITURA

Publicação Nº 1517779

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 55/2018
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 05/2018

O Município de São Miguel do Oeste - SC, a partir do Secretário Municipal de Administração e Finanças, Leva ao conhecimento dos interessados que realizou licitação na Modalidade de Dispensa de Licitação tendo como objeto: Locação do imóvel, localizado na Av. Getúlio Vargas, com a Rua Dr. José Garrido Yanes, sob a Matrícula nº 38.358, lotes 100 e 102 com área de 1.705,00m² com construção de armazém/galpão em alvenaria de 679,52m² destinado a Secretaria de Cultura na produção, decoração, ornamentação e guarda dos materiais utilizados nas festividades promovidas pelo município de São Miguel do Oeste – SC. Valor Mensal R\$ 2.200,00. Empresa: PROBST IMOVEIS LTDA. Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade ou sito a Rua Marcilio Dias, 1199, fone (0xx49)36312006.

São Miguel do Oeste – SC, 08 de fevereiro de 2018.

ALFREDO SPIER

Secretário Municipal de Administração e Finanças

REEQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO

Publicação Nº 1516719

6º REEQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO – EXTRATO**ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 01/2017**

Processo Licitatório nº 06/2017, Pregão Presencial nº 02/2017

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DOS PACIENTES DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO UPB 24 HS, CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL-CAPS, MEDICAMENTOS BÁSICOS E CONTROLE ESPECIAL A DISTRIBUIÇÃO GRATUITA A PACIENTES COM PRESCRIÇÃO MÉDICA E DEMAIS MEDICAMENTOS E MATERIAIS CFE DETERMINAÇÃO JUDICIAL, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.

Item: 02 – NIFEDIPINO 20MG

Contratada: CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Reajuste solicitado pela Contratada e deferido pela Contratante.

Preço contratado: R\$ 0,0310;

Preço reajustado: R\$ 0,1317.

Data do deferimento: 06/02/2018.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições avençadas anteriormente.

Leonir Caron – Secretário Municipal de Saúde

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO CONTRATO 02/2018**

Publicação Nº 1516923

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 02/2018

A Câmara de Vereadores de São Miguel do Oeste torna público o seguinte contrato:
Contrato 02/2018, Processo Licitatório 24/2017, Pregão 20/2017.

Objeto:

LOTE - 01 escada marinho para colocação conforme instruções da engenharia municipal no local não contemplado por projeto inicial, da nova sede da Câmara de Vereadores de São Miguel do Oeste, conforme descrição no anexo I e suas imagens, do processo licitatório n.º 20/2017.

Valor total dos itens do lote supracitado: R\$ 7.300,00 (sete mil e trezentos reais)

VIGÊNCIA: 01 de fevereiro de 2018 até 31 de dezembro de 2108.

EMPRESA: FÁBRICA E COMÉRCIO DE ESTRUTURAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS OESTE METAL LTDA - ME

São Miguel do Oeste/SC, 08 de fevereiro de 2018.

CLÁUDIO JOSÉ BARP

Presidente da Câmara de Vereadores.

EXTRATO CONTRATO 03/2018

Publicação Nº 1516925

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 03/2018

A Câmara de Vereadores de São Miguel do Oeste torna público o seguinte contrato:
Contrato 03/2018, Processo Licitatório 02/2018, Pregão 02/2018.

Objeto:
LOTE - 01 escada marinho para colocação conforme instruções da engenharia municipal no local não contemplado por projeto inicial, da nova sede da Câmara de Vereadores de São Miguel do Oeste, conforme descrição no anexo I e suas imagens, do processo licitatório n.º 20/2017.
Valor total do item: R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais), sendo trezentos reais por mês.
VIGÊNCIA: 02 de fevereiro de 2018 até 31 de dezembro de 2108.
EMPRESA: SM LINE EIRELI EPP.
São Miguel do Oeste/SC, 08 de fevereiro de 2018.
CLÁUDIO JOSÉ BARP
Presidente da Câmara de Vereadores.

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 10.2018

Publicação Nº 1516887

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 10.2018- MODALIDADE: Pregão Presencial - Registro de Preços

TIPO: Menor Preço por Item

Objeto do Pregão:

a) 320 horas máquinas (Retroescavadeira) 4x4, ano de fabricação de no mínimo 2008 para ser utilizada na recuperação de acessos vicinais e auxílio a agricultura e obras.

b) 450 horas com Escavadeira Hidráulica, potência mínima de 94HP, peso nominal mínimo de 18 toneladas, capacidade da caçamba de 1,00m³, profundidade mínima de escavação 7,60M em perfeitas condições operacionais, ano de fabricação não inferior a 2009.

c) 250 horas de caminhão caçamba, ano de fabricação de no mínimo 2004, Truck traçada com motorista para recuperação das vias públicas deste Município.

d) 150 horas de Caminhão Plataforma (prancha) para Transporte de Máquinas em todo o território da Grande Florianópolis.

DATA DE ABERTURA: 26/02/2018 às 09h, com entrega dos envelopes para credenciamento até às 08h45min do mesmo dia. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou pelo e-mail: licitacoes@pmspa.sc.gov.br

MAIS INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 das 07h às 13h. São Pedro de Alcântara, 08/02/2018.

ERNEI JOSÉ STAHELIN – Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO 11.2018

Publicação Nº 1516888

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 11.2018- MODALIDADE: Pregão Presencial – Registro de Preços

TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO: A locação sanitários químicos, equipamentos de som e prestação de serviços para som automotivo para os eventos de acordo com a necessidade do Município, conforme características e especificações constantes no Anexo I do Edital.

DATA DE ABERTURA: 27/02/2018 às 09h00min com entrega dos envelopes para credenciamento até às 08h45min do mesmo dia. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou pelo e-mail: licitacoes@pmspa.sc.gov.br

MAIS INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 das 07:00h às 13:00h. São Pedro de Alcântara, 08/02/2018.

ERNEI JOSÉ STAHELIN – Prefeito Municipal

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 019/2018

Publicação Nº 1516911

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 019/2018

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 01.613.101/001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado o Sr. OSVALDO JOSÉ FERNANDES, residente a Estrada Geral da Boa Parada, nº 495, Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, portador do RG: 2.065.000, inscrito no CPF sob nº. 660.751.909-10, Pasep nº 10849651147, doravante denominado contratado sob as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO, DESCRIÇÃO E LOCALIZAÇÃO

1.1. Este contrato tem como objeto a contratação de mão de obra para construção de 01 sala provisória, conserto dos vazamentos no local da construção, conserto na vedação do telhado ligado a torre da caixa d'água, conserto (troca) da manta na calha, conserto das calhas que descem pela parede do pátio e modificação de ponto de luz no Centro de Educação Infantil Frei Ático.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO:

2.1- A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 2.690,00 (dois mil seiscentos e noventa reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO:

3.1- O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1- O prazo de vigência deste contrato será de 29/01/2018 a 01/02/2018.

4.2- Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1- Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS:

5.1- As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADA assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 29 de janeiro de 2018.

ERNEI JOSÉ STAHELIN OSVALDO JOSÉ FERNANDES

CONTRATANTE CONTRATADO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 024/2018

Publicação Nº 1516916

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 024/2018

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 01.613.101/001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado a Sra. SUZANA MONTEIRO NIEHUES DE FARIAS, residente a Rua Florianópolis, nº 265, Centro, Antônio Carlos/SC, portadora do RG: 7.625.038, inscrita no CPF sob nº. 007.324.569-08, Paspel nº 127.98556.51-3, doravante denominado contratado sob as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO, DESCRIÇÃO E LOCALIZAÇÃO

1.1. Este contrato tem como objeto à contratação de mão de obra para construção de 25m³ de rampa de acesso à residência do Sr João João Fritzen no bairro Santa Teresa neste município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO:

2.1- A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 3.770,00 (três mil setecentos e setenta reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO:

3.1- O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1- O prazo de vigência deste contrato será de 07/02/2018 a 15/02/2018.

4.2- Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1- Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS:

5.1- As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADA assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma. São Pedro de Alcântara/SC, 07 de fevereiro de 2018.

ERNEI JOSÉ STAHELIN SUZANA MONTEIRO NIEHUES DE FARIAS
CONTRATANTE CONTRATADO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 025/2018

Publicação Nº 1516917

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 025/2018

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado JOSÉ GILMAR GESSER, inscrito no CPF sob nº. 542.163.469-87, RG nº. 1.313.312, Pis/Pasep: 121.67279.32-0, residente a Rua Antônio Paulino Silva, nº. 40, Santa Teresa, São Pedro de Alcântara/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO:

1.1. Este contrato tem como objeto a prestação de serviços de Reforma do parque no bairro Santa Teresa / São Pedro de Alcântara.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO:

2.1- A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO:

3.1- O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1- O prazo de vigência deste contrato será de 07/02/2018 a 09/02/2018.

4.2- Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1- Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS:

5.1- As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 07 de fevereiro de 2018.

ERNEI JOSÉ STAHELIN JOSÉ GILMAR GESSER
Prefeito Municipal Contratado

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 027/2018

Publicação Nº 1516919

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO n.º 027/2018

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado SJR ORGANIZAÇÃO E

PRODUÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS LTDA, inscrita no CNPJ: 12.730.429/0001-13, com sede a Rua Jardim Esperança, nº. 55 - Centro – Antônio Carlos/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO:

1.1- Este contrato tem como objeto a prestação de serviço de arbitragem, para o 10º Campeonato de Futsal no Município de São Pedro de Alcântara.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO:

2.1- A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor total de R\$ 5.975,00 (cinco mil novecentos e setenta e cinco reais). O pagamento será efetuado em 02 parcelas, sendo R\$ 2.987,50 (dois mil novecentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) no dia 21/02/2018 e R\$ 2.987,50 (dois mil novecentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) no dia 12/04/2018.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO:

3.1- O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1- O prazo de vigência deste contrato será de 16/02/2018 a 12/04/2018.

4.2- Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1- Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS:

5.1- As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma. São Pedro de Alcântara/SC, 07 de fevereiro de 2018.

ERNEI JOSÉ STAHELIN SJR ORGANIZAÇÃO E PRODUÇÃO Prefeito Municipal DE EVENTOS ESPORTIVOS LTDA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 028/2018

Publicação Nº 1516921

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO n.º 028/2018

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado JULIANO AUGUSTO PERSIKE, portador do RG: 5.185.667, inscrito no CPF sob nº. 037.581.579-19, Pis/Pasep 206.00908.520-02, residente e domiciliado a Rua Dr. Wilson Laus Scheidt, nº. 324 – Córrego Grande – Florianópolis/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO:

1.1- Este contrato tem como objeto a prestação de serviço de planejamento e organização do Campeonato Sub 20 de Futsal do Município de São Pedro de Alcântara.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO:

2.1- A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor total de R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais). O pagamento será efetuado em duas parcelas, sendo R\$ 1.650,00 (um mil seiscentos e cinquenta reais) no dia 21/02/2018 e 1.650,00 (um mil seiscentos e cinquenta reais) no dia 21/03/2018.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO:

3.1- O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1- O prazo de vigência deste contrato será de 16/02/2018 a 12/04/2018.

4.2- Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1- Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS:

5.1- As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 07 de fevereiro de 2018.

ERNEI JOSÉ STAHELIN JULIANO AUGUSTO PERSIKE

Prefeito Municipal Contratado

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº. 020/2018

Publicação Nº 1516912

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº. 020/2018

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 08.971.900/0001-98, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado DJENIER DA SILVA RODRIGUES, inscrito no CPF sob nº. 060.919.609-03, RG 5.522.917, PIS/PASEP 200.60450.69-4, com endereço a Servidão Jacob Antônio Pereira, 61, Santa Teresa, neste Município, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO:

1.1. Este contrato tem como objeto à prestação de serviço, pelo CONTRATADO à PREFEITURA, de higienização e lubrificação de 12 aparelhos de ar condicionado na unidade de saúde Raulino José Zimmermann.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES E DO PAGAMENTO:

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor total de R\$ 2.940,00 (dois mil novecentos e quarenta reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO:

3.1. O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1. A vigência deste contrato será de 30/01/2018 a 31/01/2018.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS:

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 30 de janeiro de 2018.

ERNEI JOSÉ STAHELIN Prefeito Municipal	DJENIER DA SILVA RODRIGUES Contratado
---	--

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº. 021/2018

Publicação Nº 1516913

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº. 021/2018

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado FERNANDO HAMES 03521760910, inscrito no CNPJ sob n.º. 24.143.846/0001-49, com sede a Rua Bertoldo Hames, 2852, Cubatão, neste Município, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO:

1.1. Este contrato tem como objeto à prestação de serviço de mão de obra para manutenção da instalação elétrica na Escola Básica Municipal Dr Adalberto Tolentino de Carvalho.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES E DO PAGAMENTO:

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor total de R\$ 499,50 (quatrocentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO:

3.1. O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1. A vigência deste contrato será de apenas um dia, ou seja, 31/01/2018.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS:

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 31 de janeiro de 2018.

ERNEI JOSÉ STAHELIN Prefeito Municipal	FERNANDO HAMES 03521760910 Contratado
---	--

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº. 022/2018

Publicação Nº 1516914

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº. 022/2018

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado JAISON JUNKES, inscrito no CPF sob n.º. 033.620.999-12, RG 3.800.193-4, PIS/PASEP 126.71507.72.2, com endereço a Rua José Matias Junkes, 1469, Vila Junkes, neste Município, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO:

1.1. Este contrato tem como objeto à prestação de serviço, pelo CONTRATADO à PREFEITURA, de higienização, lubrificação e carga de gás em um aparelho de ar condicionado modelo Split no gabinete do prefeito.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES E DO PAGAMENTO:

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor total de R\$ 670,00 (seiscentos e setenta reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO:

3.1. O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1. A vigência deste contrato será de apenas um dia, ou seja, 31/01/2018.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.
4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS:

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 31 de janeiro de 2018.

ERNEI JOSÉ STAHELIN Prefeito Municipal	JAISON JUNKES Contratado
---	-----------------------------

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº. 023/2018

Publicação Nº 1516915

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº. 023/2018

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 08.971.900/0001-98, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado DJENIER DA SILVA RODRIGUES, inscrito no CPF sob nº. 060.919.609-03, RG 5.522.917, PIS/PASEP 200.60450.69-4, com endereço a Servidão Jacob Antônio Pereira, 61, Santa Teresa, neste Município, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO:

1.1. Este contrato tem como objeto à prestação de serviço, pelo CONTRATADO à PREFEITURA, de higienização e lubrificação de 11 aparelhos de ar condicionado na unidade de saúde Maria Rasveiller Junkes.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES E DO PAGAMENTO:

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor total de R\$ 2.695,00 (dois mil seiscentos e noventa e cinco reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO:

3.1. O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1. A vigência deste contrato será de 01/02/2018 a 02/02/2018.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS:

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 31 de janeiro de 2018.

ERNEI JOSÉ STAHELIN Prefeito Municipal	DJENIER DA SILVA RODRIGUES Contratado
---	--

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº. 026/2018

Publicação Nº 1516918

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R-202

www.pmspa.sc.gov.br – administracao@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº. 026/2018

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado a FREUNDE MUSIKANTEN SOM E EVENTOS LTDA inscrita no CNPJ n.º 06.108.003/0001-20, sob o endereço na Rua Marechal Rondon, 365 - Salto do Norte - Blumenau/SC CEP: 89.065-200, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO:

1.1- Este contrato tem como objeto à prestação de serviço pelo CONTRATADO à PREFEITURA, como segue:

1.1.1 Apresentação da Banda FREUNDE MUSIKANTEN no baile de 189 Anos de Imigração Alemã no Município de São Pedro de Alcântara / SC;

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO:

2.1- A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviços definidos na cláusula supra, o valor global de R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais).

2.2- Para o pagamento, deverá o CONTRATADO apresentar nota fiscal de realização do objeto, no setor de contabilidade da Prefeitura.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO:

3.1- O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1- O prazo de vigência deste contrato é de apenas um dia, ou seja, 03/03/2018.

4.2- Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1- Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS:

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 07 de fevereiro de 2018.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

FREUNDE MUSIKANTEN SOM E EVENTOS LTDA

CNPJ n.º 06.108.003/0001/20

CONTRATO N.º 053/2018

Publicação Nº 1517339

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE
TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 053/2018

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua Cecília Schappo, nº 115, Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora RAFAELA PAULA FREITAS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 004.356.219-12, residente a Rua Santa Paulina, nº 3930, Canudos – Antônio Carlos/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2017, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

- 1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, e suas alterações.
- 1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

- 2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de PROFESSORA II, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

- 3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.
- 3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

- 4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 08/02/2018, findando no dia 06/08/2018, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.
- 4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal n.º 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

- 5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:
 - 5.1.1- Acordo entre as partes;
 - 5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:
 - 5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;
 - 5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;
 - 5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;
- 5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:
 - 5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);
 - 5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:
 - 5.2.2.1- Ato de improbidade;
 - 5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;
 - 5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;
 - 5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;
 - 5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;
 - 5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;
 - 5.2.2.7- Violação de segredo funcional;
 - 5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;
 - 5.2.2.9- Abandono de emprego;
 - 5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
 - 5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
 - 5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;
 - 5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.
- 5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

- 6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência previdenciária, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de trinta (30) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de fevereiro de 2018.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC
ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

RAFAELA PAULA FREITAS
CONTRATADA
Testemunhas:

DECRETO N.º 015/2018

Publicação Nº 1516813

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO n.º 015/2018

CONCEDE PONTO FACULTATIVO E DISPÕE SOBRE HORÁRIO ESPECIAL DE FUNCIONAMENTO DA PREFEITURA.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no artigo 45, inciso IV, da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º - No dia 12 (doze) de fevereiro de dois mil e dezoito, será Ponto Facultativo aos Servidores Públicos Municipal.

Art. 2º - No dia 14 (quatorze) de fevereiro de dois mil e dezoito, o expediente será para todos os servidores no horário das 13:00 às 17:00 horas, exceto Escolas e Centros de Educação Infantil.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 06 de fevereiro de 2018.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2018.

PORTARIA N.º 096/2018

Publicação Nº 1517329

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 096/2018

Concede licença para tratamento de saúde a servidora LUANA REGINA SCHMITZ, ocupante do cargo de Agente de Controle de Endemias, lotada na Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde a servidora LUANA REGINA SCHMITZ, pelo período de 30 (trinta) dias, a contar da data de 07/02/2018, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 07/02/2018.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de fevereiro de 2018.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2018.

PORTARIA N.º 097/2018

Publicação Nº 1517332

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 097/2018

Exonera JANAINA MARIA KAMMER do cargo de Professora II.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar a pedido da servidora, JANAINA MARIA KAMMER do cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 007/2018.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de fevereiro de 2018.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2018.

PORTARIA N.º 098/2018

Publicação Nº 1517335

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 098/2018

Admite em Caráter Temporário RAFAELA PAULA FREITAS para o cargo de Professora II.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, RAFAELA PAULA FREITAS para o cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 053/2018.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de fevereiro de 2018.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2018.

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº01/2018**

Publicação Nº 1518023

Resolução nº01/2018

“Institui Ponto Facultativo e dá outras providências”.

A MESA DIRETORA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES REGIMENTAIS RESOLVE:

Art. 1 º - Institui PONTO FACULTATIVO nos dias 12 (doze) e 14 (quatorze) de fevereiro de dois mil e dezoito para as atividades da Câmara Municipal de São Pedro de Alcântara.

Art.2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Art.4º - Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara, 05 de Fevereiro de 2018.

Francisleine Kuhn Pavanati 1º Secretária	Amarildo Nazareno Stähelin Presidente da Câmara de Vereadores	Charles da Cunha 2.º Secretario
---	--	------------------------------------

RGF - 3º QUADRIMESTRE RETIFICADO

Publicação Nº 1518058

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001¹	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001¹	0,00	0,00
TOTAL (I)	0,00	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	17.453.843,99	—
OPERAÇÕES VEDADAS(II)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (III) = (Ia + II)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	2.792.615,04	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	2.513.353,53	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.221.769,08	7,00

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

FONTE:

RGF - 3º QUADRIMESTRE RETIFICADO

Publicação Nº 1518057

**MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL VEREADORES SAO PEDRO DE ALCANTARA**

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO/2017 A DEZEMBRO/2017

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	555.142,23	0,00
Pessoal Ativo	555.142,23	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	555.142,23	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	17.453.843,99	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais(V) (§ 13, art. 166 da CF)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	17.453.843,99	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	555.142,23	3,18
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.047.230,64	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	994.869,11	5,70
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	942.507,58	5,40

FONTE:

São Pedro de Alcântara, 08/02/2018

AMARILDO NAZARENO STAHELIN
PRESIDENTE - CÂMARA MUNICIPAL

MARIA MADALENA K. GELSLEICHTER
CONTADORA SC - 024663

RGF - 3º QUADRIMESTRE RETIFICADO

Publicação Nº 1518059

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL VEREADORES SAO PEDRO DE ALCANTARA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 3º Quadrimestre de 2017

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente líquida		17.453.843,99
DESPESAS COM PESSOAL		
Despesa Total com Pessoal - DTP	VALOR	% SOBRE A RCL
	555.142,23	3,18
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <0%>	1.047.230,64	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <0%>	994.869,11	5,70
DÍVIDA CONSOLIDADA		
Dívida Consolidada Líquida	VALOR	% SOBRE A RCL
	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	20.944.612,79	120,00
GARANTIA DE VALORES		
Total das Garantias Concedidas	VALOR	% SOBRE A RCL
	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	3.839.845,68	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
Operações de Crédito Externas e Internas	VALOR	% SOBRE A RCL
	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.792.615,04	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.221.769,08	7,00
RESTOS A PAGAR		
	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	4.742,32	4.742,32

FONTE:

RGF - 3º QUADRIMESTRE RETIFICADO

Publicação Nº 1518052

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	2.363,07	32.361,70	60.169,27	5.128,72
Disponibilidade de Caixa	2.363,07	32.361,70	60.169,27	5.128,72
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.363,07	42.676,56	67.453,04	5.128,72
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	10.314,86	7.283,77	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	15.620.409,51	16.638.278,26	17.484.955,12	17.453.843,99
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	18.744.491,41	19.965.933,91	20.981.946,14	20.944.612,79
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	16.870.042,27	17.969.340,52	18.883.751,53	18.850.151,51
<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	386,40	4.323,99	3.714,71	386,40
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	2.061,32	4.742,32
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017

Continuação 2/2

FONTE:

RGF - 3º QUADRIMESTRE RETIFICADO

Publicação Nº 1518055

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)					R\$ 1,00
GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017			
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre	
EXTERNAS (I)					
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00	
INTERNAS (II)					
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	15.625.090,45	16.638.278,26	17.484.955,12	17.453.843,99	
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	3.437.519,90	3.660.421,22	3.846.690,13	3.839.845,68	
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	3.093.767,91	3.294.379,10	3.462.021,12	3.455.861,11	
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017			
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre	
EXTERNAS (V)					
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00	
INTERNAS (VI)					
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	

FONTE:

Saudades

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2018

Publicação Nº 1516217

MUNICÍPIO DE SAUDADES

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 215/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2018

OBJETO: Registro de preços para eventuais e futuras aquisições de alimentos para manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social.

A íntegra do edital estará à disposição dos interessados a partir do dia 09 de fevereiro de 2018, no site: www.saudades.sc.gov.br ou no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Saudades, sito à Rua Castro Alves, 279, Saudades - SC. Informações fone: (49) 3334-0127.

DATA: Os interessados poderão entregar a declaração de proposta de preço e documentos de habilitação até dia 22 de fevereiro de 2018, das 07:30 às 08:00 horas para credenciamento e à partir das 08:00 horas para abertura das propostas, na sala do Departamento de Compras e Licitações, sito à Rua Castro Alves, 279, centro de Saudades - SC.

LEGISLAÇÃO: A presente licitação está legalmente vinculada à Lei Federal nº 10.520/02 e 8.666/93.

Saudades, SC, 09 de fevereiro de 2018.

OSMAR PRESTES

Prefeito Municipal em Exercício

Schroeder

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 02/2018-FMS

Publicação Nº 1516676

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 02/2018-FMS

PROCESSO Nº. 06/2018-FMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material para pacientes portadores de diabetes e insulino dependentes fornecidos pela Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 22 de fevereiro de 2018 às 08h45min.

Abertura do Processo: 22 de fevereiro de 2018 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 09 de fevereiro de 2018.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 04/2018-PMS

Publicação Nº 1516706

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 04/2018-PMS

PROCESSO Nº. 9/2018-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

OBJETO: contratação de empresa especializada para prestação de serviços para manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica para os veículos pertencentes a frota das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 23 de fevereiro de 2018 às 08h45min.

Abertura do Processo: 23 de fevereiro de 2018 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 09 de fevereiro de 2018.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 05/2018-PMS

Publicação Nº 1516781

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 05/2018-PMS

PROCESSO Nº. 11/2018-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para publicação de centímetros x coluna de atos oficiais (Leis, Decretos, Portarias) Programas, Obras, Editais, Avisos e outros serviços do Gabinete do Prefeito e das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, com circulação de no mínimo 5 (cinco) dias consecutivos e abrangência no Município de Schroeder e Região e cuja tiragem média diária não seja inferior a 3.000 exemplares, ao longo de 12 meses

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 26 de fevereiro de 2018 às 08h45min.

Abertura do Processo: 26 de fevereiro de 2018 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 09 de fevereiro de 2018.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2016-SECEL/PMS 2º CHAMADA

Publicação Nº 1516403

Convocação Processo Seletivo nº. 001/2016-SECEL/PMS

2º Chamada

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. GISELE VERNICA BAECHTOLD, inscrita no CPF sob nº. 072.595.849-98, aprovada em 32º lugar no Processo Seletivo nº. 001/2016-SECEL/PMS, para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer ao Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 16:30h do dia 08 de fevereiro de 2018, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 15.1.

Schroeder, 06 de fevereiro de 2018.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Harildo Konell

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 002/2016-SECEL/PMS 2º CHAMADA

Publicação Nº 1518053

Convocação Processo Seletivo nº. 002/2016-SECEL/PMS

2º Chamada

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. PRICILA LOURENÇO, inscrita no CPF sob nº. 064.893.349-09, aprovada em 20º lugar no Processo Seletivo nº. 002/2016-SECEL/PMS, para o cargo de AUXILIAR DE SALA, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer ao Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 16:30h do dia 12 de fevereiro de 2018, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a

referida vaga, conforme prevê o edital.

Schroeder (SC), 08 de fevereiro de 2018.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Harildo Konell
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 002/2016-SECEL/PMS 2º CHAMADA

Publicação Nº 1518051

Convocação Processo Seletivo nº. 002/2016-SECEL/PMS
2º Chamada

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. BRUNA RABUSKE, inscrita no CPF sob nº. 093.532.889-08, aprovada em 21º lugar no Processo Seletivo nº. 002/2016-SECEL/PMS, para o cargo de AUXILIAR DE SALA, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer ao Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 16:30h do dia 12 de fevereiro de 2018, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o edital.

Schroeder (SC), 08 de fevereiro de 2018.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Harildo Konell
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

PORTARIA Nº 7.366/2018, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1517989

PORTARIA Nº 7.366/2018, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2018.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a necessidade de adequação do corpo docente da rede Municipal de Ensino;

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 002/2016-SECEL/PMS;

Considerando o Decreto nº. 3.993/2016, de 20/12/2016, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Bianca Eggert, para exercer o cargo de Auxiliar de Sala, percebendo o nível salarial nº 21 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 139/2013, de 15/10/2013, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Processo Seletivo nº. 002/2016/SECEL/PMS, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 8 de fevereiro de 2018.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 7.367/2018, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1517990

PORTARIA Nº 7.367/2018, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2018.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a necessidade de adequação do corpo docente da rede Municipal de Ensino;

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 001/2016-SECEL/PMS;

Considerando o Decreto nº. 3.798/2016, de 23/06/2016, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Amanda Priscila Rumph, para exercer o cargo de Professora A, subárea Educação Infantil, percebendo o nível salarial A-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010 e alterações, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Processo Seletivo nº. 001/2016/SECEL/PMS, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, III, da Lei Municipal nº 1.690/2008, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 8 de fevereiro de 2018.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 7.368/2018, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1517991

PORTARIA Nº 7.368/2018, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2018.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a necessidade de adequação do corpo docente da rede Municipal de Ensino;

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 001/2016-SECEL/PMS;

Considerando o Decreto nº. 3.798/2016, de 23/06/2016, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, o Sr. Daniel Luis Junckes, para exercer o cargo de Professora B, subárea Educação Física - Ens. Ed. Infantil e Fundamental Anos Iniciais e Finais, percebendo o nível salarial B-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010 e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, III, da Lei Municipal nº 1.690/2008, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 8 de fevereiro de 2018.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 7.369/2018, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2018

Publicação Nº 1518009

PORTARIA Nº 7.369/2018, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2018

REESTRUTURA O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SCHROEDER.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e na Lei Municipal nº 1.578/2007, de 15 de maio de 2007,

RESOLVE :

Art. 1º Nomear os membros, abaixo relacionados para comporem o Conselho Municipal de Assistência Social de Schroeder, a saber:

I – REPRESENTANTES DE ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS:

a) Representantes das Secretarias Municipais de Saúde e Assistência Social:

q Gláucia Regina Sevegnani - Titular

q Dirlene Laís Demarchi Faenello – Suplente

b) Representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer:

q Cleonice Oliveira Lorencini - Titular

q Amanda Risso dos Santos – Suplente

c) Representantes da Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças:

q Milton Trapp Junior - Titular

q Valderi Rocha de Camargo - Suplente

II – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

b) Representantes de Entidades de Trabalhadores do Setor de Assistência Social:

q Giselle Tomaselli Obenaus – Titular

q Teila Sarita Tomaselli – Suplente

c) Representantes dos Usuários e/ou Organizações de Usuários da Assistência Social:

q Samuel da Silva - Titular

q Ana Paula Marques da Silva – Suplente

q Regina Vanda Kuster – Titular

q Luciana Pereira dos Santos - Suplente

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008, revogando-se a Portaria nº 7.057/2017, de 3 de abril de 2017.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 8 de fevereiro de 2018.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 02/2018-PMS

Publicação Nº 1516524

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2018

Número do Registro de Preços: 1/2018		Data do Registro: 08/02/2018		Válido até: 08/02/2019			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição e instalação de divisórias, vidros e portas para atender as necessidades da Creche Municipal Girassol da Secretaria de Educação, Cultura Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo d							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	DIVISORIA EM EUCATEX 35MM, COM PERFIL EM AÇO - COM COLOCAÇÃO	M²	SHOPPING DAS DIVISORIAS LTDA - ME (13800)		0	57,0000	1
2	VIDRO INCOLOR LISO 3MM - COM COLOCAÇÃO	M²	ABC & MAO DE OBRA E COMERCIO DE VIDROS, CALHAS E A (13243)		0	58,0000	2
3	PORTA EUCATEX COMPLETA - MEDIDAS DE 0,80 X 2,10, COM VISOR (VIDRO),	UN	SHOPPING DAS DIVISORIAS LTDA - ME (13800)		0	259,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2018

Número do Registro de Preços: 1/2018		Data do Registro: 08/02/2018		Válido até: 08/02/2019			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição e instalação de divisórias, vidros e portas para atender as necessidades da Creche Municipal Girassol da Secretaria de Educação, Cultura Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo d					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ABC & MAO DE OBRA E COMERCIO DE VIDROS, CALHAS E A (13243)		0	280,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2018

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 1/2018		Data do Registro: 08/02/2018		Válido até: 08/02/2019			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição e instalação de divisórias, vidros e portas para atender as necessidades da Creche Municipal Girassol da Secretaria de Educação, Cultura Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo d					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2018
PROCESSO Nº 4/2018

(13243) - ABC & MAO DE OBRA E COMERCIO DE VIDROS, CALHAS E A
(13800) - SHOPPING DAS DIVISORIAS LTDA - ME

Schroeder, 8 de Fevereiro de 2018.

Seara

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027/2018 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2018

Publicação Nº 1516933

Processo Licitatório nº 027/2018 - Dispensa de Licitação nº. 008/2018.

Objeto: Locação de imóvel.

Justificativa: Locação de pavilhão para a guarda de máquinas e equipamentos do município de Seara, cedidos para a Associação Fronteira do Irani, conforme contrato nº 004/2017.

Fundamento Legal: lei n.º 8.666/93, art 24, X.

Valor: R\$ 500,00/mês

Fornecedor: Guerino Ferenz

Seara, SC, 06 de fevereiro de 2018.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/2018

Publicação Nº 1517319

Processo Licitatório nº. 035/2018.

Edital de Pregão Presencial nº. 014/2018 – Registro de Preço.

O Município de Seara, SC, Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº. 10.520/02 e lei nº. 8.666/93, estará recebendo e protocolizando no livro respectivo, impreterivelmente até às 13h30min do dia 26/02/2018, "envelope de credenciamento, da proposta e da documentação" referentes à seleção de fornecedores e propostas para aquisição de luminárias públicas de LED para substituição e melhoria na rede de iluminação pública municipal. A íntegra do Edital de Pregão Presencial – Registro de Preço poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site www.seara.sc.gov.br e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC, 08 de fevereiro de 2018.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 036/2018

Publicação Nº 1517709

Processo Licitatório nº 036/2018.

Edital de Pregão Presencial nº 015/2018 – Registro de Preço.

O Município de Seara, SC., Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº 10.520/02 e lei nº 8.666/93, estará recebendo até às 08h30min do dia 27/02/2018, "envelope de credenciamento, da proposta e da documentação" referentes à seleção de fornecedores e propostas para aquisição de materiais elétricos. A íntegra do Edital de Pregão Presencial – Registro de Preço poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site www.seara.sc.gov.br e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC., 08 de fevereiro de 2018.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 01 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 060/2017

Publicação Nº 1516932

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 101/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 060/2017

TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1º Termo Aditivo da Ata de Registro de Preços nº 036/2017

Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ n.º 83.024.505/0001-13, com sede e foro a Av. Anita Garibaldi, n.º 371, centro, Seara, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Edemilson Canale, brasileiro, casado, RG n.º 11/R.380.367, CPF n.º 369.691.099-68, residente e domiciliado na rua Padre Anchieta, nº 201, apto. 03, centro, Seara, SC, doravante denominado Contratante, e de outro lado na qualidade de contratada a empresa MG Terraplenagens Ltda, CNPJ n.º. 21.211.001/0001-55, estabelecida na rua Servidão 01, nº. 17, sala 01, bairro São João, Seara, SC, neste ato representada pelo Sr. Maildo Roque Gusatto, brasileiro, casado, empresário, RG nº. 1.557.618 SSP/SC, CPF nº. 529.983.719-49, residente e domiciliado na rua Servidão 01, nº. 17, bairro São João, Seara, SC, resolvem promover o presente Termo Aditivo, com base nas leis nº. 8.666/93 e nº. 10.520/2002, nas cláusulas e condições a seguir:

1ª. Conforme solicitado pelas Secretarias da Agricultura, Cidade e Interior, fica acrescido em 25,00% a quantidade licitada dos itens abaixo:

- Item 01 – “Horas máquinas escavadeira hidráulica”.
- Item 02 – “Horas máquinas trator esteira”.

2ª. Em virtude deste aditamento o valor fica acrescido em R\$ 18.375,00, conforme tabela abaixo:

Item	Material	Descrição do Material	UN	Qtde. Cotada	Qtde. Aditivada	Preço Unitário	Preço Total Aditivado
1	333399264	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HORA MÁQUINA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, PESO OPERACIONAL MÍNIMO 17 TONELADAS, MÍNIMO DE 120HP DE POTÊNCIA E ANO DE FABRICAÇÃO MÍNIMO 2011.	h	200	50,00	210,00	10.500,00
2	333399265	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HORA MÁQUINA COM TRATOR DE ESTEIRA, COM LÂMINA ANGULÁVEL, POTÊNCIA MÍNIMO DE 120 HP, PESO OPERACIONAL DE 14 TONELADAS, ESCARIFICADOR HIDRÁULICO, TRASEIRO E ANO DE FABRICAÇÃO MÍNIMO 2011.	h	150	37,50	210,00	7.875,00
TOTAL R\$							18.375,00

3ª. Nada mais, lavrou-se o presente termo, que depois de lido e aceito pelas partes, segue assinado em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 07/02/2018.

Edemilson Canale
Município de Seara
Contratante

Maildo Roque Gusatto
MG Terraplenagens Ltda
Contratada

Serra Alta

PREFEITURA

EDITAL 001/2018 CMDCA RETIFICADO

Publicação Nº 1517614

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Lei federal: Nº8.069/90 - Lei Municipal Nº961/2013.

EDITAL Nº001/2018 – CMDCA (RETIFICADO)

Dispõe sobre Eleição Suplementar para Conselheiro (a) Tutelar no Município de Serra Alta/SC, estabelece o calendário eleitoral e dá outras providências.

O CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em conformidade com as atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal CT nº 961/2013 de 17.07.2013, de acordo com o Art. 139 da Lei Federal nº 8.069/90 e a resolução 170/2014 do CONANDA, TORNA PÚBLICO o Processo de Eleição Suplementar de membro titular e suplentes para o Conselho Tutelar do Município de Serra Alta/SC. A divulgação destes e dos demais editais, das resoluções, relativos às etapas do processo de escolha estarão publicados no Diário Oficial dos Municípios – DOM e afixados na Secretaria Municipal de Assistência Social e no site oficial da Prefeitura Municipal de Serra Alta www.serraalta.sc.gov.br.

É obrigação do candidato acompanhar todos os editais e resoluções referentes ao andamento do processo eleitoral.

CAPÍTULO I - DA ORGANIZAÇÃO

1. Da Comissão Especial Eleitoral (CEE):

Fica criada a Comissão Especial Eleitoral, formada pelos Conselheiros de Direitos da Criança e do Adolescente: Álisson Maurício Monteiro (governamental), Marina Spier Martini (governamental), César Speroto (Governamental), Edna Paula Magrin (não-governamental), Renato Odair de Almeida (Não-governamental) e Jucilei Ficagna Bernardi (não-governamental).

Das atribuições da Comissão Especial Eleitoral:

A comissão especial eleitoral ficará encarregada de analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos pretendentes inscritos, facultando a qualquer cidadão impugnar, no prazo de 03 (Três) dias contados da publicação, candidatos que não atendam os requisitos exigidos, indicando os elementos probatórios.

Diante da impugnação de candidatos ao Conselho Tutelar em razão do não preenchimento dos requisitos legais ou da prática de condutas ilícitas ou vedadas, cabe à comissão especial eleitoral:

I - notificar os candidatos, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa; e

II - realizar reunião para decidir acerca da impugnação da candidatura, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências.

Das decisões da comissão especial eleitoral caberá recurso à plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

Esgotada a fase recursal, a comissão especial eleitoral fará publicar a relação dos candidatos habilitados, com cópia ao Ministério Público.

Cabe ainda à comissão especial eleitoral:

I - realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras da campanha aos candidatos considerados habilitados ao pleito, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local;

II - estimular e facilitar o encaminhamento de notícias de fatos que constituam violação das regras de campanha por parte dos candidatos ou à sua ordem;

III - analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;

IV - providenciar a confecção das cédulas de votação, conforme modelo a ser aprovado;

V - escolher e divulgar os locais de votação;

VI - selecionar, preferencialmente junto aos órgãos públicos municipais, os mesários e escrutinadores, bem como seus respectivos suplentes, que serão previamente orientados sobre como proceder no dia da votação, na forma da resolução regulamentadora do pleito.

CAPÍTULO II – DAS VAGAS, MANDATO, FUNÇÃO E REMUNERAÇÃO

2.1. Das Vagas:

2.1.1 Serão eleitos conselheiros tutelares para compor o colegiado do Conselho Tutelar do Município de Serra Alta, sendo 01 vaga para conselheiro tutelar titular reservada ao candidato eleito com maior número de votos e, vagas para suplência, reservadas aos demais candidatos eleitos, sendo estes chamados pela ordem decrescente de classificação, a substituir os conselheiros tutelares nos casos previstos na Lei.

2.2. Do Mandato:

2.2.1 O candidato mais votado assumirá, efetivamente, o cargo de Conselheiro Tutelar, com mandato até a data de 09 de janeiro de 2020, respeitando o direito de uma recondução, mediante novo processo de escolha, conforme artigo 132 da Lei Federal nº 8.069/90.

2.3. Do exercício da função:

2.3.1. O conselheiro deverá ter disponibilidade para o cumprimento de vinte (20) horas semanais de trabalho, além dos plantões para os quais for escalado.

2.3.2. Além da jornada de trabalho de 20 horas semanais, o conselheiro (a) ficará de sobreaviso em noites, no horário de almoço, feriados, sábados e domingos, de acordo com escala de revezamento.

2.3.3. O exercício da função de conselheiro tutelar exige, além da carga horária semanal de trabalho, seja no expediente diário, seja no plantão ou sobreaviso, sua participação, de reuniões de trabalho fora da sede do conselho e sua eventual presença em atos públicos.

2.3.4. O Conselheiro eleito, se servidor público, será cedido ao Conselho Tutelar, por ato de disposição do Chefe do Executivo Municipal.

2.4. Da Remuneração:

2.4.1. A remuneração de cada Conselheiro Tutelar Titular será equivalente à R\$965,89 (Novecentos e sessenta e cinco reais e oitenta e nove centavos) Valor Bruto, correspondente à carga horária de 20 horas semanais, sobreavisos, plantões, participação em curso de capacitação, orientações, atos solenes e outras atividades pertinentes à função de Conselheiro Tutelar, de acordo com o previsto nesta Lei Municipal nº 961/2013 de 17 de julho de 2013, e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

2.4.2. O Conselheiro Tutelar terá assegurada a percepção de todos os direitos assegurados na Constituição Federal aos trabalhadores em geral, especialmente:

I – Cobertura previdenciária;

II – gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

III - licença-maternidade;

IV - licença-paternidade;

V – gratificação natalina;

Parágrafo Único – No caso de adoção pelo Conselheiro Tutelar será aplicada a Lei Federal nº 10.421/02.

2.4.3 A nomeação para membro do Conselho Tutelar não caracteriza qualquer forma de vínculo de emprego ou de cargo, não adquirindo, ao término de seu mandato direito a efetivação ou estabilidade.

2.4.4 Os direitos ou obrigações dos Conselheiros Tutelares ou dos suplentes quando em exercício, no que couber, são os decorrentes do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, além dos direitos e atribuições previstos no Título V, Capítulo II, da Lei nº 8.069/90.

2.4.5. O Conselheiro Tutelar, se servidor público municipal, poderá optar pelos vencimentos fixados para o conselho tutelar ou pelos auferidos em órgão de origem.

CAPITULO III- DOS REQUISITOS PARA CONCORRER AO CARGO

3.1 Dos requisitos mínimos indispensáveis:

3.1.1 Poderão concorrer a uma das vagas os candidatos que preencherem os seguintes requisitos/critérios:

I - Reconhecida idoneidade moral;

II - Idade superior a 21 (vinte e um anos);

III – Residente no Município;

IV Escolaridade mínima de 2º Grau Completo (ensino médio completo no momento da inscrição).

V – Participar, com frequência de 100%, de curso prévio, promovido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA sobre a política de atendimento à criança e ao adolescente, conforme o previsto no item IV do art.4º da lei municipal nº 961/2013.

VI – Estar em regularidade com a Justiça Eleitoral.

CAPITULO IV- DA INSCRIÇÃO

4.1 Do período e local de inscrição:

4.1.1. A inscrição dos candidatos será realizada das 07h30min às 11h30min e das 13h15min às 17h15min, no período de 08/01/2018 à 19/01/2018, na Secretaria Municipal de Assistência Social.

4.2 Dos documentos necessários para a inscrição:

4.2.1 No ato da inscrição o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

I - Carteira de identidade (original e cópia) para comprovação da idade mínima exigida (21 anos de idade);

II - CPF;

III - Reconhecida Idoneidade Moral comprovada por certidão Negativa de antecedentes Penais expedida pela Comarca de Modelo;

IV - Comprovante atual de residência;

V - Certificado de conclusão do nível médio;

VI - Comprovante de que está em dia com a Justiça Eleitoral. Retirar em (www.tse.jus.br);

VII - Título de Eleitor;

VIII - Requerimento solicitando a inscrição no processo de escolha, assinado pelo candidato, acompanhado da documentação acima requerida. (Modelo disponível no local da inscrição).

4.2.2. Os documentos dos candidatos serão entregues juntamente com Requerimento de Inscrição (Anexo II) e Ficha de Inscrição do Candidato (Anexo III) na Secretaria Municipal de Assistência Social

4.2.3 No momento da inscrição somente será verificado se todos os documentos exigidos forem entregues, que posteriormente serão avaliados pela Comissão Especial Eleitoral, que analisará se todos os requisitos foram comprovados documentalmente.

4.2.4 Não será admitida a entrega ou substituição de qualquer documento após o ato da inscrição.

4.3 Da divulgação das inscrições deferidas e indeferidas:

4.3.1 Encerrado o prazo para as inscrições, a Comissão Especial Eleitoral irá deferir ou indeferir as inscrições e publicará em resolução a relação dos candidatos, na Secretaria Municipal de Assistência Social e no site oficial www.serraalta.sc.gov.br.

4.3.2 Terá sua candidatura indeferida o candidato que não apresentar a documentação no prazo solicitado assim como, apresentar documentos que não comprovem os requisitos exigidos.

4.3.3 Caso o número de candidatos inscritos até a data de encerramento das inscrições seja inferior a 5 (cinco), o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o processo eleitoral e reabrir o prazo para inscrição de novas candidaturas, respeitada

a data do pleito suplementar (18/02/2018).

4.4 Da Impugnação das inscrições:

4.4.1 A partir da publicação das inscrições deferidas, qualquer cidadão, o Ministério Público ou o próprio CMDCA, a contar da data da publicação, poderá a apresentar, através de ofício, pedido de impugnação de candidatura, devidamente fundamentado com base nos critérios da inscrição do candidato, o qual deve ser protocolado na Secretaria Municipal da Assistência Social, no período de 03 dias.

4.4.2 Oferecida a impugnação, a Comissão Especial Eleitoral dará ciência formal e imediata ao candidato em prazo não superior a 24 horas.

4.4.3 O candidato terá 24 horas contados da sua intimação para manifestar-se sobre a impugnação.

4.4.4. Transcorridos os prazos a Comissão Especial Eleitoral analisará, no prazo de 24 horas, os pedidos de impugnação/defesa se houverem, emitindo relatório com parecer sobre o mérito, dando ciência da sua decisão ao candidato.

4.4.5 Ao candidato, cuja impugnação tiver sido acolhida pela Comissão Especial Eleitoral, caberá recurso de mais 24 horas sem prejuízo das medidas judiciais previstas na legislação.

4.4.6 Findado o prazo aberto para a apresentação de impugnações e defesas, a Comissão Especial Eleitoral fará a divulgação, por resolução, a relação dos (as) candidatos (as) aptos a participarem da próxima etapa, que é o curso prévio de capacitação.

CAPÍTULO V - DOS IMPEDIMENTOS

5.1 Serão impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar, os conjugues, companheiros, ainda que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

5.2 Em caso de candidaturas de pessoas com grau de parentesco previsto neste artigo será considerada a ordem de inscrição.

5.3 Estende-se o impedimento do conselheiro, em relação à Autoridade Judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude em exercício na Comarca (art. 140 do ECA).

5.4 Os atuais membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente a partir de sua inscrição nos termos deste edital, devem afastar-se das funções inerentes a atual representação até o resultado final do processo de escolha.

5.5 O conselheiro tutelar titular, eleito no processo de escolha anterior, que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do presente processo.

CAPÍTULO VI – DA CAPACITAÇÃO

6.1 É obrigatório, quando do processo de escolha dos Conselheiros Tutelares a realização de curso prévio de treinamento de capacitação dos candidatos aptos, promovido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente sobre a política de atendimento à criança e adolescente.

6.2 O curso de treinamento e prova de conhecimento será realizado no dia 31 de janeiro de 2018, das 19h às 22h, junto à secretaria Municipal de Assistência Social do município.

6.3 O candidato que não realizar o curso de capacitação com 100% de frequência, não poderá participar da fase de eleição, estando automaticamente, excluído do processo de eleição de Conselheiro Tutelar.

6.4 A relação com o nome dos candidatos que realizaram o curso e estão aptos a participarem do processo de eleição\votação, será afixada na Secretaria Municipal de Assistência Social, além do site oficial do Município.

CAPÍTULO VII – DO PROCESSO DE ESCOLHA

7.1 O processo de escolha será realizado sob a presidência do CMDCA (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente) do município de Serra Alta e da Comissão Especial Eleitoral, sob fiscalização do Ministério Público da Comarca de Modelo SC.

7.2 Os membros do Conselho Tutelar serão escolhidos pelo voto direto, secreto, facultativo de todos os eleitores do município, com inscrição realizada até três meses anteriores à data da eleição, conforme resolução 139/2011 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA.

7.3 Cada eleitor terá direito a votar em um único candidato.

7.4 A eleição será realizada no dia 18/02/2018, no horário compreendido das 09h às 15h, tendo como local de votação o Centro Municipal de Educação, sito à Rua Sete de Setembro, n.º 530, Centro, no Município de Serra Alta (SC) (Redação alterada pelo Termo de Retificação nº01 do Edital Nº001/2018 – CMDCA), local que existirá cabine indevassável.

7.5 Será utilizada para votação, Cédula Eleitoral Específica, que será rubricada pelo mesário, com espaço para o eleitor somente assinalar com “x” o candidato da sua escolha, que constará seu nome e número.

7.6 Nas cabines de votação serão afixadas listas com o nome, apelido e número dos candidatos;

7.7 Serão considerados nulos os votos que contiverem rasuras e/ou tiverem mais de um candidato assinalado.

7.8 Será exigido no ato da votação: título de eleitor e Documento com foto.

7.9 O Chefe do Poder Executivo publicará Decreto, nomeando o(a) Conselheiro(a) Tutelar Titular que entrará em exercício em 01/03/2018 e, também, os (as) Conselheiros (as) Suplentes.

CAPÍTULO VIII – DA CONDUTA DURANTE A ELEIÇÃO

ONDE LÊ-SE:

8.1 Não será tolerado, por parte dos candidatos:

I - oferecimento, promessa ou solicitação de dinheiro, dádiva, rifa, sorteio ou vantagem de qualquer natureza;

II - promoção de atos que prejudiquem a higiene e a estética urbana ou contravenha a postura municipal ou a qualquer outra restrição de direito;

III - promoção de transporte de eleitores;

IV - promoção de “boca de urna”, dificultando a decisão do eleitor.

8.1.1 O candidato que realizar qualquer uma das ações contidas no artigo 8.1, itens I, II, III e IV, acarretará na perda de sua candidatura, não podendo assumir a vaga de Conselheiro Tutelar.

8.2 Será permitido:

I - o convencimento do eleitor anterior a data da eleição para que este compareça ao local de votação e vote, considerando que neste pleito o voto é facultativo.

CAPITULO IX – DO RESULTADO DAS ELEIÇÕES

9.1 Concluída a apuração dos votos que começará logo após o encerramento da votação, o Presidente do CMDCA proclamará o resultado da escolha, determinando a publicação do resultado em Resolução que será afixada na Secretaria Municipal de Assistência Social e site Oficial da Prefeitura Municipal E Publicada no Diário Oficial.

9.2 Havendo empate no número de votos, será considerado eleito:

I - o candidato mais idoso;

II - se ainda assim prevalecer o empate, o candidato eleito será conhecido por sorteio, realizado no mesmo local da apuração.

9.3 O 1º (primeiro) candidato mais votado será eleito membro titular do Conselho Tutelar e, a partir do 2º (Segundo) mais votado, serão considerados suplentes, para mandato vigente até 09/01/2020, respeitando o direito de uma recondução conforme artigo 132 da Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

LEIA-SE:

8.1 Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

8.2 A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas o número e o nome do candidato ou através de curriculum vitae.

8.3 Não será permitido a confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário.

8.4 Não será permitida propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

8.4.1 Considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana.

8.4.2 Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

8.4.3 Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabiamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir com isso vantagem a determinada candidatura.

8.5 É vedado aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar, propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos, cartazes e santinhos com fotos. Sendo permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-lhe a igualdade de condições a todos os candidatos.

8.6 Compete à Comissão Especial Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes a propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

8.7 É vedado aos órgãos da administração pública direta ou indireta, federais, estaduais ou municipais realizar qualquer tipo de propaganda, que possa caracterizar como de natureza eleitoral.

8.7.1 É vedado, aos atuais conselheiros tutelares e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens moveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros na campanha para a escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, bem como fica vedado, fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

8.8 É vedado aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar promoção de transporte de eleitores.

8.8.1 No dia da eleição, 18 de fevereiro de 2018, a Administração Municipal irá disponibilizar transporte gratuito aos eleitores do interior do Município de Serra Alta/SC, conforme o roteiro a seguir:

I - Roteiro 01: Saída às 08:30 horas da linha São Sebastião, passando pelas Linhas: São Luiz, Ipiranga, Lageado Grande e São Jorge, até Serra Alta.

II - Roteiro 02: Saída às 09:30 horas da Linha Novo Horizonte passando nas Linhas: Gruta, Sertaneja, Nova Ibiacá e Baesso, até Serra Alta.

8.8.1.1 Retorno após todos os passageiros votarem. (Redação adicionada pelo Aditivo ao Edital nº001/2018 – CMDCA)

8.9 É vedado aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar promoção de “boca de urna”, dificultando a decisão do eleitor.

8.10 Será permitido o convencimento do eleitor anterior a data da eleição para que este compareça ao local de votação e vote, considerando que neste pleito o voto é facultativo.

CAPITULO IX – DAS MESAS RECEPTORAS

9.1 Atuarão como mesários os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, seus suplentes e outros escolhidos pela Comissão Eleitoral.

9.2 Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, escolhidos pela Comissão Eleitoral.

9.2.1 O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.

9.2.2 O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando o impedimento ao Mesário e Secretário pelo menos vinte e quatro horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se o impedimento se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

9.2.3 Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Eleitoral.

9.3) A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição

e outros materiais, serão entregues à Comissão Eleitoral.

9.4 Compete aos componentes das Mesas Receptoras de Votos:

I — Cumprir as Normas de Procedimento estabelecidas pela Comissão Eleitoral;

II — Registrar na ata as impugnações dos votos;

9.5 Nas Mesas Receptoras de Votos será permitida a fiscalização de votação, a formulação de protestos, impugnações, inclusive quanto à identidade do eleitor, devendo ser registrado em ata.

9.5.1 Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira da identidade, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença, e mencionando na ata a dúvida suscitada.

9.5.2 A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de ser o mesmo admitido a votar.

9.6 Não podem ser nomeados a Presidente e Mesários:

I — Os Candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II - O cônjuge ou o companheiro do candidato;

III — As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

CAPÍTULO X – DA APURAÇÃO

10.1 A apuração dar-se-á na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e da Comissão Eleitoral.

10.2 Após a apuração dos votos poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão Eleitoral, no prazo de 24 horas.

10.3 Após o término das votações o presidente e o mesário da seção elaborarão a ata da votação.

10.4 Concluída a contagem dos votos, a mesa receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação manualmente.

10.5 O candidato mais votado assumirá o cargo de Conselheiro Tutelar.

10.5.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

10.6 Persistindo o empate considerar-se-á o candidato mais idoso.

CAPÍTULO XI – DA PROCLAMAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE DOS ELEITOS

11.1 O resultado da eleição será publicado no dia 19/02/2018, em edital afixado no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, bem como no site Oficial da Prefeitura Municipal e Diário Oficial do município de Serra Alta, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.

11.2 O candidato eleito será nomeado por ato do Prefeito Municipal e empossados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

11.3 A posse do candidato eleito que receber o maior número de votos será em 01/03/2018;

11.3.1 Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos, pelo período restante do mandato.

11.3.2 Esgotando-se o número de suplentes, chamar-se-á os próximos candidatos, respeitando-se a ordem de classificação.

CAPÍTULO XII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

12.1 O cronograma poderá sofrer alterações caso haja necessidade detectado pela Comissão Especial Eleitoral, sendo estas publicadas com antecedência.

12.2 Todos os atos relativos ao processo eleitoral serão acompanhados e fiscalizados pelo Ministério Público.

12.3 A inscrição do candidato implicará o conhecimento das presentes instruções e a aceitação tácita das condições do processo, tais como se acham estabelecidas neste Edital e nas normas legais pertinentes, das quais não poderá alegar desconhecimento.

12.4 A não exatidão das afirmativas ou irregularidades nos documentos, mesmo que verificadas a qualquer tempo, em especial por ocasião da investidura, acarretarão a nulidade da inscrição, com todas as suas decorrências, sem prejuízo das demais medidas de ordem administrativa, civil ou criminal.

12.5 O candidato deverá manter atualizado seu endereço, desde a inscrição até a publicação dos resultados finais junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

12.6 O conselheiro eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.

12.7 O não atendimento, pelo candidato, das condições estabelecidas neste Edital, implicará sua eliminação do processo, a qualquer tempo.

12.8 É vedado aos candidatos a conselheiro tutelar, exercer mandato político eletivo. Para concorrer a cargo eletivo político, deverá renunciar ao cargo de conselheiro tutelar.

12.9 É responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

12.10 As despesas do processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares serão custeadas pelo Governo Municipal.

12.11 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial Eleitoral (CEE), nomeada pelo CMDCA.

12.12 Fica eleito o Foro da Comarca de Modelo-SC para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CAPÍTULO XIII – DO CRONOGRAMA

13.1 O processo de escolha seguirá o cronograma constante no anexo I deste edital.

Serra Alta (SC) 08 de fevereiro de 2018.

ÁLISON MAURÍCIO MONTEIRO

Presidente CMDCA

ANEXO I – CALENDÁRIO ELEITORAL:

Fica estabelecido o seguinte calendário eleitoral:

- 04/01/2018 – Publicação do Edital;
- 08/01/2018 à 19/01/2018 – Inscrição dos Candidatos;
- 22/01/2018 – Publicação da resolução com a relação de candidatos inscritos e abertura do prazo de 03 (três) dias para impugnação;
- 22/01/2018 à 24/01/2018 – Prazo para Impugnação;
- 25/01/2018 – Publicação de lista de candidatos com inscrição indeferida;
- 26/01/2018 – Prazo para interpor recurso da lista de candidatos com inscrição INDEFERIDA;
- 29/01/2018 – Publicação da lista de candidatos aptos a participar da capacitação prévia;
- 31/01/2018 – Capacitação e Prova de Conhecimento;
- 01/02/2018 – Divulgação da lista de candidatos aptos a participar da eleição;
- 01/02/2018 à 17/02/2018 – Período de campanha dos candidatos
- 18/02/2018 – Eleição; das 9h às 15h, sem fechar ao meio dia;
- 19/02/2018 – Publicação do resultado do processo eleitoral, a partir das 14h;
- 01/03/2018 – Posse e início dos trabalhos.

ANEXO II – REQUERIMENTO

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA
Serra Alta - SC

Ilmo Senhor
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

Eu, _____
brasileiro(a), Estado Civil _____ Identidade n.º _____
CPF n.º _____. Vem mui respeitosamente à presença do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
requerer minha inscrição para participar do processo de escolha do Conselho Tutelar de Serra Alta e para tanto anexo os seguintes docu-
mentos:

- Carteira de identidade (original e cópia) para comprovação da idade mínima exigida (21 anos de idade);
- CPF;
- Reconhecida Idoneidade Moral comprovada por certidão Negativa de antecedentes Penais expedida pela Promotoria na Comarca de Mo-
delo;
- Comprovante atual de residência;
- Certificado de conclusão do nível médio;
- Comprovante de que está em dia com a Justiça Eleitoral (site tribunal Superior Eleitoral)
- Título de Eleitor.

Nestes Termos, Pede Deferimento

Serra Alta, SC, _____ / _____ / _____

SOLICITANTE

ANEXO III – FICHA DE INSCRIÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

FICHA DE INSCRIÇÃO

INSCRIÇÃO Nº _____

NOME DO CANDIDATO: _____

APELIDO: _____

PROFISSÃO: _____

DATA DE NASCIMENTO: ____ / ____ / ____ .

NATURALIDADE: _____

FILIAÇÃO: _____

ESTADO CIVIL: _____

SEXO: _____

Nº CPF: _____ RG: _____

ENDEREÇO: _____

BAIRRO: _____ CIDADE: _____

TELEFONE: (49) _____

RESIDE NO MUNICÍPIO HÁ QUANTO TEMPO? _____

ESCOLARIDADE: _____

DATA: ____ / ____ / ____ .

ASSINATURA

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO:

Nome do candidato: _____

RG Nº _____

Data e hora do Curso e Prova de Conhecimento: 31 de janeiro 2018, às 19:00 Horas;

Local: Secretaria Municipal de Assistência Social;

Obs: Este comprovante deverá ser apresentado no dia da prova juntamente com a carteira de Identidade.

Assinatura do Responsável pela Inscrição

EXTRATO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2018

Publicação Nº 1517532

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

AVISO DE LICITAÇÃO:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2018

Tipo: Menor Preço/Por item.

OBJETO: Aquisição de Produtos Alimentícios (período de Março a Agosto de 2018) garantindo uma alimentação suplementar de qualidade as crianças e adolescentes que freqüentam o Programa de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo, do Município de Serra Alta.

Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 27 de fevereiro de 2018.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 27 de fevereiro de 2018.

O Edital se encontra disponível na Prefeitura e no site <http://www.serraalta.sc.gov.br/>

ou maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830,
nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:30horas.

SERRA ALTA/SC, 09 de Fevereiro de 2018.

DARCI CERIZOLLI

PREFEITO MUNICIPAL

RESOLUÇÃO 007/2018 - CMDCA

Publicação Nº 1517612

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA
SERRA ALTA- SC

RESOLUÇÃO Nº 07/2018

Dispõe sobre os atos preparatórios para o processo de Eleição do Conselho Tutelar e nomeia o presidente, os mesários, secretária, escrutinadores e fiscais.

Os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Serra Alta, através do Presidente ÁLISSON MAURICIO MONTEIRO no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Municipal Nº961/2013, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado o presidente, os mesários, secretária, escrutinadores e fiscais do Processo de Eleição Suplementar para Conselheiro (a) Tutelar no Município de Serra Alta/SC.

Presidente da Mesa: Alisson Maurício Monteiro

1ª Mesária: Marina Spier Martini

2ª Mesária: Daniela Senhor

Secretária: Daniela Zanella Donida

Escrutinadores:

Édna Paula Magrin

Jucilei Ficagna Bernardi

Fiscais:

Renato Odair de Almeida

Inês Dominga Pezzini Argenta

Art.2º- Os mesários, escrutinadores e fiscais deverão comparecer no domingo dia 18 de fevereiro de 2018, das 08h30min até a finalização do processo de eleição, no Centro Municipal de Educação, Rua Sete de Setembro n.º 530, Centro, local onde será realizada a votação.

Art.3º - O presidente, os mesários, secretária, escrutinadores e fiscais terão direito a alimentação no dia da eleição, conforme Portaria-TSE nº 222/2015 e 02 dias de folgas, nos termos do art. 98 da Lei 9.504/1997.

Art.4º - Para a contagem de votos será permitida a presença da Comissão Especial Eleitoral, mesários, escrutinadores, fiscais e candidatos.

Art. 5º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Serra Alta, 08 de fevereiro de 2018.

ÁLISSON MAURÍCIO MONTEIRO

Presidente CMDCA

Siderópolis

PREFEITURA

02/2018 AVISO DE CONVOCAÇÃO SEGUNDO COLOCADO

Publicação Nº 1516670

MUNICÍPIO DE SIDEROPOLIS

PROCESSO Nº 02/2018 – PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2018

AVISO DE CONVOCAÇÃO DE SEGUNDO COLOCADO

OBJETO: Fornecimento parcelado de materiais de limpeza e higiene, conforme as necessidades das Secretarias requisitantes durante o exercício de 2018.

O MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS, através da Pregoeira, torna público que: em face da ausência de apresentação dos motivos do recurso contra a decisão de inabilitação, preliminarmente manifestada na ata de abertura da sessão pela empresa RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA - primeira colocada nos itens: 2, 4, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 14, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 25, 26, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 37, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, do pregão acima epigrafado, CONVOCA, nos termos do art. 4º, XVI e XXIII, da Lei 10.520/02, a(s) empresa(s) classificada(s) em 2º lugar dos itens acima descritos, para nova sessão pública visando à negociação, a qual ocorrerá no dia 14/02/2018 às 09h00min, no Departamento de licitações do Município de Siderópolis.

Ficam desde já, todas as demais empresas participantes do certame e outros interessados, convocados a acompanhar a negociação de preço. Ao final desta nova sessão abrir-se-á novamente nos termos do art. 4º, inciso XVIII da Lei nº 10.520/2002 a possibilidade de qualquer licitante, manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, relativa às decisões nela tomadas. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.

Maiores informações: telefone: (48) 3435-8900 ou pelo e-mail: licitacao@sideropolis.sc.gov.br, em dias úteis e em horário de expediente. Siderópolis, 08 de fevereiro de 2018.

FABIOLA CARDOSO COMIN

Pregoeira

EXTRATO DO CONTRATO Nº 34/2017 - 4 TERMO

Publicação Nº 1517424

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 4-34/2017 - Contrato Nº: 34/2017

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS

Contratada...: JR CONSTRUÇÕES E TERRAPLENAGEM LTDA EPP

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 03/01/2018 Término: 03/05/2018

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 1/2017

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de empresa especializada em serviços de pavimentação asfáltica e drenagem de Ruas localizadas no município de Siderópolis/SC, conforme contrato de repasse nº 819668/MINISTÉRIOS DAS CIDADES/CAIXA, através do processo nº 2624.1024683-13/2015 entre a União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, representado pela CEF, e o Município de Siderópolis-SC.

Siderópolis, 8 de Fevereiro de 2018

Sombrio

PREFEITURA

LEI 2350/2018

Publicação Nº 1516873

LEI Nº 2350, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017.

ACRESCENTA O INCISO IX AO ARTIGO 18 DA LEI Nº 780/1990 QUE ESTABELECE O CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º Fica acrescido o inciso IX ao artigo 18 da Lei nº 780, de 28 de dezembro de 1990, que estabelece o Código Tributário do Município de Sombrio, e que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 18. Fica isento do Imposto o bem imóvel:

I - pertencente a particular, quanto a fração cedida gratuitamente para uso da União, dos Estados, do Distrito Federal, do Município ou de sua autarquia;

II - pertencente a agremiação desportiva licenciada, quando utilizado efetiva e habitualmente no exercício de suas atividades sociais;

III - pertencente ou cedido gratuitamente a sociedade ou Instituição sem fins lucrativos que se destine a congregar classes patronais ou trabalhadores, com a finalidade de realizar sua união, representação, defesa, elevação de seu nível cultural físico ou recreativo;

IV - pertencente a sociedade civil sem fins lucrativos e destinado ao exercício de atividades culturais, recreativas ou esportivas;

V - declarado de utilidade pública para fins de desapropriação a partir da parcela correspondente no período de arrecadação do imposto em que ocorrer a emissão de posse ou a ocupação efetiva pelo poder desapropriante;

VI - cujo valor do Imposto não ultrapassar a 0,6% (seis décimos por cento) do Valor de Referência definido para cálculo das taxas, vigente no mês de janeiro do exercício do lançamento;

VII - cujo imóvel pertença a ex-combatente e seja de uso próprio;

VIII - pertencente a pessoas que ocupem o imóvel para moradia, ou more de aluguel, e sendo sua renda familiar mensal inferior a dois salários mínimos, e a casa inferior a 80m² se de madeira e inferior a 60 m² se de alvenaria.

IX – pertencente a pessoas que ocupem o imóvel para moradia, quando comprovarem estar em tratamento de neoplasia maligna.”

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 27 de dezembro de 2017.

Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretária Municipal de Finanças e Administração
)

LEI 2351/2018

Publicação Nº 1516874

LEI Nº 2350, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE NOVAS LIGAÇÕES DE ENERGIA ELÉTRICA E DE ÁGUA E ESGOTO EM LOTEAMENTOS CLANDESTINOS SEM A PRÉVIA CONSULTA AO MUNICÍPIO DE SOMBRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º. Ficam expressamente proibidas, no âmbito do município de Sombrio, a realização de ligações de energia elétrica e de água e esgoto,

em áreas urbanas que se caracterizam como loteamento clandestino.

§1º. Para efeitos desta Lei, entende-se por:

I – novas ligações: solicitação de nova unidade consumidora às concessionárias dos serviços públicos de energia elétrica e água e esgoto.

II - loteamento clandestino: aquele decorrente de assentamento informal, inclusive o decorrente de invasão em áreas públicas ou privadas, ou de loteamento ou desmembramento não aprovado pelo Poder Público municipal.

III - concessionárias dos serviços públicos: são as empresas que detêm a concessão para exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica e de água e esgoto, em Sombrio.

IV - áreas consolidadas: ocupações com mais de 5 (cinco) anos com edificações de alvenaria e ruas.

§ 2º. Para áreas consolidadas que possuem instalação clandestina, fica demonstrado o interesse do Município que se faça a regularização e instalação adequada.

Art. 2º. As concessionárias dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica e de água e esgoto deverão, antes de realizar novas ligações, obter prévia manifestação do Poder Público municipal, por meio do órgão de gerenciamento urbano, sobre a regularidade da ocupação.

Art. 3º. Pelo descumprimento da obrigação prevista nessa Lei, as concessionárias se sujeitam à multa no valor referente a 5 (cinco) salários mínimos por cada unidade consumidora efetivamente ligada sem a prévia consulta ao Poder Público municipal.

Parágrafo único – Nos casos de descumprimento do dever imposto nessa Lei, as concessionárias se obrigam também a proceder ao desligamento da unidade consumidora, sob pena de aplicação de multa diária de 1/3 (um terço) de salário mínimo.

Art. 4º. Esta Lei será regulamentada, no que couber, pelo Poder Executivo municipal.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 27 de dezembro de 2017.

.

Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretária Municipal de Finanças e Administração
)

LEI 2352/2018

Publicação Nº 1516875

LEI Nº 2352, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017.

DETERMINA A PUBLICAÇÃO DA LISTA DE ESPERA PARA VAGAS NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEI'S) NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SOMBRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica determinada a publicação da lista de espera para vagas nos Centros de Educação Infantil (CEI'S) da rede municipal de ensino no âmbito do município de Sombrio.

Art. 2º. A lista deverá conter:

I – nome do requerente.

II – número do protocolo.

III – data e hora da inscrição.

IV – data de nascimento da criança em espera de vaga.

V – unidade pretendida.

Art. 3º. A lista de que trata a presente Lei deverá ser dividida por Centro de Educação Infantil onde se pretende a vaga e, respeitada a divisão, afixada em local bem visível do Centro de Educação Infantil correspondente.

Parágrafo Único – As listas resultantes da aplicação do caput deste artigo deverão ser atualizadas imediatamente, sempre que houver alteração na disponibilidade das vagas.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 27 de dezembro de 2017.

.

Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretária Municipal de Finanças e Administração)

Sul Brasil

PREFEITURA

DECRETO 013/2018

Publicação Nº 1516439

DECRETO Nº. 013 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE ADMISSÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, PARA O CARGO DE AGENTE EDUCATIVO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto nas Leis Municipais nºs. 381, de 23 de maio de 2001, 384, de 01 de junho de 2001 e 344 de 31 de maio de 2000, alterada pela Lei 679 de 19 de janeiro de 2009 e Edital nº003/2016 - de 10 de novembro de 2016, Processo Seletivo.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada Servidora Pública Municipal de Sul Brasil-SC, por tempo determinado, atendendo a excepcional interesse público, para suprir ausências, afastamentos e licenças legalmente concedidas, de que dispõe o artigo 2º, inciso VIII da Lei Municipal 381, de 23 de maio de 2001, de acordo com o cargo e enquadramento que segue:

NOME: ALESANDRA CAVALHEIRO DA SILVA

CARGO: AGENTE EDUCATIVO

CARGA HORÁRIA: 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

PERÍODO: DE 08.02.2018 A 20.12.2018.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria prevista no orçamento.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 08 de fevereiro de 2018.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO

Diretor do Departamento de Administração

DECRETO 014/2018

Publicação Nº 1516441

DECRETO Nº. 014 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE ADMISSÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, PARA O CARGO DE AGENTE EDUCATIVO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto nas Leis Municipais nº s. 381, de 23 de maio de 2001, 384, de 01 de junho de 2001 e 344 de 31 de maio de 2000, alterada pela Lei 679 de 19 de janeiro de 2009 e Edital nº003/2016 - de 10 de novembro de 2016, Processo Seletivo.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada Servidora Pública Municipal de Sul Brasil-SC, por tempo determinado, atendendo a excepcional interesse público, para suprir ausências, afastamentos e licenças legalmente concedidas, de que dispõe o artigo 2º, inciso VIII da Lei Municipal 381, de 23 de maio de 2001, de acordo com o cargo e enquadramento que segue:

NOME: CLEIDE C. NOTHAFT

CARGO: AGENTE EDUCATIVO

CARGA HORÁRIA: 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

PERÍODO: DE 08.02.2018 A 20.12.2018.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria prevista no orçamento.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 08 de fevereiro de 2018.
EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO
Diretor do Departamento de Administração

DECRETO 015/2018

Publicação Nº 1516442

DECRETO Nº. 015, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE ADMISSÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, PARA O CARGO DE AGENTE EDUCATIVO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto nas Leis Municipais nºs. 381, de 23 de maio de 2001, 384, de 01 de junho de 2001 e 344 de 31 de maio de 2000, alterada pela Lei 679 de 19 de janeiro de 2009 e Edital 003/2016 de 10/11/2016, Processo Seletivo.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada Servidora Pública Municipal de Sul Brasil-SC, por tempo determinado, atendendo a excepcional interesse público, para suprir ausências, afastamentos e licenças legalmente concedidas, de que dispõe o artigo 2º, inciso VIII da Lei Municipal 381, de 23 de maio de 2001, de acordo com o cargo e enquadramento que segue:

NOME: EDIANE KIRKHOFF
CARGO: AGENTE EDUCATIVO
CARGA HORÁRIA: 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.
PERÍODO: DE 08/02/2018 A 20.12.2018.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria prevista no orçamento.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 08 de fevereiro de 2018.
EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO
Diretor de Administração

DECRETO 016/2018

Publicação Nº 1516444

DECRETO Nº.016, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018

DISPÕE SOBRE ADMISSÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, PARA O CARGO DE PROFESSOR DE LINGUA ESTRANGEIRA INGLÊS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto nas Leis Municipais nºs. 381, de 23 de maio de 2001, 384, de 01 de junho de 2001 e 344 de 31 de maio de 2000, alterada pela Lei 679 de 19 de janeiro de 2009 e Edital nº 03/2016 de 10.11.2016 - Processo Seletivo.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada Servidora Pública Municipal de Sul Brasil-SC, por tempo determinado, atendendo a excepcional interesse público, para suprir ausências, afastamentos e licenças legalmente concedidas, de que dispõe o artigo 2º, inciso VIII da Lei Municipal 381, de 23 de maio de 2001, de acordo com o cargo e enquadramento que segue:

NOME: ELIANE CUOCHINSKI

CARGO: PROFESSORA DE LINGUA ESTRANGEIRA INGLÊS – SERIES INICIAIS

CARGA HORÁRIA: 10 (VINTE) HORAS SEMANAIS

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

PERÍODO: DE 08.02.2018 A 20.12.2018.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria prevista no orçamento.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios, com efeitos a partir de 17.02.2016.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil, ao 08 de fevereiro de 2018.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO

Diretor de Administração

DECRETO 017/2018

Publicação Nº 1516451

DECRETO Nº.017 , DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE ADMISSÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, PARA O CARGO DE PROFESSORA DE SERIES INICIAIS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto nas Leis Municipais nºs. 381, de 23 de maio de 2001, 384, de 01 de junho de 2001 e 344 de 31 de maio de 2000, alterada pela Lei 679 de 19 de janeiro de 2009 e Edital nº003/2016 - de 10 de novembro de 2016, Processo Seletivo.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada Servidora Pública Municipal de Sul Brasil-SC, por tempo determinado, atendendo a excepcional interesse público, para suprir ausências, afastamentos e licenças legalmente concedidas, de que dispõe o artigo 2º, inciso VIII da Lei Municipal 381, de 23 de maio de 2001, de acordo com o cargo e enquadramento que segue:

NOME: GIOMAR DOS SANTOS MEIRA

CARGO: PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS

CARGA HORÁRIA: 20 (VINTE) HORAS SEMANAIS

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

PERÍODO: DE 08.02.2018 A 20.12.2018.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios, , com efeitos a partir de 17.02.2016.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 08 de fevereiro de 2018.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO

Diretor de Administração

DECRETO 018/2018

Publicação Nº 1516456

DECRETO Nº. 018, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018

DISPÕE SOBRE ADMISSÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, PARA O CARGO DE PROFESSORA DE ENSINO INFANTIL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto nas Leis Municipais nºs. 381, de 23 de maio de 2001, 384, de 01 de junho de 2001 e 344 de 31 de maio de 2000, alterada pela Lei 679 de 19 de janeiro de 2009 e Edital nº 003/2016 de 10/11/2016, Processo Seletivo.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada Servidora Pública Municipal de Sul Brasil-SC, por tempo determinado, atendendo a excepcional interesse público, para suprir ausências, afastamentos e licenças legalmente concedidas, de que dispõe o artigo 2º, inciso VIII da Lei Municipal 381, de 23 de maio de 2001, de acordo com o cargo e enquadramento que segue:

NOME: JANETE FERRARI GALLINA

CARGO: PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL

CARGA HORÁRIA: 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

PERÍODO: DE 08.02.2018 A 20.12.2018.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria prevista no orçamento.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios, com efeitos a partir de 17.02.2016.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 08 de fevereiro de 2018.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO

Diretor do Departamento

DECRETO 019/2018

Publicação Nº 1516459

DECRETO Nº. 019, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE ADMISSÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, PARA O CARGO DE PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL –E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto nas Leis Municipais nºs. 381, de 23 de maio de 2001, 384, de 01 de junho de 2001 e 344 de 31 de maio de 2000, alterada pela Lei 679 de 19 de janeiro de 2009 e Edital nº 003/2016 de 10.11.2016, Processo Seletivo.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada Servidora Pública Municipal de Sul Brasil-SC, por tempo determinado, atendendo a excepcional interesse público, para suprir ausências, afastamentos e licenças legalmente concedidas, de que dispõe o artigo 2º, inciso VIII da Lei Municipal 381, de 23 de maio de 2001, de acordo com o cargo e enquadramento que segue:

NOME: JOICE CARINE AMANN

CARGO: PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL SERIES INICIAIS

CARGA HORÁRIA: 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

PERÍODO: DE 08.02.2018 A 20.12.2018.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria prevista no orçamento.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 08 de fevereiro de 2018.
EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal
REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO
Diretor de Administração

DECRETO 020/2018

Publicação Nº 1516462

DECRETO Nº. 020, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018
DISPÕE SOBRE ADMISSÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, PARA O CARGO DE EDUCADOR SOCIAL DO PETI DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto nas Leis Municipais n.ºs. 381, de 23 de maio de 2001, 384, de 01 de junho de 2001 e 344 de 31 de maio de 2000, alterada pela Lei 679 de 19 de janeiro de 2009 e Edital nº 003/2016 de 10/11/2016, Processo Seletivo.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada Servidora Pública Municipal de Sul Brasil-SC, por tempo determinado, atendendo a excepcional interesse público, para suprir ausências, afastamentos e licenças legalmente concedidas, de que dispõe o artigo 2º, inciso VIII da Lei Municipal 381, de 23 de maio de 2001, de acordo com o cargo e enquadramento que segue:

NOME: JUCELIA APARECIDA DE QUADRO
CARGO: EDUCADOR SOCILA DO PETI
CARGA HORÁRIA: 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.
PERÍODO: DE 08/02/2018 A 20.12.2018.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria prevista no orçamento.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios, com efeitos a partir de 17.02.2016.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 08 de fevereiro de 2018.
EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal
REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO
Diretor do Departamento

DECRETO 021/2018

Publicação Nº 1516464

DECRETO Nº. 021, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018
DISPÕE SOBRE ADMISSÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, PARA O CARGO DE PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL – E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto nas Leis Municipais n.ºs. 381, de 23 de maio de 2001, 384, de 01 de junho de 2001 e 344 de 31 de maio de 2000, alterada pela Lei 679 de 19 de janeiro de 2009 e Edital nº 003/2016 de 10.11.2016, Processo Seletivo.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada Servidora Pública Municipal de Sul Brasil-SC, por tempo determinado, atendendo a excepcional interesse público, para suprir ausências, afastamentos e licenças legalmente concedidas, de que dispõe o artigo 2º, inciso VIII da Lei Municipal 381, de 23 de maio de 2001, de acordo com o cargo e enquadramento que segue:

NOME: JUSSARA VANICE AMANN HACKENHAAR
CARGO: PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL SERIES INICIAIS
CARGA HORÁRIA: 10 (DEZ) HORAS SEMANAIS

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.
PERÍODO: DE 08.02.2018 A 20.12.18.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria prevista no orçamento.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 08 de fevereiro de 2018.
EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal
REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO
Diretor do Departamento

DECRETO 022/2018

Publicação Nº 1516465

DECRETO Nº. 022, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE ADMISSÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, PARA O CARGO DE AGENTE EDUCATIVO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto nas Leis Municipais nºs. 381, de 23 de maio de 2001, 384, de 01 de junho de 2001 e 344 de 31 de maio de 2000, alterada pela Lei 679 de 19 de janeiro de 2009 e Edital 003/2016 de 10/11/2016, Processo Seletivo.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada Servidora Pública Municipal de Sul Brasil-SC, por tempo determinado, atendendo a excepcional interesse público, para suprir ausências, afastamentos e licenças legalmente concedidas, de que dispõe o artigo 2º, inciso VIII da Lei Municipal 381, de 23 de maio de 2001, de acordo com o cargo e enquadramento que segue:

NOME: LARISSA REGINA STRAPAZZON
CARGO: AGENTE EDUCATIVO
CARGA HORÁRIA: 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.
PERÍODO: DE 08/02/2018 A 20.12.2018.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria prevista no orçamento.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 08 de fevereiro de 2018.
EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO
Diretor de Administração

DECRETO 023/2018

Publicação Nº 1516468

DECRETO Nº. 023, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018

DISPÕE SOBRE ADMISSÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, PARA O CARGO DE PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL – E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto nas Leis Municipais nºs. 381, de 23 de maio de 2001, 384, de 01 de junho de 2001 e 344 de 31 de maio de 2000, alterada pela Lei 679 de 19

de janeiro de 2009 e Edital nº 003/2016 de 10.11.2016, Processo Seletivo.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada Servidora Pública Municipal de Sul Brasil-SC, por tempo indeterminado, atendendo a excepcional interesse público, para suprir ausências, afastamentos e licenças legalmente concedidas, de que dispõe o artigo 2º, inciso VIII da Lei Municipal 381, de 23 de maio de 2001, de acordo com o cargo e enquadramento que segue:

NOME: LEILA VALMORBIDA

CARGO: PROFESSOR EDUCAÇÃO ESPECIAL SEGUNDO PROFESSOR

CARGA HORÁRIA: 20 (VINTE) HORAS SEMANAIS

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Paragrafo Único: Este Decreto terá validade enquanto tiver aluno especial em sala de aula durante o ano letivo de 2018.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 08 de fevereiro de 2018.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO

Diretor do Departamento de Administração

DECRETO 024/2018

Publicação Nº 1516469

DECRETO Nº.024 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIA TERESINHA FERRARI OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL SEGUNDO PROFESSOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto nas Leis Municipais nº. 381, de 23 de maio de 2001, e Lei nº 384, de 01 de junho de 2001 e 344 de 31 de maio de 2000, alterada pela Lei 679 de 19 de janeiro de 2009 e Edital nº 003/2016 de 18.03.210/11/2016, Processo Seletivo.

DECRETA:

Art. 1º. NOME: MARIA TERESINHA FERRARI

CARGO: PROFESSOR EDUCAÇÃO ESPECIAL(SEGUNDO PROFESSOR)

CARGA HORÁRIA: 20 (VINTE) HORAS SEMANAIS

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

Art. 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Paragrafo Único: Este Decreto terá validade enquanto tiver aluno especial em sala de aula durante o ano letivo de 2018.

Art. 3º. - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil (SC),
08 de fevereiro de 2018.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO

Diretor do Departamento de Administração

DECRETO 025/2018

Publicação Nº 1516470

DECRETO Nº. 025, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE ADMISSÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARILEI ALBANI WEITZMANN POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, PARA O CARGO DE AGENTE EDUCATIVO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto nas Leis Municipais nºs. 381, de 23 de maio de 2001, 384, de 01 de junho de 2001 e 344 de 31 de maio de 2000, alterada pela Lei 679 de 19 de janeiro de 2009 e Edital nº003/2016 de 10/11/2016 Processo Seletivo.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada Servidora Pública Municipal de Sul Brasil-SC, por tempo determinado, atendendo a excepcional interesse público, para suprir ausências, afastamentos e licenças legalmente concedidas, de que dispõe o artigo 2º, inciso VIII da Lei Municipal 381, de 23 de maio de 2001, de acordo com o cargo e enquadramento que segue:

NOME: MARILEI ALBANI WEITZEMANN

CARGO: AGENTE EDUCATIVO EDUCAÇÃO INFANTIL

CARGA HORÁRIA: 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

PERÍODO: DE 08.02.2018 A 20.12.2018.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria prevista no orçamento.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 08 de fevereiro de 2018.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO

Diretor de Administração

DECRETO 026/2018

Publicação Nº 1516476

DECRETO Nº. 026, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE ADMISSÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, PARA O CARGO DE PROFESSOR DE ATIVIDADES DESPORTIVAS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto nas Leis Municipais nºs. 381, de 23 de maio de 2001, 384, de 01 de junho de 2001 e 344 de 31 de maio de 2000, alterada pela Lei 679 de 19 de janeiro de 2009 e Edital nº003/2016 10.11.2016, Processo Seletivo.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado Servidor Público Municipal de Sul Brasil-SC, por tempo determinado, atendendo a excepcional interesse público, para suprir ausências, afastamentos e licenças legalmente concedidas, de que dispõe o artigo 2º, inciso VIII da Lei Municipal 381, de 23 de maio de 2001, de acordo com o cargo e enquadramento que segue:

NOME: RAFAEL JUNIOR BETTU

CARGO: PROFESSOR DE ATIVIDADES DESPORTIVAS

CARGA HORÁRIA: 30 (TRINTA) HORAS SEMANAIS

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

PERÍODO: DE 08.02.2018 A 20.12.2018.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria prevista no orçamento.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios, com efeitos a partir de 17.02.2016.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,

aos 08 de fevereiro de 2018.
EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO
Diretor do Departamento

DECRETO 027/2018

Publicação Nº 1516477

DECRETO Nº. 027, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018
DISPÕE SOBRE ADMISSÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, PARA O CARGO DE PROFESSORA DE ENSINO INFANTIL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto nas Leis Municipais nºs. 381, de 23 de maio de 2001, 384, de 01 de junho de 2001 e 344 de 31 de maio de 2000, alterada pela Lei 679 de 19 de janeiro de 2009 e Edital nº 003/2016 de 10/11/2016, Processo Seletivo.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada Servidora Pública Municipal de Sul Brasil-SC, por tempo determinado, atendendo a excepcional interesse público, para suprir ausências, afastamentos e licenças legalmente concedidas, de que dispõe o artigo 2º, inciso VIII da Lei Municipal 381, de 23 de maio de 2001, de acordo com o cargo e enquadramento que segue:

NOME: ROSANE CRISTINA JACOBY
CARGO: PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL (creche)
CARGA HORÁRIA: 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.
PERÍODO: DE 08/02/2018 a 20/12/2018.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria prevista no orçamento.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios, com efeitos a partir de 17.02.2016.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 08 de fevereiro de 2018.
EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal
REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO
Diretor do Departamento de Administração

DECRETO 028/2018

Publicação Nº 1516479

DECRETO Nº. 028, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018
DISPÕE SOBRE ADMISSÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, PARA O CARGO DE PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto nas Leis Municipais nºs. 381, de 23 de maio de 2001, 384, de 01 de junho de 2001 e 344 de 31 de maio de 2000, alterada pela Lei 679 de 19 de janeiro de 2009 e Edital nº 003/2016 de 10.11.2016, Processo Seletivo.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada Servidora Pública Municipal de Sul Brasil-SC, por tempo determinado, atendendo a excepcional interesse público, para suprir ausências, afastamentos e licenças legalmente concedidas, de que dispõe o artigo 2º, inciso VIII da Lei Municipal 381, de 23 de maio de 2001, de acordo com o cargo e enquadramento que segue:

NOME: SILVANA LUZIA DAMO SALVADOR

CARGO: PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL SERIES INICIAIS
CARGA HORÁRIA: 40 (VINTE) HORAS SEMANAIS
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.
PERÍODO: DE 08.02.18 A 20.12.2018.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria prevista no orçamento.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios, , com efeitos a partir de 17.02.2016.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 08 de fevereiro de 2018.
EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal
REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO
Diretor de Administração

DECRETO 029/2018

Publicação Nº 1516481

DECRETO Nº.029, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.
DISPÕE SOBRE ADMISSÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, PARA O CARGO DE PROFESSOR DE LINGUA ESTRANGEIRA INGLÊS-NÃO HABILITADO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto nas Leis Municipais nºs. 381, de 23 de maio de 2001, 384, de 01 de junho de 2001 e 344 de 31 de maio de 2000, alterada pela Lei 679 de 19 de janeiro de 2009 e Edital nº 003/2016 de 10.11.2016 - Processo Seletivo.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada Servidora Pública Municipal de Sul Brasil-SC, por tempo determinado, atendendo a excepcional interesse público, para suprir ausências, afastamentos e licenças legalmente concedidas, de que dispõe o artigo 2º, inciso VIII da Lei Municipal 381, de 23 de maio de 2001, de acordo com o cargo e enquadramento que segue:

NOME: SUZANA FICAGNA SCHMIDT
CARGO: PROF. DE LINGUA EST. INGLÊS -NÃO HABILITADO SÉRIES INICIAIS
CARGA HORÁRIA: 10 (DEZ) HORAS SEMANAIS
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.
PERÍODO: DE 08.02.2018 A 20.12.2018.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria prevista no orçamento.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios, com efeitos a partir de 17.02.2016.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 08 de fevereiro de 2018.
EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO
Diretor de Administração

DECRETO 030/2018

Publicação Nº 1516483

DECRETO Nº. 030, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE ADMISSÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, PARA O CARGO DE AGENTE EDUCATIVO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto nas Leis Municipais nºs. 381, de 23 de maio de 2001, 384, de 01 de junho de 2001 e 344 de 31 de maio de 2000, alterada pela Lei 679 de 19 de janeiro de 2009 e Edital 003/2016 de 10/11/2016, Processo Seletivo.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada Servidora Pública Municipal de Sul Brasil-SC, por tempo determinado, atendendo a excepcional interesse público, para suprir ausências, afastamentos e licenças legalmente concedidas, de que dispõe o artigo 2º, inciso VIII da Lei Municipal 381, de 23 de maio de 2001, de acordo com o cargo e enquadramento que segue:

NOME: KAROLINE DA SILVA BOGADO

CARGO: AGENTE EDUCATIVO

CARGA HORÁRIA: 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

PERÍODO: DE 08/02/2018 A 20.12.2018.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria prevista no orçamento.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 08 de fevereiro de 2018.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO

Diretor de Administração

Tangará

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 075, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2.018. CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SERVIDOR QUE MENCIONA POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1517538

PORTARIA Nº. 075, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2.018.

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SERVIDOR QUE MENCIONA POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALMOR ANTÔNIO VIVIAN, Prefeito Municipal e.e.de Tangará, Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo artigo 74, incisos VII - IX da Lei Orgânica do Município;

Considerando o Edital 005/2017 que abriu inscrições e fixou normas para o Processo Seletivo de ingresso em cargo público de provimento temporário para a Prefeitura Municipal de Tangará.

RESOLVE:

Art.1.º Contratar por necessidade temporária de excepcional interesse público a servidora TALIA MONTEIRO SIQUEIRA, brasileira, residente e domiciliada neste município de Tangará, Santa Catarina, para a função do cargo de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – NÍVEL 03 – CLASSE A, com carga horária de 40h semanais, conforme Lei Complementar 060/2012, a partir de 05/02/2018.

Art.2.º Esta Portaria entra em vigor data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais a vigorar em 05/02/2018, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ-SC, 02 DE FEVEREIRO DE 2.018.

VALMOR ANTÔNIO VIVIAN

PREFEITO MUNICIPAL e.e.

PORTARIA Nº. 077, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2.018. CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SERVIDOR QUE MENCIONA POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1517541

PORTARIA Nº. 077, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2.018.

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SERVIDOR QUE MENCIONA POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALMOR ANTÔNIO VIVIAN, Prefeito Municipal e.e.de Tangará, Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo artigo 74, incisos VII - IX da Lei Orgânica do Município;

Considerando o Edital 005/2017 que abriu inscrições e fixou normas para o Processo Seletivo de ingresso em cargo público de provimento temporário para a Prefeitura Municipal de Tangará.

RESOLVE:

Art.1.º Contratar por necessidade temporária de excepcional interesse público a servidora SABRINA CORREIA NILSEN, brasileira, residente e domiciliada neste município de Tangará, Santa Catarina, para a função do cargo de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – NÍVEL 03 – CLASSE A, com carga horária de 40h semanais, conforme Lei Complementar 060/2012, a partir de 05/02/2018.

Art.2.º Esta Portaria entra em vigor data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais a vigorar em 05/02/2018, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ-SC, 02 DE FEVEREIRO DE 2.018.

VALMOR ANTÔNIO VIVIAN

PREFEITO MUNICIPAL e.e.

PORTARIA Nº. 080, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2.018. CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SERVIDOR QUE MENCIONA POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1517545

PORTARIA Nº. 080, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2.018.

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SERVIDOR QUE MENCIONA POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALMOR ANTÔNIO VIVIAN, Prefeito Municipal e.e.de Tangará, Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo artigo 74, incisos VII - IX da Lei Orgânica do Município;

Considerando o Edital 005/2017 que abriu inscrições e fixou normas para o Processo Seletivo de ingresso em cargo público de provimento temporário para a Prefeitura Municipal de Tangará.

RESOLVE:

Art.1.º Contratar por necessidade temporária de excepcional interesse público a servidora JUSSARA GALAFASSI BEVILAQUA, brasileira, residente e domiciliada neste município de Tangará, Santa Catarina, para a função do cargo de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – NÍVEL 03 – CLASSE A, com carga horária de 40h semanais, conforme Lei Complementar 060/2012, a partir de 05/02/2018.

Art.2.º Esta Portaria entra em vigor data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais a vigorar em 05/02/2018, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ-SC, 02 DE FEVEREIRO DE 2.018.

VALMOR ANTÔNIO VIVIAN

PREFEITO MUNICIPAL e.e.

PORTARIA Nº. 081, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2.018. CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SERVIDOR QUE MENCIONA POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1517546

PORTARIA Nº. 081, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2.018.

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SERVIDOR QUE MENCIONA POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALMOR ANTÔNIO VIVIAN, Prefeito Municipal e.e.de Tangará, Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo artigo 74, incisos VII - IX da Lei Orgânica do Município;

Considerando o Edital 006/2017 que estabeleceu normas para a chamada pública de professores destinada a prover vagas temporárias de excepcional interesse público na rede municipal de ensino para a Prefeitura Municipal de Tangará.

RESOLVE:

Art.1.º Contratar por necessidade temporária de excepcional interesse público a servidora DANIÉLLI POSSERA, brasileira, residente e domiciliada neste município de Tangará, Santa Catarina, para a função do cargo de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – NÍVEL 03 – CLASSE A, com carga horária de 40h semanais, conforme Lei Complementar 060/2012, a partir de 05/02/2018.

Art.2.º Esta Portaria entra em vigor data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais a vigorar em 05/02/2018, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ-SC, 02 DE FEVEREIRO DE 2.018.

VALMOR ANTÔNIO VIVIAN

PREFEITO MUNICIPAL e.e.

PORTARIA Nº. 091, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2.018. CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SERVIDOR QUE MENCIONA POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1517550

PORTARIA Nº. 091, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2.018.

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SERVIDOR QUE MENCIONA POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALMOR ANTÔNIO VIVIAN, Prefeito Municipal e.e.de Tangará, Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo artigo 74, incisos VII - IX da Lei Orgânica do Município;

Considerando o Edital 006/2017 que estabeleceu normas para a chamada pública de professores destinada a prover vagas temporárias de excepcional interesse público na rede municipal de ensino para a Prefeitura Municipal de Tangará.

RESOLVE:

Art.1.º Contratar por necessidade temporária de excepcional interesse público o servidor IVAN CORDEIRO, brasileiro, residente e domiciliado neste município de Tangará, Santa Catarina, para a função do cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA III – CLASSE A, com carga horária de 10h semanais, conforme Lei Complementar 060/2012, a partir de 05/02/2018.

Art.2.º Esta Portaria entra em vigor data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais a vigorar em 05/02/2018, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ-SC, 02 DE FEVEREIRO DE 2.018.

VALMOR ANTÔNIO VIVIAN

PREFEITO MUNICIPAL e.e.

PORTARIA Nº. 092, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2.018. CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SERVIDOR QUE MENCIONA POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1517552

PORTARIA Nº. 092, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2.018.

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SERVIDOR QUE MENCIONA POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALMOR ANTÔNIO VIVIAN, Prefeito Municipal e.e.de Tangará, Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo artigo 74, incisos VII - IX da Lei Orgânica do Município;

Considerando o Edital 006/2017 que estabeleceu normas para a chamada pública de professores destinada a prover vagas temporárias de excepcional interesse público na rede municipal de ensino para a Prefeitura Municipal de Tangará.

RESOLVE:

Art.1.º Contratar por necessidade temporária de excepcional interesse público o servidor WALDEMOR CHIBICHESKI SLONGO, brasileiro, residente e domiciliado neste município de Tangará, Santa Catarina, para a função do cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA III – CLASSE A, com carga horária de 20h semanais, conforme Lei Complementar 060/2012, a partir de 06/02/2018.

Art.2.º Esta Portaria entra em vigor data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais a vigorar em 06/02/2018, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ-SC, 02 DE FEVEREIRO DE 2.018.

VALMOR ANTÔNIO VIVIAN

PREFEITO MUNICIPAL e.e.

PORTARIA Nº. 093, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2.018. CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SERVIDOR QUE MENCIONA POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1517555

PORTARIA Nº. 093, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2.018.

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SERVIDOR QUE MENCIONA POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALMOR ANTÔNIO VIVIAN, Prefeito Municipal e.e.de Tangará, Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo artigo 74, incisos VII - IX da Lei Orgânica do Município;

Considerando o Edital 005/2017 que abriu inscrições e fixou normas para o Processo Seletivo de ingresso em cargo público de provimento temporário para a Prefeitura Municipal de Tangará.

RESOLVE:

Art.1.º Contratar por necessidade temporária de excepcional interesse público a servidora SIMONE ZUCCO DAVILA SLONGO, brasileira, residente e domiciliada neste município de Tangará, Santa Catarina, para a função do cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA I – CLASSE A, com carga horária de 40h semanais, conforme Lei Complementar 060/2012, a partir de 06/02/2018.

Art.2.º Esta Portaria entra em vigor data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais a vigorar em 06/02/2018, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ-SC, 02 DE FEVEREIRO DE 2.018.

VALMOR ANTÔNIO VIVIAN

PREFEITO MUNICIPAL e.e.

ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2018

Publicação Nº 1517179

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2018

Aos oito dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dezoito, as quatorze horas, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 017/2017, para abrir e julgar o processo licitatório modalidade Pregão Presencial nº 016/2018, da Prefeitura Municipal de Tangará, o qual tem por objeto a LOCAÇÃO MONTAGEM E DESMONTAGEM DE MOVEIS E OBJETOS DE DECORAÇÃO PARA SOLENIDADE DE ABERTURA EVENTO EXCLUSIVO PARA AS AUTORIDADES DIA 17 DE FEVEREIRO NA SALA DE EVENTOS DA ESTAÇÃO FERROVIARIA RIO BONITO E PARA ESTANDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARA NA FEIRA DE NEGÓCIOS QUE ACONTECERÁ DE 16 A 18 DE FEVEREIRO DE 2018 DA 5ª FECAUVA TAGARÁ 70 ANOS. Participa deste certame a seguinte empresa:

1) RONALDO DOUGLAS RICCI 69312524968, representada neste ato por Ronaldo Douglas Ricci.

Iniciado o certame, foi informado que a descrição em sequência do lote 1 acontecerá no dia 16 e não 17 consequentemente o item 11.1.3 e 11.1.4 que refere-se a montagem deverão ser no dia 16/02/2018 e não no dia 17. Uma única empresa se credenciou, passa a vista e rubrica nos envelopes pelo representante presente, analisado o credenciamento da empresa que estava de acordo com o edital, sendo habilitada para o certame, após passou-se para a abertura do envelope da proposta, constatou-se que a empresa participante encontra-se habilitada para os lances. Passou-se então para fase dos lances, feito a tentativa de negociação a empresa baixou o valor da sua proposta, após sagrou-se vencedor do lote 1 e 2 a empresa RONALDO DOUGLAS RICCI com o valor total dos lotes de R\$ 5.450,00 (cinco mil quatrocentos e cinquenta reais). Após aberto o envelope da documentação que estava de acordo com as exigências do edital, passando para vistas e rubricas dos presentes. Não teve manifestação de recurso. Sem mais encerrado certame. Publique-se o presente resultado no site www.tangara.sc.gov.br e no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC na data de 08/02/2018. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, com o presente ata lida, aprovada e assinada pelos presentes. Tangará, 08 de Fevereiro de 2018.

Paula Aline Taffarel Motter

Presidente da Comissão de Licitações

Camila Bruns Willian José Zen

Membro da Comissão de Licitações Membro da Comissão de Licitações

RONALDO DOUGLAS RICCI

DECRETO Nº 029, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018. "NOMEIA O COLEGIADO DE REPRESENTAÇÃO POPULAR PARA ATUAR NO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR E DA ELABORAÇÃO DO PLANO DE MOBILIDADE URBANA DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Publicação Nº 1517524

DECRETO Nº 029, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.

"NOMEIA O COLEGIADO DE REPRESENTAÇÃO POPULAR PARA ATUAR NO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR E DA ELABORAÇÃO DO PLANO DE MOBILIDADE URBANA DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 74, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o que dispõe o Parágrafo Único do Art. 4º, e o Art. 5º do Decreto n.º 030/2018, que estabelece o Regimento Geral do Processo de Revisão do Plano Diretor Participativo e da elaboração do Plano de Mobilidade Urbana de Tangará;

CONSIDERANDO o que o Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, sendo parte integrante do processo de planejamento municipal;

CONSIDERANDO a instituição da Política Nacional de Mobilidade Urbana, que tem como prisma o desenvolvimento sustentável das cidades e o bem estar dos cidadãos com foco em modos alternativos de transporte;

CONSIDERANDO a necessidade de atualização do Plano Diretor e da elaboração do Plano de Mobilidade Urbana do Município, para a sua adequação às diretrizes gerais da política de desenvolvimento urbano estabelecidas pela Constituição Federal art. 182 e 183, Lei Federal n.º 10.257, de 10 de julho de 2001, denominada Estatuto da Cidade, em conformidade com a Lei Federal n.º 12.587, de 03 de janeiro de 2012, denominada Política Nacional de Mobilidade Urbana, e observando as Resoluções do Conselho Nacional das Cidades – Ministério das Cidades (n.º 13, de 2004; n.º 25, de 2005; n.º 34, de 2005, n.º 22, de 2006 e n.º 83, de 2009), dentre outras normas;

CONSIDERANDO que o Estatuto da Cidade também prevê a necessidade de elaboração de lei que vise instrumentalizar a política de desenvolvimento urbano, sendo a este, necessário a sua revisão a cada 10 (dez) anos, nos termos do art. 40, §3º.

CONSIDERANDO que Revisão do Plano Diretor Lei 048/2009 é a grande oportunidade de ampliar a participação social nas discussões de políticas públicas, elaboração e implementação das ações do Poder Público visando a melhoria ambiental e da qualidade de vida da população;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados como representantes do Colegiado de Representação Popular (CRP), na condição de titulares:

I – Tadeu Henrique Carminati Oneda;
II – Anderson Luiz Bottega;
III – Sandro Borges de Oliveira;
IV – Patricia Betto Borges de Oliveira;
V – Jean Carlo Pasetto;
VI – Nei Antonio Altenhofen;
VII – Maria Mirian Rambo da Silva;
VIII – Renato Chiarani;
IX – Eduardo Zago;
X – André Petters Ziemann;
XI – Selvio Maziero;
XII – Vicente Demori;
XIII – Vanice Terezina Uberti Schizzi;
XIV – Flavia Zardo;
XV – Terezinha da Silva;
XVI – Helio Renato de Almeida.

Parágrafo único. Cada membro titular disporá de um suplente, que deverá ser do mesmo setor ou território do qual o titular represente, a indicação dar-se-á pelo titular por meio de ato específico para representá-lo sempre que necessário, exercendo todas as atribuições inerentes à função.

Art. 2º - Os membros do Colegiado de Representação Popular (CRP) não farão jus a qualquer remuneração extra advinda do presente Decreto.

Art. 3º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto Municipal nº 23, de 29 de janeiro de 2018.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ/SC, 05 DE FEVEREIRO DE 2018.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 030, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018. "ESTABELECE O REGIMENTO GERAL DO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR E DA ELABORAÇÃO DO PLANO DE MOBILIDADE URBANA DE TANGARÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Publicação Nº 1517527

DECRETO Nº 030, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.

"ESTABELECE O REGIMENTO GERAL DO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR E DA ELABORAÇÃO DO PLANO DE MOBILIDADE URBANA DE TANGARÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 74, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO que o Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, sendo parte integrante do processo de planejamento municipal;

CONSIDERANDO a instituição da Política Nacional de Mobilidade Urbana, que tem como prisma o desenvolvimento sustentável das cidades e o bem estar dos cidadãos com foco em modos alternativos de transporte;

CONSIDERANDO que o Poder Executivo Municipal de Tangará está promovendo, o Processo de Revisão do Plano Diretor Participativo e da elaboração do Plano de Mobilidade Urbana de Tangará;

CONSIDERANDO a necessidade de se definir de forma sistematizada as atribuições dos grupos de trabalho internos e de apoio à Prefeitura Municipal, bem como a necessidade de se definir um regimento geral, prevendo as regras de participação e controle social no aludido Processo de Planejamento Urbano;

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido o Regimento Geral do Processo de Revisão do Plano Diretor Participativo e elaboração do Plano de Mobilidade Urbana de Tangará, na forma dos dispositivos em anexo.

Art. 2º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial o Decreto Municipal nº 24, de 29 de janeiro de 2018.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ/SC, 05 DE FEVEREIRO DE 2018.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

REGIMENTO GERAL DO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR E DA ELABORAÇÃO DO PLANO DE MOBILIDADE URBANA DE TANGARÁ/SC**CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS, FINALIDADES E ÂMBITOS DE ATUAÇÃO**

Art. 1º - O presente regimento tem por finalidade regulamentar o processo participativo de Revisão do Plano Diretor e da elaboração do Plano de Mobilidade Urbana do Município de Tangará de forma a garantir:

- I - A promoção de instâncias e mecanismos de diálogo e participação social;
- II - O estabelecimento de regras claras, validadas coletivamente e que vigorem durante todo o processo de revisão;
- III - A disponibilização e a produção de informações sobre a realidade do Município;
- IV - A combinação de estudos técnicos com a visão da sociedade sobre o Município por ela desejado, resultante do processo de participação social, regulamentando o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança, do bem-estar dos cidadãos e do equilíbrio ambiental, respeitada a legislação aplicável.

§ 1º - Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, parte integrante do processo de planejamento municipal, integrador das políticas públicas, especialmente ordenamento territorial, moradia e regularização fundiária, saneamento ambiental, transporte e mobilidade, proteção e defesa civil.

§ 2º - O projeto de Lei Complementar do Plano Diretor Participativo do Município de Tangará é matéria de iniciativa do Poder Executivo Municipal, contando com participação e controle social em todas as fases do processo de Revisão.

§ 3º - Plano de Mobilidade Urbana é o instrumento da política de desenvolvimento e expansão urbana, sendo parte integrante do processo de planejamento municipal.

CAPÍTULO II - DOS OBJETIVOS DO PROCESSO

Art. 2º - O processo de revisão do Plano Diretor do Município de Tangará tem por objetivo:

- I - Criar e ampliar canais de participação e controle social por parte dos cidadãos e das instâncias representativas dos vários segmentos sociais;
- II - Tornar transparentes, inclusivos e acessíveis os processos de planejamento e gestão da política urbana;
- III - Promover ações de capacitação de representantes da sociedade, para que possam atuar nos processos decisórios relativos ao planejamento e gestão da política urbana;
- IV - Contribuir para identificar as prioridades da sociedade civil aplicáveis ao planejamento urbano;
- V - Acompanhar, avaliar e articular projetos, programas e políticas públicas, na revisão do Plano Diretor de Tangará, especialmente verificando limites e possibilidades de articulação com programas e políticas públicas aplicáveis ao planejamento urbano;
- VI - Buscar a continuidade entre o processo de planejamento e de implementação, de forma a impedir a descaracterização das diretrizes urbanísticas do Município que serão estabelecidas.

CAPÍTULO III - DAS ETAPAS DO PROCESSO

Art. 3º - O processo de elaboração do Plano de Mobilidade Urbana do Município de Tangará tem por objetivo contribuir para o acesso universal à cidade, o fomento e a concretização das condições que contribuam para a efetivação dos princípios, objetivos e diretrizes da política de desenvolvimento urbano, por meio do planejamento e da gestão democrática do Sistema Nacional de Mobilidade Urbana; dentre os objetivos ficam estabelecidos:

- I – Reduzir as desigualdades e promover a inclusão social;
- II – Promover o acesso aos serviços básicos e equipamentos sociais;
- III – Proporcionar melhoria nas condições urbanas da população no que se refere à acessibilidade e à mobilidade;
- IV – Promover o desenvolvimento sustentável com a mitigação dos custos ambientais e socioeconômicos dos deslocamentos das pessoas e cargas na cidade;
- V – Consolidar a gestão democrática como instrumento e garantia da construção contínua do aprimoramento da mobilidade urbana.

Art. 4º - No âmbito do Poder Executivo municipal, o processo participativo de revisão do Plano Diretor do Município de Tangará será dividido nas seguintes etapas:

- I - Etapa 1, denominada "Preparação do Processo de Planejamento Participativo";
- II - Etapa 2, denominada "Leitura e Diagnóstico da Realidade Municipal – Técnica e Comunitária";
- III - Etapa 3, denominada "Definição dos Eixos Estratégicos e Formulação de Propostas";
- IV - Etapa 4, denominada "Elaboração e Apresentação da Versão Preliminar da Proposta de Plano Diretor e do Plano de Mobilidade Urbana";
- V - Etapa 5, denominada "Consulta Pública, Conferência Final e Consolidação do Projeto de Lei do Plano Diretor e do Plano de Mobilidade Urbana".

§ 1º - A Etapa 1 compõe-se de providências iniciais de sensibilização, mobilização e capacitação dos agentes públicos e privados que constroem e utilizam o território do Município, através das seguintes ações:

- I - Instituição, definição de atribuições e nomeação de integrantes titulares e suplentes, por ato do Prefeito municipal:

- a) Do Grupo Técnico de Apoio (GTA);
- b) Do Grupo de Trabalho Municipal (GTM);
- c) Do Colegiado de Representação Popular (CRP);

II - Divisão territorial e estabelecimento do calendário de eventos, voltados ao processo;

III - Comunicação com os órgãos de imprensa local, para fins de colaboração na divulgação do processo de revisão do Plano Diretor e de elaboração do Plano de Mobilidade Urbana;

IV - Intercâmbio com os demais órgãos públicos das esferas estaduais e federais, inclusive empresas concessionárias, permissionárias e prestadoras de serviços públicos, visando à colaboração destes no processo de revisão do Plano Diretor e de elaboração do Plano de Mobilidade Urbana;

V - Realização de audiência pública para instaurar oficialmente e tornar público o processo participativo de revisão do Plano Diretor e de elaboração do Plano de Mobilidade Urbana.

§ 2º - A Etapa 2 constitui na elaboração do diagnóstico, da realidade do Município de Tangará, com base na leitura técnica pelos profissionais responsáveis pelo desenvolvimento da revisão do Plano Diretor e de elaboração do Plano de Mobilidade Urbana, e pela comunidade. Compreende em uma análise e avaliação do Plano Diretor vigente, e da composição de pontos negativos e potencialidades da cidade. Este documento compõe-se de levantamento, sistematização e avaliação de dados e informações, sendo considerado:

I – Fatores condicionantes da Mobilidade Urbana;

II - Condicionantes Ambientais;

III - Infraestrutura Urbana;

IV – Projeções Populacionais;

V - Características gerais da Zona Urbana e Rural;

VI - Morfologia Urbana;

VII - Levantamento de Uso e Ocupação do Solo;

VIII - Características histórico-culturais;

IX - Consolidação da realidade municipal, através de Relatório, resultante da união das leituras técnica e comunitária;

X - Realização das Oficinas Estratégicas, capacitando os membros do Colegiado de Representação Popular para sua atuação no processo de revisão do Plano Diretor e de elaboração do Plano de Mobilidade Urbana;

XI - Estruturação e revisão de propostas decorrentes das oficinas, especialmente os conteúdos que embasarão o Macrozoneamento;

XII - Definição das regras para a instituição e funcionamento do sistema de acompanhamento e controle do Plano Diretor Participativo e do Plano de Mobilidade Urbana de Tangará.

§ 3º - A Etapa 3 definirá as bases para a formulação dos objetivos, diretrizes e eixos estratégicos do desenvolvimento municipal e da expansão urbana, através das seguintes ações:

I - Construção de Cenários, estudos e propostas;

II - Elaboração de Mapas Temáticos;

III - Elaboração da Proposta do Projeto de Lei.

§ 4º - A Etapa 4 consolidará, apresentará e disponibilizará a versão preliminar do anteprojeto de lei complementar do plano diretor participativo e do Plano de Mobilidade Urbana, através das seguintes ações:

I - Definição do conteúdo mínimo do plano diretor e do Plano de Mobilidade Urbana, na forma estabelecida pelo Estatuto da Cidade e seguindo orientações das resoluções aplicáveis, emitidas pelo Conselho Nacional das Cidades, ou CONCIDADES;

II - Elaboração da versão preliminar do anteprojeto de lei complementar, a partir do conteúdo mínimo definido e das bases estabelecidas na Etapa 2 e 3;

III - Definição das regras da consulta pública, a serem validadas pelo Município de Tangará, sobre a versão preliminar do anteprojeto de lei complementar;

IV - Apresentação, em audiência pública, do anteprojeto de lei complementar e das regras da consulta pública.

§ 5º - A Etapa 5 consiste na elaboração da versão final do anteprojeto de Lei Complementar do Plano Diretor Participativo e do Plano de Mobilidade Urbana, e no seu encaminhamento ao Prefeito Municipal, para consequente encaminhamento, já na qualidade de Projeto de Lei Complementar, à Câmara Municipal, através das seguintes ações:

I - Início da consulta pública, que deverá observar o prazo estabelecido nas regras referidas no inciso III do parágrafo quarto deste artigo;

II - Sistematização, análise e validação das sugestões recebidas durante a consulta pública;

III - Realização de uma Audiência Pública para abertura oficial e apresentação das regras da Audiência Pública Final;

IV - Realização da Audiência Pública Final para deliberação sobre as sugestões validadas;

V - Consolidação do projeto de lei complementar do Plano Diretor Participativo e do Plano de Mobilidade Urbana, com base nas deliberações da Audiência Pública Final;

VI - Encaminhamento ao Prefeito Municipal, para ato contínuo, submissão à tramitação legislativa.

CAPÍTULO IV - DAS RESPONSABILIDADES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Art. 5º - O Poder Executivo municipal garantirá a participação da população, a plena realização dos trabalhos necessários ao processo, a ampla publicidade e o acesso às informações, na forma dos incisos I a III do § 4.º do art. 40 e do art. 43 do Estatuto da Cidade, e de acordo com as recomendações do Conselho das Cidades do Ministério das Cidades, em especial a Resolução nº 25, de 18 de março de 2005.

Parágrafo Único - O Poder Executivo municipal nomeará o Grupo Técnico de Apoio (GTA).

Art. 6º - O Grupo Técnico de Apoio garantirá a disponibilização de dados e informações ao CIMACATARINA ao Colegiado de Representação Popular e a qualquer interessado.

§ 1º - O Grupo Técnico de Apoio é composto por 5 (cinco) integrantes.

§ 2º - Para cada integrante do Grupo Técnico de Apoio haverá um respectivo suplente.

§ 3º - O Grupo Técnico de Apoio se extinguirá após a entrada em vigor da nova lei do Plano Diretor e da elaboração do Plano de Mobilidade Urbana; e, ato contínuo, a efetiva instalação do Conselho da Cidade e do Conselho de Mobilidade Urbana.

Art. 7º - São atribuições do Grupo Técnico de Apoio:

- I - Acompanhar e supervisionar todas as etapas do processo, de responsabilidade do Poder Executivo municipal, incluindo-se a participação nos eventos, reuniões, oficinas, conferência, audiências públicas, e demais atividades pertinentes ao processo;
- II - Coletar, repassar e promover todos os atos necessários o acesso às informações relacionadas ao planejamento urbano e territorial acessíveis ao município, para a equipe técnica do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA;
- III - Supervisionar a compatibilização da leitura técnica com a leitura comunitária ao longo de todo o processo;
- IV - Elaborar respostas oficiais, pareceres e recomendações técnicas de acordo com as atribuições profissionais e cargos e funções de seus integrantes;
- V - Organizar e manter atualizado um cadastro para contato com as organizações e associações representativas dos vários segmentos da sociedade civil interessados no processo;
- VI - Realizar todos os atos internos e externos necessários ao levantamento de informações junto aos órgãos públicos, especialmente as empresas concessionárias;
- VII - Redigir e fazer publicar convocações e editais necessários ao processo;
- VIII - Garantir a entrega de convites e convocações, bem como manter e organizar os avisos de recebimento;
- IX - Promover a divulgação das reuniões, eventos, audiências, oficinas, consultas públicas e conferência pertinentes ao processo;
- X - Apoiar administrativa e operacionalmente a execução das reuniões, eventos, conferência, oficinas, consultas públicas e audiências pertinentes ao processo;
- XI - Providenciar e garantir o devido registro do processo através de filmagens, gravações de áudio e fotografias, bem como, lavrar ata da Audiência Pública Inicial, das Conferências Públicas e da Audiência Pública Final;
- XII - Convocar, participar e coordenar as reuniões e ações do Grupo de Trabalho Municipal;
- XIII - Definir a divisão territorial preliminar do Município em áreas para a realização de eventos comunitários;
- XIV - Estabelecer contato e troca de informações com os demais órgãos públicos das esferas estaduais e federais, inclusive empresas concessionárias, permissionárias e prestadoras de serviços públicos, visando à colaboração destes no processo de revisão do Plano Diretor e da elaboração do Plano de Mobilidade Urbana;
- XV - Prestar apoio ao Executivo e Legislativo municipal e a qualquer outro órgão público, de forma a poder esclarecer quaisquer questões relacionadas ao processo de revisão do Plano Diretor Participativo e da elaboração do Plano de Mobilidade Urbana, para tanto acompanhando os atos da Administração Pública e a tramitação legislativa;
- XVI - Auxiliar a chefe do Poder Executivo municipal na resposta e no encaminhamento das demandas dos munícipes no tocante às reivindicações que não forem referentes ao processo de revisão do Plano Diretor Participativo e da elaboração do Plano de Mobilidade Urbana.

Art. 8º - O Grupo de Trabalho Municipal (GTM) será formado por representantes das Secretarias, Autarquias e Fundações da Prefeitura Municipal de Tangará, e possui o objetivo de facilitar o levantamento de dados e informações para serem remetidos ao Grupo Técnico de Apoio.

§ 1º - O Grupo de Trabalho Municipal possui 6 (seis) membros integrantes.

§ 2º - Para cada integrante do Grupo de Trabalho Municipal deve ser indicado um respectivo suplente.

§ 3º - O Grupo Técnico de Apoio se extinguirá após a entrada em vigor da nova lei do Plano Diretor e do Plano de Mobilidade Urbana; e, ato contínuo, a efetiva instalação do Conselho da Cidade e do Conselho de Mobilidade Urbana.

Art. 9º - São atribuições do Grupo de Trabalho Municipal:

- I - Atender às convocações demandas do Grupo Técnico de Apoio, relacionadas ao processo;
- II - Apoiar administrativa e operacionalmente as ações demandadas pelo Grupo Técnico de Apoio;
- III - Participar das reuniões convocadas pelo Grupo Técnico de Apoio;
- IV - Representar o Poder Executivo municipal no Colegiado de Representação Popular, juntamente com o Grupo Técnico de Apoio;
- V - Coletar e repassar os dados e informações solicitadas para o processo, especialmente estudos, levantamentos, projetos, cadastros e mapeamentos;
- VI - Prestar esclarecimentos, elaborar respostas oficiais, pareceres e recomendações técnicas de acordo com as respectivas atribuições profissionais, cargos e funções;
- VII - Auxiliar na articulação das diversas políticas públicas executadas e por executar, relacionadas ao processo.

CAPÍTULO V - DA PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

Art. 10 - Fica assegurada a participação da sociedade civil em todas as etapas do processo de revisão do Plano Diretor e da elaboração do Plano de Mobilidade Urbana, mediante os seguintes instrumentos de gestão democrática e participação social:

- I – Conselho de Desenvolvimento Urbano;
- II - Colegiado de Representação Popular;
- III - Eventos:
 - a) Municipais;
 - b) Comunitários ou Territoriais;
 - c) Setoriais ou por Segmentos Sociais;

- IV - Audiência Pública Inicial;
- V - Conferências Públicas;
- VI – Oficinas Estratégicas;
- VII - Consulta Pública;
- VIII – Audiência Pública Final do Plano Diretor Participativo e do Plano de Mobilidade Urbana.

§ 1º - Será garantido o respeito à diversidade, especificamente pela realização de debates por segmentos sociais, por temas e por divisões territoriais, bem como, pela alternância dos locais de discussão.

§ 2º - Será garantido, a qualquer interessado, o amplo acesso aos documentos e informações especialmente por meio da:

- I - Ampla comunicação pública, em linguagem acessível, através dos meios de comunicação social disponíveis;
 - II - Ciência do cronograma e dos locais das reuniões, da apresentação dos estudos e propostas sobre o plano diretor e sobre o Plano de Mobilidade Urbana, com antecedência de, no mínimo, 15 (quinze) dias;
 - III - Publicação e divulgação dos resultados dos debates e das propostas adotadas nas diversas etapas do processo.
- § 3º - Poderão ser criados ambientes virtuais de interação social, em especial por meio da Internet, cuja metodologia e prazo de duração serão validados pelo Grupo Técnico de Apoio.

Seção I - Do Conselho de Desenvolvimento Municipal

Art. 11 – O Conselho de Desenvolvimento Municipal de Tangará é um órgão colegiado, de natureza deliberativa, consultiva e propositiva, que tem como objetivos:

- I - Supervisionar o processo participativo de revisão do Plano Diretor Participativo e da elaboração do Plano de Mobilidade Urbana de Tangará;
- II - Garantir a criação e regulamentação do Conselho da Cidade e do Conselho de Mobilidade Urbana de Tangará.

Art. 12 - Compete ao Conselho de Desenvolvimento Municipal de Tangará:

- I - Garantir a efetiva participação da sociedade civil no processo de revisão do Plano Diretor e da elaboração do Plano de Mobilidade Urbana;
- II - Fiscalizar o cumprimento de determinações legais sobre conteúdo mínimo do Plano Diretor e da elaboração do Plano de Mobilidade Urbana;
- III - Validar:
 - a) O plano de trabalho;
 - b) O cronograma das ações;
 - c) As regras de participação e controle social do processo, especialmente as que regularão a consulta pública, a conferência final e as audiências públicas, referidas nesta norma.
- IV - Validar a divisão territorial do Município em áreas, para realização de eventos comunitários e de escolha do Colegiado de Representação Popular referidos nesta norma;
- V - Validar o calendário de eventos do processo de revisão;
- VI - Acompanhar, e validar, durante todo o processo de revisão do Plano Diretor e da elaboração do Plano de Mobilidade Urbana, o cadastro das organizações e associações representativas dos vários segmentos da sociedade civil, referido nesta norma;
- VII - Acompanhar e validar as ações de sensibilização, mobilização, divulgação, informação, capacitação e organização da participação popular no processo de revisão do Plano Diretor e da elaboração do Plano de Mobilidade Urbana, em especial os eventos e as audiências públicas, referidos nesta norma;
- VIII - Fiscalizar a compatibilização da leitura técnica com a leitura comunitária ao longo de todo o processo;
- IX - Promover o incremento dos mecanismos de participação e controle social;
- X - Propor critérios para decidir prioridades na garantia do cumprimento das regras estabelecidas coletivamente;
- XI - Apoiar a divulgação de produtos gerados por estudos e projetos que possam ser utilizados como subsídios ao processo de revisão do Plano Diretor e da elaboração do Plano de Mobilidade Urbana;
- XII - Promover ações de apoio à instituição do Conselho da Cidade e do Conselho de Mobilidade Urbana de Tangará e garantir, em todas essas ações, a participação do Colegiado de Representação Popular;
- XIII – Acompanhar, no âmbito Câmara Municipal, a tramitação do projeto de lei complementar do Plano Diretor Participativo e do Plano de Mobilidade Urbana de Tangará e de proposições que impactem no ordenamento físico-territorial;
- XIV - Emitir Resoluções, especialmente para regular seu regimento interno e demais atos necessários à execução da própria rotina de atividades e para orientar decisões em casos omissos na presente norma.

Art. 13 - O Conselho de Desenvolvimento Municipal de Tangará se organiza seguindo critérios de representação, sendo composto, de acordo com o previsto no art. 177 a 178 do Plano Diretor da Lei Complementar 048/2009 e Lei Complementar 1.979/2010.

§ 1º - Para cada integrante titular do Conselho de Desenvolvimento Municipal de Tangará será garantido um respectivo suplente.

§ 2º - Nas reuniões do Conselho de Desenvolvimento Municipal de Tangará não será permitido:

- I - A representação ou voto mediante procuração;
- II - O acúmulo de representações.

§ 3º - Com exceção das representações do Poder Executivo e do Poder Legislativo municipais, a indicação de cada representação deverá:

- I - Considerar a diversidade, a heterogeneidade, a pluralidade e a capacidade de auto-organização de cada setor ou segmento da sociedade civil;
- II - Evitar o excesso de formalismo;
- III - Atender os princípios democráticos, a razoabilidade e a proporcionalidade.

§ 4.º - Não haverá hierarquia nem relação de subordinação entre os integrantes do Conselho de Desenvolvimento Municipal de Tangará, que deverão zelar pela consideração e respeito mútuos.

§ 5º - O Conselho de Desenvolvimento Municipal de Tangará buscará estabelecer contatos com representantes do Poder Público, em especial do Ministério Público, do Poder Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado, a fim de estabelecer tratativas necessárias ao acompanhamento do processo.

§ 6º - O Conselho de Desenvolvimento Municipal de Tangará se extinguirá após a entrada em vigor da nova lei do Plano Diretor e do Plano de Mobilidade Urbana; e, ato contínuo, a efetiva instalação do Conselho da Cidade e do Conselho de Mobilidade Urbana.

Seção II - Do Colegiado de Representação Popular

Art. 14 - Compete ao Colegiado de Representação Popular, auxiliar, acompanhar e fiscalizar as rotinas de revisão do Plano Diretor Participativo e da elaboração do Plano de Mobilidade Urbana de Tangará, em conformidade com os artigos 42 e seguintes do Estatuto da Cidade e orientações da Resolução n.º 34, de 1.º de julho de 2005, emitida pelo Conselho das Cidades do Ministério das Cidades.

Parágrafo Único - O Colegiado de Representação Popular acompanhará a tramitação do projeto de lei complementar do Plano Diretor Participativo e da elaboração do Plano de Mobilidade Urbana de Tangará e de outros relativos aos instrumentos complementares na Câmara Municipal, buscando colaborar com a elucidação de questões relativas ao processo de pactuação social e quanto aos conteúdos definidos.

Art. 15 - O Colegiado de Representação Popular será organizado seguindo critérios de representação setorial e territorial, sendo composto por até 41 (quarenta e um) membros, observada a seguinte composição:

- I - 11 (onze) membros representantes do Poder Executivo Municipal, correspondentes aos integrantes do Grupo Técnico de Apoio e do Grupo de Trabalho Municipal;
- II - 9 (nove) Vereadores, representando o Poder Legislativo Municipal;
- III - 11 (onze) membros comunitários ou territoriais, observada a divisão do município (bairros) e conforme a proporção da população local, segundo Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE no ano de 2010, consoante a seguinte distribuição:
- IV - 10 (dez) Membros do Colegiado de Representação Popular, representantes de setores ou segmentos sociais, assim distribuídos:

- a) 4 (quatro) representantes de entidades empresariais;
- b) 2 (dois) representantes de entidades de trabalhadores;
- c) 2 (dois) representantes de entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa;
- d) 2 (dois) representantes de organizações não-governamentais, especialmente Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, fóruns e redes de cidadãos, clubes de serviço, entidades ambientais, entre outros.

§ 1º - Cada membro deve possuir um respectivo suplente.

§ 2º - Na presença do titular, o suplente não terá direito a voz nem ao voto.

§ 3º - Nas reuniões do Colegiado de Representação Popular não será permitido:

- I - A representação ou voto mediante procuração;
- II - O acúmulo de representações.

§ 4º - Não haverá hierarquia nem relação de subordinação entre os membros do Colegiado de Representação Popular, que deverão zelar pela consideração e respeito mútuos.

§ 5º - No Colegiado de Representação Popular, é vedado o acúmulo de representação territorial e setorial por uma mesma pessoa.

§ 6º - O Colegiado de Representação Popular se extinguirá após a entrada em vigor da nova lei do Plano Diretor e do Plano de Mobilidade Urbana; e, ato contínuo, a efetiva instalação do Conselho da Cidade e do Conselho de Mobilidade Urbana.

Seção III - Dos Eventos

Art. 16 - Os Eventos são partes integrantes do processo de revisão do Plano Diretor Participativo e da elaboração do Plano de Mobilidade Urbana do Município de Tangará, constituem em espaços públicos para assegurar um processo amplo e democrático de participação e controle social e são divididos em:

- I - Eventos municipais;
- II - Eventos comunitários ou territoriais;
- III - Eventos setoriais ou por segmentos sociais.

§1º - Os eventos municipais terão status de Conferência Pública e objetivo de dar publicidade a cada etapa do processo de revisão, especialmente:

- I - Instaurar oficialmente e tornar público o processo participativo de revisão do Plano Diretor e da elaboração do Plano de Mobilidade Urbana;
- II - Apresentar os resultados e produtos da leitura da realidade municipal referida nesta norma;
- III - Apresentar as regras da consulta pública e da Audiência Pública Final;
- IV - Apresentar a versão preliminar de anteprojeto de lei complementar do Plano Diretor Participativo e do Plano de Mobilidade Urbana;
- V - Submeter à aprovação pelos membros do Conselho de Desenvolvimento Municipal as eventuais emendas à versão preliminar do anteprojeto de lei complementar do Plano Diretor Participativo e do Plano de Mobilidade Urbana.

§ 2º - Os eventos comunitários ou territoriais terão como objetivos:

- I - A realização do levantamento preliminar, de caráter consultivo, do ponto de vista das comunidades sobre questões relativas às suas respectivas realidades locais e ao Município como um todo.

Seção IV - Das Conferências Públicas

Art. 17 - No processo de revisão do Plano Diretor e da elaboração do Plano de Mobilidade Urbana, as Conferências Públicas fundam-se no inciso I do parágrafo quarto do art. 40 do Estatuto da Cidade, e tem por objetivo informar, colher subsídios, debater, rever e analisar o conteúdo do Plano Diretor Participativo e do Plano de Mobilidade Urbana, e atender aos seguintes requisitos:

- I - Regulação por meio de regimento, elaborado em estrita observância à presente norma e validado pelo Município de Tangará;
- II - Convocação por edital e anúncio pela imprensa local;
- III - Realização em locais e horários acessíveis à maioria da população;
- IV - Serem dirigidas pelo Poder Público municipal, que garantirá a exposição, pela equipe técnica do CIMCATARINA, sobre os temas que serão abordados e abrirá as discussões aos presentes;
- V - Garantia da participação de todos os cidadãos e cidadãs, independentemente de comprovação de residência ou qualquer outra condição;
- VI - Garantia de registro de presença dos participantes, através de ficha de inscrição individual;
- VII - Garantia de registro em vídeo e áudio para subsidiar a lavratura da respectiva ata, cujos conteúdos deverão ser apensados ao projeto de lei complementar do Plano Diretor Participativo e do Plano de Mobilidade Urbana, compondo memorial do processo, inclusive na sua tramitação legislativa.

Seção V - Das Oficinas Estratégicas

Art. 18 - As Oficinas Estratégicas são eventos consultivos e deliberativos direcionados aos integrantes do Grupo Técnico de Apoio, Grupo de Trabalho Municipal, Conselho de Desenvolvimento Municipal e Colegiado de Representação Popular, bem como a toda a população, tendo por objetivos:

- I - A elaboração da visão estratégica, dos eixos estratégicos e de propostas para ações que deverão compor o Plano Diretor e garantir sua efetiva implementação;
- II - A definição das bases para elaboração do macrozoneamento do Município;
- III - Definição de regras para a instituição do sistema de acompanhamento e controle, inclusive o Conselho da Cidade e o Conselho de Mobilidade Urbana, consoante art. 42, III, do Estatuto da Cidade.

Seção VI - Da Consulta Pública

Art. 19 - A Consulta Pública constitui mecanismo participativo, de caráter consultivo, com prazo definido e aberta a qualquer interessado.

§ 1º - A Consulta Pública tem por objetivo receber contribuições por escrito da sociedade civil sobre a versão preliminar do anteprojeto de lei complementar do Plano Diretor Participativo e do Plano de Mobilidade Urbana, ou aspecto específico no processo de revisão, devendo observar, no mínimo, os seguintes requisitos mínimos:

- I - Divulgação ampla e prévia do documento convocatório, especificando seu objeto, regras e o prazo de realização;
- II - Disponibilização prévia, a qualquer interessado:
 - a) Dos documentos que serão objeto da consulta, em linguagem simples e objetiva;
 - b) Dos estudos e do material técnico utilizado como fundamento para a versão preliminar do anteprojeto;
- III - Sistematização das contribuições recebidas;
- IV - Publicidade de seus resultados;

V - Compromisso de resposta às propostas recebidas.

§ 2º - A Consulta Pública será regida por regras próprias, que deverão estar de acordo com os requisitos mínimos previstos no parágrafo primeiro deste artigo e serem previamente aprovadas pelo Município de Tangará.

Seção VII - Da Audiência Pública Final do Plano Diretor Participativo

Art. 20 - A Audiência Pública final do Plano Diretor Participativo é o evento que tem como objetivo a aprovação de eventuais emendas à versão preliminar do anteprojeto de lei complementar do Plano Diretor Participativo e do Plano de Mobilidade Urbana.

§ 1º - A Audiência Pública Final será regida por regras próprias, previamente estipuladas.

§ 2º - A Audiência Pública Final é evento público e aberto a qualquer interessado.

§ 3º - A Audiência Pública Final deve atender aos seguintes requisitos mínimos:

I – Registro das emendas apresentadas nos anais da conferência; e

II – Publicação e divulgação dos anais do evento.

CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21 - Na implementação e execução do novo Plano Diretor Participativo e do Plano de Mobilidade Urbana, entre outras, serão observadas:

I - A efetivação do sistema de acompanhamento e controle previsto no inciso III do art. 42 do Estatuto da Cidade, especialmente com o início do funcionamento do Conselho da Cidade e do Conselho de Mobilidade Urbana de Tangará;

II - A incorporação das diretrizes e prioridades do Plano Diretor e do Plano de Mobilidade Urbana no planejamento da gestão municipal, especialmente no plano plurianual, na lei de diretrizes orçamentárias e no orçamento anual, conforme parágrafo 1º do art. 40 do Estatuto da Cidade.

Art. 22 - Constitui anexo a este Regimento o diagrama ilustrativo com a descrição de cada uma das etapas do processo de revisão do Plano Diretor Participativo e da elaboração do Plano de Mobilidade Urbana de Tangará.

Art. 23 - A presente norma entrará em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ/SC, 05 DE FEVEREIRO DE 2018.

NADIR BAÚ DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 031, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018. "NOMEIA O GRUPO TÉCNICO DE APOIO PARA ATUAR NO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR E DA ELABORAÇÃO DO PLANO DE MOBILIDADE URBANA DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Publicação Nº 1517529

DECRETO Nº 031, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.

"NOMEIA O GRUPO TÉCNICO DE APOIO PARA ATUAR NO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR E DA ELABORAÇÃO DO PLANO DE MOBILIDADE URBANA DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 74, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o que dispõe o Parágrafo Único do Art. 4º, e o Art. 5º do Decreto n.º 030/2018, que estabelece o Regimento Geral do Processo de Revisão do Plano Diretor Participativo e da elaboração do Plano de Mobilidade Urbana de Tangará;

CONSIDERANDO o que o Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, sendo parte integrante do processo de planejamento municipal;

CONSIDERANDO a instituição da Política Nacional de Mobilidade Urbana, que tem como prisma o desenvolvimento sustentável das cidades e o bem estar dos cidadãos com foco em modos alternativos de transporte;

CONSIDERANDO a necessidade de atualização do Plano Diretor do Município, para a sua adequação às diretrizes gerais da política de desenvolvimento urbano estabelecidas pela Constituição Federal art. 182 e 183, Lei Federal n.º 10.257, de 10 de julho de 2001, denominada Estatuto da Cidade, em conformidade com a Lei Federal n.º 12.587, de 03 de janeiro de 2012, denominada Política Nacional de Mobilidade Urbana, e observando as Resoluções do Conselho Nacional das Cidades – Ministério das Cidades (n.º 13, de 2004; n.º 25, de 2005; n.º 34, de 2005, n.º 22, de 2006 e n.º 83, de 2009), dentre outras normas;

CONSIDERANDO que o Estatuto da Cidade também prevê a necessidade de elaboração de lei que vise instrumentalizar a política de desenvolvimento urbano, sendo a este, necessário a sua revisão a cada 10 (dez) anos, nos termos do art. 40, §3º.

CONSIDERANDO que Revisão do Plano Diretor Lei 048/2009 é a grande oportunidade de ampliar a participação social nas discussões de políticas públicas, elaboração e implementação das ações do Poder Público visando a melhoria ambiental e da qualidade de vida da população;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados como representantes do Poder Executivo para compor o Grupo Técnico de Apoio (GTA), na condição de titulares:

I – Camila Bruns (Fiscal de Tributos);

II – Larissa Vendruscolo (Engenheira Civil);

III – Jurandir Pedro Cherubini (Secretário de Administração, Planejamento e Finanças);

IV – André Luis Simioni (Assessor Jurídico);

V– Thiago de Souza Pereira (Engenheiro Agrônomo).

Parágrafo único. Cada membro titular disporá de um suplente, que deverá ser servidor efetivo lotado na respectiva secretaria, cuja indicação dar-se-á pelo titular por meio de ato específico para representá-lo sempre que necessário, exercendo todas as atribuições inerentes à função.

Art. 2º - Os membros do Grupo Técnico de Apoio (GTA) não farão jus a qualquer remuneração extra advinda do presente Decreto.

Art. 3º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto Municipal nº 021, de 29 de janeiro de 2018.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ/SC, 05 DE FEVEREIRO DE 2018.

NADIR BAÚ DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 032, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018. "NOMEIA O GRUPO DE TRABALHO MUNICIPAL PARA ATUAR NO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR E DA ELABORAÇÃO DO PLANO DE MOBILIDADE URBANA DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Publicação Nº 1517530

DECRETO Nº 032, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.

"NOMEIA O GRUPO DE TRABALHO MUNICIPAL PARA ATUAR NO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR E DA ELABORAÇÃO DO PLANO DE MOBILIDADE URBANA DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 74, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o que dispõe o Parágrafo Único do Art. 4º, e o Art. 5º do Decreto n.º 030/2018, que estabelece o Regimento Geral do Processo de Revisão do Plano Diretor Participativo e da elaboração do Plano de Mobilidade Urbana de Tangará;

CONSIDERANDO o que o Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, sendo parte integrante do processo de planejamento municipal;

CONSIDERANDO a instituição da Política Nacional de Mobilidade Urbana, que tem como prisma o desenvolvimento sustentável das cidades e o bem estar dos cidadãos com foco em modos alternativos de transporte;

CONSIDERANDO a necessidade de atualização do Plano Diretor do Município, para a sua adequação às diretrizes gerais da política de desenvolvimento urbano estabelecidas pela Constituição Federal art. 182 e 183, Lei Federal n.º 10.257, de 10 de julho de 2001, denominada Estatuto da Cidade, em conformidade com a Lei Federal n.º 12.587, de 03 de janeiro de 2012, denominada Política Nacional de Mobilidade Urbana, e observando as Resoluções do Conselho Nacional das Cidades – Ministério das Cidades (n.º 13, de 2004; n.º 25, de 2005; n.º 34, de 2005, n.º 22, de 2006 e n.º 83, de 2009), dentre outras normas;

CONSIDERANDO que o Estatuto da Cidade também prevê a necessidade de elaboração de lei que vise instrumentalizar a política de desenvolvimento urbano, sendo a este, necessário a sua revisão a cada 10 (dez) anos, nos termos do art. 40, §3º.

CONSIDERANDO que Revisão do Plano Diretor Lei 048/2009 é a grande oportunidade de ampliar a participação social nas discussões de políticas públicas, elaboração e implementação das ações do Poder Público visando a melhoria ambiental e da qualidade de vida da população;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados como representantes do Poder Executivo para compor o Grupo de Trabalho Municipal (GTM), na condição de titulares:

I – Jurandir Pedro Cherubini (Secretário de Administração, Planejamento e Finanças);

II – Marisa Silveira Dávila Kochann (Secretária de Saúde, Assistência Social e Habitação);
III – Mauri da Costa (Secretario de Transporte, Obras e Urbanismo);
IV – Marlene Valesan (Secretaria de Educação, Cultura, Juventude, Esportes e Lazer);
V – Roberto Bohnemberger (Secretario de Desenvolvimento Econômico e Turismo);
VI – Aldair Biasiolo (Secretario de Agricultura e Meio Ambiente);
VII – Camila Bruns (Fiscal de Tributos);
VIII – Larissa Vendruscolo (Engenheira Civil).

Parágrafo único. Cada membro titular disporá de um suplente, que deverá ser servidor efetivo lotado na respectiva secretaria, cuja indicação dar-se-á pelo titular por meio de ato específico para representá-lo sempre que necessário, exercendo todas as atribuições inerentes à função.

Art. 2º - Os membros do Grupo de Trabalho Municipal (GTM) não farão jus a qualquer remuneração extra advinda do presente Decreto.

Art. 3º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto Municipal nº 022, de 29 de janeiro de 2018.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ/SC, 05 DE FEVEREIRO DE 2018.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 033, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018. "ESTABELECE O REGIMENTO INTERNO DAS CONFERÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR E DA ELABORAÇÃO DO PLANO DE MOBILIDADE URBANA DE TANGARÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Publicação Nº 1517533

DECRETO Nº 033, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.

"ESTABELECE O REGIMENTO INTERNO DAS CONFERÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR E DA ELABORAÇÃO DO PLANO DE MOBILIDADE URBANA DE TANGARÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 74, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO que o Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, sendo parte integrante do processo de planejamento municipal;

CONSIDERANDO a instituição da Política Nacional de Mobilidade Urbana, que tem como prisma o desenvolvimento sustentável das cidades e o bem estar dos cidadãos com foco em modos alternativos de transporte;

CONSIDERANDO que o Poder Executivo Municipal de Tangará está promovendo, o Processo de Revisão do Plano Diretor Participativo e da elaboração do Plano de Mobilidade Urbana de Tangará;

CONSIDERANDO a necessidade de se definir de forma sistematizada as atribuições de grupos de trabalho internos e de apoio à Prefeitura Municipal, bem como a necessidade de se definir um regimento das Conferências, prevendo as regras de participação e controle social no aludido Processo de Revisão;

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido o Regimento Interno Das Conferências Públicas Regionais de Revisão do Plano Diretor Participativo e da elaboração do Plano de Mobilidade Urbana de Tangará, na forma dos dispositivos em anexo.

Art. 2º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial o Decreto Municipal nº 025, de 29 de janeiro de 2018.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ/SC, 05 DE FEVEREIRO DE 2018.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

REGIMENTO INTERNO DAS CONFERÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS

As Conferências Públicas Regionais possuem caráter consultivo e não vinculante e tem por finalidade informar, dirimir dúvidas, bem como, obter dados, subsídios, informações, sugestões, críticas e propostas sobre a Revisão do Plano Diretor e da elaboração do Plano de Mobilidade Urbana do Município de Tangará, com recorte espacial na respectiva Região ora em análise, com vistas a democratizar, conferir transparência e assegurar a participação popular na Revisão do Plano Diretor e da elaboração do Plano de Mobilidade Urbana.

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º- A As Conferências Públicas Regional, doravante denominada CPR, será aberta a todos que queiram participar, não havendo qualquer

tipo de restrição.

Art. 2º- Os espaços a serem realizadas as CPRs serão definidos pelo Município de Tangará e deverão comportar no mínimo 120 pessoas.

Art. 3º A responsabilidade pela locação/reserva do espaço selecionado pelos Município de Tangará para realização das CPRs será da Prefeitura Municipal de Tangará - PMT.

Art. 4º- O local deverá ser dotado de estrutura adequada de acomodações aos participantes e organizadores, bem como, equipado com estruturas de som e imagem, de modo a proporcionar condições adequadas de exposição, participação e gravação dos fatos ocorridos, respeitando as normas de acessibilidade universal.

Art. 5º- A divulgação da CPR será de responsabilidade da PMT e deverá ocorrer de acordo com o Plano de Mobilização e Divulgação aprovado.

DA CONDUÇÃO DA CONFERÊNCIA PÚBLICA REGIONAL

Art. 6º- O público presente deverá assinar lista de presença, que ficará disponível durante toda a CPR em local acessível. Esta lista deverá conter:

- a) Nome legível e endereço;
- b) Nº do documento de identificação;
- c) Instituição ou Bairro que representa (se for o caso);
- d) Telefone e e-mail para contato;
- e) Assinatura.

Art. 7º- A coordenação dos trabalhos será feita pelo Consórcio CIMCATARINA, sendo que a direção da CPR caberá aos presidentes do Conselho ou por um representante do CIMCATARINA, devidamente indicado por este.

Art. 8º- São prerrogativas do diretor (a) da CPR:

- a) Designar um ou mais secretários (as) para assisti-lo;
- b) Realizar a apresentação de objetivos e regras de funcionamento da CPR, ordenando o curso dos debates;
- c) Indicar os expositores;
- d) Orientar sobre a pertinência das intervenções orais;
- e) Orientar sobre a pertinência das questões formuladas;
- f) Dispor sobre a interrupção, suspensão, prorrogação ou postergação da CPR, em como sua reabertura ou continuação, quando o repute conveniente, de ofício ou a pedido de algum participante.

Art. 9º- São atribuições do(s) Secretário(s) (as):

- a) Inscrever os participantes, de acordo com a ordem das solicitações;
- b) Controlar o tempo das intervenções orais;
- c) Registrar o conteúdo das intervenções;
- d) Sistematizar as informações;
- e) Elaborar a ata da Sessão;
- f) Encaminhar a documentação produzida na CPR ao CIMCATARINA para a guarda da mesma.

DOS PARTICIPANTES

Art. 10 - Será considerado participante da CPR qualquer cidadão ou cidadã presente, sem distinção de qualquer natureza, interessados em contribuir com o processo de discussão no âmbito da CPR.

Art. 11 - São direitos dos participantes:

- a) Manifestar livremente suas opiniões sobre as questões tratadas no âmbito da CPR, respeitando as disposições previstas neste Regimento;
- b) Debater as questões tratadas no âmbito da CPR;
- c) Fazer propostas e sugerir alterações sobre o objeto da discussão.

Art. 12 - São deveres dos participantes:

- a) Respeitar o regimento desta CPR;
- b) Respeitar o tempo estabelecido para intervenção e a ordem de inscrição;
- c) Tratar com respeito e civilidade os participantes da CPR e seus organizadores.

DA REALIZAÇÃO DAS CONFERÊNCIAS REGIONAIS

Art. 13 - O tempo de duração da CPR será de 03 (três) horas, com início às 19:00 horas e término às 21:00 horas. Caso este tempo seja insuficiente, a sessão poderá ser prorrogada por um prazo não superior a 60 (sessenta) minutos.

Art. 14 - A CPD terá a seguinte ordem:

- a) 19:00 horas – Abertura, com apresentação dos objetivos e regras de funcionamento da CPD;
- b) 19:10 horas – Exposição, por parte do CIMCATARINA, da importância da Revisão do Plano Diretor e da elaboração do Plano de Mobilidade Urbana, e deliberações sobre o recorte espacial na respectiva Região ora em análise e demais materiais de base pertinentes;
- c) 19:40 horas – Manifestação (facultativa) da representação das Associações dos Bairros;
- d) 20:10 horas – Intervalo para inscrição de participantes na manifestação pública;
- e) 20:20 horas – Debate e manifestação pública;
- f) 21:00 horas – Encerramento.

Art. 15 - Na abertura da CPR a direção da mesa procederá a esclarecimentos quanto aos objetivos da mesma e as regras gerais segundo as quais se processarão os trabalhos.

Art. 16 - Após a abertura, a direção da mesa passará a palavra aos expositores.

Art. 17 - A CPR será suspensa pela direção da mesa, por um intervalo de 10 (dez) minutos, para que os interessados em participar do debate possam se inscrever através da ficha de inscrição.

Art. 18 - É condição indispensável para a participação nos debates e manifestação pública o preenchimento prévio da ficha de inscrição, que será disponibilizada com antecedência, sendo que a ordem de inscrição determinará a sequência dos debatedores. As fichas serão numeradas no ato da entrega à mesa.

Art. 19 - A ficha de inscrição deverá conter os seguintes tópicos:

- a) Instruções gerais;
- b) Identificação do proponente (Nome, CPF, Endereço, Telefone, E-mail, Residente no Município: sim ou não, Entidade que representa – se for o caso);
- c) Tipo de proposta (esclarecimento, alteração, inclusão ou exclusão);
- d) Justificativa da proposta;
- e) Indicação de anexação de documentos (se for o caso);
- f) Indicação se a participação será oral, lida pela mesa, ou mera entrega de proposta.

Art. 20 - Durante a CPR, técnicos do CIMCATARINA ficarão à disposição dos participantes para auxiliar na formulação dos questionamentos e preenchimento da ficha de inscrição, caso seja necessário;

Art. 21 - As inscrições poderão ser realizadas a partir da abertura da CPR e serão encerradas às 20:20 horas. Após este horário, apenas serão aceitas entregas de formulários para posterior análise e retorno do CIMCATARINA.

Art. 22 - Na retomada da CPR, serão iniciados os debates, de acordo com o que segue:

a) Indicação de encaminhamentos das propostas apresentadas pelos representantes das Associações de Bairros, por meio de manifestação;

I. A mesa fará a leitura da sistematização das propostas apresentadas pelos Bairros, conforme documento entregue ao CIMCATARINA pelo representante dos Bairros, com no mínimo 05 dias de antecedência;

II. A plenária fará a indicação de encaminhamento por aclamação, sendo a análise qualitativa (alta, média ou baixa adesão), a análise deverá ser manifestada no momento da exposição pelo coordenador dos trabalhos e registrada em ata.

b) Abertura da palavra para a plenária em geral:

I. O uso da palavra será por ordem de inscrição, para aqueles que optarem por exposição oral ou leitura pela mesa.

II. Cada participante terá o prazo de 02 (dois) minutos para a manifestação;

III. Os esclarecimentos e/ou respostas, quando solicitados, deverão ter duração máxima de 02 (dois) minutos.

IV. O participante inscrito não poderá ceder o seu tempo para somar, ou mesmo, transferi-lo para outra pessoa;

V. Somente será permitida a repetição do uso da palavra, após o esgotamento da lista de inscrições, desde que haja tempo hábil, de acordo com o expresso no item 13.

VI. Manifestações ofensivas, personalizadas ou que desvirtuem do escopo da Conferência Pública Regional serão cerceadas e o inscrito perderá o direito à fala.

Art. 23 - Concluída a fase de debate e manifestações públicas, a direção da mesa procederá o encerramento da CPR;

Art. 24 - A gravação, lista de presença e fichas de inscrição serão publicados no site da Revisão do Plano Diretor Participativo da PMT, no prazo máximo de 10 dias úteis.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25 - Serão permitidas filmagens, gravações ou outras formas de registro por parte dos participantes da CPR.

Art. 26 - A ata a ser lavrada será subscrita pela direção da mesa e pelo (a) secretário(a) responsável, e submetida à análise e subscrição, facultativa, pelos membros dos Conselhos que estiverem presentes na CPR. A esta será anexada a lista de presença.

Art. 27 - Todas as inscrições efetuadas serão respondidas pela equipe técnica do CIMCATARINA, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis

após a CPR. As respostas serão publicadas no site da Revisão do Plano Diretor Participativo e da elaboração do Plano de Mobilidade Urbana vinculado a PMT.

Art. 28 - O CIMCATARINA deverá encaminhar para Prefeitura Municipal de Tangará um relatório síntese com todas as demandas surgidas nas Conferências Regionais, assim como as justificativas técnicas para os encaminhamentos.

Tangará (SC), ____ de _____ de 2017.

NADIR BAÚ DA SILVA

Prefeito Municipal

REGIMENTO INTERNO DAS OFICINAS ESTRATÉGICAS

As Oficinas Estratégicas têm por finalidade capacitar, informar, dirimir dúvidas, bem como, obter dados, subsídios, informações, sugestões, críticas e propostas sobre a Revisão do Plano Diretor e da elaboração do Plano de Mobilidade Urbana do Município de Tangará, com temas específicos a serem abordados, com vistas a democratizar, conferir transparência e assegurar a participação popular na Revisão do Plano Diretor.

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - As Oficinas ocorrerão em locais a serem disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Tangará sendo aberta a toda a população. Os espaços nos quais serão realizadas as oficinas deverão comportar no mínimo 30 (trinta) pessoas.

Art. 2º - A responsabilidade pela locação/reserva do espaço para realização das Oficinas será da Prefeitura Municipal de Tangará.

Art. 3º - O local deverá ser dotado de estrutura adequada de acomodações aos participantes e organizadores, bem como, equipado com estruturas de som e imagem, de modo a proporcionar condições adequadas de exposição, participação e registro dos fatos ocorridos, respeitando as normas de acessibilidade universal.

Art. 4º - A divulgação das Oficinas será de responsabilidade da Prefeitura Municipal e deverá ocorrer de acordo com o Plano de Mobilização e Divulgação aprovado.

DA CONDUÇÃO DAS OFICINAS ESTRATÉGICAS

Art. 5º - O público presente deverá assinar lista de presença, que ficará disponível durante toda a Oficina em local acessível. Esta lista deverá conter:

- a) Nome legível e endereço;
- b) Nº do documento de identificação;
- c) Instituição ou Bairro que representa (se for o caso);
- d) Telefone e e-mail para contato;
- e) Assinatura.

Art. 6º - A coordenação dos trabalhos será feita pelo Consórcio CIMCATARINA.

DOS PARTICIPANTES

Art. 7º - Será considerado participante qualquer cidadão ou cidadã presente, sem distinção de qualquer natureza, interessados em contribuir com o processo de discussão no âmbito das Oficinas.

Art. 8º - São direitos dos participantes:

- a) Manifestar livremente suas opiniões sobre as questões tratadas no âmbito do tema abordado na Oficina, respeitando as disposições previstas neste Regimento;
- b) Debater e contribuir com as questões tratadas na Oficina;
- c) Fazer propostas, sugestões sobre o tema em discussão.

Art. 9º - São deveres dos participantes:

- a) Respeitar o presente regimento;
- b) Respeitar o tempo e a ordem estabelecidos para cada tarefa ministrada da Oficina;
- c) Tratar com respeito e civilidade os participantes das Oficinas e seus organizadores.

DA REALIZAÇÃO DAS OFICINAS ESTRATÉGICAS

Art. 10 - O tempo de duração será de 03 (três) horas. Quando realizada pela manhã com início às 9:00 horas e término às 12:00 horas. E, quando a tarde, com início às 13:00 horas e término às 16:00 horas.

Art. 11 - As Oficinas serão ministradas da seguinte ordem:

- a) Abertura, com apresentação dos objetivos e regras de funcionamento;

- b) Distribuição dos papéis coloridos para identificação das cores de acordo com os grupos a que representam;
- c) Cores distintas para: GTA, GTM, CRP e Comunidade;
- d) Distribuição das Fichas para preenchimento da consulta pública;
- e) Apresentação dos Técnicos do CIMCATARINA sobre o Tema correspondente;
- f) Após a apresentação do tema abordado, será dado um intervalo para o debate e preenchimento das Fichas para contribuição;
- g) Exposição das Fichas para debate de opiniões dos representantes;
- h) Serão dados 10 minutos para cada representante dos grupos presentes para a manifestação das opiniões geradas em grupo;
- i) Os Técnicos do CIMCATARINA responderão as dúvidas decorrentes dos assuntos abordados;
- j) Encerramento.

Art. 12 - A ficha de consulta pública será entregue a cada participante, contendo os seguintes tópicos a serem preenchidos a título de contribuição:

- a) Tema da Oficina correspondente;
- b) Grupo a que representa (se for o caso);
- c) Local em que esta ocorrendo a oficina;
- d) Identificação do participante (Nome);
- e) Problemas do Município;
- f) Potencialidades do Município;
- g) Diretrizes;
- h) Ações Prioritárias a serem adotadas;
- i) Ameaças para o Município;
- j) Oportunidades para o Município.

Art. 13 - Durante a Oficina os técnicos do CIMCATARINA ficarão à disposição dos participantes para auxiliar na formulação dos questionamentos e preenchimento da ficha, caso seja necessário;

Art. 14 - As fotos, lista de presença e fichas de consulta pública serão publicados no site da Revisão do Plano Diretor Participativo e da elaboração do Plano de Mobilidade Urbana, no prazo máximo de 10 dias úteis.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15 - Serão permitidas filmagens, gravações ou outras formas de registro por parte dos participantes.

Art. 16 - Todas as dúvidas inerentes ao tema da Oficina e a Revisão do Plano Diretor serão respondidas pela equipe técnica do CIMCATARINA.

Art. 17 - O CIMCATARINA deverá encaminhar para Prefeitura Municipal de Tangará um relatório síntese com todas as demandas surgidas nas Oficinas Estratégicas.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ/SC, 05 DE FEVEREIRO DE 2018.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 074, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2.018. CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SERVIDOR QUE MENCIONA POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1517536

PORTARIA Nº. 074, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2.018.

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SERVIDOR QUE MENCIONA POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALMOR ANTÔNIO VIVIAN, Prefeito Municipal e.e.de Tangará, Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo artigo 74, incisos VII - IX da Lei Orgânica do Município;

Considerando o Edital 005/2017 que abriu inscrições e fixou normas para o Processo Seletivo de ingresso em cargo público de provimento temporário para a Prefeitura Municipal de Tangará.

RESOLVE:

Art.1.º Contratar por necessidade temporária de excepcional interesse público a servidora ADRIANA KAFER DA SILVA, brasileira, residente e domiciliada neste município de Tangará, Santa Catarina, para a função do cargo de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – NÍVEL 03 – CLASSE A, com carga horária de 40h semanais, conforme Lei Complementar 060/2012, a partir de 05/02/2018.

Art.2.º Esta Portaria entra em vigor data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais a vigorar em 05/02/2018, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ-SC, 02 DE FEVEREIRO DE 2.018.
VALMOR ANTÔNIO VIVIAN
PREFEITO MUNICIPAL e.e.

PORTARIA Nº. 076, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2.018. CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SERVIDOR QUE MENCIONA POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1517539

PORTARIA Nº. 076, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2.018.

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SERVIDOR QUE MENCIONA POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALMOR ANTÔNIO VIVIAN, Prefeito Municipal e.e.de Tangará, Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo artigo 74, incisos VII - IX da Lei Orgânica do Município;

Considerando o Edital 005/2017 que abriu inscrições e fixou normas para o Processo Seletivo de ingresso em cargo público de provimento temporário para a Prefeitura Municipal de Tangará.

RESOLVE:

Art.1.º Contratar por necessidade temporária de excepcional interesse público a servidora DAIANE THOME, brasileira, residente e domiciliada neste município de Tangará, Santa Catarina, para a função do cargo de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – NÍVEL 03 – CLASSE A, com carga horária de 40h semanais, conforme Lei Complementar 060/2012, a partir de 05/02/2018.

Art.2.º Esta Portaria entra em vigor data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais a vigorar em 05/02/2018, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ-SC, 02 DE FEVEREIRO DE 2.018.
VALMOR ANTÔNIO VIVIAN
PREFEITO MUNICIPAL e.e.

PORTARIA Nº. 078, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2.018. CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SERVIDOR QUE MENCIONA POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1517542

PORTARIA Nº. 078, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2.018.

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SERVIDOR QUE MENCIONA POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALMOR ANTÔNIO VIVIAN, Prefeito Municipal e.e.de Tangará, Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo artigo 74, incisos VII - IX da Lei Orgânica do Município;

Considerando o Edital 005/2017 que abriu inscrições e fixou normas para o Processo Seletivo de ingresso em cargo público de provimento temporário para a Prefeitura Municipal de Tangará.

RESOLVE:

Art.1.º Contratar por necessidade temporária de excepcional interesse público a servidora ROSANE MOREIRA POCERA, brasileira, residente e domiciliada neste município de Tangará, Santa Catarina, para a função do cargo de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – NÍVEL 03 – CLASSE A, com carga horária de 40h semanais, conforme Lei Complementar 060/2012, a partir de 05/02/2018.

Art.2.º Esta Portaria entra em vigor data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais a vigorar em 05/02/2018, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ-SC, 02 DE FEVEREIRO DE 2.018.
VALMOR ANTÔNIO VIVIAN
PREFEITO MUNICIPAL e.e.

PORTARIA Nº. 079, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2.018. CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SERVIDOR QUE MENCIONA POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1517543

PORTARIA Nº. 079, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2.018.

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SERVIDOR QUE MENCIONA POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALMOR ANTÔNIO VIVIAN, Prefeito Municipal e.e.de Tangará, Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo artigo 74, incisos VII - IX da Lei Orgânica do Município;

Considerando o Edital 005/2017 que abriu inscrições e fixou normas para o Processo Seletivo de ingresso em cargo público de provimento temporário para a Prefeitura Municipal de Tangará.

RESOLVE:

Art.1.º Contratar por necessidade temporária de excepcional interesse público a servidora VIVIANE CARLETTO GALLAFASSI, brasileira, residente e domiciliada neste município de Tangará, Santa Catarina, para a função do cargo de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – NÍVEL 03 – CLASSE A, com carga horária de 40h semanais, conforme Lei Complementar 060/2012, a partir de 05/02/2018.

Art.2.º Esta Portaria entra em vigor data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais a vigorar em 05/02/2018, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ-SC, 02 DE FEVEREIRO DE 2.018.

VALMOR ANTÔNIO VIVIAN

PREFEITO MUNICIPAL e.e.

PORTARIA Nº. 082, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2.018. CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SERVIDOR QUE MENCIONA POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1517547

PORTARIA Nº. 082, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2.018.

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SERVIDOR QUE MENCIONA POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALMOR ANTÔNIO VIVIAN, Prefeito Municipal e.e.de Tangará, Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo artigo 74, incisos VII - IX da Lei Orgânica do Município;

Considerando o Edital 006/2017 que estabeleceu normas para a chamada pública de professores destinada a prover vagas temporárias de excepcional interesse público na rede municipal de ensino para a Prefeitura Municipal de Tangará.

RESOLVE:

Art.1.º Contratar por necessidade temporária de excepcional interesse público a servidora SIMONE MORAIS CORDEIRO, brasileira, residente e domiciliada neste município de Tangará, Santa Catarina, para a função do cargo de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – NÍVEL 03 – CLASSE A, com carga horária de 40h semanais, conforme Lei Complementar 060/2012, a partir de 05/02/2018.

Art.2.º Esta Portaria entra em vigor data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais a vigorar em 05/02/2018, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ-SC, 02 DE FEVEREIRO DE 2.018.

VALMOR ANTÔNIO VIVIAN

PREFEITO MUNICIPAL e.e.

PORTARIA Nº. 083, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2.018. CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SERVIDOR QUE MENCIONA POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1517548

PORTARIA Nº. 083, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2.018.

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SERVIDOR QUE MENCIONA POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALMOR ANTÔNIO VIVIAN, Prefeito Municipal e.e.de Tangará, Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo artigo 74, incisos VII - IX da Lei Orgânica do Município;

Considerando o Edital 006/2017 que estabeleceu normas para a chamada pública de professores destinada a prover vagas temporárias de

excepcional interesse público na rede municipal de ensino para a Prefeitura Municipal de Tangará.

RESOLVE:

Art.1.º Contratar por necessidade temporária de excepcional interesse público a servidora LAIS PIOVESAN TITON, brasileira, residente e domiciliada neste município de Tangará, Santa Catarina, para a função do cargo de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – NÍVEL 03 – CLASSE A, com carga horária de 40h semanais, conforme Lei Complementar 060/2012, a partir de 05/02/2018.

Art.2.º Esta Portaria entra em vigor data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais a vigorar em 05/02/2018, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ-SC, 02 DE FEVEREIRO DE 2.018.

VALMOR ANTÔNIO VIVIAN

PREFEITO MUNICIPAL e.e.

PORTARIA Nº.122 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2.018. EXONERA DO CARGO PÚBLICO SERVIDOR QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1517556

PORTARIA Nº.122 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2.018.

EXONERA DO CARGO público SERVIDOR QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nadir Baú da Silva, Prefeito Municipal de Tangará Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 74, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c.c o Art 40 da Lei Complementar 057/2012;

Considerando que o servidor requereu exoneração do cargo por motivos particulares;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar do serviço público o servidor, ILDO KAVAGNOLI, brasileiro, residente e domiciliado no município de Tangará Santa Catarina, ocupante do cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS- NÍVEL 09 – CLASSE A, a partir de 05/02/2017.

Art. 2º - Em decorrência do disposto no artigo 1º, fica declarada a vacância do cargo.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, EM 05 DE FEVEREIRO DE 2.018.

NADIR BAÚ DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

PR 021/2018

Publicação Nº 1517586

MUNICÍPIO DE TANGARÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2018

O Prefeito do Município de Tangará, Estado de Santa Catarina, comunica aos interessados que a licitação na modalidade Pregão Presencial nº 021/2018, a qual tem por objeto a AQUISIÇÃO DE UMA COLHEDORA DE FORRAGEM COM AREA TOTAL PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE. Os envelopes contendo a documentação e proposta de preço serão recebidos até às 10h00min do dia 26/02/2018, com abertura às 10h00min do mesmo dia. O edital e seus anexos podem ser obtidos na sede Administrativa do Município, sito a Av. Irmãos Piccoli, 267, Fone 49 3532-1522. Tangará-SC, 08 de Fevereiro de 2018.

NADIR BAÚ DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO 036/2018 REPASSE DE CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA CTG TROPEIROS DA ESPERANÇA

Publicação Nº 1517522

PROCESSO ADMINISTRATIVO 036/2018

Repasse de Contribuição Financeira CTG Tropeiros da Esperança – Inexigibilidade de Chamamento Público – Lei Municipal que especifica nome da OSC - Possibilidade.

DECISÃO

Vistos, Etc.

Tratam os presentes autos de Inexigibilidade de Chamamento Público para a realização de parceria entre o Município de Tangará e o CTG Tropeiros da Esperança.

O processo encontra-se devidamente instruído, com parecer do órgão Técnico, assim como parecer da Assessoria Jurídica, ambos favoráveis a possibilidade da Inexigibilidade em questão.

Ante o exposto e tudo o mais que dos autos consta, adoto como razões de decidir o parecer do Órgão Técnico e da Assessoria Jurídica e, em consequência, RECONHEÇO ser inexigível o Chamamento Público para firmar parceria entre o Município de Tangará/SC e CTG Tropeiros da Esperança, com base no art. 31, inciso II, da Lei 13.019/14.

Elabore-se o respectivo Termo de Fomento.

Intimem-se e cumpra-se.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ/SC, 07 DE FEVEREIRO DE 2018.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

RETIFICAÇÃO PROCESSO 017/2018 EDITAL DE CREDENCIAMENTO 001

Publicação Nº 1516625

MUNICÍPIO DE TANGARÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/2018
EDITAL DE CREDENCIAMENTO 001/2018
RETIFICADO

O Prefeito do Município de Tangará, Estado de Santa Catarina, comunica aos interessados que foi retificado o EDITAL DE CREDENCIAMENTO 001, a qual tem por objeto CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA AQUISIÇÃO DE VINHOS, SUCOS DE UVA E ESPUMANTES QUE DEVERÃO SER DISPONIBILIZADOS DURANTE TODO CALENDÁRIO DOS EVENTOS EM COMEMORAÇÃO AOS 70 ANOS DE TANGARÁ, Retifica-se a quantidade dos itens solicitados do anexo II do edital e termo de referencia. O edital e seus anexos podem ser obtidos no site da Prefeitura Municipal de Tangará ou na sede Administrativa do Município, sito a Av. Irmãos Piccoli, 267, Fone 49 3532-1522. Tangará-SC, 08 de Fevereiro de 2018.

VALMOR ANTONIO VIVIAN
PREFEITO MUNICIPAL E.E

TERMO DE FOMENTO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE TANGARÁ E O CTG TROPEIROS DA ESPERANÇA

Publicação Nº 1517521

TERMO DE FOMENTO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE TANGARÁ E O CTG TROPEIROS DA ESPERANÇA

Processo Licitatório nº 036/2018
Inexigibilidade nº 009/2018

O MUNICÍPIO DE TANGARÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 82.827.999/0001-01, com sede administrativa na Avenida Irmãos Piccoli, nº 267, Bairro Centro, na cidade de Tangará/SC, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. NADIR BAÚ DA SILVA, doravante denominado partícipe e o CTG TRPEIROS DA ESPERANÇA, inscrito no CNPJ sob o nº 78.488.327/0001-41, com sede na Linha Linho, Interior deste Município, representada por EDSON LUIZ PIVA, CPF nº 894.420.089-00, doravante denominado partícipe, em observância às disposições da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações, Decreto Municipal nº 001/2018, e das Leis Orçamentárias vigentes, resolvem celebrar o presente TERMO DE FOMENTO, mediante as cláusula se condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

0.1 – Este Termo de Fomento, decorrente da Inexigibilidade de Chamamento Público 009/2018, tem por objeto a celebração, em regime de mútua cooperação, de parceria destinada à consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a realização do projeto “XXI RODEIO CRIÓULO”, conforme detalhado no Plano de Trabalho anexo.

0.2 – O objeto deste Termo de Fomento não consiste, envolve ou inclui, direta ou indiretamente, delegação das funções de regulação, fiscalização, de exercício do poder de polícia ou outras atividades exclusivas do Estado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1.1 – São obrigações da administração pública:

1.2 – Designar Gestor que será o responsável pela gestão da parceria, com poderes de controle e de fiscalização;

1.3 – Registrar os atos de celebração, alienação, liberação de recursos, acompanhamento e fiscalização da execução e a prestação de contas do presente Termo de Fomento;

1.4 – Orientar a organização da sociedade civil quanto à correta apresentação da prestação de contas, tendo como premissas a simplificação e a racionalização dos procedimentos;

1.5 – Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, independentemente de apresentação de prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;

1.5.1 – O relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

1.5.1.1 – descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

1.5.1.2 – análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

1.5.1.3 – valores efetivamente transferidos pela administração pública;

1.5.1.4 – análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos neste Termo de Fomento;

1.5.1.5 – análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomarem em decorrência dessas auditorias.

1.6 – liberar os recursos em obediência ao cronograma de desembolso;

1.7 – viabilizar o acompanhamento pela Internet do processo de liberação de recursos da parceria celebrada;

1.8 – manter, em seu sítio oficial na Internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento;

1.9 – Divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

2.1 – São obrigações da organização da sociedade civil:

2.1.1 – informar ao Município de Tangará todas e quaisquer alterações estatutárias, incluindo a de composição de sua Diretoria, por ocasião de sua eventual ocorrência;

2.1.2 – divulgar, na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, todas as parcerias celebradas com a administração pública, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

2.1.2.1 – data de assinatura e identificação do instrumento de parceria e do órgão da administração pública responsável;

2.1.2.2 – nome da organização da sociedade civil e seu número de inscrição no CNPJ;

2.1.2.3 – descrição do objeto da parceria;

2.1.2.4 – valor total da parceria e valores liberados, quando for o caso;

2.1.2.5 – situação da prestação de contas da parceria, que deverá informar a data prevista para sua apresentação e/ou a data em que foi apresentada, o prazo para sua análise e o resultado conclusivo;

2.1.2.6 – quando vinculados à execução do objeto e pagos com recursos da parceria, o valor total da remuneração da equipe de trabalho, as funções que seus integrantes desempenham e a remuneração prevista para o respectivo exercício;

2.0.3 – responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

2.0.4 – responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do Termo de Fomento, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto ou restrição à sua execução;

2.0.5 – a prestar contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 60 (sessenta) dias a partir da data de recebimento do recurso.

3.1.5.1 – manter, durante o prazo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da prestação de contas, em seu arquivo, os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO

3.1 – O Gestor deste Termo de Fomento é o agente público responsável pela gestão da parceria celebrada, designado por ato publicado em meio oficial de comunicação, com poderes de controle e fiscalização.

3.2 – Na hipótese de o Gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público

deverá designar novo Gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do Gestor.

3.3 – São obrigações do Gestor:

3.3.1 – acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

3.3.2 – informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

3.3.3 – emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação emitido pela administração pública e homologado pela Comissão de Monitoramento e Avaliação designada;

3.3.4 – disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação;

3.3.5 – comunicar ao administrador público as situações de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil;

3.4 – Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das atividades e metas pactuadas:

3.4.1 – retornar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou o título que lhes concedeu o direito de uso de tais bens;

3.4.2 – assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no Plano de Trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

4.1 – Este Termo de Fomento terá vigência condicionada à prestação de contas da última parcela, conforme Plano de Trabalho, contados a partir da sua assinatura.

5.2 - O Termo de Fomento deverá ser publicado com respectivo extrato no Diário Oficial dos Municípios.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 – Os recursos financeiros para a execução do objeto deste Termo de Fomento estão programados em dotação orçamentária própria, prevista no Orçamento Fiscal do exercício de 2017:

Órgão: 08 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Unidade: 01 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Elemento: 3.3.50.43.01.00.0.149 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos

CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR TOTAL E DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

6.1 – Os recursos financeiros para execução do objeto deste Termo de Fomento estão fixados em R\$ 7.000,00 (sete mil reais), relativos ao presente exercício, à conta da dotação alocada no orçamento referido na Cláusula Sexta.

6.2 – Os recursos financeiros serão transferidos em parcela única.

CLÁUSULA OITAVA – DA LIBERAÇÃO E DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

7.1 – As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas em estrita conformidade com o respectivo cronograma de desembolso.

7.2 – Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica.

7.3 – Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

7.4 – Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e a obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

7.5 – Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade de pessoa jurídica.

7.6 – Os saldos dos recursos repassados, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em cadernetas de poupança de instituição financeira oficial se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto, lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos verificar-se em prazos menores que um mês.

CLÁUSULA NONA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 – O presente Termo de Fomento deve ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada um pelas consequências da inexecução total ou parcial.

8.2 – A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao Gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades

realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

9.2.1 – datas e locais das atividades, incluindo o registro dos resultados em fotos, quantidade de usuários, listas de presença, locais, material de divulgação e outros documentos comprobatórios das atividades realizadas e da execução do objeto pactuado.

8.3 – O não cumprimento de metas e resultados estabelecidos no Plano de Trabalho, resultando na não execução do objeto pactuado, implicará na obrigatoriedade de apresentação de relatório de execução financeira, com a descrição das receitas e despesas efetivamente realizadas, sua vinculação com a execução do objeto e, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

8.3.1 – extrato da conta bancária específica;

8.3.2 – notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, discriminação dos serviços e dados da organização da sociedade civil;

8.3.3 – comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

8.3.4 – material comprobatório do cumprimento do objeto podendo ser em fotos e outros suportes;

8.3.5 – relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso.

8.4 – Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

8.5 – A administração pública deverá considerar ainda, em sua análise, os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

9.5.1 – relatório de visita técnica in loco eventualmente realizada durante a execução da parceria;

9.5.2 – relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.

8.6 – Para fins de avaliação quanto à eficácia e efetividade das ações em execução ou que já foram realizadas, o parecer do Gestor acerca da prestação de contas da parceria celebrada deverá, obrigatoriamente, mencionar:

8.6.1 – os resultados já alcançados e seus benefícios;

8.6.2 – os impactos econômicos ou sociais;

8.6.3 – o grau de satisfação do público alvo;

8.6.4 – a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

9.7 – A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 60 (sessenta) dias a contar da data do recebimento do recurso, para fins de monitoramento do cumprimento das metas do objeto.

9.7.1 – O prazo referido no item 9.7 poderá ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, desde que devidamente justificado e aprovado pelo Gestor.

9.7.1.1 – O disposto no item 9.7.1 não impede que a administração pública promova a instauração de tomada de contas especial antes do término da prestação de contas, ante evidências de irregularidades na execução do objeto.

8.8 – A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública se dará no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data do seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período, devendo concluir, alternativamente, pela:

8.8.1 – aprovação da prestação de contas;

8.8.2 – aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração da tomada de contas especial.

8.9 – As prestações de contas serão avaliadas:

8.9.1 – regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no Plano de Trabalho;

8.9.2 – regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

8.9.3 – irregulares, quando comprovada quaisquer das seguintes circunstâncias:

8.9.3.1 – omissão no dever de prestar contas;

8.9.3.2 – descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no Plano de Trabalho;

8.9.3.3 – dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

8.9.3.4 – desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

8.10 – Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade.

8.10.1 – O prazo referido no item 9.10 é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, desde que dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação dos resultados.

8.10.2 – Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

8.11 – Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

8.12 – A organização da sociedade civil deverá divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que

exerça suas ações todas as parcerias celebradas com a administração pública, conforme dispõe os Artigos 11 e seguintes da Lei 13.019/2014 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

10.1 – Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES

10.1 – Para os fins deste Termo de Fomento, consideram-se remanescentes os bens de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

10.2 – Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado, observado o disposto no Termo e na legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

11.1 – O presente Termo de Fomento poderá ser rescindido a qualquer tempo e por qualquer dos partícipes, os quais somente responderão pelas obrigações e auferirão as vantagens do tempo em participação voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade da intenção rescisória.

11.2 – Ocorrendo a rescisão, não caberá aos partícipes qualquer direito à reclamação de indenização pecuniária, obrigando-os, entretanto, a apresentarem os relatórios das atividades desenvolvidas e a prestação de contas, até a data do encerramento do Termo de Fomento, bem como a restituição dos valores recebidos, se houver.

11.3 – A inexecução total ou parcial deste Termo de Fomento por qualquer dos partícipes ensejará sua denúncia e rescisão pela parte prejudicada, com as consequências previstas em Lei e neste instrumento.

11.4 – É atribuída à administração a prerrogativa para assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar a descontinuidade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES

12.1 – Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho e com as normas da Lei Federal n. 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil as seguintes sanções:

12.1.1 – advertência;

12.1.2 – suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

12.1.3 – declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem 13.1.2.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

14.1 – Deverá ser garantido o livre acesso dos servidores do Município de Tangará, do controle interno e externo correspondentes aos processos, aos documentos e às informações referentes ao presente Termo de Fomento, bem como aos locais de execução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

14.1 – Os partícipes elegem o Foro da Comarca de Tangará/SC, como competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Termo de Fomento ou de sua participação, que não possam ser solucionados administrativamente, bem como para solucionar os litígios que possivelmente decorrerem deste instrumento.

14.2 – Tanto quanto possível, as partes se esforçarão para resolver amistosamente todos os casos omissos a este Termo de Fomento.

Tangará/SC, 08 de fevereiro de 2018.

MUNICÍPIO DE TANGARÁ

Nadir Baú da Silva
Prefeito Municipal

CTG TROPEIROS DA ESPERANÇA

Edson Luiz Piva

Presidente

TESTEMUNHAS

Paula Aline Taffarel Motter

Willian José Zen

Tigrinhos

PREFEITURA

ATA TRANSMISSÃO DE CARGO

Publicação Nº 1517959

ATA DE TRANSMISSÃO DE CARGO

Aos nove dias do mês de Fevereiro de dois mil e dezoito, as 09h00min (nove horas), tendo como local o Auditório da Prefeitura Municipal de Tigrinhos, o senhor MILTON JOSÉ HUPPES, com a presença de autoridades municipais, vereadores, secretários, assessores, servidores e lideranças municipais, bem como a imprensa escrita e falada, realizou-se o ato de Transmissão de Cargo, onde o Prefeito Municipal em Exercício MILTON JOSÉ HUPPES, repassou o Cargo de Prefeito Municipal ao Senhor DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal que se encontrava em período de férias, amparado pelo Inciso II do parágrafo 2º do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal, pelo período de 30 (trinta) dias. O Vice Prefeito Senhor MILTON JOSÉ HUPPES, ao transmitir o cargo entregou simbolicamente as chaves do Município, agradeceu a oportunidade e a confiança recebida em poder exercer a missão de dirigir os destinos do Município. Tendo a certeza que honrou os compromissos que lhe foram atribuídos e na certeza do dever cumprido, transmitiu o cargo. O senhor DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, digníssimo Prefeito Municipal cumprimentou a todos e parabenizou o trabalho do Vice Prefeito frente ao poder e liderança em nome da população Tigrinhense. Não havendo mais nada a relatar assinei a presente ata que após de lida e aprovada será assinada pelos presentes. Tigrinhos/SC, 09 de Fevereiro de 2018.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO LICITATÓRIO 003-2018

Publicação Nº 1516400

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE TIGRINHOS

EXTRATO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 001/2018

Órgão Responsável: MUNICIPIO DE TIGRINHOS
Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR – 1º SEMESTRE
Número da Ata: 001/2018
Licitante Vencedor: A.E.M. OESTE COMERCIAL EIRELI ME – CNPJ: 12.144.365/0001-79
Valor da Ata: R\$ 15.703,40
Licitante Vencedor: SCS COMERCIO LTDA EPP – CNPJ: 13.995.853/0001-52
Valor da Ata: R\$ 81.888,30
Licitante Vencedor: LUCIANA SPERANDEI ME – CNPJ: 13.745.325/0001-45
Valor da Ata: R\$ 16.405,90

Amparo Legal: A presente Ata de Registro de Preços é originária do Processo Licitatório nº. 003/2018, na Modalidade de Pregão Presencial nº. 002/2018, do Município de Tigrinhos, que foi realizado com base na Lei 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94; Lei nº. 9.648/98; Lei nº. 10.520/2002; Decreto nº. 5.504/2005; Portaria Interministerial MP/MF nº. 217/2006 e demais normas pertinentes, e por este Edital.

Tigrinhos/SC, em 09 de fevereiro de 2018.
MILTON JOSÉ HUPPES
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO LICITATÓRIO 004-2018

Publicação Nº 1516413

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE TIGRINHOS

EXTRATO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 001/2018

Órgão Responsável: MUNICIPIO DE TIGRINHOS
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGENS DE PNEUS.
Número da Ata: 001/2018
Licitante Vencedor: RECAPADORA MARRECA LTDA EPP – CNPJ: 05.689.415/0001-38
Valor da Ata: R\$ 23.820,00
Licitante Vencedor: VLK FABRICAÇÃO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA EPP – CNPJ: 24.018.340/0001-08
Valor da Ata: R\$ 25.500,00
Licitante Vencedor: R.M PNEUS E RECAPAGENS LTDA ME – CNPJ: 04.223.949/0001-01

Valor da Ata: R\$ 32.960,00

Licitante Vencedor: A.R. PNEUS LTDA –EPP – CNPJ: 09.243.567/0001-63

Valor da Ata: R\$ 11.550,00

Amparo Legal: A presente Ata de Registro de Preços é originária do Processo Licitatório nº. 004/2018, na Modalidade de Pregão Presencial nº. 003/2018, do Município de Tigrinhos, que foi realizado com base na Lei 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94; Lei nº. 9.648/98; Lei nº. 10.520/2002; Decreto nº. 5.504/2005; Portaria Interministerial MP/MF nº. 217/2006 e demais normas pertinentes, e por este Edital.

Tigrinhos/SC, em 09 de fevereiro de 2018.

MILTON JOSÉ HUPPES

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 012-2018

Publicação Nº 1516801

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICIPIO DE TIGRINHOS

Processo Licitatório nº. 001/2018

Dispensa de Licitação nº. 001/2018

O MUNICIPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado contrato nº. 012/2018 com a COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DE IRACEMINHA – COOPERAGIR – CNPJ: 09.271.145/0001-00, no valor total de R\$ 17.680,00, para fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar para manutenção da merenda escolar no 1º semestre de 2018.

TIGRINHOS/SC, em 09 de fevereiro de 2018.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

EXTRATO DE RESULTADO FINAL DE LICITAÇÃO 005-2018

Publicação Nº 1516514

EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MUNICIPIO DE TIGRINHOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 005/2018.

Pregão Presencial nº. 004/2018

O MUNICIPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que no referido processo licitatório, foi considerada vencedora a empresa RADIO DIFUSORA LTDA ME – CNPJ: 82.943.655/0001-68, no valor de R\$ 3.000,00 mensais, para contratação de serviços de produção e apresentação por radiodifusão de um programa semanal e inserções diárias, sob o regime de menor lance.

TIGRINHOS/SC, em 09 de fevereiro de 2018.

MILTON JOSÉ HUPPES

Prefeito Municipal, em Exercício

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 008-2018

Publicação Nº 1517946

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE TIGRINHOS

EXTRATO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 008/2018.

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/2018.

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, torna público para conhecimento geral dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR LANCE, para Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços Técnicos Especializados de Assessoria e Consultoria na Área Educacional, conforme especificações constantes no Termo de Referência Anexo I do edital. O recebimento das propostas e documentação será até as 08h30min do dia 27/02/2018, no departamento de Compras e Licitações do Município de Tigrinhos, e a abertura será realizada às 08h40min do mesmo dia. Maiores Informações bem como cópia do Edital poderão ser obtidas junto a Prefeitura Municipal, sito na Avenida Felipe Baczinski, 479, Tigrinhos/SC, fone: 49- 36580064, ou pelo site: www.tigrinhos.sc.gov.br

Tigrinhos (SC), 09 de fevereiro de 2018.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA 045/2018

Publicação Nº 1517949

PORTARIA Nº. 045/2018. NOMEIA SERVIDORA APROVADA EM PROCESSO SELETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar 035/2015 e 014/2010,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Sra. ADRIANA APARECIDA PONTEL, brasileira, portadora do CPF nº 019.214.009-43, aprovada em 1º lugar no Processo Seletivo regido pelo Edital nº 002/2017 e Homologado pelo Decreto Nº. 013/2018, para exercer o Cargo Temporário de Professor III (Anos Iniciais), com 20 (vinte) horas semanais, a contar a partir de 09 de Fevereiro de 2018, recebendo a remuneração prevista na legislação Municipal vigente.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA EM 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em nove de fevereiro de dois mil e dezoito.

Cleiton Soethe
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

PORTARIA 046/2018

Publicação Nº 1517952

PORTARIA Nº. 046/2018. NOMEIA SERVIDORA APROVADA EM PROCESSO SELETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar 035/2015 e 014/2010,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Sra. VANESSA ANDRÉIA PORFIRIO, brasileira, portadora do CPF nº 088.286.239-18, aprovada em 1º lugar no Processo Seletivo regido pelo Edital nº 002/2017 e Homologado pelo Decreto Nº. 013/2018, para exercer o Cargo Temporário de Professor IV (Artes), com 10 (dez) horas semanais, a contar a partir de 09 de Fevereiro de 2018, recebendo a remuneração prevista na legislação Municipal vigente.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA EM 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em nove de fevereiro de dois mil e dezoito.

Cleiton Soethe
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

PORTARIA 047/2018

Publicação Nº 1517955

PORTARIA Nº. 047/2018. NOMEIA SERVIDOR APROVADO EM PROCESSO SELETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar 035/2015 e 014/2010,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Sr. PAULO ROBERTO FERREIRA, brasileiro, solteiro, portador do CPF nº 045.071.169-29, aprovado em 2º lugar no Processo Seletivo regido pelo Edital nº 002/2017 e Homologado pelo Decreto Nº. 013/2018, para exercer o Cargo Temporário de Professor IV (Educação Física), com 20 (vinte) horas semanais, a contar a partir de 09 de Fevereiro de 2018, recebendo a remuneração prevista na legislação Municipal vigente.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA EM 09 DE FEVEREIRO DE 2018.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em nove de fevereiro de dois mil e dezoito.

Cleiton Soethe
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

Tijucas

PREFEITURA

AVISO DE DESERTO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/SAMAE/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/SAMAE/2018

Publicação Nº 1516721

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE DESERTO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/SAMAE/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/SAMAE/2018

Aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, às dez horas, reuniram-se a Pregoeira e a Equipe de apoio em função dos Autos do Processo Licitatório nº 002/SAMAE/2018 do Pregão Presencial nº 002/SAMAE/18, sendo o objeto Aquisição de material elétrico, para conserto, reparo e manutenção das instalações elétricas das estações de tratamento de água da Itinga, Oliveira e esgoto do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, do Município de Tijucas /SC. Ponderaram que:

- a) Aberto o presente processo licitatório de Processo Licitatório nº 002/SAMAE/2018 do Pregão Presencial nº 002/SAMAE/18, denota-se que não acudiram interessados na licitação;
- b) Que observou-se as formalidades legais, revestida de ampla Publicidade, sendo que no momento da sessão o edital encontra-se no site www.tijucas.sc.gov.br, conforme acostado nos autos;
- Observando a uniformidade procedimental e o Bem Comum; considerando os Princípios Legais; DECIDE, a Pregoeira e a Equipe de Apoio ad cautelam, JULGAR DESERTO o presente processo licitatório. Publique-se. Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.
- ELOI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

AVISO REABERTURA DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/PMT/2018 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 014/PMT/2018

Publicação Nº 1516596

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO REABERTURA DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/PMT/2018
PREGÃO PRESENCIAL
REGISTRO DE PREÇO Nº 014/PMT/2018

Objeto: Aquisição de rede de proteção esportiva para uso em praças e parques públicos, que estão sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos, do Município de Tijucas/SC.

Tipo: Menor Preço item

Data de Abertura: 23 de fevereiro de 2018, as 09h00.

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

ELOI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

ERRATA - PROCESSO 017/PMT/18 - PREGÃO PRESENCIAL 016/PMT/18

Publicação Nº 1516861

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS
Secretaria Municipal de Educação

ERRATA
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/PMT/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/PMT/2018

Objeto: Contratação de sistema estruturado em ensino para professores e alunos do Ensino Fundamental I e II, através do fornecimento de material didático pedagógico impresso e digital, disponibilização de uma plataforma educacional acessível para alunos, pais e educadores

da rede, de serviço pedagógica presencial, de avaliações integradas e simuladas para alunos do Ensino fundamental I e II e de cursos de capacitação e formação para a comunidade escolar, da Secretaria Municipal de Educação, Município de Tijucas/SC.

Tipo: Menor Preço Global.

OBSERVAÇÃO 1: Os itens 12.4.1, 12.4.2, 12.4.3 e 12.4.4, foram excluídos do edital, por desnecessidade para o referido processo licitatório.

OBSERVAÇÃO 2: A data de abertura permanece a mesma, 15 de fevereiro de 2018, às 08h00.

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

Jilson José de Oliveira – PRESIDENTE DO SAMAE

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 012/PMT/18 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/PMT/18 - INEXIGIBILIDADE 003/PMT/18

Publicação Nº 1516622

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 012/PMT/18 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/PMT/18 – INEXIGIBILIDADE Nº 003/PMT/18
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS.

CONTRATADA: CONCIVIL PROJETOS DE ENGENHARIA S/S - EPP.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA ESPECIALIZAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO BÁSICO E DEMAIS PEÇAS OBJETIVANDO A CONSTRUÇÃO DE PONTE SOBRE O RIO TIJUCAS – DENOMINADA PONTE BULCÃO VIANA, COM DESIGN QUE REPLICA EM MAIOR DIMENSÃO O MODELO EXISTENTE, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.

VALOR: R\$: 135.000,00 (CENTO E TRINTA E CINCO MIL REAIS).

AMPARO LEGAL: ART. 25, INCISO I, II E III, § 1º DA LEI 8.666/93, LEI N. 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES C/C PARECER JURÍDICO FAVORÁVEL N. 034/2018/PGM.

TIJUCAS/SC, 07 DE FEVEREIRO DE 2018.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/FME/2018 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/FME/2018

Publicação Nº 1516908

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

O Município de Tijucas SC, inscrito sob o CNPJ n. 82.577.636/0001-65, com sede na Rua Cel. Büchelle, 01, centro, Tijucas SC, de conformidade com a Lei n. 8.666/93, alterada pela Lei n. 8.883/94, por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitação - CPL comunica que dispensou o Processo Licitatório conforme:

Processo Licitatório nº 001/FME/2018

Dispensa de Licitação nº 001/FME/18

Objeto: Aquisição de equipamentos eletrônicos (câmera fotográfica e notebook) para uso nos trabalhos de divulgação e estatística dos eventos, da fundação Municipal de Esportes, do município de Tijucas/SC.

Contratado: FT PETTIRINI LTDA ME.

Valor: R\$. 6.880,00 (Seis mil, oitocentos e oitenta reais).

Amparo Legal: Art. 24, II e Art. 23, I, "a" e II, "a" da Lei 8.666/93, Lei n. 8.666/93 e suas alterações posteriores c/c Parecer Jurídico Favorável n. 048/2018/PGM.

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/SAMAE/2018 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/SAMAE/2018

Publicação Nº 1516869

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

O Município de Tijucas SC, inscrito sob o CNPJ n. 82.577.636/0001-65, com sede na Rua Cel. Büchelle, 01, centro, Tijucas SC, de conformidade com a Lei n. 8.666/93, alterada pela Lei n. 8.883/94, por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitação - CPL comunica que dispensou o Processo Licitatório conforme:

Processo Licitatório nº 005/SAMAE/2018

Dispensa de Licitação nº 001/SAMAE/18

Objeto: Aquisição de Reagente Químico para Uso no Laboratório das Estações de Tratamento e Rede de Abastecimento de Água, Fornecida pelo SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, do Município de Tijucas/SC.

Contratado: HEXIS CIENTIFICA LTDA.

Valor: R\$. 7.910,00 (sete mil, novecentos e dez reais).

Amparo Legal: Art. 24, II e Art. 23, I, "a" e II, "a" da Lei 8.666/93, Lei n. 8.666/93 e suas alterações posteriores c/c Parecer Jurídico Favorável n. 047/2018/PGM.

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/PMT/2018 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/PMT/2018

Publicação Nº 1516414

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

O Município de Tijucas SC, inscrito sob o CNPJ n. 82.577.636/0001-65, com sede na Rua Cel. Büchelle, 01, centro, Tijucas SC, de conformidade com a Lei n. 8.666/93, alterada pela Lei n. 8.883/94, por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitação - CPL comunica que dispensou o Processo Licitatório conforme:

Processo Licitatório nº 026/PMT/2018

Dispensa de Licitação nº 006/PMT/18

Objeto: Contratação de empresa para assessoria técnica e formação continuada para atender os profissionais da Rede Municipal de Ensino, da Secretaria Municipal de Educação, do município de Tijucas/SC.

Contratado: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAI.

Valor: R\$. 252.338,50 (Duzentos e cinquenta e dois mil, trezentos e trinta e oito reais e cinquenta centavos).

Amparo Legal: Art. 24, inciso XIII da Lei 8.666/93, Lei n. 8.666/93 e suas alterações posteriores c/c Parecer Jurídico Favorável n. 050/2018/PGM.

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027/PMT/2018 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 018/PMT/2018

Publicação Nº 1516423

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027/PMT/2018

PREGÃO PRESENCIAL

REGISTRO DE PREÇO Nº 018/PMT/2018

Objeto: Aquisição de folhas de papel em impressão digital (OUTDOOR) a serem utilizadas pela Secretaria Municipal de Cultura, Juventude e Direitos Humanos, do município de Tijucas/SC.

Tipo: Menor Preço Por Item .

Data de Abertura: 23 de fevereiro de 2018, às 08h00.

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

ELOI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO 01/2018**

Publicação Nº 1516466

RESOLUÇÃO Nº 001/2018

DISPÕE SOBRE A FORMAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS PARA O ANO DE 2018.

Origem: Projeto de Resolução nº 001/2018

Autoria: Mesa Diretora

O Presidente da Câmara Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste município, de acordo com a Lei Orgânica, que a Câmara Municipal aprovou e ela promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Ficam formadas, de acordo com os parágrafos seguintes, as comissões Permanentes da Câmara Municipal de Tijucas para o ano de 2018.

§ 1º A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) será constituída pelos seguintes membros:

I – Membro: Vilson Natálio Silvino

II – Membro: Maria Edézia Silva Vargas

III – Membro: Cláudio Tiago Izidoro

§ 2º A Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira (CFOFF) será constituída pelos seguintes membros:

I – Membro: Rudnei de Amorim

II – Membro: Écio Hélio de Melo

III – Membro: Cláudio Tiago Izidoro

§ 3º A Comissão de Educação, Cultura, Juventude, Direitos Humanos, Saúde, Obras, Serviços Públicos, Indústria e Comércio (CEDH), será constituída pelos seguintes membros:

I – Membro: Elizabete Mianes da Silva

II – Membro: Écio Hélio de Melo

III – Membro: Vilson Natálio Silvino

§ 4º A Comissão de Agricultura e Meio Ambiente (CAMA), será constituída pelos seguintes membros:

I – Membro: Écio Hélio de Melo

II – Membro: Elizabete Mianes da Silva

III – Membro: Maria Edézia Silva Vargas

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tijucas, 06 de fevereiro de 2018, 158º aniversário de Instalação do Município.

JUAREZ SOARES

Presidente

Timbé do Sul

PREFEITURA

ATO CONVOCATÓRIO 07/2018 - PROCESSO SELETIVO EDITAL 01/2017

Publicação Nº 1516695

ATO CONVOCATÓRIO 07/2018
PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Processo Seletivo Edital 001/2017, torna público o que segue:

1. Ficam CONVOCADOS os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo Edital nº 001/2017.
2. Caso os candidatos não se apresentem no prazo de 30 dias serão considerados desistentes, sendo convocados os seguintes da lista de classificação.

Timbé do Sul, 07 de fevereiro de 2018.
Roberto Biava
Prefeito Municipal

ANEXO I – CONVOCAÇÃO 07/2018

Odontólogo			
Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
02	617032	02/02/1995	Rafael Amaral Oliveira
Monitor de Creche e Pré - Escolar			
Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
09	617055	17/06/1998	Alicia Corrente Alecio
10	616576	14/10/1980	Manuela Sachetti Dal Pont
11	616460	10/01/1978	Joedina Christe Muller
12	608934	30/04/1982	Katia Padilha Lodeti
Monitor de Transporte Escolar			
Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
03	613057	16/07/1994	Bruna Garlindo

Roberto Biava
Prefeito Municipal

ATO CONVOCATÓRIO 08/2018 - PROCESSO SELETIVO EDITAL 01/2017

Publicação Nº 1516697

ATO CONVOCATÓRIO 08/2018

PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Processo Seletivo Edital 001/2017, torna público o que segue:

1. Ficam CONVOCADOS os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo Edital nº 001/2017.
2. Caso os candidatos não se apresentem no prazo de 30 dias serão considerados desistentes, sendo convocados os seguintes da lista de classificação.

Timbé do Sul, 08 de fevereiro de 2018.
Roberto Biava
Prefeito Municipal

ANEXO I – CONVOCAÇÃO 08/2018

Professor Supletivo Ciências Aplicadas II(Ciências e Biologia)

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
01	607910	29/11/1987	Keite Arcaro Panatta Marchesini

Roberto Biava
Prefeito Municipal

ATO CONVOCATÓRIO 09/2018 - PROCESSO SELETIVO EDITAL 01/2017

Publicação Nº 1517267

ATO CONVOCATÓRIO 09/2018

PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Processo Seletivo Edital 001/2017, torna público o que segue:

1. Ficam CONVOCADOS os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo Edital nº 001/2017.
2. Caso os candidatos não se apresentem no prazo de 30 dias serão considerados desistentes, sendo convocados os seguintes da lista de classificação.

Timbé do Sul, 09 de fevereiro de 2018.

Roberto Biava
Prefeito Municipal

ANEXO I – CONVOCAÇÃO 09/2018

Professor Supletivo Ciências Aplicadas II(Ciências e Biologia)

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
02	607886	24/07/1992	Elias Donadel

Odontólogo

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
03	616483	18/08/1994	Raissa Nunes

Roberto Biava
Prefeito Municipal

DECRETO 35/2018 DEMITE SERVIDOR A PEDIDO

Publicação Nº 1517214

DECRETO Nº. 35, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018.

DEMITE SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação vigente;

DECRETA:

Art. 1º - Fica demitida a pedido, Gabriela Aguiar Giassi, Matrícula nº 3301, ocupante do cargo de Odontólogo 20 hs, Quadro de Pessoal Temporário do Município de Timbé do Sul.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 07 de Fevereiro de 2018.

Roberto Biava
Prefeito Municipal

Publicado e registrado presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Marlon Arcaro Panatta
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 36/2018 NOMEIA SERVIDORES CONTRATADOS POR PRAZO DETERMINADO

Publicação Nº 1517216

DECRETO Nº 36, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018.
NOMEIA SERVIDORES CONTRATADOS POR PRAZO DETERMINADO.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e em conformidade com o Processo Seletivo 001/2017;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam contratados os servidores abaixo elencados, no Quadro de Pessoal Temporário do Município de Timbé do Sul – SC, de 07/02/2018 a 20/06/2018:

Nome	Cargo	Contrato Administrativo
Bertino Silverio	Auxiliar de Serviços gerais II	80/2018
Tamires Pereira	Monitor de Programas Sociais	81/2018
Viviane Scussel	Monitor de Programas Sociais	82/2018

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 07 de fevereiro de 2018.

ROBERTO BIAVA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

MARLON ARCARO PANATTA
Secretario de Administração e finanças

JSP/AG. ADMIN 844

DECRETO 37/2018 NOMEIA SERVIDORES CONTRATADOS POR PRAZO DETERMINADO

Publicação Nº 1517217

DECRETO Nº 37, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.
NOMEIA SERVIDORES CONTRATADOS POR PRAZO DETERMINADO.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e em conformidade com o Processo Seletivo 001/2017;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam contratados os servidores abaixo elencados, no Quadro de Pessoal Temporário do Município de Timbé do Sul – SC, de 08/02/2018 a 20/06/2018:

Nome	Cargo	Contrato Administrativo
Denir da Fonseca	Auxiliar de Serviços gerais I	83/2018
Maria Pelissari Maffiolette	Auxiliar de Serviços gerais I	84/2018

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 08 de fevereiro de 2018.

ROBERTO BIAVA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

MARLON ARCARO PANATTA
Secretario de Administração e finanças

JSP/AG. ADMIN 844

PORTARIA 17/2018 CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTOS

Publicação Nº 1517220

PORTARIA Nº. 17, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018.

CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTOS À SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO EFETIVO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul – SC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75 da Lei Municipal nº 467, de 16 de dezembro de 1988, alterada pela Lei nº 1.141, de 26 de junho de 2002,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder LICENÇA SEM VENCIMENTOS, à Servidora Rosangela Terezinha Velho, matrícula nº 625, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais I, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município de Timbé do Sul por prazo indeterminado, a contar de 05/03/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL (SC), 06 de fevereiro de 2018.

ROBERTO BIAVA

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Portaria, nesta Secretaria na data supra.

MARLON ARCARO PANATTA

Secretário de Administração e Finanças

JSP/Mat 844

PORTARIA 19/2018 CONCEDE CONVERSÃO DE LICENÇA PREMIO EM PECUNIÁRIA

Publicação Nº 1517223

PORTARIA Nº. 19, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018.

CONCEDE CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul – SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.886/2017, regulamentada pelo Decreto nº 09/2018;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder conversão de licença prêmio em pecúnia, aos servidores abaixo identificados, em conformidade com as disposições do Decreto 09/2018:

Nome	Matricula	Cargo	Período Aquisitivo
Everson Cristiano Antonin	1001	Operador de Equipamentos I	01/07/2004 a 30/06/2014
Gelson Correa	820	Motorista	01/02/2002 a 31/01/2012
Joselia Scot Pezente	844	Agente Administrativo	01/03/2002 a 28/02/2012
Lenio Luiz Cardoso	593	Motorista	09/02/1998 a 08/02/2008
Marlena Boeira Stecanella	421	Auxiliar de Serviços Gerais I	15/07/2004 a 14/07/2014
Walmor Dal Pont	591	Motorista	09/02/1998 a 08/02/2008

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL (SC), 07 de Fevereiro de 2018.

Roberto Biava

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Marlon Arcaro Panatta

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 21/2018 DESIGNA FISCAL SANITÁRIO

Publicação Nº 1517228

PORTARIA Nº. 21, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.

DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE FISCAL SANITÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC. no uso das atribuições que lhe confere a legislação vigente:

DECRETA:

Art. 1º - Fica designado o Servidor Guilherme Fonseca de Oliveira, Matrícula nº 3336, servidor ocupante de Cargo de Agente de Vigilância Sanitária, do Quadro de Pessoal do Município de Timbé do Sul, para exercer a Função de Fiscal Sanitário deste Município.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL (SC), 08 de fevereiro de 2018.

ROBERTO BIAVA

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

MARLON ARCARO PANATTA

Secretário de Administração e Finanças

SAMAE - TIMBÉ DO SUL

PORTARIA SAMAE 5/2018

Publicação Nº 1517154

PORTARIA SAMAE N. 5/2018 09 de Fevereiro de 2018

O Sr. Amarildo Scursel Alexandre, Diretor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE, de Timbé do Sul-SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE :

Art. 1º - Conceder férias de 20 dias, ao servidor RICARDO STECANELLA, relativo ao período aquisitivo 05.10.2015 a 04.10.2016.

Art. 2º - O período de gozo das férias será de 09 a 28.02.2018.

Art.3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Timbé do Sul-SC, 09 de fevereiro de 2018.

Amarildo Scursel Alexandre
Diretor do SAMAE

Timbó**PREFEITURA****ATA ABERTURA E JULGAMENTO PROPOSTA DE PREÇOS - CONCORRÊNCIA N.º 06 2017 FUMTRAN**

Publicação Nº 1517947

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ
ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DO ENVELOPE 02 (PROPOSTA DE PREÇOS)
CONCORRÊNCIA PÚBLICA PARA CONCESSÃO Nº 06/2017 - FUMTRAN

Às sete horas, do oitavo dia, do mês de fevereiro de dois mil e dezoito (08/02/2018), na sala de licitações da Prefeitura de Timbó, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 540, de 02 de janeiro de 2018 para abertura do ENVELOPE 02 (Proposta de Preços), do processo licitatório Concorrência Pública para Concessão nº 06/2017 - FUMTRAN, conforme segue: Iniciada a sessão o Presidente solicitou aos presentes que conferissem a inviolabilidade do envelope. Em prosseguimento, passou-se à abertura do envelope de Proposta de Preços da empresa habilitada, colocando à disposição dos presentes os documentos nele contidos. A proposta apresentada pela empresa CIDNEY CONSTANTINO MEI, CNPJ nº. 27.891.069/0001-09 para o Item 07 do Edital foi a seguinte:

ITEM 07 – 60 MESES – Locação Espaço Público com área total de 55,31m2
R\$ 330,00 (Trezentos e trinta reais por mês).

Da análise e exame da proposta, decide-se pela classificação e declara-se vencedora a empresa CIDNEY CONSTANTINO MEI, no valor total mensal de R\$ 330,00 (trezentos e trinta reais).

Ficam as empresas intimadas do inteiro teor desta Ata para, querendo apresentar recurso, nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/1993, ou seja, 05 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação desta ata no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC) ou desistência do mesmo. Nada mais havendo, o Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão Permanente de Licitações

Registre-se, publique-se, intemem-se.

EDESIO M. SLOMP
Presidente
LOURDES MOSER
Membro
FELIPE RAMOS DOS SANTOS
Membro

ATA ANÁLISE DOCUMENTOS INEXIGIBILIDADE N.º 12 2018 PMT

Publicação Nº 1517948

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ
ATA ANÁLISE DOCUMENTOS INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 12/2018 - PMT

Às onze horas, do sétimo dia do mês de fevereiro de dois mil e dezoito (07/02/2018), na sala de Licitações da Prefeitura de Timbó/SC reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº. 540, de 02 de janeiro de 2018, para análise dos documentos constantes do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 12/2018 – PMT/OBRAS.

Aberta a sessão, foram analisados os documentos integrantes do processo de inexigibilidade apresentados pela Empresa: TORDO ENGENHARIA CIVIL E AMBIENTAL LTDA. - CNPJ nº. 09.374.966/0001-63:

Justificativa formal do motivo característico da Dispensa e/ou inexigibilidade / Requisição de compras e serviços contendo a descrição detalhada do objeto / Dotação orçamentária/ Valor/ Forma de pagamento/ Prazo de execução e outras informações necessárias	Lei 8.666/93 art. 15 § 7º III e art. 8º, Art. 14 Acórdão TCU 254/2004
Termo de Acordo para a Pavimentação da Rua Inglaterra	
Projeto de Pavimentação	
ART da Obra/Serviço	
Comprovante e Situação Cadastral na Secr. Da Fazenda Estadual	
Cartão CNPJ	Lei 8.666/93 Art. 29, I
Ato Constitutivo – Contrato Social – 4ª Alteração	Lei 8.666/93 Art. 27 I c/c Art. 28
Certidão de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) (emitida pela Caixa Econômica Federal)	Lei 8.666/93 Art. 29, IV e Lei 8.036/90 art. 27 "a"
Certidão Negativa de Débitos do Município de Timbó - CND do município Sede da Empresa – Blumenau (SC)	Art. 29, III, Lei 8.666/93, Art. 193 Código Tributário Nacional e Art. 50 da LC Municipal 142/98
Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União	Lei 8.666/93 Art. 29 III
Certidão Negativa de Débitos Estaduais	Lei 8.666/93 Art. 29 III
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)	Lei 8.666/93 Art. 29 V

Da análise destes documentos observa-se que a Empresa TORDO ENGENHARIA CIVIL E AMBIENTAL LTDA. está com a documentação regular.

Nada mais havendo, o Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

EDESIO M. SLOMP
Presidente
FELIPE RAMOS DOS SANTOS
Membro
LOURDES MOSER
Membro

ATA ANÁLISE DOCUMENTOS INEXIGIBILIDADE N.º 13 2018 - PMT

Publicação Nº 1517950

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ
ATA ANÁLISE DOCUMENTOS INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 13/2018 - PMT

Às dez horas, do sétimo dia do mês de fevereiro de dois mil e dezoito (07/02/2018), na sala de Licitações da Prefeitura de Timbó/SC reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº. 540, de 02 de janeiro de 2018, para análise dos documentos constantes do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 13/2018 – PMT/OBRAS.

Aberta a sessão, foram analisados os documentos integrantes do processo de inexigibilidade apresentados pela Empresa: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA-CNPJ nº. 03.620.927/0001-12:

Justificativa formal do motivo característico da Dispensa e/ou inexigibilidade / Requisição de compras e serviços contendo a descrição detalhada do objeto / Dotação orçamentária/ Valor/ Forma de pagamento/ Prazo de execução e outras informações necessárias	Lei 8.666/93 art. 15 § 7º III e art. 8º, Art. 14 Acordão TCU 254/2004
Termo de Acordo para a Pavimentação da Rua Botuverá	
Projeto de Pavimentação	
ART da Obra/Serviço	
Cartão CNPJ	Lei 8.666/93 Art. 29, I
Ato Constitutivo – Contrato Social – 12ª Alteração	Lei 8.666/93 Art. 27 I c/c Art. 28
Certidão de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) (emitida pela Caixa Econômica Federal)	Lei 8.666/93 Art. 29, IV e Lei 8.036/90 art. 27 "a"
Certidão Negativa de Débitos do Município de Timbó - CND do município Sede da Empresa – Guaramirim (SC)	Art. 29, III, Lei 8.666/93, Art. 193 Código Tributário Nacional e Art. 50 da LC Municipal 142/98
Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União	Lei 8.666/93 Art. 29 III
Certidão Negativa de Débitos Estaduais	Lei 8.666/93 Art. 29 III
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)	Lei 8.666/93 Art. 29 V

Da análise destes documentos observa-se que a Empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA. está com a documentação regular.

Nada mais havendo, o Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

EDESIO M. SLOMP
Presidente
FELIPE RAMOS DOS SANTOS
Membro
LOURDES MOSER
Membro

AVISO DE CONCORRÊNCIA Nº 15 2018 PMT - ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS, REPETIÇÃO

Publicação Nº 1517951

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE CONCORRÊNCIA Nº 15/2018 PMT

OBJETO: alienação de bens imóveis de propriedade do município, autorizada pelo legislativo através da Lei Complementar nº 450 de 28/07/2014, nas condições em que se encontram, observadas as disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e das condições do presente edital e anexos (repetição total da concorrência n.º 72/2017, sem alterações). ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 09h00min do dia 14 de março de 2018. ABERTURA: dia 14 de março de 2018 às 09h05min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital no site: www.timbo.sc.gov.br.

Timbó, 08/02/2018
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária de Fazenda e Administração

CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE CONTRATO Nº 14.2018 FCT

Publicação Nº 1517953

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 14/2018 FCT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, HORIZONTE TECNOLOGIA DE INFORMÁTICA LTDA ME, CNPJ nº. 73.343.220/0001-91, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;
DATA: até 16/02/2018.
HORÁRIO: das 07hs às 13hs.

Timbó, 08 de fevereiro de 2018.
DÉBORA BARTH
Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE CONTRATO Nº 15.2018 FCT

Publicação Nº 1517954

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 15/2018 FCT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o licitante, JURANDIR ARTHUR BONIN, CPF nº. 666.006.009-00, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;
DATA: até 16/02/2018.
HORÁRIO: das 07hs às 13hs.

Timbó, 08 de fevereiro de 2018.
DÉBORA BARTH
Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 03.2018 TIMBOPREV

Publicação Nº 1517956

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA
TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 03/2018 TIMBOPREV

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, PHELLIPE BAUMLER FERREIRA POVOAS 05973431959, CNPJ nº. 27.368.468/0001-90, a comparecer para assinatura do respectivo termo de rescisão do contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;
DATA: até 16/02/2018.
HORÁRIO: das 07hs às 13hs.

Timbó, 08 de fevereiro de 2018.
DÉBORA BARTH
Central de Licitações

DECISÃO SUSPENSÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 05 2018 PMT

Publicação Nº 1517957

DECISÃO SUSPENSÃO
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2018 PMT

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECARGAS E TESTES HIDROSTÁTICOS DE EXTINTORES DE INCÊNDIO EXISTENTES, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EXTINTORES DE INCÊNDIO NOVOS E MATERIAL DE SEGURANÇA E EMERGÊNCIA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA.

Diante do recebimento de questionamento ao edital e considerando a necessidade de encaminhamento da documentação ao departamento

técnico para análise e parecer, e primando pela aplicação dos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, interesse público e vinculação ao instrumento convocatório, determina-se a SUSPENSÃO da Sessão Pública designada para o dia 08 de fevereiro de 2018 as 08:10 horas.

Timbó, 08 de fevereiro de 2018

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária de Fazenda e Administração

SEGUNDO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 54 2017 PMT - SERVIÇOS DE JARDINAGEM, LIMPEZA DE PÁTIO, CALÇADAS, CORTE DE GRAMA E ROÇADA

Publicação Nº 1517958

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 54/2017 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa especializada em serviços de jardinagem, limpeza de pátio e calçadas, corte de grama e roçada (conforme descrição constante no anexo I) para atender as necessidades da Administração Direta e Indireta.

EMPRESA FORNECEDORA: JP Comercio e Serviços de Terraplanagem Ltda Me.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 75.600,00 (setenta e cinco mil e seiscentos reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 08/10/2018

Timbó, 06/02/2018

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária de Fazenda e Administração

JORGE REVELINO FERREIRA
Diretor Presidente da FCT Timbó

MÁRCIO ELÍSIO

Diretor Presidente da FME Timbó

DEISE ADRIANA NICHOLLETTI MENDES

Secretária de Saúde e Assistência Social

DARCÍZIO BONA

Secretário de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola

WIEGOLD STARKE

Coordenador da Defesa Civil

JAIME JOEL AVENDANO JARA

Diretor Presidente SAMAE Timbó

TERCEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 04 2017 FMS

Publicação Nº 1512511

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TIMBÓ
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04/2017 - FMS

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó, através do Fundo Municipal de Saúde.

OBJETO: Registro de preços para serviço móvel de transporte terrestre, apto a realizar remoções de pacientes de média, baixa, e alta complexidade, de todas as idades, por meio de ambulâncias, pelo período de 12 (doze) meses.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Anjos da Vida Saúde - Serviços Moveis de Atendimentos a Urgências Ltda.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 191.405,00 (cento e noventa e um mil e quatrocentos e cinco reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 10/05/2018

Timbó, 10/05/2017

DEISE ADRIANA NICHOLLETTI MENDES

Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social

CÂMARA MUNICIPAL**COMUNICADO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO TOMADA DE PREÇOS 01/2018**

Publicação Nº 1517605

COMUNICADO

A Comissão Especial de Licitações, instituída pela Portaria nº 35/2017, por sua Presidente, comunica às licitantes interessadas que foi protocolizado em 08/02/2018, pela empresa Semper Creative Comunicação Ltda – ME, Recurso contra a classificação das propostas técnicas apresentadas pelas empresas Free Reichert Comunicação Ltda e Tempero Propaganda Ltda. Diante do recurso apresentado, serve-se a Comissão Especial de Licitações deste comunicado para cientificar as recorridas de que dispõe o prazo de 5 dias úteis, a partir da publicação deste no DOM/SC, para apresentação de Contrarrazões ao Recurso. Informa ainda que as razões do recurso podem ser obtidas na Câmara Municipal de Timbó.

Timbó (SC), 09 de fevereiro de 2018.

Ana Paula Manfrini

Presidente da Comissão Especial de Licitações

Três Barras

PREFEITURA

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 04/2018

Publicação Nº 1517107

"AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL".
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.
Procedimento Licitatório nº. 04/2018 - Edital Pregão nº. 03/2018.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e ainda da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera até as 09 h e 00 min. do dia 26 de fevereiro de 2018, Propostas para "Contratação de Serviços Médicos Especializados", para atendimento junto as Unidades de Saúde do Município em conformidade com o edital.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 26 de fevereiro de 2018.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro – Fone/Fax: 47 3623-0121 – Três Barras - SC ou no site: <http://tresbarras.sc.gov.br> ícone "LICITAÇÕES ABERTAS".

Três Barras - SC, 07 de fevereiro de 2018.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI – PREFEITO MUNICIPAL

NILTON AVANIR HURMUS - PREGOEIRO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 03/2018.

Publicação Nº 1517416

"AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL".
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.
Procedimento Licitatório nº. 05/2018 - Edital Pregão nº. 04/2018.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e Decreto Municipal nº. 3.016/2006, e, da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera até as 09 h e 00 min. do dia 27 de fevereiro de 2018, Propostas para Aquisição e montagem de uma CARROCERIA PARA ÔNIBUS ESCOLAR URBANO nos moldes e características dos ônibus escolares - Caminho da Escola, ORE 3, com capacidade para 54 (cinquenta e quatro) passageiros sentados, em conformidade com as especificações contidas no edital.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 27 de fevereiro de 2018.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro – Fone/Fax: 47 3623-0121 – Três Barras - SC ou no site: <http://tresbarras.sc.gov.br> ícone "LICITAÇÕES ABERTAS".

Três Barras - SC, 07 de fevereiro de 2018.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI – PREFEITO MUNICIPAL.

NILTON AVANIR HURMUS – PREGOEIRO.

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO - SAMASA Nº. 02/2018.

Publicação Nº 1517417

SAMASA-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E SANEAMENTO AMBIENTAL DE TRÊS BARRAS – SC.

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 02/2018.

EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº. 02/2018.

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Saneamento Ambiental de Três Barras – SC (SAMASA), torna público que sob a regência da Lei Federal nº. 8.666/93 com as alterações da 8.883/94 receberá até as 09 h e 00 min. do dia 28 de fevereiro de 2018, Documentação e Propostas para Construção de um Reservatório Apoiado em Concreto, confeccionado em aço carbono com capacidade de 300 m³, diâmetro de 10,30 m, altura de 4,00 m com peso de 13,050 kg, incluindo interligação com reservatório existente, a ser construído no Morro do Farias, anexo a estação de tratamento existente.

Abertura: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 30 min. do dia 28 de fevereiro de 2018. Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Rigesa, nº. 1634 - Centro – Fone: 47 3623-1473 ou pelo e-mail samasa@tresbarras.sc.gov.br - Três Barras – SC.

Três Barras - SC, 07 de fevereiro de 2018.

ERNANI WOGGINAKI – PRESIDENTE-SAMASA

ANTONIO EDUARDO MARTINS WEINFURTER - JURIDICO

Treze Tílias

PREFEITURA

DECRETO 2347

Publicação Nº 1517724

DECRETO Nº 2.354/2018 de 02/02/2018

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade da lei,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 151.303,35 (Cento e cinquenta e um mil, trezentos e três reais e trinta e cinco centavos) a fim de reforçar as seguintes dotação orçamentária:

04- SECRETARIA DE SAÚDE

01- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2104- Manutenção Fundo de Saúde

Suplementa: (15) 4.4.90.00.00.00.00.03.0628 R\$ 39.348,78

(16) 4.4.90.00.00.00.00.00.0138 R\$ 111.954,57

Art. 2º. Para fazer frente ao crédito utilizado no artigo anterior serão utilizados recursos do superávit financeiro do exercício anterior e do excesso de arrecadação pelo recebimento dos recursos do PAB para requalificação da UBS.

Art. 3º. O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,
aos 02 dias do mês de fevereiro de 2018.

MAURO DRESCH

Prefeito

Registrado e Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios.

IVO PAULO HARTMANN

Secretário de Administração e Finanças

LEI ORDINARIA 1967

Publicação Nº 1516722

LEI MUNICIPAL Nº 1.967/2018

De 08 de Fevereiro de 2018

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA PARA COOPERAÇÃO NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO E AUTORIZA A EXECUÇÃO DE TAIS SERVIÇOS PELA COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN, POR INTERMÉDIO DE CONTRATO DE PROGRAMA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar, CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO PARA GESTÃO ASSOCIADA, com fundamento no artigo 241 da Constituição Federal, Lei Federal nº. 11.107/2005, Lei Federal nº. 11.445/2007, Decreto Federal 7.217, de 22 de junho de 2010, Lei Estadual nº. 4.547/1970, Lei Estadual nº. 13.517/2005, Lei Estadual nº. 381/2007, e art. 35, da Lei Estadual nº 16.673/2015, visando à cooperação na prestação dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e esgotamento sanitário com o ESTADO DE SANTA CATARINA para a prestação desses serviços pela Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN.

Art. 2º. Fica o Poder Executivo, com fundamento no artigo 24 inciso XXVI da Lei Federal 8.666/93, e na legislação referida no artigo anterior, autorizado a celebrar CONTRATO DE PROGRAMA com a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN, visando à prestação dos serviços municipais de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Art. 3º. Fica a CASAN autorizada a celebrar outros instrumentos jurídicos com terceiros para prestação dos serviços abrangidos pelo contrato, como subconcessões, locação de ativos, parcerias público-privada dentre outras, visando à realização de adequada prestação dos serviços e sua gradual expansão.

Art. 4º. As autorizações de que tratam os artigos 1º, 2º e 3º desta lei, visam à integração dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e esgotamento sanitário ao serviço estadual de saneamento básico e abrangerá as seguintes atividades integradas e suas respectivas infraestruturas e instalações operacionais:

I - a captação, adução e tratamento de água bruta;

II - a adução, reservação e distribuição de água tratada;

III - a coleta, transporte, tratamento e disposição final de esgotos sanitários.

Art. 5º. O convênio de cooperação estabelecerá:

I - os meios e instrumentos para o exercício das competências de fiscalização e regulação, delegados ao ÓRGÃO REGULADOR;

II - o planejamento dos serviços de saneamento básico;

III - as atribuições do MUNICÍPIO;

IV - as atribuições do Estado, através da CASAN.

Art. 6º. O presente CONVÊNIO poderá ser extinto, exclusivamente, nas seguintes hipóteses:

I - pelo MUNICÍPIO, unilateralmente, através de processo conduzido pela Agência Reguladora nos termos da Legislação vigente e em caso de risco na descontinuidade da prestação dos serviços, salvo se esta descontinuidade for decorrente de intempéries ou motivo de força maior.

II - advento do termo final do prazo do CONVÊNIO, sem que haja prorrogação pactuada entre as PARTES;

III - pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas, por meio de processo administrativo visando à verificação de inadimplência do MUNICÍPIO ou da CASAN, assegurado o direito de ampla defesa.

Art. 7º. A denúncia total ou parcial do CONVÊNIO pelos CONVENIENTES, não afeta a vigência do CONTRATO DE PROGRAMA firmado entre o MUNICÍPIO e a CASAN para a prestação dos serviços de saneamento básico, ficando assegurado o cumprimento das obrigações previstas.

Art. 8º. Em qualquer hipótese, a reversão no advento do termo contratual far-se-á com a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

Art. 9º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias/SC,
08 de fevereiro de 2018.
MAURO DRESCH
Prefeito

Registrada e publicada a presente Lei Municipal no Diário Oficial dos Municípios – D.O.M.

IVO PAULO HARTMANN
Secretário de Administração e Finanças

ATA DE RP 01/2018

Publicação Nº 1517534

Página: 1/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 1/2018

Data do Registro: 08/02/2018

Válido até: 08/02/2019

Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto o registro de preços para aquisição de pedras e tubos de concreto para atender a necessidade da Secretaria de Transportes e Obras e demais secretarias do município de Treze Tílias, conforme itens constantes no Anexo I.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Pedra detonada (01-01-06724)	TN	PEDREIRA TREZE TILIAS LTDA - EPP (96)		0	30,9000	1
			BRITAGEM GASPAR LTDA (6616)		0	31,0000	2
			PEDREIRA TRIÂNGULO LTDA (166)		0	31,4000	3
2	Pedra Bruta (01-01-06172)	TN	PEDREIRA TREZE TILIAS LTDA - EPP (96)		0	31,0000	1
			BRITAGEM GASPAR LTDA (6616)		0	31,2000	2
			PEDREIRA TRIÂNGULO LTDA (166)		0	35,7000	3
3	Pedra Bica Corrida - (01-01-06171)	TN	BRITAGEM GASPAR LTDA (6616)		0	27,7000	1
			PEDREIRA TREZE TILIAS LTDA - EPP (96)		0	27,9000	2
			PEDREIRA TRIÂNGULO LTDA (166)		0	31,9000	3
4	Pedra Brita Mista (01-01-06352)	TN	PEDREIRA TREZE TILIAS LTDA - EPP (96)		0	27,9000	1
			BRITAGEM GASPAR LTDA (6616)		0	28,0000	2
			PEDREIRA TRIÂNGULO LTDA (166)		0	34,2000	3
5	Pedra Brita Nº 2 (01-01-06353)	TN	PEDREIRA TREZE TILIAS LTDA - EPP (96)		0	30,9000	1
			BRITAGEM GASPAR LTDA (6616)		0	31,0000	2

Página: 2/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 1/2018		Data do Registro: 08/02/2018		Válido até: 08/02/2019		Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto o registro de preços para aquisição de pedras e tubos de concreto para atender a necessidade da Secretaria de Transportes e Obras e demais secretarias do município de Treze Tílias, conforme itens constantes no Anexo I.		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
6	Pedra Brita Nº 1 (01-01-06351)		PEDREIRA TRIÂNGULO LTDA (166)		0	34,5000	3	
		TN	PEDREIRA TREZE TIJAS LTDA - EPP (96)		0	33,0000	1	
			BRITAGEM GASPAR LTDA (6616)		0	33,1000	2	
			PEDREIRA TRIÂNGULO LTDA (166)		0	33,7000	3	
7	Pedra Nº 03 (01-01-06896)	TN	BRITAGEM GASPAR LTDA (6616)		0	29,5000	1	
			PEDREIRA TREZE TIJAS LTDA - EPP (96)		0	29,6000	2	
			PEDREIRA TRIÂNGULO LTDA (166)		0	35,0000	3	
8	Pedra graduada - (01-01-06350)	TN	BRITAGEM GASPAR LTDA (6616)		0	22,1000	1	
			PEDREIRA TREZE TIJAS LTDA - EPP (96)		0	23,6000	2	
			PEDREIRA TRIÂNGULO LTDA (166)		0	33,0000	3	
9	Pedrisco - (01-01-06168)	TN	PEDREIRA TREZE TIJAS LTDA - EPP (96)		0	19,9000	1	
			BRITAGEM GASPAR LTDA (6616)		0	20,0000	2	
			PEDREIRA TRIÂNGULO LTDA (166)		0	34,0000	3	
			BRITAGEM GASPAR LTDA (6616)		0	20,0000	2	
10	Pó de Pedra - (01-01-06169)	TN	BRITAGEM GASPAR LTDA (6616)		0	19,5500	1	
			PEDREIRA TRIÂNGULO LTDA (166)		0	34,0000	3	
			BRITAGEM GASPAR LTDA (6616)		0	20,0000	2	

Página: 3/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 1/2018 Data do Registro: 08/02/2018 Válido até: 08/02/2019

Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto o registro de preços para aquisição de pedras e tubos de concreto para atender a necessidade da Secretaria de Transportes e Obras e demais secretarias do município de Treze Tílias, conforme itens constantes no Anexo I.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
11	Tubo de concreto de 20cm (01-01-06249)	UN	PEDREIRA TREZE TILIAS LTDA - EPP (96)		0	20,7000	2
			PEDREIRA TRIÂNGULO LTDA (166)		0	35,0000	3
			ELIMAR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA (10414)		0	16,0000	1
			DELICIR BOESING - ME (2403)		0	16,9900	2
12	Tubo de concreto de 30 cm (01-01-04645)	UN	PRE-MOLDADOS CATANDUVAS LTDA - ME (6641)		0	17,4000	3
			CONCRETOS CRUZEIRO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP (378)		0	18,0000	4
			ELIMAR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA (10414)		0	20,4000	1
			DELICIR BOESING - ME (2403)		0	21,4900	2
13	Tubo de concreto de 40 cm (01-01-04646)	UN	CONCRETOS CRUZEIRO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP (378)		0	21,9000	3
			DELICIR BOESING - ME (2403)		0	27,9900	1
			PRE-MOLDADOS CATANDUVAS LTDA - ME (6641)		0	28,0000	2
			ELIMAR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA (10414)		0	28,4000	3
14	Tubo de concreto de 40 cm (01-01-04646)	UN	CONCRETOS CRUZEIRO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP (378)		0	28,9000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE TREZE TILIAS

Página: 4/6

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 1/2018		Data do Registro: 08/02/2018		Válido até: 08/02/2019			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto o registro de preços para aquisição de pedras e tubos de concreto para atender a necessidade da Secretaria de Transportes e Obras e demais secretarias do município de Treze Tílias, conforme itens constantes no Anexo I.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
14	Tubo de concreto de 50cm (01-01-06252)	UN	PRE-MOLDADOS CATANDUVAS LTDA - ME (6641)		0	47,5000	1
			CONCRETOS CRUZEIRO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP (378)		0	48,0000	2
			DEL CIR BOESING - ME (2403)		0	48,9900	3
15	Tubo de concreto de 60cm (01-01-06253)	UN	CONCRETOS CRUZEIRO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP (378)		0	58,0000	1
			PRE-MOLDADOS CATANDUVAS LTDA - ME (6641)		0	59,0000	2
			DEL CIR BOESING - ME (2403)		0	60,0000	3
16	Tubo de concreto de 80cm (01-01-06254)	UN	DEL CIR BOESING - ME (2403)		0	155,0000	1
			CONCRETOS CRUZEIRO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP (378)		0	180,0000	2
			PRE-MOLDADOS CATANDUVAS LTDA - ME (6641)		0	190,0000	3
17	Tubo de concreto de 100cm (01-01-06255)	UN	CONCRETOS CRUZEIRO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP (378)		0	195,0000	1
			PRE-MOLDADOS CATANDUVAS LTDA - ME (6641)		0	199,0000	2
			DEL CIR BOESING - ME (2403)		0	211,9900	3

Página: 5/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 1/2018		Data do Registro: 08/02/2018		Válido até: 08/02/2019			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto o registro de preços para aquisição de pedras e tubos de concreto para atender a necessidade da Secretaria de Transportes e Obras e demais secretarias do município de Treze Tílias, conforme itens constantes no Anexo I.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
18	Pedra basalto regular paralelepípedo (01-01-07651)	UN	PEDREIRA TREZE TILIAS LTDA - EPP (96)		0	0,7500	1

Página: 6/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE TREZE TILIAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 1/2018		Data do Registro: 08/02/2018		Válido até: 08/02/2019		
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto o registro de preços para aquisição de pedras e tubos de concreto para atender a necessidade da Secretaria de Transportes e Obras e demais secretarias do município de Treze Tílias, conforme itens constantes no Anexo I.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2018
PROCESSO Nº 4/2018

- (96) - PEDREIRA TREZE TILIAS LTDA - EPP
- (166) - PEDREIRA TRIÂNGULO LTDA
- (378) - CONCRETOS CRUZEIRO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP
- (2403) - DELCIR BOESING - ME
- (6616) - BRITAGEM GASPARG LTDA
- (6641) - PRE-MOLDADOS CATANDUVAS LTDA - ME
- (10414) - ELIMAR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA

Treze Tílias, 8 de Fevereiro de 2018.

CÂMARA MUNICIPAL**PROTARIA - 01-2018 - PONTO FACULTATIVO**

Publicação Nº 1518064

PORTARIA Nº 01/2018 de 09 de fevereiro de 2018.

INSTITUI PONTO FACULTATIVO NA CÂMARA DE VEREADORES DE TREZE TÍLIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADRIANO FEILSTRECKER, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Treze Tílias, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 40, inciso I da Lei Orgânica Municipal e Artigo 54 § 1º, incisos II e XXX do Regimento Interno da Câmara:

RESOLVE:

Art. 1º. Fica instituído PONTO FACULTATIVO, nos dias 12 e 13 de fevereiro de 2018 na Câmara Municipal de Vereadores de Treze Tílias, em virtude das festividades do Carnaval.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Treze Tílias – SC, 09 de fevereiro de 2018.

ADRIANO FEILSTRECKER

Presidente da Câmara

Esta Portaria foi publicada na Secretaria da Câmara, em 09 de fevereiro de 2018.

RAQUEL TREVISOL E SILVA

Técnica Legislativa Administrativa

Trombudo Central

PREFEITURA

PORTARIA 059/18

Publicação Nº 1517785

PORTARIA 059/18 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.
EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR a pedido e em caráter irrevogável, a servidora pública municipal Sra. DEIZE DAL PRA MAY, ocupante do cargo em provimento temporário de Auxiliar de Sala, a partir de 05 de fevereiro de 2018.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 05 de fevereiro de 2018.

GEOVANA GESSNER
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS
Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 060/18

Publicação Nº 1517786

PORTARIA 060/18 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO o Art. 94, Parágrafo V da Lei Complementar 816 de 31 de Outubro de 1990;

CONSIDERANDO o Art. 40, Parágrafo II da Constituição Federal.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ao servidor público municipal Sr. AGENOR FUZINATO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Pintor, a conversão de 09 (nove) meses de licença Prêmio por assiduidade a que faz jus em abono pecuniário, referente aos períodos aquisitivos compreendido entre 30/12/2000 a 28/12/2005 (três meses), entre 29/12/2005 a 27/12/2010 (três meses) e entre 28/12/2010 a 26/12/2015 (três meses).

Art. 2º - A concessão de que trata o Artigo primeiro, dá-se pela concessão de aposentadoria por idade da servidora pública municipal, concedido pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 05 de fevereiro de 2018.

GEOVANA GESSNER
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

GEZIEL BALCKER
Secretário do Planejamento Urbano Interino

PORTARIA 061/18

Publicação Nº 1517787

PORTARIA 061/18 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.
EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO a comunicação da concessão de aposentadoria, enviada pelo Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR do quadro funcional da Prefeitura em função de aposentadoria, o servidor público municipal Sr. AGENOR FUZINATO, ocupante do cargo em provimento efetivo de Pintor, a partir de 05 de fevereiro de 2018.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 05 de fevereiro de 2018.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

GEZIEL BALCKER

Secretário do Planejamento Urbano Interino

PORTARIA 062/18

Publicação Nº 1517788

PORTARIA 062/18 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas com base na Lei Complementar 816 de 31 de Outubro de 1990.

CONSIDERANDO o atestado médico emitido em 23 de janeiro de 2018 e, apresentado junto ao Departamento de Pessoal na data de 29 de janeiro de 2018.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor público municipal Sr. LAURI FLORIANO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Encanador/Eletrecista, licença para tratamento de saúde pelo prazo de 10 (dez) dias.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 05 de fevereiro de 2018.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

GILMAR MACIEL DOS SANTOS

Secretário dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos

PORTARIA 063/18

Publicação Nº 1517789

PORTARIA 063/18 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO: o art. 4º, parágrafo único, da Lei Complementar 1772 de 30 de abril de 2013;

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 018/2017;

CONSIDERANDO: o Decreto nº 158/17 de 14 de dezembro de 2017, que homologa a classificação final do Edital 018/2017;

CONSIDERANDO: o superior interesse Público;

CONSIDERANDO: o indispensável funcionamento do serviço;

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR o contrato de trabalho da servidora pública municipal Sra. CARLA ANDREIA QUIRINO, ocupante do cargo de provimento temporário de Merendeira, até a data de 19 de dezembro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 05 de fevereiro de 2018.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficiais dos Municípios (DOM).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 064/18

Publicação Nº 1517790

PORTARIA 064/18 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO: o art. 4º, parágrafo único, da Lei Complementar 1772 de 30 de abril de 2013;

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 018/2017;

CONSIDERANDO: o Decreto nº 158/17 de 14 de dezembro de 2017, que homologa a classificação final do Edital 018/2017;

CONSIDERANDO: o superior interesse Público;

CONSIDERANDO: o indispensável funcionamento do serviço;

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR o contrato de trabalho da servidora pública municipal Sra. TANIA APARECIDA FERREIRA RIBEIRO, ocupante do cargo de provimento temporário de Merendeira, até a data de 19 de dezembro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 05 de fevereiro de 2018.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficiais dos Municípios (DOM).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 065/18

Publicação Nº 1517791

PORTARIA 065/18 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO: o art. 4º, parágrafo único, da Lei Complementar 1772 de 30 de abril de 2013;

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 018/2017;

CONSIDERANDO: o Decreto nº 158/17 de 14 de dezembro de 2017, que homologa a classificação final do Edital 018/2017;

CONSIDERANDO: o superior interesse Público;

CONSIDERANDO: o indispensável funcionamento do serviço;

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR o contrato de trabalho da servidora pública municipal Sra. CRISTIANI GOMES, ocupante do cargo de provimento temporário de Merendeira, até a data de 19 de dezembro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 05 de fevereiro de 2018.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficiais dos Municípios (DOM).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 066/18

Publicação Nº 1517792

PORTARIA 066/18 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO: o art. 4º, parágrafo único, da Lei Complementar 1772 de 30 de abril de 2013;

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 018/2017;

CONSIDERANDO: o Decreto nº 158/17 de 14 de dezembro de 2017, que homologa a classificação final do Edital 018/2017;

CONSIDERANDO: o superior interesse Público;

CONSIDERANDO: o indispensável funcionamento do serviço;

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR o contrato de trabalho da servidora pública municipal Sra. ELFI ELIANE VOIGT KOGLIN, ocupante do cargo de provimento temporário de Merendeira, até a data de 19 de dezembro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 05 de fevereiro de 2018.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficiais dos Municípios (DOM).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 067/18

Publicação Nº 1517793

PORTARIA 067/18 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO: o art. 4º, parágrafo único, da Lei Complementar 1772 de 30 de abril de 2013;

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 018/2017;

CONSIDERANDO: o Decreto nº 158/17 de 14 de dezembro de 2017, que homologa a classificação final do Edital 018/2017;

CONSIDERANDO: o superior interesse Público;

CONSIDERANDO: o indispensável funcionamento do serviço;

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR o contrato de trabalho da servidora pública municipal Sra. MARGARIDA CARDOSO DE AGUIAR MENDES, ocupante do cargo de provimento temporário de Merendeira, até a data de 19 de dezembro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 05 de fevereiro de 2018.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficiais dos Municípios (DOM).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 068/18

Publicação Nº 1517794

PORTARIA 068/18 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.

NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO: o art. 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de abril de 2013;

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 018/2017;

CONSIDERANDO: o Decreto nº 158/17 de 14 de dezembro de 2017, que homologa a classificação final do Edital 018/2017;

CONSIDERANDO: o superior interesse Público;

CONSIDERANDO: o indispensável funcionamento do serviço;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR em caráter temporário a Sra. LUCIMARA BILK KROENKE, a exercer o cargo de provimento temporário de Merendeira, com carga horária de 30:00 horas semanais, para desempenhar suas funções junto C.E.I. Cinderela, a partir de 05 de fevereiro de 2018, até enquanto perdurar o afastamento da servidora titular Sra. SUELI MARIA DEITOS, em gozo de Licença Prêmio.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 05 de fevereiro de 2018.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 069/18

Publicação Nº 1517795

PORTARIA 069/18 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.
NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO: o art. 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de abril de 2013;

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 018/2017;

CONSIDERANDO: o Decreto nº 158/17 de 14 de dezembro de 2017, que homologa a classificação final do Edital 018/2017;

CONSIDERANDO: o superior interesse Público;

CONSIDERANDO: o indispensável funcionamento do serviço;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR em caráter temporário a Sra. FLAVIA ROBERTA DIAS, a exercer o cargo de provimento temporário de Merendeira, com carga horária de 30:00 horas semanais, para desempenhar suas funções junto C.E.B. Erica Hasse, a partir de 05 de fevereiro de 2018, até enquanto perdurar o afastamento da servidora titular Sra. DILMA GEREMIAS, em gozo de licença para tratamento de saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 05 de fevereiro de 2018.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 070/18

Publicação Nº 1517796

PORTARIA 070/18 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.
NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO: o art. 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de abril de 2013;

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 018/2017;

CONSIDERANDO: o Decreto nº 158/17 de 14 de dezembro de 2017, que homologa a classificação final do Edital 018/2017;

CONSIDERANDO: o superior interesse Público;

CONSIDERANDO: o indispensável funcionamento do serviço;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR em caráter temporário a Sra. JANELIZE OLIVEIRA PEREIRA DA SILVA, a exercer o cargo de provimento temporário de Professora, com carga horária de 20:00 horas semanais, para desempenhar suas funções junto C.E.I. Charlotte Ilse Schindler, no período compreendido entre 05 de fevereiro de 2018 a 19 de dezembro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 05 de fevereiro de 2018.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 071/18

Publicação Nº 1517797

PORTARIA 071/18 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.
NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO: o art. 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de abril de 2013;

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 018/2017;

CONSIDERANDO: o Decreto nº 158/17 de 14 de dezembro de 2017, que homologa a classificação final do Edital 018/2017;

CONSIDERANDO: o superior interesse Público;

CONSIDERANDO: o indispensável funcionamento do serviço;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR em caráter temporário a Sra. ALINE DA SILVA, a exercer o cargo de provimento temporário de Professora, com carga horária de 20:00 horas semanais, para desempenhar suas funções junto C.E.I. Johanne Schütte, no período compreendido entre 05 de fevereiro de 2018 a 19 de dezembro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 05 de fevereiro de 2018.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 072/18

Publicação Nº 1517798

PORTARIA 072/18 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.
NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO: o art. 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de abril de 2013;

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 018/2017;

CONSIDERANDO: o Decreto nº 158/17 de 14 de dezembro de 2017, que homologa a classificação final do Edital 018/2017;

CONSIDERANDO: o superior interesse Público;

CONSIDERANDO: o indispensável funcionamento do serviço;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR em caráter temporário a Sra. CRISNEIDE POLICARPO DA CUNHA DOS SANTOS, a exercer o cargo de provimento temporário de Professora, com carga horária de 20:00 horas semanais, para desempenhar suas funções junto C.E.I. Menino Jesus, no período compreendido entre 05 de fevereiro de 2018 a 19 de dezembro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 05 de fevereiro de 2018.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS
Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 073/18

Publicação Nº 1517799

PORTARIA 073/18 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.
NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO: o art. 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de abril de 2013;

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 018/2017;

CONSIDERANDO: o Decreto nº 158/17 de 14 de dezembro de 2017, que homologa a classificação final do Edital 018/2017;

CONSIDERANDO: o superior interesse Público;

CONSIDERANDO: o indispensável funcionamento do serviço;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR em caráter temporário a Sra. CRISNEIDE POLICARPO DA CUNHA DOS SANTOS, a exercer o cargo de provimento temporário de Professora, com carga horária de 20:00 horas semanais, para desempenhar suas funções junto C.E.B. Alberto Balduino Barchfeld, no período compreendido entre 05 de fevereiro de 2018 a 19 de dezembro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 05 de fevereiro de 2018.

GEOVANA GESSNER
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS
Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 074/18

Publicação Nº 1517800

PORTARIA 074/18 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.
NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO: o art. 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de abril de 2013;

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 018/2017;

CONSIDERANDO: o Decreto nº 158/17 de 14 de dezembro de 2017, que homologa a classificação final do Edital 018/2017;

CONSIDERANDO: o superior interesse Público;

CONSIDERANDO: o indispensável funcionamento do serviço;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR em caráter temporário a Sra. MARINÊS STEUCK, a exercer o cargo de provimento temporário de Professora, com carga horária de 20:00 horas semanais, para desempenhar suas funções junto C.E.I. Pinguinho de Gente, no período compreendido entre 05 de fevereiro de 2018 a 19 de dezembro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 05 de fevereiro de 2018.

GEOVANA GESSNER
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS
Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 075/18

Publicação Nº 1517801

PORTARIA 075/18 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.

SUPLEMENTA A CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base nos Artigos 14 e 16 da Lei complementar nº 1.250/2000 de 07 de julho de 2000 e Artigo 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de Abril de 2013...

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 018/2017;

CONSIDERANDO: o Decreto nº 158/17 de 14 de dezembro de 2017, que homologa a classificação final do Edital 018/2017;

CONSIDERANDO: o funcionamento inadiável de serviço público;

CONSIDERANDO: o superior interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º- SUPLEMENTAR a carga horária em 20:00 horas semanais da servidora pública municipal Sra. MARINÊS STEUCK, ocupante do cargo de provimento temporário de Professora - ACT, a partir de 05 de fevereiro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 05 de fevereiro de 2018.
GEOVANA GESSNER
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS
Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 076/18

Publicação Nº 1517803

PORTARIA 076/18 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.
NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO: o art. 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de abril de 2013;

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 018/2017;

CONSIDERANDO: o Decreto nº 158/17 de 14 de dezembro de 2017, que homologa a classificação final do Edital 018/2017;

CONSIDERANDO: o superior interesse Público;

CONSIDERANDO: o indispensável funcionamento do serviço;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR em caráter temporário a Sra. SABRINA IOLANDA JEREMIAS KOLM, a exercer o cargo de provimento temporário de Professora, com carga horária de 20:00 horas semanais, para desempenhar suas funções junto C.E.B. Arthur Bruno Jandt, no período compreendido entre 05 de fevereiro de 2018 a 19 de dezembro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 05 de fevereiro de 2018.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 077/18

Publicação Nº 1517804

PORTARIA 077/18 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.

NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO: o art. 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de abril de 2013;

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 018/2017;

CONSIDERANDO: o Decreto nº 158/17 de 14 de dezembro de 2017, que homologa a classificação final do Edital 018/2017;

CONSIDERANDO: o superior interesse Público;

CONSIDERANDO: o indispensável funcionamento do serviço;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR em caráter temporário a Sra. LAIS HÜBNER, a exercer o cargo de provimento temporário de Professora, com carga horária de 20:00 horas semanais, para desempenhar suas funções junto C.E.B. Erica Hasse, no período compreendido entre 05 de fevereiro de 2018 a 19 de dezembro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 05 de fevereiro de 2018.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 078/18

Publicação Nº 1517808

PORTARIA 078/18 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.

NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO: o art. 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de abril de 2013;

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 018/2017;

CONSIDERANDO: o Decreto nº 158/17 de 14 de dezembro de 2017, que homologa a classificação final do Edital 018/2017;

CONSIDERANDO: o superior interesse Público;

CONSIDERANDO: o indispensável funcionamento do serviço;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR em caráter temporário a Sra. PATRICIA FRANCISCONI WALZBURGER, a exercer o cargo de provimento temporário de Professora, com carga horária de 20:00 horas semanais, para desempenhar suas funções junto C.E.B. Erica Hasse, no período compreendido entre 05 de fevereiro de 2018 a 19 de dezembro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 05 de fevereiro de 2018.
GEOVANA GESSNER
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS
Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 079/18

Publicação Nº 1517810

PORTARIA 079/18 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.
NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO: o art. 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de abril de 2013;

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 018/2017;

CONSIDERANDO: o Decreto nº 158/17 de 14 de dezembro de 2017, que homologa a classificação final do Edital 018/2017;

CONSIDERANDO: o superior interesse Público;

CONSIDERANDO: o indispensável funcionamento do serviço;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR em caráter temporário a Sra. MONIQUE BRANDES DA SILVEIRA, a exercer o cargo de provimento temporário de Professora, com carga horária de 15:00 horas semanais, para desempenhar suas funções junto C.E.B. Erica Hasse, no período compreendido entre 05 de fevereiro de 2018 a 19 de dezembro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 05 de fevereiro de 2018.
GEOVANA GESSNER
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS
Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 080/18

Publicação Nº 1517811

PORTARIA 080/18 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.
NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO: o art. 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de abril de 2013;

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 018/2017;

CONSIDERANDO: o Decreto nº 158/17 de 14 de dezembro de 2017, que homologa a classificação final do Edital 018/2017;

CONSIDERANDO: o superior interesse Público;

CONSIDERANDO: o indispensável funcionamento do serviço;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR em caráter temporário a Sra. BIANCA SCHULTZ KANTOVICK, a exercer o cargo de provimento temporário de Professora

de História (Habilitada), com carga horária de 15:00 horas semanais, para desempenhar suas funções junto C.E.B. Erica Hasse, no período compreendido entre 05 de fevereiro de 2018 a 19 de dezembro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 05 de fevereiro de 2018.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 081/18

Publicação Nº 1517813

PORTARIA 081/18 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.

NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO: o art. 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de abril de 2013;

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 018/2017;

CONSIDERANDO: o Decreto nº 158/17 de 14 de dezembro de 2017, que homologa a classificação final do Edital 018/2017;

CONSIDERANDO: o superior interesse Público;

CONSIDERANDO: o indispensável funcionamento do serviço;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR em caráter temporário a Sra. BIANCA SCHULTZ KANTOVICK, a exercer o cargo de provimento temporário de Professora, com carga horária de 10:00 horas semanais, para desempenhar suas funções junto C.E.B. Erica Hasse, no período compreendido entre 05 de fevereiro de 2018 a 19 de dezembro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 05 de fevereiro de 2018.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 082/18

Publicação Nº 1517815

PORTARIA 082/18 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.

NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO: o art. 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de abril de 2013;

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 018/2017;

CONSIDERANDO: o Decreto nº 158/17 de 14 de dezembro de 2017, que homologa a classificação final do Edital 018/2017;

CONSIDERANDO: o superior interesse Público;

CONSIDERANDO: o indispensável funcionamento do serviço;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR em caráter temporário a Sra. LAIS HÜBNER, a exercer o cargo de provimento temporário de Professora (não habilitada), com carga horária de 10:00 horas semanais, para desempenhar suas funções junto C.E.B. Alberto Balduino Barchfeld, no período compreendido entre 05 de fevereiro de 2018 a 19 de dezembro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 05 de fevereiro de 2018.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 083/18

Publicação Nº 1517816

PORTARIA 083/18 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.

NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO: o art. 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de abril de 2013;

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 018/2017;

CONSIDERANDO: o Decreto nº 158/17 de 14 de dezembro de 2017, que homologa a classificação final do Edital 018/2017;

CONSIDERANDO: o superior interesse Público;

CONSIDERANDO: o indispensável funcionamento do serviço;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR em caráter temporário a Sra. GILCIARA CORREA GOULART CRUZ, a exercer o cargo de provimento temporário de Professora (Programa de Leitura), com carga horária de 20:00 horas semanais, para desempenhar suas funções junto C.E.B. Eginolf Bell, no período compreendido entre 05 de fevereiro de 2018 a 19 de dezembro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 05 de fevereiro de 2018.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 084/18

Publicação Nº 1517818

PORTARIA 084/18 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.

SUPLEMENTA A CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base nos Artigos 14 e 16 da Lei complementar nº 1.250/2000 de 07 de julho de 2000 e Artigo 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de Abril de 2013...

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 018/2017;

CONSIDERANDO: o Decreto nº 158/17 de 14 de dezembro de 2017, que homologa a classificação final do Edital 018/2017;

CONSIDERANDO: o funcionamento inadiável de serviço público;

CONSIDERANDO: o superior interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º- SUPLEMENTAR a carga horária em 20:00 horas semanais da servidora pública municipal Sra. GILCIARA CORREA GOULART CRUZ, ocupante do cargo de provimento temporário de Professora - ACT, no período compreendido entre 05 de fevereiro de 2018 a 19 de dezembro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 05 de fevereiro de 2018.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 085/18

Publicação Nº 1517819

PORTARIA 085/18 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.

NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO: o art. 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de abril de 2013;

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 018/2017;

CONSIDERANDO: o Decreto nº 158/17 de 14 de dezembro de 2017, que homologa a classificação final do Edital 018/2017;

CONSIDERANDO: o superior interesse Público;

CONSIDERANDO: o indispensável funcionamento do serviço;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR em caráter temporário a Sra. REGIANE NEUMANN, a exercer o cargo de provimento temporário de Professora (Programa de Leitura), com carga horária de 20:00 horas semanais, para desempenhar suas funções junto C.E.B. Arthur Bruno Jandt, no período compreendido entre 05 de fevereiro de 2018 a 19 de dezembro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 05 de fevereiro de 2018.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 086/18

Publicação Nº 1517820

PORTARIA 086/18 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.

SUPLEMENTA A CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base nos Artigos 14 e 16 da Lei complementar nº 1.250/2000 de 07 de julho de 2000 e Artigo 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de Abril de 2013...

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 018/2017;

CONSIDERANDO: o Decreto nº 158/17 de 14 de dezembro de 2017, que homologa a classificação final do Edital 018/2017;

CONSIDERANDO: o funcionamento inadiável de serviço público;

CONSIDERANDO: o superior interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º- SUPLEMENTAR a carga horária em 20:00 horas semanais da servidora pública municipal Sra. REGIANE NEUMANN, ocupante do cargo de provimento temporário de Professora - ACT, no período compreendido entre 05 de fevereiro de 2018 a 19 de dezembro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 05 de fevereiro de 2018.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 087/18

Publicação Nº 1517821

PORTARIA 087/18 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.

SUPLEMENTA A CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base nos Artigos 15 e 16 da Lei complementar nº 1.250/2000 de 07 de julho de 2000 e Artigo 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de abril de 2013.

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 019/2017;

CONSIDERANDO: o Decreto 151/17 de 07 de dezembro de 2017, que homologa o Edital 019/2017;

CONSIDERANDO: o funcionamento inadiável de serviço público;

CONSIDERANDO: o superior interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º- SUPLEMENTAR a carga horária em 20:00 horas semanais da servidora pública municipal Sra. TATIANE DA SILVA ZWICKER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, a partir de 05 de fevereiro de 2018, até enquanto perdurar o afastamento da servidora titular Sra. SONIA DA VEIGA CORREA, na gestão de Centro de Educação Infantil.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 05 de fevereiro de 2018.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 088/18

Publicação Nº 1517823

PORTARIA 088/18 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.

SUPLEMENTA A CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base nos Artigos 15 e 16 da Lei complementar nº 1.250/2000 de 07 de julho de 2000 e Artigo 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de abril de 2013.

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 019/2017;

CONSIDERANDO: o Decreto 151/17 de 07 de dezembro de 2017, que homologa o Edital 019/2017;

CONSIDERANDO: o funcionamento inadiável de serviço público;

CONSIDERANDO: o superior interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º- SUPLEMENTAR a carga horária em 20:00 horas semanais da servidora pública municipal Sra. TAINA KUSTER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, a partir de 05 de fevereiro de 2018, até enquanto perdurar o afastamento da servidora titular Sra. ROSALINA BRANDL, na gestão de Centro de Educação Infantil.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 05 de fevereiro de 2018.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 089/18

Publicação Nº 1517825

PORTARIA 089/18 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.

SUPLEMENTA A CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base nos Artigos 15 e 16 da Lei complementar nº 1.250/2000 de 07 de julho de 2000 e Artigo 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de abril de 2013.

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 019/2017;

CONSIDERANDO: o Decreto 151/17 de 07 de dezembro de 2017, que homologa o Edital 019/2017;

CONSIDERANDO: o funcionamento inadiável de serviço público;

CONSIDERANDO: o superior interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º- SUPLEMENTAR a carga horária em 10:00 horas semanais da servidora pública municipal Sra. FABIANA DA CROCE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, no período compreendido entre 05 de fevereiro de 2018 a 19 de dezembro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 05 de fevereiro de 2018.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 090/18

Publicação Nº 1517827

PORTARIA 090/18 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.

SUPLEMENTA A CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são

conferidas e com base nos Artigos 15 e 16 da Lei complementar nº 1.250/2000 de 07 de julho de 2000 e Artigo 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de abril de 2013.

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 019/2017;

CONSIDERANDO: o Decreto 151/17 de 07 de dezembro de 2017, que homologa o Edital 019/2017;

CONSIDERANDO: o funcionamento inadiável de serviço público;

CONSIDERANDO: o superior interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º- SUPLEMENTAR a carga horária em 20:00 horas semanais da servidora pública municipal Sra. SILVANA APARECIDA DA COSTA FREITAS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, a partir de 05 de fevereiro de 2018, até enquanto perdurar o afastamento da servidora titular Sra. DORACI ADRIANA JEREMIAS KOLM, na gestão de Centro de Educação Infantil.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 05 de fevereiro de 2018.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 091/18

Publicação Nº 1517828

PORTARIA 091/18 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.

SUPLEMENTA A CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base nos Artigos 15 e 16 da Lei complementar nº 1.250/2000 de 07 de julho de 2000 e Artigo 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de abril de 2013.

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 019/2017;

CONSIDERANDO: o Decreto 151/17 de 07 de dezembro de 2017, que homologa o Edital 019/2017;

CONSIDERANDO: o funcionamento inadiável de serviço público;

CONSIDERANDO: o superior interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º- SUPLEMENTAR a carga horária em 20:00 horas semanais da servidora pública municipal Sra. JOSIANE VENÂNCIO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, a partir de 05 de fevereiro de 2018, até enquanto perdurar o afastamento da servidora titular Sra. ELISANGELA ALTHOFF DA SILVA, na gestão de Centro de Educação Infantil.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 05 de fevereiro de 2018.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 092/18

Publicação Nº 1517830

PORTARIA 092/18 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.

SUPLEMENTA A CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base nos Artigos 15 e 16 da Lei complementar nº 1.250/2000 de 07 de julho de 2000 e Artigo 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de abril de 2013.

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 019/2017;

CONSIDERANDO: o Decreto 151/17 de 07 de dezembro de 2017, que homologa o Edital 019/2017;

CONSIDERANDO: o funcionamento inadiável de serviço público;

CONSIDERANDO: o superior interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º- SUPLEMENTAR a carga horária em 20:00 horas semanais da servidora pública municipal Sra. ROSIANE DE LOURENZI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, a partir de 05 de fevereiro de 2018, até enquanto perdurar o afastamento da servidora titular Sra. FABIANA DA CROCE, na gestão de Centro de Educação Infantil.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 05 de fevereiro de 2018.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 093/18

Publicação Nº 1517831

PORTARIA 093/18 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.

SUPLEMENTA A CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base nos Artigos 15 e 16 da Lei complementar nº 1.250/2000 de 07 de julho de 2000 e Artigo 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de abril de 2013.

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 019/2017;

CONSIDERANDO: o Decreto 151/17 de 07 de dezembro de 2017, que homologa o Edital 019/2017;

CONSIDERANDO: o funcionamento inadiável de serviço público;

CONSIDERANDO: o superior interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º- SUPLEMENTAR a carga horária em 20:00 horas semanais da servidora pública municipal Sra. DEBORA KOCH, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, no período compreendido entre 05 de fevereiro de 2018 a 19 de dezembro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 05 de fevereiro de 2018.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 094/18

Publicação Nº 1517832

PORTARIA 094/18 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.

SUPLEMENTA A CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base nos Artigos 15 e 16 da Lei complementar nº 1.250/2000 de 07 de julho de 2000 e Artigo 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de abril de 2013.

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 019/2017;

CONSIDERANDO: o Decreto 151/17 de 07 de dezembro de 2017, que homologa o Edital 019/2017;

CONSIDERANDO: o funcionamento inadiável de serviço público;

CONSIDERANDO: o superior interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º- SUPLEMENTAR a carga horária em 20:00 horas semanais da servidora pública municipal Sra. CARLA ROSANE HENN THOLL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, junto ao C.E.B. Alberto Balduino Barchfeld, a partir de 05 de fevereiro de 2018, até enquanto perdurar o afastamento da servidora titular Sra. REGIANE MARIA SENES FRANZ, na gestão de Centro de Educação.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 05 de fevereiro de 2018.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 095/18

Publicação Nº 1517833

PORTARIA 095/18 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.

SUPLEMENTA A CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base nos Artigos 15 e 16 da Lei complementar nº 1.250/2000 de 07 de julho de 2000 e Artigo 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de abril de 2013.

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 019/2017;

CONSIDERANDO: o Decreto 151/17 de 07 de dezembro de 2017, que homologa o Edital 019/2017;

CONSIDERANDO: o funcionamento inadiável de serviço público;

CONSIDERANDO: o superior interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º- SUPLEMENTAR a carga horária em 05:00 horas semanais da servidora pública municipal Sra. MARLEIDE APARECIDA DE CAMPOS ROCHA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora de Artes, a partir de 05 de fevereiro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 05 de fevereiro de 2018.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 096/18

Publicação Nº 1517835

PORTARIA 096/18 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.

SUPLEMENTA A CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base nos Artigos 15 e 16 da Lei complementar nº 1.250/2000 de 07 de julho de 2000 e Artigo 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de abril de 2013.

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 019/2017;

CONSIDERANDO: o Decreto 151/17 de 07 de dezembro de 2017, que homologa o Edital 019/2017;

CONSIDERANDO: o funcionamento inadiável de serviço público;

CONSIDERANDO: o superior interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º- SUPLEMENTAR a carga horária em 10:00 horas semanais da servidora pública municipal Sra. MARLEIDE APAREDIDA DE CAMPOS ROCHA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora de Educação Física, a partir de 05 de fevereiro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 05 de fevereiro de 2018.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 097/18

Publicação Nº 1517837

PORTARIA 097/18 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.

SUPLEMENTA A CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base nos Artigos 15 e 16 da Lei complementar nº 1.250/2000 de 07 de julho de 2000 e Artigo 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de abril de 2013.

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 019/2017;

CONSIDERANDO: o Decreto 151/17 de 07 de dezembro de 2017, que homologa o Edital 019/2017;

CONSIDERANDO: o funcionamento inadiável de serviço público;

CONSIDERANDO: o superior interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º- SUPLEMENTAR a carga horária em 05:00 horas semanais do servidor público municipal Sr. CHARLES STUEPP, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Física, a partir de 05 de fevereiro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 05 de fevereiro de 2018.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 098/18

Publicação Nº 1517840

PORTARIA 098/18 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.

SUPLEMENTA A CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base nos Artigos 15 e 16 da Lei complementar nº 1.250/2000 de 07 de julho de 2000 e Artigo 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de abril de 2013.

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 019/2017;

CONSIDERANDO: o Decreto 151/17 de 07 de dezembro de 2017, que homologa o Edital 019/2017;

CONSIDERANDO: o funcionamento inadiável de serviço público;

CONSIDERANDO: o superior interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º- SUPLEMENTAR a carga horária em 10:00 horas semanais da servidora pública municipal Sra. EZENILDA KRAMBECK, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, a partir de 05 de fevereiro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 05 de fevereiro de 2018.

GEOVANA GESSNER
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS
Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 099/18

Publicação Nº 1517841

PORTARIA 099/18 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.

REMOVE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas;

CONSIDERANDO o Edital 020/2017 de 01 de novembro de 2017, referente ao Concurso Interno de Remoção e Permuta dos profissionais da Secretaria da Educação e do Esporte;

CONSIDERANDO o Decreto 152/17 de 08 de dezembro de 2017 que homologa o Edital 020/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - REMOVER a servidora pública municipal Sra. ALINE LIANA JABS, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professora, do C.E.B. Arthur Bruno Jandt ao C.E.B. Eginolf Bell, a partir do mês de Fevereiro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 05 de Fevereiro de 2018.

GEOVANA GESSNER
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS
Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 100/18

Publicação Nº 1517842

PORTARIA 100/18 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.

REMOVE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas;

CONSIDERANDO o Edital 020/2017 de 01 de novembro de 2017, referente ao Concurso Interno de Remoção e Permuta dos profissionais da Secretaria da Educação e do Esporte;

CONSIDERANDO o Decreto 152/17 de 08 de dezembro de 2017 que homologa o Edital 020/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - REMOVER a servidora pública municipal Sra. DORACI ADRIANA JEREMIAS KOLM, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professora, da Secretaria Municipal da Educação e do Esporte ao C.E.I. Menino Jesus, a partir do mês de Fevereiro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 05 de Fevereiro de 2018.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 101/18

Publicação Nº 1517843

PORTARIA 101/18 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.

REMOVE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas;

CONSIDERANDO o Edital 020/2017 de 01 de novembro de 2017, referente ao Concurso Interno de Remoção e Permuta dos profissionais da Secretaria da Educação e do Esporte;

CONSIDERANDO o Decreto 152/17 de 08 de dezembro de 2017 que homologa o Edital 020/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - REMOVER a servidora pública municipal Sra. NEIDE APARECIDA FUECHTER SCHWEDER, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professora, do C.E.B. Eginolf Bell e C.E.I. Charlotte Ise Schindler ao C.E.I. Gente Miuda, a partir do mês de Fevereiro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 05 de Fevereiro de 2018.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 102/18

Publicação Nº 1517844

PORTARIA 102/18 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018.

CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO o art. 86 da Lei Complementar 816 de 31 de Outubro de 1990.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora pública municipal Sra. PATRICIA RENATA BEZ, ocupante do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Sala, licença Gestação pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 06 de fevereiro de 2018, conforme atestado médico apresentado junto ao Departamento de Pessoal.

Art. 2º - A Licença de que trata o Artigo Primeiro, será custeado integralmente pelo Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 06 de fevereiro de 2018.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

Tunápolis

PREFEITURA

AVISO DE RETIFICAÇÃO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 34/2018 PREGÃO PRESENCIAL N.30/2018 REGISTRO DE PREÇO Nº 07/2018 COMUNICA ERRATA NO EDITAL, PUBLICADO NO DIA 02/02/2018.

Publicação Nº 1517907

Aviso de retificação processo de licitação nº 34/2018
Pregão Presencial n.30/2018
Registro de Preço nº 07/2018
Comunica Errata no Edital, publicado no dia 02/02/2018.

ONDE SE LÊ : Entrega e abertura dos envelopes até 9h30 do dia 15 de fevereiro de 2018.

DO OBJETO A presente licitação tem por objeto a aquisição de Máquina de Cortar Grama, Roçadeiras, Nobreak, Equipamento de climatização tipo Split, Máquina de lavar roupas, Computador, Monitor, e demais materiais, destinados para diversas Secretarias, em conformidade com o Instrumento Convocatório e seus anexos, com a Proposta apresentada, que fazem parte integrante deste independentemente de transcrições deste edital.

Entrega e abertura dos envelopes até 9h30 do dia 15 de fevereiro de 2018

Leia -se : Entrega e abertura dos envelopes até 8h do dia 22 de fevereiro de 2018.

DO OBJETO A presente licitação tem por objeto a aquisição de Máquina de Cortar Grama, Roçadeiras, Nobreak, Equipamento de climatização tipo Split, Máquina de lavar roupas, Computador, Monitor, e demais Equipamentos e materiais, destinados para diversas Secretarias, em conformidade com o Instrumento Convocatório e seus anexos, com a Proposta apresentada, que fazem parte integrante deste independentemente de transcrições deste edital.

Alterações no anexo I e na Entrega e execução do objeto.

"Informações no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22, Email:compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 08/02/2018

SHEILA INÊS BIEGER
Pregoeira

DESERTO, PELA AUSÊNCIA DE INTERESSADOS NA LICITAÇÃO, NO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 03/2018

Publicação Nº 1517814

Torno público, para conhecimento dos interessados, que foi declarado DESERTO, pela ausência de interessados na licitação, no Processo de Licitação nº 03/2018, Pregão Presencial nº: 01/2018 cujo objeto é " aquisição de refeições destinados para Municípios que se deslocam de forma voluntária para a HEMOESC de Chapecó para doar sangue.

Sheila Inês Bieger
Pregoeira

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 08/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 05/2018 DATA EMISSÃO: 08/02/2018

Publicação Nº 1517932

Secretaria de Administração/Departamento de Compras
Processo de Compra Nº.: 08/2018
Pregão Presencial nº: 05/2018
Data Emissão: 08/02/2018
Forma de Julgamento: menor preço por ITEM

- O Fundo Municipal da Saúde – S.C., ESTADO DE SANTA CATARINA, através de sua PREGOEIRA e Equipe de Apoio e, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo , sob regime parcelado e conforme cronograma do Fundo Municipal conforme dispõe a Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002; Lei Complementar nº 123/2006, Lei n. 8.666/93 e legislação vigente e pertinente à matéria. Os envelopes de nº 01 contendo as "propostas de preços" e de nº 02, contendo a "documentação de habilitação" serão recebidos pela Pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, estabelecido na Rua João Castilho nº111 – Tunápolis - SC, CEP 89.898-000, até as 16h do dia 22/02/2018 iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

O objeto do presente pregão consiste na de aquisição de refeições destinados para Municípios que se deslocam de forma voluntária para a HEMOESC de Chapecó para doar sangue, e de acordo com os quantitativos prazos e condições estabelecidas neste ato convocatório e seus anexos.

Entrega e abertura dos envelopes dos documentos e proposta até as 16h do dia 22/02/2018.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx49) 3632-1122. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC., 08 de fevereiro de 2018

CLARICE WEIS STAUB

PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO DE COMPRA Nº: 07/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 04/2018

Publicação Nº 1517999

PROCESSO DE COMPRA Nº: 07/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 04/2018

A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS/SC, através do Fundo Municipal da Saúde, torna público que está promovendo Licitação na Modalidade de Pregão Presencial nº 04/2018, Processo Licitatório nº 07/2018, com julgamento pelo seu menor preço por item, para entrega imediata visando à aquisição de Material de Uso Odontológico de consumo, utilizado na manutenção dos gabinetes odontológicos do Fundo Municipal da Saúde, sendo que a presente licitação será processada e julgada conforme dispõe a Lei nº 10.520/02, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93, Lei Complementar 123/06, como também pelas condições específicas deste Edital e dos demais documentos que o integram.

Local: Prefeitura Municipal de Tunápolis- Rua João Castilho nº111, Centro - Sala de Licitações –Tunapolis/SC.

Credenciamento a partir do dia 22 de julho de 2017 às 14h15min

Abertura dos Envelopes: 22 de julho de 2017 às 14h30min.

Os envelopes poderão ser remetidos em correspondência registrada, por sedex e/ou despachados por intermédio de empresas que prestam este tipo de serviço, hipóteses em que o Município/Fundo não se responsabilizará por extravio ou atraso.

A presente licitação tem por objeto a aquisição de Material de Uso Odontológico de consumo, utilizado na manutenção dos gabinetes odontológicos do Fundo Municipal da Saúde, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

Credenciamento a partir do dia 22 de julho de 2017 às 14h15min

Abertura dos Envelopes: 22 de julho de 2017 às 14h30min.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx49) 3632-1122.

TUNÁPOLIS, SC.,09/02/2018

CLARICE WEIS STAUB

GESTORA DO FUNDO

Turvo

PREFEITURA

DECRETO 003/2018

Publicação Nº 1518046

DECRETO Nº 003/18, de 05 de Fevereiro de 2018.
DECRETA PONTO FACULTATIVO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que estabelece a legislação vigente,

DECRETA

Art. 1º. Ponto facultativo em todas as repartições públicas municipais no dia 12 de Fevereiro de 2018 (segunda-feira) de carnaval.

Art. 2º. Os serviços que, por sua natureza não podem ser interrompidos, funcionarão na forma que os setores envolvidos determinarem.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 05 de Fevereiro de 2018.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 026/2018

Publicação Nº 1518048

PORTARIA Nº 026/18, de 01 de Fevereiro de 2018.
EXONERA A PEDIDO AGENTE COMUNITÁRIO, NOMEADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece os incisos, "IX" e "XII" do artigo 52 da Lei Orgânica do Município de Turvo,

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar a pedido, o Servidor abaixo relacionado, ocupante da função pública de Agente Comunitário, nomeado temporariamente através do Processo Seletivo nº 002/17 - SMS, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo.

NOME CPF MATRICULA

Monica de Araujo Santos 041.860.509-29 2148

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 01 de fevereiro de 2018.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 027/2018

Publicação Nº 1518049

PORTARIA Nº 027/18, de 01 de Fevereiro de 2018.
CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 138, XII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias de 30 (trinta) dias aos servidores abaixo especificados, no período de 01.02.2018 a 02.03.2018, com gratificação

especial de 1/3 a mais do que o vencimento normal.

MATR. SERVIDOR (A) PERÍODO DE AQUISIÇÃO

3774 Sayonara Casteller de Melo 01.02.2017 a 31.01.2018

3776 Heloisa Catarina Arceno 01.02.2017 a 31.01.2018

1164 Sidnei Lopes 16.06.2016 a 15.06.2017

3765 Fransueli Fabri Dordete 12.01.2017 a 11.01.2018

1442 Nair Salvador da Silva 16.01.2016 a 15.01.2017

3680 Julia Leal Andrade 18.04.2016 a 17.04.2017

3454 Lorena Meister Ribeiro 04.08.2016 a 03.08.2017

3443 Maria de Lourdes Taveri 04.08.2016 a 03.08.2017

0288 Edilia Dal Toe Nazario 01.02.2016 a 31.01.2017

1154 Leila Fascin 09.05.2014 a 08.05.2015

3446 Mara Rubia B. Beterli 04.08.2016 a 03.08.2017

2975 Edesia Pereira 18.11.2015 a 17.11.2016

0348 Rosa Maria Miranda Brovedan 10.01.2016 a 09.01.2017

1246 Cassia Panato Dagostin 23.06.2014 a 22.06.2015

0369 Jiane Tiscoski Ramos 01.03.2014 a 28.02.2015

0108 Agenor Antonio Simon 02.05.2015 a 01.05.2016

Art. 2º - Conceder férias de 20 (vinte) dias a servidora abaixo especificada, no período de 01.02.2018 a 20.02.2018, com gratificação especial de 1/3 a mais do que o vencimento normal, sendo que 1/3 será convertido em abono pecuniário, conforme preceitua o Art. 83, § 3º da Lei nº 1.154/95 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Turvo).

MATR. SERVIDOR PERÍODO DE AQUISIÇÃO

0672 Bernardete Biz Souza 06.03.2016 a 05.03.2017

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 01 de fevereiro de 2018.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 04/18, DE 03 DE JANEIRO DE 2018

Publicação Nº 1516429

PORTARIA Nº 04/18, de 03 de janeiro de 2018.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Turvo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 83 da Lei 1.154/95 e suas alterações (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Turvo),

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Afonso Manfredini Neto, no período de 02/01/2018 a 31.01.2018, referente período aquisitivo de 02/01/2017 a 01/01/2018, com gratificação especial de 1/3 a mais do que o vencimento normal, conforme artigo 83 da Lei nº 1.154/95 e suas alterações (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Turvo).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo(SC), em 03 de janeiro de 2018.

Vereador LUIZ LUCINEI VITTO

Presidente da Câmara

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Vereador CARLOS EVERALDO DE STÉFANI

Primeiro Secretário

PORTARIA Nº 05/18, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1516433

PORTARIA Nº 05/18, de 05 de Fevereiro de 2018.

Dispõe sobre a exoneração de cargo de Provimto em Comissão na Câmara Municipal de Vereadores de Turvo.

A Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Turvo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto na Lei Complementar nº. 011/11, de 28 de setembro de 2011, e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, JHECKSON EDER DOS SANTOS, CPF nº. 004.722.409-60, do Cargo de provimento em Comissão de Diretor Geral, Símbolo SPC - 020, do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Vereadores de Turvo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo, em 05 de Fevereiro de 2018.
Vereadora GIZELI ESTEVAM BAESSO
Presidente da Câmara

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria na data Supra.

Vereador CARLOS EVERALDO DE STÉFANI
Primeiro Secretário

PORTARIA Nº. 01/18, DE 03 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1516419

PORTARIA nº. 01/18, de 03 de janeiro de 2018.

NOMEIA COMISSÃO DE LICITAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Turvo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com que estabelece o parágrafo §4º, do artigo 51, da Lei nº 8.666/93, de 21. 06. 93, e alterações complementares Resolve:

NOMEAR:

Art. 1º - Ficam nomeados, os senhores AFONSO MANFREDINI NETO, IVANOR LUIZ CARLESSI e JULIANA ZACCARON ROZA, para sob a Presidência do primeiro, constituírem a Comissão Julgadora de Licitações Permanente – CJLP, para abertura e julgamento das propostas, objeto de licitação e julgamento de pedidos, cadastros de Fornecedores, expedidos pela Câmara Municipal de Vereadores de Turvo, durante o exercício de 2018.

Art. 2º - Os serviços prestados pelos membros acima citados serão gratuitos e considerados relevantes a Câmara Municipal de Vereadores de Turvo.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo/SC, em 03 de janeiro de 2018.
Vereador LUIZ LUCINEI VITTO
Presidente da Câmara

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Vereador CARLOS EVERALDO DE STÉFANI
Primeiro Secretário.

PORTARIA Nº. 02/18, DE 03 DE JANEIRO DE 2018

Publicação Nº 1516421

PORTARIA nº. 02/18, de 03 de janeiro de 2018

NOMEIA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO PARA MODALIDADE DE LICITAÇÃO PREGÃO.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Turvo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Regimento Interno deste Poder Legislativo Municipal, resolve:

NOMEAR:

Art. 1º - Sem ônus para a Câmara de Vereadores, o senhor IVANOR LUIZ CARLESSI, como pregoeiro, e os senhores AFONSO MANFREDINI NETO e JULIANA ZACCARON ROZA, para constituírem a Equipe de Apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

Art. 2º - Os serviços prestados pelos membros acima citados serão gratuitos e considerados relevantes a Câmara Municipal de Vereadores de Turvo.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo/SC, em 03 de janeiro de 2018.

Vereador LUIZ LUCINEI VITTO

Presidente da Câmara

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Vereador CARLOS EVERALDO DE STÉFANI

Primeiro Secretário.

PORTARIA Nº. 03/18, DE 03 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1516427

PORTARIA Nº. 03/18, DE 03 DE JANEIRO DE 2018.

CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2018.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Turvo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com que estabelece o parágrafo §4º, do artigo 51, da Lei nº 8.666/93, de 21. 06. 93, e alterações complementares Resolve:

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída a Comissão de Concurso Público, integrada por: THAIS REUS BIZ, IVANOR LUIZ CARLESSI e AFONSO MANFREDINI NETO para, sob a Presidência do primeiro, supervisionar a execução do concurso destinado ao preenchimento de vagas dos cargos existentes no quadro de pessoal da Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 2º - O Chefe do Poder Legislativo contratará empresa especializada na área para elaboração, execução e julgamento do Concurso Público, correndo as despesas por conta das dotações próprias do Orçamento da Câmara de Vereadores.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo (SC), 03 de Janeiro de 2018.

Vereador LUIZ LUCINEI VITTO

Presidente da Câmara

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Vereador CARLOS EVERALDO DE STÉFANI

Primeiro Secretário.

PORTARIA Nº. 06/18, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.

Publicação Nº 1516436

PORTARIA Nº. 06/18, de 05 de Fevereiro de 2018.

Dispõe sobre a exoneração do Cargo de Provimento em Comissão, do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Vereadores de Turvo.

A Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Turvo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto na Lei Complementar nº. 011/11, de 28 de setembro de 2011, e suas alterações:

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a Servidora Débora Teixeira Bordignon, CPF nº. 098.081.979-22, do Cargo de Assessor Parlamentar PC 040, do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Vereadores de Turvo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo, 05 de Fevereiro de 2018.

Vereadora GIZELI ESTEVAM BAESSO

Presidente da Câmara

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria na data Supra.

Vereador CARLOS EVERALDO DE STÉFANI

Primeiro Secretário

ESTADO DE SANTA CATARINA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TURVO/SC CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2018

Publicação Nº 1516437

**ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TURVO/SC
CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2018**

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TURVO/SC, através da Comissão de Concurso Público nomeada pela **Portaria nº 03/18, de 03 de Janeiro de 2018**, no uso de suas atribuições legais, e a empresa **AIR SOLUÇÕES EM PESQUISA E TECNOLOGIA** (Através de seu departamento de pesquisas **PS Concursos**), **TORNA PÚBLICO** o Edital de abertura para realização de Concurso Público destinado ao preenchimento de vagas existentes do quadro de pessoal da CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TURVO, na forma deste **Edital**:

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1** O Câmara Municipal de Vereadores de Turvo se reserva o direito de admitir os candidatos classificados neste certame público, respeitando a ordem de classificação e critérios estabelecidos neste edital.
- 1.2** Para se inscrever, o candidato deverá acessar o site www.processosseletivos.com.br/camaraturvo, efetuar seu cadastro e inscrição, e antes de validar a inscrição, conferir todos os dados inclusive à denominação do cargo e seu respectivo código.
- 1.3** O cronograma com as datas de cada fase do certame, os conteúdos programáticos da prova escrita e as atribuições dos cargos estarão disponibilizadas nos **Anexos I, II e III**, partes integrantes do presente Edital.

2. DAS VAGAS, CARGOS, CARGA HORÁRIA, REQUISITOS MÍNIMOS E REMUNERAÇÃO.

Poderão participar do Certame, os profissionais interessados em prestar serviço que atendam os requisitos deste Edital da legislação vigente e alterações supervenientes, para os cargos/áreas abaixo relacionados:

ÁREA 1 – TODOS OS CARGOS

Nº	Cargo	Total de Vagas	Carga Horária Semanal	Requisitos Mínimos para o Cargo
1	Contador	01	20h	Possuir Diploma de Nível Superior em Ciências Contábeis com registro no CRC/SC Remuneração: R\$ 2.250,00

NOTA 01: As atribuições dos cargos são as previstas no Anexo III deste edital, e correspondentes a Lei Municipal Complementar n.º 021/2017.

3. DAS INSCRIÇÕES

O candidato poderá se inscrever somente para 01 (um) cargo.

3.1 INSCRIÇÃO ONLINE

- 3.1.1** A inscrição on-line do candidato somente será efetuada via internet, no período de **10/02/2018 a 11/03/2018**.
- 3.1.2** Para realizar a sua inscrição o candidato deverá seguir os seguintes passos:
- a) Acessar o endereço eletrônico: www.processosseletivos.com.br/camaraturvo;

- b) Ler atentamente o edital, preencher o Formulário de Inscrição on-line, imprimir o comprovante gerado e o documento contendo o valor de inscrição e a conta para **DEPÓSITO IDENTIFICADO ou TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA**, também gerado após a inscrição eletronicamente, e seguir os passos constantes neste edital.
- c) Efetuar o **DEPÓSITO IDENTIFICADO COM O NÚMERO DO CPF DO CANDIDATO ou TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA COM IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO**, até o dia **12/03/2018** referente à taxa de inscrição (**ITEM 3.3**) atribuída ao nível do cargo para o qual pretende concorrer, na seguinte conta corrente: **C/C: 2240-3, AG: 3074, BANCO Nº 756 (SICOOB CREDISULCA), Titular: Câmara Municipal de Vereadores de Turvo/SC CNPJ: 80.990.294/0001-85.**

- 3.1.3** O candidato, que precisar de condições ou necessidades especiais para a prestação da prova escrita deverá, no formulário de inscrição on-line, selecionar a opção para este fim e mencionar os cuidados ou recursos especiais, para o dia da prova escrita.
- 3.1.4** O candidato poderá obter informações técnicas referentes à utilização do portal das inscrições e preenchimento do formulário de inscrição online, através do e-mail: suporte@processosseletivos.com.br.
- 3.1.5** As informações prestadas no Formulário de Inscrição online serão de inteira responsabilidade do candidato. Reserva-se à comissão técnica do concurso, o direito de não homologar a inscrição do candidato que não preencher o respectivo documento de forma completa e correta, bem como, fornecer dados inverídicos ou falsos.

3.2 VALIDAÇÃO DA INSCRIÇÃO:

- 3.2.1** O candidato, para validar a sua inscrição no presente Certame, após preenchimento do formulário de inscrição on-line e ter efetuado do depósito identificado ou transferência Bancária, referente a taxa de inscrição, deverá enviar cópia digitalizada do comprovante para o e-mail comprovantes@processosseletivos.com.br, no período de **11/02/2018 a 12/03/2018**.
- 3.2.1.1** O Candidato que não enviar o comprovante, para o e-mail mencionado acima, nos prazos estabelecidos no item 3.2.1, terá sua inscrição indeferida automaticamente, não podendo, em hipótese alguma, solicitar deferimento através de outra forma.
- 3.2.1.2** O Candidato, ao enviar o comprovante por e-mail receberá uma resposta automática de confirmação do recebimento de e-mail, caso não receba deverá enviar novamente o comprovante (dentro do prazo previsto) e solicitar informações através do endereço eletrônico mencionado no item 3.1.4 deste edital

3.3 VALORES DE INSCRIÇÃO

CARGO / ESCOLARIDADE	VALOR
Cargo de Nível Superior (Contador)	R\$ 100,00

3.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS INSCRIÇÕES

- 3.4.1** É de inteira responsabilidade do candidato a conferência e confirmação dos dados de inscrição, bem como a responsabilidade por qualquer erro ou omissão no preenchimento do formulário de inscrição on-line, razão pela qual deve ser atenciosamente conferida antes da confirmação, pois não será permitido pedido de retificação após o encerramento do prazo das inscrições.
- 3.4.2** As inscrições pela Internet devem ser feitas com antecedência, evitando o possível congestionamento de comunicação do site www.processosseletivos.com.br/camaraturvo nos últimos dias de inscrição on-line.

- 3.4.3** A empresa organizadora do certame e a Câmara Municipal de Vereadores de Turvo, não se responsabilizam por qualquer problema na inscrição via Internet motivada por falhas de comunicação, falta de energia elétrica, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a conexão ou a transferência de dados.

3.5 PUBLICAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

- 3.5.1** As inscrições que preencherem todas as condições deste edital serão publicados e deferidas no dia **13/03/2018**, e caso houver alteração, após prazo de recursos, será divulgada a lista retificada no dia **16/03/2018** pela autoridade competente, ambas até as 23h:59min. O ato de publicação será divulgado no site www.processosseletivos.com.br/camaraturvo, onde estarão indicados o nome do candidato, o cargo pretendido e o número de sua inscrição.
- 3.5.2** No mesmo local será publicada a relação das inscrições indeferidas.

4. REQUISITOS BÁSICOS PARA POSSE DO CARGO

- 4.1** Ter nacionalidade brasileira ou equivalente;
- 4.2** Estar no gozo de direitos políticos;
- 4.3** Estar em dia com as obrigações eleitorais.
- 4.4** Possuir quitação das obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino.
- 4.5** Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo de acordo com o estabelecido no **ITEM II** do presente Edital, na data da contratação.
- 4.6** Contar com, no mínimo, 18 (dezoito) anos completos até a data da posse.
- 4.7** Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo.
- 4.8** Firmar declaração de não possuir acúmulo de remuneração pública, exceto aquelas previstas em Lei.
- 4.9** Apresentar declaração de bens;
- 4.10** Não estar condenado por sentença criminal transitada em julgado, comprovado por certidão negativa expedida pela Justiça Estadual de seu domicílio e Justiça Federal;
- 4.11** Realizar exame médico de Saúde Admissional. O candidato que não for considerado apto no exame de saúde admissional não poderá ser contratado;
- 4.12** Apresentar fotocopia autenticada ou acompanhada de original dos seguintes documentos:
- a)** RG;
 - b)** Certificado de Reservista para os cargos de sexo masculino;
 - c)** Habilitação exigida pelo item 2 deste Edital;
 - d)** Certidão de Nascimento dos dependentes, caso tenham;
 - e)** Cadastro de pessoa Física – CPF;
- 4.13** Os requisitos deverão ser comprovados pelo candidato no ato de sua posse para o cargo público para o qual prestou Concurso.

5. DAS ETAPAS DO CONCURSO

O concurso constará de 01 (uma) etapa consistente de Prova Escrita, de conhecimentos gerais e de conhecimentos específicos de caráter classificatório e eliminatório

5.1 PROVA ESCRITA

5.1.1 A prova escrita será de caráter classificatório e eliminatório, que avaliará a aptidão funcional dos candidatos para o desempenho das funções a serem executadas no exercício do cargo pretendido.

5.1.1.1 Provas para Todos os Cargos

- a) A Prova Escrita será composta com 40 (quarenta) questões objetivas para o cargo de interesse do candidato, sendo: 10 (dez) questões de língua portuguesa e/ou interpretação de texto, 05 (cinco) questões de atualidades e/ou dados históricos, 05 (cinco) questões de informática, 05 (cinco) questões de legislação e 15 (quinze) questões de conhecimentos específicos do respectivo cargo conforme conteúdo programático. Cada uma delas com 05 (cinco) alternativas, das quais, somente 01 (uma) deverá ser assinalada como correta.
 - b) Os candidatos receberão um cartão resposta com 40 (quarenta) questões.
 - c) O caderno de avaliação será composto por 40 (quarenta) questões, que o candidato deverá responder e transpor para o cartão resposta;
 - d) As questões que o candidato deverá responder estarão explicitamente indicadas no cartão resposta através da numeração de questões conforme caderno de avaliações.
- 5.1.2** As questões das provas versarão sobre os conteúdos programáticos constantes no Anexo II deste Edital.
- 5.1.3** O peso de cada questão é de **0,25 pontos**.
- 5.1.4** A nota da prova escrita (NPE) será calculada com o emprego da seguinte fórmula: **NPE = (NA x 0,25) onde (NPE= Nota da Prova Escrita, e NA= Número de Acertos).**
- 5.1.5** Serão eliminados, na prova escrita do concurso público, aqueles candidatos que obtiverem nota inferior a **5,0 Pontos**.
- 5.1.6** Cada Candidato inscrito no certame terá direito a apenas 01 (um) cartão de respostas, não sendo permitida, em hipótese alguma, a troca de seu cartão assinado por outro.
- 5.1.7** O candidato deverá transpor os resultados das questões para grade de respostas, cujo preenchimento é de sua inteira responsabilidade.
- 5.1.8** Questões rasuradas ou com mais de uma alternativa marcada, na grade de respostas, serão consideradas como marcadas incorretamente pelo candidato.
- 5.1.9** Para fins de correção da prova, somente será considerada a grade de respostas, sendo que os cadernos de prova não serão considerados, sob quaisquer hipóteses.

6. DA REALIZAÇÃO DA PROVA

- 6.1** A prova escrita será realizada no dia **25/03/2018**, nas dependências da **Escola Municipal de Educação Básica Prof. Laurita Manfredini Bristot**, situada na Rodovia SC 285, Linha Contessi, Turvo/SC.
- 6.2** Os horários das provas serão divulgados até as **23h:59min** do dia **17/03/2018**, no portal www.processosseletivos.com.br/camaraturvo e no site www.camaraturvo.com.br.
- 6.3** A prova terá duração máxima de **03 horas**.
- 6.4** Para fins de acesso à sala de realização da prova, será exigido o **Documento de Identidade Original com Foto (Obrigatoriamente)** e o **Comprovante de inscrição (Facultativamente)**.
- 6.5** Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, CPF, títulos eleitorais, carteira de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade. Não será aceita cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, nem protocolo do documento
- 6.6** Para realização da prova, somente será permitido ao candidato o uso de caneta esferográfica, de tinta azul ou preta.
- 6.7** As provas terão um prazo mínimo de realização de **01 (uma) hora**.
- 6.8** O candidato que, durante a realização da prova escrita, for encontrado e confirmado de posse, de qualquer tipo de relógio, telefone celular, pager, beep, calculadora ou quaisquer outros

componentes ou equipamentos eletrônicos, em funcionamento ou não, terá sua prova anulada e, com isso, será automaticamente eliminado do Certame.

- 6.9** Durante a realização das provas será vedado, também, o uso de carteiras, bolsas, bonés, chapéus e similares, livros, revistas, apostilas, resumos, dicionários, cadernos, etc.
- 6.10** A Equipe Organizadora do Certame não se responsabilizará por perda, roubo ou dano dos referidos materiais e equipamentos de candidatos.
- 6.11** A simples posse, mesmo que desligado, ou uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, no local da prova, corredor ou banheiros, configura tentativa de fraude e implicarão na exclusão do candidato do certame, sendo atribuída nota zero às provas já realizadas.
- 6.12** Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização da prova escrita, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar boletim de ocorrência expedido por órgão policial, há no máximo 30 (trinta) anteriores em relação ao dia da realização da Prova.
- 6.13** Ao concluir a sua prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local de aplicação da prova sem comunicar-se com os demais candidatos, ficando proibido inclusive de permanecer no pátio da escola, ou ligar o celular antes de se retirar da escola.
- 6.14** Será de inteira responsabilidade do candidato o preenchimento correto do cartão de respostas, que será o único documento válido para efeito de correção da prova.
- 6.15** Não serão computadas as questões não assinaladas, assinaladas a lápis ou caneta de cor diferente da preta ou azul, assim como as questões que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura, ainda que legíveis.
- 6.16** Em hipótese nenhuma haverá substituição do cartão de respostas em caso de erro, rasura ou preenchimento incorreto do candidato conforme instruções contidas no mesmo.
- 6.17** Em caso de existirem tipos de cadernos de provas diferentes (para cargos diversos), estes serão identificados na lista de presença de cada candidato e o cartão de respostas será devidamente identificado com o número do caderno de prova ou outra forma que auxilie o candidato na identificação das questões correspondentes a sua área/cargo pretendido.
- 6.18** Em hipótese nenhuma haverá segunda chamada para realização da prova, seja qual for o motivo alegado pelo candidato, implicando a ausência na sua eliminação do Certame.
- 6.19** Os 03 (três) últimos candidatos permanecerão no local até a conclusão do último, para, após, assinarem o termo de recolhimento dos cartões resposta juntamente com os fiscais (de sala e coordenador).
- 6.20** Por razões de ordem técnica e de segurança, a entidade responsável pela elaboração das provas, se reserva ao direito de não fornecer exemplares dos Cadernos de Provas a candidatos ou a outras instituições, mesmo após o encerramento do certame, estando à disposição dos candidatos uma cópia para download no mesmo endereço das inscrições em até **24 horas úteis** após aplicação da prova.
- 6.21** A lactante que necessitar amamentar durante a realização da prova, poderá fazê-lo em sala reservada, desde que o requeira no momento da inscrição, para adoção das providências necessárias.
- 6.22** Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.
- 6.23** A criança deverá ser acompanhada de adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata) e permanecer em ambiente reservado.
- 6.24** A lactante deverá apresentar-se, no respectivo horário para o qual foi convocada, com o acompanhante e a criança.
- 6.25** Não será disponibilizado pela equipe técnica do Concurso, responsável para a guarda da criança, acarretando à candidata a impossibilidade de realização da prova.
- 6.26** Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova, acompanhada de uma fiscal.

- 6.27** Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada a permanência de babás ou quaisquer outras pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata.
- 6.28** Constatando-se, durante a realização da prova, qualquer erro ou equívoco relacionado à edição ou impressão das provas, os organizadores tomarão a providência cabível, podendo inclusive determinar a anulação da questão ou questões afetadas.
- 6.29** Após a entrada na escola onde será realizada a prova, o candidato deverá se dirigir imediatamente para sua sala de realização de prova, ficando vedada a permanência do mesmo nas outras dependências do prédio, salvo para os casos devidamente justificados e autorizados pelos organizadores do certame.
- 6.30** Caberá à entidade organizadora do certame, juntamente com a Comissão, decidir sobre ocorrências verificadas durante a realização das provas.
- 6.31** A Comissão e equipe organizadora do certame poderá, justificadamente, alterar as normas previstas no **ITEM 6** e seus desdobramentos, desde que com a finalidade de preservar o bom andamento do Certame.

7. DA CLASSIFICAÇÃO

- 7.1** Os candidatos considerados aprovados serão ordenados e classificados pela área/cargo e pela habilitação mínima exigida em listagem, de acordo com a sua inscrição no certame, seguindo a ordem decrescente de pontuação final, expressa em 03 (três) algarismos, de acordo com a seguinte fórmula:

PONTUAÇÃO FINAL = NOTA DA PROVA ESCRITA

- 7.2** No caso de empate na classificação terá preferência para a nomeação, sucessivamente, o candidato que:
- 7.2.1** Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, completados até o último dia da inscrição neste Concurso Público, de acordo com o previsto no parágrafo único do art. 27 da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 e alterações – Estatuto do Idoso

Para os demais candidatos:

- a)** Que obtiver maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos;
 - b)** Que obtiver maior de número de acertos na prova de Língua Portuguesa;
 - c)** Que obtiver maior de número de acertos na prova de Legislação;
 - d)** Obtiver a maior idade;
- 7.3** Persistindo o empate entre os candidatos, depois de aplicados os critérios acima, o desempate dar-se-á através do sistema de sorteio que, se necessário, será realizado em ato público, a ser divulgado por edital, e seu resultado fará parte da classificação final do certame.
- 7.4** As provas obedecerão aos critérios especificados pelo Anexo I e conteúdos programáticos constantes do Anexo II deste Edital.
- 7.5** A chamada dos candidatos selecionados será efetuada obedecendo à ordem de classificação, mediante a existência de vagas.
- 7.6** A publicação da classificação parcial será divulgada exclusivamente no portal www.processosseletivos.com.br/camaraturvo, no dia **04/04/2018**.
- 7.7** A publicação da classificação final e definitiva, após apuração de recursos, será divulgada nos sites: www.processosseletivos.com.br/camaraturvo e www.camaraturvo.com.br, no dia **10/04/2018**.

8. DOS RECURSOS

- 8.1** O candidato poderá interpor recurso nos seguintes casos e prazos:

- a) Com relação à homologação das inscrições, no prazo de 02 (dois) dias, a contar do primeiro dia útil subsequente ao da publicação preliminar das inscrições deferidas e indeferidas;
 - b) Com relação à prova escrita (questões objetivas) no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar do primeiro dia útil subsequente à realização da prova.
 - c) Com relação à classificação preliminar no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar do primeiro dia útil subsequente à publicação dos resultados.
- 8.2** O recurso deverá ser interposto de forma individual referente a quaisquer das situações descritas no item 8.1 deste Edital com a indicação daquilo que o candidato se julga prejudicado, sendo, portanto, necessária a devida fundamentação das razões de inconformidade com a sua comprovação por meio de citação das fontes de pesquisa, páginas de livros, nome dos autores, bibliografia específica, etc., juntando-se em anexo ao respectivo recurso cópia destes comprovantes.
- 8.3** Para recorrer o candidato(a) deverá imprimir o formulário próprio para recursos constante no Anexo IV.
- 8.4** Após o preenchimento correto e completo do formulário de recursos, nos moldes do que prescreve, o candidato(a) deverá enviar seu recurso pela forma digitalizada por meio de correio eletrônico para o e-mail recursos@processosseletivos.com.br desde que respeitado os prazos fixados no anexo I deste Edital.
- 8.5** Os Recursos enviados pelo sistema de correio eletrônico somente serão aceitos como válidos se a data de postagem e envio do e-mail do candidato com suas razões recursais e recebimento da mensagem automatizada do recebimento do e-mail, estiverem dentro dos prazos fixados por este Edital para tal desiderato. E-mails enviados fora dos prazos recursais, não serão considerados
- 8.6** O endereço eletrônico para recebimento de recursos, mostrado no item 8.4 deste edital, só estará disponível e operante durante os prazos recursais e será utilizado apenas para este fim. Para outros assuntos e dúvidas, o candidato deverá se dirigir pelo e-mail informado no item 3.1.4 deste edital
- 8.7** Não será aceito recurso via fax, fora do prazo ou ainda em desacordo com as condições estabelecidas neste Edital.
- 8.8** Após o julgamento dos recursos interpostos, os pontos correspondentes às questões porventura anuladas, serão atribuídos a todos os candidatos, indistintamente, que não os obtiveram na correção inicial. Se resultar em alteração do gabarito, as provas de todos os candidatos serão corrigidas novamente, conforme essa alteração e seu resultado final divulgado de acordo com esse novo gabarito.
- 8.9** Os pedidos de revisão de provas e notas somente serão aceitos se feitos pelos próprios candidatos, em até 02 (dois) dias úteis a contar a partir do primeiro dia útil seguinte ao da publicação dos classificados no Concurso Público, com respeito somente às suas próprias provas, ficando vedados, a qualquer tempo e condição, pedidos de revisão de provas e notas de terceiros.
- 8.10** No pedido de Revisão de correção de provas, será apresentado apenas uma vez ao candidato, caso necessário, o Cartão Resposta Digitalizado, ficando impedido de fazer qualquer alteração ou cópia.
- 8.11** Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontarem as circunstâncias que os justifiquem. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.
- 8.12** Todos os recursos regulares serão analisados e os pareceres serão divulgados no endereço eletrônico www.processosseletivos.com.br/camaraturvo, conforme cronograma do Anexo I. Respostas individuais não serão encaminhadas aos candidatos.
- 8.13** A decisão final será soberana e definitiva, não existindo desta forma recurso contra resultado de recurso e em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos ou recurso de gabarito oficial definitivo.

9. DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

- 9.1** Em virtude do que prevê o Decreto 3.298/1999, para este certame, em face do número de vagas oferecido para cada cargo, não haverá reserva de vagas para os candidatos com deficiência.
- 9.2** Os candidatos com deficiência poderão disputar cargos cujas atividades sejam compatíveis com a sua deficiência, em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à pontuação mínima exigida.
- 9.3** Na avaliação médica, posterior a nomeação, caso o candidato com deficiência seja considerado inapto para o cargo, será nomeado o candidato imediatamente posterior.
- 9.4** O candidato com deficiência ou aquele que necessitar de tratamento diferenciado no dia da prova objetiva deverá especificá-lo no formulário de inscrição online, indicando as condições diferenciadas de que necessita para a realização da prova, como, por exemplo, prova em andar térreo ou sala para amamentação.
- 9.5** A não solicitação de recursos especiais, tempestivamente, conforme disposto no subitem 3.2.2, implica a sua não concessão no dia da realização das provas.
- 9.6** A realização das provas por estes candidatos, em condições especiais, ficará condicionada à possibilidade de fazê-las de forma que não importe quebra de sigilo ou não enseje seu favorecimento.

10. DO PROVIMENTO DO CARGO E ENTREGA DE DOCUMENTOS

- 10.1** O provimento do Cargo obedecerá à ordem de classificação dos candidatos aprovados desde que considerados aptos em inspeção de saúde, de caráter eliminatório.
- 10.2** O candidato que vier a ser habilitado no Concurso de que trata este Edital poderá ser nomeado se atendidas, à época, todas as exigências, obedecido ao limite de vagas existentes.
- 10.3** O candidato será convocado através dos meios de comunicação informados, pelo candidato no formulário de inscrição on-line deste certame;
- 10.4** A Câmara Municipal de Vereadores de Turvo/SC, utilizará dos seguintes meios para convocação, nesta ordem: Telefone, e-mail (se houver), Publicação no Diário Oficial do Município (Imprensa Oficial).
- 10.5** O candidato terá o **prazo máximo de 7 (sete) dias** para apresentação após a última forma de convocação;
- 10.6** O candidato que não comparecer no dia, hora e local de acordo com a convocação, será imediatamente eliminado do certame, não podendo em hipótese requerer nova convocação;
- 10.7** O candidato convocado deverá apresentar ao setor de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Vereadores de Turvo/SC, situada na Avenida Municipal, 2547, Cidade Alta - Turvo/SC, a documentação necessária à sua admissão, composta por:
- a)** Comprovação da idade mínima de 18 anos;
 - b)** Prova de quitação das obrigações eleitorais e cópia do título de eleitor.
 - c)** Prova de quitação das obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
 - d)** Comprovação da escolaridade exigida neste edital;
 - e)** Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 e seu parágrafo único da Lei nº 8.112/1990;
 - f)** Atestado de médico declarando aptidão para exercer o respectivo cargo público;
 - g)** Nacionalidade brasileira ou gozo das prerrogativas insertas nos decretos Nº. 70.391/1972 e Nº. 70.436/1972.
 - h)** Não ser aposentado por invalidez e nem estar com idade de aposentadoria compulsória, ou seja, 70 anos.
 - i)** Não receber proventos de aposentadoria oriundos de cargo público ou função exercida perante a União, Território, Estado, Distrito Federal, Município e suas Autarquias, Empresas ou Fundações, conforme preceitua o artigo 37, § 10º da Constituição Federal de

1988, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98, ressalvadas as acumulações permitidas pelo inciso XVI do citado dispositivo constitucional, os cargos eletivos e os cargos em comissão.

- j) Carteira de Identidade;
- k) CPF;
- l) PIS/PASEP;
- m) Certidão de Casamento;
- n) Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos, Xerox da Carteira de Saúde e comprovante de vacinação dos filhos.
- o) (Uma) foto 3x4 recente;
- p) Carteira Profissional Original e Xerox da mesma na foto e no verso;
- q) Tipo Sanguíneo.
- r) Original e fotocópia do comprovante de residência atualizado, assim sendo considerado: Conta de luz, IPTU, água ou telefone fixo, em nome do candidato, cônjuge ou de ascendente ou descendente direto;

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 11.1** A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, bem como em eventuais aditamentos e instruções específicas para a realização do Certame, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.
- 11.2** Os candidatos que não atenderem aos requisitos exigidos neste Edital serão automaticamente eliminados do certame em qualquer de suas fases.
- 11.3** Será excluído do certame o candidato que:
- a) Faltar a qualquer uma das fases do certame;
 - b) Não obtiver nenhum acerto ou não atingir, na prova objetiva, a nota mínima exigida no Item 5 deste edital
 - c) Portar-se de maneira inadequada nos locais de realização das provas, de modo a prejudicar o andamento normal do concurso;
 - d) For surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outro candidato;
 - e) For apanhado em flagrante tentativa de burla, fraude ou falsificação na realização da prova, sem prejuízo do indiciamento cabível;
 - f) Deixar de apresentar qualquer documento comprobatório dos requisitos exigidos neste Edital.
- 11.4** O presente Concurso objetiva o preenchimento de cargos, sob a égide do regime jurídico-estatutário dos servidores públicos municipais de Turvo/SC Lei n.º 1.154/95, de 11 de dezembro de 1995, e o Regime Geral da Previdência Social – INSS, a partir da Lei Municipal n.º 1.001/93 de 3 de maio de 1993 e suas alterações.
- 11.5** Se aprovado e convocado o candidato, por ocasião da nomeação, deverá apresentar todos os documentos exigidos pelo presente Edital bem como outros que lhe forem solicitados, acarretando, o descumprimento deste requisito, na perda do direito à vaga e consequentemente não nomeação.
- 11.6** A classificação e aprovação no presente Concurso em colocação acima do número de vagas abertas no certame não gera direito à contratação, a qual se dará, a exclusivo critério da Câmara Municipal, dentro do prazo de validade do certame em conformidade com as necessidades atuais e futuras da Câmara Municipal de Vereadores de Turvo.
- 11.7** O presente certame público possui prazo de **validade de 02 (dois) anos** a partir da publicação do resultado final, podendo ser prorrogado por igual período consoante critério de conveniência e oportunidade do Poder legislativo municipal nos termos do artigo 37, inciso III da Constituição Federal de 1988, c/c artigo 7º da Lei municipal n. 1063/2002
- 11.8** O ato de inscrição implica na aceitação destas e demais condições do presente Edital em caso de classificação e contratação, a observância do regime jurídico nele indicado, bem como do regimento interno da Câmara Municipal de Vereadores de Turvo/SC.

- 11.9** É de inteira e exclusiva responsabilidade do candidato o acompanhamento das publicações, editais, avisos e comunicados referentes ao certame. Não serão prestadas por telefone informações relativas ao resultado do concurso público.
- 11.10** O candidato deverá manter atualizado seu endereço físico, endereço eletrônico (e-mail) e contato telefônico, no portal das inscrições, até a publicação da classificação final concurso e junto à Secretaria Geral da Câmara Municipal de Vereadores de Turvo/SC, após a homologação do resultado do Concurso.
- 11.11** Os casos omissos neste Edital serão resolvidos conjuntamente pela empresa organizadora do certame, pela Comissão de Concurso nomeada e pelo Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Turvo/SC.
- 11.12** O presente Edital estará disponibilizado no site www.processosseletivos.com.br/camaraturvo, e no site www.camaraturvo.com.br.
- 11.13** Faz parte deste edital o **Anexo I** – Do Cronograma e Do Regulamento para a Prova Objetiva do Concurso.
- 11.14** Faz parte deste edital o **Anexo II** – Dos Conteúdos Programáticos.
- 11.15** Faz parte deste edital o **Anexo III** – Das Atribuições dos Cargos.
- 11.16** Faz parte deste edital o **Anexo IV** – Do formulário para recurso.
- 11.17** Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.
- 11.18** Revogam-se as disposições em contrário.

TURVO/SC, em 07 de FEVEREIRO de 2018.

THAIS REUS BIZ

Presidente da Comissão de Concurso Público 001/2018

Fica homologado o presente **EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2018**, a data e o local da prova objetiva.

GIZELI ESTEVAM BAESSO

Presidente da Câmara

**ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TURVO/SC
CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2018**

**ANEXO I
CRONOGRAMA DO PROCESSO**

Cronograma	Data
Publicação do Edital de Abertura	07/02/2018
Período de Inscrições Online	10/02/2018 a 11/03/2018
Período para envio (por e-mail) do Comprovante de Depósito Identificado ou transferência bancária com o nome do candidato referente a inscrição	11/02/2018 a 12/03/2018
Divulgação preliminar das inscrições deferidas e indeferidas	13/03/2018 (até as 23h:59min)
Prazo para apresentação dos Recursos contra o indeferimento das inscrições	14 a 15/11/2018 até as 23h:59min via correio eletrônico
Divulgação Definitiva e Homologação das Inscrições	16/03/2018 (até as 23h:59min)
Divulgação dos Horários de aplicação da Prova Escrita	Até 17/03/2018 (as 23h:59min)
Realização das Provas Escritas e Divulgação do Gabarito Oficial	25/03/2018
Prazo para Recursos referentes à Prova Escrita	26 a 27/03/2018 até as 23h:59min via correio eletrônico
Divulgação do resultado preliminar e notas das provas (Classificação Parcial)	04/04/2018 (até as 23h:59min)
Prazo para Recursos referentes ao resultado e/ou notas das provas	05 a 06/04/2018 até as 23h:59min via correio eletrônico
Homologação e Divulgação da Classificação Final do Concurso	10/04/2017 (até as 23h:59min)

REGULAMENTO PARA AS PROVAS DO CERTAME

Os horários das provas serão divulgados até as **23h:59min** do dia **17/03/2018**, no portal www.processosseletivos.com.br/camaraturvo e no site www.camaraturvo.com.br.

A prova terá duração máxima de **03 horas**.

Não será admitida a entrada de candidatos após o fechamento dos portões do prédio, e que não estiver munido do **Documento Original com Foto**.

O candidato apenas estará segurado da realização da prova mediante a apresentação **do comprovante de validação de inscrição** em caso de não constatação de seu nome nas listas de distribuição de locais de prova fixados na entrada do prédio onde serão realizadas as provas.

Os envelopes das provas serão abertos por 02 (dois) candidatos, que comprovarão os respectivos lacres e assinarão, juntamente com 01 (um) fiscal de sala e 01 (um) fiscal coordenador, um termo de abertura dos envelopes.

Durante a prova não poderá ser feita qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquinas calculadoras, celulares ou quaisquer tipos de aparelhos ou anotações.

Não será permitido qualquer tipo de comunicação do candidato com outros candidatos ou com o exterior do recinto, sob pena da eliminação do Concurso do(s) Candidato(s) envolvido(s). Aparelhos de telefonia celular, bip e/ou similares deverão ser desligados.

As provas terão um prazo mínimo de realização de **01 (uma) hora**.

O candidato poderá sair da sala somente em caso especial e acompanhado de um fiscal.

É expressamente proibido fumar nos locais das provas.

Todas as respostas da prova escrita deverão ser transpostas para a grade de respostas, não podendo ficar nenhuma questão sem resposta.

Após a conclusão e entrega da prova, os candidatos não poderão permanecer nos corredores e dependências do local da aplicação das provas.

Os 03 (três) últimos candidatos permanecerão na sala até a conclusão do último, para, após, assinarem o termo de recolhimento dos cartões resposta juntamente com os fiscais (de sala e coordenador).

Os cartões de respostas, juntamente com a lista de presença e termos referentes aos pacotes lacrados e entrega de cartões resposta deverão ser entregues pelos Fiscais ao Coordenador da equipe de aplicação da prova escrita do concurso, acompanhados dos três últimos candidatos.

TURVO/SC, em 07 de FEVEREIRO de 2018.

THAIS REUS BIZ

Presidente da Comissão de Concurso Público 001/2018

Fica homologado o **ANEXO I** do presente **EDITAL CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2018**, do cronograma e do regulamento para as provas do concurso.

GIZELI ESTEVAM BAESSO

Presidente da Câmara

**ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TURVO/SC
CONCURSO PÚBLICO N. 001/2018**

ANEXO II

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA OS CARGOS DA PROVA ESCRITA

1. CONHECIMENTOS DE LÍNGUA PORTUGUESA

Todos os Cargos

1. Leitura, Compreensão e interpretação de textos; 2. Características dos diversos gêneros textuais; 3. Tipologia textual, (sequências narrativa, descritiva, argumentativa, expositiva, injuntiva e dialogal); 4. Elementos de coesão e coerência textual; 5. Léxico/Semântica; 6. Funções da linguagem; 7. Concordância nominal e verbal; 8. Ortografia oficial; 9. Acentuação gráfica; 10. Emprego do sinal indicativo de crase; 11. Pontuação; 12. Emprego e descrição das classes de palavras; 13. Sintaxe da oração e do período (ênfase em concordância e regência); 14. Significação das palavras e inferência lexical através do contexto; 15. Fonética e Fonologia; 16. Fonema e Letra; 17. Ortografia; 18. Recursos sonoros; 19. Vícios de linguagem; 20. Lexicologia; 21. Polissemia; 22. Sinônimos e antônimos; 23. Homônimos e parônimos; 24. Morfologia; 25. Estrutura das palavras; 26. Formação das palavras; 27. Neologismos e Estrangeirismos; 28. Figuras de Linguagem e linguagem figurada; 29. Vozes verbais e sua conversação; 30. Coordenação e subordinação: emprego das conjunções, das locuções conjuntivas e dos pronomes relativos; 31. Colocação pronominal.

2. CONHECIMENTOS DE ATUALIDADES E DADOS HISTÓRICOS

Todos os Cargos

Aspectos atuais e históricos a nível mundial, nacional, estadual, regional e municipal, noticiados através de meios de comunicação oficiais impressos ou digitais.

3. CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA

Todos os Cargos

1. Fundamentos da Informática; 2. Conhecimentos sobre sistemas operacionais; 3. Softwares, Hardwares e Tecnologias Mobile; 4. Conceitos de tecnologia de informação: sistemas de informações e conceitos básicos de Segurança da Informação; 5. Segurança das informações na Internet; 6. Editores de Texto; 7. Editores de Planilhas eletrônicas; 8. Redes Sociais; 9. Conhecimento técnico sobre o uso ético das redes sociais; 10. Ética na Internet; 11. Mídias computacionais; 12. Tecnologias no uso da profissão nos dias atuais; 13. Comunicação eletrônica; 14. Sistemas web para controle de reuniões, agendas e e-mails. 15. Uso, em nível de usuário dos programas: Microsoft Word, Microsoft Excel, Microsoft Access, Microsoft Power Point. 16. Sistemas Operacionais: Conhecimentos básicos e avançados em Microsoft Windows; 17. Microsoft Windows e Linux; 18. Conhecimentos genéricos em sistemas baseados em Software Livre; 19. Noções básicas da utilização de ferramentas de envio e recepção de e-mails.

4. CONHECIMENTOS DE LEGISLAÇÃO

Todos os Cargos

1. Legislação Municipal: Estatuto dos servidores públicos do município de Turvo/SC; 2. Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Turvo/SC; 3. Lei Orgânica do Município de Turvo/SC; 4. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; 5. Constituição do Estado de Santa Catarina.

5. CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO

Cargo de Contador

1. Contabilidade Pública: conceito, objeto e campo de aplicação; **19.1. Orçamento Público:** conceito, classificação, princípios e elaboração. **19.2. Receita Pública:** conceito, classificação e estágios. **19.3 Despesa Pública:** conceito, classificação, estágios e restos a pagar. **19.4 Escrituração Contábil:**

introdução, normas de escrituração, sistemas de contas e plano de contas. **2. Contabilidade Geral:** Princípios Fundamentais e conceitos básicos de Contabilidade. **20.1 Conceitos gerais:** finalidades, objeto, campo de aplicação e áreas de especialização da contabilidade. **20.2 Patrimônio:** estrutura, configurações, fatos contábeis. **20.3 Escrituração contábil:** as contas, métodos de escrituração. **20.4 Contas patrimoniais:** receitas e despesas. Contas de compensação. Equação patrimonial. Regime de caixa e de competência. **20.5. Inventário:** conceito, finalidades e classificação; avaliação e reavaliação dos bens e demais elementos do Patrimônio. **20.6 Depreciações. Amortizações e Provisões;** **20.7. Noções de Legislação Tributária:** imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ); imposto de renda retido na fonte (IRRF); contribuição social sobre o lucro (CSSL); PASEP; COFINS; impostos e contribuições incidentes sobre folha de pagamento. **3. NBCASP:** Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público; **4. DCASP:** Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público; **5. MCASP:** Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (7ª Edição - aplicado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, válido a partir do exercício de 2017); **6. Lei Complementar Federal nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF):** Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências; **7. Lei Complementar Federal 131/09:** Acrescenta dispositivos à Lei Complementar 101/00, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. **8. Lei Federal 4320-64:** Institui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal e sua legislação complementar: na íntegra; **9. Lei Complementar Estadual 202/00, e alterações** (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina); **10. Lei Federal 5.172/66, e alterações** (Código Tributário Nacional); **10. Lei Municipal Complementar nº. 002/04, e alterações:** Código Tributário Municipal de Turvo; **11. Lei Federal 13.587/2018 (Lei Orçamentária Anual para 2018 - LOA):** Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018; **12. Lei Nº 8.666/93 e alterações:** Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências; **13. Lei Municipal 021/2017:** Cria o cargo de Contador no quadro de pessoal da Câmara Municipal de Turvo/SC. **14. e-Sfinge:** Sistema de Fiscalização Integrada de Gestão; **15. e-Social:** Sistema de Escrituração Pública Digital; **16. Resolução NBC PG 100 (Norma Brasileira de Contabilidade):** Aplicação Geral aos Profissionais da Contabilidade (Norma que tem por base as Seções 100, 110, 120, 130, 140 e 150 da Parte A do Código de Ética da IFAC).

NOTA: Para as questões de legislação, em qualquer âmbito, serão consideradas apenas as publicações oficiais publicadas até **31/01/2018**, das quais servirão de base para a aplicação dos conteúdos das provas escritas. Quaisquer alterações divulgadas oficialmente após este prazo não serão consideradas como base para compor o corpo das questões objetivas e nem poderão ser utilizadas como embasamento de recursos da prova escrita.

TURVO/SC, em 07 de FEVEREIRO de 2018.

THAIS REUS BIZ

Presidente da Comissão de Concurso Público 001/2018

Fica homologado o **ANEXO II** do presente **EDITAL CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2018**, dos conteúdos programáticos.

GIZELI ESTEVAM BAESSO

Presidente da Câmara

**ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VERADORES DE TURVO/SC
CONCURSO PÚBLICO N. 001/2018**

ANEXO III

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

Contador

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Atividade de execução qualificada, abrangendo serviços relativos a contabilidade financeira e patrimonial, compreendendo a elaboração de balanços, registros e demonstrações contábeis, e outras atividades correlatas que compreendem a Câmara de Vereadores

ATRIBUIÇÕES:

Executar os serviços inerentes à contabilidade do Poder Legislativo, inclusive no Sistema de Fiscalização Integrada de Gestão (e-Sfinge) e Sistema de Escrituração Pública Digital (e-social), observando as normas gerais de direito financeiro público atuais e futuras necessidades da área. Observar e cumprir a legislação aplicável, o Regimento Interno, Regimento do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e as normas de contabilidade Pública, Escriturar analiticamente os atos ou fatos administrativos, efetuando os correspondentes lançamentos contábeis, para possibilitar o controle contábil e orçamentário; Prestar contas a Mesa Diretora, a Câmara e sua administração, sendo responsável pela transparência do setor bem como informar sobre a legalidade, legitimidade e economicidade dos lançamentos contábeis; Implementar as providências recomendadas pelo Tribunal de Contas do Estado, pelo Ministério Público e outros órgãos de controle; Organizar e controlar o arquivo contábil; Organizar o controle bancário e os serviços correspondentes; Conferir empenhos e documentos encaminhados para pagamento quanto a legalidade e legitimidade; Controle cronológico de emissão e cancelamento de cheques e de contas e dados bancários; Controlar prazos de pagamento das obrigações da Câmara de Vereadores, providenciando que sejam realizados rigorosamente em dia, salvo força maior justificada, mantendo controles e relatórios com relação aos valores despendidos, encaminhado mensalmente a Mesa Diretora os respectivos relatórios; Atuar com probidade e ética no exercício da função: imagem profissional, imagem da organização, relacionamento com colegas e superiores; Desenvolver outras atividades correlatas ou relativas ao âmbito de sua competência.

TURVO/SC, em 07 de FEVEREIRO de 2018.

THAIS REUS BIZ

Presidente da Comissão de Concurso Público 001/2018

Fica homologado o **ANEXO III** do presente **EDITAL CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2018**, das Atribuições dos Cargos.

GIZELI ESTEVAM BAESSO

Presidente da Câmara

**ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VERADORES DE TURVO/SC
CONCURSO PÚBLICO N. 001/2018**

ANEXO IV

FORMULÁRIO PARA RECURSO

Nome: _____

Endereço: _____

Cargo: _____

Nº. Inscrição: _____ **CPF:** _____ . _____ . _____ - _____

Questionamento: _____

Embasamento: _____

Data: ____/____/____

Assinatura do Requerente

União do Oeste

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 05/2018

Publicação Nº 1516754

CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO Nº. 05/2018

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE UNIÃO DO OESTE, E A EMPRESA ASCENCE CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA - EPP,

O MUNICIPIO DE UNIÃO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n.º 78.505.591/0001-46, com sede na Avenida São Luiz 531, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício Sr. Fabio Antônio Agostinetto, CPF nº 025.196.089-78 no uso de suas atribuições, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e a empresa ASCENCE CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ Nº 17.301.930/0001-88, com sede na Rua da Consolação, Bairro Matinho na cidade de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo seu Sócio Sr. Reinaldo Valentini, CPF nº 584.236.729-72, denominada doravante simplesmente CONTRATADA, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o processo de licitação modalidade Pregão Presencial nº. 05/2018, e que se regerá pela Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação de SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA CONTÁBIL, FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA E PATRIMONIAL À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE/SC, PARA O ANO DE 2018, visando manter a eficiência nos registros dos atos e fatos do município, através de orientações aos servidores municipais que atuam nestas áreas, com vistas à implementação e atendimento das novas normas de contabilidade aplicadas ao setor público (NBCASP), compreendendo:

Receita pública: Como estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000), qualquer perda de receita deve ensejar a adoção de medidas compensatórias, tanto na receita (quando possível) ou redução, na mesma proporção, das despesas correspondentes levando a uma inevitável redução da oferta de bens e serviços à população. Além dos procedimentos contábeis, os serviços de consultoria nas receitas deverão levar em conta estudos prospectivos da sua efetiva realização como condição necessária para dar suporte às despesas, principalmente, as despesas de natureza permanente e de caráter continuado, detectar as perdas e a possibilidade de déficits futuros, e qual o impacto das perdas em termos de fornecimento de bens e serviços.

Despesa pública: Os serviços deverão compreender as orientações necessárias ao cumprimento dos preceitos e requisitos legais da despesa pública: utilidade; possibilidade contributiva; discussão pública; oportunidade; legitimidade e legalidade, objetivando evitar possíveis sanções administrativas e penais à Administração Municipal.

Créditos Orçamentários: Promover as orientações necessárias para o correto controle dos créditos orçamentários previstos na Lei Orçamentária para a realização de despesas, o cumprimento à Lei nº 4.320/64 e demais determinações do Tribunal de Contas do Estado.

Lançamentos contábeis:

Promover as orientações necessárias para o registro dos lançamentos contábeis de acordo com o Plano de Contas vigente para o Estado de Santa Catarina, promovendo ainda as orientações necessárias para o correto registro dos fatos contábeis, através de lançamentos contábeis esteja suportados em documentação hábil e idônea. Todas as orientações de lançamentos contábeis deverão estar em conformidade com as Normas da Contabilidade Pública, devendo a empresa contratada responsabilizar-se por eventual ajuste ou correção em casos de alterações.

Início e encerramento de exercícios:

Orientar aos técnicos da municipalidade de maneira a atender à legislação nacional no que diz respeito ao cumprimento das normas financeiras estabelecidas, em especial pela Lei Federal 4.320/64 e Lei Complementar Federal 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, como também primar pela execução financeira, orçamentária e patrimonial de forma eficiente e responsável, possibilitando maior transparência nas informações e procedimentos contábeis adotados. Os serviços de consultoria objetivam a transferência de conhecimentos não somente sobre os aspectos inerentes ao encerramento do exercício, como também outros importantes tópicos de execução orçamentária, financeira e patrimonial, incluindo disposições que se relacionem ao do exercício, consolidação e análise das contas públicas e elaboração de relatórios legais.

Apoio na elaboração dos balancetes mensais:

Promover o acompanhamento e orientação na elaboração dos balancetes mensais, bem como documentos e informações necessárias ao Tribunal de Contas e demais organismos da esfera Municipal, Estadual e Federal quando solicitados. Além do acompanhamento formal (documental) dos balancetes acima mencionados, deverá dar suporte na remessa de informações contábeis do município ao Tribunal de Contas do Estado, via sistema e-Sfinge.

Elaboração do balanço geral:

Orientar quanto à preparação das peças que compõem o balanço geral dos exercícios, segundo a Lei 4.320/64 e demais instruções emanadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Relatórios da execução orçamentária e gestão fiscal:

Promover orientações aos técnicos municipais, quando pertinente, sobre os aspectos que podem influenciar a elaboração, correção e prazos para publicações dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária e Relatórios de Gestão Fiscal no âmbito municipal.

Planejamento orçamentário:

Para esta atividade, a consultoria deverá discutir em conjunto com a equipe técnica as finanças Públicas à luz das necessidades do Município, destacando a importância do planejamento com enfoque na elaboração do Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Atos administrativos:

Auxiliar e orientar a Administração visando promover a correta execução dos atos administrativos que tratam de matéria orçamentária e contábil, frente à Legislação vigente. Alimentação e manutenção dos dados atinentes às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP: A consultoria deverá contemplar SEMPRE orientações inerentes a contabilidade aplicada ao setor público, além de orientações específicas para manutenção, de forma orientativa, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP, contribuindo para o atendimento de todas as normas legais. Os serviços deverão ser prestados por empresa com registro no Conselho Regional de Contabilidade (CRC) e que possua profissional de nível superior graduado em Ciências Contábeis, com inscrição no respectivo conselho (CRC).

O suporte técnico deverá ser prestado nas seguintes modalidades:

- PRESENCIAL (in loco):

Nas dependências da Prefeitura, através de um dos responsáveis técnicos, com formação em Ciências Contábeis indicados na equipe técnica da licitante, de no mínimo 20 (vinte) horas mensais, em horário comercial, de segunda a sexta-feira. O suporte técnico presencial deverá ser realizado no mínimo 03 (três) visitas mensais. Em caso excepcional o suporte técnico presencial poderá ser solicitado a qualquer tempo pelo Município, que deverá comunicar a empresa contratada com um prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, para comparecimento junto a Prefeitura.

- À DISTÂNCIA:

Efetuar suporte técnico através de telefone, fax, e-mail, sem limite de consultas, de segunda a sexta-feira, emitindo parecer técnico quando solicitado, em no máximo, 48 (quarenta e oito) horas contadas da solicitação. Deverá ainda efetuar suporte técnico por meio de acesso remoto aos sistemas informatizados do Município, durante o horário de funcionamento da Prefeitura, sempre que solicitado, imediatamente, visando assim maior eficiência na prestação dos serviços públicos municipais. Na execução dos serviços deverão ser observadas, de modo geral, as especificações das normas técnicas e legais vigentes e aquelas complementares e pertinentes aos serviços licitados, devendo a contratada manter-se atualizada perante os órgãos superiores de controle e fiscalização.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

2.1 - Fazem parte deste Contrato, independentemente de transcrição, os seguintes documentos, cujo teor é de conhecimento das partes contratantes: Edital de Tomada de Preços P/ Compras e Serviços N. 05/2018, além das normas e instruções legais vigentes no País, que lhe forem atinentes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 - O Contratante pagará ao Contratado o valor mensal, em moeda corrente nacional, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante entrega de relatório circunstanciado e de nota fiscal correspondente ao valor de R\$ 6.150,00 (Seis Mil Cento e Cinquenta Reais) Mensais, totalizando R\$ 67.650,00 (Sessenta e Sete mil Seiscentos e Cinquenta Reais), até 31/12/2018.

3.2 - Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto houver pendência de liquidação da obrigação.

3.3 - O pagamento será efetuado através de depósito bancário na conta de instituição bancária indicada pela Contratada sendo Banco do Brasil ag. 52396, conta 260002.

3.5 - O Contratante, por ocasião da liquidação das despesas, oriundas deste contrato, comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União e do Estado, as características e os valores pagos ao Contratado.

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE

4.1 - Não haverá reajustes, nem atualizações de valores, exceto em caso de prorrogação do contrato, após 12 meses de serviços, os preços poderão ser reajustados pelo índice do IGPM - Índice Geral de Preços do Mercado.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PRAZOS

5.1 - O presente contrato terá vigência 11 (onze) meses contados da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses no interesse do CONTRATANTE, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações, observados os preceitos e condicionantes legais.

5.3 - Os prazos serão em dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto de forma diferente.

5.4 - Os prazos se iniciam e vencem em dia de expediente normal.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

6.1 - As despesas decorrentes da prestação dos serviços, objeto do presente contrato correrão à conta da Dotação do orçamento do Município para o exercício de 2018 com a seguinte classificação:

Entidade: 01 PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

Órgão – 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade 01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Projeto Atividade – 2.005 – MANUT. DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Cód. Red. 10 – Aplicações Diretas 3.3.90.00.00.00.00

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

7.1 - Este Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2 - A execução deste Contrato deverá ser acompanhado e fiscalizado pelo (a) Sr. Pedro Antônio Trentin, Chefe de Gabinete da CONTRATANTE.

7.4 - A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

CLÁUSULA OITAVA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

8.1 - Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

8.1.1 - Unilateralmente pela CONTRATANTE:

- a) quando houver modificação do objeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativo de seu objeto, nos limites permitidos no Parágrafo 1º do Artigo 65 da Lei Nº 8.666/93.

8.1.2 - Por acordo das partes:

- a) quando necessária a modificação do regime de execução do serviço, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- b) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstância supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de execução do serviço.

8.2 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, respeitados os termos do Parágrafo 1º do Artigo 65 da Lei Nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - DAS MULTAS

9.1 - Pela inexecução total ou parcial do contrato, caberá, conforme a gravidade da falta e garantida a prévia defesa, a aplicação das seguintes sanções, de acordo com o previsto na Seção II do Capítulo IV da Lei Nº. 8.666/93.

9.1.1 - Multa na ordem de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso calculado sobre o valor total do Objeto licitado com atraso, até o limite de 6% (seis por cento).

9.1.2 - Em caso de tolerância, após os primeiros 30 (trinta) dias de atraso, e não rescindido o contrato, se este atraso for repetido, a PREFEITURA MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE poderá aplicar a multa em dobro, na forma do item 9.1.1.

9.1.3 - Advertência

9.1.4 - Suspensão do direito de licitar, junto à PREFEITURA MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE.

9.1.5 - Declaração de inidoneidade, de lavra do Prefeito Municipal Sr. Celso Matiello, para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto pendurar os motivos da punição.

9.2 - O atraso para efeito de cálculo da multa prevista nos itens 9.1.1. e 9.1.2. será contados em dias corridos, a partir do vencimento do prazo estipulado da entrega até a data de entrega do Objeto da presente Licitação.

9.3 - Nenhum pagamento será processado à Proponente penalizada, sem que antes, esta tenha pagado ou lhe seja relevada a multa imposta.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1 - Rescisão deste Contrato por ato unilateral da CONTRATANTE:

10.1.1 - A CONTRATANTE poderá, unilateralmente, rescindir de pleno direito este Contrato, independente de notificação judicial ou extrajudicial, desde que ocorra qualquer um dos fatos adiante enunciados, bastando para isso comunicar a CONTRATADA sua intenção, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias:

- a) o não cumprimento pela CONTRATADA das cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) o cumprimento irregular pela CONTRATADA das cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- c) o desatendimento pela CONTRATADA das determinações regulares da autorizada designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- d) razões de interesse do serviço público.

10.1.2 - A CONTRATANTE terá o direito de rescindir de imediato o presente contrato, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, caso ocorra qualquer um dos fatos a seguir enunciados:

- a) o atraso injustificado no início dos serviços;
- b) suspensão, pelas autoridades competentes, dos serviços da CONTRATADA, em decorrência de violação de disposições legais vigentes;
- c) a paralisação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação a CONTRATANTE;
- d) a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;
- e) o cometimento reiterado de faltas na sua execução;
- f) a decretação de falência, o pedido de concordata ou a instauração de insolvência civil;
- g) a dissolução da sociedade ou o falecimento do proprietário, em se tratando de firma individual;
- h) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo da CONTRATANTE, prejudique a execução do contrato
- i) o protesto de títulos ou a emissão de cheques, sem suficiente provisão, que caracterizem a insolvência do contrato.

10.1.3 - No caso de o presente Contrato ser rescindido por culpa da CONTRATADA, serão observadas as seguintes condições:

- a) a CONTRATADA não terá direito de exigir indenização por qualquer prejuízo e será responsável pelos danos ocasionados, cabendo a CONTRATANTE aplicar as sanções contratuais e legais pertinentes;
- b) a CONTRATADA terá o direito de ser reembolsada pelos serviços já prestados, desde que aprovado pela CONTRATANTE, até a data da rescisão, deduzidos os prejuízos causados a CONTRATANTE;
- c) em qualquer caso, a CONTRATANTE reserva-se o direito de dar continuidade aos serviços através de outras empresas, ou da forma que julgar mais conveniente;
- d) caso a CONTRATANTE não use o direito de rescindir este Contrato, poderá, a seu exclusivo critério, reduzir ou suspender a execução dos serviços referente ao mesmo e sustar o pagamento das faturas pendentes, até que a CONTRATADA cumpra integralmente a condição

contratual infringida.

10.2 - Rescisão deste Contrato por Acordo entre as Partes ou Judicial:

10.2.1 - O presente Contrato também poderá ser rescindido quando ocorrer:

- a) a supressão, por parte da CONTRATANTE, dos serviços, acarretando modificação do valor inicial do Contrato, além do permitido no Regulamento de Habilitação Licitação e Contratação, em seu artigo 79 da Lei Nº. 8.666/93;
- b) a suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 30 (trinta) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;
- c) o atraso superior a 30 (trinta) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, decorrentes de serviços já prestados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;

10.2.2 - Nestes casos, a CONTRATANTE, deverá pagar a CONTRATADA os serviços já prestados, de acordo com os termos deste Contrato.

10.3 - Rescisão do Contrato em Virtude de Força Maior:

10.3.1 - Tanto a CONTRATANTE como a CONTRATADA poderá rescindir este Contrato em caso de interrupção na execução dos serviços por um período maior que 30 (trinta) dias, em virtude de força maior, conforme definido no Código Civil Brasileiro, regularmente comprovado e impedido da execução deste Instrumento Contratual.

Neste caso, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA os serviços que a mesma tenha realizado, de acordo com os termos deste Contrato.

10.3.2 - Sempre que uma das partes julgarem necessário invocar motivo de força maior, deverá fazer imediata comunicação escrita a outra, tendo esta última um prazo até 5 (cinco) dias da data de seu recebimento para contestar, ou reconhecer os motivos constantes da notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E FISCAIS

11.1 - Todos e quaisquer impostos, taxas e contribuições fiscais e parafiscais, inclusive os de natureza previdenciária, social e trabalhista, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza, decorrentes da celebração deste Contrato, ou da execução, correrão única e exclusivamente por conta da CONTRATADA.

11.1.1 - Obriga-se a CONTRATADA a manter-se inteiramente em dia com as contribuições previdenciárias, sociais e trabalhistas. Verificada, em qualquer tempo, a existência de débito proveniente do não recolhimento dos mesmos, por parte da CONTRATADA, fica a CONTRATANTE desde já autorizada a suspender os pagamentos devidos a CONTRATADA, até que fique constatada a plena e total regularização de sua situação.

11.2 - Quaisquer alterações nos encargos ou obrigações de natureza fiscal e/ou parafiscal, após a data limite de recebimento e abertura da proposta, será objeto de entendimento entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE.

11.3 - A CONTRATADA responderá a todas as reclamações trabalhistas que possam ocorrer em consequência da execução dos serviços contratados, os quais não importam em vinculação laboral entre a CONTRATANTE e o empregado envolvido, que mantém relação empregatícia com a CONTRATADA, empregadora na forma do disposto no Art. 2º da Consolidação das Leis do Trabalho.

11.3.1 - Caso haja condenação da CONTRATANTE, inclusive como responsável solidária, a CONTRATADA reembolsar-lhe-á os valores pagos em decorrência da decisão judicial

11.4 - Os encargos de natureza fiscal, tais como IRF e ISS, bem como demais que a Fazenda venha a exigir, que compete à Prefeitura Municipal reter por exigência da legislação Municipal, Estadual e/ou Federal, serão deduzidos quando do pagamento da parcela mensal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - NOVAÇÃO

12 - A não utilização por parte da CONTRATANTE, de quaisquer direitos a ela assegurados neste Contrato ou na Lei, em geral, ou a não aplicação de quaisquer sanções nelas previstas, não importa em novação quanto a seus termos, não devendo, portanto, ser interpretada como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras. Todos os recursos postos à disposição da CONTRATANTE, neste Contrato, serão considerados como cumulativos, e não alternativos, inclusive em relação a dispositivos legais.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

13.1. São obrigações da CONTRATADA:

13.1.1. Responsabilizarem-se pela saúde dos funcionários, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, fiscais, quer municipais, estaduais ou federais, bem como pelo seguro para garantia de pessoas e equipamentos sob sua responsabilidade, devendo apresentar, de imediato, quando solicitados, todos e quaisquer comprovantes de pagamento e quitação.

13.1.1.1. Responder integralmente pelas obrigações contratuais, nos termos do art. 70 do Código de Processo Civil, no caso de, em qualquer hipótese, empregados da CONTRATADA intentarem reclamações trabalhistas contra a CONTRATANTE.

13.1.1.2. Cumprir com as determinações estabelecidas pelo Ministério do Trabalho, relativas à segurança e medicina do trabalho.

13.1.2. Obrigar-se pela seleção, treinamento, habilitação, contratação, registro profissional de pessoal necessário, bem como pelo cumprimento das formalidades exigidas pelas Leis Trabalhistas, Sociais e Previdenciárias.

13.1.3. Responsabilizar-se por qualquer acidente do qual possam ser vítimas seus empregados, no desempenho dos serviços objeto do presente Contrato.

13.1.4 Responsabilizar-se pelo seguros de seu pessoal e de todo o equipamento/material/veículo que utilizar na execução dos serviços previstos neste contrato.

13.2. São obrigações da CONTRATANTE:

13.2.1. Efetuar os pagamentos no prazo estabelecido no item na Cláusula terceira deste Termo.

13.2.2 Em havendo necessidade de deslocamento do licitante/contratado para outras localidades a fim de representar ou resolver assuntos de interesse do município, as despesas com estadia, transporte e alimentação, poderão ser custeadas pelo Município, desde que previamente requisitado e mediante justificativa efetuada pelo Prefeito Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14 - Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Coronel Freitas/SC, com renúncia expressa de qualquer

outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

União do Oeste, 16 de janeiro de 2018.

FABIO ANTONIO AGOSTINETTO

Prefeito Municipal em exercício

CONTRATANTE

ASCENCE CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA – EPP

Reinaldo Valentini, CPF nº 584.236.729-72

CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____ 02. _____

Edinho Fávero Daniela Paula Foletto

CPF 027.264.999-61 CPF 040.267.159-73

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 06/2018

Publicação Nº 1516757

CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO Nº. 06/2018

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE UNIÃO DO OESTE, E A EMPRESA NOVA SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA LTDA ME,

O MUNICIPIO DE UNIÃO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n.º 78.505.591/0001-46, com sede na Avenida São Luiz 531, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício Sr. Fabio Antonio Agostinetti, CPF nº 025.196.089-78 no uso de suas atribuições, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e a empresa NOVA SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA LTDA ME, inscrita no CNPJ Nº 11.353.858/0001-56, com sede na Av. Coronel Ernesto Bertaso na cidade de Quilombo, Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo seu Sócio Sr. SIDNEI CECCHIN, CPF nº 035.832.249-90, denominada doravante simplesmente CONTRATADA, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o processo de licitação modalidade Pregão Presencial nº. 06/2018, e que se regerá pela Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato é a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de conexão de internet para o Poder Público do Município de União do Oeste – SC, conforme descrição a seguir:

1.2. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão Presencial nº. 06/2018, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORNECIMENTO

2.1. A contratada obriga-se ao fornecimento imediato na sede da prefeitura e nos demais pontos de acessos concentrados (Rede Intranet), com fornecimento dos equipamentos e instalação dos mesmos, distribuídos via fibra óptica, que deverá estar em pleno funcionamento em no máximo 10 (dez) dias da assinatura do contrato.

2.1.1. A empresa contratada deverá sob sua responsabilidade realizar as instalações e configurações dos equipamentos com tecnologia necessária de transmissão e captação de sinal, devendo contar com serviço de monitoramento dos links 24 horas durante 07 (sete) dias por semana, com suporte técnico de atendimento.

2.2. Se a qualidade dos produtos/serviços não corresponder às especificações do Edital, aquele não será aceito, aplicando-se as penalidades cabíveis.

2.3. Todas as despesas referentes à execução do objeto serão por conta da contratada, despesas essas previstas e/ou computadas na proposta.

2.4. A não execução do objeto dentro do prazo estabelecido de 10 dias após assinatura do contrato, ensejará a revogação do contrato e a aplicação das sanções legais previstas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

3.1. O presente Contrato terá vigência contados da data de sua assinatura até 31/12/2018, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, de acordo com o estabelecido na Lei N. 8.66/93 e alterações posteriores, sendo que em sua ausência presume-se concluído o contrato por término de prazo.

3.2. No caso de prorrogação contratual, após 12 meses, a contratada terá direito ao reajuste dos valores do contrato, baseado na variação

do IGP-M ou outro índice médio de preços que vier a substituí-lo.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL

4.1. Pelo(a) fornecimento da conexão de internet previstos na Cláusula primeira, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA* o valor total de R\$ 7.200,00(Sete mil e duzentos reais), divididos em 12 parcelas mensais de igual valor.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE se compromete a efetuar o pagamento em 12 parcelas mensais, de igual valor, a serem pagas até o dia 10 do mês subsequente ao vencido, mediante apresentação de nota fiscal, devidamente recebida e aceita pelo Município.

5.2. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação correrão à conta da Dotação do orçamento municipal vigente, com as seguintes classificações:

Órgão – 03 SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

Unidade - 01 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Projeto Atividade – 2.020 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Cod. Red. 08 - APLICAÇÕES DIRETAS: 3.3.90.00.00.00.00.00

5.3. O pagamento será efetuado mediante depósito bancário, em conta corrente de titularidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

6.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato ensejará a sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, com as consequências previstas no artigo 80 da referida Lei, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer indenização.

6.2. A rescisão contratual poderá ser:

6.2.1. Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/1993;

6.2.2. Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

CLÁUSULA SETIMA - DOS REAJUSTES

7.1. Os preços ora contratados não sofrerão reajuste, nem atualização dos valores, exceto a revisão na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES

8.1. São obrigações da CONTRATADA:

8.1.1. Entregar/executar os materiais/serviços de acordo com as especificações do Edital e deste contrato, sendo que os que estiverem em desacordo com o exigido não serão aceitos;

8.1.2. Responsabilizar-se-á pela qualidade dos materiais/serviços entregues, especialmente para efeito de substituição imediata, no caso de não atendimento ao solicitado ou defeito;

8.1.3. Fornecer os produtos/serviços APROVADO/LEGALIZADO, dentro dos padrões exigidos pela legislação aplicável ao objeto;

8.1.4. Fornecer garantia constante dos equipamentos das redes metro;

8.1.5. Empregar, na execução do objeto apenas profissionais habilitados no manuseio e entrega dos produtos, com requisitos indispensáveis para o exercício das atribuições relacionadas com o objeto desta avença;

8.1.7. Fornecer as devidas Notas Fiscais, nos termos da Lei;

8.1.8. Disponibilizar no mínimo de 01 (um) técnico de informática formado, com conhecimento, responsável pelas instalações, para atender ao município imediatamente quando solicitado;

8.1.9. Não poderá bloquear, limitar ou filtrar de forma alguma o tráfego de entrada ou de saída do link, exceto por solicitação expressa do CONTRATANTE;

8.1.10. Disponibilizar aplicativo para acesso através de interface Web que permita a monitoração de tráfego "on-line" no enlace e informações sobre performance e ocupação dos links, para acesso em tempo real, incluindo gráficos históricos que demonstrem as tendências e os horários de maior/menor utilização com resumo de tráfego de saída e de entrada semanal, mensal e anual, bem como a velocidade do sinal.

8.1.11. Dispor de todos os equipamentos necessários para o funcionamento do sinal da internet, bem como arcar com quaisquer despesas que possam ocorrer;

8.1.11.1..Fornecer todos os equipamentos e instalação dos mesmos, que deverão ser distribuídos via fibra óptica junto aos setores definidos pela administração ;

8.1.13. Comunicar com antecedência de 5 (cinco) dias, quando necessária, a visita de funcionários que executarão os serviços de manutenção preventiva ou corretiva nas instalações do CONTRATANTE;

8.1.14. Prestar todos os serviços de manutenção corretiva, assegurando o padrão necessário de transmissão, bem como a aplicação de correções de segurança, em todos os aparelhos;

8.1.15. Deverá garantir um nível de qualidade de serviço que garanta o desempenho dos usuários, com perda mínima dos pacotes efetuados e com disponibilidade mínima de rede de 100% , 24 horas por dia.

8.1.16. Em sendo necessário lançamento de cabos e compartilhamento de infra-estrutura com instalação de acessórios para implantação de redes ópticas através de cabos dielétricos, a empresa CONTRATADA, será responsável pela autorização junto a CELESC e responsável perante o CREA.

- 8.1.17. Deverá permitir e facilitar a fiscalização e a inspeção do local dos serviços pelos agentes do CONTRATANTE, a qualquer hora, devendo prestar todos os informes e esclarecimentos solicitados;
- 8.1.18. Assumir integralmente, por sua conta exclusiva, o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos, despesas e encargos de natureza trabalhista, previdenciária, securitária e tributária, decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto;
- 8.1.19. Sem prejuízos das demais responsabilidades:
- a) Assumirá responsabilidade pela execução do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes de sua execução, causados a esta Municipalidade ou a terceiros.
- b) Obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.
- c) a observar rigorosamente todas as normas de prevenção e segurança inerente ao respectivo ramo de atividade.

8.2. São obrigações da CONTRATANTE:

- 8.1.1. Fornecer todos os dados e especificações necessárias a completa e correta execução do objeto;
- 8.1.2. Comunicar ao Contratado, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, das necessidades supervenientes porventura ocorridas, para o perfeito cumprimento do objeto;
- 8.1.3. Efetuar o pagamento conforme definido no Edital, mediante apresentação da Nota Fiscal, desde que, atendidas as demais exigências estabelecidas neste Edital;
- 8.1.4. Fiscalizar a entrega e execução do objeto deste contrato;
- 8.1.5. Notificar o CONTRATADO por escrito, sobre quaisquer irregularidades que venham a ocorrer em função da execução dos serviços.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

- 9.1. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a empresa contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:
- 9.1.2. Pelo atraso injustificado na execução do Contrato multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), sobre o valor da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).
- 9.1.3. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida, e ainda, multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.
- 9.2. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 9.1.2 e 9.1.3 será o valor inicial do Contrato.
- 9.3. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida
- 9.4. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a empresa contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Prefeitura Municipal de União do Oeste.
- 9.5. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a CONTRATADA que não cumprir as cláusulas contratuais, sujeitas ainda:
- 9.5.1. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.
- 9.5.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

- 10.1. O presente termo não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CLÁUSULA

10.1. O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, designa como Gestor e Fiscal deste Contrato, o Sr. Pedro Antonio Trentin, Chefe de Gabinete, para o acompanhamento formal nos aspectos administrativos, procedimentais e contábeis e para executar o acompanhamento e fiscalização do objeto, devendo registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à Contratada, objetivando a correção das irregularidades apontadas, no prazo que for estabelecido.

10.2. As exigências e a atuação da fiscalização pelo CONTRATANTE em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada no que concerne à execução do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

- 12.1. A CONTRATANTE providenciará a publicação respectiva, em resumo, do presente termo, na forma prevista em Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

13.1. Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações.

14. DO FORO

14. 1 As controvérsias decorrentes deste Contrato serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a

qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

14.2 E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em duas vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

União do Oeste, 01 de fevereiro de 2018
FABIO ANTONIO AGOSTINETTO
Prefeito Municipal em exercício

NOVA SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA LTDA ME
SIDNEI CECCHIN, CPF nº 035.832.249-90
CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____	02. _____
Edinho Favero	Daniela Paula Foletto
CPF 027.264.999-61	CPF 040.267.159-73

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 02/2018

Publicação Nº 1517983

RESOLUÇÃO Nº 02/2018, de 08 de fevereiro de 2018.
DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA CAMARA
DE VEREADORES DE UNIÃO DO OESTE.

O Presidente da Câmara de Vereadores de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, a todos os habitantes, a seguinte resolução.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam por esta Resolução designados os horários de atendimentos ao público pelo corpo de funcionários desta casa a partir do dia 15 de fevereiro de 2018.

a) Assessor Jurídico:

Segundas Feiras das 7h30min às 11h30horas e das 13:00h às 17:00horas

b) Assessor Parlamentar:

Segunda Feira das 7h30min às 11h30min

Terça Feira das 7h30min às 11h30min e das 13:00h às 17:00horas

Quinta Feira das 7h30min às 11h30min

Sexta Feira das 13:00h às 17:00horas

c) Auxiliar de Serviços Gerais:

Segunda Feira a Sexta Feira das 7h30min às 11h30min e das 13:00h às 17:00horas

d) Tesoureiro:

Segunda Feira das 7h30min às 11h30min e das 13:00h às 17:00horas

Quarta Feira das 07h30min às 11h30min e das 13:00h às 17:00horas

Sexta Feira das 13h00min às 17h00min

e) Contador:

Segunda Feira das 7h30min às 11h30min e das 13h às 17horas

Quarta Feira das 7h30min às 11h30min e das 13:00h às 17:00horas

Quinta Feira das 7h30min às 11h30min e das 13:00h às 17:00horas

Sexta Feira das 7h30min às 11h30min e das 13:00h às 15:00horas

f) Controlador Interno

Terça Feira das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17horas

Quinta Feira das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17horas

Sexta Feira das 07h às 30min às 11h30min

Art. 2º Estes horários podem sofrer alteração por motivo de força maior.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revoga-se a Resolução nº 21/2017 e demais disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de União do Oeste (SC), 08 de fevereiro de 2018.

ROBERTO CARLOS ZORNAN

Presidente

Registrada e publicada em data supra.

Urubici

PREFEITURA

AVISO SUSPENSÃO PP 006/2018

Publicação Nº 1517020

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBICI
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 009/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2018

Representante Legal, Prefeito Municipal, Antônio Zilli, torna público aos interessados a suspensão temporária do pregão presencial nº006/2018, destinado à contratação de empresa especializada na prestação de serviços para atendimento e disponibilidade de benefícios de auxílio alimentação por meio de cartões eletrônicos com chip de segurança e senha pessoal, para atender aos servidores do Município de Urubici, devido aos pedidos de esclarecimentos sobre o termo de referência do anexo I do edital. Após a análise e resposta aos questionamentos, será marcada nova data para a seção pública que será informada através dos mesmos meios de divulgação utilizados anteriormente. Maiores informações podem ser obtidas através do e-mail licitação@urubici.sc.gov.br, site www.urubici.sc.gov.br, ou na Prefeitura Municipal de Urubici – SC sito Pça. Francisco Pereira Souza, 53 – Centro - CEP: 88650-000 Fone/Fax: (0xx49) 32784211, em horário das 12h00min às 18h00min junto ao setor de compras e licitações. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente Edital para que surta seu jurídico e legal efeito. Urubici, 07 de fevereiro de 2018. Antônio Zilli- Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 2193/2018

Publicação Nº 1517764

DECRETO Nº 2193/2018

DEFINE NORMAS PARA UTILIZAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR EFETUADO PELO MUNICÍPIO DE URUBICI.

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, resolve:

DECRETAR:

O Conselho Municipal de Educação deste município define critérios e pontos de embarque para os alunos usuários do transporte escolar das escolas públicas da rede estadual e municipal de ensino e também de escola filantrópica situadas no município de Urubici.

Com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no Decreto nº 1.069 de 21 de fevereiro de 2017 e Lei nº 1551/2011, e considerando a localização da escola/zonamento ficou determinado que:

1 - Para os alunos do Ensino Fundamental/Séries Finais (6º ao 9º ano) e Ensino Médio das Escolas Públicas e Filantrópicas situadas no município de Urubici, o último ponto de embarque das comunidades a seguir relacionadas: Canoas acima: Trevo do Invernador, Canoas abaixo: Ponte do Feti, Águas Brancas: Entrada da Cascalheira, Baiano: Ponte de acesso ao Arroio do Engenho, Riacho: Servidão do Adão Stefen, Vacas Gordas: Mirante.

2 - Haverá um ponto de embarque em frente a Escola de Educação Básica Manoel Dutra Bessa para os alunos matriculados e que frequentam o Ensino Médio Inovador para deslocamento até a Escola de Educação Básica Araújo Figueiredo.

3 - Para os alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental/Séries Iniciais (1º ao 5º ano) das Escolas Públicas do Município de Urubici, situadas na zona urbana, último ponto de embarque o que segue especificado: Avenida Adolfo Konder: Ginásio Municipal de Esportes Nôe da Costa Ribeiro, Baiano: antigo Bar do Biriba, Riacho: Delegacia de Polícia.

4 - Para os alunos matriculados na Escola Nucleada Laudelino Borguezan, localizada na comunidade de Santo Antônio e que residem na área urbana do município, será disponibilizado o transporte para alunos residentes na comunidade do Bairro Esquina.

5 - Poderá fazer uso do transporte escolar os usuários que apresentarem no momento do embarque Carteira de Transporte Escolar emitida pela Secretaria de Educação do município de Urubici mediante ficha cadastral emitida pela Unidade Escolar.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici/SC, em 08 de Fevereiro de 2018.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO Nº002/2018

Publicação Nº 1517784

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBICI
EXTRATO CONTRATO Nº 002/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 004/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2018

Objeto: Contratação de empresa ou instituição especializada para oferecer cursos de formação continuada para professores e gestores escolares da rede municipal de ensino, conforme especificações do anexo I do edital. Contratado: Matheus S. Steinke dos Santos ME. CNPJ: 22.084.320/0001-00. Valor total: R\$ 59.400,00 (cinquenta e nove mil e quatrocentos reais). Cumpridas as formalidades, publique-se o presente extrato para que surta seu jurídico e legal efeito. Urubici, 05 de fevereiro de 2018. Antônio Zilli- Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 049/2018

Publicação Nº 1517675

PORTARIA Nº 049/2018

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder à Servidora Lizete Arent Willemann Pickler, exercendo o cargo de Servente/Merendeira, Licença Prêmio por um período de 30 (trinta) dias, a partir de 07/02/2018, referente ao período aquisitivo 2008/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 07 de Fevereiro de 2018.

Antonio Zilli
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 050/2018

Publicação Nº 1517680

PORTARIA Nº 050/2018

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- Revogar a Portaria nº 560/2017, que readaptou em Caráter Temporário a Servidora Márcia Israel Abreu, para auxiliar nos planejamentos pedagógicos e atividades na Secretaria do Centro de Educação Infantil Ana Rodrigues Corrêa, funções estas compatíveis com suas limitações ocupacionais verificadas por meio de perícia médica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 07 de Fevereiro de 2018.

Antonio Zilli
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 051/2018

Publicação Nº 1517684

PORTARIA Nº 051/2018

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Relatório Médico emitido em 06/01/2018.

RESOLVE:

Art. 1º - Readaptar em Caráter Temporário, por um período de 01 (um) ano, a Servidora Márcia Israel Abreu, para que passe a auxiliar nos serviços gerais no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, sem contato direto com as crianças, funções estas compatíveis com suas limitações ocupacionais verificadas por meio de perícia médica, onde a servidora atuará com carga horária de 40 (quarenta) horas

semanais e vencimentos relativos ao cargo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 07 de Fevereiro de 2018.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 052/2018

Publicação Nº 1517716

PORTARIA Nº 052/2018

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica constituída a Comissão Central Organizadora da XIV Festa Nacional das Hortaliças – FENAHORT, com a seguinte composição:

- I – Marcus Aristóteles Zilli - Presidente da Comissão;
- II – Adelmo Ribeiro de Souza – Vice Presidente;
- III – Mario Ramos – Coordenador Artístico;
- IV – Rudinei Niehues Jr – Coordenador do Rodeio Crioulo;
- V – Rodonei Niehues – Coordenador da Exposição de Gado e Concurso Leiteiro;
- VI – Claudia Maria Schmitz – Coordenadora da Exposição Agrícola e Microbacias;
- VII – Evaldo Beckhauser – Coordenador da Exposição da Acolhida na Colônia;
- VIII – Donizete Rodrigues e Arzão Marcondes de Oliveira – Coordenadores da Cavalgada;
- IX – Inácio Roberto de Souza – Coordenador de Eventos Esportivos;
- X – Guilherme Westphal Meurer – Coordenador de Acampamento;
- XI – André Monsore – Coordenação de Divulgação;
- XII – Fabricio de Brida – Obra Kolping – Coordenador do Festival de Talentos;
- XIII – Nelice Dal’Bosco – Coordenadora do Desfile;
- XIV – Guilherme O. de Almeida e Ivair Niehues - Representantes da Câmara Municipal de Vereadores
- XV – Luiz Henrique Capistrano – Coordenador de Segurança, limpeza e alvarás.

Parágrafo Único – Os membros da comissão não serão remunerados e seus serviços serão considerados relevantes ao município.

Art. 2º - A gestão financeira da XIV Festa Nacional das Hortaliças será de competência exclusiva da Secretaria de Fazenda e Administração.

§1º - Compete a Secretaria de Fazenda e Administração a realização da venda de espaços destinados à exposição e comercialização de produtos, bem como a venda de espaços publicitários.

§ 2º - Toda e qualquer receita oriunda da realização da XIV Festa Nacional das Hortaliças deverá ser recolhida em conta bancária própria da Prefeitura Municipal de Urubici.

§ 3º - É de competência da Secretaria de Fazenda e Administração a ordenação de todas as despesas relativas à realização da XIV Festa Nacional das Hortaliças;

§ 4º - É obrigação da Secretaria de Fazenda e Administração a realização da prestação de contas da XIV Festa Nacional das Hortaliças.

Art. 3º - É vedado aos membros da comissão:

- I – Ordenar e realizar qualquer despesa;
- II – Realizar a venda de espaços destinados à comercialização e exposição de produtos e espaços publicitários;

Art. 4º - Compete aos membros da Comissão Central Organizadora da XIV Festa Nacional das Hortaliças:

- I – Solicitar, mediante ofício, à Secretaria de Fazenda e Administração a contratação dos fornecedores necessários à realização dos eventos pertencentes à programação da XIV Festa Nacional das Hortaliças;
- II – Realizar a divulgação dos eventos pertencentes à programação da XIV Festa Nacional das Hortaliças;
- III – Criar os regulamentos e demais atos regulatórios necessários para a realização dos eventos pertencentes à programação da XIV Festa Nacional das Hortaliças;

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 07 de Fevereiro de 2018.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 053/2018

Publicação Nº 1517689

PORTARIA Nº 053/2018

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a Servidora Efetiva Ana Karla Xavier, para exercer a função de Coordenadora na Escola Nucleada Águas Brancas, com carga horária de 40 horas semanais, percebendo a gratificação de 20% (vinte por cento) sobre seus vencimentos, nos termos do art. 17 da Lei Complementar nº 1409/2009.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 07 de Fevereiro de 2018.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 054/2018

Publicação Nº 1517691

PORTARIA Nº 054/2018

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a Servidora Efetiva Ketring Dayane da Silva, para exercer a função de Coordenadora no Centro de Educação Infantil Amélia Matos da Luz, com carga horária de 40 horas semanais, percebendo a gratificação de 20% (vinte por cento) sobre seus vencimentos, nos termos do art. 17 da Lei Complementar nº 1409/2009.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 07 de Fevereiro de 2018.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 055/2018

Publicação Nº 1517693

PORTARIA Nº 055/2018

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 001/2016/SME,

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário a Senhora Janete Beckhauser Fraga, para exercer o cargo de Professor II, na Escola Nucleada Águas Brancas, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 07/02/2018 à 20/12/2018, em substituição a Servidora Efetiva Rita Aparecida de Souza, que está a disposição na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 07 de Fevereiro de 2018.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 056/2018

Publicação Nº 1517695

PORTARIA Nº 056/2018

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder gratificação de 10% como incentivo a regência de classe à Professora Janete Beckhauser Fraga, conforme Artigo 18 da Lei Complementar nº 1409/2009.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 07 de Fevereiro de 2018.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 057/2018

Publicação Nº 1517698

PORTARIA Nº 057/2018

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 001/2016/SME,

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário a Senhora Fabiana Aparecida Fioravante, para exercer o cargo de Professor II, na Escola Nucleada Águas Brancas, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 07/02/2018 à 20/03/2018, em substituição a Servidora Efetiva Zélia Carvalho de Souza Borges, que encontra-se em Licença Prêmio.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 07 de Fevereiro de 2018.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 058/2018

Publicação Nº 1517701

PORTARIA Nº 058/2018

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder gratificação de 10% como incentivo a regência de classe à Professora Fabiana Aparecida Fioravante, conforme Artigo 18 da Lei Complementar nº 1409/2009.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 07 de Fevereiro de 2018.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 059/2018

Publicação Nº 1517705

PORTARIA Nº 059/2018

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 001/2016/SME,

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário a Senhora Simone de Lara Mota, para exercer o cargo de Professor II, na Escola Nucleada Águas Brancas, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 07/02/2018 à 20/03/2018, em substituição a Servidora Efetiva Zélia Carvalho de Souza Borges, que encontra-se em Licença Prêmio.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 07 de Fevereiro de 2018.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 060/2018

Publicação Nº 1517719

PORTARIA Nº 060/2018

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder gratificação de 10% como incentivo a regência de classe à Professora Simone de Lara Mota, conforme Artigo 18 da Lei Complementar nº 1409/2009.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 07 de Fevereiro de 2018.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 061/2018

Publicação Nº 1517721

PORTARIA Nº 061/2018

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 001/2016/SME,

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário a Senhora Rosinete Aparecida de Oliveira, para exercer o cargo de Professor II, no Centro de Educação Infantil Lidia Costa de Souza, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 07/02/2018 à 20/12/2018 e/ou enquanto perdurar a função de Coordenadora em 2018 da Servidora Efetiva Veridiana Moraes Costa, que encontra-se na Coordenação da mesma.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 07 de Fevereiro de 2018.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 062/2018

Publicação Nº 1517722

PORTARIA Nº 062/2018

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder gratificação de 10% como incentivo a regência de classe à Professora Rosinete Aparecida de Oliveira, conforme Artigo 18 da Lei Complementar nº 1409/2009.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 07 de Fevereiro de 2018.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 063/2018

Publicação Nº 1517725

PORTARIA Nº 063/2018

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 001/2016/SME,

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário a Senhora Sheila da Silva Pereira, para exercer o cargo de Servente/Merendeira, na Escola Nucleada Valdirene Arruda da Cunha Borguezan, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 07/02/2018 à 20/12/2018 e/ou enquanto perdurar a Licença Médica da Servidora Efetiva Zoneide Aparecida Martinhago de Lara.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 07 de Fevereiro de 2018.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 064/2018

Publicação Nº 1517727

PORTARIA Nº 064/2018

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 001/2016/SME,

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário a Senhora Nagela Nunes, para exercer o cargo de Servente/Merendeira, no Centro de Educação Infantil Raio de Sol, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 07/02/2018 à 20/12/2018 ou até a chamada do Concurso Público.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 07 de Fevereiro de 2018.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 065/2018

Publicação N° 1517729

PORTARIA N° 065/2018

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital n° 001/2016/SME,

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário a Senhora Sandra Rosa de Souza, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, na Escola Nucleada Águas Brancas, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 07/02/2018 à 20/12/2018 ou até a chamada do Concurso Público.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 07 de Fevereiro de 2018.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 066/2018

Publicação N° 1517731

PORTARIA N° 066/2018

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital n° 001/2016/SME,

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário a Senhora Erica Cristina de Souza Lima, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, no Centro de Educação Infantil Ana Rodrigues Corrêa, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 07/02/2018 à 20/12/2018 ou até a chamada do Concurso Público.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 07 de Fevereiro de 2018.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 067/2018

Publicação N° 1517734

PORTARIA N° 067/2018

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital n° 001/2016/SME,

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário a Senhora Maria Janaina Alves, para exercer o cargo de Auxiliar de Creche, no Centro de Educação Infantil raio de Sol, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 07/02/2018 à 20/12/2018 ou até a chamada do Concurso Público.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 07 de Fevereiro de 2018.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 068/2018

Publicação Nº 1517738

PORTARIA Nº 068/2018

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 001/2016/SME,

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário a Senhora Pamela Paola do Prado, para exercer o cargo de Auxiliar de Creche, no Centro de Educação Infantil Raio de Sol, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 07/02/2018 à 20/12/2018 ou até a chamada do Concurso Público.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 07 de Fevereiro de 2018.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 069/2018

Publicação Nº 1517740

PORTARIA Nº 069/2018

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 001/2016/SME,

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário a Senhora Thaize Zencke, para exercer o cargo de Auxiliar de Creche, no Centro de Educação Infantil Bernadete Back Warmling, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 07/02/2018 à 20/12/2018 e/ou enquanto perdurar a matrícula do aluno portador de deficiência.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 07 de Fevereiro de 2018.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 070/2018

Publicação Nº 1517741

PORTARIA Nº 070/2018

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 001/2016/SME,

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em caráter Temporário a Senhora Francieli Kuhnen, para exercer o cargo de Professor II, no Centro de Educação Infantil Bernadete Back Warmling, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 07/02/2018 à 20/12/2018 e/ou enquanto perdurar a função de Coordenadora em 2018 da Servidora Efetiva Sandra Marisa Bach, que encontra-se na Coordenação do Centro de Educação Infantil Ana Rodrigues Corrêa.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 07 de Fevereiro de 2018.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 071/2018

Publicação Nº 1517742

PORTARIA Nº 071/2018

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder gratificação de 10% como incentivo a regência de classe à Professora Francieli Kuhnen, conforme Artigo 18 da Lei Complementar nº 1409/2009.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 07 de Fevereiro de 2018.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 072/2018

Publicação Nº 1517743

PORTARIA Nº 072/2018

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 001/2016/SME,

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário a Senhora Sandra Fabiane Bitencourt Warmling, para exercer o cargo de Professor II, na Escola Nucleada Rio Vacarianos, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 07/02/2018 à 20/12/2018 e/ou enquanto perdurar a função de Coordenadora em 2018 da Servidora Efetiva Mislene Rosanski Copetti, que encontra-se na Coordenação da Escola Nucleada Rio Vacarianos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 07 de Fevereiro de 2018.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 073/2018

Publicação Nº 1517746

PORTARIA Nº 073/2018

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder gratificação de 10% como incentivo a regência de classe à Professora Sandra Fabiane Bitencourt Warmling, conforme Artigo 18 da Lei Complementar nº 1409/2009.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 07 de Fevereiro de 2018.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 074/2018

Publicação Nº 1517748

PORTARIA Nº 074/2018

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 001/2016/SME,

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário a Senhora Magda de Souza Goulart, para exercer o cargo de Professor II, na Escola Nucleada Laudelino Borguezan, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 07/02/2018 à 20/12/2018 e/ou enquanto perdurar a função de Coordenadora em 2018 da Servidora Efetiva Patrícia Joice de Lima Karklis, que encontra-se na Coordenação da Escola Nucleada Laudelino Borguezan.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 07 de Fevereiro de 2018.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 075/2018

Publicação Nº 1517750

PORTARIA Nº 075/2018

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder gratificação de 10% como incentivo a regência de classe à Professora Magda de Souza Goulart, conforme Artigo 18 da Lei Complementar nº 1409/2009.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 07 de Fevereiro de 2018.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 076/2018

Publicação Nº 1517751

PORTARIA Nº 076/2018

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 001/2016/SME,

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário a Senhora Mara Aparecida Pereira Figueredo, para exercer o cargo de Professor II, na Escola Nucleada Laudelino Borguezan, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 07/02/2018 à 20/12/2018 e/ou enquanto perdurar a função de Coordenadora em 2018 da Servidora Efetiva Patrícia Joice de Lima Karklis, que encontra-se na Coordenação da Escola Nucleada Laudelino Borguezan.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 07 de Fevereiro de 2018.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 077/2018

Publicação Nº 1517752

PORTARIA Nº 077/2018

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder gratificação de 10% como incentivo a regência de classe à Professora Mara Aparecida Pereira Figueredo, conforme Artigo 18 da Lei Complementar nº 1409/2009.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 07 de Fevereiro de 2018.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 078/2018

Publicação Nº 1517753

PORTARIA Nº 078/2018

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 001/2016/SME,

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário a Senhora Ema Kety Tome, para exercer o cargo de Professor II, na Escola Nucleada Laudelino Borguezan, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 07/02/2018 à 13/05/2018, em substituição a Servidora Gisele da Rosa, que encontra-se em Licença Maternidade.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 07 de Fevereiro de 2018.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 079/2018

Publicação Nº 1517755

PORTARIA Nº 079/2018

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder gratificação de 10% como incentivo a regência de classe à Professora Ema Kety Tome, conforme Artigo 18 da Lei Complementar nº 1409/2009.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 07 de Fevereiro de 2018.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 080/2018

Publicação Nº 1517758

PORTARIA Nº 080/2018

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 001/2016/SME,

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário a Senhora Marizana Meurer, para exercer o cargo de Professor II, na Escola Nucleada Valdirene Arruda da Cunha Borguezan, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 07/02/2018 à 20/12/2018, em virtude de desdobro de turma.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 07 de Fevereiro de 2018.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 081/2018

Publicação Nº 1517761

PORTARIA Nº 081/2018

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder gratificação de 10% como incentivo a regência de classe à Professora Marizana Meurer, conforme Artigo 18 da Lei Complementar nº 1409/2009.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 07 de Fevereiro de 2018.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

Urupema

PREFEITURA

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 10/2018 - PMU/FMS

Publicação Nº 1517454

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUPEMA
SETOR DE LICITAÇÕES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2018

A Prefeitura Municipal de Urupema, SC, torna público para conhecimento de quem interessar que fará realizar no dia 26/02/2018, às 09h00min, na sede da Prefeitura Municipal, à Av.: Manoel Pereira de Medeiros, 155, pregão presencial pelo menor preço por item, objetivando a aquisição de gêneros alimentícios, materiais de limpeza, copa e cozinha para serem utilizados nas creches, escolas municipais e secretarias municipais e fundo municipal de saúde, retirados conforme a necessidade durante o ano de 2018. Cópia do Edital e/ou maiores informações no endereço acima citado ou pelo fone (49) 3236-3014 ou kekopc@gmail.com, das 08h00min as 12h00min e 13h30min as 17h30min ou pelo site <http://www.cidademaisfriado brasil.com.br/>

Urupema, 09 de Fevereiro de 2018.
EVANDRO FRIGO PEREIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Vargem Bonita

PREFEITURA

DECRETO Nº 011/2018

Publicação Nº 1516408

DECRETO Nº 011/2018, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018.

“DECLARA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita (SC), no uso da atribuição que lhe confere o artigo 103, inciso VIII da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado “Ponto Facultativo” no serviço público municipal de Vargem Bonita, no dia 12 de fevereiro de 2018, segunda-feira de carnaval, exceto os serviços essenciais de saúde executados em regime de plantão.

Art. 2º - O retorno aos trabalhos normais no serviço público se dará no dia 14 de fevereiro de 2018, em horário normal de funcionamento (8h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, 05 de fevereiro de 2018.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI
Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios – DOM em 06/02/2018, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUÉLEN FAVRETTO

Secretária de Administração e Finanças

Videira

PREFEITURA

DISPENSA DE CONTRATAÇÃO LOTEAMENTO FARROUPILHA

Publicação Nº 1516826

Comunicação Interna n. 396/2017

Requerente: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

Assunto: DISPENSA DE LICITAÇÃO - LOTEAMENTO HABITACIONAL BAIRRO FARROUPILHA

DA PROCURADORIA GERAL:

1. RELATÓRIO

Aportou memorando CI SPLAN n. 396/2017 a esta Procuradoria, oriundo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, objetivando parecer jurídico como início do processo de dispensa da Chamada Pública para a contratação de empresa que trabalhará na implantação e expansão do Loteamento Habitacional do Bairro Farroupilha.

Na busca da diminuição do déficit habitacional, mormente para atendimento à população de menor renda, o Município pretende a construção de moradias no bairro Farroupilha, mediante parceria com a Caixa Econômica Federal, através do Programa Minha Casa Minha Vida faixa II, servindo a Administração Pública somente como interveniente no processo uma vez que não há dispêndio de recursos públicos.

Pelo Programa Federal Minha Casa Minha Vida, a Caixa Econômica Federal tem em seus cadastros empresas que atendem ao necessário para a prestação de serviço, cabendo aos Conselhos Municipais criados para esse fim a escolha daquela que mais se adequam as condições técnicas para a efetivação do melhor trabalho, consistente em: 1 – Desenvolvimento dos projetos do loteamento, conforme as Leis Municipal, Estadual e Federal, devidamente aprovados nos órgãos competentes, onde deverão conter:

- a) Requerimento;
- b) Consulta prévia;
- c) Levantamento planialtimétrico;
- d) Projeto e execução geométrico, com aprovação do município;
- e) Projeto e execução de abastecimento de água tratada;
- f) Projeto e execução do sistema de esgoto;
- g) Projeto e execução do projeto de drenagem pluvial;
- h) Projeto e execução de abastecimento de energia elétrica;
- i) Projeto e execução de pavimentação;
- j) Laudo geológico, ensaio de infiltração, sondagem e demais, conforme a necessidade de análise do solo do local;
- k) Avaliação do imóvel;
- l) Cronograma de execução;
- m) Modelo de contrato de compra e venda;
- n) Licença Ambiental Prévia (LAP), Licença Ambiental de Implantação (LAI) e Licença Ambiental de Operação (LAO);
- o) Todos os respectivos memoriais descritivos, memoriais de cálculo e AR/RRT correspondentes aos projetos e execuções;
- p) Todos os materiais e mão de obra necessários para a execução do loteamento.

2 – O desenvolvimento de todos os projetos necessários para aprovação na Caixa Econômica Federal;

3 – Todos os projetos deverão ser fornecidos ao Município, aprovados (físicos) e em formato digital, conforme Lei 62/2008.

4 – Apresentação e aprovação prévia de projeto arquitetônico das unidades residências com no mínimo 50,00 m;

5 – Apresentação de orçamento dos custos totais por habitação popular.

Neste mister, todas as empresas constantes do rol de cadastros da Caixa Econômica Federal foram notificadas para manifestarem interesse na participação, dentre essas somente demonstraram interesse a empresa Andreoni Jr Construções e Empreendimentos, Protema – Empreendimentos Imobiliários Eirelli e Palmas Engenharia e Construções Ltda.

Em reunião realizada no dia 29 de novembro de 2017, O conselho Municipal de Habitação (Decreto n. 13.968/2017), decidiu por unanimidade pela empresa Palmas Engenharia e Construções Ltda, em face do acervo técnico apresentado, tem em vista que as outras apresentaram apenas acervo em habitação vertical, o qual não é o objetivo do empreendimento.

É o breve relato.

2. ANÁLISE JURÍDICA

Quanto o tema proposto pode se tecerem algumas considerações, a saber:

Observa-se que o Art. 37, XXI, da Constituição da República Federativa do Brasil determina o seguinte, in verbis:

[...]

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Nesse passo, regulamentando o tema, a União editou a Lei Federal n. 8.666/1993, que disciplina as normas gerais para licitações e contratos administrativos, onde em seu Art. 116, estabelece os requisitos de aplicação no que couber para ajuste e outros instrumentos.

Verifica-se que a índole de norma geral só pode ser admitida na observação das exigências mínimas a serem atendidas, por tratar-se de ferramenta de cooperação, levando a crer que a regra disposta deva ser vista apenas sob a ótica da busca do atendimento à autonomia administrativa.

E neste ponto, o Município deve seguir as regras da Instituição Financeira financiadora, que delimita o cadastro de empresas aptas a promover o empreendimento, cuja escolha pertence ao Conselho Municipal de Habitação, o que impacta na falta de competitividade do pleito, mormente se considerarmos que o Município não despende nenhum valor para a remuneração da empresa escolhida, apenas intermédia.

A Lei Federal n. 11.124/05, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, que tem como objetivo viabilizar para a população de menor renda o acesso à terra urbanizada e à habitação digna e sustentável, implementar políticas e programas de investimentos e subsídios, promovendo e viabilizando o acesso à habitação voltada à população de menor renda, e articular, compatibilizar, acompanhar e apoiar a atuação das instituições e órgãos que desempenham funções no setor de habitação.

Considerando que a Política de Habitação visa promover as condições de acesso à moradia digna a todos os segmentos da população, especialmente o de baixa renda, contribuindo, assim, para a inclusão social;

Considerando o interesse do Município de Videira na implantação de loteamento popular atendido pela Lei Federal nº 11.977/09 – Minha Casa Minha Vida no bairro Farroupilha;

Considerando a Lei Complementar Municipal nº 65/08, a qual instituiu o Conselho Municipal de Habitação destinado a tratar da Política Municipal de Habitação;

Considerando a Lei Complementar Municipal nº 141/2013 criou a zona especial de interesse social – ZEIS, referente a área destinada à habitação do Loteamento Popular no Bairro Farroupilha, com observância da Constituição Federal, Lei de Parcelamento do Solo, Lei Minha Casa Minha Vida e demais normas ambientais, infraconstitucionais, federais e estaduais (art. 2º);

Considerando que os contratos oriundos do futuro financiamento habitacional serão firmados entre os mutuários (beneficiários) cadastrados junto ao Departamento de Assistência Social de Videira, que atendam aos requisitos estipulados pelo Programa Federal, através do agente operador/Caixa Econômica Federal, com base no Programa Minha Casa Minha Vida faixa II, sem a intervenção do Município de Videira;

Considerando que o Município de Videira não aplicará quaisquer recursos públicos para a construção de casas e demais otimização da expansão do citado loteamento, servindo tão somente de agente intermediador/organizador entre o mutuário e a operadora/Caixa Econômica Federal; e,

Nesse passo, e por todos os fundamentos supramencionados, objetiva-se fundamentar a dispensa da Chamada Pública para contratação de empresa de engenharia que aperfeiçoará as construções de moradias e expansão do Loteamento Popular Farroupilha.

3. CONCLUSÃO

Ante o exposto, essa Procuradoria Jurídica entende que pode se aplicar a dispensa de concorrência no presente caso, conforme preceitua as regras constantes do Art. 116 “caput”, c/c com o artigo 25, “caput”, da Lei Federal n. 8.666/1993, bem como, faz-se desnecessária a chamada pública já que não há a ocorrência de dispêndio de valores públicos.

Neste sentido, salvo melhor juízo, é o parecer da Procuradoria.

Videira, 09 de janeiro de 2017.

ELTON LUIZ BORRACHINI
Procurador Geral do Município

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Comunicação Interna n. 396/2017

Requerente: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

Assunto: DISPENSA DE CHAMADA PÚBLICA – LOTEAMENTO POPULAR BAIRRO FARROUPILHA

DESPACHO

Em razão do Parecer oriundo da douta Procuradoria Geral de Videira e amparado em decisão unânime proferida pelo colegiado do Conselho Municipal de Habitação, conforme Ata nº 02/2017, AQUIESÇO à dispensa da Chamada Pública para contratação da empresa de engenharia Palmas Engenharia e Construções Ltda., a qual aperfeiçoará todo o projeto e as construções de moradias e expansão de Loteamento Popular no Bairro Farroupilha, projeto onde não haverá a ocorrência de dispêndio de valores públicos.

Videira, 09 de janeiro de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO SUBSTITUIÇÃO TERRENO LOTEAMENTO LINHA BONITA LEI 185/2017

Publicação Nº 1516841

Comunicação Interna SPLAN n. 395/2017

Interessada: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

Assunto: Substituição de terreno – Loteamento Popular Linha Bonita

DA PROCURADORIA GERAL:

1. Relatório

Através da Lei Autorizativa n.º 158, de 29 de abril de 2015, o Município deflagrou com o escopo de suprir demanda habitacional, mediante parceria com a Caixa Econômica Federal, através do Programa Minha Casa Minha Vida faixa II, onde não houve dispêndio de recursos públicos e o Município figura na condição de mediador interveniente, para feitura de 124 (cento e vinte e quatro) unidades habitacionais. Houve a dispensa de chamada pública para a contratação da empresa que efetivou o trabalho de construção, através de parecer jurídico n. 272/2015 e decisão do Chefe do Poder Executivo publicado no DOM/SC, edição n. 2004, pág. 1049/1050 em 30 maio de 2016.

Efetivada a triagem de famílias que se encaixariam no Programa Minha Casa Minha Vida faixa II, nos moldes legais, e devidamente autorizada pela Lei n. 158/2015 a alienação onerosa dos 124 (cento e vinte e quatro) lotes urbanos do Loteamento Popular Linha Bonita, objeto da Matrícula n. 28.691, do cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira-SC, procedeu os ulteriores termos para efetivação da construção das residências dos mutuários escolhidos no formato do programa.

Ocorre que, conforme laudo técnico apresentada pela empresa Palmas Engenharia e Construções Ltda., durante a execução dos serviços de terraplanagem da obra supracitada, foram detectadas grandes diferenças entre as curvas de nível existentes no levantamento plani altimétrico feito pelo Município e entregue a mencionada empresa, assim, em virtude da grande altura que atingiu as obras de aterro necessárias para se atingir o coeficiente de segurança exigido pelas normas pertinentes, tornando os lotes 01; 02; 03; 19 e 20 da quadra G, inúteis aos fins a que se destinavam por apresentarem declividade superior as características definidas pela Caixa Econômica Federal, para substituição e atingimento ao fim social, foi elaborado um desmembramento de cinco lotes a saber: área 1 – matrícula n. 35.692; área 2 – matrícula 35.693; área 3 – matrícula 35.694; área 4 – matrícula 35.695 e área 5 – matrícula 35.696, dentro da área remanescente da mesma gleba para permutar estas áreas sem prejuízo aos mutuários, possibilitando a edificação desses terrenos.

Foi ainda editada a Lei Complementar Municipal n. 185/2017, a qual inseriu o parágrafo 3 ao artigo 6 da Lei Complementar 158/2015 que autorizou o Chefe do Poder Executivo a promover a substituição dos lotes impróprios ao empreendimento.

Os imóveis matriculados sob o n. 35.692; 35.693; 35.694; 35.695 e 35.696 do Registro de Imóveis já foram avaliados em tempo oportuno para fins de venda pelo Município e aquisição pelos mutuários através dos trâmites legais afetos ao programa Habitacional Minha Casa Minha Vida, faixa II.

2. ANÁLISE JURÍDICA

Quanto o tema proposto pode se tecerem algumas considerações, a saber:

Observa-se que o Art. 37, XXI, da Constituição da República Federativa do Brasil determina o seguinte, in verbis:

[...]

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Nesse passo, regulamentando o tema, a União editou a Lei Federal n. 8.666/1993, que disciplina as normas gerais para licitações e contratos administrativos, onde em seu Art. 17, estabelece os requisitos para as alienações de bens públicos.

Verifica-se que o mencionado artigo determina que a alienação de bens públicos esteja subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, devendo ser precedida de avaliação, autorização legislativa e de licitação na modalidade de concorrência, no entanto, podendo ser dispensada a licitação nas hipóteses previstas nas alíneas do referido dispositivo.

Vale consignar que o Loteamento Popular Linha Bonita é um programa habitacional de interesse social, portanto, sendo possível a subsunção ao Art. 17, I, f, da Lei Federal n. 8.666/1993, literis:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

[...]

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública. (Grifou-se)

Assim, a Lei Complementar Municipal n. 158/2015, autorizou o Poder Executivo de Videira a efetuar a alienação onerosa dos lotes urbanos do Loteamento Popular Linha Bonita, objeto da Matrícula n. 28.691, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira - SC.

E após a edição da Lei Complementar Municipal n. 185/2017, restou autorizado a suprir e substituir lotes que se mostraram impróprios ao empreendimento, também podendo efetuar a alienação onerosa dos imóveis sob as matrículas n. 35.692; 35.693; 35.694; 35.695 e 35.696

do Registro de Imóveis.

Urge informar, que a triagem de famílias videirenses que se enquadrem no Programa Minha Casa Minha Vida faixa II, está acontecendo através do trabalho do Departamento de Ação Social do Município que está trabalhando na lista e dados dos mutuários pré-inscritos e novos interessados, através de cadastro junto ao sistema Unidade Habitacional Urbana Casa e Terreno, para em passo seguinte se proceder de forma objetiva e pública à escolha das futuras unidades habitacionais entre todos os interessados, que se enquadrem nos requisitos, cláusulas e condições uniformes preestabelecidas, inclusive em relação ao valor.

Destarte, considerando a Lei Federal n. 11.124/05, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, que tem como objetivo viabilizar para a população de menor renda o acesso à terra urbanizada e à habitação digna e sustentável, implementar políticas e programas de investimentos e subsídios, promovendo e viabilizando o acesso à habitação voltada à população de menor renda, e articular, compatibilizar, acompanhar e apoiar a atuação das instituições e órgãos que desempenham funções no setor de habitação.

Considerando que a Política de Habitação visa promover as condições de acesso à moradia digna a todos os segmentos da população, especialmente o de baixa renda, contribuindo, assim, para a inclusão social;

Considerando o interesse do Município de Videira na implantação de loteamento popular atendido pela Lei Federal nº 11.977/09 – Minha Casa Minha Vida no bairro Amarante;

Considerando a Lei Complementar Municipal nº 65/08, a qual instituiu o Conselho Municipal de Habitação destinado a tratar da Política Municipal de Habitação;

Considerando que os imóveis constantes do Loteamento Popular Linha Bonita são de propriedade da Prefeitura Municipal de Videira, conforme a Matrícula do Cartório de Registro de Imóveis de Videira, nº 28.691, o qual conforme averbação 2/28.691, tem como destinação a implantação de Loteamento Habitacional;

Considerando a Lei Complementar Municipal nº 158/15 a qual cria zona especial de interesse social – ZEIS, referente a área destinada à habitação do Loteamento Popular Linha Bonita e autoriza a transferir por meio de alienação onerosa os citados imóveis avaliados no montante de R\$ 5.491,36 (cinco mil e quatrocentos e noventa e um reais e trinta e seis centavos) por lote;

Considerando que os contratos oriundos do futuro financiamento habitacional serão firmados entre os mutuários (beneficiários) cadastrados junto ao Departamento de Assistência Social de Videira, que tenham como mínima familiar o valor de R\$ 1.601,00 (um mil e seiscentos e um reais) e o agente operador/Caixa Econômica Federal, com base no Programa Minha Casa Minha Vida faixa II, sem a intervenção do Município de Videira;

Considerando que o Município de Videira não aplicará quaisquer recursos públicos para a construção de casas e demais otimização da expansão do citado loteamento, servindo tão somente de agente intermediador/organizador entre o mutuário e a operadora/Caixa Econômica Federal; e,

Considerando o Parecer nº 001/2014, Processo nº 001/2014, oriundo do Município de Maravilha – SC, onde em tema análogo, houve posicionamento quanto à legalidade de dispensa de licitação.

Nesse passo, e por todos os fundamentos supramencionados, objetiva-se fundamentar a dispensa da Chamada Pública para contratação de empresa de engenharia que aperfeiçoará as construções de moradias e expansão do Loteamento Popular Linha Bonita.

3. CONCLUSÃO

Ante o exposto, essa Procuradoria Jurídica entende que pode se aplicar a dispensa de concorrência no presente caso, conforme preceitua o Art. 17, I, alínea "f", da Lei Federal n. 8.666/1993, bem como, faz-se desnecessária a chamada pública já que não há a ocorrência de dispêndio de valores públicos.

Neste sentido, salvo melhor juízo, é o parecer da Procuradoria, à apreciação do Conselho Municipal de Habitação.

Videira, 08 de fevereiro de 2015.

ELTON LUIZ BORRACHINI
PROCURADOR GERAL

DISPENSA DE LICITAÇÃO SUBSTITUIÇÃO TERRENO LOTEAMENTO LINHA BONITA LEI 185/2017- DECISÃO

Publicação Nº 1516838

DECISÃO

Vistos etc.

Vieram os autos conclusos para decisão no que tange a dispensa de licitação para transferência por meio de alienação onerosa, mediante contrato de financiamento habitacional, lotes do Loteamento Linha Bonita, referentes as casas populares financiadas pela Caixa Econômica Federal através do Projeto Habitacional Minha Casa Minha Vida, faixa II.

Houve aprovação unânime do Conselho Municipal e parecer jurídico constatando a viabilidade legal do instrumento jurídico utilizado de dispensa de licitação.

Desta forma, acolho o parecer da Procuradoria-Geral de Videira e amparado em decisão unânime proferida pelo colegiado do Conselho Municipal de Habitação, conforme Ata n. 02/2017 AQUIESÇO à dispensa de licitação para o fim de transferir por meio de alienação onerosa, dos seguintes lotes: área 1 – matrícula n. 35.692; área 2 – matrícula 35.693; área 3 – matrícula 35.694; área 4 – matrícula 35.695 e área 5 – matrícula 35.696, originados de desmembramento de área remanescente da mesma gleba, viabilizando a continuidade do projeto Habitacional

Dê-se ciência a Secretaria de Planejamento e a Comissão.

Remeta-se os autos ao Departamento de Expediente para publicação no DOM/SC.

Videira, 08 de fevereiro de 2.018.
DORIVAL CARLOS BORG
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 007/18

Publicação Nº 1516737

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 007/18
PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocado o candidato abaixo relacionado para comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificado no Processo Seletivo nº 001/2016:

CONVOCADO	CARGO
1. RICARDO FADANI	MOTORISTA I – VEÍCULOS DE PASSEIO, VANS E UTILITÁRIOS PEQUENOS

O convocado deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Exame Toxicológico;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- Declaração de bens;
- Certidão negativa de antecedentes criminais;
- Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 06 de fevereiro de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário Municipal de Administração Interino

PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2018 - PMV

Publicação Nº 1517745

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2018 – PMV
REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 22/2018 - PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO ELÉTRICA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DO EVENTO EXPO VIDEIRA 2018, A SER REALIZADO NOS DIAS 01, 02, 03 E 04 DE MARÇO DE 2018 NO MUNICÍPIO DE VIDEIRA, PELA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00:00h do dia 23/02/2018. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 08 de fevereiro de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2018 - PMV

Publicação Nº 1517306

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2018 – PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 23/2018 - PMV. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE TAÇAS PARA SEREM UTILIZADAS NOS EVENTOS DA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 16:30:00h do dia 23/02/2018. Abertura da sessão no mesmo dia às 16:30:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 08 de fevereiro de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO 09/2018- PMV

Publicação Nº 1517219

Termo Aditivo nº 195/2017

Contrato/Ata nº: CT nº 59/2016

Processo: TP nº 19/2016- PMV

Contratada: GL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

Objeto: adequar material e mão-de-obra conforme solicitação, planilha e quantitativos constantes na justificativa da Secretaria responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato e da obra, ocasionando a supressão de R\$ 13.306,77 (treze mil trezentos e seis reais e setenta e sete centavos).

Valor:- R\$ 13.306,77 (treze mil trezentos e seis reais e setenta e sete centavos)

Data: 08/02/2018.

Vitor Meireles

PREFEITURA

PORTARIA Nº 034/2018

Publicação Nº 1516500

PORTARIANº 034/2018

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONTRATAR:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009 e nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: JUREMA DECARLI

Cargo: SERVENTE/MERENDEIRA - ACT

Do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, em Regime de Admissão em Caráter Temporário – ACT, para exercer suas funções na Secretaria de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir do dia 09 de fevereiro de 2018, em substituição à servidora JUREMA DECARLI, afastada para tratamento de saúde. O contrato encerra dia 20 de fevereiro de 2018, prorrogado automaticamente conforme o período de afastamento da servidora.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 09 de fevereiro de 2018, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 08 DE FEVEREIRO DE 2018.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

Xanxerê

PREFEITURA

DECRETO Nº AM 020/2018

Publicação Nº 1516886

DECRETO Nº AM 020/2018

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº AM 2907/06, de 12 de julho de 2006, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Município, e

Considerando a ordem de classificação dos candidatos ao cargo de Técnico em Enfermagem, no Concurso Público Municipal nº 001/2015, homologado pelo Decreto Municipal nº AJG 078/2015, de 08/04/15, com reclassificação do cargo homologado pelo Decreto nº AJG 097/2015, de 11 de maio de 2015, prorrogado pelo Decreto nº AM 110/2017, de 06/04/2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora CLACIANE MÜLLER, brasileira, solteira, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê, SC, inscrita no cpf/mf sob nº 064.338.279-85, portadora da Cédula de Identidade nº 4.732.584-4, expedida pela SSP/SC, COREN/SC nº 454.380, para o cargo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e vencimento previsto no Anexo I, da Lei Complementar nº BLB 3376/11 de 23 de novembro de 2011, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 07 de fevereiro de 2018.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO PROCESSO Nº 0007/2018

Publicação Nº 1516668

Extrato 1º Termo Aditivo ao Processo nº 0007/2018 – Inexigibilidade nº 0001/2018

Objeto: Credenciamento de Prestadores Serviços de Saúde, para realização de consultas e procedimentos, para atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde do Município de Xanxerê.

Fica Aditado no Item 2.1 do Edital – dos Procedimentos, os Serviços Médicos de Plantonista Presencial, conforme abaixo especificado, de acordo com o Termo de Referência da Secretaria Municipal de Saúde em anexo, passando a ser:

Procedimentos/Especificações	Quant. Mês	Valor Contrapartida	Valor Total mensal Estimado R\$
Medico Plantonista Presencial com carga horária (turno) de 06 (seis) horas para a Unidade de Pronto Atendimento.	Aprox.270 horas/mês	R\$ 85,00 p/hora – sendo R\$ 510,00 por Plantão	R\$ 22.950,00 Mensal

Xanxerê-SC, 06 de fevereiro de 2018. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0017/2016

Publicação Nº 1516637

Extrato 2º Aditivo ao Contrato nº 0017/2016

Contratante: O Município de Xanxerê.

Contratado: CPL – Desenvolvimento de Softwre Ltda.

Objeto: Locação e Manutenção de Software de Blocos de Produção Rural.

Fica prorrogado o prazo de vigência para mais 12 (doze) meses contados a partir de 20 de fevereiro de 2018 vigorando até 19 de fevereiro de 2019, conforme Ofício da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Parecer do Comitê Gestor anexo.

Xanxerê-SC, 08 de fevereiro de 2018. Charles Luiz Rabaioli – Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico.

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0028/2017

Publicação Nº 1516672

Extrato 3º Aditivo ao Contrato nº 0028/2017

Contratante: O MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Contratado: TERRAMAX CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA.

Objeto: Execução de Obras de Terraplanagem, Pavimentação Asfáltica, Drenagem Pluvial e Sinalização Viária, da Rua Thomé de Souza, no

Bairro Aparecida, com extensão de 400,00m.

Fica Suprimido do Contrato Originário, o valor de R\$ 9.331,65 (nove mil trezentos e trinta e um reais e sessenta e cinco centavos) conforme demonstrados na Planilha de Orçamento Reprogramado, justificativas da Engenharia e Parecer do Comitê Gestor sob nº 052/2018.

Xanxerê-SC, 08 de fevereiro de 2018. Avelino Menegolla– Prefeito Municipal.

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0037/2014

Publicação Nº 1516640

Extrato 4º Aditivo ao Contrato nº 0037/2014

Locatário: O Município de Xanxerê.

Locadora: Gelci Faganello

Objeto: Locação de uma sala comercial para depósito de materiais diversos da Secretaria Municipal de Educação.

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato original por mais 12 meses, contados a partir de 20 de fevereiro de 2018, vigorando até 19 de fevereiro de 2019, conforme Ofício da Secretaria de Educação e Parecer do Comitê Gestor anexo.

Xanxerê-SC, 08 de fevereiro de 2018. Claudia Siviane Fávero – Secretária Municipal de Educação.

Xaxim

PREFEITURA

LEI Nº 4320/2018

Publicação Nº 1516473

Lei nº 4.320/2018, de 05 de fevereiro de 2018.

DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DE HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA AOS PROCURADORES DO MUNICÍPIO DE XAXIM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LIRIO DAGORT, Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Nas ações judiciais de qualquer natureza, em que for parte o Município de Xaxim, os honorários advocatícios fixados por arbitramento, acordos ou sucumbência pertencem integralmente aos Procuradores do Município.

§ 1º. O disposto no "caput" tem validade para todas as ações ajuizadas, que estejam em andamento ou não.

§ 2º. Os honorários constituem verba variável, não incorporável nem computável para cálculo de qualquer vantagem remuneratória.

§ 3º. Os honorários serão partilhados em partes iguais entre os Procuradores do Município que estejam em exercício no momento da percepção da verba honorária a ser rateada.

§ 4º. No caso de ser autorizada em favor de Procuradores do Município a redução de carga horária, o valor referente aos honorários será equivalente e proporcional para a carga horária correspondente.

§ 5º. Os honorários previstos no "caput" deste artigo são verbas de natureza privada, não constituindo encargos ao Tesouro Municipal, sendo pagos exclusivamente pela parte sucumbente ou devedora.

Art. 2º. Para efeitos desta Lei, equipara-se a Procurador do Município os servidores ocupantes do cargo de Advogado Público, detentor de registro de advogado junto a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB e com poderes de representação da municipalidade em juízo, nos termos da Lei Complementar nº 38, de 1º de junho de 2007.

Art. 3º. Será suspenso o rateio de honorários ao titular do direito em qualquer das seguintes condições:

I – em licença por interesse particular;

II – em licença para campanha eleitoral;

III – em exercício de mandato eletivo;

IV – em licença para o serviço militar;

V – em licença para acompanhar cônjuge servidor público que servir em outro ponto do Estado, do território nacional, ou no estrangeiro;

VI – em cumprimento de penalidade de suspensão; e

VII – licenciado para desempenho de mandato classista.

Parágrafo Único. Será excluído da distribuição de honorários o titular do direito que perder o cargo por exoneração, demissão, aposentadoria, falecimento ou pela posse em outro cargo, desde que dela se verifique acumulação indevida.

Art. 4º. Os valores relativos aos honorários advocatícios serão levantados preferencialmente pelo Procurador do Município atuante no processo.

§ 1º. O Procurador do Município atuante no processo deverá requerer que os honorários advocatícios sejam objeto de alvará apartado, bem como que sejam creditados em conta específica do Município.

§ 2º. Nos processos em que o alvará for expedido de forma automatizada na conta do Município de Xaxim, assim como nos casos em que houver pagamento administrativo, a Tesouraria deverá proceder a transferência dos valores para conta específica para posterior transferência dos valores relativos aos honorários sucumbenciais aos advogados públicos em exercício no respectivo mês do pagamento.

Art. 5º. Dos valores mensalmente arrecadados, serão efetuará o rateio e o depósito do saldo até o décimo dia do mês subsequente.

Parágrafo Único. É dever da Tesouraria do Município a prestação de contas quadrimestral dos recebimentos e rateio das verbas honorárias.

Art. 6º. É nula qualquer disposição, cláusula, regulamentação ou ato administrativo que retire dos Procuradores do Município de Xaxim o direito ao recebimento e rateio dos honorários advocatícios de que trata essa Lei.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 06 de fevereiro de 2018.

LIRIO DAGORT

Prefeito Municipal

Consórcios

ARIS

PORTARIA Nº 01/ 2018 - ESTABELECE OS DIAS OS DIAS 12 E 14 DE FEVEREIRO DE 2018 COMO PONTO FACULTATIVO DE SERVIÇO PÚBLICO NA ARIS

Publicação Nº 1517802

PORTARIA/Diretor Geral nº 01, de 07 de fevereiro de 2018

Estabelece os dias 12 e 14 de fevereiro de 2018 como ponto facultativo de serviço público na ARIS.

O Diretor-geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), Sr. Adir Faccio, no uso da sua atribuição, RESOLVE:

Art. 1º Fica estabelecido como ponto facultativo os dias 12 e 14 de fevereiro de 2018.

Parágrafo único. Retorna o expediente normal de serviço a partir das 13 horas do dia 14 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Este ato entrará em vigor na data da sua publicação.

Florianópolis, 07 de fevereiro de 2018.

ADIR FACCIO

Diretor-geral

CIGA

ATO DE DISPENSA Nº 03/2018

Publicação Nº 1516745

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 19/2017

Ato de Dispensa nº 03/2018

Objeto: aquisição de imóvel para abrigar e complementar, para o regular exercício de suas funções, a área total da sede administrativa do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, qual seja, três Salas Comerciais de n.ºs 2, 3 e 4, localizadas no 1º Pavimento, no prédio comercial "Centro Executivo Imperatriz", as quais totalizam 471,31m² de área privativa e 578,735m² de área total, conforme descrição abaixo do imóvel e da unidade autônoma adquirida, bem como especificações contidas no Memorial Descritivo do Imóvel e na Proposta apresentada pela VENDEDORA.

Imóvel:

"CENTRO EXECUTIVO IMPERATRIZ"

Endereço: Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Bairro Canto, Florianópolis/SC

Área total do terreno: 7.268,370m²

Área total construída: 13.799,210m²

Matrícula: n.º 40.671, registrada no 3º Ofício de Registro de Imóveis de Florianópolis/SC

Projeto: Aprovado pela PMF n.º 54.549.

Unidade autônoma adquirida:

SALAS	ÁREA PRIVATIVA m²	ÁREA COMUM m²	ÁREA TOTAL m²	INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA	MATRÍCULA C. 3º OFÍCIO RI FPOLIS/SC.
2, 3 e 4	471,310	107,425	578,735	51.080.080.0210.523-247	48.011
AREA TOTAL	471,310	107,425	578,735		

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso X, da Lei nº 8.666/93.

JUSTIFICATIVA: O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA foi criado em 2007 pelos municípios integrantes da Federação Catarinense de Municípios (FECAM) e associações de municípios, com a finalidade única de executar a gestão associada de serviços públicos na área de tecnologia da informação, por meio de mecanismos e instrumentos de coordenação e de cooperação entre os entes públicos, objetivando a inclusão digital e a melhoria da eficiência e da eficácia da gestão pública municipal. Instrumentos com tal característica são de fundamental importância para a efetividade da Federação brasileira, constituída por três esferas autônomas de governo.

Desde a constituição deste Consórcio Público, sempre esteve instalado em endereço comum à FECAM, haja vista a atuação cooperativa com as entidades a ela vinculadas (o CIGA, a Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS e a Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM), em verdadeira representação do federalismo cooperativo, de índole constitucional, expresso no artigo 241 da Constituição da

República Federativa do Brasil, bem como a conservação dessa atuação conjunta, de benefícios evidentes ao CIGA, condição natural para a obtenção de resultados eficientes às finalidades a que se propõe.

Em vista do crescimento e desenvolvimento de suas atividades, fez-se necessária a aquisição de espaços físicos adequados para a condução dos trabalhos. De tal modo, a FECAM, a EGEM, a ARIS e o CIGA firmaram Protocolo de Intenções, de n.º 01, em 27 de novembro de 2014, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, diário eletrônico oficial de todas, Edição n.º 1641, páginas 1402-1404, que definiu, por primeiro, a necessidade premente de compra de imóvel destinado às suas sedes administrativas, por segundo, os requisitos mínimos instituídos para a aquisição da nova sede administrativa das entidades que o celebraram.

Para cumprir os intentos fixados no Protocolo de Intenções, instrumento autorizativo da aquisição da nova sede, bem como a deliberação adotada na Reunião Ordinária do CIGA, realizada em 11 de dezembro de 2014, instaurou-se, em 14 de janeiro de 2015, o Processo Administrativo n.º 01/2015 do CIGA, para aferir as condições técnico-econômicas de imóveis que preencham os requisitos mínimos estabelecidos naquele ato, atendendo ao interesse público (fl. 2).

Nesse passo, em 28 de janeiro do ano de 2015, a Assembleia Geral Ordinária do CIGA aprovou o Orçamento Anual deste Consórcio Público, o Plano de Trabalho, bem como deferiu, por unanimidade, a pretensão aquisitiva no mesmo local das entidades municipalistas FECAM, EGEM e ARIS, pois, além de possuírem objetivos comuns de atendimento aos municípios, poderiam compartilhar áreas, tais como: salas de reuniões, auditórios, refeitórios, equipamentos e demais infraestruturas, gerando economicidade de manutenção e de custo operacional das entidades, as quais são mantidas, praticamente, com recursos oriundos dos municípios (Edição n.º 1675 do DOM/SC, páginas 608-610).

Com a sede administrativa do CIGA, além de atender sua estrutura organizacional necessária e possível dentro da realidade orçamentária da associação pública, possibilitou o chamamento de mais empregados públicos do Concurso Público realizado em 2014 para preenchimento de vagas do seu Quadro de Pessoal, e garantiu o atendimento dos municípios consorciados e das atividades administrativas.

No entanto, houve o ingresso de 48 novos municípios em 2015 e 5 novos municípios em 2016, incluindo municípios capitais. Não bastasse isso, a Assembleia Geral do CIGA, em 28 de janeiro de 2016, a qual aprovou o novo quadro de pessoal do CIGA, aumentou o número de cargos para atender às novas demandas.

Considerando que a limitação orçamentária no Exercício de 2015 propiciou apenas as aquisições das salas de n.º 1306 e 1307, bem como de 3 (três) vagas de garagens.

Considerando que o espaço locado atualmente, referente às Salas Comerciais de n.º 1304 e 1305, localizadas no 13º Pavimento, e duas Vagas de Garagens de n.º 107 e 108, localizadas no Pavimento Pilotis, no prédio comercial "CENTRO EXECUTIVO IMPERATRIZ", matrículas 41.821, 41.822, 41.624 e 41.625 do 3º Ofício de Registro de Imóveis, Circunscrição Continente de Florianópolis, objeto de aquisição no Processo Administrativo n.º 22/2016/CIGA ainda não foi concretizado, devido à ausência de certidão negativa a ser fornecida pela Vendedora, o que permitiria a rescisão contratual permitindo que o recurso empregado no referido processo – R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) – possa ser investido na aquisição de mais salas.

Considerando a expansão no número de consorciados ao CIGA, sendo 302 municípios até a presente data, bem como o aumento no número de sistemas contratados, de 771 em dezembro de 2016 para 842 na presente data, sendo que o quadro de pessoal também precisará ser aumentado para conseguir atender às novas demandas nas prestações de serviços do CIGA.

Considerando a deliberação na 15ª Reunião Ordinária, realizada em 14 de março de 2017, na qual o Conselho de Administração consolidou a necessidade de expansão do quadro de pessoal do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, a qual demanda a realização de concurso público no Exercício de 2017.

Considerando que na 16ª Reunião Ordinária, realizada em 30 de maio de 2017, novamente foi abordada a questão de que a viabilidade de futuros projetos do CIGA está atrelada às novas contratações, as quais serão efetuadas a partir da realização de concurso público, ainda no Exercício de 2017.

Considerando a ocupação total dos espaços adquiridos em 2015, salas de n.º 1306 e 1307, e dos espaços locados atualmente, salas 1304 e 1305.

Considerando a importância de possuir adequado espaço físico para a execução das atividades administrativas, de desenvolvimento tecnológico, operação, manutenção, treinamento e demais atividades junto aos 302 municípios consorciados.

Considerando que, atualmente, há apenas o 1º Pavimento do Centro Executivo Imperatriz disponível para aquisição por completo, pois todos os demais já possuem salas ocupadas.

Considerando a disponibilidade orçamentária e financeira do CIGA para aquisição de mais salas, tendo em vista o superávit de 2016 e a arrecadação que vem sendo realizada no Exercício de 2017.

Faz-se necessária, para o regular exercício de suas funções, a aquisição de um espaço maior para abrigar a sede administrativa do consórcio CIGA, com o intuito de que sejam viáveis os aumentos futuros no quadro de pessoal que serão iniciados a partir da realização do Concurso Público, ainda no Exercício de 2017, de forma que o CIGA mantenha suas atividades concentradas num mesmo edifício, o que conduz à dispensa de licitação, com fundamento no artigo 24, inciso X, da Lei n.º 8.666/93.

VENDEDORA: BECO-CASTELO 01 – EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA.

CNPJ: 21.137.479/0001-82

VALOR: O CIGA pagará à VENDEDORA a importância total de R\$ 2.941.000,00 (dois milhões, novecentos e quarenta e um mil reais), pelo objeto descrito no presente Ato de Dispensa, a ser pago em 2 (duas) parcelas, sob as seguintes condições:

I – O valor de R\$ 2.235.000,00 (dois milhões, duzentos e trinta e cinco mil reais) será pago mediante a apresentação do Protocolo do Registro do Contrato Particular de Compra e Venda, junto ao Cartório do 3º Ofício de Registro de Imóveis de Florianópolis, em até 5 (cinco) dias úteis após a apresentação do referido protocolo;

II – O valor de R\$ 706.000,00 (setecentos e seis mil reais) será pago após a assinatura da Escritura Definitiva de Compra e Venda do Imóvel, que deverá ocorrer até o dia 30 de abril de 2018, simultaneamente com a entrega do imóvel pronto para utilização pelo CIGA, conforme características prometidas pela VENDEDORA (vide Memorial Descritivo do Imóvel - Anexo III), ou o que ocorrer primeiro.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto nº 1.001 – Aquisição da Sede Administrativa; Elemento de despesa n.º 4.4.90.61.06 (salas e/ou escritórios).

Florianópolis, 07 de fevereiro de 2018.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna
Presidente do CIGA

Extrato de Contrato n. 86 - Prefeitura Municipal de Itajaí

Publicação Nº 1517061

EXTRATO DE CONTRATO Nº 86/2018
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Itajaí
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Itajaí
CNPJ: 83.102.277/0001-52
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 12/2018
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 17.400,00 (dezesete mil e quatrocentos reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 31 de janeiro de 2018.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 085/2018 - BECO-CASTELO 01

Publicação Nº 1516807

EXTRATO DE CONTRATO Nº 085/2018/CIGA

Processo Administrativo nº 19/2017
Dispensa de Licitação nº 03/2018

COMPRADOR: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

CNPJ: 09.427.503/0001-12

VENDEDORA: BECO-CASTELO 01 – EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA.

CNPJ: 21.137.479/0001-82

OBJETO: Aquisição de imóvel para abrigar e complementar, para o regular exercício de suas funções, a área total da sede administrativa do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, qual seja, três Salas Comerciais de n.ºs 2, 3 e 4, localizadas no 1º Pavimento, no prédio comercial "Centro Executivo Imperatriz", as quais totalizam 471,31m² de área privativa e 578,735m² de área total, conforme descrição abaixo do imóvel e da unidade autônoma adquirida, bem como especificações contidas no Anexo III – Memorial Descritivo do Imóvel e na Proposta apresentada pela VENDEDORA:

Imóvel:

"CENTRO EXECUTIVO IMPERATRIZ"

Endereço: Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Bairro Canto, Florianópolis/SC

Área total do terreno: 7.268,370m²

Área total construída: 13.799,210m²

Matrícula: n.º 40.671, registrada no 3º Ofício de Registro de Imóveis de Florianópolis/SC

Projeto: Aprovado pela PMF n.º 54.549.

Unidade autônoma adquirida:

SALAS	ÁREA PRIVATIVA m²	ÁREA COMUM m²	ÁREA TOTAL m²	INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA	MATRÍCULA C. 3º OFÍCIO RI FPOLIS/SC.
2, 3 e 4	471,310	107,425	578,735	51.080.080.0210.523-247	48.011
AREA TOTAL	471,310	107,425	578,735		

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso X, da Lei n.º 8.666/93.

VIGÊNCIA: O presente Contrato terá os seguintes prazos:

I – **VIGÊNCIA:** da data da assinatura até o adimplemento total das obrigações pelas partes;

II – **EXECUÇÃO:** da data da assinatura até a transferência da propriedade do imóvel ao COMPRADOR, conforme previsto neste Contrato;

III – **ENTREGA DE DOCUMENTOS COMPLEMENTARES SOLICITADOS À VENDEDORA:** 3 (três) dias úteis após comunicação emitida pelo COMPRADOR à VENDEDORA;

IV – **CONFECÇÃO DA ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA E VENDA DO IMÓVEL:** até 5 (cinco) dias úteis após a obtenção de certidão de dispensa (imunidade) do ITBI;

V – **REGISTRO DA ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA E VENDA NA MATRÍCULA DO IMÓVEL:** até 5 (cinco) dias úteis após a entrega do instrumento pelo Tabelionato de Notas.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto nº 1.001 – Aquisição da Sede Administrativa, no elemento de despesa nº 4.4.90.61.06 (Aquisição de imóveis – Salas e/ou escritórios).

VALOR: O COMPRADOR pagará à VENDEDORA a importância total de R\$ 2.941.000,00 (dois milhões, novecentos e quarenta e um mil reais), pelo imóvel descrito na Cláusula Segunda, respeitadas as condições estabelecidas neste Contrato, valor a ser pago em 2 (duas) parcelas, sob as seguintes condições:

I – O valor de R\$ 2.235.000,00 (dois milhões, duzentos e trinta e cinco mil reais) será pago mediante a apresentação do Protocolo do Registro do Contrato Particular de Compra e Venda, junto ao Cartório do 3º Ofício de Registro de Imóveis de Florianópolis, em até 5 (cinco) dias úteis após a apresentação do referido protocolo;

II – O valor de R\$ 706.000,00 (setecentos e seis mil reais) será pago após a assinatura da Escritura Definitiva de Compra e Venda do Imóvel, que deverá ocorrer até o dia 30 de abril de 2018, simultaneamente com a entrega do imóvel pronto para utilização pelo CIGA, conforme características prometidas pela VENDEDORA (vide Memorial Descritivo do Imóvel - Anexo III), ou o que ocorrer primeiro.

Florianópolis, 08 de fevereiro de 2018.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

TERMO ADITIVO Nº 03 AO CONTRATO N.º 100/2015 - CÉLULA4

Publicação Nº 1517186

TERMO ADITIVO N.º 03/2018

TERCEIRO TERMO ADITIVO ao CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 100/2015, firmado entre o CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA e a empresa CÉLULA4 SISTEMAS PARA INTERNET EIRELI, para a prestação continuada de serviços de tecnologia da informação e comunicação, quais sejam, serviços de manutenção corretiva, adaptativa e evolutiva, a qual corresponde à adição de novas funcionalidades (funcionais e não funcionais), alteração nas já existentes ou automação de processos, a fim de atender às mudanças nos requisitos do 'Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores', conforme especificações contidas no Anexo III do referido Contrato.

O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, nesta Capital, inscrito no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, neste ato representado pelo Diretor Executivo, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 912.833.619-49, como CONTRATANTE, e a empresa CÉLULA4 SISTEMAS PARA INTERNET EIRELI, situada à Rua Francisco Gouveia, n.º 34, sala 01, bloco B, Bairro Jurerê, CEP 88.053-645, Florianópolis/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 06.163.454/0001-60, neste ato representada pelo Senhor Lucas Lopes dos Santos, brasileiro, casado, Analista de Sistemas, inscrito no CPF sob o n.º 959.983.140-34, como CONTRATADA, firmam o presente TERMO ADITIVO ao Contrato Administrativo n.º 100/2015, celebrado em 09 de fevereiro de 2015, originário do Processo Licitatório n.º 26/2014, Inexigibilidade de Licitação n.º 03/2014, o que fazem com fundamento nas Cláusulas Décima Primeira (Das Alterações Contratuais), Vigésima (Da Vigência) e Vigésima Primeira (Da Publicação), e com fulcro na Lei n.º 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DURAÇÃO PRORROGADA

O presente termo aditivo estabelece a prorrogação da vigência do Contrato Administrativo n.º 100/2015, por mais 12 meses, nos termos de sua Cláusula Vigésima e do art. 57 da Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo terá vigência de 10 de fevereiro de 2018 até 09 de fevereiro de 2019.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

Com as alterações constantes das cláusulas anteriores, ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo n.º 100/2015.

CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato deste Termo Aditivo será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, conforme disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

E, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo nominadas.

Florianópolis/SC, 05 de fevereiro de 2018.

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo – CIGA
CONTRATANTE

LUCAS LOPES DOS SANTOS
Célula4 Sistemas para Internet Eireli
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

MARIA CECÍLIA ROSA FERNANDES
Célula4 Sistemas para Internet Eireli

MORGANA ARENT MICHELS BAGINI
Gerente Administrativa – CIGA

CIMVI

CONTRATO DE USUÁRIO Nº 2015/001 - QUARTA ALTERAÇÃO

Publicação Nº 1517537

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

QUARTA ALTERAÇÃO AO CONTRATO DE USUÁRIO Nº 2015/001

CONTRATANTE: Comércio Paplasti de Reciclados Ltda Me

CONTRATADO: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

OBJETO: Prorrogação dos prazos de vigência e execução em mais 12 (doze) meses.

Integra em www.cimvi.sc.gov.br>Contratos>Usuários

Timbó, 08 de fevereiro de 2018.

PAULO ROBERTO WEISS

Presidente

REPUBLICAÇÃO TRIMESTRAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2017/002 - LICITAÇÃO Nº 003/2017 - MÃO DE OBRA

Publicação Nº 1517633

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2017/002

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017 PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

FORNECEDOR: HS Automação Industrial Ltda EPP

OBJETO: Registro de Preços para eventual contratação de empresa prestadora de serviços especializados em alvenaria, serralheria/corte e solda, eletrotécnica, elétrica, hidráulica e fornecimento de mão de obra especializada para operação da Estação de Tratamento de Efluentes do Aterro Sanitário, para atendimento das necessidades do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI, conforme segue:

LOTE 03 - SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM ELETROTÉCNICA, ELÉTRICA E HIDRÁULICA

Sub-Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Preço (R\$)	
3.1	1000	hora	ELETROTÉCNICO OU TÉCNICO AUTOMAÇÃO - MONTAGEM E MANUTENÇÃO DE PAINÉIS ELÉTRICOS	43,90	43.900,00



3.2	1000	hora	ENCANADOR/ELETRICISTA	33,90	33.900,00
3.3	1000	hora	AUXILIAR DE ENCANADOR/ELETRICISTA	23,90	23.900,00
LOTE 03 – VALOR TOTAL (R\$)					101.700,00

LOTE 04 – FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA OPERAÇÃO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE EFLUENTES (ETE) DO ATERRO SANITÁRIO

Sub-Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Preço (R\$)	
4.1	2200	hora	OPERADOR DA ETE DO ATERRO SANITÁRIO	22,00	48.400,00
LOTE 04 – VALOR TOTAL (R\$)					48.400,00

VALIDADE DA ATA: até 31 de dezembro de 2017.

Integra em www.cimvi.sc.gov.br/publicações/licitações

Timbó, 30 de Março de 2017.

PAULO ROBERTO WEISS

Presidente

REPUBLICAÇÃO TRIMESTRAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2017/002 - LICITAÇÃO Nº 003/2017 - MÃO DE OBRA - 1ª ALTERAÇÃO

Publicação Nº 1517634

PRIMEIRA ALTERAÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2017/002 – LICITAÇÃO Nº 003/2017

Considerando-se o resultado do Processo Licitatório nº 003/2017 – Pregão Presencial pelo Sistema de Registro de Preços, a sujeição mútua às normas constantes nas Leis nº 8.666/93 e nº 10.520/02, e demais legislações pertinentes, a proposta vencedora e as cláusulas da Ata de Registro de Preços;

Considerando-se a necessidade de manutenção do registro dos preços de serviços especializados em alvenaria, serralheria/corte e solda, eletrotécnica, elétrica, hidráulica e fornecimento de mão de obra especializada para operação da Estação de Tratamento de Efluentes do Aterro Sanitário para o próximo exercício para atendimento de eventuais necessidades do CIMVI e a previsão de prorrogação da Ata de Registro de Preços, conforme item 2.1 de sua Cláusula Segunda e artigos 15, § 3º, III da Lei nº 8.666/93 e art. 12, caput da Resolução CIMVI nº 166 de 06 de setembro de 2016;

As partes, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, com sede na Rua Tupiniquim, nº 1.070 – Zona Rural, Cidade de Timbó - SC, representado por seu Presidente, Paulo Roberto Weiss, Prefeito do Município de Rodeio - SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro, HS AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 13.401.064/0001-46, com sede a Rua Fritz Lorenz, nº 3331, Galpão 01, Sala A, Bairro Industrial, cidade de Timbó/SC, neste ato representada por Vanessa Daiana da Silva Schwartz, inscrito no CPF sob o nº 009.047.649-23 doravante denominada FORNECEDORA, resolvem, de comum acordo, celebrar ALTERAÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2017/002 - LICITAÇÃO Nº 003/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Da alteração:

1.1 - O prazo de validade previsto na Cláusula Segunda da Ata de Registro de Preços nº 2017/002, firmada em 30/03/2017, fica prorrogado por este Termo, passando a vigorar até 29 de março de 2018.

CLÁUSULA SEGUNDA – Da Ratificação:

2.1 - As demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços nº 2017/002 ficam mantidas e ratificadas.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente Termo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Timbó, 04 de dezembro de 2017.

CONTRATANTE	FORNECEDORA
Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI	HS Automação Industrial Ltda EPP

Ricardo Augusto de Oliveira Xavier Araujo
Advogado - OAB/SC 17.721 – Visto

Testemunhas:

Patricia Barbaresco
CPF nº 095.555.009-24

James Schmitt
CPF: 648.520.169-68

CIS/AMARP

EXTRATO CONTRATO 133/2018

Publicação Nº 1517173

EXTRATO DE CONTRATO 133/ 2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede a Rua Manoel Roque, 99 e CLÍNICA MÉDICA NEVES DA FONTOURA LTDA, CNPJ 13.266.980/0001-10, situada na Rua Coronel Fagundes, 111, sala 03, Santa Tereza, Videira/SC.

Espécie: Contrato de Prestação de Serviços.

Objeto: Tem como objeto à prestação de serviços na área de Exames Diagnósticos e/ou Consultas Especializadas.

Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Termo de Credenciamento: 133/2018.

Prazos: inicia-se em 01 de Fevereiro de 2018, encerrando-se em 31 de dezembro de 2018.

Valor: conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CIS-AMARP.

Data da Assinatura: 31/01/2018

Signatários: Prefeito Luciano Paganini contratante e Rodrigo Borsatti Neves da Fontoura contratado.

CIS/AMFRI

EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CREDENCIAMENTO CIS-AMFRI Nº 011 DE 2016 - COMUNIC

Publicação Nº 1516612

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – CIS-AMFRI.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CREDENCIAMENTO Nº. 011/2016

Credenciado: CLÍNICA COMUNIC PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA – ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 23.904.792/0001-24.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Além dos procedimentos já credenciados para prestação de serviços pelo CREDENCIADO, ficam acrescidos ao objeto do credenciamento nº 011/2016 os seguintes procedimentos:

PROCEDIMENTO	Código SIA/SUS	Valor CIS-AMFRI
CONSULTA DERMATOLOGISTA	03.01.01.007-2	50,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo correrão por conta da dotação orçamentária vigente.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas não modificadas por este Termo Aditivo.

Itajaí/SC, 08 de fevereiro de 2018.

CÉLIO JOSÉ BERNARDINO
DIRETOR ADMINISTRATIVO DO CIS-AMFRI

PORTARIA Nº 01 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018 -ALTERA COMPOSIÇÃO COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO CIS-AMFRI

Publicação Nº 1516486

PORTARIA Nº 01 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.

ALTERA A PORTARIA Nº 01 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2017, QUE DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – CIS-AMFRI

Célio José Bernardino, Diretor Administrativo do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí – CIS-AMFRI, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 26, inciso XI c/c art. 49 do Protocolo de Intenções do CIS-AMFRI, e amparado na Lei Federal nº. 11.107/2005, e no Decreto Federal nº. 6.017/07, e

CONSIDERANDO que constitui por objeto do CIS-AMFRI propor, estudar, planejar, executar, operar, avaliar, coordenar e supervisionar ações destinadas a fomentar a saúde de forma regionalizada, de forma a impulsionar o desenvolvimento sustentável nos Municípios que o integram;

CONSIDERANDO que de acordo com artigo 49 do Protocolo de Intenções do CIS-AMFRI, o Consórcio observará as normas de direito público no que concerne à realização de licitação, celebração de contratos e prestação de contas, RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a composição da Comissão Permanente de Licitação passando a funcionar com os seguintes membros: Célio José Bernardino, Diretor Administrativo, Jean Carlos Coelho, Contador, e, Djonatan Batista de Lima, Assessor Jurídico.

Art. 2º - A Comissão Permanente de Licitação passa a ser composta da seguinte forma:

- I – Presidente: Célio José Bernardino;
- II – Membro: Jean Carlos Coelho;
- III – Membro: Djonatan Batista de Lima.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Itajaí/SC, 08 de fevereiro de 2018.

CÉLIO JOSÉ BERNARDINO
Diretor Administrativo CIS-AMFRI

CIS/AMMVI

AUTORIZAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2018

Publicação Nº 1517650

A U T O R I Z A Ç Ã O
DISPENSA DE LICITAÇÃO 007/2018

Objeto: Fornecimento de sistema informatizado de gestão (incluindo instalação, migração de dados, treinamento, implantação, manutenção, garantia de atualização legal, atualização tecnológica e suporte técnico).

Após análise da Justificativa do Processo de Dispensa de Licitação nº 007/2018, e afigurando-me que a contratação é legal, nos termos permissivos do artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, combinado com artigo 17, parágrafo único da Lei Federal nº 11.107/2005, AUTORIZO o procedimento que se cogita, objetivando a aquisição dos itens supramencionados por intermédio de contratação direta com IPM Sistema LTDA., pelo valor de R\$ 6.930,00 (seis mil novecentos e trinta reais).

Ordeno que se proceda a formalização do Contrato Administrativo correspondente e realização da respectiva Nota de Empenho, conforme constante da Justificativa apresentada, revestindo-se sua publicação de condição de sua eficácia.

Sigam-se os ulteriores termos.

Blumenau/SC, 09 de fevereiro de 2018.
Cleones Hostins
Diretor Executivo

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2018

Publicação Nº 1517646

**EXTRATO
DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Processo: 007/2018

Objeto: Fornecimento de sistema informatizado de gestão (incluindo instalação, migração de dados, treinamento, implantação, manutenção, garantia de atualização legal, atualização tecnológica e suporte técnico).

Contratado: IPM Sistema LTDA. – CNPJ 01.258.027/0003-03).

Valor total: R\$ 6.930,00 (seis mil novecentos e trinta reais).

Data de vigência: 09/02/2018 a 31/12/2018.

Base legal: artigo 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, combinado com o artigo 17, parágrafo único da Lei Federal nº 11.107/2005.

Blumenau/SC, 09 de fevereiro de 2018.

Cleones Hostins

Diretor Executivo

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2018

Publicação Nº 1517656

**TERMODERATIFICAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO 007/2018**

Afigurando-me que a contratação é legal, com base no artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, combinado com o artigo 17, parágrafo único da Lei Federal nº 11.107/2005, RATIFICO os atos do procedimento em favor de IPM Sistema LTDA - CNPJ nº 01.258.027/003-03, para fornecimento de sistema informatizado de gestão (incluindo instalação, migração de dados, treinamento, implantação, manutenção, garantia de atualização legal, atualização tecnológica e suporte técnico).

Ordeno que se proceda a formalização do Contrato Administrativo correspondente e realização da respectiva Nota de Empenho, bem como a publicação do objeto supramencionado, para sua eficácia.

Sigam-se os ulteriores termos.

Blumenau/SC, 09 de fevereiro de 2018.

Cleones Hostins

Diretor Executivo

CIS/AMURES**EXTRATOS DE CONTRATOS DE RATEIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 2018 - CIS/AMURES**

Publicação Nº 1517182

EXTRATO DE CONTRATO DE RATEIO Nº 43/2017

CONTRATANTE: Município de Lages CNPJ: 11.840.546/0001-77

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA AMURES – CIS/AMURES. CNPJ: 07.383.800.0001/88

OBJETO: Este contrato tem por objeto o repasse de recursos para manutenção das atividades de funcionamento do Consórcio, para fins de execução dos objetivos descritos no Contrato de Consórcio Público.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Conforme autoriza o inciso I, da cláusula 36 do contrato de Consórcio Público, Resolução nº 04/2017 do CIS/AMURES, no termos do artigo 8º Lei 11.107 de 2005, do Decreto Federal nº 6.017/07, art. 24, inciso XXVI da Lei Federal 8.666/93.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no Contrato de Consórcio Público, o município fará a manutenção do CIS/AMURES, conforme artigo 8 da lei 11.107/05, os entes consorciados deverão entregar recursos ao consórcio público mediante contrato de rateio.

VALOR: Total anual R\$ 116.126,16 (Cento e dezesseis mil, cento e vinte e seis reais e dezesseis centavos) serão repassados pelo Município de Lages, em parcelas mensais e sucessivas, devendo ser a primeira debitada até o dia 10 de fevereiro de 2018.

VIGÊNCIA: Este contrato terá início na data de sua assinatura e vigorará até data de 31/12/2018.

Lages/SC, 18 de Dezembro de 2017.

Fernanda de Souza Córdova

Presidente do CIS/AMURES

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 44/2017

CONTRATANTE: Município de Lages CNPJ: 11.840.546/0001-77

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA AMURES – CIS/AMURES. CNPJ: 07.383.800.0001/88

OBJETO: Este contrato tem por objeto o repasse de recursos para atendimento da prestação de serviço celebrado entre o Município e o CIS/AMURES, observada a capacidade instalada do CIS-AMURES, de acordo com o Credenciamento de Prestadores de Serviço, assegurada a prestação de serviços de saúde em caráter suplementar e complementar, em conformidade com as diretrizes do SUS.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Conforme Contrato de Consórcio Público, Lei 11.107 de 2005, do Decreto Federal nº 6.017/07, art.24, inciso XXVI da Lei Federal 8.666/93.

VALOR: A importância variável de até no máximo de R\$ 324.000,00 (trezentos e vinte e quatro mil), de acordo com a utilização dos serviços mensais conforme a cota do Município, conforme planilha de gastos.

VIGÊNCIA: Este contrato terá início na data de sua assinatura e vigorará até data de 31/12/2018.

Lages/SC, 18 de Dezembro de 2017.

Fernanda de Souza Córdova

Presidente do CIS/AMURES

EXTRATOS DE CONTRATOS DE RATEIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 2018 - CIS/AMURES

Publicação Nº 1517190

EXTRATO DE CONTRATO DE RATEIO Nº 011/2018

CONTRATANTE: Município de Vargem CNPJ: 95.995.130/0001-18

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA AMURES – CIS/AMURES. CNPJ: 07.383.800.0001/88

OBJETO: Este contrato tem por objeto o repasse de recursos para manutenção das atividades de funcionamento do Consórcio, para fins de execução dos objetivos descritos no Contrato de Consórcio Público.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Conforme autoriza o inciso I, da cláusula 36 do contrato de Consórcio Público, Resolução nº 04/2017 do CIS/AMURES, no termos do artigo 8º Lei 11.107 de 2005, do Decreto Federal nº 6.017/07, art. 24, inciso XXVI da Lei Federal 8.666/93.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no Contrato de Consórcio Público, o município fará a manutenção do CIS/AMURES, conforme artigo 8 da lei 11.107/05, os entes consorciados deverão entregar recursos ao consórcio público mediante contrato de rateio.

VALOR: Total anual R\$ 45.946,20 (Quarenta e cinco mil, novecentos e quarenta e seis reais e vinte centavos) serão repassados pelo Município de Vargem, em parcelas mensais e sucessivas, devendo ser a primeira debitada até o dia 10 de fevereiro de 2018.

VIGÊNCIA: Este contrato terá início na data de sua assinatura e vigorará até data de 31/12/2018.

Lages/SC, 02 de Janeiro de 2018.

Fernanda de Souza Córdova

Presidente do CIS/AMURES

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 10/2018

CONTRATANTE: Município de Vargem CNPJ: 95.995.130/0001-18

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA AMURES – CIS/AMURES. CNPJ: 07.383.800.0001/88

OBJETO: Este contrato tem por objeto o repasse de recursos para atendimento da prestação de serviço celebrado entre o Município e o CIS/AMURES, observada a capacidade instalada do CIS-AMURES, de acordo com o Credenciamento de Prestadores de Serviço, assegurada a prestação de serviços de saúde em caráter suplementar e complementar, em conformidade com as diretrizes do SUS.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Conforme Contrato de Consórcio Público, Lei 11.107 de 2005, do Decreto Federal nº 6.017/07, art.24, inciso XXVI da Lei Federal 8.666/93.

VALOR: A importância variável de até no máximo de R\$ 48.000,00 (Quarenta e oito mil reais), de acordo com a utilização dos serviços mensais conforme a cota do Município, conforme planilha de gastos.

VIGÊNCIA: Este contrato terá início na data de sua assinatura e vigorará até data de 31/12/2018.

Lages/SC, 02 de Janeiro de 2018

Fernanda de Souza Córdova

Presidente do CIS/AMURES

EXTRATOS DE CONTRATOS DE RATEIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 2018 - CIS/AMURES

Publicação Nº 1517188

EXTRATO DE CONTRATO DE RATEIO Nº 01/2018

CONTRATANTE: Município de São Cristóvão do Sul CNPJ: 95.991.261/0001-27

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA AMURES – CIS/AMURES. CNPJ: 07.383.800.0001/88

OBJETO: Este contrato tem por objeto o repasse de recursos para manutenção das atividades de funcionamento do Consórcio, para fins de execução dos objetivos descritos no Contrato de Consórcio Público.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Conforme autoriza o inciso I, da cláusula 36 do contrato de Consórcio Público, Resolução nº 04/2017 do CIS/AMURES, no termos do artigo 8º Lei 11.107 de 2005, do Decreto Federal nº 6.017/07, art. 24, inciso XXVI da Lei Federal 8.666/93.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no Contrato de Consórcio Público, o município fará a manutenção do CIS/AMURES, conforme artigo 8 da lei 11.107/05, os entes consorciados deverão entregar recursos ao consórcio público mediante contrato de rateio.

VALOR: Total anual R\$ 61.261,56 (Sessenta e um mil, duzentos e sessenta e um reais e cinquenta e seis centavos) serão repassados pelo Município de São Cristóvão do Sul, em parcelas mensais e sucessivas, devendo ser a primeira debitada até o dia 10 de fevereiro de 2018.

VIGÊNCIA: Este contrato terá início na data de sua assinatura e vigorará até data de 31/12/2018.

Lages/SC, 02 de Janeiro de 2018.

Fernanda de Souza Córdova

Presidente do CIS/AMURES

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 02/2018

CONTRATANTE: Município de São Cristóvão do Sul

CNPJ: 95.991.261/0001-27

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA AMURES – CIS/AMURES. CNPJ: 07.383.800.0001/88

OBJETO: Este contrato tem por objeto o repasse de recursos para atendimento da prestação de serviço celebrado entre o Município e o CIS/AMURES, observada a capacidade instalada do CIS-AMURES, de acordo com o Credenciamento de Prestadores de Serviço, assegurada a prestação de serviços de saúde em caráter suplementar e complementar, em conformidade com as diretrizes do SUS.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Conforme Contrato de Consórcio Público, Lei 11.107 de 2005, do Decreto Federal no.6.017/07, art.24, inciso XXVI da Lei Federal 8.666/93.

VALOR: A importância variável de até no máximo de R\$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais), de acordo com a utilização dos serviços mensais conforme a cota do Município, conforme planilha de gastos.

VIGÊNCIA: Este contrato terá início na data de sua assinatura e vigorará até data de 31/12/2018.

Lages/SC, 02 de Janeiro de 2018

Fernanda de Souza Córdova

Presidente do CIS/AMURES

EXTRATOS DE CONTRATOS DE RATEIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 2018 - CIS/AMURES

Publicação Nº 1517184

EXTRATO DE CONTRATO DE RATEIO Nº 01/2018

CONTRATANTE: Município de Ponte Alta do Norte CNPJ: 95.991.287/0001-75

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA AMURES – CIS/AMURES. CNPJ: 07.383.800.0001/88

OBJETO: Este contrato tem por objeto o repasse de recursos para manutenção das atividades de funcionamento do Consórcio, para fins de execução dos objetivos descritos no Contrato de Consórcio Público.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Conforme autoriza o inciso I, da cláusula 36 do contrato de Consórcio Público, Resolução nº 04/2017 do CIS/AMURES, no termos do artigo 8º Lei 11.107 de 2005, do Decreto Federal nº 6.017/07, art. 24, inciso XXVI da Lei Federal 8.666/93.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no Contrato de Consórcio Público, o município fará a manutenção do CIS/AMURES, conforme artigo 8 da lei 11.107/05, os entes consorciados deverão entregar recursos ao consórcio público mediante contrato de rateio.

VALOR: Total anual R\$ 45.946,20 (Quarenta e cinco mil, novecentos e quarenta e seis reais e vinte centavos) serão repassados pelo Município de Ponte Alta do Norte, em parcelas mensais e sucessivas, devendo ser a primeira debitada até o dia 10 de fevereiro de 2018.

VIGÊNCIA: Este contrato terá início na data de sua assinatura e vigorará até data de 31/12/2018.

Lages/SC, 02 de Janeiro de 2018.

Fernanda de Souza Córdova

Presidente do CIS/AMURES

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 01/2018

CONTRATANTE: Município de Ponte Alta do Norte

CNPJ: 95.991.287/0001-75

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA AMURES – CIS/AMURES. CNPJ: 07.383.800.0001/88

OBJETO: Este contrato tem por objeto o repasse de recursos para atendimento da prestação de serviço celebrado entre o Município e o CIS/AMURES, observada a capacidade instalada do CIS-AMURES, de acordo com o Credenciamento de Prestadores de Serviço, assegurada a prestação de serviços de saúde em caráter suplementar e complementar, em conformidade com as diretrizes do SUS.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Conforme Contrato de Consórcio Público, Lei 11.107 de 2005, do Decreto Federal nº 6.017/07, art.24, inciso XXVI da Lei Federal 8.666/93.

VALOR: A importância variável de até no máximo de R\$ 354.000,00 (Trezentos e cinquenta e quatro mil reais), de acordo com a utilização dos serviços mensais conforme a cota do Município, conforme planilha de gastos.

VIGÊNCIA: Este contrato terá início na data de sua assinatura e vigorará até data de 31/12/2018.

Lages/SC, 02 de Janeiro de 2018

Fernanda de Souza Córdova

Presidente do CIS/AMURES

EXTRATOS DE CONTRATOS DE RATEIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 2018 - CIS/AMURES

Publicação Nº 1517180

EXTRATO DE CONTRATO DE RATEIO Nº 02/2018

CONTRATANTE: Município de Campo Belo do Sul CNPJ: 82.777.319/0001-92

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA AMURES – CIS/AMURES. CNPJ: 07.383.800.0001/88

OBJETO: Este contrato tem por objeto o repasse de recursos para manutenção das atividades de funcionamento do Consórcio, para fins de execução dos objetivos descritos no Contrato de Consórcio Público.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Conforme autoriza o inciso I, da cláusula 36 do contrato de Consórcio Público, Resolução nº 04/2017 do CIS/AMURES, no termos do artigo 8º Lei 11.107 de 2005, do Decreto Federal nº 6.017/07, art. 24, inciso XXVI da Lei Federal 8.666/93.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no Contrato de Consórcio Público, o município fará a manutenção do CIS/AMURES, conforme artigo 8 da lei 11.107/05, os entes consorciados deverão entregar recursos ao consórcio público mediante contrato de rateio.

VALOR: Total anual R\$ 61.261,56 (Sessenta e um mil, duzentos e sessenta e um reais e cinquenta e seis centavos) serão repassados pelo Município de Campo Belo do Sul, em parcelas mensais e sucessivas, devendo ser a primeira debitada até o dia 10 de fevereiro de 2018.

VIGÊNCIA: Este contrato terá início na data de sua assinatura e vigorará até data de 31/12/2018.

Lages/SC, 03 de Janeiro de 2018.

Fernanda de Souza Córdova

Presidente do CIS/AMURES

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 01/2018

CONTRATANTE: Município de Campo Belo do Sul

CNPJ: 82.777.319/0001-92

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA AMURES – CIS/AMURES. CNPJ: 07.383.800.0001/88

OBJETO: Este contrato tem por objeto o repasse de recursos para atendimento da prestação de serviço celebrado entre o Município e o CIS/AMURES, observada a capacidade instalada do CIS-AMURES, de acordo com o Credenciamento de Prestadores de Serviço, assegurada a prestação de serviços de saúde em caráter suplementar e complementar, em conformidade com as diretrizes do SUS.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Conforme Contrato de Consórcio Público, Lei 11.107 de 2005, do Decreto Federal no.6.017/07, art.24, inciso XXVI da Lei Federal 8.666/93.

VALOR: A importância variável de até no máximo de R\$ 408.000,00 (Quatrocentos e oito mil reais), de acordo com a utilização dos serviços mensais conforme a cota do Município, conforme planilha de gastos.

VIGÊNCIA: Este contrato terá início na data de sua assinatura e vigorará até data de 31/12/2018.

Lages/SC, 03 de Janeiro de 2018

Fernanda de Souza Córdova

Presidente do CIS/AMURES

RESOLUÇÃO Nº 09 DE 08/02/2018 - CIS/AMURES- COMISSÃO DE LICITAÇÃO 2018

Publicação Nº 1516663

RESOLUÇÃO Nº. 09 de 08/02/2018.

Altera a Resolução nº 01/2017 de 10/02/2017 que nomeou Pregoeiro e Equipe de Apoio para realização de licitações na modalidade pregão, no âmbito do CIS/AMURES, e dá outras providências.

Fernanda de Souza Cordova, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS/AMURES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social, e com base nas Leis 10.520/2002 e 8.666/93, e suas posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - Manter a função de pregoeiro designando o servidor Guilherme Rangel Bianchini, e destitui da função de participante da Equipe de Apoio, a servidora Neiva Glaucia Fernandes Ribeiro, designando a servidora Camilla Coriander de Souza Alves para compor a referida equipe, conforme abaixo relacionado:

COMISSÃO DE LICITAÇÃO 2018

I – Pregoeiro – Guilherme Rangel Bianchini

II – Equipe de Apoio – Denise Regina Alves

Camilla Coriander de Souza Alves

Alexandre de Sousa

Art. 2º - O Pregoeiro e a respectiva Equipe de apoio receberão a título de gratificação, o valor de R\$ 550,00 (Quinhentos e cinquenta reais) para o pregoeiro e de R\$ 220,00 (Duzentos e vinte reais) para os demais membros, pela natureza qualificada que o cargo requer.

Art. 3º - A investidura dos membros da Comissão, nomeada nesta Resolução, será por 1 (um) ano, vedada à recondução da totalidade de seus membros para a mesma comissão no período subsequente, à exceção do pregoeiro que poderá ser reconduzido.

Art. 4º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Lages, 08 de Fevereiro de 2018.

FERNANDA DE SOUZA CORDOVA

Presidente do CIS/AMURES

CISAM**RESOLUÇÃO CISAM MEIO OESTE Nº 03/2018**

Publicação Nº 1517178

RESOLUÇÃO Nº 03/2018

“Estabelece ponto facultativo no Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste, na forma que especifica”

O Presidente do CISAM Meio Oeste, no uso de suas atribuições legais, em observância ao que dispõe o Estatuto Social e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Fica estabelecido ponto facultativo no Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste nos dias 12 e 13 de fevereiro de 2018, em comemoração alusiva as festividades carnavalescas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal/SC, 08 de fevereiro de 2018.

Nilvo Dorini

Presidente CISAM Meio Oeste

CITMAR**PORTARIA Nº 01 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018 - ALTERA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO CITMAR**

Publicação Nº 1516492

PORTARIA Nº 01 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.

ALTERA A PORTARIA Nº 02 DE 10 DE MARÇO DE 2018, QUE DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE TURISMO COSTA VERDE E MAR - CITMAR

Célio José Bernardino, Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar – CITMAR, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 26, inciso XI c/c art. 49 do Protocolo de Intenções do CITMAR, e amparado na Lei Federal nº. 11.107/2005, e no Decreto Federal nº. 6.017/07,

CONSIDERANDO que constitui por objeto do CITMAR propor, estudar, planejar, executar, operar, avaliar, coordenar e supervisionar ações destinadas a fomentar o turismo regional, de forma a impulsionar o desenvolvimento sustentável nos Municípios que o integram,

CONSIDERANDO que de acordo com artigo 49 do Protocolo de Intenções do CITMAR, o Consórcio observará as normas de direito público no que concerne à realização de licitação, celebração de contratos e prestação de contas, RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a composição da Comissão Permanente de Licitação passando a funcionar com os seguintes membros: Célio José Bernardino, Diretor Executivo, Jean Carlos Coelho, Contador, e, Djonatan Batista de Lima, Assessor Jurídico.

Art. 2º - A Comissão Permanente de Licitação passa a ser composta da seguinte forma:

- I – Presidente: Célio José Bernardino;
- II – Membro: Jean Carlos Coelho;
- III – Membro: Djonatan Batista de Lima.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Itajaí/SC, 08 de fevereiro de 2018.

CÉLIO JOSÉ BERNARDINO
Diretor Executivo do CITMAR

CVC**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001-2018**

Publicação Nº 1517904

CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 004/2018 - CVC
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 001/2018 - CVC
EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2018 - CVC
REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2018 - CVC

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, representado neste ato por sua Diretora Executiva Sra. SILVANA FÁTIMA VIDY ZANELLA, comunica aos interessados que fará realizar Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando à aquisição do objeto abaixo indicado. Os envelopes de proposta e documentação deverão ser entregues no Protocolo Geral Do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, localizado na Av. Santa Catarina, nº 1022, Centro, Coronel Freitas/SC, no máximo até as 08h30min do dia 22 (vinte) de fevereiro de 2018, com abertura no mesmo dia às 09h00min, ocasião em que se dará início ao credenciamento e à abertura dos envelopes. A presente Licitação será do tipo MAIOR DESCONTO OFERECIDO PARA PEÇAS E MAIOR DESCONTO OFERECIDO PARA SERVIÇO HORA/HOMEM - POR LOTE, modalidade "PREGÃO PRESENCIAL" visando o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação do objeto abaixo indicado, com fornecimento parcelado para os ÓRGÃOS PARTICIPANTES: Municípios de: Águas de Chapecó, Águas Frias, Coronel Freitas, Formosa do Sul, Jardinópolis, Nova Erechim, Quilombo, Santa Helena, São João do Oeste e União do Oeste

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS:

Pregoeira: Flávia Rolim de Moura
Endereço: Av. Santa Catarina, nº 1022, Centro, Coronel Freitas – SC.
Telefone: (49) 3347 0819

As condições estatuídas neste Edital, que será regido pela Resolução nº 003, de 27 de março de 2015, Resolução nº 005, de 02 de abril de 2015, as quais se encontram disponível no site do CVC (www.consorciovcv.sc.gov.br), Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

1 - DO OBJETO

1.1 - O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO MECÂNICA, FUNILARIA, PINTURA, ELETRICIDADE, BOMBAS E BICOS, ESTOFARIA E TAPEÇARIA, PARA OS MUNICÍPIOS ASSOCIADOS AO CONSÓRCIO CVC (compreendendo todas as secretárias, fundos, fundações, autarquias e demais órgãos dos mesmos), com o fornecimento de peças, óleos e filtros genuínos da marca do veículo ou originais de fábrica ou peças homologadas pelas montadoras, e serviços no que se refere à parte mecânica, funilaria, pintura, eletricidade, bomba e bicos injetores, estofaria, tapeçaria, suspensão, lanternagem em geral, pelo período de 12 (doze) meses, com quantitativos e especificações técnicas estabelecidos nos termos do presente Edital e no Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

1.2 - As peças, bem como os serviços deverão atender às exigências de qualidade, observadas os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial - ABNT, INMETRO, etc. - atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições do art. 39, inciso VIII da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor). Os serviços deverão ser executados de maneira que mantenha os veículos em condições de perfeito, ininterrupto e regular funcionamento, mediante assistência técnica e serviços de manutenção preventiva e corretiva de defeito e verificações que se fizerem necessárias, efetuando-se conserto e lubrificações, bem como outros serviços recomendados para uma manutenção adequada.

1.3 - Deverá ser realizada pelas empresas licitantes, uma minuciosa vistoria nos veículos, nos quais serão desenvolvidos os serviços, para que tenham conhecimento das condições ambientais e técnicas, onde se desenvolverão os serviços de manutenção. Não serão admitidas, em hipótese alguma, reclamações futuras.

1.4 - O valor estimativo para a contratação é de R\$ 6.950.000,00 (seis milhões novecentos e cinquenta mil reais), incluindo peças e mão-de-obra (serviços). O presente valor é apenas estimativo e serão solicitados serviços e peças até o montante necessário para manter os veículos em boas condições de uso. Não havendo solicitação de realização de serviços ou aquisição de peças, não há compromisso dos Municípios associados pelo seu pagamento.

1.5 - A relação dos veículos constantes no Termo de Referência - Anexo I servem apenas como referência para o quantitativo de peças e serviços a serem prestados, podendo, contudo, sofrer alterações durante a execução do contrato, devido a baixa ou aquisição de novos veículos, sendo que essas alterações não implicam em reajuste no valor contratado.

1.6 - A presente contratação não gerará nenhum vínculo empregatício entre os Municípios associados, bem com o Órgão Gerenciador (Consórcio CVC) perante o fornecedor e com seus profissionais contratados, sendo de sua responsabilidade deslocamento, estadia, alimentação e transporte dos profissionais, pagamento de impostos, encargos e tributos que incidirem sobre a contratação, além do fornecimento de todo material necessário para realização dos serviços.

1.7 - É vedada a participação:

- De empresas reunidas em consórcios;
- De empresas declaradas inidôneas pela Administração Municipal, Estadual ou Federal, o que abrange a administração direta e indireta, as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob os seus controles e as fundações por elas instituídas e mantidas;
- De empresas impedidas de licitar ou contratar com CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC;
- De empresas sob processo de falência.

2 – DO CREDENCIAMENTO

OBS 1: Nenhuma pessoa poderá representar mais de uma empresa neste pregão, sob pena de exclusão sumária de ambas as licitantes representadas.

OBS 2: Os documentos do credenciamento deverão vir fora dos envelopes de proposta de preços e documentação. Caso o proponente não queira dar lances não precisará se credenciar, contudo deverá entregar a declaração de cumprimento dos requisitos do Edital conforme item 2.3. e no caso de ME, EPP ou MEI que queiram usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações deverão entregar os documentos conforme item 2.6.

2.1 - Quando a interessada for representada por pessoa que estatutariamente tenha poder para tal, este deverá apresentar Carteira de Identidade ou documento equivalente, bem como o Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, ou no caso de empresário individual, a inscrição no registro público de empresas mercantis.

2.2 - Caso seja representada por procurador, este deverá apresentar procuração (podendo utilizar o ANEXO VI como modelo) ou documento equivalente, com assinatura do Outorgante reconhecida em cartório, Carteira de Identidade ou documento equivalente, bem como o Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, ou no caso de empresário individual, a inscrição no registro público de empresas mercantis, a fim de comprovar os poderes do outorgante.

2.3 – Declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação, conforme modelo (ANEXO IV).

2.4 - Os documentos de credenciamento de que tratam os itens 2.1, 2.2, 2.3 e 2.6, deverão vir FORA DOS ENVELOPES de documentação e proposta e ficarão retidos nos autos.

2.5 - Os documentos devem apresentar prazo de validade, conforme o caso, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação por servidor do Consórcio CVC.

2.6 – As micro empresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) ou Microempreendedores Individuais (MEI) que possuam alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal poderão apresentar junto ao credenciamento CERTIDÃO SIMPLIFICADA EXPEDIDA PELA JUNTA COMERCIAL NO ANO DE 2018 comprovando que a empresa é ME ou EPP ou no caso de MEI certificado de inscrição comprovando esta condição. As empresas que apresentarem esta comprovação poderão usufruir dos benefícios descritos no Art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/06, ou seja:

a) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (CINCO) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do Consórcio CVC, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

3 - DA PROPOSTA

3.1 - A proposta deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2018
ENVELOPE Nº 01 - "PROPOSTA DE PREÇOS"

3.2 - A proposta necessariamente deverá preencher os seguintes requisitos:

a) ser apresentada no formulário ANEXO II ou segundo seu modelo, com prazo de validade mínimo de 60 (sessenta) dias, contendo os percentuais de desconto para cada caso, segundo as exigências mínimas apresentadas no Capítulo 1 deste Edital e com base no "Termo de Referência", constante do Anexo I do presente Edital. Não serão permitidas alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas. Recomenda-se aos senhores licitantes que, dentro do possível, utilizem o formulário anexo ao edital, pois agiliza a análise das propostas e reduz os erros de elaboração das mesmas;

b) conter o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o nº do CNPJ e da Inscrição Estadual ou Municipal;

c) suas folhas devem estar assinadas e rubricadas pelo seu representante legal;

d) conter declaração de que os preços apresentados compreendem todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, fretes e seguros;

e) conter prazo de entrega das peças em no máximo 02 (dois) dias corridos, e retirada dos veículos no máximo 24 (vinte) horas, a contar da data do recebimento da autorização;

f) a quantidade mínima de unidades a ser cotada por item corresponde a quantidade total estimada para a contratação, constante na segunda coluna do Anexo II.

3.3 - As propostas deverão conter:

a Percentual de desconto por lote sobre o preço máximo estabelecido na tabela abaixo a ser atribuído para o custo de serviços por hora/homem;

a Percentual de desconto por lote sobre tabela de preços praticados ao consumidor final pelas concessionárias da marca do veículo para venda de peças genuínas da marca do veículo ou originais e peças homologadas pelas montadoras, conforme tabela de Preços de Venda a Vista de Peças e Acessórios do fabricante das marcas dos veículos relacionados no Termo de Referência - Anexo I

LOTE	Valor Máximo a ser atribuído para o custo da Mão de Obra Especializada/Hora	Percentual mínimo de desconto para as peças
01	R\$ 200,00	5%
02	R\$ 200,00	5%
03	R\$ 200,00	5%
04	R\$ 200,00	5%
05	R\$ 200,00	5%
06	R\$ 200,00	5%
07	R\$ 200,00	5%
08	R\$ 200,00	5%
09	R\$ 200,00	5%
10	R\$ 140,00	5%
11	R\$ 90,00	5%
12	R\$ 140,00	5%
13	R\$ 140,00	5%
14	R\$ 140,00	5%
15	R\$ 90,00	5%

16	R\$ 90,00	5%
17	R\$ 140,00	5%
18	R\$ 140,00	5%
19	R\$ 90,00	5%
20	R\$ 90,00	5%
21	R\$ 90,00	5%
22	R\$ 50,00	5%
23	R\$ 90,00	5%
24	R\$ 90,00	5%
25	R\$ 90,00	5%
26	R\$ 90,00	5%
27	R\$ 140,00	5%
28	R\$ 140,00	5%
29	R\$ 200,00	5%
30	R\$ 200,00	5%
31	R\$ 200,00	5%
32	R\$ 90,00	5%
33	R\$ 50,00	5%

3.4 - Na elaboração da proposta a licitante registrará o percentual de desconto que aplicará no valor da mão-de-obra por lote. O valor base para o cálculo do desconto consta no quadro acima. Esse percentual será fixo durante a vigência do contrato, ou seja, 12 meses contados da assinatura da ata.

3.5 - Anexar à proposta, os dados bancários: nome do banco, nº da conta corrente, indicando a agência bancária para recebimento dos créditos (conforme modelo no ANEXO III).

3.6 - Anexar à proposta os dados do representante legal da empresa (aquele que assina a proposta): nome completo, nacionalidade, estado civil, cargo ou função, número de identidade e número do CPF/MF (conforme modelo no ANEXO III).

4 - DA HABILITAÇÃO

4.1 - Toda a documentação de habilitação deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2018
ENVELOPE N.º 02 - "DOCUMENTAÇÃO"

4.2 - Para habilitação na presente Licitação será exigida a entrega dos seguintes documentos:

a) Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, dentro do prazo de validade, sendo que as negativas vencidas no Certificado deverão ser apresentadas em anexo ao mesmo; Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII, Art. 7º da Constituição Federal - Anexo VII;

b) Declaração contendo a descrição de suas instalações, do aparelhamento e do pessoal disponível para a realização do objeto deste Edital, referente a todos os lotes, devendo dispor, caso seja vencedor, obrigatoriamente, de no mínimo um dos seguintes itens,

1) Instalações (espaço) fechado, para acomodação dos veículos que estiverem em manutenção;

2) Equipamentos para serviços com injeção eletrônica, aparelho para a limpeza e regulagem de bicos injetores, equipamento próprio para a análise e leitura das partes elétricas e eletrônicas dos veículos;

3) Aparelho para alinhamento, geometria e balanceamento;

4) Equipamento de regulagem e gabaritação de freio.

OBS I: Estes serviços não poderão ser terceirizados pela proponente vencedora.

c) Atestado ou Certidão de Capacidade Técnica, fornecida por pessoa de direito público ou privado, que comprove que a empresa proponente executou diretamente com características compatíveis ao objeto da presente Licitação, serviços com fornecimento de peças multimarcas para máquinas, demonstrando que a empresa proponente possui experiência anterior satisfatória e bom desempenho;

d) Declaração formal de que a proponente é revendedora e prestadora de Assistência Técnica de no mínimo uma das marcas constantes nos Lotes deste Edital.

4.3 - Os documentos devem apresentar prazo de validade, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada. Não serão aceitas cópias de documentos obtidas por meio de aparelho fac-símile (FAX). Não serão aceitas cópias de documentos ilegíveis. Ficam dispensados de autenticação os documentos emitidos via Internet.

4.4 - Os documentos descritos no item 4.2, letra "a" deste Edital poderão ser substituídos por:

- a registro comercial, no caso de empresa individual (somente para empresas que não se credenciam para lances);
- a ato constitutivo, estatuto social, contrato social, a alteração contratual referente à mudança de razão social, na hipótese de haver a referida mudança, bem como a última alteração ou sua consolidação, devidamente registradas na junta comercial e, em vigor e, no caso de sociedade por ações, estatuto social, ata do atual capital social acompanhado da ata de eleição de sua atual administração, registrados e publicados (somente para empresas que não se credenciam para lances);
- b decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir (somente para empresas que não se credenciam para lances);
- c prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- d prova de regularidade para com a Fazenda Federal, consistente na apresentação da Certidão Negativa de Débito / Certidão Negativa de Dívida Ativa para com a União e Contribuições Sociais;
- e Certidão que prove a regularidade para com a Fazenda Estadual
- f Certidão Negativa Municipal da jurisdição fiscal do estabelecimento licitante;
- g Certidão que prove a regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- h Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho;
- i Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII, Art. 7º da Constituição Federal - Anexo VII;

OBS. As proponentes que não estiverem cadastradas no CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC, deverão apresentar os documentos 30 minutos antes da abertura do processo para o cadastramento no sistema de compras, visando não atrasar o processo licitatório

4.5 - As micro empresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) ou microempreendedores individuais (MEI) deverão apresentar toda a documentação arrolada nos itens acima, no entanto:

§ 1o Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do Consórcio CVC, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

§ 2o A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado ao Consórcio CVC convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

4.6 – Os documentos redigidos em língua estrangeira deverão estar acompanhados de tradução por tradutor juramentado.

5 - DAS OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

5.1 - A licitante vencedora ficará obrigada a entregar o objeto deste Edital, nos preços, prazos, condições e locais estipulados no presente Edital e seus Anexos, especialmente o Anexo I - Termo de Referência.

6 - DO RECEBIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1 - No dia, hora e local designados no Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o Pregoeiro, juntamente com a Equipe de Apoio, executará a rotina de credenciamento, conforme abaixo disposto:

6.2 – Declarada aberta a sessão, o Pregoeiro receberá as credenciais dos licitantes submetendo-as à conferência dos presentes, que ao término deste procedimento terão o prazo de cinco minutos para apresentar qualquer objeção, devidamente motivada, aos documentos de credenciamento, sob pena de preclusão do direito de fazê-lo.

6.3 - Não serão recebidos envelopes contendo proposta e os documentos de habilitação fora do prazo estabelecido neste Edital, salvo no caso descrito no item 6.18 do presente instrumento.

6.4 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas de preços, ocasião em que será procedida à verificação da conformidade das mesmas com os requisitos estabelecidos neste instrumento, com exceção do preço, desclassificando-se as incompatíveis.

6.5 - Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério do MAIOR DESCONTO OFERECIDO PARA PEÇAS E MAIOR DESCONTO OFERECIDO POR SERVIÇO HORA/HOMEM – POR LOTE, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade e prazos máximos para o fornecimento, definidos neste edital e em seus anexos.

6.6 - Analisadas as propostas, serão desclassificadas as que forem elaboradas em desacordo com os termos deste Edital.

6.7 - Serão proclamados classificados e ainda concorrentes no certame licitatório, os proponentes que apresentarem as propostas de MAIOR DESCONTO OFERECIDO PARA PEÇAS E MAIOR DESCONTO OFERECIDO POR SERVIÇO HORA/HOMEM – POR LOTE, definidas segundo o objeto deste Edital, e, em seguida, as propostas com preços até 10% superiores àqueles, ou as 3 (três) melhores propostas, conforme disposto no art. 4º, incisos VIII e IX, da Lei que regulamenta o Pregão (Lei 10.520/2002).

6.8 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecerem lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos e caso duas ou mais propostas escritas apresentem preços iguais, será realizado sorteio, também para determinação da ordem de oferta dos lances.

6.9 - Dos lances ofertados não caberá retratação.

6.10 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da fase de lances e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante.

6.11 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

6.12 - As micro empresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) ou microempreendedores individuais (MEI) que apresentaram a documentação descrita no item 2.6. será dado o direito de preferência conforme estabelece a Lei Complementar nº 123/06:

Art. 44. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais.

§ 2o Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1o deste artigo será e até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

Art. 45. Para efeito do disposto no art. 44 desta Lei Complementar, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

I – a microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II – não ocorrendo a contratação da microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, na forma do inciso I do caput deste artigo, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1o e 2o do art. 44 desta Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III – no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual, que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1o e 2o do art. 44 desta Lei Complementar, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

§ 1o Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput deste artigo, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

§ 2o O disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual.

§ 3o No caso de pregão, a microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

6.13 - Finalizada a fase de lances e ordenadas às ofertas o Pregoeiro verificará a compatibilidade dos preços ofertados com os praticados no mercado, desclassificando as propostas dos licitantes que apresentarem preço excessivo, assim considerado aqueles acima do preço de mercado.

6.14 - O Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente que apresentou o maior desconto para peças e menor preço por serviço hora/homem, para que sejam obtidos preços ainda melhores.

6.15 - Será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que tiver formulado a proposta de maior desconto para peças e menor preço por serviço hora/homem, para confirmação das suas condições habilitatórias.

6.16 - Verificado o atendimento das exigências habilitatórias, será declarada a ordem de classificação dos licitantes, maior desconto para peças e menor preço por serviço hora/homem.

6.17 - Será declarado vencedor o licitante que apresentar o MAIOR DESCONTO OFERECIDO PARA PEÇAS E MAIOR DESCONTO OFERECIDO POR SERVIÇO HORA/HOMEM – POR LOTE. Havendo empate entre duas ou mais propostas, será definido o vencedor por sorteio público, caso nenhum proponente dê um lance menor.

6.18 - As micro empresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e microempreendedor individual (MEI) que apresentaram a documentação descrita no item 2.6. do presente Edital e não apresentem algum(ns) documento(s) que comprove sua regularidade fiscal ficará com sua "habilitação em suspenso", sendo-lhe concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis após ser declarada vencedora para apresentação dos documentos de regularidade fiscal faltantes. Caso a empresa deixe de apresentar outro(s) documento(s) que não sejam de regularidade fiscal a mesma será de pronto inabilitada.

6.19 – O Pregoeiro constará em ata o prazo final para entrega da documentação descrita no item anterior, horário e data para nova sessão, onde será julgada(s) a(s) habilitação(ões) em suspenso e declarado o vencedor.

6.20 - No caso de inabilitação do proponente que tiver apresentado a melhor oferta, serão analisados os documentos habilitatórios do licitante da proposta de segundo melhor preço, e assim sucessivamente, até que um licitante atenda às condições fixadas neste instrumento convocatório.

6.20 - O Pregoeiro manterá em seu poder os envelopes com a documentação dos demais licitantes, os quais ficarão retidos no processo licitatório.

6.21 - Da sessão pública será lavrada ata circunstanciada, devendo esta ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes.

7 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

7.1 - A presente Licitação será adjudicada à licitante que apresentar proposta de MAIOR DESCONTO OFERECIDO PARA PEÇAS E MAIOR DESCONTO OFERECIDO POR SERVIÇO HORA/HOMEM - POR LOTE, desde que atendidas às exigências deste Edital.

7.2 - JULGAMENTO

7.2.1 - $G = 0,5 \times P + 0,5 \times H$

Onde:

Percentual de desconto proposto para venda de peças -> P

Percentual de desconto proposto para hora trabalhada -> H

Índice de Julgamento -> G

7.2.2 - A licitante que obtiver maior valor em "G" será considerada vencedora desde que atendida às demais condições para habilitação e classificação.

7.2.3 - As propostas (em percentual) deverão ser apresentadas com no máximo 02 (duas) casas decimais.

7.2.4 - Em caso de empate no índice de julgamento "G" a decisão sobre a vencedora será por sorteio público.

8 – DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

8.1 – Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a realização do Pregão, no Protocolo Geral do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entende viciarem o mesmo.

8.2 – Caberá a Consórcio CVC decidir, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sobre a impugnação interposta.

8.3 – Se procedente e acolhida à impugnação do Edital, seus vícios serão sanados e nova data será designada para a realização do certame.

9 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - As obrigações decorrentes do fornecimento dos serviços e produtos constantes no Registro de Preços a serem firmadas entre os Municípios associados e o fornecedor serão formalizadas através da Ata de Registro de Preços, sendo que o prazo de validade será até 15 (quinze) de junho de 2018.

9.2 – O fornecedor classificado em 1º (primeiro) lugar nos preços registrados, será convocado a firmar a Ata de Registro de Preços no prazo de 03 (três) dias úteis após a homologação, devendo o proponente manter-se nas mesmas condições da habilitação quanto à regularidade fiscal.

9.3 - Caso a Ata de Registro de Preços ou o documento respectivo, por qualquer motivo, não venha a ser assinada, a licitante subsequente, na ordem de classificação, será notificada para nova Sessão Pública, na qual o pregoeiro examinará a sua proposta e qualificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital, podendo o pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

10 - DA CONTRATAÇÃO

10.1 - Na hipótese do fornecedor primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar a Ata de Registro de Preços, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação.

10.2 - Observados os critérios e condições estabelecidos neste Edital, os Municípios associados poderão comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelos Municípios, observada as condições do Edital e o preço registrado.

10.3 - A existência de preços registrados não obrigam os Municípios associados a firmar contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, assegurado o direito de preferência ao Detentor da Ata, em igualdade de condições.

10.4 - As empresas licitantes classificadas no Registro de Preços deverão atender o contratado constante na Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento - AF, independente do valor, sob pena de penalização.

11- DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

11.1 - O preço deverá ser fixo, equivalente ao de mercado na data da apresentação da proposta. É vedado qualquer reajustamento de preços durante o prazo de validade da ata de registro de preços, antes de ser completado o período de 1 (um) ano, contado a partir da data - limite para a apresentação das propostas, indicada no preâmbulo do presente Edital.

11.2 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições referentes à concessão de reajustamentos de preços, em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie. Os contratos oriundos do Registro de Preços poderão ter seus preços reajustados pelo IGPM/FGV ou pelo índice que lhe vier a substituir após 12 (doze) meses a contar da data da apresentação da proposta.

11.3 - O beneficiário do registro poderá solicitar a atualização dos preços vigentes através de solicitação formal ao Pregoeiro e equipe de Apoio desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias-primas, componentes ou de outros documentos.

11.4 - A atualização não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante na proposta e o preço de mercado vigente à época do pedido de revisão dos preços.

11.5 - O pedido de atualização dos preços aos preços praticados no mercado poderá acarretar pesquisa de preços junto aos demais fornecedores com preços registrados podendo ocorrer substituição na ordem classificatória de fornecedor devido a obrigatoriedade legal de aquisição pelo menor preço.

11.6 - Os pedidos de atualização dos preços, se necessário tal equilíbrio, só serão aceitos com intervalos de periodicidade de 60 (sessenta)

dias entre um e outro eventual pedido de atualização, devendo a solicitação ser protocolada.

12 - DOS RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

12.1 - Declarado(s) o(s) vencedor(es), qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

12.2 - Não sendo interpostos recursos, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame à(s) empresa(s) declarada(s) vencedora(s), POR LOTE, sendo submetido este resultado ao Diretor Executivo para homologação.

12.3 - O(s) recurso(s), porventura interposto(s), não terá(ão) efeito suspensivo e será(ão) dirigido(s) ao Diretor Executivo por intermédio do Pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias ou, nesse período, encaminhá-lo(s) ao Diretor Executivo, devidamente informado(s), para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

12.4 - Decididos os recursos eventualmente interpostos, será o resultado da Licitação submetido ao Diretor Executivo para o procedimento de homologação com a devida adjudicação do objeto desta Licitação à(s) vencedora(s).

12.5 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços ou entregar os itens vencidos caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

12.6 - Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representado por Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento - AF), o órgão gerenciador (Consórcio CVC) poderá aplicar, às detentoras da Ata, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

1 Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o fornecedor sujeito a multa de 1% (um por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho ou AF a ser calculado desde o sexto dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a trinta dias;

1 Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho ou AF;

2 Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho ou AF, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação;

12.7 - A penalidade pecuniária prevista neste capítulo será calculada sobre o valor contratado e depositada ao Órgão Gerenciador (Consórcio CVC), ou poderá ser inscritas, para cobrança como dívida ativa do Consórcio, na forma da Lei.

12.8 - As penalidades pecuniárias serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções, administrativas e/ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93, com as alterações nela introduzidas pela Lei Federal 8.883/94 e Lei 10.520/02.

12.9 - Além da aplicação da multa poderão ser aplicadas sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei 8666/93, conforme segue:

1 Suspensão de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração pública pelo prazo de um (1) ano no caso de inexecução parcial do contrato;

1 Suspensão de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração pública pelo prazo de dois (2) anos no caso de inexecução total do contrato;

2 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração pública enquanto perdurarem os motivos de determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação após o ressarcimento da Administração dos prejuízos resultantes da inexecução parcial ou total do Contrato.

13 - DA RESCISÃO CONTRATUAL

13.1 - Poderão ser motivo de rescisão contratual as hipóteses elencadas no art. 78, da Lei 8666/93.

13.2 - Caso a contratante não se utilize da prerrogativa de rescindir o contrato a seu exclusivo critério poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a contratada cumpra integralmente a condição contratual infringida, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Edital, na Lei 8666/93 e no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8078/90).

13.3 - O licitante reconhece os direitos dos Municípios associados e do Órgão Gerenciador (Consórcio CVC) nos casos de rescisão previstos nos artigos 77 a 80, da Lei 8666/93.

14 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

14.1 - O registro de preços do fornecedor poderá ser cancelado, nos seguintes casos:

- Pelo Consórcio CVC no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação: quando o fornecedor deixar de firmar a Ata decorrente do Registro de Preços, sem justificar ou não cumprir as exigências do Edital que deu origem aos preços registrados; por razões de interesse público, fundamentado; quando o fornecedor não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese dos preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado; quando o fornecedor não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo Edital sem justificativa aceitável; quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do Registro de Preços por um dos motivos constantes no artigo 78, da Lei 8666/93 e alterações posteriores, assegurado o contraditório e a ampla defesa

- Pelos fornecedores, mediante solicitação por escrito acompanhada de comprovação na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da notificação para fornecimento.

14.2 - A solicitação do cancelamento do preço registrado deverá ser formulada por escrito ao Pregoeiro, facultado ao Consórcio CVC a aplicação das sanções previstas neste Edital, caso não aceite às razões do pedido.

14.3 - A solicitação do cancelamento do registro do(s) preço(s) não o desobriga do fornecimento dos serviços/peças até a decisão final do órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, a qual deverá ser protocolada em 30 (trinta) dias.

14.4 - O cancelamento dos preços registrados, nos casos previstos nesta cláusula será feito por notificação e formalização por despacho da autoridade competente.

14.5 - No caso de ser ignorado, inacessível o lugar do fornecedor, a notificação será feita por publicação na imprensa oficial do Consórcio CVC, transcorrendo o prazo de 5(cinco) dias úteis para defesa prévia a contar do dia seguinte ao da publicação. Não havendo manifestação do notificado neste prazo, o registro de preços será cancelado.

15 - DA DOTAÇÃO

15.1 - As despesas decorrentes das aquisições, objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica dos orçamentos de cada Órgão Participante (Município associado), referente o exercício de 2018 e seguintes.

15.2 - O Órgão Participante (município associado) quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

16 - DO PAGAMENTO

16.1 - O pagamento pela aquisição objeto da presente Licitação será feito em favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal, após a entrega, acompanhados da respectiva Nota Fiscal.

16.2 – Os pagamentos serão efetuados até 30 (trinta) dias após prestação dos serviços e entrega das peças e mediante apresentação da Nota Fiscal e do Termo de Garantia na Diretoria de Compras do Município. Na nota fiscal deverá constar obrigatoriamente relação das peças e serviços, número do processo licitatório que originou a contratação, placa do veículo e a assinatura do responsável pelo recebimento.

16.3 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das Notas Fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

16.4 - Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

16.5 - Na Nota Fiscal deverá constar o valor do material empregado e o valor da mão de obra. Sobre o valor da mão de obra deverá ser obedecida à legislação vigente no que se refere ao INSS e ao ISSQN.

16.6 - O proponente vencedor deverá fazer o recolhimento de todos os impostos inerentes ao objeto, caso não venha impresso na Nota Fiscal os descontos os mesmos poderão ser descontados pela Administração Municipal.

17 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 - Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

17.2 - O resultado desta Licitação estará à disposição dos interessados, na sala do Consórcio CVC, logo após sua homologação.

17.3 – Os Municípios associados ao CVC e participantes deste edital se reservam o direito de adquirir ou não o objeto do presente Pregão.

17.4 – Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador (Consórcio CVC).

17.5 - Os órgãos e entidade que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

17.6 – Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudiquem as obrigações presentes e futuras da ata, assumida com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

17.7 – As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

17.8 – O instrumento convocatório deverá prever que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

17.9 – O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata, exceto quando, justificadamente, não houver previsão neste instrumento para aquisição ou contratação pelo órgão gerenciador.

17.10 – Após a autorização de órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observando o prazo de vigência da ata.

17.11 – Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

17.12 - Na contagem de todos os prazos estabelecidos neste edital excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

17.13 - Detalhes não citados, referentes ao fornecimento, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

17.14 - O Diretor Executivo poderá revogar a Licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

17.15 – São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

a ANEXO I – Termo de Referência;

a ANEXO II – Proposta de Preços;

b ANEXO III – Dados bancários e Dados do Representante Legal;

c ANEXO IV – Declaração de Cumprimento Pleno aos requisitos de habilitação;

d ANEXO V – Minuta da Ata de Registro de Preços;

e ANEXO VI – Procuração;

f ANEXO VII – Declaração de Cumprimento do Disposto no Inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal e da Lei n.º 9.854.

Coronel Freitas/SC, 07 de fevereiro de 2018.

SILVANA FÁTIMA VIDI ZANELLA

Diretora Executiva

Examinado e aprovado pela
Procuradoria Geral do Consórcio CVC

ANEXO I

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 004/2018 - CVC

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 001/2018 - CVC

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2018 -CVC

REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2018 - CVC

JUSTIFICATIVA

Os serviços são necessários para manutenção da frota de veículos dos Municípios associados que devido ao uso, apresentam grande desgaste, sendo indispensável sua conservação em perfeitas condições de uso para segurança dos motoristas e passageiros e cumprimento das atividades atribuídas a cada Secretaria Municipal e a cada Entidade participante, neste Pregão todas as Secretarias da administração municipal e todas as entidades a ela vinculadas, inclusive equipamentos.

1 - OBJETO

O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO MECÂNICA, FUNILARIA, PINTURA, ELETRICIDADE, BOMBAS E BICOS E ESTOFARIA E TAPEÇARIA, PARA OS MUNICÍPIOS ASSOCIADOS AO CONSÓRCIO CVC (compreendendo todas as secretarias, fundos, fundações, autarquias e demais órgãos dos mesmos), com o fornecimento de peças, óleos e filtros genuínos da marca do veículo ou originais de fábrica ou peças homologadas pelas montadoras, e serviços no que se refere à parte mecânica, funilaria, pintura, eletricidade, bomba e bicos injetores, estofaria, tapeçaria, suspensão, lanternagem em geral, pelo período de 12 (doze) meses, com quantitativos e especificações técnicas estabelecidos nos termos do presente Edital e no Termo de Referência - Anexo I deste Edital, efetuados em conformidade com as recomendações técnicas legais.

Lote	Item	Marca	Tipo	Modelo	Ano	Placa	Município	Valor
1	1	Bomag	Rolo Compactador	BW 212 D	2012	Máq CF 18	Cel Freitas	50.000,00
2	1	CCM	Britador	CCM 5030	2002	Máq CF 28	Cel Freitas	50.000,00
3	1	CMV	Rolo acoplado	CVR 15L	1999	Máq CF 46	Cel Freitas	20.000,00
4	1	Ford	Trator pneu	50 X 30 - 4 X 4	1996	Máq CF 15	Cel Freitas	50.000,00
4	2	Ford	Trator Pneu	FORD 5030	1996	Máq FS 01	Formosa do Sul	50.000,00
4	3	Ford	Trator Pneu	660-BREJEIRA-RETRO	2003	Máq NE 06	Nova Erechim	50.000,00

5	1	Massey Fergu-son	Retroescavadeira		1986	Máq JP 11	Jardinópolis	50.000,00
5	2	Massey Fergu-son	Trator Pneu	4275/4	2013	Máq AC 07	Águas de Chapecó	50.000,00
5	3	Massey Fergu-son	Trator Pneu	4275	2013	Máq FS 03	Formosa do Sul	50.000,00
5	4	Massey Fergu-son	Trator Pneu	75		Máq JP 12	Jardinópolis	50.000,00
5	5	Massey Fergu-son	Trator Pneu	Série MF 4200	2013	Máq NE 05	Nova Erechim	50.000,00
5	6	Massey Fergu-son	Trator Pneu	7292	2012	Máq QB 15	Quilombo	50.000,00
5	7	Massey Fergu-son	Trator Pneu	4275	2013	Máq QB 16	Quilombo	50.000,00
5	8	Massey Fergu-son	Trator Pneu	4275	2013	Máq QB 17	Quilombo	50.000,00
5	9	Massey Fergu-son	Trator Pneu	4275/4		Máq UO 09	União do Oeste	50.000,00
5	10	Massey Fergu-son	Trator Pneu	MF 4275 – 75 CV	2012	Máq SH 01	Santa Helena	50.000,00
5	11	Massey Fergu-son	Trator Pneu	Massey Ferguson	2013	Maq SJO 01	São João do Oeste	50.000,00
6	1	Sollys	Trator Pneu	90		Máq JP 22	Jardinópolis	50.000,00
7	1	Tema Terra	Rolo Compactador	TEMA TERRA VP		Máq NE 03	Nova Erechim	50.000,00
8	1	Valtra	Trator Pneu	A750 L	2013	Máq AF 11	Águas Frias	50.000,00
8	2	Valtra	Trator Pneu	A 750		Máq JP 23	Jardinópolis	50.000,00
8	3	Valtra	Trator Pneu	750L	2013	Máq QB 18	Quilombo	50.000,00
8	4	Valtra	Trator Pneu	BL 88		Maq UO 11	União do Oeste	50.000,00
8	5	Valtra	Trator Pneu	BM 100	2005	Maq SJO 02	São João do Oeste	50.000,00
9	1	Volvo	Escavadeira hidráulica	EC 140BLCM	2008	Máq QB 11	Quilombo	100.000,00
9	2	Volvo	Motoniveladora	CHAMPION 510 –A	1999	Máq CF 23	Cel Freitas	100.000,00
9	3	Volvo	Motoniveladora	G 710	2005	Máq QB 12	Quilombo	100.000,00
10	1	Agrale	Ônibus	Volare	2004	MDV 9921	Cel Freitas	50.000,00
10	2	Agrale	Ônibus	Volare	2011	MLX 8869	Cel Freitas	50.000,00
11	1	Citroen	Utilitário	Jumper – TCA	2015	QHI 7226	Cel Freitas	30.000,00
12	1	Ford	Caminhão	Cargo Basculante 2423	12/13	MKC 6985	Águas de Chapecó	50.000,00
12	2	Ford	Utilitário	F100 HSD XL	97/98	LYQ 6805	Águas de Chapecó	30.000,00
12	3	Ford	Caminhão	Cargo 2428E	2010	MIH 6095	Águas Frias	50.000,00
12	4	Ford	Caminhão	Cargo 2629	2014	QHC 1225	Águas Frias	50.000,00
12	5	Ford	Caminhão	Cargo 2629	2014	QHC 1275	Águas Frias	50.000,00
12	6	Ford	Caminhão	Cargo 2629	2014	QHC 3505	Águas Frias	50.000,00
12	7	Ford	Caminhão	Cargo 24.220	2002	MDC 6372	Cel Freitas	50.000,00
12	8	Ford	Caminhão	Cargo 24.220 4x4	2012	MHE 8616	Cel Freitas	50.000,00
12	9	Ford	Utilitário	F 4000 – Caçamba	1982	LXA 2389	Cel Freitas	30.000,00
12	10	Ford	Utilitário	F 2000	1980	LZZ 0906	Cel Freitas	30.000,00
12	11	Ford	Caminhão	Cargo 1617	94/95	LAF 2137	Formosa do Sul	50.000,00
12	12	Ford	Utilitário	F 1000 CINZA	1989	HUQ 3519	Quilombo	30.000,00
12	13	Ford	Caminhão	Cargo 2422	1993	AEA-9182	União do Oeste	50.000,00
12	14	Ford	Caminhão	Cargo 2628 E	2010	MHT 2176	Santa Helena	50.000,00
12	15	Ford	Caminhão	F 14.000	1997	MDP 7570	Santa Helena	50.000,00
12	16	Ford	Utilitário	F 350 G	2010	MID 3906	Santa Helena	30.000,00
12	17	Ford	Caminhão	Prancha Cargo 1622	2001	MBH 3784	São João do Oeste	50.000,00
13	1	Iveco	Ônibus	CITYCLASS 70C17	2012	MKV 4916	Águas Frias	50.000,00

13	2	Iveco	Ônibus	IVECO	2012	MKV 6726	Cel Freitas	50.000,00
13	3	Iveco	Ônibus	CITYCLASS 70C17	12/13	MKV 6106	Formosa do Sul	50.000,00
13	4	Iveco	Ônibus	CITYCLASS 70C16	2011	MJD 3976	Quilombo	50.000,00
13	5	Iveco	Ônibus	CITYCLASS 70C17	12/13	MLF 6402	Quilombo	50.000,00
13	6	Iveco	Ônibus	MICRO ÔNIBUS	12/13	MKW 6663	Jardinópolis	50.000,00
13	7	Iveco	Ônibus	MICRO ÔNIBUS	2013	MMD 9924	Jardinópolis	50.000,00
13	8	Iveco	Ônibus	MICRO ÔNIBUS	13/14	QHE 4695	Jardinópolis	50.000,00
13	9	Iveco	Ônibus	MICRO ÔNIBUS	11/12	MKC-1564	União do Oeste	50.000,00
13	10	Iveco	Caminhão	Caminhão Basculan.	11/12	MKC-1584	União do Oeste	50.000,00
13	11	Iveco	Caminhão	Caminhão Basculan.	11/12	MKW-6036	União do Oeste	50.000,00
13	12	Iveco	Ônibus	CITYCLASS 70C17	12/13	MKW 7016	São João do Oeste	50.000,00
14	1	Marcopolo	Ônibus	VOLARE A6	2004	MEE-0062	Formosa do Sul	50.000,00
14	2	Marcopolo	Ônibus	VOLARE A8L	2008	MÊS-9416	Formosa do Sul	50.000,00
14	3	Marcopolo	Ônibus	VOLARE V8L 4X4	2013	MKQ-0352	Quilombo	50.000,00
14	4	Marcopolo	Ônibus	Volare	2010	MHJ-6866	União do Oeste	50.000,00
15	1	Peugeot	Utilitário	JAEDI TURBO 2.8	2006	MGI-5980	Cel Freitas	30.000,00
15	2	Peugeot	Utilitário	JAEDI TURBO 2.8	2010	MJB-4279	Cel Freitas	30.000,00
16	1	Toyota	Utilitário	Bandeirantes	1994	MDO- 6020	Nova Erechim	30.000,00
16	2	Toyota	Utilitário	Bandeirantes	1995	LXC-5315	União do Oeste	30.000,00
16	3	Toyota	Utilitário	Bandeirantes	1986	MCN 5120	São João do Oeste	30.000,00
17	1	Volkswagen	Caminhão	24220	2001	MBH 1674	Águas Frias	50.000,00
17	2	Volkswagen	Ônibus	Volkswagen 8120 COMIL PIA	2012	MJJ 3586	Águas Frias	50.000,00
17	3	Volkswagen	Ônibus	Volkswagen 15190	2011	MJT 4519	Águas Frias	50.000,00
17	4	Volkswagen	Ônibus	Volkswagen 15190	2014	OKH 9014	Águas Frias	50.000,00
17	5	Volkswagen	Caminhão	13.130	1985	MAP 7796	Cel Freitas	50.000,00
17	6	Volkswagen	Caminhão	13.130	2001	MBQ1987	Cel Freitas	50.000,00
17	7	Volkswagen	Caminhão	24.220 – WORKER	2007	MDP 4327	Cel Freitas	50.000,00
17	8	Volkswagen	Caminhão	24.220 – WORKER	2007	MDR1445	Cel Freitas	50.000,00
17	9	Volkswagen	Ônibus	15.190	2012	MJT 4076	Cel Freitas	50.000,00
17	10	Volkswagen	Ônibus	15.190	2013	MKY 9364	Cel Freitas	50.000,00
17	11	Volkswagen	Caminhão	17.180 EURO3 WORKER	2009	MHJ-944	Formosa do Sul	50.000,00
17	12	Volkswagen	Caminhão	24.220 EURO3 WORKER	2010	MIC-1695	Formosa do Sul	50.000,00
17	13	Volkswagen	Caminhão	24.220 EURO3 WORKER	2011	MIX-6163	Formosa do Sul	50.000,00
17	14	Volkswagen	Caminhão	15.190 EOD ESCOLAR HD	12/13	MLA-2547	Formosa do Sul	50.000,00
17	15	Volkswagen	Caminhão	24220	1999	Máq JP 24	Jardinópolis	50.000,00
17	16	Volkswagen	Ônibus	MICRO ONIBUS	2016	QIF 4125	Jardinópolis	50.000,00
17	17	Volkswagen	Caminhão	VW 17310	2003	MBZ 464	Nova Erechim	50.000,00
17	18	Volkswagen	Caminhão	VW 26.220	2007	MDX 765	Nova Erechim	50.000,00
17	19	Volkswagen	Caminhão	WORKER 26.220 6X4	2004	MEN 5282	Nova Erechim	50.000,00
17	20	Volkswagen	Ônibus	VW 17.210	2002	MCI 4087	Nova Erechim	50.000,00
17	21	Volkswagen	Ônibus	15.190 EOD ESCOLAR	10/11	MJA 9341	Nova Erechim	50.000,00
17	22	Volkswagen	Ônibus	15.190 EOD ESCOLAR	11/11	MJE 5534	Nova Erechim	50.000,00
17	23	Volkswagen	Caminhão	VW 24 220 BASCULANTE	2008	MEV 9993	Quilombo	50.000,00
17	24	Volkswagen	Caminhão	VW 15 180 BASCULANTE	2010	MGI 4348	Quilombo	50.000,00
17	25	Volkswagen	Caminhão	VW 17 180 BASCULANTE	2012	MJI 4177	Quilombo	50.000,00
17	26	Volkswagen	Caminhão	CONSTELLATION 24 280 BASCULANTE	2012	MKB 5114	Quilombo	50.000,00
17	27	Volkswagen	Caminhão	CONSTELLATION 26 280 BASCULANTE	2013	MMF 7764	Quilombo	50.000,00

17	28	Volkswagen	Caminhão	VW 24 220 BASCULANTE	2008	NEW 0053	Quilombo	50.000,00
17	29	Volkswagen	Ônibus	ÔNIBUS VW/15.190 EOD E.S. ORE	2011	MJG5447	Quilombo	50.000,00
17	30	Volkswagen	Ônibus	ÔNIBUS VW/15.190 EOD E.HD ORE	2013	MKN 7022	Quilombo	50.000,00
17	31	Volkswagen	Ônibus	ÔNIBUS VW/15.190 EOD E.S. ORE	12/13	MLA0402	Quilombo	50.000,00
17	32	Volkswagen	Ônibus	VW/ MID Gran rural	2014	OKH 6279	Santa Helena	50.000,00
17	33	Volkswagen	Ônibus	VW 17.210 MAXBUS / URB	2001/2002	MFK 2710	Santa Helena	50.000,00
18	1	Volvo	Caminhão	330 4 X 2 R – ENCARROÇAMENTO BOMBEIROS	2015	QIB 9674	Cel Freitas	50.000,00
18	2	Volvo	Caminhão	VM 310 6X4R BASCULANTE	2011	MIX 7503	São João do Oeste	50.000,00
18	3	Volvo	Caminhão	VM 260 6X4R	2009	MHC 0994	São João do Oeste	50.000,00
18	4	Volvo	Onibus	VM/ 15.19 D EOD E.S .ORE	2011/2012	MJA 8038	São João do Oeste	50.000,00
18	5	Volvo	Ônibus	VM/ 15.190 EOD E.S .ORE	2012/2013	MKP 0824	São João do Oeste	50.000,00
19	1	Chery	Passeio	CELER – 1.5 FHB FL	2015	QHL 3679	Cel Freitas	20.000,00
19	2	Chery	Passeio	CELER – 1.5 SD ACT	2016	OIL 2156	Santa Helena	20.000,00
20	1	Chevrolet	Passeio	VECTRA ELEGANCE 2.0	2010	MGR 995	Águas Frias	20.000,00
20	2	Chevrolet	Passeio	CORSA CLASSIC	2014	MLU 9836	Águas Frias	20.000,00
20	3	Chevrolet	Passeio	PICK UP 1.8	2002	MDM 5934	Cel Freitas	20.000,00
20	4	Chevrolet	Passeio	CELTA 2 PORTAS	2002	MFY 4160	Cel Freitas	20.000,00
20	5	Chevrolet	Passeio	CORSA SEDAN CLASSIC LS	2013	MLU 9876	Cel Freitas	20.000,00
20	6	Chevrolet	Passeio	CORSA SEDAN CLASSIC LS	2015	QHC 9204	Cel Freitas	20.000,00
20	7	Chevrolet	Passeio	CLASSIC LS 1,0 VHS	13/14	MLU-9886	Formosa do Sul	20.000,00
20	8	Chevrolet	Passeio	CLASSIC LS	13/14	MLU 9386	Nova Erechim	20.000,00
20	9	Chevrolet	Passeio	PRISMA JOY 1.4	2008	MDY 036	Quilombo	20.000,00
20	10	Chevrolet	Passeio	SPIN	2017	QIO 4662	Jardinópolis	20.000,00
20	11	Chevrolet	Passeio	CORSA	2000	MBB 271	Jardinópolis	20.000,00
20	12	Chevrolet	Passeio	Corsa Classic LS 1.0	11/12	MIM-7554	União do Oeste	20.000,00
20	13	Chevrolet	Passeio	Corsa Classic	2013	MLL-2576	União do Oeste	20.000,00
20	14	Chevrolet	Passeio	Celta 1.0	2002	MBO 6333	Santa Helena	20.000,00
20	15	Chevrolet	Passeio	Vectra GLS	1998	KOD 7335	Santa Helena	20.000,00
20	16	Chevrolet	Passeio	Spin 1.8 L AT. LTZ	2014	MFU 4186	Santa Helena	20.000,00
20	17	Chevrolet	Passeio	Spin 1.8 L AT. LTZ	2017/2018	QIL 2156	Santa Helena	20.000,00
20	18	Chevrolet	Passeio	CLASSIC LS	2013/2014	MLV 0646	Santa Helena	20.000,00
20	19	Chevrolet	Passeio	CELTA	2005	MEQ 7161	São João do Oeste	20.000,00
20	20	Chevrolet	Passeio	Corsa Sedan Premiun	2009	MFR 1095	São João do Oeste	20.000,00
20	21	Chevrolet	Utilitário	Strada	2011/2012	MIP 5225	São João do Oeste	20.000,00
20	22	Chevrolet	Passeio	PRISMA	2010/2011	MJK 6449	São João do Oeste	20.000,00
20	23	Chevrolet	Utilitário	MONTANA	2012/2013	MJK 1623	São João do Oeste	20.000,00
20	24	Chevrolet	Passeio	CLASSIC	2013/2014	MLV 1706	São João do Oeste	20.000,00
21	1	Ford	Utilitário	PICK UP 1.6 – COURIER	2000	MBB 1861	Cel Freitas	20.000,00
21	2	Ford	Passeio	Focus Sedan SE AT 2.0 SB	2015	QHM 2224	Santa Helena	20.000,00
21	3	Ford	Passeio	Focus Sedan 2L flex AT	2010	MHS 3205	Santa Helena	20.000,00

21	4	Ford	Passeio	Fiesta Flex 1.0	2013	MKN 9413	Santa Helena	20.000,00
21	5	Ford	Passeio	Fiesta Sedan 1.6 flex	2013/2014	MKX 7993	Santa Helena	20.000,00
21	6	Ford	Utilitário	COURIER	2002/2003	MFZ 9380	São João do Oeste	20.000,00
22	1	Honda	Motocicleta	CG-125 CARGO	2010	MJH 9000	Águas de Chapecó	5.000,00
22	2	Honda	Motocicleta	NXR-150 BROS	05/06	MBE 1212	Águas de Chapecó	5.000,00
22	3	Honda	Motocicleta	CG-125 TITAN	2002	MCQ 8659	Cel Freitas	5.000,00
22	4	Honda	Motocicleta	CG 125 FAN	2007	MHD 1922	Cel Freitas	5.000,00
22	5	Honda	Motocicleta	CG 125 FAN	07/08	MFV 7108	Formosa do Sul	5.000,00
22	6	Honda	Motocicleta	MOTOCICLETA NXR BROS 125 ES	2005	MFE 9122	Quilombo	5.000,00
22	7	Honda	Motocicleta	MOTOCICLETA NXR BROS 125 ES	2005	MFE 9122	Quilombo	5.000,00
22	8	Honda	Motocicleta	CG-125	1996	LXX 6146	Jardinópolis	5.000,00
22	9	Honda	Motocicleta	CG-125 TITAN KS	2001	MBG 8274	São João do Oeste	5.000,00
23	1	NISSAN	Passeio	MARCH 105	14/15	OKG 7478	Quilombo	20.000,00
23	2	NISSAN	Passeio	GRAND LIVINA	2013	MKD 3944	Jardinópolis	20.000,00
23	3	NISSAN	Passeio	GRAND LIVINA	2014	MKU 7886	Jardinópolis	20.000,00
24	1	Toyota	Passeio	COROLLA GLI 18 CVT	2017	QIC-0228	Formosa do Sul	50.000,00
24	2	Toyota	Passeio	COROLLA GLI FLEX	2011	MIH 5225	Quilombo	50.000,00
24	3	Toyota	Passeio	COROLLA	2011/2012	2017	São João do Oeste	50.000,00
25	1	Volkswagen	Passeio	GOL 1.6	2010	MHJ 8789	Águas Frias	20.000,00
25	2	Volkswagen	Utilitário	KOMBI	2012	MIG 6324	Águas Frias	20.000,00
25	3	Volkswagen	Passeio	VOYAGE CONFORTLINE 1.6	2013	MJO 4872	Águas Frias	20.000,00
25	4	Volkswagen	Passeio	GOL 1.0	2015	QHC 1385	Águas Frias	20.000,00
25	5	Volkswagen	Passeio	GOL SPECIAL	2002	MBQ 8174	Cel Freitas	20.000,00
25	6	Volkswagen	Utilitário	KOMBI	2002	MCJ 9568	Cel Freitas	20.000,00
25	7	Volkswagen	Utilitário	KOMBI	2005	MFV 2452	Cel Freitas	20.000,00
25	8	Volkswagen	Utilitário	SAVEIRO 1.6 CE	2014	MFU 6272	Nova Erechim	20.000,00
25	9	Volkswagen	Utilitário	KOMBI FURGÃO	2004	MFN 1492	Quilombo	20.000,00
25	10	Volkswagen	Passeio	Gol 1.0 Flex	12/13	MKL-5303	União do Oeste	20.000,00
25	11	Volkswagen	Passeio	Pólo 1.6	07/08	MHJ-4511	União do Oeste	20.000,00
25	12	Volkswagen	Passeio	Gol 1.0	2006/2007	DXE 6710	Santa Helena	20.000,00
25	13	Volkswagen	Utilitário	KOMBI	2002/2003	MBT 4004	São João do Oeste	20.000,00
25	14	Volkswagen	Utilitário	SAVEIRO	2008/2009	MEL 6834	São João do Oeste	20.000,00
25	15	Volkswagen	Passeio	GOL	2008/2009	MFM 1574	São João do Oeste	20.000,00
25	16	Volkswagen	Utilitário	SAVEIRO	2010/2011	MHD 2907	São João do Oeste	20.000,00
25	17	Volkswagen	Utilitário	SAVEIRO	2014/2015	MLV 9756	São João do Oeste	20.000,00
26	1	Efa	Utilitário	Camionete Aberta	10/11	MHW-0542	União do Oeste	30.000,00
27	1	Eougem	Pá Caregadeira	OJ636	2015	Máq UO 02	União do Oeste	100.000,00
28	1	Sem	Rolo Compactador	SEM 8218	2013	Máq UO 04	União do Oeste	100.000,00

29	1	Dresser	Motoniveladora	A855	1993	Máq SH 02	Santa Helena	100.000,00
30	1	Valmet	Trator de Pneu	885	1995	Máq SH 03	Santa Helena	50.000,00
31	1	Fiatallis	Trator de esteiras	Trator de esteira FD 9	1994	Maq SH 04	Santa Helena	100.000,00
32	1	Kia	Utilitário	Besta GS Grand	2003/2004	MHA 4180	Santa Helena	30.000,00
33	1	YAMAHAA	Motocicleta	YBR 125 K	2008	MEK 8703	São João do Oeste	5.000,00

As peças, bem como os serviços deverão atender às exigências de qualidade, observado os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial - ABNT, INMETRO, etc. - atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições do art. 39, inciso VIII da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor). Os serviços deverão ser executados de maneira que mantenha os veículos, em condições de perfeito, ininterrupto e regular funcionamento, mediante assistência técnica e serviços de manutenção preventiva e corretiva de defeito e verificações que se fizerem necessárias, efetuando-se conserto e lubrificações, bem como outros serviços recomendados para uma manutenção adequada.

O presente valor é apenas estimativo e os Municípios associados solicitarão serviços e peças até o montante necessário para manter os veículos e equipamentos em boas condições de uso. Não havendo solicitação de realização de serviços ou aquisição de peças, não há compromisso dos Municípios associados pelo seu pagamento.

A relação dos veículos e equipamentos, constantes acima servem apenas como referência para o quantitativo de peças e serviços a serem prestados, podendo contudo, sofrer alterações durante a execução do contrato, devido a baixa ou aquisição de novos veículos, sendo que essas alterações não implicam em reajuste no valor contratado.

1.2 – CONDIÇÕES PARA ENTREGA

1.2.1 - O veículo que irá ser submetido à manutenção somente poderá ser deslocado para oficina da vencedora e vice-versa, mediante "Termo de Vistoria" emitido pelo órgão requisitante e deverá ser retirado pelo FORNECEDOR no prazo máximo 24 (vinte e quatro) horas a contar do recebimento da Nota de Empenho, na Diretoria de Compras do Município, sendo que todas as despesas de transportes, carga e descarga destes correrão por conta do FORNECEDOR.

1.2.2 - Para emissão da Ordem de serviço, o FORNECEDOR apresentará orçamento, o qual deverá ser entregue em até 12 horas, a contar da retirada do veículo, especificando a quantidade estimada de horas para execução dos serviços, conforme tabelas de Tempo Padrão e Tabela de Preços de Venda a Vista de Peças e Acessórios do fabricante a ser apresentada no ato de assinatura do contrato, bem como o quantitativo e a especificação técnica das peças para reposição.

1.2.3 - As peças relacionadas no orçamento, que por ventura não vierem a ser aplicadas na execução do serviço, deverão ser deduzidas para fins de emissão da Nota Fiscal, devendo também ser anexado um laudo do ocorrido. O prazo para devolução do veículo devidamente consertado dependerá do tipo de serviço a ser executado, não podendo ultrapassar, todavia, o prazo de 15 (quinze) dias corridos, salvo anuência por escrito do SOLICITANTE.

1.2.4 - Quando não se fizer necessária a aplicação nos veículos das peças adquiridas pelos Municípios associados, o FORNECEDOR deverá entregar no prazo máximo 02 (dois) dias corridos a contar do recebimento da Nota de Empenho, na sede Administrativa do Município Associado que as requereu, sendo que todas as despesas de transportes, carga e descarga destes correrão por conta o FORNECEDOR.

1.2.5 - Caso o produto não corresponda ao exigido no Edital, a empresa vencedora deverá providenciar, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas a sua substituição visando o atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Edital.

1.3 - FORNECIMENTO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO

1.3.1 - Na elaboração da proposta a licitante registrará o percentual de desconto por lote que aplicará nas peças de reposição. O percentual será fixo durante a vigência do contrato, limitado ao mínimo de 5% no momento da proposta. O desconto será concedido a cada emissão de Nota Fiscal de peças referentes à manutenção dos veículos objeto deste processo licitatório. O preço base para efetivação do cálculo refere-se ao preço praticado ao consumidor final pelas concessionárias da marca do veículo, para venda de peças genuínas da marca do veículo ou originais e peças homologadas pelas montadoras em conformidade com as tabelas de Preços de Venda a Vista de Peças e Acessórios do fabricante das marcas dos veículos relacionados no Termo de Referência - Anexo I. Entende-se como sendo peças genuínas aquelas fornecidas pelas montadoras dos veículos e originais aquelas fornecidas pelos fabricantes homologadas pelas montadoras e entende-se como sendo peças homologadas aquelas que por certidão das montadoras podem ser utilizadas no lugar das peças genuínas ou originais sem comprometer a segurança do veículo e são vendidas nas auto peças em geral.

1.4 - GARANTIA DOS SERVIÇOS E DAS OBRIGAÇÕES

Todos os serviços executados e peças substituídas deverão ter garantia pelo período mínimo de 03 (três) meses para os equipamentos e no mínimo 30.000 km para os veículos, prevalecendo aquele que ocorrer primeiro, a contar da data de emissão da Nota Fiscal, devendo ser observado o prazo oferecido pelo fabricante quando este for superior. Será condição para pagamento que a Contratada encaminhe juntamente à Nota Fiscal e demais documentos o Termo de Garantia.

1.4.2 - A proponente vencedora deverá:

- responsabilizar-se pela segurança dos veículos durante execução dos serviços;
- utilizar suas próprias ferramentas e equipamentos para execução dos serviços;

- utilizar na execução dos serviços somente ferramentas recomendadas pelo fabricante;
- atender prontamente às requisições dos Municípios associados para executar os serviços de manutenção preventiva e corretiva e de fornecimento de peças e acessórios nos veículos discriminados neste Termo de Referência, tudo em conformidade com as tabelas de Tempo Padrão e Tabela de Preços de Venda a Vista de Peças e Acessórios do fabricante, que será apresentada pelo fornecedor no ato de assinatura do contrato.
- fornecer ao Município no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após a retirada do veículo à diagnosticar, orçamento detalhado para execução dos reparos, discriminando quantidade de horas por serviço, com os respectivos valores de mão de obra e detalhamento das peças de reposição com os valores da tabela de preços sugeridos pelo respectivo Fabricante do veículo a que pertence o Lote; Anexo a cada orçamento deverá constar comprovação da aplicação do desconto sobre as peças e acessórios constantes na Tabela de Preços de Venda a Vista de Peças e Acessórios do fabricante;
- fornecer orçamento impresso ou datilografado, contendo quantidade de horas, quantidade de cada peça e descrição completa da peça, placa do veículo, data, carimbo e assinatura;
- executar os serviços contratados somente com prévia e expressa autorização formal do Município, através do recebimento da Nota de Empenho;
- cumprir os prazos de execução dos serviços, conforme a quantidade de horas constantes de cada orçamento;
- entregar os veículos submetidos aos serviços devidamente limpos, ou seja, livres de resíduos provenientes da execução dos serviços, tais como, graxa, óleo, cola, tinta, poeira, etc...
- entregar os veículos ao Município, somente após a conferência de todos os itens de segurança e funcionamento vistoriados;
- promover condições à fiscalização de todos os serviços contratados, bem como, dos seus procedimentos e técnicas empregados;
- devolver, no ato da saída do veículo da sua oficina, todas as peças que forem substituídas nas mesmas embalagens das utilizadas;
- oferecer serviço de guincho gratuito nos limites do Município Associado, no prazo máximo de duas horas após a solicitação, para o transporte de veículos avariados sem condições de locomoção;
- transportar com segurança, pessoal habilitado e dentro das normas do Código de Trânsito Brasileiro, até o local de sua oficina (independente do endereço) os veículos dos Municípios associados que necessitarem de reparos;
- aceitar a fiscalização dos Municípios associados e tomar as medidas necessárias e determinadas pelos responsáveis pela fiscalização, dando livre acesso em suas dependências a estes responsáveis, não se excluindo a empresa contratada da responsabilidade por qualquer irregularidade;
- dar livre acesso em suas dependências aos terceirizados contratados pelos Municípios associados para execução de serviços nos veículos pertencentes a municipalidade;
- responsabilizar-se por quaisquer danos materiais ou pessoais que ocorrerem no decorrer da prestação de serviço, inclusive perante terceiros;
- indenizar quaisquer danos ou prejuízos causados aos Municípios associados ou a terceiros, por ação ou omissão do seu pessoal, durante o desempenho dos serviços;
- responsabilizar-se pelo pessoal empregado na execução da prestação de serviço que trata este instrumento, observando a legislação pertinente, especialmente as obrigações trabalhistas, além das despesas diretas e indiretas como transportes, estadias, alimentações, encargos sociais, fiscais, previdenciários, de ordem de classe, indenizações ou de qualquer outra que for devida, ficando os Municípios associados isento de qualquer vínculo empregatício com os mesmos;
- executar os serviços objeto desta contratação mediante a atuação de profissionais especializados e manter quadro de pessoal suficiente para execução dos serviços, sem interrupção;
- assumir a responsabilidade pelas providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando na ocorrência da espécie forem vítimas seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorridos nas dependências dos Municípios associados;
- manter a ética e o sigilo nos dados e informações que tenham acesso, quando da prestação dos serviços;
- responsabilizar-se por toda e qualquer má execução do serviço prestado;
- manter-se durante a vigência do presente instrumento nas mesmas condições da habilitação quanto a regularidade fiscal e qualificação;
- entregar somente materiais de primeira qualidade e novos. Não serão aceitos materiais usados;
- utilizar nos serviços peças e acessórios novos e genuínos, acompanhados dos respectivos "Certificados de Garantia" do fabricante;
- substituir, quaisquer peças ou acessórios defeituosos, dentro das condições da garantia estipulada pelos fabricantes, sem ônus adicionais;
- responder pelo extravio de qualquer bem patrimonial ou de consumo dos Municípios associados, em decorrência da execução dos serviços, desde que devidamente comprovado, sem prejuízo de outras sanções cabíveis;
- apresentar a última Tabela de Tempos Padronizados para execução de serviços e Tabela de Preços de Venda a Vista de Peças e Acessórios do fabricante, emitida pelo fabricante dos veículos indicados neste Termo de Referência no ato de assinatura do contrato, bem como sempre que houver alteração nos valores;
- manter-se sempre de sobreaviso durante o horário comercial e regular, ou seja, 08h00min as 18h00min, de segunda a sexta-feira, horário estabelecido como período disponível para execução dos serviços de manutenção;
- Indicar o nome do empregado que será o responsável pelos contatos entre os Municípios associados e a oficina.
- arcar com a responsabilidade técnica e financeira para execução de todos os testes necessários para comprovar o desempenho dos serviços executados, na presença do fiscal do CONTRATANTE, como condição de aceitação final.
- Fornecer mão de obra especializada.

1.4.3 - Os Municípios deverão:

- Enviar Nota de empenho após aprovação do orçamento;
- por ocasião do orçamento, deverá ser encaminhado ao Fornecedor o formulário de "SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO", no qual deverá constar:
 - o número da Solicitação de Orçamento;
 - o dados do veículo, tais como: caracteres de placa; modelo; ano de fabricação; marca, frota e outros caracteres que possam identificar o veículo a ser reparado;
 - o nome e assinatura do Responsável pelo veículo;
 - o discriminação dos serviços pretendidos;

o discriminação das prováveis peças a serem substituídas;

o descrição dos defeitos reclamados;

o formulário de Vistoria de Entrada e Saída do Veículo caso a avaliação para orçamento tenha sido executada nas dependências da oficina do Fornecedor, contendo todos os campos necessários ao registro dos acessórios e componentes pertencentes ao veículo, bem como, identificar pequenas avarias, como arranhões e amassados por exemplo, constando também campo específico para local e data com o respectivo aceite do Fornecedor.

1.5 - A presente contratação não gerará nenhum vínculo empregatício entre o Município perante a contratada e com seus profissionais contratados, sendo de sua responsabilidade deslocamento, estadia, alimentação e transporte dos profissionais, pagamento de impostos, encargos e tributos que incidirem sobre a contratação, além do fornecimento de todo material necessário para realização dos serviços.

2 – SUBCONTRATAÇÃO

2.1 – O FORNECEDOR somente poderá subcontratar os serviços objeto desta contratação, com expresse consentimento do Município associado ao qual será prestado o serviço.

2.2 - Se autorizado a efetuar a subcontratação dos serviços, o FORNECEDOR realizará a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responderá perante o Município pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

3 - LOCAL DE EXECUÇÃO

3.1 – O local de execução dos serviços nos veículos dos Municípios Associados, deverão ser consertados e efetuada a manutenção preferencialmente na sede dos Municípios associados, caso o proponente tenha sua sede fora do Município, deverá efetuar o transporte dos veículos ou de peças por sua conta, sempre atendendo a legislação de trânsito quando ao transporte de veículos em rodovias fora do perímetro urbano.

4 - DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 – O FORNECEDOR deverá apresentar a descrição de suas instalações, do aparelhamento e do pessoal disponível para a realização do objeto deste TERMO DE REFERÊNCIA, referente a todos os lotes, devendo dispor, obrigatoriamente, de no mínimo:

- 1) galpão fechado para a acomodação dos veículos;
- 2) estufa para pintura automotiva;
- 3) equipamentos para serviços com injeção eletrônica, aparelho para a limpeza e regulagem de bicos injetores, equipamento próprio para a análise e leitura das partes elétricas e eletrônicas dos veículos;
- 4) aparelho de alinhamento e balanceamento;
- 5) equipamento de regulagem e gabaritação de freio.
- 6) equipamentos para serviços de sistemas hidráulicos, retíficas de motores, solda, torno e outros utilizados não especificados.

4.2 - A comprovação das informações prestadas no item 4.1 será mediante Declaração Formal da proponente;

4.3 - Deverá ser realizada pelas firmas licitantes, uma minuciosa vistoria nos veículos nos quais serão desenvolvidos os serviços, para que o proponente tenha conhecimento das condições ambientais e técnicas, onde se desenvolverão os serviços de manutenção. Não será admitida, em hipótese alguma, reclamações futuras.

4.4 - Todos os serviços, depois de concluídos, deverão ser testados na presença do fiscal, ficando sua aceitação final dependendo das características do desempenho determinado após estes testes. A licitante vencedora arcará com a responsabilidade técnica e financeira para a execução de todos os testes necessários.

5- DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 - Promover, por intermédio de servidor designado, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas.

5.2 - Comunicar imediatamente o CONTRATANTE sobre qualquer defeito apresentado nos serviços executados.

5.3 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATANTE.

5.4 - Zelar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas por parte da CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.5 - A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização durante a realização dos trabalhos, não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pela execução dos serviços.

5.6 - A comunicação entre a fiscalização e a CONTRATADA será realizada através de correspondência oficial e anotações ou registros no Relatório de Serviços.

5.7 - O relatório de serviços será destinado ao registro de fatos, comunicações pertinentes à execução dos serviços como conclusão e aprovação de serviços, indicações sobre a necessidade de trabalho adicional, autorização para substituição de materiais e equipamentos, irregularidades e providências a serem tomadas pela CONTRATADA e Fiscalização.

5.8 - Todos os atos e instituições emanados ou emitidos pela fiscalização serão considerados como se fossem praticados pelo CONTRATANTE.

5.9 - As reuniões serão documentadas por Atas de Reuniões, elaboradas pela fiscalização e que conterão, no mínimo, os seguintes elementos: data, nome e assinatura dos participantes, assuntos tratados, decisões e responsabilidades pelas providências a serem tomadas.

ANEXO II

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 004/2018 - CVC

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO N° 001/2018 - CVC

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL N° 001/2018 - CVC

REGISTRO DE PREÇOS N° 001/2018 - CVC

1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:

1

2. CONDIÇÕES DA PROPOSTA:

Prazo de validade da proposta: _____ dias.

(prazo mínimo: vide edital no item 3.2 letra a).

Prazo de entrega: _____ dias da Autorização.

(prazo máximo: vide edital anexo I item 1.2).

3. DECLARAÇÃO:

Declaramos, para os devidos fins, que nesta proposta estão inclusos todos os impostos, taxas, fretes, seguros e encargos sociais e trabalhistas.

Assinatura do representante

Carimbo da empresa

4. OBJETO DA PROPOSTA:

LOTE	Valor Máximo a ser atribuído para o custo da Mão de Obra especializada /Hora	Valor estimado a ser contratado (Mão de Obra especializada + Peças)	Percentual mínimo de desconto para as peças
1	R\$ 200,00	R\$ 50.000,00	5%
2	R\$ 200,00	R\$ 50.000,00	5%
3	R\$ 200,00	R\$ 20.000,00	5%
4	R\$ 200,00	R\$ 150.000,00	5%
5	R\$ 200,00	R\$ 550.000,00	5%
6	R\$ 200,00	R\$ 50.000,00	5%
7	R\$ 200,00	R\$ 50.000,00	5%
8	R\$ 200,00	R\$ 250.000,00	5%
9	R\$ 200,00	R\$ 300.000,00	5%
10	R\$ 140,00	R\$ 100.000,00	5%
11	R\$ 90,00	R\$ 30.000,00	5%
12	R\$ 140,00	R\$ 750.000,00	5%
13	R\$ 140,00	R\$ 600.000,00	5%
14	R\$ 140,00	R\$ 200.000,00	5%
15	R\$ 90,00	R\$ 60.000,00	5%
16	R\$ 90,00	R\$ 90.000,00	5%
17	R\$ 140,00	R\$ 1.650.000,00	5%
18	R\$ 140,00	R\$ 250.000,00	5%
19	R\$ 90,00	R\$ 40.000,00	5%
20	R\$ 90,00	R\$ 480.000,00	5%
21	R\$ 90,00	R\$ 120.000,00	5%
22	R\$ 50,00	R\$ 45.000,00	5%
23	R\$ 90,00	R\$ 60.000,00	5%
24	R\$ 90,00	R\$ 150.000,00	5%
25	R\$ 90,00	R\$ 340.000,00	5%

26	R\$ 90,00	R\$ 30.000,00	5%
27	R\$ 140,00	R\$ 100.000,00	5%
28	R\$ 140,00	R\$ 100.000,00	5%
29	R\$ 200,00	R\$ 100.000,00	5%
30	R\$ 200,00	R\$ 50.000,00	5%
31	R\$ 200,00	R\$ 100.000,00	5%
32	R\$ 90,00	R\$ 30.000,00	5%
33	R\$ 50,00	R\$ 5.000,00	5%

$G = 0,5xP + 0,5xH$

Onde:

Percentual de desconto proposto para venda de peças = P

Percentual de desconto proposto para hora trabalhada = H

Índice de Julgamento = G

Coronel Freitas – SC,de de

Assinatura do representante

Carimbo da empresa

ANEXO III

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 004/2018 - CVC

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 001/2018 - CVC

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2018 - CVC

REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2018 - CVC

1. DADOS BANCÁRIOS

NOME DO BANCO: _____

CIDADE: _____

AGÊNCIA Nº _____ CONTA CORRENTE Nº: _____

TITULAR DA CONTA CORRENTE: _____

2. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME COMPLETO: _____

NACIONALIDADE: _____ ESTADO CIVIL: _____

CARGO OU FUNÇÃO: _____

IDENTIDADE N.º : _____

CPF/MF N.º : _____

TELEFONE CELULAR PARA CONTATO: _____

ANEXO IV

PR PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 004/2018 - CVC

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 001/2018 - CVC

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2018 -CVC

REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2018 - CVC

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

_____ (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) _____ CNPJ nº _____(xxxxxxxxxx)_____, sediada em _____(ENDEREÇO COMERCIAL) _____, declara, sob as penas da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente processo licitatório.

Obs.: As micros empresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e microempreendedores individuais (MEI), poderão apresentar esta declaração com ressalva ao disposto nos Art. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/06.

(LOCAL), ____ (DATA) ____

Assinatura do representante legal da empresa

Carimbo da empresa

ANEXO V

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 004/2018 - CVC

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 001/2018 - CVC

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2018 -CVC

REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2018 - CVC

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº/2018

Aos ____ dias do mês de ____ de 2018, presentes de um lado O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Santa Catarina, n.º 1022, nesta cidade de Coronel Freitas/SC, inscrita no CNPJ sob nº 14.688.861/0001-19, neste ato representada por sua Diretora Executiva, Sra. SILVANA FÁTIMA VIDI ZANELLA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR, e o município de _____, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua _____, nº _____, no Município de _____, Estado de Santa Catarina, CEP _____, inscrito no CNPJ/MF sob nº _____, neste ato representado por seu Prefeito municipal Sr. _____, doravante denominado ORGÃO PARTICIPANTE, e de outro a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº _____ com sede na cidade de _____, neste ato representada pelo Sr. _____, denominada FORNECEDOR, firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, referente ao processo licitatório nº 001/2018, Pregão Presencial nº 01/2018 para REGISTRO DE PREÇOS visando atender as necessidades dos Municípios associados a CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, nos termos das Resolução nº 003, de 27 de março de 2015, Resolução nº 005, de 02 de abril de 2015, as quais se encontram disponível no site do CVC (www.consorcio-cvc.sc.gov.br), bem como da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

CLÁUSULA I - DO OBJETO E CONDIÇÕES

1. O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO MECÂNICA, FUNILARIA, PINTURA, ELETRICIDADE, BOMBAS E BICOS E ESTOFARIA E TAPEÇARIA, PARA OS MUNICÍPIOS ASSOCIADOS AO CONSÓRCIO CVC (compreendendo todas as secretárias, fundos, fundações, autarquias e demais órgãos dos mesmos), com o fornecimento de peças, óleos e filtros genuínos da marca do veículo ou originais de fábrica ou peças homologadas pelas montadoras, e serviços no que se refere à parte mecânica, funilaria, pintura, eletricidade, bomba e bicos injetores, estofaria, tapeçaria, suspensão, lanternagem em geral, pelo período de 12 (doze) meses, com quantitativos e especificações técnicas estabelecidos nos termos do presente Edital e no Termo de Referência - Anexo I, que fica fazendo parte do presente instrumento como se transcrito estivesse.

2. As peças, bem como os serviços deverão atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial - ABNT, INMETRO, etc. - atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições do art. 39, inciso VIII da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor). Os serviços deverão ser executados de maneira que mantenha os veículos, em condições de perfeito, ininterrupto e regular funcionamento, mediante assistência técnica e serviços de manutenção preventiva e corretiva de defeito e verificações que se fizerem necessárias, efetuando-se conserto e lubrificações, bem como outros serviços recomendados para uma manutenção adequada.

3. A relação dos veículos constantes no Termo de Referência - Anexo I servem apenas como referência para o quantitativo de peças e serviços a serem prestados, podendo contudo, sofrer alterações durante a execução do contrato, devido a baixa ou aquisição de novos veículos, sendo que essas alterações não implicam em reajuste no valor contratado.

4. A presente contratação não gerará nenhum vínculo empregatício dos Municípios associados perante o FORNECEDOR e seus subordinados, sendo de sua responsabilidade todas as despesas com deslocamento, transporte, estadia e alimentação dos profissionais que prestarão os serviços, pagamento de impostos, encargos e tributos que incidirem sobre a contratação, além do fornecimento de todo material necessário para realização dos serviços.

CLÁUSULA II - DO PREÇO

1. O preço deverá ser fixo, equivalente ao de mercado na data da apresentação da proposta.

2. Os preços propostos serão considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), frete, descarregamento, materiais e produtos e limpeza, todas as despesas com deslocamento, transporte, estadia e alimentação dos profissionais contratados para execução dos serviços, entrega e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste Edital.

CLÁUSULA III - DO REAJUSTE DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

1. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições referentes à concessão de reajustamentos de preços, em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

2. A presente Ata de Registro de Preços poderá ter seus preços reajustados pelo IGPM/FGV ou pelo índice que lhe vier a substituir após 12 (doze) meses a contar da data da apresentação da proposta.

3. O beneficiário do registro, em função da dinâmica do mercado poderá solicitar a atualização dos preços vigentes através de solicitação formal à Comissão de Licitações e Contratos desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias-primas, componentes ou de outros documentos.

4. A atualização não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época.

5. O pedido de atualização dos preços aos preços praticados no mercado poderá acarretar pesquisa de preços junto aos demais fornecedores com preços registrados podendo ocorrer substituição na ordem classificatória de fornecedor devido à obrigatoriedade legal de aquisição pelo maior desconto por lote.
6. Independentemente do disposto no item 3, a Comissão poderá, na vigência do registro, solicitar a redução dos preços registrados, garantida a prévia defesa do beneficiário do registro, e de conformidade com os parâmetros de pesquisa do mercado realizada ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional e/ou internacional, sendo que o novo preço fixado será válido a partir da publicação na Imprensa Oficial do Consórcio CVC.

CLÁUSULA IV - DOS PRAZOS

1. O FORNECEDOR poderá ser convocado a firmar as contratações decorrentes do registro de preços no prazo de 3 (três) dias úteis a contar a data de homologação, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC.
2. O prazo de validade de registro de preços será até 15 (quinze) de junho de 2018.

CLÁUSULA V - DOS PAGAMENTOS

1. Os pagamentos serão efetuados até 30 (trinta) dias após a prestação dos serviços e entrega dos serviços e ou materiais e mediante apresentação da Nota Fiscal e do Termo de Garantia na Diretoria de Compras do Município. Na nota fiscal deverá constar obrigatoriamente o nº do processo licitatório que originou a aquisição, placa do veículo e a assinatura do responsável pelo recebimento.
2. Na Nota Fiscal deverá constar: número do processo licitatório que originou a aquisição, valor do material empregado e o valor da mão de obra. Sobre o valor da mão de obra deverá ser obedecida à legislação vigente no que se refere ao INSS e ao ISSQN.
3. O FORNECEDOR deverá fazer o recolhimento de todos os impostos inerentes ao objeto, caso não venha impresso na Nota Fiscal os descontos os mesmos poderão ser descontados pela Administração Municipal.
4. O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das Notas Fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.
5. Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA VI - DA CONTRATAÇÃO

1. A existência de preços registrados não obriga os Municípios associados a firmar as contratações que deles poderão advir, sem que caiba direito à indenização de qualquer espécie. Fica facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao Sistema de Registro de Preços, assegurando-se ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.
2. Na hipótese do FORNECEDOR primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato no prazo e condições estabelecidas, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço, independentemente da cominação prevista no art. 81, da Lei 8.666/93.
3. Observados os critérios e condições estabelecidos no Edital, os Municípios associados poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelos Municípios associados, observada as condições do Edital e o preço registrado.
4. Os pedidos de fornecimento serão formalizados pela Diretoria de Compras dos Municípios associados.
5. As empresas licitantes classificadas no Registro de Preços deverão atender os Municípios associados do constante na Nota de Empenho, independente do valor, sob pena de penalização.
6. O FORNECEDOR deverá manter-se nas mesmas condições da habilitação quanto à regularidade fiscal durante a vigência do presente Registro de Preços.

CLÁUSULA VII - DA ENTREGA

1. O objeto será recebido pelo responsável da frota dos Municípios associados para tal fim.
2. Os veículos onde serão prestados os serviços deverão ser retirados pelo FORNECEDOR no prazo máximo 24 (vinte e quatro) horas corridos a contar do recebimento da Nota de Empenho, na sede Administrativa do Município Associado que requereu os serviços, sendo que todas as despesas de transportes, carga e descarga destes correrão por conta do FORNECEDOR. As peças relacionadas no orçamento, que por ventura não vierem a ser aplicadas na execução do serviço, deverão ser deduzidas para fins de emissão da Nota Fiscal, devendo também ser anexado um laudo do ocorrido. O prazo para devolução do veículo devidamente consertado dependerá do tipo de serviço a ser executado, não podendo ultrapassar, todavia, o prazo de 15 (quinze) dias corridos.
3. Quando não se fizer necessária a aplicação nos veículos das peças adquiridas pelos Municípios associados, o FORNECEDOR deverá entregar no prazo máximo 02 (dois) dias corridos a contar do recebimento da Nota de Empenho, na sede Administrativa do Município Associado que as requereu, sendo que todas as despesas de transportes, carga e descarga destes correrão por conta o FORNECEDOR.
4. Caso o produto não corresponda ao exigido no Edital, o FORNECEDOR deverá providenciar, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas a sua substituição visando o atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Edital.
5. O prazo estabelecido para entrega poderá ser prorrogado quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Município Contratante.

CLÁUSULA VIII - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. A recusa injustificada das empresas com propostas classificadas na licitação e indicadas para registro dos respectivos preços em assinar a Ata do Registro de Preços, ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93, com as alterações nela

introduzidas pela Lei Federal 8.883/94 e Lei 10.520/02, a critério do Consórcio CVC.

2. Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representado por Nota de Empenho, ou por Autorização de Fornecimento - AF), o Consórcio CVC poderá aplicar, às detentoras da Ata, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

1 Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o fornecedor sujeito a multa de 1% (um por cento) por cento por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho ou da Autorização de Fornecimento - AF, a ser calculado desde o sexto dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a trinta dias;

1 Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho ou da Autorização de Fornecimento - AF;

2 Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho ou da Autorização de Fornecimento - AF, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação;

3. A penalidade pecuniária prevista neste capítulo será calculada sobre o valor contratado e depositadas ao Órgão Gerenciador (Consórcio CVC), ou poderão ser inscritas, para cobrança como dívida ativa do Consórcio, na forma da Lei.

4. As penalidades pecuniárias serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções, administrativas e/ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93, com as alterações nela introduzidas pela Lei Federal 8.883/94

5. Além da aplicação da multa poderão ser aplicadas sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei 8666/93, conforme segue:

1 Suspensão de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de um(1) ano no caso de inexecução parcial do contrato;

1 Suspensão de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de dois(2) anos no caso de inexecução total do contrato;

2 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração pública enquanto perdurarem os motivos de determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação após o ressarcimento da Administração dos prejuízos resultantes da inexecução parcial ou total do Contrato.

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO CONTRATUAL

1. Poderão ser motivo de rescisão contratual as hipóteses elencadas no art. 78, da Lei 8666/93.

2. Caso a contratante não se utilize da prerrogativa de rescindir o contrato a seu exclusivo critério poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a contratada cumpra integralmente a condição contratual infringida, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Edital, na Lei 8666/93 e no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8078/90).

3. O licitante reconhece os direitos dos Municípios associados nos casos de rescisão previstos nos artigos 77 a 80, da Lei 8666/93.

CLÁUSULA X - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

1. O registro de preços do fornecedor poderá ser cancelado, nos seguintes casos:

- Pelo Consórcio CVC no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação: quando o fornecedor deixar de firmar a Ata decorrente do Registro de Preços, sem justificar ou não cumprir as exigências do Edital que deu origem aos preços registrados; por razões de interesse público, fundamentado; quando o fornecedor não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese dos preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado; quando o fornecedor não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo Edital sem justificativa aceitável; quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do Registro de Preços por um dos motivos constantes no artigo 78, da Lei 8666/93 e alterações posteriores, assegurado o contraditório e a ampla defesa

- Pelos fornecedores, mediante solicitação por escrito acompanhada de comprovação na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da notificação para fornecimento.

2. A solicitação do cancelamento do preço registrado deverá ser formulada por escrito ao Pregoeiro, facultado ao Consórcio CVC a aplicação das sanções previstas neste Edital, caso não aceitas as razões do pedido.

3. A solicitação do cancelamento do registro do(s) preço(s) não o desobriga do fornecimento dos produtos até a decisão final do órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, a qual deverá ser prolatada em 30 (trinta) dias.

4. O cancelamento dos preços registrados, nos casos previstos nesta cláusula será feito por notificação.

5. No caso de ser ignorado, inacessível o lugar do fornecedor, a notificação será feita por publicação na imprensa oficial do município, transcorrendo o prazo de 5 (cinco) dias úteis para defesa prévia a contar do dia seguinte ao da publicação. Não havendo manifestação do notificado neste prazo, o registro de preços será cancelado.

6. Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens constantes do registro de preços.

CLÁUSULA XI - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÕES DE BENS COM PREÇOS REGISTRADOS

1. As despesas decorrentes das aquisições, objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica dos orçamentos de cada Órgão Participante (municípios associados), referente o exercício de 2018 e seguintes.

2. O Órgão Participante (municípios associados) quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

CLÁUSULA XII - DO FORO

1. Fica eleito o Foro da comarca de Coronel Freitas/SC, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pelo presente Edital e pelo futuro contrato, (representado pela Ata de Registro de Preços e Nota de Empenho), com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

CLÁUSULA XIII – TABELA DO OBJETO PARA VALORES E ESTIMATIVA DE GASTO

Lote	Placa	Marca	Tipo	Modelo	Ano	Estimativa de gasto	Valor hora/Mão de obra	Percentual de desconto em peças

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata, o Edital do Pregão Presencial nº 01/2018 para Registro de Preços, a Ata de Lances do presente pregão e a proposta da empresa, classificada em 1º lugar, nos lotes da licitação.
2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do Direito.

Coronel Freitas/SC, de de 2018.

SILVANA FÁTIMA VIDI ZANELLA
DIRETORA EXECUTIVA CONSÓRCIO CVC

ORGÃO PARTICIPANTE

FORNECEDOR

Examinado e aprovado
pela Procuradoria Geral do Consórcio CVC.

ANEXO VI

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 004/2018 - CVC

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 001/2018 - CVC

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2018 - CVC

REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2018 - CVC

PROCURAÇÃO

____ <RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO> _____, por meio de ____ <NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL, RG, CPF E QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA> _____, constitui como suficiente PROCURADOR o Sr. ____ <NOME COMPLETO, RG, CPF> _____, outorgando-lhe poderes gerais para representar a referida empresa na Licitação <MODALIDADE, NÚMERO/ANO>, outorgando ainda poderes específicos para efetuar lances e praticar demais atos necessários ao procedimento licitatório.

<CIDADE/ESTADO>, <DATA> _____

<NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL
E QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA>

ANEXO VII

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 004/2018 - CVC

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 001/2018 - CVC

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2018 - CVC

REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2018 - CVC

1 Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

2 XXXIII – proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezoito anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

3

4 Declaração de Cumprimento do Disposto no Inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal e da Lei n.º 9.854.

5

6

7 Referente ao processo licitatório nº na modalidade de nº a empresa inscrito no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a) portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº , DECLARA, para fins do disposto no inc. V do art.27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezoito anos.

8

9 (*Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

10
11
12
13
14
15
16
17 (local e data)
18
19
20
21
22 (nome e número da Cart. de Identidade do Declarante)
23 Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.
24

CIAPS

CONTRATO ADMINISTRATIVO 2018/002

Publicação Nº 1516536

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2018/002

As partes, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CIAPS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 21.568.943/0001-95, com sede na Rua Quintino Bocaiúva, 542, Centro, CEP. 89135-000, Apiúna — SC, neste ato representado pelo seu Presidente, doravante denominado CIAPS, e de outro lado a empresa OLOS TECNOLOGIA LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Tufie Mahfud, nº 210, Sala 301, 303 e 304, Centro, no Município de Jaraguá do Sul, SC, CEP 89251-080, neste ato representada pelo seu sócio administrador, Sr. Alfredo Roeder Junior, doravante denominada CONTRATADA, têm entre si justo e convencionado o presente contrato, com fundamento no artigo 24, II e § 1º, da Lei no 8.666/93, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie, mediante as condições constantes das seguintes cláusulas, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente instrumento consiste na locação de software, com a utilização do sistema via internet e acesso, através de navegador de internet em computadores com sistema operacional Linux ou Windows a telas de entrada e saída de dados, além da administração do banco de dados (conteúdo do banco de dados de propriedade do CIAPS) e assessoramento aos operadores na utilização de telas de entrada e saída de dados, sem limites de quantidade de estações de trabalho, conforme descrição a seguir e características técnicas detalhadas no Anexo I deste contrato. O serviço será prestado exclusivamente objetivando a informatização da unidade CAPS mantida pelo CIAPS, incluindo:

I - Serviço de implantação do Sistema a ser utilizado para a prestação do serviço de processamento de dados, com treinamento para operadores, durante a vigência do contrato com assessoramento ao operador no acesso as telas de entrada e saída de dados;

II - Serviço mensal de processamento de dados, incluindo Assessoramento e gerenciamento do banco de dados, considerando todas as características descritas neste termo de referência para o sistema a ser utilizado para a prestação dos serviços de processamento de dados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1 - O CIAPS não pagará à CONTRATADA qualquer valor para implantação do sistema e seu banco de dados, treinamento, assessoramento e configuração do sistema nas máquinas/estações de usuário, limitando-se a pagar, como mensalidade pelo serviço de processamento de dados e gerenciamento do banco de dados, o valor total de R\$ 833,33 (oitocentos e trinta e três reais e trinta e três centavos) mensais, que serão pagos até o quinto dia útil do mês subsequente ao mês da prestação do serviço, tendo a CONTRATADA apresentado a respectiva nota fiscal até o último dia útil do mês em que foi prestado o serviço.

2.2 - Fica contemplado no preço, ajustado no item anterior, o serviço de backup diário e redundância, a prova de falhas em data center secundário.

2.3 - No valor dos serviços já estão incluídos todos os custos e despesas com encargos fiscais, sociais e trabalhistas, inclusive transporte, deslocamentos que sejam necessários, taxas, impostos, seguros, licenças, suporte técnico e outros custos relacionados ao serviço.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO

3.1 - A implantação do sistema locado deverá ser iniciada de imediato e concluída em até 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

4.1 - O pagamento do objeto do presente contrato, será feito pelo CIAPS em favor da CONTRATADA, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou através de boleto bancário.

4.2 - O valor mensal estipulado no item 2.1 será realizado até o 5º dia do mês subsequente àquele da prestação dos serviços.

4.3 - Ressalva-se que deverá ser encaminhada a Nota Fiscal referente ao serviço prestado, acompanhada do arquivo XML, caso haja, bem como todos os documentos comprobatórios da regularidade fiscal da CONTRATADA, conforme art. 29 da Lei nº 8.666/93, no último dia útil de cada mês, sendo efetuado pagamento até o quinto dia útil do mês subsequente a emissão da nota fiscal.

4.4 - O não encaminhamento dos documentos mencionados ou a existência de quaisquer irregularidades fiscais obsta o pagamento a ser realizado, até que a pendência seja regularizada.

4.5 - No caso da retenção de pagamentos pelo não envio dos documentos mencionados no item 4.3 ou, ainda, em razão da constatação de irregularidade fiscal da CONTRATADA, uma vez regularizada a situação, o pagamento será realizado dentro de até 10 (dez) dias do envio dos documentos válidos, sem quaisquer acréscimos ou atualizações.

4.6 - Vencendo o pagamento em dia em que não haja expediente no CIAPS, o pagamento será prorrogado para o primeiro dia útil subsequente ao do vencimento.

4.7 - Ocorrendo erro na apresentação das faturas, as mesmas serão devolvidas à CONTRATADA para retificação, ficando estabelecido que o pagamento será efetuado após a apresentação da nova fatura devidamente retificada, dentro de até 10 (dez) dias do reenvio do documento.

4.8 - É expressamente vedado à CONTRATADA realizar a cobrança ou desconto de duplicatas relativas a este contrato, através de rede bancária ou de terceiros.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE

5.1 - Os valores ora ajustados não serão passíveis de reajustes durante os primeiros 12 (doze) meses da vigência contratual, conforme artigos 2º e 3º da Lei nº 10.192/2001, ressalvando-se o direito à revisão para manter o equilíbrio econômico-financeiro, mediante requerimento fundamentado e comprovado, conforme previsão do art. 65, II, “d”, da Lei nº 8.666/93.

5.2 - Havendo prorrogação da vigência contratual, mediante aditivo ao presente contrato, o valor previsto no item 2.1 será reajustado, após o prazo de que trata o item 5.1, mediante a aplicação do INPC acumulado no período, sendo que o primeiro pagamento reajustado ocorrerá apenas a partir da divulgação do índice acumulado no período.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CIAPS

6.1 - Compete ao CIAPS:

- a) Cumprir e fazer cumprir as disposições deste Contrato;
- b) Determinar, quando cabível, as modificações consideradas necessárias à perfeita execução do contrato e a preservação do interesse público;
- c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- d) Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o estabelecido na Cláusula Quarta;
- e) Fiscalizar a prestação dos serviços contratados.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 – É responsabilidade da CONTRATADA:

- a) Prestar com diligência, profissionalismo e segurança os serviços objeto deste Contrato, responsabilizando-se única, integral e exclusivamente pelas consequências e implicações dele decorrentes;
- b) Responsabilizar-se pela idoneidade e comportamento de seus colaboradores/prepostos, bem como pelos direitos trabalhistas deste, respondendo por qualquer prejuízo que venha a ser causado por estes em razão da execução do presente Contrato;
- c) Facilitar a fiscalização do presente Contrato, fornecendo os esclarecimentos e documentos solicitados pelo CIAPS, sem criar-lhe qualquer tipo de embaraço;
- d) Manter, durante todo o período da vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para prestação do objeto;
- e) Cumprir seus deveres de sigilo e de ética profissional, fazendo as recomendações oportunas e desenvolvendo todos os demais atos e funções necessárias ou convenientes ao bom cumprimento das atribuições contratadas;
- f) Orientar ao CIAPS e seus empregados acerca das práticas mais eficientes relacionadas ao objeto contratado;
- g) Enviar o documento fiscal ao e-mail etinea@ciaps.sc.gov.br, acompanhado do arquivo XML (quando disponível no município da sede do CIAPS) oriundo da emissão da Nota Fiscal de prestação de serviços e boleto para pagamento com, pelo menos, 5 (cinco) dias de antecedência à data de pagamento, sempre acompanhado de documentos comprobatórios de sua regularidade fiscal e trabalhista, conforme art. 29, caput e incisos, da Lei nº 8.666/93;
- h) Fornecer o objeto deste contrato, no prazo definido e de acordo com as especificações exigidas;
- i) Ler todas as condições da contratação, não podendo, posteriormente, alegar seu desconhecimento;
- j) Entregar integralmente o objeto, no prazo estabelecido na Cláusula Terceira, promovendo inclusive o treinamento dos usuários e configuração dos seus equipamentos;
- k) Responsabilizar-se por todas as despesas oriundas da entrega do objeto;
- l) Prestar suporte integral durante a implantação do sistema, bem como suporte aos usuários durante toda a vigência contratual;
- m) Corrigir problemas técnicos que venham a ser constatados durante a vigência contratual, sem a implicação de quaisquer custos adicionais

e em prazo não superior a 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação realizada pelo CIAPS acerca de falhas ocorridas.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 – Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá o CIAPS aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CIAPS, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, diante do ressarcimento pelos prejuízos causados ao CIAPS e após decorrido o prazo da penalidade aplicada conforme a alínea b;
- d) Por atraso superior a 10 (dez) dias da entrega do objeto, fica a CONTRATADA sujeita a multa compensatória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor do contrato, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- e) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa sancionatória de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato, sem prejuízo da multa prevista na alínea d;
- f) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, caso não opte o CIAPS por aplicar a multa prevista na alínea d, mantendo-se o contrato, será considerado rescindido o contrato, aplicando-se a multa sancionatória de 15% (quinze por cento) pela inexecução, calculada sobre o valor total da contratação, sem prejuízo da multa prevista na alínea d.

8.2 - A aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c do item anterior poderão ser cumuladas com a penalidade de multa.

8.3 - Antes da aplicação de qualquer penalidade, a CONTRATADA será notificada extrajudicialmente, através de carta com aviso de Recebimento, enviada ao endereço que consta no seu cartão do CNPJ, facultando-lhe defesa administrativa, no prazo de 5 (cinco) dias.

8.4 - Será considerado o valor global do Contrato, levando em conta a vigência estabelecida na Cláusula Décima Segunda, para cálculo das multas previstas nas alíneas d, e e f do item 8.1.

8.5 - A escolha dentre as penalidades possíveis será realizada considerando a razoabilidade, proporcionalidade entre a conduta e os resultados negativos advindos e, ainda, a reincidência da CONTRATADA.

8.6 - Se o descumprimento do Contrato gerar consequências gravosas ao CIAPS poderá este rescindi-lo de imediato, aplicando as penalidades pertinentes, resguardando-se o direito à indenização pelas perdas e danos.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 - A rescisão do presente instrumento poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito do CIAPS, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, formalizada por escrito, desde que haja conveniência para o CIAPS;
- c) Judicial, nos termos da legislação;
- d) Em decorrência da prática de infração contratual, considerando-se os mesmos critérios definidos no item 8.4 e, ainda, facultando à CONTRATADA a apresentação de defesa administrativa, nos termos do item 8.3.

9.2 – Também constituem motivos para rescisão do presente instrumento, aqueles previstos no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3 - No caso da alínea a do item 9.1 aplicar-se-á o disposto no art. 80 da Lei nº 8.666/93.

9.4 - Resguardam-se os direitos do CIAPS, no caso de rescisão administrativa, nos termos do inciso IX do art. 55 da Lei nº 8.666/93.

9.5 - Poderá dar-se a rescisão/resilição, ainda, por interesse de qualquer das partes, sem a incidência de quaisquer ônus, após 30 (trinta) dias de realizada a notificação inequívoca à parte contrária, pela parte interessada, da intenção de rescindir/resilir o contrato.

9.6 - No caso da rescisão prevista no item 9.5, a rescisão deverá ser formalizada por escrito e não poderá prejudicar procedimentos em andamento, os quais, se interrompidos, possam gerar prejuízos ao CIAPS, permanecendo a vigência do Contrato, no que couber, até a conclusão dos referidos procedimentos.

9.7 - Havendo rescisão contratual, independentemente do motivo, a CONTRATADA fica obrigada a não dificultar o procedimento da migração da base de dados mantida pelo CIAPS, ressalvando-se que os procedimentos em curso, a critério do CIAPS, deverão ser concluídos antes do encerramento da vigência contratual, garantida a contraprestação proporcional ao tempo de utilização dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

10.1 - O contrato poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - A despesa decorrente deste contrato correrá a expensas das seguintes dotações orçamentárias do Orçamento Programa Anual do CIAPS:

Código Dotação	Descrição
06	CIAPS
06.001	Consórcio Intermunicipal de Atenção Psicossocial
08.301.0011.2001	Manutenção de Atividades de Saúde Mental
3339000000	Aplicações Diretas

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

12.1 - O presente contrato tem vigência de 11 (onze) meses, contados de 01/02/2018 a 31/12/2018, podendo ser prorrogado, a critério do CIAPS, por até 48 (quarenta e oito) meses, conforme inciso IV do art. 57 da Lei nº 8.666/93, mediante a celebração de Aditivo Contratual para este fim.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 - A CONTRATADA declara estar ciente das suas obrigações para com o CIAPS, nos termos deste contrato, seu Anexo e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante do presente ajuste e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

13.2 - A execução do contrato será fiscalizada por representante do CIAPS, na pessoa da Coordenadora Executiva, Sra. Etinéia Berkembrock Ceruti, inscrita no CPF sob nº 049.066.219-61.

13.3 - Durante a prestação dos serviços, a CONTRATADA prestará toda a orientação necessária à melhor consecução do objeto deste Contrato.

13.4 - O CIAPS não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência do objeto contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13.5 - O presente Contrato não gera, em nenhuma hipótese, vínculo empregatício entre as partes.

13.6 - A prestação do serviço não poderá ser subcontratada, seja total ou parcialmente.

13.7 - Durante a vigência contratual, a CONTRATADA se obriga a manter a qualificação exigida para a prestação do serviço, bem como sua regularidade fiscal.

13.8 - Aplicam-se ao presente contrato as disposições da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo da legislação civil, penal, tributária, trabalhista e consumerista.

13.9 - No caso de alteração da estrutura social da CONTRATADA, havendo justificativa e manutenção dos requisitos de habilitação técnica e jurídica e, ainda, não ocorrência de prejuízos ao CIAPS ou infringência às disposições legais, os direitos e deveres oriundos deste contrato poderão ser transferidos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1 – As partes elegem o foro da Comarca de Ascurra (SC) para conhecer e dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da execução ou interpretação deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem inteiramente de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e para o mesmo efeito, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo, a tudo presentes.

Apiúna (SC), 01 de fevereiro de 2018.

CONTRATANTE CONTRATADA

Presidente do CIAPS OLOS TECNOLOGIA LTDA EPP

Alfredo Roeder Júnior – Sócio/Adm

Etinéia Berkembrock Ceruti

FISCAL DO CONTRATO

Camila Alessandra Costa Gustavo Pintarelli

Testemunha Testemunha

ANEXO I – CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2018/002

DETALHAMENTO DE SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS,
ASSESSORAMENTO E GERENCIAMENTO DE BANCO DE DADOS PARA O CIAPS

1 - Do Objeto:

Serviço de locação de software para o CIAPS incluindo acesso às telas de entrada e saída de dados via navegador de internet, a administração do banco de dados e Assessoramento ao operador na utilização de telas de entrada e saída de dados, sem limites de quantidade de estações de trabalho, conforme descrição a seguir e características técnicas abaixo.

2 - Cobertura dos Serviços:

Características das Instalações em que o Serviço deve ficar disponível para acesso:

ITEM	
2.1	Áreas Administrativas do CIAPS;
2.2	Unidade CAPS que atende aos municípios de Apiúna, Ascurra e Rodeio.

3 - Ambiente Computacional:

ITEM	
3.1	O sistema e Banco de Dados a serem utilizados para o Processamento de Dados deverão ser hospedados e executados em computadores servidores da empresa fornecedora, disposto em instalações próprias ou em Datacenter contratado em regime de 'colocation', devendo as instalações físicas do ambiente computacional estar em território nacional.
3.2	Dispor de instalações físicas que garantam alta disponibilidade do sistema servidor, como sistemas contra incêndio, suporte de energia com fonte de alimentação independente da rede (nobreak e gerador);
3.3	Dispor de Instalações físicas com controle de acesso de pessoas aos servidores;
3.4	Disponibilizar sistema de replicação em tempo real, em datacenter secundário em endereço físico diferente do datacenter primário, que permita que em casos de incidentes que venham a comprometer o funcionamento do datacenter primário, ser possível dar continuidade a prestação do serviço de processamento de dados contratado;
3.5	Disponibilizar sistema de cópia de segurança diário.

4 - Banco de Dados:

PostgreSQL - versão 9.3 ou superior.

5 - Servidor de Aplicações web :

ITEM	
5.1	Dispor de, no mínimo 2 (dois) computadores trabalhando em regime de (NLB) Network Load Balance ou sistema similar, objetivando distribuir a carga de processamento e servir como esquema de redundância em caso de falha;

6 - Servidor de Banco de Dados:

ITEM	
6.1	Sistema Operacional compatível com LINUX/Unix;
6.2	Dispor de dispositivos de armazenamento padrão ride 10 (mínimo);
6.3	Dispor de memória RAM mínima de 64 GB (sessenta e quatro gigabytes);

7 - Estações de Trabalho para acesso a telas de entrada e saída de dados:

ITEM	
7.1	Operar conexão com o servidor via Internet;
7.2	Suportar conexões ADSL sem a exigência de IP fixo nas estações clientes;
7.3	Operar com base em Sistemas Operacionais Windows 7 ou superior ou LINUX kernel 2.6.26 ou superior.
7.4	Operar a partir dos navegadores Chrome ou Firefox versão 30.0 ou superior, não sendo aceitável operar através de serviços de terminal (Terminal Services) ou emuladores de terminal de qualquer natureza;

8 - Sistemas de Segurança de Acesso:

ITEM	
8.1	Dispor de acesso seguro (SSL) integral para todas as operações;
8.2	Dispor de sistema de cadastro de computadores a partir da identificação física desses dispositivos (MAC Address), objetivando garantir que o acesso a telas de entrada e saída de dados ocorram somente através de dispositivos credenciados. Permitir a ativação/desativação do acesso de computadores ao sistema a partir da tela de gerenciamento centralizada no CIAPS.

9 - Suporte Técnico:

ITEM	
9.1	Deverá ser garantido o atendimento para pedidos de suporte através de telefone, fax e e-mail, atendendo no horário das 7:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas, de segunda a sexta feira (hora de Brasília)
9.2	Disponibilidade de um e-mail para serviço ou serviço online para recebimento de solicitações de suporte para incidentes que venham a ocorrer fora do horário definido no item 9.1;
9.3	Atualização tecnológica dos programas de computador que constituem o sistema utilizado para a prestação do serviço de Processamento de Dados;
9.4	Atualização dos programas de computador face às especificações do Sistema Único de Saúde — SUS, do Ministério da Saúde, objetivando atender as necessidades do Serviço de Processamento de Dados contratado;
9.5	Atualização das bases de dados, daquelas tabelas que tem origem no Ministério da Saúde (Ex. Procedimentos da Tabela Unificada de Procedimentos);

10 – Treinamento:

Proporcionar o treinamento necessário à utilização eficiente das telas de entrada e saída de dados pelos operadores do CIAPS.

10.1 - Treinamentos a serem executados no processo de implantação:

10.1.1 - Treinamento do Profissional que será o Administrador do Sistema no CIAPS para executar a implantação dos módulos do Sistema e acompanhar seu uso. Deve ser realizado na sede do CIAPS com carga horária mínima de 8 horas-aula;

10.1.2 - Treinamento individual dos profissionais da unidade CAPS com carga horária mínima de 2 horas-aula;

10.1.3 - Acompanhamento do processo de ativação com acompanhamento obrigatório do Administrador do Sistema;

10.2 - Treinamentos a serem executados durante a vigência do Contrato:

10.2.1 - No caso de substituição do Administrador do Sistema: Retreinamento para o Profissional que será o novo Administrador do Sistema no CIAPS. Deve ser realizado na sede do CIAPS com carga horária mínima de 8 horas-aula.

11 - Características Técnicas Funcionais Exigidas:

Item
1 - ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA Ferramentas gerais de apoio a Administração do Sistema e características gerais relativas aos cadastros.
1.1 - Administração Sistema - Geral Funcionalidades necessárias à administração do sistema. Deve possuir recursos para:
1.1.1 - Dispor de Cadastro da unidade CAPS, Profissionais, Ruas, Bairros e outros que servem de apoio ao uso do Sistema, segundo o padrão definido no item 2 - Administração de Cadastros em Geral
1.1.2 - Possibilitar a obtenção de Relatórios e Listagens de apoio ref. cadastros e acessos do sistema.
1.2 - Administração de Acesso ao Sistema Administrar a ativação de estações de trabalho e operadores ao sistema. Deve possuir recursos para:
1.2.1 - Possibilitar que o acesso a qualquer ambiente/módulo de operação do Sistema ocorra somente mediante o cadastro/liberação de acesso do profissional ao mesmo
1.2.2 - Possibilitar ao Administrador do Sistema determinar o Nível de Acesso ou funções que Operadores podem ter para cada ambiente/módulo de operação
1.2.3 - Possibilitar ao Administrador definir um Nome de login e uma Senha de Acesso
1.2.4 - Possibilitar a cada operador do Sistema a Troca de sua Senha de Acesso
1.2.5 - Possibilitar que o acesso ao sistema ocorra somente a partir de computadores identificados previamente pelo administrador do Sistema
1.2.6 - Possibilitar ao Administrador do sistema Ativar/Desativar o Acesso ao sistema por determinado computador previamente habilitado para acesso ao Sistema
1.2.7 - Possibilitar ao Administrador obter relatório que apresente o Nível de qualidade da conexão de todos os computadores da Rede a partir de testes sistêmicos, bem como o nome da Unidade, nome do operador e o tempo que está conectado/logado ao sistema
1.3 - Ferramentas de Apoio ao Administrador do Sistema Ferramentas de apoio. Deve possuir recursos para:
1.3.1 - Dispor de mecanismo para Pesquisa e Tratamento de Duplicidade de Cadastro de Usuário SUS, incluindo mecanismo que permita a qualquer operador da rede notificar a duplicidade ao Administrador do Sistema e mecanismo que permita a este último confirmar a fusão dos movimentos de atendimento dos cadastros duplicados, indicando qual permanece e qual deve ser cancelado.
1.3.2 - Dispor de Capacidade de identificar online todos os Operadores que estiverem acessando o Sistema num determinado momento
1.3.3 - Dispor de Capacidade do Administrador do Sistema enviar uma mensagem para os Operadores que acessam o Sistema num determinado momento. Deve ser possível definir uma data de validade. Deve dispor de controle de leitura.

2 - ADMINISTRAÇÃO DE CADASTROS EM GERAL

Determina a estrutura geral, mínima e os recursos disponíveis para os principais cadastros necessários ao Sistema.

2.1 - Cadastro do Usuário SUS

Especificações gerais necessárias ao gerenciamento do cadastro de Usuários SUS. Deve possuir recursos para:

2.1.1 - Permitir a inclusão e manutenção de cadastro do Usuário SUS com informações básicas, objetivando permitir atender as necessidades diárias, independentemente de haver todos os dados exigidos pelo Cadsus. Deve permitir o cadastro dos seguintes dados: matrícula municipal, número do Cartão Nacional de Saúde (CNS), data de nascimento, sexo, CPF, RG, raça/cor (cfe. MS), escolaridade (cfe. MS), Nome da Mãe, números de telefone, endereço (selecionável de uma lista previamente cadastrada), número da casa, bairro (selecionável de uma lista previamente cadastrável), complemento, cidade (selecionável de uma lista previamente cadastrada). Permitir que todas as alterações de cadastro de Usuário SUS devem gerar um log (consultável a qualquer momento por qualquer operador) com, no mínimo, os seguintes dados: detalhes ou valor do campo anterior a alteração, operador, data e hora da operação. O log deve estar disponível para consulta a partir da tela de manutenção de cadastro.

2.1.2 - Dispor de campo na tela de cadastro do Usuário SUS para o cadastramento do Nome Social do cidadão.

2.1.3 - Possibilitar informar dados complementares objetivando tornar o cadastro completo, compatível com o cadsus.

2.1.4 - Possibilitar a notificação de cadastros duplicados a partir de sistema administrativo de localização e notificação de cadastros duplicados;

2.1.5 - Possibilitar a notificação de cadastros duplicados a qualquer tempo, para todos os módulos/ambientes do sistema, que permita ao operador notificar, a partir da tela de pesquisa de cadastros de Usuários SUS, sempre que perceber a existência de um cadastro duplicado.

2.1.6 - Dispor de mecanismo para tratamento de cadastros duplicados, que permita a fusão de todos os dados registrados no sistema para o cadastro indicado como correto.

2.1.7 - Todos os módulos do sistema devem permitir a pesquisa de cadastros de Usuários SUS por nome, parte do nome, nome da mãe, matrícula municipal, CPF e CNS.

2.2 - Cadastro de Profissionais

Especificações gerais necessárias ao gerenciamento do cadastro de Profissionais de saúde e administrativos dos Prestadores de Serviço e Municípios Consorciados. Deve possuir recursos para:

2.2.1 - Deve permitir a inclusão e manutenção de cadastro de Profissionais de Saúde e Administrativos dos Prestadores de Serviço e Municípios Consorciados, identificando: Nome, Nome completo, Matrícula Funcional, Data Nascimento, Sexo, CPF, RG, CNS, Conselho, Número de Registro no respectivo Conselho e título, endereço, número da casa, complemento, bairro, cidade, UF, telefone, Fax, Celular, e-mail, nome de acesso e senha. Todas as alterações de cadastro de profissionais devem gerar um log com, no mínimo, os seguintes dados: detalhes ou valor do campo anterior a alteração, operador, data e hora da operação.

2.2.2 - Permitir o cadastro de férias vinculadas ao profissional

2.3 - Cadastro de Bairros

Especificações gerais necessárias ao gerenciamento do cadastro de Bairros. Deve possuir recursos para:

2.3.1 - Deve permitir a inclusão e manutenção de cadastro de Bairros da cidade sede do CIAPS, identificando: nome, código municipal e zona (urbana ou rural)

2.4 - Cadastro de Ruas

Especificações gerais necessárias ao gerenciamento do cadastro de Logradouros. Deve possuir recursos para:

2.4.1 - Deve permitir a inclusão e manutenção de cadastro de Ruas do município sede do CIAPS, identificando: Nome, código municipal, CEP e tipo de logradouro (oficial brasileiro).

2.5 - Faturamento

Ferramentas para consolidação da produção das unidades, devendo atender todos os padrões do MS. Deve possuir recursos para:

2.5.1 - Gerar arquivos para importação para BPA ou para SIA, consolidado ou individualizado, com o movimento da unidade CAPS relativo aos atendimentos fora do contexto do RAAS

2.5.2 - Gerar arquivos para importação pelo RAAS

2.5.3- Permitir, ao gerar arquivos para importação pelo SIA, aplicar filtro por financiamento.

2.5.4 - Permitir regerar arquivos para importação pelo SIA ou RAAS da competência atual bem como das competências anteriores (deverá gerar o mesmo arquivo não permitindo alterações)

2.5.5 - Deve Bloquear alterações nos registros de produção depois da geração de arquivos de exportação para o SIA ou para o RAAS

2.5.6 - Dispor de relatório no modelo dos arquivos gerados para SIA e para efeitos de conferência.

3 - UNIDADES DE SAÚDE

Ferramentas de Apoio ao funcionamento da unidade de saúde

3.1 - Agenda da Unidade de Saúde

Estruturação da agenda de atendimento exclusiva da unidade. Deve possuir recursos para:

3.1.1 - Dispor de tela para possibilitar a criar previamente vagas para Atendimento, por Profissional, com hora marcada (horários pré-definidos para os quais seja possível agendar um paciente) ou sem hora marcada (identifica apenas o horário inicial de atendimento e pacientes serão agendados sequencialmente)

3.1.2 – A tela de criação de vagas deve considerar o cadastro de feriados fixos, cadastro de feriados móveis da unidade para a abertura de vagas para a agenda da unidade.

3.1.3 – A tela de criação de vagas deve permitir informar a quantidade de vagas disponíveis para agendamento e a quantidade de vagas reservas (não disponíveis para agendamento)

3.1.4- Dispor de tela para permitir a manutenção das vagas de agenda de Atendimento de determinado Profissional, criadas previamente.

3.1.5- Dispor de tela para agendar Atendimentos para um Usuário SUS específico em vagas disponíveis para agendamento
3.1.6- Agendar Atendimentos para Usuários SUS, permitindo escolher Horário a partir de opções de horário previamente cadastrados para a agenda, na data selecionada.
3.1.7 - Ao agendar um usuário SUS, gerar aviso ao operador do agendamento caso o Usuário SUS tenha faltado em consulta anterior
3.1.8 – Ao agendar um usuário SUS, gerar aviso ao operador do agendamento, caso o Usuário SUS já tenha outro horário marcado (mesmo que em outra data)
3.1.9 - Dispor de tela que permita o agendamento de um Usuário SUS para receber atendimentos em múltiplas datas. Deve, a partir da identificação única do Usuário SUS e do profissional desejado, exibir as datas e horários disponíveis e permitir a seleção das datas/horários pretendidos
3.1.10 – Dispor de tela que permita, somente ao administrador/coordenador da unidade, o agendamento administrativo de um usuário SUS em vagas identificadas como indisponíveis para agendamento
3.1.11– Caso recurso de envio de sms (short message system) esteja ativado, exibir opções para o operador registrar que confirmou como usuário sus se ele aceita que envie mensagem de reforço e, caso afirmativo, atualize o número do telefone celular do próprio ou do responsável pelo paciente.
3.1.12 - Permitir, se recurso habilitado, o envio de uma mensagem sms (short message system) para o celular de Usuários SUS com consulta agendada, com antecedência programada a partir de parâmetro cadastrado.
3.1.13- Dispor de tela com listagem da agenda de um determinado Profissional em uma Data identificada, contendo a lista de Usuários SUS que aguardam atendimento
3.1.14- Dispor de tela para possibilitar Pesquisa de Horários marcados para determinado Usuário SUS a partir da informação de sua matrícula ou nome
3.2 - Atendimentos de Usuários SUS em unidades CAPS
Estruturação de atendimento de Usuários SUS em unidades CAPS - Centro de Atenção Psicossocial, considerando que o fluxo de atendimento multidisciplinar compreende o atendimento de um Usuário SUS por vários profissionais a partir de uma dada recepção. Deve possuir recursos para:
3.2.1 - Permitir a inclusão e manutenção de cadastro do Usuário SUS conforme definido no item 2.1.1 (Administração de Cadastros em Geral – Cadastro do Usuário SUS).
3.2.2 - Permitir, na tela de recepção, o registro da recepção de Usuários SUS, agendados ou de procura espontânea identificando data e hora e, caso a unidade não tenha seus consultórios informatizados, emitindo formulário de registro de atendimento multidisciplinar que permita identificar profissionais e procedimentos realizados. O formulário de registro deve possuir coluna para identificar data, profissional e procedimento executado.
3.2.3 - Dispor de tela para Incluir e editar plano terapêutico contendo, no mínimo os seguintes dados: Profissional responsável, unidade, data de Admissão, CID principal, Cid Secundário, Origem do Usuário SUS, identificação se usuário de álcool ou drogas, se está na cobertura ESF, Descrição do Plano, frequência e tipo de tratamento (não intensivo, semi-intensivo e intensivo)
3.2.4 - Registrar os atendimentos realizados por Usuário SUS com características de atendimento multidisciplinar, devendo ser possível: a) Credenciar os Procedimentos SUS que serão possíveis de serem executados na unidade; b) Registrar cada um dos procedimentos realizados por profissionais de saúde que atenderam o Usuário SUS durante sua estada na unidade, identificando sempre a data, hora, procedimento e o profissional que o executou;
3.2.5 - Dispor de controle automático para que não seja permitido registrar procedimento RAAS para usuários que não tenham Plano Terapêutico cadastrado
3.2.6 - Dispor de ferramenta de validação dos registros realizados para exportação ao RAAS
3.2.7 - Gerar faturamento BPA para atendimentos fora do âmbito do RAAS, compreendendo a geração de um arquivo texto que possa ser importado e validado pelo programa SIA do MS.
3.2.8 - Gerar faturamento RAAS para atendimentos no âmbito da RAAS, compreendendo a geração de um arquivo texto que possa ser importado e validado pelo programa RAAS do MS.
3.3 - Registro de dados de atendimento quando não realizado em sala informatizada
Registros necessários, quando for o caso, vinculados à conclusão do atendimento na unidade. Deve possuir recursos para:
3.3.1 - Registrar Dados de Atendimentos realizados por auxiliares e técnicos de enfermagem e outros Profissionais de nível superior, identificando o Profissional, Usuário SUS, Data, Hora e Procedimento realizado, apresentando juntamente à tela de registro a relação de procedimentos registrados para conferência.
3.3.2 - Registrar Dados de Atendimentos realizados por Médicos, identificando o Profissional, Usuário SUS, Data, Hora e Procedimento realizado, apresentando juntamente à tela de registro a relação de procedimentos registrados para conferência.
3.3.3 - Registrar, para Usuários SUS recepcionados não atendidos, selecionando a partir de uma lista, o motivo do não atendimento.
3.4 - SALAS DE ATENDIMENTO INFORMATIZADO
Ferramenta de apoio ao atendimento de médicos, psicólogos, terapeuta ocupacional, enfermagem, educador social, técnico de enfermagem, auxiliar administrativo, assistente social e demais profissionais do quadro CIAPS.
3.4.1 - Suportar, em unidades onde ocorre atendimento multidisciplinar de forma integrada, como unidades CAPS, modo de operação integrado entre os vários tipos de salas de atendimento, dispondo inclusive de mecanismo de registro e consulta de evolução integrado entre as várias especialidades da unidade para Usuário SUS que estiver sendo atendido. Dessa forma, um Usuário SUS recepcionado em determinada data pode passar pelo atendimento de diversos profissionais durante o mesmo atendimento e ter os dados desses atendimentos registrados e visualizados por todos os profissionais envolvidos.
3.4.2 - Dispor de sala de espera virtual para Usuários SUS recepcionados, aguardando atendimento, a serem selecionados pelo profissional. Deve ser possível selecionar ainda um Usuário SUS não recepcionado diretamente da agenda da unidade e da agenda de especialidades, além de poder selecionar um Usuário SUS não agendado ou recepcionado para atendimento direto.
3.4.3 - Ao iniciar um atendimento devem ser exibidos os dados do último atendimento que o Usuário SUS recebeu, devendo ser possível consultar atendimentos anteriores ocorridos em consultórios informatizados.
3.4.4 - Durante o atendimento, devem ser exibidos os dados da pré-consulta (se houver), permitindo ao profissional, se não houver dados de pré-consulta, registrar dados da pré-consulta que ele próprio venha a fazer.

3.4.5 - Durante o atendimento deve dispor de tela para consultar e alimentar de forma integrada:

- a) Ocorrências em saúde (campo específico para registro de informações ref. a incidentes de saúde relacionados ao Usuário SUS);
- b) Resultados de Exames;
- c) Dados históricos

3.4.6 - Durante o atendimento deve ser possível visualizar os seguintes gráficos:

- a) Evolução do IMC (Índice de Massa Corpórea);
- b) Curvas da OMS (evolução de peso/altura, idade/peso, idade/altura), conforme padrões do Ministério da Saúde para sexo e idade;
- c) Evolução da Pressão Arterial;
- d) Evolução da Glicemia

3.4.7 - Durante o atendimento, deve ser possível visualizar e editar dados clínicos permanentes do Usuário SUS. Dados clínicos permanentes referem a problemas de saúde que o usuário SUS apresente (ex.: cardiopatia, diabetes, etc.). A alteração desses dados deve prever a preservação do registro do histórico dessas alterações identificando o conteúdo alterado, profissional, data e hora

3.4.8 - Permitir o registro de dados da evolução do Usuário SUS com possibilidade de consulta a registros de evolução de outros atendimentos

3.4.9 - Indicar no mínimo um diagnóstico principal e outros secundários, se necessário, com base no CID10

3.4.10 - Permitir registrar um ou mais procedimentos realizados durante o atendimento com base na tabela SUS

3.4.11 - Dispor de recurso/tela para editar e emitir prescrições de medicamentos, bem como prescrição de terapias, dietas e outros, utilizando prescrições livres (registro e impressão). Deve permitir ao profissional criar, armazenar e recuperar modelos de prescrição conforme sua necessidade. Deve possuir um modelo padrão para prescrição de receita de medicamentos especiais, emitindo a prescrição no formato adequado (receita especial) em duas vias.

3.4.12 - Editar e emitir atestados e declarações para o Usuário SUS ou para seu acompanhante

3.4.13 - Editar e emitir laudo para perícia

3.4.14 - Permitir, para um atendimento já concluído, o registro de adendos à evolução, bem como a fazer requisições, encaminhamentos e prescrições complementares em consultas realizadas.

3.4.15 - Editar e imprimir pedido de internação hospitalar

3.4.16 - Imprimir resumo da consulta com todos os dados de atendimento, incluindo informações de encaminhamentos, requisições de exames, atestados, prescrições diversas, e demais dados relevantes.

3.4.17 - Dispor de área adicional para registro de dados restritos à área de psicologia (evolução confidencial)

3.4.18 - Permitir Incluir e editar plano terapêutico contendo, no mínimo os seguintes dados: Profissional responsável, unidade, data de Admissão, CID principal, Cid Secundário, Origem do Usuário SUS, identificação se usuário de álcool ou drogas, se está na cobertura ESF, Descrição do Plano, frequência e tipo de tratamento (não intensivo, semi-intensivo e intensivo)

3.5 - Gerência e Controle

Gerenciamento e controle aplicável a qualquer tipo de unidade. Deve possuir recursos para:

3.5.1 - Dispor de Tela para Controle de Registro de Produção que apresente a quantidade de Usuários SUS recepcionados, quantidade de Usuários SUS atendidos, quantidade de recepções canceladas e total de recepções não registradas com link para a relação dos Usuários SUS não atendidos.

3.5.2 - Dispor de Tela para Pesquisa de Cadastro de Usuários SUS a partir do nome, retornando lista com, no mínimo, nome, matrícula municipal, número do CNS, nome da mãe e data de nascimento.

3.5.3 - Dispor de Tela para Pesquisa de Procedimentos a partir das seguintes possibilidades: da descrição; do código SIGTAP; do mnemônico; do código reduzido

3.5.4 - Dispor de Tela para Pesquisa de CID10 a partir de parte da descrição ou do código do CID10 (informando 3 dígitos para a obtenção da lista completa de um grupo ou 4 dígitos para obtenção dos dados de um CID específico). Deve apresentar link para exibir dados relacionados ao cadastro de agravos notificáveis mantido pela Vigilância Epidemiológica (Se notificável, Se investigável, idade e sexo a que se aplica)

3.5.5 - Dispor de Tela de lista de Procedimentos que podem ser executados por Atividade, Profissional e Unidade onde está alocado, permitindo obter resposta a questão: quais procedimentos um determinado profissional pode executar em determinada unidade

3.5.6 - Dispor de Relatório de atendimentos realizados por Profissional, conforme os registros de procedimentos BPA para atendimentos fora do âmbito do RAAS, na unidade, no período informado, apresentando no mínimo o nome do profissional e o total de atendimentos que realizou.

3.5.7 - Dispor de Relatório de Procedimentos realizados por Profissional específico ou todos os profissionais da unidade, conforme os registros de procedimentos BPA para atendimentos fora do âmbito do RAAS, apresentando lista dos procedimentos executados e respectivos quantitativos, subtotalizando por profissional

3.5.8 - Dispor de Relatório de morbidade por Profissional específico ou todos, subtotalizando por grupos de diagnóstico

3.5.9 - Dispor de Relatório de Procedimentos RAAS realizados por Profissional específico ou todos os profissionais da unidade, apresentando lista dos procedimentos executados e respectivos quantitativos, subtotalizando por profissional

CISAM-SUL**PARECER TÉCNICO Nº 003/2018 CISAM SUL-REG - DISPÕE SOBRE: REAJUSTE DE VALORES DAS TARIFAS, SERVIÇOS E INFRAÇÕES DO SAMAE DE GRÃO PARÁ**

Publicação Nº 1517501

PARECER TÉCNICO Nº 003/2018 CISAM SUL-REG

Assunto: Reajuste de valores das tarifas, serviços e infrações do SAMAE de Grão-Pará.

O Serviço Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de Grão-Pará, por meio do Ofício nº 07/2018, recebido pelo CISAM-SUL-REG na data de 24 de janeiro de 2018, solicitou análise desta câmara de regulação quanto ao pedido de reajuste dos valores das tarifas, serviços e infrações referentes aos serviços de água e esgoto praticados pela autarquia. Para tanto, anexou ao ofício as planilhas e demonstrativos de custos, despesas e receitas, bem como justificativa do reajuste, propondo que o mesmo seja de 8 % (oito por cento), com base na variação do índice do INPC (IBGE) e investimentos a serem realizados.

No município de Grão-Pará, o serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário são prestados pelo SAMAE, autarquia municipal. Estando o município vinculado ao CISAM-SUL, Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental, por meio do CISAM SUL-REG e de sua Câmara de Regulação e Fiscalização do Saneamento Básico (CREFISBA), sendo instituída pela Resolução da n. 003/2014.

A Lei Federal n. 11.445/2007, que trata das diretrizes nacionais para saneamento básico, traz em seu artigo 22 os objetivos da regulação, dentre os quais a definição de tarifas, conforme segue:

“Art. 22. São objetivos da regulação:

[...]

IV - definir tarifas que assegurem tanto o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos como a modicidade tarifária, mediante mecanismos que induzam a eficiência e eficácia dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade.”

Sendo importante transcrever outro dispositivo da referida Lei de Saneamento:

“Art. 29. Os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, sempre que possível, mediante remuneração pela cobrança dos serviços:

I - de abastecimento de água e esgotamento sanitário: preferencialmente na forma de tarifas e outros preços públicos, que poderão ser estabelecidos para cada um dos serviços ou para ambos conjuntamente;”

Assim sendo, entende-se ser juridicamente possível o pedido de reajuste dos valores praticados pelo SAMAE, em virtude da legislação até aqui exposta, bem como em razão do atendimento ao intervalo mínimo de reajustamento trazido pela Lei n. 11.445/07, a saber: “Art. 37. Os reajustes de tarifas de serviços públicos de saneamento básico serão realizados observando-se o intervalo mínimo de 12 (doze) meses, de acordo com as normas legais, regulamentares e contratuais.”

Dentre os objetivos da regulação dos serviços de saneamento por parte do CISAM SUL-REG, está o de garantir que os valores das tarifas e serviços cobrados pelo prestador sejam, além de moderados, suficientemente capazes de gerar recursos visando uma prestação eficiente dos serviços.

Com base nas planilhas de custos apresentadas pela autarquia está claramente demonstrada a necessidade de reajuste dos valores das tarifas, serviços e infrações praticados, principalmente em virtude das variações nas despesas, inflação do período e investimentos necessários. O SAMAE solicitou aprovação deste órgão regulador para um reajuste no percentual de 8% (oito por cento), relativo à variação do INPC/IBGE dos meses de 01/01/2017 até 01/01/2018, com aplicação sobre as tarifas, serviços e infrações vencíveis a partir do prazo legal após sua publicação. Uma vez que o último reajuste se deu para os meses, janeiro de 2016 a dezembro de 2016.

Consultando o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, comprovou-se que o INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor acumulado no período de 01/01/2017 até 01/01/2018, base deste pedido, é de 2,06% (dois virgula zero seis por cento). O percentual é obtido a partir de índices regionais e tem como objetivo fornecer a variação dos preços do mercado varejista, identificando assim o aumento do custo de vida da população.

Tendo em vista que o percentual pleiteado pelo SAMAE refere-se à reposição das perdas inflacionárias (2,06%) apuradas pelo índice INPC acumulado nos meses de 01/01/2017 até 01/01/2018, conforme anexo 01, mais um acréscimo de 5,94% (cinco virgula noventa e quatro por cento), para investimentos visando cumprir parte do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB. Sendo que o último reajuste feito pelo órgão foi há mais de 12 (doze) meses, esta câmara emite parecer favorável ao reajustamento de 8% (oito por cento), conforme solicitado.

O reajuste das tarifas, serviços e infrações tem a finalidade de atualizar o valor da receita do prestador e, é essencial para manutenção dos padrões de sustentabilidade do sistema. Também, possibilita a realização dos investimentos necessários na estrutura existente, garantindo a continuidade dos serviços, que atendam plenamente às necessidades da população. Trata-se de recomposição do poder da moeda frente às perdas inflacionárias do período, mais porcentagem para investimentos.

Assim sendo, os membros da Câmara de Regulação e Fiscalização do Saneamento Básico autoriza o reajuste de 8% (oito por cento) para as tarifas de água, esgoto e os demais serviços e infrações, de acordo com os termos deste Parecer Técnico, recomendando ainda:

- a) A emissão de ato legal de reajuste, conforme legislação do município, para cumprimento de seus efeitos legais, mediante a devida publicação e divulgação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação ao início da cobrança com os novos valores;
- b) O encaminhamento a esta Câmara de cópia do ato legal, da nova tabela de valores reajustados, bem como dos respectivos comprovantes das publicações.

Assim sendo, os membros do conselho concordam e assinam este Parecer Técnico, nada havendo que merecesse qualquer outra sugestão ou retificação.

Orleans/SC, 05 de fevereiro de 2018.

Patrick Mendes Berto Engenheiro Sanitarista Presidente da CREFISBA	Pamela Mattei Brighente Contadora Membro da CREFISBA
Carlos Eduardo Favareto Menossi Químico Membro da CREFISBA	Jackson Buss Diretor Técnico CISAM-SUL Membro da CREFISBA
Jorge Luiz Koch Presidente do CISAM-SUL Membro da CREFISBA	